



SCIENTIA  
instituto

**PESQUISAS E INOVAÇÕES EM CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS: PRODUÇÕES CIENTÍFICAS  
MULTIDISCIPLINARES NO SÉCULO XXI, VOL 1**

*Organizador - Daniel L. S. Braga*

**DOI 10.55232/1083002**

**ISBN: 978-65-85047-02-9**

Pesquisa e inovações em ciências humanas e sociais  
[livro eletrônico] : produções científicas  
multidisciplinares no século XXI, vol. 1 /  
organizador Daniel L. S. Braga. -- Florianópolis,  
SC : Instituto Scientia, 2022.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-85047-02-9

DOI 10.55232/1083002

1. Artigos - Coletâneas
2. Ciências humanas
3. Ciências sociais
4. Inovações
5. Multidisciplinaridade I. Braga, Daniel L. S.

# ***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1***

Copyright 2022 © Instituto Scientia

(CNPJ 43957433000142)

Todo conteúdo exposto nos capítulos é de responsabilidade dos próprios autores.

## **Organizador**

Daniel L. S. Braga

## **Corpo Editorial**

George Luiz Nérís Caetano  
Edson Da Silva De Oliveira  
Maria Daniela Vieira Da Silva  
Ediane Teles de Matos  
Adilson dos Santos  
Leonardo Souza De Oliveira  
Maria Aparecida Das Dores  
Patrícia Prudente Costa  
Isabela Monteiro Naves  
Rodrigo Gomes Xavier  
Ana Luiza Machado de Santos  
Ana Julia Pompeo  
Maria Aparecida de Santos Souza  
Felipe Gomides Ferreira

[www.institutoscientia.com](http://www.institutoscientia.com)  
[conato@institutoscientia.com](mailto:conato@institutoscientia.com)

## **APRESENTAÇÃO**

O presente livro, intitulado “Pesquisa e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1” trata-se de uma coletânea dos artigos científicos acadêmicos multidisciplinares das áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, com capítulos compostos por diversos autores de todo o Brasil, organizado e publicado pelo Instituto Scientia no ano de 2022 e disponibilizado na internet de forma gratuita, em prol da democratização da ciência.

**DOI: 10.55232/1083002**

**ISBN 978-65-85047-02-9**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial do Instituto Scientia. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Corpo Editorial deste Evento, tendo sido aprovados para a publicação.

## SUMÁRIO

Capítulo 1 - INOVAÇÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS PARA A COMPETITIVIDADE EM UM NEGÓCIO DE GESTÃO VISUAL DE CORES - Página 14

Capítulo 2 - ANÁLISE FINANCEIRA E SUSTENTÁVEL DA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS - Página 31

Capítulo 3 - EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO NO PLANEJAMENTO DE AULA: UMA ANÁLISE DO PROJETO CONECTA EDUCAÇÃO APLICADO EM DUAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA - RS - Página 60

Capítulo 4 - “ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: UM CONTEXTO HISTÓRICO COM UM OLHAR PARA O FUTURO” - Página 79

Capítulo 5 - LIDERANÇA DO PERSONAGEM CAPITÃO PICARD DE JORNADA DAS ESTRELAS: A NOVA GERAÇÃO - Página 100

Capítulo 6 - GERAÇÃO E GESTÃO DE COMPETÊNCIAS LOGÍSTICAS POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DE PLATAFORMAS DE E-COMMERCE: UM DESAFIO PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS - Página 122

Capítulo 7 - AS POLÍTICAS ECONÔMICAS NO COMBATE À INFLAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS PLANOS CRUZADO E REAL - Página 137

Capítulo 8 - AFRO EMPREENDEDORAS E SEUS DESAFIOS: DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS MULHERES NEGRAS NA ÁREA DO EMPREENDEDORISMO - Página 150

Capítulo 9 - A TOMADA DA DECISÃO DE INVESTIMENTOS E O VALOR DA FIDELIDADE DO CLIENTE: REUNINDO MÉTRICAS FINANCEIRAS E MERCADOLÓGICAS. - Página 176

Capítulo 10 - A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 - Página 191

Capítulo 11 - A GOVERNANÇA CONSTRUÍDA LOCALMENTE COMO BASE PARA A GESTÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - Página 207

Capítulo 12 - EL USO DE LA METODOLOGÍA BPM EN EMPRENDIMIENTOS DE HOSPEDAJE EN LA CIUDAD DE OURO PRETO, PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS, BRAZIL. - Página 226

Capítulo 13 - ATOS DE ESTADO, RESISTÊNCIA E PANDEMIA - Página 250

Capítulo 14 - HOMERO: EIS A QUESTÃO - Página 261

# ***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1***

Capítulo 15 - INCLUSÃO DA MINORIA E SEUS DIREITOS NA SOCIEDADE - Página 276

Capítulo 16 - CALL OF DUTY WW II: INTERDISCURSIVIDADE ENTRE O HISTÓRICO E O FICCIONAL - Página 289

Capítulo 17 - A CONTABILIDADE POPULAR COMO PERSPECTIVA PARA SUSTENTABILIDADE DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDARIA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PORTAL DO SERTÃO - Página 301

Capítulo 18 - CARACTERÍSTICAS CORPORATIVAS RELACIONADAS À COMPATIBILIDADE DE VALORES DOS EBITDA DIVULGADOS PELAS COMPANHIAS LISTADAS NA B3 - Página 313

Capítulo 19 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NUTRICIONAL E PANDEMIA DE COVID-19: PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA AUXILIAR NA DEFINIÇÃO DOS ITENS DE 'KIT ALIMENTARES' - Página 347

Capítulo 20 - MUDANÇAS RECENTES NA PROTEÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA E DESIGUALDADES TERRITORIAIS - Página 376

Capítulo 21 - A INEFICÁCIA DO FNE NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS (2019-2020) - Página 395

Capítulo 22 - A HISTÓRIA POLÍTICA-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE TORRINHA/SP - Página 416

Capítulo 23 - O CONCEITO DE LIBERDADE EM JEAN-PAUL SARTRE: SEU ASPECTO FILOSÓFICO E SUA INSERÇÃO NA LITERATURA ROMANESCA - Página 459

Capítulo 24 - ATUAÇÃO DOS TÉCNICOS EM AGROPECUÁRIA EGRESSOS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA SERRA DA CAPIVARA-EFASC - Página 479

Capítulo 25 - AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NAS ESCOLAS - Página 485

Capítulo 26 - O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO, DISCRIMINAÇÃO E XENOFOBIA - Página 493

Capítulo 27 - LEITURA NO CONTEXTO ACADÊMICO: ANÁLISE DE FATORES QUE DIFICULTAM A LEITURA ENTRE DISCENTES DO CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA DO IFB - Página 506

Capítulo 28 - A INOVAÇÃO COMO RESPOSTA AOS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO: UM OLHAR ÀS ESTRUTURAS E MÉTODOS DE INOVAÇÃO - Página 532

Capítulo 29 - “E PROCLAMAMOS QUE NÃO SE EXCLUA NINGUÉM SENÃO A EXCLUSÃO”: O ENSINO DE HISTÓRIA EM DIREITOS HUMANOS, COM ÊNFASE NOS DIREITOS SOCIAIS - Página 566

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1***

Capítulo 30 - EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DA PANDEMIA DA COVID-19: DIÁLOGOS SOBRE OS LIMITES E OS DESAFIOS DO TRABALHO DOCENTE - Página 608

Capítulo 31 - VIÚVAS DO AGROTÓXICO: NARRATIVAS DE SOFRIMENTO E MORTE - Página 615

Capítulo 32 - ESCRAVIDÃO E SUA CONFIGURAÇÃO CONTEMPORÂNEA: EMPREGADAS DOMÉSTICAS E AS RELAÇÕES DE PODER E DESIGUALDADE NO BRASIL - Página 632

Capítulo 33 - ACOLHIMENTO ACADÊMICO E CONSTRUÇÃO DE VÍNCULO PARA A FIDELIZAÇÃO DO ALUNO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - Página 650

Capítulo 34 - EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: ESTRATO DA META 6 DO PNE 2014-2019 - Página 657

Capítulo 35 - O DIÁRIO DE CAMPO NA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS - Página 667

Capítulo 36 - CARTOGRAFIA: ARTE DA IDADE MÉDIA E SUA UTILIZAÇÃO COMO MATERIAL DIDÁTICO DO ENSINO BÁSICO. - Página 676

Capítulo 37 - CONQUISTA HISTÓRICA: ABORDAGEM ABOLICIONISTA NO ENSINO DE HISTÓRIA DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Página 691

Capítulo 38 - AS POTENCIALIDADES DOS POVOS BANTU: POR UM ENSINO DE HISTÓRIA DECOLONIAL NO "CHÃO DA ESCOLA" - Página 706

Capítulo 39 - O USO DO CELULAR COMO UM INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NAS AULAS DE MATEMÁTICA NO ENSINO MÉDIO - Página 724

Capítulo 40 - INTERTEXTUALIDADE ENTRE FOTOGRAFIA E PINTURA: NIGER, 'FOOD CRISIS' E A PERSISTÊNCIA DA MEMÓRIA - Página 741

Capítulo 41 - ENGAJAMENTO NO TRABALHO: ESTADO DA ARTE DAS PUBLICAÇÕES DE UMA DÉCADA NAS PLATAFORMAS SCIELO E SPELL - Página 752

Capítulo 42 - INFLUÊNCIA DO ALIMENTO RICO EM CLORETO DE SÓDIO SOBRE A RESPOSTA DE PRESSÃO À BARRA POR RATOS CONDICIONADOS - Página 788

Capítulo 43 - A SOCIALIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE CRONOTIPOS E DESEMPENHO FÍSICO E MENTAL: ROMPENDO FRONTEIRAS ANTES E DURANTE A PANDEMIA - Página 798

Capítulo 44 - TRABALHO VERSUS EMPREENDEDORISMO DE SI: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DAS COMUNIDADES EPISTÊMICAS DO NEOLIBERALISMO DURANTE A CRISE SANITÁRIA DE 2020 - Página 803

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1***

Capítulo 45 - CARTOGRAFIAS DE UMA DEMOCRACIA AMEAÇADA: DISPUTAS ENUNCIATIVAS E O ANIQUILAMENTO DAS DIFERENÇAS - Página 820

Capítulo 46 - A PRÁTICA PEDAGÓGICA ORAL E A LITERATURA: UM ENCONTRO POSSÍVEL - Página 821

Capítulo 47 - A ATUAÇÃO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA PANDEMIA NO COVID-19: O PROJETO ENTRE AS FAMILÍAS E A ESCOLA COM PESSOAS AUTISTAS - Página 831

Capítulo 48 - USO DE MODELOS DIDÁTICOS NO ENSINO DE BIOLOGIA COMO FACILITADOR DA APRENDIZAGEM SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DOS SERES VIVOS NO ENSINO MÉDIO. - Página 848

Capítulo 49 - PEDAGOGIA DAS ARTES CÊNICAS EM DIÁLOGO COM A COSMOPERCEÇÃO DA ETNOCENOLOGIA – ABORDAGENS AFETIVA, ESPETACULAR, METODOLÓGICA E UM POUQUINHO MAIS - Página 856

Capítulo 50 - O TERREIRO RECANTO DE PRETA MINA E ILÊ DE IANSÃ E SUAS ALTERIDADES: RELAÇÕES AFROINDÍGENAS EM UM TERREIRO DA NAÇÃO OMOLOKÔ - Página 874

Capítulo 51 - IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA RELAÇÃO PROFESSOR DE MATEMÁTICA E ECA - Página 889

Capítulo 52 - ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO: PROMOÇÃO DA SAÚDE PARA A MÃE E SEU BEBÊ. - Página 900

Capítulo 53 - RISCOS DE SOFRIMENTO PATOGÊNICO NO TRABALHO - Página 905

Capítulo 54 - UM ESTUDO SOBRE A CADEIA DE SUPRIMENTOS E A RELEVÂNCIA DE "SUAS ENGRENAGENS". - Página 928

Capítulo 55 - FERRAMENTAS DE DESENVOLVIMENTO DA LIDERANÇA NA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA - Página 934

Capítulo 56 - ANÁLISE DA ATIVIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO NA IDENTIFICAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS DE TRABALHO DE UM ENFERMEIRO DO TRABALHO - Página 959

Capítulo 57 - PROFESSORES DE DIDÁTICA DAS LICENCIATURAS DO BRASIL SOB O OLHAR DE PESQUISADORES INICIANTEs - Página 976

Capítulo 58 - OS IMPACTOS DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES - Página 991

Capítulo 59 - O ENSINO DA MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO - Página 1007



# ***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1***

Capítulo 60 - O AMBIENTE ESCOLAR COMO LUGAR DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE - Página 1013

Capítulo 61 - ENTRELAÇAMENTOS ENTRE EDUCAÇÃO DO CAMPO, ARTE E TECNOLOGIA - Página 1021

Capítulo 62 - MONITORIA, O IMPACTO DE SUA ATUAÇÃO NO CENTRO UNIVERSITÁRIO EAD - Página 1026

Capítulo 63 - COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS: CAMINHOS FORMATIVOS PARA GESTORES DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS - Página 1032

Capítulo 64 - O DISCURSO DA BELEZA EM — O PATINHO FEIO – O PODER EM NÃO PERTENCER - Página 1038

Capítulo 65 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NOS ANAIS DO COLÓQUIO A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (2013-2017) - Página 1052

Capítulo 66 - SAÚDE MENTAL NO ATLETA DE ALTO RENDIMENTO: REVISÃO INTEGRATIVA - Página 1071

Capítulo 67 - A PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS EM CASA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 - Página 1086

Capítulo 68 - TRANSTORNO AFETIVO BIPOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NA FAMÍLIA E NO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL - Página 1095

Capítulo 69 - ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO UTILIZADA POR TRABALHADORES DE INDÚSTRIA TÊXTIL FRENTE AO TRABALHO REPETITIVO - Página 1110

Capítulo 70 - DIVERSIDADE CULTURAL, CONSCIÊNCIA E MÚSICA: PROGRAMA DE EXTENSÃO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES . - Página 1125

Capítulo 71 - CONTRIBUIÇÕES AOS SABERES EM INCLUSÃO ESCOLAR DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NOS NAPNES - Página 1136

Capítulo 72 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO ELEMENTO DE QUALIFICAÇÃO PEDAGÓGICA - Página 1150

Capítulo 73 - USO DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS (PBL) COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS - Página 1161

Capítulo 74 - O PROFESSOR INTÉRPRETE DE LIBRAS: O QUE APONTA A LITERATURA? - Página 1174

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1***

Capítulo 75 - A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE NASCENTES EM PROPRIEDADES RURAIS DE SÃO DOMINGOS DO SUL/RS - Página 1182

Capítulo 76 - DIREÇÃO FOTOGRÁFICA EM SÉRIE – ANÁLISE DE "EUPHORIA" - Página 1202

Capítulo 77 - TELETRABALHO NO ENSINO SUPERIOR: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NOS CURSOS DE DIREITO EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS NO AMAPÁ NA PANDEMIA - Página 1212

Capítulo 78 - CRIPTOATIVOS: UMA NOVA OPORTUNIDADE DE INVESTIMENTO NO BRASIL? - Página 1238

Capítulo 79 - UM OLHAR PSICOPEDAGÓGICO NA ESCOLA: GARIMPANDO E ENTRELACANDO SABERES, VENCENDO DESAFIOS, CONSTRUINDO APRENDIZAGENS - Página 1255

Capítulo 80 - O EPISTEMICÍDIO DA CULTURA HEBRAICA - RAÍZES DO ANTISSEMITISMO - Página 1266

Capítulo 81 - ADOÇÃO TARDIA DE ADOLESCENTES: A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL, FRENTE AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E A CRIAÇÃO DE VÍNCULOS FAMILIARES - Página 1278

Capítulo 82 - “PRÉ-VESTIBULAR COMUNITÁRIO SEJA MAIS: UMA JANELA PARA FORMAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES” - Página 1296

Capítulo 83 - UMA ANÁLISE INTEGRATIVA SOBRE RELATOS DE EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - Página 1307

Capítulo 84 - GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA PRODUÇÃO DE CACHAÇA: TRANSFORMAÇÕES NO CONTEXTO PRODUTIVO EM ABAÍRA - BA - Página 1321

Capítulo 85 - UMA ANÁLISE DO ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA - Página 1334

Capítulo 86 - LIBERDADE RELIGIOSA: O EQUILÍBRIO ENTRE A PREGAÇÃO DO EVANGELHO E O RESPEITO À CRENÇA DO OUTRO - Página 1344

Capítulo 87 - ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA: AS ENTIDADES PATRONAIS E A REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL – O DESCARTE DOS LIMITES PROTETIVOS DO DIREITO DO TRABALHO - Página 1371

Capítulo 88 - A FALÁCIA DO RACISMO REVERSO NO BRASIL, O RACISMO ESTRUTURAL PRESENTE NO JUDICIÁRIO E NO APARATO DE SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRO - Página 1385

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1***

Capítulo 89 - A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA PEDAGÓGICA NO RIO DE JANEIRO: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL. - Página 1399

Capítulo 90 - IMPACTO DE ASPECTOS DO FRETE, E SUAS INTERAÇÕES COM PROMOÇÃO NA INTENÇÃO DE COMPRA, CONFIANÇA E VALOR DA MARCA DE VAREJISTAS ONLINE - Página 1405

Capítulo 91 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE SOBRE AS ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS NA COMPRA DE VEÍCULOS - Página 1424

Capítulo 92 - ASPECTOS CAMBIAIS QUE INFLUENCIAM AS IMPORTAÇÕES DE VINHOS E SUAS OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO - Página 1426

Capítulo 93 - PROJETO OXIGÊNIO: REVITALIZAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM GESTÃO E NEGÓCIOS DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - Página 1428

Capítulo 94 - SENTIDOS PRODUZIDOS PELOS CÍRCULOS DE MULHERES DE ELEMENTOS DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: ENCONTROS E DESENCONTROS NA LUTA CONTRA O RACISMO RELIGIOSO - Página 1430

Capítulo 95 - A CONTEMPORANEIDADE DO AMOR: PERCEPÇÕES DA JUVENTUDE QUANTO A RELACIONAMENTOS. - Página 1432

Capítulo 96 - A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL DE ADOÇÃO TARDIA NUMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO DE ADOLESCENTES EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - Página 1433

Capítulo 97 - UMA ANÁLISE DO EFEITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA SOBRE O DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL NO PERÍODO 2009 A 2019 - Página 1434

Capítulo 98 - CIEP: UM PROJETO DE REVERSÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS - Página 1437

Capítulo 99 - A URBANIZAÇÃO E O PROCESSO INDUSTRIAL: ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS - Página 1440

Capítulo 100 - POLÍTICA DE TRANSIÇÃO OU INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME MILITAR? UMA ANÁLISE NEOINSTITUCIONAL DO PROGRAMA PARA EDUCAÇÃO BÁSICA NO GOVERNO DE JOSÉ SARNEY (1986-1987) - Página 1443

Capítulo 101 - POTENCIALIDADES E LIMITES DO USO DA HISTÓRIA LOCAL DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS EM SALA DE AULA - Página 1445

Capítulo 102 - TRAJETÓRIAS NA VILA DE IGUASSÚ POR MEIO DOS REGISTROS CARTORIAIS (NOVA IGUAÇU, RJ, 1850-1920) - Página 1447

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1***

Capítulo 103 - EDUCAÇÃO E CULTURA QUILOMBOLAS: A (IN) VISIBILIDADE ÉTNICO-RACIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS EM ESCOLAS DO CAMPO NA REGIÃO DA PA 140 EM TOMÉ AÇU - Página 1449

Capítulo 104 - PATRIMÔNIO CULTURAL: FRONTEIRAS CULTURAIS E IDENTIDADE - Página 1452

Capítulo 105 - MAQUINÁRIO MORTÍFERO: A PROPAGAÇÃO NEOFASCISTA E O ADOECIMENTO MENTAL - Página 1453

Capítulo 106 - ATIVIDADE FÍSICA NO COMBATE À DEPRESSÃO - Página 1454

Capítulo 107 - DIÁLOGOS SOBRE ASTRONOMIA - Página 1457

Capítulo 108 - MÉTODOS DE AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO NO CENÁRIO PANDÊMICO - Página 1458

Capítulo 109 - PODCAST ‘S-TOWN’: UM ESTUDO DO JORNALISMO INVESTIGATIVO COMO FORMA DE ENTRETENIMENTO - Página 1459

Capítulo 110 - O USO DO MOODLE NA OPERAÇÃO COVID-19 DAS FORÇAS ARMADAS - Página 1461

Capítulo 111 - O WHATSAPP E SUA FUNÇÃO DIDÁTICA - Página 1463

Capítulo 112 - UMA CAIXA PARA APRENDIZAGEM DE FÍSICA POR PROJETOS DENTRO E FORA DE SALA DE AULA - Página 1465

Capítulo 113 - A APLICAÇÃO DE STORYTELLING NO DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS DE LIDERANÇA - Página 1467

Capítulo 114 - PSICOLOGIA DO TRABALHO: CONTEXTO E DESAFIOS - Página 1469

Capítulo 115 - “GAME DE TABULEIRO PARA O ENSINO DE FÍSICA NUCLEAR” - Página 1471

Capítulo 116 - A MÚSICA “VOCÊ NÃO MANDA EM MIM” E A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER NO ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR: TRATAMENTO NORMATIVO-PENAL E ANÁLISE DO NÚMERO DE VÍTIMAS NO BRASIL - Página 1472

Capítulo 117 - APLICAÇÃO DA SELIC NAS CONDENAÇÕES DA FAZENDA PÚBLICA E A EC 113/2021 - Página 1474

Capítulo 118 - JUSTIÇA ELEITORAL CASSA MANDATO DE PREFEITO E VICE DE IBIRITÉ/MG - Página 1476

Capítulo 119 - A INDÚSTRIA DA SECA E A MÚSICA “ASA BRANCA”: VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS A PARTIR DA ALCUNHA “NORDESTINIDADE” - Página 1478

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1***

Capítulo 120 - “PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES” E A LEI DE ANISTIA NO BRASIL - Página 1480

Capítulo 121 - MULHERES NEGRAS NO ESPAÇO CORPORATIVO NA CIDADE DE SÃO PAULO - Página 1482

Capítulo 122 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, AS RELAÇÕES DE EMPODERAMENTO FEMININO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA - Página 14895

Capítulo 123 - UM DESIGN NOSSO E A SUBVERSÃO DE UMA ESTÉTICA EUROCENTRADA NO BRASIL - Página 1498

Capítulo 124 - PROJETOS INTERDISCIPLINARES COMO RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM - Página 1511

Capítulo 125 - LEI LUCAS E A SUA IMPLEMENTAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS, DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS - Página 1514

Capítulo 126 - AS CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL E O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA - Página 1516

Capítulo 127 - A IDEOLOGIA E A RAÇA SOB O VIÉS DE UM SISTEMA ESCRAVISTA PRESENTE NA OBRA O NAVIO NEGREIRO QUE SE APROXIMAM DA UMA VISÃO PÓS COLÔNIA SEGUNDO ACHILLE MBEMBE - Página 1533

**Capítulo 1 - DOI:10.55232/1083002.1**

## **INOVAÇÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS PARA A COMPETITIVIDADE EM UM NEGÓCIO DE GESTÃO VISUAL DE CORES**

**Pedro Gargalaca Filho e Adilson Caldeira**

**RESUMO:** O presente relato tecnológico descreve a intervenção realizada em uma empresa que atua no setor de consultoria e soluções para gerenciamento de cores em diversos segmentos de mercado. A oportunidade identificada foi atender às novas demandas de sistemas de iluminação, que surgiram em empresas da indústria gráfica no Brasil, provocadas, principalmente, por mudanças legais e tecnológicas. Adotou-se como procedimento metodológico a proposição de Marcondes, Miguel, Franklin e Perez (2017) para definir e implementar estratégias pautadas pela inovação em tecnologia e serviços em busca de diferenciação que gerasse vantagem competitiva, criando valor aos clientes. A intervenção resultou na transformação de um cenário de risco à sustentabilidade econômica do negócio em uma perspectiva rentável e promissora, com impacto na relação da empresa com seus clientes, promovendo aumento na participação de mercado com resultados financeiros positivos para o negócio. Descreve-se, assim, uma experiência concreta que integra modelos desenvolvidos no universo acadêmico a situações aplicadas no ambiente de negócios, lidando com a complexidade de questões relativas às contingências de mercado e à habilidade demandada nas relações comerciais. Por seguir orientação metodológica de caráter científico, espera-se que seu relato agregue conhecimento à tecnologia de gestão e a torne passível de replicação em situações equivalentes.

**Palavras-chave:** desenvolvimento de negócios, inovação, tecnologia

## **INTRODUÇÃO**

A livre concorrência no mercado promove diferenças nas estratégias adotadas pelas organizações que nele operam (Hayes et al., 2008). De acordo com Heizer e Render (2001) é nítida a correlação entre as demandas competitivas e o ritmo de respostas como, por exemplo, a agilidade no desenvolvimento de novas ofertas como forma de ampliar a rentabilidade dos negócios até que a concorrência reaja.

Conforme observa Kirzner (1986), a dinâmica do mercado é diretamente relacionada às condições em que a empresa opera: um mercado que não é excessivamente regulamentado favorece a criatividade e flexibilidade na adoção de mecanismos de diferenciação entre os competidores. Nesse sentido, Mises (2010) entende que a ação dos empresários tende a ser naturalmente competitiva, pois, em sintonia com a visão de Hayek (1990), a concorrência decorrente dos mecanismos de mercado promovem oportunidades de descobertas, mediante tentativas e erros.

A dinâmica da transformação nas condições do mercado, enfim, expõe as empresas a adaptar seus modelos de negócios para mantê-los estruturados de modo a favorecer o aproveitamento de oportunidades, como meio para se manter em contínuo desenvolvimento. Como elemento importante nesse processo, a inovação proporciona a oferta de diferenciais competitivos que possibilitam o preenchimento de lacunas de mercado, sendo que, as organizações são provocadas a adotar novas formas de ser e fazer, com criação de valor materializada sob a forma de produtos e serviços ofertados.

Este relato descreve a experiência vivenciada na Coralis, empresa especializada em consultoria e soluções para inspeção e análise de cores em variados segmentos, envolvendo a inovação, tanto em produto, quanto em prestação de serviços, ao oferecer para o mercado uma fonte luminosa de LED como alternativa às lâmpadas fluorescentes e às LED convencionais, encontradas atualmente no mercado nacional, cujas quais, apesar de amplamente utilizadas pelas empresas do setor da indústria gráfica nas inspeções de análise de cores no processo de impressão, não atendem aos critérios estabelecidos pelas normas aplicáveis a este setor.

Em busca do entendimento da oportunidade, identificou-se que a indústria gráfica brasileira tem passado por adequações compulsórias, em decorrência de medidas legais adotadas para preservação do meio ambiente e pela grande evolução tecnológica dos anos recentes. Um dos principais impactos, no presente momento é originado a partir da aprovação pela Câmara Legislativa Brasileira no ano de 2018 de um projeto de Lei nº 8911/2017, e do Decreto de Minamata, assinado pelo Governo Brasileiro em 2014, que determina a eliminação, até o ano de 2020, de produtos e subprodutos que utilizam o metal mercúrio em sua composição, como é o caso das lâmpadas fluorescentes.

Algumas lâmpadas fluorescentes utilizadas para análise de cor, apresentam o rendimento mínimo necessário, índice de reprodução de cor (IRC) maior que 90%, e são utilizadas atualmente para a inspeção visual de cores pelas empresas do setor gráfico, atendendo às normas internacionais para este setor, como a norma NBR ISO 3664:2011, mas que, em breve, terão que ser substituídas por tecnologia sem mercúrio. Em função disso, as lâmpadas de LED convencionais encontradas no mercado, acabaram tornando-se a única opção para substituir as lâmpadas fluorescentes. Contudo, apesar da tecnologia LED ser considerada mais eficiente energeticamente que as lâmpadas fluorescentes, e de causarem menos impacto

ambiental, ainda não existe no mercado brasileiro, uma empresa que forneça essa tecnologia, com as características necessárias para atender à norma NBR ISO 3664:2011.

Esta norma determina que as lâmpadas para análise visual de cores devem possuir o índice de IRC superior a 90%, índice este que mede o grau de conformidade psicofísico das cores de um objeto iluminado em comparação com a cor de um padrão original. As lâmpadas LED convencionais existentes no mercado hoje possuem IRC inferior a 80%, e as fluorescentes convencionais, inferior a 75%, ficando muito aquém da norma.

Partindo, então, da premissa de que a indústria gráfica está à procura de lâmpadas alternativas, com tecnologia LED (mais eficiente e econômica), capaz de suprir os requisitos técnicos demandados neste setor (IRC > 90%, de acordo com a norma NBR ISO 3664), este trabalho tem por objetivo geral **promover meios para o aproveitamento da oportunidade de desenvolvimento de negócios de uma empresa especializada em consultoria e soluções para inspeção e análise de cores**. A oportunidade vislumbrada consiste em atender a uma necessidade das empresas do setor gráfico diante das mudanças no cenário desse mercado, promovendo o desenvolvimento da organização em foco pela diversificação de seu portfólio de negócios.

Adotou-se como procedimento metodológico a proposição de Marcondes, Miguel, Franklin e Perez (2017), que apresenta um caminho estruturado para a realização de trabalhos práticos e aplicados em administração, em busca de resultados concretos de melhorias e inovação que ampliem a eficiência e eficácia dos negócios. Seguiu-se a recomendação dos referidos autores de que, em um trabalho prático, que se distingue de estudos acadêmicos dedicados prioritariamente a ampliar o conhecimento teórico, a qualidade e efetividade também são favorecidas ao se recorrer à teoria e fundamentação científica.

Seguindo essa recomendação, procurou-se elaborar o trabalho com aporte da literatura consultada em que se abordam as questões envolvidas nas diferentes questões analisadas. Desse modo, apresentam-se as ideias encontradas na literatura especializada ao longo de toda a estrutura do texto, e não em uma seção específica dedicada ao referencial teórico.

O método adotado foi concebido por Marcondes et al. (2017) com base em processos que Aken, Berends e Bij (2012) sugerem para a solução de problemas empresariais, e que Vandenbosch (2003) dedica ao planejamento de soluções organizacionais, utilizados em cursos de pós-graduação de administração na Universidade Eindhoven da Holanda. Os procedimentos se iniciam pela apresentação e discussão do contexto para o entendimento da oportunidade, prosseguindo com a análise da situação, considerando a busca e interpretação de dados sobre as condições do mercado. Na sequência, propõem-se possíveis alternativas de solução, efetuam-se as escolhas e elabora-se um plano de ações para a mudança. Uma vez concluído esse estágio de projeto, parte-se para a intervenção e efetiva implementação das estratégias eleitas. Uma vez avaliados os resultados da intervenção, conclui-se o processo pela elaboração do relatório final, cuja síntese se apresenta no presente relato.

## **CONTEXTO INVESTIGADO**

A empresa objeto deste trabalho representa, no Brasil, uma marca de instrumentos de medição de cor instalada nos Estados Unidos da América (EUA). No ano de 2015, esse fornecedor teve seu controle acionário adquirido por uma grande corporação de investimentos,



passando a vender diretamente em muitos países do mundo, incluindo o mercado brasileiro.

A tradicional relação de parceria até então dominante nos negócios entre ambas as organizações, portanto, expunha a representante brasileira à dependência de um único fornecedor, com risco de ocorrência de comportamento oportunista. De acordo com Williamson (1985, p.47), o oportunismo se caracteriza como uma ação intencional em que os agentes econômicos buscam os seus próprios interesses nas transações, tendendo a agir em benefício próprio aproveitando-se de lacunas ou omissões contratuais, em detrimento dos parceiros, e “se manifesta pela manipulação estratégica da informação ou falseamento das intenções”. O comportamento oportunista “é caracterizado por ações desonestas realizadas com a finalidade de obter vantagens (Williamson, 1975, p. 26).

Antes de interpretar tal atitude como desonesta, é importante considerar que “todo homem, desde que não viole as leis da justiça, fica perfeitamente livre para perseguir seu próprio interesse do seu próprio jeito, e colocar a sua empresa e capital em competição com os interesses de qualquer outro homem ou ordem dos homens” (Smith, 2007, p. 533). Ainda que se configure como um ato lícito, porém, o oportunismo pode se tornar uma ameaça para o desenvolvimento de negócios de uma dada organização.

Esse era o risco ao qual a empresa objeto deste trabalho se expôs ao limitar sua atuação com total dependência de um único fornecedor, o que revelou a importância de ações estratégicas de diversificação de portfólio. Em busca da compreensão dos cenários em que os negócios se desenvolviam no início do projeto e suas projeções futuras, buscou-se analisar as condições externas, principiando pela observação do comportamento das condições do macro ambiente a que se sujeitaria então o comportamento do mercado.

Johnson, Scholes e Whittington (2009), descrevem as influências ambientais categorizando-as em seis tipos principais: fatores Políticos (P), fatores Econômicos (E), fatores Socioculturais (S), fatores Tecnológicos (T), fatores ambientais, ou, do termo original em inglês “*Environment*” (E) e fatores Legais (L). Como acrônimo dessas iniciais, recomenda-se que se promova a análise do macroambiente denominada “PESTEL”.

Segundo a recomendação dos referidos autores, essa análise deve se pautar pelo potencial de influência dos seis fatores nas condições em que se realizarão os negócios da organização em questão. Para esse efeito, considerou-se que dentre os principais clientes da empresa, encontram-se os que operam no segmento gráfico, que demandam soluções de iluminação padronizada. Em uma das visitas de consultoria realizada em uma grande indústria gráfica de São Paulo, tomou-se ciência da ocorrência, em 2019, da devolução feita por um importante cliente de um grande lote de catálogos por ela produzidos, devido à impressão em cores divergentes em relação ao padrão requerido. Constatou-se que o fato foi ocasionado por deficiência de iluminação no momento de inspeção das cores no processo.

O fato gerou evidentes custos para a empresa. Encontra-se na literatura, abordagem que sustenta que podem ocorrer custos ocultos adicionais aos custos de operação, que são denominados custos de transação (Williamson, 2007). Um possível fato gerador desse tipo de custo é o oportunismo, que pode ser definido como uma ação intencional em que o cliente busca seus próprios interesses, aproveitando-se de lacunas contratuais ou omissas em contrato, em detrimento do parceiro comercial (Williamson, 1975).

O prejuízo imposto à empresa nesse episódio despertou a atenção para os potenciais benefícios da adoção de padronização da iluminação interna no processo de produção. Dentre

as alternativas de iluminação no mercado, tomou-se ciência que as lâmpadas fluorescentes possuem limitação de comercialização, em função do projeto de lei 1811/2017, que restringe o uso de lâmpadas fluorescentes em função da presença de metal pesado (mercúrio).

O fato ilustra como um fator ambiental (E), associado a ou fator legal (L), iniciou a busca por novas tecnologias (T) para substituir as lâmpadas fluorescentes. Entre as opções disponíveis no mercado, existem as lâmpadas de LED, que economizam até 40% de energia, quando comparadas às fluorescentes (E).

### **A empresa e seu mercado de atuação**

A organização à qual se aplica o projeto aqui descrito é uma empresa brasileira, com sede em São Paulo, cuja visão de negócios é baseada em que o gerenciamento das cores, deve ser acessível a todos e está em todos os lugares. A empresa concentra a sua atuação no modelo de venda empresa para empresa, comumente designada B2B (Business to Business), oferecendo soluções de controle e gerenciamento de cores para os segmentos, Gráfico, Fotográfico, Têxtil, Plástico, Cerâmico, Automotivo, Tintas, entre outros.

Fundada em 1992 para oferecer no Brasil as tecnologias mais recentes para a medição e gerenciamento de cores no processo gráfico, em 1997 a empresa ocupava posição de destaque nos mercados brasileiro e latino-americano, sendo eleita, por seu principal parceiro comercial, a maior distribuidora dos seus produtos para a América Latina.

Dedicada à formação de profissionais para fomentar o mercado, a empresa inaugurou o primeiro centro de tecnologia da cor, em 2005, inaugurando também o primeiro laboratório de certificação e manutenção de instrumentos para medição de cor fora dos EUA. Esse laboratório de manutenção e certificação, permitiu à empresa oferecer manutenção e calibração dos instrumentos no Brasil, quando até então, todos instrumentos eram enviados para o laboratório central na cidade de Grand Rapids no estado de Michigan (EUA).

Com o intuito de expandir os negócios para a América Latina, a Coralis inaugurou, em 2012, sua primeira filial internacional no estado da Flórida (EUA), permitindo reduzir custos, pela diminuição os impostos sobre os produtos, quando estes são comercializados em países da América Latina. Em 2017, por decisão estratégica baseada na visão da empresa, de que a medição da cor tem que ser simples e disponível para todos, a empresa inovou lançando no mercado brasileiro o primeiro colorímetro de bolso, para uso em telefones celulares inteligentes (*smartphones*), destinado à captura e comparação de cores, para uso em mercados até então inexplorados no Brasil.

Conforme se observa na linha do tempo apresentada na Figura 1, em 2019 ocorre o lançamento, em conjunto com a EFI (*Electronics for Imaging*) e o SENAI, o primeiro centro de experiência profissional para impressão digital, na maior escola gráfica da América Latina, Escola SENAI “Theobaldo De Nigris”, localizada no bairro da Mooca, São Paulo, dedicado à formação de profissionais para a indústria de impressão digital. Essa parceria se alinha à missão de compartilhar conhecimento e capacitar pessoas para o futuro da indústria brasileira.

**Figura 1. Linha do tempo**



Fonte: Coralis, 2021

Como soluções para o mercado de gerenciamento de cores, a empresa comercializa instrumentos de medição e aferição de cores para produtos e impressos, bem como desenvolve tecnologia e produtos para a correta medição das cores em cada aplicação, outra característica alinhada à missão de compartilhar o conhecimento sobre cores, o que resulta na oferta de treinamento, cursos e consultoria sobre variadas aplicações relativas ao gerenciamento de cores.

Apesar de atuar com tais fontes geradoras de receitas, a maior parcela do faturamento (cerca de 80%), no início do presente projeto, se concentrava nos negócios envolvendo a distribuição local dos produtos de marca americana. Embora essa operação resultasse em expressivos ganhos, alavancando a rentabilidade dos negócios, expunha demasiadamente a uma condição de dependência na relação comercial entre as empresas envolvidas.

#### **Os clientes, o mercado e os desafios competitivos**

Os principais clientes são empresas gráficas que fazem impressão de embalagens, materiais editoriais e promocionais para grandes marcas como: Ambev, Mentos, PepsiCo, Coca-Cola, Procter & Gamble, entre outras. Cada uma dessas marcas tem identidade visual registrada e patenteada, incluindo o padrão de cores da marca, documentado em manuais próprios de gerenciamento de cores, em que se definem as especificações para que as cores, ao serem reproduzidas, estejam em conformidade com o padrão original da patente internacional. Isso reflete a exigência imposta aos fornecedores de materiais impressos, não se aceitando qualquer tipo de variação de cor nos produtos por parte destas grandes marcas.

Igualmente rigoroso é o padrão de qualidade para a produção de catálogos de moda e cosméticos, cuja exigência sobre as cores corretas é também muito grande.

O rigor das normas e o elevado padrão de qualidade requerido nesse contexto expõem os clientes da empresa a riscos de incorrerem em prejuízos, que podem se tornar de grandes proporções, caso ocorram sutis variações consideradas inaceitáveis no material gráfico produzido. Por força contratual, a responsabilidade pelo cumprimento dos parâmetros especificados para os produtos recai sobre o fornecedor, que se arrisca a incidir em custos de transação e seus impactos nos custos de produção, incidindo nos custos totais da operação de modo a prejudicar ou resultados da empresa e em sua competitividade. A partir desse raciocínio,

Coase (1937) sustenta que as firmas precisam melhorar seu arranjo organizacional de modo a otimizar o uso de recursos e criar vantagem competitiva.

Nesse cenário, existe a possibilidade de criação de valor para o cliente, por meio da inovação, aumentando a eficiência do processo, uma vez que qualquer negócio entre duas instituições, começa com a criação de valor (Barney, 2001; Jorgenson, 2015)

Para preservar a competitividade da empresa, diferenciando-a dos concorrentes diretos,

buscou-se criar algo inovador e único. Com inspiração na Visão Baseada em Recursos (*Resource Based View*), procurou-se oferecer aos clientes um pacote de vantagens que dificultassem a ação da concorrência (Rumelt, 1984; Mahoney e Pandian, 1992; Peteraf, 1993; Hoopes et al., 2003). Em busca de vantagem competitiva, entende-se que a criação de valor deve proporcionar ao cliente algo inovador e difícil de ser imitado, por meio da integração de competências pessoais, intelectuais e de produto.

### **Caracterização da oportunidade**

No entendimento da situação da empresa, nota-se que a dependência de um único fornecedor, e ainda atuando em um único só mercado, poderá impactar nos resultados da empresa, em todos os sentidos, uma vez que o fornecedor poderá efetivar uma quebra de contrato, ou desenvolver novos representantes do mesmo segmento no Brasil. Esta quebra de contrato, resultará em uma ameaça de novas empresas atuando no mesmo segmento, e ainda aumento de barganha nos clientes, promovendo oportunismo, com o aumento do custo de Guarda, neste momento considerados custos “*ex post*”, que são custos gerados para monitorar, ajustar e adaptar as transações em função de mudanças na execução causada por erros, omissões, alterações inesperadas. Ainda que se concentre o foco deste projeto no aproveitamento de oportunidade identificada no mercado, procurou-se estabelecer conexões entre as demandas oriundas dessa oportunidade e a eliminação de barreiras que possam comprometer seu aproveitamento.

Assim, iniciou-se a busca por soluções para ampliar o portfólio de negócios da empresa, aproveitando a oportunidade percebida em oferecer novas soluções em busca de criar valor para os clientes, com inovação. Essa orientação partiu de visões como as de Woodruff (1997) e Jorgenson (2015), que consideram “valor” como a avaliação da utilidade de um produto pelo consumidor com base nas percepções do que é recebido e do que é ofertado. Desse modo, a criação de valor para o cliente principia pela compreensão de suas necessidades e exigências, provendo produtos e serviços que as satisfaçam.

Uma das maneiras de criar valor para o cliente final, é promover a inovação nas soluções que a ele se oferecem. A inovação é movida pela habilidade de estabelecer relações, detectar oportunidades e tirar proveito das mesmas. A inovação não consiste apenas na abertura de novos mercados – pode também significar novas formas de servir a mercados já estabelecidos e maduros (Tidd, Bessant, Pavitt, 2008).

O que se buscou, com este projeto, foi encontrar oportunidade de oferta de soluções que agreguem valor aos clientes, provendo meios para que a criação de valor fosse a maior possível, visando à conquista de vantagem competitiva sustentável pela diferenciação da proposta, conforme sugerem Vrakking (1990) e Kaiserfeld (2005). No tópico seguinte apresentam-se as opções identificadas para que tal propósito se concretizasse.

### **DIAGNÓSTICO DA OPORTUNIDADE**

Considerando a reputação que a empresa em foco construiu ao longo de sua atuação, o reconhecimento pela qualidade dos serviços prestados constitui uma força a ser explorada para a expansão dos negócios no mercado. Segundo Julienti, Bakar e Ahmad (2010), elementos

como reputação da marca ou da empresa, considerados recursos intangíveis, são elementos de diferenciação e vantagem competitiva para uma marca ou produto da inovação.

O uso da marca e reputação da empresa associado à inovação, representam um meio para alavancar participação no mercado, diminuir a dependência de um único fornecedor e mitigar os efeitos que podem advir da influência de possíveis novos entrantes na dinâmica competitiva.

Conforme Pisano (2016 p6), “...as empresas devem pensar que ativos complementares, habilidades, produtos ou serviços podem impedir os consumidores de escorregar para os concorrentes”. A importância da inovação em serviços é amplamente reconhecida e abordada na literatura (Gallouj e Weinstein, 1997; Hauknes, 1998; Sundbo, 1997). Segundo Correa e Caon (2002), o setor de serviços é o setor mais dinâmico da economia e suas taxas de crescimento são historicamente maiores que dos outros setores. A inovação de serviços, tornou-se de grande importância para países desenvolvidos e países em desenvolvimento, onde os serviços respondem por cerca de 70% da população economicamente ativa (Drejer, 2004; Gallouj, 2002b; Hauknes, 1998; Tether et al., 2001).

Para compreender as possibilidades de inovação às quais se poderia recorrer, considerou-se a observação de Gallouj e Weinsten (1997), de que ela pode ser radical, quando um serviço totalmente novo é apresentado ao mercado, inovação de aperfeiçoamento, quando um serviço já existente sofre melhorias, sem alterar as características iniciais de tal serviço, inovação incremental, quando um serviço sofre adição de novos itens para torná-lo diferente em relação ao serviço inicial, inovação recombinação ou arquitetônica, quando combina-se serviços de produtos ou departamentos diferentes para gerar um único serviço, melhor e mais eficiente para o cliente final, inovação de formalização, quando se coloca em termos intangíveis, as características dos serviços prestados em ordem, para que seja vista e percebida pelo cliente, e preceda outras formas de inovação em serviços.

Outro aspecto abordado na literatura sobre o tema de inovação em serviços, é o que se refere à inovação “*ad hoc*”. Segundo Gallouj e Weinstein (1997), a inovação em serviços pode ser interativa, ao ponto de apresentar uma solução personalizada para cada situação da relação comercial com o cliente, transformando o serviço em vantagem competitiva para o cliente auferir lucros e resultados positivos.

A possibilidade de inovar pela oferta de serviços com essas características despertou a atenção para o caminho a seguir rumo à solução para a situação em curso. A partir da evidência de que o sucesso da inovação “*ad hoc*” se apoia na relação cliente/fornecedor, efetuou-se pesquisa junto aos clientes, que revelou o interesse e necessidade de empresas do setor gráfico de uma alternativa para substituir a tecnologia das lâmpadas fluorescentes utilizadas atualmente, descontinuadas por lei. O tipo de pesquisa utilizado foi exploratório. O método de pesquisas adotado foi o qualitativo, recorrendo-se a entrevistas em profundidade buscando a compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados (Flick, 2009).

Contando com apenas duas opções de fornecedores que oferecem soluções de iluminação comuns e relativamente baratas, tais como lâmpadas LED convencionais e fluorescentes comuns com rendimento baixo, e desconhecendo a Norma ISO 3664:2011, as organizações pesquisadas acabam incorrendo em perdas no processo produtivo de impressão.

As falhas nesse processo vão desde defeitos em equipamentos até problemas de precisão de cores, afetando a qualidade final da impressão. Há uma necessidade constante de inspeção

do produto no fluxo produtivo de modo a reduzir estas falhas que, em algumas destas empresas, chegam a atingir até 30% dos seus lotes impressos (Coralis, 2021).

Assim, entende-se que a oportunidade esteja na necessidade de haver uma alternativa de fonte luminosa LED de alto rendimento para inspeção visual de cores, de acordo com a norma NBR ISO 3664:2011, que atenda as exigências dos Manuais de Gerenciamento de Cores de grandes marcas, somado à iminente restrição de uso de lâmpadas fluorescentes, conforme projeto de lei 8911/2017, o que, de certa forma, representa uma estratégia de diferenciação pelo desenvolvimento de um novo mercado, em que ainda não há experimentação (Samantha & Garrie, 2015).

Entende-se que o aproveitamento dessa oportunidade incorpora o potencial de proporcionar condições de:

a. Atender com eficácia as necessidades dos clientes do segmento gráfico com um produto alternativo para análise visual de cores de acordo com a norma NBR ISO 3664:2011, atendendo tanto às exigências de qualidade de iluminação dos manuais de gerenciamento de cores das grandes marcas, quanto a ser uma alternativa de substituição às lâmpadas fluorescentes, que serão descontinuadas.

b. Consolidar e capilarizar o mercado nacional com o reconhecimento da marca no segmento gráfico como fornecedor de lâmpadas de alto rendimento e de estações de análise visual de cores, aumentando consequentemente suas vendas.

Em complemento ao diagnóstico da oportunidade, recorreu-se a uma reflexão sobre as possibilidades de promoção do desenvolvimento de mercado, tendo por referência a Matriz Produto X Mercado de Ansoff (1965). Considerando a oportunidade decorrente da demanda identificada no mercado e a solução que a empresa está apta a oferecer, adotaram-se estratégias de desenvolvimento direcionadas ao atendimento de demandas identificadas no mercado já atendido anteriormente, por meio de Produtos/Serviços já ofertados e também de novas soluções para estes mercados, sem deixar de considerar oportunidades de atendimento a novos mercados.

Conforme se apresenta na Figura 2, devido a descontinuação das lâmpadas fluorescentes por lei, uma maior penetração de mercado como estratégia pode ser buscada com os produtos da empresa, visando ocupar a lacuna a ser deixada pelo produto anterior no mercado gráfico já estabelecido, e que possui demanda por reposição frequente. Neste caso, os competidores não alcançam mais a capacidade de fornecimento por um limitante do mercado, existindo aí a possibilidade de aumento da participação de mercado. (Samantha & Garrie, 2015).

**Figura 2. Análise de mercado e produto utilizando a matriz de Ansoff**

<b>Novo Mercado</b>	<b>Desenvolvimento do Mercado</b>	<b>Diversificação</b>
<b>o</b>	Serviço de locação de lâmpadas visando Indústrias gráficas que não utilizam instrumentos adequados de análise de cor devido a custo e ao desconhecimento tecnológico.	<i>Light as a Service (LAAS)</i> , serviço de locação de lâmpadas ou cabines de iluminação da Coralis.

<b>Mercado Atual</b>	<b>Penetração no Mercado</b> Substituição das Lâmpadas Fluorescentes descontinuadas por Lâmpadas LED Coralís Full Spectrum.	<b>Desenvolvimento de Produto</b> Lâmpadas LED Coralís Full Spectrum, com alto rendimento frente as LEDs atuais e atendendo a Norma ISO 3664.
	<b>Produtos já ofertados</b>	<b>Produtos Novos</b>

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir da Matriz de Ansoff (1965)

## **INTERVENÇÃO PROPOSTA**

O desenvolvimento de um novo produto visando atingir mercados consolidados existentes foi a estratégia aplicada no caso das lâmpadas LED com alto rendimento, pois suprem o exigido pela norma ISO 3664:2011 e pelos manuais de gerenciamento de cores das grandes marcas. Porém, há um cenário de concorrência indireta com os produtos disponíveis no mercado nacional devido a um desconhecimento dos clientes frente à Norma, associado ao custo de produtos de iluminação comuns e com menor custo, como lâmpadas LED convencionais e fluorescentes comuns com baixo rendimento.

Considerou-se o potencial da inovação como diferencial competitivo em serviços, no apoio às atividades de manufatura. Na intervenção efetuada, tal inovação não foi obtida simplesmente com base no acaso, em processos aleatórios, mas decorreu de projetos corporativos, traduzido em estratégias e operações que sempre visem a algo diferente, conforme preconizam Tidd, Bessant e Pavitt (2008).

Alinhada a essa concepção, a proposta da empresa foi converter seu produto em um serviço inovador, em que a oportunidade da diversificação está na estratégia da locação das lâmpadas LED Full Spectrum Coralís, ou da locação de uma estação de inspeção de cor com lâmpadas LED Full Spectrum (LAAS – *Light as a Service*), oferecendo um benefício similar a um contrato ao cliente, onde as empresas da indústria gráfica dispõem do sistema de iluminação e análise de cores em total acordo com a Norma ISO 3664:2011 e manuais de gerenciamento de cor das grandes marcas, possibilitando oferecerem seus parques gráficos para a impressão direta a estas grandes marcas e com um custo de um serviço.

A estratégia de *Custo Baixo* neste caso seria aplicada ao custo financeiro investido na locação mensal que é comparado a aquisição direta do produto de baixo rendimento convencional (mais barato e fora de normas), porém mantendo-se o valor e benefício de uso do produto apropriado (conforme normas) como se o cliente estivesse adquirindo o produto (Porter, 2006).

Conforme Tidd et al (2008 P2 Cap.3), “Destaca-se a importância da gestão estratégica em se adaptar de acordo com o ambiente. Para que seja considerada uma estratégia, uma capacidade deve estar a serviço a necessidade do usuário, ser única e difícil de reproduzir.”

Não se tem a informação da existência, no mercado brasileiro, de empresa fornecedora de soluções para iluminação e análise de cores, que ofereça o produto agregado ao serviço, e proporcionando aos clientes a garantia de manutenção, certificação e troca (Coralís, 2021). Dessa forma, atinge-se uma parcela do mercado das indústrias que não consome iluminação de alto rendimento devido ao custo mais alto, passando a utilizar o artifício de locar o produto e ter direito às garantias de manutenção.

Nesse sentido, a partir da pesquisa realizada com clientes, identificou-se a carência de conhecimento preciso sobre as principais diferenças comparativas entre lâmpadas de alto rendimento de cor e as lâmpadas convencionais, normalmente oferecidas a preços mais baixos. Encontram-se, portanto, no mercado, alternativas de aquisição de lâmpadas com valores de aquisição relativamente baixos, mas fora de normas.

A ação promovida compreende a aplicação do conceito defendido por Priem (2007), ou seja, propor a inovação e a comparação por meio da experimentação como uma estratégia de convencimento sobre a qualidade do produto. Desta forma, a intervenção envolveu a promoção de uma campanha de comunicação com os clientes, de caráter informativo, enfatizando e demonstrando a visualização de cores conforme a norma, utilizando lâmpadas de alto rendimento, como estratégia para conscientizar o cliente quanto à diferenciação da qualidade, ligando a marca a essa percepção.

Priem (2007) também destaca a estratégia de crescimento do capital humano em aumentar o estoque de conhecimento do consumidor, o que permite somar este novo conhecimento com o conhecimento específico principal já adquirido, e servirá como sentido para diferenciação dos produtos relacionados e aumento dos benefícios da experiência. Conforme se considerou no diagnóstico da oportunidade, descrito anteriormente no item 3, buscou-se adotar a inovação em serviços “*ad hoc*”, descrita por Gallouj e Weinstein (1997) como interativa, apresentando solução personalizada diante da situação da relação comercial com o cliente, de modo a promover condições para alavancar sua vantagem competitiva pela ampliação de sua capacidade em gerar lucros e resultados positivos.

A Figura 3 ilustra uma experimentação realizada na área de produção em uma grande empresa industrial do setor gráfico localizada na cidade de São Paulo.

**Figura 3. Máquina impressora com LED D50 Coralís (à esquerda) e luz Fluorescente comum (à direita)**





Fonte: Coralís (2021)

Além de direcionar o site da empresa e material promocional para este foco informativo e comparativo, oferecer estações de iluminação com lâmpadas Coralís em clientes, sem custo por um período, promover workshops técnicos, dispor de cabines de comparação de iluminação em feiras específicas do segmento e instalar painéis de iluminação em lojas de material de iluminação estratégicas são métodos de experimentação para trazer o cliente à conhecer o produto e visualizar os resultados obtidos com a tecnologia LED D50.

A promoção da experiência do novo produto com o mercado e com a aplicação em grandes clientes experientes (Priem, 2007) é uma estratégia promovida por meio de consultores técnicos responsáveis por regiões geográficas. Esta estratégia visa, além de demonstrar a qualidade dos produtos da empresa, promover a marca, disseminar o conhecimento da norma e da aplicação do produto, demonstrando com as cabines ou lâmpadas de experimentação as diferenças de visualização de cores.

## **RESULTADOS OBTIDOS**

Para iniciar os testes de mercado, a empresa desenvolveu protótipos de luminárias padrão com quatro lâmpadas e difusor ótico para eliminar o brilho, com instalação elétrica recomendada pelo fornecedor. Como existe uma resistência da alta direção dos clientes em função dos custos das lâmpadas e das luminárias em relação às lâmpadas e luminárias convencionais, o objetivo com este protótipo é de demonstrar *in loco* as diferenças promovidas pelas lâmpadas de alto rendimento de LED Coralís na inspeção visual de cor.

Os preços das lâmpadas geralmente são um fator limitador para a execução dos projetos de iluminação, uma vez que podem custar até 20 vezes mais do que uma lâmpada de LED convencional e, por isso, o setor de compras técnicas sempre irá buscar alternativas para preços mais baixos, podendo até mesmo comprar lâmpadas erradas, achando que estão corretas. A figura 13 mostra uma lâmpada similar à lâmpada de LED Coralís, porém com CRI Ra de apenas 80% que foi encontrada por um departamento de compras de um possível cliente.

Neste caso, a maneira de combater estes produtos concorrentes, é mostrando a especificação da Norma ISO NBR 3664:2011, de modo que a equipe de vendas e as revendas da empresa devem estar muito bem orientadas para justificar que o investimento a ser efetuado pelos clientes é fruto de regulamentação sobre a análise visual de cores

Durante a fase de intervenção, alguns contratos de iluminação foram fechados, com o intuito de atingir mercados ainda não explorados, como cosmético, estética, e donos de marca. Criou-se um selo de iluminação certificada, baseado na norma ISO 3664:2011, para salas de reuniões, onde a iluminação padronizada é fator preponderante para a tomada de decisão e aprovação de modelos de embalagens, conhecidos como *MockUps*.

O selo de qualidade, apresentado na figura 5 juntamente com a medição da qualidade da iluminação, foi instalado por solicitação do cliente, o que caracteriza uma inovação adaptativa “*ad hoc*” para apresentar uma solução em conformidade com normas internacionais, que garanta a qualidade da iluminação nas salas de reunião e inspeção final dos produtos. Pelo

diferencial resultante, essa inovação em serviços proporciona vantagem competitiva para os clientes da empresa.

Durante a execução deste projeto, a empresa efetuou algumas alterações necessárias para melhorar a eficiência e eficácia de atuação no mercado. Diante da análise efetuada, foi possível perceber que alguns clientes, principalmente de micro e pequeno portes, representam um mercado em potencial a ser explorado, já que também necessitam readequações tecnológicas. Como o investimento demandado poderia se tornar uma dificuldade para os clientes em potencial, a empresa desenvolveu uma nova solução partir da oferta de serviço de locação das estações de avaliação de cor, o que gerou mais um modelo de negócio que foi incluído neste trabalho como inovação em serviços. (*Light as a Service*).

**Figura 5 – Selos de aprovação de iluminação em salas de inspeção (NBR ISO 3664:2011)**



Fonte: Coralis 2021.

Por se tratar de um produto com tecnologia inovadora para um mercado específico, em substituição às lâmpadas fluorescentes convencionais, optou-se por um posicionamento de preços na categoria *Premium*, diferenciando o produto dos demais concorrentes, e atribuindo à marca e ao produto, uma diferenciação de qualidade para o mercado. A decisão se baseou na descrição que Johnson et al. (2009) estabelecem para a estratégia de diferenciação focada, em que se procura oferecer mais benefícios percebidos no produto/serviço ofertado a um nicho específico de mercado, de modo a justificar um prêmio substancial incorporado ao preço.

A capacidade dinâmica da empresa durante a fase de avaliação, permitiu mudanças no trabalho com foco nas necessidades dos clientes, adaptando o produto e os serviços, para atingir mercados ainda não explorados. As vendas em 2019 e 2020, atingiram os resultados esperados de crescimento de receitas, provenientes de 3.271 novas vendas realizadas.

Dentre as ações adotadas para divulgação do produto, a experimentação foi a que causou

maior impacto junto aos clientes uma vez que, após duas semanas de utilização, muitos não quiseram mais devolver a estação para não comprometer a qualidade de seus processos de impressão. Outro projeto que causou impacto para aceleração das vendas em 2020, foi o selo de iluminação certificada, que acompanha todos os projetos de iluminação de ambientes críticos, e que exigem condições normatizadas para a tomada de decisões.

O plano de ações continua em implementação para a execução deste projeto. Paralelamente à execução dessa primeira fase de implementação, já se iniciou a divulgação da solução a outros setores de atividade, ampliando a abrangência do negócio pelo atendimento a novos mercados que apresentam demandas semelhantes, tais como, o fotográfico, cosmético, tintas, têxtil, plástico, dentre outros. A Figura 6 apresenta a foto da nova lâmpada para o projeto da indústria automotiva, têxtil, plástico e cosméticos.

**Figura 6. Lâmpada LED Coralís D65 – Novos Mercados**



Fonte: Coralís (2021)

## **CONTRIBUIÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desenvolvido a partir da identificação de uma oportunidade para a promoção do desenvolvimento de negócio na empresa em foco, que se revelou passível de exploração pela aplicação de inovações em produtos, processos e serviços, este projeto se aplicou por meio de ações dedicadas à ampliação de competências dos profissionais envolvidos e diversificação do portfólio de produtos ofertados.

Um dos principais resultados da intervenção procedida aplica-se ao comportamento de gestão, que passou a ser pautado pela inovação nas decisões estratégicas da empresa. A execução do projeto conduziu à identificação de demandas por novos produtos, serviços e processos relacionados ao escopo de negócios da empresa, ou seja, iluminação padronizada para análise e inspeção de cores. Com a estrutura montada para a importação, produção e

comercialização dos produtos de inspeção visual para cores, surgiram novas oportunidades de negócios em mercados que anteriormente não eram atendidos, tais como os de cosméticos, indústria têxtil e de embalagens.

O embasamento teórico proposto pelos procedimentos metodológicos para trabalhos práticos e aplicados em administração, propostos por Marcondes et al. (2017), permitiu ao autor deste trabalho, e todos os envolvidos direta e indiretamente com o trabalho, construir um plano de ações implementado na prática na empresa, direcionando todas as ações e estratégias para atingir os objetivos propostos.

Compartilhar o aprendizado com toda a equipe, promoveu o crescimento e engajamento motivacional de todos os envolvidos. Além disso, a utilização de um método estruturado para a construção da proposta resultante confere ao estudo um caráter de modelo passível de ser replicável em outras situações, no próprio negócio, ou em situações semelhantes vivenciadas por outras organizações, estendendo o potencial de aprendizado a outros possíveis beneficiários.

No que se refere à complexidade do desenvolvimento deste trabalho, pode-se dizer que durante a fase de implementação do projeto, a pandemia do Covid-19, paralisou o mercado em função da quarentena, causou impactos sobre os resultados de venda do ano de 2020 e elevou as taxas de cotação do dólar, aumentando os custos dos produtos produzidos pela empresa. Além disso, houve a necessidade de fazer desenvolvimento de produtos à distância, o que de certa forma dificultou o trabalho em algumas demonstrações e testes de produto que são necessárias para a validação da qualidade dos mesmos. Contudo, percebe-se no último trimestre de 2020, uma melhora considerável nas vendas, principalmente para o mercado de embalagens.

Foi importante para as definições estratégicas deste trabalho, a observação da necessidade dos clientes, bem como as mudanças legais que impactaram a tomada de decisões com relação aos aspectos de inovar em produtos, serviços e processos. Algumas adaptações e mudanças decorrem da percepção da importância de ouvir a necessidade dos clientes, o que tornou a aceitabilidade do produto maior no mercado.

Observa-se que o potencial de desenvolvimento de negócios aqui identificado não se limita ao que foi realizado nesta fase do projeto, uma vez que, para manter vigilância constante contra novos entrantes e mitigar potenciais concorrentes no mercado, a empresa deverá continuar em busca de inovação em produtos, serviços e processos, utilizando-se do aprendizado adquirido com o método adotado para atingir novas demandas e mercados.

O projeto descrito neste texto, enfim, exemplifica uma concepção integradora entre preceitos do universo acadêmico e situações práticas observadas no ambiente de negócios. A referência buscada em procedimentos metodológicos reconhecidamente científicos possibilita que o processo seja replicado em situações reais que ocorrem em empresas de diversos setores de atividade, em que se observa a necessidade de minimizar o efeito de problemas e limitações para que se viabilize o aproveitamento de oportunidades para o desenvolvimento de negócios, como as que aqui se descrevem.

Por meio de mecanismos em que se proporciona inovação no atendimento às necessidades identificadas no mercado, mediante integração entre recursos, tecnologia, capacidade e processos para o aproveitamento de oportunidades, pode-se ir além de melhorias no desempenho de um negócio específico. Os benefícios podem ser estendidos à comunidade em que essa ação se processa, pois, conforme Porter e Kramer (2009), o desenvolvimento

econômico e social pode ser diretamente influenciado. A prosperidade dos negócios tende a ampliar a satisfação de necessidades da comunidade em que eles se desenvolvem. O estímulo à eficiência, via redução de custos, otimização do uso de recursos e fortalecimento da viabilidade econômico-financeira, também se reflete em eficácia ao ampliar a oferta de valor por meio de soluções que contribuem para melhoria da qualidade de vida dos consumidores.

Quanto aos desdobramentos e expectativas futuras, ainda que se estimem as contribuições acima descritas, o presente trabalho não esgota as alternativas possíveis para soluções de problemas e aproveitamento de oportunidades para o desenvolvimento de negócios na organização em foco, o que recomenda a continuidade e aprofundamento da questão em futuras intervenções, de modo a conferir condições para sua contínua evolução.

## **REFERÊNCIAS E FONTES CONSULTADAS**

- Aken, J. E. van, Berends, H. & Bij, H. van der (2012). *Problem-solving in organizations. A Methodological Handbook for Business and Management Students*. New York: Cambridge University Press, 2 ed. 2012.
- Ansoff, H. I. (1965). *Corporate strategy: business policy for growth and expansion*. New York: McGraw-Hill.
- Barney, J. B. (2001). Resource-based theories of competitive advantage: A ten-year retrospective on the resource-based view. *Journal of management*, 27(6), 643-650.
- Bonazzi, F. L. Z., & Zilber, M. A. (2014). Innovation and Business Model: a case study about integration of Innovation Funnel and Business Model Canvas. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios-RBGN*, 16(53), 616-637.
- Câmara dos Deputados. (2020). Site institucional da Câmara dos Deputados. Recuperado em 14/06/2021 de: <http://www.camara.leg.br>.
- Coase, R. H. (1995). The nature of the firm. In *Essential readings in economics* (pp. 37-54). Palgrave, London.
- Coralis. (2021). Site institucional da empresa. Recuperado em 10/07/2021 de: <http://www.coralis.com.br>.
- Ettlie, J. (2007). 2<sup>nd</sup>. Ed. *Managing innovation*. London: Routledge.
- Evolutiva no setor de SVA sob a orna do Jornal Canvas/Modelo de negócio: em enfoque evolutivo em sector de SVA bajo la perspectiva del método Canvas. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 14(3), 32-49.
- Flick, U. (2009). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Hayek, F. A. V. (1990). *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- Hayes, R.; Pisano, G.; Upton, D. & Wheelwright, S. (2008). *Produção, estratégia e tecnologia: em busca da vantagem competitiva*. 1a. ed. Porto Alegre: Bookman.
- Heizer, J. H. & Render, B. (2001). *Administração de operações: bens e serviços*. 5. ed. R. Janeiro: LTC.
- Hollander, S. (1965). The sources of increased efficiency: A study of DuPont rayon plants. *MIT Press Books*,
- Johnson, G., Scholes, K., & Whittington, R. (2009). *Exploring corporate strategy: text & cases*. Pearson education.
- Jorgenson, E. (2015). Why Value Creation is the Foundation of Business: How to define it, measure it, and manage it. Recuperado em 14/06/2021 de <https://medium.com/evergreen-business-weekly/why-value-creation-is-the-foundation-of-business-how-to-define-it-measure-it-and-manage-it-147c92b87aca>
- Julienti, L., Bakar, A., & Ahmad, H. (2010). Assessing the relationship between firm resources and

- product innovation performance. *Business Process Management Journal*, 16(3), 420-435.
- Kaiserfeld, T. (2005). *A review of theories of invention and innovation*. CESIS Electronic Working Paper Series, Paper No. 47. Recuperado em 07/07/2021 de <https://ideas.repec.org/p/hhs/cesisp/0047.html>
- Kirzner, I. M. (1986). *Competição e atividade empresarial*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- Mahoney, J. T., & Pandian, J. R. (1992). The resource-based view within the conversation of strategic management. *Strategic management journal*, 13(5), 363-380.
- Marcondes, R.C.; Miguel, L.A. P.; Franklin, M.A., & Perez, G. (2017). *Metodologia para elaboração de trabalhos práticos e aplicados: administração e contabilidade*. Recuperado em 09/07/2021 de [https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/6-pos-graduacao/upm-higienopolis/mestrado-doutorado/admin-desen- negocios/2018/Livro\\_Metodologia\\_trabalhos\\_praticos.pdf](https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/6-pos-graduacao/upm-higienopolis/mestrado-doutorado/admin-desen- negocios/2018/Livro_Metodologia_trabalhos_praticos.pdf)
- Mises, L. H. E. V. (2010). *Liberalismo: segundo a tradição clássica*. 2. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Osterwalder, A., & Pigneur, Y. (2010). *Business model generation: a handbook for visionaries, game changers, and challengers*. John Wiley & Sons.
- Peteraf, M. A. (1993). The cornerstones of competitive advantage: a resource-based view. *Strategic management journal*, 14(3), 179-191.
- Pisano, G. P. (2016). Você precisa de uma estratégia de inovação. *Harvard Business Review*. Recuperado em 26/06/2021 de <https://hbrbr.com.br/voce-precisa-de-uma-estrategia-de-inovacao/>
- Porter, M. E. (2008). As cinco forças competitivas que moldam a estratégia. *Harvard Business Review*. Recuperado em 28/06/2021 de <https://hbrbr.com.br/as-cinco-forcas-competitivas-que-moldam-a-estrategia>
- Porter, M. E.; Kramer, M. R. (2006). Estratégia e Sociedade: o vínculo entre vantagem competitiva e responsabilidade social nas empresas. In: PORTER, M. E. (2009). *Competição*. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, p. 437-510.
- Priem, R. L. (2007). A consumer perspective on value creation. *Academy of Management Review*. 32(1), 219-235.
- Rumelt, R. P. (1984). Towards a strategic theory of the firm. *Competitive strategic management, Oxford Management Readers*. p.556-570.
- Samantha, V., & Garrie, R. (2015). Evaluational Study of the Models and Theories of Strategic Management. *Scholedge International Journal of Business Policy & Governance*
- Smith, A. (2007). *A Riqueza das Nações*. Edição Revista. São Paulo: Editora Hemus
- Tidd, J., Bessant, J., & Pavitt, K. (2008). Aprendendo por meio de alianças. *Gestão da Inovação. Porto Alegre: Bookman, 3a. edição, cap, 3, PII*
- Vandenbosch, B. (2003). *Designing solutions for your business problems: a structured process for managers and consultants*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Vracking, W. J. (1990). The innovative organization. *Long Range Planning*, 23(2), 94-102. Recuperado em 01/07/2021 de <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/002463019090204H>.
- Williamson, O. E. (1975). *Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications* New York: Free Press.
- Williamson, O. E. (2007). Transaction cost economics: An introduction. *Economics Discussion Paper*. Recuperado em 09/07/2021 de [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1691869](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1691869).
- Woodruff, R. B. (1997). Customer value: the next source for competitive advantage. *Journal of the academy of marketing science*, 25(2), 139.

**Capítulo 2 - DOI:10.55232/1083002.2**

**ANÁLISE FINANCEIRA E SUSTENTÁVEL DA  
IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE ENERGIA SOLAR  
FOTOVOLTAICA NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE  
VIRACOPOS**

**Cayo Roberto Thomé De Oliveira e Vinícius Moreira De Godoy Garcia Da  
Cunha e Manuela Santin De Souza**

**RESUMO:** INTRODUÇÃO: O Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas/SP, é um dos maiores e melhores aeroportos do Brasil. Para operar, há muito consumo de energia elétrica, a qual representa aproximadamente 15% de todo o custo anual de suas operações. Uma solução para diminuir o alto custo é a implantação de um sistema de energia solar fotovoltaica no local. Tendo em vista a importância do tema, este trabalho se propôs a responder a seguinte pergunta: Como a implantação de um sistema de energia solar fotovoltaica pode impactar nos âmbitos financeiro e sustentável do Aeroporto Internacional de Viracopos? OBJETIVO: O objetivo geral deste estudo consiste em analisar como a implantação de um sistema de energia solar fotovoltaica pode impactar nos âmbitos financeiro e sustentável no Aeroporto Internacional de Viracopos e os objetivos específicos são: Coletar os dados referentes ao consumo energia elétrica, valor do kWh e espaço disponível para implantação de um sistema de energia solar fotovoltaica; Realizar a estimativa de custo de implantação; Analisar a viabilidade financeira; Analisar a redução dos impactos ambientais; Se viável, recomendar a implantação do sistema. MÉTODO DE PESQUISA: Esse trabalho buscou analisar como a implantação de um sistema de energia solar fotovoltaica pode impactar no âmbito financeiro e sustentável do Aeroporto Internacional de Viracopos. Neste sentido, justifica-se o uso da pesquisa quantitativa como metodologia de investigação, tendo como base os dados específicos e aplicados ao Terminal de Passageiros do aeroporto. Após avaliação dos dados, foi feita uma análise financeira e sustentável, de modo a verificar a viabilidade do investimento do projeto, a fim de obter retorno financeiro e sustentável. ANÁLISE DOS RESULTADOS: Por meio da utilização dos métodos de análise financeira, foi possível obter os seguintes resultados: Payback Simples se dará aproximadamente em 5 anos e 2 meses; Payback Descontado se dará aproximadamente em 6 anos e 10 meses; Taxa Interna de Retorno (TIR) será de 21,76% a.a.; Taxa Interna de Retorno Modificada (TIRM) será de 12,43% a.a.; e o Valor Presente Líquido (VPL) de R\$54.228.740,51. De acordo com os conceitos dessas metodologias, todos estes resultados são considerados positivos. Além disso, a implantação desse sistema também terá uma expressiva redução dos gases de efeito estufa. CONCLUSÕES: É possível concluir que é viável a implantação de um sistema de energia solar fotovoltaica no aeroporto, trazendo impactos financeiros positivos para a ABV no decorrer do tempo. Além disso, foi possível observar outros impactos positivos relacionados à sustentabilidade como a expressiva redução de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e seu diferencial estratégico frente aos concorrentes. Conclui-se, portanto, que o presente trabalho atingiu os objetivos buscados, evidenciando como a implantação de um sistema de energia solar fotovoltaica pode impactar nos âmbitos financeiro e sustentável do aeroporto. CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO: A implantação deste robusto projeto pode trazer uma economia de recursos financeiros e naturais, um consumo consciente de energia e um aumento da capacidade de inovação, sendo um dos poucos aeroportos do Brasil que pode melhorar expressivamente sua eficiência energética. Este sistema também contribuirá para o tratado do Brasil e outros países na COP-26 que possui o compromisso de zerar a emissão de gases de efeito estufa até 2050. Além disso, este trabalho possui contribuições acadêmicas e práticas referente aos conceitos apresentados e aos resultados, que poderão solucionar do problema.

**Palavras-chave:** Análise financeira, energia solar fotovoltaica, aeroportos.

## **INTRODUÇÃO**

O Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado na cidade de Campinas/SP, é um dos maiores e melhores aeroportos do Brasil. Segundo a pesquisa de satisfação dos passageiros, realizada pela Secretaria de Aviação Civil (SAC), o aeroporto conquistou 13 vezes o prêmio Aeroportos Mais Brasil de melhor aeroporto do Brasil na categoria de 5 a 15 milhões de passageiros por ano e segundo a pesquisa *Air Cargo Excellence* da *Air Cargo World*, o aeroporto conquistou 4 vezes o prêmio de melhor terminal de cargas do mundo em até 400.000 toneladas por ano (VIRACOPOS, 2021).

O Aeroporto Internacional de Viracopos, em 2019, registrou um recorde histórico na movimentação total de passageiros, sendo mais de 10 milhões de pessoas embarcando ou desembarcando pelo terminal (VIRACOPOS, 2021). Seguindo a crescente demanda, o aeroporto também obteve outro recorde em 2021, processando mais de 13 mil toneladas de cargas importadas e 9 mil toneladas de cargas exportadas (VIRACOPOS, 2021).

Com o aumento da movimentação de passageiros nos aeroportos, o modal aéreo vem ganhando relevância na economia nacional e mundial, com impactos financeiros positivos, além de contribuir para o maior desenvolvimento da sociedade (CAPPÁ *et al.*, 2017).

Esse desenvolvimento é possível pois, a crescente demanda e aumento da facilidade do transporte aéreo há estímulo para as empresas expandirem e investirem em suas atividades comerciais, industriais e de serviços. Além disso, há também a geração de tributos, assim, percebe-se seus impactos positivos (CAPPÁ; RIBEIRO, 2015).

Para a economia global, os serviços de transporte aéreo são de grande importância para aumentar a produtividade. Sem eles, a tecnologia das empresas, suas estruturas e a qualidade dos serviços, não conseguiriam atingir padrões que possam estar adequados a uma dinâmica produtiva e concorrencial que se estabelece em redes mundiais, realizando a interlocução da produtividade e sendo também um indicador de desenvolvimento socioeconômico do país (CAPPÁ *et al.*, 2017).

Como dito anteriormente, os aeroportos possuem grande relevância para a economia e desenvolvimento nacional e mundial, entretanto, para manter suas atividades operacionais, é necessário um grande consumo de recursos naturais. Segundo Cruz *et al.*



(2018), os aeroportos são grandes consumidores de energia elétrica, água, combustível e diversos outros recursos naturais. Esse grande consumo é devido a sua operacionalidade e sua extensa dimensão. O consumo de energia em aeroportos representa aproximadamente 15% de todo o custo anual de suas operações. Entretanto, ao longo dos anos, alguns aeroportos vêm demonstrando interesse em relação à sustentabilidade e à eficiência energética, conseqüentemente aumentando a preocupação com o meio ambiente e também com a redução de custos operacionais.

A procura de soluções para os impactos ambientais gerados pela sociedade torna importante a discussão de práticas sustentáveis. Segundo Brundtland (1987), a sustentabilidade está ligada à capacidade de um determinado processo ou uma sociedade em satisfazer as necessidades das pessoas no presente sem comprometer o atendimento das necessidades das futuras gerações, além de garantir um melhor planeta com seus ecossistemas preservados.

Um dos processos que consome recursos naturais e impacta o meio ambiente é a geração de energia, a qual proporciona uma melhor qualidade de vida e sendo também um dos maiores fatores relacionados ao desenvolvimento de uma sociedade. Desde o início da década de 80, a questão energética vem à tona, pois a energia não é somente um bem de consumo, mas está vinculada à responsabilidade social do uso de recursos naturais escassos, cuja sua utilização e transformação afetam diretamente o meio ambiente (SCHEIDT; HIROTA, 2010).

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2021), o Brasil tem cerca de apenas 2,13% das fontes de energia sendo produzidas por energia solar. Porém, o plano de expansão da matriz elétrica no país conta com 22,65% dos empreendimentos em construção de usinas solar fotovoltaicas e 65,38% dos empreendimentos do plano, que ainda serão construídos, estão voltados às placas fotovoltaicas.

A energia solar fotovoltaica é uma fonte de energia elétrica que utiliza a luz do sol como fonte de geração, proporcionando conversão direta da radiação solar em energia elétrica, podendo ser utilizada em residências ou organizações (NASCIMENTO, 2004).

O que determina quando uma fonte de energia é renovável ou não é o tempo que se leva para repor os recursos utilizados por ela, podendo ser considerada renovável

quando o tempo de reposição de sua utilização é menor em relação à taxa média de uso (BIANCHI *et al.*, 2016).

De acordo com Neli (2020), eficiência energética pode ser definida como um conjunto de atividades em um sistema, focado em otimizar o uso de energia. A eficiência energética adicionada ao uso de fontes renováveis é considerada o pilar para a construção de uma política de energia sustentável.

Há inúmeras vantagens na utilização da energia solar fotovoltaica, que é considerada uma fonte de energia inesgotável, silenciosa, renovável, sustentável e limpa, além da economia nos gastos de energia elétrica e redução da demanda de energia do sistema nacional, adiando assim a construção de usinas hidrelétricas e termelétricas, que geram diversos impactos ambientais negativos (NASCIMENTO, 2004).

Para a eficiência energética ser alcançada, deve-se optar por caminhos que resultem em redução de custos, assim, a energia economizada será superior ao custo de implantação do processo, resultando numa implantação financeiramente viável (BORGES, 2016).

Para realizar a análise financeira de um projeto são utilizadas algumas ferramentas financeiras, tais como (ASSAF NETO, 2021; DAMODARAM, 2004; GITMAN, 2010):

- *Payback* (simples e descontado): Mostra o tempo de retorno do investimento;
- Taxa Interna de Retorno (TIR): Apresenta a taxa de rentabilidade do projeto, a qual poderá ser comparada com outras taxas do mercado ou o próprio custo de capital da empresa, sendo favorável se a TIR for maior que o custo de capital;
- Taxa Interna de Retorno Modificada (TIRM): Trata-se da TIR tradicional ajustada por taxas diferenciadas de reinvestimentos e de financiamentos;
- Valor Presente Líquido (VPL): Mostra a riqueza gerada pelo projeto, em valores trazidos à moeda de hoje e havendo saldo positivo nesta análise, a decisão também será favorável.

Embora existam muitos trabalhos sobre eficiência energética, uma busca exaustiva não identificou essa investigação tendo como foco o Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Viracopos.

Tendo em vista a importância do aeroporto estudado e dos temas de eficiência energética e sustentabilidade, este trabalho se propôs a responder a seguinte pergunta: Como a implantação de um sistema de energia solar fotovoltaica pode impactar nos âmbitos financeiro e sustentável do Aeroporto Internacional de Viracopos?

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar como a implantação de um sistema de energia solar fotovoltaica pode impactar nos âmbitos financeiro e sustentável no Aeroporto Internacional de Viracopos e os objetivos específicos são:

- Coletar os dados referentes ao consumo energia elétrica, valor do kWh e espaço disponível para implantação de um sistema de energia solar fotovoltaica;
- Realizar a estimativa de custo da implantação do sistema;
- Analisar a viabilidade financeira do estudo;
- Analisar a redução dos impactos ambientais com a implantação do sistema;
- Se viável, recomendar a implantação do sistema de energia solar fotovoltaica no Aeroporto Internacional de Viracopos.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **Meio ambiente**

O meio ambiente integra: a natureza, solo, ar, água, flora, fauna, ou seja, os meios físicos, biológicos, químicos e sociais. As discussões sobre problemas ambientais vêm ganhando destaque nos últimos anos e a preocupação com o meio ambiente está crescendo devido à degradação e escassez dos recursos naturais provocada pelo ser humano (DIAS; MARQUES, 2011).

É no meio ambiente o qual os processos naturais e sociais estão correlacionados, nesses processos, encontram-se mudanças sociais, culturais, políticas e tecnológicas que afetam a maneira em que as sociedades causarão mudanças na natureza ao seu redor. As

atividades econômicas podem causar consumo de recursos naturais e consequentes impactos ambientais negativos. No caso dos aeroportos, os maiores recursos utilizados são energia elétrica e água (SOUZA, 2018).

As organizações devem buscar um equilíbrio entre as necessidades de consumo da sociedade e os aspectos ambientais, para garantir uma melhor qualidade de vida às pessoas. Um dos pontos dessa tendência é o incentivo aos consumidores e aos governos para utilizarem produtos menos agressivos ao meio ambiente (HENKES; PÁDUA, 2017).

Segundo Gonçalves (2009), os efeitos causados ao meio ambiente provocados pelos aeroportos podem ser reduzidos por meio da melhoria das inovações tecnológicas, planejamento e uso eficiente dos recursos naturais e utilização de procedimentos operacionais apropriados.

## Sustentabilidade

A sustentabilidade pode ser definida como as estratégias estabelecidas pelas organizações para o desenvolvimento de produtos, bens e serviços que satisfaçam as necessidades das pessoas no presente, sem afetar as necessidades das gerações futuras. Visto que a sustentabilidade está difundida nas organizações, é preciso que esteja presente em seu planejamento estratégico e que as ações sejam implementadas (VENTURINI; LOPES, 2015).

A teoria do *Triple Bottom Line* foi criada por John Elkington em 1994, definindo o desenvolvimento sustentável como uma prática baseada nos aspectos de sustentabilidade ambiental, econômica e social que, quando adotados em conjunto, contribuem para o desenvolvimento e gestão sustentáveis (ALENCAR, 2019).

A sustentabilidade ambiental avalia a relação da organização com os impactos provocados por suas atividades, desenvolvendo estratégias para reduzi-los; a sustentabilidade econômica indica os ganhos e lucros da organização e a sustentabilidade social considera as questões sociais, éticas e culturais da sociedade na qual a organização se localiza (VIEIRA, 2016).

Os impactos ambientais de um aeroporto estão relacionados principalmente com o alto consumo de energia, utilização de recursos hídricos, emissão de gases de efeito

estufa e resíduos sólidos e líquidos. Todos esses impactos podem proporcionar danos ao meio ambiente, além da interferência nos recursos naturais (FERREIRA; PANTOJA; COSTA, 2019).

## Gestão ambiental

A utilização e proteção dos recursos naturais com práticas ambientalmente corretas são práticas que definem a gestão ambiental. Isso ocorre por meio da tomada de decisões sobre a utilização de terra, água e ar. O sistema de gestão ambiental faz parte de um gerenciamento global, tendo como base os princípios da ISO<sup>1</sup> 14000 que incluem uma estrutura organizacional, planejamento de atividades, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, alcançar, revisar e manter as políticas ambientais (BORBA, 2018).

A gestão ambiental é um aspecto funcional da gestão das organizações, que desenvolve e implanta políticas e estratégias ambientais. Diversas organizações estão cada vez mais preocupadas em alcançar e demonstrar o desempenho mais satisfatório referente a sustentabilidade. Os problemas ambientais envolvem também as tratativas de assuntos referentes ao meio ambiente, por meio de sistema de gestão ambiental e a busca pelo desenvolvimento sustentável (KRAEMER *et al.*, 2013).

O conceito de gestão ambiental nas organizações provê uma série de benefícios a elas, que podem ser classificados como estratégicos e econômicos. Dentre eles, os benefícios estratégicos estão relacionados com a imagem da organização, a melhoria no relacionamento com autoridades públicas, maior conformidade com requisitos ambientais, acesso a mercados externos e aumento da produtividade. Os benefícios econômicos podem ser a economia no consumo de energia, prevenção de multas e taxas ambientais, redução do custo do descarte de materiais devido à reciclagem e redução da emissão de gases de efeito estufa (NORTH, 1997).

---

<sup>1</sup> *International Organization for Standardization (ISO): A International Organization for Standardization (ISO) foi criada em 1947, na Suíça, como uma entidade de padronização e normatização de processos, produtos e serviços.*

## Energia elétrica

O consumo de energia elétrica pelos aeroportos é elevado se comparada a outros edifícios comerciais, em que a demanda por eletricidade coincide com o alto uso de energia para o funcionamento do ar-condicionado (BRAUN *et al.*, 2010).

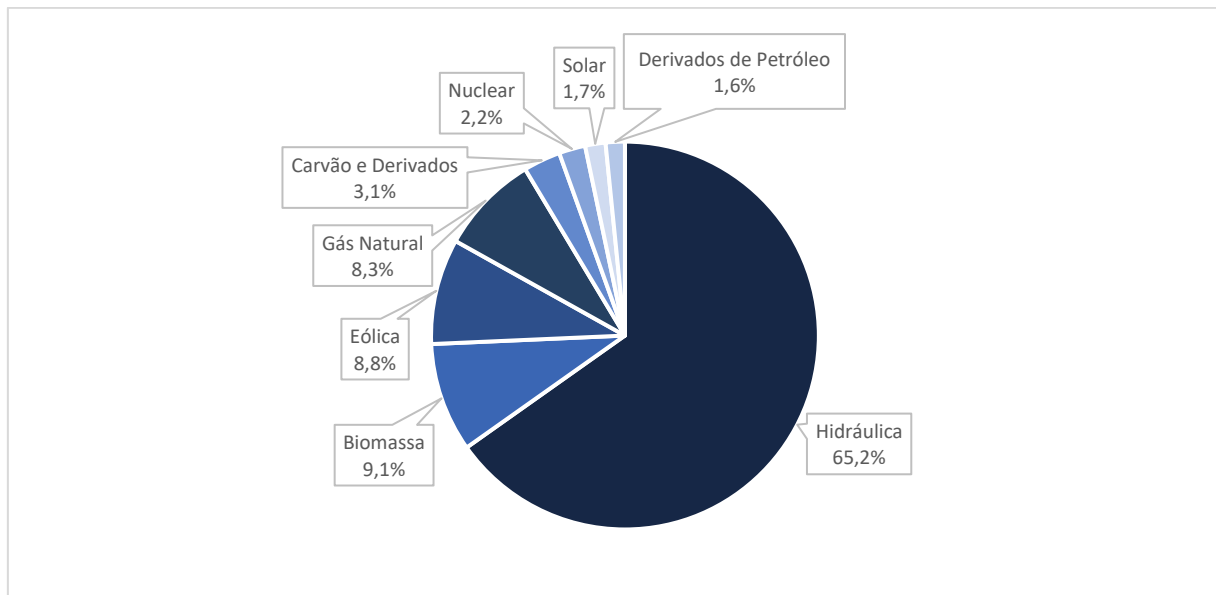
De acordo com o relatório de consumo final por setor do Balanço Energético Nacional divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2020), o setor de transporte aéreo consumiu cerca de 1,3% de toda a energia gerada no país em 2019.

Na busca pela redução dos impactos ambientais e sociais causados pelas fontes de energia comum hidrelétrica e termelétrica e visando a preservação dos recursos naturais, iniciou-se a procura por fontes de energias alternativas e mais sustentáveis, chamadas de energias renováveis. Essas energias não impactam negativamente o meio ambiente, sendo elas: a energia solar, energia eólica, biogás e biodiesel. Essas energias vêm ganhando maior espaço na atualidade (AGUILAR; OLIVEIRA; ARCANJO, 2012).

A matriz elétrica consiste em um panorama da distribuição real de aproveitamento dos recursos energéticos dentro de uma dada região e está diretamente relacionada ao balanço energético. Sua aplicação consiste em estudos de análise da evolução da oferta e demanda de energia de um país, geralmente tendo como base o período de um ano (MOREIRA; GRIMONI; ROCHA, 2017).

O Balanço Energético Nacional de 2020 divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2020), apontou que o Brasil utiliza energia elétrica predominantemente de fontes renováveis que correspondem a 83,0% da matriz elétrica do país, com destaque para a energia hídrica em 65,20% da produção, enquanto a energia solar possui apenas 1,7%.

**Gráfico 1. Percentual de matriz elétrica**



**Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (2021).**

Uma das aplicabilidades da energia solar fotovoltaica é a integração do sistema em edifícios comerciais. Construções aeroportuárias são caracterizadas por serem grandes e com amplo espaço disponível em solo e telhados suficiente para acomodar módulos fotovoltaicos, além de serem ensolarados e sem sombreamento de outras construções e do ambiente em sua volta (BRAUN *et al.*, 2010).

A localização latitudinal do sistema é um dos fatores que influenciam na eficiência total do sistema de energia fotovoltaica. A região sudeste do Brasil apresenta uma alta média no índice de irradiação solar o que contribui para uma maior geração de energia elétrica (PEREIRA *et al.*, 2017).

A energia solar fotovoltaica é um fenômeno conhecido por efeito fotovoltaico, e é obtida por meio da conversão da radiação solar em eletricidade por intermédio de materiais semicondutores; assim quando incidirem as partículas de luz solar, os elétrons presentes no material entram em movimento, gerando eletricidade. A energia gerada pelas placas solares é conduzida ao inversor solar, que transformará a corrente elétrica contínua em alternada e assim sendo distribuída para o consumo (NASCIMENTO, 2004).

As fontes energéticas estão se tornando cada vez mais escassas, e mesmo com essas informações, seu consumo vem crescendo exponencialmente no decorrer dos anos, assim surgindo a necessidade de um melhor aproveitamento dessa energia. Desde 1977,

o assunto referente à eficiência energética vem sendo discutido, tendo sua origem no Protocolo de Quioto, que é um acordo que compromete vários países a reduzirem as emissões de gases de efeito estufa, visando os benefícios e a necessidade da conservação de energia. Este assunto se tornou ainda mais importante após a crise do setor energético de 2001 (BAËTA *et al.*, 2012).

A eficiência energética pode ser obtida por meio de uma otimização dos processos atrelados à conservação, organização e gestão energética. Deve-se optar por alternativas que resultem em redução de custos, sendo que a energia economizada tem que ser superior ao custo de implantação no processo (BORGES, 2016).

### Análise financeira

Os métodos de análise econômica de investimentos podem ser classificados em dois grupos: os que não levam em conta o valor do dinheiro no tempo e os que consideram essa variação por meio do critério do fluxo de caixa descontado.

Considerando o fator retorno da economia dos gastos na aplicação de um sistema de energia solar fotovoltaica, deve-se analisar sua viabilidade econômica e financeira, visando responder se a economia do sistema ao longo dos anos supera o investimento inicial.

### Payback

A definição do *payback* se caracteriza como o tempo necessário para recuperar o investimento inicial, por meio dos benefícios incrementais líquidos de caixa promovido pelo investimento (ASSAF NETO, 2021).

O *payback* é um guia útil na determinação da recuperação rápida do desempenho de caixa de um investimento e um dos critérios para se decidir sobre a aceitabilidade de um projeto de investimento. A melhor alternativa de investimento, quando analisada pela ótica do *payback*, é aquela que possui o menor tempo de retorno do investimento. Este método consiste em apurar o tempo necessário para que um investimento quite seus custos iniciais a fim de gerar retorno. Para realizar esta análise, existem dois tipos de *payback*, o *payback* simples e o *payback* descontado (GITMAN, 2010).



Segundo Assaf Neto (2021), quando o período de *payback* é usado na tomada de decisões, são considerados os seguintes critérios: se o período de *payback* for menor que o período máximo aceitável de recuperação, o projeto pode ser aceito. Se o período de *payback* for maior que o período máximo aceitável de recuperação, o projeto pode não ser aceito.

### *Payback* simples

O *payback* simples leva em consideração o tempo do retorno do investimento. Seu cálculo é simples, porém apresenta algumas desvantagens, tais como: não leva em conta todos os fluxos de caixa, não depende dos fluxos de caixa depois do *payback* e não considera o valor do dinheiro no tempo (GITMAN, 2010).

Segundo Weston e Brigham (2000), para calcular o *payback* simples, basta somar os fluxos futuros de caixa para cada ano até que o custo inicial do projeto seja coberto, tendo assim o tempo total da recuperação do investimento, como demonstrado abaixo:

$$Payback_s = \frac{\text{Desembolsos Líquidos}}{\sum \text{Entradas Líquidas de Caixa}}$$

### *Payback* descontado

O *payback* descontado, diferentemente do *payback* simples, considera o valor do dinheiro no tempo. Esta metodologia demonstra o tempo necessário para que os benefícios do projeto compensem o investimento, ou seja, para que as entradas de caixa se equiparem ao que foi investido, podendo ser apontado como risco para o projeto. Entretanto, esta ferramenta de análise também possui algumas desvantagens, tais como: não considera os fluxos de caixa consecutivos ao período determinado e imprecisão nos fluxos mais distantes (GITMAN, 2010).

Segundo Weston e Brigham (2000), o *payback* descontado é definido como o número de anos exigido para recuperar o investimento inicial a partir de fluxos de caixa líquidos descontados a uma determinada taxa, podendo ser calculado conforme a fórmula apresentada abaixo:

$$FCa = \frac{Fc}{(1 + i)^n}$$

$$Payback_d = \frac{\text{Desembolsos Líquidos}}{\sum \text{Fluxo de Caixa Atualizado Monetariamente}}$$

Onde:

FCa = Fluxo de caixa atualizado;

FC = Fluxo de caixa;

i = Taxa de juros (mínima);

n = Período.

### Taxa interna de retorno (TIR)

A taxa interna de retorno (TIR) é uma taxa que expressa a rentabilidade do projeto e deve ser comparada ao custo de capital do projeto para se decidir sobre a aceitabilidade do projeto. A TIR evidencia que as entradas e saídas previstas para o caixa geralmente são iguais no momento inicial, quando ocorre o desembolso do investimento. Esse método traz o fluxo de caixa futuro ao valor presente. A TIR é a taxa que permite ao valor presente líquido (VPL) ser igual a zero, sendo assim, a taxa de retorno no momento do equilíbrio econômico do projeto (ASSAF NETO, 2021).

A TIR representa a rentabilidade do projeto demonstrada em termos de taxa de juros compostos equivalente nos períodos dados, considerando o valor do dinheiro no tempo e que esses valores se situam em diferentes momentos (ASSAF NETO, 2021).

A TIR está correlacionada ao valor presente líquido (VPL). O investimento é aceito caso a TIR seja superior ao retorno exigido, caso contrário, deve ser rejeitado. Quando usada, existem alguns critérios que devem ser considerados: se a TIR for superior ao custo de capital, o projeto pode ser aceito; se a TIR for inferior ao custo de capital, pode-se recusar o projeto. No entanto, a TIR possui algumas falhas ligadas à taxa de reinvestimento e a probabilidade de ter inúmeras taxas incompatíveis (GITMAN, 2010).

Uma limitação da TIR é que ela não deve ser empregada em fluxos de caixas não convencionais, pois quando há mais de uma mudança de sinal, apresentará mais de uma TIR, dificultando a decisão (DAMODARAM, 2004).

Segundo Gitman (2010), a TIR pode ser obtida por meio dos seguintes cálculos:

$$\$0 = \sum_{t=1}^n \frac{FC_t}{(1 + TIR)^t} - FC_0$$

$$\sum_{t=1}^n \frac{FC_t}{(1 + TIR)^t} = FC_0$$

Onde:

$FC_t$  = Valor presente das entradas de caixa;

$FC_0$  = Investimento inicial;

$t$  = Tempo de desconto de cada entrada de caixa;

$n$  = Tempo de desconto do último fluxo de caixa.

### Taxa interna de retorno modificada (TIRM)

O método da Taxa Interna de Retorno Modificada (TIRM), é uma versão aprimorada da TIR tradicional, eliminando alguns problemas decorrentes da possibilidade de existência de raízes múltiplas nos fluxos de caixa não convencionais e da taxa de reinvestimento divergente do mercado. Geralmente, adota-se o método da TIRM para contornar as deficiências da TIR (ASSAF NETO, 2021).

Segundo Gitman (2010), a diferença entre a TIR e a TIRM é que a TIRM a utiliza de diferentes taxas para os fluxos positivos e para os fluxos negativos. De forma que possa ser obtida por meio dos seguintes cálculos:

$$\sum_{j=0}^n \frac{FCS_j}{(1 + K_d)^j} = \frac{\sum_{j=0}^n FCE_j (1 + K_c)^{n-j}}{(1 + TIRM)^n}$$

Onde:

J = Número de períodos com Fluxo de Caixa Negativo;

N = Número de períodos com Fluxo de Caixa Positivos;

FCS = Fluxos de Caixa Negativos;

FCE = Fluxo de Caixa Positivos;

TIRM = Taxa Interna de Retorno Modificada;

Kd = Taxa de capitalização dos fluxos de caixa positivos;

Kc = Taxa de desconto dos fluxos de caixa negativos.

### Valor presente líquido (VPL)

O valor presente líquido (VPL) pode ser definido como a diferença do valor presente das receitas menos o valor presente dos custos, sendo assim uma medida do valor que é criado ou agregado por um investimento realizado. O VPL é uma técnica que leva em conta o valor do dinheiro no tempo, sendo considerada uma técnica sofisticada de orçamento de capital. Quando o VPL é positivo, considera-se o projeto como economicamente viável (ROSS *et al.*, 2013).

A avaliação do valor presente líquido é uma análise das compensações do fluxo de caixa, benefícios futuros e valores finais em termos de valor presente. Essa avaliação permite quantificar a liquidez do saldo que determina a natureza das compensações econômicas e financeiras envolvidas (ASSAF NETO, 2021).

Segundo Damodaran (2004), é fundamental manter a coerência ao juntar as taxas de desconto com fluxos de caixa. Uma vez que o VPL tenha sido calculado, a tomada de decisões tem como base que a taxa de desconto já decompõe sobre o investimento para encontrar seu ponto de equilíbrio.

Segundo Gitman (2010), o VPL pode ser obtido com o seguinte cálculo:

$$VPL = \sum_{t=1}^n \frac{FC_t}{(1+k)^t} - FC_0$$

Onde:

$FC_0$  = Investimento inicial;

$FC_t$  = Valor presente das entradas de caixa;

$k$  = taxa igual do custo de capital da empresa;

$t$  = Tempo de desconto de cada entrada de caixa;

$n$  = Tempo de desconto do último fluxo de caixa.

Quando o VPL for usado para tomada de decisões, são considerados os seguintes critérios: Se o VPL for maior que R\$0, o projeto pode ser aceito. Se o VPL for menor que R\$0, o projeto não deve ser aceito.

## **MÉTODO DE PESQUISA**

Esse trabalho buscou analisar como a implantação de um sistema de energia solar fotovoltaica pode impactar no âmbito financeiro e sustentável do Aeroporto Internacional de Viracopos. Neste sentido, justifica-se o uso da pesquisa quantitativa como metodologia de investigação. Segundo Knechtel (2014), a pesquisa quantitativa é baseada no teste de uma teoria e composta por variáveis quantificadas em números, com o objetivo de determinar se as generalizações previstas na teoria se sustentam ou não.

O trabalho caracterizou-se por ser uma pesquisa quantitativa, tendo como base os dados específicos e aplicados ao Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Viracopos.

A pesquisa quantitativa está relacionada à quantificação dos dados, na experimentação, na mensuração e no controle dos fatos. Esse tipo de pesquisa foi a base do pensamento científico e é caracterizado pela passividade e neutralidade do pesquisados diante das investigações da realidade (KNECHTEL, 2014).

Segundo Mattar (2001), a pesquisa quantitativa busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, recomendando um curso final da ação, proporcionando uma melhor visão e compreensão do contexto do problema.

Esta pesquisa quantitativa se propôs a analisar um projeto específico do Aeroporto Internacional de Viracopos, com foco no consumo de energia elétrica do terminal de passageiros, com intuito de estabelecer o investimento, identificar a economia gerada pelo projeto e analisar a redução dos impactos ambientais. Os dados coletados foram usados para realizar uma análise financeira de modo que seja evidenciado a viabilidade da implantação de um sistema de energia solar fotovoltaica, visando uma economia de consumo de energia elétrica e redução dos impactos ambientais.

Salienta-se que a Aeroportos Brasil Viracopos S.A. (ABV) concedeu expressa autorização a estes pesquisadores para acesso aos dados e realização da presente pesquisa.

Os dados deste trabalho foram coletados junto às áreas específicas da ABV, por meio de seus sistemas operacionais internos. Além disso, foi realizado contato com empresas especializadas na implantação de energia solar fotovoltaica que atendem esse tipo de serviço. Após essa análise, foi utilizado o orçamento com o melhor preço e melhor solução.

Tratando-se de uma pesquisa quantitativa, os dados coletados por meio dos sistemas operacionais internos da ABV foram analisados com o intuito de avaliar a quantidade de energia consumida e seus custos financeiros.

Após avaliação dos dados, foi feita uma análise financeira e sustentável, de modo a verificar a viabilidade do investimento do projeto, a fim de obter retorno financeiro e sustentável, o qual foi apresentado à empresa para possível aproveitamento interno do estudo.

## **ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A pesquisa foi realizada no Aeroporto Internacional de Viracopos tendo como foco o consumo de energia elétrica do terminal de passageiros. O ponto de partida foi a interação com as áreas responsáveis pela gestão das informações e a respectiva coleta dos dados, definidos nos itens a seguir.

## Mapeamento da movimentação de passageiros

Para determinar uma média do consumo de energia elétrica, foi realizado o mapeamento da movimentação de passageiros a fim de encontrar o período com maior pico e assim comparar com o consumo de energia elétrica do terminal de passageiros, sendo selecionados os anos de 2019, 2020 e do 1º semestre de 2021.

**Tabela 1. Movimentação de passageiros**

Meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2019	890.468	794.957	837.555	846.913	898.733	885.001	995.555	913.928	857.646	901.730	867.035	895.497	10.585.018
2020	964.792	838.722	575.478	150.546	226.570	305.469	383.226	454.210	564.753	701.507	754.419	789.369	6.709.061
Comparativo %	8,35%	5,51%	-31,29%	-82,22%	-74,79%	-65,48%	-61,51%	-50,30%	-34,15%	-22,20%	-12,99%	-11,85%	-36,62%
2021	822.782	697.582	684.436	648.244	746.428	776.230							4.375.702

**Fonte: Autoria própria (2021).**

Estas datas foram selecionadas pois, segundo a ABV, o Aeroporto Internacional de Viracopos, no ano de 2019 registrou um recorde histórico na movimentação de passageiros desde o início da concessão, com um total de 10.585.018 passageiros. Naquele ano, o aeroporto estava operando com sua maior capacidade, sendo um ótimo período para base da análise.

Após o começo da disseminação do vírus em março de 2020 é possível observar o impacto negativo da pandemia de Covid-19 para o modal aéreo, reduzindo em 82,22% a movimentação de passageiros no mês de abril e 36,62% na média do ano. Já em 2021, com a retomada gradativa das atividades, o aeroporto tem apresentado uma retomada na movimentação de passageiros.

Diante disso, foram utilizados os valores de referência do ano de 2019 pois foi quando o terminal de passageiros estava com a maioria de seus equipamentos e infraestrutura em operação para atender a grande movimentação de passageiros.

## Principal fonte de consumo de energia elétrica

Foi realizado o mapeamento das principais fontes de consumo de energia elétrica do aeroporto. Com base nisso, foi evidenciado que a Central de Água Gelada (CAG) é uma das principais fontes de consumo de energia elétrica; em média, esta central é responsável por 19,81% de consumo de energia elétrica de todo terminal de passageiros.

A CAG é responsável pelo resfriamento da água dos equipamentos de conforto térmico (ar-condicionado) do terminal de passageiros, localizada na Central de Utilidades 1 (CUT1).

**Tabela 2. Mapeamento das principais fontes de consumo de energia elétrica do terminal de passageiros**

Local	CUT1	Pier C	Pier B	Pier A	Consolidation	CUT 2	Total Acumulado
							Todas fontes de consumo
2019	812.108,3	522.966,3	183.141,0	161.670,3	43.120,08	12.579,3	3.456.790,6
2020	583.583,3	437.531,7	159.385,2	95.570,3	44.461,3	11.930,0	3.020.090,8
2021	696.716,70	521.959,0	217.694,0	133.127,5	46.945,33	13.704,0	3.684.407,9

Fonte: Autoria própria (2021).

### Mapeamento do consumo da CUT-01

Diante do exposto no item acima, foi realizado o mapeamento do consumo de energia elétrica do terminal de passageiros no período mencionado anteriormente.

**Tabela 3. Consumo de energia elétrica da CUT-01 em kWh**

Meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2019	1.159.000	980.600	900.200	1.001.200	692.300	525.500	570.600	504.700	646.000	779.900	973.100	1.012.200	9.745.300
2020	1.136.600	801.500	684.700	310.600	262.400	346.300	327.600	293.200	483.300	682.700	725.000	949.100	7.003.000
Comparativo % 2019 e 2020	-1,93%	-18,26%	-23,94%	-68,98%	-62,10%	-34,10%	-42,59%	-41,91%	-25,19%	-12,46%	-25,50%	-6,23%	-28,14%
2021	863.000	1.019.200	920.800	653.500	407.400	316.400							4.180.300
Comparativo % 2020 e 2021	-24,07%	27,16%	34,48%	110,40%	55,26%	-8,63%							18,02%

Fonte: Autoria própria (2021).

Foi possível observar que, no ano de 2019, o ano de maior movimentação de passageiros desde o início da concessão e, conseqüentemente, maior utilização dos equipamentos para atender a demanda, o consumo de energia elétrica também foi alto, representando um total de 9.745.300 kWh. Para o ano de 2020, com a queda abrupta da movimentação de passageiros, houve uma redução de 28,14% do consumo de energia elétrica, entretanto, não é uma redução proporcional à movimentação de passageiros visto que as atividades aeroportuárias continuam em operação, mesmo com a baixa movimentação. Já no 1º semestre de 2021, comparado com mesmo período de 2020, houve uma retomada gradativa das atividades e de seu respectivo consumo, sendo possível observar um aumento de 18,02% do consumo de energia elétrica.



Definição da área para implantação do sistema de energia solar fotovoltaica

Conforme mencionado anteriormente, a Central de Água Gelada (CAG) é responsável, em média, por 20% do consumo de energia elétrica no aeroporto e possui uma área de aproximadamente 50.000 m<sup>2</sup> disponível para a implantação do sistema de energia solar fotovoltaica, destacada na Figura 1 abaixo.

**Figura 1. Área disponível para implantação da usina solar**



Fonte: Google Maps (2021).

## Orçamentos

Foi realizada uma pesquisa pela ferramenta de busca do Google para que fosse possível filtrar as empresas disponíveis na região metropolitana de Campinas e que apresentassem boas avaliações de seus clientes.

Foram contactadas 10 empresas dentro da lista filtrada para que fosse realizado o orçamento do projeto. Dessas 10 empresas, somente 2 possuíam capacidade para realizar um projeto com o porte demandado, fornecendo os orçamentos com os valores de investimento abaixo:

- Empresa A: R\$28.527.647,40;
- Empresa B: R\$28.978.190,20.

Após análise dos orçamentos realizados, decidiu-se utilizar o orçamento da Empresa A pois, devido às boas avaliações de clientes, localização, equipamentos utilizados, experiência em grandes projetos e valor do investimento, destacou-se quando comparado à Empresa B.

O projeto proposto para a usina de energia solar fotovoltaica prevê que ela será composta por 11.408 painéis de 535 Wp, 46 unidades de inversores de corrente em uma estrutura de fixação no solo, utilizando a área de aproximadamente 50.000 m<sup>2</sup>, levando aproximadamente 9 meses para sua implantação. A capacidade de geração de energia desta usina é demonstrada na tabela abaixo.

**Tabela 4. Geração de energia solar**

Potência pico dos painéis	6103,28 kWp
Potência nominal instalada	4600 kW
Geração energética média mensal	818550 kWh
Preço da energia contratada	R\$ 0,51
Geração mensal estimada	417.462,98
Geração anual estimada	R\$ 5.009.555,73

**Fonte: Orçamento da empresa A.**

Para determinar o fluxo de caixa, foi necessário mensurar a geração de energia em kWh, a receita gerada em dinheiro e suas despesas. Para estes cálculos, foi considerado um reajuste na inflação energética anual de 5%, com base no IPCA estimado em 5% a.a.

### Análise financeira

A tabela a seguir apresenta o fluxo de caixa projetado para o período de 30 anos. O tempo de projeção justifica-se pela vida útil dos painéis solares de forma a aproveitar sua total funcionalidade. Entretanto, para manter os bons resultados da geração de energia, é possível observar que no ano 15 será necessário a troca dos inversores de corrente. O custo de manutenção apresentado na tabela, está relacionado à manutenção do equipamento e gastos com lavagem e material.

Para estimar o valor de geração de energia por ano em kWh, utilizou-se a média gerada mensalmente de 818.550 kWh. Considerou-se também a degradação dos painéis no decorrer dos anos, reduzindo de forma tênue sua capacidade de geração.

**Tabela 5. Fluxo de caixa projetado**

Ano	Geração kWh	Tarifa	Reembolso	Investimento	Despesas de Manutenção	Fluxo de Caixa
0	-	R\$ 0,51	R\$ -	-R\$ 28.527.647,00	R\$ -	-R\$ 28.527.647,00
1	9.822.658,00	R\$ 0,54	R\$ 5.260.033,36	R\$ -	-R\$ 142.638,24	R\$ 5.117.395,12
2	9.724.431,42	R\$ 0,56	R\$ 5.467.804,68	R\$ -	-R\$ 149.770,15	R\$ 5.318.034,52
3	9.650.525,74	R\$ 0,59	R\$ 5.697.561,83	R\$ -	-R\$ 157.258,66	R\$ 5.540.303,17
4	9.577.181,75	R\$ 0,62	R\$ 5.936.973,38	R\$ -	-R\$ 165.121,59	R\$ 5.771.851,79
5	9.504.395,16	R\$ 0,65	R\$ 6.186.445,00	R\$ -	-R\$ 173.377,67	R\$ 6.013.067,32
6	9.432.161,76	R\$ 0,68	R\$ 6.446.399,42	R\$ -	-R\$ 182.046,56	R\$ 6.264.352,86
7	9.360.477,33	R\$ 0,72	R\$ 6.717.277,12	R\$ -	-R\$ 191.148,88	R\$ 6.526.128,24
8	9.289.337,70	R\$ 0,75	R\$ 6.999.537,10	R\$ -	-R\$ 200.706,33	R\$ 6.798.830,77
9	9.218.738,74	R\$ 0,79	R\$ 7.293.657,66	R\$ -	-R\$ 210.741,64	R\$ 7.082.916,01
10	9.148.676,32	R\$ 0,83	R\$ 7.600.137,15	R\$ -	-R\$ 221.278,73	R\$ 7.378.858,42
11	9.079.146,38	R\$ 0,87	R\$ 7.919.494,91	R\$ -	-R\$ 232.342,66	R\$ 7.687.152,25
12	9.010.144,87	R\$ 0,92	R\$ 8.252.272,09	R\$ -	-R\$ 243.959,80	R\$ 8.008.312,29
13	8.941.667,77	R\$ 0,96	R\$ 8.599.032,56	R\$ -	-R\$ 256.157,79	R\$ 8.342.874,78
14	8.873.711,09	R\$ 1,01	R\$ 8.960.363,91	R\$ -	-R\$ 268.965,67	R\$ 8.691.398,23
15	8.806.270,89	R\$ 1,06	R\$ 9.336.878,40	-R\$ 2.865.287,00	-R\$ 282.413,96	R\$ 9.054.464,44
16	8.739.343,23	R\$ 1,11	R\$ 9.729.214,03	R\$ -	-R\$ 296.534,66	R\$ 9.432.679,37
17	8.672.924,22	R\$ 1,17	R\$ 10.138.035,60	R\$ -	-R\$ 311.361,39	R\$ 9.826.674,21
18	8.607.010,00	R\$ 1,23	R\$ 10.564.035,86	R\$ -	-R\$ 326.929,46	R\$ 10.237.106,40
19	8.541.596,72	R\$ 1,29	R\$ 11.007.936,65	R\$ -	-R\$ 343.275,93	R\$ 10.664.660,71
20	8.476.680,59	R\$ 1,35	R\$ 11.470.490,15	R\$ -	-R\$ 360.439,73	R\$ 11.110.050,42
21	8.412.257,82	R\$ 1,42	R\$ 11.952.480,15	R\$ -	-R\$ 378.461,71	R\$ 11.574.018,43
22	8.348.324,66	R\$ 1,49	R\$ 12.454.723,36	R\$ -	-R\$ 397.384,80	R\$ 12.057.338,56
23	8.284.877,39	R\$ 1,57	R\$ 12.978.070,84	R\$ -	-R\$ 417.254,04	R\$ 12.560.816,80
24	8.221.912,32	R\$ 1,64	R\$ 13.523.409,37	R\$ -	-R\$ 438.116,74	R\$ 13.085.292,63
25	8.159.425,79	R\$ 1,73	R\$ 14.091.663,04	R\$ -	-R\$ 460.022,58	R\$ 13.631.640,46
26	8.097.414,15	R\$ 1,81	R\$ 14.683.794,71	R\$ -	-R\$ 483.023,71	R\$ 14.200.771,00
27	8.035.873,80	R\$ 1,90	R\$ 15.300.807,76	R\$ -	-R\$ 507.174,89	R\$ 14.793.632,87
28	7.974.801,16	R\$ 2,00	R\$ 15.943.747,70	R\$ -	-R\$ 532.533,64	R\$ 15.411.214,07
29	7.914.192,67	R\$ 2,10	R\$ 16.613.703,98	R\$ -	-R\$ 559.160,32	R\$ 16.054.543,66
30	7.854.044,81	R\$ 2,20	R\$ 17.311.811,83	R\$ -	-R\$ 587.118,34	R\$ 16.724.693,49

Fonte: Autoria própria (2021).

Para o cálculo do valor presente, foi utilizado o custo de capital de 8,55% a.a. Este é o custo de capital do ano de 2021, fornecido pela área financeira da ABV.

**Tabela 6. Fluxo de caixa**

<b>Anos</b>	<b>Fluxo de caixa</b>	<b>Valor presente</b>	<b>Payback Simples</b>	<b>Payback Descontado</b>
0	-R\$ 28.527.647,00	-R\$ 28.527.647,00	-R\$ 28.527.647,00	-R\$ 28.527.647,00
1	R\$ 5.117.395,12	R\$ 4.714.320,70	-R\$ 23.410.251,88	-R\$ 23.813.326,30
2	R\$ 5.318.034,52	R\$ 4.513.271,89	-R\$ 18.092.217,36	-R\$ 19.300.054,41
3	R\$ 5.540.303,17	R\$ 4.331.557,13	-R\$ 12.551.914,19	-R\$ 14.968.497,28
4	R\$ 5.771.851,79	R\$ 4.157.151,57	-R\$ 6.780.062,40	-R\$ 10.811.345,71
5	R\$ 6.013.067,32	R\$ 3.989.761,43	-R\$ 766.995,08	-R\$ 6.821.584,28
6	R\$ 6.264.352,86	R\$ 3.829.104,74	R\$ 5.497.357,78	-R\$ 2.992.479,54
7	R\$ 6.526.128,24	R\$ 3.674.910,86	R\$ 12.023.486,02	R\$ 682.431,31
8	R\$ 6.798.830,77	R\$ 3.526.920,00	R\$ 18.822.316,80	R\$ 4.209.351,32
9	R\$ 7.082.916,01	R\$ 3.384.882,85	R\$ 25.905.232,81	R\$ 7.594.234,16
10	R\$ 7.378.858,42	R\$ 3.248.560,05	R\$ 33.284.091,23	R\$ 10.842.794,22
11	R\$ 7.687.152,25	R\$ 3.117.721,92	R\$ 40.971.243,48	R\$ 13.960.516,14
12	R\$ 8.008.312,29	R\$ 2.992.147,97	R\$ 48.979.555,77	R\$ 16.952.664,11
13	R\$ 8.342.874,78	R\$ 2.871.626,57	R\$ 57.322.430,54	R\$ 19.824.290,69
14	R\$ 8.691.398,23	R\$ 2.755.954,61	R\$ 66.013.828,78	R\$ 22.580.245,29
15	R\$ 9.054.464,44	R\$ 2.644.937,11	R\$ 75.068.293,22	R\$ 25.225.182,41
16	R\$ 9.432.679,37	R\$ 2.538.386,96	R\$ 84.500.972,59	R\$ 27.763.569,37
17	R\$ 9.826.674,21	R\$ 2.436.124,53	R\$ 94.327.646,80	R\$ 30.199.693,90
18	R\$ 10.237.106,40	R\$ 2.337.977,45	R\$ 104.564.753,21	R\$ 32.537.671,35
19	R\$ 10.664.660,71	R\$ 2.243.780,22	R\$ 115.229.413,92	R\$ 34.781.451,57
20	R\$ 11.110.050,42	R\$ 2.153.374,05	R\$ 126.339.464,34	R\$ 36.934.825,61
21	R\$ 11.574.018,43	R\$ 2.066.606,48	R\$ 137.913.482,78	R\$ 39.001.432,09
22	R\$ 12.057.338,56	R\$ 1.983.331,20	R\$ 149.970.821,34	R\$ 40.984.763,29
23	R\$ 12.560.816,80	R\$ 1.903.407,79	R\$ 162.531.638,14	R\$ 42.888.171,08
24	R\$ 13.085.292,63	R\$ 1.826.701,44	R\$ 175.616.930,77	R\$ 44.714.872,53
25	R\$ 13.631.640,46	R\$ 1.753.082,80	R\$ 189.248.571,22	R\$ 46.467.955,32
26	R\$ 14.200.771,00	R\$ 1.682.427,67	R\$ 203.449.342,23	R\$ 48.150.382,99
27	R\$ 14.793.632,87	R\$ 1.614.616,87	R\$ 218.242.975,09	R\$ 49.764.999,86
28	R\$ 15.411.214,07	R\$ 1.549.536,02	R\$ 233.654.189,16	R\$ 51.314.535,88
29	R\$ 16.054.543,66	R\$ 1.487.075,30	R\$ 249.708.732,82	R\$ 52.801.611,17
30	R\$ 16.724.693,49	R\$ 1.427.129,34	R\$ 266.433.426,31	R\$ 54.228.740,51

**Fonte:** Autoria própria (2021).

Para o cálculo do *Payback Simples*, utilizou-se os valores do fluxo de caixa gerado no próprio período. Utilizando este método, percebe-se que o investimento se paga em aproximadamente 5 anos e 2 meses. Conforme mencionado anteriormente, o *Payback Descontado*, diferentemente do *Payback Simples*, considera o valor do dinheiro no tempo, sendo considerado, portanto, uma ferramenta mais robusta quando comparada ao *payback simples*. Sendo assim, foram utilizados os valores do fluxo de caixa e do valor acumulado, resultando num *Payback Descontado* de aproximadamente 6 anos e 10 meses.

Para realizar o cálculo da Taxa Interna de Retorno (TIR), utilizou-se os valores do fluxo de caixa, resultando em uma TIR de 21,76% a.a. Também realizou-se o cálculo da

Taxa Interna de Retorno Modificada (TIRM), considerando uma taxa de reinvestimento dos fluxos de caixa positivos no valor de 8,55% a.a. O resultado encontrado para a TIRM foi de 12,43% a.a. Tanto os resultados da TIR quanto os resultados encontrados para a TIRM podem ser considerados bons, pois superaram o custo de capital da organização.

A fim de realizar o cálculo do Valor Presente Líquido (VPL), ao longo dos 30 anos de duração do projeto, utilizou-se os valores do fluxo de caixa, valor presente e valor acumulado, resultando em R\$54.228.740,51. Este valor, por estar acima de zero, representa um resultado positivo, demonstrando a geração de riqueza do projeto.

**Tabela 7. Resultado das análises financeiras**

<b>Payback Simples</b>	<b>Payback Descontado</b>	<b>Taxa Interna de Retorno (TIR)</b>	<b>Taxa Interna de Retorno Modificada (TIRM)</b>	<b>Valor Presente Líquido (VPL)</b>
5 anos e 2 meses	6 anos e 10 meses	21,76%	12,43%	R\$ 54.228.740,51

Fonte: Autoria própria (2021).

Levando em consideração o dinheiro economizado dentro do período de 30 anos, a economia anual resultada da produção de energia da usina de energia solar fotovoltaica se equipara ao custo de energia elétrica pago à concessionária nos últimos anos.

Com base nos resultados acima apresentados, é possível considerar este investimento financeiramente viável, trazendo impactos financeiros positivos para a organização. Além disso, é importante ressaltar os demais impactos positivos no âmbito sustentável, que estão mencionados abaixo.

### Análise ambiental

Mediante a implantação e a utilização de um sistema de energia solar fotovoltaica, observa-se uma expressiva redução dos gases de efeito estufa, em especial, o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>). De acordo com as informações do orçamento realizado, haverá uma redução de aproximadamente 1.141,2 toneladas de CO<sub>2</sub> por ano. Diferente de outras fontes de energia elétrica, a energia solar fotovoltaica não emite gases de efeito estufa e é considerada uma fonte de energia inesgotável, silenciosa, renovável, sustentável e limpa.

Em 2021, houve a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-26). Essa conferência é a principal cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU) para debate sobre questões climáticas. Nesta conferência, foi reavaliado o Acordo de Paris, no qual os países signatários deverão apresentar os dados sobre a evolução das ações necessárias para o cumprimento da meta de redução das emissões de gases de efeito estufa como o dióxido de carbono até 2030, sendo que o Brasil determinou junto de outros países o compromisso de zerar a emissão de gases até 2050.

Essa redução da emissão de CO<sub>2</sub> auxilia na sustentabilidade, impactando positivamente seus pilares ambiental, econômico e social, além de auxiliar nas conquistas de premiações e destaques entre seus concorrentes. Em 2021, o Aeroporto Internacional de Viracopos conquistou o selo de ouro no programa brasileiro GHG *Protocol*. Este programa é considerado uma importante ferramenta para quantificar e gerenciar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) de uma organização. O programa é também um padrão internacional para promover mecanismos de controle e mitigação do impacto da atividade exercida pela empresa em relação ao efeito estufa e às mudanças climáticas. Além disso, também contribuirá para os Princípios do Equador, podendo conceder melhores linhas de crédito para financiamentos de projetos, devido às boas práticas ambientais.

## **CONCLUSÕES**

Com a utilização dos métodos de análise financeira, *Payback* Simples, *Payback* Descontado, Taxa Interna de Retorno (TIR), Taxa Interna de Retorno Modificada (TIRM) e Valor Presente Líquido (VPL), foi possível identificar a viabilidade financeira da implantação de um sistema de energia solar fotovoltaica a fim de suprir o consumo de energia elétrica utilizada no terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Viracopos.

Foram analisadas as informações referentes a movimentação de passageiros e consumo de energia elétrica, com intuito de se projetar o fluxo de caixa e promover a análise financeira do projeto. Por meio da utilização desses métodos de análise financeira, foi possível obter os seguintes resultados: *Payback* Simples se dará aproximadamente em 5 anos e 2 meses; *Payback* Descontado se dará aproximadamente em 6 anos e 10 meses; Taxa Interna de Retorno (TIR) será de 21,76% a.a.; Taxa Interna de Retorno Modificada

(TIRM) será de 12,43% a.a.; e o Valor Presente Líquido (VPL) de R\$54.228.740,51. De acordo com os conceitos dessas metodologias apresentadas anteriormente, todos estes resultados são considerados positivos.

Após a análise dos resultados apresentados, é possível concluir que é viável a implantação de um sistema de energia solar fotovoltaica no Aeroporto Internacional de Viracopos, trazendo impactos financeiros positivos para a ABV no decorrer do tempo. Além disso, foi possível observar outros impactos positivos relacionados à sustentabilidade como a expressiva redução de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e seu diferencial estratégico frente aos concorrentes.

A implantação deste robusto sistema de energia solar fotovoltaica pode trazer também uma economia de recursos tanto naturais quanto financeiros, um consumo consciente de energia e um aumento da capacidade de inovação além de aumentar sua visibilidade perante os *stakeholders* sendo um dos poucos aeroportos do Brasil que melhorou expressivamente sua eficiência energética. Essa melhoria traz, além da redução dos custos nas operações, um reflexo positivo na imagem do aeroporto, usando de inovações em seus processos para garantir uma melhor gestão ambiental.

Conclui-se, portanto, que o presente trabalho atingiu os objetivos buscados, evidenciando como a implantação de um sistema de energia solar fotovoltaica pode impactar nos âmbitos financeiro e sustentável do Aeroporto Internacional de Viracopos, de forma que os resultados vão de encontro com seu conceito. Entende-se que este trabalho possui uma contribuição acadêmica e prática referente aos conceitos apresentados e aos resultados deste estudo, que poderão ser utilizados na solução do problema estudado.

Consideram-se evidentes as limitações do presente estudo, principalmente com relação ao orçamento apresentado, a tecnologia atual no mercado e as metodologias utilizadas, as quais podem e devem ser revisitadas e ampliadas em futuros estudos. Para maior amplitude do estudo e melhor resultado, recomenda-se utilizar outras técnicas e ferramentas para análise sustentável mais aprofundada, a fim de expandir os resultados e o conhecimento sobre o assunto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Expansão da matriz elétrica brasileira. 2021. Disponível em: <[https://www.aneel.gov.br/sala-de-imprensa-exibicao/-/asset\\_publisher/XGPXSqdMFHrE/content/aneel-bate-meta-de-expansao-da-matriz-eletrica-em-2021-tres-meses-antes-do-previsto/656877?inheritRedirect=false](https://www.aneel.gov.br/sala-de-imprensa-exibicao/-/asset_publisher/XGPXSqdMFHrE/content/aneel-bate-meta-de-expansao-da-matriz-eletrica-em-2021-tres-meses-antes-do-previsto/656877?inheritRedirect=false)>. Acesso em: 31 out. 2021.

AGUILAR RS, OLIVEIRA LCS, ARCANJO GLF. Energia renovável: os ganhos e os impactos sociais, ambientais e econômicos nas indústrias brasileiras. [Apresentado no XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2012, Bento Gonçalves, BR].

ALENCAR ACF. Práticas sustentáveis em aeroportos brasileiros. [Monografia]. Palhoça: Universidade do Sul de Santa Catarina; 2019.

ASSAF NETO A. Finanças Corporativas e Valor. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas; 2021.

BAÊTA, H.N.S. *et al.* A eficiência energética na execução de um projeto industrial. Revista Científica Semana Acadêmica, v. 01, n. 07, 2012.

BIANCHI AL. *et al.* Energia e sustentabilidade. 1. ed. São Paulo: Manole; 2016.

BORBA JB. Gestão ambiental e sustentabilidade. [Monografia]. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo; 2018.

BORGES, M. A. Sistemas de Gestão de Energia e Diagnósticos Energéticos: Estudo de Caso de um Porto Marítimo de Exportação. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2016.

BRAUN, P. *et al.* A Integração dos Sistemas Solares Fotovoltaicos em Seis Aeroportos Brasileiros Utilizando Diferentes Tecnologias de Células Solares. Revista Brasileira de Energia Solar, v.1, n. 1, p. 12-22, 2010.

BRUNDTLAND GH. Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development. Oslo; 1987.

CAPPA, J. *et al.* Análise do aeroporto internacional de Viracopos como indutor do desenvolvimento regional. Geosul, v. 32, n. 64, 2017.

CAPPA, J. & RIBEIRO, S. Aeroporto internacional de Viracopos e o desenvolvimento na região de Campinas-SP. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 2015.

CRUZ TS. *et al.* Eficiência Energética em Aeroportos: Da Concepção do Projeto a Realidade da Manutenção em Seus Ativos, 2018.



DAMODARAN A. Finanças Corporativas: Teoria e Prática. 2. ed. Porto Alegre: Bookman; 2004.

DIAS LS; MARQUES MD. Meio ambiente e a importância dos princípios ambientais. [Apresentado no Fórum Ambiental da Alta Paulista, 2011, Alta Paulista, BR].

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). Balanço Energético Nacional de 2020. Ministério de Minas e Energia, 2020. Disponível em: <<https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-2020>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). Matriz Energética e Elétrica, 2021. Disponível em: <<https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica#ELETRICA>>. Acesso em 01 nov. 2021.

FERREIRA RA, PANTOJA CA, COSTA RAS. Avaliação da gestão e dos impactos ambientais no aeroporto internacional de Belém-PA. [Apresentado no X Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, 2019, Fortaleza, BR].

GITMAN LJ. Princípios de Administração Financeira. 12. ed. São Paulo: Pearson; 2010.

GOOGLE MAPS. Área Disponível para Implantação. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-23.0011608,-47.1521151,16z>>. Acesso em: 11 set. 2021.

GONÇALVES ÉS. Externalidades Aeroportuárias e Aeronáuticas: uma aproximação aos impactos econômico, ambiental, espacial e sociocultural [Mestrado em Organizações e Desenvolvimento]. Curitiba: FAE Centro Universitário; 2009.

HENKES, J.A. & PÁDUA, A.D.B. Desenvolvimento sustentável na aviação brasileira: Histórico, principais avanços e desafios. *Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, v. 6, n. 2, p. 534, 2017.

KNECHTEL MR. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes; 2014.

KRAEMER EP. *et al.* Gestão ambiental e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. 2013. [Apresentado no Simpósio Gestão e Tecnologia para a Competitividade, 2013, Itajaí, BR].

MATTAR FN. Pesquisa de Marketing. 3. ed. São Paulo: Atlas; 2001.

MOREIRA J; GRIMONI J; ROCHA M. Energias Renováveis, Geração Distribuída e Eficiência Energética. São Paulo: Grupo GEN; 2017.

NASCIMENTO, CA. Princípio de funcionamento da célula fotovoltaica. Universidade Federal de Lavras, 2004.

NELI, R.R. Energia: eficiência e alternativas. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 12, 2020.

NORTH K. *Environmental Business Management: An Introduction*. Geneva: International Labour Office; 1997.

PEREIRA EB. *et al.* Atlas Brasileiro de Energia Solar. 2. ed. São José dos Campos: INPE; 2017.

ROSS SA. *et al.* Fundamentos da Administração Financeira. 9. ed. São Paulo: AMGH Editora; 2013.

SCHEIDT, F.S & HIROTA, E.H. Diretrizes para inserção de requisitos de eficiência energética no processo de projeto de aeroportos. *Ambiente Construído*, v. 10, n. 2, p. 71, 2010.

SOUZA, SP. Estudo das práticas ambientais em aeroportos, 2018.

VENTURINI, DB; LOPES, FD. O modelo triple bottom line e a sustentabilidade na administração pública: pequenas práticas que fazem a diferença, 2015.

VIEIRA PP. A sustentabilidade corporativa como orientadora do modelo de negócio: estudo multicasos de organizações industriais, 2016. [Dissertação de Mestrado em Administração]. Paraná: Universidade Federal do Paraná; 2016.

VIRACOPOS. Dados de movimentação de cargas, 2021. Disponível em: <[https://www.viracopos.com/pt\\_br/cargo/dados-de-movimentacao.htm](https://www.viracopos.com/pt_br/cargo/dados-de-movimentacao.htm). Acesso em: 01 jul. 2021>. Acesso em: 01 jul. 2021.

VIRACOPOS. Dados de movimentação de passageiros, 2021. Disponível em: <[https://www.viracopos.com/pt\\_br/noticias/viracopos-registra-em-2019-recorde-historico-com-mais-de-10-5-milhoes-de-passageiros.htm](https://www.viracopos.com/pt_br/noticias/viracopos-registra-em-2019-recorde-historico-com-mais-de-10-5-milhoes-de-passageiros.htm)>. Acesso em: 04 jul. 2021.

VIRACOPOS. Prêmio de melhor aeroporto do Brasil, Pesquisa SAC, 2021. Disponível em: <[https://www.viracopos.com/pt\\_br/noticias/viracopos-e-eleito-pelo-segundo-ano-consecutivo-o-melhor-aeroporto-do-brasil.htm](https://www.viracopos.com/pt_br/noticias/viracopos-e-eleito-pelo-segundo-ano-consecutivo-o-melhor-aeroporto-do-brasil.htm)>. Acesso em: 01 jul. 2021.

VIRACOPOS. Prêmio melhor aeroporto de cargas do mundo, 2021. Disponível em <[https://www.viracopos.com/pt\\_br/noticias/terminal-de-carga-de-viracopos-e-eleito-o-3-melhor-do-mundo-em-publicacao-internacional-do-setor.htm](https://www.viracopos.com/pt_br/noticias/terminal-de-carga-de-viracopos-e-eleito-o-3-melhor-do-mundo-em-publicacao-internacional-do-setor.htm)>. Acesso em: 01 jul. 2021.

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1***

WESTON, JF; BRIGHAM, EF. Fundamentos da Administração Financeira. São Paulo:  
Pearson Makron Books; 2000.

**Capítulo 3 - DOI:10.55232/1083002.3**

**EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO NO  
PLANEJAMENTO DE AULA: UMA ANÁLISE DO  
PROJETO CONECTA EDUCAÇÃO APLICADO EM DUAS  
ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO  
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA - RS**

**Kelly Tiane Rup Lunardi**

**RESUMO:** Diante das grandes transformações sociais ocorridas nas últimas décadas e dos desafios da educação em se adequar a essas mudanças, o empreendedorismo surge como um agente de inovação e de mediação entre estes dois polos, a fim de preparar os jovens para os desafios do mercado de trabalho e da sociedade. O estudo em questão tem como objetivo analisar o impacto do projeto Conecta Educação no planejamento dos professores de duas escolas no município de Santa Rosa/RS, considerando sua postura empreendedora e inovadora em sala de aula. Foi realizado a partir de uma pesquisa exploratória qualitativa. O público-alvo da pesquisa foram 42 professores de duas escolas da rede pública de ensino do município de Santa Rosa. A coleta de dados para a elaboração deste trabalho se deu a partir da literatura referenciada em livros e artigos, além da utilização de um formulário eletrônico, compostos por perguntas mistas, de elaboração própria. Os dados coletados dos questionários foram tratados de forma quantitativa, por meio de tabulação em gráficos, utilizando o software Excel. A partir da análise dos dados obtidos foi possível perceber o impacto que o projeto vem trazendo no meio educacional, especialmente, com as mudanças de metodologias pedagógicas. Nesse sentido, observou-se que, por meio do projeto Conecta Educação, 92% dos professores passaram a usar ferramentas digitais em suas aulas, 83% se sentem mais empreendedores, 83% afirmaram que seu relacionamento com os alunos melhorou e que 79% se sentem mais empoderados em sala de aula. Desse modo, evidenciou-se que a implementação do aprendizado adquirido por meio do projeto Conecta Educação nas aulas proporcionou maior envolvimento e interesse dos alunos com o conteúdo escolar. Por outro lado, para que isso fosse possível, foi necessário que o professor tivesse uma postura empreendedora, de modo a estar apto a inovar em sua prática profissional. O projeto Conecta Educação se lançou na comunidade santarosense com uma proposta revolucionária, a qual, porém, levou um tempo até ser bem compreendida. Hoje o projeto atende diversas escolas de rede pública e privada, mas ainda carece de mais estudos e análises acadêmicas acerca de seus impactos na educação, especialmente após o período de aulas remotas em função do período de isolamento social devido à Covid-19. Portanto, diante da repercussão dos resultados deste projeto expostos nesta pesquisa, é primordial que mais estudos sejam realizados.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo; Inovação; Planejamento; Projeto Conecta Educação.

## **INTRODUÇÃO**

Diante das grandes transformações sociais ocorridas nas últimas décadas e dos desafios da educação em se adequar a essas mudanças, o empreendedorismo surge como um agente de inovação e de mediação entre estes dois polos, a fim de preparar os jovens para os desafios do mercado de trabalho e da sociedade. Nesse sentido, o empreendedorismo no planejamento de aula apresenta-se como uma ferramenta significativa na reconexão entre professores e alunos na busca pelo saber, de modo a preparar o sujeito para novas formas de pensar e agir.

A inovação faz-se cada vez mais presente no cotidiano, impulsionada especialmente pelo avanço tecnológico, em especial das Tecnologias de Informação, das últimas décadas. Diante dessas transformações sociais, no ambiente escolar não poderia ser diferente, uma vez se constitui um espaço para o empoderamento do indivíduo, no sentido de desenvolver um pensamento crítico, pró-ativo e independente (FREIRE; SHOR, 1986; DOLABELA; FILION, 2013). A escola, nesse viés, é um espaço privilegiado para a observação das mudanças sociais e também para ser um agente catalisador dessas mudanças, por meio do incentivo a mudanças de paradigmas tradicionais.

Contudo, nada disso pode se concretizar sem uma formação adequada dos agentes envolvidos nesse processo de educar, de forma que tenham conhecimentos específicos do uso de ferramentas tecnológicas e possam oferecer benefícios para o desempenho dos alunos. Concomitante a esses tópicos, este preparo tem exigido muitas mudanças, especialmente dos profissionais de educação, visto que os modelos tradicionais de ensino já não se mostram tão eficazes às necessidades da sociedade atual quanto se mostrava há alguns anos (VASCONCELOS; FERRETE; LIMA, 2020; DEMORI, 2017; JOAQUIM; PESCE, 2021, dentre outros).

O contexto social hodierno, conceituado por Bauman (2001), como “modernidade líquida”, tem se revelado complexo e incerto, especialmente pelas possibilidades que as tecnologias de informação têm proporcionado. Diante desse quadro, o empreendedorismo no planejamento de aula apresenta-se como uma ferramenta significativa na reconexão entre professores e alunos na busca pelo saber, de modo a preparar o sujeito para novas formas de pensar e agir.

A fim de encontrar respostas aos desafios contemporâneos, projetos como o Conecta Educação são criados. Assim sendo, o presente estudo buscou entender o impacto do projeto Conecta Educação no contexto educacional do município de Santa Rosa (RS), considerando o processo de ensino/aprendizagem a partir de aspectos inovadores, vislumbrando novas técnicas de ensino voltadas à inserção de métodos tecnológicos a partir da qualificação docente. Para esse fim, escolheu-se o Conecta Educação, que se trata de um programa que busca reconectar professores e estudantes ao prazer de aprender com o uso de tecnologias educacionais digitais colaborativas no município de Santa Rosa, RS (CONNECTA, 2020). Projetos como esse surgem como uma possibilidade de elaboração de ações estratégicas que permitem um desenvolvimento contínuo do projeto na sociedade.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO**

Ao longo dos últimos 150 anos, as escolas e universidades sofreram poucas transformações no que diz respeito a metodologias de ensino e práticas educacionais. O universo escolar ainda segue a lógica de reprodução massificada e homogênea da Revolução Industrial, deixando de lado a capacidade do indivíduo e seus talentos. No entanto, o mundo externo a isso, o mercado de trabalho, segue em constante mudança e inovação, tornando as práticas educacionais antigas, cada vez mais, obsoletas (JOAQUIM; PESCE, 2021; VASCONCELOS; FERRETE; LIMA, 2020).

Já existem, no meio educacional, projetos que buscam mudar as práticas pedagógicas e trazer um conceito de inovação para os alunos. Contudo, a base desses projetos envolve o uso de equipamentos que passam por licitações para serem destinados às instituições de ensino e, em nenhuma dessas etapas envolvem a capacitação dos professores para que os mesmos saibam como utilizar os equipamentos e, efetivamente, aproveitá-los. Por esses e outros fatores, muitos recursos são perdidos ou mal utilizados (CONNECTA, 2020).

Com base no cenário apresentado, em 2016, no município de Santa Rosa foi implementado o Programa Conecta Educação, que contou com o apoio da Agência de Desenvolvimento de Santa Rosa e de alguns empresários da cidade que se propuseram a investir no projeto. O programa Conecta Educação busca retomar o protagonismo do professor num processo de capacitação e aprimoramento de suas habilidades como

educadores, despertando emoções, capacidade de realização, criatividade e a aprendizagem potencializada pela tecnologia. Além disso, o programa veio com uma proposta diferente, na qual os próprios professores e instituições despertam o desejo pela mudança e se desafiam a fazer acontecer buscando os recursos necessários (CONNECTA, 2020).

Com o objetivo de melhorar as perspectivas de desenvolvimento e aprendizagem da cidade, além de redesenhar a prática pedagógica já existente, o Conecta Educação atua promovendo a capacitação de professores de instituições municipais, estaduais, federais, particulares e de cursos livres com o uso do *Google For Education* como ferramenta de integração e trabalho colaborativo. O programa conduz professores e estudantes a se reconectarem ao prazer de aprender com o uso de tecnologia educacionais digitais colaborativas (CONNECTA, 2020).

O planejamento, o roteiro e a execução das ações pedagógicas estão sendo conduzidas pela *Google Innovator* Maidi Dalri. Para viabilização do projeto, empresas locais apoiam financeiramente essas ações, em conjunto com a Prefeitura Municipal (CONNECTA, 2020).

Apesar da plataforma do *Google For Education* ser a principal ferramenta de atuação do programa, os propósitos vão muito além disso, buscando ter uma modificação no processo pedagógico das instituições. Assim, o movimento do Conecta Educação já deu origem a ações concretas no segmento educacional que estão gerando mudanças no ecossistema educacional (CONNECTA, 2020).

## **METODOLOGIA**

A metodologia é definida como o estudo dos métodos pela qual irão caracterizar e identificar todas as etapas desenvolvidas no decorrer do desenvolvimento e coleta de informações visando atender os objetivos propostos no trabalho (LOVATO, 2013).

Considerado a tipologia de pesquisa, o estudo em questão foi realizado a partir de uma pesquisa exploratória do tipo *survey* (BABBIE, 2003), pois busca investigar os impactos do projeto Conecta Educação na prática docente de professores que participaram desta formação. Dessa forma, a amostra coletada constitui-se de 42

professores de duas escolas da rede pública de ensino do município de Santa Rosa que participaram do projeto Conecta Educação e que aceitaram participar voluntariamente desta pesquisa.

A coleta de dados para a elaboração deste trabalho se deu a partir da literatura referenciada em livros e artigos, além da utilização de um formulário eletrônico, composto por perguntas mistas, de elaboração própria. Utilizou-se o *Google Forms* para sua elaboração; outro motivo do uso dessa plataforma se deve à facilidade de aplicação aos participantes e da tabulação dos dados. Nesse sentido, entrou-se em contato com um responsável pelo apoio pedagógico das escolas e este enviou os questionários via *WhatsApp* aos participantes.

Quanto aos dados pessoais dos participantes, estes foram mantidos em sigilo e anonimato, respeitando os preceitos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos. Concernente aos dados dos questionários, estes foram coletados do formulário e tratados de forma quantitativa, por meio de tabulação em gráficos, utilizando o software Excel.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

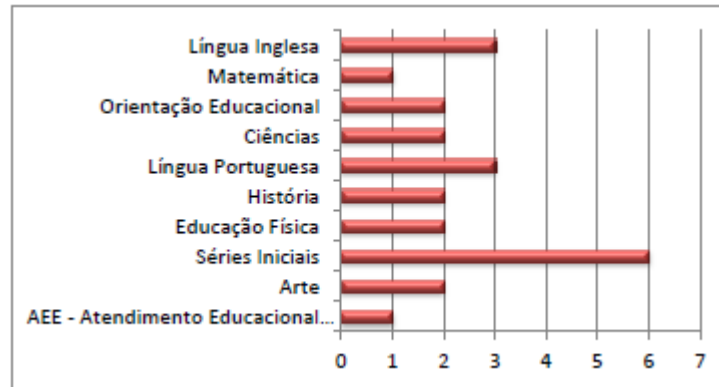
Esta pesquisa contou com a participação de 42 professores do ensino fundamental de duas escolas pertencentes à rede pública de ensino do município de Santa Rosa. A seguir serão apresentados os dados obtidos por meio dos questionários, os quais foram organizados em gráficos.

Destarte, o Gráfico 1 apresenta o perfil dos entrevistados, cujos dados foram dispostos conforme sua área de atuação. Assim, 1 professor afirmou atuar com Atendimento Educacional Especializado, 2 professores responderam aplicar a matéria de Artes, 6 professores afirmaram serem atuantes com as Séries Iniciais, 2 professores escreveram atuar em aulas de Educação Física, 2 professores atendem a matéria de História, 3 professores disseram atender a matéria de Língua Portuguesa, 2 professores afirmam atuar com a matéria de ciências, 2 professores disseram ser Orientadores Educacionais, 1 professor disse atuar com a matéria de Matemática e 3 professores atendem a matéria de Língua Inglesa. Observa-se, logo, que se trata de professores de diferentes áreas pertencentes a dois níveis distintos de ensino: fundamental I, que



compreende as séries iniciais (primeiro ao quinto ano), e fundamental II, que compreende as séries finais (sexto ao nono ano). Essa diversidade é importante para esta pesquisa, visto que traz diferentes concepções e usos acerca do projeto Conecta, demonstrando os resultados da sua aplicabilidade em diferentes disciplinas e faixas etárias.

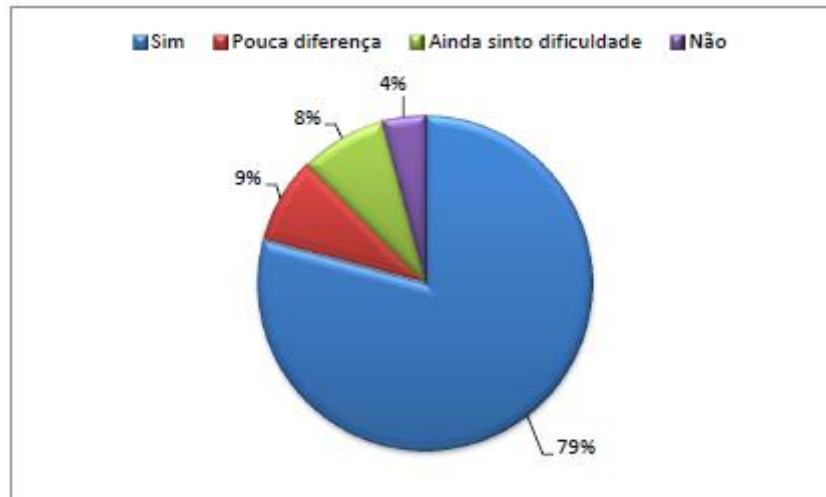
**Gráfico 1. Componente Curricular e Área de Atuação.**



**Fonte: Dados da Pesquisa.**

Logo adiante, no gráfico 2, buscou-se avaliar mais um dos objetivos do Conecta Educação, qual seja, o de capacitar os professores para que se sintam mais empoderados ao trabalharem com tecnologia e inovação em sala de aula. A respeito da inovação como ferramenta de empoderamento dos professores, Joaquim e de Oliveira (2021, p. 111) destacam que a ideia de inovação pode ser apresentada como uma arena de disputa, onde, de um lado, tem-se “a tese hegemônica de adaptação ao mercado e interesses tomados pela racionalidade tecnológica e econômica. De outro, a proposta emancipadora de inovação como perspectiva de empoderar os sujeitos sociais e de resistir ao projeto economicista neoliberal”. Apesar disso, considerando os objetivos do projeto Conecta, seu objetivo em fomentar a inovação na sala de aula está em conformidade com a segunda proposição, que é respaldada por Paulo Freire e Ira Schor (1986), quando legitimam o empoderamento como um processo de ação social no qual os sujeitos tomam posse de suas vidas, a fim de emancipar em relação aos interesses dos outros.

**Gráfico 2. Sentimento de qualificação.**

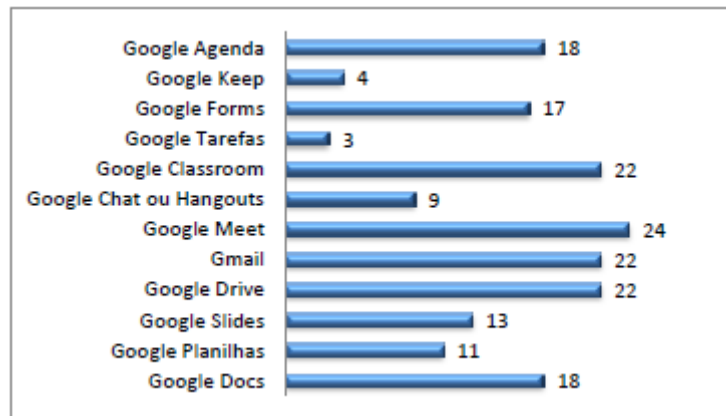


**Fonte:** Dados da Pesquisa.

Com base nessas premissas, os dados do Gráfico 2 indicam que as atividades do projeto Conecta contribuíram para o empoderamento desses profissionais, já que 79% dos professores disseram se sentir mais qualificados com o uso de ferramentas digitais em aula, 9% disseram sentir pouca diferença nesse sentido, 8% afirmaram que ainda sentem dificuldade e 4% disseram não sentir nenhum tipo de diferença.

Dando prosseguimento, o projeto Conecta Educação atua com grupos de ferramentas digitais para a capacitação dos professores. Para análise desse trabalho, essas ferramentas foram divididas em dois grupos: Ferramentas do Google for Education e outras Ferramentas disponíveis online. Esta divisão foi importante, tendo em vista que os aplicativos oferecidos pelo Google são cada vez mais populares entre as instituições de ensino brasileiras. Além de sua significativa presença, esta plataforma permite que os professores possam incorporar diversos aplicativos em seu planejamento, conforme as necessidades de sua disciplina e objetivos da aula. Nesse sentido, Vasconcelos, Ferrete e Lima (2020, 1881), em sua pesquisa sobre o uso da plataforma Google for Education por professores do ensino superior, acreditam que essas ferramentas possam melhorar a qualidade do trabalho do professor, considerando que “incentivam o professor a pensar em propostas de ensino menos centradas em sua figura e fonte primária. Proporcionando maior interação e aberto ao diálogo, além de poder promover um ambiente colaborativo de aprendizagem”. Desta forma, questionou-se quanto ao uso dessas ferramentas em suas metodologias pedagógicas. Os resultados desta pergunta são apresentados no Gráfico 3.

**Gráfico 3. Ferramentas do *Google for Education*.**

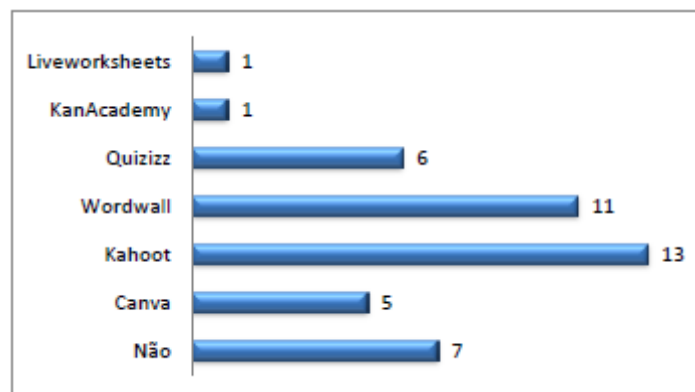


**Fonte: Dados da Pesquisa.**

Conforme apresentado no gráfico 4, a ferramenta do *Google for Education* mais utilizada pelos professores foi o *Google Meet* (24 respostas), seguido das ferramentas *Google Classroom* (22 respostas), *Gmail* (22 respostas) e *Google Drive* (22 respostas) também sendo os mais utilizados. Percebe-se, portanto, que metade dos respondentes utiliza esta ferramenta.

O próximo gráfico (4), demonstra os resultados acerca do uso de outras ferramentas disponíveis *online*.

**Gráfico 4. Uso de outras ferramentas disponíveis *online*.**



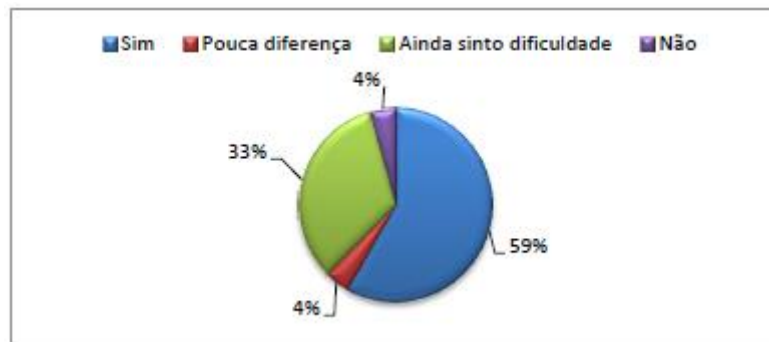
**Fonte: Dados da Pesquisa.**

Conforme o gráfico 4, que se refere as demais ferramentas disponíveis online, a mais utilizada é o *Kahoot* com 13 usuários e, em seguida, o *Wordwall* com 11 usuários. Comparando-se os gráficos 3 e 4 fica evidente a adesão dos aplicativos disponibilizados

pelo *Google for Education* para o planejamento das aulas dos professores participantes desta pesquisa.

Em sequência, apesar de esses professores dizerem utilizar essas ferramentas digitais, não significa que realmente as utilizem corretamente ou com máximo aproveitamento. Por isso, questionou-se sobre o sentimento de adaptação em relação ao uso delas. O Gráfico 5 apresenta os dados dos participantes.

**Gráfico 5. Utilização das ferramentas digitais.**



**Fonte: Dados da Pesquisa.**

Consoante os dados do Gráfico 5, é possível verificar que a maioria, 59% dos professores, afirmou conseguir utilizar as ferramentas digitais com êxito. No entanto, os outros 41% ainda sentem dificuldade, sendo que 33% que disseram sentir dificuldade, 4% que afirmaram não conseguir utilizar as ferramentas e 4% não sentiram diferença no seu desenvolvimento com o uso das ferramentas.

Como se percebe nos próximos gráficos, a adaptação em relação ao uso dos aplicativos da plataforma *Google for Education* está associada à percepção da adequação ao tempo (Gráfico 6) e também à qualidade da capacitação recebida (Gráfico 7).

**Gráfico 6. Tempo de capacitação.**



**Fonte: Dados da Pesquisa.**

O gráfico 6 apresenta os resultados sobre a opinião dos professores quanto ao tempo de capacitação do projeto. Nesse sentido, a formação ocorreu presencialmente com 4 encontros, cuja duração foi de 4 horas, totalizando 16 horas de formação. Os resultados apontam que 58% dos professores responderam afirmativamente que tiveram um bom aproveitamento do projeto no tempo em que foi proposto. Por sua vez, 38% disseram que poderia ter mais tempo disponível para o projeto e 4% afirmaram ter sido pouco tempo de treinamento. Os resultados desse podem ter sido resultado também de um desempenho individual, considerando o grau de familiaridade com o uso das Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação. Quanto a isso, enfatiza-se que o país ainda enfrenta o problema da exclusão digital, o que afeta também a formação dos professores, sendo imprescindível que estes profissionais busquem formação continuada para amenizar esta situação (DE OLIVEIRA; DA SILVA, 2016).

Assim, no Gráfico 7, outro fator importante abordado foi a metodologia utilizada pelo projeto. Neste caso, o gráfico demonstra a opinião dos professores quanto à capacitação do projeto, em que 62% disseram que o treinamento foi satisfatório, 25% afirmaram que concordam parcialmente com a forma de realização do treinamento e 13% disseram que o treinamento poderia ter sido diferente. Observa-se que se trata de uma percepção positiva da capacitação, aspecto que será reforçado com os dados do próximo gráfico.

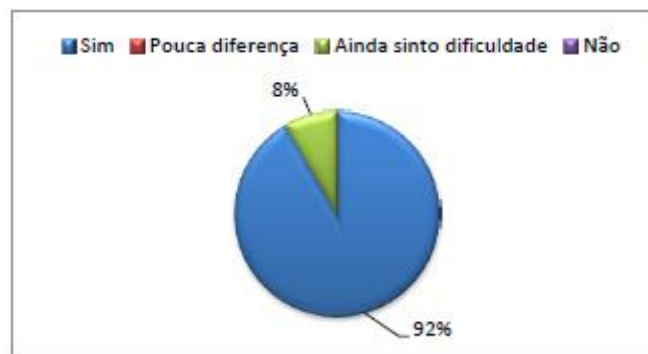
**Gráfico 7. Sentimento de capacitação em relação ao treinamento.**



Fonte: Dados da Pesquisa.

Para além, outro objetivo do Conecta Educação é proporcionar conhecimento aos professores para que possam personalizar suas metodologias em aula, agregando novas formas de ensinar. Nesse sentido, o Conecta Educação preza pelo pensamento empreendedor de inovação, criatividade e visão de oportunidades. Com isso, uma das perguntas feita aos professores foi: você conseguiu agregar novas metodologias e novas formas de ensino aprendizagem em aula?

#### **Gráfico 8. Novas metodologias agregadas.**



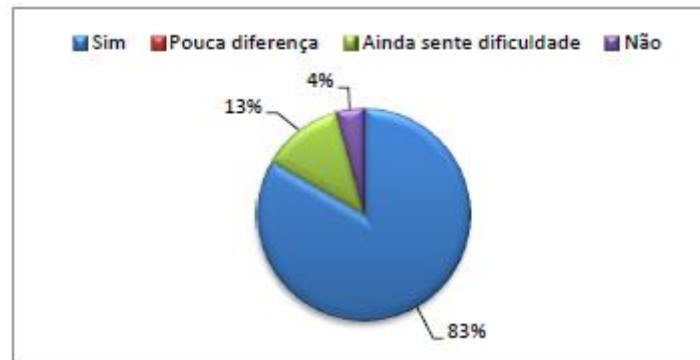
Fonte: Dados da Pesquisa.

O Gráfico 8 demonstra que 92% dos professores afirmaram que realmente conseguiram agregar novas metodologias em aula, e apenas 8% disseram que ainda sentem dificuldade nessa tarefa. Esses dados vão ao encontro dos resultados apresentados por Vasconcelos, Ferrete e Lima (2020), tendo em vista que essas ferramentas contribuem para o desenvolvimento de novas competências e habilidades, apoiadas em uma metodologia construtivista que torna o aluno o protagonista da aprendizagem e não mais o professor. No entanto, os autores enfatizam que, para isso

ocorrer, é necessário que os professores busquem formações continuadas, as quais incentivem a inovação na sala de aula.

Esses dados apontam a relevância da visão empreendedora do professor, uma vez que a busca pela implementação adequada de ferramentas inovadoras no planejamento das aulas tem evidenciado resultados significativos no processo de ensino-aprendizagem. Dessa maneira, o Gráfico 9 expõe os dados referentes ao sentimento de empreendedorismo dos participantes da pesquisa. Diante disso, 83% dos professores afirmaram se sentir mais empreendedores a partir da capacitação do Projeto Conecta Educação, 13% disseram que ainda sentem dificuldade nesse desenvolvimento e apenas 4% disseram não se sentir empreendedores. Esses dados apontam, por conseguinte, que a maior parte dos professores já incorporou a ideia de que sua profissão exige competências e habilidades empreendedoras, a fim de melhorar a qualidade do ensino oferecido. Nesse sentido, como salienta Demori (2017, p. 17), “a educação empreendedora tem como característica principal a capacidade de construção de novos conhecimentos”, especialmente a partir da integração de novas tecnologias aos conteúdos de diversas disciplinas.

**Gráfico 9. Sentimento de empreendedorismo.**



**Fonte: Dados da Pesquisa.**

Além da percepção da satisfação pessoal em relação ao desenvolvimento de habilidades empreendedoras, esta pesquisa também analisou os impactos do projeto Conecta Educação no relacionamento dos professores com seus alunos. A esse respeito, os números do Gráfico 10 demonstram que 83% dos professores afirmaram terem percebido mudanças no relacionamento com os alunos, 13% disseram ter percebido

pouca diferença nesse relacionamento e 4% disseram ainda sentir dificuldade. Chama, destarte, atenção a repercussão positiva do uso dessas novas ferramentas na sala de aula.

**Gráfico 10. Relacionamento professor/aluno.**



Fonte: Dados da Pesquisa.

A fim de entender quais foram as principais mudanças no comportamento dos alunos, os professores responderam a seguinte pergunta: quais atitudes você citaria sobre os alunos e o seu relacionamento com eles?

**Gráfico 11. Comportamento dos alunos em relação à aula.**



Fonte: Dados da Pesquisa.

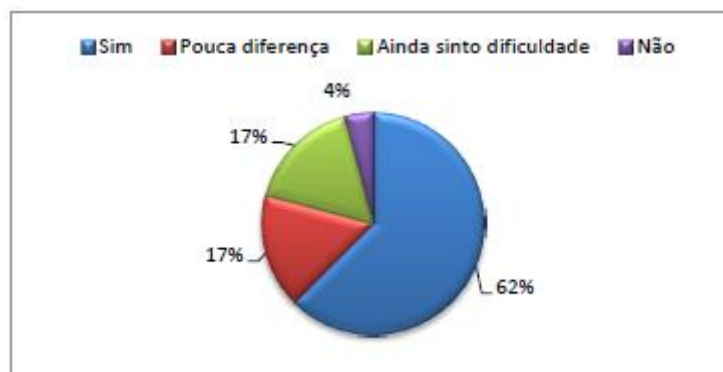
Apesar de, no Gráfico 10, 4% dos professores responderem que sentem dificuldade em perceber mudanças no relacionamento com os alunos e 13% responderem que sentem pouca diferença, o Gráfico 11 indica que todos os professores perceberam algum tipo de mudança nas atitudes dos alunos em aula após sua participação no projeto. Entre as principais atitudes percebidas foram mencionadas: mais autonomia (14 respostas), mais interesse (11 respostas), mais encantamento (10 respostas) e maior facilidade de compreensão (8 respostas). Ainda ficaram apontadas: o



aumento da produtividade (7 respostas), proatividade (6 respostas) e responsabilidade (5 repostas). No entanto, 4 professores citaram, como aspecto negativo, o pouco envolvimento dos alunos e 3 professores disseram que houve uma menor proximidade com dos alunos. Posto isso, chama atenção as atitudes e a mudança positiva acerca da implementação deste projeto. Tais resultados corroboram a afirmação de vários autores a respeito de que a tecnologia contribui nos processos de aprendizagem, visto que sua aplicação proporciona um meio de melhorar a aprendizagem, gerando mais dinamismo das aulas e maior envolvimento dos alunos (DEMORI, 2017; JOAQUIM; PESCE, 2021; VASCONCELOS; FERRETE; LIMA, 2020, dentre outros).

Outro ponto importante é o fato de que cada aluno tem uma forma diferente de absorver o aprendizado, sendo que cada um tem seu próprio tempo para executar tarefas, alguns com mais agilidade e facilidade que outros, tendo trajetórias muito diferentes em questão de aprendizado. Nesse sentido, as plataformas digitais, como o *Google for Education* podem contribuir para que o professor acompanhe o progresso de aprendizagem da sua turma. Além disso, esse acompanhamento pode dar um direcionamento para o docente, visto que ele pode adaptar os conteúdos a serem trabalhados, conforme as necessidades de cada turma ou realizar um estudo dirigido individual, de modo que o aluno com alguma dificuldade em determinado assunto possa suprir essa lacuna de modo personalizado. Por isso, aplicou-se a seguinte pergunta: foi possível personalizar a trajetória de aprendizado dos alunos com utilização da tecnologia?

**Gráfico 12. Personalização das aulas.**



**Fonte: Dados da Pesquisa.**

No gráfico 12, observou-se o resultado da questão, sendo que 62% dos professores afirmaram que conseguiram personalizar a trajetória dos alunos, 17% disseram que houve pouca diferença nesse sentido, 17% disseram que ainda sentem dificuldade em aplicar essa mudança e 4% disseram não ter mudado nada. Tendo em vista que a maior parte dos respondentes afirmou conseguir personalizar a trajetória de seus alunos, isso evidencia um avanço na qualidade do ensino, uma vez o profissional pode também se autoavaliar e buscar outras atividades de modo a fazer com que seus alunos adquiram conhecimento.

O empreendedorismo na sala de aula permite que o professor desempenhe um novo papel, qual seja, o de mentor, catalisando e facilitando a aprendizagem. Dessa maneira, sua função é a de auxiliar os alunos a aprenderem sem que o conteúdo seja apenas transferido do professor para o aluno, mas que aprendam com pensamentos empreendedores (DOLABELA; FILION, 2013). Com base nestas premissas, questionou-se sobre o fato de os participantes desta pesquisa se sentirem no papel de mentores de seus alunos, visto que o projeto Conecta Educação busca aprimorar esse papel de forma que o professor se torne um mentor em sala de aula. Destarte, no Gráfico 13, observa-se que 62% dos professores disseram que se sentem no papel de mentores dos seus alunos, e os outros 38% não discordaram, mas disseram que ainda sentem dificuldades em se colocar nesse papel de mentor. Neste ponto, vê-se a contribuição do projeto para a transformação dos modelos tradicionais, considerando que a maioria consegue desempenhar este papel. Por outro lado, é possível que alguns profissionais sintam receio em aderir às novas metodologias, uma vez que já estão habituados às metodologias tradicionais e não se sentem seguros em tentar inovar seu planejamento.

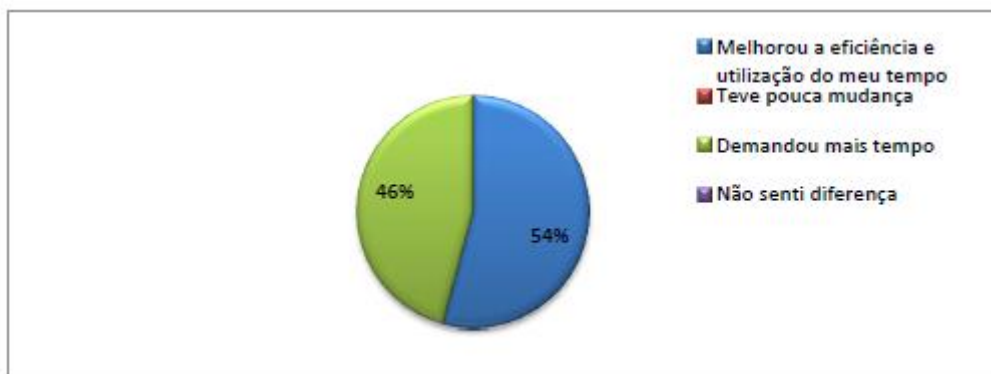
**Gráfico 13. O professor no papel de mentor.**



**Fonte: Dados da Pesquisa.**

Uma das hipóteses a respeito dos aspectos negativos do uso de ferramentas digitais no planejamento de aula consistia no fato de que elas poderiam ser um empecilho no andamento das aulas. Assim, este trabalho procurou conhecer sob o ponto de vista dos professores se o uso dos aplicativos *on-line* atrasou o andamento das atividades. A esse respeito, os resultados expostos no Gráfico 14 evidenciam que 54% dos professores disseram que melhorou a eficiência e a utilização do tempo em suas tarefas escolares e 46% disseram que o uso de ferramentas digitais demandou mais tempo em suas tarefas. Observa-se, assim, que nesta questão as respostas ficaram mais proporcionais. É possível que esse resultado esteja atrelado ao fato de que, com o auxílio dessas ferramentas, o professor sinta necessidade de preparar uma aula mais personalizada a seus alunos, conforme suas demandas. Nesse sentido, é indispensável que o planejamento seja adaptado a cada turma, o que conseqüentemente demandará mais tempo tanto para o plano de ensino como para a execução das atividades.

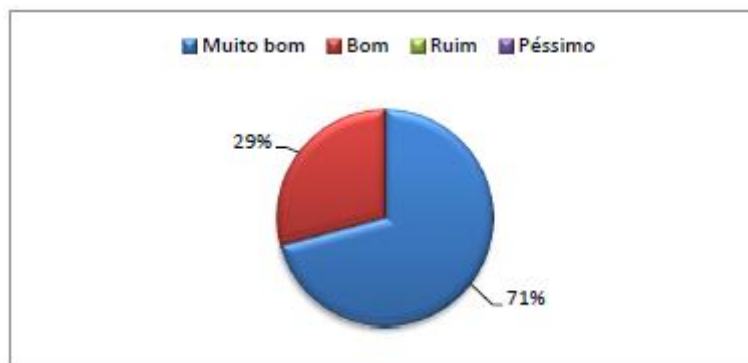
**Gráfico 14. Tempo utilizado nas tarefas escolares.**



**Fonte: Dados da Pesquisa.**

Por fim, investigou-se a percepção dos professores acerca do desenvolvimento do projeto em termos de capacitação. A respeito deste ponto, os resultados indicam que o projeto foi avaliado de forma positivo, tendo em vista que 71% dos professores disseram que o projeto é muito bom e 29% disseram que o projeto é bom (ver Gráfico 15). Esses dados vão ao encontro das conclusões da pesquisa de Vasconcelos, Ferrete e Lima (2020), visto que a formação continuada faz diferença nos resultados da prática docente, entretanto, para que isso ocorra de modo satisfatório, é imprescindível que os professores estejam interessados e motivados em querer aprender e apropriar-se das tecnologias digitais.

**Gráfico 15. Avaliação do projeto.**



Fonte: Dados da Pesquisa.

## CONCLUSÃO

A partir destas considerações, foi possível analisar a importância das ferramentas digitais no planejamento de aula. Este estudo demonstrou que, a fim de impactar significativamente na educação, faz-se necessário que o professor tenha uma postura empreendedora, de modo que esse profissional esteja aberto a buscar por inovação a fim de despertar atitudes positivas frente ao aprendizado de seus alunos. Diante disso, não se pode dizer que, no ambiente escolar, não existam ferramentas tecnológicas. No entanto, não significa que essas ferramentas estejam realmente sendo utilizadas de forma que agreguem valor às metodologias educacionais, e, ainda, não significa que os professores saibam como utilizar essas ferramentas nas suas práticas pedagógicas.

Com base nessas informações, se fazem necessários projetos educacionais que busquem capacitar os professores para que consigam ter uma postura empreendedora e procurar inovar em sala de aula, de modo que possam desenvolver outras habilidades como educadores. Com isso, o estudo em questão buscou analisar o impacto do Projeto Conecta Educação que, se apresenta como um desses projetos que busca empoderar o professor, no sentido de promover sua capacitação e aprimorar suas habilidades educacionais. Nesse sentido, os resultados apresentados demonstraram que o projeto Conecta Educação está impactando o comportamento de professores, no sentido de contribuir para o seu empoderamento, fazendo com que as aulas se tornem mais dinâmicas – acabando por despertar nos alunos comportamentos positivos em relação à sua participação nas aulas e atividades escolares.

Pode-se observar, portanto, que os impactos do projeto Conecta Educação transformaram não só a capacidade criativa de professores, mas como também o empenho por manter um constante aprendizado. Isso surge como uma consequência da mudança de relacionamento entre professores e alunos por meio do uso das tecnologias digitais, visto que um professor incluso nos meios digitais conseguirá estabelecer uma relação mais próxima com seus alunos. Como consequência dessa proximidade, torna-se possível o avanço na construção de conhecimento.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2001.

CAETANO, Luís Miguel Dias. Tecnologia e Educação: quais os desafios?. **Educação**, v. 40, n. 2, p. 295-309, 2015.

COLOMBO, Sonia Simões. et. al. **Desafios da Gestão Universitária Contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CONNECTA EDUCAÇÃO. **Conectasr**. Maidi Dalri. 2020. Disponível em: <https://sites.google.com/ceccon.com.br/conectasr/quem-somos>. Acesso em: 10 dez. 2021.

DA SILVA, Genilson José. **O ensino de empreendedorismo na educação pública: uma análise acerca da concepção docente nos anos iniciais do ensino fundamental no município de Alcântil PB**. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, 2018.

DE ALMEIDA, Evania Guedes et al. Ensino remoto e tecnologia: Uma nova postura docente na educação pós-pandemia. In: **Anais VII Congresso Nacional de Educação**. 2020. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD1\\_SA\\_19\\_ID4391\\_02092020001229.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA_19_ID4391_02092020001229.pdf). Acesso em: 02 mar. 2022.

DE OLIVEIRA, João Ferreira; DA SILVA, Kellen Cristina Prado. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e a Educação Escolar no Brasil: políticas, concepções e desafios formativos. **Revista Educação em Questão (Online)**, v. 54, p. 218-230, 2016. Disponível em: [https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Kellen-Cristina-Prado-da-Silva\\_-Joao-Ferreira-de-Oliveira.pdf](https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Kellen-Cristina-Prado-da-Silva_-Joao-Ferreira-de-Oliveira.pdf). Acesso em: 20 fev. 2022.

DEMORI, Caroline Sorrentino. **Empreendedorismo Educacional: Planejamento de uma proposta de curso de gestão empreendedora para professores da rede municipal de**

ensino. Trabalho de Conclusão de Curso. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [http://www.genesis.puc-rio.br/media/biblioteca/CAROLINE\\_PRONTO.pdf](http://www.genesis.puc-rio.br/media/biblioteca/CAROLINE_PRONTO.pdf). Acesso em: 20 fev. 2022.

DOLABELA, F. **A pedagogia empreendedora**. São Paulo: Curitiba, 2003.

DOLABELA, Fernando; FILION, Louis Jacques. Fazendo revolução no Brasil: a introdução da pedagogia empreendedora nos estágios iniciais da educação. **Iberoamerican Journal of Entrepreneurship and Small Business**, v. 2, n. 3, p. 134-181, 2013. Disponível em: <https://www.regepe.org.br/regepe/article/view/137>. Acesso em: 26 fev. 2022.

FIALHO, F. A. P. **Empreendedorismo na era do conhecimento**. Florianópolis: Visual Books, 2006.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia** – o cotidiano do professor. Tradução de Adriana Lopez. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

JOAQUIM, Bruno; PESCE, Lucila. Inovação, inclusão digital e educação ao longo da vida. **Revista da FAEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 30, n. 64, p. 107-119, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/11750>. Acesso em: 15 jan. 2022.

LOVATO, Adalberto. **Metodologia da pesquisa/ Adalberto Lovato**. Três de Maio: SETREM, 2013.

SARMENTO, Maristela. et. al. **O Futuro alcançou a escola?: o aluno digital, a BNCC e o uso de metodologias ativas de aprendizagem**. São Paulo: Editora do Brasil, 2019.

VASCONCELOS, Alana Danielly; FERRETE, Anne Alilma Silva Souza; LIMA, Ivonaldo Pereira de. Formação docente para o uso dos aplicativos do Google for Education em sala de aula. **RIAAE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 4, p. 1877-1887, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12741>. Acesso em: 15 jan. 2022.

**Capítulo 4 - DOI:10.55232/1083002.4**

**“ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: UM CONTEXTO  
HISTÓRICO COM UM OLHAR PARA O FUTURO”**

**Otacílio José Moreira, Patrícia De Paiva Vieira Santos, Mariana Aline  
Ribeiro Novaes e Carlyle Tadeu Falcão De Oliveira**

**RESUMO:** A frequente instabilidade econômica e política global, agravada no Brasil com a Pandemia da COVID-19, aumentou o número de desempregados, podendo se aprofundar ainda mais sob os efeitos da era digital. Esses fatores serviram para enfatizar as deficiências do atual sistema de desenvolvimento e confirmar a necessidade de desenvolvimento de uma solução alternativa ou complementar. Nesse contexto, a Economia Social e Solidária (ESS) surge como uma solução viável para reequilibrar os objetivos econômicos, sociais e ambientais do país. Trata-se de um ensaio teórico realizado com suporte de uma revisão sistemática de literatura. Como objetivo geral, buscamos analisar a ESS à luz de seu surgimento, entendendo o momento presente e avaliando os seus desafios futuros. Dentre os objetivos específicos, procuramos descrever e compreender a ESS e suas vertentes; caracterizar os princípios da ESS; entender as dificuldades encontradas na área e qual é o futuro do movimento, com ênfase em sua consolidação, seu desenvolvimento e auto sustentação. O artigo contribui para a compreensão do passado, presente e análise do futuro da economia solidária no Brasil, concebido como um modelo de desenvolvimento econômico independente do setor público e do setor privado tradicional ou terceiro setor.

**Palavras-chave:** Economia Solidária, Cooperativismo, Sustentabilidade social.

## **INTRODUÇÃO**

Nos países da América Latina, na virada do milênio, um amplo e autoconfiante movimento de economia popular e solidária se formou como núcleo de um "socialismo para o século XXI", promovendo uma forte influência no Fórum Social Mundial e nos desenvolvimentos e discursos acadêmicos na América Latina e Europa (ELSEN, 2019).

Ao mesmo tempo, iniciativas, de Economia Solidária foram desenvolvidas nos estados de bem-estar europeus como respostas às novas inseguranças sociais, às mudanças nos mercados de trabalho e ao desmantelamento da seguridade social.

De acordo com Scherer-Warren (2006), uma compreensão acerca da nova configuração da sociedade civil organizada; pode explicitar os múltiplos tipos de ações coletivas do novo milênio, permitindo explorar a diversidade identitária dos sujeitos, a transversalidade nas demandas por direitos, as formas de ativismo e de empoderamento social por meio de articulações em rede, bem como, a participação política das organizações em rede. Por isso, observamos o movimento de Economia Solidária numa crescente conscientização de grupos da sociedade civil para a transformação eco social que permita enfrentar as mudanças socioeconômico e climáticas bem como suas consequências. Trata-se de abordagens cooperativas, predominantemente orientadas para a subsistência, tanto em áreas urbanas como rurais, com possibilidades de ir além da completa dependência de estruturas de abastecimento baseadas na lei de oferta e demanda. As consequências da falta de mercado de trabalho e da indiferença social são responsáveis por fortalecer as correntes sociais que representam ideias alternativas de bem-estar e uma vida melhor para todos.

Quanto à racionalidade, princípios de coordenação e motivações, de acordo com Silva (2018), o modelo empreendedor de Economia Solidária inclui um amplo conjunto de iniciativas econômicas baseado na autogestão, objetivando garantir trabalho e renda aos seus associados. Ele ressalta a existência dos seguintes princípios básicos: associação voluntária entre trabalhadores engajados em questões de interesse comum; posse coletiva dos meios de produção; gestão democrática do empreendimento e repartição da receita líquida entre os associados.

A Economia Solidária é uma área central de ação social, integrada ao contexto sociocultural da comunidade (POLANYI, 1957). Lima (2007) afirma que “tanto o desenvolvimento sustentável quanto a Economia Solidária necessitam de novos



princípios e valores, sendo um contradiscurso, uma contra hegemonia na perspectiva gramsciana”. Por isso, Lima (2007) afirma que são muitos os significados do desenvolvimento sustentável e da Economia Solidária que são usados em face da manifesta crise social e econômica, pois busca-se uma mudança de paradigma das práticas individuais para as coletivas, permeadas pela sociabilidade e solidariedade, ligadas à autogestão e movimentos sociais, ao contrário da heterogestão, cujo objetivo maior é a lucratividade.

Já para Barreto et al. (2021), a crise global, desencadeada pela pandemia COVID-19, aumentou o desemprego e as profundas desigualdades socioeconômicas. Por outro lado, as manifestações sociais cresceram, como expressão de repúdio ao capitalismo que só enxerga o mercado (KENWORTHY, 2020). Por meio desse repúdio, as manifestações destacam as assimetrias socioeconômicas predominantes, exigindo uma recomposição das políticas econômicas que vêm prevalecendo na sociedade mundial desde século passado (PRESTA, 2020). Conforme Guadarrama Sánchez (2019), essa situação tem permitido o aumento gradual das práticas socioeconômicas, a chamada economia social e solidária, apoiada pela comunidade e com propósito equitativo como alternativa sustentável para promover diferentes comportamentos organizacionais.

Os fundamentos da Economia Solidária, incluem, ainda, uma compreensão ampliada do trabalho, pessoal, familiar, de cuidados, de engajamento cívico e todas as outras formas de trabalho socialmente significativas e necessárias (NEGT, 2011).

A economia solidária refere-se a organizações e empresas baseadas nos princípios de solidariedade e participação, que produzem bens e serviços ao mesmo tempo em que buscam objetivos econômicos e sociais. Apesar da importância do assunto, ele ainda está em construção e consolidação, sendo necessária uma revisão da literatura para aumentar a contribuição nesse sentido, abordando sua evolução. (DUQUE et al., 2021).

Para Godoy et al (pág. 88, 2020) “a autossustentação é tida como limitada ou utópica na perspectiva dos seguidores da linha Singeriana, pois a organização de iniciativas solidárias é relativamente mais lenta do que a organização de unidades convencionais de mercado e as fragilidades das iniciativas impediriam o desenvolvimento destas redes”. Nesse sentido, os autores consideram a necessidade das iniciativas solidárias se tornarem plurais a fim de que possam atingir diferentes setores, consigam se

estruturar melhor e assim adquirir maior visibilidade para fazer frente ao mercado capitalista.

Godoy et Al citam que, “uma grande condição do modelo emancipatório da economia solidária é a observância da equidade, a participação, o esclarecimento, a justiça, e a participação nas riquezas ou resultados, para que todos sejam parte da iniciativa e tenham responsabilidades equilibradas entre si, partilhando também dos benefícios e frutos do trabalho.

No caso brasileiro, Godoy et al (2020) reforçam ainda que, existe uma contradição das práticas assistencialistas propostas pelo modelo solidário, uma vez que as associações ou agrupamentos solidários muitas vezes fomentados por incubadoras tecnológicas, por centros públicos de economia solidária, por ONG’s, ou por algum outro tipo de promoção de atividades laborais de grupos de atores marginalizados, acabam por confundir-se por um viés assistencialista.

Sendo assim, a questão problema, que motiva esta pesquisa é: com base nas origens e situação atual do movimento de economia solidária no Brasil, qual o futuro desse movimento no país?

O objetivo principal é fornecer um panorama futuro da Economia Solidária no Brasil com base no contexto histórico desse movimento no país. Para consecução desse objetivo será realizado um mapeamento científico identificando as principais contribuições de autores que já pesquisaram a Economia Solidária, observando a realidade brasileira com suas relações e divergências a outros países.

Este artigo discute a Economia Solidária, por meio de pesquisas básicas e exploratórias de artigos selecionados via revisão sistemática de literatura – RSL (2016 a 2021), conforme figura 1, contemplando a base Scopus e Science Direct e a inclusão de alguns artigos considerados alinhados com o tema.

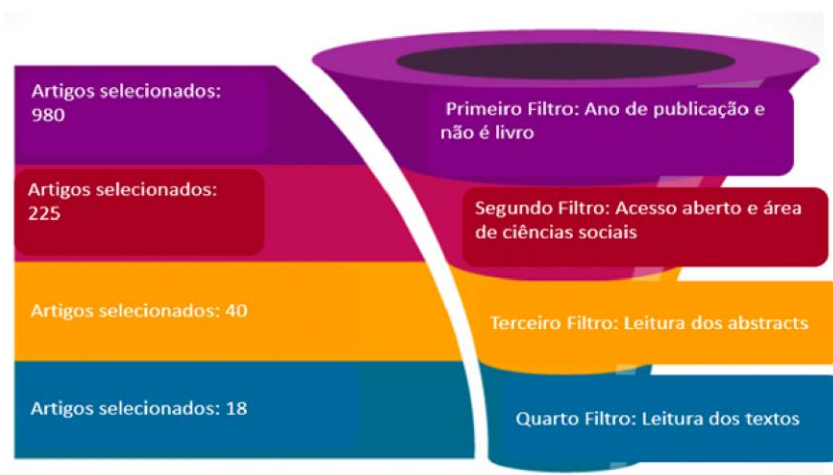


Figura 1:Resumo da RSL. Fonte: Elaborada pelos autores.

Os trabalhos selecionados pela RSL levaram em conta temas sobre as iniciativas históricas do movimento cooperativo no âmbito nacional, os autores que buscavam ampliar o conhecimento teórico e incentivar a compreensão sobre a Economia Solidária, suas possibilidades e impactos socioeconômicos, bem como prover um olhar para o futuro sobre essa área.

Os principais autores selecionados pelo último filtro se encontram na tabela 1:

Tabela 1: Lista de autores selecionados

AUTOR (ES)	TÍTULO	ANO
BARRETO, Karol; DUQUE, Pedro; MEZA, Eduardo e GIRALDO, David	Economía Social y Economía Solidaria: un análisis bibliométrico y revisión de literatura	2021
BELL, M. P., LEOPOLD, J., BERRY, D., e HALL, A. V.	Diversity, Discrimination, and Persistent Inequality: Hope for the Future through the Solidarity Economy Movement	2018
ELSEN, Susanne	Community-based economy and ecosocial transition	2017
GAIGER, Luiz Inácio	The Solidarity Economy in South and North America: Converging Experiences	2017
GUADARRAMA Sánchez, G. J.	El modelo de fundaciones comunitarias en México : una aproximación desde la perspectiva de los bienes comunes	2019

KENWORTHY, L.	Social Democratic Capitalism and the Good Society. Social Democratic Capitalism	2020
<b>AUTOR (ES)</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>
SILVA, Sandro Pereira	O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas	2017
SINGER, Paul	Introdução à economia solidária	2018
SINGER, Paul	Economia Solidária – Volume 2	2022
BABIĆ, Zdenko; BATURINA, Danijel	Current Challenges and future potentials of Social Economy in Croatia	2020
PRESTA, S. R.	Economía social y solidaria, trabajo y «don de sí mismo»	2020
VIEIRA, Patricia Carvalho	Uma abordagem sobre a economia solidária no Brasil	2021

Fonte: Os autores

Acredita-se na relevância do estudo, pois a frequente instabilidade econômica e política global, agravada no Brasil com a Pandemia da COVID-19, aumentou o número de desempregados, podendo se aprofundar ainda mais sob os efeitos da era digital. Assim, para os autores, esses fatores serviram para enfatizar as deficiências do atual sistema de desenvolvimento e confirmar a necessidade de desenvolvimento de uma solução alternativa ou complementar. Nesse contexto, a Economia Solidária (ESS) surge como uma solução viável para reequilibrar os objetivos econômicos, sociais e ambientais do país. Este artigo se justifica em virtude da possibilidade de que ao revisitar o passado e analisar o presente, seja possível trazer um olhar de futuro para o movimento da Economia Solidária no país.

## **A Economia Solidária no Brasil**

### **O surgimento**

De acordo com Allanbademel (pág. 154, 2018), a economia solidária surgiu no século XIX, tendo como objetivo proteger os trabalhadores submetidos a difíceis condições de vida no contexto da industrialização e do capitalismo liberal; surge como uma ferramenta na luta contra a pobreza e a coesão social.

Segundo Lachet (2002, p. 11), o conceito aparece pela primeira vez no livro *Economia de solidariedade e organização popular*, organizado por Gadotti. Nele, Luis

Razeto aponta a Economia Solidária como uma teoria elaborada para compreender experiências econômicas que compartilham traços de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, diferentemente de outros tipos de formações econômicas (1993 apud LACHET, 2002).

De acordo com Nagem e Silva (2013, p. 160), a Economia Solidária é um conjunto de atividades cujo objetivo é a democratização da economia por meio do engajamento de indivíduos em grupos coletivos de organização do trabalho. Tais organizações podem ser feitas de várias maneiras: dentre elas, há a criação de empresas auto gestionárias, em que a tomada de decisão é feita por meio da democracia. Além disso, outras formas de associativismo e cooperativismo podem surgir.

Na Economia Solidária, os meios de produção são de posse coletiva dos indivíduos que as utilizam e produzem efetivamente; a gestão da empresa é democrática e pode ser feita por meio da participação direta ou da representação; a receita líquida é repartida igualmente entre todos que cooperaram e o destino do excedente econômico também é debatido e escolhidos pelos próprios cooperadores (NAGEM e SILVA, 2013, p. 160).

A criação de tal experiência econômica foi por operários, no início do capitalismo industrial, como uma reação à pobreza e ao desemprego existentes no início do século XIX, diante de um cenário cada vez mais mecanizado. Os trabalhadores se uniram com o objetivo de “de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas.” SINGER, [s.d.], p. 4). Também é importante ressaltar, como afirma Singer ([s.d.], p.4) que a Economia Solidária teve uma estrutura fundamentada na ideologia socialista.

O conceito surge, no contexto latino-americano, na década de 1990, em um período em que o mercado de trabalho estava desestabilizado. Dessa forma, as agendas dos movimentos sociais e sindicais ganharam visibilidade, o que criou “grupos coletivos auto gestionários que fazem do trabalho associado uma alternativa de inserção no circuito econômico, com vistas à geração de renda para as pessoas envolvidas” (SILVA, 1990, p. 12).

No Brasil, Paul Singer foi um dos mais relevantes militantes da Economia Solidária. Em 1996, o autor utilizou o termo pela primeira vez no país, ao publicar um artigo no jornal Folha de São Paulo sobre como a Economia Solidária poderia ser utilizada

para aplacar o desemprego. Em 2001, ele lança a obra *Introdução à Economia Solidária*, popularizando ainda mais a teoria no Brasil (SILVA, 1990, p. 15).

Carvalho (2012) afirma que ao final do século XX, no Brasil, observa-se o surgimento de um conjunto de iniciativas dos trabalhadores que têm como objetivo a construção de práticas distintas ao assalariamento para aqueles que se encontravam em situação de desemprego ou trabalho precário. Cita que esse novo modelo, é a Economia Solidária, fenômeno econômico e social que apregoava a solidariedade como princípio e fim da atividade econômica.

“Traços comuns dessas iniciativas são a autoajuda e ajuda mútua, a autogestão, os princípios de solidariedade e igualdade (próprios do cooperativismo e associativismo), além da bandeira de um novo e possível projeto de sociedade “alternativa” à capitalista, uma possibilidade de emancipação do trabalho e do sistema, analisado como causador da desigualdade, da pobreza e exclusão”.

(CARVALHO, 2012)

Dentre os traços comuns às iniciativas de Economia Solidária, destacam quatro princípios como essenciais, são eles: a cooperação, a autogestão, a solidariedade e, a viabilidade econômica (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006). Esses princípios são apresentados pelo Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005, conforme a tabela abaixo (adaptado).

Tabela 2. Princípios presentes no Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005.

<b>Cooperação</b>	Existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.
<b>Autogestão</b>	Exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.

<b>Solidariedade</b>	Preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes.  Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem-estar de trabalhadoras e consumidoras.
<b>Viabilidade Econômica</b>	Agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005, 2006.

## **Dias atuais**

Apesar dos desafios que a Economia Solidária ainda enfrenta, ela continua crescendo e apresentando resultados significativos em diversos lugares do mundo, principalmente em relação aos benefícios trazidos no campo da geração de postos de trabalho, rendimento, fomento ao desenvolvimento local e preservação ambiental. (SILVA e SILVA, 2008, p.12).

Quanto ao caráter dos empreendimentos de Economia Solidária nos dias de hoje, de acordo com Singer (2002b), “atualmente, a maioria dos empreendimentos solidários é de caráter intersticial. Surgiram como respostas a crises nas empresas, ao desemprego e à exclusão social”. Para Cary (2015), “as experiências da Economia Solidária, por sua capacidade de produzir bens e serviços abertos a todos, fariam parte dessa linha de propriedade social, nos dias de hoje enfraquecida pelo aumento das desigualdades e pela dominação do pensamento neoliberal”.

No Brasil, apesar de passos fundamentais já terem sido dados em direção a construção de um modo de produção alternativo, segundo Singer (2002a), essa forma de produzir ainda está no começo. Ou seja, para o autor, passos importantes e etapas vitais, já ocorreram; embora de forma modesta, em função das dimensões geográficas e populacionais, eles trouxeram resultados expressivos para os dias atuais. Dezenas de

milhares tiveram resgatados, o autorrespeito, a dignidade humana e a cidadania; o que segundo Singer, justifica o esforço investido na Economia Solidária.

Uma das características dos empreendimentos solidários no Brasil, é que a produção de bens é a atividade principal das associações e dos grupos informais, correspondendo a 70%. Na maior parte dos casos, a venda pode ser feita de forma livre ou informal e, em outras situações, ela pode ser feita através de uma cooperativa parceira. (VIEIRA, 2021).

A extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária- SENAES, demonstrou no último e mais recente mapeamento, realizado entre fins de 2009 e início de 2013 pelo Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES), que a maioria dos empreendimentos de Economia Solidária (EES) se concentravam na região nordeste do Brasil e em áreas rurais, conforme demonstrado no gráfico abaixo, resgatado de um estudo sobre as Espacialidade da Economia Solidária no Brasil.

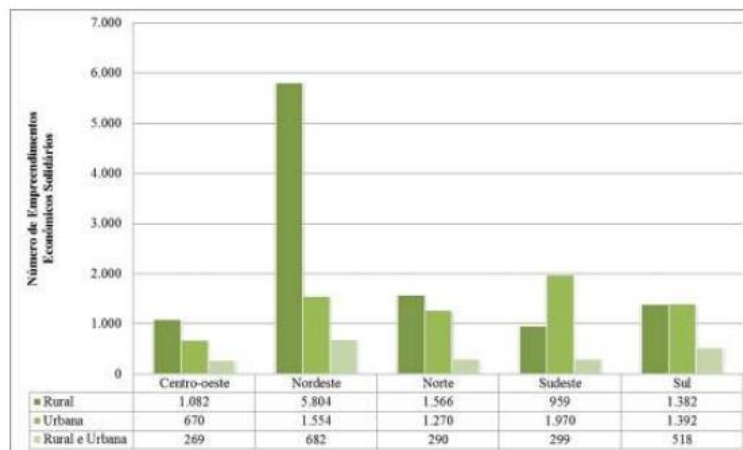


Figura 1. Empreendimentos econômicos solidários no Brasil.  
Fonte: AZEVEDO; ALIÓ; SILVA, 2016.

Ainda segundo o último mapeamento da SIES, naquele momento existiam 19.708 empreendimentos de economia solidária no país, “organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros em todos os estados da Federação. Desse total, 11.869 (60,2%) são novos EES, ou seja, não haviam sido registrados no mapeamento anterior, e 7.839 (39,8%) são de EES revisitados”. (IPEA, 2016, p.12). Embora o trabalho de campo da SENAES tenha se estendido em alguns estados apenas até o início de 2013, em virtude de alguns problemas administrativos, observa-se que o banco de dados proporcionado



pelo SIES foi, e ainda é, um importante material informativo a respeito do universo da economia solidária no país. (IPEA, 2016).

Em relação a dimensão da Economia Solidária no Brasil, para Singer (2002a) uma das razões para a ainda modesta adesão seria a falta de conhecimento sobre ela. Ou seja, segundo o autor, “o que impele a Economia Solidária a se difundir com força cada vez maior já não é mais a demanda das vítimas da crise, mas a expansão do conhecimento do que é a tecnologia social, econômica e jurídica de implementação da Economia Solidária” (SINGER, 2002, p.28).

No que concerne à pesquisa acadêmica, a temática da economia solidária vem ganhando cada vez mais visibilidade nos últimos anos. Atualmente, é possível encontrar publicações sobre o tema em diversos campos disciplinares como na economia, na sociologia ou na administração, o que demonstra que ela vem conquistando considerável espaço na academia. (FRANÇA FILHO, 2004). São inúmeros os trabalhos científicos em diferentes universidades e em todos os níveis, desde a graduação a pós-graduação, na pesquisa e extensão (FRANÇA FILHO, 2007).

Cabe ressaltar, no entanto, que apesar das publicações sobre economia solidária terem se expandido e serem oriundas de diferentes grupos de pesquisas, Alves et al. (2016), identificaram que ainda existe a necessidade de periódicos com foco e escopo relacionado diretamente à economia solidária. Outra problemática levantada por França Filho, (2007, p.156), é que o “apelo crescente pelo assunto tem conduzido a uma complexidade no seu tratamento, tornando a temática da economia solidária um objeto sujeito a múltiplas possibilidades de compreensão”, o que pode dificultar o entendimento do conceito e sua aplicabilidade.

Recentemente, um fator externo que parece estar contribuindo para esse processo de difusão dos ideais da Economia Solidária é a pandemia do novo coronavírus, surgida na China em dezembro de 2019. Em virtude da necessidade de medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, o Brasil que já possuía muitas pessoas em situação de vulnerabilidade, viu o número de desempregados disparar. De acordo com dados do IBGE, no primeiro trimestre de 2021, mais de 15,2 milhões de pessoas estavam desempregadas no país, um número maior que o estimado pelo próprio instituto.

Diante desse cenário, e na busca por uma possível resposta à crise que se instalou, a Economia Solidária vem se expandindo como uma alternativa ao modelo de economia

capitalista. Tem-se observado, que além das predominantes iniciativas individuais, o poder Público de algumas cidades tem investido em políticas de Economia Solidária.

Uma das ações recentemente noticiada pela mídia foi da Prefeitura de Araraquara, uma cidade do interior de São Paulo que criou o seu próprio 'Uber', onde o repasse do valor da corrida pode chegar a até 95% para o motorista (BRASIL 247, 2022). Para a coordenadora de Trabalho e Economia Criativa e Solidária de Araraquara, a iniciativa visa ajudar motoristas a enfrentarem dificuldades, pois, segundo ela “Assim como em todas as regiões, sabíamos dos diversos problemas que têm afetado os motoristas de aplicativos, como o preço dos combustíveis e a baixa remuneração [...] decidimos chamar esses motoristas para que eles montassem uma cooperativa”.

Em 2021, a cidade do Rio de Janeiro inaugurou a sua primeira Unidade de Desenvolvimento de Economia Solidária, visando “incentivar o consumo dos produtos e serviços vindos diretos dos artesãos e empreendedores, fortalecendo assim a produção da Economia Solidária”, conforme afirmado por Sérgio Felipe, secretário de Trabalho e Renda do município (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2021). Ainda no Rio de Janeiro, a cidade de Maricá, no interior do Estado, demonstra constantemente o sucesso das políticas de Economia Solidária implementadas na cidade, e que foram intensificados para combater os efeitos da pandemia da Covid-19. Segundo reportado no site oficial, estas políticas tornaram-se mecanismo de transformação social à população que mais precisa (PREFEITURA DE MARICÁ, 2021).

Assim, apesar de a Economia Solidária no Brasil ainda se apresentar de “forma heterogênea e marcada por fragilidades e dificuldades técnicas e materiais, que também refletem as desigualdades do país, como o acesso limitado e restrito a direitos sociais, econômicos e previdenciários dos trabalhadores dos empreendimentos solidários”(VIEIRA, 2021), percebe-se que pensar a Economia Solidária têm se mostrado, ainda que não de forma generalizada, como uma alternativa viável na tentativa de minimizar os impactos da crise no Brasil, especialmente após o surgimento da COVID-19.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais importante que se proponha aos cientistas sociais que investiguem e eduquem os alunos sobre governança alternativa, voltando-se para a Economia Solidária como uma forma de proporcionar as mudanças radicais necessárias para alterar a trajetória dos mais vulneráveis. Também seria essencial que as

corporações, ajudassem a lidar com questões sociais enquanto criam valor econômico (Bell et al., 2018).

### **Um olhar para o futuro**

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2019) afirma que os desafios associados à transição do status informal para o formal e o tratamento da precariedade do trabalhador diferem entre os contextos. A OIT cita que, com a introdução de novos tipos de estruturas (como plataformas cooperativas) e a organização dos trabalhadores na economia informal, a Economia Social deverá estabelecer alguns marcos essenciais para uma maior segurança do emprego e do emprego, rendimento e melhor cobertura social.

Ainda a OIT (2019), tanto a nível nacional como internacional, a Economia Solidária precisa sensibilizar todos os seus atores para o papel que desempenha na formação do futuro do trabalho. Esta missão educativa é importante tanto para a sociedade como para o mundo político para tornar visíveis as respostas que a Economia Solidária e as suas inovações podem dar aos desafios do mundo do trabalho. Internamente, também é importante que esses atores façam uma reflexão para determinar como fortalecer certas dimensões do emprego decente dentro dela (proteção social, condições de trabalho, por exemplo). (OIT, 2019)

Para Singer (2002b, p. 113): “A reinvenção da Economia Solidária é tão recente que se torna arriscado projetar a sua tendência de crescimento acelerado para o futuro”. No entanto, o espaço potencial para o desenvolvimento da Economia Solidária é significativo; uma vez que existem novas forças concentradas principalmente nos círculos acadêmicos e empresariais, contribuindo para esses projetos. Já no setor público, os decisores políticos, especialmente a nível local, estes ainda precisam se familiarizar mais com os conceitos de solidariedade, cooperativismo e autogestão, através da economia social solidária e seus potenciais de desenvolvimento, contribuindo para o crescimento da economia e reduzindo as diferenças. (BABIĆ e BATURINA, 2020).

E para que isso ocorra, parece razoável alavancar os potenciais de desenvolvimento da Economia Solidária por meio de campanhas de sensibilização envolvendo os principais atores locais (políticos, população alvo, academia) para atualizar e fomentar a sua implantação; em seguida, formar parcerias estratégicas com instituições educacionais capacitadas à pesquisa e educação no campo da economia social solidária, para dar início a projetos concretos. (BABIĆ e BATURINA, 2020)

A OIT (2029) propõe que as políticas a favor da Economia Solidária só desempenharão plenamente o seu papel se forem realizadas futuramente em coerência umas com as outras. Esta preocupação com a consistência exige um trabalho proativo de informação com todos os ministérios e órgãos públicos envolvidos como mecanismos de coordenação e implementação para monitorar a consistência.

Com esse olhar para o futuro, a OIT (2019) propõe que para ajudar a promover o desenvolvimento da Economia Solidária, é importante que os governos adotem e financiem medidas de longo prazo em apoio, reconhecendo as suas especificidades e o seu valor particular acrescentado, não só em termos de contribuição para a criação empregos e a qualidade dos empregos, mas também em termos de inovação e resposta aos desafios sociais como (cuidados, proteção social, integração de grupos vulneráveis no mercado de trabalho. (OIT, 2019)

Essas medidas podem ser de natureza fiscal (isenção impostos, taxas e tarifas reduzidas), ou se referem a contratos públicos (em utilização de cláusulas sociais a favor de determinados prestadores de serviços por causa de seus objetivos sociais), ou, em especial, prevendo períodos de transição como os pós Pandemia, para que sejam cumpridas todas as condições necessárias para sobrevivência. (OIT, 2019).

No campo do empreendedorismo social, estas sugestões podem ser uma das respostas emergentes para melhorar a qualidade de vida futura das populações menos favorecidas e fazer mudanças nas formas de pensar a economia e apostar no desenvolvimento sustentável.

De acordo com Gaiger (2017), da mesma forma que na Europa e na América Latina, os projetos de Economia Solidária nos Estados Unidos, não pretendiam se limitar a um papel intermediário e funcional, entre o mercado e o Estado. Por isso, buscamos no artigo, não aceitar que os objetivos da Economia Solidária devam ser limitados à renovação de um setor específico (o setor social da economia), ou cumprir apenas uma função subsidiária.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Economia Solidária é uma forma de fazer negócios que se baseia em determinados valores e princípios. No entanto, como a formação do termo ainda está em processo de desenvolvimento, alguns princípios de aplicação geral ainda estão se

consolidando para que se apliquem adequadamente a todas os empreendimentos da Economia Solidária. Cabe ressaltar que os quatro princípios anteriormente mencionados; princípio da democracia, princípio da identidade, princípio do financiamento e princípio da solidariedade se aplicam a todo movimento cooperativo. Contudo, até agora ainda não está claro se haverá um conjunto semelhante de princípios para a Economia Solidária no futuro, com base nos quais os empreendimentos possam ser claramente atribuídos à Economia Solidária.

Valores como solidariedade e responsabilidade social passam pela necessidade de recuperar sua importância na sociedade, para que a cooperação na auto-organização possa ser aprendida e aplicada corretamente. Além disso, são imprescindíveis, investimentos para criação de oportunidades de formação especial e de educação continuada na geração de futuros atores da Economia Solidária.

Se por um lado, o início da Economia Solidária alavancou a economia brasileira, ao projetarmos o seu futuro, não podemos deixar de considerar a extinção do Ministério do Trabalho, a dissolução da SENAES e o momento econômico com redução da demanda, e o aumento do desemprego e da informalidade. As ações de Economia Solidária podem encontrar uma saída, em projetos que possam resolver situações de confronto com as forças auxiliares; como o Grupo Carteiro Amigo que, desde outubro de 2000, existe na comunidade da Rocinha para devolver aos moradores o direito básico de receber sua correspondência.

Nota-se um movimento excessivo por parte do setor público na busca por se transformarem em atores dos projetos de Economia Solidária quando, na verdade, seu papel é suportar as condições de enquadramento para projetos e empreendimentos auto-gestionários. É necessário que haja autonomia, para que todas as pessoas que estão ameaçadas pela exclusão social, e/ou que procuram alternativas ao modelo de sociedade orientada para o lucro, ou que simplesmente queiram viver e trabalhar de forma mais independente novamente, possam se unir em torno dos princípios da Economia Solidária: solidariedade, cooperativismo, autogestão e viabilidade econômica.

No entanto, as evidências levantadas nos artigos utilizados colocam em dúvida que isso realmente aconteça sem que algumas mudanças sejam consolidadas no modelo atual, para assegurar um futuro próximo diferente. O potencial existe, pois cada vez mais pessoas de todas as esferas da vida estão ameaçadas de exclusão do mercado de trabalho.

Porém, cabe ressaltar, que a sociedade de hoje perdeu em grande parte a capacidade de trabalhar de forma independente e enfrentar desafios em parceria com outras pessoas.

Bell et al. (2018), sugerem mais investimentos em formas organizacionais alternativas, com objetivos de solidariedade, equidade social, sustentabilidade, democracia e pluralismo como princípios fundadores, pois elas podem fornecer novos espaços de esperança para o futuro.

Segundo Carvalho (2012), é possível que a opção pelos modelos auto gestionários de organização do trabalho não esteja relacionada a processo de amadurecimento consciente de contraposição ao trabalho subordinado, vivenciado nas empresas antes do período falimentar. Essa “opção” é motivada pelas dificuldades da conjuntura econômica, não se configurando em opção política. Há que se considerar o contexto de desemprego vivenciado durante a pandemia da COVID-19 que promoveu o fechamento de muitas empresas (MENEGHETTI, 2021).

Este artigo permitiu contribuir para a análise e compreensão da economia solidária, concebido como um modelo de desenvolvimento econômico independente do setor público e do setor privado tradicional ou mesmo do terceiro setor. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura através do Portal CAPES e busca na base de dados World of Science e Scopus como fonte dos documentos. Foram selecionados artigos entre 2016 e 2021, um total de 980 que após filtros consecutivos se resumiram a 18. Nas bases pesquisadas, após a análise dos artigos e as contribuições dos autores citados, a fim de garantir o futuro e preservação dos projetos de economia solidária, parece necessário:

- Continuar e melhorar o trabalho de quantificação e cadastramento dos empreendimentos solidários para medir a contribuição da Economia Social para o emprego e o PIB, com base no âmbito existente.
- Analisar a qualidade das práticas de Economia Social no domínio do trabalho e do emprego.
- Analisar a especificidade dos resultados econômicos das organizações de Economia Social
- Analisar a qualidade da governança composta pelo Estado e as entidades da sociedade civil representativas da Economia Solidária, assim como aquelas que contribuem para o crescimento sustentado do movimento, a exemplo das universidades e outras entidades de apoio à produção de conhecimento e fomento.

- Considerar a produção de dados e investigação nas ciências sociais e humanas sobre os empreendimentos de Economia Solidária como uma missão de serviço público.
- Analisar o propósito social das organizações de Economia Solidária e avaliar os seus impactos socioeconômicos.

A partir dessas perspectivas derivadas desta revisão, abrem-se possibilidades de trabalhos futuros para aspectos como pesquisas que ajudem a desenvolver o conhecimento (que pode levar, em alguns casos, ao reconhecimento) das atividades de Economia Solidária e também gerar conhecimento necessário que dê suporte aos empreendedores solidários. Uma sugestão é avaliar a contribuição dos projetos de economia solidária para o bem-estar social e coletivo que confrontaria a promessa inicial do projeto com a realidade social vigente. Outra seria determinar um marco legal institucional para o cooperativismo já que as leis vigentes para o cooperativismo, são obsoletas e não contemplam as demandas das cooperativas populares formadas pelos empreendimentos solidários.

## **REFERÊNCIAS**

ALLANBADEMEL, Vincent de Paul; L'économie sociale et solidaire versus la pauvreté et l'exclusion: le cas du Tchad; Annales de l'Université de Moundou, Série A - **Faculté des Lettres, Arts et Sciences Humaines**, Vol.5(1), 2018.

ALVES, Juliano Nunes et al. La economía solidaria en el centro de las discusiones: un trabajo bibliométrico de estudios brasileños. **Cadernos Ebape. Br**, v. 14, n. 2, p. 243-257, 2016.

ADLOFF, Frank; LEGGEWIE, Claus (Ed.). O Manifesto do Conviver. **Bielefeld: transcript**, 2014.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; ALIÓ, M. Àngels; SILVA, Rafael Pereira da. Espacialidad de la economía solidaria en Brasil. **Biblio3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 21, 2016.

BABIĆ, Zdenko; BATURINA, Danijel. Current challenges and future potentials of social economy in Croatia. **CALITATEA VIETII**, XXXI, nr. 1, 2020, p. 5–23.

BARRETO, Karol *et al.* Economía Social y Economía Solidaria: un análisis bibliométrico y revisión de literatura. **REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos**, (138) 2021, p. 1-25.

BELL, M. P., *et al.* Diversity, Discrimination, and Persistent Inequality: Hope for the Future through the Solidarity Economy Movement: Hope for the Future through the Solidarity Economy. **Journal of Social Issues**, 74(2), 2018, p. 224–243.

BRASIL 247. Prefeitura de Araraquara, governada pelo PT, cria 'Uber' próprio; motorista fica com 95% da tarifa. **Brasil 247**, 1 fev. 2022. Disponível em: <https://www.brasil247.com/regionais/sudeste/prefeitura-de-araraquara-governada-pelo-pt-cria-uber-proprio-motorista-fica-com-95-da-tarifa>. Acesso em: 26 fev. 2022

CARVALHO, Keila Lúcio de. Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos IPEA**, CODE, 2011.

CARVALHO, Mariana Costa. Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. 2012. 119 p. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

CARY, Paul; LAVILLE, Jean-Louis; L'économie Solidaire : Entre Transformations Institutionnelles et Chantiers Théoriques; **Revue Française de Socio-Économie**; 2015/1 n° 15 pages 23 à 37

DUQUE, Pedro; MEZA, Oscar Eduardo; GIRALDO, David; BARRETO, Carol; **Economía Social y Economía Solidaria: un análisis bibliométrico y revisión de literatura**; REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos; (138) 2021: 1-25; 2021.

ELSEN, Susanne. Community Based Economy and Ecosocial Transition. In: MATTHIES, Aila-Leena; NÄRHI, Kati (Ed.). **The Ecosocial Transition of Societies: The contribution of social work and social policy**. Oxford: Routledge, 2019, p. 54-70.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?. **Cadernos Ebape. Br**, v. 2, n. 1, p. 01-18, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, p. 155-174, 2007.



FONTENEAU, Bénédicte; POLLET, Ignace; La Contribution de L'Économie Sociale et Solidaire et de la Finance Solidaire à L'avenir du Travail; **Organização Internacional do Trabalho**, 2019

GAIGER, Luiz Inácio; The Solidarity Economy in South and North America: Converging Experiences. **Journal of the Brazilian Political Science Association**, 11(3), 2017.

GODOY, Douglas Fernando dos Santos; CAMPOS, Ivan Ferreira de; Uma crítica ao caráter ideológico emancipatório da política de economia solidária implementada pelo Governo Brasileiro (2002-2013); Aurora, Marília, v.13, n. 2 , p. 77-96, 2020.

GUADARRAMA SÁNCHEZ, G. J. El modelo de fundaciones comunitarias en México: una aproximación desde la perspectiva de los bienes comunes. **Cooperativismo y Desarrollo**, 27(115), 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desemprego. **IBGE**. Disponível em: <https://ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 10 fev. 2022.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Relatório de pesquisa. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7410>. Acesso em: 28 fev. 2022

KENWORTHY, Lane. Social Democratic Capitalism and the Good Society. **Social Democratic Capitalism**, 2020, p. 19-71.

LACHET, Noëlle Marie Paule. **Economia Solidária – Volume 1**. 2002. Disponível em: <http://retosalsur.org/wp-content/uploads/2013/09/Econom%C3%ADa-Solidaria-Volume-1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LIMA, Terezinha Moreira. Economia Solidária e o Desenvolvimento Sustentável: possibilidades e desafios. V **Encontro Internacional de Economia Solidária**, 2007.

MENEGHETTI, Luana. IBGE: Desemprego durante a pandemia foi maior que o estimado. **Veja**, 30 nov. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/ibge-desemprego-durante-a-pandemia-foi-maior-que-o-estimado/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

NAGEM, Fernanda Abreu; SILVA, Sandro Pereira. Institucionalização e execução das políticas públicas de Economia Solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 159-175, jun. 2013.

NEGT, Oskar. **Arbeit und menschliche (Trabalho e dignidade humana)**. Göttingen, 2011.

POLANYI, Karl. **The great transformation**. Boston: Beacon Press, 1957.

PRESTA, S. R. Economía social y solidaria, trabajo y «don de sí mismo». **Cooperativismo y Desarrollo**, 28(116), 2020, p. 1-20. Disponível em: <https://revistas.ucc.edu.co/index.php/co/article/view/3132>. Acesso: 10 fev. 2022

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Rio ganha primeira Unidade de Desenvolvimento de Economia Solidária. **Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro**, 28 dez.2021. Disponível em: <<https://prefeitura.rio/trabalho-e-renda/rio-ganha-primeira-unidade-de-desenvolvimento-de-economia-solidaria/>> **Acesso em: 05 fev. 2022.**

PREFEITURA DE MARICÁ. Moeda Mumbuca completa 8 anos de benefícios à população de Maricá. 29 dez. 2021. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2021/12/29/moeda-mumbuca-completa-8-anos-de-beneficios-a-populacao-de-marica/>. Acesso em: 01. mar. 2022.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Dossiê: Movimentos Sociais • Soc. Estado**. 21 (1), abr. 2006.

SILVA, Sandro Pereira. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas**. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

SILVA, Sandro Pereira. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

SILVA, José Luís Alves da; SILVA, Sandra Isabel Reis da. A economia solidária como base do desenvolvimento local. **e-cadernos CES**, n. 02, 2008.

SILVA, Sandro Pereiro; CARNEIRO, Leandro Marcondes. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate. **Mercado de trabalho**, v. 57, p. 69-82, 2014.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a, p. 29-30.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002b.

SINGER, Paul. **Economia Solidária – Volume 2**. [s.d.]. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/ecosolv2.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

VIEIRA, Patricia Carvalho. Uma abordagem sobre a economia solidária no Brasil. VIEIRA, Patricia Carvalho. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 41, 2021, p. 63-81.

**Capítulo 5 - DOI:10.55232/1083002.5**

**LIDERANÇA DO PERSONAGEM CAPITÃO PICARD DE  
JORNADA DAS ESTRELAS: A NOVA GERAÇÃO**

**Denilson Ribeiro De Moraes e Cristiane Froehlich**

**RESUMO:** O presente artigo tem por tema análise da liderança do personagem Capitão Picard da série Jornada nas Estrelas: A Nova Geração (1987-1994), uma análise de conteúdo no contexto da liderança. O referencial teórico pautou-se Robbins, Judge e Sobral (2010), Cohen e Fink (2008), Goleman, Boyatzis e McKee(2018) e Crainer e Dearlove(2014). referente a liderança. O método adotado constituiu-se em pesquisa aplicado conforme sua natureza, segundo seus objetivos é classificada como exploratória, bibliográfica e documental quanto aos procedimentos e qualitativa quanto a abordagem do problema, sendo concluído que várias características de liderança estão presentes em Picard.

**Palavras-chave:** Ficção, Liderança, Capitão Picard

## **INTRODUÇÃO**

A liderança está presente nas mais diversas atividades, tais como, empresariais, sociais e familiares; essas estruturas necessitam de líderes competentes para guiar as potencialidades grupais e desenvolver recursos. A liderança é intimamente ligada à atividade grupal, visto que sua função pode ser descrita como guiar o grupo para um objetivo comum (SILVA, 2014).

A presente pesquisa delimita-se na análise da liderança do personagem Capitão Picard da série Jornada nas Estrelas: A Nova Geração (1987-1994). Trata-se de um estudo sobre liderança e as suas características em um modelo fictício situado num cenário futurístico utópico da humanidade. A justificativa pela temática ocorre pela importância da prática da liderança nas organizações atuais e futuras, a complexidade das tarefas e profissões pode tornar os ambientes estressantes e exaltar a necessidade de desenvolvimento de novas habilidades.

A contextualização da estrutura narrativa da série em questão, na qual se imagina um mundo futurista utópico, com uma sociedade humana evoluída e envolvida em questões diplomáticas e científicas a nível interplanetário, o que faz a figura do líder em tal contexto, se torna importante para a organização a qual pertence. Tais fatos, levam à contextualização do simbolismo, enredo e falas com os estudos referentes a liderança.

Particularmente, em relação ao estudo da ficção, Comparato (2016) destaca que esta é uma expressão autoral, na qual se concretiza em palavras a imaginação, de forma lúdica e atraída pelos limites da alma humana, seus sentimentos, sua expressão e representação, contrastando-se estas características com o conflito presente no cotidiano. Ao se estudar tais fenômenos, leva-se em conta a corporalidade (que engloba a noção corporal, juntamente com a maneira de vestir-se e os movimentos do enunciador) e o caráter (que corresponde aos traços psicológicos), em que se apoia a enunciação (MAINGUENEAU, 2013).

Na ficção explora-se personagens e enredos com mesclas de aspectos narrativos lúdicos e narrativos com base real, encena-se sentimentos, reações e falas no contexto que os personagens estão, tais características tornam a ficção um laboratório de situações hipotéticas, mas com base real, em que se pode então no caso deste estudo, analisar expressões e situações ensaiadas que contém conteúdo para se analisar determinado comportamento humano.

Ainda, especificadamente, em relação a série escolhida, Gomes (2016) afirma que a franquia é um fenômeno cultural de longa duração, tornando-se cultuada por suas abordagens narrativas e metáforas de temas como ciência, tecnologia, democracia e a apresentação de nobres ideais da humanidade, com muitos dos conflitos apresentados serem alegorias de temas pertinentes à época.

O problema de pesquisa do estudo consiste em: Como se apresenta a liderança do personagem Capitão Picard na série Jornada nas Estrelas: A Nova Geração por meio das abordagens sobre lideranças? O objetivo visa analisar os estilos e as características de liderança do personagem Capitão Picard na série Jornada nas Estrelas: A Nova Geração.

## **2. LIDERANÇA E SUAS CARACTERÍSTICAS**

As contribuições de diversas áreas de conhecimentos aos conceitos de liderança são exemplificadas por Turano e Cavazotte (2016) que explicam que as perspectivas filosóficas, políticas e sociais desde a antiguidade até a pós-modernidade, se debruçam em examinar aspectos desta associados a dinâmicas de poder e à ética. Ao se atentar para tais situações, Sinek (2018) argumenta que se espera que os líderes consigam inspirar pessoas a agir, oferecendo sentimento de propósito e pertencimento.

Dessa forma, evidencia-se que há uma distinção importante entre poder e liderança. Pinto (2018) esclarece que ocorre devido ao poder de requerer apenas uma relação de dependência entre quem exerce e a quem é exercido o poder, já a liderança requer uma relação entre os objetivos do líder e seus liderados, relação essa que é diminuída ou intensificada e influenciada pela pessoa do líder, sua personalidade, suas ações e as circunstâncias que acabam variando o nível de influência entre este e o liderado.

Sendo assim, os líderes são estratégicos para as organizações, Wagner e Hollenbeck (2012) reiteram que na liderança, os seguidores entregam voluntariamente o controle do próprio comportamento ao líder. O ponto central da liderança é fazer com que os outros executem o necessário para se atingir os objetivos da organização, porém o caminho para se atingi-lo não é muito claro, sendo sujeitos à discussão, negociação e mudanças, o que exige flexibilidade do líder (COHEN; FINK, 2003).

Então, é necessário no exercício da liderança se ater as necessidades e estilos dos subordinados para adaptar o estilo de liderança, conforme as características dos

subordinados, dosando o que se faz necessário para cada situação, pessoa e objetivo. Leva-se em conta ainda, a liderança formal e informal, na qual o chefe exerce liderança sobre os subordinados, devido ao seu poder de recompensar e punir; e já o líder influencia devido a ter conhecimentos especiais ou simplesmente carisma (COHEN; FINK, 2003). O Quadro 1 apresenta a síntese das principais teorias sobre estilos de liderança.

**Quadro 1. Estilos de liderança**

<b>Teoria</b>	<b>Conceito</b>
Teoria dos Traços de Liderança	Busca identificar as qualidades e características pessoais que diferenciam líderes de não líderes. (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010, p.360)
Teoria dos Estilos de Liderança	Concentrada em como os líderes tomam decisões e o efeito que isso produz na produtividade e satisfação dos subordinados, focada em três estilos: liberal, autoritário e democrático (WAGNER; HOLLENBECK, 2012)
Teoria do Comportamento do Líder	Propõe que comportamentos específicos diferenciam os líderes de não líderes. (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010, p.362)
Teoria da Irrelevância do Líder	Perspectiva baseada na situação para entender a liderança, enfatizam que situações são determinantes de eventos mais importantes do que as características do líder (WAGNER; HOLLENBECK, 2012, p. 314)
Teoria da Liderança Transformacional	Enfatiza a aptidão do líder para comunicar as novas visões de uma organização aos seguidores. Divide-se em duas: a liderança transformacional e a liderança carismática (WAGNER; HOLLENBECK, 2012, p. 312)
Teoria da Liderança Contingencial	Sustenta que os grupos eficazes dependem da adequação entre o estilo do líder na interação com os subordinados e o grau de controle e influência que a situação lhe proporciona. Classifica-se em: Modelo de Contingência de Fiedler, Teoria da Liderança Situacional, Teoria do Caminho-Meta e Modelo de Participação e Liderança. (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010, p.365)

**Fonte: Elaborado pelos autores (2020).**

Em relação aos estilos de lideranças apresentados (Quadro 1), de acordo com Bryman et al. (2011), não existem líderes ou sistemas de lideranças perfeitos, a falha na liderança faz parte da condição humana, muitos aspectos vigentes em certa época fazem sentido se analisados juntos com os costumes culturais desta, o que por vezes o que é considerado normal em um tempo pode soar ingênuo se comparado com o agora.

As características apresentadas pelo líder eficaz são: ele parte do que não sabe, procura a melhor pergunta, acolhe a inexperiência, delega decisões para quem têm o melhor conhecimento sobre determinado assunto, criativamente inventa novas soluções, é focado em atualização, encoraja improvisações e é conhecedor de sua ignorância pessoal. Dessa forma, a tomada de decisão tem relação direta com o contexto (BENNIS; SPREITZER; CUMMINGS, 2011).

A autenticidade é a base da teoria da liderança autêntica, estando relacionada a valorização de valores e crenças, com foco em aspectos morais do líder e ao

encorajamento, compartilhamento de informações e estímulo a comunicação aberta, fiel aos seus ideais. Isso faz com que funcionários tenham uma visão destes como pessoas éticas e quem se possa depositar fé (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL; 2010).

Islam (2019, p.178) faz um contraponto sobre a questão da extroversão, ao afirmar que “Algumas das mais admiradas e bem-sucedidas pessoas do passado e presente são introvertidas”. O autor ainda afirma que por liderança estar muitas vezes associadas a palavras como carisma e extroversão, pode haver dificuldade em expressar a liderança, contudo pode-se ser *quiet change makers*, e adotar ideias criativas e inovativas para fortalecer a liderança.

Ética é uma característica que toca a liderança de diferentes maneiras, sobretudo devido o tom moral das organizações dever ser representado por seus executivos, com padrões éticos exemplares. Antes de se analisar a eficácia de um líder, deve-se analisar seu padrão moral e os meios pelo qual os resultados são atingidos (ROBBINS, 2005).

Mais especificadamente em relação ao caráter do líder, Tichy e Bennis (2010) expõem que tem a ver com valores, um compasso moral do certo e o errado, do que se pode ou não fazer e rege todas as interações e atitudes organizacionais, assim o caráter do líder norteia os juízos decisórios mais importantes.

Confiança é o ponto fundamental da liderança, considerada uma característica essencial para os líderes, sob pena de quando esta é quebrada, o grupo sofra graves efeitos, as pessoas não buscam líderes desonestos, mas do contrário, se vulnerabilizam por líderes e suas ações quando confiam que este não vá prejudicá-las (ROBBINS, 2005).

Para Goleman, Boyatzis e McKee (2018) uma característica positiva para o líder, é a habilidade para transmitir emoções positivas, o que faz com que as pessoas se contagiem por essas emoções e atrai pessoas talentosas, pelo prazer de trabalhar com estes, além de reterem mais funcionários. Contudo, os líderes não precisam ser excessivamente “legais”, mas saberem flutuar entre as emoções conforme as demandas das situações.

Outra característica necessária aos líderes, é a inteligência emocional, que de acordo com Goleman (2015, p. 11) transcende outras características, “os estilos pessoais de ótimos líderes variam [...]. Constatei, porém, que os líderes mais eficazes são semelhantes em um aspecto crucial: todos possuem um alto grau do que passou a ser conhecido como inteligência emocional”. Os líderes emocionalmente inteligentes



sintonizam seus sentimentos e da equipe na direção certa, sentem um conforto recíproco, compartilham ideias, colaboram e aprendem umas com as outras, formam vínculos emocionais que as deixam concentradas e se dá sentido ao trabalho (GOLEMAN; BOYATZIS; McKEE, 2018).

Neste sentido, Mohamad e Jais (2015) sugerem que organizações desenvolvam programas de treinamento com foco em desenvolver as competências da inteligência emocional em seus líderes, por meio do reconhecimento do papel significativo desta para desenvolver capital humano de alto desempenho.

## **2.1. Outras abordagens de liderança**

Gardner et al. (2005) explicam sobre a liderança autêntica que os líderes devem reunir atributos como autoaceitação, autoconsciência, ações e relacionamentos autênticos para então alcançar a autenticidade. Sobre estes relacionamentos, eles ainda afirmam que apresentam características que visam atingir relações autênticas entre líderes e liderados, tais como abertura, transparência, confiança e ênfase no desenvolvimento dos seguidores. As características positivas do líder nesta teoria têm papel primordial, tais como: forte caráter ético/moral, autoconhecimento e estímulo a autoconsciência dos liderados, alinhamento das ações e comportamentos com seus valores, entre outras. Como resultado se constrói uma cultura organizacional baseada em confiança, valores éticos/morais e participação, contribuindo dessa forma para um melhor desempenho organizacional (BESEN; TECCHIO; FIALHO, 2017).

Sendo assim, a liderança autêntica demanda múltiplas capacidades, valores e habilidades como empatia, motivação e autoconhecimento, deste esforço o líder cria a capacidade de acordo com Brown e Treviño (2006, p. 599), “líderes autênticos são capazes de julgar problemas éticos ambíguos, visualizando estes de múltiplas perspectivas, e alinhando decisões com seus próprios valores morais.”

Uma outra teoria se refere a liderança tóxica que aborda sobre líderes que têm comportamentos considerados tóxicos que causam efeitos nocivos em seus liderados, desde desmotivação, queda de resultados, ansiedade, demissão, e em casos mais extremos, depressão e suicídio. As primeiras evidências de quão danoso é este tipo de líder foram constatadas pelo pesquisador David Matsuda, que foi requisitado por um general do exército estadunidense para que averiguasse as razões do alto índice de suicídios entre soldados, o levando a estudar a cultura do exército. Suas constatações

foram que apesar de muitos destes soldados terem problemas pessoais, eles tinham em comum, líderes que os pressionavam demais (ERICKSON et al., 2015).

Além dos efeitos adversos nos liderados, líderes tóxicos trazem prejuízos as suas organizações. Alguns comportamentos em comum são: autopromoção, narcisismo, imprevisibilidade, autoritarismo e supervisão abusiva (ZAABI; ELANAIN; AJMAL, 2018). Erickson et al. (2015) ponderam que este tipo de líder é comum, e lidar com estes é uma tarefa difícil, contudo é dever das organizações tomar medidas para prevenir e tentar erradicar este estilo.

Ainda no aspecto de novas teorias da liderança, destaca-se a liderança ressonante e dissonante. Correia (2013) afirma que o líder ressonante trilha um caminho emocional positivo, estando sintonizado com os liderados, já o líder dissonante não consegue criar esta sintonia, o que leva seus liderados a sentimentos negativos tais como, frustração, rancor, fúria e ressentimento.

Diversas teorias da liderança abordaram a importância de o líder conectar-se interpessoalmente com seus liderados. As pesquisas em tal área mostraram resultados positivos em termos de resultados objetivos e subjetivos de tais líderes com relacionamentos positivos. A ressonância e dissonância possuem caráter fisiológico e interpessoal, por meio da sincronia entre líder e indivíduo na ressonância e a falta desta na dissonância. Os relacionamentos com líderes ressonantes são caracterizados por mútuas emoções positivas, com efeito fisiológico de ativar o sistema nervoso (BOYATZIS et al., 2012).

Durante um longo tempo, emoções no trabalho eram consideradas ruídos que atrapalhavam a estrutura racional da organização, porém tal ideia foi ultrapassada nas organizações que precisam perceber as recompensas da liderança primordial e criar líderes ressonantes emocionalmente para desenvolver seus funcionários. Empresários devem apoiar a prática e educação de tal teoria, para além de fortalecerem a liderança das próprias empresas, mas pela vitalidade de toda economia, gerando resultados positivos para a família, comunidade e sociedade em geral (GOLEMAN; BOYATZIS; MCKEE, 2018).

## **2.2. Ficção e Jornada nas Estrelas**

A ficção apresenta a linguagem que tem suas características próprias no tempo e espaço na qual está inserida. Tais características levaram povos antigos a questionar e

tentar encontrar evidências, de qual seria a língua mais antiga; contudo, somente a partir da formação do pensamento iluminista a questão começou a ser questionada e pesquisada de forma mais estruturada, levando a diversos autores a escreverem sobre o tema (MOURA; CAMBRUSSI, 2018). Dessa forma, a questão intrigou não só linguistas, mas outros intelectuais como clérigos e filósofos. Moura e Cambrussi (2018) explicam que a linguagem é instigante e significativa para as comunidades humanas, o que faz com que essas mensuram seu uso e valor. Estudos remotos mostram como as antigas sociedades abordavam a origem e o uso da linguagem, indiretamente revelando aspectos sociais, políticos, religiosos e humanos dessas.

Em relação a narrativa literária (que serve para o presente objeto de estudo), Freitas e Facin (2011) elucidam que a literatura constrói a identidade e a representação de mundo em seu discurso próprio, indo além da função de transmissão de conteúdo. Sendo assim, estas obras têm uma realidade e personagens próprios, partindo dessa premissa torna-se relevante a definição de ficção.

O objeto de estudo do trabalho pode ser enquadrado como ficção científica, que Suvin (1972) expõe como um gênero onde as condições necessárias e características desta estão a presença e a interação de estranhamento e cognição frutos de uma representação imaginativa do ambiente do autor. Refletindo sobre tendências na realidade e hipóteses literárias, esse gênero nasce da curiosidade humanizada, cercada da esperança de encontrar no desconhecido o ideal. A ficção científica adentra no pensamento cosmológico e antropológico tomando um papel de aviso, chamando a compreensão e a ação. Se torna um mapeamento de alternativas futuras possíveis.

Neste sentido, Jornada nas Estrelas (universo estudado) se encaixa nestas características apontadas acima. Vale-se fazer a distinção entre as séries de Jornada nas Estrelas e a franquia Jornada nas Estrelas. A franquia surge com a posteriormente renomeada Série Original e pauta-se pela utilização da tecnologia e conhecimento, além de trazer implícita uma mensagem a favor da diversidade em pleno Movimento pelos Direitos Civis e Guerra Fria, mostrando o ideal de uma nova realidade social. A primeira série durou apenas duas temporadas, mas marcou o início de uma franquia cinema-televisiva bem-sucedida (VILLAFRANCA, 2016).

A série Jornada nas Estrelas foi criada em 1966 por Roddenberry, para o Estúdio Desilu, sendo um dos percussores do gênero de ficção científica na televisão (NOGUEIRA; ALEXANDRIA, 2016). A série teve a duração de três temporadas,

totalizando um total de setenta e nove episódios. Gomes (2016) afirma que Jornada nas Estrelas, usa o espaço como aliado, realizando missões e agindo, não como conquistadores e sim exploradores, que pesquisam e estudam para compreender diferentes formas de vida. Roddenberry teria imaginado dois níveis para os episódios: um com suspense/aventura e outro que trouxesse a discussão valores e dilemas éticos-morais.

Foram gerados a partir das premissas da série original, vários outros produtos televisivos e longas-metragens (2 séries animadas, 7 séries, 13 filmes), tornando Jornada nas Estrelas um marco na cultura pop, uma referência na cultura *geek* e uma das maiores sagas de ficção científica da história. O espírito de exploração presente em Jornada faz parte da história humana. A franquia conseguiu inspirar e instigar inúmeras pessoas que auxiliaram a melhorar, seja explorando tecnologias imaginadas pela série, seja refletindo sobre os seus questionamentos e ideais (NOGUEIRA; ALEXANDRIA, 2016).

Os conflitos narrativos apresentados na franquia, são por vezes metáforas de problemas contemporâneos, como racismo, direitos humanos, tecnologia e ciência com seus usos, princípios éticos e limitações, refletindo a visão e problemas de suas respectivas décadas (o machismo e sexismo na série original refletiam a mentalidade dominante da época, contudo se arriscando ao trazer um elenco multirracial e multicultural) (GOMES, 2016).

A ficção, sobretudo o gênero ficção científica, é um meio importante de transmissão de mensagens e metáforas acerca do homem e suas relações entre si, com a tecnologia e com o planeta. Neste sentido, Jornada nas Estrelas cumpriu seu papel trazendo importantes provocações e uma noção utópica do que pode ser o futuro da humanidade.

### **3. MÉTODO**

A pesquisa classifica-se em exploratória, descritiva, documental e qualitativa. O universo trabalhado foi a franquia Jornada nas Estrelas, especificamente, os episódios da série Jornada nas Estrelas: A Nova Geração, série de 1987 a 1994, que é composta de sete temporadas, com cento e setenta e oito episódios. Para esta pesquisa adotou-se o critério de amostra não-probabilística por intencionalidade, foram escolhidos seis episódios: Temporada 5 Episódio 01- Redenção, parte II; Temporada 5 Episódio 19- O

primeiro dever; Temporada 6 Episódio 10- Cadeia de Comando- parte I; Temporada 6 Episódio 11- Cadeia de Comando- parte II; Temporada 6 Episódio 15- Trama; Temporada 6 Episódio 19- Lições. Estes episódios apresentam situações em que Picard exerce liderança, ainda é possível observar características relacionadas a figura do líder.

Para coleta dos dados adotou-se a observação sistemática, foi elaborado um protocolo, com os principais pontos trabalhados no referencial teórico para servir como guia para a análise e observação dos episódios. Foram assistidos episódios que apresentavam cenários de liderança do Capitão Picard, na plataforma de *streaming* Netflix, assistido com áudio e legenda na língua original da série (inglês) e realizada a tradução conforme o contexto, com foco em transcrever partes relevantes relacionadas a liderança de Picard. Dessa forma, foram feitas pausas para transcrição frase a frase, totalizando cerca de três horas para cada episódio em média de tempo de transcrição.

O procedimento de análise dos dados foi a análise de conteúdo qualitativa, que tem como características a objetividade, sistematização e inferência, que escolhida se analisar as falas, a construção dos personagens e os conflitos narrativos desta, contextualizando com a base teórica de liderança abordada no referencial teórico, analisando categorias específicas apontadas pela pesquisa que são a características da liderança e estilos de liderança. Para se apresentar os episódios foi usado a codificação TNG (referente a Nova Geração) seguida do número da temporada e do episódio (TNG temporadaxepisódio): TNG (5x01) Temporada 5 Episódio 01- Redenção, parte II; TNG (5x19) Temporada 5 Episódio 19- O primeiro dever; TNG (6x10) Temporada 6 Episódio 10- Cadeia de Comando- parte I; TNG (6x11) Temporada 6 Episódio 11- Cadeia de Comando- parte II; TNG (6x15) Temporada 6 Episódio 15- Trama; TNG (6x19) Temporada 6 Episódio 19- Lições.

#### **4. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS**

O capitão Jean Luc Picard é o protagonista do *spin-off* Jornada nas Estrelas: A Nova Geração que acontece quase um século após os acontecimentos da série original, com uma nova nave e nova tripulação. Picard é de origem francesa, contudo, foi interpretado pelo inglês Patrick Stewart.

Uma característica de liderança evidenciada na série foi, saber lidar com crises, o que se observa permeando toda a série, pelo fato de inúmeras missões realizadas pela Enterprise terem diferentes níveis de conflito, tensão e periculosidade envolvidas. Como

por exemplo, no episódio Redenção, parte II (TNG5X1), em que Picard está montando uma estratégia para revelar participação romulana na Guerra Civil Klingon.

Em determinada cena do episódio, se vê ele com seus oficiais superiores em uma reunião, no qual este está explicando sua estratégia para estes e fazendo a distribuição das naves e oficiais disponíveis, demonstrando calma em meio a uma situação tensa, com consequências desastrosas, caso desse errado seus planos. Para Schein (2009), as crises que surgem em relação a questões de sobrevivência, são reveladoras em relação a revelar as suposições mais profundas dos líderes, geralmente em relação a importância das pessoas e visão da natureza humana.

Isso pode ser demonstrado, no próprio decorrer da cena, posteriormente aos oficiais serem dispensados, o Comandante Data solicita falar de uma questão de cunho pessoal com o Capitão que prontamente o ouve. Nessa conversa, ele questiona o porquê de não ter sido designado para o comando de uma das naves, visto a falta de pessoal qualificado para a função e o fato de que ele tem a experiência necessária ou se era, contudo, pelo fato de este ser um androide, um impedimento para a função.

DATA: Posso fazer uma pergunta senhor? De natureza pessoal

PICARD: Claro

DATA (pensativo): Eu estou confuso. Por que não fui designado para comandar uma nave da frota senhor?

PICARD (gagueja e coloca o corpo para frente)

PICARD: Bem, achei que você seria necessário aqui. Por que você pergunta?

DATA: Você comentou da falta de oficiais seniores disponíveis para esta missão. Eu acredito que meus 26 anos de serviço na Frota Estelar me qualificam para assumir um posto. Entretanto se você não sente que chegou o tempo para um androide comandar uma nave, talvez eu deva me aprimorar...

PICARD: (interrompendo DATA) Comandante

PICARD: acho que a nave Sutherland precisará de um capitão. Não vejo ninguém mais apto para a tarefa do que você.

A insegurança do Comandante Data provinha do fato deste ser um androide, um robô com inteligência artificial encontrado pela Frota Estelar abandonado em um planeta, após o resgate resolveu se alistar como cadete na Academia da Frota Estelar e na série serve a bordo da Enterprise (Datalore TNG1x12). Sendo um androide não possui emoções e sentimentos, fato diretamente ligado as características da liderança, devido estas serem atributos humanos.

Desta forma, ao ouvir e entender o apelo de Data o designando como Capitão Interino da nave Sutherland, como citado, ele revela sua suposição em relação a importância das pessoas. Tichy e Bennis (2010) afirmam que bons líderes produzem uma resposta imediata, engajando as pessoas adequadas e com conhecimentos

necessários, dão o exemplo de comportamento e mobilizam a equipe para uma rápida execução do roteiro de enfrentamento a crise.

Isso é evidenciado em Picard, ao fato de que tão logo a crise se instaurou ele comunicou seu plano a seus superiores e após este aprovarem, reuniu os recursos disponíveis e informou o roteiro claro de ação a estes, designando o papel de cada um, bem como o resultado esperado das ações.

Identifica-se que o inimigo (no caso os romulanos), deduziram a estratégia e executaram um contra plano, que neutralizou o plano da Frota, o que levou Picard a refazer suas ordens em torno de uma nova estratégia. Contudo, Data a bordo da Sutherland percebe um padrão, criando um plano com base numa suposição, contudo para isto, cometeu insubordinação, ao contrariar as ordens de Picard. Assertivamente, a estratégia de Data mostra-se correta, ao revelar a posição das naves inimigas, faz com que tais partam em retirada, dissipando a crise e levando ao reconhecimento da sua liderança com sua tripulação. Ao final do episódio, Data se apresenta ao Capitão para a reprimenda formal:

DATA: Capitão, eu gostaria de me submeter a uma ação disciplinar. Eu desobedecei a ordem direta de um oficial superior. Embora, o resultado das minhas ações tenha sido positivo

PICARD: (respira fundo)

PICARD: Entretanto, a frase: "Eu só estava seguindo ordens" foi usada para justificar muitas tragédias na história

PICARD: A Frota Estelar não quer oficiais que obedeçam a ordens cegamente, sem analisar a situação. Suas ações foram apropriadas as circunstâncias, e eu inclui isso em seu registro.

Em relação a insubordinação, Schein (2009) ressalta que ao serem desafiados, os líderes demonstram sua verdadeira natureza, citando que em certos casos, os subordinados sabem o que é melhor, devendo ser insubordinados caso acreditassem que estavam certos.

As características relacionadas a liderança de Picard podem ser observadas ao contrastá-lo com outros líderes na série, exemplificados aqui pelo Capitão Jelico (TNG6x11) que substitui Picard durante uma missão infiltrada e o cadete Locarno (TNG5x19) líder do Esquadrão Nova que tem como integrante Wesley Crusher, que fazia parte da tripulação de Picard antes de ingressar na Academia e é filho da Doutora Beverly Crusher.

O caráter de Picard é conhecido e reconhecido por toda frota, fato que é exemplificado na própria fala de Locarno quando Wesley conta a respeito do Capitão

ter descoberto a verdade: “ele pegou você não é [...] Picard contou uma grande história sobre dever e honra”. Durante toda a série observa-se o Capitão em situações críticas e se identifica ele optar pela opção que julga mais moralmente aceitável segundo seus critérios, mesmo que isso signifique muitas vezes um alto custo pessoal.

Esse ponto é explorado no episódio Lições (TNG 6x19) em que ele desenvolve um relacionamento romântico por uma tripulante, a Tenente-Comandante Daren, transferida para comandar a cartografia estelar. Picard mostra que seu compromisso acima de tudo é com o dever. A cena mostra Riker incomodado, pensando que talvez devesse ceder aos benefícios especiais a ela devido estar envolvida com o Capitão, contudo ele tranquiliza e reafirma sua confiança no seu imediato, deixando claro que a sua postura e seu critério não deve mudar devido a um fator pessoal do Picard. Na cena, Picard com sua atitude transforma o que poderia ser uma possível crise institucional em uma afirmação perante seu liderado.

Esse reconhecimento do Picard a Riker é importante pois liderança é um assunto que diz respeito a todos, assim trata de uma relação, seja de um para um, ou de um para mil, uma sinergia entre quem “escolheu liderar” e as pessoas que seguem esse líder e somente quando líderes entendem que seus seguidores devem se sentir fortes, capazes, eficazes e conectados uns aos outros, se pode esperar feitos extraordinários (BENNIS; SPREITZER; CUMMINGS, 2001).

O segundo ponto onde o compromisso com o dever é posto acima dos sentimentos pessoais, ocorre quando Nela é indicada para coordenar uma parte de uma missão perigosa. Picard acompanha a missão da nave para assegurar a evacuação dos colonos do planeta, ele ressalta a Nela e sua equipe que terão de permanecer para completar a missão, mesmo que a ação resulte em mortes em serviço. Ao final da batalha Picard recebeu o comunicado de que duas equipes não conseguiram ser transportadas para nave, inclusive a de Nela. Picard fica desolado imaginando que o pior aconteceu, após esse momento de comoção, ele é informado que as equipes foram encontradas. Posteriormente, eles refletem sobre a experiência:

NELA: No começo, quando você nos falou para mantermos nossas posições,  
eu não questionei isso  
NELA: Claro que faríamos  
NELA: Era nosso trabalho  
NELA: Mas quando eu vi aquela tempestade vindo sobre nós  
PICARD: Uma parte de você deve ter me culpado  
NELA: Uma pequena parte, talvez  
NELA: Mas no fim eu estava com mais medo de você se culpar se eu tivesse  
morrido



NELA: Você teria?  
PICARD: Eu perdi pessoas sobre o meu comando  
PICARD: Pessoas que eram muito queridas para mim  
PICARD: Mas nunca  
PICARD: Alguém que eu estivesse apaixonado  
PICARD: E quando eu acreditei que você estava morta  
PICARD: Acabei de começar a desligar  
PICARD: Eu não queria pensar ou sentir  
PICARD: Eu estava aqui em meus aposentos  
PICARD: E a única coisa que consegui focar foi minha música  
PICARD: E como ela nunca iria novamente me dar qualquer alegria  
PICARD: E então eu vi você de pé na plataforma de transporte  
PICARD: E eu sabia que nunca mais poderia botar sua vida em perigo  
NELA: Se eu ficar aqui  
NELA: Você pode ter que  
PICARD: Você sempre pode renunciar seu cargo  
PICARD: Ficar aqui comigo  
NELA: E você pode renunciar o seu e vir para uma base estelar comigo  
NELA: Vou me candidatar para uma transferência  
PICARD: Mas nós podemos continuar ainda a nos vermos  
PICARD: Podemos conseguir tirar licença juntos  
PICARD: E para o futuro... Quem sabe?  
NELA: Claro  
Nela dá um beijo em Picard  
NELA: Me prometa algo  
NELA: Não desista da sua música  
Começa um fundo triste e Nela sai da sala.

A cena mostra um sacrifício pessoal do Capitão, ao chegarem à conclusão de que não poderiam ficar juntos na Enterprise. Picard fala “E eu sabia que nunca mais poderia botar sua vida em perigo” e a constatação de Nela: “Se eu ficar aqui, você pode ter que [...]”. Em relação a essa ideia de sacrifício pessoal do líder, Grint (2010) faz uma provocação, o sacrifício geralmente não envolve morte sacrificial mas sim aqueles feitos pelo líder em razão do “bem maior” constroem um sagrado espaço entre líder e liderado. Pode-se classificar nesta noção de sacrifício em favor do “bem maior”, algo que sempre foi forte na franquia, como mostra a frase do personagem Spock da série clássica, que afirma que “as necessidades da maioria superam as necessidades dos poucos, ou de um”.

Voltando a análise do episódio “O primeiro dever”, o aspecto do caráter do Picard pode ser analisado em falas deste monólogo dele a Wesley, como por exemplo: “Disse a verdade até certo ponto, uma mentira por omissão continua ainda uma mentira”, “Se você não se levanta e fala a verdade sobre o que aconteceu, não merece vestir esse uniforme”, “O primeiro compromisso dos oficiais da Frota Estelar é com a verdade, seja ela verdade científica, verdade histórica ou verdade pessoal. É o princípio no qual se baseia a Frota Estelar”.

Os princípios ético-morais que regem a Federação também regem Picard (lembrando que a série explora o conceito que o ser humano transcendeu suas divisões e problemas internos, elevando assim a régua moral desta). Isso pode ser traduzido para o mundo real, como as políticas organizacionais e códigos de conduta de cada organização. Tichy e Bennis (2010, p. 317) afirmam que “na base de todas as tomadas de decisão há dois fundamentos: o caráter e a coragem. O primeiro compreende os seus valores pessoais, enquanto o segundo é a disposição de agir e de aceitar as consequências de uma situação imperfeita”. Picard compreende isto e repassa a Wesley, qual deve ser o *modus operandis* deste como oficial da Frota Estelar.

Picard pode ser classificado como um líder autêntico, para Robbins, Judge e Sobral (2010) estes líderes têm como aspecto central seus valores e crenças, sabendo quem são e sendo fiéis a seus ideais, o que gera nos liderados confiança nestes. Esse fato é demonstrado quando Wesley afirma a Locarno que irá contar a verdade, impactado pelas falas e postura do Capitão.

Ainda se nota outros estilos de liderança em Picard, que se apresentam conforme a situação exige e ele julga com base na sua experiência ser a melhor postura a se tomar. Entre os estilos observados estão as teorias dos estilos: democrático, liberal e autoritário.

O estilo democrático se apresenta no cotidiano, ao se depararem com uma nova situação de qualquer gênero, geralmente é realizada uma reunião com os oficiais graduados para se analisar os dados, levantar hipóteses e proposição de soluções em conjunto. Ainda se verifica a questão democrática, ao passo que liderados podem solicitar para falar com sinceridade o que pensam. Para Bryman et al. (2011) são chamados de líderes democráticos ou participativos aqueles que utilizam frequentemente procedimentos de decisão, envolvendo outros nestas, mesmo que ele tenha o poder e responsabilidade sobre. Ela é indicada para gerar soluções em problemas semi ou não estruturados.

Em relação a aplicação da liderança democrática na Enterprise, o principal uso acaba sendo em relação a estes problemas semi ou não estruturados, sobretudo devido à natureza da função deles, eles têm de lidar frequentemente com situações e problemas sem soluções claras, fazendo-se necessário que a equipe consiga projetar soluções criativas e efetivas para lidar com o desconhecido.

O estilo liberal se aplica ao cotidiano da Enterprise, visto que as funções mais operacionais ficam sob a tutela dos chefes de departamento, que são organizados e gerenciados pelo Primeiro Oficial, na maioria dos casos o Capitão deixa o trabalho destes fluir livremente, a não ser que ocorra algo que se faça necessária a intervenção do Capitão. Isso se pode notar no diálogo de Picard e Riker no episódio Lições (TNG6x19) em que Picard afirma “a alocação de recursos da nave são responsabilidade dele, que confia em seu julgamento e que ele pode se sentir livre para realizar o seu trabalho”. Wagner e Hollenbeck (2012) reiteram que as críticas a este modelo de liderança, se referem a muitos acharem que este é um modelo em que se abdica da liderança e que pode acabar falhando em conseguir resultados positivos em termos de satisfação e desempenho.

Já o estilo autoritário, se apresenta em momentos de alta tensão, em que Picard deve tomar decisões rapidamente sem ter tempo de consultar nenhum dos seus liderados, principalmente em batalhas complexas. Ele exibe esse estilo ao ser confrontado com algo que contraria sua moral, se posicionando fortemente em suas convicções. Wagner e Hollenbeck (2012) afirmam que este tipo de líder é basicamente o oposto do liberal, tomando quase todas as decisões sozinho, com grupos altamente produtivos, entretanto com essa produtividade ligada a presença deste, sendo que o estilo ainda pode se espalhar pela cultura organizacional em outros líderes da organização.

O episódio acaba discutindo as consequências das ações não éticas, com Picard anunciando a Wesley a punição aplicada ao Esquadrão Nova, Picard ainda ressalta o fato que “os próximos meses ali no campus seriam difíceis por todos saberem o que eles fizeram”. Tichy e Bennis (2010) argumentam neste sentido, que ter caráter como líder, no mínimo você precisa assumir as responsabilidades e consequências em razão das atitudes, líderes de caráter se preocupam mais com autorrespeito e sua consciência do que por reconhecimento público.

Ainda em relação as características, é interessante notar o efeito de Picard sobre seus liderados na ausência deste, o episódio duplo Cadeia de Comando (TNG6x10 e 11) discute isto, trazendo duas tramas distintas. No episódio, Picard é escalado para ir em uma missão secreta no território cardassiano e é substituído no comando da Enterprise pelo Capitão Jellico. No decorrer dos episódios, observa-se uma escalada de desentendimentos entre o novo capitão e os tripulantes da nave, principalmente Riker.

Ao chegar, ele solicita mudanças organizacionais e estruturais na nave, o que gera resistência da tripulação a ponto da Conselheira Troi explicar isto a ele, contudo sem sucesso. Na segunda parte do episódio, essa tensão entre Jellico e Riker chega ao ápice, ao negar a ceder suas convicções para libertar Picard que foi capturado.

Uma qualidade acentuada em Picard e que pode ter causado atritos na nova liderança é a empatia, Jellico acabou ignorando o fato que havia um modo de trabalhar e de se fazer as coisas instalados há anos e que mudanças bruscas causaram um atrito organizacional. Goleman (2015) afirma que empatia faz parte da inteligência emocional e significa levar os sentimentos dos liderados em ponderação, junto de outros fatores ao se tomar uma decisão.

Essa característica é mostrada em Picard, em uma cena do mesmo episódio, no qual treina com Worf e Crusher que o acompanharão na missão, eles reclamam para Picard da dificuldade do treino e da falta de informações sobre o que eles terão de fazer. Picard ao invés de recriminá-los, se coloca no lugar deles falando “eu entendo que isso é difícil. Tudo que eu posso fazer é pedir para vocês confiarem em mim”. Porém, Jellico acaba utilizando frases como “Eu não quero falar sobre isso. Faça-o”; “Tenha isso pronto em dois dias”; “Estou feliz que você trouxe isto para a minha atenção, Deanna. Infelizmente, eu não tenho tempo para uma lua de mel com a tripulação”; “Me desculpe, Will, mas você vai ter que aceitar isso”.

Pode-se explorar a partir destes dois perfis de líderes, as noções de líderes ressonantes e dissonantes. Goleman, Boyatzis e McKee (2018) afirmam que líderes dissonantes não conseguem se conectar empaticamente com o grupo e nem interpretar as emoções dos liderados corretamente, enviando mensagens desnecessárias e gerando insegurança nestes. Já o líder ressoante prolonga o impacto emocional da liderança, vibrando com a energia entusiástica e otimista do líder, porém se necessário, conseguem projetar um estado mais sério, sendo que a ressonância vem de maneira natural a líderes emocionalmente inteligentes.

A confiança da tripulação em Picard, gera uma diferença negativa para o novo capitão, de forma que até mesmo pelas circunstâncias extremas, ele não tem tempo para construí-la. Cohen e Fink (2003) endossam que confiança é o centro dos relacionamentos, seja o trabalho ou na vida pessoal, de forma que quanto maior o nível de confiança, mais se aprofundam as relações, alguém precisa ceder e confiar no outro, mesmo não estando certo das consequências.

Um dos motivos que se pode elencar que demonstra a confiança da tripulação em Picard, é clareza de propósito, que está alinhado ao propósito filosófico da Federação, expresso por Picard em seu discurso a Wesley como o compromisso com a verdade, realizado por meio da exploração e diplomacia.

Em relação a liderança nata ou desenvolvida, a série faz uma provocação interessante sobre o assunto em “Trama” (TNG 6x15), no qual após um acidente que deixa Picard quase morto, ele se encontra com um alienígena numa espécie de pós vida e acaba desabafando que queria ter evitado um acontecimento, logo após a sua formatura, em que quase morreu e o alienígena decide fazer ele voltar no tempo.

Observa-se então o Picard maduro e experiente tomando decisões diferentes das que ele havia tomado no passado, evitando assim a briga mostrada no início do episódio, em que ele era esfaqueado no peito e teve de colocar um coração artificial (que causou a morte dele no episódio), ao fazer isto ele volta a uma realidade, na qual não é mais o Capitão, e sim, apenas um oficial de ciências, com pouco destaque na carreira. Ao pedir para a Conselheira Troi e o Comandante Riker uma avaliação de porque ele não subira na carreira, eles respondem: “Durante sua carreira você teve objetivos elevados, mas [...] você nunca esteve disposto a fazer o que era necessário para atingir eles”, “Se você quer seguir em frente, você tem que arriscar, se destacar na multidão, ser notado”. Dessa forma, o episódio trabalha a questão de como a experiência desenvolve a liderança.

Goleman, Boyatziz e McKee (2018) explicam que o cérebro registra constantemente o que funciona e o que não nas tomadas de decisão, de forma a criar um conhecimento cumulativo por meio da experiências acumuladas que será acessado ao se passar por experiências similares no futuro, porém se localiza além do alcance consciente, sendo registrada em uma parte primitiva do cérebro, de forma que o líder terá acesso a estas através da intuição.

Por fim, foram identificados os seguintes estilos de liderança de Picard: autêntico (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010); democrático (BRYMAN et al., 2011); liberal (WAGNER; HOLLENBECK, 2012); autoritário (WAGNER; HOLLENBECK, 2012); ressonante (GOLEMAN; BOYATZIS; MCKEE, 2018). As principais características identificadas em Picard foram: lidar com crises (SCHEIN, 2009); capacidade de influenciar (COHEN; FINK, 2003); empatia (GOLEMAN, 2015);

inteligência emocional (GOLEMAN, 2015); confiança (COHEN; FINK, 2003); demonstrar o porquê (SINEK, 2018); sacrifício pessoal (GRINT, 2010).

Dessa forma, nesta seção foram abordadas diversas noções ligadas a liderança (utilizando os episódios citados no método), tendo como pano de fundo, o personagem de Patrick Stewart em *Jornadas nas Estrelas*. Com isso, compreendeu-se os estilos e as características marcantes da sua liderança. Destacou-se que a autenticidade permeia a atuação de Picard, além dos estilos democrático, liberal e autoritário praticados de acordo com os acontecimentos. Por fim, ressalta-se o fato de Picard, por meio de suas experiências e aproveitamento de oportunidades, conseguiu se destacar na sua carreira e ser reconhecido como um grande líder daquele universo.

## **CONCLUSÃO**

O objetivo do trabalho foi analisar os estilos de liderança e as características do personagem Capitão Picard na série *Jornada nas Estrelas: A Nova Geração*. Pode-se observar que Picard apresentou os estilos: autêntico, autoritário, democrático, ressonante e liberal. Sendo que ele consegue extrair o melhor destes estilos, devido ao fato de que ele apresenta a sua liderança conforme a situação exige. As principais características identificadas de Picard foram: lidar com crises, capacidade de influenciar, sacrifício pessoal, empatia, inteligência emocional e confiança.

As características e estilos contextualizados auxiliam os líderes a perceberem suas ações e atitudes no cotidiano empresarial, os líderes podem avaliar e se inspirar no modelo de conduta e boa liderança do personagem de Picard. As empresas podem se basear nos princípios da Frota Estelar e do cotidiano na Enterprise para moldar a cultura empresarial.

Para o meio acadêmico, as contribuições residem na aproximação da ficção e academia, em um contexto em que o consumo de séries e filmes tem sido uma crescente. Ainda importante destacar que líderes de diversos setores, afirmam ser fãs da franquia, dos personagens e de sua base filosófica. Sobretudo, a série aborda temas ainda relevantes na sociedade atual, abordados sobre o prisma de um povo que conseguiu superar seus conflitos internos e limitações para construir um futuro melhor. O forte caráter utópico da franquia, pode gerar debates sobre os caminhos da humanidade.

A principal limitação da pesquisa, se refere a coleta de dados em apenas seis episódios, que conta com duas séries, num total de centenas de episódios e ainda quatro filmes. Futuros direcionamentos de pesquisa, podem incluir uma amostra maior de episódios ou até mesmo dos filmes da franquia com Picard. Pode-se analisar a liderança dele ao longo do tempo desde o primeiro episódio da série, passando pelos filmes, até chegar na atual série Picard, que ainda está em produção. Pode-se analisar outros líderes da franquia, sejam personagens da própria série como Data e Riker ou até mesmo outros capitães.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BENNIS, W.; SPREITZER, G. M.; CUMMINGS, T. G. **O futuro da liderança: Uma Coletânea com as Ideias dos Maiores Líderes da Atualidade**. São Paulo: Editora Futura, 2001.
- BESSEN, F.; TECCHIO, E.; FIALHO, F. A. P. Liderança autêntica e a gestão do conhecimento. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 2-14, 2017.
- BOYATZIS, R. E. et al. Examination of the neural substrates activated in memories of experiences with resonant and dissonant leaders. **The Leadership Quarterly**, v. 23, p. 259-272, 2012.
- BRYMAN, A. et al. **The sage handbook of leadership**. Sage Publications, 2011.
- BROWN, M. E.; TREVIÑO, L. K. Ethical leadership: a review and future directions. **The Leadership Quarterly**, v. 17, n. 6, p. 595-616, 2006.
- COHEN, A. R.; FINK, S. L. **Comportamento organizacional: conceitos e estudos de caso**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- COMPARATO, D. **Da Criação ao roteiro**. 4 ed. São Paulo: Editora Summus, 2016.
- CORREIA, J. F. D. **Liderança ressonante e dissonante no desempenho dos liderados**. Universidade Católica Portuguesa. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação – Comunicação, Organização e Liderança Porto, Portugal, 2013.
- ERICKSON, A. et al. Destructive leadership: causes, consequences and countermeasures. **Organizational Dynamics**, v. 44, n. 4, p. 266-272, 2015.
- FREITAS, E.; FACIN, D. Semântica global e os planos constitutivos do discurso: a voz feminina na literatura de Rubem Fonseca. **Revista Desenredo**, v. 7, n. 2, 2011.
- GARDNER, W. L. et al. Can you see the real me? A self-based model of. **The Leadership Quarterly**, v. 16, n. 3, p. 343-372, 2005.
- GOLEMAN, D. **Liderança: a inteligência emocional na formação do líder de sucesso**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015.
- GOLEMAN, D.; BOYATZIS, R.; MCKEE, A. **O poder da inteligência emocional: como liderar com sensibilidade e eficiência**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018.

GOMES, M. B. **Universos sci-fi audiovisuais: estudos narrativos transmídia II**. Série Veredas, 36. Editora Marca de Fantasia. Paraíba, 2016.

GRINT, K. **Leadership: a very short introduction**. New York, USA. Editora Oxford, 2010.

ISLAM, R. M. S. Leadership and characteristics of introvert leader. **International Journal of Multidisciplinary Research and Development**, v. 6, n. 1, p. 177-179, 2019.

**JORNADA NAS ESTRELAS: A Nova Geração**. Seriado. Criador Gene Roddenberry Produtora Paramount Pictures, 1987-1994.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MOHAMAD, M.; JAIS, J. Emotional intelligence and job performance: a study among malaysian teachers. **7th International Economics & Business Management Conference**, 5th & 6th October 2015.

MOURA, H.; CAMBRUSSI, M. **Uma breve história da linguística**. RJ: Vozes, 2018.

NOGUEIRA, S.; ALEXANDRIA, S. **Jornada nas estrelas: o guia da saga**. SP: Leya Brasil, 2016.

PINTO, V. dos S. Relações de poder e conflitos organizacionais entre gestores e colaboradores da área contábil. Santa Catarina, **RECAPE**, v. 8, n.2, p. 172-197, 2018.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson Practice Hall, 2005.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. **Comportamento organizacional**. 14. ed. São Paulo: Perarson Practice Hall, 2010.

SCHEIN, E. H. **Cultura organizacional e liderança**. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

SILVA, J. de B. Evolução de liderança e postura dos líderes atuais. **UNOPAR Cient., Ciênc. Juríd. Empres.**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 119-127, 2014.

SINEK, S. **Comece pelo porquê: como grandes líderes inspiram pessoas e equipes a agir**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2018.

SUVIN, D. On the poetics of the science fiction genre. **College English**, v. 34, n. 3, p. 372-382, 1972.

TICHY, N.; BENNIS, W. **Decidir: conheça o processo de decisão dos líderes de sucesso**. Lisboa: Actual Editora, 2010.

TURANO, L. M.; CAVAZOTTE, F. Conhecimento científico sobre liderança: uma análise bibliométrica do acervo do The Leadership Quarterly. **RAC**, v. 20, n. 4, p. 434-457, 2016.

VILLAFRANCA, D. **Star Trek 50 anos de esperança interestelar**. Site Época Negócios, 2016. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Vida/noticia/2016/09/star-trek-50-anos-de-esperanca-interestelar.html> Acesso em 27 abr. 2020.

WAGNER, J. A.; HOLLENBECK, J. R. **Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva**. 3. ed. São Paulo. Editora Saraiva, 2012.



ZAABI, H. H. Al; ELANAIN, H. M. A.; AJMAL; M. M. Impact of toxic leadership on work outcomes: an empirical study of public banks in the UAE. **Int. J. Public Sector Performance Management**, v. 4, n. 3, 2018.

**Capítulo 6 - DOI:10.55232/1083002.6**

**GERAÇÃO E GESTÃO DE COMPETÊNCIAS  
LOGÍSTICAS POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DE  
PLATAFORMAS DE E-COMMERCE: UM DESAFIO PARA  
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS**

**Priscila Carvalho De Souza, Victoria Guidetti Barbara, Gabriela Das Neves Zanusso, Roberto Candido Pansonato, Luciano Furtado Corrêa Francisco e Alessandra De Paula**

**RESUMO:** Com o avanço da tecnologia, muitos setores precisaram se adaptar à nova realidade, as mudanças foram drásticas principalmente para o comércio que junto a pequenas e médias empresas, precisaram se adaptar rapidamente às novas formas de negócios para não serem engolidas pelo mercado. Hoje, levando em consideração também o panorama atual da pandemia de Covid-19, as empresas, de todos os portes, sentiram a necessidade de estarem presentes no meio cibernético para estreitar as relações com os consumidores finais, indo desde o marketing do produto até a entrega. **INTRODUÇÃO:** Um dos grandes desafios da atualidade é conseguir aproveitar de maneira satisfatória todos os recursos que estão disponíveis para facilitar e automatizar as vendas, isso porque como as mudanças ocorreram de forma muito rápida, muitos empresários não tiveram tempo de se adaptar e nem mesmo treinamentos específicos para desempenhar as tarefas que são exigidas pelo mercado. Muitos empresários hoje em dia são pequenos empreendedores que começaram no ramo por necessidade, frente ao cenário da pandemia que se iniciou em 2020, muitas pessoas acabaram por perder o emprego e se sentiram pressionadas a criarem novas fontes de renda mesmo sem despendendo de muito tempo para um planejamento e capacitação no uso de ferramentas, o aprendizado ocorre por tentativa e erro. Essas atividades primárias da logística impactam em vários processos. Um é o suprimento (matéria-prima), um segundo é a manufatura (operações de transformações em produtos), um terceiro é a distribuição (entrega do produto acabado) (BALLOU, 2007). **METODOLOGIA:** O presente trabalho tem por finalidade analisar dados coletados através de um questionário composto por 20 perguntas, enviado diretamente por e-mail e indiretamente por meio de grupos de empreendedores no facebook e linkedin e respondido voluntariamente por responsáveis de empresas de pequeno e médio porte que possuem CNPJ. As perguntas são referentes à utilização de plataformas de e-commerce, seus recursos, funcionalidades e principais desafios. O tema e a pesquisa são inovadores, dessa forma, ainda não existem muitas fontes de pesquisa ou literatura sobre o assunto. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Através da coleta de dados desse questionário esperamos comprovar que atuar no mercado virtual, no contexto de um mundo globalizado e pós pandemia, vai muito além de um caminho promissor de via única, é fator imprescindível para manter a vantagem competitiva. Entre os fatores essenciais observados para o comércio eletrônico, a questão logística é o ponto de destaque para o sucesso das vendas, tendo em vista que grande parte da preocupação e receio dos consumidores quanto às compras online está relacionado à entrega, troca ou devolução do bem adquirido, já que nessa modalidade de compra, comumente, não há possibilidade de contato pessoal com o produto ou loja física. A concentração dos clientes em áreas congestionadas demanda novas formas e estratégias de transportes, armazéns e gestão de estoque. (FRANÇA et al., 2005). Além disso, evitando possíveis complicações, é importante que a loja virtual seja cautelosa quanto à disponibilidade de entrega, uma das variáveis que também se torna ponto chave para a satisfação do cliente. Sendo assim, este trabalho tem como foco a geração de competências logísticas, uma ferramenta valiosa para os empresários que buscam evoluir junto aos avanços tecnológicos, permitindo estarem à frente do tradicionalismo relacionado à comercialização de bens/serviços em geral.

**Palavras-chave:** Loja virtual, plataforma de e-commerce, competência logística.

## **INTRODUÇÃO**

Um dos grandes desafios da atualidade é conseguir aproveitar de maneira satisfatória todos os recursos que estão disponíveis para facilitar e automatizar as vendas, isso porque como as mudanças ocorreram de forma muito rápida devido a pandemia da Covid-19, muitos empresários não tiveram tempo de se adaptar e nem mesmo treinamentos específicos para desempenhar as tarefas que são exigidas pelo mercado. Muitos hoje em dia são pequenos empreendedores que começaram no ramo por necessidade, frente ao cenário da pandemia que se iniciou em 2020, muitas pessoas acabaram por perder o emprego e se sentiram pressionadas a criarem novas fontes de renda mesmo sem despendendo de muito tempo para um planejamento e capacitação no uso de ferramentas, o aprendizado ocorre por tentativa e erro.

Um dos grandes desafios para quem quer empreender no e-commerce é ter as competências necessárias para gerir a forma como os produtos serão distribuídos aos consumidores.

De acordo com Ballou (2004, p. 142), para um número cada vez maior de empresas, o comércio eletrônico, que faz ampla utilização da Internet a fim de descomplicar todo tipo de negociação, é uma extensão dos negócios tradicionais dos armazéns e lojas.

Mesmo que o lojista virtual não atue diretamente nos processos logísticos, compreender o funcionamento dos processos de distribuição bem como o nível de serviço logístico oferecido aos clientes pode trazer um diferencial positivo para o empreendedor do e-commerce.

Sendo este estudo inédito, pois não se achou muitas fontes de estudo com este foco nas plataformas digitais e suas ferramentas para os empreendedores usuários das mesmas.

## **OBJETIVO GERAL**

Temos por objetivo identificar e analisar por meio de um estudo teórico se as plataformas de e-commerce proporcionam competências logísticas em pequenas e médias empresas.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Se tais plataformas oferecem as devidas informações e ajudas para controle logístico destas empresas ou se as mesmas sabem como acessar estes recursos dentro das plataformas de e-commerce.

Entender se os empreendedores utilizam os recursos logísticos nas plataformas e avaliar se estas, de modo geral, propiciam uma facilidade no uso destes recursos para os pequenos e médios empreendedores.

## **PLATAFORMA DE E-COMMERCE**

Para iniciarmos o entendimento do tema de pesquisa aqui apresentado, é necessário compreender o que é uma plataforma de e-commerce. Segundo Valle (2013):

Uma plataforma de e-commerce, assim denominada no varejo eletrônico, consiste no sistema responsável pelo gerenciamento e visualização da loja na Web. Trata-se de uma ferramenta que possibilita criar a loja virtual e gerenciá-la, incluindo produtos, preços, estoques e demais funções que compõem o dia-a-dia de um comércio eletrônico (Valle, 2013, p. 1).

Repare que o autor menciona a palavra *sistema* em sua definição e mais adiante complementa que este sistema é responsável pelo gerenciamento e visualização da loja na *web*. Logo, trata-se de um sistema de informação automatizado, construído em uma linguagem de programação, com um banco de dados associado para registro das informações e que funciona na internet, logo no que se chama de *nuvem*. Portanto a plataforma faz com que a loja virtual seja acessível por quaisquer pessoas, tão somente digitando seu endereço na internet, normalmente no formato *www.<domínio>.<extensão>.<sigla país>*. Como o autor constrói essa definição em 2013, há que se adicionar os chamados *apps* ou aplicativos para celular, os quais são versões de lojas virtuais para os dispositivos móveis, algo ainda incipiente na época do conceito lançado pelo autor.

Uma característica das plataformas de e-commerce é que elas permitem que os gestores da loja virtual - e apenas eles - acessem um *sistema administrativo* da loja virtual, por meio de um endereço web específico e com uma autenticação por meio de usuário e senha. Normalmente esse sistema é chamado de *manager*. É o que o Valle aborda em sua definição, quando menciona o termo *gerenciamento*. Neste sistema administrativo, o gestor da loja virtual pode executar diversas operações de configuração da loja, tais como: inclusão de produtos; alteração dos dados destes - como descrições, imagens, dimensões

e preços; configuração dos meios de pagamentos; configuração de métodos de transporte possíveis e/ou tabelas de preços de frete; comunicação com sistemas externos, como sistemas de gestão (ERPs), de relacionamento com clientes (CRM) e outros; aspectos visuais da loja; e diversos outros itens.

Assim, as funções logísticas da plataforma são aqueles recursos acessados no *manager* da loja virtual. São recursos diversos, como cadastro de transportadoras; configurações de comunicação da plataforma com os sistemas destas transportadoras a fim de se prover aos usuários as cotações de fretes; cadastro de tabelas de frete, quando eventualmente alguma transportadora não tem possibilidade de comunicação sistêmica; cadastro das embalagens; taxas de frete; locais de estoque; além de outras configurações.

Tais recursos costumam estar em diversos locais do *manager*, especialmente na parte de produtos e em seções normalmente chamadas de *frete*, *checkout* e similares.

Dessa forma, o tema da presente pesquisa visa entender se os gestores e usuários dos sistemas administrativos de plataformas de e-commerce adquirem competências logísticas pelo uso de tais recursos nestes sistemas. Ou, podemos numa relação inversa, entender se estes sistemas *manager* propiciam competências na execução das atividades logísticas de uma operação de e-commerce.

## **A LOGÍSTICA NO E-COMMERCE**

A logística vem se adaptando às novas formas de manufatura e transações comerciais a algum tempo. Desde o conceito logístico nas guerras, da logística empresarial, com foco na satisfação do consumidor, até a logística na cadeia de suprimentos, também conhecida como *supply chain*, a logística tem buscado inovações para atender da melhor forma possível a grande demanda mundial por acesso a bens de todos os tipos. Chegamos na era da indústria 4.0, que demanda por uma logística 4.0, e, junto a tudo isso, vem o e-commerce para incorporar mais um desafio à logística. No e-commerce do tipo B2C (de empresa para consumidor final), por exemplo, os gestores logísticos tiveram que se adaptar a práticas operacionais diferentes para atender as novas formas de demanda, que se intensificaram muito durante o período da pandemia. Num período de menos de uma década atrás, as entregas eram realizadas em lotes, com paletes ou caixas fechadas do fabricante ao distribuidor do varejista, chegando às lojas que aguardavam a presença dos consumidores para a efetivação das compras. A partir da loja física, para a maioria dos produtos, a responsabilidade era do consumidor.

Bom, agora o consumidor do e-commerce não vai até a loja, forçando os sistemas logísticos a efetuarem as entregas de forma cada vez mais fracionada. Conforme Novaes (2004, p. 94), embora, em princípio, essa nova sistemática de operação requeira o mesmo tipo de equipamento básico de manuseio, tal como prateleiras, esteiras, carrinhos etc., o número de operações tende a crescer significativamente.

Compras fracionadas levam a entregas fracionadas, e aí tem-se a chamada entrega de última milha, ou mais conhecida no meio logístico como *last mile*, ou seja, etapa final da entrega do produto, partindo-se de um centro de distribuição ou até de uma loja física até o consumidor final. Com o alto crescimento de pedidos online durante a pandemia, os sistemas de entrega tiveram grandes dificuldades em atender a demanda, com aprendizado ocorrendo na base da tentativa e erro.

Com os pedidos realizados de forma online, o planejamento dos armazéns e consequentemente dos estoques é muito mais dinâmico, e nesse momento o lojista virtual deve ter as competências para a administração logística. Algo que costuma ocorrer nas empresas com transações B2C, é a falta de entrega de algum produto devido ao descompasso de informações entre os registros de entrada e saída de estoque. A plataforma de e-commerce deve proporcionar à loja virtual competências para administrar esse sistema logístico, que deve contemplar a integração entre as informações do site, os pedidos em trâmite, o estoque disponível e as condições de transporte e entrega.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa que visa a primeira aproximação com o tema, por meio de levantamentos bibliográficos e aplicação de questionários com profissionais da área. A abordagem escolhida para o desenvolvimento da pesquisa é de caráter quanti-qualitativa. De acordo com Casarin e Casarin (2012, p. 31), as pesquisas científicas podem apresentar aspectos qualitativos e quantitativos, sendo que um pode complementar ou subsidiar ou outro no momento da análise dos resultados obtidos.

Com relação à abordagem quantitativa da pesquisa, os dados a serem quantificados são provenientes do questionamento ao público-alvo, que no caso pesquisado refere-se aos empreendedores de lojas virtuais que atuam no e-commerce, de forma a conseguir resultados numéricos, por meio do envio de questionário de forma online, além do envio do questionário de forma direta para empresas voluntárias contatadas pela equipe do trabalho.

Referente a abordagem qualitativa, a investigação é descritiva, em que os dados são recolhidos em forma de palavras e imagens e de uma forma geral, o interesse do pesquisador tem o foco mais direcionado aos processos do que aos resultados ou produtos. Segundo Casarin e Casarin (2012, p.33), independentemente do título e do tema pesquisado, os objetivos de uma pesquisa qualitativa envolvem a descrição de certo fenômeno, caracterizando sua ocorrência e relacionando-o com outros fatores. Perguntas abertas utilizadas no questionário enviados aos lojistas virtuais formam um banco de dados importantíssimo para compreender aspectos específicos quanto a geração ou não de competências logísticas por meio da utilização de plataformas de e-commerce.

O trabalho terá natureza aplicada já que se propõe a desenvolver conhecimentos para a aplicação prática com o objetivo de responder se as plataformas de e-commerce utilizadas são capazes de gerar as competências logísticas necessárias para o bom funcionamento do e-commerce em pequenas e médias empresas.

Com relação ao objetivo da pesquisa, trata-se de uma pesquisa descritiva-explicativa, pois além de caracterizar um fenômeno, fazer relação entre variáveis que envolvem a coleta de dados padronizados, como questionários, também visa identificar os fatores que determinam fenômenos, no caso, a busca será em torno de informações sobre o uso de plataformas de e-commerce, e como é essa experiência do pequeno e médio empresário.

O procedimento a ser utilizado na pesquisa para levantamento de dados, será através da aplicação de um questionário elaborado no aplicativo *Google Forms*, com perguntas direcionadas ao objetivo do trabalho. O formulário será composto de perguntas fechadas e abertas, visando a obtenção de dados quantitativos e qualitativos que serão interpretados e analisados posteriormente.

## **APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

As respostas dos participantes voluntários do questionário acima referenciado foram analisadas e serão apresentadas a seguir.

Do total de 18 (dezoito) e-commerces que responderam o formulário, 13 (treze) possuem sede no estado de São Paulo, dos quais 9 (nove) situam-se em São Paulo capital e grande São Paulo e 4 (quatro) no interior do estado.

Minas Gerais teve 2 (dois) representantes e os demais estados, Rio de Janeiro, Paraná e Bahia todos com 1 (um) respondente cada.

Os produtos comercializados de forma virtual são diversos: doces, calçados infantis, ferramentas e EPI, cursos e tratamentos holísticos, camisetas, brindes personalizados, piercings, equipamentos para cabeleireiro e barbearia, produtos artesanais para festas, cosméticos e perfumaria, artesanatos, câmeras de segurança, peças decorativas para quarto de bebês, itens personalizados, velas aromáticas e difusores de ambiente, roupas e acessórios.

Com relação ao porte, 4 (quatro) preferiram não responder, 1 (um) possui de 10 a 49 empregados e 13 (treze) possuem até 9 empregados.

Os três canais de venda mais utilizados são: Mercado Livre, com 10 (dez) menções, Site próprio com 8 (oito) e Shopee com 7 (sete). As outras plataformas citadas foram: Whatsapp, Amazon, Magalu, B2W, Varejo, Elo 7, Youtube, Instagram e aplicativo próprio.

Segundo os entrevistados, o que mais prejudica a venda online é o valor do frete. Outros aspectos mencionados foram: o prazo de entrega, a comissão cobrada pela plataforma e o preço dos produtos.

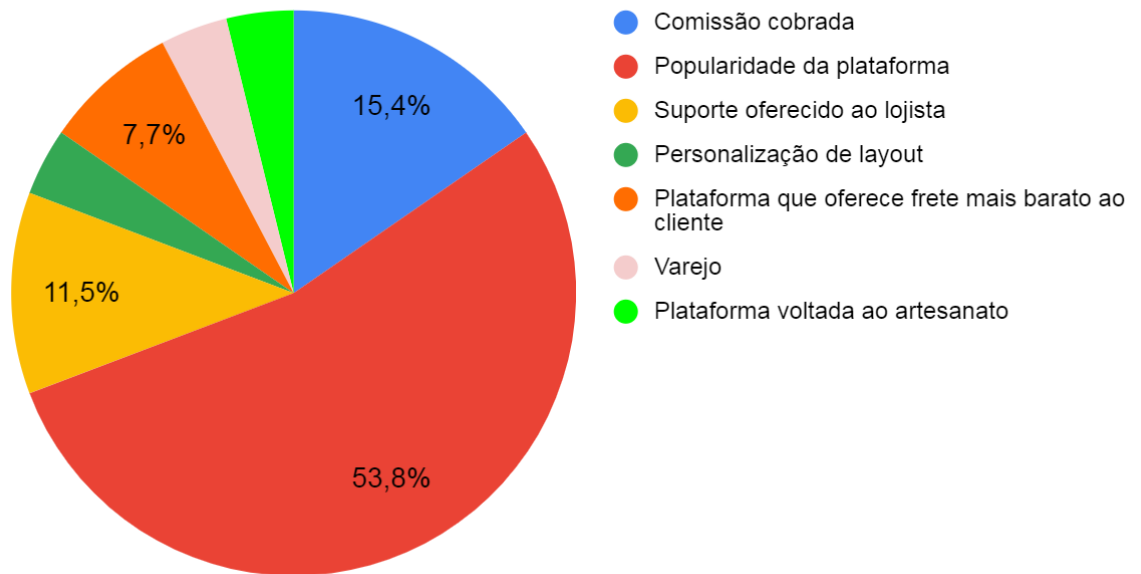
Após a confirmação de compra no site, o processamento do pedido feito pela plataforma de vendas é considerado eficiente por 10 (dez) e-commerces. Apenas 1 (um) considera ineficiente.

Realizar a entrega do produto ao cliente dentro do prazo não é uma dificuldade para 17 (dezesete) dos entrevistados.

Vejam os seguintes gráficos sobre os aspectos levados em consideração para a escolha da plataforma de vendas online:



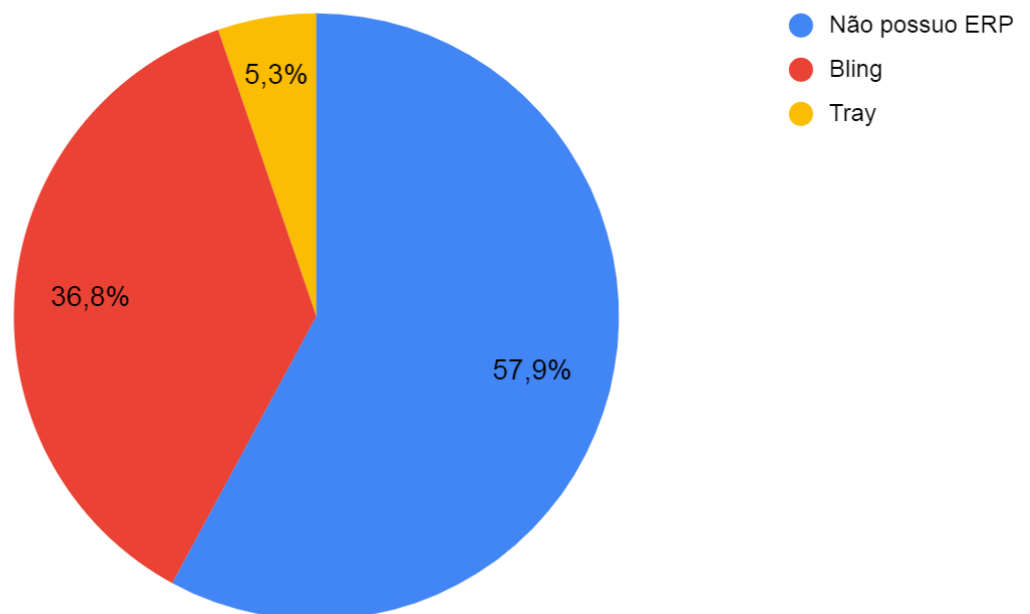
### Aspectos levados em consideração para a escolha da plataforma de vendas



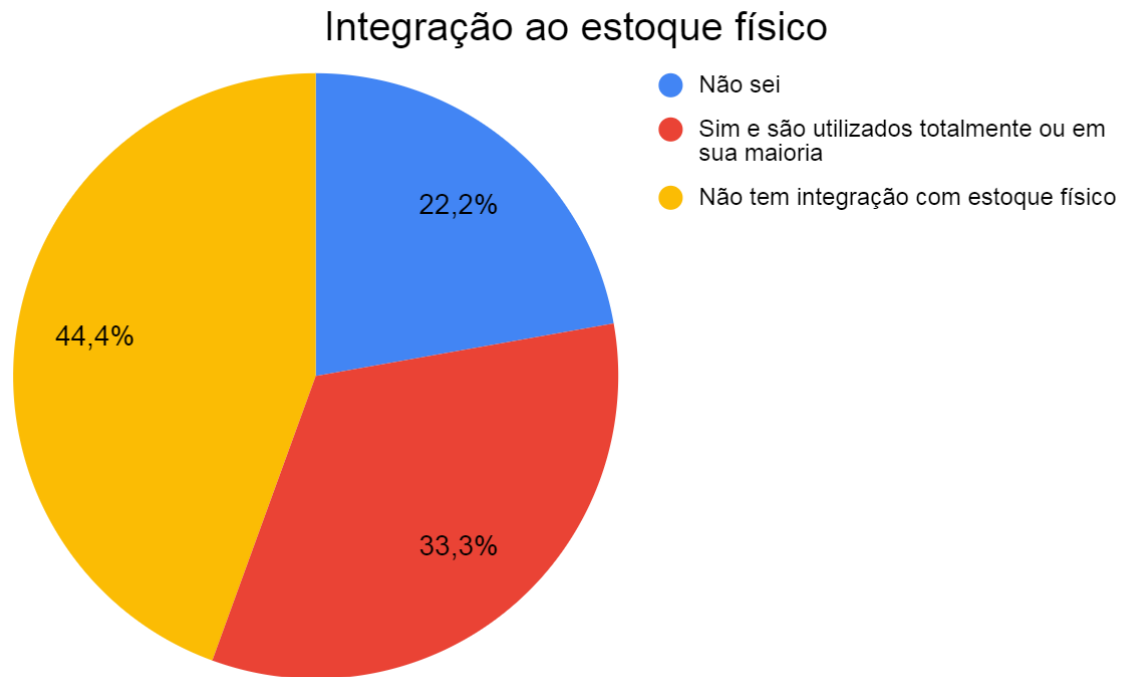
Conforme podemos observar, mais da metade dos entrevistados considera a popularidade da plataforma o aspecto mais importante.

A seguir, podemos notar no gráfico a subutilização de uma ferramenta essencial para gerenciar e integrar os sistemas virtuais, visto que 57,9% dos entrevistados não possuem ERP.

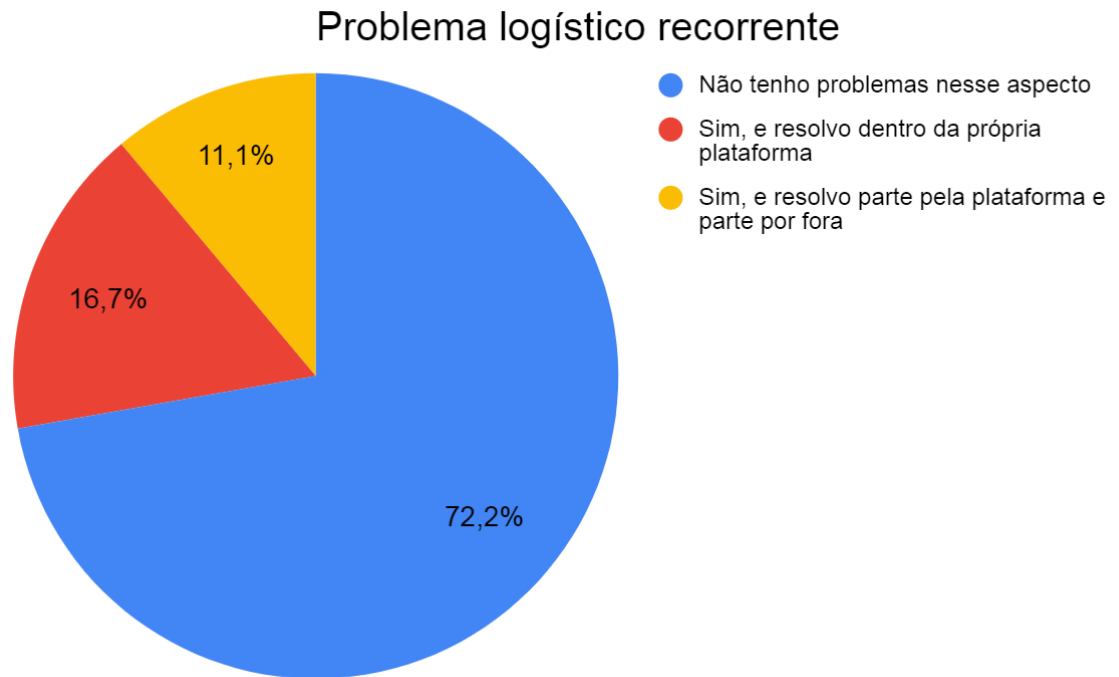
### ERP integrado à plataforma de vendas



No que diz respeito à integração ao estoque físico, pode-se perceber a mesma característica da ferramenta citada anteriormente, 44,4% não a utilizam e 22,2% sequer sabem do que se trata.

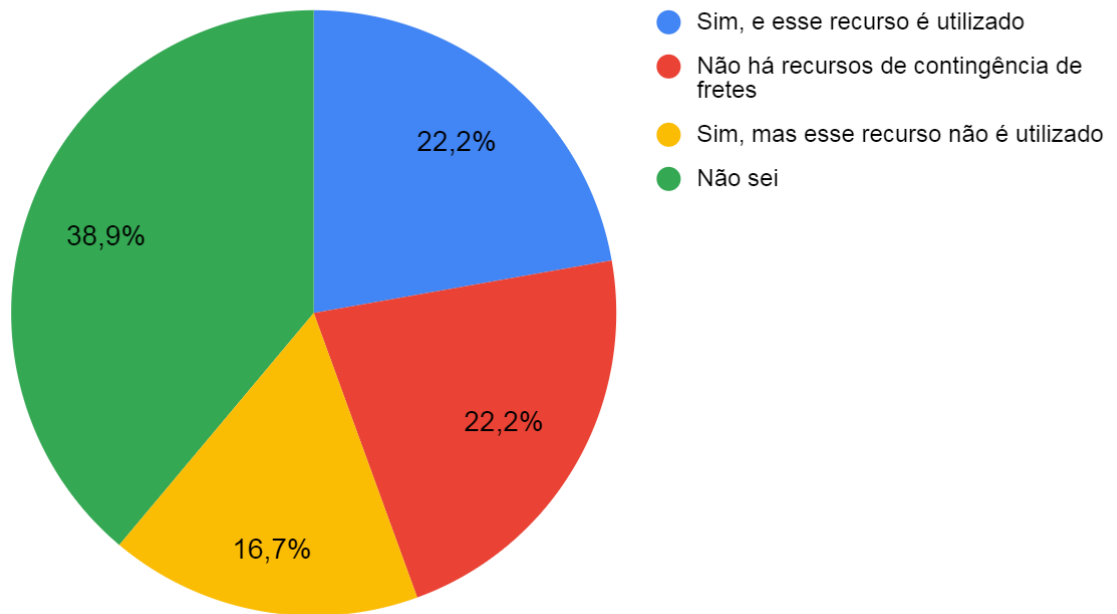


Em relação aos problemas logísticos que ocorrem de maneira repetitiva em razão da forma que a plataforma de vendas disponibiliza determinada função ou ferramenta, 72,2% dos entrevistados relataram não ter problemas. Dos demais, 16,7% possuem problemas e resolvem dentro da própria plataforma e 11,1% possuem problemas e resolvem parte dentro da plataforma e parte através de ajuda externa.



O frete de contingência é um recurso indispensável para assegurar o bom funcionamento do sistema, ainda que haja instabilidade. Ele garante que mesmo se ocorrer alguma falha técnica ou lentidão durante o processo de cálculo no carrinho de compras ou detalhes do produto, o sistema conseguirá calcular o valor do frete do produto para o cliente. Porém podemos verificar no gráfico abaixo que essa funcionalidade é subutilizada. Mais de 77% dos lojistas não a utilizam, dos quais quase 40% sequer sabem do que se trata. Apenas 22,2% utilizam essa função.

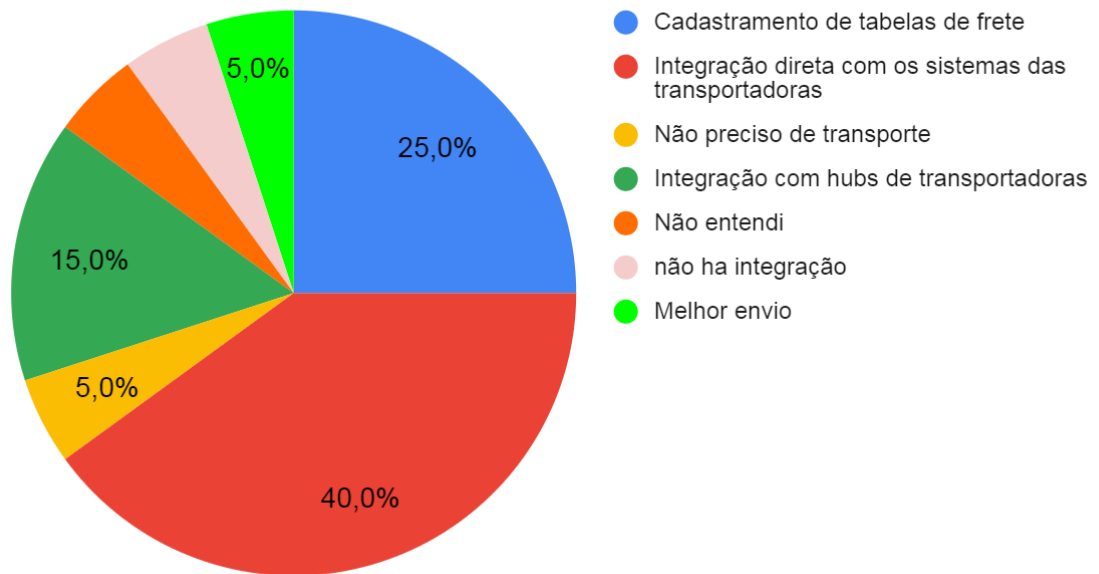
Frete de contingência



A integração dos sistemas das transportadoras com a plataforma de vendas se dá majoritariamente de forma direta com o site da transportadora ou através de cadastramento de tabelas de frete, de acordo com 65% dos respondentes.

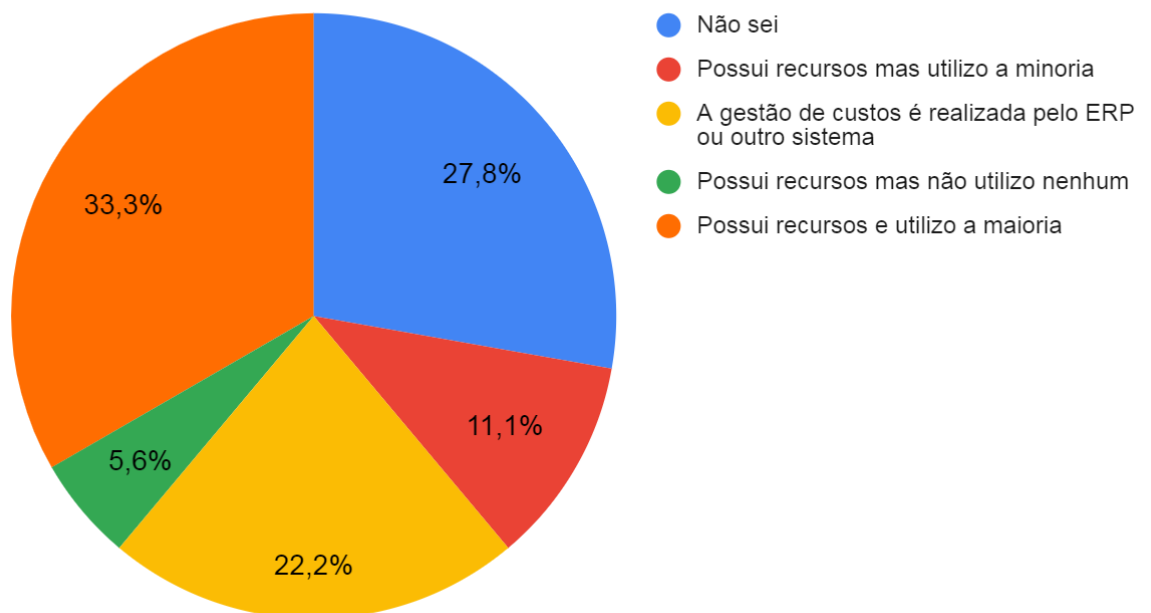
Já 15% disseram possuir integração com hubs de transportadoras. Outra resposta mencionada uma única vez foi através do Melhor Envio. Um e-commerce disse não possuir integração e outro não entendeu a pergunta.

### Integração dos sistemas das transportadoras com a plataforma de vendas

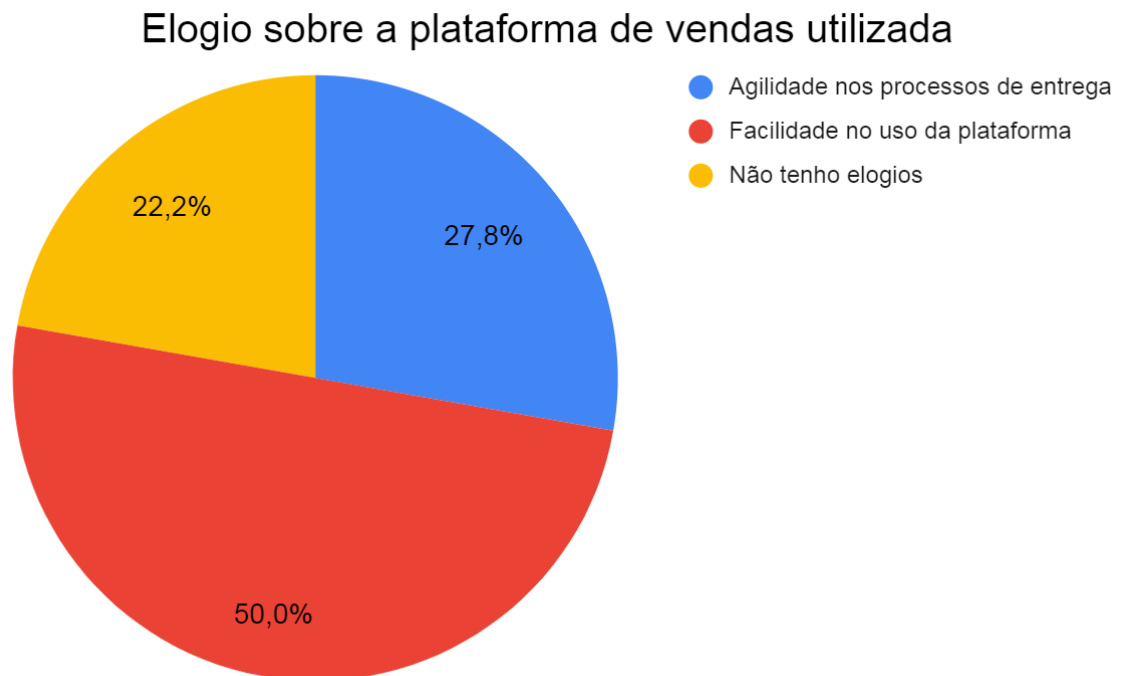


No gráfico abaixo, podemos observar que 50% dos e-commerces utilizam plataformas que oferecem recursos para auxiliar na gestão de custos logísticos. Porém apenas 33,3% utilizam a maioria desses recursos. Outros 11,1% utilizam a minoria dos recursos disponibilizados e 27,8% dos e-commerces sequer sabem do que se trata, um número significativo, dada a amostra da pesquisa. Dos demais, 22,2% utilizam ERP ou outro sistema e 5,6% não utilizam nenhum desses recursos apesar de tê-los à disposição.

### Recursos que auxiliam na gestão dos custos logísticos



Em relação a satisfação dos usuários das plataformas de venda, os principais aspectos citados foram a facilidade no uso da plataforma, que obteve 50% das menções, e agilidade nos processos de entrega, citado por 27,8% dos entrevistados. Os outros 22,2% disseram não ter nada a elogiar.



## CONCLUSÕES

De acordo com o levantamento da pesquisa, percebe-se que a questão logística costuma ser negligenciada pelos empreendedores, já no início, com a escolha da plataforma. Os principais motivos que levam os lojistas virtuais a selecionarem uma plataforma são a popularidade da plataforma (73,6%), seguido do suporte oferecido pela plataforma e porcentagem de comissão cobrada (ambos com 15,8%; os respondentes podiam assinalar mais de uma opção nessa pergunta). Não há menções a respeito de recursos logísticos, no que se infere que não é uma preocupação prévia do empreendedor conhecer as nuances dos processos logísticos antes de iniciar a operação.

Outro dado que chama a atenção é que 42,1% dos empreendedores mencionam que suas plataformas de vendas não possuem integração com estoque físico, contudo 37,5% destes empreendedores possuem ERP, portanto de alguma maneira a integração entre plataforma e ERP não é configurada em sua plenitude, de modo a usufruir dessa

integração. Ainda há 15,8% do total de lojistas que não sabem se a plataforma tem recursos de integração ao estoque físico.

Pouco mais de 26% dos lojistas afirmam que têm problemas logísticos repetitivos em função das suas plataformas de vendas, um número relativamente alto. Nesse aspecto, se cruzarmos com a informação das plataformas usadas, vamos encontrar empreendedores que usam as mesmas plataformas, mas informam que não possuem problemas nesse sentido. Logo, percebemos aqui uma questão de conhecimento da própria plataforma por parte de alguns de seus operadores.

Com relação à contingência de fretes, um dos mais importantes recursos logísticos em plataformas de e-commerce, 36,8% afirmam não saber se há este recurso em suas plataformas, novamente levando a concluir que o desconhecimento dos recursos é um obstáculo à plena aquisição das competências logísticas.

Por fim, mais de 42% dos empresários disseram não saber, saber mas não utilizar ou utilizar poucos dos recursos de gestão de custos logísticos de suas plataformas, mais um indício de que é o conhecimento dos recursos das plataformas que impedem a maior aquisição das competências logísticas.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, C. S.; et al. **A importância da logística para o e-commerce: o exemplo da amazon.com** Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.tecspace.com.br/paginas/aula/faccamp/TI/Texto07.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2021

AVENI, A. **Os desafios logísticos e as tendências em relação ao chamado e-commerce**. Revista Jrg de Estudos acadêmicos, Brasília, v. II, n. 5, out. 2019. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/124/205>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

BALLOU, R. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Logística Empresarial**. São Paulo: Pearson Education, 2004.

CASARIN, H. C. S.; CASARIN, S. J. **Pesquisa Científica: da teoria à prática**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

CORREA, R. F.; et al. **O impacto do e-commerce na sociedade**. Revista da informática aplicada. Vol. II - nº 02 - jul/dez 2006. Pág 94-110. Disponível em:

<[https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_informatica\\_aplicada/article/view/342/264](https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_informatica_aplicada/article/view/342/264)>. Acesso em: 27 abr. 2021.

DE SANTANA, A. F.; et al. **O Papel da Logística no Comércio Eletrônico**. Revista dos mestrandos profissionais. v. 7, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/RMP/article/view/245107>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

FRANÇA, P.T.; RUBIN, M. **Transporte Urbano de Mercadorias, Logística Urbana e City Logistics**. Grupo de estudos logísticos – GELOG/UFSC. Florianópolis. Disponível em: <<http://www.geolog.ufsc.br/Publicacoes/og%EDstica%20Urbana.ppt>>. Acesso em: 27 abr. 2021

NOVAES, A. G. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: estratégia, operação e avaliação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

ONCLICK. **Logística 4.0 e e-commerce: entenda essa relação poderosa**. Redação Onclick. Disponível em: <<https://onclick.com.br/artigos/logistia-4-0-e-e-commerce/>>. Acesso em: 27 abr. 2021

PEREIRA, F. C.; DOS SANTOS, M. Z.; DA SILVA, R. A.; DA SILVA, J. **O uso estratégico da gestão logística na busca por um diferencial competitivo**. Caderno de Administração, v. 16, n. 1, p. 41-51, 9 jul. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/38053>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

SÁ, M. S. *et al.* **Gestão da logística reversa nas empresas de e-commerce: um estudo de caso na empresa de autopeças casa das oficinas**. Ideias & Inovação, Aracaju, v. 4, n. 3, p. 143-150, ago. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/ideiaseinovacao/article/view/6025/2964>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

SCANDIUZZI, F.; OLIVEIRA, M. M. B.; FERRARESI DE ARAÚJO, G. J. **A LOGÍSTICA NO COMÉRCIO ELETRÔNICO B2C: UM ESTUDO NACIONAL MULTI CASOS**. Caderno de Administração, v. 19, n. 1, p. 1-12, 24 jul. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/13050>>. Acesso em 27 abr. 2021.

TANIGUCHI, E.; THOMPSON, R.G. **City logistics: Mapping the future**. New York, 2015. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=IhMeBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA55&dq=logistic+4.0+ecommerce&ots=GPam0cjGfS&sig=1Okn8LAskRQpIiPzUhJsRqVQGgU#v=onepage&q=logistic%204.0%20ecommerce&f=false>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

VALLE, Alberto. **O que é plataforma de e-commerce?** Disponível em: <<http://www.cursodeecommerce.com.br/blog/o-que-e-plataforma-de-ecommerce/>>, 14 abr. 2013. Acesso em: 09 dez. 2021.



**Capítulo 7 - DOI:10.55232/1083002.7**

## **AS POLÍTICAS ECONÔMICAS NO COMBATE À INFLAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS PLANOS CRUZADO E REAL**

**João Pedro Martins Dos Santos e Pedro Dos Santos Portugal Júnior**

**RESUMO:** Este trabalho analisa as políticas econômicas utilizadas no Brasil, para conter a inflação, durante os Planos Cruzado e Real. Tal abordagem se justifica, devido ao fato de que a inflação é um fenômeno que eleva o preço dos produtos e serviços e também desvaloriza a moeda. Fato pertinente na década de 80 e princípio dos anos 90, onde o Governo Sarney em 1986 buscou controlar a inflação implantando o Plano Cruzado e posteriormente em 1994, o presidente Itamar Franco colocou em prática o Plano Real, articulado pelo Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. A finalidade deste estudo é analisar a diferença entre os dois planos e entender os motivos pelos quais o Plano Real tenha sido bem-sucedido e eficaz no combate à inflação, até os dias atuais. Este propósito foi conseguido através de uma pesquisa exploratória quanto ao seu objetivo, e quanto ao seu procedimento, trata-se de uma pesquisa documental. As análises demonstram que o Plano Cruzado conseguiu controlar a inflação no curto prazo. Porém, o congelamento de preços feito de forma incorreta e o aumento do poder de compra da população, ocasionaram o desabastecimento de supermercados, e a volta da inflação. Já o Plano Real buscou medidas de longo prazo. Controlar o câmbio, tornando o Real em uma moeda forte, aumentar importações, e regular salários, visando corrigir as causas da inflação, foram as estratégias diferenciais para sanar o aumento descontrolado dos preços e serviços. Dessa forma o Plano Real foi bem aceito, a economia alavancou e a hiperinflação foi dominada.

**Palavras-chave:** Inflação, Plano Real, Políticas Econômicas

## **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho visa descrever as políticas econômicas utilizadas no combate à inflação no Brasil, mais especificamente dois planos bastante importantes na história brasileira recente: o Cruzado e o Real.

Dessa forma, busca-se responder ao seguinte problema de pesquisa: quais as diferenças entre as ações de políticas econômicas adotadas no Plano Cruzado e no Plano Real?

Tal abordagem se faz necessária devido ao fato de que a inflação é algo pertinente na história dos brasileiros. Esse fenômeno desvaloriza a moeda nacional e eleva o preço dos produtos. Neste estudo busca-se apresentar de forma mais específica estes dois planos econômicos que foram adotados nos últimos 35 anos, a fim de compreender as estratégias utilizadas e tomar ciência de práticas que foram adotadas para conter a inflação durante o Plano Cruzado e ainda presente no Plano Real. Dessa forma, é possível entender como o uso de instrumentos de política econômica, especialmente fiscal e monetária, podem ser usados na prática para atingir o objetivo de estabilidade dos preços em uma economia.

É importante ressaltar também a contribuição do trabalho para a comunidade, devido às hipóteses de que o Plano Real tenha sido construído com uma proposta de longo prazo. Já, em relação ao Plano Cruzado supõe-se que ele apresentou medidas mais incisivas em comparação com o Real e que o processo de implantação foi diferente em cada plano.

O objetivo deste estudo é analisar as diferenças entre os dois planos citados e compreender os instrumentos adotados durante suas aplicações, além de entender os motivos pelos quais o Plano Real tenha sido bem-sucedido no combate à inflação.

Este propósito será conseguido através de uma pesquisa exploratória quanto ao objetivo e quanto aos procedimentos, trata-se de pesquisa bibliográfica e documental.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste capítulo abordam-se as políticas econômicas fiscal, monetária e cambial, bem como seus instrumentos de aplicação. Por fim, trata-se sobre a inflação, seus tipos e principais impactos.

## **2.1 Políticas Econômicas**

De acordo com Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2008) as políticas econômicas são ações estipuladas por um país para assegurar o equilíbrio no mercado de bens e da moeda, no intuito de manter um controle econômico.

Mendes (2005) ressalta que os objetivos-chaves das políticas econômicas são o aumento da produção, estabilidade de preços, geração de empregos e também equilíbrio nas contas externas.

Cleto e Dezordi (2002) afirmam que as políticas econômicas afetam a economia como um todo, de uma forma macroeconômica. Essa política se divide em três tipos principais, cada uma com seus instrumentos específicos: fiscal, cambial e monetária.

### **2.1.1 Política Fiscal e seus instrumentos**

Mendes (2005) define essa política como a performance do governo em controlar a arrecadação de impostos e atuação em seus gastos públicos.

Fochezatto e Bagolin (2006) relatam que os objetivos da política fiscal são garantir a receita necessária para que o setor público possa desempenhar as funções que lhe competem a um mínimo custo.

Segundo Cleto e Dezordi (2002) esta política consiste no principal instrumento da política econômica, pois elabora o orçamento do governo e demonstra os gastos públicos e também arrecadações a serem efetuadas durante um exercício. A política fiscal pode ser contracionista ou expansionista. Os principais instrumentos utilizados são os gastos públicos, a tributação e ações específicas com relação às exportações e importações.

O tipo contracionista é utilizado quando há um excesso de demanda, superando a capacidade produtiva do país. Isso acarreta o aumento de preço dos produtos. As medidas do governo para a contenção são a diminuição dos gastos públicos, estímulo às importações através das reduções de tarifas e aumento da carga tributária sobre os bens de consumo (CLETO; DEZORDI, 2002).

A forma expansionista desta política deve ser utilizada quando ocorre uma insuficiência de demanda, que acaba gerando a diminuição da produção, excesso de estoques e também o desemprego. Para conter este fato, o governo aumentará os gastos públicos, estimulará

investimentos e consumo através da diminuição de impostos, irá diminuir importações e estimular fortemente as exportações (CLETO; DEZORDI, 2002).

### **2.1.2 Política Cambial e seus instrumentos**

Segundo o Banco Central (2021) esta política estabelece as taxas de câmbio, que são definidas como sendo o preço relativo de uma moeda estrangeira em comparação com a moeda local, e regulamenta suas operações. O Conselho Monetário Nacional define o regime cambial e seu funcionamento. O regime cambial poderá ser definido de quatro formas: Flutuante Limpa; Flutuante Suja; Banda Cambial e Câmbio Fixo.

- Flutuante Limpa: Quando o mercado determina a cotação da moeda, através da oferta e demanda, sem nenhuma intervenção da autoridade monetária.

- Flutuante Suja: O mercado determina a cotação através da oferta e demanda, porém pode haver intervenções do Banco Central quando os valores atingidos não se tornam benéficos ao país.

- Banda Cambial: Neste regime, o Banco Central estabelece valores de mínima e de máxima para a variação da moeda. A interferência ocorrerá caso a cotação atingir valores fora da meta estabelecida.

- Câmbio Fixo: O Banco Central estabelece um valor exato da moeda estrangeira, fazendo com que fique em paridade com a moeda nacional (BANCO CENTRAL, 2021).

As ações principais de política cambial se referem ao controle da taxa de câmbio, podendo a autoridade monetária valorizá-la (quando for contracionista) ou desvalorizá-la (quando for uma política expansionista) (MENDES, 2005).

### **2.1.3 Política Monetária e seus instrumentos**

Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2008) definem a política monetária como uma atuação do Banco Central com o objetivo de proporcionar liquidez à economia através da definição da quantidade de moeda ofertada, taxa de juros e outros fatores.

Mendes (2005) relata que esta política afeta os produtos de forma indireta, pois as intervenções no mercado financeiro influenciam as taxas de juros, consequentemente interferindo nos produtos destinados aos consumidores, o mercado acionário e captação de

recursos externos. De acordo com Canuto e Holland (2002) a política monetária apresenta total influência no controle da inflação. Ao possuírem maior autonomia dentro das políticas econômicas, as autoridades monetárias poderão fazer uso das taxas de juros para trabalhar políticas monetárias expansionistas ou contracionistas, buscando aquecer ou desestimular a atividade econômica.

Os instrumentos utilizados pela política monetária para conter a inflação segundo Mendes (2005) são: taxa de juros, *open market*, depósitos compulsórios e redesconto. A Taxa de Juros é o preço do dinheiro e o rendimento pela aplicação financeira durante um período. Ela é definida pelo próprio governo e a taxa usada como base para a economia nacional é a Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Ao elevar a Taxa Selic, os empréstimos e circulação de dinheiro se tornam mais inviáveis, esse fato desaquece a economia e como consequência diminui a inflação (MENDES, 2005).

As Operações de Mercado Aberto (*open market*) são negociações que representam a compra e venda de títulos do Tesouro Nacional, onde consegue regular a economia brasileira. Quando ocorre grande oferta monetária, o Banco Central vende as obrigações do Tesouro, o que diminui a base monetária do público e dos bancos. Quando há insuficiência de oferta monetária, o Banco Central compra os títulos em circulação do Tesouro, o que aumenta a quantidade de dinheiro em circulação. O Banco Central sempre procura adequar a oferta monetária às necessidades reais da economia (MENDES, 2005).

Os Depósitos Compulsórios são quantias monetárias que os bancos devem recolher ao Banco Central. Quanto maior for a compulsória depositada ao Banco Central, menor será a quantidade de recursos destinados a empréstimos, diminuindo a liquidez do sistema. Quando o governo adota políticas expansionistas, diminui as taxas de depósitos compulsórios, aumentando a quantidade de dinheiro em circulação. Em consequência disso pode ocorrer o aumento da inflação, o que forçará a adoção de taxas compulsórias mais altas (MENDES, 2005).

Operações de Redesconto são empréstimos realizados aos bancos comerciais em caso de emergências. Se as taxas de redescontos forem altas, os bancos farão menos empréstimos, na intenção de não ficar sem reservas em caixa. Atitude que também diminuirá o dinheiro em circulação, como forma de conter a inflação. Já se a intenção for realizar uma política expansionista, o Banco Central diminui a taxa de redesconto o que irá favorecer os empréstimos por parte das instituições financeiras (MENDES, 2005).

## **2.2 Inflação e seus impactos**

De acordo com o Banco Central (2021) a inflação se refere ao aumento dos preços de bens e serviços, o que gera a diminuição do poder de compra da moeda nacional. A inflação é medida pelos índices de preços, cujos principais são:

- Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-DI e IGP-M): este índice mensura os preços aos consumidores, produtores e também os custos das construções.
- Índice Nacional de Custo e Construção (INCC): mensura somente o custo de construções.
- Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC): este índice mede o preço de uma cesta de consumo para famílias com renda de 1 a 5 salários mínimos.
- Índice de Preços ao Consumidor da FIPE (IPC-FIPE): este índice mede o preço de uma cesta de consumo para famílias com renda de 1 a 10 salários mínimos. Porém, limitada apenas ao município de São Paulo.
- Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA): mede o preço de uma cesta de consumo para famílias que possuem renda entre 1 a 40 salários mínimos, em 13 áreas geográficas (BANCO CENTRAL, 2021).

Ainda segundo o Banco Central (2021) o índice utilizado no sistema de metas para a inflação no Brasil é o IPCA.

A inflação pode ocorrer, principalmente, pelos seguintes motivos:

- 1- Pressões de Demanda: este motivo ocorre quando há o aumento da demanda e a oferta fica estática. Desta forma os preços tendem a subir.
- 2- Pressões de custo: esse fenômeno se deve ao aumento de custos das empresas. Seja na aquisição de matérias-primas, aumentos de salários etc. Sendo assim, o aumento será repassado ao produto final.
- 3- Inércia inflacionária: esse fato acontece quando a inflação se mantém permanente, sem aceleração inflacionária. Isso se deve aos mecanismos de indexação, onde os preços do presente são reajustados de acordo com a inflação passada. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2008).

O Banco Central (2021) relata que as consequências da inflação geram grandes incertezas na economia, desvalorizando a moeda nacional. A inflação afeta principalmente as

camadas menos favorecidas, devido à falta de conhecimentos financeiros para se defender da inflação.

Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2008) afirmam que a inflação gera insegurança aos cidadãos, pois perdem a noção de preços relativos, dessa forma não sabem se as mercadorias estão caras ou baratas. Outro efeito negativo será os investimentos no mercado nacional, os agentes terão empecilhos para prever seus lucros, devido à instabilidade dos preços no futuro.

A inflação também gera impactos para o governo, Giambiagi (1988) afirma que em decorrência da inflação, ocorre a perda real de recolhimento dos tributos devido ao aumento dos preços entre o momento da ocorrência do fato gerador e o momento em que o tributo é recolhido.

Este fenômeno é chamado Efeito Tanzi.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

Conforme salientado na introdução serão utilizadas análises obtidas em estudos referentes às características de cada um dos planos econômicos alvos do presente estudo. Tal pesquisa é realizada de forma exploratória quanto ao seu objetivo, onde visa aprimorar as ideias e descobertas dos fatos, proporcionando uma maior familiaridade com o problema (GIL, 2002).

Quanto ao procedimento, se trata de uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica é elaborada através de referências de livros e artigos científicos. Dessa forma as fontes possuem maior excelência, sendo classificadas como uma leitura corrente (GIL, 2002).

A pesquisa documental de acordo com Lakatos e Marconi (2001) utiliza de materiais que não receberam tratamento analítico, pertencente a arquivos públicos, demonstrações, fontes estatísticas e relatórios de empresas. Os dados foram pesquisados por livros cujos autores são: Judas Tadeus Grassi Mendes; Gremaud, sites como: repositório.ipea.gov.br; anpec.org.br e fontes confiáveis como o Banco Central.

### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO**

Neste capítulo são abordados os dois planos de forma separada e ao final é realizada uma comparação entre eles.

Após 21 anos de Ditadura Militar, o Brasil volta a ser conduzido por um civil. Tancredo Neves é eleito de forma indireta, porém devido a complicações de saúde e em seguida seu falecimento, seu vice José Sarney assume a presidência.

Sarney foi responsável por conduzir o retorno do país à normalidade democrática, porém o Brasil passava por vários problemas econômicos. No final do governo militar a inflação atingiu a 215,17% a.a. Como forma de controlar e estabilizar a economia, o governo Sarney implantou uma nova moeda, substituindo o Cruzeiro pelo Cruzado, implantando um novo plano econômico (FRANCO, 2005).

O Plano Cruzado foi a primeira tentativa utilizada para conter a hiperinflação por meio da eliminação da correção monetária e congelamento de preços. O efeito foi obtido de forma rápida, a inflação no início pôde ser controlada e também houve o aumento do poder de compra da população brasileira, que no período também ficaram conhecidas como fiscais do Presidente José Sarney, vigiando preços e denunciando estabelecimentos que cometessem reajustes. O congelamento de preços é uma prática referente à política de rendas, utilizada especialmente em períodos de alta inflação (GREMAUD, VASCONCELLOS, TONETO JÚNIOR, 2008).

O sistema de congelamento de preços faria com que os cidadãos se mantivessem adaptados ao novo modelo monetário e mudassem a forma de pensar de que os produtos e serviços aumentariam de preços mês a mês. Fato que eliminaria a memória inflacionária da população brasileira. Porém, o congelamento de preços no comércio foi feito pelo valor na data e não pela variação média dos produtos. Sendo assim, mercadorias que foram reajustadas a mais tempo encontravam-se com preços defasados em relação às que tiveram reajustes recentes.

Houve também o aumento real de 8% nos salários em geral e 15% no salário mínimo. Com preços estáticos, conseqüentemente ocorreu o aumento de demanda em todos os níveis sociais, gerando um novo problema. Ao invés de descongelar os preços, o Governo insistiu no congelamento e adotou políticas fiscais expansionistas, aumentando gastos em investimentos. Com o excesso de demanda, o medo de que os preços poderiam ser descongelados era latente, fato que gerou uma corrida de consumo e o desabastecimento de produtos essenciais nas prateleiras, como arroz, carne e milho. O congelamento estava sendo desrespeitado e como forma de desaquecer a economia, em novembro de 1986 foi implantado o Cruzado II, onde o Governo elevou preços de automóveis, cigarros, bebidas alcoólicas, combustíveis, energias elétricas comerciais e industriais, além de nova modalidade para a caderneta de poupança, estimulando os brasileiros a pouparem dinheiro. Tais medidas não obtiveram resultados



satisfatórios à população, o déficit público aumentou, além de reduzirem a renda real dos assalariados, provocado pela volta da inflação. Desse modo, o plano mostrava sintomas de seu esgotamento (AVERBUG, 2005). No final dos anos 80, a inflação brasileira chegou a atingir 1972,91% a.a. As medidas do governo Sarney já não eram suficientes para conter o avanço dos preços e serviços. Em 1989 um fato muito marcante foram as eleições diretas onde o candidato Fernando Collor foi o primeiro presidente eleito democraticamente pela população brasileira após o regime militar.

O novo governo buscou outras alternativas de estabilização, que tiveram como afinco o congelamento de preços e o confisco das poupanças durante 18 meses. Tais medidas surtiram efeito no curto prazo, onde a inflação de 82,40% a.m. em março de 1990, chega a 7,60% a.m. em maio do mesmo ano. No decorrer de seu mandato, a inflação em 1991 já voltava a atingir níveis superiores a 20% a.m. A impopularidade das políticas econômicas e escândalos com corrupções levaram Collor ao impeachment no final do ano de 1992. O vice Itamar Franco assumiu a presidência com graves problemas econômicos e níveis de inflação se aproximando a 40% a.m. Somente em 1994, com melhor planejamento, foi criado o Plano Real. Em 1993 Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda e elaborou a primeira etapa do novo Plano, o Programa de Ação Imediata, que visou buscar o equilíbrio das contas do governo, assumindo que as principais causas da inflação eram a má administração do setor público e o descontrole financeiro. O programa reduziu gastos públicos, estruturou bancos estaduais e federais, aumentou receitas com combate à evasão fiscal, além de privatizar empresas estatais. Posteriormente foi criado o Fundo de Estabilização Fiscal. O objetivo era desvincular receitas da União, em um cenário de corte de gastos. Essa medida de igualar os gastos com o que foi arrecadado ficou conhecida como âncora fiscal dos preços. (BANCO CENTRAL, 2021).

Na política monetária, em fevereiro de 1994, o Governo deu início a segunda etapa ao novo plano econômico, instituindo o URV (Unidade Real de Valor), buscando restabelecer a estrutura de preços, com o objetivo de prepará-la para a nova reforma monetária. A atual política pretendia fixar na população o conceito de moeda estável, para posteriormente dar início a terceira e última fase do processo de reforma da nova moeda, vigorada em primeiro de julho de 1994 o Real no Brasil (MODENESI, 2005). O aumento da demanda da população ocorrida posteriormente ao Plano Cruzado, levou a um retorno ao processo inflacionário. Ao anunciar o Plano Real, o Governo anunciou juntamente metas de expansão monetárias restritivas, instituindo depósitos compulsórios e delimitando as operações de crédito. As autoridades

econômicas também mantiveram as taxas de juros em um patamar elevado, buscando manter o controle de demanda e desestímulo a processos especulativos. Esta prática adotada para equilibrar o controle de expansão monetária, ficou conhecida como âncora monetária (MODENESI, 2005).

Porém com o controle da inflação no início do Plano e a reestruturação dos mecanismos de crédito, geraram uma maior demanda de moeda, necessitando expandir a base monetária. Não sendo mais viável prosseguir com a âncora monetária (MODENESI, 2005).

A âncora monetária foi substituída pela âncora cambial. Dessa forma, a taxa de juros seria utilizada para a manutenção do câmbio, mantendo o Brasil atrativo ao capital estrangeiro. O Governo deixou o Real se valorizar em relação ao Dólar, visando controlar as expectativas de inflação e determinar a formação de preços. O reajuste ao regime de metas cambiais foi realizado com uma política monetária contracionista (FRANCO, 2005).

Em junho de 1994, a taxa de inflação estava acima de 45% a.m., caindo posteriormente ao início do Real para cerca de 1% a.m., mantendo essa constância até o fim de 1996. O primeiro impacto do Plano Real foi positivo, a inflação caiu e a economia cresceu em seus primeiros anos de vigência (FRANCO, 1995).

Quadro 1. Comparativo entre os planos econômicos

	<b>Plano Cruzado</b>	<b>Plano Real</b>
<b>Política Fiscal</b>	Aumentaram os investimentos e gastos públicos, influenciando o consumo.	Âncora fiscal, controle de gastos públicos e desvinculação de receitas da União.
<b>Política Cambial</b>	Taxa de Câmbio Fixa	Taxa de Câmbio Fixa nos anos iniciais do plano
<b>Política Monetária</b>	Maior quantidade de dinheiro em circulação	Criação do URV. Moeda virtual indexada para reajustes de preços.

Controle de Preços	Congelamento de Preços	Oferta e demanda do mercado
--------------------	------------------------	-----------------------------

Fonte: o autor.

Ao analisar os dois planos é possível concluir que o Cruzado foi criado para execução em curto prazo. Houve o controle imediato da inflação, porém faltou desempenhar estratégias de políticas econômicas mais duradouras. Fato que aconteceu no Plano Real, que buscou analisar mais profundamente as causas da inflação. O Plano Real não buscou o congelamento forçado, os preços se ajustaram dentro da oferta e demanda e com uma política monetária contracionista, pois o governo elevou as taxas de juros, o que dificulta a realização de créditos. E também não ocorreu o reajuste de salários. O consumo cresceu de forma sustentável, fato que não acarretou a explosão de demanda ocorrida no Plano Cruzado. Estas políticas econômicas adotadas no Plano Real, foram medidas muito articuladas, visando combater a hiperinflação no curto e longo prazo. Fato que torna o plano duradouro até os dias atuais.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho teve por objetivo descrever as políticas econômicas utilizadas no Brasil para conter a inflação durante o Plano Cruzado e Real. Foram realizados estudos e análises em dois períodos distintos, permitindo analisar como as diferentes políticas econômicas foram adotadas para conter a inflação.

Ao analisar o Plano Cruzado, pode-se afirmar que o mesmo obteve apenas um efeito no curto prazo. Foi a primeira tentativa de conter a hiperinflação utilizando o congelamento de preços. A inflação no início pode ser controlada e também houve o aumento do poder de compra dos brasileiros. Mas o congelamento de preços foi realizado de forma demasiada, eliminando a possibilidade de correções dos desequilíbrios nos preços. A medida que o congelamento se estendia, os desequilíbrios aumentavam, levando a escassez dos produtos na prateleira. Houve um excesso de demanda, acarretando uma aceleração inflacionária novamente.

O Plano Real visou não estabelecer uma política específica para preços, semelhantes aos planos heterodoxos aplicados anteriormente no Brasil, mas sim controlar variáveis como câmbio, gastos públicos e salários. Além de valorizar a moeda em paridade com o dólar,

umentando importações e conseqüentemente controlando a inflação por um período mais duradouro.

Diante dessa análise é possível estabelecer a diferença entre as ações de políticas econômicas utilizadas no Plano Cruzado e Real, conclui-se que o Plano Real buscou trabalhar por medidas que visavam corrigir as causas da inflação e não os efeitos, que foram adotados no Plano Cruzado. Essas ações contribuíram para o êxito da nova política e moeda, fazendo com que esteja vigente até os dias atuais.

Este estudo foi feito exclusivamente direcionados a apenas dois planos econômicos, que foram o Cruzado e Real. Vale ressaltar que durante o intervalo desses dois planos, foram adotados no Brasil: Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor e Plano Marcílio. Para futuros estudos, recomenda-se os desdobramentos do Plano Real para conter a inflação e suas influências nos indicadores econômicos e sociais do Brasil nesse período.

## **REFERÊNCIAS**

AVERBUG, M. **Plano Cruzado: Crônica de uma experiência.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p 211 - 240, 2005. Disponível em:

<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11943>. Acesso em: 10 maio. 2021.

BACEN - Banco Central do Brasil. **O que é inflação.** 2021. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em: 05 abr. 2021.

CANUTO, O.; HOLLAND, M. Flutuação cambial e metas inflacionárias em economias emergentes. **Análise Econômica**, v. 20, n. 37, p 1 - 26, 2002. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomico/article/view/10683/6311>. Acesso em: 27 abr. 2021

CLETO, C. I.; DEZORDI, L. C. **Políticas Econômicas**, 2002. Disponível em:

[http://www.geocities.ws/gestao2etcom/economia\\_mkt/politicas\\_economicas.pdf](http://www.geocities.ws/gestao2etcom/economia_mkt/politicas_economicas.pdf). Acesso em: 07 maio. 2021.

FOCHEZATTO, A.; BAGOLIN, I. P. **Políticas Fiscais e Crescimento Distributivo no Brasil:**

Simulações com um modelo aplicado de equilíbrio geral, 2006. Disponível em:

<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A056.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

FRANCO, G. H. B. **Auge e Declínio do inflacionismo no Brasil**. 2004. Disponível em:  
<http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td487.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2021

FRANCO, G. H. B. **O Plano Real e Outros Ensaio**s. 2. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

GIL, A. C. **Métodos e técnica de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIAMBIAGI, F. **“O Efeito Tanzi” e o imposto de renda da pessoa física: Um caso de indexação imperfeita**, 1988. Disponível em:

[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2870/1/td\\_0133.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2870/1/td_0133.pdf). Acesso em: 14 maio. 2021

GREMAUD A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; JÚNIOR, R. T. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001

MENDES, J. T. G. **Economia: Fundamentos e Aplicações**. 1. São Paulo: Pearson, 2005.

MODENESI, A. M. **Regimes Monetários: teoria e experiência do real**, 2005. Disponível em:  
<https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10830/6434>. Acesso em: 06 jul. 2021.

**Capítulo 8 - DOI:10.55232/1083002.8**

**AFRO EMPREENDEDORAS E SEUS DESAFIOS:  
DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS MULHERES  
NEGRAS NA ÁREA DO EMPREENDEDORISMO**

**Clarisse De Fatima Da Silva Hilario, Elaine Ribeiro Sigette e Janara Puchulate De Moraes**

**RESUMO:** Este artigo aborda as dificuldades enfrentadas pelas empreendedoras negras. Os desafios enfrentados pelas mulheres empreendedoras incluem, entre outros, o machismo estrutural encontrado em algumas áreas específicas e as questões de ordem social e de gênero com a sobrecarga das atividades femininas. No caso das empreendedoras negras, os desafios incluem além das questões de gênero o preconceito estrutural relativo à raça. Com o arcabouço teórico que elenca os principais problemas enfrentados pelos empreendedores, foram realizadas entrevistas com microempreendedoras negras da cidade de Volta Redonda que possuem seus negócios voltados para o resgate da cultura afrodescendente. A carência de estudos científicos específicos que sistematizem a questão, incentiva a contribuição desta investigação localmente. Desta forma, este estudo pretende refletir sobre este assunto, com as perguntas de como acontece o empreendedorismo formal negro feminino? Quais relações podem ser traçadas sobre este assunto a partir dos recortes de raça e gênero? Propõe através da revisão bibliográfica e análise de banco de dados oficiais, dar atualidade ao tema. Utiliza como metodologia e método, a entrevista e a análise do discurso. Esta pesquisa pretende expandir a compreensão destas análises contribuindo com a área, na investigação dos aspectos que abordam a desigualdade social somando-se as dificuldades típicas enfrentadas pelas empreendedoras.

**Palavras-chave:** afroempreendedorismo; empreendedorismo feminino; empreendedorismo negro; identidade; microempreendedorismo.

## **INTRODUÇÃO**

A atividade do empreendedorismo negro no Brasil é carregada de questões históricas que podem impactar, muitas vezes, na produtividade de seus empreendedores e precisam ser investigadas de forma situada. (NASCIMENTO, 2018). Especificamente, quando o recorte tange as questões de gênero, com as mulheres negras representando 28% da população brasileira.

Dado que as pesquisas mostram que as mulheres possuem as menores rendas das pessoas ativas economicamente (IBGE, 2020; PEREIRA, SANTOS & BORGES, 2005); em geral, atuam em cargos mais baixos hierarquicamente (PEREIRA, SANTOS & BORGES, 2005); gastam mais tempo com afazeres domésticos e cuidados com filhos (IBGE, 2018), possuem as maiores taxas em trabalhos informais e/ ou com jornadas excessivas de trabalho, como por exemplo, empregos domésticos (IBGE, 2020; PEREIRA, SANTOS & BORGES, 2005) , este cenário de desigualdade nos leva a analisar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras na área empreendedora.

A hipótese é que elas sofram com questões relacionadas ao preconceito de gênero e de raça que impactam de maneira negativa seus negócios. Para verificar tal suposição, foram realizadas entrevistas com uma amostra de microempreendedoras negras da cidade de Volta Redonda que possuem seus negócios voltados para o resgate da cultura afrodescendente.

A hipótese citada é reforçada pelo fato de a mulher negra estar exposta a uma dupla discriminação, tanto pela cor da pele quanto pelo gênero em uma sociedade reconhecidamente machista e patriarcal (IPEA, 2003). Isto ocorre ainda que a Constituição Federal de 1988 (Art. 3º, inciso IV) ampare a todos os cidadãos independentemente de origem, raça, sexo, cor e qualquer outra forma de discriminação.

A Lei também criminaliza a prática do racismo no Código Penal. Apesar destas medidas, o Brasil ainda figura como um dos países onde o racismo estrutural está muito presente nas esferas da sociedade, sendo de difícil enfrentamento por apresentar um histórico de negação que traz como consequência a impunidade. (ROSA, 2014)

De acordo com Silva & Saldanha (2020):

Até recentemente, o Brasil não reconhecia a existência das desigualdades e da discriminação racial, sendo um preconceito velado e, por causa disso, o Estado se manteve omissivo frente às injustiças e exclusão resultantes delas. Ressalta-se que, somente com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil no ano de 1988, o racismo, em suas variadas manifestações, foi legalmente criminalizado, visando o combate de práticas como essas.

A carência de estudos científicos específicos que sistematizem a questão, incentiva a contribuição desta investigação.

Desta forma, pretende-se refletir sobre como acontece o empreendedorismo formal negro feminino localmente. Quais relações podem ser traçadas sobre este assunto a partir dos recortes de raça e gênero? Serão utilizados como fontes (secundárias) as bases de dados do MEI (portal do Microempreendedor Individual) e entrevistas semiestruturadas com uma amostra de afroempreendedoras da cidade de Volta Redonda, para compor e alinhar o cenário do empreendedorismo feminino negro neste local.

De maneira mais detalhada, serão observadas as dificuldades típicas da atividade empreendedora encontrada na literatura no empreendedorismo negro feminino como: a falta de capacitação; o excesso de burocracia; a tributação exacerbada e o medo do fracasso (SIQUEIRA, NUNES & MORAIS, 2018).

Seguindo esta linha, este estudo também irá tentar traçar o perfil das empreendedoras negras entrevistadas seguindo uma tipologia detalhada mais adiante (Dornelas, 2015). Com isso, pretende-se expandir a compreensão deste assunto contribuindo um pouco mais com a área do empreendedorismo, na investigação dos aspectos que abordam a desigualdade social somada as dificuldades típicas enfrentadas pela empreendedora negra.

O artigo está organizado em seis seções com esta introdução. A segunda seção realiza o levantamento bibliográfico com a abordagem dos conceitos de empreendedorismo e as referências dos estudos a serem observados, o empreendedorismo negro como resgate cultural e o empreendedorismo feminino negro como resistência. A terceira parte refere-se ao método e à metodologia com a explicação dos instrumentos de



coleta e aplicação dos conceitos. A quarta parte traz o resultado da coleta das entrevistas com as microempendedoras negras. A quinta parte compreende a análise dos dados coletados e a sexta e última parte é a conclusão do trabalho.

## **REVISÃO DA LITERATURA**

### **Empreendedorismo**

A definição de empreendedorismo foi modificada com o passar das décadas e tem assumido um caráter mais amplo através das contribuições dos diversos campos, como demonstrado a seguir:

O empreendedorismo, teve como marco inicial os pequenos negócios que se destacaram nos anos de 1920, mas tomou corpo e uma definição mais apropriada na década de 70. Nos anos 80, o tema atravessou fronteiras e passou a figurar nas ciências humanas e gerenciais, atraindo o interesse de organizações e estudiosos de várias áreas que já buscavam inovações, despertar de criatividade e outras características” (FILION, 1999 apud LOPES, 2017, p. 51)

Schumpeter, economista conhecido pelas primeiras teorias sobre empreendedorismo, defendia que o ato de empreender estava diretamente ligado ao ato de inovar, ou seja, criar algo novo (que poderia ser um método, serviço ou produto) promovendo o fenômeno da destruição criativa, que segundo Yoguel, Barletta & Pereira (2013) nada mais é que a substituição de algo já consolidado no mercado por algo inovador, necessário ao desenvolvimento do capitalismo.

Empreendedorismo é o comportamento ou processo para iniciar e desenvolver um negócio, em resumo, é a criação de valor através do desenvolvimento de uma organização (PEREIRA, 2012).

Corroborando esse pensamento, o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) também apresenta um conceito mais amplo do assunto: O empreendedorismo não precisa ser necessariamente a criação de um negócio inovador, mas sim o desenvolvimento de todo e qualquer tipo de empreendimento, independente do seu tamanho (GEM, 2018).

Os dados mais atualizados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas sobre empreendedorismo, registraram 19.228.025 empresas formalizadas no Brasil (SEBRAE, 2020). Esse número considerável de empreendedores vem despertando cada vez mais o interesse por pesquisas e estudos nesse segmento. Um desses estudos associa automaticamente o empreendedorismo às micro e pequenas empresas (SANTOS, 2017). Tal associação e importância também se dá devido a essas empresas representarem 90% dos negócios do país (SEBRAE, 2020).

No portal do MEI, o empreendedorismo é um processo voltado à aplicação de habilidades e competências no desenvolvimento de empreendimentos, que por sua vez está associado ao termo empreender, que significa realizar, fazer ou executar (PORTAL DO MEI, 2022). Neste contexto, o empreendedor é aquele indivíduo que possui aptidão para o negócio, bem como, normalmente, enxergar possibilidades que outras pessoas não conseguiriam perceber facilmente.

Aqueles que empreendem, ou seja, os perfis empreendedores, costumam ter características em comum; em geral são criativos, têm facilidade para inovar, são persistentes, trabalhadores, sabem aproveitar as oportunidades, não desistem facilmente, são sonhadores, gostam do que fazem, são inquietos, planejam seus passos e estão sempre de olho no futuro. Normalmente empreendem por umas das razões: motivação ou necessidade (PEREIRA, 2012).

O GEM (2018) esclarece que os empreendedores por motivação, também chamados de empreendedores por oportunidade, são aqueles indivíduos que encontraram alguma oportunidade de negócio vantajosa para investir. Ao contrário dos empreendedores por necessidade que empreendem justamente porque não encontraram uma alternativa para gerar renda. No Brasil, há mais indivíduos empreendendo por oportunidade do que por necessidade na proporção de 2 indivíduos empreendendo por oportunidade para 3 empreendendo por necessidade.

Segundo Lopes (2017), o ensino do empreendedorismo é apontado como um processo de desenvolvimento de habilidades e atitudes, trabalhando o seu aprendizado nos diferentes níveis de ensino, porém com ênfase no ensino superior.

Nesse sentido, Dornelas, em seu livro *“Empreendedorismo na Prática”* (2015), classifica em oito os tipos de empreendedores encontrados, conforme mostra o quadro 1.8.

As classificações propostas pelo autor desenham perfis possíveis para os empreendedores de uma forma geral, apesar de que as habilidades colocadas nas descrições dos perfis possam ser ensinadas e treinadas.

**Quadro 1. 8 Tipos de empreendedores**

<b>Tipo de empreendedor</b>	<b>Características</b>
O Empreendedor Nato (Mitológico)	Pessoas que começaram a empreender muito jovens, trazendo em sua essência tato para os negócios desde cedo, influenciados por valores religiosos e/ou familiares.
O Empreendedor que aprende (Inesperado)	Aquele indivíduo que depois de analisar sua rotina de trabalho, se viu insatisfeito ou sem saída, decidiu mudar de vida e recomeçar abrindo um negócio.
O Empreendedor Serial (Cria Novos Negócios)	Pessoa que tem por objetivo criar negócios e vencer desafios. Gosta de empreender em negócios diversos às vezes ao mesmo tempo. Mesmo com histórico de fracassos passados, não desiste de arriscar e acredita nas oportunidades. Quando o empreendimento alcança o sucesso, segue para outro projeto.
O Empreendedor Corporativo	São geralmente executivos exemplares, muito conceituados que tem por objetivo crescer dentro da organização. Esse tipo de empreendedor pode não ter sucesso se decidir abrir um negócio próprio, tendo em vista ter se acostumado com a rotina da vida corporativa.
O Empreendedor Social	Seu objetivo não é ganhar dinheiro e sim contribuir de forma positiva e obter bons resultados em causas sociais e humanitárias em benefício do desenvolvimento das outras pessoas.
O Empreendedor por Necessidade	Pessoas que perderam o emprego ou estão desempregadas há muito tempo e necessitam urgentemente de uma renda. São pequenos empreendedores que por necessidade, podem desenvolver negócios informais, com pouco retorno financeiro e sem contribuição para municípios e estados.
O Empreendedor Herdeiro (Sucessão Familiar)	Pessoa cujo tipo de empreendimento passa de geração para geração. Esse empreendedor aprendeu desde cedo o segredo do negócio da família e seu objetivo é multiplicar o patrimônio sob sua responsabilidade.
O “Normal” (Planejado)	É o empreendedor que estuda o negócio (riscos e oportunidades) antes de desenvolvê-lo e não abre mão de um bom planejamento. Pode ser considerado o exemplo mais completo de empreendedor.

**Fonte: Dornelas (2015)**

A tipologia aponta características que serão observadas na análise do empreendedorismo feminino negro, principalmente em relação ao tipo mais frequente encontrado na amostragem que será estudada através das entrevistas realizadas.

## **Empreendedorismo negro**

Diferente de outros países, de forma lamentável, os primeiros vínculos de trabalho dos negros no Brasil foram através da escravidão. A escravidão, neste sentido, desenhou há época as relações econômicas, políticas, sociais e culturais da trajetória dos afrodescendentes. A escolha pela abordagem histórica resgata este início das relações dos afroascendentes e seus primeiros vínculos de trabalho, não estabelecendo uma ligação direta entre o antes e o depois, mas observando as novas construções que vieram a partir daí.

No século XVI, a população africana era considerada inferior em relação à raça, religião, economia e até capacidades intelectuais, e devido à necessidade de mão-de-obra para produção agropecuária, brancos donos de terra se aproveitaram destes motivos e iniciaram o processo de escravidão de imigrantes negros. (NASCIMENTO, 2018)

Santos (2017) nos relembra que mesmo após a abolição da escravatura com a assinatura da Lei Áurea em 1888, por falta de políticas públicas, os descendentes de africanos se viram sem muitas alternativas a não ser trabalhar de formas desumanas às custas de baixos salários, ou virarem vendedores ambulantes, feirantes etc. Dívida histórica que é um dos fatores de desigualdade nos tempos atuais, pois apesar de hoje haver políticas como cotas raciais nas universidades, a renda média da população negra é consideravelmente mais baixa do que a renda média dos brancos; e ainda não se vê, por exemplo, tantos negros em cargos de prestígio social. Importante acrescentar que os afrodescendentes possuem a menor taxa da formação de ensino superior completo da população brasileira. (IBGE, 2019)

Neste cenário, o empreendedorismo aparece como uma saída, onde o negro, sem muita oportunidade, decide trabalhar por conta própria (empreendedor por necessidade segundo a classificação de Dornelas, 2015), em busca de melhores condições de vida. O afroempreendedorismo veio então, segundo Santos (2017), como uma grande chance de carreira que possibilita a inserção do negro no mercado de trabalho em locais de destaque, independente da área. O autor também enfatizou em seu artigo “*Uma escuta a afroempreendedores: meandros e as interfaces do empreendedorismo de pessoas negras*” que, há muito tempo, os empresários e profissionais negros procuram formas de ajudar a comunidade afro a se desenvolver economicamente, e que nesse processo foi

constatado que muitos viviam na informalidade, e que devido à falta de capacitação e experiência nos negócios, muitos projetos fracassaram, mas serviram de experiência e motivação para os projetos que estavam por vir.

Nascimento (2018) no artigo “*Afroempreendedorismo como estratégia de inclusão socioeconômica*” menciona o fato da história do negro no Brasil ser marcada pelo racismo e um processo de extinção da cultura africana através da sobreposição da cultura europeia valorizada no país. Diante disso, a definição de afroempreendedorismo compreenderia uma das estratégias de resistência e luta dos negros para vencer a vulnerabilidade econômica e social. Luta reforçada pela criação de Instituições de apoio como o CACE (Centro de Assessoramento e Coordenação Empresarial), em 1988 na cidade de São Paulo, extinta em 1991. No ano de 1995, foi criada a ANCEABRA (Associação Nacional dos Coletivos de Empresários) e os CEABRAS (Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-brasileiros) com representação territorial em 10 estados brasileiros. Lojas colaborativas (Collab), coletivos de afroempreendedores e institutos se espalharam por todo país. No entanto, o afroempreendedorismo ganhou destaque nacional somente a partir da pesquisa “*Os donos do negócio do Brasil*”, feita em 2013 pelo Sebrae.

Os termos afroempreendedorismo, empreendedorismo negro ou empreendedorismo afro-brasileiro são sinônimos no sentido de serem negócios liderados por pessoas autodeclaradas pretas ou pardas (NASCIMENTO, 2018). De maneira divergente a este entendimento, o *Coletivo Das Pretas*, coloca que afroempreendedorismo e empreendedorismo negro não são a mesma coisa. Para o instituto, o afroempreendedorismo é o ato de desenvolver um negócio voltado para a produção e oferta de serviços relacionados à valorização da identidade africana, tipo de negócio que apesar de estar em todo país, pode ser encontrado mais facilmente nos estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Maranhão. Já o empreendedorismo negro seria um termo geral usado para definir negócios dirigidos por pessoas negras, independente do ramo.

Apesar dos avanços referentes à representatividade, existem dificuldades na busca por produtos com o nicho específico de cultura africana onde afroempreendedores enxergaram uma oportunidade de negócio (NASCIMENTO, 2018). Segundo o mesmo

estudo, muitos consideram que o mercado entre pessoas negras, entendido como “a troca de serviços e produtos que valorizam etnicidade afro-brasileira e a formação de uma rede de empregabilidade entre empreendedores negros são formas de ativismo contra o racismo”, ou seja, a prática de consumo entre o afroempreendedor e sua clientela, “vai além de uma simples troca comercial. Por meio dessa transação compartilha-se símbolos, visões de mundo, autoafirmação, estilo de vida e posicionamento político contra o racismo entranhado no cotidiano.”

## **Empreendedorismo feminino negro**

De modo geral, quando se imagina um empreendedor, o que vem à mente é um homem, branco, com qualidades superiores relacionadas à capacidade de iniciativa ou inovação (COLBARI, 2007 apud NASCIMENTO, 2018). E quando se reflete a questão das mulheres, historicamente, há menos de duzentos anos eram consideradas propriedade de seus maridos, não podiam frequentar escolas e não tinham direito ao voto. Ainda hoje, as mulheres possuem renda inferior à renda do homem mesmo com desempenho e produtividade equivalente, deflagrando uma prática machista estrutural por parte das organizações.

Ao observar os privilégios definidos pelo gênero e a raça, como exemplo, o homem branco estaria no topo de uma pirâmide por sua condição de raça e gênero. No centro estariam os homens negros por sua condição de gênero. Compondo a pirâmide, estariam a mulher branca, oprimida por seu gênero e privilegiada por sua raça e a mulher negra sem nenhum privilégio, entretanto duplamente oprimida estaria na base:

Nós, mulheres negras sem qualquer “outro” institucionalizado que possamos discriminar, explorar ou oprimir, muitas vezes temos uma experiência de vida que desafia diretamente a estrutura social sexista, classista e racista vigente, e a ideologia concomitante a ela. Essa experiência pode moldar nossa consciência de tal maneira que nossa visão de mundo seja diferente da de quem tem um grau de privilégio (mesmo que relativo, dentro do sistema existente). (HOOKS, 2015)

A capacidade empreendedora, no entanto, não estaria definida pelo gênero e pela raça, estaria definida pela educação. Contudo, devido às dificuldades históricas enfrentadas pelas minorias, o empreendedorismo se tornou um sistema voltado

especificamente para o público masculino e caucasiano. (SIQUEIRA, NUNES & MORAIS, 2018) Atualmente, o retrato do microempreendedorismo brasileiro revela que em relação ao gênero, os homens lideram 57% dos negócios. Dividindo a população em raças, os microempreendedores negros lideram com 48%, sendo 47% brancos e 5% demais raças ou não declarantes (SEBRAE, 2019). Porém, mesmo tendo uma grande participação na área do empreendedorismo são os que ganham menos. Esta ocorrência é replicada às mulheres negras. (SIQUEIRA, NUNES & MORAIS, 2018)

Dados do IBGE comprovam que as mulheres dedicam mais tempo do que os homens aos afazeres domésticos e cuidados do lar, em especial as mulheres negras. E essa é apenas uma das dificuldades:

O caminho a ser percorrido em direção à igualdade de gênero, ou seja, em um cenário onde homens e mulheres gozem dos mesmos direitos e oportunidades em todas as dimensões aqui analisadas, ainda é longo para as mulheres e ainda mais tortuoso se esta for preta ou parda e residir fora dos centros urbanos das Regiões Sul e Sudeste. (IBGE, 2018)

Siqueira, Nunes & Morais (2018) acreditam que o tempo dedicado aos cuidados domésticos pelas mulheres negras somados ao fato de que a população negra feminina possui baixos níveis de escolaridade é o que torna mais difícil a participação desse público no mercado empreendedor. A carência de estudos específicos sobre o empreendedorismo feminino negro foi o que chamou a atenção e aguçou a curiosidade para a elaboração deste artigo. Para alguns autores, a falta de informações se deve ao fato de os negócios liderados por mulheres negras serem em boa parte atividades informais:

Um dos aspectos que dificulta a obtenção de dados precisos sobre o empreendedorismo da mulher negra no Brasil se deve aos índices de informalidade contemplados por essas mulheres na contemporaneidade. A mulher negra se vê diante de um cenário desfavorável e sofre com a falta de informação sobre as possibilidades de formalização de sua atividade empreendedora, mantendo-a na informalidade e, por conseguinte, longe dos dados angariados pelos institutos de pesquisa. (SIQUEIRA, NUNES & MORAIS, 2018)

Porém há históricos de casos de sucesso de afro empreendedorismos femininos formais. Sarah Breedlove, por exemplo, conhecida pelo nome de casada, a qual registrou sua marca Madame C. J. Walker, apesar de um início de vida sofrido, tornou-se a primeira mulher negra a enriquecer por conta própria nos Estados Unidos. Filha de pessoas

escravizadas, nascida em 23 de dezembro de 1867, foi a primeira dos irmãos a nascer livre. Trabalhou como lavadeira, cozinheira e agente de vendas de produtos farmacêuticos e de beleza; serviços sempre mal remunerados, o que a incentivou a trabalhar por conta própria. Iniciou então experimentos de fórmulas capilares para problemas de calvície e depois de muitos testes chegou ao resultado de um produto em forma de pomada, o qual ela também ensinava como aplicar. Em 1908, sua marca já estava consolidada, possuía agentes de venda em todo o sul e leste dos Estados Unidos. Em 1910, transferiu a então sede da indústria Madam CJ Walker Manufacturing Company para Indianópolis atraída pela próspera comunidade empresarial negra presente neste local. Com o passar dos anos, continuou a desenvolver seu negócio viajando pelo país e oferecendo oportunidades de carreira e independência econômica para milhares de afro-americanas cujo destino seria trabalhos como faxineiras, cozinheiras, lavadeiras e serviços agrícolas. Em 1913, seu negócio tornou-se internacional com a venda de produtos no Caribe e na América Central e em 1919 a empresa já contava com 25.000 agentes de vendas. Sarah morreu em 25 de maio de 1919 em Nova York, deixando o legado da sua marca e ajudas filantrópicas a associações de proteção e desenvolvimento à comunidade negra. (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, INC.)

Um exemplo brasileiro similar é o caso da Zica; autora do empreendimento Beleza Natural; empresa de produtos e serviços voltados para cabelos cacheados, crespos e ondulados. O negócio nasceu da constatação de que faltava no mercado produtos que atendessem às mulheres com tais tipos de cabelo que queriam optar por usar produtos químicos neles, mas de forma a não alterar a estrutura dos fios. Heloísa Assis, a Zica, desde a década de 70 pesquisava entre cursos e experimentos um produto específico para os cabelos tipo afro que não os descaracterizassem, chegando à fórmula do Super-relaxante, seu carro chefe até hoje. Em 1993, fundou, no Rio de Janeiro, o primeiro salão com a ajuda de mais três sócios que acreditaram no empreendimento inovador, cujo diferencial seria atender os clientes por um método semelhante à linha de montagem, ou seja, cada funcionário desempenharia apenas uma etapa do processo de tratamento, trazendo agilidade ao serviço e a possibilidade de atendimento em massa. Dois anos mais tarde, o salão já contava com duas filiais. Em 2004, foi inaugurada a fábrica própria. Em 2011, Zica foi eleita uma das dez mulheres mais poderosas do Brasil pela revista Forbes e escolhida como empreendedora do ano pelo jornal Estadão PME. Muitos foram os investimentos em pesquisa e desenvolvimento que a rede conta com 38 institutos



distribuídos pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia; cerca de 2000 colaboradores e uma média mensal de 130.000 clientes. (PORTAL BELEZA NATURAL)

## **METODOLOGIA**

Este artigo é de natureza exploratória e utiliza a pesquisa qualitativa, com a coleta das informações através do levantamento bibliográfico e da pesquisa de campo; o primeiro por haver referências teóricas relacionadas ao assunto e o segundo pelas entrevistas realizadas.

Em relação às referências teóricas, o tema ainda é pouco explorado, não havendo tantos artigos que pudessem somar à essa pesquisa. No Portal Periódico Capes, foi possível encontrar artigos relacionados através do filtro de pesquisa avançada “identidade” e “negros”. No Portal Google Scholar foram utilizadas as palavras-chave “afroempreendedorismo” e “empreendedorismo negro”. Os portais do GEM, MEI e Sebrae forneceram dados secundários oficiais sobre a área. Foi utilizado também o conteúdo da disciplina Empreendedorismo Governamental do CEDERJ (Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro) para fundamentação teórica sobre a área do empreendedorismo.

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas com empresárias mulheres, autodeclaradas pretas, cujo empreendimento está em atividade há mais de um ano na cidade de Volta Redonda e apresenta características do subgrupo de empreendedores cujo produto ou serviço resgatem a identidade africana. Trata-se de uma amostra por disponibilidade de microempreendedoras negras regionalmente conhecidas por seus negócios e/ ou que participam de algum coletivo presente na cidade.

As entrevistas foram individuais, presenciais ou virtuais, e seguiram um roteiro semiestruturado. Inicialmente as entrevistadas contaram a trajetória de seus negócios e em seguida foram submetidas à algumas perguntas que auxiliaram na mensuração de resultados (GIL, 2002). Os dados de coleta pontual que ajudaram a caracterizá-las foram: 1.idade; 2.escolaridade; 3.rendimento médio mensal; 4.idade com que começou a

trabalhar; 5. tempo na atividade atual; 6. carga horária de trabalho e também autodeclaração de raça; 7. porte do negócio e número de empregados. Em seguida, as perguntas abordaram os seguintes macro contextos (PEREIRA, 2012): 1. maiores dificuldades enfrentadas; 2. pontos positivos encontrados; 3. motivos pelos quais começou a empreender; 4. conhecimento de projetos de incentivo.

Os dados coletados das entrevistas foram agrupados em quadros para uma melhor visualização e analisados conforme o método da análise do discurso (SILVA & ARAÚJO, 2017) com a identificação dos sujeitos, suas falas e significados, contextualizados através do sentido ideológico refletindo o racismo e o machismo que enfrentam.

## **ENTREVISTA**

A coleta de dados foi realizada entre os meses de março e abril de 2021. As microempreendedoras assinaram um termo que autoriza a gravação e transcrição de seus relatos para esse artigo. A sequência está na ordem em que foram entrevistadas. Seus nomes foram preservados.

### **Entrevistada 1**

A primeira entrevistada tem um salão em Volta Redonda conhecido por ser especializado em tranças africanas. É microempreendedora individual, formada em história. Tem 33 anos e há 4 anos abriu o salão, que lhe rende em média 5 mil reais por mês a uma carga horária de 60 horas semanais. Possui curso técnico em administração e curso profissionalizante em secretariado; faz cursos de especialização do ramo e pretende cursar empreendedorismo.

Vinda de uma família miscigenada, aprendeu a trançar muito jovem cuidando do próprio cabelo e do cabelo das mulheres da família. Mas essa não foi sua primeira fonte de renda. Seu primeiro emprego formal foi aos 16 anos. A empreendedora já trabalhou como promotora de vendas, agente de posto de saúde e assistente administrativa.

Iniciou seu negócio com o valor das verbas rescisórias do último emprego e em sociedade com outra trancista. Encerrou a sociedade e abriu um salão no quintal da avó para diminuir as despesas. Porém, o aumento da demanda fez com que ela alugasse uma sala comercial no bairro e depois transferisse o empreendimento para o centro da cidade. Todavia, devido à gestação e dificuldade em conciliar maternidade e negócio, tomou a decisão de fechar o salão temporariamente. “Mulher negra empreender já é difícil. Agora mulher negra e mãe! A gente tem algumas limitações...” Relata. Quando se sentiu segura, reabriu o salão, mas retornando para o bairro, por ser mais próximo da família que poderia ajudar com a filha pequena.

A entrevistada cita as multifunções como microempreendedora: é ela quem cuida da parte financeira, do marketing, da limpeza do salão e atende às clientes.

Atualmente, com o crescimento da demanda, a proprietária do Salão divide o espaço com mais duas microempreendedoras individuais que também atuam como trancistas.

Ela destaca como principais dificuldades as jornadas triplas como mãe, dona de casa e empresária; bem como a falta de incentivo financeiro e motivacional, e resistência do público ao novo formato de salão estético direcionado especificamente para valorizar cabelos crespos: “Se tivesse um incentivo financeiro... Porque desde sempre a gente tem esse atraso financeiro, de estudo, esse bloqueio de ir pra frente, de crescer, justamente pela questão da credibilidade, do medo e dos mitos.” Relata.

Como pontos positivos, a entrevistada cita o lucro e a sensação de realização de poder trabalhar por prazer e por sua ideologia, que lhe trazem crescimento pessoal e profissional. Segundo ela, “ninguém empreende só por dinheiro”, “eu não empreendi por necessidade, foi por amor mesmo”. A entrevistada acrescentou aos pontos positivos, os benefícios do MEI como, por exemplo, licença maternidade e licença para tratamento de saúde, apesar de considerar que há falhas no sistema e burocracia exagerada nos processos de requerimento.

## **Entrevistada 2**

A segunda entrevistada é gestora pública estadual, trabalha em uma escola como coordenadora cultural e sua renda é de 1750,00 reais por mês. É também presidente do Coletivo, um grupo informal que atua na capacitação de mulheres. Tem 48 anos e 2º grau de formação. Seu primeiro emprego foi aos 15 anos como vendedora.

Sua trajetória como incentivadora da comunidade negra na região começou há mais de 30 anos, quando aceitou o convite para ministrar um curso de Manequim para crianças e jovens negros na cidade. Contudo, sua carreira foi destacada pela criação de uma feira, evento que reúne atrações culturais, músicas, moda afro e palestras. Desse evento surgiu em 2017 o Coletivo, cujas integrantes são empreendedoras negras que participam da feira.

O Coletivo busca capacitar mulheres do sul fluminense em negócios que resgatem a identidade africana e já impulsionou várias iniciativas como, o curso de corte e costura dentro de um Terreiro de Candomblé; estética e elaboração de peças com retalhos de tecido dentro de um Quilombo e a incubadora de moda afro ofertada pelo Sebrae.

A entrevistada relata que as maiores dificuldades que as afroempreendedoras do coletivo enfrentam são relacionadas à concessão de crédito, conciliar o negócio com os estudos e tarefas do lar e ao preconceito com religiões de matriz africana.

Nunca houve casos gritantes, mas sempre tem racismo, pois o Brasil é um país racista, com racismo velado que é nojento, pois vem nas pequenas frases, no momento da cliente comprar o produto (...) Eu tive uma discussão dentro da OAB com uma advogada que questionou o nome da Feira e o objetivo maior ser empoderar mulheres negras. (Entrevistada 2)

### **Entrevistada 3**

A terceira entrevistada foi a dona de um salão especializado em cabelos crespos. É microempreendedora individual, possui curso profissionalizante de cabeleireira e curso de história trancado. Tem 31 anos e há 6 formalizou o ofício de trancista abrindo o salão, que lhe rende em média 3 mil reais por mês a uma carga horária de 50 horas semanais. Seu primeiro emprego formal foi aos 16 anos como vendedora em uma loja de sapatos. Já trabalhou como jovem aprendiz e operadora de caixa, porém vinda de uma família de

trancistas, tranças africanas sempre foi um *hobbie* e devido às dificuldades financeiras, tornou-se a única renda familiar.

Para alavancar os negócios, resolveu se arriscar e alugar uma sala comercial para realizar o serviço que antes era feito em domicílio e em sua própria casa. “A gente sempre fez no nosso quintal e agora a gente trouxe para a rua”. Relata. Contudo, sem capital, utilizou o cartão de crédito da mãe para comprar móveis e equipamentos de segunda mão, e para divulgar o negócio, panfletou folders pessoalmente nos pontos mais movimentados da cidade.

No salão, trabalham mais 3 outras microempreendedoras pretas que realizam serviços diversos de estética e pagam apenas um valor simbólico pelo aluguel do espaço. “Eu fui um suporte para elas começarem os seus negócios”.

Para ela, o ponto positivo do negócio é poder cuidar das mulheres pretas, por outro lado, sente dificuldade em alavancar o negócio em relação a questões de preconceito, justamente por ser uma jovem mulher preta. Algumas memórias compartilhadas no ato da entrevista foram, por exemplo, ser questionada sobre a ausência do marido no momento de fechar um contrato de imóvel, ser criticada sobre o nome fantasia do negócio, ser julgada como preconceituosa por não realizar alguns serviços específicos para alisamento capilar, racismo pelo motivo de no salão só trabalharem pretas retintas, descredibilidade do público que acreditam que o salão existe apenas por necessidade de renda. “As pessoas acham que por sermos prestadoras de serviço nós não temos uma qualificação, que nós somos pessoas leigas, sem formação política, alienadas e é o contrário! Nós somos muito politizadas.” Relata.

A entrevistada que teve que fechar seu empreendimento por cinco meses durante a pandemia e apesar de contar com a ajuda de bancos privados, acredita que o MEI é a única garantia do pequeno empreendedor e incentiva outras pretas a terem autonomia e autoestima, por meio do salão e de projetos sociais.

#### **Entrevistada 4**

É representante de loja de Moda Afro. Tem 34 anos e é Pós-graduada em Gestão Financeira. Começou a trabalhar aos 14 anos e desde então teve várias experiências no comércio local. Atualmente, trabalha como operadora de caixa em uma cervejaria, sua principal renda.

O negócio é formado por três mulheres pretas: uma costureira, uma sócia responsável pelas finanças e a entrevistada, sócia responsável pelo marketing e vendas. A loja ainda está na informalidade. Abriu há dois anos e seu carro chefe são roupas africanas sob medida que lhe rende em média 3 mil reais por mês. Sua sede é em uma *Collab* na Afro Rua (Mercado Popular inaugurado em 2019 na cidade de Volta Redonda). Porém suas principais vendas são pela internet, com clientes nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, surpreendentemente, em sua maioria brancos, pois segundo a entrevistada, são os que mais possuem poder aquisitivo para comprar as peças, que mesmo colocando lucro mínimo têm o valor acima da média por conta da qualidade do material e do custo com o fornecedor do tecido. A loja faz parte do Coletivo que as preparam e ajudam a ganhar visibilidade no mercado.

A entrevistada, assim como sua sócia, possui outra ocupação, pois a loja ainda não oferece retorno financeiro viável que supra suas necessidades. Esses empregos tomam boa parte do tempo que poderia ser investido no empreendimento, relata. Sendo assim, suas maiores dificuldades são obter capital necessário para formalizar a marca e encontrar fornecedores mais próximos para diminuir o custo; além do preconceito que enfrentam por serem um negócio gerenciado por mulheres pretas.

A gente resolve empreender para ter uma segunda renda, não é algo que vem da nossa família, porque geralmente, você vê que o pai já tinha um negócio e o filho continua o negócio do pai dele e vai seguindo uma linha reta; o negro busca um sonho, uma segunda renda, mas isso não vem do nosso histórico familiar, e eu acho que vem disso a dificuldade da gente conseguir se manter no mercado, porque é muito difícil. Todo mundo do coletivo, incluindo a gente, tem outro emprego, na verdade nós temos um primeiro emprego e a loja ou o artesanato é uma segunda opção, a gente ainda não consegue viver disso. (Entrevistada 4)

Apesar das dificuldades, diz que ainda insiste no negócio pelo sonho de prosperar trabalhando para si mesma:

Eu não quero um emprego de carteira assinada, eu quero ser dona do meu negócio, eu quero poder gerar empregos. Eu e minha sócia temos o mesmo pensamento e hoje a gente caminha muito devagar, conforme nossos passos permitem, mas nosso objetivo principal é gerar emprego! Eu preciso que minha loja gere emprego para pessoas pretas que vão olhar que é possível e vão querer ter o próprio negócio. (Entrevistada 4)

## **Entrevistada 5**

A última entrevistada foi a proprietária de uma loja de roupas voltada para o público negro. Tem 31 anos, possui cursos de molde e moda, é mestre em Pesquisa Avançada em Análises Clínicas, porém sempre sonhou em ter uma loja de roupas. Seu primeiro emprego foi aos 15 anos como vendedora; também já trabalhou como professora de informática, analista de laboratório e operadora de caixa.

Iniciou seu negócio com o valor das verbas rescisórias do último emprego, revendendo roupas compradas no Brás (bairro comercial de São Paulo), e atualmente a loja vende peças exclusivas, de fabricação própria, as quais ela mesma desenha e vende por um preço popular, atendendo todos os biotipos. Negócio que lhe rende em média 2 mil reais mensais. A loja possui 7 anos e há 4 foi registrada no MEI, porém fechou diversas vezes por falta de retorno financeiro, o que levou a empreendedora a buscar outros caminhos.

Atualmente, além da loja, a entrevistada também tem um salão especializado em tranças africanas que chega a atender até dez clientes por dia. “Muitas pessoas dizem pra eu fechar a loja e me dedicar só às tranças, pois é o que me dá retorno mais rápido, mas a loja é meu sonho e eu não consigo fechar”, relata.

Ela não possui sócios e nem empregados. Desse modo, toda a administração e processo de criação é feita por ela, com exceção do corte e costura que é terceirizado e dos modelos negros contratados para posarem usando suas roupas.

A mesma foi questionada diversas vezes por sua preferência em só contratar pessoas negras. Porém, ela defende que é somente por questões de identidade.

Eu sempre convivi com pessoas brancas. No mestrado eu era uma das poucas negras que tinham na turma e o tempo inteiro eles me falavam que não era para

eu estar ali. Até no dia da minha defesa, todo mundo elogiando o meu trabalho, minha orientadora olhou para o meu cabelo na foto e disse: Nossa você colocou a foto com esse cabelo!? Eu vejo muito potencial, muita gente boa sendo negada; gente que tem potencial e acredita que não tem, principalmente mulheres pretas. (Entrevistada 5)

A entrevistada diz que ser registrada como MEI não trouxe benefícios para a loja e que poderia haver mais subsídios aos microempreendedores e facilidade na adesão a empréstimos bancários.

Apesar das dificuldades financeiras, ela citou como lado positivo, a satisfação no processo de transformar matérias primas em peças e o aprendizado que recebeu através dos projetos do Coletivo e do Sebrae.

## **ANÁLISE DOS DADOS**

De forma a facilitar a demonstração dos resultados, os dados coletados nas entrevistas estão organizados em tabelas, conforme abaixo:

**Tabela 1. Informações gerais de uma amostra das microempreendedoras negras de Volta Redonda**

<b>Entrevistada</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Autodeclaração de raça/ cor</b>	Negra/preta	Negra/preta	Negra/preta	Negra/preta	Negra/preta
<b>Idade</b>	33 anos	48 anos	31 anos	34 anos	31 anos
<b>Idade com que começou a trabalhar</b>	16 anos	15 anos	16 anos	14 anos	15 anos
<b>Escolaridade</b>	Ensino superior	Ensino médio	Ensino médio	Especialização	Mestrado
<b>Tipo de negócio</b>	Serviços orientados para o consumidor	Serviços orientados para o negócio	Serviços orientados para o consumidor	Indústria de transformação	Indústria de transformação
<b>Ramo do Negócio</b>	Salão de beleza especializado em tranças africanas	Planejamento e realização de eventos afro culturais	Salão de beleza especializado em público da raça negra	Fabricação e venda de roupas afro	Fabricação e venda de roupas para o público de raça negra



<b>Porte do negócio</b>	Microempresa	Microempresa	Microempresa	Microempresa	Microempresa
<b>Rendimento médio mensal</b>	R\$5.000,00	R\$1.750,00	R\$3.000,00	R\$3.000,00	R\$2.000,00
<b>Tempo na atividade</b>	4 anos	30 anos	6 anos	2 anos	7 anos
<b>Carga horária semanal</b>	60h	60h	50h	64h	64h
<b>Número de empregados contando com a entrevistada</b>	1	1	1	3	1

Autoria própria (2021)

Através da consolidação dos dados extraídos das entrevistas realizadas, chega-se ao fato de que a média etária de uma amostra das afroempreendedoras da cidade de Volta Redonda é de 35 anos. É um perfil de mulheres que começaram a trabalhar antes dos 18 anos e possuem negócios ainda em estágios iniciais. Os ramos dos negócios corroboram a pesquisa realizada pelo Sebrae (2017) que identifica como principais atividades de microempreendedoras do estado do Rio de Janeiro, as funções de (a) cabeleireira; (b) serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; (c) confecção de peças de vestuário; (d) outras atividades de tratamento de beleza; (e) comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios.

**Tabela 2. Educação de uma amostra das microempreendedoras negras de Volta Redonda**

<b>Entrevistada</b>	1	2	3	4	5
<b>Formação/ área</b>	Ensino superior/ História	Ensino médio/ Formação Geral	Ensino médio/ Formação Geral	Especialização/ Gestão Financeira	Mestrado/ Análises Clínicas
<b>Noções administrativas</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Curso profissionalizante relacionado ao negócio</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Autoria própria (2021)

Em relação ao estudo, todas possuem noções administrativas, cursos específicos da área de atuação de seus negócios e a maioria tem formação superior.

**Tabela 3. Situação do negócio de uma amostra das microempreendedoras negras de Volta Redonda**

Entrevistada	1	2	3	4	5
<b>Rendimento médio mensal</b>	R\$5.000,00	R\$1.750,00	R\$3.000,00	R\$3.000,00	R\$2.000,00
<b>Formalização</b>	MEI	Informal	MEI	Informal	MEI

Autoria própria (2021)

A maioria dos negócios são formalizados como MEI, cuja renda mensal é de 3 mil reais. As entrevistadas acreditam que a formalização do MEI traz segurança ao empreendedor, mas deveria possuir mais benefícios aos microempresários que os ajudassem a crescer, conforme tabela 4.

Apesar de não se queixarem de tributações exacerbadas, conforme Siqueira, Nunes & Moraes (2018) observou em seus estudos, as afroempreendedoras desta pesquisa mencionam as dificuldades vinculadas ao excesso de burocracia citada pelo autor, principalmente no momento de contratar empréstimos ou dar entrada em benefícios sociais.

**Tabela 4. Motivação e dificuldades de uma amostra das microempreendedoras negras de Volta Redonda**

Entrevistada	1	2	3	4	5
<b>Motivo que a fez empreender</b>	Sonho em ser dona do próprio negócio	Causa social	Necessidade	Sonho em ser dona do próprio negócio	Sonho em ser dona do próprio negócio
<b>Pontos positivos</b>	Lucro Realização pessoal	Realização pessoal	Realização pessoal	Realização pessoal	Realização pessoal
<b>Maiores dificuldades enfrentadas</b>	Tripla jornada da mulher	Tripla Jornada da mulher	Falta de incentivo financeiro	Falta de incentivo financeiro	Falta de incentivo financeiro

	Falta de incentivo financeiro	Falta de incentivo financeiro	Preconceito de raça	Preconceito de raça	Preconceito de raça
	Preconceito de raça	Preconceito de raça	Preconceito de gênero	Preconceito de gênero	Preconceito de gênero
	Preconceito gênero	Preconceito gênero			
		Preconceito de cunho religioso			
<b>Conhecimento de projetos de incentivo</b>	Não	Sim	Sim	Sim	Sim

**Autoria própria (2021)**

Segundo a classificação de Dornelas (2015), as entrevistadas 1, 4 e 5 são empreendedoras que aprendem, pois iniciaram seus negócios provocadas pelo desejo de serem donas do próprio negócio; a entrevistada 2 é uma empreendedora social, pois sua meta não é lucro e sim a capacitação e desenvolvimento das afroempreendedoras as quais ajuda em seus projetos e a entrevistada 3 é uma empreendedora por necessidade, pois sua maior motivação ao empreender foi o desemprego.

Neste processo de empreendedorismo, todas citaram o preconceito por ser mulher preta e falta de incentivo financeiro como principais barreiras ao alcance do sucesso dos negócios.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se considerar que as questões que impactam o afroempreendedorismo feminino são as mesmas que impactam o empreendedorismo de forma geral. Porém com o adendo das dificuldades enfrentadas por dois grupos distintos: população negra e a população feminina.

Em relação ao empreendedorismo negro brasileiro, ele passou por muitas transformações. A mudança no modo do negro negociar sua presença na sociedade vem ganhando espaço: o empreendedor negro trabalha ainda em modo de sobrevivência,

porém pode através de suas práticas oferecer serviços que são motivo de orgulho e representatividade. Pode-se indicar que, historicamente, o início do empreendedorismo negro foi informal. A motivação para empreender era prioritariamente a necessidade de sobrevivência com a geração de uma pequena renda. A maioria dos empreendimentos realizados por negros, porém, na atualidade indicam motivações mais diversificadas e uma preocupação com a formalização. Em resumo, o empreendedorismo formal negro surgiu da necessidade de compor a renda que depois foi substituída pelo desejo de autonomia financeira.

Sobre o empreendedorismo feminino, constata-se através dessa pesquisa de campo que as características gerais do perfil empreendedor estão presentes na amostragem. Um exemplo é a ratificação de que as ocupações mais comuns entre as microempreendedoras são relacionadas à moda, estética e eventos. E que, de maneira geral, enxergam uma oportunidade para empreender que não está relacionada à necessidade e sim à insatisfação com o emprego ou propósito de aumentar a renda, motivos característicos do empreendedor que aprende (ou por motivação).

Esse empreendedorismo por motivação pode ser estendido às mulheres negras, porém elas percorrem um caminho mais longo se comparado aos homens brancos, aos homens negros e até à mulheres brancas para obterem sucesso, devido a fatores únicos aplicados como o preconceito de raça e gênero e a descredibilidade.

Relacionando essas questões à análise dos dados, podemos observar que ainda há uma longa estrada de lutas feministas pela frente, pois as barreiras do machismo e do racismo estrutural continuam a impactar nos negócios de mulheres negras, pois tais barreiras são difíceis de serem detectadas e, conseqüentemente, difíceis de serem punidas. As mulheres pretas enfrentam situações que prejudicam as mulheres em geral, situações de racismo que atingem homens e mulheres pretos e pretas; e também situações de preconceito específicas que atuam, unicamente, sobre mulheres pretas, como questões relacionadas à sexualidade, como nos mostra Lélia González (LIMA & RIOS, 2020). Todo esse contexto prejudica a captação de novos clientes e conseqüentemente o aumento da renda, o que acentua a desigualdade e permanência ativa dos negócios, bem como a criação de novos empreendimentos. Percebe-se também como barreiras a serem

enfrentadas a ausência de incentivos financeiros, que são raros ou vêm através de excesso de burocracia.

É importante observar que este estudo foi baseado em pesquisas de gêneros e raças segundo a classificação do IBGE, fontes secundárias. Porém, não despreza a importância da segmentação por identidade e cor, onde, nesses casos, pretos e pardos são tratados de forma heterogênea.

Esse trabalho não se esgota, mas deixa a sua contribuição e incentivo para que novos estudos sobre a temática sejam realizados. Se possível, de maneira mais ampla e com dados quantitativos primários; para que, futuramente, as pesquisas revelem de forma satisfatória o aumento de afroempreendedoras no país.

## **REFERÊNCIAS**

DORNELAS, José. Empreendedorismo na Prática – Mitos e Verdades do Empreendedor de Sucesso. 3º edição, 2015. Cap. 2 – páginas 11 a 16

GEM. Empreendedorismo no Brasil. Relatório Executivo, 2018.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4º edição. São Paulo, Editora Atlas S/A 2002.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.

IBGE. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica n.38, 2018.

IBGE. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, 2020.

IPEA. Programa Igualdade de Gênero e Raça, 2003.

LIMA, Márcia; RIOS, Flávia. Por um feminismo afro latino-americano. 1º edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LOPES, Brenner (org.). Pequenas Empresas: Empreendedorismo e Gestão - Volume 1 - 1ª Edição. Belo Horizonte: Poisson, 2017

NASCIMENTO, Eliane Quintiliano. Afroempreendedorismo como estratégia de inclusão socioeconômica. III Seminário de Ciências Sociais - PGCS UFES. 12 a 14 de novembro de 2018, UFES, Vitória-ES

NASCIMENTO, Eliane Quintiliano. “Meu dinheiro tem cor!” Afroempreendedorismo brasileiro e identidade. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

PEREIRA, Iasmim. Empreendedorismo e Política: Uma Sociedade Inseparável. 2012. Disponível em: [http://www.aedb.br/seget/artigos05/252\\_Empreendedorismo\\_e\\_politica.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos05/252_Empreendedorismo_e_politica.pdf)

PEREIRA, Rosângela Saldanha; SANTOS, Danielle Almeida dos; BORGES, Waleska. A mulher no mercado de trabalho. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

PORTAL BELEZA NATURAL. Disponível em: [https://www.belezanatural.com.br/institucional/sobre-nos?\\_ga=2.244838277.1026907063.1596917417-373440497.1596917417&\\_gac=1.87843178.1596917417.CjwKCAjwmrn5BRB2EiwAZgL9omajZaVdjFpqLCMYRqehhHoRzK3HvywBju\\_He6J7sjq-vnHm9FxxvxoCW4YQAvD\\_BwE](https://www.belezanatural.com.br/institucional/sobre-nos?_ga=2.244838277.1026907063.1596917417-373440497.1596917417&_gac=1.87843178.1596917417.CjwKCAjwmrn5BRB2EiwAZgL9omajZaVdjFpqLCMYRqehhHoRzK3HvywBju_He6J7sjq-vnHm9FxxvxoCW4YQAvD_BwE). Acesso em 8 de ago. 2020.

PORTAL DO MEI. Disponível em: <https://www.portalmei.org/o-que-e-empreendedorismo/>. Acesso em 28 jul. 2020

TEIXEIRA, Lineker Gomes. Afroempreendedores: desafios e oportunidades para empreendedores negros no Distrito Federal. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ROSA, Alexandre Reis. Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil, 2014.

SANTOS, Lucas Vinícius Correa dos. Uma escuta a afroempreendedores: meandros e as interfaces do empreendedorismo de pessoas negras. 2017. 64 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SANTOS, Thainá Souza. O viajante afro-brasileiro: Enegrecendo o turismo. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comunicação e Artes - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SEBRAE. Empreendedores fluminenses: uma análise recente sobre educação, renda e gênero. Nota temática, nº 48. Observatório Sebrae/RJ. novembro, 2017. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Empreendedores-Fluminenses-uma-an%C3%A1lise-recente-sobre-educa%C3%A7%C3%A3o-renda-e-g%C3%AAnero.pdf>

SEBRAE. Os donos de negócio no Brasil, por regiões e por Unidades da federação. Série Estudos e Pesquisas. Setembro, 2013. Disponível em:

<[https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/DN\\_regiao\\_unidades\\_federada%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/DN_regiao_unidades_federada%C3%A7%C3%A3o.pdf)>

SEBRAE. Perfil do MEI. DataSebrae, 2019 Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/perfil-do-microempreendedor-individual/#relatorios>> Acesso em 19 ago. 2021

SEBRAE. Painel de empresas. DataSebrae, 11 mai. 2020. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/totaldeempresas-11-05-2020/>> Acesso em 16 ago. 2021

SILVA, Jardel Marcos da; SALDANHA, Portilho. Racismo e injúria racial: formas distintas de discriminação, enraizadas no preconceito. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 25, n. 6351, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/86527>. Acesso em: 17 dez. 2021.

SILVA, Jonathan Chasko da Silva; ARAUJO, Alcemar Dionet de Araújo. A metodologia de pesquisa em análise do discurso. Grau Zero - Revista de Crítica Cultural, v. 5, n. 1, 2017

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; NUNES, Danilo Henrique; MORAIS, Fausto Santos de. Identidade, reconhecimento e personalidade: empreendedorismo da mulher negra. EALR, V.9, nº 3, p. 229-242, setembro-dezembro, 2018

WALKER, Madam C.J. Encyclopaedia Britannica, Inc. 2020. <https://academic-eb-britannica.ez24.periodicos.capes.gov.br/levels/collegiate/article/Madam-CJ-Walker/75942>

YOGUEL, Gabriel; BARLETTA, Florencia; PEREIRA, Mariano. De Schumpeter a los postschumpeterianos: viejas y nuevas dimensiones analíticas. Problemas del desarrollo, vol.44 n.174 México jul./ set. 2013

**Capítulo 9 - DOI:10.55232/1083002.9**

**A TOMADA DA DECISÃO DE INVESTIMENTOS E O VALOR DA FIDELIDADE DO CLIENTE: REUNINDO MÉTRICAS FINANCEIRAS E MERCADOLÓGICAS.**

**Evelyn Seligmann Feitosa e Samara Barradas Ferreira**

**RESUMO:** Introdução/Problematização: Os métodos de análise investimentos usuais contrapõem resultados do fluxo de caixa esperado do projeto a dados parâmetros. Há, porém, uma questão subjacente: construção e a incerteza da efetivação do fluxo de caixa, dependente das vendas futuras e da decisão dos compradores. A decisão geradora de receitas para a empresa é dependente e vinculada ao relacionamento mantido com os clientes. Assim, a implementação de ações de gestão dos relacionamentos com clientes, para manter a base de clientes e aprofundar as relações negociais devem ser analisadas como um investimento em clientes. Objetivo/proposta: Este artigo pretende trazer uma reflexão sobre a ligação entre o valor do fluxo de caixa futuro de um projeto de investimento e o valor esperado do relacionamento da empresa com sua base de clientes, no qual a fidelidade do cliente é um elemento para a redução da incerteza inerente às previsões de vendas. Trata-se de um ensaio teórico, que, a partir de uma revisão de literatura que visa contrapor as óticas de finanças e de marketing sobre o tema retorno de investimentos, sumarizadas a partir de uma pesquisa bibliográfica em artigos e livros dessas áreas. Principais Resultados: São apresentados conceitos das áreas envolvidas, bem como formas de cálculo de algumas das principais métricas de avaliação de desempenho e criação de valor, tanto sob a ótica financeira como sob a perspectiva de marketing, discutindo-se como essas visões se complementam, haja vista a forte dependência da firma da atração e manutenção de clientes, para a geração de lucros e bons retornos financeiros. Considerações Finais/Conclusão: Com a ascensão das métricas voltadas para o cliente, as medidas financeiras tradicionais de retorno do investimento não são mais suficientes para avaliar o sucesso das firmas. No processo de criação de valor empresarial, a área de Marketing fornece condições para a produção e sustentabilidade, enquanto a de Finanças administra esse valor, buscando maximizá-lo, sendo, então, complementares. Contribuições do Trabalho: Ao aliar conceitos e métricas desses campos teóricos, acredita-se facilitar a integração das suas filosofias, contribuindo para a redução da lacuna que as separa no dia-a-dia, em termos de foco e objetivos específicos com atritos e desgastes desnecessários, uma vez que essas áreas são lados de uma só moeda: a geração de valor para os acionistas e clientes – um não existe sem o outro. Na medida em que se demonstre o relacionamento entre fundamentos destas disciplinas, se estará, também, contribuindo para o avanço, a integração e evolução do pensamento teórico na ciência da administração.

**Palavras-chave:** Desempenho; Métricas; Finanças; Marketing; Clientes.



## **INTRODUÇÃO**

O atual ambiente global dos negócios, dinâmico e extremamente competitivo, requer das empresas maior agilidade nas decisões, racionalização de custos, flexibilidade e eficiência operacional. Contextos econômicos modernos de concorrência de mercado exigem das empresas maior eficiência na gestão financeira de seus recursos, não cabendo indecisões sobre o que fazer com eles.

A atividade financeira de uma empresa requer acompanhamento permanente de seus resultados, de maneira a avaliar seu desempenho, bem como proceder aos ajustes e correções necessários. Assim, a informação, rápida e precisa, especialmente sobre o dimensionamento do fluxo de caixa, tem papel fundamental na cadeia de valor das empresas e em seus investimentos, para que a tomada de decisão e o seu gerenciamento sejam mais eficazes e eficientes, antecipando-se às situações de mudanças provocadas pelo dinamismo atual dos mercados.

O alto percentual de empresas que a cada ano sucumbem, sepultando consigo sonhos, projetos, ideias, empregos e rendas, é extremamente preocupante, pois os efeitos negativos extrapolam os seus limites, atingindo a todos seus *stakeholders*, ou seja, além dos empregados e sócios, também os fornecedores, o governo e a sociedade em geral.

É igualmente preocupante o grande número de projetos de investimentos que, em suas projeções e análises, são lucrativas e financeiramente viáveis e que, depois do investimento inicial feito e posto em andamento, não demonstram essa viabilidade no mundo real, como pode ser constatado ao se analisarem operações concedidas por bancos de desenvolvimento, tal como o Banco do Nordeste do Brasil. Acredita-se que este fato se repita em outros bancos de desenvolvimento, quer brasileiros, quer estrangeiros.

As anomalias que levam a essas situações, em geral, se referem a três vertentes principais, a saber: a) casos má aplicação ou desvios de recursos, quando os investimentos inicialmente previstos não foram totalmente realizados ou foram modificados; b) casos de falta de qualidade no gerenciamento do projeto, que conduz à ineficiência no processo produtivo e/ou no processo de comercialização; e, ainda, c) casos de deficiência na própria elaboração conceitual ou construção do projeto, por erro nas previsões dos fluxos de caixa resultantes da implementação do projeto, especialmente os fluxos de caixa operacionais.

É a respeito deste terceiro caso, especificamente, que trata este artigo, considerando-se a grande importância econômica e social de análises que venham a contribuir para amenizar as preocupações acima relatadas. Pretende-se trazer uma reflexão sobre a ligação entre o valor do fluxo de caixa futuro de um projeto de investimento e o valor esperado do relacionamento da empresa com sua base de clientes, no qual a fidelidade do cliente é um elemento para a redução da incerteza inerente às previsões de vendas.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Considerando-se Finanças “a arte e a ciência de gerir fundos” (GITMAN, 2002, p. 4), o administrador financeiro pode ser, então, o artista responsável pela gestão recursos financeiros em uma empresa, tanto em relação à aplicação de recursos no curto e no longo prazo, como em se tratando da busca por recursos financeiros para financiar os investimentos previstos. Bodie e Merton (2002, p.32), em uma conceituação mais formal, definem Finanças como “o estudo

de como as pessoas alocam recursos escassos ao longo do tempo”. Pode-se, portanto, resumir o objetivo básico da função financeira como sendo prover a empresa de recursos de caixa suficientes, de modo a respeitar e atender os vários compromissos assumidos e promover a maximização de seus lucros e da riqueza do acionista.

Adicionalmente, Gitman (2002) apresenta três atividades-chave do administrador financeiro:

- a. Planejamento e análise financeira - com sua visão ampla e generalista, o administrador financeiro influencia e assessora todos os outros departamentos das empresas, onde as informações são geradas e colocadas à disposição dos executivos para a tomada de decisões.
- b. Tomada de decisões de financiamentos - quando são decididos que tipos de recursos são mais propícios e quais as melhores fontes de recursos financeiros para os projetos da empresa, bem como qual o momento adequado para se obter novos recursos, os quais precisam ser adequados em termos de valores, tipos, custos e prazos, atentando-se para as possíveis implicações ao longo do tempo.
- c. Tomada de decisões de investimentos – quando são avaliadas as oportunidades potenciais de novos negócios para a empresa ou expansão dos atuais. “As decisões de investimento dos gerentes financeiros afetam significativamente o grau de sucesso das empresas, uma vez que determinam em quais tipos de negócios suas empresas se engajam” (GITMAN; MADURA, 2003, p. 5).

No que se refere à última atividade-chave, o processo de avaliação e seleção de investimentos de longo prazo, de acordo com critérios definidos pela empresa, é chamado de Orçamento de Capital (GITMAN; MADURA, 2003; ROSS, WESTERFIELD; JORDAN, 2000). Os autores alertam que também devem ser avaliados, pelo administrador financeiro, o nível e a composição de todos os ativos da empresa, tanto os reais como os financeiros, tanto os ativos circulantes como os imobilizados, existentes e necessários ao atingimento das metas empresariais.

“A avaliação da magnitude, da distribuição no tempo e do risco dos fluxos de caixa futuros é a essência do orçamento de capital” e das decisões empresariais (ROSS, WESTERFIELD; JORDAN, 2000, p. 39), pois os investimentos feitos destinam-se a obter resultados, traduzíveis em fluxos de caixa, capazes de gerar retornos superiores aos recursos aplicados, para que possa haver crescimento da riqueza do investidor. No entanto, “esses investimentos estão sujeitos a riscos ou a incertezas”, alertam os autores Gitman e Madura (2003, p. 5).

Os processos decisórios são quase sempre complexos, pelo fato de que, normalmente, os reflexos da decisão (sobretudo os benefícios, mas também os custos, muitas vezes) não estão claramente especificados no momento da própria tomada da decisão. Para tentar reduzir a incerteza quanto ao futuro, em geral buscam-se os dados disponíveis, mas como todo o conhecimento e experiência do decisor, eles também se referem ao passado e, na melhor das hipóteses, ao presente. É tudo o que se pode ter, para subsidiar a tarefa de prever o futuro, onde as consequências da decisão tomada e implementada se farão sentir. É a conhecida alusão popular à encruzilhada do tempo: o ponto único e singular onde o passado tangencia o futuro é o momento presente, que é o único instante em que é possível efetuar uma ação ou tomar uma decisão.

A complexidade aumenta nas decisões financeiras, em virtude da própria amplitude da função, face à extensa variedade de eventos que tem repercussões financeiras na vida empresarial. Ross, Westerfield e Jordan (2000, p. 214) apontam que o “processo de orçamento de capital é mais complexo do que simplesmente decidir se compramos ou não determinado ativo”, atribuindo esta complexidade à natureza estratégica da maioria das decisões financeiras, à sua durabilidade e à difícil reversão das suas consequências (dado que, em geral, são de longo prazo). A maior complexidade do processo decisório na administração financeira também pode ser considerada decorrente das características que distinguem as decisões financeiras das demais decisões de alocação de recursos, segundo Bodie e Merton (2002): seus custos e benefícios são distribuídos ao longo do tempo e, na maioria das vezes, desconhecidos de antemão ou mesmo incertos.

Neste contexto, a elaboração de um projeto de investimento desempenha um papel importante na redução da incerteza e dos riscos envolvidos na tomada de decisão, uma vez que representa um esforço para reunir informações que possibilitem vislumbrarem-se tendências e efetuarem-se previsões, quanto ao comportamento futuro das variáveis envolvidas, bem como a análise da viabilidade econômico-financeira do empreendimento proposto.

Citando Ross, Westerfield e Jordan (2000, p. 214), “qualquer empresa tem um grande número de possibilidades de investimento” [...]. Algumas “opções têm valor e outras não. A essência da administração financeira bem-sucedida é, naturalmente, aprender a identificar quais têm valor e quais não têm”. Esta análise guarda conformidade com a afirmativa de que o projeto de investimento é “a principal unidade de análise no orçamento de capital” (BODIE; MERTON, 2002, p. 36).

Existem muitos métodos para análise de investimentos. A grande maioria dos métodos usualmente empregados avalia valores referentes ao tempo de retorno dos capitais aplicados, o volume do retorno monetário ou a taxa de retorno financeiro, contrapondo valores previamente estabelecidos aos resultantes da análise do fluxo de caixa esperado do projeto sob análise.

Em geral, autores renomados da área de administração financeira, a exemplo de Gitman (2002), classificam as técnicas de análise de investimentos em dois tipos básicos: os métodos “*simples*”, que são aqueles que não consideram explicitamente o valor do dinheiro no tempo e os ditos “*sofisticados*” ou “*complexos*”, que consideram tal valor de modo explícito, descontando (isto é, trazendo para a data do investimento, com base em cálculos financeiros) os fluxos de caixa projetados, usando uma taxa específica. Essa taxa, chamada na literatura financeira de taxa de desconto, taxa de retorno exigida, custo de capital ou custo de oportunidade, é “o retorno mínimo que deve ser ganho sobre um projeto para deixar inalterado o valor de mercado da empresa” (GITMAN; MADURA, 2003, p. 292)

De acordo ainda com Gitman e Madura (2003, p. 290), “as abordagens preferidas integram procedimentos de valor no tempo, considerações de risco e retorno e conceitos de avaliação para selecionar dispêndios de capital de acordo com o objetivo de maximização da riqueza dos proprietários da empresa”, razão pela qual serão aqui citadas apenas as três principais técnicas sofisticadas de análise de projetos de investimentos, conforme os autores consultados, que são: Valor Presente Líquido, Período de Payback Atualizado e Taxa Interna de Retorno.

A ideia básica do *Valor Presente Líquido* é verificar se o valor monetário atual dos benefícios futuros, advindos do investimento feito, em termos do fluxo líquido de caixa durante a vida útil do projeto, é maior do que o capital investido, ou seja, “o Valor Presente Líquido (VPL) de um projeto é o montante com o qual se espera aumentar a riqueza dos atuais

acionistas” (BODIE; MERTON, 2002, p. 181), pois “um investimento vale a pena quando cria valor para seus proprietários” (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 2000, p. 214). Os cálculos do VPL se baseiam no cálculo do valor presente, bastante conhecido em matemática financeira. Quando o VPL é maior do que zero, há a criação de valor para o investidor, e, portanto, o projeto é considerado aceitável e quanto maior o VPL, melhor é considerado o projeto. Caso o VPL de um projeto seja menor do que zero, significa dizer que o valor presente dos retornos a serem auferidos do investimento feito não ultrapassam o valor aplicado, devendo tal projeto ser recusado. Segundo Ross, Westerfield e Jordan (2000, p. 223), as empresas seriam “indiferentes entre aceitar ou não um investimento com VPL igual a zero”.

O *Período de Payback Atualizado*, ou período de recuperação, é o tempo necessário para a empresa recuperar o investimento inicial feito em um projeto, de acordo com as entradas de caixa previstas e uma dada taxa de juros (GITMAN, 2002). Trata-se da “sofisticação” de uma das técnicas mais conhecidas e usuais para avaliar investimentos – o Período de Payback, para que possa considerar explicitamente o valor do dinheiro no tempo. Ross, Westerfield e Jordan (2000, p.218) destacam a seguinte definição para Período de Payback: “período exigido para que um investimento gere fluxos de caixa suficientes para recuperar o custo inicial”. É uma técnica de fácil entendimento, cálculo rápido e que detém um apelo popular, já que o tempo é fator muitas vezes decisivo no mundo moderno e que, muitos dos investidores são avessos ao risco, ou seja, demonstram preferência pela liquidez em suas aplicações financeiras.

Assim, quanto menor o Período de Payback Atualizado, melhor avaliado será o projeto de investimento, pois mais cedo haverá o retorno do capital investido. O projeto sob análise deverá ser aceito caso seu período de recuperação não ultrapasse o tempo de retorno máximo estabelecido pelo investidor, sendo rejeitado se ultrapassar este parâmetro.

Os autores apontam diversas falhas nesta técnica, especialmente em sua versão *simples*. Talvez a principal delas, e que permanece no Período de Payback Atualizado, ou seja, nessa técnica o analista deixa de considerar, após o período de recuperação, o restante do fluxo de caixa do projeto, como se, após esse lapso de tempo, o que venha a ocorrer com o empreendimento fosse irrelevante. A outra falha frequentemente apontada pelos autores estudados reside no parâmetro de comparação do valor encontrado, que é fixado sem que haja maior rigor financeiro (ROSS, WESTERFIELD; JORDAN, 2000; GITMAN, 2002; GITMAN; MADURA, 2003).

A *Taxa Interna de Retorno - TIR* é definida por Ross, Westerfield e Jordan (2000, p. 223) como “a taxa de desconto que faz com que o valor presente de um investimento seja nulo” e representa o ponto de equilíbrio econômico do projeto, onde “não há criação nem destruição de valor”. Os autores continuam, na mesma página, afirmando que “a TIR de um investimento é a taxa exigida de retorno que, quando utilizada como taxa de desconto, resulta em VPL igual a zero”. Gitman e Madura (2003), por sua vez, consideram a Taxa Interna de Retorno como a técnica complexa de orçamento de capital mais utilizada, apesar de difícil cálculo. Ross, Westerfield e Jordan (2000, p. 223) concordam com a dificuldade apontada, afirmando que infelizmente, a única maneira de calcular a TIR é por tentativa e erro.

Para avaliar um projeto de investimento, com base na Taxa Interna de Retorno é necessário comparar essa taxa com o custo do capital empregado ou com o retorno exigido. O critério de aceitação de um investimento é que a sua TIR seja maior do que a taxa com a qual é comparada; caso contrário, deverá ser rejeitado. Quanto maior a TIR de um projeto, melhor a sua avaliação.

Verifica-se, através das explanações acima, que as principais técnicas de avaliação de projetos de investimentos envolvem fortemente a análise dos fluxos de caixa líquidos esperados, advindos da realização do projeto por parte da empresa investidora. Fica evidenciada, assim, a total dependência dos principais métodos de análise de investimentos à correta previsão dos fluxos de caixa do projeto.

Gitman e Madura (2003, p. 278) destacam o papel dos gerentes financeiros durante uma elaboração de orçamento de capital:

os gerentes financeiros devem entender o processo do orçamento de capital e saber como estimar os fluxos de caixa relevantes, associados a todos os tipos de gastos de capital propostos. O gerente financeiro deve preparar estimativas realistas dos fluxos de caixa associados aos custos e benefícios estimados de investimentos de longo prazo propostos. Boas estimativas de fluxos de caixa são um pré-requisito para boas decisões, que contribuem para a maximização da riqueza do proprietário.

Ou, nas palavras de Bodie e Merton (2002, p. 182):

calcular o VPL de um projeto, quando já se têm as estimativas de fluxo de caixa, é a parte fácil do orçamento de capital. Mais difícil é estabelecer as estimativas dos fluxos de caixa esperados do projeto. Elas são montadas a partir das estimativas de receitas e dos custos incrementais associados ao projeto.

É importante destacar dois pontos da afirmativa acima:

- a. estimativas de receitas e custos incrementais – significa dizer que apenas os valores líquidos oriundos da mudança de *status-quo* da empresa e decorrentes da implementação do projeto devem ser considerados, pois os valores previamente existentes e que se realizarão com ou sem a implantação do projeto não são significativos para a avaliação;
- b. todas as consequências (custos e benefícios) advindas da implementação de um projeto, ainda que indiretas, devem ser a ele associados e fazer parte da análise a ser realizada; é o chamado princípio da mini-empresa, pelo qual, após determinados os fluxos de caixa incrementais de um projeto, ele pode ser visto como se fosse um ente autônomo, com suas receitas, custos, ativos e fluxos de caixa próprios (GITMAN, 2002; ROSS, WESTERFIELD; JORDAN, 2000).

Para realizar-se a previsão do fluxo de caixa esperados de um projeto, é necessário inicialmente definir-se o *horizonte de planejamento*. Segundo Bodie e Merton (2002, p. 183) “o horizonte de planejamento natural a ser empregado na análise é a vida útil” (dos equipamentos e instalações envolvidas no projeto), “uma vez que naquela data, provavelmente uma nova decisão terá de ser tomada para renovar ou não o investimento”.

Em seguida, devem ser determinados os *fluxos de caixa relevantes*, que são definidos como “toda e qualquer mudança nos fluxos de caixa futuros da empresa que sejam consequências direta da execução do projeto”, incluindo-se aí, os possíveis efeitos colaterais em outros produtos da empresa (potencialização ou erosão), os custos de oportunidade de ativos pré-existentes (a alternativa mais valiosa que é sacrificada, em prol do seu uso no projeto) e excluindo-se os chamados custos irrecuperáveis: “custos já incorridos e que não podem ser mais alterados pela decisão de aceitar ou rejeitar o projeto” (ROSS, WESTERFIELD; JORDAN, 2000, p. 240- 241).

Gitman e Madura (2003, p. 277), em concordância com os demais autores aqui citados, afirmam que “juntos, o investimento inicial, as entradas de caixa operacionais e o fluxo de caixa final representam os fluxos de caixa relevantes de um projeto”. Para a projeção destes fluxos,

em especial os fluxos de caixa operacionais, Ross, Westerfield e Jordan (2000) ensinam que o ponto de partida é a elaboração de demonstrações financeiras projetadas, para o que são necessárias estimativas de variáveis mercadológicas (o número de unidades vendidas e o preço de venda por unidade) e operacionais (custo variável unitário e custos fixos totais).

Entende-se, também, que em aplicações de recursos empresariais (sempre escassos e, portanto, caros), deve-se obter uma taxa de retorno financeiro superior ao seu custo, gerando, por conseguinte, excedentes. Para a mensuração de tais excedentes são usados conceitos e indicadores contábil-financeiros, dos quais se pode destacar: o EVA - *Economic Value Added* (valor econômico adicionado) e o ROI - *Return on Investment* (retorno sobre o investimento), consagrados como medidas de desempenho focadas na criação de valor para os acionistas.

Basso e Gramscianinov (2007, p. 4), explicando sobre o EVA, comentam que essa métrica foi criada pela empresa de consultoria Stern Stewart & Co, com base na teoria da renda residual ou lucro econômico e que auxilia a análise da criação de valor nas firmas; os autores prosseguem, mostrando sua forma de cálculo, conforme abaixo por eles declinado e especificando, ainda, ser derivada a partir do conceito contábil de Resultado Operacional:

$$\text{EVA} = (\text{RO} - \text{IR}) - (\text{CMPC} \times \text{Capital}) \quad [ 1 ]$$

onde:

RO = Resultado Operacional (sem despesas financeiras);

IR = Imposto de Renda;

CMPC = Custo médio ponderado de capital ou custo do capital total usado pela firma; e

Capital = Capital investido total, somando-se recursos dos sócios e de credores.

Em relação ao ROI, pode-se defini-lo, de forma simples, como a relação entre o valor presente dos montantes dos fluxos líquidos de caixa ganhos como resultados de um investimento (ao longo de todo seu horizonte temporal) e o valor do capital nele investido. Farris et al. (2010) argumentam que o cálculo do ROI é a melhor forma de identificar a possibilidade de sucesso de uma estratégia empresarial, podendo essa análise ser previamente realizada, evitando-se, então, seu fracasso, sendo, portanto, um indicador eficaz para entender a rentabilidade de um empreendimento ou de um investimento.

Ressalte-se, como feito por Basso e Gramscianinov (2007, p. 4), que a ótica trabalhada nas métricas de criação de valor para os acionistas, bem como nas técnicas de análise de investimentos, deve ser a financeira, ou seja, do fluxo de caixa, para que se evitem imperfeições resultantes da aplicação de critérios contábeis.

Portanto, interessa ao analista estimar as efetivas entradas e saídas de recursos financeiros e, assim, ajustes precisam ser feitos aos procedimentos contábeis usuais, principalmente no que diz respeito às despesas não monetizadas (depreciação é caso mais comum). Chega-se, então, às fórmulas mais conhecidas para o cálculo do fluxo de caixa operacional líquido, que se equivalem, como mostradas por Bodie e Merton (2002, p. 183):

$$(1) \text{ Fluxo de Caixa} = \text{Lucro Líquido} + \text{despesas não monetizadas} \quad [ 2 ]$$

$$(2) \text{ Fluxo de Caixa} = \text{Receitas} - \text{Despesas Totais} - \text{Impostos} + \text{despesas não monetizadas} \quad [ 3 ]$$

Em uma análise prospectiva, naturalmente, são considerados os valores esperados (ou projetados) para essas rubricas contábeis. A teoria financeira tem desenvolvido técnicas para lidar com a probabilidade de o retorno esperado vir a ser diferente do valor projetado, ou seja, com o risco de variabilidade ou a incerteza dos fluxos de caixa futuros.

Bodie e Merton (2002, p. 264-265) enumeram quatro técnicas básicas e gerais, disponíveis para redução do risco:

- a. Evasão do risco – decisão consciente para não ficar exposto a um determinado risco, optando-se por não investir, caso o administrador financeiro ou investidor creia ser aquele determinado investimento excessivamente arriscado. Porém, essa opção nem sempre é viável à empresa, uma vez que poderá ter drásticas consequências estratégicas;
- b. Prevenção e controle de perdas – providências tomadas visando reduzir as perdas, que podem ser preventivas ou tomadas durante ou até mesmo após a perda;
- c. Retenção do risco – decisão consciente de absorver o risco e cobrir as perdas com os próprios recursos. É o chamado popularmente de risco calculado;
- d. Transferência de risco – não tomar medidas para reduzir o risco, mas para compartilhá-lo ou transferi-lo a outrem, através de procedimentos de *hedging*, seguros e diversificação.

Gitman e Madura (2003, p. 129), ao analisarem as origens de risco, apontam onze diferentes fontes que afetam a empresa e seus investidores, conforme Tabela 1, a seguir, que podem ser analisados no contexto de um único investimento (ou um ativo) ou de um portfólio de investimentos (ou uma carteira de ativos).

O nível de risco que é incorporado por um investimento pode ser avaliado usando-se a análise de sensibilidade (envolvendo previsões de retorno do investimento feitas em três cenários: pessimista, mais provável e otimista, onde o risco do ativo pode ser medido pelo intervalo entre as previsões extremas) e as análises estatísticas de distribuição de probabilidade (que propiciam análises quantitativas do risco envolvido, através de medidas de dispersão: desvio-padrão e coeficiente de variação).

Já em relação ao risco envolvido em um conjunto de investimentos ou em uma carteira de ativos, “a meta dos gerentes financeiros e investidores é criar uma carteira eficiente” (GITMAN; MADURA, 2003, p. 135), considerada aquela que maximiza o retorno para um dado nível de risco ou minimiza o risco para um dado nível de retorno, sendo criada com base no conceito estatístico de correlação, visando alcançar uma diversificação de investimentos.

A teoria financeira básica que trata conjuntamente os conceitos de risco e retorno é a teoria das carteiras, aliada ao modelo de precificação de ativos de capital (CAPM), o qual subdivide o risco total de um título, ativo ou investimento em duas partes.

**Tabela 1 - FONTES DE RISCO QUE AFETAM A EMPRESA E SEUS INVESTIDORES**

<b>Fonte de Risco</b>	<b>Descrição</b>
<b>Riscos específicos da empresa</b>	
Risco de negócio	A probabilidade de a empresa ser incapaz de cobrir seus Custos operacionais. O nível é dirigido estabilidade da receita da empresa e pela estrutura de seus custos operacionais (fixos <i>versus</i> variáveis)
Risco financeiro	A probabilidade de a empresa ser incapaz de cobrir suas obrigações financeiras. O nível é dirigido pela previsibilidade dos fluxos de caixa operacionais da empresa e por suas obrigações financeiras de custo fixo.
<b>Riscos específicos do investidor</b>	
Risco da taxa de	A probabilidade de que as mudanças rias taxas de juros afetem

juros	adversamente o valor de um investimento. A maioria dos investimentos perde valor quando a taxa de juros sobe e ganha em valor quando ela cai.
Risco de liquidez	A probabilidade de um investimento não ser liquidado facilmente a um preço razoável. A liquidez é afetada significativamente pelo tamanho e pela profundidade do mercado em que um investimento costuma ser negociado.
Risco de mercado	A probabilidade de o valor de um investimento declinar devido a fatores de mercado que são independentes do investimento (como econômico, político e eventos sociais). Em geral, quanto mais o valor de um dado investimento responde ao mercado, maior o seu risco, e, quanto menos ele responde, menor o seu risco.
<b>Risco da empresa e do investidor</b>	
Risco de evento	A probabilidade de ocorrência de um evento totalmente inesperado que tenha efeito significativo o valor da empresa ou de um investimento específico. Esses eventos frequentes, como a ordem de retirada, pelo governo, de um medicamento muito prescrito, em geral afetam somente um pequeno grupo de empresas ou de investimentos.
Risco da taxa cambial	A exposição de futuros fluxos de caixa esperados a flutuações da taxa cambial. Quanto maior for probabilidade de flutuações indesejáveis na taxa cambial, maior será o risco dos fluxos de caixa, portanto, menor será o valor da empresa ou do investimento.
Risco de poder de compra	A probabilidade de os níveis de mudança nos preços causados pela inflação ou deflação na economia afetarem adversamente os fluxos de caixa e o valor do investimento e da empresa. Em geral, a empresas ou investimentos com fluxos de caixa que se movem com a alta geral de preços têm um baixo risco de poder de compra, e aqueles com fluxos de caixa que não alteram os níveis gerais de preços têm alto risco de poder de compra.
Risco fiscal	A probabilidade de ocorrerem mudanças desfavoráveis nas leis fiscais. As empresas e os investimentos com valores sensíveis a mudanças na legislação tributária são mais arriscados.

Fonte: Gitman e Madura (2003, p. 129)

As duas partes do risco total a serem analisadas são: o risco sistemático (também chamado de risco não diversificável, mensurado pelo coeficiente beta ou risco de mercado, já que tem amplo alcance) e o risco específico (ou não sistemático), que atinge um único ativo ou um pequeno grupo de ativos). Nas carteiras de investimentos, “o risco não sistemático pode ser quase totalmente eliminado pela diversificação” formando-se, então, “carteiras eficientes, amplamente diversificadas”, nas quais “o retorno esperado de um ativo depende unicamente do risco sistemático desse ativo” (ROSS, WESTERFIELD; JORDAN, 2000, p. 300).

Contudo, as técnicas citadas anteriormente tratam da administração da exposição de um investidor ou empresa ao risco específico de um determinado investimento, e não propriamente da redução do nível de risco associado a este projeto, oriundo da não realização dos retornos previstos e esperados. A efetivação do fluxo de caixa e o sucesso no seu cálculo estão na dependência direta da boa previsão da demanda, geradora das Receitas e que deve ser utilizada também como insumo para o planejamento de produção e logístico da empresa. Bodie e Merton (2002) discutem sobre a incerteza na geração de receitas futuras e apontam que “o risco relevante no cálculo [...] de um projeto é o risco dos fluxos de caixa”.



A reflexão acima pode ser reforçada, ao se considerar que todos os fatores produtivos, inclusive as pessoas, em uma empresa devem ser remunerados e, assim, representam, mais cedo ou mais tarde, saídas de recursos financeiros do seu caixa (Despesas ou Custos). A única fonte real de entrada de recursos financeiros (Receita), que será utilizada para recuperar todos os dispêndios feitos pela empresa (e gerar lucro), está fora dela e se chama cliente.

Fica consolidada, assim, a dependência da empresa aos clientes, que só comprarão (gerando receitas para a empresa vendedora) aquilo que julguem atender às suas necessidades e desejos. Daí o interesse, cada vez maior, das empresas em implementarem conceitos de *Marketing*, visto por Kotler (2002) como o processo de identificação das necessidades humanas e sociais e o seu atendimento, de maneira lucrativa.

As pessoas buscam produtos e serviços para satisfação de suas necessidades e desejos (declarados ou mesmo inconscientes). As empresas, por sua vez, criam e oferecem produtos e serviços, que só serão adquiridos se as pessoas os julgarem valiosos, por serem capazes de satisfazê-las. “A oferta alcançará êxito se proporcionar valor e satisfação ao comprador-alvo. O comprador escolhe entre diferentes ofertas com base naquilo que parece proporcionar o maior valor” (KOTLER, 2002, p.33). Claro que ter a sua oferta escolhida pelo cliente é fator indispensável à geração de Receitas para a empresa vendedora.

Considerando que “um gerente que adota o conceito de *marketing* enxerga a satisfação do consumidor como uma trajetória para os lucros” (PERREAULT; McCARTHY, 2002, p.23), agir de acordo com os ensinamentos de *marketing* deve ser visto como a principal diretriz de uma estratégia empresarial corporativa, na busca de sobrevivência, melhores performances, inclusive em indicadores de resultados financeiros, visando sua sustentabilidade. Kotler (2002, p.45) concorda, afirmando que “a principal meta da orientação de *marketing* é auxiliar organizações a atingir seus objetivos. No caso de empresas privadas, o objetivo maior é o lucro” e, logo em seguida, alerta:

empresas privadas não devem puramente objetivar lucros, mas alcançar lucros como consequência da criação de valor superior para o cliente. Uma empresa ganha dinheiro ao satisfazer as necessidades dos clientes melhor do que a concorrência o faz (KOTLER, 2002, p. 45).

Reforçando este ponto de vista, Churchil Jr. e Peter (2000, p. 14) argumentam que a compra só ocorrerá se, na percepção dos clientes, “(1) os benefícios das trocas excederem os custos e (2) os produtos e serviços oferecerem um valor superior em comparação com outras opções”.

A organização, então, deve buscar a satisfação de seus clientes, pois um cliente insatisfeito buscará outro vendedor e a empresa o perde; se a empresa o perde, perde a venda e perde receita; perdendo receita, não terá como reaver os valores investidos. Este pensamento pode ser traduzido na seguinte afirmativa categórica, em relação à importância da satisfação do cliente: “não importa o que você está vendendo, você tem que vender satisfação” (PRIDE; FERREL, 2001, p. 371, citando Stanley Marcus, presidente do conselho da Neiman Marcus).

No meio acadêmico, essas ideias originaram o *Marketing* de Relacionamento, cujo objetivo básico “é a construção e a manutenção de uma base de clientes comprometidos que sejam rentáveis para a organização” (ZEITHAML; BITNER, 2003, p. 15).

Kotler (2002, p. 68) comenta que as “empresas que buscam o crescimento de seus lucros e de suas vendas devem investir tempo e recursos consideráveis na busca por novos clientes”. Entretanto, os custos para atrair novos clientes são crescentes, esclarece o autor:

os clientes de hoje são mais difíceis de agradar. São mais inteligentes, mais conscientes em relação aos preços, mais exigentes, perdoam menos e são abordados por mais concorrentes com ofertas iguais ou melhores. O desafio [...] não é deixar os clientes satisfeitos; vários concorrentes podem fazer isso. O desafio é conquistar clientes fiéis (KOTLER, 2002, p. 68).

O autor alerta, ainda, que a condição básica para que uma empresa consiga reter sua base de clientes é mantê-los satisfeitos, acrescentando que o valor de um cliente satisfeito é crescente ao longo do tempo, pois

um cliente altamente satisfeito:

- Permanece fiel por mais tempo.
- Compra mais à medida que a empresa lança novos produtos ou aperfeiçoa produtos existentes.
- Fala favoravelmente da empresa e de seus produtos.
- Dá menos atenção a marcas e propaganda concorrentes e é menos sensível a preço.
- Oferece ideias sobre produtos ou serviços à empresa
- Custa menos para ser atendido do que novos clientes, uma vez que as transações são rotinizadas (KOTLER, 2002, p.70).

Com efeito, estudos sobre a lealdade de clientes mostram, dentre outras conclusões, que: a taxa de lucro por cliente tende a aumentar ao longo do tempo de retenção; que a atração de novos clientes pode custar até cinco vezes mais do que satisfazer e reter os clientes existentes; que as empresas perdem em média 10% de sua base de clientes a cada ano, de acordo com Reichheld, citado por Kotler (2002), levando as empresas a investirem em programas de monitoramento do nível de satisfação de clientes, projetos de melhoria de qualidade e de inovação de produtos e serviços, e em processos de fidelização de clientes.

Resta claro que a lucratividade da empresa deve ser considerada, pois ela deverá despende com a atração e manutenção do cliente um valor menor do que aquele advindo das relações negociais mantidas ao longo do período de relacionamento. Kotler (2002, p. 71) faz uma tentativa de estabelecer um algoritmo para estimar o **valor médio do cliente ao longo do tempo**, embora sem levar em consideração a necessidade de atualização do valor do dinheiro no tempo, da maneira a seguir descrita:

$$\begin{array}{l} \text{Valor médio} \\ \text{do cliente ao} \\ \text{longo do} \\ \text{tempo} \end{array} = \begin{array}{l} \text{Receita anual} \\ \text{gerada pelo} \\ \text{cliente} \end{array} \times \begin{array}{l} \text{Número médio de} \\ \text{anos de fidelidade} \\ \text{(esperado)} \end{array} \times \begin{array}{l} \text{Margem de lucro da} \\ \text{empresa (nos} \\ \text{produtos vendidos)} \end{array} \quad [ 4 ]$$

Fonte: Kotler (2002, p. 71).

Evidentemente, somente o uso intensivo de tecnologia da informação permite que tal métrica seja aplicada, via bancos de dados de relacionamentos com clientes e sistemas e programas computadorizados (tais como o CRM – *Customer Relationship Management*), cada vez mais populares.

Peppers e Rogers (2005, p. 9), por sua vez, incorporam a noção do valor do dinheiro no tempo, ao estabelecerem a métrica denominada por eles de **Valor Vitalício** (*lifetime value - LTV*) do cliente, como sendo “o valor presente líquido do fluxo de caixa futuro que uma empresa espera obter do cliente”. No entanto, estes teóricos não esclarecem como se efetuam as previsões necessárias.

A partir daí, outra métrica, destinada a medir as vantagens oriundas da fidelização de um cliente foi estabelecida por Peppers e Rogers (2005) - o **Retorno sobre Clientes (ROC - Return on Customer)**, conforme abaixo:

o retorno sobre investimento (ROI) quantifica o valor criado por uma empresa a partir de um determinado investimento. Mas como quantificar o valor que uma empresa gera a partir de seus *clientes*? [...] você precisa usar o indicador Retorno sobre Clientes (ROC). A equação do ROC é semelhante à do ROI. O ROC é igual ao fluxo de caixa corrente gerado por clientes, mais qualquer variação no ativo subjacente em clientes (*underlying customer equity*), dividido pelo ativo total em clientes no começo do período (Peppers e Rogers, 2005, p.8).

Note-se que apesar da semelhança acima apontada, o objeto de cada métrica é diverso: o ROI visa avaliar a eficiência com que o capital cria valor e o ROC pretende medir eficiência com que clientes criam valor. Ambos os indicadores têm o mesmo foco: a criação de valor, mas se considerando que, para muitas firmas, a base de clientes é um ativo mais valioso do que o próprio capital financeiro, o cálculo do ROC facilita reconhecer e acessar mais facilmente o caminho da criação de mais valor para seus acionistas.

Continuando a explicar seu algoritmo, os autores definem o termo ativo em clientes (*customer equity - CE*), como a soma de “todos os valores vitalícios dos clientes atuais e futuros de uma empresa” [...], “que representa o valor líquido, em números atuais, de todo o fluxo de caixa futuro que uma empresa espera venha a ser gerado por seus clientes” (PEPPERS; ROGERS, 2005, p. 9).

Assim, as métricas de origem mercadológica, como o ROC e o CE auxiliam os investidores empresariais a quantificar o montante de seus recursos financeiros podem (ou devem) ser utilizados para atingir objetivos pré-determinados quanto à rentabilidade financeira, em especial se forem aliadas e usadas de forma agregada à métricas tradicionais de cunho financeiro, como as técnicas de análise de investimentos anteriormente citadas, que visam determinar o valor máximo a ser aplicado, tendo retorno financeiro positivo.

Entende-se que as ideias acima carecem de análise acadêmica mais aprofundada, mas lançam a semente da integração de conceitos mercadológicos à análise financeira e estratégica, para melhorar a performance organizacional na criação de valor, valor este a ser dividido entre o valor agregado ao cliente e a lucratividade empresarial. Encontrar um ponto ótimo que permita a maximização do valor criado é um desafio estratégico atual. Como Peppers e Rogers (2005, p. 12) acreditam, “o ponto ótimo ocorre quando o Retorno sobre Clientes se encontra em seu valor máximo”.

Otuzi e Fortunato (2013, p.1), entre outros pesquisadores, apresentam estudo relacionando a satisfação do consumidor e o desempenho econômico-financeiro das empresas. Eles partem da ideia de que a detenção de uma base de clientes satisfeitos é essencial para a estratégia empresarial e que, uma vez que “consumidores satisfeitos são mais fiéis, são induzidos à recompra e pagam preços mais altos”, isso será um elemento de propulsão “da rentabilidade e valor de mercado”. Os resultados por eles obtidos, por meio do uso de “modelos dinâmicos de regressão múltipla em dados de painel”, referentes a índices da satisfação do consumidor americano - ACSI, de rentabilidade e de mercado, “mostram que a satisfação do consumidor se reflete positivamente nos índices”, destacando, assim, os efeitos dos “esforços de marketing na gestão das empresas”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O pressuposto central da presente análise é que a tomada da decisão de investimentos é facilitada, quando a empresa tem clientes fiéis, em decorrência de uma maior previsibilidade dos valores, inclusive pela existência de compras rotineiras, ensejando uma maior lucratividade.

Embora o retorno das despesas realizadas em programas voltados para monitorar e gerenciar a satisfação e a fidelização de clientes seja de difícil mensuração, estes gastos precisam ser tratados como investimentos, com critérios claros de avaliação. Esta ideia é também expressa em alguns livros desse início de século XXI, como, por exemplo, o de autoria de Peppers e de Rogers (2005) e o de Gupta e Lehmann (2006).

A partir do exposto no referencial teórico, pode-se considerar que contar com uma carteira de clientes fiéis agrega valor à empresa, através das compras rotineiras e crescentes, geradoras de maior lucratividade (pois custa menos fazer negócios repetitivos ou com quem já conhece a empresa), através da contribuição para a formação da boa imagem corporativa (propaganda boca-a-boca) e através da indicação de novos negócios.

Ressalte-se que a maior importância e o maior ganho em decorrência da fidelidade do cliente estão na maior previsibilidade do valor de suas compras, julga-se. Este fator colabora direta e fortemente para a redução da incerteza nos fluxos de caixas esperados pela empresa, o que vem a facilitar a tomada da decisão de investimento, que é um momento estratégico dos mais cruciais na vida organizacional.

Esta agregação de valor, a partir da base de clientes de uma empresa, pode ser entendida com fonte de ampliação de seu poder competitivo, como concluíram Otuzi e Fortunato (2013). Por outro lado, com a criação e ascensão de métricas de desempenho empresarial voltadas para os clientes, constata-se que as medidas financeiras tradicionais de retorno do investimento não são mais suficientes para avaliar o sucesso das firmas.

Faz-se necessário, contudo, maior aprofundamento teórico nos aspectos aqui abordados e o estabelecimento de métricas e modelos de análise apropriados, tal como um fator de redução da incerteza dos fluxos de caixa futuros ou até mesmo uma metodologia de construção do fluxo de caixa esperado de um projeto de investimentos, a partir de estimativas a respeito do valor presente das futuras relações negociais com clientes.

Para isso, considerar-se-ão conceitos originalmente desenvolvidos no âmbito do *marketing* de relacionamento, em especial para análise de programas de fidelização de clientes, tais como a métrica do Valor Vitalício do Cliente (*Customer Lifetime Value*) ou do Retorno sobre Clientes (ROC - *Return on Customer*), tratadas por Peppers e Rogers (2005).

Considera-se que as análises e reflexões feitas ao longo do presente artigo possam vir a auxiliar na gestão de negócios, no âmbito do mundo corporativo, ao aliar conceitos das áreas de Marketing e de Finanças. Havendo uma maior integração das filosofias norteadoras das respectivas áreas organizacionais, isso contribui para o preenchimento da lacuna que as separa, no dia-a-dia empresarial, em termos de foco e objetivos específicos, que muitas vezes causa atritos e desgastes administrativos desnecessários. Essas áreas podem ser consideradas os dois lados de uma só moeda: o processo de geração de valor para os acionistas e clientes – um não existe sem o outro.

No processo de criação de valor, a área de Marketing fornece condições para a produção e sustentabilidade do valor, enquanto a área de Finanças o administra e busca maximizá-lo, sendo, então, áreas complementares. Na medida em que se demonstre o relacionamento entre conceitos fundamentais destas duas disciplinas, acredita-se, adicionalmente, que se estará,

também, contribuindo para o avanço, a integração e evolução do pensamento teórico na ciência da administração.

#### **4 Referências**

BASSO, Leonardo F. C; GRAMCIANINOV, Sérgio. *Economic Value Added - EVA - uma ferramenta para uma administração eficiente*. In: XXXI Encontro da ANPAD - EnANPAD, 2007, Rio de Janeiro-RJ. **Anais...** Rio de Janeiro-RJ, ANPAD, 2007. CD-Room.

BODIE, Zvi; MERTON, R. C. **Finanças**. 1ª ed. - revista e ampliada. Porto Alegre: Bookman, 2002.

CHURCHIL JR, Gilbert; PETER, J. P. **Marketing: criando valor para o cliente**. São Paulo: Saraiva, 2000.

FARRIS, P.; BENDLE, N.; PFEIFER, P.; REIBSTEIN, D. *Marketing metrics: the definitive guide to measuring marketing performance*. 2a. ed. New Jersey: Pearson Education, 2010.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Editora Harbra, 2002.

GITMAN, Lawrence J.; MADURA, Jeff. **Administração financeira – uma abordagem gerencial**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2003.

GUPTA, Sunil; LEHMANN, Donald R. **Gerenciando clientes como investimentos: o valor estratégico dos clientes a longo prazo**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: a edição do novo milênio**. 6ª. Reimpressão. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

OTUZI, R.; FORTUNATO, G. Satisfação do consumidor, rentabilidade e valor ao acionista. In: XXXVII Encontro da ANPAD - EnANPAD, 2013, Rio de Janeiro-RJ. **Anais...** Rio de Janeiro-RJ, ANPAD, 2013. CD-Room.

PEPPERS, Don; ROGERS, Martha. **Retorno sobre clientes: criando o máximo de valor sobre o seu recurso mais escasso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PEPPERS, Don; ROGERS, Martha. ROC - você cria ou destrói valor? **1to1 Weekly**, ed. 01 de fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://www.1to1.com.br/>>. Acesso em: 02 /02/2007.

PERREAULT, W.D.; MCCARTHY, E. J. **Princípios de Marketing**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

PRIDE, William M.; FERREL, O. C. **Marketing – conceitos e estratégias**. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

RIBEIRO, Fábio P. A construção da riqueza através do relacionamento e da integração entre cliente e caixa: os 2 C's da gestão em finanças e marketing. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo: PPGA/FEA/USP, v.11, n°1, p. 51-61, jan./mar 2004.

ROSS, S.A., WESTERFIELD, R.W.; JORDAN, B. D. **Princípio de administração financeira.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ZEITHAML, Valarie; BITNER, Mary Jô. **Marketing de Serviços:** a empresa com foco no cliente. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

**Capítulo 10 - DOI:10.55232/1083002.10**

## **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19**

**Bianca Patricia Gandini Ling**

**RESUMO:** Contrarreformas trabalhistas e previdenciárias afetam a economia e a sociedade, sendo os trabalhadores os maiores afetados nesses processos em que, ainda que vulneráveis na relação trabalhista, são ignorados pelo Estado que fragiliza seus direitos em detrimento da sustentação da economia e reestruturação do capitalismo, precarizações essas que restaram evidenciadas com a pandemia da COVID-19. A presente pesquisa tem como objetivo geral debater sobre a precarização do mercado de trabalho e suas dimensões sob o aspecto das medidas sanitárias de prevenção à COVID-19 e todas as ocorrências e adoções impostas durante a pandemia, assim, foram propostos três objetivos específicos: contextualizar o trabalho no Brasil; sintetizar as principais mudanças ocasionadas na vida do trabalhador com as medidas adotadas no combate à pandemia e relacionar os impactos da COVID-19 e suas medidas de combate com a precarização do trabalho durante a pandemia. Como metodologia, foi utilizada a pesquisa descritiva, com viés qualitativo, a partir de levantamento bibliográfico de finalidade básica pura, no intuito de aprofundar o conhecimento científico sobre o tema. Como resultado, foi obtido que o Brasil se encontra em declínio constante da formalidade, havendo a necessidade de políticas públicas e intervenções governamentais para proteção e garantia dos direitos constitucionais fundamentais aos trabalhadores para que a exploração da mão de obra não seja sucateada e não se tenha a precarização do trabalho como regra. Conclui-se pelo atingimento de todos os objetivos propostos e a solução para o problema de pesquisa, recomendando-se que em pesquisas futuras sejam realizadas pesquisas de campo voltadas a análise concreta sobre os impactos da pandemia e sua colaboração para a precariedade do trabalho, demonstrando seus resultados.

**Palavras-chave:** Precarização do trabalho, Neoliberalismo, COVID-19

## **1 - O TRABALHO NO BRASIL – CAPITALISMO, NEOLIBERALISMO E AUSTERIZAÇÃO**

O neoliberalismo, traduzido na origem de uma nova vertente racional responsável por uma nova percepção do mundo, compõe o processo de reestruturação do capital que, por sua vez, gera a precarização do trabalho, no Brasil, iniciando-se ainda durante a década de 70 com a regulação fordista que permitiu diversas contrarreformas, dentre elas, reforma neoliberal fortemente presente até o ano de 2008 quando se instalou uma nova crise no país, engatilhada pelo acúmulo de problemas de desigualdades sociais, raciais e de gênero que não foram devidamente resolvidos no capitalismo. (LEITE, 2020)

Desde meados dos anos 1970, o capitalismo mundial entra em uma nova dinâmica, em resposta à erupção de sua crise estrutural, com contrastes eminentes em face dos parâmetros econômicos e políticos do período anterior. Do ponto de vista econômico, há a queda da taxa de lucros, revelando a obsolescência dos mecanismos da articulação taylorismo/fordismo/keynesianismo para o controle de sua tendência decrescente; do ponto de vista político, esgota-se o modelo de Bem-Estar, uma vez que, como reflexo da taxa de lucros, o Estado capitalista se volta, com ainda mais intensidade, à sua função econômica, ratificando sua condição de lastro para o grande capital. (SOUZA, 2021, p. 2)

O crescimento econômico brasileiro derivado de uma série de políticas de desenvolvimento governamentais durante os anos de 2003-2015, juntamente com políticas sociais distributivas que ampliaram o poder aquisitivo populacional foi responsável pela redução substancial do desemprego chegando a 6% no ano de 2013, cenário revertido em 2015 com a nova crise econômica e política ocasionada com o impeachment presidencial, elevando-se exponencialmente e continuamente com a nova dinâmica do governo suplente marcado por nova ascensão neoliberal por vários contrarreformas para flexibilização da proteção e exploração do trabalhador, chegando a 20% do índice de desemprego.

A reforma trabalhista ocorrida em 2017, pela legalização de prática mercadológicas que permitiram ações antes vistas como ilegais e fraudulentas, através do favorecimento da negociação individual, enfraquecimento dos sindicatos e



fragilização da estrutura do mercado trabalhista, foi um marco negativo aos direitos trabalhistas, sobretudo, aos trabalhadores em prol de seus empregadores, retroagindo as proteções do trabalhador para retomada de controle total do trabalho, permanecendo nessa alçada em todas as reformas posteriores. (BRIDI, 2020)

No caso do Brasil, entre os argumentos justificadores da contrarreforma trabalhista – em comum nos anos 1990 e 2017 – estava a tese da “modernização” da legislação com vistas a adequar a lei as “novas” configurações do trabalho e dos mercados de trabalho flexíveis e desregulados. A tese da criação de empregos e de melhoria da qualidade do trabalho também foi fartamente utilizada pelos agentes do mercado, das mídias e por políticos conservadores. Todavia, os estudos que vem monitorando os seus efeitos demonstram abundantemente as promessas não cumpridas. (BRIDI, 2020, p. 145)

A desconstrução das políticas sociais pelo neoliberalismo resta evidente através de ações que nitidamente visam a redução das políticas públicas sem se preocupar com os impactos na concretização de direitos sociais constitucionais, mesmo que derivados de tratados internacionais pela humanização da pessoa que deve ser protegida, inclusive, em seu âmbito trabalhista, violando-se os direitos dos cidadãos sem qualquer pudor. (ARAUJO; CORREIA; COSTA, 2021)

Tem-se, portanto, o crescimento e promoção da informalidade no trabalho, deteriorando o mercado e precarizando o trabalho, assim, ao contrário do empregado, “essa “reforma” colocou os trabalhadores à mercê da demanda dos empregadores, ampliando ainda mais o poder das empresas” (BRIDI, 2020, p. 146), asseverando-se ainda mais com a nova presidência em 2018 e o neoliberalismo que a acompanha, ampliando-se as reformas que favorecem o mercado e extinguindo importantes instituições de proteção e regulamentação de direitos trabalhistas pelo argumento da austeridade.

A Constituição Brasileira vigente, desde 1988, afirma no artigo VI que a assistência aos desamparados é um direito social, entretanto, a Constituição não é cumprida e os direitos humanos seguem sendo ignorados, omitidos e negados para a classe trabalhadora que continua sofrendo com as contradições entre as forças produtivas e se encontra socialmente vulnerável. (ARAUJO; CORREIA; COSTA, 2021, p. 3)

A partir da defasagem das condições de trabalho, o neoliberalismo e o capitalismo são reinventados, nesse sentido, além das diversas crises políticas e econômicas, o Brasil é alvo de uma crise sanitária que eleva o desemprego há 13,9

milhões de pessoas, levando as pessoas a encontrar alternativa para sobrevivência e subsistência, decorrência da reestruturação do capitalismo em que se sobressai a subproletarização e a flexibilização dos direitos essenciais do trabalho. (SALVAGNI; COLOMBY; CHERON, 2021)

As crises não são uma exceção na dinâmica capitalista. É explicada pela fase de acumulação que a precede. Sua possibilidade de deflagração está contida desde o nível mais abstrato até o mais concreto no processo de desenvolvimento da economia capitalista. A contradição entre produção e consumo, gerada por meio da anarquia da produção, origina um processo cumulativo de tensões que se resolve nas crises econômicas. À vista disso, no centro nevrálgico da crise encontra-se a acumulação de capital, que por sua vez incide na aplicação da mais-valia para a ampliação e reprodução do processo produtivo que se dá através da compra de meios de produção e força de trabalho de modo imperativo. Isto quer dizer, que a acumulação para se realizar, necessita que uma parte da mais-valia seja consumida produtivamente. À vista disso, a pulsão à valorização do capital nunca tem limites, resulta sempre na busca por massas de capitais cada vez maiores à custa de rapinagem e expropriações que se agigantam sob a classe trabalhadora e a vida social de maneira cada vez mais avassaladora. (GOMES; LIMA; CARVALHO, 2021, p. 152)

Afirma-se, assim, que a precarização do mercado de trabalho precede a pandemia, todavia, ainda assim, com a ocorrência da crise sanitária do COVID-19, os percentuais de desemprego chegaram à 29,1% no ano de 2020, aprofundando-se e repercutindo em diversas dimensões sociais (BRIDI, 2020), assim, “a precarização do trabalho, que vem se desenhando há muito tempo, caracterizou uma dinâmica de dificuldades para o enfrentamento da pandemia, ao passo que a pandemia tem servido de mediação para exponenciação da precarização.” (SOUZA, 2021, p. 3)

O neoliberalismo intensificou a exploração dos trabalhadores, e, cada vez mais, vem sucateando os seus direitos. Por meio das contradições do sistema capitalista, as expressões da questão social estão cada vez mais evidentes, uma vez que, o sistema capitalista não consegue garantir a implementação dos direitos humanos nem assegurar a existência de uma sociedade igualitária. A precarização do trabalho estrutura a violação dos direitos humanos mediante a implementação das políticas neoliberais de combate à crise estrutural do capital. Essas políticas neoliberais assumem o lugar das políticas sociais que são consideradas como um gasto demasiado, e, visando impulsionar o sucateamento delas, se direcionam ataques, fragilizando ainda mais os direitos da classe trabalhadora. (ARAUJO; CORREIA, COSTA, 2021, p. 4)

Nesse viés, o atual cenário brasileiro faz com que a visão neoliberal seja questionada, pois, em análise as questões da epidemia, mostra-se o pensamento de que “se o Estado pode, por meio da solidariedade social e esforço coletivo, mobilizar

recursos para vencer o vírus, pode também vencer mazelas sociais como a miséria, a falta de moradia, o desemprego, os desafios ambientais” (LEITE, 2020, p. 6), nesse sentido, o combate as questões sociais que se apresentam como desafio governamental poderiam ser resolvidos a partir do empenho e solidariedade social, utilizando-se da crise sanitária ocasionada pelo coronavírus como momento histórico inflexivo.

Assim, “o esforço consciente de uma pessoa (física e/ou espiritual) que visa criar um resultado útil (produção de bens ou prestação de serviços) para satisfaz as suas necessidades (materiais, sociais, psicológicas)”, resultante no conceito de trabalho, tem sua inquestionável importância como base da vida humana, ante a importância ao desenvolvimento e resposta à questões das vivências, tornando-se crucial ao funcionamento da pessoa, garantindo sua sobrevivência biológica e aceitação social, além da ressaltar suas particularidades, permitindo a busca pela autoconsciência (ANTONACOPOULOU; GEORGIADOU, 2020), ainda assim, sua relevância tem sido desmoralizada e precarizada há anos, evidenciando-se com a crise sanitária da COVID-19 e as medidas de trabalho por ela impostas.

## **1 A PANDEMIA DA COVID-19 E AS NOVAS MEDIDAS DE TRABALHO**

A reforma trabalhista representa um retrocesso aos direitos arduamente adquiridos pela classe trabalhadora, trazendo desequilíbrio e desvantagem a parte vulnerável da relação empregatícia, todavia, a declaração da pandemia em março de 2020 causou ainda mais impactos sociais e econômicos, afetando diretamente as rotinas de trabalho pela imposição das medidas de distanciamento social, evitando contágio e proliferação do vírus, novamente, prejudicando o trabalhador que é o mais impactado e fragilizado dada as circunstâncias e protocolos de saúde.

Como consequência das medidas preventivas, o isolamento social gerou recessão econômica, desemprego, diminuição ou extinção de rendas, o que afetou drasticamente a parte mais vulnerável, que é o trabalhador. A pandemia trouxe ao debate a situação de fragilidade dos trabalhadores formais, a condição dos trabalhadores informais, a depender dos recursos da Previdência Social. (SANTIAGO, 2020, p. 18)

Embora o primeiro caso de contaminação no Brasil tenha sido identificado no final do mês de fevereiro de 2020, já haviam centenas de casos em outras localidades

do mundo e, com o avanço do vírus e sua expansão geográfica, tornou-se uma grande ameaça a população mundial, classificando-se como uma pandemia (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

Diante dessa ameaça, por meio do Decreto n° 10.211, em janeiro de 2020, foi tomada a primeira medida presidencial no País em relação a pandemia, decretando o Grupo Executivo interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional – GEI-ESPII, coordenado pelo Ministério da Saúde e composto por representantes de vários Ministérios como o da Defesa da Justiça e de Relações Exteriores, além do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a ANVISA e a Casa Civil (BRASIL, 2020), revogando o anterior Decreto 06/2010.

O GEI-ESPII foi instituído com o intuito de acompanhar, propor e articular medidas de preparação e de enfrentamento às emergências em saúde pública que tenham abrangência nacional e internacional, como é o caso do Covid-19, cabendo ao Grupo a alocação de recursos e a definição de critérios para implementação das medidas necessárias, além da elaboração de relatórios das situações para ciência de todos os Estados (BRASIL, 2020a).

Com a dimensão da infecção viral, em fevereiro de 2020 o Ministério da Saúde declarou estado de emergência em saúde pública e, por meio da Portaria n° 188/2020, estabeleceu o Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública – COE-nCoV, como mecanismo nacional de resposta a emergência causada na saúde pelo coronavírus, cabendo ao Centro o planejamento, organização, coordenação, controle e articulação de medidas a serem empregadas, assim como a divulgação e publicização de informações relativas ao vírus à população (BRASIL, 2020b).

Após um mês, foi decretado pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo n° 06/2020, o estado de calamidade pública, com efeito até 31 de dezembro de 2020, encontrando-se, atualmente, em trâmite na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n° 566/2020 para prorrogação do estado de calamidade pública (BRASIL, 2020c).

Com o estado de emergência declarado, medidas passaram a ser tomadas pelo Governo Federal, impactando em toda a estrutura social e de mercado, assim, em março de 2020, foi editada a Medida Provisória n° 927/2020, produzindo efeitos entre 22 de março de 2020 a 19 de julho de 2020, para tratar as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública, visando a preservação do emprego

e da renda, tendo em vista as medidas de distanciamento social implementadas pelo Governo.

Dentre as medidas a serem adotadas pelas organizações, estão as listadas no artigo 3º de mencionado Decreto:

Art. 3º Para enfrentamento dos efeitos econômicos decorrentes do estado de calamidade pública e para preservação do emprego e da renda, poderão ser adotadas pelos empregadores, dentre outras, as seguintes medidas:

I – o teletrabalho;

II – a antecipação de férias individuais; III – a concessão de férias coletivas;

IV – o aproveitamento e a antecipação de feriados; V – o banco de horas;

VI – a suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho;

VII – o direcionamento do trabalhador para qualificação; e

VIII – o diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Assim, de forma imediata, as empresas e os trabalhadores foram obrigados a mudar toda a sua estrutura de trabalho, passando ao regime de trabalho remoto ou outras formas diversas da presencial que priorizassem a distância ou, até mesmo, paralisar os seus serviços, ocasionando mudanças estruturais, operacionais, financeiras, procedimentais e psicológicas.

Com a ausência de conversão em lei, a Medida Provisória em questão perdeu seu efeito, sendo substituída pela MP 936/2020, convertida na Lei nº 14.020/2020, responsável pela criação de benefícios emergenciais de preservação do emprego e da renda, reduções nas jornadas de trabalho e de salário e suspensões temporárias de contratos de trabalho, buscando medidas complementares de auxílio às organizações e as pessoas para enfrentamento e cumprimento dos protocolos do estado de calamidade pública (BRASIL, 2020d)

Ato contínuo, por meio da MP 944/2020, convertida na Lei nº 14.043/2020, foi instituído o Programa Emergencial de Suporte e Empregos, destinados a realização de operações de créditos para concessão de linhas à empresários, sociedades simples, empresárias, cooperativas, organizações da sociedade civil e empregadores rurais (BRASIL, 2020e), além da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN nº 154/2020 que prorrogou os prazos de pagamento de tributos no âmbito do Simples Nacional em razão da pandemia (CGSN, 2020), com o objetivo de minimizar

os impactos dos prejuízos econômicos às organizações e preservação dos contratos de trabalhos.

Desta forma, impõe-se não apenas sobre as empresas, mas como aos trabalhadores a efetivação de mudanças repentinas e imediatas em sua forma de trabalho, sendo profundamente impactados pela ausência de estrutura, amparo emocional e material, falta de acesso e questões familiares e financeiras, como expõem Oliveira e Ribeiro (2021):

A pandemia de COVID-19 suscitou ações de prevenção que impactaram fortemente a vida, a saúde e o trabalho. Entre elas o distanciamento físico, o fechamento de setores da economia, a adoção do trabalho remoto e as medidas de higiene pessoal. Além das consequências biomédicas, a pandemia trouxe consigo desemprego, precarização das condições e vínculos de trabalho, aumento da jornada sem aumento dos rendimentos, custos adicionais para os trabalhadores e problemas psicoemocionais. (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2021, p. 1)

Das variadas consequências das medidas sanitárias, as questões relacionadas a emprego se destacam, isso porque em um cenário onde o desemprego já era expressivo, torna-se um problema ainda maior quando influenciado por uma crise sanitária global que acompanha a precariedade do trabalho.

## **2 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19**

Embora o resultado alarmante, uma pandemia ocasionada por vírus já era esperada por cientistas e pela OMS, ante a elevada capacidade de difusão em escala global e, uma vez ocorrida, evidenciou os limites sociais impostos pelo capitalismo neoliberal fortemente presente no Brasil há mais de quarenta anos.

A pandemia de *SARS-Cov-2* possui a capacidade de explicitar, visibilizar e elucidar as profundas desigualdades e fragilidades das sociedades capitalistas, ou seja, ela é capaz de exacerbar a capacidade destrutiva e insustentável do modo de produção capitalista e suas profundas desigualdades, fundadas em classe, gênero, raça/etnia, sexualidade, geração e demais marcadores sociais da diferença. (LEITE, 2020, p. 2)

Países com sistema público de saúde como o Brasil, embora não encontrem tantas dificuldades de acesso à saúde, deparam-se com outros empecilhos como política de austeridade provenientes do neoliberalismo enraizado na cultura brasileira, além da escassez de insumos no mercado e das desigualdades sociais que fazem

com que o impacto da pandemia seja sentido de forma diversa dentro de um mesmo território:

No mundo todo e, particularmente no Brasil, o impacto da *Covid-19* não é o mesmo para todos(as) trabalhadores(as), refletindo e reforçando as desigualdades e desequilíbrios já existentes no interior do mercado de trabalho entre um núcleo de trabalhadores mais estáveis – com seus empregos mais regulamentados – e uma vasta massa de trabalhadores que viram, ao longo dos anos, mudanças que consentiram em: maior flexibilidade funcional, numérica e salarial; formas mais arbitrárias de contratação da mão de obra em relação aos prazos, horários de trabalho e salários; amplo processo de terceirização, subcontratação, trabalho por metas e/ou projetos com expressivo enxugamento do quadro de funcionário das empresas; uso cada vez mais intenso do trabalho intermitente – hoje plenamente (des)regulado no Brasil – intensificação da chamada ‘pejotização’; do trabalho *part-time*. (LEITE, 2020, p. 10)

Questões de grande dimensão como uma pandemia, por sua escala global, geram a crise estrutural do capitalismo, conseqüentemente, aumenta-se a produtividade e competitividade no mercado, assim como a precarização do trabalho ante a busca de resguardo pelas corporações, ainda que, para tanto, seja necessário suprimir direitos e condições de trabalho, portanto, uma vez que a reestruturação do capital é intensificado em quadros de crise, promove-se o trabalho informal como ação derivada e tentativa imediata de manutenção, deixando celeremente de ser uma exceção. (NAVARRO; LOURENÇO, 2013)

Sobre o assunto:

[...] as forças de trabalho, em muitas partes do mundo, são socializadas há muito tempo para se comportarem como bons sujeitos neoliberais, o que significa culpar a si mesmas ou a Deus se algo der errado, mas nunca ousar sugerir que o capitalismo pode ser o problema. Mas mesmo bons indivíduos que defendem o neoliberalismo podem ver que há algo errado com a maneira como esta pandemia está sendo respondida. (SALVAGNI; COLOMBY; CHERON, 2021, p. 162)

Ainda sobre o assunto:

O resultado deste enorme processo de precarização estrutural do trabalho, ao atingir a classe trabalhadora dos países avançados, gerando a erosão dos seus empregos e a corrosão das suas condições de trabalho, não poderia ser outro: junto com a mundialização do capital, estamos presenciando a mundialização das lutas sociais. (NAVARRO; LOURENÇO, 2013, p. 24)

Segundo Guy Standing (2014), o crescimento da precarização do trabalho ocorre devido a transformação gerada pela globalização que desestrutura a sociedade

pela economia pelas mudanças políticas e institucionais, visando, exclusivamente, o crescimento econômico, tratando tudo e a todos como “mercadoria”, incluindo a força de trabalho que se sujeita ao mercado pela ausência de opções, todavia, os trabalhadores, muitas vezes, também podem se apresentar como contribuinte, ainda que indireto, na permanência do precarizado, isso porque a busca pela flexibilidade é uma ação que reflete nesse aspecto do trabalho, sobrepondo-se aos direitos e segurança empregatícia.

No atual cenário político brasileiro, tem-se a ausência de abdicação da visão neoliberal, mesmo durante a pandemia, permanecendo o governo na posição de resguardo as grandes empresas e desprezo a instituições e instrumentos de político- econômica imprescindíveis no combate à crise sanitária, excluindo e desamparando as minorias que colaboram com a economia, como as ME e EPPs, mesmo essas representando 99% da economia do país:

Deste modo, observou-se, ao longo dos últimos anos, no Brasil e no mundo, o avanço da implementação de políticas que degradaram os direitos trabalhistas por meio da redução dos custos salariais, da flexibilização de normas e leis protetoras do trabalho, ao mesmo tempo que expandiram a adoção de mecanismos não apenas de proteção ao mercado, mas de ampliação da esfera de seu domínio, adentrando e mercantilizando áreas como educação, saúde, cuidado, previdência, cultura, água, saneamento básico. (LEITE, 2020, p. 5)

Tais mudança na estrutura de trabalho causa o chamado por Standing (2014) de “desmantelamento profissional”, traduzido na interferência capacitiva para desenvolvimento de potencial necessário ao crescimento profissional, o que significa que a precarização do trabalho colabora para que mais pessoas deixem de visar o crescimento pessoal e profissional em detrimento de custeio de sobrevivência.

Nesse sentido, tem-se que a pandemia não foi a responsável pela precarização do mercado de trabalho, mas sim um fenômeno econômico, originado de problemáticas antigas que, com a dimensão da COVID-19, intensificou-se nas dificuldades de enfrentamento da pandemia onde se promoveram medidas de informalidade do trabalho, englobado pelo argumento da flexibilidade necessária ao isolamento.

O trabalho formal é uma atividade profissional regulamentada pelo Estado, oficializada pela CLT (Consolidação das leis de trabalho), portanto os trabalhadores com carteira assinada dispõem de proteção e amparo pelas leis trabalhistas. No trabalho informal, por sua vez, os profissionais não



possuem esse vínculo, e logo não contam com os benefícios trabalhistas, tais como férias, aposentadoria, seguro desemprego, dentre outros.

O desemprego, tanto estrutural como o conjuntural se apresenta como uma causa econômica para a informalidade. Muitos trabalhadores perdem o emprego por não conseguirem se readequarem às exigências postas pelo mercado, ou em outros casos são de fato substituídos por uma mão-de-obra de menor custo, bem como, a baixa qualificação também inviabiliza a garantia de um emprego formal. (ARAÚJO; BRANDÃO, 2021, p. 103-104)

A flexibilidade das políticas de trabalho são benéficas as corporações e empregadores, isso porque, pelo pensamento capitalista, não se visa gerar empregos, mas sim os resultados que são possíveis através da exploração da mão de obra proletária, assim, uma vez que as exigências de mercado se apresentam limitadas e escassas, os trabalhadores se veem coagidos a se submeter as ofertas, apresentando-se o trabalho informal como tendência da contemporaneidade, frágil e precária, violando as regulamentações de trabalho, uma vez que apresenta aos trabalhadores uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho que se encontra cada vez mais dificultoso em via formal:

A deslocalização traduzida como independência cria para o trabalhador a ilusão de autonomia por não estar dentro de uma empresa submetido a uma vigilância direta do empregador. No entanto, segundo a autora, trata-se de uma falsa autonomia, na medida que o trabalho é executado sob um rigor por resultados, marcado pelo desassalariamento e pela precariedade, em que o tempo de trabalho socialmente necessário continua sendo determinante. Sendo assim, o objetivo do capital é que o trabalhador produza mais-valia, ou seja, que sua produção contenha o máximo de trabalho não-pago. (ARAÚJO; BRANDÃO, 2021, p. 104)

Todas essas questões são responsáveis não apenas pela inserção, como pela manutenção e permanência da precariedade laboral e a substituição da regra para a informalidade no mercado de trabalho. (LEITE, 2020)

Além das questões do capitalismo, neoliberalismo e austeridade, em meio ao mercado de trabalho reestruturado e desvantajoso à classe, o trabalhador enxerga na informalidade uma oportunidade de subsistência em detrimento do distanciamento social e as consequências negativas que suas medidas causaram ao trabalho como a redução salarial e até mesmo o desemprego. (MACHADO; STAMPA, 2021)

Assim, destaca-se o capitalismo como forma de exploração do trabalho, posicionamento esse que apenas foi evidenciado com a políticas de saúde e demais ocorrência durante a pandemia da COVID-19, havendo a necessidade de ações ativas e políticas públicas efetivas de iniciativa do Governo Federal para que essas injustiças

e precariedade da mão de obra do trabalhador não seja explorada de forma primitiva e retrógrada, garantindo o mínimo digno e essencial e o cumprimento de direitos destinados a pessoa humana e em seu papel de trabalhador.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando a pesquisa foi iniciada, constatou-se que as crises econômicas, políticas e sanitárias geram grandes impactos na classe trabalhadora que se encontra na posição de vulnerabilidade na relação trabalhista, ainda assim, nos últimos anos, seus direitos e garantias são constantemente e deliberadamente violados, inclusive com amparo legal, para que o capitalismo neoliberal, através das grandes corporações, possa ser sustentado, sacrificando-se o proletariado que se encontra injustiçado e desamparado.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral debater sobre a precarização do mercado de trabalho e suas dimensões sob o aspecto das medidas sanitárias de prevenção à COVID-19 e todas as ocorrências e adoções impostas durante a pandemia.

Após a análise dos resultados e as discussões, constatou-se que tal objetivo foi atingido, pois a pesquisa conseguiu demonstrar que a situação da precarização no mercado de trabalho é alarmante e a COVID-19 serviu de evidência para demonstrar o despreparo do país e o sacrifício de direitos dos trabalhadores que estão cada vez mais fragilizados e flexibilizados com base na modernização das formas e resgate da economia.

A pesquisa iniciou a partir da hipótese de que a precarização do trabalho se consubstancia em algo corriqueiro e habitual na atualidade, todavia, sua normalização representa retrocesso pela aceitação da violação dos direitos constitucionais, em aspectos humanitários, sociais e trabalhistas, ainda assim, em um cenário pandêmico, a precarização demonstrou seu ímpeto, prejudicando ainda mais os trabalhadores que, fragilizados, são compelidos a aceitar as condições defasadas e degradantes impostas para subsistência, visto o desamparo estatal na ausência de políticas públicas e ação efetiva de assistência e acesso.

Com a finalidade básica pura, no intuito de aprofundar o conhecimento científico sobre a temática proposta, com o objetivo de pesquisa descritiva, foi utilizado como metodologia no estudo a abordagem qualitativa, onde se buscou uma análise

valorativa de materiais previamente levantados por meio do procedimento bibliográfico em pesquisa realizada em plataformas oficiais de pesquisa científica e indicações bibliográficas da disciplina, partindo de um método hipotético-dedutivo, onde se formulou a hipótese mencionada, buscando responder ao problema de pesquisa proposto.

Diante da metodologia proposta, qual seja, a pesquisa científica, conclui-se, a partir do debate proposto a necessidade de urgente implementação de políticas públicas efetivas que visem a proteção do emprego e da renda informal, permitindo a subsistência de trabalhadores durante os momentos de crise, desenvolvendo-se para abdicar da austeridade e promover ações sociais, evitando que a precariedade sirva de regra que sucateia a mão de obra e retroaja aos primórdios onde não se haviam direitos aplicados a essa classe, fazendo com que a Constituição seja, de fato, cumprida devidamente pelo Estado, ficando como recomendação para pesquisas futuras a realização de pesquisas de campo voltadas a análise concreta sobre os impactos da pandemia e sua colaboração para a precariedade do trabalho, demonstrando seus resultados.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGÊNCIA BRASIL. Primeiro caso de covid-19 no Brasil completa um ano. **Agência Brasil**, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-completa-um-ano>. Acesso em: 12 jan. 2022.

ANTONACOPOULOU, Elena P.; GEORGIADOU, Andri. Liderando através do distanciamento social: o futuro do trabalho, das corporações e da liderança em casa. **Gênero, Trabalho e Organização**, [S. l.], v. 28, p. 749-767, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/gwao.12533>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ARAÚJO, Iara Soares de; BRANDÃO, Viviane Bernadeth Gandra. Trabalho e renda no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, v. 18, n 2, p. 97-111, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/2545>. Acesso em: 14 jan. 2022.

ARAÚJO, Eduarda Samanda Reis; CORREIA, Layza Carla Alves de Almeida; COSTA, Rebeca de Souza. Questão social, direitos humanos e precarização do trabalho: Uma Análise dos Impactos diante da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosgepe/article/view/252893>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.211, de 30 de janeiro de 2020**. Dispõe sobre o Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional

e Internacional – GEI-ISPII. Brasília: DF, Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10211.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10211.htm). Acesso em: 12 jan. 2022.

**BRASIL. Portaria n° 188, de 3 de fevereiro de 2020.** Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Brasília: DF, Ministério da Saúde, Gabinete do Ministro, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso em: 12 jan. 2022.

**BRASIL. Medida Provisória n° 927, de 22 de março de 2020.** Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. Brasília: DF, Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/mpv/mpv927.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv927.htm). Acesso em: 12 jan. 2022.

**BRASIL. Lei n° 14.020, de 6 de julho de 2020.** Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1° de março de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência de República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L14020.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14020.htm). Acesso em: 12 jan. 2022.

**BRASIL. Lei n° 14.043, de 19 de agosto de 2020.** Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14043.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14043.htm). Acesso em: 12 jan. 2022.

**BRASIL. Decreto Legislativo n° 6, de 2020.** Reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem n° 93, de 18 de março de 2020. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/DLG6-2020.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm). Acesso em: 12 jan. 2022.

**BRASIL. Projeto de Decreto Legislativo n° 566/2020.** Porroga a vigência do Decreto Legislativo n° 6, de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem n° 93, de 18 de março de 2020. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2020. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=226769>

3. Acesso em: 12 jan. 2022.

BRIDI, Maria Aparecida. A pandemia Covid-19: crise e deteriorização do mercado de trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 34, n. 100, p. 141-165, 2020.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/178763/165381>. Acesso em: 10 jan. 2022.

COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL. **Resolução nº 154, de 03 de abril de 2020**. Dispõe sobre a prorrogação de prazos de pagamento de tributos no âmbito do Simples Nacional, em razão da pandemia da Covid-19. Brasília: Presidente do Comitê 2020. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?naoPublicado=&idAto=108368&visao=anotado>. Acesso em: 12 jan. 2022.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 969-978, jul./ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjzrDwgDJYKcdhNt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GOMES, Cláudia Maria Costa; LIMA, Fabiana Alcântara; CARVALHO, Liana Amaro Augusto de. Crise do capital e precarização do trabalho: o Brasil em tempos de Covid-19. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 49, p. 149-172, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/51124/51124.PDF>. Acesso em: 14 jan. 2022.

LEITE, Kelen Christina. A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, [S. l.], n. 32., p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/5kJx53cdZNmRDWfrmNW76cD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MACHADO, Ana Caroline Gimenes; STAMPA, Inez. Precarização do trabalho no cenário pandêmico e seus impactos sobre a classe trabalhadora. In: LOLE, Ana; MACHADO, Ana Caroline Gimenes; VIEGAS, Cristiane Moura; AMARAL, Luciane (Orgs.). **Diálogos sobre trabalho, serviço social e pandemia**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2021. p. 26-35.

NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Orgs.). **Avesso do trabalho III: Saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. 1 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, Graziella Lage; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto. Relações de trabalho e saúde do trabalhador durante e após a pandemia de COVID-19. **Cad. Saúde Pública**, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 1-3, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/WrR7hGgrFKb7p4GGgvcRYBG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SALVAGNI, Julice; COLOMBY, Renato Koch; CHERON, Cibele. Em contexto de pandemia: entregadores de aplicativos, precarização do trabalho, esgotamento e mobilização. **Simbiótica**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 149-169, out. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/36817>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SANTIAGO, Josemir Costa. **Direito do trabalho:** impactos da covid-19 pós-reforma trabalhista. Artigo Científico (Especialização em Prática Previdenciária e Trabalhista). 27 f. Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza – UNIFAMETRO, Fortaleza, 2020. Disponível em: [http://repositorio.unifametro.edu.br/bitstream/123456789/835/1/JOSEMIR%20COSTA%20SANTIAGO\\_TCC.pdf](http://repositorio.unifametro.edu.br/bitstream/123456789/835/1/JOSEMIR%20COSTA%20SANTIAGO_TCC.pdf). Acesso em: 14 jan. 2022.

SOUZA, Diego de Oliveira. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S. l.], v. 19, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/7rJ6TkW8Cs88QkbNwHfdkxb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.

STANDING, Guy. **O precariado:** A nova classe perigosa. 1 ed. 1 reimp. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

**Capítulo 11 - DOI:10.55232/1083002.11**

**A GOVERNANÇA CONSTRUÍDA LOCALMENTE COMO  
BASE PARA A GESTÃO DE PROJETOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**Ernesto M. Giglio, Lidia G. Cruz, Andréia Deroldo e Giovani Frigieri**

**RESUMO:** Um dos problemas de implantação de políticas públicas está na ponta da rede, onde estão os atores que realizam a tarefa e que entregam o serviço ao público. Ocorre que a diversidade e assimetria de atores torna difícil que se estabeleça um modo coletivo de realização da tarefa. A governança formal até existe, mas falta a governança construída localmente. O objetivo deste trabalho é apresentar o conceito de governança construída localmente e como ela, sendo um processo social de participação e decisão dos modos de ações coletivas, pode ser uma alternativa de gestão para o problema da implantação de políticas públicas. Como sustentação teórica utilizam-se as afirmativas da teoria social de redes. Para ilustrar e sustentar a capacidade do conceito em indicar caminhos de gestão, são apresentados quatro casos de políticas públicas de sucesso e de fracasso, cujo ponto convergente é a governança construída. Os casos foram selecionados a partir de trabalhos individuais de participantes do grupo de pesquisa dos autores. Trata-se, portanto, de uma meta-análise. Espera-se que o artigo possa contribuir para a solução das dificuldades de operacionalização de políticas públicas, especialmente nos campos dos casos investigados.

**Palavras-chave:** governança construída; políticas públicas; assimetrias

## **INTRODUÇÃO**

A operacionalização de políticas públicas, isto é, sua implantação e funcionalidade, é objeto importante de investigação na Administração. Um problema que é apontado nas pesquisas é que a diversidade e assimetria de atores torna difícil que se desenvolva um modo coletivo de realização da tarefa. A governança formal, com diretrizes, normas e leis existe, mas não é suficiente (GRANDORI, 1997; WILLIAMSON, 1981). Há necessidade de ajustes da governança, conforme características locais. Os ajustes precisam ser realizados com a participação dos atores locais e aí surgem problemas de assimetrias de conhecimentos e de interesses, objetivos pessoais colocados acima dos objetivos coletivos da política, jogos de poder de influência, os quais criam resistências para a realização da tarefa.

Esse processo de ajustes realizado pelos atores locais, estamos chamando de governança construída- GC, um conceito desenvolvido nos últimos cinco anos pelos autores. A GC significa o processo social coletivo de construção dos ajustes das normas, ou criação de novas normas, para que seja possível realizar a política pública.

O tema dos ajustes locais aparece na produção acadêmica com duas expressões mais citadas: (a) a governança colaborativa; (b) a governança relacional.

(a) A governança colaborativa refere-se aos esforços dos atores do governo em atrair os outros atores, dos diversos setores da sociedade, para se envolverem na tarefa da política pública (BERARDO; FISCHER; HAMILTON, 2020). O esforço se justifica porque há um consenso e aceite na maioria dos governos dos países que as políticas públicas precisam ser executadas em grupo, num formato de rede (KLIJN; KOPPENJAN, 2015). O conceito de governança colaborativa, no entanto, é limitado quanto a explicar o que ocorre após a captação dos interessados. Como eles participam? Como se decidem as questões de poder e autoridade dessas pessoas? Como se decide sobre os papéis a serem executados? Nos artigos sobre esse conceito não se encontram as respostas para essa dinâmica de grupo.

Essa dinâmica é importante porque determina a forma como o grupo age para decidir os ajustes dos mecanismos, a forma de implementar e de controlar. Nosso conceito



de GC procura auxiliar na solução dessa lacuna, utilizando os princípios básicos de dinâmica de grupo e processo decisório (KERR; TINDALE, 2004; SCHEIFFELE, 1997).

(b) A governança relacional é predominantemente definida como a criação e manutenção de um ambiente de relacionamento de confiança e de comprometimento, que facilita a solução de problemas e dos ajustes de regras, complementando a governança formal (Giglio et al., 2020). Em outras palavras, o relacionamento positivo entre os atores elimina certos controles formais que demandam tempo e esforço, possibilitando agilidade na tarefa. Conforme se percebe no conceito, ele se refere a uma condição necessária, o ambiente de relacionamento, para uma solução dos problemas que seja menos custosa.

Tal como na governança colaborativa, no entanto, não se explica a dinâmica do grupo nessa construção dos ajustes. Como a confiança e o comprometimento afetam esse modo de decisão? Ele se torna mais democrático? As regras formais são deixadas de lado e segue-se outra trilha, da informalidade? Surgem lideranças aceitas e legitimadas, que direcionam o grupo?

Nosso conceito de governança construída aceita o princípio da governança colaborativa, de capacidade de atração de atores; e da governança relacional, com seu princípio de relacionamento antecedente necessário para se discutir e decidir em grupo, mas vai além, utilizando os princípios de dinâmica de grupo para explicar como os ajustes são realizados, sua história, seu conteúdo e suas consequências.

O conceito será detalhado no próximo item. No momento é importante ressaltar que o objetivo do trabalho é apresentar o conceito de governança construída e como ela, sendo um processo social de participação e decisão dos modos de ação coletiva, pode ser uma alternativa de gestão para o problema da implantação de políticas públicas. A teoria de base adota os princípios da abordagem social de redes (DYER; SINGH; HESTERLY, 2018), de dinâmica de grupo (PICHON-RIVIÈRE, 2013) e processo decisório (KERR; TINDALE, 2004).

Para ilustrar e sustentar o conceito, bem como sua capacidade de indicar caminhos de gestão, são apresentados sete casos de redes, que unem políticas públicas, sustentabilidade e negócios. Afirma-se que o ponto convergente é a presença, ou ausência da governança construída. Os dados dos casos foram selecionados e organizados a partir

de trabalhos individuais de participantes do grupo de pesquisa dos autores. Trata-se, portanto, de uma meta-análise.

Espera-se que o artigo possa contribuir para a solução das dificuldades de operacionalização de redes que envolvem instituições públicas, segundo e terceiro setores e a sociedade, especialmente nos casos que envolvem objetivos sustentáveis.

## **Fundamentação teórica**

O conceito de governança construída, referente às ações de construção das normas, regras, práticas e funções de atores nas ações coletivas das políticas públicas, é um processo social de construção coletiva, que se insere no campo de estudo das redes. Desde a década de 1990 aceita-se que as políticas públicas devem ser realizadas no formato de rede (KICKERT; KLIJN; KOPPENJAN, 2012). O primeiro fundamento é exatamente o conceito de rede, numa abordagem social.

Apesar de variações sobre o conceito de rede, há convergência no seu ponto básico. Rede é um conjunto de atores que realizam tarefas num sistema cooperativo, as quais dificilmente poderiam ser realizadas por um ator isolado, porque existem complexidades e especialidades que exigem compartilhamento, troca, reciprocidade (GIGLIO, 2015).

Essa exigência de relacionamento, para que as trocas se realizem, é valorizada no campo de políticas públicas, com pesquisas sobre jogos de poder, soluções de conflitos gerados por assimetrias, formação e influência de subgrupos, relações de comprometimento, governança da rede. Esses tópicos estão dentro de um guarda-chuva que se denomina abordagem social de redes. O princípio dessa abordagem é que o relacionamento entre os atores de uma rede é o eixo a partir do qual se desdobram os outros fatos das redes, isto é, as funções e papéis, os modos de realizar a tarefa em conjunto, as regras de convivência e o controle do oportunismo (DYER; SINGH; HESTERLY, 2018; GIGLIO; RYNGELBLUM; JABBOUR, 2020; GRANOVETTER, 1985).

Os artigos sobre abordagem social de redes, no entanto, não aprofundam o uso dos conhecimentos sobre dinâmica de grupo (SCHEIFFELE, 1997), rituais em grupo

(WHITAKER, 2017), processos decisórios em grupo (EDEN; ACKERMANN, 2021) e efetividade de um grupo (SOARES; FERRAZ, 2007).

### **A dinâmica de grupo**

Um grupo reunido para realizar uma tarefa desenvolve uma dinâmica de funcionamento, isto é, uma forma de decidirem papéis e tarefas, que tornem o grupo eficiente. Um fundamento de dinâmica de grupo é a decisão e aceite sobre papéis e funções (DIAS, 2012). Um grupo funciona bem, isto é, realiza sua tarefa, se não existirem conflitos de papéis e funções. Em políticas públicas podem ocorrer confusões de papéis, funções e autoridade, por exemplo, na liderança, ou nas responsabilidades de tarefas técnicas.

Um segundo ponto é sobre a efetividade, ou operatividade de um grupo. Um grupo funciona bem se estiver focado na tarefa, sem gastar energia em resolver objetivos pessoais e comportamentos oportunistas (SOARES; FERRAZ, 2007).

O terceiro ponto sobre dinâmica de grupo é a capacidade dos componentes em acordarem sobre como realizar a tarefa coletiva. Esses três pontos, sobre definição e aceite dos papéis no grupo, de disposição para focar na tarefa, deixando interesses pessoais em segundo plano e da consciência de ação coletiva, são partes do que denominamos de governança construída.

### **Governança construída pelo grupo e processo decisório**

Processos colaborativos de construção da governança aparecem na produção acadêmica predominantemente com as expressões governança colaborativa e governança relacional. A governança colaborativa refere-se às ações dos agentes públicos em trazer para a tarefa atores de outros segmentos, como empresários, universidades, associações e beneficiários (BERARDO; FISCHER; HAMILTON, 2020). É um conceito útil para analisar o fenômeno da participação plural de atores em tarefas públicas.

Conforme nossa análise da produção acadêmica, no entanto, o conceito está limitado à essa ação de captação, sem investigar o campo específico da construção das regras, isto é, do que acontece depois que atores são cooptados.

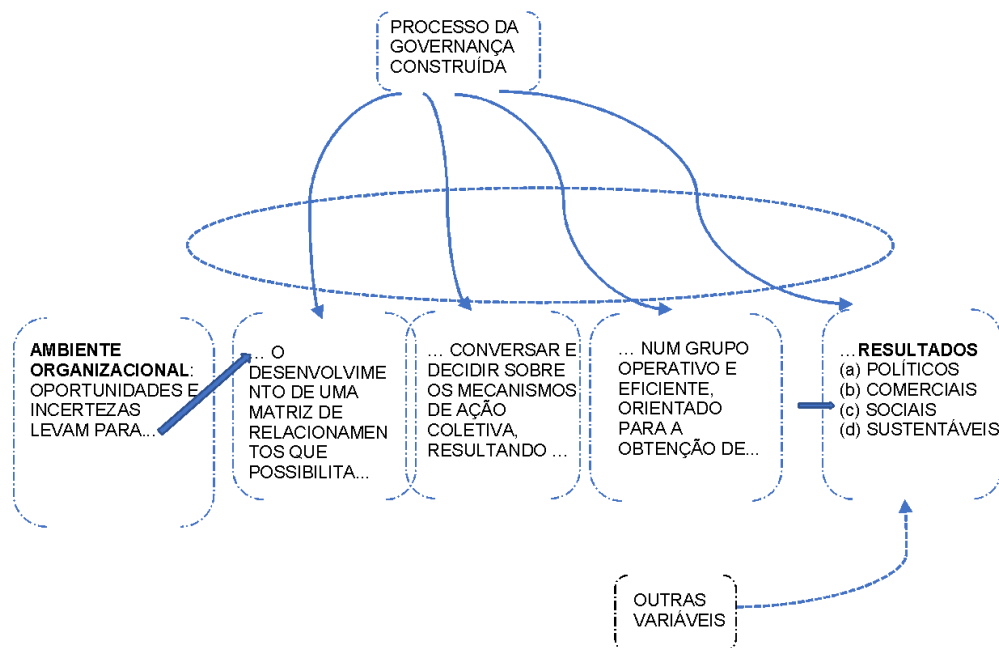
A governança relacional é predominantemente definida como o desenvolvimento e permanência de um ambiente de relacionamento positivo para que as tarefas do grupo se realizem (GRANDORI; SODA, 2006). Entende-se como ambiente positivo a dominância de relações de confiança e comprometimento, que minimizam os conflitos e tornam o grupo mais operativo.

Na mesma linha da interpretação anterior, o conceito está limitado à essa tarefa de analisar o relacionamento no grupo, mas não desenvolve conceitos e pesquisas sobre a construção das regras coletivas, a partir dessa condição de relacionamento.

A governança construída vai além desses limites. Aceita que um passo importante numa tarefa coletiva é a participação e comprometimento dos atores, conforme advoga a governança colaborativa. Aceita que o ambiente de relacionamento é condição inicial importante para que um grupo possa discutir e decidir seus mecanismos de ação coletiva. Vai além, no entanto, entrando na área de dinâmica de grupo, de sua operatividade e eficiência na obtenção de resultados.

A Figura 1 mostra esse processo que constitui a governança construída.

**Figura 1. O processo social que caracteriza a governança construída.**



**Fonte: Os autores**

O Quadro 1 resume os pontos de partida.

**Quadro 1. Pontos de partida teóricos para a governança construída**

Rede	Atores necessitam agir em conjunto porque as tarefas são complexas, com especialidades que exigem compartilhamento.
Abordagem Social de Redes	As relações sociais na rede determinam os modos de produção coletiva e decisões.
Ambiente de relacionamento/ Governança Relacional	O predomínio de confiança e de comprometimento criam um ambiente propício para o grupo tomar decisões.
Dinâmica de grupo	Atribuição de papéis, de funções e de modos de realizar a tarefa coletivamente.
Operatividade	Capacidade de um grupo de focar na tarefa, sem que conflitos de interesses atrapalhem.
Governança construída	Construção das regras feitas pelos próprios atores que atuam na tarefa.

**Fonte. Construção dos autores.**

## Metodologia

A metodologia se caracteriza por ser descritiva, qualitativa e explanativa. Descritiva por buscar reproduzir com a maior exatidão possível o contexto e os fatos dos casos apresentados. Qualitativa por criar inferências de associações entre variáveis que são de natureza qualitativa, como é o caso de um discurso sobre os conflitos ocorridos em determinado grupo. Explanativa porque utiliza um referencial teórico específico para interpretar os dados, que é o conceito de governança construída.

A estratégia consiste em apresentar casos de sucesso e de fracasso de tarefas que envolvem políticas públicas, sustentabilidade e negócios. Afirma-se que o ponto comum dos casos de sucessos é a presença de um processo de construção das regras de ações coletivas que é realizado pelos próprios atores envolvidos na tarefa. Afirma-se que o ponto comum dos casos de fracassos é a ausência de uma governança construída pelos atores, mesmo que exista uma governança formal.

Os casos aqui apresentados já foram pesquisados pelos autores e seus orientandos do Programa de Pós graduação em Administração da Universidade Paulista e se fez um trabalho de organização dos dados relevantes para a discussão e sustentação da proposta aqui apresentada.

## Apresentação, Análise e Resultados

### Caso 1. Juruiaia: A capital da lingerie.

Os dados deste caso foram resgatados da dissertação de Lídia Cruz, do Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Paulista (CRUZ, 2020), que investigou a governança de duas redes em Minas Gerais. Uma delas é a rede do cluster da cidade de Juruiaia, conhecida em vários Estados pela venda de atacado de moda íntima. A cidade é reconhecida oficialmente como um cluster e seu poder de atração de colaboradores e compradores se estende por todo o Estado de Minas Gerais e parte do Estado de São Paulo. Há muitos anos formou-se um grupo de empresários que desenvolveu a prática de ação coletiva.

Conforme nossa interpretação, as variáveis de sucesso são indicadas no Quadro 2.

### **Quadro 2. Fatores de sucesso do cluster de Juruiaia.**

Consciência de ação coletiva	Os empresários entenderam e aceitaram que é melhor trabalhar em parceria do que num sistema de competição acirrada
Criação de um grupo representativo	Criou-se uma associação que representa os lojistas da cidade e que realiza os eventos e feiras que atraem vários públicos. O aceite e legitimidade do grupo é quase total entre os empresários.
Clima de conversa e decisão	Existem reuniões frequentes para discutir os negócios e as ações. São abertas, geralmente com dominância do grupo representativo.
Trabalho conjunto com a prefeitura	Empresários, prefeitura e associações locais trabalham em conjunto, com poucos conflitos.
Proximidade de fornecedores e terceiros	Muitos empresários locais são também fabricantes, o que facilita questões logísticas e vendas a todos os lojistas.

**Fonte: Construção dos autores**

Conforme nossa interpretação, as variáveis descritas no Quadro 2 tem em comum a governança que é construída pelos próprios atores que trabalham no cluster. Este modo de se resolver as ações coletivas cria uma identidade de grupo, de tal forma que novos empresários que abrem loja na cidade e agem apenas pelo princípio da competição ficam pouco tempo.

## Caso 2. Reciclagem de resíduos sólidos em São Paulo

Pedro *et al.* (PEDRO *et al.*, 2021) investigaram se existe uma rede e governança estabelecida na cidade de São Paulo, responsável pela reciclagem sustentável de resíduos eletrônicos. A resposta é que há dominância da lógica de mercado e não uma lógica cooperativa e sustentável. Além disso, há uma cadeia informal de coleta e venda de material que traz dificuldades para todo e qualquer plano de organização, controle e ações coletivas já tentados, ou em andamento.

Sobre a cadeia formal da economia circular que lida com os resíduos eletrônicos, somente de 2019 para cá surgiram instituições do terceiro setor, mantidas por entidades de comércio, que buscam organizar a primeira parte da reciclagem, que é a coleta. Apesar desse progresso, a taxa de reciclagem diante dos resíduos gerados é de apenas 3% (BALDE *et al.*, 2017). Os projetos locais de ações coletivas, por exemplo, em um bairro, existiram, mas são raros e temporários. No entanto, são evidências importantes de que quando atores se reúnem e decidem suas regras, há coesão e eficiência.

Por que não está dando certo na cadeia mais ampla? O Quadro 3 indica algumas variáveis que podem estar contribuindo para o fraco desempenho da tarefa.

### **Quadro 3. Variáveis que explicam o fraco desempenho da reciclagem de eletrônicos em São Paulo**

Consciência de ação coletiva	Praticamente inexistente, porque a maioria dos empresários age conforme regras de mercado e de competição, com leis de preço e oportunidade.
Comprometimento das organizações	As empresas que estão envolvidas na produção e venda de eletrônicos (de todas as categorias) seguem minimamente as leis, entendendo que elas são obrigações e não diretrizes de sustentabilidade.
Grupos legitimados e representativos	Existem associações ligadas ao comércio, que defendem seu negócio e colocam pressão no governo, por exemplo, sendo contrários a leis e normas (como rastreabilidade) que trazem custos, numa visão mais comercial do que seja sustentabilidade.
União, conversa e decisões	Não existem reuniões regulares entre atores diversos para discutir a sustentabilidade. O que ocorrem são reuniões extraordinárias para discutir e defender pontos de vista, quando há alguma norma, ou lei sendo discutida

	(por exemplo, da responsabilidade do fabricante sobre o destino final do resíduo dos seus produtos).
Trabalho conjunto com o governo	As entrevistas realizadas pela pesquisadora indicaram convergência na percepção que o governo atrapalha com suas leis e é incapaz de fazer algum controle sobre a cadeia informal.
Cadeia informal	Não se conhece com clareza o tamanho da cadeia informal, com catadores, empresas de coleta sem autorização, empresas anunciadas na internet, atravessadores, empresas que realizam desmonte sem capacitação técnica e venda baseada no preço e não no destino correto.

**Fonte. Construção dos autores**

O que ocorre nesta tarefa é que o predomínio da lógica de mercado, do preço e do lucro dificulta tanto a visão de sustentabilidade do que é reciclar, quanto da necessidade de ações conjuntas, desde a ponta de produção até a ponta de revenda do material já desmontado. Sem essa consciência e comprometimento não há como criar grupos que decidam sobre as melhores práticas sustentáveis. Há uma governança formal estabelecida, desde 2010, com regras e sugestões bem claras sobre como desenvolver essa tarefa, mas a fiscalização é incipiente.

Relativo ao universo de fabricantes nacionais e internacionais, somados aos varejistas, encontram-se poucos que se organizam em projetos de sustentabilidade. Ressalta-se aqui o trabalho da Green Eletron, que vem obtendo reconhecimento, legitimidade e, por conseguinte, resultados na coleta residencial do resíduo eletrônico.

### Caso 3. Angra Doce Paulista 0 x 1 Angra Doce Paranaense

Pesquisa em andamento realizada pelos autores, investiga a implantação e desenvolvimento do Projeto Angra Doce, uma área com o selo de região turística, na represa de Chavantes, do rio Paranapanema.

A região, reconhecida por decreto federal de 2019, é constituída de cinco municípios do Estado do Paraná e dez municípios do Estado de São Paulo, os quais tem proximidade com a represa. O documento oficial é claro sobre o objetivo de desenvolvimento do turismo sustentável e de inclusão social, especialmente das organizações familiares agrícolas e dos grupos étnicos indígenas e quilombolas.



Em 2017, antes mesmo do decreto, os dois governadores dos Estados assinaram um acordo de cooperação. O que aconteceu de lá para cá? Não houve essa cooperação. Os municípios do Paraná se organizaram, elegeram uma empresa de consultoria de turismo, de natureza mista, e foram adiante com o projeto Angra Doce. Eles criaram projetos, englobaram atores de universidades, comunidades locais foram treinadas em hospitalidade, criaram vídeos com a marca Angra Doce e contam com dois resorts sofisticados para receber os turistas.

Os dez municípios paulistas não se organizaram, por mais que representantes do governo tentassem. Um dos motivos, conforme se apurou até este momento de coleta de dados, é a assimetria de objetivos dos prefeitos dos municípios. Alguns deles entendem que Angra Doce é um projeto secundário, diante de outros problemas que enfrentam. Os dados coletados indicam uma visão segmentada de problemas e soluções, por exemplo, que não há relação direta entre o projeto Angra Doce e a educação no município.

Outro problema parece ser a disputa política por cargos nos municípios. Os políticos buscam realizar tarefas de visibilidade (como abrir uma escola), ao invés de projetos de longo prazo (como desenvolver a região seguindo os parâmetros de sustentabilidade).

O Quadro 4 mostra um comparativo entre os dois Estados, sobre o Projeto Angra Doce, com dados organizados até o ano de 2021.

**Quadro 4. Comparativo de Paraná e São Paulo nas ações do Projeto Angra Doce.**

	Paraná	São Paulo
Consciência de ação coletiva	Os prefeitos aceitam trabalhar em conjunto e tem visão de integração de tarefas	Alguns prefeitos resistem a trabalhos coletivos, dificultando aprovação de ações conjuntas (como pacotes turísticos integrados)
Comprometimento	As reuniões e decisões são acompanhadas pela maioria, com sugestões de projetos conjuntos.	Difícilmente se consegue unir os representantes dos 10 municípios numa reunião.
Infra estrutura náutica	Suficiente para atender as várias demandas de	Insuficiente para uma possível demanda (que ainda não existe). Por exemplo, alguns

	consumidores, nos vários esportes e turismo	municípios não tem rampas para acesso dos barcos, outros não tem hotéis.
Liderança representativa	Há sempre uma liderança (empresa, ou pessoa) cuidando de Angra Doce. A empresa atual substituiu a anterior, e continua com o pensamento de ação coletiva	Líderes formais, colocados pelo Estado, ou informais, como consultores locais, não conseguiram a adesão e criação de um grupo mais coeso. Vale ressaltar que no ano de 2021 houve progresso na formação de um grupo local que está seguindo os passos de construção da governança, mas num ritmo ainda lento.
Governança formal e construída	Estão caminhando juntas, com complementação, conforme teorias afirmam ser a situação ideal	Não resolvidas. A governança formal não tem força de união e coesão, a governança construída localmente consiste em projetos turísticos de iniciativa isolada, abarcando 2, ou 3 municípios. Em 2022 há sinais de integração com a formação de um grupo estendido (além dos 10 municípios oficiais)
Solução de Assimetrias	Os dados indicam que as diferenças (de interesses e de recursos) estão sendo resolvidas, conforme a marca Angra Doce vai atraindo turistas, investidores, serviços, educação e esportes à região.	Os objetivos distintos entre os prefeitos impedem que ações coletivas se realizem. Esforços e custos necessários não são alocados e o projeto Angra Doce vive de ações isoladas.

**Fonte: Construção dos autores.**

#### Caso 4. Cooperativa de Reciclagem Damp 1 x 0 Cooperativa de Reciclagem Gamp

Há alguns anos os autores investigam o campo de reciclagem de resíduos sólidos, incluindo a formação da rede interna dos que trabalham em cooperativas. Essas cooperativas recebem apoio financeiro e logístico das prefeituras, que oferecem um local, isentam do pagamento de serviços de luz e água e orientam as empresas coletoras a enviarem o material regularmente para as cooperativas. Por outro lado, as cooperativas precisam se organizar, em todas as tarefas administrativas, produtivas e comerciais. É aqui que entra a governança construída.

A cooperativa de reciclagem Damp adotou um modelo misto de cooperativismo e capitalismo. Os cooperados combinaram todas as regras, desde as mais simples, como

horário de início, até mais complexas, como forma de distribuição do excedente. Além disso, seu presidente é um exímio articulador político, que consegue tudo para sua cooperativa, com suas ligações com o governo, igreja e empresários.

A cooperativa Gamp nasceu de um projeto social de assistência social e fisioterapia para idosos. Em um momento específico o grupo foi convidado a participar da limpeza de uma área, recolhendo material. O material foi separado e vendido a um intermediário, o que gerou a ideia de formar uma cooperativa de reciclagem. Como o objetivo principal continuou a ser a assistência aos idosos, a parte comercial da cooperativa deixou a desejar, até um ponto que representantes da prefeitura pressionaram a presidente, uma assistente social, a decidir se o grupo evoluiria, ou não, para uma organização mais comercial. A história ainda está em desdobramento.

O Quadro 5 mostra a diferença entre as duas cooperativas, relativas aos pontos que definem sucesso.

**Quadro 5. Comparativo dos fatores de sucesso das Cooperativas Damp e Gamp**

	Damp	Gamp
Consciência de ação coletiva	Desenvolvida e estabelecida. Os cooperados decidem tudo em assembleia.	Fracamente desenvolvida. Os cooperados/pacientes esperam que a presidente tome as decisões e tem visão limitada sobre o que é trabalhar coletivamente.
Comprometimento	A participação dos cooperados é frequente e rotineira, realizada em reuniões internas, reuniões com representantes do governo, da igreja, reuniões comerciais.	As reuniões para outras decisões, como parcerias comerciais, são raras e geralmente envolve a presidente e um líder religioso local. Nas tarefas os atores são comprometidos.
Trabalho conjunto com prefeitura e fornecedores	A cooperativa realiza constantes esforços e contatos para ampliar sua área de coleta e vem obtendo resultados.	Não existem movimentos de aproximação, ou fortalecimento de laços com organizações do governo e empresas.
Liderança representativa	O líder tem força política para realizar acordos e legitimidade dentro do grupo.	O líder tem legitimidade dentro do grupo, mas pouco interesse e experiência para

		representar o grupo junto a outras organizações sociais e comerciais.
Governança formal e construída	Todas as regras de funcionamento foram combinadas entre os cooperados.	As regras de funcionamento foram ditadas pela assistente social, seguindo um protocolo mais próximo de cuidados médicos do que de um sistema cooperativo de produção.
Solução de Assimetrias	Conflitos com outras organizações são resolvidos pelo líder. Conflitos internos são resolvidos em grupo.	O grupo apresenta baixa assimetria e a presidente maneja a situação para que os conflitos não apareçam. O grupo tem dificuldades para resolver os conflitos de assimetrias com outras organizações, como a pressão da prefeitura e negociações com fornecedores.

**Fonte: Construção dos autores.**

Analisando o Quadro 5, verifica-se que o sucesso da Damp está associado às variáveis liderança voltada para acordos políticos e comerciais, ambiente organizacional favorável (prefeitura e igreja apoiam) e rotina de construção das próprias regras. O lento desenvolvimento da Gamp está associado às variáveis de liderança voltada para a saúde dos participantes, ambiente organizacional desfavorável (pressões da prefeitura e compradores) e ausência da rotina de construção das próprias regras, as quais são ditadas pela presidente.

Finda a exposição dos quatro casos, pode-se perguntar o que eles têm em comum. Conforme nossa interpretação, os casos tem um ponto em comum, que é a presença (ou ausência) da governança construída pelos atores que trabalham diretamente na tarefa, o que se reflete nos resultados obtidos (ou não). Nos casos de sucesso- Juruiaia, Angra Doce Paranaense e Cooperativa Damp, o processo de construção das próprias regras é o diferencial que une o grupo, torna-o operativo, eficiente, com obtenção dos resultados. Os casos de Angra Doce Paulista e Cooperativa Gamp mostram que a governança formal não é suficiente para colocar um grupo em movimento e obter resultados. O caso dos resíduos eletrônicos mostra que a rede funciona predominantemente numa lógica de mercado, dentro da qual não há espaço para acordos e trabalhos coletivos.

Os casos comparativos dos dois Estados envolvidos em Angra Doce e das duas cooperativas de reciclagem são especialmente importantes porque outras variáveis intervenientes, como legislação, condição econômica local e infraestrutura são as mesmas para ambas redes, possibilitando afirmar-se que o fator diferencial está na dinâmica do grupo e no processo de decisão sobre seu modo de funcionamento.

Aplicando os princípios teóricos que servem de base para a análise dos casos, conforme indicado na Figura 1, pode-se afirmar as variáveis que determinam o sucesso, ou o fracasso das redes analisadas. O resultado está indicado no Quadro 6.

**Quadro 6. Variáveis de sucesso e de fracasso de resultados de uma amostra de redes brasileiras.**

Variável	Resumo do conceito	Motivo do sucesso
Ambiente colaborativo	Os participantes desenvolvem relações de confiança e de comprometimento, facilitando a discussão e decisão sobre ações.	Predominância de cooperação e de comprometimento. Experiências anteriores positivas. Transparência das ações. Convergência sobre ética e responsabilidade ambiental.
Assimetrias	Diferenças de qualquer natureza que podem criar conflitos	Duas linhas básicas de sucesso: (a) usar a diferença para criatividade do grupo; (b) criar regras que limitem a entrada de atores com assimetrias evidentes.
Consciência de ação coletiva	Colocar o objetivo da tarefa acima dos objetivos individuais.	Mostrar, com resultados, que o objetivo coletivo não é oposto aos objetivos particulares.
Foco na tarefa	Dirigir esforços para a realização da tarefa, sem gastar energia em objetivos pessoais	A definição de papéis e funções dirige e organiza a operação do grupo, controlando a emergência de objetivos pessoais conflitantes.
Governança construída	Os participantes do grupo criam e ajustam as regras que eles mesmos devem seguir.	Condições antecedentes de um ambiente de relacionamento favorável e definição de papéis e funções possibilitam a discussão e decisão de regras pelo próprio grupo.

1. **Fonte. Construção dos autores.**

## 2. **Conclusões**

A proposta deste artigo é recuperar e revalorizar um princípio importante presente na Antropologia, Sociologia e Psicologia, que é a capacidade de um grupo em resolver seus próprios problemas e alcançar seus objetivos (LUBELL, 2015). Esse princípio de organização de grupos foi utilizado para apresentar o conceito de governança construída, elaborado pelos autores, significando que se um grupo constrói suas próprias regras de modo de ações coletivas, torna-se mais coeso na tarefa, obtendo melhores resultados do que quando essa construção social de regras está ausente.

Ressalta-se a relevância do trabalho em recuperar conceitos de ação coletiva que ainda não são predominantes no campo de redes, justamente onde deveriam estar presentes como conceitos centrais. Desde a legitimação do campo de redes, na década de 1990 (NOHRIA; ECCLES, 1994), verifica-se a valorização crescente de teorias de grupo, de ações coletivas, em face de realidades que surgiram, como a tecnologia de conexão e a complexidade de tarefas diante de tantas mudanças culturais e legais. Aos poucos, parece que o campo de redes vai encontrando seus princípios distintivos de outros campos da Administração. Este capítulo procura adicionar conhecimento nesse campo.

Negócios que pareciam simples, como plantar, colher e vender; ou políticas que eram simples de serem implementadas, como distribuição de cestas básicas para pessoas carentes, tornaram-se complexas, sendo impossível para uma organização, seja comercial, ou agente do governo, realiza-la sozinha. Coloca-se o fato da necessidade de ação conjunta.

Essa ação conjunta só ocorre com o desenvolvimento da governança, um conjunto de mecanismos que organizam o modo coletivo de realizar tarefas. No entanto, existem evidências que a governança formal, previamente estabelecida por agentes externos ao grupo, é insuficiente para criar a condição de operacionalidade do grupo (GRANDORI; SODA, 1995; WILLIAMSON, 2019). É aqui que entra nosso conceito de governança construída, significando o processo do grupo em ajustar as regras conforme suas características, ou mesmo criar novas regras.

A análise de sete casos de redes, das áreas de confecção, reciclagem, turismo e desenvolvimento sustentável, mostraram como a presença/ausência da governança construída está sistematicamente associada ao sucesso/fracasso de resultados, sejam comerciais, ambientais, sociais. O grupo de pesquisa ao qual os autores pertencem realiza pesquisas sobre a governança construída e sua associação com variáveis importantes de redes, tais como resultados, incertezas comportamentais, confiança, estrutura de ligações. É um campo fértil para novas pesquisas.

### 3. Referências bibliográficas

BALDE, C. P. *et al.* **The global e-waste monitor 2017**. [S. l.: s. n.]. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.proci.2014.05.148>

BERARDO, R.; FISCHER, M.; HAMILTON, M. Collaborative Governance and the Challenges of Network-Based Research. **American Review of Public Administration**, [S. l.], v. 50, n. 8, p. 898–913, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0275074020927792>

CRUZ, L. **Relação entre Governança Colaborativa e os Resultados nas Redes: Estudo de casos múltiplos**. 2020. - Paulista University, [s. l.], 2020.

DIAS, M. **Dinâmica de Grupo: Aspectos teóricos e práticos**. São Paulo: Vozes, 2012. *E-book*.

DYER, J.; SINGH, H.; HESTERLY, W. The relational view revisited: A dynamic perspective on value creation and value capture. **Strategic Management Journal**, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/smj.2785>

EDEN, C.; ACKERMANN, F. Modelling Stakeholder Dynamics for Supporting Group Decision and Negotiation: Theory to Practice. **Group Decision and Negotiation**, [S. l.], p. 1–25, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10726-021-09745-y>. Acesso em: 5 ago. 2021.

GIGLIO, E. *et al.* **Business Networks: Concepts, Methodologies and Research | Amazon.com.br**. Miami: Global South, 2015. *E-book*.

GIGLIO, E.; RYNGELBLUM, A.; JABBOUR, A. Relational governance in recycling

cooperatives: A proposal for managing tensions in sustainability. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 260, p. 1210–1236, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.121036>

GRANDORI, A. Governance structures, coordination mechanisms and cognitive models. **Journal of Management and Governance**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 29–47, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/A:1009977627870>

GRANDORI, A.; SODA, G. Inter-firm Networks: Antecedents, Mechanisms and Forms. **Organization Studies**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 183–214, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/017084069501600201>

GRANDORI, A.; SODA, G. A relational approach to organization design. **Industry and Innovation**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 151–172, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13662710600684316>

GRANOVETTER, M. Economic Action and the Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**, [S. l.], v. 91, n. 3, p. 481–510, 1985.

KERR, N.; TINDALE, R. Group performance and decision making. **Annual Review of Psychology**, [S. l.], v. 55, n. 1, p. 623–655, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.55.090902.142009>

KICKERT, W.; KLIJN, E., KOPPENJAN, J. **Managing Complex Networks: Strategies for the Public Sector**. London: Sage Publications, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.4135/9781446217658>

KLIJN, E.; KOPPENJAN, J. **Governance networks in the public sector**. [S. l.: s. n.]. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315887098>

LUBELL, M. Collaborative partnerships in complex institutional systems. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, [S. l.], v. 12, p. 41–47, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2014.08.011>

NOHRIA, N.; ECCLES, R. **Networks and Organizations: Structure, Form, and Action**. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2075362>

PEDRO, F. *et al.* Constructed governance as solution to conflicts in e-waste recycling



networks. **Sustainability (Switzerland)**, v. 13, n. 4, 2021. Disponível em:  
<https://doi.org/10.3390/su13041701>

PICHON-RIVIÈRE, E. Teoria do Vínculo. **Journal of Petrology**, 2013. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

SCHEIFFELE, E. The Theatre of Truth: psychodrama, spontaneity and improvisation; the theatrical theories and influences of Jacob Levy Moreno. **Research in Drama Education: The Journal of Applied Theatre and Performance**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 227–241, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1356978970020211>

SOARES, S.; FERRAZ, A. Grupos operativos de aprendizagem nos serviços de saúde: sistematização de fundamentos e metodologias. **Escola Anna Nery**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 52–57, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-81452007000100007>

WHITAKER, E. **The gift: The form and reason for exchange in archaic societies**. [S. l.: s. n.]. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781912281008>

WILLIAMSON, O. The Economics of Organization: The Transaction Cost Approach. **American Journal of Sociology**, [S. l.], v. 87, n. 3, p. 548–577, 1981.

WILLIAMSON, O. Transaction-cost economics: The governance of contractual relations. In: **Corporate Governance: Values, Ethics and Leadership**. [S. l.: s. n.]. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/466942>

**Capítulo 12 - DOI:10.55232/1083002.12**

**EL USO DE LA METODOLOGÍA BPM EN  
EMPRESAS DE HOSPEDAJE EN LA CIUDAD  
DE OURO PRETO, PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS,  
BRAZIL.**

**Mário Braga Corrêa**

**RESUMO:** El presente artículo se propone a investigar la utilización de una metodología administrativa llamada, en nivel internacional, de Business Process Management (BPM), en emprendimientos de hospedaje, considerando sus dimensiones, o sea, de pequeño y mediano porte. Investigar se tales empresas del sector turístico conocen la dicha metodología y se la utilizan en sus trabajos operacionales diarios será una buena oportunidad para saber se los dirigentes están caminando juntos con las evoluciones del mercado cuando se está hablando de calidad de servicios ofrecidos a los turistas. A continuación, se buscó observar si las tres herramientas básicas, Plan-Do-Check-Action (PDCA); Cinco W, Dos H (5W2H); Método de Análisis y Resolución de Problemas (MARP) y la métrica Key Performance Indicators (KPI) son conocidas y utilizadas en sus procedimientos de gestión administrativa interna. Por último, analizar si el uso del BPM puede agregar valor a la calidad de los servicios ofrecidos a los turistas. Por lo tanto, fue elegida una importante ciudad de Brasil, localizada en la provincia de Minas Gerais, para desarrollar el presente estudio. Ouro Preto es reconocida mundialmente como un gran destino turístico y tiene el título de patrimonio de la humanidad designado por la Organización de Las Naciones Unidas para la Educación, Ciencias y Cultura (UNESCO).

**Palavras-chave:** Gestión; Procesos; Hoteles.

## **INTRODUCCIÓN**

La actividad de hospedaje parece ser muy similar en casi todos los países del mundo. Sus estructuras internas son compuestas de reservas, recepción, gobernancia, alimentación y stock. Ellas pueden estar muy bien definidas en organizaciones grandes, como es el caso de las grandes cadenas de hoteles o pasar desapercibidas en pequeñas estructuras. Y esto se debe por el simple hecho de que, en estas, son los propios dueños y sus familias que gerencian el todo. Por consecuencia, puede ser que sus controles de desempeño operacional no sean tan pulidos y que, también, no existan indicadores de productividad de los empleados y de los sectores. Pero, analizar emprendimientos de hospedaje cuyas estructuras son pequeñas hay que considerar o apuntar donde están, pues existe una infinidad de ellos por todos los cantos de mundo. Aquí, se particulariza el estudio en Brasil.

Así, en muchos establecimientos de hospedaje, particularmente en los clasificados como de pequeña y media empresa (PyME), según algunos dirigentes de la Asociación Brasileña de la Industria de Hoteles (ABIH), hay una deficiencia de control sobre las actividades de trabajo de sus empleados, sobre todo en relación a realización diaria de sus funciones operativas, tales como: ordenar los cuartos, limpiar los baños etc. Y mismo en los hoteles y posadas donde hay algún control, estos no son muy efectivos por no presentar soluciones para los problemas de forma inmediata. En varios emprendimientos los problemas solo son solucionados después de unos días y esto no es permitido en una empresa que ofrece atendimento de calidad o diga que ofrece. Y si no hay calidad, la insatisfacción ocurre y es una de las principales razones para que los turistas ya no regresen más a los hoteles.

La calidad en el atendimento es una de las más importantes atribuciones en el sector de turismo y no menos en los medios de hospedaje. Todos los involucrados de este segmento deben tener en cuenta que el turista o cliente están atentos y exigen siempre la más alta consideración que se pueda practicar los colaboradores del hotel, no importando su tamaño. Así, caso no haya una preocupación con los niveles de calidad y, por supuesto, con los servicios ofrecidos, seguro que la insatisfacción ocurrirá por parte de los turistas, puesto que lo contrario no ocurre.

Entonces, una de las posibilidades para esta ocurrencia puede ser que no haya un tipo de gestión que produzca, de forma efectiva, buenos resultados o que no existe formación específica de los gerentes generales para este tipo de supervisión, tampoco que haya indicadores de productividad de trabajo en los medios de hospedajes. Y todas estas posibilidades lograrán en uno o más de uno problema que necesitan ser investigados. Algunas cuestiones pueden ayudar en una investigación de esta naturaleza, tales como: ¿Los hoteles y posadas de pequeño y mediano porte poseen métodos avanzados de gestión? ¿Los responsables por la organización interna de estos emprendimientos poseen conocimientos específicos de gestión? ¿La metodología BPM es utilizada?

Por lo tanto, si se adopta el método correcto, es posible crear un programa de gestión bien desarrollado con el objetivo de mejorar todos los procedimientos operativos en una organización empresarial. Y la metodología BPM, que también es llamada de Gestión por Procesos donde la preposición ‘por’ es la novedad con relación a los demás métodos, posibilita garantizar mejores niveles de desempeño, cuando la productividad es la meta del trabajo de los gestores.

Una vez establecidos el modelo de gerenciamiento perfecto, presentados los conceptos fundamentales, sus objetivos y funciones, se puede describir una hipótesis central que ayudaran los responsables de las empresas de hospedaje. Por lo tanto, la siguiente afirmación será investigada para el presente estudio. H - La gestión por procesos, administrativa u operativa, incrementa la productividad de trabajo en los sectores internos de una empresa de hospedaje.

Y si su resultado es positivo, se logrará el objetivo de este estudio, es decir, investigar el uso de una metodología administrativa denominada, a nivel internacional, de Business Process Management (BPM), en empresas de hospedaje, considerando sus dimensiones, que puede ser de pequeño y mediano tamaño.

## **DESARROLLO**

Siguiendo las orientaciones del guía *Association of Business Process Management Professionals* (ABPMP), constituyó la gestión por procesos en la hostelería o

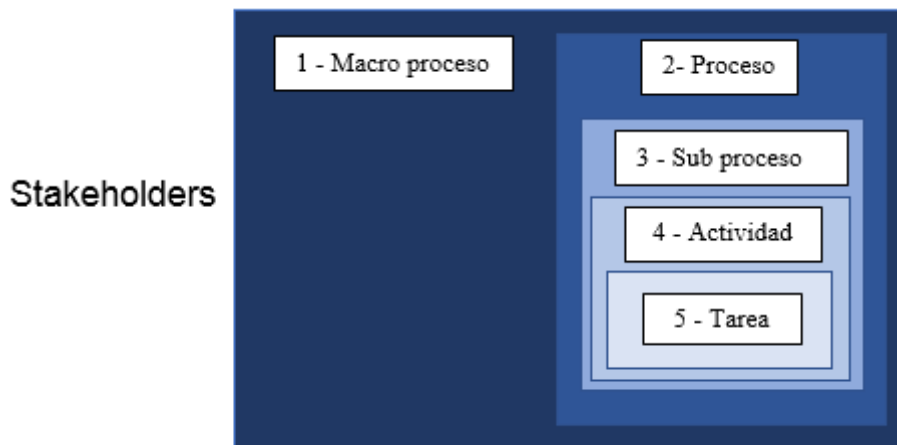
simplemente GpH, cómo un enfoque sistemático de gerenciamiento que se propone a tratar los procesos sectoriales, uno por uno, potenciando directamente el desempeño de las organizaciones de medio de hospedaje, primando por la excelencia organizacional y la agilidad de trabajo de los involucrados. Esto implica la determinación de los recursos necesarios (humanos, materiales y financieros), que optimizados conducen para una gestión del ciclo de vida de los respectivos procesos con mejor calidad. Factores críticos de éxito en la gestión por procesos están relacionados a cómo cambiar las actitudes de las personas y o perspectivas de procesos para evaluar el desempeño de los procesos de las organizaciones, según Campos (2003).

Conceptualmente, puede ser definido como una orientación técnica que visualiza las funciones de una organización basada en las secuencias de sus actividades a diferencia del enfoque funcional tradicional, en el que las organizaciones están separadas por área de actuación, altamente burocratizadas y sin visión sistémica del trabajo que realizaron (BRASIL, 2013). El enfoque por procesos permite una mejor especificación del trabajo realizado, el desarrollo de sistemas, la gestión del conocimiento, el rediseño y la mejora, a través del análisis del trabajo realizado para identificar oportunidades de perfeccionamiento.

La estructura de la de gestión por procesos se propone que, después de describir todas las actividades pertinentes y representarlas de forma adecuada, deberá ser ésta la orientación básica para que si pueda determinarse el cumplimiento de tareas acordadas (HITPASS, 2014). Se trata, por lo tanto, de una de las más importantes dimensiones para el éxito de la gestión, se refiere a la elaboración, implantación, procedimientos, directrices, herramientas e instrumentos que la orientan. Se relaciona con la definición de responsables de la tarea de administrar los procesos, la configuración de la estructura en la organización y la coordinación de las iniciativas de procesos entre las unidades funcionales de la organización. Lugo (2002), describe que un modelo de gobernanza definido contribuye en la ayuda a la gestión por procesos, para resolver o mitigar los problemas señalados.

Y su construcción o diseño debe respetar una jerarquía de procedimientos para que la propia gestión pueda instalarse de forma integral. Hay, por lo tanto, una escala de cinco niveles en su diseño que debe ser respetado como destacado en la Figura 1.

Figura 1: *Diseño básico de jerarquía de procesos*



*Fuente: Elaboración propia.*

Con más detalles estos cinco niveles son explicados cómo consecuencia de la propuesta de este trabajo, según el manual de gestión del Ministerio Público (BRASIL, 2013).

Los Macro procesos (1) son grandes conjuntos de procesos de trabajo donde la empresa cumple su misión y cuya operación tiene impactos significativos en la forma en que esta funciona. Es común involucrar más de una función organizativa cuya operación tiene un impacto significativo en la forma en que funciona la organización (p. 14). Ejemplo: Gerencia general del hotel.

Los Procesos (2) tienen como objetivo generar resultados para la organización y pueden estar en diferentes niveles de detalle, siendo comúnmente relacionados a las áreas sectoriales, finalistas y de apoyo. Consiste en un grupo de actividades interconectadas lógicamente, que utilizan recursos de la organización para generar resultados. Son operaciones de alta complejidad con el plan de cumplir un objetivo organizacional específico. (p. 14) Ejemplo: Sector de Gobernanza.

Los Subprocesos (3) constituyen un nivel mayor de detalle de los procesos, que demuestra los flujos de trabajo y actividades secuenciales e interdependientes, necesarias

y suficientes para la ejecución de cada proceso de la empresa. Se incluye en otro subproceso, es decir, un conjunto de operaciones de media a alta complejidad (actividades y tareas distintas e interconectadas), realizando un objetivo específico en apoyo a un proceso. (p. 15) Ejemplo: Guarda habitaciones.

Las Actividades (4) son operaciones o conjuntos de operaciones de mediana complejidad, que ocurren dentro de un proceso o subproceso, generalmente desempeñadas por una unidad organizativa determinada y para producir un resultado específico. (p. 15) Ejemplo: Conferencia de heladera.

Las Tareas (5) es el nivel más detallado de las actividades, es un conjunto de trabajos a ser ejecutados, involucrando rutina y plazo determinado, corresponde a un nivel inmediatamente inferior al de una actividad. (p. 16) Ejemplo: Envío de solicitud de servicios de reparación. Pero hay, también, un nivel de influencia que mismo no estando en el centro de los procesos, son afectadas por las acciones de la empresa. Son los *Stakeholders* que incluyen los directores del emprendimiento que definen metas y requisitos a ser alcanzados.

La GpH se justifica como una búsqueda pela excelencia de desempeño. Esta es la razón mayor para su implantación, entre otras posibilidades menores. Hacer más con menos debe ser la preocupación de los dirigentes al proceder la inclusión de la metodología de gestión por procesos. Tener actividades inter relacionadas y regidas por todos los involucrados logrará efectos positivos para toda la organización. En esto tipo de gestión, un proceso es visto como flujo de trabajo con insumos, productos y servicios claramente definidos y actividades que siguen una secuencia lógica y dependiente una de las otras, en una sucesión clara denotando que los procesos tienen inicio y fin bien determinados y generan resultados para los clientes internos y / o externos. (p. 22). Se caracterizan por:

- Inicio, fin y objetivos definidos;
- Claridad en cuanto a lo que se transforma en su ejecución;
- Definir cómo o cuando ocurre una actividad;

- Listar los recursos utilizados para la ejecución de la actividad;
- Añadir valor al destinatario del proceso;
- Estar debidamente documentado;
- Ser mensurable;
- Permitir el seguimiento a lo largo de la ejecución.

Una vez más, cada proceso debe ser visto como un flujo de trabajo distinto con sus insumos, productos y servicios bien definidos. Sus actividades deben obedecer una secuencia lógica y ser dependientes unas de otras, demostrando que existe una sucesión entre ellas. Sus procesos deben tener un inicio y un fin bien determinados, así como, deben generar resultados para los clientes internos o externos.

Según Barros (2009), su proceso organizacional se caracteriza por la claridad de informaciones donde será posible identificar cuando una actividad ocurre determinando un resultado específico. Y debe, también, identificar los recursos utilizados, ser mensurable y permitir el seguimiento a lo largo de su ejecución. Es necesario que haya una jerarquía de procesos, desde el macro proceso que controla todas las áreas organizacionales y posee un amplio impacto en el emprendimiento hasta el subproceso que comprende un conjunto de operaciones diarias pudiendo ser de baja, media y alta complejidad.

Para algunos casos se puede utilizar notaciones gráficas como complementarias para añadir informaciones de los procesos o como ellos desempeñan sus comportamientos dentro del contexto organizacional (p. 26). Un ejemplo de notación gráfica es la presentada por el *Business Process Modeling Notation* (BPMN), que transmite la lógica de las actividades, los mensajes entre los diferentes participantes y toda la información necesaria para que un proceso sea analizado, simulado y ejecutado.

Por lo tanto, la notación utiliza un conjunto de figuras que permite diagramar modelos de procesos ayudando a mejorar la gestión de procesos de negocios, documentando el funcionamiento real de ellos y logrando un desempeño mejor. Se utiliza



un lenguaje común para diagramar los procesos de forma clara y estandarizada, lo que proporciona un entendimiento general y facilita la comunicación entre las personas. Por esto proporciona una perspectiva de extremo a extremo de todos los procesos de soporte o de medios de gestión de una organización. Es una fase donde la representación del proceso debe presentar exactamente como el mismo se presenta en la realidad, buscando al máximo no recurrir a la reducción o simplificación de cualquier tipo (SILVA y FLEURY, 2006).

Por fin, según la referida guía CBOOK, el modelado de procesos puede ser ejecutado tanto para el mapeo de los procesos actuales como para el mapeo de propuestas de mejora. Por medio de la metodología de modelado de procesos, es posible obtener orientaciones en cuanto al uso de la notación BPM. La documentación de los procesos también debe ser contemplada, que proporciona una guía indicando informaciones del proceso y de las actividades del proceso a ser especificadas y el modo en que deben ser descritas, además de proveer un modelo para descripción de procesos.

Las acciones de los procesos deben estar estructurada para que haya la posibilidad de perfeccionamientos futuras, pues su controle permite la mejoría constante con innovaciones. (p. 46) Y todo esto necesitará de los establecimientos, de principios, de objetivos y funciones cómo directrices para que sus resultados sean sólidos.

## **REVISIÓN DE LA LITERATURA**

La Gestión por Procesos es una forma de gestionar toda la organización basándose en los procesos, siendo definidos estos como una secuencia de actividades orientadas a generar un valor añadido a una entrada para conseguir un resultado que a su vez satisfaga los requerimientos del cliente (FUENTES ET AL, 2014). Estos autores describen qué en el año 2000, la Norma ISO 9001<sup>1</sup>, que establece directrices para la obtención de una gestión de calidad, se adapta a la nueva concepción de gestión por procesos para satisfacer una tendencia mundial. Los mismos también la describen como una orientación que

---

<sup>1</sup> <http://www.abnt.org.br/publicacoes2/category/145-abnt-nbr-iso-9001>

visualiza las funciones de una organización basada en las secuencias de sus actividades.  
En sus palabras:

Gestión integrada por procesos que se caracteriza por mejorar la integración del sistema organizacional para alcanzar los objetivos de eficacia, eficiencia y flexibilidad planificados e integrar con la aplicación de herramientas informáticas, las etapas de planificación, operación, evaluación y mejora del proceso integrado. (FUENTES ET AL, 2014, p. 9)

Aclara que el enfoque por procesos permite una mejor especificación del trabajo realizado, el desarrollo de sistemas, la gestión del conocimiento, el rediseño y la mejora, a través del análisis del trabajo realizado para identificar oportunidades de perfeccionamiento. Los procedimientos pueden ser aplicados en los órganos públicos, pero también en las empresas privadas. En nivel gubernamental, de acuerdo con el Manual de Gestión del Ministerio Público Federal (BRASIL, 2013), la gestión por procesos - GpP es un enfoque sistemático que se propone tratar los procesos sectoriales, potenciando directamente el desempeño de las organizaciones, primando por la excelencia organizacional y la agilidad de trabajo de los involucrados. Y para empresas privadas, implica en la determinación de los recursos necesarios (humanos, materiales y financieros), que optimizados conducen para una gestión del ciclo de vida de los respectivos procesos con mejor calidad.

Factores críticos de éxito en la gestión por procesos están relacionados a cómo cambiar las actitudes de las personas y o perspectivas de procesos para evaluar el desempeño de los procesos de las organizaciones (ROSING, 2005). Conceptualmente, es una orientación técnica que visualiza las funciones de una organización basada en las secuencias de sus actividades a diferencia del enfoque funcional tradicional, en el que las organizaciones están separadas por área de actuación, altamente burocratizadas y sin visión sistémica del trabajo que realizan (BRASIL, 2013, p. 14). El enfoque por procesos permite una mejor especificación del trabajo realizado, el desarrollo de sistemas, la gestión del conocimiento, el rediseño y la mejora, a través del análisis del trabajo realizado para identificar oportunidades de perfeccionamiento. O, como destaca Armistead y Machin (1997), es una reingeniería de procesos de negocios y sus operaciones de planear, gerenciar y mejoría interna.

No obstante, la *Association of Business Process Management Professionals* en su libro BPM CBOOK (2009), define la gestión por procesos o *Business Process Management*, como un enfoque sistemático de gestión que trata de procesos de negocios como activos, que potencian directamente el desempeño de la organización, primando por la excelencia organizacional y la agilidad en los negocios. El BPM permite el análisis, definición, ejecución, monitoreo y administración, incluyendo el soporte para la interacción entre personas y aplicaciones informatizadas diversas (p. 8). Sobre todo, que permite que las reglas de negocio de la organización, transformadas en forma de procesos, sean creadas e informatizadas por las propias áreas de gestión, sin interferencia de las áreas técnicas (SALAMANCA, 2014).

De este modo, factores críticos de éxito en la gestión por procesos - GpP están relacionados a cómo cambiar las actitudes de las personas y perspectivas de procesos para evaluar el desempeño de los procesos de las organizaciones, pues la meta de estos sistemas es estandarizar procesos corporativos y ganar puntos en productividad y eficiencia (ABPMP, 2009). Las soluciones de BPM se ven como aplicaciones cuyo propósito principal es medir, analizar y optimizar la gestión del negocio y los procesos de análisis de la empresa. Y, según la propia guía BPM CBOOK, la práctica de gestión de procesos y de negocio puede ser caracterizada como un ciclo de vida continuo de actividades integradas. Este ciclo puede ser resumido por medio del siguiente conjunto gradual e interactivo de actividades: Planificación; Análisis; Diseño y Modelado; Aplicación; Monitoreo; y Refinamiento (p. 38). Lo propio guía aclarece que principios, objetivos y funciones deben ser respetados.

a) Principios de la GpP.

La gestión por procesos se basa en algunos principios que orientan el desarrollo de las acciones y se encuentran representados a continuación, con base a lo determinado por el manual BPM CBOOK (2009), que son:

- Satisfacción de los clientes cuyas necesidades, perspectivas y requisitos de los clientes deben ser conocidos para que el proceso sea proyectado para producir resultados que satisfagan sus necesidades;

- ▶ Gerencia participativa para conocer y evaluar la opinión de sus colaboradores es un aspecto importante para discutir las ideas y el mejor desempeño del proceso sea alcanzado;
- ▶ Desarrollo humano para alcanzar la mejor eficiencia, eficacia y efectividad de la organización empresarial es necesario el conocimiento, las habilidades, la creatividad, la motivación y la competencia de las personas. De oportunidades de aprendizaje y de un ambiente favorable al pleno desarrollo depende el éxito de las personas;
- ▶ Metodología estandarizada para evitar desviaciones de interpretación y alcanzar los resultados esperados, siguiendo los padrones y la metodología definida, que podrá ser constantemente mejorada;
- ▶ Mejora permanente con vistas el compromiso con el perfeccionamiento continuo. Esto es el principal objetivo de la gestión por procesos, de modo a evitar trabajos repetidos, y garantizar la calidad de sus procesos;
- ▶ Información y comunicación para tener la diseminación de la cultura organizacional, divulgando los resultados alcanzados y compartiendo el conocimiento adquirido;
- ▶ Búsqueda de la excelencia para alcanzar la excelencia en servicios, los errores deben ser mitigados y sus causas eliminadas. Se deben buscar las mejores prácticas reconocidas como generadoras de resultados y perfeccionamiento constante, buscando la identificación y el perfeccionamiento de oportunidades de mejora y fortalecimiento de puntos fuertes del emprendimiento.

b) Objetivos de la GpP.

La gestión por procesos, tiene como principales objetivos:

- ▶ Conocer y mapear los procesos internos de la empresa y poner disponible la información sobre ellos, promoviendo su uniformidad y descripción en manuales;

- ▶ Identificar, desarrollar y difundir internamente metodologías y mejores prácticas de gestión por procesos;
- ▶ Promover el monitoreo y la evaluación de desempeño de los procesos internos, de forma continua, mediante la construcción de indicadores apropiados; y
- ▶ Implantar mejoras en los procesos, buscando lograr mayor eficiencia, eficacia y efectividad en su desempeño.

c) Función de la GpP.

Como forma de viabilizar la gestión por procesos, con el fin de contribuir al aumento del desempeño de trabajo, sus tareas se dividen en tres partes: diseño del proceso; gestión del proceso; y registro del aprendizaje. Para el diseño de procesos, el responsable debe entender el ambiente interno, seleccionar y priorizar sus procesos, hacer modelaciones de las situaciones diarias, formar equipos con conocimiento de diagnóstico, definir y priorizar soluciones a los problemas actuales, entender y modelar procesos en la situación futura.

En resumen, debe implementar nuevos procesos, controlar la ejecución de los mismos, realizar cambios a corto plazo, registrar sus rendimientos y hacer comparaciones entre ellos. Y según Martins (2017), para promover el aprendizaje, debe registrar y controlar las desviaciones, evaluar el desempeño y anotar el aprendizaje. Entonces, todo esto son sólo orientaciones para un buen control de las operaciones diarias, debiendo cada gestor hacer las elecciones de cuáles son las mejores opciones para su establecimiento. En este punto, no hay un padrón a seguir. Y todo eso en línea, los principios, los objetivos y la función resultarán en una mejor productividad de trabajo que será comentada en la secuencia.

## **METODOLOGÍA**

La metodología para llevar a cabo el presente estudio fue la investigación acción y aplicación de cuestionarios directos a los agentes involucrados, todo ello en base al análisis bibliográfico previo. Por lo tanto, la hipótesis central fue desarrollada en conjunto con el marco teórico donde hubo una percepción de que algunos emprendimientos de medios de hospedaje, sino varios, no utilizaban procedimientos padrones de gestión para la medida de los indicadores de desempeño, específicamente, de los que trataban de la productividad de trabajo de los involucrados, pero hubo también un cuidado al escribirlos para que tuviesen inseridos, en ellos, los criterios de consistencia lógica, verificabilidad, simplicidad, relevancia, apoyo teórico, especificidad, plausibilidad e claridad, profundidad y originalidad, cómo recomiendan Lakatos y Marconi (1991). Su validación ha pasado por preguntas directamente presentadas a los respectivos responsables de cada sector.

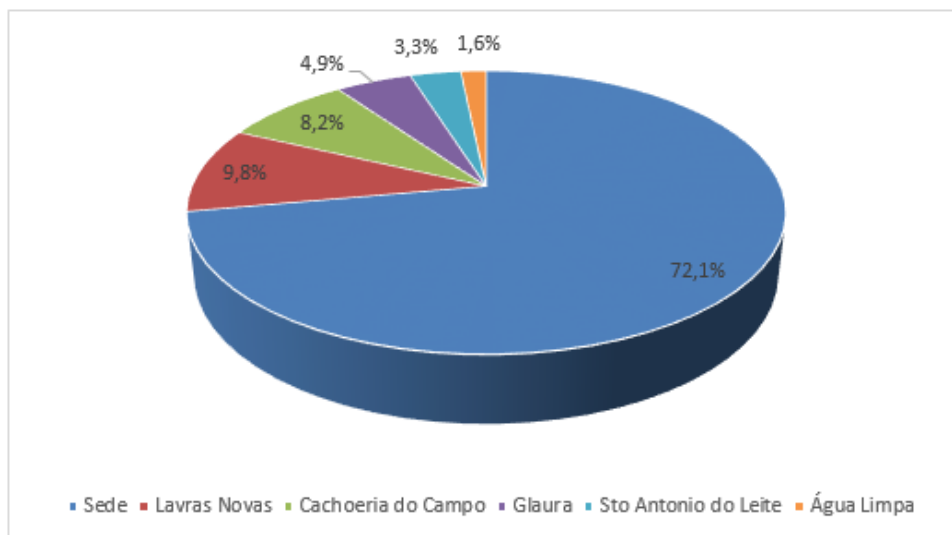
Cada uno respondió si hubo alguna mejora en los procedimientos operativos realizados en su área y si estos fueron percibidos por los clientes / invitados. Individualmente, todos evaluaron su sector y el gerente general evaluó todos los sectores. Por lo tanto, la suma de las respuestas no corresponde al número total de empleados involucrados, incluido el hecho de que, en algunas empresas hoteleras, el mismo empleado desempeña funciones en más de un sector. El puntaje final se obtuvo por el promedio aritmético simple de los puntajes dados por los gerentes de los sectores y la gerencia general.

## **ANÁLICE DE LOS RESULTADOS**

La ciudad de Ouro Preto poseía 69 establecimientos de hospedaje, con base en el año de 2016 (RAIS/CAGED, 2017). Estos emprendimientos están clasificados como: Albergue, Hostel, Hotel, Hotel-hacienda, Pensión, Posada y otros. Siendo así, el universo de pesquisa consideró todas las 69 empresas, pero como muestra fueran preseleccionadas 61 cómo aptas para la investigación y tratamiento de datos debido a 8 establecimientos no estén encuadrados en ninguna clasificación oficial, pudiendo ser casas de alquiler o similar.

Estas 61 empresas de la muestra inicial, están distribuidas en el territorio del municipio en 6 unidades incluyendo la sede de la administración pública donde se encuentran 44 establecimientos. En el distrito administrativo de Lavras Novas están 6 establecimientos, en el de Cachoeira do Campo están 5 establecimientos, en el de Glaura están 3 establecimientos, en el de Santo Antonio do Leite están 2 establecimientos y en el de Água Limpa está sólo uno. Por representatividad, la mayoría están en la sede (72,1%), seguida de Lavras Novas (9,8%), Cachoeira do Campo (8,2%), Glaura (4,9%), Santo Antonio do Leite (3,3%), y por lo último Água Limpa (1,6%) (Figura 2)

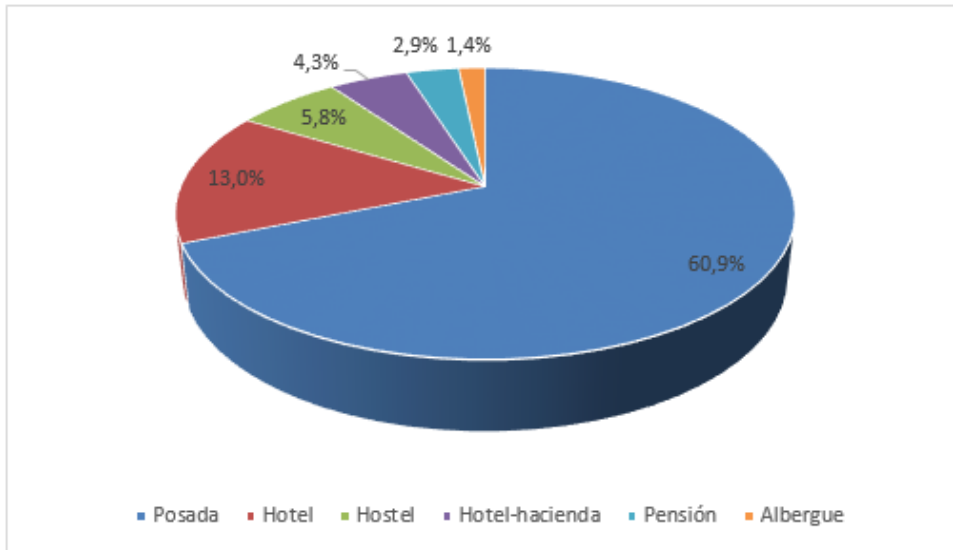
Figura 2: *Distribución por unidad administrativa en la ciudad de Ouro Preto*



Fuente: *Elaboración propia.*

Por tipo, los establecimientos se predominan por posadas con 42 unidades, hoteles con 9 unidades, hostel con 4 unidades, hotel-hacienda con 3 unidades, pensiones con 2 unidades y albergue con 1 unidad. Representativamente, son las posadas las que componen la mayor parte de la muestra, con 60,9% del total. Seguida de los hoteles con 13,0%, los hostel con 5,8%, los hotel-hacienda con 4,3%, las pensiones con 2,9% y los albergues con 1,4%. (Figura 3)

Figura 3: *Distribución por tipos de emprendimientos en la ciudad de Ouro Preto*



*Fuente: Elaboración propia.*

Sin embargo, considerando que los albergues, las pensiones, los hostel y los hoteles-haciendas, reconocidamente, no poseen estructuras administrativas similar as de una empresa siendo muchas veces conducida por los propietarios y miembros de su familia, no serán consultados también en el momento de las encuestas.

Encuestas y datos.

En esta etapa, con miras a profundizar más las investigaciones, la encuesta realizada fue con 52 profesionales que actuaban en emprendimientos de hospedaje en la ciudad de Ouro Preto. Las indicaciones de los hoteles fueron repasadas por la Asociación Comercial y Empresarial de Ouro Preto - ACEOP<sup>2</sup> y se buscó alcanzar la mayor diversidad de cargos y, también, de establecimientos hoteleros para que el resultado pudiera retratar al máximo la realidad de la situación. Se envió la siguiente pregunta: ¿Usted conoce algún emprendimiento hotelero que adopta la metodología de Gestión por Procesos?

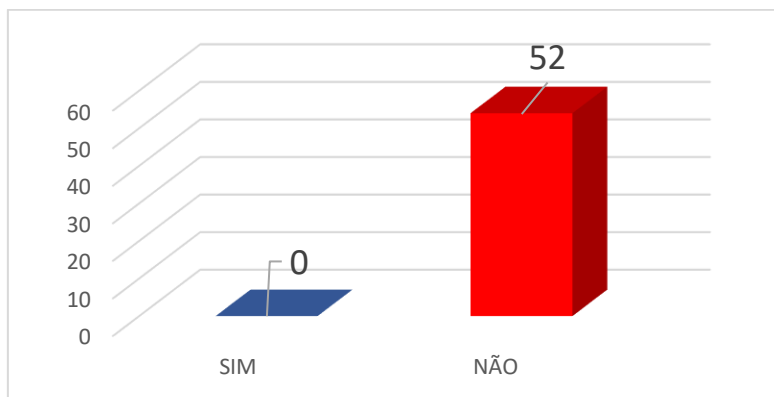
---

<sup>2</sup> <http://www.aceop.com.br/>



Había la expectativa que en alguno de ellos sería posible identificar tal forma de gestión hotelera o que el propio profesional indique el emprendimiento, en el cual trabajaba, como aquel que ya adopta tal metodología. Pero, la cuestión dirigida a estos profesionales, no se obtuvo ninguna respuesta positiva con respecto al conocimiento de la adopción de la respectiva metodología por algún hotel, sea por el propio emprendimiento. (Figura 4)

Figura 4: *¿Utiliza la metodología de gestión por procesos?*



*Fuente: Elaboración propia.*

Cómo no fue posible identificar emprendimientos hoteleros, de cualquier categoría, que estuvieran utilizando la metodología de Gestión por Procesos, ahora, en esta etapa, la encuesta fue de ámbito más específico en emprendimientos de micro y pequeño porte. Pero con la misma propuesta, es decir, de identificarse alguno emprendimiento que ya esté adoptando la respectiva metodología. De inmediato se pensó en la posibilidad de al ser cuestionados si tenían el conocimiento de esta, muchos podrían simplemente decir que sí, sin presentar evidencias o comprobaciones.

De esta forma, se buscó una manera de cuestionar acerca del mismo tema, pero utilizando un enfoque diferente. Considerando que esta metodología específica de gestión necesitaría el uso de tres herramientas administrativas (PDCA, 5W2H y MASP), además

de una métrica (KPI), se optó por cuestionar directamente si las utilizan y con qué frecuencia.

Se enviaron cuatro preguntas que ayudarían a identificar si tienen algún conocimiento acerca de las herramientas administrativas orientadoras del uso de la metodología de Gestión por Procesos. Las preguntas son:

¿Utiliza con frecuencia la herramienta administrativa PDCA?

¿Utiliza con frecuencia la herramienta administrativa 5W2H?

¿Utiliza con frecuencia la herramienta administrativa MASP?

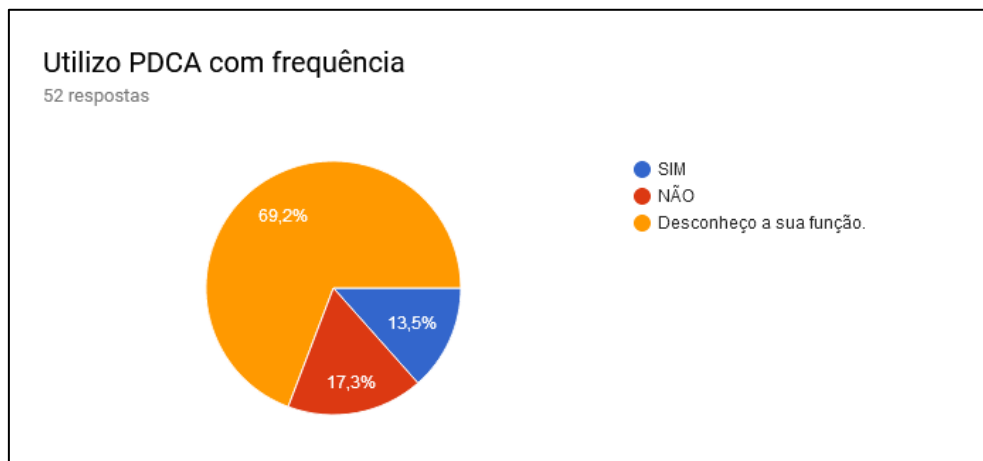
¿Utiliza con frecuencia la métrica KPI?

Las investigaciones se llevaron a cabo con quince días de diferencia. Y cada quince días hubo una nueva notificación a los que, por ventura, aún no habían respondido. Utilizó, para ello, la aplicación *Google forms*, que facilita la construcción de las preguntas, así como el envío, gestión y tabulación de los datos. Es importante recordar que tal aplicación no permite identificar quién responde. Sólo muestra el número de formularios contestados. Se dio un plazo de 90 días, para que todos pudieran responder. Incluso se ha considerado la posibilidad de que algunos correos electrónicos de envío hayan ido a las cajas de spam de los destinatarios. Así, con un poco de insistencia, todos los 52 emprendimientos investigados, respondieron las cuatro cuestiones inicialmente elaboradas para averiguar los conocimientos que tendrían acerca de la metodología de gestión por procesos.

Finalizado el período para las respuestas, al hacerse la tabulación, quedó evidente que la gran mayoría demostró que desconocía la función de las herramientas administrativas presentadas. Y esto confirmó lo que ya, empíricamente, se imaginaba. La ausencia de procedimientos gerenciales más perfeccionados, así como de control acerca del desempeño de trabajo de sus empleados o, por lo menos, de los sectores del emprendimiento.

A primera cuestión que fue dirigida a los emprendimientos de micro y pequeño porte, acerca de la frecuencia de utilización de la herramienta PDCA, constató que 7 emprendimientos respondieron positivamente, 09 respondieron negativamente y 36 respondieron que desconocen. Representativamente, 13,5% respondió que utiliza, 17,3% respondió que no utiliza y 69,2% respondió que desconocía su función. (Figura 5)

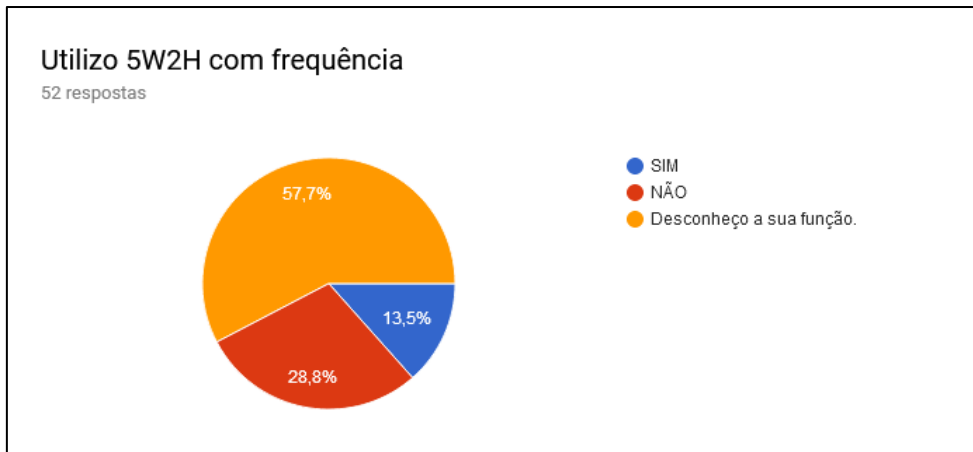
Figura 5: *Representatividad del uso de la herramienta PDCA*



*Fuente: Elaboración propia.*

La segunda cuestión, acerca de la frecuencia de utilización de la herramienta 5W2H, constató que 7 emprendimientos respondieron positivamente, 15 respondieron negativamente y 30 respondieron que desconocen su función. Representativamente, 13,5% respondió que utiliza, 28,8% respondió que no utiliza y 57,7% respondió que desconocía su función. (Figura 6)

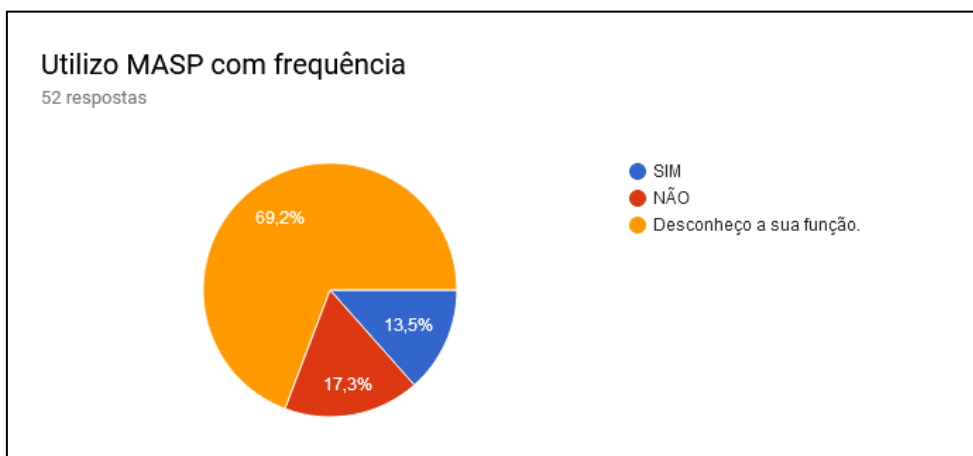
Figura 6: *Representatividad del uso 5W2H*



*Fuente: Elaboración propia.*

La tercera cuestión, acerca de la frecuencia de utilización de la herramienta MASP, constató que 7 emprendimientos respondieron positivamente, 09 respondieron negativamente y 36 respondieron que desconocen su función. Representativamente, 13,5% respondió que utiliza, 17,3% respondió que no utiliza y 69,2% respondió que desconocía su función. (Figura 7)

*Figura 7: Representatividad del uso de la herramienta MASP<sup>3</sup>*

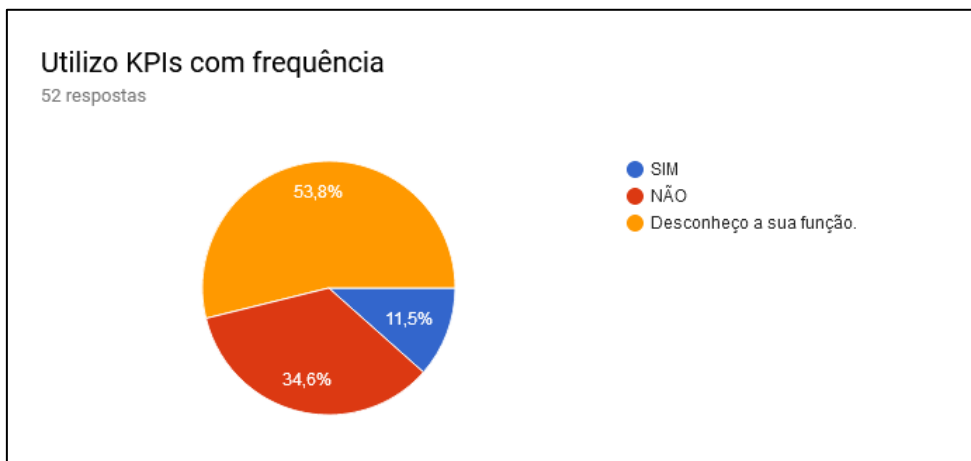


*Fuente: Elaboración propia.*

<sup>3</sup> Metodología de Análisis y Solución de Problemas.

Y la cuarta y última cuestión, acerca de la frecuencia de utilización de la métrica KPI, constató que 06 emprendimientos respondieron positivamente, 18 respondieron negativamente y 28 respondieron que no conocían la función. Representativamente, 11,5% respondió que utiliza, 34,6% respondió que no utilizaba y 53,8% respondió que desconocía su función. (Figura 8)

Figura 8: *Representatividad del uso de la métrica KPI*



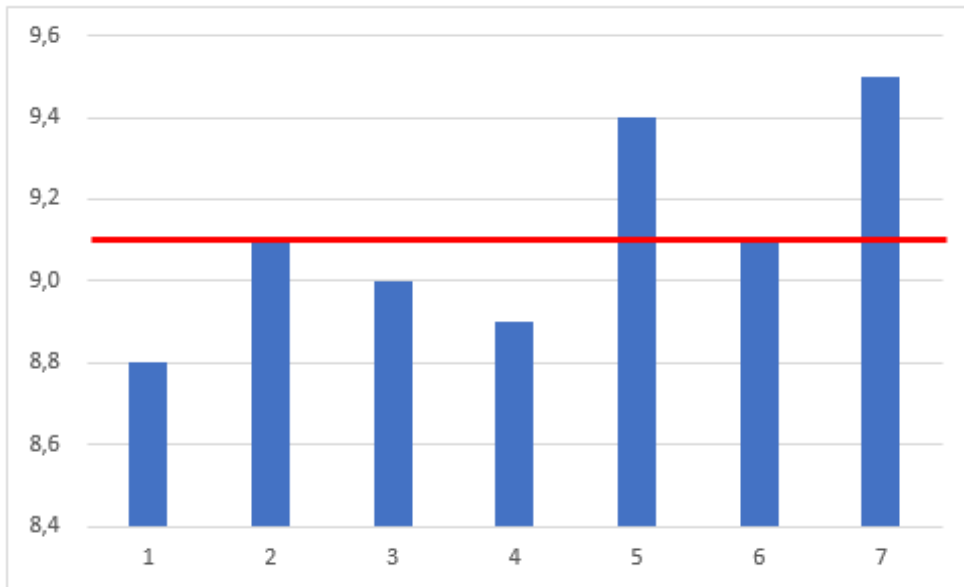
*Fuente: Elaboración propia.*

Así, después de la aplicación de las cuatro preguntas básicas sobre utilización de las herramientas administrativas (PDCA, MASP, 5W2H) y de la métrica KPI, una situación se presentó como destaque, o sea, entre todos los encuestados la mayoría dice que no conocen la función de uso de las mismas. En promedio 62,5% de ellos, simplemente, no las conocen.

Pero, considerando que en promedio de 13% confirmaran la utilización de todas las cuatro herramientas administrativas, fue realizada en la secuencia, una última pregunta a todos los 52 emprendimientos con el destaque de que sólo aquellos que responderán “SÍ”, deberían considerar esta última pregunta con la siguiente redacción: - ¿Cuál es la

puntuación media de su establecimiento, en el sitio web de búsqueda Booking<sup>4</sup>? Las respuestas deberían seguir las opciones lineares de cero hasta diez. El resultado obtenido se presenta en el Figura 9.

Figura 9: *Puntaje de los emprendimientos en sitio web Booking.*



*Fuente: Elaboración propia.*

En esta imagen queda claro que todos los emprendimientos que utilizan las tres herramientas administrativas y la métrica, reciben de los turistas, puntajes elevadas. Es un reflejo da calidad ofrecida por los establecimientos. Y, en promedio, tienen 9,1 (nueve coma uno) que significa un excelente grado de evaluación.

<sup>4</sup> <https://www.booking.com/>

## **CONCLUSIÓN**

En inicio, como se evidenció un desconocimiento generalizado de las herramientas administrativas básicas PDCA, MASP, 5W2H y de la métrica KPI, todas necesarias al uso de la metodología de gestión por procesos, hubo una preocupación con los procedimientos diarios y necesarios para que tales empresas tuviesen la calidad de servicios en lo más elevado nivel.

Los resultados indican que los controles de gestión de la gran mayoría son frágiles e ineficaces, ya que no es posible cuantificar la capacidad de trabajo de los involucrados, ni es válido decir que sus gestiones tienen el dominio y conocimiento del desempeño de los sectores hoteleros.

Los estudios acerca de los procedimientos de gestión en estructuras organizacionales de emprendimientos hoteleros de pequeño y medio porte, en la ciudad de Ouro Preto / MG, Brasil, apuntan para una forma de gerencia empírica y no científica, sin sistematización de los procedimientos operacionales diarios. Por lo tanto, la consecuencia más inmediata será la pérdida de la calidad de servicios. El turista más atento puede percibir que no existe control interno y que los problemas tardan más en resolverse. Pero, analizando solamente aquellos que confirmaran el uso de la Gestión por Procesos, fue probado que sus beneficios son positivos con relación a la percepción de calidad de servicios prestados por los hoteles y posadas encuestados.

Por lo tanto, se puede confirmar la hipótesis H, descrita en el inicio, demostró que el uso de la metodología de Gestión por Procesos, aporta beneficios para aquel emprendimiento que la utilizar con frecuencia. Se recomienda que los líderes busquen más información sobre la metodología BPM y promuevan la capacitación de sus empleados para que no haya pérdidas en el desempeño operativo y registros no deseados de insatisfacción turística. Esta puede ser una buena oportunidad para minimizar la insatisfacción y, a su vez, la pérdida de rendimiento.

Finalmente, este es un pequeño estudio que podría ser de utilidad para futuras investigaciones sobre el uso de la metodología BPM en empresas de hostelería. El estudio termina aquí.

## REFERENCIAS

ABIH. Asociación Brasileña de la Industria de Hoteles. Disponible en [<https://abih.com.br/>](https://abih.com.br/)

ABPMP, Association of Business Process Management Professionals. (2009) BPM CBOOK. Brasil. V. 3.0, 453 p.

BARROS, DANIEL BARROSO. (2009) Governança de Processos: Proposição de um modelo teórico de governança para a gestão por processos. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção – Instituto Alberto Luiz Coimbra. UFRJ. Rio de Janeiro/RJ. 148 p.

BRASIL, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. (2013). Manual de Gestão por Processos. SJD-EPOMF, Brasília, DF. 61 p.

BPMN. Object Management Group Business Process Model and Notation. Disponible en [<https://www.bpmn.org/>](https://www.bpmn.org/)

CAMPOS, ENEIDA RACHED (2003) Metodologia de gestão por processos. Unicamp Campinas/SP.

COLIN ARMISTEAD; SIMON MACHIN (1997) Implications of business process management for operations management, International Journal of Operations & Production Management, Vol. 17 Issue: 9, pp.886-898. Disponible en

[<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/01443579710171217/full/html>](https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/01443579710171217/full/html)

FUENTES, DAYSI RUIZ; TORRES, ROSA MERCEDES ALMAGUER; TORRES, ISABEL CRISTINA. PEÑA, ALEJANDRO MIGUEL HERNANDEZ. (2014) La gestión por procesos, su surgimiento y aspectos teóricos. Centro de Información y Gestión Tecnológica de Santiago de Cuba, vol. XIX, núm. 4, Holguín, Cuba. pp. 1-11

HITPASS, BERNARD. (2014) Business Process Management (BPM): Fundamentos y Conceptos de Implementación. Ed. BHH. Santiago de Chile/CHI. UTFSM.



LAKATOS, MARNIA DE ANDRADE; MARCONI, EVA MARIA (1991). Fundamentos de metodologia científica. Ed. Atlas. 5ª ed. São Paulo, SP. 310 p.

LUGO, ALEJANDRO HERNANDEZ (2002). Gestión por Procesos: Organización de la producción y del trabajo. Instituto Superior Politécnico José Antonio Echeverría, CETDIR. Habana, Cuba.

MARTINS, PAULA V; ZACARIAS, MARIELBA (2017). An Agile Business Process Improvement Methodology. Procedia Computer Science. Vol. 121, pp. 129-136  
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877050917322093>

ROSING, MARK VON (2015) The Complete Business Process Handbook: Body of Knowledge from Process Modeling to BPM. Ed. Elsevier, vol. 1. 813 p.

SALAMANCA, YEISSON T (2014) Model of organizational Management based on the achievement of objectives. Suma de Negócios. V. 5, Issue 11, pp. 70-77. Disponible en  
<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2215910X14700217>>

SILVA, C. R. LAVALLE; FLEURY, P. R. (2006). Avaliação da Organização Logística em Empresas da Cadeia de Suprimento de Alimentos – Indústria e Comércio. In Logística Empresarial. São Paulo/SP. Ed. Atlas

THIEMICH, CHRISTIAN; PUHLMANN, FRANK. (2013) An Agile BPM Project Methodology. Bosch Software Innovations GmbH. Berlin, Germany.

**Capítulo 13 - DOI:10.55232/1083002.13**

**ATOS DE ESTADO, RESISTÊNCIA E PANDEMIA**

**Cynthia Carvalho Martins**

**RESUMO:** No período pandêmico ocorreu uma intensificação dos conflitos sociais acompanhada de mobilizações dos agentes sociais que acionam o dado étnico como de pertencimento. A comunicação visa analisar os “atos de estado”, com ênfase no reforço à lógica neoliberal a partir do incentivo à iniciativa privada objetivando, no caso da Amazônia, à colocação das últimas fronteiras de terras no mercado. Consideraremos na análise as formas de mobilização dos quilombolas no sentido de garantir os direitos conquistados.

**Palavras-chave:** Quilombos; Conflitos; Pandemia.

## **Pandemia e conflitos: questionando o “novo normal”**

Para que possamos compreender o acirramento dos conflitos territoriais no período denominado “pandêmico” precisamos pensá-los como referidos aos “atos de estado”. Explicito, nesse texto, como os dispositivos institucionais – Portarias, Resoluções, Decretos, Instruções Normativas – restringiram cada vez mais os direitos conquistados pelos quilombolas, reforçando a mudança de uma ótica estatal para uma lógica privada. Ampliam-se os empreendimentos da mineração, do agronegócio e das obras de infraestrutura e tal ampliação resulta em uma intensificação dos conflitos territoriais, dos atos de violência e das mortes. Está em jogo repensar a noção de “novo normal” e a própria concepção de pandemia como referida somente a uma política sanitária. Como pensar uma política sanitária direcionada aos povos e comunidades tradicionais sem pensar a insegurança em relação à permanência dos povos e comunidades tradicionais nos territórios?

O reforço à ordem estatal está presente no “ínfimo”, nas situações que sequer percebemos como carregadas de sentido institucional. As estatísticas produzidas (março de 2022) pelo Estado e que apontam para uma queda das situações de Covid 19, incentivam a ideia de um “novo normal” podendo ser lidas como um reforço à lógica estatal que desconsidera as situações calamitosas e as mortes.

O discurso do presente centra-se na denominada “volta ao normal,” ou seja, os discursos oficiais decretam que após dois anos de reclusão (março 2020 – março 2022) em função da pandemia Covid 19, estaríamos aptos a retornar às atividades, correr atrás dos prejuízos, saná-los e continuar como se nada tivesse acontecido. Nessa perspectiva é como se a crise pandêmica reforçasse a “ordem,” passando uma borracha no rastro de desordem criado a partir dos próprios “atos de estado”. O ilusório fim da pandemia poderia ser interpretado, tal como o enigma dos contos policiais de Boltanski, como um reforço à ordem (BOLTANSKI:2016).

A afirmação à ordem instituída caracteriza-se por políticas que contemplam os interesses desenvolvimentistas em detrimento dos direitos conquistados por povos e comunidades tradicionais. Sobre a reafirmação à ordem instituída Boltanski aborda como os romances policiais reforçam a realidade apregoada, em última instância, pelo Estado. Esse romances surgem no século XIX, principalmente em países como a França e a Inglaterra para reforçar a concepção do estado nação. Objetivando “investigar a investigação” o autor delinea uma discussão sobre a “realidade” e o “real” analisando em que medida a lógica do Estado reforça as realidades (BOLTANSKI:2016).

As estatísticas oficiais no período pandêmico também instituíram “realidades fictícias,” isso se considerarmos que os dados gerais e quantitativos não dão conta das especificidades das situações. Quem estava morrendo? Quem possuía maiores condições de isolamento? Nas situações nas quais as famílias trabalhavam nos denominados “roçados”, como instituir o isolamento durante períodos de trabalho como as colheitas?

Boltanski ressalta que nos contos policiais, mesmo que os fenômenos sobrenaturais sejam aludidos, a investigação sempre revela os enganos e manobras, reforçando a explicação racional, a lógica do estado, a ordem estatal. É na realidade estabilizada que se destaca o “enigma”. O enigma nos contos policiais pressupõe uma realidade estruturada, uma ordenação do real. Como no conto policial toda a ideia de algo sobrenatural é descartado, vigora um reforço das regras e normativas do próprio Estado (BOLTANSKI:2016). De modo diferenciado, mas dentro de uma mesma perspectiva, a discussão sobre o “novo normal” pode ser lida como uma tentativa do Estado em promover uma ordenação das categorias por ele produzidas como legítimas, sem uma explicitação das contradições presentes nas próprias medidas oficiais.

As estatísticas oficiais produzem realidades aparentemente objetivas, afinal, como questionar os dados numéricos? A aparente objetividade contrasta com os aspectos particulares das situações e instituem uma “ilusão das estatísticas” (BESSON: 1995). As situações localizadas têm sido explicitadas a partir de iniciativas de formas organizativas em descrever as condições referidas às mortes por Covid 19. Uma morte não é igual a outra: alguns morrem por falta de assistência, outros por serem grupos de risco. Há mortes que ocorreram no início da pandemia, outras após a descoberta da vacina, por falta de acesso às políticas sanitárias. Portanto as estatísticas não substituem as análises qualitativas. Podemos nos referir aos denominados “obituários,” realizados por pesquisadores, agente sociais e representante de formas organizativas, como formas de superar as frias estatísticas. Cito os obituários produzidos no âmbito do livro “Pandemia e Território” (ALMEIDA, MARIN, MELO: 2020) como uma possibilidade de explicitação das trajetórias daqueles que morrem, da condição de suas mortes ou das situações de conflitos vivenciados por suas “etnias” em face a um descaso institucional. A produção desses obituários não obedece a uma “metodologia,” podendo ser produzidos por agentes sociais vinculados a uma forma organizativa, por um parente ou amigo do falecido ou por um pesquisador com longo contato com os agentes sociais ao falecido.

Além dos obituários outras iniciativas, referidas à produção de documentos exigindo a vacinação, de espaços de debate<sup>1</sup> e mobilizações têm se dado durante a pandemia.

O incentivo à retomada das atividades a partir de uma visão otimista, reforçada pelas estatísticas, defendidas pelos aparatos burocráticos, desconsidera que os conflitos territoriais com eclosão durante o período pandêmico não cessaram. O reforço de uma “nova realidade” teria similaridades com a noção de “enigma”, isso porque nas duas situações são as noções institucionais, consideradas legítimas, que saem fortalecidas.

É preciso que se questione a noção de “novo normal” isto porque há um rastro de desordem na suposta “ordem instituída”. E, ainda porque os que realmente sustentaram os pilares econômicos do país não estão retornando às atividades, eles de fato não pararam de trabalhar, ao contrário, tiveram que reinventar novas estratégias de sobrevivência. Há um rastro de mortes que poderiam ser evitadas; de violência e desordens referidas diretamente aos procedimentos institucionais. Tratar as ações do Estado como “atos de estado” auxilia na compreensão de situações concretas, dirimindo as próprias dificuldades que envolvem estudar o Estado (BOURDIEU: 2014).

## **Contradições nos “atos de estado”: Restrições de direitos conquistados e resistências**

P. Bourdieu no livro “Sobre o Estado” reflete sobre as dificuldades em pensar o Estado em decorrência do nosso próprio pensamento, das estruturas da consciência por meio das quais construímos o mundo social serem moldadas por um pensamento de Estado. Tais formas de pensamento são consideradas como produto das próprias legitimidades consagradas pelo Estado. Diante da suposta legitimidade das categorias estatais nas análises, tenderíamos a “aplicar ao estado um pensamento de estado” (BOURDIEU: 2014).

A dificuldade em pensar o Estado expressa-se na sua suposta legitimidade e, para deslindar as suas contradições é preciso pensá-lo a partir de seus atos. É nesse sentido que, nesse pequeno tópico propomos um exercício que consiste em refletir sobre os “atos de estado” e suas contradições, considerando o período pandêmico.

O ato inaugural do governo federal no período pandêmico se deu com a Resolução nº 11 de 26 de março de 2020, do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial

---

<sup>1</sup> No âmbito da ABA/ Direção Norte e Comitê Quilombos, em parceria com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e o Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA) ocorreu, entre os meses de agosto a outubro de 2021, o curso intitulado “PANDEMIA E TERRITÓRIOS: a nova cartografia social em face do acirramento dos conflitos vividos por povos e comunidades tradicionais”.

Brasileiro, publicado no Diário Oficial da União em 27 de março de 2020. Iniciou com uma resolução que previa o deslocamento compulsório de famílias quilombolas do território étnico de Alcântara. A “proteção estatal” que poderia ser prevista, diante das dificuldades que prenunciavam, resultou instituindo uma insegurança às famílias. Tal medida vincula-se ao Acordo de Salvaguarda entre o Brasil e os Estados Unidos, assinado em 2019 e que define a ampliação do Centro de Lançamento de Alcântara. As unidades sociais previstas para serem remanejadas são as seguintes: Brito, Baracatatiua e Manuna. Tais unidades estão localizadas estrategicamente no litoral de Alcântara e têm estado no alvo das ações de iniciativas privadas desde o antigo acordo do Brasil com a Ucrânia para a implantação da denominada Cyclone Space<sup>2</sup>.

As famílias de Alcântara têm resistido através da organização no Movimento dos Atingidos pela Base de Alcântara (MABE); Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MONTRA) e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR-AL). A produção do laudo antropológico definindo o território étnico como composto por diferentes territorialidades específicas – *terras de santo, terras de santíssima, terra de pobreza, terras de preto* – (ALMEIDA: 2006) levou ao reconhecimento do território pela Fundação Cultural Palmares

A Resolução nº 11 cita a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) como um plano de consulta, transformando-a em um mero ato burocrático e desconsiderando o potencial das famílias quilombolas em transformar a consulta em um ato político. A mobilização dos agentes sociais levou ao veto da Resolução e, posteriormente foi promulgada a Lei 14.216/2021, suspendendo os remanejamentos durante o período pandêmico. Em outras situações conflitivas, a exemplo da situação do quilombo Tanque da Rodagem e São João, localizados em Matões, no Maranhão e Alto Acará, no Pará, as determinações da Lei 14.216/2021 foram desrespeitadas e as famílias ameaçadas e submetidas aos remanejamentos compulsórios.

A despeito da suspensão de despejos, remoções e desocupações no período pandêmico, determinada pela Lei 14.216/2021 e aprovada pelo Congresso Nacional, tais ações continuaram ocorrendo de modo sistemático. O período de proibição de tais práticas foi ampliado, a partir de mobilizações, e, a última vigência, definida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, prorrogou o prazo até o dia trinta e um de março de 2022. A

---

<sup>2</sup> Para maiores informações consultar o seguinte trabalho: PEREIRA JUNIOR, Davi. *Quilombos de Alcântara: território e conflito – Intrusão do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional, Alcântara Cyclone Space*. Manaus Editora da Universidade federal do Amazonas, 2009.

medida vale para a denominada “Zona Rural” e “Zona Urbana”. Apesar disso, e, em contradições com as próprias determinações institucionais ações como retirada de famílias das suas terras, principalmente em função de reintegração de posses; ameaças, intimidações e queima de casas continuaram ocorrendo. A situação do quilombo Tanque da Rodagem e São João, localizados em Matões, Maranhão exemplifica os atos ilegais praticados contra os quilombolas. Nessas situações o território está certificado pela Fundação Cultural Palmares como quilombolas e, apesar desse reconhecimento os fazendeiros retiraram os quilombolas utilizando atos truculentos. Os quilombolas relatam ameaças, demolição de casas e envenenamento das terras por fazendeiros a partir de veneno jogado de aeronaves. Segundo a Pastoral da Terra, no Maranhão, 380 quilombos estão certificados sem que os territórios tenham sido desapropriados.

A situação de ameaça de retirada dos quilombolas do território Alto Acará, a partir de uma reintegração de posse se constitui em uma violação à Lei 14.216/202. A ameaça ocorreu após as mobilizações das famílias quilombolas de Balsas, Turiaçu, Palmares e Gonçalves para retomada dos seus território, expropriados, desde a década de 80, pela empresa Agropalma S/A. A empresa fornece óleo de palmas para empresas nacionais e multinacionais, dentre elas a Neslé (Suíça)<sup>3</sup>, Univeler (EUA) e a Ferrero (Itália). As plantations de dendê têm sido incentivadas em diferentes países latinos a partir de incentivos governamentais. Segundo Silva (2020), nas últimas duas décadas ocorreu a criação de vários dispositivos institucionais de incentivo à produção do dendê como agrocombustível na América Latina. Dentre os países, com forte investimento na bioeconomia da dendeicultura destacam-se: Brasil, Colômbia, Equador, Honduras, Guatemala, México e Peru (SILVA: 2020)

De acordo com a nota técnica intitulada *Nota técnica Quilombolas do Alto Acará em Luta por Direitos Territoriais e étnicos face aos Ditames de empresas da dendeicultura*, os quilombolas explicitam que o processo de apropriação das terras pelo agronegócio do dendê teve início nos anos 80, quando a Agromendes, a Denpasa e o Grupo Agorpalmas, apoiados pela política de incentivos fiscais criada pelo governo

---

<sup>3</sup> Na matéria intitulada “Nestlé, por que te calas diante da violência que patrocinas?” a Nestlé é apontada como estando no topo da cadeia produtiva do óleo de palma e, ainda, como financiadora da Agropalmas, sem se importar como custo ambiental, a violência e as fraudes. “O vínculo com a Agropalmas viola o próprio código de conduta da empresa Nestlé que não admite violação de direitos humanos nas suas cadeias produtivas” (CASARA: 2022). Após as fortes denúncias a Nestlé se manifestou declarando que o respeito pelos direitos humanos está no centro da sua cultura e exigindo dos seus fornecedores o cumprimento de direitos e normas de fornecimento responsáveis (CIEDH: 2022). A ABA, através do Comitê Quilombos publicou uma manifestação em apoio aos quilombolas e encaminhou as denúncias contra a Agropalmas para empresas multinacionais compradoras de óleo de palmas da empresa. A denúncia foi encaminhada para diferentes instâncias jurídicas e organizações de direitos humanos.

estadual e pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), decidiram implantar megaprojetos na Fronteira Acará-Moju- Tailândia (MARIN: 2020)

As famílias quilombolas do Alto Acará vivenciaram situações de extrema violência nos primeiros meses do ano de 2022, perpetradas por seguranças da Agropalmas e agentes públicos. Quilombolas foram detidos, inclusive mulheres e crianças; cavidades foram cavadas dificultando o trânsito dos quilombolas no território e o acesso a alimentos e água potável. O território quilombola encontra-se em fase de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares com o processo de desapropriação sem andamento por parte dos órgãos responsáveis. As famílias convivem com a repressão, com possibilidade de “novos” e mais danosos empreendimentos chegaram à área. Isto porque a própria Agropalmas tem em seu favor mais de dezessete títulos minerários com uma área superior a 121 mil hectares. As denúncias contra a violação dos direitos humanos estão formalizadas em diferentes instâncias tais como Ministério Público Federal; Promotoria Agrária do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Defensoria Pública Agrária do Estado do Pará. Essas instâncias de denúncia atestaram ações ilegais da empresa, e, apesar disso, as ameaças de retirada das famílias continuam.

A flexibilização dos mecanismos de controle do licenciamento ambiental, assim como as mudanças em relação aos documentos exigidos para implementação de projetos minerários, do agronegócio e obras de infraestrutura facilita a concessão de terras para tais empreendimentos. Um exemplo desta flexibilização é a Instrução Normativa n. 111<sup>4</sup>, que repassa a responsabilidade do licenciamento ambiental para o INCRA. O problemático da referida Instrução centra-se no fato do próprio empreendedor ser o responsável pela produção dos documentos necessários ao licenciamento ambiental. Esse ponto praticamente libera a implantação dos empreendimentos em terras quilombolas. O documento parece ser o ideal do poder público e a da iniciativa privada na medida em que as terras públicas são colocadas no mercado, inviabilizando a produção de qualquer outro documentos que conteste os atos burocráticos e centralizadores. Outros pontos a serem destacados como arbitrários são os seguintes: desconsideração dos processos de reconhecimento do reconhecimento das terras quilombolas pela Fundação Cultural Palmares (FCP); submissão à apreciação dos agentes sociais das localidades somente após total finalização do processo; redução dos documentos a formulários a serem preenchidos; proposta de uma “oitiva” após todos os ritos institucionais concluídos;

---

<sup>4</sup> A Instrução Normativa n. 111 foi publicada em 22 de dezembro de 2021 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A referida instrução “dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo INCRA nos processos de Licenciamento Ambiental de obras, atividades ou empreendimentos em terras quilombolas”



orientação de que a produção de documentos sobre as situações a serem licenciadas a partir de outros documentos produzidos e situados em contextos diferenciados.

A morosidade do INCRA na desapropriação das terras reconhecidas como quilombo, somada ao questionamento de alguns processos em andamento, têm propiciado a venda de terras a grupos empresariais. Ou seja, territórios reconhecidos pelo governo brasileiro como quilombos estão sendo vendidas a fazendeiros e grandes grupos econômicos. Essa é a situação do território Santa Rosa dos Pretos, em Itapecuru Maranhão, impactado pela ampliação da ferrovia que transporta minério da Serra do Carajás do Pará para o Porto do Itaqui, no Maranhão – que, dali chega a outros países. Os quilombolas estão sentindo o impacto da construção da ferrovia e da ampliação da rodovia para transporte dos produtos do agronegócio. As invasões e a comercialização de terras têm sido denunciada em diferentes instância, inclusive junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Em documento encaminhado à Associação Brasileira de Antropologia (ABA)/ Comitê Quilombo, lideranças informam que essas terras foram repassadas a um grupo agropecuário do Maranhão que as registrou no Cartório do primeiro ofício Extrajudicial de Itapecuru Mirim, Maranhão. A Instrução Normativa foi revogada após manifestações contestatórias de como movimentos sociais, entidades científicas e instituições jurídicas como Ministério Público e outras.

Destacamos como compondo o quadro de violações aos direitos étnicos o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 177/2021 que pretende autorizar o Presidente a denunciar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essa convenção prevê a consulta livre e informada em situações de implantação de grandes empreendimentos. A Convenção 169 da OIT têm sido utilizada como um mecanismo de defesa dos territórios étnicos e, contribuído com o processo de mobilização. Em um momento de desmonte dos órgãos que tratam da questão fundiária, tal como o INCRA e Fundação Cultural Palmares, a tentativa de anular a Convenção 169 da OIT seria um “golpe final” que resultaria na colocação das terras no mercado, inviabilizando os agentes sociais estabelecidos nas terras dos seus direitos garantidos constitucionalmente. Compromete-se a viabilização de um projeto democrático na medida que direitos conquistados e consolidados são continuamente desrespeitados por mecanismos institucionais que se sobrepõe de modo autoritário e sem participação da sociedade. São ações de restrição dos direitos étnicos, que expressam contradições por contrariarem os próprios direitos conquistados e as próprias normativas institucionais.

## **REFERÊNCIAS**

# **Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1**

ALMEIDA, A.W.; MARIN, R.E.A; MELO, E.A. *Pandemia e Território: Território da morte, Território da resistência e Território do descarte*. São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020.

ALMEIDA, A W. *Terra de Quilombo, Terra de indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundo de pastos: terras tradicionalmente ocupadas*. 2 ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, A W. *Os quilombolas e a base de foguetes de Alcântara*. vol I. Brasília: MMA, 2006a,b .

BESSON, J. L. *A ilusão das Estatísticas*. São Paulo: Editora da universidade Estadual Paulista, 1995.

BOLTANSKI. L. *Enigmas y complots*. Una investigación sobre las investigaciones. México: FCE, 2016.

BOURDIEU. P. *Sobre O Estado*. Cursos no Collège de France (1989-92). 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MARIN, R.E.A. *Nota técnica Quilombolas do Alto Acará em Luta por Direitos Territoriais e étnicos face aos Ditames de empresas da dendecultura*. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Pará, 2020.

SILVA, E.P. *Necrosaber e Regimes de Verificação: governamentalidade bioeconômica da Plantation do dendê no Brasil e na Colômbia*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2020.

PEREIRA JUNIOR, Davi. *Quilombos de Alcântara: território e conflito – Intrusão do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional, Alcântara Cyclone Space*. Manaus Editora da Universidade federal do Amazonas, 2009.

Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia –*Território quilombola de Santa Rosa dos Pretos: conflitos com a duplicação da BR 135 em Itapecuru Mirim* - MA. N. 14 (abr. 2020). Coordenação do Boletim Emmanuel Faria Júnior. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. – São Luís: EDUEMA / PPGCSPA, 2020.

## **REPORTAGENS JORNALÍSTICAS**

CASARA, M. *Nestlé, por que te calas diante da violência que patrocinas?* Brasil de Fato, 28 de Fevereiro, 2022.

Centro de Informação sobre Empresas e Direitos Humanos. *Resposta da Nestlé sobre envolvimento de fornecedora de óleo de palma e violações de direitos de quilombolas e indígenas.* 22 de fevereiro de 2022.

## **DOCUMENTOS CONSULTADOS**

*NOTA DE DENÚNCIA DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS TERRITORIAIS E DE TENTATIVAS DE CRIMINALIZAÇÃO DE LIDERANÇAS QUILOMBO DE SANTA ROSA DOS PRETOS – ITAPECURU-MIRIM (MA).* Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Comitê Quilombo da ABA. 11 de junho de 2021.

*O COMITÊ QUILOMBOS REPUDIA A RETOMADA DAS OBRAS DA BR 135, ENTRE OS MUNICÍPIOS DE MACABEIRA E MIRANDA DO NORTE, NO ESTADO DO MARANHÃO,* Comitê Quilombo da ABA, Brasília, 25 de maio de 2021.

*NOTA PÚBLICA PELA IMEDIATA INCLUSÃO DOS QUILOMBOLAS NO PLANO DE VACINAÇÃO DA COVID -19,* Comitê Quilombo da ABA, Brasília, 26 de janeiro de 2021.

*NOTA TÉCNICA EM APOIO À NÃO REMOÇÃO DAS FAMÍLIAS QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO DE ALCÂNTARA,* Comitê Quilombo da ABA, Brasília, 30 de março de 2021.

Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 177/2021 que pretende autorizar o Presidente a denunciar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). 2021.

Lei nº 5.051, de 05 de abril de 2004. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 abril, 2004.

RESOLUÇÃO 11 de 26 de março de 2020. Publica as deliberações do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro na Sétima Reunião Plenária. Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional e Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro, Brasília, 26 de março de 2020.

*DENÚNCIA DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DOS QUILOMBOLAS DO ALTO RIO ACARÁ/PA (BALSA, TURI-AÇU, PALMARES E GONÇALVES) PELA EMPRESA AGROPALMA S/A,* Brasília, 14 de fevereiro de 2022.

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1***

SOLICITAÇÃO DE SUSPENSÃO IMEDIATA DA INSTRUÇÃO  
NORMATIVA N. 111/2021 E SEUS EFEITOS: LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM  
TERRAS QUILOMBOLAS PELO INCRA. Brasília, 26 de janeiro de 2022. Associação  
Brasileira de Antropologia – ABA e seu Comitê Quilombos

## **HOMERO: EIS A QUESTÃO**

**Jefferson Silva Costa**

**RESUMO:** Os poemas e textos homéricos carregaram imensa popularidade em toda a antiguidade. Esses poemas transformaram-se em livros e compilações básicas para o ensino de crianças na leitura e na poesia. Pontos de vista religiosos foram sedimentados na sociedade grega através dos poemas de Homero. O estilo literário foi ainda tomando como padrão para toda a composição poética seguinte. É preciso, porém perguntar se esses poemas são mesmo de uma única pessoa, qual a data e como foram produzidos? O presente trabalho analisa duas obras, são elas: a *Ilíada* e *Odisseia*, ambas de autoria do poeta grego Homero. No primeiro poema a *Ilíada* narra a Guerra de Tróia, mostrando sua tomada pelos gregos. E na *Odisseia*, consta o retorno do guerreiro Odisseu (Ulisses) ao seu reino na ilha grega de Ítaca. Essas obras, a *Ilíada* e a *Odisseia*, tanto quanto a própria figura de Homero, levanta calorosas disputas e questionamentos sobre suas origens e existência, comprovando assim, as famosas Questões Homéricas, questões essas que serão nesse trabalho discutidas e analisadas, procurando assim fundamentos e posições de debate.

**Palavras-chave:** Homero, Questões Homéricas, *Ilíada*, *Odisseia*.

## **1ª Questão Homérica: Homero existiu ou não?**

Na Grécia Antiga, muitos acreditavam que o autor dos poemas *Ilíada* e *Odisseia* fora um poeta cego chamado Homero. Não tinham dúvida sobre sua existência até, talvez, começar a tarefa dos Bibliotecários de Alexandria, passando os Gregos a se empenharem em construir uma biografia para Homero.

Essa construção biográfica foi cheia de lacunas e pressupostos, recorrendo a lendas, tradições e, seguindo o modelo dos autores da época arcaica, entre eles Hesíodo, onde o “eu poético” se fundia e confundia com o autor do texto, passando a poesia grega a refletir um pouco da vida de quem a compunha.

Assim, constituiu-se uma(s) biografia (s) para Homero, onde a conhecemos por um conjunto de textos, os chamados *Vitae Homeri*. Estas *vitae Homeri* foram aparecendo isoladamente até que Antônio Westerman em 1845 as reuniu, permanecendo como única no seu gênero até 1911, quando Thomas W. Allen as publicou numa edição crítica e aumentada das de Westerman. Esta última coleção é composta de dez textos, que recolhem esta tradição biográfica de Homero, a transmitem e a discutem.

Com base nesses textos fundamenta-se essa pesquisa com o intuito de corroborar com a existência de Homero. Quanto dessas informações poderá encerrar algo de histórico, não podemos confirmá-lo.

O primeiro texto é a Biografia de Homero por Proclo, filósofo platônico e chefe da Escola filosófica de Athenas. Esta biografia trata em especial da pátria, estirpe e época do poeta. Para ele, Homero deveria ser considerado cosmopolita por ser tão grande o número de cidades que brigam pelo direito de ser sua pátria. *“E por esta razão afirmam uns ser Homero natural de Colofão; outros, de Quios; outros de Esmirna; outros, de Ios; outros, ainda, de Cime, aliás, cada cidade reclama para si este homem, donde, com justiça, poderia ser chamado de cosmopolita.”* (Proclo, *As Biografias de Homero*, 1974).

Esta biografia é a única que nega que o poeta fosse cego. “Aqueles, porém, que descreve a Homero como sendo cego, me parece privado da razão, pois homem algum jamais viu tanto como ele”. (Proclo, *As Biografias de Homero*, 1974). Também é a única que nega que

Homero e Hesíodo tenham algum parentesco, como afirmavam outros de que eram primos, “[...] estes são inexperientes em matéria de poesia, pois tanto distam aqueles dois poetas no que se refere ao seu parentesco quanto difere a sua poesia. Finalmente, nem pela época coincide um com o outro.” (Proclo, *As Biografias de Homero*, 1974).

Quanto a sua morte, Proclo diz que ele morreu já com a idade avançada, visto que, a perfeição de suas obras evidencia este fato.

O segundo texto é a Biografia de Homero por Heródoto, é a mais detalhada, onde seu principal objetivo é defender Cime (Cidade da Ásia Maior) como sendo a pátria de Homero. No texto é enfatizada a estirpe do poeta, tendo uma moça chamada Cretéida que manteve relações com um homem às escondidas, ficando grávida. O seu pai adotivo então mandou que fosse viver com o povo de Cime entregando-a aos chefes dos colonos. Tempos depois às margens do rio Meles, Cretéida deu à luz a Homero “[...] que não era cego, mas sim enxergava muito bem. E ela pôs ao menino o nome de Melesígenes, tomando este ímpeto do rio”. (Heródoto, *As Biografias de Homero*, 1974). É abordado como o poeta recebeu educação e como adquiriu sua vasta erudição vista nos seus poemas, pois ele tinha dotes naturais que foram acrescentados pelos estudos dados por Fêmio, professor em Esmirna que se casou com Cretéida e tomou Homero como filho, “[...] com o decorrer dos anos tornou-se homem e em nada ficou para trás a Fêmio na prática do ensino.” (Heródoto, *As Biografias de Homero*, 1974).

Tornando essa sua profissão, professor. Herdou a escola depois da morte de Fêmio, sendo ainda mais considerado pelos homens. Nesta mesma cidade conheceu Mentos, um marinheiro, que o persuadiu a vender tudo e a viajar com ele. Foram várias as viagens do poeta, por isso que seus poemas têm descritos muitas cidades diferentes, “E em todos os lugares aonde chegou, procurava conhecer a fundo tudo relativo ao país, examinando e perguntando. Provavelmente anotava tudo por escrito.” (Heródoto, *As Biografias de Homero*, 1974).

Numa dessas viagens, esteve em Ítaca e foi nela que adoeceu dos olhos, ficando lá por algum tempo aos cuidados de Mentor de Ítaca, “[...] de grande fama pelo seu sentimento de justiça e, especial, pela sua hospitalidade”. (Heródoto, *As Biografias de Homero*, 1974), que cuidou constantemente do doente. Heródoto fala do agradecimento do poeta a esses cuidados, quando retratou Mentor na sua obra *Odisseia*, fazendo a deusa Atenas tomar a figura de Mentor quando se apresenta a Telêmaco para conversar: “- *Sou Mentor, rei dos táfios, e me acho a caminho de Chipre com um carregamento de ferro para trocar por cobre. Tive o desejo de abraçar seu pai, que conheço de longa data, mas constato que não está presente. [...]*”.

Foi na cidade de Ítaca também, que obteve informações sobre Ulisses. Mas não foi lá que ficou cego, na opinião do autor desse texto, foi na cidade de Colofão, quando novamente adoeceu dos olhos e ficou cego, dedicando-se a poesia.

Heródoto fala como Homero passou a ser chamado por esse nome, pois de volta a cidade de Cime, participava das reuniões dos velhos recitando suas epopeias e eles tornaram seus admiradores, então fez uma proposta aos conselheiros de lá, que recitaria seus poemas, em troca de sustento. Um dos conselheiros respondeu que se resolvessem sustentar todos os hómoros que aparecesse teriam uma turma de imprestáveis:

*“Foi também daqui em diante que o nome Homero predominou sobre o de Melesígenes; e este nome lhe veio da sua desgraça, pois os habitantes de Cime chamam aos cegos de hómoros. E assim lhe ficou o nome de Homero enquanto anteriormente era chamado de Melesígenes.”* (Heródoto, As Biografias de Homero, 1974).

Quanto às circunstâncias da sua morte, o poeta afirma apenas que Homero morreu de doença. “Aconteceu que desta fraqueza Homero veio a falecer na ilha de Ios, e não por compreender as palavras dos moços, como acreditam alguns; mas sim de doença” (Heródoto, As Biografias de Homero, 1974), e lá foi sepultado. E a respeito da época em que o poeta viveu o autor diz:

*“[...] e neste ano nasceu Homero. Do ano de seu nascimento vão 622 anos até a expedição de Xerxes contra os helenos, quando construiu uma ponte sobre o Helesponto e fez a travessia da Ásia para a Europa. Daí é fácil, para quem quiser examinar, calcular a época baseando-se nos arcontes de Atenas. Homero nasceu 168 anos após a guerra de Tróia.”* (Heródoto, As Biografias de Homero, 1974).

O terceiro texto fala sobre o certame de Homero e Hesíodo de autor desconhecido e data dos tempos depois de Adriano. Diz que Hesíodo participou destes jogos fúnebres conquistando a vitória, e a lenda posterior colocou Homero como sendo seu adversário. Contudo este texto tem um devido valor por nos fornecer complementos das outras vitae de Homero.

Nele encontramos uma outra versão por ter recebido este nome, “[...] ficou sendo chamado Homero por ter sido dado pelo seu pai como hómoros aos persas pelos habitantes de Chipre”. (Certame de Homero e Hesíodo, As Biografias de Homero, 1974) confirmando apenas que antes era chamado de Melesígenes como vimos no texto de Heródoto.



Vemos também o que o autor ouviu de Pitonisa a respeito da estirpe do poeta, “*Tu me perguntas a desconhecida estirpe e a terra do imortal sireno. De Ítaca ele é natural; Telêmaco é seu pai e de Nestor filha, Epicaste, a mãe, que gerou o homem mais sábio entre os imortais*”. (Certame de Homero e Hesíodo, As Biografias de Homero, 1974).

Formando assim o autor que devido a isso se deva a glorificação dada pelo poeta a seu avô nos seus poemas.

Vemos lá também a respeito da sua morte, tendo Homero ido de cidade em cidade como rapsodo, chegando a Delfos, e interrogou um oráculo sobre a sua pátria, ouvindo como resposta: “Pátria de tua mãe é a ilha de Ios que na morte te há de receber, mas cuida-te do enigma dos moços”. (Certame de Homero e Hesíodo, As Biografias de Homero, 1974), evitando ir a Ios, só já velho ele navegou até lá, onde morreu e foi sepultado da forma como o oráculo falou.

*“Conta-se que ele, sentado à beira do mar, perguntou a uns moços que voltaram da pesca:  
Pescadores, da Arcádia Homens, algo pegamos?  
Eles responderam:  
O que pegamos, deixamos; o que não pegamos levamos.  
Não compreendendo a resposta perguntou-os o queria dizer.  
Eles, então, disseram que, na pesca não conseguiram pegar nada; que se puseram, então, a catar piolhos e aqueles piolhos que conseguiram pegar, deixaram-nos lá: mas aos que não pegaram, levaram na sua roupa. Lembrando-se, então Homero do oráculo de que lhe chegara o fim da vida, compôs seu próprio epitáfio. Quando se retirou da praia escorregou num lugar lamacento, caiu sobre o lado e morreu, como se conta, ao terceiro dia. Foi sepultado em Ios. O epitáfio, porém, é este:  
Aqui a terra encobre a sagrada cabeça  
de quem fama deu aos heróis, do divino Homero.”* (Certame de Homero e Hesíodo, As Biografias de Homero, 1974).

A quarta biografia é Homero por Plutarco é baseada no que disseram Éforo e Aristóteles a respeito do poeta. O primeiro é outro autor que afirma que Cime é a sua pátria e de haver um parentesco entre Homero e Hesíodo, sendo os seus pais irmãos. Homero tem como mãe Cretéida e como pai o próprio tio (Meon), assim sendo filho de um incesto, transparecendo um lado obscuro na vida do poeta.

*“[...] Homero natural de Cime diz que Apeles, Meon e Dio eram uns irmãos de família cimense; destes, Dio, por causa de dificuldades, emigrou para Sacar, aldeia da Beócia; casou-se aí com Pilímedes e gerou a Hesíodo. Apeles, ao morrer na sua pátria Cime, deixou uma filha de nome Critéida, tendo, instituindo como tutor dela o*

*seu irmão Meon. Este violou a antes mencionada e, temendo a acusação de seus concidadãos por causa do acontecido, deu-a em casamento a Fêmio de Esmirna, mestre-escola.” (Plutarco, As Biografias de Homero, 1974).*

Aristóteles, no terceiro livro da “Poética”, diz que Homero é filho de uma moça indígena com o gênio do coro das musas, que envergonhada foi para um lugar chamado Egina, onde foi raptada por piratas e dada de presente a Meon, rei dos lídios. Quando Critéida deu à luz a Homero, Meon gostou do menino e criou como se fosse seu próprio filho.

Quanto à época em que viveu Homero o autor diz: “[...] afirmam alguns ter Homero vivido nos tempos da guerra de Tróia e ser dela testemunha ocular; outros, porém, cem anos depois da guerra; outros ainda, cento e cinquenta anos depois.” (Plutarco, As Biografias de Homero, 1974).

As biografias anônimas IV e V limitam-se a referir a diversas opiniões sobre a estirpe e pátria de Homero. Na vitae IV encontra-se as várias cidades que disputam ser a pátria do poeta que já foi visto em outras biografias como também a sua morte adivinhada pelo oráculo, falecendo de tristeza por não conseguir entender o enigma dos jovens pescadores. Na biografia V encontramos passagem de que o poeta foi contemporâneo dos que participaram da expedição à guerra de Tróia, mas o autor diz ser mentiroso por Homero declarar ser muito posterior, ao dizer “Nós escutamos somente a fama; nada pois vimos”. (Vita V, As Biografias de Homero, 1974).

Na biografia anônima VI, encontra-se uma explicação interessante para a cegueira de Homero, “Homero fora ao tumulo de Aquiles, desejando ver o herói assim como saiu para a batalha no brilho da sua segunda armadura; mas quando viu a Aquiles, ficou cego do fulgor das armas. Tétis, porém, e as musas se compadeceram dele, recompensando-o com o dom da poesia.” (Vita VI, As Biografias de Homero, 1974). Outra versão também é que tenha sido pela ira de Helena, que a sua sombra teria pedido que o poeta queimasse seus poemas por ter referido neles que ela tinha abandonado o primeiro marido e acompanhado Paris, e ele não tenha concordado com isso.

O sétimo texto é a biografia VII, por Páfio Alexandre e transcrita por Eustácio. Nela encontramos o Egito como pátria de Homero que na visão de Heinrich Bunse, é “Uma produção típica do período helenístico por querer relacionar o próprio Homero com o Egito”. (Bunse, As Biografias de Homero, 1974).

Na biografia “Homero por Tzetzes”, o oitavo texto de Allen, é o que escreveu Joannes Tzetzes, poeta e gramático bizantino, afirma que o poeta era filho de Cretéida com Meles (o rio). Nascido em Esmirna e contemporâneo a guerra de Tróia “- Tu, porém, fica sabendo ser Homero natural de Esmirna, filho sendo de Meles e da Cretéida; deixo as inúmeras lendas acerca de sua origem”. (Transcrição de ALLEN, W. As Biografias de Homero, 1974).

O nono texto é a biografia de Homero por Eustácio, arcebispo de Tessalônica, erudito e autor bizantino, foi transcrita por Allen. Muito breve, se limita a falar da origem de Homero: “o poeta, escondendo-se e silenciando sobre a sua pessoa e pátria, tornou-se demasiadamente disputado e de muitas pátrias”. (Allen, As Biografias de Homero, 1974).

A última biografia que servirá de subsídio para a tese de que Homero existiu é a feita por Suídas, lexicógrafo bizantino dos meados do séc. X. É a mais extensa depois da de Heródoto. Encontra-se nela uma nova versão para sua cegueira, “quando de Esmirna estavam deliberando, ele, por obra de alguma divindade, levantou a voz e deu conselhos aos que estavam em assembleia a respeito da guerra”. (Suídas, As Biografias de Homero, 1974). Aponta também sobre sua esposa e filhos “Casou Homero em Quios com Aresífone, filha de Gnostor de Cime, e teve dois filhos e uma filha; com esta se casou Eslasino de Chipre. Os filhos chamavam-se Erifon e Teóla”. (Suídas, As Biografias de Homero, 1974). Sobre a sua morte ele reafirma o que já vimos em Heródoto.

Grandes poetas ficam e sobrevivem a todos os espaços. Um homem chamado Homero existiu e sobreviveu a imortalidade de palavras maravilhosas e com grande sentimento poético. De filósofos platônicos ao rigor do padrão eclesiástico da Idade Média não se conseguiu limitar a forma quase mitológica desse homem único, que desenvolveu uma literatura forte e destinada a sobressair ao tempo. Não há unanimidade nem padrões pré-determinados para a conclusão de um Homero real. Mais de filósofos como Proclo até historiadores da Idade Média, passando por nomes conceituados como Aristóteles, sente-se surgir dentro de uma pesquisa mais apurada um homem de carne, osso e uma qualidade poética – além de uma sensibilidade aguçada – única e mortal. Melesígenes era seu nome. Cosmopolita sua nacionalidade. Por trás de crenças, lendas e histórias, Alexandria começa a desvendar um homem que acometido por uma cegueira via (como disse o filósofo) longe. Uma cidade pequena, social e comunitária como Esparta aceitava um único educador para toda a população,

que através de dois textos aprendia as artes. Esse educador, o maior dito por Platão era Homero.

Com base nessas Vitae Homeri vários escritores, historiadores e filósofos buscaram a “lenda” de Homero. Cada um à sua época ponderou de acordo com costumes e padrões vigentes, mas partindo de um denominador comum: Melesígenes, um homem único que acometido por uma cegueira passou a ser chamado de Homero, morrendo velho. Se existisse um grupo chamado Homero existiria igualmente uma biografia desse grupo. Buscariam a glória desse trono e não abdicariam da Ilíada e da Odisseia. O trono do filho de Cretéida. O grupo Homero não existiu e as histórias mirabolantes sobre um Homero filho de um rio ou/e de um gênio do coro das musas vêm dos costumes de quando não se tinha pai, era filho do rio ou de figuras mitológicas. O problema de não se ter ainda muitos fatos concretos que afirmem isso, talvez se deva ao fato de que na época em que ele viveu, ninguém se preocupava em arquivar documentos para a posteridade.

A priori essas Vitae que biografam Homero tornam a elucidação do problema complexo e obscuro. Porém estudadas mais profundamente chega-se à conclusão de que mesmo estranhas e bizarras as Vitae Homeri representam a tradição; uma tradição que substitui fontes perdidas e jamais desvendadas por momentos e informações valiosas de Homero, sendo assim, monta-se que em tempos antigos somente a Ilíada e a Odisseia eram entendidas como escritas por Homero – como no caso de Esparta – esse era lembrado e honrado e essa é a melhor prova de sua existência. Não havia questionamentos entre os gregos da existência de Homero e a vida helênica absolvía tão bem os poemas homéricos que para eles não existia dúvida da vida, pátria e época de um só homem chamado Homero.

*“E aí estão, ainda, as canções de Homero. Homero morreu há já duzentos anos, ou mais, e ainda falamos dele como se fosse vivo. Dizemos que Homero regista – não que registou – este e aquele acontecimento. Na realidade, vive muito mais que Agamêmnon e Aquiles, Ajax e Cassandra, Helena e Clitemnestra, e todos os outros acerca dos quais escreveu na sua epopeia sobre a guerra de Tróia. Eles são simples sombras, investidas de substâncias pelas suas canções, as únicas que conservam a força da vida, o poder de tranquilizar, comover ou arrancar lágrimas. Homero existe agora e existirá quando todos os meus contemporâneos estiverem mortos e esquecidos. Já ouvir até profetizar, de modo ímpio, que sobreviverá ao próprio Zeus pai, embora não aos fados.”*

*R. Graves, 1955. Escritor inglês na voz de uma personagem que imaginava no séc. VII a.C.*

**2ª Questão Homérica: seriam a “Ilíada” e a “Odisseia” obras de um só poeta?**

Desde a Antiguidade, várias teses foram formuladas a respeito da composição e autoria dessas duas obras (ditas) homéricas. A princípio acreditavam-se numa Tese Unitarista, segundo a qual a “Ilíada” e a “Odisseia” eram obras de um só poeta. Esta tese se manteve durante a Antiguidade até os tempos modernos. Frederico Augusto Wolf começa a refutá-la no final do século XVIII. Em seguida, por volta do século II a.C. surge uma segunda tese – a Tese Dualista – formulada pelos chorizontes e que postulava a composição dos dois poemas por dois poetas diferentes. Por fim, a terceira e última tese – a Tese Pluralista – segundo ela, cada uma das obras é fruto de vários poetas, pois seu idealizador, F. A. Wolf, julgava duas impossibilidades do que concerne a composição das obras: a inscrição de poemas tão extensos numa época em que não existia a escrita alfabética e a perfeição dos poemas numa época tão bárbara.

Diante, então, das leituras realizadas para aprofundamento e opiniões de alguns estudiosos famosos, defende-se nessa pesquisa a Tese Unitarista como aquela que apresenta argumentos mais convincentes, vindos dos grandes estudiosos, acerca da questão homérica em discussão.

Esta tese baseia-se na afirmação de Aristóteles, que a Ilíada seria uma obra da juventude de Homero, enquanto a Odisseia teria sido composta na velhice, quando o poeta decidiu redigir a segunda obra como complemento da primeira e ampliação de sua perspectiva. Ambas as obras têm características comuns absolutamente inovadoras, como a visão antropomórfica, dos deuses, a confrontação entre as ideias heroicas e as fraquezas humanas e o desejo de oferecer um reflexo integrador das ideias e valores da emergente sociedade helênica. Esses argumentos, somados à mestria técnica evidente nos dois poemas, favorecem a conclusão de que o autor da Ilíada, esse grande poeta jônico a quem os gregos chamavam de Homero, foi também o autor, ou principal inspirador da Odisseia.

*“Por essa mesma causa, creio eu, tendo sido composta a Ilíada no auge da inspiração, ele estruturou de ações e combates todo o seu corpo, enquanto a maior parte da Odisseia é narrativa, como é próprio da velhice. Por isso podemos comparar Homero na Odisseia ao sol no acaso, quando conserva, já não a força, mais a grandeza. Aqui ele já não mantém o vigor dos grandes poemas sobre Tróia, uma elevação uniforme jamais abaixada, nem igual profusão de emoções em fluxo perpétuo, nem uma versatilidade oratória e densa de imaginação realista, mas, à semelhança de quando o Oceano se atrai, acalmado, para dentro dos seus próprios*

*limites, aparecem então as marés baixas da grandeza e os erros em narrativas inverossímeis. Dizendo isso, não esqueço as tempestades da Odisseia, a passagem do Ciclope e algumas outras, mas falo duma velhice – velhice, embora, de Homero; apenas, em todos esses passos, seguidamente prevalece o fabuloso sobre a real.” (Aristóteles por Jaime Bruna, 1997)*

Além das duas obras, a Antiguidade atribuía a Homero outras obras como: Tebaida, os Hinos Homéricos, Batracomiomaquia etc.

Seja como for, é incontestável a contribuição que Homero deu à cultura com suas obras conhecidas e inesquecíveis.

Platão fez o seguinte comentário sobre Homero: “A Odisseia lançou os fundamentos da educação da Grécia”.

Com esse comentário, Platão refere-se a Homero como marco fundamental para a história da educação, especificamente na Grécia (“Homero, o educador de toda a Grécia”, Platão).

Platão vê em Homero, ou melhor, em suas obras, o forte exemplo de educação através dos guerreiros das narrativas. Os indivíduos das classes dominantes são guerreiros na juventude e políticos na velhice, de que é exemplo o velho Nestor, que embora não combata, está sempre presente no campo de batalha, dando conselhos e sendo obedecido (II, VIII, 81). Platão, teorizando sobre isso, projetará uma educação dos guerreiros, para escolher entre estes aqueles que, na velhice, serão os governantes filósofos.

*“O pathos heroico de A Ilíada e a ética aristocrática de A Odisseia são imagens ideais da vida, que exercem influência duradoura sobre a realidade grega [...] O instrumento da intenção pedagógica é a criação de exemplos ideais, tirados do mito [...] A presença dos deuses homéricos, que são, por definição, ideais humanos, revela não só a condição humana, mas também a capacidade dos homens de superá-la [...] Os gregos de todos os tempos encontraram em Homero respostas quanto à conduta da vida; o conteúdo e até a arte perderam a importância principal, considerando-se a força superior da tradição ética”. (Otto Maria Carpeaux / v. 1, p. 58-59)*

Para Platão, então, a autoria atribuía a Homero das duas grandes obras (“Ilíada” e “Odisseia”), ajudaram-no a formular, a partir dos conceitos implícitos nas narrativas, os princípios lógicos da educação na Grécia.

Um outro ponto é a dúvida que gira em torno da existência ou não da escrita na época da origem das duas obras. Sobre isto, baseando-se em Salvatori D' onofrio, tecem-se o seguinte comentário:

No começo do século passado, o erudito alemão Fr. A. Wolf (Prolegoema a Homero), influenciado pelas ideias românticas sobre o gênio criativo da coletividade nacional e baseado nas constantes repetições e nas aberrantes contradições (os famosos “chochilos” de Homero), que se encontram nas suas epopeias, lança a tese de que os dois poemas atribuídos a Homero não são senão coletâneas de vários contos heroicos, de origem anônima e popular, transmitidos oralmente de geração para geração e redigidos pela sociedade dos “Homeristas”, fundada por Pisístrato de Atenas. O argumento básico é que a escritura não era conhecida na Grécia antes do século VI a.C. A esta tese se opõe, no começo do nosso século, o pensamento dos críticos positivistas que, fundamentados em descobrimentos arqueológicos, demonstraram a existência da escrita na Grécia e na Ásia Menor, antes do século X a.C., atribuindo a autoria de a *Ilíada* e de a *Odisseia* a um único poeta, Homero.

### **3ª Questão Homérica: quem veio primeiro: *Ilíada* ou *Odisseia*?**

As duas obras mais fascinantes da Antiguidade - *Ilíada* e *Odisseia* - que são consideradas como grandes obras publicadas na humanidade, influenciaram a literatura grega e a ocidental, devido ao seu valor estético e aos ensinamentos morais ali presentes.

“Na base da *Ilíada* e da *Odisseia* temos um conhecimento muito concreto, a famosa Guerra de Tróia que os gregos teriam travado contra os habitantes de uma cidade da Ásia no intuito de vingar afronta feita a um de seus reis, o rei Menelau, pelo filho do rei Príamo, que reinava sobre os troianos.” (Claude Mossé, 1984 pg.)

A *Ilíada* se trata de uma guerra travada entre os povos de Tróia e da Grécia, pela posse da esposa do rei de Esparta, Menelau. Helena foi raptada por Páris e, levada para Tróia. A disputa é travada entre Aquiles (aqueu. semideus) e Heitor (troiano, irmão de Páris). Já a

Odisseia, narra a volta de Odisseu (Ulisses) da cidade de Tróia vencida para seu reino em Ítaca.

Alguns estudiosos discordam de que essas duas obras tenham sido escritas por Homero. O alemão Friedrich August Wolff baseado nas repetições e nas contradições presentes nas duas epopeias, afirma que são dois poemas que refinem vários contos heroicos e míticos, de origem anônima e popular, os quais eram transmitidos oralmente, até ser escrito por Homero.

“A Guerra de Tróia deu origem a um ciclo de mitos e lendas. Foi a primeira confederação formada na Grécia para combater estrangeiros.” (História da civilização, 13 cd. revista, 1963).

A questão é que o fundo histórico do ciclo da guerra de Tróia; possivelmente, as duas obras são historicamente baseadas num período homérico, em uma espécie de cujos membros descendiam de um antepassado em comum e que cultivavam um deus protetor.

“Se quisermos compreender a *Ilíada* e a *Odisseia*, teremos de construí-las, isto é, acompanhá-las em seu processo formador, desde a gênese dos primitivos elementos até a síntese final.” (Carlos Alberto Nunes *Ilíada*, 2005).

“No mundo helênico a que se refere à *Ilíada* não aparece circunscrever-se ao de uma época cronológica determinada” (Nova Enciclopédia Barsa, 6 cd. 2002).

Heródoto investigou nas obras homéricas indícios da ordem em que foram escritas, para ele os eventos retratados seguem de acordo com a ordem mais difundida: A *Ilíada*, primeiro e a *Odisseia* mais tarde.

Nas duas obras, Homero narra duas grandes aventuras, uma no plano humano e a outra no plano dos deuses. Por isso, a ordem cronológica dos fatos começa em um e termina no outro. Assim, os teóricos afirmam concordando com o que foi dito por Aristóteles, na questão homérica anterior, que a *Ilíada* fora escrita quando Homero ainda era jovem, pois descreve o calor das paixões, sentimentos próprios da juventude: orgulho, vingança, amor desmedido, a forma do herói Aquiles.

Nela os gregos satisfaziam-se com a crueldade, a ferocidade, a hostilidade e a atrocidade. O italiano G. Vico afirma sua tese completando este pensamento, quando se refere



à Odisseia, porque nela contém descrições sobre os delutes com o luxo de Apolo as delícias de Calipso, com os prazeres de Circe, com os contos das sereias, com os passatempos dos pretendentes e com os assédios a castas mulheres, ou seja, agora a Grécia teria refreado os ânimos com a reflexão e passam a admirar Odisseu (Ulisses) — herói da sapiência. Essas percepções acreditam-se ser própria de quem já viveu muito e aprendeu com experiências passadas como lidar com as imposições da vida, bem como os deuses.

Baseados nesses teóricos citados, conclui-se que surgiu primeiro a *Ilíada* como sendo obra da juventude do poeta, e somente em sua velhice é desenvolvida a obra *Odisseia* com características literárias mais maduras.

#### **4ª Questão Homérica: a *Ilíada* e a *Odisseia* poderiam ser uma junção da tradição da época?**

As duas obras analisadas reconstituem a civilização grega com riquezas de detalhes. Na *Ilíada* a narrativa da guerra de Tróia é associada a reflexões sobre a vida do homem e suas relações com os deuses. A *Odisseia* conta as aventuras do herói Ulisses com a sua perspicácia, apesar de percalços em seu caminho durante sua volta para casa.

O alemão Friedrich August Wolff, afirma fundamentado em estudos estilísticos, que a *Ilíada* e a *Odisseia* são de outros poetas. Alguns historiadores acreditam que elas possam ser obras coletivas, ou ainda que Homero tivesse compilado poemas populares.

Entre os gramáticos, Alexandrinos, Zenão e Helênico, consideravam improvável a *Ilíada* e a *Odisseia* terem sido compostas por um mesmo autor, já que a *Odisseia* lhes parecia um ou dois séculos posterior a *Ilíada*, porém, Aristarco contemporâneo de Zenão e Helênico, não acreditava nesta separação, mas supunha que os poemas iniciais foram acrescidos de outros poemas independentes. No caso da *Ilíada* estariam entre os possíveis acréscimos: o duelo entre Menelau e Páris, a gesta de Diomedes, o duelo de Heitor e Ajax, a embaixada a Aquiles, o relato da ira de Meleagro, a descrição da confecção de escudo de Aquiles, entre outros, sendo que estes poemas anônimos teriam sido concatenados a uma *Ilíada*, original proto-*Ilíada*, esta atribuída a Homero.

A *Ilíada* segundo Werner Jaeger, fala de um mundo situado num tempo em que domina exclusivamente o espírito heroico da *Arete* e corporifica este ideal em todos os seus heróis.

Porém, se existe alguma coisa certa sobre a origem da epopeia, seria o fato de que os antigos contos heroicos celebram as lutas e façanhas dos heróis, e que a *Ilíada* teria tirado a sua matéria de canções e tradições desse gênero.

Na *Odisseia* observa-se claramente que as suas descrições não pertencem à tradição dos velhos contos heroicos, mas assentam na observação direta e realista da coisa contemporânea. Esta obra se liga aos próprios heróis e aos seus feitos, não a pacífica descrição dos acontecimentos comuns.

Claude Mossé declara que a falta de coesão aparente da narrativa que a *Ilíada* apresenta, e na justaposição de três histórias diferentes na *Odisseia*, é que, de certa forma, esses dois longos poemas continham efetivamente uma súpula de todo o saber dos gregos.

É necessário citar que no livro *A Ilíada*, adaptado por Nestor de Holanda, consta que “Eruditos modernos suspeitam que os poemas homéricos sejam obras de muitos autores e de várias épocas da história da Grécia, depois da guerra da Tróia”.

Baseando-se nas pesquisas bibliográficas, conclui-se que as obras *Ilíada* e a *Odisseia* de Homero, foram copiladas da tradição oral da época. Os fatos narrados nos poemas dão uma ideia dos acontecimentos ocorridos em um período da Grécia com relatos e feitos heroicos típicos das epopeias e dos épicos. Os dois poemas de Homero, quase que com certeza foram compostos no século VIII a.C. cerca de três séculos após os fatos narrados; originalmente em dialeto jônio, com inúmeros elementos eólios, pertencentes à tradição épica oral. Portanto, as duas primeiras hipóteses levantadas inicialmente nesta quarta questão homérica, foram descartadas como já foi dito nas questões anteriores, aceitando nesta pesquisa que Homero buscou na tradição oral grega subsídio para os poemas *Ilíada* e *Odisseia*.

### **Conclusão**

Diante de todos os fatos expostos, ainda não se pode afirmar, de fato, a comprovação histórica das respostas acerca das Questões Homéricas explanadas diante dos tempos.

Contudo, esse trabalho utilizou argumentos que, baseado em pesquisas científicas bibliográficas, afirma que a *Ilíada* e a *Odisseia* são obras de um mesmo autor, um homem chamado Homero, que coletou histórias da tradição oral antiga, sendo escrito primeiramente a *Ilíada* e posteriormente a *Odisseia*.

Nessa perspectiva torna-se de suma importância perceber e relativizar as “questões homéricas” e notar assim como as obras de Homero refletiu e reflete a antiguidade mais remota da civilização grega – civilização essa que foi pilar para a civilização atual. Desde o século XVI a *Ilíada* e a *Odisseia* são predominantes na cultura literária europeia e sua poesia tem influenciado inúmeros poetas e artistas do Ocidente. O que ali foi narrado é o pilar da demonstração da aventura humana na terra e de como o ser-humano relaciona-se com o divino, fantástico e até com o cotidiano, em seus medos e formas de tentar ser eterno.

**Capítulo 15 - DOI:10.55232/1083002.15**

**INCLUSÃO DA MINORIA E SEUS DIREITOS NA  
SOCIEDADE**

**Fernando Nunes Madeira, Álisson Hahn, João Paulo Rodrigues De Lima e  
Joaquim Leonel De Rezende Alvim**

**RESUMO:** O presente artigo, discorre sobre a atual situação das minorias sociais vulneráveis perante a sociedade, sobre a importância da inclusão desses grupos no meio social, e de como a falta dessa inclusão afeta a vida dos grupos excluídos acarretando diversos problemas e sem ela não a o que se falar sobre uma sociedade justa, onde os direitos individuais não são respeitados e as pessoas não são tratadas como iguais, sendo excluídas, maltratadas, tratadas com desrespeitos, deixando de participar de certas atividades sociais, devido ao preconceito, da não aceitação. Apresenta em suma, as questões das mulheres e dos gêneros sexuais, mostrando as evoluções durante os anos e como evoluíram em relação ao seu reconhecimento e em como suas lutas ajudaram a chegar onde estão hoje.

**Palavras-chave:** Gênero, Homossexuais, Mulheres

## **INTRODUÇÃO**

No presente artigo será abordado sobre as minorias exclusas da sociedade, os motivos e como esse cenário vem mudando durante os anos.

As minorias sociais não se referem a quantidade de pessoas e sim a desvantagem que sofrem perante a sociedade, apesar de em certos casos estar em maior número são excluídos da sociedade, tendo menor visibilidade, menos representatividade e apoio, gerando diversas formas de desigualdade. Exemplos; incluem mulheres, negros, homossexuais, dentre tantos outros. Grupos dominantes determinam os padrões a serem excluídos, mas essa visão não é de consenso de todos e a resistência e as lutas ajudam a diminuir esses padrões criados.

Falando em resistência nos leva a olhar o papel das mulheres na sociedade, o quanto a estratégia de resistência, os movimentos feministas, as lutas e os esforços levaram ao reconhecimento que tem hoje, o direito ao voto, dentre outras conquistas. Descentralização da família patriarcal a ideia de que as mulheres eram posse do seu pai e irmãos e ao saírem de casa, do seu marido. A trajetória do movimento feminista traz em sua história grandes conquistas, mas ainda há muito para conquistar até chegar à igualdade entre os sexos homem/mulher.

Partindo do estudo das mulheres, será abordado mais um grupo também excluído da sociedade, visto com olhar negativo, que buscam o seu papel na sociedade e estão ganhando cada vez mais visibilidade, entretanto ainda são vítimas de preconceitos e ataques.

Sobre a sexualidade, a compreensão das diferentes formas de "masculinidades" e "feminilidades" apontados por alguns como um "desvio" do padrão estabelecido como "normal". Mas será que é certo dizer que existe um padrão normal?

Gênero e identidade está muito além da questão homem-mulher, o sexo é determinado no nascimento, através da genitália dentre outras características biológicas, entretanto isso não define a identidade de gênero de uma pessoa, e nem sua opção sexual, apesar das definições biológicas, a experiência humana nos mostra que um indivíduo pode ter outras identidades que refletem diferentes representações de gênero (como os transexuais e transgêneros) e que não se encaixam nas categorias padrões, porém não é por ser da categoria padrão que pode ser definida como algo errado, isso é determinado como cada um se identifica, se reconhece no seu interior e como quer viver.

Entretanto não são todos que aceitam essa opção e por isso excluem quem opta por isso, repreendendo, atacando, na maioria das vezes de forma agressiva. Infelizmente, a população LGBTQIA+ não possui uma legislação específica que a proteja e criminalize a homofobia, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os negros e o racismo, com as mulheres, sendo que neste caso foi necessário a intervenção do Poder Judiciário.

Porém no Brasil, há o avanço no reconhecimento à defesa dos direitos LGBTQIA+, concretizados legal e judicialmente em particular desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, a qual determina, em seu art. 5º, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” e que veda, em seu art. 3º, qualquer preconceito, na promoção do bem de todos, em virtude de “origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (inciso IV). São direitos assegurados por lei, que todos somos iguais, independente das vontades, opiniões opostas e que devem ser seguidos e respeitados por todos sem restrição.

Em suma, aborda-se as questões das mulheres e dos gêneros sexuais, mostrando as evoluções durante os anos e como evoluíram em relação ao seu reconhecimento e em como suas lutas ajudaram a chegar onde estão hoje.

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi adotada a metodologia Qualitativa, pois faz a abordagem do assunto com a coleta de dados sobre as minorias exclusas da sociedade, buscando compreender, interpretar até obter conclusões sobre o assunto. Usa-se revisão bibliográfica para o levantamento de dados estatísticos, a verificação das políticas públicas implementadas, a pesquisa aos artigos acadêmicos relacionados, o exame da legislação aplicável e a consulta às decisões judiciais.

O primeiro tópico abordará o conceito de termo minoria, o segundo as questões das mulheres e dos gêneros sexuais, mostrando as evoluções durante os anos e como evoluíram em relação ao seu reconhecimento e em como suas lutas ajudaram a chegar onde estão hoje.

## **O CONCEITO DE “MINORIA”**

De início, se faz necessários esclarecer um ponto de confusão, qual seja, nem sempre uma minoria está em menor número na sociedade.

A palavra “minoria”, nesse caso, não se referem a quantidade de pessoas e sim a desvantagem que sofrem perante a sociedade, apesar de em certos casos estar em maior número são excluídos da sociedade, tendo menor visibilidade, menos representatividade

e apoio, gerando diversas formas de desigualdade. Exemplos; incluem mulheres, negros, homossexuais, dentre tantos outros. Ou seja, apesar de muitas vezes coincidir de um grupo minoritário ser realmente a menor parte da população, não é o fator numérico o essencial para que uma população possa ser considerada uma minoria. São as relações de dominação entre os diferentes subgrupos na sociedade e o que os grupos dominantes determinam como padrão que delineiam o que se entende por minoria em cada lugar. Comportamentos discriminatórios e preconceituosos também costumam afetar os grupos minoritários (MAZARÍO, 1997).

Os grupos dominantes determinam os padrões a serem excluídos, mas essa visão não é de consenso de todos e a resistência e as lutas ajudam a diminuir esses padrões criados.

Para Novo (2019) as características podem variar para cada grupo minoritário, mas alguns elementos costumam ser comuns às minorias, como:

**Vulnerabilidade:** os grupos minoritários, em geral, não encontram amparo suficiente na legislação vigente, ou, se o amparo legal existe, não é implementado de modo eficaz. Por isso, é comum a luta desses grupos por terem sua voz mais escutada nos meios institucionais. Exemplo: transgêneros;

**Identidade em formação:** mesmo que exista há muito tempo e que tenha tradições sólidas e estabelecidas, a minoria vive em um estado de ânimo de constante recomeço de sua identificação social, por ter de se afirmar a todo momento perante a sociedade e suas instituições, reivindicando seus direitos. Exemplo: negros;

**Luta contra privilégios de grupos dominantes:** Por serem grupos não-dominantes e, muitas vezes, discriminados, as minorias lutam contra o padrão vigente estabelecido. Essa luta, na atualidade, tem como grande marca a utilização das mídias, para expor a situação dessas minorias e levar conhecimento para a população em geral. Exemplo: mulheres;

**Estratégias discursivas:** As minorias organizadas, em geral, realizam ações públicas e estratégias de discurso para aumentar a consciência coletiva quanto a seu estado de vulnerabilidade na sociedade. Além das mídias já citadas, passeatas e manifestos também podem ser frequentemente utilizados. Exemplo: movimento LGBTQI+.

Por certo, a busca de direitos das minorias são normas que protegem as minorias nacionais nos Estados e constituem direitos adicionais para determinados grupos. Os direitos específicos garantidos às minorias permitir-lhes-ão preservar a sua identidade.

Os direitos das minorias são uma parte importante do sistema de direitos humanos. Os direitos humanos pertencem a todos os seres humanos e preocupam-se, em primeira instância, com os direitos dos indivíduos.

O termo minorias, ressalte-se, não está associado a uma minoria quantitativa necessariamente: os grupos minoritários podem ser compostos de parcelas consideráveis da sociedade, todavia, é sempre um grupo vulnerável, entendendo por tal um grupo não dominante subordinado à sociedade.

## **A SITUAÇÃO DAS MULHERES**

Historicamente a mulher foi excluída do poder político, do poder de escolha e de decisão sobre sua vida afetivo-sexual e da visibilidade social no exercício das atividades profissionais, sendo submetidas a relações de dominação, violência e violação dos seus direitos. Em suma, o papel da mulher durante séculos e em diversas sociedades foi o de não mais que uma doméstica. Tal entendimento resta evidente na fala de Silvia Siqueira (2016):

A posição social pública é desapropriada para elas a menos que sejam membros da casa imperial; é esperado que manifestem as virtudes tradicionais de modéstia, castidade, e devoção aos deuses e à família. O objetivo da vida das mulheres é o casamento e a gravidez, e este também é o fator mais importante na saúde delas. Devem ser protegidas da exploração de sua fraqueza por homens indignos de confiança e prevenidas de autoafirmação, falta de modéstia. Quanto aos seus defeitos apontam o fato de falarem muito e se preocuparem demasiadamente com sua aparência, necessitando de ajuda para conter seus impulsos [...]

Neste contexto, as questões de gênero passaram a ter reconhecimento mais amplo a partir dos movimentos feministas, na luta contra a misoginia e a busca da igualdade de gênero. Por certo, há se registrar existiram vários movimentos feministas em diferentes épocas ou até coexistindo nos mesmos momentos históricos. Essas diferenças nos movimentos levam em conta outros aspectos que representam o conceito de minoria em outras situações, como classe social e etnia. (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Embora ao longo da história sempre tenha havido mulheres que se insurgiram contra a opressão misógina do patriarcalismo, somente na passagem do século XIX para o século XX é que surgiu o primeiro grande movimento na Inglaterra. Tratava-se do movimento sufragista, que visava garantir o direito ao voto e à participação feminina



no ambiente político. O movimento foi se transformando e se ramificando, surgindo, no século XX, uma leva que reivindicava o direito à liberdade sexual e ramos que defendem causas específicas, como a das mulheres negras, bem como a busca de aprovação de medidas protetoras para as mulheres e de espaços para a sua maior participação política. (PINTO, 2010).

Nesse entendimento é que o inciso I do art. 5º prevê a igualdade entre homens e mulheres admitindo, porém, exceções previstas na própria Constituição.

Todavia, em pese toda essa evolução, a discriminação e a violência contra a mulher ainda é algo muito recorrente. Na política, por exemplo, embora o Brasil tenha 52% de mulheres eleitoras, elas são menos de 15% dos representantes eleitos. Nas Eleições Municipais de 2020, 16 municípios brasileiros não elegeram sequer uma mulher vereadora. (TSE, 2021)

No que se refere a violência, no ano de 2020, período marcado pela pandemia de covid-19 foram registrados mais de 230.160 casos de violências domésticas contra mulheres em 26 Estados da Federação, sendo o Ceará o único estado que não informou dados. Isto significa dizer que, ao menos 630 mulheres procuraram uma autoridade policial diariamente para denunciar um episódio de violência doméstica. (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2021).

Neste sentido, a maior conquista foi a Lei Maria da Penha (Lei n. 11 340, de 7 de agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. (PINTO, 2010).

A Lei Maria da Penha representa um marco para a proteção dos direitos femininos. De acordo com a introdução do texto aprovado, a referida lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

Não menos importante é a Lei 13.104/2015, conhecida como a Lei do Femicídio, a qual alterou o art. 121 do Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. (NASCIMENTO; BÔAS, 2017)

Entretanto, os referidos instrumentos normativos isoladamente não são capazes de evitar a violência e o homicídio de mulheres, embora representem a luta contra a invisibilidade da violência, visto que a problemática advém de aspectos sociais e culturais, daí necessitando de uma mudança social e cultural.

Sem dúvida, luta por direitos e as ações políticas efetivadas pelo movimento feminista foram e são fundamentais para explicitar as formas de opressão vivenciadas secularmente pelas mulheres. A agenda política feminista, numa perspectiva emancipatória, tende cada vez mais a considerar a realidade complexa da desigualdade social e como neste contexto a violação dos direitos das mulheres se particulariza (NASCIMENTO; BÔAS, 2017)

Assim, se pode extrair que os movimentos sociais feministas obtiveram grandes conquistas, e que atualmente encontram-se em plena atividade, na busca incessante de conquistar um tratamento igualitário e justo para ambos os sexos na sociedade, deixando de lado o estigma criado culturalmente de que a mulher é —o sexo frágil. Todavia, é fato que a mulher ainda não se encontra, em situação de equidade com a figura masculina; razão pelo qual, resta evidente que há muito a ser feito para que tal situação se concretize.

## **A QUESTÃO DE GÊNEROS SEXUAIS**

Juntamente com a questão das mulheres, surge a questão de gêneros sexuais. Em relação à sexualidade, no caso de homossexuais e bissexuais, e bem como à identidade de gênero, no caso de transexuais, temos a formação de uma minoria social em todo o mundo, a comunidade LGBTQIA+. Essa população, também historicamente excluída em grande parte dos países ocidentais e orientais por fundamentos enraizados, principalmente em fatores religiosos e morais, encontra-se ainda fortemente excluída dos espaços de poder e da aceitação social.

A população LGBTQIA+ sofre diariamente agressões físicas, verbais, psicológicas, e ainda sofre com o estigma de sua condição, que muitas vezes a faz viver sob autorrepressão ou ser excluída de muitos espaços.

Em 1870, o termo “homossexual” foi introduzido na literatura médica pelo psiquiatra e neurologista alemão Carl Westphal, ao descrevê-lo em seu intitulado artigo

“As Sensações Sexuais Contrárias” como um tipo de doença da personalidade (VIEIRA, 2009).

Em 1948, a Organização Mundial de Saúde-OMS na sexta revisão de seu Código Internacional de Doenças catalogou a homossexualidade como doença na categoria Personalidade Patológica (CAVICHOLI, 2019). Em 1975, a Associação Americana de Psicologia situou a homossexualidade dentro das orientações sexuais e, no Brasil, o Conselho Federal de Medicina em 1985, não considerou mais a homossexualidade como doença (SCARDUA; SOUZA-FILHO, 2006).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) somente na décima edição, publicada em 1992, excluiu a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde (CID 10).

Portanto a homossexualidade não é considerada como doença. Merece registro, ainda, que a travestilidade e a transexualidade foram definitivamente despatologizadas apenas na 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID), oficializada, em 21 de maio de 2019, durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra. (CAVICHOLI, 2019). Há quem ainda discuta sobre a homossexualidade ser ou não considerada uma doença.

A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou em 2011 que os direitos LGBTQIA+ são direitos humanos, razão pela qual sendo a sexualidade uma característica inerente ao ser humano, da qual depende o pleno exercício do seu direito à vida e à livre expressão, os Estados que não protegem a livre orientação sexual e identidade de gênero, praticam verdadeira afronta aos Direitos Humanos (GORISCH, 2014).

No âmbito brasileiro, a história é bem característica sendo que a conquista de direitos por grupos socialmente minoritários apresenta-se como uma realidade contemporânea, que vêm sendo concretizada lentamente. Todavia, tais conquistas, enfrentam uma forte onda de resistência em face da crescente onda de conservadorismo político e influência de instituições religiosas (PEREIRA; GOMES, 2017).

Neste contexto, o Poder Judiciário, ocupa o papel central na garantia de direitos desta população, sendo que o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, foram as responsáveis pelas principais conquistas recentes desses grupos.

Entre as principais decisões podemos citar o reconhecimento da adoção homoparental em 2009, o reconhecimento da união estável homoafetiva e a equiparação com o casamento civil em 2011, a possibilidade de mudança de registro civil sem

necessidade de cirurgia de redesignação sexual ou de processo judicial em 2018. (PEDRA, 2018).

Neste sentido, destacamos trecho do voto do Ministro Celso de Mello, em decisão histórica do Plenário do STF (2011), reconhecendo a união estável entre pessoas do mesmo sexo:

VIII. Princípios de Yogyakarta: O direito de constituir família, independente da orientação sexual ou identidade de gênero.

Torna-se importante assinalar, por relevante, que a postulação ora em exame, ajusta-se aos Princípios de Yogyakarta, que traduzem recomendações dirigidas aos Estados nacionais, fruto de conferência realizada, na Indonésia, em novembro de 2006, sob a coordenação da Comissão Internacional de Juristas e do Serviço Internacional de Direitos Humanos.

Essa Carta de Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos, em relação à orientação sexual e identidade de gênero, fez consignar em seu texto, o Princípio n. 24 cujo teor assim dispõe: (STF, 2011)

Posteriormente, o Superior Tribunal de Justiça (2011), afirmou a possibilidade de celebração de casamento civil entre indivíduos do mesmo sexo. Com fundamento nos referidos precedentes, o Conselho Nacional de Justiça aprovou a Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013, a qual veda a todos os cartórios do país que se neguem a celebrar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Por fim, o Supremo Tribunal Federal (2019) no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, e do Mandado de Injunção (MI) 4733, a Corte reconheceu a mora do Congresso Nacional para incriminar atos atentatórios a direitos fundamentais dos integrantes da comunidade LGBTI+, enquadrando a homofobia e transfobia como crimes de racismo, nos moldes da Lei nº 7.716/89, até que seja promulgada Lei específica para criminalização desta conduta pelo Congresso Nacional.

Assim, conforme o Supremo Tribunal Federal, entende-se por LGBTfobia toda e qualquer conduta:

“homofóbica ou transfóbica, real ou suposta que envolva aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido em sua dimensão social”. (STF, 2019)

Ademais, o Supremo Tribunal Federal determinou que, em casos de homicídio doloso, a identificação de LGBTfobia deve ser considerada circunstância qualificadora do crime, por configurar motivo torpe.

É preciso ressaltar, contudo, que o Estado brasileiro ainda carece de marcos normativos que protejam e promovam outros direitos específicos para essa parcela da população.

No mais, mesmo com todos estes avanços, não pode deixar de destacar que este grupo vulnerável continua sofrendo um quadro de intensa violação de direitos, em particular de violência física. O Ministério dos Direitos Humanos brasileiro formulou um relatório no final de 2018, onde estimou que 8.027 indivíduos LGBTQIA+ foram assassinados no país entre 1963 e 2018, em razão de orientação sexual ou identidade de gênero. (SOBRINHO, 2019)

Por fim, há que lembrar que vivemos em um momento social que se fala muito nas mídias em aceitar as diferenças, entretanto ainda vivemos em um cenário político mundial de intolerância.

É necessário incluir temas de gênero e sexual, para desconstruir a visão sexista e homofóbica, lidar com grupos conservadores, evitar os ataques, e criar uma sociedade que se inicia nas escolas, na educação, chegando à vida privada, acabando com as divisões, determinando uma sociedade igualitária, com o respeito da sociedade e inclusão dos grupos, deixando de lado os preconceitos e passando a aceitar o próximo da forma que ele se aceita.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

A partir dos textos, artigos e decisões judiciais, dentre outros revisados, foi possível verificar as consequências que a falta de visibilidade dos grupos taxados como minorias, criado pelo preconceito gera, e como as lutas sociais aos longos dos anos vem colaborando para essa mudança, buscando seus direitos, igualdade entre as pessoas. Porém ainda é uma tarefa difícil tratar com clareza tal assunto, livrando de total preconceito, devido há como essas informações são recebidas e tratadas por algumas pessoas, entretanto essa pesquisa a muito o que contribuir no quesito social.

Por intermédio desta espera-se, atingir demais pessoas na sociedade para que possam se aprofundar em um assunto como este que precisa ser falado, mas por muitas vezes não é muito discutido e acaba sendo deixado de lado, deixando o problema com pouca visibilidade, sem meios para solucionar, obter uma melhora.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como ponto de partida o artigo trás as desvantagens sofridas pelas minorias sociais, mostrando como padrões criados por grupos dominantes afetam a representatividade dessas pessoas na sociedade. No decorrer do trabalho dois grupos são tratados em especial com maior atenção, o assunto é voltado para o gênero sexual e a questão das mulheres, dada a importância da inclusão desses dois grupos no meio social. Foi mostrado como ainda sofrem preconceitos da população, a forma que ainda são vistos mesmo depois de anos e de tantas evoluções ainda há pessoas muito fechadas em receber tal assunto.

O objetivo específico deste trabalho é do tipo explicativo, pois busca através deste juntamente com dados pesquisar, explicar o que é a exclusão dos grupos, vistos como minoria por uma parte da sociedade, pois assim como foi falado na introdução, não é de consenso de todos e a resistência de alguns colabora para o combate do preconceito.

O assunto se torna algo de suma importância, pois acaba abrangendo temas como a desigualdade social, violência, problemas em se relacionar, em entrar no mercado de trabalho, atingindo de maneira negativa a vida desses grupos excluídos, a rejeição da sociedade em relação a homossexualidade é um dos fatores que mais acarretam a depressão, alertar as pessoas que o preconceito, a pressão familiar pode sim matar, eles passam a não se aceitarem.

Falar de minorias é falar da multiplicidade de existências possíveis. É permitir que a diferença seja reconhecida e possa ser manifesta no espaço público.

Conscientizar a população sobre um assunto tão importante é algo de extrema necessidade e acaba sendo deixado de lado, por isso faz de suma importância o conteúdo deste, que aborda sobre o tema, trazendo todas as suas questões, trajetória e conquistas ao longo dos anos, mostrar quais são suas vertentes e de que forma ela vem afetando a sociedade, entre outros aspectos relacionados a este.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/resolu%C3%A7%C3%A3o\\_n\\_175.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/resolu%C3%A7%C3%A3o_n_175.pdf)> Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADPF 132-RJ e ADI 4277-DF. Relator: Ministro Ayres Britto. Julgado em 5 de maio de 2011. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/20627236/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-4277-df-stf>> Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial 1.183.378. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. - Quarta Turma. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, 01 fev. 2012. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21285514/recurso-especial-resp-1183378-rs-2010-0036663-8-stj/inteiro-teor-21285515>> Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Mulheres discutem o impacto da violência política na representatividade feminina nas casas legislativas. TSE. 18 out. 2021. Brasília. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Outubro/mulheres-discutem-o-impacto-da-violencia-politica-na-representatividade-feminina-nas-casas-legislativas-do-brasil>> Acesso em: 20 out. 2021.

CAVICHIOLO, Anderson. Uma história de extermínio transfóbico no Brasil: a disputa de nomeação do assassinato da travesti Dandara Katheryn. Dissertação Mestrado. UNB. 2019.

GORISCH, Patrícia. O reconhecimento dos direitos humanos LGBT: de Stenowall à ONU. Curitiba: Appris, 2014.

MAZARÍO, José Maria Contreras. Las Naciones Unidas y la Protección de las Minorías Religiosas: de la tolerância a la interculturalidad. Tirant monografias. España, Universidad de Sevilla Pablo D'Olavide, 1997.

PEDRA, Caio Benevides. Acesso a cidadania por travestis e transexuais no Brasil: um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho - Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2018.

PEREIRA, Fábio Queiroz; GOMES, Jordhana Maria Costa. Pobreza e gênero: a marginalização de travestis e transexuais pelo direito. Revista direitos fundamentais & democracia (UniBrasil), v. 22, p. 210-224, 2017. Políticas Públicas ao seu alcance. Atuação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. 2013. Disponível em: <[https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/lgbt/entenda/informacoes\\_gerais.html?tagNivel1=11465 &tagAtual=11465](https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/lgbt/entenda/informacoes_gerais.html?tagNivel1=11465 &tagAtual=11465)> Acesso em: 20 out. 2021.

NASCIMENTO. Grasielle Augusta Ferreira, e BÔAS. Regina Vera Villas. DIREITOS HUMANOS DA MULHER: REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA E TRABALHO NO BRASIL. Rev. De Direitos Humanos e Efetividade| e-ISSN: 2526-0022. Maranhão. V. 3, n. 2, p. 74-87, Jul/Dez. 2017. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/revistadhe/article/view/2451/pdf>> Acesso em: 21

out. 2021.

NOVO. Benigno Núñez. Direito das minorias. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/75456/direito-das-minorias>> Acesso em: 20 out. 2021.

PINTO. Céli Regina Jardim. FEMINISMO, HISTÓRIA E PODER. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 20 out. 2021.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos, e OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/HqLvNHVzXPJkDYSCHsb94hP/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 19 out. 2021.

SCARDUA, Anderson., FILHO, Edson Alves de Souza. O Debate sobre a homossexualidade Mediado por Representações Sociais: Perspectivas Homossexuais e Heterossexuais. 2006. Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, 19 (3), 482-490. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/ryRCymtP6tSvwwQCwvSjQzQ/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 21 out. 2021.

SIQUEIRA, Silvia Márcia Alves. Considerações sobre o tema mulher na antiguidade. In: Mulher na antiguidade, 2016. Disponível em: <[http://www.miniweb.com.br/historia/Artigos/i\\_antiga/Mulher\\_antiguidade.html](http://www.miniweb.com.br/historia/Artigos/i_antiga/Mulher_antiguidade.html)> Acesso em: 25 de out. 2021.

SOBRINHO, Wanderley Preite. Brasil registra uma morte por homofobia a cada 16 horas, aponta relatório. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/20/brasil-matou-8-mil-lgbt-desde-1963-governo-dificulta-divulgacao-de-dados.htm>> Acesso em: 21 out. 2021.

VIEIRA, Luciana Leila Fontes. As múltiplas faces da homossexualidade na obra freudiana. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 487-525, jun. 2009. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482009000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19 dez. 2021.



**Capítulo 16 - DOI:10.55232/1083002.16**

**CALL OF DUTY WW II: INTERDISCURSIVIDADE ENTRE  
O HISTÓRICO E O FICCIONAL**

**Jorge Leandro Martins Sousa e Gabriel Gustavo Carneiro Braga**

**RESUMO:** O presente artigo pretende mostrar ao leitor uma análise de discurso do Videogame Call Of Duty WW II (2017), a partir das definições de intertextualidade e interdiscursividade abordadas por Norman Fairclough (2001), com o objetivo de relacionar o discurso histórico e o discurso ficcional que é apresentado pelo Videogame. Para tanto, primeiramente, realizou-se pesquisa bibliográfica que contemplasse os temas sobre a Segunda Guerra Mundial, Videogame e Análise de Discurso e, por último, a partir das Análises dos Discursos, realizou-se uma pesquisa qualitativa para compreender qual o sentido do Videogame Call Of Duty WW II (2017) através de seu discurso.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso. Interdiscursividade. Videogame. Segunda Guerra Mundial. Call Of Duty WW II.

## **INTRODUÇÃO**

A Comunicação Social é um campo de natureza interdisciplinar e não tem um objeto de estudo específico. José Marque de Melo (2014) aborda que o campo da Comunicação é volátil e, justamente, por entender essa ideia, escolhemos como objeto, para nossa análise, o videogame *Call Of Duty WW II* (2017), para tentar entender o papel que o videogame pode exercer dentro desse campo da Comunicação e, então, discorrer sobre suas especificidades como um produto midiático.

O tema do qual partiremos nosso trabalho está circunscrito dentro da análise de discurso nas definições feitas por Norman Fairclough (2001) para Intertextualidade e Interdiscursividade. O objetivo é compreender essas duas noções e aplicá-las ao discurso histórico e o discurso ficcional elaborado pelo videogame sobre a Segunda Guerra Mundial. Ou seja, quem está produzindo o discurso ficcional do game e qual sua relação com o discurso histórico? O videogame parte do discurso histórico para elaborar seu próprio discurso? Essas são algumas questões que serão pautadas nesse trabalho.

Para o percurso metodológico, fizemos uma revisão bibliográfica para formar nossa base teórica sobre o tema de análise de discurso, partindo de autores como Michel Foucault (1970); Norman Fairclough (2001); Rita Caregnato (2005). Para algumas noções sobre a Segunda Guerra Mundial, partiremos de autores como Martin Gilbert (2014). E, para dialogar sobre videogame e Comunicação, partiremos de autores como Letícia Perani (2014). Foi necessário, também, finalizar o game *Call Of Duty WW II* (2017), fazendo apontamentos sobre o discurso que é apresentado ao jogador no decorrer do jogo, para levantar dados para nossa análise final.

## **ANÁLISE DE DISCURSO: CONSIDERAÇÕES**

Diferente da linguística, que estuda a estrutura formal da língua ou apenas a gramática. A análise do discurso se preocupa com as formas de dizer. Portanto, com o uso prático da forma de construir a sociedade através da língua. Desse modo, a análise de discurso não analisa apenas o texto que é dito, sendo que o texto é a superfície do discurso, mas também com o sujeito que diz (o sujeito do discurso), o sujeito que recebe o discurso (o sujeito receptor do discurso) e a ideologia que constitui o discurso e o

sujeito. De acordo com Eni Orlandi (1999), o discurso é a palavra em movimento. Para a autora a análise do discurso seria:

A análise do discurso, como o próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: como estudo do discurso observa-se o homem falando. na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e sua história. (ORLANDI, 1999, p. 15)

O que fica de forma subtendida é que, de uma forma mais geral, a análise de discurso é baseada no que é dito e, também, pelo o que, muitas vezes, não é dito. Outra autora que corrobora para discussão da ideia de análise de discurso é Rita Caregnato (2005), onde aborda a análise discursiva estando em diversas formas de produção de sentido. Segundo ela:

O processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos já estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretações; podem ser entrecruzadas com séries textuais (orais e escritas) ou imagens (fotografias) ou linguagem corporal (dança). (CAREGNATO, 2005, p. 680)

Norman Fairclough (2001), ao usar o termo discurso, considera “a linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90). O discurso contribui para as construções das identidades sociais e posições de sujeitos. Ainda segundo o autor:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91)

O discurso segue um caráter de uma formação discursiva, que é tudo aquilo que determina o que pode e o que não pode ser dito em uma determinada sociedade. E essa formação discursiva, segundo Michel Foucault (1970), segue uma noção de ordem

discursiva, desse modo, a formação discursiva é mobilizada, em uma ordem discursiva para dizer alguma coisa. todo discurso é uma questão histórica.

As primeiras contribuições do autor Michel Foucault para a análise de discurso foi a noção de que o discurso constitui e constrói ativamente a sociedade. Para ele, o conjunto de fatores históricos que determinam o que pode ser dito e o que não pode ser dito. Desse modo, a formação discursiva trabalha com a historicidade do que a sociedade confirma e acredita dentro do silenciamento do discurso.

Outra importante contribuição de Michel Foucault (1970) para a análise de discurso está no que o autor define de intertextualidade e interdiscursividade. Segundo Foucault, intertextualidade é quando os textos dialogam entre eles e o discurso também converge entre eles. Portanto, a intertextualidade e interdiscursividade têm a ver com a capacidade do texto e do discurso estar o tempo todo em diálogo, formando u novo discurso que é inteligível, por que o discurso e o texto não estão isolados da sociedade.

## **INTERTEXTUALIDADE E INTERDISCURSIVIDADE**

Para compreendermos a noção sobre o que seria, estritamente, a intertextualidade e interdiscursividade, é necessário rever o que seria um texto e o que seria o discurso. De uma maneira bem geral, o texto é a unidade linguística concreta e o discurso seria uma capacidade comunicativa que gera sentido entre interlocutores. Para a noção de interdiscursividade, segundo Fairclough (2001), seria que “a interdiscursividade envolve, entre outras formações discursivas, constituem as regras de formação de uma dada formação discursiva” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 72). Portanto, a interdiscursividade é quando existe uma relação entre dois discursos de forma que, um discurso acaba citando o outro. E a intertextualidade, segundo o autor:

Além de incorporar ou, por outro lado, responder a outros textos, a intertextualidade do texto pode ser considerada como incorporando as relações potencialmente complexas que tem com as convenções que estão estruturadas juntas e constituem uma ordem de discurso. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 136).

Assim sendo, a intertextualidade seria uma relação entre dois textos, onde um texto acaba citando o outro. Para Foucault (1970), a ligação entre interdiscursividade e intertextualidade é que, para qualquer prática discursiva, é sempre definida por suas relações com outras práticas que, por fim, geram outras práticas. O autor Rogério Tílio (2010) coloca de uma maneira mais simplificada essa noção entre a relação entre intertextualidade e interdiscursividade. Para ele, “um texto ou um discurso nunca são únicos e inéditos, mas sempre trazem referências (não necessariamente explícitas) a outros textos aos quais seus autores tenham sido, de alguma forma, expostos antes” (TÍLIO, 2010, p. 98). Para que fique mais claro, José Fiorin (2006) é bem categórico ao afirmar que:

O termo intertextualidade fica reservado apenas para os casos em que a relação discursiva é materializada em textos. Isso significa que a intertextualidade pressupõe sempre uma interdiscursividade, mas o contrário não é verdadeiro. Por exemplo, quando a relação dialógica não se manifesta no texto, temos interdiscursividade, mas não tem intertextualidade. No entanto, é preciso verificar que nem todas as relações dialógicas mostradas no texto devem ser consideradas intertextuais. (FIORIN, 2010, p. 181)

Logo, esses dois elementos da análise de discurso são responsáveis pela criação de práticas discursivas híbridas ou por construções e relações relativamente novas que são feitas através de apropriações de outras práticas discursivas. E é, exatamente, essa noção de interdiscursividade, o ponto central da nossa análise. Observaremos, no videogame *Call Of Duty WW II* (2017), como o discurso ficcional apresentado no jogo dispõe do discurso histórico. O videogame apresenta seu olhar para alguns eventos da Segunda Guerra Mundial. Quem é o autor do discurso? Para quem o discurso está falando? E qual o sentido do discurso? Algumas questões dessas questões serão observadas na ótica da interdiscursividade.

## **CALL OF DUTY WW II: A INTERDISCURSIVIDADE ENTRE O HISTÓRICO E O FICCIONAL**

O mundo tecnológico está cada vez mais complexo, o surgimento de novas mídias requer novos suportes tecnológicos e, de certa forma, uma incorporação de seu

uso pela sociedade. Dentre esses dispositivos tecnológicos, encontram-se os videogames, surgido muito antes da internet, os jogos eletrônicos se reinventaram a medida que a tecnologia avança. Dessa forma, os games atuais tem um papel promissor para pesquisa dentro do campo da Comunicação Social.

Os estudos sobre videogames, ou no termo inglês *Games Studies*, é uma modalidade relativamente recente e estão presentes, dentro do cenário comunicacional brasileiro, a partir dos anos de 1990 (PERANI, 2014). Esse tipo de pesquisa está ganhando mais espaço no campo das ciências da Comunicação e o papel que os videogames estão desempenhando atualmente é passível de muitas análises como foco bastante diferentes. Sendo assim, “a partir do momento em que a linguagem do vídeo game se torna madura, seu estudo pede um campo próprio, multidisciplinar como a própria mídia” (LUZ, 2010, p. 18). Partindo dessa ideia, escolhemos o videogame *Call Of Duty WW II* (2017) como nosso objeto de estudo para o presente trabalho.

*Call Of Duty WW II* (2017) é um jogo de tiro em primeira pessoa (FPS) lançado em 3 de novembro de 2017 para as plataformas *Playstation 4*, *Xbox One* e *Microsoft Windows*, distribuído pela empresa norte-americana *Activision*. Esse jogo, em específico, trata em sua narrativa alguns eventos importantes durante a Segunda Guerra Mundial ocorrida entre os anos de 1939-1945. O jogador assumirá o papel de um soldado americano que deve lutar bravamente para ajudar seu país nos horrores da guerra. A Segunda Guerra Mundial começou com a invasão e ataque alemão a Polônia e teve fim com o rendimento do Japão após as bombas atômicas serem lançadas pelo Estado Unidos da América, destruindo a cidade de Hiroshima (GILBERT, 2014). Nosso objetivo é fazer o uso do conceito de interdiscursividade para tentar entender como o discurso que o videogame apresenta aos jogadores faz uso de outros discursos, nesse caso, o discurso histórico, para elaborar seu próprio discurso.

A franquia de videogame *Call Of Duty* tem sempre o apelo de trazer em suas narrativas aspectos de eventos sobre guerras. Nosso objeto em questão tem como plano de fundo o recorte histórico quando os aliados (França, Inglaterra e E.U.A. E, posteriormente a União Soviética – Rússia) invadem a praia da Normandia, na França, em setembro de 1939 e termina com a invasão completa a Alemanha em 1945. Primeiro aspecto a ser mencionado é uma pequena contextualização histórica sobre a Segunda

Guerra Mundial para, posteriormente, intercalar o game com o discurso histórico e analisar de que forma está estruturado o discurso ficcional. Para Martin Gilbert:

A Segunda Guerra Mundial foi um dos conflitos mais devastadores da história da humanidade: mais de 46 milhões de militares e civis morreram, muitos em circunstâncias de crueldade prolongada e terrível. Nos 2.174 dias de guerra entre o ataque da Alemanha à Polônia em setembro de 1939 e a rendição do Japão em agosto de 1945 [...] não foram apenas 46 milhões de vidas aniquiladas, mas a vida e a vitalidade vibrantes que haviam recebido como herança e que poderiam ter deixado aos seus descendentes: uma herança de trabalho e de alegria, de luta e de criatividade, de saber, de esperanças e de felicidade que ninguém receberia ou transmitiria. (GILBERT, 2014, p. 7)

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha perdeu grande parte do seu território e ainda pagou uma quantia de 33 milhões para a reparação de danos. O tratado de Versalhes (1919) causou um grande choque na população alemã e foi considerada uma humilhação para o povo alemão (MATTOSO, 1977). O período entre guerras culminou na ascensão das ideias nazistas e, por fim, Hittler chega ao poder, reconstruindo a Alemanha e tem como um de seus objetivos principais desfazer o tratado de Versalhes (1919) e retomar todo o território perdido ao fim da Primeira Guerra. O fato que desencadeou o início da Segunda Guerra foi a invasão alemã à Polônia. Martin Gilbert relata como ocorreu esse evento e a brutalidade do primeiro passo da Alemanha para a dominação da Europa posteriormente.

O método adotado por Hittler foi a Blitzkrieg – guerra relâmpago. Primeiro, e sem qualquer aviso, uma série de ataques aéreos destruíram, ainda em solo, boa parte da força aérea do país agredido. Depois, os bombardeiros visaram as comunicações rodoviárias e ferroviárias, os quartéis, os depósitos de munições e os centros urbanos, lançando confusão e pânico [...] a Blitzkrieg veio inicialmente do céu, depois chegou por terra. (GILBERT, 2014, p. 8)

O saldo de vítimas desse primeiro evento da Segunda Guerra foi que “mais de 60 mil soldados poloneses haviam morrido em combate, junto com 25 mil civis em três semanas de bombardeios aéreos e de artilharia, especialmente Varsóvia” (GILBERT, 2014, p. 28). Partindo desse pequeno contexto histórico do início da Segunda Guerra, lançaremos o nosso olhar ao objeto de estudo. Os primeiros questionamentos que podemos fazer é: quem é o autor do discurso? E como o discurso é construído? O

primeiro ponto a se colocar é: a empresa que produziu e distribuiu o game é norte-americana. Do ponto de vista do sujeito do discurso, uma empresa norte-americana, que elabora, a partir de dados históricos, seu próprio ponto de vista e o arco temporal abordado no videogame segue, ideologicamente, as práticas discursivas do sujeito do discurso. O discurso é ideologicamente forjado a luz da experiência dos E.U.A na Segunda Guerra Mundial. Norman Fairclough pontua que:

As ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou transformações das relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117)

Portanto, o discurso do game segue a premissa apresentada pelo autor. As escolhas feitas pelo game seguem uma linha ideológica baseada no papel dos E.U.A dentro de alguns eventos na Segunda Guerra Mundial e a própria opção de escolha – e também omissão – tem um caráter ideológico por que contribui, como é colocado pelo autor, para construções de realidades ou “de que determinados usos da linguagem e de outras formas simbólicas são ideológicos, isto é, os que servem, em circunstâncias específicas, para estabelecer ou manter relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117). Ou seja, o discurso apresentado no game é estruturado a partir de algumas escolhas do discurso histórico para a produção de um discurso ideologicamente montado, favorecendo o papel dos E.U.A na Segunda Guerra Mundial. E de onde parte o discurso do game? É notado que o discurso histórico está presente no game, mas é nesse ponto que se apresenta a ideia de interdiscursividade. O discurso ficcional dialoga com o histórico e são as escolhas dessas práticas discursivas que produzem o sentido que a empresa quer que chegue ao seu público final: os jogadores. Dessa forma, o game mostra uma visão dos E.U.A inserido em eventos importantes durante a Segunda Guerra Mundial.

O videogame começa com os E.U.A já em um dos principais e mais violentos eventos da guerra. A invasão da praia da Normandia, na França, que ficou conhecido com o “Dia D”, em 1944. Para fazer essa relação entre o discurso histórico e o ficcional é necessário atentarmos para a seguinte questão: a escolha da produtora coloca os jogadores diretamente em um evento que ocorreu em 1944, quase no final da guerra,



onde o país já estava estruturado belicamente. Mas, historicamente, como estava inserido o E.U.A anteriormente ao “Dia D”? esse espaço-tempo que é subtraído do game coloca em xeque algumas derrotas sofridas pelo E.U.A até sua entrada efetiva e oficialmente na Segunda Guerra Mundial. A entrada do E.U.A na guerra aconteceu, efetivamente, quando teve sua base militar de *Pearl Harbor* completamente destruída pelo exercito japonês em dezembro de 1941.

Às 7h55 de dezembro de 1941, horário do Havaí, 360 bombardeiros e aviões de combate japoneses atacaram os navios de guerra americanos atracados em Pearl Harbor. Quatro couraçados foram destruídos pelo bombardeamento ou afundaram nos ancoradouros. Outros quatro ficaram danificados e onze navios de guerra foram afundados ou inutilizados. (GILBERT, 2014, p. 339)

O E.U.A, que até então, estavam neutros na guerra, declaram oficialmente sua entrada na guerra e o eixo dos aliados recebe um novo reforço. Dentro do discurso do game, os eventos antes de 1944 são totalmente subtraídos e a mensagem apresentada no game é um país heroico, que luta ao lado dos aliados para ajudar a destruir a Alemanha nazista, colocar fim a guerra e salvar toda a Europa da dominação nazista. Cabe ressaltar também que o ano de 1944 é muito importante, pois a Alemanha nazista já estava vindo de algumas baixas e o avanço dos aliados retomaria alguns territórios que estavam sob o domínio alemão, enfraquecendo cada vez mais o exército nazista.

Sendo assim, sobre a ótica da análise do discurso, o ano de 1944 é perfeito para intercalar fatos do discurso histórico, remodelando os fatos que realmente aconteceram para engrandecer e ressaltar a força que o E.U.A, junto com os aliados, tinham e estavam conseguindo combater a dominação alemã. Desse modo, é perfeitamente visível a interdiscursividade entre o discurso histórico e o ficcional. Por um lado, o que é mostrado pelo game são fatos históricos reais – comprovados por leituras sobre a segunda guerra -, mas que são reciclados e acabam dando um novo sentido para o discurso ficcional. Então, seguindo o pensamento de Norman Fairclough, que sugere:

O principio da interdiscursividade sugere que as ordens de discurso têm primazia sobre os tipos particulares de discurso e que os últimos são construídos como configurações de elementos diversos de ordens de discursos. Também sugeri que o principio da interdiscursividade se aplica a vários níveis: a ordem de discurso societária, a ordem de discurso institucional, o tipo de discurso, e mesmo os elementos que constituem os

tipos de discurso. Além disso, a doção de um modelo hegemônico aponta para a mesma direção, levando a uma visão das ordens de discurso como equilíbrio instável [...] os limites entre os elementos estão constantemente abertos para serem desenhados à medida que as ordens de discurso são desarticuladas e rearticuladas no curso da luta hegemônica. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 159)

Outro evento importante que vale ser ressaltado e que é totalmente esquecido pelo game, mostra mais uma vez que o poder de escolha também interfere ideologicamente no discurso. O videogame segue o discurso histórico, no arco temporal dos anos de 1944-1945, mostrando todos os horrores da guerra aos jogadores com o discurso sempre em interdiscursividade entre o histórico e o profissional, mas o game termina quando os aliados conseguem tomar a Alemanha. O que ficou de fora do discurso construído pelo game? As bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki que culminou com a rendição do Japão e decretou o fim da guerra Segunda Grande Guerra Mundial, em 2 de setembro de 1945. Segundo Martin Gilbert:

Sétima missão aérea era a operação Centreboard, que começou nas primeiras horas de 6 de agosto, às 2h45, quando o Enola Gay, um bombardeiro B-29 especialmente preparado para o transporte e o lançamento de uma bomba atômica, levantou voo na ilha de Tinian, nas Marianas. Cinco horas e meia depois, às 8h15 – no horário japonês -, o avião largava a bomba atômica sobre Hiroshima [...] nesse instante, morriam oitenta mil pessoas e outras 35 mil ficavam feridas. [...] a cidade ardia. (GILBERT, 2014, p. 874)

De toda forma, a escolha do espaço-tempo adotado pelo game, de fato, mostra certa soberania dos E.U.A. O discurso transita entre o histórico e o ficcional, mas a escolha do sentido do discurso é redesenhada e reconstruída segundo a intencionalidade da produtora do game. O jogo apenas subtrai os pontos de fragilidade dos E.U.A perante a entrada na guerra até ser responsável na ajuda em libertar a Europa do domínio nazista.

## **CONSIDERAÇÕES**

O discurso relaciona a linguagem com a sua exterioridade. Assim, a análise do discurso compreende como a língua não é somente um código usado dentro da estrutura

conhecida como “emissor e receptor”. A língua, dentro desse contexto, não é linear, mas sim, compreender o efeito de sentidos causado pela língua entre locutores.

Portanto, o discurso nunca está isolado em si, mas é sempre uma interligação com outros discursos e vai se repetindo. Ao analisarmos o discurso ficcional do videogame *Call Of Duty WW II* (2017) é notado que o conceito de interdiscursividade é amplamente utilizado no game e o poder de escolha interfere diretamente no sentido em que o discurso final é transmitido aos jogadores. O discurso histórico não é totalmente distorcido, o game segue a linha histórica, mas subtrai fatos que mudariam a forma de como os E.U.A poderiam ser compreendidos dentro da guerra. Ao final, o que observamos, através do discurso gerado entre o histórico e o ficcional, é a fomentação de uma nação heroica que lutou bravamente para defender seus interesses.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CAREGNATO, Rita. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo.** Artigo produzido como trabalho de conclusão da disciplina “Práticas de Análise de Discurso na Pesquisa em Educação”, do 1º semestre de 2005, ministrada pela Professora Regina Mutti, do Programa de Pós-Graduação em Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

DA LUZ, Alan Richard. **Vídeo game: história, linguagem e expressão gráfica.** São Paulo: Blucher, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social.** Brasília: Editora UNB, 2001.

FIORIN, José Luiz. **Interdiscursividade e intertextualidade.** In BRAIT, Beth (org.). Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** Aula inaugural do College de France, 1970.

GILBERT, Martin. **A Segunda Guerra Mundial: os 2.174 dias que mudaram o mundo - 1º ed.** – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

MATTOSO, Kátia. **Textos e documentos para o estudo da história contemporânea.** São Paulo: Hucitec/Edusp, 1977.

MELO, José Marques de. **Teoria e metodologia da Comunicação: Tendências do século XXI**. São Paulo, 2014.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PERANI, Letícia. **Jogando para comunicar, comunicando para jogar: por um lugar dos games nas Ciências da Comunicação e na Ciberultura**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER, 8, 2014, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ABCiber, 2014. Disponível em: [http://ww.abciber.org.br/simposio2014/anais/GTs/leticia\\_perani\\_soares\\_39.pdf](http://ww.abciber.org.br/simposio2014/anais/GTs/leticia_perani_soares_39.pdf). Acesso em: 28 nov. 2019.

TÍLIO, Rogério. **Revisitando a análise crítica do discurso: um instrumental teórico-metodológico**. E-escrita Revista do Curso de Letras da UNIABEU. Nílopólis, V-1, número 2, mai. – ago. 2010.

**Capítulo 17 - DOI:10.55232/1083002.17**

**A CONTABILIDADE POPULAR COMO PERSPECTIVA  
PARA SUSTENTABILIDADE DA ECONOMIA POPULAR E  
SOLIDARIA NO TERRITORIO DE IDENTIDADE PORTAL  
DO SERTÃO**

**Rusemí Guiné Nonato e José Raimundo Oliveira**

**RESUMO:** O estudo sobre a Contabilidade Popular como Perspectiva para Sustentabilidade da Economia Popular e Solidária no Território de Identidade Portal do Sertão, tendo como questão central; Como a contabilidade popular pode contribuir para sustentabilidade da economia popular e solidária no Território de Identidade Portal do Sertão? Este trabalho tem como objetivos evidenciar a contribuição da contabilidade popular para a sustentabilidade da economia popular e solidária no Território de Identidade Portal do Sertão. Está pesquisa foi baseada por estudos bibliográficos, diálogo sobre a Contabilidade para a Economia dos Setores Populares pela Capina, e conversa com pesquisadores. A Contabilidade Popular é um tema novo que está em debate entre os contadores populares e as Organizações da Sociedade Civil.

**Palavras-chave:** Contabilidade Popular, Sustentabilidade, Economia Popular e Solidária.

## **INTRODUÇÃO**

Este estudo insere-se no debate sobre a Contabilidade Popular como perspectiva para sustentabilidade da economia popular e solidaria, enquanto economia plural. Essa economia viabiliza a manutenção e o sustento dos trabalhadores, que desenvolvem um trabalho formalizado e não formalizado de maneira grupal, familiar e solidaria.

Neste contexto de necessidade de um debate mais aprofundado, inicia-se a exposição de uma problemática que vem sendo levantada: Como a contabilidade popular pode contribuir para sustentabilidade da economia popular e solidaria no Território de Identidade Portal do Sertão? A pesquisa, inegavelmente, tem relevância social, pois discute e aprofunda explicações sobre a contabilidade popular como sustentabilidade para a economia popular e solidaria exercida por uma classe de trabalhadores que buscam seu sustento e de sua família, de forma coletiva e solidaria.

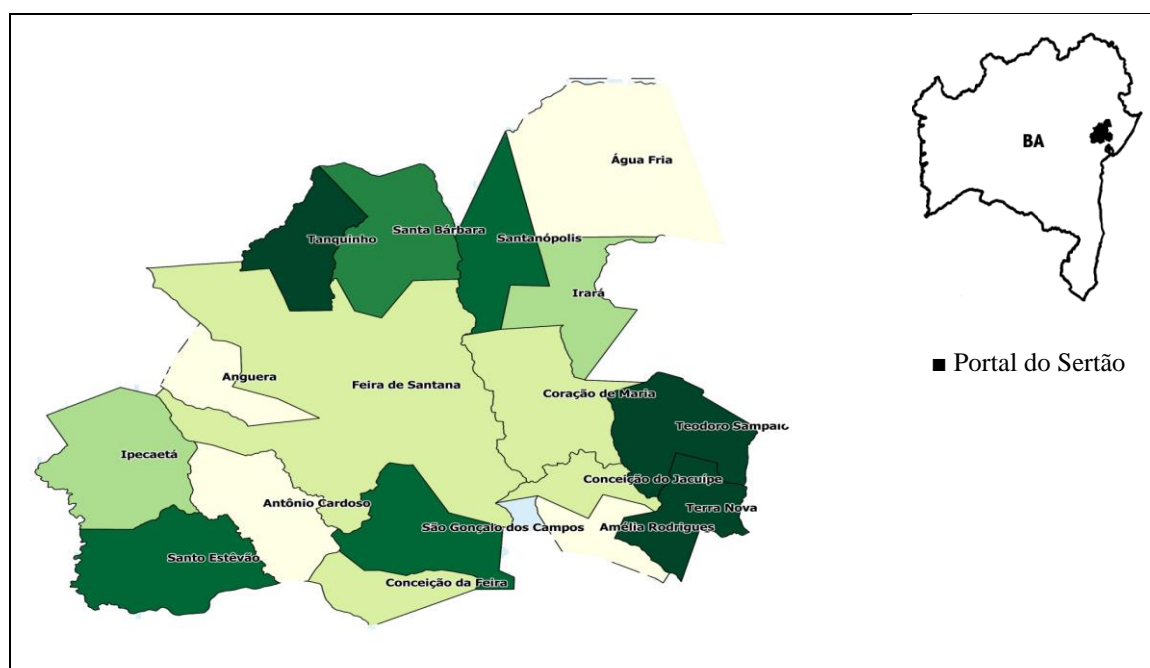
Com efeito, esse processo se dar na medida em que vai se criando formas de controles, registros, formações, mediando processos educativos populares com associações e/ou cooperativas, grupos informais, entre outros.

Neste contexto, objetivo deste trabalho é evidenciar a contribuição da contabilidade popular para a sustentabilidade da economia popular e solidaria no Território de Identidade Portal do Sertão. Metodologicamente, esta pesquisa foi pautada, na medida em que a contabilidade torna-se popular no ambiente da economia popular e solidária, evidenciando atos e fatos de uma organização que desempenha papel relevante na sociedade. Assim os estudos documentais relativos aos controles contábeis, bem como a legislação pertinente são os elementos de sustentação dessa pesquisa, além das orientações incrementadas da disciplina Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS.

Com efeito, visando alcançar tal objetivo, procuramos nos nortear pelos seguintes eixos temáticos: explicação sobre a importância da contabilidade popular para economia popular e solidaria; definir ou conceituar a contabilidade popular; bem como, caracterizar a economia popular e solidaria. É importante enfatizar que a temática Contabilidade Popular é pouco discutida no meio acadêmico. Por isso percebe-se que este trabalho dará subsídio para a sustentabilidade da Economia Popular e Solidaria o desenvolvimento do território de identidade Portal do sertão.

O Portal do Sertão é um dos territórios mais dinâmicos em termos econômicos na Bahia. A existência de diversas rodovias estaduais e federais, a proximidade geográfica da Região Metropolitana de Salvador e a localização estratégica tornam o território referência comercial e de serviços na região. Os municípios que o compõe são Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova.

**Figura 1 – Representação das cidades do Portal do Sertão – BA**



**Portal do Sertão**

Fonte: IBGE (2010).

A Figura 1 mostra o mapa da Bahia, um recorte das cidades que compõe o Território de identidade Portal do Sertão.

## **1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1.2 CONTABILIDADE POPULAR**

A contabilidade é uma ciência social, pois estuda o comportamento do patrimônio de uma organização, registra atos e fatos ocorridos no desenvolvimento de suas atividades. Conforme Marion (2006, p.135): “A contabilidade é uma ciência social, pois estuda o comportamento das riquezas que se integram no patrimônio, em face das

ações humanas, portanto, a contabilidade ocupa-se de fatos humanos”. O objetivo da contabilidade é fornecer aos usuários internos: diretores, administradores, gerentes e funcionários, ou usuários externos: governo, bancos, fornecedores e acionistas, relatórios que auxiliem na tomada de decisão. Segundo Marion (2006), ressalta que:

A contabilidade pode ser considerada como sistema de informação destinada a promover a seus usuários de dados para ajudá-los a tomada de decisão. Usuários pode ser qualquer pessoa física ou jurídica que tenha interesse em conhecer dados: normalmente fornecido pela contabilidade de uma entidade. [...], o objetivo principal da contabilidade, portanto, conforme a estrutura conceitual básica da contabilidade é o de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras (MARION, 2006, p.135).

Portanto, o objetivo da contabilidade é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que presta essas informações que sejam úteis a diferentes usuários, quando da tomada de decisão. Essas decisões envolvem comprar, vender, fornecer, conceder, emprestar, etc. A contabilidade utiliza uma linguagem técnica, os relatórios são criados conforme as normas brasileiras da contabilidade como o balanço patrimonial, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixas, a demonstração dos lucros e prejuízos acumulados, a demonstração do valor adicionado e notas explicativas.

A Contabilidade Popular coexiste na perspectiva de gerar informações para os usuários, utilizando uma linguagem de fácil compreensão para as entidades, seja cooperativa, seja os trabalhado da economia popular e solidária, dentre outros grupos que buscam informações substanciais que os auxiliem na tomada de decisão. O objetivo da informação é o cerne do que for proposto dentre da organização ou grupos. Quando falamos das cooperativas ou cooperativismo, sabemos que a há Leis, normas e princípios que as regulam. A ITG 2002(R1): “A entidade sem finalidade de lucros pode exercer atividades, tais como as de assistência social, saúde, educação, técnico-científica, esportiva, religiosa, política, cultural, beneficente, social e outras, administrando pessoas, coisas, fatos e interesses coexistentes, e coordenados em torno de um patrimônio com finalidade comum ou comunitária”. A informação e o conhecimento se fazem necessário para que tenha o controle, compreenda as diretrizes para se fazer uma boa gestão. Ofertar informações de forma mais clara e objetiva é um



dos objetivos da contabilidade popular. Compactar informações para atender aos trabalhadores dessa economia.

A contabilidade popular vem buscando nessa economia a relação de interesse pela comunidade, a educação formação e informação princípios norteadores. A comunidade é o pilar da economia, para a contabilidade societária o patrimônio é o objeto, e como objeto é fruto do acúmulo de lucro ‘riqueza’, o mesmo não se aplica a contabilidade popular, pois a comunidade é o patrimônio, como tal, é os formadores da economia, economia essa que não tem fins lucrativos, economia que atende as necessidades básicas, que usa a troca de produtos, que produz com consciência respeitando o meio ambiente, utilizando os recursos conscientemente obedecendo ao curso natural. No que perpassam a educação formação e informação a mediana em que a contabilidade popular se propaga cabe aos contadores como conhecedores das informações, formarem grupos comunitários orientando-os e instruindo-os de acordo com a forma da economia apresentada formal ou informal. O objetivo da contabilidade seja ela societária, seja ela popular é a informação, conforme define Marion (2006) “contabilidade pode ser considerada como sistema de informação destinado a prover seus usuários de dados para ajudá-los a tomar decisões”. A relevância das informações é de suma importância para a continuidade das atividades da economia popular e solidária inserida no cenário atual.

No cenário da contabilidade popular pode-se trabalhar a contabilidade gerencial concomitantemente com a economia popular e solidária, afirma Anthony et al (2015):

“contabilidade gerencial é o processo de fornecer a gerentes e funcionários de uma organização informações relevantes, financeiras e não financeiras, para tomada de decisões, alocações de recursos, monitoramento, avaliação e recompensa por desempenho”. À luz dessa informação para a economia popular e solidária que desempenha a autogestão, não há a figura do patrão, mas todos os empregados participam das decisões administrativas em igualdade de condições. Em geral, os trabalhadores são os patrões da empresa autogestionada. Para Anthony et al (2015).

Não tem formas ou normas prescritas sobre seu conteúdo, como o conteúdo deve ser desenvolvido e como o conteúdo deve ser apresentado. Todos esses obtêm julgamentos e decisões dos gerentes sobre o que melhor atender a suas necessidades por informação acionável e é definido totalmente pelas necessidades de os gerentes usarem a informação. Nenhum órgão de padronização ou regulador influencia especificamente o projeto da informação contábil gerencial e dos sistemas. (ANTHONY et al., 2015, p. 2).

Desse modo a informação contábil gerencial deve ser relevante e útil para os trabalhadores e customizada para servir a propósitos múltiplos.

### **1.3 SUSTENTABILIDADE**

A sustentabilidade não se trata apenas de questões ambientais, mas também de questões econômicas e sociais. Objetiva na geração de renda sem perder o foco na redução das desigualdades sociais, com o propósito de melhorar a qualidade de vida da sociedade. O desenvolvimento dessa ação pratica que interfere positivamente na vida do coletivo. A Lei de nº 13.019, de 31 de julho de 2014, foi criada para fortalecer as organizações da sociedade civil, de acordo com o Art. 1º a Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. De acordo a fundamentação uma forma de sustentabilidade para atender a necessidade da sociedade civil. A visão macro dos trabalhadores ao desenvolver suas atividades utilizando os recursos disponíveis com responsabilidade. Conforme Mance (2005):

O seu objetivo principal é a reorganização social das ações de consumo, comercio, produção, serviço. Finanças e desenvolvimento tecnológico de modo a promover a realização humana de cada pessoa, assegurando-lhe as condições materiais satisfatórias para o exercício ético de sua liberdade. Essas práticas enfatizam a participação coletiva, cooperação, autogestão, democracia, auto-sustentação, a promoção de desenvolvimento humano e da equidade de gênero, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas. Enfim, operam sob formas de colaboração solidaria. (MANCE, 2005, p. 2).

Os grupos se formaram com o objetivo de buscar uma alternativa de trabalho face ao desemprego, seguido pela busca de uma fonte de renda. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais para qualquer processo de trabalho, seja cooperativa, seja trabalhador da economia popular e solidária. A contabilidade popular tem um papel relevante para a continuidade desses grupos. A criação do grupo de contadores populares criado pela Capina e seus pesquisadores para atender a essa economia, com o objetivo de estudar as necessidades de cada grupo, compreender as especificidades, entender as dificuldades, mediante as informações criar estratégias, planos de trabalhos substanciais para a continuidade dos grupos.

#### **1.4 ECONOMIA POPULAR E SOLIDARIA**

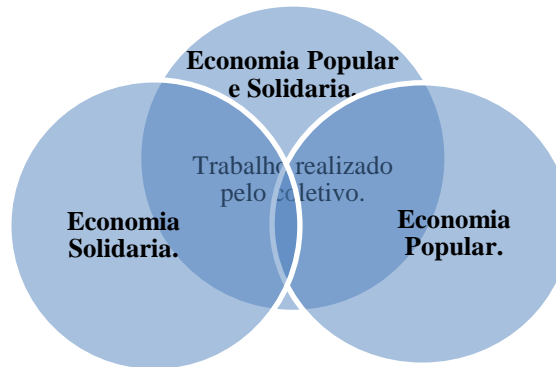
A Economia Popular e Solidaria é uma economia plural, que busca na relação dos seus cooperados o interesse pela a comunidade, a educação formação e informação, inter cooperação, relação à adesão livre e o trabalho coletivo, esses são os princípios básicos regido por essa economia. A Economia Solidaria nascida em meados do Século XIX, que naquele momento buscava-se a ruptura da desigualdade social entre os povos com o enfraquecimento do sistema capitalista. De acordo a alguns estudiosos a quebra desse paradigma faria- se com a troca de sistema. Para outros o sistema era irrelevante. Conforme Bacic (2008).

Para que o capitalismo fosse superado era preciso que os trabalhadores se associassem formando cooperativas de produção, de crédito, etc., pois não teriam forças para lutarem contra a exploração capitalista agindo individualmente. Na visão do autor, as cooperativas eram o ponto de partida para a construção do ideal social, porque seriam dentro delas que os trabalhadores seriam educados a viverem solidariamente uns com os outros. Com a união de várias e várias cooperativas seria possível transformar a sociedade como um todo. (BACIC, 2008, P. 3).

A Economia popular foi criada pelos trabalhadores, eles viam nessa economia o que precisavam para suprir as necessidades básicas e a geração de renda. De acordo Goerck e Fraga (2010) “A economia Popular consiste, portanto, no seguimento de base da economia, pois estar relacionada com as demandas imediatas da população. Como a economia popular advinda da necessidade de gerar renda pelos trabalhadores dificilmente pode possibilitar alguma acumulação de capital”. Pois, tudo que é produzido ou adquirido é para a manutenção da vida dos trabalhadores.

Por sua vez a economia popular e solidaria pactua das mesmas ações que é a geração de renda, trabalho de cooperação, produção para a subsistência. A economia popular e solidaria é uma realidade vivida pelos trabalhadores em algum momento de sua vida. Nos dia de hoje, em meio ao desemprego, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, desolados e desprovidos de alimentação, saúde e renda, principalmente nesse Cesário de pós covid-19. Onde a maioria dos trabalhadores encontra na união da família e dos familiares a força para esse enfrentamento, portanto, não podemos esquecer que a maioria desses trabalhadores faz parte do comércio de rua, são feirantes, trabalhadores rurais, ribeirinhas, quilombolas entres outros trabalhadores que vivem da terra, que vivem do seu território.

**Figura 2 – Uma relação entre as Economias**



Fonte: sistematizado pela pesquisadora

A Figura 2 representa a relação entre as economias, Economia Popular e Solidaria, Economia Solidaria e a Economia Popular, ambas realizam o trabalho coletivo. A Economia Popular e a Economia Popular e Solidaria constituída por sujeito em situação de vulnerabilidade.

### **1.5 TERRITORIO**

Nos debates atuais sobre Contabilidade Popular o foco é o território, é neles que se constroem ações individuais, coletivas e cotidianas, relacionadas ao ambiente a sociedade, a cultura, a economia, a política, e as instituições. Muito embora este debate parta de um esforço de estudiosos para definir a interação entre espaços geográficos e sociais, conceituando o território como um “espaço físico, geograficamente caracterizado por critérios multidimensionais e distintos, é nesta relação interna e externa que se distingue os elementos de identidade, coesão social, cultural e territorial” (BAHIA, 2011). Essa abordagem tem ganhado expressão na medida em que nova demanda relacionada à forma economia plural desenvolvida por grupos de trabalhadores no território urbano e rural. Evidenciando o Território de Identidade Portal do Sertão. De acordo Santos (1999).

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 8).

Portanto, a partir do exposto, fica evidente a importância desse estudo para o Território de Identidade Portal do Sertão.

A contabilidade popular como perspectiva de sustentabilidade para as pessoas que usam o território e se tornam parte. As pessoas são partes do lugar onde vivem, produzem e constituem famílias. A pesquisa baseou-se no estudo da contabilidade com base na Lei Federal nº 13.019/2014, conhecida como MROSC, aplica ferramentas de participação democrática, de transparência, de eficiência nas parcerias. Lei Federal nº 9.790/99, qualificada como marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que se consubstancia nas pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativo, dispõe sobre a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade, a ITG 2002(R1), entre outros autores renomados.

Nesta esteira faz-se uma abordagem qualitativa sobre a economia popular e solidária, considerando-a como a economia das diversas dimensões, conforme discute Lima (2011) “[...] consideração de outros saberes, outros processos educativos, do saber local, do conhecimento local; de outros processos de trabalho como em cooperação, associação, ou seja, em formas produtivas que valorizam os sujeitos em patamares de igualdades, democráticos, em forma de gestão horizontalizada que possibilite o acesso à aprendizagem de todo e qualquer trabalhador ou trabalhadora”. Neste aspecto da fundamentação teórica do trabalho, discute-se a questão da sustentabilidade articulada a contabilidade popular, bem como a economia popular e solidária, especialmente, atinando para o aspecto da dimensão ambiental da economia popular e solidária, conforme argumenta Lima (2011, p.7): Dimensão ambiental – A apropriação do excedente, bem como o poder político e econômico nas relações produtivas, faz com que todos os instrumentos e elementos naturais sejam conduzidos pelo desejo de aumento da produtividade capitalista para o conseqüente aumento do lucro e são administrados como externalidades positivas e negativas, aceitas como simples falhas de mercado. Neste sentido, a produção desordenada e desorientada do lixo, os desmatamentos, a extração predatória da vida da natureza, a invasão de mananciais, as queimadas, a construção civil em áreas inapropriada, provoca a separação entre o ambiente dos “homens” e o ambiente de todos os seres, tornando a vida planetária parcial a passos largos. Os recursos naturais ou fator de produção terra, como eram denominados pelos clássicos da economia tradicional, poucas vezes foram pensados

como parte da totalidade que compõe uma só natureza e sobre a possibilidade de sua finitude. Nesta esteira, o consumo consciente, a educação ambiental, a educação popular, a produção orgânica, bem como outros elementos tornam a economia popular e solidária mobilizadora dos sujeitos no sentido de outro processo de orientação econômica.

## **2. RESULTADOS ALCANÇADOS**

A pesquisa evidencia a necessidade de mais estudo no que se refere à contabilidade popular, pois, é um conceito em construção, esse conceito esta sendo debatido pela Capina com a criação da rede contar, formado por um grupo de contadores que fazem atendimentos para os empreendimentos populares cadastrados na rede. A importância de criar iniciativas como redes, grupos e comunidades de contadores para atender as organizações a economia popular e solidaria bem como outros grupos que necessite de informações contábeis – financeira direcionada para a Economia dos Setores Populares. Debate aberto pela Caritas em 2021 que a contabilidade popular tem apresentado uma postura interdisciplinar em relação às análises, interpretações e possibilidade de compreensão dos atos e fatos contábeis de maneira mais acessível ao publico envolvido no ambiente de outra economia, a economia popular e solidária.

Compreende-se adicionalmente que a questão da sustentabilidade ou a dimensão ambiental da vida, amparada pelos movimentos sociais, educativos, políticos, bem como pelas Organizações Não Governamentais, segundo a lei 13.204/2015, “ entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes, brutos ou liquido [...], dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades e que o aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata [...]” tem jogado papel relevante para a contabilidade popular como perspectiva para sustentabilidade da economia popular e solidaria, especialmente, no território de identidade portal do sertão, lócus do nosso trabalho de pesquisa.

## **CONCLUSÕES**

Conforme reflexões ao longo desse texto podem afirmar a importância da contabilidade popular para a economia popular e solidaria, ao discorrer sobre a caracterização da economia popular e solidaria evidenciamos que essa economia desenvolve um papel de suma importância na sociedade, essa economia está sendo evidenciada dentre as demais economias. Não podemos falar na conceituação da contabilidade popular neste momento, pois o tema está em construção, entretanto, podemos observar algumas considerações a cerca do nosso objetivo no sentido de que em parte, o alcançamos. Assim, para nós fica evidenciada a contribuição da contabilidade para a sustentabilidade da economia popular e solidaria, principalmente, pela relação entre os eixos teóricos que denotam a importância da contabilidade popular para economia popular e solidaria, bem como, pelas características dessa economia no que se referem à linguagem acessível, os grupos a que se destina o trabalho e, em especial, as dimensões da vida abrigadas, principalmente, no tocante ao aspecto ambiental. E preciso um estudo mais aprofundado sobre a contabilidade popular.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANTHONY, A. Atkinson et al. *Contabilidade Gerencial: Informação para a tomada de decisão e execução de estratégia*. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BAHIA. Decreto Estadual nº 12.354, de 25 de agosto de 2010. Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências. Diário Oficial do Estado. Salvador, 25 de agosto de 2010. Disponível em <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10>. Acesso em: 15 de nov. de 2021.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm). Acesso em: 21 out. 2021.

\_\_\_\_\_.Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm#art2). Acesso em: 21 out. 2021.

\_\_\_\_\_.Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Da Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Leis/L9790.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9790.htm). Acesso em: 15 fev. 2020.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. ITG 2002(R1) – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor.

Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/itg-2002-cfc-publica-mudancas-na-contabilidade-do-terceiro-setor/>. Acesso em: 15 de novembro de 2021.

GOERCK, Caroline; FRAGA, Cristina Kologeski. Economia popular solidária no Brasil: um espaço de resistência as manifestações de desigualdade da questão social. Em, Vivencia: *Revista Eletrônica de Extensão da URI*. Vol.6, N.9: p. 103-111, Maio/2010.

LIMA, José Raimundo Oliveira. Economia Popular e Solidaria Enquanto Economia Política dos Setores Populares: Princípios e Dimensões Fundamentais. Texto Produzido para a Conferência proferida no II Seminário da Casa do Trabalhador de Feira de Santana, realizada nos dias 13 e 14 de dezembro de 2011, organizado pela Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

MANCE, Euclides André. A Revolução das Redes de Colaboração Solidaria. Apresentado no Encontro Internacional de Economias Salesianas, Servilha, 2005.

MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial*. 12<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.



**Capítulo 18 - DOI:10.55232/1083002.18**

**CARACTERÍSTICAS CORPORATIVAS RELACIONADAS  
À COMPATIBILIDADE DE VALORES DOS EBITDA  
DIVULGADOS PELAS COMPANHIAS LISTADAS NA B3**

**Shaiane Pisa Kistner e Orion Augusto Platt Neto**

**RESUMO:** A divulgação de informações de caráter voluntário pode auxiliar os usuários em seus processos decisórios. Todavia, é oportuno que tais informações reflitam adequadamente a realidade das entidades que as divulgam e se apresentem livres de viés. Nesse contexto, o objetivo deste artigo é identificar as relações entre a compatibilidade de valores dos EBITDA em relação à Instrução CMV n. 527/2012, referentes ao ano de 2018, divulgados pelas companhias listadas na B3, e o setor de atuação, o tempo em bolsa, o nível de governança e o total do ativo. O universo é composto por todas as companhias listadas na B3 que estavam ativas e aptas à divulgação do EBITDA referente a 2018. A amostra inclui todas as 236 companhias (84,0% do universo) que divulgaram o EBITDA Original e seus relatórios anuais. Esta pesquisa emprega técnicas da estatística descritiva, abrangendo medidas de associação e de correlação. Os resultados da pesquisa refutam cinco das seis hipóteses formuladas. Houve confirmação apenas da primeira hipótese: mais companhias divulgaram EBITDA compatíveis referentes à 2018 do que referentes aos anos iniciais de adoção da Instrução CVM n. 527/2012. Em síntese, os dados permitem concluir que: a divulgação dos EBITDA em valores compatíveis pelas companhias não apresentou relações significativas com as variáveis Setores, Anos em Bolsa, Total do Ativo e a presença em níveis de governança mais sofisticados do que o Tradicional; a compatibilidade do EBITDA sofreu um aumento relativo após a edição da norma aplicável; e o tipo de incompatibilidade predominante foi a de subavaliação do EBITDA por parte das companhias que o divulgam.

**Palavras-chave:** EBITDA, Divulgação Voluntária, Sociedades por Ações.

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo aborda um dos indicadores mais difundidos mundialmente para análise, avaliação e comparação do desempenho de empresas, o Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA), popularmente conhecido pela sigla em inglês EBITDA – *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*.

Tal indicador é utilizado para medir a capacidade de geração de caixa operacional, sendo possível realizar a sua análise ao longo do tempo e na comparação entre empresas, diretamente ou mediante índices específicos, tal como a Margem EBITDA. O EBITDA faz parte das métricas não contábeis reivindicadas pelo mercado, ou seja, que ultrapassam as fronteiras das normas de Contabilidade. Neste sentido, os administradores podem, voluntariamente, divulgar o indicador para atender às necessidades informacionais dos usuários quanto ao desempenho das empresas (ANDRADE; MURCIA, 2019).

No Brasil, o EBITDA não faz parte do corpo de divulgações obrigatórias das sociedades por ações (SA), de modo que não é exigida a sua apuração e divulgação pela Lei n. 6.404/1976 (Lei das SA) ou pela Comissão de Valores mobiliários (CVM). Este caráter de divulgação facultativa fez com que o indicador passasse décadas sem normatização em termos metodológicos. Apenas no ano de 2012, com a edição da Instrução CVM n. 527, foram estabelecidas disposições específicas sobre o EBITDA. Até então, o indicador possuía diversas interpretações quanto à divulgação e apuração.

Tal voluntariedade da divulgação do EBITDA, bem como a regulação relativamente recente no cenário brasileiro, pode evidenciar algumas peculiaridades das companhias de capital aberto em termos de adesão à norma e de confiabilidade das informações prestadas. Maragno *et al.* (2014, p. 58) alertaram que algumas empresas manipulavam seus EBITDA, mostrando valores “demasiadamente otimistas”. Colombo *et al.* (2014), Albuquerque *et al.* (2017), Mey (2019) e Mey e Lamprecht (2020) já se dedicaram a apurar se havia diferenças nos valores divulgados pelas companhias, em relação aos que os usuários podem apurar de forma independente. Todavia, não foram identificados estudos que buscassem descobrir relações estatísticas entre a compatibilidade ou o tipo de incompatibilidade (superavaliação ou subavaliação) do EBITDA em relação às características das companhias emitentes, o que motivou a realização desta pesquisa.

Neste sentido, o presente estudo foi guiado pela seguinte questão-problema principal: *Quais as relações entre características corporativas e a compatibilidade dos valores dos EBITDA divulgados pelas companhias listadas na B3?* Foi também formulada uma questão acessória: *Houve predominância de superavaliações ou subavaliações entre os EBITDA divulgados pelas companhias?*

Portanto, o objetivo deste artigo é identificar as relações entre a compatibilidade de valores dos EBITDA em relação à Instrução CVM n. 527/2012, referentes ao ano de 2018, divulgados pelas companhias listadas na B3, e o setor de atuação, o tempo em bolsa, o nível de governança e o total do ativo. A partir da divulgação dos EBITDA e suas variáveis, por parte das companhias, pode-se testar relações estatísticas de associação e correlação entre os valores compatíveis ou incompatíveis e: os setores de atuação; o tempo (anos) que estão listadas em bolsa; a adesão ou não a níveis de governança superiores ao Tradicional; e o tamanho, considerado pelo total do ativo.

Estudos que corroboram a existência de relações entre divulgações corporativas e as variáveis mencionadas são apresentados no capítulo de Fundamentação teórica, enquanto as hipóteses formuladas constam no capítulo de Procedimentos metodológicos. As variáveis descritivas das companhias, selecionadas para os testes estatísticos, são recorrentes em outros estudos sobre divulgação societária.

O presente estudo atua sob a luz da Teoria de Evidenciação Voluntária, mencionada no capítulo a seguir. Nesta perspectiva teórica, há riscos relacionados a essa divulgação. Não foram localizadas pesquisas anteriores que abordassem a Teoria da Evidenciação Voluntária como base sobre a divulgação do EBITDA, evidenciando uma lacuna teórica em que emergiu o presente estudo.

A partir disso, o artigo busca trazer contribuições ao âmbito acadêmico, visto que pode subsidiar pesquisas futuras acerca do tema, gerando comparações históricas, além de servir como base para a formulação de novas questões e hipóteses sobre o tema. O estudo também se justifica por possíveis contribuições ao mercado de capitais brasileiro, pois aborda se os valores dos EBITDA divulgados pelas companhias estão de acordo com a norma e, quando em desacordo, se há alguma tendência por manipular resultados (viés), bem como se alguma característica das companhias pode indicar maior risco de incompatibilidade. Por conta de o EBITDA ser um indicador amplamente utilizado pelos

investidores para efeitos de avaliação das empresas, torna-se interessante aos usuários destas informações a leitura do presente artigo, visto que apresenta dados e informações sobre como as entidades estão divulgando o indicador ao mercado.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **Divulgações Voluntárias**

As companhias de capital aberto assumem, perante as partes interessadas (*stakeholders*), o compromisso de divulgar dados e informações sobre seus negócios, sendo esta prática parte da sua governança corporativa. Desta forma, destacam-se as seguintes categorias de divulgações: as obrigatórias (*mandatory disclosure*), exigidas por normas; as voluntárias (*voluntary disclosures*), realizadas de forma discricionária pela entidade; e as involuntárias (*involuntary disclosure*), que ocorrem sem o aval da entidade (DTTI, 1993 apud SKILLIUS; WENBERG, 1998).

As divulgações obrigatórias, conforme Skillius e Wennberg (1998), englobam informações exigidas por lei a serem evidenciadas sobre e pelas companhias. No Brasil, estas divulgações são orientadas por atos normativos da CVM e pela Lei n. 6.404/1976.

As divulgações voluntárias, por sua vez, englobam aquelas evidenciadas de forma discricionária pelas entidades (SKILLIUS; WENBERG, 1998). Schipper (2007) afirma que estas divulgações facultativas podem ser motivadas pelo interesse da administração de aumentar o valor da entidade. Na visão de Sousa *et al.* (2014), tal característica de divulgação surgiu da necessidade de as companhias evidenciarem seu desempenho ao mercado de forma diferenciada, com informações que possam orientar seus *stakeholders*, de maneira a criar valor.

Desta forma, a Teoria de Evidenciação Voluntária, proposta por Dye (2001), apresenta a premissa central de que a entidade só irá realizar uma divulgação facultativa se esta for favorável – e caso as informações sejam desfavoráveis, a companhia não realizará a divulgação da mesma. Ao mesmo tempo, o autor (2001) afirma que as entidades otimizam sua divulgação caso seus rivais façam o mesmo, e vice-versa. Quando a companhia não divulga informações voluntárias, ou evidencia menos do que a divulgação completa, a Teoria permite inferir que o desempenho desta entidade não é muito bom (DYE, 2001).

Na mesma linha, Verrecchia (2001) dispõe que a divulgação de informações sobre as companhias pode ser classificada nas seguintes categorias: (a) *association-based disclosure*, que reflete a resposta dos investidores à divulgação; (b) *efficiency-based disclosure*, referente à divulgação embasada na eficiência; e (c) *discretionary-based disclosure*, referente às informações que são permitidas de serem divulgadas e a discricção da administração quanto a elas.

Deste modo, quando se trata de divulgação voluntária, o EBITDA é um dos indicadores mais populares. Sua aplicação tornou-se notória na década de 1970 (COELHO, 2005). Na década de 1980, o indicador passou a ser utilizado por “investidores de aquisição alavancada” para avaliar empresas em risco que necessitavam de reestruturação financeira (MCCLURE, 2019, p. 1). Entretanto, a popularização do EBITDA no Brasil se deu após a queda da inflação, na metade da década de 1990 (IUDÍCIBUS, 2008).

Portanto, a utilidade do EBITDA é medir benefícios econômicos obtidos por desempenhos operacionais, desconsiderando aspectos financeiros, impostos e despesas não pagas em dinheiro (CORNEJO-SAAVEDRA; DIAZ, 2006). Ferreira e Menezes (2016, p. 118) descrevem o EBITDA como “uma forma de medir desempenho da empresa em termos de fluxo de caixa e de auxiliar, de forma prática, no processo de avaliar a empresa como um todo”. Os autores (2016, p. 123) também afirmam que o indicador “demonstra o potencial de geração de caixa que a empresa possui”. Este entendimento é corroborado por Macedo *et al.* (2012), que afirmam que o indicador reflete a capacidade de geração de caixa das companhias por meio de suas atividades operacionais. Ao idealizar esta capacidade de geração de caixa operacional, utilizando o lucro como ponto de partida, o EBITDA se tornou um “Deus” para os analistas de empresas, com tendência a demonstrar além do caixa de fato realizado (MARTINS *et al.*, 2018).

Notadamente, o EBITDA é utilizado pelas companhias para comparação da sua capacidade de geração de caixa operacional com a capacidade de seus concorrentes (GRADILONE, 2011). Esta comparação entre entidades é possível por conta de o indicador possuir parâmetros adequadas acerca do desempenho das entidades (FREZATTI; AGUIAR, 2007). Desta forma, é possível destacar vantagens na utilização do EBITDA, sendo elas: a apuração desconsiderar acesso à crédito, permitindo a análise em *holdings*; o indicador ser uma *proxy* da capacidade de geração de fluxo operacional;

e a singeleza e agilidade do cálculo (CORNEJO-SAAVEDRA; DIAZ, 2006).

Matarazzo (2010, p. 256) afirma que o indicador ficou conhecido justamente pela facilidade de cálculo e divulgação, conquistando a fama de “número mágico”, porém não possui precisão no seu resultado. Cornejo-Saavedra e Diaz (2006), Martins *et al.* (2018) e Stumpp *et al.* (2000) apontam desvantagens e fazem críticas sobre a utilização do indicador.

Porém, apenas no ano de 2012, a falta de padronização na fórmula de cálculo do EBITDA fez com que a CVM publicasse a Instrução n. 527, com regras sobre a apuração e divulgação voluntária desse indicador não contábil pelas companhias. As disposições passaram a vigorar em 05/10/2012, afetando divulgações realizadas a partir 01/01/2013 (INSTRUÇÃO CVM N. 527, 2012, ART. 10), abrangendo demonstrações financeiras encerradas em dezembro de 2012.

Tal norma estabelece que o EBITDA divulgado deve trazer a “conciliação dos valores constantes das demonstrações contábeis” (INSTRUÇÃO CVM N. 527, 2012, ART. 2º). Em outras palavras, o indicador divulgado deve estar acompanhado de sua fórmula de cálculo, e esta, por sua vez, deve seguir o padrão exigido na norma. A fórmula do EBITDA (LAJIDA) é a que segue (INSTRUÇÃO CVM N. 527, 2012, ART. 3º, I):

Art. 3º O cálculo do LAJIDA e do LAJIR não pode excluir quaisquer itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas e será obtido da seguinte forma:

I – LAJIDA - resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões;

Além da fórmula, a Instrução n. 527 (2012, ART. 2º) estabelece que o cálculo do indicador “deve ter como base os números apresentados nas demonstrações contábeis de propósito geral previstas no Pronunciamento Técnico CPC 26”. Desta forma, o presente estudo nomeia o EBITDA resultante da fórmula supracitada de “EBITDA Original”. Existe ainda a divulgação do chamado “EBITDA Ajustado”, que é referente ao indicador “ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa” (INSTRUÇÃO CVM N. 527, 2012, ART. 4º). Segundo a norma (2012, art. 5º), caso a companhia decida divulgar o “EBITDA Ajustado”, este deverá ser

nomeado de “ajustado” e acompanhado do “EBITDA Original”.

### **Pesquisas Anteriores Envolvendo o EBITDA**

Ao estudarem a utilidade da divulgação dos EBITDA por companhias listadas na Bolsa de Valores de Joanesburgo de 2014 até 2016, Mey e Lamprecht (2020) concluíram que a inconsistência no cálculo do indicador é possível pela falta de requisitos explícitos e definição abrangente nas normas contábeis. Desta forma, fica a critério da companhia a qualidade do EBITDA divulgado, podendo resultar em uma informação inútil para tomada de decisões, pois o estudo mostrou a existência de companhias que calculavam o EBITDA Ajustado, rotulando-o como EBITDA Original.

Na mesma linha de estudo, Mey (2019), ao avaliar a qualidade da divulgação da conciliação dos EBITDA nas companhias listadas na Bolsa de Valores de Joanesburgo de 2014 até 2016, concluiu que falta qualidade na conciliação do indicador. O autor (2019) identificou que a maior qualidade da conciliação está negativamente associada aos EBITDA positivos divulgados quando os ganhos eram negativos, ou seja, houve uso oportunista do indicador, que era manipulado por meio de ajustes inválidos, para ter resultado positivos enquanto os lucros eram negativos. Além disto, o estudo indica que o EBITDA se tornou mais útil para tomada de decisões quando este foi enfatizado pela companhia e a mesma realizou ajustes inválidos.

Por sua vez, Albuquerque *et al.* (2017, p. 63), ao estudarem o grau de comparabilidade do indicador em “contas consolidadas das entidades cotadas em Portugal” no ano de 2013, concluíram que, mesmo com conceitos diferentes dos EBITDA nas companhias analisadas, algumas adotando as normas nacionais e outras adotando as normas do *International Accounting Standards Board* (IASB), não houve diferença nas contas individuais da companhia-mãe, permanecendo o nível de comparabilidade do EBITDA a mesma para ambas as normas seguidas.

No Brasil, Vieira e Girão (2014) estudaram o impacto da vigência da Instrução CVM n. 527 e a relevância da norma para o mercado financeiro, concluindo que a instrução em vigor resultou na queda dos valores divulgados sobre o EBITDA. Com isto, os autores (2014) avaliaram a relevância para os usuários da informação do EBITDA Original, divulgado de acordo com a norma em vigor, e do EBITDA Ajustado, divulgado com ajustes feitos pela companhia, detectando que os usuários consideraram mais

relevantes o indicador não padronizado, sendo este o EBITDA Ajustado, mostrando a baixa relevância da regulamentação do EBITDA para os *stakeholders*.

Ainda nesta linha, Cavalheiro (2016) verificou o impacto da Instrução CVM n. 527 na dinâmica de funcionamento entre a Variação Líquida de Caixa (VLC) e o EBITDA, entre 2008 e 2015, analisando o comportamento da variação destes indicadores antes e depois da referida instrução. O autor (2016) concluiu que a norma que passou a regular o EBITDA não exerceu influência sobre a maneira de cálculo deste indicador, e que “os valores do EBITDA no ano atual estão mais relacionados com a capacidade de geração de caixa da empresa do ano anterior do que do ano atual” (CAVALHEIRO, 2016, p. 23).

Em outra linha de pesquisa, Colombo *et al.* (2014) buscaram analisar diferenças entre os EBITDA apurados por eles e os divulgados de 2007 a 2011 por todas as companhias aptas listadas na atual B3 – portanto, foram analisados anos anteriores à vigência da norma da CVM que regula o cálculo e a evidenciação do EBITDA. Os autores (2014) concluíram que 44,2% das companhias que divulgaram o indicador eram compatíveis. Por outro lado, Maragno *et al.* (2014), ao analisarem se os EBITDA divulgados referentes aos anos de 2010 a 2012 estavam compatíveis com o método da Instrução CVM n. 527/2012, concluíram que as companhias incompatíveis tendiam divulgar resultados mais otimistas, ou seja, superavaliados.

Sobre a evidenciação do indicador, Kistner e Platt Neto (2020b) buscaram identificar quantas companhias de capital aberto brasileiras divulgaram os EBITDA referentes a 2018, os tipos divulgados (Original ou Ajustado), e em quais relatórios estavam presentes. Assim, concluíram que 88,0% da amostra divulgou algum EBITDA, destes 90,5% divulgou o EBITDA Original com conciliação, seguindo a Instrução CVM n. 527, e 1,8% divulgou o EBITDA Ajustado sem divulgar o Original concomitantemente, estando em desacordo com a norma.

Outro estudo de Kistner e Platt Neto (2020a) buscou identificar associações entre determinadas características corporativas e a divulgação do EBITDA pelas companhias listadas na B3, referente ao ano de 2018, concluindo que a adesão a um nível de governança mais sofisticado e o tamanho da empresa (medido pelo ativo) possuíam associações moderadas com a divulgação do indicador. Por outro lado, o setor de atuação



e o tempo em bolsa de valores apresentaram associações insignificantes com a divulgação do EBITDA (KISTNER; PLATT NETO, 2020a).

Desta forma, percebe-se que o impacto da Instrução CVM n. 527/2012 vem sendo estudado ao longo dos anos, assim como a compatibilidade do EBITDA entre os valores apurados nas pesquisas e os divulgados pelas companhias. Deste modo, o presente estudo traz inovação ao apurar relações entre a compatibilidade ou o tipo de incompatibilidade do EBITDA divulgado e as características das companhias, conforme as hipóteses fundamentadas na seção a seguir.

## **Fundamentos das Hipóteses**

Nesta seção são apresentados os fundamentos teóricos das hipóteses, cuja formulação operacional consta nos procedimentos metodológicos, logo após as variáveis específicas constituídas.

A **Hipótese 1** supõe que após a edição da Instrução CVM n. 527, de 2012, houve elevação do número relativo de companhias que publicam os EBITDA em valores compatíveis. Corrobora esta hipótese a pesquisa de Maragno *et al.* (2014, pp. 58-59) que, ao estudarem a divulgação dos EBITDA nas companhias mais negociadas na atual B3, identificaram que algumas empresas manipulavam seus EBITDA, mostrando valores “demasiadamente otimistas” e, “após a edição da norma, a maioria das empresas apresentou o EBITDA conforme determinado pela CVM” – em análise aos anos de 2010 a 2012. Passados mais anos de aplicação da Instrução CVM n. 527, com tempo para adaptação, supõe-se que mais companhias passaram a cumprir a norma aplicável da CVM para apurar e divulgar o EBITDA, visto que esta norma é objetiva quanto ao método de cálculo e a divulgação, que devem ser objetos de auditoria.

Quanto à **Hipótese 2**, que afirma haver associação entre setores de atuação e a publicação dos EBITDA em valores compatíveis, pesquisas anteriores identificaram associação entre setores específicos e a qualidade das divulgações corporativas. O estudo de Muttakin e Khan (2014) concluiu, ao analisar a publicação de relatórios ambientais de entidades não financeiras presentes na bolsa de valores de Bangladesh, entre 2005 e 2009, que em países em desenvolvimento a divulgação de informações por parte das companhias tem relação positiva com o setor a que pertencem. Na mesma linha, Braga *et al.* (2009), ao pesquisarem o nível de divulgação ambiental, chegaram à conclusão de que

o setor em que a companhia atua é uma das variáveis que influenciam o nível de divulgação ambiental. Adicionalmente, Burgwal e Vieira (2014) analisaram a divulgação ambiental de companhias de capital aberto brasileiras e chegaram à conclusão de que há associação positiva entre o nível de evidenciação ambiental e os setores. Considerando que há relação entre as entidades que divulgam voluntariamente informações ambientais e seus setores, pode-se supor que há relação entre os setores das companhias e a divulgação voluntária do EBITDA.

Por sua vez, Murcia e Santos (2009), ao pesquisarem sobre a divulgação facultativa em companhias de capital aberto brasileiras, concluíram que há associações entre o setor de atuação e o nível de divulgações voluntárias. Por fim, Magalhães *et al.* (2011) concluíram que, ao comparar com companhias do setor de construção e transportes, as companhias presentes no setor de bens de consumo cíclico apresentam maior nível de divulgação. Desta forma, após os estudos citados, espera-se que os setores em que as companhias estão presentes influenciem na divulgação do EBITDA de forma compatível.

Em contraponto à  $H_1$  da **Hipótese 2**, Colombo *et al.* (2014, p. 13), analisando setores conforme a classificação da atual B3, evidenciou que “não há um padrão setorial evidente” quanto à distribuição de compatibilidade ou incompatibilidade dos EBITDA divulgados referentes aos anos de 2007 a 2011. Gaspar (2015) analisou os setores conforme essa mesma classificação para os EBITDA divulgados referentes a 2012 e 2013 e concluiu que não foi possível identificar qualquer padrão setorial. Ainda, Alcade (2010), ao estudar as empresas presentes na revista Melhores e Maiores entre 2003 e 2007, questiona a utilização do EBITDA como um indicador comparativo entre empresas ao encontrar mais variabilidade do EBITDA dentro de um mesmo setor do que entre os setores.

A **Hipótese 3** afirma que, entre as companhias com EBITDA incompatíveis, mais da metade o terá superavaliado. Neste sentido, Maragno *et al.* (2014, p. 58) alertaram que algumas empresas manipulavam o EBITDA para divulgar números mais otimistas, caracterizando um “gerenciamento agressivo do indicador para favorecer o resultado”. Na mesma linha, Gaspar (2015) mostrou que em seis dos sete anos analisados – de 2007 a 2013, predominaram EBITDA divulgados com superavaliação (entre os valores incompatíveis). Kraemer (2005, p. 4) afirma que a alteração dos resultados pode acontecer

para serem mais favoráveis para as organizações, por exemplo, a divulgação do fluxo de receitas nas quais as companhias “gostam de demonstrar uma tendência estável de crescimento do faturamento e não de evidenciar oscilações bruscas, o que poderia ser interpretado como risco pelo mercado”. Como exemplo, Agostini (2014) cita que em casos como os da Eron, Worldcom, Merck, e Xerox, o objetivo em alterar os dados financeiros e contábeis era aumentar lucros e melhorar a visibilidade que elas tinham no mercado financeiro. Ainda, Vieira e Girão (2014, p. 96), ao estudarem o impacto da implantação da Instrução CVM n. 527 e o valor do EBITDA divulgado pelas companhias, apontaram “evidências de que as empresas buscavam passar uma imagem mais positiva ao mercado por meio do EBITDA” antes de haver uma norma quanto ao cálculo. Por fim, Colombo *et al.* (2014), ao estudarem as incompatibilidades dos EBITDA divulgados pelas companhias listadas na B3, referentes aos anos de 2007 a 2011, concluíram que, em média, as entidades apresentam os indicadores mais superavaliados do que subavaliados. Portanto, após esta fundamentação, espera-se que a incompatibilidade do EBITDA seja de forma a supervalorizar o indicador mostrando uma posição melhor do que a companhia realmente possui.

Quanto à **Hipótese 4**, que supõe haver relação positiva entre o tempo que as companhias estão listadas em bolsa e a publicação dos EBITDA em valores compatíveis, pesquisas anteriores concluíram que a experiência no mercado aumenta a disposição em ampliar a divulgação sobre seus resultados. A exemplo desta afirmação, Magalhães *et al.* (2011) utilizaram técnicas estatísticas para comprovarem que os níveis de evidenciação estão associados ao tempo em que a companhia está presente no mercado, além de afirmarem que a qualidade da divulgação também está relacionada ao seu tempo de atuação. Este resultado é corroborado por Bomfim *et al.* (2015) que concluíram, ao estudarem sustentabilidade, que quanto maior o tempo de atuação da companhia, maiores são seus níveis de divulgação. Desta forma, com a presente pesquisa espera-se concluir que as companhias com mais tempo listadas em bolsa possuam a divulgação do EBITDA de forma compatível.

Quanto à **Hipótese 5**, sobre haver relação positiva entre o tamanho das companhias e a publicação de seus EBITDA em valores compatíveis, pesquisas anteriores constataram que empresas de maior porte tendem a ampliar suas divulgações. Desta forma, Folster *et al.* (2015, p. 109), ao estudarem as características econômico-financeiras de 42 companhias, identificaram que “as empresas que mais divulgam são maiores

(medidas pelo ativo total)”. Corroborando este estudo, Murcia e Santos (2009) evidenciaram que companhias de maior porte divulgam voluntariamente em níveis maiores. Na mesma linha, Schvirck *et al.* (2013) e Silva e Pinheiro (2012) analisaram a evidenciação por segmento e concluíram que o nível da divulgação possui relação apenas com o porte da companhia, dentre as variáveis analisadas. Souza (2013), por sua vez, afirmou que quanto maior o porte da companhia, maior é seu nível de evidenciação. Em outra linha de pesquisa, Braga *et al.* (2009) estudaram a evidenciação ambiental e concluíram que o tamanho da companhia exerce influência de forma positiva em sua divulgação ambiental. Ao estudarem a divulgação voluntária, Cormier e Magnan (1999) concluíram que o tamanho da entidade colabora com o nível divulgação facultativa. Ainda, Faria e Souza (2018) analisaram o nível de divulgação com partes relacionadas e concluíram que o tamanho da companhia explica o nível de evidenciação da mesma. Assim, com o estabelecimento da presente hipótese e sua fundamentação, espera-se que o tamanho das companhias esteja positivamente associado à divulgação do EBITDA.

Como contraponto à  $H_1$  da **Hipótese 5**, Potrich *et al.* (2017) concluíram que não há relevância estatística entre a divulgação voluntária e a variável tamanho. Aillón *et al.* (2013) chegaram a mesma conclusão ao utilizarem o total do ativo para representar o tamanho da companhia. Nunes *et al.* (2020) ao estudarem o índice de divulgação e ativo da companhia, concluíram que há relação negativa entre as variáveis analisadas. Magalhães *et al.* (2011) afirmaram a inexistência de relevância estatística entre o tamanho da companhia e seu nível de divulgação. Souza *et al.* (2016) relataram relação insignificante entre a divulgação por segmento e o tamanho da entidade. Cunha e Ribeiro (2006) encontraram associação negativa entre a divulgação facultativa de o tamanho da companhia.

Por fim, quanto à **Hipótese 6**, que supõe existir relação positiva entre a companhia adotar algum nível diferenciado de governança corporativa e a divulgação dos EBITDA em valores compatíveis, pesquisas anteriores indicam que maior compromisso com a governança, representado pela adesão a níveis superiores ao Básico, aumenta a disposição em ampliar a divulgação sobre resultados. A exemplo disto, Murcia e Santos (2009) estudaram a divulgação voluntária das companhias de capital aberto brasileiras e encontraram significância estatística entre o nível de governança corporativa e o nível de divulgação facultativa. Da mesma forma, Cunha e Ribeiro (2006) encontram associação positiva entre o nível de divulgação facultativa de natureza social e a governança

corporativa praticada pela entidade. Corroborando estes estudos, Nunes *et al.* (2020), ao estudarem as características que influenciam o índice de divulgação das informações por segmento, concluíram que a governança corporativa explica a variação deste índice. Ainda segundo os autores (2020, p. 11), seus estudos “evidenciaram que as empresas classificadas nos níveis novo mercado, ou nível 1 ou nível 2 de governança corporativa da BM&FBOVESPA divulgam mais que as empresas que não aderem a tais níveis”. Portanto, espera-se que o resultado desta hipótese indique que as companhias que possuem um nível de governança sofisticado, ou seja, acima do tradicional, tendam a divulgar mais o EBITDA de forma compatível do que as companhias com nível de governança básico (tradicional).

Como contraponto à  $H_1$  da **Hipótese 6**, Souza *et al.* (2016) encontrou a falta de relevância estatística entre a divulgação e o nível de governança corporativa da companhia. Aillón *et al.* (2013) afirmaram que não é possível concluir que companhias listadas no nível de governança Novo Mercado divulgam mais informações por segmento.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **Classificações da Pesquisa e Técnicas Empregadas**

A presente pesquisa é classificada como descritiva, quanto aos seus objetivos. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é quantitativa. Quanto aos procedimentos, a pesquisa é classificada como documental. Para a etapa de análise dos dados, foram empregadas as técnicas estatísticas expostas adiante, com vistas a descrever as variáveis e testar as hipóteses da pesquisa.

As análises bivariadas, empregadas nos testes de hipóteses, envolvem estatística descritiva para conhecer relações entre duas variáveis – “associações para variáveis qualitativas e correlações para variáveis quantitativas” (FÁVERO; BELFIORE, 2020, p. 93). Essas relações podem ser descobertas com o uso tabelas de distribuição conjunta de frequências ou tabelas de contingência, gráficos e medidas de associação e de correlação (FÁVERO; BELFIORE, 2020).

Foram utilizadas análises bivariadas por meio de: tabelas de diferenças e proporções em relação à média; tabelas de distribuição conjunta de frequências; Coeficiente  $V$  de Cramer ( $V$ ); Coeficiente de Correlação Linear de Pearson ( $R$ ); e

Coefficiente de Determinação ( $R^2$ ). O Coeficiente R pode ser apurado com variáveis quantitativas, bem como com qualitativas binárias (*dummies*) que assinalem presença ou ausência. O Coeficiente V é adequado para identificar associações entre variáveis qualitativas nominais, permitindo comparação de tabelas de contingência de diferentes extensões.

As variáveis quantitativas, cujos dados demandaram tratamento foram: Anos em Bolsa (AB), que é a medida do tempo em que as entidades estão listadas; e Total do Ativo (TA), como *proxy* de tamanho das companhias. Esta última variável necessitou da transformação para escala logarítmica natural (ln). Segundo Silva (2008), a alta variabilidade do TA entre companhias abertas pode ser ajustada por meio da transformação da medida operacional em ln, possibilitando significância estatística e em modelos de regressão.

Além disto, foi realizado o tratamento de *outliers* de TA, de AB e de Taxa de Compatibilidade do EBITDA (TCE) por meio da winsorização, visando evitar exclusão de companhias da amostra. O método da winsorização ajusta, de maneira ordenada, em cada lado da distribuição, um número igual de observações (FÁVERO *et al.*, 2018 apud FÁVERO; BELFIORE, 2020). Os *outliers* foram detectados por meio do critério da amplitude interquartil ( $AIQ = Q3 - Q1$ , ou seja, o intervalo entre o terceiro e o primeiro quartil), sendo considerados discrepantes os valores menores que  $Q1 - 1,5.AIQ$  e maiores que  $Q3 + 1,5.AIQ$  (FÁVERO; BELFIORE, 2020).

Os valores dos *outliers* detectados foram substituídos pelos dos percentis simétricos arbitrados nas extremidades superior e inferior das distribuições, conforme a abordagem de Becker (2015). Apesar de não haver uma regra, geralmente são realizadas winsorizações ao nível de 1%, de 2,5% ou de 10% (BECKER, 2015).

Para a variável TA, após a transformação ln, e para variável AB, foi aplicada winsorização a 1%. Para TA, 3 companhias do extremo inferior tiveram seus valores elevados para 17,49, e 3 companhias do extremo superior tiveram seus valores reduzidos para 25,72. Para AB, 3 companhias do extremo inferior tiveram seus valores elevados para 0,7, e 3 companhias do extremo superior tiveram seus valores reduzidos para 65,9 anos. Para a variável TCE, foi aplicada a winsorização a 2,5%, sendo que 6 companhias do extremo inferior tiveram seus valores elevados para -27,72%, e 6 companhias do

extremo superior tiveram seus valores reduzidos para 23,74%.

O tratamento dos dados realizados reduziu erros-padrões, variâncias, desvios-padrões, coeficientes de variação, curtose e amplitudes. As distorções caíram para AB e TCE, enquanto aumentou para TA. Baseado nos resultados após a winsorização, observa-se que: a distorção de AB é assimétrica positiva (à direita); a distorção de TA e TCE é assimétrica negativa (à esquerda), visto que  $g_1$  é menor do que zero; as curtoses de TA e de AB indicam curvas muito achatadas (platicúrticas), visto que os  $g_2$  são menores do que zero; a curtose de TCE indica curva muito alongada (leptocúrtica), visto que o  $g_2$  é maior que zero; o coeficiente de variação de TA é muito baixo, indicando um conjunto de dados razoavelmente homogêneo, visto que o CV foi menor do que 30%; e os CV de AB e TCE foram altos, indicando que o conjunto de dados é heterogêneo (acima de 30%).

Os dados da pesquisa foram tabulados inicialmente em planilha eletrônica *Microsoft Excel*®, com vistas a produzir tabelas e gráficos, enquanto as estatísticas de associação foram calculadas no programa *Stata*®.

## **População, Amostra e Variáveis**

O **universo** da pesquisa é formado por todas as companhias listadas na B3, referente ao ano de 2018, ativas e aptas à divulgação do EBITDA, excluídas as companhias que possuíam valores nulos nas contas de resultado e/ou de ativo e as companhias presentes no setor financeiro. A **amostra** é composta pelas companhias do universo que divulgaram o EBITDA Original, desde que também tenham publicado seus relatórios anuais referentes à 2018. O universo resultante é composto por 281 companhias, enquanto a amostra abrangeu apenas as 236 (84,0% do universo) que divulgaram EBITDA Originais, identificadas entre as 274 que publicaram os relatórios anuais.

A Tabela 1 apresenta as principais variáveis utilizadas nas hipóteses do presente estudo, bem como as principais fontes de dados, a mensuração e categorias dos dados, a descrição de cada variável e suas respectivas formas de abreviação.

**Tabela 1. Definição constitutiva e operacional das variáveis da pesquisa**

Abreviações das variáveis	Nomes e descrições das variáveis	Escalas ou categorias e rótulos
TCE (%)	<p><b>Taxa de Compatibilidade do EBITDA (TCE):</b> Mensura a diferença relativa entre o valor do EBITDA Original divulgado pela cia e o apurado nesta pesquisa. Apuração: se <math>VEA &gt; 0</math>, <math>TCE = VED/VEA - 1</math>; e se <math>VEA &lt; 0</math>, <math>TCE = -(VED/VEA - 1)</math>.</p> <p>Sendo: Valor do EBITDA Apurado (VEA), em reais, calculado independentemente nesta pesquisa com base nas variáveis <sup>a</sup>; e o Valor do EBITDA Divulgado (VED), em reais, divulgado pela própria cia (Fonte 2).</p>	<p>Percentuais;</p> <p>0,00%</p>
DEC (S/N)	<p><b>Divulgou EBITDA Compatível (DEC):</b> Informa se a cia divulgou EBITDA Original com valor compatível ou não ao apurado nesta pesquisa (critério <sup>b</sup>).</p>	<p>Sim / Não;</p> <p>1 / 0<sup>c</sup></p>
CIE	<p><b>Classificação da Incompatibilidade do EBITDA (CIE):</b> Informa se a cia divulgou EBITDA Original com valor compatível, ou o tipo de incompatibilidade (critério <sup>b</sup>). A codificação desta variável qualitativa policotômica foi: “1” para “Compatível”, “2” para “Subavaliado” e “3” para “Superavaliado”.</p>	<p>Compatível / Subavaliado / Superavaliado;</p> <p>1 / 2 / 3</p>
TA (ln)	<p><b>Total do Ativo (TA):</b> Identifica o tamanho (porte) das cias com base no total do ativo. Os valores monetários do TA (R\$) (Fonte 3) são transformados para a escala logarítmica natural (ln). Variável analisada em quartis.</p>	<p>N,NN</p>
AB (Anos)	<p><b>Anos em Bolsa (AB):</b> Identifica o tempo, medido em anos, que as cias estão listadas em bolsa. Apurada a partir das datas de abertura de capital (Fonte 4), feita a conversão da data de abertura de capital para anos completos e frações, calculados até 31/12/2018. Variável analisada em quartis.</p>	<p>N. de anos;</p> <p>N,N</p>
PNGDT (S/N)	<p><b>Possui Nível de Governança diferente do Tradicional (PNGDT):</b> Responde se cada cia pertence ou não a algum dos segmentos com compromissos maiores de governança corporativa. Apurada pela soma das cias em todos os segmentos da B3 <sup>d</sup> que não sejam o Tradicional (básico), para “Sim” (1); e segmento Tradicional para “Não” (0).</p>	<p>Sim / Não;</p> <p>1 / 0<sup>c</sup></p>
Setores	<p><b>Setores NAICS – 1º Nível (Setores):</b> Informa o setor de atuação de cada cia conforme o 1º nível do sistema de classificação NAICS (Fonte 3). Segundo Orlovas <i>et al.</i> (2018) e Souza <i>et al.</i> (2018), a classificação NAICS apresenta melhores ajustes do que outros modelos de classificação setorial.</p>	<p>Nomes; rótulos NAICS</p>

**Nota. Fonte: Elaborada pelos autores (2021).** Obs.: Todas as variáveis com referência a exercício social encerrado, conforme especificado no universo. Fonte para coleta de dados das variáveis:

Fonte 1 – Coletadas na Economatica® e/ou nas demonstrações contábeis divulgadas pelas cias (o que for mais compatível para cada cia).

Fonte 2 – Buscados nos relatórios anuais de cada cia do ano de referência, abrangendo as NE, os FR, os RA e Outros. Kistner e Platt Neto (2020b, p. 13) constaram que “. . . as fontes mais relevantes para encontrar EBITDA são o FR e o RA”, enquanto em NE “. . . a evidenciação é baixa, embora não desprezível”.

Fonte 3 – Coletados na Economatica (*Screening*).

Fonte 4 – Foram coletadas as datas de aberturas de capital nos formulários cadastrais das cias, em suas páginas institucionais ou nos sítios da CVM e da B3.

<sup>a</sup> As variáveis empregadas nos cálculos dos EBITDA, que representam dados de contas contábeis (Fonte 1) requeridas pela fórmula estabelecida pela CVM, são: Resultado Líquido do Período; Tributos sobre o Lucro; Resultado Financeiro; Despesas Financeiras; Receitas Financeiras; e Depreciações, Amortizações e Exaustões.

<sup>b</sup> O VED foi considerado compatível se igual ao VEA, com tolerância de diferença (VED-VEA) de até 2,00% para mais ou para menos em relação ao VEA. Esse critério é de Colombo *et al.* (2014) e Gaspar (2015), entre outros autores: (a) entre -2,00% e 2,00% de diferença, o valor do EBITDA divulgado pela cia está compatível; (b) abaixo de -2,00%, o valor está subavaliado; e (c) acima de 2,00%, o valor está



superavaliado.

<sup>c</sup> Variáveis qualitativas dicotômicas binárias codificadas (*dummies*), onde “0” indica “Não” (ausência) e “1” indica “Sim” (presença).

<sup>d</sup> Os níveis de governança corporativa, conforme os seis segmentos da B3, também foram codificados em categorias não hierárquicas (Fonte 3): “0” para “Tradicional” (Segmento Básico); “1” para “Bovespa Mais 2”; “2” para “Bovespa Mais”; “3” para “Nível 1”; “4” para “Nível 2”; e “5” para “Novo Mercado”.

Segundo Fávero e Belfiore (2020), as variáveis podem ser: qualitativas (categóricas ou não métricas), dispostas em escalas nominal ou ordinal; e quantitativas (métricas), nas escalas intervalar ou razão. Conforme o número de categorias, as variáveis qualitativas podem ser: dicotômicas (binárias ou *dummies*); e policotômica (três ou mais categorias). As variáveis quantitativas (métricas), por sua vez, podem ser classificadas em dois tipos, conforme a escala de precisão: discretas, diante de valores finitos e enumeráveis; e contínuas, para valores num intervalo de números reais (FÁVERO; BELFIORE, 2020).

Diante das variáveis descritas na Tabela 1 e dos conceitos de Fávero e Belfiore (2020), constata-se que: DEC e PNGDT são qualitativas, nominais e dicotômicas; Setores e NG são qualitativas, nominais e policotômica; e TA e AB são quantitativas, razão e contínuas. Todavia, as variáveis qualitativas binárias DEC e PNGDT são também analisadas como quantitativas nas apurações de correlações; enquanto as variáveis quantitativas TA e AB são analisadas como qualitativas quando dispostas em quartis, para apurações de associações.

Na fase de coleta de dados, este estudo empregou a documentação, com consultas: aos relatórios anuais das companhias, encontrados em seus sítios eletrônicos ou nos sítios da CVM e da B3; e à base de dados da Economatica®.

## **Formulação das Hipóteses**

A Tabela 2 apresenta a formulação operacional das hipóteses da pesquisa.

**Tabela 2. Hipóteses formuladas e testes estatísticos propostos**

<b>Temas das hipóteses</b>	<b>Hipóteses testadas</b>
<b>Hipótese 1:</b> Quanto à <u>compatibilidade</u> dos EBITDA com os de uma apuração independente.	<b>H<sub>1</sub>:</b> Após a edição da Instrução CVM n. 527/2012, houve elevação do número relativo de cias que publicam os EBITDA em valores compatíveis. <b>Testes:</b> Se “DEC (Sim)/n (2018) > “DEC (Sim)/n (Média de 2012 e 2013) = 46,8% a”, é corroborada a H <sub>1</sub> ; se não, é corroborada a H <sub>0</sub> . O “n” se refere ao número de cias que divulgaram EBITDA Original nos anos abrangidos.

*Continua*

**Tabela 2. Hipóteses formuladas e testes estatísticos propostos**

*Continuação*

Temas das hipóteses	Hipóteses testadas
<b>Hipótese 2:</b> Quanto à relação entre <u>setores</u> e a divulgação dos EBITDA compatíveis.	<b>H<sub>1</sub>:</b> Há associação entre setores específicos e a publicação dos EBITDA em valores compatíveis. <b>Testes:</b> Coeficiente V de Cramer entre “Setores (5 maiores) e DEC (S/N)”.
<b>Hipótese 3:</b> Quanto à predominância de <u>superavaliação</u> dos EBITDA incompatíveis.	<b>H<sub>1</sub>:</b> Entre as cias com EBITDA incompatíveis, mais da metade o terá superavaliado. <b>Testes:</b> Com uma margem de tolerância de 2%: se CIE (Super) > 0,5100, houve tendência pela superavaliação, corroborando H <sub>1</sub> ; se CIE (Super) < 0,4900, houve subavaliação, refutando tanto H <sub>1</sub> quanto H <sub>0</sub> ; e se 0,4900 ≤ CIE (Super) ≤ 0,5100, então não houve nenhum viés generalizado, confirmando H <sub>0</sub> e refutando H <sub>1</sub> .
<b>Hipótese 4:</b> Quanto à relação entre <u>tempo</u> em bolsa e a divulgação dos EBITDA compatíveis.	<b>H<sub>1</sub>:</b> Há relação positiva entre o tempo que as cias estão listadas em bolsa e a publicação dos EBITDA em valores compatíveis. <b>Testes:</b> Coeficiente V entre “Quartis de AB” e DEC (S/N)”; e correlação R entre “AB (Anos) e DEC (S/N)”.
<b>Hipótese 5:</b> Quanto à relação entre <u>tamanho</u> das companhias e a divulgação dos EBITDA compatíveis.	<b>H<sub>1</sub>:</b> Há relação positiva entre o tamanho das cias e a publicação de seus EBITDA em valores compatíveis. <b>Testes:</b> Coeficiente V entre “Quartis de TA e DEC (S/N)”; e correlação R entre “TA (ln) e DEC (S/N)”.
<b>Hipótese 6:</b> Quanto à relação entre os níveis de <u>governança</u> e a divulgação dos EBITDA compatíveis	<b>H<sub>1</sub>:</b> Há relação positiva entre a cia adotar algum nível diferenciado de governança corporativa e a divulgação dos EBITDA em valores compatíveis. <b>Testes:</b> Coeficientes V e R entre “PNGDT (S/N) e DEC (S/N)”.

**Nota. Fonte: Elaborada pelos autores (2021).** Obs.: As variáveis e suas respectivas siglas estão dispostas na seção anterior. Siglas: H<sub>1</sub> = Hipótese Alternativa – é a formulação de que existe alguma relação entre as variáveis.

<sup>a</sup> Segundo Gaspar (2015), 263 cias divulgaram seus EBITDA referente a 2012, sendo 114 considerados compatíveis, ou seja, 43,3%; para 2013, 261 cias divulgaram, sendo 131 compatíveis (50,2%). Com isso, a média referente a 2012 e 2013 foi de 46,8%.

Estas hipóteses são avaliadas (comprovadas ou refutadas) no capítulo 4, por meio de testes estatísticos entre as variáveis. Os fundamentos teóricos das hipóteses constam na anterior.

## Procedimentos

Os procedimentos de coleta e tratamento dos dados foram organizados em cinco etapas que, por limitação de espaço, foram aqui sintetizadas:

**1ª Etapa:** Identificar o universo da pesquisa, contendo as companhias ativas e aptas à elaboração do EBITDA, em referência ao ano estabelecido. Foram consideradas inativas as companhias com TA ou resultado líquido nulos; e inaptas ao EBITDA as do setor financeiro.

**2ª Etapa:** Buscar os relatórios anuais das companhias – Relatório da Administração (RA), Formulário de Referência (FR) e Notas Explicativas (NE). Dentro

deles, localizar os EBITDA Originais divulgados e constituir a variável “Valor do EBITDA Divulgado” (VED).

**3ª Etapa:** Calcular os EBITDA conforme a norma da CVM, com base em dados da Economatica ou das demonstrações financeiras publicadas, de modo a obter a variável “Valor do EBITDA Apurado” (VEA).

**4ª Etapa:** Confrontar os VED com os VEA de cada companhia, de modo a obter a “Taxa de Compatibilidade do EBITDA” (TCE). Com base nos percentuais de TCE, identificar se havia ou não compatibilidade, de modo a constituir a variável “Divulgou o EBITDA Compatível” (DEC). Quando incompatíveis, identificar se houve a superavaliação ou a subavaliação do indicador, constituindo a variável “Classificação da Incompatibilidade do EBITDA” (CIE).

**5ª Etapa:** Elaborar tabelas de contingência, de proporções e diferenças da média para as variáveis DEC e CIE, cruzadas com: Setores; quartis de AB; níveis de governança; e quartis de TA. Com base nas tabelas de distribuições conjuntas, apurar os Coeficientes  $V$  de Cramer ( $V$ ). Apurar os Coeficientes  $R$  e  $R^2$  entre as variáveis TCE, DEC, Setores, AB, TA e PNGDT.

Na 3ª Etapa, constatou-se que para 9 companhias os dados da Economatica não se mostraram compatíveis com os divulgados pelas companhias em suas Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE), conforme observado por diferenças entre as contas de Resultado Líquido do Período (RLP). Nesses casos, foram empregados no cálculo do EBITDA exclusivamente os dados constantes nas demonstrações financeiras originais das companhias, e não os dados da Economatica. A coleta destes dados foi realizada no mês de junho de 2020. A pesquisa constatou também que para 92,8% das companhias da amostra os EBITDA fornecidos pela Economatica foram considerados compatíveis com os apurados nesta pesquisa, conforme o método da CVM.

## **RESULTADOS DA PESQUISA**

O capítulo 4 é segregado em duas áreas. A primeira área abrange a apresentação dos dados e os resultados decorrentes das aplicações dos instrumentos que testam as associações e correlações entre as variáveis, abrangendo também leituras mais diretas desses números. A segunda área é destinada à discussão dos resultados apresentados nas

seções anteriores, diante de cada hipótese formulada e da literatura aplicável (a teoria de base comum e as pesquisas anteriores que fundamentaram cada hipótese).

### **Análise Geral da Compatibilidade e das Incompatibilidades dos EBITDA Divulgados**

A Tabela 3 apresenta as distribuições de frequências das variáveis “Divulgou EBITDA Compatível” (DEC) e “Classificação da Incompatibilidade do EBITDA” (CIE), simultaneamente, visto que a segunda é deriva da primeira.

**Tabela 3. Distribuições de frequências de DEC e CIE, referentes a 2018 – Amostra (236 cias)**

Compatibilidade e tipos de incompatibilidades do EBITDA	N.º de Cias	Composições percentuais (%)	
		Entre os incompatíveis	Em relação ao total
Superavaliados	25	47,17%	10,59%
Subavaliados	28	52,83%	11,87%
<b>Total de incompatíveis</b>	<b>53</b>	<b>100,00%</b>	<b>22,46%</b>
<b>Compatíveis</b>	<b>183</b>	-	<b>77,54%</b>
<b>Totais</b>	<b>236</b>	-	<b>100,00%</b>

Nota. Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2021).

Observa-se que 22,46% (53/236) das companhias da amostra estavam com EBITDA incompatíveis em relação ao apurado na pesquisa, e 77,54% (183/236) estavam compatíveis. Dentro do conjunto de 53 companhias com EBITDA incompatíveis, 52,83% (28/53) estavam subavaliados e 47,17% superavaliados (25/53). Com isso, houve 12,00% a mais de subavaliações do que de superavaliações (52,83%/47,17%-1).

### **Associação Entre a Compatibilidade do EBITDA e os Setores**

A análise da quantidade de companhias que divulgaram EBITDA compatível ou não (DEC), bem como o tipo de incompatibilidade (CIE), de acordo com o setor a que pertencem, foi realizada por meio de tabelas de distribuição conjunta de frequências. Foram enfocados os cinco maiores setores, visando reduzir distorção estatísticas de setores com poucas companhias.

O setor de “Transporte e armazenamento” apresentou uma taxa de compatibilidade 14,0% abaixo da média geral de 77,5%. “Comércio Varejista” apresentou taxa 0,8% abaixo da média. Em “Indústria Manufactureira”, a taxa de

compatibilidade foi 1,9% acima da média. No setor de “Empresas de Eletricidade Gás e Água” a taxa de compatibilidade do EBITDA foi cerca de 2,7% acima da média.

Para medir a associação entre Setores e DEC, foi empregado o Coeficiente *V* de Cramer (*V*) entre os cinco maiores setores e a divulgação compatível ou incompatível do EBITDA pelas companhias. O resultado obtido entre DEC e Setores ( $V = 0,0927$ ) indica associação insignificante, conforme critério de interpretação de Rea e Parker (2014). O *V* entre CIE e Setores foi de 0,1570, indicando associação fraca.

### **Associação Entre a Compatibilidade do EBITDA e o Tempo em Bolsa**

A Tabela 4 evidencia as distribuições entre o nível de compatibilidade, bem como os tipos de incompatibilidades dos EBITDA, conforme os quartis de tempo em bolsa.

**Tabela 4. Distribuição conjunta de frequências entre a compatibilidade e o tipo de incompatibilidade do EBITDA conforme os quartis de Anos em Bolsa (AB), referentes a 2018 – Amostra (236 cias)**

Anos em Bolsa (AB)		Compatibilidade do EBITDA Divulgado (N.º de cias e percentual)				Totais de cias
Quartis	Faixas de anos	Compatível	Incompatível			
			Superavaliação	Subavaliação	Total	
1º Quartil	0,7 a 11,4	49 (83,1%)	4 (6,7%)	6 (10,2%)	10 (16,9%)	59 (25,0%)
2º Quartil	11,4 a 19,4	43 (72,9%)	11 (18,6%)	5 (8,5%)	16 (27,1%)	59 (25,0%)
3º Quartil	19,5 a 37,9	46 (78,0%)	5 (8,5%)	8 (13,5%)	13 (22,0%)	59 (25,0%)
4º Quartil	37,9 a 65,9	45 (76,3%)	5 (8,5%)	9 (15,2%)	14 (23,7%)	59 (25,0%)
<b>Totais</b>		<b>183 (77,5%)</b>	<b>25 (11,5%)</b>	<b>28 (11,1%)</b>	<b>53 (22,5%)</b>	<b>236 (100,0%)</b>

Nota. Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2021).

Observa-se que o quartil com maior percentual de companhias com EBITDA compatíveis é o primeiro (83,1%), enquanto o segundo quartil tem o menor (72,9%).

O Coeficiente *V* de Cramer entre DEC e os quartis de AB foi de 0,0508, o que indica associação insignificante entre o tempo em bolsa e a divulgação do EBITDA compatível. O *V* entre CIE e os quartis de AB foi de 0,1650, indicando associação fraca.

### **Associação Entre a Compatibilidade do EBITDA e o Nível de Governança**

A Tabela 5 expõe a distribuição conjunta de frequência da compatibilidade e dos tipos de incompatibilidades dos EBITDA divulgados, conforme os níveis de governança corporativa.

**Tabela 5. Distribuição conjunta de frequências entre a compatibilidade e o tipo de incompatibilidade do EBITDA conforme os níveis de governança, referentes a 2018 – Amostra (236 cias)**

Níveis de governança	Compatibilidade do EBITDA Divulgado (N.º de cias e percentual)				Totais de cias
	Compatível	Incompatível			
		Superavaliação	Subavaliação	Total	
0) Tradicional	59 (75,6%)	8 (10,3%)	11 (14,1%)	19 (24,4%)	78 (33,1%)
1) Bovespa Mais Nível 2	2 (100,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (0,8%)
2) Bovespa Mais	8 (88,9%)	1 (11,1%)	0 (0,0%)	1 (11,1%)	9 (3,8%)
3) Nível 1	14 (70,0%)	2 (10,0%)	4 (20,0%)	6 (30,3%)	20 (8,5%)
4) Nível 2	11 (78,6%)	1 (7,1%)	2 (14,3%)	3 (21,4%)	14 (5,9%)
5) Novo Mercado	89 (78,8%)	13 (11,5%)	11 (9,7%)	24 (21,2%)	113 (47,9%)
PNGDT	124 (78,5%)	17 (10,8%)	17 (10,8%)	34 (21,5%)	158 (66,9%)
<b>Totais</b>	<b>183 (77,5%)</b>	<b>25 (10,6%)</b>	<b>28 (11,9%)</b>	<b>53 (22,5%)</b>	<b>236 (100,0%)</b>

**Nota. Fonte:** Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2021). Sigla: PNGDT = Possui Nível de Governança Diferente do Tradicional.

Das 78 companhias presentes no nível Tradicional (Segmento Básico, código 0), 59 (75,6%) divulgaram o EBITDA compatível. Entre as 158 companhias que possuíam algum nível de governança superior ao Tradicional (aquelas com códigos 1 a 5), 124 (78,5%) divulgaram o EBITDA compatível. Entre as 19 companhias do nível Tradicional que divulgaram EBITDA incompatíveis, 8 (42,1%) foram superavaliados e 11 (57,9%) subavaliados. Entre as 34 companhias em PNGDT com EBITDA incompatíveis, exatamente a metade estavam superavaliados.

Cruzando dados do nível Tradicional com os da categoria PNGDT, em relação à compatibilidade ou não do EBITDA divulgado, chegou-se a um Coeficiente *V* de Cramer de 0,0320, indicando associação insignificante entre o nível de governança ser mais sofisticado que o Tradicional e a divulgação do EBITDA compatível. O *V* entre CIE e Tradicional/PNGDT foi de 0,0758, indicando associação insignificante.

### **Associação Entre a Compatibilidade do EBITDA e o Tamanho das Companhias**

A Tabela 6 apresenta a distribuição de frequências entre a compatibilidade e os tipos de incompatibilidades do EBITDA conforme os quartis representativos do tamanho das companhias.

**Tabela 6. Distribuição conjunta de frequências entre a compatibilidade e o tipo de incompatibilidade do EBITDA conforme os quartis de Total do Ativo (TA), referentes a 2018 – Amostra (236 cias)**

Total do Ativo (TA) (em logaritmo natural – ln)		Compatibilidade do EBITDA Divulgado (N.º de cias e percentual)				Totais de cias
Quartis	Faixas de ln	Compatível	Incompatível			
			Superavaliação	Subavaliação	Total	
1º Quartil	17,49-20,70	44 (74,6%)	8 (13,5%)	7 (11,9%)	15 (25,4%)	59 (25,0%)
2º Quartil	20,71-22,05	45 (76,3%)	8 (13,5%)	6 (10,2%)	14 (23,7%)	59 (25,0%)
3º Quartil	22,06-23,08	48 (81,4%)	2 (3,4%)	9 (15,2%)	11 (18,6%)	59 (25,0%)
4º Quartil	23,09-25,72	46 (77,9%)	7 (11,9%)	6 (10,2%)	13 (22,1%)	59 (25,0%)
<b>Totais</b>		<b>183 (77,5%)</b>	<b>25 (10,6%)</b>	<b>28 (11,9%)</b>	<b>53 (22,5%)</b>	<b>236 (100,0%)</b>

Nota. Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2021).

Observa-se que o quartil de TA com maior percentual de companhias com EBITDA divulgados com valores compatíveis foi o terceiro (81,4%), enquanto o menor foi o primeiro (74,6%). O segundo quartil teve a maior proporção de superavaliações dos EBITDA divulgados ( $8/14 = 57,1\%$ ), enquanto o terceiro quartil teve a maior taxa de subavaliações ( $9/11 = 81,8\%$ ).

Cruzando os dados de DEC com os quartis de TA, foi calculado o Coeficiente V de Cramer, obtendo 0,0347, o que indica associação insignificante entre o tamanho das companhias e a divulgação compatível dos EBITDA pelas companhias. O V entre CIE e os quartis de TA foi de 0,1725, indicando associação fraca.

### Correlações Entre as Variáveis

A Tabela 7 evidencia as correlações entre cinco variáveis: (a) TCE, expressa em percentual, que evidencia a diferença entre os EBITDA divulgados por cada companhia e os calculados nesta pesquisa; (b) TA, expresso em reais e transformado em logaritmo natural, que representa o tamanho das companhias; (c) AB, medido em anos, e que indica há quanto tempo cada companhia tem ações listadas na bolsa de valores; (d) DEC, variável binária que indica a divulgação ou não do EBITDA compatível por partes das companhias; e (e) PNGDT, variável binária indicativa da participação das companhias em algum nível de governança mais sofisticado do que o Tradicional.

Cumprido destacar que a variável qualitativa DEC, tratada como *dummy* codificada, por ser indicadora, permite a apuração de correlações, tal como variáveis quantitativas. Este entendimento é amparado por Barbetta (2015, pp. 262-263) ao abordar “variáveis indicadoras”, esclarecendo que para “variáveis codificadas como 1 e 0, indicando a

presença ou ausência de algum atributo, respectivamente”, o R indica correlação positiva ou negativa de qualquer grau de força.

**Tabela 7. Correlações<sup>a</sup> entre TCE, TA, AB, DEC e PNGDT, referentes a 2018 – Amostra (236 cias)**

Variáveis	Taxa de Compatibilidade do EBITDA (TCE)	Total do Ativo (TA)	Anos em Bolsa (AB)	Divulgou EBITDA Compatível (DEC)	Possui Nível de Governança diferente do Tradicional (PNGDT)
TCE	1	--	--	--	--
TA	-0,057048	1	--	--	--
AB	-0,066321	-0,022641	1	--	--
DEC	0,120646	0,048698	-0,039358	1	--
PNGDT	0,078489	0,319873	-0,415071	0,035447	1

**Nota. Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2021).**

<sup>a</sup> Coeficiente de Correlação Linear de Pearson (R). Conforme Cohen (2008, apud FIGUEIREDO; SILVA, 2009), a força da correlação pode ser interpretada do seguinte modo, tanto no sentido positivo quanto no negativo: 0,0 indica ausência; entre 0,0 e 0,3 é fraca; entre 0,3 e 0,5 é moderada; e entre 0,5 e 1,0 é forte.

Com base nos R expostos, pode-se concluir que: (a) TCE possui uma correlação negativa fraca com TA e com AB; (b) TCE possui uma correlação positiva fraca com PNGDT; (c) DEC possui uma correlação positiva fraca com TA e com PNGDT; e (d) DEC possui uma correlação negativa fraca com AB. Os Coeficientes de Determinação (R<sup>2</sup>) foram inferiores a 0,6% quando comparadas as variáveis TCE e DEC contra TA, AB e PNGDT.

## Discussão dos Resultados

Seguem as análises dos resultados do estudo a partir das testagens dos dados das variáveis compreendidas nas hipóteses formuladas.

Para verificação da **Hipótese 1**, cuja hipótese alternativa ( $H_1$ ) afirma ter havido aumento relativo das companhias que publicam o EBITDA em valores compatíveis após a edição da Instrução CVM n. 527, de 2012, foi necessário comparar os dados da presente pesquisa com os de Gaspar (2015), referentes aos dois primeiros anos em que a referida Instrução vigorou. Constatou-se que 77,5% das companhias que compuseram a amostra divulgaram EBITDA compatíveis referentes a 2018, enquanto Gaspar (2015) identificou 43,3% referentes a 2012 e 50,2% referentes a 2013. Considerando que os dados de 2018 (77,5%) são 65,8% maiores do que a média de 2012 e 2013 (46,8%), é possível confirmar a  $H_1$ . Esse resultado corrobora a pesquisa de Maragno *et al.* (2014), que afirmam que após a edição da Instrução mais companhias passaram a divulgar EBITDA em conformidade.



A **Hipótese 2**, cuja  $H_1$  supõe haver associação entre setores específicos e a publicação do EBITDA em valores compatíveis, foi verificada por meio do Coeficiente  $V$  de Cramer ( $V$ ) entre DEC e os cinco maiores Setores. O  $V$  obtido foi de 0,0927, indicando associação insignificante, o que permite refutar a hipótese alternativa e aceitar a hipótese nula ( $H_0$ ). Portanto, este resultado não corrobora os estudos de Muttakin e Khan (2014), Braga *et al.* (2009), Murcia e Santos (2009), Magalhães *et al.* (2011) e Burgwal e Vieira (2014), que indicam a existência de associação entre setores de atuação das companhias e divulgações corporativas. Por outro lado, as pesquisas anteriores que contrapõem a Hipótese 2 são corroboradas por este resultado, tais como as de Colombo *et al.* (2014) e de Gaspar (2015). Assim, os setores – pelo menos no que tange aos cinco maiores do 1º nível da NAICS – não possuem relação com a escolha da entidade em divulgar o EBITDA para evidenciar um bom desempenho ou atender as necessidades informacionais dos usuários.

A **Hipótese 3**, cuja  $H_1$  supõe que, entre as companhias com EBITDA incompatíveis, mais da metade o terá superavaliado, foi verificada a partir do percentual geral de superavaliação, com uma margem de tolerância de 2% para mais ou para menos. Os dados referentes a 2018 mostram que 47,17% (0,4717) dos EBITDA incompatíveis foram superavaliados, enquanto 52,83% foram subavaliados, de modo que houve 12,00% a mais de subavaliações. Considerando que  $CIE(Super) < 0,4900$ , não houve viés geral pela superavaliação, permitindo rejeitar a  $H_1$  (predominância de superavaliação), bem como a  $H_0$  (esta dispõe que não haveria nenhuma predominância). Desta forma, não são corroboradas as pesquisas Maragno *et al.* (2014), Gaspar (2015), Kraemer (2005), Agostini (2014), e de Vieira e Girão (2014) que afirmam haver o viés de superavaliação quando o EBITDA é divulgado de forma incompatível. O oposto é afirmado pela Teoria da Evidenciação Voluntária, que supõe que as companhias irão preferir divulgar informações que lhes sejam favoráveis, neste caso, EBITDA maiores. Além disto, tal resultado pode indicar erro metodológico de cálculo por parte das companhias – o que demandaria estudo específico para conferência individual.

A  $H_1$  da **Hipótese 4** afirma que há relação positiva entre o tempo que as companhias estão listadas em bolsa e a publicação dos EBITDA em valores compatíveis. O Coeficiente  $V$  entre os quartis de AB e DEC foi de 0,0508, indicando associação insignificante, enquanto o Coeficiente  $R$  entre DEC e AB foi de -0,0394, indicando correlação negativa fraca. Desta forma, rejeita-se a  $H_1$ , visto que as companhias com mais

tempo em bolsa não tenderam, neste ano, a divulgar dados mais compatíveis do que as companhias mais novas. Portanto, as pesquisas anteriores, tais como as de Magalhães *et al.* (2011) e de Bomfim *et al.* (2015), quem concluíram que o tempo de experiência no mercado aumenta a divulgação de resultados por parte das companhias, não foram corroboradas pelos resultados obtidos. Assim, o tempo que a entidade está listada em bolsa não possui relação com a divulgação do EBITDA para evidenciar um bom desempenho ou atender as necessidades informacionais dos usuários. A não relação entre o tempo em bolsa e a divulgação do EBITDA compatível pode ser explicado pelo fato de o estabelecimento da Instrução que aborda a forma de cálculo do indicador ter ocorrido pouco tempo antes. Desta forma, todas as entidades dispuseram do mesmo período para ajustes metodológicos, independentemente do ano de abertura de capital – exceto para aquelas que tenham aberto capital após 2012.

A **Hipótese 5** contém uma  $H_1$  que supõe haver relação positiva entre o tamanho das companhias e a publicação de seus EBITDA em valores compatíveis. O Coeficiente  $V$  entre DEC e os quartis de TA foi de 0,0347, indicando associação insignificante, enquanto o Coeficiente  $R$  entre DEC e TA foi 0,0487, indicando uma correlação positiva fraca. Com isso, é possível rejeitar a  $H_1$  e confirmar a  $H_0$ . Deste modo, os estudos de Folster *et al.* (2015), Murcia e Santos (2009), Schvirck *et al.* (2013), Silva e Pinheiro (2012), Souza (2013), Braga *et al.* (2009), Cormier e Magnan (1999) e Faria e Souza (2018) não são corroborados por este resultado, visto que os anteriores constataram que empresas de maior porte tendem a divulgar mais seus resultados. Assim, as pesquisas anteriores que contrapunham a Hipótese 5 são corroboradas por estes resultados, tais como as de Potrich *et al.* (2017), Aillón *et al.* (2013), Nunes *et al.* (2020), Magalhães *et al.* (2011), Souza *et al.* (2016) e de Cunha e Ribeiro (2006). Portanto, o tamanho da companhia não apresentou relação com a divulgação do EBITDA, conforme se poderia inferir a partir da Teoria da Evidenciação Voluntária, no sentido de evidenciar um bom desempenho ou atender as necessidades informacionais dos usuários. Portanto, menores empresas demonstraram ter a mesma capacidade das grandes empresas de produzir o cálculo do indicador com qualidade.

Para a **Hipótese 6**, cuja  $H_1$  supõe haver relação positiva entre a companhia adotar algum nível diferenciado de governança corporativa e a divulgação dos EBITDA em valores compatíveis, foram verificados os Coeficientes  $V$  e  $R$  entre DEC e PNGDT. O  $V$  apurado foi 0,0320, demonstrando associação insignificante, enquanto o  $R$  foi de 0,0354,

indicando correlação positiva fraca. Com isso, rejeita-se a *H<sub>1</sub>*. Portanto, as pesquisas de Nunes *et al.* (2020), Murcia e Santos (2009) e Cunha e Ribeiro (2006), que identificaram que maiores níveis de governança aumentam a divulgação por parte das companhias, não foram corroboradas por este resultado. Por outro lado, as pesquisas anteriores que contrapunham a Hipótese 6 podem ser corroboradas, sendo elas as de Souza *et al.* (2016) e de Aillón *et al.* (2013). Infere-se que possuir um nível de governança mais sofisticado que o tradicional não causou impacto na escolha da entidade em divulgar o EBITDA para evidenciar um bom desempenho ou atender às necessidades informacionais dos usuários. Refutar a Hipótese 6, todavia, se mostrou contraditório em relação às expectativas quanto aos níveis de governança diferenciados, na medida em que tais companhias se comprometeram com o mercado a divulgar resultados de forma mais ampla e responsável.

A investigação de possíveis relações entre a divulgação de EBITDA compatível e as características corporativas pode ser considerada uma inovação do presente estudo, conforme identificado a partir da literatura precedente. A presente pesquisa mostrou que, no ano analisado, as características empresariais não apresentaram relação direta com a compatibilidade do EBITDA divulgado pelas próprias companhias. Apenas a edição da Instrução CVM n. 527 (2012) mostrou relação com o aumento da publicação de valores compatíveis do indicador.

## **CONCLUSÕES**

O objetivo deste artigo – identificar as relações entre a compatibilidade de valores dos EBITDA referentes ao ano de 2018, divulgados pelas companhias listadas na B3, e o setor de atuação, o tempo em bolsa, o nível de governança e o total do ativo – pode ser considerado atingido, conforme os resultados demonstrados.

Os resultados da pesquisa refutaram cinco das seis hipóteses formuladas. Houve confirmação apenas da Hipótese 1, na medida em que mais companhias divulgaram EBITDA compatíveis referentes à 2018 (77,5%) do que os referentes aos dois anos iniciais de adoção da Instrução CVM n. 527– 2012 e 2013 (média de 46,8%). Isto se dá, possivelmente, por conta do tempo decorrido após a entrada em vigor da Instrução, permitindo que as companhias se adaptem ao método correto de cálculo.

Foram refutadas as Hipóteses 2, 3, 4, 5 e 6. Portanto, nenhuma das características

corporativas utilizadas na presente pesquisa podem explicar a divulgação voluntária do EBITDA e sua compatibilidade de valor em relação à norma. Adicionalmente, tais características não possuem relação com a Teoria da Evidenciação Voluntária, que afirma que as empresas divulgarão uma informação voluntária, neste caso o EBITDA, se esta informação for favorável e/ou indicar um bom desempenho.

Com isso, respondendo à questão principal da pesquisa (*Quais as relações entre características corporativas e a compatibilidade dos valores dos EBITDA divulgados pelas companhias listadas na B3?*), constatou-se que nenhuma das quatro variáveis testadas estava relacionada de modo significativo à compatibilidade dos EBITDA divulgados pelas companhias da amostra no ano de 2018. Quanto à questão acessória (*Houve predominância de superavaliações ou subavaliações entre os EBITDA divulgados pelas companhias?*), os dados de 2018 demonstraram que 52,8% estavam subavaliados e 47,2% superavaliados, ou seja, houve 12,0% a mais de casos de subavaliações do que de superavaliações.

Considerando que a pesquisa trabalhou com dados referentes exclusivamente ao ano de 2018, este horizonte constitui uma limitação importante. Isto porque não foi possível saber se em outros anos as associações e correlações entre as variáveis estudadas seriam diferentes. Com isso, os resultados da amostra, apesar de abrangentes (84,0% da população), não permitem generalização ou o estabelecimento de tendência quanto às características das companhias brasileiras. Por isso, os resultados devem ser ponderados como reflexo de um momento no tempo, de modo que os resultados dos testes de hipóteses podem mudar entre os anos, assim como as próprias companhias.

Em vista disso, para pesquisas futuras, sugere-se a continuidade dos mesmos testes com a incorporação de outros anos, visando formar uma série histórica para análise de tendências nos resultados. Pesquisa futura poderia também investigar os motivos das diferenças que causaram incompatibilidades, observando detalhamentos de variáveis contábeis específicas. Isto permitiria entender onde exatamente se deram as divergências metodológicas – e se há recorrência entre as companhias nesta situação. Por fim, pode-se buscar outras variáveis descritivas de características das companhias para testes, diante da literatura sobre divulgação corporativa.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGOSTINI EC. Contabilidade criativa: Um estudo sobre as formas de manipulação de demonstrações contábeis utilizadas pelas empresas [Trabalho de Conclusão de Curso]. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo; 2014.

AILLÓN, H.S., SILVA, J.O., PINZAN, A.F., & WUERGES, A.F.E. Análise das informações por segmento: Divulgação de informações gerenciais pelas empresas brasileiras. *Revista Contemporânea em Contabilidade*, v. 10, n. 19, p. 33-48, 2013.

ALBUQUERQUE, F.H.F., MARCELINO, M., & CARIANO, A.J.A. A Comparabilidade do EBITDA reportado pelas entidades cotadas em Portugal. *European Journal of Applied Business and Management*, v. 3, n. 3, p. 1-21, 2017.

ALCADE A. Efeitos hierárquicos na margem Ebitda: Influências do tempo, firma e setor [Dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2010.

ANDRADE, G.V., & MURCIA, F.D. Uma análise crítica sobre os ajustes adicionais considerados nas divulgações da medida não GAAP “EBITDA ajustado” em relatórios de companhias listadas brasileiras. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 13, n. 4, p. 469-486, 2019.

BARBETTA PA, editor. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. Florianópolis: Editora da UFSC; 2015.

BECKER JL. *Estatística básica: Transformando dados em informação*. Porto Alegre: Bookman; 2015.

BOMFIM, E.T., TEIXEIRA, W.S., & MONTE, P.A. Relação entre o Disclosure da sustentabilidade com a Governança Corporativa: Um estudo nas empresas listadas no Ibrx-100. *Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 10, n. 1, p. 6-28, 2015.

BRAGA, J.P., OLIVEIRA, J.R.S., & SALOTTI, B.M. Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 3, n. 3, p. 81-95, 2009.

BURGWAL, D.V., & VIEIRA, R.J.O. Determinantes da divulgação ambiental em companhias abertas Holandesas. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 25, n. 64, p. 60-

78, 2014.

CAVALHEIRO MO. Gerenciamento de resultados contábeis no cálculo do EBITDA nas companhias de capital aberto brasileiras: Uma análise do impacto da instrução normativa 527/12 da CVM [Trabalho de Conclusão de Curso]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2016.

COELHO, F.S. EBITDA: A busca de uma melhor compreensão do maior vox populi do mercado financeiro. *Revista Pensar Contábil*, v. 6, n. 26, p. 41-49, 2005.

COLOMBO VLB, HOFFMANN R, PLATT OA NETO, BOLFE C. Diferenças entre o valor do EBITDA divulgado pelas SA e o apurado metodologicamente: Estudo de 257 SA brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. [Apresentado no 5º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças; 2014 Set; Florianópolis, SC].

CORMIER, D., & MAGNAN, M. Corporate environmental disclosure strategies: Determinants, costs and benefits. *The Journal of Accounting, Auditing & Finance*, v. 14, n. 4, p. 429-451, 1999.

CORNEJO-SAAVEDRA, E., & DIAZ, D. Medidas de ganancia: EBITDA, EBIT, utilidad neta y flujo de efectivo. *Revista Economía y Administración*, v. 1, n. 1, p. 36-40, 2006.

CUNHA JVA, RIBEIRO MS. Divulgação voluntária de informações de natureza social: Um estudo nas empresas brasileiras. [Apresentado no 30º Encontro da ANPAD – ENANPAD; 2006 Set 23-27; Salvador, BA].

DYE, R.A. An evaluation of 'essays on disclosure' and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, n. 1-3, p. 181-235, 2001.

FARIA PR, SOUZA MM. Relação entre o nível de evidenciação das partes relacionadas e as características das companhias de capital aberto brasileiras. [Apresentado no 16º Encontro Catarinense de Estudantes de Ciências Contábeis; 2018 Set 17-18; Florianópolis, SC].

FÁVERO LP, & BELFIORE P, editores. Manual de análise de dados: Estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®. Rio de Janeiro: Editora Gen;

2020.

FERREIRA, A.C., & MENEZES, J.P.C.B. A Reestruturação financeira baseada no modelo dinâmico x modelo tradicional. *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade*, v. 4, n. 12, p. 111-127, 2016.

FIGUEIREDO, D.B. FILHO, & SILVA, J.A. JÚNIOR. Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). *Revista Política Hoje*, v. 18, n. 1, p. 115-146, 2009.

FOLSTER, A., CAMARGO, R.V.W., & VICENTE, E.F.R. Management earnings forecast disclosure: A study on the relationship between EBITDA forecast and financial performance. *Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 5, n. 4, p. 108-124, 2015.

FREZATTI, F., & AGUIAR, A.B. EBITDA: Possíveis impactos sobre o gerenciamento das empresas. *Revista Universo Contábil*, v. 3, n. 3, p. 7-24, 2007.

GASPAR MFZ. (2015). Diferenças entre o valor do EBITDA divulgado pelas SA e o definido pela CVM: Estudo das companhias listadas na BM&FBOVESPA [Trabalho de Conclusão de Curso]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2015.

GRADILONE, C. Para que serve o EBITDA. *Revista Exame*, 2011. Disponível em: <<https://exame.com/revista-exame/para-que-serve-o-ebitda-m0052337/>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

INSTRUÇÃO CVM N. 527, de 4 de outubro de 2012. Dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil denominadas LAJIDA e LAJIR. Brasília, DF., out., 2012. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst527.html>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

IUDÍCIBUS S, editor. *Análise de balanços*. Rio de Janeiro: Editora Atlas; 2008.

KISTNER, S.P., & PLATT, O.A. NETO. Características corporativas sobre a divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias na B3 em 2018. *Revista Conhecimento Contábil*, n. 10, v. 2, p. 89-110, 2020a.

KISTNER, S.P., PLATT, O.A. NETO. Divulgação do EBITDA pelas companhias listadas na B3: Identificação dos tipos e das localizações dos indicadores referentes a

2018. [Apresentado no 10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças; 2020b Set 7-9; Florianópolis, SC].

KRAEMER, M.E.P. Contabilidade criativa maquiando as demonstrações contábeis. *Pensar Contábil*, v. 7, n. 28, p. 1-13, 2005.

MACEDO, M.A.S., MACHADO, M.R., MURCIA, F.D., & MACHADO, M.A.V. Análise da relevância do Ebitda versus fluxo de caixa operacional no mercado brasileiro de capitais. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 5, n. 1, p. 99-130, 2012.

MAGALHÃES, L.R.R., PINHEIRO, L.E.T., & LAMOUNIER, W.M. Fatores que favorecem a compreensão da extensão da divulgação sobre partes relacionadas: Estudo nas companhias listadas no novo mercado da BM&FBovespa. *Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 6, n. spe, p. 22-37, 2011.

MARAGNO, L.M.D., BORBA, J.A., & FEY, V.A. Como as empresas mais negociadas no BM&FBOVESPA divulgam o EBITDA? *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 19, n. 1, p. 58-79, 2014.

MARTINS E, DINIZ JA, & MIRANDA GJ, editores. *Análise avançada das demonstrações contábeis: Uma abordagem crítica*. Rio de Janeiro: Editora Atlas; 2018.

MATARAZZO, D. C. *Análise financeira de balanços: Abordagem gerencial*. Rio de Janeiro: Editora Atlas; 2010.

MCCLURE, B. A clear look at EBITDA. Investopedia, 2019. Disponível em: <<https://www.investopedia.com/articles/06/ebitda.asp>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MEY MT. Investigating the association between the reconciliation quality of EBITDA disclosure by JSE-listed companies and factors associated with opportunistic disclosure [Dissertação]. Stellenbosch: Universidade de Stellenbosch; 2019

MEY, M.T., LAMPRECHT, C. The many faces of earnings before interest, tax, depreciation and amortisation (EBITDA): Assessing the decision usefulness of EBITDA disclosure by Johannesburg Stock Exchange-listed companies. *Journal of Economic and Financial Sciences*, v. 13, n. 1, p. 1-13, 2020.

MURCIA, F.D., & SANTOS, A. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário



das companhias abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, n. 3, v. 2, p. 72-95, 2009.

MUTTAKIN, M.B., & KHAN, A. Determinants of corporate social disclosure: Empirical evidence from Bangladesh. *Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting*, n. 30, v. 1, p. 168-175, 2014.

NUNES, P.P., SANTOS, O.M., & MARQUES, J.A.V.C. Determinantes do nível de divulgação das informações por segmento (CPC 22) das empresas brasileiras de capital aberto listadas no IBrX-50. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 17, n. 42, p. 03-25, 2020.

ORLOVAS, A.D., SERRA, R.G., & CARRETE, L.S. (2018). A utilização do múltiplo EV/EBITDA na precificação de IPO's no mercado brasileiro. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 15, n. 37, p. 34-51, 2018.

POTRICH, R., SABADIN, M., ANGONENSE, R., & PEREIRA, A.S. Empresas potencialmente poluidoras: Determinantes que influenciam a divulgação voluntária de informações ambientais. *Revista Ambiente Contábil*, v. 9, n. 2, p. 41-59, 2017.

REA LM, & PARKER RA, editores. *Designing and conducting survey research: A comprehensive guide*. São Francisco: Jossey-Bass; 2014.

SCHIPPER, K. Required disclosures in financial reports. *The Accounting Review*, v. 82, n. 2, p. 301-326, 2007.

SCHVIRCK, E., LUNKES, R.J., & GASPARETTO, V. Divulgação de informações por segmento: Panorama da aplicação do CPC 22. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 7, n. 2, p. 131-146, 2013.

SILVA, F.A.E., & PINHEIRO, L.E.T. Estágio atual de evidenciação e fatores que influenciam o disclosure de informações por segmentos por empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, v. 4, n. 3, p. 78-94, 2012.

SILVA MA. Aplicação de leis de potência para tratamento e classificação de tamanho de empresas: Uma proposta metodológica para pesquisas contábeis [Dissertação]. Ribeirão Preto: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto; 2008.

SKILLIUS A, & WENNERBERG U. Continuity, credibility and comparability: Key challenges for corporate environmental performance measurement and communication. Lund: The international Institute for Industrial Environmental Economics at Lund University; 1998.

SOUSA, C.B., SILVA, A.F., RIBEIRO, M.S., & WEFFORT, E.F.J. Valor de mercado e disclosure voluntário: Estudo empírico em companhias listadas na BM&FBovespa. *Revista Ambiente Contábil*, v. 6, n. 2, p. 94-115, 2014.

SOUZA GM, SOUSA AM, MEURER RM, NORILLER RM, SILVA JP. Relação do ROE com variáveis exógenas no setor Finance na América Latina. [Apresentado no 8º Simpósio de Contabilidade e Finanças de Dourados – SICONFI; 2018 Nov 5-9; Dourados, MS]

SOUZA JA. Informações sobre segmentos operacionais no Brasil: Práticas e determinantes de divulgação [Dissertação]. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo; 2013.

SOUZA, T.S., SCHÄFER, J.D., & GASPARETTO, V. Análise do nível de evidenciação de informações por segmento das companhias brasileiras listadas no IBRX-50. *Revista Ambiente Contábil*, v. 8, n. 2, p. 59-75, 2016.

STUMPP, P.M., MARSELLA, T., ROWAN, M., MCCREARY, R., & COPPOLA, M. Putting EBITDA in perspective: Ten critical failings of EBITDA as the principal determinant of cash flow. Moody's Investor Service – Global Credit Research, 2000.

VERRECCHIA, R.E. Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, n. 1-3, p. 97-180, 2001.

VIEIRA, C.A.M., & GIRÃO, L.F.P. Relevância da Instrução CVM 527 para o mercado de capitais: Um estudo sobre a padronização do EBITDA pela CVM. *ReCont: Registro Contábil*, v. 5, n. 2, p. 87-99, 2014.

**Capítulo 19 - DOI:10.55232/1083002.19**

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NUTRICIONAL E  
PANDEMIA DE COVID-19: PROPOSTA DE  
METODOLOGIA PARA AUXILIAR NA DEFINIÇÃO DOS  
ITENS DE ‘KIT ALIMENTARES’**

**Francisco Ivander Amado Borges Alves, Jefferson Da Silva Oliveira,  
Francisca Yasmin De Aguiar Guedes, Jackeline Lucas Souza e Felipe De  
Lima Tavares**

**RESUMO:** Um dos retratos mais duros, agravado com a pandemia de COVID-19, é a insegurança alimentar, em especial para os alunos que já enfrentavam algum grau dela, mas que se agravou em decorrência da suspensão das aulas presenciais e consequente, indisponibilidade da refeição escolar. Oportunamente, o PNAE foi flexibilizado para permitir a distribuição dos alimentos que seriam consumidos pelos alunos. O desafio para o nutricionista administrador definir quais itens comporão esses ‘kits alimentares’, de forma a atender os requisitos nutricionais mínimos exigidos e minimizar o custo financeiro. Delineia-se o como objetivo geral identificar uma proposta metodológica para auxiliar nutricionistas na definição dos itens componentes de ‘kit alimentícios’. Inicialmente acessou-se a planilha ‘Plan PNAE’, disponível no website do FNDE, a qual contém uma listagem de alimentos, informações nutricionais desses alimentos e oito requisitos alimentares que deveriam ser fornecidos pelos alimentos. Foram selecionados 93 alimentos, com seus preços, facilmente encontrados em São Paulo e que são comercializados em atacadista. Define-se o modelo teórico de otimização linear de oito equações, cada qual com 93 incógnitas, humanamente inviável de resolver. Para solucionar este problema é desenvolvido algoritmo Python, submetido às bibliotecas PuLp e Pandas. Os achados resultaram em cinco ‘kits alimentares’, considerando cenários diferentes como sem restrição, limitando de presença para um mesmo alimento, sem a presença de algum alimento e com quantidades inteiras ou contínuas de grama, desses o ‘kit’ mais barato teve custo diário de R\$ 1,15. Apesar das cestas alimentícias encontradas, o principal resultado da investigação está na versatilidade do método empregado, que com poucos ajustes no algoritmo permite simular cenários distintos, assim podendo subsidiar o trabalho do administrador nutricional no âmbito do programa. Nenhum dos ‘kits’ retornou custo igual ou inferior ao valor repassado pelo PNAE, para aluno de ensino médio regular, algo esperado, uma vez que o programa subsidia parte da alimentação com recursos federais, ficando a contrapartida por parte da entidade executora. Mas destaca-se o quão acessível os ‘kits’ chegaram nas simulações e o intuito do trabalho em focar na demonstração dos passos necessários. Ferramental este que continua válido mesmo após o retorno integral do ensino presencial, principalmente com a pressão por flexibilizar o PNAE para distribuir os alimentos em férias escolares. A abordagem da otimização possibilita celeridade no trabalho do nutricionista ao permitir simular cenários em busca de uma dieta que busque atender a variados stakeholders. Além disso, ao disponibilizar as bases de dados e justificativas, possibilita para a sociedade e órgãos fiscalizar estes cenários de definição da refeição, reduzindo a assimetria informacional. Ressalta-se que a expertise de profissionais de nutrição continua sendo inquestionável, sobretudo para considerar outros requisitos nutricionais, legalmente não obrigatórios, e para mediar os aspectos qualitativos da alimentação.

**Palavras-chave:** Administração nutricional, kits alimentares, otimização linear.

## **INTRODUÇÃO**

O Brasil ainda possui diversos problemas para enfrentar, entre os quais está o desafio educacional. Num primeiro momento, havia a restrição na oferta do ensino, principalmente nas regiões mais distantes dos centros populacionais, que somada ao grande abismo da desigualdade contribuía para a evasão dos que ainda tinham um mínimo acesso. Choca-se quando observamos os percentuais de alunos, da educação básica, em estudos mais antigos como o de Andrade, Franco e Carvalho (2003), que precisavam trabalhar ao mesmo tempo em que deviam estudar, não porque podiam escolher, mas por ser a única alternativa para complementar a renda de subsistência.

Ou ainda, quando a permanência na escola significava longas horas de jejum, pois também era representativa a quantidade de alunos que não poderiam se alimentar fora de casa. Condição esta que permanece até os dias atuais, sobretudo quando se observa o salto da quantidade de famílias abaixo da linha da pobreza (COUTO, 2021).

A insegurança alimentar é um dos muitos desafios do país, mesmo com a Constituição de 1988 prevendo o direito à educação pública de qualidade e o direito à alimentação. Como uma medida para subsidiar a educação surge o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual repassa um valor fixo, por aluno, dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados, municípios e instituições conveniadas, com o intuito de complementar o custo da alimentação estudantil, juntamente com a promoção de ações de saúde nutricional. Com seu caráter complementar, os gestores finais dos recursos, em algumas situações, poderiam ficar preocupados com o atendimento integral do objetivo de assegurar refeição de qualidade, seguindo toda a regulação exigida pelo PNAE (CARVALHO *et al.*, 2021; FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2013; BRASIL, 2009; 1988).

Não obstante a isso, nova inquietude veio em decorrência da pandemia de COVID-19. Uma das primeiras medidas para reduzir a circulação do vírus na população em geral, não se restringindo apenas aos infectados, foi a suspensão das aulas presenciais. Entretanto, enquanto evitava-se o risco de estudantes se contaminarem e infectarem outras pessoas, por outro agravou-se a situação daqueles discentes que já viviam a insegurança alimentar ou que passaram a vivenciar tal condição com as

demissões em massa de seus responsáveis (AMORIM; RIBEIRO JUNIOR; BANDONI, 2020; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2020; PEREIRA et al., 2020; SANTANA; SALES, 2020).

Neste contexto de insegurança, houve esforço de flexibilizar a regulação do PNAE, culminando na Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, a qual possibilitou a distribuição dos alimentos, que os alunos consumiriam na escola aos seus responsáveis, para consumo em seus lares. Nesse cenário, o desafio fica por conta dos nutricionistas administradores e equipes de logística, em que necessitam não mais definir um cardápio de preparações, mas montar ‘kits alimentares’ para distribuir aos estudantes, tendo também de particionar alguns dos gêneros, como carnes e atender a regulação da qualidade da refeição escolar (AMORIM; RIBEIRO JUNIOR; BANDONI, 2020; PEREIRA et al., 2020)

Dessa forma, este trabalho pretende contribuir com a temática ao responder a seguinte questão de pesquisa: Qual uma possível metodologia para otimizar o custo da seleção de itens para compor *kits* alimentares, atendendo os requisitos nutricionais do PNAE, durante o período de pandemia de Covid-19? Neste intuito, delinea-se o como objetivo geral identificar uma proposta metodológica para auxiliar nutricionistas na definição dos itens componentes de ‘*kit* alimentícios’.

Efetivamente, o estudo, descrito neste artigo, centra sua contribuição em uma questão prática e atual ao se propor a apresentar uma metodologia que auxilie administradores públicos nutricional na definição de *kit* alimentares. Dessa forma, o setor público e a sociedade colhem os benefícios dessa abordagem ao terem um ferramental adicional que possibilite a simulação de diversos cenários, dietas alimentares, bastando realizar pequenas edições no algoritmo, o que se espera que facilite o trabalho do nutricionista em definir quais alimentos e em que porções comporão os *kits*. A academia também se beneficia, uma vez que a metodologia utilizada pode ser replicada para outros contextos, além da possibilidade de avançar-se na temática ao se debruçar sobre as sugestões de estudos futuros.

Nesse intuito, o trabalho aplica a metodologia da programação linear para desenvolver um algoritmo que resolva o problema da dieta (nesse caso, encontrar um *kit* ótimo que atenda aos requisitos nutricionais, ao menor custo possível). Para tanto, os

dados referentes aos requisitos nutricionais, a quais alimentos os fornecem e em que quantidades foram obtidos da planilha ‘Plan PNAE’, fornecida no *website* do FNDE; por sua vez, às necessidades nutricionais diárias, para alunos cursantes do Ensino Médio regular (16 a 18 anos), foram obtidas na Resolução FNDE nº 06/20; já os preços dos alimentos foram consultados no *website* de uma rede atacadista. O *software* para organização, tabulação, de todos esses dados foi a planilha eletrônica do *Google Sheets*, sendo a criação e execução do algoritmo realizadas no *Google Colab* que é baseado em linguagem *Python*.

Quanto à estrutura, este artigo encontra-se dividido em 5 partes, sendo esta introdução a primeira delas. Na segunda seção são apresentados os referenciais do estudo, em que primeiro discorre-se sobre o PNAE e sua fundamentação legal principal, em seguida trata-se da pandemia de COVID-19 e seus efeitos na educação, para assim finalizar com a questão do problema da dieta, o que une as três subseções, uma vez que a pandemia passou a exigir que a alimentação escolar fosse distribuída aos responsáveis pelos alunos, mas havia a dificuldade de como selecionar e particionar os alimentos que serão incluídos nos *kits*, de uma forma otimizada. A metodologia do estudo é descrita na terceira seção, de forma que tanto a caracterização do estudo como o desenho metodológico, os passos que podem ser replicados, são apresentados. Em seguida são apresentados os resultados, bem como é descrito o algoritmo que foi construído. Findando-se com a indicação das principais conclusões e das sugestões para estudos posteriores.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **Programa Nacional de Alimentação Escolar**

O direito à educação gratuita e de qualidade é uma garantia expressa nos direitos sociais do art. 6º, da Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88), de 5 de outubro de 1988, também estando listado o direito à alimentação. A temática da educação é tão crucial a ponto da CF/88 dedicar todo o Capítulo III para tratar do assunto, com destaque para dois pontos nesse momento: (i) universalização e obrigatoriedade do ensino para os jovens de 4 a 17 anos e (ii) o atendimento aos estudantes em todas as etapas de ensino via programas suplementares, dentre os quais o

da alimentação escolar; positivados nos incisos I, II - para o ponto (i) - e VII - (ii) - do art. 208 (BRASIL, 1988).

Há total sentido nos programas suplementares da educação, uma vez que os estudantes passam longas horas nas escolas, bem como pela insegurança alimentar que potencializaria a evasão se os alunos fossem submetidos a permanecer no ambiente escolar sem garantia de alimentação. Vale destacar que estas duas considerações não esgotam os fatores que contribuem para a evasão escolar, haveria de serem considerados a gravidez juvenil, dificuldade no acesso às escolas, jornada de trabalho concorrente à jornada escolar, entre outros (BRANCO et al., 2020; MARQUES et al., 2019; SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017; SOUSA et al., 2018; TEMP; COUTINHO, 2020).

Como programa suplementar para a alimentação escolar há o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulado, principalmente pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e subsidiariamente por uma série de resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (BRASIL, 2009). O PNAE objetiva fornecer alimentação escolar de qualidade e educação nutricional e alimentar aos estudantes da educação básica pública e conveniada (BRASIL, 1996).

O repasse dos recursos ocorre através de um valor fixo por aluno, por nível de escolaridade e, correspondente a cada dia letivo. Para estudantes de creche (independente da modalidade) o valor diário é R\$ 1,07; para crianças da pré-escola o valor é R\$ 0,53; aos que frequentam o ensino fundamental e médio se destina R\$ 0,36; para aqueles cursistas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) o valor cai para R\$ 0,32; para escolas de modalidade não regular este valor também varia, sendo destinado R\$ 0,64 para escola de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos, reservado R\$ 1,07 para escola de tempo integral, assim como R\$ 2,00 para programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e R\$ 0,53 para alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno. A transferência dos recursos aos estados e municípios é feita de forma direta a estes entes, tendo por base os dados do censo escolar do ano anterior, em 10 parcelas mensais, pagas de fevereiro a novembro (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, s.d.; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

O cardápio deve ser elaborado por nutricionista administrador, considerando os hábitos alimentares locais, culturais, saudáveis, a variedade de alimentos e a segurança destes, no intuito de contribuir para o crescimento e desenvolvimento dos discentes e a melhoria no desempenho escolar, bem como o atendimento dos itens da Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020 (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2020).

A Resolução nº 06/20 traz na Seção II, do Capítulo IV, uma série de exigências que podem ser facilmente julgadas como legítimas, afinal o programa é feito para assegurar a permanência dos alunos e a qualidade da dedicação deles à escola. Mas por outro lado, exige do nutricionista administrador, responsável técnico (RT), e de seus subordinados uma exigência extra na definição dos cardápios escolares, principalmente quando falamos na dificuldade em conhecer as características biofísicas e sociais dos alunos e, pelos princípios da Resolução, no cenário ideal, as dietas deveriam ser democráticas no sentido de abranger a individualidade destes. Somado a isto, Carvalho *et al.* (2021) destacam que os valores repassados pelo FNDE, via PNAE, são complementares, isto é, não se consideram que apenas os repasses federais seriam toda a fonte necessária para garantir uma alimentação de qualidade aos estudantes e respeitar-se os instrumentos legais e constitucionais neste tocante.

### **COVID-19: efeitos sobre a educação e insegurança alimentar**

A cidade de Wuhan (China) registrou casos de uma ‘pneumonia aguda’. Tão logo, o caso chamou atenção pela agressividade acometida aos pacientes mais graves e concentração de ocorrências aproximadamente próximas. Não demorou muito para identificar-se que se estava diante de um novo vírus, do gênero *betacoronavírus*, pertencente à família *Coronaviridae*; denominado de ‘Síndrome Respiratória Aguda Grave - coronavírus 2’ (SARS-Cov-2), o qual é o agente causador da doença COVID-19 (IHME COVID-19 FORECASTING TEAM, 2021; BAI et al., 2020; GUAN et al., 2020).

Os coronavírus são conhecidos há 60 anos, e estão relacionados ao desencadeamento de infecções respiratórias de níveis mais leves a condições mais severas (inclusive à morte). Os tipos virais conhecidos desta família provocaram surtos como o SARS-CoV (em 2002, iniciado na China e espalhado para diversos países) e o



MERS (2012, Arábia Saudita, posteriormente propagado para outros países do Oriente Médio, Europa e África) (LANA et al.; 2020; SOHRABI et al., 2020).

Cronologicamente, no dia 11/03/2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declara que a COVID-19 passa à condição de pandemia mundial. Anteriormente, em 30/01/2021, a OMS declarou a nova epidemia como uma emergência de saúde pública de interesse internacional que viria a se espalhar pelo globo e ser elevada à condição de pandemia. Incurrendo o primeiro caso de contaminação brasileira em 26/02/2020, sendo a primeira morte ocorrida 20 dias depois (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020; MOREIRA, PINHEIRO, 2020; VIEIRA, 2020).

Quanto aos sintomas, pode ocorrer dispneia, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele e descoloração dos dedos das mãos ou dos pés. Cerca de 80% das pessoas se recuperam da doença sem precisar de tratamento hospitalar; das que precisam desse tipo de tratamento, em torno de 5% necessitam de assistência intensiva com tratamento de insuficiência respiratória. O grupo de risco é constituído por idosos, pessoas com problemas médicos subjacentes, como pressão alta, problemas cardíacos e pulmonares, diabetes ou câncer. Todavia, qualquer pessoa pode pegar a COVID-19 e ficar gravemente doente (LANA et al.; 2020; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2020; SOHRABI et al., 2020).

De imediato houve um esforço mundial de desenvolvimento de uma vacina contra o vírus. Enquanto não era realidade palpável, o poder público devia tomar rápidas decisões, com as informações disponíveis, para suavizar o estresse ao sistema de saúde. Dentre as medidas, umas das mais urgentes para se assegurar a segurança de alunos, funcionários, parentes e membros do círculo destes atores, rapidamente foi decretado a suspensão das aulas presenciais e vigência do regime remoto (SANTANA; SALES, 2020; SILVA et al., 2020).

Contudo, um aspecto temorizado é a insegurança alimentar (IA) dos estudantes; preocupação essa minimizada pela flexibilização do PNAE para possibilitar a distribuição de ‘kits alimentares’, autorizada pela Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020 (BRASIL, 2020). Ainda assim, a responsabilidade dos nutricionistas e demais administradores públicos persiste, ou podemos supor que aumentou, uma vez que dado

o aluno não estar indo à escola há uma questão logística no armazenamento e distribuição desses *kits* aos responsáveis, bem como dificuldade das equipes gestoras do programa de alimentação em medir o estado biofísico e social dos alunos (AMORIM; RIBEIRO JUNIOR; BANDONI, 2020; PEREIRA et al., 2020).

O retrato da IA está diretamente associado com a desigualdade, uma vez que muitos estudantes só dispõe de três refeições diárias por contarem com alimentação escolar. Situação agravada na pandemia, tanto pelo risco de morte da pessoa provedora da família como também pelo aumento do desemprego e da falência de negócios. Dados apontam que a quantidade de pessoas abaixo da linha da pobreza triplicou durante a pandemia e já representam quase 13% da população brasileira (COUTO, 2021). A preocupação é do presente, mas no provável retorno dos alunos é necessário avaliar a condição de IA dos estudantes, bem como o debate da expansão dos valores destinados ao custeio do PNAE e de flexibilizar a disponibilização de alimentos nos períodos de férias escolares, principalmente neste momento inicial (AMORIM; RIBEIRO JUNIOR; BANDONI, 2020).

Todavia, um aspecto que emerge, refere-se ao valor repassado pelos recursos do PNAE. Antes da pandemia, estes chegavam a ser insuficientes, sobretudo pelo seu caráter complementar no custeio da alimentação (PEREIRA et al., 2020). Entretanto, os gestores conseguiam gerenciar parte dessa situação via ganhos de escala, ou seja, comprar alimentos em maior quantidade a custo menor e quando destinado às escolas, cozinhá-los lá ou num ambiente centralizado, mas patrociná-los e servi-los aos alunos. Quando se passa a distribuir os gêneros alimentícios sem cozinhá-los, fica a dificuldade extra de selecionar quais itens comporão a cesta (*kit*) que cada aluno vai receber, a dificuldade de particionar carnes, queijos e outros itens e, como definir produtos substitutos quando um determinado item se esgota antes do último '*kit*' ser definido.

### ***Diet problem e a busca da composição de uma cesta ótima***

A programação (ou otimização) linear é “Um caso particular dos modelos de programação em que as variáveis são contínuas e apresentam comportamento linear, tanto em relação às restrições como à função objetivo [...]” (GOLDBARG; LUNA, 2005, p. 11). Pode-se entendê-la como dedicada ao desenvolvimento de métodos que possibilitem obter soluções para problemas que envolvem comportamentos de

maximização ou minimização de uma função de interesse, mas que se encontram limitadas por restrições. O objetivo é encontrar uma solução ótima dentre um conjunto de possibilidades viáveis, o que pode não ser tão trivial em termos de complexidade do problema, poder computacional, custo e tempo disponível para obter tal solução, se ela existir (VAN DOOREN, 2018; DEPTFORD et al, 2018).

Um desses problemas é o da dieta (*diet problem*). Stigler (1945) menciona que já se havia um elenco de estudos no sentido de recomendar dietas do tipo ‘baixo custo’, ‘moderada’ e ‘caras’, adequadas aos níveis de renda de pessoas, mas que não se havia abordagem de uma que atendesse as quantidades adequadas de nutrientes e calorias, mas que fosse obtida ao menor preço. A solução encontrada pelo autor não foi devidamente sofisticada, haja vista que se tratava de tentativa e erro que reduziram os 77 alimentos iniciais para uma quantidade menor, a qual reduziu o sistema de equações a ser resolvido, indicando que a dieta ideal custaria \$39,93 por ano, em 1939 - tratava-se de um problema com nove restrições, os nutrientes, e com 77 incógnitas, os alimentos (GARILLE; GASS, 2001).

Salto em resoluções mais sofisticadas seria dado poucos anos depois, já com o desenvolvimento do método simples por Dantzig, em 1947 (KRIPKA; PECCATI, 2014). Ainda em 1947, Laderman usou o método para resolver o problema da dieta de Stigler, valendo-se de nove funcionários, dispendo de calculadoras de mesa operadas manualmente, ao longo de 120 homens-dia para encontrar a solução de \$ 39,69; a qual apresentava um excesso de niacina, tiamina, proteína e ferro; se não fosse permitido excessos então o custo subiria para \$ 49,40 (GARILLE; GASS, 2001). Vale considerar que a solução retornará alimentos para compor um ‘kit’, podendo gerar uma combinação que não seria, *a priori*, saborosa; por isso que o resultado poderia ser melhorado ao considerar uma variedade maior de alimentos, contar com equipe multidisciplinar de nutricionistas e gastrônomos, os quais poderiam trazer a contribuição qualitativa sobre as refeições que tal combinação de itens alimentícios poderiam gerar. Ainda, Lancarster (1992) menciona que com o avanço da literatura, além da resolução do modelo que otimize e respeite as restrições, também se passou a considerar variações e preferências alimentares na definição das dietas.

Além da literatura internacional, há pesquisas brasileiras que se debruçaram sobre o problema da dieta em diferentes enfoques. Entre estes está Kripka e Peccati

(2014) que realizaram uma variação que objetiva minimizar o consumo de calorias e preservar a qualidade nutricional da dieta. Como o trabalho analisava o consumo diário, em todas as refeições, foi necessário aplicar a programação linear em cada refeição, de modo que a quantidade de calorias máxima por refeição também variaria, implicando em seis problemas a serem otimizados – as seis refeições -. Com essa quantidade de refeições foi necessário considerar 57 alimentos. As autoras conseguiram determinar algumas dietas que reduziram as quantidades calóricas das refeições e, nas dietas que a otimização não retornou relevante redução, foi percebido que o consumo violou a dieta esperada, os alimentos poderiam ser distribuídos de modo a satisfazer as necessidades diárias e não apenas as por refeição.

Por sua vez, Santos e Quintal (2016) objetivam identificar uma ração (dieta) para suínos com valores nutricionais adequados e de reduzido custo de produção. Através do emprego da programação linear e de ajustes pelo Quadrado de Pearson, os autores conseguiram identificar uma ração constituída por 11 ingredientes que retornava um custo de R\$ 0,48 por quilograma. Os autores ainda destacam que esta alimentação é recomendada para animais adultos, principalmente para porcas em gestação. O que indica que mesmo para animais, a definição de dietas deve ser ajustada às particularidades do ser, o que aumenta a relevância da abordagem da otimização linear, especificamente quanto à facilidade de ajustar os parâmetros e obter novas dietas.

Já, Oliveira, Borges e Silva (2020) se voltaram a obtenção do menor custo financeiro para alimentação de idosos da cidade de Monte Carmelo (MG). Os pesquisadores aplicaram a programação linear, considerando um grupo de 62 alimentos facilmente encontrados na cidade. As informações nutricionais dos alimentos foram obtidas da Tabela Brasileira de Composição de Alimentos -TACO -, criada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação -NEPA - e, as recomendações nutricionais diárias foram obtidas do site do *National Institutes of Health*. Vale salientar que a dieta considera uma cesta de alimentos que atenda a todas as refeições diárias, por isso da maior quantidade de alimentos. Obteve-se uma dieta ao custo de R\$ 6,92; pesando quase 1,5 kg (sendo aproximadamente 0,9 kg apenas de brócolis). Os autores tentaram fazer ajustes para minimizar o peso da alimentação, para flexibilidade a necessidade diária de potássio e para excluindo os brócolis. De modo geral, o trabalho conseguiu determinar opções de dietas e identificou uma elevada relevância de um alimento

específico que atende às recomendações nutricionais.

Assim, considerando-se a aplicabilidade do *diet problem* para a escolha de um ‘kit’ que otimize o custo, dada restrições a serem atendidas, acredita-se que este ferramental possibilitará auxílio ao administrador nutricional quando da resolução dos problemas citados no fim da subseção anterior. É preciso delimitar que este trabalho não objetiva indicar um cardápio ideal, haja visto que essa atividade é incumbência dos profissionais legalmente habilitados e autorizados. Em verdade, espera-se subsidiar esta decisão ao apresentar uma metodologia dinâmica, isto é, que com poucas transformações possibilite ao profissional legalmente habilitado obter itens de dieta alimentar que atenda a diferentes padrões nutricionais, haja vista a multiplicidade de corpos e suas necessidades. Outra observação está no possível resultado que será obtido, uma vez que é comum pesquisas que tratam do problema da dieta retornem dietas com ‘sabor’ não palatável, muitas vezes, e com forte presença de um dos alimentos.

## **METODOLOGIA**

### **Caracterização da pesquisa**

Comumente os estudos científicos são enquadrados em tipologias, no que se refere às características da investigação. Dentre estas classificações, há as quanto ao problema, o objetivo e as técnicas utilizadas.

No que se refere ao problema (ou natureza), esta pesquisa é do tipo quantitativa. Segundo Mussi *et al.* (2019), a pesquisa quantitativa possibilita obter indicadores e tendências presentes na realidade, sobretudo nas características predominantes do grupo do objeto analisado, valendo-se fortemente da estatística, a qual possibilita a generalização de dados amostrais para a população, a certo nível de confiança. Neste trabalho, vale-se do espectro quantitativo para utilizar-se de método de otimização que se proponha a resolver o problema de determinar um kit ótimo que possibilite a distribuição de alimentos a discentes, durante o período que vigora determinação normativa de possibilitar entrega de gêneros alimentícios.

Quanto ao objetivo, está-se diante de um estudo descritivo. Conforme Prodanov e Freitas (2013), trabalhos com esta orientação se concentram em observar, registrar,

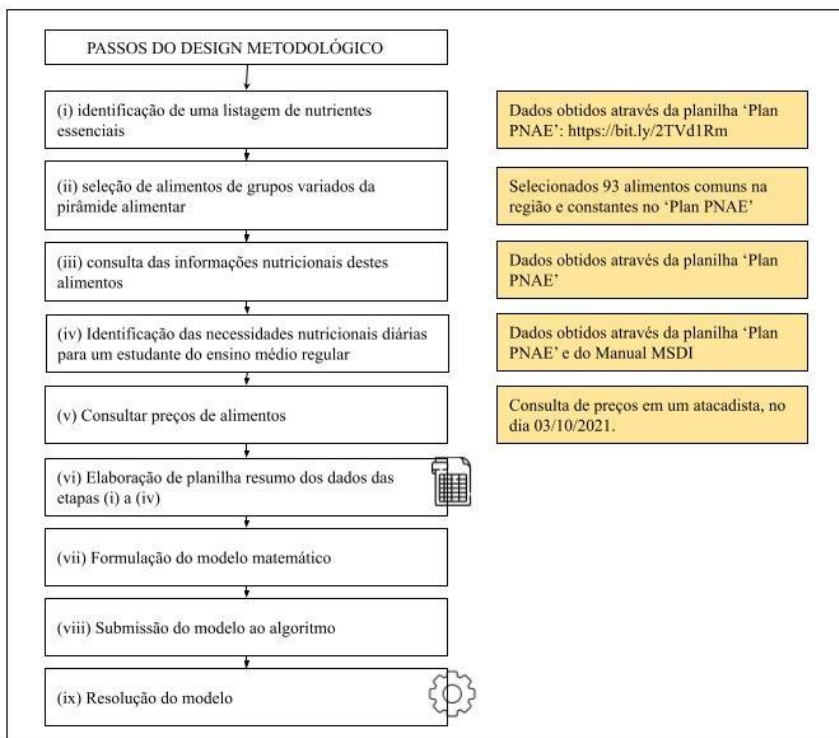
analisar e interpretar os fenômenos, sem que haja necessidade do pesquisador atuar diretamente sobre ele. O intuito do trabalho é identificar e analisar a possibilidade de uma metodologia que propicie, ao nutricionista administrador, subsídio à determinação mais eficiente de itens para compor o ‘kit alimentar’ a ser distribuído a estudantes.

Quanto à técnica de análise, será empregada a programação linear. A qual consiste na utilização de programação para resolver um sistema de inequações, no sentido de se otimizar uma função objetivo. Dessa forma, demonstra-se as quantidades de alimentos que satisfaçam as necessidades nutricionais ao menor custo possível.

### **Caracterização da análise**

O desenho metodológico conta com nove etapas, Figura 1. As etapas de (i) a (v) consideram os dados necessários para a definição da função objetivo e das restrições do modelo; por sua vez, o passo (vi) reúne os dados coletados para na (vii) formular-se o modelo matemático, o qual será (viii) implementado no algoritmo a ser (ix) resolvido.

**Figura1. Passos do Design Metodológico da Pesquisa**



Fonte: Autoria própria (2022).

No *website* do FNDE consta uma seção de materiais de apoio ao nutricionista.

Dentre estes está uma planilha, o ‘Plan PNAE’, o qual possui uma aba em que possui uma tabela nutricional, em que suas linhas contém os alimentos e, colunas com os nutrientes, sendo o cruzamento de linhas e colunas (células) correspondente ao quanto de determinado nutriente é encontrado em 100g do alimento. Além disso, há uma codificação para o tipo de alimento: os que as linhas foram pintadas de vermelho são alimentos de aquisição proibida; já os preenchidos em amarelo são proibidos para menores de 3 anos, com oferta limitada para os demais estudantes; e os em azul são permitidos para todas as idades, porém com oferta limitada. Como o ‘Plan PNAE’ é um material oficial e criado justamente para subsidiar a escolha de alimentos pelo RT, então optou-se por utilizar-se das informações dele nesta pesquisa.

A coleta está resumida na Figura 1. Primeiro, etapa *i*, verificou-se quais os nutrientes, básicos, que devem ser fornecidos na alimentação; para isso, observou-se todos os evidenciados pelo ‘Plan PNAE’, exceto carboidrato, isto é: energia (em quilocalorias - kcal), proteína (em gramas - g), lipídeos (g), cálcio (em miligramas - mg), ferro (mg), retinol (em microgramas - mcg), vitamina C (mg) e sódio (mg). Vale considerar que boa parte da energia é advinda de carboidratos, por isso de não inclusão dele, em vias de evitar maior redundância. Em seguida, etapa *ii*, selecionou-se 93 (16%) dos 583 itens alimentares que constam no ‘Plan PNAE’ que poderiam ser encontrados, sem maior dificuldade, no Estado de São Paulo. Esclarece-se que a quantidade de alimentos foi limitada pelos seguintes critérios que pesaram para não se selecionar o alimento: alguns itens são proibidos ou possuem consumo restrito, alguns deles não são de fácil acesso no Estado de São Paulo, alguns não são comercializados em atacadista (a seguir falaremos melhor sobre esse critério) e todos os alimentos selecionados deveriam fornecer pelo menos um dos nutrientes.

Na etapa *iii* partiu-se para a identificação das informações nutricionais que cada alimento fornece, as quais estão disponíveis no mesmo documento; então realizou-se as etapas de (i) a (iii) com os dados do ‘Plan PNAE’. Não consideramos água como um dos itens da amostra por se tratar de um recurso básico à sobrevivência humana e portanto, não faz sentido submetê-la a uma método de seleção. Assim como não se considerou sal, entre os itens, por ser um item básico que rende em várias porções e por não possuir nenhum requisito nutricional, exceto o sódio (conforme planilha ‘Plan PNAE’).

Quanto às necessidades nutricionais diárias, etapa *iv*, para alunos cursantes do Ensino Médio regular (16 a 18 anos), estas foram consultadas na Resolução FNDE nº 06/20, exceto para sódio e retinol que foram verificados através do Manual MSD, pois não havia estes dados no Plan PNAE. Destaca-se que para este perfil de estudante, a alimentação escolar forneceria uma das refeições diárias, portanto, não se considerou toda a necessidade diária que um adolescente teria, mas 20% da quantidade diária de nutrientes. Prática está ancorada nos materiais do PNAE, como o ‘Plan PNAE’, que destacam essas necessidades nutricionais exigidas para apenas uma refeição.

Na última etapa da coleta, acessou-se o *website* de uma rede atacadista, presente em todos os estados brasileiros, listada na bolsa de valores e que possui mais de 60 anos de existência. A justificativa para escolha de um atacadista ao invés de um varejista ou diretamente dos fornecedores está no fato dos preços competitivos, da disponibilização pública dos preços negociados e que o poder público pode adquirir lotes com maiores quantidades de alimentos que é o sistema de vendas adotado em atacado. Dentro do *website* da rede verificou-se o preço de cada um dos 93 alimentos. Alguns ajustes de qualidade nesses dados foram feitos: (a) como os preços de negociação tratavam-se de quantidade diferentes, por tipo de alimento, converteu-se todas as grandezas de medidas para gramas, (b) se um mesmo item era vendido em unidade ou pacote (com várias unidades dentro), sempre era considerado aquela apresentação que detivesse o menor preço unitário e (c) sempre que possível, a preferência de escolha era para hortifrutis frescos ao invés de congelados.

De posse da coleta das etapas de (i) a (v), seguiu-se para organização, tabulação, de todos esses dados em planilha eletrônica do *Google Sheets* (etapa *vi*), dispondo nas linhas a listagem dos 93 alimentos, nas colunas ficaram cada um dos nutrientes, assim como dedicou-se uma coluna ao preço médio e incluiu-se uma linha para reunir as necessidades diárias de cada nutriente que os alimentos selecionados pela otimização linear deveriam fornecer. Como as colunas relativas aos nutrientes fornecidos pelos alimentos estão em medidas de 100g, cada um deles, no ‘Plan PNAE, realizou-se transformação para que estes valores fossem apresentados em termos de uma unidade de grama (1g), bastando-se para tanto dividir por 100. Processo semelhante foi feito com os preços, assim todas as unidades de medidas que os alimentos são negociados, foram convertidas para gramas e o preço foi dividido pelo total de gramas obtidos, assim



obtem-se o custo de um grama desse alimento, ver Tabela 1.

O modelo matemático (vii) trata-se da substituição dos dados da etapa (vi) necessitam serem transcritos nas funções (1) a (3). A Equação 1 trata-se da função objetivo, que neste caso objetivará minimizar o custo total.

$$\text{Minimizar } z = \sum_{j=1}^p c_j x_j \quad (1)$$

Nesta formulação,  $c_j$  corresponde ao preço de um grama do alimento  $x_j$ . Quanto a  $x_j$  este trata-se de um rótulo para cada um dos 93 alimentos, assim ele varia de  $x_1$  a  $x_{93}$ . Em relação às restrições, estas seguem a formulação (2).

$$\sum_{j=1}^p a_{ij} x_j \leq b_i, i = 1, 2, \dots, 9 \quad (2)$$

$$x_j > 0, j = 1, 2, \dots, 93 \quad (3)$$

O conjunto de elementos  $a_{ij}$  se referem a quantidade do nutriente  $i$  que um grama do alimento  $x_j$  teria. O somatório (2) pode ser segregado, em oito inequações, cada uma dedicada a um dos  $i$  nutrientes e sua necessidade de ingestão diária ( $b_i$ ). O modelo é transcrito no algoritmo de linguagem Python, submetido à biblioteca PuLp e à Pandas para resolução. O algoritmo é disponibilizado na seção seguinte, assim como ele está disponível online, junto com os dados, nesta pasta <https://drive.google.com/drive/folders/1x6swCORpVj4rCb1QojOx2m0M5hk9ismF?usp=sharing>.

## **RESULTADOS**

### **Resultados da coleta e descrição do modelo**

Quando falamos em *diet problem*, o intuito é encontrar um 'kit' de alimentos que atendam aos requisitos nutricionais ao menor custo. Nesse aspecto da composição nutricional desses itens, a planilha 'Plan PNAE' e a resolução CD/FNDE nº 06/2020 evidenciam as características nutricionais, para uma porção de 100g de uma lista de alimentos, e a exigência nutricional mínima para a quantidade de refeições servidas na escola - no caso da análise deste trabalho, consideramos a exigência para alunos cursantes do Ensino Médio regular (16 a 18 anos), então este requisito deveria ser 20% dos valores diários a serem supridos pela refeição escolar -. Os valores de requisitos

nutricionais e preços, já convertidos para uma unidade de grama, estão na Tabela 1.

**Tabela 1. requisitos nutricionais e preço dos alimentos, em unidade de grama**

Item	Energia (kcal)	Proteína (g)	Lipídeos (g)	Cálcio (mg)	Ferro (mg)	Retinol (mcg)	Vitamina C (mg)	Sódio (mg)	Preço (R\$)
Exigido	500,000	15,600	12,500	260,000	2,600	800,000	70,000	400,000	
x1	0,982	0,013	0,001	0,076	0,004	0,320	0,216	0,000	0,007
x2	0,915	0,014	0,001	0,034	0,003	0,140	0,059	0,000	0,005
x3	0,318	0,009	0,001	0,510	0,002	0,000	0,382	0,012	0,004
x4	0,368	0,010	0,001	0,219	0,001	0,020	0,537	0,000	0,004
x5	0,483	0,009	0,001	0,224	0,003	0,023	0,346	0,000	0,005
x6	0,453	0,008	0,001	0,249	0,002	0,780	0,785	0,033	0,007
x7	0,962	0,012	0,084	0,079	0,002	0,612	0,087	0,000	0,015
x8	0,294	0,007	0,000	0,029	0,002	1,160	0,087	0,112	0,007
x9	0,684	0,020	0,021	0,054	0,006	0,700	0,198	0,016	0,010
x10	0,555	0,003	0,000	0,019	0,001	0,040	0,024	0,000	0,007
x11	0,507	0,009	0,002	0,076	0,001	1,000	0,079	0,000	0,007
x12	0,542	0,011	0,004	0,045	0,002	0,790	0,806	0,000	0,009
x13	0,326	0,009	0,000	0,077	0,002	0,366	0,061	0,000	0,002
x14	4,065	0,037	0,420	0,065	0,018	0,000	0,025	0,150	0,007
x15	0,533	0,006	0,001	0,083	0,001	0,000	0,028	0,000	0,013
x16	0,576	0,009	0,001	0,331	0,001	0,000	0,218	0,012	0,006
x17	0,616	0,008	0,002	0,401	0,002	0,002	0,191	0,042	0,017
x18	0,457	0,009	0,002	0,048	0,002	0,490	0,609	0,041	0,008
x19	0,193	0,007	0,002	0,244	0,003	0,000	0,024	1,065	0,008
x20	3,868	0,003	0,000	0,076	0,002	0,000	0,000	0,000	0,004
x21	3,866	0,003	0,000	0,035	0,001	0,000	0,000	0,120	0,004
x22	3,686	0,008	0,001	1,265	0,083	0,000	0,000	0,250	0,008
x23	3,578	0,072	0,003	0,044	0,007	0,000	0,000	0,010	0,003
x24	3,597	0,073	0,019	0,078	0,009	0,000	0,000	0,016	0,004
x25	3,581	0,072	0,003	0,048	0,006	0,000	0,000	0,006	0,005
x26	3,938	0,139	0,085	0,479	0,044	0,000	0,014	0,046	0,011
x27	4,300	0,147	0,120	1,070	0,081	0,000	0,000	0,011	0,016
x28	3,605	0,098	0,014	0,179	0,010	0,000	0,000	0,007	0,003
x29	3,310	0,005	0,003	0,120	0,001	0,000	0,000	0,020	0,008
x30	3,506	0,072	0,015	0,013	0,023	0,470	0,000	0,449	0,005
x31	3,290	0,200	0,013	1,226	0,080	0,000	0,000	0,000	0,006
x32	3,236	0,213	0,012	1,109	0,065	0,000	0,000	0,000	0,006
x33	3,392	0,202	0,024	0,775	0,051	0,000	0,000	0,100	0,007
x34	3,706	0,103	0,020	0,195	0,009	0,000	0,000	0,147	0,004
x35	8,840	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,009

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1**

x36	8,840	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,015
x37	0,610	0,035	0,033	1,210	0,001	0,270	0,005	0,460	0,019
x38	0,696	0,027	0,023	1,010	0,000	0,270	0,000	0,380	0,012
x39	0,650	0,029	0,032	1,080	0,001	0,497	0,000	0,638	0,004
x40	0,370	0,031	0,004	1,338	0,001	0,109	0,000	0,510	0,004
x41	4,967	0,254	0,269	8,903	0,005	3,611	0,000	3,230	0,027
x42	2,263	0,164	0,173	0,063	0,006	0,070	0,000	0,630	0,009
x43	1,495	0,208	0,067	0,084	0,004	0,040	0,000	0,620	0,012
x44	2,140	0,266	0,111	0,130	0,029	0,000	0,000	0,610	0,026
x45	2,169	0,192	0,150	0,059	0,015	0,040	0,000	0,580	0,021
x46	2,207	0,176	0,161	0,031	0,015	0,050	0,000	0,510	0,031
x47	1,440	0,208	0,061	0,047	0,015	0,020	0,000	0,500	0,025
x48	1,335	0,217	0,045	0,033	0,018	0,020	0,000	0,490	0,022
x49	1,349	0,205	0,052	0,026	0,013	0,020	0,000	0,540	0,030
x50	1,641	0,215	0,080	0,061	0,005	0,000	0,000	0,540	0,017
x51	2,556	0,180	0,198	0,145	0,009	0,000	0,000	0,880	0,024
x52	1,861	0,201	0,111	0,129	0,009	0,000	0,000	1,020	0,020
x53	1,756	0,226	0,088	0,042	0,005	0,000	0,000	0,530	0,021
x54	0,940	0,182	0,023	0,100	0,006	0,000	0,000	0,520	0,033
x55	0,891	0,166	0,020	0,204	0,002	0,000	0,000	0,795	0,032
x56	0,833	0,179	0,008	0,087	0,002	0,060	0,000	1,760	0,024
x57	1,359	0,290	0,013	1,570	0,009	0,000	0,000	135,851	0,038
x58	1,431	0,130	0,089	0,420	0,016	0,788	0,000	1,680	0,011
x59	0,644	0,018	0,000	0,036	0,004	0,000	0,311	0,000	0,005
x60	1,182	0,013	0,001	0,211	0,004	36,370	0,165	0,088	0,007
x61	0,196	0,012	0,001	0,092	0,002	0,240	0,030	0,000	0,015
x62	0,488	0,019	0,001	0,181	0,003	0,038	0,031	0,097	0,005
x63	0,255	0,036	0,003	0,859	0,006	3,240	0,343	0,033	0,020
x64	6,430	0,145	0,635	1,463	0,023	0,000	0,000	0,010	0,067
x65	5,702	0,185	0,463	0,326	0,052	0,000	0,000	1,250	0,066
x66	0,340	0,028	0,004	1,660	0,024	0,000	0,501	0,023	0,046
x67	0,394	0,017	0,001	0,140	0,002	0,000	0,047	0,006	0,004
x68	0,300	0,011	0,002	0,214	0,005	7,400	0,051	0,111	0,004
x69	3,633	0,069	0,012	0,020	0,017	0,000	0,000	0,310	0,004
x70	2,215	0,015	0,225	0,827	0,003	1,277	0,000	0,520	0,011
x71	1,091	0,054	0,031	0,270	0,015	0,401	0,142	0,030	0,001
x72	0,271	0,029	0,005	1,309	0,005	5,830	0,967	0,062	0,016
x73	0,226	0,019	0,002	0,178	0,005	0,020	0,361	0,034	0,007
x74	3,309	0,005	0,003	0,119	0,001	0,000	0,000	0,024	0,006
x75	5,835	0,212	0,504	8,254	0,054	0,001	0,000	0,030	0,047
x76	3,547	0,212	0,054	1,144	0,054	0,067	0,000	0,050	0,007
x77	5,441	0,272	0,439	0,000	0,025	0,000	0,000	0,000	0,021

x78	3,391	0,232	0,008	0,535	0,070	0,000	0,000	0,000	0,013
x79	7,575	0,004	0,860	0,036	0,000	7,540	0,000	0,038	0,023
x80	0,213	0,011	0,002	0,088	0,004	0,380	1,002	0,000	0,015
x81	0,279	0,012	0,004	0,096	0,004	0,330	2,014	0,000	0,029
x82	0,233	0,010	0,001	0,064	0,003	0,680	1,582	0,000	0,029
x83	3,730	0,245	0,303	7,460	0,007	1,920	0,000	5,360	0,033
x84	1,397	0,126	0,081	2,532	0,001	0,528	0,000	2,830	0,014
x85	3,599	0,227	0,291	9,400	0,003	1,227	0,000	5,800	0,027
x86	0,153	0,011	0,002	0,069	0,002	1,030	0,212	0,010	0,007
x87	2,990	0,031	0,005	0,500	0,019	0,008	0,023	0,110	0,020
x88	0,529	0,007	0,002	0,067	0,001	0,073	0,033	0,000	0,016
x89	0,095	0,009	0,000	0,096	0,001	0,040	0,050	0,000	0,004
x90	0,249	0,018	0,002	0,411	0,004	0,320	0,012	0,000	0,008
x91	0,250	0,000	0,000	0,070	0,002	0,000	0,000	0,050	0,005
x92	3,130	0,269	0,219	0,130	0,019	0,000	0,000	19,430	0,050
x93	9,020	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,010

**Fonte: Autoria própria (2022).**

A codificação dos alimentos é traduzida assim: x1 = Banana, prata, crua. x2 = Banana, nanica, crua. x3 = Limão, tahiti, cru. x4 = Laranja, pêra, crua. x5 = Abacaxi, cru. x6 = Mamão, Formosa, cru. x7 = Abacate, cru. x8 = Melão, cru. x9 = Maracujá, cru. x10 = Maçã, Fuji, com casca, crua. x11 = Manga, Tommy Atkins, crua. x12 = Goiaba, vermelha, com casca, crua. x13 = Melancia, crua. x14 = Coco, cru. x15 = Pêra, Williams, crua. x16 = Mexerica, Murcote, crua. x17 = Graviola, crua. x18 = Carambola, crua. x19 = Água de coco. x20 = Açúcar, cristal. x21 = Açúcar, refinado. x22 = Açúcar, mascavo. x23 = Arroz, tipo 1, cru. x24 = Arroz, integral, cru. x25 = Arroz, tipo 2, cru. x26 = Aveia, flocos, crua. x27 = Café, pó, torrado. x28 = Farinha, de trigo. x29 = Farinha de tapioca/beiju. x30 = Farinha, de milho, amarela. x31 = Feijão, carioca, cru. x32 = Feijão, preto, cru. x33 = Feijão, fradinho, cru. x34 = Macarrão, trigo, cru, com ovos. x35 = Óleo, de soja. x36 = Óleo, de girassol. x37 = Iogurte natural. x38 = Iogurte, sabor morango. x39 = Leite, de vaca, integral. x40 = Leite, de vaca, desnatado, UHT. x41 = Leite, de vaca, integral, pó. x42 = Frango, inteiro, com pele, cru. x43 = Frango, peito, com pele, cru. x44 = Carne moída. x45 = Carne, bovina, capa de contra-filé, com gordura, crua. x46 = Carne, bovina, fraldinha, com gordura, crua. x47 = Carne, bovina, acém, sem gordura, cru. x48 = Carne, bovina, patinho, sem gordura, cru. x49 = Carne, bovina, lagarto, cru. x50 = Porco, bisteca, crua. x51 = Porco, costela, crua. x52 = Porco, pernil, cru. x53 = Porco, lombo, cru. x54 = Peixe, água doce, tilápia, filé, cru,

Oreochromis niloticus. x55 = Merluza, filé, cru. x56 = Cação, posta, crua. x57 = Bacalhau, salgado, cru. x58 = Ovo, de galinha, inteiro, cru. x59 = Batata, inglesa, crua. x60 = Batata, doce, crua. x61 = Berinjela, crua. x62 = Beterraba, crua. x63 = Brócolis, cru. x64 = Castanha-do-Brasil, crua. x65 = Castanha-de-caju, torrada, salgada. x66 = Cheiro verde (50% cebolinha verde, 50% salsa), cru. x67 = Cebola, crua. x68 = Cenoura, crua. x69 = Cereais, milho, flocos, sem sal. x70 = Creme de Leite. x71 = Ervilha em grão. x72 = Couve, manteiga, crua. x73 = Couve-flor, crua. x74 = Fécula, de mandioca. x75 = Gergelim, semente. x76 = Grão-de-bico, cru. x77 = Amendoim, grão, cru. x78 = Lentilha, crua. x79 = Manteiga, sem sal. x80 = Pimentão, verde, cru. x81 = Pimentão, amarelo, cru. x82 = Pimentão, vermelho, cru. x83 = Queijo de coalho. x84 = Queijo, ricota. x85 = Queijo, prato. x86 = Tomate, com semente, cru. x87 = Uva passa. x88 = Uva, Itália, crua. x89 = Pepino, cru. x90 = Vagem, crua. x91 = Vinagre, maçã. x92 = Carne de sol. x93 = Banha suína.

Para formar um ‘kit alimentar’, entre os 93 alimentos, desenvolveu-se modelo matemático através de problema de otimização linear, realizando a substituição dos dados da Tabela 1 nas equações 1 a 3, definindo-se o modelo. Nitidamente, não faria sentido representar por extenso como ficaria essa substituição, pois teríamos 93 incógnitas em cada uma das equações e a equação 2, na verdade, se trataria de oito funções, uma vez que são oito nutrientes que possuem quantidades mínimas (exceto para o sódio que terá limite máximo) a serem atendidas pelo ‘kit alimentar’ resultante do modelo.

Resolver esse modelo que possui uma função objetivo (equação 1) que minimiza o custo de 93 alimentos, respeitando oito restrições/equações (equação 2) que indicam o mínimo de cada nutriente que deve ser fornecido é, no mínimo, uma tarefa complicada para humanos, daí a justificativa para uso do poder computacional via algoritmos. E conforme o problema ficar mais complexo (mais variáveis, mais restrições, diferentes tipos de restrições, faixas estocásticas de preços), algoritmos que se restringem a soluções aproximadas (boas soluções, mas não exatamente a melhor) serão necessários, dado o limite computacional que o usuário possa ter. De posse do modelo teórico pode-se partir para a implementação.

## Implementando do modelo

Primeiro acessou-se um dos notebooks do *Google Colab*, realizando login com conta do *Gmail*. Em seguida foi importada a planilha que continha os dados da Tabela 1. Logo após, foram inseridos os comandos do algoritmo para resolução do modelo da seção anterior, ver Quadro 1.

**Quadro 1. Algoritmo utilizado para determinar o ‘kit’ alimentar ótimo**

1) !pip install pulp
2) !pip install pandas
3)
4) import pandas as pd
5) from pulp import *
6) from pandas import DataFrame
7)
8) df = DataFrame(pd.read_excel('Tabela_nutrientes.xlsx', sheet_name='Página4'))
9) df.head()
10)
11) problema = LpProblem("ProblemaDieta",LpMinimize)
12)
13) alimentos = list(df['Alimento'])
14)
15) energia = dict(zip(alimentos,df['Energia']))
16) proteina = dict(zip(alimentos,df['Proteina']))
17) lipideos = dict(zip(alimentos,df['Lipideos']))
18) calcio = dict(zip(alimentos,df['Calcio']))
19) ferro = dict(zip(alimentos,df['Ferro']))
20) retinol = dict(zip(alimentos,df['Retinol']))
21) vitamina_c = dict(zip(alimentos,df['Vitamina C']))
22) sodio = dict(zip(alimentos,df['Sodio']))
23) custo = dict(zip(alimentos,df['Preco']))
24)
25) alimentos_vars = LpVariable.dicts("Alimento",alimentos,0,cat= 'Continuous')
26) problema += lpSum([custo[i]*alimentos_vars[i] for i in alimentos], "Custo total da dieta")
27) problema += lpSum([energia[f] * alimentos_vars[f] for f in alimentos]) >= 543.0, "Minimo_energia"
28) problema += lpSum([proteina[f] * alimentos_vars[f] for f in alimentos]) >= 15.6, "Minimoproteina"
29) problema += lpSum([lipideos[f] * alimentos_vars[f] for f in alimentos]) >= 12.5, "Minimo_lipideos"
30) problema += lpSum([calcio[f] * alimentos_vars[f] for f in alimentos]) >= 260.0, "Minimocalcio"
31) problema += lpSum([ferro[f] * alimentos_vars[f] for f in alimentos]) >= 2.6, "Minimo_ferro"
32) problema += lpSum([retinol[f] * alimentos_vars[f] for f in alimentos]) >= 800.0, "Minimo_retinol"
33) problema += lpSum([vitamina_c[f] * alimentos_vars[f] for f in alimentos]) >= 70.0, "Minimo_Vitamina_c"
34) problema += lpSum([sodio[f] * alimentos_vars[f] for f in alimentos]) <= 400.0, "Máximo_Sódio"
35)
36) problema.writeLP("SimpleDietProblem.lp")
37) problema.solve()
38) print("Status:", LpStatus[problema.status])
39)
40) print("O kit alimentar ótimo (ao menor preço), em que cada unidade equivale a 1g, consiste de\n"+ " "*110)
41) for v in problema.variables():
42) if v.varValue>0:

43)	<code>print(v.name, "=", v.varValue)</code>
44)	
45)	<code>print("O custo diário do kit é: {}".format(round(value(problema.objective),2)))</code>

Fonte: Autoria própria (2022).

Primeiro, instala-se as bibliotecas *PuLP* e *Pandas* (linhas 1 e 2 do algoritmo) que contém os pacotes e ferramentas necessárias para a modelagem. Clica-se no botão de execução ou pode-se usar os atalhos do menu superior ‘Ambiente de execução’. Destaca-se que as bibliotecas precisam ser instaladas apenas uma vez. Em seguida importou-se as bibliotecas adicionadas (linhas 4 a 6). Logo a seguir, criou-se um banco de dados (linhas 8 e 9), com as informações contidas na planilha anteriormente importada, contendo os (i) nomes dos alimentos, (ii) cada um dos nutrientes, (iii) os valores nutricionais para um grama de cada alimento e, (iv) os preços de um grama de cada um dos alimentos, gerando uma matriz com os dados da Tabela 1.

Logo após, insere-se nova caixa de código para criar o problema que se deseja resolver, como deseja-se minimizar os custos, então utiliza-se a função *LpMinimize* (linha 11). Em uma nova caixa de código é possível criar uma lista que armazena os nomes dos 93 alimentos que informamos (linha 13). A partir de então, é necessário criar um dicionário para cada um dos nutrientes fornecidos pelos alimentos e os preços destes, assim agrupando os valores que já tinham sido inseridos anteriormente na criação de ‘*data frame*’ (linhas 15 a 23). Para melhor visualizar os resultados cria-se um vetor em que os valores para as quantidades de alimentos são não negativos, ou seja,  $x_j \geq 0$ . Esse vetor pode ser visualizado tanto como quantidades inteiras, assim usar-se-ia o comando *Integer*, ou no modo contínuo utilizando-se o comando *Continuous* (linha 25), serão gerados dois modelos, a fim de se comparar como a escolha impacta no ‘*kit*’ retornado. Sendo modelo 1 com o comando *Integer* ativado e modelo 2 com o *Continuous*.

Próximo passo é definir a função objetivo (linha 26). Bem como, definir as restrições para cada um os nutrientes inseridos anteriormente (linhas 27 a 34), aqui estão sendo inseridas as quantidades relativas às necessidades diárias, mas o leitor pode fazer a proporcionalidade para obter os equivalentes semanal, quinzenal, mensal, etc e assim ter esses valores requisitos mínimos para inserir nessa parte do código. Escreve-se o problema em um arquivo ‘*.lp*’ (linha 36), o qual pode ser acessado e baixado, se desejar-se, na aba dos ‘*Files*’. Agora pode-se solicitar que o problema seja resolvido (linha 37) e

verificar se o problema possui uma solução ótima (linha 38). E, por fim, exibir o resultado do ‘*kit alimentar*’ ótimo, se existir (linhas 40 a 43), juntamente com o custo dele (linha 45). A Tabela 2 apresenta o resultado.

**Tabela 2: Resultados do modelo 1**

Alimento	Modelo 1 (g)	Modelo 2 (g)
x3 Limão, tahiti, cru	1	0
x40 Leite, de vaca, desnatado, UHT	5	0
x60 Batata, doce, crua	17	16,32
x71 Ervilha em grão	471	474,03
x85 Queijo, prato	13	13,67
Custo	R\$ 1,15	R\$ 1,14

**Fonte: Autoria própria (2022).**

Desta forma, utilizando modelagem de otimização, considerando o atendimento de pelo menos 20% das necessidades nutricionais diárias para alunos de ensino médio, ao menor custo consiste em um ‘*kit alimentar*’, para um dia, formado por alimentos presentes em todos os grupos da pirâmide alimentar. Apesar da diversidade de alimentos do modelo 1, observa-se predominância de ervilha (471g) e uma quantidade ínfima de outros alimentos. Apesar disto, esta dieta custaria R\$ 1,15; ao dia, necessitando que a entidade executora complemente o recurso recebido do PNAE. Por outro lado, ao passar a aceitar quantidades fracionárias de gramas, modelo 2, o custo tem uma leve redução, assim como o peso total tem uma pequena redução. Mas a variabilidade de alimentos é quase inexistente, a quantidade de ervilha é quase a mesma, em termos absolutos e relativos, nos dois modelos, representando mais de 90% da dieta.

Este resultado é consistente com a literatura prévia, uma vez que é comum dietas com presença majoritária de um item, a exemplo do trabalho de Oliveira, Borges e Silva (2020). Para minimizar esse problema há diversas possibilidades: remover os itens com quantidades elevadas, fixar limites às quantidades de itens na dieta, incluir variáveis binárias para impossibilitar retornar alimentos similares numa mesma dieta, flexibilizar alguns dos requisitos nutricionais, aumentar a quantidade de alimentos, definir quantidades complementares (por exemplo, se o método selecionar algum grama de arroz, ele deve selecionar 0,8 gramas de feijão), ajustar a coleta para considerar preços médios de diversos estabelecimentos, obrigar que algum tipo de alimento seja sempre escolhido, entre outros.



Para fins de comparação de alguns desses ajustes do método decidiu-se testar três novos modelos. No primeiro (denominado modelo 3) eliminou-se ervilha dos dados, com o intuito de verificar o quão importante esse alimento é, abordagem semelhante a Oliveira, Borges e Silva (2020). No próximo, modelo 4, manteve-se o alimento, mas parametrizou-se para que nenhum dos itens excedessem 100 gramas. No modelo 5, combinou-se os dois modelos anteriores. Para o ‘modelo 4’ e ‘5’ é necessário proceder a uma alteração no algoritmo, a linha 25 passa a receber o parâmetro ‘100’, entre o “0,” e o “,cat” do código original, isto serve para garantir que nenhum alimento selecionado terá quantidade inferior a 0 gramas ou superior a 100 gramas. A Tabela 3 apresenta os resultados dos novos modelos.

**Tabela 3. Resultados dos Modelos 3, 4 e 5**

Alimento	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5
x28 Farinha, de trigo	80,26	76,57	80,53
x31 Feijão, carioca, cru	19,88	1,38	19,41
x35 Óleo, de soja	5,1	2,29	5,43
x4 Laranja, pêra, crua	123,76	97,67	100
x60 Batata, doce, crua	21,25	20,15	21,3
x71 Ervilha em grão	0	100	0
x85 Queijo, prato	20,19	20,43	18,94
x3 Limão, tahiti, cru	0	0	33,37
Custo	R\$ 1,54	R\$ 1,29	R\$ 1,55

**Fonte: Autoria própria (2022).**

Constata-se que as novas dietas não são financeiramente competitivas em comparação aos modelos 1 e 2. Porém, os três últimos modelos possuem uma variabilidade maior de alimentos, em comparação aos modelos iniciais. Sendo o custo financeiro do modelo 4 o mais próximo dos modelos 1 e 2. Apesar das variadas modelagens, o intuito central deste trabalho não é sugerir a dieta ideal, mas indicar uma metodologia que facilite a atividade de nutricionistas administradores direcionarem ‘kits’ alimentares, mais adequadas aos seus pacientes, com o menor custo possível e consumindo a maior quantidade de nutrientes.

O exemplo desenvolvido para testar o algoritmo considera o caso do aluno médio que não possui restrição alimentar especial, mas caso o interesse do leitor seja replicar em uma dieta para atender um público desse tipo basta editar o código

conforme a necessidade. Por exemplo, caso o estudante possua alergia a algum alimento (como camarão, ovo, soja, lactose etc.), com a simples exclusão da linha que contenha o alimento ofensor na planilha da base de dados, importada na linha 8, já se resolve esse problema. Caso o discente possua uma restrição por questões de saúde (diabetes, hipertensão, problema gastrointestinal etc.) é possível tanto eliminar o alimento ofensor editando a planilha base, assim como no exemplo anterior, como também é possível incluir ou editar as restrições nutricionais (linhas 27 a 34) para atender essa questão de saúde.

Mesmo que a quantidade de códigos (passos) do algoritmo possa, talvez, assustar num primeiro momento, facilmente se observa que pouquíssimos são os campos que necessitam serem editados pelo o responsável técnico, no âmbito do PNAE. Assim, tem-se um modelo dinâmico, o qual permite a simulação de vários ‘kits alimentares’, demandando uma menor quantidade de modificações, uma vez que somente no início do código necessitou-se declarar os dados dos alimentos e os requisitos mínimos a serem cumpridos.

## **CONCLUSÃO**

Este trabalho objetiva identificar uma proposta metodológica para auxiliar nutricionistas administradores na definição dos itens componentes de ‘kits’ alimentícios. A urgência de tal demanda dar-se em virtude da crise pandêmica de COVID-19, em que para se ‘suavizar’ as taxas de infecção e mortes provocadas pela doença, o poder público decretou a suspensão das aulas presenciais, juntamente com a flexibilização da regulação do PNAE em vistas de possibilitar a disponibilização dos alimentos, que seriam consumidos pelos alunos, aos responsáveis pelos estudantes.

Três questões insurgem na sistemática da distribuição dos alimentos nos chamados ‘kits alimentares’: (i) selecionar quais itens comporão o ‘kit’ que cada aluno receberá, (ii) a dificuldade de particionar carnes, queijos e outros itens e, (iii) como definir produtos substitutos quando um determinado item se esgota antes do último ‘kit’ ser montado. Estes são desafios práticos, porém podem acabar sendo solucionados por uma via que não seja a mais eficiente e, talvez, que impacte na qualidade nutricional do *mix* de alimentos entregues.

Neste ensaio, sugere-se a metodologia de otimização linear. Para fins de demonstração da aplicação desta técnica, modelou-se o problema que considera os preços de 93 alimentos, bem como as ofertas nutricionais destes. Para respeitar o princípio do PNAE de que a refeição escolar tem de respeitar as tradições e oferta local de alimentos, decidiu-se selecionar aqueles que são facilmente encontrados em um estado brasileiro e que são integrantes de variados grupos da pirâmide alimentar.

A resolução do modelo chegou a uma proposta de cinco ‘kits’ que respeitam todas as restrições e que minimizam o custo. Para além da resolução matemática, detalhe-se o algoritmo com a finalidade de demonstrar a praticidade do uso dessa metodologia, justamente pelo fato de que o nutricionista administrador teria de atualizar apenas os primeiros parâmetros do código, com os dados reais dos alimentos de interesse, e em questão de um tempo relativamente curto teria um ‘kit alimentar’. Ganhando outro trunfo pela dinâmica de se trabalhar com *scripts*, pois para simular um novo ‘kit’ com inclusão, edição ou exclusão de alimentos, bastaria atualizar os dados iniciais do código e rapidamente ter-se-ia um novo modelo a ser testado.

Haja vista o crescente movimento que tenta pressionar para que a flexibilização atual do PNAE se perenize para incluir o período de férias e recesso escolar, havendo distribuição de alimento nestes momentos, a sugestão deste artigo se mantém igualmente válida neste possível cenário. Bem como, com uma possibilidade de aprovação de normativos que tentam obrigar a existência cotas mínimas de certos tipos de alimentos, em que por simples modificação no algoritmo simulado poder-se-ia gerar ‘kits’ que atendam aos requisitos nutricionais e da quantidade mínima desses alimentos, preservando o menor custo.

Este trabalho se dedica a demonstrar a aplicabilidade de uma modelagem, que embora seja um problema clássico, ainda há profissionais de nutrição que desconhecem os poderes da otimização para subsidiar e proporcionar velocidade em sua tomada de decisão. Pelo objetivo deste *paper*, oportunidades de melhoria existem como limitação da quantidade de alimentos, o aspecto regional se restringir a um local e a possibilidade de considerar cenários em que um alimento tenha uma participação mínima obrigatória no *mix*. Ademais, estas oportunidades proporcionam caminhos de avanço, principalmente na pesquisa e formação de profissionais que muito se valerão de tal abordagem.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, A. L. B. de; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 1134-1145. 2020.

ANDRADE, M.; FRANCO, C.; CARVALHO, J. P. de. Gênero e desempenho em matemática ao final do ensino médio: quais as relações? *Estudos em Avaliação Educacional*, n. 27, p. 77-96. 2003.

BAI, Y., *et al.* Transmissão de portadora assintomática presumida do COVID-19. *Journal of the American Medical Association*. v. 323, n. 14, p. 1406-1407, 2020.

OLIVEIRA, D. E. de; BORGES, A. C. A.; SILVA, V. D. da. Uma aplicação do problema da dieta para se encontrar o menor custo de refeições diárias para idosos na cidade de Monte Carmelo – MG. *Brazilian Journal of Development*, v 6, n. 6, p. 36025-36034. 2020.

BRANCO, E. P. *et al.* Evasão escolar: desafios para permanência dos estudantes na educação básica. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 15, n. 33. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Brasília DF., abr., 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3AKuigO>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília DF., jun., 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3r81QBe>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Poder Legislativo, 1996. Disponível em: <<https://bit.ly/36pRuCW>>. Acesso em: 9 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO, G. C. G. *et al.* Conselho de alimentação escolar (CAE): os desafios enfrentados pelos conselheiros. *Research, Society and Development*, v. 10, n.3, p. 1-11. 2021.

COUTO, C. População abaixo da linha da pobreza triplica e atinge 27 milhões de brasileiros. CNN Brasil. 08 de abril de 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3k4HJSH>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

DEPTFORD, A. *et al.* Cost of the diet: a method and software to calculate the lowest cost of meeting recommended intakes of energy and nutrients from local foods. *BMC Nutrition*, v. 3, n. 26, p. 1-17. 2017.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Sobre o PNAE. O que é? Disponível em: <<https://bit.ly/3k1d2Oi>>. Acesso em: 9 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 1, de 8 de fevereiro de 2017. Altera o valor per capita para oferta da alimentação escolar do Programa de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília DF., fev., 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3hXWeVO>>. Acesso em: 9 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília DF., maio, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3isheVW>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

GARILLE, S. G.; GASS, S. I. Stigler's diet problem revisited. *Operations Research*, v. 49, n. 1, p. 1-13. 2001.

GOLDBARG, M. C.; LUNA, H. P. L. Otimização combinatória e programação linear: modelos e algoritmos. 2. ed. 10 reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GUAN, W. *et al.* Clinical characteristics of coronavirus disease 2019 in China. *The New England Journal of Medicine*, v. 382, n. 18, p. 1708-1720. 2020.

IHME COVID-19 FORECASTING TEAM. Modeling COVID-19 scenarios for the United States. *Nature Medicine*, v. 27, p. 94–105. 2021.

KRIPKA, R. M. L.; PECCATI, C. Uma variação para o problema clássico da dieta: a minimização do consumo de calorias. 2014. *Revista CIATEC*, v. 6, n. 1, p.13-25. 2014.

LANA, R. M. *et al.* Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 3, p. 1-5, 2020.

LANCASTER, L. M. The history of the application of mathematical programming to menu planning. *European Journal of Operational Research*, v. 57, n. 3, p. 339–347, 1992.

MARQUES, L. T. *et al.* Mineração de dados auxiliando na descoberta das causas da evasão escolar: um mapeamento sistemático da literatura. *Revista Novas Tecnologias na Educação*, v. 17, n. 3, p. 194-203. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Brasil confirma primeiro caso da doença. Agência Saúde. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3r59ADZ>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

MOREIRA, A.; Pinheiro, L. OMS declara pandemia de coronavírus. Bem Estar. G1. 2020. Disponível em: <<https://glo.bo/2ZxDvZQ>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MUSSI, R. F. de F. *et al.* Pesquisa quantitativa e/ou qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. *Revista SUSTINERE*, v. 7, n. 2, p. 414-430. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Q&A on coronaviruses (COVID-19). 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2LVtDAQ>>. Acesso em: 5 maio 2020.

PEREIRA, A. da S. Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela COVID-19. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 8, p. 63268-63282. 2020.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E. C. de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTANA, C. L. S. e; SALES, K. M. B. Aula em casa: educação, tecnologias digitais e pandemia COVID-19. *Interfaces Científicas*, v.10, n. 1, p. 75-92. 2020.

SANTOS, M. dos; QUINTAL, R. S. Problema de programação linear da dieta aplicado à nutrição de suínos. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, v. 9, n. 2, p. 251-276. 2016.

SANZ, V. Programación lineal: problema de la dieta con Python(Pandas/PuLP). Youtube, 26 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1IIkk6K9qIs&t=62s>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. de L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. *Educação por Escrito*, v. 8, n. 1, p. 35-48. 2017.

SILVA, L. L. S. da *et al.* Medidas de distanciamento social para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil: caracterização e análise epidemiológica por estado. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 9, p. 1-15. 2020.

SOHRABI, C. *et al.* World Health Organization declares global emergency: A review of the 2019 novel coronavirus (COVID-19). *International Journal of Surgery*, v. 76, p. 71-76. 2020.

SOUSA, C. R. de O. *et al.* Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez. *Cadernos de Saúde Coletiva*, v. 26, n. 2, p. 160-169. 2018.

STIGLER, G. J. The cost of subsistence. *Journal of Farm Economics*, v. 27, n. 2, p. 303-314. 1945.

TEMP, H.; COUTINHO, R. X. School dropout in high school: a scientometrics analysis. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 12, p. 1-26. 2020.

VAN DOOREN, C. A Review of the use of linear programming to optimize diets, nutritiously, economically and environmentally. *Frontiers in Nutrition*, v. 5, n. 48, p. 1-15. 2018.

VIEIRA, B. M. Morte da primeira vítima por Covid-19 no Brasil completa um mês nesta quinta. G1. São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://glo.bo/2TvZGMO>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

**Capítulo 20 - DOI:10.55232/1083002.20**

## **MUDANÇAS RECENTES NA PROTEÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA E DESIGUALDADES TERRITORIAIS**

**Luciana Caetano Da Silva e Marcio Pochmann**

**RESUMO:** Nos anos 1980, o receituário neoliberal foi ganhando corpo, vida e voz pelas mãos dos Estados Unidos e Inglaterra para, a partir de sua exposição no Consenso de Washington (1989), ser incorporado por outras nações, inclusive, Brasil. Freado na primeira década do século 21, foi retomado em meados da segunda década, com reflexos sobre relações de trabalho, concentração da riqueza e degradação ambiental em larga escala, a despeito das conferências e tratados internacionais. Esse é o plano de fundo sobre o qual se apoia a análise das condições de trabalho à luz das desigualdades territoriais, destacando infraestrutura produtiva e social. O artigo será composto por três blocos: inicialmente, uma breve recuperação das bases do sistema de proteção do trabalho no Brasil, seguido por breve levantamento das leis que instituíram a destruição de direitos trabalhistas e proteção social, desde o golpe de 2016; e, por fim, uma análise das condições de trabalho, a partir das desigualdades territoriais no interior do país, destacando infraestrutura urbana e rural.

**Palavras-chave:** Estado neoliberal, desigualdade regional, reforma trabalhista



## **APRESENTAÇÃO**

Em quase quatro séculos de persistente regime de acumulação extensiva, o Brasil percorreu o modo de produção pré-capitalista assentado na prevalência do trabalho escravo. Sua dinâmica dependeu dos recorrentes ciclos de incorporação dos excedentes comercializáveis gerados a partir da expansão horizontal das atividades econômicas em sucessivas enclaves territoriais associados à produção interna dependente do extrativismo e agropecuário.

Somente na consolidação do modo de produção capitalista desde a década de 1880 que se tornou possível a passagem para o regime de acumulação intensiva, inaugurando a formação e a estruturação do mercado de trabalho. Em suas primeiras décadas, o desenvolvimento capitalista no Brasil se mostrou profundamente desigual na expansão e assimétrico na absorção do progresso técnico, fruto da relação hierárquica imposta pelo centro desenvolvido à periferia subdesenvolvida.

Pela República Velha (1889 - 1930), o mundo do trabalho quase não se alterou, não fosse a soltura dos escravos, embora sem a integração na sociedade, e a presença de ampla imigração de mão de obra branca a ocupar espaços até então dependentes do trabalho forçado. O aprofundamento do subdesenvolvimento gerou, contudo, a manifestação e defesa do movimento em defesa da modernização interna, sobretudo a partir da década de 1920.

A Revolução de 1930 consagrou o movimento modernista, cuja receita para a superação do subdesenvolvimento dependeria da implementação do projeto nacional desenvolvimentista associada à industrialização e urbanização do país. Por mais de meio século, o avanço da regulação capitalista nas dimensões econômica, social, política e cultural avançou consideravelmente diante da ascensão do Estado moderno no país.

Dessa forma, a sociedade salarial foi se constituindo demarcado pelo movimento de inédito de estruturação do mercado de trabalho. Embora não tivesse alcançado o mesmo patamar do trabalho regulado verificado nos países desenvolvidos, o Brasil concedeu passos importantes e inegáveis nesse sentido.

Desde os anos de 1990, contudo, o esgotamento da industrialização vem dando lugar a outro sistema econômico assentado nos serviços sob a dominância do rentismo financeiro ao lado da dependência da produção e exportação de produtos primários. Com essa transformação na infraestrutura produtiva, a estrutura da sociedade salarial passou a

sofrer as consequências do enxugamento tanto da classe média assalariada como da velha classe trabalhadora industrial.

A ascensão dos novos governos desde o golpe de 2016 trouxe consigo o receituário econômico neoliberal que havia sido derrotado nas eleições presidenciais realizadas entre 2002 e 2014. Para tanto, a desmontagem da CLT aponta e consolida o fim do trabalho como até então se conhecia, com a desestruturação da sociedade salarial diante da desindustrialização precoce e a antecipação da sociedade de serviços.

## **1. A CONSTRUÇÃO DA PROTEÇÃO AO TRABALHO NO BRASIL**

Em seis décadas, o trabalhismo se tornou *avant la lettre* o principal ideário crítico e programático à transição e à consolidação liberal do capitalismo no Brasil. Entre os anos de 1870 e 1930, o trabalhismo surgiu e se expandiu enquanto base de experimentalismo governamental regional, especialmente no estado do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, a vertente trabalhista emergiu no país enquanto parcela progressista minoritária, que se encontrava originalmente vinculada ao antigo Partido Liberal (1831-1889). Ainda durante o império, em 1870, o surgimento do Partido Republicano, terminou se reproduzindo de forma fragmentada pela diversidade de partidos republicanos estaduais que, a partir da década de 1880, se destacavam na defesa de eleições diretas, da centralização governamental e do fim da escravidão.

O caso do Partido Republicano Riograndense, fundado em 1882, imediatamente refletiu suas especificidades a respeito da transição econômica, política, cultural e social para o capitalismo em relação à corrente liberal predominante em grande parte dos demais partidos republicanos. De imediato, a formação do jornal intitulado A Federação (1882-1937) permitiu produzir e difundir o conhecimento crítico e propositivo tanto ao agrarismo herdado pelo passado colonial como pelo curso de passagem ao capitalismo liberal.

Para isso, a constituição e o fortalecimento de um grupo político relativamente homogêneo (Venâncio Ayres, Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado, Borges de Madeiros, Lindolfo Collor e outros) que, através do jornal A Federação, protagonizou a filosofia republicana do castilhismo fundadora das do trabalhismo no Brasil. Embora o castilhismo

tivesse por tempero o positivismo de Comte, em evidência à ordem e ao progresso frente ao baixo dinamismo material e social do agrarismo, compreendeu também a importância da leitura atenta de Locke, em especial sobre governo de competência como resposta à gestão monárquica em curso no país da época<sup>1</sup>.

Com isso, a defesa do fortalecimento do Estado utiliza para transformar a sociedade existente, antecipando-se ao espontaneísmo derivado do tempo da espera presente na política da República Velha (1889-1930). Para tanto, o exercício da tutela numa formação social atrasada por quase quatro século de escravidão, cuja passagem tardia para o capitalismo pressuporia a presença de um Estado forte, com ênfase no bem-estar da coletividade diante do desinteresse individual decorrente do liberalismo importado.

Como uma espécie variante aos caminhos possíveis do capitalismo nascente, a experimentação republicana no Rio Grande do Sul seguiu com embates intensos (revolução federalista de 1893-1895 e de 1924). Os governos de Júlio de Castilhos (1891; 1892; e 1893-1889), Borges de Medeiros (1889-1908; 1913-1928) e Getúlio Vargas (1928-1930) permitiram colocar em prática as estruturas do Estado moderno, enquanto o Brasil percorria frequentes estados de sítio intermediados por eleições falsificadas e poder legislativo e judiciário submissos à economia primário-exportadora.

No contexto da sociedade agrária, que perdurou por mais de quatro séculos no Brasil, teve-se o predomínio da baixa fluidez social, com a quase ausência de mobilidade entre distintas classes e frações de classes. Desde a segunda metade do século 19, todavia, a combinação do fluxo de imigrantes europeus com o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870) resultou na conformação de uma contracultura da elite de intelectuais e militares convencidos da necessidade de transitar para outra formação social.

Os valores identificados com o progresso material possível na passagem para o modo capitalista pressupunham responder à tristeza e melancolia gerados pela decadência da antiga sociedade patriarcal rural<sup>2</sup>. A publicação do Manifesto Republicano, em 1870, antecipou o curso das modificações que levariam ao ingresso tardio no capitalismo, protagonizado pela superação da monarquia escravagista através da instalação da República quase duas décadas depois.

---

<sup>1</sup>. Sobre o castilhismo ver: DIDONET, 1977; RODRÍGUEZ, 2000; PAIM, 1981; SOARES, 1991.

<sup>2</sup>. Sobre isso, ver mais em: PRADO, 1962; FREYRE, 1998; BOMFIM, 2005; ROMERO, 2001.

Ao dezoito do movimento do capital mundial, o Brasil abandonou a economia mercantil escravista para assumir a condição de periferia protagonizadora da produção e exportação primária crescentemente assentada no trabalho assalariado. De certa forma, a montagem das estruturas internas que permitiram, através do desenvolvimento endógeno do processo de acumulação de capital no Brasil, transpassar a herança colonial:

Mesmo assim, a dependência do dinamismo interno à demanda externa por produtos primários, garantia a inserção na Divisão Internacional do Trabalho através de custos rebaixados de produção, incapazes de forjar a pujança do mercado interno. O trabalhador após a abolição da escravatura era visto apenas como custo, distante da perspectiva da proteção social e trabalhista e da parte importante da constituição da demanda interna.

A crítica às injustiças do liberalismo se assentava na proposição da república positivista do Sul, que se fundamentava na aceleração do progresso material com mobilidade social centrada no trabalho regulado. A atenção à questão social em construção durante a transição para o capitalismo nascente foi revelada pelo protagonismo da classe trabalhadora urbana, ainda que minoritária em algumas cidades.

A tensão entre as direções das forças anarquistas e comunistas na virada para o século 20 expressou a força do internacionalismo em discordância com a defesa da soberania nacional em fundamentação nas bases do trabalhismo. Por isso, a importância das encíclicas papais para a formulação da crítica ao liberalismo e da defesa do Estado moderno com intervenções que reformassem a sociedade e enfrentar o quadro geral do subdesenvolvimento e das injustiças sociais.

Pela cidadania regulada que se generalizada na massificação do trabalho assalariado formal, a perspectiva da mobilidade entre diferentes classes sociais demarcou o significativo dinamismo das forças produtivas do capitalismo brasileiro. A educação, em sequência, compreenderia o princípio fundamental a ser perseguido, tendo em vista a sua negação pelo liberalismo predominante nas políticas governamentais da República Velha.

Mesmo que possível, a resistência das forças dominantes de fazendeiros e ex-senhores de escravos de perder privilégios permitiu manter na República praticamente o mesmo segmento dirigente da monarquia. Em função disso, a composição sobrança da

sociedade de classes (ex- escravos, mão de obra livre nacional e estrangeira) tiveram frustradas as expectativas de melhorar as condições de vida e trabalho<sup>3</sup>.

A ausência do projeto de nação que atacasse às desigualdades provenientes da formação social escravista terminou sendo ampliada pela internalização de dinâmica capitalista que ordenasse a sociedade dominada pelo capital e pelo trabalho livre. Diante da precária situação da nascente classe trabalhadora industrial, a ocupação de homens, mulheres e crianças, sem regulação e proteção social decorrentes de instituições públicas, transcorria sob elevada exploração.

Assim, sem a reorganização do poder derivado do Estado forte, a administração pública tendia a privilegiar os interesses privados que dominavam desde a tradição monárquica, tornando a República de baixa efetividade. A reorganização da identidade nacional em conformidade com as especificidades do país requereria a força de uma contra-elite capaz de vislumbrar um novo projeto de país a proteger o sistema produtivo, especialmente de base industrial, e a classe trabalhadora com garantias do bem-estar social<sup>4</sup>.

Até a década de 1920, o Brasil desconhecia força suficiente para interromper o liberalismo do capitalismo nascente a se reproduzir sem presença de Estado forte e planejador, com regras difundidas de proteção social e trabalhista para a imensa população sobrando que começava a se deslocar para as cidades. É nesse contexto que o positivismo castilhisto se constituiu como um dos principais fundamentos do trabalhismo enquanto projeto político antiliberal e de igualdade a partir do experimentalismo sulriograndense

Por meio século, o Brasil registrou notável desempenho econômico e social, considerado o país entre os de maior ritmo de expansão produtiva mundial. Em 1980, por exemplo, respondia por 3,2% da economia mundial, enquanto em 1930 mal alcançava 1%<sup>5</sup>.

As alterações transcorridas na sua estrutura produtiva que permitiram rapidamente transitar do primitivo e longo agrarismo para uma sociedade urbana e industrial foram, em grande medida, impulsionadas pelo trabalhismo implementado a partir da Revolução de 1930. Apesar disso, a política do trabalhismo que tinha como centralidade a superação do subdesenvolvimento em prol do bem-estar social se

---

<sup>3</sup>. Mais detalhes em: HOLANDA, 1975; FREYRE, 1977; COSTA, 1998.

<sup>4</sup>. Sobre isso, ver: TORRES, 1978; MORAES, 1992; VIANNA, 1938.

<sup>5</sup>. Ver mais em: MELLO, 1982; TAVARES, 1975, DRAIBE, 1985.

fundamentou na orientação principal no conjunto da classe trabalhadora, sobretudo de base manufatureira.

No contexto mundial do entre guerras (1914-18 e 1939-45) e da própria guerra fria (1947-91), o Brasil encontrou terreno fértil para avançar materialmente por vontade interna nacional. Mas isso não impediu que as forças conservadoras e antidemocráticas reagissem ao trabalhismo, seguindo contrárias às reformas de base, à consolidação democrática e ao avanço do projeto de igualdade.

Diferentemente da Independência nacional, em 1922, e da República, em 1889, que se caracterizaram por mudar o regime de governo para manter o poder do patriarcado, a Revolução de 1930 alterou o papel do Estado que até então servia de ferramenta para interesses minoritários (família real, clero, nobreza e oligarquias regionais). Em vez da sucessão dos governos antidemocráticos, exercidos de poucos para poucos como se fossem mera extensão da própria organização familiar (patriarcalismo), a política começou a sofrer considerável deslocamento<sup>6</sup>.

A política exercida enquanto forma particular de ocupação dos cargos públicos e de realização dos interesses dominantes na sociedade agrária foi transformada no guia que buscou definir os destinos da nação em transição para a sociedade urbana e industrial. Assim, o racismo, o patriarcalismo e o patrimonialismo a misturar o poder público com o privado e vice-versa foram seriamente golpeados<sup>7</sup>.

A ascensão do trabalhismo se deu no curso imediato das primeiras medidas do governo revolucionário de Getúlio Vargas (1930-1945), tendo como expressão emblemática inicial, a criação do Ministério (da Revolução) do Trabalho, Indústria e Comércio (1930-2018) sob a titularidade de Lindolfo Collor - castilhistas de primeira grandeza. No enfrentamento direto aos interesses da velha oligarquia agrária, coube ao Estado moderno, que se consolidou com o Estado Novo (1937-1945), o protagonismo transformador da realidade econômica, social, política e cultural, através de intensa e extensa implementação de normativas constituídas pela nova elite dirigente.

A centralização governamental e o avanço das políticas econômicas e sócio trabalhistas estavam alinhados à tentativa de superação do modelo de governo descentralizado e patrimonialista do passado que articulava as principais forças do conservadorismo, sobretudo através dos municípios dirigidos por “coronéis” desde o

---

<sup>6</sup>. Sobre isso, ver mais em: TRINDADE, 1980; FONTOURA, 1958; SKIDMORE, 1982; FAUSTO, 1970.

<sup>7</sup>. Mais detalhes em. AZEVEDO, 1949; FAORO, 1958; VIANNA, 1999.

império. Mas, para isso, o governo revolucionário pressupunha formar uma nova maioria política agregando forças antiliberais então existentes (fascistas, comunistas, católicos e outros) até consolidar o inédito sujeito social a ser produzido pelo trabalhismo.

Nesse sentido, a classe trabalhadora, que se alastraria com a marcha das políticas de industrialização e urbanização nacional, resultaria da incorporação crescente do fluxo migratório do campo para a cidade. Para isso, o necessário enfrentamento do racismo da República Velha que durante o período pós-abolicionista continuou aceitando as teses de superioridade racial, comandando um amplo processo de atração de mão de obra imigrante europeia a substituir postos de trabalho de ex-escravos.

Em função disso, as bases da formação da classe trabalhadora no capitalismo nascente no país foram conformadas, especialmente no centro-sul brasileiro, por imigrantes. Na época, as instituições de representação dos interesses dos trabalhadores que eram protagonizadas por associações, sindicatos e partidos políticos estiveram fortemente induzidas por ideologias trazidas do exterior (catolicismo, anarquismo e comunismo).

Concomitante com as atribuições do Ministério do Trabalho de organizar, regular e proteger o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, o trabalhismo se assentava no projeto de sociedade salarial com a cidadania regulada por direitos sociais e trabalhistas. Para tanto, a nacionalização do mundo do trabalho, cujas limitações crescentes ao ingresso de imigrantes estrangeiros apontavam para o destino do trabalhismo que seria tornar a classe trabalhadora governante do país<sup>8</sup>.

No seu segundo governo (1951-1954), Getúlio Vargas - no Dia do Trabalho - em 1954, quando definiu a elevação de 100% de acréscimo no valor do salário-mínimo, afirmou:

*“Há um direito de que ninguém vos pode privar, o direito do voto. E pelo voto podeis não só defender os vossos interesses como influir nos próprios destinos da nação. Como cidadãos, a vossa vontade pesará nas urnas. Como classe, podeis imprimir ao vosso sufrágio a força decisória do número. Constituí a maioria. Hoje estais com o governo. Amanhã sereis o governo. A satisfação dos vossos reclamos, as oportunidades de trabalho, a segurança econômica para os vossos dias de infortúnio, o amparo às vossas famílias, a educação dos vossos filhos, o reconhecimento dos vossos direitos, tudo isso está ao alcance das vossas possibilidades. Não deveis esperar que os mais afortunados se compadeçam de vós, que sois os mais necessitados. Deveis apertar a mão da solidariedade, e não estender a mão à caridade. Trabalhadores, meus amigos, com a consciência da vossa força, com a união das vossas vontades e com a justiça da vossa causa, nada vos poderá deter”<sup>9</sup>.*

<sup>8</sup>. Para mais detalhes, ver: VARGAS, 1988.

<sup>9</sup>. D'ARAÚJO, 2011, p. 762-763.

A partir de 1945, com o fim do Estado Novo, a implantação do sistema partidário viabilizou a criação e a estruturação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) enquanto instrumento de reprodução e canalização do projeto de continuidade do trabalhismo. No regime democrático vigente no segundo pós-guerra (1945-64), o sucesso eleitoral do PTB se tornou evidente, exercendo a presidência da República na chapa PSD-PTB com Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), João Goulart de vice-presidente eleito no mandato de JK (1955-1961) e de Jânio Quadros, em 1961, quando assumiu o posto de presidente da República até a sua deposição pelo golpe civil-militar de 1964.

No segundo período de retomada democrática a partir dos anos de 1980, o PTB perdeu efetividade e se distanciou profundamente do seu projeto original. Ao mesmo tempo, a força do trabalhismo se manteve viva na prevalência do sistema corporativo de relações de trabalho e da representação política do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), como presença marcante no exercício da presidência da República por Lula (2003-2010) e por Dilma (2011-2016) até impedimento, sem provas, em 2016.

Ao longo da experiência de dimensão nacional iniciada com a Revolução de 1930, o trabalhismo não se apresentou como projeto nacional voltado à superação capitalista. Foi a partir da crítica ao domínio liberal que se buscou construir uma via própria reformada de capitalismo sob o protagonismo da classe trabalhadora nacional em construção.

As especificidades do trabalhismo no Brasil em relação a outros projetos nacionais reformadores do capitalismo ao longo do século 20 se concentraram no compartilhamento dos resultados alcançados. Diante dos inegáveis obstáculos ao desenvolvimento capitalista em sua periferia mundial e por conta da presença interna de poderosas forças conservadoras às mudanças em prol do labor, o trabalhismo se caracterizou por distinguir ocupado e não ocupado, empregado assalariado formal e informal, protegido e não protegido, representado e não representado, entre outros.

Também demarcou a opção pela implementação e preservação no tempo de uma estrutura organizacional da representação dos interesses dos trabalhadores previamente a massificação da classe trabalhadora em dimensão nacional. Sem a expectativa liberal do aguardo espontâneo da arrumação da classe trabalhadora, o trabalhismo fincou suas raízes no sistema corporativo das relações de trabalho assentado no reconhecimento e



financiamento oficial do sindicalismo, na implantação da Justiça do Trabalho para dirimir conflitos e na consolidação dos direitos sociais e trabalhistas.

Tanto a estrutura sindical corporativa como o perfil das entidades partidárias do trabalhismo buscaram incorporar e representar a classe trabalhadora, sobretudo a de manufatura. Na composição dos seus principais dirigentes, contudo, nem sempre foi possível se manter, com o passar do tempo, próximos às massas de trabalhadores, tendo a burocratização, o corporativismo e até o peleguismo atuando como distorção do projeto original.

Desde a sua constituição enquanto doutrina e programa de ação, o trabalhismo pode ser decomposto por distintas matrizes políticas. Do castilhismo de experiência sulriograndense à década de 1920, passando pela expressão da Revolução de 1930 e de a sua implementação inacabada pelo Golpe de 1964, o trabalhismo seguiu vivo na retomada democrática a partir da década de 1980.

Concomitante com a transformação da classe trabalhadora, de majoritariamente agrária até a década de 1960, para urbana e com forte ênfase industrial, até a década de 1980, a política terminou sendo exercida como referência de centralidade do trabalho regulado e em prol de todos em contrapartida às forças antilabor. A partir do final do século 20, contudo, a ascensão do projeto neoliberal de sociedade, junto à aniquilação da classe trabalhadora com a desindustrialização enfraqueceram as bases do trabalhismo, subordinando, desse modo, a política à lógica econômica.

## **2. A DESTRUIÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA NO BRASIL**

Antes de alcançar a consolidação do Estado Social, o Brasil começou a enfrentar, no início dos anos 1990, esforços dos representantes das velhas oligarquias e das grandes corporações para destruir direitos trabalhistas em um cenário onde a renda do trabalho, para grande parte da classe trabalhadores, já se mostrava muito abaixo do suficiente à aquisição de bens e serviços imprescindíveis ao suprimento das necessidades básicas da família. O preço natural do trabalho, definido como “o necessário para permitir que os trabalhadores, em geral, subsistam e perpetuem sua descendência, sem aumento ou diminuição” (RICARDO, 1982, p.81), tem ficado muito acima do preço de mercado, este último, achatado pela ação dos parlamentares a serviço de uma elite empresarial que pauta

a agenda do Congresso Nacional. O resultado tem sido a expansão do número de famílias abaixo da linha de pobreza e aprofundamento das desigualdades sociais.

Embora a terceirização tenha se intensificado no Brasil na década de 1990, a Lei 6.019/1974 já dispõe sobre o trabalho temporário e terceirizado (alterada pela Lei 13.429/2017), eliminando a obrigatoriedade de direito isonômico entre trabalhadores das empresas contratante e contratada. A mesma lei já previa a terceirização em cadeia, ou seja, contrato entre três ou mais empresas, de modo que a responsabilidade da primeira empresa contratante ia se diluindo junto com os direitos trabalhistas dos terceirizados até se aproximar da informalidade. Em média, trabalhadores terceirizados são desprovidos de identidade profissional, não possuem representação sindical, recebem salários 25% abaixo dos trabalhadores vinculados a empresa contratante, são desprovidos de alguns benefícios, assumem jornada de trabalho mais elevada, são vítimas com maior frequência de acidentes de trabalho e são submetidos à elevada rotatividade. Esses elementos definem um elevado grau de precarização do trabalho em prol da maximização dos lucros derivados da modalidade de contratação *just in time* (ANTUNES, 2015; FILGUEIRAS e CAVALCANGE, 2015).

Após a implantação do contrato de tempo parcial, do contrato temporário e da terceirização, a classe trabalhadora brasileira enfrentou, após o golpe parlamentar de 2016, o maior desmantelamento da estrutura de proteção social e trabalhista da história, em curtíssimo prazo. que, associado ao acelerado processo de privatização de estatais, elevou o grau de vulnerabilidade do tecido social. A Emenda Constitucional 95/2016 ([Emenda Constitucional nº 95 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)) instituiu o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, quando o país acumulava descenso de 7% no PIB em dois anos (2015 e 2016) e taxa de desemprego de 12%, em 2016. A austeridade fiscal derivada dessa Emenda afetou profundamente os serviços públicos nas áreas de saúde, educação e meio ambiente.

A Lei nº 13.467/2017, por sua vez, instituiu a reforma trabalhista, alterando dispositivos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho, 1943) e destruindo quase toda proteção social ao trabalho a partir do desmantelamento da estrutura de regulação das relações de trabalho e deixando trabalhadores mais vulneráveis em um balcão de negociação com a taxa de desemprego em seu nível mais elevado do século 21.

Exaustivamente, defendida pela mídia, sob o argumento de que beneficiaria os trabalhadores com redução do desemprego, a reforma elevou a precarização do trabalho, reduziu os salários reais e intensificou o grau de exploração, apoiando-se no dispositivo “*negociado sobre o legislado*”, sem alcançar os resultados prometidos. Entre o 4º

trimestre/2014 e o 4º trimestre 2020, o número de desocupados passou de 6,4 milhões para 13,9 milhões, elevação de 117,3% (IBGE, PNAD Contínua trimestral, 2020). É importante ressaltar que os postos de trabalho criados no período 2018-2019 são compatíveis com ocupações predominantemente precárias de baixa remuneração.

Em 2019, a classe trabalhadora foi vítima de mais três golpes. O primeiro foi a aprovação da Medida Provisória nº 905/2019, instituindo a Carteira Verde Amarela para contratação de jovens com idade entre 18 e 29 anos, sob a promessa de reduzir taxa de desemprego através da redução de proteção e encargos sociais. Essa modalidade de contratação mantinha apenas os direitos constitucionais e transferia para os desempregados (desconto sobre benefício do seguro-desemprego) o ônus da redução de encargos sociais concedida a empresários. Outra novidade foi a redução do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, feito pelo empregador, passando de 8% para 2% do salário. A referida MP acentuou a precarização do trabalho e embora não tenha sido transformada em lei, está na mira do Ministério da Economia, sob o mesmo argumento utilizado para aprovação da reforma trabalhista: menos direito para garantir mais emprego.

No mesmo ano, aprovação da Lei 13.874/2019, instituindo a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, que altera a CLT e diversas outras leis. Entre as novidades, elevação da jornada de trabalho até 12 horas (com 36 de descanso) e atividade laboral nos feriados e finais de semana para outras categorias profissionais além das já regulamentadas, usando banco de horas para desobrigar empregador do pagamento de hora extra. Esse conjunto de leis abriu caminho à legalização do trabalho escravo forjado em acordo entre empregado e empregador, ignorando as assimetrias de força entre capital e trabalho, notadamente, em circunstância de elevada taxa de desemprego no país.

Por fim, a Emenda Constitucional nº 103/2019 alterou profundamente o sistema de previdência social, assentado no argumento do fim do bônus demográfico e no déficit previdenciário, ignorando a sonegação fiscal das grandes corporações aos cofres do sistema previdenciário. O principal objetivo da reforma previdenciária era a institucionalização de um fundo privado de capitalização, felizmente, abortado. Seria uma poupança compulsória de longo prazo à disposição do sistema financeiro.

A reforma previdenciária impôs à classe trabalhadora um sacrifício que, além de comprometer a capacidade de consumo por elevação de alíquota de contribuição, impactou negativamente sobre o desemprego estrutural, posto que a manutenção de trabalhadores por prazo mais longo tem criado barreiras à entrada dos que estão fora do mercado de trabalho. A maior aberração dessa reforma foi a apropriação do benefício de

pensionistas que passaram a ter direito a apenas 60% do que lhes é devido, a despeito da contribuição integral do(a) cônjuge. O dismantelamento do sistema de regulação do trabalho trazido pelas mãos do golpe de 2016, além da desestruturação do sistema de proteção social, aprofundou as desigualdades de renda e a extrema pobreza, com maior impacto sobre o tecido social dos entes federativos mais empobrecidos, concentrados na região Nordeste.

### **3. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL, À LUZ DAS DESIGUALDADES TERRITORIAIS**

O mercado de trabalho no Brasil é influenciado pelas relações sociais construídas ao longo de cinco séculos, pela concentração fundiária expressa no Gini da terra e pelas desigualdades de infraestrutura produtiva e do sistema de educação entre unidades federativas. Essas influências assumem pesos distintos por espaço, desenhando a fragmentação do território nacional, ilustrada nas assimetrias dos microespaços e assentada em elementos estruturais. Condições de trabalho, expectativa de vida, mortalidade infantil e taxa de analfabetismo são alguns dos indicadores que evidenciam essas assimetrias.

As desigualdades territoriais são percebidas em todas as escalas: entre municípios, unidades federativas, grandes regiões e nações. Essas desigualdades se reproduzem no interior de cada município como um padrão de desenvolvimento capitalista, contrastando área rural e área urbana, bairros centrais e bairros periféricos, exceto em municípios que, de tão pobres e carentes de infraestrutura urbana, a subdivisão territorial não exista, ou seja, imperceptível.

A década de 1970 marca um ponto de inflexão na organização do sistema de produção capitalista, mas cada nação e cada microterritório, alcançam essa reestruturação em um tempo próprio, sob influência de processos históricos, estágios de desenvolvimento e identidades culturais muito singulares. Em algumas comunidades originárias na América Latina, por exemplo, há grande resistência à modernização de estruturas produtivas, em nome da preservação ambiental e do patrimônio cultural herdado dos ancestrais, notadamente, entre comunidades indígenas e camponesas.

Entre as nações desenvolvidas e periféricas, de igual modo, constata-se estágios distintos de inovação organizacional e tecnológica, com reflexos sobre a divisão

internacional do trabalho. Todavia, nosso objetivo aqui é destacar a divisão territorial do trabalho a partir das singularidades regionais observadas no Brasil, colocando em evidência a centralidade do Estado de São Paulo e de toda região Sudeste, assim como a condição periférica das regiões Norte e Nordeste, desde o projeto de integração nacional. Para simplificar, serão utilizados dados de anos recentes, considerando que o abismo entre o eixo Norte-Nordeste e o eixo Centro-Sul tem-se mantido estável com suave movimento de desconcentração, a partir da década de 1970.

Um olhar mais cuidadoso sobre o território nacional permite observar que as regiões Norte e Nordeste são freadas por uma infraestrutura física restritiva ao ingresso de setores mais dinâmicos, de maior conteúdo tecnológico e exigentes de mercado consumidor com maior poder aquisitivo. Às condições de comunicação e transporte, soma-se a infraestrutura do sistema de educação, contrastando o eixo Norte-Nordeste com o eixo Centro-Sul. Esses elementos definiram a divisão social do trabalho no país, de modo que a região Sudeste segue concentrando, há quase um século, a produção dos quatro grandes setores, notadamente, industrial e serviços, assim como os setores com maior renda média do trabalho, a exemplo de mineração e sistema financeiro.

Essas desigualdades entre regiões e unidades federativas são reproduzidas no interior de cada estado e município, entre áreas rural e urbana, sob influência da configuração de setor produtivo, assim como da infraestrutura social que submete as populações rurais a maiores restrições de acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, cultura e lazer. Em alguns municípios, as restrições se estendem à rede de esgotamento sanitário, água e energia elétrica (SILVA, 2019).

Nosso foco, no entanto, é a renda do trabalho. Tomando por referência o rendimento médio efetivamente recebido de todos os trabalhos, no 1º trim./2020, o Estado do Maranhão apresentava um rendimento médio equivalente a 55,6% da média nacional e 43,2% da renda média do Estado de São Paulo. O rendimento médio da região Nordeste, por sua vez, representava 68,5% do rendimento médio nacional e 59% do rendimento médio da região Sudeste (IBGE, PNAD Contínua trimestral).

O abismo da desigualdade territorial se aprofunda, à medida que a pesquisa avança para dados os desagregados. Com representação demográfica de 27,2%, em 2018, a região Nordeste respondia por apenas 14,3% do PIB nacional, enquanto a região Sudeste, 53,1%, muito acima dos 42,2% de sua representação demográfica. Considerando que a renda é contrapartida da produção, é fácil inferir que a renda per capita nas regiões periféricas será proporcionalmente menor, como já demonstrado no parágrafo anterior.

Os estados de Santa Catarina e Maranhão possuem a mesma representação demográfica, 3,4%, mas o primeiro concentra 4,3% do PIB nacional enquanto o segundo, 1,4%, ou seja, Santa Catarina tem uma participação no PIB 303,8% superior ao Estado do Maranhão. Esse é o retrato da fragmentação territorial do Brasil, pelas lentes da estrutura produtiva e da renda do trabalho (IBGE, PIB dos municípios).

Analisando o setor industrial, o valor adicionado bruto a preços correntes de 2018 do Estado de São Paulo, com representação demográfica de 21,9%, correspondeu a 29,8% enquanto a participação de toda a região sudeste foi de 55%. Para o setor de serviços, exclusive administração pública, a participação de São Paulo foi de 37,4% e da região Sudeste, 57,8%. Na periferia do país, o Estado do Maranhão registrou 1,2% tanto para indústria quanto para setor de serviços, portanto, participação ainda menor que a do PIB nacional. A região Nordeste respondia, naquele ano, por 12,7% da indústria e 13% do setor de serviços, percentuais inferiores à metade de sua representação demográfica. Os setores nos quais a região Nordeste apresentou maior participação foram setor agrícola (19% do valor adicionado bruto do país) e administração pública (21,3%).

Voltando as lentes para o mercado de trabalho, vale ressaltar dois importantes indicadores de vulnerabilidade: a informalidade e ausência de contribuição previdenciária. No mercado de trabalho, há vários conceitos de informalidade, mas usaremos apenas o que é definido pelas contratações sem registro na carteira de trabalho e previdência social (CTPS), somadas ao trabalho por conta própria e ao trabalhador familiar auxiliar, a partir da PNAD Contínua trimestral (IBGE). O propósito é ressaltar as desigualdades territoriais a partir do mercado de trabalho, considerando que a informalidade é marcada pela ausência de direitos trabalhistas, baixo rendimento médio, jornadas acima de oito horas, grande rotatividade e ausência do recolhimento à previdência social pelo empregador, quando existe empregador.

Entre o 4º trim./2014 e o 4º trim./2020, a taxa de informalidade cresceu 8% no Brasil, passando de 44,4% para 47,9%, todavia, com 39% dos trabalhadores informais concentrados nas regiões Norte e Nordeste, a despeito de responderem, juntos, por apenas 31% da população ocupada do país. No 4º trim./2020, enquanto a região Sul registrou 40,8% de informalidade, Norte registrou 62,3% e Nordeste, 59,7%. Com exceção do Espírito Santo (50,6%), os demais estados das regiões Sul e Sudeste registraram taxa de informalidade abaixo da 49%, ficando São Paulo com a menor taxa, 38,8%. A taxa mais elevada para o mesmo trimestre ficou com o Estado do Maranhão, com 67,5%, portanto, 74% acima do Estado de São Paulo. (IBGE, PNAD Contínua trimestral).

A Lei 8.213/1991 dispõe sobre os planos de previdência social, regulamentando o acesso ao benefício previdenciário, quase sempre, condicionado à contribuição prévia. O sistema previdenciário cumpre o propósito de assegurar ao beneficiário uma contribuição financeira nas seguintes situações: cumprimento de tempo de serviço ou contribuição previstos em lei, acidente de trabalho e morte do(a) cônjuge ou do(a) provedor(a). A maior parte das aposentadorias são por idade e, entre as pessoas acima de 65 anos, é mais elevada a incidência de problemas de saúde, de modo que o impedimento de acesso ao benefício tende a submeter as famílias mais pobres a condições muito adversas de sobrevivência, com tendência à redução da expectativa de vida.

Há trabalhadores por conta própria ou com vínculo informal que conseguem fazer a contribuição previdenciária, contudo, uma parcela expressiva não consegue, especialmente, as vítimas do desemprego estrutural e permanente. No 1º trim./2020, 33,8 milhões de trabalhadores (36,6% da população ocupada) não fizeram recolhimento à previdência social. Esse percentual sobe para 56% no Norte e 51,6% no Nordeste, enquanto no Sul cai para 24,2%. No Estado de Santa Catarina, o percentual de não contribuintes foi de 18,1% e no Maranhão, 62,2%, um abismo medido pelo acréscimo de 243,6% (IBGE, PNAD Contínua trimestral). Esses elementos revelam a fragmentação do tecido social do Brasil, com maior vulnerabilidade nas áreas rurais e nos bairros, municípios, estados e regiões mais pobres ou com infraestrutura produtiva precária, de baixo conteúdo tecnológico e pouco diversificada, carente de cadeias produtivas consolidadas.

O grau de instrução é outro elemento importante nesse mosaico, onde os territórios periféricos, para qualquer escala, apresentam maior taxa de analfabetismo, menor percentual de graduados e pós-graduados, além de menor registro de patentes e de produção científica. Tanto a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) quanto a o IBGE revelam que a renda média auferida pessoas graduadas é muito superior à renda média de pessoas com ensino médio ou ensino fundamental completo ou incompleto. A insuficiência de anos de estudo é barreira também ao ingresso no mercado de trabalho, seja na seleção realizada pelo setor privado ou nos concursos públicos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A dominância do neoliberalismo a partir do final do século 20 no Brasil impôs a regressividade produtiva e distributiva de grande dimensão, tendo sido a classe

trabalhadora a mais afetada negativamente. Com isso, a geração de enorme e crescente excedente de força de trabalho às necessidades do capital.

Diante da perda do vigor econômico, as ocupações existentes foram sendo cada vez mais precarizadas, com o aniquilamento da classe trabalhadora, especialmente industrial, e o desaparecimento da classe média assalariada. A introdução de novas tecnologias como o teletrabalho e outras transcorre à luz do desmonte do sistema corporativo de relações de trabalho, com o encolhimento dos direitos sociais e trabalhistas, sobretudo pelo fechamento da justiça do trabalho e do desmonte dos sindicatos impostos pelas reformas neoliberais.

O avanço antecipado da nova sociedade de serviços acontece em meio à desindustrialização precoce e à retomada da primarização do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho. Enquanto o mudo do trabalho sai rebaixado, as altas classes da antiga burguesia industrial se metamorfoseiam em negociantes do rentismo, comerciantes/montadores de componentes de manufatura importada, promotores das atividades serviçais e de fundamentalismo religioso e de organizações criminosas.

Os 150 anos de vigência do trabalhismo se encontram, atualmente, questionados diante da emergência da sociedade de serviços que avança com a desproteção do mundo do trabalho. O acontecimento, a prosperidade e o declínio do trabalhismo podem estar associados às mudanças estruturais tanto na política, economia e sociedade como nas ações ideológicas e internacionais.

## **REFERÊNCIAS**

1. ANTUNES, R. A sociedade da terceirização total. Revista ABET, v.14, n. 1, janeiro a junho de 2015.
2. BOMFIM, M. América Latina: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005;
3. BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. IBGE. PNAD Contínua trimestral. [Tabela 5437: Rendimento médio real, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por grupos de idade \(ibge.gov.br\)](#). Acesso em 21/03/2021.
4. \_\_\_\_\_. Emenda Constitucional 103/2019. [Emenda Constitucional nº 103 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em 03/02/2021.
5. \_\_\_\_\_. Emenda Constitucional 95/2016. [Emenda Constitucional nº 95 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em 03/02/2021.
6. \_\_\_\_\_. Lei 13.429/2017. [L13429 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em 20/03/2021.
7. \_\_\_\_\_. Lei 13.467/2017. [L13467 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em 03/02/2021.
8. \_\_\_\_\_. Lei 13.874/2019. [L13874 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em 03/02/2021.



9. \_\_\_\_\_. Lei 6.019/1974. [lei-6019-3-janeiro-1974-357401-norma-actualizada-pl.pdf \(camara.leg.br\)](#). Acesso em 20/03/2021.
10. \_\_\_\_\_. Lei 8.213/1991. [lei-8213-24-julho-1991-363650-norma-actualizada-pl.pdf \(camara.leg.br\)](#). Acesso em 26/03/2021.
11. \_\_\_\_\_. Medida Provisória 905/2019. [MPV 905 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em 03/02/2021.
12. COSTA, E. Da senzala à colônia. 3ª ed. São Paulo: Unesp, 1998.
13. D'ARAÚJO, M. (org.) Getúlio Vargas. Brasília: Edições Câmara, 2011.
14. DIDONET, Z. O Positivismo e a Constituição Rio-grandense de 14 de julho de 1891. Santa Maria, Ed. UFSM, 1977.
15. DRAIBE, S. Rumos e metamorfoses. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
16. FAORO, R. Os donos do poder. Porto Alegre: Globo, 1958.
17. FAUSTO, B. A revolução de 30. São Paulo: Brasiliense, 1970. AZEVEDO, F. Canaviais e engenhos na vida política do Brasil. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1949.
18. FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
19. FILGUEIRAS e CAVALCANTE. Terceirização: debate conceitual e conjuntura política. Revista ABET, v.14, n. 1, janeiro a junho de 2015.
20. FONTOURA, J. Da Aliança Liberal à Revolução de 1930. Porto Alegre: Globo, 1958.
21. FREYRE, G. Casa Grande & Senzala. 34ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
22. FREYRE, G. Sobrados e mucambos. 5ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.
23. HOLANDA, S. Raízes do Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cia. Letras, 1997.
24. MELLO, J. Capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982.
25. MORAES, E. Apontamentos de direito operário. São Paulo: LTr, 1992.
26. PAIM, A. (org.) O Apostolado Positivista e a República. Brasília, Ed. UNB, 1981;
27. POCHMANN, M.; OLIVEIRA, D. A devastação do trabalho. Brasília: Positivo, 2020.
28. PRADO, P. Retrato do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira. Rio de Janeiro: J. Olympio: Rio de Janeiro. 1962.
29. RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
30. RODRÍGUEZ, R. Castilismo: uma filosofia da República. Brasília: Senado Federal, 2000.
31. ROMERO, S. História da Literatura Brasileira. In: BARRETO, L. Obras completas de Sílvio Romero. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
32. SILVA, L.C. O elo entre desigualdade regional e desigualdade social. Maceió (AL): Edufal e Editora da Fundação Perseu Abramo, 2019.
33. SOARES, M. Júlio de Castilhos. Porto Alegre, IEL 1991.
34. SKIDMORE, T. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
35. TAVARES, M. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro, FEAUFRJ, 1975.
36. TORRES, A. A organização nacional. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1978.
37. TRINDADE, H. (org.) Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS. Porto Alegre: LP&M, 1980.

38. VARGAS, G. O governo trabalhista do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1952-1969. 4 v. VARGAS, L. Getúlio Vargas: a revolução inacabada. Rio de Janeiro: [S.n.], 1988.
39. VIANNA, F. Instituições políticas brasileiras. Brasília: Senado Federal, 1999.
40. VIANNA, F. Populações meridionais do Brasil. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938.

**Capítulo 21 - DOI:10.55232/1083002.21**

## **A INEFICÁCIA DO FNE NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS (2019-2020)**

**Simone Da Silva Costa**

**RESUMO:** O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é um dos principais instrumentos financeiros da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cujo propósito é reduzir as desigualdades regionais e ativar as potencialidades de desenvolvimento dos municípios de menor renda, atuando nos territórios que interessam menos aos agentes do mercado, além de buscar a valorização das diversidades locais. Sendo assim, o propósito deste artigo é avaliar se a dinâmica da distribuição dos recursos do FNE, nos anos de 2019 e 2020, seguiram os objetivos propostos pela PNDR. A partir de revisão bibliográfica e da análise dos dados do Relatório de Gestão do FNE: exercício 2020, apresentados pelo Banco do Nordeste (BNB), constata-se que, nos anos analisados, 51,10% dos financiamentos foram destinados aos estados mais dinâmicos da Região Nordeste, sendo eles: os Estados da Bahia, do Ceará e de Pernambuco. Ademais, o número de contratações do FNE para estimular a indústria nordestina foi pouco significativo quando comparado às contratações direcionadas ao Setor Rural. Os resultados sinalizam que o FNE não tem sido suficiente para atingir os objetivos propostos pela PNDR para o desenvolvimento regional, dada a assimetria do crédito entre os municípios. Com efeito, a estabilidade na trajetória da Região Nordeste tem frustrado as expectativas de um maior dinamismo econômico dos estados nordestinos, no que diz respeito ao crescimento do Setor Industrial e no aumento da participação do produto nordestino, no Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

**Palavras-chave:** Avaliação de Políticas Públicas. Desenvolvimento regional. FNE. Nordeste.

## **INTRODUÇÃO**

A partir da década de 1950, o subdesenvolvimento nordestino passou a ser debatido no âmbito nacional. O principal ponto de discussão dizia respeito à histórica problemática das secas, bem como a “injusta divisão territorial do trabalho”, dada a elevada concentração industrial em São Paulo. Além disso, como a produção primária estava centralizada na “periferia nacional”, iniciou-se uma luta para industrializar tais regiões por meio da substituição regional de importações (CANO, 2007).

Naquele período, a classe trabalhadora nordestina enfrentava os problemas próprios de uma região semiárida, como as secas, a fome, a baixa produtividade, o excesso de mão de obra e a escassez de capitais produtivos industriais. Os trabalhadores nordestinos dependiam da agricultura de subsistência para sobreviver. Neste contexto, Furtado (1984) chegou a declarar que o Nordeste era a face do Brasil que transparecia com brutal nitidez o sofrimento de seu povo e onde se podia encontrar, sem disfarces, as malformações de seu desenvolvimento.

Esse mau desenvolvimento se aprofundou no período de 1960 a 1980, apesar das tentativas de mudanças iniciadas na década de 1950. De fato, em 1959, Celso Furtado, liderando o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), chegou à conclusão de que a economia nordestina precisava de uma política regional capaz de superar o atraso e promover uma transformação em suas estruturas produtivas. As mudanças almejadas “não se dariam ao impulso das simples forças do mercado, exigindo um projeto político apoiado na mobilização de recursos sociais” (Furtado, 1992, p. 74-75). No entender de Furtado, o Estado brasileiro deveria assumir a condução da política de desenvolvimento regional e coordenar o processo de industrialização, no Nordeste do país.

Na década de 1950, foram criados dois Bancos de Desenvolvimento (BDs), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que na década de 1980 passou a ser denominado de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), afim de financiar a infraestrutura econômica (capital social básico) e o processo de industrialização da economia brasileira

e nordestina. O BNDE, por exemplo, foi o principal responsável pela concessão de financiamentos de longo prazo aos setores prioritários para o desenvolvimento econômico, principalmente durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento.

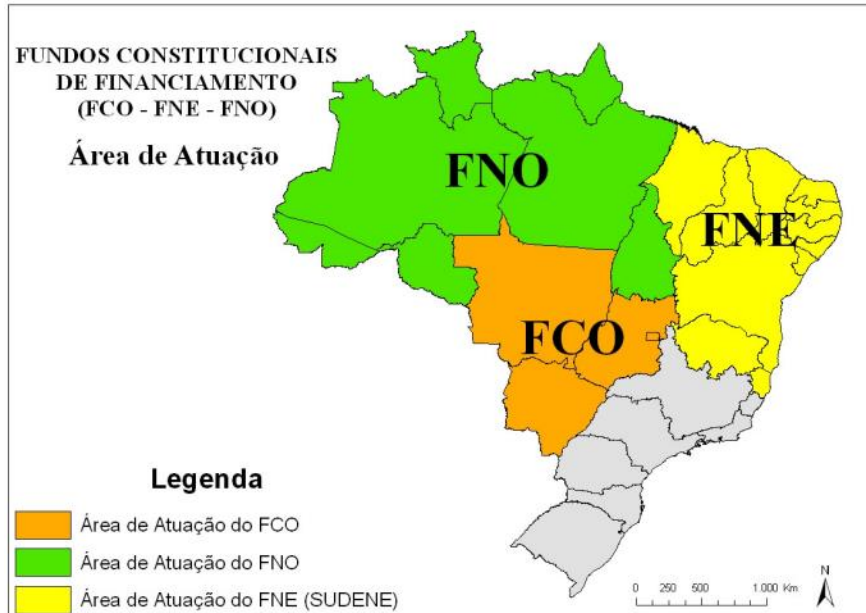
Além da atuação do BNB no Nordeste, é importante ressaltar a relevância da criação da Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no ano de 1959. Isto porque, no período anterior a criação da SUDENE, o Nordeste não contava com recursos e políticas federais voltadas para a promoção do seu desenvolvimento. As ações do Estado, nesta região, estavam praticamente destinadas à criação e execução de planos emergenciais durante o período das secas. Mas, após os investimentos privados promovidos por meio dos incentivos fiscais da SUDENE, a economia nordestina sofreria uma grande transformação produtiva, ainda que não tenha conseguido alterar o problema da desigualdade regional em relação ao Centro-Sul (BACELAR, 1997).

A crise financeira e fiscal da década de 1980 enfraqueceu a capacidade do Estado de financiar as políticas e os empreendimentos das regiões mais carentes, caso do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste. Frente a essa nova conjuntura, em 1988, a Constituição Federal criou os Fundos Constitucionais de Financiamento, a fim de garantir recursos para essas regiões. A fonte para esses recursos provém do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda (IR) (BNB, 2020).

A área de atuação dos Fundos Constitucionais de Financiamento acompanha a divisão geográfica do território brasileiro. Na Região Nordeste, conforme mostra a figura 01, o FNE financia empreendimentos localizados nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, além de parte dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, já que estes são pertencentes à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (ver figura 1).

Assim, ainda segundo a figura 1, na Região Norte, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) financia empreendimentos localizados nos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. No Centro-Oeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) financia os

empreendimentos localizados no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.



**Figura 1: Área de Atuação dos Fundos Constitucionais de Financiamento**  
Fonte: BRASIL (2009, p. 13)

Mas, passados trinta anos após a instituição do FNE, a região nordestina concentra apenas 14,18% da soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país. Os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais somam sozinhos mais da metade do PIB do país (53,02%). A disparidade na distribuição regional da renda é um fenômeno persistente no Brasil, e pode ser melhor compreendida na medida em que mais de 70% da riqueza Nacional encontra-se concentrada no Sul e Sudeste do país, conforme mostra a tabela 1.

Segundo Brandão (2014), a região Sudeste concentra a maior parcela da atividade produtiva industrial, bem como os setores mais dinâmicos e de maior conteúdo tecnológico. Além disso, também possui uma melhor infraestrutura básica, infraestrutura logística e infraestrutura do sistema educacional. A tabela 1 mostra que, entre os anos de 2010 e 2019, apesar dos financiamentos públicos do FNE, FNO e FCO, a participação da Região Sul e da Região Sudeste na formação do PIB nacional pouco se alterou, pois em 2010, estas regiões concentravam 72,09% da riqueza do país. No ano de 2019, esta participação ficou no patamar de 70,24%. Portanto, é possível supor que os fundos não têm conseguido, isoladamente, fazer frente aos problemas das regiões-alvo, tampouco

tem sido relevante para sustentarem uma política de desenvolvimento regional eficaz e efetiva (FERREIRA, 2013).

**Tabela 1. Distribuição da área geográfica e PIB por cada macrorregião (2010 e 2019)**

<b>Macrorregiões</b>	<b>Área Territorial (%)</b>	<b>PIB (2010) (%)</b>	<b>PIB (2019) (%)</b>
Norte	45,3	5,33	5,69
Nordeste	18,3	13,45	14,18
Sudeste	10,9	56,13	53,02
Sul	6,8	15,96	17,22
Centro-oeste	18,9	9,13	9,90
Brasil	100,0	100,0	100,0

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>.

Para Ferreira (2013), a oferta de financiamento dos Bancos de Desenvolvimento, para as regiões periféricas é necessária e importante porque permite que o empresário realize investimentos em lugares onde, na maioria das vezes, não existe poupança prévia. No entanto, além da disponibilidade dos fundos, é importante que os recursos de longo prazo possam contribuir para uma maior desconcentração das atividades produtivas nas regiões mais pobres.

Portanto, o objetivo deste estudo é avaliar se a dinâmica da distribuição dos recursos do FNE, nos anos de 2019 e 2020, seguiram os objetivos propostos pela PNDR. É preciso observar se os recursos estão se dirigindo para os espaços de menor dinamismo econômico, atuando assim numa lógica desconcentradora, ou se estão sendo contratados pelos estados mais desenvolvidos do Nordeste. Os dados analisados estão disponíveis no Relatório de Gestão do Banco do Nordeste (BNB) para o exercício de 2020.

No próximo item, faremos um breve histórico sobre a evolução do financiamento público brasileiro para a promoção do desenvolvimento regional, a partir da década de 1950. A intervenção do Estado no setor bancário visando o desenvolvimento é um meio de captar recursos e direcioná-los a projetos de interesse regional e social, a fim de minimizar as falhas de funcionamento do mercado. Por exemplo, os projetos sociais importantes, mas que não são atrativos ao setor privado, podem ser financiados e, certamente, contribuirão para o crescimento econômico das regiões mais vulneráveis e

que carecem bem mais de políticas regionais e sociais do que as regiões mais desenvolvidas do país.

## **1. O FINANCIAMENTO PÚBLICO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: Breve histórico.**

Historicamente, o tratamento do financiamento para o desenvolvimento regional está relacionado com a criação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) no ano de 1944, a fim de reconstruir os países que se envolveram na Segunda Guerra Mundial. Além de contribuir para o referido processo de reconstrução, o BIRD deveria, inclusive, financiar a formação de capital e a infraestrutura econômica e social dos países subdesenvolvidos.

Na década de 1950, os recursos provenientes do BIRD eram repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para promover o desenvolvimento da economia brasileira. O financiamento concedido desempenhou um importante papel na execução do Plano de Metas, ao gerir e alocar recursos oriundos de incentivos fiscais e creditícios. Ademais, o BNDE também avalizava operações em moeda estrangeira e analisava os setores de transporte e energia elétrica que, juntos, somavam 75,9% do total no período 1956-1960 (GONÇALVES, 1998).

Enfim, o papel dos bancos públicos, após os anos de 1950, foram fundamentais para a execução do processo de substituição de importações, pois os bancos privados não tinham recursos suficientes para financiar os investimentos de longo prazo. Sendo assim, coube ao Estado, por meio do BNDE e do Banco do Brasil (BB), bem como de recursos externos, oferecer o crédito necessário para alavancar a acumulação de capital no país (CARNEIRO, 2002).

Contudo, no decorrer do processo, Furtado percebeu que o financiamento público para a transformação econômica do país estava bastante concentrado na Região Sudeste. A política econômica, ao acelerar a industrialização do Sudeste, e não dispensar o mesmo tratamento à Região Nordeste, constituía-se num obstáculo à superação da pobreza e do



atraso nordestino. Segundo Pellegrino (2003, p. 82), “à luz do exercício de teorização do subdesenvolvimento proposta por Furtado, a problemática do atraso econômico e da pobreza predominantes no Nordeste emergiu como sombra do subdesenvolvimento brasileiro”.

A esperança de mudança da economia nordestina surgiria, pois, com a possibilidade de intervenção da SUDENE e da sua política de incentivos fiscais. A política de incentivo fiscais 34/18, por exemplo, permitia às empresas brasileiras uma permuta de até 50% do montante de seus respectivos Impostos de Renda por investimentos no Nordeste, os quais seriam depositados no BNB e poderiam ser aplicados em projetos industriais, agrícolas ou de telecomunicações (MOREIRA, 1979).

Em 1974, o Governo Federal criou o Sistema FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste), e aboliu o sistema 34/18, através do Decreto-Lei nº 376 de 12/12/74 (SUDENE, 1980). O FINOR, era gerido pela SUDENE e operado pelo BNB, e tinha como objetivo promover, por meio de maior controle, a harmonização entre oferta e demanda de fundos necessários à implantação dos projetos aprovados pela superintendência (MOREIRA, 1979).

Os investimentos realizados no Nordeste, por meio do 34/18 e, posteriormente, do FINOR, aliado a crescente concessão de crédito público, aos elevados investimentos das empresas estatais como a Petrobrás e Vale do Rio Doce, bem como a criação das pré-condições dos investimentos realizados pela SUDENE, contribuíram para as transformações da estrutura econômica nordestina, expandindo assim o seu mercado urbano.

No período de 1970 a 1980, os financiamentos realizados pelos bancos públicos foram decisivos para o crescimento das atividades econômicas da região nordestina, já que as inversões contribuíram para a formação bruta de capital fixo. Entre 1950 e 1980, o Estado se fez presente, com grande intensidade, na promoção do crescimento da economia nordestina (ARAÚJO, 2000).

Com o apoio do sistema de incentivos fiscais e do financiamento público, a economia nordestina se industrializou e se modernizou, mas o impacto da política na

promoção da redução das desigualdades regionais não tem sido eficaz, dada a estabilidade na trajetória da Região Nordeste, frustrando as esperanças de quem ansiava um maior dinamismo econômico dos estados nordestinos, conforme observado na tabela 1.

Após a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em 1974, a participação do Setor Industrial na composição setorial do PIB nordestino superou a participação do setor primário (notadamente no período 1975/1980), com um contínuo aumento na participação do setor terciário (ver tabela 2).

**Tabela 2. Nordeste: composição setorial do PIB (1970/1985) – em (%)**

Ano	Primário	Secundário	Terciário
1975	23,90	27,60	48,50
1980	17,20	29,30	53,40
1985	16,20	30,10	53,70

Fonte: (SUDENE apud COSTA FILHO, 2001, p. 10).

A oferta de recursos públicos para o financiamento dos projetos de investimentos no Nordeste brasileiro sofreu uma interrupção, a partir da década de 1980, com a eclosão da crise fiscal e o aumento da dívida externa brasileira, já que estes fatores comprometeram severamente as finanças públicas. Além disso, houve um esvaziamento do Estado e de suas políticas regionais, na década de 1990, dando lugar às políticas macroeconômicas restritivas. Portanto, sem o apoio do Estado, os municípios nordestinos não tinham mais como contar com recursos públicos voltados para a resolução dos problemas que promovem as persistentes disparidades regionais atuais.

Adicionado a este fato, segundo Monteiro Neto (2005, p. 58), o governo brasileiro adotou uma ‘inserção passiva’ na globalização, submetendo as “decisões voltadas para o crescimento – políticas de investimentos, políticas setoriais, políticas de desenvolvimento científico e tecnológico, políticas sociais e políticas de desenvolvimento regional entre outras – às estratégias unilaterais de rentabilidade do capital financeiro internacional e das corporações transnacionais”.

Nos anos 2000, a política de desenvolvimento regional nordestina e Amazônica, sofreu um novo golpe com a extinção, por meio da Medida Provisória no. 2.146-1 de 04/05/2001, do fundo de desenvolvimento da Amazônia (FINAM) e do FINOR. Estes

instrumentos, durante cerca de quatro décadas, contribuíram para a transformação tanto do Nordeste quanto da Amazônia. Constatou-se, neste período, um esvaziamento do planejamento regional, exceto para as atividades ligadas ao setor turístico e a agricultura irrigada e um acirramento da Guerra Fiscal, prejudicando sobremaneira as regiões mais pobres do país. (Senra, 2009). Conforme mostra a tabela 3, antes mesmo da extinção dos referidos fundos, entre os anos de 1989 a 1994, não houve nenhum repasse da Secretaria do Tesouro Nacional para o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e demais fundos regionais.

**Tabela 3. Repasses da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) aos Fundos Fiscais Regionais de Investimento (1970 a 2000) - em R\$ de 2002**

Fundos	1970	1975	1980	1985	1989 a		2000
					1994	1995	
FINAM	769.647	688.151	410.659	321.988	n.d	599.491	650.585
FINOR	1.659.712	1.846.600	955.844	1.077.023	n.d	607.156	507.476
FUNRES	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	21.493	19.723
Total	2.429.359	2.534.751	1.366.504	1.399.011	0	1.228.139	1.177.783

Fonte: MONTEIRO NETO (2005, p. 231)

Em 2001, a SUDENE foi extinta no governo de Fernando Henrique Cardoso. Somente no ano de 2003 é que o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva colocou em debates, o problema do desenvolvimento regional e de seu financiamento. Como resultado destas discussões, no ano de 2007, a SUDENE foi recriada. Neste mesmo ano, o governo instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (I PNDR) (SENRA, 2009).

A I PNDR estabelece como principais objetivos de sua política, a redução das desigualdades regionais e o estímulo às potencialidades das regiões menos desenvolvidas. O Estado deve atuar nos territórios de pouco interesse dos agentes de mercado. É uma política que busca realizar investimentos em regiões dinâmicas, estagnadas e de baixa renda, com exceção das microrregiões de alta renda. Sendo o FNE, um dos instrumentos que estão à disposição da PNDR, no próximo item faremos uma breve análise do seu desempenho do FNE para os anos de 2019 e 2020.

## **2. O DESEMPENHO DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO FNE (2019-2020).**

Objetiva-se neste capítulo, apresentar o desempenho da distribuição de recursos do FNE, a partir das informações disponibilizadas pelo Relatório de Gestão do BNB. Conforme Ferreira (2013, p. 78), os fundos devem “priorizar o atendimento a mini e pequenos produtores rurais, a micro e pequenas empresas, à região semiárida (no caso do FNE) e aos municípios localizados em microrregiões de baixa renda e de pouco ou nenhum dinamismo econômico no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)”.

De acordo com o site oficial da SUDENE<sup>1</sup>, o Semiárido Brasileiro é composto por 1.262 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe Bahia e Minas Gerais. Os critérios para delimitação do Semiárido foram aprovados pelas Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene de nº 107, de 27/07/2017 e de nº 115, de 23/11/2017, sendo eles: (i) precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; (2) índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50; e, (3) percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano.

Os recursos do FNE estão aptos a serem aplicados em programas de financiamento ao setor produtivo não governamental, por meio do BNB, conforme os planos estabelecidos pela PNDR. A administração do referido fundo é exercida conjuntamente pelo Conselho Deliberativo da SUDENE (Condel/Sudene), pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB, 2020).

Neste sentido, a tabela 4 mostra que os Estados menos desenvolvidos do Nordeste e que carecem bem dos fundos constitucionais são: Maranhão, Piauí, Sergipe, Alagoas,

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://antigo.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>.

Paraíba e Rio Grande do Norte. Os mais dinâmicos, por sua vez, são: Bahia, Ceará e Pernambuco, conforme mostra a tabela 4.

**Tabela 4. PIB por Estado do Nordeste no ano de 2019**

<b>Unidades da Federação</b>	<b>PIB em 2019 (1.000.000 R\$)</b>	<b>PIB em 2019 (% no total)</b>
Acre	15.630	0,21
Alagoas	58.964	0,80
Amapá	17.497	0,24
Amazonas	108.181	1,46
Bahia	293.241	3,97
Ceará	163.575	2,21
Distrito Federal	273.614	3,70
Espírito Santo	137.346	1,86
Goiás	208.672	2,82
Maranhão	97.340	1,32
Mato Grosso	142.122	1,92
Mato Grosso do Sul	106.943	1,45
Minas Gerais	651.873	8,82
Paraná	466.377	6,31
Paraíba	67.986	0,92
Pará	178.377	2,41
Pernambuco	197.853	2,68
Piauí	52.781	0,71
Rio de Janeiro	779.928	10,55
Rio Grande do Norte	71.337	0,97
Rio Grande do Sul	482.464	6,53
Rondônia	47.091	0,64
Roraima	14.292	0,19
Santa Catarina	323.264	4,37
Sergipe	44.689	0,60
São Paulo	2.348.338	31,78
Tocantins	39.356	0,53
<b>BRASIL</b>	<b>7.389.131</b>	<b>100,00</b>

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>.

A captação dos recursos do FNE é realizada através do percentual de 1,8% do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), além de outras rubricas, a exemplo dos recursos reembolsados pelos beneficiários do crédito. Portanto, o funcionamento do Fundo depende do dinamismo econômico regional, já que a sua fonte de recursos deriva da produção industrial e da renda, variáveis bastante sensíveis em momentos de flutuações da economia.

No ano de 2020, houve uma queda na arrecadação dos recursos do governo, tendo em vista a emergência da pandemia de COVID-19. Segundo informações obtidas no site da Receita Federal<sup>2</sup>, a União arrecadou R\$ 1,479 trilhão em 2020, apresentando um recuo de 6,91% em relação ao ano de 2019, descontada a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Parte desta queda está relacionada com o fato do adiamento no recolhimento de impostos junto a Secretaria da Receita Federal (SRF), no respectivo ano de 2020.

No entanto, é importante destacar que a crise no cenário nacional e regional antecede a crise sanitária, pois nos dois anos que precederam à pandemia de COVID-19, o país já vinha experimentando um baixo crescimento econômico. De acordo com os dados do IBGE, apresentados pelo BNB (2020), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional sofreu um declínio de (-4,1%) no ano de 2020. Já o PIB nordestino teve uma queda estimada de (-6,0%) (ver tabela 5).

Ainda de acordo com a tabela 5, o PIB Industrial nordestino declinou (-2,8%) e o de Serviços encolhendo (-7,6%). Nesse cenário, somente o PIB Agropecuário obteve resultados favoráveis (+2,6%). Com exceção do Maranhão (+0,2%), o desempenho econômico nos Estados pertencentes à área de atuação do BNB foi bastante desfavorável.

Em abril de 2020, o governo federal criou a linha FNE Emergencial e conseguiu cumprir com a meta desafiadora de oferecer R\$ 3 bilhões aos setores afetados pela crise, em estreita conformidade do que previu a Resolução do Banco Central nº 4.798/2020. Com isso, 96,5% dos recursos foram destinados aos beneficiários de pequeno e médio porte. Do total

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline/2021/janeiro/25-de-janeiro-de-2021>.

destes recursos, 87,7% estavam voltados a suprir as necessidades de capital de giro. O montante contratado somou 92.584 operações de crédito e esteve predominantemente voltado para o Setor de Comércio e Serviços, que viram suas rendas e lucros despencarem, dado a diminuição da “circulação de mercadorias e serviços por conta do contexto da pandemia” (BNB, 2020, p. 68).

**Tabela 5. Nordeste e estados selecionados: variação (%) do PIB total e setorial (em 2020)<sup>3</sup>**

<b>Estado/Região</b>	<b>PIB</b>	<b>Agropecuária</b>	<b>Indústria</b>	<b>Serviços</b>
Maranhão	0,2	2,1	-2,3	0,6
Piauí	-4,5	7,5	-2,7	-6,4
Ceará	-4,2	5,1	-4,7	-4,7
Rio Grande do Norte	-8,8	-1,9	-2,2	-10,8
Paraíba	-4,9	9,0	-3,2	-5,9
Pernambuco	-6,1	-8,7	0,6	-7,6
Alagoas	-10,6	-11,5	-3,8	-11,5
Sergipe	-7,6	15,4	-1,2	-10,9
Bahia	-7,9	10,1	-4,1	-10,8
Minas Gerais	-4,6	13,0	-3,4	-2,6
Espírito Santo	-6,3	-2,1	-15,0	-2,5
NORDESTE	-6,0	2,6	-2,8	-7,6

Fonte: BNB (2020, p. 40)

Segundo a metodologia adotada pelo BNB, o FNE atua no financiamento do Setor Rural e o do setor Não Rural (Agroindústria, Indústria, Comércio e Serviços e Infraestrutura). O Setor Rural contempla as atividades da agricultura e pecuária. Já o setor de Comércio e Serviços é agregado em um único setor.

Na tabela 6, é possível verificar que, no ano de 2020, 83,6%, do total das contratações do FNE foram destinadas ao Setor Rural e apenas 0,7% das contratações foram destinadas ao Setor Industrial. No ano de 2019, o Setor Rural apresentou um percentual que chegou a 96,6% das operações com o BNB.

Segundo Cruz (2021, p. 12), a transformação na estrutura produtiva do Nordeste, depende da realização de “investimentos em tecnologia, políticas de difusão de tecnologia e assistência técnica, no meio rural, por exemplo, para melhoria da produtividade e

<sup>3</sup> Estimativas para o ano de 2020.

expansão da renda local”. Já o Setor de Serviços e de Comércio, os mais atingidos com a paralização das atividades produtivas, realizaram apenas 15,1% das contratações com recursos do Fundo, no ano de 2020.

**Tabela 6. FNE: Contratações por setor econômico (2019-2020) - em bilhões de R\$**

Setor	2019		2020	
	Operações	%	Operações	%
Rural	523.774	92,6	590.877	83,6
Agroindústria	379	0,1	493	0,1
Comércio e Serviços	32.946	5,8	107.101	15,1
Indústria	4.029	0,7	2.051	0,3
Turismo	938	0,2	2.004	0,3
Infraestrutura	122	0,0	75	0,0
Pessoa Física	3.677	0,6	4.529	0,6
<b>Total</b>	<b>565.865</b>	<b>100,0</b>	<b>707.130</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB (2020, p. 67). Adaptado pelo autor.

No que diz respeito ao Setor Industrial, a economia nordestina vem sofrendo com um processo de desindustrialização, seguindo assim a trajetória nacional. Segundo Cano (2014), o processo de desindustrialização está relacionado com a existência de vários fatores, sendo eles: (i) abertura comercial e financeira ilimitada, a partir dos anos de 1990; (ii) crescimento dos setores agrícola e mineral acima do crescimento da indústria de transformação, na última década; (iii) elevada taxa de juro; (iv) sobre apreciação cambial; (v) baixo crescimento da economia internacional; e, por fim, (v) declínio dos investimentos interno e externo na indústria de transformação. De fato, na tabela 6, é possível verificar, nos anos de 2019 e 2020, o número de contratações do FNE para o Setor Industrial foi pouco significativo quando comparado às contratações direcionadas ao Setor Rural.

A tabela 7, por sua vez, mostra que os estados que mais contrataram os recursos do FNE foram as três maiores economias do Nordeste, sendo elas: Bahia, Ceará e Pernambuco. Ou seja, os estados mais beneficiados com os fundos foram os estados mais industrializados e que possuem mais dinamicidade. A Bahia, em primeiro lugar, demandando recursos da ordem de R\$ 4,2 bilhões, o que representa 22,0% do total das



contratações; em segundo e terceiro lugares, temos o estado do Ceará e de Pernambuco. Juntos estes Estados demandaram 29,10% dos recursos do FNE no ano de 2020.

**Tabela 7. FNE –realizado por UF – 2020<sup>4</sup>**

UF	Valor contratado (em bilhões)	%	Participação da UF no PIB da área de atuação do FNE (em %)
Alagoas	860.557	4,50	5,10
Bahia	4.192.405	22,00	26,84
Ceará	2.867.458	15,00	14,62
Norte do Espírito Santo	340.986	1,80	1,97
Maranhão	2.040.976	10,70	9,21
Norte de Minas Gerais	1.102.875	5,80	3,80
Paraíba	1.211.072	6,40	6,04
Pernambuco	2.687.298	14,10	17,48
Piauí	1.817.050	9,50	4,72
Rio Grande do Norte	1.017.996	5,30	6,28
Sergipe	942.412	4,90	3,94
Total	19.081.085	100,00	100,00

Fonte: BNB (2020, p. 72). Adaptado pelo autor.

Com Exceção da Bahia, que teve acesso ao maior volume de contratações, demandando recursos da ordem de R\$ 4,2 bilhões, os estados mais afetados pela crise, no entanto, foram os que menos contrataram recursos pelo FNE, como exemplo podemos citar: Espírito Santo, o que representou apenas 1,8% dos recursos contratados; Alagoas (4,5%); Sergipe (4,9%) e Rio Grande do Norte (5,30%).

Esses números sinalizam a necessidade de uma maior atenção na operacionalização do FNE, por parte do BNB, na direção de promover a redução das diferenças intrarregionais, levando crédito qualificado àqueles estados e setores mais prioritários e de baixo dinamismo econômico, a fim de atingir os objetivos da PNDR, no que diz respeito a redução das desigualdades regionais. Por outro lado, as operações mostram que o FNE, por si só, não tem conseguido atuar na redução da assimetria do crédito a fim de ativar as potencialidades de desenvolvimento dos municípios de menor

<sup>4</sup> Conforme aprovado pelo Condrel, não foi projetada distribuição para projetos de Infraestrutura por estado; (2) Etene – Célula de Informações.

renda, atuando nos territórios que interessam menos aos agentes do mercado, valorizando as diversidades locais (ver tabela 7).

No total, no ano de 2020, o Setor de Comércio e Serviços, demandaram cerca de R\$ 8,38 bilhões em financiamentos, com os melhores desempenhos verificados nos estados do Ceará, Bahia e Pernambuco, totalizando cerca de 54% dos recursos destinados para este Setor. Estes estados, conjuntamente, também realizaram cerca de 64,8% das contratações destinadas ao Setor Industrial, totalizando cerca de R\$ 1,32 bilhões em financiamentos. O Setor Rural, por sua vez, demandou cerca de R\$ 7,7 bilhões das contratações, com ênfase para os estados da Bahia, Maranhão e Piauí, destacando-se as atividades de grãos e de apoio à agricultura familiar (ver tabela 8).

**Tabela 8. FNE – Programação Padrão - Contratações por Estado e Setor – 2020 (em R\$ mil)**

UF/Setor	Rural	Setor Não Rural				Total
		Agroindustrial	Indústria	Turismo	Comércio e Serviços	
AL	315.641	21.656	95.928	54.852	372.480	860.557
BA	2.092.721	51.77	343.520	82.472	1.621.915	4.192.405
CE	559.406	36.766	507.179	88.072	1.676.035	2.867.458
Norte do ES	97.327	30.728	68.130	2.920	141.881	340.986
MA	1.097.895	2.097	71.147	16.118	853.719	2.040.976
Norte de MG	678.286	10.189	67.266	7.265	339.869	1.102.875
PB	399.135	76.655	141.054	26.611	567.617	1.211.072
PE	705.170	85.847	472.008	190.344	1.233.929	2.687.298
PI	1.151.787	57.060	46.424	20.009	541.770	1.817.050
RN	256.583	7.103	109.617	31.031	613.662	1.017.996
SE	319.436	66.075	118.575	13.025	425.301	942.412
Total	7.673.387	445.953	2.040.848	532.719	8.388.178	19.081.085

Fonte: BNB (2020, p. 73). Adaptado pelo autor.

A concentração de recursos nos estados mais dinâmicos, no momento em que o país experimentara um período de elevada crise econômica decorrente da pandemia de COVID-19, corrobora a hipótese de que “a lógica das instituições financeiras tende a direcionar os recursos para agentes economicamente integrados, em geral nas regiões de

maior desenvolvimento econômico, o que acaba por manter e intensificar as desigualdades entre as regiões e no interior delas” (FERREIRA, 2013, p. 222).

Portanto, para que os objetivos da PNDR sejam alcançados por intermédio do FNE, torna-se necessário desconcentrar os financiamentos, de forma que os estados menos empreendedores como Alagoas, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão e João Pessoa não fiquem excluídos dos financiamentos do FNE. De fato, “exclusão financeira” somado a questão da pobreza nordestina, contribuem para aprofundar as desigualdades regionais e sociais.

## **CONCLUSÃO**

O subdesenvolvimento da Região Nordeste é um problema que vem sendo objeto de debates e de políticas regionais desde a década de 1950. Para o GTDN, liderado por Furtado, o Estado brasileiro deveria assumir a condução das políticas de desenvolvimento e coordenar a lógica da industrialização nas regiões mais carentes e não apenas na Região Sudeste do país. Portanto, visando criar canais de financiamentos para realizar os investimentos de longo prazo, o governo brasileiro criou dois bancos de desenvolvimento, o BNDE (atualmente, BNDES) e o BNB. Além disso, também criou a SUDENE, instituição fundamental para promover ações e projetos, direcionando os recursos públicos para a Região nordestina.

No entanto, com a crise financeira e fiscal deflagrada no país, na década de 1980, o esforço de industrializar e desenvolver as regiões mais carentes como o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, foram interrompidos. A fim de contornar este problema, a Constituição de 1988, criou os Fundos Constitucionais de Financiamento, mecanismos compensatórios, visando a promoção da redução das diferenças inter-regionais no país. Os recursos para estes Fundos são garantidos pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda (IR).

O FNE, portanto, é um instrumento de financiamento que tem por propósito priorizar o atendimento a mini e pequenos produtores rurais, a micro e pequenas empresas, à região semiárida e aos municípios localizados em microrregiões de baixa

renda, e de pouco ou nenhum dinamismo econômico no âmbito da PNDR. O FNE financia empreendimentos localizados nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, além de parte dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, já que estes são pertencentes à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

Porém, da análise dos dados, para os anos de 2019 e 2020, foi possível constatar que existe uma grande concentração dos recursos do referido fundo nos estados mais proativos do Nordeste, ou seja, na Bahia, no Ceará e no estado de Pernambuco. Em 2020, apenas estes três estados demandaram 51,10% dos recursos do FNE. Isto revela que existe uma grande assimetria na concessão do crédito, de forma que os estados menos empreendedores como Alagoas, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão e João Pessoa estão ficando cada vez mais excluídos dos financiamentos do referido fundo. Esta, “exclusão financeira” somado a situação de pobreza, contribuem para aprofundar as desigualdades regionais e sociais presentes na região. Portanto, é plausível supor que, na área de abrangência do FNE, os agentes privados que operam nas atividades mais desenvolvidas, nos municípios com melhor acesso à infraestrutura bancária e à informação, são os que se candidataram a obtenção dos recursos.

Com exceção da Bahia, os Estados mais afetados pela crise, no entanto, foram os que menos contrataram recursos pelo FNE, como exemplo podemos citar: Espírito Santo (1,8%), Alagoas (4,5%), Sergipe (4,9%) e Rio Grande do Norte (5,30%). Estes números mostram que é preciso uma maior atenção na operacionalização do FNE, por parte do BNB, a fim de cumprir com os objetivos da PNDR no que diz respeito a redução das diferenças intrarregionais. O FNE deve, por isso, chegar àqueles estados e setores mais prioritários, de baixa e média rendas e de baixo dinamismo econômico, os quais são de pouco interesse ao mercado. O fato é que, durante o ano de 2020, as economias que apresentam menor participação na formação do PIB da área de atuação do FNE, como Alagoas (5,10%), Piauí (4,72%) e Sergipe (3,94%) foram contempladas, em seu conjunto, com apenas 18,9% das contratações do FNE.

Embora a Região Nordeste tenha passado por diversas transformações do ponto de vista econômico-espacial nas últimas décadas, a região encontra-se dividida, pois

existem estados com uma estrutura produtiva relativamente mais sólida e com elevada produtividade, convivendo com outros estados com áreas extremamente atrasadas que não estão conseguindo acessar os recursos do FNE. Nestas áreas, o desenvolvimento via gastos induzidos dificilmente será demandado, sendo necessário a atuação do Estado através de gastos autônomos e de uma política industrial mais efetiva, já que existe uma elevada concentração dos recursos do FNE nas regiões mais desenvolvidas, e direcionados para o Setor Rural.

Por fim, constatada a pouca eficácia do FNE no que diz respeito à redução das desigualdades regionais e ao incentivo industrializante nas regiões mais vulneráveis da Nação brasileiro, é imprescindível que o governo formule uma Política Industrial que estimule a competitividade da região nordestina, no sentido de estimular o mercado de trabalho em termos de geração de emprego e melhores salário. Com efeito, é o Setor Industrial, e não o Setor Rural, que possui um “efeito multiplicador” capaz de induzir o crescimento dos demais setores produtivos, por meio de suas demandas de insumos. É uma forma, inclusive, de reverter o atual processo de desindustrialização que atinge o cenário regional e nacional.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARAÚJO, T. B de. A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios do presente. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 451-467, out. 1997.

ARAÚJO, T. B de. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Relatório de Gestão do FNE: exercício de 2020*. Fortaleza (CE): 2020. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/documents/80223/9920455/2021\\_RGFNE\\_2020.pdf/8f567374-b140-04e3-fb11-fc2e8f8e28f7](https://www.bnb.gov.br/documents/80223/9920455/2021_RGFNE_2020.pdf/8f567374-b140-04e3-fb11-fc2e8f8e28f7). Acesso 02 jan 2022.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *20 anos de Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO – FNE – FNO)*. 2009. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSE/fundosregionais/incentivosfiscais>

/publicacoes/Desempenho-Operacional-1989-2008-Itima-Verso.pdf. Acesso em 12 de FEV. de 2022.

CANO, W. (Des)industrialização e (sub)desenvolvimento. *Cadernos do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 139-74, jul./dez. 2014

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970*. São Paulo: Unesp, 2007.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, IE – Unicamp, 2002.

COSTA FILHO, S. *A Necessidade de uma Nova Política Desenvolvimentista*. Fortaleza: UFC/CAEN, 2001.

CRUZ, .P. R. D. Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do pós-guerra. *Economia e Sociedade*, v. 3, n. 1, p. 65-81, 2016.

FERREIRA, E. W. *Fundos Constitucionais e o Financiamento do desenvolvimento via bancos públicos: uma análise da distribuição de recursos do FNE*. 2013. 267 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia (IEUFU), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

FURTADO, C. *Brasil - a construção interrompida*, São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FURTADO. C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GONÇALVES, R. et al. *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

MONTEIRO NETO, A. *Desenvolvimento Regional em Crise: Políticas Econômicas Liberais e Restrições à Intervenção Estatal no Brasil dos Anos 90*. Tese de Doutorado. Campinas: IE/Unicamp, 2005.

MOREIRA, R. *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

PELLEGRINO, A. C. G. T. *O Nordeste de Celso Furtado: nas sombras do desenvolvimento*. *Dissertação de Mestrado*. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, (SP), 2003.

SENRA, K. V. *Políticas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil: uma análise comparada dos Períodos Pós-Guerra (1945-1964), Pós-Golpe Militar (1964-1988) e Pós-*

Constituição Federal de 1988 (1988-2009). *Dissertação de Mestrado*. Brasília:  
Universidade de Brasília, 2009.

**Capítulo 22 - DOI:10.55232/1083002.22**

## **A HISTÓRIA POLÍTICA-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE TORRINHA/SP**

**Gelson Donisete Candido**

**RESUMO:** O referido artigo trata da história do Município de Torrinha, focado nos 100 anos de emancipação política-administrativa, que ocorreu em 1922 com a assinatura de uma lei criando a nova localidade. Mas para tal, iniciamos contando um pouco do antes da emancipação, quando Torrinha era somente um arraial, depois passou a ser Distrito Policial, com a influência política do Coronel Bento Lacerda, passa a Distrito de Paz no final do século XIX. Iniciado o século XX uma nova lei é promulgada pelo presidente do estado e Torrinha já pode ser chamada de Vila. A localidade vai crescendo e quer se emancipar, é Distrito do município de Brotas, não tem governo próprio, nem vereadores, somente subprefeito subordinado ao vizinho que controla tudo. A partir de 1919 entra, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o projeto para criar o novo município de Torrinha. Embora haja uma pressão para que isso não aconteça por parte dos políticos de Brotas, em 30 de novembro de 1922 a lei é assinada pelo presidente do estado. O novo município foi instalado em 07 de abril de 1923, data em que se comemora o aniversário da cidade, embora a localidade exista desde a década de 1880. Agora Torrinha já tem sua Câmara, ou seja, seus legisladores, e tem seu prefeito, que era escolhido em colegiado entre os vereadores eleitos. No total já são 21 legislaturas, e nesse tempo muita coisa aconteceu, prefeito destituído do cargo, legislativo fechado por longos anos, renúncias de vereadores, dentre outros fatos que ocorreram nesses 100 anos de política local. A história não finda, visto que a cidade continua e também os acontecimentos, por isso, esse artigo é inacabado e deve ser sempre atualizado conforme o decorrer do tempo, com mais fatos desse povo interiorano denominado torrinhese.

**Palavras-chave:** história, Torrinha, política



## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo é um trabalho incompleto, visto que a história continua acontecendo no dia a dia, mas é um grande resumo do que já aconteceu dentro de quase 100 anos de emancipação política-administrativa do município de Torrinha, cidade situada no centro do estado de São Paulo. Mas, além do motivo ser os 100 anos do município, o artigo trás um histórico mais amplo antes de entrar propriamente na questão política-administrativa, não poderia faltar, portanto, o antes, já que anteriormente à sua emancipação, o município passou por outras fases como distrito de paz, vila até culminar com o decreto criando a nova urbe.

Escrever a história de um município não é uma tarefa tão fácil e rápida, visto que as fontes são diversas, documentos, jornais e orais, e selecionar as que de fato são confiáveis pode se tornar complicado, é preciso ter o discernimento do que é fato e do que é “lenda”, inclusive as fontes jornalísticas podem conter um teor opinativo de uma parte interessada, sem o contraponto de outras partes, até mesmo documentos oficiais, como atas de sessões da Câmara Municipal, podem conter algo que foi escrito e acordado pelos participantes da ocasião e talvez não retratem fidedignamente o ocorrido, porém, são bem mais confiáveis do ponto de vista legal.

O município de Torrinha não tem nenhum documento ou livro onde estão compiladas informações sobre sua história, aliás, há alguns textos com informações bem resumidas e gerais, um livro escrito em 1929, até bem feito com informações daquela época, um de 1999 que foi elaborado como tese de doutorado que contém mais informações do desenvolvimento econômico da cidade e região. Portanto, este artigo é um grande pontapé para um livro que virá a ser publicado em 2023 com as atividades políticas de 1923 até então e um resumo do início de sua história.

Enfim, o objetivo é documentar a história de Torrinha para que as pessoas, tanto da cidade como de fora, conheçam mais do lugar onde moram, para que sirva de subsídio aos professores com seus alunos visitando os fatos ocorridos e para qualquer pessoa que se interesse em conhecer mais sobre esta urbe que nasceu no século XIX e não pode deixar morrer seu passado e assim refletir sobre o futuro.

## **METODOLOGIA**

A metodologia usada foi a pesquisa direta nos documentos oficiais da Câmara Municipal, ou seja, as atas das sessões. Os livros estão intactos e puderam ser lidos todos de forma a retirar as informações que eram necessárias, visto ser um documento oficial, assinado e aprovado pelos próprios vereadores de cada legislatura. Também pesquisamos em livros antigos que poderiam nos proporcionar dados e informações que pudessem vir

a compor o conteúdo que era desejado para o intuito a que nos propusemos. O site da Câmara Municipal também foi pesquisado, pois as atas de um determinado tempo para cá também estão dispostas em uma aba para que todo cidadão possa ler e se informar dos trabalhos dos vereadores.

A questão de pesquisas de campo, como entrevistas, foi pouco usada, ela serviu mais para confirmar ou confrontar alguns dados de certa época até hoje com os protagonistas que se encontra entre nós ainda e podiam confirmar ou acrescentar algo a mais nas pesquisas.

Outra fonte de informações foram jornais das épocas mais distantes, embora não sejam documentos oficiais, podem trazer curiosidades e acrescentar muita coisa que mostre como era o lugar lá no início do século XIX.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **Do início à emancipação**

Torrinha é uma cidade do interior paulista, de porte pequeno com pouco mais de 10 mil habitantes, que não possui grandes indústrias, é uma cidade que tem seu ponto forte na agricultura com o cultivo de café, cana de açúcar e eucalipto para o corte. A maioria dos empregos vem do comércio e algumas pequenas empresas de transporte e outros ramos.

Os primeiros moradores que fixaram moradia por aqui chegaram na segunda metade do século XIX, comprando terras, vinham com suas famílias desbravar áreas que eram só mato. Já haviam alguns distrito e cidades por perto, como Brotas e Dois Córregos, e a região, que hoje é o município de Torrinha, pertencia ao município de Brotas.

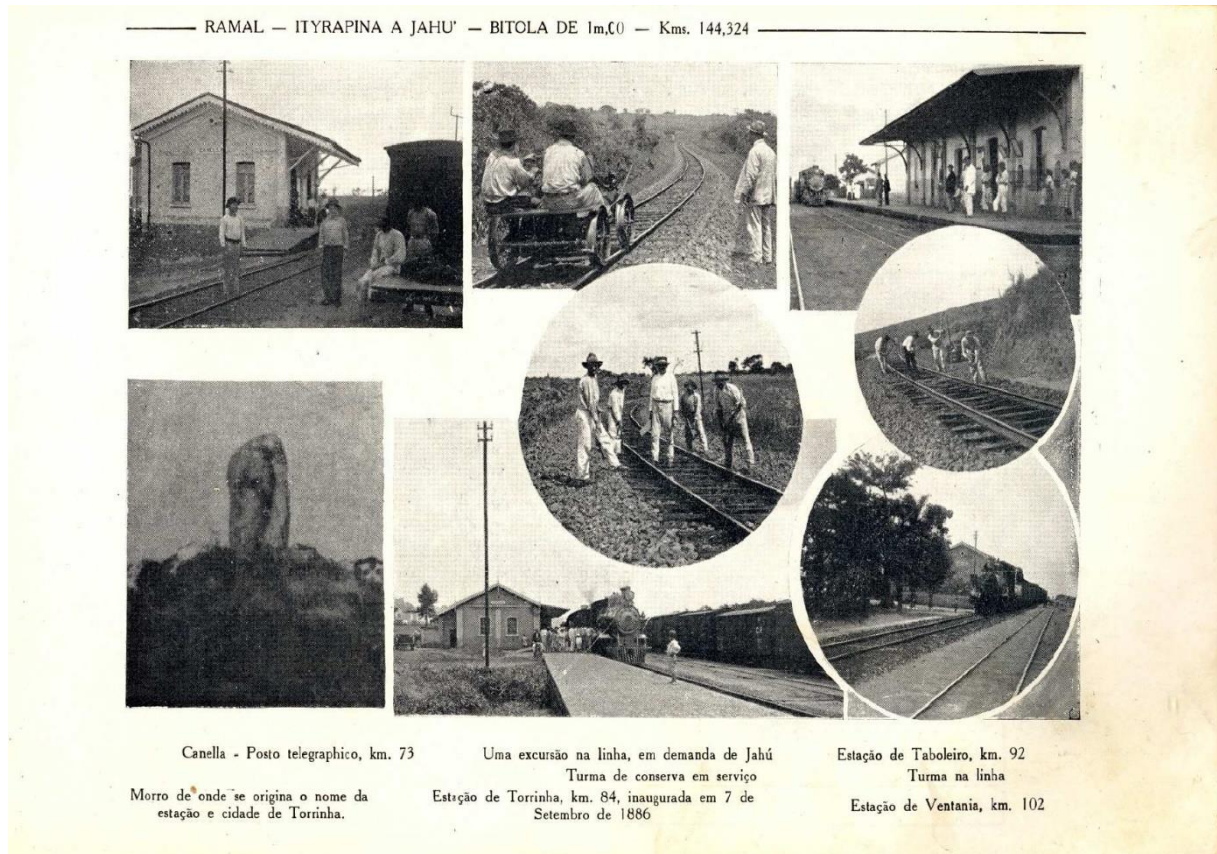
A história se inicia com José Antunes de Oliveira, a ele é outorgado o título de um dos fundadores de Torrinha por conta de que teria doado ao bispado uma porção de terras para que fosse construída uma capela, mas havia uma condição, que a capela fosse em homenagem a São José, santo pelo qual o fazendeiro era devoto. Conta-se que isso ocorreu por volta da década de 1870. Atualmente procuro encontrar esse documento para comprovar a história com algo mais concreto, e assim, poder definir uma data para o início das ocupações que deram início à cidade.

Em 1886, mais precisamente em 7 de setembro do mesmo ano, era inaugurada a estação ferroviária, um passo enorme para que pessoas se sentissem motivadas a ocupar o lugar em torno da estação. Isto acabou acontecendo e as primeiras moradias foram construídas. Entra em cena o Coronel Bento Lacerda Filho, um dos primeiro moradores e incentivador para que mais pessoas viessem aqui construir suas casas e, portanto, dava-se início ao arraial. Nesse início o lugar era chamado de Santa Maria, Estação de Santa

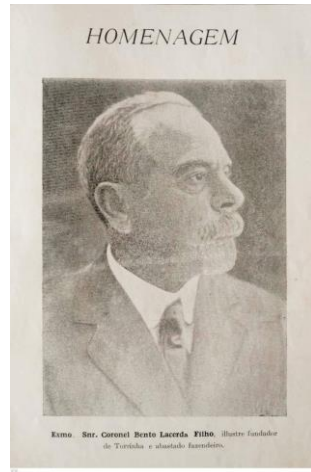
## Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1

Maria por conta da ferrovia, que fora construída pela Companhia Rio-Clarense e posteriormente comprada pela Companhia Paulista.

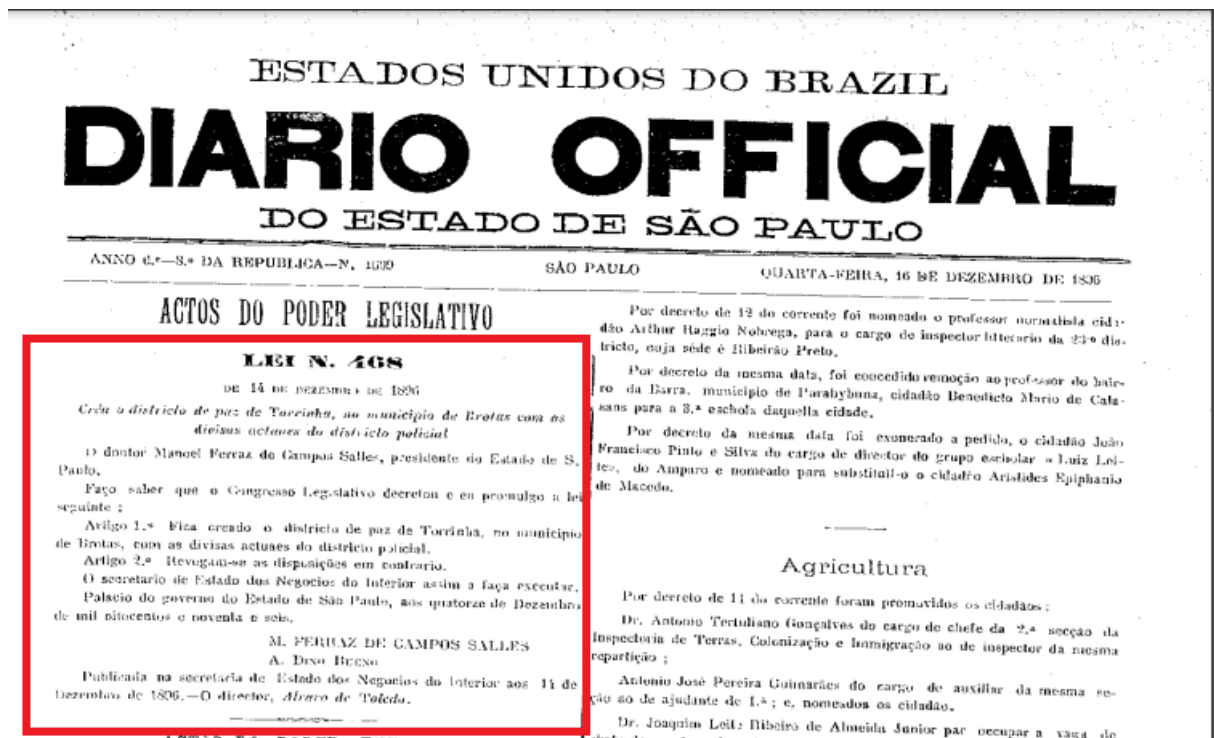
Abaixo você pode ver a primeira estação ferroviária de Torrinha, até então, Estação de Santa Maria. Na década de 1920 foi dado início à construção de uma nova estação.



O Coronel Bento Lacerda foi um importante incentivador ao crescimento da localidade, era filho do Barão de Araras, pessoa influente. Em 1892 o arraial é elevado à categoria de Distrito Policial e ganha um impulso. Na mesma época da criação do Distrito Policial o nome, que era Estação de Santa Maria, foi trocado por Torrinha. Havia muita confusão com as correspondências e mercadorias que chegavam com o trem devido a vila de mesmo nome abaixo da serra, também, politicamente, começaram a surgir alguns atritos, por isso, resolveram trocar o nome. Torrinha se refere a um monte de pedra que fica em cima de uma pequena montanha, parecendo uma torre. Abaixo uma foto do Coronel Bento Lacerda e o túmulo de José Antunes de Oliveira, os dois considerados fundadores da cidade de Torrinha.



Em 1896 mais um passo é dado, e dizem que foi sob a influência do Coronel Bento Lacerda, cria-se, pela Lei nº 468 de 14 de dezembro de 1896, o Distrito de Paz de Torrinhã.



# Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria Geral Parlamentar  
Departamento de Documentação e Informação

## LEI N. 468, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1896

*Créa o districto de paz de Torrinha, no municipio de Brotas, com as divisas actuaes do districto policial*

O doutor Manoel Ferraz de Campos Salles, Presidente do Estado de S. Paulo, Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte :

**Artigo 1.º** - Fica creado o districto de paz de Torrinha, no municipio de Brotas, com as divisas actuaes do districto policial.  
**Artigo 2.º** - Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior assim a faça executar.  
Palacio do Governo do Estado de São Paulo, aos quatorze do Dezembro de mil oitocentos o noventa e seis.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES  
A. Dino Bueno

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Interior aos 14 de Dezembro de 1896. - O director, Alvaro de Toledo.

Torrinha continua a crescer e com a Lei 1.308 de 19 de dezembro de 1906, a localidade já pode ser chamada de vila. Mais um passo à sua emancipação, um sonho dos moradores da vila.

Em 1910 chega a energia elétrica, 1915 o primeiro time de futebol e em 1919 encontra-se tramitando o projeto de lei para criar o Município de Torrinha. Esse projeto passa pelas comissões e votações necessárias na Câmara Legislativa e é aprovado, sendo assinado pelo Presidente do Estado, era assim a denominação na época, em 30 de novembro de 1922. Foi uma festa para os seus 4669 habitantes, segundo o censo de 1920. Abaixo você pode conferir parte do censo demográfico realizado em 1920 com a população de Torrinha e logo após a lei que criou o município.

268 DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA RECENSEAMENTO REALIZADO EM 1 DE SETEMBRO DE 1920 269

**População dos municipios de cada um dos Estados do Brazil, segundo o sexo e o estado civil**  
*Population des municipios de chaque État du Brésil, d'après le sexe et l'état civil*

MUNICIPIOS MUNICIPES	DISTRICTOS DISTRICTS	HOMENS HOMMES					MULHERES FEMMES					TOTAL TOTAL				
		Solteiros Célibataires	Casados Mariés	Viuvas Veufs	Estado civil ignorado État civil inconnu	Total	Solteiros Célibataires	Casados Mariés	Viuvas Veufs	Estado civil ignorado État civil inconnu	Total	Solteiros Célibataires	Casados Mariés	Viuvas Veufs	Estado civil ignorado État civil inconnu	Total
<b>ESTADO DE SÃO PAULO</b> (CONTINUAÇÃO – suite)																
	Brotas.....	4.659	2.135	171	—	6.965	4.134	2.128	375	1	6.638	8.823	4.266	556	1	13.636
	Torrinha.....	1.603	769	52	1	2.425	1.402	755	86	1	2.244	3.005	1.524	138	2	4.669
	TOTAL.....	6.262	2.904	223	1	9.413	5.536	2.883	461	2	8.882	11.828	5.790	694	3	18.305

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL  
**DIARIO OFFICIAL**  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANNO 32 — 34.º DA REPUBLICA — N. 274 SÃO PAULO

SABBADO, 9 DE DEZEMBRO DE 1922

**Actos do Poder Legislativo**

LEI N. 1883 — 30 DE NOVEMBRO DE 1922

*Cria o municipio de Torrinha, no municipio e comarca de Brotas*

O deutor Washington Luiz P. de Sousa, Presidente do Estado de S. Paulo.

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º — Fica creado o municipio de Torrinha, desmembrado do municipio de Brotas, comarca de Brotas comprehendendo o territorio do actual districto de paz daquelle nome.

**Actos do Poder Executivo**

DECRETO N. 3542 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1922

*Abre um credito especial de rs. 1:293\$190, e mais os juros que forem accrescidos, para pagamento a Martin Egydio Nogueira, em virtude de sentença judicial.*

O dr. Washington Luiz P. de Sousa, Presidente do Estado de São Paulo,

Usando da autorização que lhe confere a lei n. 1882, de 30 de Novembro de 1922:

Decreta:  
Artigo 1.º — Fica aberto na Secretaria da Fazenda e do Thesouro do Estado um credito especial de um conto,

**LEI N.1.883, 30 DE NOVEMBRO DE 1922**

*Cria o municipio de Torrinha, no municipio e comarca de Brotas*

O doutor Washington Luiz P. de Sousa, Presidente do Estado de S. Paulo. Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

**Artigo 1.º** - Fica creado o municipio de Torrinha, desmembrado do municipio de Brotas, comarca de Brotas comprehendendo o territorio do actual districto de paz daquelle nome.

**Artigo 2.º** - As suas divisas são as seguintes: Começam no Salto do Paredão da Serra, no sitio do finado Zeferino José Barbosa, e seguem pelo ribeirão da Pedra de Amolar acima até frontear o espigão do sitio do mesmo nome ; seguem por este espigão, á esquerda, até ás divisas do sitio de Antonio Albino, Pedro Affonso e deste rumo direito até ao paredão da Serra S. Pedro, no sitio de Francisco Dias Ferraz e outros ; pelo dito paredão, divisando com os districtos de S. Pedro e de Santa Maria, até encontrar as divisas do municipio de Dois Corregos, e seguem pelo mesmo paredão acompanhando as actuaes divisas até frontear a cabeceira da agua do Ribeirão do Peixe e por este abaixo até frontear o espigão do sitio de Jeronymo Martins Coelho, seguindo em linha recta até ao paredão da Serra; seguindo pelo paredão até ao salto, onde tiveram começo.

**Artigo 3.º** - Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário de Estado dos Negócios do Interior assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, 30 de Novembro de 1922.

WASHINGTON LUIS P. DE SOUSA.

Alarico Silveira.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, em 8 de Dezembro de 1922. - O Director Geral, João Chrysostomo B. dos Reis Junior.

A partir desse momento começa uma nova história, como município Torrinha precisa criar várias coisas, precisa de uma legislação própria, vereadores, prefeito, dentre outras que, com o tempo, necessitariam ser criadas.

## **100 anos de emancipação política-administrativa**

### **• 1ª legislatura 1923-1925**

Agora tem início um novo momento, emancipada de Brotas, Torrinha precisa eleger seus primeiros vereadores. As eleições ocorrem em 17 de março de 1923, participam 141 eleitores que elegem a chapa do Diretório Político Municipal formada pelos seguintes candidatos eleitos:

<b>Torrinha - Primeira Legislatura - 1923-1925</b>
<b>Vereadores eleitos:</b>
• <b>Cel. Joaquim Ribeiro dos Santos</b>
• <b>Raul Lacerda</b>
• <b>Luiz Della Coletta</b>
• <b>Thomé de Siqueira Leite</b>
• <b>João de alvarenga Mello</b>
• <b>Francisco de Silveira Bueno</b>
<b>Suplentes:</b>
• <b>Nicolino Amalfi</b>
• <b>João Beraldo</b>
• <b>Antonio Guimarães</b>

Agora com os primeiros vereadores eleitos faltava instalar o município e dar posse aos mesmos. Devemos notar que não se elegia o prefeito e vice na época, eles eram escolhidos entre os próprios vereadores em votação secreta em sessão especial todo ano, podendo, portanto, a cada ano um novo prefeito estar à frente do executivo.

A data escolhida e marcada para o evento de instalação do novo município foi 7 de abril. Neste dia, às 16 horas, no salão da Sociedade Italiana, em sessão solene, pelo juiz Dr. Bento Ribeiro da Cruz, foi oficializado que agora Torrinha era um município independente, tinha seu próprio poder legislativo e executivo, embora, até os dias de hoje, seja comarca de Brotas quanto ao poder judiciário.

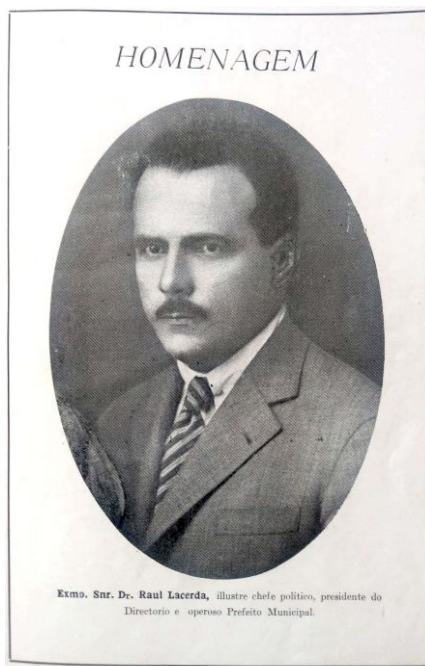
Empossados, os vereadores, em sessão especial no dia 9 de abril, fizeram as votações para elegerem os ocupantes dos cargos de presidente da Câmara e seu vice e também quem ocuparia o cargo de Prefeito e vice para o ano de 1923. Naquela época, a legislatura era de 3 anos, ou seja, a cada 3 anos havia uma nova eleição para vereadores.

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1**

No quadro abaixo podemos verificar a primeira mesa diretora com todos os cargos, inclusive como foi a votação.

Cargo	Candidato	Votos
<b>Presidente da Câmara</b>	Ten. Cel. Joaquim Ribeiro de Barros	5
	Dr. Raul Lacerda	1
<b>Eleito</b>	<b>Ten. Cel. Joaquim Ribeiro de Barros</b>	
<b>Vice-presidente</b>	Francisco de Silveira Bueno	4
	Dr. Raul Lacerda	1
	João de Alvarenga Mello	1
<b>Eleito</b>	<b>Francisco de Silveira Bueno</b>	
<b>Prefeito</b>	Dr. Raul Lacerda	5
	Ten. Cel. Joaquim Ribeiro de Barros	1
<b>Eleito</b>	<b>Dr. Raul Lacerda</b>	
<b>Vice-prefeito</b>	João de Alvarenga Mello	5
	Thomé Siqueira Leite	1
<b>Eleito</b>	<b>João de Alvarenga Mello</b>	

Foi nessa legislatura que foram denominadas as primeiras ruas da cidade, visto que já causava alguns transtornos para o cartório na hora de fazer seus registros. As primeiras leis do novo município precisaram ser criadas, sendo algumas adaptadas da vizinha Brotas. As primeiras sessões foram no mesmo local da posse em 1923, no salão da Sociedade Italiana, porém, rapidamente os vereadores aprovaram que se deveria construir um edifício próprio para a Câmara Municipal. Ainda no período dessa 1ª legislatura, foi inaugurado o prédio onde seria a sede do legislativo e também do executivo, sendo o fato ocorrido no dia 30 de julho de 1925.





Acima podemos ver as fotos do primeiro prefeito de Torrinha, Dr. Raul Lacerda, e do primeiro presidente do legislativo, Coronel Joaquim Ribeiro dos Santos.

- **2ª legislatura 1926-1929**

Em 1926 estavam aptos a votar 282 eleitores que elegem praticamente os mesmos vereadores, somente dois são trocados, sendo que um havia assumido no último ano por conta de mudança de um dos edis. Confira abaixo a composição do novo corpo de vereadores:

<b>Torrinha – Segunda Legislatura – 1926 – 1928</b>
<b>Vereadores eleitos:</b>
• <b>Luiz Della Coletta</b>
• <b>Erasmu Ribeiro dos Santos</b>
• <b>Thomé de Siqueira Leite</b>
• <b>João de Alvarenga Mello</b>
• <b>Raul Lacerda</b>
• <b>Nicolino Amalfi</b>
<b>Suplentes:</b>
• <b>José Elias de Toledo</b>
• <b>João Beraldo</b>
• <b>Luis Bortolai</b>

Duas curiosidades que podemos destacar entre os vereadores, Erasmo Ribeiro dos Santos era filho do Coronel Joaquim Ribeiro dos Santos, foi eleito no lugar do pai que havia se mudado da cidade, mostrando assim o poder e influência da família na política local. Essa influência e poder nós vamos notar novamente no ano de 1928 quando o edil Thomé de Siqueira leite é eleito para o cargo de presidente da mesa, porém, o vereador Erasmo havia renunciado ao cargo pelo mesmo motivo de seu pai, mudança de cidade, mas seu pai estava de volta e assumiu seu lugar na vereança e o eleito para presidir a Câmara renuncia para que o coronel possa assumir esse cargo. No final do mandato mais um vereador renuncia, Luiz Della Coletta, ocupando seu lugar o suplente João Beraldo.

O destaque dessa legislatura foi a inauguração do serviço de água encanada na cidade, depois de estudos, de terras doadas, foi encanada a água que vinha de uma represa a alguns quilômetros da cidade que era bombeada até uma caixa principal que fornecia o precioso líquido até as casas dos cidadãos. Isso ocorreu no dia 01 de dezembro de 1929 com muita festa, o que era esperado pelo importante fato que mostrava o progresso da cidade.

- **3ª legislatura 1929-1931**

Essa legislatura teve o primeiro caso de fraude no município que foi comprovado, um dos vereadores, que teria sido eleito, apresentou diploma que não foi reconhecido pela comissão e não tomou posse, aliás, o próprio reconheceu, em ofício enviado à mesa

diretora, de que seu diploma era inválido. Em seu lugar tomou posse um novo vereador eleito José Bianchi. Os demais eram os seguintes:

<b>Torrinha – Terceira Legislatura – 1929 – 1931</b>
<b>Vereadores:</b>
• <b>Ten. Cel. Joaquim Ribeiro dos Santos</b>
• <b>João de Alvarenga Mello</b>
• <b>Ovídio de Barros</b>
• <b>Raul Lacerda</b>
• <b>Antonio Lancia</b>
<b>Suplentes:</b>
• <b>Nicolino Amalfi</b>
• <b>José Elias de Toledo</b>
• <b>Luiz Bortolai</b>

Porém, os cargos de presidente da Câmara de prefeito continuavam sendo ocupados pelos mesmos vereadores, mostrando mais uma vez a força política, influência e poder dos mesmos.

Chegado o ano de 1930, o Brasil passava por quente disputa eleitoral para presidente e vice, e embora tivesse havido eleições em março com a posse marcada para 15 de novembro, um movimento contrário de oposicionistas estava acontecendo, culminando com um golpe dando posse a Getúlio Vargas em 01 de novembro.

Após, esse acontecido, houve um movimento em todo o país para o fim da República Velha e tudo que estava relacionado a ela, sendo assim, presidentes de estados e prefeitos forma destituídos de seus cargos e as câmaras legislativas fechadas.

Em Torrinha não foi diferente, no dia 27 de dezembro, em sessão extraordinária, a Câmara Municipal se reuniu para ler o telegrama que havia recebido do governo federal dissolvendo o poder legislativo e destituindo assim do seu cargo o chefe do executivo. Na sessão encontrava-se o cidadão pertencente ao partido do governo que assumiu o poder, Aliança Liberal, que fora convidado a governar a cidade, o cidadão era Durval Marques, que aceitou a incumbência. Entrou na reunião como cidadão e saiu como governador de Torrinha, assim era a denominação que passou a ser.

- **Período de dezembro/1930 – maio/1936**

Durval Marques governou a cidade até janeiro de 1933 auxiliado por uma Junta Governativa Provisória que você pode ver na imagem abaixo sua composição;

<b>Torrinha – Governo de 12/1930 a 01/1933</b>
<b>Junta Governativa Provisória</b>
• <b>Governador da cidade</b>
✓ <b>Durval Marques</b>
• <b>Membros da junta</b>

✓ <b>Dr. Raul Lacerda</b>
✓ <b>Luiz Seber</b>

Em janeiro, com a saída de Durval Marques, no período de 30 do mesmo mês até 02 de fevereiro, o Sr. Ovídio de Barros ficou encarregado de despachar o expediente da Prefeitura passando fazendo a transição e passando o cargo de prefeito ao Sr. Antonio Amalfi, nomeado pelo decreto de 27/01/1933.

Esse ano de 1933 foi conturbado na cidade, em 04/07, o Sr. Jarbas Andrade Couto, tesoureiro municipal, autorizado pelo Sr. Antonio Amalfi, entrega o cargo do executivo ao Sr. Antonio Lancia, nomeado pelo decreto de 30/06, porém, em 20/08, retorna ao cargo de prefeito o Sr. Antonio Amalfi que segue no cargo até meados de 1936, provavelmente até março ou abril, quando o Sr. Atílio Vicentini assume a prefeitura interinamente até que seja dado instalada e dado posse à nova composição da Câmara Municipal que volta a partir de 23/05/1936. A seguir colocamos a composição do governo municipal, com seu conselho consultivo de 1935.

<b>Conselho Consultivo Municipal</b>
• <b>Prefeito</b>
✓ <b>Antonio Amalfi</b>
• <b>Membros</b>
✓ <b>Dr. Raul Lacerda</b> , pres. do conselho por ser o membro mais velho.
✓ <b>Angelo F. Bortolai</b>
✓ <b>Victaliano Gagliardi</b>

- **4ª legislatura 1936-25/09/1937**

Novamente Torrinha tem uma Câmara Legislativa eleita que toma posse no dia 23 de maio, mas que não duraria por muito tempo, vindo a ser dissolvida novamente após a sessão de 25 de setembro de 1937.

A diferença dessa vez foi o número de vereadores eleitos, 7, um a mais do que vinha acontecendo, e o prefeito vindo a ser escolhido pelo colegiado de edis, porém, não havia vice-prefeito. A mesa, que ainda era eleita todo início de ano, permaneceu a mesma pelos dois anos que o legislativo ficou ativo. Uma curiosidade foi do vereador Pedro Hisnauer Filho que propunha oficial a Assembleia Legislativa Estadual para que o distrito de Santa Maria fosse incorporado ao município de Torrinha, o que nunca ocorreu.

Abaixo, veja os vereadores eleitos, prefeito e mesa diretora.

<b>Torrinha – Quarta Legislatura – 1936 – 1937</b>
<b>Vereadores</b>
• <b>Raul Lacerda</b>
• <b>João de Alvarenga Mello</b>
• <b>Angelo Fortunato Bortolai</b>

• <b>Pedro Hisnauer Filho</b>
• <b>Antenor Pereira da Silva</b>
• <b>Lázaro Franco de Moraes</b>
• <b>Clodomiro Castro Junior</b>

<b>Eleição para prefeito</b>	
<b>Antoni Amalfi</b>	4 votos
João de Alvarenga Mello	3 votos

<b>Eleição da mesa</b>	
• <b>Presidente</b>	
➤ <b>Raul Lacerda</b>	
• <b>Vice-presidente</b>	
➤ <b>João de Alvarenga Mello</b>	
• <b>Secretário</b>	
➤ <b>Angelo Fortunato Bortolai</b>	

O vereador Clodomiro Castro Junior acabou renunciando ao cargo, seu suplente, João Della Coletta, não quis assumir, ficando com a vaga Salomão Gomes.

- **Período de 10/1937 – 1947**

Novamente temos um período ditatorial em nosso país, Getúlio Vargas dá novo Golpe de Estado e tem início o período chamado de Estado Novo que vai durar até 1945 onde o próprio Getúlio foi deposto do cargo por seus militares.

Durante esse período, aqui em Torrinha e demais cidades do país, os prefeitos eram nomeados e governavam com uma equipe que nomeavam. O prefeito Antonio Amalfi continuou no cargo até abril de 1947 até ser nomeado outro em seu lugar, Carlos Balestrero. Nos dias entre a entrega da prefeitura pelo antigo prefeito e a posse do novo, ficou ocupando o cargo interinamente, mais uma vez, Atílio Vicentini, que fez a transição entre os citados.

• <b>Prefeitos 1937 a 1947</b>
➤ <b>Antonio Amalfi</b> , prefeito no período de 1937, já ocupava o cargo e continuou até abril de 1947.
➤ <b>Atílio Vicentini</b> , prefeito interino em abril de 1937, entregando a Prefeitura ao próximo prefeito.
➤ <b>Carlos Balestrero</b> , prefeito nomeado em 11 de abril e empossado em 20/04, ficando no cargo até 31/12.

Em 02/06/1947, logo após assumir o Sr. Carlos Balestrero, houve uma reunião com a posse da Comissão de Preços nomeados pelo governador. Presentes na reunião:

Ernesto Solbiati, Luiz Giudici, Salomão Gomes de Oliveira, João Vilela filho e Nagib Mauad. Essa comissão auxiliava o prefeito a governar a cidade.

- **5ª legislatura 1948-1951**

Essa legislatura foi a que mais vereadores teve em sua composição, no total 13. Também foi eleito o prefeito, porém, sem o vice. No quadro abaixo você pode acompanhar a composição da nova Câmara que, novamente, voltava a funcionar depois de muito tempo, e o prefeito eleito para os 4 anos de mandato.

<b>Torrinha – Quinta Legislatura – 1948 – 1951</b>
<b>Vereadores</b>
• <a href="#">Antonio Amalfi</a>
• <a href="#">Angelo Della Coletta 1º</a>
• <a href="#">Antonio Correa</a>
• <a href="#">Angelo Fortunato Bortolai</a>
• <a href="#">Carlos Felício Balestrero</a>
• <a href="#">Carlucci Rochitti</a>
• <a href="#">David Cury</a>
• <a href="#">Guido Campanha</a>
• <a href="#">Joaquim Ricardo Teixeira</a>
• <a href="#">José Valencise Neto</a>
• <a href="#">José Mancini</a>
• <a href="#">Maurício Golinelli</a>
• <a href="#">Natalino Zaccagnini</a>
<b>Prefeito</b>
• <a href="#">Marcos Seber filho</a>

Uma curiosidade desse mandato foi que nos 4 anos foram eleitos 4 presidentes diferentes, pois, nessa época, todo ano ainda se realizava a eleição da mesa diretora, sendo assim, cada ano tinha uma composição diferente dirigindo as sessões. Acompanhe abaixo as mesas diretoras de cada ano dessa legislatura.

<b>Mesa Diretora 1948</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <a href="#">Antonio Amalfi</a>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <a href="#">Natalino Zaccagnini</a>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <a href="#">Angelo Fortunato Bortolai</a>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <a href="#">Carlos Felício Balestrero</a>

<b>Mesa Diretora 1949</b>
---------------------------

• <b>Presidente</b>
✓ <b>Natalino Zaccagnini</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>Carlos Felício Balestrero</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>José Valencise Neto</b>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <b>Joaquim Ricardo Teixeira</b>

<b>Mesa Diretora 1950</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <b>Alvaro Machado Pereira</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>Carlos Felício Balestrero</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>José Mancini</b>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <b>Joaquim Ricardo Teixeira</b>

<b>Mesa Diretora 1951</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <b>José Mancini</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>Angelo Leandro Della Coletta</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>Prof. Ismael Morato de Almeida Lara</b>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <b>Jonny Luis Angelo Amalfi</b>

Nessa legislatura dois vereadores renunciaram com pedidos na sessão ordinária de 18/10/1949 e ocorreu o infortúnio do falecimento do vereador Angelo Fortunato Bortolai. No lugar de Angelo assumiu Alvaro Machado Pereira e no lugar dos dois que pediram renúncia assumiram Johnny Luis Angelo Bortolai e o professor Ismael Morato de Almeida Lara.

- **6ª legislatura 1952-1955**

Cidades como Torrinha tem o número de vereadores diminuídos, passam de 11 para 9, e voltam a ter prefeito e vice. Um caso muito interessante, e misterioso, vai acontecer durante essa legislatura, uma história que os mais antigos contavam sobre uma cervejaria que deveria ser instalada no município, mas que ninguém sabe o motivo, sumiu do nada. Acompanhe nos quadros abaixo a composição da Câmara Municipal, com o prefeito e vice eleitos e, logo a seguir, como ficaram as mesas diretoras de cada ano.

<b>Torrinha – Sexta Legislatura – 1952 – 1955</b>
<b>Vereadores</b>
• Marcos Seber Filho
• José Tavares
• Romeu Cerioni
• Ismael Morato de Almeida Lara
• Antenor Pereira da Silva
• Angelo Della Coletta
• Natalino Zaccagnini
• Luiz Giudici
• Alvaro Machado Pereira
<b>Prefeito</b>
✓ José Mancini
<b>Vice-prefeito</b>
✓ Johnny Luis Angelo Bortolai

<b>Mesa Diretora 1952, reeleita para o ano de 1953</b>
• Presidente
✓ Ismael Morato de Almeida Lara
• Vice-presidente
✓ Antenor Pereira da Silva
• 1º Secretário
✓ José Tavares
• 2º Secretário
✓ Romeu Cerioni

<b>Mesa Diretora 1954</b>
• Presidente
✓ Ismael Morato de Almeida Lara
• Vice-presidente
✓ Antenor Pereira da Silva
• 1º Secretário
✓ Romeu Cerioni
• 2º Secretário
✓ Marcos Seber Filho

<b>Mesa Diretora</b>
• Presidente
✓ Antenor Pereira da Silva
• Vice-presidente
✓ Marcos Seber Filho
• 1º Secretário
✓ José Tavares
• 2º Secretário

✓ **Romeu Cerioni**

Suplentes que chegaram a assumir cadeira de titular por determinado tempo, em vista de licenças de alguns vereadores: Lindório Ferraz, Paulo Drumond Souza, Carlucci Rochiti.

Foi nessa legislatura que foi aprovada a construção de uma capela dentro do cemitério municipal para que fossem celebradas missas e outras solenidades pertinentes ao local. Foi nesse período também que foi inaugurado o campo de futebol da cidade, esse que seria o campo oficial, onde os times da cidade poderiam jogar contra si mesmos e contra equipes de outras cidades. O homenageado com seu nome dado ao estádio foi Dr. Fernando Costa, ex-chefe do executivo estadual e quem liberou o auxílio para aquisição e construção daquele próprio municipal. Foi nesse mandato que a rodovia Brotas-Torrinha foi aprovada pelo Conselho Estadual para que fosse construída.

A história da cervejaria ainda é contada pelos moradores mais antigos, mas, com o passar do tempo, muitas pessoas não sabem desse caso, mesmo em anos anteriores a história era deturpada com várias versões e nunca ninguém soube o real motivo da desistência da empresa em se instalar no município. Vamos ao fato.

A empresa Companhia Nacional de Cervejas Pilsen, no início da década de 1950, tinha a intenção de construir uma fábrica de cervejas no interior de São Paulo, e a cidade escolhida era Torrinha, pois tinha uma localização central no estado, água de ótima qualidade, clima bom, a ferrovia para escoamento da produção, dentre outros motivos. Era uma cidade em crescimento. É possível encontrar reportagens em jornais como a que saiu no Correio Paulistano, onde, um dos idealizadores do projeto o financista Antenor de Sousa, fala sobre o assunto. Em outras reportagens no mesmo jornal, acontece a inauguração do escritório da empresa que seria na capital e nessa inauguração foi uma caravana de pessoas de Torrinha. Autoridades, como o prefeito e o presidente da Câmara, estavam nessa inauguração. A empresa angariava capital para o projeto, porém, de repente, nada mais se falou e a empresa sumiu. Diziam alguns que, por causas políticas, ela foi para outra cidade, falavam que haviam trocado a água da cidade para que a empresa não viesse para cá, era mau negócio para os donos de fazendas que perderiam mão de obra e teriam que subir salários. Ninguém sabe o motivo correto, talvez uma mistura de tudo isso.

Além das reportagens em jornal, a Câmara também aprovou alguns atos em favor da empresa para a sua instalação no município.

Abaixo podemos acompanhar essas reportagens da época.



TORRINHIA OTRA' UM GRANDE PARQUE INDUSTRIAL

PROGRAMADA A INSTALACAO, ALI, DE GRANDE E MODERNISSIMA CERVEJARIA DA CIA. NACIONAL DE CERVEJAS PILSEN — FALA AO "CORREIO PAULISTANO" EM PHICIA NACIONAL DE CERVEJAS PILSEN — FALA AO "CORREIO PAULISTANO, EM PHICIA MEIRA MAO, O CONHECIDO FINANCIISTA ANTONIO DE SOUSA, UM DOS ORGANIZADORES DA OPORTUNA INDUSTRIA — PROSPERO, NO BRASIL, O NEGOCIO DE CERVEJAS: O CONSUMO E' MUTUO MAIOR DO QUE A PRODUCCAO

O "Correio Paulistano" é mais antigo jornal diário de São Paulo, com mais de século de existência, inalterado de tradição na imprensa brasileira, sempre oitavo, com renovado interesse, as iniciativas que reformam o ritmo quase fabuloso da grande de São Paulo.



O Brasil consome muito mais cerveja do que produz — declara o sr. Antonio de Sousa à reportagem

Foi por esse motivo bem justo que a nossa reportagem se mobilizou, na tarde de ontem, para colher, em fontes autorizadas, opiniões detalhadas sobre a notícia que nos chegara da nova instalação, em Torrinhia, de moderna e grande Cervejaria.

Polidamente, foi fácil para o reporter obter os pareceres desejados. A direção da redação do "Correio Paulistano" está o senhorista principal responsável pelo seu conteúdo e financeira.



A mulher paulista esteve presente — Nesta foto se vêem inúmeras senhoras e senhoritas da alta sociedade paulista...

Figura tradicional nos círculos financeiros paulistas a mulher habitualmente como são, ágil, os homens que lutam com as cifras.

meus conhecimentos sobre a matéria, de modo a não me deixar levar pelo entusiasmo, ao falar de seu novo empreendimento. São as suas palavras iniciais: — Rebeca, com prazer, a visita do "Correio Paulista- no".

no. Sua quase tão velho como o seu jornal, que é o escritório, mas que orgulho de ter sido ali fabricado para compreender novas iniciativas, com um espírito de liberdade e de coragem.

os. Tralaram-me tão bem, com tais requintes de bondade que até fiquei emocionado. E você sabe, "meu reporter" que o bom senso de reportagem não se emociona facilmente.

O NEGOCIO DE CERVEJAS NO BRASIL E A NOSSA PILSEN — Veio conhecido do mercado paulista sempre estranho, que investiu em São Paulo, embora a barra de ouro e pedras preciosas como a Antares e a Estrela. De

União da Mocidade Esportiva de São Paulo — Aparelho hidráulico para tirar pneumáticos — H.A.I.A. (S. H. I.) — Uma fábrica de Outboardland produz um aparelho hidráulico para retirar pneumáticos, com o qual podem ser retirados facilmente com um só botão, os pneumáticos que se prendem no aço da roda, em consequência da furação ou vulcanização, qualquer que seja o tamanho, a semicircunferência e o modo de uso.

Uma nova cervejaria para São Paulo

Inauguradas no 7.º and. do EDIFÍCIO CHRYSLER, as luxuosas instalações da Cia. Nacional de Cervejas Pilsen

São Paulo ganhou uma presença de umas quinhentas pessoas, ultrapassando os limites de uma simples inauguração para ser uma solenidade social da maior projeção.



A MULHER PAULISTA ESTEVE PRESENTE — Nesta foto se vêem inúmeras senhoras e senhoritas da alta sociedade paulista...

no 7.º and. do Edifício Chrysler, propriedade do sr. Conde Francisco Mariz de Brito, à Praça da República, n. 497.

A festa inaugural foi brilhante a contar com a microfone da Difusora, durante a irradiação da festa, uma expressiva mensagem de sua senhoria. As fotos dão ligeira idéia do grande acontecimento.



CARAVANA DE TORRINHIA — A cidade de Torrinhia, onde se erguerá a grande Cervejaria da "Nacional-Pilsen", se viu representar brilhantemente na festa inaugural dos Escritórios Centrais da Cia. Na foto é um aspecto tomado durante a inauguração. Vêem-se, além do prefeito José Manetti, o presidente da Câmara, professor Mersio e expressivas figuras da sociedade local.

BANCO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINAS GERAIS S/A. FUNDADO EM 1923 — SEDE: BELO HORIZONTE. TODOS OS SERVIÇOS E OPERAÇÕES DE BANCOS. INCLUSIVE CAMBIO.

União da Mocidade Esportiva de São Paulo. Aparelho hidráulico para tirar pneumáticos. H.A.I.A. (S. H. I.) — Uma fábrica de Outboardland produz um aparelho hidráulico para retirar pneumáticos, com o qual podem ser retirados facilmente com um só botão, os pneumáticos que se prendem no aço da roda...

**COMPANHIA NACIONAL DE CERVEJAS PILSEN**

Matriz: **SÃO PAULO**      Séde industrial: **TORRINHA — Cia. Paulista**

**AVISO DE INAUGURAÇÃO**  
**AOS BANCOS, À PRAÇA E AOS AMIGOS**

Temos a satisfação de participar ao publico, de um modo geral e, particularmente aos Srs. Diretores de BANCOS desta Capital, à operosa população de TORRINHA, cidade-base da NACIONAL PILSEN, a todos os nossos bons Amigos e prezados Fornecedores, que a Inauguração do ESCRITORIO CENTRAL de nossa Cervejaria terá lugar na tarde do proximo sabado, dia 24 do corrente, às 14 horas, no 7.º andar do EDIFÍCIO CHRYSLER, propriedade do sr. Conde Francisco Matarazzo Junior, à Praça da Republica n.º 497, nesta Capital.

Eminentes figuras da administração publica, destacadas personalidades do mundo das Finanças, da Industria e do Comercio, assim como ilustres representantes do Clero Brasileiro, das Forças Armadas, da Imprensa e de outros setores da vida social, cultural e politica, estarão presentes à festa inaugural, brindando à NACIONAL-PILSEN com a prestigiosa simpatia de seu honroso comparecimento.

São Paulo, 17 de julho de 1954.  
OS INCORPORADORES

*2ª Discussão - a seguir foi posto em discussão o projeto de lei de suplemento ao orçamento, de Cr\$ 20.000.000, para ocorrer com despesas de publicações do estatuto de futura fabrica de cerveja. - Efetuada a votação foi aprovado por unanimidade em 2ª Discussão e enviado ao Executivo para a necessaria promulgação. Nada mais havendo a tratar-se, às 21,30 horas, o sr. Presidente encerrou a sessão. Ao que parece constar, em, Stéflio Vicentini, Chefe de Secretaria, levei a presente ata. Em*

*Luiz Maria de Almeida*  
*Augusto Pietro Colatto*

- 7ª legislatura 1956-1959

Essa legislatura foi bastante conturbada, com sessões acaloradas, discussões, vereadores abandonando sessão e desacordos com o prefeito. Novamente conta com 9 vereadores eleitos, mais o prefeito e seu vice. Temos alguns destaques nesse período quanto ao progresso da cidade e sobre um de seus vereadores que se tornou um jurista respeitado nacionalmente, foi deputado constituinte em 1988 e prefeito de São Bernardo do Campo, seu nome Antonio Tito Costa, mais conhecido como Tito Costa. Além de vereador, presidiu a Câmara por três anos consecutivos.

A composição deste mandato podemos conferir abaixo, assim como as mesas diretoras do período.

<b>Torrinha – Sétima Legislatura – 1956-1959</b>	
<b>Vereadores</b>	
•	<b>Antonio Tito Costa</b>
•	<b>Antonio Amalfi Junior</b>
•	<b>Antonio Javaroni Primo</b>
•	<b>Benjamim Brenha</b>
•	<b>Erasmus Mancini</b>
•	<b>Helvio Rochitti</b>
•	<b>José Bertonha</b>
•	<b>Plautio Herodiano Steneli Cavalieri</b>
•	<b>Rui Ribeiro de Assis</b>
<b>Prefeito</b>	
•	<b>Carlos Felício Balestrero</b>
<b>Vice-prefeito</b>	
•	<b>José Valencise Neto</b>

<b>Mesa Diretora 1956</b>	
•	<b>Presidente</b>
✓	<b>Plautio Herodiano Steneli Cavalieri</b>
•	<b>Vice-presidente</b>
✓	<b>Benjamim Brenha</b>
•	<b>1º Secretário</b>
✓	<b>José Bertonha</b>
•	<b>2º Secretário</b>
✓	<b>Antonio Javaroni Primo</b>

<b>Mesa Diretora 1957</b>	
•	<b>Presidente</b>
✓	<b>Dr. Antonio Tito Costa</b>
•	<b>Vice-presidente</b>
✓	<b>Antonio Javaroni Primo</b>
•	<b>1º Secretário</b>
✓	<b>Erasmus Mancini</b>
•	<b>2º Secretário</b>

✓ **Antonio Amalfi Junior**

**Mesa Diretora 1958 e 1959**

• **Presidente**

✓ **Dr. Antonio Tito Costa**

• **Vice-presidente**

✓ **Antonio Amalfi Junior**

• **1º Secretário**

✓ **Erasmio Mancini**

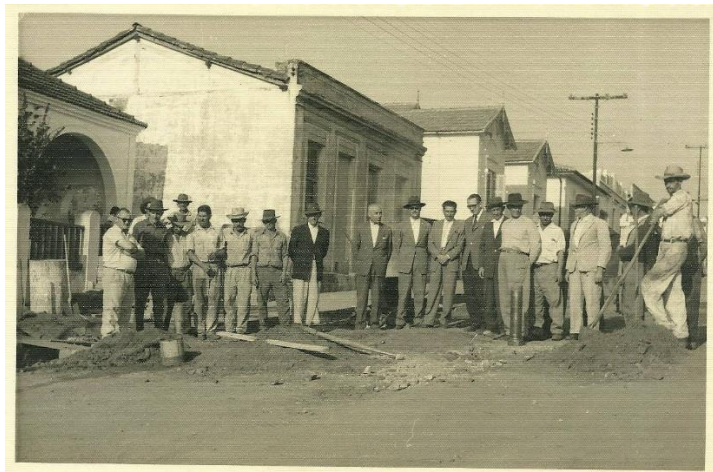
• **2º Secretário**

✓ **Antonio Javaroni Primo**

Alguns vereadores tiravam licença por diversos motivos, sendo assim, alguns suplentes chegaram a assumir temporariamente a cadeira titular. Foram os seguintes: Rafael Pereira da Silva, Arthur Silvério dos Santos, Mario Valério da Silva e Otto Hisnauer. O vereador Benjamim Brenha acaba renunciando e em seu lugar assume definitivamente o suplente Rafael Pereira da Silva e o edil Plautio Herodiano Steneli Cavaleri acaba falecendo durante o mandato e o suplente Mario Valério da Silva assume definitivamente até o fim do mandato.

Alguns fatos que marcaram esse mandato, a inauguração do Cine São José, o término da construção do grupo escolar, ordenação presbiteral do torrinhense Pe. Antonio Tombolato, disputa para construção da cadeia municipal com vai e vem de verba e a aprovação e início da construção da rede de esgoto da cidade. Muitas histórias envolveram o episódio da construção da rede de esgotos, com projetos sendo retirados, brigas, discussões até que, legislativo e executivo, se acertaram viabilizando essa importante obra para a cidade.

Abaixo podemos ver uma foto do início da construção da rede de esgotos da cidade.



- **8ª legislatura 1960-1963**

Torrinha segue com mais uma legislatura composta de 9 vereadores, prefeito e vice. Esse mandato acaba às vésperas do golpe de 1964. Abaixo a composição dos poderes legislativo e executivo para o mandato.

<b>Torrinha – Oitava Legislatura – 1960 – 1963</b>
<b>Vereadores</b>
• <a href="#">Johnny Luiz Angelo Bortolai</a>
• <a href="#">Carlucci Rochite</a>
• <a href="#">Hildebrando Golineli</a>
• <a href="#">Marcos Seber Filho</a>
• <a href="#">José Valencise Neto</a>
• <a href="#">João Domingos Santucci</a>
• <a href="#">Francisco Luiz Hubner</a>
• <a href="#">Carlos Felício Balestrero</a>
• <a href="#">Antenor Pereira da Silva</a>
<b>Prefeito</b>
• <a href="#">João Seber</a>
<b>Vice-prefeito</b>
• <a href="#">Angelo Della Coletta</a>

Embora a eleição para a mesa diretora continue anual, o presidente e vice foram eleitos os mesmos durante os 4 anos, mudando a configuração somente nos cargos de 1º e 2º secretários. Podemos conferir nos quadros abaixo.

<b>Mesa Diretora 1960 e 1961</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <a href="#">José Valencise Neto</a>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <a href="#">Marcos Seber Filho</a>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <a href="#">Johnny Luiz Angelo Bortolai</a>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <a href="#">Carlucci Rochite</a>

<b>Mesa Diretora 1962 e 1963</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <a href="#">José Valencise Neto</a>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <a href="#">Marcos Seber Filho</a>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <a href="#">Prof. Ismael Morato de Almeida Lara</a>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <a href="#">Johnny Luis Angelo Bortolai</a>

O vereador Hildebrando Golineli acaba perdendo o mandato por ter seus direitos políticos e civis suspensos pelo juiz eleitoral e em seu lugar assume o suplente prof. Ismael Morato de Almeida Lara. Outros suplentes que assumem temporariamente o cargo por conta de diversas licenças dos titulares são: José Cury, Valter Mantovani, Salomão Gomes de Oliveira. Dois meses antes de encerrar a legislatura, o vereador Marcos Seber Filho acaba por falecer e em seu lugar assume o suplente José Cury, que já se encontrava como vereador por causa de licença do titular. Outro fato ocorrido foi com o prefeito eleito João Seber, ele pouco ficou à frente do executivo, tirando várias licenças, e o seu vice Angelo Della Coletta acabou assumindo quase todo o mandato como prefeito titular.

Os destaques deste mandato foram a construção da cadeia municipal, a construção da casa da lavoura, início do asfaltamento de parte das ruas da cidade, recebimento de terreno, em forma de doação pelo munícipe Lázaro Franco de Moraes, para construção do ginásio estadual, reforma do Paço Municipal, terreno para construção do parquinho infantil que hoje é a EMEI João Seber, doação de terreno ao estado para construção da Caixa Econômica Estadual, desapropriação de faixa de terra para construção do campo de aviação, aprovada a iluminação da praça da matriz e parecer aprovando a eletrificação da zona rural do município.

- **9ª legislatura 1964-1968**

Chegamos ao ano de 1964, ano que dá início ao período do governo militar que tomou posse através de um golpe destituindo o presidente João Goulart em 31 de março. A Câmara, porém, continuou com a formação que havia sido eleita, com uma curiosidade, o mandato durou 5 anos. Confira abaixo a formação legislativa e executiva desse mandato.

<b>Torrinha – Nona Legislatura – 1964-1968</b>
<b>Vereadores</b>
• <b>Adelmo Marcos Vicentini</b>
• <b>José Angelo Amalfi</b>
• <b>Helvio Rochiti</b>
• <b>José Cury</b>
• <b>João Batista Purita</b>
• <b>Aldair Della Coletta</b>
• <b>Nelson de Carvalho</b>
• <b>Antenor Antonini</b>
• <b>Maurício Golineli</b>
<b>Prefeito</b>
• <b>José Mancini</b>
<b>Vice-prefeito</b>
• <b>Henrique Marcos Seber</b>

A mesa da Câmara teve seu presidente e vice reeleitos durante os 5 anos da legislatura, mudando os cargos de 1º e 2º secretários apenas.

<b>Mesa Diretora 1964 e 1965</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <b>Adelmo Marcos Vicentini</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>José Cury</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>Aldair Della Coletta</b>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <b>João Batista Purita</b>

<b>Mesa Diretora 1966</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <b>Adelmo Marcos Vicentini</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>José Cury</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>Nelson de Carvalho</b>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <b>José Angelo Amalfi</b>

<b>Mesa Diretora 1967 e 1968</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <b>Adelmo Marcos Vicentini</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>José Cury</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>Aldair Della Coletta</b>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <b>Nelson de Carvalho</b>

Vereadores que assumiram o cargo por licenças que os titulares acabaram tirando durante o mandato: José de Siqueira, Dercio Vauzelli, Joaquim soares de Mello, Benedito de Mello e João Agnelli.

Alguns dos fatos importantes que aconteceram na cidade no período desse mandato: é escolhido o lema da cidade, “Pérola da Serra”. Foi feito um concurso na escola para que os alunos escrevessem frases para que fosse escolhido no aniversário da cidade qual seria o slogan pelo qual a cidade seria chamada e conhecida, foi escolhido o lema citado acima que fora idealizado pelo Sr. João José Mangerona. Ele nos contou que um amigo seu escolheu quase o mesmo nome, que continha um “A” antes das outras palavras, mas escolheram o dele que ganhou um prêmio em dinheiro. Nesse período foi inaugurada

a Casa da Criança de Torrinha, é autorizado o início da construção do prédio do Ginásio Escolar, falecimento do Sr. Atílio Vicentini que por 44 anos secretariou as sessões da Câmara e, inclusive, fez a transição de governo no executivo por duas vezes, assumindo interinamente, aprovado o desenho do Brasão do município, também em concurso, instituído o livro de presença para os vereadores e, segundo o IBGE, Torrinha possuía, em 1968, 7258 habitantes.

- **10ª legislatura 1969-1972**

Entrando nos anos 70, a ditadura militar estava forte com seus Atos Institucionais sendo promulgados, mas, cidades como Torrinha, pequenas, interioranas, talvez não sentisse o clima que havia nas grandes cidades, as perseguições, revoltas, manifestações, entre outros atos.

Confira abaixo a composição dos poderes legislativo e executivo para esse mandato, assim como suas mesas diretoras para o período.

<b>Torrinha – Décima Legislatura – 1969-1972</b>	
<b>Vereadores</b>	
•	<b>Henrique Marcos Seber</b>
•	<b>Décio Alves Brandão</b>
•	<b>Helvio Rochitti</b>
•	<b>João Mauro Claudio</b>
•	<b>José de Siqueira</b>
•	<b>Amoracy Nucci</b>
•	<b>Manoel dos Santos</b>
•	<b>Alvaro Corrêa Pôrto de Abreu</b>
•	<b>Angelo Rampazo</b>
<b>Prefeito</b>	
•	<b>Mauricio Golinelli</b>
<b>Vice-prefeito</b>	
•	<b>Adelmo Marcos Vicentini</b>

<b>Mesa Diretora 1969</b>	
•	<b>Presidente</b>
✓	<b>Henrique Marcos Seber</b>
•	<b>Vice-presidente</b>
✓	<b>Manoel dos Santos</b>
•	<b>1º Secretário</b>
✓	<b>Décio Alves Brandão</b>
•	<b>2º Secretário</b>
✓	<b>Amoracy Nucci</b>

<b>Mesa Diretora 1970</b>	
•	<b>Presidente</b>



✓ <b>Manoel dos Santos</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>Décio Alves Brandão</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>Alvaro Corrêa Porto de Abreu</b>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <b>Henrique Marcos Seber</b>

<b>Mesa Diretora 1972</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <b>Henrique Marcos Seber</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>José de Siqueira</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>João Mauro Cláudio</b>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <b>Décio Alves Brandão</b>

Em 1970, o então presidente da Câmara Manoel dos Santos, renunciou ao cargo e o vice-presidente Décio Alves Brandão assumiu em seu lugar. Assim foi durante aquele ano, chegado 1971, um grande impasse, a escolha da mesa diretora ainda era feita todo início de ano, porém, por questões judiciais, assim consta em atas das sessões, a especial que estava marcada para a eleição da mesa foi cancelada pelo então presidente. Havia um entendimento de que estava sendo aprovada a lei para que a eleição da mesa diretora fosse a cada dois anos, com isso, o vereador Décio Alves Brandão, acabou ficando na presidência durante o ano de 1971, junto com os membros eleitos no início de 1970.

Com isso, a bancada do MDB ficou indignada e todos os vereadores do partido renunciaram à vereança, inclusive todos os suplentes, ficando assim a Câmara com apenas 5 vereadores legislando durante todo o ano de 1971. Apenas em 09 de abril de 1972 tomam posse novos vereadores eleitos. Foram eles: Luiz Cassola Neto, Renato Marquezini, José Pratti e Geraldo Purita, completando assim os 9 edis para terminar o mandato.

Outros, suplentes, que ocuparam a cadeira de titular temporariamente por causa de licenças dos titulares: Edinez Pedro Campagna e Rubens Cury.

Durante essa legislatura ocorreram alguns fatos importantes, além do já citado com os vereadores, tais como: um novo Regimento Interno para a Câmara; Projeto de Lei criando a Biblioteca Municipal com a denominação homenageando o Prof. Ismael Morato de Almeida Lara; entra em estudo a mudança de captação de água para a cidade, visto que ela cresceu e necessitava de melhorias, o estudo era para que fosse captada água do Rio Pinheirinho; foi em 1970 que teve início as atividades do Torrinha Esporte Clube, o TEC, que viria fazer história no futebol torrinhense na década seguinte; criação do Brasão

de Armas; assinatura de convênio para construção do Centro Comunitário da cidade; construção da avenida da entrada da cidade e a inauguração do ginásio Lázaro Franco de Moraes em 1971.

- **11ª legislatura 1973-1976**

Confira os eleitos para esse mandato abaixo e também as mesas diretoras, que agora eram eleitas para mandatos de dois anos.

<b>Torrinha – Décima Primeira Legislatura – 1973-1976</b>
<b>Vereadores</b>
• Erasmo Mancini
• José Minatel
• Joaquim Soares de Mello
• Silvio Domingos Ciavarelli
• Luiz Cassola Neto
• Cleveland Pereira da Silva
• João Mauro Claudio
• José Antonio Serinoli
• Waldomiro Burato
<b>Prefeito</b>
• Amaury José Bortolai
<b>Vice-prefeito</b>
• Dr. José Guilherme Perlatti

<b>Mesa Diretora 1973-1974</b>
• <b>Presidente</b>
✓ Erasmo Mancini
• <b>Vice-presidente</b>
✓ Waldomiro Burato
• <b>1º Secretário</b>
✓ José Minatel
• <b>2º Secretário</b>
✓ Joaquim Soares de Mello

<b>Mesa Diretora 1975-1976</b>
• <b>Presidente</b>
✓ Silvio Domingos Ciavarelli
• <b>Vice-presidente</b>
✓ João Mauro Claudio
• <b>1º Secretário</b>
✓ Erasmo Mancini
• <b>2º Secretário</b>
✓ Waldomiro Burato

Suplentes que chegaram a assumir no lugar dos titulares temporariamente: Onorpho de Souza, Paulo Rubens Redondo e Geraldo Purita.

É nessa legislatura que os vereadores começam a receber subsídio, até então, todos os edis eleitos não ganhavam nada, era, praticamente, um trabalho voluntário em prol da cidade. O IBGE envia ofício informando a população estimada do município que girava em torno de 6168 habitantes, uma diminuição na população que começa a sair da cidade em busca de melhores empregos. Finalmente é inaugurada a Biblioteca Municipal e também, nesse período surge o Lar de Velhice da cidade. Havia um “problema” social acontecendo na cidade, segundo atas das sessões, em uma determinada rua da cidade, chamada Rua do Cotovelo, estava ocorrendo a concentração de “prostitutas”, isso era visto como um “problema” pelos moradores e a região dessa rua ficava perto da estação ferroviária. Nessa legislatura é assinado o convênio para a construção da piscina do Centro Comunitário. No Brasil era discutido legalizar o divórcio, a Câmara de Torrinha recebe ofício para se colocar contra essa nova lei.

- **12ª legislatura 1977-1982**

Repare que esse mandato teve a duração de 6 anos, era para ser até 1980, mas foi prorrogado até 1982, e teve 3 presidentes da Câmara diferentes. Confira abaixo:

<b>Torrinha – Décima Segunda Legislatura - 1977-1982</b>
<b>Vereadores</b>
• <a href="#">Benedito Bento Blumer</a>
• <a href="#">Manoel de Jesus Vasconcelos e Silva</a>
• <a href="#">Joaquim Soares de Mello</a>
• <a href="#">Hermenegildo Cassola</a>
• <a href="#">Romeu Campagna</a>
• <a href="#">Silvio Domingos Ciavarelli</a>
• <a href="#">Arioaldo Rochitti</a>
• <a href="#">Bento Botteon</a>
• <a href="#">Irineu Torriceli</a>
<b>Prefeito</b>
• <a href="#">Henrique Marcos Seber</a>
<b>Vice-prefeito</b>
• <a href="#">Helvio Rochitti</a>

<b>Mesa Diretora 1977-1978</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <a href="#">Joaquim Soares de Mello</a>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <a href="#">Silvio Domingos Ciavarelli</a>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <a href="#">Romeu Campagna</a>
• <b>2º Secretário</b>

✓ **Hermenegildo Cassola**

<b>Mesa Diretora 1979-1980</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <b>Romeu Campagna</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>Ariovaldo Rochitti</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>Benedito Bento Blumer</b>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <b>Bento Botteon</b>

<b>Mesa Diretora 1981-1982</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <b>Silvio Domingos Ciavarelli</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>Joaquim Soares de Mello</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>Romeu Campagna</b>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <b>Hermenegildo Cassola</b>

Suplentes que assumiram durante o mandato devido a licenças que os titulares tiraram: Geraldo Purita e José Roberto Cury.

Elencamos alguns destaques que ocorreram durante o período dessa legislatura: é inaugurado o Banespa; construção da ponte de concreto sobre o Rio Taló, as chuvas haviam destruído a velha ponte de madeira, levando ela por causa do grande volume de água e força da enxurrada que encheu o córrego; havia um movimento para a mudança da capital do estado para o interior, mas acabou se esvaziando; nesse período o governador do estado era eleito por um colégio eleitoral e não pelo povo, assim sendo, foram escolhidos dois vereadores para irem até a Assembleia Legislativa votarem como delegados, Romeu Campagna e Silvio Domingos Ciavarelli, Ariovaldo Rochitti ficou como suplente em uma eventual precisão, os dois vereadores votaram em Paulo Maluf, pois eram do mesmo partido, e ele acabou sendo eleito governador; é publicado edital para o início da pavimentação da estrada Torrinha-Santa Maria da Serra; são instituídos os feriados municipais através de lei e é inaugurada a nova Câmara Municipal, um prédio em anexo ao antigo, para o funcionamento somente da Câmara, com suas sessões, ficando o antigo prédio somente para uso da prefeitura municipal.

- **13ª legislatura 1983-1988**

Como a anterior, esse mandato acabou tendo a duração de 6 anos e coincidiu com uma eleição geral no Brasil para todos os cargos, inclusive presidente, que voltava a

## Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1

acontecer no país após o regime militar que governou até 1985. A formação dessa Câmara teve uma novidade, pela primeira vez, em 60 anos, foi eleita uma mulher. Abaixo os eleitos, e eleita, para o legislativo e executivo, assim como as mesas diretoras para aquela legislatura:

<b>Torrinha – Décima Terceira Legislatura – 1983-1988</b>
<b>Vereadores</b>
• Abdala Cury
• Benedito Bento Blumer
• Terezinha Redondo Celim
• Antonio Campanha
• Helvio Rochitti Junior
• Marco Antonio Della Coletta
• Joaquim Jamil Canola
• Irineu Torriceli
• Luiz Cassola Neto
<b>Prefeito</b>
• Irineu Fernando de Castro
<b>Vice-prefeito</b>
• Dr. Ivanildo Ferreira do Nascimento

<b>Mesa Diretora 1983-1984</b>
• <b>Presidente</b>
✓ Benedito Bento Blumer
• <b>Vice-presidente</b>
✓ Antonio Campanha
• <b>1º Secretário</b>
✓ Terezinha Redondo Celim
• <b>2º Secretário</b>
✓ Helvio Rochitti Jr.

<b>Mesa Diretora 1985-1986</b>
• <b>Presidente</b>
✓ Marco Antonio Della Coletta
• <b>Vice-presidente</b>
✓ Terezinha Redondo Celin
• <b>1º Secretário</b>
✓ Benedito Bento Blumer
• <b>2º Secretário</b>
✓ Abdala Cury

<b>Mesa Diretora 1987-1988</b>
• <b>Presidente</b>
✓ Helvio Rochitti Junior

• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>Abdala Cury</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>Terezinha Redondo Celin</b>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <b>Luiz Cassola Neto</b>

Assumiram o posto de vereador os suplentes Sinésio Fini e Avelino Loca Reis Monteiro, temporariamente, devido às licenças tiradas por titulares.

Algumas das ações e fatos ocorridos neste mandato: criação do Fundo Social de Solidariedade; criação da nova Banda Municipal, havia anos que a cidade não tinha uma banda e agora novamente era criada uma nova composição; um cano rompe e inunda a Câmara Municipal destruindo vários documentos; recebido ofício dizendo que a estrada Torrinhã-Dois Córregos seria asfaltada; nesse mandato é construído a ETA – Estação de Tratamento de Água – que captava água do Rio Pinheirinho, fazia o tratamento e enviava para as caixas d’água centrais para distribuição na cidade; é nesse período que começa as festas de peão da cidade, elas acabaram virando uma tradição e uma das mais famosas da região; é assinado convênio para o asfaltamento da vicinal Torrinhã-São Pedro até seu limite da divisa entre as duas cidades.

• **14ª legislatura 1989-1992**

As legislaturas, assim como o mandato do executivo, voltam a ter 4 anos de duração, mas esta, em particular, tem sua composição alterada para 11 vereadores e novamente uma mulher é eleita para a vereança, uma mulher negra. Confira abaixo a composição dos poderes legislativo e executivo na ocasião:

<b>Torrinhã – Décima Quarta Legislatura – 1989-1992</b>
<b>Vereadores</b>
• <b>Silvio Domingos Ciavarelli</b>
• <b>Joaquim Jamil Canola</b>
• <b>Aparecida de Fátima do Nascimento</b>
• <b>Antonio Narciso Pereira da Silva</b>
• <b>Marco Antonio Della Coletta</b>
• <b>José Humberto Batistela</b>
• <b>Angelo Ari Rampazo</b>
• <b>Waldomiro Aparecido Pastori</b>
• <b>Avelino Loca Reis Monteiro</b>
• <b>Antonio Augusto Boteon</b>
• <b>Antonio Fernando da Silva</b>
<b>Prefeito</b>
• <b>José Benedito Tavares</b>
<b>Vice-prefeito</b>
• <b>Abdala Cury</b>

<b>Mesa Diretora 1989-1990</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <b>Silvio Domingos Ciavarelli</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>Marco Antonio Della Coletta</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>Antonio Fernando da Silva</b>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <b>José Humberto Batistela</b>

<b>Mesa Diretora 1991-1992</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <b>José Humberto Batistela</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>Joaquim Jamil Canola</b>
• <b>1ª Secretária</b>
✓ <b>Aparecida de Fátima do Nascimento</b>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <b>Angelo Ari Rampazo</b>

Nesse mandato não houve suplente que tenha assumido por licença de algum vereador.

Os destaques que aconteceram nesse período foram: proposta para que fosse escrito, para se ter um registro, da história do município até o momento, o que não acabou acontecendo; é criado um velório municipal, pois, até então, os velórios eram feitos nas casas, passavam pela igreja e depois seguiam para o cemitério municipal, nos enterros, as pessoas vinha caminhando cortejando o caixão da pessoa falecida como uma procissão, o velório veio facilitar esse momento, mesmo alguns ainda seguindo o antigo costume até ele se findar. Nessa legislatura foram elaborados novos documentos para o município, a Lei Orgânica, e para o funcionamento da Câmara, o regimento interno, devido à nova constituição promulgada em 1988, nesse regimento está previsto o uso da tribuna para o cidadão, a Tribuna Livre, que foi inaugurada por Rubens Cury no ano de 1991, um espaço para que o munícipe possa usar como forma de participação democrática e cidadã; é doado um terreno para que fosse construído um campo de futebol no bairro do Gafanhoto, local onde havia uma festa de quermesse tradicional da cidade, durante ela haviam os torneios, além de amistosos e jogos de campeonatos municipais, mas, infelizmente, o campo foi destruído; neste mandato é instituído o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente em nossa cidade.

- **15ª legislatura 1993-1996**

## *Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1*

Nesse mandato a Câmara volta a ficar sem uma representante feminina, nenhuma mulher foi eleita para esses 4 anos, porém, foi eleito um vereador, Antonio Carlos Trigo, que tinha uma deficiência, era cego. Abaixo a lista dos eleitos e as mesas diretoras:

<b>Décima quinta Legislatura 1993-1996</b>
<b>Vereadores</b>
• Antonio Carlos Trigo
• Manoel de Jesus Vasconcelos e Silva
• Yuri Rego Mendes
• Antonio Augusto Boteon
• Avelino Loca Reis Monteiro
• Danilo Aparecido Tedeschi
• Abdala Cury
• Sebastião Geraldo Dalfito
• Justo Oswaldo Rossoni
• Antonio Carlos Martinelli
• Armando Rochitti
<b>Prefeito</b>
• Dr. Ivanildo Ferreira do Nascimento
<b>Vice-prefeito</b>
• José Minatel

<b>Mesa Diretora 1993-1994</b>
• Presidente
✓ Manoel de Jesus Vasconcelos e Silva
• Vice-presidente
✓ Antonio Augusto Boteon
• 1º Secretário
✓ Yuri Rego Mendes
• 2º Secretário
✓ Avelino Loca Reis Monteiro

<b>Mesa Diretora 1995-1996</b>
• Presidente
✓ Avelino Loca Reis Monteiro
• Vice-presidente
✓ Danilo Aparecido Tedeschi
• 1º Secretário
✓ Manoel de Jesus Vasconcelos e Silva
• 2º Secretário
✓ Antonio Carlos Trigo

O vereador Dr. Justo Oswaldo Rossoni faleceu pouco depois de assumir o mandato entrando em seu lugar o suplente Marco Antonio Della Coletta. Dois outros



suplentes assumiram temporariamente vaga de vereador por licenças de titulares, foram eles: Antonio Narciso Pereira da Silva e Luiz Cassola Neto. O edil Yuri Rego Mendes perde o mandato por faltar durante 7 sessões consecutivas, o que dava 1/3 delas, portanto, seguindo o regimento interno, entra no seu lugar José Roberto Cury.

Nos livros de atas não consta a descrição de sessões de abril de 1993 até o final de 1994, voltando somente em janeiro de 1995. Não se sabe o motivo das atas não terem sido transcritas no livro designado para tal.

Nesse mandato foi dado início à construção das casas populares do CDHU, foram 222 unidades e também foi construída a Escola de Ensino Fundamental com pré-qualificação em agropecuária.

- **16ª legislatura 1997-2000**

Esse mandato foi bem conturbado, com aberturas de Comissões Especiais de Inquérito e tentativas de cassação de mandatos entre os vereadores. Mais abaixo vamos conferir os detalhes, assim como a composição do legislativo e executivo, as mesas diretoras e os suplentes que assumiram por alguma ocasião:

<b>Décima Sexta Legislatura 1997-2000</b>
<b>Vereadores</b>
• <a href="#">Abdala Cury</a>
• <a href="#">Algemiro Zani Junior</a>
• <a href="#">Antonio Narciso Pereira da Silva</a>
• <a href="#">Armando Rochite</a>
• <a href="#">Danilo Aparecido Tedeschi</a>
• <a href="#">José Carlos Liberato da Cruz</a>
• <a href="#">José Roberto Cury</a>
• <a href="#">Luis Claudio Bortolai</a>
• <a href="#">Luiz Izildio Salvador Di Iório</a>
• <a href="#">Manoel de Jesus Vasconcelos e Silva</a>
• <a href="#">Marco Antonio Della Coletta</a>
<b>Prefeito</b>
• <a href="#">Irineu Fernando de Castro</a>
<b>Vice-prefeito</b>
• <a href="#">Luis Carlos Cassola</a>

<b>Mesa Diretora 1997-1998</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <a href="#">Luiz Ezildio Salvador Di Iório</a>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <a href="#">Antonio Narciso Pereira da Silva</a>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <a href="#">Manoel de Jesus Vasconcelos e Silva</a>
• <b>2º Secretário</b>

✓ <b>José Carlos Liberato da Cruz</b>
---------------------------------------

<b>Mesa Diretora 1999-2000</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <b>Danilo Aparecido Tedeschi</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>José Carlos Liberato da Cruz</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>Luiz Claudio Bortolai</b>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <b>José Roberto Cury</b>

Suplentes que assumiram devido a licenças dos titulares: Antonio Fernando da Silva, José Vitório Ciavarelli e Jacinto Bissoli.

Foi nesse período que foi aberto o bairro Mundo Novo; foram abertas duas CEI – Comissão Especial de Inquérito -, uma para cassação do vereador Danilo Aparecido Tedeschi, então presidente da Câmara, mas que no final acabou sendo anulada pelo juiz eleitoral. A outra CEI foi aberta para cassar o mandato do edil Luiz Ezildio Salvador Di Iório, este chegou a ser cassado e seu suplente a tomar posse, mas em uma reviravolta, com o arquivamento do seu processo pelo juiz eleitoral, ele reassume até o fim do mandato. Foi criada a AVOCAT – Associação dos Voluntários no Combate ao Câncer de Torrinha -, é assinado o convênio para construção de um barracão industrial, que vai ficar abandonado por mais de 20 anos.

- **17ª legislatura 2001-2004**

Essa foi a última legislatura com 11 vereadores e, novamente, uma mulher é eleita. Contudo, por via dos acontecimentos, mais uma mulher acaba assumindo, tornando assim, o único mandato em que duas mulheres estiveram juntas atuando como vereadoras. Outro detalhe é um dos vereadores ser cadeirante. Acompanhe abaixo a formação do legislativo e executivo e os fatos que ocorreram:

<b>Décima Sétima Legislatura 2001-2004</b>
<b>Vereadores</b>
• <b>Dirceu Antonio Gava</b>
• <b>Gustavo Antonini de Souza</b>
• <b>Iris de Fátima Garcia Camargo</b>
• <b>José Carlos Liberato da Cruz</b>
• <b>José Roberto Polizel</b>
• <b>Luiz Ezildio Salvador Di Iório</b>
• <b>Manuel de Jesus Vasconcelos e Silva</b>
• <b>Marco Antonio Della Coletta</b>
• <b>Paulo Francisco Siboldi</b>

• <b>Silvio Calandrin Junior</b>
• <b>Virgílio Clemente da Silva</b>
<b>Prefeito</b>
• <b>Silvio Domingos Ciavarelli</b>
<b>Vice-prefeito</b>
• <b>Frederico Seber</b>

<b>Mesa Diretora 2001-2002</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <b>Virgílio Clemente da Silva</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>Gustavo Antonini de Souza</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>Marco Antonio Della Coletta</b>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <b>Paulo Francisco Siboldi</b>

<b>Mesa Diretora 2003-2004</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <b>José Roberto Polizel</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>Luis Claudio Bortolai</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>Algemiro Zani</b>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <b>Gustavo Antonini de Souza</b>

Os vereadores José Carlos Liberato da Cruz e Marco Antonio Della Coletta pediram licença do cargo e foram ocupar as secretarias de Água e Esgoto e da Saúde, respectivamente, assumindo em seus lugares os suplentes Algemiro Zani Junior e Luis Claudio Bortolai. Durante o mandato o vereador Dirceu Antonio Gava acaba falecendo e em seu lugar assume Valéria Eloy Mariano Medina Sestito em novembro de 2002.

Durante esse período é lançado o livro “Poetas Torrinhenses dos 08 a 80 anos”; é construído um barracão junto ao aterro em valas da cidade para ser usado na reciclagem, esse barracão nunca foi usado para o fim que se destinava; foram tombados os prédios que compõem o conjunto arquitetônico da estação ferroviária; a pedreira municipal é vendida; tem início as atividades, no bairro do Paraíso, do Mosteiro Agromonges; tem início o funcionamento da Rádio Comunitária da cidade; é adquirida uma porção de terra para a construção da ETE – Estação de Tratamento de Esgotos -, ocorrem, neste período, os primeiros fóruns sociais trazendo vários temas para serem discutidos com a população e autoridades; é dada a concessão para a instalação de um matadouro; TSE diminui de 11

para 9 vereadores a composição das Câmaras Municipais de cidades do porte de Torrinha, associado ao número de habitantes.

- **18ª legislatura 2005-2008**

A Câmara volta a ter 9 vereadores até os dias de hoje. Embora nenhuma mulher tenha sido eleita vereadora, a novidade é a primeira mulher eleita prefeita de Torrinha. Confira abaixo:

<b>Décima Oitava Legislatura 2005-2008</b>
<b>Vereadores</b>
• <a href="#">Antonio Augusto Boteon</a>
• <a href="#">Frederico Seber</a>
• <a href="#">José Eugênio de Siqueira</a>
• <a href="#">José Minatel</a>
• <a href="#">Maurício Meneguetti</a>
• <a href="#">Pedro Mauro Galo</a>
• <a href="#">Silvio Calandrin Junior</a>
• <a href="#">Thiago Rodrigo Rochiti</a>
• <a href="#">Virgílio Clemente da Silva</a>
<b>Prefeita</b>
• <a href="#">Ivani Souto Ferreira</a>
<b>Vice-prefeito</b>
• <a href="#">Gilcimar Boteon</a>

<b>Mesa Diretora 2005-2006</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <a href="#">José Minatel</a>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <a href="#">Frederico Seber</a>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <a href="#">José Eugênio de Siqueira</a>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <a href="#">Virgílio Clemente da Silva</a>

<b>Mesa Diretora 2007-2008</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <a href="#">Thiago Rodrigo Rochiti</a>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <a href="#">Pedro Mauro Galo</a>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <a href="#">Frederico Seber</a>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <a href="#">José Eugênio de Siqueira</a>

O suplente Algemiro Zani, assumiu por diversas vezes a cadeira titular por conta de licenças de vereadores.

Alguns fatos ocorridos nesse mandato: as contas do executivo do ano de 2000 foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado; foram feitas algumas denúncias por municípios contra a prefeita e acolhidas pela Câmara que formou uma Comissão Processante contra a chefe do executivo para investigar as denúncias; não consta nos livros as atas de dezembro de 2005 e nem as duas primeiras de 2006; na sessão extraordinária de 28 de março, por 6 votos a 3, a prefeita Ivani tem seu mandato cassado; na sessão do dia 04 de abril, o vice-prefeito Gilcimar Boteon, envia ofício à Câmara Municipal informando ter assumido o cargo de prefeito de Torrinha.

- **19ª legislatura 2009-2012**

Torrinha volta a ter uma vereadora eleita. Confira abaixo a composição do legislativo e do executivo, assim como as mesas diretoras do mandato:

<b>Décima Nona Legislatura 2009-2012</b>
<b>Vereadores</b>
• <a href="#">Antonio Augusto Boteon</a>
• <a href="#">Agostinho Domingos Daroz</a>
• <a href="#">Guilherme Marques de Barros Betti</a>
• <a href="#">José Carlos Liberato da Cruz</a>
• <a href="#">José Carlos de Moraes</a>
• <a href="#">Rosângela Mateus Caprio</a>
• <a href="#">Pedro Mauro Galo</a>
• <a href="#">Silvio Calandrim Junior</a>
• <a href="#">Virgílio Clemente da Silva</a>
<b>Prefeito</b>
• <a href="#">Thiago Rodrigo Rochiti</a>
<b>Vice-prefeito</b>
• <a href="#">José Abdala Cury</a>

<b>Mesa Diretora 2009-2010</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <a href="#">Pedro Mauro Galo</a>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <a href="#">José Carlos Liberato da Cruz</a>
• <b>1ª Secretária</b>
✓ <a href="#">Rosângela Mateus Caprio</a>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <a href="#">Guilherme Marques de Barros Betti</a>

<b>Mesa Diretora 2011-2012</b>
• <b>Presidente</b>

✓ <b>Virgílio Clemente da Silva</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>Antonio Augusto Boteon</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>José Carlos de Moraes</b>
• <b>2º Secretária</b>
✓ <b>Rosângela Mateus Caprio</b>

Suplentes que assumiram temporariamente o mandato por licenças dos titulares: Algemiro Zani e Marcio Batista Câmara. Nessa legislatura ocorreu o falecimento do vereador Agostinho Domingos Daroz, assumiu sua cadeira o suplente Rafael Henrique Ciavarelli.

Esse mandato foi marcado pela criação de várias leis ambientais visando o PMVA – Programa Município Verde Azul – um programa da secretaria Estadual do Meio Ambiente que visa incentivar e premiar municípios que cumpram determinadas tarefas em relação à melhoria ambiental do município. Outra marca desse mandato foi a criação de vários conselhos municipais e restituindo outros. Reforma do antigo Cine São José e em seu lugar fica criado a Casa da Cultura, um local para reuniões, eventos, palestras, apresentações musicais, teatrais, cinema e outros eventos.

• **20ª legislatura 2013-2016**

Nesse mandato nenhuma mulher é eleita, as eleições foram tranquilas para o prefeito que tentava a reeleição, Thiago Rodrigo Rochiti. Acompanhe abaixo a composição do legislativo e executivo, assim como as mesas diretoras:

<b>Vigésima Legislatura 2013 – 2016</b>
<b>Vereadores</b>
• <b>Ari Rodolfo Buzato</b>
• <b>Evaldo Spigolon</b>
• <b>Fabício Aparecido Donizete Perine</b>
• <b>Guilherme Marques de Barros Betti</b>
• <b>José Carlos Liberato da Cruz</b>
• <b>José Mauri Perez</b>
• <b>José Umberto Batistela</b>
• <b>Marcos Antonio Campanati</b>
• <b>Virgílio Clemente da Silva</b>
<b>Prefeito</b>
• <b>Thiago Rodrigo Rochiti</b>
<b>Vice-prefeito</b>
• <b>Gilcimar Botteon</b>

<b>Mesa Diretora 2013-2014</b>
• <b>Presidente</b>

✓ <b>Guilherme Marques de Barros Betti</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>José Mauri Perez</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>Ari Rodolfo Buzato</b>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <b>José Umberto Batistela</b>

<b>Mesa Diretora 2015-2016</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <b>Ari Rodolfo Buzato</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>José Umberto Batistela</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>José Mauri Perez</b>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <b>Ercildo Valmir Gabini</b>

O suplente Ercildo Valmir Gabini assume por várias ocasiões a vereança por motivo de licenças de titulares e vem a assumir definitivamente uma cadeira com o falecimento do vereador Virgílio Clemente da Silva. No final do mandato o suplente Edson Marcelo Cassola assume por conta de licença de outro vereador.

Nesse mandato é instituído o programa de castração de animais; a APAT- Associação de Proteção dos animais de Torrinha- é criada e denominada de utilidade pública; Torrinha adere à SABESP que passa a cuidar da água e esgoto da cidade; a cidade recebe médicos cubanos pelo Programa Mais Médicos; é criada a Casa Lar, um local para abrigar crianças e adolescentes em situação de risco social; no final do mandato é criada uma CEI.

- **21ª legislatura 2017-2020**

Novamente uma vereadora é eleita e abaixo você confere todos que fizeram parte dessa legislatura, tanto do legislativo como do executivo, e as mesas diretoras do período:

<b>Vigésima Primeira Legislatura 2017-2020</b>
<b>Vereadores</b>
• <b>Ari Rodolfo Buzato</b>
• <b>Edson Marcelo Cassola</b>
• <b>Evaldo Spigolon</b>
• <b>Fabiano Redondo Costa</b>
• <b>Giovani Camargo Valencise</b>
• <b>José Soares</b>
• <b>Maria Cristina Antonio</b>
• <b>Pedro Mauro Galo</b>

• <b>René José Blumer</b>
<b>Prefeito</b>
• <b>Ronaldo Gasparelo</b>
<b>Vice-prefeito</b>
• <b>Juverci Correa Quaglio</b>

<b>Mesa Diretora 2017-2018</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <b>Evaldo Spigolon</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>Giovani Camargo Valencise</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>Edson Marcelo Cassola</b>
• <b>2º Secretário</b>
✓ <b>Fabiano Redondo Costa</b>

<b>Mesa Diretora 2019-2020</b>
• <b>Presidente</b>
✓ <b>Ari Rodolfo Buzato</b>
• <b>Vice-presidente</b>
✓ <b>Edson Marcelo Cassola</b>
• <b>1º Secretário</b>
✓ <b>Evaldo Spigolon</b>
• <b>2ª Secretária</b>
✓ <b>Maria Cristina Antonio</b>

O vereador Giovani Camargo Valencise renuncia ao cargo ano de 2020 para assumir diretoria municipal, em seu lugar é convocado o suplente Silvio Domingos Ciavarelli que abdica de assumir ficando a vaga com o segundo suplente Maurício Meneguetti.

Fatos durante o período: aprovado parecer técnico do Tribunal de contas do Estado rejeitando as contas do executivo de 2013; criação de CEI; em 2018 comemorações ao Torrinha Esporte Clube -TEC- pelos 50 anos; é criada a Câmara Juvenil, onde adolescentes em atividade escolar são eleitos para formarem um mandato paralelo à Câmara oficial, com sessões e debates da mesma forma que a outra; o orçamento impositivo é de fato utilizado, onde os vereadores fazem indicações para que sejam feitas melhorias na cidade; em janeiro de 2018, depois de uma forte chuva, a ponte da vicinal Torrinha-São Pedro, é arrastada, no seu lugar foi construída uma ponte de concreto; Torrinha é credenciada como MIT – Município de Interesse Turístico -; é instituído o projeto Uma Vida, Uma Árvore, onde, a cada criança nascida e registrada como torrinhense, é plantada uma muda de árvore; 2020 é um ano que entra para história mundial com a chegada com coronavírus, em determinado período os estabelecimentos



precisaram ficar fechados, escolas, comércio e inclusive a Câmara, que passou a realizar e transmitir as sessões remotamente, via aplicativo, mas, no final do ano começaram a se reunir presencialmente, seguindo as recomendações da saúde e sem o público.

- **22ª legislatura 2021-2024**

Dessa vez a novidade é a eleição da primeira vice-prefeita de Torrinha e a Câmara também é eleita mais uma vereadora. Acompanhe abaixo a formação do atual quadro do poder legislativo e executivo de Torrinha e mesa diretora até o final de 2022:

<b>Vigésima Segunda Legislatura 2021-2024</b>
<b>Vereadores</b>
• <a href="#">Ari Rodolfo Buzato</a>
• <a href="#">Edson Marcelo Cassola</a>
• <a href="#">Evaldo Spigolon</a>
• <a href="#">Fabiano Redondo Costa</a>
• <a href="#">José Soares</a>
• <a href="#">Marco Antonio Della Coletta</a>
• <a href="#">Marcos Danilo Celin</a>
• <a href="#">Samy Rogério Liziero</a>
• <a href="#">Silvia Andreia Manzato</a>
<b>Prefeito</b>
• <a href="#">René José Blumer</a>
<b>Vice-prefeita</b>
• <a href="#">Rose Vasselo</a>

<b>Mesa Diretora 2021-2022</b>
• <b>Presidente</b>
○ <a href="#">Evaldo Spigolon</a>
• <b>Vice-presidente</b>
○ <a href="#">Samy Rogério Liziero</a>
• <b>1º Secretário</b>
○ <a href="#">Ari Rodolfo Buzato</a>
• <b>2º Secretário</b>
○ <a href="#">Edson Marcelo Cassola</a>

Esta é atual formação do legislativo e executivo de Torrinha, as sessões estão sendo feitas no primeiro prédio construído em 1925, pois o prédio que estava sendo utilizado precisava passar por reformas, então foi praticamente demolido e um novo espaço legislativo será criado, com mais conforto, não só aos vereadores, mas a todo cidadão que for assistir às sessões ou precisar visitar o local. Serão dois andares, com toda segurança e acessibilidade.

O antigo prédio será usado pela prefeitura, que também passará por reformas antes de ser utilizado.

## **CONCLUSÃO**

Escrever sobre a história não é algo que tenha um final, ao menos que você queira escrever sobre um determinado período, fazer um recorte no tempo, senão é algo inacabado, assim como esse artigo sobre a história de uma cidade, Torrinha, que continuará a existir e produzir fatos que poderão ser acrescentados neste mesmo texto.

Podemos acompanhar um resumo de alguns acontecimentos dessa cidade, que nasceu de forma modesta, casa por casa, no interior paulista, com um impulso da ferrovia e do café. Torrinha possui um povo, até certo ponto, acolhedor, porém, os moradores mais antigos, ou das famílias mais “tradicionais”, são pessoas, na sua maioria, conservadores, e alguns até reacionários, querendo reviver um passado que não voltará mais.

Essa cidade interiorana, com suas belezas naturais, ainda, é bem tranquila, embora sua atividade política tenha demonstrado o contrário muitas vezes, principalmente no início do século XX, onde até tiros saíam, brigas, ofensas e tudo mais que possa vir de uma disputa acirrada, principalmente em época de eleições.

Enfim, concluo esse artigo, que na verdade é inconclusivo pelo fato histórico, sabendo que nem tudo foi contado, ou pode ser contado, mas o que os anais produziram e que poderia ser pesquisado aqui se encontra. E fica o texto como um pontapé inicial para o livro do centenário da cidade em 2023, aniversário da instalação do município.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CALDEIRA, João Netto. *As Nossas Riquezas – Município de Torrinha*. São Paulo: Empresa Commercial e de propaganda Brasil, 1929.

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRINHA, *Livros de Atas do I ao XIX, dos Anos 1923 a 2000*.

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRINHA, *Livros de Atas de 2001 a 2010*.

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRINHA, *Ordem do dia, Atas, 2011 a 2022*. Disponível em: <https://www.camaratorrinha.sp.gov.br/?pag=> . Acesso em 26 de julho de 2022.

**Capítulo 23 - DOI:10.55232/1083002.23**

**O CONCEITO DE LIBERDADE EM JEAN-PAUL SARTRE:  
SEU ASPECTO FILOSÓFICO E SUA INSERÇÃO NA  
LITERATURA ROMANESCA**

**Bruno Silva De Carvalho**

**RESUMO:** Este artigo corresponde a uma pesquisa cujo objetivo consiste em investigar a gênese da liberdade em meio à ontologia elaborada por Jean-Paul Sartre. Nesse contexto, é possível observar uma profunda análise relacionada àquilo que o filósofo entende por fenômeno, seu modo de aparecer, sua ligação com o conceito de nada e como, a partir disso, a liberdade desponta. Em seguida, após observar o surgimento da liberdade e seu caráter absoluto, há um esforço para sublinhar como a realidade humana não é afetada pelas diversas situações que compõem sua cotidianidade. Por fim, apoiando-se em bases literárias, especificamente no romance, ressalta-se o papel engajado da liberdade e sua inseparável relação junto à constituição ontológica do indivíduo.

**Palavras-chave:** Liberdade, Ontologia, Romance

## INTRODUÇÃO

A trajetória filosófica ocidental se consolidou como um esforço para investigar e, quando possível, compreender os aspectos que evidenciam o transcurso da realidade humana ao longo dos séculos. Apesar disso, o debate filosófico é, muitas vezes, enxergado como algo que se encontra distante da linguagem e das situações realmente vividas pelos indivíduos. Assim, é natural que, em determinado momento, surja a inadiável necessidade de colocar o homem e seu modo de ser como os pilares sobre os quais se alicerçam o ponto de partida para qualquer possibilidade de reflexão. Eis a tarefa daquela corrente que ficou conhecida como existencialismo.

Em termos muito gerais, poderíamos caracterizar este pensamento como *uma reação da filosofia do homem contra o excesso da filosofia das ideias e das coisas*. Para ele, o problema primeiro da filosofia é, não tanto o da existência em toda a sua extensão, mas o da existência do homem (MOUNIER, 1963, p. 11, grifo do autor).

Nessa perspectiva, em meio às múltiplas dificuldades de acessar o modo ser do homem no mundo, a análise existencial proposta por Jean-Paul Sartre (1905-1980) renova os ânimos de uma conversa que, em todos os sentidos, seja humana. Ora, estabelecer um debate filosófico, sob o viés sartriano, é poder, por exemplo, enxergar a liberdade através de pessoas que se divertem em uma discoteca ou, na pior das hipóteses, nas amarguras de um relacionamento que findou no fracasso. De todo modo, a porta que Sartre deixou aberta nos permite vislumbrar o homem sendo homem; isto é, vivendo suas falhas e se deliciando em seus sucessos.

Levando-se em conta o que acabamos de mencionar, o planejamento do presente texto visa investigar o conceito de liberdade elaborado por Sartre e sua estreita relação com as diversas situações que integram a vivência humana. Para tanto, num primeiro momento, é de suma importância analisar o caminho fundamental que viabiliza destacar a liberdade como constituinte ontológica do indivíduo. Em seguida, faz-se prudente observar como ocorre o relacionamento entre liberdade e situação; ou seja, averiguar como a liberdade se comporta em meio às contingências do mundo. Por fim, com a finalidade de melhor compreender o que Sartre entende por liberdade, proponho uma análise das obras literárias que compõem a trilogia conhecida como *Os caminhos da*

*liberdade*<sup>1</sup> e sua estreita relação com a discussão técnico-filosófica percebida em *O ser e o nada*, de modo a verificar suas correlações.

## **DISCUSSÃO**

### **À procura da liberdade**

Como é bastante conhecido, o método utilizado por Sartre está ancorado na fenomenologia. Todavia, isso não quer dizer que haja plena concordância entre a proposta sartriana e aquelas utilizadas por Edmund Husserl (1859-1938) e Martin Heidegger (1889-1976); em outras palavras, é possível sublinhar determinadas dissensões que, no entanto, escapam à finalidade deste texto e, assim, não há espaço para mencioná-las aqui. Portanto, nosso objetivo momentâneo consiste em observar como, por meio da influência fenomenológica, Sartre investiga o problema referente ao ser e, ao mesmo tempo, traça meios de se enxergar a liberdade.

Em primeiro lugar, nossa preocupação tem por meta esclarecer as dificuldades relacionadas ao fenômeno. Tal dificuldade existe porque, ao longo da história da filosofia, diversos autores estabeleceram dualismos que dificultaram qualquer real visualização referente àquilo que aparece. Ora, em Aristóteles, surge a proposta de ato e potência; em Platão, essência e aparência; em Kant, noumeno e fenômeno. Assim, “pela eliminação desses vir-se-ia a estabelecer o ‘monismo do fenômeno’” (BORNHEIM, 2011, p. 27).

Diante do que acabamos de expor, nota-se que a aparência só remete a ela mesma. Em termos gerais, podemos dizer que o fenômeno é a manifestação possível de tudo que se pode manifestar e, de forma alguma, há uma realidade por detrás que esconda qualquer tipo de núcleo ou essência. No entanto, após eliminar o dualismo da aparência e da essência, surge o dualismo do finito e do infinito. Essa nova perspectiva ocorre porque um fenômeno não pode ser reduzido a uma série limitada de manifestações, visto que há uma relação com um sujeito em constante mudança.

O existente, com efeito, não pode ser reduzido a uma série *finita* de manifestações, porque cada uma delas é uma relação com um sujeito em perpétua mudança [...] somente o fato de tratar-se aqui de um *sujeito* implica a possibilidade de multiplicar os pontos de vista sobre esta *Abschattung*<sup>2</sup>. É o

---

<sup>1</sup> A composição de *Os caminhos da liberdade* surge através de três obras, todas escritas em formato de romance. São elas: *A idade da razão* (1945), *Sursis* (1947) e *Com a morte na alma* (1949).

<sup>2</sup> Por *Abschattung*, Sartre compreende o modelo de percepção de um objeto. Esse é um termo originado da obra husserliana e designa o modo de aparecer de um determinado objeto frente ao sujeito cognoscente.

bastante para multiplicar ao infinito a *Abschattung* considerada (SARTRE, 2012a, p. 17, grifo do autor).

Em segundo lugar, após constatar que o fenômeno consiste naquilo que se manifesta, o ser também encontra aí sua possibilidade de desvelamento. Ora, a proposta de Sartre estabelece que o aparecimento do fenômeno é, ao mesmo tempo, o aparecimento do ser como acontecimento único. Explicando de outra forma, o fenômeno não surge primeiro para que depois haja a compreensão do ser; muito pelo contrário, o vislumbre do fenômeno revela instantaneamente o ser como ele é. Portanto, o ser é a condição de todo e qualquer desvelamento e o fenômeno é indicativo de si mesmo no horizonte do ser. Em consequência direta, os dualismos, tão caros ao pensamento clássico e radicalizados na modernidade, caem por terra.

Não significa que o ser se encontre escondido atrás dos fenômenos (vimos que o fenômeno não pode mascarar o ser), nem que o fenômeno seja uma aparência que remeta a um ser distinto (*o fenômeno é enquanto aparência*, quer dizer, indica a si mesmo sobre o fundamento do ser) (SARTRE, 2012a, p. 20, grifo do autor).

Como dissemos anteriormente, o desvelamento do ser ocorre de maneira absoluta em relação ao fenômeno e, além disso, tal aparecimento se dá frente a um sujeito que conhece. No intuito de se evitar uma queda no idealismo, Sartre admite que o vislumbre do ser não se dá como conhecimento do ser; isto é, a consciência aparece como modo de ser do sujeito que conhece. Neste ponto, ao tratar da consciência, não existe um dentro que se oponha a um fora. Dizer que há consciência equivale a abrir a possibilidade para um acontecimento absoluto no qual há uma relação imediata e sem intermediários entre o cognoscente e o mundo.

Encontro algo bem diferente se me volto para a experiência interna, isto é, se reflito contemplando minha própria consciência: já não tenho aquela unidade, aquele ser estável capaz de ser experimentado em muitas percepções como individualmente idêntico. Ao contrário, estou diante de um fluxo, uma consciência (isto é, uma intenção) dando lugar a outra sucessivamente. De onde Sartre conclui que o ser da consciência se reduz ao aparecer (MOUTINHO, 1995, p. 45).

Até o presente momento, nossa investigação possibilitou conhecer a proposta de Sartre referente ao fenômeno e seu modo de aparecer. Dizemos, nesse ponto, que a manifestação do fenômeno implica, necessariamente, a instantânea manifestação do ser. Em seguida, deixamos claro que o ato de desvelamento do ser ocorre em função da consciência como acontecimento absoluto. Agora, nos encontramos em total possibilidade de levantar o seguinte questionamento: qual é esta modalidade de ser que se manifesta à consciência?

A resposta não se acha escondida em meio a embaraçosos raciocínios, visto que a consciência intenciona aquilo a qual ela, por princípio, se diferencia. Explicando de uma forma diferente, a visada da consciência busca um ser que seja pleno e que não encontre condições de possibilidade de colocar em questão seu próprio ser, ou seja, o mundo e os objetos que o povoam<sup>3</sup>. Assim, “o ser transfenomenal do que existe para a consciência é, em si mesmo, *em si*” (SARTRE, 2012a, p. 35, grifo do autor).

O ser do fenômeno, conforme Sartre explica, simplesmente é. Com isso, podemos compreendê-lo como não sendo causa de si mesmo e, em igual medida, está no mundo ao modo de ser de uma unidade plena. Ser-Em-si é estar fechado, uma total positividade. Logo, características como temporalidade, atividade ou passividade, possibilidade ou impossibilidade não pertencem a esse modo de ser que, por definição, é o que é.

Uma vez descoberta essa modalidade de ser, que encerra o complexo bruto da realidade, estamos em condições de prosseguir e, com efeito, verificar a maneira pela qual a própria liberdade desponta. Para tanto, o melhor caminho a ser trilhado deve ser, a exemplo de Heidegger, a observância do ser-no-mundo.

Sartre se depara com um problema fundamental que, de modo algum, pode deixar de ser verificado; isto é, se o ser é plena positividade, como explicar a presença de negações nos complexos que perfazem o horizonte mundano? Além disso, como complementação ao questionamento, veja-se a negação não como um simples termo lógico adicionado ao mundo ou um juízo declarado acerca disso ou daquilo. A negação que aqui se busca investigar é aquela que invade o ser e o modifica em bases ontológicas.

O problema referente ao Nada é introduzido por Sartre tendo em vista aquilo que ele denomina *interrogação*. O ato de interrogar corresponde a uma conduta que nos

---

<sup>3</sup> Ao tratar da consciência, em seu viés fenomenológico, Sartre pretende combater tanto o idealismo quanto o realismo. Ao observarmos, por exemplo, a epistemologia de David Hume, notamos que as percepções são armazenadas no intelecto, ao modelo de uma caixa que é utilizada para guardar coisas. Ora, para esse filósofo, representante do realismo, “tudo que entra na mente é na *realidade* uma percepção, é impossível que alguma coisa pareça diferente em sua sensação” (HUME, 2009, p. 223). Por seu turno, o idealismo busca apresentar o ser como abstração indeterminada, possível apenas em nível de idealidade. Nesse contexto Hegel salienta que “a idealidade não é algo que haja fora e ao lado da realidade, mas o conceito da idealidade consiste expressamente em ser a *verdade* da realidade, isto é, que a realidade, posta como é em si, mostra-se ela mesma como idealidade” (HEGEL, 1995, p. 194). Portanto, a consciência fenomenológica, que é o modelo mais límpido de contato com o mundo, não se aproveita daquilo que o realismo propõe e, muito menos, se deixa absorver pelo idealismo. Sartre, é enfático ao se posicionar contra tais tendências; ou seja, “contra a filosofia digestiva do empiriocriticismo, do neokantismo, contra todo ‘psicologismo’, Husserl não cansa de afirmar que não se pode dissolver as coisas na consciência” (SARTRE, 2005, p. 55).

permite um posicionamento diante daquilo que é interrogado e, para aquele que segue esta linha de investigação, sempre é possível se deparar com uma resposta negativa. Desse modo, observa-se que, através da interrogação, existe um meio para que se possa criar uma relação ontológica entre aquele que pergunta e aquele que é questionado. Assim, “para o investigador existe, portanto, a possibilidade permanente e objetiva de uma resposta negativa” (SARTRE, 2012a, p. 45).

Com base no que fora acima apresentado, é possível constatar que o ato de interrogar é, acima de tudo, uma atitude ontológica; uma vez que liga o ser à possibilidade do não ser. Neste quesito, é válido considerar que toda e qualquer possibilidade de negação só existe tendo como horizonte uma atitude do Para-si, uma ação humana. Assim sendo, o não ser figura irremediavelmente como atributo pertencente ao ser humano que, por sua vez, é consciência intencional. “A condição necessária para que seja possível dizer *não* é que o não ser seja presença perpétua em nós e fora de nós. É que o nada infesta o ser” (SARTRE, 2012a, p. 52, grifo do autor).

No entanto, precisamos mostrar que o não ser não pode ser justificado como o contrário do ser, mas sim como seu contraditório. Essa explicação foi necessária pelo fato de pressupormos uma posteridade lógica do nada em relação ao ser; isto é, o ser é anterior ao nada que, a todo tempo, lhe ameaça. É a partir do ser que o nada encontra suas próprias condições de soerguimento e, contudo, não se depara com meios para modificar aquilo que é plenitude pura – Em-si. De tal modo,

o problema se apresenta como exclusivo do homem, e a nadificação chega a alcançar, no máximo, a relação que o homem mantém com o Em-si. Mas, de um modo definitivo, pertence à realidade humana o poder de produzir um nada que a isola (BORNHEIM, 2011, p. 44).

Ao observar o problema do surgimento do Nada, instantaneamente ocorre um direcionamento que aponta objetivamente para a dimensão humana. Em outras palavras, tão somente um ser que seja consciência pode ser capaz de trazer o Nada ao mundo. Em relação a isso, o próprio Sartre destaca que a atitude nadificadora encontra sua condição de possibilidade apenas por meio do ser que, “em seu ser, está em questão o Nada de seu ser: o ser pelo qual o Nada vem ao mundo deve ser seu próprio Nada” (SARTRE, 2012a, p. 65).

Por fim, satisfeita a constatação da presença nadificadora no horizonte do ser, ainda permanece em aberto um questionamento: o que é o homem, em seu ser, que o torna capaz de trazer a nadificação ao mundo? Essa resposta surge instantaneamente, ou seja,



é apenas através da liberdade que a realidade humana consegue deslizar o Nada rumo à plena positividade constatada nos horizontes do ser. Contudo, não se trata da liberdade como um atributo que pode ser adicionado ao indivíduo e retirado a qualquer instante, ao modo de ser de uma qualidade. Na verdade, o próprio homem, em sua constituição ontológica, é inteiramente liberdade e seu modo de ser é ser-livre. Por essa razão, “a liberdade é o ser humano colocando seu passado fora de circuito e segregando seu próprio nada” (SARTRE, 2012a, p. 72).

### **Liberdade e situação: dois lados da mesma moeda**

Uma vez verificada a liberdade como parte ontologicamente integrante da realidade humana, Sartre recebeu inúmeras críticas, advindas de variados meios. Uma dessas críticas, bastante endossada pelo senso comum, admitia o conceito de liberdade como sinônimo de livre-arbítrio. Tal igualdade conceitual fez com que se levantasse os seguintes questionamentos: ora, se a realidade humana é plenamente livre, como compreender as dificuldades que se apresentam como impeditivos do dia a dia? Como visualizar o indivíduo em meio às contingências do mundo?

Para que possamos resolver as dificuldades levantadas, precisamos nos lembrar de uma informação já mencionada; ou seja, a realidade humana é inteiramente consciência e, por conseguinte, a consciência é a ordenação de suas possibilidades. Precisamos enxergar esse ponto com mais clareza. Pois bem, a consciência permite ao indivíduo presenciar o mundo; porém, sua presença não ocorre a título de agregação. O que pretendo dizer é que, por ser consciente, o modo de ser da realidade humana só pode existir o mundo ao modo de vivenciá-lo. Por essa razão, perceber-se no mundo e fazer parte de uma situação representam o acontecimento absoluto que, por meio da consciência, faz do homem o ser das vivências.

É como se a consciência se colocasse a certa *distância* do mundo das coisas a fim de estar em condições de presenciá-las. Embora uma das determinações fundamentais da consciência seja a de estar no mundo, atrelada ao Ser, a consciência não se identifica literalmente com ele, como se fosse coisa entre coisas. Está, sim, *em presença* dele, colocada à *distância* dele. Sartre tirou essa concepção da consciência das conclusões de Heidegger em *Ser e tempo*: o homem não está “no meio” do mundo, mas “em presença” dele, “frente” a ele. Heidegger diz que o homem é “o Ser das lonjuras”, o único Ser que *ex-siste* (com o prefixo *ex* indicando afastamento) (PERDIGÃO, 1995, p. 38, grifo do autor).

Levando-se em consideração o trecho que acabamos de destacar, nota-se que o conjunto de coisas que se apresenta ao indivíduo só possui um sentido por causa de um

projeto livremente estabelecido. Dizendo de forma diferente, o engajamento do Para-si em uma situação organiza o complexo ao qual ele se insere. Em meio a isso, a situação aponta para a liberdade e revela as tarefas que livremente serão vivenciadas. Em suma, a liberdade, sendo ela uma estrutura do Para-si, não se constrange ou se limita; de fato, o mundo e as coisas se mostram como potencialidades.

Tal situação reflete ao mesmo tempo minha facticidade e minha liberdade: por ocasião de certa estrutura objetiva do mundo que me rodeia, ela faz repercutir minha liberdade sob a forma de tarefas a executar livremente; não há qualquer constrangimento nisso, pois minha liberdade corrói meus possíveis e, correlativamente, as potencialidades do mundo apenas se indicam e se oferecem (SARTRE, 2012a, p. 335).

Mesmo após toda a descrição ontológica que aqui se desenha, poder-se-ia argumentar que a perspectiva teórica se diferencia do aspecto prático. Perante tal advertência, Sartre oferece uma série de exemplos que permite esclarecer e avaliar, de modo bem objetivo, como a liberdade humana permanece imutável e, ao mesmo tempo, assegura ao homem uma autêntica prerrogativa relacional com o mundo.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que, sem a realidade humana, os conceitos de espaço e lugar não possuiriam sentido. A extensão, por exemplo, se dá a partir de um local habitado pelo ser humano; em outras palavras, tal conceito existe em função do lugar por ele habitado. Assim sendo, para que exista um objeto que anuncie ao homem suas distâncias, é preciso que o Para-si dele escape pelo processo de nadificação. Em razão disso, tal como previamente explicitado, se as distâncias são estipuladas por um procedimento interno de negação; logo, é possível afirmar que o lugar é conferido com base na liberdade. Portanto,

para que haja um ‘isto’ que anuncie suas distâncias ao Ser-aí que sou, é preciso justamente que eu dele escape por pura negação [...] Assim, é minha liberdade que vem me conferir meu lugar e, situando-me, defini-lo como tal; só posso ser rigorosamente limitado a este Ser-aí que sou porque minha estrutura ontológica consiste em não ser o que sou e ser o que não sou (SARTRE, 2012a, pp. 605/06).

Em segundo lugar, o ser humano não pode ser definido como algo isolado no presente; ele é tal que surge sob a luz de um projeto com vistas a um fim. Desse modo, sua escolha é o pressuposto para que a disposição dos objetos não seja simplesmente um parâmetro matemático. Na verdade, corresponde a uma distância de cunho existencial. Por fim, ao nascer, o Para-si toma um lugar; contudo, ele é inteiramente responsável pelo espaço que ocupa e com o rumo que irá tomar.

O segundo problema a ser colocado diz respeito ao passado. Aqui, vale notar que tudo aquilo que se encontra circunscrito no pretérito não pode ser modificado, porém, afeta profundamente o modo de agir presente. Ora, mesmo que o passado esteja circunscrito nos domínios do Em-si, pode muito bem ser vivificado pelo indivíduo a partir de um projeto presente; por isso, aquilo que passou é fator constituinte e indispensável da vivência humana. Nesse aspecto, a liberdade se apresenta como uma probabilidade de mudança, pois se desenvolve com vistas a um projeto.

Examinemos mais de perto esse paradoxo: a liberdade, sendo escolha, é mudança. Define-se pelo fim que projeta, ou seja, pelo futuro que ela tem de ser. Mas, precisamente porque o futuro é o estado-que-ainda-não-é daquilo que é, só pode ser concebido em estreita conexão com aquilo que é [...] aquilo que é, portanto, é o passado (SARTRE, 2012a, pp. 610/11).

O precedente comentário deixou bem claro que o passado não pode ser encarado como algo isolado em si mesmo; se assim o fosse, estaria completamente apartado do presente. Por outro lado, o que se pode verificar é que o pretérito é conservado por um projeto com vistas ao futuro. Por assim dizer, o projeto do Para-si elege a significação relacionada ao passado e o projeto com vistas ao futuro vem iluminar e trazer significação àquilo que já passou. Em decorrência disso,

quem decidirá se aquela crise mística por que passei aos quinze anos ‘foi’ puro acidente de puberdade ou, ao contrário, primeiro sinal de uma conversão futura? Eu mesmo, desde que decida – aos vinte anos ou trinta anos – converter-me (SARTRE, 2012a, p. 613).

O terceiro problema que aqui cabe destaque liga-se ao modo como o ser humano lida com seus arredores. Num primeiro momento, é necessário enfatizar que não se pode confundir o termo *arredor* com *lugar*, ambos são diferentes. Desse modo, para o filósofo, arredores são todas as coisas que se encaixam na categoria das coisas-utensílios; ou seja, os mais variados itens que circundam o ser humano e podem apresentar um determinado coeficiente de adversidade.

Com a intenção de expor o problema de forma mais objetiva, observemos o seguinte exemplo: uma pessoa qualquer está se locomovendo de bicicleta rumo à casa de um amigo. De repente, o pneu traseiro de seu meio de transporte começa a esvaziar. Seria isso uma impossibilidade para que o projeto anterior de chegar até seu destino fosse interrompido? Sua liberdade estaria prejudicada?

O esclarecimento a tal problemática novamente se volta ao Para-si; em outros termos, os arredores manifestam um coeficiente de adversidade em função de um projeto livremente traçado pelo indivíduo. Utilizando a exemplificação da bicicleta, o fato de o

pneu esvaziar pode representar um grau de dificuldade ao projeto anteriormente estipulado; contudo, a própria renúncia de um projeto se dá livremente. Todo projeto de liberdade é um projeto em aberto e aceita os graus de adversidade oriundos dos arredores. Por conta disso,

não significa que seja sempre possível evitar a dificuldade, reparar o dano, mas simplesmente que a própria impossibilidade de prosseguir em certa direção deve ser livremente constituída; tal impossibilidade vem às coisas por nossa livre renúncia, em vez de nossa renúncia ser provocada pela impossibilidade da conduta a cumprir (SARTRE, 2012a, pp. 621/22).

Sartre deixa claro que o caráter de adversidade só existe pela liberdade. Ainda assim, os projetos humanos pressupõem certo grau de dificuldade que, por sua vez, deixa de ser algo que ofereça uma surpresa diante daquilo que não se estava esperando. Portanto,

o resultado dessas análises é sempre o mesmo: tudo se entende a partir do poder nadificador do Para-si. É inútil querer definir ou descrever o *quid* da facticidade em si mesmo, antes que a liberdade a tenha apreendido (BORNHEIM, 2011, p. 118, grifo do autor).

A penúltima situação analisada por Sartre diz respeito aos demais seres humanos que habitam a realidade na qual outro indivíduo se encontra inserido. O questionamento central do autor pretende avaliar se a presença do Outro constitui uma barreira para que a liberdade seja plenamente vivenciada. Nesse sentido, estar num mundo em que a presença do Outro é constante equivale a dizer que o modo ser da realidade não se expressa por um ponto de vista único e que, além disso, é nadificada por outro Para-si cuja liberdade também o constitui.

Quando o olhar do Outro me fixa, ocorre uma espécie de ‘hemorragia’ na minha consciência: o meu Ser se esvai, é absorvido para fora, e posso sentir esse escapamento. O mundo que organizo à minha volta e do qual sou sujeito absoluto sofre uma desintegração para reintegrar-se lá adiante, ao redor do Outro. O Outro ‘rouba-me’ o mundo, por assim dizer. E nesse mundo, do qual já não sou o centro, o Outro me capta como objeto entre objetos (PERDIGÃO, 1995, pp. 141/42).

Em decorrência do trecho evidenciado, vale sublinhar que, ao considerar a existência do Outro, o coeficiente de adversidade do mundo se revela a um determinado indivíduo antes de ser por ele mesmo experimentado. Dizendo de outra forma, as significações adquirem um sentido tal que escapa por princípio àquele que vivencia uma situação qualquer. Pelo presente motivo, há a nítida necessidade de avaliar se o papel desempenhado pelo Outro equivale ou não a um obstáculo frente à liberdade.

No intuito de melhor observar a questão, Sartre se apoia no exemplo da linguagem; ou seja, uma frase apenas adquire sentido tendo em vista a nadificação de

algo. Do contrário, é apenas uma coisa solta, desprovida de sentido. Ao mesmo tempo, o aspecto linguístico representa um sistema humano que pretende romper as barreiras da vivência individual. Portanto, a linguagem consiste num modelo de aprendizagem em função do Outro; isto é, “essas organizações linguísticas ou técnicas não foram criadas pelo Para-si com o objetivo de alcançar a si mesmo: ele as tomou do Outro” (SARTRE, 2012a, p. 637).

Sendo a linguagem uma forma de interação intersubjetiva, suas leis não se originaram sozinhas e tornam-se reais apoiando-se num processo de nadificação proveniente da liberdade. Obviamente, o Outro é um modo de ser da qual o Para-si não é fundamento; porém, sua presença é indicativa dos fins aos quais precisam ser transcendidos.

No processo de alienação, a experimentação do Outro como transcendência se dá por um livre reconhecimento do papel por ele desempenhado. Tal reconhecimento ocorre como liberdade e é a prova do surgimento de outra modalidade de ser: o ser-Para-outro. Nessa perspectiva, o ato de assumir aquilo que o Outro impõe ao Para-si só pode acontecer a título de uma liberdade da qual o homem não pode abrir mão e, conseqüentemente, não transcorre de modo passivo.

De fato, não há meios que permitam colocar o ser-Para-Outro como algo passível de não ser assumido. Na verdade, os limites externos à liberdade só podem ser interiorizados a título de irrealizáveis e, por conseguinte, não constituem um obstáculo concreto à liberdade do Para-si. Além disso, o Outro atua de forma pedagógica, visto que me ensina a meu respeito. Contudo, como já ficou evidente, esse conhecimento só pode ser aceito de forma ativa, através de um livre processo de escolha. Enfim,

significa que minha liberdade, escolhendo livremente, escolhe seus limites; ou, se preferirmos, a livre escolha de meus fins, ou seja, daquilo que sou para mim, comporta a assunção dos limites dessa escolha, quaisquer que sejam (SARTRE, 2012a, p. 649).

O último caractere a ser investigado concerne à morte. Num primeiro momento, é necessário destituir tal tema de seu sentido puramente místico e tratá-lo como inerente ao mundo humano. No decorrer da tradição, especialmente a cristã, a morte foi simplesmente o último termo de uma série de acontecimentos. Em adição a isso, a postura teológica coloca a morte como uma vontade inteiramente divina; isto é, cabe a Deus escolher o momento oportuno para que determinado indivíduo possa deixar sua existência física.

Seguindo uma trajetória oposta, Sartre admite que o Para-si é, como inúmeras vezes apontado, uma modalidade de ser que em seu próprio ser está em questão o nada de seu ser. Não obstante, a consciência de morte passa a fazer parte da realidade humana unicamente pela existência do Outro; em outros termos, por não fazer parte da constituição do Para-si, não compõe seu modo de ser e advém ao mundo tão somente através do ser-Para-outro. Em consonância com o que foi apontado, “estar morto é ser uma presa dos outros. Uma vida morta é uma vida da qual o Outro se faz guardião” (PERDIGÃO, 1995, p. 100).

A linha de raciocínio sartriana demonstra que a morte consiste numa alienação em favor do Outro. Assim, enquanto vivo, o Para-si pode escapar àquilo que o Outro lhe atribui, pois seu projeto de ser está sempre em aberto. Em linhas gerais, a morte não constitui as possibilidades humanas, de modo que, sem a dimensão da alteridade, qualquer conhecimento a seu respeito estaria fadado ao fracasso. Assim sendo, derrubar a tese heideggeriana de que o homem é um ser-Para-morte equivale a colocar o ato de morrer como algo que não se enquadra nos limites do Para-si.

Assim, a morte não é, em absoluto, estrutura ontológica de meu ser, ao menos na medida em que este é Para-si; o Outro é que é mortal em seu ser. Não há lugar algum para a morte no ser-Para-si; este não pode esperá-la, nem realizá-la, nem projetar-se em seu rumo; a morte não é de modo algum o fundamento de sua finitude, e, de modo geral, não pode ser fundamentada por dentro como projeto de liberdade original, nem ser recebida de fora pelo Para-si como uma qualidade. Então, que será? Nada mais do que certo aspecto da facticidade e do ser-Para-outro, ou seja, nada mais do que algo dado. É absurdo que tenhamos nascido, é absurdo morrermos; por outro lado, esta absurdidade se apresenta como alienação permanente de meu ser-possibilidade, que já não é mais minha possibilidade, mas a do Outro (SARTRE, 2012a, p. 670).

Este simples esboço acerca das mais variadas situações serviu para destacar dois fatores fundamentais: em primeiro lugar, a liberdade não sofre qualquer tipo de interferência oriunda das situações; e, consoante aos apontamentos acima, a própria situação age como condição *sine qua non* para que o ser-livre possa manifestar-se. Em suma, ficou claro que o Para-si jamais será alienado por fatores externos e que não fazem parte de sua constituição ontológica.

### **Da filosofia à literatura: uma continuidade intelectual**

Após termos percorrido esse caminho, estamos em vias de analisar o modo como o autor estabelece uma continuidade de sua proposta filosófica por meio da literatura. Para isso, nos apoiaremos nas obras que formam *Os caminhos da liberdade* e, com efeito, nos esforçaremos para vislumbrar como se desenvolve, paulatinamente, a mesma reflexão

a respeito do ser-livre já presente em *O Ser e o nada*. Portanto, diante dessa investida, é totalmente plausível admitir que, juntamente com o aspecto literário, “a filosofia não é uma autorreflexão abstrata e uma contemplação desinteressada, mas sim um envolvimento total no drama do ser” (MÉSZÁROS, 2012, p. 54).

A primeira obra sobre a qual dedicaremos nossa atenção se chama *A idade da razão*. A narrativa desse romance se passa no ano de 1938 e está focada nos acontecimentos que envolvem um jovem professor de filosofia, Mathieu Delarue, e o grupo que perfaz seu círculo de convívio mais próximo. Além disso, o contexto geral da trama dedica-se a analisar a cotidianidade dos personagens em face dos rumores de eclosão dos conflitos da Segunda Guerra Mundial e do risco ao qual a França estaria submetida diante de uma invasão alemã.

Mathieu leva uma vida relativamente tranquila. Apesar disso, passa por alguns problemas de cunho financeiro e vive um relacionamento às escondidas com uma garota chamada Marcelle. Mathieu, como pensador que é, assume como verdadeira uma perspectiva de liberdade atrelada a não se comprometer, a não dever nada a ninguém. De fato, sua visualização da liberdade limita-se a algo como uma qualidade adicionada à existência humana e, conseqüentemente, passível de ser afetada por fatores externos. Assim, em um diálogo com Marcelle, essa característica fica bem evidente:

Eu sei – atalhou Marcelle –, não é um fim, é um meio. É para se libertar a si próprio; olhar-se, julgar-se: sua atitude predileta. Quando você se olha, imagina que não é o que está olhando, que você não é nada. No fundo, é o seu ideal: não ser nada [...] Sim. Ser livre. Totalmente livre. É seu vício (SARTRE, 2012b, p. 21).

À medida que a narrativa avança, Marcelle traz à tona o grande dilema de Mathieu; isto é, anuncia sua gravidez. Diante de tal notícia, Mathieu sugere abortar a criança e, em meio a isso, surge o primeiro caso em que se vê na necessidade de se livrar de algo que o aprisiona, algo que limita sua liberdade. Na verdade, a pretensão de Sartre consiste em salientar que a gravidez, nitidamente um ponto fora da curva, abre espaço para que o ser-livre viva seu modo próprio de ser, um modo tal fundado no engajamento e na vivência da situação.

Neste ponto de nossa discussão, fica estabelecido o esforço que se transforma na busca que percorrerá toda a obra em questão; ou seja, Mathieu, que passa por dificuldades financeiras, buscará com um e com outro um empréstimo a fim de pagar por um médico clandestino que faça o procedimento de abortar a gravidez. No decorrer dessa busca

desenfreada, constata-se que outros personagens também se alicerçam sob um conceito de liberdade que escapa à definição do livre agir ao modo de ser ontológico pretendido por Sartre.

Neste momento, surge Boris, um aluno de Mathieu e namorado de uma cantora de cabaré conhecida por Lola. Ele enxerga a liberdade como parte da essência humana, bem ao estilo desenvolvido pela filosofia moderna. Nessa perspectiva, a qualidade de ser livre consiste numa realidade que se esconde por detrás da aparência fenomênica, tal como a entidade noumênica kantiana. Nitidamente, Boris está sob influência direta de seu mestre e, através dos questionamentos de Lola, podemos entrever o seguinte:

E você acha direito e bonito não se prender a nada? E você não se prende a nada? [*pergunta Lola*] A nada [*responde Boris*] [...] Delarue tem paixões – disse, continuando seu pensamento em voz alta. – Mas isso não o impede de se amarrar a nada. Ele é livre (SARTRE, 2012b, p. 41, grifo nosso).

Como dissemos, Mathieu assume para si a missão de conseguir a quantia de que necessita para que Marcelle realize o aborto. Eis que nessa jornada aparece Daniel Sereno, figura perspicaz que, sob o pretexto da amizade, se esforça para levar Mathieu a seu limite. Tendo em vista o que acabamos de mencionar, Daniel ironiza e desdenha a concepção que Mathieu possui acerca da liberdade. No entanto, sua própria percepção não se sustenta, visto que a vislumbra como o poder de fazer aquilo que se deseja. Em outras palavras, podemos dizer que Sereno, ao se sentir na possibilidade de fazer aquilo que bem entende frente ao pedido de empréstimo de Mathieu, se sente absolutamente livre. No fundo, mesmo com a meta de desequilibrar Mathieu e mostrar que seu modo de vida é insustentável, a ação perpetrada por Daniel não é muito diferente daquela que o próprio Mathieu assegura como autêntica.

Era preciso prolongar aquele momento extraordinário. Daniel desdobrava-se. Sentia-se perdido numa nuvem vermelha, sob um céu de chumbo; pensou com orgulho em Mathieu: “Eu é que sou livre”, disse. Mas era um orgulho impessoal, pois Daniel não era mais ninguém (SARTRE, 2012b, p. 111).

Em *A idade da razão*, a concepção de liberdade assumida pelos personagens corresponde a algo que se limita exclusivamente à dimensão ôntica e, necessariamente, exclui o caráter ontológico. Essa é a dinâmica presente na obra que estamos analisando. Poderíamos expor inúmeras passagens e chegaríamos à mesma conclusão; isto é, a liberdade não passa de uma qualidade limitável que pode ser, sob qualquer pretexto, adicionada ou retirada da existência humana.

No entanto, ao passo que os acontecimentos se desenrolam, vemos que Daniel, apenas no intuito de radicalizar suas atitudes, decide tomar Marcelle por esposa e assumir



a criança. Não que Delarue se importasse, visto que seu amor por Marcelle já havia esfriado. Em decorrência disso, na parte final da referida obra, Daniel joga na cara de Mathieu que seu conceito de liberdade não o levou a lugar algum; muito pelo contrário, serviu apenas para mascarar uma forma autêntica de vivenciar a realidade. A gravidade da situação está no fato de que o próprio Mathieu começa a entender que seu modo de conceber o ser-no-mundo está equivocado e, mesmo assim, insiste em permanecer num modo de ação que limita a liberdade frente àquilo que as mais variadas situações impõem.

Não sei. Não estava muito claro. Nada é claro. Mas a verdade é que abandonei Marcelle à toa, por nada [...] por nada – repetiu. Em toda essa história eu não fui senão recusa e negação. Marcelle não está mais na minha vida, mas há todo o resto (SARTRE, 2012b, p. 362).

Chegamos, agora, em *Sursis*, segundo romance a ser analisado. A obra descreve a atmosfera da França, em especial Paris, ante à possibilidade de a Alemanha dar seguimento a sua violenta política expansiva. Há, a todo instante, um clima de tensão. Não obstante, muitas pessoas seguem suas vidas ignorando o risco e optando por postergar a compreensão de que o conflito é inevitável.

Neste momento, enquanto a situação política da Europa segue seu curso, Mathieu está de férias na residência de verão pertencente a seu irmão, Jacques Delarue. Os acontecimentos anteriores envolvendo Marcelle e Daniel estão bem vivos no horizonte de sua vida; em outras palavras, mesmo começando a perceber que seu modo de vivenciar a liberdade é sem comprometimento, não pretende mudar seu modo de agir. Nesse contexto, a angústia começa a se abater sobre Mathieu. Ora, não se trata de uma angústia entre angústias, mas é o sentimento pela tomada de consciência de que sua liberdade tem sido posta como algo descartável e seu engajamento na categoria de não existente.

A guerra é uma doença, pensou; cabe-me suportá-la como uma doença. Por nada. Serei um doente corajoso, eis tudo. Por que fazê-la? Não a aprovo. Por que não a fazer? Minha pele não vale a tentativa de salvá-la. Eis tudo, pensou, eis tudo: sou conduzido! Um funcionário. E o que eles lhe deixavam era o estoicismo triste dos funcionários, que tudo suportam, a pobreza, as doenças e a guerra, por respeito a si mesmos (SARTRE, 1974, p. 277).

Tendo em vista as possibilidades de engajamento, Mathieu coloca sua existência e seu papel como se fossem peças de um jogo, peças tais que são guiadas por terceiros e das quais todo controle escapa. A única alternativa é deixar-se guiar, como um barco à deriva. Por outro lado, em relação ao romance anterior, *A idade da razão*, nota-se que Mathieu já não é tão ingênuo a ponto de não perceber que sua perspectiva de liberdade, no final, sempre escoia rumo ao fracasso. Assim, a tomada de consciência do ser-livre faz com que se perceba que a vida é um espaço sempre aberto, não há um caráter definidor

ou qualificador. Portanto, “todas as amarras tinham sido cortadas, nada no mundo podia retê-lo: era isso a horrível liberdade” (SARTRE, 1974, p. 386).

Desde o início, Mathieu tem vivenciado situações que lhe cobram determinado engajamento e, em *Sursis*, ocorre algo que é de suma importância para que o personagem amadureça seu conceito de ser-livre: eis que, devido à guerra, surge a convocação militar. Mesmo que neste ponto Mathieu esteja a meio caminho de realizar seu pleno modo de agir fundado na liberdade, ele tem pequenos vislumbres de que as situações vivenciadas no dia a dia não representam um obstáculo. De fato, como já ficou exposto acima, liberdade e situação não se excluem, uma não existe sem a outra.

O compartimento estava repleto. Mathieu tentou ver os companheiros de viagem, mas a escuridão era grande ainda. Ficou um instante imóvel até que houve uma sacudidela brusca e o trem pôs-se a rodar. Mathieu estremeceu de alegria: acabou-se. Amanhã, Nancy, a guerra, o medo, a morte talvez, a liberdade (SARTRE, 1974, p. 426).

De acordo com o trecho que acabamos de analisar, assim se conclui a segunda parte de *Os caminhos da liberdade*: Mathieu embarca para o campo de batalha. Todavia, ao observar nosso percurso, somos capazes de compreender que o conceito de liberdade tem passado por uma espécie de metamorfose; isto é, iniciou-se pautado na frieza de uma qualidade simplesmente inserida na existência humana, se arranja no sentido de ir além e passa a constituir o Para-si como um todo. Homem e liberdade não são definições divergentes ou diferenciadas, mas representam um único modo de ser.

Por fim, no limiar de nossa proposta investigativa, nos deparamos com o último romance a ser esmiuçado: *Com a morte na alma*. Sartre utiliza essa obra para narrar os episódios da queda de Paris, e da França como um todo, em face ao domínio nazista. Percebe-se um clima de terror que se embrenha na população e, mesmo assim, o povo francês, ainda que com a perspectiva do horror à espreita, se mantém como uma massa uniforme e individualista.

No entanto, nos cabe aqui observar, através de Mathieu, o coroamento elaborado por Sartre e que viabiliza a compreensão do conceito de liberdade em seu sentido ontológico. Além disso, como dissemos anteriormente, *Com a morte na alma* fecha a série proposta por uma trilogia, mas permanece aberta como sinal indicativo de que a liberdade se perfaz na cotidianidade. Sem dúvida alguma, tal como ocorre com as demais obras aqui pontuadas, poderíamos abordar um número bastante amplo de assuntos e

conceitos filosóficos; contudo, há a necessidade de afunilar e seguir aquilo que foi estabelecido.

O personagem Mathieu se encontra reunido com um grupo de combatentes, tal como ele, mobilizados por uma convocatória do governo. Apesar de estarem num campo de batalha, há um clima de que a invasão representa um fato impossível de conter; ou seja, os membros do exército já se dão por vencidos antes mesmo de o confronto começar. Sob tais circunstâncias, Mathieu tem a chance de refletir sobre seu modo de enxergar a vida e, em especial, a liberdade. Assim, no decorrer de um desses momentos, ao perceber a penosa situação da guerra, percebe que a vida humana é a liberdade. Mesmo frente à recusa de se estabelecer um plano de ação, mesmo que se negue a vê-la, o ser-livre está aí. O ser humano é liberdade.

Contemplou os camaradas: seu olhar perecível encontrou neles o olhar eterno e estupefaciente da história; pela primeira vez a grandeza descera sobre suas cabeças: *eram* os soldados fabulosos de uma guerra perdida. Estátuas! Deus meu, li, bocejei, agitei o guizo de meus problemas, não me decidia em escolher e em verdade já escolhera, escolhera esta guerra, esta derrota e era esperado no âmago deste dia. Tudo está por refazer e não há mais nada a fazer. Os dois pensamentos entraram um no outro e aniquilaram-se juntos. Sobrou a calma superfície do Nada (SARTRE, 2012c, p. 84, grifo do autor).

De acordo com o trecho destacado, voltemos nossa atenção para um detalhe; ou seja, Sartre emprega o termo “Nada” com letra maiúscula. O que podemos extrair disso é que o autor estabelece uma ponte com aquilo que já ficou explícito em *O Ser e o Nada* e que discutimos no início deste artigo; dizendo de outra maneira, infere-se que o Nada escorre pela estrutura do ser e, ao mesmo tempo, a condição de possibilidade da nadificação repousa na liberdade. Logo, a literatura serve de instrumento pelo qual a filosofia desponta no limiar da existência e, como tal, o homem e seu ser-livre, necessariamente, estão em situação.

Angústia ante o Nada, com Heidegger? Angústia ante a liberdade, com Kierkegaard? Para mim é a mesma coisa, pois a liberdade é a aparição do Nada no mundo. Antes da liberdade, o mundo é um todo que é o que ele é, uma massa espessa. Depois da liberdade, existem *coisas* diferenciadas, porque a liberdade introduziu a negação. E a negação só pode ser introduzida pela liberdade, no mundo, porque a liberdade está toda tomada pelo Nada (SARTRE, 1983, p. 130, grifo do autor).

Mathieu e seu grupo experimentam a situação imposta pela guerra e isso possibilita que cada um encare a existência não como seres-no-meio-do-mundo, mas sim como seres-no-mundo. O objetivo de Sartre consiste em mostrar que o plano situacional não representa embargo à liberdade. Ora, ele é, antes de tudo, a criação de meios para que ocorra o engajamento; ou seja, é a condição insubstituível para que a liberdade, até então

no plano da reflexão ontológica e metafísica, advenha ao mundo e ilustre o modo de ser único da humanidade.

No entanto, o processo de amadurecimento do conceito de liberdade que podemos visualizar em Mathieu ainda não está concluído. Na verdade, seu coroamento ocorre em um momento marcante: certa noite, já com a iminência da invasão e de serem feitos prisioneiros, Mathieu e mais um membro de seu grupo estão a conversar na aldeia onde estão alocados. Eis que aparece outro grupo de combate que estivera lutando na frente de batalha. Ao observá-los, percebem que estão a planejar uma emboscada para o exército alemão que avança em tal direção. Mathieu e seu companheiro se juntam aos recém-chegados.

O que nos chama atenção é que a atitude desses homens não tem a mínima chance de obter sucesso, uma vez que a frente de ataque alemã é implacável e de um poderio imenso. Então, naquela noite, decidem utilizar o campanário de uma igreja como ponto de apoio e ali esperam o dia amanhecer. As horas passam e, entre um cochilo e outro, eis que surge o raiar do sol. No entanto, aquele amanhecer não se igualaria a nenhum de seus antecessores, pois foi o amanhecer do ataque e, juntamente com ele, do engajamento. Mesmo sabendo do inevitável fim, a liberdade surge e é finalmente compreendida. Mathieu é senhor de seus atos, suas decisões são conscientes e a vida se lhe apresenta como dotada de sentido e sem culpa.

Aproximou-se do parapeito e pôs-se a atirar de pé. Era um enorme revide: cada tiro vingava-o de um antigo escrúpulo. Um tiro em Lola, que não ousei roubar, um tiro em Marcelle, que deveria ter largado, um tiro em Odette, que eu não quis comer. Este para os livros que não ousei escrever, este para as viagens que recusei, este para todos os sujeitos, em conjunto, que tinha vontade de detestar e procurei compreender. Atirava, e as leis voavam para o ar, amarás o teu próximo como a ti mesmo, pam! Nesse safado, não matarás, pam! Nesse hipócrita aí da frente. Atirava no homem, na Virtude, no Mundo: a Liberdade é o Terror; o incêndio destruía a prefeitura, destruía-lhe a cabeça: as balas assobiavam, livres como o ar, o mundo explodirá, e eu com ele, atirou, olhou o relógio: 14 minutos e trinta segundos; não tinha mais nada a pedir senão um prazo de meio minuto, exatamente o tempo de atirar naquele belo oficial, que corria orgulhoso para a igreja; atirou sobre o belo oficial, em toda a Beleza da Terra, na rua, nas flores, nos jardins, em tudo o que amara. A beleza deu um mergulho obscuro e Mathieu atirou de novo. Atirou: era puro, todo-poderoso, livre. Quinze minutos (SARTRE, 2012c, p. 238).

A passagem acima representa o momento ontológico ao qual Mathieu entende e toma para si mesmo o verdadeiro sentido da liberdade. Nesse momento, já não há mais diferença entre o homem e seu ser-livre, entre situação e engajamento. Em meio a isso, o modo de ser do Para-si age de tal maneira que a amargura da situação se transforma no palco em que há a possibilidade de assumir as rédeas da própria vida e, com efeito, toda

dissimulação é eliminada: a vida é a liberdade. Portanto, cada tiro disparado do fuzil de Mathieu, antes de ser a tentativa de matar um inimigo, consiste no assassinato de um modo de vida pautado na má-fé.

## **CONCLUSÃO**

O texto que acabamos de percorrer, de modo geral, permite entrever um detalhe de excepcional grandeza: a vivência humana jamais está concluída. Com isso, Sartre nos brinda com meios para perceber que o agir do homem está sempre por fazer e, conseqüentemente, qualquer tentativa de tomá-lo por um viés fechado termina em fracasso. Assim, a construção do agir humano se dá aos poucos, um dia de cada vez.

Admitir o existencialismo sartriano consiste em buscar no próprio indivíduo as chaves que permitem sua compreensão. Desse modo, as falhas e os acertos se colocam no horizonte como dimensões possíveis que destituem da realidade o peso do determinismo, peso esse que procura encaixar o homem ao modo do ter-de-ser. Além disso, ficou claro que ser-livre não se confunde com a possibilidade de executar aquilo que a vontade impõe; na verdade, o fundamento ontológico da liberdade é o mesmo que torna a realidade humana diferente de qualquer outra série de existentes.

Mesmo que uma existência pautada na liberdade seja fonte de angústia, é unicamente por meio do ser-livre que a humanidade encontra meios para traçar sua própria história. Em meio a isso, atribuir a terceiros aquilo que cabe apenas ao Para-si equivale a permitir que outros assumam o caráter principal no aspecto da vivência. Assim sendo, ser-livre não corresponde a fazer aquilo que se deseja; não, atrela-se à possibilidade de ser o personagem fundamental nos palcos da vida e, além disso, inserir em sua própria trajetória as marcas de uma vivência ontologicamente humana.

As situações vividas por Mathieu claramente indicam que os erros cometidos hoje podem ser corrigidos amanhã, visto que seu processo de modificação depende tão somente daquele que ali enxerga a possibilidade de reescrever a história. Em decorrência disso, liberdade, ser humano e situação representam um conjunto no qual a eliminação de qualquer dos itens acarreta na necessária destruição dos demais. Portanto, no contexto filosófico, Sartre destaca que homem e liberdade são apenas terminologias diferentes que designam um mesmo existente e, em igual medida, o significado de existencialismo estará sempre atrelado ao humanismo, seu sinônimo imediato.

## **Referências bibliográficas**

BORNHEIM, G. Sartre. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

HEGEL, G. W. F. Enciclopédias das ciências filosóficas em compêndio. Tradução: Paulo Meneses. São Paulo: Loyola, 1995.

HUME, D. Tratado da natureza humana. 2. ed. Tradução: Débora Danowski. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MÉSZÁROS, I. A obra de Sartre: busca da liberdade e desafio da história. Tradução: Rogério Bettoni. São Paulo. Boitempo, 2012.

MOUNIER, E. Introdução aos existencialismos. Tradução: João Bénard da Costa. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1963.

MOUTINHO, L. D. S. Sartre, existencialismo e liberdade. São Paulo: Moderna, 1995.

PERDIGÃO, P. Existência e liberdade: uma introdução à filosofia de Sartre. Porto Alegre: L&PM, 1995.

SARTRE, J.P. A idade da razão. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012b.

\_\_\_\_\_. Com a morte na alma. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012c.

\_\_\_\_\_. Diário de uma guerra estranha. Tradução: Aulyde Soares Rodrigues. São Paulo: Círculo do Livro, 1983.

\_\_\_\_\_. O ser e o nada – Ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução: Paulo Perdigão. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2012a.

\_\_\_\_\_. Situações I. Tradução: Cristina Prado. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

\_\_\_\_\_. Sursis. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

**Capítulo 24 - DOI:10.55232/1083002.24**

**ATUAÇÃO DOS TÉCNICOS EM AGROPECUÁRIA  
EGRESSOS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA SERRA  
DA CAPIVARA-EFASC**

**Ricardo Dos Santos Lopes**

**RESUMO:** Cursos de formação técnico são considerados comuns na região da Escola Família Agrícola Serra da Capivara-EFASC, considerada importante para a região entre alguns fatores por formar Profissionais Técnico em Agropecuário, o que torna uma mão de obra abundante e consequentemente pode ter muitos profissionais sem trabalho, o que de fato acontece, porém muitos dos egressos da escola, a maioria vem desenvolvendo trabalhos pelos quais obteve formação na escola, dentre eles muitos em importantes organização e até trabalhos em suas propriedades ou com trabalhos autônomo em diversos segmentos do conjunto e das redes do setor agropecuário.

**Palavras-chave:** Trabalho, Rural, Educação.

## **INTRODUÇÃO**

A Escola Família Agrícola Serra da Capivara está situada no município de São Lourenço do Piauí, estado do Piauí, na Região Nordeste do Brasil, a Escola Família Agrícola Serra da Capivara, funciona na zona rural e atende alunos de outros nove municípios do território Fartura do Piauí, Jurema, Coronel José Dias, Bonfim do Piauí, Caracol, Guaribas e São Raimundo Nonato. Oferecendo suporte técnico para a produção no setor agropecuário e modelos de convivência com a região semi árida, adquirindo conhecimentos para serem praticados em sua comunidade, onde acontece à prática de hortas para o cultivo de legumes utilizados agroecologicamente nas comunidades, e no desenvolvimento de projetos de convivência no semi árido, contando ainda com uma boa formação dos alunos.

Segundo Filion (2004), as escolas devem estar atentas às constantes mudanças que ocorrem no mercado e proporcionar currículos condizentes com o cenário atual. Assim, os alunos estarão aprendendo o conteúdo que reflete a situação do país. Os cursos voltados ao desenvolvimento de jovens empreendedores precisam identificar as habilidades que o aluno possui, demonstrando como o seu plano de negócio pode colaborar com o desenvolvimento econômico e como deve gerenciá-lo para crescer e consolidar - se no mercado (DORNELAS, 2001; Malacarne e Brunstein, 2014).

A escola é considerada de muita importância para a formação de mão-de-obra qualificada com conhecimentos técnicos pra atuação no desenvolvimento do território Serra da Capivara, onde o trabalho com a pedagogia da alternância junta os elementos dos pequenos agricultores ao conhecimento da técnica agropecuária, a empresas e organizações com finaliaes com o setor agropecuário e a convivência em sociedade com populações no semi árido, tendo os alunos como os multiplicadores do conhecimento, os profissionais que objetivam atuar no setor e as possibilidades de produzir dentro do ambiente semiárido.

No ambiente da educação agropecuária, mais especificamente, busca-se preparar os jovens para responder a demanda da sociedade por profissionais competentes para lidar com os dilemas do Desenvolvimento Sustentável (DS) (Malacarne e Brunstein, 2014).

Sendo atualmente vista como um meio de convivência e formação dos jovens profissionais do território que tem a possibilidade de estudar e ter uma profissão intelectual e continuar a produzir no seu meio com agricultura de suas cultura, sem a necessidade de aderir ao êxodo rural, e ainda vivendo um ambiente de associação com outros estudante e profissionais da diferentes regiões do território.



Com objetivos de buscar as informações e conhecimento de onde atuam os alunos egressos da Escola Família Agrícola Serra da Capivara e se a formação profissional é fator determinante para a atuação na área de trabalho.

## **METODOLOGIA**

O trabalho foi realizado mediante a aplicação de um questionário com os alunos egressos da escola que desenvolvem trabalhos para avaliar as áreas de atuação e onde trabalham os egressos formados na referida escola.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

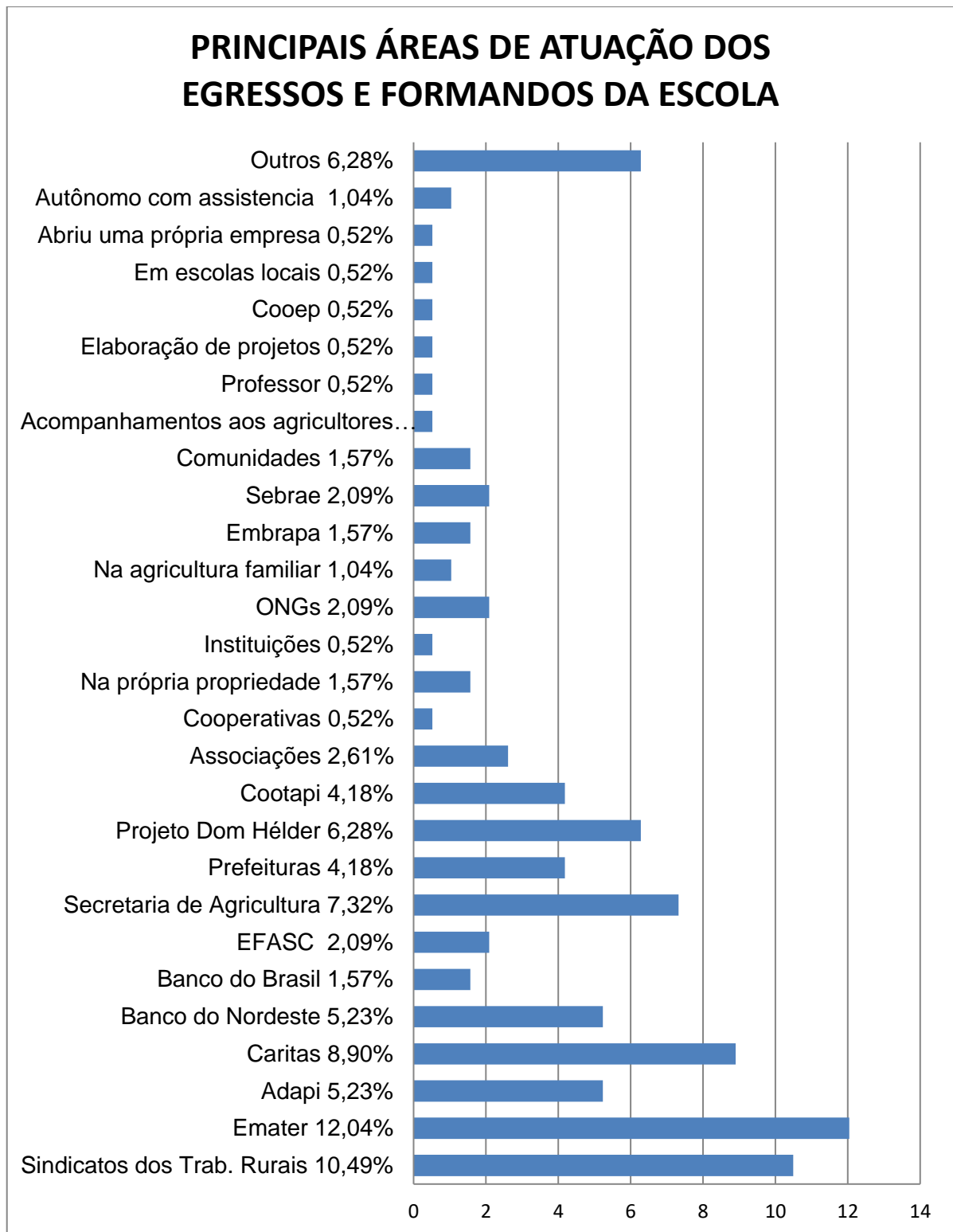
Com atuação ainda em diversos ramos da atividade agropecuária como em instrumentos de mecanização, cooperativas, instituições com programas destinados a investimentos pesquisas, projetos e financiamentos de atividades agropecuárias.

Como os resultados alcançados sobre a busca das informações das áreas de atuação do egressos da EFASC, tendo com as principais opções para lista de respostas obtidas, estes egressos trabalham em Sindicatos 10,49%, Emater 12,04%, Adapi 5,03%, Caritas 8,90%, Banco do Nordeste 5,23%, Banco do Brasil 1,57%, na própria EFASC 2,09%, Secretarias de Agricultura 7,32%, Prefeituras 4,18%, Projeto Dom Helder Câmara 6,28%, Cootapi 4,18%, Associações 2,61%, Cooperativas 0,58%, na propriedade própria onde trabalho com seus recursos 1,58%, instituições 0,58, ONGs 2,09%, em prol da agricultura familiar 1,04%, Embrapa 1,57%, Sebrae 2,08%, Comunidades 1,67%, acompanhamento de visitas aos agricultores 0,58%, Professor 0,58%, Elaboração de projetos 0,58%, Coop 0,58%, em escolas locais 0,58%, criou a própria empresa e atua em atividades e serviços na comunidade juntamente com amigos e familiares 0,58%, por atividade própria e negócios de acessoria técnica ou de produtos agropecuários, trabalha com assistência técnica 1,04%, além de alguns que optaram inda atuar em outras áreas 6,28% (tabela 1).

Percebe-se uma fonte de profissionalismo dinâmico e com alto nível de abrangência em diversos órgãos e idéias de criação e inovação nas atividades, como relata (Malacarne e Brunstein, 2014) uma educação que se propõe a atender essas exigências precisa associar o empreendedorismo como estratégia social de ensino voltada para a resolução de questões práticas que estimulem o aluno a pensar e a agir sobre a sua realidade.

Estudos mais abrangentes, que incluam dados quantitativos e qualitativos, também fariam grande diferença para um conhecimento mais profundo sobre a área, o que é

considerando a extrema variedade de atividades do campo brasileiro, e com a modernização e inclusão do conhecimento científico, educação e pesquisa no setor técnico agropecuário, é fundamental a produção de estudos etnográficos referentes ao qualitativo da população envolvida e que ofereçam elementos para uma ação mais eficaz na produção, na qualidade e no Estado bem quanto dos movimentos sociais (Damasceno e Beserra, 2004).



Esses estudos, portanto, denunciam fatos e apontam caminhos, mas não preenchem as tantas lacunas existentes no projeto de um conhecimento mais abrangente e mais profundo da educação rural ou educação no campo, como alguns pesquisadores e políticos preferem nomeá-la em função da abrangência exagerada e conteúdo político do termo rural. Nesse sentido, não seria extravagante propor um programa de ação afirmativa para essa área de estudos. O exemplo de outras áreas, como a da Educação Afro descendente, seria de fundamental importância para o fortalecimento da área que as instituições financiadoras de pesquisa abrissem concursos ou programas específicos de pesquisa sobre a educação rural e que o Ministério da Educação oferecesse incentivo especial aos estudantes e pesquisadores que escolhessem enfrentar tal temática (Damasceno e Beserra, 2004).

## **CONCLUSÃO**

Diante os dados levantados e discutidos, eleva-se a importância da formação em nível técnico agropecuário com finalidades de elevar a profissionalização da população alinhado ao desenvolvimento da educação em concordância com os segmentos da prática agropecuária, efetivando a formação como elemento para as atividades agropecuárias, direcionando trabalhadores para todos os segmentos, desde a produção, assistência, apoio, financiamento, associação, pesquisas, organização, educação e ainda outros que direta e indiretamente contribui para o desenvolvimento do setor produtivo da agropecuária na região da escola, a integrando com os demais órgãos.

## **REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS**

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 1. jan.-abr., 2004.

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

FILION, L. J. Entendendo os intra-empresendedores como visionistas. Revista de negócios, v. 9, n. 2, p. 65-79, 2004.

MALACARNE, R.; BRUNSTEIN, J.; BRITO, M. D. Formação de técnicos agropecuários empreendedores: o caso do IFES e sua participação na OBAP. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, v.3, n.2, p. 20-41, 2014.

**Capítulo 25 - DOI:10.55232/1083002.25**

## **AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NAS ESCOLAS**

**Francislene Alves Bezerra e Rosemberg Aparecido Lopes Ferracini**

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo apresentar o resultado de práticas pedagógicas, realizadas com os estudantes da Universidade Federal do Tocantins (UFT) do curso de licenciatura em Geografia, que participam do Programa Institucional de Bolsa de iniciação à Docência (Pibid). Eles puderam vivenciar na prática a Lei 10.639/03 e conhecer como tem sido realizado esse trabalho na Escola Família Agrícola de Porto Nacional - Tocantins (EFAPN). O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) trata-se de uma iniciativa que visa melhorar e valorizar a formação de professores para a educação básica e tem como objetivo promover a integração entre a educação superior e educação básica das escolas estaduais e municipais, a fim de melhorar o ensino nas escolas públicas (Portal MEC 2021). Utilizou-se de pesquisas bibliográficas e relatos de experiências, com abordagem qualitativa. Estes relatos, tratam-se de práticas pedagógicas realizadas com os estudantes do Pibid de Geografia, onde foram apresentadas a eles ferramentas de um professor antirracista, onde puderam perceber como trabalhar essa temática na Educação Geográfica. O objetivo foi de despertar no grupo o interesse em conhecer a Lei 10639/03 e a 11645/08. Ao observar os planos de aulas e os desenhos realizados pelos alunos do Pibid, bem como as falas e os materiais, constatou-se que a maioria da turma apresentou ferramentas utilizadas nas práticas de professores antirracistas, onde envolveu teoria e prática, como foi a proposta apresentada para o grupo, contudo, percebemos que alguns ainda trazem em seu discurso estereótipos que refletem uma formação eurocêntrica. Pode-se concluir que as práticas de ensino são um dos caminhos possíveis para se construir uma ponte entre a diversidade étnico-racial e a educação geográfica. Por meio delas, o professor é capaz de levar pra sala de aula temas que atinjam a nossa sociedade, por meio das reflexões com os alunos, para que eles possam conhecer a sua realidade e intervir nela.

**Palavras-chave:** Pedagogia da Alternância, Pibid, Lei 10.639/03, Educação Antirracista, Educação Geográfica

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o resultado de práticas pedagógicas, realizadas com os estudantes da Universidade Federal do Tocantins do curso de licenciatura em Geografia, que participam do Programa Institucional de Bolsa de iniciação à Docência (Pibid). Eles puderam vivenciar na prática a Lei 10.639/03 e conhecer como tem sido realizado esse trabalho na Escola Família Agrícola de Porto Nacional - Tocantins (EFAPN).

A Escola Família Agrícola de Porto Nacional – Tocantins (EFAPN) é fruto dos trabalhos da COMSAUDE – Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação – uma organização não governamental criada no município em 1969.

A EFAPN foi criada em 1994, como uma instituição de Educação do Campo, compreendida como pública no seu atendimento, estatal no seu financiamento e comunitária na sua gestão. A escola trabalha com a Pedagogia da Alternância, e atende, exclusivamente, os filhos(as) dos agricultores(as) familiares residentes no campo. Possui cerca de 180 estudantes matriculados, que estão cursando os anos finais do Ensino Fundamental e Cursos Técnicos em Agropecuária e Agroindústria, ambos Integrados ao Ensino Médio. Esses estudantes são provenientes de aproximadamente 75 comunidades rurais e estão distribuídos em 28 municípios do Estado do Tocantins, com distância variável de 6 a 800 km da escola.

Uma pesquisa realizada pela a Escola no ano de 2020 indicou que 56% destas famílias possuem áreas que variam de 1 a 20 hectares sendo elas assentadas, reassentadas, empregadas rurais, meeiras, quilombolas, proprietárias de pequenas propriedades familiares, servidores públicos e outros profissionais que vivem no campo. (EFAPN, 2020).

A Escola Família Agrícola, como diz o seu próprio nome, tem a família como a principal responsável pela educação dos filhos, e a coloca como parceira

na formação destes jovens. O modelo de ensino da EFAPN está baseado em quatro pilares: formação integral do jovem; associação de pais, famílias e profissionais; desenvolvimento do meio; e a alternância como forma pedagógica.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) trata-se de uma iniciativa que visa melhorar e a valorizar a formação de professores para a educação básica, e tem como objetivo promover a integração entre a educação superior e educação básica das escolas estaduais e municipais, a fim de melhorar o ensino nas escolas públicas (Portal MEC 2021).

A parceria com a EFAPN tem sido importante, para que o programa possa atingir os objetivos. A experiência poderá formar professores(as) capazes de enfrentar os desafios da realidade profissional e prepará-los para discutir temas que não estão relacionadas no currículo da Geografia, como questões de gênero, sexualidade e diversidade. Desse modo,

A escola é um espaço social constituído de diferenças, sejam elas sociais, raciais, de gênero e sexuais. Dessa forma, cabe ao professor à tarefa de mediar harmonicamente à construção de um espaço acolhedor que contemple dentro e fora do ambiente escolas às diferenças sociais, culturais, étnico-raciais e de gênero (Souza; Santos, 2020, p. 277).

Desta forma, torna-se relevante trabalhar essas questões na formação de professores de Geografia, onde eles poderão se tornar profissionais comprometidos com o papel social e intelectual de resolver os dilemas que poderão estar presentes no cotidiano, no chão da escola.

A educação geográfica auxilia os alunos a desenvolverem o pensamento, questionar, formular respostas, a partir da leitura de mundo, seja no nível local ou global. O professor de geografia possui a capacidade de formar sujeitos críticos, que se posicionem no mundo.

É preciso pensar geograficamente para entender as relações étnico-raciais no Brasil e desconstruir o mito da democracia racial presente na nossa sociedade. Uma ferramenta importante para erradicar o racismo, que foi construída ao longo dos anos, é a Lei 10.639/03.

Apesar de a lei ter completado 18 anos da sua homologação, ainda existe um desconhecimento por parte dos professores e alunos. Desta forma, faz-se necessário que as instituições de ensino priorizem nas formações dos professores o seu estudo, a fim de que se materialize em ações pedagógicas dos educadores em sala de aula. Contudo, é de extrema importância que esteja claro no currículo das escolas as propostas pedagógicas com as ações de combate ao racismo. Kabengele Munanga nos chama atenção para essa necessidade:

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial compromete sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. (Munanga, 2005, p.15).

A Geografia, enquanto uma disciplina social tem a obrigação de contribuir com outras narrativas, mudando a visão de mundo, e desconstruindo os estereótipos referentes ao continente Africano. Além de criar meios de valorização da cultura afro-brasileira, o professor deve resignificar à contribuição do negro na formação do povo brasileiro, erradicar a ideia de superioridade e inferioridade das raças que foram introjetados no nosso imaginário, a partir de um modelo de ensino eurocentrado que até hoje está presente em nossa sociedade. (Santos, 2011).

Para tanto, a atuação do professor de geografia é indispensável, pois precisa pensar também em uma sequência didática que venha pontuar ações de fortalecimento de uma educação antirracista nas escolas, atitudes de extrema importância nos dias atuais, em que as políticas do Governo Federal são de negação das lutas dos movimentos sociais negros que foram essenciais para a existência de políticas de promoção da igualdade racial, e nas políticas públicas afirmativas.

Segundo Tonini e Kaercher, [...] a escola e a geografia podem contribuir para a ampliação da cidadania e da precária democracia brasileira; defendendo que tais temas, ainda que polêmicos e conflitivos, devem ser trabalhados de forma argumentada e reflexiva na escola, porque estão a todo o momento na vida e nos meios de comunicação (TONINI e KAERCHER, 2015, p. 55 apud SOUZA, SANTOS, 2020, p. 277).

Daí a importância de se trabalhar as relações étnico-raciais no ensino de geografia, assim como nas demais ciências. Os professores devem trazer para a sala de aula temas que possam levar os alunos a pensar a realidade e se posicionarem de forma crítica, capaz de levá-los a uma formação cidadã.

## **METODOLOGIA**

Este relato de experiência trata-se de uma prática pedagógica realizada com os estudantes do Pibid de Geografia, onde foram apresentadas a eles ferramentas de um professor antirracista, onde puderam perceber como trabalhar essa temática na Educação Geográfica. O objetivo foi de despertar no grupo o interesse em conhecer a Lei 10639/03 e a 11645/08.

Foram apresentados aos pibidianos livros, revistas, vídeos, leitura de conto, apresentação de slides sobre o trabalho realizado na Semana da Consciência Negra, além de participarem de uma live sobre a temática. Após as atividades foi solicitado que os alunos realizassem um plano de aula onde abordassem a valorização da Cultura Africana e afro-brasileira e a cultura indígena. Buscou-se na atividade identificar uma relação com a educação geográfica, podendo ser aplicado em qualquer série do ensino fundamental ou médio.

Durante as aulas síncronas desenvolvemos a leitura de um conto chamado “Coisas que colocaram na minha cabeça” e discutimos sobre o vídeo da crítica de uma professora sobre o livro *Abecê da Liberdade: A história de Luiz Gama, o menino que quebrou correntes com palavras*.

O conto trás a história de uma menina que relata o quanto sofreu na sua infância por ter os cabelos de “pixaim” (**Cabelo crespo, com cachos muito pequenos, típicos de pessoas negras. No popular pode ser usada de forma pejorativa, o mesmo que cabelo ruim, no Brasil denota racismo.**) . Tanto em casa, com as tentativas da mãe em alisá-los, quanto na escola com as “brincadeiras” das outras crianças. No vídeo a professora faz uma leitura de como a obra romantizou a história das crianças negras que vieram nos porões dos navios negreiros para o Brasil, onde usa a imagem de uma personalidade negra que é símbolo da luta contra a escravidão.

Após a leitura do conto e a exposição do vídeo, foi realizada uma oficina sobre mapa mental, foi solicitado que os alunos ilustrassem a compreensão deles sobre as questões que foram abordadas a partir de perguntas levantadas para as reflexões. Ao concluir os desenhos foram feitas as apresentações onde cada um colocou seu ponto de vista e abriu espaço para as contribuições da professora e colegas.



## RESULTADOS

Ao observar os planos de aulas e os desenhos realizados pelos alunos do Pibid, bem como as falas e os materiais, constata-se que a maioria da turma apresentou ferramentas utilizadas nas práticas de professores antirracistas, onde envolveu teoria e prática, como foi a proposta apresentada para o grupo.

Apareceram falas e imagens da história do negro em situação de escravidão, e outras imagens contemporâneas, que trouxeram o negro em situação de pobreza e favelado. As imagens reforçam estereótipos que foram criados a essa parte da população. Essas imagens, sem uma leitura crítica e uma desconstrução de estereótipos, reforçará ainda mais o racismo e preconceitos em relação ao povo negro.

O geógrafo Renato Emerson dos Santos sugere a importância de desconstruir e reconstruir a ideia que nos foi colocada numa visão eurocêntrica de mundo. Isso serve para quando o professor retratar a África, ter o cuidado de não trazer somente os aspectos pejorativos, degradantes, estereótipos, tragédias sociais (Santos 2011). Mas mostrar uma abordagem que referencie o quadro social diverso da África e dos descendentes de africanos, que foram na maior parte representados nas como subalternos e inferiorizados.

As práticas de ensino são um dos caminhos possíveis para se construir uma ponte entre a diversidade étnico-racial e a educação geográfica. Por meio delas, o professor é capaz de levar pra sala de aula temas que atinjam a nossa sociedade, por meio das reflexões com os alunos, para que eles possam conhecer a sua realidade e intervir nela.



FIGURA 01

**PORÃO DO NAVIO NEGREIRO.** Os negros eram amontoados nos porões das embarcações para serem transportados para a América onde seriam comercializados para o trabalho escravo.

**MORRO DA PROVIDÊNCIA.** A esquerda da figura 01 a imagem da favela mais antiga do Brasil, situada no Rio de Janeiro.



FIGURA 02

PERSONALIDADES NEGRAS. Carolina Maria de Jesus, Elza Soares, Milton Santos, Zumbi dos Palmares.

ESCOLA \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Observe a imagem.



a) Descreva a imagem da primeira folha desse suplemento infantil de jornal.

b) Que sentimentos essa imagem desperta em você?

c) Na foto há uma frase: "Amizade não tem cor". O que essa frase quer dizer?

FIGURA 03

SUPLEMENTO INFANTIL DE JORNAL, o material pode ser usado com a intencionalidade de provocar reflexões sobre as questões étnico-raciais.

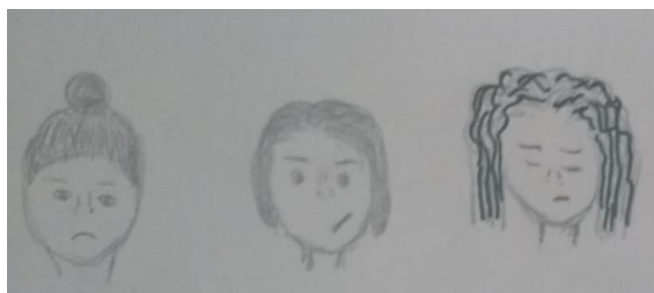


FIGURA 04



FIGURA 05

As figuras 04 e 05 representam a compreensão de uma aluna a partir da leitura e discussão do conto: COISAS QUE COLOCARAM NA MINHA CABEÇA. Ela ilustra no desenho o processo de empoderamento da menina negra, a partir da aceitação do seu cabelo crespo.



FIGURA 06



FIGURA 07

USO DA FIGURA RICA PARA REPRESENTAR AS IDEIAS DISCUTIDAS, Nas figuras 06 e 07 os alunos do Pibid demonstraram através de desenhos suas reflexões sobre as questões étnico-raciais.

## AGRADECIMENTOS

Aos estudantes do Pibid de geografia pelas trocas de experiências, nos momentos de discussões e debates que tem sido enriquecedores. Ao professor Rosemberg Aparecido Lopes Ferracini pela supervisão do trabalho e apoio a realização das atividades dos grupos, também aos professores supervisores Geovane e Ilda, pela parceria, sempre dispostos a contribuir.

## REFERÊNCIAS

- 1 BEZERRA, Francislene Alves. Semana da Consciência Negra na Escola Família Agrícola de Porto Nacional – TO. Revista África e Africanidades, Ano XIII, Nº 37, fevereiro 2021.
- 2 CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 18ª ed. Campinas, SP. Papirus, 2013;
- 3 FERRACINI, Rosemberg Aparecido Lopes. **Professores e alunos em perspectivas afro-decoloniais: Teorias e práticas escolares**. Revista África e Africanidades-Ano XII -n.33, 2020;
- 4 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006;

5 MUNANGA, Kabengele. Et al. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005;

6 PLANO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES ESCOLARES - PRESENCIAIS - ENSINO HÍBRIDO da Escola Família Agrícola de Porto Nacional- Tocantins. 2020;

7 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO da Escola Família Agrícola de Porto Nacional- Tocantins. 2020;

8 SANTOS, Renato Emerson dos, **A Lei 10.639 e o Ensino da Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa-ação**. Revista Tamoios ano VII, Nº 1, 2011.

**Capítulo 26 - DOI:10.55232/1083002.26**

## **O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO, DISCRIMINAÇÃO E XENOFOBIA**

**Maria Eduarda Martins Barboza**

**RESUMO:** Este trabalho trata da importância da educação no combate à desinformação, discriminação e xenofobia. Tal problemática consiste em analisar o papel da educação no combate à desinformação que acaba perpetuando atitudes discriminatórias e xenófobas. Essa questão se faz necessária uma vez que deve ser objetivo da escola expandir a visão de mundo do aluno, praticar a tolerância e desenvolver a empatia, por isso a abordagem de temas contemporâneos e sensíveis é essencial e contribui para a formação de uma sociedade cada vez mais humanitária. O propósito central deste artigo é pesquisar o papel da educação para a formação e informação dos alunos de Ensino Médio a respeito de questões como discriminação e xenofobia, já que é missão do professor também além de ensinar fórmulas matemáticas, tipos de bactérias e as ações que levaram aos grandes conflitos vividos na História, estimular a empatia, o senso crítico e visão de mundo em seus alunos. Para isso, foram utilizados outros artigos científicos além de revistas acadêmicas e artigos de jornais para a elaboração desta pesquisa.

**Palavras-chave:** Escola, Discriminação, Tolerância

## **INTRODUÇÃO**

É comum que os conteúdos escolares sejam passados para os alunos em um tipo de ordem cronológica ou nível de entendimento de determinada idade, no entanto nesse processo é perigoso que o aluno acabe por compreender assuntos de maneira isolada e distante. Sem o incentivo à análise e reflexão, os jovens se rendem a discursos fatalistas e sem empatia. Mais necessários do que nunca em tempos de crise, qual a importância da educação no combate à desinformação que acaba perpetuando atitudes discriminatórias e xenófobas?

O presente artigo possui como objetivo geral pesquisar o papel da educação para a formação e informação dos alunos de Ensino Médio a respeito de questões como discriminação e xenofobia, e por objetivos específicos analisar a importância de se discutir em sala de aula assuntos pertinentes à formação do aluno como profissional e cidadão e determinar a relevância da abordagem de assuntos como discriminação e xenofobia na formação de jovens cidadãos.

A educação por si só já é a esperança para uma sociedade melhor e mais justa. A educação somada com outras áreas possui um imenso poder de transformação e a “união das áreas Comunicação e Educação tem a capacidade de formar pessoas plenas para o exercício da cidadania, conscientes do espaço, tempo e contexto em que vivem.” (NASCIMENTO e DELAGO, 2020, p.7), a missão do professor é esta: formar mais do que um futuro profissional, um cidadão.

Com a crescente cobertura jornalística da crise global dos refugiados e a ascensão de governos de extrema-direita ao redor do mundo vemos diversos discursos, além de políticas, de cunho xenófobo como é o caso do Brexit, a saída do Reino Unido da União Europeia, aprovado em Janeiro de 2020, cuja a campanha foi um tanto focada na premissa de que a quantidade de imigrantes que habitava no Reino Unido, muitos vindo de outros países da União Europeia, principalmente do leste europeu, prejudicava a economia do país. Pode-se pensar que algo como xenofobia não aconteça no Brasil uma vez que o brasileiro possui uma fama internacional de ser caloroso e receptivo com estrangeiros. Mas estrangeiros vindos de onde? Com a crise política e econômica na Venezuela, muitos venezuelanos vieram para o Brasil e foram recebidos com hostilidade. A quase completa falta de suporte do Estado acaba levando muitas famílias a cometer pequenos roubos para se alimentar, o que acaba servindo como justificativa para a propagação de falas xenófobas e racistas, vindas até do próprio Estado como afirmam MILESI, COURY e ROVERY (2018, p.59):

O fechamento das fronteiras e a limitação da entrada de venezuelanos são medidas defendidas pelo Governo do estado de Roraima como solução para os problemas enfrentados na região. No entanto, essas demandas carecem de legalidade e operacionalidade logística, além de violarem compromissos de caráter humanitário.

Esse tipo de assunto acaba por ficar em segundo plano e muitas vezes nem se quer é abordado em sala de aula. O professor muito mais do que ensinar a matéria, é agente essencial na formação daquele jovem cidadão e é necessário que a escola seja um ambiente tolerante que promove o respeito e a diversidade, no entanto, infelizmente, o que nos afirma Coelho (2013) é que, na escola a intolerância e preconceitos são praticados de diversas formas:

...racismo, o preconceito e as diversas formas de discriminação não são vistas como manifestações não cidadãs, o que não quer dizer que aprovem, sustentem ou ratifiquem o racismo. Longe disso. Quer dizer, isso sim, que não identificam esses vícios e desvios morais como um problema sobre o qual possam intervir por meio de ações pedagógicas concretas. (COELHO, 2013, p.332).

O presente artigo busca mostrar a dimensão do papel da educação na formação de cidadãos comprometidos com a informação e a erradicação de toda forma de discriminação e xenofobia na sociedade.

## **METODOLOGIA**

O presente artigo científico corresponde a uma pesquisa bibliográfica-qualitativa que se utiliza de outros artigos científicos além de revistas acadêmicas, livros e matérias de jornais para a sua elaboração. Gil (1987) defende que

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

A construção de uma pesquisa bibliográfica se dá no estudo e reunião de fatores e argumentos que embasam a pesquisa. Enquanto o aspecto qualitativo dela se dá na análise de fenômenos sociais, os quais são de grande importância para a área de licenciatura. Deste modo,

a presente pesquisa se utilizou de obras datadas desde 1973, período em que as bases da educação brasileira começaram a mudar, no entanto com enfoque nos últimos vinte anos. Estudando publicações de várias nacionalidades, a maior parte são brasileiras para efetividade para a atual situação do país.

## **DESINFORMAÇÃO: A EDUCAÇÃO COMO RESPOSTA**

### Os perigos da desinformação

A invenção da imprensa pelo alemão Gutenberg no século XV representou uma importante revolução na forma de comunicação da época. Desde então, a tecnologia da informação avançou muito e o acesso à ela vem se ampliando cada vez mais. Na década de 1990, o historiador francês Roger Chartier fala do que seria uma nova fase no processo de transmissão de informação:

A revolução do nosso presente é, com toda certeza, mais que a de Gutenberg. Ela não modifica apenas a técnica de reprodução do texto, mas também as próprias estruturas e formas do suporte que o comunica a seus leitores. O livro impresso tem sido, até hoje, o herdeiro do manuscrito: quanto à organização em cadernos, à hierarquia dos formatos, do libro da banco ao libellus; quanto, também, aos subsídios à leitura: concordâncias, índices, sumários etc. Com o monitor, que vem substituir o códice, a mudança é mais radical, posto que são os modos de organização, de estruturação, de consulta do suporte do escrito que se acham modificados. Uma revolução desse porte necessita, portanto, outros termos de comparação. (Chartier, 1994, p.187)

Chartier (1994) fala da enorme revolução na comunicação que foi a chegada dos computadores, isso na década de 1990. Hoje, em 2021, vivemos uma revolução constante no compartilhamento de informação, a todo momento somos bombardeados com todo tipo de informação por meio, principalmente, das redes sociais tão acessíveis em nossos celulares.

É interessante citar que, em diversos momentos da História podemos observar como a informação foi manipulada e alterada para servir os propósitos de líderes totalitários, seja transmitindo mensagens deturpadas ou mesmo não permitindo que a informação chegue à população.

A famosa máquina de propaganda nazista de Hitler apresentava o ditador como um homem caseiro, incapaz dos horrores atribuídos ao seu nome. No Brasil, “o governo militar



recorreu ao uso de princípios otimistas e técnicas de comunicação que foram utilizados para criar o sentimento de otimismo, pertencimento e nacionalismo na época do período colonial.” (DENISE, 2017. p.5) e foi-se amplamente utilizado destes meios de comunicação para disseminar uma visão de que o país prosperava social e economicamente, escondendo as prisões arbitrárias, sequestros e torturas que foram cometidos pelo regime, ou quando mencionados, o faziam com tom humorístico com o objetivo de minimizar a questão, como mostra a imagem abaixo, uma propaganda para vender televisores que faz referências aos presos políticos que eram torturados:

**Propaganda publicitária para vender televisores no período ditatorial.**



Veja, 19/11/1969

**Revista VEJA**

Observamos como a informação é uma arma poderosa que pode ser usada tanto como instrumento da ética e justiça como da farsa e manipulação, assim como exemplifica Lara Denise (2017), quando se trata do período ditatorial brasileiro: “As peças publicitárias e anúncios escolhidos seguem um padrão favorável ao regime, ao conservadorismo político e social e também ao conformismo político.” O conformismo social e político talvez seja uma das piores heranças que temos da ditadura brasileira e podemos ver isso refletido dentro do ambiente escolar, que deveriam ser um espaço seguro para se questionar e refletir. No entanto, o que se vê em muitas escolas é que temas sociais e políticos são evitados, eternizando o sentimento de conformismo e indiferença às questões da sociedade, como afirma a autora Bell Hooks quando diz que “Nos ensinaram a crer que a dominação é “natural”, que os fortes e

poderosos têm o direito de governar os fracos e impotentes.” (HOOKS, 2017 p.43). O ambiente escolar se esquece de seu dever revolucionário de formação de cidadãos para a mudança social através do incentivo ao debate e celebração das diferenças de seus estudantes, e acaba se reduzindo a apenas uma etapa da vida que todos somos obrigados a passar.

A educação tem um poder transformador formidável. No entanto, muitas vezes, ela acaba reproduzindo os problemas da sociedade ao invés de promover a reflexão deles e mais ainda, falha na missão de formar cidadãos comprometidos em buscar as soluções para tais problemas.

A luta contra a desinformação e a disseminação de “fake news” precisa ser contínua e meta de todos em uma sociedade democrática. Além disso, a escola, como importante instituição de formação de cidadãos que é, não deve se abster dessa missão. A questão do acesso à informação e disseminação de “fake news” precisa ser trabalhada dentro da sala de aula, assim “o aluno, ao longo dos estudos, terá autonomia para realizar análises críticas sobre conteúdos, informações ou notícias que consumir.” (FRANCESCO, 2020. p.6). Uma estratégia de abordagem é trazer para a sala de aula as notícias que os alunos acessam e analisar as motivações político-sociais que permitem que esse tipo de notícia se espalhe.

## O medo do diferente

O item IV do Art 3º da Constituição da República de 1988 consta, como um de seus princípios fundamentais, a necessidade de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” e isso deve ser o objetivo de todos em uma sociedade justa e democrática.

O medo do que é diferente ou daquilo que não se compreende não é algo recente na história da humanidade. Em diversos períodos e também variadas regiões do globo, têm-se relatos de mitos e maldições envolvendo o diferente e inúmeras guerras motivadas pelo medo e não aceitação do outro.

O professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior afirma que “A recusa e a aversão ao corpo do outro nasce, muitas vezes, do não reconhecimento da sua humanidade.” (MUNIZ DE ALBUQUERQUE, 2016, p.16), e isso leva muitas vezes a ideias de superioridade racial e cultural. Podemos citar dois exemplos de discriminação, uma extrema e outra mais sutil, quase velada. O primeiro talvez seja o maior exemplo da discriminação e xenofobia levados ao extremo que foi a perseguição de certos grupos da sociedade pelo governo nazista de Hitler

durante a Segunda Guerra Mundial, entre eles judeus, negros, homossexuais, ciganos e estrangeiros, perseguição e aniquilação que buscava a pureza racial, pregada por Hitler. Essa discriminação extrema que a ideologia nazista foi responsável se apoia na convicção de inferioridade ou não humanidade dos grupos citados.

No entanto, o professor Durval Muniz (2016) também chama atenção para um outro tipo de discriminação, a cultural, que se manifesta “através dessas fantasias de pureza cultural, de discursos e práticas culturais que condenam a utilização ou a mistura de elementos culturais vindos do exterior.” que podemos exemplificar com os grupos de extrema direita dos Estados Unidos, onde muitos são supremacistas brancos que reclamam da grande presença de estrangeiros (o discurso xenófobo destes grupos é quase sempre voltado para a presença de mexicanos no país) que estariam “roubando seus empregos” ou representariam uma ameaça à sua cultura, ao *american way of life*, como afirmam Cícero Roberto Pereira e Jorge Vala:

...muitos argumentos percebidos como “livres de preconceito”, frequentemente invocados para justificar a discriminação, podem, mesmo assim, carregar preconceito e serem estrategicamente usados para legitimar as desigualdades sociais e contribuir para a manutenção do status quo.” (Pereira, Vala. 2010. p.4)

Como vivemos numa sociedade em que questões como racismo e machismo são estruturais, pode ser difícil reconhecer atitudes discriminatórias nos meios sociais (família, escola, trabalho) e por aprender em casa, muitas crianças levam esse comportamento para o ambiente escolar. Assim, a escola não pode se abster de trabalhar estes assuntos e como nos afirma a grande filósofa brasileira Djamila Ribeiro: “Reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo.” (RIBEIRO, 2019, p.21), não apenas o racismo, mas qualquer forma de preconceito e discriminação.

## O papel da educação

O dicionário Aurélio define educação como “ação ou efeito de educar, de aperfeiçoar as capacidades intelectuais e morais de alguém”. No entanto, muitas vezes olhamos para a escola simplesmente como uma parada obrigatória na vida, principalmente os alunos, que são os protagonistas desse ambiente.

Por muito tempo no Brasil, seguiu-se a premissa de uma educação mnemônica e alheia às questões do mundo, foi na década de 1970 com Paulo Freire e sua Pedagogia Crítica que as

fundações do que era Educação começaram a mudar com o intuito de formar cidadãos críticos e seres políticos. Nas palavras de Paulo Freire:

Educação ou funciona como um instrumento que é usado para facilitar a integração das gerações na lógica do atual sistema e trazer conformidade com ele, ou ela se torna a ‘prática da liberdade’, o meio pelo qual homens e mulheres lidam de forma crítica com a realidade e descobrem como participar na transformação do seu mundo. (Freire, 1973, p. 15.)

Com isso, reconhecamos que o papel da escola na educação de indivíduos vai muito além do que apenas ensinar conteúdos, o ambiente escolar precisa refletir os problemas atuais da sociedade e incentivar o pensamento crítico em seus alunos para alimentar o desejo de mudar o mundo sendo a mudança.

A escola, mais do que uma instituição de ensino, é um lugar de formação de cidadãos.

Contudo, ela infelizmente tende a reproduzir o retrato da sociedade e ela,

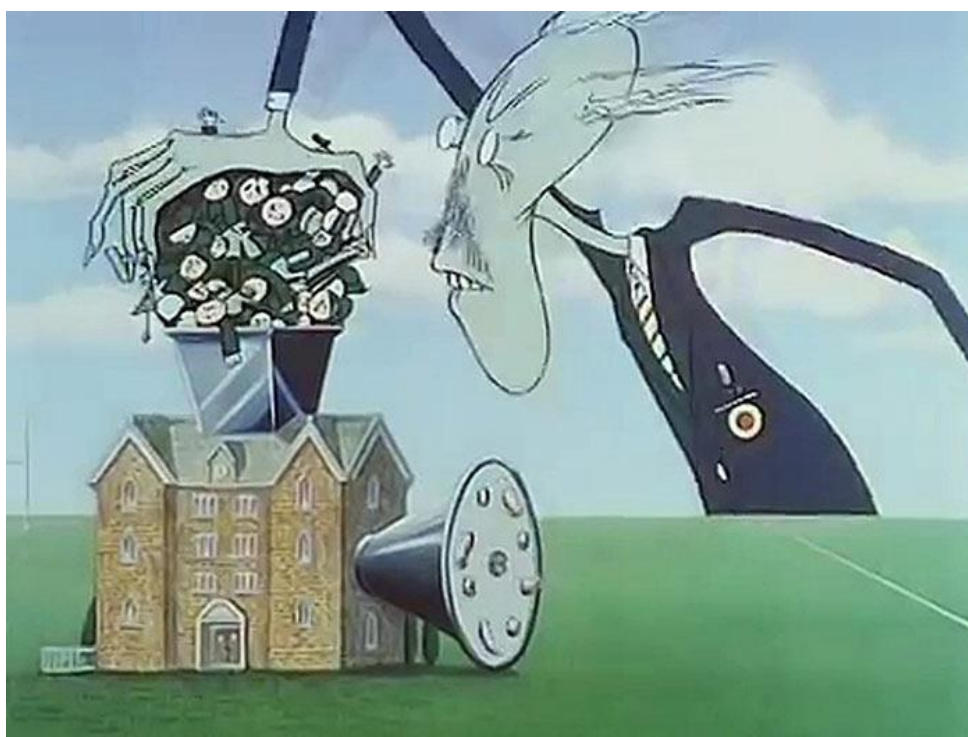
"Em geral, lida mal com as diferenças e tende a silenciá-las e neutralizá-las. Preconceitos e diferentes formas de discriminação estão presentes no cotidiano escolar e precisam ser problematizados, desvelados, desnaturalizados; caso contrário, a escola estará a serviço da reprodução de padrões de conduta reforçadores de discriminação em curso na sociedade." (Sacavino, Lucinda, Andrade, Guersola. 2012. p. 73)

Isto é, existe uma dificuldade por parte da instituição em reconhecer que os já citados problemas sociais também ocorrem no espaço escolar e precisam receber a devida atenção, tanto da parte docente, administrativa como do próprio currículo escolar. A autora Eliane Cavalleiro nos explica que “ao se achar igualitária, livre de preconceito e da discriminação, a escola tem perpetuado desigualdades de tratamento minando efetivas oportunidades igualitárias a todas as crianças.” (p.99).

A omissão do professor e da escola diante de assuntos como discriminação, racismo e o machismo, já tão enraizados na sociedade, faz do docente e da instituição, cúmplices na perpetuação de discursos e atitudes discriminatórias, como afirma a professora Eliane Cavalleiro: “O silêncio do professor, no que se refere à diversidade étnica e às suas diferenças, facilita o desenvolvimento do preconceito e a ocorrência de discriminação no espaço escolar.” (Do silêncio do lar ao silêncio escolar, 2000, p.13)

Uma escola que não reconhece e não celebra a diversidade de suas crianças falha em sua missão revolucionária. Na canção *Another brick in the wall, Pt. 2* de 1979 da banda britânica Pink Floyd é possível observar uma crítica a educação conservadora e limitante, evidenciada principalmente no refrão que diz: “*All in all, you're just another brick in the wall*” (“Em suma, você é só mais um tijolo na parede”). A imagem abaixo é uma cena do clipe da música onde mostra o professor (muito maior que os alunos simbolizando uma certa autoridade tirânica, e também com uma aparência assustadora que configura o medo dos alunos, é interessante pensar quantas vezes confundimos respeito com medo) colocando as crianças em um moedor de carne - a escola. Nessa simbologia, a escola funciona como matadouro da individualidade e diversidade de seus alunos.

**Cena do clipe *Another brick in the wall part II*.**



**Clipe *Another brick in the wall part II*.**

Dentro do cenário sócio-político atual do Brasil, onde vivemos sob as garras de um governo de extrema-direita desde 2018, que desde o início não demonstrou qualquer preocupação com a educação brasileira, com exceção da infundada crença na doutrinação marxista nas escolas, observamos o país inteiro regredir. Cortes na educação, censura de professores e projetos que buscavam impedir o ensino de algumas áreas das Humanidades estão entre algumas das ações do atual governo, como é possível observar nas manchetes abaixo:

# Professores intimados vão à PF depor sobre denúncia de supostos atos antifascistas na Uece

Escrito por Redação, [seguranca@svm.com.br](mailto:seguranca@svm.com.br) 18:02 / 14 de Junho de 2021. Atualizado às 18:16 / 14 de Junho de 2021

Manchete do jornal Diário do Nordeste. Acesso em 20 de jun. 2021.

G1

EDUCAÇÃO

## MEC prevê corte de R\$ 4,2 bilhões no orçamento para 2021

Previsão para o ano que vem reduz em 18,2% as despesas não obrigatórias, informou o Ministério da Educação.

Por Elida Oliveira, G1

10/08/2020 19h31 - Atualizado há 10 meses



Manchete do jornal G1. Acesso em: 20 de jun. 2021.

A partir das notícias citadas podemos observar que, com a ascensão de governos extremistas, a educação é um dos primeiros setores a serem atacados e silenciados. Isso mostra que a luta coletiva pelo direito à educação livre é sempre contínua. Com isso, podemos observar que a educação e a política andam lado a lado e que uma possui uma grande influência sobre a outra. Acompanhar de perto as propostas dos candidatos para educação e cobrá-los eficiência pode minimizar o risco de ações como essas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das atuais questões que afligem a sociedade e dos problemas aqui apresentados é possível perceber a relevância desta pesquisa como forma de conscientização do trabalho docente e da responsabilidade conjunta entre professor e escola, além da sociedade como um todo, na batalha contra qualquer forma de preconceito e discriminação.

A interligação entre família-escola-sociedade é essencial no desenvolvimento de uma realidade mais democrática e igualitária, e é indispensável que esta ligação seja constantemente reforçada. A educação para a aceitação e tolerância deve começar logo na primeira infância e a escola não pode alienar-se de seu dever na formação de jovens cidadãos comprometidos com um mundo mais justo.

No atual contexto brasileiro, uma educação humanizada é fundamental e urgente. Darcy Ribeiro, importante antropólogo e historiador brasileiro, nos afirma que “a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto” (1986). Assim, é necessário que as instituições governamentais, educacionais e sociais se comprometam a mudar essa realidade como exercício da democracia e caminho para a formação de uma sociedade cada vez mais livre de injustiças e preconceitos.

A mudança começa na adaptação do currículo à realidade brasileira, elaborando-o de forma que a inclusão e representativa seja uma parte importante. Outro passo essencial é a eliminação de discursos fatalistas que muitas vezes são reproduzidos pelo corpo docente, pois se o professor não acredita na educação, quem irá acreditar? A esperança na transformação social motivada por uma educação justa e de qualidade deve ser constantemente incentivada.

O convite à reflexão se direciona primeiramente aos profissionais da educação em relação ao tipo de mundo que se pretende criar e então, estender o hábito da reflexão à seus alunos, posto que estes serão os responsáveis pela criação de tal mundo.

## **REFERÊNCIAS**

BORGES, Edson; D’ADESKY, Jacques; MEDEIROS, Carlos Alberto. Racismo, preconceito e intolerância. São Paulo, 2009.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2020.

CHARTIER, Roger. Do códice ao monitor: a trajetória do escrito. São Paulo: Estudos Avançados, 1994.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Preconceito, discriminação e sociabilidades na escola. Paraná: Educere et educare, 2015.

FRANCESCO, Naiara Nascimento; LEONE, Simone Delago. Educação midiática contra “fake news”. Mogi das Cruzes: Revista Científica UMC, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

MILESI, Rosita; COURY, Paula; ROVERY, Julia. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. Rio Grande do Sul: Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS, 2018.

MUNIZ DE ALBUQUERQUE, Durval. Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro. São Paulo: Cortez, 2016.

MUNTASER, Lara Denise. O poder da comunicação durante o regime militar brasileiro: uma análise crítica. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

PEREIRA, Cícero Roberto; VALA Jorge. Do preconceito à discriminação justificada. In-mind, 2010.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SACAVINO, Susana Beatriz; LUCINDA, Maria da Consolação; ANDRADE, Marcelo; GUERSOLA, Marilena. Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

STRATIGAKOS, D. Como a máquina de propaganda nazista criou uma imagem caseira de Hitler e enganou o mundo. BBC, 13 set. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-54090740>> Acesso em: 10 jan. 2020

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em : <[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_15.03.2021/art\\_3\\_.asp#:~:text=IV%20%2D%20promover%20o%20bem%20de,quaisquer%20outras%20formas%20de%20discrimina%C3%A7%C3%A3o.](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.03.2021/art_3_.asp#:~:text=IV%20%2D%20promover%20o%20bem%20de,quaisquer%20outras%20formas%20de%20discrimina%C3%A7%C3%A3o.)>

RAMALHO, S. *Virou rotina agredir e assassinar venezuelanos em Roraima*. The Intercept, 28 nov. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/11/28/violencia-xenofobia-venezuelanos-roraima/>> Acesso em: 14 jan. 2021.



MENDONÇA, H. O “monstro da xenofobia” ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil. *El País*. Roraima. 27 ago. 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908\\_846691.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908_846691.html)> Acesso em: 21 jan. 2021.

*Campanha anti-venezuelanos em RR mostra que a xenofobia chegou de vez à direita brasileira*. Folha de S.Paulo. São Paulo. 20 out. 2020. Disponível em: <<https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2020/10/20/campanha-anti-venezuelanos-em-rr-mostra-que-xenofobia-chegou-de-vez-a-direita-brasileira/>> Acesso em: 15 de abr. 2021.

Professores intimados vão à PF depor sobre denúncia de supostos atos antifascistas na Uece. *Diário do Nordeste*. 14 jun. 2021. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/professores-intimados-vao-a-pf-depor-sobre-denuncia-de-supostos-atos-antifascistas-na-uece-1.3097583/>> Acesso em 20 de jun. 2021.

MEC prevê corte de R\$ 4,2 bilhões no orçamento para 2021. *G1*. 18 ago. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/10/orcamento-do-mec-preve-corte-de-r-42-bilhoes-para-2021.ghtml>> Acesso em: 20 de jun. 2021.

VEJA, 19 nov. 1969. 1 ilustração. Disponível em: <http://mestresdahistoria.blogspot.com/2012/09/saiba-mais-sobre-ditadura-militar.html> Acesso em: 14 jan. 2021.

Disponível em: [https://pinkfloydhyperbase.dk/film/another\\_brick\\_in\\_the\\_wall.php](https://pinkfloydhyperbase.dk/film/another_brick_in_the_wall.php)

PINK FLOYD, *Another brick on the wall*, Pt. 2. 1979. 1 vídeo (3 min e 18 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HrxX9TBJ2zY>. Acesso em: 2 jul. 2021.

**Capítulo 27 - DOI:10.55232/1083002.27**

**LEITURA NO CONTEXTO ACADÊMICO: ANÁLISE DE  
FATORES QUE DIFICULTAM A LEITURA ENTRE  
DISCENTES DO CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO  
PÚBLICA DO IFB**

**Gabriella Cardoso Paiva**

**RESUMO:** A pesquisa tem o objetivo de analisar fatores que dificultam a leitura e compreensão de textos acadêmicos, em níveis de leitura analítica (grau de inferência e construção de conhecimento) e leitura sintópica (capacidade de compreensão associativa entre diversos textos de mesmo assunto). O referencial teórico se divide em um apanhado histórico e neurológico, que contextualizou a importância do ato da leitura e suas implicações na aprendizagem, e na exposição das proposições do filósofo e educador Mortimer Adler, idealizador das técnicas de leitura analítica e leitura sintópica, que fundamentaram a elaboração do questionário de pesquisa. A metodologia empregada adotou uma abordagem mista, instrumentalizada pela aplicação de questionário semiaberto entre os alunos do curso de Gestão Pública do IFB. Os resultados obtidos indicaram que as principais dificuldades percebidas pelos alunos foram: vocabulário desconhecido, estrutura frasal complexa e identificação de divergências entre textos de mesmo assunto.

**Palavras-chave:** Leitura Acadêmica, Técnicas de Leitura, História da Leitura.

## **INTRODUÇÃO**

A leitura pode parecer uma atividade tão natural e intuitiva quanto falar (ou se comunicar). Mas não é. A leitura é uma invenção cultural que maturou por milhares de anos, foi uma habilidade menosprezada pelos filósofos gregos, depois esteve na posse exclusiva do clero europeu até tal monopólio ser quebrado pela popularização da leitura silenciosa (e secreta), que alimentava clandestinamente o embrião da Revolução Científica. (PUNCHNER, 2019; CHANTIER; CAVALLO, 1998).

Apesar de tantos feitos, a leitura permanece sendo tratada como uma atividade corriqueira e simples, algo que não necessita de investigação e aprimoramento, algo cujo único problema se figuraria no analfabetismo. No entanto, mesmo com a democratização do ensino e ampliação da alfabetização, a generalizada incompreensão de textos se encontra em um cenário inesperado e com sujeitos inusitados: nas instituições de Ensino Superior e na companhia dos graduandos.

A leitura é uma habilidade que vai além da mera decodificação de informações, sendo uma atividade cuja efetividade exige uma série de mecanismos cognitivos, repertório sociocultural e pensamento relacional. Todavia, apesar da reconhecida importância dessa competência, estudos apontam para uma série de limitações na compreensão textual entre discentes do Ensino Superior. O que acarreta em uma compreensão deficitária da informação que, cumulativamente, cria lacunas de conhecimento que irão impactar negativamente suas vidas acadêmica e profissional. (SANTOS; QUEIROZ, 2007; OLIVEIRA; SANTOS, 2005)

Diante de tal problemática, o presente estudo tem como principal objetivo de pesquisa: identificar os fatores que dificultam a leitura entre os discentes de Gestão Pública do IFB. E para tanto, a pesquisa se debruça sobre as complexidades e especificidades que envolvem o ato de ler, lançando mão de uma abordagem interdisciplinar que bebeu das fontes da neurociência, da história cultural e da história do conhecimento.

O referencial teórico está dividido em três seções, sendo a primeira: um panorama histórico que narra a longa jornada dos métodos de leitura e como eles impactaram as estruturas dos sistemas de conhecimento que sustentavam o mundo moderno. Em seguida, há uma breve introdução aos efeitos neurocognitivos que a

leitura provoca no cérebro de um leitor experiente, e como o funcionamento das redes neurais nos ajudam a entender o cerne dos problemas de compreensão durante a leitura. Posteriormente, ocorre a apresentação das técnicas de leitura desenvolvidas pelo filósofo da educação Mortimer Adler, na qual são descritos e explicados os tipos de leitura, a saber: leitura analítica e leitura sintópica.

A metodologia empregada adotou uma abordagem mista, instrumentalizada pela aplicação de questionário semiaberto entre os alunos do curso de Gestão Pública do IFB. Os resultados obtidos indicaram que as principais dificuldades percebidas pelos alunos foram: vocabulário desconhecido, estrutura frasal complexa e identificação de divergências entre textos de mesmo assunto.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **Panorama histórico da leitura**

Os primeiros sistemas de escrita foram instrumentos voltados mais para operações contábeis do que para narrativas literárias, além deles não terem sido concebidos como formas de perpetuar conhecimentos. Somente após o desenvolvimento do flexível alfabeto grego, que inovou pela representação através de palavras ao invés de símbolos — como era o caso da escrita egípcia —, houve a união entre o texto e a linguagem oral. Por isso, constatou-se que o primeiro contato da civilização ocidental com o texto escrito foi marcado pela oralidade (PUNCHNER, 2019; CHANTIER; CAVALLO, 1998).

Todavia, tal aliança era assimétrica, com a tradição oral imperando sobre o texto escrito, e conseqüentemente sobre a forma predominante de leitura. No período helenístico, os textos não se apresentavam em uma formatação confortável para um leitor silencioso: ausência de parágrafos, pontuação escassa e uma organização de palavras que primava pela musicalidade das entonações. Sendo assim, durante a supremacia grega, a leitura em voz alta (ou **leitura oral**) era preponderante em relação à **leitura silenciosa**. (CHANTIER; CAVALLO, 1998).

A diferenciação entre os tipos de leitura não é gratuita. Segundo o pesquisador Punchner (2019), os modos de leitura além de demonstrarem os costumes de uma determinada época, também refletiam a relação de tais civilizações com o conhecimento

registrado, a memória e a aprendizagem. A hierarquia entre a leitura oral e silenciosa marcava um período de transição entre culturas orais (que passavam seus conhecimentos através da fala, e, portanto, detinham maior monopólio de informações dentro de seus grupos) para culturas escritas (na qual as informações eram materializadas em suportes e salvaguardadas).

Há controvérsias sobre onde e quando exatamente a prática da leitura silenciosa se tornou uma regra. Punchner (2019) indica que a diversificação de Ordens Religiosas durante o Feudalismo, que se desenvolveram sob um rígido código de conduta e convivência, tenha introduzido a prática da leitura em voz baixa, em murmúrio (tal qual eram recitadas as orações nos mosteiros). Assim, de forma gradativa e descontinuada, o silêncio presente nas meditações foi se incorporando na leitura. O que tornou a leitura um ato individual, íntimo e até sagrado (CAMPBELL, 2016).

A doutrina estabelecida por São Bento no século VI foi o molde sobre o qual se basearam todas as outras doutrinas monásticas cristãs. Essas doutrinas exigiam que os monges lessem por muitas horas todos os dias e que uma biblioteca provesse os livros a eles. Não havia nada que obrigasse os monges a escrever, apenas a ler (CAMPBELL, 2016, p. 80)

Enquanto, durante a Alta Idade Média, a leitura se situava principalmente no quadro dos mosteiros, fosse ela uma leitura coletiva feita por ocasião dos ofícios, durante as refeições ou no decurso de exercícios espirituais, ou uma leitura individual que cada um podia realizar durante o tempo de estudo ou de meditação, durante o período escolástico constatamos uma renovação radical da própria concepção do ato de ler (HAMESSE, 1999, p.123)

Conjuntamente com a leitura no contexto religioso, desenvolve-se a leitura no cenário acadêmico, devido à ascensão das universidades pela Europa Medieval. A medida que as grades curriculares iam robustecendo suas bibliografias, crescia a demanda por obras sintetizadoras, tais como resumos, compilações e bibliografias<sup>1</sup>. Nesse ínterim, uma nova tecnologia, preconizada no Oriente e desenvolvida no Ocidente, mudaria radicalmente a relação da Humanidade com o conhecimento registrado, notícias e o próprio aprendizado: a invenção da imprensa de tipos móveis.

---

<sup>1</sup> Aqui me refiro às obras que reúnem um conjunto de referências sobre livros de mesmo assunto ou autoria.

Como assevera Punchner (2019, p. 103): “A maior disponibilidade de livros alimentou a alfabetização, e a alfabetização, por sua vez, alimentou a demanda por mais livros, um círculo que girava a uma velocidade cada vez maior.”

No entanto, além da explosão bibliográfica, a leitura silenciosa seria o segundo fator que se aliaria à Reforma Protestante para anunciar a chegada de uma era baseada no método científico e multiplicidade de fontes de informação. A mesma classe de clérigos que se entusiasmou com as benesses do ato silencioso de ler, não previu os efeitos colaterais trazidos pelo o aumento de interpretações dissonantes sobre o texto bíblico e, futuramente, o aumento de posicionamentos contrários ao monopólio religioso sobre o conhecimento em si.

A ascensão do conhecimento científico, além de marcar uma cisão entre o senso comum e a informação comprovada, impactaria na diversidade dos suportes de informação, em uma perspectiva em que o livro não mais atendia as demandas, cada vez mais velozes, por informação. Sendo assim, surge a circulação massiva de jornais gerais para a população e os periódicos científicos para a comunidade acadêmica. (ZIMAN, 2001) Tal disponibilidade de textos informativos e de rápido consumo, gerou o problema de gerenciamento dessa grande quantidade de informações. Mesmo antes do século XIX ou qualquer menção do que viria a ser a Internet, intelectuais já se preocupavam com que chamavam de “explosão bibliográfica” (GROGAN, 1995).

A história da leitura apresenta as mesmas características e peculiaridades da historiografia dos hábitos: uma narrativa imprecisa, descontínua e truncada. Porém, há um consenso em dizer que o primeiro capítulo dessa narrativa, ao menos no Ocidente, remota a vida administrativa da Grécia Antiga. Onde a leitura tinha um papel secundário e complementar em uma sociedade dominada pela tradição oral. Posteriormente, a trajetória de tal habilidade seria demarcada por duas revoluções: a passagem da leitura oral para silenciosa na Idade Média e a preponderância do leitor extensivo em detrimento do intensivo.

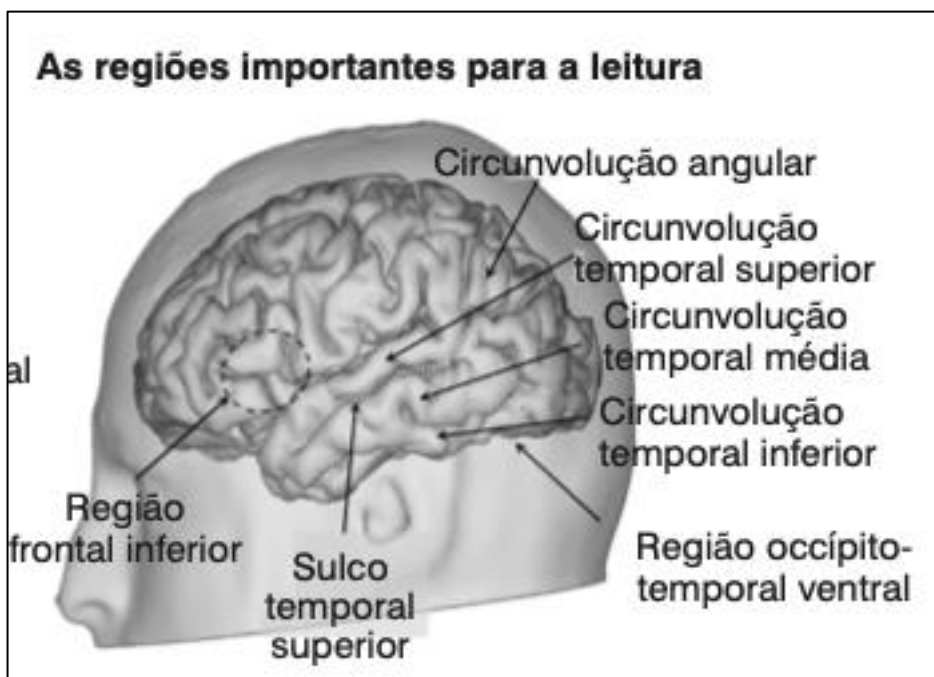
### **Leitura na perspectiva cognitiva**

Para uma série de pesquisadores, entre eles Mitchen (2002), o desenvolvimento do pensamento simbólico entre os *homo sapiens* marca a passagem da revolução cognitiva. O desenvolvimento do pensamento abstrato se consolidou com o estabelecimento da linguagem, enquanto a escrita e a leitura, muito mais do que apenas extensões da comunicação, potencializaram a capacidade humana de raciocinar e modificar a realidade.

Porém, especialistas asseveram que apesar do importante papel desempenhado pela leitura e a escrita no nosso processo evolutivo, essas atividades são inovações culturais relativamente recentes, e por isso não possuem neurônios exclusivos para tal atividade. Diferentemente da fala, que pode ser internalizada durante o convívio com falantes de determinada língua, a leitura precisa ser ensinada. (DEHAENE, 2012)

Segundo a neurocientista Wolf (2019), o hábito da leitura direciona as redes neurais para criação de todo um circuito de estímulos no nosso cérebro, o que nas palavras dela: “O ato de ler acrescentou um circuito inteiramente novo ao repertório do nosso cérebro de hominídeos” (WOLF, 2019, p. 10)

**Figura 1 – Regiões ativadas durante a leitura**



Fonte: DEHAUNE (2012, p. 18).

A diversidade de regiões ativadas durante o ato da leitura explica não apenas a complexidade de um ato aparentemente trivial, mas também esclarece várias barreiras encontradas durante a leitura de um texto considerado laborioso para o leitor. Pesquisas como as de Bailer e Tomitch (2020) e Fonseca (2020) elucidam o que acontece quando o cérebro humano se depara com a incompreensão.

Neurônios da região occipito-temporal, cuja função é responder a estímulos visuais, se dedicam à nova atividade de reconhecer letras e palavras. Com o passar do tempo, o cérebro de um leitor experiente não precisa mais reconhecer palavras por meio da soletração, a palavra é memorizada e prontamente reconhecida, o que acelera o processo de leitura. As autoras trazem a informação que um leitor experiente pode ler cerca de 200 palavras por minuto em textos científicos. (BAILER; TOMITCH, 2020)

Segundo as autoras, um número considerável de neurocientistas considera a possibilidade de examinar o nível de compreensão dos leitores observando em que trecho do texto eles interrompem a leitura, pois tal intervalo compreenderia o tempo dispendido para a realização de processos de inferência e compreensão. Sendo assim, o processo de reconhecimento se divide entre representação fonológica e lexical.

Quando entra em contato com palavras desconhecidas, o primeiro caminho que o cérebro toma é localizar o referencial fonético das palavras, ou seja, como tal palavra é pronunciada (evidenciando a íntima relação entre audição e a aprendizagem da leitura). O segundo caminho é relacionar o sentido dessa palavra tomando como base seu contexto na frase. Se a estrutura frasal não tiver um delineamento claro para o leitor, todo o processo de entendimento ficará comprometido.

[...]a compreensão da linguagem depende, em primeiro lugar, da compreensão do significado das palavras individuais, de modo que somos capazes de entender a relação entre as palavras em uma frase, em um parágrafo, bem como no discurso como um todo. (BAILER; TOMITCH, 2020, p. 37)

Outro obstáculo para a compreensão do texto, esse apontado pelo trabalho de Melo (2018), é falta de repertório acumulado, uma vez que a informação só pode se transformar em conhecimento quando há o devido relacionamento da informação nova com as estruturas cognitivas consolidadas. Caso contrário, o que ocorre é a concepção



de um sujeito leitor passivo, e, portanto, incapaz de gerar novos conhecimento. Nas palavras de Melo: “o leitor-objeto não se compromete com a construção de novos conhecimentos, seu objetivo é apenas armazenar as informações presentes nos textos e reproduzi-las quando necessário.” (MELO, 2018, p. 231)

Em contrapartida, ao se conectar as informações textuais com um repertório construído por meio de vivências pessoais e/ou experiência prévia com obras anteriores, ocorre o que os especialistas chamam de *insight*. Trata-se de um entendimento profundo sobre determinado assunto.

O *insight* é cumulação dos múltiplos modos de exploração que mobilizamos acerca daquilo que lemos até o momento: a informação colhida do texto; as conexões com nossos melhores pensamentos e sentimentos; as conclusões críticas conquistadas; e logo o salto de consequências imprevisíveis num espaço cognitivo onde podemos, quem sabe, vislumbrar pensamentos completamente novos (WOLF, 2019, p. 83-84)

### **Técnicas de leitura de Mortimer Adler**

Mortimer Adler, renomado filósofo da educação na década de 1950, juntamente com seu colega de profissão Charles Van Doren, elaboraram um livro com o título autoexplicativo “Como ler livros”, na qual abordam não só sobre as especificidades da leitura, como também explicam detalhadamente os passos e etapas para se alcançar a proficiência leitora em qualquer gênero textual. Para textos acadêmicos, os autores explanaram dois tipos de leitura: leitura analítica e leitura sintópica. (ADLER; DOREN, 2010)

A leitura analítica se dedica a guiar os leitores não só ao entendimento de obras técnicas e teóricas como também ao raciocínio crítico, pois tal como defendido por Adler: “[...] sempre há pioneirismo a ser alcançado, e todos podemos alcançá-lo, valendo-nos do equipamento com o qual fomos presenteados, nossa mente.”(ADLER, 2013, p.11)<sup>2</sup>. Adler e Doren (2010) determinam que para entender uma obra científica em profundidade, é necessário não apenas compreender o que foi exposto como também formar uma opinião crítica sobre o assunto abordado. Por isso os passos que se seguem obedecem, em primeiro momento a tarefa da compreensão e em segundo momento a construção de conhecimento.

---

<sup>2</sup> ADLER, Mortimer. **Como pensar sobre grandes ideias**. Editora Realizações: São Paulo, 2013. 558p.

O primeiro passo é um exame de inspeção da obra, na qual é feita a leitura da introdução e do sumário. No caso de artigos científicos, tal tarefa se restringirá ao resumo e introdução. Segundo os autores, ao entender como as informações gerais se articulam, os leitores serão capazes de identificar a unidade lógica da obra. Também é necessário que o leitor saiba discernir que tipo de material está lendo.

Em seguida, o leitor deve identificar quais são as palavras mais significativas do texto. Essa informação pode ser obtida tanto por meio da frequência em que determinadas palavras aparecem quanto pela a localização delas no texto, dependendo do tipo de material. Os autores advertem que o uso de enciclopédias e dicionário é fundamental, porém, há casos que as definições encontradas nessas obras referenciais podem não ser o suficiente, visto que o mesmo termo pode ser usado em contextos que modificam evidentemente seu significado geral. Por isso, é importante entender o significado das palavras-chave no contexto do texto.

No terceiro estágio, o leitor irá fundamentar a sua opinião crítica sobre o texto. Primeiro averiguando se o autor respondeu todas as perguntas de pesquisa e, se em caso negativo, quais foram as justificativas. Depois, o leitor irá se posicionar sobre a informação lida, avaliando se concorda ou não com o autor. Tal julgamento não deve se misturar a impressões morais ou pessoais. De acordo com Adler e Doren (2010), tanto os motivos para concordar quanto discordar devem focar na metodologia, na pertinência e atualização dos dados, além identificar a existência ou não de interpretações enviesadas.

Já a leitura sintópica, trata da leitura relacional de vários textos de mesmo tema com a finalidade de fundamentar uma investigação teórica. A técnica leva esse nome por fazer referência a uma obra enciclopédica chamada *Syntopicon* da autoria de Mortimer Adler. Enquanto que na leitura analítica o sujeito mais importante é o autor, na leitura sintópica esse papel recai sobre o leitor. Tal leitura obedece os cinco passos a seguir.

### **1º Passo: Encontrar as passagens relevantes para você, leitor**

O processo se inicia com um exaustivo levantamento bibliográfico, na qual serão reunidas obras que tratam do assunto de interesse do leitor. A medida que o leitor vai fazendo uma leitura “inspeccional” dessas obras, conseqüentemente vai se familiarizando

com a temática e assim segregando obras relevantes para sua empreitada. (ADLER; DOREN, 2010)

### **2º Passo: Fazer com que os autores entrem em acordo com você**

Esse passo significa eleger uma abordagem para a palavra-chave ou o conjunto de palavras-chave. Em meio a polissemia dos termos, é mister os textos selecionados terem um direcionamento coerente para que possam sustentar a exposição lógica de informações.

### **3º Passo: Organizar as questões de modo útil à investigação**

Uma série de perguntas irão nortear a pesquisa, por isso o leitor deve dispô-las de forma lógica e orgânica para procurar as respostas durante a leitura da bibliografia construída.

### **4º Passo: Identificar as divergências entre eles**

Adler e Doren (2010) colocam essa como a mais difícil das etapas, pois exige um conhecimento prévio consolidado e uma leitura atenta. Essa etapa também evidencia a falta de domínio sobre o tema, que pode ter sido disfarçada nos passos anteriores, uma vez que é necessário ter um pleno entendimento a respeito do assunto para identificar divergências implícitas entre os textos.

### **5º Passo: Analisar a discussão**

Por fim, ocorre a análise da discussão presente nos textos, por meio da qual o leitor terá material suficiente para confrontar ou corroborar informações, e dessa forma desenvolver seu senso crítico.

A escolha da obra de Adler e Doren (2010) para auxiliar na elaboração das perguntas do questionário, se deve pelo fato dos autores comentarem uma série de hábitos de leitura que influenciam significativamente a compreensão, tais como: o uso do sumário (para entender a estrutura lógica da obra) e do dicionário. O livro de Adler e Doren (2010), além de trazer um minucioso roteiro de ação, também se apresenta em uma linguagem acessível, o que faz do material uma potencial fonte para projetos de aprimoramento da leitura.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo se enquadra em uma pesquisa qualitativa e quantitativa (também denominada mista), pois utiliza-se da aplicação de questionário semiaberto, composto por uma parte de questões de múltipla escolha e a outra parte por perguntas discursivas. As respostas de múltipla escolha foram segmentadas em histogramas e apresentadas em gráficos percentuais, enquanto que para o tratamento de dados das respostas discursivas foi empregada a análise de conteúdo, na qual houve a categorização de acordo com o conteúdo das respostas. Segundo Cresswell (2007), ao mesclar elementos da pesquisa qualitativa e quantitativa, o estudo misto permitiu uma análise mais nuançada da realidade em que se insere o objeto de estudo.

### **Coleta de dados**

A totalidade de estudantes matriculados no curso de gestão pública abrangia uma população de 405 alunos, tendo a coleta de dados contemplado uma amostra de 117 alunos<sup>3</sup>, número obtido considerando 80% de confiança e 5% de margem de erro.

O instrumento utilizado para realizar a coleta de dados foi um questionário semiaberto, construído através da ferramenta Google Formulário, cujo envio ocorreu tanto para os e-mails pessoais quanto institucionais dos alunos. Durante o período de aplicação do questionário, do dia 15 de junho até 24 de junho de 2021, foram obtidas respostas de 71 participantes. O software empregado para a elaboração dos gráficos foi o MS Excel 2017.

O questionário era composto por 20 perguntas, sendo 18 delas de múltipla escolha e 2 discursivas. As questões foram divididas em 3 seções: perfil da amostra; dificuldades na leitura analítica e dificuldades na leitura sintópica. A elaboração do questionário foi de autoria própria, por isso não seguiu um modelo ou teoria para segmentação das perguntas. No entanto, o direcionamento das questões e o teor das alternativas foram inspirados nas dificuldades de leitura apontadas por de Bailer e Tomitch (2020), como a incompreensão das palavras e da estrutura frasal. Também

---

<sup>3</sup> O Instrumento usado para calcular o número da amostra, grau de confiança e margem de erro foi o Survey Monkey. Disponível em: <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>  
Acesso em: 27/06/2021.

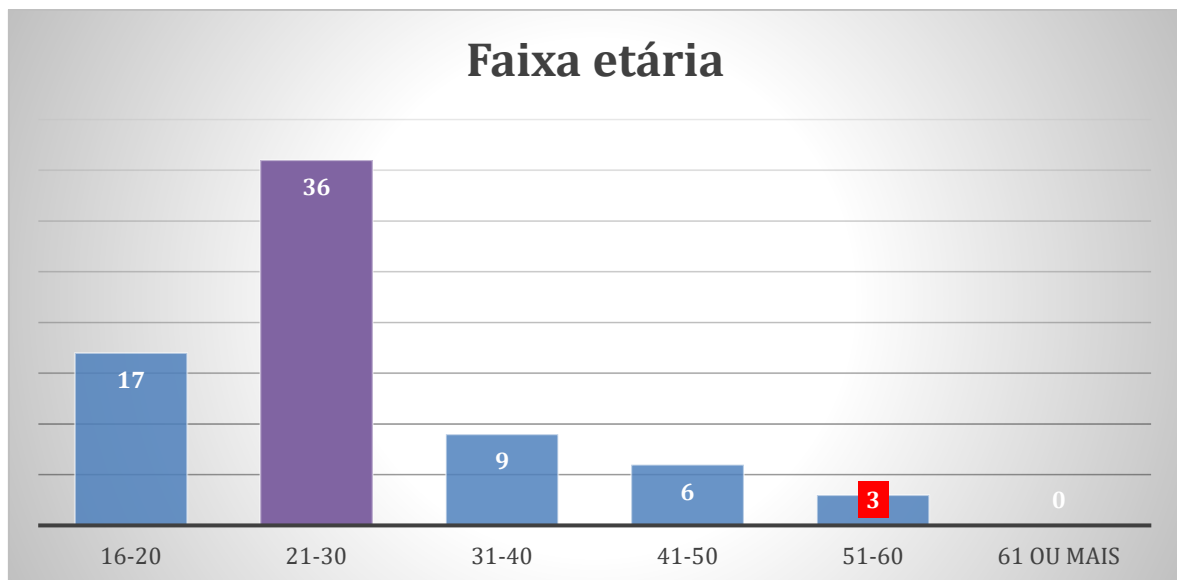
foram contemplados os hábitos de leitura recomendados por Adler e Doren (2010), tais como uso do sumário e identificação de divergências entre autores.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **Perfil da amostra**

A faixa etária dominante entre os respondentes é de 21 a 30 anos, seguida da idade entre 16 e 20. Devido ao baixo número de participantes de faixas etárias mais altas, não há como inferir uma diferença significativa de dificuldades entre alunos mais jovens e mais velhos. A disparidade de idade também teria que considerar variáveis que não foram contempladas no presente estudo, tais como fatores relacionados a realidade familiar, socioeconômica e escolar que poderiam impactar significativamente na rotina de estudos de alunos acima de 31 anos, o que influenciaria na relação deles com a leitura de textos acadêmicos.

**Gráfico 1 – Faixa etária dos respondentes**

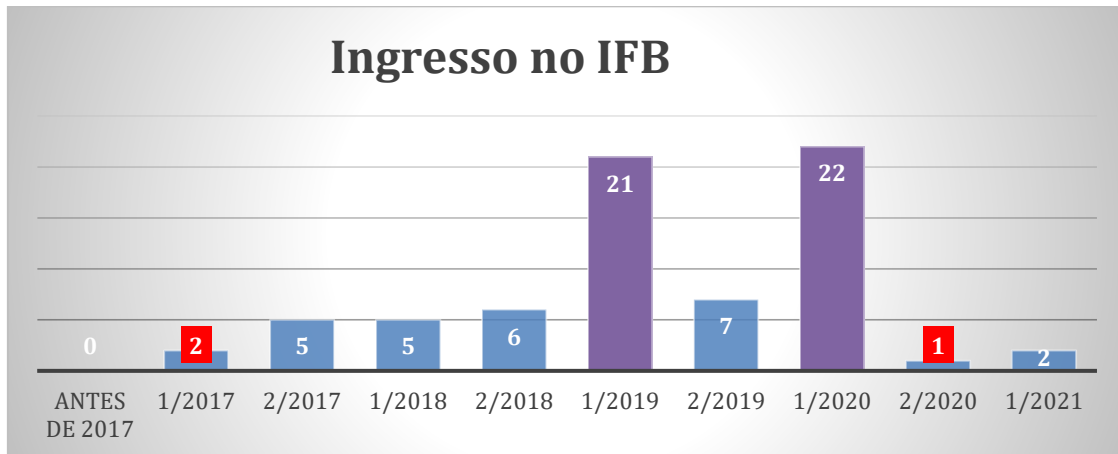


**Fonte: Autoria própria.**

A maioria dos respondentes ingressou na instituição no primeiro semestre de 2020 e primeiro semestre de 2019. O que significa que estudantes do 3º e 5º semestre do curso foram os que mais contribuíram para a pesquisa. A concentração do número de

respostas nesses semestres, provavelmente, se deve ao fato dos participantes estarem mais cientes da importância de pesquisas dessa natureza, já que eles próprios estão realizando trabalhos de conclusão de curso (no caso do 5º semestre) ou cursando disciplinas de iniciação científica (no caso do 3º semestre).

**Gráfico 2 – Período de ingresso no IFB**

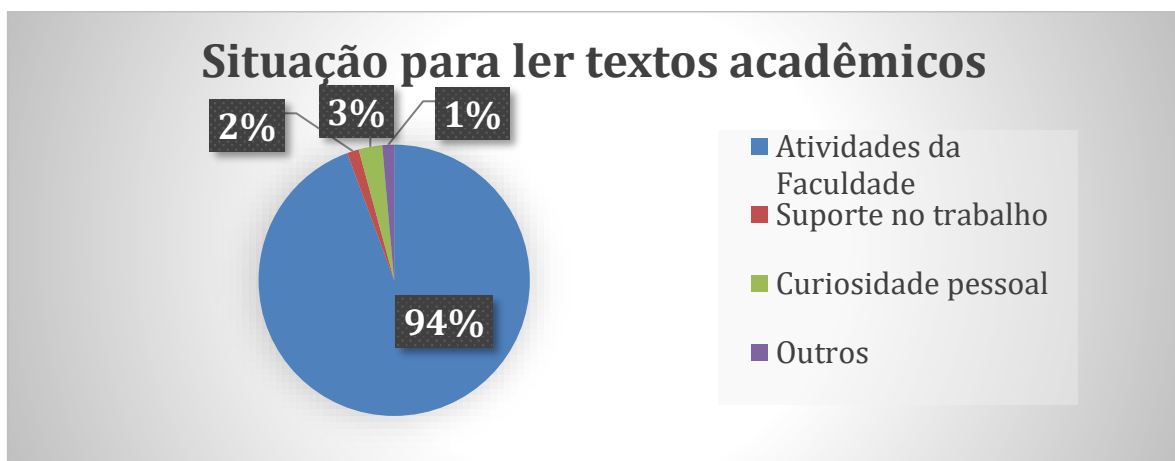


Fonte: Autoria própria.

### **Dificuldades na Leitura Analítica**

Foi perguntado aos estudantes em que situações tinham mais necessidade de ler textos acadêmicos (artigos científicos, livros teóricos, teses e dissertações). Uma expressiva maioria faz esse tipo de leitura para realizar atividades acadêmicas (67 estudantes). No campo “Outros”, de livre classificação, 1 respondente indicou que ler para as três finalidades citadas.

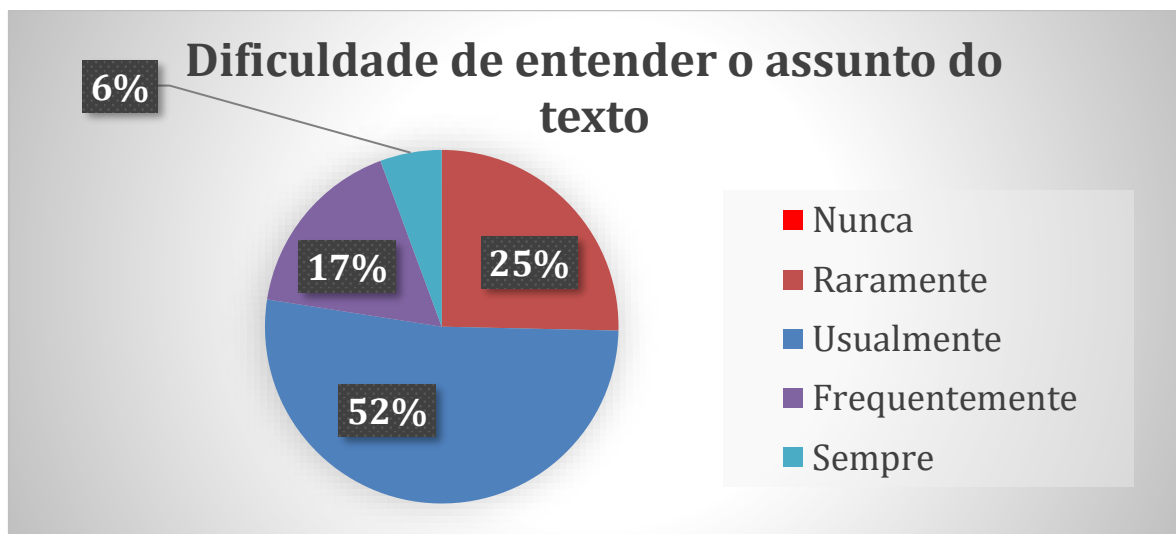
**Gráfico 3 – Finalidade da leitura de textos acadêmicos**



Fonte: Autoria própria.

Com relação a frequência que sentiam dificuldade em entender o assunto principal ao ler textos dessa natureza, mais da metade dos participantes (37 estudantes) apontaram que usualmente sentem dificuldade, ¼ dos estudantes (18) raramente tem esse tipo dificuldade. Ninguém marcou a opção “nunca”.

**Gráfico 4- Frequência de dificuldade em entender o texto**

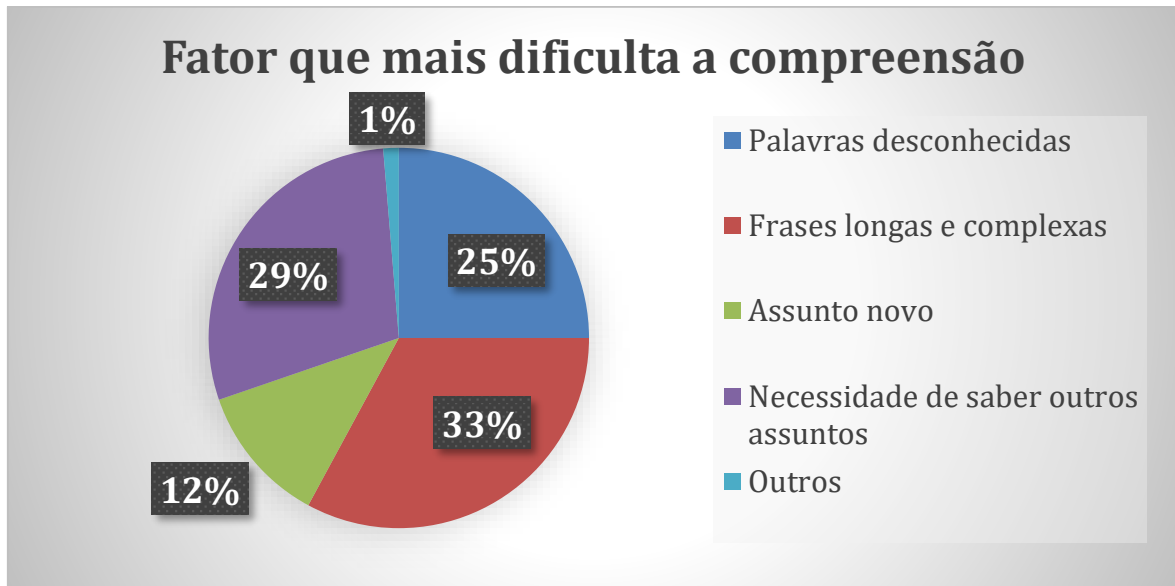


Fonte: Autoria própria.

A respeito do principal fator que atrapalha na compreensão textual, os alunos apontaram o aspecto lexical do texto, frases longas e complexas (25 alunos). Em segundo lugar (22 estudantes), a necessidade de saber os outros assuntos, o que indica a importância em se desenvolver um raciocínio relacional e interdisciplinar. As palavras desconhecidas foram o terceiro fator mais respondido (19 alunos). No campo “outros”, 1 respondente indicou a falta de concentração como seu principal empecilho para compreender o texto.

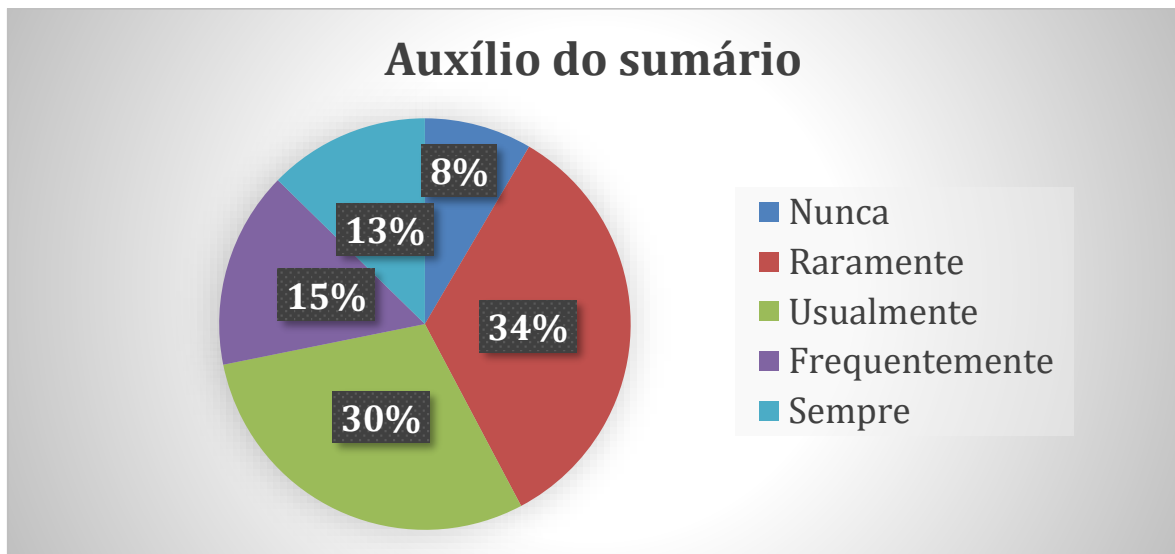
Quanto ao uso do sumário, um elemento que Adler e Doren (2010) indicaram como fundamental para a compreensão das partes do texto, a maioria dos respondentes raramente faz uso dele. Sendo que apenas 13% dos alunos fazem um uso assíduo dele, junto com os 15% que o usam frequentemente.

**Gráfico 5 – Fator que mais dificulta na compreensão do texto**



Fonte: Autoria própria.

**Gráfico 6 – Frequência de uso do sumário para auxiliar na leitura**



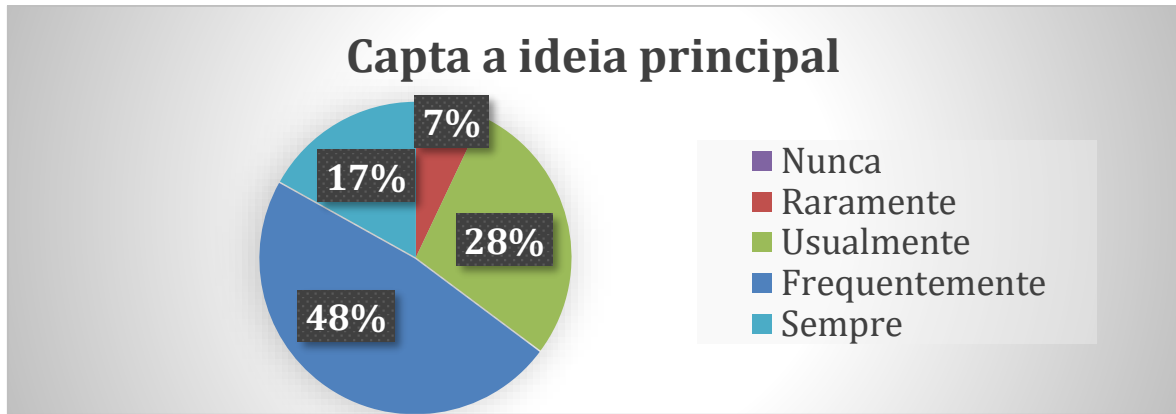
Fonte: Autoria própria.

Com uma frequência de dificuldade usual, problemas para lidar com a estrutura linguística do texto e sem um uso expressivo do sumário (apenas 9 estudantes sempre o usam), a maior parte dos participantes registrou que consegue captar a ideia principal do texto com frequência. A opção “raramente” só obteve 7% das respostas e ninguém marcou a opção “nunca”. A maioria dos respondentes da opção “usualmente” estavam entre o 2º e 4º semestre do curso. 17% sempre conseguia extrair a ideia principal do



texto e um expressivo número dessa categoria se encontrava nos semestres finais do curso.

**Gráfico 7 – Frequência de extração da ideia principal do texto**

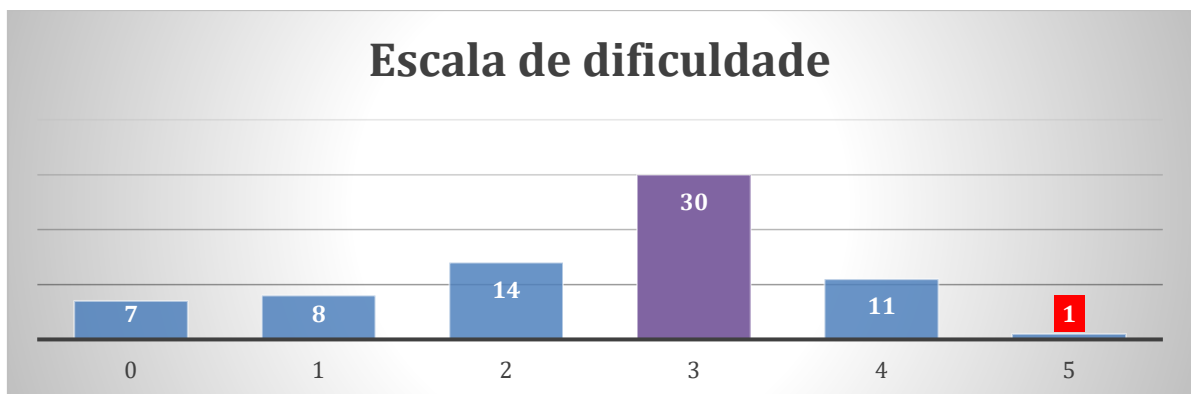


Fonte: Autoria própria.

#### **Dificuldades na Leitura Sintópica**

Solicitou-se que os participantes indicassem em uma escala de 0 a 5, sendo 0 “não tenho dificuldade” e 5 “tenho muita dificuldade”, o grau de sua dificuldade em relacionar informações de textos distintos e de mesmo assunto. Houve uma concentração de respostas no nível 3, o que indica que a maioria dos participantes avalia a própria dificuldade um pouco acima do nível moderado. Em segundo lugar, o nível 2 teve um pouco menos que a metade das respostas do nível 3. 7 participantes avaliaram não terem dificuldade nessa tarefa e apenas 1 avaliou sua dificuldade com o grau máximo.

**Gráfico 8 – Escala de dificuldade em relacionar textos do mesmo assunto**



Fonte: Autoria própria.

A principal dificuldade encontrada pelos respondentes quando liam textos distintos de mesmo assunto foi identificar pontos em que os autores discordam. O que condiz com as colocações Adler e Doren (2010) e está em consonância com obstáculos identificados no trabalho de Melo (2018), pois tal aspecto é apontado como o mais difícil de perceber quando a oposição não está explícita no texto. A segunda questão mais complexa para os alunos foi conseguir formar uma opinião sobre a discussão, algo que requer tempo e bagagem informacional para maturar. Outra dificuldade, a de identificar onde os autores concordam ficou como a penúltima opção mais registrada. No campo “outros” uma parte das respostas elencou dificuldades que já foram contempladas na seção anterior, enquanto a outra parte escreveu que não tinha dificuldade alguma nesse tipo de leitura.

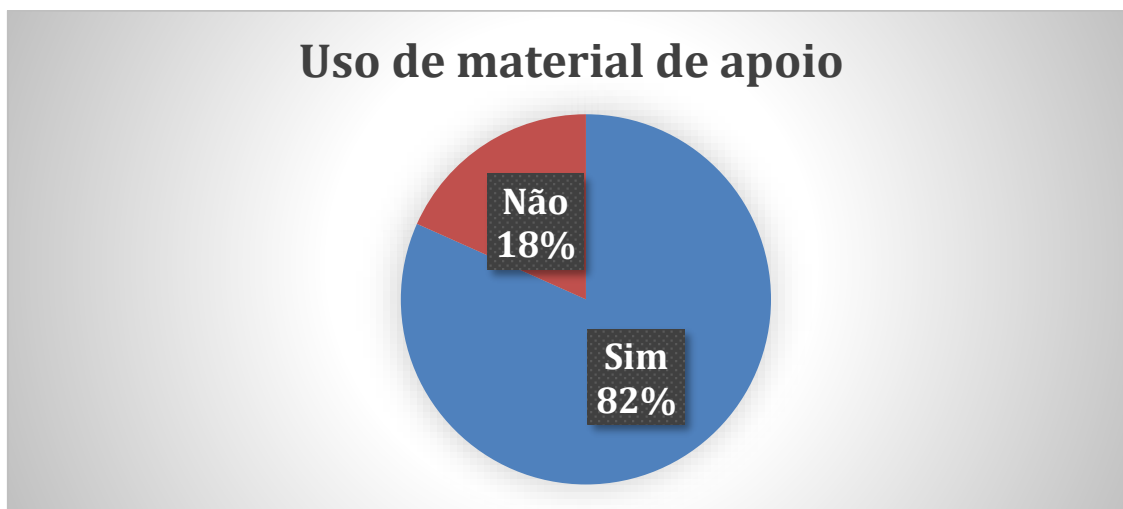
**Gráfico 9- Principal dificuldade nos textos de mesmo assunto**



Fonte: Autoria própria.

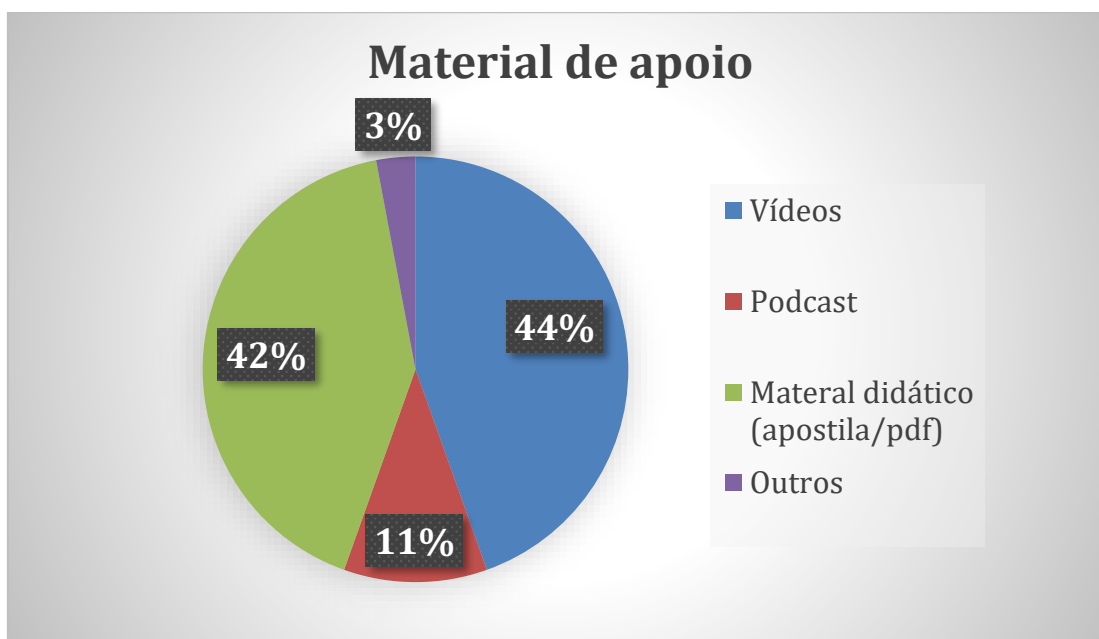
Uma maioria expressiva (58 estudantes) indicou que tinha o hábito de usar materiais de apoio. Dentre esses materiais, o mais usado foi a categoria “vídeos” (45 estudantes), em seguida “materiais didáticos” (42 estudantes) e “podcasts” (11 estudantes). Sobre o hábito de pesquisar palavras novas no texto, quase 90% dos respondentes (62 estudantes) faziam tal busca.

**Gráfico 10 – Hábito de usar de materiais de apoio a leitura**



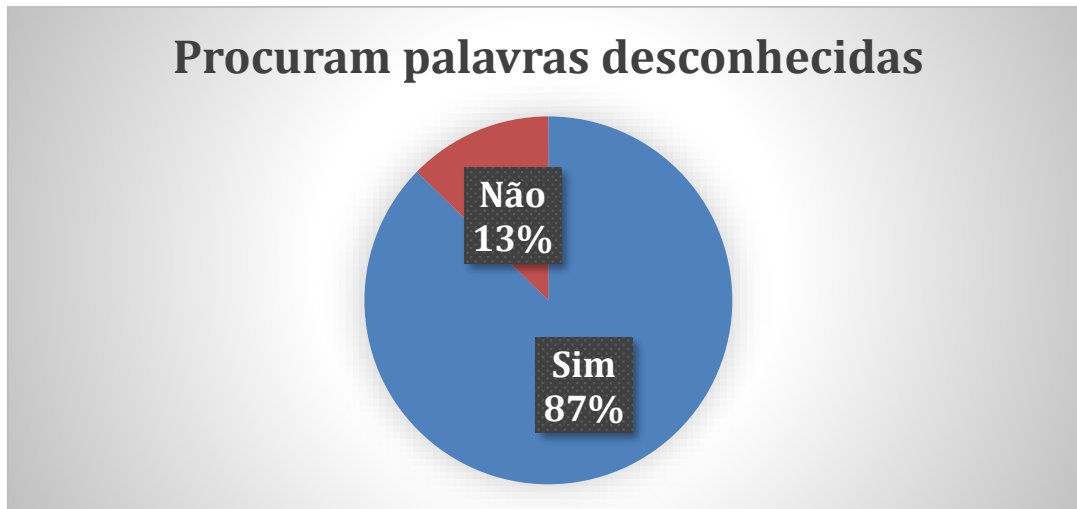
Fonte: Autoria própria.

**Gráfico 11- Tipo de material de apoio utilizado**



Fonte: Autoria própria.

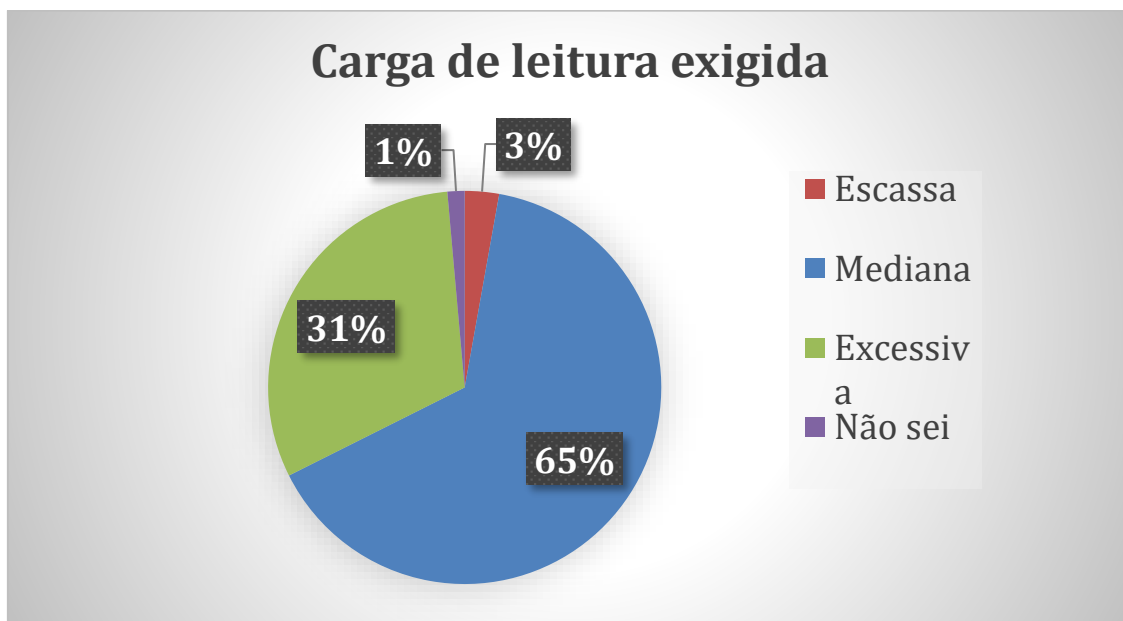
**Gráfico 12- Hábito de procurar o significado de palavras desconhecidas**



Fonte: Autoria própria.

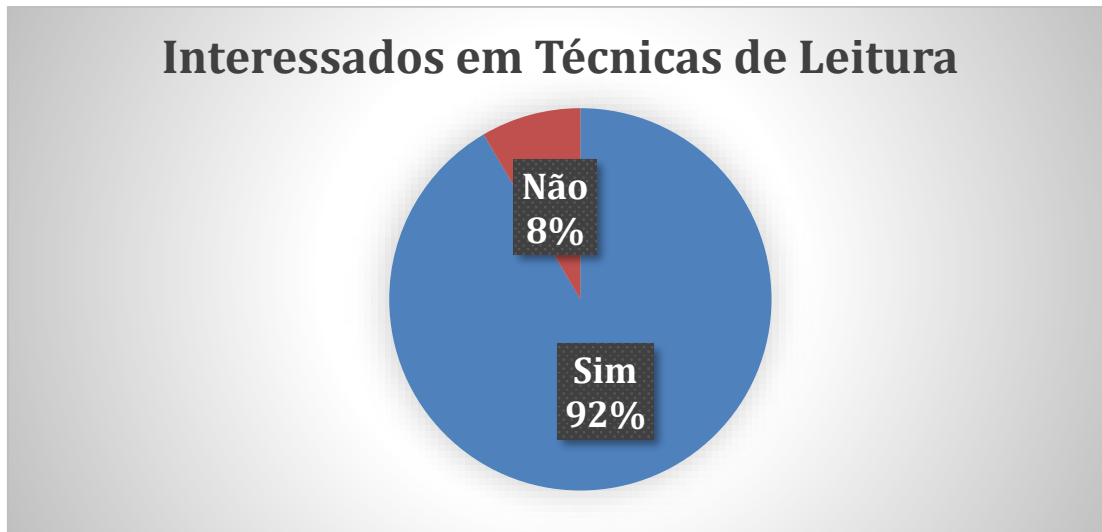
Sobre como avaliavam a carga de leitura exigida, 65% dos alunos (46 estudantes) avaliam como mediana. Mas a segunda opção mais registrada foi a opção “excessiva” (22 estudantes). Por fim, 92% mostrou está disposto a aprender técnicas de leitura (65 estudantes), uma quantia significativa de interessados.

**Gráfico 13 – Avaliação da carga de leitura exigida nas disciplinas**



Fonte: Autoria própria.

**Gráfico 14- Interesse em aprender técnicas de leitura**



Fonte: Autoria própria.

#### **Análise de Conteúdo**

No cabeçalho do questionário, foi avisado aos participantes que algumas de suas respostas escritas poderiam ser selecionadas para servirem de exemplos ilustrativos no trabalho. Por esse motivo, havia uma pergunta indagando se eles consentiam com esse uso, e 97% dos participantes (69 estudantes) aceitaram tal uso.

**Gráfico 15- Autorização para usar respostas escritas**



Fonte: Autoria própria.

De acordo com Cresswell (2007), é recomendado que as perguntas discursivas sejam campos de preenchimento opcional no caso de questionários semiabertos e enviados exclusivamente por correio eletrônico, pois essa medida aumenta as chances de haver um maior índice de respondentes. Por tal motivo, as duas perguntas discursivas não foram marcadas como obrigatórias, o que não prejudicou a coleta de dados, visto que a maioria dos respondentes se dispuseram a redigir suas respostas.

A primeira pergunta aberta era uma justificativa para uma pergunta anterior de múltipla escolha, que indagava se os alunos conseguiam formar uma opinião crítica após a leitura do texto. Uma maioria de 68% disse que sim (48 estudantes), porém, as justificativas eram permeadas de ressalvas, na qual os alunos reconheciam os limites de sua capacidade de se apropriar das informações e assim construir conhecimento novo. Tal como mostra a resposta a seguir:

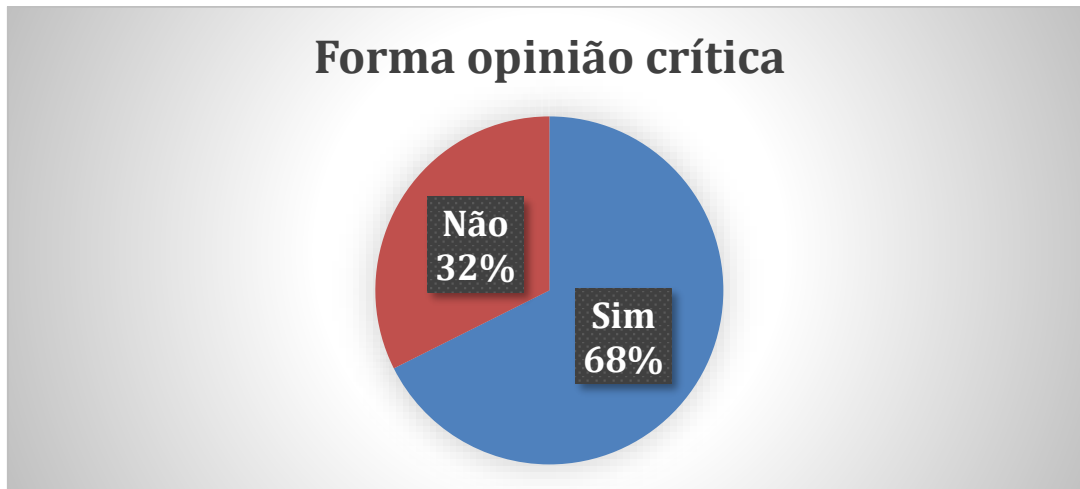
- “Eu consigo ter uma opinião crítica após a leitura de um artigo, mas reconheço não ter propriedade do assunto como um todo. Porém, eu só consigo ter uma opinião crítica a partir do momento que eu reviso e releio o mesmo artigo algumas vezes.” (Estudante 1)

Entre aqueles que responderam não conseguir formar um senso crítico em cima do texto, a causa dessa dificuldade se concentrou na incompreensão das informações apresentadas durante a leitura.

- “Sinto dificuldade em absorver de forma eficaz as ideias do texto e isso me impede de formar uma opinião crítica” (Estudante 2)

Palavras difíceis, necessidade de relacionar a informação com outros assuntos, a exigência de uma releitura, a compreensão condicionada ao interesse do aluno, também foram fatores que apareceram nas demais justificativas. Em ambas respostas, a condicionante “assunto” foi majoritariamente citada, ou seja, para que houvesse entendimento e conseqüente pensamento crítico, a natureza do assunto era mais importante do que a forma como as informações eram apresentadas no texto.

**Gráfico 16- Conseguem formar opinião crítica após a leitura**



**Fonte:** Autoria própria.

A última pergunta discursiva solicitava que os participantes relatassem brevemente sua experiência com textos acadêmicos durante a graduação. Os relatos se dividiram em três vertentes. A mais frequente, principalmente entre alunos veteranos, foi uma narrativa ao estilo jornada, na qual foram encontradas dificuldades no começo da graduação, mas boa parte delas foi superada com o tempo.

- “Percebi uma grande dificuldade nos primeiros contatos que tive com textos acadêmicos no início da graduação, mas com a prática de ler tais textos, fui melhorando minha capacidade de compreendê-los.” (Estudante 3)

As experiências negativas com esse tipo de leitura, foram mais recorrentes entre alunos que ingressaram a partir de 2020 e entre aqueles que avaliaram a carga de leitura exigida como excessiva.

- “São terríveis, alguns professores exageram, pedem para ler textos com mais de 50 páginas, com palavras difíceis de compreender, além do próprio texto.” (Estudante 4)

Também houve relatos muito favoráveis sobre a experiência, inclusive alunos que expressaram desejo progredirem para uma carreira acadêmica. Mas de forma geral, os elementos que mais se repetiram nos relatos foram os fatores que mais atrapalhavam uma leitura proficiente, tais como: pouco tempo para lerem com a devida atenção, uma

linguagem pouco acessível, muito material para leitura, além de ter sido mencionada a mudança brusca de carga de leitura devido a pandemia.

Em suma, o tratamento de dados demonstrou sintonia com os fatores identificados em pesquisas anteriores e também dialogou com o que foi exposto no referencial teórico. Sendo viabilizado, portanto, sob a posse dessas informações, o entendimento sobre a natureza da problemática e os caminhos mais adequados para sua resolução.

## **CONCLUSÃO**

A pesquisa buscou explorar as facetas inerentes ao ato de ler, assim, contextualizando as dificuldades dessa habilidade. Por meio de uma abordagem interdisciplinar, se construiu uma narrativa que bebeu de fontes que foram desde a história do conhecimento até noções de neurociência. As técnicas de leitura, postuladas por Adler, serviram de base para direcionar as perguntas do questionário, enquanto a breve revisão de literatura sobre o tema “leitura no ensino superior” demonstrou os problemas e soluções encontrados nas mais diversas áreas, o que também evidenciou a universalidade da leitura ineficiente.

Os resultados obtidos apresentaram como principais barreiras na compreensão textual dos alunos: o vocabulário desconhecido, a estrutura frasal complexa e a identificação de divergências entre textos de mesmo assunto. Tais constatações corroboram as colocações de Bailer e Tomitch (2020) e de Adler e Doren (2010), pois tanto os autores quanto as autoras indicaram tais fatores como os maiores desafios para a compreensão textual.

Tais fatores, além de gerarem incompreensão, são tratados como obstáculos incontornáveis que os alunos precisam transpor sem qualquer auxílio ou orientação. E mesmo no final do curso, um robusto número de estudantes do curso de Gestão Pública expressou interesse em aprender como aperfeiçoar essa habilidade primordial para qualquer profissional e cidadão.

Conforme a análise, constatou-se que a leitura não é uma habilidade que se restringe à alfabetização e muito menos se limita a uma fase da vida escolar. Seu desenvolvimento é continuado, e talvez até perpétuo, mas os benefícios advindos desse



aprendizado são igualmente duradouros. Privar os alunos do aprimoramento da leitura, é privá-los de se apropriarem de um poderoso mecanismo para entender melhor o mundo, entender melhor o outro e entender melhor a si mesmos.

As principais limitações da pesquisa foram: se restringir a percepção que os próprios estudantes tinham de suas dificuldades e baixo número de respondentes do 1º e 2º semestre. Além de não contemplar variáveis como: causas externas (tempo dispendido com trabalho, família, deslocamento), que podem afetar a rotina de estudo e o nível de concentração, e a mudança de carga de leitura requerida no período antes e durante o regime pandêmico.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ADLER, Mortimer. **A proposta paidéia**. Brasília: Editora Unb, 1984. 80p.

ADLER, Mortimer; DOREN, Charles Van. **Como ler livros: O guia prático para leitura inteligente**. São Paulo: Editora Realizações, 2010. 432p.

ADLER, Mortimer. **Como pensar sobre grandes ideias**. Editora Realizações: São Paulo, 2013. 558p.

BACON, Francis. **O progresso do conhecimento**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BAILER; Cyntia; TOMITCH, Lêda Maria Braga. Leitura no cérebro: processos no nível da palavra e da sentença. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 40, n. 2, p. 149-184, set-dez, 2020. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ct/a/JGGYsmhk7388TPrkrPSM4YC/?lang=pt>

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Editora Planeta, 2003.

BRAGANÇA, Marcela Langa Lacerda. Práticas de leitura crítica no ensino superior: o gênero artigo acadêmico . **Domínios de lingu@gem**, v. 9, n. 1, jan/mar., 2015.

BURKER, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n.44, p. 173-185. 2002.

CAMPBELL, James W. P. **A biblioteca: uma história mundial**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

CARVALHO, José Luis Felício; CARVALHO, Frederico Antonio; A. BEZERRA, Carol. O monge, o executivo e o estudante ludibriado: uma análise empírica sobre leitura eficaz entre alunos de administração. **Cadernos EBAPE**.v. 8, n. 3, Rio de

Janeiro, Set., p.535-549, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/qCr5h9j5NyYdDBDxM8cwhQB/abstract/?lang=pt>

CHANTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo (org.). **História da leitura no ocidente**. Volume I. São Paulo: Editora Ática, 1998.

\_\_\_\_\_. **História da leitura no ocidente**. Volume II. São Paulo: Editora Ática, 1999.

CHASSOT, Attico. **A ciência através dos tempos**. 2 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

CRESSWELL, Jonh W. **Projeto de pesquisa**. Métodos quantitativos, qualitativos e misto. 2 ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.

DAMIANI, Magda Floriana. Trabalhando com textos no ensino superior. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 21, n. 2, p. 139-159. 2008.

DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura**: como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Editora Penso, 2012.

\_\_\_\_\_. A aprendizagem da leitura modifica as redes corticais da visão e da linguagem verbal. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 148-152, jan./mar. 2013. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/12113>

DUBY, Georges. **História da Vida Privada**: do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FONSECA, Maria Cristina Micelli. Noções sobre a leitura vista pela cognição.

**Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 40, n. 2, p. 125-148, set-dez, 2020.

Disponível em:<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/78428>

GROGAN, Dennis. **A prática do serviço de referência**. 2. ed. Brasília: Bricquet de Lemos, 1995.

HAMESSE, Jacqueline. O modelo escolástico da leitura. In: CHANTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo (org.) **História da leitura no ocidente**. Volume II. São Paulo: Editora Ática, 1999.

KLEIMAN, Angela Bustos. **Leitura**: ensino e pesquisa. Campinas: Pontes, 1989.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 408 p.

MEADOWS. A. J. **Communicating research**. Nova Iorque: Academic Press, 1998.

MELLO, Marcela Tavares de. A leitura nas práticas de letramento acadêmico: estratégias de análise e compreensão. **Revista de Docência Ensino Superior**, Belo

Horizonte, v. 8, n. 2, p. 228-244, jul./dez. 2018. Disponível em:  
<https://doi.org/10.35699/2237-5864.2018.2478>

MITCHEN, Steven. **A pré-história da mente**: uma busca das origens da arte, da religião e ciência. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos. Compreensão em Leitura e Avaliação da Aprendizagem em Universitários **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.18, n.1, p.118-124, 2005. Disponível:  
<https://www.scielo.br/j/prc/a/ptqHsxKtDnSgXPWg9tFRXtq/abstract/?lang=pt>

PAIVA, Gabriella Cardoso. **Leitura no contexto acadêmico**: análise de fatores que dificultam a leitura entre discentes do Curso de Tecnologia em Gestão Pública do IFB. Biblioteca digital de Trabalhos de Conclusão de Curso. Disponível em: <https://bdtcbra.omeka.net/items/show/463> . Acesso em 23 de julho de 2022.

PLATÃO. **Fedro ou da beleza**. 6 ed. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

PUCHNER, Martin. **O mundo da escrita**: como a literatura transformou a civilização. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 488p.

SANTOS, Gelson Ribeiro dos; QUEIROZ, Salete Linhares. Leitura e interpretação de artigos científicos por alunos de graduação em química. **Ciência & Educação**, v. 13, n. 2, p. 193-209, 2007. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wfn4VtqKpM9Pcr7s8tw3TPM/>

SCHOLZE, Lia; BRANDÃO, Iolanda Bezerra dos Santos. IES: Uma experiência inclusiva no ensino superior. **Revista Horizontes**, v. 30, n. 2, jul./dez, p. 103-114. 2012. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/65>

VIEIRA, Daiana Corrêa: **Estratégias de compreensão leitora ancoradas no construto da Aprendizagem Autorregulada** : uma intervenção pedagógica Dissertação (Mestrado). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2014. Disponível em:  
<http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/ri/2805>

WOLF, Maryanne. **O cérebro no mundo digital**: os desafios da leitura na nossa era. São Paulo: Editora Contexto, 2019. 276p.

ZIMAN, John. **A força do conhecimento**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1981.

## **A INOVAÇÃO COMO RESPOSTA AOS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO: UM OLHAR ÀS ESTRUTURAS E MÉTODOS DE INOVAÇÃO**

**Rúdi Gualter De Oliveira**

**RESUMO:** Introdução/Problematização: o desenvolvimento global impulsionou o mundo para uma nova era de comércio internacional. Empresas multinacionais tornam-se cada vez mais robustas e presentes na economia internacional, fazendo com que os países enfrentem desafios para desenvolver a sua economia e desenvolver as indústrias nacionais. A inovação aparece, assim, como uma possível resposta a estes desafios, proporcionando vias alternativas para o desenvolvimento e recuperação de indústrias e empresas. Objetivo/proposta: a presente investigação procura analisar um compilado de casos de estudo, in loco, pertinentes, que demonstram como países e empresas utilizaram métodos e ferramentas de inovação para tornarem-se mais competitivos frente aos desafios da economia global. Foram também apresentadas as estruturas e métodos de inovação disponíveis no mundo moderno, as suas aplicações e como ajudaram os países e empresas apresentados a alcançar a competitividade global. Procedimentos Metodológicos: foi utilizada a metodologia de revisão de literatura. Para tal, foram selecionados oito casos de estudo in loco pertinentes, nos quais países e empresas aplicaram estruturas e metodologias de inovação frente a desafios criados pela globalização e competitividade global. Principais Resultados: Foram identificadas diversas estruturas de inovação, nomeadamente a inovação em rede, em estrutura, aberta, de processo e modelo de lucro. Além disso, foram apresentadas também uma série de ferramentas e frameworks, incluindo o ágil, design thinking, lean start-up, entre outras. Nos casos apresentados, países e empresas adotaram estas estruturas e ferramentas de diversas formas, obtendo resultados positivos quanto a sua competitividade global e desenvolvimento interno. Considerações Finais/Conclusão: através dos casos apresentados foi possível perceber que a inovação é uma resposta robusta aos desafios da globalização. Em todos os casos, as estruturas e metodologias adotadas levaram ao desenvolvimento de indústrias locais e externas ou aumento da competitividade e criação de vias alternativas através das quais países e empresas puderam manter ou desenvolver vantagens competitivas frente à presença de multinacionais. Contribuições do Trabalho: os efeitos da globalização são amplamente discutidos em diversos viéses, como político, económico e social. Esta investigação procurou analisar uma possível resposta para a questão “o que se fazer para manter a competitividade num mundo globalizado?”. Apesar de limitado pelo seu escopo, o estudo apresenta uma robusta compilação de estruturas, métodos e as suas aplicações, com exemplos práticos através da análise de casos de estudo.

**Palavras-chave:** inovação, globalização, competitividade global

## **1. INTRODUÇÃO**

Empresas e nações ressaltam a relevância da inovação para o seu status quo, um ponto de vista crítico ao idealizar missões, visões e valores subjacentes. Um relatório da McKinsey por DE JONG M. *et al.* (2015) mostra que a inovação é um assunto complicado, pois necessita do comprometimento de toda a organização, ou seja, a estruturação, organização e estímulo de processos e práticas específicas que requerem estratégia e criatividade. No entanto, poucas corporações compreendem essas questões como fatores de ambição de inovação e realização de lucros no mundo empresarial. GORODNICHENKO Y. *et al.* (2010), argumentam que a globalização pressiona as empresas domésticas da parte dos países em desenvolvimento a envolverem-se na inovação para se tornarem competitivas nos mercados globais. No entanto, o fenômeno não se aplica a nações desenvolvidas que já inovaram e conquistaram vantagem competitiva no mercado.

A globalização também pode limitar a capacidade das empresas locais de se tornarem competitivas no mercado, devido à falta de representação no mercado internacional. Como tal este conceito culminou num crescimento económico desigual em várias áreas do mundo, especialmente nas áreas do globo menos desenvolvidas. Muitos países em desenvolvimento enfrentam a perspectiva de inovar antes de enfrentar a perspectiva de serem eliminados do mercado (GORODNICHENKO Y. *et al.* 2010).

Um estudo de TEE C.-L. *et al.* (2018) destaca o impacto da globalização nas nações. Os autores afirmam que o impacto positivo da globalização tem sido o aumento das interações comerciais devido à redução da distância física entre os países. O estudo mostra que entre 1996 e 2011, várias nações cooperaram via investimento direto estrangeiro (IDE), mas o impacto na inovação doméstica era discutível. Por outro lado, o IDE em países em desenvolvimento poderia restringir uma mentalidade inovadora. O principal objetivo do IDE é garantir a transferência de tecnologia e meios monetários para os países-alvo, levando ao aumento do crescimento e da produtividade (TEE C.-L. *et al.* 2018).

Vários países em desenvolvimento foram compelidos a determinar formas de inovar. Desde 2001, a China mantém o status de país em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio, permitindo um “tratamento especial e diferenciado”

que lhe permite cumprir compromissos mais tarde que as nações desenvolvidas (CUTLER W. & KELVIN D. 2019). No entanto, de acordo com a paridade do poder de compra, o país tornou-se a segunda maior economia do mundo. Também transformou-se numa das principais fontes de IDE e teve quatro empresas entre as 50 empresas mais inovadoras em 2021 em meio de pandemia do SARS-CoV-2. Estas incluíram Xiaomi (31), Tencent (26), Alibaba (14) e Huawei (8) (ANG C. 2021).

Os países desenvolvidos utilizam a globalização para obrigar as suas empresas a adaptarem-se a diversas estratégias a fim de se tornarem competitivas num mercado baseado no liberalismo comercial. Uma empresa multinacional poderia globalizar os seus produtos, levando a maiores economias de escala e especialização na nação-alvo (NARULA R. & ZANFEI A. 2005). No entanto, na China por exemplo, também existe o oposto de inovação, existem várias empresas que na pressão de entrar no mercado lucrativo, apresentam a curto e longo prazo alguma falta de capacidade de inovação. Se as empresas imitarem o exemplo da China para obter tratamento preferencial, isso poderá mudar a mentalidade inovadora de impulsão da economia no sentido negativo (WILLIAMS R. D. & CENTER P. T. C. 2020). No entanto, faltam estudos robustos sobre como outros países em desenvolvimento e desenvolvidos se saíram na tempestade da globalização para inovar. Assim, a essência deste estudo é retratar como empresas e países têm usado ferramentas e estruturas de inovação para globalizar.

Como tal a investigação apresentada tem como base alguns questionamentos. Frente aos desafios atrelados à globalização e alargamento da competição, quais os métodos de inovação países e empresas podem utilizar para manter as suas vantagens competitivas? Como as empresas e os países usaram ferramentas e estruturas de inovação para se manterem relevantes frente à competição global promovida pela globalização?

Procurar-se-á então atingir alguns objetivos como, elucidar ferramentas e frameworks de inovação disponíveis para empresas no mundo moderno. Explicar como empresas e países utilizaram ferramentas e estruturas de inovação para se adaptar a um mundo perturbado pela globalização. Discutir como empresas e países implantaram ferramentas e estruturas de inovação para alcançar vantagem competitiva global. Fornecer exemplos de casos de empresas e países que implantaram ferramentas e estruturas de inovação para alcançar a competitividade global.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

Empresas e países podem implementar vários tipos de inovação para obter vantagem competitiva num mundo globalizado. A seção a seguir irá explicá-los, juntamente com a definição e origem da inovação e fatores de sucesso relacionados.

### **2.1. Origem e definição de inovação**

Inovação é uma palavra derivada de *innovare*, que implica mudança, formação de novos objetos ou renovação (ARONSON J. K. 2008). A palavra foi introduzida pela primeira vez por um professor da Universidade de Harvard chamado Joseph Schumpeter em 1912 (SERRAT O. 2017). Ele definiu-a como o conceito que ajuda a introduzir combinações excepcionais e inovadoras de fatores em sistemas de produção, dando uma conotação à lucratividade. SCHUMPETER J. A. (1982) explicou que as empresas precisam seguir cinco formas críticas de inovação para realizar o seu potencial num mercado. Primeiro, poderiam introduzir um novo produto ou melhorar a qualidade da mercadoria existente. Em segundo lugar, precisam adotar novas metodologias e processos em todas as unidades organizacionais. Terceiro, devem-se aventurar em novos mercados para expandir o seu alcance global, regional ou local. Quarto, as empresas devem explorar novas cadeias de suprimentos para adquirir mercadorias parcialmente acabadas ou novos materiais. Finalmente, precisam implementar novas formas organizacionais para se adaptar aos mercados existentes (SERRAT O. 2017). Embora essas ideologias fossem revolucionárias, na década de 1950, a ciência e a tecnologia começaram a ocupar o centro do palco para aumentar a independência dos sistemas de produção e mercados (GREENACRE P. *et al.* 2012). Desde a década de 1980, a comunidade de investigação envolveu-se em teorias baseadas na inovação a partir da lente do desenvolvimento económico (GREENACRE P. *et al.* 2012).

A definição de inovação mudou ao longo dos anos desde o trabalho de Schumpeter. MANSFIELD E. (1968), afirmou que inovação é invenção. FREEMAN R. *et al.* (1987), afirmou que o conceito envolvia uma infinidade de etapas, como tecnologias, projetos, produção, finanças, gerenciamento e marketing, e ocorria durante o processo de iniciação de um processo ou produto. CHESBROUGH H. W. (2003), acreditava que inovação implica criar e comercializar inovações. DRUCKER P. (2014),

denominou o conceito como a ferramenta do empreendedor para converter mudanças em oportunidades de serviço e negócios, tornando a inovação uma prática, um campo acadêmico e/ou disciplina. Assim, a inovação pode ser vista como uma aglomeração de procedimentos incluídos na gênese, design, pesquisa e desenvolvimento, produção e venda de novas ideias e pensamentos baseados na comercialização de um país ou empresa no mercado global para ganhar vantagem competitiva (CHEN J. & YIN X. 2019). DRUCKER P. (2014), ainda a descreve como a capacidade de transformar empreendimento, conhecimento, previsão e tecnologia em riqueza para obter valor comercial.

## **2.2. Fatores de sucesso da inovação**

O sucesso na inovação é baseado em uma infinidade de fatores e estratégias. De acordo com CHEN J. & YIN X. (2019), no seu trabalho que apresenta uma revisão literária extensa no assunto, primeiro, as empresas devem ter líderes influentes defendendo programas e avanços tecnológicos, estes devem reter talentos para melhorar a possibilidade de uma empresa ganhar uma vantagem competitiva no mercado. Em segundo lugar, processos de controlo de programas e planos habilidosos são indispensáveis para o progresso de uma empresa como entidade. Uma empresa deve avaliar os recursos existentes para selecionar novos programas e garantir que eles beneficiem os seus processos centrais. Em terceiro lugar, a comunicação com *stakeholders* externos é indispensável, pois permite à empresa identificar recursos tecnológicos e científicos relevantes para o seu negócio. Também se torna indispensável a formação de parcerias e permanecer recetivo às mudanças do ambiente em que se opera. Quarto, uma orientação robusta para o mercado é fundamental para garantir que uma empresa ou nação possa entender a sua base estratégica isto, implica que os investimentos em programas de investigação e desenvolvimento devem assumir um papel pioneiro para estimular a inovação. Quinto, as empresas devem integrar departamentos em responsabilidades convergentes, implicando que estejam envolvidas em programas de inovação, como tal, deve haver um vínculo estreito entre a pesquisa e desenvolvimento e outros departamentos para garantir que eles trabalhem para o mesmo objetivo.



O ambiente financeiro, institucional e empresarial precisa representar o nível necessário de apoio para as partes interessadas internas e externas. A cultura corporativa precisa retratar uma mentalidade receptiva ao desenvolvimento de inovações. Os líderes devem tolerar vários níveis de risco para incentivar a inovação na organização. As empresas e nações devem ser responsivas e flexíveis às mudanças na inovação e apresentar um mecanismo interno que apoie a inovação. Devem ainda planejar o uso de recursos de longo prazo para penetrar no mercado e expandir no futuro, especialmente quando estiver envolvida em projetos significativos. As estratégias corporativas de longo prazo precisam retratar o posicionamento relacionado a funções relevantes dentro das organizações (CHEN J. & YIN X. 2019).

## **2.3. Estruturas de inovação**

### **2.3.1. Modelo de lucro**

De acordo com OSTERWALDER A. & PIGNEUR Y. (2011), as empresas devem procurar criar mercadorias e serviços para vender com margens de lucro substanciais, mesmo que resultando em impactos adversos, como deterioração da saúde ou poluição. O modelo de lucro proposto por OSTERWALDER A. & PIGNEUR Y. (2011), enfatiza a necessidade de maximizar os lucros em vez de realizar análises de consequências para resolver problemas no ambiente de negócios. No entanto, nos últimos anos, empresas de países desenvolvidos e em desenvolvimento começaram a adicionar atividades que promovem a gestão ambiental e social. Algumas dessas ações são coagidas pela comunidade, levando a ideologias empresariais.

Um modelo de lucro inovador obriga as empresas a converter os seus recursos e ofertas em dinheiro. As empresas precisam retratar uma compreensão das necessidades dos clientes para gerar receita. O objetivo é determinar as oportunidades apresentadas pelo lucro do mercado, eliminando o modelo ultrapassado com foco na produção, preço e arrecadação (OSTERWALDER A. & PIGNEUR Y. 2011). O modelo de produção foi dominante e funcionou para muitos setores por um longo tempo, onde as empresas podiam usar o fornecimento limitado, o valor compartilhado ou o pagamento por variantes de personalização.

### **2.3.2. Inovação em rede**

A necessidade de *networking* é indispensável para as empresas e países, pois permite que estes colaborem. As conexões no mundo contemporâneo tornam desafiador para as corporações e até países agirem sem interagir com outras(os) (SCHWARTZ M. S. & CRAGG W. 2017). As redes oferecem um caminho para aproveitar as marcas, canais, ofertas, tecnologias e processos de outras empresas. Essas redes devem ser baseadas em valores e valia, onde o primeiro implica noções desejáveis, enquanto o segundo significa valor económico. Os valores são cruciais, pois podem implicar as forças motivacionais e crenças subjacentes entre sociedades, organizações ou indivíduos (SCHWARTZ S. H. 2012). Esses princípios interagem com princípios e crenças que exigem um compromisso para realizá-los e realizá-los no mundo dos negócios. Políticas e medidas os codificam, resultando em orientações normativas que as empresas estabelecem como obrigações em redes cooperativas (SCHWARTZ S. H. 2012).

O valor (valia) forma uma rede crítica nas economias e tem prevalecido nas últimas três décadas devido a desenvolvimentos significativos nas sociedades, economias e tecnologias. A digitalização culminou na desmaterialização do produto, implicando que o conceito de cadeia de valor de PORTER M. E. & MILLAR V. E. (1985) se aplica à perda inerente de parte das propriedades lineares e físicas existenciais (BREUER H. & LÜDEKE-FREUND F. 2017). As cadeias de valor foram enraizadas na substituição das linhas de produção baseadas na era industrial pela rede de valor (BREUER H. & LÜDEKE-FREUND F. 2017). Por exemplo, as maquinarias obtêm chips de fundições globais como a TSMC – uma das maiores empresas de semicondutores do mundo – devido à incapacidade de fabricar internamente (BINDRA J. 2021). Esses sistemas complexos exigem *players* especializados no mercado para efetivar o seu fornecimento. Da mesma forma, fabricantes de aeronaves como a Boeing precisam de motores da *General Motors* ou *Rolls Royce* para aviões e compostos de fibra de carbono de mais de 20 empresas (MILLER L. 2017). A complexidade de fabricação dessas peças torna indispensável procurar a assistência de outras empresas que possam oferecê-las. Algumas empresas podem alavancar o endosso de celebridades, lançar na plataforma de um concorrente ou desenvolver um produto rival para competir no mercado (WANG C. *et al.* 2019).

### **2.3.3. Inovação aberta**

A inovação aberta é a implementação intencional de entrada e saída de conhecimento para obter uma vantagem competitiva, expandindo-se para os mercados. As empresas aumentam as capacidades de absorção quando localizadas perto de um centro regional de excelência, melhorando a capacidade de acessar competências e conhecimento de talentos globais sem empregá-los (GASSMANN O. *et al.* 2010). Isso permite que as empresas internacionalizem a investigação e o desenvolvimento, como o exemplo do laboratório de investigação da *Hitachi*, com sede em Dublin, o centro de design de Palo Alto da *BMW* e pelo laboratório de investigação da *Norvati*, com sede em Nova Jersey. As equipas virtuais nessas áreas permitem a descentralização da inovação, melhorando a vantagem competitiva de uma empresa num mercado emergente (BOUTELLIER R. *et al.* 2013).

A integração de fornecedores e utilizadores no processo de inovação pode melhorar o desempenho da inovação na maioria dos setores. Por exemplo, a integração de utilizadores em inovação aberta permite que se use a liberdade nos estágios iniciais para entender os potenciais requisitos latentes dos clientes e melhorar o envolvimento do utilizador nos processos de inovação (FRANKENBERGER K. *et al.* 2013). A inovação aberta pode usar a perspetiva de processo que inclui processos acoplados, de dentro para fora e de fora para dentro, onde o último é dominante apesar da capacidade de todos os processos se complementarem. A inovação aberta pode implementar ferramentas nas quais as empresas permitem que os clientes configurem ou criem produtos com “kits” existentes (FRANKENBERGER K. *et al.* 2013). As empresas podem usar o mesmo pensamento para permitir que criadores e solucionadores de problemas interessados integrem soluções em produtos existentes.

A inovação aberta pode implementar ainda uma perspetiva cultural onde uma empresa cria uma cultura de competências fora da empresa. A cultura é afetada por avaliações de fornecedores, critérios de decisão de produtos, comunicação, sistemas de informação e valores da empresa. A cultura de inovação aberta exige que as empresas investiguem os seus campos de atuação, para entender a influência de todos os aspetos pertinentes da sua inclinação cultural.

### **2.3.4. Inovação estrutural**

As empresas que implementam o modelo de inovação estrutural focam em ativos intangíveis, humanos e tangíveis para a criação de valor. Estes podem incluir estruturas de gestão de talentos ou configurar equipamentos de capital para obter uma vantagem competitiva. O objetivo da reconfiguração é aumentar o desempenho e criar mecanismos para agregar valor aos produtos e serviços existentes (BASHIR M. & VERMA R. 2019). A liderança desempenha um papel vital, pois deve cultivar efetivamente uma cultura receptiva que garanta que os trabalhadores entendam a estrutura organizacional e não os processos e produtos. Os líderes unem as equipas e as apetrecham com capacidades e habilidades. Estes também permitem que as equipas usem os recursos organizacionais para atingir objetivos específicos esperados na empresa. Os líderes da alta gestão podem melhorar a configuração e a coordenação de recursos para complementar os esforços dos trabalhadores (GAHAN P. *et al.* 2021). Como tal, permitem que a empresa interaja com o ambiente para orquestrar a aquisição de recursos e conhecimento. Por fim, combinam e configuram recursos externos e internos para explorar oportunidades no mercado. Um líder com habilidades empreendedoras pode perceber e moldar oportunidades num ambiente externo em constante mudança, formando laços gerenciais com outras economias emergentes para gerar ideias e estimular a inovação.

As inovações estruturais podem melhorar as funções corporativas e os custos fixos, incluindo a tecnologia da informação, pesquisa e desenvolvimento e recursos humanos. Elas também desempenham um papel central na atração do talento certo, desenvolvendo locais de trabalho produtivos e melhorando os níveis de desempenho além da capacidade de um concorrente de se equiparar à empresa. Isso pode funcionar se a cultura organizacional for otimizada para atingir os objetivos da empresa. Neste modelo as empresas devem estar dispostas e flexíveis para assumir riscos. Devem entender as orientações tecnológicas, do concorrente e do cliente, aprendê-las e canibalizar as oportunidades no mercado (BASHIR M. & VERMA R. 2019). A cultura deve ser adequadamente robusta e percorrer toda a organização para ter sucesso. Algumas empresas aprendem a fortalecer as suas culturas organizacionais por meio de processos de tentativa e erro. A comunicação desempenha um papel vital para garantir

que a cultura organizacional atenda aos seus objetivos estruturais (BASHIR M. & VERMA R. 2019).

### **2.3.5. Inovação de processo**

O modelo de inovação de processo impacta as operações e atividades para influenciar as funções centrais de uma empresa. As organizações precisam fazer mudanças drásticas nos seus procedimentos normais de negócios, o que implica a capacidade de obter vantagem competitiva, adaptar-se rapidamente, funcionar com eficiência e implementar habilidades exclusivas. Estes normalmente formam as competências essenciais das empresas e podem incluir metodologias proprietárias e patenteadas que melhoraram a sua competitividade por várias décadas ou anos (TAFERNER B. 2017). TAFERNER B. (2017) argumenta que, a competição aumenta a cada ano, e a melhor maneira de superar os concorrentes é inovar. As inovações em processos nas décadas de 1950 e 1960 envolveram o uso da ciência para desenhar e projetar produtos antes de fabricar, comercializar e vendê-los a consumidores dispostos. Mas na década de 1970 mudou para incluir a identificação das necessidades do mercado, seguida pelo desenvolvimento do produto, produção e vendas (TAFERNER B. 2017). O modelo tornou-se complicado nos anos 2000, combinando *push e pull* – uma metodologia implementada para influenciar as necessidades do mercado e os recursos tecnológicos, juntamente com *feedback e loops* de interação (TAFERNER B. 2017). O modelo foi modificado para afetar os processos com base em dados anteriores. As empresas precisam gerar ideias, desenvolver e avaliar conceitos, fabricar um produto ou serviço e vender para os clientes. A inovação de processo depende dos impulsos do mercado, e a tecnologia impulsiona ou combina esses fatores. Esta implementa várias disciplinas dentro da organização e integra sistemas sem rede, pois esta última pode culminar em perda de produtividade. O modelo é flexível com a estrutura organizacional, transferindo os processos de tomada de decisão. Além disso, requer feedback, concentra-se em processos inovadores e implementa ciclos de vida para produtos e serviços (TAFERNER B. 2017).

#### **2.3.5.1. Metodologias de inovação de processo**

As metodologias e filosofias mais comumente implementadas incluem *Agile* (Ágil), *Scrum*, *Kanban*, *Design Thinking*, *Design Sprint* e *Lean Startup*. Além destas

referidas, existem inúmeras mais que unem ou reformulam filosofias ou métodos já existentes, ou até promovem a escalabilidade de métodos.

### **A. Ágil**

Ágil é uma filosofia e *mindset* de trabalho baseada em princípios e valores definidos no manifesto Ágil (FOWLER M. & HIGHSMITH J. 2001). O gerenciamento ágil envolve dividir um projeto em várias etapas para permitir a melhoria contínua a nível de fases e consistência na colaboração das partes interessadas. Este último é vital nas etapas de planeamento, execução e avaliação de todos os projetos. O Ágil é baseado em respostas a mudanças que seguem planos meticulosos, colaborações de clientes na negociação de contratos, documentos abrangentes e interações entre as partes interessadas para atender aos requisitos do cliente. A técnica permite que as empresas avancem em ciclos curtos, permitindo-lhes aproveitar as mudanças para se manterem competitivas (KUHRMANN M. *et al.* 2018).

### **B. Scrum**

Scrum é uma estrutura ágil que permite que as equipas trabalhem em sprints – iterações para otimizar entregas, garantindo que estes otimizem a execução e permaneçam focados nos processos organizacionais. O foco principal é a solicitação do cliente, o que significa que uma empresa pode mitigar os riscos e adaptar-se às mudanças nas condições. As respostas são rápidas e os processos produtivos, permitindo o prolongamento das entregas de produtos quando a qualidade é insuficiente (KUHRMANN M. *et al.* 2018).

### **C. Kanban**

A metodologia é uma *framework* de cartões baseado na redução de custos de entrega *Just-In-Time* utilizada e originária na Toyota. O objetivo é a execução do processo e a otimização do fluxo de trabalho. O seu desenvolvimento segue princípios ágeis e é semelhante ao *Scrum* onde utiliza equipas com auto-organização. O método usa colunas para descrever o trabalho pendente, o trabalho realizado e o trabalho em andamento. As diferenças entre esses aspetos persistem e são fáceis de modificar. A

técnica é útil para evitar gargalos e retrata a continuidade do processo nos projetos (BRECHNER E. 2015).

#### **D. Design thinking**

A técnica é imperativa para resolver questões complicadas e é centrada em indivíduos (VIANNA M. *et al.* 2012). O objetivo é encontrar o equilíbrio certo entre viabilidade econômica e técnica, necessidades humanas e conveniência. A filosofia garante que as empresas identifiquem e criem soluções inovadoras para os problemas dos clientes (KUHRMANN M. *et al.* 2018). É composto por um conjunto de ferramentas e técnicas, é um processo iterativo, significando continuidade na repetição até que a melhor estratégia tenha sido articulada (VIANNA M. *et al.* 2012).

#### **E. Design sprint**

A técnica é focada no processo de construção de um produto ou serviço. Uma equipa mapeia o problema, desenha soluções, decide o melhor caminho, constrói protótipos e verifica-os com os clientes (BANFIELD R. *et al.* 2015). Como leva pouco tempo para articular o processo, é adequado para partes minuciosas de um projeto. O limite de tempo é normalmente de cinco dias, o que significa que a produtividade é alta e pode ser implementado em cenários de trabalho em equipa (KUHRMANN M. *et al.* 2018).

#### **F. Lean startup**

A metodologia preocupa-se com testes de hipóteses num mercado, permitindo que as empresas se ajustem às necessidades de um segmento ou de um perfil de cliente. A equipa cria um plano usado para medir a hipótese e aprender o melhor caminho a seguir com um serviço ou produto considerando a construção de um produto mínimo viável (MVP) (REIS E. 2011). A equipa aprende com os resultados do processo iterativo e pode repeti-lo até que tenha um produto ou serviço viável ou selecione o seu MVP piloto (KUHRMANN M. *et al.* 2018).

## **2.4. Integração entre inovação e globalização**

A inovação e a globalização estão inextricavelmente entrelaçadas, especialmente do ponto de vista das corporações multinacionais. Estas empresas tornaram-se internacionalizadas e dispersas em todo o mundo. A partir dos anos 2000, as corporações escolheram nações em desenvolvimento e mercados emergentes como alvos de investimentos estrangeiros diretos, aumentando os recursos disponíveis para investigação e desenvolvimento. A lacuna entre os países avançados e os mercados emergentes está a mudar no domínio da inovação. Os ecossistemas nacionais de inovação nos países em desenvolvimento têm atraído constantemente investimentos relacionados à pesquisa e desenvolvimento com estratégias focadas na exploração. O objetivo tem sido a criação de valor com efeito de transbordamento para a comunidade local. Criticamente, essas nações tiveram que atualizar e sustentar as capacidades de investimento doméstico para melhorar sua capacidade de inovar (CHOQUETTE E. *et al.* 2021).

Segundo CHOQUETTE E. *et al.* (2021), a capacidade inovadora de uma nação depende das interações entre a infraestrutura nacional de conhecimento e o seu sistema de inovação junto às empresas. Esta capacidade baseia-se no conhecimento específico da atividade e da empresa, trabalhadores e experiência profissional do trabalhador e formação educacional. Estes formam um aspeto crítico dos processos da cadeia de valor, tornando-os complicados de transferir ou substituir.

A indústria da tecnologia fornece um pico na correlação entre globalização e inovação. Os fornecedores primários lideram a inovação de software e componentes da indústria enquanto reservam a conversão de inovações de componentes em novos produtos para fornecedores globais. No nível da empresa, os fabricantes tecnológicos internos realizam a gestão de produtos e projetos arquitetónicos de alto nível, permitindo que se terceirize a fabricação e o desenvolvimento físico (DEDRICK J. & KRAEMER K. L. 2008).

A título de exemplo DEDRICK J. & KRAEMER K. L. (2008), fala dos Estados Unidos da América que a nível nacional, realizam gestão, projeto e análise de alto valor, permitindo que China e Taiwan fabriquem e desenvolvam produtos físicos juntamente com processos de rotina e engenharia de produtos. A inovação na China e no Taiwan



permitiu que suas empresas lidassem com a inovação na introdução, mudança e atualização de produtos devido à sua capacidade de alterar produtos e especificações para produção de alto volume. Contrariamente, as empresas americanas concentram-se na inovação na distribuição, gestão de produtos, design, *branding* e marketing. Assim, a inovação depende da divisão global do trabalho para integrar novas tecnologias em ciclos rápidos de produtos.

## **2.5. Efeitos das ferramentas ou processos de estruturas de Inovação na globalização**

A inovação tem permitido que as corporações multinacionais se globalizem devido à necessidade de dispersão global dos seus negócios. Estas empresas selecionaram países em desenvolvimento e mercados emergentes como alvos de investimento direto estrangeiro. Essas empresas mudaram de estratégias de aproveitamento para estratégias de exploração. O primeiro envolve a implementação de estratégias de expansão de mercado para focar a inovação na adaptação de mercadorias e serviços a novos mercados. No entanto, este último envolve o acesso a capacidades e conhecimentos especializados vinculados a locais específicos. O objetivo é explorar e conectar-se ao conhecimento indisponível nas economias locais dessas empresas (CHOQUETTE E. *et al.* 2021).

A interação entre a dinâmica locacional e as estratégias de investimento das empresas multinacionais criou um ambiente de inovação atraente para a economia anfitriã, como capacidades de inovação e estruturas institucionais (CHOQUETTE E. *et al.* 2021). Assim, as ferramentas de inovação permitiram que as empresas se globalizassem, atingindo as metas esperadas. A Toyota usou a inovação através do *Lean Startup* para alcançar a globalização, e este tem sido principalmente o modelo inovador na Ásia (CHEN J. & YIN X. 2019). ROLDAN CORREA M. A. (2019) afirma que a empresa se concentra na busca de feedback dos trabalhadores, iteração rápida e fabricação de pequenos pontos. O feedback dos clientes também é relevante para a Toyota, e a empresa vem coletando esses dados. Por exemplo, os princípios do sistema de desenvolvimento de produtos são eficientes, mas os clientes têm percepções variadas em relação aos sistemas multimídia e de navegação. Assim, a Toyota lançou um tablet

Android como MVP e conectou-o ao carro para facilitar a interação cliente-veículo (ROLDAN CORREA M. A. 2019).

Algumas empresas estão a usar o *Scaled Agile – framework* utilizada para escalar agilidade – para promover a colaboração e criar produtos melhores e mais rápidos com equipas alocadas globalmente, existem várias frameworks de escalabilidade ágil, na sua maioria frameworks proprietárias como o *Scrum@Scale* ou o *SAFe*, estas *frameworks* condensam um conjunto de técnicas de inovação e estruturam-nas de forma a serem escaláveis globalmente (PUTTA A. *et al.* 2018). A exemplo, a Spotify inventou o modelo Spotify com várias partes móveis, que usa “tribos” – squads – de forma a obter um modelo ágil escalado. *Squads* são unidades fundamentais de desenvolvimento e auxiliam no funcionamento regular do modelo ágil escalado (SALAMEH A. & BASS J. M. 2020). Cada squad funciona como uma *startup* com todas as habilidades necessárias na construção de produtos, e essas habilidades envolvem engenharia, design e teste. As equipas são auto-organizadas e cada squad seleciona a estrutura que mais lhe convém, como *Kanban* ou *Scrum*, para se encaixar nas suas funções. Os squads têm missões de longo prazo e fatias do produto esperadas na empresa. De um modo geral as empresas passam a ter “tribos” que funcionam sozinhas sem necessariamente se isolar da empresa, garantindo a colaboração entre várias “tribos” globalmente, promovendo a comunicação informal. O modelo cria autonomia que estimula a experimentação, colaboração, confiança e transparência para desenvolver produtos melhores (SCHOOL P. 2021).

## **2.6. Escalabilidade de mercado das empresas através da Inovação – Exemplos de startups globais**

A escalabilidade funcionou melhor para empresas inovadoras, diferenciando-as das empresas “padrão”. O modelo separou a Apple da Asus, a Uber das empresas de táxi convencionais e a Amazon das lojas de retalho convencionais. A Amazon começou como uma loja online focada na venda de mercadorias internas. No entanto, a empresa alcançou escalabilidade ao permitir a hospedagem e entregas de produtos de terceiros. O objetivo era aumentar o número de produtos vendidos para permitir à empresa gerar ideias e aumentar os incentivos para o retorno dos clientes (MÉDA P. 2016). Assim, a empresa usou escalabilidade autoalimentada com base na disponibilidade da Internet, o

que significa que indivíduos conectados beneficiariam a Amazon aumentando as vendas (DINESH S. & MUNIRAJU Y. 2021).

A Uber implantou a escalabilidade replicativa, uma ideia emprestada da Ikea, Starbucks e McDonald's. O objetivo era construir um negócio local e autónomo que se tornasse lucrativo, permitindo que a Uber entendesse as operações e implementasse um *template* em múltiplas configurações culturais e geográficas para agregar valor e gerar uma marca em rede (TÄUSCHER K. & KIETZMANN J. 2017). A empresa centralizou serviços como marketing e recursos humanos para gerar economias de escala em vez de adotar um modelo de franquia. A Uber implementou o modelo em várias cidades para se escalar globalmente (MÉDA P. 2016).

A Apple implementou a escalabilidade da plataforma no seu modelo de negócios, ao contrário do franchising. O objetivo sempre foi criar capacidades excelentes para administrar negócios específicos que se adaptassem às oportunidades de mercado (ABBOTT M. L. & FISHER M. T. 2015). Os impactos inovadores da Apple se repercutiram pelo mundo, a exemplo MÉDA P. (2016) refere que, quando a Apple removeu o conector de áudio dos iPhones, obrigou os fabricantes de auriculares de terceiros a encontrar soluções compatíveis. Também criou um ecossistema de dispositivos que funcionam perfeitamente usando software interno. O objetivo de todas as decisões que a empresa toma é alavancar e impor sua posição dominante, obrigando fornecedores e clientes terceirizados a seguir a tendência.

### **3. METODOLOGIA**

A presente investigação adotou como metodologia de pesquisa a revisão de literatura. A revisão de literatura busca apresentar o panorama teórico existente quanto ao tópico discutido (MOREIRA W. 2004). O objetivo foi analisar um conjunto de casos de estudo *in loco* pertinentes, onde países e empresas selecionados enfrentaram desafios atrelados à globalização e inovação, e como estes enfrentaram estes desafios.

#### **3.1. Questões de pesquisa**

Esta investigação tem como base o confronto das questões:

- Frente aos desafios atrelados à globalização e alargamento da competição, quais os métodos de inovação países e empresas podem utilizar para manter as suas vantagens competitivas?
- Como as empresas e os países usaram ferramentas e estruturas de inovação para se manterem relevantes frente à competição global promovida pela globalização?

### **3.2. Objetivos**

A pesquisa tem os seguintes objetivos:

- Elucidar ferramentas e *frameworks* de inovação disponíveis para empresas no mundo moderno.
- Explicar como empresas e países utilizaram ferramentas e estruturas de inovação para se adaptar a um mundo perturbado pela globalização.
- Discutir como empresas e países implantaram ferramentas e estruturas de inovação para alcançar vantagem competitiva global.
- Fornecer exemplos de casos de empresas e países que implantaram ferramentas e estruturas de inovação para alcançar a competitividade global.

## **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Neste tópico são apresentados os resultados da pesquisa desenvolvida sobre o uso do planejamento com BSC e a relação com a gestão do conhecimento para subsidiar uma pequena empresa em suas práticas, rotinas e ações de forma a tornar-se perene ao longo do tempo. Para execução da pesquisa, foi estabelecido um protocolo de pesquisa para uso durante a coleta de dados de forma a garantir maior rigor e cientificidade ao estudo de caso único.

## **4.1. Estudos de Caso em Seis Países**

### **4.1.1. Estónia**

#### **A. Problema**

A Estónia é um dos países bálticos com uma população de cerca de 1,3 milhões de habitantes em 2020. A nação é uma das mais setentrionais e menores entre os bálticos e tornou-se um modelo crítico para inovação e digitalização. O país é único a partir de um contexto cultural e linguístico e inicialmente separado dos centros de conhecimento nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. No entanto, a nação tem uma relação estreita com a Finlândia, permitindo-lhe receber transmissão de televisão finlandesa em Tallinn, a capital, localizada a apenas oitenta quilómetros da capital finlandesa, Helsínquia (HÖGSELIUS P. 2005). O país carecia de produtos para competir globalmente depois de conquistar a independência da União Soviética há três décadas. A nação carecia de vantagens para receber investimentos estrangeiros diretos ou aceitar o estabelecimento de empresas estrangeiras devido a um mercado interno minúsculo. A economia fraca dependia da Rússia, e ainda usava a tecnologia e os sistemas educacionais da União Soviética. Assim, era impossível formular estruturas e políticas internas sem a Rússia. A Estónia não tinha uma compreensão adequada da participação na política e a cultura se opunha à inovação. Vários pontos de vista políticos entraram em conflito e competiam, como o socialismo ultrapassado e a liberdade do ponto de vista económico e tributário (KRASNIQI B. *et al.* 2020).

#### **B. Solução inovadora e benefícios – Inovação em rede**

O caso da Estónia representa como os governos das nações em desenvolvimento podem transformar as suas culturas por meio da inovação, tornando-se impulsionadores da digitalização e usando iniciativas disruptivas para atrair investimentos estrangeiros diretos. O país tornou-se inovador ao usar a digitalização no início da década de 1990, criando um governo 24 horas por dia, 7 dias por semana, baseado em produtos digitais em vez de registos em papel. O país integrou serviços eletrónicos privados e públicos, obrigando todos os aspetos da vida da Estónia a serem realizados on-line, exceto vendas de casas, divórcio e casamento. O país aumentou o acesso à Internet em 2000, tornando-a fundamental para sua economia (KRASNIQI B. *et al.* 2020).

A metodologia usada pela Estónia foi a inovação em rede, em que a rede conectada descentralizou a infraestrutura da Estónia, aumentando a quantidade de dados sobre indivíduos, garantindo ao mesmo tempo o cumprimento da legislação de proteção de informações. Assim, recebeu investimento estrangeiro direto a partir de 2000, permitindo a proliferação de empresas verdes, biotecnologia e tecnologia da informação com base em planeamento financeiro competitivo, sistema monetário conversível, livre comércio e orçamento protegido. No trabalho de KRASNIQI B. *et al.* (2020) este identifica que, o país tem políticas sólidas sobre direitos de propriedade, intervenção governamental, comércio e investimento. A Microsoft tem a sua sede europeia na Estónia e os programadores do país codificaram o Hotmail – atual Outlook – e o Skype. Em 2019, o investimento direto estrangeiro total foi de US\$ 3 bilhões em comparação com metade do valor em 2018. Noventa e quatro por cento de todos os residentes têm cartões de identificação eletrónicos usados para fazer assinatura eletrónica.

#### **4.1.2. Kosovo**

##### **A. Problema**

Kosovo é uma nação pequena e uma das nações mais pobres da Europa. A taxa de desemprego do país foi a 47,5% em 2008 e em 2018, o número caiu para 29,4%, o mais alto da região latente onde se encontra (KRASNIQI B. *et al.* 2020). As *startups* carecem de ecossistemas de suporte e a maioria das empresas concentra-se em serviços e comércio. Eles precisaram de apoio formado por prestadores de serviços empresariais, educadores, investidores, empresas, instituições e empreendedores. O país carecia de um ambiente para apoiar os negócios e mostrou espaço adequado para melhorias, apesar de estar entre os vinte melhores ambientes de negócios mais melhorados (MAHMUTAJ L. R. & KRASNIQI B. 2020).

##### **B. Solução inovadora e benefícios – Inovação estrutural**

Kosovo é um excelente exemplo de incubação de tecnologias de informação e comunicação após uma guerra que transformou a nação. O país vem avançando em direção à inovação, a título de exemplo, ao permitir que a Noruega, em 2012, construísse projetos, especialmente no âmbito das tecnologias da informação. O objetivo tem sido identificar externalidades, encontrar *stakeholders* e estabelecer o país

como um polo de inovação. Formou um centro de inovação que poderia combinar e configurar recursos externos (Noruega) e internos (Kosovo) para explorar oportunidades no mercado. Assim, o Centro de Inovação Kosovo tem focado na redução da influência política, apoio ao desenvolvimento de negócios de base comercial, inovação e empreendedorismo, estratégias visionárias, aumento de recursos financeiros e pessoais, gestão profissional e localização estratégica num país com, mais de 50 por cento de a população com idade inferior a trinta anos, com 1,8 milhões de indivíduos (KRASNIQI B. *et al.* 2020).

O Centro de Inovação Kosovo oferece oportunidades para seus jovens competirem e aprenderem com os seus pares globais. Aumentou os espaços de *coworking* para identificar equipas, freelancers e talentos para se envolverem em projetos que poderiam se tornar empresas registadas (MAHMUTAJ L. R. *et al.* 2019). O Centro de Inovação Kosovo também se envolveu em treinamentos para permitir que utilizadores inovadores e iniciantes desenvolvam e aumentem as capacidades técnicas para se destacar no progresso profissional. Por exemplo, a *Blockchain Academy* treina indivíduos por três meses no desenvolvimento e auditoria de aplicativos baseados em Ethereum – cripto moeda (KRASNIQI B. *et al.* 2020). Consequentemente, a inovação aumentou devido a eventos sociais e multimídia, conferências, lançamentos de produtos, *bootcamps*, competições, webinars, feiras e *workshops* (MAHMUTAJ L. R. *et al.* 2019).

O caso do Kosovo demonstra como a colaboração internacional e o investimento externo podem ser fatores essenciais para a promoção da inovação, através da concessão de recursos essenciais. A colaboração entre o Kosovo e a Noruega possibilitaram a implementação de métodos de inovação estrutural e criaram um ambiente ideal para atrair novos investimentos externos e participação de empresas no Centro de Inovação Kosovo.

### **4.1.3. Uzbequistão**

#### **A. Problema**

O Uzbequistão enfrentou uma eficiência reduzida para os agricultores devido à concorrência nos mercados de alimentos. Não conseguiu lidar com a questão, apesar das

fusões forçadas de entidades económicas e empresas. A legislação foi insuficiente para atrair investidores para empresas relacionadas com a agricultura. Os clusters de negócios não conseguiram interagir do ponto de vista legal, económico e organizacional, ameaçando as empresas baseadas na agricultura. O país não conseguiu definir o cluster da melhor forma possível para evitar complicações indesejadas (NARINBAEVA G. *et al.* 2021). A nação carece de princípios para formar previsões para desenvolver parâmetros de seleção de empresas e clusters agrícolas regionais em que devem participar. Também não conseguiu formar uma estrutura para monitorar a eficiência e eficácia do cluster (KRASNIQI B. *et al.* 2020).

## **B. Solução inovadora e benefícios – Inovação aberta**

O país está a trabalhar nas recomendações da iniciativa das Indústrias Culturais e Criativas da Bulgária. A Bulgária usou a inovação aberta que se concentrou na criação de inovações, conceitos e ideias nas indústrias de turismo, automotiva, cinematográfica, têxtil e de tecnologia da informação. Consequentemente, resultou num aumento das exportações de US\$ 0,4 bilhões para US\$ 1,4 bilhões entre 2003 e 2008 (KRASNIQI B. *et al.* 2020). A seguir o exemplo da Bulgária o Uzbequistão já está nesse caminho e encontra-se a construir parcerias no setor agrícola que implementem a cooperação entre instituições académicas e políticas urbanas, exemplo disso é o caso da província de Tashkent onde no período de 2017 mais de 2422 novas entidades agrícolas foram criadas na região, o uso da inovação aberta foi crucial para o avanço dos novos *players* locais na agricultura, pois o acesso a tecnologias provenientes do modelo permitiram um grande corte de custos (20-25%) em relação ao passado (NARINBAEVA G. *et al.* 2021).

### **4.1.4. Geórgia**

#### **A. Problema**

A Geórgia era um destino turístico popular durante a era soviética, com cerca de 4,5 milhões de visitas turísticas por ano. O modelo era baseado no coletivismo forçado e uma economia centralizada. O turismo despencou quando o país caiu em lutas, guerras e tensões políticas. A deterioração da infraestrutura existente ocorreu devido à falta de reformas e novos investimentos, considerando que o país havia se concentrado na



produção de vinho, frutas e chá durante a era soviética. O governo concentrou-se no turismo de massa sem desenvolver a sua contraparte rural. O país perdeu padrões críticos de qualidade e projetos internacionais (KHARTISHVILI L. *et al.* 2019). Dessa, o conhecimento empresarial foi um desafio, e o país não conseguiu fornecer fontes alternativas de renda nas regiões rurais. Por exemplo, a falta de conhecimento sobre a comunicação de serviços turísticos e a operação de pousadas levaram a uma queda no negócio outrora lucrativo (KRASNIQI B. *et al.* 2020).

## **B. Solução inovadora e benefícios – Inovação de processo**

A Geórgia assumiu uma abordagem de baixo para cima para a inovação que apoiou as corporações multinacionais para ajudar a economia durante a transição. O país concentrou-se na criação de núcleos e associações para exportação conjunta, marketing, treinamento e gestão da qualidade (PARESISHVILI O. *et al.* 2017). Cooperou com empresas internacionais para transferência de conhecimento e capacitação, uma metodologia de inovação aberta e de processo.

A Geórgia desenvolveu regulamentos e padrões de qualidade para pousadas e produtos agrícolas. Também promoveu o turismo central com redes globais e empresas de gestão de destinos. O país adaptou uma estratégia de dez anos para desenvolver o turismo em áreas urbanas e rurais. A Geórgia aumentou a cooperação entre facilitadores públicos e privados para elaborar padrões e fornecer fundos conjuntos para projetos (KRASNIQI B. *et al.* 2020). Assegurou que a base para o turismo rural envolvesse valores culturais, agricultura tradicional e recursos locais para garantir que se tornasse uma fonte alternativa de receita para os habitantes rurais.

Os resultados envolveram o desenvolvimento do turismo de aventura, agrícola e rural com um aumento nas chegadas globais a partir de 2009 de um insignificante indivíduo para cerca de oito milhões (PARESISHVILI O. *et al.* 2017). O turismo representou cerca de sete por cento do produto interno bruto da Geórgia em 2017 e a maioria dos turistas, oitenta e quatro por cento, veio de vizinhos como Rússia, Turquia, Armênia e Azerbaijão.

O caso da Geórgia mostra-nos a recuperação de um setor em declínio no país. Através da inovação, treinamento e atualização de processos e regulamentações, o país

foi capaz de reviver o setor turístico e tirar partido de uma indústria lucrativa com a qual já tinha certa experiência, além de expandir a capacidade do seu setor turístico para áreas rurais e promover o desenvolvimento destas.

#### **4.1.5. Roménia**

##### **A. Problema**

A Roménia foi líder nas exportações de vestuário e têxteis entre 1990 e 2000. No entanto, perdeu esta posição devido à adesão à União Europeia, aumento da globalização, liberalização do comércio internacional, evolução da moeda nacional e aumento dos salários sem aumento significativo da produção. O país enfrentou forte concorrência de nações apoiadas por ajudas estatais e políticas como México, Paquistão, Índia, China e Turquia (CEPTUREANU E. G. *et al.* 2018). Setores tradicionais como agricultura, alimentos, madeira e móveis e têxteis sofreram entre 2013 e 2015 devido à proliferação das cadeias de suprimentos globais. O país também estava em confinamento, impactando a indústria têxtil por meses durante a pandemia de SARS-CoV-2. Este último culminou em cadeias de suprimentos globais interrompidas e o país teve que se adaptar à tecnologia que requer altas habilidades para funcionar (ANTONESCU D. 2020). A Roménia tinha uma capacidade de produção significativa e uma tradição milenar no setor têxtil, mas os gastos em pesquisa e desenvolvimento representavam apenas um por cento da indústria de manufatura (KRASNIQI B. *et al.* 2020).

##### **B. Solução inovadora e benefícios – Inovação de processo**

A Roménia concentrou-se na modernização de setores convencionais por meio de um aprofundamento da cadeia de valor focado em redes e competências. O país procurou contornar o problema aumentando a inovação nos clusters têxteis. O objetivo era reunir recursos para reduzir despesas desnecessárias que reduziriam a capacidade de inovar (CEPTUREANU E. G. *et al.* 2018). Usou a inovação de processo para criar um núcleo destinado a apresentar ajuda monetária e não monetária para desenvolver pequenas e médias empresas. Um gerente de núcleo visitava todas as empresas para revisar os processos de negócios e auditar a inovação antes de recomendar o melhor caminho num prazo curto e delineado. Os membros do núcleo apoiam-se uns aos outros

para implementar medidas específicas, como gerar projetos e mapear competências. A colaboração em núcleos implicou que a indústria têxtil se tornasse coesa, os membros podiam determinar empresas de interesse que mostrassem potencial para inovar. As auditorias de inovação foram cruciais, pois concentraram-se em gestão de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, novos mercados, novos processos e produtos, *networking* e gestão e cultura da inovação (KRASNIQI B. *et al.* 2020). As empresas passaram a conseguir promover serviços e definir serviços e atividades para melhorar o sucesso em empreendimentos específicos.

Mais uma vez, os métodos de inovação foram utilizados para atualizar uma indústria que já detinha importância no país. Similar ao caso da Geórgia, a Romênia já tinha experiência com o setor que buscou desenvolver. Entretanto, seu principal desafio estava no fato de não ter buscado atualizar processos tradicionais e ver-se em desvantagem no mercado global.

#### **4.1.6. Portugal**

##### **A. Problema**

Portugal dependia fortemente do modelo de inovação fechada antes da virada do milênio. Baseava-se em envolver e motivar trabalhadores altamente especializados no ambiente de trabalho e competir protegendo a propriedade intelectual, gerando as melhores ideias e levando produtos ao mercado sem considerar o impacto de outras empresas (TEIXEIRA A. & LOPES M. 2012).

O problema é que, uma vez confrontado com um sistema altamente globalizado e empresas internacionais, o desenvolvimento industrial português era pífio. A falta de uma indústria interna robusta tornou o país altamente dependente de importações e do mercado internacional. Sem desenvolvimento interno, Portugal viu-se dependente primariamente do turismo, mas sem uma produção local que respondesse às suas necessidades.

##### **B. Solução inovadora e benefícios – Inovação aberta**

Portugal, agora, aposta na inovação aberta para absorver e transferir tecnologia e conhecimento. Foi utilizado, o modelo, no lançamento de novas empresas spin-off,

fusões e aquisições, relações entre empresas e sistemas tecnológicos, parcerias de desenvolvimento e licenciamento de propriedade intelectual (TEIXEIRA A. & LOPES M. 2012). O modelo de inovação aberta que o país utilizou abrangeu mais de 25% de todas as empresas e contou com tecnologia da informação e comunicação. O país é o novo polo tecnológico que permite que várias multinacionais trabalhem no país. A América do Sul fornece mão de obra barata para impulsionar a indústria e Portugal permite que os indivíduos obtenham o status de residente não habitual. A disposição permite que os sul-americanos obtenham um status fiscal favorável sobre a renda por dez anos (AICEP 2021).

## **4.2. Estudos de Caso em Seis Empresas**

### **4.2.1. Gillette - Modelo de Lucro**

A empresa usou o modelo de lucro apelidado internamente de “navalhas e lâminas” que funcionou por vários anos e permitiu que outras indústrias, como o café em cápsula, cartuchos e impressoras, o adotassem (KEELEY L. *et al.* 2013). A empresa começou a vender suportes para as lâminas a um custo relativamente baixo, mas cobrava preços altos pelas lâminas. Assim, o modelo de lucro evoluiu quando a empresa testou o esquema, eliminando assim a necessidade de estender o ciclo de vida de seus produtos. Em vez disso, a Gillette optou por fornecer duas lâminas que mais tarde evoluíram para cinco ao longo dos anos. A Procter & Gamble adquiriu a empresa e expandiu o modelo de lucro com a aquisição da The Art of Shaving em 2009 (NEFF J. 2009). A Gillette conseguiu maximizar o modelo de lucro vendendo cada vez mais modelos de cabos de barbear baratos enquanto as lâminas descartáveis promoviam o lucro.

### **4.2.2. Natura - Inovação Aberta**

De acordo com (ADES C. *et al.* 2013), a Natura é uma marca brasileira presente em França e em sete países da América Latina. Pratica a inovação aberta que começou em 2006. É líder em distribuição de venda direta, cuidados pessoais, fragrâncias e cosméticos. A Natura focou no alinhamento estratégico com a inovação aberta devido à disponibilidade de recursos do governo brasileiro. A administração acreditava que as universidades poderiam permitir que a empresa se tornasse credível se se tornassem

parceiras. Criou uma unidade central com onze membros seniores e um vice-presidente para inovação aberta, dividida em licenciamento e financiamento, relacionamento entre unidades de pesquisa, empresa e universidades, processos e projetos e proteção intelectual. Um Comitê Gestor da Rede recebeu sugestões de parcerias e formulou contratos de serviços ao lado de pesquisa básica, científica e técnica.

A abordagem de baixo para cima permitiu que a empresa aumentasse a abertura e os processos de pesquisa interna. A Natura, estruturou plataformas de pesquisa para contratar parceiros e lançou o Natura Campus para amalgamar colaborações.

#### **4.2.3. Fabindia – Ferramenta de Inovação Estrutural**

A empresa é uma retalhista de artigos para o lar, roupas e tecidos na Índia e iniciou os seus negócios em 1960. Começou a vender artigos de decoração para clientes internacionais e assessorando as empresas de artesanato do governo em tecidos para teares manuais. Fabindia aventurou-se no retalho em 1976 e fez do modelo o core business depois de vinte anos (TANDON S. 2016). A empresa conseguiu fornecer aos artesãos rurais emprego sustentado e comercializar os projetos de teares manuais da Índia para o mundo, adotando um modelo de inovação estrutural. Começou a interagir com artesãos em 1991, permitindo-lhes trabalhar a partir de casa ou em grupos. Fabindia tem agora mais de 350 fornecedores dos 611 distritos administrativos da Índia (BUREAU I. 2008). A empresa tinha mais de quinze mil artesãos em 2008 e cinquenta e cinco mil em 2016 e está ainda em desenvolvimento com o objetivo de aumentar o número de lojas existentes (BUREAU I. 2008, TANDON S. 2016).

#### **4.2.4. Hindustan Unilever - Inovação de processo**

Com sede em Mumbai, na Índia, a empresa é subsidiária da Unilever. Ele lida com produtos de consumo como purificadores de água, cuidados pessoais, agentes de limpeza, bebidas e alimentos. A Hindustan Unilever inicialmente vendia produtos em embalagens multiuso ou garrafas grandes. Em seguida, implementou inovação de processo que permitiu desagregar os primeiros para vendê-los em compostos menores para casos de uso único. O objetivo era atender a grande população da Índia que não tinha predisposição ou renda para comprar grandes quantidades de mercadorias. A empresa argumentou que o número de indivíduos ricos na Índia era muito menor do que

o de pobres, o que implicava que ela precisava participar de todos os segmentos de mercado para aumentar sua participação no mercado (RAJ K. & AITHAL P. 2018).

#### **4.2.5. Zappos - Inovação de processo - Framework lean startup**

A Zappos é uma retalhista online que implantou o modelo de lean startup. Nick Swinmurn fundou a empresa em 1999, com foco na venda de diversas bolsas e sapatos. Ele pretendia vender sapatos na Internet, mas não tinha certeza se o mercado estava pronto para uma grande mudança. A experiência e o capital do fundador poderiam ter lhe permitido avaliar redes convencionais, construir canais de distribuição, desenvolver estruturas de inventário ou comprar ações. Ao invés, Swinmurn optou por vender sapatos na web, começando com produtos viáveis para implementar o seu negócio. Ele fotografou mercadorias de lojas de calçados locais antes de publicá-las na Internet. Sempre que os clientes faziam pedidos, Swinmurn retornava a uma determinada loja, comprava a mercadoria especificada e enviava o produto ao cliente (ROLDAN CORREA M. A. 2019). O modelo provou valer a pena, pois permitiu que a Zappos se tornasse um negócio de US\$ 1,2 bilhões que a Amazon adquiriu em 2009 (MCCLAIN J. 2021). O exemplo mostrou que o modelo lean startup pode auxiliar empreendedores na criação de negócios de sucesso e de geração rápida de valor para os clientes e de forma assertiva.

#### **4.2.6. Panera Bread - Inovação de processo - Ágil em escala**

A empresa possui mais de 1.700 cafés e padarias no Canadá e nos Estados Unidos. Sempre sentiu a necessidade de implementar soluções tecnológicas para responder às necessidades de negócios em rápida mudança e dar suporte ao alto crescimento. A empresa iniciou workshops voltados ao treinamento ágil. Uma vez que eles se tornaram bem-sucedidos, a Panera Bread concentrou-se na estrutura Disciplined Agile Delivery, para a construção dos seus sistemas de informação. Implementou as ferramentas em todos os pontos de venda, levando a melhores relações entre o negócio e a tecnologia da informação, soluções de alta qualidade e entrega frequente. A transparência também melhorou devido à redução do risco de falhas de comunicação e reuniões desnecessárias, permitindo que a empresa se expandisse além do mercado localizado inicial (AMBLER S. 2013).

## CONCLUSÃO

O desenvolvimento tecnológico, mediático e de meios de transporte impulsionaram o mundo para uma nova era global, onde o relacionamento internacional ganhou novas possibilidades, e empresas viram-se capazes de desenvolver novas cadeias de produção globais. Entretanto, estes desenvolvimentos trouxeram consigo novos desafios, tanto no âmbito empresarial, como na esfera político-econômica.

A globalização obrigou as empresas nos mercados locais a adaptarem-se aos mercados globais em constante mudança. A partir dos anos 2000, corporações multinacionais escolheram países em desenvolvimento e mercados emergentes como alvos de investimento estrangeiro direto, aumentando os recursos disponíveis para pesquisa e desenvolvimento.

A presente investigação procurou responder a duas questões, quais métodos de inovação podem ser utilizados por países e empresas para manterem suas vantagens competitivas, e como estes utilizaram ferramentas e estruturas de inovação para se manterem relevantes frente à competição global promovida pela globalização.

As estruturas de inovação identificadas incluíram inovação em rede, em estrutura, aberta, de processo, modelo de lucro, já algumas das ferramentas e frameworks foram, o ágil, design thinking, lean start-up, entre outras. Através de uma revisão de literatura de diversos casos de estudo, foi demonstrado como seis países e seis empresas adotaram métodos e frameworks de inovação para desenvolverem vantagens competitivas.

Os países entenderam que a melhor maneira de se adaptar a um mundo perturbado pela globalização é aceitar o conceito e implantá-lo em polos de inovação e clusters de negócios. Estes são evidentes na Geórgia e na Roménia, mas o principal fator tem sido a colaboração entre países como Estónia e Finlândia ou Kosovo e Noruega. Todos os estudos de caso ressaltam a correlação entre tecnologia da informação, educação, pesquisa e desenvolvimento e inovação a nível de país e a nível global.

Já no quesito empresarial a inovação de processo é a mais comum e evidente

dado que as empresas conseguem possuir um controlo maior sobre a mesma, é importante no entanto refletir que os casos apresentados são exemplos de sucesso de implementação de estruturas e métodos de inovação, e como tal foram selecionados tendo esse propósito, como tal a pesquisa apresenta certas limitações, primariamente por não apresentar os insucessos, bem como a amostra de casos apesar de válida poderia ser complementado por um maior estudo com um critério mais analítico.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABBOTT M. L.& FISHER M. T. (2015). *The art of scalability: Scalable web architecture, processes, and organizations for the modern enterprise*, Addison-Wesley Professional.

ADES C., et al. (2013). "Implementing open innovation: The case of natura, IBM and Siemens." *Journal of technology management & innovation* 8: 57-57.

AICEP (2021). *Portugal: A Top Tech Destination*. Invest in Portugal. AICEP Portugal Global, AICEP Portugal Global.

AMBLER S. (2013). *Case study: Disciplined Agile Delivery adoption*. Corporate Agility, Corporate Agility.

ANG C. (2021). "Ranked: The Most Innovative Companies in 2021." *Technology*. Disponível em: <<https://www.visualcapitalist.com/ranked-the-most-innovative-companies-in-2021/>>, Acesso em: 10/02/2022.

ANTONESCU D. (2020). "Supporting small and medium size enterprises through the COVID-19 crisis in Romania." *Central European Journal of Geography and Sustainable Development* 2(1): 38-57.

ARONSON J. K. (2008). "Something new every day: defining innovation and innovativeness in drug therapy." *The Journal of ambulatory care management* 31(1): 65-68.

BANFIELD R., et al. (2015). *Design sprint: A practical guidebook for building great digital products*, " O'Reilly Media, Inc."

BASHIR M.& VERMA R. (2019). "Internal factors & consequences of business model innovation." *Management Decision*.



BINDRA J. (2021). "America's exit from Afghanistan and semiconductor supply risks." Disponível em: <<https://www.livemint.com/opinion/columns/americas-exit-from-afghanistan-and-semiconductor-supply-risks-11630600510204.html>>, Acesso em: 12/02/2022.

BOUTELLIER R., et al. (2013). *Managing global innovation: uncovering the secrets of future competitiveness*, Springer Science & Business Media.

BRECHNER E. (2015). *Agile project management with Kanban*, Pearson Education.

BREUER H.& LÜDEKE-FREUND F. (2017). "Values-based network and business model innovation." *International Journal of Innovation Management* 21(03): 1750028.

BUREAU I. (2008). "Fabindia focusing on community-owned companies." *Fabindia focusing on community-owned companies*. Disponível em: <<https://www.indiaretailing.com/2008/02/22/retail/fabindia-focusing-on-community-owned-companies/>>, Acesso em: 12/02/2022.

CEPTUREANU E. G., et al. (2018). "Impact of competitive capabilities on sustainable manufacturing applications in Romanian SMEs from the textile industry." *Sustainability* 10(4): 942.

CHEN J.& YIN X. (2019). *Connotation and types of innovation*. The Routledge companion to innovation management, Routledge: 26-54.

CHESBROUGH H. W. (2003). *Open innovation: The new imperative for creating and profiting from technology*, Harvard Business Press.

CHOQUETTE E., et al. (2021). "Globalization of Innovation: The Moderating Role of Project-level Investment Strategy and Country Type in Location Choice for R&D-related FDI." *Transnational Corporations Journal* 28(2).

CUTLER W.& KELVIN D. (2019). "China's developing country status in the WTO: time for an upgrade." *Asia Society Policy Institute*.

DE JONG M., et al. (2015). "The eight essentials of innovation." *McKinsey Quarterly - Strategy & Corporate Finance*. Disponível em: <<https://www.mckinsey.com/business-functions/strategy-and-corporate-finance/our-insights/the-eight-essentials-of-innovation>>, Acesso em: 15/02/2022.

DEDRICK J.& KRAEMER K. L. (2008). Globalization of innovation: the personal computing industry. 2008 Industry Studies Conference Paper.

DINESH S.& MUNIRAJU Y. (2021). "Scalability of e-commerce in the COVID-19 era." *International Journal of Research-GRANTHAALAYAH* 9(1): 123-128.

DRUCKER P. (2014). *Innovation and entrepreneurship*, Routledge.

FOWLER M.& HIGHSMITH J. (2001). "The agile manifesto." *Software development* 9(8): 28-35.

FRANKENBERGER K., et al. (2013). "Network configuration, customer centricity, and performance of open business models: A solution provider perspective." *Industrial Marketing Management* 42(5): 671-682.

FREEMAN R., et al. (1987). *Technology, policy, and economic performance: lessons from Japan*, Burns & Oates.

GAHAN P., et al. (2021). "Between fit and flexibility? The benefits of high-performance work practices and leadership capability for innovation outcomes." *Human Resource Management Journal* 31(2): 414-437.

GASSMANN O., et al. (2010). "The future of open innovation." *R&d Management* 40(3): 213-221.

GORODNICHENKO Y., et al. (2010). "Globalization and innovation in emerging markets." *American Economic Journal: Macroeconomics* 2(2): 194-226.

GREENACRE P., et al. (2012). "Innovation Theory: A review of the literature." Imperial College Centre for Energy Policy and Technology, London.

HÖGSELIUS P. (2005). *The dynamics of innovation in Eastern Europe: lessons from Estonia*, Edward Elgar Publishing.

KEELEY L., et al. (2013). *Ten types of innovation: The discipline of building breakthroughs*, John Wiley & Sons.

KHARTISHVILI L., et al. (2019). "Rural tourism in Georgia in transition: Challenges for regional sustainability." *Sustainability* 11(2): 410.

KRASNIQI B., et al. (2020). Case Studies on Innovation and Clusters from around the World.

KUHRMANN M., et al. (2018). Product-focused software process improvement. PROFES: International Conference on Product-Focused Software Process Improvement, Wolfsburg, Germany, Springer.

MAHMUTAJ L. R.& KRASNIQI B. (2020). "Innovation types and sales growth in small firms: Evidence from Kosovo." *South East European Journal of Economics and Business* 15(1): 27-43.

MAHMUTAJ L. R., et al. (2019). "Exploring driving factors and challenges of innovation in service firms: evidence from Kosovo." *International Journal of Technological Learning, Innovation and Development* 11(3): 215-244.

MANSFIELD E. (1968). "Industrial research and technological innovation; an econometric analysis."

MCCLAIN J. (2021). "Zappos Founder Nick Swinmurn Stomps Into Lavish Montecito Estate." Disponível em: <[https://finance.yahoo.com/news/zappos-founder-nick-swinmurn-stomps-065825411.html?guccounter=1&guce\\_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLmNvbS8&guce\\_referrer\\_sig=AQAAAJXSAXVR515bnW4H5rVbCDm1SfMzfPlr-Gvs95Acsejnn-60Jbv5uzFd4Xf2W1KRtUx2JcFurXJ-0WoC73RBTheUhABg3KCPePYFyagggvGGskkBmaAofYreouQHa1w8nf4TuNjZK\\_Y9OZ2K7xE-gtv2q8HT8yTIYQrkfF0ar6gH](https://finance.yahoo.com/news/zappos-founder-nick-swinmurn-stomps-065825411.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLmNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAAJXSAXVR515bnW4H5rVbCDm1SfMzfPlr-Gvs95Acsejnn-60Jbv5uzFd4Xf2W1KRtUx2JcFurXJ-0WoC73RBTheUhABg3KCPePYFyagggvGGskkBmaAofYreouQHa1w8nf4TuNjZK_Y9OZ2K7xE-gtv2q8HT8yTIYQrkfF0ar6gH)>, Acesso em: 12/02/2022.

MÉDA P. (2016). "How business scalability works." *Added Value Focus*. Disponível em: <<https://www.icopilots.com/added-value-focus/business-scalability-works-12853>>, Acesso em: 12/02/2022.

MILLER L. (2017). "Product innovation through computational prototypes and supercomputing." *Computing in Science & Engineering* 19(6): 9-17.

MOREIRA W. (2004). "Revisão de literatura e desenvolvimento científico:: conceitos e estratégias para confecção." *Janus* 1(1).

NARINBAEVA G., et al. (2021). Application of innovative technologies in agriculture of Uzbekistan. *E3S Web of Conferences, EDP Sciences*.

NARULA R.& ZANFEI A. (2005). "Globalisation of innovation." Handbook of innovation 19: 318-345.

NEFF J. (2009). "P&G buys Art of Shaving retail stores." Disponível em: <<https://adage.com/article/news/cpg-marketing-p-g-buys-art-shaving-retail-stores/137065>>, Acesso em: 12/02/2022.

OSTERWALDER A.& PIGNEUR Y. (2011). "Aligning profit and purpose through business model innovation." Responsible management practices for the 21st century: 61-76.

PARESISHVILI O., et al. (2017). "Rural tourism as a promising trend of small business in Georgia: Topicality, capabilities, peculiarities." Annals of Agrarian Science 15(3): 344-348.

PORTER M. E.& MILLAR V. E. (1985). How information gives you competitive advantage, Harvard Business Review Reprint Service.

PUTTA A., et al. (2018). Benefits and challenges of adopting the scaled agile framework (SAFe): preliminary results from a multivocal literature review. International Conference on Product-Focused Software Process Improvement, Springer.

RAJ K.& AITHAL P. (2018). "A 'Desi'Multinational—A Case Study of Hindustan Unilever Limited." International Journal of Case Studies in Business, IT and Education (IJCSBE) 2(1): 1-12.

REIS E. (2011). "The lean startup." New York: Crown Business 27: 2016-2020.

ROLDAN CORREA M. A. (2019). Lean Startup: Why companies should embrace a Lean methodology, Politecnico di Torino.

SALAMEH A.& BASS J. M. (2020). Heterogeneous tailoring approach using the spotify model. Proceedings of the Evaluation and Assessment in Software Engineering: 293-298.

SCHOOL P. (2021). "What is the Spotify model?". Disponível em: <<https://productschool.com/blog/product-management-2/spotify-model-scaling-agile/>>.

SCHUMPETER J. A. (1982). "The theory of economic development: An inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle (1912/1934)." Transaction Publishers.—1982.—January 1: 244.

SCHWARTZ M. S.& CRAGG W. (2017). R. Edward Freeman (2006), 'The Wal-Mart Effect and Business, Ethics, and Society', *Academy of Management Perspectives*, 20, pp. 38-40. *Corporate Social Responsibility*, Routledge: 539-542.

SCHWARTZ S. H. (2012). "An overview of the Schwartz theory of basic values." *Online readings in Psychology and Culture* 2(1): 2307-0919.1116.

SERRAT O. (2017). *Business model innovation. Knowledge solutions*, Springer, Singapore: 499-507.

TAFERNER B. (2017). "A next generation of innovation models? an integration of the innovation process model big picture© towards the different generations of models." *Review of Innovation and Competitiveness: A Journal of Economic and Social Research* 3(3): 47-60.

TANDON S. (2016). "Half a century and 55,000 artists later: Fabindia's journey from rural crafts to high-end stores." *Supply Chain*. Disponível em: <<https://qz.com/india/775968/fabindias-found-success-by-rewarding-local-artisans/>>, Acesso em: 12/02/2022.

TÄUSCHER K.& KIETZMANN J. (2017). "Learning from failures in the sharing economy." *MIS Quarterly Executive* 16(4): 253-263.

TEE C.-L., et al. (2018). "Globalisation and innovation activity in developing countries." *Institutions and Economies* 10(4).

TEIXEIRA A.& LOPES M. (2012). "Open innovation in Portugal." *Acta Oeconomica* 62(4): 435-458.

VIANNA M., et al. (2012). "Design thinking." *Inovação em negócios*.

WANG C., et al. (2019). "Effects of celebrity endorsement on firms' competition: from industrial organisation perspective." *Economic Research-Ekonomska Istraživanja* 32(1): 3230-3252.

WILLIAMS R. D.& CENTER P. T. C. (2020). *Beyond Huawei and TikTok: Untangling US concerns over Chinese tech companies and digital security*. SCHOOL Y. L. Yale Law School, Yale Law School.

**Capítulo 29 - DOI:10.55232/1083002.29**

**“E PROCLAMAMOS QUE NÃO SE EXCLUA NINGUÉM  
SENÃO A EXCLUSÃO”: O ENSINO DE HISTÓRIA EM  
DIREITOS HUMANOS, COM ÊNFASE NOS DIREITOS  
SOCIAIS**

**Eliana Pinheiro Muniz**

**RESUMO:** A pesquisa aborda o ensino dos Direitos Humanos a partir das aulas de História. O tema está presente na educação básica, bem como é debatido pela sociedade em geral. Sendo os Direitos Humanos uma construção política e histórica, a partir da pesquisa historiográfica e bibliográfica, pretendemos analisar sua historicidade e a relação com o ensino da disciplina História. Diante de uma sociedade profundamente desigual e injusta, refletir sobre os Direitos Humanos com ênfase nos Direitos Sociais se faz necessário. É mais necessário ainda, que os professores de história desempenhem seu trabalho em sintonia com os desafios educacionais apresentado ao longo do tempo nessa sociedade dependente e subdesenvolvida. Neste sentido, buscamos apresentar a trajetória histórica dos Direitos Humanos - a origem do termo e sua relação com os movimentos revolucionários burgueses. Procuremos entender a relação dessa história com a questão da cidadania no Brasil, país que ao tornar-se independente, manteve a Escravidão e excluiu a maioria da população da participação política. Por fim, analisemos a função social da escola atualmente, da educação em geral e do ensino de História em particular, em suas relações com o tema dos Direitos Humanos. Buscamos fazer uma reflexão teórica e conceitual sobre o papel da disciplina de História para a discussão e o estudo da questão dos Direitos Humanos e dos Direitos Sociais. Discutiremos a relação entre a teoria e a prática sobre o “ensinar e aprender” neste tema. Ao mesmo tempo, buscamos desenvolver conteúdo prático, voltado para as aulas de História, com a apresentação de propostas, tais como oficina para docentes, a elaboração de conteúdo por meio das mídias, como por exemplo, podcast sobre Direitos Humanos. Portanto, por meio de análise bibliográfica de cunho qualitativa e exploratória, esta pesquisa procura questionar a forma como os Direitos Humanos são abordados no Ensino de História. A importância deste estudo, cuja temática convida os indivíduos a serem mais humanos e empáticos, atitudes contrárias ao individualismo e aos posicionamentos de intolerância e de violência, vivenciados na realidade brasileira, inclusive a escolar. Assim, por meio do ensino de História em Direitos Humanos, pretendemos não apenas cumprir os conteúdos presentes na matriz curricular, mas articulados com os atores sociais que compõem a escola tornar conhecido os Direitos Sociais por meio do trabalho transversal a partir de metodologias ativas.

**Palavras-chave:** Palavras-Chave: Direitos Humanos, Direitos Sociais, Ensino de História.

## **INTRODUÇÃO**

É inegável o significado da retomada dos estudos histórico do tema transversal, Direitos Humanos na disciplina de História, principalmente quando se vive em um contexto tão conturbado onde as violações dos Direitos são constantemente naturalizados e quando se tem em conta a necessidade de repensar e reordenar uma tradição normativa, objetivando depurar criticamente determinadas práticas sociais, fontes fundamentais e experiências culturais pretéritas que poderão, atualmente, viabilizar o cenário para um processo de conscientização e emancipação.

A pesquisa procura entender no primeiro tópico as razões nas quais os Direitos Sociais conquistaram mais espaço no governo de Getúlio Vargas e em pleno golpe Civil Militar do que em outros períodos históricos, e fazendo uma comparação com a atualidade mostra alguns exemplos de retrocessos na área dos Direitos Humanos com ênfase nos Direitos Sociais principalmente neste desgoverno de Jair Bolsonaro.

Neste tópico, procuraremos ainda, reforçar que foram séculos de luta contra a opressão e a discriminação e que por essa razão as causas da escravidão brasileira, maior prova de violação dos direitos, precisam ser analisadas e refletidas nas aulas de história. Intencionamos refletir, ainda, sobre a nomenclatura “universal” presente em um dos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No segundo tópico adentramos no papel do ensino de história na abordagem do tema transversal dos Direitos Humanos partindo de autores (as) que também veem no Ensino de História uma oportunidade de explorar essa temática, analisando seus avanços e retrocessos. Também refletiremos sobre a função social da educação, da escola e da disciplina de história. Problematizamos a educação que temos, que continua segregativa e reprodutiva, na tentativa de conseguir a educação que queremos.

Todavia, alguns pontos com relação aos direitos fundamentais sociais, suscitaram controvérsias quanto à reforma desses direitos. Inclusive a questão ligada à cidadania. A polêmica que envolve o tema constitui objeto de profunda discussão, implicando vários argumentos jurídicos e políticos de diferentes períodos que são trazidos ao longo do texto. Traz-se ainda a reflexão teórica e conceitual do papel da disciplina de História para a discussão e o estudo da questão dos Direitos Humanos e dos Direitos Sociais. Discute-se também toda a teoria e prática sobre ensinar e aprender a questão dos Direitos Humanos, a partir da disciplina de História.

O último tópico intitulado: Práticas para o ensino sobre Direitos Humanos nas aulas de História, apresenta-se às várias propostas sobre o tema, organizadas e sistematizadas por meio de uma oficina para docentes com diversas propostas, entre elas a proposta de podcast etc.

## **METODOLOGIA**

O presente artigo parte da premissa de que para se compreender o ensino de História em Direitos Humanos que dispomos, precisamos antes assimilar a trajetória histórica dos Direitos, sua origem e ideologias basilares para que possamos sugerir práticas pedagógicas capazes de sintetizar as lacunas deixadas entre a teoria e a prática no modo de ensinar e aprender a disciplina de História em Direitos Humanos.

Nesta perspectiva, o artigo se organiza em três tópicos, que buscamos, no todo, analisar a historicidade dos Direitos Humanos e sua relação com o ensino de história, bem como, refletir sobre a trajetória histórica dos Direitos, sua origem e consequências da sua violação. Analisemos também a função social da escola, do ensino de História e práticas pedagógicas do professor (a) de história repensando a consciência histórica alcançada ao longo do tempo entre avanços e retrocessos vividos em diversas fases históricas.

Portanto, por meio de análise bibliográfica de cunho qualitativa e exploratória, este trabalho procura questionar a forma como os Direitos Humanos são abordados no ensino de história bem como reconhecer que muito já se conquistou neste segmento, porém ainda há muito a se fazer.

Daí a importância deste estudo cuja temática convida os indivíduos a serem mais humanos e empáticos. Lembra-se que o individualismo e o capitalismo têm mais ênfase do que o fim da exclusão e a desigualdade social. Entretanto, apesar da Constituição Federal de 1988 declarar no seu preâmbulo, que o Estado Democrático de Direito se destina a assegurar o exercício dos Direitos Sociais e, nos artigos 3º inciso III e 170 incisos VII, o objetivo de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais, o que se assiste atualmente é uma grande violação destes direitos. Este trabalho, por esta razão, tem a pretensão de corroborar na luta pela efetivação dos Direitos Humanos. Enfim, o objetivo desta pesquisa é entender os motivos os quais fazem com que os Direitos Sociais conquistados a partir de tantas lutas permaneçam no mais absurdo anonimato e que muitas vezes suas violações são naturalizadas. E assim, por meio do ensino de história em Direitos Humanos, não apenas cumprir os conteúdos presentes na matriz curricular, mas articulados com os atores sociais que compõem a escola tornar



conhecido os Direitos Sociais por meio do trabalho transversal a partir de metodologias ativas.

Nesta perspectiva buscaremos sistematizar uma oficina pedagógica objetivando analisar a historicidade dos Direitos Humanos e sua relação com o ensino de história e consequentes resultados da violação dos direitos em geral e dos direitos sociais. Apresentaremos diversas metodologias ativas e tecnologias de informação e comunicação (TICs) dentre elas: (análise de músicas; Padlet; nuvem de palavras (menti meter.com); pesquisa, aula invertida, integração na sala de aula, atividade online, produção de podcast (com o uso das mídias) e jogos digitais. Por meio desta oficina intitulada: Para que todos (as) saibam que não fiquemos calados: Direitos Humanos? Ou Humanos Direitos? Refletiremos sobre: a importância do mundo virtual e das tecnologias digitais na prática do professor (a) de história em direitos humanos; tornamos pública parte da pesquisa científica sobre o ensino de história em direitos humanos; estimulamos os nossos pares a lutarem contra o atual retrocesso, mediante tantas violações de direitos e descaso nas políticas públicas; apontaremos a desigualdade social e a pobreza como consequência das violações dos Direitos Humanos, cuja elevação se deu ainda mais pela pandemia COVID-19 e etc. Sendo assim, a pesquisa se apresenta como uma oportunidade para os nossos pares entrarem em contato com uma proposta recente destinada ao ensino de história em Direitos Humanos, demonstrando como é possível estimular os discentes a reconstruírem o saber histórico em sala de aula.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **HISTÓRICO, DESAFIOS E CAMINHOS DA TRAJETÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS**

Um dos marcos importantes do processo de Proteção Internacional dos Direitos Humanos é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 10 de dezembro de 1948, vindo a definir com precisão o elenco dos direitos e das liberdades fundamentais. Os Direitos Humanos precisam ser vistos como um agregado de direitos que deve ser assegurado a todos os seres humanos, independente das suas diferenciações de caráter biológico-natural, cultural-ideal e econômico-material - direitos esses adquiridos historicamente, no decorrer da modernidade. A Declaração estabelece duas categorias de direitos: os civis e políticos e os econômicos, sociais e culturais. Combina, desta maneira, o discurso liberal e o discurso social da cidadania, conjugando os valores da liberdade e da igualdade. Como bem sintetiza Flávia Piovesan (2013, p. 191),

No momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no momento em que vige a lógica da destruição, em que cruelmente se abole o valor da pessoa humana, torna-se necessária a reconstrução dos Direitos Humanos, como paradigma ético capaz de restaurar a lógica do razoável.

Mondaini (2010, p.57) suscita que “uma educação em Direitos Humanos”- em particular, uma “educação histórica em Direitos Humanos” - seja não apenas importante para o estudante no que diz respeito aos temas trabalhados em sala de aula como também imprescindível para a sua formação como sujeito de direitos, ou seja, para a sua afirmação como cidadão, pois, sem o conhecimento dos seus direitos reconhecidos legalmente pelo Estado, ou sem a consciência crítica que o estimule à luta por novos direitos legitimamente aceitos pela sociedade, o estudante, na verdade, qualquer indivíduo, dificilmente poderá ultrapassar as barreiras existentes à sua inclusão numa comunidade política.

A temática Direitos Humanos atrai olhares de muitos historiadores e intelectuais interessados em acompanhar as condições políticas, geopolíticas e sociais que resultaram no documento intitulado Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e a partir dela inúmeras convenções internacionais em defesa das minorias, não obstante as diversas situações de uso para defender interesses dos países hegemônicos da Ordem Internacional.

No intuito de construir uma história dos Direitos Humanos não há uma urgência maior do que levar esta discussão para o espaço da sala de aula como também para além do portão da escola, na sociedade como um todo evidentemente, por meio da disciplina de História. Mondaini (2010), a respeito dos Direitos Humanos constrói a seguinte metáfora:

A metáfora mais apropriada para se ilustrar a situação que envolve a presente proposta é aquela da construção de um barco, com o mesmo já estando em alto mar, em meio a uma tempestade, sob o risco de naufragar antes mesmo de soldadas as chapas de aço que compõe o seu casco e de instalados motor e hélice, respectivamente responsáveis pela segurança do barco e por levá-lo adiante. (MONDAINI, 2010, p. 56)

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2006, p.18), afirma que:

A educação é compreendida como um direito em si mesmo, e um meio imprescindível para o acesso a outros direitos. A educação ganha, portanto, mais importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, valorizando o respeito aos grupos socialmente excluídos. Essa concepção de educação

busca efetivar a cidadania plena para a construção de conhecimentos e desenvolvimentos de valores, atitudes e comportamentos além da defesa socioambiental e de justiça social.

Esta narrativa induz às questões relacionadas aos fatos históricos que proporcionaram os Direitos Humanos e mobilizaram grupos sociais excluídos a continuarem lutando por seus Direitos. Sendo a educação um Direito imprescindível para se alcançar outros direitos, como saber se todos os que não são sequer mencionados na escola e demais espaços públicos e privados, não serão negligenciados e cairão em desuso? Desta maneira torna-se urgente desenvolver processos formativos, para nossos professores de História em especial, que permitam articular diferentes dimensões - cognitiva, afetiva e sociopolítica - fundamentais para a educação em Direitos Humanos, assim como utilizar metodologias pedagógicas ativas, participativas e de construção coletiva que favoreçam educar-se em Direitos Humanos.

Conforme a Organização das Nações Unidas (ONU), os Direitos Humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. São garantidos legalmente em Lei, protegendo indivíduos e grupos contra ações que interferem nas liberdades fundamentais e na “dignidade” humana. De acordo com Mondaini (2010, p.57), “o terreno sobre o qual são erguidos os Direitos Humanos se apresentam como um verdadeiro “campo de conflitos”, dando forma a uma luta em torno daquilo que deve ser observado como “legítimo” pela sociedade. ”

Segundo o 5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil (2001-2010) o primeiro documento sobre os Direitos Humanos foi a Declaração Americana dos Direitos do Homem que foi elaborada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), três meses antes da Assembleia Geral da ONU ter proposto a DUDH. Somente em 1959, que a OEA decidiu estabelecer a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Para Mondaini (2010):

[...] coube a três processos históricos a tarefa de pavimentar a estrada para a passagem de uma “era dos deveres” para uma “era dos direitos”: No século XVII, a Revolução Inglesa; no século XVIII, a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa. (MONDAINI, 2010, p. 57)

Ainda segundo Mondaini esses três processos revolucionários se destacaram, entre outras coisas, pelo fato de terem introduzido na História as Declarações de Direitos. Essa transição da “era dos deveres” (regimes absolutistas) para a “era dos direitos” não

se deu de imediato. Países capitalistas na África, Ásia e América Central e do Sul que não passaram por experiências de revoluções socialistas, por exemplo, por muito tempo não tiveram seus Direitos Humanos reconhecidos pelos seus respectivos Estados. Acontecimentos históricos eclodiram em meados do século XX, a Revolução Russa, a ascensão do nazismo, as duas Guerras Mundiais, as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, e naquele contexto, foi criada a ONU e a aprovação da DUDH, em 10 de dezembro de 1948. Recordar-se aqui a importância dos ativistas dos Direitos Humanos espalhados em várias organizações sem fins lucrativos pelo mundo afora que vem fazendo com que essa temática não seja transformada em uma utopia, ou uma miragem sociojurídica.

Um dos objetivos desta pesquisa é abordar o ensino dos Direitos Humanos a partir das aulas de História. Sendo os Direitos Humanos uma construção política e histórica, a partir da pesquisa bibliográfica e historiográfica, pretende-se analisar a sua historicidade e a relação com o ensino da disciplina de História. Portanto, diante de uma sociedade desigual e injusta se faz necessário refletir sobre os Direitos Humanos com ênfase nos direitos sociais e despertar nos discentes o desejo de superar os desafios educacionais vivenciados na sociedade dependente e subdesenvolvida em que se encontra o Brasil. O que se busca com essa pesquisa a princípio é apresentar a trajetória histórica dos Direitos Humanos desde a origem do termo, onde surgiu, a sua relação com os movimentos revolucionários burgueses como a Independência dos Estados Unidos em 1776, a Declaração do Homem e do Cidadão na França de 1789 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 dentre outros. Busca-se entender a relação dessa História com a questão da cidadania e na ocasião dialoga-se com os historiadores brasileiros Murilo Carvalho e Florestan Fernandes. Murilo Carvalho (2002, p.19) que parte da afirmação de que “o fator mais negativo para cidadania foi a escravidão”. Ele também apresenta outro grande obstáculo à expansão da cidadania no Brasil herdado da colônia, que era a grande propriedade rural. Florestan Fernandes aborda a questão da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira mostrando, criticamente, as condições e conflitos inerentes à formação social da sociedade brasileira. (FERNANDES,1967).

O Brasil tornou-se independente, porém manteve a escravidão que excluiu a maioria da população da participação política. Portanto, para alcançar esse objetivo dentre outros, precisa-se compreender a trajetória histórica dos Direitos Humanos também aqui. Segundo Antônio Carlos Wolkmer,

Examinar e problematizar a relação entre a história e o direito reveste-se hoje da maior importância, principalmente quando se tem em conta a percepção da normatividade extraída de um determinado contexto histórico definido como experiência pretérita que conscientiza e liberta o presente. (WOLKMER, 2002, p.11)

As profundas mudanças epistemológicas nas ciências humanas, os novos interesses, a insurgência de conflitos sociais e as recentes transformações por que vem passando as formas de vida contemporânea determinam uma renovação metodológica nos estudos históricos das instituições jurídicas e políticas. Conforme Wolkmer (2002, p.17), a História do Direito, a partir do momento em que a historiografia tradicional, Liberal-burguesa, passa a ser mera disciplina de justificação da ordem legal imperante e da acumulação de conhecimentos para chamada “cultura superior”, sem fins úteis para a realidade, perde sua significação e entra em constante descrédito, constituindo-se num campo do saber de pouca utilidade, acabando, seus pressupostos, por sucumbir numa crise de eficácia. Ainda afirma o autor que,

Repensar a historicidade das ideias e das instituições no direito, urge, tendo em conta a preocupação com a historicidade da crise, os novos marcos teórico-metodológicos que possibilitam alcançar novo paradigma, envolvendo modalidades alternativas de interpretação, pesquisa e investigação histórica. A historicidade contemporânea não mais linear, elitista e cumulativa, mas problematizante, desmistificadora e transformadora determina os novos marcos na historicidade do direito. [...]

Direito é um instrumento de luta a favor dos menos favorecidos e injustiçados. Antes do exame histórico-crítico da cultura jurídica brasileira cabe parametrizar o tipo de direito que foi transposto e incorporado com a colonização e indagar a natureza do moderno direito (Liberal-burguês) a especificidade ideológica de suas instituições (pública e privada) e o núcleo caracterizador da historicidade de seu pensamento (WOLKMER, 2002, p.17 - 24).

### **Movimentos revolucionários burgueses e seus reflexos**

Para melhor compreender a relação dos Direitos Humanos com os movimentos revolucionários burgueses, é preciso que se diga algo mais sobre essa trajetória. Isso não teria ocorrido se não fosse a forte influência de pensadores iluministas e liberais como John Locke, Montesquieu, Aléxis de Tocqueville, John Stuart Mill, entre outros, que construíram a ideia de garantia e proteção das liberdades individuais, em que pese o fato de que o Liberalismo compactuou com a manutenção da escravidão, mais

especificamente nas colônias do continente americano, muitas vezes justificando sua manutenção.

Teve também grande importância nesta pavimentação da estrada que conduziu aos Direitos Humanos as teorias democráticas de Jean Jacques Rousseau para a retomada moderna da noção de que os interesses coletivos devem prevalecer sobre as vontades particulares e de corporações. De acordo com Castro (2010, p. 211):

Os iluministas foram grandes pregadores da Liberdade Individual e defenderam a propriedade com igual vigor. Eles também pregavam a igualdade, mas esta, para eles, não era manifesta através de uma igualdade total, inclusive de bens materiais. Para eles os homens, mesmo os mais pobres, estariam livres e iguais simplesmente se pudessem escolher para quem trabalhar. Assim, o trabalho seria equiparado a um bem, como o capitalismo o faz até hoje.

Voltaire e Diderot afirmaram:

Todos os camponeses não são ricos, e não é preciso que o sejam. Carecemos de homens que tenham seus braços e boa vontade. Mas até estes homens, que parecem o rebotalho da sorte, participam da felicidade dos outros. Serão livres para vender seu trabalho a quem quiser pagá-los melhor. A liberdade será sua propriedade. A esperança certa de um justo salário os sustentará. Com alegria educar sua família em seus ofícios laboriosos e úteis. Essa classe de homens, tão desprezível aos olhos dos poderosos, constitui o principal celeiro de soldados. Assim, do cedro à foice e ao cajado, tudo se anima, tudo prospera, tudo ganha força nova graças a uma única mola. (VOLTARE; DIDEROT, 1988, p.188 apud CASTRO 2010, p. 211-212).

Do ponto de vista político, de acordo com Castro (2010), os iluministas, partindo do individualismo, propunham uma cidadania centrada na liberdade e na defesa burguesa da propriedade. Os filósofos do Iluminismo defendiam a cidadania a partir das concepções da Antiguidade Clássica, afirmando que a resposta para o porquê do indivíduo renunciar a certos direitos em nome da vida social era uma criação artificial, através de um pacto social, um contrato. Neste sentido a vida social é entendida como uma sociedade, ou seja, uma associação voluntária de homens livres, que regulam, segundo sua própria razão e em função do próprio interesse, o seu convívio. Deve ser a lei a organizadora do poder nesta sociedade encarnado agora no Estado:

(...) diante de todos e para todos os direitos que a força do Estado deve assegurar. Por isso, a cidadania já não poderá significar aqui o mesmo

que para o mundo antigo e medieval, e mesmo a isonomia da Antiguidade clássica se revestirá de outro sentido. Ela ainda significa a igualdade diante da lei, mas agora se aplica a todos os homens sem exceção, como fundamento da cidadania, já que é a base sobre a qual serão fixados os outros direitos que regularão a possibilidade de expressão social da diferença entre os homens (QUIRINO,1987, p.24 apud CASTRO, 2010, p. 209-210).

Posteriormente à crítica aos ideais liberais burgueses, surgiram as concepções anarquista e marxista, que questionaram seus pressupostos. Karl Marx e Friedrich Engels são referências nessa questão. Questionaram a noção de universalidade do direito burguês e sua pretensa condição de não poder ser superada historicamente por outras formações sociais.

O fato é o seguinte, portanto: determinados indivíduos, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si essas determinadas relações sociais e políticas. A observação empírica tem de, necessariamente, provar empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, em cada caso concreto, a relação existente entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado brotam constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas esses indivíduos tomados não conforme possam se apresentar ante a imaginação própria ou alheia, mas sim tal como *realmente* são, quer dizer, como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, premissas e condições materiais, independentes de seus arbítrios.

A produção das ideias, das representações, da consciência é, ao princípio, entrelaçada sem mediações com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, a linguagem da vida real. A formação das ideias, o pensar, a circulação espiritual entre os homens ainda se apresenta nesse caso como emanção direta de seu comportamento material. Vale o mesmo para a produção espiritual, conforme esta se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47-48)

Desse modo, ao trabalhar a contribuição dos movimentos revolucionários burgueses para a noção de Direitos Humanos e de cidadania, é preciso que os docentes discutam o alcance, os compromissos, os interesses, dos legisladores, pensadores, das classes sociais, na elaboração de seus estados e leis, a relação com a escravidão, com a defesa da propriedade privada e a cumplicidade com o colonialismo anterior. O exemplo da independência dos Estados Unidos da América é didático.

O processo emancipador dos Estados Unidos foi inspirado em diversas ideias iluministas, como liberdade, justiça e combate à opressão política, difundido nas colônias inglesas por pensadores como o escritor Thomas Paine (1737-1809) e o político Samuel Adams (1722-1803). O texto da Declaração de Independência dos Estados Unidos revela essa inspiração, ao defender a liberdade individual do cidadão e criticar a tirania dos

governantes. Como já mencionado, o político e advogado Thomas Jefferson, principal redator da Declaração da Independência, era um admirador de John Locke. Veja esse trecho da Declaração da independência dos Estados Unidos 1776: “Todos os homens são criados iguais e estão dotados por Deus de certos direitos fundamentais, como direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade.” Emília Viotti Costa (2003) também revela essa inspiração:

Em 4 de julho de 1776, as treze colônias que viveram inicialmente a constituir os Estados Unidos da América (EUA) declaravam sua independência e justificavam a ruptura do Pacto Colonial. Em palavras profundamente subversivas para a época, afirmavam a igualdade dos homens e apregoavam como seus direitos inalienáveis: o direito à vida, à liberdade e à Busca da Felicidade. Afirmavam que o poder dos governantes, aos quais cabia a defesa daqueles direitos, derivavam dos governados. Esses conceitos revolucionários que ecoavam o Iluminismo foram retomados com maior vigor e amplitude treze anos mais tarde, em 1789, na França (COSTA, 2003, p.11).

Para deixar clara a sua independência os povos representantes dos povos da Virgínia redigiram a “Declaração de direitos do bom povo da Virgínia”, sendo o primeiro documento escrito, com valor jurídico, a coroar muitos ideais iluministas. Veja alguns de seus artigos:

Que todos os homens são, por natureza, igualmente livres e independentes, e têm certos direitos inatos, dos quais, quando entram em estado de sociedade, não podem por qualquer acordo privar ou despojar seus pósteros e que são: o gozo da vida e da liberdade com os meios de adquirir e de possuir a propriedade e de buscar e obter felicidade e segurança. [...]

Que todo poder é inerente ao povo e, conseqüentemente, dele procede; que os magistrados são seus mandatários e seus servidores e, em qualquer momento, perante ele responsáveis. [...]

Que o governo é instituído, ou deveria sê-lo, para proveito comum, proteção e segurança do povo, nação ou comunidade; que de todas as formas e modos de governo esta é a melhor, a mais capaz de produzir maior felicidade e segurança, e a que está mais eficazmente assegurada contra o perigo de um mau governo; e que se um governo se mostra inadequado ou é contrário a tais princípios, a maioria da comunidade tem o direito indiscutível, inalienável e irrevogável de reformá-lo, alterá-lo ou aboli-lo da maneira considerada mais condizente com o



bem público. (DECLARAÇÃO DE DIREITOS DO BOM POVO DE VIRGÍNIA, 1776).

Nesse clima de enfrentamento entre colônia e Metrópole, alguns intelectuais, inspirados no Iluminismo, começaram a defender a autonomia da colônia e o Movimento Revolucionário de luta por autonomia se transformou em luta pela independência. Tempos depois, os colonos que desejavam a Independência realizaram o segundo Congresso de Filadélfia, que conclamou os cidadãos às armas e nomeou George Washington (1732-1799) comandante das tropas coloniais e posteriormente o primeiro presidente dos Estados Unidos.

Os indígenas norte-americanos também não tiveram os mesmos direitos à vida, à liberdade e à busca de felicidade, garantidos aos brancos pertencentes às elites econômicas, ou seja, à burguesia industrial e comercial e ao grupo dos proprietários de fazendas e de escravos. Depois da Independência, muitas tribos continuaram sendo massacradas e expulsas de suas terras, ou tiveram sua cultura destruída.

Com as mulheres estadunidenses não foi diferente. Elas não tinham os mesmos direitos civis que os homens, como por exemplo, o direito de voto, só reconhecido quase cento e quarenta anos depois. Sendo assim, a cidadania basicamente, na sua forma plena, não era privilégio de todos e nem de todas. Flávia Lages de Castro observa muitas falhas na Declaração de Independência. Destaca-se o fato de o próprio redator deste documento ter sido proprietário de escravos e apesar dessa Declaração indicar os caminhos da Democracia, não a que seria ideal, mas a que era possível para elite dominante do século XVIII, nem todos (as) americanos (as) se tornaram independentes na prática.

Particularmente interessante, neste sentido, é o fato de a Declaração falar de igualdade, liberdade e da busca da felicidade, enquanto ameríndios e 600.000 escravos americanos (aproximadamente) - escravos perpétuos que transmitiam seus status a toda a sua geração por intermédio da linha materna - eram mantidos no trabalho sob a chibata. Sem dúvida, um dos fatos mais dolorosos e mais reveladores do caráter da história americana é o de o próprio autor da Declaração de Independência haver sido um proprietário de escravos (APTHEKER, p. 113, apud Castro, 2010, p. 239).

A Revolução Francesa de 1789 representou a ruptura com o antigo regime absolutista, levando a classe burguesa ao poder e criando condições para o desenvolvimento do “Estado de Direito” e do Capitalismo. Apesar da Revolução Francesa ser caracterizada como um movimento essencialmente burguês, ela contou com a

participação de vários setores sociais: a aristocracia, pequenos proprietários rurais, camponeses, os vários povos da cidade e com a pequena burguesia. Essa característica marcante da Revolução Francesa é identificada na afirmativa de Castro (2010, p. 250) quando diz que a “Revolução inicia seu caráter popular e que não é mais possível inventar uma saída sem contar com o povo que está nas ruas”

Às vésperas da Revolução Francesa o país ainda era agrário, mais de 85% da população vivia no campo. O capitalismo já estava presente e crescia a olhos vistos nesta sociedade, mas a organização social era baseada em estamentos, como na Idade Média. [...] A estranha contabilidade francesa, que fazia com que a maioria absoluta pagasse por privilégios caríssimos de uma minoria que se achava merecedora de tal adulação, acabou por tornar a economia francesa um caos. Para se ter uma ideia, só os gastos da corte que vivia no Palácio de Versalhes representavam 10% das despesas de toda a França. Como a máquina do Estado era ineficiente, os cobradores de impostos eram particulares que exploravam ao máximo quem pagava impostos (CASTRO, 2010, p. 248).

O processo revolucionário francês levou à promulgação da primeira Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que assegurava os princípios revolucionários: Liberdade, igualdade e fraternidade. Inspirado no Iluminismo, somado às necessidades de igualdade que esta sociedade tinha, rendeu o primeiro artigo de acordo com Castro (2010): “Art. 1º Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum”.

Os representantes do povo francês, constituídos em ASSEMBLÉIA NACIONAL, considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção dos Governos, resolveram expor em declaração solene os Direitos naturais, inalienáveis e sagrados do Homem, a fim de que esta declaração, constantemente presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre sem cessar os seus direitos e os seus deveres; a fim de que os Pactos do Poder legislativo e do Poder executivo, a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reclamações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral. (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789).

A Declaração do Homem e do Cidadão, resultado da Revolução Francesa, é considerada uma das mais importantes entre todos os movimentos revolucionários e

influenciou na criação e consolidação dos Direitos Humanos garantidos ao homem e ao cidadão, que hoje “todos” desfrutam. Segundo Vovelle,

Adotada pela Assembleia Constituinte entre 20 e 26 de agosto de 1789, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é até hoje a principal referência para avaliar e compreender a contribuição da Revolução Francesa. Michelet via nela o "credo da nova era". Seu alcance é avaliado em referência às declarações que podem ser evocadas: a Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776) e, mais precisos, os preâmbulos das constituições de certos Estados americanos mencionam os direitos do homem, mas com uma abordagem pragmática, sem aspirar à universalidade. Os membros da Assembleia Constituinte francesa, que conheciam esses textos, assim como podiam se reportar à petição de direitos redigida em 1689 pelo Parlamento inglês, e seus reflexos não careciam de exemplos, e eles haviam lido os textos dos grandes juristas do Iluminismo, fundadores da teoria do direito natural. Lendo Locke, Voltaire, Rousseau e os enciclopedistas, eles haviam se impregnado dessa nova filosofia. Assim, a ideia estava no ar, e uma declaração de direitos era exigida em certos cadernos de reclamação (VOVELLE, 2012, p. 67-68).

Essa Declaração serviu para universalizar os direitos em outros documentos, inclusive a Declaração dos Direitos Humanos da ONU, em 1948. Bobbio confirma isso em sua obra:

Com a Declaração de 1948, tem início uma terceira e última fase, na qual a afirmação dos direitos é, ao mesmo tempo, universal e positiva: universal no sentido de que os destinatários dos princípios nela contidos não são mais apenas os cidadãos deste ou daquele Estado, mas todos os homens; positiva no sentido de que põe em movimento um processo em cujo final os direitos do homem deverão ser não mais apenas proclamados ou apenas idealmente reconhecidos, porém efetivamente protegidos até mesmo contra o próprio Estado que os tenha violado. No final desse processo, os direitos do cidadão terão se transformado, realmente, positivamente, em direitos do homem. Ou pelo menos, serão os direitos do cidadão daquela cidade que não tem fronteiras, porque compreende toda a humanidade; ou, em outras palavras, serão os direitos do homem enquanto direitos do cidadão do mundo (BOBBIO, 2004, p.18).

A França, berço da revolução que atingiu todo o Ocidente, sempre colocou o direito das mulheres em segundo plano, como se pode perceber no artigo 1º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão citada acima que reconhece apenas os direitos dos

homens. Inclusive a França foi o último Estado da Europa, em que as francesas conseguiram exercer o direito de voto. Não é admissível que depois de homens e mulheres lutaram para destruir o regime absolutista na França em patamar de igualdade, a mulher seja excluída, mesmo sabendo que elas representam metade da população.

A participação da mulher na Revolução Francesa deve ser reconhecida não por questão de lógica e opinião, mas pelo fato de que as francesas no seio da Revolução se ergueram e exigiram Direitos. Elas atuaram de maneira tão expressiva e impressionante, como nunca havia acontecido em outros momentos históricos. A esse respeito Castro (2010) afirma:

As mulheres tiveram papel preponderante na Revolução; foram às ruas, lutaram ombro a ombro com os homens revolucionários, entretanto, mesmo no documento mais genérico, uma declaração de princípios, que é a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, elas são colocadas em uma situação muito estranha. (CASTRO, 2010, p. 255).

### **As constituições brasileiras e a questão dos Direitos Humanos**

Um dos fatores que contribuem para a compreensão da trajetória histórica dos Direitos Humanos é a análise das constituições brasileiras, pois, o Direito, mais do que uma norma, é um valor construído e erigido em todas as sociedades independente das formas de organização e tem um aspecto normativo, cabendo-lhe delimitar a existencialidade de padrões, regras e valores que institucionalizam modelos de condutas. O Direito no Brasil, como em qualquer país, exige ser constantemente repensado, atualizado e adequado aos problemas do cotidiano social e econômico.

Imposta pelo Imperador D. Pedro I, a primeira Constituição do Brasil de 1824 destaca-se dentre suas principais medidas a criação do quarto poder, o Poder moderador, que estava acima do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário e mudanças ligadas aos direitos eleitorais. Ela durou sessenta e cinco anos, sendo até hoje a que vigorou por mais tempo no Brasil. O direito ao voto indireto era concedido somente aos homens livres e proprietários, de acordo com seu nível de renda, fixado na quantia líquida anual de cem mil réis (R \$100000) por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos. Para ser eleito o cidadão também tinha que comprovar renda mínima proporcional ao cargo pretendido.

Quem tinha o direito ao sufrágio censitário eram os homens livres maiores de 25 anos, e renda anual de mais de cem mil réis. Para ser candidato nas eleições e para votar nas eleições primárias (escolha de Deputados e Senadores), a renda subiu a duzentos mil réis e excluía os libertos. Para ser candidatos nas eleições a deputados e senadores

deveriam ter uma renda superior a quatrocentos mil réis serem brasileiros e católicos, pois a religião oficial do Brasil Império era o catolicismo. Os que não podem votar nas assembleias primárias de paróquia, não podem ser membros, nem votar na nomeação de alguma autoridade eletiva nacional ou local.

A Constituição de 1891, sofreu forte influência da Constituição norte-americana de 1787, consagrando o sistema de governo presidencialista, a forma de Estado Federal, abandonando ao unitarismo o e a forma de governo republicana em substituição à monarquia. O Brasil, nos termos do que já havia sido estabelecido pelo decreto nº 119-A, de 07.01.1890, constitucionaliza-se como um país leigo, laico ou não confessional. Retiraram-se os efeitos civis do casamento religioso. Os cemitérios passaram a ser administrados pela autoridade municipal. Houve a proibição do ensino religioso nas escolas públicas. O poder moderador foi extinto, adotando-se a teoria clássica de Montesquieu da tripartição de “Poderes”. Nestes termos, o artigo 5º da Constituição de 1891 estabeleceu: “são órgãos da soberania Nacional o poder legislativo, o Executivo e o, harmônicos e Independentes entre si”.

A Declaração de Direitos nesta Constituição foi aprovada abolindo-se a pena de Galés, banimento e a de morte, ressalvadas neste último caso as disposições da legislação militar em Tempo de Guerra. Houve prevalência de proteção às clássicas liberdades privadas, civis e políticas, não se percebendo a previsão de direitos dos trabalhadores nos termos do que vai ser sentido no texto 1934. Nesta Constituição houve expressa previsão pela primeira vez no constitucionalismo pátrio, do remédio constitucional do *habeas corpus*.

A Constituição de 1934 conforme seu Artigo 1º, foi intitulada Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Porém, diferente dos Estados Unidos da América do Norte que mantém a mesma Constituição Republicana e Presidencialista de 1787 com sete artigos e 27 emendas, o Brasil teve várias constituições conforme as crises institucionais de cada época. A partir da análise do corpo do texto desta Constituição destaca-se algumas características importantes, dentre elas a nova Constituição publicada em 16 de julho de 1934 preservou o federalismo, o presidencialismo e o regime representativo.

Art. 1º A Nação brasileira, constituída pela união perpétua e indissolúvel -dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios em Estados Unidos do Brasil, mantém como forma de governo, sob o

regime representativo, a República Federativa proclamada em 15 de novembro de 1889. (BRASIL, 1934, Art. 1)

Esta terceira Constituição Brasileira traz a marca getulista das diretrizes sociais e faz parte de um período revolucionário da história do país que durou até 1934 e logo após, o Brasil entrou em fase de instabilidade, alternando-se Ditaduras e Regimes Democráticos.

A constituição de 1934 não foi revista, e nem emendada, mas foi revogada pelo Golpe de 10 de novembro de 1937, dado por Getúlio Vargas que assumiu poderes ditatoriais. Houve a supressão dos partidos políticos e concentração de poder na mão do chefe supremo do Executivo. Destacam-se como principais medidas adotadas por essa quarta Constituição: Instituição da pena de morte, supressão da liberdade partidária e da liberdade de imprensa; anulação da Independência dos Poderes Legislativos e Judiciário; restrição das prerrogativas do Congresso Nacional; permissão para suspensão de imunidade parlamentar; prisão e exílio de opositores do governo e eleição indireta para Presidente da República, com mandato de seis anos.

Vargas, sob o argumento de se colocar fim às agitações comunistas, decretou o fechamento do Congresso e anunciou uma nova Constituição. Conforme Bagnoli et al (2009), Vargas, em seu diário, recorda esse episódio:

A gravidade da situação (...) está na consciência de todos os brasileiros. Era necessário e urgente optar pela continuação deste estado de coisas ou pela continuação do Brasil. Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou contemporização. (BAGNOLI, ET AL, 2009, pg.177).

A Constituição de 1937 se assemelha mais com um modelo fascista, não teve a participação do povo e estabeleceu plenos poderes ao chefe do Estado, o Presidente, como se observa em seu art. 73:

O Presidente da República, autoridade suprema do Estado, coordena a atividade dos órgãos representativos, de grau superior, dirige a política interna e externa, promove ou orienta a política legislativa de interesse nacional, e superintende a administração do País. (BRASIL, 1937, art. 73).

Na análise da trajetória Histórica dos direitos, em especial dos Direitos Humanos, percebe-se que a Constituição de 1946, retomou a linha democrática burguesa de 1934 e foi promulgada de forma legal, após as deliberações do Congresso recém-eleito, que assumiu as tarefas da Assembleia Nacional Constituinte. Pontos dessa Constituição que são destaque: o restabelecimento dos direitos individuais, o fim da censura e da pena de

morte; a Carta Magna também devolveu a independência aos poderes Executivos, Legislativo e Judiciário; restabeleceu o equilíbrio entre esses poderes; instituição de eleição direta para Presidente com mandato de cinco anos.

Algumas normas estabelecidas pela Constituição de 1946 merecem ainda destaque: a incorporação da Justiça do Trabalho e do Tribunal Federal de recursos ao poder judiciário; pluralidade partidária; direito de greve e livre associação sindical, condicionamento do uso da propriedade ao bem-estar social, possibilitando a desapropriação por interesse social.

Algo marcante que envolveu a Constituição datada de 1967, foi o fato dela além de manter a Federação com expansão da União e eleição indireta para Presidente da República, ter sido emendada por sucessivas expedições de Atos Institucionais (AIs), que conforme Novo (2021), eles serviram de mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, dando a eles poderes extra constitucionais. De 1964 a 1969, foram decretados 17 Atos Institucionais, regulamentados por 104 Atos Complementares. Portanto, toda a estrutura de poder estava baseada na segurança nacional e na suspensão de direitos políticos e individuais.

Segundo Bagnoli et al (2009), a Constituição de 1967 está diretamente conectada com o AI-4, pois em outubro de 1966, o Congresso foi fechado e por meio do AI-4 foi convocado extraordinariamente para aprovar uma nova Constituição, que ratificaram o fortalecimento do poder Executivo e o enfraquecimento do Estado. Parafraseando Castro, “o país dobrou o cabo da Democracia em direção à Ditadura que tornar-se-ia cada vez mais fechada, mas violenta e disposta a não reconhecer a linha divisória entre legalidade e a ilegalidade” (CASTRO 2018, p.528).

Após o fim da Ditadura Militar, o Brasil passava por um momento de profunda crise econômica e de elevado descontentamento social. Apenas uma nova Constituição não era capaz de eliminar todos os problemas nacionais, exigindo-se um trabalho árduo e planejado que prevalecesse até o presente. Diante de um novo processo de redemocratização, depois de vinte e um anos de Ditadura Militar, essa Constituição de 1988 via a necessidade de devolver ao povo todos os Direitos que haviam sido retirados deles durante o processo ditatorial. Esta Constituição tinha como objetivo garantir direitos sociais, econômicos, políticos e culturais.

A Constituição de 1988 inaugurou um novo arcabouço jurídico-institucional no país, com ampliação das liberdades civis e dos direitos e garantias individuais. Segundo Novo (2018), uma forte e importante característica que não pode deixar de ser citada foi

a divisão dos três poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário, que mesmo sendo independentes possuem responsabilidades de controle recíprocos entre eles. Um trecho da obra de José Luiz Quadros de Magalhães citado por Gonçalves e Bergara, mostra essa abrangência dessas disputas em torno da noção de direitos:

O texto de 1988, traz uma ordem econômica que tem como princípios a livre iniciativa, a livre concorrência, a propriedade privada, princípios de origem liberal que ao lado de princípios de origem socialista, como a função social da propriedade, o pleno emprego, a dignidade do trabalho humano, somam-se a direitos de terceira geração como o direito do consumidor e o meio ambiente, para apontar para uma ordem econômica que embora avançada, pois incorpora o que há de mais atual em termos de direitos fundamentais, pode no máximo ser interpretada como uma ordem econômica neoliberal em sentido amplo, com um modelo de Estado Social não clientelista, dentro de um modelo intervencionista estatal com a finalidade de promover a diminuição das desigualdades sociais e regionais dentro de um capitalismo social. (MAGALHÃES, J.L.Q. apud GONÇALVES, B.T.R. e BERGARA, P. N. dos S., p. 7).

Segundo Castro (2010), a Constituição de 1988 tem uma característica que a faz alvo de críticas: muitos elementos estabelecidos em seus parágrafos e incisos poderiam ter sido definidos em legislação comum. A mesma autora explica essa característica ao afirmar que,

Aqueles que criticam a forma pela qual a Constituição de 1988 foi feita reclamam que ela é por demasiado pesada, repleta de casuísmos o que gera um entrave, visto que qualquer mudança, por mínima que seja, exige uma emenda constitucional, algo bastante difícil e trabalhoso (CASTRO 2010, p. 561).

## **O ENSINO DE HISTÓRIA E SUA RELAÇÃO COM OS DIREITOS HUMANOS**

Após analisar a trajetória histórica dos Direitos Humanos e buscar entender a relação dessa História com a questão da cidadania procura-se neste tópico analisar a função social da escola atual, da educação em geral e da evolução histórica do ensino de História com seus avanços, retrocessos e sua relação com o tema dos Direitos Humanos.

Para realizar este estudo, precisa-se voltar um pouco no tempo para compreender algumas concepções históricas e assim chegar ao atual estado da arte da História e suas relações com o ensino. A começar com a concepção grega. Durante muito tempo os



gregos acreditaram que a História era cíclica, ou seja, imaginavam que determinados fatos políticos, econômicos e sociais viessem a se repetir como se fosse um processo pedagógico da realidade. Os historiadores da época eram vistos como anotadores. Destacando-se Heródoto (pai da História) e Tucídides os quais são referência na construção da História como ciência.

Uma segunda concepção da História é a providencialista, vem da expressão da vontade divina se manifestando na História, na qual tem como destaque Santo Tomás de Aquino que se baseou na fé. Fundou uma escola de pensamento medieval chamada Escolástica. Apregoava que o homem estava no mundo pela vontade de Deus, se isso é verdade e se Deus é onipresente, onisciente e onipotente ele estabelecia o destino do homem. Segundo São Tomás de Aquino a vontade de Deus era o elemento que movia a História. A Igreja Católica se aproveitou deste pensamento para alienar muitos camponeses. A Igreja dizia que tudo seria da vontade de Deus e que o camponês não deveria se revoltar.

Para contradizer esta concepção nasce no século XIX a concepção da escola metódica ou positivista. O homem deste século é marcado pela descrença que passará a duvidar da fé, desejar mais a razão e querer a ciência. Pautado por autores como Augusto Comte, pela primeira vez, verdadeiramente, a História se torna uma profissão com atividades que poderiam ser contratadas pelo governo. Neste momento Augusto Comte classifica e divide as ciências. A História aparece aqui como ciência com epistemologia, metodologia e objetos de pesquisa própria e com um papel profissional de um historiador em si.

Em 1837, foi estabelecido o Colégio D. Pedro II na corte da cidade do Rio de Janeiro. Lá, a didática do ensino de História era baseada no emprego de uma narração factual seleta, elegendo grandes personagens, acontecimentos simbólicos e, eventualmente, mitos fundadores. Segundo Christian Laville, o ensino de História nas escolas não era mais do que uma forma de educação cívica. Era ensinada uma História da elite branca, voltada para a Europa e para a mestiçagem da raça brasileira. Neste mesmo ano o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi fundado com a tarefa de escrever a História oficial do Brasil, aquela responsável por forjar a identidade da nação.

Na década de 1850, influenciado por Leopold Von Ranke, Francisco Adolfo de Varnhagen, membro do IHGB, escreveu a sua História geral do Brasil e a partir daí seria definido a identidade do povo brasileiro e os rumos a serem seguidos pela nação. A partir desta concepção positivista, Augusto Comte dividia a História em três fases: mítica,

teológica, positiva. Para ele, a História positiva se baseava em uma lei natural e acreditava que chegaria a uma verdade absoluta sobre determinado tema por meio da análise de documentos oficiais e que o positivista deveria ser neutro e apenas narrar os fatos de forma linear. Esta fase da História foi chamada de História de memorização, factual e cronológica que valorizavam os grandes fatos históricos e biografias de pessoas ilustres.

Na primeira metade do século XX Getúlio Vargas instaurou no final de 1930 o Ministério da Educação e Saúde, nomeando Francisco Campos como ministro. Em 1931, Francisco Campos promove uma reforma educacional que põe fim à hegemonia do Colégio D. Pedro II. O ministro passou a ser quem estabeleceu os currículos e os métodos de ensino, coube a esta reforma educacional implementar a seriação dos currículos, a formação de um regular sistema de inspeção federal (MATHIAS, 2011, p. 40- 49).

Durante a Ditadura Estado Novista (1937-1945) o ensino de História intermediou a propaganda nacionalista. Em 1942 uma nova reforma educacional, desta vez, pelo então Ministro Gustavo Capanema tornou autônoma a disciplina de História e a didática do professor, apesar de estar vivendo um Regime Ditatorial. Getúlio Vargas traz grandes nomes do passado e restabelece os princípios da família, da tradição, da nação e da pátria.

Somente no final da década de 1950 e início dos anos sessenta os operários, estudantes e classe média motivados por outros como Karl Marx, Caio Prado Júnior entre outros reivindicavam um ensino de História que fornecesse aos alunos mais autonomia. Porém o Golpe Civil-Militar de 1964 supriu as iniciativas e o ensino voltou a ser de grandes homens e grandes feitos, somando ao violento cunho alienador.

No Brasil, com a deflagração do Golpe de 1964, o ensino de História no país viveria uma considerável revisão em seu conteúdo programático. Com as reformas educacionais de 1968 e de 1971, o ensino de História é efetivamente voltado para atender aos interesses do Estado Ditatorial. A História historicizante ressurgiu ativamente. O ensino de História passa a ter uma linearidade cronológica de ocorrência política, biografia nacional retratada no Descobrimento do Brasil, na Proclamação da República e na Revolução de 1930 e de acontecimentos factuais e das biografias dos grandes personagens. (MATHIAS, 2011, p. 44- 45).

Na década de 1980 houve um rompimento com a História historicizante. E com a redemocratização em 1985 a disciplina de História “deixa de ajustar-se aos interesses do Estado Autoritário para ser prostrada ao serviço da sociedade democrática”. (Fonseca, 2003, p.91). Da mesma forma como a concepção positivista se colocou contra a concepção providencialista porque queria ser científica, a concepção marxista se coloca

contra a positivista criticando e negando a lei natural e colocando o processo da exploração do homem pelo o homem como a base da História. A História deste período é considerada por muitos historiadores como a História total dos excluídos. Valorizam a História do proletariado explorado pela burguesia.

O ensino de História não mais consistia em celebrar grandes feitos e personagens, mas sim em discutir os problemas da realidade social vivida. A História foi chamada a exercer a função de crítica da sociedade, atenta a seus conflitos e diferenças de classe. Segundo Bittencourt (2005), a sociedade era entendida como a sociedade dos cidadãos com uma cidadania de cunho marxista, onde o aluno é um ser social completo que viria a desenvolver uma consciência social e de classe e que desempenharia o papel do trabalhador apto a realizar transformações sociais e políticas. Marx influenciou desde seu nascedouro e ainda hoje, a disciplina de História em muitos Estados brasileiros. Porém, com o surgimento da Escola dos Annales em 1929, na França, o marxismo perdeu espaço na academia, pois muitos historiadores brasileiros foram influenciados por esta escola. A Escola dos Annales tem como objetivo: substituir a “História narrativa tradicional” por uma “História problema”; ser a História de todas as atividades humanas, não só da política e colaborar com outras disciplinas (geografia, psicologia, sociologia, economia e etc.).

Na década de 1990 está Nova História, fruto da 3ª geração da Escola dos Annales de Lucien Febvre e Marc Bloch marcou um ensino de História mais maduro, renovado e em perfeita sintonia tanto com as concepções teórico-metodológicas da academia, como com o contexto político global. Para a Nova Escola tudo é interessante para o historiador. O cotidiano, desde a forma de se vestir, alimentar-se, pensar, etc. A História está vinculada a todos os elementos da sociedade humana e o historiador pode utilizar diferentes recursos para analisar fatos em colaboração com várias disciplinas e por meio de múltiplas possibilidades.

Atualmente, a interdisciplinaridade é uma proposta defendida por vários campos do conhecimento. Na História, ela não é nova, mas data da própria renovação do início do século XX, e não do nascimento da pós-modernidade, como os projetos interdisciplinares holísticos ou os estudos culturais. Desde as décadas de 1910 e 1920 que os fundadores da historiografia dos Annales, Marc Bloch e Lucien Febvre, já incentivaram o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares.

Tentavam então, fazer uma História totalizante, que abrangesse o homem em sua complexidade de pensar, agir e sentir. Para tanto, utilizaram instrumentos de disciplinas como a economia, a sociologia e a psicologia. A Fundação Annales, uma revista

interdisciplinar por excelência, em 1929, teve como objetivo promover a aproximação da História com as demais ciências sociais. Desde então, a Escola dos Annales e sua sucessora, a Nova História, têm realizado intenso trabalho interdisciplinar. A História social, por exemplo, trabalha com a economia, a demografia, a sociologia, entre outras.

O contato com a interdisciplinaridade também é possível por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs, a partir da proposta de temas transversais. Para trabalhar com os temas transversais (ética, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual, Direitos Humanos e meio ambiente) os professores devem realizar um trabalho interdisciplinar, unindo algumas disciplinas afins para a realização de determinado projeto.

### **Igualdade e equidade - Direitos Humanos são para todos e todas?**

No Brasil, com o passado de escravidão africana, a desigualdade social também está ligada a questões étnicas. A ausência (ou ineficiência) de políticas públicas que garantam moradia digna e adequada, saneamento básico e água potável, por exemplo, expõe um longo histórico de desassistência que, sabe-se, afeta de maneira desproporcional as populações já vulnerabilizadas e violentadas pelo Estado. Medidas de austeridade, crises financeiras e sanitárias têm tido um impacto desproporcional em sujeitos específicos, de determinada raça, gênero, classe social e endereço. Essas pessoas, em sua maioria negras, pobres, residentes em favelas e periferias de grandes centros urbanos, trabalhadores rurais, quilombolas, povos indígenas, população em situação de rua, LGBTQIAP+, não receberam (nem recebem) do Estado as ações e medidas necessárias para o enfrentamento à pandemia da Covid-19. Pelo contrário, o Estado tem agido em relação a tais populações e territórios com a mesma abordagem das últimas décadas, em ações de confronto contra suspeitos de tráfico de drogas, muitas vezes apenas por meio de seu braço armado que repetidamente abandona corpos. Seres humanos negros e/ou pobres morreram atingidos pelas armas do Estado, vidas perdidas, vistas como dano colateral, externalidades.

Percebe-se as desigualdades e a pobreza como consequência da violação dos Direitos ao longo da trajetória histórica do país, que durante longas décadas manteve a escravidão, maior violação dos Direitos Humanos, retirando a humanidade de milhões de pessoas escravizadas que eram tratados como objetos, mercadoria sem voz e nem vez. Uma verdadeira exclusão gerada no Brasil pela colonização portuguesa.

A riqueza produzida no país não gerou justiça social e as condições de vida dos brasileiros nunca foram distribuídas de forma igualitária. A prova disso foi a ocorrência da escravidão e todas as consequências advindas deste processo, tais como o racismo, a desigualdade social e os privilégios visto como “naturais” pela classe dominante. Para adentrar o espaço de uma aventura do espírito que visa libertá-lo das amarras invisíveis das sequelas do longo período de escravidão e conseqüentemente de violação dos direitos de milhares de brasileiros (as) é necessário analisar a trajetória histórica da evolução do direito do escravo no Brasil. Esse é, afinal, o primeiro passo para que, enfim, não mais se repita a triste história da escravidão e exclusão recorrente, mas que juntos se construa algo verdadeiramente novo. Conforme Jessé Souza,

O excluído, majoritariamente negro e mestiço, é estigmatizado como perigoso e inferior e perseguido não mais pelo capitão do mato, mas, sim, pelas viaturas de polícia com licença para matar pobre e preto. Obviamente, não é a polícia a fonte da violência, mas as classes média e alta que apoiam esse tipo de política pública informal para higienizar as cidades e calar o medo do oprimido e do excluído que construiu com as próprias mãos. E essa continuação da escravidão com outros meios se utilizou e se utiliza da mesma perseguição e da mesma opressão cotidiana e selvagem para quebrar a resistência e a dignidade dos excluídos. (SOUZA, 2017, p.49 e 50).

A história da escravidão no Brasil compõe uma das páginas mais desumanizadas da trajetória histórica de violação de direitos. O escravo era colocado na posição de mercadoria, sendo inalienável ao arbítrio do proprietário. Pelo direito que tinham sobre eles, os senhores podiam exercer todos os direitos legítimos de um verdadeiro dono, como poder de compra, venda, empréstimo etc. Ele somente era considerado como bem vinculado quando fizesse parte da hipoteca, como acessório. Castro (2018), afirmou que “o escravo somente era considerado como bem vinculado quando fizesse tal qual os animais da fazenda, parte da hipoteca, como acessório.” Assim escreve Jacob Goreneder:

Ser propriedade (com o seu correlativo da sujeição pessoal) constitui o atributo *primário* do ser escravo. Deste atributo primário decorrem outros dois atributos *derivados*: os da perpetuidade e da hereditariedade. O escravo o é por toda a vida e sua condição social se transmite aos filhos. No direito romano e nos regimes escravistas que nele se inspiraram, a transmissão hereditária da condição servil se dava pela linha materna segundo o princípio do *partus sequitur ventrem*. (GORENDER, 2011, p. 90-91)

A cidadania brasileira não atingiu os escravos que ocupavam o número exorbitante na mão de obra do Brasil Império. Nesse sentido, Castro (2018) afirmou que:

A escravidão era a marca da produção e da cultura do Império e, mesmo assim, D. Pedro e seu Conselho decidiram praticamente copiar a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão dos revolucionários franceses. Desta forma a lei deve ter utilidade pública (art. 179, inciso 2º), mas o público não engloba a maioria esmagadora da população que é formada por escravos (embora a estes não fosse reconhecida a cidadania) e por homens livres não proprietários (CASTRO 2018, p.336).

Vive-se em um país com diferentes desigualdades, cujo contexto político e social em que algumas conquistas sociais, já considerados consolidados no campo do Direito e da cidadania, são atacados em nome de um projeto neoliberal e conservador de Estado. Enfrenta-se profunda regressão social e ataques aos direitos elementares da classe trabalhadora, à educação pública e àqueles profissionais que se pautam por processo de conhecimento e de educação que buscam desvelar as relações sociais capitalistas, seu caráter destrutivo e de regressiva desumanização.

Esse período em que a sociedade brasileira está procurando sobreviver o destrutivo da vida, da educação, da ciência e da cultura, quando a espécie humana está ameaçada pelas consequências de um processo de desenvolvimento cada vez mais destrutivo de direitos e da natureza. O capitalismo constituiu processo próprio de produção e reprodução de desigualdade estendida a partir da profunda exclusão gerada no Brasil pelo sentido da colonização portuguesa (STEFANO e MENDONÇA 2020, p.133). O capitalismo, em nossa quadra histórica, visa destruir as relações salariais, com intensificação do uso do trabalho, em jornadas extensas e intensas.

De acordo com o relatório da rede social de justiça e direitos humanos 2020, “o governo Bolsonaro extinguiu o Ministério do Trabalho, em 2019, pulverizou suas responsabilidades e as suas atribuições se tornaram dispersas entre o Ministério da Economia, o Ministério da Cidadania e o Ministério da Justiça e Segurança Pública.” Assim, a fiscalização em relação ao trabalho análogo a escravo no nosso país, tornou-se precária (STEFANO e MENDONÇA 2020, p.108).

Com a pandemia do Corona vírus, o quadro econômico e social agravou-se profundamente, com regressão acentuada do nível de produção e ocupação da força de trabalho. Medidas governamentais implementadas emergencialmente apontam para possíveis alterações no padrão de gestão da desigualdade social que já vinha se

configurando desde 2016, com políticas de contração do papel do Estado (STEFANO e MENDONÇA 2020, p.133).

Mas o que tem ficado mais evidente é como as desigualdades provocadas por um sistema e economia excludentes têm sido agravantes diante das populações mais vulneráveis. Se no início dessa crise humanitária o vírus parecia ser uma lição com a qual todos poderiam aprender e quem sabe mudar os rumos das estruturas e práticas sociais, com o passar do tempo reconheceram que as mudanças foram insuficientes e os danos provocados pela Covid-19 só intensificaram os velhos problemas de sempre (STEFANO e MENDONÇA, 2020, p. 238).

As condições de sobrevivência da população mais vulnerável deveriam ser asseguradas pela nossa legislação, mas as estatísticas mostram o contrário. As mortes por Covid-19 escancaram as constantes violações de direitos humanos contra negros e pobres, que permanecem a despeito das leis. “[..] para se prevenir de um vírus pandêmico no Brasil é fundamental que direitos humanos essenciais sejam garantidos” (STEFANO e MENDONÇA, 2020, p. 242).

As imensas desigualdades de acesso à educação e à informação às quais são submetidas as populações mais pobres do Brasil, reveladas agora com a gravidade trazida pela pandemia, expõe o quanto ainda deve-se fazer para reduzir essa lacuna profunda e persistente.

De acordo com o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (IEDE 2021), dos quinze Estados, com taxa de jovens fora da escola, mais alta do que a média do país, onze não haviam retornado em março de 2021 com aulas presenciais nas redes públicas. Ainda segundo o IEDE (2021), o Estado do Ceará é o segundo Estado brasileiro com permanência escolar dos jovens de 16 e 17 anos. Porém, os impactos da pandemia na educação com duzentos e setenta e dois dias de fechamento das escolas, em média, segundo a Unesco com estudantes passando a dependerem da realização de atividades remotas, variando muito entre os diferentes grupos sociais acirrando cada vez mais as desigualdades educacionais no Brasil.

A realidade educacional brasileira denuncia que ainda há muito a ser assegurado no campo do direito à educação e à escola pública de qualidade. Infelizmente, o ideal de Anísio Teixeira em começar uma transformação social pela escola ainda não foi confirmado pela história (GOMES, 2020, p.79). As ideias de Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), foram materializadas na defesa de um projeto democrático de sociedade em que a educação e a escola pública para todos são tomadas como aspectos estruturantes

para o desenvolvimento econômico e social do país. Teixeira, diante do enfrentamento das desigualdades educacionais ensina que:

Para que a ideia se realize será necessário amadurecer o sentimento de que a justiça social somente será efetiva, num regime livre, com igualdade de oportunidades educativas, e que esta somente se há de concretizar com uma escola que ofereça ao pobre ou rico uma educação que os ponha no mesmo nível ante as perspectivas de vida (TEIXEIRA, 1977, p. 136 apud GOMES, 2020, p.55).

Portanto, percebe-se ao longo da pesquisa, que para enfrentar as violações dos direitos e o escancaramento das desigualdades e da pobreza no Brasil precisa-se contar com a aliança de diferentes setores, reconhecer a condição de sujeitos de direitos de grupos historicamente excluídos e sua capacidade de construção de soluções permanentes do exercício do poder, da liberdade e da democracia.

Enfim, pode-se concluir que os brasileiros (as) têm muito a conquistar, muito no que acreditar, pois políticas públicas que lhes deem visibilidade como sujeitos participantes e atuantes com direitos assegurados não somente na teoria, mas na prática, ainda são um sonho que precisa se concretizar para mobilizar as comunidades excluídas a clamarem por equidade nesse processo.

### **Papel da disciplina de História na discussão sobre Direitos Humanos**

De acordo com Magalhães (2003), conforme citado por Souza (2019), no Brasil, o objetivo de educar cidadãos conscientes e críticos está presente na maioria das propostas curriculares de História para o ensino básico. Assim, o Ensino de História se apresenta como um espaço-tempo extremamente propício para promover práticas sociais que torna o passado útil para o presente por meio do trabalho com questões relevantes para a educação democrática e cidadã.

O papel da História escolar, na visão de Bittencourt (2015, p. 186), é de entender as organizações das sociedades em seus processos de mudanças e permanências ao longo do tempo. É, nesse contexto, que emerge o homem político, o agente de transformação, colocando-se como sujeito coletivo na construção de uma sociedade. De tal modo, é preciso buscar mecanismos pedagógicos que proporcionem aos alunos essa compreensão, e os meios tecnológicos, mediados pelos docentes, são uma das formas de desencadear uma aprendizagem significativa.

Ao exercer seu papel de mediação, a escola constitui-se em espaço social privilegiado para a formação de valores e crenças que possam se



opor a todo o tipo de preconceito ou discriminação contra qualquer segmento da sociedade. A Educação em Direitos Humanos vai despertar ou desenvolver nos alunos da Educação Básica a noção de que coletivamente, somos capazes de crescer e de reinventar o mundo e não apenas repeti-lo. (KAMIMURA et al., 2017, p.6)

O ambiente escolar que deveria promover a transformação do capital econômico em capital cultural e resistir a ideologia Neoliberal é o principal formador de disposições dessa ideologia. Mesmo porque, por não conseguirem uma transmissão direta do capital econômico para manter ou melhorar a posição dos seus descendentes, as classes médias e mais ricas em capital econômico, da sociedade, buscam cada vez mais a escola para manterem ou melhorarem as suas posições sociais. Hunt (2009), já afirmava a importância do conhecimento dos Direitos Humanos para formação da personalidade do estudante.

[...] uma educação histórica em Direitos Humanos seja não apenas importante para o estudante no que diz respeito aos temas trabalhados em sala de aula como também imprescindível para a sua formação como sujeito de direitos, ou seja, para a sua afirmação como cidadão, pois, sem o conhecimento dos seus direitos reconhecidos legalmente aceitos pela sociedade, o estudante (na verdade, qualquer indivíduo) dificilmente poderá ultrapassar as barreiras existentes à sua inclusão numa comunidade política. (HUNT,2009. p.57)

A percepção de que existe pouco interesse dos alunos do ensino básico, em estudar os conteúdos de História propostos pela Matriz Curricular é fato. Contudo, despertar um entusiasmo nos discentes para refletirem sobre a realidade do mundo à sua volta, uma curiosidade em relação à temática da Educação em Direitos Humanos e mais esclarecimento sobre o funcionamento da Justiça e das leis é necessário. Nesse sentido, pesquisar novas metodologias ativas para discutir esse novo tema nas aulas de História e ampliar o acesso ao conhecimento dos Direitos Humanos é algo caro.

## **PRÁTICAS PARA O ENSINO SOBRE DIREITOS HUMANOS NAS AULAS DE HISTÓRIA**

Neste tópico discute-se a relação entre a teoria e a prática sobre o “ensinar e aprender” neste tema. Ao mesmo tempo se busca desenvolver conteúdo prático, voltado para as aulas de História, com apresentação de propostas, tais como oficina para docentes e por meio das mídias elaborar e divulgar trabalhos como por exemplo podcast sobre os Direitos Humanos e gamificação deste tema.

Aprender e conhecer o ensino de História e História em Direitos Humanos na Educação Básica envolvem apropriações que vão muito além de simples decodificação. Quando se avança especificamente para o campo da História, cuja natureza é subjetiva, expressiva e complexa, as contradições e conflitos são visíveis em vozes que ecoam para a dúvida: é possível aprender e ensinar a História, como componente disciplinar na educação, que tem a missão de promover o desenvolvimento do pensamento reflexivo, crítico do aluno, ao mesmo tempo conectado com a sua realidade, temporalidades e conhecimentos de mundo? A construção da consciência histórica é um dos eixos importantes para ampliação da visão de mundo do indivíduo e sentimento de pertencimento ao processo em que está inserido. Para Freire (2001, p. 259):

Não existe ensinar sem aprender e com isto eu quero dizer mais do que diria se dissesse que o ato de ensinar exige a existência de quem ensina e de quem aprende.

Quero dizer que ensinar e aprender se vão dando de tal maneira que quem ensina aprende, de um lado, porque reconhece um conhecimento antes aprendido e, de outro, porque, observado a maneira como a curiosidade do aluno aprendiz trabalha para apreender o ensinando-se, sem o que não o aprende, o ensinante se ajuda a descobrir incertezas, acertos, equívocos.

Ver a aprendizagem como algo ligado à história de vida é entender que ela está situada em um contexto, e que também tem História – tanto em termos de Histórias de vida dos indivíduos e Histórias e trajetórias das instituições que oferecem oportunidades formais de aprendizagem como de Histórias de comunidades e situações em que a aprendizagem informal se desenvolve (GOODSON, 2007, p. 250 apud Bacich, Neto e Trevisani, 2015).

Quando se analisa o XIII princípio presente na LDB (1996) que assegura a “garantia de Direitos à Educação e a aprendizagem ao longo da vida”, pelo menos na teoria, o que se percebe é uma lacuna das políticas públicas, porque o que se enxerga é uma ausência de acompanhamento, depois do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), nas demais etapas da vida estudantil ao longo da vida. Goodson (2001, p. 251) afirma que “no novo futuro social, devemos esperar que o currículo se comprometa com as missões, paixões e propósitos que as pessoas articulam em suas vidas”. O professor de História, numa abordagem contemporânea, provoca situações de aprendizagem, de apropriação de conteúdos/conceitos e de diálogo com a vida. Motiva a ação/reflexão, a pesquisa e a procura de novas aprendizagens.

Precisa-se enquanto professor (a) da disciplina de História em Direitos Humanos, romper o ciclo vicioso, apresentado pela lógica modernista, lentamente na sala de aula, se negando a oprimi-los com um currículo tão redutor da Educação Básica e reconhecendo a realidade individual de cada aluno (a). A vida estudantil não se limita a um currículo e à sala de aula.

A tecnologia, a rapidez com que a informação circula e o perfil do aluno atual, entre tantos outros fatores, faz com que a prática educativa seja revista, aprimorada e reinventada a cada momento. E, para isso, é essencial que todo educador esteja sempre aberto à mudança. Conforme essas mudanças vão surgindo, o profissional vai se capacitando para enfrentá-las por igual.

Segundo a Pirâmide da Aprendizagem de Glasser que introduz a teoria da escolha em que alunos são estimulados com a gamificação a desenvolverem storytelling, desafios, feedback instantâneo, competição, recompensa e cooperação as metodologias ativas contribuem para melhorar o nível de aprendizagem. A teoria de William Glasser vem amplamente sendo divulgada e aplicada por professores e pedagogos mundo afora, é uma das muitas teorias de educação existentes, e uma das mais interessantes, pois ela demonstra que ensinar, é aprender. “A boa educação é aquela em que o professor pede para que seus alunos pensem e se dediquem a promover um diálogo para promover a compreensão e o crescimento dos estudantes” (GLASSER, 2018).

Segundo a pirâmide de William Glasser, aprendemos e assimilamos 10% quando lemos o conteúdo proposto e 20% quando ouvimos: ou seja, os métodos tradicionais de ensino e aquelas escolas que ainda insistem neles devem ser repensados. De acordo com o pesquisador, é a prática menos eficaz para trazer resultados positivos ao aluno. Quando observamos, conseguimos assimilar cerca de 30% daquela matéria, e quando vemos e ouvimos, 50%. Essa porcentagem aumenta (cerca de 70%) quando debatemos. Por essa razão, é essencial que se estimule fóruns de discussões focados em determinado assunto, despertando a curiosidade e o espírito crítico de quem participa. Ao debater, o processo criativo é estimulado e existe a construção de feedbacks, favorecendo o lado crítico de quem participa. Uma pessoa que explora o conteúdo de maneira vivaz, como por meio de experiências, dramatizando uma apresentação ou fazendo algo real, tem chances de reter até 90% de tudo que está sendo abordado. Ao participar de discussões ou dar uma palestra, esse nível de performance também é razoável, em torno de 70% de retenção.

A formação de professores (as) com metodologias ativas e tecnologias digitais, para que as aulas de História em Direitos Humanos se tornem uma realidade com grande

capacidade de atração, por parte dos discentes, se faz necessária. Dependendo da qualidade dos materiais selecionados pelo professor (a) (atividade de pesquisa, projetos planejados, oficinas de gamificação e produção de podcast) e da forma de implementá-los (adaptando-os à realidade local e com intensa participação dos discentes) as TICs podem ser úteis.

O professor de História pode enriquecer materiais prontos sobre essa temática dos Direitos Humanos com metodologias ativas: pesquisa, aula invertida, integração na sala de aula, atividade online, projetos integradores, produção de podcast (com o uso das mídias e História pública) e jogos. Bacich et al 2015 na obra Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação nos dizem:

A combinação de aprendizagem por desafios, problemas reais e jogos com a aula invertida é muito importante para que os alunos aprendam fazendo, juntos e no seu próprio ritmo. Os jogos e as aulas roteirizadas com a linguagem de jogos estão cada vez mais presentes no cotidiano escolar. Para gerações acostumadas a jogar, às atividades com desafios, recompensas, competição e cooperação são atraentes e fáceis de perceber (Bacich, Neto e Trevisani, 2015, p.36).

O digital facilita e amplia os grupos e comunidades de práticas, de saberes e de coautores. Os discentes podem ser produtores de informações e coautores com seus colegas e professores, debatendo ideias em fórum, contando História (storytelling), divulgando os seus resultados em ambiente de webconferência, blog ou página da web.

Algo que também chama a atenção na prática de aprender e ensinar por meio de metodologias ativas é o fato pelo qual os discentes, por não aprenderem da mesma forma e nem se interessarem pelas mesmas coisas, são ajudados pelas tecnologias. Elas auxiliam a encurtar os caminhos entre os conteúdos teóricos e a realidade da vida. Auxiliam ainda porque possibilitam aos alunos lugares, formas, tempo e espaços diferenciados da sala de aula para construir aprendizagens. Oferecem ainda uma diversidade de modalidades que ajudam em suas diversas formas de aprender que não somente a de um professor falando e transmitindo o conteúdo. Em Gardner vê-se que as pessoas requerem aprendizagens por diversas formas de inteligências, a chamada Teoria das Inteligências Múltiplas foi estudada pelo psicólogo Howard Gardner como um contrapeso para o paradigma da inteligência única. Ele propôs que a vida humana requer o desenvolvimento de vários tipos de inteligências. Portanto, Gardner não entra em conflito com a definição científica de inteligência como sendo “a capacidade de resolver problemas ou fazer coisas importantes”.

A internet torna-se necessária para o uso da maioria desses aplicativos e ferramentas digitais. Segundo Suruagy (2013, p.100), “ensinar história com auxílio da internet torna o estudo mais global”, cabendo à escola ampliar a utilização da internet para tornar a relação entre professor e aluno mais interativa e colaborativa, a fim de que a aprendizagem seja mais significativa.

Com o intuito de refletir sobre o ofício diário dos professores (as) e discutir sua potencialidade no processo do fazer e do ensinar História, foi pensado nesta oficina como produto final do Mestrado Profissional de História PROFHISTÓRIA com o uso de tecnologia para socializar parte do corpo do texto da dissertação. A intenção aqui, ao partilhar uma oficina de História em Direitos Humanos, não é mostrar o caminho certo e único para problematizar o digital e o ensino de História em Direitos Humanos, mas apresentar possibilidades concretas de trabalho ao professor-leitor.

Para compreender porque esse produto se deu em formato de oficina a pesquisa dialoga com os autores (Mediano (1997) e Andrade & Lucinda (2011)) que oferecem um caminho interessante para compreender, afirmar e justificar que oficinas são espaços legítimos de formação e pesquisa:

Concebemos a oficina como uma realidade integradora, complexa, reflexiva, em que a teoria e a prática se unem como uma força-motriz do processo pedagógico, orientado para uma comunicação constante com a realidade social e com uma equipe de trabalho altamente dialógica, formada por docentes e estudantes, na qual cada um é um membro a mais da equipe e traz seus aportes específicos.

E ainda: Na oficina, através do interjogo dos participantes com a tarefa, confluem pensamento, sentimento e ação. A oficina, em síntese, pode converter-se no lugar do vínculo, da participação, da comunicação e, por fim, do lugar de produção social de objetos, fatos e conhecimentos. (COSTA, 2015, p.250)

A oficina pedagógica tem o objetivo de tornar as proporções presentes na pesquisa sobre os Direitos Humanos acessíveis. FLORES et al 2014, afirmam que da comunidade escolar que tem acesso ao conhecimento dos Direitos Humanos espera-se que:

[...] a comunidade escolar saiba identificar situações de violência e vulnerabilidade social, bem como desenvolva ações de promoção (educativas e culturais), proteção (normas de convivência, mediações, e conhecimento dos direitos e deveres) e defesa (apurar, tomar providências necessárias para proteger, defender, prevenir e promover a reparação) (FLORES et al 2014, p.324).

Portanto, professor-leitor, você está convidado a conhecer a oficina pedagógica na qual a tecnologia se faz presente, seja ‘falando sobre’ ela, seja ‘operando com’ ela. Como se poderá observar, ela está sistematizada nos seus mínimos detalhes para facilitar sua execução posterior, dividida em três dias com duas horas de duração cada etapa, com momentos distintos representando a trajetória profissional do professor de História nesta complexa tarefa de ensinar sobre os Direitos Humanos, este tema transversal, cujo acesso é de extrema necessidade.

Os tempos atuais exigem formação continuada para os docentes. Atuando 200 horas como Coordenadora Pedagógica, percebo hoje que há uma necessidade de instrumentalização do professor (a) para agir na prática social e fazer um paralelo entre a teoria e a prática, visto que um depende do outro. A falta de valorização do professor (a) muitas vezes não o motiva a melhorar o desempenho do seu trabalho oferecendo aula significativa por meio de metodologias ativas e das TICs, bem como, há professor que ama a profissão e outro que está na carreira somente pelo fato de não ter outra opção.

Certo de que esta oficina poderá contribuir para o melhoramento do ensino de história em Direitos Humanos, proponho aos meus pares esta oficina, visto que as mudanças sociais que poderão gerar transformação no que tange ao ensino aprendizagem são decorrentes de um ensino de qualidade, onde será necessária uma qualificação profissional e pessoal.

A atividade se dividirá em três dias. No primeiro os professores (as) serão recepcionados no laboratório de informática, devidamente ambientado ou na sala de aula, com músicas cujas letras (entregues impressas aos docentes) versam sobre os Direitos Humanos, sua trajetória histórica e violações. Serão emitidas mensagens via whatsapp aos participantes acusando o início da oficina e, logo em seguida, será feita a subdivisão dos professores (as) em cinco grupos. Posteriormente, será trabalhada, de forma dialogada, a leitura de cinco letras de músicas projetadas no Datashow, e explicadas as etapas seguintes. Realizará o sorteio(<https://wordwall.net/pt/resource/20476884>) de cinco canções (Manifesto de Xuxa Levy, Novidade de Gilberto Gil, Chega de Gabriel o Pensador, Música sobre os Direitos Humanos e Todo camburão tem um pouco de navio negreiro de Marcelo Yuka- O RAPPA) que habilitam os docentes à condição de analistas destas canções e eles receberão um link do Google formulário (<https://forms.gle/Jz3HVifb97b5uvTG8>) com questionário de apoio que facilitará a análise e socialização no mural do Padlet das letras das canções

(<https://padlet.com/elianamuniz/xvo83udx9x9ssx7n>) (utilizando-se um grupo do whatsapp fechado de contato).

Sendo a música uma forma de expressão artística fluida, intangível, que se esvai, jamais se apresenta da mesma forma a cada execução e, tampouco, a cada apreciação. Ela será utilizada como uma das metodologias ativas nessa oficina por também apresentar informações despertando emoções. Em conformidade com Wisnik:

A música traz para nossa escala sensorial, através de vibrações perceptíveis e organizáveis das camadas de ar, e contando com a ilusão do ouvido, mensagens sutis sobre a intimidade anímica da matéria, isto é, a sua espiritualidade: a música encarna uma espécie de infraestrutura rítmica dos fenômenos, pois o ritmo está na base de todas as percepções modelando os objetos interiores e atuando, com muito poder, sobre o corpo e a mente, sobre a consciência e inconsciente. (WISNIK, 1989, p.26-27, apud RENNEN et al, 1994, p.88)

A música utilizada como metodologia ativa na introdução desta oficina pode despertar nos docentes o interesse pelo conteúdo. Estando a música presente na construção do conhecimento desde os anos iniciais até os anos finais em qualquer momento da vida, torna-se interessante usá-la nesta oficina. Por meio dela: o estado de espírito é alterado; o corpo reage às vibrações sonoras e são despertadas emoções que interferem no funcionamento do organismo. De acordo com a matéria veiculada na revista *Viver, Mente e Cérebro*, de autoria de Sandrine Vieillard (2005, apud RENNEN, 1994, p.89), há reações fisiológicas importantes no organismo, cuja amplitude parece depender do conteúdo emocional da música e que são independentes dos julgamentos subjetivos dos indivíduos, demonstrando o grande poder que a música exerce sobre o comportamento do ouvinte, sem que necessariamente tenha consciência disso e independente da história pessoal de cada um.

Conforme Renner (1994, p. 89), outros estudos indicam que a música ativa as mesmas zonas cerebrais que participam do processamento das emoções e que, portanto, a cognição dos elementos específicos da estrutura musical seria assim percebida. Ainda de acordo com os autores, “cada indivíduo traz à sua audição um discernimento próprio e vivencial do contato maior ou menor com hábito da escuta atenta, que busca as relações intrínsecas do material sonoro”.

O segundo dia consistirá na produção de um minicurso demonstrando como criar podcast e jogos digitais envolvendo a temática dos Direitos Humanos. O momento será dividido em duas etapas. A primeira etapa consistirá na criação de um podcast e a segunda

etapa na produção de um game envolvendo a mesma temática. Em síntese segue-se os seguintes passos:

1. Orientar por meio de um tutorial do YouTube como criar um podcast (<https://youtu.be/42yXedSd5C0>)
2. Subdividir em três grupos os professores e entregar um tema a cada um; (texto impresso e/ou link do drive onde acessarão trechos da dissertação);
3. Cada grupo de professores (a) produzirá um podcast de cinco minutos dando ênfase a temática que lhe foi solicitada; (1º tema: Origem e trajetória histórica dos Direitos Humanos; 2º tema: violação dos Direitos Humanos; 3º tema: Desigualdade Social e Pobreza como consequência da violação dos Direitos Humanos, agravada pela pandemia do COVID-19.) Observação: a fonte dos textos será retirada desta dissertação. Cada grupo divulgará o podcast no grupo do WhatsApp dos professores (criado no início desta oficina).
4. Após socialização dos podcast os grupos passarão para o segundo momento do minicurso onde será apresentado um tutorial explicando o passo a passo de como criar jogos digitais utilizando a ferramenta do word wall (<https://youtu.be/lcC2zTjJb6k>);
5. Receberão um link de um game envolvendo a mesma temática;
6. Serão desafiados a jogarem e o grupo que atingir melhor pontuação será premiado (com uma Constituição Federal de 1988);

Esse segundo dia de oficina será um momento de muita descontração e aprendizagem. Porque além dos professores utilizarem a cultura Maker para produzirem as metodologias ativas que usarão nas suas salas de aulas, eles também testarão suas criações. Segundo a Pirâmide da Aprendizagem de GLASSER 80% e 95% dos discentes aprendem respectivamente fazendo e ensinando aos outros a fazerem. Portanto, quando se trabalha com as metodologias ativas e tecnologias digitais motiva-se o ato de fazer e de ensinar. Os podcasts e os jogos são resultados destas duas ações: fazer e ensinar.

No terceiro dia serão analisados os três episódios do podcast, (1º episódio disponível em:

<https://docs.google.com/document/d/1Trr6cF0nMp57ftm8NRXxOzrd8jn9KRLk9byrMOGgAU/edit?usp=sharing>;                      2º episódio disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1dAwi5MagEXzwA3YcgeoA7EWhk2ih4OSXf1VMCEM8uXo/edit?usp=sharing>                      3º episódio disponível em: [https://docs.google.com/document/d/1jmas7zdaW29Lq3i6YtGFoFW3p\\_p6IxoDVIJZRIR3En8/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/document/d/1jmas7zdaW29Lq3i6YtGFoFW3p_p6IxoDVIJZRIR3En8/edit?usp=sharing)) solicitado pela professora e doutora Sônia Meneses na disciplina de História



Pública do mestrado profissional-PROFHISTÓRIA da URCA (Podcast “Para que todos saibam, que não fiquemos calados: Direitos Humanos? Ou Humanos Direitos? ”).

Na ocasião, cada grupo de professores analisará um episódio do podcast (Disponível em: <https://anchor.fm/eliana-muniz>), citado acima, e após análise será solicitado que participem da nuvem de palavras sintetizando os pontos observados nos respectivos episódios. As turmas receberão no grupo do WhatsApp o código do Mentimeter.com. E em seguida enviar as suas palavras (até três palavras no mínimo por grupo). Enquanto isso, estará sendo espelhado no data show a nuvem de palavras por meio da plataforma google meet e ao final, cada grupo será instigado a falar um pouco sobre a palavra lida pela pessoa que estará conduzindo a oficina. Será determinado de um a dois minutos para cada fala. Este momento de socialização tem como base o podcast ouvido no início deste terceiro momento.

Por fim, os (as) professores (as) reconhecerão com propriedade às suas limitações e terão explorado os potenciais que as diversas tecnologias podem oferecer em atividades de ensino de História em Direitos Humanos, durante o processo de execução das três etapas da oficina, compreendendo a multiplicidade e a historicidade das formas de comunicação. Também os participantes formularam as suas questões, saberes e compromissos com o ensino de História em Direitos Humanos que estarão presentes na oficina e, sobretudo, como tema da pauta principal de discussão.

A conclusão da oficina deve ser efetivada através da apresentação e exposição em sala destacando a aprendizagem significativa a que o grupo chegou. A avaliação deve ocorrer no mínimo em quatro momentos da oficina: Na organização e determinação de estratégias e trabalho; durante o processo, inclusive na mudança de rumos, se necessário; na apresentação final através da análise de aspectos relevantes da oficina com participação, envolvimento e cooperação; na autoavaliação realizada pelos docentes com relação às expectativas, resultados e a elaboração do conhecimento ao final do produto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo do primeiro tópico procuramos informações sobre como povos antigos vivenciaram legalmente as suas leis e normas. Ao compararmos a evolução histórica do direito nas antigas civilizações percebemos inúmeras permanências e mudanças presentes nas Constituições brasileiras. As considerações quanto à equidade e a relevância da Constituição apresentada na filosofia de Platão e Aristóteles, que permitiu maior compreensão do direito e da função da lei, por exemplo. Cerca de oitenta por cento dos

antigos códigos brasileiros foram confeccionados baseados nas fontes jurídicas romanas. A concepção do direito como algo natural foi substituído pela concepção de que os direitos são fruto de luta e manifestação do povo de forma organizada.

No segundo tópico procuramos apresentar inicialmente a evolução da disciplina de História a partir do momento em que ela passa a ser uma ciência com metodologias e objetivos próprios, porém sistematizada pelo IHGB, responsável por forjar a identidade da nação, fase de memorização, factual e cronológica que valorizava pessoas ilustres em detrimento da população em geral. Logo após, a educação passa por várias reformas ao longo de diferentes fases políticas alterando direta e indiretamente o ensino de História.

De providencialista e positivista a disciplina de História passa a exercer uma função de crítica da sociedade, fase considerada como a história total dos excluídos, pois o foco da sua atenção passou a ser discutir os problemas da realidade social. Bittencourt (2015), chegou a classificá-la como ensino da sociedade dos cidadãos de cunho marxista, onde o aluno desempenharia o papel de trabalhador apto a realizar transformações sociais e políticas.

A partir da Nova História, temas transversais como Direitos Humanos passam a fazer parte dos livros didáticos e do currículo da disciplina de História com objetivo de despertar nos discentes um senso crítico capaz de questionar sua própria historicidade e não apenas decorar datas e nomes.

Mesmo com a implantação da Lei Nº 4024/61 condenando qualquer forma de tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política e religiosa, bem como qualquer forma de preconceito de classe ou de raça; e a publicação da Lei Nº 5692/71 que tornaram o curso primário e o antigo ginásio como um só curso de primeiro grau, atualmente, chamados anos iniciais e anos finais, que trouxeram permanências e mudanças nas concepções de educação, os conteúdos da disciplina de História continuaram sendo trabalhados em ordem cronológica e com uma visão eurocêntrica.

Gostaria de mencionar ainda dentre os retrocessos do ensino de história a introdução da disciplina de EMC e OSPB usados para enaltecer o nacionalismo presente e os impactos negativos deixado pelo momento político da Ditadura Civil-Militar com a implantação dos Atos Institucionais (AIs) cuja aulas de sociologia e filosofia foram excluídas do currículo básico e história e geografia alteradas. O movimento Escola Sem Partido, Neoliberalismo e o Negacionismo representam também um grande retrocesso do ensino de história, pois violam direitos outrora conquistados pela academia, como a liberdade de se ensinar temas transversais em sala de aula, por exemplo.

Ainda no tópico segundo concentramos o olhar na historicidade dos Direitos Humanos comprovando por meio da pesquisa bibliográfica, que os direitos existem na teoria, porém na prática só se realizam após muitas mobilizações dos indivíduos interessados. Por essa razão, torná-los conhecidos especialmente os direitos sociais, para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais deve ser uma meta de todos os cidadãos. Em uma sociedade capitalista, onde todos, todas e todes são equiparados a uma mercadoria, precisamos observar os Direitos Humanos numa dimensão multicultural incorporando as questões relacionadas à diversidade cultural de cada povo e seu lugar de origem e não apenas observando os Direitos Humanos como Direito “Universal”. Tornar os Direitos Humanos conhecido é auxiliar não apenas na formação do indivíduo como sujeito de direitos, porque sem o conhecimento de seus direitos os discentes dificilmente alcançarão a sua inclusão numa comunidade política.

O caráter destrutivo e de progressiva desumanização do sistema capitalista ataca cada vez mais os Direitos Humanos que reproduzem exclusão e desigualdades. Nesse sentido, não podemos deixar de observar nesta nossa pesquisa os impactos negativos e o número de mortes causadas pela violação de direitos sociais de milhares de brasileiros (as) vítimas da pandemia do COVID-19 e do comportamento inadequado do representante político do país. Ao analisarmos as causas das milhões de mortes por COVID-19, percebemos o quanto as desigualdades ficaram mais evidentes. As mortes escancaram as constantes violações de Direitos Humanos contra as populações mais vulneráveis, por essa razão, há urgência em se fazer algo para reduzir esta lacuna.

A desigualdade Educacional no Brasil revelada pelo impacto da academia na educação demonstra que algumas conquistas sociais, consolidadas no campo do direito e da cidadania, foram e são atacadas em nome de um projeto Neoliberal e conservador de Estado, onde o capital ecoa mais forte que o bem-estar social da humanidade. As ideias de Anísio Spínola Teixeira (1977) já foram materializadas ao nos ensinar que a justiça social somente será efetiva, no regime livre, com igualdade de oportunidades educativas.

A pobreza nesta pesquisa teve destaque como sendo o descumprimento de direitos elementares. Precisamos refletir sobre o ato de votar e ser votado que está ligado à cidadania brasileira e apresenta-se como um elemento que contribui para a reprodução ou não da pobreza e desigualdades. Infelizmente no Brasil não houve uma experiência política prévia que preparasse o cidadão para exercer suas obrigações cívicas. Nem mesmo a Independência do país teve significativa participação popular. O Brasil não passava por nenhuma Revolução como a Inglaterra, Estados Unidos e França, sendo

assim, conforme afirma Carvalho (2002), o processo de aprendizado democrático tinha que ser, por força, lento e gradual.

A Escola Pública tem um papel de escolarizar a todos, porém quando não cumpre com essa missão promove a desigualdade e a exclusão. A pesquisa nos revela que a escola deve reconhecer as especificidades dos discentes que ela recebe e traçar junto aos sujeitos sociais que compõem a comunidade escolar ações e projetos significativos que possam compor o seu projeto político pedagógico para sanar desigualdades educacionais e sociais presente em cada discente que consegue o acesso à escola. Além de analisar o papel social da escola, a pesquisa também se propôs a refletir sobre a função social do ensino de história e do professor (a) de história. O papel do professor (a) é estimular a reflexão crítica dos discentes diante das inúmeras violações dos Direitos Humanos, especialmente os sociais, não naturalizando as violações e nem se omitindo diante delas. A disciplina de História tem a missão de se conectar com a sua realidade e temporalidade e promover o pensamento reflexivo e crítico do aluno.

Portanto, na constante busca de ensinar e aprender de forma significativa procuremos neste último capítulo diminuir as lacunas entre a teoria e a prática oferecendo uma oficina contemplando por meio das TICs e metodologias ativas, possibilidades de práticas pedagógicas que nos permitam pensar sobre o que é possível ser aprendido e ensinado dos Direitos Humanos e sociais nas aulas de História. Dessa maneira, não poderíamos estando em um contexto de pandemia, e aprendendo ensinando de forma remota, por meio de inúmeras ferramentas digitais e metodologias ativas, deixarmos de consolidar a aprendizagem que está ligada a história de vida nesse contexto pandêmico, por meio de uma oficina que contemple diferentes possibilidades de tornar público parte desta pesquisa, por meio do dinamismo da gamificação que tem como princípio o engajamento do usuário, já que é um processo emergente, que se mostra cada vez mais presente nos ambientes de aprendizagem. Como também, o podcast, assim como os jogos, partindo das observações presentes na pirâmide de aprendizagem do psiquiatra americano William Glasser, é resultado do fazer e ensinar, confirmado pelo psiquiatra quando afirma: ” 80% e 95% dos discentes aprendem respectivamente fazendo e ensinando os outros a fazerem”.

Sendo assim, a pesquisa também nos fez refletir que a rede Profhistória se apresenta como uma ponte que liga o ensino básico à academia, pois desperta em seus discentes o desejo de se reciclar por meio de formações continuadas e da constante

pesquisa. É um palco onde talentos são descobertos e socializados e que nos trouxe muitas alegrias e desafios.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BACICH, L. NETO, A T e TREVISANI, F M (Orgs.): Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação– Porto Alegre: Penso, 2015.

BAGNOLI, V. BARBOSA, S M. OLIVEIRA, C G. História do Direito. ISBN: 978-85-352-2853-3. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BITTENCOURT, C F. Ensino de História: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_, C F. Identidade nacional e ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 185-204.

BOBBIO, N. 1909 - A era dos direitos. Tradução Carlos Nelson Coutinho; Nova ed., 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Brasília: Ministério da Justiça, 2006. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/br/pnedh2/pnedh\\_2.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/br/pnedh2/pnedh_2.pdf). Acesso em 03 de mar. de 2022.

CARVALHO, J M. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, M B. A Educação como Concepção e as Tecnologias como Recurso para Potencializar Aprendizagens Significativas. São José dos Palmares, Paraná. INOVARE, 2018.

CASTRO, F L. História do Direito – Geral e Brasil. 8a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010

COSTA, E V. Apresentação da coleção. In: Wladimir Pomar. "Revolução Chinesa". São Paulo: UNESP, 2003

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro de 1948. UNIC Rio de Janeiro. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>.

DECLARAÇÃO DE DIREITOS DO BOM POVO DE VIRGÍNIA, 1776. Universidade de São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2015.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789. Universidade de São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2015.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER E CIDADÃ, 1791. Universidade de São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2015.

FERNANDES, F. Fundamentos empíricos da explicação sociológica. São Paulo: Nacional, 1967.

FLORES, FERREIRA e MELO (ORG.). Educação em Direitos Humanos e Educação para os Direitos Humanos. João Pessoa-PB. Universitária, 2014.

FREIRE, P. Educação e atualidade brasileira. São Paulo: Cortez, 2011.

GILISSEN, J. Introdução histórica ao Direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

GLASSER, W. Disponível em: <https://atividadespedagogicas.net/2018/10/a-piramide-de-aprendizagem-de-william-glasser.html>.

GOODSON, I. O currículo em mudança: estudos na construção social do currículo. Porto/Portugal: Porto, 2001.

GOMES, M P. Educação integral em tempo integral como política pública de enfrentamento às desigualdades educacionais: o que Anysio Teixeira nos ensina? In: MORAES, Karine Nunes de, LIMA, D C B P, ALVES, A I (Orgs.). Desigualdade social e pobreza: múltiplas faces frente à educação [Ebook]. Goiânia: Cegraf UFG, 2020.

GONÇALVES, B T R; BERGARA, P N S. A revolução Francesa e seus reflexos nos direitos humanos. ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498, v. 4, n. 4, 2008.

GORENDER. J. O escravismo colonial. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

HUNT, L. A invenção dos direitos humanos: uma história. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KAMIMURA, A. et al. Direitos humanos e vida cotidiana. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

LEVY, X. PASSAPUSSO, R. SAPIÊNCIA, R. Anistia Internacional, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/AnistiaBrasil>

MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846.

MATHIAS, C L K. O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica. História Unisinos, v. 15, n. 1, p. 40-49, 2011.

MONDAINI, M. Direitos Humanos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Novos temas nas aulas de história. - 1 ed, 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. p. 55 - 72.

NOVO, B N. As Constituições Brasileiras Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 18 dezembro 2021. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/51443/as-constituicoes-brasileiras>. Acesso em: 18 de dez de 2021.)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Portal da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em <http://www.dudh.org.br/definicao/>. Acesso em 09/08/2020.

PIOVESAN, F. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 14ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

RENNER, K. Apreciação musical: Onde está o significado da música? In: BEYER, Esther e of women: national and international perspectives. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1994.

SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Leya, 2017.

SOUZA, D G. Ensino de história e diversidade sexual e de gênero: articulando direitos humanos, transversalidade e ensino temático. In: Anais do I Congresso Nacional do Profhistória. Anais...Salvador (BA) IAT, 2019. Disponível em: [1553118006\\_ARQUIVO\\_Diversidadesexualdegeneronoensinodehistoria\\_ANPUH.pdf](1553118006_ARQUIVO_Diversidadesexualdegeneronoensinodehistoria_ANPUH.pdf) f> Acesso em: 18 de dez. 2020

SURUAGY, C C. Um olhar midiático para o ensino de História. In: MERCADO, Luís P. (org.). Práticas pedagógicas com mídias na escola. Maceió: Edufal, 2013, p. 99-108.

WOLKMER, A C. História do Direito no Brasil. Rio de Janeiro. Forense, 2002.

VOVELLE, M. A Revolução Francesa, 1789-1799. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

## **EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DA PANDEMIA DA COVID-19: DIÁLOGOS SOBRE OS LIMITES E OS DESAFIOS DO TRABALHO DOCENTE**

**Artur Favaretto Pereira**

**RESUMO:** Em meio ao cenário de crise, agudizada pela desordem sanitária causada pela pandemia da COVID-19, escancararam-se ainda mais as contradições da ordem capitalista, com impacto severo no campo da educação básica. O Brasil está imerso nessa realidade, de modo que não foge a tais vicissitudes, e apresenta, na especificidade da construção educacional, uma série de percalços. Assim, o presente trabalho objetiva apresentar sínteses parciais de um processo de pesquisa e diálogo acerca dos limites e desafios no trabalho docente na educação básica brasileira, considerando o contexto da pandemia da COVID-19 e a transição para o “Ensino Remoto Emergencial” (ERE). Para tanto, partimos de contribuições de Jaqueline Moll para subsidiar as reflexões pedagógicas aqui apresentadas, em diálogo com aportes estatísticos do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), assim como elaborações de especialistas como Anita Leocádia Prestes, Boaventura de Sousa Santos e István Mészáros, entre outros, para a caracterização política que marca a conjuntura em questão. Sob este arcabouço bibliográfico, analisa-se que o descompasso entre o exercício possível ao docente e a efetivação do processo de ensino-aprendizagem, calcado na atividade coletiva de compartilhamento e consolidação do saber, faz-se brutal, manifestando-se dos regramentos institucionais até a prática em sala de aula (virtual). Diante disso, percorre-se o debate da precarização do ensino e das condições de docência para, em diálogo, traçar considerações acerca do compromisso político e pedagógico que se deve assumir na relação instituição-professor-aluno. Assim, pensando como estabelecer perspectivas humanizadas de trabalho no contexto atual, contribuindo para a mitigação dos prejuízos ainda não inteiramente dimensionados que este cenário reserva.

**Palavras-chave:** Docência, Ensino Remoto Emergencial, Crise.



## **INTRODUÇÃO**

O contexto pandêmico lançou ao mundo uma série de desafios. Agravando uma especial vulnerabilidade que já precedia os tempos atuais (SANTOS, 2020, p. 15-16), a desordem sanitária escancarou ainda mais as contradições de uma ordem político-econômica e social fadada ao fracasso, impondo um processo quase mecânico de migração ao contexto exclusivamente virtual, sob o que se convencionou chamar de “Ensino Remoto Emergencial” (ERE). As escolas, antes já muito restritas aos seus muros e a uma estrutura vertical (MOLL, 2020), tiveram então de se adaptar ao trabalho formativo e pedagógico à distância com urgência. Neste cenário, limitados por uma série de questões, os professores têm se deparado com níveis extenuantes de desgaste e precarização de suas vidas, atravessados por problemas que se apresentam e renovam cotidianamente – da escola à organização comum da vida social. Com isso, pensar em perspectivas humanizadas de trabalho no contexto atual tem se conformado como tarefa árdua, considerando a incerteza do que este contexto pandêmico reserva.

É diante disso, então, que este trabalho pretende discutir estes limites e desafios, tomando-os em seus desdobramentos técnicos, financeiros, pedagógicos e outros. Assim, objetiva-se suscitar reflexões e apresentar contribuições sobre as possibilidades e necessidades colocadas ao compromisso político e pedagógico que se deve assumir na relação instituição-professor-aluno, visando à mitigação dos prejuízos legados.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa aqui parcialmente apresentada explora o percurso da discussão bibliográfica, estabelecendo conexões com contribuições de Jaqueline Moll para subsidiar as reflexões pedagógicas apresentadas acerca da educação básica, assim como das especificidades desta sob o contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. Ademais, buscou-se aporte estatístico e bibliográfico de instituições, como o CETIC, e especialistas do campo da educação e da política, como Anita Leocádia Prestes, Boaventura de Sousa Santos e István Mészáros, entre outros, para a caracterização política que marca a conjuntura em questão.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Partindo das contribuições teóricas do campo da educação, assim como da análise conjuntural brasileira a partir dos dados e dos dilemas estudados, evidenciou-se que

refletir acerca da docência na educação básica atravessa um complexo de percalços bastante particulares no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil.

Para além de questões como a substituição das presenças em salas de aula e o cumprimento de calendários letivos, como regra geral na educação básica, ainda há muita dificuldade em estabelecer adaptações programáticas e curriculares, planejamentos de fato adequados para as aulas remotas. Assim, e também sem suporte formativo de qualidade (em relação a tempo de preparo e acompanhamento de equipe supervisora, por exemplo), o corpo docente se viu (e se vê) largado ao desespero. Somam-se aqui as complicações de estrutura ligadas a isso: o acesso quase ínfimo<sup>1</sup> e o manejo dificultado das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), ou a impossibilidade de uso da estrutura escolar para o trabalho extraclasse, catalisam os problemas. Logo, a realidade docente e escolar como um todo é atravessada por uma intensa precarização, distante do que deveriam ser os horizontes, as demandas e a própria prática educativa escolar.

Acima ainda da parte técnica, os desafios pedagógicos, éticos, profissionais em geral, mas também pessoais, ganham destaque na tentativa de exercer a docência atrás das telas. Na contramão da defesa dos monopólios educacionais e do governo federal sobre a possibilidade de flexibilização e autocontrole de tempo, ou de dinamização de atividades, o corpo docente lida com a acentuação da exploração de sua força de trabalho. As mulheres, maioria de nossa população e da categoria, são forçadas a jornadas triplas com trabalho + casa + família para cuidar. As parcelas pobres, de docentes e discentes, sofrem com a falta de abastecimento, de saneamento, de estrutura domiciliar e de equipamentos que permitam o estudo ou trabalho. Trata-se de uma sobrecarga, uma hiperresponsabilização, dos discentes aos docentes, perpassando também as famílias, sobre o “contorno” e uma “simples solução” frente a um cenário calamitoso para manter uma “normalidade” na educação; e uma culpabilização pela precariedade que encaram, na lógica meritocrática de que só é necessário se esforçarem mais. Destarte, os problemas de saúde, o desgaste exacerbado e a frustração diante das dificuldades de ensino-aprendizagem neste contexto assolam todos.

Embora por vezes mais perceptíveis na dinâmica de quem estuda – com o desgaste

---

<sup>1</sup> Aqui entra o acesso a equipamentos ou mesmo à internet, que atinge toda a comunidade escolar, num contexto em que, nas residências urbanas brasileiras, menos da metade possui acesso a computador, e um terço não se conecta à internet (no campo, não se atinge a metade de pessoas conectadas) – segundo dados da pesquisa TIC Domicílios, de 2019, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação - CETIC.

postural e ocular diante das telas, a dificuldade de concentração e afins –, os impactos no corpo docente têm sido severos. Para além destes mesmos problemas, os docentes têm sido forçados ao retorno presencial sem segurança, motivo pelo qual organizaram importantes lutas reivindicando a vacinação, pelo menos, à categoria. Como exemplo, há a greve dos profissionais da educação em Florianópolis – Santa Catarina, que perdurou mais de um mês, em 2021. Indo além, são os docentes que têm sua carga de trabalho (considerando sua formação, preparo de materiais, adaptação para o melhor exercício didático, entre outros) aumentada, mas sem aumento correspondente no salário – aliás, lidando até com cortes ou congelamento de pagamentos, em alguns unidades federativas; e, junto disso, com aumentos nos gastos domiciliares, na compra de equipamentos, com atendimento médicos e tantas outras demandas para cumprirem com o ERE. A lista de prejuízos, riscos, preocupações e ataques sofridos é muito extensa, abarcando também a perseguição e sufocamento da liberdade de ensino, como sob o avanço do fundamentalismo perpetrado por movimentos como o “Escola Sem Partido”, que tem encontrado respaldo e assentado sua propaganda inclusive por meio das instituições governamentais, como muitas Assembleias Legislativas estaduais ou mesmo órgãos federais.

Diante de tantos obstáculos, perde a educação. O processo de ensino-aprendizagem, ainda que possa ser mediado positivamente junto a TDICs, para seu verdadeiro êxito, demanda interação, convívio, socialização de conhecimentos para a construção coletiva do saber. Em sentido oposto a isso,

no tutorial on-line, os alunos estão sentados com dispositivos móveis em mãos, com uma série de distrações prontas para competir por atenção. [...] A capacidade do educador de desenvolver relacionamentos com os alunos pode ser prejudicada; portanto, a identificação das motivações, dificuldades e experiências dos indivíduos pode não ser tão aparente. [...] [É] como uma atividade de aprendizado passivo, [...] enquanto outras tarefas domésticas distraídas são realizadas. (SEYMOUR-WALSH *et. al.*, 2020, apud JÚLIO *et. al.*, 2020, p. 12)

Desse modo, o estabelecimento de uma troca ativa entre discentes e docentes, o estímulo à criatividade e à criticidade na procura e resolução dos dilemas que aparecem nos conteúdos didáticos escolares ou nas experiências sociais que se compartilham, sofrem prejuízos. Explorar as potencialidades, necessidades e anseios transformadores e emancipatórios da educação fica bastante dificultado. E, para superar isso, é preciso compreender como chegamos nesta situação.

Mais que uma fatalidade restrita ao caos sanitário alastrado pelo Coronavírus, as condições atuais que encaramos são produto direto de uma crise estrutural. Em colapsos cada vez mais frequentes e agudos, o sistema capitalista, emaranhado em seus sustentáculos patriarcais e racistas, apresenta como forma de organização da vida uma incessante busca pelos lucros<sup>2</sup>. Em nome de poucos, pois, engendra seus mecanismos de intensificação da exploração da força de trabalho das grandes massas, pauperizando suas vidas. A escola, como parte da sociedade, está imersa nessa realidade – e, sob os moldes atuais, contribuindo neste processo.

A educação básica já exige muita iniciativa, criatividade e desprendimento, em níveis muito superiores ao que de fato se reconhece acerca da categoria docente, profundamente desvalorizada; sob a pandemia, tal cenário piorou, acelerando a marcha de políticas desmanteladoras do investimento público em educação e financiadoras dos ideais tecnicistas, meritocráticos e alienantes da “educação para o mercado” que marcaram os últimos anos - como a Emenda Constitucional 95 e a Contrarreforma do Ensino Médio. Essa precarização da educação, a pauperização da vida e a ofensiva sobre tantos sujeitos marginalizados, em um olhar desavisado, podem parecer contraditórias vindo patrocinadas por “defensores da nação e do desenvolvimento”; entretanto, como diria Darcy Ribeiro, esse ataque, essa crise, é um projeto. Assaltar o direito à educação, desmantelar o frágil e tutelado pacto democrático forjado na Constituição Federal de 1988<sup>3</sup>, fortalecer a violência que se alastra pelas instituições e por milícias, é parte de um projeto que visa a reduzir a pó os movimentos sociais, as lutas populares, e sua contribuição à construção de saberes críticos, como defendido por Paulo Freire. Mas isso não pode ser aceito.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pensar, discutir educação em tempos de pandemia e o papel docente frente a isso é lembrar, como diria Jaqueline Moll (2020), que a educação deve ser pensada para além dos muros escolares, imbricada às vivências coletivas e às experiências sociais das mais variadas, formais e informais, plurais; fazendo da arte, da cultura, da luta, espaço de saber. É entender a necessidade de isolamento e a mediação dificultosa com o ERE, mas não deixar de pensar e acumular alternativas que não empobrecam o processo pedagógico e

---

<sup>2</sup> Sobre a formulação da crise estrutural, ver Mészáros (2009).

<sup>3</sup> Sobre a tutela do pacto democrático brasileiro, ver Prestes (2021).

as relações trabalhistas, diferentemente da defesa de estratégias como o "homeschooling" ou o ensino híbrido. Diante de um povo que até padece pela barbárie desta ordem, mas não sem enfrentar com vigor a fome, a miséria e o desemprego que o atormenta, pensar a formação e a intervenção docente, ainda mais em tempos de pandemia, deve ser pensar o trabalho para a superação das desigualdades. Das enormes taxas de estudantes que contavam com a merenda escolar no regime presencial aos tantos que nem se conseguiu contatar para tentar incluir sob o modelo remoto, é preciso pensar o perfil de cada escola, o que demandam aqueles estudantes, e como e para quem se pensa e concretiza a educação ali. Dos muitos professores que largaram seu ofício por não conseguirem se adaptar, aos tantos outros que, como única alternativa para garantir seu sustento, batalham para dar conta das atribuições que lhes foram colocadas, é preciso promover a assistência – técnica, financeira, pedagógica e no que for preciso – para que se possa resgatar e assegurar as condições para que cumpram sua função social.

Se na mecanicidade do ERE os limites da docência se agigantam, é no resgate crítico do papel da educação e dos direitos de igualdade pelos quais o povo brasileiro duramente lutou para conquistar em que se deve aportar. E, frente às necessárias adaptações que se precisa fazer agora, é buscando ao máximo estabelecer o diálogo e a troca, a compreensão das condições dos alunos e dos professores – com todos seus gostos e desgostos, histórias e linguagens, como traz Jaqueline Moll (ibidem) –, que se encontra alternativas de atenuação de uma realidade já muito sofrida. Ao contrário do senso produtivista e padronizador que impera na formação centrada no mercado de trabalho, pensar a educação básica deve ser pensar a construção de sujeitos em sua forma mais plena, envoltos e acometidos pelos problemas que os cercam, mas capazes de criar e inventar para além das barreiras que surgem. Deve ser fortalecer a construção coletiva de alternativas de relações institucionais e sociais mais saudáveis, pautadas na compreensão das verdadeiras demandas e capacidades de cada um, tomando o aluno e o trabalhador como humanos, e beneficiando, assim, toda a comunidade.

## **REFERÊNCIAS**

CETIC. Pesquisa TIC Domicílios. 2019. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/>>. Acesso em: 29 jun. 2021

JÚLIO, Ossula Abílio; NHAGUAGA, Mércia Armindo Farinha; SUNDE, Rosário Martinho. O ENSINO REMOTO EM TEMPOS DA PANDEMIA DA COVID-19: DESAFIOS E PERSPECTIVAS. Revista Epistemologia e Práxis Educativa. Teresina:

EPEduc, v. 03, n. 03, p. 1-17, dez. 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/11176/7075>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

MÉSZÁROS, István. A Crise Estrutural do Capital. Trad. Francisco Raul Cornejo [et al.]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009, 133p.

MOLL, Jaqueline. Agora é a hora da educação em tempos de pandemia. In: Jornalistas Livres. Daniel Cara Entrevista! Playlist de audiovisual, 2020, 1h19min15s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=erWjp6a46ow>>. Acesso em: 25 jun. 2021

PRESTES, Anita. Transição da ditadura militar para uma democracia tutelada e o fenômeno Bolsonaro. Conferência online em 18 abr. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Almedina, 2020, 32p. Disponível em: <[https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro\\_Boaventura.pdf](https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2021.

## **VIÚVAS DO AGROTÓXICO: NARRATIVAS DE SOFRIMENTO E MORTE**

**Ana Karolina Freire Oliveira**

**RESUMO:** A chegada do agronegócio no Ceará, desde o final da década de 1990, gerou impactos sociais e ambientais significativos, principalmente, para aqueles que foram diretamente afetados pela implantação de grandes empreendimentos agroexportadores, como pequenos agricultores e as populações de comunidades próximas as instalações agroindustriais. Com isso, é possível apontar que uma das principais mudanças se deu pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, cujo o objetivo é acelerar a produção e exportação de gêneros agrícolas, afetando a vida e a saúde de pessoas que estavam em contato direto com estes produtos. Nesse sentido, esta pesquisa busca analisar os impactos do uso intensivo de agrotóxicos, a partir de narrativas de mulheres que perderam seus maridos em decorrência da utilização destas substâncias toxicológicas no ambiente de trabalho. É importante destacar que esta pesquisa pretende se desenvolver, fundamentalmente, a partir de fontes orais. Dessa forma, as reflexões acerca dos percursos e possibilidades do trabalho com História Oral aparece como elemento central, pretende-se explorar questões referentes ao trato com memórias sensíveis que evocam o sofrimento e a morte, destacando a subjetividade das narrativas e estabelecendo relações com as áreas da Literatura e Psicanálise. No momento o trabalho encontra-se na fase de realização de entrevistas com viúvas e trabalhadoras/res do agronegócio. Vale ressaltar que, diante de novas evidências e do contato com outras fontes, estamos analisando as possibilidades de ampliação dos recortes temporal e espacial da pesquisa, pois constatou-se que o uso intensivo de agrotóxicos por grandes empresas relacionado a mortes de trabalhadores é um fenômeno observado em outras regiões do Brasil.

**Palavras-chave:** História Oral, Viúvas, Agrotóxicos

## **PRIMEIRAS PALAVRAS**

Flaubert disse de si mesmo que era um “homem-pena”. Posso dizer que sou uma “mulher-ouvido”. Quando ando pelas ruas e me surpreendo com alguma palavra, frase ou exclamação, sempre penso: quantos romances desaparecem sem deixar rastro no tempo. Permanecem na escuridão. Há uma parte da vida humana, uma conservação que não podemos conquistar para a literatura. Ainda não a apreciamos, ela não nos surpreende, não nos encanta. A mim ela já enfeitiçou, me fez prisioneira. Adoro a forma como as pessoas falam, adoro a voz humana solitária. Essa é a minha maior paixão, o meu maior amor.

Svetlana Aleksievitch<sup>1</sup>

Este artigo faz parte das reflexões que estão sendo desenvolvidas no mestrado acadêmico do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (PPGH-UFC). O objetivo é pensar, a partir das narrativas de viúvas, as relações entre o uso de agrotóxicos no local de trabalho e o surgimento de doenças seguidas de morte de trabalhadores. Mas para além deste recorte temático, que nos permite abordar um grupo específico – mulheres viúvas- tem-se a pretensão de fazer uma reflexão que ponha as narrativas destas mulheres no centro das discussões, ou seja, trata-se de percebê-las enquanto agentes sociais, evidenciando suas subjetividades, o que nos provoca a pensar no próprio sentido da viuvez feminina. Em suma, a escrita deste trabalho é o esforço de pensar, por meio da memória e da narrativa, o que é a dor, o sofrimento ou quaisquer outros sentimentos possíveis, decorrentes da lida com uma doença repentina que termina numa morte rápida, porém extremamente dolorosa, tanto para o doente como para aquelas que o acompanha até o último suspiro. Por fim, trata-se de como suas experiências, enquanto mulheres viúvas, transformaram suas vidas.

Desta forma, os objetivos desta pesquisa nos impulsionam a uma maior reflexão sobre a fabricação e o uso das fontes orais. Um primeiro ponto que nos chama a atenção é pensá-las como uma construção de si, ou seja, trata-se de uma narrativa que elabora uma interpretação de si mesmo ao revisitar memórias. O que parece interessante neste aspecto é a dimensão subjetiva que cada depoimento revelará, mostrando que os acontecimentos produzem percepções diferentes, nas quais se expressam através dos elementos socioculturais - constitutivos - daqueles que recordam. Segundo Alessandro Portelli, durante certo tempo, os pesquisadores quiseram subtrair a subjetividade em busca de uma almejada objetividade, porém o autor nos convida a pensar que o aspecto

---

<sup>1</sup> ALEKSIÉVITCH, Svetlana. Vozes de Tchernóbil. 1 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.



subjetivo da história oral pode ser, na verdade, a grande riqueza destas fontes, o que importa não é o quanto os eventos narrados são representativos ou não da realidade, mas sim como eles são importantes para pensar as possibilidades, os horizontes de expectativas daqueles que viveram o passado.

Nesse mesmo sentido, a observação e valorização da diferença no campo da História Oral, que nos impulsiona a pensá-la como um lugar de exercício da alteridade, parece fascinante, o/a pesquisador/a coloca-se numa posição de profundo interesse pelo outro. Este ponto, nos permite pensar, os agentes sociais para além de sujeitos conscientes das opressões que vivem, ou como meros alienados das disputas políticas; a realidade se apresenta como um leque de possibilidades, muitas vezes, surpreendentes. A relação do/a pesquisador/a com seus entrevistados/as pode ser conflituosa, pois se está em jogo o embate temporal e as visões de mundos, quase sempre, divergem. Ao pesquisador/a oral inexperiente, o espanto pode ser recorrente ao se deparar com uma declaração pouco coerente – segundo sua própria avaliação - entre o entrevistado/a e as opressões que este/a vive na carne; no entanto, a surpresa pode ultrapassar a recusa ou a desqualificação daquele/a que narra, transformando-se numa busca insaciável de ouvir e compreender por que caminhos operam os processos de agenciamento. Fica mais fácil trocar o espanto pela escuta, ainda que analítica, quando há um interesse sincero pelo outro.

Defendo que a parte mais importante deste trabalho são as vozes que me permitem pensar e discutir problemas de pesquisa. Aprendi, no exercício de realizar entrevistas, que o mais importante num trabalho de História Oral é ouvir. Mas ouvir o quê? O que é ouvir? Não é incomum vermos trabalhos que se utilizam de fontes orais como uma forma de corroborar explicações, é como uma espécie mesquinha de fundamentação para convencer não só os leitores, mas a sim mesmo, das próprias ideias. No entanto, para um historiador/a oral, ouvir talvez passe pela abertura de pensar sobre o que está sendo dito e como está sendo dito, ao invés de forçar, de alguma maneira, o entrevistado a dizer aquilo que queremos ouvir. A voz é uma forma muito particular de narrar, nunca está sozinha, quase sempre é incrementada por um ritmo, um olhar, uma expressão corporal, indícios diversos que podem levantar suspeitas, ela pode até enganar, às vezes grita, às vezes cala, mas o pesquisador/a que estiver de ouvidos limpos, disposto/a a ouvir e atento/a aos sinais pode se aventurar em desvendar os mistérios e intrigas das vozes.

## **QUANDO A MORTE SIGNIFICA A TRAGÉDIA DE UMA VIDA**

Este tópico objetiva apresentar e pensar questões a partir da entrevista com Evelize Silva Costa, viúva de Francisco Rafael da Silva. É importante destacar que, Evelize para além de ser a viúva ela também trabalhava com seu companheiro na empresa e realizava trabalhos parecidos. Evelize reside na comunidade Canafistula de Baixo, distante uns 15 quilômetros de Limoeiro do Norte. Após alguns contratempos para conseguir condução do centro da cidade para Canafistula e um pouco depois da hora combinada, finalmente, cheguei, à casa de Evelize. Ela mesma me recebeu, no alpendre da casa, cercada por animais, havia duas cadeiras nos esperando, me sentei, tentei explicar, agora “entre vistas”, de forma objetiva o que me levava até sua casa e ali ao som do cacarejo das galinhas e aos berros das cabras, começamos a nossa conversa.

Evelize, embora tenha sido a primeira pessoa com quem entrei em contato, seria a terceira viúva a ser entrevistada, de modo que eu já havia conversado com outras duas. Ao chegar à sua casa, depois de todos os contratempos daquele dia, confesso, não estava tão entusiasmada como na primeira entrevista, do dia anterior. Mas uma surpresa me esperava, Evelize não só abriria as portas de sua casa para uma estranha - uma moça que vinha não sei lá de onde, da universidade, interessada em sua vida – no caminho de volta para Limoeiro eu senti que, na verdade, ela havia aberto as portas de seu coração, era como se ela precisasse mesmo dizer tudo que me disse, de modo que eu não olhei nenhuma vez para o roteiro de perguntas que estava em minhas mãos, durante certos instantes eu esqueci que estava a fazer uma entrevista para um trabalho acadêmico, eu não precisava fazer perguntas, Evelize, espontaneamente narrava o trabalho, a felicidade, a doença, o desespero, a dor, a falta de ar, a morte, falava até mais do que eu seria capaz de indagar, e assim, por duas horas, que eu só soube depois que olhei no gravador, ela contou e eu, cada vez mais interessada, a ouvi, a observei.

Evelize Silva é uma mulher jovem, mãe de dois filhos, trabalhadora, antes de conhecer Francisco Rafael, havia sido casada com o pai de seus dois meninos. O primeiro casamento não foi uma boa experiência, o homem era caminhoneiro, passava dias fora de casa e em pouco tempo a abandonou com dois filhos pequenos. Para conseguir sustentar os meninos, não havia outro jeito, era preciso deixá-los com a avó ou na casa das tias, e sair para trabalhar. Perto de onde mora, Evelize começa a trabalhar no cultivo de frutas,

numa propriedade de médio porte pertencente a uma família do Estado do Rio Grande do Norte. Foi no trabalho e nos espaços de sociabilidade da comunidade que ela conheceu Rafael, ambos frequentavam os torneios domingueiros de futebol, formados pelos trabalhadores das empresas, e um mesmo bar que havia por perto.

Evelize conta como sua vida ficou difícil após o término com o primeiro marido, suas responsabilidades dobraram, cuidar de dois filhos pequenos, sendo ela a única pessoa para sustentar as despesas mensais, com a ajuda da mãe e de familiares próximos ela ia levando a vida. No entanto, ao falar do casamento frustrado, percebo, pelo ritmo da fala e pelo movimento dos olhos, as suas mágoas, não era apenas pela dificuldade financeira de manter sozinha uma casa, ela era adulta saberia se recompor, mas e os meninos? Ela não conseguia entender porque o homem abandonara os dois filhos, a dor de ser largada, de não saber explicar o porquê debilitou sobremaneira sua saúde, o fim do casamento lhe trouxe demandas muito pesadas, não tinha muito ânimo para sair, se divertir, ela acabou desenvolvendo uma depressão, com ajuda de remédios, a necessidade de trabalhar e criar os filhos foi o que a mantiveram firme.

Evelize conta como foi seu primeiro contato mais próximo com Francisco Rafael, para além do trabalho. Viram-se no torneio de futebol que acontecia aos domingos, Rafael era um dos jogadores dos times formados pelos trabalhadores da empresa, à medida que os gols iam sendo marcados a torcida fazia a festa, naquele dia vendo Evelize animada na plateia, junto com algumas amigas no momento de descontração, Rafael veio correndo em sua direção e disse que faria um gol para ela, “o próximo gol eu vou fazer pra você, morena”. Evelize, com um sorriso de quem retorna a uma lembrança boa, recorda: “ele acabou fazendo o gol mesmo”. Depois do jogo, o homem, de porte atlético, acaba fazendo mais uma investida, lhe oferece uma bebida e os dois acabam se conhecendo melhor naquele domingo. Pouco tempo depois, Rafael, mesmo sem saber direito onde morava Evelize, aparece no portão de sua casa, começa assim, o que ela mesma classificou como os melhores anos de sua vida.

Francisco Rafael, nasceu no município de Jaguaruana, na cidade o rapaz nunca teve muitas oportunidades de emprego e, através de um irmão, foi para Limoeiro do Norte trabalhar num lote de produção frutas. O emprego era bom, ganhava numa semana aquilo que passava um mês para conseguir trabalhando em Jaguaruana. Em Limoeiro, Rafael trabalhou em alguns lotes diferentes, mas sempre realizando os mesmos tipos de trabalho na agricultura, seja no plantio, na colheita, na irrigação, na adubação ou até mesmo na

pulverização. No último emprego, juntamente com Evelize, Rafael trabalhou numa empresa de médio porte, chamada Seivas, cujos proprietários são do Rio Grande do Norte.

Nesta empresa, Rafael era o responsável geral pelo lote, era encarregado de fazer todos os serviços, desde o plantio até à colheita. Neste serviço, Rafael trabalhava com a carteira assinada, enquanto Evelize era temporária, mas durante seis anos os dois trabalharam juntos, fazendo todos os tipos de atividade na agricultura, “plantado tudo o que tinha para plantar”. Evelize recorda especificamente da temporada de goiabas, no período em que elas ainda estavam novinhas, em que havia o trabalho de observá-las, pois, às vezes, dava uma espécie de besouro na plantação, então era preciso avisar ao proprietário para ele consultar o agrônomo e este analisaria qual o tipo de veneno deveria ser aplicado. Dentre todos os tipos de trabalho, Evelize fazia de tudo, o único que não conseguia era a pulverização, pois o cheiro concentrado lhe causava fortes dores de cabeça.

A pulverização que Rafael realizava, junto com outros trabalhadores, era a manual, com uma bomba que eles colocavam nas costas e, através de uma mangueira, iam despejando o veneno ao longo da plantação. É importante destacar que este tipo de atividade é muito perigosa para o aplicador, pois ela promove um contato direto destes com os agrotóxicos, o trabalhador, além de inalar o odor, tem seu corpo respingado pelas substâncias. Quando perguntei a Evelize se Rafael usava equipamentos de segurança ao realizar a atividade de pulverização e se a empresa os oferecia, ela disse que sim, que no último lugar em que ele trabalhou o empregador fornecia o material de proteção individual, embora nos outros dois lotes, que ele havia trabalhado anteriormente, não. Mas mesmo assim, ela conta que Rafael não gostava muito de usá-los, de colocar uma roupa especial para fazer a aplicação dos agrotóxicos, pois achava muito custoso vesti-las apenas para o rápido momento da pulverização.

Este aspecto nos faz pensar que a discussão sobre os equipamentos de segurança sempre está associada a questão de até onde o empregador os oferece ou não, mas talvez este não seja o ponto crucial, até porque as leis trabalhistas já os obrigam a fornecê-los. O que passa despercebido acerca destes materiais é o entendimento da sua efetiva serventia, por parte dos empregados. É possível afirmar que um trabalhador que exerce atividade com diferentes graus de periculosidade no seu local de trabalho, está sempre ciente dos perigos que o cerca, principalmente quando não se trata de uma ameaça assim tão material, que talvez cause problemas a longo prazo, como o contato com substâncias

tóxicas? Sobre este ponto é importante destacar que os equipamentos de segurança quase sempre são uma imposição, um desconforto para o corpo, que provavelmente são evitados pelo trabalhador, ainda que sejam fornecidos, a questão maior talvez seja como esses trabalhadores sabem ou não acerca dos riscos que correm. Esta discussão nos permite lembrar os soldados de Tchenobil, que, após meses na zona radioativa, se acostumaram com a aparente normalidade do local e simplesmente pararam de usar os equipamentos de segurança<sup>2</sup>.

Continuando a narrativa, Evelize lembra que o trabalho era puxado, todos os dias os dois saíam juntos para trabalhar, o dia começava antes mesmo do céu clarear. Aos domingos o trabalho também era intenso, nestes dias, de todos os funcionários, apenas Rafael e Evelize trabalhavam, era o dia em que o comprador vinha buscar os produtos, e assim eles selecionavam as frutas colhidas durante a semana, as maduras, as verdes, as que deveriam ser mandadas para a fábrica de doces, de polpas e as que seguiriam para ser comercializadas na Ceasa.

Ao narrar o trabalho puxado de domingo a domingo e sua relação com Rafael, Evelize deixa escapar mais do que seu carinho e amor pelo companheiro, há em sua narrativa um sentimento de gratidão por aquele homem que mudara sua vida, que lhe mostrou a possibilidade de um casamento muito diferente do primeiro. Quando os dois se aproximaram, Evelize ainda estava sofrendo os impactos da separação. Rafael havia sido para seus filhos o pai que eles nunca tiveram, que lhe ajudou no momento mais difícil de sua vida. Entendi, que a morte de Rafael significava para Evelize uma dor ainda maior do que a do abandono, aquela doença arrebatadora, que levou Rafael em menos de 1 mês foi a grande tragédia de sua vida.

Ao recordar o trabalho e os momentos bons ao lado de Rafael, Evelize usa um recurso narrativo, presente nos relatos de outras viúvas que sentiram profundamente a morte de seus maridos, a exemplo das viúvas de Tchernobil. As frases “eu era feliz e não sabia” “como eu era feliz naqueles tempos” são recorrentes nas recordações de quem dá sentido ao passado por uma perspectiva positiva. A constatação do eu era feliz e não sabia é uma forma de narrar que só é possível a posteriori, a felicidade não era constatada naquele tempo, até porque naquele tempo ainda não sabiam que eram felizes, trata-se, portanto, de uma forma de instituir um passado, atribuindo-lhe sentido e significado.

---

<sup>2</sup> ALEKSIÉVITCH, Svetlana. Vozes de Tchernóbil. 1 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

Mas as lembranças de Evelize não são apenas dos melhores anos de sua vida, as recordações acerca da doença são difíceis, não há como conter a emoção. Sobre a doença, Evelize diz: “foi um período muito rápido e muito difícil”, Rafael nunca havia sentido nada, nunca se queixava de nada. Ela lembra o dia, um sábado, dia de feira, Rafael, não conseguiu ficar no trabalho, veio para casa reclamando de uma dor nas costas, em pouco tempo começa a vomitar e o sangue excretado deixou todos muito preocupados. No hospital da cidade, o médico diz que pode ser tuberculose, mas encaminha alguns exames, no mesmo dia, eles ficam sabendo que pode ser uma doença muito mais grave do que poderiam imaginar. O médico aconselha levá-lo para Fortaleza, e desta viagem Rafael nunca mais voltou.

Em Fortaleza, o diagnóstico é dado, Rafael tem um câncer muito agressivo no pulmão. Internado no hospital, mesmo sentindo-se fraco, constantes falta de ar e fortes dores, Rafael tinha muitas esperanças de ficar bom, sentia saudade de casa, dos meninos, dos bichos, do trabalho.

É por isso que, armaria, tem hora que, tem dia assim que eu lembro dele demais. E quando eu olho pra esse meu menino mais pequeno, oh meu Deus, até o jeito que ele saí do banheiro, que enrola toalha aqui na cintura é mesmo que tá vendo, o jeito que ele ensinou ele faz ainda, acredita? (Evelize Silva)<sup>3</sup>

A narrativa de Evelize, mais uma vez, revela como a morte de Rafael representa um imenso vazio em sua vida. Lembra dos dias que passou ao seu lado no hospital, a agonia que ela sentia ao vê-lo se debater com falta de ar, as memórias daquele sofrimento são impossíveis de esquecer, tem dias que ela perde o sono lembrado, mesmo depois de quase cinco anos de sua morte, de ter reconstruído, minimante, sua vida, de ter conseguido se interessar por outro homem. Ainda assim, num cantinho reservado do guarda-roupas, Evelize guarda o relógio, o cordão, algumas roupas e o par de alianças que os dois haviam comprado para o casamento que seria em dezembro, mas não deu tempo, Rafael morreu em novembro, 21 dias depois de ter descoberto um câncer no estômago.

## **QUANDO A MORTE NÃO É, NECESSARIAMENTE, A TRAGÉDIA DE UMA VIDA**

Neste tópico objetivo apresentar e pensar questões a partir das entrevistas com Lena Gomes, viúva de Raimundo Santiago. Como já foi mencionado, a expectativa para

---

<sup>3</sup> Entrevista concedida em 04 de janeiro de 2022, em Limoeiro do Norte.

realizar as primeiras entrevistas eram elevadas, Lena seria a primeira viúva com quem eu conversaria, elaborei um roteiro de perguntas imaginando que me depararia com narrativas sensíveis, que fossem mexer com a entrevistada, especulando sobre a dificuldade de se fazer uma narrativa sobre a perda de alguém tão próximo, um companheiro de vida. No trajeto que me levava até sua casa, eu ia me perguntando qual seria a melhor forma de começar a entrevista, até porque seria a primeira viúva com quem eu conversaria. No entanto, assim como toda entrevista de história oral, grandes surpresas me esperavam.

Lena é uma mulher de meia idade, mãe de duas filhas já casadas, trabalhadora, nossa entrevista foi marcada para o início da noite, pois naquele dia ela trabalhava até às 17 horas numa cidade vizinha. Sua residência fica a pouco tempo do centro da cidade de Limoeiro, de modo que não tive grandes dificuldades para localizá-la, ao me aproximar de sua rua, do outro lado, alguém acenava, era Lena me convidando para entrar. No alpendre da casa havia duas cadeiras postas, me acomodei e expliquei sobre a pesquisa que estava desenvolvendo, por fim, começamos a entrevista.

“(...) o pessoal botava na cabeça dele porque nunca trabalhou de carteira assinada, o lugar era carteira assinada, ele foi mais por influência porque ele nunca tinha trabalhado de carteira assinada, (...) aí o pessoal botaram na cabeça dele pra ir trabalhar em firma, que era bom, mas aí durou pouco. (Lena Gomes)  
4

Raimundo Santiago tinha mais de 40 anos quando teve o primeiro emprego de carteira assinada. Nascido numa comunidade chamada Os Morros, a poucos quilômetros do centro de Limoeiro do Norte, ele trabalhou a vida inteira como vaqueiro, cuidando dos animais. A possibilidade de conseguir um serviço que cumpria minimamente a legislação trabalhistas, o direito a férias, ao décimo terceiro, hora extra, o animava e com a indicação de alguns conhecidos, seu Raimundo acaba se empregando na empresa multinacional Del Monte<sup>5</sup>, em 2016, mas ele nem imaginava que seu novo trabalho duraria muito pouco.

O novo trabalho era diferente daquele que estava acostumado a vida inteira, bem diferente da vacaria, seu Raimundo, na empresa instalada na Chapada do Apodi, atuava na colheita de bananas, mas a estabilidade do emprego valia a pena. No entanto, após poucos meses de serviço, Mundinho passou a chegar doente em casa, sentia dores no estômago, febre alta e vômitos intensos. Inicialmente a relutância de ir ao hospital, não

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida em 03 de janeiro de 2022, em Limoeiro do Norte.

<sup>5</sup> 2 Del Monte Fresh Produce é uma multinacional estadunidense, que segundo o site da empresa, chegou ao Brasil nos anos 1980, no Rio Grande do Norte, no Ceará a empresa se instalou em propriedades do Baixo Jaguaribe em 2001 e logo se destacou como uma das maiores exportadoras de frutas do país, entre as culturas estavam a banana, abacaxi, melão e melancia.

haveria de ser nada demais, mas como os sintomas não passavam, Lena o leva para o hospital da cidade, no hospital, os médicos dizem que se trata de uma infecção, os receitam umas gotinhas e ele volta para casa. Após sete dias os sintomas persistiam os vômitos, a febre, lhe é recomendado bater uma endoscopia, o resultado foi bem diferente de uma simples infecção, Mundinho tinha um câncer no estômago, já em estado avançado no estômago.

Mundinho começara a trabalhar na empresa em novembro de 2016, em maio de 2017 o homem já não tinha mais saúde para continuar no emprego, fora afastado do trabalho para tratar de sua doença. Ao descobrir a gravidade e o estágio da doença, o hospital da cidade já não tinha estrutura suficiente para atendê-lo e foi encaminhado para Fortaleza. Na capital os médicos especialistas não deram muitas esperanças, o câncer já estava generalizado no estômago, não tinha muitas alternativas, lhe deram 6 meses de vida, mas o sofrimento de Mundinho não duraria nem mais um mês, em junho ele faleceu.

Lena conta que conheceu Mundinho “nas farras”. Após o término de um primeiro casamento frustrado e com suas filhas já crescidas, a mulher conta que se abriu mais para a vida, sempre gostara muito de sair com as amigas, ir para as festas e brincadeiras que aconteciam pelas redondezas. Suas lembranças de seu falecido companheiro eram de um homem alegre, brincalhão, conversador que gostava de fazer amizades, gostava de jogar baralho. Dentro de casa era um homem calmo,

Todos esses fatos sobre a vida, a personalidade, o trabalho, o adoecimento, os primeiros sintomas até a descoberta do câncer de seu Raimundo, eu fiquei sabendo em pouco tempo de conversa, logo nos primeiros minutos minhas expectativas iam sendo, pouco a pouco, quebradas, Lena tinha uma maneira muito peculiar e objetiva de narrar os acontecimentos, sem muito entusiasmo, de modo que eu já não tinha muitas perguntas para fazer. Mas ao longo da conversa algumas coisas foram sendo reveladas e de fato não só as minhas expectativas foram surpreendidas, algo bastante surpreendente ainda estava para ser revelado.

À medida que a conversa ia avançado, sem muitos detalhes dos acontecimentos e com longas pausas, eu ia percebendo que Lena lembrava de Seu Raimundo de uma forma meio distante, ao contrário do que eu tanto especulava antes da entrevista, de que seria muito difícil conversar com uma viúva sobre a morte do próprio marido, um acontecimento de extrema dor e sofrimento, que seria muito complicado lidar com lembranças tão sensíveis, Lena não parecia nem um pouco abatida ao recordar a doença e a morte de seu falecido companheiro. Pensando nisso, e meio surpresa com o rumo da



conversa, decidi fazer a pergunta que me ajudasse a entender que tipo de relação havia entre Mundinho e Lena. Que ela fora sua companheira durante 6 anos eu já sabia, que ela tinha cuidado diante de uma doença grave, que ela tinha estado do lado dele, cuidando-o até o último dia eu também já sabia, mas não entendia o porquê de uma forma tão indiferente de lembra-lo. E então eu perguntei: “você sofreu muito com a morte dele?” A resposta foi instintiva e precisou apenas de uma única sílaba: “não”. Esta foi a resposta mais surpreendente de nossa conversa, pois ela não só quebrava minhas expectativas sobre aquela primeira entrevista, ela me revelava o sentimento de uma viúva, diante da morte do companheiro não significa necessariamente uma imagem da dor, do sofrimento como eu especulei ao elaborar um roteiro de entrevista.

Mas as surpresas não acabaram por aí. É importante frisar, a forma indiferente de Lena lembrar de seu companheiro não queria dizer que eu estava diante de uma mulher desalmada, que pouco se importava com a morte do marido. Mas isto, certamente era um indicativo para o tipo de relação que ela tinha com Seu Raimundo. Mas pelo fato de ter ficado muito surpresa com o seu “não” eu quis saber mais sobre como era sua relação com a morte e foi então que eu descobri que Lena, há 12 anos, havia perdido um irmão, o irmão caçula e ao falar do irmão algo no seu semblante mudara, falar da morte do irmão era totalmente diferente da forma que ela falava da morte de Seu Raimundo.

Meu irmão, tá doido, meu irmão vai fazer 12 anos, mas pra mim eu me lembro dele toda hora. (...) Eu acho que é uma coisa que a gente não sabe nem explicar, sabe? A minha mãe guardou as roupas dele até hoje e nós chega pra leva, eu, minha mãe, minhas meninas e todo mundo chora. (...) Não gosta de ficar vedado as coisas que lembra a ele, pois isso traz mais sofrimento. É porque dói, sei lá, é tipo assim, dói muito lembrar dele. Não gosto de falar sobre ele <sup>6</sup> (Lena Gomes).

Quando Lena fala de seu irmão que morreu inesperadamente de acidente de moto, a expressão é outra, é outro tom de voz, é outra resposta, é outra história, é outro luto, é outra perda, é outra dor. Ao lembrar do irmão caçula, se revelava ali outra forma de dá sentido aos acontecimentos, ao falar do irmão a indiferença, por fim, dá lugar a dor de recordar a perda de um ente querido.

Após a entrevista, voltando para casa, refleti sobre a razão de ter sentido, durante boa parte da conversa com Lena, que algo faltava em sua narrativa, me dei conta que a morte por ser uma experiência tradicionalmente associada a dor e ao sofrimento nos faz pensar que a experiência de perder alguém próximo significa um trauma ou um momento

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida em 03 de janeiro de 2022, em Limoeiro do Norte.

de dor irreparável. No entanto, até mesmo a perda de um marido, nem sempre, culmina numa tragédia de vida. Ao falar da relação com Raimundo, Lena se preocupa em justificar o motivo de não ter sofrido sua partida: “a gente vivia, mas vivia em crise. Mas eu cuidei dele até a última hora, eu é que banhava ele, que levava ele nos braços pro banheiro.”. Mais do que justificar, ela mostra que, apesar de tudo, cumpriu “seu papel de esposa”, cuidando de Raimundo até a última hora.

## **DO GÊNERO: ESTERÉOTIPOS EM TORNO DA VIUEZ FEMININA**

Eu gostava, demais, gostava muito dele. Mas também por causa que eu tô viúva não vou deixar de viver minha vida, nem vou prolongar pra me divertir, não, o que eu tiver de fazer daqui pra frente eu vou fazer porque ele morreu muito novo e a gente tem que ver que a vida da gente é um sopro. Hoje a gente tá aqui, amanhã a gente pode não tá. A gente tem que viver cada dia sem pensar no amanhã.<sup>7</sup> (Vera Lúcia).

Neste tópico busco analisar o que significa a viuvez feminina e como ela aparece no imaginário coletivo. Além de entender como as questões de gênero perpassam a vida e as narrativas das mulheres viúvas deste trabalho. Historicamente a viuvez é uma condição associada diretamente com a construção do feminino, isto é endossado até mesmo pelos dados estatísticos de pesquisas oficiais de governo que apontam a viuvez como um estado civil mais comum entre as mulheres.<sup>8</sup> Nesse sentido, um conjunto de estereótipos é atrelado à figura da mulher viúva: aquela que traja preto, que precisa passar necessariamente por um período de reclusão e abdicação de uma vida social que signifique prazer.

A historiadora Lídia Maria Vianna Possas evidencia em seus textos que, na sociedade ocidental, a condição de viuvez está atrelada a práticas e significados bem demarcados ao longo da história. A autora coloca que a viuvez está cristalizada no imaginário como aquilo que ficou em desamparo, em abandono, de modo que estas representações permanecem normatizadas por discursos, instituições e pelo conjunto moral ideológico da sociedade burguesa. Nesse sentido, duas questões colocadas por Possas chamam à atenção e me parecem importantes para a discussão que quero provocar. A primeira é que a condição de viuvez está, majoritariamente, atrela as mulheres, e

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida em 03 de janeiro de 2022, em Limoeiro do Norte.

<sup>8</sup> Os dados da pesquisa no Brasil demonstram ainda que a viuvez é o estado conjugal predominante entre as mulheres idosas, com 41% (2003, p. 39), sendo que os viúvos são 13%. (POSSA, Lídia Maria Vianna).

segundo, Lídia Maria, ao estudar viuvez, oralidade e gênero no período da Ditadura Civil Militar, aponta que o trabalho com história oral é uma possibilidade de alargar o entendimento acerca das subjetividades de mulheres viúvas, indicador de caminhos que quebram com as cristalizações sobre a viuvez e a viuvez feminina, mais especificamente.

Cabe apontar inicialmente que todas as mulheres que entrevistei até agora, antes de conhecerem os seus companheiros e ficarem viúvas, vieram de casamentos frustrados, de separações dolorosas e após a experiência da morte de seus maridos, continuaram, cada uma a sua maneira, se envolveram novamente com outros homens. Para algumas a morte significou uma perda irreparável, um momento extremo de dor e sofrimento, para outras, o casamento, uma hora, acabaria de um jeito ou de outro, e em meio as mudanças repentinas, elas continuavam com a expectativa de, mais uma vez, reconstruir suas vidas.

As dores são diferentes, a morte de um marido pode acarretar muitos sentimentos: sofrimento, reclusão, problemas de saúde ou, simplesmente, um novo começo. Quando perguntei a Lena se ela havia sofrido muito quando Mundinho morreu, sua resposta foi instintiva, ativa, direta, decidida: “não”, para ela, aquela união, uma hora ou outra, acabaria de qualquer maneira. Já na narrativa de Evelize, a história é outra, eu nem precisei lhe perguntar nada, seu olhar, o ritmo da fala, a emoção que lhe tomava à medida em que lembrava, eram mais que suficientes para revelar uma tristeza profunda. O que isso pode evidenciar? Que a forma de lidar com a morte é diferente? Sim, mas para além disso, as narrativas são capazes de expressar o tipo de relacionamento que essas mulheres tinham com seus companheiros. E isto nos permite traçar sentidos diferentes para a condição da viuvez, quebrando os estereótipos cristalizados sobre as mudanças na vida de uma mulher viúva, bem como seu comportamento.

Nesse sentido, ao estudar a expansão do agronegócio no Vale do Jaguaribe e o uso intensivo de agrotóxicos, na região, inicialmente, me interessei pela chegada de grandes e médias empresas, no início dos anos 2000, queria entender quais tipos de trabalho eram realizados em contato direto com substâncias químicas e os perigos que esses ofereciam a saúde e ao meio ambiente. A primeira vez que eu ouvi falar de mulheres que haviam perdido seus maridos, que trabalhavam nestes tipos de empreendimento e haviam adoecido de forma repentina, foi por meio de uma série de reportagens especiais, intitulada viúvas do veneno, publicadas em 2013, no jornal O Diário do Nordeste, pelo jornalista Melquíades Júnior. Ao analisar o conteúdo das reportagens, constatei que não se tratavam de casos isolados, o índice de adoecimentos, adoecimentos seguidos de morte de homens e mulheres, nos últimos anos, era no mínimo alarmante.

A jovem viúva Gerlene não esperava que acontecesse, muito menos tão cedo, mas, como a mãe, sente a dor de ser viúva. Dona Maria do Socorro Silva dos Santos preenche, junto com seu filho, Davi, uma parte do vazio deixado por Vanderlei. Hoje, a família é formada pelas duas viúvas, Davi e o retrato de um homem que nunca sairá da parede da sala<sup>9</sup>

Ao me debruçar sobre o conteúdo da série viúvas do veneno, ficou claro que se tratava de um tipo de jornalismo engajado, era uma reportagem denúncia, em que colocava a história de vida de homens e mulheres vítimas dos impactos nefastos da expansão do agronegócio nos campos brasileiros e, com o avanço da modernização, o uso indiscriminado de agrotóxicos. Nesse sentido, não é difícil perceber o uso de uma linguagem apelativa, na qual tenta sensibilizar o leitor em torno dos perigos do contato humano com substâncias tóxicas, combinando uma escrita que apresentava a história de vida de mulheres, que havia perdido seus maridos, em que estes adoeciam em seus respectivos locais de trabalho, e um compilado de dados estatísticos que revelam os óbitos nacionais por intoxicação, a reportagem acaba mobilizando uma emotividade em torno da morte e da viuvez.

A reportagem, por ter o objetivo claro de informar sobre um problema por meio de uma linguagem emotiva, acaba colocando as mulheres viúvas como vítimas. Desse modo, ela acaba por reforçar certos estereótipos em torno das mulheres viúvas, colocando-as nesta condição do desamparo, do abandono. A reportagem que mesmo mostrar, de modo geral, passar a mensagem que aquelas mulheres perderam seus maridos.

Além dessa reportagem especial, outras matérias foram publicadas no sentido de demonstrar a luta judicial que essas mulheres viúvas começaram a traçar na justiça, pela busca de auxílio financeira, uma indenização das empresas que seus maridos trabalhavam, o que acabava por reforçar a imagem da viúva desamparada, em busca de ajuda.

O que quero questionar aqui não é o direito que essas mulheres tem de procurarem a justiça do trabalho e reivindicarem seus direitos enquanto viúvas. Mas é importante que se destaque como isto reforça os estereótipos em torno da viuvez feminina, e como estas cristalizações da mulher viúva desamparada pode ser um discurso que essas mulheres podem usar na justiça para conseguir e fundamentar suas reivindicações.

---

<sup>9</sup> Jornal Diário do Nordeste. **Série de reportagem Viúvas do Veneno**. Jornalista Melquíades Júnior. Fortaleza, 2013.

Neste mesmo sentido de pensar acerca dos estereótipos e papéis cristalizados em torno da viuvez feminina, a entrevista de Vera Lúcia Lima, viúva de José Eudes Santiago me chamou a atenção. Vera é uma mulher de 42 anos, mas aparenta 35, mãe de um homem já feito de 24 anos, trabalha como empregada doméstica. Das entrevistas que realizei, Vera era a viúva mais recente, havia apenas um mês e meio desde a morte de seu companheiro e o que me saltara aos olhos é que, desde o primeiro momento, Vera não atendia os estereótipos em torno de mulheres viúvas.

Cheguei à casa de Vera, mais ou menos, umas três da tarde, naquele período do dia em que o sol esquenta e é impossível estar dentro de casa, uma residência simples, de portas e janelas abertas que davam direto na via pública, na calçada havia três mulheres conversando, dei boa tarde e perguntei se a Vera estava e a mulher de aparência mais jovem respondeu: sou eu, tentei disfarçar rapidamente o desconcerto e disse sorrindo: “aah, é você”. Repeti o protocolo que havia feito na primeira entrevista, expliquei sobre a pesquisa e demos início a conversa.

Em meio as perguntas e respostas, descobri que a morte de José Eudes era muito recente, Vera havia largado do emprego para cuidar do companheiro e ainda estava sem trabalho fixo, havia somente um mês e meio de sua morte. Eudinho, durante mais de cinco anos, trabalhou na empresa Del Monte, na produção de mamão e banana. Sempre fora um homem muito ativo, gostava de ir jogar futebol com os amigos aos finais de tarde, foi numa dessas peladas vespertinas que o homem sente os primeiros sintomas, no meio da partida ele passou mal e voltou para casa, desde esse dia, Vera conta que ele passou a se queixar de fortes dores nas costas e então ela começou a ficar desconfiada e o levou para o hospital da cidade. Da ida aos médicos em Limoeiro até o encaminhamento para a Fortaleza, a história de José Eudes é muito parecida com a de Raimundo e Rafael, mas antes mesmo de ir para a capital, Eudinho é diagnosticado com um câncer na região lombo-sacra. Em fortaleza ele teria mais chances de se recuperar, lá ele passou por sessões agressivas de quimioterapia, nas quais aceleraram ainda mais a sua debilidade.

Assim como Evelize e diferentemente de Lena, Vera falava de Eudinho como um bom companheiro, como as outras duas mulheres, Vera vinha de um casamento frustrado, antes de conhecer Eudinho. Do primeiro marido, pai de seu filho, as lembranças são péssimas, era um homem egoísta, que não lhe respeitava, não fazia nada por ela, nem pelo próprio filho, ela sente como se os 12 anos que vivera com ele tivessem sido perdidos, na narrativa ela expressa o arrependimento de não passado tanto tempo com alguém que lhe

fizera tato mal. “Eu vivia com ele só por viver mesmo, só pra dizer que eu tinha um homem.”

O que me chamou a atenção na entrevista de Vera foi o fato de que, embora ela sentisse muito a partida de seu companheiro, ela não conseguia deixar de pensar na sua própria vida. Vera, desde o início, se colocou no centro da própria narrativa, era como se deixasse escapar, à medida que ia lembrando, que ela era a pessoa mais importante da sua vida, sentia a perda de Eudinho, mas isso jamais a faria deixar de viver sua vida, de sair com as amigas, de conhecer outros homens, afinal, depois de tanto tempo perdido num casamento infeliz, de ter engravidado muito cedo, Vera, realmente, não vocação para fazer o papel da viúva desamparada e reclusa.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. Vozes de Tchernóbil. 1 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso. *História*, São Paulo 14: 125-136.1995. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FARGE, Arlette. Lugares para a História. Tradução Fernando Scheibe. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. São Paulo, n. 14, fev./1997.

\_\_\_\_\_ A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 59-72.

\_\_\_\_\_ História oral como arte da escuta – São Paulo: Letra e Voz, 2016. – (Coleção Ideias).

\_\_\_\_\_ Tentando Aprender um Pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Proj. História*, São Paulo, (15), abr: 1997.

POSSAS, Lídia Maria Vianna. Viuvez, gênero e oralidade: recuperando os sujeitos invisíveis. *História Oral*, v. 12, n. 1-2, p. 87-102, jan.-dez. 2009.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. O escorpião atrás do espelho: a tortura no regime de 1964 e o declínio da narrativa – Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

RIOS, Kênia Sousa. Engenhos da Memória: narrativas da seca no Ceará – Fortaleza: EDUFC, 2012.

SMITH, Richard. C. História oral na historiografia: autoria na história. *História Oral*, v. 13, n. 1, p. 23-32, jan.-jun. 2010.

**Capítulo 32 - DOI:10.55232/1083002.32**

**ESCRavidÃO E SUA CONFIGURAÇÃO  
CONTEMPORÂNEA: EMPREGADAS DOMÉSTICAS E AS  
RELAÇÕES DE PODER E DESIGUALDADE NO BRASIL**

**Josy Caroline Cardoso Melo e Karen Taynãna Alves Sousa**

**RESUMO:** Mesmo após o fim da escravidão formal em 1888, ainda é possível identificar trabalhos análogos a este que derivam de uma estruturação histórica enraizada na qual o país está submetido. Dessa maneira, o serviço doméstico, uma das formas de prestação de serviço do setor terciário da economia, dispõe de características que são traços e consequências dos anos de exploração e perpetuação da desigualdade nascida no período colonial. A relação serviçal entre patrões e empregadas domésticas reflete uma sociedade estratificada, baseada em fortes relações de poder, hierarquização de papéis e violências que por vezes, são invisibilizadas pela sociedade. Dessa maneira, a pesquisa em questão irá discorrer sobre esse processo de continuidade da escravidão no mundo atual a partir de dados bibliográficos da região brasileira. Além de recortes bibliográficos de autores como Gilberto Freyre e Jessé de Souza, como forma de compreender as consequências desse processo. Como resultado, observou-se uma sociedade inerte nos próprios preconceitos, e em uma configuração patriarcal que se moldou a partir do século XV e se perpetua até os dias de hoje. Cabe ao corpo social atual romper com esses paradigmas elitistas buscando a igualdade entre todos.

**Palavras-chave:** Escravidão. Trabalho Doméstico Informal. Relações de Poder. Desigualdade. Violência Simbólica.



## INTRODUÇÃO

A seguinte pesquisa pretende elucidar e expor em debate e reflexão os processos de continuidade da escravidão na sociedade contemporânea a partir da camuflagem em novos modos de exploração. Esta problemática se faz necessária, para ser possível compreender de que maneira o quarto de empregada se moldou como a nova senzala, e de que forma as relações de poder estabelecidas entre patrões e empregadas se assemelham às relações dos senhores com os escravos em residências privadas no Brasil. É de suma importância que os historiadores contemporâneos pensem essa problemática como uma forma de buscar tornar amenas as desigualdades que assolam a vivência social humana.

Este trabalho pretende colocar em pauta como a escravidão continua presente na sociedade a partir de uma escravidão moderna e que se adéqua a partir de um exemplo principal: o papel da empregada doméstica e as relações de poder presentes na vivência entre patrão e empregada. A partir disto, para debater as questões, serão utilizadas como base principal para se depreender a construção histórica, social e econômica do país as obras, *Casa Grande e Senzala*, do polímata brasileiro Gilberto Freyre, onde será rebatido o mito da democracia racial expressa em seu livro, além da obra do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes *A integração do negro na sociedade de classes*.

E como forma de contrapor o pensamento de Freyre, a segunda obra utilizada será *A Elite do Atraso*, do sociólogo Jéssé de Souza, com sua análise sobre a origem das desigualdades do Brasil e como transcendê-las, na prática além de mostrar de forma clara como após a abolição da escravidão a população negra foi jogada a própria sorte, passando por um processo de invisibilidade que se reflete até o momento.

Para traçarmos a linha histórica e compreendermos o processo de escravidão no país, utilizaremos a obra da Biblioteca Nacional *Para uma história do negro no Brasil*, que reúne um acervo de documentos que traçam esse processo e toda sua continuidade no decorrer dos anos.

E por fim, a historiadora Preta-Rara com sua obra *Eu, Empregada Doméstica: a senzala moderna*, que reúne relatos de experiência de empregadas domésticas no Brasil para que se possa analisar na prática essa escravidão velada e por conseguinte, serão utilizados, em torno disto, dados e exemplos de trabalho forçado no país com os

autores César Villatore e A.B Peron. Além da antropóloga social, Jurema Brites com sua abordagem através do gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e a autora Sônia Roncador, em um ensaio onde a autora se propõe em examinar o impacto de alguns escritores na criação do mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural, e em particular em José Lins do Rego, bem como o pensamento do sociólogo Gilberto Freyre.

Portanto, através dessa construção o intuito é evidenciar e denunciar essas desigualdades que se tornam cada vez mais presentes e normalizadas na sociedade brasileira de maneira a perpetuar continuamente os processos de hierarquização de uma comunidade que insiste historicamente na estratificação, e como o trabalho doméstico informal reflete este processo de forma escancarada.

## **BREVE APANHADO HISTÓRICO SOBRE A ESCRAVIDÃO NO BRASIL**

O processo escravocrata brasileiro estabeleceu-se como instituição em meados de 1530, quando se instaurou as primeiras medidas de estabelecer esta ação pelos portugueses. A escravidão no Brasil iniciou-se primeiro com os nativos, e entre os séculos XVI e XVII foi gradualmente substituída pela mão de obra escrava africana que chegava a colônia a partir do tráfico negreiro, que trazia de forma desumana populações em massa para o trabalho braçal forçado.

No Brasil, o emprego doméstico possui suas raízes no passado colonial (CRUZ, 2011), quando os colonizadores portugueses, em constantes conflitos com os índios nativos, trouxeram para a colônia “[...] negros africanos como mão-de-obra para atender, principalmente, os senhores de engenho ou das minas de ouro ou mesmo para os da Corte Imperial para trabalharem nas casas ou na terra” (PORTELA, 2013, p. 7). Predominou o pensamento que o negro escravo deveria intrinsecamente realizar “[...] trabalhos manuais de força e servis, naturalizando a ideia de que estes nasceram, sobretudo, para executar estas funções” (CRUZ, 2011, p).

Os primeiros africanos chegaram ao solo brasileiro por volta de 1550, e enquanto a colonização do Brasil se desenvolveu, a necessidade por trabalhadores se tornou tão massiva que fez com que esse comércio prosperasse em larga escala. O êxito do tráfico negreiro está concernente, dessa forma, com a necessidade da colônia por

trabalhadores e esse negócio foi altamente lucrativo para os traficantes e para a Coroa. Na obra, *Para a História do Negro no Brasil* (1988, p. 9), o país, “em razão de sua dimensão e da ausência de preocupação com a reprodução biológica dos negros, foi o maior importador de escravos das Américas. Estudos recentes estimam em quase 10 milhões o número de negros transferidos para o Novo Mundo, entre os séculos XV e XIX. Para o Brasil teria vindo em torno de 3.650.000.” Dito isto,

Os escravos trabalhavam na agricultura, nos ofícios e nos serviços domésticos e urbanos. Os negros do campo cultivavam para a exportação — atividade que dava sentido à colonização — a cana-de-açúcar, o algodão, o fumo, o café, além de se encarregarem da extração dos metais preciosos. Os negros de ofício especializaram-se na moagem da cana e no preparo do açúcar, em trabalhos de construção, carpintaria, olaria, sapataria, ferraria, etc. No século XIX, não foram poucos os escravos que trabalharam como operários em nossas primeiras fábricas. Quanto aos negros domésticos, escolhidos em geral entre os mais "sociáveis", cuidavam de praticamente todo o serviço das casas-grandes e habitações urbanas: carregar água, retirar o lixo, além de transportar fardos e os seus senhores em redes, cadeiras e palanquins. (1988, p. 9-10)

A escravidão atendia a necessidade dos portugueses ao trabalho braçal, sendo esse, aos seus olhares, uma categoria de trabalho desprezado. Inicialmente, esse trabalho se deu pela forma de escambo com a população indígena, porém, logo essa relação foi substituída pelo processo escravocrata. A priori, o trabalho escravo era destinado a atender a necessidade de mão de obra nos engenhos com a produção da cana-de-açúcar, porém, estendeu-se para muito, além disso.

A vivência destas pessoas era marcada pela violência contínua, tanto física, quanto cultural, material e psicológica, além da intensa perpetuação de autoridade e hierarquização estabelecida pelo homem branco que se via como superior a tudo e todos, atrelado a isso havia as jornadas de trabalho que poderiam se estender por 20 horas ao dia. A agressão exercida sistematicamente contra os escravos tinha o objetivo de incutir-lhes o temor de seus senhores e impedir que fugas e revoltas acontecessem.

Vale ressaltar, que os escravos não aceitavam esse processo de forma passiva, sendo a história da escravização africana marcada por grandes resistências, lutas, formação de quilombos que representaram uma forma de sobrevivência mediante tanta atrocidade. O Quilombo dos Palmares e a Revolta do Malês são exemplos dessa resistência na escravidão. O Quilombo dos Palmares começou a surgir em 1597 e durou

até 1694, e Palmares não abrigava somente escravos fugidos, era uma micro-região multirracial e miscigenada que abrigava índios, negros e brancos pobres. Já a revolta do Malês, foi a maior revolta de escravos do Brasil e já indicava um processo de busca pela liberdade.

Por fim, o Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão, e após um conjunto de leis que tinham como intuito a promoção de uma emancipação gradual, entre elas a Lei Eusébio de Queirós (1850), Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885), veio a Lei Áurea (1888), aprovada pelo senado no dia 13 de maio de 1888. Apesar disso, vale ressaltar que esta lei não foi um ato de liberdade promovida pela Princesa Isabel, a conquista da emancipação foi uma vitória após inúmeras revoltas, resistências e engajamento da população escravizada.

Mesmo que expressa de forma explícita a formação de uma nacionalidade desigual, pautada em relações de hierarquização, existem fatos na própria construção literária e academicista do país que refletem e perpetuam, de certa maneira, a estratificação da sociedade e formulam o mito de uma sociedade democraticamente constituída.

Como exemplo, em 1933, o sociólogo Gilberto Freyre lançou sua obra “Casa-grande & senzala”, onde discute a formação da sociedade brasileira a partir de diferentes vieses, ele demonstra a sociedade escravocrata brasileira iluminando o patriarcalismo vigente no Brasil pré-urbano-industrial. A obra de Freyre divagou uma concepção de democracia racial, mesmo que não expressa em sua obra, em uma tradição marcada por discursos conflitantes, que ora vêem o mito da democracia racial como um mecanismo de perpetuação das hierarquias sociais, ora como uma constante lembrança de que a nossa sociedade foi formada em bases híbridas, dessa forma:

A publicação, em 1933, de Casa-Grande & Senzala iria assinalar outro importante momento do pensamento brasileiro sobre o negro. Adotando também a tese culturalista, Gilberto Freyre baseava-se, entre outros pressupostos, na idéia de que as diferenças entre os grupos raciais deveriam ser explicadas pelo ambiente social: "Parece às vezes influência da raça o que é influência pura e simples do escravo: do sistema social da escravidão. Da capacidade imensa deste sistema para valorizar moralmente senhores e escravos. O negro nos aparece no Brasil, através de toda nossa vida independente, deformado pela escravidão". (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 52)

Freyre, de certa forma, mascarou o padrão opressivo das relações raciais no Brasil, e expressou um país tradicional avesso ao admitir o preconceito e a discriminação racial. Segundo o sociólogo Florestan Fernandes: “Não existe democracia racial efetiva, onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a ‘raças’ distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências do bom-tom, de um discutível ‘espírito cristão’ e da necessidade prática de ‘manter cada um no seu lugar’. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a e justificando-a acima dos princípios de integração da ordem social democrática.” (FERNANDES, 1960, p. XIV)

A democracia racial freyriana, desse modo, seria uma reconstrução fantasiosa do passado nacional, uma ideologia de falsa ilusão definida pela “a ausência de preconceito e discriminação racial no Brasil e, conseqüentemente, pela existência de oportunidades econômicas e sociais iguais para negros e brancos” (HASENBALG, 1979, p.242).

Para a obra *História do Negro no Brasil* (1988, p. 52), o objeto de ampla controvérsia, Casa-Grande & Senzala, assim como toda a obra de Gilberto Freyre, caracteriza-se, para muitos críticos, por exprimir uma perspectiva senhorial da sociedade. Como exemplo, apesar de mostrar episódios de violência contra o negro, afirmava que a suavidade predominava nas relações raciais no Brasil. Seu interesse maior, segundo notou um autor, era pelo escravo sofredor, que “conhecia sua posição”, pouco se dedicando aos aspectos independentes da vida do negro.

A escritora Sônia Roncador, ao analisar o impacto que a formulação literária em torno da construção do mito da mãe preta, diz que

Segundo Freyre, tanto maior no Brasil que em outras nações escravistas dada a aproximação “tipicamente brasileira” entre a senzala e a casa-grande. Além de servir para a comprovação da harmonia interracial nos tempos da escravidão, sobretudo nos antigos engenhos nordestinos, o mito da mãe-preta, ou melhor, “a aliança [afetiva, assexuada] entre a mãe negra e o menino branco”<sup>8</sup> ainda contribuiu para a composição da mestiçagem ideal proposta por Freyre: a assimilação branca da cultura negra, ou, como descreve Alexandra Isfahani-Hammond, “formas não biológicas de assimilação para produzir figuras geneticamente brancas, mas simbolicamente africanizadas” (2008, p. 132)

O sociólogo brasileiro Jessé de Souza, em sua obra “A elite do atraso”, ao

analisar a obra de Freyre, demonstra a fragilidade desses pressupostos e generalizações cheias de preconceito pré-científicos expressas no livro. Freyre, para Jéssé, foi um dos responsáveis por perpetuar e reforçar mitos que a formação escravista já havia solidificado. Para Souza, a raiz da desigualdade brasileira não está na herança de um Estado corrupto, mas sim na escravidão.

Para Jessé de Souza, mesmo após a abolição formal da escravidão, a vida da população que foi deixada sem nenhum amparo do Estado, continua no ciclo de desigualdade que nunca se fechou, e forma atualmente, o que o autor denomina como rale de novos escravos, que é destinada a uma dura realidade que se moldou desde então, tendo em vista que uma “liberdade” sem ajuda e sem integração a sociedade foi uma condenação eterna. O autor convida a sociedade a uma reflexão e a tomar responsabilidade pelas classes esquecidas e abandonadas, para ele, essa é a única maneira de atingir patamares europeus de igualdade.

## **RESQUÍCIOS E CONSEQUÊNCIAS**

Ainda com a obra *Para a História no Brasil* (1988, p. 49), a abolição, mesmo tendo havido movimentação dos negros, foi um negócio de brancos. Ela tirou o negro da condição de escravo, mas deixaram de lado as propostas de abolicionistas como Patrocínio, Nabuco e Rebouças: distribuição de terras para os ex-escravos, assistência econômica e social, acesso à educação, ampliação do direito à participação política, reformas, enfim, que fizessem do negro um cidadão.

O sociólogo Florestan Fernandes, concluiu que os negros, a despeito da liberdade jurídica obtida, foram duplamente espoliados: não receberam nenhuma indenização pelos quase 350 anos de escravidão e ainda viram abalar-se o seu principal liame com a sociedade, ou seja, o trabalho.

Dessa maneira, com o fim da escravidão, os negros que viviam nas fazendas foram expulsos, desamparados sem ter onde morar ou como sobreviver e sem nenhum amparo social. Além disso, a elite brasileira não permitiu que os negros assumissem os postos de trabalho que estavam surgindo no Brasil naquele momento, e a maior preocupação dessa parcela da sociedade era embranquecer a comunidade brasileira com os imigrantes europeus. Dessa forma, essa segregação racial moldou uma sociedade onde os ex-escravos tiveram que se adequar a margem da sociedade.

A partir disto, percebemos que mesmo com a abolição não foi dada a liberdade literalmente, pois os resquícios desse período moldam diversos parâmetros da sociedade atual, e entre esses parâmetros esta o da desigualdade e o da discriminação. O processo escravocrata foi tão cruel, desumano e segregacionista, que suas consequências são vividas diariamente por toda a população que não se adéqua aos desejos ou à própria elite. A pobreza, as diversas formas de violência e a estratificação da nação brasileira são um reflexo de um país que normalizou as relações desiguais e continua permitindo que determinados grupos continuem a margem da sociedade em detrimento da concentração de renda e poder nas mãos de poucos, bem como era moldada a colônia. Sendo assim:

A elite branca brasileira já tinha em sua própria sociedade os elementos necessários para forjar sua ideologia racial. Tinha aprendido desde o período colonial a ver os negros como inferiores. Tinha também aprendido abrir exceções para alguns indivíduos negros ou mulatos (VIOTTI, 1998).

Vivemos uma cultura da desigualdade, que veio como consequência direta de uma emancipação que visou mais os interesses da elite do que população que visava à própria liberdade. Dessa forma, a cultura da desigualdade continua persistindo no país, onde o homem branco de vida financeira estável e formação acadêmica está sempre no topo, e os que não alcançam as mesmas idéias são subjugados e impulsionados a busca do trabalho braçal.

## **O SERVIÇO DOMÉSTICO COMO MODO DE SOBREVIVÊNCIA PÓS-ABOLIÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

A partir disso, podemos traçar a linha tênue entre a escravidão e o trabalho doméstico. Em primeira instância, é inegável que nossa história é marcada por uma tradição escravista, onde sempre é necessário alguém que faça o “trabalho pesado” e que “limpe a sujeira” de quem não se vê apropriado a tal serviço. O trabalho doméstico é um reflexo do trabalho exercido principalmente pelas escravas nas chamadas casas-grandes.

O prélio histórico do emprego doméstico no Brasil se confunde com a própria história da escravidão (FERRAZ e RANGEL, 2010). Anteriormente da Abolição da Escravatura, mulheres escravas, crianças e mocinhas ajudantes eram encarregadas das

tarefas domésticas da casa grande e, conseqüentemente, as atividades domésticas tornaram-se próprias as mulheres pobres de ‘segunda classe’ (ALMEIDA, 2010, p. 19).

O trabalho doméstico, após a abolição, foi uma maneira de sobrevivência em meio a uma sociedade que exclui e impossibilita o acesso a uma vida digna aos até então escravos. Com a chegada dos imigrantes que passaram a ocupar os espaços de mão-de-obra menos qualificada e pouco remunerada, a população negra não tinha acesso a quase nenhuma categoria de trabalho, principalmente as mulheres. Dessa maneira, essas mulheres, sem meios de sobrevivência e sem o Estado para lhes proporcionar direitos mínimos e inerentes à dignidade humana, continuam condicionadas a única ocupação possível: o trabalho doméstico que exerciam na casa dos senhores.

Inúmeras dessas mulheres não tiveram acesso à educação ou a outras oportunidades econômicas que lhes permitissem sair desse cenário, dessa forma, o serviço doméstico passou a ser hereditário entre sua família, até que em algum momento da árvore genealógica alguém quebrasse esse ciclo. E esse ciclo de serviço doméstico promoveu e continua promovendo uma estagnação no cenário econômico e cultural brasileiro, e mesmo que atualmente o serviço seja remunerado e existam leis que tentem promover a sua formalidade, essas domésticas são mantidas na condição escravocrata da casa-grande.

Devido a este estigma, esta ocupação é socialmente banalizada com desvalorizações socioculturais que inferiorizam a categoria. E mesmo com o advento da Abolição da Escravatura, da industrialização, do capitalismo financeiro e da globalização, a sociedade ainda dividiu-se entre os herdeiros da senzala (empregados domésticos) e os da casa grande (patrões), repercutindo por décadas em desproteção em textos legais de ordenamento jurídico (CRUZ, 2011; NOGA JÚNIOR, 2014).

O serviço doméstico, de maneira geral, é majoritariamente ocupado por mulheres negras, e elas representam cerca de 52,6% das domésticas na região metropolitana de São Paulo, segundo dados do Dieese. Uma herança da escravidão, já que ao serem libertadas, elas permaneceram nas “casas grandes” como cozinheiras lavadeiras e babás, faxineiras.

A antropóloga social Jurema Brites, em sua pesquisa *Afeto e Desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores* (2007, p. 93), ressalta que “nos lares brasileiros de classe média e alta, as relações familiares são



cotidianamente permeadas pela presença de serviçais que realizam todo o trabalho doméstico, inclusive o cuidado das crianças. Como diz Donna Goldstein (2003), manter uma empregada doméstica é um sinal diacrítico na sociedade brasileira, que sinaliza a distância da pobreza.”

Com isso, a relação de ser quem é servida e ser quem serve carrega traços peculiares que revelam as raízes coloniais onde estamos inseridos. Ter quem lhe sirva não só traz a visão de fora de distanciamento de pobreza, como também impulsiona um sentimento de pertencimento em relação a quem serve. Brites afirma ainda que: Na própria realização das tarefas de cuidado e manutenção das casas e das pessoas – desempenhada, na esmagadora maioria das vezes, por mulheres pobres, fora da parentela dos empregadores –, assim como nas formas de remuneração e de relacionamento que se desenvolvem entre patrões e empregadas domésticas, reproduz-se um sistema altamente estratificado de gênero, classe e cor. No Brasil, a manutenção adequada desse sistema hierárquico que o serviço doméstico desvela tem sido reforçada, em particular, por uma ambiguidade afetiva entre os empregadores – sobretudo as mulheres e as crianças – e as trabalhadoras domésticas. (BRITES, 2007, p. 93)

Esse processo revela a hierarquização presente no cotidiano brasileiro, onde há uma demarcação rígida de chefe e subalterno, ou melhor, quem compra os serviços domésticos e quem os vende. Ao analisar o micro desse fenômeno, encontramos uma gama de raízes que perpetuam a desigualdade. Shellee Colen (1995, p. 78) demonstra que a reprodução estratificada, em função particularmente da mercantilização (commodification) crescente do trabalho reprodutivo, reproduz ela mesma a estratificação ao refletir, reforçar e intensificar as desigualdades nas quais se fundamenta.

Portanto, o serviço doméstico, embora alternativa para superar a barbárie pós-emancipação, progrediu para tornar-se um ciclo, que economicamente falando conseguiu libertar muitas pessoas, no entanto, aprisionam muitas outras até hoje, bem como é perpetuado por uma parcela da sociedade que partilha do pensamento elitista e que não rompe com as barreiras que as privilegiam diariamente.

## **DADOS SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL**

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, os trabalhadores domésticos representam uma parte significativa da força de trabalho global no emprego informal e

estão entre os grupos de trabalhadores mais vulneráveis. O trabalho doméstico representa o núcleo duro do déficit de trabalho decente do Brasil e do mundo. Dessa maneira, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD contínua trimestre do IBGE, em 2016, o Brasil tinha 6, 158 milhões de trabalhadoras (es) domésticas(os), dos quais 92% eram mulheres.

Além disso, apenas 42% dessas (es) trabalhadoras(es) contribuem para a previdência social e só 32% possuem carteira de trabalho assinada. A maioria das(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) são mensalistas. As diaristas, no que lhe concerne, enfrentam a possibilidade de situações de trabalho mais precárias e tem sua própria responsabilidade de contribuir para a previdência social.

Ademais, apenas 4% da categoria de trabalhadoras domésticas e trabalhadores domésticos é sindicalizada e, felizmente, o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil doméstico no Brasil teve uma diminuição de 61,6% entre 2004 e 2015, passando de 406 mil para 156 mil. Por fim, em 2015, 88,7% das(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) entre 10 e 17 anos no Brasil eram meninas e 71% eram negras(os).

## **DADOS SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO NO NORDESTE**

Com base na PNAD referente ao quarto trimestre do ano de 2019, no Nordeste tem 1,1 milhões de empregadas domésticas são informais: sendo 72,8% mensalistas sem carteira assinada e recebem em média R \$476,30. Outros 27,2% são diaristas que percebem uma remuneração média de R \$536,06. Segundo os dados do último trimestre de 2019 da PNAD, em quase todos os estados nordestinos, exceção Rio Grande do Norte (47,2%) e Piauí (48,4%), mais de 50% das mulheres em empregos domésticos são as responsáveis pelo domicílio.

Conforme dados coletados pelo site de demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, essas mulheres responsáveis pelo domicílio são as principais provedoras do sustento familiar. É no estado de Pernambuco que esse percentual é o mais elevado, onde 57,6% das empregadas domésticas informais se declararam as responsáveis pelos domicílios. A partir disto é possível traçar um perfil dessas mulheres em serviços domésticos.

Conforme a pesquisa, estes resultados evidenciam a importância da renda dessas

mulheres para suas famílias, que no Nordeste tem tamanho médio de 3,5 pessoas e em sua maioria são famílias formadas por casal e filhos (66,5%). Essa estatística permite estimar o total de pessoas residentes no NE que dependem da renda de uma empregada doméstica informal. É evidenciado que as empregadas domésticas informais se concentram nas idades acima de 35 anos. Por outro lado, uma em cada três domésticas informais tem mais de 45 anos, idades em que as comorbidades como doenças cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias e outras já são mais presentes.

Ainda de acordo com dados coletados pela UFRN, O emprego doméstico é umas das ocupações que carrega uma herança de relações sociais, culturais e econômicas remanescentes da escravidão. Fica evidente essa condição, quando percebemos que pretas e pardas somam mais de 80% das empregadas domésticas informais no Nordeste.

Além disso, outra característica do emprego doméstico no Nordeste é a absorção de mulheres com baixa qualificação. Com exceção do trabalhador doméstico em atividades de cuidados com a pessoa idosa, que exige uma formação um pouco mais qualificada, os demais afazeres domésticos não exigem muita qualificação do empregado. Consequentemente, é histórica a baixa escolaridade das mulheres que se inserem nessa ocupação, sendo muitas vezes a única opção de trabalho por não terem tido oportunidades ou condições de acesso à educação.

## **A ESCRAVIDÃO NÃO DEIXOU DE EXISTIR, ASSUMIU NOVOS CENÁRIOS**

De acordo com Peron e Villatore (2016), mesmo depois do final da escravidão formal no mundo, temos ainda milhares de casos de trabalho forçado ou em condições análogas ao escravo em todos os países. E no Brasil não seria diferente. Conforme dados da Organização Internacional do Trabalho, existem quase 21 milhões de pessoas no mundo que trabalham de maneira forçada, sendo que três em cada grupo de mil pessoas estão em situação de trabalho forçado na atualidade. Dentro desses números temos que 14,2 milhões, ou seja, 68% são vítimas de trabalho forçado em atividades econômicas, e dentre essas atividades encontra-se o trabalho doméstico. Destaca-se ainda que 5,5 milhões, em outras palavras, 26% deste número é de trabalhadores menores de 18 anos.

Diante do cenário exposto, os autores explicitam como uma das formas mais

terríveis de trabalho análogo à escravidão o doméstico:

O trabalho no ambiente doméstico, muitas vezes exercido por pessoas que prestam esse serviço desde a infância até a velhice, sem nunca saber de seus direitos e sem nunca receber salário ou tratamento digno pelos serviços prestados durante uma vida. Frente a essa modalidade de trabalho análogo à condição de escravo toda a sociedade deve agir em seu combate, para que possamos acabar com o sofrimento de diversas pessoas que são exploradas, diante de sua falta de instrução e conhecimento dos seus direitos, e estão vivendo em prisões psicológicas criadas pelos seus patrões, que se passam por boas pessoas que só querem ajudar, quando na verdade estão exercendo um papel semelhante ao dos antigos senhores de escravos. (PERON, 2016, P. 7) A historiadora Preta-Rara, em sua obra “Eu, empregada doméstica”, coloca como protagonista mulheres que exerceram o trabalho doméstico, e demonstra através de relatos, não somente a crueldade humana como explícita que as mulheres que eram escravas no período colonial, hoje são empregadas domésticas, bem como o quarto da empregada é a nova senzala no mundo atual. A autora denuncia o processo de opressão a que os trabalhadores do lar são submetidos, e segundo a escritora, o trabalho doméstico tem classe e cor.

Embora a abolição da escravatura tenha acontecido, a presença feminina nas casas ainda suscita comportamentos autoritários e patriarcalistas, dessa maneira, a solidificação desta forma de trabalho é uma herança do passado brasileiro escravista que perdura até hoje.

Como já foi exposto, a raiz do trabalho doméstico está intimamente ligada ao passado colonial, o que possibilitou a negação de direitos trabalhistas para as mulheres que exercem o serviço do lar por 125 anos no país. Foi somente em 2013, a partir da aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 72, popularmente conhecido como “PEC das domésticas”, que se estendeu a essa categoria os mesmos direitos já exercidos pelos trabalhadores de outros setores da economia. Embora o projeto seja um importante avanço, 70% desses trabalhadores permanecem sem carteira assinada, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Conforme Peron e Villatore (2016, p. 9), no regime de escravidão tinham os

castigos físicos pelo não cumprimento das obrigações, insubordinação e tentativas de fuga. Hoje o que vivenciamos é uma prisão psicológica, onde o empregado se sente tão grato pelo “ótimo” tratamento que recebe, considerado como “membro da família”, que acaba preso da mesma forma que o antigo escravo.

## **A DESIGUALDADE NO AMBIENTE PRIVADO: A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA COTIDIANA COMO AÇÃO AFIRMATIVA DE UMA SOCIEDADE ESTRATIFICADA**

A partir dessa prisão psicológica em que uma gama de empregadas domésticas está submetida, é importante debatermos o tipo de violência que media essas relações de patrões e empregadas nesse novo formato de escravidão contemporânea: a violência simbólica e suas nuances nas residências privadas. Esse conceito, para o sociólogo Pierre Bourdieu, refere-se a uma forma de violência exercida sem coação física, causando danos tanto morais quanto psicológicos, e estabelecem um conjunto de regras invisíveis a qual um opressor designa a quem está na posição de oprimido. Para Bourdieu, a violência simbólica é o meio exercido pelo poder simbólico:

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transformação (numa palavra, de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (Bourdieu 2010, p. 5).

Na relação patrões e empregados, analisamos essas regras invisíveis que regem como cada parte deve agir de maneira implícita. Existem ações que foram normalizadas no pensamento coletivo, e exercem o papel de continuidade de segregacionista da sociedade. Ao analisar esse processo, podemos refletir algumas dessas ações. Em casas onde residem determinadas famílias que pagam pelo serviço de uma empregada doméstica, existem regras moralmente aceitas, como exemplo, a trabalhadora (o) não pode comer na mesa dos patrões, ou deve comer apenas após os patrões, ou não tem acesso a determinados cômodos da casa a não ser que seja para exercer sua função.

Ao exercício desse poder simbólico, que tem a função “de instrumentos de imposição ou legitimação da dominação que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra” (Bourdieu 2010, p. 11), é que podemos denominar violência simbólica: violência instituída e perene no dia-a-dia, que entranha no comportamento e ações das pessoas, submetendo até mesmo seus corpos, sem que estas percebam sua existência, sendo assim aceita de forma inquestionável, vez que não consentida e inconsciente (Bourdieu 2002, p. 231).

Todas essas delimitações de espaço, essas ações que determinam o modo que o empregador e o que o empregado se relaciona no meio social e a forma como socializam refletem a violência expressa nessa relação, e essa dinâmica é normalizada tanto pelo patrão, como também é normalizada pelo empregado. Para Bourdieu, a violência simbólica é algo exercido através dos agentes sociais, onde o dominado não se opõe ao opressor, já que este não se percebe como vítima desse processo, e normaliza e considera inevitável a situação. Dessa forma: O campo em análise – o espaço doméstico – reflete a desigualdade entre patrões e empregadas domésticas, a partir da compreensão de que nele existe uma sobreposição das relações de classe e de trabalho, de relações familiares e também das distinções de gênero (Simões, 2002). Essas diversas camadas de significados, por vezes, estão em sincronia, mas, em outros momentos, geram estímulos opostos, levando a uma relativização da posição das empregadas: por vezes, elas são afastadas da família por meio de hierarquia social; porém, em outras situações, disputam ou compartilham afetos e posições. As relações não são estritamente de trabalho e incluem um “[...] circuito de informalidades e trocas dentro das ‘casas de famílias’, que [...] dão [às empregadas] margem de manobra para redefinir o vínculo com a patroa, dispor de certos benefícios e compensações, manter certa autonomia na decisão, distribuição e ritmo das tarefas domésticas.” (Simões, 2002, p. 300).

Dessa maneira, a violência simbólica presente nessas relações expressa uma solidificação da sociedade elitista e patriarcal que perpetua um pensamento colonial que estratifica diariamente a noção de sociedade. A configuração de democracia e sociedade no país foi construída em bases fenomenológicas escravocratas e encontram, no decorrer dos séculos, novas formas de se perpetuar e se solidificar de modo a continuar a produção exacerbada desses instrumentos, e a violência simbólica, é um desses mecanismos nessa formulação atual.

## **METODOLOGIA**

A fundamentação metodológica utilizada por esta pesquisa baseou-se no método bibliográfico tendo como fonte artigos científicos impressos (teses,

dissertações e ensaios), banco de dados com acervos bibliotecários, obras clássicas e sites. Os principais autores utilizados durante o processo de construção do trabalho foram: Fernandes (1960), Sônia Roncador (2008), Brites (2007), Bourdieu (2002), Souza (2019).

O método de pesquisa geral foi o qualitativo, onde a abordagem da pesquisa se concretiza a partir de aspectos que envolvem os fenômenos sociais e o comportamento humano. A abordagem qualitativa exigiu um estudo amplo do objeto de pesquisa, considerando o contexto em que ele está inserido e as características da sociedade a que pertence. A pesquisa também usou objetos quantitativos para traçar o perfil das empregadas domésticas brasileiras a partir de dados coletados pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante o processo de construção da presente pesquisa, foi traçada uma linha que iniciou no período colonial até chegar aos dias atuais, que demonstra como a cultura e economia brasileira estão engessadas em moldes escravocratas, de forma a refletir na relação de empregadas domésticas e seus empregadores, sendo essa atividade e a forma com que é vista e exercida uma “herança” do Brasil colônia.

O pensamento elitista e senhoril se encontra enraizado no pensamento e na cultura da sociedade, e pouco é feito para se modificar essa estrutura desigual, incoerente e patriarcal. Ao analisarmos o processo de construção do trabalho doméstico, é perceptível como sua forma de exercê-lo é um exemplo de novo modelo de escravidão, uma escravidão velada e contemporânea que permeia isenta perante nossos olhos e que é moralmente aceita.

O indivíduo brasileiro deve, todos os dias, analisar a sua realidade e perceber as desigualdades e discriminações expressas no cotidiano, refletir sobre suas atitudes e exercer um papel político cujo impulso seja mudar a realidade escravocrata que é delegada a cada geração, pois somente dessa forma conseguiremos romper com a tradição colonial presente no corpo social.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1***

ALMEIDA, G. E. S. de. Trabalho e Educação: Aprendendo a ser mulher negra.

Estudos do Trabalho, 2010.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. cadernos pagu (29), julho-dezembro de 2007, Minas Gerais:91-109.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2010.

\_\_\_\_\_. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CRUZ, J. C. da. O Emprego doméstico ontem e hoje no Brasil: legislação, políticas públicas e desigualdade. In: I Seminário de Pós-graduação em Ciências sociais UFES, 2011, Vitória. Anais do Seminário de Pós-graduação em Ciências Sociais - UFES, 2011. v. 1

COLEN, Shellee. Like a mother to them: stratified reproduction and West Indian Childcare workers and employers in New York. In: GINSBURG, F. e RAPP, R. Conceiving the new world order: the global politics at reproduction. Berkley, University California Press, 1995, pp.78-102.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. São Paulo. Editora UNESP, 1998.

FERRAZ, F. B.; RANGEL, H. M. V. A discriminação sociojurídica ao emprego doméstico na sociedade brasileira contemporânea: uma projeção do passado colonial. In: XIX Encontro Nacional do CONPEDI, 2010. Fortaleza - CE. Anais do Encontro Nacional do CONPEDI, 2010.

FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo, Dominus, Ed. da Universidade de São Paulo, 1965. 2 v. (Ciências Sociais Dominus, 3). Vol. I: O Legado da "Raça Branca"; Vol. II: No limiar de uma nova era

FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 30a ed., Rio de Janeiro, Record.

HASENBALG, Carlos Alfredo. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil [Race relations in post-abolition Brazil: the smooth preservation of racial inequalities] Trad, por Patrick Burglin. Rio de Janeiro, Graal, 1979.302 p. (Bibliografia de Ciências



Sociais. Série Sociologia, 10).

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Situação atual das trabalhadoras domésticas no país. Comunicados do Ipea, n. 90, 2011. Disponível em: . Acesso em: 04 jan. 2018.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. Dados sobre o trabalho doméstico.

Para uma história do negro no Brasil. — Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional, 1988. 64 p.

PERON, Rita C. A. B. O trabalho doméstico análogo à condição de escravo como exemplo de trabalho forçado ainda existente no Brasil. In: Eduardo Milléo Baracat; Guilherme Guimarães Feliciano. (Org.).DIREITO PENAL DO RARA.

PRETA. Rara. Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada

.PORTELA, M. G. A Prescrição no Emprego doméstico. Disponível em: . Acesso em:06 fev. 2015.

RONCADOR, Sonia. O Mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural”. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, nº. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, pp. 129-152

SILVA, Priscila de Souza. QUEIROZ, Silvana Nunes. Perfil das empregadas domésticas na região metropolitana de Fortaleza (RMF) e na região metropolitana de São Paulo. 2017.

SIMÕES, Júlio Assis. Mulheres: diferenças e desigualdades. Revista brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p. 149-153, 2002. Disponível em: . Acesso em: 10 jan. 2018.

SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato, São Paulo: Editora Leya, 2017.

UFRN, Demografia. As empregadas domésticas informais no Nordeste no contexto da Covid-19: vulnerabilidades acumuladas de um passado distante. Brasil, 2020.

.

**Capítulo 33 - DOI:10.55232/1083002.33**

## **ACOLHIMENTO ACADÊMICO E CONSTRUÇÃO DE VÍNCULO PARA A FIDELIZAÇÃO DO ALUNO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**Mônica Eliza Malacarne, Adriane Inês Weiland e Rochele Corrêa Pires**

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo apresentar como ações de acolhimento acadêmico auxiliam na criação de vínculo e por consequência, no processo de fidelização do acadêmico dos cursos de graduação na Educação à distância. Aliar trabalho, família e estudos caracteriza-se por um dos maiores desafios do adulto que opta por estudar na metodologia EaD, muitas vezes motivados por alavancar a carreira iniciam o curso com ausência de fundamentos básicos de tecnologia, de organização de estudos e competências de leitura e pesquisa, desencadeando assim desmotivação e muitas vezes a desistência. O problema de pesquisa gira em torno do seguinte questionamento: como um processo de acolhimento pode potencializar a conexão e a construção de vínculos dos acadêmicos nos cursos de graduação? A metodologia utilizada foi à qualitativa seguida da pesquisa de ações práticas de acolhimento acadêmico como forma de fidelizar os acadêmicos, diminuindo assim a evasão. Para contextualizar teoricamente optou-se por alguns autores que pudessem contribuir para este tão importante assunto, entre eles podemos citar Mattar, Preti, Demo entre outros que também foram muito relevantes para a pesquisa.

**Palavras-chave:** EAD, APRENDIZAGEM, ATITUDES, INTERAÇÃO.

## **INTRODUÇÃO**

Compreender a importância que o processo inicial de acolhimento tem para o acadêmico dos cursos de graduação na educação a distância é fundamental para que os polos de Educação à Distância (EAD ) consigam fidelizar o acadêmico, diminuindo assim a proporção de alunos desistentes durante a sua formação.

Tendo em mente essa ideia de que a fidelização do acadêmico acontece desde o início de sua formação e da pertinência de ações concretas para que o acolhimento inicial seja realmente efetivo surge a problemática do artigo: Como o processo de acolhimento pode potencializar a conexão e a construção de vínculos dos acadêmicos nos cursos de graduação para que haja uma fidelização dos mesmos com a instituição de ensino na Educação a distância?

Sendo assim no presente estudo faz-se pertinente responder ao objetivo de compreender como o processo de acolhimento e interação interfere na fidelização dos alunos dos cursos de graduação na educação à distância. Para alcançar esse objetivo tão amplo será necessário compreender o perfil do aluno da Ead, destacar como a interferência das relações humanas no acolhimento e atendimento potencializa a permanência dos alunos da graduação na educação à distância, identificar o uso de metodologias ativas no processo de interação entre os acadêmicos e orientadores, apontar possíveis práticas para serem realizadas na educação Ead para auxiliar na fidelização do aluno da graduação.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa teve como ponto de partida obras da biblioteca local bem como do acervo da biblioteca digital disponibilizada os acadêmicos e repositório disponível na internet. A definição do tema nasceu justamente pelo fato das três autoras estarem diretamente ligadas as rotinas institucionais no campo da educação, especialmente na educação a distância e ser uma lacuna nas rodas de conversa, no repertório de possibilidades do dia a dia e principalmente pelo elevado número de acadêmicos que evadem os estudos.

A pesquisa é essencial para que o conhecimento alcance cunho científico. A pesquisa realizada é de natureza básica, sendo que “a investigação que procura desenvolver o conhecimento científico, sem o compromisso com uma aplicação prática imediata” (CASARIN; CASARIN, 2012, p.30).

O tema da pesquisa é amplo e para atingir os objetivos propostos foi adotada a pesquisa bibliográfica e descritiva, fazendo uso de autores com conhecimento sobre o assunto. Para Casarin e Casarin (2012, p.32) a pesquisa bibliográfica “explora uma metodologia predominantemente descritiva, deixando em segundo plano, modelos matemáticos e estatísticos”.

Esses métodos utilizados tiveram o desígnio de atingir os objetivos propostos e abranger ações práticas de acolhimento acadêmico para criação de vínculos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O mundo contemporâneo é cada vez mais globalizado, portanto o acesso às informações está cada vez mais democrático. Casarin e Casarin (2012, p. 19) citam que isso se deve a expansão do acesso as tecnologias e a internet, disseminando o conhecimento e a informação em curtos prazos. Também traz o ponto de que a realidade virtual está em consolidação no mundo e tende a expandir ainda mais.

A sociedade atual, quando comparada com a do século passado, tem uma dinâmica mais acelerada. A informação e o conhecimento tornaram-se mais “democráticos”, e as exigências derivadas desse novo cenário estão cada vez maiores. Por isso, hoje temos o que se convencionou chamar de *sociedade do conhecimento*. (CASARIN; CASARIN, 2012, p.20)

Nessa sociedade, falar em Educação a distância (EaD) geralmente remete a pensar em um ensino distante e longe da interação e do contato físico. A história da EaD, que lá no início se configurou com um processo de entrega de material por correios e, gradativamente foi inserindo as tecnologias e hoje traz como cerne o uso das mesmas, faz com que, quem não se aprofunda nesse conceito, fique a mercê desse pensamento citado anteriormente de que não existe o fator humano.

Consideremos o perfil do aluno que frequenta a EaD. Pratt e Palloff (2004, p. 23) descrevem os alunos que estudam online como alunos adultos que aproveitam a oportunidade de estudar em qualquer lugar e qualquer hora, não interferindo em seu trabalho e na sua vida familiar. Complementando Demo (2007, p.86) cita que o aluno

atual “Gosta de estudar na internet, em comunidades virtuais, com contatos constantes, comunicando-se fluidamente. Gosta de ambientes mais caóticos, sem regras rígidas, atribuindo à motivação um papel fundamental.”

Pensando nesta perspectiva, Moraes (2010, p.31) traz uma descrição interessante sobre o grande perfil dos acadêmicos que procuram a Ead “a questão principal é que os estudantes mais velhos de hoje trazem para o ensino superior suas atitudes de consumidor. Eles exigem quatro características de suas faculdades: conveniência, serviço, alta qualidade e preço baixo.”

Essa ideia trazida pelos alunos vai de encontro com o dizer de Mattar (2017, p 27):

De um lado as atividades online possibilitam, por exemplo, que o ensino seja personalizado de maneira que no presencial seria impossível, aumentando a flexibilidade e a conveniência para os alunos, permitindo, inclusive, que combinem mais adequadamente o trabalho com os estudos; de outro lado, parte do poder de socialização síncrona do presencial é perdida a distância.

Essa falta de socialização faz com que ocorra um choque de realidade, pois mesmo que tenham todo o conhecimento ao seu alcance, acabam se sentindo “órfãos”. Sendo assim se entende a importância da participação nas práticas presenciais, colaborando de forma importante na formação acadêmica. É essencial que os alunos assumam uma postura ativa, autônoma, com dinamismo no processo de ensino-aprendizagem, fazendo assim com que a aprendizagem não se torne um estudo solitário e desmotivador e sim com diversas possibilidades de encontros e práticas interativas com troca entre alunos, monitores e orientadores. Apoiando esse processo de ensino, Freire (1996, p.47) explana como ponto principal que: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou sua construção”.

Neste sentido, Alonso et al. (PRETI, 2005, p. 21) acredita que “não existe aprendizagem a distância, todo qualquer processo nesse sentido deve propiciar momentos de troca, encontros que possibilitem a convivência”.

É importante destacar que Lopes e Faria (2013, p. 155) ressaltam que o ensino na modalidade EAD deva ser compreendido de maneira mais abrangente com a finalidade de que os estudos nesse campo sejam centrados nos fundamentos da educação, de maneira que o ensino a distância e presencial não devam ser vistos como oponentes. A prática educativa é de suma importância onde o próprio aluno vira seu objeto de estudo. Desta forma, nota-se que a valorização das práticas presenciais como

forma de atrair mais os alunos, aproximando os orientadores e monitores dos alunos como forma de aprimorar a aprendizagem e a participação ativa dos mesmos ao longo do curso (ANVERSA et al., 2017, p. 128 e 129).

Neste sentido, Gottardi (2015, p. 113) acrescenta que os professores tutores podem também oportunizar aos alunos a aprendizagem colaborativa através de ações pedagógicas, estimulando-os a estabelecerem ações interativas com os materiais didáticos e metodologias de ensino, propiciando assim, a criação de comunidades de aprendizagem na busca de soluções para problemas comuns.

Sendo assim, uma forma interessante é trazer práticas com uso das metodologias ativas no acolhimento e fidelização desse acadêmico nos Polos de Apoio Presencial (PAP). Mesmo que na EaD elas estejam presentes nos ambientes virtuais de aprendizagem, o conhecimento dos acadêmicos adultos, por vezes oriundos de um ensino tradicional e presencial, não o prepara para esse ambiente completamente digital, onde ele se torna o centro da ação, sendo que “Nas metodologias ativas, é o aluno que procura o conteúdo, seja em livros, seja em materiais digitais disponíveis na internet.” (MATTAR, 2017,p.16)

É importante trazer esse aluno para os PAPs no seu processo inicial de formação onde o acompanhamento de um orientador acadêmico se torna necessário para que aconteça a continuidade de seus estudos. A orientação inicial e o acompanhamento de perto, com os acadêmicos lendo o conteúdo em sua casa e trazendo suas dúvidas para dentro dos PAPs vai de encontro à metodologia ativa da sala de aula invertida trazida com propriedade por Mattar (20017, p. 32) “uma das vantagens da sala de aula invertida são as oportunidades para interação entre professor e alunos.”

A interação é amplamente discutida nas metodologias ativas, sendo que traz também o conceito da *instrução por pares* onde “o conceito e a prática de alunos ensinarem e aprenderem com seus colegas” é pertinente, pois oportuniza ao aluno compartilhar seus conhecimentos, além de proporcionar o diálogo e a dicção do aluno e amenizar o bloqueio que muitos têm de falar em público.

Apesar de ter todo o conhecimento ao seu alcance, o acadêmico sente necessidade de interagir e aí entra a relevância de um orientador que o acolha e faça a intermediação no processo de aprendizado. Esse atendimento pode se tornar o alicerce de fidelização do mesmo com a instituição.

## CONCLUSÕES

É latente o fortalecimento e a construção de vínculos na sociedade, na família, nas relações de trabalho e principalmente entre os atores do campo da educação a distância, aqui podemos nomear orientadores educacionais, tutores, professores e acadêmicos. Pensando neste enigma criar um espaço de acolhimento seguro e organizado se faz mais que necessário, se faz urgente.

Concluiu-se que o papel do acolhimento acadêmico é fundamental para a construção de vínculo e a fidelização de acadêmicos, conseqüentemente, a diminuição da evasão, trazendo assim possibilidades de mais brasileiros acessarem a o ensino superior, realizando o sonho de se formar.

## REFERÊNCIAS

ANVERSA et al. R. Bras. Ci. e Mov. **A prática reflexiva na formação de professores de Educação Física na modalidade EAD.** 2017;25(2):122-136. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/7083/pdf> Acesso em: 26 agosto de 2021.

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. **Prática pedagógica, aprendizagem e avaliação em educação a Distância.** 1ª edição ver. Curitiba: InterSaberes, 2013.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa Científica: da teoria a prática.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

DEMO, Pedro. **O Porvir: desafio das linguagens do século XXI.** Curitiba: IBPEX, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática docente.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOTTARDI, Mônica de Lourdes. **A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno.** 2015. Disponível em: [http://www.abed.org.br/revistacientifica/Brazilian/2015/08/A\\_AUTONOMIA\\_NA\\_APRENDIZAGEM.pdf](http://www.abed.org.br/revistacientifica/Brazilian/2015/08/A_AUTONOMIA_NA_APRENDIZAGEM.pdf) Acesso em: 26 agosto de 2021.

LOPES, Luís Fernando; FARIA, Adriano Antônio. **O que e o quem da EaD: história e fundamentos.** Curitiba: InterSaberes, 2013.

MATTAR, João. **Metodologias ativas:** para a educação presencial, blended e a distância. 1. ed. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.

\_\_\_\_\_. Tutoria e interação em EAD. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MORAES, Reginaldo C. **Educação a distância e ensino superior:** introdução didática a um tema polêmico. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

PRETI, Oreste et. Al. **Educação a Distância: ressignificando práticas.** Brasília: Líber Livro, 2005.

PRATT, Keith; PALLOFF, Rena M. **O Aluno Virtual:** Um Guia para Trabalhar com Estudantes On-line. Porto Alegre: Artmed (edição Digital), 2004.



**Capítulo 34 - DOI:10.55232/1083002.34**

**EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL E NA AMAZÔNIA:  
ESTRATO DA META 6 DO PNE 2014-2019**

**Willian Rafael Da Silva França e Jandernoura Araújo Rodrigues**

**RESUMO:** Este estudo tem por objetivo analisar situação da meta 6 do PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014) no período de 2014-2019 na educação básica da rede pública de ensino do Brasil. Parte-se da análise sobre o conceito de educação integral para Maciel e Silva (2021) e Maciel, Silva e Frutuoso (2019); para análise da educação em tempo integral proposta na meta 6 pelo PNE 2014-2024, usaremos dados dos censos escolares publicados pelo INEP entre 2014-2020. Na realização das análises, para interpretar os autores referidos, será utilizado o método histórico-crítico (Maciel e Braga, 2008), metodologicamente fundamentado no materialismo histórico-dialético (MARX, 1986; NETTO, 2011).

**Palavras-chave:** Educação em tempo integral, educação integral, Plano Nacional de Educação (2014-2024).

## **INTRODUÇÃO**

É de conhecimento que o ensino público no Brasil não atende a toda a necessidade de sua população (assim como o ensino superior público), sendo, inclusive, um direito programático, e não imediato ou contido, do art. 5º da Constituição Federal de 1988.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, traz incumbência da União em seu art. 9º, I, fazer o Plano Nacional de Educação, PNE, que planeja a educação nacional por um período de dez anos, sendo que atualmente está em vigor a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024.

Para o presente estudo parte-se do seguinte problema: qual a situação da “meta 6”, que versa sobre a educação em tempo integral, do PNE 2014-2024 entre os anos 2014-2019 no Brasil e na Região Norte? O presente resumo tem por objetivo de analisar a situação da meta 6 do PNE 2014-2024 (Lei 13.005/2014) entre os anos 2014-2019 no Brasil e na Região Norte, utilizando-se para interpretar os autores referidos o método histórico-crítico (Maciel & Braga, 2008), metodologicamente fundamentado no materialismo histórico-dialético de Marx (MARX, 1986; NETTO, 2011).

No desenvolvimento do estudo será, primeiramente, exposto um breve contexto sobre as políticas e experiências pedagógicas de educação integral e o conceito de educação integral e educação em tempo integral, em seguida será apresentado através de dados do censo escolar do INEP entre os anos de 2014-2019 e a situação da educação em tempo integral da rede pública de ensino.

## **2. POLÍTICAS E EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO NO BRASIL**

Aqui será exposto um breve contexto das políticas educacionais e experiências pedagógicas da educação integral. Neste sentido, como as políticas educacionais propuseram a educação integral e quais experiências pedagógicas se desdobraram no Brasil?

Maciel, Silva e Frutuoso (2019) realizaram uma síntese e explicam que no Brasil desde 1925 havia tratativas sobre educação integral, em especial no estado da Bahia sob o comando de Anísio Teixeira, no Governo Góes Calmom com a Lei n.1.846, de 14 de

agosto de 1925. Nos anos de 1980, Darcy Ribeiro, também protagoniza experiências pedagógicas com base na educação integral no Rio de Janeiro com os Centros Integrados de Educação Pública.

A política de educação integral foi instituída pelo governo federal em 2007, mais precisamente pela Portaria Interministerial n.17, de 24 de abril de 2007. Ainda ressaltam que nos anos seguintes, essa política passou por um processo de institucionalização entre os anos de 2010-2017. Em 2010, pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010 como programa nacional. Em 2014 mediante a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, firmou-se como Plano Nacional de Educação. Em 2016 com a Portaria nº 1.114, de 10 de outubro de 2016 – edificou o Novo Mais Educação e em 2017 por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, foi instituído a Base Nacional Comum Curricular tornando-se política de Estado (MACIEL, SILVA E FRUTUOSO, 2019, p. 100)

Deste estudo pode-se distinguir que antes mesmo da política de educação integral ser instituída pelo governo federal, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro já desenvolviam experiências pedagógicas com base em uma concepção de educação integral. “Anísio Teixeira [...] idealizou as escolas-parque na década de 1950 na Bahia. Darcy Ribeiro [...] implementou os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) no estado do Rio de Janeiro, na década de 1980” (CHAGAS; SILVA; SOUZA, 2012, p.72).

Além de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, que entre os teóricos da educação integral, foram os que mais avançaram e realizaram experiências pedagógicas, inspirado neles, revela-se Antônio Carlos Maciel, buscando coletivamente com estudos, pesquisas e experiências pedagógicas (Projeto Burareiro), encaminhar a educação integral politécnica.

Aqui, é exposto a experiência pedagógica de educação integral intitulada “Projeto Burareiro de Educação Integral”, realizada entre janeiro de 2005 e agosto de 2006, na cidade de Ariquemes, Rondônia, “**a educação integral politécnica**”, que se fundamenta epistemologicamente na pedagogia histórico-crítica e na politecnia como princípio pedagógico.

Diante desta lógica, no Projeto Burareiro, origina-se a terceira modalidade de educação integral, a educação integral politécnica. É uma experiência pedagógica amparada na pedagogia histórico-crítica, uma pedagogia inspirada no marxismo.

A influência da pedagogia histórico-crítica nos princípios e nos conceitos basilares da proposta pedagógica, assim seja, o trabalho como princípio educativo e a politecnia

como princípio pedagógico para o alcance de uma educação integral que emancipe o estudante e possibilite a sua omnilateralidade. Isso significa que “as definições de educação integral, desde então, são concebidas de conformidade com as vinculações epistemológicas e as condições históricas vividas por seus autores” (MACIEL, SILVA E FRUTUOSO, 2019, p.176).

Neste ponto revela-se as tensões presentes nos conceitos e princípios basilares das modalidades de educação integral, quais sejam, educação integral liberal, educação integral de tempo integral e educação integral politécnica. Neste sentido Maciel, Silva e Frutuoso (2019) realizaram com maestria o quadro das modalidades de educação integral. Vejamos a seguir:

**Quadro 1- Síntese das modalidades de educação integral com suas pedagogias, finalidades e concepção político-ideológica dominantes.**

MODALIDADE E CRITÉRIOS	TEMPO INTEGRAL			EDUCAÇÃO INTEGRAL LIBERAL	EDUCAÇÃO INTEGRAL POLITÉCNICA
	CIEPs	CEUs	Mais Educação		
Experiências Pedagógicas	CIEPs	CEUs	Mais Educação	Escola-Parque	Burareiro
Pedagogia Dominante	Escola Nova	Freireana	Autonomia(*) Construtivismo Competências	Escola Nova	Histórico-Crítica
Finalidade Pedagógica	Formação Parcial	Formação Parcial	Formação Parcial	Formação Integral Liberal	Formação Integral Politécnica
Concepção Político-Ideológica	Socialismo Democrático	Social Democracia	Neoliberal	Liberalismo Democrático	Socialista

**Fonte: Maciel e Silva (2017)**

O quadro 1 contribui para descrever a distinção entre as modalidades de educação integral.

Eis como compreender os conceitos e princípios basilares das três modalidades de educação integral que se desdobram de experiências pedagógicas, quais sejam, a de tempo integral, a educação integral liberal e a educação integral politécnica. Além de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, que entre os teóricos da educação integral, foram os que mais avançaram e realizaram experiências pedagógicas, inspirado neles, revela-se Antonio Carlos Maciel, buscando coletivamente com estudos, pesquisas e experiências pedagógicas (Projeto Burareiro), encaminhar a educação integral politécnica.

Conforme Maciel e Braga (2007) a educação integral politécnica como princípio pedagógico é capaz de mobilizar os processos educativos em busca do desenvolvimento

integral das múltiplas capacidades humanas articulando cognoscibilidade, habilidade, sensibilidade e sociabilidade. Nesta proposta, a cognição é entendida como “capacidade de entender e transformar a realidade exterior, não se desenvolveria sem os sentidos, sensores por intermédios dos quais a realidade exterior, em sua múltipla e complexa variedade histórico-natural, é transmitida para processamento no cérebro (MACIEL, 2018, p.97).

No próximo tópico será apresentado, através de dados, a atual situação da educação integral no Brasil, considerando a política planejada pelo PNE 2014-2024.

### **3. ESTRATO DA META 6 DO PNE 2014-2024 ENTRE 2014-2019 NO BRASIL E NA REGIÃO NORTE**

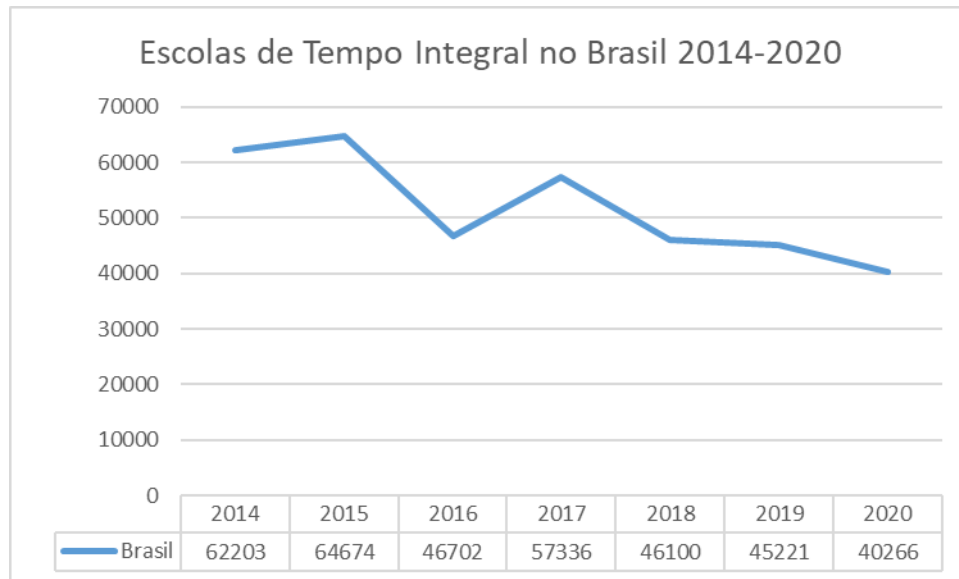
Antes do início dessa discussão, vale ressaltar que a educação em tempo integral não é sinônimo de educação integral, sendo possível ter educação integral mesmo em tempo parcial (MACIEL & SILVA, 2021, p. 18).

Na LDBEN 9.394/96, em seu art. 9º., I, dispõe que a União incumbir-se-á de “elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”. Em 2014 foram elaboradas as 20 (vinte) metas que delineavam os planos da educação pública nacional até 2024 sancionada pela Lei nº 13.005/2014.

Dentre as metas do plano supracitado, discorreremos sobre os avanços da “Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica”, que também está prevista na LDBEN 9.394/96 em seu art. 34: “A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”, entre 2014 e 2020.

Os dados utilizados nessa análise foram retirados dos censos escolares da educação básica do ensino público do Brasil entre os anos de 2014-2020, ressaltando-se que o ano de 2020 necessita de futuros estudos devido a pandemia causada pela Covid-19, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sendo consideradas escolas que ofertavam ao menos uma matrícula de educação em tempo integral do qual o estudante permaneça na escola sete horas ou mais:

#### **Gráfico 1 – Escolas de tempo integral\* no Brasil entre 2014-2020**



**\*Exclusive matrículas na EJA e na EP quando ofertadas na forma subsequente ou concomitante.**

**Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar**

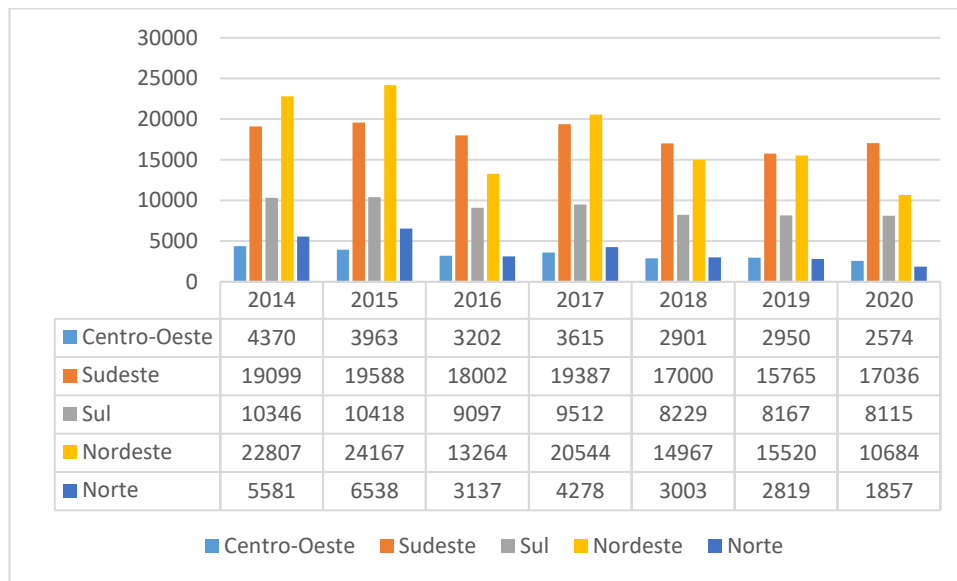
A “Meta 6” estipula o alcance de 50% escolas públicas ofertando educação em tempo integral até 2024. No ano de 2015, a média nacional chegou a 44,6%, porém em 2020, com a curva decrescente, a percentagem era de 29,5%.

Em 2014, ano que inicia a vigência da Lei 13.005/2014, havia 62203 (42,3%) escolas públicas do ensino básico que ofertavam ao menos uma matrícula na modalidade de educação em tempo integral. Em 2015, como já registrado anteriormente, essa modalidade de ensino alcançaria sua maior expansão na educação básica pública do país durante o decênio 2011-2020. Após esse recorde, a curva da educação em tempo integral no Brasil passou a ter descida rápida, com exceção em 2017 (inclusive em todas as regiões do país). A redução de escolas em tempo integral no país comparando o ano de 2015 com o de 2020 é de 37,74%.

No ano de 2011, por exemplo, a quantidade de escolas que ofertavam o tempo integral eram 40361, alcançando 26,2% das unidades escolares da época, em 2020 existiam 95 escolas a menos com essa modalidade de educação que no ano citado no caput desse parágrafo, mostrando involução da meta proposta pelo PNE.

Outro fator proposto neste estudo e que será analisado é a situação das escolas de tempo integral na região Norte e a desigualdade regional. Ao final será feita uma comparação entre o Norte e o Sudeste, justificada por este último ter sido a única região que teve saldo positivo no ano de 2020 após o início da curva decrescente em 2016 da quantidade escolas públicas que ofertam a educação em tempo integral no Brasil.

**Gráfico 2 – Escolas de tempo integral\* nas regiões brasileiras entre 2014-2020**



\*Exclusive matrículas na EJA e na EP quando ofertadas na forma subsequente ou concomitante.

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

Primeiramente, é necessário destacar que apenas as regiões Sul e Sudeste concluíram o decênio (2020) com o quantitativo de escolas que ofertavam a educação em tempo integral maior do que iniciaram (2011). Já em relação ao início da vigência da Lei 13.005/2014 até o ano de 2020, todas as regiões tiveram reduções consideráveis na quantidade de escolas de tempo integral, sendo as maiores: a) o Norte, com redução de 71,60%, comparando o ano de 2015, ano de maior quantitativo de escolas em tempo integral, com o ano de 2020; b) o Nordeste, com redução de 55,79% comparando o ano de 2015, ano de maior quantitativo de escolas em tempo integral, com o ano de 2020; c) o Centro-Oeste, com redução de 41,11% comparando o ano de 2014, ano de maior quantitativo de escolas em tempo integral, com o ano de 2020.

Nitidamente a Região Norte foi a que teve a maior redução no número de escolas em tempo integral comparando o ano de maior evolução (2015) e de maior queda (2020) durante a vigência do atual PNE. Em 2015, ano de maior impulso de escolas que ofertavam a educação em tempo integral, o Norte chegou a ter 6538 (30,9%) instituições que ofertavam essa modalidade de educação, enquanto o Sudeste chegou a 19588 (49,6%). Já em 2020, o Norte registrou 1857 (9,2%) escolas de tempo integral, sendo a menor quantidade de todo o decênio e desde a implantação da Lei 13.005/2014, alcançando 34,13% a menos que em 2019. Já o Sudeste registrou alta de 8,06% em

relação a 2019, seu pior ano no decênio e desde a implantação do PNE 2014-2024, tendo uma redução de 13,03% comparando o ano de 2015 com o de 2020. Ou seja, a diferença da redução entre a região Norte e a Sudeste é de

Com os dados acima, está claro que a desigualdade regional do sistema educacional público é muito grande. Para Maciel (2013, p. 101), “as condições de concorrência, mesmo no âmbito da escola pública, são extremamente desiguais e radicalmente desfavoráveis à região Norte”. Outro ponto a ser notado é que, mesmo no ano pandêmico (2020), o Sudeste conseguiu manter a oferta de escolas em tempo integral, porém o Norte foi extremamente abalado, podendo ser um dos motivos que ampliaram a desigualdade regional a falta de recursos digitais que poderiam reduzir o impacto causado pela pandemia.

Dentre os motivos que poderiam justificar a não obtenção do que fora proposto pela “Meta 6”, pode-se destacar: a) a crise política instaurada no Brasil em 2015, que levou ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016; b) a recessão econômica de 2015-2016; c) a falta de planejamento do Governo Federal para alcançar suas metas e o desinteresse político em investir na educação pública nacional; d) o interesse das escolas privadas e das classes dirigentes; e) e, no caso de 2020, a pandemia instaurada pela Covid-19 e a falta de medidas sanitárias tomadas pelo Governo Federal, atrasando o retorno das atividades presenciais nas escolas públicas. Numa palavra: o Estado, no ritmo que anda, não chegará nem perto de cumprir a “Meta 6” até 2024, porém conseguirá uma inédita involução da educação em tempo integral desde o surgimento do falecido Programa Mais Educação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dos conceitos de Educação Integral aqui descritos, conforme levantamento bibliográfico, apresentamos a Educação em Tempo Integral de Anísio Teixeira pelas vivências dos CIEPs e CEUs, com predominância das pedagogias Escola Nova e Freiriana, visando a formação do indivíduo de forma parcial e a concepções políticas ideológicas voltadas para o socialismo democrático e social democracia respectivamente. Apresentamos ainda a Educação Integral Liberal de Darcy Ribeiro através das experiências desenvolvidas na Escola-Parque coma pedagogia dominante Escola Nova, visando um indivíduo com uma formação integral liberal e, por fim a Educação Integral Politécnica, com a experiência de Antônio Carlos Maciel, o Projeto Burareiro, amparado



na pedagogia Histórico-Crítica, visando a formação integral do indivíduo e com a concepção política socialista.

Neste contexto procurou-se demonstrar que a Educação Integral descrita no Plano Nacional de Educação é a Educação em Tempo Integral, que se ampara em diversas políticas públicas no governo, porém sem continuidade, o que tendência para mudanças dos programas de Educação Integral.

Demonstra-se ainda que a “Meta 6” do PNE 2014-2024 não mostra força necessária para se tornar realidade ao fim do decênio. Em 2020, a quantidade de escolas em tempo integral no Brasil eram 26,5%, ou seja, quase metade daquilo que a meta supracitada estipula. Se contarmos que o ano de 2021 fora inteiramente prejudicado pela pandemia, principalmente devido a mora da chegada da vacina no braço dos brasileiros, a já formação do CONAE, Conferência Nacional de Educação, visando o PNE 2024-2034, e a falta de políticas públicas concretas sobre a educação nacional, dificilmente a meta será alcançada nos próximos 2 anos.

E por fim, chega-se à conclusão de que a “Meta 6”, na região Norte encontra-se prejudicada pelas desigualdades regionais que já se reproduzem desde as primeiras leis educacionais do Brasil republicano, passando pelos interesses das elites agroexportadora e depois sendo substituída pela burguesia industrial, a centralização do poder econômico e industrial nas regiões Sul e Sudeste refletem a falta de coordenação do Governo Federal em políticas que busquem atenuar as desigualdades regionais, agora inflamadas pela pandemia causada pela Covid-19.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996

BRASIL. Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de jun. 2014.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Resultados e Resumos. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>. Acesso em: 01 out. 2021.

MACIEL, A. C. A incansável luta da escola pública contra o Diabo às portas do inferno. EDUCAmazônia, Manaus, ano 6, vol. XI, n. 2, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4710549>. Acesso em: 08 out. 2021.

MACIEL, A. C.; SILVA, C. A. Na trilha do conceito de educação integral no Brasil - 1925/1996. Cadernos de Pesquisa - PPGE, São Luís, v. 28, n. 1, jan./mar. 2021. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/15401>. Acesso em: 14 out. 2021.

MACIEL, A. C.; SILVA, C. A.; FRUTUOSO, C. Conceito de educação integral e as possibilidades da educação integral politécnica em Manaus. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, Bahia, v. 15, n. 32, p. 174-204, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5050/3918>. Acesso em: 12 out. 2021.

## **O DIÁRIO DE CAMPO NA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS**

**Jaqueline Sousa Faria, Antônio Igor Sousa Alves, Daniela Furtado Da Silva, Danielle Mariano Gonçalves, Guilherme Henrique Moreira Dos Santos, Kamila Rodrigues Santos, Lídia Priscila Pereira Souza, Madaliny Gonçalves Da Purificação, Maria Geralda De Almeida Moreira e Ranisthayne Pablyne Freire De Faria**

**RESUMO:** O presente texto analisa o uso do Diário de Campo como instrumento formativo para estudantes do Curso de licenciatura em História, participantes do Programa Residência Pedagógica ao longo um ano - outubro de 2020 a outubro de 2021. O Diário de Campo constitui-se em um instrumento de registros de vivência, experiências, experimentos, realidades que se deseja conhecer, entender e apreender, sendo muito usado em pesquisas que envolvem o trabalho de campo com a produção de etnografias ou mesmo para registro de dados. Na atualidade, o diário tem sido um caminho para apreender sobre o cotidiano e a cultura escolar por meio da escrita e da leitura. O Diário de Campo contribui para entender a realidade, na qual o licenciando está sendo inserido, para se perceber enquanto sujeito em processo de formação e, para acessar com mais clareza suas subjetividades. E por esses e outros motivos que o Diário de Campo apresenta potencialidades que contribuem no processo formativo de futuros docente. O uso desse instrumento com os residentes do Programa Residência, tem apontado gargalos na sua construção, mas também contribuições.

**Palavras-chave:** Formação, Reflexão, Registros

## **INTRODUÇÃO**

O uso do Diário de Campo como instrumento formativo para estudantes tem sido objeto de estudo e pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, mas na área das licenciaturas, ele tem sido observado com atenção especial devido ao seu potencial de impulsionar a escrita, a leitura e a reflexão, exercícios essenciais no processo formativo de futuros professores, ao mesmo tempo em que proporciona uma melhor percepção e, portanto, compreensão dos saberes e fazeres docentes. Foi devido ao seu potencial que se optou por adotar a construção do diário como uma das atividades a serem desenvolvidas pelos bolsistas da Residência Pedagógica do Curso de História, da UEG - Iporá. A análise centra-se em registros e reflexões dos/as residentes realizados no período de outubro de 2020 ao final de 2021, sendo que a maioria dos registros aqui analisados, referem-se ao período de atividades desenvolvidas durante o ensino remoto, adotado em função da necessidade de isolamento social em função da pandemia de Covid-19.

O Diário de Campo constitui-se em um instrumento de registros de vivência, experiências, experimentos e realidades que se deseja conhecer, entender e apreender, sendo muito usado em pesquisas que envolvem o trabalho de campo com a produção de etnografias ou mesmo para registro de dados. Na atualidade, o diário tem sido um caminho para apreender sobre o cotidiano e a cultura escolar por meio da escrita e da leitura. O Diário de Campo contribui para entender a realidade, na qual o licenciando encontra-se inserido, para se perceba enquanto sujeito em processo de formação e, para acessar com mais clareza suas subjetividades. O uso desse instrumento com os/as residentes do Programa, tem apontado gargalos e contribuições.

Os gargalos se evidenciam na dificuldade apresentada pelos residentes na realização dos registros; na falta de constância na realização desses; na diminuta reflexão realizada; bem como na ausência de conexões com saberes apreendidos no decorrer do curso. Se por um lado existem os percalços, por outro há os/as residentes que têm explorado todo o potencial do diário, construindo memórias e reflexões de seus próprios processos formativos, identificando a partir da observação da sua própria prática e de outros, saberes, fazeres que são próprios e essenciais para o exercício da docência.

## **METODOLOGIA**

Esse texto segue a abordagem qualitativa com a exploração e análise de fragmentos dos Diários de Campo dos residentes do Programa Residência Pedagógica, do Curso de História; de suas reflexões sobre a construção desse instrumento e ainda, das minhas próprias percepções sobre esse processo. Para a análise, valeu-se ainda de outros trabalhos que discutem o Diário de Campo como instrumento de formação docente.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

No decorrer da graduação, período em que se denomina de formação inicial dos futuros docentes, a leitura e a escrita são procedimentos essenciais, não somente para a aquisição de novos saberes, mas para a consolidação de saberes adquiridos, realizando nesse movimento, a conexão de saberes obtidos ao longo da formação com a prática docente. É esse exercício de consolidação dos conhecimentos, de ampliação da consciência histórica dos futuros docentes que se busca proporcionar com o uso do Diário de Campo, pois o exercício de construção do diário não se resume ao simples registro dos fatos observados, das vivências no espaço escolar, mas a realização de uma reflexão consciente, embasada em saberes científicos dessas experiências, refletindo sobre o ser professor, sobre os fazeres e saberes docentes, sobre metodologias de ensino. Nesse processo, a leitura e a escrita caminham juntas, permitindo a reflexão embasada na teoria sobre o vivido, contribuindo com o processo de formação da identidade docente, sobre o ser professor, pois “[...] a leitura e a escrita são constituídas como centrais à formação” (KERN; AGUIAR, 2019, p. 121).

Nesse sentido, partindo da reflexão de Zabalza, Khaoule e Carvalho reafirmam as conexões entre a construção dos diários e a formação docente.

Os diários se tornam recursos de reflexão sobre a profissão e, portanto, instrumento de desenvolvimento e avanço da própria pessoa e da prática profissional que desempenha. Nas práticas de campo, os diários possibilitam aos estudantes, em suas experiências na escola, uma maior consciência de suas ações. A reconstituição por escrito das experiências vividas na prática e das sensações ali experimentadas é uma forma de a experiência não se perder na memória (ZABALZA, 2004 p.10-11) ou no cotidiano do eterno fazer. (KHAOULE; CARVALHO, 2013, p. 275, 276)

Ao analisar fragmentos dos diários dos residentes, foi possível perceber que realizaram esse processo de reflexão sobre ser professor e suas atuações. Nestes termos,

a residente Kamila Santos se refere a um momento de sua regência, ainda no modelo remoto, com o tema: A Marcha para o Oeste, a construção de Goiânia e os Povos Indígenas em seu Diário de Campo. [...] *foi um desafio, sem dúvidas, trazer um tema contemporâneo e local. Talvez tenhamos mais intimidade com a História europeia, do que a nossa própria, o que precisa ser repensado* [...] (26.06.21).

A residente realizou o exercício de observar, narrar e refletir sobre suas ações em sala de aula, com o conteúdo e sobre as ações observadas, contribuindo assim, como bem afirmam Oliveira e Fabrís (2017), na construção de sua própria identidade docente. O exercício da escrita nesse caso, também “[...] demarca o posicionamento do sujeito sobre o espaço de trabalho [...]” (KERN; AGUIAR, 2019, p.124).

A construção do Diário de Campo pelos residentes tem proporcionado reflexões sobre o ser professor e suas responsabilidades, como se pode observar no registro a seguir da residente Daniela Silva.

*Os registros das vivências no Colégio [...], no Diário de Campo, tem nos ajudado a refletir sobre a regência e as práticas docentes, e constantemente nos questionar “como ser um bom professor” ao mesmo tempo que nos torna conscientes de nosso papel como sujeito ativo na construção do nosso próprio conhecimento (SILVA, Relato de Experiência/módulo II, 2021, p. 3).*

A residente Madaliny Purificação, já no início das atividades presenciais, registrou suas percepções sobre a relação professor/a e aluno/a de forma muito sensível ao mesmo tempo que constrói reflexões sobre esse importante aspecto do processo educacional. “[...] *É claro que os alunos gostam e respeitam a professora [...]. O carinho que ela tem com eles, contribui muito para o desempenho deles. Acompanhar essa sala me fez pensar sobre o meu futuro e me impressionar ainda mais com a sala de aula* [...] (22.10.21).

Ao discorrer sobre o vivido em seu diário, o futuro docente retoma as memórias, reformula-as, reforça-as ao mesmo tempo em que realiza um processo reflexivo sobre sua atuação, sobre a atuação observada, contribuindo com a construção da identidade docente, pois o ato de “[...] tornar-se professor/a, [...] implica incorporar certos modos de ser e de agir considerados próprios de um sujeito docente em uma determinada cultura. Esses modos de ser e agir são apreendidos por intermédio de exercícios, técnicas e rituais [...]” (OLIVEIRA; FABRIS, 2017, p.643) que os/as residentes acessam quando vivenciam as dinâmicas próprias do território da escola, da sala de aula.

## **A produção do Diário de Campo: a experiência da Residência Pedagógica**

A produção do Diário de Campo foi adotada desde o início das atividades do programa Residência Pedagógica. Logo na primeira reunião, os residentes foram orientados a adquirirem o caderno e a realizar os registros, tornando o diário uma espécie de agenda, espaço de confissões, um memorial pessoal que envolve a observação, o registro e a análise dos fatos vivenciados cotidianamente no espaço educacional.

Para que os residentes entendessem melhor a importância da construção do diário e suas finalidades foram realizados estudos de textos que discutem o tema, tais como: *Diários de Campo como Possibilidade de Pesquisa na Formação de Professores* de Anna M. Kovacs Khaule e Euzébio Fernandes de Carvalho; *Diário de Campo: a leitura e a escrita na formação docente* de Caroline Kern e Paula Alves de Aguiar e, ainda, *Práticas de iniciação à docência: o diário de campo como instrumento para pensar a formação de professores* de Sandra de Oliveira e Elí Hern Fabris. O estudo desses textos proporcionou aos residentes, o acesso a diferentes discussões sobre o uso do Diário de Campo como instrumento formativo.

A construção de um diário, embora, aparente ser um simples processo, nesse caso em específico, não era tão singelo, pois possui objetivos formativos e, envolve uma diversidade de sujeitos e situações que devem ser observadas com cuidado, ética, reflexão e compreensão. Assim, as discussões acerca da construção do diário, foram sempre pautadas em reuniões da equipe e nas produções textuais. Em relação aos registros das experiências no diário, várias foram as discussões realizadas, além da sua importância para o processo de formação dos futuros docentes, a constância na escrita, a responsabilidade e a ética com que se escreve.

Ter uma constância na escrita - uma escrita que seja diária ou semanal - é essencial para que as vivências não se percam e uma memória narrativa seja arquitetada e, ao mesmo tempo promova a reflexão sobre o vivido, todavia, pelo período endêmico vivenciado, escrever ou não o diário, tornou-se uma ação muito autônoma.

*[...] foi uma experiência nova e desafiadora, já que em função da pandemia e, portanto, estudando de casa, cabia a mim estabelecer um roteiro e ter a responsabilidade de preencher o Diário de Campo com informações observadas a partir de minhas experiências como residente em uma determinada situação/espço, junto a docente e estudantes da escola campo (FARIA, Relato de Experiência/módulo II, 2021, p. 1).*

A escrita responsável, a importância do cuidado com os registros, também foi ponto de preocupação discutido com os residentes, em diversas ocasiões, pois, concorda-se com Kern e Aguiar sobre a importância da consciência e da sensatez na execução desse ato, uma vez que, a etnografia produzida refere-se não somente a experiência do residente, mas a vivências de terceiros - diferentes sujeitos que compõem a experiência educacional daí o cuidado e a responsabilidade com as narrativas produzidas.

*[...] essa escrita não deverá ser desenvolvida como um ato desprovido de compromisso com a realidade observada e com os sujeitos envolvidos nos contextos institucionais, ou seja, não é mera ação. Ao contrário, essa escrita exige responsabilidade, compromisso ético e assinatura, visto que construir um diário de campo é a escrita pelo/do ato. (KERN; AGUIAR, 2019, p.128)*

Na tecitura dessa narrativa procurou-se analisar a produção dos diários pelos residentes, em um período de aproximadamente um ano, que foi do segundo semestre de 2020 ao final de 2021, momento em que os residentes iniciaram o seu contato direto/físico com os estudantes da Unidade Educacional. Portanto, a maioria das atividades do programa foram realizadas de forma remota.

Desenvolver as atividades da Residência Pedagógica, no modelo remoto de ensino impulsionou emoções e percepções diversas dos residentes, nesse contexto, o Diário de Campo tornou-se um espaço de confissões, pois passou a ser usado para além das orientações iniciais como foco nos processos formativos, mas constituiu-se, nesse período pandêmico, em um espaço para expressar sentimentos - anseios, medos, receios - um verdadeiro espaço de confissões, impressões e também de ponderações.

O exercício da docência, durante o período de distanciamento social imposto pelo ápice da pandemia da Covid-19, demandou dos envolvidos nos processos de ensino, principalmente de docentes e futuros docentes - licenciandos/as - o enfrentamento de desafios nunca antes colocados, sobretudo, os impostos pelo ensino remoto, que colocou todos - alunos/as e docentes - “atrás ou de frente” a uma tela de computador ou celular, assim, para além dos desafios colocados pela necessidade do uso das tecnologias,



plataformas, programas, etc; tem-se o distanciamento físico, tornando o exercício inicial da prática docente, ainda mais desafiador.

O ex-residente Antônio Alves afirmou que no ambiente remoto a experiência de atuar/ministrar aula “[...] é extremamente frustrante, a sensação de ministrar aula sem ter ninguém olhando/assistindo. O processo de acostumar a falar para a câmera [...]”. E ele não está sozinho nessa percepção, outros/as residentes, também relataram em seu diário, que esse modelo de ensino “é frio”, pois não é possível perceber as reações de quem participa, quem efetivamente está do outro lado acompanhando a aula.

A experiência presencial teve que esperar, uma vez que, as aulas presenciais na educação básica retornaram em agosto de 2021 e somente em outubro daquele ano, os residentes puderam iniciar as atividades presenciais. Ao iniciar as atividades presenciais na Unidade Educacional alguns residentes se mostraram apreensivos, com receio em relação ao cenário que teriam de enfrentar, outros, por sua vez, encararam de forma tranquila a ida presencial para a escola, como se pode perceber nos relatos a seguir: “[...] me senti bem recepcionada pelos alunos, tenho uma boa facilidade em fazer amizade e acredito que isso tenha facilitado o processo [...]” (Anotações - Diário de Campo, 22.10.21) afirma a ex-residente Madaliny Purificação. Nesse mesma perspectiva, escrevi no meu diário “[...] Não fiquei nervosa, me apresentei [...] e informei que iria acompanhá-los durante algum tempo” (22.10.21).

Sobre as diferenças entre esses dois modelos de ensino, o residente Guilherme Santos assim escreveu: “A diferença entre o ensino presencial e o remoto é gritante, a sensação é diferente, uma vez que, você tem a noção de quem está participando. A sensação de que você não está falando com as paredes. Estamos de fato, encarando uma “verdadeira” sala de aula” (Anotações - Diário de Campo, 19.10.21).

A residente Madaliny Purificação fez a seguinte reflexão sobre a realização da residência remota e presencial.

*Os formandos dessa época são privilegiados, puderam experimentar coisas inéditas, participar de uma aula em que não precisávamos estar no mesmo lugar [...] e participar presencialmente. Falo privilégios, pois com essa experiência, me sinto mais preparada para enfrentar uma situação parecida e também vejo como é linda essa profissão [...] passar pela residência remotamente e agora presencialmente foi uma experiência única [...] e esclareceu que [...] a tecnologia nunca conseguirá substituir um professor (Anotações - Diário de Campo, 06.11.21).*

Foi possível perceber que o diário tem sido um espaço de registro das memórias, dos sentimentos, dos anseios, promovendo reflexões e, certamente, contribuindo com o desenvolvimento da escrita, da leitura, na apreensão de saberes e práticas próprias da ação docente.

A escrita dos diários pelos/as residentes constituiu-se em um exercício que ampliou os processos formativos, tornando-os mais desafiadores, pois exigiu maior dedicação, porém abriu caminhos para o entendimento da profissão, pois no início do curso de licenciatura, recebiam o estágio, pensavam que seria “um bicho de sete cabeças”. Havia temores em relação a assumir uma sala de aula sem o devido preparo, porém, quando iniciou-se a participação na Residência Pedagógica, houve tranquilidade mesmo estando em um contexto de pandemia e estudando de casa. Começou-se a observar o estágio com outros olhos e ver que era um lugar de aprendizado e boas oportunidades. Entendendo que [...] “esse estágio seria enriquecido de significados, possibilitando a construção de saberes, a incorporação de procedimentos, ações, e métodos de ensino capazes de conduzir à reflexão crítica e à compreensão da complexa e intrincada realidade que envolve a prática educativa” (KHAOULE; CARVALHO, 2013, p.3). Entender isso, e sobretudo, a forma gradual e orientada em que foram inseridos no espaço educacional, tornou-se o processo tranquilo e transformando a percepção acerca do estágio, o qual apresentou-se como um momento significativo de aprender a ser e a fazer, sendo esse desvelamento não só registrado, mas em grande parte, construído pelas escritas reflexivas.

## **CONCLUSÃO**

A escrita do Diário de Campo auxiliou na construção de uma nova percepção do que é ser professor. Ser professor é algo desafiador, requer mudança, reinvenção e autoatualização. É preciso atualizar a forma de ministrar as aulas, de tempos em tempos, buscando novas ferramentas, metodologias e novas abordagens. E esse movimento recorrente de autoatualização/reinvenção demanda o exercício da escrita.

O uso recorrente da escrita é justamente o que impulsionará o repensar da prática docente. Se o orientador entende as expectativas dos alunos; se faz uso de materiais adequados; se a aula está sendo entediada ou animada; se a metodologia está adequada ou não, enfim, a mudança só ocorre a partir da reflexão acerca do cotidiano, da prática

executada e, a partir dos registros, pode-se refletir sobre o fazer docente e perceber a necessidade de mudança.

O uso do diário de campo como instrumento formativo com os/as residentes do Programa Residência Pedagógica evidenciou percalços e potencialidades. Os percalços se evidenciaram na dificuldade apresentada por residentes na realização dos registros; na falta de constância na realização desses; na diminuta reflexão realizada, bem como na ausência de conexões com saberes apreendidos no decorrer do curso. Se por um lado há os obstáculos, por outro, há os/as residentes que exploraram todo o potencial do diário, construindo memórias e reflexões de seus próprios processos formativos, identificando a partir da observação da sua própria prática e de outros, saberes, fazeres próprios e essenciais ao exercício da função docente.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

KHAOULE, Anna M. Kovacs; CARVALHO, Euzébio Fernandes de. Diários de Campo como Possibilidade de Pesquisa na Formação de Professores. In: Anais do III Simpósio Nacional de História da UEG, 2013, Iporá

KERN, Caroline; AGUIAR, Paula Alves de. Diário de Campo: a leitura e a escrita na formação docente. In: KERN, Caroline; AGUIAR, Paula Alves de (Org.). Estágio Supervisionado na Formação Docente. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/livro\\_estagio\\_supervisionado\\_formacao\\_docente.pdf/f515dcb2-1508-40bd-98b9-2aed31379d6a](https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/livro_estagio_supervisionado_formacao_docente.pdf/f515dcb2-1508-40bd-98b9-2aed31379d6a)

FABRIS, Elí Henn; OLIVEIRA, Sandra de. Práticas de iniciação à docência: o diário de campo como instrumento para pensar a formação de professores. Revista Diálogo Educacional. Curitiba, v. 17, n. 52, p. 639-660, abr./jun, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/9921/12431>.

SILVA, Daniela Furtado. MOREIRA, Maria Geralda de A. Moreira. O Diário de Campo e a formação docente. Relato de Experiência - Módulo II, 2021.

FARIA, Jaqueline Sousa. MOREIRA, Maria Geralda de A. O exercício de produção do Diário na Residência Pedagógica e sua importância na formação docente. Relato de Experiência - Módulo II, 2021.

**Capítulo 36 - DOI:10.55232/1083002.36**

**CARTOGRAFIA: ARTE DA IDADE MÉDIA E SUA  
UTILIZAÇÃO COMO MATERIAL DIDÁTICO DO ENSINO  
BÁSICO.**

**Daniele Nascimento Dos Santos e Adriano Carvalho Viana**

**RESUMO:** A presente pesquisa busca uma reflexão da importância da contextualização da cartografia produzida na Idade Média e utilizada nos livros didáticos do Ensino Fundamental – Anos finais fornecidos pela rede pública. Destacamos suas especificidades em relação aos mapas-múndi tradicionais apresentados nos livros e atlas utilizados no ensino de geografia.

**Palavras-chave:** Cartografia, mapa-múndi, Idade Média, livro didático.

## **INTRODUÇÃO**

O homem sempre teve interesse em representar o espaço em que ocupa através de desenhos e mais tarde de forma mais complexa através dos mapas. Por meio do estudo dessas representações podemos entender sua visão de mundo e a forma com que se relaciona com o seu entorno. Para entender essas concepções acerca do espaço devemos compreender o contexto em que foi produzido.

Na presente pesquisa serão analisados dois mapas-múndi medievais e como são utilizados no material didático no Ensino Fundamental – Anos finais oitavo ano, com alunos entre 12 e 13 anos.

Essa pesquisa se desenvolveu a partir da preocupação da não contextualização dos documentos por parte do material didático usado nas aulas de geografia, pois prejudica o entendimento dos alunos sobre a Idade Média que já possui estigmas do senso comum.

A cartografia se desenvolveu ao longo dos anos, mudando sua abordagem e a forma que é vista pela sociedade. A partir do século XVI houve uma preocupação quanto à forma científica de se produzir mapas, buscou-se romper com a arte representada nos mapas, pois era considerada imprópria, os mapas deviam apenas representar o espaço como é, ou seja, as formas, relevo, espaço etc.

A relação que a sociedade atual tem com cartografia difere daquela produzida no século XII, atualmente a cartografia é uma ferramenta que está intimamente ligada à representação do real.

Os mapas analisados são os de Henrique de Mogúncia de 1100, pois é o precursor do inferno na cartografia abordada nessa análise, o mapa de Ebstorf de 1236 e uma vez que é os mais utilizados no material didático.

A falta de uma análise metódica dos mapas-múndi medievais prejudica o entendimento sobre esse período. É importante que os discentes compreendam que essa forma de confecção de mapas tinha outros objetivos além da representação do espaço, a mentalidade acerca do espaço não está ligada a ignorância, mas está relacionada à forma que viam e sentiam o mundo.

Dessa forma foi feito uma pesquisa quanto a maneira que os mapas-múndi são apresentados aos alunos na apostila do oitavo ano, percebeu-se que não há uma introdução acerca dos motivos e intenções daqueles que produziam os mapas, os significados dos símbolos utilizados e principalmente o contexto em que foi produzido não é explorado, o que dá espaço para interpretações preconceituosas sobre a Idade Média, reforçando estigmas sobre esse período.

## **A PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA DO SÉCULO XII**

O estudo sistemático acerca da cartografia surgiu no século XIX com a necessidade de separar a técnica cartográfica da arte. O termo cartografia foi criado por Manuel Francisco Carvalhosa em 1839, o pensamento cientificista marcou esse período, renegando as formas de representação iconográficas de outrora.

Os mapas medievais eram considerados apenas exemplo do atraso da sociedade medieval, sendo observadas apenas as influências religiosas presentes nos mapas sem uma análise do contexto histórico e da representação que compunha os mapas.

Alguns discursos se desenvolveram nessa linha de pensamento se apropriando da cartografia medieval apenas para constituir um modelo do que defendiam como retrocesso dessa sociedade permeada pelo pensamento cristão de acordo com Nebenzahl (1986, p. 41) “a mais dramática ilustração de como a imaginação religiosa medieval distorceu a ciência cartográfica”.

Esse conceito sobre a cartografia medieval perdura, reconhecendo exclusivamente a cartografia moderna como ciência, desenvolvida a partir das grandes navegações.

É equivocado crer que o simbolismo desapareceu da cartografia a partir da era moderna. Claramente existem distinções entre as cartas náuticas e os mapas-múndi, é preciso analisar as heranças e as reminiscências de longa duração de determinadas estruturas mentais.

Nessa direção a cartografia se desenvolveu de formas diferentes em cada época, e no século XII ela representava um universo de símbolos para a sociedade medieval ocidental. Os símbolos presentes nos mapas fazem parte do modo que essa sociedade entendia e representava o mundo cristão. Segundo Sandra Pesavento (2003, p.39) as representações “são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real, indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”.

Nesse sentido essa sociedade buscava representar o seu mundo por meio das imagens, seja na cartografia, nos vitrais, nas tapeçarias e etc, a sociedade medieval possuía uma prática extremamente atada às imagens.

As classes hierarquizadas da idade média tinham raízes cristãs profundas, o feudalismo se desenvolveu juntamente com a religião cristã que também se tornou uma ideologia para esses grupos, cada grupo social possuía seu modo de aproximação com o divino, não obstante essa sociedade detinha heranças da antiguidade que foram ressignificadas segundo Baschet (2006, p. 337) “é dominada pelo passado, referência ideal de legitimação dos fatos presentes, mas, como veremos adiante, acrescenta ai o peso esmagador do futuro, sob a forma de espera escatológica de um além-eterno”.

O culto aos deuses pagãos não era mais permitido, mas o costume ainda era presente no cotidiano das pessoas, assim a igreja buscou formas de substituição, o culto aos deuses se tornou amor aos santos, os templos se tornaram igrejas, o sacrifício de animais converteu-se no sacrifício de Cristo.

Portanto era comum haver nos mapas monstros e animais maravilhosos de lugares ainda desconhecidos ou imaginados seguindo o discurso bíblico além de incorporar as heranças de povos antecessores.

Os mapas-múndi eram a representação do imaginário, aquilo se desconhece, mas é comum a todos, pois é formado pelo imaginário coletivo.

Os mapas produzidos pelos monges cartógrafos tinham uma função pedagógica dentro dessa sociedade século XII, além de serem apreciados como arte, eles eram feitos dentro das catedrais, diferente das cartas náuticas que necessitavam de uma maior mobilidade para serem manuseadas.

Os monges encarregados desse trabalho não estavam preocupados com a precisão dos locais, ou com a cartografia náutica que se desenvolvia nesse período, o foco de interesse era outro, desde Papa Gregório a imagem é defendida como forma de instruir as pessoas, o uso do ícone não era aceito pelos clérigos, mas compreendeu-se que as imagens eram de extrema importância numa sociedade iletrada, assim alcançando todos os fieis independente de sua posição social.

Dessa forma quando se analisa um mapa-múndi medieval é notável a presença de elementos do imaginário desse período. A forma que as pessoas viam o mundo esta ligada intimamente a forma de confeccionar os mapas.

Assim o imaginário é uma forma de representação do pensamento social de determinado período que não está de forma concreta na realidade das pessoas, mas que faz parte do cotidiano seja dentro das histórias que são contadas dos mapas-múndi produzidos ou nas lendas e etc.

Pode-se encontrar nesses mapas elementos do imaginário medieval, a forma que se desenvolve o maravilhoso, seja ele de origem pagã ou cristã. Segundo Le Goff:

O imaginário medieval está fundado sobre a crença em um mundo invisível mais rico que o mundo visível, cabendo ao imaginário justamente revelar toda a magnificência do primeiro aos olhos humanos que se limitam ao segundo. Com seu amplo leque de aparições e visões, o imaginário é parte essencial da realidade histórica medieval (LE GOFF, 2008, p.72).

Os mapas-múndi medievais não devem ser analisados como mapas marítimos, mapas estes que eram feitos para localização e viagens, também conhecidos como cartas portulanos.

Diferentemente dos mapas atuais os mapas-múndi estavam ligados a uma literatura, algo para ser apreciado e admirado como uma obra de arte, além de representar uma concepção de mundo.

Quando um mapa é analisado fora de seu período de confecção as interpretações sobre ele podem ser equivocadas. Cada elemento de um mapa-múndi possui um sentido que necessita ser analisado para ser compreendido. Os elementos estão relacionados á forma que os povos enxergavam o mundo e como utilizaram a herança dos povos anteriores.

As concepções trazidas dentro dos mapas-múndi não são apenas uma visão isolada da sociedade medieval, mas sim um agregado de ideias, convicções e imaginários de sociedades anteriores que contribuiriam para o imaginário representado na cartografia do século XII, o que se vê representado nos mapa-múndi não é uma criação puramente da sociedade que o produziu

Uma análise da iconografia presente na cartografia é importante, pois por meio dela entendermos como o período que o precedeu a influenciou com suas crenças, mitos e objetos; dentro da religião cristã há alguns elementos que são de origem pagã e foram convertidos para cultura cristã.

A herança do período anterior pode ser incorporada pela nova sociedade que está se formando ou negada, mas não é escolhida, também não está livre dos elementos herdados, pode ser dado um novo significado, mas não é criado apenas por um grupo sem influências do passado.

Quanto á produção dos mapas-múndi medievais deve-se compreender que os padres ou monges responsáveis pelas suas confecções não estavam preocupados quanto ao formato da terra, pois eles tinham outra finalidade, representar o discurso bíblico, fazer uma conexão entre o plano terreno e o Além. Representar dentro dos mapas o Além, para Le Goff:

O Além foi um dos grandes domínios do imaginário medieval. Inspirou uma importante literatura de ficção e uma rica iconografia, testemunhando a fecundidade da atividade criativa dos artistas medievais. Ele se constituiu num grande reservatório de imagens encarnando a ideologia e a sensibilidade cristãs e desempenhando um papel concreto na luta escatológica do cristão: escada para subir ao Céu, balança que pesa a alma, boca ou poços do Inferno nos quais se tenta não cair, fogo ao qual escapar (LE GOFF, 2017, p.29).

A cartografia uniu esses dois mundos e trouxe a extensão do mundo espiritual para o mundo terreno, assim estavam localizáveis dentro dos mapas o imaginário acerca do Além.



O Além devia estar visível para o fiel, assim era compreensível a todos o local onde se estaria após a morte, tornando esse local quando representado nos mapas. O Além se tornou acessível assim estabelecendo relações com o maravilhoso.

Segundo Carvalho (1997) o maravilhoso atingiu muitos aspectos da vida do homem do século XII e XIII. Independente da sua posição social, porém o que nos traz mais interesse refere-se ao maravilhoso geográfico, as ilhas da cartografia medieval, os habitantes das Terras maravilhosas, quer sejam humanos com aspecto animalesco ou animais imaginários, o maravilhoso bíblico imaginado na Terra, o maravilhoso literário a descrever terras sobrenaturais.

Mas como podemos definir esse maravilhoso? Para a atualidade, o maravilhoso é uma categoria que buscamos estudar e entender sua influencia em diferentes partes do cotidiano da sociedade medieval. Para os clérigos medievais não há essa separação, há sim uma coleção de objetos que uma categoria específica.

Le Goff ainda ressalta que até o século XI havia uma repressão desse maravilhoso, a igreja ainda estava se consolidando até esse período, portanto esse maravilhoso de raízes pré-cristãs não era de interesse religioso, pois a religião estava fortalecendo sua presença entre a população.

No século XII há uma irrupção do maravilhoso entre os eruditos, entre os locais que podemos destacar esse maravilhoso aparece à cartografia com os monstros maravilhosos e as pessoas de aspectos animalescos, essa irrupção acontece, pois não havia mais a necessidade de suprir esse maravilhoso, agora pode ser usada a favor dos ensinamentos cristãos, podia-se domesticá-lo, servindo a Igreja e não mais ameaçando sua posição na hierarquia social.

Os cavaleiros tinham a necessidade de uma identidade que o pertencesse, que não fosse ligada a aristocracia, o enfrentamento de monstros e aventuras maravilhosas lhe dava o espaço que necessitavam. Segundo Le Goff (1983, p. 23) “o maravilhoso está profundamente ligado a esta procura da identidade individual e coletiva do cavaleiro idealizado”.

Nesse período a cartografia se destaca como uma forma de arte e de representação das passagens bíblicas, esse maravilhoso já mencionado também está presente na cartografia.

Na esfera religiosa Eliade (1999, p. 122) “o tempo não é nem homogêneo nem contínuo, há, por um lado, os intervalos de tempo sagrado, o tempo das festas e, por outro,

há o tempo profano, a duração ordinária, na qual se inscrevem os atos privados de significados religioso”.

O uso da imagem levou tempo para ser aceito dentro da igreja, cerca de dois séculos para a tradição imagética ganhar força e se consolidar dentro do cristianismo, o que viria ser depois uma tradição extremamente importante para o estudo desse período.

Inicialmente eram imagens simples dentro das catacumbas que exaltavam a fé, a devoção e a esperança de salvação, representando passagens bíblicas importantes, posteriormente a produção de imagens ganhou destaque dentro da igreja, criando grandes obras, pinturas, estátuas, mantos e etc.

A produção imagética se tornou uma característica da igreja cristã, sendo também criticada por outros vertentes que se desenvolveram. Segundo Honório Augustodunense:

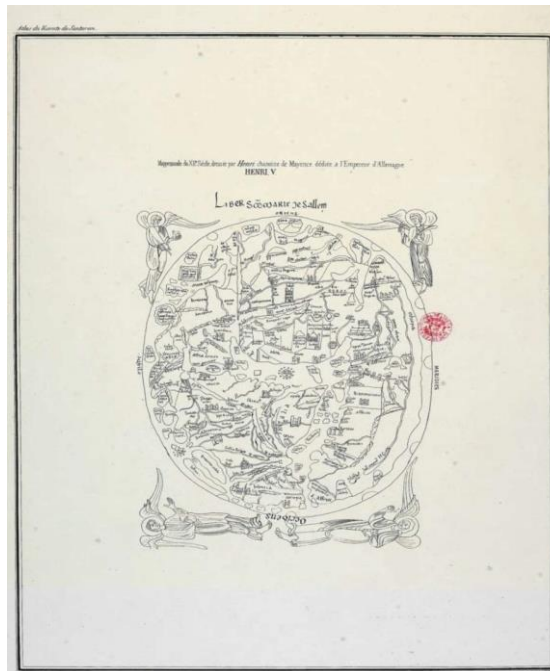
Por três causas uma pintura deve ser feita; primeiro porque ela é a literatura dos laicos, segundo para ornar propriamente a casa do Senhor, terceiro para que a vida dos ancestrais seja trazida de volta pela memória (AUGUSTODUNENSE, 586c, p. 132) *apud* (BORGES, 2017, p. 64).

A proibição de idolatria estava mais voltada às divindades pagãs e a igreja cristã desenvolveu uma vasta cultura de imagens, cultura essa que permitiu a extensão do domínio religioso por meio da imagem, portanto há segundo Huizinga (2010, p. 247) “uma necessidade irrestrita de dar forma a tudo o que é sagrado, de dar materialidade às

idéias religiosas, de modo que elas sejam impressas no cérebro como uma gravura de traços bem marcados”.

## OS MAPAS-MUNDI MEDIEVAIS.

### FIGURA 1 – MAPA-MÚNDI HENRIQUE DE MOGÚNCIA



**FONTE:** Atlas do Visconde de Santarém (1791).

Este mapa foi produzido por Henrique de Mogúncia um cônego da Igreja de Santa Maria da cidade de Mogúncia.

O cônego confeccionou-o para o Rei Henrique V e foi o primeiro a introduzir o inferno no mapa-múndi, os mapas produzidos pelos clérigos da época eram acompanhados de textos, nesse caso o mapa fazia uma alusão ao texto do *De Imagine Mundi* de Honório de Autun, que dentro outros temas trata do inferno. Conforme Ribeiro:

Portanto, é recorrendo á figuração visível que Henrique leva o conhecimento do mundo ao imperador. Ilustrando o de Universo de Honório de Autun, a narrativa elaborada pela figuração organiza o espaço, determinando suas fronteiras naturais e sobrenaturais, e o tempo. O tempo histórico, tempo

passado dos acontecimentos terrestres e o tempo escatológico, tempo futuro, da vida pós-morte (RIBEIRO, 1999, p.1020).

Segundo Carvalho (1997) outra característica dessa época foi considerar a Geografia importante para sustentar a existência de lugares bíblicos, a ponto de podermos fazer um paralelo com a reinterpretação da História feita por S. Agostinho na obra *A cidade de Deus*.

A interpretação e a disseminação da doutrina cristã tomara o lugar da observação no trabalho de rever as fontes clássicas do conhecimento geográfico.

Os mapas-múndi tinham a função de resumir visivelmente as crenças que eram passadas dentro da igreja, os locais que eram citados na Bíblia deviam estar ao alcance do imaginário dos fieis, dando o sentimento de proximidade com o Além. Assim, tornando reais esses locais desejáveis como o céu, e punitivos como o inferno. Segundo Kimble nos mostra que:

A influência clerical sobre o conhecimento foi responsável das duas das mais importantes características do mapa mundo típico: primeiro a proeminência dada aos aspectos bíblicos e topográficos e, em segundo, a sobrevivência de certas tradições na época em que o conhecimento recente estava tornando-as insustentáveis ou no mínimo exigindo modificações (KIMBLE, 2005, p.239).

Por conseguinte os dois planos se tornavam visíveis aos olhos das pessoas, por mais que esse local não fosse ser visitado, o fato de ser representado cumpria o papel desejado, de ensinar, ilustrar e tornar pedagógico os ensinamentos bíblicos.

Esse método de produção de mapas perdurou até o século XV como podemos ver no mapa-múndi de Andrea Bianco de 1436 onde representa o Paraíso Terrestre, isso nos mostra que o método foi de longa duração, mesmo havendo um avanço nos termos de produção geográfica nesse período devido às grandes navegações que estavam acontecendo.

A questão da localização do paraíso terrestre durou mesmo após o fim da Idade Média sendo uma questão acadêmica quando o bispo Huet de Avranches escreveu o seu *Tractatus de Situ Paradisi Terrestrii* no século XVIII.

Observando o formato dos mapas-múndi é possível reconhecer o conjunto de crenças sobre o qual a sociedade estava inserida, uma leitura mais minuciosa dos mapas produzidos nesse período nos permite um aprofundamento nas relações entre os fiéis e os ensinamentos bíblicos de acordo com Borges (2005, p. 69) “a história do homem se confundia naturalmente com a história bíblica”.

O cristianismo utilizou imagens para propagar seus ensinamentos, e a cartografia foi usada no mesmo sentido. A descrição que Paulo faz sobre o inferno aparece nos mapas como local que existiu de fato. Segundo o apócrifo de Paulo:

Eu parti com o anjo (diz Paulo) e ele me transportou em direção ao por do sol, e eu vi o início do céu repousando sobre um grande rio líquido. E eu interoguei: “o que é este rio líquido?”. Ele me disse: é o oceano que cerca toda a terra, e quando nós fomos no exterior do oceano, eu olhei e não havia luz nesse lugar, mas trevas, tristeza e aflição e eu suspirei. E eu vi lá um rio de fogo fervendo. (CAROZZI, 1994) *apud* (RIBEIRO, 1999, p. 1022)

Esta descrição de Paulo é usada como um relato verídico de um local, os fenômenos naturais serviam como comprovação de uma descrição bíblica, ou seja, um vulcão podia ser interpretado como um inferno, a priori se encaixava dentro das descrições relatadas. As referências bíblicas estão presentes em todos os mapas-múndi, mas Henrique de Mogúncia é o primeiro cartógrafo a inserir o inferno em seu trabalho.

Mapa este que servirá de modelo para os próximos mapas como de Ebstorf e Hereford, seguindo um padrão de longa duração dessa forma de produzir mapas.

Este padrão de arte unia a terra com os reinos imaginários, identificando locais existentes na Bíblia, como o inferno. Os reinos de Deus e Satã seriam localizáveis dentro de uma geografia do além.

## **FIGURA 2 – CARTA DE EBSTORF**



Fonte: Mapa de Ebstorf 1236. Disponível em: <https://fotola.com/bervlium/parroula/document-parroula41871d025ca90.html>. Acesso em: 02 set. 2019

Em todos os mapas-múndi o Jardim do Éden está no extremo Oriente dos mapas, seguindo assim a narrativa de criação, o paraíso junto ao limite asiático é uma forma de lembrar às pessoas a corrupção da humanidade pelo pecado, podemos ver nesse mapa o corpo de Cristo abarcando todo o mundo habitado, o corpo de Cristo é um componente reproduzido diversas vezes com significados diferentes, mas sempre de forma a elucidar sua importância.

Ele é antes de tudo e tudo nele subsiste. Ele é a cabeça da Igreja, que é o seu corpo. Ele é o Princípio, o Primogênito dos mortos, pois nele aprouve a Deus ( Colossenses 1:17-19).

Os elementos presentes no mapa respeitam uma hierarquia segundo Borges (2017, pg. 115) “muito além de sua dimensão simbólica, figurativa e cartográfica, esta rígida verticalização hierárquica encontra-se no epicentro das relações de dominância e poder que regem a sociedade medieval”.

## **ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO MAPA DE EBSTORF NO ENSINO BÁSICO**

Tendo em vista esse panorama sobre os mapas-múndi produzidos no século XII não podemos deixar de ressaltar o contexto cartográfico quando vamos utilizar essas obras no ensino básico.

O mapa estudado na apostila analisada é a Carta de Ebstorf, produzida por Gersávio de Tilbury no ano de 1284. O material analisado não traz uma introdução sobre o período em que foi produzido, o seu papel dentro da sociedade e qual a sua função pedagógica.

A contextualização de um documento histórico possibilita que o aluno entenda as referências e conceitos que o material traz e possui, sua análise sem essa introdução induz o discente ao erro, causando pré-conceitos que posteriormente serão difíceis de desconstruir sozinho.

Por vezes a cartografia medieval é usada como símbolo de atraso, reforçando o discurso da falta de uma ciência durante a idade média, esse discurso estimula pré conceitos acerca da idade média, criando visões estereotipadas desse período.

Sem uma análise aprofundada do contexto em que esses mapas foram produzidos e quais os seus reais significados e objetivos dentro da sociedade que o produziu não há possibilidade de construção de conhecimento.

Em um seminário ocorrido em 2008 um discurso com esse viés foi promovido:

A cartografia cristã da Alta Idade Média pretendeu representar a imagem física da Terra baseando-se em toda uma concepção abstrata da natureza, impondo um largo período de estancamento na evolução histórica da cartografia e da geografia. Somente a lente recuperação do empirismo científico durante os séculos XII e XIII permitiu que a cartografia náutica, totalmente consolidada no século XIV, superasse definitivamente todas as concepções simbólicas das quais temos feito referência neste trabalho. (SANZ, 2009, p. 86) *apud* (BORGES, 2017, p. 96).

A cartografia a partir do século XVI buscou romper com a arte, legitimando sua importância como ciência, negando a forma abstrata retratada dentro dos mapas-mundi, essa forma de representar a cartografia é refletida nos materiais didáticos usados na escola de ensino básico.

A produção cartográfica do século XII é colocada como atrasada, retrograda, sem métodos científicos válidos, apenas usada na sala de aula como forma de mostrar como a sociedade medieval estava presa ao pensamento cristão, sendo assim impedida de avançar cientificamente.

No cerne de uma concepção de mundo preponderantemente alegórica e idealista, o universo era pensado e traçado segundo sua dimensão simbólica fazendo com que a representação de determinados espaços assumisse um significado que não raras vezes transcendia a simples referência física e geográfica de seus domínios. (BORGES, 2017 p.98).

O papel do material didático nas aulas é contribuir com o docente na sua prática, de forma a permitir diferentes diálogos e interpretações na relação professor e aluno.

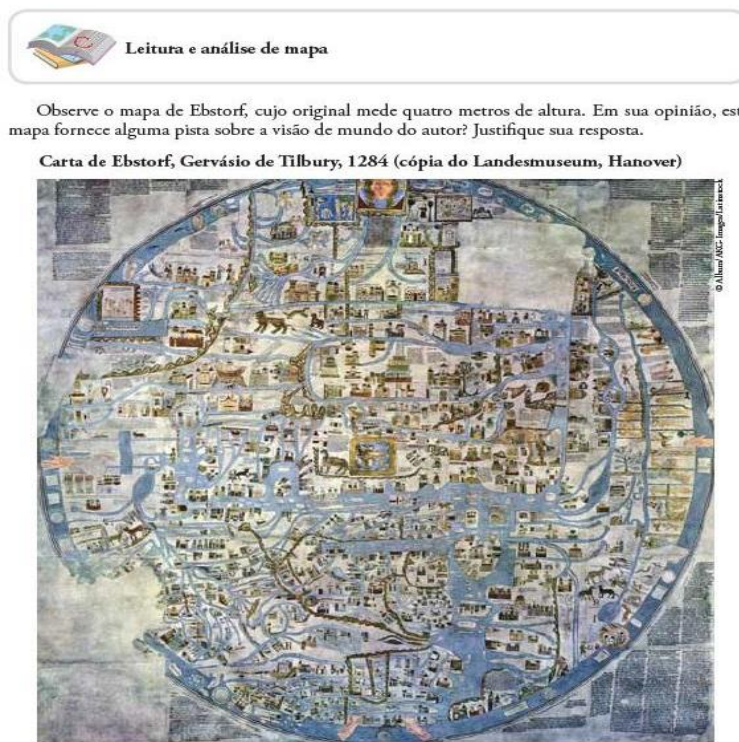
A forma que cada sociedade concepta o mundo, o seu espaço e sua representação acontecem de modos diferentes, os símbolos atribuídos as formas torna a visão daquela sociedade única, não cabendo julgamentos posteriores, cabe aos estudantes buscar as interpretações devidas para o entendimento dessas representações para que possa se desenvolver um estudo aprofundado que gere conhecimento acerca daquele período.

O espaço cartográfico medieval é, portanto, pensado e construído a partir de uma ótica específica, que, perpassando a confecção intelectual e material de seus mapas-múndi, se estende às mais distintas ramificações do saber medieval. (BORGES, 2017, p. 99).

Deve-se compreender que a forma que a cartografia medieval se desenvolveu está ligada ao imaginário da época, na cartografia atual a forma que se desenvolve também esta ligada ao nosso imaginário, a Europa está no centro do mapa, a forma mais comum de representação é o planisfério sendo convencional a América á esquerda, essa forma de cartografia foi desenvolvida pelos países economicamente dominantes, a forma dos países é evidenciada em detrimento dos tamanhos. Dessa forma percebe-se que a forma científica também possui o contexto imaginário.

No material analisado nota-se que não há uma preocupação quanto ao período que o mapa foi produzido, apenas traz questionamentos quanto à visão do autor acerca do mundo, por vezes o professor que recebe a apostila que é discutida não possui uma formação específica quanto aquele período, o que também contribui para que não haja uma análise adequada da cartografia medieval.

**FIGURA 3 – CADERNO DO ALUNO, VOLUME 1.**



**FONTE: CADERNO DO ALUNO, GEOGRAFIA. Ensino fundamental – Anos finais 7ªSérie/8º Ano. Volume 1, 2014-2017. São Paulo.**

Dessa forma a visão acerca da Idade Média se torna superficial não havendo uma discussão complexa dos fundamentos da elaboração dos mapas-múndi medievais.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



A denominação Idade Média por si só é pejorativo, ao longo da história esse período foi menosprezado de diversas formas sendo usado como sinônimo para atraso, degradação, violência e etc. Nas últimas décadas há um esforço acadêmico para desmistificar essas visões e elucidar como a Idade Média contribuiu vigorosamente com o desenvolvimento de inúmeras técnicas de trabalho, múltiplos medicamentos, numerosos trabalhos de arte, manuscritos e etc.

Conjuntamente a cartografia recebeu o mesmo tratamento, sendo vista apenas como um retrato dos retardos da civilização medieval, mas novos significados e sentidos estão sendo descobertos na iconografia dos mapas-mundi.

Por conseguinte o material didático consumido dentro das escolas deve abranger essas novas percepções, pois é por meio da educação das novas gerações que preconceitos e estereótipos serão desconstruídos.

Um estudo aprofundado da cartografia medieval esclarecerá as visões e sentimentos presentes na sociedade medieval. Deve-se considerar o imaginário por trás das imagens produzidas para torná-las coerentes.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BORGES, Thiago José. *A tradição dos Loca Sancta: Sacralização e representação dos espaços sagrados no ocidente medieval cristão ( séculos VIII-XV)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2017.

BORGES, Thiago José. *O tempo e os mapas; formas, percepções e representações do tempo nos mappaemundi medievais*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2015.

CARVALHO, Márcia Siqueira. *O pensamento Geográfico Medieval e Renascentista no Ciberespaço*. Tese (Pós Doutorado).

IOKOI, Zilda M. Gricoli; NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria. *História: Fronteira*. Santa Catarina: Anpuh, 1999.

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983.

LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Portugal: Editorial Estampa, 1994.

LE GOFF, Jacques. *Heróis e maravilhas da Idade Média*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

LE GOFF, Jacques. *O Deus da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

KIMBLE, George H. T. *Geografia na Idade Média*. Londrina: Uel, 2000.

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1**

RABELO, Lucas Montalvão. *Os mapas da Idade Média: representações das concepções religiosas e das influências da Antiguidade Clássica*. 2015. Tese (Mestrado em História) – Universidade do Amazonas, FAPEAM, Amazonas, 2015.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *O sentido da história: tempo e espaço na cartografia medieval (séculos XII-XIII)*. 1ª ed. Niterói: Tempo, 2002.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *O inferno e o paraíso: Cartografia e paisagem (séculos XII-XV)*. Brasília: História Revista, 2000.

**Capítulo 37 - DOI:10.55232/1083002.37**

**CONQUISTA HISTÓRICA: ABORDAGEM  
ABOLICIONISTA NO ENSINO DE HISTÓRIA DO 5º ANO  
DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Diego Augusto Gonçalves Ferreira**

**RESUMO:** O presente trabalho objetiva reinterpretar o estudo da abolição da escravatura no 5º ano do Ensino Fundamental, através de uma abordagem pedagógica alternativa à visão redencionista, elaborada a partir da figura da princesa Isabel (1846-1921) e que considera a libertação como um favor concedido à minoria negra pelo poder político estabelecido. A justificativa de uma abordagem abolicionista enquanto conquista histórica, emergente da luta e resistência dos povos negros, baseia-se na lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da luta africana na Educação Básica, e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, que propõe a liberdade negra como aquisição do direito à cidadania. O texto está composto de uma introdução, Abolicionismo no contexto dos Anos Iniciais, que situa o leitor no ambiente pedagógico da pesquisa; o tópico central, Abordagem abolicionista no 5º ano: luta, conquista e cidadania, apresenta a partir da tríade luta-conquista-cidadania os elementos essenciais para a abordagem da abolição como aquisição histórica de direitos; e uma conclusão, Abolicionismo inconcluso, que resume as ideias desenvolvidas, constatando que a luta atual da comunidade negra pelo reconhecimento de seus direitos mostra que a abolição ainda está em processo de realização.

**Palavras-chave:** Anos iniciais, abolicionismo, conquista histórica

## **INTRODUÇÃO: ABOLICIONISMO NO CONTEXTO DOS ANOS INICIAIS**

Embora seja fato que as populações negras sofrem até hoje com o negacionismo social de direitos civis, políticos e culturais inalienáveis por serem inerentes à existência humana, não se pode negar que a abolição da escravatura foi um passo importante para que o negro conquistasse um espaço, ainda que limitado, na sociedade brasileira. Se a Lei Áurea de 13 de maio de 1888 não assegurou para os negros a garantia dos direitos humanos fundamentais, especialmente nas primeiras décadas do período republicano no Brasil, ao menos ela colocou fim aos séculos de tortura física e psicológica impostos aos povos afrodescendentes.

É certo que a princesa Isabel (1846-1921) foi valorosa ao legalizar a liberdade dos negros, não havendo nenhuma diminuição no mérito histórico e moral de seu ato, especialmente porque pagou o alto preço do exílio por sua atitude, que desagradou os grandes latifundiários cafeicultores, cujo lucro dependia do uso de mão de obra escrava. O fato é que, apesar da benevolência real, motivada por princípios cristãos inegáveis, a abolição foi o escopo de um longo processo de luta e resistência das minorias negras, constituindo-se uma conquista histórica.

Trata-se de [...] uma nova visão historiográfica que surge preocupada fundamentalmente com as grandes emergências da atualidade, com as grandes e atualíssimas questões suscitadas pela luta abolicionista e pelo período novo que se abriu a partir do marco fundador do 13 de maio, o nosso talvez eterno período “pós-Abolição”, com seu vasto leque de possibilidades novas e entraves antigos que se desdobram desde 1888 até nossos dias (SILVA, 2011, p. 29-30).

A História, enquanto componente curricular, não pode se restringir à reprodução e transmissão de uma visão hegemônica europeia sobre um dado fato, padronizando “modos de ser e viver dos sujeitos independentes das suas origens étnicas” (FERREIRA, 2003, p. 17). “Ensinar História nas séries iniciais é, acima de tudo, escolher o que e como ensinar. É tornar a sala de aula um lugar privilegiado de investigação, de reflexão e de produção de conhecimento” (MENEZES; SILVA, 2007, p. 226). Para Moreira e Silva (2011, p. 35), “a visão tradicional da relação entre cultura e educação-currículo não vê o campo cultural como um terreno contestado”, mas colabora para a manutenção de paradigmas elitistas.

Observando que, desde 2003, a lei federal nº 10.639 (cf. BRASIL, 2003) acrescentada ao texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, tornou obrigatório o ensino da luta dos negros no Brasil em todos os currículos da Educação Básica, justifica-se a necessidade de trabalhar a abolição da escravatura, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, como conquista histórica dos negros ao direito à cidadania. Trata-se de reinterpretar a libertação dos negros à luz das motivações populares, criando uma visão alternativa à abordagem de cunho elitista que supervalorizou a ação da princesa Isabel.

A Lei Federal nº 10.639 regulamentada em 2003 tem por objetivo reconhecer e valorizar as contribuições dos negros para a sociedade através da história e cultura afro-brasileira. Busca também afirmar identidades de estudantes negros inseridos na escola (FERREIRA, 2003, p. 14).

Embora o ensino da história africana seja pertinente a todas as séries da Educação Básica, no que respeita aos anos iniciais do Ensino Fundamental, o professor encontra amplo espaço curricular para explorar datas significativas relacionadas à trajetória afrodescendente no Brasil, como a celebração da abolição da escravatura, em 13 de maio, e o dia da consciência negra, em 22 de novembro. Porém, é a partir do 4º ano que o assunto ganha sistematicidade e um espaço privilegiado no currículo escolar.

O ensino de História nos anos iniciais, especialmente a partir do 4º ano, abre espaço, através do estudo de questões relativas às migrações populacionais (cf. BRASIL, 2018, p. 412), para que o professor aproxime o aluno do tema da diáspora forçada dos africanos, analisando as contribuições do tráfico negreiro para a formação da sociedade brasileira. O ensino de História, assim, se torna amplo pois passa a contemplar “diferentes dimensões identitárias construídas ao longo da vida” (GERMINARI, 2011, p. 69), permitindo ao aluno explorar culturas diferentes e compará-las a sua concepção de mundo: trata-se da capacidade de “construir pontes, a partir de fragmentos do passado que existem em um determinado presente e que tenham continuidade como partes do passado” (SCHMIDT, 2011, p. 83-84).

Retroagindo na escala temporal, o aluno deve ser introduzido no contexto medieval da existência africana de diferentes reinos e etnias, caracterizados por conflitos internos e por um processo de dominação tribal recíproca. É importante que o aluno conheça a história africana anterior à invasão europeia, para que não identifique a existência dos povos africanos à trajetória portuguesa ou mesmo espanhola. O estudo da

história da África deve partir de um olhar atento para a vida e a existência dos próprios negros, e não de uma ênfase na chegada dos europeus ao continente africano.

Conhecer a cultura africana é essencial, pois o aluno poderá elaborar uma visão realista do processo de escravização, no qual os portugueses se aproveitaram da dominação que os povos africanos realizavam entre si para negociar, capturar e o traficar negros: “devido às lutas tribais na África muitos negros eram negociados pelos próprios conterrâneos do continente” (NASCIMENTO; MEDEIROS, 2010, p. 310).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento do pensamento histórico das crianças e jovens não envolve apenas a compreensão de situações do passado apresentadas por especialistas. Exige também que os alunos experimentem procedimentos metodológicos que permitam selecionar e interpretar fontes históricas, conclusões e avaliá-las por comparação (BARCA, 2005, p. 15-16).

Portanto, o estudo de História no 4º ano é oportuno para que o professor estabeleça uma relação primária, ainda que superficial, entre o contexto tribal dos reinos da África Subsaariana e Atlântica, e a colonização empreendida por Portugal em terras americanas. É fundamental que o professor destaque, desde o início do estudo da história afro-brasileira, que os negros não foram passíveis à dominação lusitana, resistindo às investidas europeias por meio de fugas, boicotes e revoltas.

A partir deste ponto inicial, o aluno deve ser conduzido pelo processo do tráfico atlântico, para compreender que o negro, ao deixar forçadamente o continente africano, teve sua cidadania local e sua dignidade universal desrespeitadas e violadas, moral e fisicamente, pelos europeus. Discussões sobre a situação subumana a que os povos estavam sujeitos durante as viagens da África para a América podem dimensionar a problemática escravocrata no Brasil. O professor deve considerar que as formas de resistência à escravidão persistiram mesmo em alto mar, uma vez que muitos negros se atiravam dos tumbeiros para fugir, ainda que acabassem ficando à deriva e morressem.

Ainda no contexto das migrações, lançando mão de recursos audiovisuais, o professor deve apresentar ao aluno às condições que eram impostas aos africanos ao chegarem em terras brasileiras. Independentemente se eram comercializados como mão de obra para a produção de açúcar no interior do país ou se permaneciam no porto fluminense para servir à manutenção da corte, os negros sofreram com maus tratos, castigos físicos, privações culturais e religiosas, condições insalubres de trabalho e moradia.

Durante todo tempo em que estiveram nas senzalas, sendo utilizados como escravos, os negros sempre lutaram pela sua liberdade tendo Zumbi dos Palmares como um símbolo

de resistência contra a escravidão dos negros desde o período colonial até o império. O Quilombo dos Palmares e outros que existiram no Brasil, eram considerados apenas como um local onde os negros tentavam preservar a cultura e o modo de vida que tinham na África. Com isso, os negros criaram um reduto de resistência contra um sistema que massacrava um povo que, por uma ideologia cultural e religiosa, era considerado inferior aos brancos (NASCIMENTO; MEDEIROS, 2010, p. 310).

O uso de cenários e objetos que caracterizam este período pode instigar os alunos “a pensar sobre o passado, estabelecendo inferências sobre os objetos e fontes que poderiam indicar como viviam as pessoas” (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 152). Também a utilização de imagens, pinturas e desenhos permitem uma “melhor compreensão de determinados períodos históricos, bem como das sociedades ao longo dos tempos, com seus hábitos, costumes, seu vestuário, alimentação, habitação, mobilização etc” (URBAN; LUPORINI, 2015, p. 31-32).

O objetivo de analisar a contribuição dos negros para a formação da sociedade brasileira deve estar emoldurado pelas inúmeras formas de resistência à escravidão que surgiram neste período, especialmente a formação dos quilombos, que comporta revoltas e fugas.

No período escravista, os negros, em pequenos ou grandes grupos, se mobilizaram para enfrentar a opressão a qual eram submetidos. Muitos negros nem sempre obtiveram sucesso nas lutas empreendidas. Outros, no entanto, se organizaram em redutos denominados quilombos, que não serviam somente para resistência armada, mas para viverem de forma livre e expressarem sua cultura sem serem cercados pelos senhores (FERREIRA, 2013, p. 11).

Estabelecidas as bases teóricas, no 4º ano, para uma reinterpretação do evento abolicionista à luz da resistência negra, torna-se possível, no 5º ano, o aprofundamento do processo de luta que ocasionou a conquista histórica da libertação dos escravos. Portanto, a abordagem proposta neste trabalho requer uma continuidade interdependente entre o estudo da diáspora forçada dos africanos, no contexto das migrações populacionais no 4º ano, e a abolição propriamente dita, no âmbito da conquista de direitos dos povos no 5º ano.

## **ABORDAGEM ABOLICIONISTA NO 5º ANO: LUTA, CONQUISTA E CIDADANIA**

O ensino de História no 5º ano do Ensino Fundamental, especialmente a partir da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, privilegia conhecimentos sobre

diversidade cultural, política e étnica, a partir de conceitos como cidadania, direitos e respeito. Distanciando-se de uma visão homogênea do gênero humano, a História passa a ser interpretada sob a ótica da pluralidade e como consequência da vida em sociedade, por meio da qual o homem se desenvolve política e eticamente, pois “as mudanças ao longo do tempo transformam a forma como se escreve a História” (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 152).

Há também outras razões mais sérias para aprender por que não há uma única visão do passado e que relatos do passado são dinâmicos e podem variar e mudar ao longo do tempo. Crianças estão aprendendo a desafiar e avaliar a validade, bem como a reconhecer motivos diferentes por trás da criação de relatos (COOPER, 2012, p. 44).

Na esteira desta proposta, que busca ampliar as fontes e as teorias de leitura histórica, o presente trabalho intenta propor uma ressignificação do ensino da abolição da escravatura no Brasil sob a ótica das populações negras. Inserido na unidade temática “Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social” (cf. BRASIL, 2018, p. 415), o estudo sobre o evento histórico que colocou fim ao longo período escravocrata da história brasileira traz como objeto de estudo a cidadania, a diversidade cultural e o respeito às diferenças sociais, culturais e históricas.

Nesse sentido, é preciso questionar a abordagem abolicionista que, por décadas, tem privilegiado a construção de uma imagem redentora daquela que assinou a Lei Áurea, a Princesa Isabel, caracterizando a abolição como um favor concedido à minoria negra pelo poder político estabelecido.

O olhar de longo prazo a respeito das ideias e movimentos rebeldes é uma maneira de resgatar seu caráter histórico, uma forma de analisar os diversos elementos que os compõem, sejam as tradições culturais do passado, às quais se está intimamente ligado, sejam as condições dadas pelo tempo presente. É uma forma ainda de pensar suas consequências de maneira menos imediatista, recortada a determinado contexto. Cada movimento ou ideia rebelde não nasce do vazio, não é uma ilha isolada na imensidão oceânica. Mas se remete a formas conhecidas e retransmitidas pelo passado. Se conectam a outros espaços e temporalidades. Reconhecer tais elementos é emprestar aos movimentos rebeldes e às ideias radicais a complexidade que lhes são intrínsecas (PIROLA, 2020, p. 153)

Ao situar o estudo da abolição no contexto da cidadania proposta pela BNCC, é possível trabalhar com uma nova abordagem voltada para a compreensão da libertação negra enquanto consequência da luta e da resistência dos povos escravizados.

Era preciso fugir à condição de “peça” produtiva imposta pelo escravismo e criar espaços próprios para amar, construir famílias, criar filhos, brincar, folgar, cultuar deuses africanos e os que passaram a venerar no Novo Mundo. E, além disso, era preciso criar possibilidades de cair fora da escravidão por meio da fuga, revolta ou alforria. Para sobreviver e modificar sua sorte no mundo da escravidão, os escravos tiveram de recorrer



às lembranças do que haviam vivido na África e às experiências acumuladas ao longo da vida no cativeiro (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 69).

Sendo assim, ao se aproximar do evento histórico ocorrido em 13 de maio de 1888, o aluno do 5º ano deve “associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos [negros] [...], compreendendo-o como conquista história [EF05HI05]” (BRASIL, 2018, p. 415). Para tanto, o professor deve recuperar com o aluno aspectos da luta dos negros desde a dominação dos povos na África, passando pelo tráfico negreiro, até o comércio e a consolidação da sociedade colonial e imperial brasileira, economicamente movida pela força do trabalho escravo. O aluno precisa revisitar os contínuos movimentos negros de reivindicação de direitos, como as revoltas e a formação dos quilombos.

A recalcitrância cotidiana, a lentidão no ritmo de trabalho e a sabotagem eram, provavelmente, as formas mais comuns de resistência, ao passo que a autodestruição por meio de suicídio, infanticídio ou tentativas manifestas de vingança eram as mais extremas no sentido pessoal. No Brasil, os exemplos mais drásticos de atos coletivos foram as inúmeras rebeliões de escravos ocorridas no início do século XIX na Bahia, porém rebeliões como a dos malês, em 1835, foram episódios verdadeiramente extraordinários. A forma mais comum de resistência escrava no Brasil colonial era a fuga e um dos problemas característicos do regime escravista brasileiro era a existência contínua e generalizada de comunidade de fugitivos, que recebiam diversas denominações: mocambos, ladeiras, magotes ou quilombos.

Houve uma época em que a historiografia brasileira ignorava esse aspecto do passado do país; contudo, trabalhos realizados durante os últimos cinquenta anos, especialmente sobre a grande comunidade de fugitivos de Palmares, mudaram bastante essa situação. [...] O objetivo é encontrar padrões nas origens, na criação, na organização interna e na destruição dessas comunidades de foragidos, com o intuito de melhor compreender o regime escravista e o modo com os africanos e os afro-brasileiros reagiam a ele (SCHWARTZ, 2001, p. 219-222).

Para que o fato histórico da abolição seja ensinado a partir dessa abordagem, ele deve “‘sofrer’ alterações que o transformem em um saber que possa ser ensinado, pois há uma fronteira entre o saber sábio – [...] saber acadêmico – e o saber que possa ser ensinado, ou seja, um conteúdo voltado ao ensino” (URBAN, 2012, p. 66). Isto é, sem a desconstrução dos paradigmas acadêmicos europeus da história universal não é possível reler a abolição no contexto prático de luta das minorias. “No ensino de História, que nos interessa de perto, é muito difícil ou impossível restringir as referências do saber ensinado apenas ao saber acadêmico” (MONTEIRO, 2007, p. 90).

O professor deve recuperar com os alunos o percurso histórico legal que construiu o cenário da abolição (Lei Eusébio de Queirós, Lei do Ventre Livre, Lei do Sexagenário etc), recordando que as leis criadas, desde 1850, não foram suficientes para dar aos negros a libertação, conforme desejam os grupos emancipacionistas. Num processo paulatino e administrado pelo Estado, os negros ganhariam a liberdade à medida que as leis fossem

aprovadas, segundo a concessão do poder político instituído. Porém, “nas Américas, onde quer que a escravidão fosse instituição básica, a resistência dos escravos, o medo de rebeliões de escravos e o problema dos escravos fugitivos atormentava os colonos e os administradores” (SCHWARTZ, 2001, p. 219).

O povo negro não foi um mero receptor dos benefícios legais dados pela Coroa Portuguesa, mas participou ativamente do movimento abolicionista. Para ilustrar esta questão sobre a participação negra na luta abolicionista, Eduardo Silvia (2011, p. 30-31) investigou Dom Obá II d’África e o quilombo do Leblon (Cf. SILVA, 2003) no qual

identificamos a existência do underground abolicionista. De um lado, Dom Obá II d’África, um autêntico príncipe da África Pequena; de outro, o quilombo do Leblon. A própria pesquisa histórica mostrava, portanto, a necessidade de um novo marco teórico para o 13 de maio e o período “Pós”. A abolição da escravatura não podia mais ser vista (ou combatida) apenas como uma concessão da classe dominante senhorial. Pelo contrário: as pesquisas revelavam, entre outras coisas, uma fortíssima e decisiva participação popular na conquista da liberdade. A explicação antiga, o paradigma senhorial da Abolição, simplesmente caducou. O quilombo do Leblon, no Rio de Janeiro; o quilombo do Jabaquara, em São Paulo; os quilombos ligados ao Clube do Cupim, em Pernambuco; o quilombo abolicionista em geral — todos esses nos mostram, em última instância, que o movimento antiescravista não pode ser estudado apenas na esfera político-parlamentar. Além das discussões oficiais na Câmara e no Senado do Império, existe uma pressão importante que vem da própria sociedade, um movimento que podemos chamar de “subterrâneo” ou “underground abolicionista”, isto é, uma rede nacional de indivíduos e organizações que tinha por objetivo principal solapar e destruir as bases de funcionamento do sistema escravista no Brasil.

Este cenário do movimento abolicionista enquanto luta precisa ser estabelecido no ensino de História já nos anos iniciais, para que o aluno consolide, nos anos finais do Ensino Fundamental, especialmente no 8º ano, a ideia basilar de que a população negra, “desde o simples liberto anônimo até a elite negra e miscigenada” (SILVA, 2011, p. 31), lutou e conquistou a abolição da escravatura. “Na verdade, desde que apareceu o respaldo de um movimento popular ou subterrâneo abolicionista, os cativos aderiram com entusiasmo crescente e passaram a fugir em massa, em escala nunca antes registrada na história do Brasil” (SILVA, 2011, p. 32).

As depredações perpetradas pelos escravos foragidos levaram as autoridades coloniais a considerar os fugitivos dos mocambos, bem como os ladrões de estrada, iguais aos criminosos comuns, sujeitos, portanto, às penas normais da lei. Não obstante, os atos dos escravos fugitivos eram mais que simples crimes, pois representavam uma agressão à ordem social estabelecida, e às vezes, sua intenção era única e abertamente essa. Em sentido bastante real, as depredações prefiguraram o banditismo social, ou cangaço, do Brasil pós-colonial. O mocambo representava uma expressão de protesto social numa sociedade escravista (SCHWARTZ, 2001, p. 229).

Para que o aluno tome parte na proposta acima descrita, é razoável que ele perceba as mobilizações escravagistas em prol da liberdade, distanciando-se da concepção

historiográfica segundo a qual os negros não poderiam se libertar sem o paternalismo senhorial das elites e da Coroa (cf. NABUCO, 2000). Uma das formas de se apresentar este movimento em torno dos ideais abolicionistas, além dos inúmeros modos de resistência prática que eles suscitaram (como fugas, boicotes, revoltas etc), é recorrer à luta de intelectuais negros que utilizavam os jornais como “como palco para que a ação dos diversos atores sociais envolvidos no processo histórico que levou ao fim da escravidão fosse visualizada em suas variadas formas” (COSTA, 2011, p. 284). E não somente os jornais, periódicos e panfletos, mas também os teatros cederam espaço para “saraus litero-musicais, peças teatrais e demais atividades organizadas pelos clubes abolicionistas” (COSTA, 2011, p. 284).

Lançando mão dessas diferentes fontes históricas, o professor pode conduzir o aluno a uma visão ampla da abolição da escravatura, ou seja, a um horizonte no qual ele enxergue a luta e a resistência negra tanto no âmbito popular quanto no espaço intelectual. Disseminado nas diversas classes sociais, no final do século XIX, os interesses abolicionistas gestavam um processo histórico de luta, cujo objetivo era conquistar a condição de cidadão para o negro. É fato que o fim da escravidão não trouxe à população negra a plenitude dos direitos sociais, políticos e culturais a que deveriam gozar, mas significou o coroamento de um longo caminho de luta, resistência e sofrimento.

O aluno do 5º ano, ao consolidar seus conhecimentos sobre a abolição da escravatura no Brasil a partir das demandas negras, certamente vinculará o processo histórico da escravidão aos debates atuais sobre o racismo, a xenofobia, a intolerância religiosa etc.

Acentuar as novas percepções da História da escravidão desde as primeiras séries de ensino é uma maneira de iniciar a construir na criança a sensibilidade de perceber ao longo de seu crescimento na sociedade os desdobramentos e efeitos que este processo causou e causa no espaço em que ele próprio vive, vês primordial o estudo da escravidão no Brasil por ser a origem do processo histórico que ocasiona debates recorrentes no cotidiano nacional (CÔRTEZ, 2014, p. 2).

Uma abordagem mais dilatada da escravidão e do abolicionismo colabora para que o aluno não reduza a compreensão desses eventos históricos ao estereótipo do negro sofredor e à ideia redencionista vinculada à princesa Isabel. A imagem de vitimização da população negra desfoca o valor central da luta e da resistência à escravidão. Esta releitura lança o tema para além do fato histórico corrido em 13 de maio de 1888, favorecendo uma reflexão sobre a inconclusão do abolicionismo ainda nos dias atuais.

## **CONCLUSÃO: ABOLICIONISMO INCONCLUSO**

O abolicionismo não pode ser interpretado como fato histórico exclusivamente vinculado a sua consequência imediata, ou seja, a libertação dos escravos. Ele se configura como um movimento que antecede o acontecimento de 1888 e que se prolonga no tempo justamente porque busca mais do que a liberdade, quer conquistar cidadania para a população negra. Considerando que até hoje a parcela negra da sociedade brasileira ainda não desfruta dos mesmos direitos sociais, políticos e culturais do restante da nação, pode-se dizer que o abolicionismo é uma obra que ainda está por ser concluída: “é importante dizer que a abolição no Brasil foi inacabada” (MADEIRA; GOMES, 2018, p. 466).

Esta inconclusão da empreitada abolicionista expande o leque pedagógico de abordagem do tema no Ensino Fundamental, especialmente na proposta curricular da BNCC para o 5º ano, pois permite uma reflexão sobre o fato de que a liberdade dos negros não significou a garantia dos direitos de cidadão.

Com o fim da escravidão no Brasil, muitos negros foram expulsos das fazendas e ficaram sem ter onde morar nem como sobreviver. Uma boa parte da elite brasileira não queria que os negros assumissem os novos postos de trabalho que estavam surgindo no Brasil; a preocupação da elite era embranquecer o país com imigrantes vindos da Europa. Essa política de segregação racial fez com que os negros vivessem às margens da sociedade (NASCIMENTO; MEDEIROS, 2010, p. 310).

Ainda segundo Nascimento e Medeiros (2010, p. 312), mesmo com a abolição, os negros não conseguiram sua liberdade,

pois temos resquícios daquele período; a discriminação é um deles. A batalha de hoje se dá em duas frentes principais, a frente acadêmica e a frente do movimento pelo fim das discriminações raciais. Essas duas frentes são políticas; a primeira se dá na argumentação teórica, a segunda se fundamenta nos movimentos negros que lutam pelo fim da discriminação social do negro.

O Movimento Negro, que surgiu no início do Brasil republicano, acena para esta incompletude, confirmando que a conquista histórica da abolição não foi um benefício concedido, instantâneo e milagroso, pois se o fosse teria se concretizado com a assinatura da Lei Áurea. Desde o estabelecimento da República, a elite branca forjou sua ideologia racial para inferiorizar os negros, perpetuando a mentalidade colonial e levando o negro a viver com um “‘marginalizado’ diante da sociedade brasileira, muitas vezes não tendo

chances de progredir economicamente e socialmente” (NASCIMENTO; MEDEIROS, 2010, p. 313).

#### As atitudes da república nascente

buscavam reafirmar que [...] a eliminação da condição legal de escravo não incluía uma luta pelos direitos civis dos negros, e muito menos uma distribuição diferente de poder político. A chegada da República, apoiada por partidários apaixonados pelo imigrante branco, mas não pelo brasileiro de cor, fortalecem este racismo (AZEVEDO, 2004, p. 12).

Neste contexto, surgiram a imprensa negra e as sociedades beneficentes, fazendo sobreviver as religiões e a cultura afrodescendentes, e atestando a continuidade do processo de luta por cidadania que dura até hoje. Nessa perspectiva, o professor pode ajudar o aluno dos anos iniciais a constatar que a “cidadania ainda está longe de ser uma realidade social [...]. Isso mostra o quanto a comunidade negra brasileira precisa lutar para conquistar de fato os seus direitos de cidadãos” (NASCIMENTO; MEDEIROS, 2010, p. 314).

A abordagem abolicionista no 5º ano se torna um espaço privilegiado para que o professor problematize com os alunos a discriminação racial, já que a “população negra do país tem sido subjugada, violentada e criminalizada desde a escravidão [...]. A propagação do discurso preconceituoso e discriminatório alicerça a narrativa para desqualificar a cidadania afrodescendente” (MADEIRA; GOMES, 2018, p. 465).

Assim, a ideia de um abolicionismo inconcluso torna-se uma ferramenta para a conscientização sobre a importância da luta das minorias por direitos. O aluno, desde os anos iniciais, deve se convencer de que “apesar das conquistas dos movimentos negros, as disparidades ainda são grandes e se faz necessário analisá-las para que se possa intervir adequadamente visando a sua superação” (MADEIRA; GOMES, 2018, p. 470).

O professor deve, também, ajudar o aluno a compreender que as formas de luta e resistência continuam. Conforme afirma Madeira e Gomes (2018, p. 475),

é importante ressaltar que, em meio às vulnerabilidades por que passa a população negra, de cenários de extrema pobreza, demandas não atendidas por acesso às políticas públicas de proteção social, de preconceito que se transforma em ação de exclusão, de negação de identidade, de sua cultura, esta criou e vem reinventando mecanismos de resistência para garantir sua sobrevivência, ao mesmo tempo em que oferece ao Estado e à sociedade brasileira suas experiências como forma de construir coletivamente outra dinâmica de vida e ação política.

Nesse sentido, compreendemos que uma luta real por uma sociedade sem exploração ou opressão, na qual o trabalho não se submeta ao controle do capital, só se efetivará com a superação das desigualdades raciais e de gênero. Logo, é exigida uma articulação das lutas sociais, pois enquanto o racismo e o sexismo forem tratados como fenômenos de menor importância, o exercício político voltado à emancipação humana continuará incompleto e inconcluso.

A abordagem da luta da população negra na contemporaneidade abarca temas como a desigualdade social, a intolerância religiosa e o racismo, que se destaca enquanto “prática social dominante, que liga ideologicamente os brancos, mantendo seus privilégios, enquanto é negada a cidadania aos negros” (MADEIRA; GOMES, 2018, p. 464).

Esses assuntos devem ser trabalhados transversalmente nos mais diversos componentes curriculares em todas as séries da Educação Básica e Superior, uma vez que o “Brasil, mesmo caracterizado como país pluriétnico, não conseguiu evitar a permanência de grandes disparidades raciais na renda, em inserção qualificada no mercado de trabalho, educação, saúde, expectativa de vida e outros indicadores” (MADEIRA; GOMES, 2018, p. 463-464).

A partir dessa abordagem abolicionista enquanto luta e conquista histórica de direitos do cidadão, o ensino de História na fase inicial da Educação Básica, especialmente em acordo com a proposta da BNCC para o 5º ano do Ensino Fundamental, torna-se um ensaio de cidadania para a vida cotidiana. Por meio dele, o aluno pode desconstruir estigmas e estereótipos, reinventar papéis sociais e levar a termo o processo de evolução pelo qual precisa passar a sociedade na qual está inserido, e que permitirá à população negra viver emancipadamente.

## **REFERÊNCIAS**

ALBUQUERQUE, W. R. de; FILHO, W. F. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Annablume, 2004.

BARCA, I. Educação Histórica: uma nova área de investigação? *In*: ARIAS NETO, J. M. (Org.). Dez anos de pesquisa em ensino de História. Londrina: AtritoArt, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <L10639 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 15 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 15 fev. 2021.

COOPER, H. Ensino de História na Educação Infantil e Anos Iniciais: um guia para professores. Curitiba: Base Editorial, 2012.

CÔRTEZ, Livia Gomes. Representações do escravo e a importância do estudo da escravidão: saberes de crianças nas séries iniciais. *In: Saberes e práticas científicas*, 2014, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio. Disponível em: <[http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399848961\\_ARQUIVO\\_textoanpuhrliviagomes.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399848961_ARQUIVO_textoanpuhrliviagomes.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2021.

COSTA, Luiz Gustavo Santos. Entre amantes da ordem e candidatos a revolucionários: escravidão, liberdade e abolicionismo na imprensa mineira da última década da escravidão. *In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (Orgs.). Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011.

FERREIRA, Cátia Regina da Silva. Ensino de História e cultura afro-brasileira: um estudo de caso acerca da atuação dos gestores na organização do currículo no anos iniciais do Ensino Fundamental. Monografia (Especialização em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2013. Disponível em: <[https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/151/Ferreira\\_Catia\\_Regina\\_da\\_Silva.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/151/Ferreira_Catia_Regina_da_Silva.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 15 fev. 2021.

GERMINARI, G. D. Educação histórica: a constituição de um campo de pesquisa. *Revista HISTEDER on-line*, Campinas, n. 42, p. 54-70, jun. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639866/7429>> Acesso em: 21 fev. 2021.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistência negras no Brasil contemporâneo. *In: Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018.

MENEZES, L. M.; SILVA, M. F. S. Ensinando História nas séries iniciais: alfabetizando o olhar. *In: MONTEIRO, A. M.; GASPARELLO, A. M.; MAGALHÃES, M. S. (Org.). Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MONTEIRO, A. M. Professores de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MOREIRA, Antonio F.; SILVA, T. Tadeu. Currículo, cultura e sociedade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. São Paulo: Nova Fronteira/Publifolha, 2000.

NASCIMENTO, André José do; MEDEIROS, Maria da Glória de. O fim da escravidão e as suas consequências. *In: Abordagens interdisciplinares sobre história da sexualidade*, 2010, Recife. Anais eletrônicos do IV Colóquio de História da UNICAP. Disponível em: < <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Col-p.309.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. História global “vista de baixo” e agência: conceitos, estratégias de pesquisa e desafios. *In: RÉ, Henrique Antonio; SAES, Laurent Azevedo Marques de; VELLOSO, Gustavo (Orgs.). História e historiografia do trabalho escravo no Brasil: novas perspectivas*. São Paulo: Publicações BBM, 2020.

SCHMIDT M. A. O significado do passado na aprendizagem e na formação da consciência histórica de jovens alunos. *In: CAINELLI, M.; SCHMIDT, M. A. (Org.) Educação Histórica: teoria e pesquisa*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

SCHMIDT M. A.; CAINELLI, M. Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2009.

SCHWARCZ, L. M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCWARTZ, Stuart B. Escravos, roceiros e rebeldes. Trad. Jussara Simões. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Eduardo. Dom Obá II d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. / SILVA, Eduardo. As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. Domingo, dia 13: o underground abolicionista, a tecnologia de ponta e a conquista da liberdade. *In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (Orgs.). Caminhos da*



liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011.

URBAN, A. C. Didática da História: percursos de um código disciplinar no Brasil e na Espanha. Curitiba, 2012, 246f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <[http://www.ppge.ufpr.br/teses/D09\\_urban.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses/D09_urban.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2021.

URBAN, A. C.; LUPORINI, T. J. Aprender e ensinar História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. São Paulo: Cortez, 2015.

**Capítulo 38 - DOI:10.55232/1083002.38**

**AS POTENCIALIDADES DOS POVOS BANTU: POR UM  
ENSINO DE HISTÓRIA DECOLONIAL NO “CHÃO DA  
ESCOLA”**

**Wudson Guilherme De Oliveira**

**RESUMO:** O presente artigo tem como finalidade apresentar ações afirmativas ancoradas na implementação da Lei Federal nº 10.639/2003, que altera o Artigo 26-A da LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), avançando e conquistando resultados reivindicados pelos Movimentos Negros, que torna obrigatória a inclusão de temáticas da História da África e Cultura Afro-brasileira, bem como da Lei Federal 11.645 de 2008, que determina também o ensino das Culturas dos Povos Indígenas, ambas as propostas se apresentam como mecanismos possíveis para propor mudanças estruturais no sistema educacional brasileiro, em todos os currículos escolares da Educação Básica. Onde construímos e traçamos estratégias sólidas para a redução do Bullying e o Racismo em uma instituição privada de educação, localizada na Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro. Para o sucesso desta proposta, trabalhamos com os valores ligados aos aspectos culturais, históricos, linguísticos, geográficos e as afroperspectivas dos Povos Bantu, bem como suas contribuições transportadas para o Brasil, como possibilidade de uma educação antirracista e decolonial, que serviram de subsídio para propor Oficinas, Leituras e Rodas de Diálogos potentes na luta contra o Bullying e o Racismo na Disciplina de História.

**Palavras-chave:** Lei Federal nº 10.639/2003; Ensino de História; Bullying e Racismo.

**POSIÇÕES INTRODUTÓRIAS:**

*O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão.*

Paulo Freire<sup>1</sup>

*Na educação brasileira, a ausência de uma reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola. O silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação racial nas diversas instituições educacionais contribui para que as diferenças de fenótipo entre negros e brancos sejam entendidas como desigualdades naturais. Mais do que isso, reproduzem ou constroem os negros como sinônimos de seres inferiores. O silêncio escolar sobre o racismo cotidiano não só impede o florescimento do potencial intelectual de milhares de mentes nas escolas brasileiras, tanto de alunos negros quanto de brancos, como também nos embrutece ao longo de nossas vidas, impedindo-nos de sermos seres realmente livres “para ser o que for e ser tudo” – livres dos preconceitos, dos estereótipos, dos estigmas, entre outros males.*

Eliane dos Santos Cavalleiro<sup>2</sup>

As contingências acima apresentam os múltiplos significados da ação compensatória e pedagógica que será manifestada, neste trabalho “Aulas/Oficinas”, que transcorreram como opulentas experiências, transformações e sensibilizações. Este artigo tem como incumbência propor elucubrações referentes aos entraves ligados aos episódios de Racismo<sup>3</sup> “pressupostos da inferioridade e a hierarquização baseada em elementos de natureza racial (como determinante de ‘capacidades’ são mais do que óbvio quando está em jogo à idéia de ‘progresso’ orientadora de políticas de colonização” (SEYFERTH, 1996, p. 48), ou mesmo um conjunto de “ideologia de superioridade racial que tende a beneficiar as pessoas brancas” (MALOMALO, 2018, p. 491) ocorridos no “Chão da Escolar”, onde o este material pretende amostrar as potentes descrições das

---

<sup>1</sup> Paulo Freire, “*Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*” (São Paulo: Paz e Terra, 1996), p. 28.

<sup>2</sup> Eliane dos Santos Cavalleiro, “*Introdução*” (Brasília: SECAD, 2005), p. 11 e 12.

<sup>3</sup> Denise Carreira e Ana Lúcia Silva Souza (2013) explicam que O racismo está longe de ser “uma questão dos negros e das negras” e de outros grupos discriminados. “Ele é fruto das desigualdades existentes nas relações sociais entre pessoas brancas e grupos constituídos por pessoas negras, imigrantes, indígenas, ciganas, migrantes etc. superá-lo é um desafio e responsabilidade de toda a sociedade” (CARREIRA e SOUZA, 2013, p. 33).

experimentações ocorridas nas atividades pedagógicas do ensino da Disciplina de História, como forma de reduzir os impactos racistas no ambiente escolar.

Ainda que não seja encarado como algo determinado, mais à exatamente 19 anos adinâmicos já se passaram o reconhecimento das necessidades apontadas a partir do Decreto-Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003<sup>4</sup> que exige “o estudo da História da África, dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra e do negro na formação da identidade nacional” (CONCEIÇÃO, 2006, p. 11), Leis que transvertem o Artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que estipula a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no Ensino Básico.

As presentes Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008 vêm com os intuitos de alterarem a anterior de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, apoiada e acrescida nos seguintes artigos 26-A, 79-A e 79-B.

Inclusive desenrolaram-se inúmeras intervenções civis e governamentais com o intuito de desenvolver questões reflexivas para a sua efetivação nos espaços de educação. Apesar disso, ocorreram incontáveis barreiras que ainda colocam em xeque a evolução e promoção de sua permanência, como apresentam em alguns trabalhos recentes sobre as discussões dos entraves e avanços para o cumprimento das Leis no “Chão da Escola”.

Não obstante, para que esta que as Leis possam ser inclusas de modo eficiente e dinâmico na sociedade educacional e demais espaços, ainda encontramos algumas adversidades para que elas possam adentrar no “Chão da Escola”, e assim possibilitar abordagens vigorosas das suas perspectivas fundamentais que foram propostas no Artigo 26-A da LDBEN.

É significativo notabilizar que os atravancos para as realizações das Leis em questões, vêm sendo denunciadas por educadores, professores e pelo Movimento Negro<sup>5</sup> “todas as entidades ou indivíduos que lutaram e lutam pela sua liberdade, desenvolvem estratégias de ocupação de espaços e territórios, denunciam, reivindicam e desenvolvem ações concretas para a sua conquista dos direitos fundamentais na sociedade” (SILVA, 2002, p. 140) que sinalizam os problemas acerca da falta de “Cursos de Formação

---

<sup>4</sup> No mês de março de 2008, é instituída a Lei Federal 11.645/08, que inclui as temáticas ligadas à história e cultura dos povos indígenas nos currículos oficiais no artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em todo território nacional.

<sup>5</sup> A respeito dos processos de mobilizações e organização do Movimento Negro no Brasil que se referem ao século passado e o atual, podemos nos portar em referenciais como: Roger Bastide, 1972; Florestan Fernandes, 1978; Clóvis Moura, 1983; Kabengele Munanga, 1996; Amauri Mendes Pereira, 2008; Sales Augusto dos Santos, 2005, Marcos Antônio Cardoso (2011), Nilma Lino Gomes (2017) entre outros.

Pedagógica” sobre as intenções das Leis Federais 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008, sem se esquecer de mencionar as carências dos materiais, didáticos e paradidáticos que não estão presentes no “Chão da Escola”, em especial nas salas de aula, acarretando a não subsidiar os professores regentes, educadores e demais agentes educacionais.



**Figura 1.** Slide sobre a importância do uso da Lei Federal 10.639/2003 e 11.645/2008  
**Origem e Arte:** Wudson Guilherme de Oliveira (professor das “Aulas/Oficinas” e mediador na na Semana de Educação, Saúde e Direito 2021)

Consequentemente, no Estado do Rio de Janeiro e adjacências, durante os 19 anos, foi possível encontrar numerosos “Cursos de Formações Continuadas” para os profissionais da educação, educadores e professores, e também aos militantes do Movimento Negro e a sociedade civil, que se apoquentavam com uma sociedade mais igualitária e justa.

Ainda assim, estas ações afirmativas, que são entendidas como um modo que tem como intuito principal de “adotar medidas que reparem e compensem os grupos que sofreram no passado perdas em razão de absurdos de quaisquer tipos” (SANTOS, 2001, p. 336), esse tipo de política no contexto brasileiro, não se limita em reduzir as “desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros” (SANTOS, 1999, p. 25), estas correções, aparentemente não completam todas as faltas de ações imbuídas com estas temáticas para “Cursos e Oficinas Pedagógicas” para os educadores e professores.

Precisamos refletir também em outras dificuldades, como às de encontrar os materiais que foram produzidos como: revistas, DVD`s, blogs, projetos, encartes, vídeos,

livros, jornais, CD`s, sites entre outras confecções, para a exaltação das Culturas e Histórias das Áfricas, das Diásporas<sup>6</sup> Afrodescendentes “uma pessoa de origem africana que vive nas Américas e em todas as áreas da diáspora africana como resultado da escravidão, tendo sido historicamente negada do exercício de seus direitos fundamentais” (DÁVILA, 2018, p. 6) e Indígenas.

Existem também outras objeções, para o acesso aos materiais apontados à anterior, como por exemplo, à promoção da existência deles e por último, mais não menos importante, a ausência de estímulo e interesse de uma parcela de educadores e professores, que julgam que as execuções das Leis Federais, devem ser impulsionadas apenas pelos educadores e professores afro-brasileiros “qualitativo do indivíduo brasileiro de origem africana e de tudo que lhe diga respeito. Relativo, ao mesmo tempo, a África e ao Brasil, como o indivíduo brasileiro de ascendência africana” (LOPES, 2006, p. 22) ou unicamente pelos professores que lecionam aulas das Disciplinas de Sociologia, Geografia, Artes, Literatura ou História, preferencialmente em culminâncias esporádicas e descomprometidas nas seguintes datas comemorativas:

No dia 19 de Abril, data que é comemorado o “Dia Nacional do Índio”. Porém na atualidade, os Grupos Indígenas tentam resignificar a data em “Dia da Conscientização para a Questão Indígena”, como uma forma de defesa da sua cultura, história e dos direitos de seus povos;

No dia 13 de Maio, data que durante muitos anos, não se discutiam as questões que acercavam as “Histórias e Culturas dos Negros no Brasil”, onde só era lembradas de modo educativo ou cívico, apenas nesta data, o dia da assinatura da Lei Áurea, em 1888, que anunciava a extinção da escravidão no Brasil. Vale observar que o Movimento Negro tem interpretado esta data como “Dia Nacional de Luta contra o Racismo”, de forma a reeducar e construir novos diálogos pela igualdade e representatividade contra o Racismo;

No dia de Novembro<sup>7</sup>, data que tem sido realizadas em algumas instituições de ensino público e privados, culminâncias desimpedidas nas penúltimas semanas do mês

---

<sup>6</sup> De acordo com William Safran (1991) a diáspora diz respeito a diversos processos, entre eles à expatriação de comunidades de minorias, que são dispersas de um centro original para pelo menos dois lugares periféricos, que mantêm uma memória, visão ou mitologia sobre a pátria original. “A diáspora africana, então, é o fenômeno histórico, social e cultural da migração forçada de povos africanos para outros continentes e me interessam os processos de formações culturais e sociais deste contexto” (SAFRAN, 1991, p. 83).

<sup>7</sup> No Estado do Rio de Janeiro, é decretado como feriado o dia 20 de novembro, data da morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares, estabelecido com o “Dia da Consciência Negra” sancionada pela Governadora Benedita da Silva pela LEI Nº 4007, DE NOVEMBRO DE 2002.

de Novembro, como mera efetivação sobre a História e Cultura do Negro, como método de efetivação da Lei Federal 10.639/03 no “Chão da Escola” e demais espaços de saberes.

Acrescentando a todas as negativas à anterior para a “Não” concretização da Lei Federal 11.645/08 e Lei Federal 10.639/03, encontramos também o obstáculo propiciado por uma quantidade expressiva de educadores, professores e agentes educacionais que se recusam em trabalhar com as discussões que são amarradas as Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras.

As resistências sobre essa questão estão amparadas as faltas de sensibilidades dos colegas, que podem estar atreladas pela repulsa em propor diálogos no “Chão da Escola”, com debates robustos acerca de tais controvérsias, como por exemplo, as perspectivas ligadas as Discriminações Raciais<sup>8</sup>, Racismo, Africanidades<sup>9</sup> Juventude Negra, Branquitude<sup>10</sup>, Intolerância as religiões afro-brasileiras<sup>11</sup>, Estéticas<sup>12</sup> Questões Quilombolas, Saúde da População Negra, Preconceito<sup>13</sup>, Antirracismo entre outros diálogos pujantes, devido ao sentimento de despreparo dos profissionais em relação ao domínio das temáticas, ou mesmo a indisposição em promover reflexões (Des)colonizadoras sobre os grupos africanos e a sua diáspora no Brasil.

Todas as inquietações propagadas no presente artigo pretendem provocar e promover nos estimuladores educacionais e professores, uma ação reflexiva em relação à emergência de se consolidar caminhos possíveis que proporcione de modo efetivo a efetuação do Artigo 26-A da LDBEN, visando diminuir as manipulações estruturadas do

---

<sup>8</sup> Maria Aparecida Silva (2001) explica que as discriminações raciais são na verdade “a materialização da crença racista em atitudes que efetivamente limitam ou impedem o desenvolvimento humano pleno das pessoas pertencentes ao grupo discriminado” (SILVA, 2001, p. 75) e essas crenças, “mantêm os privilégios dos membros do grupo discriminador à custa do prejuízo dos participantes do grupo discriminado” (SILVA, 2001, p. 75).

<sup>9</sup> Ela está “muito relacionada à experiência de singularidade cultural vivida por aqueles que vivenciam diferentes (e distantes) realidades no continente e nelas percebem semelhanças no domínio da cultura” (LIMA, 2016, p. 73).

<sup>10</sup> A branquitude é compreendida como um sistema de valores e comportamentos que toma o ser branco como “o modelo universal de humanidade”, o representante de todas as pessoas. Esses valores levam a uma espécie de “cegueira social”, fazendo com que grande parte das pessoas brancas não consiga enxergar a dor das pessoas que enfrentam discriminação étnicorracial. Buscar maiores conhecimentos em “*Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil*”, de Liv Sovik (2004).

<sup>11</sup> Nei Lopes (2011) explana que “As religiões de matriz africana desenvolvidas no Brasil compreendem, principalmente, as várias vertentes de culto aos orixás e ancestrais iorubanos e voduns jejes; o culto a ancestrais bantos e ameríndios; a umbanda; e outras formas sincréticas” (LOPES, 2011, p. 1107).

<sup>12</sup> Wudson Guilherme de Oliveira e Lygia de Oliveira FERNANDES (2019), aponta que a estética acerca em “Pensar sobre experiências estéticas perpassa por uma reflexão acerca do corpo e tudo aquilo que o atravessa e o toca” (OLIVEIRA e FERNANDES, 2019, p. 129).

<sup>13</sup> São “Atitude desfavorável para com um grupo ou indivíduos que nele se inserem, baseada não em seus atributos reais mas em crenças estereotipadas” (LOPES, 2011, p. 1059),

Racismo, Discriminação e Preconceito que encontramos de forma mascarada no “Chão da Escola”.

### **RESQUÍCIOS DE *BULLYNG* E RACISMO NO “CHÃO DA ESCOLA”**

Em uma instituição privada de Educação Básica, com uma estrutura de grande porte e funcionamento nos três turnos, em uma determinada turma do 1º Ano do Ensino Médio, composta por grande quantidade de Alunos jovens, Pardos (as) e Pretos (as), e uma quantidade menor de Alunos (as) Brancos, localizada na Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro.

Instituição de ensino essa, que não estava dando importância aos lamentáveis episódios de *Bullying*<sup>14</sup>, promovidos por alunos a partir de “apelidos, canções e comentários pejorativos”, sempre com “linguagens preconceituosas” e “atos de violências físicas e psicológicas” praticadas a outros alunos.

Apesar disso, todos os problemas presentes neste lugar de saberes, foram legalizados por professores e coordenadores, pois segundo os alunos vítimas, eles não manifestaram repressões, pelo contrário, alguns achavam graças e riam, outros fizeram comentários desnecessários, expressando achismos, visões estereotipadas<sup>15</sup> entre outras manifestações desagregadas, ancoradas aos moldes do eurocentrismo “um componente mascarado, sutil, que jaz em geral debaixo da reflexão filosófica e de muitas outras posições teóricas do pensamento europeu e norte-americano” (DUSSEL, 1993, p. 17) e no etnocentrismo “Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência” (EVERARDO, 1988, p. 6) no “Chão da Escola”.

Com relação ao nome da instituição, preferimos não revelar, para não prejudicar as pesquisas e a integridade da instituição e profissionais envolvidos, a partir disso,

---

<sup>14</sup> Beaudoin e Taylor (2006) afirmam que o *Bullying* compreende todas as formas de atitudes agressivas, realizadas de forma voluntária e repetitiva, que ocorre, sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia e realizada dentro de uma relação desigual de poder.

<sup>15</sup> Segundo Antonio Olímpio Sant’Ana (2004) visões estereotipadas são opinião preconcebida, difundida entre os elementos de uma coletividade; conceito muito próximo de preconceito. “Uma tendência à padronização, com a eliminação das qualidades individuais e das diferenças, com a ausência total do espírito crítico nas opiniões sustentadas” (SANT’ANA, 2004, p.57).



criamos o nome fictício de “Centro Ecumênico de Educação Maria do Nascimento”<sup>16</sup>, onde homenageamos aqui, uma “Heroína Afro-Brasileira” que “lutou a favor da Luta contra o Racismo em prol da igualdade racial”.



**Figura 2.** Slide com alguns problemas ligados ao Racismo nas crianças no Chão da Escola  
**Origem e Arte:** Wudson Guilherme de Oliveira (professor das “Aulas/Oficinas” e mediador no na Semana de Educação, Saúde e Direito 2021)

Após alguns apontamentos feitos por alguns alunos vítimas e posteriormente investigados a partir da manipulação do “Livro de Ocorrência” escolar e outros, pela minha pessoa, foi possível constatar com base nos argumentos de professores, coordenadores, alunos e direção escolar, que grande parte dos episódios observados, eram na verdade cenas de Racismos disfarçados de *Bullying*, porque os episódios degradantes eram sofridos aos alunos Pretos (as) e Pardos (as).

Ao trocar confabulações com a coordenação e a direção do “Centro Ecumênico de Educação Maria do Nascimento”, sobre as questões entendidas, o diretor da instituição alegou que assim como no Brasil, em nosso colégio “Não Existe Racismo”, inclusive argumentou que se houvesse Racismo, no colégio, no mesmo não haveria 2 (dois) professores “Negros” no quadro de 73 (setenta e três) docentes envolvidos no ensino da instituição.

<sup>16</sup> Maria do Nascimento foi assistente social, fundadora e responsável por diferentes atividades no Teatro Experimental do Negro (TEN), acompanhou muito de perto as mazelas sociais da cidade, onde participou ativamente na luta anti-racista, coordenou um departamento feminino e o Conselho Nacional de Mulheres Negras a partir do ano de 1950, um dos braços do TEN. Para um maior conhecimentos, buscar “*Mulheres negras: histórias de algumas brasileiras*” de Joselina da Silva (2009).

E mais, que todos os alunos e professores são tratados iguais independente da raça, igualmente como ocorre na sociedade brasileira, transmitindo um entendimento amparado fielmente no “Mito da Democracia Racial<sup>17</sup>”.

A partir dos acontecimentos ocorridos à anterior, eis que surge de artifício emergencial a criação das “Aulas/Oficinas” pedagógica intitulada “AS POTENCIALIDADES DOS POVOS BANTU: POR UM ENSINO DE HISTÓRIA DECOLONIAL NO “CHÃO DA ESCOLA” como uma maneira de promover a igualdade racial e a redução do Racismo no “Centro Ecumênico de Educação Maria do Nascimento”, na turma do 1º Ano do Ensino Médio, nas aulas da Disciplina de História nesta instituição privada de educação.



**Figura 3.** Slide sobre as Oficinas/Aulas a partir do Ensino de Filosofia ”

**Origem e Arte:** Wudson Guilherme de Oliveira (professor das “Aulas/Oficinas” e mediador no na Semana de Educação, Saúde e Direito 2021)

## **AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA LUTA CONTRA O RACISMO**

As ações afirmativas estavam inspiradas na consumação da Lei Federal 10.639/03 e 11.645/08, nas pedagogias decoloniais<sup>18</sup> “A decolonialidade, como uma luta viva no meio de visões e maneiras competitivas de experienciar o tempo, o espaço e outras

<sup>17</sup> Nas palavras de Nilma Lino Gomes (2010) O Mito da Democracia Racial pode ser compreendido, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento.

<sup>18</sup> A ativista e pesquisadora Catherine Walsh (2013) foi quem delimitou a referida abordagem por sugerir práticas insurgentes no processo de formação escolarizada, no entanto, também, em outros espaços de conhecimento. Onde se destaca a publicação “*Pedagogias Decoloniais: práticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*”, livro organizado por ela no ano de 2013.

coordenadas básicas de subjetividade e sociabilidade humana, precisa de uma abordagem diferente” (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 29) e nas resistências das relações raciais<sup>19</sup>, na interdisciplinaridade para valorizar a ancestralidade Negra<sup>20</sup>, com vistas na trajetória e conjuntura atual do afro-brasileiro e amparados nas indagações firmadas na resistência afroperspectivista<sup>21</sup> “Romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta” (RIBEIRO, 2017, p. 90) dos Povos *Bantu*.

Com a intenção de proporcionar a todos os participantes “Negros” e os “Não Negros” envolvidos na atividade, que se sentissem partes importantes desta ação para a promoção ao respeito e a autoestima<sup>22</sup> dos afrodescendentes, em prol de uma “Educação Étnico-Racial” no combate à amenização do Racismo e a aplicação da Lei Federal 10.639/03 e 11.645/08.

Para início de conversa, nossos encontros “Aulas/Oficinas” eram realizados em semanas alternadas, a partir de trocas de diálogos com os alunos, sobre as infinitas questões que acercam as Histórias e Culturas Africanas, em especial as Histórias, Culturas e Linguísticas dos Povos *Bantu* “grande conjunto de povos africanos disseminados do centro para o leste, sul e sudeste do continente. Falantes de línguas semelhantes no Congo, em Angola, na Tanzânia, em Moçambique, na África do Sul” (LOPES, 2008, p. 31).

Com tal característica, é identificado também como “um conjunto de povos que são encontrados historicamente em um extenso território localizado na África Central, onde geograficamente se originou na Nigéria e posteriormente se estendeu para outras áreas de modo diaspórico” (OLIVEIRA, 2021, p. 414).

Vale saber que os Povos *Bantu* é na verdade, bem mais que um grupo étnico estabelecido, com línguas aparentadas, que reúnem variados conjuntos de pessoas que

---

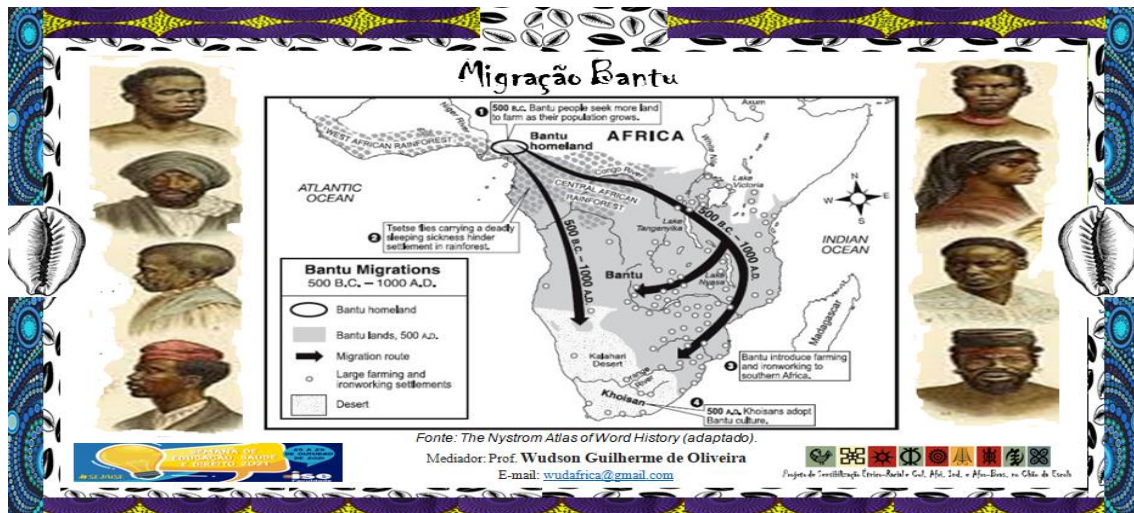
<sup>19</sup> Nilma Lino Gomes (2010) afirma que as discussões sobre as relações raciais no Brasil são aquelas “permeada por uma diversidade de termos e conceitos. O uso destes, muitas vezes causa discordâncias entre autores, intelectuais e militantes com perspectivas teóricas e ideológicas diferentes (...) negros são denominados aqui as pessoas classificadas como pretas e pardas nos censos demográficos” (GOMES, 2010, p. 39), esses censos são realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>20</sup> Denise Carreira e Ana Lúcia Silva Souza (2013) advertem que “Nas culturas africanas constitui um conceito bastante complexo [...] significa o vínculo de todos nós com o ciclo da vida, com todos aqueles e aquelas que nos antecederam e com os valores fundamentais que eles e elas deixaram para nós” (CARREIRA e SOUZA, 2013, p. 45).

<sup>21</sup> Renato Nogueira (2012) sustenta que “O termo afroperspectivista tem um sentido simples, o conjunto de pontos de vista, estratégias, sistemas e modos de pensar e viver de matrizes africanas” (NOGUEIRA, 2012, p. 147).

<sup>22</sup> Sentimento amoroso que uma pessoa é capaz de nutri por si mesma. Reconhecimento e valorização das próprias qualidades, potencialidades e atributos físicos e respeito às próprias imperfeições e limitações (CUTI, 2007, p. 47).

compartilham um mesmo tronco linguístico trivial, eles também são conjuntos de povos que são encontrados historicamente em um extenso território<sup>23</sup> localizado na África Central, onde geograficamente se originou na Nigéria e posteriormente se estendeu para outras áreas de modo diásporico, para determinados países localizados no Continente Africano.



**Figura 4.** Imagem do Slide sobre a Migração dos Povos Bantu

**Origem:** *The Nystrom Atlas of Word History*

**Arte:** Wudson Guilherme de Oliveira (professor das “Aulas/Oficinas” e mediador no na Semana de Educação, Saúde e Direito 2021)

Os Povos *Bantu* desenvolveram também similaridades na sua língua de raiz comum, além de outros aspectos culturais, que podem ser evidenciado nas pesquisas de Brígida Carla Malandrino (2010) onde explana que:

Além do parentesco linguístico, os bantú conservam um fundo de crenças, ritos, usos e costumes similares. É possível se falar em um povo bantú, mesmo que subdividido em outros grupos de características culturais variadas, histórias diversas e, até, antagônicas. A unidade cultural revela-se nas linhas básicas de pensamento, na concepção espiritualista do mundo e da vida e na vivência do humanismo que dá a base das instituições sociopolíticas (MALANDRINO, 2010, p. 50).

<sup>23</sup> Muniz Sodré (1988) afirma que “o território como patrimônio simbólico não dá lugar à abstração fetichista da mercadoria nem à imposição poderosa de um valor humano universal, porque aponta o tempo inteiro para a abolição ecológica da separação (sofística) entre natureza e cultura, para a simplicidade das condutas e dos estilos de vida e para a alegria concreta do tempo presente” (SODRÉ, 1988, p. 165).

Devido ao longo tempo de tráfico negreiro, esses povos negros vindos de Áfricas<sup>24</sup>, desembarcaram nas costas americanas, gerando (Re)existências necessárias para que houvessem as trocas culturais. Pois no Brasil, encontramos grandes influências culturais históricas, culturais, religiosas e outras, além da predominância da contribuição vocabular dos grupos diásporico falantes das línguas *Bantu*, notadamente o *umbundo*, o *quimbundo* e o *quicongo*.

Porventura é desses idiomas originários do Continente Africano, que provavelmente eternizaram palavras de tronco linguístico denominado *Bantu*, onde a maioria delas, você conhece e as utiliza em seu dia a dia como, por exemplo:

Afoxé, axé<sup>25</sup>, banzo<sup>26</sup>, bugiganga, cafuné, caçula, dendê<sup>27</sup>, dengue, fofoca, fuzuê, ginga, Iemanjá, jiló, macumba, moleque, orixá, pururuca, quilombo, quitanda<sup>28</sup>, quiabo, sopapo, samba, sunga, tagarela, toco, xepa<sup>29</sup>, Zumbi, zangado e milhares de outras palavras que influenciaram de modo positivo a língua portuguesa falada no Brasil e toda uma história e cultura ainda invisibilizada em nossa sociedade.

---

<sup>24</sup> Para saber mais sobre o tráfico atlântico de corpos negros escravizados nos séculos passados, incluindo mapas, estimativas e análises históricas relativas ao tema, acessível por meio da internet no endereço virtual, veja o site [www.slavevoyages.org](http://www.slavevoyages.org).

<sup>25</sup> Termo de origem iorubá que, em sua acepção filosófica, significa a força que permite a realização da vida, que assegura a existência dinâmica, que possibilita os acontecimentos e as transformações (LOPES, 2011, p. 146).

<sup>26</sup> Estado psicopatológico, espécie de nostalgia com depressão profunda, quase sempre fatal, em que caíam alguns africanos escravizados nas Américas (LOPES, 2011, p. 181).

<sup>27</sup> Denominação do fruto do dendezeiro e, por extensão, do óleo extraído desse fruto, também chamado azeite de dendê (LOPES, 2011, p. 445).

<sup>28</sup> Loja ou tabuleiro em que se vendem hortaliças, legumes, ovos etc., bem como produtos da pastelaria caseira. Também, biscoitos, bolos e doces expostos em tabuleiro. (LOPES, 2011, p. 1082).

<sup>29</sup> Denominação referente às últimas mercadorias vendidas nas feiras livres, por preço mais baixo e com qualidade inferior, ou às sobras de verduras e outros alimentos (LOPES, 2011, p. 1357).



**Figura 5.** Slide sobre algumas das palavras incorporadas no português brasileiro pelos Povos *Bantu*  
**Origem e Arte:** Wudson Guilherme de Oliveira (professor das “Aulas/Oficinas” e mediador na na  
Semana de Educação, Saúde e Direito 2021)

Ainda assim, todos os saberes inspirados na ação pedagógica foram experiências inovadoras para muitos dos estudantes, desmistificando questões racistas e estereotipadas, muitas vezes vistas como verdades absolutas por alguns, em relação às Histórias e Culturas dos Africanos, dos Grupos Indígenas e dos Afro-brasileiros.

## EMPREENDIMENTOS E SABERES COMUTADOS

A atividade afirmativa pedagógica teve como temática central, apresentar os grupos *Bantu*, que aportaram nos portos do litoral do brasileiro; Amenizar os impactos do Racismo no ensino e no “Chão da Escola”; Proporcionar diálogos sobre as Questões Étnico-Raciais; Contextualizar as riquezas culturais, históricas e linguísticas que foram deixadas como legado e resistência para a nossa sociedade e vindas dos grupos africanos; Analisar algumas palavras de origem africana dos Povos *Bantu* que permeiam em nossos meios sociais, que foram incorporadas na língua portuguesa a partir do período escravocrata, sobrevivendo a higienização e persistindo aos dias atuais.

A nossa atividade estava impregnada de sensibilizações contundentes para o cumprimento do Artigo 26-A da LDBEN para a promoção de uma “Educação Étnico-Racial”. Ao longo da atividade, buscamos a partir de laminas de *slides*, vídeos, imagens e livros, para tocar nas perspectivas da Lei Federal 10.639/03 e 11.645/2008, que serviram como estratégias para romper as barreiras do *Bullying* e do Racismo em prol do respeito,

diversidade<sup>30</sup> e a igualdade, a partir de práticas e ações educativas, a fim de dialogar e promover a História dos Povos Africanos, Grupos Indígenas e a Cultura Afro-Brasileira na construção história e cultura negra no país.

No decorrer das atividades, tivemos a possibilidade de se aproximar a realidade social e étnica dos participantes, facilitadas a partir dos recursos de estratégias áudios visuais, bibliográficas entre outros, corroborando em sintonia com a ludicidade e com a oralidade “Plano de transmissão dos saberes em várias sociedades [...] considera-se que a oralidade é o meio de transmissão de conhecimento de grupos e coletividades tradicionais, em particular, aquelas que não registram seus fenômenos através da escrita” (SILVA, 2003, p. 188), entre outros aspectos para a construção de um pertencimento étnico-racial em relação às culturas que permeiam todas as extensões sociais do Brasil.

Nas realizações das “Aulas/Oficinas”, foram apresentados “Diálogos” com o intuito de discutir, analisar e pensar a partir das leituras de laminas dos *Slides*, questões plausíveis para a superação dos preconceitos e do Racismo existente em nossos cotidianos, com a intenção de subsidiar discussões mais fundamentadas em prol de um diálogo reflexivo para promover o resgate da memória e identidade<sup>31</sup> negra a partir da cultura dos Povos Bantu.

Também realizamos durante as atividades, amostragens de livros que dialogavam com as temáticas pautadas na “Educação das Relações Raciais”, como por exemplo: O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação (GOMES, 2017), Meu crespo é de rainha (HOOKS, 2018), Idéias para adiar o fim do mundo (KRENAK, 2020), Enciclopédia brasileira da diáspora africana (LOPES, 2011), As serpentes que roubaram a noite: e outros mitos (MUNDURUKU, 2001), Pequeno manual antirracista (RIBEIRO, 2019) entre outros.

---

<sup>30</sup> Nas palavras de Munis Sodré (2001) a diversidade étnico-cultural nos mostra que os sujeitos sociais, sendo históricos, são também, culturais. Essa constatação indica que é necessário repensar a nossa escola e os processos de formação docente, rompendo com as práticas seletivas, fragmentadas, corporativistas, sexistas e racistas ainda existentes.

<sup>31</sup> A noção de identidade é abordada por diversas áreas do conhecimento. Portanto, podemos tratar de vários tipos de identidade. No tocante à identidade racial ou étnica, o importante é perceber os seus processos de construção, que podem ser lentos ou rápidos e tendem a ser duradouros. É necessário estar atento aos elementos negativos, como os estereótipos e as situações de discriminação. Além disso, é necessário ater-se à vontade de reconhecimento das identidades étnicas, raciais e de gênero dos indivíduos e dos grupos. Também é preciso compreender que, no mundo contemporâneo, os indivíduos constroem e portam várias identidades (sociais, étnicas e raciais, de faixa etária, gênero e orientação sexual e outros) (BRASIL, 2006, p. 219).



**Figura 6.** Slide com alguns dos livros bibliográficos, expostos e lidos durante as “Aulas/Oficinas”  
**Origem e Arte:** Wudson Guilherme de Oliveira (professor das “Aulas/Oficinas” e mediador no na  
Semana de Educação, Saúde e Direito 2021)

Todos os livros apresentados tiveram como intuito possibilitar aos alunos, um maior contato com estes materiais, e assim contribuir com a cidadania plena para uma sociedade mais justa e igualitária.

Todas as ações pedagógicas e afirmativas foram experiências inovadoras para muitos dos participantes, que alguns desmistificaram questões racistas e estereotipadas, vistas como verdades plenas por alguns, em relação às Histórias e Culturas dos Africanos, dos Grupos Indígenas e dos Afro-Brasileiros.

Durante a realização da atividade, percebemos no decorrer da ação afirmativas, que grande parte dos participantes estavam bastante interessados em conhecer um pouco mais sobre as questões relacionadas às diversidades culturais e históricas dos Povos *Bantu*, bem como as Histórias e Culturas dos Africanos, dos Grupos Indígenas e dos Afro-Brasileiros.

## PEQUENAS CONSIDERAÇÕES

Diante das questões apresentadas neste texto, tentamos mostrar de forma panorâmica as ações afirmativas que conseguimos implementar e atingir a um público bastante significativo na referida instituição privada de educação a partir da “Aulas/Oficinas”.

Entendemos que o “Chão da Escola” ainda está engessado em relação às questões ligadas a diversidade. Porém não podemos negar que existem variados militantes anônimos na luta para a mudança, pois sabemos que sem a colaboração dos professores,



diretores, alunos, pais e toda a sociedade civil, “Negra” e “Não Negra”, não será possível reduzir o *Bullying* e as estratégias do Racismo e suas ramificações no “Chão da Escola”.

## REFERÊNCIAS

BEAUDOIN, Marie-Nathalie e TAYLOR, Maureen. *Bullying e Desrespeito: como acabar com essa cultura na escola*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais*. - Brasília: SECAD, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Introdução*. In: SECAD. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 11-20.

CARREIRA, Denise; SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Indicadores da qualidade na educação: Relações raciais na escola / Ação Educativa*, Unicef, SEPPIR, MEC – São Paulo: Ação Educativa, 2013, p. 45.

CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *África um novo olhar*. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

CUTI. *Moreninho, neguinho pretinho*. **Coleção percepções da diferença negros e brancos na escola** – Volume 3 – Brasília: Editora Nove&Dez Criação e Arte, 2007.

DÁVILA, Roberto Rojas. *Afrodescendentes como sujeitos de direitos do direito internacional dos direitos humanos*. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, 28 - v.15 n.28, 2018, p. 151-164.

DUSSEL, Enrique. *1492: O Encobrimento do Outro. A Origem do Mito da Modernidade. Conferências de Frankfurt*. Petrópolis: Vozes, 1993.

EVERARDO, Pereira Guimarães Rocha. *O que é etnocentrismo?* São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1988.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. 2010. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>> Acessado em 18 de Jun. 2022.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HOOKS, Bell. *Meu crespo é de rainha*. Ilustrações de Chris Raschka; [Nina Rizzi]. São Paulo: Boitáta, 2018.

KRENAK, Ailton. *Idéias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

# Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1

LIMA, Mônica. *História da África I*. In: Oliveira, Iolanda (Org.). **Educação das Relações Raciais**. Rio de Janeiro/Niterói: CEAD/UFF, 2016, pp. 65-96.

LOPES, Nei. *Dicionário escolar afro-brasileiro*. São Paulo - Selo Negro Edições, 2006.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. 4ª ed. – São Paulo: Selo Negro, 2011.

LOPES, Nei. *História e cultura africana e afro-brasileira*. São Paulo: Barsa Planeta, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas*. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 27-54.

MALANDRINO, Brígida Carla. *Há sempre confiança de se estar ligado a alguém: dimensões utópicas das expressões da religiosidade bantú no Brasil*. São Paulo, 2010. Tese de Doutorado.

MALOMALO, Bas'ilele. *Uma agenda pan-africanista na década internacional de afrodescendentes*. In: KOMINEK, Andrea Maila Voss; VANALI, Ana Crhistina (Orgs.). **Roteiros temáticos da diáspora: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, pp. 467-499.

MUNDURUKU, Daniel. *As serpentes que roubaram a noite: e outros mitos*. São Paulo: Peirópolis, 2001.

NOGUEIRA, Renato. *Ubuntu como modo de existir: Elementos gerais para uma ética afroperspectivista*. **Revista da ABPN**. v. 3, n. 6. nov. 2011 – fev. 2012, pp. 147-150.

OLIVEIRA, Wudson Guilherme de. FERNANDES, Lygia de Oliveira. *Estéticas negras e a escola: reflexões a partir de conversas com estudante do ensino médio*. In: JÚNIOR, Jonas Alves da Silva; SALES, Sandra Regina e SILVA, Tiago Dionísio da (Orgs.). **Direitos Humanos na Educação Básica: diálogos e interseccionalidades**. Curitiba: CRV, 2019, pp. 127-139.

OLIVEIRA, Wudson Guilherme de. *Entre a ética e a tolerância: Relatos de experiências sobre as possibilidades da afroperspectiva para a decolonialidade*. In: MELO, Diogo Jorge de. SANTOS, Luane Bento dos. ROMEIRO, Nathália Lima. RANGEL, Thayron Rodrigues (Orgs.). **Repensar o Sagrado: as tradições religiosas no Brasil e sua dimensão informacional**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2021, p. 405-420. (Selo Nyota).

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte, MG: Letramento: Justificando, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

Ribeiro, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAFRAN, Willian. *Diaspora in modern societies: myths of homelands and return*. **Diaspora: a Journal of Transnational Studies**. Toronto: University of Toronto Press, v. 1, n. 1, 1991, pp. 83-99.

SANT'ANA, Antonio Olímpio. *História e conceitos básicos sobre racismo e seus derivados*. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Fundamental, 2004, pp. 39-67.

SANTOS, Hélio. *A busca de um caminho para o Brasil: trilhas do círculo vicioso*. São Paulo: SENAC, 2001.

# **Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1**

SANTOS, Hélio. *Políticas públicas para a população negra no Brasil*. ONU, 1999. [Relatório ONU]

SEYFERTH, Giralda. *Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização*. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciências e sociedade* (Orgs.). Rio de Janeiro. FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SILVA, Ana Célia da. *Movimento Negro Brasileiro e sua Trajetória para Inclusão da Diversidade Étnico-racial*. **Revista FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 11, n. 17, p.139-151, jan./jun., 2002.

SILVA, Joselina da. *Mulheres negras: histórias de algumas brasileiras*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009. (Cadernos CEAP).

SILVA, Maria Aparecida. *Formação de educadores/as pra o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial*. In: **Racismo e anti-racismo na educação – repensando nossa escola**. CAVALLEIRO, Eliane (Org.). São Paulo: Selo Negro, 2001.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. *Aprender a conduzir a própria vida: dimensões do educar-se entre afrodescendentes e africanos*. In: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves & SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **De preto a afrodescendente: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil**. Brasília, UNESCO/São Carlos, EdUFSCar, 2003, pp. 181-197.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 165.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando @ cultura: comunicação e seus produtos*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e media no Brasil*. In: WARE, Vron. (Org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 363-386.

WALSH, Catherine. *Pedagogias decoloniais: práticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I Serie Pensamiento Decolonial. Equador: Editora Abya Yala, 2013.

## **O USO DO CELULAR COMO UM INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NAS AULAS DE MATEMÁTICA NO ENSINO MÉDIO**

**Giovani Da Silva Lima**

**RESUMO:** Os meios tecnológicos evoluíram e tornaram-se indispensáveis para a vida em sociedade. Um destes meios tecnológicos é o celular, estando presente na vida da maioria das pessoas ao redor do mundo. Sendo assim, neste artigo buscou-se analisar como o celular poderia ser utilizado em práticas e metodologias em aulas de matemática no Ensino Médio. O objetivo geral da pesquisa foi investigar, analisar e expor formas para o uso do telefone celular (smartphone) como um aliado do professor para lecionar-se a matemática no Ensino Médio. Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa com abordagem qualitativa (e alguns dados quantitativos). Buscou-se responder a seguinte questão: de que forma é possível utilizar o celular em sala de aula como um instrumento de aprendizagem nas aulas de matemática no Ensino Médio? Para responder o problema de pesquisa, o artigo foi dividido em três principais momentos: no primeiro, foi relatado sobre a invenção do celular e sua evolução; no segundo, foi debatido sobre os pontos positivos e negativos do uso do celular pedagogicamente, e por fim, no terceiro momento, foram expostos alguns trabalhos exemplificando e refletindo sobre o uso do celular. A pesquisa realizada foi uma revisão de bibliografia, buscando-se fontes, principalmente, em artigos de revistas, livros e anais de eventos que falavam sobre o assunto. Os resultados mostraram que a maioria dos alunos entende que o celular pode ser usado para assimilação de um determinado conteúdo desde que haja maturidade com relação ao seu uso. Ressalva-se também, que os alunos demonstraram interesse para que os professores utilizem o celular durante as aulas. A partir desses resultados, conclui-se que o aparelho celular (smartphone) pode ser um instrumento de aprendizagem, desde que o professor saiba mediá-lo com os alunos, para uma melhor qualidade e eficácia das aulas.

**Palavras-chave:** Uso do celular, matemática, ensino médio

## **INTRODUÇÃO**

Na atual sociedade, vivemos em um mundo permeado por tecnologias em diferentes aspectos e em diferentes lugares desempenhando diversas funções na nossa vida. Um destes objetos tecnológicos mais usados, na atualidade, é o aparelho celular. “O celular está nas mãos de 79,3% da população brasileira com 10 anos ou mais de idade, indica a nova edição da pesquisa PNAD Contínua, realizada pelo IBGE no quarto trimestre de 2018” (PAIVA, 2020). Através destes dados, verifica-se a relevância do aparelho celular e o quanto este está presente em tempos atuais. No meio escolar também não é diferente. Nas palavras de Borba, Gadanidis e Silva (2014, p.80), “os celulares hoje são um bem de consumo democrático, no sentido de que praticamente todos os alunos os têm (embora ainda persista a desigualdade entre os celulares disponíveis)”. Porém, apesar de esta presente na maioria da vida dos educandos, o celular é pouco utilizado por professores em suas aulas devido ao ser fator de distração por parte dos alunos.

Nesse sentido, a pesquisa feita teve a intenção de investigar, analisar e expor formas para o uso do telefone celular (smartphone) como um aliado do professor para o ensino de matemática no ensino médio, deixando de lado suas características de simplesmente atrapalhar as aulas. O objetivo deste artigo consiste em analisar métodos e estratégias na utilização o celular em sala de aula como um instrumento de aprendizagem nas aulas de matemática no ensino médio. Buscou-se responder a seguinte questão: de que forma é possível utilizar o celular em sala de aula como um instrumento de aprendizagem nas aulas de matemática no ensino médio? Para isso, os seguintes objetivos específicos foram elencados:

- ✓ Conceituar a criação e a evolução do aparelho celular ao logo da história.
- ✓ Analisar e discutir questões relacionadas aos benefícios e malefícios do uso do celular em sala de aula.
- ✓ Encontrar métodos e estratégias para a implementação do celular em sala de aula tornando os alunos mais ativos no processo de aprendizagem.

A metodologia adotada nesta pesquisa trata-se de uma pesquisa bibliográfica por meios de livros na área dos TICs (Tecnologias da informação e comunicação), de artigos,

periódicos e dissertações englobando assuntos que discutem sobre o uso das tecnologias no ensino e em particular sobre o uso do celular para fins didáticos e pedagógicos. Da mesma forma, para a coleta de dados será utilizada uma pesquisa bibliográfica no âmbito qualitativo, (apesar de alguns dados quantitativos serem expostos, estes terão um teor qualitativo) descrevendo os fundamentos e ideias para chegar-se a uma resposta ao problema inicial.

A pesquisa ocorreu através da busca de trabalhos no Google Acadêmicos, Periódicos Capes, Scielo e na plataforma *minha biblioteca* - UNINTER, além de outras buscas feita na internet em relação a obras já desenvolvidos sobres os temas relacionados as tecnologias mescladas com a educação e, sobre o uso do celular como objeto de estudo para o aprendizado dos educandos.

É importante salientar que este artigo não tem o caráter, nem o fundamento de descrever as soluções definitivas sobre o uso do celular para fins educacionais. Sendo assim, este trabalho tem o intuito de apenas descrever possíveis soluções, problemas e aplicações para o uso do smartphones no contexto escolar.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada nesta pesquisa trata-se de uma pesquisa bibliográfica por meios de livros na área dos TICs (Tecnologias da informação e comunicação), de artigos, revistas e dissertações englobando assuntos que discutem sobre o uso das tecnologias no ensino e em particular sobre o uso do celular para fins didáticos e pedagógicos.

A pesquisa ocorreu através da busca de trabalhos no Google Acadêmicos, Periódicos Capes, Scielo e na plataforma *minha biblioteca* - UNINTER, além de outras buscas feita na internet em relação a obras já desenvolvidos sobres os temas relacionados

as tecnologias juntamente com a educação e, sobre o uso do celular como objeto de estudo para o aprendizado dos educandos. Destaca-se, que tanto na plataforma Periódicos Capes, quanto no Scielo não foram encontrados muitos trabalhos referentes ao uso do celular no contexto educacional do Ensino Médio na disciplina de matemática.

Utilizou-se especificadamente o trabalho dos autores Batista e Barcelos (2013), Gerstberger. et al (2016) e Silva. et al (2018) todos estudos de caso relacionados ao uso do celular no contexto escolar. Os dois últimos trataram do uso do celular nas aulas de matemática no Ensino Médio, enquanto o primeiro é um estudo de caso com aluno de licenciatura em matemática sobre o uso do celular como um instrumento pedagógico. Para a coleta de dados foi-se utilizada uma pesquisa bibliográfica no âmbito qualitativo, (apesar de alguns dados quantitativos serem expostos, estes terão um teor qualitativo). Fez-se uma análise e discursão dos resultados obtidos a fim de se responder os objetivos específicos elencados.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A sociedade ao longo do tempo tem se transformando em diferentes aspectos cognitivos, social e econômicos e junto com essas transformações temos também a tecnologia. Nas palavras de Barros (2017, p.20), “todo tipo de invenção, artefato, instrumento e processo criado e reelaborado por seres humanos é tecnologia”. Assim, desde um simples artefato como uma caneta até um equipamento evoluído como um notebook também é tecnologia, desde que sirva de instrumento para determinada tarefa.

Os meios tecnológicos tem evoluindo bastante, tornando-se presentes na vida da sociedade contemporânea. “Uma pessoa de alguns anos atrás que tentasse imaginar como seria o mundo de hoje talvez não conseguiria descrever nem ao menos uma pequena parte das grandes mudanças que tivemos ao longo do tempo”. (PEOPLE, 2018). Tudo isso tem

ocorrido graças a rápida evolução das tecnologias. Ela não é a mesma de anos atrás, estando constantemente adequando as mudanças no mundo.

Com esta evolução das tecnologias temos o que é denominado de tecnologias digitais (TD). Surgida na década de XX, é um conjunto de tecnologias que permite a transformação de uma linguagem ou dados em números. Com as TD é possível acessar informações, dados e criar outras tecnologias, além do que, estas não dependem de outras (FERNANDES, s.d.). Estas tecnologias se fazem presentes em objetos como notebook, tablets, celulares entre outros dispositivos digitais disseminados em todo o mundo.

De uma forma geral as tecnologias, em especial as TD, estão presentes na sociedade em todo o mundo. Estes meios tecnológicos podem ser usados como um instrumento para lecionar no que se denomina de tecnologias na educação (BARROS 2017, p. 78). Nessa abordagem de educação; caderno, caneta e lousa comumente utilizados pelos alunos e professores como um recurso pedagógico para assimilação de um determinado conteúdo podem ser incorporados ou substituídos pelas tecnologias digitais, no âmbito das tecnologias na educação. Uma destes objetos - amplamente discutido por profissionais da educação sobre o seu papel na educação - é o celular.

Apesar de o celular hoje em dia ser algo popular e comum, sua invenção ocorreu apenas em 1876 com o inventor e empresário escocês Alexander Graham Bell (1847-1922), com o primeiro registro de transmissão elétrica de voz feita por Graham Bell em 10 de março de 1876. Destaca-se a contribuição do imperador brasileiro, na época, Dom Pedro II que, em público, conversou por telefone, com Graham Bell a uma distância de 150 metros. Na ocasião Bell teria pronunciado as palavras do personagem Hamlet, de Shakespeare (“Ser ou não ser.”), e o imperador teria respondido: “Meu Deus, isto fala!” (FERNANDES, 2020)

Depois de passados dois séculos o celular hoje em dia não se configura apenas com um instrumento para a conversa por voz com pessoas em diferentes locais do mundo, mas embeleza com suas múltiplas funções (SANTAELLA, 2013). Ele atualmente possui diversas funcionalidades acrescentadas, como tirar foto, fazer e reproduzir vídeos, executar determinadas tarefas através de ferramentas desenvolvidas para o próprio celular. O aparelho evoluiu tanto que é capaz de substituir até outros aparelhos



tecnológicos, como a câmera fotográfica e o GPS. O celular pode substituir a câmera para tirar fotos em excelente qualidade e, no caso do GPS, analisando e descrevendo rotas em tempo real. Destaca-se também, ferramentas presentes somente em notebooks e computadores, como o word, Power point, google docs, dentre outras, se fazem presentes em diversos tipos de smartphones.

Porém, é com o advento da internet surgida na década de 60, (BRASIL ESCOLA, c2021) que os telefones celulares passaram a acessar a rede, para enviar e-mails, por exemplo. E passados mais de 5 décadas temos uma popularização da internet em redes como o Youtube, WhatsApp, Instagram, Facebook .... Estas e outras demais funcionalidades, facilitam e otimizam a vida das pessoas em todo mundo em processos que só seriam possíveis com outros aparelhos tecnológicos. Contudo, estas funcionalidades não estão presentes em todos os smathphones; variando de modelo para modelo.

É nítido dessa forma, que cada vez mais o celular torna-se presente na vida de cada ser humano, não importa em qual lugar do mundo esteja e, dessa forma, também está presente nas escolas, no cotidiano da vida dos alunos. Nas palavras de Gerstberger. Et al., (2016) “É possível perceber que um aspecto cultural evidente em nossos alunos (na verdade, em toda a sociedade, desde crianças até a terceira idade): a utilização das tecnologias, em especial dos inúmeros tipos e modelos de aparelhos telefônicos celulares”. Nesse sentido, é perceptível que “há uma cultura do celular” funcionando como meio de comunicação entre as pessoas. (BORBA; GADANIDIS; SILVA, 2014). Essa “cultura do celular”, pode ser observada na vida dos alunos, quando estes interagem e se comunicam, uns com os outros através das redes sociais (WhatsApp, Facebook, Instagram...), sites e através de jogos on-line.

No meio escolar toda essa gama de funcionalidades do celular pode ser aproveitada para uma melhor relação professor-aluno promovendo maior interação entre ambas as partes. Como destaca Tonini (2014, p.2) “a conexão entre práticas escolares e tecnologias digitais amplia as capacidades cognitivas, conecta novos recursos e formas de atuar e de relacionar-se tanto dos estudantes como dos professores”. Levando em consideração a citação do autor acima, o celular não pode ser encarado como um objeto alheio ao meio educacional, mas este deve ser incorporado na vida de cada aluno.

Sobre essa questão, Seabra (2013) destaca que o celular pode ser um instrumento de aprendizagem quando o professor elabora estratégias e ações pedagógicas aproveitando suas funcionalidades e usando-as em favor da aula. É papel do professor mediar e motivador os alunos para um bom andamento das ações pedagógicas juntamente em consenso com os alunos sobre as regras de uso do celular para evitar possíveis distrações.

Porém, apesar do celular se configurar como um importante instrumento na vida de alunos e professores na construção e elaboração do conhecimento, ele também pode ser considerado um grande “vilão”. No mundo atual quanto mais o tempo passa mais difícil fica ensinar os conteúdos devido as tecnologias e seus aspectos negativos (BETO; GOVEIA; LIMA, 2016) “Na educação formal, no entanto, esses dispositivos, principalmente os celulares, recebem algumas críticas por parte de professores, em relação a problemas que acarretam, tais como distração, desviando o foco dos alunos dos assuntos abordados em sala de aula.” (BATISTA; BARCELOS, 2013). Nessa mesma perspectiva, Borba; Gadanidis e Silva discutem que o aluno está conectado na internet, interagem e se mantem conectados por este aparelho, porém na escola o seu uso é proibido. De fato, observa-se que é a própria escola que impõe ao aluno condições para que ele não utilize o celular enquanto estar presente na sala de aula.

Seabra (2013) questiona como a escola proíbe o uso do celular, apesar de todas as suas funções que poderiam ser usadas a favor do conhecimento. O autor ainda entende que é o professor que tem a função de combinar com os alunos regras, e uso para que não haja distrações. Conversando positivamente, Machado (2009) enxerga o celular não somente como um meio de comunicação entre as pessoas, mas como um instrumento que pode levar os educandos a aprendizagem. Porém, o autor também destaca o aspecto negativo do celular na sala quando o toque do celular (muitos deles cômico) atrapalha o andamento das ações planejadas pelo professor.

O uso do celular causa as pessoas prejuízos à audição, visão e lesões musculares, além de problemas como depressão e ansiedade (HERCOWITZ, 2018). É preciso ter cuidado em relação como será utilizado, por quanto tempo e para que fins educacionais a fim de ser mantido um equilíbrio de uso aceitável e que não estimule o vício em estar dependente do aparelho em todas as aulas. Tais questões devem estar claras na estratégia docente e em conformidade com toda a classe.

A matemática por sua característica abstrata (BORBA; GADANIDIS; SILVA, 2014) e muitas vezes complexa é entendida por muitos como desvinculada da realidade não chama a atenção de muitos alunos. É papel do professor saber utilizar as ferramentas, meios e estratégias corretas para dar sentido a essa disciplina, demonstrando toda a sua importância perante os mais diversos problemas no mundo atual e em toda a história. É nesse sentido que apresenta-se o trabalho de 3 autores do no Ensino Médio e 1 no ensino superior com a disciplina de matemática dando ênfase ao Ensino Médio.

Sobre o uso do celular como um instrumento pedagógico ressalta-se o estudo de caso de Estudo de Batista e Barcelos (2013), feito com 21 alunos de licenciatura em matemática sobre como viam o celular como um recurso educacional. Para coletar estes dados o autor fez um questionário com os alunos sobre se estes usavam ou não o celular para estudar. Dos 21 alunos, 52% (11 alunos) responderam que sim, enquanto os outros 48% (10 alunos) responderam que não. Analisando-se os que consideraram o celular como instrumento para uso educacional foram feitas algumas considerações, de acordo com o próprio autor:

A todos que responderam afirmativamente em relação ao uso educacional de celulares (11 alunos), foi pedido que listassem pontos positivos e negativos de tal uso. Os pontos positivos mais destacados foram: i) praticidade para transportar; ii) popularização (a maioria dos alunos possui); iii) possibilidade de conexão à Internet, quando necessário. Com relação aos pontos negativos, a distração proporcionada pelo uso desses dispositivos foi citada pela maioria. Além deste, o tamanho da tela foi também destacado. (BATISTA; BARCELOS, 2006, p.3-4)

Observa-se aspectos como praticidade, popularização e conexão com a internet. Estes termos resumem, até certo ponto, o que o celular indica para os alunos para que os tornem tão apegados ao aparelho. Também foram destacados por eles a distração que o celular pode proporcionar.

Ainda sobre o mesmo autor, este elaborou um questionário para que os alunos indicassem o melhor nível de ensino para utilizar o celular como recurso pedagógico nas aulas. As opções para o aluno assinalar as respostas eram: somente no Ensino Superior, no Ensino Médio e no Superior, a partir do segundo ciclo do Ensino Fundamental, desde

o primeiro ciclo do Ensino Fundamental e em nenhum nível de ensino. Os dois níveis de ensino mais votados, ambos com 33,33% dos votos, foram Somente no Ensino superior, no Ensino Médio e no Superior. Um dos alunos que escolheu a opção no Ensino Médio e no Superior justificou sua resposta da seguinte forma: “Acredito que se for feito de forma correta, é possível chamar a atenção dos alunos de ensino médio para o uso adequado do celular em sala de aula. Acho que a maturidade para fazê-lo surge nessa faixa etária (Aluno F<sup>1</sup>)” (BATISTA; BARCELOS, 2006). A resposta do aluno deixa entender que o celular se não usado corretamente contribuirá para o mal andamento da aula.

Neste estudo de caso de Silva et al (2018) foi feito um questionário para 22 aluno do Ensino Médio. Deste total, 20 trazem o celular para a escola e 2 não trazem por ordem dos pais. Neste questionário a maioria dos alunos (15 alunos) considerou o celular como uma importante ferramenta se utilizada corretamente pelo professor. Nas palavras do aluno:

Pra nós seria mais interessante se os professores organizassem aulas em que a gente pudesse utilizar o celular. Ao invés de eles sempre trazerem o conteúdo, a gente poderia ir buscar. Eu acredito que poderíamos ter informações mais variadas e atualizadas. Já que ele está conosco e a escola tem a rede wi-fi aberta, nós poderíamos ampliar nossas informações sobre o tema que estamos estudando e ainda tornar nossa aula mais prazerosa e dinâmica. Por outro lado, não sei se a turma em geral tem maturidade pra não se desviar do assunto da aula e ficar nas redes sociais. (SILVA et al, p. x, 2018).

Na fala deste aluno percebe-se que este considera importante que os professores utilizem o celular na sala de aulas com os alunos para busca de determinada informação sobre os conteúdos das aulas. Neste mesmo trabalho outros 5 alunos indicaram que os celulares podem servi de dispersão dos conteúdos das aulas e que os professores poucos utilizam e apenas 2 destacaram ambos os aspectos.

Com relação ao uso do celular para fins educacionais os dados obtidos foram: Por meio de aplicativos, 54,55%; pesquisas na Internet, 100,00%; uso de redes sociais 45,45%; acesso a algum ambiente virtual de aprendizagem, 9,09%; utilização de recursos do próprio celular (fotos, vídeos, etc.), 45,45% (SILVA et al., 2018). Tais informações

---

<sup>1</sup> \* Os alunos são indicados, pelo autor, por letras para preservar a identidade e por razões de ética.

evidenciam ainda mais a inclusão do celular, juntos com suas funcionalidades, no meio educacional.

O professor sabedor de tais informações, pode utilizar as tecnologias no ensino da matemática, aplicando métodos que possam contribuir para despertar o interesse e o aproveitamento dos alunos (ALMEIDA, 2016). No caso dos celulares, estes já possuem aplicações na qual é possível utilizar a matemática mesmo que de forma simples no nosso dia a dia, como por exemplo, a funcionalidade da calculadora e em mais avançado, a calculadora científica.

No que se refere a métodos e estratégias de utilização do celular como um instrumento na construção do conhecimento, temos o trabalho de Gerstberger. et al, (2016) em seu estudo de caso na perspectiva da Etnomatemática e com alunos do Ensino Médio em aulas de matemática, propôs que estes fizessem uma pesquisa sobre os planos de operadoras para usar internet, sms e ligações através do celular e depois apresentassem a turma os resultados. Alguns alunos fizeram o trabalho apenas usando o celular. Nas palavras do próprio aluno:

Esse trabalho que a gente fez foi todo feito pelo celular. A gente não usou o computador em momento nenhum, todo pelo celular, os vídeos a gente gravou no celular. Hoje de manhã, cinco minutos antes de vir pra escola eu recebi o segundo vídeo do menino, ontem à noite eu recebi o outro, foi tudo por celular. Se a gente souber usar o celular, pode sim ser uma maravilha pra gente”. Outra aluna continua: – “Como aqui ele ajudou a gente a fazer os vídeos, a fazer as pesquisas, os vídeos”, “ele pode ser o vilão e o mocinho da história”. E outro completa: – “Igual o nosso amigo falou: Nós torna eles... a gente torna ele o malefício”. (GERSTBERGER. et. al, 2016)

O enunciado do aluno deixa claro o quanto o celular pode ter potencial para desempenhar diversas funções e que estas funções podem ser benéficas se usadas corretamente pelo professor. Na mesma fala deste aluno é possível perceber que o próprio aluno ver o celular como sendo benéfico ou maléfico dependendo da maturidade de cada aluno para saber usá-lo. Mais uma vez, de forma indireta, o termo maturidade também é citado. Ainda destaca-se, neste trabalho, a valorização do celular como um instrumento para se chegar ao conhecimento dando importância a ação docente e transformando o aluno em um ser mais ativo e participativo nas atividades pedagógicas.

Nessa mesma perspectiva, destaca-se o trabalho de Kielt, Silva e Miquelin (2017) na qual descreve a implementação de um aplicativo de smartphones chamado de PInApp, nas aulas de Física utilizando o método de ensino Peer Instruction. O processo da aula descrito pelo autor, consiste em fazer um breve explanação e explicação do conteúdo da aula e, logo na sequência, aplicar testes conceituais as turmas individualmente sobre o conteúdo que foi percorrido. Os alunos realizam os testes, através de seus próprios celulares, assinalando a resposta que consideram correta para cada pergunta. Os dados são enviados para o computador do professor. Se a porcentagem de acertos for maior ou igual a 70% continua-se a aula, se for entre 30% e 70%, é feito um novo teste juntando os alunos que acertaram com os que erraram (de preferência), e se for menor que 30% é repassado novamente o conteúdo.

Neste trabalho descrito, para o professor utilizar o aplicativo na sala de aula são necessários três componentes: o celular, o roteador e o computador. Esta prática em sala de aula tem um ponto importante em relação a maioria das preocupações por parte dos docentes para com as distrações: não é necessário conectividade com a internet para aplicação dos testes conceituais pelo professor. Isso facilita, devido ao fato de que o aluno não tem chances de se conectar a redes sociais, por exemplo, evitando distrações. Nesse sentido os alunos não necessitam ter tablets, computadores ou internet favorecendo para que o aplicativo possa ser utilizado em várias escolas, independente da estrutura delas. (KIELT; SILVA; MIQUELIN, 2017, p.8-8).

Por fim, outra aplicabilidade do celular na sala de aula é através de jogos, tanto instaláveis, quanto presentes em sites educativos. Os jogos são importantes, pois podem ajudar no desenvolvimento do educando quando se relacionam com os objetos de estudo, dando sentido à atividade matemática. (BORBA, 2010).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De acordo com as respostas obtidas, todos os alunos utilizam a internet para fins educacionais concordando com o que já foi falado neste artigo sobre o impacto da internet na vida dos educandos. Em seguida o uso de aplicativos para verificação e aprendizado de algum conteúdo foi destacado. Dessa maneira, é possível verificar que o uso do celular aliado com a internet com suas inúmeras informações e o uso de aplicativos é de grande vantagem tanto para os alunos como para o professor.

Sobre os diferentes níveis de ensino em que é possível o uso do celular, verifica-se que a maioria dos alunos tanto do Ensino Médio quanto do Ensino Superior, consideram que é somente a partir do nível de Ensino Médio que os alunos possuem maturidade para realizar ações permeadas pelo professor, dentro da sala de aula, sem dispersar dos conteúdos da aula. Nestas pesquisas apresentadas, verifica-se que a maioria dos alunos enxerga o celular como importante no sistema educacional para a aprendizagem dos conteúdos. No entanto, é somente a partir do Ensino Médio em diante, que os discentes possuem maturidade para realizar ações permeadas pelo professor dentro da sala de aula, sem dispersar ou se distraírem com o uso do celular durante a aula

Outro aspecto negativo e decepcionante verificado na fala dos alunos, diz respeito a falta de professores que usam o celular para ministração de suas aulas. Essa não utilização do celular por professores, é devido a resistência ainda existente quanto ao uso do aparelho para o ensino e aprendizagem de conteúdos em sala da aula. Essa visão é caracterizada, na maioria das vezes, pelo conceito que o celular só serve para distração ou devido ao docente não saber utilizar as funcionalidades do aparelho para lecionar.

No entanto, de acordo com o estudo apresentado neste artigo, as aplicabilidades dos celulares em salas de aulas, por professores da área de matemática, deixa explícito que o celular tem potencial para desempenhar funções educativas e que proporcione um aprendizado efetivo, desde que o professor saiba conduzir a aula em consenso com a turma.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa realizada tinha como objetivo geral consiste em analisar métodos e estratégias na utilização do celular como um instrumento pedagógico nas aulas de matemática do Ensino Médio. A questão que norteou a pesquisa foi: de que forma é possível utilizar o celular em sala de aula como um instrumento de aprendizagem nas aulas de matemática no ensino médio?

Analisando os trabalhos selecionados, e discutidos percebe-se que o aparelho celular (smartphone) pode ser um instrumento de aprendizagem, desde que o professor saiba mediá-lo juntamente com os alunos. Dos dados obtidos, destaca-se que a maioria dos alunos entende que o celular pode ser usado para assimilação de um determinado conteúdo desde que haja maturidade por partes dos alunos. A partir dos referenciais discutidos neste artigo, dos dados e de uma experiência minha trabalhando por 4 anos no Ensino Fundamental posso dizer que os trabalhos com os celulares em sala de aula deixam as aulas mais dinâmicas, interativas e atraentes fazendo com que alunos e professores se tornem mais ativos no processo de ensino e aprendizagem, quebrando o paradigma das aulas tradicionais em que os alunos só observam. Falar sobre temas envolvendo o uso de celular ainda é um tema bastante atual e de muita repercussão dentro do cenário da educação considerando seus aspectos positivos e negativos. Da mesma forma, trabalhar com a matemática com alunos do Ensino Médio é uma tarefa árdua, que requer motivação e empenho por partes dos docentes.

Por fim entende-se que é necessário aumentar os estudos e pesquisas relacionadas ao uso do celular em sala de aulas em outros níveis de ensino e em outras disciplinas, considerando que a cada dia que passa as tecnologias e especialmente os celulares tornam-se mais presente na sociedade contemporânea.

## **REFERÊNCIAS**



ALMEIDA, Hélio Manguiera de. O uso de celulares, tablets e notebooks no ensino da matemática. **REVEMAT**. Florianópolis (SC), v.11, n. 2, p. 318-327, 2016.

BENTO, Amanda Soares; GOVEIA, Vinícius Ribeiro; LIMA, Francisco José de. Software “truques matemáticos”: o uso do celular como possibilidade pedagógica para o ensino de matemática. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 12., 2016, São Paulo (SP). **Anais...**

BARROS, Gílian Cristina. **Tecnologias e educação matemática**: projetos para a prática profissional. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017.

BATISTA, Silvia Cristina Freitas; BARCELOS, Gilmar Teixeira. Análise do uso do celular no contexto educacional. **RENOTE**. Porto Alegre (RS), v. 11, n. 1, p.1-10, julho de 2013.

BORBA, Marcelo de Carvalho. Softwares e internet na sala de aula de matemática. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 10., 2010, Salvador (BA). **Anais do X Encontro Nacional de Educação Matemática**.

BORBA, Marcelo de Carvalho; SILVA, Ricardo Scucuglia Rodrigues da; GADANIDIS, George. **Fases das tecnologias digitais em Educação Matemática**: sala de aula e internet em movimento. Belo Horizonte. 1. ed.; 1. reimp. Autêntica, 2014. 9788582175002. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582175002/>. Acesso em: 05 janeiro de 2021.

KIELT, Everton Donizetti; SILVA, Sani de Carvalho Rutz da; MIQUELIN, Awdry Feisser. Implementação de um aplicativo para smartphones como sistema de votação em aulas de Física com Peer Instruction. **Revista Brasileira de Ensino de Física**. Ponta Grossa (PR), v. 39, n. 4, p. e4405-2-8, (2017).

FERNANDES, Ana Elisa. **As tecnologias digitais**. [s.d.]. Disponível em: [http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/tecnologia-digital#:~:text=Tecnologia%20digital%20%C3%A9%20um%20conjunto,uns%20\(0%20e%201\).](http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/tecnologia-digital#:~:text=Tecnologia%20digital%20%C3%A9%20um%20conjunto,uns%20(0%20e%201).)

FERNANDES, Cláudio. 10 de março – Dia do Telefone. **Brasil Escola**, c2021. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-telefone.htm#:~:text=Em%2010%20de%20mar%C3%A7o%20comemora%2Dse%20o%20Dia%20do%20Telefone.&text=A%20inven%C3%A7%C3%A3o%20e%20pate>nteamento%20do,Bell%20(1847%2D1922).. Acesso em: 06 de janeiro de 2021.

GERSTBERGER, André. et al. Uma prática pedagógica utilizando o aparelho celular nas aulas de matemática em uma turma de Ensino Médio. **Revista Caderno Pedagógico**, Lajeado, v. 13, n. 1, p. 168-187, 2016. ISSN: 1983-0882.

HERCOWITZ, Andrea. Quais os riscos do uso excessivo de celulares para os adolescentes? **Minha vida**, 2017. Disponível em:

<https://www.minhavidade.com.br/familia/materias/32352-quais-os-riscos-do-uso-excessivo-de-celulares-para-os-adolescentes>. Acesso em: 31 de janeiro de 2021.

PAIVA, Fernando. 79,3% dos brasileiros têm celular, informa IBGE. **teletime**, 2020. Disponível em: <https://teletime.com.br/29/04/2020/793-dos-brasileiros-tem-celular-informa-ibge/>. Acesso em: 31 de janeiro de 2021.

MACHADO, João Luís de Almeida. Celular na Sala de Aula. **Planneta Educação**. 2009. Disponível em: <https://acervo.plannetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=16212009..> Acesso em: 07 de janeiro de 2021.

MENDES, Carolina de Aguiar Teixeira. "Como surgiu a internet?"; **Brasil Escola**, [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/como-surgiu-a-internet.htm>. Acesso em 06 de janeiro de 2021.

SANTAELA, Lucia. Desafios da ubiquidade para a educação. **UNICAMP**. [s.l.], 2013.

SEABRA, Carlos. 2013. O celular na sala de aula. 2013. **WordPress**. Disponível em: <https://cseabra.wordpress.com/2013/03/03/o-celular-na-sala-de-aula/>. Acesso em: 21 de janeiro de 2021.

SILVA, et al. Percepções dos estudantes do Ensino Médio sobre o uso dos celulares na sala de aula. **Tecnologias na Educação**. LUGAR, v.24, n. x, p. x-x, 2018.

**Tecnologias do dia a dia que você nem percebe que está usando.** People, 2018.  
Disponível em: <https://www.people.com.br/noticias/tecnologia/tecnologias-do-dia-a-dia-que-voce-nem-percebe-que-esta-usando> Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

TONINI, Ivaine Maria. O livro didático: textualidades em rede. In: \_\_\_\_\_ et al. (Orgs.). **O ensino de geografia e suas composições curriculares.** Porto Alegre: Mediação, 2014.

**Capítulo 40 - DOI:10.55232/1083002.40**

**INTERTEXTUALIDADE ENTRE FOTOGRAFIA E  
PINTURA: NIGER, 'FOOD CRISIS' E A PERSISTÊNCIA  
DA MEMÓRIA**

**Bárbara Ogliari Tagliani e Marcia Boroski**

**RESUMO:** Este trabalho realizou uma análise a respeito da intertextualidade da fotografia “Niger, ‘Food Crisis’”, de Marco Di Lauro, premiada pelo World Press Photo 2011 e da pintura “A persistência da memória”, de Salvador Dalí. A leitura das imagens foi realizada com base nos estágios definidos por Housen apud Kehrwald (2009), em conjunto com definições de intertextualidade utilizadas por Kristeva (2005). Foram identificados elementos similares nas duas imagens, mas o principal ponto aqui ressaltado foi a semelhança de significados. Após a realização da análise, notou-se que as duas obras representam a passagem do tempo e a efemeridade das coisas, possuindo, então, muito mais do que semelhanças de elementos visíveis.

**Palavras-chave:** Análise de imagem, Intertextualidade, World Press Photo

## INTRODUÇÃO

Além da relação com o mundo da arte, a fotografia também se relaciona com diversas outras disciplinas, observando eventos sociais ou da natureza, e, por isso, tem potencial intertextual (TACCA, 2007). Assim, neste trabalho, busca-se analisar processos de intertextualidade entre fotografia e pintura.

De acordo com Tacca, foram as vanguardas modernas - entre elas o surrealismo, movimento artístico da pintura aqui analisada - que incorporaram a fotografia como expressão artística. É nesse momento que se percebe a intertextualidade e o hibridismo da imagem fotográfica na arte moderna.

Kristeva (*apud* SAMOYAL, 2008, p. 42), aponta que “todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto”, entendendo texto como qualquer forma de comunicar algo, não somente de maneira verbal.

De tal modo, a fotografia pode ser entendida como um texto, podendo ser construída por outros textos (como um tipo de citação, de referência), sejam eles a pintura, música, escultura, literatura, entre outros. Tal fenômeno pode ser observado em manifestações fotográficas publicitárias, documentais, fotojornalísticas, e outras; portanto, como objeto empírico, analisamos uma fotografia jornalística e uma obra do pintor Salvador Dalí.

Em 2011, a fotografia *Niger, 'Food Crisis'*<sup>1</sup> (Figura 1) foi a vencedora na categoria *Contemporary Issues* do prêmio mundial de fotografia *World Press Photo*. Feita por Marco Di Lauro, a fotografia retrata esqueletos e entranhas de gado na Nigéria, África (WORLD PRESS PHOTO, 2011). Segundo o *site* da organização, com a falta de refrigeração adequada, fazendeiros locais não tinham opção se não vender seu gado moribundo por uma fração do preço para comprar comida, pois o país passava por uma crise de fome. Para além do contexto dado pelo *site*, ao ler a imagem notam-se carcaças de gado espalhadas de diferentes maneiras pelo local, tons de vermelho e marrom e um pouco de branco, que contrasta com o restante. Já a obra em questão é a *A persistência da memória* (1931), de Salvador Dalí (Figura 2).

---

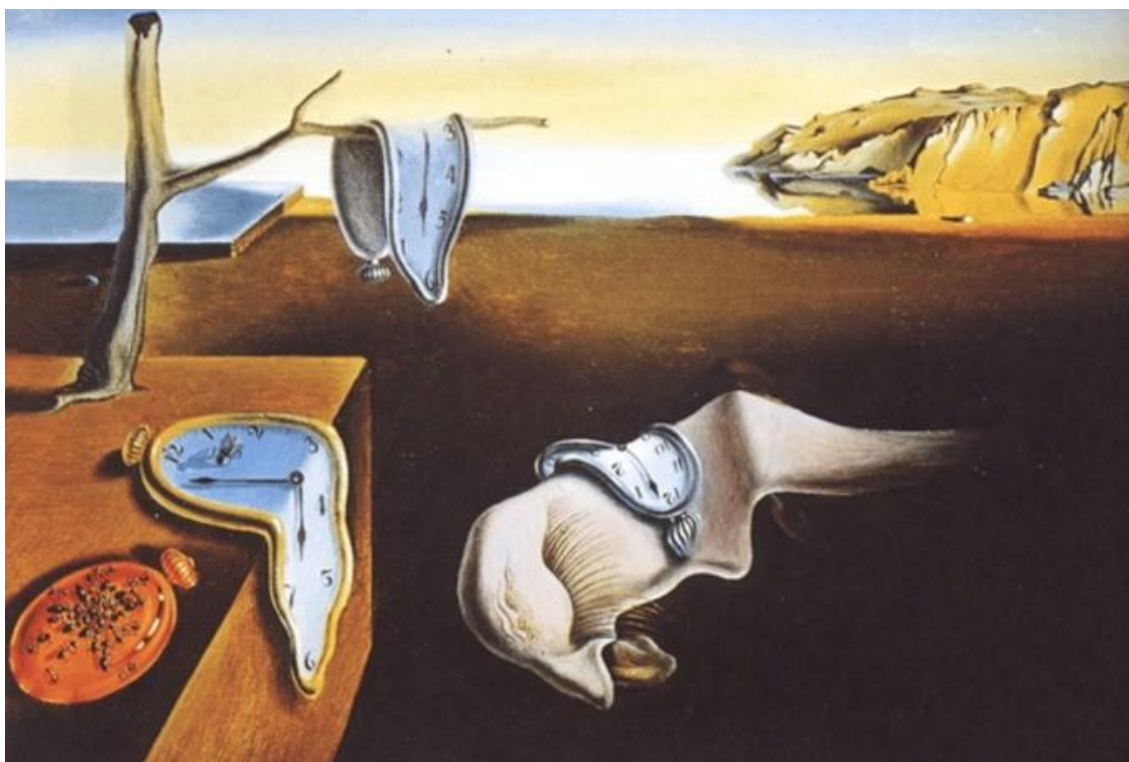
<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.worldpressphoto.org/collection/photo/2011/30126/1/2011MarcoDi-LauroCI-1>. Acesso em: 29 ago. 2021.

**Figura 1. Níger, 'Food Crisis'**



Fonte: Marco Di Lauro/*World Press Photo* (2011)

**Figura 2. A persistência da memória**



Fonte: Salvador Dalí (1931)/*Pinterest* (2021)

Assim, o presente trabalho busca realizar a leitura das imagens separadamente e em conjunto, a partir de referências bibliográficas que tratem da intertextualidade e da análise de obras de arte, mais especificamente Housen (*apud* KEHRWALD, 2009).

## **Intertextualidade**

Segundo Fiorin *apud* (Lucas e Silva, 2018), a intertextualidade pode ser classificada de três maneiras, sendo elas citação, alusão e estilização.

A citação pode “confirmar ou alterar” o sentido do texto com o qual se dialoga, mas retoma as palavras deste com rigor. Na alusão, as palavras não são citadas, mas “reproduzem-se construções sintáticas em que certas figuras são substituídas por outras”, podendo-se estabelecer uma polêmica com o intertexto a que se alude. Já na estilização, reproduzem-se os procedimentos estilísticos de outrem, entendidos como “conjunto das recorrências formais tanto no plano de expressão quanto no plano de conteúdo. (Fiorin, 1999, p. 31 *apud* Lucas e Silva, 2018, p. 44).

Ao analisarmos a obra com esse conceito em mente, poderemos então afirmar em qual dos três tipos se encaixa. A análise das obras, neste trabalho, buscou prioritariamente encontrar elementos subjetivos que possam ser conectados - alusão. Porém, além destes, encontrou também alguns elementos estéticos em comum - estilização.

Kristeva, em seu livro *Introdução à semiótica* (2005), afirma que o texto permitirá quebrar a mecânica conceitual, que põe em foco uma linearidade histórica e ler uma história estratificada: de temporalidade cortada, recursiva, dialética, irreduzível a um único sentido, mas composta de tipos de práticas significantes nas quais a série plural resta sem origem nem fim. A autora também ressalta que o texto rompe a superfície da língua.

Toda prática significativa, portanto, é entendida como um “campo de transposições de diversos sistemas significantes (uma intertextualidade)” cujo “lugar de enunciação e objeto não são jamais únicos, plenos e idênticos a si mesmos, mas sempre plurais”, resultando de uma “polivalência semiótica”, uma “pertença a diversos sistemas semióticos. (Kristeva, 1974, p. 61 *apud* Lucas e Silva, 2018, p. 51)

O texto pode se constituir de diversos sentidos. Sendo texto aquilo que comunica, a mesma abordagem pode ser inserida na pintura e fotografia aqui analisadas. As duas obras comunicam algo se analisadas em conjunto, e comunicam outras coisas se analisadas separadamente. Assim como Kristeva define, seus significados e interpretações são plurais e



sem fim. “O texto liga-se - lê-se - duplamente em relação ao real: à língua (alterada e transformada) e à sociedade (com cuja transformação ele se harmoniza)” (KRISTEVA, 2005, p. 12). Samoyault (2008) também complementa a ideia: segundo a autora, nossa consciência é constantemente preenchida de elementos exteriores a ela - ingredientes que foram trazidos por outrem e são necessários à sua realização.

Desse modo, podemos argumentar a favor também da ideia de Kristeva (2012) *apud* Lucas e Silva (2018) de que o texto - que de acordo com Bakhtin se constitui de atravessamento - também se constitui de uma “produtividade”, não sendo apenas uma expressão de significados, mas também “um remanejamento destrutivo-construtivo das possibilidades e normas cristalizadas de determinada linguagem” (p. 48).

Sendo um assunto extenso, o recorte de intertextualidade aqui abordado foca na compreensão da análise das obras *A persistência da memória* (1931) e *Niger, 'Food Crisis'* (2010). As duas obras possuem contextos (à primeira vista) diferentes, assim como foram produzidas em épocas diferentes. Porém, como supracitado, a intertextualidade entra como o fio condutor entre as duas pois, por meio de interpretações e contextualizações mais aprofundadas, consegue-se construir semelhanças entre os textos.

## **METODOLOGIA**

Inicialmente, este trabalho contou com uma pesquisa bibliográfica a respeito de intertextualidade e leitura de imagens. Foram utilizados autores estudiosos de Mikhail Bakhtin, como Kristeva (2005), que aborda os conceitos sobre o tema aqui discutido. A autora escolhida para basear a leitura das imagens foi Housen (*apud* KEHRWALD, 2009).

Como já mencionado, as imagens analisadas por este trabalho foram a fotografia de Marco Di Lauro, premiada pelo *World Press Photo 2011*, intitulada *Niger, 'Food Crisis'*, e a pintura de Salvador Dalí, *A persistência da memória*, de 1931 (Figuras 1 e 2).

Gil (2002) define uma análise qualitativa como dependente de diversos fatores, como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que foram utilizados na investigação. Ainda ressalta que “pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório” (p. 133). Este trabalho realizou a leitura das duas imagens com base nos cinco estágios de Housen, o que o torna uma análise qualitativa.

De acordo com Housen (*apud* KEHRWALD, 2009), a imagem pode ser lida por meio dos seguintes estágios: (i) *descritivo, enumerativo e narrativo* - nesse primeiro estágio, o leitor identifica cores, formas, temas e inventa histórias a respeito do que está vendo; (ii) *construtivo* - aqui o leitor procura representações figurativas, o que se parece com a realidade; (iii) *classificativo* - nessa etapa o leitor classifica a obra na tentativa de entendê-la a partir da análise da estrutura, da técnica utilizada, dos elementos formais e do modo como expressam significado; (iv) *interpretativo* - o leitor realiza uma interpretação a partir das informações contidas na imagem e seus sentimentos em relação a ela; (v) *recriativo* - por fim, no estágio recriativo o leitor relaciona conhecimentos que possui sobre arte e sobre a obra em análise, recriando a obra a partir da sua interpretação.

### **Análise das imagens**

Tratando da pintura *A persistência da memória*, no estágio i da leitura da imagem identificam-se os seguintes elementos: três relógios disformes, aparentemente derretidos, um rosto disforme ao chão, uma paisagem terrosa, uma oliveira e um relógio de bolso virado para baixo. Acima do relógio de bolso encontram-se formigas, e acima de um dos relógios disformes nota-se uma mosca. Completando a paisagem de fundo da pintura, há montanhas. As cores são quentes - majoritariamente tons de marrom, laranja e dourado. O rosto e os relógios disformes possuem tons de branco e bege. O tema predominante da pintura é o passar do tempo e como as coisas são dissolvidas por ele.

No estágio ii os elementos próximos da realidade identificados são os relógios que, apesar de distorcidos, ainda são facilmente reconhecíveis. Mais quatro elementos são facilmente reconhecidos ao analisar a pintura: a árvore, a mosca, as formigas e, ao fundo, as montanhas.

A partir do estágio iii identificamos que Dalí era um pintor do surrealismo, movimento artístico que, segundo Gombrich (1993, p. 470-471), teve o nome cunhado em 1924, “a fim de expressar o anseio dos jovens artistas de criarem algo mais real do que a própria realidade, quer dizer, algo de maior significado do que a mera cópia daquilo que vemos”. Ainda ressalta que os surrealistas procuravam sondar estados mentais em que o que está oculto no inconsciente pudesse vir à superfície. Salvador Dalí foi um dos principais artistas do surrealismo, Gombrich (1993, p. 471) afirma que “em alguns de seus quadros, misturou fragmentos surpreendentes e disparatados do mundo real [...] e dá-nos a sensação obsessiva de que deve existir algum nexo nessa loucura aparente”. Ele afirma que o pintor fazia cada forma representar muitas coisas ao

mesmo tempo, e isso concentra nossa atenção nos significados possíveis de cada elemento de suas obras.

Já no *estágio iv* verifica-se que principalmente por ser uma obra de Dalí, ela tem potencial de despertar diversas interpretações ou significados. Gombrich (1993) ressalta que pelo fato do artista fazer cada forma representar muitas coisas ao mesmo tempo, isso pode concentrar a atenção das pessoas nos muitos significados possíveis de cada cor e de cada forma.

A partir de certos elementos da pintura – os relógios e os insetos –, percebe-se um forte retrato da passagem do tempo e de como as coisas são perecíveis e efêmeras. E esse é o sentimento principal que a pintura transfere, além da sensação de estranhamento pelos componentes disformes. As cores e os traços da pintura a transformam em uma imagem com aspecto de sonho, de algo que não é real. Gombrich (1993) afirma que os surrealistas se baseavam nas ideias de Sigmund Freud para colocar em prática suas obras. O pai da psicanálise relatava que quando os pensamentos ficam entorpecidos, a criança e o selvagem que existem em nós passam a dominar. Dessa forma, os artistas do surrealismo declararam que a arte nunca pode ser feita pela razão completamente desperta, “podiam admitir que a razão pode dar-nos a ciência, mas afirmavam que só a não-razão pode dar-nos a arte” (p. 471).

A partir do *estágio v*, pode-se dizer que os relógios disformes existem na obra para expor que, apesar do ser humano utilizar meios físicos e numéricos para marcar a passagem do tempo, eles também não significam nada. Contar as horas acaba sendo uma ilusão de estabilidade que tem como objetivo reger e “organizar” a vida dos seres humanos. Porém o tempo consome tudo, e essas formas de “controle” são dizimadas por ele da mesma maneira. Se os relógios derretendo ainda não são o suficiente para demonstrar esse raciocínio, existe a mosca, que parada acima de um dos relógios, demonstra como tudo é perecível. Ainda sobre os relógios no quadro *A persistência da memória*, Braga (2009) ressalta:

Assim, parece que os relógios que ali vemos e que sabemos que nos são úteis para marcar ou medir o tempo estão expostos a uma condição que os deforma quase ao ponto de deixarem de ser o que são. No momento expresso no quadro, ainda podemos dizer que são relógios, mas talvez com a persistência

e a continuidade do calor ou da luz, em outro momento possam deixar de ser reconhecidos ou até desaparecer em uma mistura sem forma nem cor definidas. Há então ali a evidência de algo que age e persiste além da possibilidade do tempo ser medido, ordenado, linear. A ordem da definição visível, palpável, não resiste a uma outra ordem mais intensa, mais ampla, e também incessante, porque segue acontecendo. (BRAGA, 2009, p. 1-2).

Desse modo, a afirmação da autora corrobora com a ideia da ilusão do tempo, que representado por meio dos relógios disformes passa o significado de que, independente dos instrumentos utilizados para medi-lo, ele passa por cima de tudo, persiste.

Na imagem *Niger, 'Food Crisis'*, identificam-se os seguintes elementos no *estágio i*: carcaças de gado, uma galinha, uma pessoa ao fundo em uma paisagem desértica e terrosa, duas árvores sem folhas e sangue. As cores da imagem são, em sua maioria, tons de marrom e vermelho, com o contraste do branco em alguns elementos. O tema que predomina na fotografia, sem a adição do contexto, é a morte dos animais ali presentes.

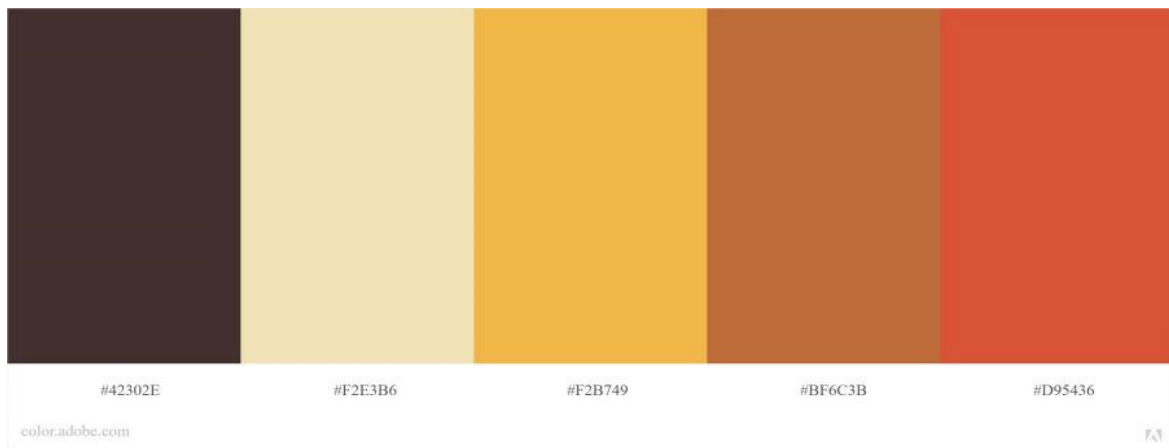
Quanto ao *estágio ii*, é possível dizer que todos os elementos são próximos da realidade, pois a fotografia foi feita de uma situação real, não encenada, e tem uma figuração icônica. A partir do *estágio iii* identificamos que essa fotografia é um retrato da fome na Nigéria. De acordo com o *site* “comerciantes de carne compram gado moribundo, matam os animais, cozinham a carne ali mesmo e vendem para a região próxima” (WORLD PRESS PHOTO, 2011). Sem locais refrigerados para guardar carne, os fazendeiros locais não tinham opção e precisavam vender seu gado moribundo por uma fração do valor para comprar comida, pois a Nigéria estava passando por uma grave crise de fome, em 2010.

Com o *estágio iv*, fixamos o conceito a partir das informações contidas na imagem, sendo elas a morte, a fome e a falta de recursos. A fotografia gera preocupação, carrega consigo a seriedade de uma realidade vivenciada por muitas pessoas no mundo. Mas de seu jeito único, a imagem ainda possui beleza, por mais que cause estranhamento. Já a partir do *estágio v* verificamos que, há potencial de uma interpretação mais direta do que a imagem retrata: ali, todos estão passando fome. Quem compra o gado que está morrendo para vender aos vizinhos, quem vende o gado pois não tem onde guardar, e a vizinhança que também compra para se alimentar. É um retrato da crueldade do mundo, do capitalismo. Capitalismo que inclusive explora essa realidade ao produzir essas fotografias.

Juntando as duas obras, entramos mais diretamente na intertextualidade. De acordo com Sollers (*apud* SAMOYAULT, 2008, p. 17) “todo texto situa-se na junção de vários textos dos quais ele é ao mesmo tempo a releitura, a acentuação, a condensação, o deslocamento e a

profundidade”. De certo modo, as duas imagens lembram uma a outra, seja pelas cores utilizadas ou pelo elemento das árvores secas (Figura 3 e 4).

**Figura 3. Paleta de cores de “Niger ‘Food Crisis’”**



**Fonte: Autoria própria (2021).**

**Figura 4. Paleta de cores de “A persistência da memória”**



**Fonte: Autoria própria (2021).**

Mas o ponto principal aqui ressaltado é a junção dos significados e interpretações: as duas imagens, de sua maneira, retratam a passagem do tempo, a efemeridade das coisas e como tudo padece, tem um fim: na obra de Dalí, isso é representado através dos relógios e insetos, e na fotografia de Marco Di Lauro, isso é exposto de maneira mais literal, por meio das carcaças de gado estiradas no chão (Figura 5).

**Figura 5. Representação da passagem do tempo nas imagens analisadas**



Fonte: A persistência da memória (1931)/Niger, 'Food Crisis' (2010).

Barthes (*apud* SAMOYAULT, 2008, p. 24) afirma que "o intertexto é um campo geral de fórmulas anônimas, cuja origem é raramente localizável, de citações inconscientes ou automáticas, feitas sem aspas". Sendo a intenção ou não do autor da fotografia, sua obra possui semelhanças com a pintura. A intertextualidade é inconsciente e está presente em todos os tipos de criação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar as duas imagens (Figura 1 e Figura 2) e compará-las a partir dos conceitos de intertextualidade. Desta forma, utilizamos os cinco estágios de Housen (*apud* KEHRWALD, 2009) para colocar esta análise em prática. Como resultado, foi possível chegar na conclusão de que existem semelhanças que vão além da estética, são conceituais.

Essa pesquisa nos mostrou a importância e necessidade de explorar as relações entre mídias de contextos distintos e que guardam potencial de significação, uma vez que as aproximamos.

A partir da análise realizada, percebemos que, de certo modo, as duas imagens lembram uma a outra, seja pelas cores utilizadas ou pelo elemento das árvores secas. Mas o ponto principal aqui ressaltado é a junção dos significados e interpretações: as duas imagens, de sua maneira, retratam a passagem do tempo, a efemeridade das coisas e como tudo padece, tem um fim: na obra de Dalí, isso é representado através dos relógios e insetos, e na fotografia de Marco Di Lauro, isso é exposto de maneira mais literal, por meio das carcaças de gado estiradas no chão.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRAGA, Eneida Cardoso. A persistência da memória - relógios, repetições e transformações. 2009. Disponível em: <<https://sig.org.br/bkp/wp-content/uploads/2015/04/apersistnciadamemria8208relgiosrepetiesetrformaes.pdf>> Acesso em: 02 de dez. de 2021.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMBRICH, E. H. A história da arte. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A., 1993.

KEHRWALD, Maria Isabel Petry. Ensino da arte e as astúcias da intertextualidade: pedagogias do olhar. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009, Porto Alegre.

KRISTEVA, Julia. Introdução à semanálise. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

LUCAS, Cássio de Borba. SILVA, Alexandre Rocha da. Júlia Kristeva e a semanálise: dos dialogismos às significâncias. *Animus*, Santa Maria, v. 17, n. 34, p. 39-51, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/29032>> Acesso em: 10 de dez. de 2021.

SAMOYAUULT, Tiphaine. A intertextualidade. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

TACCA, Fernando de. Fotografia: intertextualidade e hibridismos. *Discursos fotográficos*, Londrina, v. 3, n. 3, p. 113-132, 2007. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1496>> Acesso em: 16 de ago. de 2021.

WORLD PRESS PHOTO. Niger, 'Food crisis'. Holanda: World Press Photo, 2011.

Disponível em:

<<https://www.worldpressphoto.org/collection/photo/2011/30126/1/2011MarcoDi-LauroCI-1>> Acesso em: 10 de ago. de 2021.

**Capítulo 41 - DOI:10.55232/1083002.41**

**ENGAJAMENTO NO TRABALHO: ESTADO DA ARTE  
DAS PUBLICAÇÕES DE UMA DÉCADA NAS  
PLATAFORMAS SCIELO E SPELL**

**Hewellen Rayssa Matos De Almeida, David Lima Dos Santos Neto e Flavia Furtado Rainha Silveira**

**RESUMO:** Esta pesquisa teve como objetivo realizar uma análise de bibliométrica e de conteúdo de produções nacionais sobre o Engajamento no trabalho nas organizações públicas e privadas, entre os anos de 2011 e 2020. Por Engajamento no trabalho entende-se o estado mental positivo e satisfatório composto por vigor, dedicação e absorção que geram a sensação de bem-estar, preenchimento e identificação com o trabalho. Com uso de uma abordagem mista - quantitativa e qualitativa - utilizou-se, respectivamente, a lei de Bradford e Análise Categorical de Bardin. Foram identificados e analisados 25 artigos, utilizando como referência os trabalhos indexados na plataforma Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Com isso, foi possível definir a zona de maior relevância (núcleo), composta por quatro periódicos, sendo eles: Revista de Administração; Revista de Administração Contemporânea; Revista de Carreiras e Pessoas e Revista Brasileira de Gestão de Negócios. A análise de conteúdo foi realizada com os cinco artigos que versavam sobre engajamento no setor público. Os resultados indicaram que as publicações podem ser organizadas em três categorias, sendo elas: conceituação de engajamento no trabalho nas organizações públicas, metodologia utilizada e resultados relevantes. As publicações com esta temática aplicada ao setor público no período indicado foram feitas em periódicos distintos. Portanto, percebeu-se a escassez de produções científicas envolvendo o engajamento no trabalho, principalmente, no setor público.

**Palavras-chave:** Engajamento no trabalho, Engajamento, Análise Bibliométrica



## **INTRODUÇÃO**

As organizações encontram-se em um cenário de constantes e rápidas mudanças. Em meio a esse contexto, as organizações têm enfrentado diversos desafios para fazer frente e acompanhar as transformações de um mundo que muitos denominam VUCA - acrônimo cunhado primeiramente na década de 1990 pela *Army War College Library*, o qual designa as principais características da contemporaneidade: *Volatility* (volatilidade), *Uncertainty* (incerteza), *Complexity* (complexidade) e *Ambiguity* (ambiguidade). Na Administração Pública não é diferente. As rápidas transformações ocasionadas pelos avanços das ferramentas das tecnologias da informação e comunicação, que conectam e informam, geram mudanças no perfil dos cidadãos-usuários, bem como dos próprios agentes públicos (ANTONACOPOULOU, 2018).

De acordo com Modesto (2018), para fazer *jus* ao perfil de cidadão-usuário mais ciente dos seus direitos e que demanda atendimento público eficiente, eficaz, efetivo e com mais qualidade, se faz necessário investir no engajamento dos agentes públicos. Isto porque as organizações que contam com colaboradores motivados tendem a obter níveis elevados em seus resultados, visto que a valorização do capital humano pode ser uma aliada para que o desempenho da organização seja positivo.

Por engajamento entende-se o estado mental que se depreende de vários fatores, entre eles a satisfação no trabalho, a qualidade de vida, a valorização profissional, o equilíbrio entre os resultados esperados pela organização e o retorno recebido pelo funcionário (MAGNAN *et al.*, 2016). Diz respeito ao estado emocional e psicológico retratado pelo vigor, dedicação e concentração no indivíduo no labor (SCHAUFELI; BAKKER, 2004).

Não obstante à importância desse vínculo do indivíduo com a organização denominado engajamento, especificamente na Administração Pública, verifica-se cenário nacional pautado no burocratismo, na hierarquia rígida e nos processos letárgicos que limitam, desanimam os servidores públicos e influenciam na satisfação e o desenvolvimento dos servidores, podendo levar a um ciclo de desmotivação (KJELDSEN; HANSEN, 2018).

O estudo sobre o engajamento no trabalho no serviço público é considerado recente na realidade brasileira. Nessa perspectiva, é importante analisar o fator individual de cada servidor público, como também os fatores organizacionais e sociais que fomentam o desenvolvimento do engajamento no trabalho. (PEREIRA; LOPES, 2019).

Com base na importância desse construto para a gestão do serviço público, o presente artigo tem como intuito responder ao seguinte questionamento de pesquisa:

**Qual o cenário das produções científicas nacionais sobre engajamento no trabalho, disponíveis nas plataformas *SciELO* e *Spell*, durante o período de 2011 a 2020?**

A supracitada pergunta de pesquisa norteou o delineamento da presente pesquisa, de tal forma que daí derivou-se os seguintes objetivos:

**Objetivo geral:**

Identificar o cenário nacional das produções científicas, nas plataformas *SciELO* e *Spell*, de uma década de artigos sobre o engajamento no trabalho (2011 a 2020).

**Objetivos específicos:**

- i) Verificar os periódicos que mais publicaram sobre o tema no período de 2011 e 2020;
- ii) Identificar os autores que se destacaram quanto ao número de publicações;
- iii) Verificar o gênero dos autores dos artigos publicados sobre a temática;
- iv) Identificar o ano com o maior número de publicações em engajamento no Trabalho;
- v) Identificar as metodologias comumente utilizadas nos artigos encontrados nas plataformas *ScieLO* e *Spell*, no período de 2011 a 2020; e
- vi) Sumarizar os resultados encontrados nos artigos das plataformas *ScieLO* e *Spell*, no período de 2011 a 2020, em termos de engajamento no trabalho nas organizações públicas.

Esta pesquisa se justifica pela relevância do assunto nas organizações e pelas contribuições que poderá trazer nos âmbitos acadêmico e profissional. Quanto ao âmbito acadêmico, este estudo poderá contribuir para futuras produções sobre o tema, abrindo espaço para campos do assunto ainda não pesquisados, tornando-se fonte de pesquisa e estudos; contribuindo para maior formação de conhecimento na área de Comportamento Organizacional e de Gestão de Pessoas.

Quanto ao âmbito profissional, o presente estudo poderá contribuir na divulgação do entendimento do conceito de engajamento no Trabalho, com objetivo de disseminar a informação no ambiente organizacional, principalmente no que se refere à Administração Pública, favorecendo o aumento da qualidade de vida e da produtividade no trabalho. Ademais, possibilitará que as organizações tomem conhecimento da importância da

implementação de políticas que fomentem o engajamento no trabalho, de modo que busquem um equilíbrio entre demandas e recursos de trabalho, aumentando, assim, o desempenho e os resultados de seus funcionários, bem como da respectiva organização.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste Capítulo, será apresentado o cenário atual e histórico da Administração Pública no Brasil. Em seguida, será apresentado o conceito de engajamento e os seus pressupostos. Por fim, será dado enfoque ao engajamento no setor público.

### **Administração pública no Brasil e o cenário atual**

A Administração Pública brasileira passou por três modelos de gestão. O primeiro deles foi o patrimonialista, onde não havia distinção entre os bens públicos e privados, sendo que o Estado era tido como propriedade do soberano, os cargos eram de livre nomeação pelo chefe do poder, que tinha liberdade para direcioná-los em função de seus interesses. O período em questão foi marcado pela arbitrariedade, clientelismo, corrupção e nepotismo (PALUDO, 2016).

Bresser-Pereira (2001) assegura que o Brasil era um Estado oligárquico dominado por uma elite de senhores de terra e de políticos patrimonialistas. De acordo com Paludo (2012), o Estado não tinha como objetivo prestar serviços à população, desta forma, os benefícios oriundos do Estado não eram direcionados ao povo e sim a um grupo específico designado e chefiado pelo soberano do poder. O Patrimonialismo permaneceu em vigor até a década de 1930, quando foi substituído pela administração burocrática que tinha como objetivo mitigar as falhas do Patrimonialismo, como o clientelismo, o nepotismo e a corrupção.

A implementação do modelo de administração burocrática se deu em função das necessidades advindas do desenvolvimento industrial e da emergência de um capitalismo moderno no país, sendo que nesse contexto era necessário separar o que era público do que era privado e fazer o distanciamento entre o político e o administrador público (BRESSER-PEREIRA, 1996). A principal característica da reforma burocrática era a ênfase nos processos, ou seja, as atenções estavam concentradas nos meios e nas atividades da administração e pouco se preocupava com as atividades fins (PALUDO, 2016).

A reforma burocrática foi importante e necessária a sua época quando tinha como intuito acabar com as práticas patrimonialistas do Estado, mas deixou de ser viável pelo excesso de burocracia, na medida em que os processos passaram a ser mais importantes que a própria execução do serviço. Neste sentido, a Administração Burocrática não conseguiu acompanhar o processo de globalização e industrialização, visto que o engessamento e o controle excessivo fizeram com que o modelo se tornasse obsoleto (SOUZA, 2019).

Em 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE, tendo como ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira. No mesmo ano de 1995, foi implementada por Bresser-Pereira a Reforma Gerencial a partir do PDRAE – Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado. O principal objetivo do plano era substituir o modelo burocrático pelo modelo gerencial a fim de promover uma melhora funcional na administração pública. Por este modo, o modelo gerencial busca adotar uma máquina pública com mais eficiência, visando a redução dos custos, eficácia no alcance dos objetivos e efetividade com intuito de beneficiar o cidadão. A reforma gerencial instituiu um governo mais competitivo, com flexibilidade e autonomia dos gestores e fomentando a qualidade dos serviços públicos prestados para atender as necessidades dos cidadãos (BRESSER-PEREIRA, 2000).

Neste diapasão, no ano de 1998, com a emenda constitucional nº 19, foi incluído o princípio da eficiência na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. De acordo com Meirelles (1996),

dever de eficiência é o que impõe a todo agente público realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional[...]. exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros (MEIRELLES, 1996, p.90),

Para atender aos pressupostos do modelo gerencial, o PDRAE menciona a necessidade de se investir em diagnóstico que parta de alguns questionamentos, entre eles encontra-se a seguinte indagação: "Para exercer as suas funções, o Estado necessita do contingente de funcionários existente? A qualidade e a motivação dos servidores são satisfatórias? Dispõe-se de uma política de recursos humanos adequada?" (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 22). Portanto, percebe-se no referido documento que a modernização da Administração Pública e as correções das disfunções do modelo burocrático perpassa, entre outras coisas, o investimento nas políticas de gestão de pessoas.

Passados 26 anos do PDRAE pergunta-se o quanto as políticas de gestão de pessoas avançaram na Administração Pública brasileira? Para Vergara (2016), as pessoas que trabalham nas organizações são consideradas o seu maior ativo. Por este modo, se faz necessário um olhar para os talentos organizacionais que considere o seu papel estratégico para o alcance da missão, da visão e dos objetivos da organização. As pessoas formam o capital humano, que traz em seu bojo, o capital intelectual e as competências necessárias para que a organização sobreviva e atenda às necessidades dos seus clientes internos e externos.

Na perspectiva de contribuir com os estudos que apontam na direção da importância das pessoas e dos aspectos subjetivos do comportamento humano para o desempenho organizacional, diversas áreas têm se ocupado em estudar as necessidades de bem-estar e felicidade das pessoas que trabalham nas organizações. Isto porque tanto teoricamente quanto empiricamente foi sendo constatado que as emoções, como o contentamento e a satisfação, e os comportamentos dos colaboradores poderiam influenciar o desempenho individual e os resultados organizacionais (BASTOS *et al.*, 2013).

Neste sentido, Comportamento Organizacional é a área multidisciplinar que busca prever, explicar, compreender e modificar o comportamento das pessoas, dos grupos e da própria estrutura da organização. Para tanto, recebe contribuições de várias áreas, como a Administração, a Economia e a Psicologia, no intuito de melhorar indicadores como a produtividade, a satisfação, a cidadania organizacional, o absenteísmo e a rotatividade (ROBBINS, 2005).

Entre as áreas que contribuem para os estudos em Comportamento Organizacional encontra-se a Psicologia. Mais recentemente, um dos ramos dessa ciência, a Psicologia Positiva, tem reunido evidências científicas com o intuito de compreender as qualidades positivas das pessoas que as fazem prosperar e levar uma vida saudável. Inicialmente cunhada por Martin Seligman, que era, à época, presidente da Associação Americana de Psicologia - APA, intenta compreender e ajudar as pessoas a construir forças e virtudes, não obstante ao que a Psicologia havia se debruçado até então, haja vista ter se preocupado somente com o reparo do que era disfuncional nos seres humanos (PALUDO; KOLLER, 2007).

No que tange ao Comportamento Organizacional, a Psicologia Positiva contribui nos aspectos micro organizacionais, pois visa identificar, fortalecer e desenvolver os talentos e as potencialidades individuais, criando um ambiente saudável que possa fornecer qualidade

de vida e bem-estar aos indivíduos. Neste sentido, as contribuições da Psicologia Positiva e do Comportamento Organizacional Positivo foram fundamentais para o desenvolvimento dos estudos sobre o engajamento no trabalho, o qual será delineado a seguir (VAZQUEZ, 2018).

## **Engajamento no trabalho**

De acordo com Zanelli, Borges-Andrade e Bastos (2014), diante das mudanças típicas do contexto atual, as organizações têm buscado investir no fortalecimento dos vínculos que os trabalhadores desenvolvem com o trabalho que realizam e com a própria organização. Um desses vínculos é o engajamento. Apesar de ser um conceito pouco explorado e de difícil definição (CID, 2018), o engajamento é caracterizado como um estado mental positivo e energizante que influencia os resultados organizacionais e o desempenho no trabalho. O engajamento refere-se à intensa energia e à dedicação dispensada ao trabalho (SCHAUFELI *et al.*, 2002; SCHAUFELI; BAKKER, 2004).

O engajamento é um estado mental positivo, cujos esforços e energia são direcionados em prol do trabalho realizado, o qual proporciona melhora no desempenho do indivíduo e da organização. É, portanto, uma variável que promove vantagem competitiva da organização e melhores resultados (BAKKER; LEITER, 2010).

Sob o ponto de vista do trabalhador, o engajamento gera emoções positivas como prazer, felicidade, entusiasmo e bem-estar, além de contribuir de maneira positiva para a saúde (MAGNAN, 2016). Trabalhadores engajados demonstram maior satisfação com o trabalho que realizam, têm menor intenção em deixar a organização, têm mais propensão a ter melhor saúde mental, mais comportamento pró-social e mais disposição em engajar-se em programas de capacitação (SCHAUFELI *et al.*, 2013).

Alguns fatores são considerados antecedentes, ou, em outras palavras, levam ao engajamento, sendo eles os recursos pessoais e os recursos e suporte ao trabalho dispensado pela organização (BAKKER; DEMEROUTI, 2012; BAKKER; LEITER, 2010). Recursos pessoais como otimismo, autoeficácia (crença do indivíduo de que é capaz de realizar uma tarefa) e autoconfiança são elementos característicos ou traços pessoais que auxiliam o trabalhador a se relacionar com as demandas de trabalho. Já os recursos de trabalho, como,

autonomia, apoio social, *feedback* de desempenho e apoio da chefia imediata, são elementos que fornecem condições para a conquista dos objetivos (BAKKER; DEMEROUTI, 2012).

Em perspectiva histórica realizada por Welch (2011), verifica-se que o engajamento no trabalho foi cunhado primeiramente por Kahn (1990). Para este autor, o engajamento influencia diretamente o esforço, a energia e a dedicação do indivíduo em relação ao trabalho que realiza. Portanto, para Kahn (1990), um trabalhador engajado está conectado fisicamente, emocionalmente e cognitivamente com seu trabalho.

O segundo período dos estudos e pesquisas sobre engajamento, nos dizeres de Welch (2011), se deu em meados dos anos 2000 e 2005, tendo sido marcado pelos trabalhos de Maslach *et al.* (2001), Harter *et al.* (2002) e Schaufeli *et al.* (2002). Assim, Schaufeli, Salanova, Gonzalez-Romá e Bakker (2002) apontaram que o engajamento e burnout são construtos opostos e independentes, ainda que apresentem correlação negativa em seus resultados. A síndrome de *burnout* é definida por exaustão física, psicológica e emocional, em razão do grande esforço laboral (CASTRO *et al.*, 2020). Mesmo que o engajamento seja marcado pelo entusiasmo e pela energia no trabalho e o burnout abranger o esgotamento e a falta de energia para se dedicar ao trabalho. Para Schaufeli e Bakker (2004), esses são dois fenômenos opostos e por isso devem ser avaliados por seus próprios instrumentos, pois são independentes. Obregon *et al.* (2020, p. 78) completam essa questão trazendo os resultados de uma pesquisa que realizaram, afirmando que "onde o engajamento é baixo, não necessariamente as pessoas terão *burnout*, mas se o engajamento for alto, dificilmente elas desenvolverão a Síndrome de burnout".

Importante destacar que, Schaufeli *et al.* (2002) propõem que o engajamento está relacionado a três dimensões, sendo elas: o vigor, a dedicação e a absorção. O vigor diz respeito à energia e esforço, ou seja, à resiliência mental do indivíduo. Já a dedicação diz respeito ao entusiasmo em desenvolver as tarefas. Trata-se, pois, de um estado de alto grau de envolvimento e identificação com o trabalho, onde o indivíduo se sente conectado com o desenvolvimento de suas atividades laborais, experimentando prazer, inspiração, entusiasmo, orgulho e reconhece significado no trabalho (ALVES *et al.*, 2020). Absorção é a sensação de bem-estar no trabalho levando à concentração nas atividades, de tal forma a deixar-se consumir por aquele trabalho, sem notar o passar do tempo (KOBERNOVICZ; STEFANO, 2020). Este último elemento do engajamento pode se aproximar do que Csikszentmuhalyi (2020) caracteriza como estado de fluxo, ou *flow*, onde o indivíduo encontra-se totalmente envolvido e imerso naquilo que está fazendo justamente por fazer

aquilo que lhe é prazeroso. Trata-se, pois, de um estado de foco e concentração que emerge em uma situação de prazer e harmonia.

Na abordagem de Maslach e Leiter (1997 *apud* CID, 2018, p. 22), o engajamento no trabalho é um estado positivo, persistente, afetivo-motivacional e de realização. Logo, o indivíduo engajado demonstra envolvimento e eficácia em suas ações, conseqüentemente, elevando seus resultados. Já na visão de Harter *et al.* (2002), o engajamento fomenta a satisfação, o entusiasmo e, principalmente, o envolvimento no trabalho.

O terceiro período de estudos e pesquisas delineado por Welch (2011) aponta na direção da abordagem multidimensional de Saks (2006), para quem o engajamento no trabalho provém do vínculo que os indivíduos desenvolvem com o trabalho que realiza e com a organização que faz parte, marcado pelas relações de troca, pela interdependência recíproca e pelos vínculos que o empregado desenvolve com a organização e com o trabalho que realiza. Um desses vínculos é a percepção de justiça distributiva e de procedimento, sendo que a justiça distributiva trata da percepção de equidade na distribuição das recompensas distribuídas pela organização em contrapartida aos esforços que foram empreendidos, ou seja, está relacionado ao que será distribuído. Já a percepção de justiça procedimental aborda a percepção de que são justos os processos e critérios de distribuição das tarefas (SIQUEIRA; JUNIOR, 2014)

Conforme Cid (2018), o engajamento é compreendido como um estado estável e persistente na vida do colaborador engajado, não sendo apenas uma motivação momentânea, mas uma característica duradoura. Dessa forma, o engajamento no trabalho facilita o desenvolvimento da organização, pois esse desempenho profissional tende a se perpetuar ao longo do tempo, logo, produzindo ótimos resultados operacionais, sociais e econômicos para as instituições (SCHAUFELI; TARIS, 2014).

Portanto, por seus efeitos positivos sobre os resultados organizacionais e a saúde e o bem-estar do trabalhador, o engajamento no trabalho tornou-se uma importante ferramenta de gestão estratégica nas organizações. Tal afirmação se justifica porque o engajamento no trabalho influencia diretamente nos resultados das organizações, não somente para o bem-estar e a satisfação dos indivíduos, mas, também, para a melhora dos resultados organizacionais. Por consequência, aumenta a qualidade e a efetividade dos colaboradores no âmbito de suas funções laborais (SAKS, 2006).

Nesta perspectiva, é importante que as políticas e as práticas de gestão de pessoas considerem o equilíbrio entre o alcance dos objetivos organizações e as demandas dos



trabalhadores, de tal forma a equilibrar a carga de trabalho, evitando o controle excessivo, promovendo recompensas individuais e coletivas, reforçando o sentimento de pertença à equipe e promovendo a percepção de justiça organizacional (BAKKER; ALBRECHT; LEITER, 2011).

Bakker, Demerouti e Brummelhuis (2012) dissertam sobre pontos importantes para fomentar o engajamento no trabalho, quais sejam: i) *designer* do trabalho, que é deixar claro os papéis e as funções que o trabalhador deve exercer; ii) proporcionar autonomia para os trabalhadores realizarem as tarefas; iii) criar cultura de *feedback* constante a fim de alinhar os comportamentos e os processos e, por fim, iv) promover o desenvolvimento pessoal para evolução do trabalhador. Esses pontos são pertinentes nas organizações privadas e se aplicados na Administração Pública, podem promover estratégias organizacionais que possibilitem o fomento ao engajamento dos servidores (MACEY et al., 2008).

### **Engajamento no Trabalho no Serviço Público**

As organizações brasileiras estão concentradas em bases burocráticas, construídas em uma hierarquia rígida e com processos letárgicos que limitam, desanimam os servidores públicos e influenciam na satisfação e no desenvolvimento dos servidores, podendo levar a um ciclo de desmotivação (KJELDSEN; HANSEN, 2018).

Os estudos sobre engajamento no trabalho no serviço público são considerados recente no cenário brasileiro. Nessa perspectiva, é importante analisar o fator individual de cada servidor público, como também os fatores organizacionais e sociais que fomentam intrinsecamente o desenvolvimento do engajamento no trabalho (PEREIRA; LOPES, 2019).

Portanto, é de suma importância que os servidores públicos estejam engajados. Seja na perspectiva de desenvolverem o seu trabalho com energia (vigor), estando conectados com o desenvolvimento do trabalho (dedicação), como, também, focados nas suas funções laborais (absorção). Dessa maneira, ao desenvolver essas habilidades nos servidores o serviço público terá uma melhora na qualidade dos serviços prestados (PEREIRA; LOPES 2019).

Desta forma, é de suma importância fomentar o atendimento de qualidade à sociedade de uma forma efetiva na perspectiva de engajar os servidores públicos para que busquem um melhor desempenho na produtividade e na qualidade dos serviços prestados (CARVALHO; OLIVEIRA; SILVA, 2013).

## **METODOLOGIA**

A análise desta pesquisa artigo fundamentou-se na análise bibliométrica, Lei de Bradford e análise de conteúdo categorial de Bardin.

### **Tipo de pesquisa**

Esta pesquisa é definida como de abordagem mista e descritiva. É, ainda, um estudo bibliométrico, realizado com base em um levantamento bibliográfico de produções científicas. Foram utilizados dados secundários, ou seja, dados já existentes. Segundo Gil (2010), a pesquisa descritiva tem por objetivo descrever as características de um grupo populacional ou de um fenômeno, ou expor relações entre variáveis.

A análise bibliométrica consiste em uma técnica utilizada para medir os índices de produção e alcance do conhecimento científico.

A técnica bibliométrica, como mencionado por Soares *et al.* (2016):

[...] é um método de análise quantitativa para a pesquisa científica. Os dados elaborados por meio dos estudos bibliométricos mensuram a contribuição do conhecimento científico derivado das publicações em determinadas áreas (SOARES *et al.*, 2016, p. 1).

Sua abordagem, quanto à natureza, é mista, sendo: quantitativa, ao realizar a análise bibliométrica da produção acadêmica entre 2011 e 2020; e qualitativa, ao ser realizada a análise de conteúdo dos artigos específicos do setor públicos.

### **Universo ou amostra**

A amostra foi selecionada mediante pesquisa do tema na página inicial das bases de dados *Scielo* e *Spell*, sem delimitação de uma parte específica em que o tema aparecia no texto. Quanto ao recorte temporal, filtrou-se um período de 10 anos, sendo esse correspondente a 2011 a 2020. Além disso, foram aplicados os seguintes filtros: idioma, sendo restringido ao português; “artigo”; “Brasil”, e, por fim, quanto ao tipo de periódico, foi marcada a opção “todos”.

Após a exclusão dos artigos repetidos e que não possuíam relação com a temática, a amostra final contou com um total de 25 artigos, os quais 12 na eram da plataforma *SciELO* e 13 da plataforma *Spell*. A fim de realizar análise de conteúdo dos artigos que versavam sobre engajamento no serviço público, foi feito um novo filtro, separando os que abordavam a realidade em questão.

## **Análise bibliométrica e Lei de Bradford**

A análise bibliométrica foi realizada por meio da Lei de Bradford, sendo que nesta pesquisa foi utilizado o editor de planilhas *Microsoft Excel (2019)* para análise e contabilização dos periódicos e demais dados.

A Lei de Bradford, de acordo com Dias (2015), faz uma estimativa dos graus relativos de relevância de títulos de periódicos em área(s) específica(s) do conhecimento. Araújo (2006) afirma que, para Bradford “ordenando uma grande coleção de periódicos em ordem de produtividade decrescente relevante a um dado assunto, três zonas aparecem, cada uma contendo 1/3 do total de artigos relevantes” (ARAÚJO, 2006, p. 14).

## **Análise dos dados**

Para a análise bibliométrica, seguiu-se a metodologia de análise de dados utilizada por Pinheiro (1982), contemplando as seguintes etapas:

- **Obtenção dos dados:** realizou-se uma pesquisa com a temática engajamento no trabalho, nas plataformas *SciELO* e *Spell*.

- **Exportação dos dados:** os dados obtidos foram transcritos para uma planilha do *Software Excel (2019)*, com os seguintes campos: Periódico, Ano de publicação, Nome do(s) autor(es) e Nome da(s) autora(s).

- **Organização dos dados na planilha:** foi selecionada a coluna dos periódicos e inserida uma tabela dinâmica sobre tais dados, gerando uma nova planilha que se encarregou por quantificar automaticamente a frequência de cada um dos periódicos. Diante disso, os dados foram classificados em ordem decrescente de produtividade, sendo as colunas denominadas de *Ranking* e número de artigos acumulados por periódico.

- **Divisão dos periódicos de cada zona:** nesta etapa, houve a divisão do número total de contribuições, que é composto por 25 artigos, pelo número de zonas básico ( $z$ ), que, conforme mencionado acima, perfaz 3 zonas. O resultado de tal operação resultou na quantidade aproximada de artigos que deveria conter em cada zona ( $Qz$ ), sendo equivalente a  $\pm 8$  artigos.

- **Multiplicador de Bradford:** O multiplicador de Bradford ( $mB$ ) é alcançado por meio da divisão da quantidade de periódicos de uma zona pela anterior. A quantidade de periódicos da 2ª zona foi dividida pela da 1ª zona e a da 1ª zona foi dividida pela zona núcleo,

com vistas à compreensão da densidade, proporcionalidade e/ou discrepância do objeto de estudo em questão (PINHEIRO, 1982).

- **Verificação de periódicos mais produtivos:** Desta forma, foi possível definir os periódicos mais relevantes e produtivos quanto ao número de publicações acerca do tema engajamento no Trabalho.

A análise bibliométrica foi aplicada e desenvolvida na amostra (25 artigos) com vistas à identificação: (1) dos periódicos que mais publicaram sobre o tema entre 2011 e 2020; (2) autores que mais se destacaram quanto ao número de publicações; (3) gênero dos autores; (4) ano com o maior número de publicações sobre engajamento no Trabalho.

Com o objetivo de complementar a pesquisa, buscou-se as classificações dos periódicos analisados através do sistema *Qualis* Periódicos, que classifica e avalia a qualidade das produções científicas brasileiras, com base nos artigos publicados em periódicos de programas de pós-graduação. O sistema conta com uma categorização básica, obtida após a aplicação de critérios pré-definidos, que varia com base em indicadores de qualidade, sendo do A1 - mais elevado -, até o C - considerado peso zero.

Para a análise dos artigos que versavam sobre engajamento no serviço público, utilizou-se a metodologia análise de conteúdo categorial de Bardin (2016), que fundamenta-se em uma análise organizada de dados qualitativos, a qual é dividida em três polos cronológicos (i) pré análise (sistematizar ideias, escolhas dos documentos a serem analisados, elaboração de indicadores e, ainda, formulação de hipóteses e objetivos) (ii) exposição do material (separação das unidades de análise) e (iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, onde se organiza o material em categorias que são formadas por unidades de análises em comum. As categorias foram amplas e exaustivas.

Importante mencionar que as categorias foram previamente estabelecidas, seguindo os seguintes delineadores: i) definição de engajamento no trabalho; ii) metodologia utilizada e, por fim, iii) principais resultados encontrados, assim como no artigo publicado por Santos e Selig (2014).

(i) Pré – Análise:

Foi realizada a leitura flutuante para escolha dos documentos e utilizou-se o critério da pertinência na seleção que permitiu o enquadro nas regras de Bardin (2016). Sendo assim, esse critério verifica se a seleção dos documentos está adequada com os objetivos da presente pesquisa. Logo, foi aplicado à amostra a leitura do título, do resumo e das palavras chaves que deveriam incluir o termo “engajamento no Trabalho” e “Administração Pública” ou

“Serviço Público”. A partir dessa busca, com foco no assunto “engajamento no trabalho no Setor Público”, foram encontrados 5 artigos dentre os 25 com o tema engajamento no trabalho. Portanto, para execução da análise de conteúdo, somente esses tinham o foco na Administração pública e foram analisados por meio da análise de conteúdo categorial de Bardin (2016).

(ii) Exploração do material:

As categorias foram do tipo *a posteriori*. Assim, seguiu-se as recomendações para a formação de categorias determinadas por Santos e Selig (2014), buscando explorar o material para uma melhor comparação posterior entre os 5 artigos.

A codificação foi feita a partir das concepções de Silva e Fossá (2015). Dessa maneira, os trechos de conceitos e resultados foram separados em unidades de registro para uma melhor compreensão e depois agrupados de forma lógica em temas correlatos para análise, ou seja, formou-se as categorias iniciais (conceitos), que foram, logo depois, agrupadas por temas nas categorias finais (resultados).

(iii) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação:

Na última etapa, realizou-se inferências das categorias resultados e a análise comparativa, interpretação, entre os conteúdos das categorias criadas pelos presentes autores e o referencial teórico (SILVA; FOSSÁ, 2015).

## **ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Neste capítulo serão elencados, apresentados e analisados os resultados deste estudo.

### **Análises Bibliométricas e análise de conteúdo dos artigos com a temática engajamento no Trabalho**

Os resultados foram divididos de acordo com suas especificidades, sendo, primeiramente, apresentados os referentes à análise bibliométrica que buscavam atender aos seguintes objetivos: i) Verificar os periódicos que mais publicaram sobre o tema no período de 2011 e 2020; ii) Identificar os autores que se destacaram quanto ao número de publicações; iii) Verificar o gênero dos autores dos artigos publicados sobre a temática; iv) Identificar o ano com o maior número de publicações em engajamento no trabalho.

**Análise bibliométrica**

Após a mineração dos dados nas plataformas SciELO e *Spell*, foram encontrados 25 artigos que tratavam da temática engajamento no trabalho. O número de artigos encontrados foi superior à análise realizada por Costa (2021) nas plataformas Capes e *Spell*, cuja pesquisa perpez 15 artigos com a temática engajamento relacionado à área de Comportamento Organizacional no período de 2010 a 2019. Em um cenário internacional, Fiorentin *et al.* (2020 apud Costa, 2021, p. 60) mapearam 112 publicações em periódicos internacionais no período de 2010 e 2018.

Seguindo os indicativos de Pinheiro (1982), os 25 artigos encontrados sobre engajamento foram submetidos à Lei de Bradford, procurando, assim, a zona núcleo, que neste caso, foi composta por quatro periódicos, sendo:

- **Revista de Administração Contemporânea:** revista científica, com publicações bimestrais, focada em estudos da Administração e das Ciência Contábeis.

- **Revista de Administração Contabilidade e Economia da FUNDACE:** focada em pesquisas relevantes nas áreas da Administração, Contabilidade e Economia.

- **Revista de Carreiras e Pessoas:** com publicações quadrimestrais, a revista foca em temas gerais para suas publicações, como: Carreiras, Gestão de Pessoas e Capacitação Docente. As áreas priorizadas são Administração, Contabilidade e Economia.

- **Revista Brasileira de Gestão de Negócios:** revista com publicações trimestrais, focada nas áreas de Administração, Contabilidade e Economia.

**Quadro 1- Periódicos que publicaram entre 2011 e 2020, demonstração das zonas e classificação *Qualis*.**

Zonas	Ranking	Periódicos	Nº de Contribuições	Classificação <i>Qualis</i>
Zona Núcleo	1	Revista de Administração Contemporânea	3	A2
	2	Revista de Carreiras e Pessoas	2	B4
	3	Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace	2	B3
	4	Revista Brasileira de Gestão de Negócios	2	A2

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1**

Zona 1	5	Revista Brasileira de Educação Médica	1	B1
	6	Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental	1	B2
	7	Estudo de Psicologia Campinas	1	A1
	8	Physis Revista de Saúde Coletiva	1	B1
	9	Psicologia Teoria e Pesquisa	1	B4
	10	Revista desenvolvimento em questão	1	B2
	11	Revista Eletrônica de administração e Turismo	1	B3
Zona 2	12	Revista eletrônica científica do CRA-PR	1	B3
	13	Revista Ciências administrativas	1	B4
	14	Revista Gestão Organizacional	1	B2
	15	Revista Organizações em contexto	1	B2
	16	Revista Pensamento & Realidade	1	B3
	17	Revista Pensamento Contemporâneo em administração	1	B2
	18	Revista de Administração de Empresas	1	A2
	19	Estudo de psicologia	1	A1
	20	Revista de Administração Mackenzie	1	B1

**Fonte:** Elaborado pelos autores, baseado na Plataforma Sucupira.

Após a devida obtenção dos indicativos de qualidade, os periódicos que obtiveram classificação máxima, A1 e A2, que contemplam periódicos de excelência internacional quanto ao conteúdo de suas produções científicas, ocuparam as posições 1, 4, 7, 18 e 19 no

*Ranking*. Os periódicos de excelência nacional, classificados como B1 e B2 ficaram nas posições 5, 6, 8, 10, 14, 15, 17 e 20, periódicos de média relevância, denominados B3, B4, e B5 ocuparam as posições 2, 3, 9, 11, 12, 13 e 16 do *Ranking*, conforme exposto no Quadro 1.

Quanto à etapa do “Multiplicador de Bradford”, postulada por Pinheiro (1982), que diz respeito à densidade, proporcionalidade e/ou discrepância do objeto de estudo em questão, de uma zona comparada à outra, tem-se que, feita a divisão do número de periódicos da 2ª zona (9), pela 1ª zona (7), e, posteriormente, da 1ª zona pela zona núcleo (4), o número de periódicos presentes em uma zona em relação à subsequente se mantém entre 1,75 e 1,28 oscilando no máximo em  $\pm 0,4$ .

Foram contabilizados um total de 75 autores responsáveis pela elaboração das produções científicas em questão, dos quais 47 eram mulheres e 28 homens. Destes, quatro autores se destacaram: Mirlene Maria Matias Siqueira com 3 artigos publicados; Diego César Terra de Andrade; Luis Felipe Dias Lopes e Maria Cristina Ferreira cada um com 2 artigos. Das 25 produções encontradas, 22 foram elaboradas e publicadas em parceria entre diversos autores, o que explica o número de autores ser superior ao quantitativo de artigos publicados. Contabilizou-se, assim, que 36% dos autores são homens e 64% mulheres.

Estes dados vão ao encontro do estudo bibliográfico de Costa (2021), tendo em vista que as mulheres também foram as que mais publicaram sobre o assunto.

Da amostra de 25 produções, foram encontrados apenas cinco artigos com direcionamento ao setor público. Ademais, evidenciou-se que são escassas as produções científicas sobre o engajamento no trabalho nas organizações públicas brasileiras e o tema precisa ser aprofundado e aplicado em amostras maiores. Tais dados coadunam com os achados de Cid (2018), para quem há escassez nos trabalhos referentes ao engajamento. Quanto ao recorte temporal da amostra, realizada em um período de 10 anos, 2011 a 2020, foram obtidos os seguintes resultados quanto ao quantitativo de publicações a cada ano, conforme explicitado no Gráfico 1.



**Gráfico 1- Número de publicações durante os anos de 2011 -2020.**



Fonte: Resultados da pesquisa.

Durante o ano de 2019, as publicações sobre engajamento no trabalho foram mais recorrentes, contando com 10 artigos, em segundo lugar tem-se o ano de 2017, com cinco publicações e, em terceiro lugar, o ano de 2020, com quatro artigos publicados.

Em comparação com os resultados encontrados por Costa (2021), a presente pesquisa encontrou resultados semelhantes, sendo que os anos com maior número de publicações foram 2019 e 2017, que, naquele estudo, perfizeram o número de quatro artigos em 2019 e quatro artigos em 2017. Em relação ao ano destaque (2019), vale ressaltar que os periódicos responsáveis por tais publicações neste período, de acordo com o demonstrado no Quadro 2, foram:

**Quadro 2- Periódicos que publicaram em 2019.**

Plataforma	Periódicos que publicaram em 2019	Nº de publicações
<i>Spell</i>	Revista de Carreiras e Pessoas	2
<i>Spell</i>	Revista Ciências administrativas	1
<i>Spell</i>	Revista Organizações em contexto	1
<i>Spell</i>	Revista desenvolvimento em questão	1
<i>Spell</i>	Revista de Administração Mackenzie	1

<i>SciELO</i>	Revista de Administração Contemporânea	2
<i>SciELO</i>	Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental	1
<i>SciELO</i>	Psicologia Teoria e Pesquisa	1

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

No artigo de Costa (2021), cada um dos 15 periódicos contou com apenas uma publicação. Esses periódicos foram os seguintes: Revista Interinstitucional de Psicologia, Estudos de Psicologia, Avaliação Psicológica, *Society and Development Research*, Psico, Psico-USF, Revista Ciências Administrativas, Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, Revista de Administração, Contabilidade. e Economia da FUNDACE, Revista Gestão Organizacional, Revista Pensamento e Realidade, Revista Brasileira de Gestão de Negócios, Desenvolvimento em Questão, Gestão Humana e Social, Teoria e Prática em Administração.

### ***Análise de Conteúdo***

Para atender aos objetivos específicos, quais sejam: v) Identificar as metodologias comumente utilizadas nos artigos encontrados nas plataformas *ScieLO* e *Spell*, no período de 2011 a 2020; e vi) Sumarizar os resultados encontrados nos artigos das plataformas *ScieLO* e *Spell*, no período de 2011 a 2020, em termos de engajamento no trabalho nas organizações públicas foi realizada a análise de conteúdo dos cinco artigos que versavam sobre engajamento no serviço público. O Quadro 3 apresenta os artigos selecionados para análise de conteúdo categorial.

**Quadro 3 - Artigos com abordagem no engajamento no Trabalho na administração pública.**

<b>Periódico</b>	<b>Título do artigo</b>	<b>Ano</b>
Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace	Engajamento no Trabalho na Administração Pública: Uma Pesquisa no Poder Judiciário no Estado do Pará, Brasil	2020
Revista de Administração Contemporânea	Engajamento no Trabalho no Serviço Público: Um Modelo Multicultural	2019

Revista Desenvolvimento em Questão	Comprometimento e Enrincheiramento Organizacional e suas Relações com o Engajamento no Trabalho: um Estudo com Servidores Técnico-Administrativos de uma Instituição Federal de Ensino	2019
Revista de Carreiras e Pessoas	Engajamento no trabalho: Uma Análise do engajamento de Servidores Públicos Estaduais de uma Instituição de Ensino Superior	2020
Revista Organizações em contexto	Percepções de engajamento no Trabalho sob a Ótica do Modelo JD-R: Estudo em um Centro Federal de Educação Tecnológica no Rio de Janeiro	2019

Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir estão os resultados do artigo 1, apresentando suas categorias, inferências e metodologia, dispostas no Quadro 4.

**Quadro 4 - Análise de Conteúdo Artigo 1.**

<b>ARTIGO 1</b>	
<b>TÍTULO</b>	<b>Engajamento no Trabalho na Administração Pública: uma pesquisa no Poder Judiciário no Estado do Pará, Brasil</b>
<b>CONCEITO</b>	
<b>CATEGORIAS</b>	<b>INFERÊNCIAS</b>
<b>1.1 Definição de engajamento</b>	Engajamento é o estado de bem estar, melhor desempenho e produtividade no trabalho. A importância desse estado positivo dos profissionais beneficia tanto a organização quanto seus trabalhadores na busca por seus objetivos.
<b>1.2 Relação oposta da síndrome de <i>burnout</i> e o engajamento</b>	Neste artigo foi constatada que a relação entre a síndrome e o engajamento são opostas, visto que um indivíduo com alto nível de engajamento, não compartilha simultaneamente desse estado negativo. A síndrome de <i>burnout</i> foi reconhecida como uma exaustão psicológica e emocional do trabalhador. Esse estado afeta o engajamento do indivíduo, proporcionando estresse nos trabalhadores, afetando, conseqüentemente, seu desempenho
<b>RESULTADOS</b>	
<b>CATEGORIAS</b>	<b>INFERÊNCIAS</b>
<b>1.3 Elementos do engajamento mais presentes na organização pesquisada</b>	Os resultados demonstraram uma intensidade média de engajamento entre os 411 servidores de uma seção do judiciário do Estado do Pará, no ano de 2019. Além disso, os dados confirmaram que a absorção pode ser explicada pela dedicação e pelo vigor, ou seja, o engajamento é um conjunto de fatores de necessidades pessoais, ambientais e motivacionais.
<b>1.4 Reforçar o engajamento no trabalho</b>	Os resultados indicam que falta absorção nos servidores nessa seção do judiciário. A absorção é uma dimensão do Engajamento no trabalho que pressupõe uma disposição de concentração na realização do trabalho e uma sensação de prazer em sua conclusão, ou seja, o tempo passa sem ser percebido. Os resultados do artigo indicam também que para uma melhora dos níveis de absorção é necessário investimentos no aprimoramento de estratégias organizacionais e treinamento de líderes focados em melhorar o engajamento dos servidores aumentando o bem-estar desses.

<b>METODOLOGIA</b>	
<p>A metodologia utilizada na pesquisa foi na forma de <i>survey</i> descritiva, contou com 84 entrevistados em amostragem não probabilística e utilizou a escala <i>Utrecht Work Engagement Scale</i> (UWES-17). O tratamento dos dados quantitativos envolveu técnicas da estatística descritiva, como a inferencial também. Dessa maneira, o objetivo de verificar o engajamento quantificadamente foi atingido com sucesso, nesse órgão pesquisado.</p>	

**Fonte:** Elaborado pelos autores, baseado em Alves *et al.* (2020).

Conforme abordagem de Santos *et al.* (2019), a falta de absorção é um problema para os servidores, tendo em vista que dificuldades de concentração inibem o adequado desenvolvimento do indivíduo frente às suas atividades laborais. Confrontando ambos os resultados dos artigos, observa-se a necessidade investimento por parte da administração pública para melhor todas as dimensões do engajamento seja vigor, dedicação e absorção.

No Quadro 5 são expostos os resultados do artigo 2, apresentando suas categorias, inferências e a metodologia.

**Quadro 5 - Análise de Conteúdo Artigo 2.**

<b>ARTIGO 2</b>	
<b>TÍTULO</b>	<b>Engajamento no Trabalho no Serviço Público: um Modelo Multicultural</b>
<b>CONCEITO</b>	
<b>CATEGORIAS</b>	<b>INFERÊNCIAS</b>
<b>2.1 Satisfação no trabalho e engajamento</b>	O engajamento no trabalho possuiu uma ligação com a satisfação no trabalho. O estado cognitivo positivo do servidor é um catalisador para desenvolver as atividades com mais motivação.
<b>2.2 Valores e sua importância</b>	Os valores pessoais e organizacionais são de suma importância para o fomento adequado do engajamento. A Cultura Organizacional precisa deixar claro as crenças, os objetivos, os ideais comuns entre todos os servidores que são valorizados pela organização, como forma de pertencimento do indivíduo à organização. Por Cultura Organizacional entende-se um conjunto complexo de valores, crenças e ações da organização, servindo como guia de comportamento e mentalidade dos colaboradores.
<b>RESULTADOS</b>	
<b>CATEGORIAS</b>	<b>INFERÊNCIAS</b>
<b>2.3 articulações entre os valores pessoais e os valores organizacionais</b>	Os resultados mostraram que valores influenciam o engajamento no trabalho dos servidores públicos. Ainda, que a medição da satisfação no trabalho é um parâmetro de afirmação do bem-estar desses servidores. Esses valores e engajamento influenciam a vida do indivíduo em diversas áreas, quais sejam: saúde, familiar, social e no trabalho.

<b>2.4 Estado afetivo no ambiente laboral</b>	Conforme exposto nos resultados, o ambiente organizacional é um dos principais componentes para um bom resultado nas atividades laborais. Ou seja, um ambiente de trabalho afetivo, alegre e ativo promove um bom Comprometimento e engajamento no trabalho.
<b>METODOLOGIA</b>	
O instrumento desta pesquisa foi constituído de três escalas: Escala de Satisfação no Trabalho (EST), <i>Utrecht Work Engagement Scale</i> (UWES) e <i>Articulación entre la Persona y la organización</i> (APO). Logo, essa pesquisa buscou fundamentos da estatística descritiva e inferencial para realizar as conclusões das coletas de dados. Os autores foram muito assertivos na junção das três escalas, pois conseguiram ter uma visão mais detalhada para aferir os valores pessoais, satisfação no trabalho e engajamento no Trabalho.	

**Fonte:** Elaborado pelos autores, baseado em Andrade (2019).

Para Costa (2021), a satisfação no trabalho é um antecessor do engajamento, tendo em vista que uma pessoa engajada sente prazer no trabalho que realiza. Assim, "o engajamento envolve, neste sentido, o bem-estar ou satisfação, que trazem consigo um alto nível de energia e forte identificação com o trabalho" (LEITER; BAKKER, 2010 apud COSTA, 2021, p. 5).

O Quadro 6 apresenta os resultados do artigo 3.

**Quadro 6 - Análise de Conteúdo Artigo 3.**

<b>ARTIGO 3</b>	
<b>TÍTULO</b>	<b>Comprometimento e Enrincheiramento Organizacional e suas relações com o engajamento no trabalho: um estudo com servidores técnico-administrativos de uma Instituição Federal de Ensino</b>
<b>CONCEITO</b>	
<b>CATEGORIAS</b>	<b>INFERÊNCIAS</b>
<b>3.1 Comprometimento organizacional</b>	O comprometimento promove uma boa relação social e organizacional. O construto pode ser caracterizado por fatores, como: disposição para exercer suas atividades, crenças nos valores da organização e pelo desejo de pertencimento. Por conseguinte, o trabalhador busca os seus objetivos pessoais e favorece também os objetivos da organização.
<b>RESULTADOS</b>	
<b>CATEGORIAS</b>	<b>INFERÊNCIAS</b>
<b>3.2 A correlação positiva do comprometimento e do Engajamento no trabalho</b>	O Comprometimento e o Engajamento têm uma correlação positiva. Isso significa que pessoas com a sensação de pertencimento à organização, que se identificam com o trabalho, têm mais propensão a se engajarem no trabalho que realizam.
<b>3.3 Servidores públicos engajados</b>	Os índices de engajamento dos 79 servidores públicos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul foram de médio até muito alto. Esse resultado demonstra que se pode obter servidores públicos engajados quando esses possuem identificação com a organização e com o trabalho que realizam, sentindo orgulho de nela estar e o desejo de nela permanecer para ajudar a alcançar os seus objetivos. Apesar de não ter tido uma média ruim, a absorção ficou com a menor porcentagem em relação a dedicação e vigor, consequentemente, alguns servidores ficam tão concentrados no trabalho que não veem o tempo passar.

<b>METODOLOGIA</b>
<p>Esta pesquisa é caracterizada como pesquisa descritiva, quantitativa, na coleta de dados, sendo que se utilizou um questionário com questões fechadas para investigar os níveis de comprometimento organizacional, entrenchamento organizacional e engajamento no trabalho e suas dimensões.</p> <p>Para verificar o Engajamento no trabalho foi utilizado a escala <i>Utrecht Work Engagement Scale (Uwes)</i>.</p>

**Fonte:** Elaborado pelos autores, baseado em Pereira (2019).

De acordo com Obregon et al. (2020), o comprometimento é um dos resultados positivos que podem ser impulsionados pelo engajamento no trabalho, e para os autores, quanto mais esforços forem depreendidos pela organização para aumentar os níveis de engajamento, maiores serão os benefícios, pois a medida em que são estimulados o comprometimento e a realização profissional, conseqüentemente, haverá ganho tanto para os trabalhadores quanto para a o desenvolvimento da organização.

O Quadro 7 apresenta os resultados do artigo 4.

**Quadro 7 - Análise de Conteúdo Artigo 4.**

<b>ARTIGO 4</b>	
<b>TÍTULO</b>	<b>Engajamento no trabalho: uma análise do Engajamento de servidores públicos estaduais de uma Instituição de Ensino Superior</b>
<b>CONCEITO</b>	
<b>CATEGORIAS</b>	<b>INFERÊNCIAS</b>
<b>4.1 A relação do vigor com o Engajamento.</b>	O vigor é uma dimensão do engajamento, que é entendido como alto nível de energia e demonstra que o trabalhador persiste em situações difíceis. Portanto, é motivado pelo desafio, e caracteriza-se pelo entusiasmo e orgulho. Essa característica do vigor é essencial para o servidor engajado. Nos tempos atuais, é evidente a exigência do alto nível de vigor dos servidores que necessitam de resiliência mental no ambiente laboral.
<b>RESULTADOS</b>	
<b>CATEGORIAS</b>	<b>INFERÊNCIAS</b>
<b>4.2 Engajamento Satisfatório</b>	Os resultados indicaram que o engajamento dos servidores públicos nessa instituição de ensino superior do Estado do Paraná está satisfatório e que o vigor desses servidores públicos foi a dimensão mais alta em relação a dedicação e a absorção. A dedicação é o entusiasmo e o envolvimento, já a absorção seria a concentração no trabalho, como o tempo passa rápido no trabalho. Portanto, todos esses níveis estão adequados nesses servidores.
<b>4.3 Relação entre funcionários e liderança</b>	Observou-se que as boas relações entre os funcionários e a liderança trazem impactos positivos no engajamento e pode aumentar a produtividade e a satisfação no trabalho. Proporcionando um bem-estar na organização.
<b>METODOLOGIA</b>	

Esta pesquisa é caracterizada como pesquisa descritiva, quantitativa, aplicada e de campo. Além disso, foi denominada descritiva, pela aplicação dos questionários e posterior análise dos dados. O questionário do modelo Utrecht, foi desenvolvido justamente para analisar o engajamento no trabalho.

**Fonte:** Elaborado pelos autores, baseado em Kobernovicz e Stefano (2020).

Os dados desta pesquisa indicaram que a liderança é de suma importância para o fomento do engajamento. Da mesma forma, a pesquisa de Oliveira e Rocha (2017) evidencia que o engajamento está positivamente e significativamente relacionado às avaliações autorreferentes dos participantes, à percepção das práticas de recursos humanos e à qualidade da relação líder-liderado. Ainda para os autores, os resultados encontrados demonstraram que existe uma relação negativa entre o engajamento e a intenção de rotatividade. Desta forma, pode-se inferir que a qualidade da liderança influencia no engajamento e consequentemente na retenção do capital intelectual.

O Quadro 8 apresenta os resultados do artigo 5.

**Quadro 8 - Análise de Conteúdo Artigo 5**

<b>ARTIGO 5</b>	
<b>TÍTULO</b>	<b>Percepções de engajamento no Trabalho sob a ótica do modelo JD-R: estudo em um Centro Federal de Educação Tecnológica no Rio de Janeiro</b>
<b>CONCEITO</b>	
<b>CATEGORIAS</b>	<b>INFERÊNCIAS</b>
<b>5.1 O impacto positivo dos recursos pessoais</b>	Os recursos pessoais possuem um impacto positivo no engajamento. Portanto, os recursos pessoais referem-se à capacidade do indivíduo em promover o seu ambiente adequado, ou seja, demonstrar uma percepção de controle e impacto nesse ambiente organizacional. Desta forma, o engajamento no trabalho ocorre quando os trabalhadores conseguem equilibrar, positivamente, todas as suas emoções e conversar com sua gestão de forma clara.
<b>5.2 O fator emoções no engajamento</b>	O engajamento no trabalho pode ser influenciado por emoções extrínsecas ao indivíduo, quais sejam: liderança, colegas de trabalho, família. Como também, pode ser influenciada por emoções internas, como: estado negativo ou positivo do indivíduo. Logo, as equipes podem ajudar nas emoções promovendo entusiasmo e motivação ao trabalhador.
<b>RESULTADOS</b>	
<b>CATEGORIAS</b>	<b>INFERÊNCIAS</b>
<b>5.2 Engajamento Limitado</b>	Os resultados do presente artigo apontaram como um engajamento limitado. Portanto, os servidores técnico-administrativos do CEFET/RJ não tinham um nível de engajamento tão elevado por falta de investimentos estruturais, às vezes pela parte procedimental que não viam como desafiador, apenas burocrático. Esse limite no engajamento é disposto pela desigualdade de atribuições de tarefas dentro do CEFET/RJ. Ou seja, alguns tinham mais trabalho do que outros.
<b>METODOLOGIA</b>	

A pesquisa foi do tipo descritivo e com abordagem qualitativa. O roteiro das entrevistas e o inventário de frases para complemento foram elaborados a partir dos aspectos teóricos e do questionário relativo ao modelo JD-R.

**Fonte:** Elaborado pelos autores, baseado em Santos *et al.* (2019).

Os recursos pessoais como condição antecedente do engajamento também podem ser denominados como capital psicológico. Colaboradores com os recursos pessoais (autoeficácia, otimismo, resiliência e esperança) adequados desenvolvem melhores capacidades, habilidades e competência. Portanto, é de suma importância a preocupação organizacional com o capital psicológico, visto que indivíduos mais confiantes promovem suas atividades com mais otimismo, não medem esforços para atingirem os objetivos, não são intimidados pelos desafios, além de também demonstrarem esperança em atingirem as metas organizacionais (CID, 2018).

A análise de comparação foi elaborada com as orientações de Silva e Fossá (2015) comparando o conteúdo entre as categorias e o referencial teórico, apresentando diferenças, semelhanças e análise geral entre os 5 artigos escolhidos para a análise de conteúdo.

### *Diferenças e semelhanças entre as categorias*

Após as análises dos artigos, constatou-se que as diferenças entre os artigos não estão no construto engajamento no trabalho em si, pois ambos conceituam o engajamento como um estado mental positivo composto por vigor, dedicação e absorção (SCHAUFELI *et al.*, 2002). No entanto, os artigos trazem diferentes objetivos em termos de correlações com outros constructos, como comprometimento, engajamento e síndrome de burnout, mas nas relações que se pode fomentar com outros aspectos do comportamento organizacional.

Na categoria 1.1, o foco do artigo Alves *et al.* (2020) não foi buscar nenhuma relação com outro comportamento psicológico, apenas nas dimensões abordadas por Schaufeli *et al.* (2002) vigor, dedicação e absorção. No entanto, conforme as categorias 2.1, 3.1, 4.3, 5.1 respectivamente, os artigos 2, 3, 4 e 5 foram diferentes, pois relacionaram o engajamento no trabalho com outros fatores, como: valores organizacionais, comprometimento, liderança e recursos pessoais. Além disso, houve um importante diferença no resultado do artigo 2 e 5, visto que para Andrade (2019) não foi constatado o senso comum de que os servidores públicos não trabalham com vigor, mas nos resultados de Santos *et al.* (2019) a visão do



senso comum foi averiguada, visto que alguns servidores entrevistados concordam que alguns servidores trabalham pouco.

Uma semelhança foi evidenciada nas construções das metodologias, visto que 4 artigos utilizam a escala *Engagement Scale (UWES-17)* de Schaufeli *et al.* (2002), traduzida para o português, no Brasil, por Angst, Benevides-Pereira e Porto-Martins (2009). No entanto, uma diferença observada foi no artigo 5, que utilizou modelo JD-R que é um modelo de questionário restrito e não disponível na *internet*.

Diante disso, observou-se nos resultados dos cinco artigos que os servidores públicos são engajados, ou seja, experimentando vigor em suas atividades, grande parte estão dedicados nas execuções de tarefas e têm absorção nas práticas laborais (SCHAUFELI *et al.*, 2002). Portanto, não possuem falta de engajamento substancial ou baixo. Assim, os dados quantitativos dos cinco artigos pesquisados demonstraram que mesmo em diferentes órgãos, o engajamento dos servidores é adequado (ANDRADE, 2019). Entretanto, dentro dos resultados encontrados por Santos *et al.* (2019), observou-se um engajamento limitado, no qual servidores não conseguem ser mais produtivos devido à estrutura burocrática do trabalho, e, ainda, haver sobreposição de papéis ou terem pouco trabalho. Portanto, o nível de vigor que foi evidente nos outros 4 artigos não demonstrou o mesmo engajamento positivo no artigo 5 em relação a categoria 5.2.

Outra semelhança está nas categorias 1.1, 2.1 e 3.3 que discutem que o engajamento é um fator de suma importância para o desenvolvimento das organizações públicas, pois os servidores mais engajados produzem mais e são mais felizes em suas atividades laborais (ALVES *et al.* 2020). Além disso, os resultados encontrados no artigo 1, Alves *et al.* (2020) vão na direção dos achados de Pereira (2019) - artigo 2, que indicaram que os níveis de absorção no trabalho podem afetar o engajamento como um todo. Os níveis de concentração são importantes para a percepção de prazer com suas atividades e como o colaborador reage com foco ao trabalho. Logo, os níveis de resultados encontrados em ambos os órgãos públicos foram menores que as outras dimensões do engajamento como vigor e dedicação (KOBERNOVICZ; STEFANO, 2020).

### *Análise geral*

Os conceitos abordados nos artigos se complementam e essa concordância é relevante para criar mais conexões entre outras pesquisas. Todos contribuíram em seus estudos para a importância do tema na administração pública. Ademais, ressaltaram que o desenvolvimento desses servidores depende dessa satisfação e motivação organizacional e pessoal (ANDRADE, 2019; ALVES *et al.*, 2020; PEREIRA, 2019; KOBERNOVICZ; STEFANO, 2020; SANTOS *et al.*, 2019).

Por outro lado, pontos negativos como burocracia e o baixo nível de absorção foram mensurados nas pesquisas analisadas. Porém, não houve um estudo aprofundado sobre esses aspectos negativos ou contrários ao engajamento no trabalho, ou seja, faltam também estudos qualitativos para compreensão desses fatos relacionados aos servidores públicos (ALVES *et al.*, 2020).

Apesar dos escassos estudos qualitativos sobre a temática, Santos *et al.* (2019) conseguiram reproduzir um estudo qualitativo muito válido, no qual conseguiu conversar com os servidores e realizar perguntas pessoais sobre o engajamento no trabalho. Essa estrutura foi importante para obter diferentes resultados sobre como mensurar o engajamento no trabalho e verificar aspectos organizacionais importantes para o desenvolvimento desse engajamento.

Além disso, conforme Kobernovicz e Stefano (2020), é de suma importância pesquisas sobre o tema, mas, para que esses estudos se concretizem, é necessário o interesse da própria administração pública para o desenvolvimento de mais pesquisas com os outros órgãos e para que o acesso aos servidores públicos seja facilitado. O fomento de pesquisas na área poderão ter impactos positivos para sociedade, organizações e servidores.

Ademais, é importante ressaltar que mesmo com resultados médios de engajamento no trabalho na Administração Pública nos 5 artigos pesquisados, é necessário mais investimento em políticas de Gestão de Pessoas. Ainda, para se potencializar o engajamento no trabalho na Administração Pública é necessário promover treinamentos, principalmente para formação das lideranças. Tais ações são importantes para a promoção do engajamento no trabalho e, ainda, para a geração de bem-estar, produtividade sustentável (ANDRADE, 2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral identificar o panorama das produções científicas brasileiras acerca do engajamento no trabalho, por meio de uma análise categorial de conteúdo e uma análise bibliométrica das produções publicadas entre 2011 e 2020, nas plataformas *SciELO* e *Spell*.

Dessa forma, foi possível compreender e analisar o cenário de produções desses artigos brasileiros no setor privado e público. Sobremaneira, com a missão de atender as expectativas dos objetivos, constatou-se a produção de poucos artigos nas plataformas referenciadas. Foram totalizados 25 artigos em dez anos, sendo que 47 autoras e 28 autores produziram os estudos. O ano com maior número de publicações foi 2019.

Portanto, evidenciou-se que são escassas as produções científicas sobre o engajamento no trabalho no Brasil e principalmente nas organizações públicas brasileiras. Diante disso, recomenda-se que sejam realizadas pesquisas sobre o assunto de forma que outras bases de dados sejam averiguadas. Ademais, indica-se, também, uma análise bibliométrica realizada com os artigos internacionais, propondo análises comparativas as produções nacionais, visto que o presente artigo se limitou apenas a documentos em português para as análises.

Importante mencionar que a presente pesquisa contribuiu para divulgar a importância dos comportamentos organizacionais produtores e sustentáveis no que tange ao engajamento no trabalho. Constatou-se, porém, que o tema precisa ser aprofundado e, ao mesmo tempo, ampliado para amostras maiores, conforme mencionado por Cid (2018). Outrossim, na mesma direção do que postulou Costa (2021), faz-se necessário intensificar estudos qualitativos sobre o tema.

Dessa forma, é de suma importância o investimento por parte da organização para promover treinamento e desenvolvimento objetivando formar gestores públicos mais engajados, assim como o fomento da percepção das políticas e das práticas de gestão de pessoas de alto desempenho. Da mesma forma, é de suma importância que as políticas e as práticas de gestão de pessoas fortaleçam a percepção de justiça distributiva e de procedimentos, a melhoria das relações líderes-liderados e, ainda, promovam mais identificação e fomento do orgulho em pertencer àquela organização e o desejo de estar nela para ajudar a alcançar os seus objetivos.

As estratégias organizacionais precisam ser revitalizadas e modernizadas para uma elevação da produtividade dos servidores públicos, proporcionando, assim, uma melhora nos serviços prestados, gerando benefícios tanto para o trabalhador quanto para a organização, bem como para os usuários dos serviços. Isto se justifica porque sabe-se que os fatores consequentes do engajamento podem ser mais bem-estar, cidadania organizacional, que são os comportamentos discricionários extra papel em prol da organização, menos intenção de sair e, por fim, menos distúrbios psiquiátricos (COSTA, 2021).

Na esteira da importância desta pesquisa, esse estudo ajuda a disseminar a importância de mais estudos voltados para o engajamento no trabalho, principalmente no serviço público. Sendo assim, sugere-se investimentos na área de estudos de comportamento organizacional na Administração Pública para um desenvolvimento do engajamento no trabalho no setor público

Enquanto autores, esta pesquisa permitiu demonstrar a importância do engajamento no trabalho, seja em organizações privadas ou públicas, na perspectiva de que se pode aumentar o engajamento, caracterizado como estado mental positivo que coaduna em esforços e energia direcionados ao trabalho realizado.

Além disso, em um mundo de constantes mudanças, os atuais e futuros gestores precisam construir conhecimentos, habilidades, e atitudes, cujo conjunto sinérgico denomina-se competências, para que, desta forma, promovam melhores práticas que fomentem engajamento no trabalho nas organizações.

**REFERÊNCIAS**

AGNST, R.; BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T.; PORTO-MARTINS, P. C. (2009). Tradução do manual do UWES Work Engagement Scale. SCHAUFELI, W. B. & BAKKER, A. B.; 2003. Disponível em <<http://www.wilmarschaufeli.nl/downloads/test-manuals-2/>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

ALVES, Isabela Maciel Portela et al. Engajamento no trabalho no trabalho na Administração Pública: uma pesquisa no poder judiciário no estado do Pará, Brasil. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 95-112, 2 mar. 2020. FUNDACE. <http://dx.doi.org/10.13059/racef.v11i1.675>

ANDRADE, Diego César Terra de. Engajamento no Trabalho no Serviço Público: um modelo multicultural. **Revista de Administração Contemporânea**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 49-76, jan. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190148>.

ANTONACOPOULOU, E.. Organisational Learning for and with VUCA: Learning Leadership Revisited. **Teoria e Prática em Administração (Theory and Practice Management Journal–Leading Brazilian Journal)**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 10–32, 2018. DOI: 10.21714/2238-104X2018v8i2-40869. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/tpa/article/view/40869>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006. Semestral. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16/5>. Acesso em: 30 jul. 2021.

ARAÚJO, Tatiane Cardoso de. **Engajamento no trabalho**: um estudo de caso em um setor de uma instituição federal de ensino. 2019. 21 f. TCC (Graduação) - Curso de Gestão Pública, Instituto Federal de Brasília, Brasília, 2019.

BAKKER, Arnold B.; ALBRECHT, Simon L.; LEITER, Michael P.. Work engagement: further reflections on the state of play. **European Journal Of Work And Organizational Psychology**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 74-88, fev. 2011. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/1359432x.2010.546711>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2011-03226-010>. Acesso em: 08 maio 2021.

BAKKER, Arnold B.; DEMEROUTI, Evangelia; LIEKE, L. Work engagement, performance, and active learning: The role of conscientiousness. **Journal of vocational behavior**, v. 80, n. 2, p. 555-564, abr. 2012. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jvb.2011.08.008>.

BAKKER, Arnold B.; LEITER, Michael P. **Work engagement: a handbook of essential theory and research.** London: Psychology Press, 2010. Cap. 1. p. 1-9. <https://doi.org/10.4324/9780203853047>.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt et al. Comprometimento no trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas. **O trabalho e as organizações: atuações a partir da Psicologia**, v. 1, p. 279-310, 2013.

BORGES, Livia de Oliveira; MOURÃO, Luciana. O trabalho e as organizações: atuações a partir da psicologia. **Porto Alegre: Artmed**, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília. 1995

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço público**, v. 47, n. 1, p. 07-40, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A REFORMA GERENCIAL DO ESTADO DE 1995. **Rap Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 7-26, jul. 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. DO ESTADO PATRIMONIAL AO GERENCIAL. **Cia. das Letras**, São Paulo, p. 222-259, 2001.

DIAS, Miriam Ferreira Freire. **Análise Bibliométrica da Pesquisa em Nanotecnologia e Saúde no Brasil.** 2015. 53 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cchs/eb/arquivos/tccs-acima-de-9/TCC-%20MIRIAM%20FERREIRA%20FREIRE%20DIAS.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CARVALHO, Virgínia Donizete de; OLIVEIRA, Thais Aluxe de; SILVA, Daniele Cristhiane da. Valores organizacionais em instituições públicas brasileiras: percepções dos servidores em diferentes posições hierárquicas e tipos de entidade da administração indireta. **Ram. Revista de Administração Mackenzie**, [S.L.], v. 14, n. 5, p. 74-103, out. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-69712013000500004>.

CASTRO, Carolina Sant'anna Antunes Azevedo et al. Burnout syndrome and engagement among critical care providers: a cross-sectional study. **Revista Brasileira de Terapia**

**Intensiva**, [S.L.], v. 32, n. 3, p. 381-390, jul. 2020. GN1 Genesis Network. <http://dx.doi.org/10.5935/0103-507x.2020006>.

CID, Daren Tashima. **O impacto do capital psicológico e do comportamento do redesenho no trabalho sobre o engajamento no trabalho**. 2018. 208 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2018.

COELHO, Gabriel Lins de Holanda. **Valores humanos nas organizações: relação com a síndrome de Burnout e o engajamento laboral**. 2014. 143 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; MENDES, Ireneu de Oliveira; SILVA, Sara Raquel dos Santos Rodrigues Manaia da. A percepção de justiça na avaliação do desempenho na Administração Pública e a produtividade. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, [S.L.], v. 37, p. 31-54, 2019. Universidade do Porto, Faculdade de Letras. <http://dx.doi.org/10.21747/08723419/soc37a2>.

COSTA, Silas Dias Mendes. Engajamento no trabalho: estudo bibliométrico da produção científica nacional nas plataformas capes e spell (2010-2019). **Revista Gestão & Conexões**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 53-70, 6 ago. 2021. Universidade Federal do Espírito Santo. <http://dx.doi.org/10.47456/regec.2317-5087.2021.10.2.32017.53-70>.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. **A psicologia do alto desempenho e da felicidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020. 336 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HARTER, James K.; SCHMIDT, Frank L.; HAYES, Theodore L. Business-unit-level relationship between employee satisfaction, employee engagement, and business outcomes: a meta-analysis. **Journal of applied psychology**, v. 87, n. 2, p. 268-279, 2002.

KAHN, W. A.. PSYCHOLOGICAL CONDITIONS OF PERSONAL ENGAGEMENT AND DISENGAGEMENT AT WORK. **Academy Of Management Journal**, [S.L.], v. 33, n. 4, p. 692-724, 1 dez. 1990. Academy of Management. <http://dx.doi.org/10.2307/256287>.

KJELDSEN, Anne Mette; HANSEN, Jesper Rosenberg. Sector differences in the public service motivation–job satisfaction relationship: exploring the role of organizational characteristics. **Review of Public Personnel Administration**, v. 38, n. 1, p. 24-48, 2018.

KOBERNOVICZ, Marilene; STEFANO, Silvio Roberto. Engajamento no trabalho: uma análise do engajamento de servidores públicos estaduais de uma instituição de ensino superior. **Revista de Carreiras e Pessoas**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 9-18, 2 jan. 2020. Pontifical Catholic University of Sao Paulo (PUC-SP). <http://dx.doi.org/10.20503/recape.v10i1.44284>.

MACEY, William H.; SCHNEIDER, Benjamin. The meaning of employee engagement. **Industrial and organizational Psychology**, v. 1, n. 1, p. 3-30, 2008.

MAGNAN, Emília dos Santos et al. Normatization of the Brazilian Utrecht Work Engagement Scale. **Revista Avaliação Psicológica**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 133-140, 10 jul. 2016. Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP). <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2016.1502.01>.

MASLACH, Christina; SCHAUFELI, Wilmar B.; LEITER, Michael P.. Job Burnout. **Annual Review Of Psychology**, [S.L.], v. 52, n. 1, p. 397-422, fev. 2001. Annual Reviews. <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.397>. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.psych.52.1.397>>. Acesso em: 02 maio 2021.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo brasileiro**. São Paulo: editora Revista dos Tribunais, 21 ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

MEYNHARDT, T.; DIEFENBACH, F. E.. What Drives Entrepreneurial Orientation in the Public Sector? Evidence from Germany's Federal Labor Agency. **Journal Of Public Administration Research And Theory**, [S.L.], v. 22, n. 4, p. 761-792, 19 abr. 2012. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/jopart/mus013>.

MODESTO, Cícero. **A influência da motivação no desempenho dos servidores públicos na prefeitura de Sorocaba**. 2018. 34 f. TCC (Graduação) - Curso de Especialista em Gestão Pública, Universidade Federal de São João del Rei, Votorantim, 2018.

OBREGON, S. L.; SCHWAAB, K. S.; LOPES, L. F. D.; CERETTA, P. S. Engajamento no Trabalho e Síndrome de Burnout: Uma Análise Estrutural com Abordagem Quantílica. **Revista Alcance**, v. 28, n. 1, p. 67-81, 2021. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/61746/engajamento-no-trabalho-e-sindrome-de-burnout--uma-analise-estrutural-com-abordagem-quantilica/i/pt-br>>. Acesso em: 16 ago. 2021.



OLIVEIRA, L. B.; ROCHA, J. C.. Engajamento no trabalho: antecedentes individuais e situacionais e sua relação com a intenção de rotatividade. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São Paulo, v. 19, n. 65, p. 415-431, Jul./Set. 2017.

PALUDO, Agostinho Vicente. **Administração Pública**. 6ª. ed. São Paulo: Método, 2016. 676 p.

PALUDO, Agostinho Vicente. **Administração Pública: teoria e questões**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 552 p.

PEREIRA, André da Silva; LOPES, Dionara Dorneles. Comprometimento e Entrincheiramento Organizacional e suas relações com o Engajamento no Trabalho: um estudo com servidores técnico-administrativos de uma instituição federal de ensino. **Desenvolvimento em Questão**, [S.L.], v. 17, n. 48, p. 139-158, 27 ago. 2019. Editora Unijui. <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2019.48.139-158>.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. **Lei de Bradford: uma reformulação conceitual**. 1982. Dissertação ( Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ROBBINS, Stephen P.. **Comportamento Organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 480 p.

SAKS, Alan M.. Antecedents and consequences of employee engagement. **Journal Of Managerial Psychology**, [S.L.], v. 21, n. 7, p. 600-619, out. 2006. Emerald. <http://dx.doi.org/10.1108/02683940610690169>. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/record/2006-13345-001>>. Acesso em: 16 maio 2021

SALANOVA, M.; SCHAUFELI, W.. El engagement em el trabajo. Cuando el trabajo se convierte em pasión. Madrid. Spain: Alianza Editorial, 2009. <[http://www.want.uji.es/wp-content/uploads/2017/11/2009\\_Salanova-Schaufeli.pdf](http://www.want.uji.es/wp-content/uploads/2017/11/2009_Salanova-Schaufeli.pdf)>.

SANTOS, Paloma Maria; SELIG, Paulo Maurício. Indicadores para o novo serviço público: uma análise bibliométrica e sistêmica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 3, p. 82-97, 2014.

SANTOS, Sheila da Silva Carvalho et al. Percepções de engajamento no trabalho sob a ótica do modelo JD-R: estudo em um Centro Federal de Educação Tecnológica no Rio de Janeiro. **Revista Organizações em Contexto**, v. 15, n. 30, p. 121-158, 2019.

SCHAUFELI, W. B.; DIJKSTRA, P.; VAZQUEZ, A. C.. Engajamento no trabalho. **São Paulo: Casa do Psicólogo**, 2013.

SCHAUFELI, Wilmar B.; BAKKER, Arnold B. Job demands, job resources, and their relationship with burnout and engagement: A multi-sample study. **Journal of Organizational Behavior: The International Journal of Industrial, Occupational and Organizational Psychology and Behavior**, v. 25, n. 3, p. 293-315, 2004.

SCHAUFELI, Wilmar B.; BAKKER, Arnold B.; VAN RHENEN, Willem. How changes in job demands and resources predict burnout, work engagement, and sickness absenteeism. **Journal of Organizational Behavior: The International Journal of Industrial, Occupational and Organizational Psychology and Behavior**, v. 30, n. 7, p. 893-917, 2009.

SCHAUFELI, Wilmar B.; SALANOVA, Marisa; GONZÁLEZ-ROMÁ, Vicente; BAKKER, Arnold B.. The Measurement of Engagement and Burnout: a two sample confirmatory factor analytic approach. **Journal Of Happiness Studies**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 71-92, 2002. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1023/a:1015630930326>.

SCHAUFELI, W. B.; TARIS, T. W. A critical review of the job demands- resources model: Implications for improving work and health. In: G. Bauer, & O. Hämmig (Eds.), *Bridging occupational, organizational and public health* (pp. 43-68). Dordrecht: Springer, 2014. Disponível em: <[https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-94-007-5640-3\\_4](https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-94-007-5640-3_4)>. Acesso em : 05 ago. 2021.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 16, n. 1, 2015.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias. Medidas do comportamento organizacional. **Estudos de Psicologia (Natal)**, [S.L.], v. 7, p. 11-18, 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-294x2002000300003>.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias; GOMIDE JÚNIOR, Sinésio. Vínculos do Indivíduo com o Trabalho e com a Organização. In: ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Vigílio Bittencourt. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Cap. 8. p. 316-348.

SOARES, Patrícia Bourguignon et al. Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre Tecnologia de Construção e Edificações na base de dados. Web of Science. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 175-185, 2016.

SOUZA, Vanessa Gonçalves Ribeiro. **A evolução da administração pública brasileira: reforma gerencial, a nova gestão pública**. 2019. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal)—Universidade de Brasília, Anápolis - GO, 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 216 p.

WELCH, Mary. The evolution of the employee engagement concept: communication implications. **Corporate Communications: An International Journal**, [S.L.], v. 16, n. 4, p. 328-346, 11 out. 2011. Emerald. <http://dx.doi.org/10.1108/13563281111186968>.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Vigílio Bittencourt. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 615 p.

**Capítulo 42 - DOI:10.55232/1083002.42**

**INFLUÊNCIA DO ALIMENTO RICO EM CLORETO DE  
SÓDIO SOBRE A RESPOSTA DE PRESSÃO À BARRA  
POR RATOS CONDICIONADOS**

**Alexia Maria Alves De Oliveira e Gustavo Paiva De Carvalho**

**RESUMO:** Comportamento operante é aquele que modifica o ambiente, sendo influenciado por suas consequências. A maior parte do repertório comportamental, tanto de humanos quanto de animais, é constituído por esse comportamento. Muitos experimentos da abordagem comportamental utilizam animais para investigação de operantes. Nesses estudos, a privação hídrica é utilizada como variável motivacional em processos de aprendizagem e manutenção de comportamentos. O presente projeto visa verificar a influência de alimento rico em cloreto de sódio na manutenção da resposta de ratos em pressionar a barra para obtenção de água em uma caixa de Skinner, em oito condições experimentais diferentes, variando em privações de 24 ou 48 horas, com três quantidades de alimento salgado (tipo “snacks”): 7, 14 e 21 gramas. Estão sendo utilizados 10 animais (*Rattus norvegicus*), os quais passaram por sessões de condicionamento, desta forma todos os 10 pressionam a barra. Devido aos dados mostrarem certa oscilação, de uma sessão para outra, na resposta de pressão a barra de cada sujeito experimental estão passando por sessões de reforçamento para regular o seu número de RPB ao pressionar a barra. O intuito do reforçamento é para que quando forem passar pelas oito condições experimentais, os resultados obtidos possam ser mais corretos e com um número menor de variação.

**Palavras-chave:** Comportamento, privação, aprendizagem.

## **INTRODUÇÃO**

Comportamentos que modificam o meio são classificados como operantes. A maior parte do repertório comportamental de humanos e animais é constituído por esse comportamento. A ingestão hídrica é uma necessidade básica para todos os seres vivos. Por possuir característica vital, a restrição de água é utilizada como condição motivacional para investigar operantes que visem a hidratação. Basicamente, a teoria comportamental afirma que comportamentos operantes são aprendidos e mantidos por reforço.

A Caixa de Skinner apresenta-se como um modelo experimental bastante eficiente, pois em ambiente controlado é possível investigar variáveis comportamentais. Desenho experimental comum em estudos desse gênero consiste em privar animais de água ou alimento e verificar variáveis influenciadoras. Esse modelo também é amplamente utilizado na formação básica de psicólogos através de atividades didáticas.

O comportamento de pressionar a barra (um operante) é reforçado pela água. Contudo, a água somente possui poder de reforçamento em estado de privação. Guardada as devidas proporções, o comportamento do ratinho para obtenção do reforço assemelha-se ao de um trabalhador que realiza suas atividades para obtenção do salário. Pressionar a barra e trabalhar são comportamentos operantes, água e salário são reforços. Levando-se em conta as condições experimentais, pergunta-se: Uma maior ingestão de sal teria efeitos semelhantes ao da privação sobre comportamentos de obtenção de água?

### **Ciência e Comportamento**

[...] Se pudermos observar cuidadosamente o comportamento humano, de um ponto de vista objetivo e chegar a compreendê-lo pelo que é, poderemos ser capazes de adotar um curso mais sensato de ação. [...] É possível que a ciência tenha vindo em socorro e que a ordem seja finalmente alcançada na esfera dos assuntos humanos (SKINNER, 2014, p. 5).

Segundo o autor, a ciência procura entender como acontecimentos devem ser ordenados e relacionados entre si. Moreira e Medeiros (2007) explicam que o comportamento operante modifica o ambiente produzindo consequências. Assim, uma consequência reforçadora aumenta a probabilidade do comportamento voltar a ocorrer. As condições antecedentes também o influenciam.

Skinner (2014) afirma que a compreensão do comportamento passa pela determinação da probabilidade de emissão de respostas. A probabilidade de uma resposta varia ao longo das interações do organismo/ambiente. O tempo entre ingestões de água, por exemplo, pode influenciar comportamentos de busca desse líquido e desencadear processos de aprendizagem para obtê-lo. A água passa a ser reforçador para comportamentos que a disponibilizem.

### **Caixa de Skinner**

O principal equipamento utilizado em um laboratório de condicionamento operante é a Caixa de Condicionamento Operante [...]. Esse equipamento foi projetado pelo psicólogo B. F. Skinner para o estudo do comportamento operante, ou seja, do comportamento que produz alterações no ambiente e que é afetado por elas [...]. Quando uma das barras é pressionada, aciona-se o bebedouro, disponibilizando água para o animal privado (MOREIRA E MEDEIROS, 2007, p.168).

“Uma formulação das interações entre um organismo e o seu meio ambiente para ser adequada, deve sempre especificar três coisas: (1) a ocasião na qual ocorreu a resposta, (2) a própria resposta e (3) as consequências reforçadoras. As relações entre elas constituem as ‘contingências de reforço’.” (SKINNER, 1969, p. 27)

A restrição hídrica, enquanto condição motivacional, aumenta o poder de reforçamento da água. A ingestão de sal desencadeia desequilíbrios homeostáticos por conta de suas propriedades osmóticas. Investigar se essa condição fisiológica terá o mesmo efeito motivacional sobre o comportamento de obtenção de água é o objetivo deste estudo.

### **Privação como modelo motivacional**

Segundo Young (apud MASLOW, 1943), em um de seus trabalhos, o corpo tem tendência a sentir necessidade e/ou buscar por um alimento específico se for uma carência fisiológica.

É aquela história da osmose. Muito sal no organismo – e, por consequência, dentro das células – demanda uma quantidade maior de água para que o equilíbrio seja mantido. Para não ficar desidratado após uma refeição mais salgada, a reação mais lógica é mandar para dentro alguns copos d’água. Um estudo publicado no *Journal of Scientific Investigation*, porém, aponta para um resultado diferente – e curioso: no longo prazo, um consumo maior de sal faz com que as pessoas tomem menos água. Isso se repetiu em

testes com ratos, com um adendo: eles aparentemente também sentiram mais fome. (ELER, 2017)

Baseado nisso, é possível cogitar que o aumento da ingestão de sal aumentará a probabilidade do animal emitir comportamentos para a obtenção de água.

Do ponto de vista osmótico, grande quantidade de sal no organismo implica em maior quantidade de água para manutenção do equilíbrio na osmose (ELER, 2017).

### **Experimentação animal**

Segundo Rezende, Peluzio e Sabarense (2008), “o avanço da fisiologia e da fisiopatologia foi permitido pela experimentação animal, e muitas inovações incorporadas aos cuidados em saúde humana poderiam não ter sido possíveis sem ela” (p. 238). Um dos motivos de grande interesse na experimentação animal se dá devido principalmente a possibilidade de analisar o comportamento de forma mais específica, em vários níveis e assim se ter resultados melhores com uma menor probabilidade de erro.

A Lei 11794 (BRASIL, 2008) trata de procedimentos para o uso científico de animais e visa, entre outros, a minimização do sofrimento animal. Contudo, muito se discute sobre a necessidade da utilização dos animais e a ética envolvida nisto. Defensores do uso dos animais em experimentos baseiam-se nos avanços no campo da saúde (REZENDE, PELUZIO E SABARENSE, 2008).

Discute se experimentos que envolvem a restrição hídrica geram sofrimento desproporcional nos sujeitos experimentais. Investigações que demonstrem alternativas ao tempo de privação de água podem minimizar condições.

## **OBJETIVO GERAL**

Verificar se o consumo de alimento rico em cloreto de sódio influencia o comportamento operante de pressionar a barra para obtenção de água.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Mensurar diferentes quantidades de alimentos ricos em cloreto de sódio e o comportamento de pressão à barra para obtenção de água.

Verificar o efeito da interação entre diferentes períodos de restrição hídrica e diferentes quantidades de alimentos ricos em cloreto de sódio sobre o comportamento de pressão à barra para obtenção de água.

## **METODOLOGIAS**

## **Sujeitos**

Serão utilizados dez ratos machos da espécie *Rattus norvegicus*, com idade superior a quatro meses, condicionados a emitir a resposta de pressionar a barra para obtenção de água em esquema de reforçamento contínuo (1:1, uma resposta/um reforço). Os sujeitos experimentais em questão serão mantidos em gaiolas individuais com oferta de alimento ad libitum.

## **Ambiente, materiais e instrumentos**

O experimento será realizado no Laboratório de Psicologia Experimental, Neurociências e Comportamento (LAPENEC). Uma caixa de Skinner para roedores servirá como ambiente experimental, a qual é composta por três paredes de aço e uma de vidro removível, barra de pressionar e bebedouro em mesma parede lateral.

Para coleta de dados será utilizado um protocolo com finalidade registrar a resposta de pressão a barra, e outros comportamentos observados diferentes deste. Sendo assim, este protocolo era dividido em 4 partes como um quadro em uma folha de A4, a primeira parte do quadro era destinada ao tempo, a segunda para anotar a resposta de pressão a barra em determinado tempo, ao lado outra para as respostas de pressão a barra (RPB) acumuladas dos minutos passados, e a última parte do quadro era para anotar os comportamentos diferentes da RPB, como A (andar), F (farejar), E (erguer-se), P (ficar parado) e L (limpar-se). Cada sessão um protocolo era utilizado.

Além da ração para roedores, será acrescida ao grupo experimental alimento rico em cloreto de sódio do tipo “salgadinho snacks” sabor milho, Fandangos. Um pacote pequeno de 59 gramas, em valores diários de referência com base em uma dieta de 2.000 kcal, contém 107 kcal de calorias; 171,52 mg de sódio; 3,30 g de gorduras totais e 1,50 g de proteínas em (CUIDAÍ, s/d).

## **Procedimento**

Será utilizado o delineamento de sujeito único, onde os dados serão coletados em oito diferentes condições experimentais identificadas por letras. Todas as condições terão cinco sessões experimentais, contarão com disponibilização de alimento privação prévia de água e serão realizadas 5 sessões experimentais para cada condição. As condições A e B formarão a linha de base e não haverá consumo de alimento salgado, somente ração. Na Condição A os ratos serão privados por 48 horas e na Condição B a privação será somente por 24h. Durante as condições C, D e E os ratinhos terão como alimento os salgadinhos “snacks”, e ficarão privados durante 48h, sendo a diferença entre elas a



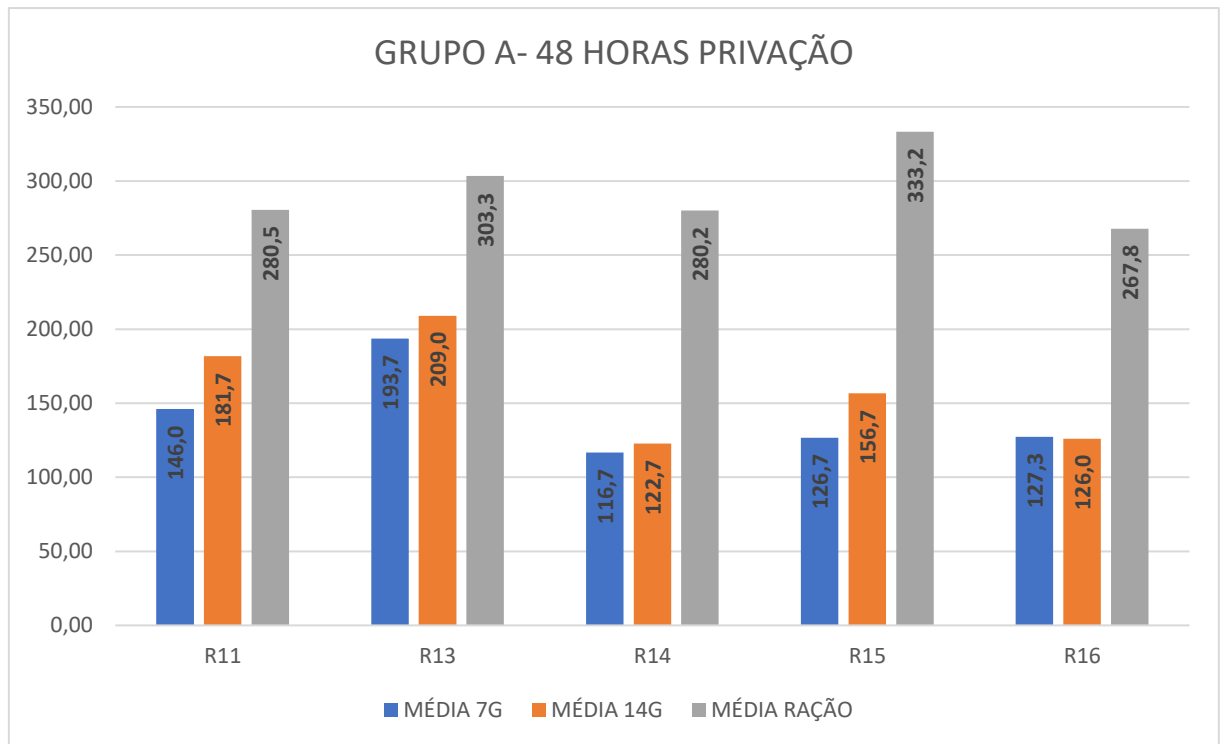
quantidade de salgadinho disponível para consumo dos animais experimentais. E durante As condições F, G e H os ratinhos também terão como alimento os salgadinhos “snacks”, mas dessa vez com uma privação de 24h em cada sessão e as diferenciando também pela quantidade de alimento disponível (ver Tabela 1).

**Tabela 1: Tempo de privação de água e quantidade de consumo diário de alimento salgado em cada uma das condições experimentais.**

<b>GRUPO EXPERIMENTAL</b>	<b>CONDIÇÕES EXPERIMENTAIS</b>	<b>TEMPO DE PRIVAÇÃO DE ÁGUA</b>	<b>CONSUMO DIÁRIO DE ALIMENTO SALGADO</b>
A	7	48 HORAS	7 GRAMAS
	14		14 GRAMAS
	0		SEM CONSUMO/SOM ENTE RAÇÃO
	7		7 GRAMAS
B	14	24 HORAS	14 GRAMAS
	21		21 GRAMAS
	0		SEM CONSUMO/SOM ENTE RAÇÃO

## RESULTADOS

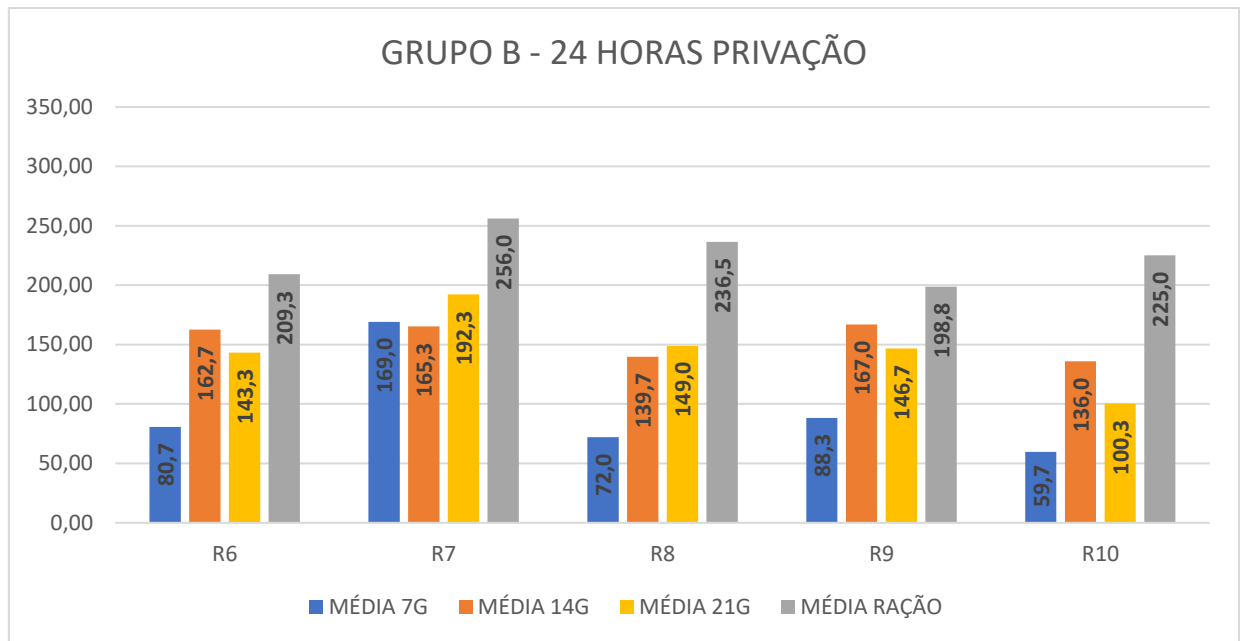
Todos os animais do Grupo A apresentaram maiores médias de RPB na condição A-0 (48 horas de privação sem alimento salgado). Quatro animais obtiveram médias superiores na condição A-14 quando comparadas às médias da condição A-7 (R11, R13, R14 e R15). Somente o sujeito experimental R16 teve média inferior em A-14 ( $\mu = 126,0$ ) quando comparada a A-7 ( $\mu = 127,3$  – ver Figura 1). Os aumentos de média de RPB da condição A-7 para A-14 variaram entre 6,0 (R14) e 35,7 (R11), sendo que a média de R13 aumentou em 15,3, enquanto que R15 teve aumento de 30,0 pontos médios.



**Figura 1:** Médias de RPB nas condições A-7, A-14 e A-0, em animais privados por 48 horas (Grupo A - R11, R13, R14, R15 e R16).

Os sujeitos experimentais R6, R7, R8, R9 e R10 (Grupo B), assim como os animais do Grupo A, também apresentaram maiores médias de RPB para a condição B-0 (sem consumo de alimento salgado). Quatro animais (R6, R8, R9 e R10) tiveram suas médias de RPB elevadas para a condição B-14 em comparação à B-7. Os aumentos dessas médias variaram entre 67,7 (R8) e 82,0 (R6), sendo que a média de R9 aumentou em 78,7, enquanto que R10 teve aumento de 76,3 pontos médios. Assim, os aumentos de RPB foram maiores entre os animais do Grupo B (24 horas de privação) em comparação com Grupo A (48 horas de privação) quando a dieta 14g de alimento salgado foi introduzida (ver Figura 2).

É possível também observar na Figura 2 as médias obtidas na condição B-21. Esta condição só apresentou aumento de média para dois sujeitos, R7 e R8. Os demais tiveram médias inferiores as apresentadas em B-14. Tal dado sugere que uma quantidade de alimento salgado superior a 14 gramas não influencia o aumento de RPB.



**Figura 2.** Médias de RPB nas condições B-7, B-14, B-21 e B-0, em animais privados por 24 horas (Grupo B - R6, R7, R8, R9 e R10).

A National Research Council (2003), em seu Manual sobre cuidados e usos de animais de laboratório, estima que ratos adultos consumam entre 10 e 20g diárias de ração. Os dados aqui apresentados demonstraram que, comparando-se as condições B-14 e B-21, não houve impactos significativos em RPB e no consumo de água pelos participantes, tendo inclusive alguns animais diminuído suas médias na última condição (R6, R9 e R10).

Assim, conclui-se, a partir dos dados, que a intervenção mais eficiente para aumento de RPB (e consequente aumento de consumo de água) se deram nas Condições A-14 e B-14, as quais obtiveram as médias gerais (todos os animais em todas as sessões) mais alta dentre as condições experimentais aqui utilizadas (A-14:  $\mu = 159,2$ , DP = 40,2; B-14: 154,3, DP = 42,9).

## DISCUSSÃO

Os resultados apresentados, na Figura 1 e na Figura 2, mostram que houve maior aumento das médias do RPB para quatro sujeitos experimentais do Grupo B (R6, R8, R9 e R10) na mudança da dieta de 7 gramas para a de 14 gramas no grupo B, onde foram privados somente durante 24 horas. Quatro sujeitos do Grupo A também apresentaram ganhos de média ao ingressarem na dieta de 14g (R11, R13, R14 e R15), mas os aumentos foram de ordem bem inferior. Estes dados sugerem que os animais do Grupo B tiveram

maior necessidade de consumir água após um período menor de privação (24 horas), possivelmente porque em um período maior de privação (48 horas) a busca pelo equilíbrio homeostático se deu de outra maneira.

Além disso, os dados mostram que o consumo de água para todos os animais, independente do grupo pertencente, foi bem maior durante as sessões em que o alimento disponibilizado foi a ração. Considerando o fato de serem animais velhos para espécie, com idade igual ou superior a 2 anos, e possuírem durante toda a vida um consumo diário de ração, provavelmente, a mudança de alimento influenciou também o consumo de água, mesmo que o alimento introduzido fosse rico em cloreto de sódio. Os animais dos dois grupos reduziram o número de respostas de pressão à barra, e conseqüentemente, o consumo de água que esse comportamento proporciona quando a dieta a base do “salgadinho tipo snack” foi introduzida.

Contudo, são necessárias mais pesquisas para investigar os impactos desse tipo de alimento não somente nas características comportamentais, o objeto de estudo da atual investigação, mas também sobre as influências fisiológicas e metabólicas decorrentes de tal mudança. Vale ressaltar que foram poucas sessões para cada condição experimental (apenas três), assim como um número pequeno de animais experimentais utilizados para a realização da pesquisa.

Há ainda outras formas de verificar a influência do alimento rico em cloreto de sódio sobre a resposta de pressão à barra por ratos condicionados como por exemplo com uma dieta com alimento salgado por um período maior de tempo ou a utilização de animais mais novos que tenham essa alimentação salgada desde o início da sua vida; uma alimentação salgada com acréscimo de sal na própria ração. A utilização de alimentos salgados pode ser uma estratégia para redução do tempo de privação de animais que ficam submetidos a experimentos comportamentais que utilizem a suspensão de água como recurso motivacional de aumento do poder de reforçamento, contudo, novos estudos poderão contribuir para melhor compreensão das variáveis envolvidas.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei 11794/08, de 8 de outubro de 2008. Estabelece procedimentos para o uso científico de animais. Diário Oficial da União, Brasília, 2008. CUIDAÍ. Fandangos sabor

presunto Elma Chips. Acessado em 25 de junho de 2020. Disponível em: <https://cuidai.com.br/alimentacao/busca-dealimentos/alimentos/1027-fandangos-sabor-presunto-elma-chips>, s/d.

ELER, G. Consumir mais sal não te deixa com sede – mas pode dar mais fome. Super Interessante. São Paulo: Editora Abril, 2017.

MASLOW, A. H. A theory of human motivation. *Psychological Review*, 50(4), 370–396, 1943.

MOREIRA, M. B., MEDEIROS, C. A. Princípios básicos de análise do comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2007. REZENDE, A. H., PELUZIO, M. C. G. & SABARENSE, C. M. Experimentação animal: ética e legislação brasileira. *Revista de Nutrição*. Campinas, 21(2):237-242, mar/abr, 2008.

SKINNER, B. F. *Contingencies of reinforcement: A theoretical Analysis*. Nova Jersey: Prentice Hall, 1969.

SKINNER, B. F. *Science and human behavior*. Londres: Pearson Education, 2014

**Capítulo 43 - DOI:10.55232/1083002.43**

**A SOCIALIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE  
CRONOTIPOS E DESEMPENHO FÍSICO E MENTAL:  
ROMPENDO FRONTEIRAS ANTES E DURANTE A  
PANDEMIA**

**Eric Barros Arco-Verde, Marcílio Hubner De Miranda Neto, Débora De Mello Gonçalves Sant'Ana, Sônia Trannin De Mello, Isabel Ferreira Da Silva Chagas, Marcelo Henrique Galdioli e Robson Antonio Leite**

**RESUMO:** A socialização de conhecimentos científicos sobre ritmos biológicos realizada por docentes e discentes da Universidade Estadual de Maringá iniciaram em 1990, para atender uma demanda gerada pela necessidade de integrar os três eixos do ensino de ciências nas escolas públicas do Paraná. Foram oferecidos cursos e palestras presenciais sobre como melhorar o desempenho em casa, no trabalho e nas escolas, visando subsidiar a ação de educadores, profissionais da saúde, gestores de pessoas e, também, para o público em geral do Brasil, de Honduras, da Argentina, do México e de Cabo Verde. Com a pandemia, no confinamento, o trabalho e o estudo remoto motivaram muitas instituições e o público a buscar informações sobre cronotipos, ritmos biológicos e suas alterações. Para atender tal demanda foram realizadas palestras e mesas redondas com alcance de público de todas as unidades da federação e de diversos países da América Latina.

**Palavras-chave:** Ensino de Ciências, Ritmos Biológicos, Internacionalização da Extensão

## **INTRODUÇÃO**

De 1990 até o início da pandemia, o trabalho sobre ritmos biológicos e suas aplicações foi desenvolvido por meio de palestras e cursos de capacitação realizados de maneira presencial com alcance de público do Brasil, Honduras, Cabo Verde e México. Atendeu a um público diversificado que buscava compreender a aplicação dos conhecimentos de cronobiologia no ensino de ciências, na gestão de pessoas, na melhoria do desempenho escolar, na saúde e no lazer (CHAGAS, *et al*, 2017; DEL VECHIO; MIRANDA NETO, 2007; SILVA; MIRANDA NETO, 2021).

Com a chegada da pandemia, tais temas ganharam ainda mais relevância na vida das pessoas e motivaram pesquisas e trabalhos extensionistas voltados a compreender e socializar conhecimentos sobre a forma como o isolamento social, o menor contato com a luz do Sol, a redução nas atividades físicas e a liberdade de horários repercutem sobre os ritmos biológicos de pessoas de diferentes cronotipos (BLUME; SCHIMIDT; CAJOCHEN, 2020; ZORZETTO, 2020).

A partir do início do *lockdown*, a equipe do Museu Dinâmico Interdisciplinar da Universidade Estadual de Maringá (MUDI/UEM) iniciou o processo de implantação de um estúdio no MUDI-UEM, com a colaboração da UEM TV, da rádio universitária UEM FM 106,9, canais educativos da UEM, e da Receita Estadual do Paraná. Dessa forma, foi criado o canal Amigos do MUDI-UEM, no *YouTube*, que passou a ser o principal instrumento para continuidade das ações extensionistas do Museu, dentre elas, a socialização de conhecimentos sobre cronotipos e ritmos biológicos antes e durante a pandemia.

## **DESENVOLVIMENTO**

O trabalho que deu origem ao projeto de extensão ‘Ritmos Biológicos: em casa, no trabalho e na escola’ teve início no ano de 1990, devido a implantação do “Currículo básico para a escola pública do Estado do Paraná” (PARANÁ, 2003) que no caso do ensino de Ciências propunha uma abordagem interdisciplinar de forma a integrar três eixos norteadores: 1 - Noções de Astronomia; 2 - Transformações e Interação de Matéria e Produção de Energia; 3 - Saúde e melhoria da qualidade vida.

Essa proposta gerou dificuldades para os docentes, porque eles não possuíam uma visão integrada desses eixos e não tinham acesso à textos com tal enfoque, o que levou o grupo da UEM a ofertar muitos cursos e palestras e produzir textos de apoio, dentre eles, “Fundamentos de cronobiologia como base para a compreensão dos três eixos que norteiam o programa de Ciências do currículo básico para as escolas públicas do Paraná”.

O texto é baseado em diversos estudos de cronobiologia, pois esta ciência busca explicitar as relações existentes entre fatores geofísicos, como o movimento de rotação e translação do planeta, a inclinação do eixo terrestre, suas influências sobre a disponibilidade de energia no ecossistema, bem como suas consequências para os seres vivos. Para isto reúnem, dentre outros, conhecimentos de biologia, astronomia e saúde (VECCHIO; MIRANDA NETO, 2007).

Silva e Miranda Neto (2021), argumentam que na atualidade também se verifica dificuldade para abordar, de forma integrada, os conteúdos das três unidades temáticas que norteiam o Ensino de Ciências (Matéria e Energia, Vida e Evolução, Terra e Universo) constantes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 e no Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP) de 2020. Visando contribuir com tal abordagem, foi atualizado e ampliado o livro “Plantas Medicinais: utilização e noções sobre o organismo humano”. O enfoque do livro, além de atender ao ensino de Ciências, desperta o interesse de diferentes segmentos da sociedade porque, aborda questões como: ritmos biológicos e desempenho físico e mental; cronotipos e organização das atividades de estudo e trabalho; turnos de atividades e *jet lag* social; estações do ano e desordens afetivas sazonais; fotoperíodo e princípios ativos de plantas medicinais; movimentos da Terra, a vida e o cosmo, ciclos geofísicos e os ritmos da vida e da mulher.

No período da pandemia, foram realizados programas de entrevista, palestras, mesas redondas e vídeos de curta duração sobre as repercussões do isolamento social e do trabalho e estudo remoto sobre os ritmos biológicos de pessoas de diferentes cronotipos. A maioria estão disponíveis no canal, no *YouTube*, Amigos do MUDI-UEM com exceção daqueles que foram realizados em outros canais.

Estudantes de diversos cursos atuaram nas diferentes atividades sendo que os do curso de comunicação e multimeios, bem como do mestrado em física atuaram na transmissão, estudantes do curso de biologia, farmácia, medicina, educação física e engenharia atuaram como mediadores no chat.

Os programas, as palestras e mesas redondas abriram uma ampla possibilidade de interação com o público por meio do *chat* no momento da realização/transmissão o que



contribuiu para manter a motivação do público por períodos de até três horas. Após o primeiro programa com o tema “O retorno às aulas e a necessidade de ressincronização dos ritmos biológicos”, realizado em 12 ago. 2020, frente a possibilidade do retorno às aulas na UEM, outras instituições solicitaram palestras ou mesas redondas para professores, estudantes e demais trabalhadores das escolas e universidades. Todas as atividades, além do público-alvo inicial, foram abertas via *YouTube* para o público em geral, com alcance de público de todas as unidades federativas do país e de outros países.

Cabe destacar que, houve, inclusive, uma palestra solicitada para o público de docentes e trabalhadores públicos de diversos setores de Honduras com o tema “*La necesaria integración entre familia y escuela en tiempos de pandemia: visiones de neurociencia y cronobiología*” que conta até o momento com 6.695 visualizações, tendo também alcançado público do Brasil, Argentina e Bolívia. O conjunto das ações referentes aos ritmos biológicos em 2020 e 2021 somam, até 29 ago. 2021, 27.324 visualizações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O sucesso das ações pode ser quantitativamente avaliado pelo número de conexões durante as atividades realizadas ao vivo, bem como, pelo número de visualizações durante as atividades e após elas (27.324), uma vez que são mantidas na forma de vídeos de longa duração no canal Amigos do MUDI-UEM, no *YouTube*.

Avaliações qualitativas também poderão ser feitas no futuro com base nos vídeos, conteúdo do *chat*, listas de frequência e relatórios.

Os conhecimentos de cronobiologia além de ajudarem na compreensão das repercussões da pandemia sobre os ritmos biológicos evidenciaram a importância do ensino integrado dos conteúdos de Astronomia, Ciências Básicas e Saúde, e ofereceram subsídios para profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

## **REFERÊNCIAS**

BLUME, C.; SCHMIDT, M. H.; CAJOCHEN, C., Effects of the COVID-19 lockdown on human sleep and rest-activity rhythms, *Current Biology*. 30(14): R795–R797, 2020. Disponível em: 10.1016/j.cub.2020.06.021. Acesso em: 25 ago. 2021.

CHAGAS, I. F. S.; MIRANDA NETO, M. H.; MELLO, S. T.; KAETSU, S. T., Produção e socialização de conhecimentos sobre cronotipos aplicados à gestão de pessoas, *Revista*

UNINGÁ, Maringá, 51(3); 48-56: jan. – mar., 2017. ISSN: 2318-0579.

DEL VECCHIO, L. H. G.; MIRANDA-NETO, M. H., Fundamentos de cronobiologia como base para compreensão dos três eixos que norteiam o programa de ciências do currículo básico para as escolas públicas do Paraná, Arq. Apadec, Maringá (UEM), 1(1); 16-23: jul.-dez., 1997. ISSN 1807-505.

SILVA, I.; MIRANDA-NETO, M. H. (Org.), Plantas medicinais: utilização e noções sobre o organismo humano, 4ª Ed. Maringá: Clichetec, 2021. ISBN 978-65-991153-2-5.

ZORZETTO, R., Tempos de incerteza: Mudanças na rotina ocasionadas pela Covid-19 podem aumentar casos de sofrimento emocional e transtornos mentais, Pesquisa Fapesp, ano 21, n. 294; p. 18-23, ago., 2020.

**Capítulo 44 - DOI:10.55232/1083002.44**

**TRABALHO VERSUS EMPREENDEDORISMO DE SI:  
REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DAS COMUNIDADES  
EPISTÊMICAS DO NEOLIBERALISMO DURANTE A  
CRISE SANITÁRIA DE 2020**

**Telma Ferreira Farias Teles Costa**

**RESUMO:** Este artigo, escrito sob a forma de ensaio teórico, objetiva lançar reflexões sobre como os arranjos de forças de comunidades epistêmicas do empreendedorismo promoveram a resignificação do trabalho como fio de sutura social em detrimento de ações estatais para a garantia de formas de renda durante a pandemia de COVID-19. Recorrendo a um arcabouço teórico crítico e multidisciplinar sobre neoliberalismo, trata-se de uma pesquisa exploratória, aplicada, essencialmente qualitativa e cujos procedimentos metodológicos incluem pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e procedimentos próprios estudo de caso. Na primeira seção, discute-se o processo de construção epistêmica em torno da noção de empreendedorismo de si. Após, a partir da ilustração de ações voltadas ao trabalho e formas de manutenção de renda, busca-se refletir sobre como a rede de micropoderes em torno do empreendedorismo de si opera, justificando as ações ou inações estatais. Postula-se, por fim, que pesquisas que relacionem as discussões ora apresentadas aos resultados sociais no período podem lançar luz para a criação de significativo instrumental de estratégias para crises futuras.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo, trabalho, pandemia.

## **INTRODUÇÃO**

O paradigma neoliberal enquanto racionalidade hegemônica já vinha enfrentando graves questionamentos antes mesmos de uma pandemia trazer novas reflexões. O ano de 2019, por exemplo, foi marcado pelos inúmeros protestos pelo globo (Santiago, Porto Rico, Equador, Beirute, Irã, Rússia, Eslováquia, Hong Kong, entre outros), muitos dos quais harmonizados na percepção sobre a incapacidade de modelos econômicos centrados no atendimento ao mercado originarem frutos positivos para a esmagadora maioria da população.

Especificamente no Brasil, assaltadas pelo crescimento do movimento global de consolidação de agendas ultraliberais, a defesa e a efetivação de direitos sociais sofreram uma impactante reviravolta a partir do controverso *impeachment* presidencial de 2016 (LANZARA; COSTA, 2021). Trata-se de um momento em que coligações de espectro direitista-conservador ascenderam ao Poder Executivo federal e se fortaleceram nas diferentes esferas do Poder Legislativo. Com elas, discursos político-econômicos prescritivos, para alguns, um “conjunto de crenças” (ALVES JR; LIMA; STUDART, 2019, p. 192), para outros, ganharam força em distintas construções epistêmicas, dentre as quais aquelas consolidadas pelas comunidades legisferantes, favoráveis à premissa de que apenas o Estado mínimo, fruto de reformas estruturais, poderiam materializar a retomada da atividade econômica e estabilidade das contas públicas.

Desde então, as políticas públicas de conservação e/ou promoção de formas de trabalho e contratos protegidos por leis sofrem uma paulatina dinâmica reestruturante e, em alguns elementos, fática descontinuidade. Seja com a reforma promovida pela Lei n.º 13.467, de 2017, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho e legitimou múltiplos modelos de uberização e/ou pejotização das relações de trabalho para obtenção de renda (FRANCO; FERRAZ, 2019); seja com a defesa, em distintas comunidades epistêmicas, pela massificação do empreendedorismo como solução para os “perdedores da globalização” (LOURES, 2015) e, por desdobramento, como motor para aceleração do crescimento das economias contemporâneas; os remates sociais direcionam para o avanço da mesma lógica de soluções individuais, obtidas no mercado.

Ocorre que, contrariando todas as expectativas para o ano de 2020, o mundo se deparou com o contágio acelerado do vírus SARS-CoV-2 que levou vários países a decretarem o fechamento de fronteiras e quarentenas em seus territórios em razão de sua

alarmante letalidade. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o estado pandêmico. Em 19 de julho, o número de óbitos registrados no mundo já superava o número de soldados mortos nos quatro anos da Guerra de Secessão (em torno de 600 mil pessoas). Quase um ano depois, no dia 19 de julho de 2021, o número de óbitos decorrentes de complicações no quadro de COVID-19 se aproximou da marca de 4,1 milhões de pessoas, dentre os quais 542.756 (quinhentos e quarenta dois mil, setecentos e cinquenta e seis) residiam no Brasil<sup>1</sup>.

Nesse ínterim, diversas iniciativas estatais pelo globo, ainda que legitimadas sob o pretexto de serem decisões emergenciais em defesa das respectivas economias e, conseqüentemente, de interesse geral, abalizaram soluções para a crise sanitária com claro afastamento de iniciativas de livre mercado. Na contramão dessa tendência, o governo federal brasileiro promoveu um duelo de narrativas contra atores técnicos, dentre os quais as diretrizes da OMS (2020) para a pandemia, com questionamentos, em especial, quanto à real necessidade da paralisação de atividades produtivas não essenciais para promover o distanciamento físico entre as pessoas.

Tendo em vista o cenário brevemente esboçado, questiona-se, pois, qual é ou quais são o(s) polo(s) produtor(es) do padrão decisório adotado no que se refere a políticas públicas políticas para o trabalho e a manutenção de formas de renda durante a pandemia e como são legitimados seus mecanismos? Na tentativa de içar possibilidades inferenciais sobre esses questionamentos, este artigo tem como objetivo lançar reflexões sobre como os arranjos de forças de comunidades epistêmicas do empreendedorismo, durante a pandemia de COVID-19, promoveram a ressignificação do trabalho, ainda que precarizado, como fio de sutura social em detrimento de ações estatais para a garantia de formas de renda.

Para atingir esse objetivo, optou-se por realizar uma pesquisa exploratória, aplicada, essencialmente qualitativa e cujos procedimentos metodológicos incluem pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e procedimentos próprios estudo de caso. O recorte temporal gira em torno do episódio pandêmico de 2020, mas vale destacar que ações anteriores que repercutiram diretamente sobre esse período também são acionadas.

---

<sup>1</sup> Dados atualizados sobre a pandemia de COVID-19 são disponibilizados pelo Data Repository for the 2019 Novel Coronavirus Visual Dashboar, operado pelo Johns Hopkins University Center for Systems Science and Engineering (JHU CSSE). Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>. Acesso em 15 set. 2021.

Dados estatísticos secundários são apresentados, mas apenas como meros expedientes ilustrativos para endossar os argumentos trabalhados.

Assim, o presente ensaio está estruturado de forma a abranger, além desta seção introdutória, outras três partes. Na próxima seção, será aprofundada a discussão sobre como dados núcleos epistêmicos afins aos constructos neoliberais promovem a construção de formas de racionalidade em torno do empreendedorismo de si contemporâneo. Para tanto, dialoga-se com conceitos de teorias críticas ao neoliberalismo, articulados em discussões multidisciplinares. Ilustram-se, na seção seguinte, formas de ação e inação estatal em relação à manutenção de formas de trabalho e renda durante a pandemia de COVID-19 em 2020. Por derradeiro, nas considerações finais, reflete-se sobre como tais estratégias podem se perpetuar para além da pandemia e como futuras pesquisas podem contribuir com possibilidades inferenciais para o enfrentamento de crises futuras.

## **O FARDO DO EU.LTDA**

Considerando a liberalização comercial, produtiva e financeira, o expressivo afastamento de formas de intervenção estatal com privatizações, reformas do arcabouço de direitos sociais e desregulamentação do mercado financeiro e do trabalho e, por fim, a dominância da fração bancária-financeira no processo de tomada de decisões sobre a dinâmica macroeconômica e seus resultados; o padrão de produção, acumulação e distribuição adotado no Brasil se alinha aquele denominado por FILGUEIRAS *et al.* (2010) de Modelo Liberal Periférico (MLP). Tal modelo se desdobra em processos de manifesta deseindustrialização, desmonte de um paradigma de substituição de importações para priorizar a reprimarização, resultando em maior dependência tecnológica, desnacionalização de indústrias e tecnologias, queda na competitividade internacional, aprofundamento da vulnerabilidade externa estrutural, dominação financeira por castas empresariais e maior concentração de capitais e rendas (PINTO; GONÇALVES, 2015, p. 11). Nesse cenário, mais do que realinhamentos políticos ou econômicos isolados, trata-se de um modelo que traduz a assimilação da lógica social pela neoliberal com a consolidação de uma inaudita racionalidade tanto para o indivíduo quanto para a própria sociedade com repercussões diretas sobre os modos de manifestação de poder (FILGUEIRAS *et al.*, 2010; PINTO; GONÇALVES, 2015).

Articulando as transformações nas relações de poder que o neoliberalismo tem operado, o sul-coreano Byung-Chul Han (2018) propõe a noção de “psicopolítica”, expressão de uma forma de controle que não quer apenas docilizar corpos, mas, sobretudo, as mentes. Para o autor, o poder hoje atua de forma menos combativa e, sob as vestes de liberdade, conquista a permissividade que tornam os sujeitos inconscientes de suas submissões ao contexto de dominação.

Dardot e Laval (2016), por sua vez, argumentam que a racionalidade neoliberal reivindica a reestruturação da vida sociopolítica com a mitigação de instrumentos democráticos que criam a obrigatoriedade de contraprestações positivas do Estado, entendidas como privilégios que oneram toda a sociedade e frustram o espírito empreendedor demandado pelo sistema. Um dos pontos capitais desta discussão está na inferência de que tal racionalidade somente poderia funcionar “apoiado numa sociedade que lhe proporcione as maneiras de ser, os valores, os desejos que lhe são necessários. A lei não basta; são necessários os costumes.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 123).

Ambas as perspectivas deitam raízes nas sofisticadas análises de Michel Foucault (2008b) sobre a genealogia do neoliberalismo desde os ordoliberalis alemães nas primeiras décadas no século XX. Para o autor, distanciando-se das proposições da economia clássica de Smith e Ricardo, que se fundamentavam na premissa de que os interesses individuais se harmonizavam na criação de valores para toda a sociedade; o paradigma neoliberal se alinha à revisão da função da Economia Política.

Assim sendo, a questão central não diz respeito à restrição das ações estatais, mas à própria fundação do Estado a partir da economia: “É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (FOUCAULT, 2008b, p. 165). Para esse fim, faz-se necessária a consolidação de núcleos epistêmicos capazes de gerar regimes de verdade e, conseqüentemente, regimes de saber-poder que instituem os “[...] diferentes modos nos quais, em nossa cultura, seres humanos são feitos sujeitos [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 273).

Considerando o objeto da presente discussão sobre o empreendedorismo de si, entende-se que esses núcleos epistêmicos são compostos, entre outros, por um *mass media* orientado por grupos empresariais e financeiros, políticos, acadêmicos ortodoxos e segmentos sociais capitalizados e majoritariamente conservadores que logram legitimar discursiva e tecnocraticamente uma rede de práticas cotidianas, mas coordenadas por regimes de verdade, que tornam concebível uma tipologia específica de sujeitos. Invoca-se aqui o conceito foucaultiano de microfísica do poder, uma vez que, frente ao caráter

difuso do saber-poder, esse forma um campo de forças que se capilariza por toda a sociedade e, sem coerção ou violência, age sobre as condutas dos indivíduos (FOUCAULT, 2008a; 2010).

Dardot e Laval (2016, p. 133) salientam que um dos traços mais expressivos desses regimes de verdade é “uma importante mudança na argumentação que reside na valorização da concorrência e da empresa como forma geral de funcionamento da sociedade”. Formatando uma utopia tipicamente neoliberal, a equiparação do indivíduo a uma empresa propicia a subjetivação do indivíduo como *Homo Oeconomicus* que, além de verter-se no único responsável por tudo aquilo que lhe sucede, cabendo-lhe todos os méritos por seu patamar de prosperidade e descréditos por suas escolhas perante seus concorrentes, “aceita essa realidade” (FOUCAULT, 2008b, p. 369) como inerente e irrefutável.

Como base de sustentação geral para esse concorrencialismo, tem-se o desamparo como o afeto político central nas relações públicas (SAFATLE, 2015), uma vez que, frente a um Estado mínimo que abdica do papel de garantidor da continuidade dos avanços civilizatórios e mínimos existenciais conquistados preteritamente, a individualidade contemporânea enxerga no empreendedorismo de si o próprio modo de gestão social contemporâneo: “O objetivo é a conformação final do corpo a uma consciência empreendedora que vê a corporeidade como propriedade a ser cuidada a partir da lógica dos investimentos e das rentabilizações, como expressão básica de um individualismo possessivo.” (SAFATLE, 2015, p. 106).

Tendo em vista o desdobramento normativo dessa racionalidade em uma espiral de revisão de políticas sociais e direitos, sobretudo aqueles que protegem e/ou garantem as mais elementares formas de educação e trabalho, as discussões sobre o empreendedorismo de si remetem a uma questão pujante nas sociedades contemporâneas: a desfiliação dos indivíduos do interior da sociedade salarial e, mais profundamente, o próprio “enfraquecimento da condição salarial” (CASTEL, 1998, p. 495). Conforme salienta Robert Castel (1998), “[...] falar de desfiliação não é ratificar uma ruptura, mas reconstruir um percurso. A noção pertence ao mesmo campo semântico que a dissociação, a desqualificação ou a invalidação social” (CASTEL, 1998, p. 26).

Nesse sentido, associando mudanças no nível macroeconômico e político às mudanças no modo de produção e na reprodução social, a desfiliação supera a ideia de precarização e vulnerabilidade, operando como um afastamento ou, inclusive, como a não admissão nessa sociedade salarial. Compreende-se, portanto, desfiliação da sociedade



salarial como a condição em que a segurança e proteção sociais, que vinha convalidando a forma de ser e viver dos indivíduos ao longo das últimas décadas, tanto no plano internacional quanto no Brasil pós-Era FHC, sobretudo com a valorização do salário mínimo, são suspensas, materializando um processo de desdemocratização em decorrência da pulverização da democracia representativa como *modus operandi* de ordenamentos estatais para legitimar o poder decisório de variadas frações de classe e não apenas daquelas que detém o poder político e econômico.

Vale frisar que o conceito de desdemocratização ora adotado é diferente daquele formulado originalmente por Charles Tilly (2007). Esse autor define democracia como um conjunto de relações entre o Estado e seus cidadãos que obedecem a critérios de amplitude (quantitativo de cidadãos que conseguem efetivamente expressar demandas ao Estado), igualdade (de possibilidades de transformar demandas em ações coletivas e estatais), proteção (às liberdades dos cidadãos nas relações com o Estado) e, por fim, vinculação aos compromissos assumidos mutuamente (TILLY, 2007, p. 13-14). Considerando tais critérios, a democratização e seu oposto, a desdemocratização, são, portanto, movimentos crescentes e decrescentes, respectivamente, que traduzem o nível e/ou qualidade da democracia de dado país:

Sem refutar tal entendimento, Wendy Brown (2006), por sua vez, e sob o mesmo prisma de análise usado por Dardot e Laval (2018, p. 20), define a desdemocratização como parte da forma política produzida na interseção da racionalidade neoliberal e neoconservadora. Esse processo conduz à (1) desvalorização da autonomia política, (2) transformação de problemas políticos em problemas individuais solucionáveis no mercado [despolitização dos problemas sociais], (3) produção do consumidor-cidadão como receptáculo do fardo da governança e (4) legitimação do estatismo [empreendedor e gerencial] (BROWN, 2006, p. 703-704, tradução livre).

Em face dos delineamentos apresentados, entende-se que a desdemocratização é um processo que transcende a mera desfiguração da democracia. Ela significa uma democracia sem seu *demos*, visto que a categoria povo, cada vez mais atomizada, perde seu papel de centro refletor das opiniões públicas – que conduzem à deliberação – para uma plutocracia tecnocrática que torna “aistóricas as discussões contemporâneas sobre a política de desenvolvimento econômico” (CHANG, 2004, p. 21). Desse modo, operam como mantras a serem cegamente seguidos proposições tautologicamente fundamentadas e/ou apoiadas nas experiências contemporâneas dos países já desenvolvidos que atualmente desmontam sua rede de direitos fundamentais e sociais e defendem a lógica

do eu.ltda, ou seja, a generalização de variados formatos de pejetização nas relações de trabalho.

Nessa perspectiva, Ha-Joon Chang (2004) argumenta que, omitindo todo um passado de protecionismo, violação dos direitos à propriedade intelectual, políticas industrial, comercial e tecnológica intervencionistas para promoção das indústrias nascentes e também políticas sociais ativistas, como aquelas de promoção educacional ampla e crítica; “os países atualmente desenvolvidos e o *establishment* internacional de políticas de desenvolvimento, por eles controlado, recomendam políticas que os beneficiam, mas não aos países em desenvolvimento” (CHANG, 2004, p. 209). Por conseguinte, a defesa pela adoção de um pacote de políticas e uma série de medidas que os países desenvolvidos não empregaram quando eram economias em *catching-up* (desenvolvimento) funciona como uma forma de “chutar a escada”<sup>2</sup> para o desenvolvimento ou para a efetiva reversão do cenário de crise social, uma vez que, tal qual a historiografia oficial evidencia, os investimentos sociais, apesar dos riscos inerentes, sempre apresentam uma taxa de retorno em termos quantitativos e qualitativos que não pode ser invalidada epistemicamente.

## TRABALHO, RENDA E PROCESSOS FILIATIVOS DURANTE A PANDEMIA

O empirismo das discussões travadas anteriormente encontra assento no modo de enfrentamento do governo federal brasileiro à pandemia. Como primeiro ato normativo federal referente à covid-19, até então uma “emergência de saúde pública de importância internacional” (BRASIL, 2020a), tem-se a Lei n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas preliminares para seu enfrentamento. Nas semanas que se seguiram, uma combinação de fatores operou como justificativas para o país pavimentar uma trajetória diferente daquela defendida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em especial o distanciamento físico entre as pessoas (WHO, 2020). Dentre eles, destacam-se: a cotação nominal recorde da moeda americana frente à desvalorização da brasileira; a anormalidade no funcionamento das bolsas de valores, em especial, em março e abril, remetendo à crise de 2008 e ao caos da fuga de investimentos; e ainda o

---

<sup>2</sup> Expressão cunhada originalmente pelo alemão Fredrich List e retomada por Chang (2004) como argumento central de seu livro.

fechamento de milhares de postos de trabalhos – no mês de abril, foram 1.459.099 desligamentos de registros celetistas (BRASIL, 2020b).

Sem uma decisão unânime sobre a melhor forma de ocorrer o isolamento social, a União e os entes federativos brasileiros não lograram êxito em atingir consenso quanto às ações que deveriam ser estabelecidas. Por isso, de forma local e tardia, comparativamente a países como Nova Zelândia e Uruguai, onde as ações contra o alastramento dos casos registrados contou com todas as esferas de poder; o pacto federativo brasileiro foi invocado para que os estados, Distrito Federal e municípios assumissem para si a iniciativa e responsabilidade pelas diretrizes que seriam adotadas para frear a curva de contágio de covid-19 em solo brasileiro.

Ainda no mês de abril, pode ser observada nas principais mídias comunicacionais e sociais a participação do chefe de governo brasileiro em diversos atos contrários à descontinuidade, mesmo que momentânea, de variadas cadeias produtivas e do próprio consumo de múltiplos bens e serviços como forma de repressão à propagação de um vírus de expressiva letalidade, alheio às necessidades econômicas dos países, mas que tornou “a globalização capitalista biologicamente insustentável” (DAVIS, 2020, p. 12). No dia 19 de abril de 2020, por exemplo, entre apertos de mãos e poses para *selfies*, o presidente brasileiro asseverou para uma aglomeração de pessoas que lotavam a Esplanada dos Ministérios, indiferentes às recomendações da OMS, que “[...] Mais do que direitos, vocês tem a obrigação de lutar pelo país de vocês.” (COLETTA; ONOFRE, 2020).

Em redes sociais e entrevistas, tais movimentos se referiram diretamente ao art. 170 da Constituição federal, que consigna a propriedade privada, a função social da propriedade, a livre concorrência e a defesa do consumidor para a manutenção da ordem econômica nacional como princípios da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa (BRASIL, [1988]/ 2021). Aludiram também à Declaração de Liberdade Econômica que reforçou a convicção de que é “assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei” (BRASIL, 2019).

Sob essa carapaça normativa, grupos de empresários, protegidos dentro de seus carros para evitar o contato com possíveis portadores de covid-19, promoveram carreatas nas principais cidades do país para se posicionarem contra as medidas locais de isolamento social horizontal (para todos, sem distinção) e fechamento forçado de múltiplos ambientes de trabalho (ZYLBERKAN, 2020). Tais movimentos contaram

ainda com a adesão de milhares de cidadãos resignados com sua responsabilidade individual na manutenção de seus empregos e rendimentos.

Trata-se, pois, de episódios que sugerem a ativação de processos filiativos, pautados em uma racionalidade de menosprezo ao bem coletivo em prol de um posicionamento pessoal no mercado. A presença de um presidente em eventos como aqueles supracitados, atribuindo responsabilidade aos cidadãos pela saúde econômica do país, se harmoniza ao argumento de Freud de que “quanto mais significativo esse algo em comum, mais bem-sucedida deverá ser essa identificação parcial, correspondendo assim ao início de uma nova ligação.” (FREUD, 1987, p. 50).

Sob esse prisma, a agregação dos indivíduos em torno da pauta em voga pode ser atribuída ao anseio por uma resposta libidinal mais imediata, seja através da identificação com o líder, seja pelo “reconhecimento de uma substância comum” (FREUD, 1987, p. 96) e preciosa ao eu que também é objeto do grupo. No entanto, as demandas civilizatórias do momento em que Freud escreveu sua teoria das massas – em que as formas de subjetivação eram enviesadas por uma ética protestante e instrumentos culturais para a repressão pulsional – eram diferentes da contemporaneidade.

Em 1930, se os indivíduos se sentiam culturalmente impelidos à disciplinização de seus desejos, na segunda década do século XXI, para acompanhar um capitalismo de consumo que se legitima narcisicamente por meio de uma lógica pautada no exibicionismo imagético; aos indivíduos é imposta uma cultura de não-sujeição dos desejos, cabendo-lhes competir arduamente no mercado para efetivá-los. Há, portanto, um constrangimento que direciona ao empreendedorismo de si, fazendo com que os indivíduos, de forma contínua, ambicionem sempre mais possibilidades dentro do mercado e de si próprios, em detrimento, inclusive, das limitações corporais que um evento pandêmico impõe.

Deste modo, a imperiosa necessidade de conservação de suas rendas levou milhares de brasileiros a não paralisarem suas atividades laborais, ainda que a curva de casos e mortes decorrentes da covid-19 permanecesse ascendente. Em contrapartida, e estreitando relações com empresários, em alusão não declarada ao pensamento de David Ricardo, para quem um aumento salarial não eleva necessariamente os preços das mercadorias, mas invariavelmente reduziria os lucros; o Estado brasileiro comprometeu ainda mais o já combalido mundo do trabalho durante a pandemia.

Em 2020, no simbólico dia 1º de abril<sup>3</sup>, foi publicada a Medida Provisória n.º 936, que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Convertida na Lei n.º 14.020, em 6 de julho de 2020, trata-se de um instrumento normativo que instituiu medidas que intensificaram a desregulamentação trabalhista, a exemplo do art. 7, III, que autorizou a redução proporcional (de 25%, 50% ou 70%), por até 90 dias, de jornada de trabalho e de salários, bem como a suspensão temporária de contratos de trabalho por até 60 dias. Em 13 de julho de 2020, ambos os prazos foram prorrogados para até 120 dias (BRASIL, 2020c).

Apesar dos objetivos instados no art. 2º, de “I – preservar o emprego e a renda; II – garantir a continuidade das atividades laborais e empresariais; e III – reduzir o impacto social decorrente das consequências do estado de calamidade pública e de emergência de saúde pública” (BRASIL, 2020c); sob a justificativa da salvaguarda de milhares de postos de emprego, o ônus das medidas ora referenciadas recaíram imperativamente sobre o elo mais frágil da relação. Trata-se da implementação de *lay-off* que rebaixa salários e interrompe contratos, entre outras práticas, sem que os trabalhadores sejam isentos, em contrapartida, do pagamento de impostos e recolhimento de contribuições tributárias das mais variadas naturezas.

Por outro lado, uma série de benefícios fiscais e tributários foram canalizados para as empresas brasileiras, a exemplo do adiamento dos vencimentos dos tributos federais através da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) n.º 153, de 25 de março de 2020 (BRASIL, 2020d), e Resolução CGSN n.º 154, de 03 de abril de 2020 (BRASIL, 2020e); adiamento do pagamento de contribuição previdenciária e do PIS/COFINS com a Portaria n.º 139/2020 do Ministério da Economia (BRASIL, 2020f); e instituição de uma linha de crédito para pagamento de folha salarial pela Medida Provisória n.º 944, convertida na lei n.º 14.073, de 19 de agosto de 2020 (BRASIL, 2020g).

As atuações do Estado, nestes casos, ratificam práticas tipicamente neoliberais que tomam o fator concorrencial entre a massa sobressalente de trabalhadores como uma variável que favoreceu o atendimento de duas demandas durante a crise sanitária – e quiçá, depois dela: baixa flutuação nos preços da força de trabalho e redução máxima dos riscos de prejuízos empresariais.

---

<sup>3</sup> Popularmente, o dia 1º de abril é conhecido como o dia da mentira.

Conforme elucidado previamente, mesmo antes da crise sanitária e o consequentemente fechamento de milhares de postos de trabalho, os ligamentos que compõem o centro nevrálgico das relações sociais e salariais já haviam sido abalados com a legitimação do binômio neoliberal de maximização da eficácia produtiva e minimização do preço da força de trabalho que a Lei n.º 13.467/2017 endossou. Tais apontamentos, ponderados isoladamente, poderiam acender indagações sobre a possibilidade de constatar o óbito da sociedade salarial ou, segundo a perspectiva de Claus Offe (1989), o fim do trabalho. Uma análise mais atenta, no entanto,ança reservas sobre a validação dessas assertivas, mas endossa a existência de um efetivo processo de liquefação da função do trabalho protegido na coesão do tecido social.

Este foco de apreciação não reduz a problemática que tange ao crescimento do desemprego e de formas de precarização do trabalho, dentre as quais se destacam a uberização forçada da sociedade brasileira. Mesmo com um sistema de pontuação opaco, modestos rendimentos que conduzem a jornadas exaustivas, crescente saturação de parcerias que aumentam os períodos de ociosidade não-remunerada, bem como a inexistência de qualquer assistência de saúde e proteção à renda; a incerteza naturalizada quanto às possibilidades empregatícias e o fenecimento de ideais de pleno-emprego, em associação à ampla flexibilização da legislação trabalhista, permitiram que um mercado crescente de aplicativos de transporte e entrega encontrassem terreno político e econômico fértil no Brasil.

Excluindo direitos do sistema de proteção social – como educação emancipadora e trabalho protegido –, amplamente aceitos pela literatura como fundamentais, o controverso empreendedorismo de si consagra o princípio da subsidiariedade dos direitos sociais em que a responsabilidade pelos meios de efetivação dos direitos sociais cabe, em primeiro lugar, à família, seguido da sociedade e, por último, ao Estado (SPOSATI, 2009).

## CONCLUSÃO

Por meio das análises delineadas, o artigo ansiou fornecer subsídios para discussões que visem o questionamento sobre o uso de instrumentos normativos, procedimentalmente democráticos, para funções manifestamente contrárias às formas de trabalho e obtenção de renda regulamentados. Em face dos dados apresentados, infere-se que a perpetuação da defesa de políticas centradas na saúde econômica do país em

detrimento da saúde das pessoas, sob o discurso de promoção do interesse geral; opera como indicativo de um oximoro, continuamente reproduzido para corroborar demagogicamente uma série de medidas neoliberais que, ademais de acentuar a desregulamentação de direitos sociais e intensificar a descrença na política; resulta no perecimento real da população mais vulnerável e carente de mecanismos de proteção social.

Respondendo ao questionamento inicial da pesquisa, infere-se que as dimensões predominantes da legitimidade das ações promovidas são pragmáticas, apoiadas em um aparato normativo não teleológico, que fixa a adaptação das ações do Estado brasileiro a padrões colocados pelo *establishment* neoliberal, enfraquecendo a preocupação com o bem-estar social e, por conseguinte, com a democracia de fato. As decisões normatizadas no ordenamento jurídico do país ou empiricamente efetivadas pelos atores do alto escalão do Executivo federal evidenciam que a administração pública notadamente privilegia certos nichos econômicos e restringe a intervenção direta em áreas essenciais para as parcelas populacionais mais carentes, como aquelas que visam à manutenção de renda e trabalho legislativamente protegido, redução da carga tributária, atenção em saúde e educação emancipatória.

Evidencia-se assim que as disposições interpretativas do governo federal sobre os impactos da pandemia no mercado de trabalho brasileiro apontam para a perpetuação de uma racionalidade de Estado como mero “agente normativo e regulador da atividade econômica” (BRASIL, 2021, art. 174), distante do *telos* social que a Constituição estabeleceu. No anseio de se desvincular de tal obrigatoriedade, o Estado ora se identifica com o papel do ser mitológico Atlas, a quem é infligido o ônus de carregar o peso mundo ou todas as pressões e demandas sociais; ora se alinha à tragédia de Prometheus, que ensinou aos homens a vida civilizada, mas, por assisti-los mais do que era permitido pelos deuses, passa por um perpétuo ciclo destrutivo que o consome e inutiliza; ora constrói reservas quanto aos governantes que, identificados a Odisseus míticos, precisam são acorrentados em grilhões normativos para não cederem ao canto das sereias, ou seja, tentações pretensamente eleitoreiras de patrocínio de benefícios sociais.

Nesse sentido, infere-se que a pandemia de covid-19 aponta para a aplicação de mais políticas neoliberais no mundo do trabalho e além dele, haja vista o argumento de Klein (2008) de que calamidades políticas, sociais, econômicas ou naturais propiciaram que a “história do livre mercado – compreendida como a história das corporações – foi [fosse] escrita com choques” (KLEIN, 2008, p. 28). Infere-se, portanto, pela

impossibilidade de afirmar que houve ou haverá um afrouxamento do receituário neoliberal : minimizando os riscos do evento pandêmico em si – crise de saúde pública *versus* “apenas uma gripezinha” (McCOY; TRAIANO, 2020) – e focando na conjuntura futura dos prejuízos econômicos; as ações do governo federal seguiram pautadas por uma métrica utilitária que se compraz com o mercado e não institui um imperativo de responsividade à sociedade, mas apenas à lei, independentemente de quaisquer demandas sociais.

Guardadas as devidas proporções, invocam-se as inferências de Schumpeter (2003) quanto ao conceito de destruição criativa<sup>4</sup>, para projetar que, como consequência desse cenário destrutivo, o processo de refiliação da sociedade por meio da sujeição aos novos meandros do empreendedorismo de si, pretensamente criativa, livre e autônoma, poderá superar em dimensão e gravidade a precarização e vulnerabilidade que o escopo normativo anterior à pandemia – e reforçado por ela – vem promovendo. Aponta-se, pois, para a legitimação de um *gap* ou, inclusive, a intensificação dos mecanismos de não admissão de indivíduos na sociedade salarial até a naturalização de não existência desta concepção de organização social com a massificação de regimes de obtenção de renda desprotegidos normativamente.

Como sugestões para pesquisas futuras, recomenda-se proceder ao levantamento de dados empíricos sobre os resultados sociais no período elencado, relacionando-os às medidas ora apresentadas; bem como realizar um comparativo entre as medidas adotadas em outras regiões do globo. Tais caminhos podem lançar luz para a criação de significativo instrumental de estratégias para a resolução de crises futuras.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES JR., Antonio José; LIMA, Cláudia Henschel de; STUDART, Rogério. Terraplanismo econômico na Reforma da Previdência. In: AZEVEDO, Jose Sergio Gabrielli de (org.); POCHMANN, Márcio (org.). **Brasil: incertezas e submissão?**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

---

<sup>4</sup> Joseph Schumpeter (2003) argumenta que o capitalismo tem como característica basilar a capacidade de constante reinvenção. Segundo o autor, esta renovação não é capitaneada pelas mudanças na vida social e econômica, ainda que estas sejam de grande importância, condicionando, em alguns casos, as mudanças tecnológicas. Para ele, a constante criação de novos bens de consumo, métodos de produção ou transporte, mercados, formas de organização das empresas capitalistas, em conjunto, propiciam a constante renovação do capitalismo.



BRASIL. Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: 2020a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Economia. **Sumário Executivo das Estatísticas mensais do emprego formal**. Brasília, DF, abr. 2020b.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 13.874, de 20 de setembro de 2019. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 14.073, de 19 de agosto de 2020. Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis n.ºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2020c.

\_\_\_\_\_. Comitê Gestor do Simples Nacional. Resolução CGSN n.º 153, de 25 de março de 2020. Prorroga, excepcionalmente, prazos de declarações do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional). **Diário Oficial da União**, seção 1, página 44, Brasília, DF, 2020d.

\_\_\_\_\_. Comitê Gestor do Simples Nacional. Resolução CGSN n.º 154, de 03 de abril de 2020. Dispõe sobre a prorrogação de prazos de pagamento de tributos no âmbito do Simples Nacional, em razão da pandemia da Covid-19. **Diário Oficial da União**, seção 1B, página 8, Brasília, DF, 2020e.

\_\_\_\_\_. Ministério da Economia. Portaria n.º 139, de 03 de abril de 2020. Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2020f.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 14.073, de 19 de agosto de 2020. Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2020g.

BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. In: **Political Theory**, v. 34, n. 6, p. 690-714, dec. 2006.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Trad. Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: UNESP, 2004.

COLETTA, Ricardo Della; ONOFRE, Renato. Não queremos negociar nada, diz Bolsonaro em ato pró-intervenção militar diante do QG do Exército. **Folha de São Paulo**, Brasília, 19 abr. 2020.

DAVIS, Mike. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In: DAVIS, Mike *et al.* **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 26<sup>a</sup> ed. São Paulo: Graal, 2008a.

\_\_\_\_\_. **O Nascimento da biopolítica**: Curso no Collège de France (1978-1979) São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. Sujeito e poder. In.: DREYFUS, Hubert; & RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPE**, v. 17, p. 844-856, 2019.

FREUD, Sigmund (1921). **Psicologia das massas e Análise do Eu**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica** – o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

LANZARA, Arnaldo Provasi; COSTA, Telma Ferreira Farias Teles. O Brasil e a Democracia no Início do Século XXI: entre a Soberania Popular e a Austeridade. **Revista Brasileira De Estudos Políticos**, n. 123, p. 85-128, 2021.

LOURES, Hamilton Lopes. Empreendedorismo: uma visão política de seus fundamentos. **Negócios em Projeção**, v.6, n.2, p. 93-104, 2015.

McCOY, Terrence; TRAIANO, Heloísa. Brazil's Bolsonaro, channeling Trump, dismisses coronavirus measures — it's just 'a little cold'. **Washington Post**, Rio de Janeiro, 25 mar. 2020.

OFFE, Claus. Trabalho: A categoria-chave da sociologia? **RBCS**, v. 4, n. 10, jun, 1989.

PINTO, Eduardo Costa; GONÇALVES, Reinaldo. Modelos de Desenvolvimento e Desempenho Macroeconômico: Brasil. **Texto de Discussão**, v. 17, UFRJ, 2015.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2ª ed. São. Paulo: Cosac & Naify, 2015.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalism, Socialism and Democracy**. New York: Taylor & Francis e-Library, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

TILLY, Charles. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Considerations for public health and social measures in the workplace in the context of COVID-19**. 10 May 2020.

ZYLBERKAN, Mariana. Coronavírus: apoiadores de Bolsonaro fazem carreatas por fim da quarentena: manifestações têm sido organizadas por comerciantes e empresários que querem a retomada das atividades econômicas; prefeito de Campinas diz que vai multar. **Veja**, publicada em 27 março 2020.

## **CARTOGRAFIAS DE UMA DEMOCRACIA AMEAÇADA: DISPUTAS ENUNCIATIVAS E O ANIQUILAMENTO DAS DIFERENÇAS**

**Waldenilson Teixeira Ramos, Priscilla Costa Dos Santos, Lucas Felipe Araújo De Figueiredo, Pablo Rodrigues Alves e Ana Beatriz Meziara Garcia**

Michel Foucault, em seu curso intitulado como “O Governo de Si e dos Outros”, retoma a democracia ateniense com o intuito de mapear as dinâmicas de fala da cidade. Enquanto um grupo de pesquisa que se dedica a investigar os quatro últimos cursos deste pensador, encontramos chaves conceituais que nos instrumentalizam a cartografar uma democracia ameaçada. Frente a isso, é possível pensar como políticas basistas - que se originam a partir de uma maioria, mas que não se direcionam à mesma - têm tomado cada vez mais espaço nas disputas que se configuram no Brasil, nas quais podemos vislumbrar uma rede de forças que se entrecruzam com lógicas de apagamento e aniquilamento das diferenças. Duas cenas, no Brasil, denunciam determinados impasses no que tange a uma democracia em esmorecimento: em 5 de Setembro de 2018, durante a corrida eleitoral: “Vamos fuzilar essa petralhada aí do Acre” e, no dia 9 de Maio de 2021, durante a pandemia de Covid-19 (após mais de 462 mil mortes): “Quem é de direita toma cloroquina e quem é de esquerda toma Tubaína”. Essas duas falas vindas do atual presidente, Jair Bolsonaro, escancaram determinadas dinâmicas macro e micro-fascistas do nosso tempo que se propagam de modo contagioso em planos de Estado, sociais e em redes virtuais e intensivas — conteúdos discursivos que não eram possíveis de serem enunciados passam a ser encorajados, como, por exemplo, a expressão do desejo de morte do outro. Interessados em produzir reflexões sobre os jogos enunciativos dentro da polis e como determinadas políticas de discurso colocam na cena pública lógicas neofascistas, ensinamos, neste trabalho, pensar sobre uma construção de um olhar crítico para nossas práticas psi a fim de tecer novas posições ético-políticas frente à fragilidade da democracia.

**Palavras-chave:** Política; ética; democracia.

### **Referências Bibliográficas:**

FOUCAULT, Michel. O governo de si e dos outros. WMF Martins Fontes; 1ª edição, 2010.

## **A PRÁTICA PEDAGÓGICA ORAL E A LITERATURA: UM ENCONTRO POSSÍVEL**

**Natallia Augusta De Melo Silva e Raiza Nayara De Melo Silva**

**RESUMO:** O presente trabalho possui uma natureza qualitativa e teve como objetivo analisar como os gêneros literários orais estão previstos na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018), nos anos finais do ensino fundamental. Além disso, observou-se se tal previsão está em consonância com os estudos linguísticos e literários que apontam para um ensino-aprendizagem efetivo da interface oralidade e literatura. Para tanto, foram discutidas questões relativas aos saberes e às práticas docentes necessárias para o ensino dos gêneros textuais literários como o romance, o conto, a crônica, a declamação de poemas, a dramatização dentre outros. Desse modo, buscou-se compreender como as práticas de leitura podem estar atreladas a tais gêneros e como eles podem ser produzidos e elaborados, com auxílio de quais materiais didáticos, projetos ou livro didático, em sala de aula ou para além dela e quais os critérios utilizados. Como resultados, concluiu-se que a BNCC (BRASIL, 2018) compreende o eixo oralidade a partir do contexto das muitas práticas de linguagem, que acontecem com ou sem o contato direto com o alunado, prevendo quais as práticas/habilidades orais possíveis de serem trabalhadas no âmbito escolar. Ademais, assinala-se a defesa da concepção de língua enquanto instrumento de interação e enunciação a partir dos gêneros discursivos orais literários e as suas adequações comunicativas.

**Palavras-chave:** Aprendizagem, Oralidade, Literatura.

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho discute sobre o grafocentrismo escolar e sobre como pode ocorrer a abordagem dos gêneros discursivos literários orais como o romance, o conto, a crônica dentre outros, nas aulas de língua materna. Traz também ao debate questões relativas a como tais gêneros estão previstos e como dialogam com a BNCC, nos anos finais do ensino fundamental e com os estudos linguísticos e literários. Além disso, argumenta como as práticas de leitura podem ser trabalhadas pelos docentes com tais gêneros, e como podem estar atreladas a algum material didático, projetos, sequências didáticas, ou livro didático em sala de aula e quais podem ser os critérios utilizados pelos docentes para a escolha desses gêneros, voltados aos universos linguístico e literário.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A partir do momento que iniciamos uma discussão acerca do ensino de língua materna, há o questionamento sobre qual a concepção linguística que norteará e será adotada nas nossas práticas educativas e sobre quais os objetivos de ensino aprendizagem serão realizados e alcançados no âmbito escolar. A inquietação surge, pois, como nos esclarece Geraldi (2001), uma mudança de perspectiva teórica acarreta uma mudança na postura pedagógica, isto é, uma mudança nos nossos objetivos e práticas traçadas para o ensino de língua materna. De acordo com Geraldi (2001), a escolha da concepção de linguagem implica motivações política e social, em que dependendo do modo como ela é compreendida, permite-se ao aluno que, efetivamente, ele se constitua enquanto sujeito na/pela sua língua. Com base em raízes eminentemente históricas ressoa até hoje, nas aulas de língua materna, uma busca incessante pelo estudo e o entendimento da linguagem meramente pautada na gramática normativo prescritiva.

Essa perspectiva tradicionalista encontra sua realização em atividades metalinguísticas, tais quais: classificação, nomeação, exemplificação e exercitação de elementos linguísticos, negligenciando-se, pois, uma abordagem textual-discursiva, em que se tem por intuito a realização de uma análise crítico-reflexiva acerca da língua. Sendo assim, anteriormente buscava-se que o aluno memorizasse regras gramaticais partindo da visão dicotômica da língua, ou seja, do certo ou do errado. Para tanto, é relevante dizer que o alunado não só tenha o contato com o saber gramatical, mas que ele

desenvolva uma postura crítica e reflexiva, agindo sobre o mundo baseado na sua própria linguagem, isto é, que tenha o contato visceral com as práticas letradas cidadãs.

No caso do ensino-aprendizagem da oralidade, espera-se que o alunado não mantenha apenas o contato com gêneros discursivos orais e literários com base em uma perspectiva modelar/estrutural, mas sobretudo que seja efetivado o trabalho pedagógico com os mesmos em uma perspectiva que emane e requeira funções sociocomunicativas, assim como bem assinala Costa-Maciel (2014).

No tocante ao objeto privilegiado para o ensino de língua materna, devemos sinalizar que o objeto por excelência seja o texto, uma vez que, sendo uma unidade de sentido situado historicamente e socialmente, nos possibilita que, por meio de gêneros textuais, manifestemos os discursos.

Desse modo, partindo do princípio norteador de que é no interior da sala de aula que surgem os confrontos de posicionamentos críticos, a construção de conhecimentos enciclopédicos, linguísticos e discursivos, e experienciais, interações verbais e interações sociais, espera-se que no ensino nas aulas de Língua Materna seja um ensino oportunizado ao alunado, como nos diz Suassuna (2009), “a construção de objetos linguísticos mais complexos e de maior levantamento de hipóteses relativas à estrutura da língua e a relação dessa com a linguagem enquanto interação/enunciação”.

Para Costa-Maciel (2014), saber, fazer, pensar e dizer são elementos que se entrelaçam no processo do ensinar, como um fio condutor, que define práticas, cria configurações das identidades do professor e da professora, e do alunado tanto individuais como coletivas.

Portanto, é um processo que envolve a observação dos docentes enquanto sujeitos de ação, sem desprezar todo o sistema que os envolve, com suas ideologias, lutas profissionais e dominação de ordem cultural/simbólica e lugar social e de fala do alunado. No caso da oralidade, a autora aponta que para além da ação docente propriamente dita, são necessários diversos saberes: pedagógicos, educacionais, experienciais, os relativos aos gêneros textuais, à relação fala e à escrita, à variação linguística etc.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A BNCC (BRASIL, 2018) é um documento que se propõe a orientar pedagogicamente sobre as competências, sobre as habilidades, assim como as aprendizagens essenciais que todo alunado deve desenvolver, em todos os componentes curriculares, nas mais diferentes etapas/ níveis da educação básica. A BNCC também prevê algumas competências voltadas para a área de Linguagens, tais quais a ampliação de possibilidades de participação do alunado nas mais diferentes práticas sociais e culturais, o conhecer e explorar as práticas de linguagem em diferentes campos da atividade humana, o compreender as linguagens.

como uma construção cultural e social e o desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais. No que respeita ao componente curricular Língua Portuguesa, para os anos finais do ensino fundamental, no campo artístico-literário, foi possível observar que a BNCC nos apresenta encaminhamentos aprofundados quanto às aprendizagens essenciais, no trato com os gêneros orais literários já vivenciados em etapas anteriores de escolarização, dada a incisiva abordagem crítico-reflexiva tanto das competências quanto das habilidades norteadoras para com o trabalho pedagógico dos gêneros em questão.

Para além disso, podemos verificar que tal abordagem encontra lugar nos estudos da área de Linguagens, tendo vista a preocupação em conceber as manifestações linguísticas e culturais a partir da interação: autor-texto leitor-sociedade.

Desse modo, como se vê no quadro I, abaixo, ela prevê habilidades que envolvem os conhecimentos acerca dos gêneros de cunho prosaico e poético, com a perspectiva fruidora para com os elementos composicionais linguísticos e paralinguísticos como o ritmo, as modulações, o espaço e o tempo na construção das personagens e do enredo, a polifonia, o estilo e o papel social do narrador tanto em textos orais como nos escritos. Nesse sentido, cabe assinalar que o texto literário pode oportunizar a imersão nos mais diversos comportamentos, crenças e interesses e fazer atentar para as pluralidades linguísticas e sociais:

**Quadro I: Habilidades orais voltadas para os gêneros prosa e poesia**



Analisar os efeitos de sentido decorrentes da interação entre os elementos linguísticos e os recursos paralinguísticos e cinésicos, como as variações no ritmo, as modulações no tom de voz, as pausas, as manipulações do estrato da linguagem, obtidos por meio da estrofação, das rimas e de figuras de linguagem como as aliterações, as assonâncias e as onomatopeias, dentre outras, postura corporal e a gestualidade, na declamação de poemas, apresentações musicais e teatrais, tanto em gêneros em prosa quanto nos gêneros poéticos. [...] e observar os efeitos de sentido de palavras e expressões, que funcionam como modificadores na caracterização dos espaços, tempos e personagens (BNCC, 2018, p. 157).

Fonte: BRASIL, 2018.

Nos casos da poesia e do poema, como se observa no quadro II, o documento prevê a abordagem de duas dimensões: a primeira, que corresponde aos efeitos de sentido produzidos pelos mais diversos recursos linguísticos e semióticos, um deles o discurso direto, e a segunda, que condiz com a imagética construída a partir de uma linguagem conotativa, em que se possam estar presentes as figuras de linguagem tais quais, as metáforas, a hipérbole, a metonímia etc. Tais recursos podem fazer atentar para as variações linguísticas, tanto para a variedade da língua falada quanto para a da norma-padrão. Dessa forma, tanto o posicionamento crítico como a criatividade poderão permitir a fruição estética leitora, tanto em textos orais como nos escritos:

**Quadro II: Habilidades orais voltadas para a interpretação da poesia e do poema**

Interpretar, em poemas, efeitos produzidos pelo uso de recursos expressivos sonoros (estrofação, rimas, aliterações etc), semânticos (figuras de linguagem, por exemplo), gráfico espacial (distribuição da mancha gráfica no papel), imagens e sua relação com o texto verbal (BNCC, 2018, p. 155). Reconhecer as variedades da língua falada, o

conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico (BNCC, 2018, p. 157).

Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deva usada (BNCC, 2018, p. 157)

**Fonte: BRASIL, 2018.**

Outras habilidades estão previstas para o campo artístico-literário, (ver quadro III), como o manejo para relacionar os textos e os discursos, e os efeitos de sentidos provenientes desses processos de intertextualidade e interdiscurso. Tais habilidades apontam para as práticas de produção textual, exposição oral, escuta e compartilhamento dos gêneros discursivos nas diferentes mídias e fontes, que podem ser utilizadas, tais quais a televisão, o rádio etc. Entre tais práticas, estão as que envolvem o ler em voz em alta, quer seja os contos de amor, de humor, de suspense, ou a literatura infanto-juvenil, quer seja as narrativas mais longas como o romance. Além disso, há a possibilidade do recontar as histórias tanto da tradição oral como da tradição escrita. Sendo, assim, o que está em jogo é a proficiência para a compreensão da leitura. Portanto, destaca-se o potencial que a literatura e a arte, de modo geral, têm para proporcionar apreciações valorativas, atentando para a importância de se respeitar e valorizar o diferente:

**Quadro III: Habilidades orais voltadas para a intertextualidade nos textos literários**

Ler em voz alta textos literários diversos – como contos de amor, de humor, de suspense, de terror; crônicas líricas, humorísticas, críticas; bem como leituras orais capituladas (compartilhadas ou não com o professor) de livros de maior extensão, como romances, narrativas de enigma, narrativas de aventura, literatura infanto-juvenil, – contar/recontar histórias tanto da tradição oral (causos, contos de esperteza, contos de animais, contos de amor, contos de encantamento, piadas, dentre outros) quanto da tradição literária escrita, expressando a compreensão e interpretação do texto por meio de uma leitura ou fala expressiva e fluente, que respeite o ritmo, as pausas, as hesitações, a entonação indicados tanto pela pontuação quanto por outros recursos gráfico-editoriais, como negritos, itálicos, caixa-alta, ilustrações etc., gravando essa leitura ou esse conto/reconto, seja para análise posterior, seja para produção de

audiobooks de textos literários diversos (BNCC, 2018, p. 157).

**Fonte: BRASIL, 2018.**

Assim, o documento sinaliza que deve haver uma motivação subjetiva para que os textos literários ficcionais sejam apreciados, assim como os seus universos de expectativas sejam rompidos. As marcas linguísticas e o conhecimento sobre o gênero poderão facilitar tal processo, como nos mostra o quadro IV:

**Quadro IV: Motivação subjetiva para os textos literários ficcionais**

Mostrar-se interessado e envolvido pela leitura de livros de literatura e por outras produções culturais do campo e receptivo a textos que rompam com seu universo de expectativas, que representem um desafio em relação às suas possibilidades atuais e suas experiências anteriores de leitura, apoiando-se nas marcas linguísticas, em seu conhecimento sobre os gêneros e a temática e nas orientações dadas pelo professor (BNCC, 2018, p. 155).

**Fonte: BRASIL, 2018.**

No que diz respeito ao poema, o documento nos apresenta um direcionamento para interpretação dele a partir dos seus recursos sonoros (rimas, aliterações) e de sua organização de imagens composicionais: ângulo, cor (ver quadro V). Desta forma, é possível o trabalho pedagógico com a criação de poemas compostos por versos livres e de forma fixa- quadra e sonetos, nos quais sejam utilizados os recursos visuais e sonoros, como a distribuição da mancha gráfica (poemas visuais), as cadências, os ritmos, a pontuação, a correção ortográfica, a formação dos antônimos etc. Nesse sentido, compete salientar que a BNCC prevê que tanto os gêneros ficcionais quanto os poemas sejam expostos, no âmbito escolar, por meio de debates, seminários, declamações entre outros. Logo, tanto a oralidade como a literatura se tornam objetos passíveis de serem ensinados e aprendidos criticamente no dia a dia do âmbito escolar:

**Quadro V: Interpretação do poema a partir de seus recursos sonoros**

Interpretar, em poemas, efeitos produzidos pelo uso de recursos expressivos sonoros

(estrofação, rimas, aliterações etc), semânticos (figuras de linguagem, por exemplo), gráficoespacial (distribuição da mancha gráfica no papel), imagens e sua relação com o texto verbal (BNCC, 2018, p. 155).

**Fonte: BRASIL, 2018**

A BNCC também aponta para o engajamento nos processos de planejamento, textualização, reescrita e produção dos textos, levando-se em consideração as suas condições de produção e recepção: público-alvo, temática, suporte, esfera de circulação, propósitos comunicativos, verossimilhança entre outros (Ver quadro VI). Nesse direcionamento, sinaliza-se o processo de retextualização abordando-se a possibilidade da elaboração do texto teatral através da adaptação de contos, romances, crônicas, nos quais podem ser indicadas as rubricas que nortearão a caracterização do tempo, do espaço, da atuação dos personagens, dos tipos de narrador, das marcas/variações linguísticas (dialetos e jargões) dentre outros. Em vista disso, a textualização voltada para a representação de cenas deverá considerar os elementos linguísticos e os paralinguísticos.

**Quadro VI: Engajamento nos processos de planejamento e reescrita dos textos literários orais**

[...] Engajar-se ativamente nos processos de planejamento, textualização, revisão/edição e reescrita, tendo em vista as restrições temáticas, composicionais e estilísticas dos textos pretendidos e as configurações da situação de produção – o leitor pretendido, o suporte, o contexto de circulação do texto, as finalidades etc. – e considerando a imaginação, a estesia e a verossimilhança próprias ao texto literário (BNCC, 2018, p. 155). [...] Elaborar texto teatral, a partir da adaptação de romances, contos, mitos, narrativas de enigma e de aventura, novelas, biografias romanceadas, crônicas, dentre outros, indicando as rubricas para caracterização do cenário, do espaço, do tempo; explicitando a caracterização física e psicológica dos personagens e dos seus modos de ação; reconfigurando a inserção do discurso direto e dos tipos de narrador; explicitando as marcas de variação linguística (dialetos, registros e jargões) e retextualizando o tratamento da temática (BNCC, 2018, p. 155).

**Fonte: BRASIL, 2018.**

Por fim, em termos de produção, o documento propõe a elaboração de leituras dramáticas, a declamação de poemas diversos etc. Desse modo, ele sinaliza que se deva e analisar os efeitos dos sentidos contidos na relação dos recursos linguísticos e paralinguísticos presentes em apresentações musicais e teatrais, tanto em gêneros em prosa quanto nos gêneros poéticos. Tais elementos composicionais irão ter as suas funcionalidades na caracterização dos tempos, dos espaços e nos atos dos personagens.

O reconhecer a norma-padrão e o valorizar as demais variedades linguísticas também são habilidades possíveis de serem contempladas, sendo válido salientar que há a possibilidade do compartilhamento de diversos gêneros literários, através de seminários, declamação de poemas, rodas de conversas, saraus, apresentações de cordéis, entrevistas entre outros, quer seja no âmbito escolar ou para além dele.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a partir da discussão esboçada acima, pode-se dizer que a BNCC (BRASIL, 2018) compreende o eixo oralidade a partir do contexto das muitas práticas de linguagem, que acontecem com ou sem o contato face a face, em situações significativas de interação, como o seminário, o debate, a aula dialogada, a peça teatral, a apresentação de cantigas, a contação de histórias entre outras. Para tanto, o documento prevê quais as práticas/habilidades orais possíveis de serem trabalhadas no âmbito escolar, em relação ao campo artístico-literário, tais quais: a consideração e a reflexão das condições de produção dos textos orais que regem a circulação de diferentes gêneros nas diferentes mídias; a compreensão e a produção dos textos orais literários, o entendimento dos efeitos de sentidos provocados pelos usos de recursos linguísticos e multissemióticos em textos pertencentes a gêneros diversos etc. Nesse sentido, pode-se assinalar acerca da oralidade e do ensino de língua materna que se espera que haja não só um rompimento com o trabalho educacional minimamente pautado na concepção de língua enquanto um sistema de código linguístico autossuficiente, homogêneo e monolítico, mas também que haja um redirecionar para a defesa da concepção de língua enquanto interação e enunciação. Tal concepção pode abarcar os gêneros discursivos orais literários e as suas adequações às situacionalidades comunicativas, permitindo ao alunado e ao professorado um redimensionar das práticas linguísticas, literárias e pedagógicas.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL.Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

COSTA-MACIEL, Débora Amorim Gomes da. *Oralidade e ensino: Saberes necessários à prática docente*. Recife: EDUPE, 2014.

GERALDI, João Wanderley. *Escrita, uso da escrita e avaliação*. In: GERALDI, João Wanderlei (org.). *O texto na sala de aula*. São Paulo/SP: Ed. Ática, 2001.

SUASSUNA, Livia. *Ensaio de Pedagogia da Língua Portuguesa*. 2.ed. Recife: Ed. Universitária, 2009.

**Capítulo 47 - DOI:10.55232/1083002.47**

## **A ATUAÇÃO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA PANDEMIA NO COVID-19: O PROJETO ENTRE AS FAMÍLIAS E A ESCOLA COM PESSOAS AUTISTAS**

**Cássio Santos Da Cunha Ribeiro**

**RESUMO:** O presente artigo tem como principal foco abordar a atuação da orientação educacional na pandemia do Covid-19, sobretudo o projeto entre as famílias e a escola com pessoas autistas. O objetivo geral é analisar a atuação dos orientadores de forma remota auxiliando as famílias durante a pandemia no Covid-19. Para tanto, definiram-se os seguintes objetivos específicos: discorrer sobre a Pandemia no Covid-19 e o Autismo: processo de adaptação; analisar a atuação da Orientação Educacional com as famílias; apresentar a pesquisa de Campo: entrevista com OE e o projeto família. Abordar a atuação da Orientação Educacional na Pandemia do Covid-19 justifica-se porque é relevante diante do ensino remoto mostrar o trabalho da orientação educacional no viés da educação especial inclusiva e manter o diálogo e a cooperação com a família de pessoas autistas. O presente estudo consiste em pesquisa de caráter de campo e bibliográfico com cunho qualitativo descritivo, com fontes secundárias e primárias. Com o levantamento de informações ao longo da pesquisa e da análise das informações, foi possível concluir que é possível atuação da OE no ensino remoto usando a tecnologia digital do aplicativo WhatsApp, na interação e comunicação com as famílias, também nas relações sociais, emocionais e fomentando as atividades propostas no processo de ensino-aprendizagem com os alunos autistas.

**Palavras-chave:** Palavras-chave: Atuação, Orientação Educacional, Pandemia Covid-19, Famílias.

## **INTRODUÇÃO**

No presente artigo aborda-se a atuação da Orientação educacional com as famílias de forma remota na pandemia do Covid-19, ressaltando-se o projeto com as famílias, a pesquisa foi feita na Escola Municipal Professora Mariza Catarino situada no bairro do Grande Rio - São João de Meriti - RJ no período do ano de 2020, que trabalha com alunos autistas. O coronavírus SARS-CoV-2 que está infectando milhares de pessoas no mundo com a Covid-19, modificou de maneira brutal o convívio das pessoas, com o isolamento, as aulas foram feitas em casa, para que continuassem a atuação do OE a escola teve que reformular a sua metodologia usando elementos tecnológicos como smartphones, computadores, internet, etc.

Discutir sobre a atuação da orientação educacional na pandemia do Covid-19, justifica-se a forma de trabalhar no ensino remoto, com desafios a serem cumpridos e diante de poucas pesquisas, e livros escritos a respeito do trabalho da Orientação Educacional nesse viés e da educação especial inclusiva, é relevante mostrar um pouco sobre esses trabalhos. É perceptível quando se trata de alunos autistas, a mudança de rotina que se torna uma situação difícil para eles, e ainda mais nessa pandemia. E a família, manter o diálogo e a cooperação com a escola é fundamental para o sucesso do aluno no ensino-aprendizagem. Sendo assim, o presente artigo estabeleceu o problema de pesquisa: como a atuação dos orientadores de forma remota auxiliou no projeto com as famílias? E como objetivo geral: analisar a atuação dos orientadores de forma remota auxiliando as famílias durante a pandemia no Covid-19.

Para alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos serão: discorrer sobre a Pandemia no Covid-19 e o Autismo: processo de adaptação: analisar a atuação da Orientação Educacional com as famílias: apresentar a pesquisa de Campo: entrevista com OE e o projeto família.

O presente estudo foi uma mescla com a pesquisa de campo e bibliográfica com cunho qualitativo descritivo, com fontes secundárias e primárias, a elaboração é por meio de uma entrevista via *WhatsApp* com a orientadora educacional e a apresentação do projeto com as famílias. O artigo teve a participação de um referencial teórico bem encorpado com os ilustres autores na área da orientação educacional, entre eles, Lia Giacaglia, Wilma Penteado, Mírian Grinspun e Mary Rangel.

No desenvolvimento do artigo será dividido em duas seções, a primeira seção com a fundamentação teórica com o título “A Pandemia no Covid-19 e o Autismo: processo de



adaptação” nesse tópico trabalha-se a respeito da Pandemia, como foi no processo escolar com os alunos, as informações sobre o Transtorno do Espectro (TEA) e suas nuances na questão da adaptação.

O segundo título, é “A atuação da Orientação Educacional com as famílias”, discutiu-se a atuação do OE e a interação com as famílias. E a segunda seção será trabalhado o problema investigado, em seguida a “Pesquisa de Campo: entrevista com OE e o projeto família”, na análise e discussão dos resultados, que trabalha-se a entrevista com a orientadora educacional que responde algumas perguntas de como foi essa experiência educacional no isolamento social, outro aspecto a ser apresentado é o projeto que ilustra mais ainda essa pesquisa.

## **METODOLOGIA**

A Metodologia trata-se de um levantamento de pesquisa de campo com uma mescla de revisão bibliográfica de cunho qualitativo descritivo, de fontes secundárias e primárias, em virtude da pandemia no covid-19, a pesquisa foi feita com entrevistas individuais via *WhatsApp* com a mostra do projeto entre as famílias. Segundo Casarin (2012, p.46), na pesquisa de campo “os dados são obtidos diretamente com os informantes, principalmente por meio de questionários e entrevistas, além de suas variantes, etc”. Alguns fatores para o pesquisador são importantes nessa pesquisa, são eles: a metodologia demanda do pesquisador um certo cuidado na elaboração, na redação das questões, nas apresentações e sua postura diante da coleta de dados (CASARIN, 2012).

O ensino remoto como modelo fez popularizar nas escolas, devido isolamento, como isso alguns aplicativos foram imediatamente utilizados sendo um deles o “WhatsApp”, para a interação com a orientadora educacional, pais e alunos. Nessa pesquisa, como já exposto, utilizou-se também a pesquisa bibliográfica, baseada em literaturas de referências da Orientação educacional, artigos científicos das plataformas google acadêmico e Scielo, documentos oficiais e livros sobre o Transtorno do Espectro autista (TEA), da área da Educação especial inclusiva.

## **A PANDEMIA NO COVID-19 E O AUTISMO: PROCESSO DE ADAPTAÇÃO**

A pandemia no Covid-19 trouxe um impacto muito grande no mundo tendo em vista, em todas as áreas, principalmente na educação, às escolas, toda a comunidade escolar teve que mudar as rotinas, suas logísticas, metodologia e didática. Os professores reinventaram o seu modo de ensinar, trocando os elementos presentes na escola, para tecnologia digital. E diante da demora de uma resposta da vacina para o coronavírus, o modelo do ensino remoto temporariamente foi impetrado na educação básica de ensino. Todavia, uma correria incessante das escolas para mudar o cenário de aprendizagem com a criação de próprias plataformas, outras adquiriram as plataformas de reuniões existentes, como: *zoom, google meet, teams, etc.*

Segundo o pensador Edgar Morin (2020, p.30) ressalta como uma missão, as profissões desvalorizadas que ficaram expostas nessa pandemia, principalmente dos professores:

Façam também justiça aos médicos, hospitaleiros, aos professores e educadores que, sem interrupção, no auge da crise, revelaram-se não funcionários ou profissionais, porém missionários. O importante é que a partir de agora as profissões desvalorizadas passem a gozar de pleno reconhecimento social, que as profissões dedicadas ao próximo- médicos e professores sejam confirmadas na grandeza da missão a que se elevaram durante a crise e na qual deveriam ser mantidas.

O processo de adaptação nessa pandemia afetou com um valor significativo os alunos do ensino fundamental e médio, a pesquisa feita pela Associação brasileira de educação a distância (ABED), sobre as atividades remotas na educação durante a pandemia mostra-se que essa adaptação não tem sido fácil. De acordo com o levantamento, 67% dos alunos se queixam de dificuldades em estabelecer e organizar uma rotina diária de estudos<sup>1</sup>. É perceptível as dificuldades, no que tange a questão da interação social e no ensino da aprendizagem.

Há também vários problemas tecnológicos, financeiros da família e nas adaptações. A pesquisadora Kátia Evêncio (2020, p. 4), em artigo publicado no VII Congresso Nacional da Educação, elenca razões da realidade pandêmica no ensino:

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/na-pandemia-67-dos-alunos-tem-dificuldade-de-organizacao,ba3b906910fe78c15ec20517f1882ef1tj66nl60.html>, acessado em 09 de Junho 2021.

Dificuldade de acesso as aulas on-line seja por falta de recursos tecnológicos, ou, dificuldades de compreender o conteúdo exposto; falta ou insuficiência de supervisão e ensino dos pais e/ou responsáveis devido seus empregos em áreas essenciais ou por não terem conhecimento do conteúdo; diminuição de interesse do aluno; falta de concentração e facilidade de distrações:

Nos alunos atípicos, não foi diferente, para os autistas essa mudança resulta problemas em vários aspectos, a partir de relatos de mães segundo a pesquisadora Diana (2021, p.328), nos dias de isolamento durante a pandemia “houve uma piora no comportamento dos filhos com as mudanças, devido à dificuldade que as pessoas com TEA apresentam, em entender o que está implícito nas relações sociais”. Essa mudança, pode agravar na desorganização, por não entenderem o motivo de ficarem inseguros, com ansiedade, medo, aumento das estereotípias, alterações no sono, descontrole alimentar, comportamentos de agressividade ou de autoagressividade, etc. (CARDOSO, 2021). Portanto, viabilizar uma nova rotina e procurar profissionais para auxiliar a família e o aluno é o caminho para pode intervir de uma maneira correta. A seguir, vamos discorrer sobre o Transtorno do espectro autista (TEA) e suas nuances.

O TEA, um transtorno do desenvolvimento, termo esse que foi difundido com a chegada do DSM-V<sup>2</sup>, onde a partir desse manual, as subdivisões deixaram de existir e passaram ficar sob um guarda-chuva diagnóstico de Transtorno do Espectro do Autismo-TEA, que designa agora todas as formas de autismo.<sup>3</sup> Com isso, passou-se a observar dois critérios de comprometimentos, sendo eles: déficits na comunicação que teve uma fusão com a interação social e padrões restritos ou repetitivos de comportamentos, interesse ou atividade. Além dessas mudanças, na classificação dos comprometimentos, temos uma distinção diagnóstica, autismo leve, ou nível 1, que necessita pouco apoio; moderado, ou nível 2 necessita de apoio substancial e nível 3: necessita de muito apoio (LACERDA, 2017).

O DSM V, explorou bem acerca das comorbidades no autismo, de acordo com Lucelmo (2017), o manual instrui os clínicos a registrarem o autismo: com ou sem comprometimento intelectual concomitante; com ou sem comprometimento da linguagem concomitante:

---

<sup>2</sup> Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- 5º edição.

<sup>3</sup> LUCELMO, Lacerda. **Transtorno do Espectro Autista**. p. 30, 2017.

associado a alguma condição médica ou genética conhecida ou a fator ambiental: associado a outro transtorno do neurodesenvolvimento, mental ou comportamental: com catatonia.

Na atualidade, os estudos epidemiológicos com qualidade são feitos nos EUA, o *Centers for Disease Control and Prevention* CDC, é um órgão estadunidense responsável pelo controle de doenças, publicou em 2020 a mais recente atualização da prevalência de Transtorno do Espectro Autista que 1 a cada 54 pessoas<sup>4</sup> possui TEA. Com esse estudo, fica evidente a importância da preparação das escolas para receberem esses alunos, no tocante ao ensino, à metodologia, a compreensão de todos os profissionais na escola e principalmente à técnica.

Conforme apresentado as informações sobre a pandemia, e o processo de adaptação dos alunos e o Transtorno do Espectro Autista com as suas nuances, o foco agora no próximo tópico é analisar a atuação dos Orientadores Educacionais com as famílias.

## **A ATUAÇÃO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL COM AS FAMÍLIAS**

A escola é um lugar de construção do conhecimento, valores, que prepara os indivíduos integralmente para exercer com dignidade a sua cidadania. O orientador educacional é essencial para escola, tendo em vista as mudanças que ocorreram na sua função ao decorrer dos anos, desde do gênese dessa profissão de uma visão mais para o âmbito vocacional, o OE no contexto escolar abarca toda a educação básica: a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Ademais, esse papel fundante de auxiliar o aluno no aspecto integral, ou seja, abrange o ser humano todo, conscientizando-o em seu papel no mundo. Segundo a Grispun (2010, p.33), “o principal papel do Orientador educacional é ajudar os educandos na sua formação cidadã crítica e a escola em um todo”. Para Wilma Penteado (1976, p.2), define o Orientador educacional como sendo:

Um processo sistemático, contínuo, complexo; é uma assistência profissional realizada através de métodos e técnicas pedagógicas e psicológicas que levam o educando ao conhecimento de suas características pessoais e das características do ambiente sociocultural,

---

<sup>4</sup> *Community report on autism*, p.9, 2020.

a fim de que possa tomar de decisões apropriadas às perspectivas maiores de seu desenvolvimento pessoal e social.

. Com base na opinião dos autores, é possível notar, a importância desse profissional na escola e para o aluno em seu desenvolvimento. A orientação Educacional com a família é um trabalho conjunto, dialógico, mostrando o comprometimento de ambas as partes. Sendo assim, a importância do Orientador educacional no convívio familiar é de manter uma comunicação constante com ela, respeitando os seus valores, buscando sua colaboração, já que ambos têm o objetivo do seu bem-estar, desenvolvimento e a formação do educando.” (GIACAGLIA; PENTEADO, 2010).

De acordo, o decreto 72.846 que regulamenta para o exercício da atuação desse profissional, o trabalho com as famílias é um dos atributos: “Art. 9º Compete, ainda, ao Orientador Educacional as seguintes atribuições:[...] g) Participar no processo de integração escola-família-comunidade” (BRASIL, 1973, p. 1).

Entretanto, a família para o contexto educacional, também é de suma importância no processo de inclusão, com essa parceria, a de obter possibilidade de ganhos para o aluno no seu desenvolvimento, hoje existe um empoderamento dos pais no tocante a educação especial inclusiva, de os próprios, se especializarem na área com cursos, palestras, apoiar nos estudos, terapias e participarem de grupos em prol da necessidade do educando. Segundo Mantoan (2003, p. 30), a respeito dessa parceria:

Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiências, e não se contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e maquiando o que sempre existiu.

A orientação educacional sendo exercido na educação especial inclusiva, merece uma atenção redobrada, porque tem crescido o número de alunos com algum tipo de deficiência/ ou transtorno nas escolas. E o que realça a relação do OE com essa modalidade, é uma prática pautada no respeito, afeto, reconhecimento das singularidades dos seres humanos, com suas formas de inserir-se no mundo e nas relações sociais (RANGEL, 2015).

O Orientador educacional no contexto com alunos autistas deve-se alinhar junto com o professor regente, no auxílio das atividades, projetos, também com o mediador escolar ou agente de apoio, no subsídio das adaptações das atividades, no aconselhamento tanto com o aluno e o próprio, preenchimento de relatórios e o planejamento educacional individualizado (PEI).

Uma vez discutidos o trabalho da Orientação educacional com as famílias na modalidade da educação especial, especialmente com os alunos com Transtorno do Espectro autista (TEA), passa-se para a 2ª seção do desenvolvimento que se discute o problema investigado.

## **PROBLEMA INVESTIGADO**

De acordo com a questão problema dessa pesquisa, apresentam-se as seguintes informações, durante este período da pandemia o ensino remoto foi necessário para continuar a trajetória escolar, visando a funcionalidade. De acordo com o parecer do Conselho Nacional de Educação que foi emitido em 7 de julho de 2020 acerca de Orientações Educacionais para a realização de aulas, e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da Pandemia, vamos mencionar somente no que tange o Transtorno do Espectro autista (TEA) e a deficiência intelectual:

[...] O atendimento deve ser ofertado, pelos sistemas de ensino, em atividades não presenciais ou presenciais, a partir de uma avaliação do estudante pela equipe técnica da escola. O estudante e suas famílias devem ser contatados para informar as possibilidades de acesso aos meios e tecnologias de informação e comunicação;

Deverão ser previstas ações de apoio aos familiares ou mediadores, na realização de atividades remotas, avaliações e acompanhamento;

Os estudantes que necessitam do profissional de apoio escolar para alimentação, higiene e locomoção ficam em risco, pela exigência de contato físico direto;

Os alunos com deficiência intelectual podem apresentar dificuldades em atendimento de regras sobre as recomendações de higiene e cuidados gerais para evitar contágio;

Os estudantes com autismo têm dificuldades nas rotinas e de obediência de regras, tocam sempre olhos e boca, além de exigirem acompanhamentos nas atividades de vida diária;

Os estudantes com comprometimento na área intelectual podem apresentar dificuldades de compreensão e atendimento das normas e recomendações de afastamento social e prevenção de contaminação, por isto, o contato deverá ser revestido de todos os cuidados possíveis, inclusive com a exigência de equipamentos de proteção individual para ambos; [...] (BRASIL, 2020, p. 25-26).

Diante disto, mesmo essa lei sendo impetrada no período, a equipe de orientação educacional da Escola Prof (a) Mariza Catarino Azevedo, iniciou o trabalho a partir de fevereiro de 2020, logo que iniciou a pandemia com uso da tecnologia do aplicativo *WhatsApp*, que por sinal tem sido uma ferramenta pedagógica bem produtiva no contexto escolar, ela “torna-se uma alternativa viável, pois no campo de vantagens de seu uso tem-se a possibilidade de compartilhar aulas, materiais didáticos, e, ainda manter os alunos em um determinado grupo” (BARTHOLO, et al, 2020, p. 166). Foi essencial para o trabalho com as famílias.

A Orientação Educacional tem o intuito de fomentar uma inclusão de qualidade, com a proposta de contribuir na formação dos alunos numa perspectiva dialógica de conscientização ao respeitar as diferenças entre o educando e outros alunos. Ademais, sendo necessário que o orientador educacional tenha em mente, o diálogo com a linguagem do nosso tempo, e está ciente das leis e decretos que fundamentam a integração das propostas.

## **DISCUSSÃO**

A análise da entrevista semiestruturada com cinco perguntas e o projeto família será trabalhado neste tópico. O Perfil da entrevistada é a OE Regina Ramalho, pedagoga com habilitação em Orientação educacional e Magistério. Tem a idade de 66 anos.

A primeira pergunta, teve o foco de perceber como foi a interação com os alunos diante do distanciamento social:

O nosso contato de orientação educacional foi através de projeto da Família, e se a criança apresentasse um problema e a família sinalizasse. Alguns alunos conversei, conseguimos um pouco de diálogos com as crianças, principalmente com o EJA. O projeto família ficou responsável com a orientação Educacional. Esse projeto abrangia não só as famílias como os alunos também. Fizemos contato com 200 famílias, disponibilizamos o nosso contato do WhatsApp. Nos faríamos as intervenções através desse contato. (ENTREVISTADA REGINA).

Na fala da Orientadora, mostra-se a atuação da Orientação educacional com as famílias, na busca do diálogo, corroborando com as ideias de GIACAGLIA e PENTEADO (2010) “a importância do Orientador educacional no convívio familiar é de manter uma comunicação constante com ela, respeitando os seus valores, buscando sua colaboração [...]”. Diante do contexto que estamos vivenciando, a comunicação entre a família-escola se torna importante para o sucesso no processo da educação-aprendizagem.

A segunda pergunta, depois dos contatos com os alunos, foi direcionada as atividades que foram feitas com as famílias:

Depois do contato com esses alunos, pegamos o nosso projeto e repaginamos, com isso, agregou no projeto vídeos dos profissionais e aí ficou denominado como “Projeto Família e Escola: novos caminhos e outras perspectivas. O tema dialogando com as famílias em nova modalidade, o profissional especialista prepara um vídeo priorizando principalmente a questão do emocional, a relação com o outro, da felicidade, e também salvos alguns profissionais davam uma ênfase a sua prática. (ENTREVISTADA REGINA).

Na fala da orientadora, responde a segunda pergunta, ressaltando-se o projeto realizado durante a pandemia com as famílias, e as atividades. Os profissionais neste contexto foram



primordiais para auxiliar os pais dessas famílias com pessoas autistas, no que tange à saúde emocional, à questão da nova adaptação e pedagógica.

A terceira pergunta, como foi o acompanhamento do OE com as famílias durante esse período pandêmico, “A orientação educacional acompanhou a família o ano todo, disponibilizando o telefone, WhatsApp, fazendo palestras online, através dos vídeos, perguntado como estavam, o tempo todo”. (ENTREVISTADA REGINA).

A orientadora Regina, na sua fala, mostrou sobre como o acompanhamento constante com as famílias, com o uso do aplicativo *WhastApp* na interação com a família, nas palestras feita pelos profissionais, é um instrumento de trabalho que auxiliou a equipe da Orientação educacional, de acordo com a pesquisadora Bartholo, et al (2020), “ressalta a importância desse aplicativo no contexto educacional, compartilha aulas, atividades, vídeos e a interação das famílias com a equipe na escola”. Criar soluções para o trabalho educacional diante da nova rotina, contribui de forma significativa para o trabalho da OE.

A quarta pergunta, foi sobre as famílias se cooperarem com o trabalho da Orientação Educacional:

Na verdade, eu, não tive nenhum problema com o meu trabalho de orientadora educacional com as famílias, porque com a minha experiência de orientadora, com 66 anos de idade, pronta para se aposentar, não sabia o que ia fazer, mas ai, fiquei muito incomodada de estar recebendo e não está trabalhando, e comecei a ligar para as famílias, a saber como estavam, como que eram, tentar alcançá-los, já estavam formando os grupos e comecei a dar encaminhamento a isso, entendeu? ai pra mim não é trabalho nenhum, o problema é o feedback com a família, porque eles reclamam muito, estão muito angustiados, porque estar com um filho autista, dentro de casa e apresentar uma atividade para eles é um processo de muita complexidade. (ENTREVISTADA REGINA).

A OE Regina, fala sobre a cooperação das famílias, ressalta a sua indignação, porque durante a pandemia, escola fechada, começou a incomodá-la, por não trabalhar, iniciou-se a comunicação com as famílias, vemos também o problema da relação da família-escola, muitas

dessas famílias com filhos autistas nessa pandemia se sentem preocupados, sem saber o que fazer, devido a nova rotina e muitas vezes sem o suporte multiprofissional, Segunda a autora Rangel (2015) “uma prática pautada no respeito, afeto, reconhecimento das singularidades dos seres humanos” [...], a orientação educacional como mediadora, precisa entender esses processos.

A quinta e última pergunta, você considera que a escola está preparada para oferecer o ensino remoto:

Não esteve, nós enquanto profissionais fazemos com o coração tentando aprender no decorrer do tempo, mas ainda falta muita coisa, porque é uma questão complexa, nós tivemos que utilizar os nossos instrumentos, tudo que nós tínhamos, para poder direcionar um trabalho remoto, e muitas das famílias, não teve condições para isso. (ENTREVISTADA REGINA).

À última pergunta, a OE Regina fala sobre a preparação da escola, discorre a respeito que a escola não está preparada, precisa melhorar em vários quesitos, muitas vezes nas escola públicas, os professores precisam comprar os próprios materiais para o trabalho, por falta de verba, e também muitas famílias sem condições financeiras nessa pandemia, de ter um celular com internet, computador, a falta mesmo do celular, etc.

## **O PROJETO FAMÍLIA**

Agora, é apresentação do Projeto família e Escola: novos caminhos, outras expectativas da equipe da Orientação Educacional da Escola Prof.(a) Mariza Catarino Azevedo, o tema proposto é dialogando com as famílias na nova modalidade.

Na primeira parte, é apresentado o público alvo e o período e a justificativa do projeto:

A família, os alunos e todos os profissionais envolvidos na Escola Mariza Catarino Azevedo e o período realizado o ano todo. Como falar de família e para às famílias, em um contexto tão diferente do que já vivenciamos? Os novos acontecimentos nos remetem a grandes desafios e pensando por esse viés, à escola vem propor etapas que irão contemplar não só ao aluno, à família, mas aos profissionais envolvidos no Universo da escola Mariza, tendo como intenção primeira, buscar, aquecer e restaurar a relação com orientação, emoção, a esperança e o ser feliz. Fica a certeza de que a vida com a felicidade é um dos melhores espetáculos que se pode experimentar. Buscar a felicidade é uma conquista daquele saber viajar para dentro do seu próprio ser (Cury). E traçando fios para vencer as impossibilidades que o projeto se justifica. (EQUIPE OE)

Na segunda parte, segue os objetivos e específicos do projeto:

Possibilitar momentos reflexivos acerca da emoção, da esperança e da felicidade como questões relevantes aos dias atuais. Promover ações que busquem ressignificar o fazer, o ser, o sentir dos atores inseridos no Universo da escola. Orientar a prática pedagógica escolar na busca de resultados quanto as atividades remotas promovendo a autonomia dos nossos alunos junto a orientação aos pais e responsáveis. (EQUIPE OE)

Oferecer momentos em que a família seja acolhida, através de conversas e vídeos buscando restaurar a emoção, a autoestima e a felicidade neste momento de pandemia; Propor uma reflexão acerca do momento vivido e sobre a possibilidade de superação de forma que a esperança seja o alvo a ser alcançado; obter informações sobre os alunos neste período de isolamento social; ouvir os responsáveis, conversar sobre suas angustias, frustrações, suas motivações e sobre sua relação com o ensino e a aprendizagem do filho; Identificar conceitos relevantes acerca da aprendizagem do filho; planejar coletivamente instrumentos que visem a aprendizagem do aluno; produzir vídeos explicativos sobre temas importantes para a aprendizagem significativa do aluno; analisar a importância de reunir-se com a equipe afim de fazer trocas pedagógicas e motivar-se para continuação do trabalho pedagógico. (EQUIPE OE)

## Sobre como avaliar o Trabalho da Orientação Educacional

“Nossos momentos de reflexão serão utilizados para avaliar cada ação realizada com às famílias, com nossos alunos e com os profissionais da unidade escolar”. (EQUIPE OE).

O projeto brilhou essa pesquisa, visando a atuação no ensino remoto da equipe da OE com as famílias, ouvindo, aconselhando, tendo a comunicação constante, auxiliando nas atividades propostas, além disso, a troca de informações com toda a comunidade escolar. Por fim, a Produção de vídeos, convidando profissionais da área da educação, terapeutas, para auxiliarem todas as famílias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme apresentado ao longo do artigo é possível reforçar a importância do assunto abordado, visto que o mesmo pode impactar fortemente a atuação da Orientação Educacional na Pandemia Covid-19: o projeto com as famílias e a escola com pessoas autistas, neste momento atípico diante de muitas incertezas, é verossímil elaborar atividades e ações usando as tecnologias digitais.

As informações apresentadas neste trabalho contribuem de forma significativa o campo de estudo da área da Orientação educacional. Sendo assim, os conteúdos aqui apresentados demonstram que muitas outras pesquisas ainda podem ser realizadas sobre a orientação educação na modalidade da educação especial inclusiva, especialmente com alunos autistas.

Com principais resultados desta pesquisa, é possível elencar, o trabalho da atuação da Orientação da Educacional no ensino remoto nesta pandemia do Covid-19 com o uso da tecnologia do aplicativo *WhatsApp* que foi fundamental neste processo, a equipe do OE demonstrou competência em relação com as famílias, acerca da interação e comunicação. Sendo prestativa com as famílias, nos quesitos das relações sociais, emocionais e fomentando também as atividades propostas no processo de ensino-aprendizagem com os alunos autistas.

Para futuras pesquisas acerca do tema, sugerem-se a abordagens que considerem relevantes: como atuação da OE em grupos de estudos com as famílias na educação especial inclusiva, pesquisas sobre o ensino remoto usando aplicativos, plataformas digitais com as famílias, atuação do OE em projetos com alunos autistas, etc.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP. **Orientações Educacionais para a realidade de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia**. D.O.U, Seção 1, p. 28, n.11/2020, de 07 de julho de 2020.

BRASIL. *Decreto-lei nº 72846, 26/11/73. Provê sobre o exercício da profissão de orientador Educacional*. D.O.U de 26 de Novembro de 1973.

CARDOSO, Diana Maria. **Autismo e Covid-19: uma experiencia singular**. 1.ed.

Curitiba: Appris, 2021. *E-book*.

CASARIN, Helen, CASARIN, Samuel. **Pesquisa científica: da teoria à prática**.

Curitiba: InterSaberes, 2012.

DE MOURA EVÊNCIO, Kátia Maria. **Ensino em tempos de pandemia: orientações para o processo de ensino inclusivo das crianças com autismo**. Educação como (re) Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos. Maceió, v.7, 2020.

GIACAGLIA, L; PENTEADO, W. **Orientação Educacional na Prática**. 6.ed. São Paulo: Censage, 2010.

LACERDA, Lucelmo. **Transtorno do Espectro Autista: uma breve introdução**.

Curitiba: CRV, 2017.

BARTHOLO, Daniela. Pandemia e Comunicação: oratória em contextos virtuais. *In*: LIBERALI, Fernanda, et al. **Educação em tempos de pandemia: brincando com um mundo possível**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2020.

MANTOAN, Maria Teresa E. **Inclusão Escolar: o que é? Por que? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003. *E-book*.

MORIN, Edgar. **É hora de mudarmos de via: as lições do coronavírus**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

PENTEADO, Wilma. **Fundamentos de Orientação educacional**. São Paulo: editora E.P.U, 1976.

RANGEL, Mary. **Orientação Educacional: e suas ações no contexto atual da escola**. Rio de Janeiro: editora Vozes, 2015.

<https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/addm-community-report/index.html/> **Community report on autism**, p.9, 2020. Acessado em 25 de maio de 2021.

<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/na-pandemia-67-dos-alunos-tem-dificuldade-de-organizacao,ba3b906910fe78c15ec20517f1882ef1tj66nl60.html>, acessado em 09 de Junho 2021.



**Capítulo 48 - DOI:10.55232/1083002.48**

**USO DE MODELOS DIDÁTICOS NO ENSINO DE  
BIOLOGIA COMO FACILITADOR DA APRENDIZAGEM  
SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DOS SERES VIVOS NO  
ENSINO MÉDIO.**

**Alex Oliveira De Figueiredo, Jéssica Miranda Barbosa, Maria Cilene Freire  
De Menezes. e Vanilton Miranda Nunes**

**RESUMO:** O presente trabalho descreve uma experiência de dois residentes durante a permanência no Programa Residência Pedagógica no módulo II. As atividades foram realizadas em duas turmas da segunda série do ensino médio do Colégio Estadual Senhor do Bonfim, em Senhor do Bonfim-Bahia. Devido às dificuldades de acesso a laboratórios e a ausência de aulas práticas por causa da pandemia da Covid-19 os residentes desenvolveram um Projeto de Intervenção Investigativa com as turmas citadas, objetivando melhorar o processo de ensino-aprendizagem de Biologia, articulando teoria e prática, através da utilização de modelos didáticos como ferramenta pedagógica de aprendizagem e avaliação dos conteúdos sobre a Classificação dos Seres Vivos nos três domínios Archaea, Bacteria e Eukarya. O projeto foi desenvolvido em 7h/aulas, divididas em 3h/aulas síncronas, via plataforma Google Meet e 4h/aulas assíncronas, através do Google sala de aula. Durante as aulas síncronas foram abordados os conteúdos e explicado sobre a montagem dos modelos referentes ao assunto. Também, nas aulas assíncronas foram postados vídeos com instruções para a elaboração do modelo didático. Após a produção os alunos postaram os materiais produzidos por eles, através de fotos, acompanhado de um pequeno texto explicativo sobre o modelo construído. Os resultados foram bastante positivos, apesar de nem todos os alunos participarem efetivamente da atividade. Entretanto, alguns alunos produziram os seus modelos utilizando a própria criatividade, demonstrando compreensão do conteúdo proposto. Além disso a atividade favoreceu uma maior aproximação entre alunos e familiares, uma vez que uma aluna relatou que seu pai a ajudou a desenvolver a atividade, favorecendo uma maior proximidade entre eles. Concluindo, a aplicação do projeto favoreceu uma maior aprendizagem dos alunos, mas principalmente mostrou aos residentes a importância de buscar ferramentas que possam contribuir para despertar o interesse dos alunos pelo conhecimento de Biologia.

**Palavras-chave:** Ferramentas pedagógicas. Projeto de intervenção investigativa. Residência pedagógica.



## INTRODUÇÃO

Historicamente o ensino da Biologia carrega consigo uma metodologia de ensino focada unicamente na memorização de conteúdos programáticos muito extensos, exigindo pouco, ou “nenhuma vivência do método científico e trabalho comparativo” (BIZZO, 2004, p. 153). Pensando nessa perspectiva, que ainda nos dias atuais é bastante presente no ensino da Biologia, faz-se necessário a busca e utilização de abordagens e ferramentas que articulem teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem dessa disciplina.

É possível notar uma dificuldade na aprendizagem de modo geral, por conta dos métodos tradicionais de ensino e da resistência por parte de alguns docentes em utilizar novas metodologias (SILVA, 2012). Diante disso, os modelos didáticos passam a ser uma das ferramentas de ensino que podem ser usados para quebrar essa rotina do ensino tradicional de Biologia e, conseqüentemente, promover o interesse e aprendizagem dos alunos.

De acordo com Silva e Catelli (2020, p. 3) os modelos utilizados pela Ciência se apresentam como “idealizações simplificadas da realidade, sempre envoltos em teorias e não devem ser confundidos com a realidade em si, pois apenas alguns de seus aspectos, alguns de seus referentes são por ele representados”. Assim, os mesmos autores enfatizam que o modelo é uma representação da realidade, mas que sempre haverá elementos dessa realidade que fogem ao modelo e à teoria pressuposta.

Conforme Paz et al. (2006, p. 160) “os modelos são a essência das teorias”. Dessa forma, a autora argumenta que a utilização de modelos simples na esfera educativa é bem oportuna quando se tem o objetivo de promover a compreensão de teorias. A mesma autora destaca três categorias de modelos comumente usados na escola:

**Modelo representacional**, conhecido como maquete, sendo que é uma representação física tridimensional (ex. terrário, aquário, estufa, etc.); **modelo imaginário**, é um conjunto de pressupostos apresentados para descrever como um objeto ou sistema seria (ex. DNA, ligações químicas, etc.) e o **modelo teórico**, que é um conjunto de pressupostos explicitados de um objeto ou sistema (ex. sistema solar, ciclo da chuva, ciclo do carbono, etc.). (PAZ et al 2006, p. 160 – grifo nosso).

De maneira simples, podemos inferir que os modelos didáticos são estruturas 3D palpáveis, que se apresentam como uma alternativa prática que pode auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, preencher lacunas deixadas pela ausência de aulas práticas, de aulas de campo, dificuldade de acesso a laboratórios e tornar os alunos mais ativos no processo de aprendizagem, enquanto o professor passa a ser um mediador do conhecimento (JUSTINA, 2001; ORLANDO *et al.* 2009).

Sendo assim, o presente relato de experiência objetiva apresentar o desenvolvimento e os resultados da aplicação de um Projeto de Intervenção Investigativa, com duas turmas da 2ª série do Ensino Médio, objetivando melhorar o processo de ensino-aprendizagem de Biologia, articulando teoria e prática, através da utilização de modelos didáticos como ferramenta pedagógica de aprendizagem e de avaliação dos conteúdos sobre a Classificação dos Seres Vivos nos três domínios *Archaea*, *Bacteria* e *Eucarya*.

O Projeto foi desenvolvido no Módulo II, do Programa de Residência Pedagógica-PRP, instituído pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES, Edital 1/2020), visando o aperfeiçoamento de discentes dos cursos de licenciatura, articulado com a Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF, através do Subprojeto Ciências, do Campus Senhor do Bonfim-BA.

As atividades ocorreram durante o mês de agosto de 2021, de forma remota em virtude da pandemia da COVID-19, por meio de 7h/aulas, divididas em 3h/aulas síncronas, via plataforma *Google Meet* e 4h/aulas assíncronas, através do Google Sala de Aula, no Colégio Estadual Senhor do Bonfim, com duas turmas da 2ª série do Ensino Médio.

## **DESENVOLVIMENTO**

Inicialmente foi realizado um planejamento sobre os conteúdos que estavam programados para serem trabalhados com as turmas, na disciplina de Biologia, no caso, “Os três domínios: *Bacteria*, *Archaea* e *Eukarya*.” Esses conteúdos foram escolhidos por estarem presentes no plano de curso das turmas, como também pela importância que eles possuem pela quantidade de informações relacionadas à vida humana.

As aulas contaram com a utilização de slides, vídeos, textos, aplicativos, notebook e internet. Vale ressaltar que todo o processo ocorreu no modo remoto, através do Google Meet, que permite a comunicação em tempo real, atendendo assim aos critérios de segurança contra Covid-19. As aulas ocorreram de maneira síncronas e assíncronas, utilizando-se da plataforma Google Meet, Google Sala de Aula, YouTube e do aplicativo *WhatsApp*, para esclarecer as dúvidas dos alunos.

Na primeira aula síncrona foi explicado sobre os três domínios, seus representantes animais e vegetais, os organismos unicelulares e pluricelulares, as células desses organismos e as organelas dessas células. Importante destacar que o conteúdo sobre células já havia sido explicado anteriormente. Assim, apenas ligamos as células aos organismos e seus respectivos domínios. Por exemplo, a célula procarionte foi ligada aos organismos do domínio *Bacteria* e *Archaea* e as células eucariontes ligadas aos organismos do domínio *Eukarya*, ainda diferenciando as células animais e vegetais. Dessa forma os alunos poderiam produzir modelos didáticos, sobre qualquer conteúdo ligado ao tema dos três domínios, desde as células dos organismos, até a representação deles. Também, foi deixado esta parte em aberto para que eles se sentissem confortáveis a produzir aquilo que mais tinha despertado o interesse.

Na segunda aula síncrona foi realizada uma roda de conversa sobre os conteúdos trabalhados na aula anterior em que os alunos tiveram a oportunidade de tirar dúvidas ou compartilhar opiniões. Também, foi explicado sobre a confecção dos modelos didáticos que os alunos deveriam fazer sobre os temas estudados e apresentá-los na aula seguinte.

As aulas teóricas serviram como conhecimento primário sobre as estruturas apresentadas, que posteriormente seriam representadas através de modelos didáticos produzidos pelos alunos. Tais produções serviriam como ferramenta de avaliação do processo de ensino e aprendizagem. Isso já havia sido conversado com os alunos desde o início das aulas, ficando combinado que a metodologia seria aplicada logo que a quantidade de conteúdos possibilitasse essa ação.

Para as aulas assíncronas foram disponibilizados vídeos, vinculados ao YouTube, que davam exemplos de produções de modelos didáticos, para facilitar o trabalho dos alunos. Também, foi produzido um vídeo de orientações pelos residentes sobre a produção e exigências do que cada modelo deveria conter para que pudesse ser apresentado e avaliado. Ficou combinado, então que os alunos iriam apresentar suas

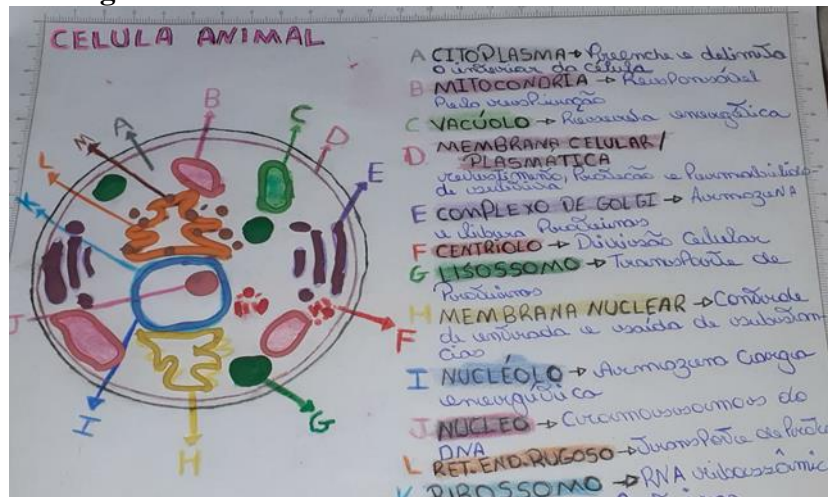
produções por meio de fotografias ou desenhos dos modelos produzidos, acompanhados de um pequeno texto descrevendo o modelo didático.

Na última aula síncrona, foi realizada a avaliação dos alunos, através de atividades e das apresentações dos modelos didáticos confeccionados por eles.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultados dos trabalhos apresentados podemos destacar alguns exemplos dos modelos didáticos confeccionados pelos alunos, utilizando a criatividade e algumas habilidades.

**Figura 1: Modelo em desenho de uma célula animal**



Fonte: Arquivos dos autores, 2021.

Podemos observar na Figura 1 que o aluno desenhou a célula animal e utilizou de massinha de modelar para dar o contraste em 3D de seu desenho, utilizando de cores e letras, criou seu próprio esquema de legenda para cada organela da célula. Também, que foram identificadas ao lado, cada organela celular com as suas respectivas funções, demonstrando que houve aprendizagem no processo.

**Figura 2: Modelo em 3D de uma célula animal**



Fonte: Arquivos dos autores, 2021.

Vemos agora na Figura 2 que outro aluno utilizou uma bola de isopor para dar o contorno da célula animal, massinha de modelar para reproduzir as organelas e palitos com pedaços de papel para legendar cada uma das organelas da célula. Assim, além de demonstrar aprendizagem do conteúdo, podemos inferir que esse aluno usou de bastante criatividade e habilidades para confeccionar o modelo da célula animal.

Outro aspecto percebido foi, que a experiência da aplicação do Projeto de Intervenção de Intervenção Investigativo, utilizando a construção de modelos didáticos, despertou mais a atenção e a participação dos alunos nas aulas síncronas e uma maior interação entre residentes e alunos.

Além disso a confecção dos modelos resultou numa maior aproximação entre alunos e familiares no momento da produção. Pudemos perceber isso por meio do relato de uma aluna ao afirmar que o processo de montagem do modelo didático foi um momento de aproximação com seu pai, gerando também uma situação de descontração durante o período de isolamento.

Tal experiência serviu de aprendizagem para os residentes em lidar com adversidades impostas por situações como a que vivemos durante o período letivo entre 2020-2021, uma vez que parte dos educadores e estudantes tiveram que aprender a ministrar aulas no formato de ensino totalmente remoto. Assim, aprendemos como utilizar novas ferramentas de ensino-aprendizagem, de avaliação, novas formas de contato, interação e proximidade ainda que de modo virtual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De modo geral a experiência de trabalhar com modelos didáticos, enquanto ferramenta de ensino-aprendizagem foi gratificante, uma vez que tivemos a aproximação dos alunos com os residentes durante a produção dos modelos didáticos. Entretanto, nem todos os alunos realizaram a atividade, o que não nos possibilitou uma conclusão mais aprofundada sobre a aplicação dessa ferramenta no processo de ensino-aprendizagem. Mas, dos que entregaram foi possível observar a empolgação na produção do trabalho. Além disso, foi uma experiência que favoreceu o desenvolvimento de algumas habilidades dos alunos, e como relatado por um dos alunos foi uma experiência de aproximação com seu pai durante o período de isolamento, devido a Covid-19.

Ainda que não se possa observar grandes resultados dessa experiência, pode-se confirmar que o uso de modelos didáticos possibilita que os alunos participem ativamente do seu processo de aprendizagem.

Podemos concluir que através da aplicação do Projeto de Intervenção Investigativo os alunos das turmas da segunda série do ensino médio, do Colégio Estadual Senhor do Bonfim, puderam ampliar seus conhecimentos teóricos e práticos, proporcionando assim uma aprendizagem significativa. Além disso, a produção dos modelos didáticos possibilitou, também, uma melhor qualidade na avaliação dos residentes, futuros professores.

## **AGRADECIMENTOS**

A CAPES, ao Programa de Residência Pedagógica, à UNIVASF e ao Colégio Estadual Senhor do Bonfim (CESB), Senhor do Bonfim-Bahia.

## **REFERÊNCIAS**

BIZZO, N. Ciências biológicas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/07Biologia.pdf>>. Acesso em: 15/09/2021.

CAPES. Edital 01/2020. <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/06012020-edital-1-2020-resid-c3-aancia-pedag-c3-b3gica-pdf>>. Acesso em 15/09/2021.

JUSTINA, L. A. D. Ensino de genética e história de conceitos relativos à hereditariedade. Florianópolis: UFSC, 2001.

ORLANDO, T. C. *et al.* Planejamento, montagem e aplicação de modelos didáticos para abordagem de Biologia Celular e Molecular no Ensino Médio por graduandos de Ciências Biológicas. *Revista de Ensino de Bioquímica*, v. 7, n. 1, p. 1-17, 2009.

PAZ, A. M.; ABEGG, I.; ALVES FILHO, J. P.; OLIVEIRA, V. L. B. Modelos e modelizações no ensino: um estudo da cadeia alimentar. *Revista Ensaio*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 157-170, dez. 2006.

SILVA, D. M. A. P. Formação docente em tecnologia digital: em busca do caminho. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

SILVA, F. S.; CATELLI, F. Os modelos no Ensino de Ciências: reações de estudantes ao utilizar um objeto-modelo mecânico concreto analógico didático (ommcad). *Revista Brasileira de Ensino de Física*, v. 42, p. 1-18, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9126-rbef-2019-0248>.

**Capítulo 49 - DOI:10.55232/1083002.49**

**PEDAGOGIA DAS ARTES CÊNICAS EM DIÁLOGO COM A  
COSMOPERCEÇÃO DA ETNOCENOLOGIA – ABORDAGENS  
AFETIVA, ESPETACULAR, METODOLÓGICA E UM POUQUINHO  
MAIS**

**Joselito Eduardo Matos Sampaio**

**RESUMO:** Trata-se este artigo de uma resposta reflexiva diante a relação da Pedagogia das Artes Cênicas em diálogo com a Etnocenologia na Educação Básica. Suas fronteiras, reflexões e sentimentos pessoais diante uma abordagem histórica e estética.

**Palavras-chave:** : Pedagogia; Artes Cênicas; Etnocenologia; Escola Parque; Brasília; expressão corporal autoral.



## **INTRODUÇÃO**

A Pedagogia das Artes Cênicas no Brasil vem de longa data. Não é um advento específico ao tempo de sua implantação nas redes de ensino iniciado no período ditatorial a partir 1964. Antes já havia a previsão e algumas realizações de centros de ensino específicos focados na experiência pautada na expressão corporal autoral ligada às ferramentas de seu tempo.

Mas, pelo menos ao que parece, esses centros e suas práticas sempre ficaram dentro de uma certa prisão epistemológica e sem muita noção de sua concretude ontológica, boiando numa espécie de limbo científico sem conseguir explicar a sua própria natureza. Pensamentos e realizações de um tempo que tinham forte narrativa social, mas de alguma forma, não conseguiram consolidar seus instrumentos discursivos e sua rede de conhecimento para o fortalecimento de uma pedagogia em Artes Cênicas com práticas educativas que se justificava ampla e técnica, e compreensiva para o mundo educacional como o conhecemos na atualidade.

Sou professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal, atuando a mais de 20 anos na educação básica em vários centros escolares como Educação de Jovens e Adultos- EJA, Ensino Especial- EE, ensino fundamental 2, ensino médio e Escolas Parques. Este artigo aqui apresentado é fruto de pesquisas do meu mestrado, que reflete a minha prática pedagógica em Artes Cênicas, realizado na Universidade de Brasília, do ano de 2018 a 2020. E seguirá algumas orientações dilatadas e observadas no Congresso ABRACE de 2021 durante a minha apresentação oral, e depois sobre alguns pontos discutidos na mesa na qual participei online.

O texto presente tem o interesse de apresentar como a nova ciência intitulada Etnocenologia<sup>1</sup> pode contribuir para uma reflexão prático-teórica no campo da Pedagogia das Artes Cênicas. Esse texto será apresentado pela defesa de uma prática escolar pautada nas ações expressivas corporais autorais dos estudantes, e será dividido em três partes: 1 Alguns pilares da Etnocenologia em tangência com a educação cênica. 2 Possíveis novas fronteiras de pesquisa. 3 Rápido recorte de abordagem crítico-teórica sobre a história da Educação das Artes Cênicas no Brasil.

---

<sup>1</sup> Essa disciplina criada em 1995 no Colóquio Internacional na Maison des Cultures du Monde, em Paris, teve a participação de artistas e pesquisadores de diversos países. Dentre esses estava o baiano Armindo Bião, que foi o precursor da Etnocenologia no Brasil.

Antes de iniciarmos a travessia nesses temas citados, apresento a metodologia que lançarei mão.

Como campo metodológico, trata-se de uma pesquisa-ação em que o pesquisador faz parte daquilo que descreve, está no plano interno da pesquisa. Um pesquisador presente com sua história de vida, absorvendo a vivência e o conhecimento adquirido na prática [...], propondo uma metodologia que privilegia a competência única, e conferindo ao pesquisador a liberdade de excluir a isenção como condição necessária à pesquisa (SANTA BRÍGIDA, 2014, p. 32).

Segue.

### Alguns pilares da Etnocenologia em tangência com a educação cênica

A Etnocenologia faz parte do grupo das etnociências, que compreende a etnopsicologia, a etnomusicologia, etnometodologia e outras mais (BIÃO, 2009). Entretanto, um dos seus recortes é a expressão corporal em cena diante toda a sua variedade e diversidade possível nas sociedades humanas do passado, do presente e do futuro. Um dos pilares fundantes de seus atributos é a busca de entendimento das diversas manifestações cênicas pelo mundo visando compreender e dar valor por aspectos específicos e internos de epistemologias próprias de cada expressão.

Na Etnocenologia não é possível dar um valor hierárquico entre uma manifestação e outra, por isso então não está de acordo com o etnocentrismo e nem com a visão única e hegemônica de uma expressão central. Compreende-se que a referência estética é prioridade diante qualquer outra possibilidade de entendimento, sobretudo pré-conceitos éticos, morais e culturais.

Esse é um primeiro ponto importante de tangência entre a Educação de/em Artes Cênicas com a nova ciência. Pois, por uma visão tradicional o teatro é a mais aplicada atividade nas Pedagogias das Cenas, e muitas vezes de forma impositiva, vertical com avaliações qualitativas e quantitativas que estabelecem forte pressão no estudante a ponto de obrigá-lo, muitas vezes, a fazer uma atividade expressiva com o peso da ameaça de reprovação, fora os outros impropérios de desqualificação humana, social e psicológica.

Pelo aspecto da Etnocenologia, essa pressão que o professor se impõe ao generalizar as artes da cena como teatro em absoluto, na triste pressão sem diálogo com o estudante para realizar uma tarefa sem qualquer laço afetivo, parece inadequada. Um apontamento sobre o tema já vem sendo desenvolvido na reflexão de Graça Veloso, ao destacar que

A exigência é sempre voltada para os estudos teatrais, *stricto sensu*, não se levando em consideração que, muitas das vezes, esse jovem vem de outras práticas cênicas. Não raro, sua formação se deu em convivências com práticas de cenas nos campos das tradições, velhas ou novas, como folguedos, rituais religiosos, danças e tribos urbanas, tão recorrentes nos dias atuais (VELOSO, 2016, p. 40).

Outro atributo da Etnocenologia é a necessidade do uso indissociável da alteridade para se fazer processo de pesquisa científica. O reconhecimento do outro torna-se possível como ser possuidor de estética. E assim, esse outro, de qualquer origem, condição física e mental, gênero, idade, cor, tem em si pertencimentos próprios de conhecimentos específicos que para serem compreendidos na sua mais ampla proximidade se faz imprescindível o uso determinado e aplicado das próprias epistemes oriundas e geradas por suas manifestações singulares.

Explicando melhor esse ponto. A alteridade parece ser o mais afortunado caminho para o desenvolvimento de uma atividade pedagógica realmente concreta em Artes Cênicas. Porque somente com a iniciativa afetiva do estudante pelos seus próprios saberes, sem pré-julgamento nem pré-conceito, talvez seja possível trazer essa atividade escolar para o campo da experiência corporal expressiva autoral, oriunda de necessidade e inventividade única e original que reside em cada uma das pessoas envolvidas.

A Educação das Artes Cênicas, contudo, deixando de ser pressionada pela hegemonia de práticas teatrais pode se abrir para as mais diversas possibilidades de expressão corporal. Então, a forma de decidir qual ou quais expressões podem ser desenvolvidas e praticadas em aula de cênicas só poderá ser por uma via, a da alteridade individual ou em grupo, e sugiro que seja pela alteridade afetiva.

O grupo de pesquisa que participo no Departamento de Artes Cênicas da Universidade de Brasília se chama Afeto. E lá, nas nossas discussões e conversas, chegamos à conclusão de que os termos “escuta” e “visão” não são capazes de atender toda a complexidade de sentidos disponível a que o professor em alteridade afetiva tem como possibilidade para perceber o outro. Preferimos usar o termo “cosmopercepção” de Oyèrónkẹ Oyěwùmí<sup>2</sup> (2002).

---

<sup>2</sup> AFETO–Grupo de pesquisa em Etnocenologia da Universidade de Brasília que adota esta expressão. *Cosmopercepção* traz consigo a tendência de ultrapassar o império epistêmico da visão sobre os outros sentidos, pois conforme Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2002) sugere, parece ser necessário trazer para a prática das relações humanas o entendimento cosmológico de todos os sentidos, inclusive a intuição e a multissensorialidade.

O exercício em aula da/o professora/o de Artes Cênicas no momento de decidir quais atividades expressivas corporais devem ser atribuídas, se tocadas pela Etnocenologia, terá em seu escopo a cosmopercepção promovida pela alteridade afetiva. Esse elemento fundamental de sensibilidade sobre a corporeidade expressiva do outro possibilita que o professor perceba esse estudante da forma como ele quer ser compreendido, ou como se mostra concretamente. E mais, o que esse estudante deseja fazer para o desenvolvimento e ampliação das capacidades que traz em si. Podendo até ser teatro, inclusive.

Eu sou uma pessoa de teatro. Sempre que posso faço peças teatrais. Amo o teatro. Por isso me pergunto sempre, quando assumo a personagem de professor de Artes Cênicas, o que meu estudante ama. O que ele gostaria de fazer. Se for o teatro como concebo, não tem problema. Mas se for algo bem mais distante, algo mesmo que nunca tive contato nenhum, ou mesmo que nunca tenha ouvido, também não tem problema. Pois o que importa é o nosso trajeto juntos em aula, é o nosso estado relacional e de crescimento.

Para mim, ser professor é antes de tudo respeitar o outro em seu lugar estético e tentar proporcionar o melhor que eu puder para que esse sujeito se desenvolva da forma mais saudável e confiante em si. E, em especial, na sua expressão escolhida naquele momento. Por isso o afeto.

Como aspectos relevantes a serem considerados nesses processos criativos das pesquisas aqui analisados, sobressai de maneira especial o afeto enquanto substância fundante para o resultado qualitativo e original dessas travessias na construção do pensamento e da teoria etnocenológica. Afeto enquanto amálgama da energia do corpo pesquisante no envolvimento com o objeto e fenômeno de pesquisa, seus sujeitos, seu contexto e suas relações humanas. Afeto comungado, somado, dividido e multiplicado como dimensão criativa, operativa e espiritualizada para a pesquisa em artes cênicas (SANTA BRÍGIDA, 2015, p. 23).

O afeto aliado a alteridade são atributos decisivos para o início da nossa trajetividade<sup>3</sup> enquanto pesquisadores. Estudante pesquisador, professor auxiliador e pesquisador. No momento do nosso encontro, o sujeito que sou trava um encontro pedagógico com o sujeito que se faz estudante, e juntos decidiremos o que fazer, quais serão os próximos passos que daremos. O sentido de trajeto em construção altera de modo definitivo qualquer compreensão hegemônica de metodologia.

---

<sup>3</sup> O conhecimento de si e do mundo é um fenômeno reflexivo e trajetivo (*trajective*). “Trajetivo” no sentido de revelar essa duplicidade e ambiguidade da relação entre o subjetivo e o objetivo. (BIÃO, 2009, p. 125)

A metodologia aplicada em sala de aula será individualizada e desenvolvida ao lado, junto, no sentido da cosmopercepção em busca do estado pleno, para que esse estudante consiga realizar seus processos idiossincráticos de estudos, que se definem no fato de sua expressão corporal agir motivada pela confiança em si mesmo e de seus desafios. São metodologias volantes, flutuantes que vão se fazendo e desfazendo, multiforme para que o estudante consiga se aproximar daquilo que ambiciona e o move.

O resultado é o estado de fazer algo oriundo de si, com a sua verdade. Dentre outras contribuições da Etnocologia, vale mais uma questão pertinente. São as Práticas e Comportamentos Humanos Espetaculares Organizados- Pcheos. As Pcheos darão suporte teórico para a desmistificação de muito do que ronda os conceitos do que é prática de Artes Cênicas em aula, combatendo mais uma vez a hegemonia dos conceitos conservadores.

Buscando enfrentar a problemática da definição dos objetos da etnocologia, originalmente descritos como as “práticas e os comportamentos humanos espetaculares organizados” (Pradier, Manifesto 21-22), eu próprio sugeri, posteriormente, organizá-los em três subgrupos: artes do espetáculo, ritos espetaculares e formas cotidianas espetacularizadas pelo olhar do pesquisador. Mais recentemente, eu atribuiria a esses três conjuntos ou subgrupos, a condição de serem, respectivamente, objetos substantivos, adjetivos e adverbiais. Uso aqui, por minha própria conta, três classes gramaticais: substantivo, adjetivo e advérbio. Assim, substantivamente, seriam objetos da etnocologia, no âmbito do primeiro conjunto de objetos, o que se compreende, em língua portuguesa (também em outras línguas, mas provavelmente de modo mais explícito, sobretudo, naquelas lingüisticamente aparentadas ao português), como as diversas “artes do espetáculo”. [...] o teatro, a dança, a ópera, o circo, a música cênica, o happening, a performance e o folguedo popular [...] realização reconhecível por todos como “arte”, em seu sentido mais gratuito e simplificado. Sua função precípua seria o divertimento, o prazer e a fruição estética (no sentido sensorial e de padrão compartilhado de beleza) [...] Também seriam objetos de interesse da etnocologia o que denominei de ritos espetaculares, ou, dito de outra forma, aqueles fenômenos apenas adjetivamente espetaculares. [Eu tenho definido este grupo como aquele que, percebido de fora pode ser considerado como espetacular, mas que pode prescindir de espectadores para acontecer, o que seria impossível nos espetáculos]. É o campo dos rituais religiosos e políticos, dos festejos públicos, enfim, dos ritos representativos ou comemorativos, na terminologia de Émile Durkheim (1985, 542-546). Nesse grupo de objetos, ser espetacular seria uma qualidade complementar, imprescindível decerto para sua conformação, mas não substantivamente essencial. [...] Finalmente, objetos espetaculares adverbiais seriam aqueles pertencentes ao terceiro grupo de objetos da etnocologia: os fenômenos da rotina social que podem se constituir em eventos, consideráveis, a depender do ponto de vista de um espectador, como espetaculares, a partir de uma espécie de atitude de estranhamento que os tornaria extraordinários para um estudante, um estudioso, um curioso, um pesquisador, enfim, um grupo de interessados em pesquisá-los (BIÃO, 2011) (VELOSO, 2016, pg 91).

Contudo, atualmente, essas denominações dos objetos de pesquisa da Etnocologia já estão se distanciando dessas definições, ainda que caras para o entendimento inicial da origem do arcabouço teórico sobre a espetacularidade.

A abrangência fundamentada inicialmente nas PCHEOs hoje é percebida pela importância dos entendimentos singulares e dos léxicos desenvolvidos ao lado de cada sujeito, como ação educativa. E abre a ampla e irrestrita defesa de práticas expressivas corporais de qualquer natureza, até mesmo não catalogadas, ou até mesmo de atividades sempre colocadas no esconderijo das epistemologias cênicas, como jardinagem, horta, ocupação territorial ampla de toda a escola para as mais diversas ações, como performance-art, circo, dança. E também cerâmica, serralheria, marcenaria, culinária, e tantas outras mais. Sempre oriundas da vontade expressa na ação corporal do estudante e apoiadas pelo professor de Artes Cênicas.

São atividades exploratórias e expansivas de Artes Cênicas por toda a escola, e neste tempo pandêmico, por toda a casa, vizinhança, onde quer que esteja o corpo do estudante, o lugar e seu uso será o cenário, a ação expressiva pedagógica é a cena atuante, e todos os atores, praticantes ativos ou passivos, diretos ou indiretos. Como ação educativa, a Pedagogia das Artes Cênicas se apropria de mais uma fundante abordagem da Etnocologia, que é a sua relação transdisciplinar, multidisciplinar e interdisciplinar.

Quero dizer, muitas formas possíveis exteriores de estudo àquela prática cênica que está em plena atividade podem ser assimiladas. Noções de saúde mental, ecologia, patrimônio, sociologia de gênero, étnica ou, relações internacionais, ou qualquer outra fronteira a ser disposta para benefício do desenvolvimento e ampliação da atividade expressiva ôntica do estudante.

Na mesa da ABRACE 2021, fui arguido sobre se essa abertura da sala de aula, em que cada estudante vira proprietário da sua própria pesquisa, poderia dar margem à indisciplina, ou uma possível falta de controle da situação, já que cada estudante faria o seu próprio projeto alhures, diante uma certa liberdade que poderia gerar libertinagem. Nesse caso, acredito que a escola pertença, ou deveria pertencer, a alteridade afetiva singular e natural encontrada nas práticas expressivas dos estudantes em sua mais intensa cosmopercepção, qualquer que seja.

E o barulho, a modificação da paisagem cromática, os cheiros e aglomerações, ou outras singularidades, fazem parte da prática cênica escolhida pelos sujeitos enquanto estudantes. Então, não seria possível entender as práticas desses estudantes como desordem ou balbúrdia, e também não seria possível silenciá-los. Faz parte, no meu

entendimento, da pedagogia das Artes Cênicas a pesquisa teórica e prática, quanto os acertos e erros, as tentativas e aprendizagens decorridas dessas vivências. Deste tempo que estou em aula uma única certeza pude desenvolver, as atividades corporais livres e autorais dentro da escola nada tem a ver com desobediência e indisciplina.

Pelo contrário do que se entende no modelo conservador, a escola não deveria dizer tanto para o estudante o que fazer. E sim, o estudante é que deveria sinalizar à escola como ela deveria se adequar aos preceitos aspirantes específicos deles, e deixá-los progredir diante seus trajetos pessoais.

Daí, sugiro uma definição central para as atividades estudantis na escola. Chamo de práticas expressivas corporais autorais. O estudante, tendo qualquer expressão que tiver, estética, organizada e orientada, estará em plena atividade cênica. Porque não importa se chega a algum resultado formal. Mas, no meu entendimento, o resultado é o processo de ocupação espacial pela expressão corporal, decerto que já estará em franco desenvolvimento e construção de conhecimento. Então a sua avaliação será a aprovação.

E isso já é o suficiente para continuarmos trajetivos até quando nos separarmos, e eu seguirei mais rico com a presença expressiva dele, e ele, assim espero, mais confiante e potente preenchido pelo saber que pertence a ele e a que ele pertence, igualmente mais fortes nós todos. E a escola, essa abstração em forma de sujeito social, delineada em rumo para atender melhor seus habitantes.

## **POSSÍVEIS NOVAS FRONTEIRAS DE PESQUISA**

Muitos dos professores de Artes Cênicas da Educação Básica, ao lerem essas palavras, talvez se sintam em algum aspecto correspondidos. E, de certo modo, desobstruídos para defender suas próprias e legítimas maneiras de atuarem na Pedagogia das Cênicas. Existe uma pressão da comunidade escolar para uma definição ontológica e epistêmica das práticas dessa disciplina. Área de conhecimento que é ainda pouco compreendida por modelos conservadores de avaliação e transferência de conteúdo. O que pode, por vezes, transformar o ensino de teatro em insidioso, sendo inevitável o seu fechamento em avaliações qualitativas e quantitativas, na tentativa de corresponder a modelos externos pouco concretos e de efeito pedagógico, no mínimo, duvidoso.

Esta proposição aqui apresentada está apoiada nos pilares da Etnocologia que tem o interesse em oferecer à abordagem de pesquisa um possível fluxo de entendimento em rede, cuja conexão do intrínseco ao extrínseco se estabelece por uma possibilidade

trans e multidisciplinar de saberes. Podendo auxiliar o arte-educador, principalmente de cênicas, a defender suas práticas pedagógicas proporcionando a possibilidade de tirá-las do silenciamento e do inominável, e assim preencher-se de epistemologias capazes de criar um ambiente viável para o seu cotidiano.

Nesta rede, o ponto central das atividades em Artes Cênicas está pautado na construção e ampliação de conhecimentos já existentes nos sujeitos, dando-lhes reconhecimento e potência para que se transformem em expressão corporal como ato educativo. Práticas corporais expressivas autorais que conduzem os sujeitos à vivência de experiências cênicas como veículo de transformação escolar e de si.

A experiência ôntica, tudo indica, é uma forte aliada do sujeito para a construção e ampliação do conhecimento e então da possibilidade de autonomia e crescimento humano e social. Por isso estudar o que significa e qual a importância da experiência ôntica na prática educativa em Artes Cênicas pode ser uma pesquisa pertinente. Igualmente, pesquisar como essa relação entre a atividade expressiva corporal e a experiência individual poderá se desdobrar em ação escolar. O que põe em pauta reflexões referenciais sobre o assunto de como se opera a noção de experiência no campo da educação.

Se lhe chamo “princípio de transformação” é porque esse sujeito sensível, vulnerável e ex/posto é um sujeito aberto a sua própria transformação. Ou a transformação de suas palavras, de suas ideias, de seus sentimentos, de suas representações, etc. De fato, na experiência, o sujeito faz a experiência de algo, mas, sobretudo, faz a experiência de sua própria transformação. Daí que a experiência me forma e me transforma. Daí a relação constitutiva entre a ideia de experiência e a ideia de formação (LARROSA, 2011, p. 7).

E ainda mais, vale ressaltar

Que conteúdo é apropriado para a arte? Existirão materiais intrinsecamente adequados e outros inadequados? Ou será que não existe nenhum que seja comum e impuro no tocante ao tratamento artístico? A reação das próprias artes se deu, de maneira regular e progressiva, no sentido de uma resposta afirmativa a essa última pergunta (p. 339). [...] Há alunos que[...] o meio, a atividade de aprendizagem, está inteiramente integrado aos resultados que acarreta. Suas consequências – instrução, esclarecimento- se coadunam com o processo (p. 355). [...] O produto da arte - templo, quadro, escultura, poema – não é o trabalho, a obra artística. A obra ocorre quando um ser humano coopera com o produto de tal modo que o resultado é uma experiência apreciada por suas propriedades libertadoras e ordeiras (DEWEY, 2012, p. 381).

Discussões essas que poderão desembocar em alguns pontos tangenciais da histórica proposta pedagógica encontrada nas Escolas-Parques.

Daí falar-se antes em Centro do que em Escola. O Centro de Educação Elementar compreende pavilhões de "jardim de infância", de "escola-classe", de "artes industriais", de "educação física", de "atividades sociais", de "biblioteca escolar" e de "serviços gerais". É, portanto, algo como se fôsse uma



Universidade Infantil. O Centro de Educação Média também possui um programa consideravelmente diversificado, destinando-se a oferecer a cada adolescente real oportunidade para cultivar o seu talento e aí se preparar diretamente para o trabalho ou para prosseguir a sua educação no nível superior. [...] a) 1 "escola-parque" - destinada a atender, em 2 turnos, a cerca de 2 mil alunos de "4 escolas-classe", em atividades de iniciação ao trabalho (para meninos de 7 a 14 anos) nas pequenas "oficinas de artes industriais" (tecelagem, tapeçaria, encadernação, cerâmica, cartonagem, costura, bordado e trabalhos em couro, lã, madeira, metal, etc.), além da participação dirigida dos alunos de 7 a 14 anos em atividades artísticas, sociais e de recreação (música, dança, teatro, pintura, exposições, grêmios, educação física (TEIXEIRA, 1961).

Ao lado dessas referências imprescindíveis trazidas à tona, vale ressaltar a possível similaridade da proposta de atividades pluri e multidisciplinares, encontradas tanto nas Escolas Parques como na minha proposta pedagógica. Ambas as propostas sugerem apoiar a experiência individual e idiossincrática de cada estudante, então centradas no objetivo de “oferece [r] a cada adolescente real oportunidade para cultivar o seu talento (TEIXEIRA)”.

E assim, a escola possa, talvez, se redimensionar para a construção de um modelo de atividade pedagógica apoiada firmemente numa elaboração epistêmica que contribua para o fortalecimento do ensino de Arte Educação. São possíveis novas epistemologias que vão de encontro às aspirações educacionais históricas, especialmente para as escolas brasileiras. Mostrando a importância de uma possível e necessária revisão literária e teórica, ampla e crítica, apoiada nas bases fundantes da Etnocologia, sobre a formação dos padrões e dos conceitos vigentes na educação, e em especial na Arte-Educação.

Faz-se ainda mais contundente e pontual essa revisão crítica e teórica, sobre os aspectos da Etnocologia, quando vista no tempo presente com suas profundas alterações de relações e de hábitos. Cito o desenvolvimento das redes sociais e do mundo digital que está tão presente nas novas relações sociais do agora, ainda mais intensificadas pela pandemia a que estamos presos. O que coloca a pesquisa em Pedagogia das Artes Cênicas em uma realidade virtual e distanciamento social, trazendo à tona discussões que já estavam em andamento sobre a escola e suas atualizações temporais.

Anísio Teixeira foi incansável ao defender a necessidade de educar todos para essa nova sociedade que surgia e, para tanto, era essencial uma educação pública de qualidade, integral e em consonância com essas novas formas de vida e de trabalho (pg272/273). [...] Já a desejável nova escola “conectada” precisaria flexibilizar seus currículos para ser possível ao estudante ir traçando percursos de descoberta do conhecimento, impulsionado pelo seu desejo necessário para o empenho, a disciplina e a rotina educacional em que seja admissível incluir a possibilidade [talvez] de uma Educação a Distância (EAD) para conteúdos de mais fácil adaptação às plataformas de aprendizagem. Tais plataformas precisam, igualmente, ser flexíveis e levar em conta as particularidades de cada integrante, proporcionando um ambiente com

diferentes caminhos de aprendizagem. Hoje, caminha-se para uma troca generalizada e constante de conhecimentos e saberes com mobilidade espacial e necessidade de atualização constante (ABRUNHOSA, 2018, p. 275) [...]

Revisão crítica essa que tocará tanto o processo de formação do pensamento educacional brasileiro, quanto a ressignificação da prática expressiva corporal do sujeito. E a importância dessa prática expressiva corporal na e para o desenvolvimento de uma possível defesa de epistemologias próprias para a Pedagogia das Artes Cênicas. Práticas expressivas corporais essas que moldariam o espaço e as atividades escolares de forma dinâmica e transitória, relativizando discussões sobre processo pedagógico, atividades didáticas e noções de avaliação (ABREU, 2016).

Essas práticas pedagógicas talvez possam incitar uma adequação espontânea e natural no cotidiano de aula. Adequações no mundo escolar que vão além dele em suas dimensões físicas e conceituais, e que poderão abrir uma possível discussão, ao menos, em duas faces da mesma moeda.

A primeira face é a discussão sobre a metodologia pedagógica aplicada no processo de conhecimento expressivo estético ao lado da cosmo percepção do estudante. De modo que a metodologia possa se transformar, se dinamizar, se performar<sup>4</sup> em direção a um método específico a cada sujeito, ou ao menos a cada realidade. A segunda face é a apropriação dos espaços escolares como cenários plurais, transdisciplinares e de multiuso temporário e provisório, e de mobilidade espacial até mesmo fora da escola.

O estudante, ao se empoderar dentro e fora da escola, e assim relativizar o entendimento de equipamento escolar como um todo, até mesmo o encontrado em casa, talvez consiga flexibilizar a ontologia conservadora e tradicional para as atividades pedagógicas das Artes Cênicas. Agora pautadas na experiência única provocada pela proposição de práticas expressivas corporais. O que aproximaria essa atuação escolar, temporariamente, a uma espécie de Escola Parque, talvez. Entretanto, um modelo diferente das Escolas Parques conhecidas, uma que se monta e desmonta, provisória e dinâmica dentro e fora da escola regular propedêutica.

A escola que Anísio Teixeira almejava deveria preparar indivíduos pensantes e autônomos, “em uma ordem social, intelectual e industrial eminentemente complexo e mutável” (p. 36) Assim sendo, o aprendizado aconteceria a partir da própria vida, organizado por “centros de interesse ou projetos”. Educar seria impulsionar o estudante na busca de resolução de problemas e execução de

---

<sup>4</sup> O uso do termo performance neste texto se encontra com o sentido de desempenho. Conforme Gilberto Icle nos apresenta: “A ideia de Performance pode, eventualmente, aludir ao espetáculo, ao teatro, à dança, aos recitais e aos shows de música, a eventos artísticos tão distintos quanto a diversidade da arte produzida no mundo contemporâneo, além, é claro, de ser sinônimo de desempenho” (ICLE, 2010, p. 11).

projetos, balizados por suas experiências de vida. No seu entendimento, devido às diferentes personalidades dos alunos, bem como de suas trajetórias de vida, os seus interesses e liberdade de escolha e recusa deveriam ser respeitados dentro do processo educacional; a autoeducação “é[...] o resultado de se assumir direta e integralmente a responsabilidade dos próprios atos e experiências, [...] porque só a própria pessoa se educa” (TEIXEIRA, 1975, p. 20). A escola deveria oportunizar atividades que promovessem a integralidade do desenvolvimento do aluno (MAYA RICARDO, 2018, p. 216).

Pois, conforme Anísio Teixeira, essa arquitetura escolar com seu corpo docente consciente de seu papel poderia atender às aspirações dos estudantes em seus diferentes estados e sugestões. Daí, realizar uma prática educativa das Artes Cênicas, com tangência na Etnocenologia, talvez contribua no fortalecimento de um arcabouço epistemológico dentro das escolas regulares em geral. Além de uma possível abordagem cuja proposta migre para o reconhecimento da própria natureza pedagógica do estímulo e prática da ação expressiva corporal autoral.

Essa abordagem pedagógica abre fronteiras de diálogo e desenvolvimento de novas epistemologias para a relação professor/ estudante. Pois a trans e multidisciplinaridade que a escuta ativa afetiva necessita para ser concretizada dá partida a um outro ponto importante para a prática expressiva corporal em aula das Artes Cênicas. Ponto esse que é a noção de atividade pedagógica enquanto construção relacional do que representa o sentido de trajeto.

[...] a proposição da Etnocenologia, multiplicam-se às dezenas as possibilidades de trajeto – e de projetos futuros – para esta jovem perspectiva transdisciplinar, considerando-se, simplesmente, o variado percurso acadêmico de cada um dos pesquisadores presentes (BIÃO, 2009, p. 45).

É como se a trajetória do estudante fosse o combustível propulsor para ele iniciar um processo “trajetivo” ao lado do professor. Esse “professor [que] tem seu lugar, como pesquisador” (DEMO, 2006, p. 64) o acompanhará e o ajudará a encontrar seu próprio método pessoal investigativo.

Para esse trajeto em choque entre sujeitos se consolidar em ação pedagógica afetiva faz-se necessária a realização de uma espécie de identificação. A identificação do sujeito a partir do seu ponto de vista e de sua história, talvez possa abrir mais uma porta para a ação pedagógica, que é a expressão sem pré-julgamento estético. A identificação afetiva do outro coloca à vista uma questão pertinente ao ato educativo das Artes Cênicas, que é uma abertura a qualquer expressão corporal do estudante. Inclusive o teatro, mas não necessariamente somente ele.

Portanto, focar o sujeito enquanto estudante das Artes Cênicas, a sua expressão, de qualquer origem e formato que seja, é o que realmente tem sentido pedagógico. Pois poderá revelar-se na ação corporal do estudante a provocação de experiências genuínas e autorais.

Se há experiência sem expressão não me interessa, pois não tenho como alcançá-la. Só posso alcançá-la por meio da expressão daquela experiência. Assim, poder-se-ia entender, no máximo, uma expressão vazia de experiência, porque há, pelo menos, a própria experiência da expressão. É aí que reside o fundamento essencial e existencial da teatralidade. Teatralidade entendida como a condição organizadora do espaço em função do olhar, que se constitui no sentido do reflexo (BIÃO, 1999, p.14).

E assim proponho que talvez, a escola regular, ao ser tocada pelas ações corporais oriundas das especificidades de cada estudante, inverta as suas relações institucionais. Não seria mais a escola que moldaria o sujeito, mas o sujeito, ou os sujeitos trajetivos, que moldaria a escola diante suas necessidades e ações expressivas pela Pedagogia das Artes Cênicas.

## **RÁPIDO RECORTE DE ABORDAGEM CRÍTICO-TEÓRICA SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DAS ARTES CÊNICAS NO BRASIL**

Brasília é uma cidade nova. Criada idealmente por um complexo de características na exigência de ser a definitiva capital do Brasil. Seu corpo citadino na concretude do espaço e do ambiente urbano mostra seus registros e vestígios, ainda que jovens se comparada a outras cidades do país e do mundo afora, mas presentes. Entretanto o que pode também a definir, pelas suas cicatrizes de uma curta história, são marcas profundas no campo da arte-educação. Como cicatrizes de um jovem lutando pela sua existência. Cidades antes dela lhe serviram de inspiração para o que deveria ou não ter para a sua criação. Um tanto quanto utópica é certo, principalmente no campo da engenharia e arquitetura, contudo, ela é autêntica e original em seu imaginário fecundo.

Talvez, uma das mais importantes parcerias para a invenção de Brasília tenha sido de Anísio Teixeira subsidiando os rabiscos de Lúcio Costa (CHAHIN, 2018) na confecção ideal do que uma cidade humanista deveria conceber. De fato, não é possível, e parece inquestionável essa afirmação, que uma sociedade possa se respeitar e se formar humana em toda a sua plenitude simbólica, se ela não estiver preenchida dentro do seu meio vivencial, social e arquitetônico, por excelentes condições de aprendizado.

Evidentemente, dentro do seu escopo particular respectivo de necessidades culturais e saberes.

No caso de Brasília, com forte influência social do ocidente, um dos melhores modelos encontrados para o desenvolvimento dos saberes são suas escolas públicas, gratuitas e laicas. Elas foram planejadas para atender todas as pessoas desde suas primeiras infâncias até a continuidade da maturidade. A cidade está imbricada de específicos centros de desenvolvimento de conhecimento chamados por vários nomes, com Jardim de Infância, Centro de Educação Infantil, Escola Classe, Centro de Ensino Fundamental, Centro de Ensino Médio, Centro de Ensino Especial, Escola de Música, Centros Interescolares de Línguas, e mais vários outros.

Brasília, para quem vive nessa cidade, é uma Região Administrativa- RA. Essa RA é exatamente o desenho feito por Lúcio Costa do Plano Piloto para a construção da nova capital, e está dentro do Distrito Federal do Brasil. O Distrito Federal tem outras RAs, mais de 30. E sempre está surgindo uma nova reunião de pessoas que não tem para onde ir, e dali um tempo, batizam mais uma nova RA. Uma das curiosidades, dentre outras questões, é que o plano urbanístico de Brasília vai, no decorrer do tempo, ficando diferente das outras RAs que vão nascendo.

Na cidade idealizada por Lúcio Costa, as escolas são de comunidade, feitas para poucas pessoas em cada unidade, com poucas turmas, e quanto mais baixa é a faixa etária dos estudantes, mais próxima das residências ficam os centros de ensino, e menor o número de estudantes por turma. Algo diferente ocorre nas outras RAs, que seus centros de ensino ficam cada vez mais distantes da vida residencial das famílias, e o número de vagas é bem maior ofertado em cada centro escolar. Isso vai ficando mais notável com a idade das RAs, quanto mais nova a RA menos escolas, mais vagas de matrículas por unidade, e mais distantes da vida íntima das famílias vão sendo instaladas, se aproximando do meio comercial e logístico.

Demonstrando ao menos duas características, uma a pretensa economia de construções escolares, que a cada dia que passa constrói-se menos escolas. E outra é a generalização do sujeito, pois em centros de ensino cada vez mais numerosos, com menos professores e espaços reduzidos, a individualidade é substituída por conceitos hegemônicos e metodologias universalizantes, pautadas muitas vezes numa meritocracia conceitual falível aos auspícios de uma educação humanista.

Brasília também tem outras características diferentes das outras RAs. A sede da capital federal tem Escolas Parques-EPs próximas de como as idealizadas por Anísio

Teixeira. Hoje são 5 EPs em todo o Plano Piloto. Contudo, ao ver o desenho de Lúcio no diálogo intenso com as aspirações de Anísio, é possível ver no mapa original da construção da cidade o destino físico de 28 terrenos generosos para a construção de EPs. Ainda hoje as EPs que conseguiram ser construídas integram o corpo escolar das escolas regulares, e são ofertadas para os estudantes contemplados de forma obrigatória.

Brasília, já na sua prematura gestação, correu riscos graves de ser abortada. Durante sua construção sofreu inúmeras ameaças de golpe, tanto de forças nacionais quanto internacionais. Mas sustentou a construção e transferência da capital brasileira apoiada enormemente pela população vinda de todas as regiões do Brasil e boa parte dos intelectuais e políticos de seu tempo. O que não impediu que, desde o primeiro dia de Brasília inaugurada, na nova presidência, esta cidade, recém-nascida, continuasse a sofrer frustrações diante a sua invenção inspirada.

Um dos primeiros ataques imediatos após a transferência da capital foi a interrupção sumária da construção das EPs sob a alegação, entre outras, de corrupção e falta de dinheiro. Daí a tenra e desprotegida cidade foi entregue, definitivamente em 1964 para forças políticas incisivas que nunca mais a deixaram em paz até os dias de hoje. Seus idealizadores já deixaram o plano terreno da existência. Muitos deles sumiram de forma abrupta e sem muitos esclarecimentos sobre seus últimos momentos, violentamente.

Ficou Brasília. Ficaram seus moradores mais permanentes, formando as primeiras gerações de nativos, e outros mais volantes e temporários. Por vezes, por eu estar aqui, percebo uma cidade que sonha sonâmbula com algo que nunca conheceu, sente falta de algo que nunca viu. Decerto, na genética histórica rasgada no corpo dessa ainda jovem cidade encontra-se o registro de um território vazio permeado pela ausência das EPs. São espaços bem escolhidos por seus idealizadores e desocupados ou ocupados de forma muitas vezes irregular, numa franca guerra de especulação territorial e imobiliária.

Espaços citadinos que tem em seu obscuro os registros daquilo que Anísio Teixeira queria combater, a permanência de uma sociedade desigual e injusta, que não se prepara para a sua realidade, sempre sendo tolhida de suas mais íntimas aspirações. Algumas dessas aspirações poderiam ser atendidas pelo bem social pautado no desenvolvimento de práticas corporais idiossincráticas advindas do desejo de quem faz, e não ao contrário, que gera a mão obediente e acéfala capaz de atender o seu algoz de forma submissa e inquestionável.

Em mais 2 RAs de Brasília tem EPs, Ceilândia e Brazlândia. Da primeira chama Escola Parque Anísio Teixeira e da segunda Escola Parque da Natureza. Elas são

conhecidas como EPs contemporâneas e suas relações com a sociedade são bem diferentes daquelas 5 que estão no Plano Piloto. Não são obrigatórias à comunidade escolar local, não tem construções próprias, são locações inadequadas para estudantes diversos, sem acessibilidade e nem qualquer outro ajuste à realidade deles. Na verdade, são os estudantes que devem se adequar à realidade física, institucional e burocrática das EPs, num confronto muitas vezes desigual entre a gestão central da educação distrital e a realidade concreta desses centros educacionais.

As EPs vêm de encontro à um dos ideais para a realização das concretudes humanas, que é a de fazer o mundo a seu peso e sua medida. Pois tudo o que a humanidade tem como sua, desde suas mais íntimas aspirações até as mais gloriosas feitura, passam inevitavelmente pela ação corporal expressiva do ser. Esse indivíduo, preso em seu estar ontológico histórico pode ser incentivado para que na sua individualidade desenvolva manipulações de matérias e mesmo movimentos musculares, por mínimos que sejam, para o bem-estar em si e no mundo.

Talvez seja esse um dos propósitos utópicos das EPs, incentivar expressões corporais autorais que construam coisas materiais e narrativas, com o próprio corpo ou com outros corpos para que cada indivíduo, em sua mais íntima presença construa seu caminho específico para onde apontar suas aspirações, sem pré-julgamentos.

E ao observar como a Etnocologia atua na compreensão da Pedagogia das Artes Cênicas talvez seja possível reavaliar as ações humanas expressas tanto nas paredes de algumas grutas, a existência das próprias cidades e campos, as festas e rituais, corporeidades em seus respectivos cenários de todos os povos de toda a parte. Tentar entender que o corpo humano individual, compondo o corpo humano planetário nas suas múltiplas narrativas atemporais, hoje deveria estar em uma aula de Artes Cênicas permitido e apoiado na construção de seus próprios trajetos.

## **REFERÊNCIAS**

ABREU, J. Registro, avaliação e apresentação de resultado em oficinas de teatro: formação do professor/formação do aluno. In: HARTMANN, L.; VELOSO, G, org. O teatro e suas pedagogias: práticas e reflexões. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 2016. p. 195- 212.

ABRUNHOSA, A. Anísio Teixeira: educação, cultura e tecnologias da sociedade industrial para a sociedade da informação. In: PEREIRA, E.; COUTINHO, L.; RODRIGUES, M. org. Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal: história e memória. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 2018. p. 257-282.

BIÃO, A. Etnocenologia, uma introdução. In: GREINER, C; BIÃO, A, org. Etnocenologia: Textos selecionados. São Paulo: Annablume; 1998. p. 15-21

\_\_\_\_\_. Etnocenologia e a cena baiana: textos reunidos. Salvador: P&A Gráfica e Editora; 2009.

CHAHIN, S. Cidade nova, escolas novas? Anísio Teixeira, arquitetura e educação em Brasília. [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2018.

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12. ed. São Paulo: Cortez; 2006.

DEWEY, J. Arte como experiência. BOYDSEON, J. org. São Paulo: Martins Fontes; 2012.

ICLE, G. Para apresentar a Performance à Educação. Educação & Realidade, v. 35, n. 2, p. 11, 2010.

LARROSA, J. Experiência e Alteridade em Educação. Reflexão e Ação, v.19, n.2, p.04, jul./dez.; 2011.

RICARDO, L. Do ideário pedagógico de Anísio Teixeira para Brasília às escolas parque contemporâneas. In: PEREIRA, E; COUTINHO, L; RODRIGUES, M, org. Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal: história e memória. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 2018. p. 215-238.

OYËWUMÍ, O. Visualizando o Corpo: Teorias Ocidentais e Sujeitos Africanos. In: COETZEE, P. H.; ROUX, A. P. J. The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 391. Tradução para uso didático de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: [https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%E1%BA%B9%CC%81\\_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD\\_-\\_visualizando\\_o\\_corpo.pdf](https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%E1%BA%B9%CC%81_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_visualizando_o_corpo.pdf). Acesso em: 13 jul. 2020.

SANTA BRÍGIDA, M. O Auto do Círio: Drama, Fé e Carnaval em Belém do Pará. BRITO, W.; LIMA, W.; SANTA BRÍGIDA, M. (Org.). Belém: PPGArtes Universidade Federal do Pará; 2014.

\_\_\_\_\_. A Etnocenologia na Amazônia: Trajetos- Projetos-Objetos-Afetos. Repertório, n. 25, p. 13, 2015.

TEIXEIRA, A. Plano de construções escolares de Brasília. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. vol. xxv, n.81, jan./mar. 1961. p.195. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001673.pdf/> Acesso em: 10 mar. 2020.

VELOSO, G. Os saberes da cena e o recorte da pedagogia do teatro: uma possibilidade metodológica. In: HARTMANN, Luciana; VELOSO, Graça org. O teatro e suas pedagogias: práticas e reflexões. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 2016.



\_\_\_\_\_. Paradoxos e Paradigmas: a Etnocenologia, os saberes e seus léxicos. Repertório, Salvador, nº 26, p.88; 2016.1.

**Capítulo 50 - DOI:10.55232/1083002.50**

**O TERREIRO RECANTO DE PRETA MINA E ILÊ DE  
IANSÃ E SUAS ALTERIDADES: RELAÇÕES  
AFROINDÍGENAS EM UM TERREIRO DA NAÇÃO  
OMOLOKÔ**

**Thaís Da Silva Borges**

**RESUMO:** O estado do Amazonas apresenta forte sincretismo entre as práticas ameríndias e as religiões de matriz africana. Este projeto pretende ser resultado do levantamento bibliográfico de trabalhos relacionados a antropologia afro-brasileira em contexto amazonense e também da comparação entre duas etnografias realizadas na cidade de Parintins, Amazonas que abordam a temática afroindígena para entender, de maneira contextualizada, como se dão tais práticas religiosas.

**Palavras-chave:** relações afroindígenas, religiões de matriz africana, antropologia afro-brasileira.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estudo da Antropologia, um dos pilares do curso de Ciências Sociais, além da Sociologia e da Ciência Política, possui uma série de ramificações que podem ser seguidas e uma delas é a Antropologia Afro-brasileira. Para dos Anjos (2006), esta disciplina estaria fundamentalmente mais ligada ao jogo das diferenças do que a Sociologia. Este jogo das diferenças, que caracteriza a religiosidade afro-brasileira, estaria definido em um sistema rizomático, a partir do conceito de rizoma utilizado por Deleuze e Guattari, no qual o “rizoma conecta um ponto qualquer com um outro ponto qualquer, sem que seus traços tenham necessariamente algo em comum (...)” (DELEUZE, 1980 *apud* dos ANJOS, 2006).

Este projeto constitui uma das primeiras pesquisas que farão parte de um projeto maior, escrito pela orientadora Prof<sup>a</sup>. Dra. Luiza Dias Flores. Trata-se de uma importante consolidação desses estudos no Departamento de Antropologia da UFAM. Sendo assim, seguiremos dentro deste tema no estudo das religiões de matriz africana, dando enfoque às misturas e à luz das cosmologias nativas. Falamos em relações afroindígenas devido ao choque de forças derivado do encontro de práticas religiosas africanas e práticas nativas, principalmente no contexto do estado do Amazonas, onde esses encontros foram ponto de partida para novas práticas religiosas, pois como bem disse Roger Bastide de forma apressada, visto a precariedade dos materiais etnográficos sobre a região conhecidos pelo autor: “Se se excluir a região do Maranhão (...) todo o norte do Brasil será domínio do índio” (1960, p. 243).

Quando se fala em etnografia das relações afroindígenas há o risco de anular ou sobrepor um manifesto cultural pelo outro. De forma a evitar tal equívoco, aparece o conceito de contramestiçagem para ajudar compreender o agenciamento entre os universos afro e indígena em uma mistura que acentua as singularidades daquilo que é composta. No processo de trabalhar com singularidades num campo onde elas flutuam, a contramestiçagem suporta tal mistura. Não significa dissolver singularidades, mas sim ativá-las (MELLO, 2013).

Todos esses termos nasceram da necessidade de elaborar uma forma de pensar que respeitasse o saber do interlocutor, uma vez que parte dos estudos acadêmicos antropológicos costumam tender para uma fetichização desses saberes, de modo que passa a existir uma hierarquia na qual o saber acadêmico está acima, sendo que ambos

deveriam estar num processo de diálogo e comunicação em seus arcabouços teóricos. Neste contexto surgem uma série de etnografias recentes para pensar o que Marcio Goldman (2014, 2017) chamou de “relação afroindígena”.

Afroindígena surge na etnografia de Mello (2014) como um conceito criado pelo movimento cultural Arte Manha, em Caravelas/BA, para designar seus modos de vida e suas produções artísticas. Argumenta que “afroindígena” não é da ordem da identidade, nem implica a dissolução das singularidades, como a fusão entre negros e indígenas. É, antes, da ordem do devir: “afroindígena seria, portanto, da ordem do devir, daquilo que se torna, do que se transforma em outra coisa diferente do que se era e que, no entanto, ‘não produz outra coisa senão a si mesmo’ ” (MELLO, 2014, p. 227).

Ademais, o mencionado choque de forças é fruto do que Goldman (2014) descreve como maior processo de desterritorialização e reterritorialização da história. Potências europeias e imperialistas saquearam o continente africano e tomaram seus habitantes para o uso de mão-de-obra escrava nas colônias do Novo Mundo. Sendo assim, podemos dizer que a diáspora africana, forçada e cruel, trouxe às Américas cultos e práticas religiosas que logo foram criminalizadas e marginalizadas. Paralelo aos africanos que chegaram ao Brasil de maneira forçada, a população indígena das Américas também passava por um violento processo de extermínio e perseguição – tanto com a expropriação de suas terras e a destruição sistemática de seus modos de vida. Ambos os movimentos orquestrados pelo branco europeu colonizador.

Conforme diz Eduardo Galvão (1953) no seu breve artigo “Vida religiosa do caboclo da Amazônia”:

Sociedades indígenas, tribais foram desmembradas e incorporadas às aldeias missionárias ou aos centros coloniais que fundaram. O índio submetido a um processo de aculturação forçada, aceitou esses novos padrões e concepções, embora modificando-lhes e dando-lhes novo cunho.

É pertinente salientar que a África sendo um continente tão vasto e diverso contava com suas próprias divisões étnicas e comportava inúmeros cultos, deuses e práticas. Ao chegar nas colônias, e para contexto deste trabalho, ao chegar no Brasil, muitos dos escravizados eram separados de seus familiares e conterrâneos. A sobrevivência das religiões africanas, com novas configurações em solo brasileiro, se deu mediante a muita luta e resistência.

A diáspora africana trouxe consigo suas práticas religiosas, que foram se transformando a formação de terreiros de candomblés, umbandas, etc. Neles são cultuados os orixás, entidades divinas, forças da natureza da mitologia iorubá. Além dos orixás, outra classe de entidade que aparece é a dos caboclos, espíritos de indígenas outrora vivos, que se dedicam à cura através do conhecimento de ervas e folhagens naturais (PINTO, 1995 *apud* BRANDÃO e RIOS, 2004). Hoje temos ao redor do país inúmeros terreiros de candomblé, umbanda, catimbó, omolokô, batuque, etc. Cada um deles operando dentro da sua própria lógica. Pode-se dizer que cada terreiro tem, individualmente, sua própria filosofia política construída dentro do jogo das diferenças (ANJOS, 2006).

Há muitas elaborações no âmbito da Antropologia sobre a mestiçagem e o sincretismo como artefatos para a construção da Nação alicerçadas no falacioso “mito das três raças” (FREYRE, 1933) – como uma “fusão harmoniosa” entre negros, índios e brancos, que mascara intensas desigualdades sociais. Porém, pouca atenção foi dada para as consequências desses encontros, entre negros e indígenas, a partir dos termos e das cosmologias destes povos em questão.

Portanto, o objeto de estudo desta pesquisa são as relações afroindígenas no contexto religioso do estado do Amazonas. Sendo inviável elaborar um quadro geral de todo o estado, para este trabalho foi feita a comparação entre duas monografias que abordam a perspectiva afroindígena na cidade de Parintins. O local recebe esse nome a partir dos Parintintins, um grupo da etnia Tupi que fixou residência no Baixo Amazonas (SOUZA, 1893 *apud* CORDEIRO, 2017). A primeira delas é “A canoa da cura ninguém nunca rema só: o se ingerar e os processos de adoecer e curar na cidade de Parintins (AM)” de Maria Audirene de Souza Cordeiro e a segunda “Terreiros de memórias afroindígenas: experiências da Umbanda em Parintins/AM (1983-2019)” de Márcia Gabrielle Ribeiro Silva.

Patrícia Sampaio (2005) comenta sobre a falaciosa crença de que a presença negra na Amazônia foi pouco significativa, especialmente no que se diz à economia regional:

Circular em Belém ou Manaus significava encontrar nas ruas carregadores africanos, vendedoras de açai, mucamas e criados (...) eram muitos (...) os dados demonstram o caráter multiétnico da capital colonial da Amazônia Portuguesa; a maioria de sua população era não-branca (SAMPAIO, 2005 p. 5).

Os dados mostrados por Patrícia fazem alusão a momentos do século XIX antes do Amazonas se separar do Grão-Pará e virar sua própria província. Mostra-se então que era inevitável o encontro de indígenas e africanos na região.

A proposta inicial deste trabalho era estudar as relações afroindígenas dentro do terreiro de Omelokô O Recanto de Preta Mina e Ilê de Iansã, localizado no bairro Educandos na cidade de Manaus, a partir da pesquisa de campo e do trabalho etnográfico. Entretanto, fomos surpreendidas pela pandemia mundial de COVID-19, que impossibilitou atividades presenciais. A partir disso, tentamos trabalhar com a casa remotamente, mas as tentativas de contato com o pai de santo da casa bem como demais participantes, encontrados na página de Facebook do local foram, infelizmente, infrutíferas.

A oportunidade de estudar Antropologia das Religiões afro-brasileiras em contexto amazônico me cativou desde o início. Nascida e criada no Amazonas, salvo o tempo que morei na região sul do país, sou filha de uma mulher ribeirinha e um homem migrante do Amapá. Boa parte da minha família, especialmente a materna, morou em algum momento de suas vidas no interior dos estados do Amazonas e do Pará onde elementos da cosmologia ameríndia, afro-brasileira e cristã se encontram e se fazem presente na vida dos seus moradores.

Em minha infância, passei muitos finais de semana no sítio dos meus avós, no interior no município de Iranduba, ouvindo meu falecido avô contar histórias de pessoas que viram bicho e bicho que viram pessoas. Histórias de cobra-grande, do boto, cipós encantados e muitas outras. Além disso, parte da minha família materna fazia parte do povo de terreiro, apesar de terem se afastado antes mesmo de meu nascimento. Realizar esta pesquisa me fez refletir sobre a influência dos povos de origem africana nos conhecimentos populares, além de diversas outras tradições de cunho místico e religioso, que são o foco desta pesquisa. Sendo assim, esse projeto se justifica pela pouca atenção dada ao tema da Antropologia Afro-brasileira no contexto do Amazonas, sobretudo os trabalhos com religião de matriz africana.

Assim sendo, considerando seu caráter analítico, busca contribuir com esta questão e justifica-se também por contribuir no fortalecimento do protagonismo afro-brasileiro, indígena e do povo de terreiro com a valorização e registro da memória e dos conhecimentos desses povos.

## **METODOLOGIA**

A princípio foi planejado um cronograma que previa a etapa de levantamento bibliográfico de agosto de 2020 até março de 2021. Após o levantamento bibliográfico a atividade seguinte consistiria na etnografia a partir do trabalho de campo no Recanto de Preta Mina e Ilê de Iansã. Entretanto, essa etapa não foi realizada devido à impossibilidade de atividades presenciais, dado o risco de contaminação pelo vírus COVID-19 e pela dificuldade de contato com os filhos da casa. Este imprevisto ocorreu pois o local da pesquisa de campo, a casa de Omolokô Recanto de Preta Mina e Ilê de Iansã foi escolhido enquanto o pré-projeto ainda estava sendo idealizado. Ainda em 2020, antes da pandemia, fizemos uma visita à casa e tivemos a autorização do pai de santo, Pai Adalberto, para realizar nossos estudos na mesma.

A pesquisa de campo estava programada para iniciar no mês de dezembro de 2020, porém dada continuidade da pandemia, essa etapa foi substituída pela busca de duas etnografias que abordassem o tema da religiosidade afroindígena no estado do Amazonas. Para isso foram usadas as palavras-chave “afroindígena”, “umbanda”, “candomblé”, “afro-brasileiro” no catálogo de teses publicadas pela UFAM, o TEDE UFAM.

O início do projeto foi marcado por reuniões semanais com a professora Luiza Dias Flores e a orientanda Irma Cristina. Essas reuniões foram realizadas remotamente pela plataforma Google Meets e consistiam em debates e orientações acerca dos textos sugeridos pela orientadora. Também criamos um grupo no aplicativo de mensagens Whatsapp para troca de conteúdos adicionais e organização das reuniões. Caso uma das discentes não pudesse estar presente era solicitado uma resenha do texto da semana. Ademais, os textos recomendados foram devidamente fichados.

Nos dias 29 e 30 de 2021, apresentei este projeto oralmente, via Google Meets, no ateliê de pesquisa De Bubuia, organizado pela professora orientadora e pelo professor Thiago Cardoso como parte da programação do Laboratório de Antropologia da Vida, Ecologia e Política, o CoLar. Também feito remotamente, neste seminário os orientandos tiveram a oportunidade de apresentar suas pesquisas e seus respectivos resultados até o momento.

## **RESULTADOS**

Entre os vários autores trabalhados durante a extensão do projeto, destaco a importância de Márcio Goldman, nome forte no que se refere a literatura Antropológica Afro-brasileira contemporânea. Alguns de seus inúmeros trabalhos foram amplamente utilizados na primeira etapa do projeto e a leitura de seus artigos e etnografias dão luz de como se portar em um trabalho de campo em terreiro. Entretanto, vale ressaltar que não existe um manual de regras para tal trabalho e a forma de abordagem deve ser compatível com os interlocutores e o local escolhido. Goldman emprega a expressão “catar folhas”, oriunda do candomblé, como uma forma de abordagem na qual o pesquisador une partes para formar um todo, pois não deve esperar que receba os ensinamentos que busca sejam lhe entregues prontos e mastigados.

Enquanto Goldman surge como teórico sobre a abordagem etnográfica, que infelizmente não pôde ser colocada em prática, outro autor foi profundamente discutido nesta primeira etapa: Abdias do Nascimento e a obra *O Genocídio do Negro Brasileiro*. Pode-se dizer que o livro é um discurso de denúncia cujo título é autoexplicativo. Abdias retoma historicamente a jornada de opressão dos negros brasileiros no país que se orgulha erroneamente de ser uma nação etnicamente misturada. Contrapondo a teoria da democracia racial, sustentada por Gilberto Freyre, o autor afirma que o processo de mistura brasileiro foi feito sob a opressão sistemática do branco sobre negros, descendentes de africanos escravizados, e indígenas nativos.

Sendo assim, o autor surge com uma visão diferente sobre o conceito de sincretismo. Pois é equivocado falar de sincretismo entre manifestações culturais brancas, negras e nativas quando as duas últimas foram marginalizadas e perseguidas por séculos em uma tentativa de embranquecimento da nação brasileira. Portanto, se existe algum sincretismo a nível religioso, existe somente entre as práticas marginalizadas, em uma tentativa de se manterem vivas e resistentes.

Outro autor que também me acompanhou durante toda a caminhada de pesquisa foi Roger Bastide com sua obra *As Religiões Africanas no Brasil* (1960), dividida em dois volumes. Bastide foi um sociólogo e antropólogo francês da escola de Sobornne, que ao se deparar com um país cuja maioria populacional era negra, se perguntou como certas manifestações identitárias, e nesse caso, as manifestações religiosas, sobreviveram dentro de uma infraestrutura branca e cristã. Assim, reuniu números relatos e conseguiu, de certa forma, mapear de que forma se expressavam as religiões africanas no país por região.



Este mapeamento, entretanto, não segue as demarcações político-geográficas da época, mas sim sua própria lógica.

Em “Geografia das religiões africanas no Brasil”, Bastide mostra que a maioria dos negros que foram mandados à região norte eram de etnia Banto. Mostra que os Bantos têm a sua espiritualidade muito ligada à terra e ao território, sendo assim, ao chegarem aqui, se depararam com uma terra que já possuía seus próprios espíritos e entidades. Afirma também a contribuição de elementos negros no catimbó, manifestação religiosa derivada da pajelança (1960, p. 254).

Outrossim, é importante também destacar a influência de José Carlos Gomes dos Anjos. Em “No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira” (2006) o autor traz o conceito de encruzilhada desenvolvido pelas religiões de matriz africana como morada dos Exus e que é aproximado ao conceito de rizoma de Deleuze e Guattari para explicitar o jogo das diferenças pertencente às religiões afro-brasileiras, conforme citado na introdução deste relatório. Para dos Anjos, há uma filosofia própria no interior dos terreiros que permite pensar a diferença enquanto diferenças, sem diluí-la ou subjugá-la. É isso que faz com que a encruzilhada seja morada de Exu, mas também de Ogum, a depender da linha com que a casa esteja trabalhando, seja ela Umbanda, Quimbanda ou Batuque.

Nesse sentido, dos Anjos nos afirma que há uma filosofia política da diferença nos terreiros que se contrapõe as necessidades de unificação, tais como aquelas operadas pelo conceito de mestiçagem, e conseqüentemente, tal como pensado em torno no mito das três raças, que supõe a fusão harmoniosa entre negros, brancos e indígenas. Dos Anjos nos permite, através do trabalho etnográfico, nos encontrarmos com outras formas de pensamento.

Após Goldman, Abdias, Roger Bastide e dos Anjos pavimentarem o caminho, com o apoio de tantos outros pesquisadores como Cecília Mello, Gabriel Banaggia e Patrícia Sampaio, os resultados finais deste trabalho se dão a partir da intensiva revisão bibliográfica realizada durante todo o período dedicado ao projeto e da comparação entre a tese de Maria Audirene e da dissertação de Márcia Gabrielle, esta última etapa feita para compreender as relações afro e indígenas no estado do Amazonas, especialmente na cidade de Parintins.

A tese de Maria Audirene de Souza Cordeiro “A canoa da cura ninguém nunca rema só: o se ingerar e os processos de adoecer e cura na cidade de Parintins (AM)”, lhe rendeu o título de Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas. Ainda que não trate diretamente da temática das relações afro-indígenas, visto que sua tese é sobre o ingeramento<sup>1</sup> e práticas não biomédicas de cura em Parintins, Maria Audirene faz um trabalho etnográfico com os curadores sacaca<sup>2</sup> da cidade. Ao fazer isso, adentra no campo da Antropologia, da cosmologia nativa e também insere o contexto histórico da cidade, apresentando a influência da presença negra na região:

Quanto à presença de coletivos africanos escravizados, um dos poucos registros a que tive acesso, indicam que, a partir dos primeiros anos do século XIX, Parintins abrigou negros em seu território. De acordo com a presidência do Pará de 1849 a 1852, a cidade possuía de 1848 a 1884, um contingente de 1.152 negros escravizados (...). (SOUZA, 2017, p. 26)

Parintins mostra-se então como um espaço geográfico de interconexões, devido à forte presença indígena, negra, branca, árabe, japonesa e demais outros naquilo que pode ser chamado de caldeirão étnico amazônico. Mas são as cosmologias indígenas, africanas e católicas que têm destaque na cidade e nesta tese. Cordeiro (2017, p. 24) afirma que os habitantes de algumas comunidades do Baixo Amazonas se veem num impasse identitário pois muitos se autodefinem em nomações como quilombolas, indígenas ou não-indígenas ou não quilombolas.

A autora cita Mello (2003) ao dizer que a relação entre afros e indígenas no campo de pesquisa seria uma fusão ou intersecção entre esses dois mundos e reconhece que tal relação carece de pesquisas mais específicas. Porém, como demonstrado, este projeto não está inserido na ordem das identidades, ainda que sejam importantes, e sim das relações afro-indígenas consolidadas, a partir das cosmologias e cosmovisões geradas por este caldeirão étnico. Foram os relatos recolhidos pelo trabalho etnográfico de Maria Audirene que demonstram a presença da cosmologia afroindígena nas práticas de cura não biomédicas de Parintins o principal motivo da escolha desta tese para compor meu estudo sobre as relações afroindígenas no Amazonas.

Logo após inserir o leitor no contexto teórico de sua tese e no contexto histórico de Parintins, a autora levanta dados sobre a quantidade de agentes de cura por bairro na

---

<sup>1</sup> De maneira simplificada, o ingeramento é compreendido como um dispositivo que captura do outro ou do meio potencialidades para gerar ou dar propulsão a outras potencialidades.

<sup>2</sup> Título dado aos curadores que comprovadamente sabem diagnosticar e curar.

área urbana do município. A autora denomina Agentes de cura os benzedores, curadores, puxadores, costuradores e pegadores. Ou seja, todos aqueles que curam através de práticas “não convencionais” da medicina. Ao total consegue contabilizar 256 agentes de cura da área urbana de Parintins, estando a maioria em localidades periféricas. Também por vezes trabalham sozinhos e em suas próprias residências ou em terreiros de Umbanda e Candomblé. Do total de 256 agentes de cura, 217 afirmam ser católicos, 24 evangélicos ou similares, 10 da Umbanda, 01 do Candomblé e outros 04 não tem religião.

Esses agentes afirmam terem recebido seus dons de cura dos bichos do fundo, seres encantados da Cidade do Fundo, uma cidade que estaria em outro plano cosmológico. Porém o repertório das práticas “não oficiais” de cura também tem influências das religiões afro-brasileiras, conforme observado pela autora. Os bichos do fundo, ao mesmo tempo que podem trabalhar com os humanos, podem também lhes fazer mal. Sendo assim, há uma espécie de diplomacia a ser respeitada. Cordeiro conta de vários casos sobre males causados pelos bichos do fundo às pessoas, de doenças até mesmo de roubos da sombra<sup>3</sup>.

Entre os relatos mostrados, considere pertinente trazer três para este projeto: O primeiro é sobre o contato direto de Maria Audirene com um bicho do fundo. Maria estaria em entrevista com dona Ângela, esposa de um curador que teria sido vítima de um ataque de judiaria<sup>4</sup>:

A conversa fluía naturalmente até que dona Ângela, inesperadamente, respirou fundo, deu um grito e caiu no chão. As duas filhas que estavam ouvindo a conversa correram para ajudá-la, mas ela começou a levantar sozinha, já cantando: “eu sou, eu sou o Caranguejinho da Beira do Mar...” Aos poucos me dei conta de que um ser masculino estava ‘dentro do corpo’ de dona Ângela. O modo de falar mudou. O tom, de voz, antes agudo, tornara-se grave e rouco, e o ritmo ganhou contornos mais lentos. (CORDEIRO, 2017, p. 219).

Este encontro gerou um questionamento profundo na autora. Como poderia conversar com um ser da cidade do fundo, aliás, com um ser marítimo da cidade do fundo em plena margem do rio Amazonas? Como levar a sério a presença e permitir-se “ser afetada” por esse encontro? Utilizo a noção de *ser afetado* conforme proposto por Favret-Saada (2005). Saada, a partir de seu trabalho sobre feitiçaria no interior da França, passou a reconsiderar o que entendia por afeto e discorre sobre a antropologia francesa e anglo-

---

<sup>3</sup> O roubo da sombra acontece quando um bicho do fundo captura a essência de uma pessoa deixando-lhe apenas o corpo, como se fosse uma casca vazia.

<sup>4</sup> Resultado de um ataque de feitiço feito por outra pessoa que pode causar males físicos.

saxã a partir do momento em que questiona a desqualificação da palavra nativa como não-real ou não verdadeira. Afetar-se na pesquisa antropológica, é permitir-se, enquanto pesquisador, problematizar seu lugar de observação e reconhecer aquilo que lhe afetou (CORDEIRO, p. 20).

A experiência de Cordeiro traz semelhanças com a experiência de Goldman quando esse desenvolve a importância de levar a sério a experiência compartilhada com os interlocutores de campo. Se Cordeiro se questiona através do contato com teve com um dos bichos da cidade do fundo, Goldman (2003) se questiona após ouvir os tambores dos mortos ressoarem, durante um ritual de despacho de objetos sagrados após a morte de um adepto de candomblé do terreiro onde realiza campo, na cidade de Ilhéus/BA. Ambos se deparam com experiências que fogem as suas concepções de mundo e são levados a pensar como trazer para a descrição etnográfica a experiência que desenvolvem sem cair no risco de reduzir a fala nativa em algo não-verdadeiro e sem reduzir o trabalho etnográfico a uma mera descrição da mística compartilhada.

O segundo relato é de Dona Maria Santa, uma senhora conhecedora de *remédios do mato*, porém que não é curadora. De acordo com Dona Maria, foi-lhe revelado em sonho, enquanto moça, que ser curadora não era dom *pra* ela. Após esse primeiro sonho, começou a sonhar com uma senhora preta e bem velhinha, que vinha lhe mostrar como fazer chás, pomadas e demais remédios, mostrando claramente a influência de sujeitos negros nas práticas de cura da Cidade.

Em verdade, percebe-se que muitos curadores não são feitos<sup>5</sup> porém são contatados por determinadas entidades que passam a serem seus guias de cabeça, ou seja, seu guia principal. Entretanto, podem trabalhar com diversas outras entidades como santos, orixás<sup>6</sup>, caboclos, exus, encantados, etc. Aliás, Miriam Rabelo e Roberto Aragão (2018) demonstram que muitas pessoas no Candomblé começaram suas relações com os orixás pela mão dos caboclos.

É nesse processo de trabalho que dizem se ingerar, pois tomam as forças da entidade para si ou são possuídos pela própria, como mostra o terceiro e último relato de uma sessão de cura de judiaria. Seu Pedro seria um curador sacaca que permitiu à Maria

---

<sup>5</sup> Iniciados propriamente em alguma das religiões afro-brasileiras como a Umbanda e o Candomblé.

<sup>6</sup> Divindades iorubá cultuadas nas religiões afro-brasileiras.

Audirene estar presente em um de seus trabalhos, no qual deveria curar um comerciante da cidade. Durante este trabalho, a autora conta que seu Pedro recebeu diversas entidades:

Minutos depois, ele entrou, olhou demoradamente para mim, sentou no chão em frente à mesa, acendeu um tauari, e começou a cantar. A esposa dele entrou e sentou no chão à esquerda da mesa. Não me fora possível compreender o canto, mas parecia triste. Depois levantou, curvado, como um velho, e falou: “vim só prepará esse lugá” (...) Uma voz estridente proferida pela boca do curador indicou a chegada de outro ‘personagem’. Com gestos bruscos, apagou o tauari, pediu outro, acendeu, bafou em todos nós (...) Depois de se certificar que o corpo estava limpo, cheirando demoradamente: as pernas, o tórax, os braços e a cabeça do paciente, e baforando com o tauari, cantou, bebeu, dançou, olhou demoradamente para o corpo deitado no chão, e disse: “vô, pro outro companheiro vim tirar a imundície daí”. Sentou de frente para a banca e continuou fumando até baixar a cabeça bruscamente como se cochilasse. De repente, batendo fortemente com a mão direita no piso, e, deitando cuidadosamente no chão, chegou ‘alguém’. “Eu vim do fundo, onde ninguém vai, onde só tem lama e pitiú, por lá rastejo e pelo mundo também, sou a cobra surucucu, e vim curá esse meu filho, moradô da ribeira, não porque ele mereça, mas porque quem me trouxe é neto de um velho conhecido”. O curador parecia se metamorfosear, se arrastava na direção do comerciante, como se fosse uma cobra (CORDEIRO, 2017, p. 131-132).

Esse processo de metamorfose, que pode ser via possessão ou transformação oriunda dessa tomada de forças da entidade para si, abre uma série de questões que não será desenvolvida nesse relatório sobre os entendimentos acerca dos xamanismos indígenas, transformações corporais e encontros com entidades não humanas, tais como descritos através do perspectivismo ameríndio (VIVEIROS DE CASTRO, 2006), e essas possessões características das religiões de matriz africana, onde Orixás, que são forças da natureza, ou caboclos e pretos-velhos, que são espíritos desencarnados, tornam os corpos humanos adeptos para realizar consultas e ou distribuir axé. Entre as transformações xamânicas e as possessões africanas, os interlocutores de Cordeiros possibilitam conhecer um pouco mais da imensa criatividade e possibilidades de vida oriundas das relações afroindígenas.

A próxima autora escolhida é Márcia Gabrielle Ribeiro Silva por sua dissertação “TERREIROS DE MEMÓRIAS AFROINDÍGENAS: EXPERIÊNCIAS DA UMBANDA EM PARINTINS/AM (1983 – 2019)” também pela Universidade Federal do Amazonas. Se o trabalho de Maria Audirene foi uma etnografia, o trabalho de Márcia Gabrielle reúne narrativas orais, através da história oral, para apresentar as perspectivas de luta política e de solidariedade nos centros religiosos afro-brasileiros e indígenas na cidade de Parintins.

A própria autora é iniciada na Umbanda e isso é perceptível no modo que constrói sua dissertação, colocando como título de cada subcapítulo um ponto cantado da religião. Afirma que na cidade, o culto da Umbanda é marcado pela presença da figura indígena, além de diversas outras e que o período em que a prática se consolida na cidade coincide com o fim da ditadura militar no Brasil. Porém, mesmo a Umbanda se fazendo presente no cenário Parintinense, ainda é uma religião marginalizada:

O atual enfrentamento da violência travado pelas religiões de matrizes afroindígenas na região e no Brasil, com o recrudescimento de forte conservadorismo social, evidencia que ditaduras não convivem bem com a diversidade (...) é na Amazônia que essas religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras ganharão destaque, ao se juntarem com outras raízes aqui já estabelecidas, como a pajelança indígena. Aqui, essa união se fará por peculiaridades, diferentes de outras regiões (...) (SILVA, 2019, p. 18-19).

Sendo assim, os terreiros de religiões afro-brasileiras se consolidam como espaços de resistência e memória da cultura afro-brasileira na Amazônia (p. 22). Um dos principais pontos do trabalho de Márcia Gabrielle é mostrar a inviabilização e violência simbólica que sofrem os filhos de terreiro na cidade. Este é um ponto que também foi abordado brevemente na tese de Maria Audirene.

Márcia cita Luiz Bandeira para afirmar que as mais diversas expressões culturais africanas fazem parte da formação identitária dos negros que chegaram ao Brasil. Na Amazônia essas expressões culturais se reconfiguraram e se ressignificaram entre benzedeiros, pajés, erveiras, pais e mães de santo, etc. Para a autora, a prática da Umbanda, em específico, une negros, brancos e indígenas em laços históricos de crenças com os encantados<sup>7</sup> da cosmologia ameríndia (SILVA, 2019, p. 47). Neste aspecto do encontro com a cosmologia local, a tese de Márcia Gabrielle se encontra com a dissertação de Maria Audirene, ao citar esta última para falar do conceito de ingeramento como um agenciador de devires e afetamentos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho é resultado de um ano de pesquisa bibliográfica para pesquisar as relações afroindígenas no estado do Amazonas. O modo de pesquisa teve que ser alterado no meio do caminho, visto que a prática de campo que era esperada se tornou

---

<sup>7</sup> Ser que já viveu em algum momento na terra, porém, em vez de morrer, sofreu encantamento e pode manifestar-se como entidade nos terreiros (SILVA, 2019, p. 48)

impraticável. O início do projeto foi marcado pela formação de uma base teórica que permitisse aprofundamento no assunto em várias direções. Orixás, encantados, caboclos, exus, pomba-giras, pais e mães de santo foram visitados e revisitados de modo que posso concluir que a lógica das relações afroindígenas é a lógica das diferenças.

É a abertura as novas cosmologias e cosmovisões e a interação entre elementos nativos e afros que permite que essas relações se reinventem em cada local de ação. Neste caso, o local de ação analisado foi a cidade de Parintins a partir dos trabalhos de Maria Audirene e Márcia Gabrielle. O processo de pesquisa foi uma verdadeira “colheita de folhas”, conforme proposto por Marcio Goldman, a partir da diversidade de materiais disponibilizados, que levam a compreensão de que ainda há muito para ser estudado.

As religiões afro-brasileiras, ao adentrarem na região Norte, se transformaram e incorporaram elementos das práticas nativas às suas próprias práticas e vice-versa. Se me permite Favreet-Saada e Spinoza, ousar dizer que ambos os elementos se afetaram mutuamente, criando um caldeirão étnico rico onde as diferenças não se fundiram, nem permaneceram intocadas, mas ampliaram suas possibilidades de relações. Relações essas que merecem maior atenção etnográfica e analítica.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANJOS, José Carlos Gomes do. No território da Linha Cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira. Porto Alegre: UFRGS/ Fundação Cultural Palmares, 2006.

BASTIDE, Roger. As Religiões Africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960.

BRANDÃO, Maria do Carmo; RIOS, Luis Felipe. O catimbó-jurema do Recife. In: PRANDI, Reginaldo (org.) Encantaria Brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados. Rio de Janeiro: Pallas, 2004

CORDEIRO, Maria Audirene de Souza. “A canoa da cura ninguém nunca rema só” o se ingerar e os processos de adoecer e curar na cidade de Parintins (AM). 2017. 282 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

FAVREET-SAADA, Jeanne. Ser Afetado. Cadernos de campo, n. 13, p. 155-161. 2005

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala. 48 Ed. São Paulo: Global Editora, 2003.

GALVÃO, Eduardo. Vida religiosa do caboclo da Amazônia. In. Boletim do Museu Nacional, 1953. Disponível em: [https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/boletim\\_do\\_museu\\_nacional\\_n\\_\\_15\\_pdf](https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/boletim_do_museu_nacional_n__15_pdf). Acesso

em: 07 fev. 2021

GOLDMAN, Marcio. A Relação Afroindígena. *Cadernos de Campo*, 23:213- 222. 2014

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. *Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. Revista de Antropologia, USP, São Paulo*, v. 46, n. 2. p. 445-476. 2003.

GOLDMAN, Marcio. Quinhentos Anos de Contato: Por uma Teoria Etnográfica da (Contra)Mestiçagem. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 21(3):641-659. 2015.

MELLO, Cecília Campello do Amaral. Quatro ecologias afroindígenas. *Revista de Antropologia Ufscar, São Carlos*, v. 9, n. 2, p.29-41, jul-dez. Disponível em: [http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2017/12/01\\_Cecília\\_Campelo.pdf](http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2017/12/01_Cecília_Campelo.pdf). Acesso em: 07 mar. 2020.

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro Brasileiro*. 1 Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1978.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Escravidão e Liberdade na Amazônia: notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano. Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional [recurso eletrônico]*, 2005. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/patricia%20melo%20sampaio.pdf>. Acesso em 14 jul, 2021.

SILVA, Márcia Gabrielle Ribeiro. *Terreiros de memórias afroindígenas: experiências da Umbanda em Parintins/ AM (1983-2019)*. 2019. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

RABELO, Miriam C. M.; ARAGÃO, Ricardo. Caboclos e Orixás no Terreiro: modos de conexão e possibilidades de simbiose. *Relig. soc.*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 84-109, abr. 2018. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-85872018000100084&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872018000100084&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 13 ago 2021

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. O que nos faz pensar*, n018, 2004.



**Capítulo 51 - DOI:10.55232/1083002.51**

## **IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA RELAÇÃO PROFESSOR DE MATEMÁTICA E ECA**

**Jordanna Souza Rocha**

**RESUMO:** A lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre os direitos e deveres da criança e do adolescente, está diretamente relacionada com a atuação do professor. Entretanto, nossa hipótese é de que conhecimento prévio sobre a legislação influencia o preparo, atuação e comprometimento do professor de matemática. O objetivo deste trabalho, é compreender a formação e prática docente e sua relação com esta legislação e contribuir com a divulgação do assunto. Com isso, desenvolveu-se uma Pesquisa Qualitativa de abordagem Fenomenológica-Hermenêutica sobre o tema e os dados foram obtidos por meio da Narrativa de Vida de uma professora. Depois de realizada a entrevista, os dados foram confrontados com a teoria e então se obteve quatro categorias, sendo: a) Conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na sua fase de vida Infantojuvenil; b) Educação Básica e questionamentos sobre o ECA; c) Conhecimento e discussões sobre o Estatuto durante a graduação; d) Atuação docente e a relação com a Legislação. Neste trabalho, irei enfatizar a última categoria. Obteve-se como resultado, que é importante o professor ter conhecimento sobre o Estatuto, este discernimento seria concebido através da formação continuada, influenciando a discussão do assunto no ambiente de atuação.

**Palavras-chave:** Formação de professores, atuação, legislação, crianças e adolescentes, direitos.

## INTRODUÇÃO

A formação continuada de professores é um processo voltado ao aperfeiçoamento dos seus saberes necessários para a sala de aula, tornando-o capaz de oferecer a qualidade de ensino esperada.

O ECA defende a proteção integral à criança e ao adolescente, estabelecida pela lei 8.069 de 13 de junho de 1990, o que envolve o direito à educação, regulada na perspectiva do pleno desenvolvimento do educando, visando o exercício da cidadania a preparação para o mundo do trabalho, pautado na proteção abrangidas pela Constituição Federal de 1988. Vale destacar o papel do professor como um principal agente da conscientização dos direitos e deveres das crianças e adolescentes, pois este mantém um contato direto com os alunos, cujo objetivo precisa ser construir um ensino dirigido a formação de cidadãos críticos e ativos. Sabendo disso, me propus (por influência do meu professor orientador), decidi discutir a pesquisa<sup>1</sup> sobre a relação entre o professor de matemática e o ECA, a formação e atuação do docente, visto que é uma forma significativa para a melhor compreensão dessa relação.

Devido a importância dessa relação e por ela ser pouco discutida, decidi investigar a seguinte **questão de pesquisa: como foi a formação e como é a atuação do professor de matemática em relação ao ECA?** O professor deve atuar como um educador crítico reflexivo exercendo função mediadora em sala de aula com o objetivo de formar cidadãos críticos e ativos, porém para cumprir esse dever, a formação de modo geral precisa ser qualificadora, dando significado para a profissão que vai além de ser professor de uma certa disciplina.

O objetivo desta pesquisa é compreender a formação e a prática docente na sua relação com esta legislação. O professor precisa ter conhecimento do Estatuto e muitas das vezes, na formação inicial, essas informações não são mencionadas, mas na formação continuada o professor tem condições de buscar esses saberes relacionados ao ECA.

Na próxima seção é descrito o estudo realizado sobre o tema, posteriormente em outra seção, é explicado como foi feita a escolha do entrevistado e nas seções seguintes

---

<sup>1</sup> Pesquisa proposta no contexto da Disciplina “Pesquisa em Educação Matemática e em Matemática” do curso de Licenciatura em Matemática do Campus Universitário do Araguaia (CUA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

são apresentadas a análise do corpus e os resultados. Por fim, esboço minhas conclusões e considerações finais.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no seu art. 53º “A criança e adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990). Os direitos mencionados destinam-se a toda população de crianças e adolescentes, sem diferenciação de classe social ou cor.

O ambiente escolar deve ser valorizado como local de interação entre criança, professor, currículo, gestão, democracia, família, direitos, deveres e comunidade. Dentro do ambiente escolar os atores sociais como por exemplo o professor, carrega a responsabilidade de garantir educação para todos, e a escola, entre outras instituições, é sua fundamental promotora, pois é agente do processo de socialização (DURKHEIM, 2007). Desse modo, evidencia a importância que se reveste o professor na sua atuação, o seu aperfeiçoamento é essencial, assim, são conhecedores do Estatuto e capazes de inseri-lo no currículo. Para tanto, vale-se de três elementos básicos que integram o professor como profissional reflexivo como: conhecimento na ação; reflexão na ação e por último, reflexão sobre a reflexão na ação (FERREIRA, 2008).

Para o professor contemplar o conceito de professor como intelectual crítico reflexivo, precisamos analisar a sua formação que se divide em duas fases: formação inicial e formação continuada. Rodrigues e Esteves (1993) *apud* Ferreira (2008, p. 85) esclarecem que “a formação inicial deve haver um consenso quanto ao que deva constituir a base da preparação do professor, prévia ao exercício da atividade docente”. Desse modo, “a formação inicial, calcada em princípios e diretrizes, pode melhor atender as necessidades dos alunos, aos objetivos da educação, e a concepção de professor como intelectual crítico reflexivo” (FERREIRA, 2008, p. 87-88). No que diz respeito a formação continuada

“não pode ser concebida como um meio de acumulação (de cursos, palestras, seminários, de conhecimentos ou técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal e

profissional, em interação mútua” (CANDAU, 1997 *apud* FERREIRA, 2008, p. 89).

O ECA e o ambiente escolar estão, portanto, intimamente relacionados e diante dessa perspectiva, a questão que se coloca é: Como o professor, na sua formação e atuação, contempla a lei para a concretização de seu trabalho docente? A questão deve centrar-se nas relações que se firmam (aluno/professor) na cidadania infanto-juvenil. Espera-se que, como profissional da educação, use de tais conhecimentos para uma intervenção específica e própria da sua profissão, de maneira a alcançar os objetivos propostos pelo ECA. O professor, ainda, exerce uma função mediadora, proporcionando, aos estudantes, conhecimento, habilidade e pensamento crítico, de maneira a instrumentalizá-los para a busca de uma cidadania plena (FERREIRA, 2008).

A próxima seção trata-se sobre os procedimentos metodológicos que foram seguidos durante a pesquisa.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada foi a Pesquisa Qualitativa com a abordagem Fenomenológica-Hermenêutica. Esse tipo de Pesquisa, coloca o sujeito no lugar de destaque, aposta na capacidade dele de interpretar fenômenos e discursos. A abordagem Fenomenológico-Hermenêutica, se preocupa com o aprofundamento da compreensão de um fenômeno humano, onde o ser humano é o elemento central na pesquisa, tanto o sujeito da pesquisa, aquele que fornece o seu histórico de vida, como o pesquisador que interpreta essas informações (FIORENTINI e LORENZATO, 2006).

Para compreender a formação e a prática docente na sua relação com a legislação, o ECA, e buscar respostas para a questão colocada, escolhi para ser sujeito desta pesquisa, uma professora de matemática da Educação Básica da região de Barra do Garças-MT. A escolha aconteceu através da busca por um profissional da área, e uma amiga me sugeriu essa professora. O primeiro contato ocorreu por meio de uma rede social, onde a professora foi informada sobre a pesquisa e aceitou ser o sujeito da pesquisa. Utilizando o mesmo meio comunicativo, foi combinado uma data, horário e local para a realização da entrevista, que devido a professora estar trabalhando na Secretaria de Educação do município de Barra do Garças, a entrevista foi realizada na Biblioteca local, às 14:00hrs

do dia 20/05/2022. Iniciou-se com uma conversa sobre o tema, onde foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que diz estar de acordo para relatar sua história de vida e autorizar possíveis citações durante o trabalho, em seguida a entrevistada teve acesso ao roteiro de perguntas para que entenda os pontos principais e sejam respondidas durante a sua fala. Ficou acertado que no relato da pesquisa, as citações das falas da entrevistada seriam representadas como Professora Santos (2022).

A entrevista foi transcrita e reescrita no formato de narrativa de vida que segundo Spindola e Santos (2003, p. 121)

“uma narrativa tem uma função descritiva e avaliadora pois, quando relatamos um fato, na verdade, estamos tendo oportunidade de refletir sobre aquele momento. Uma vez que ‘o sujeito não relata simplesmente sua vida, ele reflete sobre ela enquanto conta’. Nessa abordagem, o pesquisador respeita a opinião do sujeito e acredita no que diz”.

A narrativa de vida é então considerada o *corpus* de análise que foi analisada segundo a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Assim, Berelson (1992) *apud* Rodrigues (2019, p. 21), assume que “a análise de conteúdo pode ser vista como uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva e sistemática do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”. De acordo com Bardin (1977) *apud* Rodrigues (2019), para realizar a análise de conteúdo, três etapas precisam ser cumpridas, Pré-Análise, Exploração do material, e Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação.

A primeira, a Pré-Análise, consiste na organização dos materiais, nessa fazer foi feito a transcrição da entrevista e a narrativa de vida formando o corpus de análise. A segunda etapa, a Exploração do material, é a descrição analítica em relação ao corpus, onde foi produzido uma tabela identificando as unidades de contexto, unidades de registro, eixos temáticos até chegar nas categorias de análise. Nesse processo, foi extraído as categorias de análise e organizei-as em ordem temporal. As categorias então consideradas foram: a) Conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na sua fase de vida Infante-juvenil; b) Conhecimento e discussões sobre o Estatuto durante a graduação; c) Atuação docente e a relação com a Legislação; d) Professor-crítico-reflexivo

A última etapa, Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação, é realizado a partir da triangulação entre o material teórico estudado e o material obtido pela História de Vida seguindo as Categorias de Análise. A adoção destes procedimentos levou à obtenção dos resultados. Será apresentado na próxima seção a análise obtidos em cada Categoria de Análise.

## **DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS**

Uma vez constituído o corpus da análise, foi construído uma tabela identificando as unidades de contexto, que são trechos significativos da história de vida, as unidades de registros, que são os temas de cada unidade de contexto e os eixos temáticos, que são os agrupamentos dos temas, por último as categorias de análise, que foram extraídas a *posteriori*.

O propósito dessas categorias é o de sintetizar as informações da infância até a atuação docente, através do depoimento do sujeito da pesquisa e das obras de referenciadas. As categorias de análise obtidas foram a) Conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na sua fase de vida Infante-juvenil; b) Conhecimento e discussões sobre o Estatuto durante a graduação; c) Atuação docente e a relação com a Legislação; d) Professor-crítico-reflexivo.

### **Conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na sua fase de vida Infante-juvenil**

Neste sentido, o primeiro trecho destacado foi “na minha infância, meus pais me influenciaram muito a estudar e encorajaram também, não tinha como eles indicarem leituras porque a escolaridade deles era bem baixa” (PROFESSORA SANTOS, 2022). Durante sua infância e adolescência relata que “nessas fases eu ouvia muito falar em casos de violência contra crianças e adolescentes, eu morava em uma zona periférica e lá isso era comum, mas tinha intervenção direta do Conselho Tutelar” (PROFESSORA SANTOS, 2022). Como mencionado, o Conselho Tutelar era acionado, então nesses momentos o seu serviço cuidava da situação crítica das crianças e adolescentes. Segundo Ferreira (2008, p. 71) “o sistema tutelar apresentado pelo Conselho Tutelar é o responsável pelos problemas das crianças e adolescentes relacionados a justiça [...]”

Quando deu início a sua vida escolar em escolas periféricas de seu bairro, já tinha conhecimento de seus direitos perante a sociedade e imagina que seus colegas de turma também, foi mencionado um ponto importante em sua fala:

“Quando tinha situação que os alunos deixavam de frequentar a escola, a coordenação acionava o Conselho Tutelar. No meu Ensino Médio não ouvia muito falar no ECA, as vezes tinha algumas palestras em parceria com as unidades básicas de saúde, mas nada demais” (PROFESSORA SANTOS, 2022).

Esse relato demonstra que a escola agia com coerência mesmo sendo pouco falado sobre o ECA dentro do ambiente escolar que de acordo com Ferreira (2008, p. 71) “o Conselho Tutelar desempenha suas atribuições em parceria com todos aqueles órgãos, instituições, organizações e pessoas que de maneira direta ou indireta lidam com essas questões”. Professora Santos (2022) menciona que em sua Educação Básica possuía interesse no Ensino Superior e então, quando estava no 8º ano ela já sabia que iria ingressar em uma Universidade e o curso de seu interesse era a Licenciatura em Matemática.

### **Conhecimento e discussões sobre o Estatuto durante a graduação**

No período de graduação, a entrevistada diz que:

“em nenhuma disciplina foi mencionado ou aprofundado sobre o ECA, você sabia sobre a existência do ECA bem de longe e não tive muitas disciplinas de educação matemática. Não tinha conhecimento aprofundado do Estatuto, cumprir os deveres estabelecidos na legislação não era uma preocupação devido ser pouco ou nunca falado na graduação” (PROFESSORA SANTOS, 2022).

Collares et al. (1999) *apud* Ferreira (2008, p. 85) esclarece que “em geral, se crê que a formação inicial opera com conhecimentos (teoria)” que ao ser mencionado sobre o ECA e sua relação com o professor durante a graduação possibilita os alunos conhecerem sobre o ECA e compreenderem sua importância na formação cidadã, sua conduta pode melhorar sendo possível satisfazer a lei.

É mencionado que:

“Acredito que a minha formação superior foi de qualidade, mas ela teve algumas lacunas, como entrava muitos professores e saíam muitos também, ficou com algumas fragilidades principalmente nas partes de educação matemática, didática onde seu ensino foi tudo muito vago” (PROFESSORA SANTOS, 2022).

Ferreira (2008, p.85) questiona “o que deve contemplar a formação inicial do professor?” A resposta é que deve constituir a base da preparação da atuação docente. Desse modo, evidencia a importância que se reveste o professor e sua atuação, pois o seu aperfeiçoamento é essencial, assim, são conhecedores do Estatuto e capazes de inseri-lo no currículo.

### **Atuação docente e a relação com a Legislação**

Esse problema durante a graduação influencia na questão de formação continuada e atuação que de acordo com a entrevistada “o Ensino Superior me preparou e qualificou de certa forma para a atuação, talvez ela não me deu uma formação completa para seguir a formação continuada em mestrado por exemplo” (PROFESSORA SANTOS, 2022). De acordo com Ferreira (2008) nessa formação o indivíduo retorna a centros educativos onde o lócus do conhecimento é valorizado como aperfeiçoamento da profissão. A professora teve oportunidade de ingressar no mestrado ProfMat oferecido pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) além de outros programas de formação continuada, pois considera importante essa busca por novos conhecimentos e o aperfeiçoamento daqueles que já possui. De acordo com Candau (1997) *apud* Ferreira (2008, p. 53) “saber docente, como proposta adequada para a formação continuada, deve-se considerar o professor como cidadão, capaz de lidar com a questão da cidadania do aluno”. Desse modo a professora Santos (2022) cita que:

“quando percebo que o meu ensino não está válido aí sempre busco por formação continuada, até para eu não ficar com a formação obsoleta. As vezes você precisa intervir em relações de conflito, orientar os alunos em relação aos seus direitos e deveres, porque é importante eles entenderem como está o mercado de trabalho para a escolha da carreira” (PROFESSORA SANTOS, 2022)



Desse modo, “o professor deve lidar com as novas informações, como parte de seu conhecimento, mas não deve se limitar a ela e trabalhar em prol da construção de uma nova ordem cidadã” (FERREIRA, 2008, p. 78). Isso fica explícito em sua fala “eu conheço o ECA, e é papel de todos os professores garantir os direitos da criança e do adolescente, a gente não pode ferir esse princípio independentemente da disciplina como docente, se vê com os seus deveres perante o Estatuto” (PROFESSORA SANTOS, 2022).

### **Professor-crítico-reflexivo**

Para ter uma atuação que contemple a legislação, de acordo com Ferreira (2008) o professor precisa possuir características de um indivíduo intelectual crítico e reflexivo. Como a professora Santos sempre foi uma aluna estudiosa, classificou as suas formações como sendo boas, isso explica o comportamento dela na sala de aula, que por mais que não seja discutido sobre o ECA, sabe de informações básicas e com elas procura exercer sua profissão de melhor forma possível. Segundo Ferreira (2008, p. 93) “quando se fala em formação do professor em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, não se está apenas buscando uma melhora da aprendizagem do aluno, ou do rendimento escolar. A questão deve centrar-se nas relações que se firmam (aluno/professor) e na cidadania infanto-juvenil”

No momento seguinte, apresento conclusões que foram extraídas de todas as etapas de análise do corpus da pesquisa, influenciando nas contribuições finais mencionadas em um último parágrafo.

## **CONCLUSÕES**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um conjunto de leis específicas que prevê a proteção integral para todas as crianças e adolescentes do Brasil e estabelece os deveres do Estado e da família em relação a esses indivíduos. Nesse sentido, a escola representa um ambiente essencial na formação cidadã, pois quando os alunos estão em uma unidade escolar possuem constante interação, desenvolvendo áreas de conhecimento. O professor como agente da escola é o que possui contato direto com os alunos e assim consegue colocar alguns itens citados na legislação em prática, contribuindo significativamente na vida dos alunos, formando cidadãos críticos, reflexivos e ativos.

Referente a questão de pesquisa deste trabalho, como foi a formação e como é a atuação do professor de matemática em relação ao ECA, obtive os seguintes resultados. É importante o professor ter conhecimento sobre o Estatuto, mas este discernimento só foi possível através da sua formação continuada na escola, pois na educação básica e na graduação o sujeito da pesquisa não teve estas informações.

Assim, a pesquisa sugere que, durante a formação inicial de professores, informações sobre o ECA sejam garantidas, sendo um modo de fazê-los conscientes sobre a importância da sua atuação, causando discussões sobre o assunto, desta forma nós como futuros professores de matemática adquirimos conhecimento sobre o ECA, desta forma estas informações poderão chegar aos estudantes da educação básica também.

Contudo, ao final deste trabalho, vale salientar o prévio conhecimento para expor dentro da sala de aula sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, necessita-se ter compreensão sobre o tema e dinâmica para aplicá-lo aos alunos. Esse trabalho contribuiu para a minha formação como futura professora de matemática e poderá contribuir com a dos colegas da área para refletir sobre a atuação na sala de aula garantindo os direitos defendidos pelo ECA aos alunos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília: Congresso Nacional, 1990.

DURKHEIM, É. **Educação e sociologia**. Portugal: Edições 70, 2007.

FERREIRA, L. A. M. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Professor: reflexos na sua formação e atuação**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. 3ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006 – (Coleção formação de professores).

RODRIGUES, Marcio Urel (org). **Análise de Conteúdo em Pesquisas Qualitativas na área da Educação Matemática**. Curitiba-PR: CUR 2019. Cap. 1

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. **Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?)**. Rev. Esc. Enferm. USP. n.37, v.2, p:119-126. São Paulo, 2003.

**Capítulo 52 - DOI:10.55232/1083002.52**

**ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO: PROMOÇÃO  
DA SAÚDE PARA A MÃE E SEU BEBÊ.**

**Márcia Regina Fernandes Da Silva, Noemi Lopes Da Silva, Renata Dos Santos M.V. De Moraes, Elisabete Agrela De Andrade e Cristina Zukowsky-Tavares**

**RESUMO:** O aleitamento materno exclusivo é essencial na promoção da saúde da mãe e seu bebê, sendo a melhor fonte de nutrição até o sexto mês de vida. Seus benefícios são comprovados cientificamente e reduzem a mortalidade infantil. A decisão materna pela amamentação está cercada de determinantes sociais externos e influências internas. O projeto objetivou a construção de uma rede de apoio à promoção da saúde do binômio mãe-bebê, buscando um entendimento e prática da amamentação mais favorável. Foi constituído por métodos ativos e contextualizados de intervenção lançando mão de diagnósticos, entrevistas compartilhadas, grupos de trabalho, oficinas, rodas de conversa, arteterapia, vivências em amamentação, atividades físicas guiadas e um constante monitoramento das intervenções educativas ao longo dos nove meses para reformular algumas ações na Unidade Básica de Saúde caso houver necessidade. O projeto se constitui em relevante produto técnico a ser disponibilizado para o atendimento interdisciplinar na Atenção Básica.

**Palavras-chave:** Palavras-chave: Aleitamento materno exclusivo; Puérperas; Educação em saúde.

## **INTRODUÇÃO**

Segundo a Política Nacional de Alimentação e Nutrição 2013, o Aleitamento Materno Exclusivo (AME) até o sexto mês de vida é a primeira prática alimentar recomendada para o adequado desenvolvimento infantil em consonância com a orientação da OMS.

Constitui-se na melhor fonte de nutrição para os lactentes nos seis primeiros meses de vida, por conter aproximadamente 160 substâncias, dentre as quais proteínas, gordura, carboidratos e células consideradas como essenciais para o crescimento e desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor do ser humano (ALVES et al, 2007).

Estudos científicos comprovam a superioridade do aleitamento materno e inúmeros benefícios para as crianças e para as mulheres, representando-se na intervenção com maior potencial de redução de mortalidade infantil, melhor desempenho em testes de inteligência e menor incidência de re-hospitalização. A introdução precoce de fórmulas ou outros alimentos pode estar associada ao aumento de episódios de diarreia, problemas respiratórios, processos alérgicos, diminuição na absorção de Ferro e Zinco, desnutrição, sobrecarga renal e perda de cálcio na urina. O AME resulta em vantagens de ordem afetiva, nutricional, imunológica, pragmática, econômica e de sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2017; BOCCOLINI, 2017; ALVES et al, 2021).

Em 2011, a taxa global de AME em lactentes de 0 a 6 meses era de 35%, tendo aumentado para 40% em 2019. Ampliar as taxas de AME é meta a ser alcançada em todo o mundo e, a OMS e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) promovem e incentivam a continuidade do AME (BRANDT, 2021).

A decisão da mãe em amamentar não é uma prática meramente instintiva: está intrinsecamente relacionada a questões multifatoriais que direta ou indiretamente exerce influência decisiva na escolha, estando em evidência o conhecimento sobre o tema, o contexto social em que ela e seus familiares estão inseridos, costumes, experiências anteriores, estilo de vida, classe social e influência de familiares. Conhecer o contexto social em que vive a mãe nutriz e seus familiares permite estabelecer ações de intervenção mais eficazes (PIZZATTO, 2020).

Reconhecendo a problemática da baixa adesão das puérperas ao aleitamento materno exclusivo, a construção desse projeto tem como objetivo propor a adoção de medidas eficazes que favoreçam a construção de uma rede de apoio e promoção da saúde do binômio mãe-bebê que assegure a prática da amamentação, tornando-a uma experiência memorável às lactantes e garanta a possibilidade de receber o melhor alimento para o seu desenvolvimento pleno. O

público alvo do projeto serão puérperas, gestantes e envolvidas no processo de AME em Unidades Básicas de Saúde (UBS).

### Metodologia

O projeto interdisciplinar será inicialmente discutido com o gestor e equipe da unidade de saúde e tem a previsão de 9 meses, organizado em encontros mensais, com uma duração de uma hora nas dependências da Unidade Básica de Saúde ou outro espaço comunitário local. Uma pesquisa de opinião será aplicada a um grupo de usuários da UBS para entender suas ideias e interesses. A captação destes interessados acontecerá no formato de busca ativa das pessoas para o registro das respostas, quando abordadas dentro da própria UBS pela equipe interdisciplinar ou pelas ACS's em seus domicílios. A partir daí serão organizados pequenos grupos para entrevista compartilhada e seleção de participantes. Também criarão e divulgarão um grupo de WhatsApp para anúncios, informes e recebimento de avisos relacionados estritamente ao projeto.

Os encontros serão introduzidos com uma roda de conversa e dinâmica quebra-gelo para conhecimento e interação do grupo, bem como um documentário educativo. As atividades terão a participação de uma equipe interprofissional com oficinas, arteterapia, trabalho em grupo, discussão de ideias, conversa com especialistas da área, atividades físicas guiadas e vivências relacionadas à amamentação.

**Tabela 1 – Quadro de ações**

Tópico	Descrição da atividade	Responsáveis	Envolvidos
Expondo o projeto	Apresentação com recursos tecnológicos e audiovisuais e disponibilização de cópia do projeto junto ao gestor	Mestrandos em Promoção de Saúde:	Mestrandos em Promoção de Saúde: e gestor da UBS
Pensando e compartilhando saberes	Propor e incentivar o pensar, o agir e o construir de maneira interdisciplinar na implantação do projeto	Mestrandos em Promoção de Saúde:	Mestrandos em Promoção de Saúde, gestor da UBS e equipe multidisciplinar
Acolhimento e triagem das gestantes e puérperas no primeiro encontro	Aplicar pesquisa de opinião:	Psicólogo e Enfermeiro ACS	Equipe Interdisciplinar
Ateliê de arteterapia e terapia das emoções	Administrar oficinas conjugadas de técnicas expressivas manuais, físicas e emocionais, técnicas facilitando o processo terapêutico.	Psicólogas e ACS	Equipe Interdisciplinar

Mais ativo, mais saudável, mais feliz	Desenvolver atividades físicas apropriadas e benéficas para a gestação, parto puerpério	Educador Físico e ACS	Equipe Interdisciplinar
Conhecer para decidir	Administrar palestras abordando a fisiologia e a técnica da amamentação, seus mitos, benefícios, desafios e direitos da nutriz, genitor e do recém-nascido, acompanhada de oficinas práticas	Médico, enfermeiro, nutricionista, dentista e outros	Equipe Interdisciplinar
Saber sem fronteiras	Elaborar Cartilha informativa e disponibilizar os temas abordados nas palestras em formato de live, além de lives de convidados especiais. Utilizaremos a cartilha da gestante Ministério da Saúde 4ª Edição.	Equipe Interdisciplinar	Equipe Interdisciplinar
Sempre atento e informado	Criação e divulgação de grupo de WhatsApp para anúncios, informes e recebimento de avisos	Equipe Interdisciplinar	Equipe Interdisciplinar

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto aos mecanismos de avaliação das ações, serão acompanhadas a presença e engajamento dos participantes e profissionais ao longo das ações. Em cada encontro, haverá um momento para verbalizarem o engajamento e aprendizado com as atividades propostas. Também serão interrogadas para saber se utilizaram das técnicas aprendidas e quais resultados proporcionam. Para avaliar a utilização do Caderno da Gestante do Ministério da Saúde (4ª Edição), será reservado um breve momento nas reuniões para a troca de ideias e verificar se, após a leitura, alguém apresentou alguma dúvida, estimulando e motivando não só a leitura como a vivência das ações.

Espera-se, com a construção desse projeto em Promoção da Saúde, contribuir com a relevante questão do aleitamento materno nas Unidades Básicas de Saúde, investindo na qualidade de vida das mães e seus bebês.

## Referências

ALVES, A. M. da L; SILVA, É. H. A. de A. DA; OLIVEIRA, A. C. de. Desmame precoce em prematuros participantes do método mãe canguru. Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia . São Paulo , V. 12, N. 1, P. 23-28, mar. 2007 .

ALVES, V. G. S; MOTA, M. C.; PAGLIARI, C. Características sociodemográficas relacionadas ao conhecimento dos benefícios do aleitamento materno. Revista Paulista de Pediatria, São Paulo, v. 39, E2020101, 2021 .

BOCCOLINI, C.S, MONTEIRO, F. R, VENÂNCIO, S.I, GIUGLIANI, E.R.J. Tendência de indicadores do aleitamento materno no Brasil em três décadas. *Revista Saúde Pública*. 2017;51:108.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Bases para a discussão da Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 68 p. : il.

BRANDT, G. P.T . et al. Fatores associados ao aleitamento materno exclusivo em uma maternidade referência em parto humanizado. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*. Rio de Janeiro , V. 43, N. 2, P. 91-96, FEV. 2021 .

PIZZATTO, P. et al . Conhecimento materno sobre alimentação infantil em São Luis, Maranhão, Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*. Recife, V. 20, N. 1, p. 169-179, mar. 2020.



## **RISCOS DE SOFRIMENTO PATOGÊNICO NO TRABALHO**

**Elizeth Germano Mattos, Anderson Izidoro Pederiva, Lucas Martins Bonini e Marcela Da Silva Romero Da Costa**

**RESUMO:** Este estudo tem como objetivo identificar publicações em periódicos que abordem sobre os riscos de sofrimento patogênico no trabalho. Trata-se uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, com abordagem qualitativa. O embasamento teórico baseado na Psicodinâmica do Trabalho. A pesquisa iniciou-se em meados de agosto de 2019, sendo finalizada em outubro do mesmo ano. Para coleta de dados optou-se pelos métodos de fichamento e de análise de conteúdo, sendo as técnicas o fichamento textual e a análise de conteúdo. O instrumento de pesquisa foi o Roteiro de Ficha Bibliográfica, desenvolvido pelos pesquisadores, para levantar, selecionar, registrar informações identificadas nos artigos científicos analisados neste estudo. Para análise dos dados foi usado o método de análise de conteúdo e a técnica de documentação. Conclui-se que o trabalho pode ser fonte de prazer ou de sofrimento, dependendo da percepção do trabalhador sobre as condições de trabalho, reconhecimento institucional e liberdade de expressão, podendo, portanto, promover a saúde ou desenvolver a doença no trabalhador.

**Palavras-chave:** Psicodinâmica do trabalho. Prazer e Sofrimento. Sofrimento Patogênico.

## **INTRODUÇÃO**

A saúde do trabalhador têm sido foco de estudos em diversos campos do conhecimento, pois os prejuízos com estas questões permeiam as relações sociais e de trabalho e interferem diretamente na vida do trabalhador, das empresas, com impacto na sociedade como um todo. Este estudo tem como objetivo identificar publicações em periódicos que abordem sobre os riscos de sofrimento patogênico no trabalho. Este estudo se desenvolve a partir do seguinte problema:

O sofrimento patogênico no trabalho interfere na saúde mental do trabalhador?

A hipótese que se pretende investigar é a de que o sofrimento patogênico no trabalho apresenta estreita relação com a saúde mental, em geral, prejudicando-a, trazendo sérios comprometimentos ao trabalhador. De acordo com Sennet (2004, p.4) “as novas formas de trabalho requerem pessoas que consigam passar facilmente de uma tarefa para outra, de um emprego para o outro, de um lugar para o outro”. De forma que, ser capaz de aprender coisas novas rapidamente passa a ser mais valorizado do que a capacidade de se aprofundar num determinado problema existente.

Considera-se este estudo relevante por tratar da presença de riscos de sofrimento patogênico no trabalho, sob a perspectiva teórico-metodológica da Psicodinâmica do Trabalho. Para os pesquisadores desenvolver este estudo representa uma oportunidade de ampliar os conhecimentos acerca desta temática e de trazer à tona questões pertinentes sobre a relação entre sofrimento patogênico e trabalho.

### **1 Organização e Fundamentos do Trabalho**

Cada empresa ou instituição tem a sua própria cultura organizacional, ou seja, um conjunto de crenças e valores e comportamentos que lhes dão as diretrizes necessárias para o seu funcionamento. Chiavenato (2014, p. 12) diz que “a dinâmica organizacional tem segredos, meandros, macetes e características próprias”. Entretanto, são influenciadas poderosamente pelo ambiente externo composto por outras empresas ou organizações, pelo mundo globalizado, isto é, ambiente econômico, social, político, tecnológico, cultural, demográfico e ecológico. Dentro deste contexto, a saúde do trabalhador tem sido testada. A organização pode exercer influência no modo de pensar do trabalhador.

Quando o rearranjo da organização do trabalho não é mais possível, quando a relação do trabalhador com a organização do trabalho é bloqueada, o sofrimento começa: a energia pulsional que não acha descarga no exercício do trabalho se acumula no aparelho psíquico, ocasionando um sentimento de desprazer e tensão. (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 2007, p. 29).

Não havendo sintonia entre a organização e o trabalhador no que diz respeito a suas particularidades e subjetividade, surge o sofrimento, que se instala no psíquico do sujeito.

## 1.1 Trabalho: prazer e sofrimento

O vocábulo trabalho conota a ideia de sofrimento, uma vez que a palavra tem sua origem em dois termos oriundos do latim, sendo o primeiro ‘labor’, que significa dor, doença, sofrimento; e no termo ‘tripalium’, um instrumento de tortura (RODRIGUES, 2011). Ferreira (1988, p. 523) define prazer como uma “sensação ou sentimento agradável, harmonioso, que tende a uma inclinação vital; alegria, contentamento, satisfação, deleite”. Partindo desta definição, para Mendes e Tamayo (2001), o objetivo fim do trabalho para o ser humano consiste em demonstrar o seu valor, sua contribuição para a organização e sociedade as quais pertence e, ainda, adicionar valores à sua própria vida.

### 1.1.1 Sofrimento no trabalho

Para Câmara e Faria (2009), o sofrimento está associado à divisão e à padronização de tarefas, com subutilização do potencial técnico e da criatividade dos indivíduos, à rigidez hierárquica, com excesso de procedimentos burocráticos, ingerências políticas, centralização de informações, falta de participação nas decisões e não reconhecimento; e à pouca perspectiva de crescimento profissional, podendo aparecer outros fatores de acordo com a cultura organizacional. De acordo com Dejours; Abdoucheli e Jayet (2007), o sofrimento é inevitável e existem dois tipos de sofrimento, o sofrimento criador e o sofrimento patológico. O criador é quando o “sujeito consegue elaborar soluções originais que são em geral simultaneamente favoráveis à produção e à saúde” (HELOANI, 2008, p. 165), quando também “o sofrimento pode ser transformado em criatividade e traz uma contribuição que beneficia a identidade” (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 2007, p. 137). O sofrimento patogênico ou patológico ocorre “quando todas as possibilidades de liberdade na transformação laboral já foram utilizadas

e quando findaram os recursos de defesa psíquica” (HELOANI, 2008, p. 165).

### 1.1.2 Prazer no trabalho

A vivência de prazer no trabalho está relacionada ao bem-estar que o trabalho causa no corpo, na mente e nas relações interpessoais, manifestada por meio de realização, reconhecimento, liberdade, gratificação e valorização no trabalho (CASTRO; CANSADO, 2009). Segundo Martins e Honório (2012), o indivíduo vivencia o prazer no trabalho quando este promove a valorização e o reconhecimento, principalmente pela execução de uma atividade significativa e importante para a sociedade e a empresa.

### 1.1.3 Prazer e sofrimento no trabalho

Mendes e Tamayo (2001) afirmam que o prazer e o sofrimento inscrevem-se numa relação subjetiva do trabalhador com o seu trabalho, que implica intersubjetividade no momento em que esse sujeito passa a relacionar-se com outros, sendo os valores, como princípios que guiam a vida da organização, um dos elementos responsáveis pela socialização das normas e regras, que definem formas específicas do trabalhador vivenciar sua tarefa e compartilhar suas relações sociais, afetivas e profissionais no contexto organizacional.

Para Dejours (2007), o trabalhador faz uso de respostas (individuais e coletivas) manifestadas através de mecanismos de defesa quando percebe que o trabalho restringe o quarto investimento afetivo e material. O uso de tais mecanismos é uma forma de luta, encontrada tanto no nível individual quanto no coletivo, contra a angústia provocada por situações de trabalho. As estratégias defensivas têm como alvo principal minimizar a percepção do sofrimento no contexto de trabalho e dar ao sujeito suporte, protegendo-o contra situações nocivas ao seu funcionamento psíquico. A diferença entre estratégias individuais e coletivas é que no primeiro caso, o objeto ameaçador está interiorizado e não precisa apresentar-se fisicamente para gerar ações de defesa. As estratégias coletivas, por sua vez, dependem da existência de condições externas concretas para serem construídas e colocadas em ação e se sustentam no consenso de um grupo específico de trabalhadores. Apesar dos mecanismos de defesa individual coexistirem com os coletivos, as estratégias defensivas utilizadas pelos trabalhadores, na maioria das vezes, são coletivas. O grupo compartilha o sofrimento e encontra conjuntamente soluções para lidar

com as situações desmotivadoras (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 2007).

## **1.2 A carga psíquica do trabalho**

Entende-se por carga psíquica segundo Greco, Queiroz e Gomes (1999), as cargas relativas à organização do trabalho, frequência de situações de trabalho, ao grau de monotonia e repetitividade das tarefas, à pressão do tempo, ao grau de responsabilidade na resolução destas situações, etc.

A carga psíquica do trabalho resulta da confrontação do desejo do trabalhador, à injunção do empregador contida da organização do trabalho. Em geral a carga psíquica do trabalho aumenta quando a liberdade de organização do trabalho diminui. (DEJOURS, 2007, p. 28).

Segundo Dejours; Abdoucheli e Jayet (2007), quanto mais controladora, rígida e encarceradora é a organização, mais ela contribui para o sofrimento psíquico do trabalhador. O trabalho torna-se então uma fonte de sofrimento psíquico.

## **1.3 Trabalho e Saúde Mental**

Tomando como parâmetro o modelo atual de trabalho, as práticas de Saúde Mental nas organizações coexistem com uma pressão por produtividade crescente, num ambiente extremamente competitivo, no qual o indivíduo deve estar sempre pronto para mudar e se adaptar às demandas do mercado (VASCONSELOS; FARIA, 2008). Devido a tais fatores, podemos concluir que “a doença mental é resultado da dinâmica da relação do sujeito com a organização do trabalho” (VASCONSELOS; FARIA, 2008, p.454). Portanto, a Saúde Mental do indivíduo, não está apenas ligada à ocupação funcional do trabalho exercido, mas sim, principalmente, na relação interpessoal estabelecida. Relação essa que gera fatores que causam sofrimentos psíquicos. Visto isso, como dito por Vasconselos (2008), a organização tem responsabilidade pela saúde mental de seu colaborador, então, lidar com os fatores de adoecimento se faz importante.

## **2 Sofrimento Patogênico no Trabalho**

### **2.1 Sofrimento patogênico no trabalho na perspectiva psicodinâmica**

Estudo acerca da provável influência do trabalho sobre o bem-estar e a saúde dos trabalhadores não é temática recente, a psicopatologia do trabalho surgiu na França entre

as duas guerras, tendo se firmado nos anos 50. Contudo, nesse período as pesquisas não forneceram subsídios satisfatórios para a construção de um quadro das patologias mentais do trabalho, levando assim, a maior parte dos pesquisadores da época a concluírem que o trabalho por si só não ocasionava efeitos degradantes à saúde mental dos trabalhadores (MENDES, 2007).

Entretanto, alguns pesquisadores não aceitaram tal conclusão e continuaram pesquisando nessa linha buscando compreender como a maioria dos homens e das mulheres conseguiam esquivar-se a doença mental, apesar das pressões organizacionais. Assim, em 1980, o doutor em Medicina, especialista em medicina do trabalho e em psiquiatria e psicanalista Frances, Christophe Dejours publicou na França o estudo intitulado “*Travail: usure mentale*, que em seu subtítulo se identificava como ensaio de Psicologia do Trabalho, traduzida no Brasil, em 1987, como “*A loucura do trabalho*”. A partir de então, a discussão dos efeitos do trabalho sobre o aparelho psíquico passou por mudanças e, nessa nova etapa de desenvolvimento, a Psicopatologia recebeu uma nova denominação:

A Psicodinâmica do Trabalho, tornando-se “uma abordagem autônoma com objeto, princípios, conceitos e métodos particulares. (MENDES, 2007, p. 29). O objeto de estudo passa a ser, não a patologia, mas o ser patológico e o ambiente que provoca a doença.

## 2.2 A clínica do trabalho frente ao sofrimento patogênico no trabalho

A clínica do trabalho foi introduzida por Dejours na década de 1990 denominando a prática da psicodinâmica como clínica do trabalho e a define como um espaço clínico e social que envolve o sujeito na realidade laboral. A organização do trabalho é o centro das interpretações intersubjetivas. A clínica estuda as expressões de inteligência e vontade do trabalhador nos espaços psíquico e social, como resultado de uma realidade que as solicita. Os princípios e as especificidades da clínica psicodinâmica exigem uma qualificação teórico metodológica, que seja capaz de articular a teoria social e do sujeito, a uma condução centrada na escuta do outro. O processo de fala-escuta implica condições que vão além do dizer-ouvir. A escuta do sofrimento decorrente das relações de trabalho requer do clínico escutar o não dito, o oculto, o silenciado, buscando, junto com o coletivo, desvelar a cortina e construir novas estratégias para ressignificar o sofrimento,

atribuindo um novo sentido ao trabalho e, como consequência, abrindo espaço para ações sobre a organização do trabalho. (MENDES; ARAÚJO, 2012). Por intermédio desse processo, pode-se buscar junto ao coletivo de trabalho revelar o que não é visível e construir estratégias que permitam a ressignificação do sofrimento, um novo sentido ao trabalho e espaço para ações na organização do trabalho (MENDES, 2007; MENDES; ARAÚJO, 2012).

Para aplicar a sistemática do método original da Psicodinâmica do Trabalho é necessário estar atento às fases da pesquisa que conforme Dejours (2008); Mendes, Araújo e Merlo (2010) consistem nas seguintes etapas: a pré-pesquisa; a pesquisa propriamente dita que abrange os momentos da análise da demanda, análise do material de pesquisa, observação clínica e interpretação; e a validação.

## **METODOLOGIA**

### **1 Objetivos**

O Objetivo geral é identificar publicações em periódicos que abordem sobre os riscos de sofrimento patogênico no trabalho.

Os objetivos específicos foram: a) investigar sobre períodos relacionadas à psicodinâmica do trabalho; b) apresentar questões relacionadas ao prazer e sofrimento no trabalho; c) alertar sobre o sofrimento patogênico proveniente do trabalho e suas consequências negativas.

### **2 Procedimentos Éticos**

O tipo de pesquisa empregada neste estudo é do tipo bibliográfica. Por não envolver pesquisa com seres humanos não houve necessidade de submeter o projeto à apreciação e avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos.

Ressalta-se que, tanto para as fases de elaboração do projeto, como de pesquisa e redação dos resultados buscou-se manter a constante preocupação com o rigor metodológico exigido para pesquisas de cunho bibliográfico.

### **3 Apresentação da pesquisa bibliográfica**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória. Na pesquisa bibliográfica aplica-se a estratégia de coleta de dados e de revisão de literatura, com o intuito de reunir o máximo de informações sobre o assunto.

#### **3.1 Forma de recrutamento**

A seleção dos artigos científicos foi realizada manualmente de forma eletrônica, pela Internet, por meio da base de dados SciELO, a partir das palavras-chave e dos objetivos propostos para este estudo. O período selecionado para a busca foi de 2015 a 2019.

#### **3.2 Critérios de Inclusão e Exclusão**

##### **3.2.1 Critérios de inclusão**

Artigos relacionados às palavras-chave e os objetivos propostos para este estudo publicados em português, no período de 2015 a 2019, indexados na base de dados eletrônica SciELO.

##### **3.2.2 Critérios de exclusão**

Artigos não relacionados às palavras-chave e os objetivos propostos deste estudo, não publicados em português, com data de publicação anterior ao período de 2015 a 2019.

#### **3.3 Recursos metodológicos**

##### **3.3.1 Tipo de pesquisa**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, com abordagem qualitativa.

##### **3.3.2 Abordagem**

Optou-se neste estudo pela utilização da abordagem qualitativa, por trabalhar com informações objetivas e subjetivas de pesquisa, sem preocupação com a quantificação.



### 3.3.3 Embasamento teórico

A fundamentação teórica adotada para este estudo é a Psicodinâmica do Trabalho.

### 3.3.4 Local de pesquisa

A pesquisa foi realizada manualmente, de forma eletrônica, utilizando a Internet, por meio da base de dados SciELO.

### 3.3.5 Procedimentos para coleta de dados

Para coleta de dados foram utilizados os métodos de fichamento e análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

### 3.3.6 Método de fichamento

O método de fichamento serve para investigar as indicações a respeito de um determinado conteúdo e de suas finalidades. Neste estudo foram seguidas as indicações de Andrade (1997), que sugere iniciar o fichamento pelo cabeçalho, seguido pela especificação do tema ou assunto, finalidade do conteúdo e anotações bibliográficas (autor, obra, local de publicação, editora, data, capítulo, páginas). No corpo da ficha bibliográfica apresenta-se o conteúdo da obra (resumo, citação, entre outros). As fichas bibliográficas devem ser numeradas e organizadas por assunto e por autor para facilitar a análise do material coletado.

No caso do método de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977) o processo envolve três etapas: pré-análise, análise do material e tratamento dos resultados. Sendo necessário realizar a categorização dos dados a fim de abreviar os dados, e buscar a síntese do referencial teórico selecionado na pesquisa.

### 3.3.7 Técnicas

Neste estudo utilizam-se as técnicas de fichamento textual e análise de conteúdo.

### 3.3.8 Instrumento de pesquisa

Roteiro de Ficha Bibliográfica, servindo ao propósito de levantar, selecionar,

registrar informações identificadas nos artigos científicos analisados neste estudo.

### 3.4 Procedimentos para análise de dados

Para análise dos dados foi usado o método de análise de conteúdo e a técnica de documentação.

#### 3.4.1 Método de análise

Foi utilizado método de análise de conteúdo de acordo com Bardin (1977) que se constitui em um conjunto de técnicas utilizadas na análise de dados qualitativos, tendo sido sistematizado na primeira metade do século XX, sendo atualmente um método amplamente utilizado em pesquisas científicas em saúde (CAMPOS, 2004).

Com base na obra de Laurence Bardin (1977), considerada atualmente, referência em análise de conteúdo. Bardin (1977) organiza a desenvolvimento desta técnica em três fases: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

#### 3.4.2 Técnica

Os dados são analisados por meio da técnica de documentação.

### 3.5 Apresentação das categorias descritivas

As categorias descritivas definidas neste estudo pelos pesquisadores, foram definidas com base nas palavras-chave: Psicodinâmica do trabalho, Prazer e Sofrimento e Sofrimento Patogênico. Como também nos objetivos definidos para este estudo, utilizou-se um editor de texto a fim de agrupar as ideias similares dos artigos, entre outras informações consideradas relevantes. A finalidade das categorias descritivas é promover a organização dos dados, e a apresentação dos resultados e análise. O quadro abaixo apresenta as categorias descritivas utilizadas neste estudo.

**Quadro 1 - Categorias descritivas para análise dos artigos científicos**



Fonte: Autoria própria (2022)

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente são apresentados os periódicos identificados para este estudo. A seguir os artigos são relacionados às categorias descritivas, sendo indicadas a quantidade de artigos localizados por categoria, com as principais ideias tratadas.

### 3.1 Caracterização dos periódicos analisados

**Quadro 2 – Periódicos analisados no estudo**

Número de ordem	Título do artigo	Autores	Periódico Ano
1	Sofrimento e prazer no processo de formação de residentes multiprofissionais em saúde	FERNANDES, Marcelo Nunes da Silva; BECK, Carmem Lúcia Colomé; WEILLER, Teresinha Heck; VIERO, Viviani; FREITAS, Paula Hubner; PRESTES, Francine Cassol.	Rev Gaúcha Enferm 2015
2	Psicodinâmica do Trabalho do Coletivo de Profissionais de Educação de Escola Pública	DUARTE, Fernanda Sousa; MENDES, Ana Magnólia Bezerra.	Psico-USF 2015

3	Indicadores de prazer e sofrimento no trabalho da enfermagem em um serviço de hemodiálise	PRESTES, Francine Cassol; BECK, Carmem Lúcia Colomé; MAGNAGO, Tânia Solange Bosi de Souza; SILVA, Rosângela Mariana.	Rev Esc Enferm USP 2015
4	Contexto de trabalho, prazer e sofrimento na atenção básica em saúde	MAISSIAT, Greisse da Silveira; LAUTERT, Liana; PAI, Daiane Dal; TAVARES, Juliana Petri.	Rev Gaúcha Enferm 2015
5	O trabalhador no programa saúde da família no interior do estado do Amazonas: um estudo qualitativo	KATSURAYAMA, Marilise; PARENTE, Rosana Cristina Pereira; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio.	Trab. Educ. Saúde 2016
6	Prazer e sofrimento no cuidado ao idoso em instituição de longa permanência: percepção dos trabalhadores de enfermagem	MARIANO, Pâmela Patricia; CARREIRA, Lígia.	Esc. Anna Nery 2016
7	Atitudes e o prazer/sofrimento no trabalho em saúde mental	GONÇALVES, Aline Mara, VILELA, Sueli de Carvalho, TERRA, Fábio de Souza, NOGUEIRA, Denismar Alves.	Rev Bras Enferm 2016
8	A dinâmica do reconhecimento: estratégias dos Bombeiros Militares do Estado Rio de Janeiro	SOUZA, Kátia Maria Oliveira de; AZEVEDO, Creuza da Silva; OLIVEIRA, Simone Santos.	SAÚDE DEBATE 2017
9	Ambivalências no cuidado em saúde mental: a 'loucura' do trabalho e a saúde dos trabalhadores. Um estudo de caso da clínica do trabalho	SILVA, João de Deus Gomes da; ACIOLE, Giovanni Gurgel; LANCMAN, Selma.	COMUNI CAÇÃO SAÚDE EDUCAÇÃO 2017
10	Avaliação de indicadores e vivências de prazer/sofrimento em equipes de saúde da família com o referencial da Psicodinâmica do Trabalho	GLANZNER, Cecília Helena; OLSCHOWSKY, Agnes; Daiane Dal Pai; TAVARES, Juliana Petri; HOFFMAN, Deisi Angélica.	Rev Gaúcha Enferm. 2017

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1**

11	A Prática Docente de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional	BESSIL, Marcela Haupt; MERLO, Álvaro Roberto Crespo.	Psicologia Escolar e Educacional 2017
12	Saúde do trabalhador e economia solidária: estudo de uma cooperativa de construção civil	GIRELLI, Scheila; MAGRO, Márcia Luíza Pit Dal.	Fractal, Rev. Psicol 2017
13	Suinocultor: vivências de prazer e sofrimento no trabalho precário	GIONGO, Carmem Regina; MONTEIRO, Janine Kieling; SOBROSA, Gênese Marimar Rodrigues.	Psicologia & Sociedade 2017
14	Mobilização subjetiva de trabalhadores de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas: intervenção em saúde do trabalhador por meio da clínica psicodinâmica do trabalho	MACHADO, Katiusci Lehnhard; BECK, Carmem Lúcia Colomé; PERRONE, Cláudia Maria; COELHO, Alexa Pupiara Flores Coelho; VASCONCELOS, Raíssa Ottes.	Rev Bras Saude Ocup 2018
15	Entre a obrigação e o prazer de criar: uma análise Psicodinâmica do Prazer-Sofrimento no Trabalho Artístico	NASCIMENTO, Monique; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento.	READ 2018
16	Estigma, invisibilidade e intensificação do trabalho: estratégias de enfrentamento do sofrimento pelos assistentes em administração	LOUREIRO, Thiago; MENDES, Glauco Henrique de Sousa; SILVA, Eduardo Pinto.	Trab. Educ. Saúde 2018
17	Prazer e sofrimento de trabalhadores de enfermagem de um pronto-socorro	MIORIN, Jeanini Dalcol, CAMPONOGARA, PINNO, Silviamar, Camila, BECK, Carmem Lúcia Colomé, COSTA, Valdecir, FREITAS, Etiane de Oliveira.	Texto Contexto Enferm 2018

18	Entre sofrimento e prazer: vivências no trabalho de intervenção em crises suicidas	SARTORI, Silvanir Destefani; SOUZA, Eloisio Moulin de.	REAd 2018
19	Mapeamento dos Riscos Psicossociais no SAMU/DF	ARAUJO, Luciane Kozicz Reis; OLIVEIRA, Simone Santos.	Psicologia: Ciência e Profissão 2019
20	Prazer e sofrimento no trabalho docente: Brasil e Portugal	HOFFMANN, Celina; ZANINI, Roselaine Ruviano; MOURA, Gilnei Luiz de; MACHADO, Bárbara Parnov.	Educ. Pesqui 2019

Fonte: Autoria própria (2022)

### 3.2 Análise dos artigos por categoria

#### 3.2.1 A categoria I diz respeito à Psicodinâmica do Trabalho.

Na categoria Psicodinâmica do trabalho foram identificados quatro artigos. Nota-se que os artigos foram publicados entre os anos de 2016 e 2018 em revistas distintas, sendo estas realizadas pela ordem nos estados do Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Os pesquisadores utilizaram a abordagem qualitativa e foi priorizada a pesquisa em grupo, entrevistas coletivas e individuais.

Observa-se nos artigos que não se obteve o universo total nas pesquisas, devido a fatores diversos, entre estes estão os fatores relacionados a critérios de inclusão e exclusão e a não participação voluntária dos indivíduos.

Todos os pesquisadores passaram pelo Comitê de ética e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Em todos os artigos apresentados teve como embasamento teórico a Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours.

#### 3.2.2 Na categoria II são apresentados os artigos que se referem ao Prazer e

## Sufrimento no Trabalho

Na categoria Prazer e Sofrimento no Trabalho foram identificados 15 artigos. Nota-se que os artigos, em sua maioria, foram publicados em revistas distintas nas regiões sudeste e sul entre os anos de 2015 e 2019. Como metodologia a maioria dos pesquisadores utilizou a abordagem qualitativa e foram priorizadas as pesquisas com grupos focais (GF) e entrevistas individuais. Verifica-se que as escalas e inventários utilizados foram elaborados por Mendes (2007, 2008, 2010, 2012, 2017), tendo como base teórica a Psicodinâmica do Trabalho e os estudos desenvolvidos pela referida autora. Mendes. Em relação à pesquisa nota-se que os pesquisadores tiveram livre acesso aos gestores, que possibilitaram a sua realização no local e horário de trabalho sendo as pesquisas aprovadas pelo Comitê de ética e os indivíduos pesquisados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Observa-se que os indivíduos pesquisados são trabalhadores de diversas áreas das regiões do Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e outras regiões do Sul do Brasil. Entretanto percebe-se que nas pesquisas não se obteve o universo total, sendo os fatores diversos, estão relacionados a critérios de inclusão e exclusão e não participação voluntária dos indivíduos na pesquisa.

### 3.2.3 Na categoria III são apresentados os artigos que se referem Sofrimento Patogênico no Trabalho.

Foi identificado, na revisão bibliográfica, somente um artigo se referindo a este tema. Nota-se que o artigo é recente e foi publicado em 2019 na revista *Ciência e Profissão de Brasília*. Em relação à pesquisa, observa-se que o estudo obteve aprovação do Comitê de Ética.

O referido artigo tem como objetivo mapear os riscos psicossociais no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), e para atingir a proposta foi utilizado como base teórica a Psicanálise e a Psicodinâmica do Trabalho, já como ferramenta de avaliação de dados quantitativa a Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais (PROART).

Já buscando relacionar os resultados encontrados, é de grande valia ressaltar uma dificuldade encontrada pelos pesquisadores ao realizar as entrevistas com os servidores, tal dificuldade surgiu dos próprios servidores, que mostraram desinteresse e descrédito para com a pesquisa, tal fator devido a uma grande procura do SAMU vinda de estudantes

e pesquisadores, mas poucos *feedbacks* sobre os resultados dessas pesquisas.

Os resultados alcançados mostraram os riscos psicossociais relacionados a dificuldades na realização do próprio trabalho, sendo tais dificuldades como insuficiência de recursos disponíveis, locais inadequados, injustiças nas distribuições de trabalho além de um trabalho sempre com equipe reduzida. Também foi constatado que o sofrimento patogênico se refere à exaustão emocional, expressa pelos respondentes na submissão do trabalho às decisões políticas, ao cansaço e desgaste pelo excesso de horas extras e esforço físico nos atendimentos.

Todos os resultados encontrados foram apresentados aos servidores em forma de *feedback* gerando uma participação para com as constatações realizadas e uma identificação com as questões levantadas promovendo assim um coletivo no qual cada um pôde se ver como parte.

### 3.3 Considerações sobre a pesquisa

Para seleção dos artigos incluídos neste estudo foi necessário realizar uma busca exaustiva, pois foi localizado um número significativo de estudos realizados nas últimas décadas sob a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. Entretanto, ao atrelar os assuntos referentes a esta abordagem às palavras-chave elencadas para este estudo, com vistas aos objetivos foram localizados 20 artigos.

Com informações e reflexões pertinentes a temática proposta para este estudo verifica-se que a preocupação com relação ao prazer e sofrimento causado pelo trabalho tem aumentado nas últimas décadas, despertando o interesse pelo aprofundamento desta temática por diferentes áreas de conhecimento.

As pesquisas demonstram que existe a possibilidade de satisfação e prazer no trabalho, mas também de adoecimento devido ao sofrimento patogênico, com estreita relação entre tipo de trabalho, carga horária e condições de trabalho. A percepção e a avaliação destas circunstâncias realizada pelo trabalhador, em geral, afeta seus pensamentos, sentimentos, e interfere no seu desempenho.



## **CONCLUSÃO**

O trabalho pode ser fonte de prazer ou de sofrimento, dependendo da percepção do trabalhador sobre as condições de trabalho, reconhecimento institucional e liberdade de expressão, podendo, portanto, promover a saúde ou desenvolver a doença no trabalhador. Tanto as leituras realizadas para o referencial teórico como os artigos selecionados para a pesquisa mostram que não se pode ignorar a existência do risco do sofrimento patogênico do trabalho.

Verifica-se que a preocupação com relação ao prazer e sofrimento causado pelo trabalho tem aumentado nas últimas décadas, despertando o interesse pelo aprofundamento desta temática por diferentes áreas de conhecimento. As pesquisas demonstram que existe a possibilidade de satisfação e prazer no trabalho, mas também de adoecimento devido ao sofrimento patogênico, com estreita relação entre tipo de trabalho, carga horária e condições de trabalho.

Conclui-se que o sofrimento patogênico no trabalho interfere na saúde mental do trabalhador, pois há relação entre estas situações de sofrimento vivenciadas no ambiente laboral com a saúde mental do indivíduo.

Torna-se importante refletir sobre estas questões a fim de prover mais qualidade de vida ao trabalhador, e evitar o adoecimento por questões laborais. Neste sentido ações preventivas são imprescindíveis para evitar que o sofrimento patogênico no trabalho seja instalado no trabalhador.

Espera-se que este estudo inspire novos estudos sobre esta temática a fim de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, promovendo a saúde e não o adoecimento.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, L.K.R & OLIVEIRA, S.S. Mapeamento dos Riscos Psicossociais no SAMU/DF. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v.39, e184126, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932019000100126&](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000100126&)

lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 out. 2019.

BESSIL, M.H. & MERLO, A.R.C. A Prática Docente de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional. *Psicol.Esc.Educ.*, Maringá, v.21, n.2, p.285-293, ago. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572017000200285&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572017000200285&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 out. 2019.

CÂMARA, H.C. & FARIA, M.F.B. Análise comparativa entre pesquisadores e profissionais de suporte à pesquisa na Embrapa: O enfoque da psicodinâmica e da ergonomia da atividade. *Revista Psicologia, Organizações e Trabalho*, v. 9, n.1, p. 29-50, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/11829/0>. Acesso em: 14 jun. 2019.

CASTRO, P.M. & CANÇADO, V.L. Prazer e Sofrimento no trabalho: a vivências de profissionais de recursos humanos. *Revista Gestão e Planejamento*, Salvador, v. 10, n.1, p.19-37, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/658>. Acesso em: 14 jun. 2019.

CHIAVENATO, I. *Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações*. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1987.

\_\_\_\_\_. A metodologia em Psicodinâmica do Trabalho. In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Idal Laerte (Org.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. 2. ed. Brasília: Paralelo 15, 2008.

DUARTE, F. S. & MENDES, A.M.B. Psicodinâmica do Trabalho do Coletivo de Profissionais de Educação de Escola Pública. *Psico-USF*, Itatiba, v.20, n.2, p.323-332, ago. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712015000200323&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712015000200323&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 out. 2019.

FERNANDES, M.N.S. *et al.* Sofrimento e prazer no processo de formação de residentes

multiprofissionais em saúde. Rev. Gaúcha Enferm., Porto Alegre, v. 36, n.4, p.90-97, dez. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-14472015000400090&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472015000400090&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 out. 2019.

FERREIRA, A.B.H. Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, 687p.

GIONGO, C.R. & MONTEIRO, J.K. & SOBROSA, G.M.R. Suinocultor: vivências de prazer e sofrimento no trabalho precário. Psicol. Soc., Belo Horizonte, v.29, e147648, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822017000100208&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100208&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 26 out. 2019.

GIRELLI, S. & MAGRO, M.L.P.D. Saúde do trabalhador e economia solidária: estudo de uma cooperativa de construção civil. Fractal, Rev. Psicol., Rio de Janeiro, v.29, n.1, p.9-16, abr. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922017000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922017000100009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 23 out. 2019.

GLANZNER, C.H. *et al.* Avaliação de indicadores e vivências de prazer/sofrimento em equipes de saúde da família com o referencial da Psicodinâmica do Trabalho. Rev. Gaúcha Enferm., Porto Alegre, v.38, n.4, e2017-0098,2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-14472017000400411&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472017000400411&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 26 out. 2019.

GONÇALVES, A. M. *et al.* Atitudes e o prazer/sofrimento no trabalho em saúde mental. Rev. Bras. Enferm., Brasília, v. 69, n. 2, p. 266-274, abr. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672016000200266&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672016000200266&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 26 out. 2019.

GRECO, R. M. & QUEIROS, V.M. & GOMES, J.R. Cargas de trabalho dos técnicos operacionais da escola de enfermagem da Universidade de São Paulo. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. v. 25, p. 59-75, abr.1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672016000200266&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672016000200266&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 26 out. 2019.

HELOANI, J.R. Saúde mental no trabalho: algumas reflexões. In: MENDES, A.M. (Org.) Trabalho & saúde: o sujeito entre emancipação e servidão. Curitiba: Juruá, 2008. Cap. 11, p. 153-165.

HOFFMANN, C. *et al.* Prazer e sofrimento no trabalho docente: Brasil e Portugal. Educ. Pesqui., São Paulo, v.45, e187263, p.1-20, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022019000100570&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022019000100570&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 out. 2019.

KATSURAYAMA, M. & PARENTE, R.C.P. & MORETTI-PIRES, R.O. O trabalhador no programa saúde da família no interior do estado do Amazonas: um estudo qualitativo. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.183-198, mar. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462016000100183&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462016000100183&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 25 out. 2019.

LOUREIRO, T. & MENDES, G.H.S. & SILVA, E. P. Estigma, invisibilidade e intensificação do trabalho: estratégias de enfrentamento do sofrimento pelos assistentes em administração. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.703-728, ago. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462018000200703&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462018000200703&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 22 out. 2019.

MACHADO, K.L. *et al.* Mobilização subjetiva de trabalhadores de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas: intervenção em saúde do trabalhador por meio da clínica psicodinâmica do trabalho. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 2018, 43.1. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0303-76572018001000203&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572018001000203&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 25 out. 2019.

MAISSIAT, G.S. *et al.* Contexto de trabalho, prazer e sofrimento na atenção básica em saúde. Rev. Gaúcha Enferm., Porto Alegre, v.36, n.2, p.42-49, jun. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-14472015000200042&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472015000200042&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 out. 2019.

MARIANO, P. P. & CARREIRA, L. Prazer e sofrimento no cuidado ao idoso em instituição de longa permanência: percepção dos trabalhadores de enfermagem. *Esc. Anna Nery*, Rio de Janeiro, v.20, n.4, e20160088, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452016000400206&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452016000400206&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 out. 2019.

MARTINS, A.A.V. & HONÓRIO, L. C. Prazer e sofrimento docente em uma instituição de ensino superior privada. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD, XXXVI; 2012, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos [...]. Maringá, ANPAD, 2012. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012\\_GPR326.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_GPR326.pdf). Acesso em: 13 jun. 2019.

\_\_\_\_\_ (Org.). *Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDES, A.M. & TAMAYO, A. Valores organizacionais e prazer-sofrimento no trabalho. *Revista Psico-USF*, São Paulo, v. 6, n. 1, p.39-46, jan./jun, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-82712001000100006&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-82712001000100006&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 13 jun. 2019.

MENDES, A.M. & ARAÚJO, L.K.R. *Clínica Psicodinâmica do Trabalho: o sujeito em ação*. Curitiba: Juruá, 2012.

MENDES, A.M. & ARAÚJO, L.K.R & MERLO, A.R.C. *Prática Clínica em Psicodinâmica do Trabalho: experiências brasileiras*. In: SOBOLL, L.A. & BENDASSOLINI, P.F. (Orgs). *Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MIORIN, J. D. *et al.* Prazer e sofrimento de trabalhadores de enfermagem de um pronto-socorro. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v.27, n. 2, e2350015, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072018000200305&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000200305&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 out. 2019.

NASCIMENTO, M. & DELLAGNELO, E.H.L. Entre a obrigação e o prazer de criar: uma análise psicodinâmica do prazer-sofrimento no trabalho artístico. REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre), Porto Alegre, v.24, n. 2, p.135-166, Aug. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-23112018000200135&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112018000200135&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 out. 2019.

PRESTES, F.C. *et al.* Indicadores de prazer e sofrimento no trabalho da enfermagem em um serviço de hemodiálise. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 465-472, jun. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342015000300465&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342015000300465&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 out. 2019.

RODRIGUES, S. Uma verdade inconveniente: o trabalho nasceu da tortura. Veja. Brasil, 01 nov. 2011. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/uma-verdade-inconveniente-o-trabalho-nasceu-da-tortura/>. Acesso em: 13 jun. 2019.

SARTORI, S.D. & SOUZA, E. M. Entre sofrimento e prazer: vivências no trabalho de intervenção em crises suicidas. REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre), Porto Alegre, v.24, n.2, p.106-134, ago. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-23112018000200106&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112018000200106&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 out. 2019.

SENNET, R. Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual. São Paulo: Record, 2004.

SILVA, J.D.G. & ACIOLE, G.G. & LANCMAN, S. Ambivalências no cuidado em saúde mental: a ‘loucura’ do trabalho e a saúde dos trabalhadores. Um estudo de caso da clínica do trabalho. Interface (Botucatu), Botucatu, v.21, n.63, p.881-892, dez.2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832017000400881&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832017000400881&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 out. 2019.

SOUZA, K.M.O. & AZEVEDO, C. S. & OLIVEIRA, S.S. A dinâmica do reconhecimento: estratégias dos Bombeiros Militares do Estado Rio de Janeiro. Saúde debate, Rio de Janeiro, v.41, n.spe2, p.130-139, jun., 2017. Disponível em: [http://www.cielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042017000600130&](http://www.cielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042017000600130&)

lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 out. 2019.

VASCONSELOS, A. & FARIA, J. H. Saúde mental no trabalho: condições e limites. *Psicologia & Sociedade*, Curitiba, v. 20, n. 3, p. 453-464, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822008000300016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000300016). Acesso em: 10 mar. 2019.

## **UM ESTUDO SOBRE A CADEIA DE SUPRIMENTOS E A RELEVÂNCIA DE "SUAS ENGRENAGENS"**

**Adriano Wolf e Éderson Witt**

**RESUMO:** A evolução humana e sua busca constante por uma melhor qualidade de vida, desperta em muitos indivíduos e organizações, o interesse em encontrar uma solução para tal assunto. É relevante iniciar este trabalho tendo em mente a importância dos proventos financeiros, os quais devem ser suficientes para qualquer realização pessoal ou social, isto é fato. Se nota em algumas propagandas a despreocupação com a responsabilidade social, viver uma liberdade sem compromissos, coisas do tipo: “faça o que deseja seu coração”, “viva o presente”, “deixe o futuro para depois”, esses clichês, sem o entendimento adequado, podem trazer inúmeros transtornos em um longo, médio ou curto prazo. Neste contexto, observa-se a importância do mundo organizacional do qual o indivíduo faz parte, alcançar um equilíbrio no mundo organizacional, de tal forma a satisfazer todos os stakeholders de sua cadeia de suprimentos. O mundo organizacional faz parte da vida do ser humano, seja ele em qualquer intensidade, é ele que financia sonhos, grandes ou pequenos, de um indivíduo. Parece existir um grande problema a ser resolvido na humanidade, que é a convivência entre líderes e liderados, satisfazer ambos os lados, parece uma utopia, então, uma das questões que será explanado é o que se pode fazer para melhorar a qualidade de vida. Existem barreiras entre o mundo empresarial, social e atividades de lazer que precisam ser rompidas, o trabalho faz parte de todas as atividades, a diferença é como se encara o trabalho em cada situação, lembrando que o trabalho remunerado proporciona condições de satisfazer o indivíduo, reflita: como desenvolver a caridade sem ter condições de fazê-la? Alguns ambientes organizacionais implantam em sua cadeia de suprimentos atividades com o intuito de melhorar a qualidade de vida de seus colaboradores, atividades que algumas empresas conseguem sustentar, porém com o fomento das micros e pequenas empresas, dos empreendedores individuais e uma concorrência acirrada, nem todas tem condições de realizar atividades adequadas ao colaborador, conforme a lei exige, pois quando se trata de ambiente empresarial, as leis são rígidas e excelentes, porém, a realidade é desfavorável às suas aplicações, devido aos custos e condições necessários. A cadeia de suprimentos pode ser comparada a um carro, um navio, um avião, uma máquina, enfim, a qualquer coisa que precise realizar um trabalho sem defeitos, onde precise de harmonia entre todas as partes que envolve tal objeto, quem já não viu um carro de Fórmula 1, desbancar uma equipe inteira por erro de apenas um parafuso, uma locomotiva movendo-se fora dos trilhos, um atleta de olimpíadas chegar em primeiro lugar, e ser desclassificado porque pisou na linha, sendo assim, uma cadeia de suprimentos adequada, precisa que todas as suas engrenagens estejam funcionando harmoniosamente, desde os pequenos detalhes, aqueles que transformam a vida em um caos, até os mais complexos processos. Lembre-se que grandes problemas podem ser resolvidos com pequenas soluções, processos corretos podem proporcionar uma melhor qualidade de vida e aumentar a lucratividade das organizações e seus colaboradores.

**Palavras-chave:** Qualidade de vida, Lucratividade, Ambiente organizacional



## **INTRODUÇÃO**

Cadeia de Suprimentos é a visão sistêmica da organização da que, engloba todos os envolvidos, sejam eles internos ou externos, conhecidos como stakeholders, já a Cadeia Produtiva, está relacionada com as inúmeras atividades para transformar as matérias-primas em produtos, prontos para o consumo (CHRISTOPHER, 1997).

A qualidade de vida de uma nação é diretamente proporcional ao seu desempenho produtivo, então é oportuno voltar as atenções para a indústria alimentícia, tal indústria tem a oportunidade de desenvolver sistemas produtivos com excelência, aplicar métodos e ferramentas adequados para potencializar sua cadeia produtiva e principalmente o escoamento de sua produção, por isso, a gestão estratégica têm por obrigação conhecer e aplicar o conceito pleno da cadeia de suprimentos (RUSSO, 2013).

O argumento de Campos (2013), traz à consciência, a necessidade de aplicar através de seus gestores com excelência, os recursos e ferramentas para gerenciamento da cadeia de suprimentos, assim será eficiente sua aplicação, promovendo em seus efeitos a qualidade de vida, sendo necessário, observar a ideal distribuição dos colaboradores, equipamentos e suprimentos para a transformações dos produtos ou serviços.

O objetivo desse trabalho é mostrar que a aplicação correta dos conceitos da cadeia de suprimento, respeitando cada etapa individualmente, e aplicando com disciplina os métodos e ferramentas adequados ao trabalho em exercício, como um conjunto de engrenagens produzindo o objeto desejado da cadeia de suprimentos, poderá então, proporcionar uma melhor qualidade de vida na organização da qual faz parte, causar um reflexo na vida pessoal e social do indivíduo, alcançando também a sociedade em geral, pois uma pessoa saudável, promove benefícios e não desperdícios.

## **METODOLOGIA**

O método utilizado como base para este trabalho foi a pesquisa qualitativa, a qual, representa um processo constante de produção de conhecimento, onde os resultados parciais se integram de forma permanente com novas questões e abrem novos caminhos à produção de conhecimento. O tipo de estudo é o descritivo e a classificação da pesquisa utilizada para este trabalho é a pesquisa bibliográfica, através da leitura de livros com base em pesquisas realizadas pelos autores.

Inicialmente a pesquisa deu-se a partir das aulas de orientação da Universidade, onde o acadêmico pesquisador conversava informalmente com seu orientador sobre o seu trabalho e conhecimento em relação ao assunto, abordado inclusive na disciplina dos seus cursos de pós-graduação. Logo o aluno começou a elaborar anotações sobre o tema e sobre as suas observações na empresa onde trabalha atualmente, no ramo alimentício.

Utilizou-se para essa pesquisa: sala de aula, livros e arquivos diversos, internet, computador, impressora, entre outros recursos financeiros, sempre de custeio próprio.

A pesquisa bibliográfica foi feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites, visto que qualquer trabalho científico se inicia com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002).

A explanação dos assuntos abordados neste trabalho manteve os métodos e ferramentas já pesquisados pelos autores, renomados em seus profundos conhecimentos, visto que a pesquisa é definida como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos (GIL, 2007).

Esse estudo em si, aplicará os conceitos da cadeia de suprimentos, a fim de, demonstrar através de sua aplicação de forma adequada e disciplinada, como uma engrenagem sem defeitos, pode proporcionar uma qualidade de vida melhor aos seus *stakeholders*.

Uma cadeia de suprimentos é composta de várias etapas, em toda organização. É um ciclo que precisa funcionar individualmente, com excelência em cada uma das etapas, onde o seu gerenciamento deve ser feito com métodos e ferramentas adequados, prevendo as falhas e antecipando-se a elas, então a lucratividade e qualidade de vida de seus envolvidos, poderá ser alcançada.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Neste trabalho está sendo apresentado a preocupação do ser humano em uma busca por melhor qualidade de vida ao longo de sua evolução, uma das questões levantadas é a importância do trabalho remunerado como uma das fontes para desfrutar desse benefício.

Muitas tentativas para melhorar a qualidade de vida são apresentadas, algumas funcionam e outras nem sempre promovem os resultados esperados, os efeitos colaterais e inesperados que acontecem, mas não se pode deixar de valorizar o empenho de muitos para alcançar êxito.

Tem-se uma realidade que precisa ser discutida, analisada e avaliada com mais serenidade, que é a organização à qual o indivíduo faz parte, em específico o local do seu trabalho, lugar de onde origina os proventos, se passa grande parte da vida, pois sem trabalho, as tristezas, angústias, atitudes inesperadas e desesperadas acontecem. Tal situação afeta o mundo globalizado, em que vivemos. Como é triste ver pessoas saírem de seus países, errantes pelo mundo, em busca de um bocado de pão para sua família.

Existem barreiras a serem derrubadas, entre elas, a transformação do pensamento, empregados contra empregadores, líderes contra liderados, “minha” função *versus* “sua” função, salário *versus* salário, é importante entender que um precisa do outro para conseguir uma qualidade de vida melhor.

Um exemplo real: No dia do pagamento de salário, o colaborador comentou, deve ser triste a hora de fazer o pagamento, respondeu o empreendedor: pelo contrário, caso você não tenha dinheiro para gastar, como eu vou ter o que receber.

Então, conforme argumenta Russso (2013), a busca pela excelência e prosperidade de uma nação é diretamente proporcional ao seu desempenho produtivo, o qual nada mais é, do que o funcionamento, sem entraves da cadeia de suprimentos.

A aplicação dos métodos e ferramentas adequados ao produto tangível ou intangível a ser realizado, necessita de conhecimentos adquiridos em condições tácitas e explícitas, e para isso é de suma importância a aplicação do operador logístico, o qual é

capaz de fazer todas as partes da cadeia de suprimentos funcionar em harmonia, ou seja, como um conjunto de engrenagens, realizando suas metas e atingindo seu objetivo.

O operador logístico é um importante elemento integrador das cadeias de suprimentos; na atualidade ele representa um prestador de serviços logísticos altamente especializados, que contribui com flexibilidade, rapidez e maior agilidade nas organizações que o contratam. Após estudos e análises a logística pode aplicar o arranjo físico adequado e agrupar a fabricação em produtos por famílias (SELEME, 2013).

A aplicação de maneira correta e adequada na organização em estudo, das ferramentas e métodos conceituados, promoveu resultados positivos para a organização e seus colaboradores, contribuiu com a queda de problemas com relacionamentos interpessoais e desempenho nas funções, com pessoas bem orientadas e processos sem falhas, pode-se observar um aumento na produtividade, com menos desgaste físico e emocional. Em uma das aplicações, foi observado a disciplina em manter as coisas em seu devido lugar, uma prática que parece ser comum e simples, porém é grande a dificuldade de ser executada, evita perda de tempo com movimentos e deslocamentos desnecessários, como stress causado pela procura de algo que deveria estar em seu lugar.

Quantificando a produção antes de aplicar os melhoramentos na cadeia de produção pelo operador logístico, a produção era de 100 quilos de massas em um período de 4 horas, com pessoas desmotivadas pela falta de uma gerência adequada. Após a aplicação dos recursos advindos dos conceitos adequados da cadeia de suprimentos, a organização atingiu 200 quilos de massas no mesmo período, melhor relacionamento de seus colaboradores, melhores resultados financeiros e conseqüentemente melhor qualidade de vida a todos seus *stakeholders*.

## **CONCLUSÃO**

Conforme Seleme (2012), a aplicação da ferramenta 5 Ss, ou 5 sentidos, confirma a importância da disciplina nas organizações em geral, indo além dos limites físicos da instituição, atingindo, não só o colaborador direto, mas alcançando até seus familiares, como um amplo entendimento da cadeia de suprimentos.

Uma das dificuldades das organizações está na aplicação dos recursos expostos neste trabalho, porque as mudanças afetam a cultura das pessoas e organizações, mas

todos os colaboradores e principalmente a equipe estratégica da empresa, devem apoiar, fiscalizar e manter as mudanças que promoveram melhor qualidade de vida.

O objetivo de melhorar as etapas da cadeia de suprimentos é evitar falhas ou erros que causam acidentes, preocupações, desgastes emocionais, prejuízos financeiros, fadiga e outros inúmeros problemas consequentes.

O operador logístico tem a incumbência de sempre estar atualizado com novos métodos, tecnologias e tendências do mercado, aplicar e verificar constantemente seus efeitos, como já foi explanado, colocar em ordem cada engrenagem, para que a excelência da cadeia de suprimentos e o objetivo da qualidade de vida sejam conquistados.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CAMPOS, L. F. R., RODRIGUES e BRASIL C. V. M. Logística: teia de relações. Curitiba: Intersaberes, 2013.

CHRISTOPHER, Martin. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: Estratégias para a redução de custos e melhoria dos serviços. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas. 2007.

SELEME, R., Automação da Produção: uma abordagem gerencial, Curitiba: Intersaberes, 2013.

SELEME, R., Controle da qualidade: as ferramentas da qualidade, Curitiba: Intersaberes, 2012.

RUSSO, C. P. Armazenagem, controle e distribuição. Curitiba: Intersaberes. 2013.

**Capítulo 55 - DOI:10.55232/1083002.55**

**FERRAMENTAS DE DESENVOLVIMENTO DA  
LIDERANÇA NA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO: UMA  
REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

**Chennyfer Dobbins Abi Rached, Chennyfer Dobbins Abi Rached, Julia Do Nascimento Santos, Victoria Christine Gomes Ferreira, Verônica Valazza, Herline Dormercant e Talita De Sousa Almeida**

**RESUMO:** O desenvolvimento da liderança do discente durante sua formação é algo essencial pois irá auxiliar na atuação inicial como profissional, logo, é necessário que as universidades adotem diferentes estratégias para o aprimoramento dessa competência durante o processo de ensino-aprendizagem. Objetivo: Sintetizar pesquisas publicadas referente as ferramentas utilizadas para o desenvolvimento da liderança de enfermagem durante a graduação de enfermagem. Método: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura dos últimos cinco anos. Utilizado sete bases de dados. Incluídos estudos que apresentaram estratégias de ensino-aprendizagem para a formação da liderança de enfermagem. Resultados: Os principais resultados encontram-se o aprimoramento de estratégias de liderança como o cuidado centrado no paciente, trabalho em equipe e colaboração, prática baseada em evidências, segurança do paciente, melhoria da qualidade do cuidado. Das ferramentas foram apresentadas a utilização de discussão ou trabalho em grupos; envolvimento dos discentes para participação em comitês, eventos de networking; auto-reflexão; feedback de desenvolvimento; incentivo para a autoeficácia; coaching. Conclusão: Identificado diversas ferramentas para o conhecimento de liderança e das habilidades que a envolvem, todas buscam desenvolver no discente a capacidade de projetar, fornecer, gerenciar e coordenar os cuidados de enfermagem junto ao paciente bem como a capacidade de gerenciar pessoas.

**Palavras-chave:** Liderança; Aprendizagem; Educação em Enfermagem.

## **INTRODUÇÃO**

O estudo toma como objeto o ensino aprendizagem da Liderança durante a graduação de enfermagem. A formação do profissional de enfermagem é norteada pelo processo histórico, político e social de um período, onde as políticas públicas inseridas é que norteiam a estruturação do ensino (CARRARA, et al, 2020).

O currículo é o resultado do conhecimento que foi desenvolvido, atuando como formas de poder e representação de sistemas de regulação e controle para a educação. Logo, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) se apresentam como um instrumento de apoio à educação de enfermagem, articulando conjuntamente as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) às necessidades da população (BRASIL, 2001).

Dessa forma, observa-se que a formação dos profissionais de saúde requer o desenvolvimento de competências, sendo enfatizada como uma das competências nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o exercício da enfermagem a Liderança (CARRARA, et al, 2020; BRASIL, 2001).

A competência da Liderança é abordada durante os cursos de enfermagem em algumas disciplinas de maneira superficial, na maioria das universidades, ocorre no último ano, nas disciplinas de administração e gerenciamento de Enfermagem. Acredita-se que a falta do desenvolvimento do aluno durante toda a sua formação em tal competência, compromete sua atuação inicial como profissional, tendo que se desenvolver e conseguir êxito nessa empreitada sem suporte teórico/prático, que seria possível e amenizado pela adoção de diferentes estratégias durante o processo de ensino-aprendizagem (CARRARA, et al, 2020; FOLI, et al, 2014).

No processo de ensino-aprendizagem com foco na liderança, o professor exerce um papel essencial no planejamento de recursos, orientação e acompanhamento para promover momentos que possam ampliar a aprendizagem de liderança, fazendo com que o discente seja estimulado ao autoconhecimento, a se tornar um ser crítico, ativo além de incentivar a responsabilidade pelo seu autoaprendizado (MELLO, ALVES & LEMOS, 2014). O discente com a ajuda do docente se torna um agente ativo, construtor do conhecimento apreendendo a aprender, desenvolvendo a liderança para a vida profissional na Enfermagem (RIBEIRO & GANNE, 2014).

Portanto, esse estudo tem a proposta de responder a seguinte questão pesquisa: Quais são as ferramentas de apoio ao desenvolvimento de liderança dos graduandos de enfermagem?

As universidades devem se prover de práticas e estratégias inovadoras para o desenvolvimento da liderança, trazer à tona quais as ferramentas podem apoiar no alcance desses resultados irá contribuir para a reflexão e análise de possíveis alterações na educação em Enfermagem com foco na segurança do paciente, qualidade da educação em saúde, avanços tecnológicos, implementação de metodologias ativas, o que futuramente ocasionará em possíveis mudanças nos serviços de saúde.

A implementação de metodologias em busca da liderança poderá auxiliar a autonomia do discente, despertando a curiosidade e estimulando as tomadas de decisão coletiva e individual durante seu aprendizado, logo, o objetivo deste trabalho foi sintetizar pesquisas publicadas referente as ferramentas utilizadas para o desenvolvimento da liderança de enfermagem durante a graduação de enfermagem.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL). O percurso metodológico foi rigorosamente realizado: formulação e identificação do problema e pergunta de pesquisa; estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; coleta de dados; avaliação dos estudos incluídos; análise dos dados e apresentação dos resultados<sup>6</sup>. A busca foi realizada durante os meses de agosto a outubro de 2020. Utilizada as bases de dados: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System On-line (MEDLINE), Cumulative Index to Nursing and Allied Health (CINAHL), Base de Dados em Enfermagem (BDENF), ERIC, PUBMED e SCOPUS. Com a finalidade de ampliar o campo de busca, foram diversificadas as bases de dados, atendendo à literatura nacional e internacional.

A elaboração da questão norteadora foi baseada na estratégia **PICO**, que fornece informações sobre o foco, escopo e aplicabilidade da revisão<sup>7</sup>. Na estratégia **PICO**, o **P** determina a população a ser estudada, portanto, nosso estudo definiu estudantes de enfermagem na graduação; o **I** a intervenção, a indicação ou interesse do que se deseja



estudar, nesta pesquisa o I foi definido como ferramentas de apoio ao desenvolvimento da liderança encontrados na literatura; o C é a comparação, não tivemos foco na comparação de nenhum instrumento e, por fim, O que representa os resultado esperado, no caso o desenvolvimento da liderança, formando a questão norteadora: Quais são as ferramentas de apoio ao desenvolvimento de liderança dos graduandos de enfermagem?

Os critérios de inclusão dos artigos foram: artigos originais, idiomas inglês, português e espanhol que apresentavam ferramentas de apoio ao desenvolvimento da liderança durante a formação do enfermeiro; justifica-se esse período uma vez que as revistas científicas buscam estimular os pesquisadores à citarem artigos recentes além do que, pretende-se apresentar novas tecnologias para o desenvolvimento da liderança, objetivo deste trabalho. Foram excluídos os artigos repetidos, nas bases de dados, estudos de revisão, relatos de casos, reflexões ou comunicação e artigos nos quais não foi possível identificar relação com a temática, por meio da leitura de título e resumo.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Foram encontrados 859 artigos, desses 04 eram repetidos. Após leitura dos títulos e resumos, foram retirados 763, por não atenderem aos critérios de inclusão da pesquisa. Para a etapa de elegibilidade, foram recuperados 92 artigos pré-selecionados dentre os quais, na etapa de inclusão, 39 compuseram a revisão, sendo retirados 53 artigos por não terem relação com o tema de estudo (Quadro 1).

**Quadro 1 - Resumo dos principais achados dos artigos e categorias temáticas**

<b>Ano</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Origem</b>	<b>Título</b>	<b>Principais achados</b>
<b>Categoria 1: Desenvolvimento da liderança a partir da elaboração ou adaptação de ferramentas de avaliação dos graduandos de enfermagem = 8 artigos</b>				
2015	Read C.Y. Betancourt D.M.P. e Morrison C.	Estados Unidos	Social Change: A Framework for Inclusive Leadership Development in Nursing Education	Dentre as atividades de avaliação dos graduandos sugere-se: avaliação de atividades de iniciação a pesquisa, participação dos alunos em comitês, eventos de networking, técnicas junto aos discentes de auto-reflexão, controle pessoal sobre o desenvolvimento da liderança; persuasão observacional e social.
2018	Giordano MS	Estados	Innovative Approach in	Dentre as estratégias de avaliação do desenvolvimento dos graduandos quanto a

		Unidos	Leadership Development for RN-BS Students	competência liderança, o estudo mostrou: avaliações durante as atividades de estágio prático dentro e fora de hospitais, trazendo experiências em atividades que envolvem a gestão de finanças em saúde, políticas em saúde, estrutura em organizações empresariais e de saúde que contribuíram para o desenvolvimento do papel do aluno de enfermagem como líder em saúde, comunidade e governo. Foram incluídas nos currículos preparação relatórios pós-estratégia e discussão dos desafios encontrados, soluções que funcionaram, satisfação do aluno e outro feedback qualitativo, agente de ligação ou preceptor feedback e resultados quantitativos de aprendizagem dos alunos. Resolução de problemas e desenvolvimento de soluções para desafios em ensinando alunos a liderança necessária ao corpo docente, perseverança, habilidades e criatividade.
2016	McPherson C., MacDonald C.	Canadá	Blending Simulation-Based Learning and Interpretative Pedagogy for Undergraduate Leadership Competency Development	Esse estudo trouxe a prática da simulação de situações vividas por enfermeiros, com cenários em laboratórios, para que os alunos fizeram as simulações como situação real. Após era discutido pontos de avaliação dos estilos e processo de liderança, de maneira a favorecer a autorreflexão.
2015	Brown A. et al	Reino Unido e Austrália	Clinical leadership as an integral curriculum thread in pre-registration nursing programmes	Esse estudo discute a implementação de programas de liderança clínica, onde os discentes aprender a liderar e gerenciar a si mesmos, incorporando uma aprendizagem emancipatória transformativa. O currículo propõe o senso de consciência do estudante de enfermagem da relevância da liderança no contexto assistencial do enfermeiro. A ferramenta de avaliação da liderança aplicada foi as avaliações da prática clínica (autonomia e conhecimento) no campo extramuros da faculdade.
2016	Brown A. et al	Austrália e Reino Unido	Clinical leadership and pre-registration nursing programmes: A model for clinical leadership and a prospective curriculum implementation	Esse estudo é a continuidade do trabalho apresentado no ano de 2015, a proposta é apresentação do currículo com foco em liderança clínica durante a graduação do enfermeiro, trazendo uma metodologia de ensino menos autocrática e ferramentas de avaliação do desenvolvimento da liderança. Um exemplo é durante os estágios assistenciais, ao invés do estudante esperar do professor ou enfermeiro, o que ele precisa realizar, ele teria uma maior autonomia para

			and evaluation research strategy	direcionar suas ações dentro de uma unidade assistencial, sem depender da ordem de alguém.
2019	KNIGHT, C.C. HAMILTON, S. H.	Estados Unidos	Getting Students to Value Leadership Early in the Nursing Curriculum: Innovation Makes It Possible	Esses autores mostram a relevância de incluir no currículo da graduação de enfermagem um curso de desenvolvimento da liderança desde o primeiro ano da formação, tendo uma ferramenta de avaliação da formação do aluno ao final do curso. O curso no início do currículo permite que os alunos assimilem o conhecimento, utilizem as habilidades aprendidas ao longo dos demais anos de formação. Em avaliações anônimas, de final de semestre e de meio de semestre, alguns alunos relatam um aumento da confiança em sua capacidade de falar e resolver conflitos durante as experiências clínicas. O corpo docente descreve que os alunos do último semestre que fizeram o curso de liderança ao longo de sua formação, se mostram capazes de identificar e discutir conceitos de liderança e comportamentos com maior propriedade do que os alunos que não tinham esse programa em sua grade curricular.
2018	Miles J.M., Scott E.S.	Estados Unidos	A New Leadership Development Model for Nursing Education	Este artigo descreve um modelo para o desenvolvimento e avaliação da Liderança em Enfermagem na formação do enfermeiro. Sugere que a liderança deve ser ensinada em aulas teóricas e práticas, com foco no comportamento, habilidades, atitudes, valores pessoais e organizacionais e princípios éticos. O programa prevê que o aluno identifique o que é apropriado e inapropriado comportamento de liderança, gestão, atitudes e estilos em situações vividas em sala de aula e prática clínica; que demonstre o papel apropriado à situação e interações; que reflita e conclua quais são as atribuições e responsabilidades do enfermeiro líder; que aplique a liderança e gestão: conceitos, habilidades e tomada de decisão na prestação de cuidados de enfermagem; que o discente avalie os pontos fortes pessoais e fraquezas relacionadas à gestão e a liderança em enfermagem e pratique a liderança aprendida no contexto de sua formação.
2017	Gawlik K.S. et al	Estados Unidos	The I will help you mental health initiative: A pedagogy for nursing leadership and a call to action for	Esse trabalho traz o papel da liderança na saúde mental, buscando incorporar conceitos de valor profissional da enfermagem durante a formação acadêmica. Sugere que se aplique nas diversas disciplinas curriculares a prática do trabalho em equipe, colaboração dentre outras habilidades de liderança e seja feita uma

			nurses	avaliação específica para liderança a cada disciplina.
<b>Categoria 2: Competências e estratégias de ensino-aprendizagem para o ensino da liderança = 11 artigos</b>				
2015	Galuska L.A.	Estados Unidos	Dedicated Education Units: Partnerships for Building Leadership Competency	A experiência clínica da Dedicated Education Units (DEU) contribuiu para o desenvolvimento de liderança de alunos de graduação. O modelo DEU pode incluir elementos de design que apoiam de forma mais eficaz a aprendizagem e aplicação de certas competências de liderança. A experiência propiciou a liberdade de experimentar coisas novas e desenvolver o autoconhecimento. O desenvolvimento da liderança está atribuído em disciplinas práticas tanto de laboratório como na comunidade, dentre as competência do professor cabe a autonomia e o olhar crítico, fazendo com que os alunos recebem suporte para aprender fazendo um coaching de liderança. O DEU como uma comunidade de prática fornece um ambiente de apoio para aprendizagem de liderança situacional, relações de apoio e orientação dos professores sobre liderança baseada em valor, facilitando o processo de formação da identidade, que é fundamental para o desenvolvimento da capacidade do enfermeiro em adotar uma postura crítica, defender e atuar como um agente de mudança.
2016	Caveião, C.	Brasil	Competências E Estratégias de Ensino-aprendizagem para A Formação Da Liderança Do Enfermeiro	<p>O estudo descreve que os indivíduos que desejam ou desempenham os papéis de liderança devem adquirir as seguintes competências: iniciativa, orientação, realização, pensamento analítico, colaboração, comunicação, pensamento estratégico, habilidades financeiras e sensibilização organizacional.</p> <p>Outras habilidades humanas devem ser desenvolvidas nos líderes: visão (atenção aos resultados); comunicação (transmitir eficazmente o significado e interpretações partilhadas da realidade e facilitar a ação coordenada); confiança: resultado da responsabilidade final, previsibilidade e segurança e autoconhecimento (ter consciência de seus pontos fortes e fracos).</p> <p>Neste trabalho a técnica mais empregada para o ensino da liderança em Enfermagem na graduação foi a discussão ou trabalho em grupos, esta estratégia propicia a troca de informações e experiências entre seus</p>

				componentes e os faz pensar criticamente sobre a realidade, favorecendo a idealização de mudanças e a criação e implementação de novas soluções junto à equipe de trabalho.
2016	Sherry S.	Estados Unidos	Applying Leadership Theory to Practice Using a Structured Clinical Journal	<p>Este trabalho destaca que a faculdade de enfermagem deve atribuir como parte do currículo um curso de estágio de liderança, enfocando sobre a integração e aplicação de conhecimento de liderança e habilidades para demonstrar a capacidade de projetar, fornecer, gerenciar e coordenar com base em evidências, culturalmente competente e de baixo custo cuidados de enfermagem.</p> <p>A jornada de liderança clínica guiada com reflexão pessoal é, portanto, uma criação atividade ativa que pode facilitar os alunos conhecer os fundamentos do bacharelado; isto envolve ativamente os alunos na aplicação da teoria da liderança para a prática clínica.</p>
2017	Knop, A.L., Gama, B.M.B.M., Sanhudo, N.F.	Brasil	Acadêmicos de Enfermagem e o desenvolvimento da liderança: desafios enfrentados no Estágio Curricular	<p>Dentre as características facilitadoras para o desenvolvimento da liderança, o estudo destacou que nos programas de estágio, a receptividade da equipe de trabalho, a capacidade de assumir responsabilidades, compartilhar o conhecimento, ter habilidades para a tomada de decisão são competências imprescindíveis. Outro fator colocado é a necessidade que o desenvolvimento da liderança durante o estágio deve ser estabelecido como um dos critérios de avaliação do desempenho.</p> <p>Os autores destacam que dentre as estratégias de desenvolver a liderança, os professores não podem pensar que o discente é desprovido de qualquer bagagem de conhecimento, pois isso que torna o exercício da liderança ainda mais difícil de ser desenvolvido durante o período de formação, uma vez que desfavorece o aprimoramento de habilidades essenciais para um líder, como comunicação, o ouvir e ser ouvido, a capacidade de influenciar as pessoas, gerenciar conflitos, de tomar decisões, de empatia, de ser o exemplo, de estar à frente de uma equipe, de motivador, dentre outras.</p> <p>Os autores destacam que os estagiários de enfermagem conseguem desenvolver a liderança, fortalecendo a confiança, a autonomia e o intercâmbio de saberes, dentre outros comportamentos desejáveis para se inserir como parte da equipe do serviço.</p>

2017	Há, L., Pepin, J.	Canadá	Clinical nursing leadership educational intervention for first-year nursing students: A qualitative evaluation	Três componentes da intervenção contribuíram para o desenvolvimento de liderança no curso de enfermagem: observação de modelos de comportamento, simulação de casos e discussões em pequenos grupos. A simulação de casos permite aos alunos a reflexão a cerca do comportamento. Utilizaram também vídeos com essas simulações, o que propicia o aluno rever a situação mais de uma vez. Vídeos foram uma maneira eficiente de aprender liderança de enfermagem, pois ajudaram os alunos a visualizarem como a liderança pode ser aplicada. Esse estudo descreve que a técnica de brainstorming não foi eficiente, mas seria uma opção, os alunos relataram serem capazes de desenvolver uma visão ampliada de liderança de enfermagem quando, durante o brainstorming, seu grupo compartilhou qualidades de liderança nas quais não haviam pensado individualmente. Os participantes se lembraram de ter escrito uma lista de qualidades de liderança, por exemplo, “ser capaz de trabalhar em equipe”, “ter iniciativa” e “ser capaz de se comunicar.”, o que propiciou o processo de ensino-aprendizagem.
2017	Taylor S.S., Taylor R.A.	Estados Unidos	Making power visible: Doing theatre-based status work with nursing students	Este trabalho descreve que no processo de aprendizagem da liderança deve-se vincular aspectos teóricos e exemplos práticos de poder. Sugere a consciência e reflexão crítica reflexiva no processo do trabalho em equipes propondo trabalhos de teatro junto aos alunos para explorar, incorporar esses temas.
2018	James, A.H.	Reino Unido	Action learning can support leadership development for undergraduate and postgraduate nurses.	Utilizou-se uma metodologia de aprendizagem baseada pela ação, estimulando durante as aulas a atitude crítica como ferramenta para desenvolvimento de liderança em estudantes de graduação, buscando atender aos desafios clínicos. Por meio de estudos de casos e técnicas de simulação de casos clínicos, essa metodologia foi aplicada.
2018	Campbell E.	Estados Unidos	An Examination Of Teaching-learning Methods For The Acquisition Of Leadership Skills In Undergraduate Nursing	Esse trabalho aponta a estratégia de aprendizagem das metodologias ativas como alternativas eficazes. Não recomenda exclusivamente métodos passivos como aulas teóricas para a aquisição e retenção de conhecimentos relacionados às habilidades de liderança. Mais especificamente, sugere que a aprendizagem de liderança seja feita por meio de simulações de casos e os estágios práticos, com esse olhar.

2018	Ross C. et al	Canadá	<p>Student Preparation for Nursing Leadership:</p> <p>Lessons from an Undergraduate Programs Review</p>	<p>A cultura organizacional foi inserida no aprendizado do aluno, buscando conciliar com os aspectos de liderança. Outro aspecto foi trazer à tona como estava o clima organizacional da universidade, buscando diagnosticar e manter com foco de clima positivo para o de apoio no ambiente de aprendizagem. Descreve-se que um clima organizacional positivo é necessário para ajudar os alunos a ganhar autoconfiança em sua prática e permitir o comportamento de liderança. Dentro da proposta de desenvolver a liderança nos estudantes, foi incluída a disponibilidade e suporte de coaching e mentores com experiência em liderança. Incluiu-se também a aprendizagem autodirigida, pensamento crítico, habilidades de comunicação, prática baseada em evidências e conhecimentos, habilidades e valores de enfermagem.</p> <p>O trabalho em pequenos grupos foi uma estratégia de ensino predominante usada para facilitar a comunicação de aprendizagem do aluno e habilidades colaborativas. No entanto, alunos, graduados, partes interessadas e professores relataram a necessidade de fortalecer aluno aprendendo sobre como lidar de forma eficaz com conflitos em ambientes clínicos. Alguns alunos, graduados e professores falaram sobre a necessidade de mais ênfase na política de saúde em cursos. O trabalho em pequenos grupos em cursos teóricos deu aos alunos oportunidades de praticar a liderança.</p>
2018	Igbo I., Sule E.	Estados Unidos	Peer Mentoring as a Successful Retention Strategy for a Baccalaureate Nursing Program in a Historically Black College and University	Esse estudo propõem um programa de mentoria/tutoria para fortalecimento do aprendizado de liderança. Esse programa consiste em estudantes assumirem algumas atividades da própria universidade como organização de eventos, apoio à organizações sociais coletando alimentos, roupas, etc, atividades junto à comunidade.
2018	Nilgu'nGo'ktepe et al	Turquia	Use of Team-Based Learning in a Nursing Leadership Course	Propostos o método TBL (Team-Based Learning) durante as aulas de diversas disciplinas, visando o trabalho em equipe, engajamento e liderança. O método TBL prevê o envio de materiais pré aula e discussões em grupo em sala, com formulação de novas ideias e aprendizagem entre pares. Foram aplicados testes de avaliação sobre os temas propostos, mantendo os alunos engajados durante o curso, levando a melhor retenção dos conteúdos

				aprendidos e tornando mais fácil o preparo para os exames intermediários e finais. O trabalho em equipe proporcionou um ambiente de aprendizagem gerando uma dinâmica de grupo que deu chance para que os alunos tímidos pudessem se expressar, fortalecendo a confiança mútua entre os membros da equipe. Os alunos indicaram que estavam bem preparados para as práticas relacionadas ao TBL no início do curso, a inclusão de estudos de caso ajudou no desenvolvimento não apenas de habilidades de trabalho em equipe, mas de liderança e comunicação, mostrando respeito pelas opiniões dos outros, escuta ativa e decisão coletiva além do ato de influenciar, persuadir e negociar.
<b>Categoria 3: Treinamento da liderança e trabalho em equipe = 19 artigos</b>				
2016	Won M., Choi Y.	Coréia do Sul	Undergraduate nursing student mentors' experiences of peer mentoring in Korea: A qualitative analysis	Trata-se de um programa de mentoria para treinamento de liderança, focado para motivação com estratégias de aprendizagem com troca de experiências entre alunos e tutores, por meio de estudos de caso. O treinamento buscou desenvolver o auto crescimento dos discentes como líderes onde os próprios alunos são monitores de disciplinas como anatomia e terminologia. O programa provisionou a revisão dos materiais de aprendizagem fazendo com que durante a mentoria, os mentores refletiram sobre suas habilidades de liderança, incentivando os alunos que não estavam motivados a aprender e melhorando o clima e relacionamento da própria sala de aula.
2016	Lim F.A., Nadeau C.A.	Estados Unidos	Student-Led Interest Groups: An Adjunct to Learner-Centered Nursing Education	O envolvimento do aluno é um aspecto significativo da vida universitária pensando em qual tipo de profissional busca-se formar, logo, grupos de interesse dos discentes são um meio eficaz de envolver os alunos que compartilham interesses semelhantes. Participação em grupos oferece às discentes oportunidades para que construam um clima organizacional favorável da sala de aula e propicia o treinamento e desenvolvimento de habilidades em organização, como a liderança, comunicação, formação de equipe, engajamento e responsabilidade. A participação em grupos liderados por estudantes promove desenvolvimento profissional e socialização além da sala de aula.
2016	Decker et al	Estados Unidos	Outcomes of a Bystander	Proposto treinamento com foco na cultura do cuidado o que propiciou habilidades e atitudes



			Intervention Community Health Service-Learning Project	que refletiam as competências de segurança e melhoria da qualidade da educação para enfermeiros. Nos treinamentos foram propostos a realização pelos alunos de diários de reflexão buscando trazer à tona sentimentos em relação ao paciente cuidado como compaixão e empatia. Nesse contexto, buscou-se atividades de liderança com foco na segurança e qualidade. Esse treinamento fez com que os discentes tivessem um olhar de líder promotor de saúde. Os alunos se desenvolveram nas habilidades de liderança por meio da coordenação de eventos, abordando questões de segurança, fornecendo ambientes de cuidado e/ou trabalhando para a mudança do sistema de saúde como um todo.
2016	Evans-Agnew R. et al	Estados Unidos	Community Health Needs Assessments: Expanding the Boundaries of Nursing Education in Population Health	Discentes foram expostos a um programa de treinamento com foco em promoção da saúde e desenvolvimento de políticas públicas. Os alunos adquiriram liderança e pensamento sistêmico na construção de um planejamento estratégico para a promoção da saúde da comunidade. No primeiro estágio em grupo, por exemplo, os alunos praticaram a liderança no processo de planejamento e avaliação para a reunião de promoção e prevenção da saúde junto a comunidade.
2017	Clancy, TL.	Canadá	Influence of co-teaching on the development of transformational leadership skills in undergraduate nursing students: a pilot study.	Foi proposto um curso de formação de enfermeiros no desenvolvimento de qualidades de liderança transformacional para estudantes de graduação em enfermagem. Foi usado treinamento da liderança com foco transformacional, avaliando o que o aluno tinha de conhecimento pré e pós curso.
2017	Sherif, N, et al.	Reino Unido	Student-led leadership training for undergraduate healthcare students	A proposta desse treinamento de liderança e trabalho em equipe foi por meio do tanto da organização de workshops sobre liderança quanto da aplicabilidade dessas palestras. Esse trabalho foi desenvolvido com alunos de diversos cursos de saúde, tendo um caráter multiprofissional.
2017	Tesh AS, Kautz DD	Estados Unidos	Using Reflective Practice in a Leadership Course	O trabalho foi trazer as percepções dos discentes sobre seus próprios estilos pessoais, reflexões quanto ao autoconhecimento, oportunidades de crescimento, melhoria e intenções para melhorar a prática da liderança. Os alunos aplicaram seus novos insights sobre os estilos de liderança em simulações de situações reais. A prática de simulação realística permitiu a análise do grupo de como os “atores” responderam aos conflitos gerados

				nas situações apresentadas. Os alunos também refletiram sobre o que gostaram em seus próprios traços de liderança e o que eles gostariam de melhorar; discutiram a necessidade de serem assertivos na defesa de seus pacientes e de seus pares. Essas pequenas tarefas ofertaram oportunidades para avaliar seus próprios estilos de liderança, habilidades e assertividade; guiá-los a examinar como isso se reflete em suas próprias vidas; e ajudá-los a refletir sobre as áreas de crescimento. Auxiliou a orientar os alunos a conduzirem uma reflexão profunda do papel da liderança em enfermagem. A reflexão estruturada é uma ferramenta que os educadores de enfermagem podem usar para ajudar a transformar os alunos em profissionais eficazes.
2017	Gamble A.S.	Australia	Simulation in undergraduate pediatric nursing curriculum: Evaluation of a complex 'ward for a day' education program	Esse trabalho trouxe o treinamento por meio de simulação realística do trabalho em equipe, pensamento crítico, tomada de decisão, gestão de tempo, habilidades de gestão, comunicação e identificação quando pedir ajuda a seus pares. A simulação permitiu aos discentes desenvolverem habilidades quanto a tomada de decisão, testarem sua capacidade clínica, aplicarem seu aprendizado ao ambiente clínico avaliando pontos fortes e fracos. A simulação permitiu pensar criticamente, usar o raciocínio clínico e habilidades de resolução de problemas.
2017	Saylor J. et al	Estados Unidos	Effects of a service-learning experience on confidence and clinical skills in baccalaureate nursing students	Esse artigo descreve um curso para estudantes de enfermagem com foco no crescimento da confiança; habilidades clínicas o que incluiu a liderança e autoconhecimento. O curso incluiu habilidades de gerenciamento fora do ambiente hospitalar.
2017	Stein L.M.N.,	EUA	A Strategy to Enhance Student Experiences in Public Health Emergency Preparedness and Response Medical Reserve Corps Nursing Student Summer Externship	Descreve-se que é necessário fortalecer a conexão da academia com a saúde pública adaptando experiências para melhorar a competência da força de trabalho, para tanto, o estudo propôs um curso de verão para estudantes de enfermagem com foco nas habilidades de liderança para o gerenciamento de desastres, visto que, a cidade do estudo tem histórico frequente de desastres naturais. Dentre as competências descritas no programa está o trabalho em equipe, o incentivo e foco para que a competência de liderança seja baseada no trabalho em equipe é fundamental para o sucesso da assistência de enfermagem nessas situações.

2018	Brown K.M. Rode J.L.	Estados Unidos	Leadership Development Through Peer-Facilitated Simulation in Nursing Education	<p>Esta abordagem combinou o método pedagógico de simulação realística com a aprendizagem facilitada por colegas para aprimorar, aprender e auxiliar no desenvolvimento da liderança dos discentes de enfermagem. Os resultados deste estudo demonstram que esses efeitos permaneceram em vigor dentro de um ambiente de aprendizagem assistida por pares. Além disso, esses resultados reforçam o potencial de liderança para desenvolvimento dentro de um ambiente clínico simulado.</p> <p>A aprendizagem facilitada por pares pode aumentar a confiança, satisfação e liderança do estudante de enfermagem.</p>
2018	Haley P, et al.	Estados Unidos	A Capstone Simulation for Leadership Development	<p>O projeto buscou trabalhar com o desenvolvimento de habilidades de liderança nos estudantes durante a simulação dentro de um hospital de simulação, com pacientes padronizados. Esses pacientes deram maior grau de realidade à simulação, ajudando na delegação, manejo, priorização da tomada de decisão. A autonomia que foi dada aos discentes para o manejo das complexidades do cuidado do paciente foi um ponto positivo no trabalho em equipe. Os alunos sentiram que serem colocados em uma posição de liderança e para gerenciar uma equipe de pacientes trouxe a realidade da prática profissional de enfermagem favorecendo o aprendizado.</p>
2018	DeMonica Latrice Junious	Estados Unidos	Collaborative Simulation Training: Strategies Used to Teach Root Cause Analysis Leadership Competencies	<p>Esse estudo trouxe as análises dos treinos por simulação colaborativa, onde a introdução da clínica e da liderança foi um dos pontos em destaque. Esses treinamentos também favoreceram o pensamento crítico, coaching, mentoria e comunicação. O feedback de professores e alunos revelou uma experiência de aprendizagem permeada de oportunidades necessárias para desenvolvimento de liderança. Embora a simulação tenha sido efetivamente usada para fornecer as competências teóricas básicas e habilidades psicomotoras e da prática clínica, a mesma estratégia pode ser utilizada de forma mais eficaz ao introduzir conceitos essenciais de liderança. Embora o uso dessa simulação falhou em abordar a priorização na gestão de atribuições complexas de pacientes, o treinamento serviu para melhorar a colaboração, comunicação e competência entre alunos de uma faculdade de enfermagem. O resultado geral melhora a compreensão das funções delineadas e escopos de prática entre alunos, colegas e pares.</p>

2018	VanGraafeiland B. et al	Estados Unidos	Academic-clinical service partnerships are innovative strategies to advance patient safety competence and leadership in prelicensure nursing students	O Projeto de QI foi uma experiência benéfica para os recém formados em enfermagem visto que, trata-se de uma parceria clínica acadêmica inovadora de forma a promover a segurança do paciente e promover a liderança em enfermagem com foco na segurança do paciente. É um programa onde o recém formado poderá se especializar na área de interesse como pediatria, tendo um tutor/professor do próprio hospital, além da faculdade, que irá auxiliá-lo na continuidade da sua formação acadêmica.
2019	Bright A. L.	Estados Unidos	Practicing Leadership Skills through Peer Mentoring and Teaching: the Lived Experience of BSN Students	Trata-se de um programa de mentoria com foco em desenvolvimento e aprimoramento das habilidades de comunicação, trabalho em equipe, percepções de dinâmica de grupo, resolução de problemas, tomada de decisão, autoconhecimento e compromisso ético. O programa enfatiza a necessidade de habilidades de liderança, como resolução de problemas e estratégia, julgamento fundamentado e tomada de decisão racional. O tutor/mentor traz exemplos de oportunidades e diversas atividades com esse foco. A liderança foi exercitada em grupos, refletindo sobre experiências com olhar no autoconhecimento. O ato de discutir e refletir sobre experiências permitiu ao discente aprender sobre o valor da autenticidade na liderança. A autoconfiança fez parte do processo de desenvolvimento da liderança.
2019	Leigh J.et al	Reino Unido	Reflection on creating a coaching approach to student nurse clinical leadership development	Esse estudo trouxe as técnicas de coaching para o desenvolvimento da liderança clínica do aluno de enfermagem. O coaching foi feito por meio de simulação realística e recursos online.
2019	Kim J, Lee O.	Coreia do Sul	Effects of a simulation-based education program for nursing students responding to mass casualty incidents: A pre-post intervention study	O trabalho em equipe, confiança no líder de equipe, consciência de funções e comunicação, foram treinadas por meio de um programa de simulação de casos e situações que pudessem contribuir para o desenvolvimento dessas habilidades.
2019	Herrmann A.	Estados Unidos	Service-Learning and Professional	Intervenções na comunidade empregando Aprendizado em Serviço foi um dos princípios do treinamento dos estudantes de enfermagem.

			Values Development of Baccalaureate Nursing Students	Essa técnica traz o exercício de identificar valores profissionais, reflexão sobre o comportamento profissional, liderança e postura crítica.
2020	Ruiz D.	Estados Unidos	Population Health Beyond the Classroom: An Innovative Approach to Educating Baccalaureate Nursing Students	Alunos tiveram a oportunidade de conhecer e realizar atividades com líderes comunitários como organização de palestras, painéis de discussão e discussões de experiências. Participaram de atividades de liderança junto à comunidade, incluindo reuniões e conferências. O treinamento teve olhar para liderança e saúde pública.

A primeira categoria temática "desenvolvimento da liderança a partir da elaboração ou adaptação de ferramentas de avaliação dos graduandos de enfermagem" foi construída, com base em 9 artigos

Nos estudos analisados, uma das temáticas que foram abordadas foi o desenvolvimento da liderança por meio da elaboração de ferramentas de avaliação dos alunos. Com isso, novas estratégias para o ensino dos alunos também surgiram.

Outras estratégias também foram trabalhadas, como o uso de metodologias ativas para um curso de liderança. Por meio disto foi possível analisar a contribuição do método para um curso de liderança. Como resultado, foi possível observar, a partir da avaliação dos alunos que auxiliou e estimulou os alunos a trabalharem em equipe, as discussões em grupo também foram avaliadas positivamente, bem como o estímulo para o engajamento no aprendizado. Com isso, foi possível trabalhar o trabalho em equipe, a decisão coletiva, a influência e persuasão (KTEPE, et al, 2018).

Alguns estudos apontaram para o desenvolvimento de inovadoras estratégias pedagógicas para o desenvolvimento dos alunos. Uma delas foi a estratégia Golden, implantada e desenvolvida nos Estados Unidos, que teve como objetivo proporcionar aos alunos oportunidades de liderança. Essas práticas eram selecionadas de acordo com o que o aluno estava trabalhando durante a semana. Os resultados demonstraram como essa experiência pode estimular o pensamento crítico dos alunos, além de eles se sentirem mais motivados, estimulados e expostos a papéis distintos de liderança em enfermagem (GIORDANO, 2018). Além desse, outro estudo também utilizou a

aprendizagem ativa para o desenvolvimento dos alunos, em que foi utilizada uma simulação com um quadro interpretativo, em que os alunos puderam refletir sobre novos conhecimentos, além de terem a possibilidade de refletir sobre novos conhecimentos (MCPHEARSON & MACDONALD, 2016).

Uma última categoria foi abordada nessa temática, a inserção do desenvolvimento de liderança nos alunos desde o início da formação, e a relevância de tal conduta. Em um estudo realizado por Brown, foi desenvolvido um currículo que busca trabalhar o tema do começo ao final do curso. Além disso, esse sistema também consegue identificar quais temas já foram abordados. Com isso, o modelo possibilita uma educação preparatória e com o estímulo da liderança clínica em enfermagem. Em um outro estudo o mesmo modelo curricular foi implementado e pode contribuir para que os alunos pudessem atuar de forma cada vez mais ativa, por meio do contínuo contato com o tema (BROWN, et al, 2015).

A segunda categoria temática: "competências e estratégias de ensino-aprendizagem para o ensino da liderança", que apresentou 11 artigos; alguns autores trazem o uso de metodologias de aprendizagem ativas como estratégias efetivas no desenvolvimento de habilidades de liderança. James (2018), infere que a metodologia de aprendizagem por atitude permite aos estudantes de graduação a oportunidade de questionar, criticar e analisar questões e problemas, apoiados por teoria e evidências, podendo então ser utilizada como ferramenta para o desenvolvimento de liderança. Semelhantemente, uma universidade dos EUA utilizou técnicas de aprendizagem ativa no processo de ensino-aprendizagem da liderança através da elaboração de um jornal clínico onde os alunos deveriam fazer relatos sobre as experiências vividas e as teorias de liderança aplicada no momento, e outros tópicos relacionados às competências de liderança (SHERRY, 2016).

Determinados estudos apontaram competências de liderança e estratégias utilizadas para o desenvolvimento destas. Cavelão mostrou que docentes da disciplina de Administração em Enfermagem consideram que tomada de decisão, comunicação, resolução de conflitos e integridade são competências importantes para o desenvolvimento de liderança. Não só, a pesquisa aponta que estratégias de estudo de caso junto com aula expositiva dialogada, e pesquisa são as mais utilizadas pelos docentes para o desenvolvimento da liderança.

Um estudo realizado com 12 acadêmicos do 9º período de enfermagem, demonstrou que as seguintes estratégias adotadas no estágio curricular contribuíram para o desenvolvimento de competências de liderança, entre as competências citadas está: trabalho em equipe, habilidade de comunicação e motivação, autonomia, confiança, assim como promoção da participação e valorização dos membros da equipe para alcance dos objetivos. Os acadêmicos inferem que para um melhor desenvolvimento destas competências era necessária uma boa inserção na equipe de enfermagem durante o estágio o que era facilitado quando havia um momento para apresentações e quando o aluno demonstrava interesse e iniciativa. Outras estratégias facilitadoras para o desenvolvimento de competências de liderança foram: acreditação pelo enfermeiro que os acompanhava pois isto proporcionou credibilidade junto à equipe, e, oportunidades de assumir responsabilidades, compartilhar conhecimentos e tomar decisões. Ademais, eles indicam que ter a liderança como critério de avaliação é um fator motivador para o desenvolvimento desta (KNOP, GAMA & SANHUDO, 2017).

Certos pesquisadores sinalizam a importância de experiências práticas para o desenvolvimento de liderança. Estratégias que possibilitam a aprendizagem em serviço são mais eficazes na aquisição de liderança do que métodos passivos. Dentre as experiências que favorecem a aquisição de competências de liderança estão: atividades como comunicação e colaboração com a equipe de saúde, condução de discussões em rodas interdisciplinares de atendimento ao paciente, reuniões de manutenção.

Ainda foram encontrados outros métodos para o processo de ensino-aprendizagem da liderança como as intervenções educativas para desenvolvimento da liderança em alunos do 1º ano de enfermagem. Na avaliação dos discentes foram efetivas para aprendizagem da liderança: exemplos visuais ao nível do aluno, observação de modelos de comportamento e discussões em pequenos grupos. A utilização de workshop teatral aproximou os alunos do desenvolvimento de reflexão crítica sobre competências de liderança como o “poder”.

Na Categoria 3, "treinamento da liderança e trabalho em equipe" foram selecionados 19 artigos, dentre as estratégias utilizadas para o treinamento da liderança

e o trabalho em equipe, foram realizadas simulações com os alunos. As situações utilizadas foram das mais variadas, indo desde situações de emergência, desastre em massa até ambientes hospitalares.

A simulação do ambiente hospitalar promove um ambiente de aprendizagem. Com o uso de pacientes padronizados, os alunos puderam exercitar questões como a delegação, manejo, priorização e tomada de decisão. De acordo com o que foi relatado pelos alunos, a autenticidade das realidades de prática clínica, exigiu deles uma liderança de equipe para um bom manejo do cuidado com o paciente (STRICKLAND, et al, 2018).

O estímulo ao pensamento crítico dos alunos, o desenvolvimento de habilidades psicomotoras, a necessidade de uma boa comunicação entre a equipe, uma boa compreensão entre os alunos das suas respectivas funções são outras questões que favorecem o desenvolvimento da liderança. Além disso, as abordagens que trabalharam com situações de emergência puderam também trabalhar nos alunos habilidades de liderança aumentando suas capacidades de resposta rápida e eficaz na ocorrência de desastres (STEIN, 2017).

Outro estudo realizado, com simulação de ambiente clínico pediátrico evidenciou como essa abordagem também trabalha habilidades de gestão e raciocínio clínico. Além disso, os alunos também puderam receber feedbacks e críticas. De acordo com os alunos, a experiência permitiu que eles pudessem reconhecer também seus pontos fortes e fracos (GAMBLE, 2017).

O uso da pedagogia tradicional não tem sido tão efetivo nas ações de desenvolvimento de liderança, trazendo aos graduandos poucas experiências e oportunidades ao longo da sua formação (HERRMANN, 2019). Dessa forma, a estratégia de treinamento de liderança por meio de programas relacionados a Saúde Pública e saúde da comunidade vem sendo utilizados.

Em um estudo realizado nos Estados Unidos, usou o serviço em comunidade como forma de aprendizado. Os resultados demonstraram como foi observado, nos estudantes, uma mudança de comportamento em relação a liderança, após a intervenção. Isso ocorreu de modo que foi possível observar uma postura crítica e de liderança profissional (HERRMANN, 2019).



Outros estudos que realizaram a mesma estratégia também puderam trazer evidências que esse tipo de intervenção traz para os alunos um senso de responsabilidade (DECKER, et al, 2016). Além disso, com a realização de trabalhos na comunidade, os alunos puderam coordenar eventos, promover saúde, conhecer os territórios e a importância do enfermeiro conhecer sua região de atuação, conhecer os líderes locais, puderam também contribuir com a realização de painéis de discussão, palestras, e planejamento de metas futuras em relação a saúde da comunidade (RUIZ, 2020).

Por meio das diversas experiências e oportunidades de exercer a liderança, os alunos puderam adquirir novas habilidades de liderança, além de poderem conhecer mais de perto a importância do seu papel de liderança como enfermeiro, para a promoção e aumento da saúde na comunidade (EVANS-AGNEW, et al, 2016). Com isso, é notável como essa abordagem de treinamento de liderança e trabalho em equipe, contribuiu para que os estudantes pudessem praticar e liderar, além da possibilidade de promover saúde além dos muros do hospital (RUIZ, 2020).

Outra estratégia de treinamento de liderança bastante utilizada em diversos estudos foi a prática da mentoria entre os alunos, em que os mais experientes ensinavam os mais novos. O uso dessa modalidade permitiu que os graduandos estivessem envolvidos com a prática da liderança por meio do ensino.

Em um estudo na Coreia (WON & CHOI, 2016), em que foi realizada a prática da mentoria, os alunos responsáveis por orientar referiram o seu autodesenvolvimento como líderes, como eles puderam revisar temas já aprendidos e buscar por estratégias para que os pupilos tivessem êxito na sua aprendizagem, com isso puderam gerenciar o aprendizado de seus orientandos. Além disso, também destacaram como a atividade trouxe a eles a reflexão sobre habilidades de liderança.

A prática de mentoria, habilidades como comunicação, percepções sobre dinâmica de grupo, resolução de problemas e tomada de decisão, foram trabalhadas e desenvolvidas nos estudantes. Sendo que essas, são vistas como essenciais para um bom trabalho de liderança em enfermagem ser exercido. Tutores podem praticar habilidades de liderança durante o desenvolvimento das atividades, além de poderem trabalhar com os medos e frustrações de seus alunos.

Por fim, outra estratégia também apontada como eficaz para trazer aos graduandos uma vivência em relação a liderança, são os grupos de interesse. Um estudo realizado nos Estados Unidos traz a importância de manter os alunos envolvidos uns para com os outros, compartilhando interesses, socializando fora da sala de aula e trabalhando as habilidades de organização, liderança, comunicação, formação de equipe e responsabilidade (LIM & NADEAU, 2016).

## **CONCLUSÃO**

A pergunta norteadora deste estudo foi: Quais são as ferramentas de apoio ao desenvolvimento de liderança dos graduandos de enfermagem? De acordo com a revisão de literatura, foi identificado diversas ferramentas para o conhecimento de liderança e das habilidades que a envolvem, todas buscam desenvolver no discente a capacidade de projetar, fornecer, gerenciar e coordenar os cuidados de enfermagem junto ao paciente bem como a capacidade de gerenciar pessoas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição. Despacho do Ministro em 2001, publicado In: Diário Oficial da União. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição. Seção 1E, 2001, p. 131.

BRIGHT, AL. Practicing Leadership Skills through Peer Mentoring and Teaching: the Lived Experience of BSN Students, *International Journal of Nursing Education Scholarship*, 2019

BROWN, A. et al. Clinical leadership and pre-registration nursing programmes: A model for clinical leadership and a prospective curriculum implementation and evaluation research strategy, *Nurse Education Today*, 2016, 42 30–34

BROWN, KM., Rode, JL. Leadership Development Through Peer-Facilitated Simulation in Nursing Education *Journal of Nursing Education*, 2018, Vol. 57, No. 1.

CAMPBELL, E. An Examination Of Teaching-learning Methods For The Acquisition Of Leadership Skills In Undergraduate Nursing Creighton University Omaha, 2018, NE October 22.

CARRARA, GLR, et al. O ensino da liderança na Graduação em Enfermagem. Atas CIAIQ [Internet]. 2015 [citado 2020 mai 12]. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/225/221>

CAVEIÃO, C. Competências e estratégias de ensino-aprendizagem para a formação da liderança do enfermeiro. Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Paraná. Universidade Federal do Paraná, 2016

CLANCY, TL. Influence of co-teaching on the development of transformational leadership skills in undergraduate nursing students: a pilot study. *College Quarterly* Volume 20 • Issue 3, 2017

DECKER, K. et al. Outcomes of a Bystander Intervention Community Health Service Learning Project, *Nurse Educator*, 2016, 41(3), 147–150

EVANS-AGNEW, R. et al.,. Community Health Needs Assessments: Expanding the Boundaries of Nursing Education in Population Health, *Public Health Nursing*, 2017, Vol. 34, N. 1, January/February.

FOLI, KJ, et al. Development of leadership behaviors in undergraduate nursing students: a service-learning approach. *Nurs Educ Perspect*; 2014, 35(2):76-82. doi: <http://dx.doi.org/10.5480/11-578.1>

GALUSKA, LA. Dedicated Education Units: Partnerships for Building Leadership Competency. *Journal of Nursing Education*, 2015 Vol. 54, No. 7.

GAMBLE, A. Simulation in undergraduate paediatric nursing curriculum: Evaluation of a complex ‘ward for a day’ education program, *Nurse Education in Practice*, 2017, 23, 40-47.

GAWLIK, KS et al. The I Will Help You mental health initiative: A pedagogy for nursing leadership and a call to action for nurses, *Journal of Professional Nursing*, 2018, 34, 364–368.

GIORDANO, M.S. Innovative Approach in Leadership Development for RN-BS Students, *Nurse Educator*, 2018, Vol. 44 no. 3, pp. 125–126.

HA, L; PEPIN, J. Experiences of nursing students and educators during the co-construction of clinical nursing leadership learning activities: A qualitative research and development study , *Nurse Education Today*, 2017 55, 90–95.

IGBO, II., SUL, EN. Peer Mentoring as a Successful Retention Strategy for a Baccalaureate Nursing Program in a Historically Black College and University, *Nursing Perspective*, 2018

JAMES, AH. Action learning can support leadership development for undergraduate and postgraduate nurses, *British Journal of Nursing*. 2018, Vol 27, No 15.

JUNIOUS, DL. Collaborative Simulation Training: Strategies Used to Teach Root Cause Analysis Leadership Competencies, *Nursing Education Perspectives*, 2020, Vol 41, No 1.

KIM, J., LEE, O. Effects of a simulation-based education program for nursing students responding to mass casualty incidents: A pre-post intervention study, *Nurse Education Today*, 2020, 85 104297.

KINOP, A.; GAMA, BMBM.; SANBUDO, NF. Acadêmicos de enfermagem e o desenvolvimento da liderança: desafios enfrentados no estágio curricular *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*. 2017, 7: e1378 DOI: 10.19175/recom.v7i0.1378 [www.ufsj.edu.br/recom](http://www.ufsj.edu.br/recom)

KTEPE, N. et al. Use of Team-Based Learning in a Nursing Leadership Course: An Action Research Study. *Nurse Educator*, 2018

LAURENCE, H, PEPIN, J. Clinical nursing leadership educational intervention for first-year nursing students: A qualitative evaluation, *Nurse Education in Practice*, 2018 32, 37–43.

LEIGH, J. et al. Reflection on creating a coaching approach to student nurse clinical leadership development, *British Journal of Nursing*, 2019, vol 28, No 17.

LIM, FA., NADEAU, CA. Student-Led Interest Groups: An Adjunct to Learner-Centered Nursing Education, *Nursing Education Perspectives*, 2016, Vol 37, No 4.

MCPHEARSON, C., MACDONALD, C. Blending Simulation-Based Learning and Interpretative Pedagogy for Undergraduate Leadership Competency Development, *Journal of Nursing Education*, 2017, Vol. 56, No. 1.

MELLO, CCB; ALVES, RO; LEMOS, SMA. Methods of health education and training: literature review. *Rev CEFAC*, 2014, v. 16, n. 6, p. 2015-2027.

READ, CY; BETANCOURT, DMP.; MORRISON, C. Social Change: A Framework for Inclusive Leadership Development in Nursing Education. *Journal of Nursing Education*, 2016, Vol. 55, no. 3.

RIBEIRO, MRRR; GANNE, GM. Acreditação no ensino superior de enfermagem: o papel da pesquisa da extensão. *Arquivos de ciências da saúde*, 2014, v.21, n. 1, p. 71-76.

RUIZ, D. Population Health Beyond the Classroom: An Innovative Approach to Educating Baccalaureate Nursing Students, *Nursing Education Perspectives*, 2020, vol 41, No 5.

SAYLOR, J. et al. Effects of a service learning experience on confidence and clinical skills in baccalaureate nursing students, *Nurse Education Today*, 2018, 61. 43–48.

SHERIFF, IHN. et al. Student-led leadership training for undergraduate healthcare students, *Leadership in Health Services*, 2017, Vol. 30 No. 4, pp. 428-431.

SHERRY, S. Applying Leadership Theory to Practice Using a Structured Clinical Journal *Journal of Nursing Education*, 2016, Vol. 55, No. 10.

STEIN, LMN. A Strategy to Enhance Student Experiences in Public Health Emergency Preparedness and Response Medical Reserve Corps Nursing Student Summer Externship, *Nurs Admin Q*, 2017, Vol. 41, No. 2, pp. 128–133.

STRICKLAND, HP., WELCH, T. A Capstone Simulation for Leadership Development Bridging Theory to Practice, *Nurse Educator*, 2019, Vol. 44 , No. 2, pp. 84–87.

TAYLOR, SS., TAYLOR, RA. Making power visible: Doing theatre-based status work with nursing students, *Nurse Education in Practice*, 2017 26, 1-5.

TESH, A., KAUTZ, DD. (Using Reflective Practice in a Leadership Course, *Nurse Educator*, 2017, Vol. 42, No. 3, pp. 117-119.

VANGRAAFEILAND, B, et al. Academic-clinical service partnerships are innovative strategies to advance patient safety competence and leadership in prelicensure nursing students, *Nurs Outlook*, 2019, 67. 49 - 53.

WON M, CHOI, Y. Undergraduate nursing student mentors' experiences of peer mentoring in Korea: A qualitative analysis, *Nurse Education Today*, 2017, 51. 8–14.

**Capítulo 56 - DOI:10.55232/1083002.56**

## **ANÁLISE DA ATIVIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO NA IDENTIFICAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS DE TRABALHO DE UM ENFERMEIRO DO TRABALHO**

**Rubya Pereira Da Silva Branco, Claudia Olläy e Flavio Kanazawa**

**RESUMO:** A ergonomia da atividade está centrada na atividade humana, e mais concretamente, na atividade situada na ação. Os ergonomistas se apropriaram do conceito desenvolvido pela Teoria da Análise da Atividade, e o situaram na ação, o que possibilitou um novo olhar sobre a atividade de trabalho. O estudo objetivou realizar a análise da atividade de uma Enfermeira do Trabalho, identificar as exigências no processo de trabalho e propor recomendações ergonômicas para melhoria das condições de trabalho. É um estudo de natureza qualitativa, do tipo estudo de caso, de caráter descritivo e analítico e, orienta-se por ter sido desenvolvido a partir da experiência da pós-graduanda em Ergonomia, com a aplicação da autoanálise da atividade de trabalho. A coleta de dados foi realizada no período de Maio a Junho de 2021, através de auto-observação do processo, das tarefas e atividades de trabalho; observação in loco do posto de trabalho e levantamento de informações organizacionais. Com base na percepção da trabalhadora sobre o estresse vivido durante a realização do protocolo interno de atenção ao coronavírus, elegeu-se a tarefa de “Teleatendimento COVID-19” para análise. Foram identificadas exigências física, mental, ambiental e organizacional e sobrecarga cognitiva, relacionada pela necessidade de execução sistemática e atenção contínua da tarefa. O estresse sinalizado pela trabalhadora tem relação com os fatores de risco observados e suas causas com as questões organizacionais do processo de trabalho. As recomendações dizem respeito a adequações do fluxo das tarefas e da equipe de trabalho.

**Palavras-chave:** Ergonomia, Análise da Atividade, Análise Ergonômica do Trabalho

## **INTRODUÇÃO**

A Ergonomia nos permite fazer uma abordagem sistêmica de aspectos da atividade humana, sendo necessário para a compreensão dessa dimensão, que os ergonomistas analisem o trabalho considerando aspectos físicos, cognitivos, sociais, organizacionais, do ambiente de trabalho, entre outros. De forma geral, pode ser entendida como uma disciplina que tem como objetivo transformar o trabalho, em suas diferentes dimensões, adaptando-o às características e aos limites do ser humano (ABRAHAAO, et al., 2009).

Através da Ergonomia, é possível compreender quais mecanismos fisiológicos e psicológicos estão envolvidos no processo produtivo de uma organização, sendo, no Brasil, regulamentada pela Norma Regulamentadora Nº 17 (NR), que visa estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, visando proporcionar a realização do trabalho de forma segura, com conforto e eficiência no desempenho (Portaria MTPS n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990).

Comparado aos países industrializados, a introdução da Ergonomia no Brasil ocorreu tardiamente em meados dos anos de 1960, permitindo a ela receber influências diversas. Se inicialmente estava associada à engenharia de produtos, nos anos de 1970, surge como a “Ergonomia da Atividade” para colaborar no enfrentamento dos problemas relacionados às condições de trabalho, diante do grande número de acidentes dessa natureza (FILHO & LIMA, 2015).

A ergonomia da atividade está centrada na atividade humana, e mais concretamente, na atividade situada na ação. Os ergonomistas se apropriaram do conceito desenvolvido pela Teoria da Análise da Atividade, mas o situaram na ação, o que possibilitou um novo olhar sobre a atividade de trabalho.

O conhecimento gerado é obtido por meio da análise ergonômica do trabalho (AET) que procura identificar determinantes de cada atividade, por meio da análise dos objetivos estabelecidos pela pessoa; características dos materiais e das ferramentas utilizadas; características próprias das pessoas e do contexto de uso. Através desta, é possível identificar fatores da organização do trabalho que impactam diretamente na saúde física e mental dos trabalhadores (STICCA, 2017).



Segundo Vilela et. al. (2015), a AET é um método que possibilita conhecer sobre o funcionamento do ser humano em uma situação real de trabalho, tornando possível compreender seus determinantes, sendo aplicada nesse estudo à atividade de uma profissional da área de Enfermagem do Trabalho.

De acordo com a Associação Nacional dos Enfermeiros do Trabalho (ANENT), os Enfermeiros do Trabalho no Brasil desempenham atividades relacionadas à higiene ocupacional, segurança e medicina, e integram grupos de estudo de proteção da saúde e segurança do trabalhador. Suas responsabilidades incluem tarefas variadas, relacionadas à prevenção de doenças e acidentes de trabalho e à promoção da saúde no trabalho.

Na prática, esse profissional por vezes assume multitarefas que envolvem ações gerenciais, assistenciais, investigativas, educativas e atualmente, na pandemia, estão diretamente ligados ao desenvolvimento das atividades relacionadas aos protocolos de prevenção à COVID-19 nas empresas onde atuam, realizando ações de vigilância epidemiológica, orientação, identificação de casos, acompanhamento da evolução dos casos, entre outros.

A demanda primária deste estudo foi originada a partir de um trabalho desenvolvido em curso de pós-graduação em Ergonomia, que propunha a autoanálise da atividade de trabalho, no caso em questão, de uma Enfermeira do Trabalho. Posteriormente, as queixas de estresse por parte dos demais enfermeiros da instituição, bem como a identificação de falhas em processos referentes ao protocolo de COVID adotado pela empresa, caracterizaram a demanda secundária, direcionando o estudo para a necessidade de compreender de forma mais abrangente, a relação entre a problemática evidenciada e sua relação com o trabalho.

O estudo teve como objetivos realizar a análise da atividade de uma Enfermeira do Trabalho, identificar as principais exigências de trabalho (fatores de riscos) no seu processo de trabalho e propor recomendações ergonômicas para melhoria das condições de trabalho.

## **MÉTODO DE TRABALHO**

O estudo é de natureza qualitativa, do tipo estudo de caso, de caráter descritivo e analítico e, orienta-se por ter sido desenvolvido a partir da experiência da pós-graduanda em Ergonomia, com a aplicação da autoanálise de sua atividade de trabalho. Segundo Piana (2009) uma pesquisa não pode ser desenvolvida sem que técnicas e instrumentos

metodológicos sejam aplicados adequadamente, a fim de permitir a aproximação ao objeto de estudo.

A coleta de dados foi realizada no período de Maio a Junho de 2021, através de auto-observação do processo de trabalho, das tarefas e atividades de trabalho; observação *in loco* do posto de trabalho e levantamento de informações organizacionais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A trabalhadora em questão foi admitida como Enfermeira do Trabalho Junior através de processo seletivo baseado em entrevista técnica, testes comportamentais e de conhecimento específico, tendo sido contratada com vínculo celetista e tem uma jornada de trabalho de 44h semanais, realizadas de segunda a sexta no horário de 06h - 15h:43, correspondente ao primeiro turno.

Quanto à caracterização da trabalhadora em estudo, um resumo das principais informações é apresentado na Tab. 1.

**Tabela 1. Dados da trabalhadora do estudo.**

<b>Gênero</b>	Feminino
<b>Idade</b>	34 anos
<b>Estado civil</b>	Casada
<b>Filhos</b>	01
<b>Formação</b>	Bacharel e Licenciada em Enfermagem.
<b>Grau de escolaridade</b>	Pós-graduação nível lato sensu em Enfermagem do Trabalho e em Enfermagem em Cardiologia e Hemodinâmica. Atualmente cursando Ergonomia.
<b>Tempo de formação</b>	10 anos e 11 meses
<b>Tempo de atuação profissional</b>	10 anos e 2 meses
<b>Função atual</b>	Enfermeira do Trabalho Jr.
<b>Tempo de empresa</b>	08 meses
<b>Tempo na função</b>	08 meses

A equipe do local de estudo é composta por enfermeiros e médicos, sendo que do total de integrantes, 67% têm menos de 1 ano na empresa, fator que demonstra a alta rotatividade desses profissionais. No setor não há técnicos de enfermagem e nem profissionais administrativos, logo todas as atividades são desenvolvidas pelos enfermeiros, quer sejam administrativas, atendimento ao público em geral, de baixa complexidade ou as privativas da categoria.

Em relação às tarefas realizadas ao longo da jornada, evidencia-se que a trabalhadora tem alternância de posturas, onde parte das atividades são realizadas em pé, contudo a posição sentada predomina ao longo do plantão. Em suma, atualmente tem a atribuição de iniciar a jornada de atividades do ambulatório médico fazendo a abertura do prédio e preparando o ambiente para as atividades do dia (organização de materiais e equipamentos, disponibilidade de impressos). Inicia o turno sozinha e permanece assim até às 07h:30, quando chegam dois enfermeiros que realizam horário administrativo e o médico coordenador.

Na empresa existe um protocolo que institui a obrigatoriedade de que todo trabalhador que se ausente por 5 dias ou mais, passe em avaliação no ambulatório, sendo esta realizada inicialmente através do preenchimento de um questionário que deve ser verificado e analisado pelo profissional de enfermagem, verificação de temperatura em todos os casos, verificação de pressão arterial e glicemia capilar nos casos de portadores de hipertensão e diabetes, respectivamente, e encaminhamento ao médico quando necessário.

Por vezes a trabalhadora chega no ambulatório e já encontra pessoas aguardando na fila, tendo que organizar o setor com rapidez, entregar os formulários, verificar sinais vitais, analisar os resultados e tomar ação de encaminhamento ao médico, higienizar os materiais utilizados e separar os prontuários, fazendo todo esse atendimento sozinha. Essa rotina ocorre diariamente e é feita até o final do horário de entrada do turno administrativo, encerrando aproximadamente às 08h:30, quando inicia as atividades na estação de trabalho.

Nessa estação são desenvolvidas atividades de leitura e tratativa de e-mails, reprodução através de digitalizações e fotocópias de documentos aos membros da equipe (tendo em vista que há apenas uma máquina e esta se localiza em sua mesa), acesso aos sistemas de gestão em saúde ocupacional para solicitação e lançamento de resultado de exames, registro de atestados médicos, emissão de atestado de saúde ocupacional, elaboração de documentação técnica e relatórios, teleatendimento de enfermagem no protocolo de COVID, atendimento telefônico às áreas, entre outros.

Devido ao elevado número de tarefas com frequência de realização variável, optou-se por organizá-las na tab. 2 a seguir, de maneira categorizada, a fim de viabilizar a análise da atividade, proposta deste estudo.

**Tabela 2 – Tarefas desenvolvidas pela trabalhadora do estudo.**

Nº	Tarefas	Frequência	Carga Horária
<b>Tarefas do Protocolo COVID</b>			
1	Atendimento inicial de triagem COVID (afastados por 5 dias ou mais)	Diária	2 horas
2	<i>Teleatendimento COVID, realizando identificação de casos, orientação e condução dos mesmos</i>	Diária por demanda	40 minutos / atendimento*
3	Atendimento telefônico aos clientes (solicitações e dúvidas de trabalhadores, gestores e áreas)	Diária por demanda	10 minutos/ atendimento**
4	Alimentação dos dados estatísticos em planilhas para envio gerencial	Semanal	1 hora
5	Inspeção na área ( aferição de temperatura e orientações)	2 vezes na semana	1 hora
<b>Tarefas Operacionais</b>			
6	Verificação e tratativa dos e-mails internos e externos	Diário	2 horas
7	Manejo de documentos	Diário	1 hora
8	Agendamento de consultas médicas	Diário	30 minutos
9	Rotina de exames (emissão de guias, impressão, resultados)	Semanal	5 horas
10	Rotina de atestados	Semanal	2 horas
11	Triagem pré-exames ocupacionais	Diária	1 hora
<b>Tarefas Assistenciais</b>			
13	Atendimento clínico assistencial	Mensal	1 hora
14	Atendimento clínico assistencial de urgência e emergência	Não programada	1 hora
<b>Tarefas de Gestão e Planejamento</b>			
15	Participação em reuniões estratégicas dos projetos sob sua responsabilidade	2 vezes por semana	4 horas
16	Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde	Mensal	30 minutos
17	Reunião gerencial	Semanal	1 hora
18	Gestão da Qualidade em Serviços de Saúde	Semanal	2 horas

\*A média de casos diários tratados pela trabalhadora é de aproximadamente 4, que corresponde a uma carga horária total de 2 horas e 40 minutos dedicados a esta tarefa.

\*\* Os atendimentos telefônicos ocorrem simultaneamente a outras atividades. Foi mapeado pela trabalhadora uma média de 35 atendimentos telefônicos no dia.

Para este estudo, adotou-se como critério para definição das atividades analisadas a demanda originada a partir da queixa da Enfermeira do Trabalho, em relação ao estresse relatado durante a realização das atividades ligadas às ações do protocolo interno de atenção ao coronavírus.

Esleu-se a tarefa de “Teleatendimento COVID-19” para análise, da qual a trabalhadora é “*focal point*”, onde se identificou a ocorrência de falhas no processo relacionadas à identificação, comunicação e tratativas tardias dos casos, o que compromete a qualidade do serviço prestado, gerando críticas por parte da Gerência Geral de Saúde, Segurança e Meio Ambiente.

A frequência de realização dessa tarefa não é definida, pois depende do contato do trabalhador. No período do estudo, a média de casos atendidos era de aproximadamente 27 suspeitos e 34 contactantes. A demanda desse atendimento pode chegar através de quatro canais diferentes, sendo ligação telefônica, queixa do trabalhador durante atendimento presencial, comunicação via *whatsapp* e via e-mail. Especificamente será detalhada a tarefa realizada a partir da ligação telefônica de um caso suspeito.

A trabalhadora desenvolve a tarefa de Teleatendimento COVID-19 em uma sala dentro do ambulatório médico, com medidas aproximadas de 3m de comprimento e 5m de largura. Possui iluminação artificial e natural, ocorrendo incidência de reflexo luminoso da janela na tela do monitor da trabalhadora. A ventilação é natural e artificial, contando com uma central de ar modelo *split*, que fornece ar quente ou frio.

O posto de trabalho é composto por mesa de escritório, que tem formato em L, com medidas aproximadas de 160 cm de largura, 80cm de profundidade, 75cm de altura e bordas arredondadas com 2 mm. Utiliza uma cadeira no modelo “secretária”, a qual dispõe de suporte para braços, encosto e assento em espumas laminadas e cobertura em nylon. Dispõe de regulagem e ajuste para o encosto e o assento possui regulagem de altura com pistão a gás.

A estação de trabalho é composta por computador *desktop* com altura ajustável, teclado e mouse independentes, *headset*, telefone fixo e uma máquina de *scanner* para digitalização e cópia de documentos, que atende a todo o setor. Não dispõe de acessórios ergonômicos como suporte de documentos, apoio para punhos e apoio de pés.

Na sala há uma impressora localizada em mesa específica, fora da estação de trabalho, que atende a todos os enfermeiros, sendo necessário o deslocamento para coleta

de documentos impressos ou copiados. O arquivo de prontuários está disposto na sala e é manuseado diversas vezes no decorrer da jornada, para retirada e guarda de prontuários em 90% dos atendimentos.

A empresa possui laudo ambiental documentado, mas não foi disponibilizado para este estudo, contudo a atividade do Enfermeiro do Trabalho não é classificada como de risco quanto à exposição ao ruído, devido ao ambiente estar conforme, dentro dos limites de tolerância segundo a NR-17. Desta forma, optou-se por realizar uma avaliação qualitativa, relacionadas às percepções subjetivas da trabalhadora quanto aos aspectos ambientais, sendo o ruído considerado pela trabalhadora como ruim, não pelo incômodo auditivo de fato, mas pelos efeitos na atenção e concentração durante o desenvolvimento de suas atividades.

A sala onde se localiza o posto de trabalho contém 5 ramais telefônicos, considerando 3 pessoas para atendê-los, que por vezes não estavam disponíveis. É comum que um teleatendimento aconteça enquanto outros ramais tocam ou os demais enfermeiros também estão atendendo, gerando desvio de atenção e falhas na coleta de informações importantes em relação ao caso atendido. Nesse cenário, vale ressaltar que durante o estudo o setor passava por uma obra predial e as atividades estavam sendo realizadas sob ruído constante de maquinários.

Quanto aos aspectos cognitivos, para realizar a tarefa objeto desta análise, que se caracteriza como complexa devido à alta exigência cognitiva, a trabalhadora necessita de atenção constante durante o atendimento, memória de curta duração, interpretação das informações para embasar o raciocínio em relação ao caso e tomada de decisão, para resolução de problemas, que não são constantes, mas diariamente acontecem.

No posto de trabalho, as condições que a trabalhadora tinha para realizar essa atividade se resumem em um local onde é necessário fazer multitarefas simultaneamente, como exemplo, interromper um teleatendimento para fazer cópia de documentação requerida por outros integrantes da equipe ou para solicitar que um trabalhador que chega em busca de atendimento presencial aguarde por alguns minutos, uma vez que não há recepcionista ou apoio administrativo no local.

Há momentos em que o atendimento é interrompido completamente, para ser retomado posteriormente em outra ligação, quando da ocorrência de urgência clínica ou acidente de trabalho. A trabalhadora, por vezes está fazendo o teleatendimento e recebe

outras ligações ao mesmo tempo através dos ramais da sala, de chamadas virtuais via aplicativo *webex* e *whatsapp*. A atenção, nesse momento, fica extremamente prejudicada, levando à erros que comprometem a condução dos casos, gerando atrasos nas tratativas pertinentes, o que implica inferir que as condições cognitivas para realização da tarefa de “Teleatendimento COVID” estão inadequadas.

O detalhamento das atividades que compõe a tarefa de “Teleatendimento COVID”, elegida para análise no estudo, conforme Tab. 3, foi realizado para identificar todas as atividades que compõe a tarefa e assim permitir compreender o processo de trabalho, para identificação das exigências ergonômicas e conseqüentemente as medidas de prevenção ou redução dos fatores de riscos associados.

**Tabela 3. Descrição das atividades.**

<b>Atividades da tarefa</b>	<b>Modo Operatório</b>	<b>Tempo médio de realização</b>
Recebe a demanda através de atendimento telefônico e realiza anamnese de Enfermagem.	Anamnese consiste no preenchimento de um questionário para coleta de informações pessoais e sobre a ocorrência, tais como queixas, início dos sintomas e contatos.  Nesta atividade também se realiza a orientação para o atendimento médico externo, cuidados preventivos e medidas de distanciamento.	20 minutos
Acessa o sistema para buscar informações complementares do trabalhador comunicante.	Informações complementares como gerência, setor e área são comumente pesquisadas em sistema, pois maior parte dos trabalhadores têm dificuldade em informar. Estes dados devem constar em relatório gerencial, portanto precisam ser informados corretamente.	2 minutos
Identifica quem são os colaboradores enquadrados como contactantes direto do caso e procede à comunicação do afastamento.	Na ocorrência de contactantes diretos que também sejam da empresa, é necessário entrar em contato telefônico e dispensar imediatamente para iniciar isolamento domiciliar, além de fazer as devidas orientações. Na impossibilidade de localizar o trabalhador, a área deve ser acionada através das secretárias ou supervisores.	15 minutos
Formalizar as dispensas dos trabalhadores envolvidos no caso (suspeito e contactantes).	Enviar e-mail aos supervisores e gerentes dos trabalhadores dispensados. Nessa atividade também formaliza a solicitação de higienização do local de trabalho do suspeito, além das informações para dispensa de linha de ônibus do fretado, se o mesmo utilizar.	minutos
Registrar as informações coletadas na anamnese em planilha específica.	Os dados precisam ser digitados em três planilhas, sendo duas relacionadas ao caso suspeito e uma aos contactantes. Não pode conter erros, pois as planilhas são utilizadas pela	5 minutos (por caso)

	gerência para gerar indicadores que são apresentados à diretoria em reunião semanal. A trabalhadora do estudo é a responsável por manter a planilha com dados em dia e reportar à gerência, contudo todos os enfermeiros têm acesso e por vezes imputam dados errados.	
6. Acondicionar ficha de anamnese em pasta específica e monitorar canais de comunicação para identificar o envio da documentação do trabalhador suspeito que vai embasar o caso (atestados, pedido de PCR, relatório médico).	Monitoramento deve acontecer ao longo do plantão, através da visualização do e-mail interno, externo e <i>whatsapp</i> .	2 minutos a cada visualização
7. Direcionamento ao médico da empresa quando após classificação do caso pelo médico externo.	Imprimir documentação enviada pelos canais de comunicação. Separação do prontuário do trabalhador. Organização da documentação no prontuário e direcionamento a um dos médicos da empresa. Quando o caso é classificado como suspeito e o exame de PCR não é solicitado no atendimento externo, o enfermeiro precisa articular com o médico interno a requisição desse teste e acionar o serviço social para agendamento.	15 minutos

Através do detalhamento da tarefa, é possível identificar que as atividades 1, 2 e 3, na qual a demanda é recebida, se caracterizam como de grande importância considerando a necessidade de coletar as informações que servirão de base para a tratativa do caso nas etapas posteriores.

Em levantamento sobre as falhas processuais, foi evidenciado que a maior parte ocorre nessas etapas, uma vez que é necessário identificar o trabalhador corretamente, assim como seus contactantes, além de fazer as tratativas direcionadas às pessoas corretas envolvidas no caso. As principais falhas no processo constam a seguir:

- Contactantes não afastados em tempo, pois em meio à tarefa, surge nova demanda que dispersa a atenção do enfermeiro do trabalho, necessitando pausar as ações por tempo indeterminado e retornar às atividades iniciadas anteriormente;
- E-mails de comunicação de dispensa dos casos contendo erros como nome e matrícula do trabalhador ou data provável de retorno inferior à necessária, conforme protocolo e diretrizes dos órgãos orientadores;



- Afastamento de contactantes ou linhas de ônibus indevidamente;
- Liberação indevida do retorno de contactantes e linhas de ônibus afastadas;
- Liberação tardia do retorno de contactantes e linhas de ônibus;
- Dados incompletos ou errados na planilha de monitoramento gerencial, de onde se originam os relatórios apresentados à diretoria no comitê de COVID semanal.

A tarefa de “Teleatendimento COVID-19” implica na sobrecarga cognitiva, relacionada principalmente pela necessidade de execução sistemática e atenção contínua da tarefa, a fim de minimizar a ocorrência de falhas no processo. As exigências presentes na tarefa foram categorizadas para melhor compreensão em física, mental, ambiental e organizacional, sendo identificadas nas atividades da tarefa em questão, conforme Tab. 4.

**Tabela 4. Exigências ergonômicas identificadas.**

<b>Exigências Ergonômicas</b>	<b>Atividades da Tarefa</b>	<b>Condicionantes</b>
Física	1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7	Postura sentada nas atividades de 1 a 5. Manuseio do armário de arquivo para localização de prontuário na atividade 7, que exige movimento de extensão e flexão de cotovelos para abrir e fechar gavetas, flexão de tronco para fechar as mais pesadas empurrando-as, agachamento para manuseio nas gavetas inferiores. Considerando que os prontuários físicos são utilizados em quase todos os atendimentos, mesmo os não relacionados à tarefa do estudo, a demanda física é relevante.
Mental	1, 2, 3, 4 e 5	É necessária atenção para coleta e interpretação da informação recebida, assim como para identificação correta dos envolvidos que serão dispensados para iniciar isolamento e comunicação dos casos; memória de curta duração para retomar as tratativas que ficaram pendentes durante as interrupções frequentes; raciocínio e tomada de decisão nos casos em que é necessário direcionar o trabalhador para atendimento médico externo e capacidade de resolver problemas, quando ocorrem desvios no processo.
Ambiental	1 e 3	Há exigência ambiental relacionada ao ruído, relacionados aos contatos telefônicos, fundamentais na

		tarefa. Conforme exemplificado na caracterização do posto de trabalho, percebe-se que principalmente quando ocorrem atendimentos simultâneos, com todos os enfermeiros falando ao telefone ou principalmente, quando os canais telefônicos tocam juntos, a enfermeira do trabalho não consegue ouvir o trabalhador que relata o caso, o que pode ocasionar equívocos nas informações coletadas.
Organizacional	1, 2, 3, 4 e 5	Tarefas e atividades distintas, por vezes divergentes em nível de exigência (operacional x intelectual) são realizadas simultaneamente. Falta de um fluxo estabelecido para comunicações e atendimento. Tarefas administrativas conflitam com as tarefas assistenciais e privativas do Enfermeiro.

Na tarefa de “Teleatendimento COVID” os esforços psicofisiológicos se relacionam às exigências físicas, mentais, ambientais e organizacionais identificadas anteriormente.

No que se refere às exigências físicas evidenciadas neste estudo, a carga física pode desencadear queixas osteomusculares, lesões relacionadas ao manuseio do armário de arquivo e desencadear problemas de saúde devido ao trabalho sentado, como baixo metabolismo e doenças cardiovasculares. Silva (2011) afirma que a carga física está associada ao esforço físico e ao desgaste das estruturas corporais para a realização de determinado trabalho, estando relacionada aos gestos, às posturas e aos deslocamentos do trabalhador necessários à execução da tarefa, sendo expressa pela quantidade e a qualidade do esforço físico, despendido por cada trabalhador na realização de suas tarefas.

A carga mental pode desencadear estresse, alteração emocional, insatisfação com o trabalho, exaustão, déficit de concentração e atenção, entre outros. Para Frutuoso & Cruz (2005), a carga de trabalho desempenha um papel de destaque na discussão sobre a saúde e a satisfação no trabalho, se considerarmos que a percepção de bem-estar ou mesmo a condição de adoecimento geralmente estão associadas às variações da carga resultantes de modificações nas condições físicas e organizacionais. Para os autores, um desequilíbrio no processo, sendo sobrecarga ou subcarga, pode gerar consequências à saúde do trabalhador, sendo manifestadas através de fadiga, absenteísmo no trabalho,

incidência de distúrbios musculoesqueléticos, transtornos comportamentais e mentais mais recorrentes.

No estudo, as exigências psicofisiológicas relacionadas aos aspectos ambientais se caracterizam pela presença de ruído, o que prejudica a concentração, ocasiona fadiga, estresse distúrbios na comunicação. Para Ganime et. al. (2010), “entende-se por ruído um agente contaminante de tipo físico; é um som indesejável e, desta forma, incômodo. É definido como o som ou grupo de sons de tal amplitude que pode ocasionar adoecimentos ou interferência no processo de comunicação”.

O trabalhador exposto ao ruído pode responder a esse estímulo com diferentes respostas de ordem auditiva e extra-auditiva a depender das características do risco, da exposição e do próprio indivíduo exposto. Considera-se efeitos extra-auditivos: distúrbios no cérebro e nos sistemas nervoso, circulatório, digestório, endócrino, imunológico, vestibular, muscular, nas funções sexuais e reprodutivas, no psiquismo, no sono, na comunicação e no desempenho de tarefas físicas e mentais, podendo ocasionar danos à saúde como estresse, irritabilidade, hipertensão arterial e pode estar associado a outras situações de risco (GANIME et. al., 2010).

De acordo com Genuíno et al. (2010), o estresse ocupacional se refere aos estímulos do ambiente de trabalho que exigem resposta e sua caracterização depende da percepção do indivíduo em avaliar os eventos como estressores, tendo o cognitivo um papel importante no processo que ocorre entre os estímulos potencialmente estressores e as respostas do indivíduo a eles. Para o autor, os agentes estressores são caracterizados como estímulos gerados no trabalho e têm consequências físicas ou psicológicas negativas para um maior número de indivíduos expostos a eles, podendo ser fatores extraorganizacionais e organizacionais, individuais e de grupo,

A ergonomia organizacional, também conhecida como macroergonomia, está relacionada com os sistemas socio-técnicos e sua otimização, incluindo a estrutura organizacional, suas políticas e processos. É possível exemplificar através do trabalho em regime de turnos, a programação do trabalho, supervisão, trabalho em equipe, dentre outros (CORREIA & SILVEIRA, 2009). Para Couto (2002) a “organização do trabalho é todo o conjunto de ações feitas pelo gestor e pelos facilitadores para que a prescrição de trabalho, objetivos, planos e metas, ditada pela direção da organização sejam cumpridos”. Sendo assim ressalta-se que o desenvolvimento de multitarefas e multifunções, caracterizado como um esforço psicofisiológico de aspecto organizacional

pode oferecer estresse ao trabalhador, além de desmotivação profissional em decorrência do sentimento de descaracterização do seu trabalho.

Como diagnóstico ergonômico, foi possível determinar que o estresse sinalizado pela trabalhadora na tarefa de “Teleatendimento COVID” tem relação com os fatores de risco observados e suas causas com as questões organizacionais do processo de trabalho, conforme evidenciado na Tab.5. É importante ressaltar que outros diagnósticos ligados às questões mentais foram identificados e refletem a necessidade de atenção direcionada.

**Tabela 5. Diagnóstico Ergonômico.**

<b>Exigências de Trabalho</b>	<b>Esforços Psicofisiológicos</b>	<b>Causas</b>
Física	Queixas osteomusculares; Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho; Metabolismo lento e doenças cardiovasculares;	Trabalho realizado em grande parte do tempo na posição sentada. Armário do arquivo é composto por gavetas pesadas e parte delas ficam abaixo do nível do quadril da trabalhadora.
Mental	<b>Estresse;</b> Alteração emocional; Insatisfação com o trabalho; Exaustão; Déficit de concentração e atenção;	Interrupções diversas durante a realização da tarefa. Falta de um processo definido para recebimento da demanda.
Ambiental	<b>Estresse;</b> Déficit de concentração e atenção; Queixas extra auditivas relacionadas ao ruído;	Ambiente inapropriado para atividades de teleatendimento (demandas variadas que geram desconforto sonoro e tiram a concentração). Os equipamentos telefônicos, destinados ao atendimento de variadas demandas, ficam localizados na mesma sala e por esse motivo, tocam simultaneamente, aumentando o nível de ruído no local.
Organizacional	<b>Estresse;</b> Insatisfação com o trabalho; Desmotivação profissional; Conflitos interpessoais entre a equipe.	Multitarefas realizadas simultaneamente; Multifunção; Divisão de tarefas ineficiente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final da análise, identificou-se que mesmo nas exigências de trabalho mental e ambiental, as causas levantadas também tinham relação com as questões organizacionais ligadas ao processo de trabalho. Dessa forma as principais

recomendações se caracterizaram em sua maioria como sendo de curto prazo e relacionadas adequações do fluxo das tarefas e da equipe de trabalho.

Nessa perspectiva, as recomendações propostas foram: 1) Designar um profissional para lidar exclusivamente com a tarefa de “Teleatendimento COVID”; 2) Estabelecer canais de comunicação específicos para o recebimento dos casos, não sendo aconselhável mais do que dois, a fim de otimizar o fluxo de tratativas necessárias e minimizar falhas no processo; 3) Destinar um local adequado e específico para a realização da tarefa; 4) Adequar a equipe de trabalho, através da contratação de profissional administrativo e/ou nível técnico, para que as atividades sejam realizadas de acordo com a competência e exigência de cada categoria profissional, foram algumas das recomendações propostas.

Quanto às exigências físicas, recomenda-se o fornecimento de dispositivos ergonômicos para melhorar as condições de conforto no posto de trabalho, realização de micro pausas para alongamento e relaxamento durante a jornada e a substituição do armário arquivo por modelo deslizante.

Por fim, através deste estudo é possível demonstrar que a aplicação da análise da atividade é um método científico, didático e eficiente para compreensão do trabalho, e nos permite identificar suas exigências e assim propor melhorias ergonômicas nos campos físico, cognitivo e organizacional, refletindo em maior saúde e segurança ao trabalhador, independente de sua área de atuação.

## **REFERÊNCIAS**

ABRAHAAO, J. et al. Introdução à Ergonomia: da prática à teoria. São Paulo: Blucher, 2009.

ANENT – Associação Nacional de Enfermagem do Trabalho. (2021). Disponível em: <[www.anent.org.br](http://www.anent.org.br)>. Acesso em 14 jun. 21.

BRASIL. MTPS - Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Portaria n.º 3.751, DE 23 de novembro de 1990 (DOU de 26/11/90 – Seção 1 – 22.576 e 22.577) Art. 1º Fica alterada a Norma Regulamentadora n.º 17 - ERGONOMIA, nos termos do ANEXO constante desta Portaria. Disponível em:

<<http://trabalho.gov.br/busca?searchword=Portaria%203751/1990&searchphrase=all>>.

Acesso em: 18 jun. 21

BRASIL. MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. SIT - Secretaria de Inspeção do Trabalho. Manual de Aplicação da Norma Regulamentadora nº 17. 2a ed. Brasília: MTE, SIT, 2002. 101 p.

CORREIA SMS., SILVEIRA CS. A ergonomia cognitiva, operacional e organizacional e suas interferências na produtividade e satisfação dos colaboradores. xxix encontro nacional de engenharia de produção. Salvador, 2009. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2009\\_tn\\_sto\\_105\\_701\\_12634.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2009_tn_sto_105_701_12634.pdf)> Acesso em: 15 de agosto de 2021.

COUTO, Hudson de Araújo. Como Implantar a Ergonomia na Empresa - A Prática dos Comitês de Ergonomia. Belo Horizonte: ERGO Editora, 2002.

FILHO, JMJ. LIMA, FPA. Análise Ergonômica do Trabalho no Brasil: transferência tecnológica bem-sucedida? Rev. bras. Saúde ocup., São Paulo, 40 (131): 12-17, 2015. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbso/a/vyWrrfBH6y6YnrJFty5K37h/?format=pdf&lang=pt>>

Acesso em: 15 jun. 21

FRUTUOSO J.T., CRUZ R.M. Work load evaluation and its relation with workers' health conditions. Rev Bras Med Trab.2005;3(1):29-36. Disponível: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/hnVDnztXTS3PmfphFX3DQt/?lang=pt>> Acesso em: 26 jun 21

GANIME, et. al. O ruído como um dos riscos ocupacionais: uma revisão de literatura. Rev. Enfermeria Global. Nº 19. Jun 2010. Disponível em: <[https://scielo.isciii.es/pdf/eg/n19/pt\\_revision1.pdf](https://scielo.isciii.es/pdf/eg/n19/pt_revision1.pdf)> Acesso em: 25 jun 21

GENUINO S.L.V., GOMES M.S., MORAES E.M. O estresse ocupacional e a Síndrome de Burnout no ambiente de trabalho: suas influências no comportamento dos professores da rede privada do ensino médio de João Pessoa. Rev Anagrama. 2010;2:1-9. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35426>> Acesso em: 25 jun. 21.

PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-

7983-038-9. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-06.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 21.

SILVA, 2011. Fatores determinantes da carga de trabalho em uma unidade básica de saúde. *Ciênc. saúde coletiva* 16 (8). Ago 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/hnVDnztXTS3PmfphFX3DQt/?lang=pt>> Acesso em: 26 jun. 21

STICCA, M. G. As contribuições da Ergonomia da Atividade para a realização de diagnósticos na perspectiva da saúde do trabalhador. Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho. 2017. Disponível em: <<https://www.sbpot.org.br/publicacoes/artigos/as-contribuicoes-da-ergonomia-da-atividade-para-a-realizacao-de-diagnosticos-na-perspectiva-da-saude-do-trabalhador/>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

VILELA et. al. Pressão por produção e produção de riscos: a “maratona” perigosa do corte manual da cana-de-açúcar. *Rev. bras. Saúde ocup.*, São Paulo, 40 (131): 30-48, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0303-7657000075413>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

## **PROFESSORES DE DIDÁTICA DAS LICENCIATURAS DO BRASIL SOB O OLHAR DE PESQUISADORES INICIANTEs**

**Daniel Rodrigues, Alexandro Da Silva Nunes e Osmar Hélio Alves Araújo**

**RESUMO:** Este artigo busca explorar a dimensão investigativa e profissional da Didática, visando analisar quem são os professores formadores das disciplinas de Didática do Brasil e o que pensam acerca dela. O objetivo principal é apresentar um estado do conhecimento, a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, a respeito dos professores da disciplina de Didática no contexto das licenciaturas no Brasil e suas práticas pedagógicas, buscando também uma maior aproximação com esses docentes, para saber de fato quem são e o que pensam acerca da Didática. Em termos metodológicos, foi feita uma pesquisa qualitativa, apropriando-se de uma análise documental de 4 (quatro) teses. Apoiamo-nos na visão da Didática como extremamente relevante para o processo de ensino e, por isso, reforçamos que ela precisa estar presente enquanto ciência de forma nítida no cotidiano dos formadores e formandos. Nossos estudos revelaram um distanciamento teórico dos professores quanto a Didática, porquanto as teses indicam que eles nem sempre tratam a Didática como sendo realmente uma ciência. Ademais, os textos analisados mostraram que alguns docentes são efetivos e outros não; uns amam a Didática e outros a ensinam por se sentirem desafiados a ensiná-la. Em sentido disso, abrimos um olhar de atenção e transformação para o olhar dos professores das licenciaturas do Brasil sobre a Didática.

**Palavras-chave:** Didática, Disciplina de didática, Professores formadores



## **INTRODUÇÃO**

A Didática não pode ser vista apenas como uma disciplina curricular dos cursos de formação de professores. Como bem aponta Alarcão (2020), a Didática abarca uma dimensão curricular, profissional e investigativa. Em vista disso, entendemos que ela tem características e dimensões diversas e, assim, é inviável que a tratemos apenas como uma disciplina curricular. Ademais, como discorre Libâneo (2011): “[...] a Didática descreve e explica os nexos, relações e ligações entre o ensino e a aprendizagem [...]” (2011, p. 27-28). Dessa forma, abrimos os olhos para enxergar uma Didática que fomenta o processo de ensino e dá suporte para a aprendizagem.

Concordamos também com Alarcão (2020), quando a autora discorre que “Numa perspectiva mais atualizada, quando hoje se pensa em Didática, o nosso pensamento não fica confinado à sala de aula (lugar ainda fulcral), mas o seu campo de ação abre-se a outras situações de formação e também à investigação.” (2020, p. 76). A Didática é muito mais do que uma disciplina, ela é uma área do conhecimento que tem como objeto de estudo o ensino.

Em sua concepção sobre a Didática, Alarcão (2020) ainda diz: “Para além de uma palavra, é um conceito, consubstanciado num corpo de conhecimentos, numa disciplina atuante em quatro campos de ação: docente, formativo, investigativo e político. Posteriormente, sobre o foco desta ciência, a autora também aponta que “O seu foco é o ensino, a aprendizagem, a formação e os contextos em que ocorrem.” (Alarcão, 2020, p. 20). Nesse sentido, afirmamos, assim, que essa ciência da educação atua não apenas no ensino de dentro da sala de aula, mas também em diferentes contextos, tais como pedagógicos, científicos e sociais, tratando o ensino, seu objeto de estudo, como prática social.

Quanto aos professores da disciplina de Didática, ressaltamos a relevância desses sujeitos para a sociedade, visto que eles são responsáveis por aproximar os discentes das licenciaturas dos saberes desta ciência, buscando mostrar aos futuros professores os desafios do ensino enquanto prática social. Em vista disso, fica clara a necessidade de todo professor formador ter uma aproximação significativa com a Didática, pois sua prática é subsidiada a partir dessa ciência, considerando que

[...] o papel da Didática na formação de professores é o de propiciar a análise crítica da realidade do ensino por parte das professores em formação, buscando compreender e transformar essa realidade, de forma articulada a um projeto político de educação transformador. (FRANCO, 2014, p. 84)

Em sentido disso, compreendemos a Didática como subsídio e esperança para um ensino cada dia melhor e, no tocante ao contexto dos professores formadores, de modo específico, ela se apresenta como essencial para sustentar a prática deles e de seus formandos.

Acreditamos também na relevância da participação ativa do professor formador na vida de seus alunos, e que o docente precisa estar sempre atento para perceber como a Didática perpassa as suas práticas. Araújo et al. (2020) apontam: “[...] há uma intrínseca relação entre a Didática – seja como campo de estudo, seja como disciplina dos cursos de formação de professores – e as práticas pedagógicas dos professores formadores.” (p. 68). Com isso, reiteramos a significância de relacionar a Didática aos atos pedagógicos do professor.

Nosso objetivo com este texto é, portanto, apresentar um estado do conhecimento, a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a respeito dos professores da disciplina de Didática no contexto das licenciaturas no Brasil e suas práticas pedagógicas. Para além disso, objetivou-se, a partir das teses, adquirir – de certa forma – uma maior aproximação com esses professores no contexto das licenciaturas, buscando conhecer quem são, o que pensam e dizem acerca da Didática e qual o papel deles visando o ensino da disciplina de Didática. Por fim, buscamos também debater acerca da Didática, visando investigar suas dimensões e a significância delas para os professores da disciplina em questão.

No tocante aos aspectos metodológicos da pesquisa, analisamos 4 (quatro) teses de doutorado sobre Didática, as quais foram extraídas da CAPES por meio da abordagem qualitativa de pesquisa; vale discorrer que a busca foi feita visando encontrar textos elaborados de 2015 a 2019 e que trouxessem dados acerca dos

professores de Didática das licenciaturas do Brasil. É importante discorrer que usamos da análise documental como técnica de coleta de dados. Além disso, o levantamento de apenas 4 (quatro) teses ajuda no entendimento de que a Didática, no Brasil, ainda é pouco explorada no âmbito dos mestrados e doutorados, deixando assim uma deficiência que resulta na escassez do debate sobre a referida ciência.

Para alcançar o objetivo proposto, este artigo foi organizado em duas seções. A primeira apresenta quem são os professores de Didática nos cursos de licenciatura e o que pensam sobre o ensino da Didática nas licenciaturas. Procuramos investigar também sobre as novas condições de ensino, tendo em vista que nos dias atuais valoriza-se o aluno como aprendente, a sua relação com o saber e com a aprendizagem, fazendo uso, também, dos meios informáticos para se alcançar essa aprendizagem. (ALARCÃO, 2020).

A segunda seção trata especificamente do papel dos professores de Didática no contexto do ensino de didáticas nas licenciaturas, onde buscamos problematizar as práticas pedagógicas dos docentes em relação ao ensino da disciplina em questão. Pois compreendemos que os “processos formativos de docentes não funcionarão se forem apenas processos de “inculcar novos saberes”, o que na prática, é apenas um processo transmissivo de teorias, informações ou receitas de “fazer a aula”. (FRANCO, 2018, p. 53).

No restante, percebeu-se ainda que os professores da disciplina de Didática dos Cursos de licenciaturas do Brasil não apresentam a Didática, muitas vezes, como objeto de investigação. Isto é visível pelo fato de encontrarmos poucas teses que tratam dos professores de Didática e que garantem o espaço para a discussão sobre o seu papel na formação de professores. Ou seja, o ensino de Didática não vem, muitas vezes, ocupando um lugar de destaque no campo das investigações em nível de mestrado e doutorado. Essa situação se distancia da concepção de Alarcão (2020) que afirma que, em uma visão atualizada, o campo de ação da Didática, integra, também, a investigação.

Ao final da presente discussão, argumentamos que este texto busca discorrer e problematizar as questões ligadas à disciplina de Didática e os professores dela, analisando e deixando claro a relevância de um debate que englobe o campo investigativo e profissional desta ciência.

## **DESENVOLVIMENTO**

Quem são os professores de Didática?

Para fins de elaboração do presente estudo, procuramos estabelecer uma conexão entre os professores pós-graduados recentemente e professores que estão a mais tempo no campo da Didática, isto é, na formação de formadores. Para tal, realizamos uma abordagem documental a nível nacional por meio de buscas de teses disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, ao mesmo tempo que buscamos nos apoiar em autores renomados e que deram grandes contribuições, tanto para a área de Didática, como para a formação de professores. Assim, a proposta específica desta seção é destrinchar quem são e como atuam os professores de Didática e o que pensam sobre o papel formador exercido pela disciplina em questão nas licenciaturas do Brasil.

A partir do estudo empreendido, observamos que os professores de Didática no contexto das licenciaturas são, na sua maioria, docentes com uma longa carreira na docência; muitos, inclusive, com anos de experiência com a disciplina de Didática. E, ainda, apresentam, na sua maioria, sentimento de satisfação em exercer a docência no campo da Didática:

[...] professores com vasta experiência na docência, mesmo Felipe da UFG, que é mais jovem, já tem 19 anos de trajetória profissional. Além dessa característica, outras duas chamaram-me a atenção. A primeira delas é o fato de todos serem concursados, o que eu não esperava encontrar, pois a hipótese era de que essa disciplina era de certa forma “empurrada” para os professores contratados por tempo determinado. (MOURÃO, 2015, p. 75)

Essas são características que certamente influenciam nas práticas pedagógicas dos professores, pois essas experiências são fundamentais para que o professor possa se desenvolver e construir saberes a respeito da sua própria prática. Assim, o professor utiliza os conhecimentos provenientes de sua formação conciliando com suas experiências para evoluir profissionalmente. Tendo em vista que “[...] as experiências são mais eficazes se permitirem que os professores relacionem as novas experiências com os seus conhecimentos prévios” (MARCELO, 2009, p.10). Dessa forma,

consideramos como positiva essa longevidade dos docentes na profissão, tanto para o desenvolver da disciplina, bem como para a própria formação de professores.

Além disso, alguns professores afirmam amar a didática e também ministrá-la; outros, por outro lado, estão ali por terem apenas aceitado o desafio de lecionar a disciplina. De fato, acreditamos que o professor de Didática deve ser alguém preparado para formar professores conscientes e preparados para os desafios da sala de aula. Ademais, cabe ressaltar que o professor formador deve ter a consciência de seu papel perante a sociedade, como nos afirma Alarcão (2020, p. 17), quando diz: “(...) é fundamentalmente aos professores que a sociedade confia a formação das crianças e dos jovens adolescentes e adultos. E essa atribuição traz uma enorme e digna responsabilidade perante a sociedade.” Sendo professor de Didática por escolha ou desafio é preciso que o educador esteja consciente de sua missão perante seus alunos e a sociedade em geral.

No mais, sublinhamos a importância da Didática e o seu papel na formação dos professores, pois, para ser um bom docente, não basta apenas conhecer a disciplina em sua totalidade, mas também como mediar o ensino dela. Segundo Alarcão (2020): “Dificilmente se pode ensinar a ensinar. Pode-se, e deve-se, criar condições para que alguém aprenda a ser professor.” (p. 15). Com essa perspectiva, podemos destacar que, de modo geral, os professores da disciplina aqui abordada precisam se ater ao fato de que devem não apenas ensinar, mas, também, construir saberes e, principalmente, desenvolver esses saberes no aluno. Assim, Teixeira (2013) e Alarcão (2020) afirmam que o ensino deve se fixar em:

Um paradigma que promove a aprendizagem ao invés do ensino, que coloca o controle do processo aprendizagem com o aluno e que auxilia o professor a entender que o ensino não é somente a transferência de conhecimento, mas um processo de construção do conhecimento pelo aluno, produto de seu engajamento intelectual. (TEIXEIRA, 2013, p. 50)

[...] desenvolver nos alunos uma atitude crítica, autonomizante, esclarecida, uma capacidade de decidir e agir, mas também de pensar e refletir sobre a ação educativa. [Pois] Dificilmente se pode ensinar a

ensinar. Pode-se, e deve-se, criar condições para que alguém aprenda a ser professor. (ALARCÃO, 2020, p.14)

Dessa maneira, defendemos, apoiados nas concepções de Texeira (2013) e Alarcão (2020), que o ensino da Didática deve ir além de métodos de ensino, abrangendo não uma mera metodologia, mas abrindo caminhos e proporcionando situações que ajudem o aluno a se ver professor e, mais que isso, que o ajude a se tornar professor.

Outro ponto a ser destacado na pesquisa são os novos paradigmas que envolvem a formação de professores desencadeados pela rápida evolução do mundo contemporâneo. Hoje, já é comum encontrarmos no meio pedagógico expressões como: uso da informática e/ou recursos tecnológicos para desenvolver o ensino. Ao mesmo tempo que a sociedade se desenvolve, o ensino como sendo uma prática social deve seguir no mesmo ritmo. Nesta perspectiva, Sá-Chaves (2018) afirma não ser possível considerar os processos de aprendizagem desligados da vida de quem aprende e de quem ensina, sobressai, então, a importância de uma leitura ecológica da relação educativa, e que possua um princípio de contextualidade. Sendo assim, percebemos que fica a cargo da Didática, como sendo a ciência que estuda o ensino, conduzir essa modernização pedagógica.

Sobre esse assunto, Teixeira (2013) argumenta que:

No contexto atual, o domínio dos conteúdos do âmbito tecnológico é condição para que os docentes adotem em suas práticas os recursos dele provenientes, hoje, introduzidos de forma acelerada nos diversos contextos. De modo que, na formação do professor deve ter um espaço em que disponha de aprendizagens dessa área para que se familiarize com recursos da informática e também aprenda utilizá-los em favor da melhoria da qualidade do ensino. (TEIXEIRA, 2013, p. 79)

A afirmação acima decorre do fato da sociedade ter se desenvolvido de tal maneira que existe a necessidade do professor assimilar um novo contexto de formação, ou seja, uma formação integrada com a tecnologia e com os recursos e possibilidades que ela oferece. Dessa forma, ele desenvolverá meios de incorporar a tecnologia em suas práticas

pedagógicas e utilizará os recursos fornecidos por ela a seu favor e em benefício do ensino.

Qual o papel dos professores de Didática no contexto do ensino de Didática nas licenciaturas?

No que concerne ao nosso segundo questionamento, ficou evidente uma nova concepção de ensino, onde o professor deixa de ser um transmissor do conhecimento e passa a ser um colaborador na construção do saber pelos próprios alunos. Apoiados na filosofia de que não possuem o conhecimento e que, na verdade, o papel que cabe a eles é de coordenar a construção do conhecimento. Ou seja, os professores de didática procuram atuar apenas como orientadores do estudo para que os alunos criem e desenvolvam suas próprias práticas docentes.

Nesse sentido, Teixeira (2013) nos ensina que:

[...] a criação de ambientes de aprendizagem que garantam a construção e reconstrução do conhecimento, implica em reestruturação do processo de formação dos docentes para o alcance de competências para que possa atender as demandas do exercício profissional, comprometidos não com a reprodução, mas com a construção conhecimento, com o aprender a aprender e a empreender; (TEIXEIRA, 2013, p.84).

Isso significa que a Didática, assim como os saberes didáticos devem estar sempre sendo (re) pensados e (re)significados continuamente. Com isso, percebe-se a necessidade de que o professor também trate a Didática como objeto de estudo, pois “[...] quando o professor pesquisando e refletindo sobre sua ação docente, constrói saberes que lhe permitam aprimorar o seu fazer docente”. (PIMENTA, 1996, p.1). Ou seja, o professor também constrói conhecimento a partir do momento que realiza sua prática e reflete sobre a mesma, fazendo análises, comparando resultados e estabelecendo e reestabelecendo parâmetros. Nesta mesma perspectiva, Araújo et al (2020) declaram que:

Um processo de formação docente que não aproxima os estudantes de contextos teórico-metodológicos que ressignificam a Didática, cotidianamente, por meio da ação-reflexão, reflexão-ação, esfacela a relação teoria e prática e, por consequência, os estudantes e a Didática não dialogam. (ARAÚJO et al, 2020, p.73)

Assim, entende-se que no processo de ensino deve haver espaço para a modelação e/ou readaptação. Além disso, faz-se necessário, também, a reflexão sobre a prática, seja para adequação ou para a implementação. No contexto da didática, esses fatores são inseparáveis pelo fato de que é preciso a reflexão para a construção da prática e a prática gera novas reflexões. Assim, nota-se um ciclo que envolve a didática e as práticas docentes. Esse ciclo é responsável pelo desenvolvimento e a evolução do ensino e das práticas pedagógicas.

Em uma perspectiva um pouco mais aguda, Alarcão (2020) nos ensina que formar implica desenvolver nos alunos uma atitude crítica, autonomizante, esclarecida, uma capacidade de decidir e agir, mas também de pensar e refletir sobre a ação educativa. Isso por que “Dificilmente se pode ensinar a ensinar. Pode-se, e deve-se, criar condições para que alguém aprenda a ser professor”. (ALARCÃO, 2020, p.15). Como ensina Teixeira, “O papel do professor é de dirigente e mediador que busca vinculação entre o seu discurso e sua prática, reconhecendo como sujeito e ator do ato intencional de educar sistematicamente”. (TEIXEIRA, 2013, p. 68). Assim, fica evidente que formar para o ensino significa tornar o aluno capaz de aprender e apreender através de suas próprias convicções. Isso, pois, ao contrário do que muitos pensam, a didática não tem o propósito de ensinar o aluno a ensinar ou como agir diante das situações que lhe forem impostas, até por que, é impossível saber como se dará o ensino em determinado tempo e/ou circunstâncias. O papel da didática é, portanto, fazer o aluno refletir sobre as ações educativas que são colocadas em diferentes contextos para que ele possa formular suas próprias concepções e estar apto a decidir sobre suas atitudes a respeito do ensino.

De acordo com Teixeira (2013), isso resulta em uma nova função do professor, que é ensinar o aluno a aprender de forma ativa e participativa. O professor precisa, então, “saber fazer” para poder intervir com qualidade e competência e exercer o seu papel de mediador, impulsionar o salto qualitativo do aluno, uma ação que exige conhecimentos,



habilidades e comprometimento com a prática. Assim, compreendemos que, na atualidade, a palavra “ensinar” recebe um novo conceito e pode ser substituída pela expressão “fazer aprender”. Para o aluno, significa aprender enquanto participa da construção do saber ao mesmo tempo que se aproxima da prática e, por consequência, o professor fica encarregado de ser o (co)construtor do conhecimento. Todas essas ações são necessárias para que os saberes sejam desenvolvidos no aluno e pelo aluno.

Percebe-se, ainda, que os professores de didática devem procurar sempre refletir sobre as circunstâncias que envolvem o ensino e buscar reformular as práticas docentes sempre que necessário. A final de contas, essas circunstâncias mudam constantemente e a Didática, como sendo a ciência que estuda o ensino, bem como os professores que à ensinam devem buscar o entendimento sobre o âmbito que à cerca.

Nessa perspectiva, Lopes (2013) afirma que:

[...] deve ser garantido um espaço onde os professores possam refletir e reformular suas concepções sobre ensino, bem como expor estas concepções diante um público interessado, que as debata e reformulem uma posição diante à esfera pública educacional. (LOPES, 2013, p. 69)

A autora expõe, ainda, que “esta situação se distancia substancialmente das propostas curriculares” (LOPES, 2013, p. 69). No entanto, por outro lado, se aproxima da convicção de Alarcão (2020, p.57) de que o professor deve “pensar curricularmente e agir didaticamente”. Ou seja, o professor deve sim, sempre que for preciso, fazer as adequações necessária no currículo. Segundo Alarcão (2020), essa reformulação “é importante do ponto de vista político, mas pode ter muito pouco impacto, se não for ativado, implementado, gerido, realizado nas escolas na dimensão fundamentalmente didática”. (ALARCÃO, 2020, p.58).

Seguindo essa lógica, Franco (2018) nos ensina que, no cenário da formação para a docência, deve ser apresentado aos profissionais um tipo de formação cuja a matriz reflexiva e crítica lhes permita questionar, colocar alternativas, discutir critérios, fazer escolhas, tomar decisões e avaliar as suas consequências. Ou seja, deve ser garantido ao

professor um espaço para que ele possa contestar, refletir e buscar significações para sua prática. Essa concepção acerca do currículo e do ensino converge para o que Alarcão (2020) chama de “currículo vivo”.

## **METODOLOGIA**

Para tentar responder às inquietações emergentes a respeito de quem é e o que deve fazer um professor da disciplina de Didática nas licenciaturas, buscamos respostas na produção mais recente da pós-graduação nacional. Assim, realizamos um inventário a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES, com foco no ensino de Didática nas licenciaturas, sobretudo, buscando as pesquisas que versam sobre os professores dessa disciplina. A realização deste inventário ocorreu a partir das seguintes etapas: Delimitamos os descritores de busca. Inicialmente, utilizamos “professor de didática” ou somente “ensino de Didática”. Em seguida, realizamos dupla filtragem: (a.) por data, concentrando os achados entre os anos de 2015 e 2019, com o objetivo de encontrar a produção mais recente; e (b.) por tipo, selecionando apenas teses, porque são pesquisas de desenvolvidas em um espaço maior de tempo. Na terceira etapa, buscamos eliminar as teses duplicadas e realizamos mais quatro filtragens: (a.) acesso digital, excluindo as teses que não estavam disponíveis online nas bibliotecas depositárias; (b.) análise de título, procurando excluir as teses que não tinham o ensino de Didática como objeto central e/ou já denunciavam ter foco exclusivo no licenciando no contexto do ensino de Didática; (c.) análise do resumo, procurando excluir as teses que apenas mencionem a figura do professor da disciplina de Didática; (d.) análise transversal da tese completa, buscando excluir as teses que tratavam do trabalho realizado pelos professores de Didática, mas não dedicavam espaço no texto para discutir as responsabilidades, seus saberes e preocupações, etc. Dessa forma, de posse das teses, prosseguimos com a leituras, objetivando responder ao problema investigativo apresentado em outra seção, a respeito dos professores da disciplina de Didática, suas práticas pedagógicas e seu papel formador nas licenciaturas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Em uma visão geral sobre o que implica o papel dos professores de Didática, apoiamo-nos à perspectiva de Araújo et al (2020, p. 69), quando apontam que: “Afinal, a preocupação não deve ser apenas “como ensinar”, mas, principalmente, entender a complexidade que o ensinar envolve, pois sempre implica “o que”, “a quem”, “onde”, “como”, “quando” e “por que”.” Apoiados nessa concepção, entendemos que ministrar a disciplina de Didática não é uma tarefa simples nem fácil, tendo em vista a responsabilidade que cerca o professor. Para além, discorrendo sobre o papel de um professor formador, também concordamos com Franco (2018) na seguinte perspectiva:

Realço que não bastam ter bons saberes disciplinares; nem bastam os supostos saberes da experiência; o importante será que o sujeito esteja sempre em processo de críticas e renovadas relações com seus saberes, construindo e reconstruindo-se como sujeito e como docente. (FRANCO, 2018, p. 52)

A questão aqui apontada não é uma receita para ser um “bom professor”, mas sim qual seria o papel do professor em um contexto formador. Pensando dessa forma, defendemos uma prática docente que seja sempre renovada, crítica e transformadora e, por isso, pontuamos que o papel da disciplina intitulada Didática não é levar para o aluno “o que ensinar”, pois isso é a função do currículo, seja ele em nível nacional, estadual ou municipal. O professor de Didática, na verdade, deve focar prioritariamente no “por que ensinar” e “para que ensinar”, pois, dessa forma, o aluno e futuro professor entenderá os desafios do processo de ensino por meio de alguns questionamentos. Ademais, outros questionamentos também seriam necessários, tais como: “o que ensinar” e “como ensinar”. Entretanto, cabe aqui ressaltar que defendemos que a Didática não pode, tampouco deve ser, equiparada a métodos e técnicas de ensino; em defesa disso, citamos Alarcão (2020) quando, discorrendo sobre suas experiências de professora de Didática, diz:

Quando eu lhes perguntava o que esperavam da disciplina, eles respondiam-me prontamente: “que nos ensine a ensinar”. Ao que eu

respondia, também prontamente: “Não esperem isso. Dificilmente se pode ensinar a ensinar. Pode-se, e deve-se, criar condições para que alguém aprenda a ser professor. E é isso que vou tentar fazer”. (ALARCÃO, 2020, p. 15).

É necessário excluir da mente dos alunos e professores que a disciplina de Didática se resume a ensinar métodos e técnicas de ensino. A Didática não deve ser resumida a uma sala de aula ou a metodologias de ensino.

Em relação ao papel dos professores, ressalta-se a relevância das suas práticas pedagógicas, porquanto acreditamos que “A formação pedagógica dos estudantes e as práticas pedagógicas dos professores formadores inevitavelmente se cruzam.” (ARAÚJO et al, 2020, p. 75). Além do mais, entendemos que “A prática é uma relação possível com o saber em um determinado momento.” (FRANCO, 2011, p. 52), e também “[...] as práticas pedagógicas se configuram na mediação com o outro” (FRANCO, 2011, p. 54). Em concordância com isso, fica nítido que as práticas dos professores devem estar em comunicação com seus ensinamentos disciplinares e em harmonia com o outro, para então conseguir êxito nos objetivos.

Argumentamos, ainda, que tais práticas dos professores da disciplina de Didática precisam andar em harmonia com a formação dos graduandos, uma vez que “quando se trata da formação docente, não se deve separar o ensino de Didática das práticas pedagógicas dos professores formadores.” (ARAÚJO et al., p. 81). Dito isso, entendemos que os docentes devem ter a consciência de que suas práticas pedagógicas têm um papel importante para a formação de seus alunos, pois é evidente que o discente está se formando, também, a partir das práticas de seus formadores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando o objetivo principal de apresentar um estado do conhecimento a respeito dos professores de didática e do seu papel na formação de professores, ficou evidente que os professores que ministram a disciplina de didática nos cursos de licenciatura são, na sua maioria, professores com muitos anos de experiência no campo e no ensino da Didática. Além disso, grande parte afirma gostar de ensinar tal disciplina e ter a escolhido por vontade própria. É preciso considerar, também, que, de acordo com

o estudo empreendido, apenas as experiências não são suficientes para ser um professor formador. Ou seja, se faz necessário um comprometimento por parte do professor com sua prática, tendo em vista que essa prática seguirá para além do ensino e das práticas pedagógicas. Sobre o papel exercido por eles na formação de professores se sobressai a ideia de que o professor de didática não deve atuar como apenas um transmissor de conhecimento, mas que ele deve ser um construtor de filosofias proporcionando meios para que o discente se constitua professor, isto é, construindo ambientes propícios ao aprendizado e atuando como coordenador do estudo. Isso para que as práticas pedagógicas sejam desenvolvidas nos alunos e pelos alunos, pois, assim, é que se formarão professores aptos para a docência.

Apontamos, ainda, que as práticas pedagógicas dos docentes tem uma essencialidade na formação dos futuros professores e que elas devem estar sempre ancoradas à Didática, porquanto, como professores formadores que são, necessitam se apegar a Didática para formar novos docentes conscientes e amantes da profissão que irão exercer.

Por fim, em vista da abordagem documental feita, observamos que os professores da disciplina de Didática dos Cursos de licenciaturas do Brasil não se apresenta, muitas vezes, como objeto de investigação, haja vista o número de teses captadas. Registrou-se um universo de apenas 04 (quatro) teses que tratavam do ensino da Didática e de seus professores. Ou seja, o ensino de Didática não vem, muitas vezes, ocupando um lugar de destaque no campo das investigações em nível de mestrado e doutorado. Com isso percebe-se que a Didática é um campo ainda pouco explorado no âmbito das pesquisas, e que guarda um imenso universo de conhecimentos a serem descobertos. É preciso salientar, ainda, que a Didática necessita de uma constante investigação para que continue sendo construída e reconstruída de acordo com a necessidade do ensino, seu objeto de estudo. Assim, entende-se como sendo essencial que os professores formadores se responsabilizem por investigar e debater sobre a Didática, fazendo com que ela seja cada vez mais vista e valorizada no cotidiano das universidades.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALARCÃO, I. Didática: que sentido na atualidade?. Revista Cocar, Pará, Edição Especial N.8. (p. 11-27) Jan./Abr./ 2020.

ARAÚJO, O. & FORTUNATO, I. & CASTRO, F. Ensino de Didática na formação docente: Como? Por quê? Qual? Quem?. Revista Cocar, Pará, Edição Especial N.8. (p. 67-85) Jan./Abr./ 2020.

CHAVES-SÁ I. Volta Pedagogia!. In: Neto, AS. Fortunato I. (org.). Saberes Pedagógicos: perspectivas & tendências. São Paulo: Edições Hipótese, 2018. p. 36-47.

FRANCO MAS. Didática e pedagogia: da teoria de ensino à teoria da formação. In: Franco MAS. Pimenta SG (Org.). Didática: embates contemporâneos. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 75-99.

FRANCO MAS. Saber pedagógico ou relação com o saber pedagógico: reflexões conceituais. In: Franco MAS. Neto AS. Fortunato I. (org.). Saberes pedagógicos: perspectivas & tendências. São Paulo: Edições Hipótese, 2018. p.(49- 65).

LIBÂNEO JC. Didática e trabalho docente: a mediação didática do professor nas aulas; In: Libâneo JC. Suanno MVR. Limonta SV. (Orgs.). Concepções e práticas de ensino num mundo em mudança: diferentes olhares para a didática. Goiânia: CEPED/Editora PUC Goiás, 2011.

LOPES NC. A constituição de associações livres e o trabalho com as questões sociocientíficas na formação de professores. Tese (doutorado em educação) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, Bauru, 2013.

MARCELO, C. Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro. Revista de Ciências da Educação, 08, p. 7-22.

MOURÃO IC. O ensino de Didática na Licenciatura em Química no Brasil. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

TEIXEIRA M. Formação inicial e continuada de docentes: saberes profissionais de professores egressos do Curso de Pedagogia do CESC/UEMA para uso da informática na educação. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2013.

## **OS IMPACTOS DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES**

**Tulia Juliee Malcher Pimentel e Maria Das Graças Teles Martins**

**RESUMO:** INTRODUÇÃO: Os impactos causados pela pandemia COVID – 19 afetou a vida dos adolescentes em diferentes dimensões, entre eles, fechamento das instituições de ensino que foram medidas adotadas para controlar o contágio pelo novo coronavírus. Com isso, houve interrupção da rotina e o confinamento em casa. Torna-se importante manter uma saúde mental estável, bem-estar físico e psicológico pois, quando interligados são essenciais para se manter a qualidade de vida dos adolescentes. OBJETIVO: Este estudo tem como objetivo apresentar os impactos da pandemia causada pela COVID-19 na saúde mental dos adolescentes, bem como a importância de promover a saúde mental para o bem-estar do adolescente. METODOLOGIA: A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória. Os materiais foram livros, artigos científicos, teses e dissertações, coletados nas bases de dados da SciELO, PePSIC, BVS, e Google Acadêmico. RESULTADOS: Diante da análise dos referenciais teóricos selecionados, percebeu-se que o isolamento social, o afastamento da escola, dos amigos, do contexto social, podem gerar nos adolescentes medos, incertezas, agressividade, irritabilidade, sentimento de tristeza, baixa autoestima e impotência, além do uso de álcool e outras drogas. Presença de sintomas depressivos e ansiedade, transtornos alimentares e transtornos de humor. Detectou-se que o isolamento social pode provocar exagero e aumento da convivência virtual, devido ao tédio e a nostalgia do distanciamento social. Presença de frustração e desconexão emocional foram evidenciados. Os adolescentes podem adotar comportamentos extremos de risco a saúde mental, como ideação ou tentativa de suicídio e automutilação e outros problemas psicológicos graves. CONCLUSÃO: Evidencia-se que os adolescentes poderão sentir os impactos da COVID-19 na sua saúde mental e bem-estar por muitos anos. Assim, a epidemia da Covid-19 e o isolamento social podem causar nos adolescentes vários fatores prejudiciais a saúde mental prejudicando seu desenvolvimento educacional, social e profissional futuro . Dessa maneira, destaca-se a importância de promover a saúde mental dos adolescentes amenizando os impactos causados pela pandemia COVID-19 por meio de suporte psicossocial, garantindo o bem - estar dos adolescentes, através da observação e intervenção da escola, família e rede de apoio para amenizar futuras sequelas psicológicas que possam surgir no futuro. Ressalta-se a importância que a psicologia exerce no trabalho com adolescentes pois, sua contribuição no papel de prevenção e promoção a saúde mental é essencial. Tem a finalidade de evitar maiores sequelas que os impactos que a Covid- 19 pode causar na saúde mental e no bem-estar dos adolescentes. **Palavras-chave:** Isolamento social, Adolescentes, Saúde Mental.

## **INTRODUÇÃO**

Este estudo tem como objetivo apresentar os impactos da pandemia causada pela COVID-19 na saúde mental dos adolescentes, bem como a importância de promover a saúde mental para o bem-estar do adolescente. Registra-se que em dezembro de 2019 surgiu na China o novo coronavírus denominado – severe acute syndrome coronavirus – 2º, tornou-se o mais grave problema da saúde pública desta geração, declarada uma pandemia em 11 de março de 2020. Conforme VAN DOREMALEN (2020; p 1), a COVID – 19 é considerada uma infecção respiratória, ocasionada pelo Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARSCoV-2) ocasionando a contaminação rápida e letal.

Os impactos causados pela pandemia COVID – 19 afeta a vida dos adolescentes em diferentes dimensões, com o fechamento das instituições de ensino que são medidas amplamente adotadas para controlar o contágio pelo novo coronavírus, interrupção da rotina e o confinamento em casa pode gerar nos adolescentes medos, incertezas, agressividade, irritabilidade, sentimento de tristeza, baixa autoestima e impotência, uso de álcool e outras drogas, sofrimento e inquietações sobre a própria sexualidade, alta prevalência dos sintomas depressivos e de ansiedade, transtornos alimentares, transtornos de humor devido ao distanciamento social dos pares ou amigos, aumento da vulnerabilidade a diferentes tipos de violência em casa, comportamentos agressivos no contexto familiar, (OLIVEIRA et al, 2020).

O isolamento social também pode causar o exagero e aumento da convivência virtual, devido ao tédio e a nostalgia do distanciamento social, provocar frustração, desconexão emocional, diante desse cenário os adolescentes podem adotar comportamentos extremos de risco a saúde mental, como ideação ou tentativa de suicídio e automutilação e outros problemas psicológicos.

De acordo com Mata et al (2021), constata-se que aproximadamente 10 a 20% dos adolescentes sofrem com algum problema psicológico. Os impactos sobre os sistemas de saúde, com a exposição de populações vulneráveis, a recessão econômica pode tornar vulneráveis crianças e adolescentes e suas famílias, o aumento da fome e os enormes impactos socioeconômicos nas famílias, o confinamento e o temor pelo risco de adoecimento e morte afeta a saúde mental dos adolescentes.

Como consequência do isolamento social, os adolescentes podem ficar mais irritadiços devido às restrições de mobilidade e a impossibilidade de estar com os colegas.



Essa realidade pode resultar em comportamentos agressivos ou de desobediência, e no aumento da convivência virtual com amigos por meio de tecnologias digitais, a convivência familiar também pode aumentar as tensões nas relações interpessoais e favorecer o surgimento de doenças mentais preexistentes, (OLIVEIRA et al, 2020).

O presente estudo se fez necessário visando que sejam realizadas mais pesquisas bibliográficas relevantes por parte da comunidade científica acadêmica, contemplando a importância da saúde mental dos adolescentes em tempos de pandemia Covid -19, no intuito de buscar estratégias para amenizar os impactos do isolamento social no futuro desses adolescentes.

## **METODOLOGIA**

Este estudo adotou a revisão teórica da literatura, com o método de pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória. Gil (2017), afirma que a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado. As fontes utilizadas para desenvolver este estudo bibliográfico incluem material impresso, artigos científicos, livros, periódicos, revistas, cartilhas, dissertações e teses, assim como outros tipos de fonte de material disponibilizados em sites científicos disponíveis em bases de dados tais como: Scientific Electronic Library Online (Scielo), Fiocruz, Bibliografia Virtual em saúde (BV- Saúde), Periódicos eletrônicos em Psicologia (Pepsic), publicados no período de 2018 a 2021.

Quanto aos critérios de inclusão da presente pesquisa, serão utilizadas obras no idioma português e inglês, assim como, se deu prioridade a obras literárias publicadas nos últimos 05 anos, entre os anos de 2019 a 2021, sendo utilizadas obras relacionadas aos efeitos da pandemia na saúde mental do adolescente. Os critérios de exclusão, relacionam-se as publicações cujos títulos não se citem visivelmente à temática em estudo, artigos elaborados fora da data proposta, assim como, publicações que não estejam de acordo com os critérios dos objetivos específicos. A primeira etapa consistirá na seleção de estudos científicos para compor a amostra do estudo. Na segunda etapa serão caracterizadas as pesquisas revisadas. A terceira etapa consistirá em adequar os achados aos critérios de inclusão e exclusão, e por fim, na quarta etapa serão interpretados os resultados, apresentados e expostos.

Com relação aos riscos e benefícios, este estudo não apresenta risco em razão de não envolver pesquisa com seres humanos por esta razão não será utilizada o Termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE) levando em consideração os aspectos éticos e legais, com base na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

A análise dos dados ocorreu da seguinte forma: após a seleção do material e discutido os principais autores que versam sobre covid 19 adolescentes e saúde mental se organizou os pontos de vistas dos autores selecionados sobre o tema proposto. Posteriormente, foi construída uma argumentação literária no sentido de verificar se o problema e os objetivos do estudo foram contemplados. Os referenciais teóricos foram de grande importância na construção do presente estudo visando descrever os impactos e as consequências da pandemia Covid - 19 na saúde mental dos adolescentes.

### **Ser Adolescente em Tempos de Pandemia**

Para ALMEIDA (2017) a adolescência caracteriza-se por ser o período de desenvolvimento biológico e psicológico de um indivíduo, onde formará sua personalidade de acordo com o meio social em que convive, para estes a adolescência propriamente dita compreende a faixa etária de 10 a 19 anos. A adolescência como a fase da vida que culmina com a constituição da identidade. Partindo desta perspectiva, entende-se que esta fase é vivenciada em um contexto de multiplicidade, que gera grandes transformações, que influenciam diretamente na formação da identidade do sujeito que externa fatores intrapessoais, interpessoais e culturais (MACIEL et al., 2020).

Vale ressaltar que a realização da identidade é um processo interno. É importante observar que o desenvolvimento do conhecimento da adolescência está relacionado à compreensão das mudanças físicas. A adolescência e seus efeitos, a evolução do desenvolvimento cognitivo, a socialização e construção da identidade que se dá nesta fase da vida. Ao longo do século XIX, a adolescência passa a ser reconhecida como um “momento crítico” da existência humana (BRASIL, 2017). A sociedade contemporânea ocidental não apenas estendeu o período da adolescência, como também os elementos constitutivos da experiência juvenil e seus conteúdos (FUNDAÇÃO ABRAMO, 2020). Adolescência, hoje, não é mais encarada apenas como uma preparação para a vida adulta, mas passou a adquirir sentido em si mesma.

Os componentes psicológicos e fisiológicos fundamentais desse período sempre existiram nas pessoas, independente do período histórico ou cultural, embora nem sempre se reconhecessem as características específicas da adolescência. (BRASIL, 2020). Exemplificando com a amizade, questão muito relevante nessa fase, BRUM (2019) escreve que a mesma responde a uma necessidade essencial de encontro com o outro, e esteve presente desde a aurora das civilizações, embora com características das diferentes culturas ou épocas. Os adolescentes dentre suas experiências, vivenciam momentos que

o crescimento do corpo pode ser motivo de preocupação, onde muitas das vezes geram insatisfação, sofrem com sentimentos não correspondidos, chegam a se sentirem desamparados pela perda parcial da proteção dos pais. Estes fatores são característicos na vida de um adolescente, no entanto, muitos não sabem como lidar com esses sentimentos abrindo caminho para problemas psicológicos (STRELHOW, 2017).

Outra característica bastante marcante da adolescência é a tendência grupal. Na busca pela identidade, os adolescentes se juntam em busca de uniformidade, que traz certa segurança e estima pessoal. Nesse processo, há uma identificação em massa, em que todos se identificam com cada um. Nesse sentido, se transfere para o grupo grande parte da dependência que antes era da família, principalmente dos pais. Além disso, “a família permanece mesmo na etapa adulta, dá significados às relações sociais e atua na elaboração das experiências vividas” (CAMPOS e GOTO, 2017). Depois de passar por essa experiência grupal, aí sim o indivíduo poderá se distanciar da turma e assumir sua identidade adulta.

A pandemia da infecção causada pelo SARS-CoV-2 (Severe Acute Respiratory Syndrome coronavírus 2) denominada Doença coronavírus 2019 ou COVID-19 amplifica os fatores estressores do psiquismo e influencia negativamente a saúde mental (YOSHIKAWA H et al 2020). Dentre as medidas de distanciamento social, destaca-se, para este grupo, o fechamento de escolas, clubes, academias, shoppings, praias e parques. Com isso, passam a ficar restritos ao ambiente doméstico, sem a possibilidade de se relacionar fisicamente com seus pares e, possivelmente, aumentando a procura por jogos virtuais, acesso a vídeos e uso de redes sociais (BALHARA et al, 2020).

Adicionado a isso, impôs-se o excesso de contato dentro do núcleo familiar e, porventura, ausência de privacidade. Enquanto há relato das famílias com crianças de que estas têm demonstrado felicidade frente ao aumento do tempo com os pais, essa não é a realidade mais comum para os adolescentes, que vivenciam uma interrupção no processo de busca por identidade fora de casa. O distanciamento físico atual também é acompanhado de impactos econômicos para algumas famílias, o que pode aumentar o conflito dentro das casas e a insegurança emocional dos adolescentes (MARQUES et al, 2020).

Desta maneira, com o isolamento social obrigatório compondo uma das principais medidas sanitárias para achatarem a curva de contaminação pela COVID- 19, os adolescentes e também as crianças experimentam maiores sentimentos de solidão, acarretando efeitos negativos na saúde mental através de sintomas de ansiedade,

depressão, distúrbios no sono e no apetite (YOSHIKAWA H et al. 2020). O isolamento social pode provocar frustração, irritação, desconexão emocional, nostalgia e tédio por causa do distanciamento social (OLIVEIRA et al, 2020).

### **A Covid-19 e o Isolamento Social**

Deste modo, a COVID-19 doença caracterizada por ser uma infecção respiratória, ocasionada pelo Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2), sendo está identificada em dezembro de 2019, e declarada como uma pandemia mundial em março de 2020, ocasionando a contaminação rápida e letal de milhares de pessoas, resultou no isolamento social de milhares de pessoas em todo o mundo, que tem ocasionado problemas psicológicos em muitas pessoas.

No âmbito da infância e adolescência, importa salientar que no artigo 227 da Constituição Federal (BRASIL, 2020) e artigo 4 do Estatuto da Criança e do Adolescente crianças e adolescentes (BRASIL, 1990) asseguram primazia na destinação de recursos e na execução de políticas sociais públicas e na efetivação de direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, entre outros, sendo dever da família, do Estado e da sociedade a garantia dessa proteção.

O distanciamento social e a quarentena são as medidas sanitárias mais eficazes para frear a disseminação da infecção pelo Sars-CoV-2 até hoje evidenciadas e foram amplamente utilizadas para prevenir a transmissão da COVID-19 no mundo inteiro (SAURABH K et al. 2020). O isolamento social caracteriza-se por ser uma medida de isolamento do convívio social com outros indivíduos, está pode ocorrer tanto de forma voluntária como involuntária. O isolamento social involuntário pode ocorrer por diversas situações dentre elas por questões sanitárias, para se evitar a propagação de doenças (GAO, 2020).

Os fatores que conduzem o desenvolvimento de problemas psicológicos em adolescente em isolamento social foram inicialmente compreendidos por vários estudos. A superexposição à informação, a redução da atividade física, as mudanças nos padrões de dieta e sono, beber e fumar são comportamentos que parecem estar relacionados ao aumento da vulnerabilidade dos jovens à pandemia. (STANTON et al., 2020). Uso abusivo de substâncias psicoativas: o período de confinamento amplia o risco de consumo de tabaco, álcool ou outras drogas lícitas e ilícitas; atenção é necessária com o público adolescente. Ainda, cabe observação do risco de normalização da prática do consumo de

substâncias psicoativas pelas famílias para lidar com os sentimentos de medo e pânico (FIOCRUZ, 2020; FEGERT et al., 2020).

Além disso, com a pandemia já se documentou o aumento do risco para o desenvolvimento de quadros de ansiedade, depressão e outros problemas psicológicos. Isso ocorre devido ao aumento do estresse referente às características da própria pandemia, à diminuição da mobilidade, à desaceleração econômica e ao fechamento das escolas, que são as medidas amplamente adotadas para controlar o contágio pelo novo coronavírus e impedir o colapso dos sistemas de saúde. Diante desse cenário, as pessoas tendem a ficar mais ansiosas, com humor deprimido e podem adotar comportamentos extremos de risco à saúde, como ideação ou tentativa de suicídio e automutilação (OLIVEIRA et al 2020). O Comportamento suicida: a conjuntura da crise econômica e seu imediato impacto na dinâmica familiar, o isolamento social, a temática de morte e do adoecimento são elementos que podem se configurar como gatilhos no espectro suicida, principalmente nos jovens com transtornos mentais.

Ficar tanto tempo em isolamento pode acarretar desavenças familiares que em conjunto a falta de espaço pessoal, o comportamento anormal dos pais com os filhos e a saúde mental abalada dos cuidadores podem proporcionar efeitos psicopatológicos (GHOSH et al. 2020). Pelo mesmo motivo, as denúncias de abuso, negligência, exploração e violência doméstica apresentaram um considerável aumento nessa época e o confinamento colocou as crianças e os adolescentes em uma posição de maior susceptibilidade a essas práticas criminosas (GHOSH et al. 2020). Parte da população vive em “guerra sanitária”, privada de condições mínimas de higiene e segurança, impedindo um isolamento social adequado, o que é agravado pela falta do acesso digital em momento de isolamento social (FIOCRUZ, 2020). Violência familiar: condição prevalente associada a desfechos negativos à saúde física e mental das crianças e jovens. Gritos, xingamentos, insultos são manifestações de violência psicológica e assim como a negligência podem evoluir para violência física.

Nesse período, as figuras parentais abusivas passam mais tempo com suas vítimas no ambiente doméstico e utilizam práticas punitivas físicas ou mentais para controlar as desobediências (GHOSH et al. 2020; OLIVEIRA WA et al. 2020). Essas agressões físicas e/ou psíquicas causam marcas eternas e comprometem o desenvolvimento neuropsicológico e são fatores de risco para transtornos psicossomáticos, abusos de substâncias ilícitas e comportamento suicida (GHOSH et al. 2020). Diante do cenário catastrófico econômico causado pela pandemia de COVID-19 muitas famílias foram

atingidas e os filhos vivenciaram grande preocupação em relação a perda de emprego dos pais e o medo de indisponibilidade futura das necessidades básicas como comida e água (SAURABH K et al. 2020).

Estima-se que até 85 milhões de crianças e adolescentes entre 2 e 17 anos possam ter se somado às já vítimas de todos os tipos de violência física, sexual e psicológica nos primeiros meses de pandemia e as necessárias medidas de isolamento social, incluindo o fechamento de escolas, medida adotada em 177 países e que afetou 73% de toda a população estudantil mundial, fazendo com que a maior parte desta permaneça praticamente todo o período em confinamento familiar, como sinaliza um relatório da organização não governamental World Vision (WORLD VISION, 2020). De acordo com dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), dos quase 160 mil registros feitos pelo Disque 100 no ano de 2019, 86,8 mil (55%) tratavam de violações contra crianças ou adolescentes. Isso representa um aumento de 14% em relação a 2018. Negligência (39%) e violências psicológica (23%), física (17%), patrimonial (8%), sexual (6%) e institucional (5%) somam, juntas, quase 100% do total das violações.

Os adolescentes também podem ficar mais irritadiços devido às restrições de mobilidade e a impossibilidade de estar com os colegas. Essa realidade pode resultar em comportamentos agressivos ou de desobediência, e no aumento da convivência virtual com amigos por meio de tecnologias digitais, a convivência familiar também pode aumentar as tensões nas relações interpessoais e favorecer o surgimento de doenças mentais preexistentes (OLIVEIRA et al 2020).

Em relação aos malefícios da tecnologia, um estudo concluiu que 29,58% dos entrevistados relataram que passavam mais de cinco horas por dia online durante o período pandêmico e o vício em smartphones e a dependência de internet para aulas, consultas médicas e conversas com amigos e parentes aumentou significativamente os sinais clínicos de depressão e os níveis de ansiedade dos participantes (DUAN L et al. 2020). Portanto, ao analisar esses parâmetros estressores do psiquismo é possível compreender os altos índices da prevalência de problemas relacionados a saúde mental durante o curso da pandemia de COVID-19 e ter um retrato do que provavelmente ocorrerá no futuro.

Os ambientes familiares caracterizados pela pobreza e o impacto socioeconômico da COVID-19 a longo prazo são circunstâncias que podem afetar a capacidade das famílias de fornecerem cuidados. Doenças infecciosas como a COVID-19 podem trazer perturbações ao ambiente onde as crianças crescem e se desenvolvem, gerando impactos

nocivos no seu bem-estar e ambiente de proteção gerados pelas alterações na rotina diária, no cotidiano das famílias e nas relações sociais e comunitárias. É imprescindível que os familiares estejam atentos às mudanças de comportamentos dos adolescentes. Diante dos efeitos da saúde mental deletéria, é importante frisar que os comportamentos anormais podem ser causados por conta do distanciamento social. (PRIME, BROWNE, WADE, 2020).

### **Saúde Mental na Adolescência**

Nos dias atuais, um dos fatores de maior importância em meio a sociedade é a saúde mental, sendo está reconhecida pela OMS (Organização Mundial da Saúde), tendo em vista que a saúde mental é a base para se ter um bem-estar físico e social, conforme conceituação da OMS, ter saúde não significa somente que você não está acometido por alguma enfermidade, mas significa que você está em plena harmonia em seus aspectos físico, mentais e social (OMS, 2001). A saúde mental pode ser definida de diversas forma, de acordo com diferentes autores, no entanto, todos acreditam que a saúde mental se interliga com o bem-estar psicológico, não apenas com a ausência de problemas mentais.

Ao que concerne à saúde mental, está possui grande importância em meio a sociedade, que tem sido fruto de grandes estudos, sendo analisada em suas diversas dimensões, deste modo, ganhando destaque em meio as ciências comportamentais e biológicas que lhe proporcionaram grande progresso. Onde os estudiosos, buscam compreender de forma simples e evidente como funciona a mente humana, assim, interligando-se a compreensão da relação entre a saúde mental, física e biológica (OLIVEIRA, 2020).

Ressalta-se a importância de se manter uma saúde mental estável, assim como, o bem-estar psicológico pois estes dois quando interligados são essenciais para se manter a qualidade de vida, tanto em aspectos fisiológicos, biológicos e psicológicos. Diante dos desafios apresentados, é importante estabelecer um mecanismo de mobilização para prevenir, identificar, acolher, encaminhar e tratar os problemas relacionados à saúde mental dos adolescentes. A fim de cooperar com essa discussão, foi listado algumas possibilidades de ação com base nas evidências de doença emocional entre os jovens durante a pandemia e epidemias externas. (LOADES et al, 2020).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Diante da análise dos referenciais teóricos selecionados, evidencia-se que os adolescentes poderão sentir os impactos da COVID-19 na sua saúde mental e bem-estar por muitos anos foram longos 18 meses para todos nós, especificamente para os adolescentes com os isolamentos nacionais e restrições de distanciamento, os adolescentes passaram longe de seus familiares, de amigos, das escolas, das brincadeiras sociais, mesmo antes da pandemia alguns adolescentes já sofriam com algum problema de saúde mental não resolvido.

Destaca-se a importância da família em ajudar o adolescente a passar por esse período com menor prejuízo e sofrimento. Entre as ações, está o diálogo aberto sobre COVID-19, com fontes de informações confiáveis. Como dito acima, o excesso de informação pode ser um fator para o risco de ansiedade. (GAO, ZHENG, JIA, CHEN et al., 2020). Reconhecer o inédito, o difícil momento por que passamos é fundamental. Nesse período de exceção e de isolamento, a comunicação, a escuta e o acolhimento das diferentes percepções podem contribuir para ajudar as crianças e adolescentes a compreenderem que há momentos difíceis que envolvem sofrimento; que não estão sozinhos e que os adultos estão tomando providências possíveis, e toda criança tem sua própria maneira de expressar suas emoções. Elas geralmente seguem as pistas emocionais dos adultos importantes em suas vidas; portanto, o modo como estes respondem à crise faz diferença, por isso é importante que os adultos procurem gerenciar suas próprias emoções. As cobranças não devem se sobrepor à tolerância e à consciência de que não será possível cumprir perfeitamente todas as atividades (WANG et al., 2020).

A construção conjunta de acordos e de regras de convivência, claras e constantes, pode evitar conflitos decorrentes de medidas restritivas. A construção de rotinas familiares é um fator protetivo e de estratégia para enfrentar esse período. Planejar a semana, definir objetivos diários alcançáveis ajuda no senso de autocontrole. A rotina de alimentação e das tarefas domésticas podem incluir a participação das crianças, o que fortalece laços e o senso de responsabilidade.

O tempo para o autocuidado, com exercícios físicos incluídos na rotina diária da criança e sua família, contribui nesse enfrentamento (WANG et al, 2020; FEGERT et al, 2020).

Os fatores de risco e os de proteção torna-se uma estratégia preciosa, a promoção da saúde mental nesse grupo etário inclui cuidados com o sono, atividade física,



respeitando as normas de segurança, deve estar na agenda do cuidado dessa população, uma escuta ativa e um questionamento ético sobre ideação suicida e sobre autolesões devem ser feitos na presença de problemas emocionais. As equipes multidisciplinares devem tentar a melhor forma de estabelecer a manutenção e a prioridade na atenção desse grupo, como os atendimentos remotos, evitando cenários de agudização e internações. (FIOCRUZ, 2020; VIGO et al., 2020). Cuidados hospitalares: em caso de internação pediátrica durante a pandemia, as visitas de familiares e a presença de acompanhante estão restringidas. O forte e prolongado estresse pode aumentar o risco de desordens psiquiátricas. Estratégias como a construção de diários e a visita virtual garantindo a comunicação com pais e familiares podem ajudar (LIU et al, 2020).

Recomenda-se que equipes de saúde na atenção primária desenvolvam ações de educação e promoção de saúde junto aos adolescentes, mesmo que virtualmente, pois verificou-se boa adesão deste público às modalidades complementares de cuidado. Essas visam a esclarecer os adolescentes sobre as medidas sanitárias adotadas para o controle da contaminação ou ainda estimular o desenvolvimento da responsabilidade social que pressupõe o autocuidado e o cuidado com o outro (OLIVEIRA, et al 2020). É essencial acolher e conversar sobre a pandemia, sobre sentimentos que persistem, como tristeza e o medo da morte. Alguns podem desenvolver estresse pós-traumático e necessitarão cuidados profissionais.

Portanto, é essencial que a saúde mental dos adolescentes seja tratada com seriedade pelos governantes e gestores da saúde ocorrendo intervenções durante e pós – pandemia COVID-19, com o intuito de atender as necessidades críticas que possam envolver a saúde mental dos adolescentes, dando a devida importância na relação entre saúde mental e os resultados futuros na vida desses jovens.

Considera-se, por meio deste estudo bibliográfico, a importância que a psicologia exerce, sua contribuição no papel de prevenção e promoção a saúde mental, com a finalidade de evitar maiores sequelas devido os impactos que a Covid- 19 pode causar na saúde mental e no bem-estar dos adolescentes, pontua-se neste artigo fatores relevantes que nortearão futuras outras pesquisas bibliográficas em benefício da saúde mental e do bem-estar dos adolescentes na pandemia Covid-19.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo buscou, por meio de pesquisa bibliográfica, identificar os impactos da pandemia COVID 19 na saúde mental dos adolescentes. Os resultados da

pesquisa bibliográfica demonstram que a pandemia COVID 19, o isolamento e o distanciamento social, pode acarretar em diversos problemas biopsicossociais na vida dos adolescentes, nas esferas social, escola, familiar e pessoal causando ansiedade, depressão, medo, incertezas, insegurança, conflitos familiares, agressões domésticas com seus pais, modificando o comportamento dos adolescentes e trazendo prejuízos psicológicos.

Percebeu-se que o isolamento social, o afastamento da escola, dos amigos, do contexto social, pode gerar nos adolescentes medos, incertezas, agressividade, irritabilidade, sentimento de tristeza, baixa autoestima e impotência, além do uso de álcool e outras drogas. Aponta-se a presença de sintomas depressivos e ansiedade, transtornos alimentares, transtornos de humor devido ao distanciamento social dos pares ou amigos, aumento da vulnerabilidade a diferentes tipos de violência em casa, comportamentos agressivos no contexto familiar. Detectou-se que o isolamento social pode provocar exaustão e aumento da convivência virtual, devido ao tédio e a nostalgia do distanciamento social, provocar frustração, desconexão emocional, diante desse cenário os adolescentes podem adotar comportamentos extremos de risco à saúde mental, como ideação ou tentativa de suicídio e automutilação e outros problemas psicológicos.

Dessa maneira destaca-se a importância da psicologia de promover a saúde mental dos adolescentes amenizando os impactos causados pela pandemia COVID-19 na saúde mental dos adolescentes, por meio de suporte psicossocial, garantindo o bem-estar dos adolescentes, através da observação e intervenção da escola, família e uma rede de apoio para amenizar futuras sequelas psicológicas que possam vir a acarretar no futuro. Assim sendo, trabalhando em caráter preventivo para redução, de problemas psicológicos, mas graves que podem dificultar ou se intensificar caso os adolescentes não tenham um suporte adequado para se adaptar e readaptar aos novos tempos em que vivemos de pandemia Covid-19.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República, 1990. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm) > Acesso em: 3 abr. 2021;

BRASIL. Ministério da Saúde. Definição de caso e notificação. 2020. Disponível em: < <https://coronavirus.saude.gov.br/index.php/definicao-de-caso-e-notificacao> > Acesso em: 02 abril. 2021;

BRASIL. Ministério da Saúde. Proteger e Cuidar da Saúde dos Adolescentes na Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: < [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger\\_cuidar\\_adolescentes\\_atencao\\_basica.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica.pdf) > Acesso em: 03 abr 2021;

BRASIL. Constituição Federal. Art. 227. Senado Federal, 2020;

BRUM, E. O suicídio dos que não viram adultos nesse mundo corroído. El País, São Paulo, 19 jun. 2018. Coluna opinião. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/opinion/1529328111\\_109277.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/opinion/1529328111_109277.html) > acesso em 18 nov. 2019;

CAMPOS, S. R.; GOTO, T. A. Os conflitos e valores na juventude: transição para a maturidade. Revista Abordagem Gestalt, v. 23, nº 3. Goiânia, 2017. Disponível em: < [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672017000300011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000300011) > Acesso em: 03 abr 2021;

DUAN, L.; SHAO, X.; WANG, Y.; HUANG, Y.; MIAO, J.; YANG, X.; ZHU, G. An investigation of mental health status of children and adolescents in china during the outbreak of COVID-19. J Affect Disord. v. 275, p. 112-18, 2020. Disponível em: < <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/23381> > Acesso em: 8 abr 2021;

FEGERT, J.M.; VITIELLO, B.; PLENER, P.L; CLEMES, V. Challenges and burden of the Coronavirus 2019 (COVID-19) pandemic for child and adolescent mental health: a narrative review to highlight clinical and research needs in the acute phase and the long return to normality. Child Adolesc Psychiatry Ment Health. v. 14, p. 20, 2020. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32419840/> > Acesso em: 08 abr 2021;

FIOCRUZ. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. COVID-19 e Saúde da Criança e do Adolescente. Ago., 2020. Disponível em: < <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencaocrianca/covid-19-saude-crianca-e-adolescente> > Acesso em: 08 abril. 2021;

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. Cartilha Saúde Mental e Atenção Psicossocial - Informações Gerais. 2020. Disponível em: < <https://portal.fiocruz.br/documento/cartilha-saude-mental-e-atencao-psicossocial-na-pandemia-covid-19> > Acesso em: 07 abril 2021;

FUNDAÇÃO ABRAMO. Juventude e pandemia: análise da pesquisa. 2020. Disponível em: < <https://fpabramo.org.br/2020/07/14/juventude-e-pandemia-analise-da-pesquisa/> > Acesso em: 01 abr 2021;

GAO, J. et al. Mental health problems and social media exposure during Covid-19 outbreak. PLOS ONE, v. 15, n. 4, p. e0231924, 2020. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32298385/> > Acesso em: 08 abr 2021;

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. GHOSH, R.; DUBEY, M.J.; CHATTERJEE, S.; DUBEY, S. Impact of COVID -19 on children: special focus on the psychosocial aspect. Minerva Pediatr. v. 72, n 3, p. 226-235 2020;

LIU J.J.; BAO, Y.; HUANG. X.; SHI, J.; LU, L. Mental health considerations for children quarantined because of COVID-19. Lancet Child Adolesc Health. 2020;4(5):347-349. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32224303/> > Acesso em: 08 ab 2021;

LOADES, M.E. et al. Rapid Systematic Review: The Impact of Social Isolation and Loneliness on the Mental Health of Children and Adolescents in the Context of Covid-19. Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry, 03 jun. 2020.

Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32504808/> > Acesso em: 08 abr 2021;

MACIEL, A.S.P.; SOUZA, A.A.C.; SOUZA, O.N.B. O Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA): um olhar a partir do trabalhopedagógico com a identidade e a diferença como vetores de permanência e evasão escolar. Revista Ciências da Sociedade (RCS), Vol. 4, n. 7, p.207-226, Jan/Jun 2020. Disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistacienciasdasociedade/article/download/1407/754/2918> > Acesso em: 10 abr 2021;

MATA, A. Impacto da pandemia de COVID-19 na saúde mental de crianças e adolescentes: uma revisão integrativa. 2021. Disponível em: < <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/23381/18784> > Acessado em: 05 abril 2021.

MARQUES, E. S. et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. [S. l.], 2020. Disponível em: < <https://sinapse.gife.org.br/download/a-violencia-contra-mulherescrianças-e-adolescentes-em-tempos-de-pandemia-pela-covid-19-panorama-motivacoes-eformas-de-enfrentamento> > Acesso em: 3 abr. 2021.

OLIVEIRA, W.A.; SILVA, J.L.; ANDRADE, A.L.M.; MICHELI, D.; CARLOS, D.M.; SILVA, M.A.I. A saúde do adolescente em tempos da COVID-19: scoping review. Cad. Saúde Pública v. 36, n 8. p. 28, 2020. Disponível em: <

<https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n8/e00150020/pt/> > Acesso em: 08 abr 2021;

PRIME, H.; BROWNE, D. T.; WADE, M. Risk and Resilience in Family Well-Being During the Covid-19 Pandemic. *American Psychologist*, v. 75, n. 5, p. 631-643, 2020. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32437181/> > Acesso em: 08 abr 2021;

SAURABH, K.; Ranjan, S. Compliance and Psychological Impact of Quarantine in Children and Adolescents due to Covid-19 Pandemic. *Indian J Pediatr* v. 87, n 7. p. 532-36, 2020. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32472347/> > Acesso em: 06 abr 2021; REGER, M. A. et al. Suicide Mortality and Coronavirus Disease 2019-A Perfect Storm. [S. l.], 2020. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32275300/> > Acesso em: 3 abr. 2021;

STANTON, R. et al. Depression, Anxiety and Stress during Covid-19: Associations with Changes in Physical Activity, Sleep, Tobacco and Alcohol Use in Australian Adults. *Int. J. Environ. Res. Public Health*, v. 17, n. 11, p. 4065, 2020. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7312903/> > Acesso em: 07 abr 2021;

VAN DOREMALEN, N.; MORRIS, D.; HOLBROOK, M. et al. Estabilidade de Aerosol e Superfície de SARS-Cov-2 em Comparação com SARS-Cov-1. *NEJM*. March 17, 2020. Disponível em: < <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/nejmc2004973> > Acesso em: 07 abr 2021;

VIGO, D. et al. Mental Health of Communities during the COVID-19 Pandemic. [S. l.], 2020. Disponível em: < [https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7502878/pdf/10.1177\\_0706743720926676.pdf](https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7502878/pdf/10.1177_0706743720926676.pdf) > Acesso em: 3 abr. 2021;

WANG, G. et al. Mitigate the effects of home confinement on children during the COVID-19 outbreak. *The Lancet*, v.395, n.10228, p.945-947, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/dkxZ6QwHRPhZLsR3z8m7hvF/?lang=pt> > Acesso em: 08 abr 2021;

WORLD VISION. COVID-19 Aftershocks: Secondary Impacts threaten more children's lives than disease itself. World Vision, 2020. Disponível em: < [https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/World%20Vision%20COVID%0secondary%20health%20impact\\_FINAL\\_1.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/World%20Vision%20COVID%0secondary%20health%20impact_FINAL_1.pdf) > Acesso em: 3 abr. 2021;

YOSHIKAWA, H.; WUERMLI, A.J.; BRITTO, P.R.; DREYER, BREYER, B.;

LECKMAN, J.F.; LYE, S.J.; et al. Effects of the Global Coronavirus Disease-2019 Pandemic on Early Childhood Development: Short- and Long-Term Risks and Mitigating

Program and Policy Actions. J Pediatr., v, 233, p. 188-193, 2020. Disponível em: <  
[https://nyuscholars.nyu.edu/en/publications/effects-of-the-global-  
coronavirus-disease-  
2019pandemic-on-early-](https://nyuscholars.nyu.edu/en/publications/effects-of-the-global-coronavirus-disease-2019pandemic-on-early-)> Acesso em: : 08 abr 2021.

## **O ENSINO DA MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO**

**Ana Cláudia Zanin Cocenza e Maria Teresa De Moura Ribeiro**

**RESUMO:** A pesquisa teve como objetivo investigar a estreita relação entre o processo de ensino e de aprendizagem matemática. Para isso, partiu-se do levantamento das principais dificuldades apresentadas pelos alunos ao concluir os anos iniciais do ensino fundamental e se propôs a realizar oficinas de formação continuada com docentes polivalentes de duas escolas públicas de um município do interior paulista. De abordagem qualitativa, teve como instrumentos a análise documental, oficinas de formação, questionário e diário de campo. A análise dos dados tem buscado averiguar se a discussão desses objetos de conhecimento e das estratégias didáticas socializadas nos encontros do grupo colaborativo de aprendizagem podem mobilizar a prática docente. Os estudos de Boaler (2018), Curi (2005) e Nacarato, Mengali e Passos (2011) são algumas das fundamentações teóricas desta pesquisa. Espera-se contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem em matemática oferecendo estudos, pesquisas e debates sobre o processo no cotidiano escolar.

**Palavras-chave:** Ensino de Matemática, Anos iniciais do Ensino Fundamental, Formação docente.

## **INTRODUÇÃO**

As inquietações advindas dos debates relacionados à educação, em especial nos desafios do processo de ensino e aprendizagem de Matemática, despertam o interesse em investigar a temática. Obstáculos como o receio à disciplina, o temor de docentes que a lecionam, os traumas experienciados pelos professores ainda crianças e fatores como o contexto de vivência dos discentes, infraestrutura das escolas, metodologias de ensino, formação continuada, entre outros, contribuem para os problemas encontrados. Para Fiorentini, Passos e Lima (2016), o dia a dia das escolas mostra que ainda há muita coisa a se fazer e a se pesquisar para que a Educação Matemática tenha seu devido destaque nessa etapa.

Por meio da análise dos registros dos resultados de avaliações institucionais de uma rede pública de ensino, discussões em encontros formativos e dificuldades indicadas pelos docentes especialistas, foi possível levantar os objetos de conhecimento matemáticos considerados norteadores das principais dificuldades dos alunos na conclusão dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em um município do interior paulista.

O interesse pela pesquisa corroborou com a intencionalidade pedagógica de diagnosticar esses conteúdos matemáticos considerados críticos e propor oficinas de aprendizagem aos docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental que permitissem discutir os resultados observados e refletir sobre alternativas didáticas para os referidos temas. Pesquisadoras como Curi (2005) e Pires (2012) afirmam que muitos professores dos anos iniciais apresentam grande dificuldade em desenvolver os conteúdos matemáticos. A formação matemática desses professores atuantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, segundo Nacarato, Mengali e Passos (2011), muitas vezes, é centrada em processos metodológicos que desconsideram os fundamentos matemáticos, implicando em uma formação com lacunas conceituais nessa área. As autoras revelam outra fragilidade em seus estudos: “[...] é impossível ensinar aquilo sobre o que não se tem um domínio conceitual” (NACARATO, MENGALI e PASSOS, 2011).

Dessa maneira, o contato com as realidades vivenciadas nas escolas municipais elucidam os desafios encontrados no ensino e na aprendizagem de matemática. Por meio



de um grupo colaborativo de aprendizagem, buscou-se discutir as dificuldades enfrentadas, os conceitos matemáticos envolvidos e a reflexão sobre práticas e estratégias didáticas.

## **METODOLOGIA**

### **A estreita relação entre a aprendizagem e o ensino de Matemática no Brasil**

Diante da complexidade encontrada para o desenvolvimento educacional adequado no país, índices do universo total de escolas das redes pública e privada relativos à situação de aprendizagem matemática, apontam uma situação bastante preocupante. Avaliações externas como o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB (INEP, 2021) e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA (INEP, 2018) demonstram que o nível de aprendizagem na disciplina é insuficiente. Do ponto de vista pedagógico, a maioria dos estudantes não é capaz de resolver problemas com operações fundamentais com números naturais ou reconhecer o gráfico de função a partir de valores fornecidos em um texto.

Em âmbito nacional, os resultados da Prova Brasil de 2019 (QEdu, 2021) mostram que a proporção de alunos com aprendizado adequado em Matemática até o 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública de ensino é de 47%. Considerando as próximas etapas da escolarização, essa taxa é de 18% até o 9º ano e de 7% até o 3º ano do Ensino Médio.

O ensino da Matemática tem-se mostrado um problema em avaliações institucionais aplicadas nos sistemas de ensino. Em consonância com os pressupostos da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018), lecionar matemática significativamente exige inovações em algumas práticas para melhorar o processo de ensino-aprendizagem e alcançar a formação integral dos alunos. Nesse sentido, Boaler (2018) apresenta novas perspectivas de ensino da disciplina por meio da visualização, dos jogos e da investigação e aborda aspectos importantes no contexto atual do ensino da Matemática, propondo caminhos para novas trajetórias construídas pelos alunos e buscando romper mitos arraigados na sociedade. Na introdução de sua obra, a autora menciona que “[...] sabemos que mensagens negativas e ruins ainda são passadas aos

estudantes todos os dias - mensagens essas que não pretendem prejudicar, mas sabemos que podem colocar os alunos em uma trajetória matemática prejudicial e duradoura” (BOALER, 2018, p. xvi).

Diante de tais desafios, percebe-se as exigências para o ensino da disciplina e a importância da formação continuada dos profissionais.

## **O contexto em foco**

Como proposta da pesquisa, foi organizado um espaço formativo virtual para cada objeto de conhecimento matemático considerado crítico na análise dos resultados das avaliações aplicadas por uma Secretaria Municipal de Educação nos anos de 2018 e 2019. Foram realizados oito encontros formativos com vinte e quatro docentes polivalentes da rede de ensino. Buscou-se discutir metodologias encontradas na literatura contemporânea e os entraves enfrentados pelos docentes que lecionam a disciplina na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O compartilhamento de experiências pedagógicas e conhecimentos conceituais dos participantes envolvidos no grupo colaborativo, revelaram a suscitação de reflexões sobre a atuação profissional e a predisposição em mobilizar mudanças nas práticas em prol da aprendizagem, o que corrobora o pressuposto trazido por Imbernón (2009) ao defender que, quando os docentes visualizam que o novo programa formativo repercute na aprendizagem de seus alunos, mudam suas crenças e atitudes significativamente.

Muitos fatores influenciam o ensino de Matemática e, um deles, é a apreensão e a insegurança dos professores em desenvolver suas práticas pedagógicas voltadas à disciplina. Muitas vezes, por não terem domínio ou conhecimentos específicos, o professor utiliza referências dos docentes de sua trajetória escolar, enquanto era aluno e, esse fato, pode contribuir para a fragilidade no ensino da disciplina. Nacarato, Mengali e Passos (2011) apontam em seus estudos que “[...] as futuras professoras polivalentes têm tido poucas oportunidades para uma formação matemática que possa fazer frente às atuais exigências da sociedade e, quando ela ocorre na formação inicial, vem se pautando nos aspectos metodológicos”.

Os estudos de Fiorentini e Lorenzato (2012) sobre os saberes dos professores revelam o baixo nível de entendimento e domínio do conhecimento matemático a ser

ensinado. Portanto, faz-se necessário compreender profundamente o modo como os professores utilizam e mobilizam os seus conhecimentos ao ensinar matemática em sala de aula.

Neste cenário, a formação continuada de professores por meio de encontros matemáticos com os objetivos de apropriação de conceitos, ampliação e atualização que visam promover a articulação entre estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica sobre as estratégias didático-pedagógicas significativas na formação integral do aluno tornam-se fundamentais para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem. Para Gatti (2013, p. 98), a formação de professores deve ter como base a relação entre a teoria e a prática, de modo a articular o “[...] conhecimento acadêmico e conhecimento que vem com o exercício da profissão e com as experiências vividas em situações escolares na educação básica”.

## **CONCLUSÃO**

Os resultados iniciais da análise dos dados que compõem esta pesquisa, indicam que muitos professores que lecionam matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental sentem-se inseguros em ensinar os aspectos conceituais dos objetos de conhecimento devido à falta de repertório teórico. Por este motivo, alguns deles, preferem trabalhar com os primeiros anos.

A análise parcial dos dados indicou também que os docentes participantes desta pesquisa entendem as ações formativas como oportunidades de apropriação e ampliação de conhecimentos para a sua prática profissional. A possibilidade de conectar os estudos teóricos, as metodologias e os recursos didáticos adotados inferiram a avaliação positiva acerca dos encontros revelada por meio das interações comunicativas durante as formações e dos formulários de pesquisa de satisfação.

Diante do exposto e das reflexões acerca da prática pedagógica, pensar em alternativas e estratégias que efetivem a aprendizagem implica em investigar as crenças presentes no ensino de Matemática, sua aprendizagem por parte dos que ensinam e os conteúdos que devem ser ministrados, para definir-se o processo formativo que atenda às reais necessidades docentes.

## **REFERÊNCIAS**

BOALER, J. Mentalidades matemáticas: estimulando o potencial dos estudantes por meio da matemática criativa, das mensagens inspiradoras e do ensino inovador. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao>>. Acesso em: 13 set. 2021.

CURI, E. A matemática e os professores dos anos iniciais: uma análise dos conhecimentos para ensinar matemática e das crenças e atitudes que interferem na constituição desses conhecimentos. São Paulo: Musa Editora, 2005.

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos. Campinas: Autores Associados, 2012.

FIORENTINI, D.; PASSOS, C. L. B.; LIMA, R. C. R. (Org.). Mapeamento da pesquisa acadêmica brasileira sobre o professor que ensina matemática: período 2001 – 2012. Campinas: FE/UNICAMP, 2016.

GATTI, B. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. Educar em Revista. Curitiba, n. 50, out./dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/34740>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

IMBERNÓN, F. Formação permanente do professorado: novas tendências. Trad.: VALENZUELA, Sandra Trabucco. São Paulo: Cortez, 2009.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). SAEB, 2019. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>>. Acesso em: 13 set. 2021.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). PISA, 2018. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pisa/documentos/2019/relatorio\\_PISA\\_2018\\_preliminar.pdf](https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2019/relatorio_PISA_2018_preliminar.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2021.

NACARATO, A.; MENGALI, B.; PASSOS, C. A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender. Belo Horizonte: Autêntica Editora Ltda, 2011.

PIRES, C. M. C. Educação Matemática: conversas com professores dos anos iniciais. São Paulo: Zé-Zapt Editora, v. 197, 2012.

QEDu: Use dados. Transforme a Educação. Disponível em: < <https://qedu.org.br/brasil/aprendizado>>. Acesso em: 13 set. 2021.

**Capítulo 60 - DOI:10.55232/1083002.60**

**O AMBIENTE ESCOLAR COMO LUGAR DO  
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE**

**Adriana Nunes Stein e Mariana Aranha De Souza**

**RESUMO:** Este texto tem como objetivo apresentar uma investigação em andamento sobre Práticas no Ambiente Escolar que promovem o desenvolvimento pessoal e profissional docente. Através de uma pesquisa bibliográfica apresentada aqui, tendo como base material já publicado por autores que tratam sobre a Formação de Professores, procura-se demonstrar que o desenvolvimento docente se dá por meio de trocas entre pares, vivência de práticas colaborativas e reflexivas dentro do próprio ambiente escolar. A este tema gerador da pesquisa pertencem também a necessidade de saber como os professores aprendem e se desenvolvem, o que favorece o bem-estar docente e a visão da escola como ambiente formativo.

**Palavras-chave:** Formação de Professores, Desenvolvimento Profissional Docente, Ambiente Escolar

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho é parte de uma investigação em andamento no âmbito do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté sobre Práticas no Ambiente Escolar que promovem o desenvolvimento pessoal e profissional docente. Tem por objetivo apresentar reflexões sobre o desenvolvimento profissional docente a partir dos estudos de Nóvoa (1992), Morgado (2011) e Hammerness, Darling-Hammond, Bransford (2019) e Imbernón (2010).

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada nestes quatro autores, sobre a Formação de Professores, considerando a necessidade de compreender como os professores aprendem e se desenvolvem e o que favorece o bem-estar docente e a visão da escola como ambiente formativo.

### **Formação Continuada: a escola como um espaço para envolver-se e desenvolver-se**

O foco na formação continuada veio por volta da década de 90, segundo Nóvoa (1992), após a constatação de falhas e críticas quanto a formação inicial, passando a formação continuada a ser o foco das atenções no discurso de que o processo de aprendizagem dos professores deve ser contínuo e concomitante com o exercício de sua profissão. Surgem políticas de reciclagem de professores e qualificação dos professores em demais funções. Dentro de uma perspectiva de regulação e avaliação, de acordo com o autor, essa abordagem não considerava a lógica do desenvolvimento profissional dos professores e o desenvolvimento da escola, mas estava vinculada aos objetivos do sistema.

Apesar de alguns avanços no sentido de reconhecer a importância da formação continuada no exercício da profissão docente, as reformas vêm separando os atores dos decisores, como expressa Morgado (2011). Uma forma sutil de exercer controle sobre a classe, resumindo a eles executar orientações técnicas do que deve e como deve ser trabalhado devolvendo como prova de sua competência resultados satisfatórios através das avaliações de seus alunos.

Esse processo de separação da concepção e execução torna a autonomia do professor reduzida, fazendo com que ele fique cada vez mais dependente da opinião de especialistas para que lhes digam o que deve ser feito.

Sobre isso, Nóvoa (1992, n.p.) afirma que “a formação de professores tem ignorado, sistematicamente o desenvolvimento pessoal, confundindo o “formar” e “formar-se”, não compreendendo que a lógica da atividade educativa nem sempre coincide com as dinâmicas próprias da formação”. Para o autor, o formar-se é um processo de autoformação, de transformar o conhecimento em autoconhecimento. Não basta formar, dizer eu me formei, mas o sentido é provocar mudanças em um processo contínuo de transformação de si próprio.

A outra dimensão da qual Nóvoa (1992) aponta como ser um empecilho à formação é desconsiderar a escola e seus projetos próprios e maneiras de resolver inúmeros desafios do dia a dia. A dimensão individual e coletiva dos professores dentro do ambiente escolar são aspectos imprescindíveis para o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores.

Nias (1991), citado por Nóvoa (1992, n.p.), reflete sobre a importância do professor enquanto pessoa e dos espaços entre as dimensões pessoais e profissionais.

O professor é a pessoa. E uma parte importante da pessoa é o professor. Urge por isso (re)encontrar espaços de interação entre as dimensões pessoais e profissionais, permitindo aos professores apropriar-se dos seus processos de formação e dar-lhes um sentido no quadro das suas histórias de vida.

Nesse espaço de interação também há a possibilidade do professor ser formador e formando ao mesmo tempo. Ninguém se contenta de somente receber o conhecimento que vem de fora, somos por natureza seres comunicativos e precisamos dessa interação que no decorrer da história foi perdendo lugar ao chamando celularismo escolar, práticas individualizadas dentro das escolas, como afirma Imbernón (2010). É preciso criar espaços para partilha de saberes e trocas de experiências, pois é através desses diálogos que os professores vão validando e consolidando suas práticas, como abordado por Freire (1996).

É importante considerar que a esse processo de autoformação, o professor vai construindo sua identidade profissional que perpassa pelo olhar de seus pares e se

estabelece através dessa socialização como Moreira (2010), citado por Morgado (2011, p.798) aponta:

Para além da construção deste saber profissional, a profissionalização contribui, também, para que o futuro professor desenvolva uma identidade profissional, já que, como referimos atrás, lhe permite apropriar-se da cultura, valores e práticas característicos da profissão. São estes elementos que permitem ao professor identificar-se com um determinado grupo social – **através do desenvolvimento de pertença a esse grupo** – e inserir-se nele, já que o processo de construção da sua identidade não pode concretizar-se à margem da diversidade de relações que estabelece com seus pares. À semelhança do que acontece noutros sectores, também a este nível, a identidade é vista como uma “parte fundamental da dinâmica pela qual os indivíduos e os grupos compreendem os elos, mesmo imaginários que os mantêm unidos” (grifo nosso)

A escola, enquanto espaço de aprendizagem, deve ser esse lugar de formação e autoformação, contribuindo através de sua própria organização para o desenvolvimento de experiências significativas para a produção de novos saberes. A concepção de um espaço onde se trabalha e se forma ao mesmo tempo é primordial para a construção de uma perspectiva de desenvolvimento. MC Bride (1989) citado por Nóvoa (1992, n.p) demonstra essa concepção:

Para a formação de professores, o desafio consiste em conceber a escola como um ambiente educativo, onde trabalhar e formar não sejam atividades distintas. A formação deve ser encarada como um processo permanente, integrado no dia -a - dia dos professores e das escolas, e não como uma função que intervém à margem dos projectos profissionais e organizacionais.

Nesse sentido, a escola como um todo estaria ligada à prática da formação continuada partindo das necessidades da mesma, em um processo de reflexão- ação sobre práticas curriculares, gestão escolar, contexto e realidade dos alunos, metodologias que possibilitam a constituição da identidade ao qual o grupo se insere e se engaja.

A essa comunidade formativa em sua própria razão de ser, deve exercer uma perspectiva dialógica onde o papel dos professores passa a ser de autônomos assumindo



uma corresponsabilidade ao ambiente do qual ele forma e se forma ao mesmo tempo, como afirma Imbernón (2010) tendo a dupla tarefa de aprender e ensinar, bem como de tomar decisões individuais e coletivas para favorecer todos os envolvidos.

Importa valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas. (NÓVOA, 1992, n.p.)

Nesse sentido, é possível considerar quatro pressupostos importantes que direcionam a reflexão sobre as práticas que podem promover o desenvolvimento pessoal e profissional docente no ambiente escolar, como demonstra a figura 1:

**Figura 1 – Pressupostos para o desenvolvimento pessoal e profissional docente no ambiente escolar**



**Fonte: Elaborado pela autora (2021).**

Ao observar a figura 1, verifica-se a existência de quatro pressupostos, presentes no referencial teórico estudado, que podem favorecer o desenvolvimento profissional docente no ambiente escolar, a saber: entender como os professores aprendem e se desenvolvem; estabelecer um processo contínuo de formação de professores, promover práticas na escola que promovam o bem-estar dos professores e compreender a escola como um espaço formativo.

## **Que tipo de professores queremos formar?**

Nóvoa (1992) já apontava o que Mark Ginsburg (1990) sintetiza para demonstrar que vivemos dois processos antagônicos na carreira dos professores: o de profissionalização, que tem como objetivo o desenvolvimento e crescimento profissional, alicerçado na autonomia do professor; e o de proletarização, que provoca uma degradação do estatuto, separando os atores, tornando-os executores separados dos especialistas que concebem e pensam sobre o que o professor deve fazer. Essa standardização de tarefas é uma das características desse processo. De acordo com Pacheco (2002), citado por Morgado (2011, p.801):

Não deixando de reconhecer que a reforma baseada em standards representa uma mudança fundamental na relação entre a política e a prática docente (Elmore, 2000 apud Bolívar, 2007,p.24) , podendo até gerar alguns efeitos positivos, a verdade é que tal relação tem contribuído sobretudo para que os contextos de ensino se configurem como “produtores de identidades técnicas”, uma vez que procura avaliar e responsabilizar os professores mais” pelo lado dos resultados dos alunos do que pelo seu lado mais pessoal e de gestão dos processos de aprendizagem”.

Considerando-se o que Morgado (2011) afirma, verifica-se que aumenta-se a competência administrativa e diminui a competência coletiva, a ênfase fica na quantidade ao invés da qualidade. A estima profissional também fica prejudicada, uma vez que tarefas que exigem a criatividade, a sua especialidade pessoal em gerenciar o processo de ensino e aprendizagem ficam nas mãos de outros atores. Sobre isso, Gaziri (2019, p.94) aponta que:

Há anos, cientistas de todo o mundo vêm encontrando evidências de que a autonomia é um dos pilares da motivação humana. Ela é a sensação de ter controle sobre os acontecimentos da sua vida, de que você dispõe de opções, de saber que há liberdade nas suas escolhas. A importância desse fator é tão grande em nossa motivação que a falta dele pode gerar consequências catastróficas.

A lógica dos “fins justificarem os meios” tem levado a resultados maquiados, gerados por atalhos que, além de prejudicarem o processo formativo docente, também prejudicam o discente, que entra nesse processo roteirizado da educação.

Hammernes *et al* (2019, p.311) apontam uma das consequências desse processo:

No entanto, se os educadores apenas aprenderem rotinas automatizadas “decoradas” (p. ex., de maneira estritamente roteirizada), eles não estarão preparados para ser os tipos experts adaptativos que irão resolver problemas que surgem, enquanto continuam a atender às necessidades dos alunos e a melhorar ao longo do tempo.

Para o desenvolvimento dessa expertise adaptativa, Hammernes *et al* (2019) destacam a importância de aprender com os outros num processo de inúmeras mudanças, que exige abandonar velhas rotinas, crenças e práticas. Além disso, ter a vontade de trabalhar com o outro para avaliar o próprio desempenho e procurar respostas, tanto na sala de aula quanto no coletivo torna-se extremamente importante.

No entanto, é preciso criar na escola um ambiente e uma cultura colaborativa, onde procurar o outro para receber um *feedback* não seja algo intimidador, mas sim parte do desenvolvimento num processo de reflexão e metacognição.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreender o desenvolvimento profissional docente no contexto do ambiente escolar a partir dos estudos de Nóvoa (1992), Morgado (2011) e Hammerness, Darling-Hammond e Bransford (2019), Imbernón (2010) apresenta-se, antes de tudo, como um processo de compreensão da estruturação da própria formação de professores.

Quanto mais o professor conhece sobre as questões e aspectos que envolvem o processo de ensino e aprendizagem, mais ele adquire as condições de refletir sobre suas ações e sobre sua própria reflexão. Esse processo torna o professor cada vez mais autônomo em suas práticas e capaz de realizar as diversas decisões que ocorrem no âmbito da sala de aula. Promover essa interação e trocas entre professores nos diferentes ciclos de sua carreira é de extrema importância, principalmente para os iniciantes que trazem consigo uma bagagem baseada em observações. A construção conjunta desse aprendizado

favorece a escola como um todo, atingindo os níveis pessoais e consequentemente os organizacionais.

Morgado (2011, p.808) aponta como desafio romper com posturas individualistas para chegarmos a essa proposta colaborativa de aprendizagem dentro das escolas.

Pensar em práticas que desenvolvam professores é antes de tudo pensar em todos esses aspectos dos quais tratamos envolvendo a sua historicidade, suas crenças, seus valores, o contexto do qual está inserido dentro de uma consciência de inacabamento como nomeia Paulo Freire (1999). Essa formação é uma construção individual e coletiva, onde somos responsáveis pelo nosso próprio desenvolvimento e, ao mesmo tempo, pelo desenvolvimento uns dos outros.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 13<sup>a</sup> ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 165 p.

GAZIRI, Luiz. *A ciência da Felicidade: escolhas surpreendentes que garantem o sucesso*. São Paulo: Faro Editorial, 2019, 240 p.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 3.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1991, 158 p.

HAMMERNESS, K. DARLING- HAMMOND; BRANSFORD, J. Como os professores aprendem e se desenvolvem. In: DARLING- HAMMOND, L; BRANSFORD, J. *Preparando os professores para um mundo em transformação: o que devem aprender e estar aptos a fazer*. Porto Alegre: Penso. 2019. cap.10. p.306-332

IMBERNÓN, Francisco. *Formação Continuada*. Porto Alegre: Artmed, 2010. 120p.

MORGADO, J.C. *Identidade e profissionalidade docente: sentidos e (im) possibilidades*. Ensaio: Avaliação e políticas públicas em Educação. Rio de Janeiro, v. 19, n.73. p. 793-811. out/dez.2011.

NÓVOA, A. *Formação de professores e profissão docente*. Lisboa, Dom Quixote, 1992. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10451/4758>>. Acesso em: 02 jul.2021

## **ENTRELAÇAMENTOS ENTRE EDUCAÇÃO DO CAMPO, ARTE E TECNOLOGIA**

**Luciana Moraes Soares**

**RESUMO:** Refletindo sobre a educação na contemporaneidade, pensando sobre a dinâmica imposta pela pandemia e os novos meios de ensino-aprendizagem surge uma inquietação em relação aos estudantes do campo, àqueles que se configuram como estudantes do ensino fundamental e trabalhadores ao mesmo tempo. O tema desta pesquisa nasce a partir da observação da exclusão digital que ocorre no contexto de pandemia, no qual os estudantes do campo estão recebendo basicamente material impresso, em detrimento da utilização da tecnologia como meio e suporte para o desenvolvimento das atividades, principalmente no que tange ao ensino da Arte. Desta forma, a presente pesquisa busca encontrar os entrelaçamentos possíveis entre Educação do Campo, arte e tecnologia, através da produção de narrativas sobre o cotidiano do campo, utilizando dispositivos móveis. Sendo que uma das premissas da Educação do Campo é a capacitação para o trabalho Caldart (2012), assim o letramento digital se apresenta como uma necessidade do mundo globalizado e também como uma possibilidade para o desenvolvimento de atividades estéticas, considerando estudantes do Ensino Fundamental II de uma escola do campo situada no município de Dom Pedrito – RS.

**Palavras-chave:** Narrativas, dispositivos móveis, hibridismo.

## **INTRODUÇÃO**

Evangelista (2011) faz uma observação interessante em relação ao uso das tecnologias na sala de aula, a autora chama a atenção para o fato de que os professores precisam estar aptos para utilizarem o que está disponível, devem dominar a tecnologia para posteriormente utilizá-la em sala de aula. Portanto, o professor além da formação acadêmica deve possuir também habilidades tecnológicas, por isso é importante não considerar a tecnologia como inimiga, mas fazer dela uma aliada no processo de planejamento e construção das aulas.

Percebemos que a contemporaneidade, assim como a arte, nos provoca a novos olhares sobre o cotidiano, precisamos nos adaptar e fazer sempre o melhor que pudermos para nos conectar aos nossos alunos.

Nesse sentido, inicialmente foi tecida a contextualização sobre os povos do campo, na sequência, foi feita a contextualização sócio-histórica sobre a Educação do Campo e posteriormente apontamos os hibridismos entre arte e tecnologia, por fim buscamos refletir nas relações existentes entre Educação do Campo, arte e tecnologia. Num momento em que as redes se tornaram de fato as paredes das escolas conforme aponta Sibilía (2012), buscamos entender como está sendo desenvolvido o trabalho nas aulas de Arte com os estudantes do campo.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa surge da necessidade de buscar respostas para determinado problema, sendo que a origem do problema nasce na base do conhecimento humano, e com a realização da pesquisa passa para o conhecimento científico, conforme Mascarenhas (2017 apud Pereira et al. 2018 p. 16) o conhecimento científico está alicerçado na lógica e no pensamento crítico e analítico, configura-se como o oposto do conhecimento empírico.

Para o desenvolvimento deste projeto será utilizada a pesquisa bibliográfica inicialmente, sendo que esta é a base da pesquisa científica e está inserida em todos os tipos de trabalhos, conforme apontado por Minayo (2012).

Num segundo momento, será feita pesquisa de campo partindo da observação *in loco*, experimentando propostas envolvendo a tecnologia como suporte para o processo criativo buscando trabalhar num nível de transformação do *status quo* dos estudantes, de modo que eles assumam o protagonismo da sua trajetória. Será realizado um estudo de caso, conforme Yin (2001) este método é utilizado quando se pretende observar acontecimentos contemporâneos, no qual o observador terá contato com uma ampla variedade de evidências.

Conforme Pereira et al. (2018) “um estudo de caso de campo, é uma descrição, a mais detalhada possível,” desta forma o detalhamento da realidade campesina, do contexto da Escola do Campo e do desenvolvimento das narrativas digitais nas aulas de Arte, servirá como um repositório de histórias, conceitos, dados e fatos sobre a vida no campo. A aplicação desta pesquisa será em uma escola do campo situada no município de Dom Pedrito – RS, com foco nos estudantes do Ensino Fundamental II. A escola em questão atende em torno de 83 estudantes da pré-escola ao 9º ano do Ensino Fundamental, sendo que desse total, 40 estudantes estão matriculados no Ensino Fundamental II. As experimentações partirão dos dispositivos móveis dos estudantes (celulares), utilizando aplicativos gratuitos para edição das imagens.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Essa pesquisa não está concluída mas em processo de construção, de modo que alguns levantamentos foram previamente delimitados como por exemplo o conhecimento sobre as especificidades da vida no campo, estamos cientes das dificuldades que se apresentarão nesta caminhada, tendo em vista que o campo não raramente está desabastecido de tecnologias como internet e sinal de telefonia, porém é justamente esse modo de viver camponês, que torna os alunos diferenciados dos alunos da cidade. São jovens que estudam, trabalham e precisam ajudar nas tarefas de casa. Esses estudantes, muitas vezes não tem acesso as redes sociais, em contrapartida produzem seu próprio alimento, desde hortaliças e frutas até a carne, levantam muito cedo para ir à escola, e lá compartilham suas experiências.

Essa riqueza do modo de viver campesino fica sufocada pela falta de identidade, e noção de pertencimento, esses estudantes não reconhecem a beleza do seu modo de viver e se deixam abater pela marginalização que os sujeitos do campo sofrem, muitas vezes não conseguem continuar os estudos na cidade por questões relacionadas à exclusão. Essa exclusão se deve ao modo de ser “colonial” que se configura através da concepção hegemônica da sociedade, e que ainda podemos perceber atualmente, na qual todo e qualquer tipo de construção que não seja baseada ou estruturada na concepção de cultura europeia é rejeitada, Farias e Faleiro (2020).

Em trabalho recente sobre a temática, Linck abordou a produção de narrativas digitais partindo do conceito das TDICs (tecnologias de informação e comunicação), e suas (co) relações de conhecimentos empíricos ou não entre estudantes de Escolas do Campo. A referida pesquisa foi embasada na teoria de Bruno Latour denominada Teoria das controvérsias e Teoria Ator/Rede (TAR), conforme aponta o autor: ... os educandos e educadores distantes e com resistência na utilização das “novas tecnologias”, são e estão entre os fatores que impulsionaram este estudo. (Linck, p. 15, 2017). Pois no campo, existe resistência em relação a utilização das tecnologias, no sentido de justificar sua ausência sem perceberem que a tecnologia não diz respeito somente à conforto ou modismo, ao contrário, trata-se de uma necessidade básica principalmente no atual contexto.

Assim, a arte poderá ser o ponto de partida para a inclusão digital dos estudantes do campo, e as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), poderão se configurar como suporte para a produção de narrativas artísticas, principalmente no atual contexto de pandemia. Sendo que a arte está no cerne metodológico da Educação do Campo, configurada sob a denominação de *mística*, conforme aponta Bogo (2012), e envolve todo o processo formativo, desde a base até os mais altos níveis de estudo.

## **CONCLUSÕES**

Refletindo em Freire (2002) encontramos uma posição recorrente em suas abordagens, o fato de que ensinar não é transferir conhecimento, o que reforça a necessidade e importância de considerar os conhecimentos prévios dos estudantes. O modo como os estudantes se posicionam em relação ao formador vai revelando as relações construídas, pois muitas vezes o que se tem na escola são relações de poder, na qual a escola imprime uma determinada condição em detrimento do posicionamento dos sujeitos que a compõem, sendo que muitas vezes essas relações de poder são disfarçadas com máscaras democráticas, construindo estudantes que rejeitam sua história e cultura, almejando sair do campo.

Assim, é imprescindível que a escola do campo se configure como tal, a velha e ultrapassada formatação de escola rural não cabe mais no atual contexto, precisamos ler e compreender o ambiente da comunidade escolar para então formular atividades adequadas àquela realidade. Nesse sentido, devemos exercitar a reflexão autocrítica e analisar os nossos planejamentos buscando perceber se estamos verdadeiramente criando possibilidades para a produção de conhecimentos.

Essas questões imediatamente nos remetem a uma observação feita por Santos et. al (2008, p. 137): os alunos devem ser incentivados a produzir conhecimento e não apenas a consumir conhecimento, mas para que isso de fato ocorra o professor deve saber produzir conhecimento.

A pandemia trouxe duras imposições, ultrapassou os limites da escola e exigiu novos meios de trabalho inclusive nas escolas do campo. De certa forma, uma maior utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICS) já era esperada e por que não dizer planejada, porém a velocidade com que passamos a utilizá-las revelou muitas fragilidades em diferentes âmbitos.

Mesmo existindo muitos estudos e discussões a respeito da necessidade de uma reformulação pedagógica e metodológica na estrutura da instituição escolar do campo, o que temos presenciado, muitas vezes, são aulas tradicionais sendo entregues em material impresso aos estudantes. Nesse viés, a utilização de ferramentas digitais para desenvolver as atividades de arte pode contribuir tanto para o letramento digital dos estudantes quanto para a inserção da produção contemporânea no contexto dos estudantes.



## **REFERÊNCIAS**

BOGO, Ademar. *Mística*. In: Roseli S. Caldart (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Org. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 475- 479.

CALDART, Roseli Salette (org.) *Dicionário da Educação do Campo*. Org. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

EVANGELISTA, Carolinne da Silva. *O Ensino da Arte através do Computador: Uma Proposta de Prática Pedagógica para o Ensino Fundamental*. V Colóquio Internacional: “Educação e Contemporaneidade”, São Cristóvão- SE/Brasil, p. 1-16, Setembro de 2011.

FARIAS, Magno N., FALEIRO, Wender. *Educação dos povos do campo no Brasil: Colonialidade/Modernidade e urbanocentrismo*. Educação em Revista. Faculdade de Educação da UFMG. Minas Gerais. V. 36, jun/2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/HpB7MxF4yq7tY3zXtdxrzRt/?lang=pt>. Acesso em maio de 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

LINCK, Jean Oliver. *Narrativas Digitais Audiovisuais: espaços e (co)relações de conhecimento em Escolas do Campo*. 2017. 112f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede, Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

MINAYO, Maria. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.

PEREIRA, Adriana S. *Metodologia da pesquisa científica (recurso eletrônico)*. 1ª Ed. Santa Maria, RS. UFSM, NTE, 2018.

SANTOS, Gisele do Rocio Cordeiro; MOLINA, Nilcemara Leal; DIAS, Vanda Fattori. *Orientações e dicas práticas acadêmicas para trabalhos acadêmicos*. Curitiba: Ibepex, 2008.

SIBILIA, Paula. *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

YIN, Roberto K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

**Capítulo 62 - DOI:10.55232/1083002.62**

## **MONITORIA, O IMPACTO DE SUA ATUAÇÃO NO CENTRO UNIVERSITÁRIO EAD**

**Rena Dos Santos Corrêa e Lucas Vinicius Reis**

**RESUMO:** Este artigo fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica, onde pesquisou-se obras de autores que abordam o tema monitoria, e o conjunto de normas que regulamentam o funcionamento do sistema do ensino superior. O programa de monitoria é oferecido pelos centros universitários EaD, que está ligada ao tripé universitário, onde engloba o ensino, pesquisa e extensão. O presente artigo tem como objetivo analisar o impacto da atuação de um monitor na aprendizagem dos acadêmicos do ensino superior de um centro universitário em EAD. Procura-se também descrever a importância do monitor como um instrumento facilitador de aprendizagem, ou seja, mediador entre o professor e o aluno. Através desta prática o monitor adquire experiência, habilidade, desenvolve a capacidade de ensinar e aprender ao mesmo tempo. Uma das funções do monitor é interagir, integrar e socializar entre os acadêmicos e professores, auxiliar os estudantes no uso das plataformas de aprendizagem EaD. Um dos maiores desafios do monitor é a aprendizagem dos alunos com mais idade, pois a maioria estão afastados de uma sala de aula e possuem pouca habilidade em plataformas EaD. A aprendizagem de um adulto em qualquer idade é definida como Andragogia, essa palavra vem da origem grega e significa ensinar para adultos. Portanto, o monitor acadêmico tem um papel de extrema importância no ensino- aprendizagem dos alunos, pois faz o papel de mediador entre o professor e seus alunos.

**Palavras-chave:** Aprendizagem, Acadêmicos, Monitor.

## **INTRODUÇÃO**

Em 1968, teve início um conjunto de normas para regulamentar o funcionamento do sistema do ensino superior, deu-se pela Lei Federal nº5.540, de 28 de novembro de 1968, que institui em seu artigo 41 a monitoria acadêmica, que em 1996 foi revogada com o artigo 84 pela **Lei Federal Nº 9.394, De 20 de Dezembro de 1996.**

Art. 84. Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

A Monitoria Acadêmica é a iniciação da prática da docência, através de atividades pedagógicas, desenvolver habilidades e competências das atividades desenvolvidas pelo estudante sob orientação de um professor, e assim integrar o aluno com a vida acadêmica, e conciliar a aprendizagem com a prática docência.

Segundo Natário (2010), podemos perceber que o monitor é um estudante inserido no processo de ensino aprendizagem, que se dispõe a colaborar com a aprendizagem de seus colegas, e que, ao mesmo tempo, participa do processo de ensino e aprendizagem junto ao professor. A prática da monitoria é um caminho para o estudante desenvolver habilidades ligadas à docência, adquirir conhecimento na área e também contribuir com o processo de ensino-aprendizagem dos acadêmicos.

A Monitoria é um dos programas oferecidos pelo Centro Universitário Internacional UNINTER de Curitiba/PR. De acordo com Capítulo III, Art. 5º da Resolução 04, que descreve os procedimentos para monitorias, as atribuições do Estudante-Monitor são:

Auxiliar os docentes em tarefas didáticas compatíveis com o seu grau de conhecimento, relacionadas à assistência aos estudantes dos cursos de graduação para a resolução de exercícios, aplicação, resolução e discussão de estudos de caso, leitura e discussão de textos, realização de atividades previamente definidas com a Coordenação de Curso ou Professor-Orientador, esclarecimento de dúvidas; Participar no apoio ao desenvolvimento de atividades institucionais, como a semana acadêmica de curso, exposições, feiras, entre outros eventos promovidos pelas Coordenações de curso; Elaborar o Relatório de Atividades desenvolvidas e apresentá-lo ao Professor Orientador, de acordo com as orientações repassadas pelo mesmo.

A monitoria está ligada ao tripé da universidade, que engloba ensino, pesquisa e extensão, poderá exercer atividades nesses três âmbitos, ajudar a apropriar-se dos conhecimentos, ser estimulado a desenvolver atividades em conjunto com um professor,

auxiliar os docentes em suas atribuições e também existe uma troca de conhecimentos entre o monitor e os professores sobre o conteúdo e as atividades das disciplinas.

O art. 207 da Constituição Federal, estabelece que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

A Resolução nº 03/2021 do CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão regulamenta a Atividade de Extensão. A Extensão compõe o tripé da universidade, que é a base do Centro Universitário Internacional UNINTER, em conjunto com a Pesquisa e o Ensino, entende que a Extensão se dá como processo educativo, cultural e científico que, visa construir uma relação transformadora entre instituição e sociedade e encontrar no ensino e na pesquisa a melhor forma de atuação.

O papel do monitor no tripé da universidade tem sido fundamental para formar profissionais com habilidades em diferentes áreas com uma visão mais crítica, trazer benefícios pessoais e profissionais para a sua formação acadêmica e contribuir para uma experiência universitária mais completa e diferenciada.

Este artigo busca analisar o impacto da atuação de um monitor na aprendizagem dos acadêmicos do ensino superior de um centro universitário em EAD, contribuir para o seu aprendizado e dos acadêmicos.

## **METODOLOGIA**

Essa pesquisa bibliográfica foi elaborada com base em livros da biblioteca do centro universitário internacional UNINTER, Projeto Pedagógico do Curso (PPC), Plano de Atividades de Monitoria EaD 2021 para o curso de Engenharia de Produção, também em sites, os livros retirados e pesquisados são de autores que trabalham e que façam relação com o tema pesquisado “ Monitoria, o impacto de sua atuação no curso de engenharia no centro universitário EaD UNINTER”. Segundo Gil (2002, p.59), “a pesquisa bibliográfica, como qualquer outra modalidade de pesquisa, desenvolve-se ao longo de uma série de etapas”.

A escolha do tema é uma das etapas mais importantes para o acadêmico, pois deve ser de seu interesse, para que assim se torne mais fácil a leitura, ou seja, a pesquisa, essa que por sua vez é usada como uma das primeiras etapas para fundamentar o artigo.

Para Cabral, Cavalcanti e Pereira (2012, p.42), esse tipo de pesquisa pode ser realizado de maneira independente, mas também pode fazer parte de outras pesquisas. Tem como objetivo investigar o que já foi pesquisado na área, de modo a fazer um apanhado das contribuições científicas e culturais que existem até o momento. É muito utilizado em monografias, dissertações, teses em ciências humanas.

Na maioria das pesquisas este método é adotado, uma busca com diversos autores, a pesquisa cada vez mais aprofundada, trazendo conhecimento e aprendizagem aos estudantes que tem de aprender mais sobre o método.

## **DESENVOLVIMENTO**

O monitor é responsável pela integração, interação e a socialização entre acadêmicos e professores, além de promover a motivação para a aprendizagem e auxiliar os estudantes no uso das plataformas de aprendizagem EaD, como por exemplo os Laboratório Virtuais, as Atividade Pedagógica On-Line e a Atividade Prática, contidas dentro do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Segundo Nogueira e Leal (2012, p.87) é na atividade que o ser humano desenvolve a sua capacidade cerebral, ou seja, diferentemente do animal irracional, no qual a atividade está dirigida à satisfação biológica, o ser humano é motivado pela apropriação da expectativa humana. Isso ocorre porque, na medida em que o indivíduo adquire a capacidade de planejar, de abstrair, de reconhecer conexões causais e de antecipar os acontecimentos imediatos, ele passa a produzir sua forma humana de existência.

A função do monitor é representar o papel de parceiro do acadêmico no processo de construção do conhecimento. São como guias que auxiliam na aprendizagem dos acadêmicos, e nesse sentido ensinam a aprender, requerer um papel mais autônomo do estudante.

Um dos desafios do monitor na aprendizagem dos acadêmicos, é auxiliar os estudantes com mais idade, pois esses, estão há muito tempo afastados de uma sala de aula, e muitas vezes possuem pouca habilidade em plataformas EAD. A aprendizagem de um adulto em qualquer idade, tem com domínio principal a concepção cognitiva, e definido como Andragogia (Guarezi e Matos, 2009).

A Andragogia é uma palavra de origem grega que significa “**ensinar para adultos**”. Esse termo foi utilizado pela primeira vez em 1833, pelo alemão Alexander Kapp, mas se popularizou na década de 60 com Malcolm Knowles, educador americano que se tornou referência no tema. Em um workshop em Boston, Knowles apresentou o termo Andragogia que, significava a “arte e a ciência de ajudar o adulto a aprender”.

Esse método de ensino é aplicado nas universidades e tornam a aprendizagem do grupo mais forte. Ao ingressar no ensino superior, os acadêmicos já tiveram infinitas experiências pessoais, profissionais, políticas e sociais, poderá contribuir para a formação do conhecimento, e assim interagir com diálogo e troca de experiências.

De acordo com Mattar (2012, pág 42), os alunos podem interagir entre si de diversas maneiras: grupos de discussão, apresentação dos próprios alunos, relatórios sobre trabalhos em desenvolvimento, que podem ser comentados e avaliados por outros alunos, estudo e trabalho desenvolvidos em grupo, orientação de alunos mais experientes para os menos experientes, entre outras estratégias.

Dessa forma, a monitoria faz o papel de mediador entre professores e acadêmicos, pois os acadêmicos de mais idade, tem receio de fazer perguntas para seus tutores com relação as atividades e a plataforma EAD, e com essa interação entre estudantes, se torna mais confortável a orientação entre eles.

## **CONCLUSÕES**

Esse artigo serviu para analisar que através de pesquisa bibliográficas relacionadas ao tema Monitoria, o impacto de sua atuação no curso de engenharia no centro universitário EaD UNINTER., fossem obtidos conhecimentos da importância da monitoria na vida dos acadêmicos.

Concluiu-se que o papel da monitoria acadêmica constitui como um instrumento facilitador, ou seja, mediador entre o professor e os alunos, o monitor proporciona aos acadêmicos o esclarecimento das atividades pedagógicas dispostas nas plataformas de aprendizagem EaD, assim percebe-se a importância, ou seja, o impacto que o aluno/monitor faz na vida acadêmica do aluno.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em e de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Pec/msg1078-951015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Pec/msg1078-951015.htm)

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)

CABRAL Sara Regina Scott, CAVALCANTE, Moema, PEREIRA, Maria Eliza Matos. **Metodologia de ensino da literatura.** Curitiba: Intersaberes, 2012, - (Series Por Dentro da Literatura).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUAREZI, RITA DE CÁSSIA MENEGAZ. **Educação a distância sem segredos /** Rita de Cássia Menegaz Guarezi, Márcia Maria de Matos. -- Curitiba: Editora Ibpx, 2009.

MATTAR, JOÃO. **Interação em educação a distância /** João Mattar. – São Paulo: Cengage Learning, 2012 (Série Educação e Tecnologia).

NATÁRIO, E. G. & SANTOS, A. A. A. **Programa de monitores para o ensino superior. Estudos de Psicologia.** Julho – setembro. 2010, p. 355-364. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n3/07.pdf> Acesso em agosto de 2021.

NOGUEIRA, MAKELINY OLIVEIRA GOMES. **Teorias da Aprendizagem: um encontro entre os pensamentos filosóficos, pedagógico e psicológico /** Makeliny Oliveira Gomes Nogueira, Daniela Leal. – Curitiba: Ibpx, 2012 (Série Construção Histórica da Educação).

Plano de Atividades de Monitoria\_EaD 2021\_Eng Produção

## **COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS: CAMINHOS FORMATIVOS PARA GESTORES DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS**

**Darina Coelho De Oliveira Prado e Cristovam Da Silva Alves**

**RESUMO:** A pesquisa teve como objetivo investigar as demandas formativas de gestores – diretor e coordenador pedagógico – das escolas municipais de Ensino Fundamental – Anos Finais de uma cidade do Vale do Paraíba paulista acerca do desenvolvimento de competências socioemocionais. Nesse contexto, buscaram-se as concepções dos participantes sobre formação continuada e suas experiências tanto como formadores de docentes quanto como público-alvo de formações oferecidas pelo sistema de ensino. Investigaram-se, ainda, as concepções acerca da formação integral dos alunos e do desenvolvimento de competências socioemocionais no âmbito escolar. A investigação justificou-se pela importância de se investir na formação continuada dos gestores, a fim de que eles se preparem para organizar e orquestrar a equipe de professores de modo a desenvolver integralmente os educandos, considerando não apenas os aspectos cognitivos, mas também os socioemocionais. Por meio de abordagem qualitativa, no intuito de apreender a perspectiva e a subjetividade dos doze gestores participantes, utilizaram-se como instrumentos de coleta de dados entrevistas semiestruturadas e grupo de discussão. Os estudos de Abed (2014), Marin et al. (2017), Imbernón (2009), Gatti (2003), Aguiar e Ozella (2006; 2013) são alguns dos referenciais teóricos que embasam a pesquisa. A análise preliminar dos dados, a partir da perspectiva sócio-histórica, indica a necessidade de se direcionar a formação continuada considerando as especificidades das unidades escolares e a realidade de cada contexto. Tem-se verificado, ainda, que os participantes percebem a necessidade de se desenvolver competências socioemocionais no âmbito escolar, porém concebem essa prática como uma particularidade da área da Psicologia. O presente estudo aponta os caminhos de formação que podem auxiliar os gestores a atuar em prol do desenvolvimento de competências socioemocionais em suas respectivas unidades escolares.

**Palavras-chave:** Competências socioemocionais, Gestor escolar, Formação continuada



## **INTRODUÇÃO**

Com suas raízes ligadas à Psicologia, pesquisas sobre competências e habilidades socioemocionais e inteligência emocional são difundidas desde a década de 90 (ELIAS et al, 2007; BAR-ON; PARKER, 2000; SALOVEY; MAYER, 2004a, 2004b; MCCOWN; JENSEN; FREEDMAN, 2007; ELIAS; BUTLER, 2005; LEDOUX, 2001; EKMAN, 1994, 2008, 2011; GOLEMAN, 2006, 2007a, 2007b). Entretanto, a temática vem ganhando espaço no campo educacional pautando-se na perspectiva de que o direito à Educação está atrelado não apenas ao acesso à escola e ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, mas também às demais dimensões que formam o ser humano.

Segundo Marin et al. (2017), o conceito de competência socioemocional está relacionado aos conceitos de inteligência emocional e desenvolvimento socioemocional. Segundo as autoras, a competência socioemocional pode ser entendida como “resultado da soma entre desempenho socioemocional e todas as habilidades intrínsecas a ele para agir de forma funcional e adaptada a determinada cultura e contexto” (MARIN *et al.*, 2017, p. 99).

Tacla *et al.* (2014) define as habilidades socioemocionais como pensamentos, sentimentos e comportamentos que se agrupam em cinco componentes: autoconhecimento, consciência social, tomada de decisão responsável, habilidade de resolução de problemas e autocontrole. De acordo com os autores, as pessoas que estruturam satisfatoriamente as habilidades emocionais, melhoram sua qualidade de vida, tornam-se responsáveis por suas escolhas e apresentam maior senso de controle. Assim, segundo Marin (2017), é preciso que o indivíduo desenvolva habilidades socioemocionais para atingir a competência socioemocional.

As demandas atuais da instituição escolar, reflexo das mudanças sociais, evidenciam-se na latente atualização de seus processos para atender a necessidade de oportunizar a construção de competências e habilidades no desenvolvimento dos alunos, incluindo as socioemocionais. Nesse sentido, o papel do gestor como articulador das demandas educacionais e formador de docentes é determinante.

Segundo Lück (2014), o gestor deve assegurar que a equipe coloque em prática projetos pedagógicos que impactem positivamente a comunidade escolar, afinal é com excelência pedagógica que se forma cidadãos íntegros, capazes de analisar, criticar e transformar a sociedade em que vivem. Assim sendo, verifica-se a necessidade de se investir na formação continuada de gestores, de modo que possam fazer a gestão

pedagógica tendo em vista a construção intencional de processos educativos que busquem aprendizagens ligadas às necessidades, às possibilidades e aos interesses dos estudantes, bem como aos desafios da sociedade contemporânea.

## **O DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL**

A partir das últimas diretrizes nacionais, orienta-se que o desenvolvimento das competências socioemocionais ocorra de forma intencional, partindo do pressuposto de que é possível promover a aprendizagem socioemocional no contexto escolar e, por meio dela, auxiliar na progressão do desempenho acadêmico, do autoconhecimento e de uma socialização mais saudável e recíproca.

De acordo com Tacla et al. (2014), a competência socioemocional está intimamente relacionada ao desempenho acadêmico. Abed (2014) também relaciona o desenvolvimento de habilidades socioemocionais como estratégia para a aprendizagem escolar. Marin et al (2017), citando o estudo de Del Prette e Del Prette (2002), indica que o desenvolvimento socioemocional está correlacionado de forma significativa com a aprendizagem, além de desenvolver a saúde psicológica, o exercício da cidadania e o sucesso pessoal e profissional.

Nessa perspectiva, acredita-se que conteúdos da educação emocional podem ser integrados, de forma transversal, às práticas curriculares do Ensino Fundamental, de modo a tornar a escola um espaço onde adolescentes e jovens são desenvolvidos como pessoas totais - em suas dimensões cognitiva, física, afetiva e social, mobilizando-os a atuar eticamente nos âmbitos familiar, educacional, comunitário e profissional.

A formação continuada e as competências socioemocionais

Propor o desenvolvimento de competências socioemocionais como intervenção pedagógica em prol do desenvolvimento integral do educando implica em investir na formação continuada dos educadores, por se tratar de uma temática não contemplada ou pouco elucidada na formação inicial, ou que não faça parte das práticas e currículos até então trabalhados no ambiente escolar, não sendo, assim, contemplada na formação continuada dos professores.

Trazer a temática do desenvolvimento socioemocional para os docentes que atuam como formadores de professores não se trata de instrumentalizá-los tecnicamente para executar uma tarefa. Trata-se de uma intervenção que objetiva pensar a educação “em seu

sentido mais completo de formação humana e não apenas como processo que conduza ao domínio intelectual de conteúdos” (GATTI, 2017, p. 732).

Nessa perspectiva, ao se buscar os elementos que apontem caminhos de formação continuada, também se deve considerar o educador como um ser que, pertencendo a um grupo e a uma comunidade escolar, possui um acervo de conhecimentos e valores próprios, singulares. Sobre isso, Gatti (2003) afirma que o conhecimento é enraizado quando intimamente relacionado à ambiência social. Dessa forma, se um programa formativo tem por objetivo criar condições de mudanças conceituais e práticas, precisa estar conectado às condições sociopsicológicas e culturais dos participantes, não apenas às suas condições cognitivas. Imbernón (2009) acrescenta que formar o docente é formar a pessoa, as atitudes e as emoções, sugerindo que o processo formativo visando a mudanças de atitudes precisa explorar as convicções dos docentes sobre o contexto educacional e social em que estão inseridos.

Assim, reflete-se sobre a importância de se conhecer quem são as pessoas envolvidas no processo formativo, suas crenças, seus valores e sentimentos acerca da temática a ser explorada e da própria formação continuada, dando-lhes espaço para socializarem seus anseios, percepções e experiências anteriores, de modo a possibilitar “uma integração na ambiência de vida e trabalho daqueles que participarão do processo formativo” (GATTI, 2003, p. 197).

## **ANÁLISE PARCIAL DOS DADOS: ALGUNS ACHADOS**

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e de um grupo de discussão, e analisados a partir da perspectiva da Psicologia Sócio-histórica. Assim, os trechos compostos por palavras articuladas que demonstraram a expressividade dos participantes foram destacados, formando os pré-indicadores. Uma vez organizados os pré-indicadores, passou-se para a releitura dos trechos e sua separação por meio de recortes, formando vinte e dois indicadores. Instituídos os indicadores, passou-se à composição dos núcleos de significação, na intenção, conforme orientam Aguiar e Ozella (2013), de transcender os pré-indicadores e os indicadores, já apontando a análise crítica da pesquisadora acerca da realidade. Formaram-se seis núcleos de significação, que passaram a ser analisados.

A análise parcial dos dados coletados para a pesquisa traz considerações importantes sobre como os gestores concebem a formação continuada e os elementos necessários para que ela os auxilie na condução pedagógica da equipe de professores, bem como suas concepções acerca do desenvolvimento de competências socioemocionais no âmbito escolar.

Para os participantes, é imprescindível que as propostas formativas levem em consideração as especificidades das comunidades em que estão inseridos e demonstrem uma aproximação íntima com a prática, ou seja, com a atuação deles a partir de seus contextos. As falas ainda revelam que é necessário àquele que atuará como formador o pleno domínio do tema, com preparação de material e escolha de metodologias que permitam aos participantes momentos de fala e de troca de experiências. Revelaram-se, também, aspectos críticos acerca das formações ofertadas pela Secretaria de Educação, uma vez que focam nos aspectos racionais-técnicos e desconsideram a realidade das unidades escolares, apontando para a necessidade de se transcender os aspectos informativos e desconectados das peculiaridades das comunidades escolares.

A pré-análise das falas suscitou, ainda, que há insegurança por parte dos gestores em desenvolver a temática das competências socioemocionais com os docentes, uma vez que a consideram estritamente relacionada à área específica da Psicologia. Ainda assim, afirmam que se trata de um tema importante para o desenvolvimento pleno dos educandos e mostraram-se motivados a participar de um percurso formativo sobre o assunto. Segundo os participantes, a pandemia tornou mais urgente a mobilização da escola em favor do desenvolvimento de aspectos socioemocionais.

Assim, mediante as considerações dos participantes acerca da formação continuada e do desenvolvimento das competências socioemocionais no âmbito escolar, espera-se apontar caminhos formativos que auxiliem os gestores a direcionar a formação

## **REFERÊNCIAS**

ABED, A. L. Z. O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica. São Paulo: 2014.

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013.

GATTI, B. A. A Formação continuada de professores: a questão psicossocial. *Cadernos de Pesquisa* [online]. 2003, n. 119, pp. 191-204.

GATTI, B. A. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. *Revista diálogo educacional*, [S.l.], v. 17, n. 53, p. 721-737, ago. 2017.

IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Editora Cortez, 2004

LÜCK, H. Liderança em Gestão Escolar. Petrópolis: Vozes, 2014

MARIN, A. H. *et al.* Competência socioemocional: conceitos e instrumentos associados. *Rev. bras. ter. cogn.*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 92-103, dez. 2017. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872017000200004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872017000200004&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em 11 set. 2021.

TACLA, C. *et al.* Aprendizagem socioemocional na escola. In: *Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber/ Gustavo M. Estanislau, Rodrigo Alfonseca Bressan (Organizadores)*. Porto Alegre: Artmed, 2014.

## **O DISCURSO DA BELEZA EM — O PATINHO FEIO – O PODER EM NÃO PERTENCER**

**Alexander Matheus Engelmann e Juceli Morello Lovatto**

**RESUMO:** Introdução: o presente estudo tem por objetivo o ensaio dos discursos presentes na história “O Patinho Feio” e seus desdobramentos no âmbito social contemporâneo, considerando a literatura como reflexão antropológica que ultrapassa os limites temporais e culturais, atuando como importante ferramenta de análise social. O debate a respeito do tema padrão de beleza tem por finalidade a reflexão crítica sobre a importância dada à estética no mundo contemporâneo, as consequências para quem está fora do padrão e o que significa ser belo em um ambiente tecnológico e editado digitalmente. Um dos objetivos do trabalho é oferecer alternativas de empoderamento que não sejam estéticas, mas, sim, educacionais e reflexivas. Metodologia: após a leitura da obra “O Patinho Feio”, os vários discursos presentes foram identificados e o discurso estético foi selecionado como o objeto de análise, correlacionando aspectos da trama com as referências de poder contemporâneas, para, em sequência, referenciar as perspectivas atuais do discurso estético com as concepções presentes na literatura, fazendo crítica ao modelo social atual que tem o foco e poder concentrados em valores estéticos, com o auxílio uma sequência de fotografias que revelam os diferentes padrões de beleza através dos séculos em diferentes culturas, denunciando onde se encontra o valor de poder e apresentando alternativas para esse modelo. Resultados e discussão: A estética é o principal catalisador da denúncia das diferenças do personagem, e, como na história, ela está fortemente ligada aos valores de hoje. Em um mundo onde a expectativa de vida está subindo, a pressão e a vontade de permanecer jovem e atraente também está crescendo. De acordo com as estatísticas de uma pesquisa global realizada pela Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética, foram realizados mais 11 milhões de procedimentos estéticos pelo mundo todo em 2019. O ser humano não vive isolado, ele participa ativamente de diversos ambientes diferentes em determinados grupos. Esses grupos têm um objetivo em comum e a rejeição e o enfraquecimento e exclusão do esteticamente diferente sangra até os dias de hoje. Conclusão: É de interesse do sistema consumista que todos pensem da mesma forma, encarem a beleza da mesma forma, ajam da mesma forma e buscam poder e ascensão social em um padrão de beleza inalcançável, criado virtualmente, editado digitalmente com consequências reais devastadoras. A exclusão do esteticamente diferente evidencia um novo tipo de etnocentrismo, denunciado pela referência literária, a qual demonstra que estar dentro dos padrões, nem sempre, é algo a ser desejado e implacavelmente perseguido.

**Palavras-chave:** literatura, estética, poder.

## **INTRODUÇÃO**

‘O Patinho Feio’ é uma história publicada pelo autor Hans Christian Andersen (1805-1875), no dia 11 de novembro de 1843. É um dos clássicos da literatura infantil e a história retrata os acontecimentos da vida e nascimento de um animal chocado de uma pata que tem características biológicas completamente diferentes daqueles de seu convívio imediato. Por suas diferenças, ele é atacado pelos patos do ninho onde nasceu e segregado da sua comunidade, o que resulta no isolamento do animal, o qual descobre, mais tarde, não ser um pato, mas, sim, um cisne, explicando as diferenças biológicas entre ele e os patos ao seu redor. Quando o personagem principal descobre sua verdadeira identidade, volta a fazer parte de uma comunidade, deixando de lado a sua comunidade anterior.

Historicamente, as pessoas vistas como diferentes da norma eram segregadas e descartadas. Desde os chamados “leprosos” excluídos e evitados em tempos bíblicos, pessoas com deformidades físicas na Grécia Antiga arremessadas de penhasco, a idade contemporânea onde até não muito tempo atrás, as crianças com deficiências não tinham acesso à escola. Essa mesma segregação do diferente acontece na história, o “patinho feio” não se encaixa em cor, tamanho e grasnado. Seu fenótipo inteiro denuncia sua diferença à comunidade que, em resposta, o exclui.

## **METODOLOGIA**

A obra “O Patinho Feio” foi escolhida como objeto de análise por ser mundialmente conhecida, e, como parte da literatura infantil, ter feito parte do contato que as crianças brasileiras têm com a literatura durante seu processo formativo, além dos discursos presentes, os quais refletem a sociedade moderna com o uso de alegorias sobre exclusão, pertencimento e poder.

Para o propósito desta pesquisa, a análise será qualitativa a fim de satisfazer os objetivos da dissertação. Para melhor organização e compreensão, a análise se aterá apenas ao discurso da beleza presente na obra, pois tal recorte permite analisar e

contextualizar as referências feitas durante o discurso, bem como categorizar e compartilhar os diferentes enunciados presentes.

A partir da aplicação do método de Análise do Discurso, identificar as estratégias usadas na construção do discurso na obra e apresentar, a partir de linhas teóricas, a relevância social dos discursos presentes na literatura infantil em questão.

## **DESENVOLVIMENTO**

O autor, Hans Christian Andersen (1805-1875), nasceu em Odense, na Dinamarca, no ano de 1805 e atendeu uma escola para crianças pobres e tinha de trabalhar quando criança para seu próprio sustento. Aos 14 anos mudou-se para Copenhague onde começou seus trabalhos como escritor, solidificando-se como escritor de histórias fantásticas, algo que revolucionaria sua vida e o marcaria como um escritor clássico até os dias de hoje.

O contexto de produção da obra “O Patinho Feio” (título original “*Den grimme ælling*”) é o século XIX, período marcado pelo avanço da ciência e tecnologia em todas as áreas do conhecimento, época de publicação de “A Origem das Espécies” de Charles Darwin, a coroação de Napoleão e a invenção da máquina fotográfica. O período de leitura é junho de 2021, segundo ano da pandemia do SARS-Cov-2, alta influência da tecnologia e das mídias sociais, no mês onde se comemora o orgulho LGBT.

De acordo com Lévi-Strauss (1980), a atitude humana mais antiga consiste em vilipendiar as formas sociais, culturais e estéticas mais afastadas daquelas as quais os indivíduos se identificam. Assim, dentro da sociedade grega, criou-se o conceito de Bárbaro. Edward Said (2007) chega a citar o conceito de oriente como pura criação das sociedades ocidentais, onde o oriente foi invadido, destruído e depois recriado a partir da visão dos conquistadores. Dessa mesma maneira, aconteceu com o personagem do “Patinho Feio”, onde ele foi rejeitado e violentado por se afastar esteticamente do seu grupo. A esse fenômeno, Lévi-Strauss conceitua Etnocentrismo.

O Etnocentrismo é um fenômeno natural às comunidades (Strauss, 1980) e acaba por ser um sentimento duradouro que sangra até os dias de hoje. A apartheid na África do Sul, o Nazismo na Alemanha, a opressão do povo Palestino pelo Israelense, os refugiados da Síria que tem entrada na Europa resistida e até barrada, a história do “Patinho Feio” nunca escapou de ter respaldo na atualidade. A ideia de Darwinismo cultural impulsionou



o imperialismo desenfreado que reajustou o mundo como antigamente. A partir do momento que o relativismo cultural é descartado, as portas para a opressão estão abertas com livre acesso.

O personagem do “Patinho Feio” fica, naturalmente, triste e procura refúgio no isolamento, posteriormente procurando outras maneiras de achar conexão genuína, um lugar a onde pertencer. A sociedade vive circundada de Interação social, como afirma Vygotsky: "o comportamento do homem é formado por peculiaridades e condições biológicas e sociais do seu crescimento" (2001, p.63). O livro continua atual na segunda década do século XXI, ultrapassando o sentido geral de que não se deve julgar alguém pelas aparências, valor que é repassado pelas diversas adaptações produzidas para teatro ou para o cinema, respaldando na efemeridade de hoje, onde a estética e as primeiras impressões são primordiais quando o mundo está voltado para as mídias sociais.

A exclusão dos “diferentes” não é feita de forma passiva e pacífica. Os segregados geralmente enfrentam grande humilhação e violência apenas por fazer parte da sociedade justamente da maneira que são. Fato observável nos dias de hoje. De acordo com reportagem do G1, o Brasil registrou uma morte por homofobia a cada 23 horas no ano de 2019, a principal causa da morte foi homicídio por arma branca, seguida de arma de fogo, espancamento e estrangulamento. Larissa Rodrigues da Silva é um dos exemplos de como o preconceito com o diferente a segregação é violenta no Brasil, no dia 4 de maio de 2019, Larissa, uma jovem transexual, foi assassinada a pauladas em uma região nobre do estado de São Paulo.

O ser humano não vive isolado, ele participa ativamente de diversos ambientes diferentes em determinados grupos. Esses grupos tem um objetivo em comum, no caso dos patos que rejeitam o protagonista, por exemplo, é a preservação da espécie, e esse objetivo em comum une os participantes da comunidade por vínculos sociais.

A estética é o principal catalisador da denúncia das diferenças do personagem, e, como na história, ela está fortemente ligada aos valores de hoje. Em um mundo onde a expectativa de vida está subindo, a vontade e a pressão para permanecer jovem e atraente também está crescendo. De acordo com as estatísticas de uma pesquisa global realizada

pela Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (ISAPS), foi realizado mais 11 milhões de procedimentos estéticos pelo mundo todo em 2019.

Ao final da história, o personagem segregado encontra outros animais da mesma espécie, e o leitor percebe que a percepção de que ele era um pato foi errônea desde o início, quando ele era, na verdade, um cisne, o personagem junta-se a eles e é recebido com aceitação e carinho pelos outros membros, deixando clara a ideia de senso de comunidade, a tribalidade a qual todos estamos fadados.

No mesmo século de publicação do livro “O Patinho Feio”, Napoleão Bonaparte colocava a coroa em sua própria cabeça demonstrando arrogância e superioridade, e Lois Jacques Mandé Daguerre construía a primeira máquina fotográfica, instrumento o qual sofreu várias transformações e hoje é utilizado como ferramenta de manutenção dos egos inflados nas mídias sociais. Assim como o Patinho Feio transformou-se em um lindo cisne, o menino dinamarquês com nariz disforme se tornou um grande escritor clássico, evidenciando e denunciando os paradigmas sociais que mais tentamos evitar, o de olhar e perceber a nossa própria superficialidade e falta de relativismo cultural.

A falta de educação sobre o etnocentrismo e relativismo cultural pode levar a consequências desastrosas para o futuro da sociedade:

### **Figura 1: Apartheid**



Fonte: Google Imagens (2020)

A política da Apartheid na África do Sul fez com que o poder político fosse concentrado nas mãos da minoria branca, fazendo assim, com que a minoria estivesse no controle financeiro e político do país, o qual a maioria da população negra apenas restava seguir a legislação prevista. Nelson Mandela foi uma das figuras de destaque na libertação do país, organizando movimentos de desobediência civil.

**Figura 2: Nazismo**



Fonte: Google imagens (2020)

O Nazismo foi um movimento que surgiu na Alemanha e alcançou grande notoriedade pelo genocídio contra a população de judeus europeus até o fim da Segunda Guerra Mundial. É um assunto amplamente estudado nas escolas e evidencia de forma clara o etnocentrismo em sua forma mais violenta. Grande parte da população ariana alemã não estava ciente dos horrores que aconteciam dentro dos famosos campos de concentração, o que evidencia a necessidade de educação voltada para o pensamento crítico, para que a sociedade consiga enxergar tais barbaridades, como a exclusão daqueles que são diferentes. Uma onda de etnocentrismo desenfreado assolou o mundo, com o Nazismo alemão (figura 2), Fascismo italiano com Mussolini (figura 3), e o conflito entre Israel e Palestina, que vem acontecendo há décadas (figura 4).

**Figura 3: Mussolini**



Fonte: Google imagens (2020)

**Figura 4: Resistência Palestina**



Fonte: Google imagens (2020)

Uma vez estabelecido o poder do etnocentrismo desenfreado, é importante ressaltar que esses movimentos ganharam força com a conivência da exclusão daqueles que são diferentes do padrão, assim como, na história do Patinho Feio, o personagem é excluído e violentado. Sua aparência era muito diferente para que fosse socialmente aceito.

**Figura 5: O Patinho Feio**



Fonte: Google imagens (2020)

O mesmo acontece em nossa sociedade: as pessoas que não se encaixam nos padrões de beleza são julgadas e marginalizadas. O padrão de beleza é o almejável, o que a maioria das pessoas deseja uma parcela da população gasta quantidades enormes de dinheiro para que cheguem mais perto da estética perfeita, nutricionistas, academias, cirurgias plásticas, restrições dietéticas, etc. Mas como chegamos no padrão de beleza hoje em dia e o que ele significa? Por meio da arte podemos observar como o padrão de beleza sofreu alterações durante o período histórico, o que prova que, como sociedade, sempre

buscamos um modelo a ser seguido baseado nas necessidades e contemporaneidades de hoje em dia.

**Figura 6: Vênus de Willendorf**



Fonte: Google imagens (2020)

A Vênus de Willendorf (figura 6), também conhecida como a Mulher de Willendorf, é uma figura esculpida durante a pré-história e retrata não uma visão realista, mas, sim, a idealização da figura feminina há mais de 20 mil anos. Os seios, a barriga e a cintura com grande volume tem forte relação com a fertilidade, com a sobrevivência, que era o mais essencial naquele período, esse era o padrão almejável. A figura encontra-se na coleção do Museu de História Natural de Viena.

Outra imagem muito conhecida é a Vênus de Milo (figura 7), representando a imagem feminina na Antiguidade. Alguns historiadores especulam que tenha sido esculpida no século II a.C. na Grécia Antiga. A escultura em mármore com mais de dois metros de altura apresenta uma imagem diferente da vênus da pré-história, sendo a segunda, com aparência mais magra, corpo esculpido, traços delicados e tipicamente femininos, apesar de faltar-lhe os braços e o pé esquerdo, revelando um outro tipo de corpo idealizado no período helenístico. A estátua está disponível para visualização no Museu do Louvre, em Paris.

Figura 7: Vênus de Milo



Fonte: Google imagens (2020)

Aqui já é possível perceber a tendência que se instalaria na cultura ocidental, a figura magra, esbelta e imponente. Para alcançar tal figura, o uso de espartilhos para afinar a silhueta feminina (figura 8).

Figura 8: Espartilhos



Fonte: Google imagens (2020)

Essa figura foi sofrendo alterações leves, até chegarmos ao século XXI, onde procedimentos plásticos, dietas, exercícios físicos mandatórios, alterações digitais em fotos e maquiagem são praticamente indispensáveis para uma boa imagem social.

**Figura 9: Padrão de beleza ocidental**



Fonte: Google imagens (2020)

O padrão de beleza que conhecemos em nossa sociedade (figura 9) é, porém, completamente inventado e perpetuado pela mídia que estereotipa os corpos em televisões, campanhas publicitárias e de *marketing*, que tenta vender essa imagem do corpo inalcançável a qualquer custo, levando algumas pessoas a desenvolverem distúrbios alimentares em busca do corpo “perfeito”. Para observar como esse padrão é completamente fabricado, basta observar o padrão de beleza em outras culturas.

**Figura 10: Povoado Karen**



Fonte: Google imagens (2020)

As mulheres do povoado Karen (figura 10), nas colinas do Myanmar, usam argolas grossas e pesadas em seus pescoços, antebraços e canelas, que esmagam seus ombros para baixo e dão a impressão de ter um pescoço longo. Acredita-se que a tradição teve início como modo de defesa contra ataques de tigres, o pescoço estaria coberto e

protegido, porém, com o passar do tempo, as argolas se tornaram símbolo de beleza e status social.

As mulheres de algumas tribos africanas, como a tribo Mursi, da Etiópia, enfeitam seus corpos de maneiras diferentes, enfeitando seus lábios com grandes pratos que podem ser feitos de madeira ou barro (figura 11). A tradição é facultativa, porém, as mulheres que escolhem não participar no processo, têm mais dificuldade em se casar.

**Figura 11: Tribo Mursi**



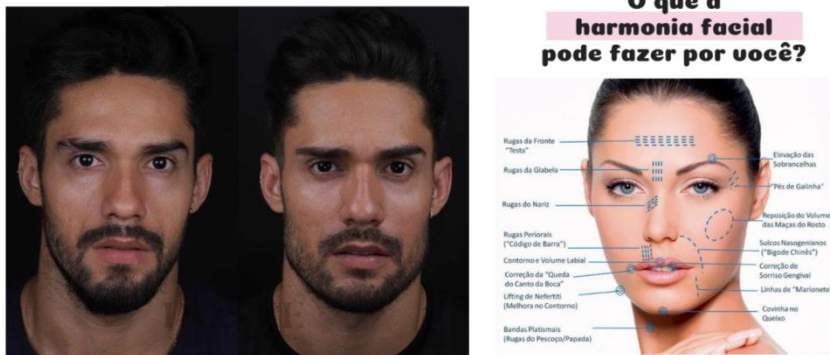
Fonte: Google Imagens (2020)

O que faz com que as mulheres do povoado Karen e da tribo Mursi serem consideradas “feias” e “esquisitas”? Apenas o ponto de vista ocidental sem relativismo cultural. Quem está fora dos padrões impostos em cada um dessas culturas, encontra-se com seu poder social diminuído.

As companhias de beleza e de cirurgia plástica dominam essa relação de poder e submissão com maestria. Para eles, é benéfico que todas as pessoas tenham a mesma aparência, pois podem vender cirurgias de harmonização facial. É interessante que ninguém tenha marcas de expressão, pois podem vender cremes antissinais e procedimentos de botox.



Figura 12: Harmonização facial.



Fonte: Google imagens (2020)

O poder seguro a quem está dentro dos padrões é tão alta que as pessoas que se encaixam nos padrões ganham passes sociais e não são julgadas por suas más atitudes como, em instância, uma pessoa que é considerada feia. *Jeremy Ray Meeks* exemplifica isso perfeitamente, as pessoas que viam sua foto de quando foi preso apenas conseguiam se espantar pela beleza do rapaz, completamente deixando de lado o fato de que ele realmente estava na cadeia.

Figura 13: *Beyoncé*



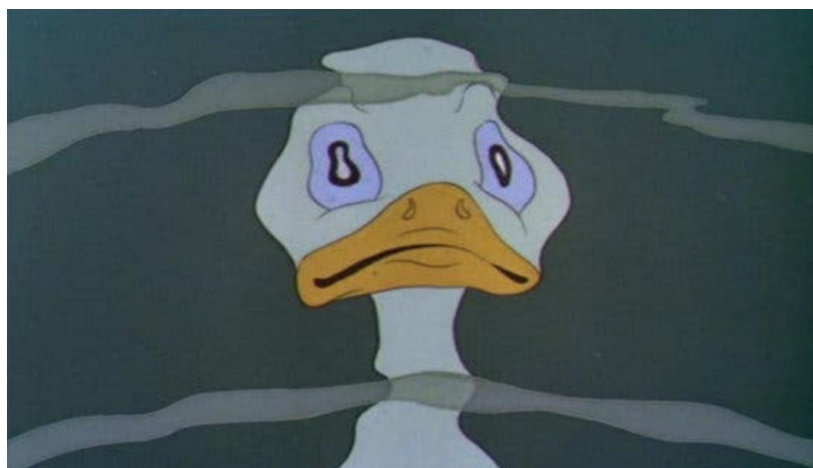
Fonte: Google imagens (2020)

A cantora *Beyoncé* (figura 13) é uma superestrela internacional, aclamada por uma legião de fãs espalhados pelo mundo inteiro, que a idolatram por sua música, cujas canções têm letras de empoderamento feminino e libertação, aplaudem e gritam para suas performances espetaculares e completamente ignoram o fato da companhia cuja *Beyoncé* é dona foi condenada por manter mulheres escravizadas na linha de produção no Sri Lanka.

Uma pessoa pode manter mulheres escravizadas no Sri Lanka enquanto canta sobre libertação feminina e feminismo e todos a aplaudem. Porque é bonita, poderosa, rica e agrada a burguesia. Fosse uma pessoa fora da mídia, alguém sem milhares de fãs que mantivesse escravos em países pobres, a reação seria completamente diferente. Tudo pode, contanto que a sua aparência e sua estética estejam dentro do padrão aceitável.

No mundo contemporâneo, de tecnologias rápidas, fotos facilmente editadas a parecer qualquer outra pessoa, informações transbordando, acesso à educação facilitado, notícias em tempo real, você tem acesso a tudo instantaneamente. Hoje, você pode ser qualquer coisa, contanto que não seja feio.

**Figura 14: Reflexão do patinho feio na água**



**Fonte:** Google imagens (2020)

Apesar do peso esmagador que é a necessidade de se encaixar no padrão de beleza, há poder em saber que esse padrão é inventado. As convenções sociais foram manipuladas a favorecerem os interesses das pessoas ricas, em detrimento dos pobres que não podem pagar por cirurgias plásticas, alinhamento facial, clareamento dental, que não podem escolher o que comem em dietas transgênicas indicadas por nutricionistas, pois simplesmente comem o que tem disponível, que não podem escolher correr na praia pela manhã, pois estão em um ônibus indo trabalhar antes de o sol nascer.

Saber reconhecer seu protagonismo em sua própria história, buscar conhecimento e educação para analisar o mundo de forma crítica é empoderador. Há poder em ser diferente, em quebrar o molde imposto pela sociedade. Há inquestionável poder em não seguir o rebanho. Há imensurável poder em ser o patinho feio, facilmente identificável por ser tão diferente, resiliente até o fim.

**Figura 15:** *August Landmesser*



Fonte: Google imagens (2020)

## REFERÊNCIAS

ISAPS Global Statistics. **ISAPS**, 2019. Disponível em:< <https://www.isaps.org/medical-professionals/isaps-global-statistics/>>. Acesso em 02 jun. 2021.

LÉVI-STRAUSS, C. **Raça e História**. Lisboa: Presença, 1980

SAID, E. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007

SOUSA, V; Arcoverde, L. Brasil registra uma morte por homofobia a cada 23 horas, aponta entidade LGBT. **G1**, São Paulo, 2019. Disponível em:< <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/17/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt.ghtml>>. Acesso em 02 jun. 2021.

VIGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001

**Capítulo 65 - DOI:10.55232/1083002.65**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NOS ANAIS DO  
COLÓQUIO A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (2013-2017)**

**Fernanda Carla Faustino Da Silva e Samara Yonete De Paiva Cid De  
Oliveira**

**RESUMO:** Oliveira (2013) atesta que os estudos sobre a formação de professores para a Educação Profissional (Forprofep) têm se organizado de forma descontínua, em função de momentos singulares ou especiais em que essa modalidade de educação se destaca. Machado (2008) observa que as discussões a respeito do tema vêm ganhando força no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT). Diante deste contexto, este estudo objetivou analisar a produção publicada sobre as experiências de formação docente na/para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no colóquio “A Produção do Conhecimento em Educação Profissional”, nas edições dos anos de 2013, 2015 e 2017. Os dados foram coletados nos anais do Colóquio, nas edições de 2013, 2015 e 2017, em seus três eixos temáticos e o estudo se caracterizou como uma pesquisa do tipo estado (ROMANOWSKI, ENS, 2006). Foram encontrados um total de 56 artigos sobre formação docente para EPT, representando uma significativa porcentagem relativa ao número total de publicações. Foi verificada a discussão sobre a temática com diferentes abordagens, sendo a mais recorrente a análise de experiências de formação docente, retratando um esforço na construção da institucionalização do campo emergente Forprofep.

**Palavras-chave:** Formação docente para Educação Profissional e Tecnológica, Colóquio A Produção do Conhecimento em Educação Profissional, Experiências de formação docente.

## **INTRODUÇÃO**

Neste trabalho, considera-se o trabalho docente como inscrito no âmbito do trabalho capitalista, pois ele produz valores de uso à medida que tem por fim a execução de um produto ou de um serviço que atenda às necessidades humanas e valores de troca; à medida que tem por finalidade o acúmulo de riquezas por meio de trabalho excedente, que será apossado pelo dono do capital. Dessa forma, o trabalho do professor encontra-se intimamente ligado às mesmas condições que caracterizam o capitalismo (KUENZER, 2010).

Moura (2014) discute a importância de o trabalhador docente se perceber como pertencente à classe trabalhadora, porque:

Essa consciência de classe vai contribuir, sobremaneira, para que o professor assuma o compromisso ético-político com um projeto de sociedade da classe trabalhadora e, portanto, com um projeto de formação humana emancipada, integral, omnilateral. A consciência de pertencer a uma determinada classe resulta das práticas sociais e produtivas vivenciadas pelo professor durante a vida, logo não se pode esperar que essa consciência se construa apenas nos processos de formação escolar, embora, tampouco, se possa deles descuidar. (MOURA, 2014, p. 33).

A pesquisa acerca da formação docente no Brasil é tema de vasta literatura (BORGES *et al*, 2011). Porém, Oliveira (2013) atesta que os estudos sobre a formação de professores para a Educação Profissional (Forprofep), no nosso país, têm se organizado de forma descontínua, em função de momentos singulares ou especiais em que essa modalidade de educação se destaca.

Segundo Oliveira (2006), a formação de professores para o ensino técnico no país vem, desde a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, legitimando a existência de dois percursos distintos de formação: o acadêmico e o técnico, este último, sempre negligenciado, sendo marcada pelo caráter imediatista e emergencial. Esse histórico, de acordo com a autora, não favorece a consolidação de uma cultura própria na área no interior das agências formadoras. Ela localiza no período da década de 1970 até 1997, duas alternativas sistematizadas de formação de professores do ensino técnico: o acréscimo da denominada formação pedagógica à formação profissional em nível superior ou técnico, na área relacionada com a disciplina que um dado profissional deseja se habilitar. Para o profissional de nível técnico, a formação pedagógica vem acompanhada apenas de um aprofundamento em conteúdos específicos da habilitação pretendida. No caso do profissional de nível superior, a formação em pauta é polêmica, do ponto de vista legal, quanto ao seu nível de escolarização, pois esta se define como de

graduação e não de especialização, não se encaixando na norma pela qual um curso de graduação se faz sobre o ensino médio e não sobre outro curso de graduação. Por outro lado, a formação pedagógica envolve a falta de integração entre a formação específica e a formação pedagógica e implica na falta de condições para a reconstrução do saber das áreas técnicas e tecnológicas em saber escolar, para ser estudado pelos futuros professores, nos cursos de formação docente.

Machado (2008) observa que apesar do caráter transitório usado nos documentos oficiais ao tratar da formação dos professores da EPT, as discussões a respeito do tema vêm ganhando força no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), sobretudo pela expansão dos Institutos Federais nos últimos anos e, conseqüentemente, do significativo aumento do número de docentes ingressantes nessa modalidade. A mesma autora, em outra obra, também observa que a falta de concepções teóricas claras e de políticas públicas amplas e contínuas caracterizam, historicamente, as iniciativas de formação de professores para a Educação Profissional no Brasil e aponta que apenas com uma política definida para a formação de professores para a educação profissional serão superadas as debilidades teóricas e práticas deste campo educacional referentes aos aspectos pedagógicos e didáticos; e sugere as licenciaturas para a educação profissional como uma necessidade urgente (MACHADO, 2013)

Diante da realidade exposta, surge a questão desta investigação, a saber: como vem sendo divulgada a produção do conhecimento sobre as experiências de formação docente para a Educação Profissional e Tecnológica no “Colóquio a Produção do Conhecimento em Educação Profissional”, realizado pelo Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (PPGEP/IFRN)?

Condizente com a pergunta, este estudo objetivou analisar a produção publicada sobre as experiências de formação docente na/para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no colóquio “A Produção do Conhecimento em Educação Profissional”, nas edições dos anos de 2013, 2015 e 2017. As análises pretenderam apreender a amplitude do que vem sendo produzido e realizar um exame das ênfases e temas abordados nas pesquisas, permitindo a identificação, na produção, de categorias reveladoras dos enfoques e perspectivas.

Assim, este artigo vem ao encontro da necessidade de estudos que colaborem para o conhecimento da pesquisa na Forprofep, com levantamento e análise das categorias de

pesquisa recorrentes nas produções do principal Colóquio de Educação Profissional do país.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

Esta pesquisa caracteriza-se como uma investigação do tipo “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, que tem como característica determinante o mapeamento e discussão da produção científica em determinado campo do conhecimento e em um determinado período (ROMANOWSKI, ENS, 2006). As autoras afirmam que a pesquisa de “estados da arte” pode se configurar como contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, quando se objetiva a identificação de aportes significativos na construção da teoria e prática pedagógica, aponta as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, lacunas de disseminação, quando identifica experiências inovadoras que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhece as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

A investigação foi norteada e estruturada através da realização de levantamento de dados nos Anais do Colóquio Nacional e Internacional: A Produção do Conhecimento em Educação Profissional, realizados nos anos de 2013, 2015 e 2017, promovidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Para isso, foi empreendida uma busca sobre as produções científicas direcionando para a temática da formação docente, dentro dos 03 (três) eixos temáticos do Colóquio, nas três edições citadas, a saber: Eixo Temático I – Políticas em Educação Profissional, Eixo Temático II - Práticas integradoras em educação profissional e Eixo Temático III – Formação de Professores para a Educação Profissional. A pesquisa ocorreu dentro do site do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional - PPGEP, do IFRN.

Apesar deste evento ocorrer desde o ano de 2011, o recorte temporal escolhido para a pesquisa (2013 / 2015 / 2017), deu-se em decorrência de localização dos materiais disponibilizados no sítio do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional – PPGEP, uma vez que no período da pesquisa, os Anais do Colóquio de 2019, não estavam disponibilizados e os do ano de 2011 não foram localizados pelas pesquisadoras.

As três edições do evento foram ofertadas em intervalos de 02 (dois) anos, geralmente nos meses de julho / agosto e ofertaram vagas em nível nacional, destinadas aos interessados nas políticas e na formação de professores sob o foco dos campos trabalho e educação, educação profissional e educação de jovens e adultos, em qualquer nível de ensino, principalmente, aos pesquisadores e estudantes da pós-graduação em educação ou de áreas afins. Os Colóquios abordaram a produção do conhecimento no campo trabalho e educação em geral, educação profissional e educação de jovens e adultos no contexto da sociedade contemporânea. A partir da edição de 2013, o evento foi ampliado com espaços para os estudantes de diversos programas de pós-graduação em educação apresentarem produções acadêmicas e a partir de 2015 ainda contou com a defesa de dissertações dos primeiros mestrados do PPGEP/ IFRN.

A busca foi realizada no período de 10 a 20 de julho de 2021, em um total de 300 artigos<sup>1</sup>, usando os descritores “formação de professores” e “formação docente”. Após a seleção dos artigos que apresentavam os descritores, 108 no total, foi realizada uma nova busca, desta vez, fazendo um mapeamento das incidências e “localizações” dos termos de busca. Os artigos que possuíam os descritores pesquisados apenas em citações, referências, título do próprio eixo ou sinalizações dentro da legislação, não tendo discussões de nenhum tipo sobre a temática, foram alvo de uma segunda rodada de eliminações. A partir desses critérios de exclusão restaram 56 trabalhos, que foram analisados.

Após essa primeira “organização”, foi realizada a leitura breve dos trabalhos selecionados, com olhar caracterizador, para identificar incidências relevantes da discussão sobre a formação docente, bem como, já relacionando pontos em comum entre as caracterizações encontradas.

## **RESULTADOS ENCONTRADOS**

Sendo fiel ao objetivo de analisar a produção publicada sobre as experiências de formação docente na/para a EPT no lócus de pesquisa, procurou-se evidenciar,

---

<sup>1</sup> Esse foi o número de trabalhos que as pesquisadoras conseguiram obter, após a exclusão de alguns artigos repetidos.



quantitativa e qualitativamente, possíveis direcionamentos com relação ao que vem sendo investigado sobre o tema.

Em um primeiro momento, realizou-se uma análise de cunho quantitativo, buscando desvelar dados que contribuíssem com o objetivo de pesquisa.

**Quadro 1 – resultados quantitativos após a busca nos anais do Colóquio de Educação Profissional (2013-2017)**

Total de trabalhos ano 2013		
Eixo I	Eixo II	Eixo III
42	21	17
Trabalhos encontrados usando os descritores: formação docente e/ou formação de professores		
Eixo I	Eixo II	Eixo III
9	3	12
Achados (trabalhos que discutem, de alguma forma, a formação docente para a EPT)		
Eixo I	Eixo II	Eixo III
3	2	8
Total de trabalhos ano 2015		
Eixo I	Eixo II	Eixo III
44	23	22
Trabalhos encontrados usando os descritores: formação docente e/ou formação de professores		
Eixo I	Eixo II	Eixo III
12	6	22
Achados (trabalhos que discutem, de alguma forma, a formação docente para a EPT)		
Eixo I	Eixo II	Eixo III
3	1	19
Total de trabalhos ano 2017		
Eixo I	Eixo II	Eixo III
69	32	30
Trabalhos encontrados usando os descritores: formação docente e/ou formação de professores		
Eixo I	Eixo II	Eixo III

10	4	30
Achados (trabalhos que discutem, de alguma forma, a formação docente para a EPT)		
Eixo I	Eixo II	Eixo III
2	-	18
56 trabalhos analisados		

**Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados de pesquisa (2021)**

Observa-se, a partir do quadro 1, que após os crivos de inclusão e exclusão utilizados, foram encontrados um total de 56 artigos que tratavam sobre formação docente para EPT, divididos nos três eixos. Este número significa cerca de 19% do total de trabalhos, o que representa uma significativa porcentagem do número geral, tendo em vista que a temática está presente em todos os anos e eixos.

Ainda de acordo com o quadro 1, ao ponderar-se sobre o ano em que os trabalhos foram apresentados no evento, os seguintes resultados foram obtidos: na edição de 2013 a formação docente para a EPT figurou em 13 artigos, em 2015 o tema apareceu em 23 dos estudos; em 2017 a pesquisa sobre o tema em questão figurou em 20 trabalhos. Nesse quesito, constata-se que, em termos gerais, a edição de 2015 apresentou um maior número de discussões sobre a temática de investigação.

Para concluir os achados em números, destaca-se que o eixo temático III, Formação de Professores para a Educação Profissional, apresentou, nas três edições analisadas, o maior número de trabalhos, o que já era esperado, tendo em vista que é o eixo específico para a discussão da temática no lócus de pesquisa.

Após a análise quantitativa inicial, partiu-se para uma compreensão mais qualitativa, tentando desvelar como estes trabalhos estão tratando a formação docente para a EPT no Colóquio a Produção do Conhecimento em Educação Profissional.

A partir da análise dos resumos e objetivos de cada um dos 56 trabalhos, eles foram agrupados em 7 categorias, que são apresentados no quadro 2, a seguir, por ordem de recorrência nas discussões:

**Quadro 2 - Agrupamento dos trabalhos por categorias de análise**

Categorias de agrupamento e análises	Recorrência das discussões			
	2013	2015	2017	Total

Análise de experiências de formação docente na/para EPT	6	8	5	19
Políticas e história/marcos regulatórios da formação de professores para EPT Brasil	1	5	8	14
Constituição da identidade docente/ profissionalização docente/saberes docentes	2	6	5	13
Perfil docente/Itinerários formativos	2	1	1	4
A formação docente para atuação no PROEJA/Diversidade	2	1	-	3
Uso das TICs na formação docente	-	1	1	2
Produção do conhecimento sobre formação de professores na EPT	-	1	-	1

Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados de pesquisa (2021)

Mediante a análise inicial do quadro 2, é possível constatar que a formação de professores para a EPT foi discutida por diferentes abordagens, sendo as principais, ou mais recorrentes, as análises de experiências de formação docente na/para EPT, os estudos sobre as Políticas e história/marcos regulatórios da formação de professores para EPT no Brasil e as discussões sobre a constituição da identidade docente/profissionalização docente/saberes docentes.

Nesta investigação aprofundou-se na discussão da abordagem mais recorrente – a análise de experiências de formação docente na/para EPT, que contou com 19 trabalhos ao todo.

### **Análise de experiências de formação docente na/para EPT**

Na categoria de análise das experiências de formação docente na/para EPT estão agrupados o maior número dos artigos analisados e percebe-se uma certa constância com relação ao ano de apresentação do evento, sendo o Colóquio de 2015 o que mais conteve artigos classificados nessa categoria.

Os títulos, autores, anos, objetivos e principais discussões sobre as experiências de formação docente para EPT, estão apresentados no quadro 3, a seguir.

### **Quadro 3 – Como ocorre a discussão na categoria análise das experiências de formação docente na/para EPT**

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1**

<b>Título</b>	<b>Autores/ano</b>	<b>Objetivos e principal discussão sobre a formação docente para a EPT</b>
OS DESAFIOS DO PEDAGOGO NA FUNÇÃO SUPERVISORA EM UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Isabella Abreu Carvalho (2013)	O objetivo do artigo é a compreensão sobre os desafios postos ao trabalho do pedagogo na função supervisora de uma instituição de educação profissional.  A discussão sobre formação docente na EPT aborda a experiência e os desafios do pedagogo na sua função de formador de professores.
FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM INSTITUTOS FEDERAIS E A EVASÃO COMO AGRAVANTE DA PROBLEMÁTICA DOCENTE: O CASO DAS LICENCIATURAS NO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS SALINAS	Bruna Mendes Oliveira Hellen Vivian Moreira dos Anjos  Fernando Barreto Rodrigues (2013)	Este estudo buscou conhecer os níveis de abandono nos cursos de licenciatura do IFNMG – Campus Salinas entre os anos de 2010 e 2012.  O estudo discute a formação docente na EPT por uma ótica de analisar a evasão dos estudantes em cursos de Licenciatura oferecidos no Campus Salinas do IFNMG
RESULTADOS E EFEITOS DO PROCDCÊNCIA PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	Elisabete Duarte de Oliveira  Regina Maria de Oliveira Brasileiro (2013)	O trabalho objetivou refletir sobre os efeitos e resultados do projeto “Contribuições para a Formação Continuada dos Professores que atuam nas Licenciaturas”, desenvolvido pelo IFAL.  O artigo discutiu até que ponto a formação continuada dos professores que atuam nas Licenciaturas contribui para o desenvolvimento das práticas educativas nesse campo de atuação docente.
A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DOS TUTORES DA REDE E-TEC BRASIL NO IFRN	Edilene Pereira Ferreira Gomes  Hareton Ribeiro Gomes (2013)	O trabalho objetivou verificar a formação dos tutores em relação à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a formação pedagógica para o magistério.  Foi constatado que para a tutoria nem sempre é exigido um profissional da educação com graduação e oriundo de um curso de licenciatura.
FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO: O QUE DIZEM OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Nelda Plentz de Oliveira (2013)	A pesquisa pretendeu verificar quais os sentidos que os docentes atribuem à formação continuada de professores na prática pedagógica, no cotidiano da Educação Profissional.  Analisa o papel da formação continuada nos processos de produção, apropriação e socialização dos saberes de seis docentes que participaram de uma dada formação continuada em serviço

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1**

<p align="center">MONITORIA E SUAS POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO DOCENTE</p>	<p>Marcos Coutinho Mota  (2013)</p>	<p>Objetivou verificar a eficácia e as possibilidades das atividades de monitoria na formação docente (profissional) dos acadêmicos do curso de Licenciatura em Matemática em um IF.  Discutiu sobre as atividades de monitoria como promotoras de aprendizagem dos graduandos nas Licenciaturas.</p>
<p align="center">LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO NO CAMPO E ENSINO TÉCNICO INTEGRADO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA UMA EXPANSÃO DE QUALIDADE</p>	<p>Ivickson Ricardo de Miranda Cavalcanti  Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares  (2015)</p>	<p>Objetivou apontar o papel e a importância da Licenciatura em Educação do Campo na consolidação da expansão e interiorização do Ensino Médio Integrado nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. São discutidas as concepções políticas de caráter contra hegemônico em que estão fundamentadas as políticas de formação de educadores do campo.</p>
<p align="center">ESTÁGIO DE DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: RELATO SOBRE ATIVIDADE DE PESQUISA NO NUPED - IFRN</p>	<p>Maria Adilina Freire Jerônimo de Andrade  Joaracy Lima de Paula  José Mateus do Nascimento  Mylenna Vieira  (2015)</p>	<p>O Trabalho visou apresentar como ocorre o estágio de docência no âmbito do mestrado em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN.  Discutiu a pesquisa no âmbito do Mestrado em Educação Profissional como fonte de conhecimento e experiências para a trajetória de formação dos pós-graduandos.</p>
<p align="center">AS LICENCIATURAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES OFERTADAS POR INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</p>	<p>Wigna Eriony Aparecida de Moraes Lustosa  Francisco das Chagas da Silva Souza  (2015)</p>	<p>Se propõe a analisar o panorama de criação dos IFs, a partir da primeira República.  Discute como as Licenciaturas ofertadas pelos IFs contribuem para a formação docente para a Educação Profissional</p>
<p align="center">A FORMAÇÃO DOCENTE NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – CAMPUS DE MARACANAÚ</p>	<p>Tássia Pinheiro Sousa  Ana Paula Lima Azevedo  Antonia de Abreu Sousa  (2015)</p>	<p>O objetivo da pesquisa foi investigar como vem sendo formado o professor de Química no IFCE – Campus de Maracanaú.  Buscaram qualificar a problemática da formação de professores em uma instituição eminentemente tecnológica, mas que tem na atualidade a missão de formar para a educação básica e para a educação profissional.</p>
<p align="center">FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS PROGRAMAS ESPECIAIS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA</p>	<p>Marilandi Maria Mascarello Vieira  Josimar de Aparecido Vieira  Roberta Pasqualli  (2015)</p>	<p>O trabalho tentou discutir a formação de professores por meio do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional.  Discutiu em que medida o processo de formação para a docência provoca alterações nas concepções dos egressos e identifica desafios que esses se deparam no processo de constituição docente.</p>

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1**

<p>FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA</p>	<p>Ana Lúcia Sarmento Henrique Ilane Ferreira Cavalcante (2015)</p>	<p>Buscou apresentar uma experiência realizada na disciplina Formação de Professores para Educação Profissional.  A discussão foi fundamentada no princípio da pesquisa como processo formativo.</p>
<p>LICENCIATURA NOS INSTITUTOS FEDERAIS E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO PROFESSOR DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO</p>	<p>Bruna Mendes Oliveira Maria Rita Neto Sales Oliveira (2015)</p>	<p>O estudo teve por objetivo compreender se as licenciaturas ofertadas nos IFs contemplam a docência no ensino médio integrado à EP.  Análise preliminar sinalizou que, a despeito da oferta de ensino integrado nos Institutos e do fato de alguns dos projetos mencionarem a intenção de formar professores para atuarem no integrado, os currículos analisados não contemplariam essa formação.</p>
<p>O CURRÍCULO DE LICENCIATURAS EM QUÍMICA DO IFG E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES POLITÉCNICOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA</p>	<p>Daniella de Souza Bezerra Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silva (2015)</p>	<p>O trabalho se propôs a analisar os Projetos político-pedagógicos (PPC) dos cursos de licenciatura em Química ofertados no IFG, objetivando responder a pergunta: Os PPC circunscrevem na esfera de seu planejamento curricular um conjunto de objetivos, visão, missão, metas e ações que coadunam com um projeto formativo de educação desinteressada?</p>
<p>TENSÕES E DESAFIOS PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS A DISTÂNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA</p>	<p>Jennifer de Carvalho Medeiros (2017)</p>	<p>Objetivou analisar as condições materiais de implantação e operacionalização dos cursos a distância no Instituto Federal de Brasília.  Discussão relacionando as matrículas dos professores do IFB em cursos de formação e as alterações do ensino médio, que sugere tal formação de professores, para o ensino de componentes curriculares como Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia, bem como sobre a forma de operacionalização do ensino técnico integrado ao ensino médio.</p>
<p>A FORMAÇÃO DO LICENCIANDO PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN)</p>	<p>Sebastiana Estefana Torres Brilhante Ilane Ferreira Cavalcante (2017)</p>	<p>Se propôs a apresentar estudos e reflexões sobre a legislação para a formação na Educação Profissional e analisar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Química do IFRN no que tange à atuação do egresso na EP.  Versou sobre a fragilidade e importância da formação docente para os licenciados em química, bem como, sobre como essa formação se apresenta no projeto pedagógico do curso.</p>
<p>NARRATIVAS DE SI: MEMÓRIAS ENTRECruzadas DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE</p>	<p>Sueli Rodrigues da Rocha Ana Lúcia Sarmento Henrique (2017)</p>	<p>Objetivou investigar o impacto que a pós-graduação de professores de Língua Portuguesa (LP) tem em suas práticas pedagógicas na Educação Profissional, no Ensino Médio Integrado, no Instituto Federal do Rio Grande do Norte.  Recorte de pesquisa qualitativa com citações da literatura de vários autores do método</p>

		autobiográfico e da formação docente e/ou professores.
A LICENCIATURA EM ENFERMAGEM COMO POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	Adriana Kátia Corrêa  (2017)	Buscou identificar e analisar a proposta formativa dos cursos de licenciatura em enfermagem (LE), ofertados pela rede de instituições de ensino superior (IES),  Enfocou alguns limites e possibilidades como política de formação de professores para a EPTNM, na área da saúde/enfermagem.
A BUSCA DA PROFISSIONALIZAÇÃO PARA O ENSINO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO IFMS	Gláucia Lima Vasconcelos  Tânia Mara Dias Gonçalves Brizuela  (2017)	Objetivou apresentar o desenvolvimento do Programa de Formação Continuada para o Ensino em Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, que envolve tanto docentes quanto técnico-administrativos que estão diretamente vinculados às questões do fazer pedagógico.

**Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados de pesquisa (2021)**

Os artigos agrupados nessa categoria se debruçam sobre experiências/propostas de ensino aprendizagem na formação inicial docente nos cursos de licenciatura e nos programas especiais de formação pedagógica; nas experiências/propostas de formação continuada em serviço; nas experiências de monitoria, tutoria e estágio de docência e, também, em experiências em cursos de Pós-graduação na área de formação docente. Todos os 19 artigos analisados, se debruçam, é claro, nas especificidades da formação docente voltadas à EPT.

Os artigos que se empenham em discutir as experiências ou propostas de ensino e aprendizagem nas formações em cursos de licenciatura ou programas especiais de formação pedagógica buscam, de uma forma geral, refletir sobre o papel e a importância desses cursos para a formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica. Dentre eles, temos o trabalho de Cavalcanti e Tavares (2015) que fez uma discussão sobre a importância da Licenciatura em Educação do Campo e Ensino Técnico Integrado no processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com aporte em discussões políticas, de caráter contra hegemônico, para formação do educador do campo.

Encontra-se também discussões acerca de experiências/propostas de formação continuada em serviço. Estas discussões giram em torno, principalmente, de questões relacionadas aos desafios e possibilidades de experiências ou propostas formativas no âmbito do próprio trabalho do docente na EPT. Por exemplo, temos o trabalho de Oliveira

(2013) que buscou verificar junto aos docentes que participaram de um curso de formação continuada os sentidos atribuídos aos processos de produção, apropriação e socialização dos saberes que o curso proporcionou.

Outras discussões abordadas nessa categoria são as relacionadas às experiências de monitoria, tutoria e estágio de docência e suas relações e contribuições para a formação do professor da EPT. Nelas, os autores tratam, sobretudo, das possibilidades dessas experiências na formação do docente da/na EPT. O trabalho de Gomes e Gomes (2013) tratou, porém, da formação pedagógica em EPT dos tutores atuantes na rede E-TEC Brasil do IFRN e constatou que para essa atuação nem sempre é exigido um profissional oriundo de um curso de licenciatura.

Por fim, nesse agrupamento, encontram-se debates relacionados às experiências em cursos de Pós-graduação na área de formação docente, que apresentaram experiência de uma disciplina de formação de professores, caso do trabalho de Henrique e Cavalcante (2015), e impactos de uma Pós-graduação de formação docente nas práticas docentes em um IF, caso do trabalho de Rocha e Henrique (2017).

Os textos dessa categoria, retratam a opinião de Oliveira (2013) quando ela afirma que os sujeitos da Educação Profissional têm se esforçado nos últimos anos na construção da institucionalização do campo emergente Forprofep, mas, apesar disso, o campo ainda carece de mais robustez e menos fragilidade como esfera própria e estável. Outrossim, também exprimem o ponto de vista de Machado (2013), quando a autora aponta que ainda reina a falta de uma concepção clara e uma política pública robusta e contínua para as iniciativas de formação docente para a EPT, parecendo, a partir das análises dos trabalhos, que os envolvidos nas experiências dessa espécie estão tateando ainda para o oferecimento de um “melhor” tipo de formação.

## **CONCLUSÃO**

Ressalta-se, nessas considerações, o resgate do objetivo inicial, a saber: analisar a produção publicada sobre as experiências de formação docente na/para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no colóquio “A Produção do Conhecimento em Educação Profissional”, nas edições dos anos de 2013, 2015 e 2017. Considera-se que esse intento foi alcançado, ao menos parcialmente.



Quanto ao número de publicações sobre formação docente para EPT, nas 3 edições do evento, considera-se que o total de 56 artigos encontrados (19% do total) representa uma significativa porcentagem relativa ao número geral de publicações.

Relativamente aos temas abordados nas discussões dos trabalhos e suas recorrências, consideramos que as três primeiras categorias abordadas neste trabalho “Análise de experiências de formação docente na/para EPT, políticas e história/marcos regulatórios da formação de professores para EPT Brasil e constituição da identidade docente/ profissionalização docente/saberes docentes”, que representaram o vulto de 82% de todas as publicações”, considera-se as discussões em quantidade e qualidade condizentes com as necessidades do campo da Forprofep.

Porém, quando se direciona para as quatro categorias de análise “perfil docente/Itinerários formativos, formação docente para atuação no PROEJA/Diversidade, uso das TICs na formação docente e produção do conhecimento sobre formação de professores na EPT”, é considerado em termos de quantidade e de diversificação das discussões, os números ainda muito incipientes, devido a necessidades de maior debate sobre as temáticas.

Aponta-se, por fim, a ausência total de temáticas caras ou estimadas na área da Educação Profissional e Tecnológica e especificamente na formação de professores para essa modalidade, como a categoria trabalho como princípio educativo ou a necessidade de formação de professores para a inclusão.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRADE, M. A. F. J. de et al. Estágio de docência na educação profissional: relato sobre atividade de pesquisa no NUPED – IFRN. In: Anais III COLÓQUIO NACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 4, 2015, Natal. Disponível em: <http://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/02/Artigo-1.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

BEZERRA, D. de S. & SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da. O currículo de licenciaturas em química do IFG e a formação de professores politécnicos para a educação

básica. In: Anais III COLÓQUIO NACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 4, 2015, Natal. Disponível em: <http://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/02/Artigo-261.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

BORGES, M. C. et al. Formação de professores no Brasil: história, políticas e perspectivas. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 11, n. 42, p. 94–112, 2012. DOI: 10.20396/rho.v11i42.8639868. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639868>. Acesso em: 03 ago. 2021.

BRILHANTE, S. E. T. & CAVALCANTE, I. F. A formação do licenciando para a Educação Profissional no curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal Do Rio Grande do Norte (IFRN). In: Anais IV COLÓQUIO NACIONAL, I COLÓQUIO INTERNACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 4., 2017, Natal. Disponível em: <<https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017/trabalhos/eixo3/E3A6.pdf>> Acesso em 16 jul 2021.

CARVALHO, I. A. Os desafios do pedagogo na função supervisora em uma instituição de educação profissional In: Anais II COLÓQUIO NACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2., 2013. Natal. Disponível em: <http://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2012/coloquio/anais/eixo1/Isabella%20Abreu%20Carvalho%20.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

CAVALCANTI, I. R. de M. & TAVARES, A. M. B. do N. Licenciatura em educação no campo e ensino técnico integrado: possibilidades e desafios para uma expansão de qualidade. In: Anais III COLÓQUIO NACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 4, 2015, Natal. Disponível em: <http://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/02/Artigo-45.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

CORRÊA, A. K. A licenciatura em enfermagem como possibilidade de formação de professores para a Educação Profissional Técnica De Nível Médio. In: Anais IV COLÓQUIO NACIONAL, I COLÓQUIO INTERNACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 4., 2017, Natal. Disponível em: < <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017/trabalhos/eixo3/E3A31.pdf>> Acesso em 20 jul 2021.

GOMES, E. P. F. & GOMES H. R. A formação pedagógica e a formação em educação profissional e tecnológica dos tutores da rede e-tec Brasil no IFRN In: Anais II COLÓQUIO NACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2., 2013, Natal. Disponível em: <http://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2012/coloquio/anais/eixo3/Edilene%20Pereira%20Ferreira%20Gomes%20.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

HENRIQUE, A. L. S. & CAVALCANTE, I. F. Formação docente para a educação profissional: relato de uma experiência de pesquisa. In: Anais III COLÓQUIO NACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 4, 2015, Natal. Disponível em: <http://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/02/Artigo-61.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

KUENZER, A. Z. Formação de professores para a educação profissional e tecnológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 15., 2010, Belo Horizonte. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

LUSTOSA, W. A. de M. & SOUZA, F. das C. da S. As licenciaturas nos institutos federais: a formação de professores ofertadas por instituições de educação profissional. In: Anais III COLÓQUIO NACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 4, 2015, Natal. Disponível em: <http://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/02/Artigo-201.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

MACHADO, L. R. de S. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. Revista brasileira de educação profissional e tecnológica, v. 1, n.1, p. 8-22, jun. 2008.

MACHADO, L. R. de S. Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. In: MOURA, Dante Henrique (Org.). Produção do conhecimento, políticas públicas e formação docente em Educação Profissional. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 347-362, 2013.

MEDEIROS, J. de C. Tensões e desafios para institucionalização dos cursos técnicos a distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. In: Anais IV COLÓQUIO NACIONAL, I COLÓQUIO INTERNACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 4., 2017, Natal. Disponível em: <<https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017/trabalhos/eixo1/E1A54.pdf>> Acesso em 15 jul 2021.

MOTA, M. C. Monitoria e suas possibilidades na formação docente. In: Anais II COLÓQUIO NACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2., 2013, Natal. Disponível em: <http://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2014/08/RESUMO-E-TEXTO-COMPLETO-2.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

MOURA, D. H. Trabalho e formação docente na educação profissional. Coleção formação pedagógica, v.3. Curitiba: IFPR-EAD, 2014.

OLIVEIRA N. P. de. Formação continuada em serviço: o que dizem os professores da educação profissional. In: Anais II COLÓQUIO NACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2., 2013, Natal. Disponível em: <http://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2012/coloquio/anais/eixo3/Edilene%20Pereira%20Ferreira%20Gomes%20.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

OLIVEIRA, B. M. et al. Formação de professores em institutos federais e a evasão como agravante da problemática docente: o caso das licenciaturas no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – campus Salinas. In: Anais II COLÓQUIO NACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2., 2013, Natal. Disponível em: <http://ead.ifrn.edu.br/portal/wp->

content/uploads/2012/coloquio/anais/eixo3/Bruna%20Mendes%20Oliveira.pdf. Acesso em: 10 de julho de 2021.

OLIVEIRA, B. M. & OLIVEIRA, M. R. N. S. Licenciaturas nos institutos federais e a formação do professor do ensino médio integrado. In: Anais III COLÓQUIO NACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 4, 2015, Natal. Disponível em: <http://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/02/Artigo-171.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

OLIVEIRA, E. D. de. & BRASILEIRO, R. M. de O. Resultados e efeitos do prodocência para a formação continuada dos professores do Instituto Federal de Alagoas In: Anais II COLÓQUIO NACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2., 2013, Natal. Disponível em: <http://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2012/coloquio/anais/eixo3/Elisabete%20Duarte%20de%20Oliveira%200.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

OLIVEIRA, M. R. N. S. A Pesquisa sobre a formação de professores para a Educação Profissional. In: MOURA, D. H. (Org.) Produção do conhecimento, políticas públicas e formação docente em Educação Profissional. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. p. 77-106.

OLIVEIRA, M. R. N. S. Formação e profissionalização dos professores do ensino técnico. Educação e Tecnologia, Belo horizonte, v. 11, n. 2, p. 3-9, jul./dez. 2006.

ROCHA, S. R. da & HENRIQUE, A. L. S. Narrativas de si: memórias entrecruzadas da pós-graduação e da prática pedagógica docente. In: Anais IV COLÓQUIO NACIONAL, I COLÓQUIO INTERNACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 4., 2017, Natal. Disponível em: <<https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017/trabalhos/eixo3/E3A27.pdf>> Acesso em 20 jul 2021.

ROMANOWSKI, J. P. & ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. Curitiba: Diálogo Educacional, v. 6, n. 19, 2006.

SOUSA, T. P. et al. A formação docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – campus de Maracanaú. In: Anais III COLÓQUIO NACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 4, 2015, Natal. Disponível em: <http://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/02/Artigo-181.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

VASCONCELOS, G. L. & BRIZUENA, T. M. D. G. A busca da profissionalização para o ensino em Educação Profissional, Científica e Tecnológica no IFMS. In: Anais IV COLÓQUIO NACIONAL, I COLÓQUIO INTERNACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 4., 2017, Natal. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017/trabalhos/eixo3/E3A25.pdf>. Acesso em 20 jul 2021.

VIEIRA, M. M. M. & VIEIRA, J. de A. A produção de conhecimentos na educação profissional: contribuições para o processo ensino-aprendizagem. In: Anais II COLÓQUIO NACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2., 2013, Natal. Disponível em: <http://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2012/coloquio/anais/eixo3/Marcos%20Coutinho%20Mota%20.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

## **SAÚDE MENTAL NO ATLETA DE ALTO RENDIMENTO: REVISÃO INTEGRATIVA**

**Alexandre Conttato Colagrai, Fernanda Tartalha Nascimento e Paula  
Teixeira Fernandes**

**RESUMO:** Realizamos uma revisão sistemática integrativa para investigar a saúde mental de atletas de alto rendimento. A busca por artigos ocorreu nas bases PubMed, SportDiscuss, Psycinfo e Scielo. Encontramos 1098 artigos dos quais 179 artigos foram incluídos. Para compreender a saúde mental, os estudos focam nos transtornos, em especial depressão, ansiedade, distúrbio do sono, uso de álcool e outras drogas e transtorno alimentar. Atletas de alto rendimento apresentam taxas desses transtornos semelhantes às da população em geral, com distúrbio do sono e transtornos alimentares apresentando taxa ainda mais elevadas.

**Palavras-chave:** Saúde Mental; Esporte; Atleta; Psicologia do Esporte

## **INTRODUÇÃO**

As pesquisas com atletas de alto rendimento têm aumentado na área de saúde mental (COLAGRAI; BARREIRA; NASCIMENTO & FERNANDES, 2022; CHANG et al. 2020; GOUTTEBARGE et al. 2019; REARDON et al. 2019), porém, ainda são realizadas em menor escala quando comparamos aos estudos sobre treinamento físico, técnico, tático, saúde física (lesões), indicando a necessidade de mais investigações na área (RICE et al., 2019). As demandas do esporte de alto rendimento como: vida fora de casa, ausência de uma rede social de apoio íntima e afetiva, pressão interna e externa para alcançar resultados, restrições alimentares, uso de substâncias para melhorar o desempenho, lesões, *overtraining* e *burnout* podem produzir um elevado nível de estresse e, conseqüentemente, afetar a saúde mental dos atletas (GOUTTEBARGE et al., 2019; GULLIVER et al., 2015; RICE et al., 2019; REARDON et al., 2019). O esporte de alto rendimento é prioridade nos investimentos governamentais e privados (DE BOSSCHER et al., 2007), e dessa forma, seus gestores deveria direcionar atenção efetiva também para a saúde mental do atleta, fornecendo assim cuidado completo e amplo a esse personagem principal da atração esportiva.

O estresse relacionado ao esporte, quando somado aos fatores de risco pré-existentes no atleta como: genética, transtornos de personalidade, histórico de doenças mentais na pessoa e na família, uso de drogas e álcool, abuso sexual na infância e estressores psicossociais da vida cotidiana (luto por exemplo), funcionam como combustível para a manifestação de transtornos mentais como: ansiedade, depressão, tentativas de suicídio, transtornos alimentares, distúrbios do sono, abuso de álcool e outras drogas, transtorno compulsivo obsessivo e transtorno bipolar (CHANG et al., 2020; DOHERTY et al., 2016; LEBRUN et al., 2018; REARDON, 2017; REARDON et al., 2019; RICE et al., 2019; SOUTER et al., 2018). Com isso, é importante enfatizar que o esporte, como atividade humana, também apresenta conflitos psicológicos pouco divulgados (REARDON et al., 2019).

O transtorno mental é caracterizado pela alteração da saúde mental da pessoa, podendo se manifestar de diversas formas. Os transtornos considerados mais comuns são a depressão e ansiedade (DSM-5, 2014; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2017). A prevalência de Transtorno Depressivo Maior chega a 68% em nadadores do Canadá (HAMMOND et al., 2013) e 15% em atletas alemães de diversas modalidades



(NIXDORF; FRANK; HAUTZINGER; BECKMANN, 2013). Atletas australianos de críquete, futebol, hokey, netball, remo, polo aquático, vela, softball entre 18 a 25 anos, tiveram apresentaram taxas de 46,6%, o que é semelhante à população australiana não atleta (GULLIVER et al., 2015). Os Transtornos de Ansiedade também existem em atletas de alto rendimento, em especial pela busca por resultados. Atletas australianos apresentaram taxas de 7,1% para Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), e 4,5% para Transtorno do Pânico (GULLIVER et al., 2015).

Pesquisas sobre a saúde mental de atletas de alto rendimento são desafiadoras devido a barreiras que cercam o tema devido ao estigma. Dessa maneira, o atleta pode recusar-se a entrar em contato com seus sentimentos, ou negar o problema, devido à cultura esportiva que vincula esses aspectos à franqueza. Essa mesma cultura, ao negligenciar os transtornos mentais ao longo da vida, pode permitir que o atleta chegue ao suicídio (BIGGIN; BURNS; UPHILL, 2017). Embora existam esforços para disseminar pesquisas sobre a saúde mental no esporte, clubes e governos ainda não reconhecem a sua importância (RICE et al., 2019). Com isso, é fundamental ampliar o conhecimento e as perspectivas sobre o tema, contribuindo para sua disseminação, prevenção e tratamento.

Neste sentido, esta revisão sistemática integrativa nos convida a olhar com profundidade para os transtornos mentais em atletas de alto rendimento, o reconhecendo como um ser humano que sofre pressões internas e externas para alcançar resultados, e que pode estar em sofrimento psicológico. A visão de saúde *versus* doença (transtorno) precisa ser discutida para que os tabus sobre o tema sejam desmitificados. Assim, este estudo tem como objetivo investigar os transtornos relacionados à saúde mental e sua prevalência em atletas de alto rendimento.

## **METODOLOGIA**

Este estudo identificou, organizou e sistematizou as pesquisas já realizadas sobre o tema Saúde Mental no Esporte de Alto Rendimento seguindo o protocolo PRISMA para elaboração de revisões sistemáticas (MOHER et al., 2009). Dessa forma, nos propusemos a responder à pergunta de pesquisa: quais são os principais transtornos de saúde mental explorados pela literatura científica no esporte de alto rendimento, e qual a sua prevalência?

Para isso, utilizamos os descritores “esporte”, “atleta”, “saúde mental”, utilizados em português, inglês e espanhol, após consulta da terminologia padronizada dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). A estratégia de busca nas bases de dados foram: “Saúde Mental” AND “Esporte” AND “Atleta; “*Mental Health*” AND “*Sport*” AND “*Athlete*”; “*Salud Mental*” AND “Deporte” AND “Atleta”. A busca pelos artigos foi realizada nas seguintes bases de dados: *PubMed*, *SPORT Discuss*, *PsycINFO* e *SciELO*. Consideramos os estudos publicados apenas em revistas científicas com revisão pelos pares. A pesquisa foi realizada entre 12 de outubro de 2019 ao dia 31 de dezembro de 2019, sendo assim, verificamos como estavam os estudos sobre saúde mental em atletas de alto rendimento antes da pandemia, evento que colocou em evidência o tema saúde mental. Não utilizamos o ano de publicação dos artigos como critério de inclusão ou exclusão, e nem tipos de pesquisa, permitindo assim a inclusão de diversas formas de coleta de dados, como por exemplo pesquisas quantitativas, qualitativas, entre outras. Portanto, optamos pela revisão sistemática integrativa para que pudéssemos incluir o máximo de conhecimento pertinente à área.

Foram considerados atletas de alto rendimento aqueles que, comprometem sua carga horária diária e semanal a treinamentos, com o objetivo de melhorar o desempenho para a obtenção de títulos de forma profissional em nível nacional, internacional, olímpico ou universitário (REARDON et al., 2019). Os atletas de nível universitário foram considerados nesta pesquisa, porém, apenas os que disputam os campeonatos da primeira divisão da NCAA (*National College American Association*), pelo elevado nível competitivo deste segmento, sendo uma passagem direta para o esporte profissional americano.

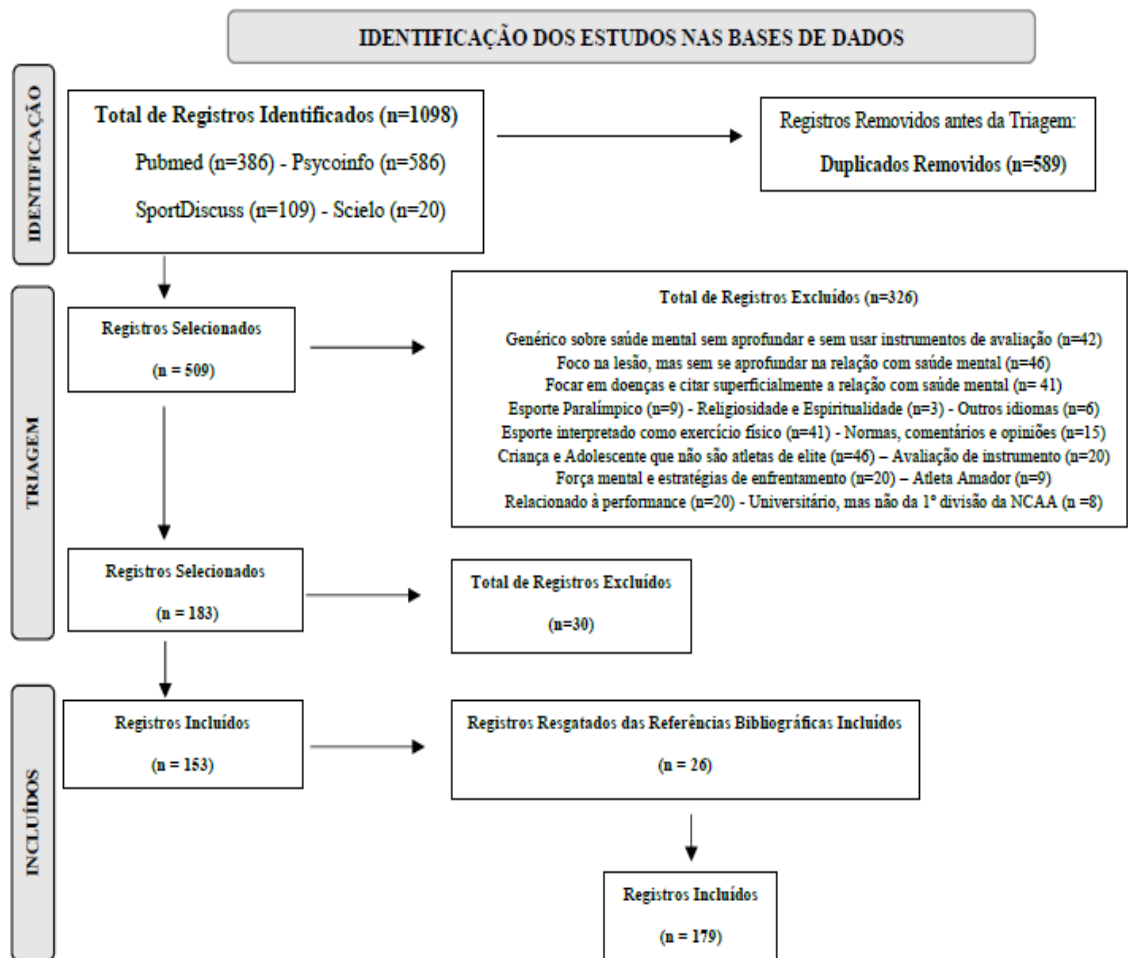
Foram descartados estudos que apenas citaram o termo saúde mental no texto, sem buscar uma avaliação aprofundada através de instrumentos; estudos que interpretavam o esporte como exercício físico; estudos sobre avaliação de instrumentos de coleta de dados; estudos que focavam na força mental como sendo saúde mental; esporte paralímpico; atleta amador.

A seleção dos estudos foi concluída em etapas (Figura 1). Primeiro, os títulos e resumos foram selecionados pelo primeiro pesquisador, que removeu os trabalhos duplicados. Em seguida, todos os resumos foram analisados por três pesquisadores de forma independente para avaliar sua elegibilidade ou não. Posteriormente, os trabalhos selecionados foram lidos na íntegra e suas informações tabuladas em uma planilha de acordo com subáreas: a) nível de atleta/ competição (nacional, internacional/olímpico,

universitário); b) tipo do estudo (revisões sistemática, integrativa, narrativa, meta-análise, dados primários quantitativos, dados primários qualitativos, dados secundários, relatos, consenso de autores); d) transtornos ou tema principal do estudo; e) instrumentos utilizados para coleta de dados; j) tipo de esporte; k) tamanho da amostra; m) comparação entre atleta e não atleta; n) sexo; o) principais considerações do estudo. Os artigos que apresentaram divergências de opiniões entre os pesquisadores, foram para a segunda rodada de análise seguindo os mesmos processos e critérios.

Em seguida, dentre os artigos finais escolhidos, os autores analisaram os títulos das referências bibliográfica citadas nesses estudos, objetivando encontrar artigos que não foram detectados durante a revisão nas bases de dados. Esses novos trabalhos passaram pelo mesmo processo e critério de análise dos artigos iniciais.

**Figura 1. Fluxograma dos Artigos Selecionados para Análise.**



Fonte: Autoria própria (2021)

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado mostrou que, quando se pretende compreender a saúde mental de atletas de alto rendimento, os estudos focam na compreensão dos transtornos através de instrumentos específicos. Os transtornos depressivos (24%), transtornos de ansiedade (16%), transtornos alimentares (7%), abuso de uso de álcool e outras drogas (6%), distúrbio do sono (6%), foram os transtornos mentais mais pesquisados e, portanto, serão abordados nessa revisão com mais profundidade (Quadro 1).

**Quadro 1. Estudos Realizados com Foco no Tema Saúde Mental de Atleta de Alto Rendimento**

	<b>f</b>	<b>%</b>
Depressão	68	24%
Ansiedade	44	16%
Transtorno Alimentar (T A)	21	7%
Conscientização em Saúde Mental	18	6%
Distúrbios do Sono	17	6%
Uso de álcool e outras drogas	17	6%
Barreiras para a procura de tratamento em Saúde Mental	14	5%
Suicídio	11	4%
Uso de Esteroides Anabolizantes	6	2%
Transtorno Bipolar e Psicótico	4	1%
Dependência de Jogos de Azar	2	1%
Violência Sexual, Física e Psicológica	2	1%

Fonte: Autoria própria (2021)

A revisão foi realizada com estudos publicados antes da pandemia, ou seja, até 2019, e mesmo assim é possível verificar que a quantidade de estudos sobre o tema já estava em acessão, conforme pode ser verificado no Quadro 2.

### Quadro 2. Estudos Publicados por Período

	<b>f</b>	<b>%</b>
1985-1989	1	1%
1990-1994	4	2%
1995-1999	3	2%
2000-2004	3	2%
2005-2009	11	6%
2010-2014	21	12%
2015-2019	136	76%

Fonte: Autoria própria (2021)

Verificamos que, de forma geral, atletas de alto rendimento apresentam taxas de depressão, ansiedade e uso de álcool semelhantes às da população. Já em relação ao distúrbio do sono e transtornos alimentares, a taxa é mais elevada em atletas. Atletas mulheres apresentaram taxas mais elevadas de sintomas de transtornos mentais em relação aos homens, os quais tiveram taxas mais elevadas do que elas apenas com relação ao uso de álcool e outras drogas (ÅKESDOTTER et al., 2019; GOUTTEBARGE et al, 2019; REARDON et al, 2019; RICE et al. 2019). Outros distúrbios como bipolaridade, TDAH, Transtorno Obsessivo-Compulsivo, Transtorno Pós-traumático, também foram investigados, porém receberam menor atenção da literatura científica (REARDON et al, 2019). O quadro 3 mostra a quantidade de estudos que utilizaram amostras masculinas, femininas ou de ambos.

### **Quadro 3. Quantidade de Estudos por Gênero**

	<b>f</b>	<b>%</b>
Apenas Homens	27	29
Apenas Mulheres	10	11
Ambos	55	60

Fonte: Autoria própria (2021)

### **Transtorno Depressivo**

O tema mais pesquisado entre os estudos analisados foi a depressão. Os atletas de alto rendimento apresentam taxas semelhante às da população em geral, e podem até estar mais predispostos ao desenvolvimento de sintomas pelo fato de o esporte nesse nível gerar

estresse de forma elevada (DOHERTY; HANNIGAN; CAMPBELL, 2016; LEBRUN et al., 2018; REARDON, 2017; SOUTER; LEWIS; SERRANT, 2018). Isso porque a cultura esportiva promove pressão interna e externa para alcançar resultados, desenvolvendo assim uma elevada identidade atlética, expondo o desempenho do atleta publicamente, o que faz com que ele tenha medo do fracasso, sofra com lesões graves, tenha uma aposentadoria precoce, enfrente estresse com rescisões de contratos, entre outros fatores (CHANG et al., 2020; DOHERTY et al., 2016; LEBRUN et al., 2018; REARDON, 2017; SOUTER et al., 2018).

Atletas de alto rendimento parecem responder à depressão, em determinados casos, focando mais na sua prática esportiva, como forma de esquivar-se de seu sofrimento interno, entregando-se totalmente ao esporte como forma de fuga. Porém, nestas situações, quando o atleta fracassa, se lesiona de forma grave ou se aposenta precocemente, a depressão pode se manifestar de forma mais intensa, pois o que não foi trabalhado anteriormente poderá se tornar agudo (DOHERTY et al., 2016; LEBRUN et al., 2018; REARDON, 2017; SOUTER et al., 2018).

As lesões por exemplo, podem aumentar os sintomas depressivos chegando a 80% das causas do desenvolvimento destes sintomas (GOUTTEBARGE; FRINGS-DRESEN; SLUITER, 2015; GULLIVER et al. 2015; LOSTY et al., 2019; MACKINNON et al., 2019; SOUTER et al., 2018). Atletas mulheres apresentam mais sintomas de depressão em comparação aos homens (ÅKESDOTTER et al., 2019; HAMMOND et al., 2013; JUNGE; PRINZ, 2019; JUNGE; FEDDERMANN-DEMONT, 2016; REARDON et al., 2019), porém, os motivos que estimulam esta discrepância ainda não são claros.

Atletas dos esportes de habilidades motoras estéticas ou finas correm maior risco de experimentar sintomas depressivos em comparação com aqueles que participavam de esportes de bola em equipe (REARDON et al., 2019; SCHAAL et al., 2011). A aposentadoria pode gerar estresse e sintomas depressivos, em especial quando ocorre de forma não planejada e por motivos externos como uma lesão por exemplo (GOUTTEBARGE et al., 2015).

## **Transtorno de Ansiedade**

Sobre a ansiedade, quando é relacionada apenas à competição, certamente não deve ser confundida com ansiedade patológica. No entanto, tem sido especulado que esse

tipo de ansiedade pode evoluir para uma mais patológica, principalmente em atletas com traços perfeccionistas de forma negativa, em que sua autoestima é amplamente baseada em aspectos externos para avaliar sua competência e sucesso (SCHAAL et al., 2011).

Altas taxas de ansiedade estão associadas a resultados negativos de desempenho (RICE et al., 2019). O transtorno de ansiedade generalizada (TAG), é o tipo de ansiedade mais prevalente entre atletas de alto rendimento (GULLIVER et al., 2015; JUNG; PRINZ, 2019; RICE et al., 2019; SCHAAL et al., 2011), sendo que suas maiores taxas aparecem em esportes estéticos, de controle de peso e de avaliação externa (jurados) (RICE et al., 2019; SCHAAL et al., 2011).

A lesão também pode prever sintomas de TAG, assim como altas taxas de ansiedade podem prever lesões, sendo que atletas lesionados relatam sintomas mais graves de TAG (LOSTY et al., 2019). Apesar das pressões inerentes ao esporte de alto rendimento, a prevalência de TAG em atletas não parece maior do que na população em geral (LOSTY et al., 2019).

A ansiedade social é comum para os atletas jovens devido ao nível de exposição ao público durante competições, pois são submetidos a uma elevada avaliação social (GULLIVER et al., 2015; JUNGE; FEDDERMANN-DEMONT, 2016; REARDON et al., 2019; RICE et al., 2019; SCHAAL et al., 2011). As atletas mulheres apresentam taxas mais elevadas de ansiedade em comparação com atletas homens (ÅKESDOTTER et al., 2019; GULLIVER et al., 2015; JUNGE; PRINZ, 2019; RICE et al., 2019; SCHAAL et al., 2011).

A maioria dos atletas homens com diagnóstico de TAG não apresentam outros transtornos de ansiedade, enquanto as atletas mulheres geralmente são diagnosticadas concomitantemente com outros transtornos como: transtorno obsessivo compulsivo (TOC), agorafobia e transtorno do pânico (ÅKESDOTTER et al., 2019; GULLIVER et al., 2015; JUNGE; PRINZ, 2019; RICE et al., 2019; SCHAAL et al., 2011).

## **Transtorno Alimentar**

Existe maior risco para o desenvolvimento de transtorno alimentar (TA) em atletas de alto rendimento quando comparados à população não atleta, sendo que anorexia nervosa, bulimia nervosa e compulsão alimentar periódica, são os TAs mais comuns em

atletas de alto rendimento, com as mulheres apresentando maior risco de desenvolvê-los (JUNGE; FEDDERMANN-DEMONT, 2016; REARDON et al., 2019).

Diversos esportes estão associados com elevada prevalência de TAs, incluindo: esportes estéticos (nado sincronizado, culturismo, ginástica artística, ginástica rítmica, ginástica de trampolim, patinação, salto ornamental, entre outros), nos quais a pontuação é influenciada pela forma do corpo; esportes em que a gordura corporal baixa é vantajosa (remo, culturismo, ginástica artística, ginástica rítmica, jokey, natação de curta distância, atletismo, nas provas de corrida e de saltos, entre outros); esportes de resistência (corridas, maratonas, provas de ciclismo longas, natação de longa distância, triátlon, entre outros); esportes em que há a necessidade de alcançar um certo peso para a competição (lutas de forma geral) (SOUTER et al., 2018). Portanto, ser jovem, mulher, competir em esportes estéticos ou naqueles em que a baixa gordura corporal é fundamental, é uma combinação de alto risco para o desenvolvimento de sintomas de TA (GULLIVER et al., 2015; SCHAAL et al., 2011).

Os critérios diagnósticos do DSM-5 (2014) (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) para identificar sintomas de TAs podem ser difíceis de aplicar em atletas de alto rendimento, pois comportamentos críticos para um transtorno em qualquer situação são permitidos e esperados na cultura esportiva (HAINLINE; REARDON, 2019; REARDON et al., 2019). Atletas com TAs geralmente apresentam baixa autoestima, insatisfação corporal, sentimentos de ineficácia, comportamento perfeccionista, sensação de perda de controle, tendo maior prevalência de comorbidades, como depressão, ansiedade, transtorno obsessivo-compulsivo (TOC) e abuso de substâncias (HELMS; PRNJAK; LINARDON, 2019; SCHAAL et al., 2011).

A atenção para identificar sintomas de TAs deve focar nos fatores de risco mais ameaçadores: 1) pressão para controlar a dieta e o peso, pois este é o principal gatilho para desenvolver sintomas; 2) perda de peso inexplicada ou não programada; 3) pressão para aumentar o desempenho; 3) aspectos socioculturais direcionados à mídia e avaliações externas; 4) ênfase na aparência de magreza; 5) comportamentos de esquiva; 6) insatisfação corporal; 7) predisposição do atleta devido à sua personalidade perfeccionista; 8) baixos níveis de energia (HILL et al., 2016).

## **Abuso de Álcool e Outras Drogas**



A prevalência do uso de substâncias entre atletas de alto rendimento varia significativamente de acordo com tipo de substância, modalidade esportiva, período de uso (temporada *versus* fora de temporada), idade, nível de competição, gênero, país, orientação sexual ou etnia (REARDON et al., 2019; RICE et al. 2019). Atletas usam substâncias por diversos motivos, tais como: prazer, socialização, aumento da autoestima, melhora da confiança, aumento da atenção, maior ganho de energia, controle do estresse, redução da ansiedade, alívio da dor, melhora do rendimento (força, resistência, concentração e tempo de reação), aumento do transporte de oxigênio no sangue, redução da fadiga, recuperação de exercícios e lesões, redução do tédio e entre outros (MCDUFF; STULL; CASTALDELLI-MAIA; HITCHCOCK, 2019; REARDON et al., 2019; SOUTER et al., 2018).

Os esportes com as maiores taxas de uso de substâncias para atletas homens são: lacrosse, hóquei no gelo, futebol, rugby, beisebol, futebol, luta livre, levantamento de peso, esqui, biatlon, bobsleigh e natação. Para as mulheres são: hóquei no gelo, ginástica, lacrosse, softbol, natação e remo, sendo mais comum entre atletas de esportes de equipe do que outros esportes (REARDON et al., 2019; SOUTER et al., 2018).

O álcool é utilizado pelos atletas em taxas semelhantes aos da população em geral, e de forma mais elevada no período entre temporadas, sendo a substância mais utilizada entre atletas de alto rendimento (ÅKESDOTTER et al., 2019; GOUTTEBARGE et al., 2019). Em segundo lugar está a maconha, em especial entre atletas homens (MCDUFF; STULL; CASTALDELLI-MAIA; HITCHCOCK, al., 2019; REARDON, 2017; RICE et al., 2019; SCHAAL et al., 2011; SOUTER et al., 2018).

### **Distúrbio do Sono**

Distúrbios do sono acontecem em maior prevalência em atletas de alto rendimento em comparação com ex-atletas, sendo que em ambos os grupos acontecem de maneira mais frequente do que na população em geral (GOUTTEBARGE et al., 2019; SCHAAL et al., 2011). A insônia é o distúrbio mais comum, e parece estar associada à ansiedade, tornando-se mais evidente quando os atletas estão dormindo fora de casa (HILL et al., 2016; REARDON et al., 2019).

Importante ressaltar que os distúrbios do sono comprometem o rendimento e a recuperação do esforço (KROSHUS; WAGNER; WYRICK; ATHEY, 2019). Podem

também gerar prejuízos significativos para os atletas como: aumento da percepção de dor, redução da tolerância à execução de tarefas, diminuição da função cognitiva e motora, decréscimo do tempo de reação aos estímulos e risco aumentado de se lesionar (PUJALTE; BENJAMIN, 2018).

O quadro 4 apresenta um breve resumo desses transtornos em atletas

Transtorno	Incidência em atletas	Gênero	Modalidade
Depressão	4 a 68%	Maior em mulheres	Maior em esportes de habilidades motoras estéticas ou finas
Ansiedade	6 a 14%	Maior em mulheres	Maior em esportes estéticos
Transtorno alimentar	0 a 45%	Maior em mulheres	Maior em modalidades estéticas, de resistência e de peso como caráter classificatório
Abuso de álcool e outras drogas	6 a 68%	Maior em homens	Maior em modalidades coletivas
Distúrbio do Sono	49 a 64%	-	-

**Quadro 4. Características dos Transtornos Mentais no Esporte de Alto Rendimento**

Fonte: Autoria própria (2021)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa revisão sistemática integrativa forneceu um panorama dos estudos realizados sobre saúde mental e atletas de alto rendimento abrangendo trabalhos de diversos formatos (revisões, dados primários, dados secundários, relatos, consenso de autores) e em diferentes idiomas (inglês, espanhol e português). Ao buscar compreender a saúde mental desses atletas, a maioria dos estudos utilizou instrumentos específicos para avaliar os transtornos mentais dos participantes. Entre os transtornos mais investigados, encontramos os depressivos, de ansiedade, alimentares, abuso de uso de álcool e outras drogas, e distúrbio do sono.

Verificamos que, de forma geral, atletas de alto rendimento apresentam taxas de depressão, de ansiedade e uso de álcool semelhantes às da população. O distúrbio do sono

e os transtornos alimentares chamam a atenção de profissionais da saúde uma vez que sua incidência em atletas de alto rendimento é mais elevada do que na população. Em relação ao gênero dos atletas, mulheres apresentaram taxas mais elevadas de sintomas de transtornos mentais. Já os homens apresentaram taxas mais elevadas de uso de álcool e outras drogas.

Em relação a coleta dos dados, notamos que instrumentos específicos para analisar a saúde mental no esporte de alto rendimento são escassos, e aqueles utilizados são os mesmos para a população comum em geral, sendo na sua maioria de autorrelato e não de análise clínica, o que possibilita maior interferência na identificação exata dos sintomas. Diante do exposto, este estudo amplia o olhar sobre o tema, enfatizando a necessidade: i) de mais investigações sobre o tema; ii) da construção de instrumentos para compreensão da saúde mental para a realidade do atleta de elite; iii) da construção de instrumentos que considerem os fatores operantes de saúde mental (estratégias de enfrentamento de estresse, resiliência, autoestima, autoconfiança, entre outros), para que os estudos não foquem apenas nos aspectos de sintomas de transtornos quando se pensar em avaliar a saúde mental de atletas de alto rendimento. Esses avanços possibilitariam uma abordagem mais preventiva e positiva do tema.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ÅKESDOTTER, C. *et al.* The prevalence of mental health problems in elite athletes. *Journal of Science and Medicine in Sport*, v. 23, n. 4, p. 329–335, 2019.
- BIGGIN, I. J. R.; BURNS, J. H. & UPHILL, M. An investigation of athletes' and coaches' perceptions of mental ill-health in elite athletes. *Journal of Clinical Sport Psychology*, v. 11, n. 2, p. 126–147, 2017.
- CHANG, C., *et al.* Mental health issues and psychological factors in athletes: detection, management, effect on performance and prevention: American Medical Society for Sports Medicine Position Statement-Executive Summary. *British Journal of Sports Medicine*, v. 54, n. 4, p. 216-220, 2020.
- COLAGRAI, A. C.; BARREIRA, J.; NASCIMENTO, F. T.; FERNANDES, P. T. Saúde e transtorno mental no atleta de alto rendimento: mapeamento dos artigos científicos internacionais. *Movimento*, v. 28, 2022.

- DE BOSSCHER *et al.* Sports Policy factors Leading to International Sporting Success. Oxford: Meyer & Meyer Sport (UK) Ltd. Sport, Culture & Society; v. 8.
- DOHERTY, S.; HANNIGAN, B. & CAMPBELL, M. J. The experience of depression during the careers of elite male athletes. *Frontiers in Psychology*, v. 7, p. 1–11, 2016.
- DSM-5 (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders-5) American Psychiatric Association. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: tradução Maria Inês Corrêa Nascimento et al.; 5ª Edição. Porto Alegre: Artmed. 2014).
- GOUTTEBARGE, V. *et al.* Occurrence of mental health symptoms and disorders in current and former elite athletes: A systematic review and meta-analysis. *British Journal of Sports Medicine*, v. 53, n. 11, p. 700–706, 2019.
- GOUTTEBARGE, V.; FRINGS-DRESEN, M. H. W. & SLUITER, J. K. Mental and psychosocial health among current and former professional footballers. *Occupational Medicine*, v. 65, n. 3, p. 190–196, 2015.
- GULLIVER, A. *et al.* The mental health of Australian elite athletes. *Journal of Science and Medicine in Sport*, v. 18, n. 3, p. 255–261, 2015.
- HAINLINE, B. & REARDON, C. L. Breaking a taboo: Why the International Olympic Committee convened experts to develop a consensus statement on mental health in elite athletes. *British Journal of Sports Medicine*, v. 0, n. 0, p. 1-4, 2019.
- HAMMOND, T. *et al.* The prevalence of failure-based depression among elite athletes. *Clinical Journal of Sport Medicine*, v. 23, n. 4, p. 273–277, 2013.
- HELMS, E. R.; PRNJAK, K. & LINARDON, J. Towards a Sustainable Nutrition Paradigm in Physique Sport: A Narrative Review. *Sports*, v. 7, n. 7, p. 172-182, 2019.
- HILL, A.; MACNAMARA, A.; COLLINS, D. & RODGERS, S. Examining the role of mental health and clinical issues within talent development. *Frontiers in Psychology*, v. 6, n. 1, p. 1–11, 2016.
- JUNGE, A. & FEDDERMANN-DEMONT, N. Prevalence of depression and anxiety in top-level male and female football players. *BMJ Open Sport & Exercise Medicine*, v. 2, n. 1, e000087, 2016.
- JUNGE, A. & PRINZ, B. Depression and anxiety symptoms in 17 teams of female football players including 10 German first league teams. *British Journal of Sports Medicine*, v. 53, n. 8, p. 471–477, 2019.
- KROSHUS, E. *et al.* Wake up call for collegiate athlete sleep: Narrative review and consensus recommendations from the NCAA Interassociation Task Force on Sleep and Wellness. *British Journal of Sports Medicine*, v. 53, n. 12, p. 731–736, 2019.

- LEBRUN, F. *et al.* Learning from Elite Athletes' experience of depression. *Frontiers in Psychology*, v. 9, p. 1–11, 2018.
- LOSTY, C. *et al.* Mental health and wellbeing of jockeys. *Journal of Human Sport and Exercise*, v. 14, n. 1, p. 147–158, 2019.
- MACKINNON, A. L. *et al.* Increased Risk of Musculoskeletal Disorders and Mental Health Problems in Retired Professional Jockeys: A Cross-Sectional Study. *International Journal of Sports Medicine*, v. 40, n. 11, p. 732–738, 2019.
- MCDUFF, D.; STULL, T.; CASTALDELLI-MAIA, J.M. & HITCHCOCK, M. Recreational and ergogenic substance use and substance use disorders in elite athletes: A narrative review. *British Journal of Sports Medicine*, v. 53, n. 12, p. 754–760, 2019.
- MOHER, D. *et al.* Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *PLoS Medicine*, v. 6, n. 7, p. e1000097, 2009.
- NIXDORF, I.; FRANK, R.; HAUTZINGER, M. & BECKMANN, J. Prevalence of depressive symptoms and correlating variables among German elite athletes. *Journal of Clinical Sport Psychology*, v. 7, n. 4, p. 313–326, 2013.
- PUJALTE, G. G. A. & BENJAMIN, H. J. Sleep and the athlete. *Current Sports Medicine Reports*, v. 17, n. 4, p. 109–110, 2018.
- REARDON, C. L. *et al.* Mental health in elite athletes: International Olympic Committee consensus statement (2019). *British Journal of Sports Medicine*, v. 53, n. 11, p. 667–699, 2019.
- REARDON, C. L. Psychiatric Comorbidities in Sports. *Neurologic Clinics*, v. 35, n. 3, p. 537–546, 2017.
- RICE, S. M. *et al.* Determinants of anxiety in elite athletes: a systematic review and meta-analysis. *British Journal of Sports Medicine*, v. 53, n. 11, p. 722–730, 2019.
- SCHAAL, K. *et al.* Psychological balance in high level athletes: Gender-Based differences and sport-specific patterns. *PLoS ONE*, v. 6, n. 5, p. 1–9, 2011.
- SOUTER, G.; LEWIS, R. & SERRANT, L. Men, Mental Health and Elite Sport: a Narrative Review. *Sports Medicine - Open*, v. 4, n. 1, p. 1–8, 2018.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. Depression and other common mental disorders. *Global Health Estimates*. Geneva. p. 1–24. 2017.
-

**Capítulo 67 - DOI:10.55232/1083002.67**

## **A PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS EM CASA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19**

**Sarah Caroline Lopes**

**RESUMO:** No dia 11 de março de 2020, foi declarado o surto de Covid-19 como pandemia. Com o início da pandemia de Coronavírus, iniciou-se lockdowns pelo mundo todo. Ao fechar as academias (ginástica, musculação, crosstraining, treinamento funcional etc.) e observando a demora para a volta das atividades, grande parte dos praticantes de exercício físico viram necessidade em praticar exercícios em casa. Esse artigo teve como objetivos identificar os benefícios da prática de exercícios físicos em casa, alertar sobre os cuidados necessários e os possíveis riscos da prática. O presente artigo seguiu os moldes de uma pesquisa bibliográfica, com análise integrativa, buscou-se chegar a um artigo de revisão de literatura que conduzissem a uma maior evidência disponível na literatura. Foram consultadas as bases de dados Scielo, Lilacs, Medline, Capes e Latindex, além dos sites de organizações ligadas à área da saúde, nacionais e internacionais, no período de 2015 a 2021. Os artigos selecionados foram escritos em inglês e português. Foram utilizados como descritores para a busca os termos: exercício físico, exercício em casa, corona vírus, covid-19, pandemia. Constatou-se que praticar exercícios físicos em casa durante o período de pandemia se mostra muito eficaz, promovendo os mesmos benefícios que seriam ocasionados com a prática em academias, entretanto, os riscos de lesões se intensificam, tendo em vista que na maioria dos casos os praticantes não contratam profissionais habilitados para os auxiliarem. Ressalta-se que a prática sem o acompanhamento de um profissional de educação física não é recomendada.

**Palavras-chave:** Exercício físico, Covid-19, Pandemia por covid-19.

## **INTRODUÇÃO**

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (2020) declarou o surto de Covid-19 como pandemia. Com o início da pandemia de Coronavírus, iniciou-se lockdowns pelo mundo todo. Ao fechar as academias (ginástica, musculação, *crosstraining*, treinamento funcional etc.) e observando a demora para a volta das atividades, grande parte dos praticantes de exercício físico viram necessidade em praticar em casa.

Esse artigo teve como objetivos identificar os benefícios da prática de exercícios físicos em casa, alertar sobre os cuidados necessários e os possíveis riscos da prática.

Os procedimentos metodológicos dessa pesquisa foram de cunho teórico-bibliográfico e qualitativo.

## **METODOLOGIA**

O presente artigo segue os moldes de uma pesquisa bibliográfica, com análise integrativa, visando fazer uma ilustração geral sobre a prática de exercícios físicos em casa durante a pandemia de covid-19.

Gil (2002) cita que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Ele afirma que por mais que em praticamente quase todos os estudos exijam uma pesquisa desse tipo, há trabalhos desenvolvidos exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. O autor explica que grande parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas.

Segundo Gil (2002, p. 45) “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Dalberio e Dalberio (2009) citam que uma das principais vantagens da pesquisa bibliográfica está na possibilidade em que o pesquisador tem de possuir uma ampla quantidade de fontes em sua pesquisa sem muitos custos. Os autores aconselham os pesquisadores desse tipo de pesquisa a ter cuidado com a fidedignidade dos estudos encontrados, mantendo suas buscas em livros e artigos publicados, e quando publicações de internet, em bases de dados confiáveis.

Esta revisão foi conduzida por meio de informações obtidas na base de dados: Scielo, Lilacs, Medline, Capes e Latindex, além dos sites de organizações ligadas à área da saúde, nacionais e internacionais, no período de 2015 a 2021. Os artigos selecionados foram escritos em inglês e português. Palavras-chaves utilizadas: exercício físico; covid-19; pandemia por covid-19.

Buscou-se chegar a um artigo de revisão de literatura, que incluísse revisões sistemáticas, que conduzissem a uma maior evidência disponível na literatura. Para torna-se possível utilizou-se uma padronização para a revisão bibliográfica com o intuito de apresentar seus estudos. Foram utilizados 18 artigos que se encaixavam com o tema do presente estudo.

## **DISCUSSÃO**

A Covid-19, doença causada pelo coronavírus denominado SARS-CoV-2, foi identificada pela primeira vez na China, em dezembro de 2019. (ZHU *et al*, 2020) A doença se trata de um vírus com alta potência de infecção, transmitido pelas vias respiratórias, assim como o vírus da gripe.

Segundo Oliveira *et al* (2020), o primeiro caso de Covid-19 apontado no Brasil foi registrado no dia 26 de fevereiro de 2020, segundo os autores, tratava-se de um idoso residente de São Paulo – SP, que havia recém-chegado da Itália.

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (2020), declarou o surto de Covid-19 como pandemia. São caracterizadas pandemias, situações em que doenças infecciosas ameaçam simultaneamente uma grande região geográfica.

Em 17 de março de 2020, foi registrado o primeiro óbito do Brasil em decorrência à doença, era um idoso, residente de São Paulo – SP, com comorbidades. (OLIVEIRA *et al*, 2020)

Até a presente data (20 de julho de 2021) foram registradas 544.180 mortes causadas pela doença no Brasil (Ministério da Saúde, 2021). A vacinação já iniciou, mas caminha lentamente. Com mais de 4 meses de vacinação, apenas 16,43% da população brasileira está totalmente vacinada (com as duas doses, ou com a vacina de dose única), conforme o [Our World In Data](#) (2021).

Com o início da pandemia de Coronavírus, iniciou-se *lockdowns* pelo mundo todo, afetando toda a área econômica. Ao fechar as academias (ginástica, musculação,



*crosstraining*, treinamento funcional etc.) e observando a demora para a volta das atividades, grande parte dos praticantes de exercício físico viram necessidade em praticar exercícios em casa.

Além daqueles que já praticavam, muitas pessoas inativas também decidiram iniciar algum tipo de atividade física em casa, reconhecendo o sedentarismo e com o intuito de obter os benefícios de uma vida ativa fisicamente.

São inúmeros os benefícios ocasionados pela prática de exercícios físicos, Romano *et al* (2018) citam que o volume de oxigênio máximo (VO<sub>2</sub> max), principal indicador da saúde cardiovascular é beneficiado com a prática de exercícios físicos. O exercício também provoca o aumento da massa muscular, controla a pressão arterial, atua no controle glicêmico, perfil lipídico, ajuda a diminuir o peso corporal e melhora a função respiratória.

As doenças cardiovasculares são as causas mais comuns de morte em adultos. Os homens são ainda mais propensos a desenvolverem essa patologia. Dentre as doenças cardiovasculares as mais comuns estão: hipertensão, infarto agudo do miocárdio e arritmias cardíacas; mas existem formas de reduzir as probabilidades de adquirir essas doenças.

Cassiano *et al* (2020) observaram a diminuição dos riscos de desenvolver doenças cardiovasculares após a intervenção de exercícios físicos.

A diabetes é uma doença que acomete cerca de 16 milhões de pessoas no Brasil, sendo o país com o maior número de diabetes da América Latina, segundo o IDF (2019). Muitas vezes essa doença não é levada a sério, mas pode trazer complicações gravíssimas. Uma das maneiras de evitar a diabetes está na prática de exercícios físicos.

Segundo Marçal *et al* (2018), o exercício físico é considerado uma estratégia na prevenção e manutenção do diabetes mellitus tipo I, diminuindo a necessidade de insulina. Para os autores, o exercício físico também aumenta a aptidão cardiorrespiratória, diminui o colesterol sérico e melhora a saúde vascular.

Praticar exercícios físicos regularmente podem trazer benefícios também aos hipertensos. Essa doença é caracterizada pelos elevados níveis de pressão sanguínea nas artérias. É considerada hipertensa a pessoa que tem a pressão sanguínea igual ou superior a 140/90.

Azevedo *et al* (2019) afirmam que o exercício físico é recomendado no tratamento da hipertensão arterial. Durante a prática ocorre a elevação da pressão arterial (PA), mas no momento de descanso observa-se a redução da PA.

A ansiedade está sendo mais vista e melhor entendida atualmente, com a pandemia de Covid-19, as pessoas com transtornos de ansiedade puderam perceber maior intensidade nos seus sintomas, buscando assim alternativas para conter os mesmos. A prática de exercícios físicos mostra-se eficaz no tratamento da ansiedade.

Laux *et al* (2018) realizaram um estudo com o objetivo de avaliar a ansiedade de determinados trabalhadores antes e após a introdução de uma série de exercícios físicos e comprovaram que houve uma melhora nos níveis de ansiedade dos participantes da pesquisa.

A depressão também tem sido mais falada, principalmente durante a Covid-19, estudos mostram que praticar exercícios físicos podem auxiliar no tratamento da doença.

Os estudos de Soares *et al* (2020) e Wu, Lee e Huang (2017) apontaram que a prática de exercício físico reduz o quadro de depressão de praticantes. Wu, Lee e Huang (2017) ainda constataram que a prática de exercícios aeróbios intensifica os resultados.

Para praticar exercícios físicos com segurança é preciso o acompanhamento de um profissional habilitado, presencialmente ou remotamente, desde que o profissional escolhido planeje treinos específicos para suas necessidades e limitações, por isso videoaulas pela internet não são recomendadas, esses profissionais não sabem das suas especificidades.

Existem uma série de cuidados importantes a se considerar ao decidir iniciar a prática de exercícios físicos em casa, um deles, segundo Oliveira Neto *et al* (2020) é a seleção dos exercícios, que deve considerar o nível em que o praticante se encontra.

Os riscos com maior incidência em praticantes de exercício físico de moderada a alta intensidade são as lesões.

A maioria dos indivíduos iniciantes de um programa de atividade física em uma academia, manifesta um histórico de lesões nas grandes articulações, como o joelho, ombro e coluna. (FERREIRA *et al*, 2018)

Para Gusmão *et al* (2015), qualquer exercício realizado de forma incorreta, ou que tenha sido prescrito indevidamente pode ocasionar lesões musculoesqueléticas.

Santos *et al* (2018) concluem que as principais causas de lesões para praticantes de musculação são o treino excessivo, uso errôneo de técnicas de treinamento, ou o conjunto de ambos.

A lombalgia é uma condição dolorosa que afeta a parte inferior da coluna, conhecida como lombar.

O estudo de Souza e Júnior (2017), apontou que a prática de exercício físico (musculação) pode acarretar a dor lombar. 65% dos entrevistados sentem dor lombar ao realizar o agachamento.

A dor lombar – assim como as demais lesões citadas acima – podem e devem ser tratadas, para evitar maiores complicações e para que o praticante possa continuar suas práticas com segurança e sem desconfortos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Praticar exercícios físicos em casa durante o período de covid-19 se mostra muito eficaz, trazendo como benefícios a melhora da aptidão física, aumento de massa muscular, auxiliando no emagrecimento, no controle da pressão arterial e da glicemia.

Além dos benefícios no corpo físico, a prática de exercício físico se apresenta eficaz no tratamento de doenças mentais, como a ansiedade e a depressão, que se mostraram mais intensas em muitas pessoas especialmente no período de pandemia.

Entretanto, os riscos de lesões se intensificam, tendo em vista que na maioria dos casos, os praticantes não contratam profissionais habilitados para os auxiliarem. Ressalta-se que a prática sem o acompanhamento de um profissional de educação física não é recomendada. Sugere-se novos estudos para aprofundamento no tema.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AZEVEDO, Luan Morais *et al*. Exercício Físico e Pressão Arterial: Efeitos, Mecanismos, Influências e Implicações na Hipertensão Arterial. Rev Soc Cardiol Estado de São Paulo, v. 29, n. 4, 2019. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/338101094\\_EXERCICIO\\_FISICO\\_E\\_PRES](https://www.researchgate.net/publication/338101094_EXERCICIO_FISICO_E_PRES)

SAO\_ARTERIAL\_EFEITOS\_MECANISMOS\_INFLUENCIAS\_E\_IMPLICACOES\_  
NA\_HIPERTENSAO\_ARTERIAL>. Acesso em: 05 abr. 2021.

CASSIANO, Andressa do Nascimento *et al.* Efeitos do exercício físico sobre o risco cardiovascular e qualidade de vida em idosos hipertensos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 6, 2020. Disponível em: <<https://scielosp.org/article/csc/2020.v25n6/2203-2212/>>. Acesso em: 04 mai. 2021.

DALBERIO, Osvaldo; DALBERIO, Maria Célia Borges. *Metodologia científica: desafios e caminhos*. São Paulo: Paulus, 2009

FERREIRA, Lucas A. S. *et al.* Dor lombar inespecífica em praticantes de musculação: estudo clínico controlado e duplo cego. *Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício*, São Paulo. v.12. n.78, 2018. Disponível em: <<http://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/view/1533/1123>> Acesso em: 28 jun. 2021.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUSMÃO, Tânia Mayla Resende *et al.* Desempenho funcional do exercício de agachamento. *Ciências Biológicas e da Saúde*. Maceió. V. 2, N. 3, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/fitsbiosauade/article/view/1957/1256>> Acesso em: 28 jun. 2021.

IDF - International Diabetes Federation. *IDF Diabetes Atlas*. 9 ed, 2019. Disponível em: <<https://www.diabetesatlas.org/en/sections/demographic-and-geographic-outline.html>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

LAUX, Rafael Cunha *et al.* Efeito de um Programa de Exercício Físico no Ambiente de Trabalho Sobre a Ansiedade. *Ciencia & Trabajo*, v. 20, n. 62, 2018. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/328436984\\_Efeito\\_de\\_um\\_Programa\\_de\\_Exercicio\\_Fisico\\_no\\_Ambiente\\_de\\_Trabalho\\_Sobre\\_a\\_Ansiedade](https://www.researchgate.net/publication/328436984_Efeito_de_um_Programa_de_Exercicio_Fisico_no_Ambiente_de_Trabalho_Sobre_a_Ansiedade)>. Acesso em: 29 abr. 2021.

MARÇAL, Danilo Francisco da Silva *et al.* Efeitos do Exercício Físico sobre Diabetes Mellitus Tipo 1: Uma Revisão Sistemática de Ensaios Clínicos e Randomizados. *Journal of Physical Education*, v. 29, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v29i1.2917>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

Ministério da Saúde. Covid-19 no Brasil. Painel Coronavírus. 2021. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

OLIVEIRA NETO, Leônidas *et al.* #TreineEmCasa – Treinamento físico em casa durante a pandemia do COVID-19 (SARS-CoV-2): abordagem fisiológica e comportamental. *Rev Bras Fisiol Exerc*, v. 19, 2020. Disponível em: <<https://www.portalatlanticaeditora.com.br/index.php/revistafisiologia/article/view/4006>> Acesso em: 28 jun. 2021.

OLIVEIRA, Wanderson Kleber *et al.* Como o Brasil pode deter a Covid-19. *Epidemiol. Serv. Saúde*, v. 29, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ress/a/KYN SHRcc8MdQcZHGZzVChKd/?lang=pt>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

Organização Mundial da Saúde – OMS. Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Situation Report – 51. 2020. Disponível em: <[https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200311-sitrep-51-covid-19.pdf?sfvrsn=1ba62e57\\_10](https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200311-sitrep-51-covid-19.pdf?sfvrsn=1ba62e57_10)> Acesso em: 28 jun. 2021.

Our World In Data. Coronavirus (COVID-19) Vaccinations. 2021. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=BRA>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

ROMANO, Taís Alves *et al.* Prática de Exercício Físico na Meia e Terceira Idade: Um Estudo Comparativo dos Níveis de Capacidade Funcional em Praticantes de Ginástica Localizada e Não Praticantes. *Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício*, vol. 12, n. 74, 2018. Disponível em: <<http://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/view/1414>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SANTOS, Moisés Alves; *et.al.* Prevalência de Lesões em Praticantes de Musculação: Uma Revisão da Literatura. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ed. 03, v. 03, 2018. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao-fisica/lesoes-em-praticantes-de-musculacao>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SOARES, Thaise Dutra *et al.* Efeitos do exercício físico na obesidade e depressão: uma revisão. *Revista brasileira de obesidade, nutrição e emagrecimento*, v. 14, n. 86, 2020.

Disponível em: <<http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/1280>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SOUZA, Rafaelli F. Carniel; JÚNIOR, Altair Argentino Pereira. Prevalência de dor lombar em praticantes de musculação. Revista da UNIFEBE, v. 1, n. 8, p. 190-198, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/view/549/330#>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

WU, Pei-Ling; LEE, Megan; HUANG, Tzu-Ting. Effectiveness of physical activity on patients with depression and Parkinson's disease: A systematic review. Revista Plos One, v. 12, n. 7, 2017. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0181515> Acesso em: 19 abr. 2021.

Zhu Na *et al.* A novel coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019. N Engl J Med, v. 382, 2020. Disponível em: <<https://www.nejm.org/doi/10.1056/NEJMoa2001017>>.

**Capítulo 68 - DOI:10.55232/1083002.68**

**TRANSTORNO AFETIVO BIPOLAR E SUAS  
IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NA  
FAMÍLIA E NO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA  
COGNITIVO-COMPORTAMENTAL**

**Ramon Jessei Dos Santos Gaia e Maria Das Graças Teles Martins**

**RESUMO:** INTRODUÇÃO: O Transtorno Afetivo Bipolar ou como era conhecido, Psicose Maníaco-Depressiva, é uma doença relacionada com o humor ou o afeto. O TAB se caracteriza por alterações do humor, com episódios depressivos e maníacos alternados ao longo da vida. No DSM V (2014) são classificados dois tipos de TAB. O Tipo I, em que a prevalência dos episódios de alteração do humor é do tipo mania, e o Tipo II, ao contrário, ou seja, a maioria dos episódios são depressivos. **OBJETIVOS:** O presente estudo apresenta as implicações do Transtorno Afetivo Bipolar nas relações interpessoais na família, no social e as contribuições da terapia cognitivo-comportamental para o tratamento, manejo e a prevenção de recaídas. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e exploratória. Os materiais foram livros, monografias, dissertações, teses e artigos científicos disponíveis em bases de dados da Scielo, PepSic, BVS, Periódicos CAPES publicados no período de 2011 a 2021, alguns materiais produzidos em anos anteriores a 2011-2021, foram utilizados pois continham conteúdo relevante para este artigo ao tratar sobre o transtorno afetivo bipolar e suas implicações nas relações interpessoais e a intervenção cognitivo-comportamental para o tratamento, manejo e prevenção de recaída do transtorno. **RESULTADOS:** No Brasil, não existem estudos específicos que avalie e/ou descreva sobrecarga com familiares de pacientes com transtorno afetivo bipolar. Diante disso, fez-se necessário identificar e descrever o impacto do transtorno afetivo bipolar nas famílias que convivem com uma pessoa que possui este transtorno. **CONCLUSÃO:** Conclui-se, que o Transtorno Afetivo bipolar, afeta aspectos importantes da vida do seu portador trazendo prejuízos relevantes para áreas como a família, o social, o financeiro, e a intervenção da terapia cognitivo-comportamental junto à farmacoterapia aumenta a eficácia e a efetividade no tratamento, alívio e estabilização de sintomas e a adesão ao medicamento, e auxilia o indivíduo portador a amenizar seu sofrimento causado pelo TAB através de técnicas que ajudam a modificar cognições, comportamentos e previne à recaídas, melhorando sua qualidade de vida nas relações interpessoais familiares e sociais.

**Palavras-chave:** Transtorno Afetivo Bipolar, Relacionamento Interpessoal, Terapia Cognitivo Comportamental

## **INTRODUÇÃO**

Este estudo objetiva apresentar as implicações do Transtorno Afetivo Bipolar nas relações interpessoais na família, no social e as contribuições da terapia cognitivo-comportamental para o tratamento, manejo e a prevenção de recaídas. O Transtorno Afetivo Bipolar (TAB) ou como era conhecido, Psicose Maníaco-Depressiva, é uma doença relacionada com o humor ou o afeto. O TAB se caracteriza por alterações do humor, com episódios depressivos e maníacos alternados ao longo da vida. No DSM V (2014) são classificados dois tipos de TAB. O Tipo I, em que a prevalência dos episódios de alteração do humor é do tipo mania, e o Tipo II, ao contrário, ou seja, a maioria dos episódios são depressivos.

Pelo DSM V (2014), a característica essencial do Tipo I é um curso clínico caracterizado pela ocorrência de um ou mais episódios maníacos e não há necessidade de haver episódios hipomaníacos ou depressivos maiores. Eles podem, contudo, anteceder ou seguir um episódio maníaco. Por outro lado, a característica essencial do Tipo II é um curso clínico de episódios de humor recorrentes, consistindo em um ou mais episódios depressivos maiores, e pelo menos um episódio hipomaníaco.

Os sinais e sintomas que constituem o quadro clínico depressivo são bastante complexos. Segundo DSM V (2014), geralmente o paciente apresenta humor deprimido na maior parte do dia, quase todos os dias, conforme indicado por relato subjetivo ou por observação feita por outra pessoa, acentuada diminuição de interesse ou prazer em todas, ou quase todas, as atividades na maior parte do dia, quase todos os dias, perda ou ganho significativo de peso sem estar fazendo dieta ou redução ou aumento no apetite quase todos os dias, insônia ou hipersonia quase diária, agitação ou retardo psicomotor quase todos os dias, fadiga ou perda de energia quase todos os dias, sentimentos de inutilidade ou culpa excessiva ou inapropriada quase todos os dias, capacidade diminuída para pensar ou se concentrar, ou indecisão quase todos os dias, pensamentos recorrentes de morte, ideação suicida recorrente sem um plano específico, tentativa de suicídio ou plano específico para cometer suicídio.

Ainda, conforme o DSM V (2014), a euforia ou mania também se caracteriza por período distinto de humor anormal e persistentemente elevado, expansivo ou irritável e aumento persistente da atividade ou da energia, com duração de pelo menos uma semana e presente na maior parte do dia, quase todos os dias. Esta alteração do humor deve estar acompanhada por pelo menos três dos seguintes sintomas: autoestima inflada ou



grandiosidade, redução da necessidade de sono, mais loquaz que o habitual ou pressão para continuar falando, fuga de ideias ou experiência subjetiva de que os pensamentos estão acelerados, distraibilidade conforme relatado ou observado, aumento da atividade dirigida a objetivos ou agitação psicomotora, envolvimento excessivo em atividades com elevado potencial para consequências dolorosas.

Segundo Basco (2009), o Transtorno Afetivo Bipolar é uma doença biológica que causa mudanças no modo com que o cérebro processa substâncias químicas que o corpo produz, e a medicação destina-se a corrigir essa disfunção, porém mesmo usando a medicação os portadores do TAB necessitam obter maior controle sobre seus sintomas a fim de prevenir recaídas. Ainda, segundo Knapp e Isolan (2005), durante o tratamento do TAB existem cada vez mais evidências de que a combinação da medicação com certos programas de tratamento psicológico pode ajudar algumas pessoas com a doença, a prevenir recorrências, a reduzir sintomas e a melhorar seu cotidiano. Embora o tratamento farmacológico seja fundamental ao tratamento, ainda há uma quantidade de pacientes que apesar da correta adesão à medicação, permanecem sintomáticos.

O transtorno afetivo bipolar altera importantes aspectos relacionados com a cognição, afeto e relacionamento interpessoal. Deste modo, influi no modo de pensar e agir, resolver problemas, perceber a si mesmo e ao outro, e, de tolerar o estresse sentido (WEINER, 2000). Deste modo, o interesse pelos aspectos cognitivos, emocionais e interpessoais de pacientes bipolares é uma temática presente e relevante para muitos pesquisadores e profissionais da saúde pelo fato de envolver aspectos pessoais e sociais.

Portanto, a presente pesquisa se configura com o objetivo de analisar o fenômeno do TAB e sua implicação nas relações interpessoais na família, no social, e apresentar as contribuições da terapia cognitivo-comportamental para o tratamento, manejo e a prevenção de recaídas. Nesse sentido, pode-se vislumbrar a importância da análise proposta, para a academia, a comunidade científica e a sociedade de modo geral, por contribuir para uma hipótese futura de diagnósticos mais rápidos e precisos, o que ainda nos é um desafio.

## **METODOLOGIA**

Este estudo adotou como metodologia a pesquisa bibliográfica e exploratória. Para Gil (2017) a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado para explicar ou procurar resposta de um problema ou hipótese. Nesse sentido, afirmam que a

modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, dissertações e teses, assim como outros tipos de fonte de material disponibilizado em sites científicos.

Cervo (2013) afirma que a pesquisa exploratória define objetivos e busca mais informações sobre o assunto estudado e realiza descrições precisas da situação para descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes. Sendo, assim, utilizou-se para este estudo livros impressos, dissertações, teses e artigos científicos disponíveis em bases de dados tais como: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca virtual em saúde (BV- Saúde), Periódicos eletrônicos em Psicologia (Pepsic).

Foram usados conteúdos relacionados ao tema proposto para realizar a construção do artigo, com a utilização de materiais que contenham as palavras-chave: “Transtorno Afetivo Bipolar”; “Relacionamento Interpessoal”; “Terapia Cognitivo Comportamental”. Descartou-se os materiais que não se enquadram na temática em questão, considerando as palavras chaves acima citados.

Alguns materiais produzidos em anos anteriores a 2011-2021, foram utilizados pois continham conteúdo relevante para o presente artigo ao tratar sobre o transtorno afetivo bipolar e suas implicações nas relações interpessoais e a intervenção cognitivo-comportamental para o tratamento, manejo e prevenção de recaídas. O artigo tem como metodologia a pesquisa bibliográfica, exploratória, não apresentando riscos em razão de não envolver pesquisa com seres humanos, e com relação aos procedimentos éticos de pesquisa, este artigo foi desenvolvido cumprindo as exigências das resoluções 466/2012 e 510/2015, sendo assim, não será utilizado o Termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE).

## **Conceito, causas, sintomas e diagnóstico do Transtorno Afetivo**

### **Bipolar**

O TAB é um transtorno do humor cíclico, crônico e recorrente, marcado pela alternância entre episódios de mania/hipomania e depressão, com diagnóstico realizado através de avaliação clínica. Atualmente, dentre os sistemas de classificação para estabelecer o diagnóstico de TAB, temos a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, 10<sup>a</sup>. Revisão – CID 10, e o Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais, 5<sup>a</sup>. Edição, DSM-V (APA, 2014).

De acordo com o DSM V (2014), o transtorno afetivo bipolar possui as seguintes classificações: TAB tipo I, em que é caracterizado pela ocorrência de um ou mais

Episódios Maníacos e não há necessidade de haver episódios hipomaníacos ou depressivos maiores. Eles podem, contudo, anteceder ou seguir um episódio maníaco; TAB tipo II, que é um curso clínico de episódios de humor recorrentes, consistindo em um ou mais episódios depressivos maiores, e pelo menos um episódio hipomaníaco.

Os sinais e sintomas que constituem o quadro clínico depressivo são bastante complexos. Segundo DSM V (2014), geralmente o paciente apresenta humor deprimido na maior parte do dia, quase todos os dias, conforme indicado por relato subjetivo ou por observação feita por outra pessoa, acentuada diminuição de interesse ou prazer em todas, ou quase todas, as atividades na maior parte do dia, quase todos os dias, perda ou ganho significativo de peso sem estar fazendo dieta ou redução ou aumento no apetite quase todos os dias, insônia ou hipersonia quase diária, agitação ou retardo psicomotor quase todos os dias, fadiga ou perda de energia quase todos os dias, sentimentos de inutilidade ou culpa excessiva ou inapropriada quase todos os dias, capacidade diminuída para pensar ou se concentrar, ou indecisão quase todos os dias, pensamentos recorrentes de morte, ideação suicida recorrente sem um plano específico, tentativa de suicídio ou plano específico para cometer suicídio.

Quando o diagnóstico é realizado pelo DSM V (2014), deve-se observar os seguintes critérios para o quadro de mania: período distinto de humor anormal e persistentemente elevado, expansivo ou irritável e aumento persistente da atividade ou da energia, com duração de pelo menos uma semana e presente na maior parte do dia, quase todos os dias. Esta alteração do humor deve estar acompanhada por pelo menos três dos seguintes sintomas: autoestima inflada ou grandiosidade, redução da necessidade de sono, mais loquaz que o habitual ou pressão para continuar falando, fuga de ideias ou experiência subjetiva de que os pensamentos estão acelerados, distratibilidade conforme relatado ou observado, aumento da atividade dirigida a objetivos ou agitação psicomotora, envolvimento excessivo em atividades com elevado potencial para consequências dolorosas. Se o humor for irritável, pelo menos quatro dos sintomas acima citados devem estar presentes.

Para o CID- 10, o que define o transtorno afetivo bipolar é a presença de dois ou mais episódios em que o humor e o nível de atividade da pessoa estão marcadamente alterados. Assim, o humor em algumas ocasiões está elevado, acompanhado por aumento de atividade e energia. Em outra ocasião, o humor é rebaixado, acompanhado por diminuição da energia e de atividade. Não é abordado o tempo de duração dos sintomas. Neste critério, é levado em consideração a presença de mania com e sem sintomas

psicóticos. As causas para TAB são multifatoriais com evidências importantes de que variáveis genéticas, biológicas e sociais influenciam mutuamente e estão associadas com início e curso do transtorno psiquiátrico (MIKLOWITZ, 2004). Existe a concepção de que as variáveis psicossociais afetam a estrutura e funcionamento da mente e tempo de ocorrência de expressão do gene.

### **Implicações do Transtorno Afetivo Bipolar nas relações interpessoais na família e no social**

Silva et al. (2007) aponta que toda relação interpessoal mobiliza processos psíquicos e o que se verifica, na prática, é que a vida cotidiana é caracterizada pela vida em grupo. Um bom relacionamento se desenvolve quando há confiança, empatia, respeito e harmonia. O transtorno afetivo bipolar altera importantes aspectos relacionados com a cognição, afeto e relacionamento interpessoal. Deste modo, influi no modo de pensar e agir, resolver problemas, perceber a si mesmo e ao outro, e, de tolerar o estresse sentido (WEINER, 2000). Uma definição que permite ao pesquisador respeitar as ideias no que diz respeito aos relacionamentos significativos e nas experiências de saúde e doença é conceituar que “família é quem seus membros dizem que são” (WRIGHT; LEAHEY, 2002).

Até os anos 50, existia a hipótese de que o “doente” era um representante de alguma disfunção no sistema familiar. A partir dos anos 50, a psiquiatria muda seu foco do intrapsíquico para o campo psicossocial, modificando sua compreensão da família no contexto do adoecimento mental. Entende-se agora que a família sofre e é sobrecarregada pela doença mental, também influencia na evolução da doença.

Existem então diversos aspectos que influenciam o processo de adoecimento, sendo que estes aspectos são mutuamente sustentados, caracterizando um modelo de funcionamento entre o doente, sua família e seu contexto (SELVINI et al., 1987). Ou seja, a doença provoca impacto sobre a dinâmica familiar enquanto a dinâmica familiar influencia a evolução da doença. Robertson et al. (2001) verificaram o impacto do início precoce de TAB no adolescente e sua percepção do funcionamento familiar. A amostra do estudo foi composta por 119 jovens, sendo 44 com TAB tipo I, 30 jovens com diagnóstico de depressão maior e 45 jovens que formavam grupo controle que não tinham recebido nenhum diagnóstico psiquiátrico.

Para avaliação compreensiva do funcionamento familiar, os adolescentes responderam questionários que avaliam franqueza, força, defeitos e casos problemáticos nas díades adolescente-mãe e adolescente-pai, adaptabilidade e coesão familiar, divisão de tarefas, responsabilidade, afeição e comunicação dentro da família. Os resultados demonstraram que o relacionamento entre irmãos tanto com TAB quanto com depressão unipolar é pior, comparado ao grupo controle no que diz respeito à divisão de tarefas, amizade e comunicação. Em período de remissão não são encontrados problemas familiares e dificuldades.

Baronet (2003), em outro estudo avaliou a contribuição do suporte social e a qualidade do relacionamento entre cuidador e a pessoa que possui TAB ou esquizofrenia que recebe cuidado. Pais ou cônjuges foram apontados pelos pacientes como principal cuidador e convidados a participar do estudo. A amostra foi composta por 79 cuidadores, 69% pai/mãe e 31% cônjuges. 42% da amostra cuidava de familiares com esquizofrenia e 45% eram cuidadores de familiares com TAB. Foram avaliados sobrecarga objetiva e subjetiva, satisfação dos cuidadores, comportamento sintomático, qualidade dos relacionamentos entre cuidador e pessoa que recebe cuidado e suporte social.

Os resultados encontrados mostraram que a presença de dificuldades no relacionamento entre cuidador e aquele que recebe cuidado está associado com alta sobrecarga subjetiva e com menor satisfação relacionadas ao cuidado recebido. Por outro lado, suporte familiar não foi associado a sobrecarga subjetiva nem à satisfação relacionada com atividades de cuidado. Cuidadores jovens experimentaram maior satisfação no cuidado do que os cuidadores mais velhos.

Este é um resultado que surpreendeu os autores, pois relatam que na literatura os jovens apresentam maior sobrecarga subjetiva. O relacionamento difícil entre cuidador e pessoa que recebe cuidado está associado com fardo subjetivo e baixa satisfação com atividade do cuidado. Incluir suporte social na pesquisa foi importante porque os autores acreditavam que o tempo dispendido na atividade de cuidado afastaria e provocaria isolamento dos cuidadores de contatos sociais.

Familiares que se envolvem com atividades fora de casa apresentaram forças para manter a rotina da família e apresentaram sucesso nas estratégias de enfrentamento. Foi observado aumento no conflito nos relacionamentos entre os membros familiares no período de crise, redução da jornada de trabalho, conflitos conjugais. Outros estudos abordaram os estilos de enfrentamento com destaque para o familiar de TAB, em que as estratégias estão relacionadas ao resgate de interações sociais.

## **As contribuições da Terapia Cognitivo Comportamental para o tratamento e a prevenção de recaída**

A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) é uma das alternativas bastante praticadas de psicoterapia para transtornos psiquiátricos, onde se baseia em preceitos sobre a função da cognição no controle das emoções e dos comportamentos humanos. O modelo pressupõe que as mudanças cognitivas e comportamentais são moduladas por processos biológicos, influências ambientais e interpessoais e que as medicações psicotrópicas influenciam na cognição (WRIGHT; BASCO & THASE, 2008).

Os autores Knapp e Isolan (2005) definem a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) como:

É uma terapia breve e estruturada, orientada para a solução de problemas, que envolve a colaboração ativa entre o paciente e o terapeuta para atingir objetivos estabelecidos. A terapia é geralmente utilizada no formato individual, embora técnicas de grupo tenham sido desenvolvidas e testadas (KNAPP & ISOLAN, 2005).

Há um consenso de que o tratamento do TAB inclui o uso de medicamentos, psicoterapia e mudanças no estilo de vida. Segundo Basco (2009), o Transtorno Afetivo Bipolar é uma doença biológica que causa mudanças no modo com que o cérebro processa substâncias químicas que o corpo produz, e a medicação destina-se a corrigir essa disfunção, porém mesmo usando a medicação os portadores do TAB necessitam obter maior controle sobre seus sintomas a fim de prevenir recaídas.

Ainda, segundo Knapp e Isolan (2005), durante o tratamento do TAB existem cada vez mais evidências de que a combinação da medicação com certos programas de tratamento psicológico pode ajudar algumas pessoas com a doença, a prevenir recorrências, a reduzir sintomas e a melhorar seu cotidiano. Embora o tratamento farmacológico seja fundamental ao tratamento, ainda há uma quantidade de pacientes que apesar da correta adesão à medicação, permanecem sintomáticos.

Devido a isso é importante que a medicação seja associada a intervenções psicoterápicas, pois em suma a psicoterapia traz vários benefícios que incluem diminuição na frequência e na duração dos episódios de humor, aumento da adesão à medicação, diminuição nas recaídas, nas impressões clínicas de melhora geral etc. (KNAPP E ISOLAN, 2005).

## **Algumas das técnicas utilizadas em tcc no tratamento do transtorno afetivo bipolar**

O monitoramento dos sintomas é fundamental para detecção e intervenção precoce, possibilitando um aumento na prevenção de recaída. Segundo Neto (2004) na TCC um fator importante é o desenvolvimento de habilidades para identificação precoce do início de uma fase sintomatológica, para que uma intervenção efetiva a coloque sob controle, prevenindo problemas e possíveis interações.

Desse modo, é ensinado ao paciente e a família tanto a identificar e acompanhar o padrão de sintomatologia típico do indivíduo, como fatores precipitadores, ou seja, antecipadores dos episódios (depressão ou mania) que possibilitará uma melhora na qualidade de vida do sujeito e dos familiares. Na TCC algumas técnicas auxiliam na identificação precoce do início de uma fase, outras em modificações de cognições e comportamentos, prevenções de recaída e no desenvolvimento de habilidades, citaremos algumas.

### **Técnica: Mapeamento da vida**

O mapeamento da vida é uma técnica muito utilizada no tratamento do Transtorno Bipolar pela TCC, pois auxilia a oferecer uma visão mais ampla do curso da doença. A mesma identifica desencadeadores de recaídas, fatores de estresse e estratégias que apresentaram eficácia e ineficácia no controle de sintomas e prevenção de recaídas.

Nessa técnica o paciente coloca em uma linha do tempo sequencial eventos relacionados com a doença, como por exemplo, os períodos de doença e saúde, os tratamentos, hospitalizações, acontecimentos importantes e históricos de outras doenças, além de identificar os altos e baixos do curso da sua vida e doença. Destacando o número, sequência, intensidade e duração das fases de mania e depressão, o impacto do tratamento e de acontecimentos importantes (BASCO, 2009).

Segundo Basco (2009) essa técnica tem como finalidade fornecer ao paciente uma visão mais ampla do curso da doença, dos fatores estressores e da influência do tratamento. As representações gráficas de episódios ao longo da vida permitem paciente, terapeuta e familiar a compreender interações entre os episódios do transtorno, o início e abandono dos tratamentos, acontecimentos significativos da vida, seus efeitos, além de um acompanhamento do curso do transtorno desde seu surgimento até o momento presente.

**Técnica: Gráfico de Humor e Afetivograma**

De acordo com Neto (2004) para essa técnica sugere-se montar um gráfico chamado de humor e afetivograma, onde tem objetivos de monitorar os sintomas, identificando o início de sintomas enquanto ainda podem ser controlados. O autor ressalta ainda, que durante a fase da mania a pessoa apresenta sintomas, tais como diminuição da necessidade de dormir, hipersensibilidade à rejeição e à crítica irritabilidade seguida de agressividade.

Assim, é possível detectar o início da fase antes que ela saia do controle, estabelecendo uma agenda de atividades incluindo sono e alimentação, determinar prioridades e avaliar o gasto de energia, criar um programa de higiene do sono, estimular hábitos adequados, evitar estímulos excessivos (como por exemplo, exercício, cafeína etc.).

**Técnica: Reestruturação Cognitiva**

Para Wright, Basco e Thase (2008), a reestruturação cognitiva é uma estratégia que identifica pensamentos automáticos e esquemas nas sessões, ensina habilidades para mudar cognições, utilizando-se de uma série de exercícios intersessões planejadas para expandir o aprendizado na terapia diante de situações do cotidiano. São utilizados os registros de pensamentos, para identificar os pensamentos automáticos de forma escrita, identificar erros cognitivos, examinar as evidências (análise pró e contra), listas alternativas racionais e ensaio cognitivo, sendo uma técnica que consiste em praticar uma nova maneira de pensar por meio de geração de imagens mentais ou role-play.

De acordo com Neto (2004) durante a fase de mania e de depressão ocorre uma série de mudanças cognitivas. Embora, as distorções cognitivas são mais frequentes na fase maníaca e levam comportamentos inadequados, tais como: levar a pessoa a subestimar riscos; exagerar possibilidades de ganhos ou acertos; achar que está com mais sorte; superestimar capacidades; e minimizar problemas da vida e valorizar gratificação imediata. Na fase depressiva os pacientes geralmente apresentam pensamentos automáticos, regras e crenças distorcidas, que geram desesperança e ideação suicida.

**Técnica: Registro de Pensamentos Disfuncionais**

De acordo com Rangé (2011) o registro de pensamentos disfuncionais é um dos instrumentos da terapia cognitiva que torna o aprendizado e o reconhecimento entre o pensamento, o afeto e a conduta possível ao paciente. Serve como uma verificação de



evidências sobre a confiabilidade ou utilização de pensamentos automáticos e crenças nucleares negativas que possibilita que o paciente ao final do tratamento esteja capaz de reestruturar seu pensamento, criando pensamentos e crenças alternativas. O paciente realiza através de um registro sequencial, onde descreve a situação em que se sentiu emocionalmente mobilizado, a emoção sentida o pensamento que se sucedeu à situação, e por vezes a reação tomada acompanhada de sensibilidades fisiológicas percebidas (RANGÉ, 2011).

### **Técnicas: Prevenção de Recaídas**

Um fator essencial no tratamento do TB é ensinar o paciente encontrar formas de prevenir recorrências, reconhecer sinais de alerta da doença e manejar melhor os acontecimentos de sua vida que são considerados estressantes e podem desencadear sintomas e provocar recaídas.

Para Wright, Basco e Thase (2008), uma das vantagens da TCC é a aquisição de habilidades que podem reduzir o risco de recaída. Nessa técnica o paciente aprende como reconhecer e mudar pensamentos automáticos, utilizar métodos comportamentais comuns e outras técnicas para lidar futuramente com ativadores dos sintomas. Durante as fases finais da abordagem, o terapeuta se concentra em ajudar o paciente a identificar problemas em potencial, os quais têm uma alta probabilidade de causar dificuldades.

Para Berk (2011) os desencadeadores são fatores de tensão que aumentam o risco de a pessoa desenvolver os sintomas da bipolaridade. Quando o paciente reconhece um desencadeador, isso o possibilita reduzir o fator de tensão ou encontrar formas de lidar com esse fator, porém não implica automaticamente o aparecimento da doença, mas pode agravar os sintomas bipolares caso a pessoa já esteja doente.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa e avaliando outros estudos já realizados sobre o tema, como por exemplo, Moreno (2002), mostrou que o TAB pode se manifestar em qualquer etapa da vida. Acredita-se que um adulto que desenvolve TAB em torno dos vinte anos de idade pode perder nove anos de vida, doze anos de saúde normal e quatorze anos de trabalho.

As comorbidades dificultam a realização do diagnóstico, e estatísticas apontam para uma demora de 10 anos para o paciente receber diagnóstico correto (MORENO; MORENO; 2002). Isto resulta em demora para estabilizar o quadro clínico do paciente

que provoca maior demanda nos serviços de saúde. As comorbidades psiquiátricas mais frequentes são, respectivamente, transtorno de abuso de substância e ansiosos, transtornos alimentares e de personalidade que são frequentes e mais comuns entre mulheres que em homens (SANCHES; ASSUNÇÃO; HETEM, 2005).

Além disso, aproximadamente 60% das pessoas vivenciam recaídas no período de 2 anos após a crise aguda (LAM et al., 2005). Os custos diretos (diagnóstico e tratamento) e indiretos (morbidade, mortalidade, prejuízo social e ocupacional), são elevados (LAFER et al., 2004). A prevalência de TAB é estimada em torno de 1 a 3% da população e se considerada o conceito de espectro bipolar as estimativas são mais altas e ficam entre 5% e 8% (LIMA et al., 2005).

Dada a complexidade do transtorno e sua variabilidade clínica, não há um tratamento único ou combinação de tratamento que funcione igualmente para todos os pacientes. Acredita-se que 25 a 30 % na variação do curso da doença são representados em grande parte por situações de vida. O déficit psicossocial é severo, sendo que a melhora tem sido obtida oferecendo suporte familiar e social (MACHADO – VIEIRA; SANTIN; SOARES, 2004).

No Brasil, não existem estudos específicos que avalie e/ou descreva sobrecarga com familiares de pacientes com transtorno afetivo bipolar. Diante disso, fez-se necessário identificar e descrever o impacto do transtorno afetivo bipolar nas famílias que convivem com uma pessoa que possui este transtorno.

## **CONCLUSÃO**

Conclui-se, que o Transtorno Afetivo bipolar, afeta aspectos importantes da vida do seu portador trazendo prejuízos relevantes para áreas como a família, o social, o financeiro, e a intervenção da terapia cognitivo-comportamental junto à farmacoterapia aumenta a eficácia e a efetividade no tratamento, alívio e estabilização de sintomas e a adesão ao medicamento, e auxilia o indivíduo portador a amenizar seu sofrimento causado pelo TAB através de técnicas que ajudam a modificar cognições, comportamentos e previne à recaídas, melhorando sua qualidade de vida nas relações interpessoais familiares e sociais. O Transtorno afetivo bipolar ainda é um assunto que abarca muitas incógnitas, portanto, espera-se com este trabalho, contribuir para aprofundar a compreensão e o conhecimento científico a respeito do Transtorno Afetivo Bipolar e suas implicações nas relações interpessoais na família, no social e a intervenção da terapia cognitivo-comportamental no tratamento, manejo e prevenção de recaídas, e assim, dessa

forma, trazendo informações uteis a psicoterapeutas, profissionais da saúde, e pessoas afins que se interessarem pelo assunto aqui discutido.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALVAREZ, A.C.D. O transtorno Bipolar Afetivo na adolescência: aspectos psicodinâmicos. *Adolesc Saude* 2010;7(2):50-53. Disponível em: <[http://adolescenciaesaude.com/detalhe\\_artigo.asp?id=189#](http://adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=189#)>. Acesso em: 29 abr. 2021.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, APA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BASCO, M. R. Vencendo o Transtorno Bipolar com Terapia cognitivo-comportamental. *Tratamentos que Funcionam: Manual do paciente*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- Baronet, A. M. O impacto das relações familiares na avaliação positiva e negativa dos cuidadores de suas atividades de cuidado. *Family Relations: An Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, 52 (2), 137-142, 2003. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2003-03517-004>. Acesso em: 5 maio 2021.
- BERK, LESLEY. Guia para cuidadores de pessoas com transtorno bipolar. São Paulo: Segmento Farma, 2011.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. Metodologia científica. 9. Reimpressão. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013. ISBN 85-7605-047-1.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- KNAPP, P.; ISOLAN, L. Abordagens psicoterápicas no transtorno bipolar. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 32, (supl.1), 98-104. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rpc/a/4LdkNq4gNvFvLJV8NKFJqHm/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 22 de abr. 2021.
- LAFER, B; SOARES, M.B. M. Tratamento da depressão bipolar. *Revista de Psiquiatria Clínica*, v.32, supl. 1, p.49-55, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpc/a/z6sLkmGhjML3gVqWrf3BLVy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 out. 2021.
- LAM, D.H.; MCCRONE, P.; WRIGHT, K.; KERR, N. Custo-efetividade da terapia cognitiva de prevenção de recaídas para transtorno bipolar: estudo de 30 meses. *British Journal of Psychiatry*, 186 (6), 500-506. doi: 10.1192 / bjp.186.6.500, 2005. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/the-british-journal-of-psychiatry/article/costeffectiveness-of-relapseprevention-cognitive-therapy-for-bipolar-disorder-30month-study/5FD9114CFADE73CC26329BE6323DFCDD>. Acesso em: 3 maio 2021.
- LIMA, M.S.; TASSI, J.; NOVO, I.P.; MARI, J.J. Epidemiologia do transtorno bipolar. *Rev. psiquiatr. Clín.*, v. 32, p. 15-20, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpc/a/mGrNFQTn3DLBhv9c3rdggDw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 2 maio 2021.
- MACHADO-VIEIRA, R.; SANTIN, A.; SOARES, J. C. O papel da equipe multidisciplinar no manejo do paciente bipolar. *Rev. Bras. Psiquiatr.* v. 26, s. III, p. 51-

53, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/LV4hvNhXwxfyGby5bZC9jQC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 maio 2021.

MIKLOWITZ, D.J. O papel dos sistemas familiares em transtornos psiquiátricos graves e recorrentes: uma visão da psicopatologia do desenvolvimento, n. 16, p. 667-688, 2004. Doi: 10.1017/s0954579404004729. PMID: 15605631. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15605631/>. Acesso em: 4 out. 2021.

MORENO, R. A; MORENO, D.H. Transtorno Bipolar do Humor. São Paulo (S.P): Lemos Editorial. 2002

NETO, Francisco Lotufo. Terapia comportamental cognitiva para pessoas com transtorno bipolar. [S. l.: s. n.], 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44462004000700010](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462004000700010). Acesso em: 18 maio 2021.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento, CID-10. Porto Alegre: Artes Médicas; 1993.

RANGÉ, Bernard et al. Psicoterapias cognitivo-comportamentais: um diálogo com a psiquiatria. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 796 p. ISBN 978-85-363-2656-6.

ROBERTSON, H.A; KUTCHER, S.P; BIRD, D; GRASSWICK, L. Impacto do transtorno bipolar de início precoce no funcionamento familiar: percepções dos adolescentes sobre a dinâmica familiar, comunicação e problemas. *Journal of Affective Disorder*, n. 66, p. 25-27, 2001. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11532530/>. Acesso em: 5 maio 2021.

SANCHES, Rafael. F., ASSUNÇÃO, Sheila, HETEM, Luiz Alberto B. Impacto da comorbidade no diagnóstico e tratamento do transtorno bipolar. *Rev. Psiq. Clín.* São Paulo, p. 71-77, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v32s1/24415.pdf>. Acesso em: 02 maio. 2021.

SELVINI- PALAZZOLI, M; BOSCOLO, L; CECHIN, G; PRATA, G. Hipótese - circularidade - neutralidade: três diretrizes para o condutor da sessão. In: Selvini-Palazzoli M, editeur. Mara Selvini Palazzoli. *Histoire d'une recherche: l'évolution de la thérapie familiale dans l'oeuvre de Mara Selvini Palazzoli*. Paris: édition ESF, 1987. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/7364036/>. Acesso em: 7 maio 2021.

SILVA, et al. A importância do Relacionamento Interpessoal no contexto Organizacional. [S. l.], 2007. Disponível em: [https://artigos-convibra.s3.amazonaws.com/289\\_0.pdf](https://artigos-convibra.s3.amazonaws.com/289_0.pdf). Acesso em: 1 maio 2021.

WEINER, I. B. Princípios da interpretação do Rorschach. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2000.

WRIGHT, L.M., LEAHEY, M. Enfermeiras e famílias: um guia para avaliação e intervenção na família. 3. Ed. São Paulo: Roca, 2002.

WRIGHT, Jesse H.; BASCO, Monica R.; THASE, Michael E. Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental: um guia ilustrado. Porto Alegre: Artmed, 2008. 219 p. ISBN 978-85-363-1449-5.

## **ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO UTILIZADA POR TRABALHADORES DE INDÚSTRIA TÊXTIL FRENTE AO TRABALHO REPETITIVO**

**Alana Pires Dale e Daisy Moreira Cunha**

**RESUMO:** O objetivo é identificar as estratégias de enfrentamento utilizadas por trabalhadores da indústria têxtil frente ao trabalho repetitivo. É um estudo de caso, embasado na Ergonomia e Ergologia. Participaram da pesquisa trabalhadores de uma indústria têxtil do interior do Brasil. Foram feitas observações, coletas documentais e entrevistas individuais semiestruturadas. As estratégias identificadas foram, a redução do ritmo e intensidade de trabalho, conhecimento em relação as máquinas e operações, ingestão de medicamentos para dor, evitar erros, alongamentos antes e durante o trabalho, maneiras particulares de transportar materiais. As ideias da ergologia foram aqui confirmadas, os trabalhadores mesmo guiados por prescrições colocam à frente de suas atividades seus saberes, valores, inteligências, experiências. Fazem uso destes para a realização da atividade, com preservação da saúde.

**Palavras-chave:** Movimento Repetitivo, Estratégias de enfrentamento, Indústria têxtil

## **INTRODUÇÃO**

As indústrias são importantes geradoras de rendas e empregos em todo mundo, não diferente, a indústria têxtil, um dos pioneiros na modernização desde a Revolução Industrial, tem ainda papel de destaque nesse cenário.

Dados recentes fornecidos pela Associação Brasileira de Indústria Têxtil (ABIT), sobre essa indústria no Brasil, revelam que, no ano de 2017, existiam 29 mil indústrias formais atuantes nesse ramo de atividade, sendo o 4<sup>a</sup> maior parque produtor de confecção e o 5<sup>o</sup> maior produtor têxtil do mundo. Nesse mesmo ano o faturamento dessa cadeia de produção chegou a US\$ 45 bilhões, com investimentos de US\$ 1,9 milhão. A produção anual foi de 5,9 bilhões de peças. O setor empregava diretamente 1,479 milhões de trabalhadores, chegando a 8 milhões, incluindo contratações indiretas, destes 75% são mulheres. Era o 2<sup>o</sup> maior empregador da indústria de transformação, atrás apenas do ramo de alimentos e bebidas (ABIT TÊXTIL E CONFECÇÃO, 2017). No período de janeiro a setembro de 2019, o setor têxtil e de vestuário gerou 14.504 empregos formais no país, além de 137.269 no setor de transformações (ABIT, 2019).

Nos vários setores industriais, a adoção do taylorismo como guia para produção é ainda absoluta, com o trabalho ditado por procedimentos prescritos por uma organização, que quase nunca leva em conta a opinião dos trabalhadores, tarefas fragmentadas, realização de movimentos repetitivos, falta de autonomia dos trabalhadores, entre outros.

Taylor ignorava o homem como unidade, dando valor apenas ao aspecto mecânico dos trabalhadores (FRIEDMANN, 1956). Visava um trabalho em tempo padrão, com movimentos de simples execução, induzindo o trabalhador ao automatismo, que fossem meras execuções de tarefas pré-determinadas (ODDONE; RE; BRIANTE, 2008).

O trabalho do tipo operatório, visto constantemente nas atividades guiadas por esse modelo, tem como característica a prescrição explícita e constrangedora (SCHWARTZ, 2004). Propunham a racionalização do trabalho e das ações feitas pelos trabalhadores, tratando-os de igual maneira ao maquinário local, resultando em choque com a resistência vital do trabalhador, possuidor de fortes interesses singulares, que se sobressaem à tentativa constante de controle. O conhecimento de Taylor na área de engenharia lhe propiciou um pensamento superficial em relação às subjetividades humanas, acreditando que poderia impedir que os trabalhadores pensassem durante seu trabalho e nas consequências de suas ações. Objetivava somente seres executantes de tarefas (CANGUILHEM, 2001).

Com a modernização dos espaços e equipamentos, que também observou-se o crescimento gradual da utilização do modelo japonês nos processos produtivos, de acordo com Trindade (2016), a implantação do toyotismo nas indústrias brasileiras não ocorre da mesma maneira como é feito em seu país de origem, o Japão. O desenvolvimento sócio-histórico de cada nação marca em que nível tal processo acontecerá. No Brasil, ainda observamos a utilização de diferentes modelos de produção, em alguns casos sendo utilizados ao mesmo tempo na mesma empresa. Em determinados setores do ramo têxtil, há a convivência do padrão taylorista-fordista (controle de tempo e modo de produção), como há também a presença do padrão toyotista (organização dos trabalhadores em células, produção por demanda, flexibilidade na produção, no trabalho e com os trabalhadores, kanban, diversidade de produtos, intensificação do trabalho).

Em oposição ao que falamos acima, em relação a troca de saberes entre os trabalhadores no taylorismo, no modelo japonês, esse processo já não é tão simples, pois o trabalho em células dificulta o contato e trocas de informação entre colegas de função (TRINDADE, 2016).

Alteram também o maquinário e planta industrial (com ambiente antes repleto de trabalhadores, alocados lado a lado), por espaços ocupados por máquinas modernas e produção flexível, que requerem um número reduzido de sujeitos para realizar as operações ou simplesmente supervisão (HELOANI, 2003). Surge então um novo perfil de trabalhador, antes não observado, são indivíduos polivalentes, qualificados, com liberdade de expressar a sua criatividade e autônomos (JINKINGS, 2002).

Independente do modelo adotado, no capitalismo, objetivam sempre o lucro do contratante, sobre o trabalhador, que vende sua força de trabalho. A não valorização das boas condições laborais e vida dos sujeitos, é fator determinante para a multiplicação de agentes nocivos à saúde dos trabalhadores, estes, geradores de sofrimento e adoecimento. Em estudo realizado por Santos, Paula e Pereira (2009), em uma indústria têxtil, foram identificados diversos riscos, dentre eles: físicos (ruído e calor), químicos (poeira), psicológicos (estresse), ergonômicos (postura inadequada, repetição de movimento) e mecânicos (acidentes com maquinário).

Frente a essas atividades de trabalho, compostas de situações adoecedoras, e desprovidas de adequações individuais, é que os sujeitos utilizam cotidianamente estratégias para enfrentar as adversidades existentes, sendo elas suas ferramentas para a permanência em atividade.



Essas estratégias a que recorrem, são de certo modo um mecanismo utilizado por todos dentro do trabalho, de maneiras particulares, motivadas pelas necessidades de cada um e guiados por saberes e valores.

As rotinas de trabalho com características repetitivas são na realidade distintas em seus detalhes, e que exigem e permitem mesmo de forma tímida a intervenção particular do trabalhador. As manobras de proteção são criadas e aprimoradas ao longo de uma história de vida, dentro e fora do ambiente de trabalho, é a partir da conscientização em relação às ações realizadas e as consequências delas sobre o corpo e o psiquismo que os sujeitos são capazes de fazer suas escolhas/arbitragens, realizando um debate necessário entre suas normas pessoais, as normas antecedentes a ele e as situações concretas que encontram diante de si, principal ponto abarcado pela ergologia, as reações do trabalhadores diante das infidelidades do meio.

A partir dessas situações de debates, que requerem lutas diárias pela manutenção da saúde, do sustento pessoal e familiar, é que queremos entender como ocorre e quais são as formas de proteção contra os riscos presentes no trabalho de cunho repetitivo.

Com esse processo buscamos imergir não só no verbalizado pelos trabalhadores, mas também as ações realizadas de forma inconscientes, com atitudes enraizadas, construídas e utilizadas ao longo de uma vida de trabalho.

Assim objetivamos identificar as estratégias de enfrentamento utilizadas por trabalhadores de uma indústria têxtil frente a realização de trabalho repetitivo.

Este artigo faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento. E para tal exposição selecionamos um grupo abordado no estudo.

## **1.2 Caminhos teóricos em buscas dos *usos de si***

As estratégias são ações ou comportamentos utilizados quando os sujeitos devem lidar com um perigo ou inimigo, situações que apresentem problemas ou ameaças, como no caso de um ambiente de trabalho insalubre. De acordo com Dias, Santos e Aranha (2015, p.221) “é da natureza do ser humano reconstruir o meio em que vive a fim de garantir a sua existência singular”. Segundo Canguilhem (2001, 2009), para o sujeito manter sua saúde, ele precisa instaurar suas próprias normas, frentes às normas externas.

Guérin et al (2001) destacam que, quando os sujeitos percebem os sinais do corpo de que algo está errado, através de dores, incômodos, limitações, eles logo buscam novas maneiras de realizar as atividades, seus modos operatórios, dentro da margem de

liberdade disponível. Ainda completam, a atividade laboral é “uma estratégia de adaptação à situação real de trabalho, objeto da prescrição” (2001, p. 15). Ou seja, é sempre esse confronto entre protocolos organizacionais e realidade individual do trabalho, divergente de um cenário mecânico, mas expressando singulares no fazer.

As estratégias de adaptação à situação representam a atividade real. Essa que abarca um conjunto composto de corpo, pensamento, desejo, representações e história, que se desenvolvem na dimensão pessoal (aqui se encontram as estratégias de enfrentamento) e social dos sujeitos (GUÉRIN et al, 2001).

A ergologia trata de várias questões no que diz respeito a essa busca por estratégias, não utilizando esse termo exatamente, mas fazendo discussões que nos levam a tal discussão. Na abordagem trazida por Schwartz e Durrive (2015) a reconfiguração, ou seja, renormalização das normas impostas é um ato universal na atividade humana. E por que os sujeitos fazem isso? A resposta é a busca por uma vida com saúde. De acordo com os autores, viver com saúde é não aceitar as imposições do meio, sem antes questioná-las, hierarquiza-las, tentar se adequar, criar e renormalizar.

Quando um trabalhador é privado de realizar desvios em suas ações, necessários para a manutenção de seu bem-estar no trabalho, ele adocece. A privação da liberdade de escolhas no fazer é, patológico (CANGUILHEM, 2009).

Mas essa capacidade de criar suas próprias normas e coloca-las em prática é um processo que requer tempo, experiência e trocas de saberes. Canguilhem (2009) reitera que, a saúde é “um equilíbrio conquistado à custa de rupturas incoativas” (2009, p.131), onde o sujeito quando se defronta com as ameaças, cria novos elementos constitutivos para mantê-la, ou seja, ser saudável é conseguir ser normativo frente aos riscos do meio, em diferentes situações, ter a possibilidade de tolerar as infrações em relação à normal habitual e criar novas normas. A vida é composta de debates, explicações, fugas e esquivamentos, e não como alguns a imaginam, monótona e retilínea. É exigido intervenções e criações diárias, e a cada momento, pois um dia-a-dia de trabalho nunca é igual ao outro.

Schwartz e Durrive (2007) trazem as estratégias como um *fazer de outra forma*, ou seja, os trabalhadores estão constantemente renormalizando suas atividades. Essas mudanças têm a ver com a distância entre o trabalho prescrito e o real, este se remete a atividade realizada pelo *corpo si*, são atos que na maioria das vezes ocorrem de forma inconsciente, sem a necessidade de pensar em cada gesto a ser realizado. E reforço

colocando que, essa distância é explicada de acordo com os valores presentes naquele ambiente, estes que guiam e definem cada atividade. Ainda sobre o *corpo si* os autores continuam, é o “árbitro no mais íntimo da atividade, não é um “sujeito” delimitado, definido, mas uma entidade enigmática que resiste às tentativas de ser objetivado (2007, p. 198)”.

O sujeito que age, escolhe, arbitra frente as situações, realiza na atividade *usos de si*. É composto de valores, saberes e competências. Atributos que dão margem para que reinvente seus modos de viver, de ser, de sobreviver consigo, com o mundo e com os outros (SCHWARTZ; DURRIVE, 2015). O indivíduo então cria debates, entre suas normas próprias e as normas antecedentes, organizacionais, ele renormaliza uma norma imposta.

Tendo como base o objetivo geral deste estudo podemos considerar o *uso de si por si* como nosso ponto principal, pois este termo designa a capacidade de reinventar uma certa maneira de ser no trabalho individual e coletivamente. Em outras palavras é a alquimia de um *corpo-si* que considera o pré-construído (o prescrito) e dá a ele a sua forma singular (SCHWARTZ; DURRIVE, 2015), possibilitando assim a construção das estratégias de enfrentamento.

O *uso de si* quer dizer então, colocar em ação a memória, o corpo, os gestos, a sensibilidade e a inteligência, vindas da experiência do próprio sujeito e de sua história, frente as infidelidades do meio (SCHWARTZ; ECHTERNACHT, 2007; SCHWARTZ; DURRIVE, 2007). Na atividade, o sujeito é convocado em sua singularidade, munido de capacidades bem mais complexas do que as exigidas pela tarefa (trabalho prescrito) (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008). Os *usos* impõem aos sujeitos a contínua realização de microescolhas permanentes (SCHWARTZ, 2014), tendo em vista que nenhum dia é igual ao outro.

Fazendo o *uso de si* sobre as imposições, os trabalhadores conseguem renormalizar, mantendo-os no trabalho, com saúde, confirmando a ideia de Schwartz e de Canguilhem.

Na empresa, foco desse estudo, essas variações durante o dia são facilmente observadas, mesmo tendo como principal característica atividades repetitivas. Dentre esses desvios estão: a falta de material, ou de algum operador, defeito no maquinário, alteração de qualidade do material (algodão), defeito no produto.

## **METODOLOGIA**

Este é um estudo de caso, amparado pela ergologia do trabalho, abordagem essa que é o suporte principal para a compreensão das relações do uso da mão de obra trabalhadora dentro da indústria têxtil em questão. Além disso auxiliou na compreensão de como as normas e prescrições tentam e muitas vezes conseguem negligenciar a singularidade dos trabalhadores, ocasionando danos à sua saúde (SCHWARTZ; ECHTERNACHT, 2007). Utilizamos também a ergonomia, com a importante contribuição no entendimento da relação entre o trabalho prescrito e o trabalho real, e sobretudo na constante negociação e distância entre eles, quando revela a verdadeira densidade da atividade, ou seja, mostrando que a atividade jamais é o puro encadeamento de normas e procedimentos pensados pela organização para o trabalhador.

Tais bases nos apoiam na compreensão da atividade humana, com foco nas “suas ações, seu funcionamento, suas intenções, seus valores e competências, saberes e sentidos que o mesmo atribui ao seu trabalho e as tarefas que lhe são atribuídas” (CUNHA, 2009, p. 228). Objetivando compreender a atividade de trabalho, devemos dar voz aos sujeitos que vivenciam o processo que ocorre naquele ambiente, e não a um modelo de estudo de prescrições e manuais para realização de determinadas tarefas (MORAES; PINTO, 2011).

A pesquisa foi realizada em uma indústria têxtil do interior do Brasil, e teve como participantes principais do estudo, os trabalhadores que realizam movimentos repetitivos. Mas destacamos que, encarregados, fiscais, gerente, técnico do laboratório, técnico em segurança do trabalho, responsáveis pelo departamento de recursos humanos, operadores de outros setores, em momentos diversos foram essenciais para o melhor entendimento das atividades na empresa e construção da pesquisa

A investigação foi dividida em duas partes, uma fase exploratória, que se refere à aproximação do problema de pesquisa com o local, população estudada e processo de produção. E uma fase de aprofundamento que visa emergir com detalhamento nas estratégias individuais de cada trabalhador.

Na fase de exploração foi feito inicialmente o reconhecimento global da indústria, com estudos exploratórios com observações para compreender o processo produtivo. Para complementar as observações e a análise ergonômica, coletamos também os Procedimentos Operacionais (P.O.) adotados pela indústria, estes que são documentos escritos que contêm as operações que cada função deve realizar durante suas atividades.

A função selecionada para a apresentação desse artigo foi a de operador de passador de 2ª passagem. Para essa seleção utilizamos o principal critério de inclusão do projeto, que é a realização do movimento repetitivo (de diferentes tempos de duração).

Com foco na imersão das estratégias de enfrentamento utilizadas pelos trabalhadores realizamos entrevistas individuais semiestruturadas, guiadas a partir de temas geradores e da confrontação com o conteúdo captado nas observações (os porquês realizam as atividades de determinadas maneiras), nesse momento que buscamos identificar o motivo de adotarem cada ação, em cada situação.

Foram abordados temas como tempo de trabalho, rotatividades, formação profissional, idade, sexo, sensação de desconforto no trabalho, autonomia no trabalho, adoecimentos, cooperação entre os trabalhadores, entre outros.

Dentre os operadores de passador, dois aceitaram participar das entrevistas, estes foram: Raquel, 25 anos, quatro anos na função e Túlio, 44 anos e sete anos na função.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Por ser parte de um estudo ainda em processo, os resultados e análises aqui apresentados ainda estão em fase de finalização.

Nesse primeiro momento apresentamos características do campo de estudo e da população em foco, além de dados gerais da fase de aprofundamento (ainda em processo de análise de conteúdo).

Mesmo não tendo os resultados finais do estudo, já é possível visualizar características das atividades realizadas, riscos presentes nas tarefas e algumas estratégias de enfrentamento.

**Quadro 1 – Perfil de algumas atividades realizadas em indústria têxtil do interior do Brasil**

<b>Função</b>	<b>Layout do processo</b>	<b>Características observadas</b>	<b>Partes do corpo que podem ser mais comprometidas</b>
<b>Arriador de filatório</b>	Responsável por arrear, descarregar e carregar os filatórios	Realização de movimento repetitivo; permanecer todo o tempo em pé; carregar peso; postura ergonomicamente inadequada, risco de acidentes, exigência de agilidade, temperatura elevada do ambiente; ruído intenso	Pernas; coluna; ombro; dedos; pescoço; cotovelo; punho

**Fonte: Dados da observação da pesquisa em questão**

As ações repetidas podem se apresentar com duração de ciclos diferentes, ou seja, curtos, médios e longos. Além de movimentos também distintos em certas ocasiões, o que devemos levar em conta principalmente é a totalidade de movimento repetidos feitos durante toda a jornada de trabalho, acarretando em uma soma de cargas sobre o sujeito que ali atuou (BRASIL, 2018).

Os movimentos além de serem repetitivos, devem ser também ágeis, pois é de responsabilidade dos trabalhadores manter o controle e pleno funcionamento das máquinas em que atuam. O não cessar das máquinas é fundamental, seja por falta de material, por falta de arriada ou de algodão. Em meio as tarefas na qual os trabalhadores são submetidos, a atenção constante ao funcionamento, movimentação das máquinas e o que acontece ao seu redor é primordial, tanto para que a atividade ocorra de forma harmônica, quanto para que acidentes sejam evitados.

As causas de acidentes ou adoecimentos ocupacionais podem estar relacionadas a alguns fatores presentes nesse ambiente, dentre eles podemos citar como riscos à saúde, carregar caixas pesadas sem os devidos cuidados, manuseio de grandes materiais, permanecer por toda a jornada de trabalho em pé (nos três setores existem momentos em que não há atividades para serem realizadas, ainda assim, devem permanecer na posição em pé, podendo chegar a três horas seguidas). Em relação as posturas adotadas na hora do trabalho, foram observadas muitas variações, de acordo com funcionários do Recursos Humanos (R.H.) da empresa eles buscam alocar trabalhadores com perfil antropométrico

condizente com a máquina em que vão atuar, como por exemplo na bobinadeira, que é uma máquina baixa, só possuem mulheres trabalhando, relatam que elas se adequam melhor por terem uma estatura menor do que a dos homens. Entretanto foi possível perceber nas três funções, a adoção de posturas inadequadas e esforço excessivo para alcançar materiais e manusear as máquinas.

Além disso existem outras características como temperatura elevada, ruído intenso e excesso de poeira de algodão como fatores que podem ser prejudiciais à saúde dos trabalhadores à longo prazo, acarretando doenças do trato respiratório, problemas de audição, entre outros.

Quando questionados sobre metas quantitativas de produção, disseram não haver, mas citaram a cobrança pela qualidade dos produtos, resultando em receio quanto a possíveis falhas e defeitos no material final.

Observamos que são diversos os riscos presentes nesse ambiente. Mas mesmo com tantos fatores que seriam chave para graves adoecimentos e afastamentos do trabalho, percebemos que muitos ali estão atuando nas atividades há anos, e essa questão que nos inquieta, quais estratégias de enfrentamento estes trabalhadores utilizam para, mesmo exercendo atividades com tantos riscos conseguir permanecer trabalhando?

As estratégias são singulares entre os trabalhadores, mas construídas a partir de um coletivo, que frente aos empecilhos, buscam sempre o “melhor jeito”, são então, posteriormente, apropriadas e renormalizadas pelos indivíduos, a partir de seus saberes constituídos e investidos, seus valores, normas internas e experiências.

Levando em conta todos os riscos que apresentamos acima, estes que foram identificados nas observações e diálogos com os trabalhadores participantes, buscamos então identificar as estratégias individuais e coletivas utilizadas pelos sujeitos, a fim de manter a saúde e o trabalho.

### **3.1 Operador de passador de segunda passagem**

Duas estratégias utilizadas nesse setor se destacam, e possuem relação entre si. Começamos por: conhecimento das estruturas das máquinas e seus funcionamentos, além da dinâmica das atividades no setor.

De acordo com os próprios trabalhadores, esses saberes, que são adquiridos principalmente nas situações diárias na fábrica, contribuem significativamente para uma boa condução das atividades, enfrentando assim suas infidelidades, proporcionando

independência nas ações, dentro da margem permitida pela organização.

Tardif e Raymond (2000) trazem o tempo no trabalho como uma construção de identidade profissional, propiciando aos sujeitos um repertório mais amplo de saberes necessários para a realização das atividades profissionais.

Essa capacidade de criar, renormalizar, fazer de outra forma, fazer *uso de si* tem uma conexão direta com o tempo, fator determinante no processo de construção de saberes no trabalho, é ele que permite aos sujeitos expandir os conhecimentos e suas capacidades de lidar com as adversidades (OLIVEIRA; BRITO, 2011).

Entre as estratégias, observou-se constante utilização da chamada “dobra de lata” ou como dizem, ato de “desigualar as máquinas”, que consiste em passar fitas de algodão de uma lata a outra, de forma que estas não se esgotem ao mesmo tempo, ação essa que resulta na diminuição do ritmo de trabalho, ao passo que, cada lata deve ser substituída em períodos diferentes. Para essa tarefa, cada operador define o momento e modo de realizar.

*Fica mais tranquilo, aí dá pra você trabaiaá mais tranquilo, porque se você vai só emendando, emendando, até pra você arrasta lata, dá um trabaio, porque seis passador, 3,5 acabando as lata, porque é oito lata, oito lata, né? Pra cada passador, imagina as lata pra três passador igual ali, a gente trabaia assim pra dar uma desiguala nele pra facilitar pra trabaiaá (Túlio).*

Raquel chama a atenção em relação a construção das estratégias, quando questionado a ela sobre a utilização desses meios de proteção, ela relata que o trabalho no setor é sim adoecedor, mas que, com o passar do tempo, você adquire competências e aprende a trabalhar com saúde.

Para que ocorra a adequada renormalização, ou seja, adequação das normas prescritas, em relação as normas próprias dos sujeitos, os saberes globais e organizacionais do trabalhador devem se enquadrar no saber específico para cada situação (SCHWARTZ, 2014). Assim ele conseguirá realizar as atividades de forma mais adequada.

*Desigualar, por exemplo, você chega, pega as oito lata, tudo igual, aí acaba tudo igual. A primeira coisa que você tem que fazer quando pega turno é desigualar as latas, tem que trabalhar com a cabeça (Raquel).*



A trabalhadora (Raquel) assim como outros operadores da indústria relata as dificuldades que enfrentou no início de sua carreira na fábrica. Um dos problemas que lhe atingiu foram dores decorrentes do esforço físico necessário para a realização das atividades. Frente a tal problema a trabalhadora optou muitas vezes pela ingestão de medicamentos que amenizassem tais desconfortos, fazendo seu uso durante e /ou depois do trabalho. Ela relata que essa foi a forma que encontrou de se manter no trabalho.

*No começo, eu sentia muita dor nas pernas, no joelho, daquilo de ficar muito subindo e descendo escada, cheguei a sentir dor no ombro também, acho que questão das gaiolas ser alta, mas, como diz, com o passar do tempo a gente vai acostumando (Raquel).*

*Até acostumar, a gente vai tomando remédio, remédio pra dor (Raquel).*

Neves e Nunes (2010) também identificaram em seu estudo a busca por formas de “calar” a dor no trabalho, a fim de preservar o emprego, sua fonte de renda. A automedicação foi a principal estratégia utilizada pelos trabalhadores estudados.

Durante a entrevista Raquel destacou que aprendeu muita coisa com seus colegas de função, observando-os e questionando. A reprodução do que via, lhe proporcionou ganhos em relação a facilitadas na realização de tarefas, redução de gasto de energia, aumento de rendimento.

Já Araújo et al (2016), relata que a atividade real possui diversas distinções quando se comparada a forma de realização de sujeitos experientes e de sujeitos novatos em determinada função. Diz que a experiência proporciona a utilização de atalhos e macetes, construídos a partir de valores, significados e vivências (saber prático), que proporcionam uma visão singular do trabalho e das diferentes formas a se realizar.

Kuenzer, Abreu e Gomes (2007) confirmam tal ideia, de que, o conhecimento prático, caracterizado por transmissão informal (entre trabalhadores, dentro do ambiente laboral), propicia ao trabalhador uma maior autonomia e segurança na realização das atividades, podendo ele assim, utilizar das estratégias mais adequadas para si, estas criadas por ele ou pelo coletivo que ali atua.

## **CONCLUSÃO**

Quando propusemos realizar um estudo em uma indústria, com trabalho ditado por procedimentos operacionais, máquinas ditando ritmos de trabalho e fiscalizações, já esperávamos encontrar trabalhadores “treinados”, que realizassem ações padronizadas. Mas, amparados pela ergonomia e ergologia do trabalho, foi possível perceber que mesmo sob controle, as atividades nunca são iguais entre os sujeitos diferentes, assim como Schwartz e Durrive (2015) trazem, reproduzir prescrições é impossível e invivível, nos demonstrando que dentro do ambiente laboral há sim construções de saberes individuais e coletivos, trocas, aprendizagens e formas de defesas contra os riscos.

O objetivo maior dos trabalhadores, independentemente do setor de atuação é, realizar seu trabalho, mas, manter sua saúde. Para isso encontram meios mais fáceis de assim proceder, sem então, infringir as regras da organização, os *usos de si* são essas formas de se colocar frente as situações, embasados em seus saberes, valores e competências.

As renormalizações são então as opções encontradas pelos trabalhadores, requerendo um debate, muitas vezes difícil aos sujeitos, mas necessário, tendo em vista a manutenção do emprego e do bem-estar.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABIT TÊXTIL E CONFECÇÃO. Monitor: Superintendência de Políticas Industriais e Econômicas. 2019. Disponível em. Acesso em: 01 abril 2020.

ARAÚJO, G. F. S. et al. A percepção dos trabalhadores experientes no processo de tomada de decisão. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, v 11, n. 1, p. 127-143, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/1324>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas Área Técnica de Saúde do Trabalhador. **Lesões por esforços repetitivos (LER) distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT)**. 2018.

CANGUILHEM, G. Meio e normas do homem no trabalho. Tradução de Conceição Vigneron. **Pro-posições**, Campinas, v. 12, n. 2-3 p. 109-121, jul./nov. 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643999>. Acesso em: 24 abril 2019.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CUNHA, D. M. Lições de pedra: das minas de saberes e valores. **Educação Unisinos**, v. 3, n. 3, p. 228 – 235, set./dez. 2009. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/4950>. Acesso em: 18 abril 2019.

DIAS, D. S.; SANTOS, E. H.; ARANHA, A. V. S. Contribuições da ergologia para a análise da atividade de trabalho docente. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 1, p. 211 – 227, 2015. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1202/389>. Acesso em: 23 abril 2019.

DURRIVE, L.; SCHWARTZ, Y. Revisões temáticas: glossário da ergologia. Tradução de Liliana Cunha; Marianne Lacomblez. **Laboreal**, v. 4, n. 1, p. 23 - 28. 2008. Disponível em: [http://laboreal.up.pt/files/articles/2008\\_07/pt/23-28pt.pdf](http://laboreal.up.pt/files/articles/2008_07/pt/23-28pt.pdf). Acesso em: 09 jul. 2017.

FRIEDMANN, G. **Problemas humanos del maquinismo industrial**. Traducción de María Elena Vela. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1956.

GUÉRIN, F. et al. **Comprender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. Tradução de Giliane M. J. Ingrata, Marcos Maffei. 1ª ed. São Paulo: Blucher: Fundação Vanzolini, 2001.

HELOANI, R. **Gestão e Organização no Capitalismo Globalizado: História da Manipulação Psicológica no Mundo do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2003.

JINKINGS, I. **Reestruturação Produtiva e Emprego na Indústria Têxtil Catarinense**. Dissertação (mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 122p. 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82868>. Acesso em: 07 abr. 2021.

MORAES, T. D.; PINTO, F. M. O corpo nas atividades em trânsito: condutores profissionais e mobilização do *corpo-si*. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 14, n. 2, p. 279-294. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v14n2/v14n2a09.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

NEVES, R. F.; NUNES, M. O. Da legitimação a (res)significação: o itinerário terapêutico de trabalhadores com LER/DORT. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 211 – 220. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v15n1/a26v15n1.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.

ODDONE, I.; RE, A.; BRIANTE, G. **Esperienza operaia, coscienza di classe e psicologia del lavoro**. Torino: OTTO editore, 2008.

OLIVEIRA, S. S.; BRITO, J. C. A dimensão gestonária do trabalho e o debate de normas e valores no teleatendimento. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 265-284. 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462011000400013](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000400013). Acesso em: 11 maio 2020.

SANTOS, A. F. E.; PAULA, J. A.; PEREIRA, O. A. V. Percepção de trabalhadores de uma indústria têxtil sobre os riscos de seu ambiente de trabalho. **Revista Enfermagem Integrada**, Ipatinga, v.2, n.1, p. 188 - 199, jul./ago. 2009. Disponível em: [https://www.unilestemg.br/enfermagemintegrada/artigo/v2/Orcione\\_pereira\\_Aline\\_espirito\\_santo\\_e\\_Janine\\_de\\_paula.pdf](https://www.unilestemg.br/enfermagemintegrada/artigo/v2/Orcione_pereira_Aline_espirito_santo_e_Janine_de_paula.pdf). Acesso em: 03 jun. 2017.

SCHWARTZ, Y. Ergonomia, filosofia e exterritorialidade. In: DANIELLOU, F. (Coord.). **A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos**. São Paulo: Edgar Blücher, 2004. p. 141 – 180.

SCHWARTZ, Y. Motivações do conceito de corpo si: corpo si, atividade, experiência. **Letras de hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 259 – 274, jul./set. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/19102>. Acesso em: 23 jul. 2019.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. **Trabalho e Ergologia II**: diálogos sobre a atividade humana. Tradução de Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: Ed. Fabregactum, 2015.

SCHWARTZ, Y ; DURRIVE, L. (Org.).**Trabalho e Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Tradução de Jussara Brito et al. Niterói: EdUFF, 2007.

SCHWARTZ, Y.; ECHTERNACHT, E. H. O trabalho e a abordagem ergológica: “usos dramáticos de si” no contexto de uma central de tele-atendimento ao cliente. **Teoria &Prática**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 9 - 24, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/InfEducTeoriaPratica/article/view/6029>. Acesso em: 17 jun. 2017.

TARDIF, M.; RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 73, p. 209 - 244, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4214.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2021.

TRINDADE, H. Precarização do trabalho na indústria têxtil: sobre vidas esfarrapadas. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 38, p. 169 – 187. 2016. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/27842>. Acesso em: 25 jul. 2018.

**Capítulo 70 - DOI:10.55232/1083002.70**

**DIVERSIDADE CULTURAL, CONSCIÊNCIA E MÚSICA:  
PROGRAMA DE EXTENSÃO PARA FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES .**

**Jussara Simões De Carvalho, Rafael Gobo e Germana Ponce De León  
Ramirez**

**RESUMO:** Embora haja a obrigatoriedade pela lei da inclusão da educação musical e do ensino sobre a cultura indígena no currículo das escolas de educação básica no Brasil (Lei 11.769/2008), a maioria dos professores não possui a formação necessária para desenvolver o tema com atividades adequadas, expressivas e ricas em diversidade. A perpetuação de estereótipos negativos sobre a cultura indígena segue mantendo gerações no negacionismo de sua ancestralidade presente em todos os brasileiros. O objetivo principal aqui é propor um curso de formação continuada para contribuir com a reflexão sobre a valorização e redescobrimto da diversidade cultural indígena brasileira e, por conseguinte, possibilidade de mudança na prática pedagógica de professores dos fundamental I e II. Pois se reconhece como importante instrumentar os docentes sobre o ensino da diversidade cultural atualizada, sem estereótipos negativos e visão etnocêntrica sobre as culturas indígenas.

**Palavras-chave:** Povos Indígenas; Diversidade Étnica; Formação de Professores.

## **Introdução**

A história brasileira parece trazer a existência dos índios de forma secundária e não como parte da realidade cotidiana dos brasileiros. O currículo escolar regular das escolas fundamentais, precisa trazer a veracidade da atualidade indígena provinda do resgate das memórias em diversidades, da transmissão respeitosa, a dignidade e a empatia pela existência legítima dos indígenas, assimilando essa verdade como produto final.

Baronas (2016) cita marcantemente que é necessário não evidenciar “a história indecente do branco português escrita sanguinariamente a partir de 1500 às custas do extermínio de milhares de sujeitos indígenas”. (BARONAS apud in GUERRA; ALMEIDA, 2016, p. 6)

A discriminação continua no mesmo ritmo do descaso com as comunidades indígenas que, não são ouvidas, nem respeitadas e seguem em sua grande maioria desamparadas pelas entidades governamentais que deveriam preservá-las.

Os indígenas brasileiros continuam lutando contra a opressão do colonizador contemporâneo, e, segundo os dados do PPA-2016<sup>1</sup>, a extinção da população indígena foi “algo entendido como contingência histórica, lamentável, mas inevitável”. (PPA, 2016, p.7)

As crianças brasileiras falam em sua grande maioria uma única língua, o português, que é herança da colonização, enquanto as crianças indígenas são no mínimo bilingues, sua língua nativa e o português como forma de sobrevivência. Existem no Brasil cerca de 260 línguas diferentes, com o reconhecimento oficial do *Nheengatu* como segunda língua somente no caso da cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas. Mas já existia registro desde o período colonial, quando Padre Anchieta gramatizou os dialetos que ouvia e a batizou como língua geral, utilizada por comerciantes, funcionários da coroa, movimentando a mistura com os falantes de Tupi e europeus, o *Nheengatu* passava a ser o meio de comunicação mais eficaz entre a população.

O historiador Taunay relata que em São Paulo até o século XVIII, “falava-se guarani nas famílias, espanhol nas ruas e somente português no trato oficial com as autoridades governantes [...] a língua portuguesa se enriquece com grande cópia de palavras e expressões indígenas”. (BUENO, 2013, p. 13-14).

---

<sup>1</sup> Plano Plurianual, escrito pela FUNAI e publicado pelo Ministério da Justiça do Governo Federal.

Alguns exemplos das expressões indígenas usadas na língua portuguesa são: um sujeito banana (uma pessoa sem energia), é um decalque de *mbaé pacoba*, substituída por *pacova*, justamente a palavra que significa banana na língua tupi guarani. Em muitas situações, se perdeu a expressão completa, mas conservou-se o decalque da língua indígena, substituída e adaptada ao português, mas de existência de sentido na língua indígena, o “próprio linguajar do caipira paulista denuncia forte influência guaranítica, não só pela inflexão de voz gutural, mas pelos inúmeros termos persistentes em seu vocabulário: tipóia, tocaia, pururuca, pamonha; e verbos aportuguesados: quorar, capinar, cutucar, etc”. (TIBIRIÇÁ, 1989, p. 11).

Tendo em mente essa presença marcante do guarani na língua portuguesa, podemos seguir buscando mais riquezas de convívio entre essas partes importantes da sociedade brasileira, percebendo que coisas de índio também podem ser coisas de brasileiros.

### **Consciência Cultural e Coisas de índio**

A terra é a essência da natureza para os povos indígenas, um lugar muito mais importante do que um documento de posse. A terra pertence aos indígenas desde sempre, desde muito antes da chegada de conquistadores em busca de riqueza. E justamente essa essência não é compreendida e respeitada pela maioria dos brasileiros, existe um desconhecimento do modo de vida indígena como base para sua existência.

Os povos indígenas têm muito respeito pela terra. Eles a consideram como uma grande mãe, que os alimenta e dá vida, porque é dela que tiram todas as coisas que precisam para sobreviver. Para eles, a terra não é apenas uma propriedade, ela é morada dos mortos e de todos os espíritos. Os povos indígenas são grupos que fazem uso da natureza, assim como nós, mas não o fazem de forma descuidada”. (MUNDURUKU, 2019, p. 51).

O convívio indígena com a terra está sempre em busca da terra sem males, que pode ser entendida como a preservação do solo e cultivo consciente das plantas, permitindo que elas nasçam, cresçam e em seguida o solo descanse enquanto outro solo é preparado para o próximo cultivo. Durante o período do povoamento das fronteiras brasileiras, promovido pelo então presidente Getúlio Vargas, a erva mate era a grande razão de cultivo no estado do Mato Grosso. A marcha para o Oeste com a visão política e econômica, desconsiderou e omitiu totalmente a história verdadeira existente no local. Os guaranis eram desde a época do descobrimento os cultivadores dessa erva, porque são

considerados exímios agricultores em sua essência. Por alguma razão, todas as informações que mantêm a ancestralidade do brasileiro, é mantida longínqua não permitindo o reconhecimento sanguíneo que corre nas veias de todo brasileiro.

Desde o início tanto politicamente quanto socialmente, os indígenas não conseguem manter seus lugares de direitos devido o desrespeito a sua existência e legítima herança.

Faz-se necessário frisar que realmente os espaços não se encontravam vazios, conforme a propaganda da Marcha para Oeste tentava veicular, pois além das empresas extrativas e posseiros, os índios Guarani e Kaiowá habitavam a região de longa data e, portanto, eram os donos da terra, fato este que não foi levado em consideração pelo governo quando este decidiu fazer a reforma agrária nas referidas terras. O desdobramento dessa ação se reflete até os dias de hoje, expressado nos conflitos entre índios e colonos na área onde se situa a Aldeia Panambizinho, no distrito de Panambi, município de Dourados. (OLIVEIRA, 2002, p. 18).

As sociedades indígenas não funcionam na base do capitalismo, de ganhar dinheiro ou de conseguir fama. Isso é coisa de *juruá*, de homem branco, que se apoia em TER ao invés de SER. O convívio pode e deve respeitar essas qualidades num mútuo aprendizado. Segundo Munduruku (2019), as pessoas ficam confusas quando o indígena não compra no supermercado o que precisa, não tem um monte de coisas guardadas e não age como se fossem donos de tudo. “ O Brasil em sua história passada cometeu muitos atos bárbaros contra esses povos, desvalorizando a beleza de sua ancestralidade”. (MUNDURUKU, 2019, p. 8).

Tem-se muitas etnias, munduruku, guarani, kaiowá, krenak, e ao chamar seus membros pela etnia valoriza-se o global indígena e não o depreciamos por ser índio. Esse tratamento levaria a uma compreensão mais adequada sobre a diversidade étnica e linguística dos brasileiros, valorizando as culturas originais e as suas subsequentes linhagens na linha histórica do país. Não existe complicação nesse fato: são etnias diferentes porque nasceram em lugares diferentes o que é totalmente plausível num país continental como o Brasil, com direito de hábitos particulares como em qualquer outra cultura.

Cada membro de uma sociedade indígena realiza um tipo de trabalho. Há trabalhos só para homens e trabalhos só para mulheres, e essa divisão não pode ser desrespeitada. O homem cuida da segurança da aldeia, das decisões políticas, da educação dos filhos maiores, das atividades de caça e pesca, do preparo das



roças e da fabricação de objetos. As mulheres preparam alguns alimentos, cuidam da educação dos filhos menores, dão especial atenção as filhas que estão se tornando moças e também confeccionam alguns objetos. O tempo dedicado a cada atividade varia bastante. Às vezes uma caçada coletiva pode durar dias, e os caçadores quando voltam, trazem carne suficiente para vários dias. Então o que eles fazem quando não estão trabalhando? Brincam com os filhos, conversam com os amigos, contam a história de sua caçada, confeccionam enfeites ou objetos, dançam, cantam, enfim, divertem-se.(MUNDURUKU, 2019, p. 53).

Nas sociedades indígenas, a forma de convivência é a cooperação e a divisão com todos, não existe acúmulo para um e pobreza para o outro. As refeições são comunitárias, as transações entre as famílias também ocorrem sem prejuízos para os demais. Mas a realidade de pobreza e privação de alimentos na atualidade é causada principalmente pela redução e invasão de seus territórios que se tornam insuficientes para caça, pesca, cultivo sustentável e até mesmo pelas grandes secas provocadas pelo próprio homem. Sem a existência da sua dieta essencial algumas comunidades vivem na mais absoluta miséria. “O valor da tradição do povo chamado índio está no fato de mostrar à atual sociedade que uma cultura ancestral destes lados da América teceu sistemas de vida e relações fundados na perspectiva de desenvolvimento e progresso de corações valorosos”. (JECUPÉ, 2020, p.100).

O desafio de reequilibrar a natureza, de sobreviver de forma sustentável na atualidade, de manter a convivência em grupo e na tribo, são apenas alguns dos problemas que envolvem os indígenas e suas etnias, eles evoluem mais rapidamente e mantêm sua alteridade devido as estratégias próprias, o mínimo que pedem é o respeito as suas terras ancestrais.

### **Formação do professor**

Quando a formação do professor é colocada de forma fragilizada quanto ao ensino da diversidade cultural, refere-se a dificuldade até mesmo de dar significado a palavra “índio”, que é generalizada e não retrata as etnias e acaba por introduzir mais equívocos e perspectivas negativas.

Por ser generalizante, o termo “índio” usado para designar todo habitante das Américas antes da chegada dos europeus, não dá conta de abranger sua complexidade e diversidade, mesmo que existam algumas semelhanças em seus modos de viver. O termo é insuficiente para demonstrar as enormes diferenças que existem entre os povos indígenas, com identidades próprias e distintas

crenças e tecnologias, além de formas únicas de viver e representar a vida. Por isso, pode-se verificar em alguns estudos o emprego dos termos ‘sociedade’ ou ‘povo’ para designar coletividade indígena. (SILVA; COSTA, 2018, p. 111).

Em um plano que abarque a complexidade da diversidade cultural, é necessário mencionar que o papel da escola e dos professores “é o de ensinar-educando, uma vez que postulamos que sem conhecimentos básicos para a interpretação do mundo não há verdadeira condição de formação de valores e de exercícios de cidadania”. (GATTI, 2010, p. 1360).

Não é relegado somente ao professor que oportunize novos caminhos para a complexa ação da diversidade cultural, mas é muito importante que ele adentre as questões complexas estando “capacitado para construir soluções em sua ação, mobilizando seus recursos cognitivos e afetivos”. (GATTI, 2010, p. 1360).

A elevação do nível de conhecimento para aplicação e construção de estratégias competentes e efetivas contribui para a suspensão da negatividade imposta aos indígenas pelo simples fato de não se entender e respeitar sua cultura. Desde os primeiros contatos com os povos indígenas marca-se suas diferentes formas de viver como selvageria e barbáries, pelo fato de um imaginário criado pelos colonizadores e mantidos arraigados nas estruturas de ensino até os dias de hoje,

[...] as cartas jesuíticas também colaboraram para a construção desse imaginário, pois, ao relatarem as vicissitudes dos trabalhos de colonização e catequese, reforçaram as ideias de selvageria e barbárie. [...] A representação do índio na iconografia europeia firmou-se, então, classificando-o ora como “bárbaro”, ora como “selvagem” e /ou “antropófago”. Vistos com tais características, os índios tornaram-se indignos de gerenciar suas próprias vidas, criando-se a necessidade de uma tutela física e espiritual. (SILVA; COSTA, 2018, p. 213).

Nessas circunstâncias, os povos indígenas passam séculos lutando em sobrevivência e rotas de fuga mantendo sua alteridade preservada utilizando-se de mecanismos próprios, “ a cultura do índio evoluiu baseado na tecnologia da floresta, da comunhão com os muitos reinos ligados à natureza, com línguas e costumes próprios e diferenciados de tudo o que os colonizadores conheciam”. (JECUPÉ, 2020, p. 22). Exatamente por serem diferentes, foram julgados e condenados como incapazes, mas será que um grupo de incapacitados manteriam-se unidos e lutando se fossem desorganizados socialmente? A arrogância europeia de atracar seus barcos nas costas brasileiras e

derramar seu suposto, único conhecimento válido, causa resquícios na mente dos brasileiros que persistem em menosprezar a origem verdadeira do seu sangue, a indígena.

A escola está presente desde a infância nas crianças brasileiras, por essa razão é que a sua contribuição para a sociedade indígena vem sendo cristalizada com estereótipos negativos, com modelos distantes dos índios, preservando uma série de características deturpadas que chegarão ao adulto, como folclore ou mitos de seres ultrapassados ou que nunca saíram do ano de 1500.

Um dos principais difusores da persistência do senso comum a respeito dos índios é a Educação básica, pois muitos livros didáticos, adotados atualmente nas escolas, insistem em retratar as populações indígenas no Brasil de forma folclórica e sobretudo como pertencentes, exclusivamente, ao passado. Se considerarmos que uma parcela significativa dos que frequentam a escolarização básica não tem acesso aos resultados das pesquisas acadêmicas, veremos que o que se aprende ali pode se cristalizar e se reproduzir no interior das famílias e relações sociais”. (SILVA; COSTA, 2018, p. 245).

Mesmo com a importância da Lei 11.645/2008, o caminho histórico do Brasil, mantém os índios numa espécie de passado longínquo e não progride para a consciência da realidade que permita relações estáveis e saudáveis entre as sociedades, a branca e a indígena. O respeito à riqueza da diversidade cultural poderá ressignificar a educação para a cidadania presente na democracia, a preservação dos indígenas e suas culturas não é importante somente para as comunidades indígenas, ela é importante para embasar a existência do povo brasileiro. E uma ação fundamental é, instrumentar o professor e suas escolas com a versão justa e significativa da história indígena brasileira.

### **Música como instrumento facilitador de Ensino sobre a Diversidade Étnica.**

A música socializa e sensibiliza o indivíduo, auxilia na coordenação motora, na parte fonológica, colabora no processo de aquisição de linguagem. Ela não irá substituir o conteúdo da educação, mas tem função formar o ser humano em sua totalidade. “Não há inteligência que não tenha passado primeiro pelos sentidos”. (DUCOURNEAU, 1984, p. 10).

Uma proposta educacional que utilize novas formas de expressão e comunicação sugere uma participação criativa perante a ação cultural provinda da escuta acurada da música, e nesse caso do artigo, música indígena. A prática da escuta é muito importante e tem referência na percepção musical. Segundo Mello (2006), a busca dos aspectos

físicos do som e da audição tem a referência do ouvido ocidental, e, portanto, a autora retrata que nas últimas décadas a compreensão desse ouvido de percepção musical é muito mais cultural que biológica.

[...] a musicalidade não é unicamente uma questão de talento musical, bem como a percepção musical não constitui apenas descrições de como fazemos representações mentais de estruturas sonoras: musicalidade é o espaço aberto na cultura para a música, e Percepção musical é uma capacidade que se constitui através dos significados das formas simbólicas de uma cultura. (MELLO, 2006, p. 225-226).

Percebe-se a importância no entendimento da percepção musical e da inclusão da musicalidade para a cultura, e não somente posições exclusivas de músicos. Não desmerecendo o virtuosismo de grandes intérpretes, mas é preciso instituir uma visão ampliada da percepção musical de modo que inclua a cultura como um todo.

Compreende-se a importância de se dispor abertos para “uma reflexão consistente sobre questões envolvidas no cotidiano da Educação Musical, através de pesquisas, discussões, e outros meios é tarefa de todo educador e, dessa forma, colaboramos para ações futuras”. (OTUTUMI, 2008, p. 27).

A educação musical que permite ao aprendiz encontrar formas de comunicação ampliada e com alcance diário de novos conhecimentos com vivências culturais, resultará em um processo prazeroso de motivação. Diante disso, Gainza (1988), relata como é significativo aprender com prazer, “Educar-se na música é crescer plenamente e com alegria. Desenvolver sem dar alegria não é suficiente. Dar alegria sem desenvolver tampouco é educar”. (GAINZA, 1988, p. 95).

Delors (2002) diz que a música possibilita nas fases do crescimento, o desenvolvimento dos sentimentos e dos pensamentos. O desenvolvimento infantil abarca os aspectos de amadurecimento afetivo e social sem desprezar o cognitivo. O desenvolvimento cognitivo da criança envolve uma sequência de procedimentos para a solução de problemas e juntamente com estruturas conceituais a criança constrói estratégias a partir das preexistentes. Dessa maneira, a: “Educação deve, pois, procurar tornar o indivíduo o mais consciente de suas raízes, a fim de dispor de referências que lhe permitam situar-se no mundo, e deve ensinar-lhe o respeito pelas outras culturas”. (DELORS, 2002, p. 47).

Para seguir o caminho de educação cultural na diversidade através da música, o Quadro 1, trará uma sequência de propostas a serem desenvolvidas com os professores.

<b>QUADRO 1</b>	
SEMANA 1	VENTILANDO DIVERSIDADES/ MAPA MENTAL
SEMANA 2	LIVRO COISAS DE ÍNDIO
SEMANA 3	A ESSÊNCIA DA NATUREZA/ FALAS DA TERRA
SEMANA 4	A LÍNGUA ORIGINAL
SEMANA 5	MUSICALIDADE INSTINTIVA

**Fonte: elaborado pelos autores (2021).**

Existe diferença entre ouvir e escutar, o ouvir está relacionado com a “dimensão sensorial da percepção”, a captação física do som. Escutar, por outro lado, é dar significado ao que se ouve”. (GRANJA, 2006, p. 65).

Escutar, estaria mais próximo da dimensão interpretativa da percepção. Por esse motivo a música é, para as pessoas, além de um objeto concreto, sonoro e específico. É também um objeto que simboliza, representa e evoca. Para mudar algo dentro de si o ser humano precisa primeiro ter consciência de seus esquemas de atuação e depois sentir a necessidade de mudança, o mecanismo humano reage a todo instante com reajustes contínuos, um mecanismo vivo e sensível às informações que lhe são oferecidas.

A linguagem musical é rica em perguntas e respostas, em ações e reações intermediadas de formas diversas, em ritmos que se contrapõem ao pulso e que também se harmonizam com ele. As formas musicais de atuação são praticamente infinitas em sua aplicação, porque é um campo de expressão do indivíduo, seja pela estimulação ou pelo envolvimento que proporciona o encontro, música – ser humano. (BRITO, 2011).

A musicalização desenvolve na criança, além do conhecimento musical, a concentração, a coordenação motora, a socialização, a acuidade auditiva, o respeito a si próprio e ao grupo, o raciocínio, a afetividade e inúmeros outros atributos que colaboram na sua formação. Música é forma de expressão, é desenvolvimento estético, manifestação cultural e, portanto, ter acesso a esse conhecimento é tão importante quanto ter acesso a qualquer outro.

As crianças gostam muito de brincar e cantarolar canções conhecidas ou improvisadas por elas, manusear objetos sonoros, mas muitas vezes essas atividades não são vistas como momentos de criação pelos adultos. Muitos pais e professores não compreendem que, a partir dessas experiências, nas quais a criança aprende a combinar sons, a improvisar novas melodias e a dar significado a essas atividades, ela cria meios

próprios de expressão, não sendo mais as imitações apenas impostas pela figura do adulto. Habilidade musical que desenvolve comunicação. (KEBACH et *all*, 2018, p. 17).

### **Considerações Finais**

Os conhecimentos indígenas são experiências vividas, não são acúmulos de conhecimentos escritos e guardados, é necessário enxergar a necessidade do outro. A pergunta precisa ser diferente, e não baseada em supremacia, o preceito de que o indígena precisa de escola para ser civilizado, para se expressar é no mínimo, colonizadora; o indígena, o povo original do Brasil, já sabe se comunicar.

Nessa contemporaneidade estamos lidando com fluidez, desconstrução e construção, será que a reflexão sobre esse tema já não pode incluir ações efetivas para construir novos conhecimentos de respeito e valorização da presença indígena no Brasil? A valorização desse patrimônio humano precisa contar com profissionais de todas as áreas, unidas com um só propósito: aceitar a legitimidade da existência indígena como parte cultural importante na sociedade brasileira.

## **REFERÊNCIAS**

BARONAS, R. L. *In* GUERRA, V.M. L; ALMEIDA, W. D. (org) **Povos indígenas em cena: das margens ao centro da história**. OMEP: MS, 2016.

BRITO, T. A. **Koellreutter educador: O humano como objetivo da educação musical**. 2ª ed. São Paulo: Peirópolis, 2011.

BUENO, S. **Vocabulário Tupi- Guarani Português**. 8 ed. São Paulo: Vidalivros, 2013.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Tradução de José Carlos Eufrázio. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DUCORNEAU, G. **Introdução à Musicoterapia**. A comunicação musical: seu papel e métodos em terapia e em reeducação. Trad: Dora Vergely Fraga e Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Manole, 1984.

GAINZA, V. H. **Estudos de Psicopedagogia Musical**. Trad: Beatriz A. Cannabrava. São Paulo: Summus, 1988.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc. Campinas**. v.31, n.113, p. 1355-1379, out-dez. 2010.

GRANJA, C. E. S. C. **Musicalizando a escola: música, conhecimento e educação**. São Paulo: Escrituras, 2006.

JECUPÉ, KAKÁ WERÁ. **A terra dos mil povos**: história indígena do Brasil contada por um índio. 2.ed. São Paulo: Peirópolis, 2020.

MELLO, M. I. C. Aspectos Interculturais da transcrição musical: análise de um canto indígena. **Opus Revista da ANPPOM**, v. 1. Campinas, 2006.

MUNDURUKU, D. **Coisas de índio**: versão infantil. 3 ed. rev.atual. São Paulo: Callis, 2019.

MUNDURUKU, D. **Contos indígenas brasileiros**. 2 ed. São Paulo: Global, 2005.

OLIVEIRA, B. C. O estado novo e a nacionalização das fronteiras: a ocupação estratégica do sul do Mato Grosso. **Fronteiras**: revista de História, Campo Grande, MS, v.6, n.12, p.9-22 jul-dez 2002.

OTUTUMI, C. H. V.; GOLDEMBERG, R. **Percepção Musical**: Situação atual da disciplina nos cursos superiores de Música. Dissertação de mestrado Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Artes: Campinas, 2008.

PPA. **Proteção e Promoção dos direitos dos povos indígenas**. Série Políticas Públicas n.1. PPA 2016-2019. Brasília, 2016.

SILVA, G. J; COSTA, M.R.F.M. **Histórias e culturas indígenas na Educação básica**. Coleção Práticas Docentes. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

TIBIRIÇÁ, L. C. **Dicionário Guarani Português**. São Paulo: Traço Editora, 1989.

**Capítulo 71 - DOI:10.55232/1083002.71**

**CONTRIBUIÇÕES AOS SABERES EM INCLUSÃO  
ESCOLAR DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NOS  
NAPNES**

**Ricardo Allan De Carvalho Rodrigues e Maria Cristina Caminha De  
Castilhos França**

**RESUMO:** Este artigo investigou o que são considerados saberes inclusivos, conhecimentos formais e informais sobre as práticas de inclusão de pessoas da educação especial, aprendidos e compartilhados em contextos formais e não formais de educação, segundo os profissionais que atuam para a inclusão no Instituto Federal de Brasília-IFB. Para a coleta dos dados, optou-se pela observação participante, seguida de entrevista semiestruturada, sob o método da Análise de Conteúdos, conforme a perspectiva de Bardin. Os dados analisados demonstram que a aquisição de saberes inclusivos contempla conhecimentos científicos e informais, advindos do estudo, da prática, da interação com a comunidade escolar e com as redes de apoio à inclusão, entre outros. No entanto, entre suas conclusões, a pesquisa mostra que tais saberes e articulações não promovem isoladamente a efetivação da inclusão, se, ao lado destes, também não sejam incorporadas na formação inicial/continuada, e na disseminação em toda comunidade escolar, da habilidade da atitude empatia. Com a associação destes saberes inclusivos, espera-se que sejam combatidos atos de procrastinação, omissão e negligência, que se constituem, entre outras, em barreiras atitudinais que dificultam a efetivação do processo de inclusão na EPT.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica; Educação Especial; Formação de Professores.



## **INTRODUÇÃO**

O discurso da incompletude de uma formação adequada constitui-se como um dos principais argumentos para a construção de barreiras atitudinais por alguns profissionais de educação, em oposição à promoção de ações inclusivas direcionadas aos estudantes, público da educação especial, matriculados nas escolas regulares, dentre estas, nos Institutos Federais de Educação Científica e Tecnológicas (IFs).

Segundo Azcárraga (2013), alguns professores não se sentem preparados para assumir esta tarefa, já que não contam desde a sua formação inicial com alguns dos saberes científicos ou informais, validados para o trabalho em ambientes educativos inclusivos. Para a autora, como consequência, é evidente a limitação da disposição de alguns desses profissionais para acolher os estudantes com necessidades específicas.

... en la formación aparece naturalizada la concepción de la educación común como la educación de “los comunes” o sea que el hecho de haberse formado para ser maestros de escuela primaria genera en estos una eximición de ocuparse de los “otros niños” y en la misma lógica, se construye una ilusión de que con la presencia de un “especialista” será posible el trabajo de la inclusión (CASAL, 2018, p.150-151.)<sup>1</sup>.

Logo, uma análise crítica contra esse discurso aponta, entre outros argumentos, para o entendimento de que o conhecimento para a inclusão escolar não é constituído somente pela formação científica, mas também a partir das relações dos múltiplos conhecimentos que são adquiridos pelos aspectos sócio-históricos de cada profissional. Além disso, contempla o conhecimento de que o atendimento educacional inclusivo não é algo individual, mas construído a partir da interação com atores internos (profissionais de educação, estudantes, comunidade escolar, etc.) e externos (ONG, setor público, etc.) que atuam na inclusão escolar, entre outros, que conformam a rede de apoio à inclusão, dentre outros.

Kassar (2011) enfatiza que a partir dos anos de 2000, principalmente entre 2003 e 2010, há uma política denominada “educação inclusiva”. Entre outras diretrizes, essa política priorizou a oferta do atendimento educacional especializado (AEE) na

---

<sup>1</sup> Na formação aparece naturalizada a concepção de educação comum como a educação “dos comuns”, ou seja, que o feito de haver-se formado para serem maestros de escola primaria gera em estes uma excusa de se ocupar de “outras crianças” e, na mesma lógica, é construída uma ilusão de que com a presença de um especialista será possível o trabalho de inclusão (tradução livre do autor).

própria escola regular onde os estudantes da educação especial estão matriculados.

Como reflexo da implementação dessa política na EPT, podemos observar por meio do Censo Escolar INEP de 2019 (Brasil, 2019) a existência de 2.109 matrículas de estudantes da educação especial, em 528 unidades da educação básica na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

De modo a prestar o apoio técnico pedagógico a esse novo perfil de alunato nos institutos que compõem a rede federal de educação profissional e tecnológica, esta política de educação, somada às legislações vigentes, estimularam a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação na implementação do programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - TecNep.

Esta ação apoiou a criação do Núcleo de Atendimento às Necessidades Específicas - NAPNE nos institutos federais, local destinado às práticas do Atendimento Educacional Especializado (AEE), tendo, entre outras propostas, o desenvolvimento de intervenções pedagógicas que auxiliassem também a efetivação da inclusão do público da educação especial na rede dos institutos federais.

Por outro lado, a presença desse alunato nos IFs representou um alerta quanto ao fato da necessidade de que os seus profissionais tivessem alguma referência pedagógica destinada ao atendimento inclusivo desse público. Por isso, também chama a atenção os dados do Censo Escolar INEP de 2019 (BRASIL, 2019), que assinalou a existência de 15.126 docentes que atuavam na educação básica na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Destes, apenas 181(1,97%) declararam no Censo que são docentes com curso de formação continuada (com no mínimo 80 horas) voltado à educação especial.

Consequentemente, uma parcela desse professorado terá que obter algum saber em inclusão escolar por outros meios e espaços de formação (ONG, outros espaços de educação, companheiros de trabalho, o próprio aluno atendido, etc.), para o desenvolvimento de suas práticas. Para este grupo de profissionais engajados, podemos dizer que a diversidade das características e das necessidades de cada estudante da educação especial constitui-se em um dos grandes desafios para a sua atuação. Isso porque é praticamente impossível adquirir conhecimentos formais e informais, validados em seu uso, que abarquem as mais diversas características e necessidades demandadas de um público tão diverso como o da educação especial, num único momento. Por exemplo, o grupo que compõe a deficiência visual, a auditiva e o autismo

possui diferentes graus, o que vai exigir diferentes formas de abordagem.

Para isso, é importante também destacar que a construção desses saberes em inclusão escolar dependerá do estabelecimento de uma rede de saberes, interna ou externa, que favoreça o contato e a troca de experiência entre todos os envolvidos nos processos educativos de inclusão. Schaffner (1999) define que uma rede de apoio se sustenta no trabalho de diversos profissionais, educadores e outros especialistas, formando diferentes equipes de apoio, cada uma com uma função. Estas visam ao debate constante para a resolução de problemas na inclusão escolar do estudante frente às suas necessidades escolares demandadas em questão.

Diante de tais questões, não por vezes os profissionais que atuam para a inclusão se perguntam: quais os saberes em inclusão escolar, considerados minimamente essenciais, devem constituir o perfil do agente inclusivo no desempenho das suas práticas? Neste sentido, este artigo procurar refletir sobre alguns dos saberes em inclusão escolar, destacados como minimamente necessários, para fundamentar a atuação dos profissionais inclusivos que atuam no NAPNE do IFB, Campus Brasília.

Na concepção aqui defendida, compreende-se que tais saberes devem abranger tanto os saberes elaborados pela pesquisa científica quanto valorizar e difundir os considerados saberes informais, conhecimentos que são validados no seu uso, oriundos de espaços formais e não formais de educação. Ao discutir esse encontro de saberes em inclusão escolar, espera-se compreender a relação de complementaridade e coesão entre o conhecimento advindo do estudo científico com o da vivência profissional e da visão de mundo desses profissionais, visando compartilhar essas experiências, como um dos norteadores para futuras formações internas das equipes que atuam nos NAPNE e dos demais profissionais inclusivos dos IFs.

## **MÉTODOS**

O Campus Brasília do IFB foi escolhido em razão de ser o maior entre os *campi* deste instituto e também devido ao privilégio da sua localização e acesso pelos estudantes com deficiência. A principal demanda atendida nas práticas de AEE do núcleo era oriunda do grupo de estudantes com deficiência auditiva (14), embora houvesse outros grupos de pessoas com deficiência atendidos: cegos (2), autismo (3), deficiência intelectual (2), entre outros, além de estudantes (9) com altas habilidades e superdotação.

Este estudo contou com a participação dos seguintes seguimentos de profissionais que atuam para a inclusão no IFB: a) uma coordenadora geral do NAPNE; b) dois professores de sala inclusiva; c) dois intérpretes de LIBRAS; d) dois estagiários/monitores; e) dois estudantes cegos atendidos pelo núcleo, que atuam também como consultores das ações do NAPNE na área de deficiência visual.

A pesquisa orientou-se pela metodologia de estudo de caso, de caráter qualitativo, exploratório, sob diferentes formas: a revisão bibliográfica, a observação participante, a entrevista semiestruturada e aplicação de questionário. Para a coleta dos dados, optou-se inicialmente pela observação participante, seguida de entrevista semiestruturada para, posteriormente, aplicar o questionário, composto de questões abertas e fechadas. Esse material foi transcrito e decodificado por meio das categorias de análise subtraídas da teoria que fundamenta esse estudo e de categorias êmicas, expressas pelos participantes dessa pesquisa.

A fim de melhor identificação das respostas dos participantes, os mesmos foram descritos da seguinte forma:

**Quadro 01– Caracterização dos participantes entrevistados**

➤	Coordenadora do NAPNE (doutora em geografia)
➤	Interlocutor 01 - Professor que atua em salas inclusivas (bacharel em comunicação e contabilidade)
➤	Interlocutor 02 - Professora que atua em salas inclusivas (bacharel em contabilidade)
➤	Interlocutor 01 - Intérprete de LIBRAS (técnica em LIBRAS)
➤	Interlocutor 02 - Intérprete de LIBRAS (pedagoga)
➤	Interlocutor 01 - Monitor (estagiário de curso de graduação)
➤	Interlocutor 01 - Estudante Cego, atendido e monitor no NAPNE (cursos de pós-graduação em gestão pública).
➤	Interlocutor 02 - Estudante Cega, atendida e monitora no NAPNE (cursos de pós-graduação em gestão pública).

**Fonte: autor da pesquisa.**

O instrumento de pesquisa estruturado, aplicado aos profissionais do NAPNE, foi organizado em três enfoques: 1) caracterizar o perfil inicial dos profissionais que atuam no NAPNE; 2) verificar as redes de apoio existentes no IFB para a oferta de formação continuada; 3) identificar as barreiras enfrentadas para a efetivação da inclusão e reflexão sobre os saberes inclusivos necessários para as práticas pedagógicas do AEE no

NAPNE do IFB.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Quanto à formação inicial e continuada, o estudo averigou as características dos profissionais que atuam no NAPNE. Ao serem questionados se houve alguma exigência de conhecimento sobre a educação inclusiva para exercício no NAPNE, com a exceção do corpo técnico de LIBRAS, todos foram unânimes em dizer que não houve nenhuma exigência de formação na área da educação especial, inclusive para coordenação do núcleo. Tal fato pode ser verificado na própria normativa do núcleo do IFB.

**Art. 5º** – O NAPNE será composto por no mínimo três (03) servidores do IFB, dentre eles, um coordenador (a), um (a) secretário (a) e por uma equipe multidisciplinar **voluntária**, com representação de todos os segmentos do *Campus*, subordinado diretamente à Diretoria de Ensino, Pesquisa e de Extensão (Brasil, 2013), (Grifo nosso).

Tal perfil para atuação do NAPNE contrasta com o estabelecido pelas diretrizes do MEC para o AEE na Educação Básica. O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio a Pessoas com Deficiência (DPEE/SEMESP), traçou, entre outras diretrizes, o perfil mínimo do professor que deve atuar no Atendimento Educacional Especializado, por meio da Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009).

Como reflete Moura (2007), a consolidação do futuro da expansão da implementação de uma educação politécnica ou tecnológica de caráter universal está intimamente ligada à necessidade de que sejam constituídos os quadros de profissionais e que esses sejam adequadamente formados. Se isso não ocorrer, segundo o autor, serão reproduzidos os erros do passado. A paráfrase dessa frase aplica-se genuinamente à educação de pessoas do público da educação especial, se acrescentamos à expressão “educação politécnica de caráter universal” a palavra “inclusiva”.

Sobre as redes de apoio à formação continuada, a pesquisa identificou que o trabalho de identificação e captação do estudante público da educação especial no IF acontece por meio do registro da matrícula ou pelo encaminhamento do professor de sala de aula inclusiva, que recorre ao NAPNE, para que este promova uma avaliação do estudante. Neste cenário, destaca-se a rede de apoio ao IFB, por meio da parceria com a Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFE).

**Interlocutor 01 - Coordenadora do NAPNE.** “Os professores são orientados através do laudo, encaminhado pelo CETEFE, que faz um trabalho multidisciplinar. Esse laudo é mais completo, pois eles têm profissionais na área de educação, saúde. Esse laudo tem várias recomendações para os docentes. Esse é um convênio que o IFB fez com esse centro. E lá que faz esse laudo, pois aqui não temos essa equipe. Embora a gente faça um diagnóstico aqui, uma outra maneira é a gente esperar a chegada do laudo do CETEFE, que é mais completo em termos de recomendação metodológica, de acessibilidade metodológica para o docente. Depois a gente encaminha por e-mail para o coordenador pedagógico, com cópia para os professores ou a gente sensibiliza, através das reuniões de colegial, a gente sensibiliza cada caso. Obviamente, a gente vai tratar em colegiados mais complexos, como os conselhos de classe”.

Neste sentido, o laudo emitido pela instituição parceria constitui-se numa importante possível ferramenta de conhecimento, discussão e futuros treinamentos da equipe do NAPNE e de todos os atores envolvidos no processo de inclusão (professores de sala, monitores, etc.), como, a partir do relato, parece ser realizado no IFB. O contato reiterado com estas informações, as reflexões das práticas realizadas a partir delas, pouco a pouco, são incorporadas aos saberes em inclusão escolar dos atores que as vivenciam e de certa forma contribuem para autonomia desses profissionais para realizar novas ações, bem como repassar os conhecimentos inclusivos aprendidos em contextos iguais ou semelhantes ao que já foram utilizados.

Ademais, ficou evidente na pesquisa que, por causa dessa lacuna da formação dos professores em salas inclusivas, sem a devida participação do NAPNE para isso, professores com o perfil atitudinal responderam também que outra fonte de saber inclusivo para o desenvolvimento das suas práticas é realizada por meio de cursos e literatura especializada, de forma autônoma.

**Interlocutor 01 - Professor que atua em salas inclusivas.** “Atualmente, essa fonte de saber tem sido mais textos, livros, artigos acadêmicos. Acho mais por conta da especialização. A minha fonte foi um curso formal, uma especialização. Acho que isso é o principal para mim. Fiquei até na dúvida, mas pensei... gente... eu estou implementando um projeto dentro do NAPNE, eu já tenho que aprender mesmo, tenho que aprender para orientar os estudantes que estão dentro desse projeto. Não dá para ficar assim, tem que dizer vamos lá, vamos tentar. Como foi oferecido um curso a distância pelo IF, eu resolvi lá tentar”.

Sendo assim, a primeira rede de apoio que deveria existir é aquela dentro do próprio IFB, tendo como protagonista os seus profissionais e gestores. Estes deveriam

ser os principais articuladores institucionais, não apenas restrito à capacitação da sua equipe e atendimento ao aluno incluso, mas de capacitação e acompanhamento também no auxílio na elaboração das atividades pedagógicas específicas dos professores de sala inclusiva e demais setores institucionais. A constituição dessa rede articulada é um desafio que, apesar dos esforços dos profissionais que atuam no Campus Brasília, ainda necessita avançar e consolidar nas suas estruturas e ações.

Em referência aos **saberes em inclusão escolar**, a pesquisa investigou, entre outras questões, sobre o que os profissionais que atuam no NAPNE julgam entender como saberes de inclusão escolar minimamente necessários para atuação nas práticas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), visando à inclusão de pessoas público da educação especial no Instituto Federal de Brasília. Embora os participantes da pesquisa tenham destacados pontualmente alguns saberes científicos, como conhecimento de legislações sobre inclusão, características das deficiências, como saberes de inclusão escolar, unanimemente, todos os entrevistados deram, durante a entrevista, ênfase a estas duas competências: a atitude e a empatia.

**Interlocutor 01 - Professor que atua em salas inclusivas:** “No meu entendimento os saberes inclusivos são de uma perspectiva atitudinal e numa perspectiva de conteúdo, de entender as suas fases e características do desenvolvimento do aluno. Os saberes que aprendi nos cursos que fiz só pontuam os saberes atitudinais que eu procuro ter o tempo todo”.

Buscando entender a atitude como um saber na prática inclusiva, seguimos o pensamento de Azcárraga (2013, pág.52),

*un elemento que emerge con relevancia es la actitud del profesorado hacia la inclusión educativa, pues esta puede facilitar la implementación o puede constituirse en una barrera para el aprendizaje y la participación del alumnado<sup>2</sup>.*

Para maior compreensão, o passo subsequente é esclarecer o conjunto de características que compõe a competência atitudinal:

*Las competencias actitudinales (saber ser / saber actuar) son características que poseen determinadas personas que hacen que su comportamiento y desempeño sea especialmente satisfactorio en el*

---

<sup>2</sup> “Um elemento que emerge com relevância é a atitude do professorado para a inclusão educativa, pois esta pode facilitar a implementação ou pode se constituir numa barreira para a aprendizagem e a participação do alunado” (Tradução livre do autor).

*entorno familiar, social, laboral, educativo, profesional y demás. Según Le Boterf (2001) el ser profesional conlleva saber actuar y reaccionar con pertinencia, saber combinar los recursos y movilizarlos en un contexto, saber transferir, saber aprender, así como saber comprometerse<sup>3</sup> (RIVADENEIRA, 2013, pág.57).*

No entanto, complementar a essa ideia, enfatiza-se que ser possuidor de saberes sobre inclusão escolar, como a competência atitudinal, por si, não são suficientes para promover a inclusão em todos os espaços da escola inclusiva, em especial, no desenvolvimento das práticas de Atendimento Educacional Especializado no NAPNE, se os seus profissionais não possuem a competência de se aproximar e criar um vínculo com o estudante, principalmente o da educação especial, transmitindo-lhe a sensação de afetividade, confiabilidade, dentre outros aspectos da empatia.

*Se trata de una importante habilidad que nos permite saber cómo se sienten las otras personas o qué están pensando, comprender las intenciones de los otros, predecir sus comportamientos, y entender sus emociones. En el campo de la educación es necesario comprender las necesidades del alumno para poder ofrecer una atención de calidad<sup>4</sup> (GIORDANI apud SEGARRA, 2016, p. 175).*

Segundo Brolezzi (2014), o tema da empatia na relação professor/aluno foi proposto na década de 70 do século passado, principalmente pela corrente originada do trabalho do psicólogo Carl Rogers (1902-1987). A sua abordagem se reduzia, de certa forma, à questão do conhecimento do professor, dando ênfase à empatia do professor diante do aluno. Saber lidar e saber estar com o aluno parecia ser os principais saberes necessários ao professor.

Vários artigos científicos consultados pela pesquisa sugerem que a empatia é um desdobramento de um comportamento atitudinal. Assim, este estudo passa agora a se referir à competência de identificação de como as barreiras afligem o outro (empatia) e ter a proatividade (atitude) na resolução dos obstáculos em que esse outro se depara pelo termo “atitude empática”. Isso por entender que o termo **atitude empática** reforça tanto o conceito de proatividade quanto o de identificação.

---

<sup>3</sup> As competências atitudinais (saber ser/saber atuar) são características que possuem determinadas pessoas que fazem que o seu comportamento e desempenho sejam especialmente satisfatórios no entorno familiar, social, laboral, educativo, profissional e outros (Tradução livre do autor).

<sup>4</sup> Trata-se de uma importante habilidade que nos permite saber como se sentem as outras pessoas ou o que estão pensando, compreender as intenções dos demais, prever os seus comportamentos e entender as suas emoções. No campo da educação é necessário compreender as necessidades do aluno para poder lhe oferecer uma atenção de qualidade” (Tradução do autor).



*...tenemos una actitud empática, que significa ponerse en el punto de vista del otro. Según Rogers (1994:289) “Si puedo atender lo que él me dice, comprender como lo siente, apreciar el significado y sentir el matiz emocional que tiene para él, entonces estaré liberando poderosas fuerzas de cambio en la persona”<sup>5</sup> (GONZÁLEZ, 2010, pág.08), (Grifo nosso).*

Assim, reflete-se que a competência da atitude empática possibilita que o educador vá além de simples conceitos e práxis mecanicistas de atendimento e dever de papel cumprido. Ela auxilia a ouvir mais, de procurar entender mais, de tentar entender aquele lugar, daquele sujeito em todo o seu processo de desenvolvimento intelectual, emocional, que às vezes encontra algumas barreiras por causa da deficiência. Por outro lado, ao incorporar tal competência, permite-se ao profissional inclusivo colocar-se no lugar do outro e, desde esta perspectiva, auxiliar na compreensão das barreiras enfrentadas e das suas possíveis soluções de maneira mais efetiva.

**Interlocutor 01 - Professor que atua em salas inclusivas:** “Eu sei que tem toda uma ciência de autores que falam sobre inclusão, mas, para mim, está muito relacionada aos valores, ter respeito. Eu vou respeitar a pessoa, independente de que a sociedade diga que ela tem limitação ou não, eu vou respeitá-la como pessoa. São coisas que trago comigo no caráter, na formação familiar. Então, se eu tenho para mim o respeito, o valor da pessoa humana, qualquer situação que veja a pessoa está passando por situações discriminatórias, eu vou intervir nisso. Então para mim inclusão é muito do que eu sou, do que você é”.

Mas por que os entrevistados deram prioridade para a competência da atitude empática em lugar de destacarem saberes técnico-científicos da inclusão? A resposta pode ser inferida a partir dos relatos dos mesmos participantes, quando lhes foi indagado sobre quais as barreiras identificadas por eles no IFB, para que a inclusão se efetive como prática de todos os profissionais envolvidos com os alunos da educação especial.

**Interlocutor 02 - Intérprete de LIBRAS (pedagoga):** “A principal barreira mesmo que eu acho é a atitude: eu não conheço, não sei como lidar, tenho medo de como eu vou fazer, nem sei como adaptar o material para aluno cego, nem sei falar LIBRAS. A instituição é centrada muito em cima de carga horária de aula, e não temos muito espaço na nossa carga horária destinada à formação continuada. Esses cursos não aparecem muito. E escuto de muitos professores falas (tais, como: “esse problema não é meu”), e joga a sua responsabilidade para

---

<sup>5</sup> “... temos uma atitude empática, que significa colocar-se em lugar do outro. Segundo Rogers (1994:289), “Se posso atender o que ele me diz, compreender como aquilo que sente apreciar o significado e sentir a matriz emocional que tem para ele, então liberarei poderosas forças de mudanças na pessoa” (Tradução livre do autor).

cima do NAPNE. Os professores entregam a responsabilidade para a monitoria. Já escutei de muitos colegas dizerem: “eles não conseguirão desempenhar as competências que o mercado pede, então por que motivo vou ensinar para eles?”.

O relato descrito enfatiza que, embora existam leis que estabeleçam e garantam a promoção da inclusão nos sistemas educativos às pessoas que formam o público da educação especial, por meio de programas institucionais públicos para a acessibilidade física/pedagógica e a formação de professores, a principal barreira encontrada por esse público é constituída pela **barreira atitudinal**.

Segundo Ribiero (2017), existem resistências à inclusão, tanto no âmbito escolar, profissional, familiar, como em outros setores da sociedade. Conforme explica a autora, as principais resistências têm origem no preconceito, na falta de informação e na intolerância a modelos educacionais mais flexíveis, ou seja, nas barreiras de atitude geradas, nutridas e difundidas no meio social.

As barreiras atitudinais são construções históricas preconcebidas, estereotipadas e generalizadas, que ora subestimam, ora superestimam a capacidade da pessoa com deficiência, traduzindo-se na forma de discriminação, intencional ou não [...] tanto podem surgir na linguagem, quanto nas ações e/ou omissões da sociedade diante da pessoa com deficiência (LIMA; TAVARES, 2012, pág.124).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O eixo norteador desta investigação foi refletir sobre quais seriam os saberes em inclusão escolar mais destacados para a atuação dos profissionais que exercem as atividades de atendimento educacional especializado nos Núcleos de Atendimento às Necessidades Específicas-NAPNEs, voltados à inclusão do público da educação especial na EPT.

Desse contexto, destaca-se uma das ideias às quais essa pesquisa se apoiou: os saberes em inclusão escolar de muitos profissionais que atuam no AEE advêm tanto de contextos formais (leitura, cursos, seminários, etc.) quanto de contextos informais (interação monitor/monitor, monitor/estudante, professor/estudante, professor/comunidade, etc.) de educação. Por isso, os conhecimentos dos profissionais que atuam para a inclusão pertencem a um processo contínuo de aprendizagem, aplicação, reflexão e renovação. O agente desse processo é a rede de apoio, formada pela

própria comunidade escolar do IF (alunos incluídos, monitores, professores, etc.) e os agentes externos (ONG, outros NAPNEs, agentes da saúde, assistência social, etc.).

Assim, por essa razão, a realização cada vez maior de cursos e momentos de trocas e divulgação de experiências inclusivas nos IFs, em espaços formais e não formais de educação, é uma ferramenta importante, pois, a difusão de saberes aprendidos e validados em seu uso na própria instituição, constitui-se num fator multiplicador desses próprios saberes aprendidos, beneficiando assim o trabalho inclusivo - e todos passam a ser agentes da inclusão, não apenas os profissionais do NAPNE.

Como observado, destacam-se, como principais saberes necessários para atuação inclusiva, as competências da atitude e empatia, neste artigo entendido como **atitude empática**, destacada antes mesmo do que os conhecimentos científicos ou informais, validados, para a promoção da inclusão escolar de estudantes da educação especial. Ressalta-se, entretanto, que apenas ter tal competência por si só não garante a inclusão escolar, podendo acarretar em erros nesse processo, se não houver nestas ações alguma base de conhecimento, saberes em inclusão escolar, teóricos ou não, validados no seu uso, advindos de contextos formais ou informais de educação.

No entanto, considera-se que a competência da atitude empática talvez se constitua na força motriz que leve à busca, o estudo e a aprendizagem dos saberes científicos e informais, advindos da vivência de todos os atores envolvidos no contexto da inclusão (pessoas do público da inclusão, família, professores, profissionais de inclusão, etc.). Afinal, pelos relatos aqui analisados, alguns profissionais que atuam para a inclusão se omitem da tarefa de pesquisar ou mesmo perguntar, seja para colegas, seja para os profissionais do NAPNE, seja para o próprio aluno incluído, sobre como ele poderia desenvolver estratégias que atendessem as necessidades específicas requeridas para a inclusão de um determinado estudante.

Desse modo, espera-se que este estudo possa contribuir na reflexão e discussão sobre a necessidade de inserção das temáticas da competência da atitude empática como um dos eixos considerados como saberes em inclusão escolar, ao lado do conhecimento científico e dos advindos de contextos informais (mas validados no seu uso), no desenvolvimento da formação inicial e continuada dos profissionais que atuam em favor da inclusão.

## REFERÊNCIAS

AZCÁRRAGA, Granata Maribel et al. Actitud de los profesores hacia la inclusión educativa. Rev. Papeles de Trabajo N° 25, jul., 2013, Rosario– Argentina. Centro de Estudios Interdisciplinarios en Etnolingüística y Antropología Socio-Cultural, Universidad Nacional de Rosario. Disponível em: <<http://rephip.unr.edu.ar/xmlui/handle/2133/3301>>. Acesso em nov-2019.

BRASIL. Resolução n° 4, de 2 de outubro de 2009, que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dm/documents/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dm/documents/rceb004_09.pdf)>. Acesso em jun. 2019.

BRASIL. Instituto Federal de Brasília-IFB. Resolução n° 24-213/CS-IFB: regulamenta o funcionamento e as atribuições do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas-NAPNE do IFB, 2013. Disponível em :<<https://www.ifb.edu.br/despesas/92-institucional/resolucoes/4298-resolucoes-2013>>. Acesso em jun. 2019

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos. Sinopses Estatísticas da Educação Básica, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em jun. 2019

BROLEZZI, Antonio Carlos. Empatia na relação aluno/professor/conhecimento. Encontro: Revista de Psicologia. Vol. 17, N°. 27, 2014. Disponível em: <[www.ime.usp.br/~brolezzi/publicacoes/empatia.pdf](http://www.ime.usp.br/~brolezzi/publicacoes/empatia.pdf)>. Acesso em jun. 2019.

CASAL, Vanessa. La educación inclusiva: políticas, discursos, saberes y prácticas. Rev. RUEDES, 8, año 2018. Universidad de Buenos Aires, Escuela Normal n° 6. Disponível em: <<http://revistas.uncu.edu.ar/ojs/index.php/ruedes/article/view/1663>>. Acesso em dez. 2019.

GONZÁLEZ. Ascensión Moreno. La mediación artística: un modelo de educación artística para la intervención social a través del arte. Revista Iberoamericana de Educación, n° 52/2, 2010. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3170044>>. Acesso jan. 2019.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. Rev. Bras. Educ. Espec., Marília, v. 17, n. spe1, p. 41-58, agost. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382011000400005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382011000400005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em set. 2019.

LIMA, Francisco José de; TAVARES, Fabiana dos Santos Silva. Conceituação e taxonomia das barreiras atitudinais praticadas contra a pessoa com deficiência. 2012. Disponível em: <http://www.deficienteciente.com.br/2012/09/barreiras-atitudinais-obstaculos-a-pessoacomdeficiencia-na-escola.html> Acesso em: 15 set. de 2019.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração Rev. HOLOS, [S.l.], v. 2, p. 4-30, mar., 2007, Natal-RN. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-RN. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em 21 jun.2019.

RIBEIRO, Disneylândia Maria. GOMES, Alfredo Macedo. Barreiras atitudinais sob a ótica de estudantes com deficiência no ensino superior. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 13, n. 24, p. 13-31, jan. /abr.2017. Disponível em:<[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16\\_06\\_2011\\_8.42.43.47dc3016138057668971bf9d26fe5d41.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_06_2011_8.42.43.47dc3016138057668971bf9d26fe5d41.pdf)>. Acesso em jun-2019.

RIVADENEIRA, E. ¿Cómo las competencias actitudinales ayudan a conseguir un adecuado aprendizaje en discentes? Espiral, Revista de Docência e Investigación. Disponível em:<<http://revistas.ustabuca.edu.co/index.php/ESPIRAL/article/view/431/371>>. Acesso em jun.2019

SCHAFFNER, C. B.; BUSWELL, B. Dez elementos críticos para a criação de comunidades de ensino inclusivo e eficaz. In: STAINBACK, S.; STAINBACK, W. (Orgs.). Inclusão. Um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. p. 69-85.

SEGARRA; Muñoz. Empatía y educación: implicaciones del rendimiento en empatía de profesores en formación. Análisis comparativo. Universidad de Castilla la Mancha y Universidad Autónoma de Chile. Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado,19(3),173-183,2016. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5675848.pdf>>. Acesso em: dez. 2019.

**Capítulo 72 - DOI:10.55232/1083002.72**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS NOVAS  
TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO ELEMENTO DE  
QUALIFICAÇÃO PEDAGÓGICA**

**Mara Alice Braulio Costa e Rosane Saraiva Guerra**

**RESUMO:** Com o advento da tecnologia digital, a sociedade contemporânea passou por profundas mudanças. Essas transformações afetaram também a escola, a forma de construção do conhecimento e a relação entre educandos e educadores. As inovações trazidas pelas tecnologias criaram ferramentas que os professores podem e devem usar em sala de aula, com a finalidade de formar e ensinar os alunos de modo mais eficaz e inovador. O objetivo deste trabalho é realizar uma revisão da literatura para compreender como é gerado o conhecimento e a formação dos professores e a importância da tecnologia digital. O estudo mostra que o uso das TDICs - Tecnologia Digital de Informação e Comunicação devem ser inseridos nas escolas como ferramenta de auxílio aos professores em sala de aula, mas para isso é necessário a formação continuada dos educadores, a fim de que possam promover aulas que sejam atrativas e que tornem os alunos o centro do processo de ensino e aprendizagem.

**Palavras-chave:** Educação, Formação de docentes, Tecnologias Digitais.

## **INTRODUÇÃO**

A evolução tecnológica é uma constante crescente e dinâmica se transformando a todo o momento. Atualmente ao deparar-se com o termo tecnologia logo pensa-se em mundo digital e/ou Internet e tudo o que advém desses. Mas o termo tecnologia considerado em sua essência remete ao passado e a busca permanente da humanidade em desenvolver utensílios que promovessem facilidades nos afazeres diários.

Nos dias atuais a tecnologia representa uma mudança no comportamento das pessoas e nas suas possibilidades e ela promoveu a digitalização das coisas. Na área da educação isso não é diferente, a evolução tecnológica é incessante e com a pandemia da Covid-19, que assolou o planeta em 2020 foi potencializada, conduziu a todos para a mesma direção, tirando muitos da zona de conforto nos seus saberes e fazeres diários e ao mesmo tempo proporcionado à área educacional mudanças significativas.

A tecnologia modificou a práxis dos profissionais da educação, fazendo necessário que os atores envolvidos nesta prática obtenham conhecimentos específicos, desenvolvam novas competências e habilidades e busquem acompanhar minimamente as mudanças tecnológicas.

No que tange aos profissionais da educação a tecnologia os faz repensar o como ensinar a todo momento, buscarem formações continuadas eficazes, para que possam conduzir seus educandos no processo de ensino e aprendizagem fazendo o bom uso das TDICs – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

## **METODOLOGIA**

Este artigo busca analisar o papel dos profissionais digitais na educação, sua formação, entender seu papel em um mundo cada vez mais tecnológico e digitalizado e como se manter lado a lado com as transformações ocorridas na educação por meio de uma evolução tecnológica digital constante. A presente pesquisa caracteriza-se como sendo de abordagem qualitativa-quantitativa, apoiando-se em uma revisão bibliográfica.

Para a realização desse estudo houve um levantamento bibliográfico sobre uso das TDICs – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. Os principais autores que contribuíram com o trabalho foram: Saviani, Perrenoud e Junior. Além disso, também aconteceu uma análise documental de sobre a pesquisa “Trabalho Docente em Tempos de Pandemia”, foi feita pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (Gestrado/UFMG) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) disponíveis em Fonte: <https://gestrado.net.br>

A pesquisa documental foi utilizada para enriquecer os dados e informações analisados para atingir os objetivos propostos. A pesquisa atende aos requisitos éticos e legais para certificação de direitos autorais, citando todos os autores e fontes utilizados na construção e desenvolvimento da pesquisa e seu produto.

## **DISCUSSÃO**

### **A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI**

#### **Breve Histórico da Formação de Professores**

A educação escolar perpassa pelo papel do professor, indivíduo que por muito tempo foi o centralizador dos processos de ensino e aprendizagem à medida que os alunos tinham o papel de depositários de conteúdo. Para desenvolver uma educação de qualidade, portanto, deve-se levar em conta a formação dos educadores, que passaram por muitas mudanças e adequações.

No Brasil, a problemática sobre a formação docente remonta ao final do século XIX, após a Declaração de Independência no Brasil com a possibilidade da educação popular, e partir daí estabeleceu-se seis períodos históricos no processo de formação de professores elucidados por Saviani (2009) em:



“1. Ensaaios intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se inicia com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais.

2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo a escola-modelo.

3. Organização dos Institutos de Educação (1932- 1939), cujos marcos são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.

4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971).

5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996).

6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006).” (SAVIANI, 2009, p.143 - 144)

É durante o sexto período chamado por Saviani (2009, p.144) de “Advento dos Institutos Superiores de Educação e das Escolas Normais” que é promulgada a LDB 9396/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que até o ano de 2017 (quando foi modificada) regia sobre a formação de professores e que estabeleceu uma grande mudança na Educação Básica e no Ensino Superior ao trazer em seu texto que todos os professores deveriam ter formação em nível superior, sendo que até aquele momento ela acontecia em nível médio.

Com a promulgação LDB 9394/96 toda a federação teve um período de dez anos para se adequar a esta nova normativa e ajustar os currículos para os cursos de formação de professores, que a partir de então deveria ocorrer em nível superior.

Em 2017, durante o período de mandato do então Presidente da República Michel Temer, por meio do artigo 7 da Lei 13.415 de 2017, que altera a LDB 9394/96, o artigo 62 passou a dizer em seu texto que:

[Art. 62](#). A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 1996, n. p.)

Entende-se Educação Básica aquela que acontece em estabelecimentos próprios e que está dividida em níveis, ou seja, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O artigo 21 da LDB 9394/96 normatiza a Educação no Brasil tendo em seu texto que “A educação escolar se compõe de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior.”

Com o advento da Internet, que ocorre a partir da década de 60, e seus desdobramentos nas próximas décadas, com os seus dispositivos de comunicação, surge uma nova necessidade na formação de professores, não bastando a esses os conhecimentos teóricos específicos na aquisição de seus saberes para que a educação de qualidade aconteça.

Agora, há a necessidade de um educador com habilidades e competências para o uso das TDICs – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na educação e o papel do professor deixa de ser centralizador, o personagem que passa a ser o centralizador é o aluno e o professor o mediador do processo de ensino e aprendizagem, um líder de equipes, onde seus integrantes possuem habilidades e competências diversas, que devem ter todo o seu potencial explorado.

## **Conhecimentos e Habilidades para o Uso das tecnologias Baseada em Computadores na Sala de Aula.**

Atualmente o uso das tecnologias digitais de comunicação e informação fazem parte do cotidiano das pessoas e cada vez mais elas estão conectadas por meio dos aplicativos de conversa. Há alguns anos possuir um celular com acesso à Internet que possibilitasse interação entre pares por meio de dispositivos móveis era artigo de luxo, porém, neste momento da história da humanidade esse meio de comunicação tem se tornado cada vez mais frequente e necessário.

Na educação não é diferente. O uso de aparatos tecnológicos nos ambientes escolares está cada vez mais frequente e a utilização de apresentações em PowerPoint e vídeos já estão se tornando ultrapassados à medida que as tecnologias vão se transformando, se aprimorando, sendo possível na sala de aula o uso de games diversificados, plataformas de ensino adaptativo, realidade aumentada, visitas virtuais, etc.

Para o uso de tais dispositivos em sala de aula, porém, é necessário que o professor tenha conhecimento desses recursos tecnológicos, saiba como utilizá-los, inclua-os em seus planejamentos de aula, e seja um gerenciador desses recursos a fim de promover o processo de ensino e de aprendizagem junto aos seus educandos.

A LDB 9394/96, no artigo 62, versa sobre a formação de professores, no inciso primeiro já prevê sobre a formação continuada de professores detalhado da seguinte forma “§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).”, cabendo portando as instituições nas quais os professores fazem parte promoverem a educação continuada.

Convém, também, ressaltar que o uso das tecnologias em sala de aula deixou de ser uma decisão isolada no ambiente escolar daquele professor que tem um conhecimento tecnológico maior e com maiores possibilidades de aplicá-los.

A BNCC – Base Nacional Comum Curricular inclui em seu texto, entre as competências a serem ensinadas, o uso das tecnologias detalhadas da seguinte forma:

“1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.” (BRASIL, 2018, p.9)

As formações direcionadas aos professores em nível superior como a graduação, formação continuada *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* e os cursos promovidos pelas instituições nas quais os educadores fazem parte de seu quadro devem, portanto, incluir em suas grades curriculares o uso das tecnologias digitais de comunicação e informação, a fim de capacitá-los a promover a educação tecnológica nas salas de aula, Júnior (2019) afirma que:

Os conhecimentos teóricos construídos durante as atividades de ensino e pesquisa na graduação devem embasar as observações e intervenções propostas pelo

aspirante à carreira de professor. Trata-se, na verdade, de ensaiar propostas de inovação educacional com tecnologias a partir de uma verdadeira Didática das TDIC. (JUNIOR, 2019, p. 14).

Diante da situação de isolamento domiciliar para prevenção de nova infecção por coronavírus, as escolas precisaram aprimorar seus métodos e passaram a utilizar "práticas de ensino a distância" por meio de recursos educacionais digitais desenvolvidos através de plataformas educacionais em situações de emergência e os professores precisaram em tempo recorde adaptar-se às novas necessidades da educação.

Nesse contexto, o modelo social atual enfrenta novos desafios, principalmente no campo da educação, especialmente no Brasil, onde a relação professor-aluno, as políticas curriculares e as políticas educacionais em diversos campos estão passando por grandes mudanças. Para Perrenoud (2002) há uma defasagem entre a realidade da profissão de professor, está bem longe dos conteúdos aprendidos nas universidades.

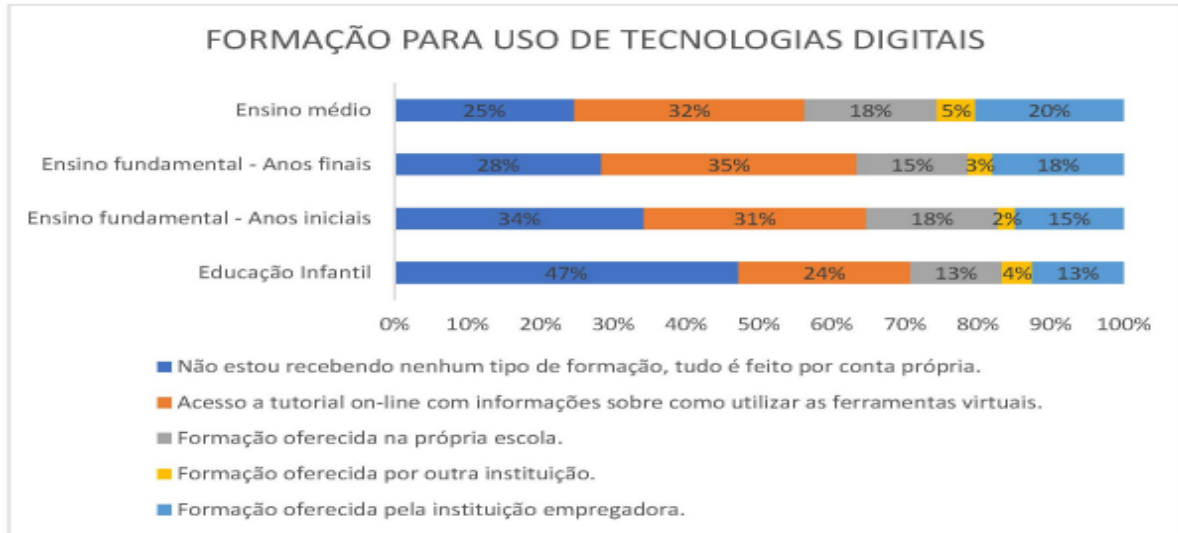
O desenvolvimento tecnológico proporciona novos recursos para que o sistema de ensino explore uma gama de possibilidades ou ações pedagógicas, permitindo que professores e alunos realizem um amplo leque de atividades. Para tanto, os professores devem ser capazes de usar a tecnologia na sua prática de ensino, integrar conteúdos disciplinares, desenvolver projetos e desafiar os alunos a buscarem o aprendizado.

Mesmo no âmbito dos saberes escolares, podemos supor que a formação apresenta uma imagem mutilada da realidade, o que muitas vezes provoca um impasse com relação às condições psicológicas de instauração e manutenção de uma relação com o saber e de um contrato didático que permita ensinar e aprender ... (PERRENOUD, 2002, p.18)

A incorporação de novas tecnologias ao ensino tornou-se uma das principais polêmicas no campo da educação atual. Segundo o resultado da pesquisa "Trabalho Docente em Tempos de Pandemia", foi feita pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (Gestrado/UFMG) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) acerca da oferta de formação para os professores sobre o uso de tecnologias em atividades

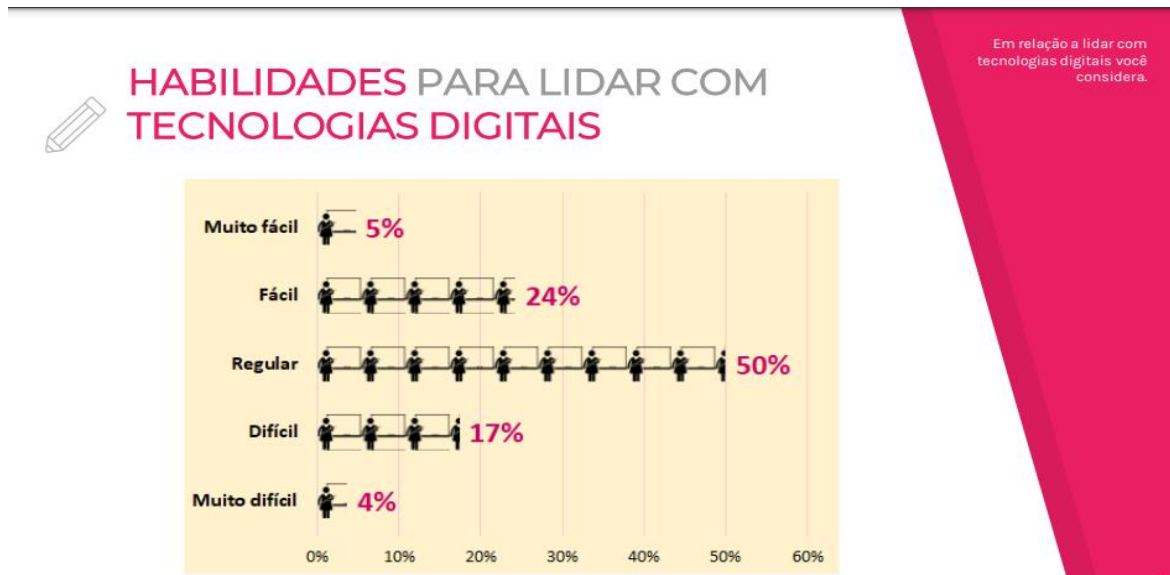
pedagógicas pelas redes de ensino das escolas públicas e privadas, nos últimos 12 meses, aponta que 90% dos professores da educação básica não possuem formação adequada, demonstra que esse é sim um dos grandes desafios no uso da tecnologia.

**Figura 1 - Formação para uso das tecnologias digitais na educação privada**



Fonte: <https://gestrado.net.br>

**Figura 2 - Formação para uso das tecnologias digitais na educação pública**



Fonte: <https://gestrado.net.br>

A educação continuada de educadores é a base das qualificações educacionais. O artigo 87. § 3º da Lei de Diretrizes e Bases -Lei nº 9.394 / 96 contém uma referência à formação de professores “**III**- realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância”. (Brasil, 1996)

Por ser um espaço de representantes culturais e sociais, a escola precisa incorporar as práticas sociais mais recentes. A combinação de tecnologia e educação desempenha um novo papel na formação dos educadores e potencializa sua qualidade na sociedade atual.

## **CONCLUSÃO**

Este artigo busca entender todo o processo de formação dos professores e as necessidades que surgem com a evolução tecnológica, verificando que o caminho traçado por eles tem sido tortuoso.

Diante das mudanças necessárias no ensino, os professores precisam se atualizar e se capacitar constantemente para encontrar conhecimentos que os integrem à cultura digital, e realizar ações pedagógicas que reflitam suas práticas docentes, de forma a facilitar o ensino e desenvolver as competências cognitivas básicas dos alunos no mundo do conhecimento.

A formação de professores no Brasil precisa ir além dos conteúdos específicos de acordo às áreas do conhecimento, por isso é necessário que ela se integre à evolução tecnológica e proporcione aos futuros profissionais da educação uma base sólida.

As instituições de ensino que integram em seu quadro de funcionários os professores, precisam proporcionar aos seus educadores formações continuadas com a finalidade de manter os educadores atualizados e prontos para cumprir junto a seus educandos o que está contido nos documentos normatizadores referentes ao desenvolvimento de competências e habilidades para o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018, [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf) acesso em 21/07/2022.

SAVIANI, D., (2009), Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro,

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt>, acesso em 29/09/2021.

GESTRADO, Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (UFMG), Docência na Educação Básica privada em tempos de pandemia /Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, p. 27, Belo Horizonte, 2020, <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/RELATORIO-COMPLETO-1011.pdf>, acesso em 09 de outubro de 2021.

JUNIOR, A. P. C., (2019) Formação docente e competências para utilização de TDIC na Educação Básica <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/04/e-book-Educacao-e-tecnologias-experiencias-desafios-e-perspectivas-2-3.pdf>, acesso em 05 de outubro de 2021.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB 9394/96 (1996), [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm), acesso em 21/07/2022.

PERRENOUD, P., Thurler, M. G., Macedo, L. de, Machado, N. J., & Alessandrini, C. D. (2002). As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed.



**Capítulo 73 - DOI:10.55232/1083002.73**

## **USO DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS (PBL) COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS**

**Bruna Pereira Costa, Débora Santos De Carvalho, Fernanda Jacomo Viana e Andressa Sales Coelho**

**RESUMO:** A Aprendizagem Baseada em Problemas (da sigla original PBL) vem sendo aplicada como metodologia ativa e um dos fundamentos principais da metodologia é o ensino centrado no aluno, baseado na solução de problemas reais ou simulados e na busca do conhecimento pelo aluno nos inúmeros meios de difusão. O trabalho teve como objetivo apresentar e discutir a aplicação dessa metodologia no ensino fundamental por uma escola particular de Aracaju, Sergipe. O estudo foi realizado com duas turmas matutinas do sétimo ano do ensino fundamental onde as tutorias foram acompanhadas por meio de observações diretas. As observações de coleta permitiram perceber uma mudança na aprendizagem dos alunos, passando de uma forma passiva para uma aprendizagem mais ativa. Acredita-se que a Aprendizagem Baseada em Problemas estimulou a curiosidade dos estudantes e sua participação ao longo de todo o processo de ensino e aprendizagem funcionando como uma metodologia eficaz na promoção do desenvolvimento de habilidades técnicas, conceituais, emocionais, sociais, críticas e humanas, que são necessárias para desenvolver cidadãos preparados para enfrentar um mundo de constantes transformações.

**Palavras-chave:** Metodologia ativa; aprendizagem baseada em problemas; ensino de ciências.

## **INTRODUÇÃO**

Muitas são as deficiências da metodologia tradicional de ensino praticada comumente nas salas de aula das escolas do Brasil. Escrivão Filho, Ribeiro (2008), apontam que as deficiências da metodologia tradicional vão desde a apatia e desinteresse dos alunos até a falta de incentivo por parte dos docentes em sala de aula tradicional, tornando os alunos mais passivos, menos questionadores, mais submissos à autoridade e menos criativos.

É recorrente entre os estudiosos da educação, a ideia de que não bastam apenas informações para que crianças, jovens e adultos possam, com a contribuição da escola, participar de modo integrado e efetivo da vida em sociedade (Berbel, 2011). Silva, Brito, Viana (2017), apontam que torna-se fundamental repensar a construção do conhecimento, na qual a mediação e a interação são os pressupostos essenciais para que ocorra uma aprendizagem significativa, ou seja, para que uma nova informação relacione-se, de maneira substantiva e não-arbitrária, a um aspecto relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo (Ausubel, 2003).

Para que a aprendizagem seja significativa, deve haver um processo no qual a escola busca e cria condições para o aluno interagir utilizando diversas ferramentas, tais como materiais diversificados, desafios, problemas e experimentos, de modo que o uso desta variedade de recursos permita um maior envolvimento do discente no processo de construção do conhecimento, em que esse não só absorve conteúdos didáticos, mas os vivencia (Ausubel, 2003).

Segundo Souza, Dourado (2015), um dos maiores desafios da educação na atualidade é promover reformas que realmente acompanhem o desenvolvimento científico, tecnológico, social, cultural e ambiental, tendo em vista o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, social e economicamente. Morin (2003), afirma que o processo de reforma na educação inevitavelmente traz mudanças, entre as quais está o rompimento das estruturas rígidas do modelo de ensino tradicional necessitando investir na formação de professores com vistas ao desenvolvimento de competências que lhes permitam recuperar a dimensão essencial do ensino e da aprendizagem, que é a produção do conhecimento significativo.

Uma alternativa pedagógica que tem se mostrado adequada à atualidade é a metodologia Aprendizagem Baseada em Problemas ou PBL (sigla para o original Problem-based Learning) (Casale, 2013).

Esta metodologia é apresentada por Berbel (2011) como uma abordagem revolucionária, radical e real que torna os estudantes eficazes, eficientes, críticos e éticos, devido a sua abordagem sistêmica, que envolve os alunos na construção de conhecimentos e no desenvolvimento de competências por meio de um processo de investigação de questões complexas.

Escrivão Filho, Ribeiro (2008) afirmam que a Aprendizagem Baseada em Problemas, como outras metodologias construtivistas, está pautada no pressuposto de que o conhecimento é construído ao invés de simplesmente memorizado e acumulado.

Kodjaoglanian et al. (2003) indicam que um dos fundamentos principais da metodologia PBL é ensinar o aluno a assimilar, captar, interiorizar, permitindo que ele busque o conhecimento nos inúmeros meios de difusão hoje disponíveis e que aprenda a utilizar e a pesquisar nestes meios. Ainda segundo os autores, essa postura faz sentido no mundo atual pois, raramente, os assuntos aprendidos nos primeiros anos da educação fundamental permanecerão intocados quando o aluno estiver se formando. Deste modo, o PBL se diferencia de outras metodologias ativas por constituir-se como o eixo principal do aprendizado técnico-científico dentro de uma proposta curricular, em que o ensino está centrado no aluno e baseado na solução de problemas reais ou simulados (Berbel, 2011; Borges, 2014).

Santos et al (2007) afirma que a responsabilidade ou a delegação aos alunos da autoridade sobre a aprendizagem proporciona aos mesmos a condição de aprendizes por toda a vida. Nestes casos, nada nem ninguém pode forçá-los a aprender, cabendo aos mesmos o empenho por todo o processo de aprendizagem. Logo, é importante explicitar que assumam a responsabilidade pela própria aprendizagem. Um ambiente educacional PBL impõem algumas tarefas aos alunos como: exploração do problema; identificação do que sabem e do que não sabem; priorização dos objetivos de aprendizagem; planejamento de responsabilidades; compartilhamento, avaliação e aplicação de conhecimentos (Santos et al., 2007).

Na solução de um problema, os alunos precisam recorrer aos conhecimentos prévios, discutir, estudar, adquirir e integrar os novos conhecimentos. O PBL valoriza, além do conteúdo a ser aprendido, a forma como ocorre o aprendizado, reforçando o papel ativo do aluno neste processo, permitindo que ele entenda como aprender, estimulando o desenvolvimento de habilidades técnicas, cognitivas, de comunicação e atitudinais; o respeito à autonomia do estudante; o trabalho em pequenos grupos; e a educação significativa (Borges, 2014).

O PBL apresenta três vertentes: a primeira baseia-se nas ideias da Escola Nova de Dewey, que consideram a resolução de problemas como uma estratégia sinônimo de “aprendizagem baseada em problemas”; a segunda baseia-se nas ideias de Paulo Freire, e aponta que a resolução de problemas pode ser entendida como parte de um processo mais complexo de integração da prática e da reflexão para libertação do indivíduo e a terceira traz que a resolução de problemas pode associar-se à atividade científica, ou seja, às estratégias utilizadas por investigadores para a produção de conhecimento científico (Santos, Malaquias, 2008).

Segundo Berbel (1998), o ciclo típico do PBL é composto pelas seguintes etapas: (1) Leitura de um texto-problema, identificação e esclarecimento de termos desconhecidos; (2) Identificação dos problemas propostos pelo enunciado; (3) Formulação de hipóteses explicativas para os problemas identificados no passo anterior (os alunos se utilizam nesta fase dos conhecimentos prévios sobre o assunto); (4) Resumo das hipóteses; (5) Formulação dos objetivos de aprendizado (identificação do que o aluno deverá estudar para aprofundar os conhecimentos incompletos formulados anteriormente); (6) Estudo individual dos assuntos levantados nos objetivos de aprendizado; (7) Rediscussão do problema frente aos novos conhecimentos adquiridos na fase de estudo anterior.

As sete etapas são divididas e desenvolvidas entre três encontros semanais, sendo esses: (1) Abertura com a realização dos passos 1 a 5; (2) Fechamento, realização dos passos 6 e 7 e (3) Conferência, onde ocorrem atividades complementares aos conteúdos estudados durante a semana (Silva, Brito, Viana, 2017). Nos encontros, os passos 1 e 2 do ciclo são executados dentro de grupos tutoriais, compostos por 10 a 14 alunos, onde é apresentado o texto-problema pré-elaborado por um ou mais docentes. Com a facilitação de um tutor, os alunos são estimulados a discutir e elaborar hipóteses

dentro do grupo, criando uma situação motivadora que os leva à definição de objetivos de aprendizagem, que serão os estímulos para o estudo individual (Borges, 2014).

O tutor de cada grupo tutorial é um membro do corpo docente que já conhece de antemão os objetivos de aprendizado e não deve impor e nem desvendá-los para os alunos, pois o processo de aprendizado é tão importante quanto o conhecimento em si (Borges, 2014). Silva, Brito, Viana (2017) mencionam que as principais atribuições do tutor são: estimular o processo de aprendizagem dos estudantes; estimular o trabalho do grupo e a participação dos estudantes; respeitar a opinião dos estudantes; detectar eventuais rivalidades, monopólios, inconformismos; detectar estudantes com problemas; fornecer feedback e realizar avaliações.

O grupo, a cada tutoria, elege um coordenador, estudante que deverá auxiliar e facilitar a discussão no grupo tutorial, e um relator, estudante que realizará as anotações referentes à discussão, garantindo que as várias etapas do processo sejam anotadas de forma que o grupo não se perca e não volte a pontos que já foram discutidos anteriormente (Borges, 2014). Berbel (1998) diz que estes papéis devem ser alternados entre os alunos nas diferentes sessões, de forma a propiciar que todos sejam coordenadores e relatores. A tabela 1 traz um resumo das funções dos membros dos grupos tutoriais, segundo Borges (2014).

Tabela 1. Função de cada membro do grupo tutorial dentro do método PBL.

Membro	Função
Estudante Coordenador	Liderar o grupo tutorial
	Encorajar a participação de todos
	Manter a dinâmica do grupo
	Controlar o tempo
	Assegurar que o secretário possa anotar adequadamente os pontos de vista do grupo
	Registrar pontos relevantes apontados pelo grupo

Estudante Relator	Ajudar o grupo a ordenar seu raciocínio
	Participar das discussões
	Registrar as fontes de pesquisa utilizadas pelo grupo
Demais estudantes	Acompanhar todas as etapas do processo
	Participar das discussões
	Ouvir e respeitar a opinião dos colegas
	Fazer questionamentos
	Procurar alcançar os objetivos de aprendizagem
Tutor / Estagiários	Estimular a participação em grupo
	Auxiliar o coordenador na dinâmica do grupo
	Verificar a relevância dos pontos anotados
	Prevenir o desvio do foco da discussão

**Fonte: Borges (2014)**

Borges (2014) comenta que a dinâmica do PBL estimula o estudo individual, desenvolvimento de habilidades de comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, respeito aos colegas e desenvolvimento de postura crítica. Deste modo, a proposta aqui

apresentada visa discutir a aplicação dessa metodologia no ensino fundamental por uma escola particular de Aracaju, Sergipe.

## **METODOLOGIA**

O estudo foi realizado em uma escola particular do município de Aracaju no estado de Sergipe, Brasil. A escola possui uma clientela de 1200 alunos, e oferece as modalidades de educação infantil, ensino fundamental menor, fundamental maior e ensino médio nos períodos matutino, vespertino e integral.

A disciplina de Ciências foi escolhida para aplicação da metodologia porque proporciona práticas laboratoriais e possui natureza problematizadora. A construção do projeto piloto ocorreu em 2016, quando foi composta e formada uma equipe de educadores com as competências e habilidades necessárias para tornar possível o bom desenvolvimento da metodologia. A equipe é formada por uma coordenadora licenciada em Letras e bacharel em Comunicação Social, um membro do corpo docente licenciado em Biologia que atua como escritor dos problemas utilizados nas tutorias, um membro do corpo docente licenciado em Biologia que atua como tutora e duas estagiárias, licenciadas em Biologia.

Para o presente estudo foram selecionadas duas turmas matutinas do sétimo ano do ensino fundamental: Turma A com 39 alunos e B com 38 alunos, totalizando 77 estudantes.

As tutorias foram acompanhadas verificando considerações relevantes por meio de observações diretas autorizadas pela escola. As observações ocorreram em dois ambientes diferentes onde são realizados os encontros, sendo eles: a sala do Google for Education, com capacidade para 50 alunos, equipada com cerca de 105 computadores chromebooks, 40 óculos de realidade virtual, mesas redondas, cadeiras e bancos, e o Laboratório de Ciências, com capacidade para 60 alunos, dispo de uma enorme variedade de aparatos laboratoriais, tais como microscópios, lupas, estufa, vidrarias, além de uma pequena coleção zoológica didática.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Durante o período de 02 a 27 de abril do ano de 2018 foram acompanhadas e observadas três tutorias por semana para cada turma (seis no total), com duração de 50 minutos cada. Ao todo foram observadas 24 tutorias (12 por turma). Os conteúdos alvos abordados durante esse período foram invertebrados, vertebrados, nutrição dos seres vivos e sistema respiratório, sendo cada um trabalhado durante uma semana.

Cada turma observada, com média de 38 alunos, foi dividida em três grupos tutoriais, que possuíam entre 10 e 14 alunos e um tutor. Os tutores (duas estagiárias e professora da disciplina) não permaneciam no mesmo grupo por mais de uma semana, ocorrendo rodízios entre os grupos ao final de cada ciclo.

O ciclo começava com a Abertura, primeiro encontro semanal, logo ao início eram selecionados o coordenador e o relator seguindo a lista de nomes em ordem alfabética de cada grupo. A leitura do texto-problema contendo no máximo uma lauda era feita em voz alta por um aluno voluntário e tratavam de um mesmo conteúdo específico para os grupos tutoriais e para as duas turmas. Para Leite, Esteves (2005), o texto-problema é visto em todo o processo da aprendizagem como ponto de partida, meio e finalização da aprendizagem, atuando não apenas como conceitual, mas procedimental.

As tutorias seguiram os sete passos do PBL proposto por Berbel (1998). No primeiro passo, os alunos, auxiliados pelo coordenador, informavam os termos desconhecidos e debatiam rapidamente sobre eles. Caso após a discussão, algum termo ainda permanecesse desconhecido, os alunos do grupo utilizavam os chromebooks para pesquisa.

Como segundo passo o tema principal trazido pelo texto-problema era definido pelos alunos do grupo com base em seus conhecimentos prévios sobre o tema central, sendo este considerado o terceiro passo. Ainda na tutoria de abertura, o quarto passo consistia na organização, feita pelo relator no formato de mapa conceitual de forma colaborativa, das informações e pensamentos, e logo em seguida, no quinto passo, este anotava a sequência dos objetivos de aprendizagem, também definidos de forma



colaborativa. O mapa conceitual e objetivos definidos eram fotografados ou copiados pelos alunos do grupo e serviam como base para o estudo individual realizado em casa.

Os objetivos traçados são um ponto chave para o aprendizado e devem ser elaborados pelos alunos de acordo com sua percepção (Borges, 2014). O tutor auxiliava sem responder aos questionamentos dos alunos e quando estes se distanciavam dos objetivos, também era papel do tutor lançar perguntas estimuladoras para trazê-los de volta ao assunto. Uma vez que a mediação do tutor alcançava seu objetivo, os alunos retomavam a autonomia da tutoria.

A Abertura é encerrada com a avaliação interpares, que consistia em todos os alunos utilizarem chromebooks para avaliar o desempenho próprio e dos colegas dentro do grupo tutorial utilizando um sistema de formulários disponibilizados pela professora tutora na sala de aula do Google for Education. Os níveis de avaliação variavam entre ausente e ótimo, passando por insuficiente, fraco, regular e bom. Os tutores também respondiam as interpares a fim de avaliar o comportamento, participação e conhecimentos prévios dos alunos. Essa avaliação é utilizada ao final de cada unidade avaliativa, que compreende cerca de 30 encontros por turma, como ferramenta para medir o desenvolvimento progressivos dos alunos.

O segundo encontro do ciclo semanal, denominado Fechamento, era iniciado com a definição de novos alunos para ocupar os papéis de coordenador e relator. Posteriormente à definição de papéis a sessão iniciava no sexto passo com os alunos trazendo as respostas dos objetivos traçados durante a tutoria de Abertura. Organizados pelo coordenador, cada aluno apresentava a resolução de cada objetivo e o grupo retomava e aprofundava o problema central. O papel do relator durante o fechamento era colocar no quadro branco os resultados apresentados por ele e seus colegas.

Durante o sétimo e último passo os alunos faziam um apanhado semanal de aprendizado. Este era o único momento em que o tutor participava de forma mais direta, corrigindo informações e sanando dúvidas. A tutoria de Fechamento era finalizada com a avaliação interpares, assim como na tutoria de Abertura.

O terceiro e último encontro semanal era a Conferência, que podia ocorrer como práticas no laboratório, visitas *in loco*, jogos ou utilizando outras metodologias ativas. Nessa sessão a turma não estava mais dividida em grupos. Segundo Silva, Brito,

Viana (2017), a conferência busca sempre apresentar os aspectos práticos das ciências estudadas durante a semana, pois, de acordo com Moraes (2010), a aprendizagem, na perspectiva do PBL, não se concentra especificamente na base disciplinar, e sim interdisciplinarmente em um todo. De forma geral, o tutor realiza a conclusão das temáticas apresentadas durante as tutorias, contudo o aluno nunca é silenciado, uma vez que a participação deste deve ser efetiva e seu conhecimento é considerado como mola propulsora (Silva, Brito, Viana, 2017).

Foi percebido durante as observações de coleta que os alunos se mostraram interessados, curiosos, participativos e abertos ao conhecimento durante as sessões de tutoria. Moraes (2010) argumenta que quando uma escola permite aos alunos desenvolverem e ampliarem os referenciais de compreensão do mundo, como, por exemplo, saber analisar os fatos a partir do conhecimento científico, prioriza-se então o sucesso escolar e a metodologia mostra-se positiva ao processo de aprendizagem.

O sistema avaliativo do PBL adaptado por Silva, Brito, Viana (2017) foi constituído por um conjunto de etapas composto por uma prova escrita, atividades gerais e a avaliação interpares, todas individuais e somativas.

O feedback realizado entre tutor e aluno era proporcionado pelas interpares e favorecia o incremento de importantes habilidades para o desenvolvimento da aprendizagem. O feedback também foi constante dentro das discussões nos grupos, tanto entre o aluno e o tutor quanto entre aluno e aluno.

Adicionalmente, foi notório durante o período de observação que alguns alunos apresentaram dificuldades durante as sessões de tutoria. Houve relutância em desempenhar os papéis de coordenador e secretário por parte dos alunos. O tutor se mostrou sempre atento e paciente, auxiliando e incentivando para que ganhassem confiança para exercer tais papéis. O incentivo dos outros alunos do grupo também foi essencial para que o aluno retraído se sentisse a vontade para cumprir seu papel.

Dias (2016) comenta que na metodologia PBL, o dever de ensinar o aluno a aprender, permitindo o mesmo que busque o conhecimento nos inúmeros meios de difusão de conhecimento disponíveis, possibilitando que ele sintetize conteúdos didáticos de forma eficaz e aprenda pesquisar, o que disponibiliza ao estudante

ferramentas necessárias para a efetivação do seu processo de construção do conhecimento.

Acredita-se que o PBL estimulou a leitura, o emprego do raciocínio lógico, o trabalho colaborativo, cooperativo e instigou o estudante a investigar e resolver os problemas, tornando este a figura central do processo.

## **CONCLUSÃO**

Acredita-se que a Aprendizagem Baseada em Problemas estimulou a curiosidade dos estudantes e sua participação ao longo de todo o processo de ensino e aprendizagem. Observou-se a motivação e o envolvimento dos aprendizes em todas as etapas e o entusiasmo era perceptível ao chegarem no ambiente de aprendizagem. A avidez em relação à tutoria era frequente e se espelhava no transcorrer de cada sessão.

Foi percebido que os alunos demonstravam respeito, paciência, responsabilidade, organização, empatia e atenção com seus colegas, com o tutor e com a metodologia de forma geral. O nível de comprometimento dos alunos com o aprendizado foi constatado por meio da observação da dedicação e esforço destes na jornada pela construção do conhecimento significativo e duradouro. Por outro lado, as dificuldades encontradas por alguns alunos ou baixa participação nas tutorias, podem estar relacionadas à falta de estímulo para o trabalho coletivo, timidez ou pelo fato da maioria destes alunos serem novatos na escola, portanto tendo o primeiro contato com o PBL.

Não existe uma metodologia de ensino que garanta sozinha o bom desempenho do aluno, no sentido de construção de conceitos científicos. Em relação a estes saberes, ficou clara a importância de se pensar em práticas estimuladoras, uma vez que através da metodologia, os alunos tiveram a oportunidade de lidar com a ciência em sua forma mais pura e prática tornando-os cada vez mais ávidos pelos conhecimentos científicos.

Em conclusão, infere-se que a Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL) oferece ferramentas essenciais para o aprendizado do aluno, sendo eficaz na promoção do desenvolvimento de habilidades técnicas, conceituais, emocionais, sociais, críticas e humanas, que são necessárias para formação de cidadãos preparados para enfrentar um

mundo de constantes transformações. Porém, incentiva-se pesquisas mais aprofundadas, inclusive envolvendo entrevistas para melhor contextualizar o sucesso da metodologia.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AUSUBEL, D. P. Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva. v. 1. Plátano – Edições Técnicas. Lisboa, 2003.

BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, v. 32, n. 1, p. 25-40, Londrina/PR jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/10326/10999>>. Acesso em 06/05/18.

BERBEL, N. A. N. “Problematization” and problem-based learning: different words or different ways? *Interface Comum. Saúde Educ.*; v. 2. p.139-54; 1998.

BORGES, M. C. Aprendizado baseado em problemas (Problem-based learning). *SIMPÓSIO: Tópicos fundamentais para a formação e o desenvolvimento docente para professores dos cursos da área da saúde. Capítulo VIII. Ribeirão Preto*; p. 301-7; 2014. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/362394178/8-Aprendizado-baseado-em-problemas-pdf>>. Acesso em 02/05/18.

CASALE, A. *Aprendizagem Baseada em Problemas – desenvolvimento de competências para o ensino em engenharia*. p. 1-162, São Carlos, 2013.

DIAS, R.F.N.C. *Metodologia PBL e o processo de avaliação no curso de medicina de uma universidade pública de Minas Gerais-MG/ – Uberaba*, 2016.

ESCRIVÃO FILHO, E.; RIBEIRO, L. R. de C. *Aprendendo com PBL - Aprendizagem baseada em problemas: Relatos de uma experiência em cursos de Engenharia da EESC-USP. Pesquisa e Tecnologia Minerva*, Ed. 6 (1), p.23-30, São Paulo (SP), 2008.

KODJAOGLANIAN, V. L.; BENITES, C. C. A; MACÁRIO, I. LAKOSKI, M. C. E. K.; ANDRADE, S. M.O. de, NASCIMENTO, V. N. A; MACHADO, J. L. *Inovando métodos de ensino-aprendizem na formação do psicólogo. Psicologia, ciência e profissão*, v. 23 (1), p. 2-11, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n1/v23n1a02.pdf>>. Acesso em: 05/05/2018.

LEITE, L.; ESTEVES, E. *Ensino orientado para a aprendizagem baseada na resolução de problemas na licenciatura em ensino de Física e Química. 3rd International Conference PBL, Anais, Peru. 2005. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5537>>. Acesso em: 20/05/18*

MORAES, J. V. A alfabetização científica, a resolução de problemas e o exercício da cidadania: uma proposta para o ensino de geografia. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.48.2010.tde-14062010-103955. Acesso em: 2021-07-26.

MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar reforma, reformar o pensamento. 58p. Editora Bertrand Brasil. 8º Ed. Rio de Janeiro. 2003.

Santos, D. M. B., Pinto, G. R. P. R., Sena, C. P. P., Bertoni, F. C., e Bittencourt, R. A. Aplicação do método de aprendizagem baseada em problemas no curso de engenharia de Computação da Universidade Estadual de Feira de Santana. In Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia – COBENGE – XXXV, 2007.

SANTOS, S; MALACHIAS, M. E. I. Interdisciplinaridade e Resolução de Problemas: Algumas questões para quem forma futuros professores de ciências. Educ. Soc., vol. 29, n. 103 Campinas, p. 557-579, maio/ago. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 05/05/2018.

SILVA, S. D. V. BRITO, C. E. N. VIANA, F. J. Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL) na educação básica: relatos de uma escola particular em Sergipe. Simpósio Internacional de Educação e Comunicação - SIMEDUC Eixo 02: Docência, inovação e investigação. Aracaju, 2017.

SOUZA, S. C.; DOURADO, L. Aprendizagem baseada em problemas: um método de aprendizagem inovador para o ensino educativo. Revista HOLOS, Ano 31, vol. 5. p. 182-199, Rio Grande do Norte, 2015.

## **O PROFESSOR INTÉRPRETE DE LIBRAS: O QUE APONTA A LITERATURA?**

**Artur Maciel De Oliveira Neto, Anna Augusta Sampaio De Oliveira e Fábio Arlindo Silva**

**RESUMO:** No campo da educação de surdos, muitas vezes as metodologias de ensino utilizadas pelos professores não favorecem o aprendizado desses estudantes, o que resultou, em alguns sistemas educacionais, no surgimento da figura do professor intérprete de Libras (PTILS), que frequentemente circula entre o campo tradutório e o campo pedagógico. Nesse cenário de atuação compartilhada com o professor regente e, que não se restringe apenas a uma tradução linguística, se localiza um debate acadêmico-conceitual sobre o papel que o professor intérprete desempenha no sistema educacional. Neste contexto, o presente trabalho teve como objetivo mapear em bancos de dados os estudos relacionados à atuação do PTILS como mediador do processo de ensino e aprendizagem do estudante com surdez, constituindo-se em um trabalho de revisão da literatura. Para o acesso aos estudos foi realizada uma busca online nas bases de dados no Portal Periódico CAPES, no Portal Oásis e no Google Acadêmico. Foram encontradas 09 pesquisas, escritas entre os anos de 2010 e 2020. A análise dos estudos apontou para a discussão e reflexão de dois grandes temas: o papel do PTILS e sua formação continuada. Conclui-se que, a sua atuação é controversa, tendo em vista a legislação vigente e as orientações pedagógicas recebidas. Por outro lado, constatou-se que o bom relacionamento entre o professor intérprete e o professor regente fortalece a educação do estudante com surdez e pode ser fundamental na definição dos papéis do PTILS.

**Palavras-chave:** Práticas inclusivas, Intérprete de Libras, Ensino, Libras.

## **INTRODUÇÃO**

Na contemporaneidade, cada vez mais, a escola tem se consolidado como um espaço sociocultural aberto à diferença e ao trabalho com e na diversidade, como uma riqueza constitutiva da condição humana. O reconhecimento de rotas de desenvolvimento que respeitem a unicidade de cada um, a forma de ser e se manifestar, traz como implicação a defesa dos princípios inclusivos, o reconhecimento e o respeito ao direito de cada um na expressão de seu saber e de sua forma de aprender.

Martins (2008) aponta que a garantia de uma educação de qualidade e equitativa para todos implica, acima de tudo, no reconhecimento das diferenças com patrimônio histórico da humanidade. Uma forma de expressar este reconhecimento se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem a identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir.

No atendimento a essas diretrizes, de reconhecimento e valorização das diferenças e de garantia do direito à educação para todos, destaca-se a figura do Tradutor e Intérprete da Libras/LP (TILSP), que, no Brasil, surgiu na década de 1980, no âmbito religioso, com intuito assistencialista e de possibilitar o acompanhamento dos ritos religiosos pelas pessoas com surdez. Mas, que, na atualidade é reconhecida (LACERDA 2010; SILVA 2016) e está legalmente regularizada (BRASIL, 2010).

O TILSP é o profissional que, segundo a Lei nº 12.319/2010, deve possuir a competência para realizar a tradução e a interpretação entre o par linguístico Libras-Português (BRASIL, 2010). Na área educacional este profissional é denominado de Professor Tradutor e Intérprete da Libras/LP (PTILS<sup>1</sup>), podendo atuar em qualquer nível ou modalidade de ensino, na educação básica ou no ensino superior (SILVA, 2019). No entanto, não se trata de uma atuação simples, pois o PTILS tem corresponsabilidade no aprendizado do estudante com surdez e é a ponte que permite o acesso linguístico e promove a equidade no processo de ensino e aprendizagem do estudante com surdez.

Lacerda e Santos (2013, p. 207) explicam que o PTILS “trabalha ativamente no processo de ensino e aprendizagem, não só interpretando conteúdos como também se

---

<sup>1</sup> O termo professor-intérprete que utilizamos neste trabalho, foi citado no artigo oitavo (inciso IV, alínea b) da Resolução CNE/CEB de 11 de setembro de 2001.

envolvendo nos modos de torná-los acessíveis ao estudante, conversando e trocando informações com o professor”.

O PTILS necessita estar provido de estratégias que extrapolem a competência tradutória, sem ultrapassar as fronteiras de seu papel. Sua formação e parceria com o professor permitem acordar coletivamente as negociações cabíveis para que ele realize a tradução das aulas ministradas pelo professor regente e tenha autonomia para contextualizar os conteúdos necessários.

Miranda (2010), Araújo (2011) e Guimarães (2012) são unânimes ao afirmarem que a função de PTILS só se consolidará quando a literatura acadêmica e a escola compreenderem melhor o papel desse personagem, o foco específico de sua atuação, o compartilhamento da relação pedagógica com o professor, seus direitos e deveres e tantos outros aspectos definidores desta nova figura no contexto educacional.

Ao considerar tais questões, o objetivo dessa investigação foi mapear em bancos de dados os estudos relacionados à atuação do professor intérprete de Libras como mediador do processo de ensino e aprendizagem do estudante com surdez.

Entretanto, o debate e a construção de conhecimento sobre a temática, da mesma forma, dirigiram o olhar para o estudo da literatura.

## **METODOLOGIA**

A abordagem metodológica da pesquisa fundamentou-se na revisão da literatura para o estudo do estado da arte do tema. Foram realizadas pesquisas nos seguintes bancos de dados: Portal de Periódico CAPES, (<http://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/>), Portal Brasileiro de Publicações Científicas de Acesso Aberto – Oásis (<https://oasisbr.ibict.br/vufind/>), e Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/?hl=pt>).

Os descritores utilizados foram: “Professor Intérprete de Libras”; “Professor Intérprete de Libras e Educação Básica”; “Professor Intérprete de Libras e Prática Pedagógica” e “Intérprete de Libras Educacional e a Relação com o Professor Regente”, considerando o período de 2010 a 2020. A seleção dessas plataformas se deu pela



relevância delas na sociedade acadêmica e ao grande número de indexadores que as mesmas possuem.

O fato de não envolver sujeitos pesquisados não retira a necessidade de uma postura de respeito do pesquisador, pois, ao analisar as referências é preciso ser fiel ao que foi encontrado, não distorcer informações para atender a um interesse particular e tratar com seriedade e rigorosidade as análises, garantindo confiabilidade aos leitores.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O mapeamento bibliográfico permitiu o acesso a nove estudos, conforme apresentado a seguir no Quadro 1.

**Quadro 1: Produções encontradas nas bases de dados pesquisadas**

<b>Base de dados</b>	<b>Descritores</b>	<b>Nº de publicações</b>
Portal Oásis	“Professor intérprete de Libras” e “Professor intérprete de Libras e educação básica”	03
Portal de Periódico CAPES	“Intérprete de Libras educacional e a relação com o professor regente”.	03
Google Acadêmico	“Professor intérprete de Libras e prática pedagógica” e “Intérprete de Libras educacional e a relação com o professor regente”	03

**Fonte: o autor**

O detalhamento dos estudos encontrados em cada uma das bases de dados é apresentado a seguir no Quadro 2.

**Quadro 2: Principais informações das produções encontradas**

<b>Base de dados</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Tipo de publicação</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>
Google Acadêmico	2017	Dissertação	COSTA, R.S.	O professor intérprete de Libras em uma escola polo do município de Nova Iguaçu
	2016	Artigo	SCOFIELD, R.P.D.; NEGREIROS, R.L.; COELHO, S.S.F.	A interação do professor intérprete de Libras com o professor regente em sala de aula
	2012	Artigo	LOPES, M.A.; LICHTIG, I.	Docente interlocutor de Libras-Língua Portuguesa na rede estadual de ensino de São Paulo: análise de uma nova função
Portal Oasis	2014	Dissertação	PEDROSO, R.M.C.	A estrutura narrativa de professores intérpretes de Libras em escolas de ensino básico
	2015	Tese	LOPES, M.A.	Ensinar: “então, é função de quem?” Atuação do professor interlocutor na educação de surdos

				da rede estadual paulista
	2019	Dissertação	SILVA, M.C.R.	O ensino de Libras/Português escrito na educação básica: vivências com professores intérpretes
Portal de Periódicos Capes	2011	Artigo	ALBRES, N.	Serviço de interpretação educacional para alunos surdos na educação básica de escolas públicas de São Paulo: um serviço em construção
	2020	Artigo	DIAS, J.C.B.; CRISTOFOLETI, R.C.; NUNES, I.M.	O aluno Surdo na escola percepções e práticas
	2012	Artigo	SOUZA, R.	Decreto 6.949/2009: avanço ou retorno em relação à educação de surdos?

**Fonte: o autor**

A análise dos resultados encontrados apontam para duas temáticas principais: Atuação e Formação. Souza (2012) e Pedroso (2014) versam sobre a formação desses PTILS, enquanto Silva (2019), Albres (2011), Dias, Cristofoleti e Nunes (2020), Lopes e Lichtig (2012), Costa (2017), Lopes (2015) e Scofield, Negreiros, Coelho (2016) trazem aspectos relevantes da atuação do PTILS.

Os resultados encontrados nos trabalhos de Souza (2012) e Pedroso (2014) mostram que, no primeiro momento, a formação acontecia de maneira informal, através do convívio com a comunidade surda e pela participação em cursos ofertados pelas universidades, sem uma organização estabelecida.

Apesar do destaque de Lacerda (2014) sobre as dificuldades enfrentadas pelos cursos de formação para os professores bilíngues (professores intérpretes de Libras), Souza (2012, p. 19) coloca que “a formação deve ser buscada pelo próprio educador na modalidade de Educação Continuada”, enquanto Pedroso (2014, p. 120) destaca que a “desvalorização do profissional que atua no ensino básico tem, há muito, desestimulado a procura pelos cursos de graduação em licenciaturas, resultando na falta de profissionais qualificados para suprir a demanda”.

Os resultados encontrados nos trabalhos de Silva (2019), Albres (2011), Dias, Cristofoleti e Nunes (2020) e Lopes e Lichtig (2012) trazem a comunicação como fator preponderante. Souza e Macedo (2002) também apontam a falta de comunicação como fator predominante da dificuldade de aprendizagem do surdo, do ponto de vista social.

Quanto à atuação do PTILS no processo de ensino e aprendizagem do sujeito surdo, Lacerda e Santos (2013, p. 13) destacam que “o intérprete de Libras tem a função

de ser o canal comunicativo”. Para Costa (2017, p. 49), este profissional não precisaria ficar “restrito a uma neutralidade em relação ao ensino dos conteúdos. Sua formação e parceria com o professor poderia permitir acordar coletivamente as negociações cabíveis para que realize a tradução das aulas ministradas pelo professor regente.

No que se refere a relação entre o professor regente e o PTILS, Mattos (2011) faz uma discussão sobre a importância do professor de apoio na escola regular, assegurando que compete ao professor regente a orientação específica, adequada às necessidades educacionais de cada estudante. Scofield, Negreiros e Coelho (2016, p. 39), apontam ser fundamental um relacionamento saudável entre o professor regente e o PTILS, pois, para os autores, é de grande valia a interação do PTILS com o professor regente.

Dessa forma, a figura do professor regente é imprescindível, pois é através de sua mediação, do diálogo estabelecido com o aluno que os estudantes reelaboram seus conceitos prévios e podem ter acesso ao corpo de conhecimentos das ciências. A sala de aula, e, a presença do PTILS é um terceiro elemento que estará lá não só para interpretar Libras para o português e vice-versa, mas mediar os processos discursivos entre professor e aluno, almejando a aprendizagem.

## **CONCLUSÃO**

O tema que nos propusemos a discutir, não se exaure aqui. Trouxemos para as discussões a percepção de alguns pesquisadores sobre a temática investigada, os quais trazem à tona, principalmente, a atuação e a formação dos PTILS.

Diante dos estudos investigados, constata-se que o panorama atual da situação dos PTILS é controverso, tendo em vista a legislação vigente e as orientações pedagógicas recebidas. Os dados preliminares apresentados indicam que ao invés de atuarem como intérpretes, em conformidade com a legislação (BRASIL, 2005), desempenham funções atribuídas aos professores.

O bom relacionamento entre o professor intérprete e o professor regente fortalece a educação do estudante com surdez e pode ser fundamental na definição dos papéis do PTILS, considerando ainda que a inclusão do estudante com surdez não se

resume a um rompimento de segregação, mas também no conhecimento de conteúdos voltados para seu desenvolvimento integral.

Sem dúvida a pesquisa científica vêm contribuindo para as reflexões sobre o PTILS e sua atuação na Educação de surdos. Este campo ainda requer muito trabalho, organização, projetos e decisões que vão além da sala de aula, vitais para o bom andamento de uma escola com perspectivas inclusivas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBRES, N. Serviço de interpretação educacional para alunos surdos na educação básica de escolas públicas de São Paulo: um serviço em construção. In: VII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 7., 2011, Londrina. Anais [...]. Londrina: [s. n.], 2011. 2300 p. v. 1.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais. Brasília, DF. Disponível em: <https://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1025011/lei-12319-10>. Acesso em: 24 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

COSTA, R. S. O professor intérprete de Libras em uma escola polo do município de Nova Iguaçu. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

DIAS, J. C. B; CRISTOFOLETI, R. C; NUNES, I. M. O aluno Surdo na escola comum: percepções e práticas. Kiri-Kerê, Espírito Santo, V.10, n.3, p. 147 -170, abril. 2020.

LACERDA, C. B. F. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. Cadernos de Educação (UFPel), v. 36, p. 133-153, 2010.

LACERDA, C. B. F. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. (6ª ed.). Porto Alegre: Medição, 2014.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F.; CAETANO, J. F. Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: C. B. F. Lacerda, L. F. Santos. *Tenho um aluno surdo, e agora?: Introdução à Libras e educação dos surdos*. São Carlos: Edufscar, 2013. p. 185-254.

LOPES, M. A. C. *Ensinar: "então, é função de quem?" Atuação do professor interlocutor na educação de surdos da rede estadual paulista*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LOPES, M. A. C.; LICHTIG, I. Docente interlocutor de Libras-Língua Portuguesa na rede estadual de ensino de São Paulo: análise de uma nova função. DocPlayer, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/11952372-Docente-interlocutor-de-libras-lingua-portuguesa-na-rede-estadual-de-ensino-de-sao-paulo-analise-de-uma-nova-funcao.html>. Acesso em: 05 maio 2021.

MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (org). *Etnografia e educação: Conceitos e usos*. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

PEDROSO, R. M. C. *A estrutura narrativa de professores intérpretes de Libras em escolas de ensino básico*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2014.

SCOFIELD, R. P. D; NEGREIROS, R. L; COELHO, S. S. F. A interação do professor intérprete de Libras com o professor regente em sala de aula. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, Minas Gerais*, v. 4, n.2, p. 33-42, ago./dez.2016.

SILVA, R. Q. *Intérprete de Libras No Ensino Superior: Agente/Educador Transformador no Processo de Ensino Aprendizagem de Alunos Com Surdez*. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação). Universidade de Tuiuti, Paraná, 2016.

SILVA, M. C. R. *O ensino de Libras/Português escrito na educação básica: vivências com professores intérpretes*. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

SOUZA, R. Decreto 6.949/2009: avanço ou retorno em relação à educação de surdos? *Calidoscópio, Rio Grande do Sul*, Vol. 10, n. 1, p. 12-23, jan/abr 2012

SOUZA, E; MACEDO, J. R. *Inclusão social do surdo: um desafio à sociedade, aos profissionais e à educação*. 2002. 33f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia-Ciência da Educação) - Universidade do Estado do Pará. Belém, 2002.

## **A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE NASCENTES EM PROPRIEDADES RURAIS DE SÃO DOMINGOS DO SUL/RS**

**Juceleine Klanovicz**

**RESUMO:** Esta pesquisa tem como objetivos verificar qual a melhor forma de proteger e recuperar as nascentes e olhos d'água dentro da legislação no município de São Domingos do Sul/RS, analisar qual a melhor forma de recuperar a vegetação no entorno das nascentes se o plantio de mudas ou a regeneração natural, verificar a importância da conservação da biodiversidade para o ecossistema e para a comunidade e analisar a importância de ter uma fonte de água na propriedade de qualidade protegida e recuperada. A metodologia conforme a forma de abordagem foi uma pesquisa qualitativa, a técnica de obtenção de informações foi a bibliográfica e documental, sendo o instrumento usado foi um levantamento bibliográfico e documental. A forma mais adequada de recuperar as nascentes e olhos d'água no município segundo a pesquisa é o modelo proposto pela Emater/RS, no qual caminha ao lado da legislação. No entanto, tão importante quanto a estrutura física é a recuperação da área de preservação permanente com o plantio de mudas nativas da região e condução da regeneração natural. Sendo de suma importância a conservação da biodiversidade para o ecossistema e para a comunidade. A recuperação das nascentes do município são de extrema importância para o ecossistema local e para as propriedades rurais, pois além de manter a água na propriedade que é fundamental para a flora e a fauna e recuperar as áreas degradadas melhorando as interferências entre os seres vivos e seu habitat.

**Palavras-chave:** Palavras-chave: Ecossistema. Ecologia. Nascente.

## **1 INTRODUÇÃO**

Para Medeiros (2021) a Mata Atlântica é um dos Biomas mais ricos em biodiversidade do mundo e também o segundo mais ameaçado de extinção 70% da população brasileira mora em seu domínio. No entanto, a Mata Atlântica é um grande privilégio, mas também uma grande responsabilidade. Na época da colonização destruir a floresta era essencial para o desenvolvimento das sociedades humanas e, mais tarde, com a estabilidade dos primeiros povoamentos, sinônimo também de posse e domínio da terra.

O avanço tecnológico propiciou oportunidades novas, encorajando o homem a avançar a passos largos sobre o território selvagem, desbravando-o. Contudo, a chegada do homem às planícies sul-americanas há cerca de 13 mil anos inicia um processo de interferência sem precedentes, mais devastador do que as próprias “catástrofes” geológicas. Um dos resultados mais imediatos, aventa-se, foi a onda de extinção da megafauna. (APREMAVI, 2021)

No site Apremavi (2021) cita que quando os primeiros europeus chegaram ao Brasil, em 1500, a Mata Atlântica cobria 15% do território brasileiro, área equivalente a 1.306.421 Km<sup>2</sup>. Atualmente, a Mata Atlântica está reduzida a 7,84% de sua área, com cerca de 102.000 Km<sup>2</sup>. É o segundo ecossistema mais ameaçado de extinção do mundo.

Mesmo reduzida e muito fragmentada, a Mata Atlântica ainda abriga mais de 20 mil espécies de plantas, das quais 8 mil são endêmicas, ou seja, espécies que não existem em nenhum outro lugar do Planeta. É a floresta mais rica do mundo em diversidade de árvores. No sul da Bahia, foram identificadas 454 espécies distintas em um só hectare. (APREMAVI, 2021)

Como consta no site Apremavi (2021) mais de 100 milhões de brasileiros se beneficiam das águas que nascem na Mata Atlântica. A Mata Atlântica abriga uma intrincada rede de bacias hidrográficas formadas por grandes rios como o Paraná, o Tietê, o São Francisco, o Doce, o Paraíba do Sul, o Paranapanema e o Ribeira de Iguape. Essa rede é importantíssima não só para o abastecimento humano, mas também para o desenvolvimento de atividades econômicas, como a agricultura, a pecuária, a indústria e todo o processo de urbanização do País.

O tema desta pesquisa foi a relevância da recuperação de nascentes e olhos d’água em propriedades rurais de São Domingos do Sul/RS

O objetivo foi verificar qual a melhor forma de proteger e recuperar as nascentes e olhos d’água dentro da legislação no município de São Domingos do Sul/RS.

Os objetivos específicos foram analisar qual a melhor forma de recuperar a vegetação no entorno das nascentes se o plantio de mudas ou a regeneração natural, e verificar a importância da conservação da biodiversidade para o ecossistema e para a comunidade e analisar a importância de ter uma fonte de água na propriedade de qualidade protegida e recuperada.

Considerando a importância e urgência em recuperar as nascentes do município de São Domingos do Sul que exercem um papel fundamental na formação e manutenção dos recursos hídricos, este projeto propõe a recuperação das áreas de preservação permanente das nascentes degradadas, muitas delas factíveis de contaminação por dejetos animais. A recuperação destas nascentes além de sua importância para os recursos hídricos também é fundamental para preservar a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo, manter e ampliar a beleza cênica da paisagem e assegurar a qualidade de vida e o bem estar dos agricultores. Sendo um estudo ligado a flora indispensável para a formação em Ciências Biológicas.

A metodologia conforme a forma de abordagem foi uma pesquisa qualitativa. A técnica de obtenção de informações foi a bibliográfica e documental, sendo o instrumento usado foi um levantamento bibliográfico e documental.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1. As relações dos seres vivos com a ecologia**

Alguns conceitos são importantes para entendermos as relações dos seres vivos com o ecossistema entre elas o conceito de espécie e especiação. Para Mayr (1942 apud Godefroid, 2017) conceitua espécie como sendo uma população de organismos naturais que se entrecruzam e estão isolados reprodutivamente de grupos semelhantes por características biológicas ou biogeográficas.

Figueiró (2015) apud Godefroid (2017) nos diz que especiação é o processo evolutivo no qual os organismos pertencem a uma população sofrem divergência genética e originam uma nova subespécie, raça ou variedade. Assim sendo Godefroid (2017) cita que as mutações adaptativas constituem a base do processo evolutivo que leva a origem de uma nova espécie. Estevez (2016, p.34 apud Godefroid, 2017, pg. 24) cita a teoria da seleção de Darwin “os organismos que estiverem melhor adaptados ao ambiente onde vivem



umentam as chances de sobreviver e de reproduzir quando comparado com os organismos menos adaptados”.

Assim sendo Godefroid (2017) nos menciona as diferentes formas de especiação:

Tabela 1- As formas de especiação

Formas de especiação	Características
Alopátrica	Novas espécies se formam a partir de populações isoladas
Peripátrica	Novas espécies se formam a partir de uma pequena população isolada na borda de uma população maior
Parapátrica	Novas espécies se formam a partir de uma população continuamente distribuída
Simpátrica	Novas espécies se formam a partir de dentro da faixa da população ancestral

Fonte: Godefroid, 2017 adaptada pelo autor

Outro conceito importante para a ecologia é a dispersão, segundo Godefroid (2017) a dispersão ocorre quando um organismo se desloca do local onde nasceu para um novo local que será colonizado por ele. Diferentes mecanismos levam os organismos a se dispersarem entre eles o vento, a água, animais e os eventos da biogeografia histórica.

Para Estevez (2016 apud Godefroid, 2017) este processo está relacionado a capacidade do deslocamento de grandes distâncias, a sua resistência perante as condições desfavoráveis do percurso e a sua capacidade de formar uma população com viabilidade reprodutiva.

Alguns outros conceitos também são importantes para entendermos os ecossistemas como o conceito de vicariância que é observada quando a área de ocupação de um táxon ancestral, em decorrência de uma barreira física (Carvalho; Almeida, 2016 apud Godefroid, 2017) é dividida em diferentes áreas, o que faz com que as populações separadas sofram especiação alopátrica. O efeito fundador se dá “quando um desvio genético ocorre em uma população que ao colonizar uma área, é composta por poucos indivíduos possuidores de uma pequena parcela de alelos encontrados nas populações ancestral.” (Brown; Lomolino, 2006, p.233 apud Godefroid, 2017, p. 27).

Nelson; Platnick (1981 apud Godefroid, 2017) diferencia áreas de endemismo como áreas pequenas com um número significativo de espécies, cuja distribuição congruente faz com que sejam encontradas somente neste local.

O termo extinção refere-se ao desaparecimento completo de um táxon (espécie, gênero, família, classe e filo) ou de uma população que ocupa determinada região. (Carvalho; Almeida, 2016 apud Godefroid, 2017)

Em virtude da caça, da destruição de habitats e a introdução de espécies em locais onde elas não ocorriam naturalmente, o ser humano é o principal responsável pelo processo de extinção que ocorreram nos últimos 200 anos. (Estêvez, 2016 apud Godefroid, 2017)

Independente do táxon a que pertence a que pertence, quando um organismo surge, ele ocupados ambientes que apresentam características ecológicas mais favoráveis a sua existência. Desta forma a velocidade com que a ocupação do novo ambiente ocorre e a distribuição dos organismos dependem de fatores geográficos, edáficos, ambientais e bióticos. (Godefroid, 2017)

A distribuição dos taxa pode ser influenciada por barreiras topográficas, capazes tanto de impedi-la quanto de permiti-la e, pode ser limitada por fatores como temperatura, luminosidade, umidade, vento, salinidade, competição, predação e disponibilidade de alimento, que podem afetar de alguma forma afetam a sua capacidade de sobrevivência e de reprodução. (Godefroid, 2017)

Os acidentes geográficos podem tanto permitir quanto impedir a dispersão de determinado táxon, atuando neste caso como uma barreira. Fatores edáficos como as características do solo, porosidade, quantidade de areia, silte, argila e sais minerais em sua composição e capacidade de reter água e de trocar cátions podem favorecer ou impedir a dispersão de um táxon (Guerra; Cunha, 2016 apud Godefroid, 2017). E fatores bióticos como a competição, a predação e a disponibilidade de alimento são alguns dos fatores bióticos que limitam a distribuição dos seres vivos. (Godefroid, 2017)

A dispersão dos vegetais é afetada pela disputa por nutrientes, espaço e luz, a qual ocorre entre os taxa de uma mesma região, inibindo a presença de alguns em áreas adequadas à sua presença. Influenciada também pelos herbívoros e pelos nectívoros, que levam pólen por longas distâncias, e assim dispersão os vegetais até mesmo em áreas remotas, como nas ilhas (Guerra; Cunha, 2016 apud Godefroid, 2017).

Os fatores ambientais como luz, temperatura, umidade, vento e salinidade afetam o padrão de distribuição dos animais e dos vegetais do planeta. Esses elementos podem ser considerados os principais determinantes da distribuição das taxas vegetais, pois tanto seu

excesso quanto sua falta podem inibir a conclusão de seu ciclo de vida (Guerra; Cunha, 2016 apud Godefroid, 2017).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura – Unesco (1980) regiões tropicais a alta biodiversidade, grande luminosidade devido a alta umidade e a temperatura elevada (18 a 32°C) e as regiões temperadas tem uma biodiversidade, em razão das baixas temperaturas, que limitam a ocorrência de várias espécies (Guerra; Cunha, 2016 apud Godefroid, 2017).

Quanto aos vegetais, a quantidade e a qualidade da radiação influenciam parte de suas atividades fisiológicas (Welden et al., 1991 apud Godefroid, 2017). A luminosidade é um fator limitante para a fotossíntese, a regeneração e o crescimento das espécies vegetais que vivem neste ambiente.

Para Figueiró (2015, p. 190 apud Godefroid, 2017, p. 82) “a temperatura afeta a distribuição dos organismos devido ao fato dela regular seus processos fisiológicos”.

Tratando-se da umidade, a água é essencial para a sobrevivência dos organismos, e sua disponibilidade é considerada um fator limitante para a distribuição deles. A água é utilizada na fotossíntese e liberada na atmosfera pela evapotranspiração. Mudanças em seu fluxo podem acarretar um déficit hídrico e um mau funcionamento dos processos fisiológicos da planta. A precipitação anual, sua distribuição e a relação entre precipitação e temperatura determinam a quantidade de água disponível para os seres vivos (Godefroid, 2017).

O vento é um fator limitante da distribuição dos organismos, pode atuar diretamente, dispersando sementes, ou indiretamente, afetando a temperatura e a umidade. E a salinidade do solo e dos corpos de água é um fator limitante para a distribuição dos organismos, principalmente nos ambientes marinhos (Godefroid, 2017).

O termo Bioma foi proposto pela primeira vez por Frederic Clements e Victor Shelford, no final da década de 1930, refere-se a flora de uma região em conjunto com sua fauna, sob a influência de condições climáticas específicas à área (Clements; Shelford, 1939 apud Godefroid, 2017).

Em escala continental, a distribuição da biota é determinada principalmente pelo clima e, em escala regional, pela topografia e pelo solo da região. Os biomas são: taiga, tundra, floresta pluvial tropical, floresta temperada, savana, cerrado, campo, estepe, pradaria, deserto e semideserto (caatinga).

As paisagens podem ser consideradas uma herança porque temos caráter de processos utilizados no passado, alterados e adaptados por processos atuais. Embora existam

alterações locais e regionais observou-se, nos últimos 5 a 7 mil anos um padrão global de paisagens zonais e azonais semelhante ao percebido atualmente (Godefroid, 2017).

Ab'Saber (2007 apud Godefroid, 2017) nos diz que o domínio morfoclimático e fitogeográfico é um conjunto espacial de certa ordem de grandeza territorial, de centenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados de área, onde haja semelhanças de relevo, tipos de solo, formas de vegetação e condições climático-hidrológico em que as condições fisiográficas e biogeográficas formam um complexo homogêneo e extensivo. De acordo com Estêvez (2016 apud Godefroid, 2017), dos seis domínios morfoclimáticos e fisiográficos brasileiros, quatro ocorrem na zona intertropical – domínio dos cerrados, domínio dos mares, de morros e domínio da caatinga e dois na zona subtropical – domínio das araucárias e domínio das pradarias.

As ações antrópicas, como as atividades agrícolas, exploração de madeira, garimpo, abertura de estradas e construção de cidades tem provocado alteração importantes, e a perda de biomas. A conservação e o uso sustentável do bioma relacionados à biodiversidade e ao manejo, sendo essencial realizar um inventário florestal da flora e fauna (Santos, 2012 apud Godefroid, 2017).

Para Godefroid (2017) os biomas possuem vários habitats, utilizado por uma diversidade de animais e vegetais, que interagem com o ambiente, podendo haver relações de interdependência em suas cadeias trópicas. Em algumas áreas estão espécies raras ou em risco de extinção, que torna sua preservação essencial.

É importante conservar os biomas, pois nas áreas florestadas ocorre o sequestro de carbono atmosférico, que ameniza os problemas de mudanças climáticas, reduzindo o efeito estufa. A conservação é necessária tanto em termos socioeconômicos fornecimento de diferentes produtos, os biomas possibilitam a oferta de trabalho aos habitantes locais e contribuem para a saúde pública, entre os produtos estão o minério, madeira, cortiça, frutas, plantas. As espécies exóticas introduzidas pelo homem causam na maioria das vezes podem causar problemas aos biomas e para as espécies nativas.

## **2.2. A ecologia dos sistemas e o ecossistema**

A ecologia dos sistemas tem o objetivo de pesquisar e debater o funcionamento e a auto-organização dos seres vivos. Este conhecimento é importante e contribui para a solução de problemas ambientais decorrentes das ações dos seres humanos.

Haeckel (1866, p. 23 apud Godefroid, 2017) define ecologia com “a ciência capaz de compreender a relação do organismo com o seu ambiente.”

A ecologia é a ciência que estuda como os organismos interagem entre si e com o meio em que vivem, considerando os fatores abióticos (luz solar, temperatura, umidade e nutrientes) e bióticos (outros organismos). (Godefroid, 2017)

Os termos indivíduos, população, comunidade, ecossistema e biosfera são usadas para representar diferentes níveis bióticos. (Ricklep, 2003 apud Godefroid, 2017)

Alguns conceitos são importantes como sistema que é o resultado da interação desses níveis de organização com a parte física do ambiente; população é o conjunto de indivíduos pertencentes a uma mesma espécie que ocupa um espaço comum em que se reproduzem entre si. Comunidade abrange todas as populações que ocupam uma mesma área. E sistema ecológico ou ecossistema organismos vivos de uma comunidade e o ambiente onde eles vivem, com suas características físicas e químicas e inter-relação entre eles. A biosfera é a camada superficial da Terra em que a vida se desenvolve e se mantém, é composta pela atmosfera, hidrosfera e litosfera. (Godefroid, 2017)

A Teoria de Gaia esta teoria leva em consideração que os organismos, principalmente os microorganismos, tiveram sua evolução relacionada ao seu ambiente físico, permitindo a formação de um sistema intrincado e autoregulatório que mantém as condições favoráveis para a existência na vida na Terra. (Odum; Barret, 2007 apud Godefroid, 2017)

Troll (1968, p.17 apud Godefroid, 2017, p.35) define a ecologia de paisagem como “o estudo do complexo inteiro da rede de causa-efeito entre os seres vivos e as comunidades vivas e suas condições ambientais que predominam em um setor de paisagem. Atualmente a ecologia de paisagens é vista como um ramo da ecologia que estuda a inter-relação entre os seres vivos e as paisagens, sejam elas naturais, sejam artificiais fornecendo a base científica necessária para que estudos de outras áreas, como conservação, projeto, manejo, sejam realizados.

No decorrer da história as paisagens sofreram alterações devido a processos naturais e humanos.

Os corredores por serem ambientes estreitos, longos e com grandes áreas de borda permitem a conservação de várias espécies, pois permitem que populações isoladas voltem a entrar em contato com elementos importantes para sua manutenção e sobrevivência. No entanto, as áreas de reserva não devem ser substituídas por corredores, que devem ser vistos apenas como uma medida complementar para a conservação da biodiversidade local (Forman, 1991 apud Godefroid, 2017)

A dispersão parte dos indivíduos de uma população pode se movimentar para fora do seu habitat natural. A dispersão pode ser desencadeada por mudança de um habitat que se tornou inadequado à competição, relacionado a mecanismos que evitam a consanguinidade.

Os sistemas abrangem desde sistemas genéticos até ecossistemas, que são constituídos por componentes abióticos e bióticos. Os componentes abióticos são a matéria, a energia utilizado nos sistemas. Sendo que quase toda a energia recebida pela biosfera é originária do sol. (Godefroid, 2016)

O ecossistema representa o nível de hierarquia ecológico em que uma comunidade biológica interage com os componentes abióticos de uma região de maneira a propiciar um fluxo de energia estimulando a ciclagem de nutrientes. Por apresentar todos os componentes bióticos e abióticos necessários para a vida o ecossistema é a unidade básica da ecologia. (Godefroid, 2016)

As substâncias inorgânicas particulados e dissolvidos como a água, o nitrogênio, o gás carbônico e a matéria orgânica. A movimentação da água pelo ecossistema ocorre pela evaporação, transpiração e pela precipitação atmosférica. O nitrogênio encontrado sob a forma de gás N<sub>2</sub> normalmente incorporado pelas plantas sob a forma de nitrato de amônia. O CO<sub>2</sub> é absorvido pelas plantas durante a fotossíntese, sua concentração no ambiente se dá pela alta queima de combustíveis fósseis. A matéria orgânica são as proteínas, carboidratos, lipídeos e as substâncias húmicas, e realizam interação entre os componentes bióticos e abióticos. (Godefroid, 2016)

Quanto ao clima, a temperatura e a umidade são os principais parâmetros climáticos. A atmosfera da Terra mantém um equilíbrio a radiação solar que incide no planeta e a radiação que é perdida no espaço, com isto a atmosfera controla a temperatura da terra, este evento é chamado efeito estufa. Porém nos últimos 200 anos houve um aumento da temperatura do planeta em decorrência do aumento do CO<sub>2</sub>, CH<sub>4</sub> (metano) e clorofluorcarbonetos (CFC). (Godefroid, 2016)

Quanto aos componentes bióticos os produtores ou autotróficos utilizam a radiação solar fotossintetizante ativa para reduzir o carbono inorgânico. As plantas vasculares superiores, as briófitas (musgos), as pteridófitas (samambaias), microalgas, macroalgas, bactérias fotossintetizantes. Os heterotróficos ou consumidores ingerem substâncias orgânicas para obter a energia utilizada no metabolismo. Podem ser: herbívoros, pastejadores, predadores, parasitas e decompositores. (Godefroid, 2016)

Para Godefroid (2017) o fluxo de energia dentro de um ecossistema e cadeias alimentares é representado pela transferência de energia ao longo da sua cadeia alimentar.

O número de espécies em um ecossistema tende a aumentar a área que este ocupa aumenta, bem como de acordo com o tempo de colonização, de especialização e de especiação. As comunidades ganham e perdem nutrientes de diferentes maneiras, eles são movidos por grandes distâncias pela ação dos ventos, dos cursos d'água e das correntes oceânicas. (Godefroid, 2016)

Godefroid (2017) conceitua cadeia alimentar como uma série de eventos de predação observado em comunidades e ecossistemas. Várias espécies fazem parte de diferentes cadeias alimentares, esta interconexão entre diferentes cadeias formam a teia alimentar.

A ciclagem biogeoquímica é um processo que, ao realizarem a transformação da matéria orgânica no seu estado original para o seu estado orgânico novamente possibilitando a constante reciclagem da matéria. Porém os efeitos da ação antrópica nos ciclos biogeoquímicos causam poluição por concentração de substâncias tóxicas. Muitas substâncias tóxicas são bioacumuladoras, acumulam nos níveis tróficos nas cadeias alimentares. (Godefroid, 2017)

A diversidade, estabilidade e maturidade dos ecossistemas naturais são alterados pela ação antrópica. Há impactos pela ação humana. A estabilidade é a persistência temporal de uma comunidade, assim sendo, quando uma comunidade está próxima ao clímax, as comunidades ficam constantes por mais tempo. A resistência é a habilidade que os ecossistemas tem de resistir as perturbações e manter inalterados sua estrutura e seu funcionamento, de resistir a invasão de espécies alóctones, especialmente as exóticas. A persistência é a capacidade do ecossistema se manter inalterado diante das variações. Os ecossistemas estáveis possuem uma grande diversidade específica. Esta diversidade aumenta a capacidade de resistência. (Godefroid, 2017)

Para Dajoz (2008 apud Godefroid, 2016) sobre a relação entre diversidade e estabilidade, sendo que a resistência a invasão por espécies alóctones é maior quando a diversidade aumenta, assim sendo conforme a biodiversidade aumenta, a riqueza específica de níveis tróficos de categorias mais elevada também aumenta.

As respostas evolutivas as mudanças no ambiente físico, os fatores ambientais como a luz e a precipitação das chuvas afetam o desenvolvimento dos organismos. Vários organismos desenvolveram mecanismos de defesa. Há consequências das estratégias individuais para a comunidade, algumas vezes os animais são atraídos para a mesma área, interagem para competir por espaço, recursos ou acasalamentos. (Godefroid, 2017)

### 2.3. Manejo dos recursos naturais e os principais problemas ambientais

Entre os principais problemas ambientais estão o desmatamento e a perda da biodiversidade. Atualmente as florestas ocupam 2/3 do continente, sendo o desmatamento a principal causa da destruição de habitats, principalmente pela ação humana. Há perda de 50% do ambiente de espécies nativas das regiões tropicais e a fragmentação dos habitats restantes, que é o principal fator de risco que leva as espécies a extinção, a perda de habitats diminui o tamanho da população. (Godefroid, 2016)

Townsend; Begon; Harper (2010 apud Godefroid, 2016) menciona que não podemos esquecer das interações existentes nas comunidades, considerando este fato, a extinção de uma espécie nativa pode levar a extinção de outras espécies.

O aquecimento global e a camada de ozônio são outros problemas ambientais importantes.

O uso de combustíveis fósseis como carvão e petróleo a partir da Revolução Industrial em substituição aos combustíveis sustentáveis somados aos desmatamentos nos últimos 200 anos foi constatado aumento do CO<sub>2</sub> na atmosfera, aumento de 0,2°C a 0,6°C que acelera o efeito estufa no planeta, tendo como estimativa o derretimento das calotas polares e das geleiras, ocasionando um aumento do nível do mar, mudanças nos padrões climáticos globais (precipitação atmosférica, ventos e ocorrências oceânicas). Levando à mudança no padrão de distribuição espacial de algumas espécies, extinção de outras que não conseguem se adaptar. (Townsend; Begon; Harper, 2010 apud Godefroid, 2016)

A camada de ozônio está mais concentrada na estratosfera, onde absorve aproximadamente 99% da radiação ultravioleta solar utilizada na transformação do gás O<sub>2</sub> em ozônio. Na Antártida durante a primavera há uma concentração mínima de ozônio nessa região. Tal concentração vem diminuindo devido a utilização de clorofluorcarbonos e do brometo de metila liberado no momento da queima de biomassa vegetal. Os clorofluorcarbonetos ao serem decompostos na estratosfera pela radiação ultravioleta, liberam cloro que ao reagir com O<sub>3</sub>, causa a sua destruição na escala de um átomo de cloro para 100.000 moléculas de O<sub>3</sub>. A atividade vulcânica do planeta também destrói a camada de ozônio. (Godefroid, 2016)

Para Godefroid (2017) a redução dos efeitos das atividades humanas sobre a temperatura do planeta e a camada de ozônio podem ser reduzidos com fontes de energia renováveis que substituam os combustíveis fósseis, diminuição dos desmatamentos e se as emissões de clorofluorcarbonetos forem eliminados.



Cita Godefroid (2016) outros problemas mundiais são a poluição do ar, do solo e da água.

A emissão de poluentes no ar em decorrência das atividades industriais tem afetado cada vez mais os ciclos biogeoquímicos do nitrogênio e do enxofre, a queima de combustíveis fósseis e liberação de dióxido de enxofre principalmente pelas termoelétricas, causando as chuvas ácidas.

A poluição do solo ocorre pela entrada de substâncias químicas nesse ambiente, como hidrocarbonetos, petróleo, pesticidas e solventes, quanto às modificações causadas pelas ações humanas. O uso de fertilizantes químicos contamina o solo com impurezas, nutrientes e metais pesados, os quais com a chuva entram no solo ou podem ser lixiviados até corpos de água contaminando-os. Os agrotóxicos (herbicidas, fungicidas, inseticidas, pesticidas) que, ao se acumularem no solo, diminuem a fertilidade e ao serem absorvidos pelas raízes das plantas acabam por contaminá-las. Por serem bioacumuladoras pelos organismos dos níveis superiores das cadeias alimentares, causando danos a saúde da fauna e aos seres humanos.

Outros fatores que causam poluição do solo são o descarte inadequado de resíduos sólidos, desmatamentos deixam o solo exposto a erosão, a chuva ácida, o lançamento de esgotos, a mineração, as queimadas que reduzem a fertilidade dos solos, contribuem para a desertificação causando desequilíbrios ecológicos.

Algumas medidas que podem mitigar a poluição do solo são utilização correta ou não utilização de agrotóxicos, redução de queimadas e desmatamentos, reflorestamentos, descarte correto de resíduos, recuperação de áreas degradadas.

Quanto a poluição da água Tunsí; Tunsí (2008 apud Godefroid, 2016) afirma que os ecossistemas de água doce estão sujeitos a vários impactos que resultam de atividades humanas e dos usos múltiplos das Bacias Hidrográficas.

Segundo Dajoz (2008, apud Godefroid, 2017) são três as principais causas de poluição nesses ecossistemas: a poluição térmica que é o lançamento de água quente pelas usinas term nucleares, pode causar o aumento da temperatura da água ocasionado prejuízos aos organismos aquáticos. A poluição orgânica pelo lançamento de poluentes orgânicos. E a poluição em decorrência do transporte de nitratos e outros compostos utilizados nas atividades agrícolas.

### **3. METODOLOGIA**

Para Gil (2008), o método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para atingir o conhecimento. Para que seja considerado conhecimento científico, é necessária a identificação dos passos para a sua verificação, ou seja, determinar o método que possibilitou chegar ao conhecimento.

A metodologia é um conjunto de instrumentos e etapas usados para se atingir determinado objetivo durante a realização de uma pesquisa. Portanto, a metodologia está relacionada a expor o processo da investigação.

A pesquisa de acordo com a forma de abordagem, foi qualitativa. Em relação à técnica de obtenção de informações foi bibliográfica e documental, experimental, de campo ou coleta de dados; e a partir dos instrumentos foi o levantamento bibliográfico e documental. Portanto a metodologia abordagem qualitativa, com procedimento bibliográfico e documental.

Quanto aos procedimentos técnicos (GIL, 2008) pesquisa bibliográfica: é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Não se recomenda trabalhos oriundos da internet.

Conforme posto em Gil (2008) a relação entre o mundo e o fato a ser investigado não se traduz em números: o pesquisador busca se aprofundar em questões subjetivas do fenômeno; os dados podem ser coletados por entrevistas, observações, narrativas e documentos; analisa opiniões, não é representativa e tem caráter exploratório; feita com amostras pequenas; não utiliza métodos estatísticos. Desenvolvida a partir de material já publicado, como livros, artigos, periódicos, internet e outros. Elaborada a partir de um objeto de estudo determinado no qual se verifica a influência de variáveis, identificam-se formas de controle e observam-se os efeitos que as variáveis produzem no objeto

#### **4. A LEGISLAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO DE NASCENTES PARA O ECOSSISTEMA**

Atualmente, mais de 100 milhões de brasileiros se beneficiam das águas que nascem na Mata Atlântica e que formam diversos rios que abastecem as cidades e metrópoles brasileiras. Existem milhares de nascentes e pequenos cursos d'água que afloram no interior de seus remanescentes. (APREMAVI, 2021)

A Mata Atlântica abriga uma intrincada rede de bacias hidrográficas formadas por grandes rios como o Paraná, o Tietê, o São Francisco, o Doce, o Paraíba do Sul, o Paranapanema e o Ribeira de Iguape. Essa rede é importantíssima não só para o

abastecimento humano mas também para o desenvolvimento de atividades econômicas, como a agricultura, a pecuária, a indústria e todo o processo de urbanização do País. (APREMAVI, 2021)

A floresta auxilia no que se chama de regime hídrico permanente. Com seus vários componentes (folhas, galhos, troncos, raízes e solo), age como uma poderosa esponja que retém a água da chuva e a libera aos poucos, ajudando a filtrá-la e a infiltrá-la no subsolo, alimentando o lençol freático. Com o desmatamento, surgem problemas como a escassez, já enfrentada em muitas das cidades situadas no Domínio da Mata Atlântica. (APREMAVI, 2021)

Esse também é o principal motivo da necessidade de se preservar e recuperar a mata ciliar, que é o conjunto de árvores, arbustos, capins, cipós e flores que crescem nas margens dos rios, lagos e nascentes. As áreas nas margens de rios, lagos e nascentes onde ocorrem as matas ciliares são consideradas de preservação permanente pelo Código Florestal Brasileiro. (APREMAVI, 2021)

A mata ciliar protege os olhos, os rios, lagos e nascentes, cobrindo e protegendo o solo, deixando-o fofo e permitindo que funcione como uma de esponja que absorve a água das chuvas. Com isso, além de regular o ciclo da água, evita as enxurradas. As raízes, a mata ciliar evita também a erosão e retém partículas de solo e materiais diversos, que com a chuva iriam acabar assoreando o leito dos rios. A floresta, com sua sombra e frutos, é muito importante também para a proteção e preservação da diversidade da flora e fauna e para o equilíbrio do ecossistema como um todo. (APREMAVI, 2021)

Em toda a Mata Atlântica, muitas matas ciliares ao longo de rios, lagos e nascentes foram desmatadas e indevidamente utilizadas. As consequências dessa destruição são sentidas diariamente, com o agravamento das secas e também das enchentes, o que torna necessária uma urgente ação de recuperação. As recomendações, principalmente para as cidades da Mata Atlântica, são a criação de áreas protegidas em torno de reservatórios e mananciais e o manejo de mananciais que estão fora das áreas protegidas. (APREMAVI, 2021)

Acredita-se que grande parte das nascentes do município localiza-se em área consolidada. A área consolidada segundo a Lei Federal n.º 12.651/12 é a área de imóvel rural com ocupação antrópica (resultante de ações humanas) preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admita este caso, a adoção de regime de pousio. Nas áreas consolidadas a recuperação das nascentes com vegetação deve se dar num raio de 15 metros.

Para efeito da aplicação da legislação pertinente, é considerado: nascente: Afloramento natural do lençol freático que apresenta perenidade e dá início a um curso d'água; Olho d'água: Afloramento natural do lençol freático mesmo que intermitente.

A Resolução Consema 314/2016 alterada pela resolução Consema n.º 360/2017 e n.º361/2017 cita atividades de baixo impacto ambiental em que são permitidas intervenção e supressão de vegetação em APP, em seu art. 1º, alínea d): “construção de estrutura física para captação de água das nascentes visando a proteção das nascentes e o atendimento das necessidades básicas das unidades familiares conforme anexo único, podendo a EMATER emitir boletim técnico para detalhamento e orientação aos produtores rurais.

A dispensa de outorga, conforme os critérios da Resolução CRH n.º 91/2011, art. 2º:

Serão dispensadas de outorga derivações ou captações de água superficial de até 0,1 l/s ou 0,0001 m<sup>3</sup>/s relacionados aos usos individual para as necessidades básicas da vida, higiene e alimentação, associadas a locais onde não haja rede pública disponível para conexão.( CRH n.º 91/2011, art. 2º)

Deverá ser realizado o cadastro da nascente no SIOUT (Sistema de Outorga do Rio) Grande do Sul coordenado pelo Departamento de Recursos Hídricos do estado da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e no SISÁGUA – Sistema de Informações de Vigilância de Qualidade da Água para Consumo Humano do Ministério da Saúde coordenado no RS pelo CEVS – Centro Estadual de Vigilância em Saúde.

Conforme roteiro técnico da Emater (2019) a implantação do sistema de captação de água de nascentes e olhos d'água deverá ser feita com a orientação técnica dos técnicos da Emater/RS-Ascar, devendo ser precedida de uma limpeza manual nas proximidades da nascente, seguida da construção de uma estrutura física de proteção da água, isolando-a assim do meio externo. Evitando assim contaminações com terra, animais, materiais orgânicos e outros organismos e outros organismos que possam trazer algum prejuízo à qualidade da água da nascente. Por fim deve ser providenciada a saída d'água para fora da nascente.

Segundo a Embrapa (2013) as nascentes existem graças ao acúmulo da água da chuva no solo, nos chamados lençóis freáticos. Existem três tipos básicos de lençóis: os freáticos, mais comuns e importantes, sendo abastecidos pelos terrenos que estão acima ou próximo deles; os artesianos que são fechados, entre duas camadas impermeáveis que podem estar a grandes profundidades e aflorar água até em locais distantes; e os cársticos que ocorrem

onde a formação rochosa e o movimento das águas permitem a formação de canais e cavernas impermeáveis, onde a água é retida.

Sendo assim, os lençóis freáticos são os responsáveis pela vida da grande maioria das nascentes. Nestes a água é acumulada dentro da terra, ocupando os espaços vazios (poros), sua retenção se deve a presença de alguma camada impermeável (geralmente rochosa), aflorando normalmente nas encostas ou pé dos morros. Podem se situar em diversas profundidades, inclusive próximo a superfície, formando os banhados.

A Embrapa (2017) o funcionamento dos lençóis freáticos depende de sua capacidade de armazenamento e também do uso da terra em seu entorno. Assim sendo, as nascentes podem ser perenes, possuindo água o ano todo; intermitentes, vertendo por vários períodos durante o ano todo; e temporários (ou efêmeros), que ocorrem apenas em períodos de chuvas.

Ainda cita a Embrapa (2017) que as nascentes podem ser de dois tipos básicos: nascentes de contato (ou de encosta) e de depressão, que afloram em partes baixas dos terrenos, em olhos d'água ou saindo em forma difusa, formando brejos.

O abastecimento do lençol freático depende do regime anual de chuvas e das condições físicas para que a água penetre no solo. Segundo a Embrapa (2017) o único elemento da natureza que facilita a penetração da água até camadas mais profundas do solo são as árvores, devido a constante renovação de suas raízes que, ao apodrecerem, formam verdadeiras redes de canais. No entanto, o desmatamento generalizado é a principal causa da redução da produção de água das nascentes.

A cobertura do solo por culturas agrícolas, sejam elas, anuais ou perenes, e as pastagens permite a penetração da água da chuva apenas até o limite das suas raízes, camada onde é mantida a porosidade. Nesta camada com o passar dos anos se forma uma impermeabilização, tanto por compactação como por deposição de partículas finas, fechando os poros maiores e limitando a infiltração para os lençóis. A consequência disto é que quase a totalidade da água da chuva é perdida por escoamento superficial, após o encharcamento do solo. Em terrenos com declividade e topos de morros este fenômeno é ainda mais grave acarretando perda de solo com consequente assoreamento dos rios e represas.

Para Embrapa (2017) algumas práticas de cultivo podem reduzir as perdas de água da chuva como a diversificação das culturas, introduzindo a produção florestal em partes da propriedade, seguramente aumentará a quantidade de água que chegará aos lençóis revigorando as nascentes como consequência. Para as encostas íngremes e topos de

morros é indicado a produção florestal (reflorestamentos comerciais), pois necessitam de proteção integral. Por outro lado nas áreas nobres para cultivos agrícolas, árvores produtivas também podem ser plantadas, sob a forma de consórcios, são as chamadas práticas agroflorestais que podem ser aplicadas a qualquer tipo de cultivo (anuais ou perenes) ou pastagens.

As práticas para melhorar o abastecimento dos lençóis como a proteção do entorno das nascentes são necessárias por várias razões, a primeira delas é a obrigação legal, a Lei Federal n.º 12.651/12 reduziu a dimensão da área de proteção para 15 metros de raio (707 m<sup>2</sup>) ao redor de cada nascente. Outro motivo é a necessidade de abastecimento, a demanda de água para as propriedades.

Sabe-se que a falta de proteção arbórea, de forma geral, causa as seguintes consequências: menor estoque de água nos lençóis, com menor disponibilidade para as propriedades; maior período de escassez, nas estiagens prolongadas; redução da vazão dos córregos, afetando a fauna, flora e comunidades humanas; redução do nível das represas, causando racionamento em épocas críticas; aumento das enxurradas carregando solos, causando destruição e assoreamento de rios e represas.

Embrapa (2017) cita alguns métodos para recuperar a vegetação natural no entorno das nascentes, sendo o primeiro passo indispensável para o sucesso de qualquer método de recuperação ecológica o isolamento da área com cercas convencionais, restringindo assim o acesso de animais domésticos e pessoas. É recomendado pelo menos o último arame (de baixo) liso e colocado a uns 70 cm do chão permitindo assim o trânsito de animais silvestres.

A restauração da vegetação vai depender do uso atual da área a recuperar se forem pastagens ou lavoura, mudas de espécies nativas da região podem ser plantadas logo depois do cercamento, restaurando gradativamente a mata ciliar. Já se a área estiver coberta por gramíneas mais agressivas (hermátria e braquiárias), a vegetação natural levará mais tempo para se restaurar, devemos então criar situação favorável à sua recuperação podendo, por exemplo, ocorrer à limpeza ao redor das mudas.

O plantio de mudas pode ser simples como o plantio de algumas espécies facilitadoras ou mais complexo e de maior diversidade. Sendo que o uso de herbicidas é desaconselhado. Se pode também instalar poleiros na área, a fim de facilitar o pouso dos pássaros e a dispersão de sementes facilitando assim a regeneração natural.

A regeneração natural será facilitada se caso nas proximidades houver fragmentos de vegetação nativa, significativos. Sendo que deve ser dada relevância para as nascentes que tiverem estes fragmentos para a regeneração natural.

Uma experiência que ocorreu em Machadinho/RS pode ser levada em conta, claro que não se aplica a todos os casos, mas é importante termos modelos que estão dando certo para poder nos basear.

Para a Embrapa (2017) no caso das propriedades rurais de Machadinho foram usadas 17 espécies arbóreas nativas, apenas nas partes bem abertas do entorno da nascente, no espaçamento de 2 m x 2 m; sabendo de antemão que haviam fragmentos de vegetação importantes na região e que as áreas de pousio regeneram-se com facilidade.

No plantio alternaram-se espécies de abrigo e espécies de cristas. As espécies de abrigo ou protetoras como a bracatinga (*Mimosa scabrella*), e cambaí-amarelo (*Sesbania virgata*) são pioneiras de rápido crescimento, de vida curta e com copas largas e densas com capacidade de desenvolvimento para abafar as gramíneas. As espécies de crista apresentam crescimento mais lento e vida mais longa, espécies rústicas se adaptam as várias condições de solo como a aroeira-vermelha (*Schinus terebinthifolia*) e açoita-cavalo (*Luehea divaricata*). As fruteiras nativas foram usadas em quantidades reduzidas, por serem pouco eficientes para a cobertura inicial rápida do solo.

É importante analisar a umidade do solo para cada caso, cada nascente terá suas particularidades. Algumas espécies como branquilha (*Sebastiania Commersoniana*), cambaí-amarelo (*Sesbania virgata*), aroeira vermelho (*Schinus terebinthifolia*) e açoita-cavalo (*Luehea divaricata*) desenvolve-se em solo semi-encharcados, o que não é o caso da bracatinga (*Mimosa scabrella*), angico-vermelho (*Parapiptadenia rígida*) e ipês (*Handroanthus albus*) que foram destinados ao solo mais seco.

No caso de Machadinho, segundo a Embrapa (2017) constatou-se que alguns fatores dificultam a sobrevivência e desenvolvimento das espécies entre elas: ocorrência de período longo de estiagem, ataques de pragas de difícil controle, como grilos noturnos, carência de mão-de-obra familiar nas propriedades, prejudicando a manutenção das mudas.

O mesmo caso mostra que algumas espécies se sobressaíram por sua rusticidade entre as quais se destacam: canafístula, aroeira-vermelha, açoita-cavalo, ingá, cocão e angico vermelho. Destaque para a bracatinga que apresentou maior crescimento médio em todas as áreas. Mostrou-se evidente a importância da fase de estabelecimento das mudas, os cuidados de limpeza que levam a pega definitiva o que demora de 1 a 2 anos.

No caso de Machadinho, segundo a Embrapa (2017) houve a implantação também de sistemas agroflorestais para os terrenos acima das nascentes e nas propriedades com escassez de árvores foram oferecidas aos produtores duas opções para melhorar as condições de infiltração: arborização com pastagens; e erva mate arborizada. Sendo que a grande maioria optou pela erva mate arborizada, pois apresenta um mercado promissor na região. Este cultivo aumenta a infiltração das chuvas formando uma barreira vegetal que reduz o escoamento superficial, tendo um sistema de raízes mais profundo.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A forma mais adequada de recuperar as nascentes e olhos d'água no município de São Domingos do Sul segundo a pesquisa é o modelo proposto pela Emater/RS, no qual caminha ao lado da legislação. No entanto tão importante quanto a estrutura física é a recuperação da área de preservação permanente com o plantio de mudas nativas da região e condução da regeneração natural. É importante a conservação da biodiversidade para o ecossistema e para a comunidade sendo fundamental a fonte de água na propriedade de qualidade protegida e recuperada.

A metodologia desta pesquisa conforme a forma de abordagem foi uma pesquisa qualitativa. A técnica de obtenção de informações foi a bibliográfica e documental, sendo o instrumento usado foi um levantamento bibliográfico e documental.

A recuperação das nascentes do município são de extrema importância para o ecossistema local e para as propriedades rurais, pois além da água ser essencial para a flora e a fauna a recuperação das áreas degradadas melhora as interferências entre os seres vivos e seu habitat.

Uma pesquisa indicada para o futuro pode ser realizada a campo com a efetiva proteção física das nascentes no município de São Domingos do Sul e o acompanhamento de sua recuperação por alguns anos, com plantio de mudas e condução da regeneração natural, observando o caso de Machadinho/RS.

## **REFERÊNCIAS**

APREMAVI. Biodiversidade, 2021. Disponível em: <<https://apremavi.org.br/mata-atlantica/>> Acesso em 06 de julho de 2021.

BENEDITO, E. *Biologia e Ecologia dos Vertebrados*. 1 ed. Rio de Janeiro: Roca, 2017.



BRASIL, Lei Federal n.º 12.651/2012, Código Florestal Brasileiro.

EMATER/RS-ASCAR, Proteção, preservação e recuperação de nascentes e olhos d'água. Porto Alegre, RS, 2019.

EMBRAPA. Recuperação e proteção de nascentes em propriedades rurais de Machadinho, RS, Brasília, DF, 2013.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODEFROID, Rodrigo S. Biogeografia: abordagens teórico-conceituais e tópicos aplicados. Curitiba: InterSaber, 2017. BVP

GODEFROID, Rodrigo S. Ecologia de sistemas. Curitiba: InterSaber, 2016. BVP

KARDONG, K.V. Vertebrados: anatomia comparada, função e evolução. 5ª Ed. Editora Roca, 2011. 913p.

MEDEIROS, João de Deus. Mata Atlântica. Departamento de Botânica (CCB-UFSC) e do Grupo Pau-Campeche, 2021. Disponível em: <<https://apremavi.org.br/mata-atlantica/>> Acesso em 06 de julho de 2021.

MINAS GERAIS. Projeto de recuperação de nascentes, Divinésia, MG, 2017.

RIO GRANDE DO SUL, Resolução Consema n.º 314/2016 alterada pela resolução Consema n.º 360/2017 e n.º361/2017 atividades de baixo impacto ambiental em que são permitidas intervenção e supressão de vegetação em APP.

RIO GRANDE DO SUL, Resolução CRH n.º 91/2011, dispensa de outorga.

**Capítulo 76 - DOI:10.55232/1083002.76**

**DIREÇÃO FOTOGRÁFICA EM SÉRIE – ANÁLISE DE  
"EUPHORIA"**

**Isabella De Sousa Campos**

**RESUMO:** A série americana “Euphoria” apresenta muitos assuntos de interesse em sua composição, seja narrativa e influência para a sociedade atual, a utilização da fotografia para representar embriaguez, alucinação e juventude que o seriado aborda e muitos outros aspectos. Neste artigo, a direção fotográfica recebe destaque e uma análise própria no que diz respeito a sua utilização em momentos de uso de drogas ilícitas pelos personagens, mais precisamente na cena em que é utilizado um cenário rotativo em sua composição. Tal momento ganha foco neste estudo pois representa a mente da personagem em momentos de uso de drogas. Comparada com outras produções cinematográficas que também utilizam da técnica de conjunto giratório, “Euphoria” traz aspectos novos em sua composição, que também recebe espaço neste artigo.

**Palavras-chave:** direção fotográfica; série euphoria; cenário rotativo;

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo apresenta um estudo de como a série televisiva americana “Euphoria” do canal HBO representa, através de sua fotografia, a vida de alguns adolescentes na era digital que enfrentam o ensino médio, e com ele, amizades, romances, festas, sexo e drogas (que receberá foco principal nesse estudo).

Nesse contexto, surgem algumas perguntas: Como a série utiliza as cores, luzes, movimentos de câmeras e figurinos para acrescentar à narrativa do drama? Como a fotografia em cenas de uso de drogas ilícitas transporta os telespectadores para dentro da mente da personagem principal, Rue? Por que isso acontece? Existe semelhança na fotografia e narrativa da série original israelense? Se assemelha a outras produções?

Para responder estas questões é preciso estudar a cena apresentada no episódio piloto da série onde o corredor todo gira em torno de Rue, o momento representa seu estado interior emocional, e analisa como a direção fotográfica conseguiu transmitir e agregar significados a sua narrativa. Também será necessário apontar as semelhanças e diferenças nas duas produções do mesmo título e analisar outras produções audiovisuais que apresentam o mesmo conceito de cenário rotatório que o programa aborda.

O estudo toma como referência autores como Christine Mello e seu trabalho “Extremidades do vídeo” (2008), que apresenta o mundo das produções televisivas. Jane Barnwell, acrescentando ao estudo de fotografia e seus elementos com o seu livro “Fundamentos da Produção Cinematográfica” (2013) e a famosa obra de Franz Kafka, “A Metamorfose”, que dá origem ao filme “A Mosca” (1986), citado posteriormente neste estudo. Este artigo também apresenta conteúdos encontrados em entrevistas, sites sobre cinema e making ofs, encontrados no canal oficial da série, no Youtube.

Para uma maior compreensão sobre o estudo e análise de direções fotográficas presentes no seriado norte-americano é necessário fazer uma breve apresentação do objeto de estudo que este artigo trata.

Desde os primórdios do cinema até a atualidade é possível analisar o quanto a estética fotográfica mudou, se transformou, se adaptou às novas tecnologias, adquiriu conceitos e se destacou entre as produções audiovisuais. “Desde o século XIX inúmeras

técnicas e meios são incorporados às práticas artísticas. Invenções como a fotografia, o cinema, a televisão, o vídeo e o computador, desde que apareceram, dialogam e influenciam as artes” (MELLO, 2008, p. 57).

### **“Euphoria”: Semelhanças e diferenças entre as duas produções do mesmo título**

O seriado tem origem em uma minissérie israelense de televisão para adolescentes. Criada e escrita por Ron Leshem (que também escreveu um episódio para a nova produção do

canal HBO) e dirigida por Dafna Levin foi transmitida no canal Hot 3, dos dias 30 de novembro de 2012 a 01 de fevereiro de 2013.

A nova série americana, dirigida por Sam Levinson, foi ao ar em junho de 2019 e alcançou um grande público em pouco tempo de lançamento. Segundo o site brasileiro SpinOff, a produção garantiu 577.000 espectadores em sua estreia, número que, durante a exibição no streaming HBO GO, subiu para 1 milhão de espectadores.

Nas duas narrativas, a personagem Rue utiliza as drogas como uma forma de fugir da realidade. Na produção israelense, a personagem usa drogas por se sentir culpada depois de ser testemunha em um assassinato. Já no seriado americano, a personagem é uma viciada em entorpecentes para se livrar de problemas como ansiedade, depressão pela morte do pai, e diversos outros aspectos.

O novo drama, escrito por Sam Levinson, possui elementos da juventude do próprio diretor para a construção da personagem Rue. Em uma entrevista para o canal do Youtube oficial da série, o diretor (2019) afirma usar suas vivências e batalhas como adolescente viciado em drogas para compor a personagem. Assim, integram a protagonista nessa realidade de drogas, sexo, depressão e relacionamentos em uma era onde a tecnologia está presente na vida da geração *millenium*.

### **Direção fotográfica e Cenário Rotatório em “Euphoria”**

O diretor de fotografia, segundo Barnwell (2013, p. 127) é o responsável por transformar a visão do diretor em realidade por meio do posicionamento da câmera e da escolha de lentes, suportes para gravação ou iluminação. Além de criar clima e emoção por meio do uso de luz, sombra e composição. Ou seja, a diretor de fotografia é quem utiliza de técnicas para conseguir transformar o idealizado da narrativa em algo não somente real, mas compreensível ao espectador. Segundo ele:

Antes de iniciar as filmagens, o diretor divide o roteiro em planos separados que serão usados para contar a história. Essa escolha é baseada em uma compreensão da linguagem cinematográfica, em que cada plano é usado para

uma finalidade específica. Os tipos de planos descrevem a distância da câmera em relação ao objeto/sujeito, variando de plano próximo (close-up) a plano geral. Essa descrição física também comunica mensagens psicológicas para o público. (BARNWELL, 2013, p. 68).

Marcell Rév é o diretor de fotografia de quatro episódios da série Euphoria, sendo responsável pelo episódio piloto, episódio que recebe destaque neste estudo. Além dele, na produção fotográfica do drama também estão nomes como Drew Daniels e Adam Newport-Berra, diretores dos outros quatro episódios da primeira temporada.

Os cineastas apostam em flashes coloridos que constroem estéticas visuais ao drama adolescente, gerando atração ao observador. Os cortes inesperados na montagem das cenas, juntamente com os sons e os movimentos de câmera, geram uma sensação de embriaguez e desorientação ao observador. Esses efeitos fazem com que o mesmo se sinta presente na cena, criando uma atmosfera lúdica, entre a fantasia e a realidade que o programa quer passar.

No seriado, Rue (personagem principal, interpretada por Zendaya) é uma adolescente que acabara de sair da reabilitação após uma overdose. Cheia de traumas, perdas e problemas psicológicos, a protagonista encontra nas drogas uma válvula de escape da realidade.

No episódio piloto, Rue está em uma festa e decide ir ao banheiro usar cocaína. Ao sair, sente-se levemente tonta (tomada pelo efeito da droga), se encosta na parede e sente que tudo ao seu redor está girando. Para isso, a direção de fotografia e produção da série utilizam de um cenário rotativo para gerar ao espectador a sensação de ver e, talvez

“sentir”, o que se está passando na cabeça da personagem.

Segundo Mello:

Se a televisão como sistema de comunicação de massa possibilitou uma inédita experiência estética no âmbito do cotidiano e na caracterização dos chamados fluxos informacionais, confundindo as dimensões do público e do privado, propiciando a lógica da improvisação e do ao vivo no audiovisual, o vídeo, por sua vez, em sua lógica de escritura eletrônica, acrescentou à experiência da televisão o potencial crítico da linguagem, chamado a atenção para a

dimensão temporal-performática da imagem e do som em movimento, para o seu processamento e para a hibridez das formas no campo da arte. (MELLO, 2008, p. 26)

Essa cena, tenta utilizar de elementos audiovisuais que trazem ao espectador a sensação de compreensão total de sua narrativa. Não somente o estético voltado a construção da personagem, nem somente o linguístico das falas do subconsciente da protagonista, mas também o sensorial da imagem, aquilo que a mesma carrega e o que transmite a quem assiste.



Imagem retirada da série “Euphoria” (2019), Temporada 1 - Episódio 1

Para a produção da cena em questão, foi necessário criar um cenário que realmente girasse. Para isso, foi desenhado, estudado e desenvolvido um ambiente que pudesse abrigar a iluminação do espaço, a personagem, os figurantes (que se encontravam presos ao chão), os móveis da cena e que, ainda assim, conseguisse passar a ideia de realidade frente às câmeras.

Esse ambiente possui uma mecânica própria que gira completamente. Apresentando

o cenário do corredor da casa, onde acontece a festa em que Rue está, e o banheiro onde ela entra para usar a droga que a faz sentir que tudo ao seu redor está girando. Então, quando ela sai do banheiro, um mecanismo faz com que esse cenário do banheiro se rompa, separando-se do resto do conjunto, abrindo espaço para a câmera acompanhar a personagem pelo corredor.

A câmera a acompanha por todo esse percurso, que, de uma forma desorientada, representa a atmosfera desse ambiente de bebidas, drogas e juventude. Exatamente o que a direção de fotografia da série quer passar ao espectador.

### **Cenários rotativos em outras produções**

Cenários rotativos não novidades no universo cinematográfico. Desde o início do século XX essa técnica já era utilizada, como na produção de Buster Keaton, “O Barco” (1921), passando pelo clássico “Núpcias Reais” (1951), do diretor Stanley Donen, “2001: Uma Odisséia no Espaço” (1968), de Stanley Kubrick, “Encontros Imediatos de Terceiro Grau” (1977), de Steven Spielberg, e muitos outros. Porém, para agregar ao estudo do cenário rotativo utilizado na série “Euphoria”, serão apresentados três filmes que fazem uso desse conceito.

O filme “A Origem” (2010), produzido e dirigido por Christopher Nolan, também utiliza o efeito de cenário rotativo para compor a sua narrativa. O filme apresenta um mundo onde se é possível entrar, explorar e manipular a mente humana. Além de muito complexo, esse longa utiliza cenários giratórios para mostrar os personagens agindo dentro do subconsciente de um outro em específico.



Imagem retirada do filme “A Origem” (2010)

A rotação, no longa, serve para mostrar que algo, externo, como uma batida de

carro, faz com que tudo ali dentro (da mente de Arthur, na cena de exemplo) responda de acordo com o que está acontecendo do lado de fora com o personagem enquanto o mesmo está em estado de transe. Ou seja, quando o carro em que Arthur e seus companheiros estão sofre uma batida, os corpos dentro do carro, devido a gravidade se movimentam, fazendo com que o subconsciente deles entrem em movimento também. O que é aparente nas imagens na sequência do cenário girando e os personagens acompanhando o movimento: andar e lutar pela parede e teto do cenário.

Outra produção é o filme adolescente “High School Musical 3: Ano da Formatura” (2008) que possui uma narrativa totalmente diferente de “Euphoria” e “A Origem”, mas que também utiliza o cenário rotativo em uma de suas cenas. Assim como no filme de Nolan, neste musical da Disney, essa técnica de movimentação também está atrelada a mente de um dos personagens.



Imagem retirada do filme “High School Musical: Ano da Formatura” (2008)

Troy Bolton é um adolescente no ensino médio que sonha em entrar na faculdade por uma bolsa no time de basquete. Quando se vê entre a possibilidade de se separar da namorada, Gabriella Montez, ao escolherem faculdades diferentes, vê o seu mundo virar de cabeça pra baixo. E isso é refletido em uma das cenas em que o personagem performa a música “Scream”. Essa música carrega esse sentimento de indecisão e sofrimento que o personagem está sentindo e a utilização dessa técnica cinematográfica agrega mais ao que a trama apresenta.

O filme “A Mosca” (1986), produzido e dirigido por David Cronenberg, é uma refilmagem de “A Mosca” (1958) e utiliza da técnica de cenário giratório para agregar significado à sua narrativa. O longa apresenta Seth Brundle, físico e desenvolvedor de uma máquina de teletransporte. Após experiências envolvendo objetos e macacos, Seth



decide testar a máquina em si próprio. Nesta tentativa, seu material genético se funde com uma mosca, que estava dentro da máquina no momento do teste, e essa combinação faz com que ele desenvolva modificações fisiológicas, aproximando-se da aparência do inseto.



Imagem retirada do filme “A Mosca” (1986)

A utilização do conjunto rotativo neste filme, agrega a narrativa pois usa do elemento da transformação humana, tanto física e mental, em inseto. Após perder a sensação de ser humano, o personagem começa a agir como uma mosca, se alimentando de muitas comidas açucaradas, deixando seu apartamento repleto de pacotes de doces vazios e outros detritos, seu corpo humano começa a se deteriorar devido a mutação e seus sentidos se assemelham ao do inseto. Para a cena em que ele anda pelas paredes, foi necessário colar e parafusar todos os objetos encontrados no cenário, para que quando o mesmo girasse, seguisse a ilusão que desafia a gravidade que o filme quer passar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através das produções citadas, é possível analisar o quanto uma técnica cinematográfica tem o poder de agregar e compor significados em uma narrativa. Nos três filmes apresentados anteriormente, o seu uso está interligado à psique humana, uma vez que a fotografia dos longas entra, por meio dos conjuntos giratórios, na cabeça dos personagens, mostrando ao espectador fatores relacionados a mente humana e sua complexidade.

Assim como representado nos filmes “A Mosca” e “A Origem”, os personagens acordam em um ambiente em que não são seus. Já em “Euphoria”, esse elemento se repete, porém, interligado ao uso de drogas. A protagonista, após se drogar, enxerga e sente o

mundo através das alucinações causadas pelo entorpecente, fazendo com que ela saia de si e sinta o seu mundo girar, como apresentado na imagem.

“Euphoria”, por meio do cenário rotativo, conseguiu continuar a tradição de representar o interior da mente humana em sua narrativa. E, comparado a todas as outras produções aqui citadas, a série traz algo novo à trama: o uso de prender os figurantes ao cenário. Anteriormente, foram utilizados objetos presos ao ambiente ou personagens postos com ajuda de efeitos especiais no produto final, porém, o seriado dá um passo a mais colocando os personagens presos ao conjunto enquanto o mesmo gira e a personagem em destaque se movimenta livremente pelo cenário.

Seu estudo e análise é de extrema importância para o âmbito acadêmico, pois analisa a direção de atores, suas técnicas de iluminação, direção artística e fotográfica, e muitos outros elementos trabalhados na produção. Esse drama, que recebe muito destaque no meio audiovisual atualmente, inspira comunicadores e produtores de conteúdos audiovisuais a explorarem técnicas e narrativas que transportem o espectador para dentro de seus produtos, gerando atração, influência e destaque.

Não só por acrescentar aos estudos referentes na área, sua análise é de extrema importância na sociedade, pois a série aborda temas atuais, como adolescência em meio a uma realidade de ensino médio, amores, amizades, traumas, sexo, drogas e redes sociais. Podendo ser utilizado em vários outros estudos como: influência da modernidade digital para a geração *millenium* e influências de personagens LGBTQ+ em produções de destaque para o público.

## **REFERÊNCIAS**

1. **2001: A Space Odyssey.** Direção de Stanley Kubrick. Estados Unidos: Metro-Goldwyn-Mayer Studios, 1968. Technicolor (149 min.).
2. BARNWELL, J. **Fundamentos de Produção Cinematográfica.** Porto Alegre: Bookman, 2013.
3. **CLOSE Encounters of the Third Kind.** Direção de Steven Spielberg. Estados Unidos: Columbia Pictures, 1977. 1 DVD (137 min.).
4. EUPHORIA. **Euphoria | In conversation: Zendaya and Sam Levinson | HBO.** 2019. (3:55). Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=RuGoLCZ03eo>> Acesso em 19 de jun. de 2019.

5. **HIGH School Musical 3: Senior Year.** Direção de Kenny Ortega. Estados Unidos: Walt Disney Studios Motion Pictures, 2008. 1 DVD (112 min.).
6. **INCEPTION.** Direção de Christopher Nolan. Londres: Warner Bros. Pictures, 2010. 1 DVD (148 min.).
7. KRAFKA, F. **A Metamorfose.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
8. LAYSA ZANETTI. **Adoro Cinema**, c2019. Categoria Séries. Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/noticias/series/noticia-149890/>>. Acesso em: 05 de ago. de 2019.
9. MARY LIMA. **Spin Off**, c2019. Categoria Séries. Disponível em <<https://spinoff.com.br/saiba-a-audiencia-da-estreia-de-euphoria-na-hbo/>>. Acesso em: 19 de jun. de 2019.
10. MELLO, Christine. **Extremidades do Vídeo.** São Paulo: Senac São Paulo, 2008.
11. **PILOT** (Temporada 1, ep. 1). Euphoria [seriado]. Direção: Sam Levinson. Produção: Sam Levinson, Drake, Future the Prince, Ron Leshem, Daphna Levin, Tmira Yardeni, Ravi Nandan, Kevin Turen, Hadas Mozes Lichtenstein, Mirit Toovi, Yoram Mokadi e Gary Lennon. Estados Unidos: HBO, 2019. 1 DVD (53 min.), son., color.
12. **ROYAL Wedding.** Direção de Stanley Donen. Metro-Goldwyn-Mayer Studios, 1951. Technicolor (93 min.).
13. **THE Boat.** Direção de Buster Keaton e Eddie Cline. Estados Unidos: First National Pictures, 1921. Preto e Branco (23 min.).
14. **THE Fly.** Direção de David Cronenberg. Estados Unidos: 20th Century Fox, 1987. 1 VHS (96 min.).

**Capítulo 77 - DOI:10.55232/1083002.77**

**TELETRABALHO NO ENSINO SUPERIOR: A  
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NOS  
CURSOS DE DIREITO EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS NO  
AMAPÁ NA PANDEMIA**

**Marcielly Carvalho Pita Quintela e Bruno De Oliveira Rodrigues**

**RESUMO:** O presente trabalho pretende enfrentar o tema da virtualização do trabalho docente nos cursos de direito nas instituições de ensino privada, assim, analisaremos o processo de transformação do ensino na formatação do ensino presencial e como este sofre um processo de virtualização no contexto de pandemia. O objetivo aqui é analisar o processo de precarização e sobretrabalho que são submetidos os professores dos cursos de direito da rede privada no Amapá, assim, analisaremos o contexto experimentado em duas faculdades que compõem os dois maiores grupos educacionais brasileiros, que é a Faculdade Estácio do Amapá (FAMAP), da rede Estácio, e a Faculdade de Macapá (FAMA), da rede Cogna/Kroton. No primeiro momento apresentaremos o contexto de pandemia, na sequência as transformações históricas nas relações de trabalho, para então, tratar sobre a regulamentação do ensino superior presencial no Brasil para, ao cabo, analisar a precarização do sentido do trabalho docente.

**Palavras-chave:** pandemia, precarização, docência.

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem como tema o Teletrabalho no Ensino Superior: A Precarização do Trabalho docente nos cursos de direito em instituições privadas no Amapá na pandemia, dispendo como questão os impactos na estrutura das relações de trabalho dos professores de direito, nas faculdades particulares no Estado do Amapá, durante a pandemia e como isto impactou jornada, nas condições de trabalho e na saúde mental destes docentes.

Por conseguinte, o objetivo aqui é analisar o processo de precarização e sobretrabalho que são submetidos os professores dos cursos de direito da rede privada no Amapá, assim, analisaremos o contexto experimentado em três faculdades que compõem os dois maiores grupos educacionais brasileiros, que é a Faculdade Estácio do Amapá (FAMAP) e a Faculdade Estácio de Macapá (SEAMA), da rede Estácio, e a Faculdade de Macapá (FAMA), da rede Cogna/Kroton.

A Metodologia empregada no presente estudo foi principalmente o levantamento bibliográfico, seguido de um aprofundamento nas bibliografias encontradas. Para tanto, alicerçamos o trabalho em informações encontradas em notícias disponibilizadas em diversos veículos de informações na internet, razão a qual, o estudo documental se apresentou latente, acompanhado pelos diplomas legais que orientam a questão. Ademais, fizemos também mão do estudo de caso na medida em que selecionados um universo empírico delimitado para tratar do tema, o que demandou a feitura de entrevistas abertas, porém secretas, onde está última se deu de forma sigilosa, de maneira a evitar retaliações para o entrevistado.

No primeiro momento apresentaremos o contexto de pandemia, dando destaque naquilo que foram seus principais dados e momentos, na sequencia as transformações históricas nas relações de trabalho, dando prioridade para abordagens históricas, para então tratar sobre a regulamentação do ensino superior presencial no Brasil para, ao cabo, analisar a precarização do sentido do trabalho docente e o processo de virtualização do ensino, incorporando o teletrabalho na formatação do ensino jurídico no Amapá durante a presente situação pandêmica.

### **1. COVID-19 NO MUNDO AO AMAPÁ**

SARS-CoV-2 é o nome técnico daquilo que viemos chamando de “novo coronavírus” ou simplesmente Covid-19, é doença que tem sua descoberta recente, mas, em pouco tempo, já assola globo e, com particular intensidade, o Brasil. Ocorre que o coronavírus não é uma nova doença, e sim, uma mutação de um grupo familiar de vírus já existente, que os cientistas denominam Mers-CoV (síndrome respiratória do Oriente) e Sars-CoV (síndrome respiratória aguda), que são, portanto, infecções respiratórias. Entretanto, até 2019, embora já se tivesse notícias da infecção de seres humanos, estes jamais tiveram potência para se alastrar globalmente e com tamanha velocidade, tratava-se de grupos focais e localizados<sup>1</sup>.

O Sars-CoV2, teve seu surto inicial em Wuhan (China) em dezembro de 2019 e foi notificado no dia “5 de janeiro de 2020, a ocorrência de 44 casos de pneumonia de causa desconhecida relacionada ao mercado de frutos do mar de Wuhan”<sup>2</sup>, logo foi presumido que a transmissão do vírus havia sido ocasionada pela venda de animais exóticos, como o morcego que é comercializado nesse espaço e é apontado como possível fonte<sup>3</sup>, o que vem se questionando atualmente também.

Desse primeiro surto em dezembro de 2019 em Wuhan, os médicos entenderam estar frente a quadros graves de pneumonia, ainda que houvesse danos severos aos pulmões e que os pacientes não respondessem ao tratamento ordinário. Em 2 de janeiro 2020, os médicos chineses advertiram as autoridades locais da nova doença, já no dia 7 de janeiro, a Comissão Nacional de Supervisão da China enviou um grupo técnico para verificar a situação, neste mesmo dia já se havia isolado a sequência genética do vírus para testes. Em 31 de janeiro a OMS é informada sobre o vírus de origem desconhecida<sup>4</sup>.

Em 31 de janeiro de 2020, começa aparecer as primeiras pessoas contaminadas pelo Covid-19 fora de Wuhan, e rapidamente o número de infectados vai aumentando vertiginosamente pelo mundo.

---

<sup>1</sup> SANTOS, Maria Tereza. *As diferenças e semelhanças entre outros coronavírus e o Sars-CoV-2: O novo coronavírus não é filho único. Conheça os demais membros dessa família e entenda por que eles não provocaram pandemias de outras doenças.* In: **Veja Saúde**, 23 de fevereiro de 2021

<sup>2</sup> MS - Ministério da Saúde. **Resposta Nacional e Internacional de enfrentamento ao novo coronavírus.** Acessado em: 15 de março de 2021.

<sup>3</sup> BBC NEWS MUNDO. **Por que os morcegos, considerados possível fonte do coronavírus, transmitem tantas doenças.** De 12 de fevereiro de 2020.

<sup>4</sup> ZHU, Weiyang. PASHAD, Vijay. XIAOJUM, Du. *Como a China descobriu o novo coronavírus semanas antes da pandemia global.* In: **Brasil de Fato**. De 08 de abril de 2020.

A primeira notificação, em fevereiro já haviam 85.403 casos, em 6 de março cerca de 100 mil casos, em 26 de março de 2020 cerca de 500 mil casos, em 2 de abril de 2020 cerca de 1 milhão de casos, em 28 de junho de 2020 cerca 10 milhões de casos, em 10 de agosto de 2020 já haviam cerca de 20 milhões de casos, em 17 de setembro de 2020 cerca 30 milhões de casos, em 19 de outubro de 2020 cerca de 40 milhões de casos, em dezembro de 2020 haviam ultrapassado 75 milhões de casos, em janeiro de 2021 ultrapassou 100 milhões de casos, e, atualmente são contabilizados 127.335.938 casos.<sup>5</sup>

Em breve síntese cronológica dos fatos que ocorreram desde a aparição da primeira pessoa contaminada no mundo até a chegada em outros países como o Brasil, podemos destacar:

Ocorre que em 31 de dezembro de 2019 é constatado a primeira vítima de covid-19, por conseguinte se inicia as investigações do surto, em 9 janeiro a China comunica que o causador da doença é o coronavírus, e em 11 de janeiro se têm a primeira vítima fatal da doença, um senhor de 61 anos e com o passar dos dias os números de infectados aumentam. Em 13 de janeiro na Tailândia registra seu primeiro caso de coronavírus fora da fronteira da China e em seguida outros países da Ásia como Japão, Coreia do Sul, Taiwan. 20 de janeiro é comprovado a transmissão humana, pelo cientista chinês Zhong Nanshan à rede estatal CCTV. Em 21 de janeiro foi anunciado o primeiro caso suspeito na Austrália, assim como nos Estados Unidos. No dia 28 de janeiro há dois casos de contaminação fora do território chinês, um na Alemanha e outro o Japão de pessoas que não viajaram para a China<sup>6</sup>.

Em 26 de fevereiro de 2020, o Covid-19 foi noticiado no Brasil, no Estado de São Paulo, sendo o primeiro caso confirmado<sup>7</sup>. Apesar da notícia oficial do primeiro caso de COVID-19 no Brasil ter se dado na data supramencionada, um grupo de pesquisadores do Espírito Santo, entre eles o professor e coordenador do Laboratório Central do estado (LACEN), Dr. Rodrigo Rodrigues, constatou que o vírus já circulava no Espírito Santo desde novembro de 2019<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_. Casos de coronavírus no mundo passam de 100 milhões, diz levantamento da Johns Hopkins. De 26 de janeiro de 2021p. \_\_\_\_\_. Casos de Covid-19 no mundo ultrapassam marca de 75 milhões. De 19 de dezembro de 2020q. \_\_\_\_\_. Mundo tem mais de 40 milhões de casos de coronavírus, aponta universidade americana. De 19 de outubro de 2020r. \_\_\_\_\_. Últimas notícias de coronavírus de 29 de fevereiro. De 29 de fevereiro de 2020s. REUTER GRAPHICS. Acompanhamento da disseminação do novo coronavírus. Disponível em: <https://graphics.reuters.com/CHINA-HEALTH-MAP/0100B59S43G/index.html> Acessado em 30 de março de 2021.

<sup>6</sup> AFP. **Coronavírus: confirma como a doença surgiu na China e se espalhou por outros países**. De 28 de janeiro de 2020.

<sup>7</sup> MS - Ministério da Saúde. **Resposta Nacional e Internacional de enfrentamento ao novo coronavírus**. Acessado em: 15 de março de 2021; e; LONGUINHO, Daniella. *Há um ano, Brasil anunciava primeiro caso de covid-19: Pesquisa mostrou que coronavírus já circulava no país desde 2019*. In **Radio Agência Nacional**, 26 de fevereiro de 2021

<sup>8</sup> LONGUINHO, Daniella. *Há um ano, Brasil anunciava primeiro caso de covid-19: Pesquisa mostrou que coronavírus já circulava no país desde 2019*. In **Radio Agência Nacional**, 26 de fevereiro de 2021

Entretanto o Ministério Público da Saúde tem em seus registros constatando que o primeiro caso no final do mês de fevereiro, o que rapidamente se expandiria.

No final do mês de fevereiro de 2020 o Brasil registra seu primeiro caso, no mês posterior final de março de 2020 se registra 5.812 casos, abril de 2020 87.187, em maio de 2020 registrou-se 514.992, junho de 2020 se têm 1.408.485, julho de 2020 chegou há 2.666.298, agosto de 2020 o número de casos chegou 3.627.217, setembro de 2020 têm 4.457.443, outubro de 2020 chega a 5.274.817, novembro de 2020 nesse mês foi registrado 5.983.089, dezembro de 2020 chegou a marca de 7.675.781, janeiro de 2021 registrou dado de 9.060.786, fevereiro de 2021 ficou registrado 9.979.276 casos, e, atualmente em março de 2021 consta que chegou 12.489.232 casos.<sup>9</sup>

Em consequência do aumento do número de infectados no país, o ministério da saúde criou ações para o combate do Covid-19 e com objetivos de reduzir o número de infectados, diante disso injetou

5 bilhões para a compra de equipamentos e insumos imprescindível ao combate, postos de saúde com horários estendidos para o atendimento daqueles que necessitam, além de contratar mais médicos, exames nos planos privados, descentralização de exames no estado e obrigatoriedade do isolamento”.<sup>10</sup>

Apesar do discurso de ações coordenadas para o combate ao Covid pelo Ministério da Saúde, não houve um efetivo plano e orientação para uma política nacionalmente integrada, razão a qual os Estados organizaram um consórcio de governadores para pensar em ações de combate ao COVID. O feito se expressa inclusive na falta de centralização de dados dos infectados e mortes por Covid-19, onde a imprensa

---

<sup>9</sup> G1, SP. Primeiro caso confirmado de Covid-19 no Brasil ocorreu em SP e completa seis meses nesta quarta. De 06 de setembro de 2020b. G1, SP. G1. Brasil passa de 115 mil mortes pelo novo coronavírus e dos 3,6 milhões de infectados. De 24 de agosto de 2020c. \_\_\_\_\_. Brasil passa de 92 mil mortes por Covid-19; média de óbitos na última semana é de 1.026. De 31 de julho de 2020d. \_\_\_\_\_. Brasil registra 1.036 mortes por coronavírus; total chega a 194.976 óbitos. Amapá. De 31 de dezembro de 2020e. \_\_\_\_\_. Brasil registra 1.439 mortes por Covid em um dia, e total chega a 221,6 mil. Amapá. De 28 de janeiro de 2021f. \_\_\_\_\_. Brasil registra 644 mortes por Covid em 24 horas e ultrapassa 168 mil. Amapá. De 19 de novembro de 2020g. \_\_\_\_\_. Brasil registra 662 mortes por Covid em 24 horas e chega a 154,8 mil; tendência nos óbitos volta a faixa de estabilidade. De 20 de outubro de 2020h. \_\_\_\_\_. Brasil registra novo recorde na média móvel com 2.548 mortes diárias por Covid. De 27 de março de 2021i. \_\_\_\_\_. Brasil soma 242 mil mortos por Covid e se aproxima de 10 milhões de casos registrados. De 17 de fevereiro de 2021j. \_\_\_\_\_. Brasil tem 1.271 mortes por coronavírus em 24 horas, mostra consórcio de veículos de imprensa; são 59.656 no total. De 30 de junho de 2020k. \_\_\_\_\_. Brasil tem mais de 135 mil mortes por Covid-19; curvas estão em queda em 13 estados e no DF. De 17 de setembro de 2020l. \_\_\_\_\_. Casos de coronavírus e número de mortes no Brasil em 30 de abril. De 30 de abril de 2020m. \_\_\_\_\_. Casos de coronavírus e número de mortes no Brasil em 31 de maio. De 31 de maio de 2020n. \_\_\_\_\_. Casos de coronavírus no Brasil em 31 de março. De 31 de março de 2020o.

<sup>10</sup> HARTMANN, Marcel. *Saiba quais são as medidas do Ministério da Saúde para combater o coronavírus*. In: **GZH**, de 15 de março de 2020.



também se organizou em consórcio para reunir e consolidar estes dados, já que o governo federal se recusava a divulgar os dados e, ainda, alterava os dados para fins de divulgação.

Em 2021 o quadro estrutural de combate ao Covid-19 ficou pior, já que o início do ano ficou marcado com o grande corte de números de leitos e no orçamento do SUS, justificado pela falta de lei orçamentária aprovada, já que estavam, as duas casas legiferante naquele momento, focalizadas na eleição de seus novos presidentes. Frente a questão, acionado o STF, a ministra Rosa Weber determinou que o Governo Federal repusesse os mesmos números de leitos de dezembro de 2020<sup>11</sup>, ainda assim, continuamos a bater recordes de mortes dia após dia.

Esse contexto se deve principalmente pelo contexto de banalização pelo Governo Federal para com a situação pandêmica, o que se expressa nas posições públicas do chefe do poder executivo, onde podemos verificar, destacado por Vannuchi, quando Bolsonaro diz em 6 de março de 2020 "Não há motivo para pânico" e que se "está superdimensionado o poder destruidor deste vírus", depois, em 10 de março: "temos, no momento, uma crise, uma pequena crise. No meu entender, muito mais fantasia, a questão do coronavírus, que não é isso tudo que a grande mídia propala", depois em 11 de março, "outras gripes mataram mais do que essa", depois em 20 de março, "depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar", depois em 22 de março, "brevemente, o povo saberá que foi enganado por esses governadores e por grande parte da mídia nessa questão do coronavírus", depois em 24 de março, "pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar. Nada sentiria. Ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho", depois em 29 de março, "o vírus está aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra. Não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Todos nós iremos morrer um dia.", depois em 20 de abril, "Aproximadamente 70% da população vai ser infectada. Não adianta querer correr disso. É uma verdade. (...) Houve uma potencialização das consequências do vírus. (...) Levaram o pavor para o público, histeria", depois em 28 de abril: "E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre"<sup>12</sup>. Isto só para exemplificar a forma de tratativa para com a Covid-19, depois zombou da

---

<sup>11</sup> STF. **Supremo Tribunal Federal. Ministra determina que União restabeleça custeio de leitos de UTI para Covid-19 no RS.** De 11 de março de 2021.

<sup>12</sup> VANNUCHI, Camilo. *A pandemia de Covid-19 segundo Bolsonaro: da "gripezinha" ao "e daí?"*. In: **UOL**, de 30 de abril de 2020.

ideia da vacinação, indicando que não poderia ser obrigatória, e ainda criticou a “vacina chinesa de João Doria”<sup>13</sup>.

No dia 19 de janeiro de 2021, já haviam mais de 57 países que haviam começado o processo de vacinação, entretanto nem todos optaram pela escolha da as mesmas vacinas, alternando escolhas entre as opções Pfizer, CoronaVac, AstraZeneca, Moderna e Sputnik V<sup>14</sup>, no Brasil, o Congresso determina 5 dias para a ANVISA analisar os pedidos de uso emergencial, contudo, nenhuma outra vacina é aprovada desde então.

O Brasil autorizou duas vacinas, quais seja, CoronaVac e a AstraZeneca em janeiro de 2021.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou no domingo (17) o uso emergencial das vacinas do Instituto Butantan (CoronaVac) e Fiocruz (AstraZeneca). Dessa forma, no mesmo dia, a enfermeira Mônica Calazans, de 54 anos, se tornou a primeira brasileira a ser vacinada contra o coronavírus. A aplicação ocorreu em São Paulo às 15h30min de domingo (17). Na segunda-feira (18) as doses foram distribuídas para os Estados brasileiros e a vacinação iniciou entre segunda e terça-feira nas diferentes cidades do Brasil.<sup>15</sup>

Desde a aprovação até março de 2021, já foram 24.526.163 (milhões) de doses aplicadas no Brasil, nessa contagem constando desde a primeira e a segunda dose<sup>16</sup>, ainda que haja cerca de 40 milhões de doses distribuídas aos Estados hoje (início de abril de 2021).

Tratando-se do Estado do Amapá, que teve seu primeiro caso de Covid-19 registrado no dia 20 de março de 2020 e no mês subsequente, dia 18 de abril de 2020, medidas foram tomadas para que a doença não se alastrasse pelo estado, entre as medidas estavam a suspensão de aulas e de restrição de atividades consideradas não essenciais. Após 15 dias da confirmação da primeira pessoa infectada, ocorreu a primeira morte no estado<sup>17</sup>.

Ainda com essas medidas houve a falta de remédios, de leitos e um alto número de casos de infectados no estado, então o Governo Estadual decidiu tomar uma medida

---

<sup>13</sup> GULLINO, Daniel. *Veja 10 vezes em que Bolsonaro criticou a CoronaVac*. In: **OGLOBO**, de 18 de janeiro de 2021.

<sup>14</sup> DALPONTE, Maria Eduarda; MORFIM, Luiza. *Vacina da Covid-19: veja quais países já começaram a vacinação*. In: **NSC Total**, de 19 de janeiro de 2021.

<sup>15</sup> Idem, *Ibidem*, opt. cit. 15.

<sup>16</sup> G1, SP. Mapa da vacinação contra Covid-19 no Brasil. De 5 de abril de 2021a. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/> Acessado em 05 de abril de 2021.

<sup>17</sup> PACHECO, John; MAGALHÃES, Caroline. *Amapá vive 2ª onda da Covid-19 e restrição em portos e aeroportos não está descartada, diz SVS*. In: **G1**. De 15 de janeiro de 2021.

mais rígida, que contivesse e diminuísse as transmissões, em maio de 2020 foi decretado o Lockdown e rodizio de placas, foi um êxito já que se manteve estável o número de infectados por Covid-19 chegando até mesmo ficar em queda no estado<sup>18</sup>.

Entretanto, com a queda e a estabilidade o estado decidiu a retomada gradual das atividades, indicando a permanência dos cuidados necessários como o uso de máscaras e álcool em gel, com o pseudo êxito resolveram também o “fechamento dos dois centros de covid-19”<sup>19</sup>.

No final do ano de 2020, no mês de novembro, o número de casos de infectados e mortes também aumentaram em grande escala, o mês de dezembro sendo o mês que mais pessoas morreram desde julho do mesmo ano<sup>20</sup>. Nos parece que no Estado do Amapá, com um apagão energético em novembro de 2020, escassearam-se itens básicos de sobrevivência, pois com o escasseamento energético, comprometeu-se o fornecimento de água nas residências, com isto ocorreu uma corrida aos mercados e a compra de água encanada, além de aglomerar pessoas em mercados e locais onde se pudesse carregar celular e que eram alimentados por geradores, como supermercados e shoppings, que culminaram em um grande índice de contaminação e mortes constatadas somente em dezembro de 2020.

Após o aumento de casos, o início de 2021 foi caótico na política de saúde, já que nós encontramos no que chamamos de “segunda onda do covid-19”, tornando imprescindível retomadas de medidas com intuito de evitar aglomerações, retomando a política de restrições de circulação em espaços públicos e até toque de recolher depois das 20h<sup>21</sup>.

No momento 03 de abril de 2021, encontramos com a situação de lockdown no Estado do Amapá, já que um número massivo de pessoas veio a óbito, antes mesmo de ser decretado, já nos encontrávamos em outras medidas alternativas para contenção, entretanto não se obteve o êxito esperado não restando outra alternativa.

O Estado do Amapá entrou no processo de vacinação em 19 de janeiro de 2021, quando recebe o lote de vacina CoronaVac, vacinando idosos e agentes de saúde. Em abril de 2021, estima-se 98 mil infectados no estado, que tem população estimada de 860

---

<sup>18</sup> Idem, *Ibidem*, opt. *cit.* 18.

<sup>19</sup> Idem, *Ibidem*, opt. *cit.* 18.

<sup>20</sup> Idem, *Ibidem*, opt. *cit.* 18.

<sup>21</sup> Idem, *Ibidem*, opt. *cit.* 18.

mil pessoas, sendo sua taxa de imunização de 6,34%<sup>22</sup>. No final de março de 2021, o governador do Amapá firma contrato para aquisição de 450 mil doses da vacina russa Sputnik V, a qual ainda não está aprovada para utilização no Brasil, mas se apresenta como mais uma alternativa para imunização em massa da população local.

## **2. O MUNDO DO TRABALHO**

Nesse tópico trataremos a respeito das relações de trabalho e a sua importância na vida humana, assim como como ganham revestimento legal no universo do Direito, com isto, vamos contextualizar a noção de trabalho na era do capitalismo.

A origem da palavra trabalho tem origem no latim *tripalium*, “que é um instrumento de tortura ou canga que pesava sobre os animais”, assim, a palavra ganha uma carga negativa e os nobres se esquivam, pois o trabalho tem conotação de castigo<sup>23</sup>.

A atualização do conceito possui outra carga conceitual, onde “trabalho pressupõe ação, emissão de energia, desprendimento e despendimento de energia humana, física e mental, com objetivo de atingir algum resultado”<sup>24</sup>.

De acordo com Mézáros, o trabalho fez com que surgisse um sistema de metabolismo social, que faz surgir o capital como resultado da divisão social do trabalho, que se opera nem um sistema relacional entre trabalho e capital, onde os seres sociais se mediam entre si, em uma totalidade social estruturada, mediante um sistema de produção específico<sup>25</sup>.

Logo o capital está intimamente ligado ao trabalho, de modo que a “completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca tem sido o seu traço mais notável do sistema de capital desde a sua origem”<sup>26</sup>.

O sistema de metabolismo social do capital, segundo Mézáros, cria a relação entre sociedade e o capital, podendo ser dividido em duas ordens, o sistema de mediações de primeira ordem e o de segunda ordem. Pelo primeiro há imperativos que estabelecem

---

<sup>22</sup> GOVERNO DO ESTADO DO AM APÁ. **Boletim Informativo COVID-19: Amapá, 4 de abril de 2021**. De 04 de abril de 2021.

<sup>23</sup> CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do trabalho**. 16º edição. Editora Método, 2018, p. 3.

<sup>24</sup> Idem, *Ibidem*, opt. *cit.* 24, p.3.

<sup>25</sup> *apud* ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6º edição. Editora Boitempo, julho de 2002, p. 19.

<sup>26</sup> ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6º edição. Editora Boitempo, julho de 2002, p. 21.

hierarquias estruturais de dominação e subordinação, já pelo segundo, há uma correspondência de mediações vinculadas a história humana, que introduziu elementos de fetichização e alienação do controle social e metabólico. A mediação de segunda ordem se sobrepõe a primeira, onde o valor de uso e a necessidade são funções reguladoras básicas<sup>27</sup>.

Esse movimento de mediação de segunda ordem se estrutura verticalmente, em uma divisão social do trabalho hierarquicamente capaz de viabilizar novos metabolismos sociais, com referência as alterações contínuas dos valores de troca que se operam no sistema capitalismo<sup>28</sup>.

O que se pode entender é que essa mediação de primeira ordem onde o sujeito produz e consome, ou seja, “os seres humanos são parte da natureza devendo realizar suas necessidades elementares por meio do constante intercâmbio com a própria natureza”<sup>29</sup>, já na mediação de segunda ordem, o capital se desenvolve a partir da ampliação da alienação do sujeito, criando um sistema de dependência que assujeita o trabalhador as funções produtivas fragmentárias<sup>30</sup>.

No início dos 70, ocorreu uma crise no sistema capitalista, sendo essas “dificuldades frutos, entre outros fatores, da profunda estagnação econômica das sociedades capitalistas daquele período, da elevação dos índices de inflação e da primeira grande crise do petróleo”<sup>31</sup>.

Embora a crise estrutural do capital tivesse determinações mais profundas, a resposta do capitalista a essa crise procurou enfrentá-la tão-somente na sua superfície, na sua dimensão fenomênica, isto é, reestruturá-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista.<sup>32</sup>

Anterior a essa crise, acontecia a segunda fase da revolução industrial que se opera pelo modelo de produção Fordista/Taylorista, “que se baseava na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada”<sup>33</sup>.

---

<sup>27</sup> Idem, *Ibidem*, opt. cit. 27, p. 20-1.

<sup>28</sup> Idem, *Ibidem*, opt. cit. 27, p. 21.

<sup>29</sup> Idem, *Ibidem*, opt. cit. 27, p. 19.

<sup>30</sup> Idem, *Ibidem*, opt. cit. 27, p. 22.

<sup>31</sup> BEDIN, Gilmar Antonio; NIELSSON, Joice Graciele. *A crise dos anos 70 do século 20 e a ruptura da tendência socializante das sociedades capitalistas: algumas observações sobre a ascensão das ideias neoliberais e suas consequências*. In: **Revista Direito e Desenvolvimento**. Ano. 2, n. 4, julho/dezembro, 2011, p. 53.

<sup>32</sup> Idem, *Ibidem*, opt. cit. 27, p. 36.

<sup>33</sup> Idem, *Ibidem*, opt. cit. 27, p. 36.

Esse modelo de produção,

Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, “suprimindo” a dimensão intelectual do trabalho de operário, que era transferido para as esferas da gerência científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva.<sup>34</sup>

“No final dos anos 60 e início dos anos 70 que esse padrão produtivo, estruturalmente comprometido, começou a dar sinais de esgotamento”<sup>35</sup>. A classe do proletariado se encontrava cansada e insatisfeita com seu modo de trabalho, manifestaram-se então promovendo “boicotes e a resistência ao trabalho despótico”<sup>36</sup>

Com a derrota da luta operária pelo controle social da produção, estavam dadas então as bases sociais e ideológicas para a retomada do processo de reestruturação do capital, num patamar distinto daquele efetivado pelo taylorismo e pelo fordismo.<sup>37</sup>

Com a crise ocorrendo no início dos anos 70, o capital teve que se reestruturar com um novo modelo surgido no Toyotismo

Que fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando recuperar do seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo tempo repor seu projeto de dominação societal, abalado pela confrontação e conflitualidade do trabalho, que, como vimos, questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social<sup>38</sup>.

Este modelo de produção apresenta muitas diferenças, inclusive no perfil do trabalhador, demandando uma maior qualificação e polivalência funcional, ou seja, uma capacidade de desempenhar múltiplas funções simultaneamente em postos de trabalho que demandam grande carga de conhecimento especializado. Contudo,

Algumas da repercussão dessas mutações no processo produtivo têm resultados imediatos no mundo do trabalho: desregulamentação enorme de direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento de fragmentação no interior da classe trabalhadora: precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria (*partnership*), ou mesmo em um “sindicalismo de empresa”<sup>39</sup>.

---

<sup>34</sup> Idem, *Ibidem*, opt. cit. 27, p. 37.

<sup>35</sup> Idem, *Ibidem*, opt. cit. 27, p. 38.

<sup>36</sup> Idem, *Ibidem*, opt. cit. 27, p. 42.

<sup>37</sup> Idem, *Ibidem*, opt. cit. 27.

<sup>38</sup> Idem, *Ibidem*, opt. cit. 27, p. 47.

<sup>39</sup> Idem, *Ibidem*, opt. cit. 27, p. 53.

Essa contextualização pode se relacionar com os dias atuais, visto que caminhamos para uma era cada vez mais industrializada, com grandes saltos e avanços tecnológicos. Logo, pode-se concluir que a tecnologia progressivamente se encontra associada na área do mercado de trabalho ligada diretamente ao sujeito, e que ao longo dos anos além do avanço da tecnologia dentro do espaço de trabalho, também enfrenta a modificação do perfil de trabalho desse sujeito, bem como sua ideia de trabalho, já que nesses períodos ocorreram reivindicações da classe do proletarizada e a organização substancial do sindicato. Então o início do século XX é o momento de regulamentação dos direitos trabalhistas, que vai se sofisticando e regulamentando novos direitos, adequando-se a novas formatações das relações de trabalhos no mundo.

### **3 DO PRESENCIAL À PRECARIZAÇÃO EAD DO TRABALHO DOCENTE**

Como vimos anteriormente o capital está associado ao trabalho de forma com que na história houvesse várias modificações do trabalho para superar as crises do capital, visando a otimização da mão de obra e a maximização de lucros. Nesse contexto, apresentaremos nesse tópico as transformações do trabalho no sistema educacional superior, como a inserção paulatina do teletrabalho nesse sistema e o emprego de novas tecnologias, principalmente na sua aplicação hegemônica nos cursos de direito presencial no contexto de pandemia, onde faremos um estudo de caso levando em consideração o ensino superior privado no Amapá, como estratégia de garantir a lucratividade dessas empresas educacionais. Esta parte do estudo vai apresentar um contexto de ensino de Direito no Estado do Amapá, a partir de uma observação direcionada as faculdades que compõem o grupo Estácio e Cogna/Kroton, onde coletamos informações a partir de contato com professores que estão ou estiveram vinculados as instituições locais, contudo, não os identificaremos, pois, descortinar identidades aqui levaria a repressão e dispensa.

Preliminarmente, vamos analisar de forma sintetizada a modalidade do sistema educacional do ensino superior, sabe-se que atualmente há duas modalidades, sendo elas: ensino à distância (EAD) e presencial. A modalidade de ensino online, chamada de EAD (ensino a distância) é corroborada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que traz no *caput* do artigo 80 a seguinte redação:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

Corroborada ainda pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, expõe sobre essa modalidade, inclusive a conceituação desse no

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Por fim, essa modalidade nos cursos de graduação será regulamentada pelo MEC, à vista disso o curso só poderá oferecer essa forma de ensino se for aprovado pelo MEC, através de autorização específica.

No que se trata sobre o sistema presencial, ainda que essa modalidade se mantivesse resistente inicialmente com atividades 100% presenciais, não conseguiu escapar da inserção paulatina da tecnologia, começou-se a inserir plataformas para a acesso de materiais, videoaulas e atividades diversas remotas como atividade complementar, até que o ensino a distância foi autorizado com limite de percentual de 20%, conforme destaca a portaria do MEC número 1.428, de 28 de dezembro de 2018, que diz;

Art. 2º As IES que possuam pelo menos 1 (um) curso de graduação reconhecido poderá introduzir a oferta de disciplinas na modalidade a distância na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, até o limite de 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

E em seu

Art. 3º O limite de 20% (vinte por cento) definido art. 2º poderá ser ampliado para até 40% (quarenta por cento) para cursos de graduação presencial, desde que também atendidos os seguintes requisitos:

Contudo, esta portaria foi revogada em 2019 pela Portaria do MEC de número 2.117, de 06 dezembro de 2019, que tornou irrestrita a ampliação dos 40% de atividades a distância, fazendo única e exclusiva reserva ao curso de Medicina. Esta logística serve e milita em favor do lobby dos grandes grupos privados, que buscam, com os contextos,



enxugar a folha de pagamento com recursos humanos, substituindo por trabalho morto, como já indicamos anteriormente.

Neste contexto, o avanço das tecnologias e com a disponibilidade cada vez maior de internet de alta velocidade, determinando uma marcha de adaptação para o ensino superior, que metaboliza o computador e o celular como principal mecanismo de aprendizagem, substituindo, paulatinamente o professor, transformando o ensino em mercadoria e condicionando sua realização ao consumo de outras ordens tecnológicas.

A educação é uma das atividades que aderiu ao teletrabalho e, seguramente, é uma das que tem maior possibilidade de aumentar seu alcance e atender seus objetivos de ensino e de demanda por alunos, tanto na área pública quanto na área privada. Ao adotar temática de forma maciça, investindo na construção de ambientes educacionais completos e complexos, a educação transforma-se e é um dos setores nos quais se tem avançado na disponibilização de serviços, na sua qualidade e no número de teletrabalhadores<sup>40</sup>.

Ocorre que essa modalidade de ensino nas faculdades privadas passa a ser bastante vantajosa para os grandes conglomerados educacionais de capital aberto, pois satisfaz a maximização dos lucros e amplia a margem dos dividendos para acionistas, como é o caso dos grupos como Estácio e Cogna/Kroton. Assim sendo, os custos operacionais, a demanda de espaço e manutenção caem, além do alto custo com direitos trabalhistas, os quais são enxugados.

De outro lado, as turmas de ensino a distância não estão condicionadas aos elementos espaciais, então o trabalho morto, através de algoritmos e inteligência artificial pode dar conta de um aglomerado de alunos com custo reduzidíssimo. Além disso, a passagem da sala de aula física para o ambiente de sala de aula por aplicativo também permite romper com as barreiras espaciais, já que em uma sala de aula do aplicativo TEAMS, da Microsoft, o qual é utilizado pelos dois maiores grupos educacionais já citados, comportam até 250 alunos, reduzindo o quantitativo de professores demandados para a mesma função. Antes, por exemplo, com a limitação espacial, caberiam 50-100 alunos em uma sala de aula, demandando que a mesma disciplina fosse ministrada mais de uma vez no mesmo semestre, agora pode-se reunir duas ou três turmas em uma mesma sala, pagando uma vez só.

---

<sup>40</sup> DE OLIVEIRA, Leonardo Alexandre Tadeu Constant; JUNIOR, Eloy Pereira Lemos. A educação a distância, o teletrabalho e o direito: os profissionais da docência na educação virtual. In: **Revista Univap**, São José dos Campos-SP-Brasil, v. 24, n. 45, Edição Especial, 2018, p. 20.

A educação a distância atual é baseada na internet rápida, na base digital e em todos os recursos inerentes a essas tecnologias, fatos que acabaram por especializar tanto as instituições como o teletrabalho para a docência a distância.<sup>41</sup>

Ademais, quando tratamos da questão do trabalho docente, podemos identificar o teletrabalho na CLT, no seu artigo 75-B, vejamos:

Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.

Logo o teletrabalho seria o trabalho exercido por meios de novas tecnologias, sendo seu ambiente de trabalho frequentemente a sua casa.

Apesar de executar seus serviços fora do estabelecimento, o legislador considerou que o teletrabalho não é espécie de trabalho externo. Quis, na verdade, fugir da limitação contida no inciso I do art. 62 da CLT, que não exclui todos os externos do capítulo “Da duração do trabalho”, mas apenas aqueles cuja fixação de horário é incompatível com o serviço, isto é, quando não for possível controlar o serviço. Desta forma, mesmo que controlado, o teletrabalhador não terá direito à hora extra, noturna, adicional noturno, intervalo intrajornada e entrejornada.<sup>42</sup>

Além disso, o art. 75-E da CLT, destaca que “o empregador deverá instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho”. Por conseguinte

Devendo o trabalhador assinar termo de responsabilidade comprometendo-se a seguir instruções fornecidas pelo empregador. Isto quer dizer, que, neste caso, se o empregado adquirir uma doença profissional (tenossivite, por exemplo), o empregador estará isento de qualquer responsabilidade<sup>43</sup>.

Contudo, este trabalho não só pretende destacar o dano a qualidade do ensino com o processo de virtualização do ensino, pretende também destacar contextos locais dessa virtualização, principalmente com a instauração de um contexto pandêmico que, em termos práticos, universalizou o EAD como única modalidade de ensino.

Em março de 2020, a COVID aciou a população em suas residências, e os meses que se seguiram somente apresentou um contexto de aprofundamento sanitário. Assim,

---

<sup>41</sup> Idem, *Ibidem*, opt. *cit.*. 41, p. 20.

<sup>42</sup> Idem, *Ibidem*, opt. *cit.* 24, p. 669.

<sup>43</sup> Idem, *Ibidem*, opt. *cit.* 24, p. 670.

inicialmente o MEC determinou a paralização do ensino e, logo na sequência, visualizou o prolongamento da crise pandêmica, autorizando assim que as aulas dos cursos de modalidade presencial pudessem ocorrer de forma virtual. Contudo, o ensino público ficou paralisado quase que o ano de 2020 todo, isso em todo território brasileiro, onde as Universidades Federais ficaram paralisadas, pois a inserção das novas tecnologias não compunha ainda a realidade estrutural do ensino público, que se dava hegemonicamente de forma presencial.

Nesse contexto, as faculdades privadas, que já vinham em contextos de modernização e inserção de tecnologias na formatação de seus modelos de ensino, rapidamente migraram para as aulas online. Entre março e junho, embora as aulas online estivessem autorizadas para dar continuidade ao semestre em curso, as atividades práticas e de estágios estavam suspensas, aguardando o retorno das atividades presenciais.

Contudo, em junho de 2020, o MEC autorizou a retomada das atividades práticas e de estágio de forma remota, assim, nos cursos de Direito, os estágios foram transmutados em demandas para que os alunos assistissem audiências online e fizessem peças em casos simulados, esvaziando o conteúdo prático que dá finalidade a estes componentes curriculares.

Com a previsão de manutenção das aulas online no segundo semestre letivo de 2020, a Faculdade de Macapá (FAMA) operou uma grande conversão e junção de turmas, reduzindo drasticamente a jornada de trabalho de seus docentes, que passaram a ministrar aulas para turmas que reuniam 2-4 turmas no semestre anterior, a média de jornada dos professores horistas, de cerca de 25-30h semanais, caíram para 5-10h, o que também ocorreu no sistema Estácio, contudo, com dimensão menor.

O semestre letivo de 2020.2 então foi extremamente nocivo ao sistema de ensino, ampliou-se atividades e disciplinas assíncronas. Além disso, o sistema de aula a distância criou um novo contexto de aula, onde o professor fala por 1h, no máximo 1h30, ainda que fossem ordinariamente 3 ou 4 horários de aulas (50 minutos cada). De outro lado, o professor fala para um público sem rosto e mudo, onde todos microfones e câmeras estão fechados, ninguém responde as indagações e participa da aula. O acadêmico se fia na obrigatoriedade que a instituição demanda do professor para que grave e disponibilize a aula, para que este assista quando quiser. O ensino presencial não só se transformou em tele presencial, mas se transformou em conteúdo gravado, remoto e à distância, o que foge da regulamentação. E isto ocorre nas duas citadas unidades supramencionada.

Na outra ponta, o professor agora, na pandemia, que fixou o ambiente de trabalho em casa não mais tem mais o controle de jornada de trabalho, o seu ponto de comunicação com os alunos passou a ser o WhatsApp, onde é demandado pela administração da faculdade e, de outro lado, pelos alunos, sem restrição de horários ou de tipos de demandas.

Antes o professor tinha hora para entrar e sair da sala de aula, agora isso se perdeu, estes reclamam de que trabalham 24h por dia agora, pois devem estar sempre disponíveis para tarefas administrativas.

O contexto das super turmas, numeralmente falando, cria ao professor uma massa de atividades avaliativas superior a ser corrigidas e elaboradas, sem que estes sobretrabalho seja remunerado. Na verdade, as faculdades particulares do Amapá somente contratam professores horistas em regime de CLT, assim, somente são pagas as horas de sala de aula, atividades como preparo de aula, correção de atividades, elaboração de atividades avaliativas nunca foram computadas nestas instituições, contudo, no contexto de pandemia, há um sobretrabalho, que ignora jornada de trabalho e que não é remunerado pela lógica privada de exercício do trabalho.

De outro lado, vale destacar que a atividade docente é modalidade de trabalho altamente especializada, que demanda um processo de formação do docente de forma alongada, contudo, no ensino privado amapaense isto é ignorado, os docentes são demandados a ministrarem disciplinas fora do seu eixo de adesão e, ordinariamente, quando elevam sua formação, o que ensejaria maior remuneração, são descartados, pois “faculdade” não demanda doutores, estamos aqui em um nível básico, superficial e rasteiro de ensino, onde a regra é o ensino do mínimo.

O docente é demandado a participar de reuniões de colegiado e de “formação docente continuada”, contudo, nada mais são do que reuniões administrativas para alinhamento dos comandos verticais desses grupos econômicos.

Outra questão relevante é que a liberdade de cátedra a muito foi sepultada nestas searas, já que os planos de ensino vêm prontos “de cima”, as aulas estão pré-definidas e, sair da raia e da formatação determinada é falta grave, gerando risco de dispensa.

A pandemia agravou este contexto todo, maximizou a precarização do trabalho docente buscando garantir a máxima fração de lucratividade desses conglomerados educacionais. Vale destacar que o mês de dezembro de 2020, a unidade Cogna/Kroton em Macapá, que operava em 2020 com 9 professores para um universo de 1500 alunos no curso de direito, opera em 2021 com 4 professores. Além disso, o perfil dos docentes

nessas unidades é de professores especialistas, com menos de 3 anos de docência, as vezes nenhuma experiência, onde os mestres e doutores são descartados pelo maior custo operacional que demandam em relação ao valor da hora-aula.

As questões que ficam em aberto aqui nesse contexto é, até que ponto o MEC continuará a ser laçao dos movimentos e lobbys dos grandes conglomerados educacionais? Além disso, até que ponto o ensino poderá ser transformar em uma mercadoria onde o padrão de qualidade é determinado pelo sujeito que lucra com a precarização do mesmo? Devemos nos considerar, nós acadêmicos, alunos ou consumidores?

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Preliminarmente analisamos o contexto da covid-19 no mundo, no Brasil, no Amapá e em volto disso as questões políticas para o enfrentamento contra essa doença. Visto que há a necessidade de contextualizar o momento atual em que vivemos, período esse em que se lida com inúmeras pessoas contaminadas, números de mortes alarmantes, bem como lidamos também com várias restrições.

Em sequência no segundo tópico mundo do trabalho, nossas relações de trabalho como se deram, a revolução industrial com objetivo de analisar o contexto da relação homem máquina, bem como também a crise dos anos 70, desse modo a insatisfação do homem proletariado, em razão da precarização do trabalho originando a luta pelos direitos trabalhistas.

E por fim, sobre o sistema educacional EAD, ademais discorremos a respeito do sistema educacional presencial que no momento devido a pandemia ocorre de forma virtual e a precarização do trabalho docente nas faculdades privadas no Amapá, realizada por meio de entrevistas cometidas de forma sigilosa para que se preserve a imagem do entrevistado.

Destarte isso, denota-se que o capitalismo possui o intuito de maximizar seus lucros, assim precarizando ou mecanizando seu sistema para que os custos fixos diminuam, situação essa que é evidenciada pelo segundo tópico do presente trabalho o mundo do trabalho, onde há troca da mão de obra pelas máquinas, período esse em que se acontece a revolução industrial e que é marcado pela lutas dos direitos trabalhistas,

esse contexto não é muito diferente de hoje em dia nesse período pandêmico, visto que a docência na educação superior em instituições privadas é precária, já que visa um único professor para salas cheias, bem como esse docente por meio de WhatsApp tem que ficar disponível para dirimir dúvidas, que professor nesse período não teve que ultrapassar do seu horário de trabalho para resolver tais questões?, do mesmo modo em que é difícil se ver um professor com doutorado ministrar aulas nessas instituições privadas, haja visto que a hora aula desse professor sairia mais caro para a instituição.

## **REFERÊNCIAS**

AFP. Coronavírus: confira como a doença surgiu na China e se espalhou por outros países. De 28 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/01/coronavirus-confira-como-a-doenca-surgiu-na-china-e-se-espalhou-por-outros-paises-ck5xzk1rq03fn01plpktc59dj.html> Acessado em 05 de abril de 2021.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª edição. Editora Boitempo, julho de 2002.

BBC NEWS MUNDO. Por que os morcegos, considerados possível fonte do coronavírus, transmitem tantas doenças. De 12 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51453567> Acessado em: 15 de março de 2021.

BEDIN, Gilmar Antonio; NIELSSON, Joice Graciele. A crise dos anos 70 do século 20 e a ruptura da tendência socializante das sociedades capitalistas: algumas observações sobre a ascensão das ideias neoliberais e suas consequências. In: Revista Direito e Desenvolvimento. Ano. 2, n. 4, julho/dezembro, 2011.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do trabalho. 16<sup>o</sup> edição. Editora Método, 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Boletim Informativo COVID-19: Amapá, 4 de abril de 2021. De 04 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/0404/boletim-informativo-covid-19-amapa-4-de-abril-de-2021> Acessado em 05 de abril de 2021.

DALPONTE, Maria Eduarda; MORFIM, Luiza. Vacina da Covid-19: veja quais países já começaram a vacinação. In: NSC Total, de 19 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/paises-vacina-covid-19> Acessado em: 31 de março de 2021.

DE OLIVEIRA, Leonardo Alexandre Tadeu Constant; JUNIOR, Eloy Pereira Lemos. A educação a distância, o teletrabalho e o direito: os profissionais da docência na educação virtual. In: Revista Univap, São José dos Campos-SP-Brasil, v. 24, n. 45, Edição Especial, 2018.

G1, SP. Mapa da vacinação contra Covid-19 no Brasil. De 5 de abril de 2021a. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/> Acessado em 05 de abril de 2021.

G1, SP. Primeiro caso confirmado de Covid-19 no Brasil ocorreu em SP e completa seis meses nesta quarta. De 06 de setembro de 2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/26/primeiro-caso-confirmado-de-covid-19-no-brasil-ocorreu-em-sp-e-completa-seis-meses-nesta-quarta.ghtml> Acessado em: 30 de março de 2021.

G1. Brasil passa de 115 mil mortes pelo novo coronavírus e dos 3,6 milhões de infectados. De 24 de agosto de 2020c. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/08/24/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-24-de-agosto-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml> Acessado em: 30 de março de 2021.

\_\_\_\_. Brasil passa de 92 mil mortes por Covid-19; média de óbitos na última semana é de 1.026. De 31 de julho de 2020d. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/31/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-31-de-julho-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml> Acessado em: 30 de março de 2021.

\_\_\_\_. Brasil registra 1.036 mortes por coronavírus; total chega a 194.976 óbitos. Amapá. De 31 de dezembro de 2020e. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/12/31/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-31-de-dezembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml> Acessado em: 30 de março de 2021.

\_\_\_\_. Brasil registra 1.439 mortes por Covid em um dia, e total chega a 221,6 mil. Amapá. De 28 de janeiro de 2021f. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/28/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-28-de-janeiro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acessado em: 30 de março de 2021.



\_\_\_\_. Brasil registra 644 mortes por Covid em 24 horas e ultrapassa 168 mil. Amapá. De 19 de novembro de 2020g. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/11/19/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-19-de-novembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml> Acessado em: 30 de março de 2021.

\_\_\_\_. Brasil registra 662 mortes por Covid em 24 horas e chega a 154,8 mil; tendência nos óbitos volta a faixa de estabilidade. De 20 de outubro de 2020h. <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/20/casos-e-mortes-por-coronavirus-em-20-de-outubro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml> Acessado em: 30 de março de 2021.

\_\_\_\_. Brasil registra novo recorde na média móvel com 2.548 mortes diárias por Covid. De 27 de março de 2021i. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/27/brasil-registra-novo-recorde-de-2548-mortes-diarias-na-media-movel.ghtml> Acessado em: 30 de março de 2021.

\_\_\_\_. Brasil soma 242 mil mortos por Covid e se aproxima de 10 milhões de casos registrados. De 17 de fevereiro de 2021j. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/02/17/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-17-de-fevereiro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acessado em: 30 de março de 2021.

\_\_\_\_. Brasil tem 1.271 mortes por coronavírus em 24 horas, mostra consórcio de veículos de imprensa; são 59.656 no total. De 30 de junho de 2020k. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/30/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-30-de-junho-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml> Acessado em: 30 de março de 2021.

\_\_\_\_. Brasil tem mais de 135 mil mortes por Covid-19; curvas estão em queda em 13 estados e no DF. De 17 de setembro de 2020l. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/09/17/casos-e-mortes-por->

[coronavirus-no-brasil-em-17-de-setembro-de-2020-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml](#) Acessado em: 30 de março de 2021.

\_\_\_\_. Casos de coronavírus e número de mortes no Brasil em 30 de abril. De 30 de abril de 2020m. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/30/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-30-de-abril.ghtml> Acessado em 30 de março de 2021.

\_\_\_\_. Casos de coronavírus e número de mortes no Brasil em 31 de maio. De 31 de maio de 2020n. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/31/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-31-de-maio.ghtml> Acessado em: 30 de março de 2021.

\_\_\_\_. Casos de coronavírus no Brasil em 31 de março. De 31 de março de 2020o. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/31/casos-de-coronavirus-no-brasil-em-31-de-marco.ghtml> Acessado em: 30 de março de 2021.

\_\_\_\_. Casos de coronavírus no mundo passam de 100 milhões, diz levantamento da Johns Hopkins. De 26 de janeiro de 2021p. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/26/casos-de-coronavirus-no-mundo-passam-de-100-milhoes-diz-levantamento.ghtml> Acessado em: 28 de março de 2021.

\_\_\_\_. Casos de Covid-19 no mundo ultrapassam marca de 75 milhões. De 19 de dezembro de 2020q. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/12/19/casos-de-covid-19-no-mundo-ultrapassam-marca-de-75-milhoes.ghtml> Acessado em: 28 de março de 2021.

\_\_\_\_. Mundo tem mais de 40 milhões de casos de coronavírus, aponta universidade americana. De 19 de outubro de 2020r. Disponível em:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/19/mundo-tem-mais-de-40-milhoes-de-casos-de-coronavirus-aponta-universidade-americana.ghtml>

Acessado em: 28 de março de 2021.

\_\_\_\_. Últimas notícias de coronavírus de 29 de fevereiro. De 29 de fevereiro de 2020s.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/02/29/ultimas-noticias-de-coronavirus-de-29-de-fevereiro.ghtml> Acessado em: 28 de março de 2021

GULLINO, Daniel. Veja 10 vezes em que Bolsonaro criticou a CoronaVac. In: OGLOBO, de 18 de janeiro de 2021. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/veja-10-vezes-em-que-bolsonaro-criticou-coronavac-24843568> Acessado em: 31 de março de 2021.

HARTMANN, Marcel. Saiba quais são as medidas do Ministério da Saúde para combater o coronavírus. In: GZH, de 15 de março de 2020. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/coronavirus-servico/noticia/2020/03/saiba-quais-sao-as-medidas-do-ministerio-da-saude-para-combater-o-coronavirus-ck7t14jw7041001oa6dp23xux.html> Acessado em: 30 de março de 2021.

LONGUINHO, Daniella. Há um ano, Brasil anunciava primeiro caso de covid-19: Pesquisa mostrou que coronavírus já circulava no país desde 2019. In Radio Agência Nacional, 26 de fevereiro de 2021. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2021-02/ha-um-ano-brasil-anunciava-primeiro-caso-de-covid-19-0> Acessado: 28/03/2021

MS - Ministério da Saúde. Resposta Nacional e Internacional de enfrentamento ao novo coronavírus. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/>.

Acessado em: 15 de março de 2021.

PACHECO, John; MAGALHÃES, Caroline. Amapá vive 2ª onda da Covid-19 e restrição em portos e aeroportos não está descartada, diz SVS. In: G1. De 15 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/01/15/amapa->

[vive-2a-onda-da-covid-19-e-restricao-em-portos-e-aeroportos-nao-esta-descartada-diz-svs.ghml](#) Acessado em: 30 de março de 2021.

REUTER GRAPHICS. Acompanhamento da disseminação do novo coronavírus. Disponível em: <https://graphics.reuters.com/CHINA-HEALTH-MAP/0100B59S43G/index.html> Acessado em 30 de março de 2021.

SANTOS, Maria Tereza. As diferenças e semelhanças entre outros coronavírus e o Sars-CoV-2: O novo coronavírus não é filho único. Conheça os demais membros dessa família e entenda por que eles não provocaram pandemias de outras doenças. In: Veja Saúde, 23 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/as-diferencas-e-semelhancas-entre-o-sars-cov-2-e-outros-coronavirus/> Acessado em 28 de março de 2021.

STF. Supremo Tribunal Federal. Ministra determina que União restabeleça custeio de leitos de UTI para Covid-19 no RS. De 11 de março de 2021. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462143&ori=1> Acessado em: 31 de março de 2021.

VANNUCHI, Camilo. A pandemia de Covid-19 segundo Bolsonaro: da "gripezinha" ao "e daí?". In: UOL, de 30 de abril de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/camilo-vannuchi/2020/04/30/a-pandemia-de-covid-19-segundo-bolsonaro-da-gripezinha-ao-e-dai.htm> Acessado em: 31 de março de 2021.

ZHU, Weiyan. PASHAD, Vijay. XIAOJUM, Du. Como a China descobriu o novo coronavírus semanas antes da pandemia global. In: Brasil de Fato. De 08 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/08/como-a-china-descobriu-o-novo-coronavirus-semanas-antes-da-pandemia-global> Acessado em: 28 de março de 2021.



## **CRIPTOATIVOS: UMA NOVA OPORTUNIDADE DE INVESTIMENTO NO BRASIL?**

**Daniel Henrique Prestes Bun**

**RESUMO:** A expansão de transações comerciais ou financeiras via computadores, junto com o desenvolvimento de computadores com alta capacidade de processamento gerou uma série de invenções de meios de pagamentos digitais descentralizados, mais conhecidos como criptomoedas. A mais famosa das criptomoedas é a Bitcoin, inventada por Satoshi Nakamoto em 2008. A fora do normal valorização dos criptoativos durante o período de 2014-2021 chamou muito atenção dos investidores visando uma rentabilidade acima das taxas de retorno dos ativos tradicionais, porém a singular volatilidade dos preços do Bitcoin traz relevantes desafios a gestão de carteira de investidores que aplicam em criptoativos. A partir das séries históricas entre janeiro 2015 a junho 2021 dos preços do Bitcoin, o presente artigo investiga os momentos estatísticos e os comovimentos com os ativos tradicionais no Brasil (Ações, Fundos Imobiliários, Renda Fixa, Dólar, Ouro e Commodities) para fazer uma análise baseada na Teoria Moderna de Portfolios (Markowitz) sobre os investimentos em criptomoedas. Na nossa análise, o investimento em Bitcoin agregou valor na razão retorno/risco, entretanto várias peculiaridades estatísticas nas séries históricas causam cautela para fazer inferências sobre criptoativos baseada unicamente em Teoria Moderna de Portfolio.

**Palavras-chave:** Criptoativos, Gestão de Investimentos, Teoria Moderna de Portfolios.

## Introdução da Pesquisa

O período entre janeiro 2015-2021 foi observado uma valorização relevante nos ativos negociados no mercado financeiro tradicional dos EUA. Especialmente no Brasil, o ciclo de aumento dos preços foi observado a partir de 2016, e o aumento dos preços se deu em quase todas as classes de ativos, seja em renda fixa, renda variável, moedas estrangeiras ou commodities.

Para exemplificar a valorização dos ativos no Brasil, nós fazemos uma simulação a partir dos retornos diários acumulados desde janeiro/15 a junho/21. Usando essa simulação constatamos que quem investiu 100 reais em um ETF de Renda Variável no Brasil ao começo de 2015, em junho de 2021 teria direito a receber 260 reais. Quem investiu 100 reais em um título de renda fixa pós-fixado corrigido pela inflação (NTN-B) com vencimento 2026, em junho/21 teria quase 210 reais. Entretanto um investimento em criptomoedas obteve uma valorização bem acima dos outros ativos. Quem aplicou 100 reais em Bitcoin ao começo de 2015, em junho 21 teria aproximadamente 981,17 reais. O Gráfico 1 e o Gráfico 2 mostram o retorno acumulado das principais classes dos ativos no Brasil (ETF do Ibovespa, NTN-B principal com vencimento de 2026 e vencimento em 2035, ETF de empresas que comercializam Commodities, ETF do SP500, Ouro, ETF fundos imobiliários, ETF de empresas boas pagadoras de dividendos e o Bitcoin) no período de 01/01/2015 a 09/06/2021. Os dados foram obtidos da base de dados da Bloomberg para todos os ativos menos o Bitcoin, os dados do Bitcoin foram obtidos a partir da base de dados da Coingecko.com. Foram feitos dois gráficos pois o Bitcoin tem um retorno acumulado bem superior aos outros ativos e o análise do leitor ficaria destorcida contendo um gráfico com o Bitcoin.

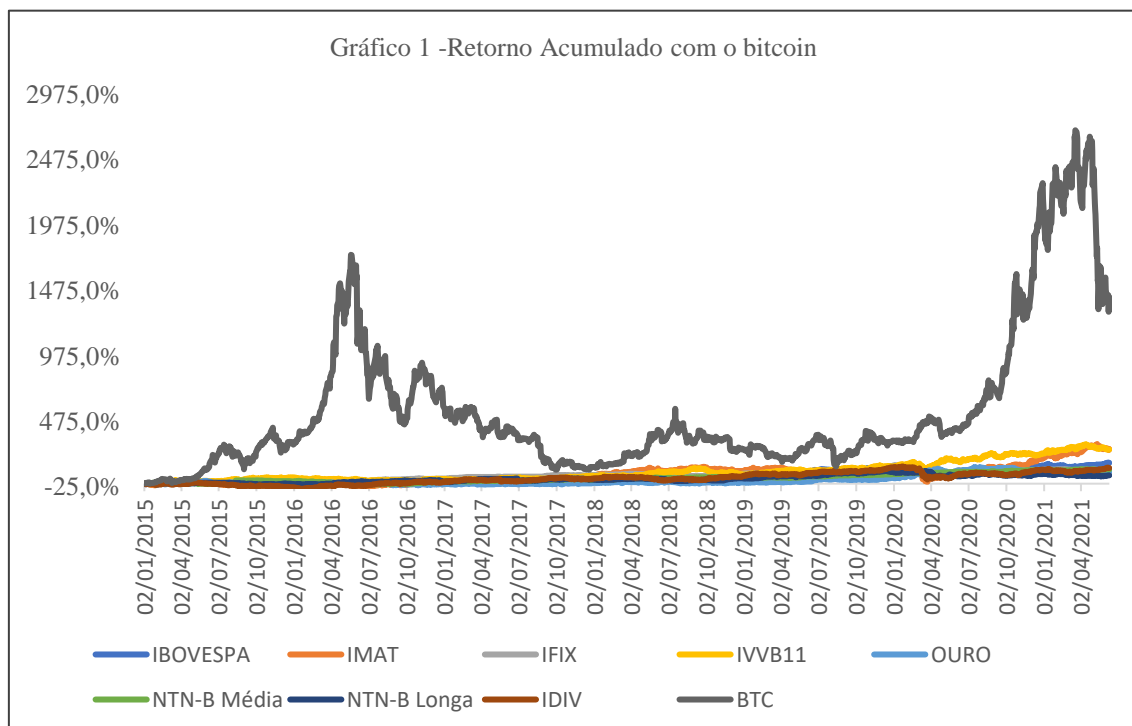


Gráfico -1 – Fonte: Dados da Bloomberg , Coingecko.com (BITCOIN)). Confeção do gráfico pelo autor

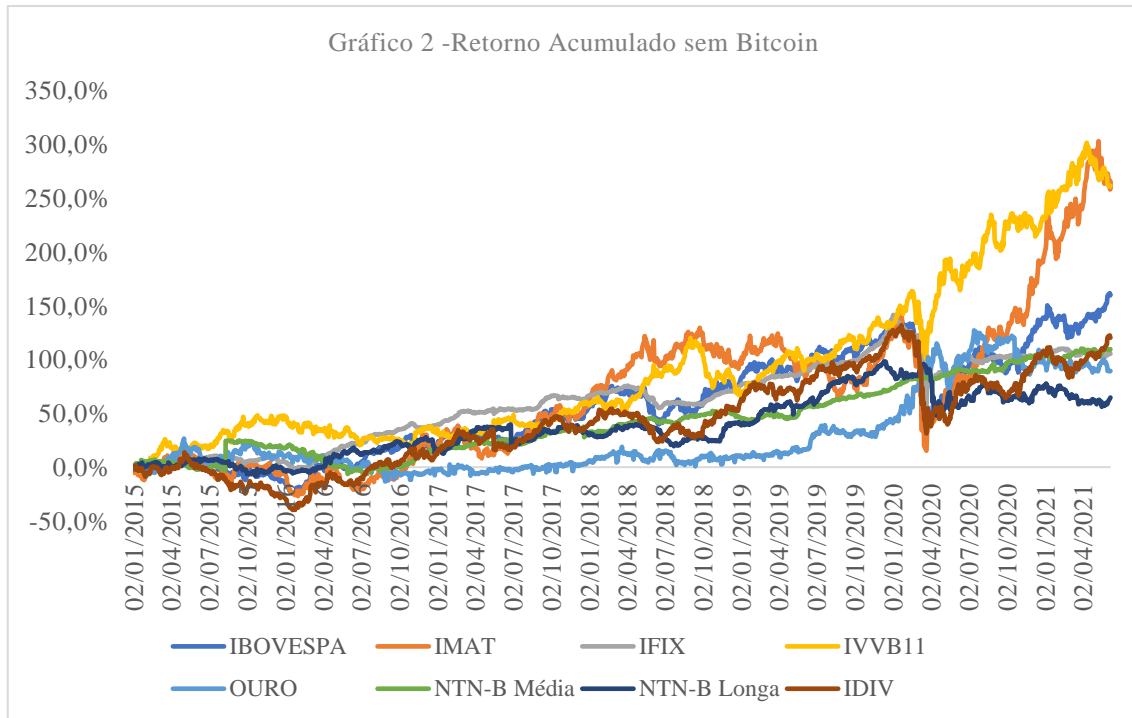


Figura -2 Fonte dos Dados: Bloomberg. Confeção do gráfico pelo autor do estudo.

Apesar do retorno acima da média obtido no investimento com o Bitcoin, a volatilidade, ou o desvio padrão dos retornos diários, do investimento em Bitcoin foi também bem acima da média. Por exemplo o gráfico 3 mostra a volatilidade EWMA mensal dos ativos analisados na pesquisa. O Bitcoin, em todo período analisado, possui a volatilidade mensal acima da comparada dos outros ativos analisados na pesquisa. Durante o período de analisado, o Bitcoin teve volatilidade média de 19,07% a.m, o segundo ativo mais arriscado ou volátil foi o Ouro, com volatilidade média de 7,73% a.m. O maior valor da série histórica de volatilidade do Bitcoin foi 51,88% a.m, enquanto o maior valor da série histórica do ETF do Ibovespa foi 33,79% a.m.

As volatilidades mensais foram emitidas a partir da metodologia EWMA (riskmetrics), essa metodologia foi utilizada para observar um dos fatos estilizados da série histórica financeira: A existência de cluster de volatilidade.

O investimento em Bitcoin foi mais arriscado quando comparados aos outros investimentos, essa conclusão mostra que o investidor precisa ter ferramentas de gestão de risco e de carteira que limitem as perdas da carteira de investimento, caso o investidor deseje investir em Bitcoin.



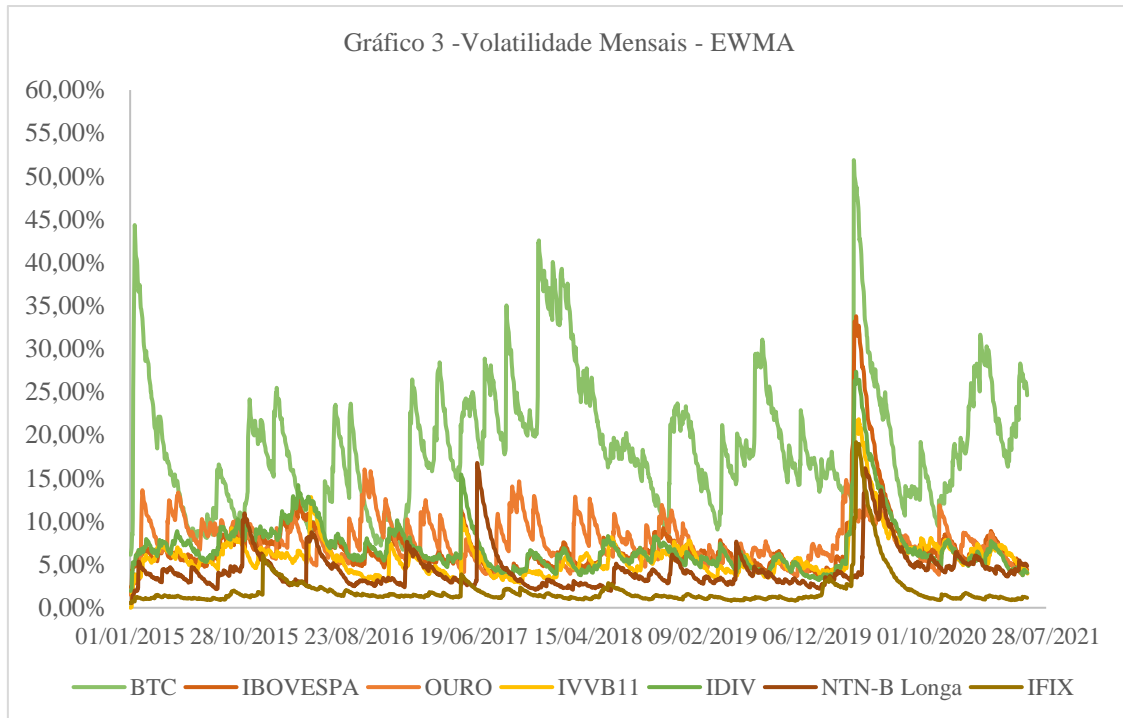


Figura -3 Fonte dos dados: Coingecko.com (BTC), outros ativos Bloomberg. Gráfico do autor.

A partir das séries históricas plotadas acima, observamos que existe uma oportunidade de retorno quando investimos no Bitcoin, entretanto o investidor precisa ter boas ferramentas para gerenciar o risco de sua carteira. O presente estudo pretende utilizar os parâmetros da Teoria de Carteira de Markowitz para examinar se o investimento em Bitcoin agrega valor ao investidor, nos termos da razão de Sharpe. De maneira mais clara, queremos estudar se o investidor que aplica em Bitcoin consegue fazer uma carteira diversificada com um retorno acima da carteira sem o Bitcoin, mantendo o nível de volatilidade da carteira.

O objetivo da pesquisa é estudar a aplicabilidade de um modelo de gestão de carteiras, que incorpore conceitos da Teoria Moderna de Portfolio de Markowitz, a uma carteira de investimento compostos por ativos financeiros tradicionais e pelo investimento em Bitcoin.

Ao estudar a praticabilidade, pretende-se verificar se, a Teoria Moderna de Portfolio de Markowitz pode servir como uma ferramenta que auxilie o investidor de uma carteira mista no difícil trabalho de arbitrar os pesos dos ativos que compõem a carteira e construir uma carteira mais rentável e menos arriscada, quando comparada uma carteira composta sem o Bitcoin.

O presente estudo começa explicando resumidamente os criptoativos como meios de pagamentos, sua aplicabilidade na vida real das pessoas, depois descreve rapidamente a características técnicas do Bitcoin e de criptoativos, depois demonstra a Teoria Moderna de Portfolios e sua aplicabilidade com o investimento em Bitcoin, depois analisamos as estatísticas descritivas e das correlações das séries históricas dos ativos tradicionais e do Bitcoin e ,por fim, apresentamos a carteira eficiente com e sem a presença do Bitcoin e

chegamos a um veredito se a presença do Bitcoin agrega mais retorno ao investidor com mesmo nível de risco.

**Criptoativos como meios de pagamentos – Uma abordagem econômica.**

Moeda é normalmente definida pelos economistas como tendo três atributos: funciona como um meio de troca, uma unidade de conta e uma reserva de valor. Fizemos uma descrição básica do que já foi discutido na literatura econômica sobre adequação do Bitcoin na aplicação dos três atributos da Moeda.

**Meio de troca:** Como o Bitcoin não tem valor intrínseco, seu valor depende, em última análise, de sua utilidade como uma moeda na economia de consumo. A maioria das classificações dos principais comerciantes que aceitam bitcoins são dominados por empresas de software e hardware venda de produtos focados estritamente em aplicações de bitcoin e por mercados ou bolsas que fornecem serviços de investidores para especuladores de bitcoin. Quanto mais comerciantes aceitarem transações via bitcoin, as validações via mineração de bitcoin serem mais rápidas, mais o Bitcoin será aceito como Meio de Troca e o valor do Bitcoin tenderá a se estabilizar, bem como a volatilidade do preço da moeda irá decair visivelmente. Segundo **Yermack 2015 p.42** “*A legitimidade do Bitcoin como moeda também deve depender de sua integração na web de pagamentos internacionais e transações de gestão de risco.*”

**Unidade de conta:** Segundo **Yermack 2015 p. 38** “*Para que uma moeda funcione como uma unidade de conta, os consumidores devem tratá-la como um numerário ao comparar os preços de produtos de varejo alternativos.*”

Um dos principais obstáculos do Bitcoin se tornar uma útil unidade de conta é a alta volatilidade diária observada em seus preços. Como o valor do Bitcoin, comparados a outros papéis moedas, variam consideravelmente diariamente, comerciantes que aceitam Bitcoin têm que recalcular os preços de seus produtos frequentemente, tal procedimento será muito custoso para o consumidor e causará muita confusão para o consumidor.

**Reserva de valor:** A função de reserva de valor pode ser resumida com a capacidade da moeda manter o poder de compra com o passar do tempo. Quem vende bens ou serviços em troca de uma quantidade moeda, pode, em qualquer período futuro, usar a mesma quantidade de moeda para comprar os mesmos bens e serviços.

Novamente a volatilidade do preço do Bitcoin aparece como empecilho na aplicação das funções do papel moeda. Um estudo descrito por **Yermack, 2015 p. 40** demonstra que a volatilidade do Bitcoin foi a maior do que a volatilidade de outras moedas. No período de análise (2013-2015), o Bitcoin possui volatilidade diária igual a 1,50%, enquanto a segunda forma de pagamento mais volátil foi o Ouro, com volatilidade igual a 0,20%, um valor muito menor comparado ao Bitcoin. Quando um consumidor lida com uma incerteza no poder de compra da moeda que porta, ele possui muito incentivos para abandonar o uso de uma moeda. Para manter a utilidade do Bitcoin como moeda, investidores e entusiastas do Bitcoin precisam criar mecanismo para diminuir a volatilidade do valor da moeda digital.

### **Características do Bitcoin**

**Descentralização:** Similarmente aos meios de pagamentos convencionais que são negociados digitalmente, Bitcoin pode ser usado para comprar bens, fungíveis ou não, e serviços eletronicamente. Diferentemente de qualquer papel moeda ou plataforma de pagamentos digitais, Bitcoin é descentralizado. De maneira mais resumida, a rede de negociação do Bitcoin não é regulada ou controlada por um único grupo de pessoas ou instituição. A oferta do Bitcoin é regida por um algoritmo que qualquer usuário pode acessar via internet.

**Flexível:** Carteiras de pagamento em Bitcoin podem ser configuradas online, sem quaisquer custos de transação ou regulação. Outro ponto que pode ser destacada é a velocidade e a acurácia que transações ocorrem, independentemente da localização geográfica das partes envolvidas na transação financeira.

**Transparência:** De acordo com **Lee,Chuen,Guo e Wang 2018** *“Qualquer transação será transmitida para a inteira network do Bitcoin. Mineradores validam e registram as transações na Blockchain e transcrevem para outros mineradores o bloco de registro da transação. Cada registro de transação é guardado na Blockchain. Como a Blockchain é aberta e distribuída para todos os mineradores, cada minerador tem a cópia de cada transação e pode verificar a autenticidade dessa transação”*.

**Rapidez:** De acordo com **Lee,Chen, Guo e Wang, 2018** *“Transações são transmitidas dentro de poucos segundos e pode ser verificada, em média, em 10 minutos por parte de mineradores. Portanto, um agente do mercado pode transferir bitcoins de qualquer lugar no mundo e a transação financeira será completa em poucos minutos depois da aprovação.”*

**Oferta Limitada:** Tal como o Ouro ou outro metal precioso, Bitcoin não pode ser arbitrariamente criado, ele precisa sofrer um processo de extração. Enquanto os metais preciosos precisam ser extraídos do solo terrestre, Bitcoin precisa ser “minerado” por algoritmos computacionais.

Bitcoin possui um parâmetro em seu Código fonte: A oferta fixa e limitada de moedas. Segundo dados da *Coingecko.com*, em junho de 2021 a oferta de Bitcoin é aproximadamente 18,74 milhões de bitcoins disponíveis rede mundial de computadores, com uma capitalização de mercado de aproximadamente US\$ 705 bilhões.

Segundo **Guo e Lee, 2015, p.15** *“Os argumentos mais comuns contra o Bitcoin são (i) a falta de uma autoridade emissora central, como a de um banco central, (ii) sua oferta fixa e natureza deflacionária por definição, (iii) dúvidas que o preço é estável o suficiente para funcionar como uma moeda, e (iv) o risco associado a ele.”*

### **Teoria Moderna de Portfólios de Markowitz.**

Inicialmente o problema de quem aplica em ativos financeiros é descobrir quanto investir em cada ativo disponível de modo a maximizar o retorno sobre o investimento.

Para parametrizar o modelo de otimização de portfólios, Markowitz (1952, p.84-97) tem a premissa de que o retorno de uma carteira, representado pelo retorno médio

esperado ( $\mu$ ) e o risco, representado pelo desvio padrão dos retornos  $\sigma$  são os parâmetros de interesse do investidor. Para cada nível de risco desejado pelo investidor, há um diferente nível de retorno esperado, de modo que, quanto maior o risco assumido maior a expectativa de retorno.

As equações para o retorno de um ativo individual e do retorno de carteira são definidas pela equação abaixo:

$$R_{(t)} = \ln\left(\frac{P_{(t)}}{P_{(t-1)}}\right) \quad (1)$$

$$Rp_{(t)} = \sum_{i=1}^n w_i \cdot R_{(t)} \quad (2)$$

Ou seja, o retorno individual equivale ao logaritmo natural da divisão entre o preço atual de cada ativo e o preço anterior e o retorno da carteira equivale a média ponderada entre o retorno individual de n-ativos e os pesos (na equação 2 é igual a  $w$ ). Por definição a soma dos pesos de uma carteira é igual a 1.

A variância de uma carteira é descrita pela equação abaixo:

$$\sigma_t^2 = \sum_{i=0}^n \sum_{j=0}^n w_i w_j \sigma_{i,j} \quad (3)$$

Em que  $\sigma_{i,j}$  é a covariância entre os ativos  $i$  e  $j$  e  $w_i, w_j$  são os pesos aplicados nos ativos  $i$  e  $j$  na carteira, respectivamente. Quando temos mais de 3 ativos em uma carteira, fica mais fácil a obtenção da variância da carteira via utilização de cálculos matriciais.

A definição de fronteira eficiente usada nesse estudo vem de **Luenberger 1998** “O melhor portfólio para cada nível de risco definido é aquele que maximiza a esperança dos retornos, sendo infactível alcançar retornos maiores e indesejado esperar retornos menores que esse máximo.”

É possível confeccionar a fronteira eficiente com apenas dois portfólios eficiente, isso dois portfólios onde se obtêm o máximo retorno a partir de um nível de risco. Todos os portfólios eficientes podem ser construídos através da diversificado entre quaisquer dois portfólios eficientes com diferentes níveis de retorno.

A melhor forma para mensurar a performance de uma carteira de investimentos segundo a Teoria Moderna de Carteira é usando o Índice de Sharpe. Tal índice foi criado por William Sharpe em 1966 e mensura a relação Risco x Retorno de uma carteira de investimentos. A fórmula do índice de Sharpe segue abaixo:

$$S = \frac{E(R_p) - R_f}{\sigma_p} \quad (4)$$

Em que:  $E(R_p) - R_f$ : Retorno acima do ativo livre de risco e  $\sigma_p$  é igual o desvio padrão da carteira.

O Índice de Sharpe foi o parâmetro utilizado para verificar a performance das carteiras confeccionadas no estudo, de tal forma que a carteira que gerou maior Índice de Sharpe foi aquela que será melhor classificada.

**Estatísticas descritivas das séries históricas dos ativos da pesquisa.**

Abaixo mostramos uma tabela com as estatísticas descritivas dos ativos selecionados para a confecção da carteira. O período de coleta das informações foi de 02 de janeiro de 2015 a 09 de junho de 2021. As séries históricas para o Bitcoin foram obtidos a partir dos dados presentes na CoinGecko e os dados para os ativos tradicionais foram obtidos a partir do banco de dados Bloomberg.

Tabela 1 – Estatísticas Descritivas dos ativos tradicionais

Ativo	Média	Desvio Padrão	Assimetria	Curtose	Drawdown	Máximo	Rho
BTC	0,23%	4,06%	-0,7031	10,6186	-33,85%	30,40%	-0,0287
IBOVESPA	0,08%	1,74%	0,2052	13,6148	-15,99%	13,02%	-0,0806
IMAT	0,12%	2,02%	-0,8047	1,4903	-17,21%	12,97%	-0,2154
IFIX	0,05%	0,62%	-0,1234	-1,1556	-14,19%	5,66%	0,0943
IVVB11	0,09%	1,36%	0,3088	7,1767	-9,14%	9,78%	-0,0618
OURO	0,06%	1,73%	-0,0286	5,793	-9,73%	13,34%	-0,0762
NTN-B Média	0,05%	0,09%	0,1523	3,4798	-7,00%	27,98%	0,334
NTN-B Longa	0,04%	0,13%	0,2188	3,9729	-13,39%	5,37%	-0,0287
IDIV	0,09%	1,57%	0,1523	-1,0419	-13,01%	9,74%	0,025

O Bitcoin teve performance melhor quando comparamos com os outros ativos selecionados quando analisamos a média dos retornos diários. O segundo ativo com maior média foi o IMAT, mesmo assim o retorno ficou, aproximadamente, 0,14% abaixo da média dos retornos obtidos com o investimento em Bitcoin. A retorno anualizado da média dos retornos diários foi de  $0,2259 \times 252$  (Nº dias úteis em um ano) = 56,93%, tal valor é muito maior quando comparamos os retornos anualizados dos outros ativos analisados na pesquisa. Constatamos que a volatilidade dos retornos diários do Bitcoin foi a maior do que os ativos selecionados na pesquisa, podemos citar também que o maior drawdown da amostra foi o do Bitcoin.

Outro fato que chama a atenção é que o Bitcoin possui assimetria negativa, adicionado ao alto desvio padrão observado na série histórica, constatamos que existe o Risco de Cauda na série histórica desse ativo. 3 dos 9 ativos selecionados na amostra possuíram assimetria negativa.

Quando analisamos a Curtose e assimetria das séries históricas, os retornos diários da série do Bitcoin se desviam razoavelmente de uma distribuição normal, o que faz sentido quando analisamos um ativo que ainda não está consolidado no mercado por vários anos.

Para análise do lag-autocorrelação, descrito na tabela2 como Rho, a maioria dos coeficientes são baixos, denotando uma falta de previsão (*Fama 1970*), tal fato foi também descrito em *Chuen, Guo, Wang 2018* em ativos analisados nos EUA.

A partir da observância das estatísticas descritivas do Bitcoin, principalmente da assimetria e da curtose da série histórica, podemos observar que as futuras análises dos retornos do Bitcoin feitas a partir da assunção da distribuição normal dos retornos são incompletas devido a não aderência aos princípios estatísticos da distribuição normal.

### **Análise da matriz de correlações dos ativos da pesquisa.**

Abaixo mostramos uma matriz de correlações entre 9 ativos analisados na pesquisa. Mostramos a tabela da correlação para poder entender o potencial do poder de diversificação na confecção de carteiras de investimento. Quanto menor for a correlação entre ativos, maior será o poder da diversificação da carteira e por consequência maior será a diferença positiva entre a média ponderada dos retornos individuais dos ativos da carteira e a média ponderada das variâncias individuais dos ativos. Por consequência, quanto maior o poder de diversificação, maior será a razão Sharpe da carteira e maior a utilidade do investimento.

*Tabela 2 - Matriz de correlação dos ativos*

	<b>IBOVESPA</b>	<b>IMAT</b>	<b>IFIX</b>	<b>IVVB11</b>	<b>OURO</b>	<b>NTN-B Média</b>	<b>NTN-B Longa</b>
<b>IBOVESPA</b>	1	0,7068	0,46	0,1622	-0,0366	0,0069	-0,0059
<b>IMAT</b>	0,7068	1	0,3553	0,3494	-0,0536	0,0028	-0,0088
<b>IFIX</b>	0,46	0,3553	1	0,1079	-0,0044	0,0121	-0,0045
<b>IVVB11</b>	0,1622	0,3494	0,1079	1	-0,0471	-0,0066	0,0517
<b>OURO</b>	-0,0366	-0,0536	-0,0044	-0,0471	1	0,0472	0,0125
<b>NTN-B Média</b>	0,0069	0,0028	0,0121	-0,0066	0,0472	1	-0,0052
<b>NTN-B Longa</b>	-0,0059	-0,0088	-0,0045	0,0517	0,0125	-0,0052	1
<b>IDIV</b>	0,9314	0,653	0,4304	0,0768	-0,0317	0,0057	0,0051
<b>BTC</b>	0,0447	0,0997	0,0564	0,0149	0,004	-0,0099	0,0156

De maneira geral todos os ativos têm correlação quase irrelevante com o Bitcoin, a maior coeficiente de correlação do Bitcoin foi com o IMAT, com valor de 0,0997. Todos os coeficientes de correlação envolvendo séries do Bitcoin não foram maiores a 0,1, 6 ativos da amostra possuíram coeficientes menores a 0,05 e em até alguns ativos foram constatados coeficientes de correlação negativos. A constatação dos baixos coeficientes de correlação demonstra que o Bitcoin pode ter um poder de diversificação de carteiras e por consequência, diminuir o risco de cada carteira e aumentar a utilidade da carteira para o investidor.

**Curva Eficiente com e sem os criptoativos.**

Examinamos a performance de uma carteira de investimentos diversificada com e sem a adição do Bitcoin na carteira. A carteira inicial contém tradicionais ativos como o **BOVA11** (ETF que replica a performance do Ibovespa), **IDIV** (índice que replica uma carteira teórica com empresas boas pagadoras de dividendos), **IFIX** (índice que valoriza o mercado de fundos imobiliários), **Ouro**, **IVVB11** (ETF que replica o SP500 e tem uma certa proteção cambial) **IMAT** (Índice que replica uma carteira de empresas com empresas de materiais básicos), uma **NTN-B principal vencimento 2026**, uma **NTN-B principal vencimento 2035**. Primeiramente foi confeccionada a uma fronteira eficiente sem a presença do Bitcoin, logo após confeccionamos uma fronteira eficiente com a adição do Bitcoin a carteira, após a confecção das duas fronteiras eficientes fizemos um teste multivariado descrito por *Huberman e Kandel (1987)*, para saber se a adição do Bitcoin gerou algum efeito estatisticamente significativo na fronteira eficiente sem a adição do Bitcoin.

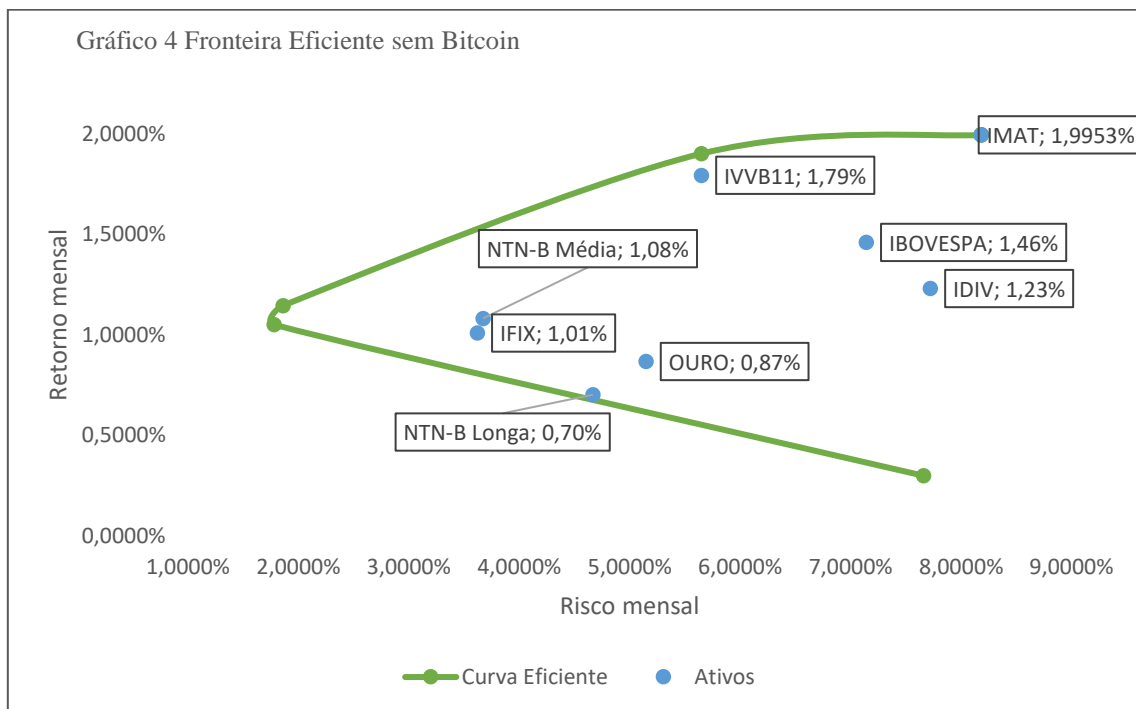
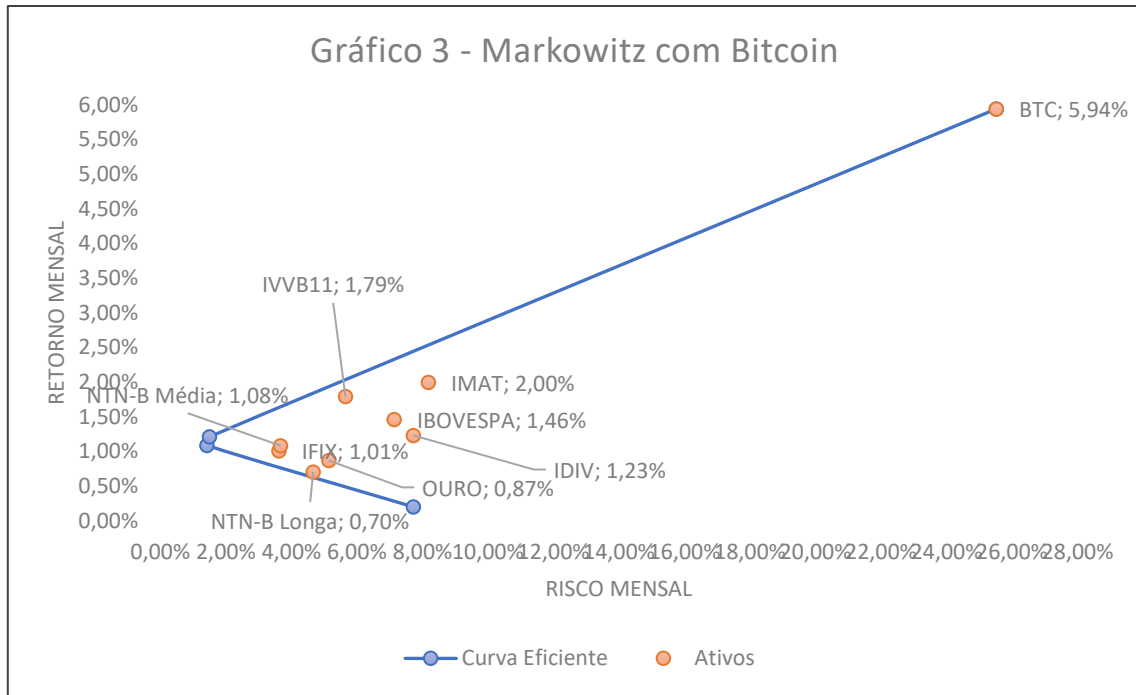
Nas Fronteiras eficientes confeccionadas no estudo não foi estipulado a presença de venda a descoberto em qualquer ativo nas, para dar maior similaridade à realidade cotidiana dos investidores. Caso a restrição a venda a descoberto fosse relaxada, o efeito positivo da diversificação seria muito mais visível nas fronteiras eficientes, conforme foi descrito por *Wang, Sarkar e Li 1999*. Entretanto como os custos de ficar vendido são altos e os instrumentos financeiros para sintetizar a venda a descoberto de todos ativos não são acessíveis a todos investidores, o estudo decidiu por colocar uma vedação na venda a descoberto nas fronteiras eficientes.

O período de captação dos dados foi de 02/01/2015 a 09/06/2021 e a fonte dos dados foram obtidos no banco de dado da Bloomberg. As fronteiras eficientes foram feitas a partir dos retornos mensais de cada ativo. As principais estatísticas descritivas seguem abaixo:

*Tabela 3 – Estatísticas Descritivas dos ativos analisados na pesquisa. Fonte Bloomberg Coingecko.com*

	<i>IBOVES PA</i>	<i>IMA T</i>	<i>IFIX</i>	<i>IVVB 11</i>	<i>OUR O</i>	<i>NTN-B Média</i>	<i>NTN-B Longa</i>	<i>IDIV</i>	<i>BTC</i>
Média	1,46%	2,00 %	1,01 %	1,79 %	0,87 %	1,08%	0,70%	1,23 %	5,94 %
Desvio Padrão	7,14%	8,18 %	3,62 %	5,65 %	5,15 %	3,67%	4,67%	7,72 %	25,52 %

Os gráficos 3 e 4 mostram como ficaram as fronteiras eficientes com e sem a adição do Bitcoin. A inclusão do Bitcoin eleva a fronteira eficiente sem o Bitcoin. Isso significa que, no mesmo nível de risco, um portfólio com Bitcoin tem retorno maior quando comparado a uma carteira de investimento sem a inclusão do Bitcoin no período de análise do estudo.



As análises da curva eficiente se baseiam no princípio da dominância de ativos, o princípio da dominância diz que se um ativo possuir o mesmo nível de retorno, mas com níveis de risco diferentes, o investidor irá sempre investir com menor risco. O equivalente serve para o retorno, ativos com mesmo nível de risco, o investidor irá escolher o ativo com maior nível de retorno.



Existem três pontos na curva eficiente que valem a pena analisar: Ponto de mínimo risco global (mínima variância), o ponto de máxima eficiência e o ponto de máximo retorno. Abaixo 2 tabelas contendo os principais pares ordenados das 2 curvas.

<i>Tabela 4 - Pontos específicos da Fronteira Eficiente - Carteira com o BTC</i>			
	Ponto de Mínimo Risco	Ponto de Máximo Sharpe	Ponto de Máximo Retorno
Retorno	1,0890%	1,2100%	5,9427%
Risco	1,4181%	1,4950%	25,5230%
Índice de Sharpe	0,7680	0,8093	0,2328

<i>Tabela 5 - Pontos específicos da Fronteira Eficiente - Carteira sem o BTC</i>			
	Ponto de Mínimo Risco	Ponto de Máximo Sharpe	Ponto de Máximo Retorno
Retorno	1,051%	1,146%	1,995%
Risco	1,781%	1,861%	8,183%
Índice de Sharpe	0,5903	0,6158	0,2438

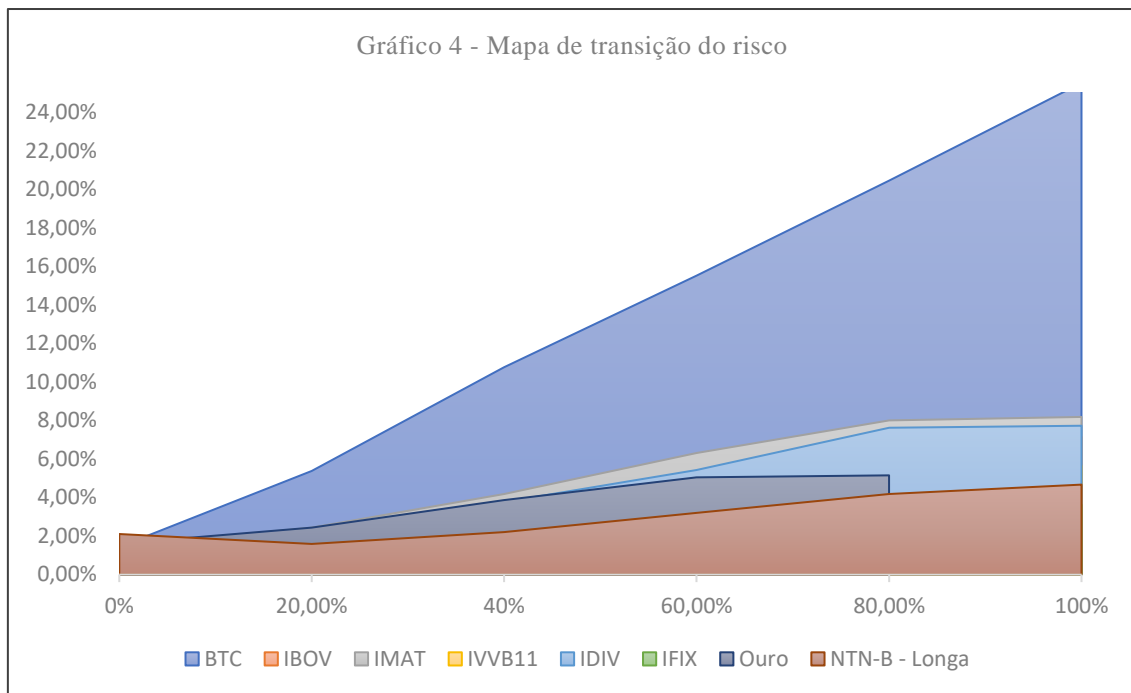
Para curva com a inclusão do Bitcoin, vimos que o ponto de mínimo risco tem um par ordenado (x,y) de 1,4181% e 1,089%, o ponto de máxima eficiência tem um par ordenado de 1,21% 1,4950% e o ponto de máximo retorno e de 5,9427%,25,523%. O ponto de máximo retorno coincidiu com o par ordenado do Bitcoin, ativo mais arriscado e rentável da carteira de investimento analisada.

Para a curva sem a inclusão do Bitcoin, o ponto de mínimo risco tem par ordenado de (1,781%,1,051%), o ponto de máximo razão retorno/risco tem par ordenado de 1,861%, 1,146% e o ponto de máximo retorno tem par de 8,183%;1,995%.

Comparando a razão de Sharpe (Retorno dividido pelo Risco da carteira) dos pontos de máxima eficiência das duas fronteiras estimadas, vemos que a fronteira com a carteira do Bitcoin tem razão de Sharpe com valor de 0,81, enquanto a fronteira da carteira sem a inclusão do Bitcoin tem razão Sharpe de valor 0,62.

Conforme a metodologia descrita por *Chuen, Guo, Wang 2018* seria interessante fazer uma análise do risco de cada ativo via mapas de transição de risco. Podemos caracterizados mapas de transição como uma ferramenta frequentemente usada para descrever muitos aspectos do processo de otimização do portfólio; de backtesting a

variações sobre o risco, fornecendo uma verificação rápida de como um portfólio está gerenciando a alavancagem, o risco, bem como a própria alocação. Tradicionalmente, os mapas de transição são mostrados como um espectro contínuo de risco. Mapas de transição mostram o risco de uma carteira otimizada tomando como premissa a alocação mínima em cada ativo. O Gráfico 4 mostra o mapa de transição de uma carteira com todos os ativos analisados na pesquisa, incluindo o Bitcoin. Os desvios padrão da amostra foram calculados com base na série histórica analisada e foram computados mensalmente.



De acordo com o mapa de transição da carteira analisada o IMAT, o IDIV e o BTC dominam o risco total da carteira, enquanto os outros ativos analisados contribuem para o risco quando o risco já está baixo. Dentre os investimentos analisados na pesquisa, o IFIX e o Ouro contribuíram muito pouco para o aumento do risco da carteira. Investidores com uma tolerância de risco menor que 10% ao mês, não devem aplicar mais do que 40% da sua carteira em Bitcoin e investidores com uma tolerância de risco menor que 20% ao mês não devem aplicar mais do que 80% da sua carteira em Bitcoin. O Bitcoin foi o ativo gerador de risco de cada carteira otimizada. Mesmo uma carteira com alocação mínima de 20%, a carteira teve um risco maior qualquer outra combinações dos ativos a qual a aplicação do Bitcoin foi igual a zero.

Após a análise de pontos específicos da fronteiras-eficiente das duas carteiras analisadas e do mapa de transição do risco, achamos que é válido saber se utilidade do investidor avesso ao risco aumenta com significância estatística. Para responder tal questão, o estudo aplicou um tipo de mean-variance spanning-test discutido no paper de *Hubberman e Kandel 1987*.

Na análise de portfólio, muitas vezes se está interessado em descobrir se um conjunto de ativos de risco pode aumentar a razão retorno/risco de outro conjunto de

ativos de risco. Se um investidor escolhe carteiras com base na média e variância, então a questão é se adicionar um novo conjunto de ativos de risco pode permitir ao investidor melhorar a fronteira de variância mínima de um determinado conjunto de ativos de risco. *Hubberman e Kandel 1987* propuseram um teste multivariado com a hipótese de que a fronteira de eficiente de um conjunto de K-ativos mais adição N-ativos tem um retorno maior em todos níveis de risco quando comparamos um apenas o conjunto de K-ativos.

Resumindo o teste multivariado proposto por *Hubberman e Kandel 1987*, observamos uma relação linear entre o retorno da carteira composto por K+N e carteira composta por N ativos. Abaixo demonstramos a estrutura da equação de regressão linear analisada:

$$R_{n+k} = \alpha + \beta R_n + \varepsilon_t \quad (5)$$

Os focos de interesses da análise estatística desse teste são a inferência estatística sobre o  $\alpha$  da equação, o erro padrão do  $\alpha$  da equação e a significância geral da regressão estimada. Caso o  $\alpha$  da regressão for estatisticamente significativo maior a zero, podemos inferir que existe uma mudança positiva no retorno da carteira sem a presença de uma maior variância, ou risco, da carteira. Ou seja, após a análise do Teste de Huberman e Kandel 1987, podemos fazer uma inferência acerca da dominância dos ativos analisados.

Abaixo mostramos a tabela com a descrição dos testes para a carteira com o Bitcoin. O nível de confiança da regressão foi de 95%.

**Tabela 6 - Spanning Tests para o Efeito na carteira com a inclusão do Bitcoin**

Ativo	Alpha	Delta	F-Test	p-Value
BTC	0,0051	0,0002	24,34967	0,0002

O alfa estimado na regressão foi maior a zero com significância estatística, com F-Test consistente e p-valor menor que o nível de significância. Podemos inferir que a carteira com a inclusão do Bitcoin, teve uma dominância sobre a carteira sem a inclusão do Bitcoin. Constatamos que a inclusão do Bitcoin desempenhou um papel significativo no progresso da performance da carteira proposta no estudo. Ou seja o investidor que usou uma carteira otimizada com o bitcoin ganhou um retorno adicional sem uma quantidade de risco adicional.

### **Conclusão**

Na primeira parte do artigo explicamos se o Bitcoin faz funções clássicas da moeda: Reserva de Valor, Meio de troca e Unidade de Conta. Na incipiente literatura econômica acerca de criptomoedas vemos que existem grandes desafios para dar maior estabilidade ao Bitcoin como Moeda. Os principais obstáculos para aderência do Bitcoin como moeda global são a instabilidade ou volatilidade do preço da moeda no mercado e falta de liquidez para moeda, apesar dos desafios ainda temos uma infinidade de oportunidades para a estabilização do Bitcoin como Moeda. Uns dos melhores resumos sobre o potencial do Bitcoin como moeda no mundo foi encontrado em *May 1992* “*Assim*

*como a tecnologia de impressão alterou e reduziu o poder das guildas medievais e a estrutura do poder social, também os métodos criptológicos alterarão fundamentalmente a natureza das corporações e da interferência do governo nas transações econômicas. Combinada com as indústrias de informação emergentes, a criptoanarquia criará um mercado líquido para todo e qualquer material que possa ser expresso em palavras e imagens. E assim como uma invenção aparentemente menor como o arame farpado tornou possível o cercamento de vastas fazendas e fazendas, alterando assim para sempre os conceitos de terra e direitos de propriedade no ocidente, o mesmo acontecerá com a descoberta aparentemente menor de um ramo misterioso da matemática (programação de computadores) passou a ser o cortador de arame que desmonta o arame farpado em torno da propriedade intelectual”.*

Os resultados da pesquisa mostram que a inclusão do Bitcoin pode ser uma boa fonte de performance de uma carteira, seja pela baixa correlação do Bitcoin com os outros ativos analisados na pesquisa (efeito diversificação) como também pelos altos retornos médios observados na série histórica. Os resultados da pesquisa mostraram que a fronteira eficiente com o Bitcoin expandiu razoavelmente a fronteira eficiente da carteira feita sem o Bitcoin.

Os testes média-variância de Huberman e Kandel feitos a partir das 2 carteiras analisada demonstraram que a inclusão do Bitcoin expandiu a fronteira eficiente com significância estatística, ou seja, pela adição do Bitcoin a carteira de investimento recebeu um retorno adicional sem uma proporcional taxa de risco.

Apesar do mercado de criptoativos ter existência (criação do Bitcoin) há mais de 10 anos, qualquer constatação ou afirmação acerca da realidade econômica do Bitcoin ainda é incerta e experimental. A série estatística do Bitcoin analisada na amostra não possuiu atributos estatísticos parecidos com a distribuição estatística normal, entretanto foram constatadas boas evidência acerca do poder positivo da inclusão do Bitcoin a uma carteira de investimento.

Existem várias fontes de risco não tradicionais no investimento em criptomoedas tais como a complexidade tecnológica do mercado de criptomoeda, a segurança de posse do ativo, a produção de relatórios financeiros a terceiros sem um custodiante ou Trustee denominado, a governança e os meios de resoluções de conflitos em um ambiente de autoridade descentralizada e autônoma. Todas as fontes de risco não tradicionais devem ser mapeadas e entendidas antes do investimento no Bitcoin.

Existem alguns desenvolvimentos da pesquisa sobre o Bitcoin na gestão de carteiras, tais como a análises de Carteiras otimizadas utilizando ativos não tradicionais, tais como os fundos de venture capital e mais ativos descorrelacionados, como os metais preciosos como paládio. Outro ponto de melhora na análise econômica é a inclusão de ferramentas de risco como Conditional VaR (CVaR) para verificar se a utilidade do investimento modifica com a mudança dos parâmetros de análise.

Uma boa análise sobre a realidade das criptomoedas, que também foi citada em **Lee,Guo,Wang (2018)**, foi a citação de **Lee et al. (2017)** : *“Embora a propriedade*

*amplamente dispersa em proporção às necessidades individuais possa parecer rebuscada, o estado atual do blockchain e da criptomoeda já permite que qualquer pessoa mantenha ativos fracionários, descentralizados e fluidos que são digitais e altamente utilizáveis. Lenta, mas seguramente, a legislação também está mudando para acomodar essa nova era. Na verdade, a base de um ecossistema totalmente novo em gerenciamento de ativos digitais está sendo instalada silenciosamente. Os produtos híbridos baseados na tecnologia blockchain encontrarão seu caminho para o mainstream. A natureza inerentemente inclusiva de sua arquitetura pode mudar uma parte significativa do movimento de investimento (de impacto) de ativistas por inovações para realmente se tornarem as próprias soluções impulsionadoras. Usar uma mentalidade focada nas necessidades das pessoas ou empresas, em vez de uma abordagem de investimento focada exclusivamente na riqueza atual do investidor, pode posicionar os financiadores que pensam no futuro na linha de frente.”*

### **Referências Bibliográficas**

- CHENG, Ping; LIANG, Youguo. Optimal Diversification: Is It Really Worthwhile? **Journal of Real Estate Portfolio Management**, n.1, v. 6, p. 7-16, 2000.
- ELTON, Edwin J. et al. **Moderna Teoria de Carteiras e Análise de Investimentos**. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 2004. 602 p.
- Fama,E.F “ Efficient Capital Markets: A Review of Theory and Empirical Work”. **The Journal of Finance**, Vol.25, No.2 (1970), pp.383-417.
- Halaburda, H. “**Digital Currencies: Beyond Bitcoin.**” *DigiWorld Economic Journal*, 103 (2016), pp.77-92.
- HULL, J. C., **Options, Futures, and other Derivatives**. Prentice Hall, 4ª edição, 1999.
- HUBERMAN, G, e KANDEL, S. “Mean-Variance Spanning”. **The Journal of Finance**, vol.42, No 4 (1987) pp.873-88
- Lam, P.N and D.K.C. LEE. “Introduction to Bitcoin”. **Handbook of Digital Currency**, edited by D.K.C Lee, pp. 5-30. San Diego: Elsevier, 2015.
- GUJARATI, D.N. **Econometria básica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004.
- LEE,David Kuo Chen; Guo, Li e Wang, Yu, “Cryptocurrency: A new investment opportunity?”. **Journal of Alternative Investment**. 20 (3), 16-40.
- LEE,DKC. **Handbok of Digital Currency**. San Diego: Elsevier,2015.
- Lee,D.K.C, H.Smorenberg, T. Wanders. “The Pursuit of Effective Pensions Solutions”. *Pensions and Investments*,2017.
- <https://www.pionline.com/article/20170626/ONLINE/170629918/the-pursuit-of-effective-pension-solutions> .
- LUENBERGER, David G. **Investment Science**. New York: Oxford USA Trade, 1997. 512.p.
- JORION, P. *Value at Risk*. New York: Mcgraw Hill, 2001
- MARKOWITZ, Harry. *Portfolio Selection*, New York: American Finance Association. **The Journal of Finance**, v.26, n.1, p.77-91, mar 1952.
- May,T, 1992. The Crypto Anarchist Manifesto. <https://www.activism.net/cypherpunk/crypto-anarchy.html> , retirado do Handbook of Digital Currency, San Diego, Elsevier pp.9.
- Nakamoto, S. “Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System.” 2008. <https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>.
- Nirupama, D.B e D.K.C LEE. “Bitcoin Mining Technology.” **Handbook of Digital Currency**, editado por Lee, D.K.C. pp.45-65. San Diego: Elsevier,2015.
- Ong,Bm T.M Lee, L.Guo and D.K.C LEE “ Evaluating the Potential of Alternative Cryptocurrencies”. **Handbook of Digital Currency**, editado por D.K.C LEE pp.81-135. San Diego: Elsevier, 2015.

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 1***

Tetlock, P.C., Saar-Tsechansky e S. Mackassy. "More Than Words: Quantifying Language to Measure Firms' Fundamentals." **The Journal of Finance**, vol 63, No 3 (2008), pp.1437-1467.

**RISKMETRICS. Risk management: a practical guide.** 1.ed. New York: RMG, 1999

Yermack, David. "Is Bitcoin a Real Currency? An Economic Appraisal." **Handbook of Digital Currency**, 2015, editado por D.K.C. Lee. pp.31-43. San Diego: Elsevier, 2015.

**Capítulo 79 - DOI:10.55232/1083002.79**

**UM OLHAR PSICOPEDAGÓGICO NA ESCOLA:  
GARIMPANDO E ENTRELACANDO SABERES,  
VENCENDO DESAFIOS, CONSTRUINDO  
APRENDIZAGENS**

**Carla Andréia Cristina Alves**

**RESUMO:** O presente trabalho discorre sobre percepções e estudos adquiridos em estágio de Graduação em Psicopedagogia Institucional no momento em que as escolas retornaram com as aulas presenciais de forma híbrida e gradual na cidade de Sem – Peixe/MG e ao mesmo tempo expõe a necessidade da presença do psicopedagogo dentro da escola auxiliando nas ações e atitudes desta na retomada da missão de educar. Tais registros busca responder o questionamento: Quais ações foram realizadas na escola para construir um ambiente favorável à aprendizagem com o retorno às aulas presenciais conforme observação psicopedagógica? Para tal utilizou-se método essencialmente bibliográfico comparando ideias de vários autores.  
**Palavras-chave:** Aprendizagem, Escola, Psicopedagogo.

## **INTRODUÇÃO**

O trabalho apresentado discorre sobre o olhar psicopedagógico do graduando em psicopedagogia institucional que adentra em uma Instituição escolar para estagiar no momento em que esta instituição retorna com suas aulas presenciais de forma híbrida e gradual ainda em cenário pandêmico. Cenário em que dialogar com vários outros setores da sociedade é fundamental para manter seu plano de retorno gradual e híbrido às aulas presenciais. Um plano flexível que diante de uma nova realidade terá novos desafios, novas responsabilidades, novas formas de aprendizagens, novas possibilidades pedagógicas aliadas mais do que nunca a recursos educacionais digitais para produção de conhecimento.

Diante de um ambiente escolar que se adapta às exigências atuais de segurança para prosseguir sua missão em educar proporcionando meios de aprendizagem registram-se aqui percepções e estudos colhidos neste espaço objetivando responder a seguinte pergunta: Quais ações foram realizadas na escola para construir um ambiente favorável à aprendizagem com o retorno às aulas presenciais conforme observação psicopedagógica?

Com a pandemia da COVID – 19 têm-se um cenário emergencial, completamente atípico e novo, que deixará marcas a médio e longo prazo e exigirá cuidados, como o retorno gradual das aulas, levando em conta as orientações para a saúde e o bem-estar social de todos que frequentam a instituição “escola”.

Nesta realidade, vê-se a necessidade de compreender e explorar este ambiente educacional que vem sendo estudado e analisado por vários estudiosos que voltam seu olhar e suas preocupações pesquisando ações concretas de retomada às aulas presenciais. Destacando entre estes profissionais, o olhar do psicopedagogo, que ao percorrer as dependências da escola garimpa e entrelaça saberes adquiridos antes e após as aulas online. Detecta os desafios, planeja intervenções, buscando vencer dificuldades, contribuindo juntamente com os demais profissionais da educação para construir uma aprendizagem adequada aos novos dias.

Dias em que se tem um tempo maior para o diálogo. Mesmo que este seja a distância ele aconteceu de diferentes formas, e com grande intensidade. Tornou-se grande aliado no combate a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) que



desestabilizou o mundo, a economia, o sistema de saúde e a educação. Em tempos, lugares e horas diferentes o homem se comunicava, informava e juntos traçavam metas em busca de ações para retomar os trabalhos de forma segura.

Embarcando nestes momentos de diálogos está a Educação, com profissionais que dialogando conseguiram meios para continuar a levar conhecimento e ao mesmo tempo buscaram novos conhecimentos. Um diálogo, contínuo e permanente que busca assegurar um retorno às aulas presenciais de forma híbrida e gradual onde todos são importantes neste processo. Destacando-se também como de grande importância para a instituição escolar o psicopedagogo com seu olhar aguçado e atento para sanar as dificuldades de aprendizagem que certamente serão muitas.

Todo trabalho sobre o tema têm como objetivos: pesquisar sobre a importância do psicopedagogo diante dos diferentes conhecimentos apresentado no ambiente escolar com a retomada das aulas presenciais, bem como as possibilidades pedagógicas, recursos e ferramentas de ensino e aprendizagem; apresentar diferentes maneiras de promover e ambientar professores e alunos aos ambientes virtuais de aprendizagem no espaço escolar; expor ideias sobre novas técnicas para ensinar, desenvolver e aprimorar o conhecimento já existente; discutir sobre a importância das novas instruções e novas formas de atuação para superar as falhas da aprendizagem adquirida com as aulas online.

## **METODOLOGIA**

Para alcançar os objetivos propostos utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica, realizada a partir da análise de materiais já publicados na literatura e artigos científicos divulgados no meio eletrônico atentando para as palavras chaves; aprendizagem, escola, recursos tecnológicos, psicopedagogo.

## **RELATO**

Desde final de dois mil e dezenove vive-se dias atípicos que exigem novas atitudes. Dias que deixaram e deixam marcas e que exigem de todas as pessoas cuidados diferenciados ao se relacionar e interagir com o meio em que vivem. Diante desta

realidade vê-se a necessidade de compreender, explorar e apresentar o ambiente educacional fruto de estudos e debates que levaram a ações concretas e a retomada às aulas presenciais.

De forma individual e coletiva com ajuda dos meios digitais de comunicação vê-se traçar novas linhas na história da humanidade. Neste momento graduando em psicopedagogia e de posse de conhecimentos que nos leva a enxergar com sensibilidade as pessoas e o mundo em que interagimos é fácil detectar e atentar para as várias possibilidades de aprendizagem que surgem em diferentes contextos na sociedade. E nesta sociedade, não fica difícil garimpar saberes já existentes em outros tempos entrelaçá-los com os saberes dos tempos atuais para criar alternativas e ações que possam intervir no presente e construir conhecimento.

Falando-se em tempo, cerca de 200 a.C um sábio escritor deixou-nos as seguintes palavras:

Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu. Há tempo de nascer, e tempo de morrer; tempo de plantar, e tempo de arrancar o que se plantou; Tempo de matar, e tempo de curar; tempo de derrubar, e tempo de edificar; Tempo de chorar, e tempo de rir; tempo de prantear, e tempo de dançar; Tempo de espalhar pedras, e tempo de ajuntar pedras; tempo de abraçar, e tempo de afastar-se de abraçar; Tempo de buscar, e tempo de perder; tempo de guardar, e tempo de lançar fora; Tempo de rasgar, e tempo de coser; tempo de estar calado, e tempo de falar; Tempo de amar, e tempo de odiar; tempo de guerra, e tempo de paz. (Eclesiastes 3:1-8)

Palavras escritas em época, cultura e local diferente do nosso, tornar-se atual quando olhamos para nossos dias. A perfeição destas expressões revela a percepção do escritor em relação ao ambiente em que vivia. Expressões que se renovam quando lidas e descrevem momentos vividos hoje. Magníficos versos, bálsamo para nossa alma, alerta-nos que o dia obscuro sempre vem, mas este não impede o nascer do sol com esperança e felicidades.

A palavra tempo mencionada várias vezes faz-nos refletir sobre como tem sido nosso tempo diante da ameaça do novo Coronavírus (Covid-19), que desestabilizou um mundo inteiro. Tempo em que deixamos de abraçar, tempo em que ficamos em casa, tempo de ajudar, tempo de parar para pensar, tempo onde cada um cuidou de se, dos seus e de todos. Mas, também tempo de diálogos, informações, pesquisas, leituras e de aprender. Ações nunca antes realizadas com tanta intensidade.

Com os diálogos se planejaram ações de enfrentamento ao vírus, as informações prepararam as pessoas para agirem frente à ameaça, as leituras levaram as pessoas a aprender e colocou-se em prática o aprendizado através de pesquisas originando a vacina que juntamente com as medidas de enfrentamento ao Covid -19 permitiu chegar ao tempo de retomada das atividades presenciais. Chegou-se então, o tempo de colocar todos os diálogos, todas as aprendizagens em prática contanto mais do que nunca com a TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação ferramenta indispensável que muito contribuiu para enfrentarmos as dificuldades impostas pela pandemia.

A tecnologia que já era realidade em nosso meio tornou-se necessária e utilizada em vários setores desde a mais simples família residente em área rural a aquelas residentes nos grandes centros urbanos. Grande auxiliar nos trabalhos dos homens diante da necessidade de distanciamento social a tecnologia contínua sendo ferramenta de grande valor para as retomadas das ações presenciais, pois, as instituições já voltaram aos trabalhos. Dentre estas temos as escolas que já estão de portas abertas e recebendo sua clientela.

Adentrar e estagiar neste tempo em um espaço escolar tendo conhecimentos específicos para a área da psicopedagogia faz-me olhar o ambiente conhecido de forma técnica e registrar aspectos que passavam despercebidos. Aspectos que deixam transparecer diversidades de motivações, interesses, empecilhos, divergências entre outros. Um olhar mais apurado com uma visão que possibilita registrar as diferentes formas de ações e interações realizadas pelas pessoas na busca da aprendizagem.

O estudo da psicopedagogia apresenta um novo profissional, o psicopedagogo, que urgentemente precisa fazer parte do quadro dos profissionais do magistério e atuar juntamente com está equipe no ambiente escolar. Quase não se vê destes profissionais dentro das escolas. Muitos destes realizam seu trabalho fora das instituições escolares, como em clínicas próprias. Mas, a necessidade do psicopedagogo é percebível quando se conversa com os demais profissionais da educação e estes anseiam por formar uma equipe multidisciplinar onde todos auxiliam e acompanham o processo de aprendizagem, visto que o trabalho do psicopedagogo também é preventivo, e para isto faz-se necessário que conviva com o aluno e demais profissionais envolvidos no processo. Ele precisa estar junto no processo, junto à equipe, enquanto trilham caminhos em busca do conhecimento. Estando juntos poderão estar em constante observação, auxiliando nas dificuldades, intervindo e sanando problemas.

São muitas mudanças acontecendo em nossos dias que exigem novas competências e acrescentar este profissional que procura estudar a aprendizagem considerando os aspectos psicológicos do indivíduo enriqueceria o trabalho na escola. Pois, no ambiente escolar os aprendizados adquiridos ao manusear as tecnologias digitais foram riquíssimos. Os profissionais da educação preocuparam-se em desenvolver competências digitais e esta preocupação deve ser contínua, visto que a cada dia apresentam-se novos recursos digitais que certamente podem inovar o processo de ensino e aprendizagem.

Com a oportunidade de observar e estudar neste contexto também se retrata aqui os trabalhos realizados pelos envolvidos com a retomada das atividades escolares nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em especial na Sem – Peixe, cidade localizada na zona da mata, estado de Minas Gerais.

Estar neste ambiente, no tempo em que todas as ações buscam desenvolver e aprimorar conhecimento é ter a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos em todas as disciplinas cursadas, os princípios metodológicos e as várias atividades sugeridas em textos pesquisados. Conhecimentos que permite ter um olhar diferente dos outros profissionais para observar o espaço escolar, os profissionais, os alunos, a família e a comunidade a qual a escola está inserida.

Os trabalhos de retomada às aulas presenciais foram intensos e a oportunidade de garimpar e entrelaçar os saberes existentes na instituição escolar é única, pois, o contexto atual é único. Garimpar e entrelaçar estes saberes são ações fundamentais para conhecermos as histórias individuais e coletivas de uma instituição, conhecer as vitórias e as dificuldades, analisar chances de recomeço, projetar o futuro, comemorar as vitórias, atacar as dificuldades e falhas que levaram as derrotas, vencer os desafios e construir aprendizagens. Nesta visão o psicopedagogo não apenas é aquele profissional que se preocupa com a dificuldade de aprendizagem do aluno dentro da instituição. Mas, aquele que com seu olhar aguçado observa a instituição com todos os seus profissionais, inserida em uma comunidade que precisa ser instruída por ela. Uma instituição onde se relacionam pessoas com alegrias, tristezas, frustrações, desejos, vícios e virtudes alguns sentimentos que precisam ser valorizados e outros sentimentos que precisam ser eliminados.

É nesta montanha russa de sentimentos e de vai e vem de ações que se observam os diálogos e capacitações colocadas em práticas para a escola abrir suas portas e

receber sua clientela, seus profissionais com maturidade e autonomia digital. Todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem voltam com novos sonhos e novas perspectivas. O amor pela educação não acabou, só fortaleceu ainda mais. A escola, enquanto espaço institucional para transmissão de conhecimentos socialmente construídos preparou-se para continuar sua missão em promover a aprendizagem dos alunos com os recursos digitais. Não como apenas um entretenimento, mas como um grande recurso que facilitará o processo de criação, compreensão e assimilação dos conteúdos que lhes serão apresentados.

Renovar é necessário e de posse das experiências e conhecimentos adquiridos nos trabalhos home Office os profissionais da educação recebem seus alunos, em uma escola com espaços organizados e apropriados para se trabalhar com segurança.

A escola abriu suas portas de olho no futuro e preparada para enfrentar novos desafios, novas aprendizagens, novas possibilidades. Desafios estes que são enfrentados de forma coletiva e ao enfrentá-los todos focam na aprendizagem que certamente foi afetada pela pandemia. Por mais que o profissional da educação se esforçasse o ensino a distância não substitui totalmente de um dia para o outro o ensino presencial principalmente nos primeiros anos do ensino fundamental. Assim, urge agora disponibilizar todo e qualquer recurso que possa garantir o pleno desenvolvimento do aluno como cidadão e prepará-lo da melhor forma possível para a sua vida em sociedade. Pensando assim, elaboram-se estratégias que aliadas aos recursos tecnológicos serão valiosas para proporcionar novas possibilidades pedagógicas que contribuirá com novos conhecimentos.

Diante desta concepção, os envolvidos e preocupados com a educação apresentam para o espaço escolar recursos e estratégias pedagógicas adicionais para inovar as metodologias já utilizadas pelos professores. Entre estas inovações têm-se as do Governo Federal que procurando apoiar as escolas na retomada às aulas presenciais vem disponibilizando instrumentos, capacitações, métodos e materiais que possibilitam ampliar a capacidade técnica das redes de ensino, apoiando o professor e o aluno durante os trabalhos presenciais. Tais ações podem ser encontradas no programa Tempo de Aprender que disponibiliza formação prática para professores alfabetizadores, formação prática para gestores educacionais da alfabetização, intercâmbio de professores alfabetizadores, sistemas on-line, recursos digitais e softwares de apoio à

alfabetização, à literacia e à numeracia. Além de atenção individualizada a estudantes e suas famílias entre outras.

Já o professor juntamente com o especialista em educação e diretor não só recebem os alunos, mas planejam e oferecem estratégias específicas procurando diagnosticar possíveis dificuldades a serem sanadas e diante destas fazerem as intervenções pedagógicas necessárias para que o aluno consiga vencer suas dificuldades de aprendizagem com sucesso. O professor ainda pode contar com atividades digitais interativas, games e suas próprias criações. Pois, este profissional adentrou com propriedade dentro dos lares para ensinar e agora de posse desses novos conhecimentos retorna ao espaço físico da escola. A escola preocupa-se em preparar seus profissionais para abrilhantar suas aulas presenciais tornando-as prazerosas e dinâmicas utilizando recursos conhecidos que aliados as tecnologias digitais oferecem possibilidades pedagógicas a alunos e professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental para que estes desenvolvam competências digitais.

Como exemplo tem-se o trabalho com “O contar histórias” pelo professor, pelo aluno, pelos pais que com o apoio das tecnologias poderão estar presente às aulas pela tela de um televisor, notebook ou celular, ação que contribuirá para conhecer melhor a realidade dos alunos e das famílias, que com sugestões de contos expõem sua cultura, seus anseios, seus medos deixando transparecer vícios e virtudes que podem ajudar o professor a conhecer melhor a realidade e a forma de pensar da família facilitando o educador na escolha e elaboração das práticas e recursos de ensino.

A todo o momento as ações desenvolvidas na instituição buscam instigar, acompanhar o aluno na realização de atividades significativas que desperte a atenção deste. Como também se percebe o olhar atento de todos os envolvidos e quando observa alguma dificuldade de aprendizagem buscam intervir de forma a evitar desmotivações por parte do aluno auxiliando-os a ter prazer em aprender e ir à escola.

Neste ambiente ainda não se vê a atuação de um psicopedagogo. Percebe-se claramente a necessidade deste profissional entre o quadro de profissionais da educação. Aquele profissional que diante da queixa mencionada procurará aplicar os instrumentos de avaliação buscando conhecer os sintomas, analisá-los e solucioná-los podendo proceder da seguinte forma: escutar a queixa trazida pela instituição, estando nesta com a pessoa responsável, construindo o primeiro sistema de hipóteses. Hipóteses que contribuirão para traçar um plano de trabalho de forma a averiguar a verdade ou

negação das informações colhidas servindo de referência para escolha dos instrumentos da avaliação psicopedagógica institucional: entrevistas, questionários, observações, provas projetivas, dinâmicas, grupo operativo, análise de documentos da escola, oficinas e outros. Que foca na queixa inicial, buscando refletir na melhor escolha e utilização do instrumento fundamental para uma avaliação adequada é uma intervenção eficaz.

Mas, na falta deste profissional os demais agentes e responsáveis pelo ensino e aprendizagem das crianças sempre estão em observação para auxiliá-las a vencer quando estas se encontram com algum tipo de dificuldade. Os profissionais também com suas dúvidas trabalham em conjunto e buscam ajuda de outras instituições quando necessário. O trabalho coletivo é fortemente valorizado na instituição e é a força maior para conquistar trabalhos maravilhosos no campo da educação e conseqüentemente trazer para o município uma educação rica em aprendizagem e esperançosa num futuro melhor para todas as crianças que pela escola passam.

Nestes tempos a educação ainda contínua no seu processo de busca por uma educação de qualidade, por uma prática educativa coerente e significativa. Tempos em que a escola requer uma equipe preparada com a presença sem dúvida de um psicopedagogo para realizar um trabalho compartilhado onde o envolvimento seguro de todos nas atividades da escola de forma planejada, flexível e sistematizada levará a resultados positivos. Resultados já possíveis de perceber no município de Sem - Peixe. Pensou-se junto, agiu-se junto e numa relação de diálogo, afetividade e equilíbrio professor, alunos, pais, diretores e demais funcionários prosseguem em sua missão de construindo a aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O setor educacional agora entra em um novo tempo. Tempo em que os seus estão preparados para a volta, não esquecendo, que não se volta de férias, volta-se de algo que ainda a humanidade não tinha experimentado: distanciamento e isolamento social, reclusão domiciliar, estresse e ansiedade, modificação de estrutura das rotinas administrativas e pedagógicas educacional, reorganização e adequação dos espaços escolares seguindo instruções e protocolos emitidos pelas Secretarias de Saúde Estadual e Municipal.

A escola está preparada e abre as portas com uma nova aparência. Esta persiste com sua missão em educar e proporcionar um espaço de construção coletiva de conhecimento e de formação integral do educando, quando oferta novas estratégias e diversos recursos para que todos que retornam aos estudos presenciais possam ampliar possibilidades de buscar informações. As novas situações são devidamente analisadas à medida que se apresentam as atividades educacionais, metodologias e técnicas de ensino. Ações que incorporam o novo as atitudes já existentes, reelaborando e enriquecendo-as ao acolher informações novas ou mesmo ações imprevistas e necessárias para uma adaptação aos dias atuais.

No entanto, ainda falta algo, o psicopedagogo dentro da instituição escolar. Um profissional que procura envolver e propor um trabalho colaborativo entre todos os envolvidos na comunidade escolar, de modo organizado e intervindo quando necessário. Incentivando as crianças, o adulto e a instituição conhecer suas limitações e vencê-las. Este deve assumir sua função de educar em um ambiente com diversidade de motivações, interesses e exigências, onde cada vez mais, é necessário desenvolver novas competências. Onde, ainda se vê por falta de conhecimento ou precipitadamente muitos profissionais buscarem apoio em livros de psicologia e medicina que acabam excluindo os alunos das salas de aula baseados em laudos médicos que procuram justificar e não solucionar o problema.

A presença permanente do profissional da psicopedagogia é sem dúvida necessária a escola. Precisa-se incluir o psicopedagogo no quadro de profissionais das instituições. Mais um profissional que aliado ao apoio pedagógico, contribuirá para detectar e intervir nas queixas escolares que certamente são vivenciadas e compartilhadas por todos da escola além de poder percorrer seus corredores garimpendo e entrelaçando saberes, vencendo desafios, ajudando a construir aprendizagens.

## **REFERÊNCIAS**

BÍBLIA. Eclesiastes. Português. In: Bíblia de Promessas: velho testamento e novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. 4ª ed. São Paulo: King's Cross Publicações, 2001. p. 863.



BRAGA, Junia de Carvalho Fidelis. Integrando tecnologias no ensino de Inglês nos anos finais do Ensino Fundamental. 1ª ed. São Paulo: edições SM, 2012.

CRUVINEL, Alice Conceição Rosa. A necessidade de um psicopedagogo na escola. Cadernos da Fucamp, v. 13, n. 19, p. 95-105/2014.

GAIO, Benhur Etelberto; MACHADO, Dinamara Pereira (orgs). Gestão no ensino superior: os caminhos da inovação, do empreendedorismo e da resiliência. In: BASEIO, Maria Auxiliadora Fontana; SANTOS, Patrícia Vieira; CARNEIRO Wanderlei. Educação e inovação: o uso de tecnologias em contexto pandêmico. Curitiba: editora Dialética e Realidade, 2021. 173 – 186.

GAIO, Benhur Etelberto; MACHADO, Dinamara Pereira (orgs). Gestão no ensino superior: os caminhos da inovação, do empreendedorismo e da resiliência. In: GAIO, Benhur Etelberto; MACHADO, Dinamara Pereira. Telepresencial, uma sala de aula do tamanho do mundo: gestão da inovação e respeito ao estudante. Curitiba: editora Dialética e Realidade, 2021. 16 – 32.

SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. et al. Introdução à Psicopedagogia. 2.ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008. 144 p.

SILVA, Ketia Kellen Araújo da; BEHAR, Patricia Alejandra. Competências digitais na educação: uma discussão acerca do conceito. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/wPS3NwLTxtKgZBmpQyNfdVg/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em 01 de junho de 2021.

SILVA, Ricardo José da. Materiais didáticos para uma educação de qualidade: chaves para análise, seleção e uso. Tradução: Antón Castro Míguez. Fundación SM, OREALC/UNESCO Santiago.

VIEIRA, Josiane Maria Frota; BOTTI, Mirella Cito. Recursos Educacionais Digitais para produção de textos e desenhos. Londrina 2020.

## **O EPISTEMICÍDIO DA CULTURA HEBRAICA - RAÍZES DO ANTISSEMITISMO**

**Eduardo Camenietzki**

**RESUMO:** Esse artigo analisa algumas das fontes profundas da sistemática ação de tentativa de apagamento da cultura hebraica dentro da assim chamada cultura ocidental, baseia-se em essência no conceito de epistemicídio desenvolvido pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos e demonstra com elementos históricos e materiais de uso nas comunidades epistêmicas os resultados de rigorosamente séculos de omissões e crimes sistemáticos contra a fonte de boa parte da cultura Greco-Romana, que em seus pendores hegemônistas buscou afastar de formas diversas e reincidentes. **METODOLOGIA** - Na análise de alguns documentos localizados historicamente e aos quais podemos chamar apenas de um pequeno recorte teremos o apoio antropológico de Francisco Gil-White para apoiar a ancestralidade e o interesse concreto em gerar o apagamento da cultura Hebraica. Dos historiadores Sérgio Feldman, e Renata Sankovsky a demonstrar o longo percurso das teses católicas visigóticas ibéricas, na gênese continuada de uma cultura buscada como hegemônica que até os dias atuais tem atores interessados em ocultar as bases de uma ética humana e de paz social. Por fim passaremos ao surgimento já na virada do século XIX ao XX do famoso documento O PROTOCOLO DOS SÁBIOS DE SIÃO, corolário da perseguição cujo ápice mais conhecido foi o tenebroso Holocausto da II Grande Guerra.

**Palavras-chave:** epistemicídio; antissemitismo; relações internacionais; catolicismo; judaísmo; perseguições religiosas; conflitos e seus antecedentes

## **INTRODUÇÃO**

O conceito de Epistemicídio foi desenvolvido pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos, que além de profícua produção de caráter científico, desenvolveu paralelamente uma bibliografia na literatura com diversos títulos de poesia publicados paralelamente às suas produções de caráter sociológico acadêmico.

A Epistemologia é a filosofia do conhecimento, logo a Episteme, o conhecimento ou a ciência, é um termo grego mais o afixo ou sufixo neo-clássico “-cídio” que formam a expressão do ponto de vista etimológico.

De manejo recente nos círculos universitários, mas abrangendo mais do que seu criador original, o conceito, além do mero vocábulo, descreve a destruição de conhecimentos não ocidentais pelo(s) imperialismo(s) capitalista(s) que, como postura histórica, buscaram a destruição das epistemologias do sul com base na pretendida superioridade do que se convencionou chamar norte global.

Uma das formas práticas do epistemicídio é a apropriação destrutiva, que é uma absorção, levada à uma descaracterização da sistemática epistemológica que lhe deu origem. O fenômeno é conhecido e reconhecido com as culturas africanas, orientais/asiáticas e nativas em terras do sul colonizado: além de lingüística e demais fatores estruturantes, o epistemicídio se dá com o apagamento dos sentidos diferenciais que a estrutura imperialista pretende afastar daquela ciência que deve servir a seu próprio interesse, à dispensa, ou subalternização dos interesses, culturas e éticas alheias.

O epistemicídio da cultura hebraica é talvez um dos mais antigos dos quais se podem comprovar inúmeras evidências, já que muitas outras culturas e ciências sucumbiram aos imperialismos colonialistas sem deixar quase nenhum vestígio, esse, da cultura e saber hebraico, que gerou algumas das mais terríveis páginas de horror coletivo perpetrado pelo resultado de uma Impostura branca/européia e declarada cristã, foi dirigido à uma civilização resistente às sucessivas tentativas de apagamento, por testemunha das mais criminosas práticas mortíferas e suas conseqüências nos Impérios do ocidente.

Para buscarmos o aprofundamento possível nos limites desse artigo não podemos deixar de recuar na história aos impérios do passado, anteriores aos estudos sistemáticos

das Relações Internacionais, e do próprio capitalismo para entendermos o porquê da sistemática tentativa de destruição de uma determinada cultura, seu povo e sua epistemologia particular.

A partir de uma combinação de análise qualitativa de documentos, textos e revisão bibliográfica encontraremos as evidências que respondem pela analogia na aplicação da categoria aplicável ao caso, cuja transversalidade tanto disciplinar como histórica perpassam muitos séculos de culturas e civilizações entre o ocidente e o oriente próximo.

A prática continuada, passou a partir do século XIX a atender pelo nome de antissemitismo. Hodiernamente atente também pelo epíteto de antissionismo.

## **METODOLOGIA**

Na análise de alguns documentos localizados historicamente e aos quais podemos chamar apenas de um pequeno recorte teremos o apoio antropológico de Francisco Gil-White para apoiar a ancestralidade e o interesse concreto em gerar o apagamento da cultura Hebraica.

Dos historiadores Sérgio Feldman, e Renata Sankovsky a demonstrar o longo percurso das teses católicas visigóticas ibéricas, na gênese continuada de uma cultura buscada como hegemônica que até os dias atuais tem atores interessados em ocultar as bases de uma ética humana e de paz social. Por fim passaremos ao surgimento já na virada do século XIX ao XX do famoso documento O PROTOCOLO DOS SÀBIOS DE SIÃO, corolário da perseguição cujo ápice mais conhecido foi o tenebroso Holocausto da II Grande Guerra.

## **EXPOSIÇÃO DO CASO**

O exemplo de mapa epistemo-genealógico aqui reproduzido ( não é material isolado e tampouco é incomum, pelo tipo, ser incluído nas comunidades epistêmicas). Observaremos a representação das raízes propostas: A Mitologia Grega, recebendo subalternamente a cultura Egípcia, Fenícia, Indiana, Australiana, Chinesa (pasmem) e Babilônica...ou seja a Mitologia Grega que é conhecida por suas obras escritas em “alfabeto”, ou seja aprendizado grego do Alef-Beit hebraico, não tem dessa cultura a

menor referência “genealógica”, assim ,segundo esse intrincado arvoredo mais similar aos labirintos dedicados ao treinamento de roedores, não parece ser devedora em nada da epistemologia e da mitologia hebraica,nem de Esdras, o escriba, hebreu da Pérsia, que sistematizou e organizou os mais antigos livros da sabedoria hebraica e da cultura ocidental na Torá (o Pentateuco, ou a Lei de Moisés), ou como caracteriza o antropólogo Francisco Gil-White, em seu artigo “porque nos odian?”

“ La Torá produjo una verdadera revolución en el mundo antiguo: una revolución *política*.

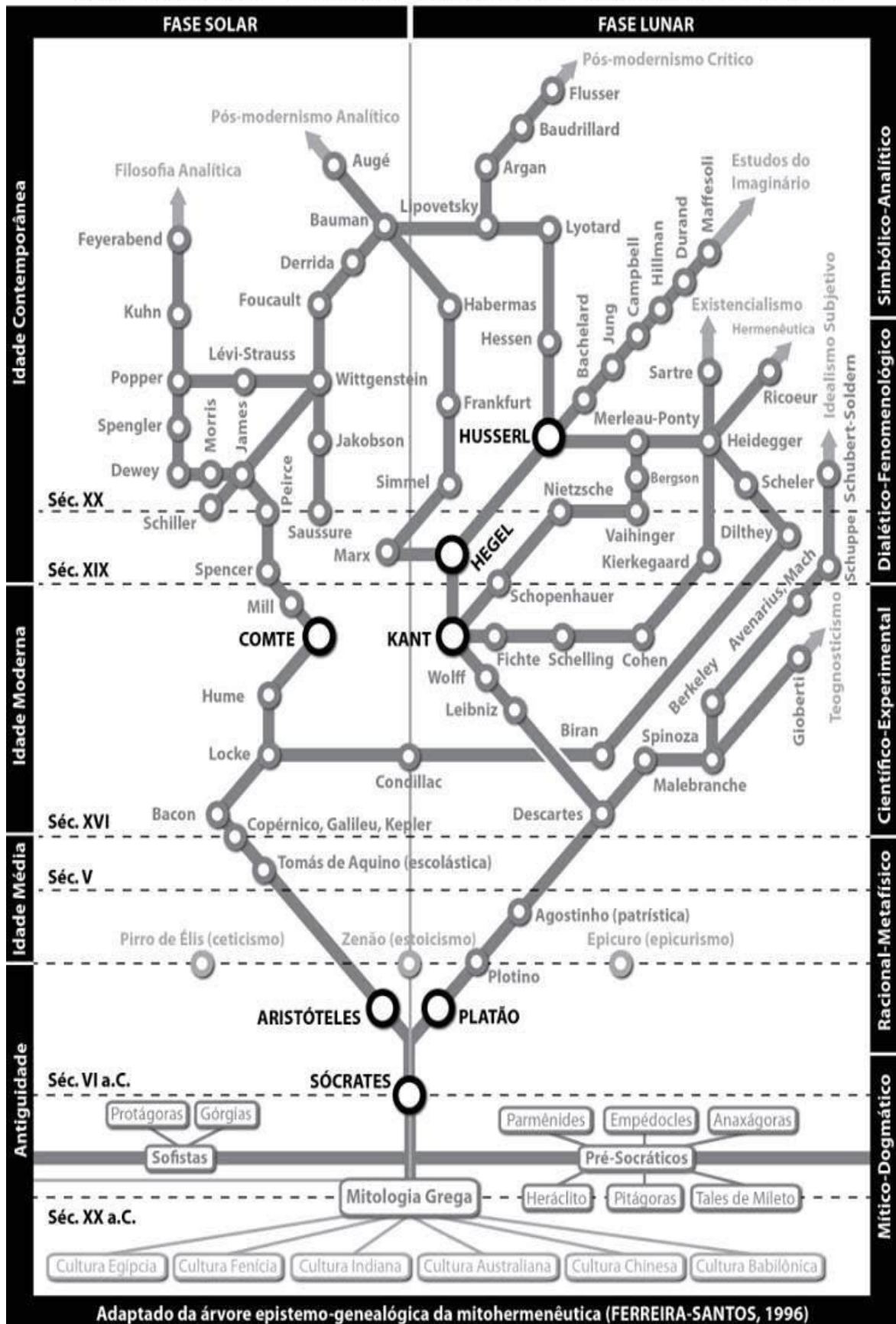
Floreció mucho en el Imperio Persa, bajo subsidio y protección de la benevolente monarquía imperial, cuya religión también tolerante y ética era el zoroastrianismo. Crecieron mucho los judíos por conversión, pues en aquel entonces el [judaísmo](#) era una religión agresivamente proselitista, y en los doscientos años que duró el Imperio Persa se desarrollaron enormes comunidades judías en distintas partes de Asia Occidental y el Mediterráneo. Un movimiento internacional, abolicionista.”

“...Pronto se enfrentó al movimiento internacional esclavista: los greco-macedonios. Liderados por Alejandro el Macedonio (no ‘el Grande,’ *por favor*), estos bárbaros destruyeron la gran civilización persa, donde multitudes de étnias, religiones, y culturas habían vivido en asombrosa paz. En su lugar Alejandro y sus sucesores sembraron el terror, abolieron las libertades, e impusieron la feroz cultura helénica. El contacto directo con los judíos convenció a los greco-macedonios que no podían ser tolerados: la Ley de Moisés era atractiva para las multitudes que habían de esclavizar..” GIL-WHITE,F ,PG 15,2012

Considerando até o médio oriente não se tem notícia ali desses choques, mas isso não é tudo: subindo a árvore filosófica de Sócrates e seu desdobramento em Platão e Aristóteles, vamos por esse mapa-exemplar um caminho que continua sem qualquer referência à *Septuaginta*, obra de 72 Sábios-tradutores para o Grego do testamento Hebraico no século III antes da era comum, conhecida posteriormente em latim como LXX (ou “velho testamento” que inclui além do pentateuco, os profetas, salmos).

Como em tantos documentos científicos,a datação é anterior e posterior a Cristo, seja AC e DC (Cristo, figura mitico-histórica que buscava seguir as leis de Moisés, parte vital da epistemologia Hebraica; dos livros organizados por Esdras e posteriormente traduzidos para o Grego, com os demais livros dos profetas e escritos, língua essa que trazia já em sua própria origem lexical parte vital das significações da cultura Hebraica, para chegar finalmente ao Latim).

MAPA EPISTEMO-GENEALÓGICA DO CONHECIMENTO OCIDENTAL



Adaptado da árvore epistemológico-genealógica da mitohermenêutica (FERREIRA-SANTOS, 1996)

## A Espada de Constantino e o método religioso

A patrística de Agostinho e outros pensadores cristãos que não podem ser ignorados na formação, entre outros, de um dos mais severos epistemicidas da cultura hebraica, que se desdobraram depois da queda do Imperio Romano e sua final adesão ao Cristianismo: Isidoro, bispo de Sevilha, hispalense, visigodo que viveu no Século VII da era cristã, que documentadamente propunha o uso dos textos hebraicos para combater o próprio judaísmo.

Seu mais conhecido título nesse campo: “De Fide Catholica ex Veteri et Novo Testamento contra Judeos”, o ideólogo, segundo o artigo de Sérgio Alberto Feldman, um bispo de conhecimentos limitados, em especial da língua hebraica, dirigiu seu trabalho, reproduzindo influencias de Tertuliano, Jerônimo e Agostinho, nos seus piores pendores à formação de clérigos e leigos dispostos a propagar as idéias e pontos a serem atacados no judaísmo de forma a destruir inteiramente seus traços mais fundadores dentro do cristianismo. Como em uma “nova lei”, o “Novo Testamento” deveria se opor e destruir as bases centrais do “Velho Testamento”.

Assim Abraão seria o primeiro cristão(sic), e o pacto de união celebrado na circuncisão teria sido uma necessidade passageira e que devia ser severamente combatida, como também todas as observâncias milenares hebraicas (festas e leis dietéticas), bem como a essência da lei mosaica que não permitia representação de imagens e culto de ídolos, as ações não se dirigiam aos cristãos apenas, mas a todos e, em especial entre os próprios judeus que seriam, sem a conversão ao cristianismo, corrompendo suas próprias convicções, condenados à extinção física ou à expulsões após apropriação de bens.

Para nos atermos apenas à base nesse mapa podemos seguir até Tomás de Aquino, que ainda, segundo essa árvore epistemológica, não parece ter em sua escolástica qualquer formação ligada à cultura hebraica, já que nem sua ética e nem suas idéias parecem ter sido desenvolvidas com qualquer influência da cultura bíblica.

A cultura ocidental, apesar de qualquer outro questionamento, e inúmeras contribuições, foi fundada no Cristianismo e nas contradições de sua cultura imperial e prosélita com o uso da força e militarismo terrorista. O cristianismo foi, pelo menos a

partir de sua romanização (ou greco-romanização) uma ideologia central no epistemicídio da cultura hebraica.

Caminhando pelos séculos veremos ainda a divisão da Igreja Católica Romana e a Católica Ortodoxa com o Cisma do Oriente em 1054 da era comum (ou depois de Cristo) e, na sequência o Papa Urbano e o Rei Clemeont decidem reconquistar a “Terra Santa”, que estava em mãos mulçumanas (o Islamismo surgiu com a Hégira em 622 DC, a partir de uma outra leitura dos textos Hebraicos e iniciou sua expansão pela península Arábica), para tal decidem iniciar as Cruzadas (1078 DC), não sem antes buscar eliminar os Judeus que se esgueiravam, ora se refugiando de um ou de outro entre os reinos da Europa entre eles na França levando seus livros e sua ética em resistência às chacinas produzidas por seus algozes.

As Cruzadas se sucediam, e já em sua terceira versão os britânicos trataram de expulsar todos os judeus da Inglaterra católica do século XIII. A esse respeito pode-se usar a expressão entre aspas “expulsão dos judeus” que a internet oferecerá uma pálida, mas ainda assim assustadora idéia do que foi a sistemática de perseguição e inúmeras tentativas de apagamento da cultura hebraica tanto nos seus aspectos epistemológicos como na eliminação física do “povo do livro”.

O fato de que os primeiros assassinos organizados de judeus carregavam a cruz de Jesus Cristo em seus escudos envergonhava a consciência cristã sempre que se conhecia a história CARROL,J, PG 249, 2001

Renata Rozental Sancovsky, demonstra que mesmo convertidos os Judeus suas, práticas e ética particular não se tornavam minimamente confiáveis aos seus perseguidores:

“Um cânone do IV Concílio de Toledo, por exemplo, estabelece a obrigatoriedade de que as crianças judias, ao atingirem a faixa etária de sete anos, fossem afastadas de suas famílias, encaminhando-nas à educação prioritariamente, cristã. Milhares de crianças, de origem judaica, foram separadas de seus pais e passaram a viver em mosteiros, abadias ou residências “sabidamente cristãs”. Para termos uma idéia da relevância da política visigoda sobre os conversos do século VII, é necessário lembrarmos que o mesmo decreto, responsável por separar pais e filhos na Idade Média, voltou a atingir descendentes de cristãos-novos em Portugal no século XVII. Conforme já demonstrou Meyer Kayserling, a chamada “Lei do Extermínio”, promulgada por D. Pedro de Portugal, em 1683, exigia que os indivíduos, legalmente acusados de exercer o Judaísmo, abandonassem o país e deixassem seus filhos menores de sete anos sob “cuidados” de instituições religiosas, ou entregues à orfandade.” SANCOVSKY ,R, REVISTA DE HISTÓRIA [30] jan./jun. 2014



Nem com a chegada da reforma protestante a questão judaica foi equacionada. Martin Lutero (Eisleben, 1483 -1546) depois de tantas idas e vindas dos judeus na Alemanha, aproxima a leitura do cristianismo de algumas bases hebraicas originárias, busca nos judeus apoio em combate ao Vaticano e suas práticas havidas por corruptas e instaura a reforma protestante, ainda assim no final de sua vida, ao não conseguir com essa aproximação a esperada conversão dos judeus ao cristianismo escreve “Dos Judeus e suas mentiras” e passa a pregar a expropriação de seu dinheiro e a destruição de seu patrimônio, físico e religioso.

“O filósofo francês, de origem aristocrata, Montesquieu (1689-1755), foi um dos primeiros pensadores europeus a refletir sobre as implicações históricas dos códigos visigóticos para a sociedade ocidental. Na sua obra O Espírito das Leis, referindo-se ao papel da ordem dominicana no processo inquisitorial ibérico tece o seguinte comentário:

...Devemos ao código dos visigodos todas as máximas, todos os princípios e todas as concepções da inquisição de hoje; e os monges nada mais fizeram senão copiar, contra os judeus, as leis feitas outrora... As leis dos visigodos são pueris, [...] elas não atingem de modo algum o objetivo; cheias de retóricas e vazias de sentido, frívolas nas bases e gigantescas no estilo [...].SANKOVSKY, R,REVISTA DE HISTÓRIA [30] 2014

A questão das ideologias religiosas, convulsivas na Europa Imperialista e suas eternas guerras entre reinos, bispados, seus monges e padres, veio afinal a conhecer uma forte reviravolta com a guerra dos 30 anos, aqui se travou lutas entre estados mas contra a intolerância da Igreja Romana com a nova corrente protestante liderada pelos discípulos de Lutero e João Calvino(esses últimos em especial), e com outras questões de interesses da economia política cujo resultado, após longos combates, gerou a Paz de Westfália, Já no século XVII: ...Espanha e Países Baixos assinam a paz em 30 de janeiro de **1648**; e em 24 de outubro do mesmo ano o tratado de paz entre o Sacro Império Romano-Germânico, os outros príncipes alemães, a França e o Império Sueco... Acordos já entre nações, os estados modernos, e se iniciou o que se chama hoje de Relações Internacionais (ou pelo menos de sua sistemática).

<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/paz-de-vestfalia-acordo-entre-paises-europeus-encerrou-a-guerra-dos-trinta-anos.htm>

## A Vertente Político-Racial do Epistemicídio

O Século XIX, é marcado pelo florescimento do capitalismo industrial. Para o interesse desse estudo, o geógrafo considerado precursor da Geopolítica Friedrich Ratzel (1844-1904) propõe, com questionável influência da ciência de Darwin e adaptada como cientificismo à idéia de que o desenvolvimento de seres humanos mais aptos demandaria, segundo seus intérpretes e seguidores, maior espaço vital e ensejariam superioridade sobre seres humanos menos aptos, mesmo que haja defensores de melhor tradução de seus trabalhos, é inescapável que o colonialismo na África e o imperialismo europeu desse tempo moviam interesses e bases epistemológicas a estabelecer pura argumentação de superioridade racial, que em parte, empurra a Alemanha a disputas internas no continente europeu imperialista/capitalista por territórios e mercado nas colônias. SEEMAN, Jörn, « Friedrich Ratzel entre Tradições e Traduções » 9,2012.

Os Impérios se tornavam extremamente nacionalistas, nesse contexto surge a expressão antissemitismo, ou seja o anti-judaísmo de caráter pretérito, estritamente religioso agora, por motivos auto-evidentes desde o Século XVII, tinha contornos raciais. Por outro lado o avanço dos movimentos sociais emergiu com o sindicalismo fazendo a ambiência política européia bastante movimentada.

Com a primeira grande guerra no início do século XX, mais precisamente 1914, a Europa se dividiu entre Tríplice Aliança, ou seja império Austro-Húngaro; Alemanha; Império Turco-Otomano e a Itália que mudou de lado, e do outro a Tríplice Entente formada pelo Império Britânico, Império Russo, França e por fim os Estados Unidos que entraram na guerra apenas em 1917.

Nesse período já aparecia o texto cuja primeira edição é de 1902: “Os protocolos dos Sábios de Sião”, apócrifo, o texto que percorria a Europa, pretensamente resultado de reunião entre Financistas e Sábios Judeus e recebia inúmeras traduções e publicações, apesar de ser óbvia e claramente uma falsificação grosseira e absurda.

Não por acaso, os protocolos surgem num contexto em que as tensões sociais na Rússia Tzarista, que já haviam levado milhares de Judeus Russos a imigrar para os Estados Unidos, inevitavelmente levou judeus pobres da Rússia a se unir aos revolucionários de Março e de Outubro de 1917.

“Os protocolos dos Sábios de Sião” – tradução e Organização de Gustavo Barroso, um resumo apresentado na publicação integral Brasileira de 1936, da Editora Minerva de São Paulo.

Eis aqui o que os Sábios de Sião premeditaram, o resumo do programa magistral enunciado nos Protocolos. E' preciso : 1.0-Corromper a mocidade pelo ensino subversivo. 2.0 — Destruir a vida de família. 3.0 — Dominar as pessoas pelos seus vícios. 4.0- Envilecer as artes e prostituir a literatura. 5.0 - Minar o respeito pela religião; desacreditar tanto quanto possível os padres/ espalhando contra êles histórias escandalosas ; encorajar a alta crítica a fim de corroer a base das crenças e de provocar cismas e disputas no seio da Igreja. 6.0 -propagar o luxo desenfreado, as modas fantásticas e as despesas loucas, eliminando gradualmente a faculdade de gozar de cousas simples e sãs. 7.º - Distrair a atenção das massas pelas diversões populares, jogos, competições esportivas, etc.; divertir o povo para impedi-lo de pensar. 8.0 - Envenenar os espíritos com teorias nefastas ; arruinar o sistema nervoso com a barulheira incessante e enfraquecer os corpos pela inoculação do virus de várias enfermidades. 9º-Criar o descontentamento universal e provocar ódio e desconfiança entre as classes sociais. 10.o-Despojar a aristocracia das velhas tradições e de suas terras, gravando-as com impostos formidáveis, de modo a forçá-la a contrair dívidas; substituir as pessoas de sangue nobre pelos homens de negócios e estabelecer por tôda a parte o culto do Bezerra de Ouro. 11.º - Empeçonhar as relações entre patrões e operários pelas grèves e lock-outs, eliminando, assim, qualquer possibilidade de acôrdo que daria em resultado uma colaboração frutuosa. 12 o - Desmoralizar as classes superiores por todos os meios e provocar o furor das massas pela visão das torpezas estúpidamente cometidas pelos ricos. 13.º - Permitir à indústria que esgote a agricultura e gradualmente transformá-la em especulação louca. 14 o — Bater palmas a tôdas as utopias de maneira a meter o povo num labirinto de idéias impraticáveis. 15.0 - Aumentar os salários sem vantagem alguma para o operário, pois que o preço da vida será majorado. 16.0 - Fazer surgir "incidentes" que provoquem suspeitas internacionais; envenenar os antagonismos entre os povos ; despertar ódios e multiplicar os armamentos ruinosos. 17.º - Conceder o sufrágio universal, a fim de que os destinos das nações sejam confiados a gente sem educação. 18.º - Derrubar tôdas as monarquias e por tôda a parte estabelecer repúblicas; intrigar para que os cargos mais importantes sejam confiados a pessoas que tenham segredos que se não possam revelar a fim de poder dominá-las pelo pavor do escândalo marca "Panamá" ou "Baiona". 19 o - Abolir gradualmente tôdas as formas de constituição, a fim de implantar o despotismo absoluto do bolchevismo. 20.º — Organizar vastos monopólios, nos quais sossobrem tôdas as fortunas, quando soar a hora da crise política. 21.0 Destruir tôda estabilidade financeira; multiplicar as crises econômicas e preparar a bancarrota universal; parar as engrenagens da indústria ; fazer ir por água abaixo todos os valores; concentrar todo o ouro do mundo em certas mãos ; deixar capitais enormes em absoluta estagnação ; em um momento dado, suspender todos os créditos e provocar o pânico. 22.0 preparar a agonia dos Estados ; esgotar a humanidade pelos sofrimentos, angústias e privações, porque a fome cria escravos . BARROSO,Gustavo “Os protocolos dos Sábios de Sião”Pg 46,47, 1936.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os “Protocolos”, espalhados de forma desconhecida por vários países, no início do Século XX, não certamente inspirado neles, mas num contexto de acumulação de ódio na assim chamada sociedade ocidental, o mundo viu surgir o fascismo na Itália com apoio da Igreja Católica Romana, e no mesmo ano da ascensão do partido fascista o texto apócrifo foi traduzido para o idioma Árabe, no ano de 1920.

Pouco depois surgia na Alemanha o Nazi-Fascismo e mais uma década iniciou-se o processo que veio a culminar no conhecido morticínio de uma terça parte de todos os judeus do mundo com a exclusiva justificativa de que eram judeus e, logo, deveriam ser eliminados.

Aos estudiosos dos tempos atuais de várias correntes religiosas e filosóficas (inclusive da própria igreja católica romana atualizada) impressiona a ignorância sustentada e almejada de forma sistêmica mesmo depois da invenção da imprensa de Gutenberg: a persistência da violência, as inúmeras condenações sem justificativa real ou crime objetivo mantidas por instituições que, em nome do amor fraterno de um judeu havido como o Maschiach (do hebraico “ungido pelo óleo”) o Messias das profecias judaicas de paz e salvação (redenção), mantiveram e incentivaram o escravismo, a tortura como método, o genocídio, o infanticídio e a orfandade em nome de seu amor eterno e da “purificação” dos incrédulos. Quase mil e setecentos anos de subalternização da cultura hebraica que lhe fornecera os personagens, os enredo, heróis e a ética patologicamente pervertida.

Apesar de tudo, o aumento do diálogo e as novas formas de convívio podem vir a tornar, como já tem tornado em muitas partes, as relações entre as religiões assim chamadas Abraâmicas, mais harmoniosas e respeitadas não mais como exceções aqui e ali na história e determinadas regiões mas com nova forma de mútuo respeito permanente. É a esperança dessa pesquisa ao buscar elementos de apoio desde a antiguidade para desenhar um futuro mais humano e de maior entendimento entre os povos com o respeito às suas culturas e convívio de mútuo enriquecimento às diferenças epistêmicas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARROSO, Gustavo et AL – OS PROTOCOLOS DOS SÁBIOS DE SIÃO- Editora MINERVA, São Paulo 1936. Pgs 47 a 49.

CARROL, James – A ESPADA de CONSTANTINO – A IGREJA CATÒLICA E OS JUDEUS Editora Manole, 23, -Rio de Janeiro 2002- PG 249

FELDMAN, S. A. A FIDE CATHOLICA DE ISIDORO DE SEVILHA: A POLÊMICA ANTIJUDAICA. **História Revista**, Goiânia, v. 12, n. 2, 2009. DOI: 10.5216/hr.v12i2.5475. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/5475>. Acesso em: 26 jul. 2022.

GIL-WHITE, F - ¿POR QUE NOS ODIAN? - Diario Judío México

<https://diariojudio.com/opinion/por-que-nos-odian/4502/>

<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/paz-de-vestfalia-acordo-entre-paises-europeus-encerrou-a-guerra-dos-trinta-anos.htm>

SANCOVSKY, R. R. A HERMENÊUTICA DA CONVERSÃO OBRIGATÓRIA E SEUS IMPACTOS IDENTITÁRIOS. **Sæculum – Revista de História**, [S. l.], n. 30, 2014. Disponível em: <https://periodicos.bbn.ufpb.br/index.php/srh/article/view/22250>. Acesso em: 26 jul. 2022.

SEEMANN, J « Friedrich Ratzel entre Tradições e Traduções », *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 1 | 2012, posto online no dia 05 novembro 2012, consultado o 25 julho 2022. URL : <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/180> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.180>

**Capítulo 81 - DOI:10.55232/1083002.81**

**ADOÇÃO TARDIA DE ADOLESCENTES: A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL, FRENTE AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E A CRIAÇÃO DE VÍNCULOS FAMILIARES**

**Vanessa Silva Ribeiro Dias Da Silva, Sonia Francisca Da Cruz e Ana Carolina Vidigal**

**RESUMO:** O Objetivo central deste trabalho é analisar as expressões da Questão social, vinculadas a adoção tardia de adolescentes no Lar Mãe Maria de São José dos Pinhais (PR), e como objetivos específicos: estudar a questão social e suas expressões vinculadas à adoção tardia no Brasil; pesquisar as dificuldades de fortalecimento de vínculos familiares no processo de adoção tardia no Paraná, averiguar a atuação do assistente social frente as expressões da questão social de adoção tardia no Lar Mãe Maria de São José dos Pinhais (PR). Para atingir os objetivos estabelecidos nesta pesquisa, será usada a metodologia através de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, na qual foi utilizado o questionário semiestruturado com duas Assistentes Sociais que atuam no Lar Mãe Maria São José dos Pinhais, Este trabalho apresenta como resultados a exposição de dados de perfil de adotados no Paraná (CNJ 2020), as dificuldades de adaptação dos adotados e adotantes, no início deste processo mostrando a importância de um trabalho multiprofissional para atender as complexas expressões da questão social neste processo. Dentre os profissionais, foi apresentada a atuação do Assistente Social no Lar Mãe Maria, que atuam na perspectiva do fortalecimento de vínculos familiares, trabalho em rede, um processo de adoção consciente, e apresentaram um posicionamento e atuação comprometidas com o código de ética e lei que regulamenta a atuação.

**Palavras-chave:** Questão Social, Adoção Tardia, Fortalecimento de Vínculos familiares, Assistente Social.

## **INTRODUÇÃO**

Este estudo propõe analisar a experiência da atuação dos educadores voluntários no Pré-vestibular Comunitário Seja Mais (PVC Seja Mais) desenvolvido pela Pastoral Universitária Anchieta (PUA) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O Pré-Vestibular Comunitário Seja Mais possui o corpo discente oriundo das classes populares que almejam o acesso ao ensino superior, funciona de forma gratuita e com o apoio de professores voluntários que são, em sua maioria, estudantes da própria PUC-Rio.

Este trabalho é a primeira produção acadêmica a investigar o desenvolvimento do Pré-vestibular Comunitário Seja Mais como espaço não formal de ensino, que propõe fomentar discursões sobre a formação de educadores voluntários, além combater os hiatos e as desigualdades produzidas e reproduzidas no âmbito educacional. Frente a essas questões, promover o debate acerca de políticas de ações afirmativas, em que a PUC-Rio<sup>1</sup> é precursora nesses programas de ação social. O interesse pela temática é reflexo da atuação do pesquisador durante quatro anos na coordenação o pré-vestibular comunitário desenvolvido pela Pastoral Universitária Anchieta<sup>2</sup>.

Nosso os objetivos específicos estão atrelados nas seguintes apurações: investigar qual o significado que o Pré-vestibular Comunitário Seja Mais tem na formação dos educadores voluntários e identificar os fatores que motivam os voluntários fazerem parte deste projeto. Portanto, nossa pesquisa busca respostas às seguintes questões:

Como gerar comprometimento e motivação dos professores voluntários?

Qual a contribuição efetiva que o Pré-vestibular tem oferecido na formação dos educadores voluntários?

Essa contribuição ultrapassa a formação acadêmica?

Quais os valores são aprendidos na experiência de ser educador voluntário no Pré-vestibular comunitário?

O trabalho foi estruturado sobre três eixos centrais: experiência do PVC Seja mais, ações afirmativas e pesquisa de campo dedicada investigar a motivação dos educadores voluntários no Pré-vestibular Comunitário Seja Mais.

---

<sup>1</sup> Segundo Clapp (2011), a PUC-Rio desenvolve seu programa desde 1994, com o intuito de possibilitar o acesso de camadas populares da sociedade aos cursos de graduação, priorizando estudantes oriundos do Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC).

<sup>2</sup>A Pastoral Universitária é uma unidade da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Busca fomentar valores éticos, humanos e cristãos na juventude universitária através de seus projetos com a missão de contribuir na formação do futuro profissional, não somente no âmbito acadêmico, mas como cidadão e humano, orientando os alunos em seu projeto de vida. Sobre a Pastoral, ver mais em: <http://www.pastoraluniversitaria.puc-rio.br/sobre-nos/>. Acesso em: 6 jul 2019.

Esta produção está orientada pela metodologia de natureza qualitativa, identificar quais contribuições o Pré-vestibular Comunitário Seja Mais agregou à formação dos educadores voluntários. Para isso, incluem-se as abordagens de concepções teóricas e se utilizará o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador (Minayo, 1996, p.22).

Apesar de muitas produções e debates sobre o assunto dos enclaves da educação nacional. Neste processo de pesquisa e análise das motivações do corpo docente do Pré-vestibular Comunitário Seja Mais, pôde-se perceber um impacto positivo no processo de formação, trazendo novos contornos ao âmbito profissional e pessoal dos educadores voluntários.

## **Pré-vestibular Popular – um espaço de resistência**

Ao fazer o levantamento bibliográfico para conceituar os pré-vestibulares populares enquanto nossa principal categoria de análise desta pesquisa, nos debruçamos sobre os estudos dos teóricos Candau, (2005), Nascimento (2008), Santos (2002) e Oliveira (2001). Neste contexto, entendemos que os espaços de educação, sejam eles formais, sejam não formais, são espaços de disputas, e os pré-vestibulares populares podem ser entendidos como movimento de resistência às desigualdades produzidas e reproduzidas no âmbito educacional (Nascimento, 1999, p. 24-26).

Na década de 1950, Bourdieu expõe um novo olhar ao interpretar a escola. Segundo Nogueira e Nogueira,

A frustração dos jovens das camadas médias e populares diante das falsas promessas do sistema de ensino converte-se em uma evidência a mais que corrobora as novas teses propostas por Bourdieu. Onde se via igualdade de oportunidades, meritocracia, justiça social, Bourdieu passa a ver reprodução e legitimação das desigualdades sociais. A educação, na teoria de Bourdieu, perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais. (2002, p.16-17)

O sentido de classes populares utilizado neste estudo baseia-se nas considerações de Nascimento:

Denominamos de populares os grupos sociais que vivem em condições impostas de exploração, dominação, esmagamento de identidade e negação de direitos fundamentais, como direito ao trabalho, terra, moradia, remuneração digna, cuidados com a saúde, acesso à educação formal, reconhecimento cultural e participação política, com destaque para a população negra, que entre outros problemas ainda enfrenta um fator decisivo de bloqueio à sua participação na sociedade: a discriminação racial. (Nascimento, 1999, p.10-11)

Sobre as desigualdades escolares, o sistema educacional brasileiro reflete a abrangente e bem fundamentada teoria da Sociologia da Educação de Bourdieu. Havia um entendimento que o sistema público e gratuito asseguraria o princípio de igualdade e



oportunidade entre os cidadãos. Nesse compasso, mitigaria os graves problemas do acesso à educação. A evolução da carreira educacional seria pelo desenvolvimento dos dons individuais, e, por uma questão de justiça, o indivíduo progrediria em sua carreira escolar (Nogueira e Nogueira, 2002, p.16)

Segundo Janguê Dinizo, presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), esse gargalo é reflexo de uma problemática crônica na nossa construção social, tendo variadas circunstâncias – uma delas representada pelas dimensões continentais e um saturado quantitativo demográfico brasileiro.

(...) Vivemos em um país enorme cujas fronteiras delimitam muito mais do que território. Delimitam populações com culturas, tradições e desafios tão diversos que não há quem questione o fato de termos diversos brasis dentro do Brasil. Em um contexto tão amplo e diversificado, desenvolver políticas públicas que atendam a todos de forma indistinta, como preconiza a nossa Carta Magna, não é uma tarefa simples. Qualquer recorte que se pegue envolve milhões de pessoas. Por exemplo, apenas no universo da educação superior o país tem mais de 8,2 milhões de estudantes, quase a população de Israel, nação que se destaca por sua capacidade de inovação e que tem 8,4 milhões de habitantes. (Dinizo, 2018, p.3)

Na tentativa de romper os privilégios restritos a um grupo hegemônico dominante, grupos sociais se organizam dando origem aos movimentos sociais. As décadas de 1970 e 1980 tiveram a ebulição de diversos movimentos sociais. Na categoria educacional, tivemos a efervescência dos pré-vestibulares populares. De acordo com Gohn (2007), esses movimentos mantinham as antigas reivindicações, porém apresentavam novas demandas relativas aos direitos sociais, luta por reconhecimento (Fraser, 1995), espaços organizados a partir de identidades definidas – raça, sexo, etnia, entre outros –, que exigiam seus direitos culturais e coletivos. Era uma nova forma de pensar direito e cidadania (Clapp, 2009).

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por processos de reivindicações para uma classe da população que conhece as mazelas sociais.

No contexto político da década de 80 (abertura política, reorganização partidária, retomada das lutas populares, surgimento dos “novos movimentos sociais” etc.), onde emergiram ações coletivas para as mais variadas lutas, surgiu um tipo de experiência de educação para trabalhadores/estudantes que, mais tarde, tornou o Estado do Rio de Janeiro arena de uma nova forma de mobilização, articulação e educação popular: os Cursos Pré-Vestibulares Populares. Organizados pela sociedade civil, esses cursos são direcionados aos estudantes de classes populares e de grupos sociais discriminados. (Nascimento, 1999, p.26)

Os pré-vestibulares populares se desenvolvem nessa conjuntura como um movimento social com pautas debruçadas sobre a questão das desigualdades étnicas, de gênero e de sexo. Os direitos civis, políticos e sociais passavam a ser acrescidos de direitos culturais e coletivos (Clapp, 2009, p.129).

Os movimentos sociais trazem em sua identidade a luta contra um processo de exclusão de uma parcela da população, por não apresentarem uma tendência normativa semelhante às classes de uma elite dominante. Esses movimentos fazem o enfretamento constante pela garantia da democracia no sentido original do termo – poder do povo organizado. No sentido extensivo, ao falar de democracia devemos pensar que seus valores ultrapassam as barreiras geográficas e possuem um valor historicamente universal.

Para Coutinho, a democracia está pautada “no conjunto das forças populares, coloca-se assim uma tarefa de amplo alcance: a luta para inverter essa tendência elitista ou ‘prussiana’ da política brasileira e para eliminar suas consequências nas várias esferas do ser social brasileiro” (Coutinho, 1980). O autor relaciona democracia ao processo de acesso ao nível superior educacional, faz uma crítica pela manutenção de uma parcela da sociedade privada aos princípios básicos do que se entende da complexa contextualização do conceito de democracia.

Os movimentos sociais de educação popular com caráter de democratização do acesso ao nível superior possuem inúmeras nomenclaturas, tais como: Pré-vestibular Popular, Pré-vestibular Comunitário ou Pré-vestibular Para Negros e Carentes. Todos possuem alinhamento nos valores organizacionais centrais, por compreenderem que a educação é bem social a que todos devem ter acesso como uma condição democrática e de emancipação humana.

A recuperação do traçado histórico dos Pré-vestibulares de caráter social é indissociável dos movimentos sociais de cunho racial. Em 1976, o Centro de Estudos Brasil-África, no Rio de Janeiro, desenvolve um curso voltado para negros (Nascimento, 2002, p.23). Nos anos seguintes, e principalmente na década de 1990, alvorece junto às iniciativas religiosas e movimentos sociais o incentivo à criação de núcleos educacionais não formais, a fim de preparar e qualificar uma camada da população para prestar os exames de vestibulares. A maior referência, e presente em paraticamente todos os registros sobre o tema, são os PVNCs - Pré-vestibular para Negros e Carentes.

## **Ações afirmativas**

A inspiração para dissertar sobre o tema das ações afirmativas está baseada em atores que lutaram por justiça social. Segundo Marielle Franco “não estamos aqui para ‘tacar’ pedra o tempo todo (...) ter esse espaço é garantia de que outro mundo é possível”

(2018). No entanto, para uma considerável parcela da população brasileira, para fazer parte do mundo universitário é preciso vencer muitas barreiras. O que veremos nesse capítulo é uma tentativa emergencial para minimizar o processo de exclusão.

O debate sobre ações afirmativas, apesar de historicamente recente, já percorreu um longo caminho e tem sua trajetória no cenário nacional baseada nas políticas de reconhecimento a partir dos novos movimentos sociais efervescentes da década de 1980. Segundo Flavia Piovesan indica, as políticas de ações afirmativas representam a luta contra as diversas formas de discriminação e injustiça, nas diferentes esferas de gênero, orientação sexual, idade, raça, etnia e demais critérios.

Assim, três vertentes no que tange à concepção da igualdade: a. igualdade formal, reduzida à fórmula “todos são iguais perante a lei” (que no seu tempo foi crucial para a abolição de privilégios); b. igualdade material, correspondente ao ideal de justiça social e distributiva (igualdade orientada pelo critério socioeconômico); e c. igualdade material, correspondente ao ideal de justiça como reconhecimento de identidades (igualdade orientada pelos critérios gênero, orientação sexual, idade, raça, etnia e demais critérios). (Piovesan, 2005, p.46)

É impossível pensar nos Pré-vestibulares Comunitários sem a compreensão das políticas de ações afirmativas. Tal compreensão é o reconhecimento que “cursinhos pré-vestibulares comunitários podem ser considerados como um desequilíbrio” (Whitaker, 2010, p. 290) no processo escolar regular. É a legitimação de que há algo errado com os princípios da educação brasileira, pois até as camadas mais privilegiadas da sociedade, muitas vezes, precisam se submeter a esse sistema de cursinhos – porém de caráter privado – com estratégias pedagógicas newton-cartesianas (Behrenes, 2011, p.53) de característica conservadora e fragmentada, um intenso processo normativo, baseado em uma ação antipedagógica de intensa “decoreba”.

Os profundos enclaves da educação são acentuados no momento que uma numerosa parcela da população economicamente mais vulnerável fica fora da construção conceitual da intelectualidade brasileira, um processo que retroalimenta as mazelas da nossa nação. Quando se contextualiza a questão de gênero, cor e sexualidade amplifica-se ainda mais o processo de desigualdade de oportunidade de condição.

O conceito de ação afirmativa definida pelo Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA), sediado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), apresenta:

Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo

político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural. (Gema, 2008)

A produção conceitual sobre ações afirmativas é uma iniciativa norte-americana, na década 1950. Surgiu em resposta aos Movimentos dos Direitos Civis Americanos. Eram demandas relacionadas às medidas de proteção e igualdade para uma parcela da população americana que apresentava um estado de vulnerabilidade maior.

Sentir-se incomodado com o grande vazio demográfico afrodescendente nos arranjos centrais do espaço social é uma inquietude que vem sendo formulada e reformulada a partir da ótica educacional. Ela começa pela precarização do início da vida escolar, segue na invisibilidade do processo educacional regular e alcança um estorvo na carreira profissional, confiscando a liberdade e a fluidez social nas tomadas de decisão, o que gera uma teia de ações discriminatórias.

No âmbito educacional, o Programa Universidade para Todos (ProUni) é entendido como uma política de ação afirmativa de grande abrangência nacional, desenvolvida por órgãos governamentais, implementada em 2005 através da Lei nº 11.096 (BRASIL, 2005). Há relevância em manter o tema sempre em debate, pois ele não é só sobre acesso ao nível superior e sobre repensar os processos de desigualdade raciais. A constância de promover essa abordagem buscar mudanças na estrutural e no conjunto de produção cultural, para banir o preconceito e discriminação deixa como precária herança do sistema colonial.

## **Os projetos do PVC Seja Mais como espaço de formação**

As mudanças na composição organizacional do projeto foram implementadas durante o ano de 2016 e consolidadas em 2017. Foram pensadas diretrizes que fomentavam o processo de integração e motivação desses voluntários com o projeto.

No final de 2017, oficialmente o projeto recebe o nome de Pré-vestibular Comunitário Seja Mais e começa a receber o apoio de um pequeno, mas importante grupo de professores da universidade, fomentando ainda mais o objetivo de um núcleo de formação do educador voluntário. Nesse mesmo ano, o projeto teve mais de 250 candidatos inscritos, constituindo um recorde até aquele momento. Em 2018, o projeto recebe uma nova identidade visual desenvolvida a partir da parceria com o laboratório gráfico do departamento de Design em uma ação que tinha a finalidade de promover a formação da estagiária estudante do curso de Design, egressa do PVC Seja Mais.

Foram implementados novos projetos tais como, atendimento psicológico, orientação vocacional, aulas de reforço, aulas interdisciplinares de inovação e tecnologia, aulas temáticas e inclusão cultural, simulados, além de um programa de atendimento ao professor voluntário. Cada projeto dessa nova fase do PVC Seja Mais foi pensado, idealizado e planejado para atender não apenas as demandas que um pré-vestibular comunitário necessita sanar, mas, principalmente, integrar a identidade da Pastoral Universitária ao Marco Referencial da PUC-Rio.<sup>3</sup>

Com a finalidade de oferecer uma educação libertadora e promoção da cidadania, o PVC Seja Mais possui ainda algumas propostas pedagógicas que não têm como único e exclusivo objetivo a preparação para o vestibular. Na maioria dos PVPs há um eixo curricular denominado “cultura e cidadania”. É uma disciplina obrigatória que privilegia um trabalho educativo voltado para o exercício da cidadania, que compreende, evidentemente, a formação de uma consciência crítica. (Zago, 2009, p.152).

A difusão deste programa de atividades que visa atender os anseios dos estudantes, mas também as expectativas dos professores voluntários, o projeto obteve um salto numérico como é apresentado no gráfico.

---

<sup>3</sup> A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro é uma instituição de direito privado que se rege por seu Estatuto e Regimento e pela legislação em vigor. 2. É uma instituição dedicada ao ensino, à pesquisa e à extensão. É uma universidade particular e confessional, que tem ademais um caráter comunitário, enquanto está ligada a um grupo social que aceita a inspiração da tradição humanístico-cristã da Igreja Católica e, ainda, enquanto em sua atuação se concebe como uma instituição prestadora de um serviço de interesse público. Sua legitimidade como entidade particular, confessional e comunitária está fundamentada nos seguintes princípios estabelecidos pela Constituição da República do Brasil: 1) "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber" (art. 206, II; 2), "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino" (art. 206, III). Inserida numa sociedade pluralista, a PUC-Rio tem sua identidade própria, fundamentada na concepção cristã do homem e do universo. A Universidade destina todos os seus recursos à consecução dos objetivos definidos em seus Estatutos, a saber:

- A promoção da cultura, nos planos intelectual, estético, moral e espiritual, em função do compromisso com os valores cristãos e como instrumento de realização da vocação integral da pessoa humana;
- O desenvolvimento do ensino e aprofundamento da investigação e da pesquisa, para criar e difundir uma visão do Universo e do ser humano consciente da necessária unidade que deve reger a multiplicidade do saber;
- A formação de profissionais competentes, habilitados ao pleno desempenho de suas funções, com sentido de responsabilidade e participação;
- A inserção na realidade brasileira, colocando a ciência a serviço da comunidade e orientando suas atividades para a edificação de um mundo melhor, de acordo com as exigências da Justiça e do Amor;
- O intercâmbio e a cooperação com instituições educacionais, científicas e culturais, nacionais e estrangeiras, no intuito de emprestar universalidade ao sentido de sua missão.

Anos	Voluntários	Inscrições	Vestibulandos convocados	Aprovações
2016	25	102	60	25
2017	55	285	95	45
2018	76	385	120	74
2019	89	723	160	83
2020 <sup>4</sup>	80*	820*	170*	65*

Tabela 1 - Aprovação do PVC Seja Mais. Fonte: <http://pvsejamais.pastoraluniversitaria.puc-rio.br/>

## Pesquisa de campo

O processo de investigação se desenvolve a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com 7 educadores voluntários do PVC Seja Mais com ingresso no projeto em 2015 e atuantes até 2020. Têm idades entre 21 e 53 anos, ministrando as disciplinas de ciências humanas, biológicas e exatas. Alguns dos entrevistados ainda cursam a primeira graduação e outros já finalizaram a pós-graduação. A seleção dos sete entrevistados entre os mais de setenta educadores voluntários com interação direta com PVC Seja Mais, atuando semanalmente em sala de aula, foi aleatória. No entanto, para obter uma amplitude no campo de investigação, buscamos pelo menos um representante em cada área do saber (Ciências Humanas, Exatas e Biológicas). Optamos em chamar os educadores voluntários pela nomenclatura a partir da produção de cada entrevista, sendo assim, o primeiro é “Entrevistado 1” até o último a ser entrevistado, dando-lhe o nome de “Entrevistado 7”, como demonstrado na tabela 2 a seguir:

	Prof. voluntários	idade	cor	sexo	instituição	formação	pós	disciplina
1	entrevistada 1	29	parda	fem	PUC-Rio	licenciatura/ graduação	não	humanas/ geografia
2	entrevistado 2	24	pardo	masc	PUC-Rio	bacharel/ graduação	não	exatas/ matemática

<sup>4</sup> Os dados do ano de 2020 tiveram alterações por conta das circunstâncias da pandemia causado pela Covid-19.

3	entrevistado 3	30	parda.	masc	PUC-Rio	licenciatura/ graduação	não	humanas/ filosofia
4	entrevistado 4	21	branca	masc	PUC-Rio	bacharel/ graduação	não	exatas/ física
5	entrevistada 5	44 anos	branca	fem	PUC-Rio	bacharel/ graduação	sim	exatas/ química
6	entrevistada 6	24 anos	branca	fem	PUC-Rio	licenciatura/ graduação	não	biológicas/ biologia
7	entrevistado 7	53 anos	n. decl.	masc	FACHA	bacharel/ graduação	sim	humanas/ redação

As entrevistas foram realizadas no Campus da PUC-Rio, entre outubro de 2019 e fevereiro de 2020. A escolha por desenvolver a pesquisa apoiada em metodologia qualitativa se dá pela aproximação do pesquisador e o objeto/ sujeito de seu estudo e o ambiente natural, procurando identificar questões subjetivas, percepções, pontos de vistas, desejos ou comportamento. Apoiados na teoria analítica de Godoy,

Consideramos que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. (1995, p.58)

A Educação necessita contar com profissionais comprometidos com as mudanças e transformações das complexas redes sociais, contribuir para o desenvolvimento das múltiplas linguagens, possibilitando uma abrangente comunicação, a fim de integrar os processos educacionais à realidade do educando e da pedagogia em diferentes espaços sociais que não tão somente a escola tradicional (Libâneo, 2013).

Para o desenvolvimento deste trabalho, tivemos a preocupação em valorizar a caminhada dos educadores voluntários e a sua evolução durante a trajetória como docente, observando quais as contribuições para a sua formação, o que as vivências e trocas de experiências possibilitaram para a reflexão e a ação no campo da docência. Nossas reflexões vão ao encontro das contribuições de Antônio Nóvoa, que afirma que a formação dos professores não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar estatuto ao saber da experiência (Nóvoa, 1995, p.25)

## **Pré-vestibular Comunitário e experiência docente**

Os educadores voluntários devem-se atentar que os estudantes possuem uma trajetória escolar deficitária, além disso eles não estão no ambiente escolar regular, tendo o desafio de desenvolver novas estratégias metodológicas de aprendizagem e novas práticas pedagógicas.

Por outro lado, entende-se que existe o interesse dos estudantes, por compreenderem que uma vaga no pré-vestibular é uma das únicas oportunidades de vencerem a barreira das provas e, também, por não existir um sistema de avaliação ou pontuação como há no sistema regular. No processo de metodologias didáticas, muitos docentes encontram no PV comunitário a falta da “padronização” que existe na escolarização. As salas de aulas são formadas por um público bastante heterogêneo, composto de capitais culturais e intelectuais distintos pelos fatores idade e formação escolar.

Apesar disso, quando os entrevistados foram indagados sobre quais suas motivações em permanecerem no corpo docente do PVC Seja Mais, todos os educadores ressaltam o interesse dos vestibulandos em aprender, ressaltando aqui as manifestações dos entrevistados 1, 4 e 5 por retratarem a motivação dos estudantes como fundamental inspiração e por apresentarem uma realidade econômica bastante diferente da dos estudantes do PVC Seja Mais.

Entrevistada 1 – Porque os alunos, querendo ou não, estão mais presentes, mais atentos à aula, eles já querem alguma coisa. Acho que nosso relacionamento é muito bom por causa disso, enfim, por causa dessa responsabilidade que os alunos têm com o projeto. (...) estou [há] quase 3 anos aqui? Por que é muito bom, muito gratificante ver os alunos quererem tanto – eles passam por tanta dificuldade, o mundo deles é completamente diferente do nosso e isso dá uma motivação, para gente, diária, de a gente continuar ajudando porque a maioria dos estudantes aqui, estavam trabalhando o dia inteiro e, mesmo cansados, estão aqui querendo alguma coisa, querendo estudar. (Entrevistada 1, depoimento verbal, 2019)

Entrevistado 4 – Então, essa experiência, eu acho que foi a mais importante entre todas que o Pré-vest pôde me proporcionar ali, porque a vida profissional foi superinteressante, superimportante para mim. Eu acho que mais importante foi ter esse contato com uma outra classe social, uma galera que não tinha a mesma base de conhecimento que eu tinha. E senti muito a retribuição por estar lá, e senti que eles realmente estavam prestando atenção na minha aula, que estavam com vontade de ir para faculdade. Estavam ligados em aprender, e isso era muito importante para mim, esse contato, porque eu nunca tinha tido. (Entrevistado 4, depoimento verbal, 2019)

Entrevistada 5 – E [você] vê que existem pessoas que estão querendo batalhar, correr atrás de uma faculdade. Muitas vezes eu vejo alguns da minha faculdade, do meu curso que eu dou aula, que não estão nem um pouco interessados em aprender, e ver outras pessoas que não tiveram a menor das



chances que esses outros tiveram e estão querendo buscar forças do nada para poder correr atrás. Então isso é gratificante, ver até como é que isso impacta a forma de você buscar o seu futuro. (Entrevistada 5, depoimento verbal, 2019)

A docência possui uma atmosfera de admiração, preponderância e sedução ao se afastar dos espaços escolares formais. Contudo, os pré-vestibulares comunitários não são espaços romantizados, mas sim ambientes que muitas vezes replicam a precarização da infraestrutura e a falta de materiais que ampliam a construção de um conhecimento mais lúdico.

Além disso, o educador é desafiado a ensinar, em um tempo exíguo, uma enorme quantidade de conteúdos e utilizar com eficácia os recursos e as ferramentas metodológicos para atingir seus objetivos educacionais. Quando perguntamos sobre quais foram as principais experiências como educador no Pré-vestibular Comunitário Seja Mais, e se elas interferiram na sua vida pessoal e qual as contribuições profissionais acham relevantes, os entrevistados que até o momento da entrevista ainda cursavam a graduação disseram que era a sua primeira experiência profissional. A grande surpresa foi identificar que o PVC Seja Mais foi um divisor de águas na vida profissional daqueles que já tinham uma trajetória trabalhista, fato ressaltado nos entrevistados cinco e sete.

Entrevistada 5 – Eu consegui ver ali também algumas dificuldades por estar como professora dos conteúdos do ensino médio. Por conta da minha longa trajetória na vida acadêmica universitária, acabei me afastando do que é abordado no ensino médio. O Pré-vestibular me fez voltar a estudar esses assuntos e entender por que meus alunos universitários possuem tantas dúvidas no ciclo básico. Assim, pude me aproximar das necessidades dos estudantes tanto do Seja Mais quanto dos meus estudantes universitários. Às vezes, alguns exemplos, alguns tópicos da matéria que são relativamente simples e que eu jamais imaginei que meus alunos da graduação tivessem dúvidas, eu consegui ver que o pessoal do ensino médio também não tem clareza de alguns dos conceitos. Foi de grande importância para mim enquanto professora (Entrevistada 5, depoimento verbal, 2019)

Entrevistado 7 – É uma experiência ímpar para qualquer pessoa, porque ela vai ao encontro de perspectivas tanto ideológicas quanto de realização pessoal. Nesse sentido, de fato eu acabei me aproximando do magistério e me incentivando a fazer uma outra faculdade: além da Comunicação Social, estou me graduando em História atualmente. (Entrevistado 7, depoimento verbal, 2020)

Com a finalidade de promover um ambiente de crescimento coletivo e uma aprendizagem sem interrupções por volta de voluntários, a coordenação do PVC Seja Mais desenvolveu equipes de disciplinas. Sempre que possível, a figura do educador é representada por um ou mais voluntários atuando concomitantemente na sala de aula, alguns núcleos chegam a ter 12 educadores da mesma área trabalhando juntos, entre

produção de material/conteúdo, aulas ministradas e articulações extraclasse. Essa prática proporciona uma amplitude coletiva com a finalidade de facilitar o intercâmbio de experiências e relação entre as aprendizagens teóricas e as vivências e observações práticas.

O sentimento de satisfação amplia as bases motivacionais e enraíza o comprometimento, gerando uma positiva ação em cadeia entre os estudantes e educadores voluntários. Quanto mais os vestibulandos forem assíduos e houver engajamento, (apesar das inúmeras dificuldades, por normalmente estarem em situações de diversas vulnerabilidades), observa-se que os educadores voluntários buscam estar mais bem preparados, não só na configuração afetiva, mas também na abordagem dos conteúdos que demanda cada disciplina. Esta rotina foi sendo observada a partir da queda da evasão do vestibulando ao longo dos anos e a candidatura crescente de novos voluntários, geralmente convidados por integrantes do PVC Seja Mais.

### **Para não concluir**

Com a análise dos depoimentos, constatamos que o PVC Seja Mais, ao longo dos anos, venceu as barreiras e vem exercendo o que se propõe, ser um espaço de resistência, fomentar de maneira crítica o gargalo do acesso ao mundo universitário, além de promover um espaço de formação, onde buscou valorizar e impactar positivamente a trajetória de seus voluntários.

O Pré-vestibular Comunitário Seja Mais é um projeto dentre uma infinidade de possibilidades, um espaço de educação não formal que, ao longo de sua trajetória, vem colhendo muito frutos. Foi, para muitos que passaram por suas salas, uma única oportunidade de transformação de vida, realização de acesso ao mundo universitário.

A motivação de ser/estar no projeto é uma grande engrenagem orquestrada de corresponsabilidades e compromissos de caráter coletivo e realizações pessoais. Portanto, reconhecemos a importância de possibilitar que espaços como esses sejam criados ou recriados, principalmente quando existe uma infraestrutura que garanta seu funcionamento, como relatamos a experiência da Pastoral Anchieta na PUC-Rio.

Nossa pretensão, neste estudo, é destacar a potencialidade e transformação sociointelectual que representa a participação do voluntariado docente neste tipo de projeto para aqueles que buscam uma formação mais ampla. Refletir como desenvolver a práxis educacional não formal em espaços como o PVC Seja Mais nos indica que esses são projetos que podem e devem ser replicados para a promoção da cidadania plena por isso, o processo de pesquisa não se finaliza no desfecho deste trabalho, por entendermos a importância de fomentar a continuidade e aprofundamento dos assuntos pertinente à docência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOLZAN, D. P. V.; ISAIA, S. M. A. Aprendizagem docente na educação superior: construções e tessituras nos processos de formação da professoralidade. **Educação**, v.3, p.489-501, 2006.

BOLZAN, Doris, P. V.; DE AGUIAR ISAIA, Silvia; MACIEL, Adriana M. da R. Formação de professores: a construção da docência e da atividade pedagógica na Educação Superior. **Revista Diálogo Educacional**, v.13, n.38, p. 49-68, jul. 2013. ISSN 1981-416X. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/7817>. Acesso em: 2 fevereiro 2020.

BRAZ, Marlene. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. **Ciência e saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v.9, n.3, p.814-18, set 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232004000300032&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000300032&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 4 nov 2019.

CANDAU, V. Universidade e diversidade cultural: alguns desafios a partir da experiência da PUC-Rio. In: PAIVA, A. (org.). **Ação afirmativa na universidade: reflexão sobre experiências concretas**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.

\_\_\_\_\_. (org.). **Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Multiculturalismo e direitos humanos**. Rio de Janeiro: PUC-Rio / Novamerica, 2001.

\_\_\_\_\_. **Universidade, diversidade cultural e formação de professores**. Rio de Janeiro: PUC-Rio/CNPq, 2003.

CARVALHO, José Carmelo Braz de. Os Cursos Pré-Vestibulares Comunitários e seus condicionantes pedagógicos. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v.128, n.36, p.299-326, ago 2006. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/399>. Acesso em: 12 set 2019.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social** – uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CLAPP, A. Política de ação afirmativa nas Universidades brasileiras – Uma alternativa para a redução das desigualdades sociais? In: GONÇALVES, Rafael Soares (org). **Pobreza e Desigualdade Social: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

\_\_\_\_\_. **Ação Afirmativa na PUC-Rio: inserção de alunos pobres e negros**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011.

\_\_\_\_\_. A gênese da Política de ação afirmativa da PUC-Rio. Uma parceria entre Universidade e Movimento Social. **Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio – Desigualdade e Diversidade**, n.5, p.125-48, jul/dez 2009.

COSTA, Alan; GOMES, Tatiane. Contribuições da obra de Paulo Freire nos encontros de cursos pré-universitários populares: redes de indignação e esperança. **Revista de Educação Popular**, n.16, p.137-151. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/321809192\\_Contribuicoes\\_da\\_obra\\_de\\_Paulo\\_Freire\\_nos\\_encontros\\_de\\_cursos\\_pre-universitarios\\_populares\\_redes\\_de\\_indignacao\\_e\\_esperanca](https://www.researchgate.net/publication/321809192_Contribuicoes_da_obra_de_Paulo_Freire_nos_encontros_de_cursos_pre-universitarios_populares_redes_de_indignacao_e_esperanca). Acesso em: 7 jul 2019.

DINIZO, Janguê. **Gestão 2016-2019 prestação de contas 2019**. Pronunciamento do diretor presidente – Janguê Diniz. Associação Brasileira de Mantenedora de Ensino Superior. Brasília, 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FRASER, N. Redistribución, reconocimiento y participación: hacia un concepto integrado de la justicia. In: ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS - para la Educación, la Ciencia y la Cultura. **Informe mundial sobre la cultura: 2000-2001**.

\_\_\_\_\_. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a “postsocialist” age”. In: SEIDMAN, S.; ALEXANDER, J. (orgs.). **The new social theory reader**. Londres: Routledge, 2001. p.285-293.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GADOTTI, Moacir. Educação Popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Anais... IV Congresso internacional de Pedagogia Social**. Campinas, 25 27 de junho de 2012.

\_\_\_\_\_. **A questão da educação Formal/Não Formal**. Institut International des Droits de l'enfant (IDE). Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? Sion (Suisse). Disponível em: [http://www.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/Educacao\\_formal\\_ao\\_formal\\_2005.pdf](http://www.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/Educacao_formal_ao_formal_2005.pdf). Acesso em: 15 jul 2011.

GATTI, B. A. A formação dos docentes: o confronto necessário professor x academia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.81, p.70-74, 1992.

GENTILE, P. Antônio Nóvoa: "professor se forma na escola". **Revista Nova Escola**. 1 de maio de 2001. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/179/entrevista-formacao-antonio-novoa>. Acesso em: 15 mar 2020.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.2, p.57-63, 1995.

\_\_\_\_\_. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.4, p.65-71, 1995b.

GOHN, M. **Educação não formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Educação não formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.28-43, 2010.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1994. Coleção Questões da nossa Época, v.5.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (orgs.). **Ação Afirmativa: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Apicuri, 1997.

KLEIN, Ana Maria; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. A escola frente às novas demandas sociais: educação comunitária e formação para a cidadania. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n.1, jul. 2012. Disponível em: <http://ken.pucsp.br/cordis/article/view/10312/7697>. Acesso em: 2 jun 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: para quê?** São Paulo: Cortez, 2002.

MENDES, Thales Cerqueira; SOUZA FILHO, Moacir. Aspectos dedutivos em pesquisas qualitativas no ensino de física. **Anais... IV Congresso Nacional de Pesquisa e Ensino em Ciências**. 2019. p.2-5. Campina Grande: UFPB, 2019. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/revistas/conapesc/trabalhos/TRABALHO\\_EV126\\_MD1\\_SA2\\_ID2187\\_01072019214157](https://editorarealize.com.br/revistas/conapesc/trabalhos/TRABALHO_EV126_MD1_SA2_ID2187_01072019214157). Acesso em: 6 mar 2020.

MOREIRA, C. M. **Técnicas de Leitura para Leitores** (Os Leitores Deficientes Visuais). Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos – UERJ, Rio de Janeiro, 2004.

MOTTA, Artur Francisco Mori Rodrigues. A dignidade da pessoa humana e sua definição. **Âmbito Jurídico**, mai 2013. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/a-dignidade-da-pessoa-humana-e-sua-definicao/>>\_Acesso em: 4 fev 2020.

MOURA, Laércio Dias de. **Missão e marco referencial**. Disponível em: <<http://www.puc-rio.br/sobrepuc/historia/>>. Acesso em: 10 jan 2020.

NASCIMENTO, Alexandre do. Movimentos Sociais e Educação: os cursos pré-vestibulares populares. In: THUM, Carmo (org). **Anais... I Encontro de cursos pré-vestibulares populares**. Pelotas: UFPel, 2002.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais, Educação e Cidadania: um estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares**. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 1999.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação e Sociedade** [online]. 2002, v.23, n.78,

p.15-35. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0101-73302002000200003&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302002000200003&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 5 out 2019.

NÓVOA, António (org.). **Vidas de professores**. 4.ed. Lisboa: Porto Editora, 2014.

\_\_\_\_\_. (org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1991.

OLIVEIRA, Beatriz Cristina de; DIAS, Camila Santos. Educação não formal: instrumento de libertação e transformação? **Revista Científica da FHO | Uniararas** v.5, n.2, 2017.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**. 2005, vol.35, n.124, p.43-55. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742005000100004&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000100004&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 23 jun 2019.

RIBEIRO, M. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n.2, p.113-128, jul/dez 2002.

SANTOS, Renato Emerson dos. Racialidade e novas formas de ação social: o pré-vestibular para negros e carentes. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (orgs.). **Ação Afirmativa: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia de redes no estudo de ações coletivas e movimentos sociais. In: \_\_\_\_\_. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SENADO FEDERAL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

SILVA, M. M. da; LIMA, T. C. S. de. **Serviço social e interdisciplinaridade na atenção básica à saúde**. Serviço Social E Saúde, v.11, n.1, p.113-132, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/sss.v11i1.8635032>. Acesso em: 4 nov 2019.

SILVA, Jair Militão. Educação comunitária e educação escolar: em busca de uma metodologia em ação educativa democratizadora. In: SILVA, Jair Militão (org.). **Educação Comunitária: estudos e propostas**. São Paulo: Senac, 1996.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TRILLA, J. **A pedagogia da felicidade**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ZAGO, Nadir. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. **Perspectiva**, Florianópolis, v.26, n.1, p.149-74, abr 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10298>. Acesso em: 12 set 2017.

\_\_\_\_\_. Pré-vestibular popular e trabalho docente: caracterização social e mobilização. **Revista Contemporânea de Educação**, v.4, n.8, p. 260-279, dez 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1585>. Acesso em: 23 jun 2019.

[http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)  
(Declaração dos direitos humanos)

[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206)

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-147-a-constitucionalidade-das-politicas-de-acoes-afirmativas>

**Capítulo 82 - DOI:10.55232/1083002.82**

**“PRÉ-VESTIBULAR COMUNITÁRIO SEJA MAIS: UMA  
JANELA PARA FORMAÇÃO DE EDUCADORES  
POPULARES”**

**Leandro Ferreira Assis**

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar a experiência da atuação dos educadores voluntários no Pré-vestibular Comunitário Seja Mais (PVC Seja Mais) desenvolvido pela Pastoral Universitária Anchieta (PUA) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O Pré-Vestibular Comunitário Seja Mais possui o corpo discente oriundo das classes populares que almejam acesso ao ensino superior, funciona de forma gratuita e com o apoio de professores voluntários que são, em sua maioria estudantes da própria PUC-Rio. Por meio dos objetivos específicos, a pesquisa buscou investigar o significado que o Pré-vestibular Comunitário Seja Mais tem na formação dos educadores voluntários; identificar os fatores que motivam os voluntários fazer parte deste projeto, a partir das análises interpretativas das entrevistas feitas com os professores entre os anos 2016 e 2019.

**Palavras-chave:** Ações Afirmativas, espaço não formal de ensino, formação de professores, voluntariado



## **INTRODUÇÃO**

A Adoção Tardia de Adolescentes é uma realidade da contemporaneidade, e é também um grande desafio para os adotantes e adotados. A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 227 garante que todas as crianças e adolescentes tem o direito à convivência familiar, seja ela biológica ou adotiva (BRASIL, 1988).

Mesmo estando garantido em lei, existe uma grande dificuldade de inserção de adolescentes nos processos de adoção e de criação de vínculos entre adotantes e adotados, pois a adoção tardia envolve um processo de adaptação de ambos, sejam do adotante ao acolher no seio familiar uma pessoa com seus hábitos e costumes, seja o adotado no novo ambiente por vezes adverso ao de seu convívio até então.

Para a efetivação da adoção há uma interação entre os profissionais da Vara da Infância e do sistema de alta complexidade, que faz o atendimento diário desse usuário que está sob a custódia do Estado, em casas lares. A intervenção do profissional nessa garantia de direito deve ser capaz de intervir no processo para que seja realmente de fortalecimento de vínculos, para adotado e adotante.

Tal situação pode ser observada na realidade de abrigos de adolescentes em São José dos Pinhais, Paraná, tais como o Lar Mãe Maria, objeto de estudo deste artigo. Neste sentido, este trabalho tem como problema central de debate explicitar quais as expressões da Questão social, vinculadas a adoção tardia de adolescentes no Lar Mãe Maria de São José dos Pinhais – PR?

Assim, este artigo tem como objetivo geral: analisar as expressões da Questão social, vinculadas a adoção tardia de adolescentes no Lar Mãe Maria de São José dos Pinhais (PR). E como objetivos específicos: estudar a questão social e suas expressões vinculadas à adoção tardia no Brasil; pesquisar as dificuldades de

fortalecimento de vínculos familiares no processo de adoção tardia no Paraná, averiguar a atuação do assistente social frente as expressões da questão social de adoção tardia no Lar Mãe Maria de São José dos Pinhais (PR).

Para atingir os objetivos estabelecidos nesta pesquisa, será necessária a metodologia através da pesquisa bibliográfica<sup>1</sup>, por meio do levantamento de artigos científicos e livros que contribuam com a temática. Ainda será utilizada a pesquisa documental<sup>2</sup> através de relatos e dados do curso VI Encontro Nacional de preparação online para Pretendentes à Adoção de 2020 e observações da Hália P. de Souza militante da causa da adoção desde 1996, e membro do grupo de Apoio Adoção Consciente.

<sup>1</sup> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituindo principalmente de livros e Artigos científicos. Não recomenda trabalhos oriundos da internet sem fundamentação científica (GIL, 2008).<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Sendo que pesquisa documental é muito parecida com bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de matérias que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, 2008)

Ainda para compreender a atuação do assistente social frente a adoção tardia, será realizada uma pesquisa de campo<sup>3</sup>. Será utilizado como instrumental a aplicação de questionário semiestruturado<sup>4</sup>, que será realizado com duas assistentes sociais, que trabalham no Lar Mãe Maria São José dos Pinhais/PR.

Abordar o tema Adoção Tardia se mostra necessário e relevante pois será

possível demonstrar à sociedade o perigo e as dificuldades, que os adolescentes enfrentam com os preconceitos e cobrança de adaptação à família adotante. Ainda será sensibilizado sobre a importância de vínculos afetivos para eles, como isso impacta em suas vidas e quais são os seus direitos legais garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (Lei 8.069/1990), e pela Constituição Federal 1988.

O desenvolvimento da pesquisa de campo permitirá dar visibilidade sobre a atuação profissional do Assistente Social frente aos casos de proteção ao Adolescente, tendo como espaço de atuação o Lar Mãe Maria São José dos Pinhais. Logo, este trabalho possibilita o fortalecimento da atuação do Assistente Social frente a expressão da questão social da adoção tardia.

### **As expressões da Questão Social no Brasil vinculadas a Adoção Tardia.**

Para que possamos compreender as expressões da Questão social se faz necessário saber de onde advém essa terminologia e Netto, 2001, p.42 afirma: “que a expressão ‘questão social’ tem história recente... começou a ser utilizada na terceira década do século XIX.” Porém podemos afirmar que suas expressões desde então tem se ampliado cada vez mais.

O que anteriormente se caracterizava como pauperismo, mediante a escassez de produção de bens de consumo, nessa nova modalidade pode-se dizer que: “foi a partir da perspectiva efetiva de uma e versão da ordem burguesa que o pauperismo

se designou como “questão social” (NETTO, 2001, p. 43) e desde então com o descaso da burguesia mediante o proletário que precisa vender sua força de trabalho, a questão social se naturalizou.

Pois é com a exploração e acumulação que burguesia se mantém, e esse sistema se reinventa a cada crise que o capitalismo enfrenta podendo se dizer que a questão social, é característico desse modo de produção capitalista. No Brasil o modo de produção capitalista se instaurou bem mais tarde que na Europa, porém suas mazelas não são menos importantes.

“a partir do aprofundamento do capitalismo na formação econômico-social, marcam o deslocamento da ‘questão social’ de um segundo plano da história social para progressivamente, colocá-la no centro das contradições que atravessam a sociedade” (IAMAMOTO 2015, p.135.)

<sup>2</sup>As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas, cujo comportamento se esija conhecer. (GIL,2008).

<sup>4</sup>que são guiadas “por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso”, e são realizadas em duas etapas, sendo elas a especificação dos dados que se pretendem obter, e a escolha e formulação de perguntas (GIL,2002),

As relações capitalistas, no Brasil tem diversas particularidades, desde a falta de políticas sociais, até as presentes manobras do Estado ao isentar de suas responsabilidades na efetivação de direitos já garantidos a diversas parcelas da população brasileira. Tais expressões da questão social passam a atingir diferentes sujeitos na sociedade brasileira, como as famílias em situação de vulnerabilidade e risco, que muitas vezes devido à ausência de políticas sociais efetivas e diante do modo de produção capitalista sofre consequências, como a perda do poder familiar.

Esta situação leva a outras expressões da questão social como o acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil, que estão protegidos pela legislação vigente na Constituição de 1988 e Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

Mediante o ECA, dentro das medidas de proteção, no artigo 101, VII, “o acolhimento institucional;” é uma medida específica de proteção, e essa deve ser excepcional, visto que para o acolhimento os diferentes órgãos reguladores precisam se posicionar e detectar uma violação de direitos dessa criança ou adolescente, para que esta saia do poder familiar. A Constituição Federal, no seu artigo 227 quer garantir essa convivência saudável junto a sua família de origem.

No que tange a adoção tardia de adolescentes, a dificuldade de fortalecimento de vínculos, devolução, e tantas outras realidades que envolvem esse processo de preparação dos adotantes e adotados é fundamental, pois estão diante não só de um processo judicial, mas processos de vidas, de emoções e sentimentos que poderão marcar ambas as partes.

Vimos que são inúmeras as manifestações das expressões da questão social no cotidiano dos adolescentes em situação de adoção tardia, neste sentido iremos analisar dados referentes a realidade dessas expressões no Estado do Paraná como veremos a seguir, que as dificuldades de fortalecimento de vínculos familiares no processo de adoção tardia com a especificidade do Paraná.

### **Dificuldades de fortalecimento de vínculos familiares no processo de adoção tardia no Paraná (PR).**

A adoção no PR tem referência absoluta e lidera índices na área da adoção e ganhou grande destaque no que diz respeito a reintegração familiar e tempo médio de acolhimento, segundo dados divulgados pelo CNJ7, nos principais índices que atendem os princípios constitucionais o Paraná lidera como número de adoções realizadas entre 2015 à 2020, com o total de 1.904 e de acordo com os relatórios São Paulo em segundo lugar com 1.724 adoções, seguindo o Rio Grande do Sul com 1.579 neste mesmo período (CNJ, 2020).

Outros dados relevantes são que existe 34,8 mil crianças e adolescentes em situação de acolhimento, e destas 60% em média são de adolescentes, e se tem 36.706 pretendentes habilitados a adoção, dentro desses números entre acolhidos e adotantes, nota-se que seria viável, que todos os acolhidos já poderiam ser adotados. Porém a pergunta que permanece é; porque esses números não se esgotam?

Segundo o Cadastro Nacional de Adoção, a realidade da adoção pode ser vista em outra porcentagem aonde 19,7% dos pretendentes só aceitam crianças que sejam brancas, porém 66,1% não são brancas. Também 67,0% dos pretendentes não aceitam adotar irmãos, todavia 61,1% dos acolhidos tem irmãos. Outros dados são os de que 91% só aceitam crianças de até 6 anos, mas 92% dos acolhidos tem entre 7 e 17 anos (CNJ 2020).

A adoção tardia tem as suas peculiaridades, e para falar sobre isto precisa se entender que ela possui alguns desafios, tais como preconceitos e barreiras, como mostra os dados acima. Segundo Souza (2020), o adolescente institucionalizado, sofre com uma ruptura familiar e nem sempre está preparado para aceitar de imediato uma nova família, e isso as vezes reflete em devoluções destes adotados. Nesses casos de adoção que não se efetivam, acaba por revitimizar o adolescente, por isto a importância de ter consciência e preparação, pois não se pode adotar por modismo.

Brandão (2020), aborda no curso de pretendentes à adoção sobre como as expectativas da adoção é intensa, tanto pelos pais adotivos, quanto pelos menores adotados. Os relatos dos pais pretendentes à adoção são sobre uma idealização de um filho perfeito ou no caso do adotado a idealização dos “pais dos sonhos”, e saber lidar com esse quadro nos mostra a importância da adoção consciente e deste tempo necessário de adaptação.

Esta adaptação conta com o apoio dos conselhos tutelares, Assistentes Sociais, Lares institucionais de abrigo, Grupos de Apoio a Adoção e equipes como o CRAS (Centro de Referência do Assistente Social), CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), Conselho de Direitos, e a Vara da Infância e Juventude. E os grupos de apoio trabalham no desenvolvimento de ações para a promoção do direito a convivência familiar, e em uma adoção legal e segura apoiando o fortalecimento às famílias adotivas, na orientação e esclarecimento aos adotantes.

Os cursos preparatórios à adoção, em cumprimento ao disposto art.50-3º do ECA<sup>5</sup>, para esclarecer e orientar as peculiaridades da adoção, com ações de campanhas para a sociedade em geral, na intenção de combater os preconceitos e desconstruir mitos, trabalhar na promoção de ações para o enfrentamento do abandono e uma prolongada institucionalização violando o seu direito de convivência familiar (BITENCOURT, 2020).

Segundo Bitencourt (2020), aponta algumas soluções propostas pelo grupo de apoio a adoção, uma delas é o apadrinhamento afetivo com previsão legal (art.19-b<sup>6</sup>, ECA). Uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Paraná em 2018 favoreceu esse processo, com o aplicativo para os adotantes já habilitados, para que através do aplicativo A.DOT, pudessem conhecer um pouco desses adolescentes, para que não sejam apenas números de processos na vara da infância. Com isso muitos adolescentes conseguiram uma família com essa inovação.

<sup>5</sup> Artigo 50 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, 3º A inscrição de postulantes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

<sup>6</sup> Artigo 19B da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, 19-B- A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento (incluído pela Lei nº 13.509, de 2017).

Segundo Bitencourt (2020), aponta algumas soluções propostas pelo grupo de apoio a adoção, uma delas é o apadrinhamento afetivo com previsão legal (art.19-b<sup>6</sup>, ECA). Uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Paraná em 2018 favoreceu esse processo, com o aplicativo para os adotantes já habilitados, para que através do aplicativo A.DOT, pudessem conhecer um pouco desses adolescentes, para que não sejam apenas números de processos na vara da infância. Com isso muitos adolescentes conseguiram uma família com essa inovação.

A.DOT é mais uma ferramenta para garantir que essas crianças e adolescentes muitas vezes esquecidos pela sociedade, tenham a possibilidade de encontrar um lar. “O abrigo é muito cruel, ele não permite que a criança ou adolescentes construa vínculos de afinidade e de afetividade. (KREUZ, 2019 p.01)

Portanto, por se tratar de uma expressão da questão social complexa, há a necessidade do envolvimento do estado, família e da rede de proteção. Assim, a rede é uma peça fundamental no atendimento da adoção tardia, uma vez que exige o trabalho multiprofissional, dentre eles merece destaque a atuação do Assistente Social, que veremos a seguir.

### **A atuação do Assistente Social frente as expressões da questão social de adoção tardia no Lar Mãe Maria de São José dos Pinhais (PR)**

O Assistente Social tem como objeto de trabalho a questão social e suas expressões na sociedade capitalista. Diante da complexidade dessas expressões, este profissional atua buscando compreender tais demandas em sua totalidade.

Neste sentido, a partir da década de 1990, o Serviço Social passa a agregar em sua legislação o Marxismo, a fim de compreender a realidade para além das demandas imediatas, através do materialismo histórico dialético.<sup>7</sup>

Dentre essas legislações vale ressaltar a Lei que regulamenta a profissão e o Código de Ética Profissional de 1993. A Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão, foi um grande avanço no processo de romper com o conservadorismo e avançar para uma ação em prol da categoria trabalhadores/usuários, apresentando as competências e atribuições do Serviço Social frente as expressões da questão social com o compromisso com a classe trabalhadora.

No que tange ao Código de Ética, este contribui com o fortalecimento da profissão na busca de garantir direitos, uma vez que ele apresenta 11 princípios centrais, referentes ao reconhecimento da liberdade como valor ético central, defesa dos direitos humanos e recusa arbítrio e autoritarismo, assim como a ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade visando

<sup>7</sup> Materialismo histórico dialético segundo Marx, caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto trata-se de descobrir pelo movimento de pensamento as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens em sociedade através da história (PIRES, 1997).

garantia de direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras (CASSAB, 2021).

O Código também versa sobre a defesa do aprofundamento da democracia e posicionamento em favor da equidade e justiça social, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito incentivando respeito a diversidade, e garantia de pluralismo, através do respeito as correntes profissionais democráticas com compromisso ao constante aprimoramento intelectual (CASSAB, 2021).

A partir da elucidação do projeto profissional, podemos afirmar que o Assistente Social atua na garantia de direitos do adolescente em situação de adoção tardia. Este profissional pode atuar no ambiente de acolhimento desses adolescentes, junto a equipe multiprofissional, na preparação e acompanhamento do adolescente no período de convivência para que o impacto das mudanças sejam as mais brandas possíveis. Bem como para o fortalecimento de vínculos familiares, e a adaptação neste novo espaço com pessoas diferentes para que possam ser experiências a somar no seu processo de desenvolvimento, psíquico, social e relacional.

Especificamente, neste trabalho abordaremos a atuação do Assistente Social no Lar Mãe Maria, a qual é mantida pela Associação Beneditina da Providência – ABENP, localizada no município de São José dos Pinhais/PR situado à Avenida dos Bosques, 2300 Borda do Campo. Trata-se de uma Instituição sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública Municipal.

O Lar Mãe Maria, atua no sistema de casas lares, acolhe 50 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos do sexo feminino, e de 0 a 12 anos do sexo masculino. Esses estão sob a custódia do Estado por se encontrarem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. Para esta pesquisa foram aplicados questionários semiestruturados enviados por e-mail para duas profissionais assistentes sociais do Lar Mãe Maria, as quais aceitaram participar da pesquisa através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (CEP)<sup>11</sup>, devidamente assinados por ambas.

Inicialmente as profissionais foram questionadas sobre: Como se dá a atuação do Assistente Social no processo de adoção de um adolescente? Quais as atribuições junto ao adotante e adotado? As respostas foram.

“atender cada acolhido (a) em grupo ou individualmente, seja independentemente de ser criança ou adolescente, sem nenhum tipo de intolerância, sem discriminação econômica, social e pessoal através de escuta qualificada.” (A-1)

Com isso vimos que o processo precisa de uma vinculação positiva e um conhecimento prévio do caso desse usuário na unidade de acolhimento. “Este parecer é construído através de embasamento teórico, e também com visitas as famílias, e um acompanhamento regular, registrado em relatórios que devem ser individuais mesmo em casos de irmãos” (A-1).

Assim vemos também a individualidade de cada parecer e a importância de respeitar as particularidades de cada um.

Já a segunda Assistente Social afirma que “(...), contribui participa de uma audiência judicial, com juiz e promotor, para explanar sobre todo o caminho realizado entre família e adolescente, e nesta audiência expõem seu parecer favorável ou não pela adoção.” (A2).

Ao serem questionadas sobre as políticas públicas, se são funcionais em relação ao processo de adoção? Como o assistente social atua com relação às políticas e rede?

“há uma demanda grande por diversas políticas públicas como o acolhimento e após desacolhimento, certamente há dificuldades na concretização dos atendimentos em todos os setores, mas funcionam.” (A1)

“no Município de São José dos Pinhais no qual estou inserida, o poder judiciário exige a atuação da rede de proteção bem consolidada, discutida e determinada para os casos existentes. O que facilita no tocante do final de um processo.” (A2)

Referente a atuação do assistente social e as políticas públicas, ambas reconhecem que as expressões da questão social vinculadas a adoção tardia exigem um atendimento em rede, uma vez que se trata de uma questão complexa. Logo, verifica-se o compromisso profissional vinculado ao marxismo e o atendimento voltado a totalidade. Sabemos que as demandas das expressões da questão social, estão em diferentes campos, neste sentido foram questionadas sobre como a atuação do assistente social se dá frente a essas dificuldades ou busca melhorar este cenário?

A equipe como afirma (A1) é muito importante, no tange a orientação, garantia de direitos, acompanhamento do processo. Logo, nota-se na fala profissional a exigência de um profissional comprometido com os usuários, fortalecendo assim o código de ética e a lei que regulamenta a profissão.

Já a profissional (A2) reforça a necessidade de “ter um perfil crítico com competência técnica e ético-política para as respostas qualificadas que preservem e ampliem direitos.” Assim, sabendo que o profissional vai sempre estar trabalhando com outros profissionais e precisa ter claro suas atribuições e competências. Portanto, verifica-se a importância do compromisso ético político da profissão junto ao usuário, visando um melhor processo de adoção tardia.

Assim, com as respostas das profissionais foi possível analisar a atuação do assistente social diante das expressões da questão social vinculadas a adoção tardia, bem como a necessidade de o profissional ter um processo de formação e um compromisso vinculados aos princípios do Código de Ética de 1993 e Lei que Regulamenta a Profissão, bem como ao marxismo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a conclusão deste trabalho vimos que, são diversas as demandas a serem consideradas em relação a adoção tardia, mas que a pouco tempo vem ganhando mais visibilidade. O processo de fortalecimento de vínculos é um dos elementos centrais, e ele só vai se efetivar se houver um trabalho em rede, visando o interesse maior do adolescente, bem como seu bem estar.

Diante das expressões da Questão Social no Brasil vinculadas a Adoção Tardia, identificamos que tanto a Constituição Federal, quanto o Estatuto da Criança e Adolescente, tem uma preocupação especial com o tema adoção.

Ao debater, sobre as dificuldades de fortalecimento de vínculos familiares no processo de adoção tardia no Paraná, foram constados alguns desafios, como a idade, a etnia, e o fato de serem irmãos. Porém, identificaram grandes avanços como a redução da média do período de acolhimento institucional, melhorias no trabalho em rede da equipe multiprofissional e nos grupos de apoio e no aplicativo A.DOT.

Por fim, a fim de evidenciar o trabalho do Assistente Social frente as expressões da questão social de adoção tardia no Lar Mãe Maria, foi possível identificar o compromisso ético-político, na busca de garantir o direito a convivência familiar a todas as crianças e adolescentes da unidade de atuação. As profissionais ainda elencaram os desafios os avanços frente a expressão da questão social da adoção, e também a importância do trabalho em rede e o multiprofissional, que permite um atendimento integral das crianças e adolescentes.

Portanto, com o término deste trabalho, identificamos a importância do compromisso do Estado, da rede de proteção, das instituições de acolhimento e do profissional do Serviço Social, frente as demandas de adoção tardia de adolescentes. Uma vez que ainda se trata de um desafio tal tema, pois ainda se encontra invisível em muitos espaços. O poeta Mário Quintana, nos diz: “o que mata um jardim não é o abandono. O que mata um jardim é esse olhar de quem por ele passa indiferente.” Assim, tanto o estado do Paraná quando o Lar Mãe Maria, objetos dessa pesquisa tem olhado para esse jardim de vidas como é determinado no artigo 227, da Constituição Federal, buscando garantir a absoluta prioridade de atendimento dos direitos desses adolescentes.

## **REFERÊNCIAS**

BARROCO, Maria Lucia Silva, TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a Assistente Social comentado, CFESS (organizador)-São Paulo:Cortez,2012.

CASSAB, Latif Antonia- Ética Profissional no Serviço Social. INTERSABERES, 2018. (Série Formação Profissional em Serviço Social).



IAMAMOTO, Marilda – CARVALHO, Raul – Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – 41ª edição, 2015.

NETTO, José Paulo – TEMPORALIS, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Ano II, Nº3 – janeiro a junho de 2001

PIRES, Marília Freitas de Campos-INTERFACE\_ Comunicação, Saúde, Educação, V.1,N.1,1997.

SOUZA, Hália Pauliv - ADOÇÃO TARDIA, Devolução ou Desistência de um Filho? A Necessária Preparação para Adoção, Curitiba: Editora Juruá, 2012.

VI Encontro Nacional para Pretendentes a Adoção 2020, Plataforma UNINTER.

KREUZ, Sérgio Luiz. TJPR: De invisíveis para visíveis: o aplicativo A.DOT 31/05/2019 Disponível em; <[https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset\\_publisher/11KI/content/id/18477213](https://www.tjpr.jus.br/destaques/-/asset_publisher/11KI/content/id/18477213)> Acesso em 14/04/2021

## **ANEXOS:**

### *QUESTIONÁRIO PARA A ENTREVISTA COM A ASSISTENTE SOCIAL EM RELAÇÃO A ADOÇÃO TARDIA*

1- Identificação:

Nome:

Em que ano concluiu o curso de Serviço Social: 2014 Possui pós-graduação em alguma área:

Tempo de atuação na instituição:

Quanto tempo atua junto a área da criança e do adolescente:

2- Como se dá a atuação do Assistente Social no processo de ação de um adolescente? Quais as atribuições junto ao adotante e adotado?

3- Quais as principais expressões da questão social/dificuldades com que se defronta o Assistente Social em um processo de Adoção tardia de Adolescente?

4- Dessas expressões/dificuldades citados acima, qual/quais você acredita que precisa de prioridade no atendimento do assistente social? Quais as ações do assistente social para minimizá-los ou superá-los?

5- As políticas públicas são funcionais em relação ao processo de adoção? Como o assistente social atua com relação às políticas e rede?

6. Existe uma lista de falhas no processo da adoção tardia, na qual pesquisadores enumeram (no livro *Adoção Tardia: Devolução ou Desistência de um filho?*) como principais: informação insuficiente ou inadequada sobre o adolescente e a sua história prévia; preparação indevida, falta de treino e apoio aos adotantes, assim como falha na rede de apoio que é oferecida aos adotantes e muitos outros. Como a atuação do

**Capítulo 83 - DOI:10.55232/1083002.83**

**UMA ANÁLISE INTEGRATIVA SOBRE RELATOS DE  
EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS NO ENFRENTAMENTO À  
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

**Silvana Maria Escorsim**

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo analisar as experiências brasileiras de caráter educativo que visam o enfrentamento da violência contra as mulheres e que foram publicizadas através da base de dados SCIELO. Utilizou-se a metodologia da revisão integrativa nos três artigos obtidos, após os critérios de exclusão, que tematizaram relatos de experiências. Os resultados mostraram a escassez de publicações nessa modalidade. Os três relatos utilizaram estratégias metodológicas/ operacionais criativas, de caráter participativo e educativo para a construção de experiências, discussão e reflexão sobre a violência contra a mulher. Duas experiências não contaram com a participação de mulheres das classes populares, privilegiando outros segmentos sociais com qualificação profissional, institucional e acadêmica. A experiência de oficinas psicopedagógicas com estudantes do ensino fundamental mostrou que este espaço é privilegiado para a construção de novas sociabilidades, com vistas a uma sociedade livre de preconceitos, discriminações e das múltiplas formas de violências.

**Palavras-chave:** Relatos de experiências, educação crítica, violência contra a mulher.

## **Introdução**

O enfrentamento as situações de violência contra as mulheres é objeto de reflexões e ações tanto de profissionais como de entidades públicas e privadas que compõem as redes de atenção e de atendimento, consistindo num desafio eleger e construir estratégias que possam prevenir e coibir a violência nas suas mais diversas manifestações. Há um consenso de que a mudança nas relações assimétricas de poder entre homens e mulheres constitui-se numa premissa para a construção de novas sociabilidades, nas quais o respeito à diversidade e a igualdade de gênero prevaleçam na sociedade. Assim, as ações de caráter educativo encontram lugar privilegiado para a reflexão e ressignificação das relações sociais.

O presente artigo tem como objetivo analisar as experiências brasileiras de caráter educativo que visam o enfrentamento da violência contra as mulheres e que foram publicizadas através de artigos científicos publicados em base de dados (SciELO). Para tanto, partiu-se da seguinte pergunta de pesquisa: Que experiências educativas foram desenvolvidas junto a diferentes públicos-alvo que intencionaram discutir, refletir e capacitar para o enfrentamento da violência contra a mulher?

## **Metodologia**

O interesse era levantar somente relatos de experiências educativas voltadas para as usuárias dos serviços de atendimento a mulher, para a formação de profissionais/estudantes e para educação para crianças e adolescentes. Para tanto, realizou-se um levantamento na base de dados SCIELO (Scientific Electronic Library Online)<sup>1</sup>, utilizando-se como descritor a sentença “educação no enfrentamento a violência contra a mulher”. Foram localizados 22 (n=22) de artigos publicados no período de 2009 a 2021. Como critérios de exclusão, dispensou-se a duplicidade dos artigos, aqueles que foram redigidos em língua inglesa, como também, os que utilizaram outros procedimentos metodológicos, diferentes dos relatos de experiências. Desse modo, restaram três publicações (n=3) para fins deste estudo.

A metodologia utilizada foi a Revisão Integrativa, a qual vem sendo amplamente utilizada na área da saúde por proporcionar uma síntese do conhecimento publicizado e a incorporação da aplicabilidade dos resultados significativos na prática profissional.

---

<sup>1</sup> O período da coleta de dados foi de 03 a 06 de setembro de 2021.

Segundo Souza; Silva e Carvalho (2010), a metodologia permite a inclusão de métodos diversos e combina dados da literatura teórica e empírica.

## Resultados e discussões

**Quadro nº 1: Artigos selecionados a partir da base de dados SCIELO**

	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>PERIÓDICO</b>	<b>TEMÁTICA</b>	<b>CONCEPÇÕES</b>
A1	<b>Jogabilidade, aprendizados e emoções no jogo Violetas: cinema &amp; ação no enfrentamento da violência contra a mulher</b>	Maria Raquel Gomes Maia Pires; Alexandre Nascimento de Almeida; Leila Bernarda Donato Gottens; Rebeca Nunes Guedes de Oliveira; Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca.	Ciência & Saúde Coletiva, 26(8):3277-3288, 2021	Jogo de tabuleiro como instrumento de educação reflexiva	A educação em perspectiva crítica, com vistas à cidadania. As características inventivas do jogo dialogam com a educação questionadora e favorecem a imaginação reflexiva do pensar, como contraponto às abordagens pedagógicas tradicionais.
A3	<b>Atendimento à mulher em situação de violência: construção participativa de um protocolo de trabalho</b>	Ana Pereira dos Santos, Paula Dias Bevilacqua, Cristiane Magalhães de Melo	Saúde Debate Rio de Janeiro, V. 44, N. 125, P. 569-579, ABR-JUN 2020	Construção participativa de um protocolo municipal de atenção às mulheres em situação de violência	Dispositivos legais e normativos brasileiros que conformam as redes para atuação articulada entre diferentes serviços e equipamentos públicos ou não e a comunidade para o enfrentamento da violência contra as mulheres e as lacunas entre as propostas institucionais e a real situação dos serviços de atendimento.
A4	<b>Diálogos de gênero na educação: considerações sobre o projeto <i>Lei Maria da Penha vai às escolas</i></b>	Kristine Kelly de Albuquerque	Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 2, e60485, 2020.	Oficinas reflexivas nas escolas da rede municipal – ensino fundamental	Enfrentamento a cultural patriarcal; desnaturalização dos estereótipos de masculinidade e feminilidade e construção da equidade nas relações de gênero.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os relatos de experiências contidos nos três artigos apontam estratégias diferenciadas de abordagens presenciais, de características participativas e reflexivas no enfrentamento à violência contra a mulher, tendo como concepções a perspectiva crítica da educação, os dispositivos legais/ normativos e a desnaturalização da cultura patriarcal e estereotipada do gênero na sociedade. De imediato, pode-se perceber a escassez de artigos que apresentam a modalidade de relatos de experiências, o que sugere a necessidade premente de investimentos das instituições de ensino e de fomento científico para pesquisas que priorizem as discussões sobre a educação/ processos educativos no enfrentamento da violência contra a mulher.

A pesquisa na base de dados SCIELO retratou que os estudos selecionados provêm de periódicos da área da saúde e da área de estudos feministas (interdisciplinar). Duas publicações são do ano de 2020 e uma de 2021. Chama a atenção o fato de que não foram localizadas publicações oriundas de periódicos da área da educação. Esse aspecto permite problematizar a carência de pesquisas e discussões sobre o tema violência de gênero numa área fundamental para a reflexão e (re)construção das sociabilidades nas relações sociais, o que já se coloca como um alerta necessário aos profissionais, pesquisadores, militantes e gestores das redes de enfrentamento e atendimento às mulheres em situação de violência.

O primeiro (A1) descreve a criação de um **jogo de tabuleiro** em forma de rosa dos ventos, cuja ambientação se dá em municípios brasileiros com nomes de mulheres e propõe disputas por cidadania. A trama sugere que as (os) jogadoras (es) assumam papéis das personagens que integram as redes de enfrentamento da violência contra a mulher, a saber: a/o operador(a) do direito, a/o educador(a) e/ou pesquisadora(r), a/o militante no movimento de mulheres, a/o integrante de política pública e/ou profissional de saúde. Essas personagens retiram cartas-omissões que retratam estereótipos de gênero, como ditados machistas ou quando “desconhecem aspectos relacionados à violência contra a mulher (erram as perguntas). A abstração imaginativa desse jogo dialoga com cenas de filmes para ambientar os desafios” (PIRES [et.al], 2021, p. 3.279). A equipe tem a missão de atuar colaborativamente para conter a violência (representada por fichas) que se espalham pelas cidades. Como concepção, o artigo pauta-se na educação em perspectiva crítica, da criatividade e da luta política (conquista da cidadania), por criar um campo de ambiência disruptiva das expectativas lineares dos jogos tradicionais, contrapondo-se as abordagens pedagógicas tradicionais.

O segundo artigo (A3) descreve o processo de construção participativa de um **protocolo municipal de atenção às mulheres em situação de violência**, no qual participaram quatorze instituições: área da Saúde, da Assistência Social, da Segurança Pública, Programa Casa das Mulheres, Câmara dos Vereadores e Defensoria Pública do Município de Viçosa-MG, as quais compõem a rede de atenção e os serviços de atendimento à mulher em situação de violência. O relato de experiência conta que foi a partir da Criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2003), do governo federal, que se promoveu no Brasil o inadiável compromisso do enfrentamento à violência e descreve o arcabouço jurídico/normativo infraconstitucional, tal como a Lei Maria da Penha<sup>2</sup>, que gradativamente estimulou nos municípios a criação de órgãos gestores, conselhos e equipamentos de atendimento, sobretudo na conformação das redes de enfrentamento para a execução dos quatro eixos: combate, prevenção, assistência e garantia dos direitos contidos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres<sup>3</sup>, sendo estas as concepções subjacentes. No caso do município em tela, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher havia proposto, em 2010, um pacto municipal de enfrentamento à violência, o qual criou as bases para o Programa Casa das mulheres. Porém, mostrou-se necessária a discussão dos atores institucionais sobre as lacunas existentes na execução das propostas das políticas públicas e a real situação dos serviços de atendimento, a partir da experiência de construção participativa de um protocolo municipal.

O terceiro relato (A4) teve como estratégia a realização de **oficinas de caráter psicopedagógico** direcionadas aos estudantes do ensino fundamental na faixa etária de 09 a 14 anos dos 6º e 7º anos de uma escola municipal de Caruaru-PE. Estas atividades foram frutos do Projeto Maria da Penha vai às escolas, o qual foi criado no âmbito da Secretaria Especial da Mulher e Direitos Humanos do município em 2012, cujos objetivos eram difundir conhecimentos e desenvolver uma consciência crítica acerca da violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar aos estudantes da rede privada, municipal e estadual. Esta ideia inovadora foi desenvolvida posteriormente em outros estados da federação. Entre 2015 e 2016, o projeto da prefeitura local firmou parceria com a

---

<sup>2</sup> Brasil. Presidência da República. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. [acesso em 2021 out 02]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm).

<sup>3</sup> Brasil. Presidência da República, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Secretaria de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de enfrentamento da violência contra as mulheres. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Secretaria de Políticas para Mulheres; 2011.

universidade por meio do Programa de Extensão Universitária “Acolhimento e Acompanhamento Psicossocial às Mulheres Vítimas de Violência Sexista, aos Autores de Violência e à Comunidade” vinculada ao Laboratório de Prática Psicológica e Organizações Sociais (LAPOS) no DeVry/UNIFAVIP<sup>4</sup>. A experiência descrita no artigo utilizou oficinas como ferramentas de intervenção e vislumbrou apresentar e refletir com os (as) estudantes sobre os padrões culturais vigentes na sociedade e perpetuados como crenças naturalizadoras, tais como, a cultura do patriarcado e dos estereótipos de gênero que se apresentam nas relações abusivas que podem servir de justificativas para a violência contra a mulher.

**Quadro nº 2: Sujeitos definidos como públicos-alvo das ações**

<b>A1</b>	<b>A3</b>	<b>A4</b>
<p><b>Fase a:</b> 12 especialistas da área de gênero e violência contra a mulher (operadores(as) do direito, educador(a), pesquisador(a), profissionais da saúde, integrante de políticas públicas, militante de movimento de mulheres); 33 participantes: estudantes, profissionais da saúde, educadores (as), pesquisador(as), atuantes nas políticas públicas e no movimento de mulheres.</p> <p><b>Fase b:</b> 78 participantes, estudantes de graduação (área da saúde, Serviço Social e Antropologia da Universidade de Brasília - UNB).</p>	<p>Participaram 14 instituições: Saúde, Assistência Social, Segurança Pública, Programa Casa das Mulheres, Câmara dos Vereadores e Defensoria Pública do Município de Viçosa-MG. Amostra de 30 pessoas (gestores e trabalhadores dos equipamentos).</p>	<p>Estudantes do ensino fundamental na faixa etária de 09 a 14 anos dos 6º e 7º anos de uma escola municipal de Caruaru-PE. Amostra de 80 estudantes.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No artigo (A1), os comandos do jogo *Violetas* utilizaram estereótipos de gênero e aspectos da violência contra a mulher a serem decifrados e enfrentados pelos (as) jogadores(as), assim, a escolha de especialistas para analisar os aspectos da jogabilidade (na fase a) foram assertivas, inclusive pelo fato de que o jogo apresenta como seus personagens os integrantes deste grupo, o que possibilita a aproximação da experiência lúdica com a realidade. A fase b contou com a participação de estudantes universitários. Contudo, é necessário refletir que o público-alvo descrito é adulto e, em sua maioria, relacionado com a academia, porém, isso não significa ser o único grupo capaz de

<sup>4</sup> Centro Universitário Unifavip – Caruaru/PE. Segundo a autora, o cerne da atuação do projeto de extensão universitária do LAPOS é a violência doméstica e familiar contra a mulher.



compreender a dinâmica de complexidade do jogo na interação entre os comandos e as relações de poder em disputa, requisitando estratégias dos participantes para as resoluções coletivas dos conflitos. Uma problematização necessária é a não representação da classe popular na testagem do jogo. Apesar das suas inúmeras contribuições na formação cultural, econômica e política do país, “A categoria popular é muitas vezes referenciada com termos como marginais, pobres, carentes, dominados, que realçam sempre conotações negativas e carências: são os que não possuem casa, educação, saúde, trabalho etc” (SILVA e SILVA, 1995, p. 130).

O artigo A3 revelou a participação de dois grupos de profissionais: os gestores e os trabalhadores dos equipamentos (indicados pelos primeiros) das políticas públicas, como também, representação do legislativo municipal, ou seja, das instituições envolvidas na rede de atenção e de serviços no atendimento à mulher em situação de violência. Sem dúvida, um grupo necessário para o desenvolvimento da atividade proposta. Todavia, o processo participativo de elaboração do protocolo municipal não abrangeu, na sua composição, a representação da sociedade civil, especialmente, as usuárias dos serviços, dos movimentos de mulheres e dos coletivos sociais, o que adensaria os debates e proposições, além do fortalecimento do processo democrático.

O artigo (A4) relata a participação de estudantes do ensino fundamental, crianças e jovens de 09 a 14 anos, condizentes com a proposta do Projeto Maria da Penha vai às escolas, concretizadas nas atividades de oficinas de caráter psicopedagógico. O espaço escolar é um ambiente privilegiado para a formação cidadã, pois através da experiência educacional interdisciplinar, particularmente na área de direitos humanos sob o prisma do gênero, podem-se enfrentar os discursos opressores e segregacionistas que são naturalizados na sociedade (ALBUQUERQUE, 2020).

**Quadro nº 3: Metodologia utilizada e objetivos propostos:**

<b>Artigos</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Fases Metodológicas</b>	<b>Objetivos</b>
A1	Criação de um jogo de tabuleiro <b>Violetas: cinema &amp; ação no enfrentamento da violência contra a mulher</b> Métodos mistos do tipo exploratório sequencial, recomendado na produção	<b>Fase a)</b> aperfeiçoamento da jogabilidade: oficina com 12 especialistas; testes de usabilidade (33 participantes); análise de conteúdo; <b>Fase b)</b> avaliação da ludicidade: questionários a 78 participantes, teste não paramétrico U de Mann-Whitney para comparação dos grupos de variáveis.	a) analisar a jogabilidade do <i>Violetas</i> quanto ao entendimento das regras, ao envolvimento das(os) jogadoras(es), à mecânica e ao <i>design</i> do jogo; b) avaliar comparativamente as dimensões da jogabilidade, das emoções sentidas nas partidas

	de jogos.	<p>Sistematização de dados considerou as 10 partidas (01 oficina e 09 testes de usabilidade);</p> <p><b>Fase qualitativa:</b> Análise de conteúdo das gravações dos áudios dos depoimentos das especialistas e das sínteses elaboradas. Registro do roteiro de observação do vídeo dos 09 testes de usabilidade</p> <p><b>Fase quantitativa:</b> grupos de partidas-testes realizadas em sala de aula (entre maio e novembro de 2015), com estudantes de graduação. Aplicação de questionário fechado de 53 itens de avaliação (grau de concordância na escala Likert).</p>	e da aprendizagem formativa como expressões da ludicidade do jogo.
A3	<p>Princípios da Pesquisa-Ação. Oficinas em dinâmicas de grupo, estudos de caso, dinâmicas de sensibilização; Técnica Diagrama de Fluxo causa-consequência. Realização de 10 encontros. Análise Qualitativa</p>	<p><b>Fase 1:</b> Um encontro. Apresentação dos problemas relacionados ao atendimento às mulheres em situação de violência e pactuação dos gestores sobre a construção do protocolo.</p> <p><b>Fase 2:</b> Nove encontros dos trabalhadores indicados pelos gestores como referências no processo.</p>	<p>a) Elaborar diagnóstico participativo da situação dos equipamentos: infraestrutura (física, material e humana); capacidade de atendimento às mulheres e superação das dificuldades;</p> <p>b) Refletir sobre caminhos percorridos pelas mulheres na rede, propondo ações para minimizar a revitimização, oportunizar e qualificar os atendimentos;</p> <p>c) Propor fluxograma de atendimento em rede;</p> <p>Propor estratégias para garantir a implementação do protocolo.</p>
A4	<p>Pesquisa-Ação. Abordagem qualitativa. Oficinas de caráter psicopedagógico. Período: outubro e novembro de 2016. 04 oficinas: média de 20 estudantes. Duração de cada oficina: 2h (média). Análise Qualitativa.</p>	<p>Levantamento da demanda do grupo. Apresentação dos estudantes e do objetivo da oficina. Planejamento e elaboração das oficinas nos grupos: construção de um roteiro singular – temas levantados a partir da vivência dos estudantes.</p> <p><b>Fase 1:</b> Dramatização de cenas escolhidas pelos(as) organizadores(as); Sala dividida em 4 grupos para as dramatizações</p> <p><b>Fase 2:</b> Construção de diálogos sobre os conceitos ligados as percepções do grupo; problematizar o que é visto como natural nas relações.</p>	<p>a) Apreender quais as percepções que eles (os estudantes) tinham sobre as situações;</p> <p>b) Construir diálogo sobre os conceitos ligados a essas percepções;</p> <p>c) Promover reflexões.</p>

		<p><b>Fase 3:</b> Abertura de debate com todos os grupos interligando conceitos relacionados ao tema da oficina.</p> <p><b>Fase 4:</b> Explicação das diferentes formas de violência contra a mulher, apresentação dos serviços componentes da rede municipal de apoio à mulher e fornecimento de materiais informativos.</p>	
--	--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No que concerne à metodologia utilizada, o (A1) expõe a criação de um jogo de tabuleiro de conteúdo feminista como instrumental de educação em perspectiva crítica e questionadora que favorece a ludicidade e a imaginação reflexiva. O recurso metodológico adequou-se a produção de jogos, porém, o destaque vai para a sua aplicação em duas fases: uma qualitativa em que os depoimentos das especialistas e das (os) participantes dos testes de usabilidade foram gravados em áudios e submetidos à Análise de Conteúdo. Posteriormente, a fase quantitativa na aplicação de questionários fechados nos grupos de partidas-testes com estudantes de graduação. Tendo em vista o número de participantes, o instrumental quantitativo<sup>5</sup> limitou a livre expressão dos respondentes, justamente nos quesitos que pretendiam captar as subjetividades, no que concernem as emoções sentidas e na aprendizagem formativa, o que poderia agregar opiniões críticas e percepções dos(as) jogadores(as) e assim, ampliar as avaliações dos autores do jogo.

O artigo A3 relata a utilização de princípios da pesquisa-ação com abordagens qualitativas através de oficinas para a pactuação, uso de dinâmicas de grupo, sensibilização, estudos de caso e técnica Diagrama de Fluxo causa-consequência. As fases desenvolvidas com os gestores e agentes públicos mostram que, além do aspecto lógico-racional, a dimensão política está presente no processo de planejamento, visto que “decorre do fato de que ele é um processo contínuo de tomadas de decisões, inscritas nas relações de poder, o que caracteriza e envolve uma função política” (BAPTISTA, 2000, p.17). Ao mesmo tempo em que busca compreender a realidade nas suas tensões e contradições, o planejamento que pretende suplantar o enfoque tradicional evoca a necessidade da participação de segmentos da população na condição de sujeitos políticos e não mais como “usuária”, “demandante”, “clientela”, mas como ser histórico (Idem,

---

<sup>5</sup> Segundo Batista (1999, p. 32): “(...) analisa a realidade e o processo de conhecimento com o uso de técnicas que buscam a objetividade através de uma lógica formal com neutralidade no processo de investigação; a realidade é exterior ao indivíduo e a apreensão dos fenômenos é feita de forma fragmentada”.

2000). Neste sentido, a elaboração do diagnóstico, a reflexão sobre os caminhos percorridos pelas mulheres na rede e a proposta do fluxograma ocorreu de modo unilateral, privilegiando a força social dominante.

Tanto o artigo (A3) como o artigo (A4) expõe a escolha metodológica pela pesquisa-ação, sem que ambos ofereçam um detalhamento reflexivo de sua aplicabilidade. No intuito de ampliar a compreensão, Thiollent explica:

Entre as diversas definições possíveis, daremos a seguinte: a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1985, p. 14).

Os artigos tiveram base empírica associada à ação e/ou um problema coletivo, no qual pesquisadores e participantes envolveram-se de modo cooperativo ou participativo, como apontado pelo autor citado. Os processos educativos subjacentes propuseram a construção de autonomia do pensar/agir dos sujeitos, a partir das experiências vividas. Neste sentido, as oficinas realizadas na escola fundamental a partir de dramatizações e construção de diálogos com os estudantes sobre as temáticas de gênero e seus conceitos, as aproximam do pensamento do educador Paulo Freire, o qual problematiza a educação “bancária” propondo as bases para uma educação libertadora, explicitada por Menezes e Santiago:

A educação bancária, que tem por referência as teorias tradicionais do currículo, compreende os(as) estudantes como depósitos vazios a serem preenchidos por conteúdos do domínio exclusivo do(a) professor(a). Nessa concepção, o(a) estudante é percebido como alguém que nada sabe, como ser passível de adaptação e ajuste à sociedade vigente (MENEZES; SANTIAGO, 2014, p.49).

As autoras citadas explicam o objetivo da educação libertadora: “A educação libertadora tem, fundamentalmente, como objetivo desenvolver a consciência crítica capaz de perceber os fios que tecem a realidade social e superar a ideologia da opressão” (idem, p.50).

Assim, a experiência relatada (A4) envolveu os estudantes e oficinairos num processo de intercomunicação e intersubjetividade, possibilitando-os protagonizar o processo como sujeitos da educação, na problematização e no diálogo desvelador da realidade e sua análise crítica.

**Quadro nº 4: Resultados obtidos nos relatos de experiências**

<b>Artigo A1</b>
<b>Etapa qualitativa:</b> A análise de conteúdo demonstrou os aspectos centrais da jogabilidade bem avaliados pelas(os) participantes: a imersão na partida; o destaque para os componentes de estratégia e de cooperação para a manutenção do interesse; as ambiguidades nas sensações de prazer e de tensão; os desafios crescentes como motivadores da partida; a sedução pela estética no <i>design</i> gráfico do <i>Violetas</i> . <b>Etapa quantitativa:</b> Ratificam aqueles identificados na etapa qualitativa, expandindo-os para outros olhares complementares. No que tange à jogabilidade do <i>Violetas</i> , as características da imersão, do desempenho na partida, do interesse e da sedução estética do jogo se destacam. Se considerarmos o entrelaçamento da jogabilidade com a aprendizagem no jogo atestada pela comparação estatística desses grupos de variáveis vemos que o componente da interação, comum à jogabilidade, prevaleceu igualmente nas avaliações referente à aprendizagem. Tais resultados sugerem que a tensão entre o jogo livre (imaginativo) e o instrumental (regulado), estabelecido ao redor do tabuleiro, possibilita aprendizados relacionados às associações com outras coisas, às reflexões sobre os desafios da vida, ao maior interesse na temática “gênero” e às descobertas surpreendentes no jogo, nas (os) participantes.
<b>Artigo A3</b>
Identificação e discussão dos problemas encontrados nos serviços e atendimentos da rede; A problematização e a reflexão coletivas sobre fragilidades e potencialidades das instituições e dos equipamentos - condições para a produção de conhecimento crítico e engajado com as mudanças necessárias para consolidação da rede de atendimento; Desenvolvimento de um dispositivo on-line, denominado ‘protocolo de atendimento on-line’, para registro de informações individuais das violências nas instituições; O Protocolo de Rede foi aprovado como Lei de Iniciativa Popular no município; Experiência da construção do protocolo foi exitosa.
<b>Artigo A4</b>
Dramatizações: muitos estudantes concordaram com a visão de controle e poder (dos homens sobre as mulheres); Muitos estudantes afirmaram ter sido esse o seu primeiro contato com a discussão de gênero; As discussões em grupo mostraram as especificidades intrínsecas aos padrões de gênero, tais como: virilidade, força, impulsividade e não expressão de sentimentos associadas à masculinidade e docilidade, fragilidade, instabilidade emocional e recato associadas à feminilidade; Estudantes identificaram conhecer pessoas próximas que passavam por situações de violência contra a mulher. A autora considera que as intervenções foram positivas junto aos estudantes.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Neste quesito, o artigo (A1) mostrou que as etapas qualitativa e quantitativa foram bem avaliadas pelos (as) participante nos aspectos da jogabilidade, sensações de prazer e tensão e interesse na estética do jogo. Os autores apontam que os resultados foram favoráveis aos aprendizados relacionados às reflexões sobre os desafios da vida e maior interesse na temática do gênero, todavia, não foi revelado se houve um aprofundamento dessas reflexões para a interseccionalidade da questão do gênero/raça e suas repercussões nas múltiplas formas de violência.

Nessa direção, é necessário destacar o conceito de interseccionalidade sistematizado pela feminista Kimberlé Crenshaw, em 1989:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam

desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW [2002] apud ASSIS, 2019, p. 21).

A interseccionalidade se constitui num recurso teórico-metodológico que permite refletir sobre as múltiplas exclusões que incidem sobre as mulheres, pois identificam os marcadores sociais das desigualdades (que se sobrepõem, visto que não são vivenciadas de modo isolado), os quais permitem visibilizar as opressões e discriminações étnico-raciais e de gênero presentes e, a partir destas, construir estratégias para o seu enfrentamento, sob a perspectiva de garantia dos direitos humanos com base no gênero, raça e classe social.

As oficinas (A3) possibilitaram que os (as) participantes identificassem os desafios e problemas da rede, os quais foram descritos a partir dos serviços das políticas públicas existentes, na área de Saúde, área da Assistência Social, Segurança Pública, Poder Judiciário e Defensoria Pública. O resultado exitoso deu-se na criação de um dispositivo on-line, denominado ‘protocolo de atendimento on-line’, para registro de informações individuais das violências nas instituições e o Protocolo de Rede aprovado como Lei de Iniciativa Popular no município. Como já destacado, a ausência de representatividade das mulheres populares limitou o debate, o qual poderia contribuir na constituição de atividades da rede especializada e não especializada.

O artigo (A4) revelou que as dramatizações viabilizaram o desvelamento das relações assimétricas de poder entre homens e mulheres na sociedade e a presença dos estereótipos de gênero na fala dos (as) estudantes, o que foi objeto de diálogo e reflexão, permitindo-lhes identificar a presença de situações de violência contra a mulher em seu cotidiano e receber informações sobre a rede de atendimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O primeiro aspecto a ser considerado é a insuficiência de publicações dos relatos de experiências educativas para a prevenção e enfrentamento a violência contra a mulher, o que sugere a necessidade da academia e das instituições de fomento científico em apoiar essas iniciativas. Na busca de pontos convergentes, os três relatos utilizaram estratégias metodológicas/ operacionais criativas, de caráter participativo e educativo para a construção de experiências, discussão e reflexão sobre a violência contra a mulher. No

que se refere à escolha dos sujeitos, observou-se que nos artigos (A1 e A3) o público-alvo foi formado por representantes institucionais dos órgãos públicos, da academia (pesquisadores e estudantes), especialistas e em menor número do movimento de mulheres e uma ausência de representatividade das mulheres das camadas populares, sejam as que utilizam os serviços de atendimento da rede de proteção, seja as que compõem os diversos coletivos sociais.

As pesquisas sociais e relatos de experiências necessitam dialogar com as mulheres, sobretudo, no entendimento interseccional das opressões que as afetam, as quais são conformadas pela imbricação do gênero, raça/etnia e classe social. Outro destaque é para as escolhas metodológicas qualitativas que estimulem o debate, a discussão, a reflexão sobre essas opressões e permitam desnaturalizar as relações de poder que operam na sociedade patriarcal, racista, machista, sexista e heteronormativa, assuntos pouco abordados nos artigos, mas que se evidenciam nas desigualdades, na segregação social e na violência cotidiana. A experiência na escola de ensino fundamental mostrou que este espaço é fundamental para a construção de novas sociabilidades, com vistas a uma sociedade mais igualitária, livre dos preconceitos, discriminações e violências de toda a ordem.

## **Referências Bibliográficas**

ASSIS, D. N. C. de. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. [acesso 2021 Nov 16]. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/554207/2/eBook%20-%20Interseccionalidades.pdf>

BAPTISTA, D. M. T. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, M. L (org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999, p. 31-40.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora, 2000.

BRASIL, Lei nº. 11.340 de 7 de agosto de 2006. [acesso 2021 out 01]. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (...) e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11340.htm)

BRASIL. Presidência da República, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Secretaria de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de enfrentamento da violência contra as mulheres. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Secretaria de Políticas para Mulheres;

2011. [acesso 2021 set 28]. Disponível em:  
<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contras-as-mulheres>

MENEZES, M. G. de; SANTIAGO, M. E. **Contribuição do pensamento de Paulo Freire para o paradigma curricular crítico-emancipatório.** Revista Pro-Posições V. 25; nº 3, Campinas-SP, 2014, p. 45-62. [acesso 2021 out 3]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-7307201407503>

SILVA e SILVA; M. O. da. (coord.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer.** Einstein. V.8 nº 1. São Paulo, 2010, p. 102-106. [acesso 2021 set 27]. Disponível em:  
[https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=pt#:~:text=A%20revis%C3%A3o%20integrativa%20determina%20o,cuidados%20prestados%20ao%20paciente\(%20](https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=pt#:~:text=A%20revis%C3%A3o%20integrativa%20determina%20o,cuidados%20prestados%20ao%20paciente(%20)

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** São Paulo: Cortez, 1985.



**Capítulo 84 - DOI:10.55232/1083002.84**

**GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA PRODUÇÃO DE  
CACHAÇA: TRANSFORMAÇÕES NO CONTEXTO  
PRODUTIVO EM ABAÍRA - BA**

**Eliomar Luz Santos e Maria Salete De Souza Nery**

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo relatar e debater as transformações ocorridas no descarte de resíduos sólidos empregados no processo de fabricação de cachaça em Abaíra na Bahia, a partir da implementação das Indicações Geográficas. A “Cachaça Abaíra” é um produto que ganhou notoriedade em decorrência das práticas tradicionais do saber-fazer e das condições edafoclimáticas regionais, esses fatores foram decisivos para que, tanto o produto quanto o território, recebessem o título de Indicações Geográficas, certificação concedida aos produtos e serviços reconhecidos por serem produzidos ou extraídos de uma determinada região. Para isto, foi realizado uma pesquisa bibliográfica e um levantamento documental, o Regulamento de Uso, documento exigido na solicitação de registro das Indicações Geográficas, elaborado pelos próprios produtores associados da região. Verificou-se, no conjunto de resultados obtidos, que houve uma mobilização dos produtores da região em adequar as etapas do processo produtivo às exigências da legislação ambiental com vistas à obtenção e manutenção do selo (de IG). Deste modo, tradição e mudança se articulam na política de preservação de saberes e fazeres a que se referem às IGs.

**Palavras-chave:** Resíduos sólidos, Cachaça Abaíra, Indicações Geográficas.

## **INTRODUÇÃO**

Uma das grandes preocupações dos cientistas, ambientalistas e biólogos está relacionada com as questões ambientais e à sustentabilidade. Nos últimos anos, as discussões que envolvem o meio ambiente têm tomado grandes proporções, principalmente por conta das estatísticas que trazem um grande alerta para a humanidade, a exemplo das previsões do aquecimento global, do desmatamento de florestas e áreas preservadas, do aumento dos resíduos, dos lixos residenciais e industriais, da destruição da biodiversidade e da extinção de algumas espécies de animais.

Todos esses fatores têm sido motivo de grandes debates em razão de uma série de desastres naturais e de mudanças climáticas que têm atingido a humanidade, prejudicando a vida do homem contemporâneo e comprometendo o bem estar ou até mesmo a existência das gerações futuras.

Essas transformações ficaram mais evidentes a partir do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial que iniciou na Inglaterra e se expandiu ao redor do mundo. Essa nova configuração do planeta alterou os modos de vida das pessoas, os aspectos culturais, sociais e, principalmente, em relação ao consumo.

O êxodo rural ocasionou um crescimento acelerado e muitas vezes desordenado das cidades que se transformaram em metrópoles e megalópoles e, em decorrência disso, surgiu uma necessidade iminente de produzir bens e serviços, em larga escala, para atender tanto as demandas básicas da população quanto as outras necessidades que surgiam devido a esse novo contexto social.

Com o aumento crescente do número de habitantes, era necessário expandir, gradativamente, a capacidade produtiva para acompanhar o nível de consumo das famílias. Consequentemente, foi necessário investir para aumentar a demanda energética e na ampliação da infraestrutura.

Com isso, houve uma explosão do número de indústrias de transformação, voltadas para a produção de gêneros alimentícios, setores têxteis e químicos, extrativistas, produção de serviços e bens de capital. Com a evolução do capitalismo, essas fábricas passaram a produzir uma quantidade maior de mercadorias e, por meio de diversas estratégias de convencimento, como o marketing e publicidade, incentivaram a aquisição

de novos produtos, muitas vezes bens supérfluos e dispensáveis para a maioria dos consumidores. Essa realidade provocou um forte apelo ao consumismo, e foi denominada por Zigmunt Bauman (2008) como a “Síndrome cultural consumista”.

Essa corrida pela busca crescente de bens e serviços gerou uma série de consequências sociais, humanas e ambientais. Com a expansão e ampliação do complexo industriário e o modelo de produção capitalista em larga escala, as mercadorias passaram a ser fabricadas de modo que fossem rapidamente descartadas ou substituídas por outras, em um curto intervalo de tempo.

O crescimento populacional somado ao consumo refletiram no aumento gradual da utilização dos recursos naturais para atender à crescente demanda por bens e serviços. Conseqüentemente, essa nova configuração social resultou no aumento de um grande volume de lixos e resíduos. Conforme mencionam Mattos e Granatto (2005, p. 18), “o lixo está diretamente relacionado com o aumento da população humana e de suas necessidades”. Assim, é imprescindível o empenho dos órgãos públicos e privados na busca de estratégias e ações que conduzam, com responsabilidade, as políticas voltadas para o tratamento adequado desses subprodutos industriais.

Por isso, um dos grandes desafios atualmente está relacionado à questão do produzir de forma sustentável. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, “a produção sustentável pode ser entendida como sendo a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar impactos ambientais e sociais” (BRASIL, 2022).

Ainda, segundo Marinho (2001):

Uma sociedade sustentável implica em mudanças sociais, econômicas e culturais, que se traduzem em estabilidade populacional, melhor distribuição de renda, disseminação da educação e informação, novos processos de produção e adequação dos padrões de consumo à capacidade de suporte do planeta (MARINHO, 2001, p.35).

O autor destaca alguns pontos importantes para que uma sociedade seja sustentável, enfatizando a necessidade de mudanças no comportamento humano, por meio da informação e da conscientização, com o objetivo de buscar melhores condições de vida para o homem, através do consumo consciente e novas formas de produção.

Nesse sentido, temos a indústria de transformação agroindustrial, que é uma das atividades produtivas que mais gera resíduos. Em função disso, há uma necessidade urgente e constante na busca de estratégias que visem minimizar os impactos negativos relacionados à essas questões de sustentabilidade. Segundo Waldman (2010), a agricultura e a pecuária produzem quase 60% dos resíduos no país.

Entre as diversas culturas produzidas no Brasil, a cana-de-açúcar se destaca por dois motivos: o país é o maior produtor do mundo, tanto da matéria-prima, com a produção de um volume anual de 654,5 milhões de toneladas, quanto de um dos seus subprodutos, o açúcar, com 26 milhões de toneladas (NACHILUK, 2022).

A cana-de-açúcar, utilizada principalmente na produção do etanol e do açúcar, é responsável por gerar boa parte desses resíduos, inclusive o bagaço, resultante da moagem da matéria-prima. A estimativa é que, a cada ano, produza cerca de 162 milhões de toneladas desse material (NACHILUK, 2022).

Esse processo de extração do caldo de cana também é utilizado na fabricação de cachaça, um destilado alcoólico genuinamente brasileiro, proveniente da cana-de-açúcar. Nesse sentido, esse estudo pretende analisar o caso da produção da cachaça na microrregião de Abaíra, interior da Bahia no que tange às transformações ocorridas na gestão de resíduos sólidos nesse contexto produtivo, a partir da implementação das Indicações Geográficas.

## **CONTEXTO LOCAL**

Abaíra é uma cidade localizada na região da Chapada Diamantina, interior do Estado da Bahia. Habitado anteriormente pelos índios, esse território começou a ser gradativamente povoado no século XVII com a descoberta das minas de ouro e diamantes, por meio dos escravos fugitivos que se instalaram na região. A partir de então, ocorreu uma intensa migração de garimpeiros, portugueses, comerciantes e escravos na busca pelo metal valioso. Desse modo, foram surgindo os povoados, as vilas e as primeiras comunidades quilombolas. (SEBRAE, 2022; IPHAN, 2022).

Apesar da corrida pelo nobre metal, durante esse processo de interiorização, os primeiros habitantes trouxeram outras práticas de produção e os costumes aprendidos

desde o princípio da colonização e que perpetuariam por séculos. As lavouras e a criação de animais para a subsistência são alguns exemplos, mas o destaque, nesse contexto, está sobre as atividades executadas nos engenhos que, instalados no litoral desde os anos do Brasil Colônia, eram destinados à fabricação do açúcar, mas que, posteriormente, deram início à produção de aguardente de cana-de-açúcar.

Conforme descrevem as autoras Bruch, Vitrolles e Locatelli (2014, p. 308), “a história da cachaça se confunde com a história do Brasil, interligada à escravidão e à colonização”. Apesar de muitas lendas, estórias e contos imaginários em relação ao surgimento da bebida, a sua descoberta não foi por acaso, mas sim, de forma intencional (SILVA, 2020). A “inspiração” veio por meio dos portugueses que já conheciam o processo de transformar o bagaço de uva em uma bebida alcoólica, a bagaceira, por meio do processo de fermentação e destilação e, dessa forma, decidiram aplicar a experiência com a cana-de-açúcar (TRINDADE, 2016).

Ao perceberem que as condições climáticas e as terras brasileiras favoreciam o plantio de cana-de-açúcar, decidiram investir nessa atividade. Assim, ao mesmo tempo que se fabricava o açúcar, a produção cachaceira começava a progredir no País e, apesar de ser considerada uma bebida consumida por pessoas de “classes inferiores”, como os escravos, pobres e pessoas à margem da sociedade, a bebida já começava a incomodar. O destilado, então, enfrentou inúmeras batalhas, como a proibição pela Corte portuguesa de ser produzido e comercializado sem as devidas taxações e as revoltas por parte dos produtores e negociantes, decorrentes dessa atitude (CÂMARA, 2004; CASCUDO, 2006).

No entanto, a cachaça sobreviveu a essas crises e sua produção se tornava cada vez mais próspera. Por não requerer o uso de técnicas e equipamentos sofisticados na produção, essa atividade acompanhou os escravos e, finalmente, chegou na Chapada Diamantina, na Bahia, mais precisamente, no município de Abaíra, onde começou a ser produzida. Inicialmente, era um ofício realizado pelos escravos que habitavam na localidade, depois se tornou uma atividade bastante comum na região, uma tradição que se perpetua ao longo dos anos, sendo transmitida de pais para filhos. Desse modo, Abaíra se tornou referência na produção da bebida, sua principal atividade econômica.

Entretanto, essa atividade produtiva era exercida, também, em outros municípios circunvizinhos, a exemplo de Jussiape, Piatã e Mucugê, que dispunham das mesmas condições climáticas, de relevo, vegetação e localização geográfica, fatores que favoreciam a lavoura da cana-de-açúcar e a produção de uma cachaça diferenciada, com características específicas dessa região.

Desse modo, os produtores resolveram investir na produção de uma cachaça de qualidade e, para isso, se uniram e organizaram associações comunitárias no intuito de aproximar, promover maior interação e facilitar a atividade do pequeno produtor. Posteriormente, os produtores da Associação dos Produtores de Aguardente da Microrregião de Abaíra – APAMA, fundaram a Cooperativa dos Produtores de Aguardente de Qualidade da Microrregião de Abaíra – COOPAMA, que atua na recepção e processamento da produção final das associações e no processo de comercialização do produto final. Essa Cooperativa atende os produtores cooperados dos municípios de Abaíra, Jussiape, Piatã e Mucugê, juntos, esses quatro municípios baianos compõem a microrregião de Abaíra.

A Cachaça Abaíra se tornou conhecida no mercado por sua qualidade e sabor diferenciados, se distinguindo das demais marcas. Esse reconhecimento foi propagado por diversos meios de comunicação quando passaram a noticiar as premiações que a cachaça conquistou em eventos voltados para o setor de bebidas destiladas e, também, ao ocupar as primeiras posições nos rankings das melhores cachaças, realizados por revistas de circulação nacional, como a Revista Playboy, nos anos 2003 e 2007 e pela Revista VIP, no ano de 2014 (BERTONCELLO *et al.*, 2016).

Assim, esse destilado foi conquistando o gosto dos consumidores, que passaram a reconhecer Abaíra como produtora de uma bebida diferenciada. Esse prestígio resultou, no ano de 2014, no título de Indicação Geográfica (IG), que foi concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI, para a Cachaça Abaíra produzida nessa microrregião. Esse selo de IG é “conferido a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, além de os distinguir em relação aos seus similares disponíveis no mercado” (INPI, 2022).

Para solicitar o registro de Indicação Geográfica junto ao INPI, é necessário que os produtores ou prestadores de serviços elaborem o Regulamento de Uso (documento

que foi substituído pelo Caderno de Especificações Técnicas) especificando as “características do produto ou serviço, a forma de obtenção do produto ou da prestação de serviço e os mecanismos de controle” (BRASIL, 2019).

As mobilizações no sentido de buscar aperfeiçoamento da produção, conhecimento técnico e registro de IG compreenderam a realização de seminários, treinamentos e cursos promovidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Esse conjunto de ações estimularam os produtores a buscar melhorias em todas as etapas do processo produtivo, por meio dos conhecimentos técnicos e científicos.

Esse aporte técnico concedido aos produtores serviu para avançar nas discussões sobre o projeto de IG e, juntos, elaboraram o Regulamento de IP, documento exigido para obtenção do registro junto ao INPI e que passou a integrar o Estatuto da COOPAMA.

Essas decisões resultaram em grandes inovações nas práticas produtivas e nos equipamentos utilizados, além de estabelecer regras e normas quanto às observâncias à legislação trabalhista, sanitária e, principalmente a ambiental que, com as instruções técnicas os produtores passaram a ter maiores cuidados em respeito ao meio ambiente, com as devidas observâncias aos resíduos resultantes dessa atividade produtiva.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

Nesse trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica. As consultas em artigos, livros e sites em busca de informações sobre a cachaça foram necessárias para fazer uma associação entre o tema estudado e o contexto produtivo da microrregião de Abaíra. Para isso, foi realizado um breve histórico sobre a origem da produção de cachaça no Brasil e os caminhos percorridos para que essa atividade chegasse às regiões centrais do Brasil, a exemplo da Chapada Diamantina, na Bahia, e se estabelecesse como uma prática que se tornou uma tradição na região.

Em seguida, foi feita uma análise documental no Regulamento de Uso de IP, documento elaborado pelos produtores da Cooperativa dos Produtores de Aguardente de Qualidade da Microrregião de Abaíra – COOPAMA. Nesse documento estão especificadas as normas que devem ser observadas na produção da cachaça artesanal, no

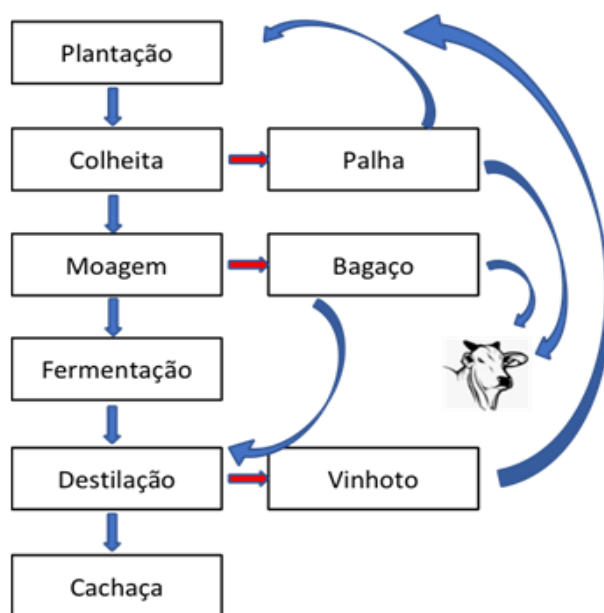
contexto da microrregião de Abaíra, atentando quanto ao tratamento adequado dos resíduos resultantes das etapas do processo produtivo.

Em continuidade, foram realizadas pesquisas no google e na plataforma do google acadêmico, no intuito de buscar referências em livros, artigos e dissertações de mestrado, no sentido de compreender melhor os processos de resíduos sólidos agroindustriais, principalmente os que envolvem o processamento da cana-de-açúcar, na produção sucroalcooleira.

## **RESÍDUOS SÓLIDOS NAS ETAPAS PRODUTIVAS DE FABRICAÇÃO DA CACHAÇA ABAÍRA**

Na microrregião de Abaíra o modo de produção da cachaça é artesanal. Segundo definições do SEBRAE, esse modelo representa a cachaça produzida em alambiques, diferente da industrial, em que a estrutura de fabricação é mais complexa, ou seja, a cachaça é obtida através de destiladores de coluna, com fluxo constante, também conhecidos como “destiladores contínuos” (SEBRAE, 2012). A seguir, encontra-se o fluxograma com as etapas da produção de cachaça na microrregião de Abaíra e os resíduos provenientes dessa atividade produtiva.

**Figura 1: Resíduos da fabricação de cachaça artesanal de alambique em Abaíra - BA**



Fonte: Autoria própria (2022).



A figura anterior apresenta as principais etapas do processo de fabricação da cachaça no contexto produtivo de Abaíra, desde a manipulação da matéria prima, a colheita, o transporte, passando pelo processo de moagem até a transformação no produto final. A figura do ruminante no fluxograma desempenha um papel de extrema importância para os pequenos produtores de cana-de-açúcar, visto que, esses animais consomem boa parte dos resíduos de produtos vegetais.

A alimentação dos caprinos, equinos, suínos e bovinos da microrregião de Abaíra é composta, principalmente, por resíduos de cana-de-açúcar, como a palha e o bagaço. Carvalho (1991) destaca que essa prática do aproveitamento de resíduos agroindustriais já é bastante disseminada pelos pecuaristas, sobretudo nas estações de escassez de forragens verdes que ocorre nas épocas frias e secas do ano.

Em relação aos subprodutos derivados da produção de cachaça, o artigo 25 do Regulamento de Uso de IP da APAMA aborda os cuidados com os resíduos sólidos e efluentes, ao destacar que não devem ser armazenados nas instalações do engenho, devendo obedecer às diretrizes que estão nos artigos de nº. 18, 19 e 20 desse mesmo Regulamento, especificando as normas para o tratamento adequado dos resíduos decorrentes do processo de fabricação da cachaça na localidade, a exemplo do vinhoto, da palha e do bagaço (APAMA, 2011).

O bagaço é proveniente do processo de moagem e se transforma em um tipo de matéria fibrosa sólida. Esse material é o principal resíduo da cana-de-açúcar. Cada tonelada dessa matéria-prima moída gera, aproximadamente, 250 kg desse subproduto (BONASSA, et al, 2015). Apesar de gerar essa grande quantidade no processo de industrialização, podendo ser prejudicial, se descartado de forma incorreta, o bagaço pode ter grandes benefícios para a agroindústria, através de sua reutilização, como a geração de energia elétrica por meio das biorrefinarias.

Vale destacar que, atualmente, 4% da energia elétrica consumida no país é proveniente da bioeletricidade, uma energia limpa e renovável, produzida a partir da biomassa. Somente o setor sucroenergético, por meio do bagaço da cana, representou 79,5% da produção total dessa energia (ESTADÃO, 2022). Recentemente, pesquisadores brasileiros fizeram uma nova descoberta a respeito do bagaço de cana que, transformado em carvão pode ser utilizado para descontaminação da água e do ar (CICLOVIVO, 2017).

Com grande utilização nas caldeiras, o bagaço pode substituir uma parte da madeira utilizada na combustão e serve como material para o fabrico de artesanato (LUDOVICE, 1997). Na microrregião de Abaíra, além de servir como fonte de energia nas caldeiras, utilizadas no processo de destilação da cachaça, ele é aproveitado como base para a alimentação animal ou é utilizado na compostagem, não sendo permitido o descarte em qualquer lugar.

Um outro resíduo derivado da cana são as palhas, composta pelas folhas verdes, secas e parcialmente secas, geralmente utilizadas junto com o bagaço na alimentação animal ou, quando secas, deixadas no próprio canavial para serem transformadas em compostagem orgânica aumentando ainda mais os nutrientes para as próximas plantações e, em outros casos, são utilizadas como fonte energética nas caldeiras (FONSECA, MARTINS, 2018). No caso de Abaíra, o artigo 20 do Regulamento de Uso de IP, tem as mesmas recomendações quanto ao destino das palhas.

Em muitos lugares, a palha é queimada, mesmo antes da colheita da cana. Essa prática cresceu no início do Proálcool, com o objetivo de facilitar o corte e baratear o processo de colheita. No entanto, essa atitude prejudica o solo, a biodiversidade e o ar, em decorrência da grande quantidade de Carbono que é liberado na atmosfera. A queima também destrói os inimigos naturais que impedem as pragas nas plantações (GERMEK, 2005). Além disso, outras espécies que habitam nos canaviais nesse processo de queimadas são mortas, expulsas da localidade ou até mesmo extintas.

Após a extração do caldo de cana, o mesmo é armazenado para o processo de fermentação até o ponto de ser conduzido até o alambique onde será destilado. O vinhoto é o resíduo proveniente da destilação. Apesar de ser rico em potássio, é altamente poluente e prejudica a fauna, a flora, a microfauna e a microflora das águas doces (FREIRE, CORTEZ, 2020). O armazenamento e a reutilização desse produto requerem alguns cuidados específicos. Após ser devidamente preparado, pode ser utilizado como fertilizante e, em hipótese alguma, poderá ser descartado no solo, em rios ou leitos de água (LUDOVICE, 1997).

Com relação a esse produto, o Regulamento de Uso de IP da APAMA é bem enfático. Para ser utilizado como fertilizante, é necessário que seu armazenamento seja em tanques próprios, diluídos em água, de acordo as recomendações técnicas. Caso não

seja utilizado para esse fim, o material deverá ser armazenado em tanques de captação. O inciso 1º do artigo 18 desse documento reforça essa questão ao enfatizar que “é vedado o descarte desse material (efluente) em seu estado bruto em qualquer área ou curso d’água, dentro ou fora da propriedade” (APAMA, 2011, p. 4).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse artigo apresentou as mudanças ocorridas na microrregião de Abaíra, a partir do processo de povoamento no século XVII com a chegada dos escravos e a implantação da produção de cachaça. No decorrer dos anos, a região ficou conhecida por produzir uma cachaça diferenciada, o que incentivou os produtores locais a se mobilizarem na busca de aperfeiçoamento das técnicas produtivas e conhecimento para produzir, cada vez mais, um produto de qualidade.

O Regulamento de Uso, documento solicitado pelo INPI para o pedido de Indicação geográfica gerou mudanças na atividade produtiva em Abaíra como, por exemplo, a normatização das etapas produtivas, a conscientização e orientação dos produtores quanto a utilização dos recursos naturais com mais responsabilidade e à observância quanto ao tratamento dos resíduos sólidos.

Essas transformações em relação às questões ambientais foram um marco para a microrregião de Abaíra. O respeito por parte dos produtores em relação às orientações específicas do Regulamento trouxe muitas vantagens para a localidade, no sentido de promover novos conhecimentos para os habitantes da região, possibilitando entender a importância de produzir de forma mais sustentável.

A mobilização dos produtores em busca de maior qualidade da cachaça exigiu inovações (técnicas e científicas) no modelo tradicional de fabricar a bebida. Nesse sentido, todos os envolvidos nessa atividade produtiva passaram a cumprir às diretrizes que estão no Regulamento de Uso, sob pena de sanções por parte do descumprimento das normas de produção.

Assim, atualmente, Abaíra é reconhecida por produzir uma cachaça de qualidade, que ganhou prestígio perante o consumidor, não apenas pelas características gastronômicas, mas por ser protegida e reconhecida pelo instrumento de IG, inovando as

práticas tradicionais do saber-fazer, transformações que resultaram em um produto diferenciado, que é produzido respeitando o meio ambiente e de forma sustentável. Deste modo o reconhecimento do produto em seu valor histórico-social-econômico caminha lado a lado às necessárias transformações do processo produtivo que acabam por contribuir para a própria perpetuação do fazer tradicional.

**Nota:** O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BAUMAN Z. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar Ed.; 2008.

BERTONCELLO, A.G *et al.* Indicação Geográfica protegida: agrega valor ao produto e induz ao desenvolvimento regional? O caso da cachaça de Paraty. Desafio Online, Campo Grande, v. 1, n. 1, p.26, 2016.

BRASIL. Guia das Indicações Geográficas: Caderno de Especificações Técnicas [2019]. Disponível em: [BRUCH KL, VITROLLES D, LOCATELLI L. Estudo de Caso: IP Vale dos Vinhedos, IP Paraty e IP Vale do Submédio São Francisco. In: Pimentel LO \(Org.\). Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: Módulo II: indicação geográfica. Brasília: MAPA; 2014. p.296-333.](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/arquivos-publicacoes-ig/guia-das-igs-caderno-de-especificacoes-tecnicas#:~:text=O%20Caderno%20de%20Especificac%C3%A7%C3%B5es%20T%C3%A9cnicas,condi%C3%A7%C3%A3o%20do%20uso%20da%20Indica%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 18 maio 2022.</a></p></div><div data-bbox=)

CÂMARA M. Cachaça, Prazer Brasileiro. Rio de Janeiro: Mauad; 2004.

CASCUDO, L.C. Prelúdio da Cachaça: etnografia, história e sociologia da aguardente no Brasil. São Paulo: Global; 2006.

INPI. Indicações Geográficas. Disponível em: [https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/perguntas-frequentes/indicacoes-geograficas#indicacao\\_geografica](https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/perguntas-frequentes/indicacoes-geograficas#indicacao_geografica) Acesso em: 18 maio 2022.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. História - Rio de Contas (BA). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1408/>. Acesso em: 04 maio 2022.

LUDOVICE, M. T. F. Estudo do efeito poluente da vinhaça infiltrada em canal condutor de terra sobre o lençol freático. [Dissertação] Campinas: Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP; 1997.

MANO E. B, PACHECO E. B. A. V, BONELLI C. M. C. Meio Ambiente, Poluição e Reciclagem. Rio de Janeiro, Edgard Blücher Ltda; 2005.

MARINHO MB. Novas relações sistema produtivo/meio ambiente: do controle à prevenção da poluição [Dissertação]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2001.

MATTOS NS, GRANATTO SF. Lixo: problema nosso de cada dia: reciclagem e uso sustentável. São Paulo: Saraiva; 2005.

SANTOS AFMS. Caracterização, avaliação da biodegradabilidade aeróbia e anaeróbia e tratamento em reator UASB do chorume do aterro de Muribeca. [Dissertação] Recife: Universidade Federal de Pernambuco; 2003.

SEBRAE. Cachaça artesanal: série estudos mercadológicos. Brasília, 2012. Disponível em:

<[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/444c2683e8debad2d7f38f49e848f449/\\$File/4248.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/444c2683e8debad2d7f38f49e848f449/$File/4248.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2021.

SEBRAE. IG – Microrregião de Abaíra. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/ig-abaira/>. Acesso em: 04 maio 2022.

SILVA JM. Cachaça: História, gastronomia e turismo. São Paulo, SENAC; 2020.

TRINDADE AG. Cachaça: um amor brasileiro. São Paulo: Melhoramentos; 2006.

WALDMAN M. Lixo: cenários e desafios - abordagens básicas para entender. os resíduos sólidos. São Paulo: Cortez, 2010.

## **UMA ANÁLISE DO ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA**

**Bruna Carneiro De Oliveira E Viviane Aquino Dos Santos**

**RESUMO:** A ideia central desse trabalho é discutir sobre o ensino remoto durante a pandemia. Para isso, dividiu-se o trabalho em dois momentos. Primeiramente, discorre-se sobre os materiais preparados pela Secretaria de Educação de Minas Gerais para serem utilizados durante as aulas remotas, denominados como PET (Plano de Estudo Tutorado), buscando apresentar as diversas problemáticas envolvidas no uso desse material. Em um segundo momento, apresenta-se dados de uma pesquisa realizada com estudantes da Escola Estadual Prof<sup>a</sup>Juvenília Ferreira dos Santos. A pesquisa, proposta como atividade do Programa Residência Pedagógica (Subprojeto Sociologia), foi realizada remotamente por intermédio da plataforma Google Forms, e tinha como objetivo observar a forma como os estudantes compreendiam o ensino remoto, quais eram suas percepções, e se estavam satisfeitos ou não com a qualidade do ensino ofertado. Assim, com base nas discussões feitas no trabalho, foi possível perceber uma insatisfação dos estudantes com o ensino remoto, bem como um indicativo de aumento da evasão escolar, influenciado por vários fatores, dentre eles a grande desigualdade social do país, que se tornou ainda mais evidente durante a pandemia, principalmente devido à necessidade do uso de tecnologias.

**Palavras-chave:** PETs; estudantes; educação; tecnologia.

## **Introdução**

A pandemia ocasionada pelo vírus da Covid-19 impactou diretamente no modo de funcionamento da sociedade. Em decorrência do risco sanitário de realizar atividades presenciais em espaços que pudessem gerar aglomeração, setores como a Educação precisaram repensar o modo como conduziriam suas atividades. A decisão de fechar as escolas, justamente por estas representarem um espaço de grande circulação de pessoas, e conseqüentemente a circulação do vírus, foi inevitável. Desse modo, no início do ano letivo de 2020 o Brasil se deparou com milhares de crianças e jovens em suas casas sem perspectiva de quando as aulas retornariam e sem nenhum material de apoio para estudarem, e com profissionais da Educação igualmente afetados sem saber como prosseguiriam com seu trabalho.

A partir disso, a rede estadual de Minas Gerais transferiu todas as suas atividades para o Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP) e, como uma alternativa a ser cumprida, a Secretaria de Educação elaborou apostilas de estudos e conteúdos nomeados como PET (Plano de Estudo Tutorado), cujo principal objetivo era guiar os alunos e professores enquanto as aulas presenciais não retornassem.

Contudo, desde o início foi possível identificar uma série de problemas relacionados aos materiais disponibilizados, pois apesar de representarem uma nova alternativa de aprendizado para o ensino remoto, os PETs apresentaram inúmeras problemáticas, e foram passíveis de críticas tanto por parte dos estudantes, quanto dos professores. Nesse sentido, discutir sobre como esse material foi recebido pela comunidade escolar é de extrema importância para que se tenha um registro de como a educação brasileira funcionou durante esse período pandêmico que impôs tantas dificuldades.

O presente trabalho se propõe a fazer essa discussão, tendo como ponto de partida as atividades desenvolvidas pelos residentes do Programa Residência Pedagógica - subprojeto Sociologia. Inicialmente o objetivo é apresentar as reflexões realizadas acerca dos PETs, focando no que diz respeito à Sociologia. Posteriormente, visando complementar as reflexões levantadas, o trabalho irá apresentar alguns dados obtidos em pesquisa realizada remotamente com estudantes da Escola Estadual Profª Juvenília Ferreira dos Santos, cujo objetivo principal era perceber de que forma os estudantes compreendiam o ensino remoto.

## **Desenvolvimento**

A Sociologia possui um papel fundamental na vida do estudante, pois o auxilia na compreensão das diversas relações estabelecidas na sociedade, bem como o instiga a refletir e questionar sobre tais relações. Assim, no primeiro contato com esta disciplina é indispensável que o conteúdo, a didática e a metodologia utilizada em sala de aula possibilitem que o estudante compreenda de maneira introdutória qual é o papel da Sociologia enquanto ciência, seus principais objetos de estudos, algumas teorias e conceitos para construção de reflexões e pensamentos críticos.

Porém, diante o cenário pandêmico, vivenciado mundialmente desde 2020 em decorrência da Covid-19, as atividades escolares foram completamente modificadas, sendo realizadas remotamente, o que implica uma maior dificuldade para atingir, de fato, o objetivo de cada disciplina. A rede estadual de ensino do Estado de Minas Gerais transferiu suas atividades escolares para o ensino a distância, disponibilizando apostilas de estudo e atividades nomeadas como PET.

Os PETs foram disponibilizados virtualmente, e para quem não possuía acesso à internet o material foi impresso e disponibilizado nas coordenações das escolas. De forma geral, o que se pôde perceber foi que os conteúdos elencados nos PETs, no que se refere à Sociologia, perpassam por temas relevantes para a disciplina como gênero, raça, violência, educação e trabalho. No entanto, a forma como estes temas foram apresentados no material não instigou reflexões, tampouco propiciou a construção de um pensamento crítico.

Além disso, o caráter das atividades propostas ao final de cada semana se direciona a conteúdos mais decorativos, sendo na maioria das vezes questões objetivas retiradas de vestibulares, e quando o material propõe alguma atividade de cunho mais reflexivo não oferece com clareza as diretrizes para o estudante desenvolver a atividade.

É importante destacar que o processo de elaboração de um material didático é muito complexo e que, de fato, não é possível abordar todos os temas. Se tratando de um material que foi elaborado em pouco tempo a situação se torna ainda mais complexa. Em uma *live* de discussão mediada, disponível no canal da Abecs (Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais) Minas é possível perceber que o problema relacionado aos PETs não está ligado apenas a falta de conteúdo, de boas atividades e de referenciamento.



A problemática maior está diretamente relacionada com a forma como a Secretaria de Educação lidou com essas atividades. Primeiramente, o grupo responsável por elaborar esses materiais, era composto por professores voluntários, que não receberam apoio e nem remuneração para fazer o trabalho. Além disso, não foram disponibilizadas informações em relação ao formato do texto, nem ao que era esperado do material. Basicamente, tudo que esses professores sabiam era que o prazo de entrega do material era curto.

Assim, percebe-se que o órgão responsável pela educação em Minas Gerais não se atentou às dificuldades relatadas pelos professores elaboradores do material e nem dos professores que estavam atuando nas escolas. É como se os materiais tivessem sido propostos apenas para “cumprir tabela”. Durante a *live*, também foi relatado que inicialmente havia autonomia para escrever e elencar as temáticas a serem trabalhadas em Sociologia, usando o CBC (Currículo Básico Comum) como base para nortear a construção do material.

Porém, quando o material foi publicado, os professores perceberam que várias partes dos textos elaborados foram retiradas. Assim, temas importantes para o debate com estudantes do Ensino Médio, como feminicídio, violência policial, questões LGBTQIA+ etc., foram preteridos e abordados de forma rasa. Outro ponto a ser observado, é que em certo momento a Secretaria passou a estabelecer alguns critérios de formatação, incluindo uma restrição quanto ao número de páginas.

Disso decorre a falta de profundidade observada nos materiais. Como dito anteriormente, a Sociologia tem como intuito instigar reflexões, e ao apresentar temas importantes de forma superficial, e com pouco tempo para serem trabalhados, o PET simplifica discussões, e torna difícil tanto para os estudantes, quanto para os professores o processo de elaborar reflexões que seriam fundamentais para a formação dos jovens.

Levando em consideração a dinâmica das aulas online, o acúmulo de trabalho, e o curto período de tempo, é possível perceber que a obrigatoriedade na utilização desses materiais acarretou na perda da autonomia dos professores quanto à realização do seu plano de curso, pois os PETs que a princípio deveriam ser um apoio para os professores e estudantes, acabaram sendo o “carro chefe” do ensino remoto. O próprio nome “Plano de Estudos Tutorado” já indica, propositalmente ou não, que o papel do professor dentro

dessa dinâmica de aulas remotas seria o de tutor. Sendo assim, há um esvaziamento do sentido sociopolítico da educação.

Ademais, o fator acesso à internet é imprescindível nas análises sobre o ensino remoto. Sales (2014) discute sobre a inclusão digital no meio escolar e como essa ainda apresenta inúmeros desafios, principalmente, em países marcados por desigualdades. De acordo com a autora:

[...] embora possamos afirmar que as tecnologias estão onipresentes na gestão da vida, elas não estão igualmente distribuídas na sociedade. A inclusão digital ainda é um enorme desafio, especialmente em países marcados por uma histórica e arraigada desigualdade social como o Brasil (SALES, 2014, p. 230).

Nesse sentido, é importante destacar que mesmo que tenham sido disponibilizados os materiais de maneira impressa, as indicações complementares de estudo, vídeos, sites, documentário, filmes etc., só possuem validade para os alunos que tem acesso direto à internet, impossibilitando que materiais adicionais sejam acessados por estudantes que não possuem conexão. De acordo com a Associação Brasileira de Internet (ABRANET):

No Brasil, 3 milhões de crianças e adolescentes ainda não são usuários de internet, sendo que 1,4 milhão nunca acessou. Sobre o principal motivo para não usarem a internet, 94% dos respondentes disse não ter conexão em casa. A TIC Kids Online 2020 mostrou que 4,8 milhões de crianças e adolescentes de 9-17 anos vivem em domicílios sem acesso à Internet no Brasil (18% dessa população) (ABRANET, 2020).

Levando em consideração esses dados, cabe inferir que a pandemia explicitou as desigualdades já existentes no país. Muitos jovens não tiveram condições de prosseguir com os estudos, precisando interrompê-los, o que acarreta na evasão escolar. Para Batista (2009):

[...] o abandono escolar não pode ser compreendido, analisado de forma isolada. Isto porque, as dimensões socioeconômicas, culturais, educacionais, históricas e sociais entre outras, influenciam na decisão tomada pela pessoa em abandonar a escola. (BATISTA, 2009, p. 4)

Dessa forma, mesmo aqueles estudantes que possuíam acesso à internet, se depararam com fatores que também influenciaram em seus desempenhos escolares. Para Oliveira (2020), é preciso levar em consideração estes outros fatores para avaliar o ensino remoto:

[...] espaço físico disponibilizado na residência do estudante para os estudos, necessidade dele colaborar com as tarefas domésticas (acentuando-se aqui a desigualdade de gênero), a escolarização dos pais e a capacidade de acompanhar e auxiliar nas atividades escolares, etc. Todos esses elementos incidem sobre o 'sucesso escolar'. (OLIVEIRA, 2020)

Assim, é possível observar que ainda que a crise da educação e a evasão escolar no Brasil seja um problema existente há muitos anos, todo esse cenário pandêmico, somado às dificuldades que cada estudante enfrenta em seu cotidiano, resultaram em uma perda de sentido no que diz respeito a dar continuidade aos estudos.

Conforme mencionado anteriormente, o grupo de residentes do subprojeto Sociologia realizou uma pesquisa com estudantes da Escola Estadual Profª Juvenília Ferreira dos Santos. O objetivo principal foi analisar de que forma os estudantes compreendiam o ensino remoto, quais eram suas percepções, e se estavam satisfeitos ou não com a qualidade do ensino ofertado. Para isso, foi elaborado um questionário na plataforma *Google Forms*, com perguntas referentes ao perfil dos alunos, à relação com a escola e à opinião deles em relação ao ensino remoto.

O retorno obtido com o questionário foi de 21 respostas. Este número não representa uma grande parcela de estudantes, mas levando em consideração todas as dificuldades que o período pandêmico impôs, pode-se dizer que foi um bom número de respostas, que permite ilustrar, ainda que minimamente, as reflexões levantadas anteriormente.

Ao ver perfil dos estudantes, foi possível perceber uma baixa participação dos estudantes de 1º ano, que corresponderam a 14,3%. A maioria (38,1%) estava matriculada, ao final de 2020, no 3º ano noturno, enquanto que no turno matutino o percentual de estudantes do 3º ano que responderam ao questionário foi de 33,3%. Ainda sobre o perfil, observou-se que 76,2% de estudantes se identificaram como mulheres, e 23,8% como homens. Quanto à cor/raça, 71,4% dos estudantes responderam que são

pretos/pardos, e 28,6% se afirmaram brancos. Quanto à idade, a maioria se encontra na faixa de 17-19 anos.

A respeito da satisfação com as atividades remotas de ensino, 42,9% disseram não estarem satisfeitos, enquanto 38,1% marcaram a opção “mais ou menos”. A partir dessa questão, pode-se observar que a maioria demonstrou insatisfação, seja total ao responder “não”, seja parcial ao marcar a opção “mais ou menos”. Tal insatisfação pode ser explicada tanto pela dinâmica das aulas remotas, quanto pela influência de outros elementos (ausência da figura do professor, não contato com os colegas, obrigação em ajudar nas tarefas de casa etc.). Em relação aos PETs, 52,4% dos participantes disseram que o material ofereceu “mais ou menos” os conteúdos e orientações necessárias para o aprendizado, enquanto 28,6% disseram que não ofereceu.

Embora a amostragem da pesquisa não seja suficiente para traçar análises generalizantes, os dados apontam para uma perspectiva de descontentamento, o que demonstra a necessidade de se realizar mais pesquisas em torno dessa temática, para que futuramente seja possível encontrar registros sobre os impactos que a pandemia ocasionou na educação brasileira. Para ilustrar esse descontentamento é interessante discorrer sobre a pergunta “Para você, qual foi o principal problema ou vantagem do ensino remoto?”, que era opcional e deveria ser respondida de forma aberta.

Antes de mostrar os relatos escolhidos, é importante destacar que para a participação na pesquisa não era necessária a identificação. Nesse sentido, preservou-se a identidade dos participantes e, portanto, os relatos a seguir são anônimos:

O lado bom é que é realizado no conforto de casa, mas o que me pegou foi o fato de sentir instabilidade em todo o processo, por ter dificuldades em administrar as responsabilidades do ensino remoto juntamente com os prazos, ao mesmo tempo que assumia outras do dia a dia. Porém, pessoalmente, me moldou apenas para o inevitável na vida do ser humano, assumir responsabilidades e amadurecer nesse aspecto. Contudo, é difícil confirmar se eu consegui absorver o conteúdo do ensino remoto, sendo isso frustrante, pois pareceu que foi um ano letivo passado em branco, sendo bastante sincero. E isso é o mais triste.

O principal problema foi que a maioria dos alunos que estudam na escola juvenil não possui acesso à Internet, e isso gera complicações ao desenvolver as atividades e até mesmo entregar no tempo estipulado pelo professor e isso acaba complicando o ano letivo daqueles alunos. Além disso podemos dizer também que os alunos que tinham dificuldade de desenvolver as atividades nas aulas presenciais acaba sendo mais difícil resolver as atividades em casa, sem o apoio e explicações dos professores o que acaba tornando mais difícil

concluir o ensino médio. Agora no meu ponto de vista houve vantagem em não ter toda aquela pressão, angústia e muita ansiedade dentro de sala de aula, principalmente com provas e atividades com datas bem próximas, e no caso os pets facilitaram isso, mas isso não pode ser para sempre porque se continuar assim vamos concluir o ensino médio, dentro de casa, sem o ensino adequado que precisamos.

Estes relatos ilustram bem o quadro de descontentamento com o ensino remoto, levantando fatores como a ausência da relação professor-aluno, dificuldades de acesso à internet, problemas para cumprir com o prazo estabelecido, e a baixa absorção de conteúdo dado os materiais que foram disponibilizados. Além disso, esses relatos evidenciam também como a saúde mental dos estudantes foi afetada durante esse período, mas este é um tema que cabe ser debatido e analisado de maneira aprofundada em outros trabalhos.

## **Considerações Finais**

Diante de tudo o que foi exposto, cabe inferir que desde o início do período pandêmico, a desigualdade social no Brasil ficou ainda mais evidente. Com isso, foi possível perceber uma grande diferença no acesso aos principais setores da sociedade, como saúde, educação etc. Pensando especificamente na educação, notou-se a necessidade de se reformular os métodos de ensino, passando do ensino presencial para o remoto. Contudo, não há como analisar o ensino remoto ignorando o fato de que a inclusão digital, por exemplo, não é uma realidade no país.

Como observado no desenvolvimento deste trabalho, muitos jovens não tiveram a opção de prosseguir com os estudos durante a pandemia porque não possuíam acesso à internet, ou mesmo os equipamentos necessários para acompanhar as aulas, o que atesta a grande desigualdade social do país. Nesse sentido, se antes a evasão escolar já se expressava como uma realidade inegável no Brasil, agora é atestada novamente. Por isso, o empenho no desenvolvimento de políticas públicas que visem minimizar os prejuízos na área da Educação, deve ser uma prioridade nos próximos anos.

Ademais, também foi possível observar, com base na pesquisa mostrada, que mesmo aqueles que possuíam acesso a esses meios de comunicação, apresentaram queixas em relação ao ensino remoto. A dificuldade de cumprir os prazos para entrega das atividades, a ausência da relação professor-aluno de forma direta, a insatisfação com

a qualidade dos materiais ofertados e, muitas vezes, a impossibilidade de adaptar os ambientes domésticos para ambientes de ensino e aprendizagem são fatores que podem ter contribuído tanto para uma maior evasão escolar durante o período pandêmico, quanto para um desinteresse com os estudos.

Em relação ao material ofertado, percebeu-se que os PETs apresentaram diversas problemáticas que influenciaram diretamente no modo como os estudantes conceberam o ensino remoto, bem como suas percepções acerca dos conteúdos de cada disciplina. Se tratando especificamente da Sociologia, o que conclui-se é que o material não propiciou a construção de um senso crítico, o que se deve aos diversos problemas relatados acerca do processo de elaboração do material.

Por fim, conclui-se que o ensino remoto durante a pandemia será um tema importante a ser desenvolvido nos trabalhos acadêmicos daqui para a frente, pois há muito o que ser debatido e refletido acerca deste tópico. Nesse sentido, é imprescindível que programas como a Residência Pedagógica continuem existindo, pois eles propiciam a realização de pesquisas, e atividades que, futuramente, resultam em trabalhos relevantes que acabam cumprindo a função de serem registros sobre determinados momentos vivenciados pela área da educação no Brasil.

## **Referências**

ABRANET – Associação Brasileira de Internet. Desigualdade no acesso à internet também se evidencia entre crianças e adolescentes. 2020. Disponível em: <<https://www.abranet.org.br/Noticias/Desigualdade-no-acesso-a-internet-tambem-se-evidencia-entre-criancas-e-adolescentes-2953.html?UserActiveTemplate=site&UserActiveTemplate=mobile&UserActiveTemplate=site#.YJWPsLVKjIV>>. Acesso em: 7 de maio de 2021.

BATISTA, Santos Dias, SOUZA, Alesxsandra Matos. A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. Revista Profissão Docente, UNIUBE, Uberaba MG- 2009 Url: [educ.seduc.go.gov.br](http://educ.seduc.go.gov.br)

OLIVEIRA, Amurabi. As desigualdades educacionais no contexto da pandemia do COVID-19. Boletim Cientistas Sociais, n. 85, 16/07/ 2020. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2417-boletim-cientistas-sociais-n-85>>. Acesso em: 2 fev. 2022

SALES, Shirlei Rezende. Tecnologias digitais e juventude ciborgue: alguns desafios para o currículo do Ensino Médio. In: DAYRELL, Juarez, CARRANO, Paulo e MAIA, Carla Linhares (Org.). *Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2014. p. 229-248.

## **LIBERDADE RELIGIOSA: O EQUILÍBRIO ENTRE A PREGAÇÃO DO EVANGELHO E O RESPEITO À CRENÇA DO OUTRO**

**Amilton Dos Ramos Miranda e Hebert Davi Liessi**

**RESUMO:** A liberdade religiosa é um tema relevância não se esgota com o tempo, pois enquanto existirem diversidades de crenças, há que se debruçar sobre esse assunto. O seu campo de discussão ultrapassa as barreiras religiosas e entra no Direito e na Política. A liberdade é um dos maiores valores do ser humano, e ao longo da história da humanidade tem-se envidado esforços para que a liberdade fosse respeitada e concretizada. Não obstante os esforços feitos ao longo da história, continuamos vendo regimes políticos que restringem as liberdades individuais, dentre elas, a liberdade de crença. Quando pensamos na diversidade de crenças por todo o mundo e a ordem de Cristo pregar o evangelho a todas as nações, surge uma problemática. Como pregar o evangelho, defendendo os princípios do cristianismo sem, com isso, desrespeitar a crença do outro? O objetivo do trabalho é encontrar um equilíbrio entre a pregação do evangelho e o respeito à crença do outro. Para tanto, a metodologia utilizada foi a pesquisa de revisão bibliográfica. Analisando diversas obras que abordam o tema, foi possível definir alguns principais conceitos em volta do tema, saber sua história e seus fundamentos jurídicos ao nível nacional e internacional. Na Bíblia e nos Espíritos de Profecia, podemos encontrar os fundamentos da liberdade religiosa não só como um direito do indivíduo, mas também como separação entre igreja e o Estado. Em suma, é possível encontrar o equilíbrio entre a pregação do evangelho e o respeito a liberdade religiosa. Não se trata de assuntos mutuamente excludentes, mas complementares. A base para esse equilíbrio reside no amor e na compreensão de que Deus, mesmo com todo Seu poder, não pode forçar um ser humano amá-Lo ou crer Nele. Os homens foram criados por Deus e dotados de livre arbítrio para escolher que caminhos seguir. É preciso que levemos isso em consideração durante a pregação do evangelho.

**Palavras-chave:** liberdade, religião, crença



## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo visa abordar o tema da liberdade religiosa mais concretamente, o equilíbrio entre a pregação do evangelho e o respeito a crença do outro. O tema da liberdade religiosa tem sido amplamente discutido e abordado sobre diversas perspectivas ao longo da história. Trata-se de um tema, cuja relevância não se esgota com o tempo, pois enquanto existirem diversidades de crenças, há que se falar de liberdade religiosa.

O seu campo de discussão ultrapassa as barreiras religiosas e entra no Direito e na Política. A liberdade é um dos maiores valores do ser humano, e ao longo da história da humanidade tem-se envidado esforços para que a liberdade fosse respeitada e concretizada. Não obstante os esforços feitos ao longo da história, continuamos vendo regimes políticos que restringem as liberdades individuais, dentre elas, a liberdade de crença, ou melhor, a liberdade de crer e não crer, pois os que não crêm em “ nada”, também devem ter suas liberdades respeitadas. Pese embora haja diversas pesquisas sobre o tema, pouco se tem debruçado sobre a liberdade religiosa no contexto da pregação do evangelho, principalmente nos nossos seminários. Sendo a Igreja Adventista, a instituição cristã que mais defende a liberdade religiosa, tendo inclusive, um departamento para tratar do assunto, é mister, que se discuta mais como podemos pregar o evangelho sem desrespeitar a crença do outro. Esse é o propósito desta pesquisa, que reconhecemos ser delicada, complexa, porém, extremamente preponderante para o tempo em que vivemos, quando a intolerância religiosa e a troca de acusações entre os fieis de diversas religiões e denominações cristãs se intensificam, com o grande contributo da facilidade de acesso às redes sociais. Assim sendo, como podemos encontrar o equilíbrio entre a ordem de Cristo de pregar o evangelho a todas as nações e ao mesmo tempo respeitar a crença (ou descrença) dos outros? A metodologia usada para alcançar os fins desejados, é a revisão bibliográfica.

O principal objetivo deste trabalho, ou objetivo geral, é entender a maneira como podemos manter o equilíbrio entre a ordem de Cristo de pregar evangelho à todas às nações e o respeito à crença do outro. Para tanto definimos alguns conceitos importantes, falamos um pouco da história da liberdade religiosa, seu aspecto jurídico, suas facetas, sua aplicação ao nível nacional e internacional. Dedicamos, outrossim, a estudar os fundamentos bíblicos e do Espírito de profecia sobre o assunto. Depois de estudar diversos assuntos relacionados a liberdade religiosa e analisar o que a Bíblia e o Espírito de profecia enfatizam sobre o assunto, foi possível concluir primeiramente que do ponto

de vista legal, não existe uma liberdade absoluta, ou melhor, o direito à liberdade religiosa contém limites assim como os demais direitos fundamentais. Não posso ter um discurso de ódio em relação a um indivíduo ou grupo social baseado na ideia da liberdade de expressão religiosa. Tudo tem que ser feito com o devido respeito à moral e bons costumes, isto é, não pode ser contrário à ordem, tranquilidade e sossego público.

Do ponto de vista bíblico chegamos a conclusão que esse equilíbrio só pode ser alcançado com base no amor, entendendo que Deus não tem prazer na obediência forçada. A religião não pode ser imposta pela força. Embora a Bíblia nos apresente características da verdadeira religião, ou verdadeira igreja, ela não condiciona a salvação a esta ou aquela religião. Assim sendo, temos que respeitar o direito dos outros de seguirem seus próprios caminhos em matéria de fé e religião, pois nem mesmo Deus obriga alguém a segui-Lo.

### **DEFINIÇÕES RELEVANTES**

Antes de entrar em discussões relativas à liberdade religiosa em si, convém que debrucemos sobre o conceito de religião que, digamo de per si, não é de fácil definição. A dificuldade em encontrar um conceito unânime a todos, resulta da própria pluralidade de religiões no mundo. Hans Kung, que ficou com a incumbência da elaboração do documento que veio a tornar-se conhecido como a Declaração do Parlamento das Religiões do mundo (proclamada em 04 de Setembro de 1993, em Chicago), declarou que não foi capaz de tornar a declaração mais religiosa, ou seja, se falasse em nome de Deus, a priori excluiria os Budistas. Ele preferiu se referir à dimensão da transcendência em vez de “Deus”, sem forçar a aprovação dos não religiosos.

Pese embora à dificuldade para encontrar uma definição única, é possível, pelo menos, definir a etimologicamente o termo religião. Não sendo a etimologia, de alguma maneira também, unânime a todos, mas pelo menos, as suas diversas concepções nos ajudam a entender um pouco mais da essência daquilo que hoje chamamos religião.

Nicola Abbagnano, em seu dicionário de filosofia, define religião, do latim *religió*, “como crença na garantia sobrenatural de salvação, e técnicas destinadas a obter e conservar essa garantia.” Continuando, o autor afirma que:

A garantia religiosa é sobrenatural no sentido de situar-se além dos limites abarcados pelos poderes do homem, de agir ou poder agir onde tais poderes são impotentes e de ter um modo de ação misterioso e imperscrutável. A origem sobrenatural da garantia não implica necessariamente que ela seja oferecida por uma divindade e que, portanto, a relação com a divindade seja

necessária à religião na realidade, existem religiões. ateístas, como o budismo primitivo, retomado e defendido neste seu caráter por escolas posteriores. (ABBAGNANO, 2007, p. 857).

Abbagnano afirma ainda que etimologicamente, essa palavra significa provavelmente “obrigação”. Todavia, segundo Cícero, o termo deriva de outra palavra latina, *relegere*, isto é, "aqueles que cumpriam cuidadosamente todos os atos do culto divino e, por assim dizer, os reliam atentamente foram chamados de religiosos. Religião seria, de igual modo, ler a vida de uma maneira diferente. Para Lactânncio e S. Agostinho, porém, essa palavra deriva de *religare*, e a propósito Lactânncio cita a expressão de Lucrécio, soltar a alma dos laços da religião.

Há quem defenda também um outro termo empregado por Agostinho de definir a palavra do ponto de vista etimológico. Neste sentido vale a pena destacar a citação de Cristiane A. de Azevedo.

Santo Agostinho também se ocupou da questão etimológica do termo. Inicialmente não se opondo totalmente a Cícero e propondo uma via intermediária: de *relegere* a *religare*, *reeleger*, no sentido de um retorno a Deus. Seria a passagem da negligência para com Deus a uma relação reconstruída com Ele agora recolhido, recolocado no centro da atenção e do amor do homem. (AZEVEDO, 2010, p. 94).

Seja qual for a sua definição etimológica, uma coisa não se pode negar, como disse João Dowell, “[...] a experiência religiosa é um fenômeno amplamente testemunhado em toda a história da humanidade.”(DOWELL, 2002. p. 5). Isto faz da experiência religiosa um fenômeno universal, pois “[...] em todas as épocas e culturas, o ser humano pretende experimentar no seu mundo a presença de algo superior, o sagrado ou divino, do qual depende sua existência e toda a realidade.”(DOWELL, 2002. p. 5). Toda religião tem, normalmente, dois pólos. O horizontal, isto é, a relação do homem religioso com o seu semelhante, ou “próximo”, fazendo uso de um termo judaico-cristão. O outro pólo é a relação do dito homem religioso com o divino, o sagrado ou transcendental. É neste último contexto em que as mesmas se divergem mais. Ainda conforme Dowell, esta experiência é diversamente interpretada nas várias religiões (DOWELL, 2002).

Talvez o leitor, depois de perceber diversas concepções da palavra religião, possa assim como Gaarder, et. Al, perguntar, “o que é religião? E ser-lhe-ia dito que “[...] é o batismo numa igreja cristã. É a adoração num templo budista. São os judeus com o rolo

da Torá diante do Muro das Lamentações em Jerusalém. São os peregrinos reunindo-se diante da Caaba em Meca.”(GAARDER et. al, 2000. p. 12).<sup>1</sup>

Outro conceito muito próximo à religião e que será muito utilizado no trabalho e que merece ser definido, é a crença. Do latim *credere*, o termo, num contexto mais geral, significa atitude de quem reconhece como verdadeira uma proposição, ou seja, a adesão à validade de uma noção qualquer. A crença não implica, por si só, a validade objetiva da noção à qual adere nem exclui essa validade. Outra questão a ter em conta é que a crença não é diz respeito, necessariamente, ao fato religioso, nem é, necessariamente, a verdade revelada. Portanto, podem ser chamadas de crença as convicções científicas tanto quanto as confissões religiosas, o reconhecimento de um princípio evidente ou de uma demonstração, bem como a aceitação de um preconceito ou de uma superstição. Contudo, a noção de crença foi evoluindo no pensamento filosófico ao longo do tempo.

Platão chamou de crença a forma ou o grau de conhecimento que tem por objeto as coisas sensíveis, já que elas contêm uma adesão à realidade dessas coisas, ao contrário da conjectura, que, tendo por objeto as imagens, as sombras, etc, não contêm essa adesão (Rep., VI, 510 a). Aristóteles julga que a crença não é eliminável da opinião: ‘Não é possível’, diz ele, ‘que quem tenha uma opinião não creia no que pensa’ (Dean., III, 428 a 20). Em sentido análogo, mas com referência à fé, S. Agostinho definiu a crença como “pensar com assentimento” (De Predest. Sanct., 2), definição que S. Tomás usa como fundamento de sua análise da fé. ‘Esse ato que é crer’, diz S. Tomás, ‘contém a firme adesão a um dos lados e nisso é semelhante ao ato de quem conhece e entende; todavia, o conhecimento de quem crê não é perfeito pela sua evidência, e nisso a crença está próxima da dúvida, da suspeita e da opinião’ (S. Th., II, 2, q. 2, a. 1).. Na filosofia moderna, a partir de Locke, a limitação crítica do conhecimento levou a distinguir o conhecimento certo do provável, e no provável vários graus de adesão, dos quais a C. é o maior (Ensaio, IV, 16, 9). Mas foi o ceticismo de Hume que generalizou a noção de C, vendo nela a atitude que consiste em reconhecer a realidade de um objeto. ‘A C’, disse Hume, ‘é só uma concepção mais vivida, viva, eficaz, firme e sólida daquilo que a imaginação por si só nunca é capaz de obter.’ E ‘o ato da mente que nos torna a realidade, ou o que é tomado por realidade, mais presente do que as ficções, fazendo-a pesar mais

---

<sup>1</sup> Não poderia deixar de citar algumas definições de destaque feitas por grandes autores. A religião é um sentimento ou uma sensação de absoluta dependência. Friedrich Schleiermacher (1768-1834). Religião significa a relação entre o homem e o poder sobre-humano no qual ele acredita ou do qual se sente dependente. Essa relação se expressa em emoções especiais (confiança, medo), conceitos (crença) e ações (culto e ética). C. P. Tiele (1830-1902). A religião é a convicção de que existem, poderes transcendentais, pessoais ou impessoais, que atuam no mundo, e se expressa por insight, pensamento, sentimento, intenção e ação. Helmuth von Glasenapp (1891-1963).

sobre o pensamento e aumentando sua influência sobre as emoções e a imaginação' (Inq. Cone. Underst., V, 2). (ABBAGNANO, 2007, p. 218).

Para os fins desta pesquisa, tomaremos o termo no seu sentido mais genérico conforme explicado acima.

O próximo conceito a ser analisado é o da liberdade. Segundo o dicionário de filosofia de Abbagnano, a palavra tem três significados fundamentais a saber: Liberdade como autodeterminação ou autocausalidade. Neste sentido, a liberdade pode ser entendida como ausência de condições e de limites. 2- Liberdade como necessidade. Este segundo significado não difere muito do primeiro, aliás, baseia no mesmo conceito do precedente, a autodeterminação, mas atribuindo-a à totalidade a que o homem pertence (Mundo, Substância, Estado); 3- Liberdade como possibilidade ou escolha, segundo a qual a liberdade é limitada e condicionada. Para Carlos Flávio Teixeira, “ a liberdade pode ser compreendida como a possibilidade real de pensar, decidir e agir, conforme a própria determinação pessoal observando os limites impostos pelo convívio social.”(TEIXEIRA, 2013, p. 36).

De todos os aspectos em que se pode abordar o tema da liberdade, o interesse deste trabalho é discorrer sobre liberdade religiosa. Assim, o que é liberdade religiosa? Trata-se de um conceito muito amplo e que abrange várias vertentes e engloba uma série de questões que, para os objetivos deste trabalho, não se debruçará. Ainda assim tentaremos fazer com que o leitor entenda o essencial sobre a liberdade religiosa e sua importância para todos os seres humanos.

Em síntese a liberdade religiosa consagra-se como um corolário da liberdade de consciência- a tutelar juridicamente qualquer opção que o indivíduo tome em matéria de religiosa, mesmo a rejeição, (a crença é apenas uma das alternativas possíveis que se colocam ao sujeito)... Há um direito geral de liberdade de consciência, desdobrado das múltiplas posições jurídicas, entre as quais se encontra a liberdade religiosa (NETO, 2007, p. 79-80).

**ASPECTOS HISTÓRICOS E JURÍDICOS DA LIBERDADE RELIGIOSA.  
SEPARAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO**

Quando se fala em liberdade religiosa, há que se ter em conta duas correntes de pensamento: liberal e antiliberal. Para os liberais o fundamento da liberdade religiosa consiste na autonomia individual, isto é, no direito de escolha. John Garvey considera a concepção liberal como agnóstica, e compreenderia, conseqüentemente, a postura ateaia como religiosa. Todavia, é esta a concepção, que de algum modo, considera a liberdade religiosa como um direito tanto de crentes como dos não crentes. A cocepção antiliberal, por sua vez, considera a liberdade religiosa baseada na ideia de que a religião é um bem que deve ser protegido pelo Estado. Só que, na prática, é impossível encontrar uma definição que possa abranger todas as diversidades de crenças. Se o Estado definir o que é religião, acabará excluindo, de alguma maneira, algumas manifestações religiosas, e diria às pessoas que tipo de manifestações poderiam ser consideradas como religião e as que não se enquadrassem nesta categoria ficariam desprotegidas. Seria assim um retorno ao Estado Confessional, Estado que assume uma determinada religião como oficial. Por essa razão, o argumento liberal é o que mais vai de encontro a liberdade religiosa plena.<sup>2</sup>

Jonatas Machado destaca que a liberdade religiosa apresenta duas facetas interdependentes funcionalmente a saber: a) liberdade religiosa como direito, basaedo na livre espressão de expressão de crenças; b) liberdade religiosa como separação das confissões religiosas e o Estado (MACHADO, 1996).

A primeira faceta é mais fácil de ser entendida e já foi abordada nas linhas anteriores e voltaremos a falar um pouco dela mais à frente. Por agora, quero debruçar sobre a liberdade religiosa como separação entre a Igreja e o Estado.

A questão da separação entre igreja e Estado é uma discussão muito relacionada a formação dos Estados modernos. Na antigidade e até a idade Média muitos Estados eram confessionais. Como disse Rousseau, os homens de modo algum tiveram, a principio, outros reis, além dos deuses, nem outro governo senão o teocrático. Neste Estado teocrático de modo algum se distinguia seus deuses e suas leis. A guerra política era também teológica, a jurisdição dos deuses ficava, por assim dizer, fixada pelos limites das nações. (ROUSSEAU, 1978). Em outro momento Rousseau diz que se poderia provar

---

<sup>2</sup> Para mais informações ver MAZZUOLI, Valério de Oliveira; SORIANO, Aldir Guedes. Direito à liberdade religiosa: desafios e perspectivas para o século XXI. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 29-31

que jamais se fundou qualquer Estado cuja a base não fosse a religião. (ROUSSEAU, 1978).

Hespanha, por sua vez, analisando a cultura jurídica europeia, afirma que o primeiro sistema normativo existente, e mais perto da ordem jurídica, era a religião, ou melhor, o *ius divinum*, direito divino, proveniente da Revelação, cujos comandos não poderiam ser contrariados. Neste sistema normativo, os conceitos de crime e pecado se confundem e se apoiam. (HESPANHA, 1997).

Em suma, num Estado teocrático, nos moldes da antiguidade, não prevalece o princípio de separação entre igreja e Estado, antes o Governo é entendido como uma emanção de deus. Os governantes eram os representantes de deus na terra e também eram responsáveis para levar o povo a uma vida de devoção à divindade reconhecida pela nação.

Antes do cristianismo ser estabelecido por Jesus Cristo, o povo de Israel se encontrava sob o domínio do império romano, porém ainda livres para exercerem suas práticas religiosas.

“Os romanos, a princípio não impuseram suas leis nem seus deuses aos povos conquistados, havia um respeito desde que as imposições tributárias fossem cumpridas.” (FONSECA, 2015, p.45).

Por isso, de acordo com relato bíblico e outras fontes extrabíblicas, os judeus ainda tinham o seu templo em Jerusalém, com os sacerdotes e levitas responsáveis pelas questões religiosas como o oferecimento dos sacrifícios e ofertas a Javé, também as festas religiosas que aconteciam anualmente dentre as quais poderíamos destacar a Páscoa. Também existia o sínédrio que era o órgão judicial dos judeus composto na sua grande maioria por escribas e fariseus que eram responsáveis pela salvaguarda e pelo ensinamento das leis e princípios das Escrituras sagradas. Além destes tinhamos os saduceus e outros grupos político-religiosos.

Em suma, os judeus tinham total liberdade para exercerem suas crenças sem serem forçados a adorar os deuses romanos em detrimento de Javé.

Todavia, a medida que os romanos foram expandindo os seus territórios e as ideias políticas do império, que passava também pelos ideais religiosos com a aceitação de todos os deuses, o paganismo foi reconhecido no mundo de então como uma única e mesma religião.

É neste ambiente que surge o cristianismo tendo como figura principal, Jesus Cristo, que reunindo um grupo seleta de 12 discipulos princpais e outros seguidores começaram a colocar em causa certos ensinoss e práticas religiosas da altura propagadas pelos líderes religiosos.

“Foi nessas circunstâncias que Jesus veio estabelecer na terra um reino espiritual, separando de tal sorte, o sistema teológico do político, fez com que o Estado deixasse de ser uno e determinou as divisões internas que jamais deixaram de agitar os povos cristãos.” (ROUSSEAU, 1978, p. 139).

Através da velha máxima de Cristo, dai a Cesar o que é de cesar e a Deus o que é de Deus (Mateus 22:21), é possível concluir que Jesus não queria uma religião que se intromettesse e discutisse questões de natureza essencialmente política. Não competia a Cristo determinar se deveriam ou não pagar os impostos a Cesar, mas cabia a Ele incentivar que os filhos de Deus deveriam dar a Deus o que Lhe pertence. Jesus reconhece a autonomia do Império Romano de cobrar impostos e incentiva o seus seguidores a pagarem os impostos devidos sem com isso deixarem de dar as devidas ofertas a Deus.

“O dualismo, crismado no dar a deus o que é de deus e a César o que é de César, a par da valorização cristã da personalidade individual, afirma a independência entre poder político e religioso, com o que, naturalmente ao dividir, introduz fator de limitação ao poder político.”(NETO, 2007, p. 28).

É relevante essa questão da valorização do individuo proporcionado pela fé cristã. As pessoas passaram a ter mais liberdade para seguir uma religião que não está necessariamente vinculada ao Estado. “O cristianismo surgiu como uma religião de indivíduos, que não definiam por sua vinculação a uma nação ou Estado, mas por sua relação direta com o mesmo e único Deus.” (MORAES, 2006, p. 113). Ainda segundo a autora, é possível notar uma diferença preponderante entre o cristianismo e as outras religiões. Ao passo que nestas, a divindadese relacionava com a comunidade organizada, o Deus cristão, relaciona-se de forma direta com aqueles, ou melhor, com os indivíduos que crêm Nele sem, necessariamente, a vinculação com um Estado específico. (MORAES, 2006).

Durante o ano 30 até ao 64 d.C, houve uma convivência pacífica entre o império romano e os cristãos como já existia na relação do mesmo império com os judeus dos quais os cristão derivaram até se tornarem uma comunidade independente. Esse estado de pacifismo era o resultado da prática dos romanos de não imporem suas religiões a outros



povos conquistados, limitando apenas a obrigatoriedade por parte destes do pagamento de impostos.

Quando se estuda o livro de Atos dos Apóstolos, logo nos primeiros capítulos é perceptível um rápido crescimento da comunidade cristã, o que culminou com as sucessivas perseguições primeiramente por parte dos líderes religiosos judeus e depois pelo próprio império romano que viu o cristianismo avançar por diversas regiões do seu território ameaçando a religião romana. Com a dispersão, por causa da perseguição, a religião cristã se espalha por toda Ásia, Oriente e parte da Europa. Segundo Hespanha, “[...] durante três séculos a igreja de Cristo permaneceu na clandestinidade, nos escuros e escondidos rituais do amor ao próximo e a Deus.” (HESPANHA, 1997, p. 159).

A perseguição aos cristãos no império romano começou em 64 até 313 d.C, o que corresponde aos reinados de Nero até Diocleciano, caracterizada pela morte e atrocidades contra os cristãos, inclusive como objeto de entretenimento no Coliseus romano. (MARTINS FILHO, 2011, apud. FONSECA, 2015).

Em 313 d.C, tudo se modificou com a conversão do Imperador Constantino que promulgou o edito de Milão, com a qual concede a outorga da liberdade de culto aos cristãos jurisdição ao papa e aos bispos sobre os fiéis, sendo até agora fomentada pelo poder imperial, que atribuiu força de julgamento às decisões episcopais sobre litígios de infrações religiosas que lhe fossem submetidas voluntariamente pelos fiéis. Aqui ocorre o início da maior e mais longa aproximação do Estado com a religião que tenha sido registrada na história. (FONSECA, 2015, p. 46-47).

É possível afirmar que a era cristã, antes da idade média, passou de uma perseguição religiosa a um estabelecimento do direito a liberdade religiosa e o reconhecimento do cristianismo como religião oficial do Império Romano com base no Editto de Constantinopla e o decreto do imperador Teodósio I. “ De 420 a 490 d.C., sobre os fundamentos agostinianos a respeito da política, fica o poder temporal (estatal) subordinado ao poder espiritual (Religião) cabendo ao Estado a dilatação do culto e a defesa da Igreja.” (MARTINS FILHO, 2011, p. 159. apud. FONSECA, 2015, p. 47.).

Essa postura de subordinação do Estado a Igreja abre caminho ao paradigma teocêntrico da Idade Média que tornaria mais problemática a clara delimitação das esferas, de modo que a formularização jurídica da liberdade religiosa teria de esperar mais um pouco. (NETO, 2007).

De acordo com o mesmo autor, citando Jonatas Machado, o princípio da separação entre Igreja e Estado passa por 3 fases distintas a saber:

- a) **momento hierocrático**- o jogo de poder ao início afirmaria o direitos da Igreja em relação ao Estado;
- b) **momento regalista**- supremacia dos direitos do Estado em relação à Igreja;
- c) **momento constitucional**- afirmação dos direitos dos cidadãos em relação a ambos. (MACHADO, 1996, p. 9-10, apud. NETO, 2007, p. 28.).

Nestes termos poderíamos afirmar que a Idade Média correspondeu ao momento hierocrático, isto é, um absoluto diminuição da Igreja em relação ao Estado pelo menos no período entre 492 a 800 d.C. ao ponto de no natal de 800 o Papa Leão III coroar o imperador Carlos Magno. Sobre este acontecimento e suas implicações, gostaria de enfatizar o comentário de Ives Gandra, quando assegura que este ato possibilita o integralismo entre essas duas entidades.

Com a coroação de Carlos Magno pelo Papa Leão III como Sacro Imperador Romano-Germânico no Natal de 800, vinga a teoria de duas espadas, pela qual o poder temporal seria a longa manus ou o braço secular do poder espiritual da Igreja politizando-se o poder espiritual, quer pela interferência abusiva dos imperadores Germânicos sobre as coisas da Igreja quer pela necessidade de os reis e imperadores terem a aprovação e sagração pontifícia para serem reconhecidos, dando à autoridade moral da igreja caráter jurídico, gerando fenômenos como a Inquisição. (MARTINS FILHO, 2011, p. 160).

Deste modo, o poder institucional religioso continuou crescendo e atingindo um apogeu ainda maior e a Igreja começa a assumir cada vez mais o papel de legislar sobre diversos assuntos e com a incumbência de decidir questões pertinentes a nação. Como resultado desse empoderamento, “[...] nasce o direito canônico tendo como um dos marcos legais o decreto de Graciano de 140 d.C. (HESPANHA, 1997, p. 160).

Esse poder exarcebado da Igreja só é refreado com movimento do protestantismo ou a Reforma protestante que vem contrapor os ensinamentos da Igreja Católica. E muitos começaram a questionar a autoridade da igreja que era tida como único meio de salvação, como disse Santo Agostinho, “ fora da igreja não há salvação”. e que cobrava indulgências para que as pessoas pudessem se livrar do castigo eterno. Neste período é fundada diversos movimentos como os luteranos, os calvinistas, Anglicanos e Anabatistas. Como resultado, inaturou-se uma onda de perseguição aos protestantes por parte da Igreja Católica.

O clima geral, esfacelada a unidade, de *odium theologicum* entre as diversas confissões oriundas da Reforma, todas com reivindicações de verdadeira religião, só podia eclodir as várias guerras religiosas que transpassaram a Europa nos séculos XVI e XVII, especialmente em França Alemanha e Inglaterra. A busca de soluções teóricas e institucionais para a coexistência era literalmente, questão de vida ou morte. Boa parte das receitas passou pela confessionalização do Estado e pelo reforço do seu poder alicerçados em argumentos de ordem teológica, teórico-política. O Estado confessional assim liga-se a uma confissão religiosa, católica ou protestante, e o Estado, novo ator do território politicamente centralizado (melhor dizer protagonista deste novo espaço nacional), deveria, em linha de princípio, ser neutro do ponto de vista teológico. Num esquema decalcado do direito privado, o rei é o grande proprietário, que dispõe dos súditos de forma incondicionada. Se os bens e os interesses do reino são os do rei, a religião do rei também será a do reino, *cuius regio, eius religio*, (a escolha da religião é matéria de competência exclusiva do príncipe). Um modelo de paridade biconfessional que se estabilizaria pessem os antecedentes da Paz de Augsburgo (1555), com a paz da Westfália (1648), uma união entre a Igreja e Estado do tipo regalista (nos territórios germânicos, Prússia e Saxônia seriam, desta forma protestantes, enquanto na Baviera e na Áustria o catolicismo era forte). Na França, o privilégio da Igreja Católica amparou-se na máxima *un roi, une loi, une foi*. Na Inglaterra, *Acts of Supremacy* dispôs o Monarca como o cabeça da Igreja. (NETO, 2007, p. 31-32).

É mister frisar que a Reforma protestante, pese embora tenha possibilitado alguns avanços no direito a liberdade religiosa e a separação entre Igreja e Estado, não resolveu o problema, criando assim o que Jónatas Machado chama de “[...] velho constantinismo cesaropapista, prevalecendo o poder político sobre o espiritual e agora conformado à nova realidade política do Estado territorial.” (MACHADO, 1996, p. 61-62).

“A liberdade religiosa no sentido político jurídico é fenómeno recente e indissociável ao Estado democrático de direito.” (LELLIS, 2013, p. 56). O direito a liberdade religiosa surge formalmente nos Estados Unidos na Declaração de Direito de Virgínia, de 1776, que assegura, expressamente, no seu artigo 16º, que “ todos os homens têm igual direito ao livre exercício da religião, de acordo com os ditames da consciência.”

Todavia, ainda segundo o autor, a declaração de Virgínia não tinha força normativa e passa a citar a declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 como o primeiro documento com força de lei, neste caso lei internacional, que assegura

parcialmente, não em todos os aspectos, a liberdade religiosa, ao afirmar que “ninguém pode ser molestado por suas opiniões, mesmo as religiosas.”

No que diz respeito à liberdade religiosa como separação entre o Estado e a Igreja, vale a pena mencionar que a constituição norte americana, em sua primeira emenda, ao assegurar que “o Congresso não fará lei sobre estabelecer uma religião ou proibir o seu livre exercício.”

Essa separação, embora consolidada em muitos Estados de Direito Democrático, não é de todo entendida e implementada, confundindo-se muitas vezes como uma indiferença por parte de ambas as entidades, como se a Igreja não pudesse manter nenhuma aproximação do Estado e vice versa.

O princípio da separação entre a Igreja e o Estado, afirma Maria Cláudia Pinheiro, “[...] em vez de criar princípios, esgota-se no estabelecimento contra os poderes públicos, de regras de conduta fundado na neutralidade axiológica em matéria religiosa e na não ingerência institucional ou dogmática em relação à igreja.” (PINHEIRO, 2009, p. 275). Segundo a mesma autora, a separação entre o Estado e a igreja nada mais é do que uma garantia fundamental (direito de garantia), visando a proteção da liberdade religiosa, pois o a história mostra que a união entre a igreja e o Estado nega a liberdade religiosa, promovendo perseguições e intolerância. Essa separação não se esgota com a não confessionalidade do Estado, ou seja, o Estado dizer que não tem religião oficial, mas é necessário que o Estado não se interfira no sentido de definir as formas de culto ou liturgia, nem o conteúdo das suas doutrinas (PINHEIRO, 2009).

Todavia, continuando na sua argumentação, a autora afirma que o princípio de separação entre o Estado igreja não implica a indiferença do Estado. Embora o Estado possa manter sua necessária “[...] neutralidade valorativa em matéria de fé, não pode adotar uma postura de irrestrita indiferença em relação ao fenômeno religioso.” (PINHEIRO, 2009 p. 283). Por outras palavras, o Estado não pode ser hostil às religiões, mas garantir por meio de legislações, a salvaguarda do direito à liberdade religiosa. Alguns exemplos é quando o Estado Brasileiro criou uma lei que permite as pessoas ausentarem de aulas nos dias sagrados de suas religiões.

No ordenamento jurídico Brasileiro, o direito à liberdade religiosa está assegurado na constituição federal brasileira vigente, de 1988, no seu artigo 5º :

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Pode se perceber que a lei não usa o termo “liberdade religiosa”. Todavia, como foi dito anteriormente, a liberdade religiosa faz parte de um direito maior que é a liberdade de consciência. Então, conclui-se que a liberdade religiosa é muito bem garantida pela constituição.

De forma a garantir ainda mais a eficácia deste direito na prática, foi aprovada uma lei que permite faltar às aulas por motivos religiosos ou de consciência. No seu artigo 7º A, a lei nº 13.796, de 3 de janeiro de 2019, assegura o seguinte:

“Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do **caput** do art. 5º da Constituição Federal:

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa;

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino.

Esta lei vem de encontro à tese de alguns especialistas de direito, nomeadamente a já citada Maria Cláudia Pinheiro. A autora começa a sua discussão sobre o assunto fazendo uma pergunta. Poderiam os editais de concursos públicos ou de exames de vestibular, ao designarem a data da prova para o sábado pela manhã ou pela tarde, deixar de fornecer o dia ou horário alternativo para aqueles que, por imperativos de fé, deveriam guardar o sábado?

A resposta da autora é que se deve oferecer dia e horário alternativo.

“A eleição da data de realização de um concurso ou de uma prova não se fundamenta na concretização de qualquer direito fundamental ou de qualquer interesse estatal relevante o suficiente para motivar a restrição a um direito fundamental.” (PINHEIRO, 2009, p. 303).

Agindo assim, o Estado, longe de conferir privilégios, estará adotando aqueles diferenciados comportamentos que são exigidos tanto pela igualdade em sentido material como pelo princípio da liberdade religiosa ( em sua vertente de liberdade de situação), possibilitando que os indivíduos, agora sim, possam desfrutar de uma liberdade material de opção, escolhendo entre as crenças em competição unicamente em razão do seu mérito intrínseco e não das restrições públicas que decorreriam desta ou daquela escolha. (PINHEIRO, 2009. P. 306). **IMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO CONTEXTO DA LIBERDADE RELIGIOSA**

Quando se fala de liberdade religiosa entende-se que cada religião tem a liberdade para poder expressar suas doutrinas e expandir suas áreas de influência alcançando para si mais fiéis. Para que isso aconteça, é necessário que as pessoas façam uso da sua liberdade de expressão para expor as suas convicções religiosas. A grande questão é, até que ponto tudo que eu falo acerca da minha religião ou a minha crítica a ensinamentos religiosos pode ser considerado como ultrapassando os limites da liberdade de expressão? De igual modo, é possível do ponto de vista legal impor limites à liberdade de expressão do indivíduo?

“A liberdade de expressão, na teoria, é defendida e apoiada por todos. É tida como um valor essencialmente democrático e necessário para o desenvolvimento de uma sociedade plural.” (SILVA, 2017, p. 15). A liberdade de expressão é um dos direitos fundamentais em um Estado de Direito democrático garantindo aos indivíduos o direito de se expressarem livremente. Todavia, tal liberdade não pode se consubstanciar num argumento para proferir discursos que ofendem outros indivíduos e atacar suas convicções seja de que natureza for e, principalmente, não é justificativa para discursos de ódio contra o homem religioso ou contra a religião. Essa ressalva vale também para os conteúdos das mídias. Priscilla Regina da Silva, citando Fish, no que concerne à liberdade de expressão, afirma o seguinte:

Stanley Fish está correto quando afirma que não existe tal coisa como liberdade de expressão, em seu sentido ilimitado. A liberdade de expressão é simplesmente um termo sobre um determinado comportamento verbal de interação humana, mas não é de fato uma liberdade independente que tenha um conteúdo próprio natural, uma vez que não existe em que o discurso não tenha sido limitado em certa medida a depender das circunstâncias políticas. (SILVA, 2017, p. 15. apud. FISH, 1994, p. 102)

A problemática dos limites do direito à liberdade de expressão está relacionada a questão da limitação dos direitos fundamentais como um todo, ou o que a doutrina chama de restrição de direitos. Normalmente, a ideia de limite consubstancia-se na necessidade de evitar e dirimir os conflitos que surgem da colisão de direitos fundamentais.

Os conflitos no âmbito dos direitos fundamentais manifestam-se sob a forma de concorrência; colisão em sentido estrito, isto é, quando o exercício de um direito fundamental de um indivíduo traz consequências negativas, ou coloca em causa o direito fundamental de um outro indivíduo, podendo ser direitos idênticos ou diferentes; colisão em sentido amplo, ou melhor, quando o exercício do direito fundamental de alguém coloca em causa bens coletivos constitucionalmente protegidos (STEINMETZ, 2001). Não é uma tarefa fácil impor esses limites, pois a sua efetivação dependerá de casos concretos. Limitar direitos fundamentais, diz Weingartner Neto, é coordenar mutuamente as condições de vida garantidas pelo direito de liberdade, o que a Constituição só a faz numa parte pequena. Por outras palavras, a constituição não assegura plenamente, todos os casos em que se deve fazer a restrição de determinados direitos fundamentais. Deste modo, a solução passa pela produção de concordância prática, ou seja, é preciso analisar cada caso prático para saber se aplica a restrição do direito ou não.

A liberdade de expressão é um direito muito amplo e sua aplicação engloba diversas matérias, porém, para os objetivos deste trabalho, cingiremos na sua relação com a liberdade religiosa. Neste aspecto, a doutrina brasileira se divide. A problemática surge do fato da constituição não impor limites de forma expressa ao direito à liberdade religiosa principalmente no que diz respeito à moral e bons costumes como era o caso da constituição de 1967. Baseado nisso uma parte da doutrina acredita que o exercício da religião não está condicionado à moral e bons costumes, por se tratar de conceitos indeterminados. Por outro lado, a doutrina majoritária entende que o direito à liberdade religiosa está limitado ao devido respeito à moral e bons costumes, isto é, não pode ser

contrário à ordem, tranquilidade e sossego público. Não pode ser permitido a qualquer religião ou culto, atos atentatórios a lei sob pena de responsabilização civil e criminal. Em suma, a doutrina majoritária entende que embora não esteja explícito os devidos limites, o direito à liberdade religiosa assim como os outros direitos fundamentais, não tem caráter absoluto, baseado na moral e nos bons costumes, ou seja, na concepção de que o pressuposto de todo direito é não é não prejudicar igual direito de outrem. Assim sendo, há que se evitar o que chamamos de discursos de ódio.

O discurso do ódio não pode ser confundido com posicionamento contrário ou discordância. O discurso do ódio ou hate speech refere-se à expressão de palavras que visam insultar, intimidar ou assediar pessoas em razão de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, possuindo, ainda, a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra certos grupos. Assim, o discurso do ódio caracteriza-se pelo abuso da liberdade de expressão ou pela degradação de outros com base em suas características como raça, religião ou gênero. Há no discurso do ódio um componente destrutivo, a saber, a utilização da liberdade de expressão com o desiderato de aviltar a dignidade da pessoa humana, pela degradação de pessoas ou grupos específicos em razão de características que os distinguem dos demais, como raça, cor, opção sexual, nacionalidade, etc (BOTELHO, 2012, p. 294)

Nestes termos, não é lícito a ninguém, ainda que sob a escusa de princípio religioso ou liberdade de expressão praticar atos que possam ser classificados como discurso de ódio, ou o discurso de ódio contrareligioso.

Brugger preleciona que tais discursos são motivados pelo ódio ou pela expressão do ódio e, por esta razão, não podem postular o nível de discurso, com a obtenção da proteção constitucional da liberdade de expressão. O discurso do ódio tem que ter este componente, consistente na vontade de ofender, de insultar, de intimidar ou assediar grupo ou pessoas. Do contrário, ausente este objetivo específico, haverá manifestação do pensamento, protegido pela liberdade de expressão e no campo religioso, pela liberdade de crença e de religião. (BOTELHO, 2012, p. 295, apud. BRUGGER, 2003, p. 342)

## **PROSELITISMO RELIGIOSO**

Um assunto muito pertinete no contexto da liberdade religiosa, é o proselitismo religioso. Trata-se de um tema controverso. Muitas religiões acusam outras de pescarem



nos seus aquários, ou seja, de converter os membros de uma religião ou denominação cristã para outra. Seria isso um ato ilícito e digno de ser repudiado? Para alguns líderes religiosos, sim. O proselitismo é encarado por muitos como algo negativo. Assim sendo, convém definirmos o que é proselitismo e como ele se aplica ao contexto religioso.

Proselitismo é a ação ou empenho de tentar converter uma ou várias pessoas em prol de determinada causa, doutrina, ideologia ou religião.

O propósito do proselitismo é criar prosélitos (do grego *prosélytos*), ou seja, pessoas que foram convertidas para uma nova religião, doutrina, ideologia, filosofia ou causa, mesmo sem haver interesse inicial para esta conversão. Nestes termos, é possível concluir que o proselitismo não é algo negativo em si, mas uma prática comum nas diversas áreas das relações humanas. O proselitismo pode ser, ainda, definido como “conjunto de comportamentos dirigidos de dentro da comunidade dos crentes para fora dela com a finalidade de convidarem os outros aderirem à mesa (NETO, 2007, apud. MACHADO, 1996, p. 225).

O proselitismo constitui manifestação simultânea dos direitos fundamentais à liberdade religiosa e à liberdade de expressão, configurando modalidade de liberdade de expressão religiosa, a qual deve ser, a princípio, reconhecida como direito legítimo nas sociedades democráticas.

Registre-se, ainda, que o problema do proselitismo reveste-se de particular importância no quadro em que a mundivisão majoritária de um país católico (o catolicismo como religião oficial do Estado brasileiro no Império) vai sendo, gradativamente, minada pelo avanço perceptível de outras denominações cristãs – a falar-se num país cristão, cada vez menos católico (NETO, 2007, p. 120)

O proselitismo entendido neste sentido, é algo benéfico e que não constitui uma violação à liberdade religiosa. Todavia, os limites que abordamos anteriormente quando falamos sobre a liberdade de expressão servem também para proselitismo religioso, pois, ao divulgar suas crenças e buscar para si conversos, as religiões, ou denominações religiosas, não podem desrespeitar a moral e os bons costumes, e nem coagir as pessoas adotarem uma nova crença.

Ditas estas coisas, convém agora, analisarmos o que a Bíblia e os escritos de Ellen White falam a respeito da liberdade religiosa. Para isso, seria pertinente indagar, existe apoio bíblico para a liberdade religiosa?



## **FUNDAMENTOS BÍBLICOS E DO ESPÍRITO DE PROFECIA NO QUE CONCERNE À LIBERDADE RELIGIOSA**

A liberdade religiosa, longe de ser um produto de uma revolução, de um Estado ou organização internacional, é um produto da religião. Aquele que é considerado por muitos como o pioneiro da liberdade religiosa, isto é, Roger Williams (1603-1683) foi um pastor que havia sofrido por causa de sua fé (GRAZ, 2009). Conforme afirma o mesmo autor, a liberdade religiosa tem uma tradição na religião cristã e o primeiro autor a usar o termo foi Tertúlio (160-220). Segundo Jonatas Machado, quando o papa João Paulo II foi visitar o presidente francês, Mitterand, disse-o que os ideais da revolução francesa eram, na verdade, ideias cristãos que os jacobinos haviam se apoderado e que cabia a Igreja fazer o processo de recuperação dessas noções usurpadas pelo iluminismo. (MACHADO, 1996).

Um leitor atento há de perceber que a Bíblia não faz menção ao termo liberdade religiosa. Contudo, de acordo com Graz, a liberdade religiosa não era compreendida na época de Jesus como nos nossos dias. Mas as pessoas tinham a liberdade de mudar de religião. Elas mudavam suas crenças ou combinavam a sua religião com outras. Continuando, o autor salienta que isso ocorria quando as pessoas iam morar em outros países ou quando se casavam com pessoas de outras religiões (GRAZ, 2009). A liberdade religiosa na Bíblia está fundamentada na ideia de que o homem foi criado de forma livre e que Deus jamais impôs obediência forçada. Os seres humanos são livres para escolher adorar ou não o criador do universo. Para Jesus, diz Graz, “[...] servir e adorar a Deus é uma questão de convicção ou escolha.” (GRAZ, 2009, p. 21)

Quando Tiago e João quiseram que fogo caísse do céu para consumir os samaritanos, Jesus lhes repreendeu dizendo que não sabem de que espírito são (Lucas 9:55-56). Por outras palavras Jesus queria lhes ensinar que a religião não se impunha com violência e que o Espírito de Deus é um espírito de liberdade e não de violência ou intolerância. Os samaritanos eram livres para tornarem-se seguidores de Cristo ou rejeitarem. No caso, eles rejeitaram e Jesus respeitou a decisão deles como respeita de muitos até hoje quando decidem não o seguir ou seguir outros deuses. Não poderia deixar de citar John Graz quando afirma que:

Jesus ressaltou o valor da dignidade humana por meio de seus ensinamentos e exemplos práticos. A liberdade de escolha concedida, por Deus, na criação, foi realçada pela provisão da salvação por Cristo. Ao defender a liberdade

religiosa, não apenas defendemos um direito humano básico reconhecido pela comunidade internacional, mas nós, como cristãos, compartilhamos nossa compreensão do caráter de Deus como nosso criador e salvador. A liberdade religiosa é um dom fundamental de um Deus que ama as suas criaturas e que respeita seu direito de escolha. Deus não nos dá a liberdade de escolha com o único propósito de nos ajudar a encontrar a verdade, mas como resultado de seu amor. (GRAZ, 2009, p. 30).

Ellen White não foi indiferente ao tema da liberdade religiosa. Nos seus escritos, ela deu grande importância ao assunto tendo debruçado sobre o mesmo em seus diferentes livros. Tanto o aspecto da liberdade religiosa como a separação entre a Igreja e o Estado, como o aspecto da liberdade como religiosa como um direito do ser humano. Ela chega a afirmar que quando não fazemos nada em prol da defesa da liberdade religiosa ou a liberdade de consciência, não estamos cumprindo a vontade de Deus.

Nós como um povo não temos cumprido a obra que Deus nos confiou. Não estamos preparados para o desfecho ao qual nos levará a imposição da lei dominical. É nosso dever, ao vermos os sinais do perigo que se aproxima, despertar-nos para a ação. Que ninguém se assente em calma expectativa do mal, confortando-se com a crença de que esta obra terá de prosseguir porque a profecia o predisse, e que o Senhor guardará o Seu povo. Não estamos cumprindo a vontade de Deus se nos deixarmos ficar em quietude, nada fazendo para preservar a liberdade de consciência. Fervente e eficaz oração deve ascender ao Céu para que essa calamidade seja deferida até que possamos realizar a obra por tanto tempo negligenciada. Haja as mais fervorosas orações, e então trabalhem em harmonia com as nossas orações. (WHITE, 2004, p.320-321).

Por outras palavras, Ellen White alerta para o perigo de nos conformarmos com o decreto dominical, que constitui uma violação da liberdade religiosa, ao ponto de nada fazermos com o argumento de que é um acontecimento profético e que tem de acontecer. Ela incentiva os irmãos a orarem para que mesmo com um decreto que restringe a liberdade religiosa, possamos continuar proclamando a mensagem de Deus.

Em outra declaração, ela assegura que temos que protestar contra medidas que violam a nossa liberdade de consciência.

É nosso dever fazer tudo ao nosso alcance, a fim de advertir contra o perigo iminente. Devemos esforçar-nos por destruir os preconceitos, assumindo a legítima atitude diante dos homens. Devemos esclarecer-lhes a questão propriamente dita em torno da qual gira a controvérsia, e deste modo lavrar o mais eficaz protesto contra medidas tendentes a restringir a liberdade de consciência. (WHITE, 2004, pág. 152).

E uma das mais fortes declarações dela a respeito do assunto é considerar que a cabe a Igreja Adventista do Sétimo Dia nestes últimos tempos defender a bandeira da liberdade religiosa.

Este princípio, temos de manter firmemente em nossos dias. A bandeira da verdade e da liberdade religiosa desfraldada pelos fundadores da igreja evangélica e pelas testemunhas de Deus durante os séculos decorridos desde então, foi, neste último conflito, confiada a nossas mãos. A responsabilidade deste grande dom repousa com aqueles a quem Deus abençoou com o conhecimento de Sua Palavra. Temos de receber essa Palavra como autoridade suprema. (WHITE, 2011, p. 389).

A reforma protestante deu um grande contributo à luta pelo respeito à liberdade religiosa, todavia, segundo a autora, alguns protestantes têm se afastado dos seus ideias de origem e têm negligenciado o principio da separação entre o Estado e Igreja, que é fundamental para efetivação do direito à liberdade religiosa.

Enquanto o mundo protestante está por sua atitude fazendo concessões à Roma, despertemos para compreender a situação e observar em seus verdadeiros lances a contenda ante nós. Ergam os vigias agora a voz e dêem a mensagem que é verdade presente para este tempo. Mostremos ao povo onde nos encontramos na história profética e procuremos despertar o espírito do verdadeiro protestantismo, acordando o mundo para a intuição do valor dos privilégios da liberdade religiosa por tanto tempo usufruídos. (WHITE, 2004, p. 323).

A igreja Adventista do Sétimo dia tem desempenhado um papel preponderante e de destaque ao nível mundial no que diz respeito ao respeito à liberdade religiosa e à defesa desse direito. Desde muito cedo, os adventistas reconheceram necessidade da separação entre a a Igreja e os Estado e têm também procurado manter um diálogo saudável com outras religiões através do seu departamento de liberdade religiosa. Foi assim que Charles Longacre, tinha experiência no referido departamento desde 1913 participou das discussões preliminares que, em 1947-48, resultaram na fundação da

organização Protestante e Outros Americanos Unidos para a Separação da Igreja e do Estado, cuja a sigla na língua inglesa é POAU (SCHWARZ; GREENLEAF; 2016)

No fim do século XIX e início do século a Igreja Adventista era bem ativa no que concerne à publicação de revistas sobre o tema da liberdade religiosa. Como forma de destaque convém mencionar que a igreja publicou uma revista bimestral cujo título era The Religious Liberty Library, ou seja, a Coleção de Liberdade Religiosa. (GRAZ, 2009).

A igreja Adventista do Sétimo Dia publicou alguns documentos importantes sobre a relação com os outros movimentos religiosos, dos quais destaco os seguintes, a saber:

- a) Relacionamento com outras igrejas Cristãs e Organizações Religiosas (1926).
- b) Os Adventistas do Sétimo Dia e o Movimento Ecumênico (1985).
- c) Como os Adventistas do Sétimo Dia veem o Catolicismo Romano (1997).

Embora a Igreja Adventista do Sétimo Dia tenha envidado esforços para defender o direito de cada um escolher livremente a sua religião e ter procurado manter uma boa relação com outras religiões, infelizmente alguns de seus membros têm tido uma postura inadequada ao atacar as outras religiões. Muitas vezes, nas nossas campanhas evangelísticas e na ânsia de querer mostrar que temos a verdade e que os outros estão no erro, acabamos com isso desrespeitando a liberdade do outro de crer e não crer. Não quero transparecer a ideia de que não podemos pregar aos outros ou mostrar-lhes o que a Bíblia considera como verdade. Todas as religiões têm o direito de pregar a mensagem que acredita ser verdadeiras aos outros e de buscar para se novos conversos. O problema está na maneira como fazemos isso. Devemos apresentar a mensagem com amor e respeito pelos outros que creem diferente de nós. Cristo não voltará para buscar uma igreja, Ele virá para buscar um povo. Cristo tem os seus em todas as denominações. Não podemos afirmar que os que estão fora da Igreja Adventista ou do cristianismo não são dignos de salvação. Deus se manifesta aos seres humanos de diversas maneiras e muitos que são sinceros em seus caminhos, mesmo fora do cristianismo, poderão vir a ser salvos.

Ellen White comenta que foi instruída a dizer ao povo de Deus para que fossem cautelosos na hora de apresentar a mensagem, para que não fizessem investidas pessoais a outras igrejas, nem mesmo à católica romana. “Os anjos de Deus veem, nas diversas denominações, muitos que só poderão ser alcançados com a maior precaução. Sejamos, portanto, cuidadosos com nossas palavras.” (WHITE, 1997, p. 576).

Ninguém pode ser obrigado a crer. A essência do evangelho é a liberdade e o amor. Assim sendo, a pregação do evangelho deve ser feita com amor e respeitando a liberdade que Deus concedeu ao ser humano de fazer suas próprias escolhas.

Ellen White afirma que “[...] o exercício da força é contrário aos princípios do governo de Deus; Ele deseja unicamente o serviço de amor; e o amor não se pode impor; não pode ser conquistado pela força ou pela autoridade. Só o amor desperta o amor.” (WHITE, 2004, p. 22).

Muitas vezes, pelo desespero de ver a outra pessoa respondendo positivamente ao nosso apelo e tomar a decisão de se batizar, acabamos sendo insensíveis, quase que forçando a pessoa a tomar a decisão. Não deve haver nenhum tipo de coação no processo de evangelismo, não deve ser usado nenhum engenho enganoso e nem deve se aproveitar de alguma situação desfavorável da pessoa para força-la a aceitar ao nosso apelo de se tornar membro da nossa denominação.

Não é plano de Deus obrigar os homens a deixar sua incredulidade pecaminosa. Diante deles estão à luz e a escuridão, a verdade e o erro. Cabe a eles decidir o que aceitar. A mente humana é dotada de poder para discriminar entre o certo e o errado. É propósito de Deus que os homens não decidam por impulso, mas que ao pensarem a evidência, cuidadosamente comparem escritura com escritura. (WHITE, 1907, p. 4).

Em suma, o amor é a base para se encontrar o equilíbrio entre a pregação do evangelho e o respeito à crença do outro. Quanto mais reconheço o amor de Deus pelas pessoas e o Seu respeito para com a liberdade concedida às mesmas, também manterei esse mesmo amor e respeito à liberdade do outro de pensar e agir diferente, durante a pregação do evangelho.

## **CONCLUSÃO**

Ao longo deste trabalho procuramos mostrar a importância do tema da liberdade religiosa no seu aspecto geral e demos uma ênfase maior ao contexto da pregação do evangelho e o respeito à crença do outro. Foi possível compreender que para que tenhamos uma liberdade religiosa plena, é necessário que o Estado seja laico e não confessional. Porém vimos, que apenas a declaração da laicidade por meio de dispositivo constitucional não garante, por si só, o efetivo cumprimento desse direito. É necessário que o Estado não seja indiferente ao fenômeno religioso, que a separação entre Estado e Igreja não resulte numa relação de indiferença e conflitos, mas de uma garantia para efetivação da

liberdade religiosa em todas as suas facetas. Cabe ao Estado criar mecanismos para que os indivíduos e as religiões gozem de liberdade para manifestar suas crenças e exercer suas funções na sociedade sem que seja prejudicado por causa da sua crença ou mesmo descrença. Como um direito fundamental, o direito à liberdade religiosa não é absoluto. Em reconhecimento deste fato, é que entendemos que deve haver um equilíbrio entre a pregação do evangelho, que constitui um proselitismo religioso, deve estar sujeita aos limites, não podendo ser admitidas discursos de ódios contra outras religiões, nem atos de vandalismo aos objetos sagrados e locais de cultos de outras religiões. Não podemos menosprezar nenhuma religião, mas sim apresentar a mensagem do evangelho com amor. O equilíbrio que propusemos encontrar, só pode ser alcançado respeitando os limites já impostos pela constituição e as demais legislações quer seja de caráter nacional ou internacional. Como cristãos, adventistas do Sétimo Dia, devemos voltar para a Bíblia e o Espírito de profecia e entender qual a maneira de Deus encarar a religião e aceitação da mensagem levada por ela. O maior fundamento da liberdade e dignidade humana é a palavra de Deus. Ela nos ensina de que o Senhor nos criou com o livre arbítrio e, conseqüentemente, com a possibilidade de decidir livremente que caminho seguir em qualquer assunto que diz respeito a vida humana aqui nessa terra, incluindo escolher obedecer a Deus ou negar sua própria existência e viver da maneira com queremos. A religião não se impõe por meio da força, da manipulação, coação ou qualquer outro artifício que não leve em conta o direito de outra pessoa aceitar ou não. A pregação do evangelho e o respeito à liberdade individuais são interdependentes, na medida em que a liberdade é a essência do evangelho, tendo Cristo vindo a essa terra com propósito de nos libertar. Ainda que não concordemos as crenças dos outros, é preciso ter em conta que na matéria da salvação não existe exclusividade ou preferência por uma determinada religião como se só os membros daquela religião houvessem de ser salvos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi, Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

AZEVEDO, Cristiane A. **A procura do conceito de religio: entre o relegere e o religare**. *Religare* 7 (1), 90-96, Março de 2010. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/religare/article/download>. Acesso em: 03 de maio de 2020.

BOTELHO, Marcos César. **Liberdade religiosa, homossexualismo e discurso do ódio**. ARGUMENTA - UENP JACAREZINHO Nº 16 P. 283 – 301, 2012.



BRASIL. **Lei nº 13.796, de 3 de janeiro de 2019.** Brasília,DF, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13796.htm). Acesso em: 08 de maio de 2020.

BRUEGGER, Winfried. The treatment of hate speech in german constitutional law (part I). *German Law Journal*. Vol. 4, nº 1, p. 1-44, 2003.

CANOTILHO, Joaquim José Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 7. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2003.

DOWELL, João A. Mac. **A experiência de Deus à luz da experiência transcendental do espírito humano.** Síntese: Belo Horizonte, v. 29, n. 93, 2002. p. 5-34.

FISH, Stanley. **There's No Such a Thing as Free Speech and It's a Good Thing, Too.** New York: Oxford University Press, 1994.

FONSECA, Francisco Tomazoli da. **Religião e Direito no Século XXI: a liberdade religiosa no estado laico.** 1.ed. Curitiba: Juruá, 2015.

GAARDER, Jostein et al. **O livro das Religiões.** São Paulo, SP: Cia das Letras, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo, SP: Editora Atlas S.A., 2010.

GRAZ, John. **Discussões Sobre Fé e Liberdade: Defendendo o direito de professar, praticar e promover sua crença.** Tradução de Beatriz de Albuquerque Ozório. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2009.

HESPANHA, António Manuel. **Panorama Histórico da cultura jurídica europeia.** Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

KÜNG, Hans. **Declaração do Parlamento das Religiões do Mundo.** Disponível em: [http://www.comitepaz.org.br/religoes\\_1.htm](http://www.comitepaz.org.br/religoes_1.htm). Acesso em: 08 de maio de 2020.

LELLIS, Lélío Maximiano; HEES, Carlos Alexandre. **Manual de Liberdade Religiosa.** 1.ed. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2013.

MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. **Liberdade Religiosa numa comunidade constitucional inclusiva: Dos direitos da verdade aos direitos dos cidadãos.** Coimbra: Coimbra Editora, 1996.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva; NOBRE, Milton Augusto de Brito. **O Estado laico e a liberdade religiosa.** São Paulo: LTr, 2011.

MAZUOLLI, Valério de Oliveira; SORIANO, Aldir Guedes (coord.). **Direito à Liberdade Religiosa: Desafios e Perspectivas Para o Século XXI.** Belo Horizonte: Fórum, 2009.

MILTON, John. **Aeropagítica: discurso pela liberdade de imprensa ao parlamento de Inglaterra.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MORAES, Maria Celina Bodin de. **Princípios do direito civil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

NETO, Jayme Weingartener. **Liberdade Religiosa na Constituição: Fundamentalismo, Pluralismo, Crenças, Cultos.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

OLIVEIRA, Juarez de (org.). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 6. ed. São Paulo, SP: Editoria Saraiva, 1992.

PINHEIRO, Maria Cláudia Buchianeri. O respeito, pelo poder público aos dias de guarda religiosa: a realização de exames de vestibular, concursos públicos e provas escolares em dias sagrados de descanso e orações. In: MAZZUOLI, Valerio de Oliveira; SORIANO, Aldir Guedes (org.) **Direito à liberdade religiosa**: desafios e perspectivas para o século XXI. Belo Horizonte: Fórum 2009.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social**. 2. ed. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SCHWARZ, Richard W.; GREENLEAF, Floyd (org.). **Portadores de Luz**: História da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Tradução de Francisco Alves de Pontes. 2. ed. Engenheiro Coelho, SP: Unaspres, 2016.

SILVA, Priscilla Regina da. **Contrareligião**: liberdade de expressão e discurso de ódio contrareligioso. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2017.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.) **Método de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

TEIXEIRA, Carlos Flávio. O valor da liberdade para o ser humano. In: LELLIS, Lélío Maximiano; HEES, Carlos Alexandre (org.). **Manual de Liberdade Religiosa**. 1.ed. Engenheiro Coelho, SP: Unaspres, 2013.

VIRGÍNIA, Povo. **Declaração de Direitos da Virgínia**. Estados Unidos da América, 1776. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/declaracao-de-direitos-do-bom-povo-de-virginia-1776.html>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

WHITE, Ellen G. **Evangelismo**. Tradução de Octavio E Santo, Raphael de Azambuja Butler. 3.ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1997.

WHITE, Ellen G. **Obreiros evangélicos**: instruções para todos os que são cooperadores de Deus. Tradução de Isolina A. Waldvogel. 5. ed. Tatuí - SP: Casa Publicadora Brasileira, 2011.

WHITE, Ellen G. **Testemunhos seletos**: conselhos para a igreja, selecionados de Testimonies for the church. Tradução de Isolina A. Waldvogel. 6.ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2004. v.2

WHITE, Ellen G. **O desejado de todas as nações**. Tradução de Isolina A. Waldvogel. 22. ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2004.

YANCEY, Philip. **O Jesus que nunca conheci**. São Paulo, SP: Vida, 1998.

**Capítulo 87 - DOI:10.55232/1083002.87**

**ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA  
PESQUISA: AS ENTIDADES PATRONAIS E A REFORMA  
TRABALHISTA NO BRASIL – O DESCARTE DOS  
LIMITES PROTETIVOS DO DIREITO DO TRABALHO**

**Linauro Pereira De Souza Neto e Selma Cristina Silva De Jesus**

**RESUMO:** O presente artigo objetiva apresentar os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa denominada As entidades patronais e a reforma trabalhista no Brasil: o descarte dos limites protetivos do direito do trabalho, ainda em desenvolvimento, dedicada a analisar a reforma trabalhista por meio das ideias e da atuação de instituições de representação coletiva do empresariado industrial, através da discussão sobre os seus elementos e os relacionando com o atual estágio de apropriação da realidade empírica do objeto. O problema em que se debruça a investigação é: qual é a concepção das entidades representativas do empresariado industrial brasileiro sobre a regulamentação do trabalho e como se deu a sua atuação no processo de construção e aprovação da reforma trabalhista no país, no atual contexto do capitalismo flexível? A pesquisa propõe uma abordagem qualitativa e a adoção, enquanto técnicas de coleta e análise, de pesquisa documental e análise de conteúdo. Assim, foram apresentadas, sucintamente, algumas incursões teórico-metodológicas, através de uma aproximação em relação aos procedimentos sugeridos, especialmente, a pesquisa documental, assim como, uma análise preliminar dos dados obtidos através da exploração inicial. A conclusão apontou para os avanços e limites até então encontrados no desenvolvimento da pesquisa, notadamente, em relação aos traços constitutivos das entidades de representação coletiva da classe patronal e às concepções e atuações de suas diferentes frações em relação à regulamentação do trabalho no país.

**Palavras-chave:** Metodologia. Trabalho. Classes Sociais. Sindicalismo. Reforma Trabalhista.

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho<sup>1</sup> almeja apresentar e amadurecer os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa de doutorado denominada *As entidades patronais e a reforma trabalhista no Brasil: o descarte dos limites protetivos do direito do trabalho*, em desenvolvimento, através da discussão sobre os seus elementos e os relacionando com o atual estágio de apropriação da realidade empírica do objeto.

A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (PPGCS/UFBA) e à Linha de Pesquisa Trabalho e Desigualdades Sociais e o seu objeto é a reforma trabalhista e suas implicações sobre as relações sociais de trabalho, isto porque, a mesma alterou de maneira significativa a regulamentação do trabalho no Brasil, no ano de 2017, e contou com um forte apoio das elites industriais, por meio dos seus órgãos representativos de classe.

O problema em que se debruça a investigação é: qual é a concepção das entidades representativas do empresariado industrial brasileiro sobre a regulamentação do trabalho e como se deu a sua atuação no processo de construção e aprovação da reforma trabalhista no país, no atual contexto do capitalismo flexível?

A pesquisa pretende contribuir com os estudos sobre o papel e a contribuição do empresariado na reforma trabalhista, utilizando-se dos conceitos e características da sociologia do trabalho e justifica-se, especialmente, face aos recentes e intensos debates sobre a flexibilização do trabalho e no fato de que as organizações sindicais patronais e suas ações são ainda pouco exploradas por estudos acadêmicos.

Serão apresentadas em seguida, ainda que sumariamente, algumas incursões teórico-metodológicas, através de uma aproximação em relação aos procedimentos sugeridos, assim como, uma análise preliminar aos dados obtidos através de exploração preliminar.

## **1. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

A pesquisa propõe uma abordagem qualitativa, lançando mão de técnicas de coleta e análise variadas, tais como: pesquisa bibliográfica, documental e análise de conteúdo.

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada e publicada nos Anais do ‘Encontro Nacional da ABET: Crises e horizontes do trabalho a partir da periferia’.

Os principais conceitos teóricos adotados, levando-se em consideração o presente estágio da tese, são: trabalho, classes sociais, neoliberalismo, flexibilização/precarização, sindicalismo patronal e reforma trabalhista.

Além deles, ainda que em grau complementar para a pesquisa, são importantes os conceitos de ideologia, direito e processo do trabalho e sindicatos. Com o desenvolvimento da pesquisa, pretende-se contribuir com a análise dos referidos conceitos, com vistas ao essencial e em direção ao objeto investigado.

## **1.1 Abordagem qualitativa**

A abordagem metodológica se dará de forma qualitativa, mas não meramente descritiva, já que se busca, através do processo investigativo dialético, a exposição orgânica, coerente, concisa das múltiplas determinações que explicam a problemática investigada, de maneira que seja possível o avanço sobre o conhecimento anterior, mas também atende a questões pendentes e a própria redefinição das categorias, conceitos, etc., através da síntese elaborativa da investigação e as implicações para a ação completa.

Isto porque, a pesquisa qualitativa pode ser utilizada para o estudo do transitório, aliando-se fortemente ao materialismo histórico, localizando no tempo e no espaço as crises, os momentos de transição, as mudanças, em suma, as rupturas com a ordem dominante, tal como no presente caso, em que se pretende compreender as intensas mudanças ocorridas no mundo trabalho, especialmente, na última década.

Segundo sustentam Deslauriers e Kérisit (2014), uma pesquisa qualitativa dedicada ao estudo do transitório possui as características de objetivar: localizar no tempo e no espaço os momentos em que as estratégias dos atores se evidenciam conjuntamente, reunir as perspectivas até então manifestadas enquanto intenções individuais e identificar as crises que se estabelecem como indícios reveladores do momento em que a ordem social antiga não existe mais e em que se opera a mudança social.

Muito embora a pesquisa filie-se à corrente que avoca uma complementaridade epistemológica e metodológica entre os delineamentos quantitativo e qualitativo na produção do conhecimento, a opção por uma abordagem qualitativa, ainda que não exclusivamente, busca privilegiar a própria natureza dos dados que serão reunidos através de pesquisa documental.

Nesse sentido, levando-se em conta a natureza dos dados, a abordagem qualitativa oferece algumas vantagens estratégicas específicas para a pesquisa. Groulx (2014) destaca a possibilidade de uma interpretação mais acurada da realidade social, com vistas às suas transformações e os efeitos destas na vida e no labor dos indivíduos, a multiplicidade das perspectivas e dos agentes, a possibilidade de se lidar mais facilmente com a diversidade de relações e situações, a pluralidade de atores, etc., mobilizando um repertório variado de recursos.

## **1.2 Revisão bibliográfica**

O estudo bibliográfico centrar-se-á na perspectiva epistemológica da sociologia do trabalho, através das contribuições teóricas dos autores que investigaram as organizações sindicais patronais, a reforma trabalhista no Brasil, assim como, na bibliografia especializada sobre reestruturação produtiva e neoliberalismo.

Especificamente em relação ao objeto da pesquisa, ganham relevância os estudos de Castro Gomes (1979; 1988) e Paranhos (1999) sobre o surgimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a sua natureza, com o desenvolvimento dos conceitos de ‘trabalhismo’, ‘ideologia trabalhista’ e ‘proteção social’ da era Vargas, suas causas e implicações, notadamente, sobre a luta sindical e a estrutura dos sindicatos laborais e patronais.

Sobre a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e a sua ação política em relação à tramitação de propostas e agendas legislativas, envolvendo o acompanhamento, análise, tomada de posição, orientação e pressão sobre os atores políticos, destacam-se os artigos de Mancuso (2004) e Bresser-Pereira e Diniz (2009).

Destacam-se também os recentes trabalhos de Boito Júnior (2018) sobre as ‘classes sociais’ e, principalmente, sobre a ‘classe capitalista brasileira’ e a sua ‘ideologia’. Sobre as ‘frações da classe patronal’ e os atuais desdobramentos do ‘neoliberalismo’ no Brasil, temos, em relevo, o trabalho de Druck e Filgueiras (2020).

Ainda em relação ao avanço do ‘neoliberalismo’ no país e, particularmente, à ‘reforma trabalhista’, temos os artigos de Druck (2013), Druck e Silva (2014) e Araújo, Dutra e Silva (2017) que defendem que, nesse contexto, as propostas das CNI têm por objetivo o descarte do direito do trabalho, através do desmonte da CLT.

### **1.3 Pesquisa documental**

A pesquisa documental, no presente momento, dá-se através da investigação sobre os diversos documentos produzidos pela CNI e Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) em defesa de alterações na legislação trabalhista no país e que, como se pôde perceber através da exploração preliminar, apresentaram diversas propostas que foram incorporadas ao texto final aprovado da Lei 13.467/2017, a reforma trabalhista.

A complexidade, a quantidade e a variedade de documentos apontaram para a necessidade de recorte ou delimitação, tendo em vista a exequibilidade do trabalho no período disponível para a conclusão da tese, dada a sua limitação temporal e material, sem que isso represente necessariamente uma perda de qualidade.

Portanto, foram selecionados, inicialmente, aqueles documentos produzidos pelas referidas entidades de representação patronal entre os anos de 2011 e 2018, ou seja, antes e depois da aprovação da lei da reforma trabalhista, sem prejuízo da aplicação e/ou reavaliação do recorte temporal proposto.

Dessa forma, distinguem-se 11 (onze) publicações e 13 (treze) documentos produzidos pela CNI no recorte temporal proposto, disponibilizados pela mesma no seu *site*, através de uma página denominada de ‘Modernização e desburocratização trabalhista’, já catalogados através de pesquisa preliminar (CNI, 2016; 2017; 2018).

As 11 (onze) publicações se referem à boletins sobre a reforma, denominados “Informativos da CNI”, onde são apresentados dados e atos normativos sobre o seu trâmite legislativo, conteúdo e aplicação após sua aprovação (CNI, 2018).

Os 13 (trezes) documentos são trabalhos de maior densidade, em defesa da flexibilização do direito do trabalho, denominados: “Crises econômicas e flexibilidade no trabalho”, “101 propostas para modernização trabalhista”, “Regulação e desburocratização: desdobramentos das propostas da indústria para as eleições de 2014”, “Modernização e desburocratização trabalhista: propostas para avançar”, “Regulação e desburocratização: propostas para melhoria do ambiente de negócios”, “Caminhos para a modernização trabalhista”, “Cartilha: falando em modernização trabalhista”, “Modernização trabalhista: lei 13.429, de 13 de julho de 2017 – panorama anterior e posterior à aprovação”, “Sondagem especial 70: reforma trabalhista”, “Relações trabalhistas no contexto da indústria 4.0”, “Negociação coletiva – análise da jurisprudência do TST após o precedente do STF no RE 590.415/SC e antes da Lei

13.467/17”, “Novos desafios, muitas possibilidades: legislação e prática da negociação coletiva – Lei 13.467 de 2017” e “Modernização trabalhista: Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 – panorama anterior e posterior à aprovação” (CNI, 2018).

Na página da CNI na *internet*, ainda foram disponibilizados uma série de outros documentos que poderão ser úteis ao desenvolvimento da pesquisa, tais como: materiais para a campanha de apoio ao Projeto de Lei da Reforma Trabalhista, imagens, infográficos, notícias e vídeos (CNI, 2018).

Na Bahia, a FIEB também produziu, no ano de 2016, um documento que pretendemos analisar, que refletiu o seu posicionamento diante das relações de trabalho, denominado “Posicionamento do CRT-FIEB sobre temas de interesse no campo trabalhista” (FIEB, 2016).

Em relação às notícias, especialmente, pretende-se também investigar os *sites* da CNI e da FIEB, no recorte temporal proposto, ou seja, entre os anos de 2011 e 2018, com objetivo de identificar e analisar as ações e discursos institucionais em relação à reforma trabalhista, em busca dos movimentos e posicionamentos de defesa em relação à flexibilização da legislação do trabalho no país.

Em um segundo momento, a pesquisa documental se dedicará à investigação específica sobre a lei da reforma trabalhista, procurando identificar os seus principais elementos e pontos de concordância ou discordância com as propostas feitas anteriormente pelas citadas entidades patronais, além de verificar como se deu a tramitação do seu Projeto de Lei no Congresso Nacional.

#### **1.4 Análise de conteúdo**

Os documentos reunidos serão analisados através da técnica de análise de conteúdo, através das seguintes etapas, definidas por Bardin (2016): inicialmente, uma pré-análise que se constitui em selecionar e organizar os documentos, na sequência a exploração desse material com o auxílio de instrumentos, e, por fim, a última etapa que consiste nas análises, interpretações e inferências que faremos fundamentadas nas categorias estabelecidas *a priori* e no arcabouço teórico-metodológico, já explicitado.

De acordo com Trivinõs (1987), quando o materialismo histórico propõe analisar os fenômenos sociais a partir do método dialético, onde dados e conceitos são relacionais e multiplamente determinados, a técnica da análise de conteúdo pode ser auxiliar a este



referencial teórico-metodológico, tendo em vista a tendência de índole materialista dialética do emprego do enfoque que a análise de conteúdo apresentou, quando surgiu com ênfase o estudo sobre a ideologia e suas vinculações com variáveis complexas da vida social, como os modos e relações de produção e as classes sociais e suas formações históricas em determinadas sociedades.

Com a análise dos documentos, pretende-se identificar a concepção das entidades representativas do empresariado industrial brasileiro sobre a regulamentação do trabalho e como se deu a sua atuação no processo de construção e aprovação da reforma trabalhista no país, em um contexto mais geral de crise estrutural do capitalismo.

Por fim, pretende-se realizar a análise de conteúdo com o auxílio do computador, para tratamento dos dados e análise dos diversos dados reunidos através dos documentos. O programa que será utilizado é o NVIVO 11, um *software* voltado aos métodos qualitativos de pesquisa, escolhido em razão da familiaridade com o mesmo e da possibilidade de trato com documentos originados de diversas mídias diferentes.

## **2. ANÁLISE PRELIMINAR**

A Confederação Nacional das Indústrias (CNI) é um órgão de representação dos empresários do setor produtivo e foi fundada no ano de 1938. A entidade patronal, desde o seu início, mantém uma forte atuação no mundo do trabalho, sendo responsável, por exemplo, pela criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e do Serviço Social da Indústria (SESI), em 1946.

A partir do ano de 1988, com a nova Constituição Federal (CF), o foco de sua atuação passou a se dar na participação da produção nacional em uma economia mundial cada vez mais competitiva e globalizada. No ano de 1996, a CNI iniciou a divulgação da sua agenda, através da publicação de documentos que exprimem a sua posição diante de proposições legislativas em trâmite no Congresso Nacional. Hoje, a atuação da CNI se dá, principalmente, na defesa de reformas institucionais (MANCUSO, 2004; CNI, 2019).

A FIEB (Federação das Indústrias do Estado da Bahia), por sua vez, órgão de representação institucional dos industriais baianos, é uma das 27 federações que fazem parte do sistema de representação industrial, sendo todas coordenadas pela CNI (FIEB, 2019).

Nesse contexto, a CNI e a sua representação estadual, a FIEB, desempenharam um notável ativismo a favor da reforma trabalhista, tendo produzido diversos documentos com propostas que foram incorporadas ao seu texto final aprovado. Além disso, a CNI continua a produzir documentos sobre a citada Lei 13.467/2017, defendendo a sua interpretação e aplicação às relações de trabalho conforme os interesses do empresariado industrial.

As referidas instituições patronais se destacam por representarem os interesses de sua classe em uma correlação de forças no setor industrial em oposição a importantes e fortes sindicatos de trabalhadores, com histórico de lutas políticas e econômicas no Brasil, como os metalúrgicos e petroleiros, por exemplo.

Ademais, não obstante ao exponencial crescimento dos setores de serviços e financeiro nas últimas décadas, o setor industrial nunca deixou de ter a sua importância social, econômica e política, principalmente, quando lembrada a crescente indústria agrária no país e da força que possuem em conjunto no poder legislativo.

As agendas e documentos produzidos pela CNI e FIEB, desde o ano de 2011, entidades patronais de grande importância no país, anteciparam muitas das mudanças que foram incorporadas no texto da reforma trabalhista, por exemplo: a prevalência do negociado sobre o legislado, a regulamentação da terceirização, a flexibilização dos contratos e jornada de trabalho, o fim da contribuição sindical, dentre outros.

Nesses documentos, revela-se, como argumento de defesa para o processo de flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho no país, ali chamado de movimento de ‘modernização’ e ‘desburocratização’, a noção de liberdade contratual e de livre iniciativa, em oposição a direitos trabalhistas tutelados pelo Estado.

## **2.1 O documento “101 propostas para modernização trabalhista”**

Dentre os documentos citados no tópico 1.4, destaca-se, para o presente artigo, aquele denominado “101 propostas para modernização trabalhista”, cujas defesas principais são de ‘modernização’ das relações de trabalho, em oposição a uma Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) chamada de ‘antiquada’, e a prevalência das negociações entre empresários e trabalhadores sobre as leis trabalhistas, tanto individuais quanto coletivas, chamada de ‘livre negociação’ (CNI, 2012).

O referido documento é um extenso estudo promovido pela CNI, com 140 páginas, com o objetivo de “abrir as discussões para reduzir os altos custos do emprego formal, que a CNI vê como um dos mais graves gargalos ao aumento da competitividade das empresas brasileiras” (CNI, 2012). O mesmo foi editado e lançado no ano de 2012, num contexto de expansão econômica no país, e justifica a sua pertinência na necessidade de “modernizar as relações de trabalho” para “garantir competitividade às empresas” (CNI, 2012, p. 13).

No documento, a CNI procura mapear 101 “problemas” das relações de trabalho no país, notadamente, sobre a regulamentação destas relações, e propõe o que seriam “soluções” mais ou menos fáceis de implementação para a “resolução” dos mesmos.

A CNI não categoriza os referidos problemas, mas destaca alguns temas (negociação, contratos, jornadas, benefícios, obrigações acessórias, qualificação, saúde e segurança do trabalho, seguridade social, inspeção do trabalho, Justiça do Trabalho, inclusão social e produtiva e processos burocráticos, entre outros) e os elenca da seguinte forma:

Valorização da negociação coletiva; Espaços de negociação individual; Intervalo intrajornada para repouso; Ultratividade das normas coletivas; Compensação habitual de jornada semanal; Jornada de trabalho de 12 por 36; Pagamento do período suprimido do intervalo intrajornada; Negociação do banco de horas com a categoria preponderante; Acordo individual de compensação de jornada; Trabalho aos domingos e feriados; Turno ininterrupto de revezamento; Trabalho noturno; Trabalho em regime de tempo parcial; Tempo à disposição do empregador após portaria; Regulamentação de atividades profissionais; Sobreaviso; Contratação de pessoas físicas em serviço eventual; Flexibilização do trabalho em prazo determinado; Terceirização; Trabalho de expatriados; Imigração de estrangeiros qualificados; Sistemas de remuneração estratégica; Participação nos lucros e resultados (PLR); Salário-mínimo e pisos mínimos regionais; Extensão e cumulatividade do PAT; Notificação prévia para exclusão de empresas do PAT; Contribuição previdenciária sobre a previdência complementar; Horas in itinere; Intervalo de descanso para a mulher; Pagamento pelo INSS do salário-maternidade no caso de empresas do Simples; Encargos incidentes durante a licença-maternidade; Prazo para garantia da estabilidade provisória da gestante; Estabilidade provisória em contratos por prazo determinado; Plano de saúde em aposentadoria por invalidez; Controle eletrônico de atestados médicos; Retorno de trabalhadores liberados pela perícia do INSS; Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP);

Metodologia de enquadramento do RAT; Custos com afastamentos por motivo de saúde; Reabilitação profissional; Benefício de Prestação Continuada (BPC) e empregos para pessoas com deficiência; Sistema Nacional de Emprego para pessoas com deficiência; Encargos previdenciários de pessoas com deficiência; Lista descritiva de deficiências para fins de cumprimento das cotas; Cota de pessoas com deficiência e cargos que exigem aptidão plena; Cota de pessoas com deficiência em locais com restrições de acessibilidade; Incentivos para acessibilidade nas empresas; Multa rescisória e aviso prévio em aposentadoria espontânea; Incentivos à contratação de egressos do sistema penitenciário; Trabalho em ambientes frios; Fracionamento da concessão de férias; NR 12 - máquinas e equipamentos; Proibição de trabalho a céu aberto (calor); Caracterização de trabalho escravo; Desoneração da folha; Multa adicional de 10% sobre o FGTS; Contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado; Contribuições previdenciárias durante o afastamento por licença médica; Alíquota do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para MPEs; Indenização adicional antes da data-base; Natureza indenizatória dos adicionais; Seguro de vida em substituição ao adicional de periculosidade; Pagamento proporcional do adicional de periculosidade; FGTS durante o serviço militar; Encargos previdenciários de aprendizes; Cálculo de cota de aprendizes; Estímulos ao primeiro contrato de trabalho; Contratação de profissionais recém-formados; Desoneração das bolsas de estudos; Cursos de formação ou qualificação profissional além da jornada de trabalho; Vinculação do FAT à qualificação profissional; Mecanismos de concessão do seguro-desemprego (PSD); Fundo antidesemprego; Investimentos em formação profissional; Redução de jornada com conseqüente redução de salário; Modulação dos efeitos na revisão da jurisprudência (súmulas); Questionamento das súmulas; Rescisão Consensual; Homologação opcional de rescisão para MPEs e de profissionais de grau superior; Homologação de acordos trabalhistas (jurisdição voluntária); Obrigatoriedade da Comissão de Conciliação Prévia (CCP); Arbitragem; Transparência e registro de audiências trabalhistas; Fundo para honorários periciais; Penhora on-line em execuções trabalhistas; Priorização de penhora de bens em execução provisória de ação trabalhista; Não comparecimento de reclamante em audiência; Depósito prévio para interposição de recursos perante a Justiça do Trabalho para MPEs; Cartilha de direitos e deveres das empresas nas inspeções do trabalho; Prazo para apresentação de defesa e recursos administrativos e para recolhimento das multas; Conselho de julgamento de defesas e recursos administrativos do TEM; Consulta às ordens de serviço de inspeção do TEM; Fiscalização do trabalho acompanhada; Dupla

visita da fiscalização do trabalho; Conflitos entre as atuações do MTE e do MPT na ação fiscalizatória; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Prazo para devolução da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); Ponto eletrônico; Vale-transporte em dinheiro; Informações de recolhimentos para o trabalhador ao INSS; Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) eletrônica (CNI, 2012).

Além dos tópicos em si, é possível perceber no documento, nesta primeira análise, a proposição de uma série de conceitos para a caracterização das relações de trabalho no Brasil. Dentre eles, destacam-se aqueles que buscam destacar uma dita contradição entre a regulamentação das relações de trabalho e as condições de desenvolvimento econômico no país, tais como: “novo mundo do trabalho” e “antigas leis do emprego”, “mundo do trabalho moderno” e “desconexão do sistema trabalhista com a realidade”.

O fruto desse ‘descasamento’ entre a legislação e o mercado de trabalho, segundo a CNI, imporia um quadro de insegurança jurídica trabalhista e previdenciária nas relações de trabalho, reduzindo “a propensão ao investimento” e a “geração de empregos” (CNI, 2012, p. 17). Além disso, os custos com a força de trabalho reduziriam a competitividade das empresas brasileiras num contexto cada vez mais competitivo e global. Por tais motivos, a CNI defende, no referido documento, a construção de um ‘sistema trabalhista moderno’, ancorado nas suas propostas.

Apesar da heterogeneidade, o documento mesmo destaca aquelas medidas que lhe seriam mais caras e que, em grande parte, foram adotadas pela reforma trabalhista: “valorização dos processos de negociação”, ou seja, a prevalência do negociado sobre o legislado; a modulação/limitação dos efeitos das Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST); e o “aumento da produtividade” com a adoção da flexibilização das jornadas de trabalho e salários (CNI, 2012, p. 19).

Como visto, apesar do caráter preliminar do presente artigo, é possível ponderar sobre a presença de possíveis indicadores de flexibilização presentes no referido documento. Especialmente por seu caráter mais geral, ou seja, da apresentação das propostas da CNI para as relações de trabalho como um todo, é possível perceber que as mesmas alcançam diversos pontos que foram efetivamente abarcados pela reforma trabalhista, tais como: a fragilização da representação coletiva dos trabalhadores; a flexibilidade da jornada de trabalho e do salário; o surgimento de novos contratos de trabalhos, mais flexíveis; ampliação das possibilidades de terceirização do trabalho; imposição de limites e dificuldades no acesso à Justiça do Trabalho e no seu próprio

funcionamento; flexibilização das normas e punições em relação à fiscalização do trabalho; dentre outros.

Enfim, é importante observar que o próprio documento revela que o mesmo fora desenvolvido por um grupo multidisciplinar de profissionais, apesar de preferir não os identificar, além de não citar a fundamentação teórica que o embasa e nem mesmo as suas referências bibliográficas.

## **CONCLUSÃO**

O objetivo do artigo foi o de apresentar os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa de doutorado em desenvolvimento, denominada “*As entidades patronais e a reforma trabalhista no Brasil: o descarte dos limites protetivos do direito do trabalho*”. Devidos às suas limitações, não foi possível avançar em alguns pontos já alcançados sobre a realidade empírica do objeto, tais como, por exemplo, sobre o histórico da CNI e da legislação laboral no Brasil, bem como sobre a análise preliminar de outros documentos relacionados.

Assim, procurou-se enfatizar os principais aspectos teórico-metodológicos, com a apresentação do referencial teórico, das técnicas e instrumentos que poderão contribuir com o avanço da pesquisa, enquanto uma apresentação de intenções, mas que deverão ainda ser aprimoradas ao final.

A partir dessa breve análise, surgiram alguns questionamentos a serem respondidos com o avançar da investigação, a partir dos traços constitutivos das entidades de representação coletiva da classe patronal, sobre as concepções e atuações de suas diferentes frações em relação à regulamentação do trabalho no país, como se demonstra dos instrumentos e/ou roteiros de pesquisa em apêndice.

Com o desenvolvimento da pesquisa, pretende-se aprofundar ainda a análise sobre o perfil e as transformações ideológicas ocorridas mais recentemente nos sindicatos patronais envolvidos no processo de construção e aprovação da reforma trabalhista, através da produção e análise dos dados exploratórios qualitativos.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Maurício Azevedo de; DUTRA, Renata Queiroz; SILVA, Selma Cristina. Neoliberalismo e flexibilização da legislação trabalhista no Brasil e na França. Cadernos do CEAS, Salvador/Recife, n. 242, p. 558-581, set./dez., 2017. Disponível em: <<https://cadernosdoceas.ucsal.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

GOMES, A. M. C. A invenção do trabalhismo. 1. ed. São Paulo: Vértice, 1988. 320p.

\_\_\_\_\_. Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937). 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1979. v. 1. 360p.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOITO JR., Armando. Reforma e crie política no Brasil – os conflitos de classe nos governos do PT. 1. ed. Campinas e São Paulo: Editora Unicamp e Editora Unesp, 2018. v. 1.000. 331p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. Empresariado industrial, democracia e poder político. Novos Estudos. CEBRAP, nº 84, jun. 2009, p. 83-89.

CNI. 101 propostas para modernização trabalhista. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2013/2/101-propostas-para-modernizacao-trabalhista/>>. Acesso em 16 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Agenda Legislativa da Indústria. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/agenda-legislativa-home/>>. Acesso em 16 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Institucional. História. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/historia/>>. Acesso em 13 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Modernização e desburocratização trabalhista. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/relacoedotrabalho/trabalhista/modernizacao-e-desburocratacao-trabalhista/publicacoes/>>. Acesso em 09 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Modernização Trabalhista. Lei nº 13.467, 13 de julho de 2017 – Panorama anterior e posterior à aprovação. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/relacoedotrabalho/publicacoes/modernizacao-trabalhista-lei-n-13467-de-13-de-julho-de-2017-panorama-anterior-e-posterior-aprovacao-exibir/>>. Acesso em 16 dez. 2017.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O Delineamento da Pesquisa Qualitativa. In: NASSER, Ana Cristina (Trad.). A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos. Petrópolis: Vozes, 2014.

DRUCK, Graça. A “legalização” da precarização, da flexibilização e da modernização do trabalho no Brasil: as 101 propostas da Confederação Nacional da Indústria (CNI). XXIX Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia – ALAS. Chile, 2013. Disponível em:

<[https://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18\\_DruckG.pdf](https://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18_DruckG.pdf)>. Acesso em 09 out. 2018.

\_\_\_\_\_; SILVA, Jair Batista da. Precarização, Terceirização e Ação Sindical. *In: Trabalho, Constituição e Cidadania: A dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas*. São Paulo: LTr, 2014, p. 31-45.

FIEB. O Sistema FIEB. Salvador, 2019. Disp. em:  
<<http://www.fieb.org.br/Pagina/158/O-Sistema-FIEB.aspx#m-1>>. Acesso em 13 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Posicionamento do CRT-FIEB sobre temas de interesse no campo trabalhista. Salvador, 2016. Disponível em:  
<[https://issuu.com/sistemafieb/docs/posicionamento\\_do\\_crt\\_-\\_fieb\\_sobre\\_](https://issuu.com/sistemafieb/docs/posicionamento_do_crt_-_fieb_sobre_)>. Acesso em 09 out. 2018.

GROULX, Lionel-Henri. Contribuição da Pesquisa Qualitativa à Pesquisa Social. *In: NASSER, Ana Cristina (Trad.). A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos*. Petrópolis: Vozes, 2014.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça. O Brasil nas trevas (2013-2020): do golpe neoliberal ao fascismo. São Paulo: Boitempo, 2020.

MANCUSO, Wagner Pralon. O *lobby* da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. *In: DADOS Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: vol. 47, nº 3, 2004, p. 505-547.

PARANHOS, Adalberto. O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.



**Capítulo 88 - DOI:10.55232/1083002.88**

**A FALÁCIA DO RACISMO REVERSO NO BRASIL, O RACISMO ESTRUTURAL PRESENTE NO JUDICIÁRIO E NO APARATO DE SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRO**

**Enéas Cardoso Neto**

**RESUMO:** O Racismo Estrutural é uma forma branda e às vezes imperceptível para cometer esse abismo social de uma maneira discreta, tornando-a mais perigosa, pois, o agressor se coloca em lugar de vítima, adquirindo a proteção do “animulus jocandi”, com a justificativa de não ter a intenção de prejudicar a dignidade da pessoa com aquela falácia. E acaba corroendo ainda mais o psicológico daquele que se cala por não ter argumento ou psicológico para discussão, pelo simples fato de ter que se posicionar e argumentar sobre isso diariamente. O Brasil não se importa em realizar políticas funcionais de reparação, a sociedade muda, mas o racismo continua, por falta de instrução ou informações que deveriam ser validadas na formação das pessoas. Em contrapartida, o que se vislumbra, é a continuação, porém, com outro formato, sendo mais escrupuloso de não censurar o transgressor, uma maneira de deixá-lo à vontade para praticar seus atos e quando se promovem ações visando uma reparação histórica aos afro-brasileiros ocorre de maneira falaciosa a argumentação da existência do “racismo reverso”.

**Palavras-chave:** Racismo estrutural, Racismo reverso, Judiciário

## **INTRODUÇÃO**

O Brasil precisa criar leis para combater esse abismo social, onde falta representação de negros no poder legislativo e judiciário, sendo que o país é formado por 55% de pessoas negras e pardas, interromper essa naturalização de corpos escancarados por uma bala perdida, ter a igualdade e liberdade de poder esquecer seus documentos em casa e não se preocupar em ser preso por falta de identidade. Criar urgentemente uma ação efetiva de reparação que funcione, promover no aprendizado a política de não utilizar expressões que machuque a história de um ser humano. Como se é utilizado no dia a dia por falta de informações que deveriam ter sido passadas na educação, na mídia, no nosso cotidiano. Ao invés disso, a sociedade camufla a situação, tratando as com descaso, tentando tampar o passado de pessoas que eram comercializadas como mercadoria de consumo a base de torturas como: Tirando os filhos dos braços dos pais, acorrentados pelo pescoço, perseguições por cães, marcando a pele negra com ferro quente, utilizando mascaras de ferro, mutilações e todos os tipos de tortura possível, da maneira mais repugnante que possam imaginar.

Essa história, deveria ser relatada todos os dias em todos os lugares, para lembrar do porque os negros devem ter mais direitos do que os brancos e não ao contrário, pois, na prática é o que acontece, os negros continuam sendo de alguma forma castigados, por causa do apego à escravidão e aos ideais desatualizados da supremacia branca. Podemos defini-lo a partir de três conceitos. Individualistas, devido ao preconceito, o racismo apresenta-o como um defeito patológico; institucional, concedendo privilégios e desvantagens a determinados grupos por meio de raça e privilégio, e normalizando esses comportamentos por meio de poder e dominação; estrutural. A visão é aquela dada a forma “normal” o racismo existe nas relações sociais, políticas, jurídicas e econômicas, a responsabilidade individual e institucional pelo comportamento racista não elimina a recorrência da desigualdade racial.

A prova disso é a utilização do princípio da igualdade quando um negro tem algum dano reparado, uma frase tocante que a mídia sempre ressalta é “vidas negras importam” e a grande sociedade enfatiza “que todas as vidas importam!” mas esquece que na prática isso não acontece, ocorre o encarceramento em massa, como mostra a 13ª emenda dos Estados Unidos, a sociedade naturaliza o desprezo dos negros, cujas falas os colocam em posição de subalternidade, ora por impotência, ora por falta de vontade. No entanto, esta situação é determinada pela semi-verdade.

Vale ressaltar o art. Artigo 5º, incisos XLI e XLII ao qual destaca que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível. Indago, vocês conhecem alguém preso por ter cometido esse ato? Pergunto-lhes novamente, quantos negros vocês conhecem que já passaram por alguma situação de racismo?

Afirmo, essa lei serviu para criar o racismo estrutural, aquele racismo camuflado, em falas, gestos, comparações, agressões, leis, etc. Em um País extremamente racista é estranho ter uma pequena ou nenhuma porcentagem de pessoas punidas por cometerem esse ato.

Dessa forma o presente artigo visa, informar sobre as origens do racismo no Brasil, das argumentações de uma naturalização diante do racismo estrutural, em especial no judiciário nacional, desmistificando o debate sobre racismo reverso, que como citado a cima, é uma maneira do agressor se camuflar.

## **1. AS ORIGENS HISTÓRICAS DO RACISMO BRASILEIRO**

O racismo no Brasil é uma construção social que ocorre desde o período colonial muitas teorias surgiram para a invasão imperialista das nações europeias ao continente africano com a finalidade de submissão dos africanos ao julgo europeu, dentre elas, podemos citar o “Darwinismo Social” que foi uma adaptação da Teoria da Evolução das Espécies de Darwin empregada socialmente para legitimar tal crime que foi a escravidão.

“As ideias difundidas pelo Darwinismo social acreditam que as sociedades evoluem naturalmente de um estágio inferior para os estágios superiores e mais complexos de organização social. Assim, povos ditos civilizados (os europeus) têm o dever de ocupar, dominar e explorar as culturas “mais atrasadas”, a fim de levar-lhes desenvolvimento, progresso, avanços tecnológicos e permitir-lhes que alcancem os estágios superiores de civilização.

Desafortunadamente, no Brasil do século passado, não faltaram aqueles que deturparam o conceito evolucionista consagrado por Darwin, ora a serviço dos interesses dominantes, ou de nações estrangeiras, ora de grupos racista ou em defesa de suas convicções pessoais ou interesses financeiros”. (QUEIROZ, GONÇALVES, 2009).

“O darwinismo social, que, se utilizando da ideia de evolução por seleção natural, aplicou-a a tempos históricos, associando evolução a desenvolvimento e concluindo ser possível hierarquizar as raças, com a conclusão de que o homem branco era superior, sob o aspecto biológico, as demais.

(...)

No Brasil não foi diferente, ainda mais em um país onde mais de 70% da população era de origem negra”. (DOMINGUES, SÁ, CLICK, 2003).

Além dessa teoria podemos incluir os pensamentos de autor francês Arthur de Gobineau conhecido como o pai do “racismo científico”, segundo esse autor a miscigenação provocaria seria uma degeneração e como tal provocaria o atraso de uma nação, em se tratando do Brasil o autor escreve que seria um modelo de atraso.

“...a inviabilidade de uma nação composta por raças mistas. Assim, se não se pode afirmar a existência de um consenso no que se refere à representação do país no exterior, é necessário destacar a força e a relevância desse tipo de interpretação pessimista, que via no Brasil um “modelo da falta e atraso” em função de sua composição étnica e racial” (GOUBINEAU, apud SCHWARCZ, 1995, p.36).

(...)

“Para Gobineau, os casamentos originários dos cruzamentos de espécies diferentes, seriam sempre degenerados ou mais fracos, e ainda traziam consigo somente os defeitos e não as qualidades à seus descendentes. Segundo ele, a noção de “perfectibilidade” era somente uma, a da raça ariana, aos cruzamentos somente a degeneração. E que os mestiços eram uma “sub-raça decadente e degenerada” (GOUBINEAU, apud SCHWARCZ, 1995, p. 61).

A Igreja Católica também teve um papel na questão da escravatura no Brasil, com teorias religiosas que justificariam a escravidão dos povos africanos entre elas, podemos citar que a escravidão era consequência do pecado de Adão; que os africanos eram descendentes de Caim, sendo a escravidão um castigo pelo pecado cometido por este e a última era de que os negros eram descendentes de Cam, filho amaldiçoado de Noé e por essa maldição deveriam sofrer com a escravidão, todas essas teorias ilusórias serviram de justificativa para que os portugueses fossem isentados da responsabilização da escravidão, pois, a barbárie da escravatura era então considerada como o destino das populações negras, passando os portugueses a acreditarem que seriam escolhidos para se aplicar aos negros um castigo divino, a Igreja Católica nada fez para impedir a disseminação de tais ideias e conter o avanço da escravidão, pelo contrário a própria Igreja Católica era proprietária de terras e de negros cativos segundo Lima (2001, p.41), “dificilmente as obras jesuíticas poderiam subsistir, já que era vão esperar apoio governamental, apesar dos compromissos do padroado. Muitas, senão todas as instituições eclesiásticas, por motivos análogos ao indicado, seguiram pelo mesmo caminho e aceitavam a escravidão”, assim notasse que a escravidão era institucionalizada e defendida.

Em termos de legislação no Brasil desde o início da escravidão que data em torno de 1538 até a assinatura de Lei Áurea em 1888, os negros que aqui estavam não eram

considerados sujeitos de direitos, detinham o status de objeto, coisa, podendo ser vendido, doado, trocado, castigado e morto a depender da vontade de seu possuidor.

A Lei Áurea de 13 de maio de 1888, assinada pela princesa Isabel, concedeu liberdade aos escravos que ainda existiam no Brasil, no entanto, a legislação que só apresenta dois artigos o primeiro abolindo a escravatura no Brasil e o segundo abolindo qualquer dispositivo normativo que prevê-se o contrário, ou seja, a Lei Áurea é carente de qualquer política assistencialista para o ex-escravos, condenando essa grande massa populacional, que no período somava em torno de 700 mil (setecentas mil) pessoas, a mendicância e a marginalização.

Não podemos deixar de ressaltar que a princesa Isabel tem um papel menor nesse contexto, embora tenha assinado a lei que colocou fim a escravatura no Brasil, isso só foi resultado de influências internas com a incessante ação de abolicionistas e de movimentos que lutavam pelo fim da escravidão de influências externas como é o caso da Inglaterra que em pleno processo de Revolução Industrial necessitava de mercados consumidores para sua produção manufaturada, por isso, teve influência direta na abolição da escravatura brasileira e soma-se a isso a independência do Haiti que ocorreu por uma rebelião de escravos, caso não ocorressem tais fatores possivelmente a escravatura brasileira ainda duraria muitos anos sob o domínio da aristocracia principalmente.

“A Lei Áurea foi apenas o culminar de um processo de abolição que ocorreu de forma gradual, ao longo de boa parte do século XIX. Na verdade, não é possível afirmar que esse processo já esteja encerrado, com diversos debates acerca da “escravidão moderna”. Ou de “condições de trabalho análogas à escravidão”. (LEAO,2021).

“Além das considerações de ordem moral, a Grã-Bretanha tinha fortes razões econômicas para adotar tal política. Privados os plantadores de açúcar das Antilhas Britânicas do seu suprimento regular de mão de obra barata, era importante que os seus rivais, principalmente os de Cuba e do Brasil, que já gozavam de muitas outras vantagens sobre eles, ficassem colocados no mesmo pé, pelo menos nesse ponto. E, se o continente africano ia ser transformado num mercado para produtos manufaturados e numa grande fonte de matérias-primas (além de ser civilizado e cristianizado), como muitos, na Grã-Bretanha, esperavam, era essencial que se fizessem todos os esforços para precipitar a total destruição do tráfico”. (BETHELL, 2000, p. 10).

## **2. A FALÁCIA DO RACISMO REVERSO**

O racismo reverso não existe e pode ser entendido como uma justificativa para a desigualdade racial, visando dissimular o problema que ocorre diante dos olhos da população que é a naturalização de praticar o racismo estrutural, buscando assim, uma deslegitimação das lutas sociais dos movimentos negros por uma igualdade real de

tratamento, seja no acesso à educação, a empregos dignos, como meios para fugir da marginalização, na sociedade e especialmente perante o Poder Judiciário que normaliza a falta de negros na sua composição.

"Vivemos em uma sociedade tão imersa no racismo estrutural que há até quem acredite que não existe racismo no Brasil. Além disso, dizer que existe 'racismo reverso' é justamente seguir o que essa estrutura racista quer nos fazer acreditar". (VIDAL,2021).

A prática do racismo reverso foi usada como justificativa para propositura de uma ação judicial contra as lojas “Magazine Luiza” em decorrência de um processo seletivo exclusivo para admissão de trainees negros, que tinha por intuito principal a capacitação de tais profissionais para o mercado de trabalho, visto que, em que negros (pretos e pardos) ocupam somente 30% dos postos de chefia, apesar de serem mais da metade da população, segundo dados do IBGE, essa campanha pode ser entendida como ação afirmativa, assim como as cotas para concursos públicos e vagas nas universidades como defende Alessandra Benedito, professora na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em entrevista para a BBC Brasil News a seguir exposta:

“Ações afirmativas, como a do Magazine Luiza, são uma garantia legal para assegurar igualdade de oportunidades. Ou seja, viabilizam acesso a pessoas que não conseguiram estar no mercado de trabalho de forma igualitária”.

"Essas ações têm tempo para começar e terminar, e justificativa plausível para sua existência. Vivemos o mito da democracia racial. Sabemos que negros e brancos não estão em pé de igualdade". (BENEDITO, 2021).

A autora Djamila Ribeiro disserta que é ilógico falar em racismo reverso, isso, pois, falta o entendimento de que o racismo é um sistema de opressão, baseado em uma construção histórica com o intuito de dominação, sua existência só ocorre quando existem relações de poder, nas quais as classes subjugadas buscam por seus direitos havendo embate e resistência por parte de seus opressores, o que não se pode dizer que acontece com pessoas brancas no Brasil, caindo por terra o argumento da existência do racismo reverso.

"É ilógico acreditar em racismo reverso pois se trata de uma falta de entendimento do que é o racismo como um sistema de opressão".

(...)

"Para haver racismo, é preciso haver relações de poder. Quando os oprimidos reivindicam seus direitos normalmente são confrontados pelos opressores que fazem uso da chamada 'lógica da inversão'. Ou seja, acusando aqueles que estão reivindicando direitos legítimos de criar o problema".

(...)

"Essa é uma tática muito usual. Isso mostra que no Brasil existe um desconhecimento do que foi a escravidão. Justamente por causa desse legado, que estrutura nossa sociedade, a população negra ainda está alijada de muitos direitos. Ações como essa, do Magazine Luiza, cumprem o princípio de equidade de Aristóteles, que é tratar desigualmente os desiguais para que se possa promover a equidade". (RIBEIRO, 2020).

Dessa forma não podemos falar sobre racismo reverso, a não ser para dizer que essa expressão é uma verdadeira falácia, uma desculpa, objetivando apenas a indagação de um efúgio dos reais problemas que acontecem, relacionados ao racismo no Brasil, como marginalização, falta de acesso à educação, exclusão do mercado de trabalho, intolerância religiosa para com as religiões de matriz africana, exclusão da participação política ativa, alta do número de negros no sistema prisional brasileiro e de jovens negros mortos, entre outras problemáticas e de deslegitimar as ações de movimentos sociais que lutam por real igualdade das populações negras na sociedade nacional.

### **3. O RACISMO ESTRUTURAL NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO**

O racismo faz parte da estrutura social brasileira. Quando os negros são excluídos da maioria das estruturas sociais e políticas, o racismo constitui discriminação racial, e o funcionamento do sistema se baseia na concessão de privilégios aos brancos e na preservação de seus danos à vida dos negros. A quem diga, que em pleno século XXI, racismo não existe, mas não é o que a mídia resolveu só agora nos mostrar, como os xingamentos aos jogadores negros e de grande importância para o esporte, ataques a atrizes famosas (os), jornalistas...

O motivo utilizado para explicar a exclusão dos negros no mercado de trabalho, ou faculdades, revela as sutilezas do racismo estrutural brasileiro que é um tipo de racismo ainda mais invisível e realizado pelo Brasil com a anuência do Estado. Portanto, essas ações não são dirigidas a um ou outro indivíduo específico, mas ao coletivo, a classe social negra. Que são mais de 14 milhões de indivíduos, que não ingressão em uma boa oportunidade de melhoria de vida pelo simples fato de ter uma pele escura, ou um traço em seu semblante, marcado pela história de muito sofrimento e resistência sendo ainda mais exposto agora, durante a pandemia que escancara para quem quiser ver qual o papel dos negros. Que além da luta contra a pobreza tem também que lutar contra o viés racial.

O racismo estrutural, é uma forma de racismo ainda mais perigoso do que o racismo tradicional. Pelo fato do agente causador do mal ficar em um posicionamento de

vítima, podemos citar o exemplo que aconteceu recentemente em um reality show, onde o cabelo estilo black de um dos participantes foi ridicularizado e quando foi questionar ouviu a seguinte resposta, ‘realmente acho isso do seu cabelo’ e que aquilo não era racismo, pois, seu pai tinha um cabelo igual, e nunca iria querer machucar o seu pai de uma forma racista. É nesse exemplo que venho relatar a naturalização de ações, hábitos, situações, falas e pensamentos que já fazem parte das nossas vidas, promovendo assim o preconceito racial ou a segregação, atingindo diretamente e diariamente a população negra e sendo justificadas como ‘eu não sabia’, ‘meu pai é negro também’, ‘eu venho de uma família de negros’, abordando os negros como um dicionário ambulante de negritude, no qual deve dar explicações do porque aquela atitude, frase, palavra ou situações é racista e os machucam.

Todas essas questões se refletem nas estruturas do estado brasileiro, em especial no Poder Judiciário, o qual é extremamente racista e isso é visível alguns casos que podemos citar de forma rápida são o da juíza Inês Marcharek Zarpelon que condenou um homem negro e pobre imputando-lhe aumento de pena “a sua raça negra” como se pode notar no trecho da decisão a seguir exposto:

"Sobre sua conduta social nada se sabe. Seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça, agia de forma extremamente discreta os delitos e o seu comportamento, juntamente com os demais, causavam o desassossego e a desesperança a população, pelo que deve ser valorada negativamente".

Outro caso que teve grande repercussão na mídia foi o de Robson Drago homem negro condenado a 3 anos de prisão pelo furto de 2 shampoos, na qual o juiz do caso fundamenta sua decisão da seguinte forma:

"Há imensa probabilidade de reiteração delitiva, sendo que o réu, como visto, trata-se de criminoso habitual, utilizando-se da prática delitiva como meio de vida. Destarte, pelos motivos apresentados, torna-se imprescindível a manutenção de sua prisão para a garantia da ordem pública"

Esses dois fragmentos de sentenças nos remetem a teoria do criminoso nato de Cesare Lombroso a qual sua fundamentação é de que os indivíduos são criminosos natos, sendo que determinados grupos humanos, que apresentam características semelhantes tem predisposição para a prática de delitos.

“Segundo Lombroso, os indivíduos são “criminosos natos”, pois carregam consigo anomalias e estigmas hereditários, ou seja, eles têm uma “predisposição pessoal ao delito”, desacreditando assim no livre-arbítrio do indivíduo. Para tanto, criou uma tabela onde os indivíduos eram divididos por



elementos anatômicos, psicológicos e sociológicos. Associando assim as características dos indivíduos aos delitos”. (SCHWARCZ 1995, p. 166).

A constituição Federal de 1988 (CF-88) em seu Art. 5º, prevê o princípio da presunção de inocência, entretanto, quando falamos de um réu negro esse princípio ganha uma nova roupagem passando a ser o princípio da presunção da culpabilidade, que basicamente seria que o réu de origem negra já é culpado antes mesmo de ter seu processo julgado, tal fato é de uma arbitrariedade gigantesca, condenar uma pessoa ao cárcere somente por suas características físicas é um verdadeiro crime, violando as mais fundamentais regras do direito pátrio, internacional e a dignidade humana.

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. (BRASIL, 1988).

O racismo presente no judiciário se reflete na interpretação das normas jurídicas, transformando o aparato estatal em um maquinário de condenações das populações periféricas, em especial das populações negras, isso é nitidamente notado em dados oficiais, a exemplo do aumento do número de negros encarcerados no sistema prisional brasileiro aumentou 14% em 15 (quinze) anos.

“Um levantamento, realizado pelo Fórum de Segurança Pública, revelou que a proporção de negros no sistema carcerário brasileiro cresceu 14% nos últimos 15 anos, enquanto a de brancos caiu cerca de 19%. De acordo com o levantamento, no ano de 2019, dos 657 mil detentos que constam informação de raça/cor, 438 mil são negros, correspondendo a 66,7%.

Segundo o Anuário, o perfil carcerário tem se tornado cada vez mais negro. Dois em cada três detentos são negros e “no Brasil, se prende cada vez mais, mas, sobretudo, cada vez mais pessoas negras”. Existe, dessa forma, uma forte desigualdade racial no sistema prisional, que pode ser percebida concretamente na maior severidade de tratamento e sanções punitivas direcionadas aos negros”, afirma a publicação”. (ROCHA, 2020).

A isso soma-se os dados da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DERJ) no ano de 2016, mostra a discrepância nas audiências de custódia, as quais as chances de um preso branco obter soltura são 32% maiores do que as de um preso negro.

“As chances de um branco preso em flagrante ser solto ao ser apresentado ao juiz é 32% maior que a de um negro. É o que mostra o 3º Relatório Sobre o Perfil dos Réus Atendidos nas Audiências de Custódia, produzido pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro com base nos casos registrados de 18 de janeiro a 15 de abril de 2016. Dos 1.464 réus, 838 (70%) eram pretos ou pardos.

Destes, 218 (26%) passaram a responder ao processo em liberdade. Já entre os 353 brancos, 128 (36%) receberam liberdade provisória. O relatório sinaliza, ainda, uma significativa redução no número de liberdades concedidas frente aos dois primeiros relatórios, de 40% para 29%. Neste terceiro período analisado, houve 413 solturas ante 1.021 prisões mantidas e 30 casos sem informação”. (DINIZ, 2016).

Com base nesses dados podemos notar que o racismo estrutural não se encontra somente no Poder Judiciário em si, como também em todas as estruturas do aparato de segurança pública estatal, são vários os casos de agentes de segurança pública que promovem o massacre de populações negras, a exemplo do Caso Amarildo, ajudante de pedreiro que foi abordado e levado por policiais militares para prestar esclarecimentos na sede da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Favela da Rocinha. Um breve resumo do caso:

“Tudo começou com a “Operação Paz Armada”, que envolveu por volta de 300 policiais na Rocinha, em conjunto com a 15ª DP (Gávea), nos dias 13 e 14 de julho de 2013, objetivando reprimir o tráfico, intenção geralmente usada para justificar as barbaridades sofridas pela população a ser controlada em regiões ditas periféricas.

Por volta das 19h20min do dia 14 de julho de 2013, oito policiais militares da UPP da Rocinha abordaram o pedreiro Amarildo Dias de Souza, conhecido como Boi, quando saía do Bar do Júlio, próximo à Rua Dois, vindo de uma pescaria. Ele mostrou seus documentos, mas quatro policiais o colocaram dentro de uma viatura e o levaram para o posto da UPP na parte baixa da Rocinha. Lá chegando, Amarildo saiu da viatura, sem camisa, mãos algemadas para trás; Elizabete Gomes da Silva, conhecida como Bete, sua esposa, o avista e corre em direção a ele, mas a viatura vai embora e depois de passar por vários pontos da cidade do Rio de Janeiro, chega à sede da UPP, no Parque Ecológico, parte alta da Rocinha, local onde ela o viu pela última vez”. (BOVO, 2019).

Na sentença proferida no caso a magistrada Daniella Alvarez Prado, afirma:

“Amarildo morreu. Não resistiu à tortura que lhe empregaram. Foi assassinado. Vítima de uma cadeia de enganos. Uma operação policial sem resultados expressivos. Uma informação falsa. Um grupo sedento por apreensões. Um nacional vulnerável à ação policial. Negro. Pobre. Dentro de uma comunidade à margem da sociedade. Cujas esperanças de cidadania cedeu espaço para as arbitrariedades. Quem se insurgiria contra policiais fortemente armados? Quem defenderia Amarildo? Quem impediria que o desfecho trágico ocorresse? Naquelas condições, a pergunta não encontra resposta e nos deparamos com a covardia, a ilegalidade, o desvio de finalidade e abuso de poder exercidos pelos réus”. (BRASIL, 35ª Vara Criminal da Capital. Sentença nº 0271912-17.2013.8.19.0001. Juíza Daniella Alvarez Prado. Rio de Janeiro, RJ, 1 de fevereiro de 2016.).

Além desse caso que ficou conhecido nacionalmente pela arbitrariedade policial nas operações em zonas periféricas também podemos citar casos mais recentes como o de Paraisópolis-SP e o mais recente na comunidade de Jacarezinho-RJ, todas essas ações têm pontos em comum, ação policial de forma violenta, em comunidades periféricas, para

prisão de supostos indivíduos que teriam envolvimento com o tráfico de drogas, mas que acabam resultando em massacre de moradores da comunidade.

No caso da comunidade de Jacarezinho-RJ, a operação da Polícia Civil do Rio de Janeiro (PC-RJ) tinha como fundamento o combate ao aliciamento de jovens para o tráfico de drogas, entretanto, dos 27 (vinte e sete) apenas 3 (três) foram efetivamente denunciados por terem envolvimento com tráfico de drogas como aponta o Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ), embora tenham antecedentes criminais, isso não pode ser usado como uma prova do real envolvimento com ações criminosas, com o tráfico de entorpecentes, como bem afirma o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ), Álvaro Quintão.

“Independente disso, podem ser todos bandidos ou inocentes, nada justifica uma operação desastrosa. Mesmo que tivessem passagem pela polícia, nada justifica a chacina praticada por agentes do Estado. A polícia não pode definir quem vive e quem morre. Se havia mandados de prisão, eles deveriam ser cumpridos respeitando o Estado de Direito”. (QUINTÃO, 2021).

Em entrevista para o site “Brasil de Fato” o advogado André Lozano Andrade, afirma que discursos como “bandido bom é bandido morto”, “CPF cancelado”, fazem com que a matança de populações negras se legitime, o profissional também alega que existe culpa por parte do MP.

“Infelizmente, o Ministério Público costuma ser leniente com abusos e com a violência policial em vez de exercer a sua função institucional, que é controlar a atividade policial para que agentes não se utilizem da farda para cometer crimes. Na maior parte das vezes, o Ministério Público é omissivo com o crime, especialmente quando um policial mata. O caso da última quinta-feira (6) faz com que o MP tenha as mãos sujas de sangue com as mortes do Jacarezinho”.

(...)

“O MP e o Judiciário atuam de forma agressiva e combatente quando o réu é preto e pobre. Quando o réu ou suspeito é policial, o Judiciário e o MP acabam deixando de responsabilizar, mesmo nos casos em que há atuação homicida e ilegal. Isso é um histórico do Brasil, estatísticas comprovam isso”.

(...)

“Existem, sim, indícios de que há relação entre o discurso político e a ação violência da polícia. Vimos isso no ano passado, no Rio de Janeiro e em São Paulo, com dois governadores que estimulam a impunidade policial e estimulam policiais a cometerem crimes de homicídio”. (ANDRADE, 2021).

Por todos esses dados e informações percebemos de forma clara a existência do racismo estrutural no judiciário nacional, o qual não se limita somente ao judiciário também está presente nas questões de segurança pública e nos representantes eleitos que estimulam a política de matança como forma de diminuir os índices de criminalidade e

isso faz com que as populações negras sejam as principais vítimas, aumentando ainda mais a sua marginalização e exclusão social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por tudo que foi dito no presente artigo, notamos que as questões que envolvem o racismo no Brasil são desde o período colonial, com a escravização do negro africano, tal fato histórico teve inclusive fundamentação de teóricos que realmente acreditavam na existência de uma raça superior, com teorias como o Darwinismo Cultural, com a abolição da escravatura os negros que aqui estavam não tiveram nenhuma forma de assistencialismo por parte do Estado, restando apenas a marginalização e a exclusão social, todos esses fatores foram determinantes para a atual situação do Brasil no qual as populações negras não têm direito à educação de qualidade, moradia, empregos, políticas públicas eficazes para uma verdadeira reparação histórica entre outros, e para agravar a presente situação, ainda existem as questões de racismo estrutural, em especial no judiciário que reiteradamente condena o negro ao cárcere e nas ações de segurança pública que provocam a matança das populações negras vítimas da “necropolítica” estatal, estimulada pelos governantes e apoiada por parcelas da sociedade que ainda por cima deram origem a expressão “racismo reverso” que não passa de uma falácia, uma desculpa inventada como forma de fugir a realidade, não admitir a grave situação dos negros no país e deslegitimar as lutas de movimentos sociais negros em busca de direitos e da real igualdade, como forma de uma mínima reparação das atrocidades cometidas no período da escravatura brasileira.

## **REFERÊNCIAS**

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; CLICK, Thomas. **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. 189 p. Disponível em:< <https://static.scielo.org/scielobooks/txc6/pdf/domingues-9788575414965.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

BETHELL, Leslie. **A abolição do comércio brasileiro de escravos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

LIMA, Maurílio Cesar de. **Breve História da Igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Restauro – Edições Loyola, 2001.

QUEIROZ, Francisco Manoel R. de; GONÇALVES, Marcos Barbosa. **Fundamentos de Sociologia**. Brasília-DF: Do Autor, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil**, 1ª reimpressão, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, senado, 1988.

ANDRADE, André Lozano. **Ministério Público "tem as mãos sujas de sangue do Jacarezinho", afirma criminalista**. 2021. Disponível em:< <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/07/ministerio-publico-tem-as-maos-sujas-de-sangue-do-jacarezinho-afirma-criminalista>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. **35ª Vara Criminal da Capital. Sentença nº 0271912-17.2013.8.19.0001**. Juíza Daniella Alvarez Prado. Rio de Janeiro, RJ, 1 de fevereiro de 2016. Disponível em:< <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/wp-content/uploads/2017/07/sentenca-amarildo.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

BENEDITO, Alessandra. **Magazine Luiza: dar vagas só para negros é ‘racismo reverso’?** Entrevista concedida a Luís Barrucho. BBC News Brasil, setembro, 2020. Disponível em:< <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54252093>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Juíza do Paraná comete crime de injúria racial ao sentenciar uma pessoa negra**. 2020. Disponível em:< <https://migalhas.uol.com.br/depeso/332036/juiza-do-parana-comete-crime-de-injuria-racial-ao-sentenciar-uma-pessoa-negra>>. Acesso em: 11 mai. 2021.

BOVO, Cassiano Ricardo Martines. **Seis anos depois e ainda perguntamos: “Onde está o Amarildo?”**. 2019. Disponível em:< <https://www.justificando.com/2019/07/10/seis-anos-depois-e-ainda-perguntamos-onde-esta-o-amarildo/>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

DINIZ, Débora. **Audiência de custódia solta 32% mais brancos que negros**. 2016. Disponível em:< <https://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/2942-Audiencia-de-custodia-solta-32-mais-brancos-que-negros-e-pardos>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

LEAO, Diogo Abreu. **Abolição escravatura brasileira**. 2021. Disponível em:< <https://www.politize.com.br/abolicao-da-escravatura-brasileira/>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

QUINTÃO, Álvaro. **OAB-RJ cobra respostas sobre operação no Jacarezinho que deixou 28 mortos**. Entrevista concedida a Pauline Almeida. CNN Brasil. Rio de Janeiro-RJ, 10/05/2021. Disponível em:< <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/05/10/oab-rj-cobra-respostas-sobre-operacao-no-jacarezinho-que-deixou-28-mortos>>. Acesso em: 15 mai. 2021

RIBEIRO, Djamila. **Magazine Luiza: dar vagas só para negros é ‘racismo reverso’?** Entrevista concedida a Luís Barrucho. BBC News Brasil, setembro, 2020. Disponível em:< <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54252093>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

ROCHA, Igor. **Número de negros na prisão cresce 14% nos últimos 15 anos enquanto a taxa de brancos cai 19%**. 2020. Disponível em:< <https://noticiapreta.com.br/numero-de-negros-na-prisao-cresce-14-nos-ultimos-15-anos-no-mesmo-periodo-a-taxa-de-brancos-caiu-19/>>. Acesso em: 11 mai. 2021.

VIDAL, Caroline Ingrid de Freitas. **"Racismo reverso": especialista aponta como argumento perpetua a discriminação**. 2021. Disponível em:< <https://ibdfam.org.br/noticias/8377/%22Racismo+reverso%22%3A+Especialista+apont+a+como+argumento+perpetua+a+discrimina%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

**Capítulo 89 - DOI:10.55232/1083002.89**

**A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
TÉCNICA PEDAGÓGICA NO RIO DE JANEIRO:  
REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR  
PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.**

**Veronica Rodrigues De Souza Santos e Alexandre Teixeira Dos Santos**

**RESUMO:** De acordo com o último censo escolar, divulgado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2019, o Brasil teve um aumento significativo de matrículas e nesse maior quantitativo de matrículas, não podemos desconsiderar o crescimento, ao longo dos anos, do número de crianças em idade de educação infantil, pois estas constituem uma significativa parcela que vêm conquistando o seu espaço tanto nas políticas públicas de inclusão na educação básica, quanto nas especificidades de desenvolvimento como um todo. Ao pesquisarmos as questões sobre a formação técnica pedagógica e sua indicação como formação básica para atuação na primeira infância, buscamos analisar e as perspectivas do currículo do Curso de Formação Docente de Nível Médio no estado do Rio de Janeiro, onde de 2020 foi o estado que mais ofereceu matrículas para esta modalidade de ensino médio. Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar as diretrizes curriculares do Curso oferecido pela SEEDUC-RJ, chamado ainda de Curso Normal, sob a luz de teorias e das práticas na educação infantil. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico documental, visando compreender a arquitetura curricular do referido curso e seus impactos na formação contemporânea do professor. Como resultado, foi possível constatar que o documento atende às novas legislações vigentes para a Educação Infantil, quanto ao prisma da inclusão e da alta relevância de uma formação visando a perceber a criança como ser social, na formação básica dos educadores. Porém, percebe-se que esses conhecimentos estabelecidos isoladamente dentro do currículo pouco contribuem para a construção básica de um perfil docente plenamente inclusiva.

**Palavras-chave:** Curso Normal, Primeira infância, Currículo

## **INTRODUÇÃO**

A pedagogia pré-escolar revelou e tem revelado, ao longo da história, grandes expoentes que tiveram sua preocupação voltada para os estudos relativos à educação das crianças em idade inferior aos seis anos. De acordo com Kramer (2001, p. 12), as propostas pedagógicas direcionadas à educação de crianças pequenas tradicionalmente eram assumidas pela família, porém, com as organizações políticas e o crescimento econômico, desde a Idade Antiga veio crescendo também a preocupação institucional com educação para a infância.

Mediante a implementação da LDBEN 9394/96, que estabelece “como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil (...), a oferecida em nível médio na modalidade Normal, afigura-se válido ressaltar a relevância da análise sobre o processo histórico desta modalidade de formação de professores no sistema educacional brasileiro e principalmente no estado do Rio de Janeiro. Destarte, na historiografia da educação de crianças pequenas, a formação docente de nível médio pelo menos no estado do Rio de Janeiro, ainda é considerada suficiente, haja vista que, até hoje, muitos concursos públicos para Educação Infantil (Creche e Pré-escolar), principalmente os municipais que são amparados pelo Capítulo VI art. 62 da LDBEN/96 e oferecem vagas, tanto para professores do Ensino Médio quanto para pedagogos. A pré-escola é uma fase muito importante para o desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, porém, se os profissionais envolvidos não tiverem o devido conhecimento e formação adequada, esse ambiente socioeducacional pode tanto contribuir para quanto reprimir aspectos linguísticos, neuropsicomotores e sociocognitivos, o que pode vir a comprometer a oferta dos recursos pedagógicos inerentes ao desenvolvimento biopsicossocial da criança primeira infância.

Nesse sentido, a pesquisa justifica-se pela íntima relação entre a formação docente de nível médio, respaldada pela LDBEN (1996), a qual definiu o curso como formação básica para a Educação Infantil, e a criança na primeira infância, pois, apesar de encontrarmos muitas pesquisas sobre a formação de professores e a educação infantil, poucas têm um enfoque na estrutura curricular que forma esses profissionais de nível médio para a perspectiva de olhar a criança em suas nuances de desenvolvimento. Assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar as diretrizes curriculares do Curso oferecido pela SEEDUC-RJ, chamado ainda de Curso Normal, sob a luz de teorias e das práticas na educação infantil.



E pensando no pensando no embasamento teórico-prático que envolve uma formação básica ou acadêmica, na atual conjuntura, além de exigir a construção de conceitos e de práticas pedagógicas para oferecer uma escola com a concepção inclusiva, aumentaram os desafios dos sistemas educacionais diante novas demandas comportamentais vigentes, em decorrência pandemia do Covid-19.

## **METODOLOGIA**

Aqui serão apresentados os caminhos escolhidos para o delineamento da investigação, para o tratamento dos dados e para a análise dos documentos no que se refere à concepção de criança como ser social na pré-escola, à ideia de Educação Inclusiva no atendimento da criança na Educação Infantil e à reformulação do Currículo Mínimo para a prática inclusiva da criança na Educação Infantil.

Para elucidar a pesquisa documental, através de uma análise quantitativa de regiões e estados brasileiros que ainda oferecem a formação técnica básica para os profissionais de educação, tomamos como ponto de partida os dados do censo escolar (INEP 2019/2020), para investigarmos o quanto esse curso técnico de nível médio ainda está em evidência no país.

Esta pesquisa pauta-se na abordagem quali-quantitativa de cunho bibliográfico documental, visando compreender a arquitetura do currículo do curso de Formação de Professores de Nível Médio e seu possível atendimento às demandas implementadas pelas políticas públicas. Para tanto, enfatiza a relevância dessas reflexões para a proposta do curso, tanto no que tange à formação de conceitos quanto no que tange ao campo de atuação do professor formador. A mesma ênfase se dá para a importância dessas análises para a formação docente de nível médio e a Educação Infantil.

Para fundamentar a pesquisa sobre a formação de professores de nível médio, foi realizado um levantamento de referenciais teóricos, usando-se autores como Jannuzzi (1992); Mazzota (2006); Ferreira e Guimarães, (2003); CAMPOS (2003); Miranda (2003); Bueno (2004); Jannuzzi (2006); BRASIL (2007); Rodrigues e Maranhe (2008); Mazzota (2008); BATALHA, (2009, p. 1067); Fernandes & Orrico (2012) e Ravante e Lopes (2013), abordando a questão da formação do professor e a construção da perspectiva inclusiva no contexto educacional.

Portanto, o que temos hoje enquanto escolarização da criança na Educação Infantil teve seu momento marcante na LDBEN 9394/96, que consolidou a criança pequena no seu contexto social e cultural. Porém, embora o segmento esteja inserido na Educação Básica e com atribuições e metas estabelecidas na BNCC (2017), ainda preserva nas suas entrelinhas muito das perspectivas educacionais que foram delegadas no passado nas políticas públicas de educação brasileira, mas que, hoje, contrariamente, buscam valorizar a criança pequena como ser social na pré-escola. Cabe apontar também que, embora apresente em sua estrutura a perspectiva de Educação Inclusiva para criança na Educação Infantil, a formação básica para atuar na Educação Infantil permanece atrelada ao curso técnico de formação de professores de nível médio.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Abordando o panorama do número de matrículas no Ensino Médio Normal/Magistério no Brasil, tivemos como resultado que a região sudeste conta com um dos maiores números de alunos matriculados no curso. E que o Estado do Rio de Janeiro concentrou o maior número de alunos matriculados em 2019 e 2020.

Para tanto, é importante também contextualizar a prevalência do número de alunos matriculados nos cursos de formação de professores de nível médio (Curso Normal) no Brasil. São cerca de 64.222 matrículas, incluindo todos os estados brasileiros. Desse total, 58.432 matrículas são em escolas estaduais.

Ao compararmos o panorama de matrículas no Ensino Médio Normal/Magistério no Brasil de 2019 para 2020, segundo dados do INEP divulgados em setembro de 2020, podemos observar que, considerando-se as etapas de Ensino, a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município, ocorreram, no primeiro trimestre do ano passado, cerca de 68.126 matrículas no curso em todo o Brasil. Em contrapartida, o Rio de Janeiro, em comparação a outros estados da região Sudeste, é o que reúne o maior número de matrículas, apresentando um aumento de aproximadamente 800 vagas em 2020.

Tais questões atravessam o direito à escolarização de qualidade na Educação Infantil e direcionam a pesquisa para o estado do Rio de Janeiro, que apresentou, em 2019, além do maior número de matrículas no panorama geral, uma estrutura de Currículo Básico implementada pela SEEDUC-RJ que denota uma proposta comprometida em oferecer uma formação para a autonomia docente. A pesquisa no currículo básico do curso, demonstrou a existência de disciplinas referentes a diversidade

e inclusão no Currículo Básico, porém ainda se encontram desconectadas das demais disciplinas apresentadas e ainda sob o domínio do professor interessado no ensino especializado para deficiências.

Nesse sentido, falar da escolarização da criança na primeira infância e da inter-relação com a formação do professor de Nível Médio/Curso Normal, oferecido pela SEEDUC-RJ tornou-se uma tarefa muito desafiadora.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nos tempos atuais, a formação docente de nível médio, no estado do Rio de Janeiro, tem-se mostrado desafiadora e demandando que os professores formadores estejam cada vez mais atentos às rápidas mudanças tanto nas estruturas do campo das didáticas infantis quanto na arquitetura intelectual dos futuros professores para aprenderem e ensinarem na diversidade escolar que se ampliou, por questões do desenvolvimento da linguagem, desenvolvimento neuromotor, habilidades sociais e de individualidades estabelecidos nestes tempos de pandemia da Covid-19.

No entanto no contexto de mudanças sócio históricas, em que estamos vivendo é crucial, que o formando perceba que, atualmente, na educação Educação Infantil contemporânea, o cuidar/educar deve ser indissociável do ato de ensinar com atividades pedagógicas contextualizadas e atentos as especificidades que chegam as escolas. Assim, é fundamental discutir esses e outros conceitos indispensáveis para a formação de professores de Educação Infantil, para que estes estejam atentos às novas demandas educacionais.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDBEN, n 9.394/96). Brasília: Câmara Federal, 1996.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2019. Disponível em:< <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em setembro de 2019.

\_\_\_\_ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo** da educação básica **2020**: resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília Inep, 2021. 70 p. : il.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC – RJ). **Orientações Pedagógicas – Curso Normal**. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=59109>. Atualizado em 07/03/2018. Acesso em: 03/03/2019.

**Capítulo 90- DOI:10.55232/1083002.90**

**OCUPAÇÃO E RENDIMENTOS DE HOMENS E MULHERES  
NA CRISE (2014 A 2019)**

**Adriana Ribeiro de Mendonça**

**Resumo:** A partir de 2011, houve uma desaceleração do PIB brasileiro provocada, em certa medida, por alterações importantes no quadro da economia internacional. A política de estímulo ao investimento privado implementada em resposta ao cenário apresentado mostrou-se ineficaz e, além disso, as ulteriores alterações políticas resultaram na queda da atividade econômica tanto no ano de 2015 como no subsequente ano de 2016. O PIB do último trimestre de 2016 foi 7,3% menor do que o do último trimestre de 2014. Esse quadro abalou profundamente o mercado de trabalho, cujos indicadores tinham melhorado substancialmente desde 2004. O objetivo deste artigo é analisar o que ocorreu com os rendimentos provenientes do trabalho de homens e mulheres que fazem parte da atividade econômica durante os anos de 2014 a 2019, destacando as mudanças nos rendimentos médios habituais do trabalho principal, conforme as posições na ocupação e setores de atividade. Adicionalmente, foi feita uma análise dos rendimentos/hora de homens e mulheres também por posições de ocupação e setores de atividade pois, devido às diferenças de jornadas entre os sexos, esse indicador se mostra mais verossímil que os rendimentos médios mensais. Os microdados dos últimos trimestres de cada ano, referente ao período pretendido do estudo, da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNADs Contínuas), foram empregados na elaboração de tabelas e análises, por meio de software (SPSS), para avaliar o comportamento dos principais indicadores do mercado de trabalho durante os anos de 2014 a 2019.

**Palavras-chave:** Rendimentos do trabalho, crise, desigualdades salariais, posição na ocupação, setores de atividade.

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo objetiva fazer uma análise do comportamento do mercado de trabalho brasileiro nos últimos trimestres (outubro, novembro e dezembro) dos anos de 2014 a 2019. A sua pormenorização consiste em avaliar, com base nos microdados das PNADs Contínuas Trimestrais, a participação de homens e mulheres nas diferentes categorias de posições ocupadas, assim como em comparar seus respectivos rendimentos médios e hora no período.

A primeira questão a ser enfrentada com essa pesquisa é avaliar os impactos de um período caracterizado por queda da atividade econômica nas posições de ocupação e nos rendimentos da população feminina e masculina, fazendo uma análise do comportamento temporal dessas variáveis na tentativa de capturar possíveis tendências. Também, de forma mais específica, contrastar, por sexo, as informações obtidas.

A segunda questão, todavia, reside na análise da evolução da disparidade de rendimentos médios e hora entre homens e mulheres.

Este trabalho encontra-se dividido em três itens, além desta introdução. O primeiro trata da contextualização macroeconômica brasileira. O segundo item deste artigo faz referência ao comportamento dos principais indicadores do mercado de trabalho durante os últimos trimestres dos anos de 2014 a 2019 e o terceiro item diz respeito a uma análise dos rendimentos de mulheres e homens ocupados.

Por fim, são apresentadas as principais conclusões oriundas deste trabalho.

## **1. CONTEXTO MACROECONÔMICO**

Desde a abertura econômica brasileira, nos anos 1990, não se verificou crescimento maior do PIB do que o apresentado no período de 2004 a 2008. Com a crise mundial em 2008, houve a interrupção desse crescimento no último trimestre do ano, gerando queda da atividade econômica no ano de 2009, mas que, no entanto, não foi uma queda expressiva devido à atuação do estado brasileiro.

A crise de 2008 provocou fuga de capital e elevação da taxa de câmbio (preço do dólar em reais). Não obstante, ao contrário do passado, a elevação da taxa de câmbio não onerou as contas públicas porque, em 2008, a dívida pública em dólar (dívida pública em títulos vendidos no exterior ou dívida pública em títulos vendidos em reais, mas

indexados ao dólar) era pequena e, além disso, havia uma grande reserva internacional aplicada em títulos da dívida dos Estados Unidos que tem remuneração em dólar. Nessa situação, o aumento da taxa de câmbio melhorou as contas públicas e o estado brasileiro foi capaz de atuar para impedir a queda da atividade econômica. Além disso, a atuação do estado brasileiro provocou uma recuperação muito rápida da atividade econômica já no ano de 2010 (BALTAR; 2014).

Até o ano de 2014, houve uma valorização do salário real médio, além de uma redução da disparidade salarial, na qual ocorreria um processo de aumento do salário dos trabalhadores menos qualificados em relação ao salário médio da economia<sup>1</sup> (CARVALHO; 2018). Esse aumento de salário da base trabalhadora fez com que houvesse um aumento de demanda, principalmente, do setor de serviços<sup>2</sup>, o qual, por sua vez, é intensivo em mão de obra de baixa qualificação, gerando um ciclo de aumento de empregos no país. Entre 2004 e 2014, o Brasil passou por um período de grande elevação dos índices de formalização do emprego (BALTAR; 2014).

De acordo com Souen, houve o aumento de empregos formais concentrados no nível intermediário das remunerações (entre a mediana e a média dos salários) em comparação aos empregos com maiores remunerações. Esse fator teria impactado na redução da dispersão dos salários (SOUEN; 2019).

Ao mesmo tempo em que ocorria uma redistribuição da renda e o dinamismo do emprego do setor de serviços, ocorria também a expansão do crédito para pessoas físicas, principalmente os créditos consignado, imobiliário e para compra de bens duráveis.

Ademais, o cenário externo vinha apresentando um ciclo de valorização de preços das *commodities*, produto importante da pauta exportadora brasileira. Para Lacerda, o bom desempenho econômico brasileiro no período de 2003 a 2010 somente foi possível por conta de um cenário externo favorável, caracterizado pelo aumento da demanda proporcionado pelo crescimento chinês que, por sua vez, pressionou o aumento de preço

---

<sup>1</sup> O valor real do salário mínimo vinha aumentando desde 1995 com a estabilidade dos preços pós Plano Real. No entanto, a partir de 2005, ocorre uma aceleração desse ritmo de crescimento (CARVALHO; 2018). O salário médio real diminuiu fortemente de 1999 a 2002 e aumentou menos que o salário mínimo em 2004-2010.

<sup>2</sup> Cabe lembrar que nem todo serviço é intensivo em trabalho de baixa qualificação. Há serviços intensivos em capital e mão-de-obra qualificada, porém a demanda que surge no Brasil nesse período é, principalmente, pelo primeiro tipo de serviços.

das *commodities*, facilitando, assim, a geração de renda, crescimento do PIB e aumento do emprego no Brasil (LACERDA; 2016).

Tal período também se caracterizou pela apreciação da moeda nacional que permitiu o controle da inflação, pois, apesar de haver uma inflação de serviços, os produtos importados tornaram-se mais baratos, diminuindo, assim, a inflação agregada (CARVALHO; 2018).

No entanto, enquanto o setor de serviços apresentava forte crescimento, a produção industrial crescia mais lentamente, fazendo com que a economia ficasse muito dependente das importações para suprir as novas demandas oriundas desse ciclo de crescimento, pois não houve um desenvolvimento da estrutura produtiva para atender internamente essa demanda. Segundo Gadelha:

O contexto macroeconômico, caracterizado por taxa de juros extremamente elevadas e câmbio valorizado, aliado aos efeitos progressivos da crise internacional e da crescente fragmentação da política industrial, limitaram os impactos dos planos e estratégias industriais (GADELHA; 2016 p. 217).

Também ocorrera um notável comprometimento da renda das famílias com o serviço das dívidas adquiridas pela tomada de crédito. O ciclo de crescimento ia perdendo dinamismo pela diminuição do ritmo de melhoria da distribuição de renda, mas, sobretudo, em razão dos limites do endividamento das famílias, especialmente num país com taxas de juros tão elevadas como o Brasil (CARNEIRO; 2018).

O término da onda de expansão do mercado mundial de *commodities*, a queda da atividade econômica nos países desenvolvidos e a pressão competitiva de um excesso de capacidade produtiva de bens manufaturados na Ásia obrigaram a uma alteração do rumo da economia brasileira (BALTAR e LEONE; 2015).

Dessa forma, frente aos desafios supracitados, configurou-se um novo arcabouço de política econômica a partir de 2011, cujo principal objetivo era estimular, por ações de diferentes naturezas, o investimento privado, além de buscar o crescimento das exportações pela via da desvalorização cambial. A equipe econômica do país na época justificava que tais medidas visavam recuperar a confiança dos investidores, pois sem confiança o investimento não aumentaria e a economia não iria crescer (MARQUES; 2015).



As principais ações realizadas foram: redução da taxa básica de juros com o objetivo de permitir maior acesso ao crédito de longo prazo pelo setor industrial privado, desvalorização do real, política de desonerações tributárias, expansão de crédito do BNDES e represamento das tarifas de energia (CARVALHO; 2018).

Houve uma considerável redução da taxa Selic: no final de 2011; passou de 10,9% para 7,14% em 2012 (BANCO CENTRAL). Embora a diminuição da taxa básica de juros representasse um passo fundamental no sentido de articular o financiamento de investimentos em infraestrutura e fortalecer a produção doméstica de bens manufaturados (BALTAR e LEONE, 2015), essa mudança foi acompanhada de elevação do preço do dólar, devido à fuga de capitais do país e o aumento da taxa de câmbio, contribuindo para acelerar a inflação.

Como resultado, houve uma desvalorização da moeda nacional que não foi suficientemente favorável para alavancar as exportações, devido à contração do comércio internacional em 2012, a agressividade competitiva dos asiáticos frente ao estreitamento do mercado nos países desenvolvidos e queda do preço das *commodities*, e que, por outro lado, gerou um processo de aumento dos preços.

Já em setembro de 2012, adotou-se uma política de extinção de um conjunto de encargos que incidiam sobre a conta de luz (controle dos preços administrados), além da renovação não onerosa de concessão e outras medidas junto às concessionárias de energia elétrica.

A contenção administrativa dos preços de combustível e eletricidade ajudou a evitar a intensificação da inflação, amortecendo a queda do ritmo de crescimento do consumo (BALTAR e LEONE; 2015). A política orientada para favorecer a rentabilidade das empresas e o apoio de empréstimos do BNDES não elevou o investimento privado e gerou uma expressiva queda de arrecadação pelo governo (CARVALHO; 2018).

Mesmo com todo o incentivo, o setor privado não enxergava um desenho favorável para o investimento. O consumo das famílias começara a sofrer um decréscimo de crescimento, o ritmo de aumento do salário mínimo diminuiu, o ciclo de crédito para o consumo entrou em sua fase final com uma ampla proporção de famílias endividadas e o serviço do crédito passou a configurar uma proporção cada vez maior da renda das famílias.

Os anos de 2014 a 2016 apresentaram consideráveis resultados negativos, principalmente em relação à formação bruta de capital fixo. O PIB em 2014 teve um crescimento acumulado de apenas 0,1%, a menor taxa anual desde a crise internacional

de 2008/2009. Diante do relativo insucesso da tentativa de alavancar o investimento privado, o governo adota uma política econômica de acirramento do ajuste fiscal. No ano de 2015, anuncia-se uma redução de 58 bilhões de reais no gasto com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (CARVALHO; 2018).

Já no primeiro semestre de 2015, houve uma queda de mais de 11,6% dos investimentos privados, sendo que no acumulado do ano essa queda chegou a 13,9% (CARVALHO; 2018) e em 2016 continuou havendo queda do investimento. Nos dois anos houve queda de investimento e de consumo e o PIB diminuiu 3,8% e 3,5% em 2015 e 2016, respectivamente.

Em 2015, houve um aumento brusco dos preços administrados, sobretudo das tarifas de energia elétrica que em 2012 haviam sofrido redução pela política de desoneração do governo. O aumento dos preços de gás de botijão chegou a 22,6% e da gasolina, a 14,25% (BANCO CENTRAL).

Após o aumento da inflação, ocasionada, sobretudo, pelo aumento dos preços administrados, o Banco Central eleva a taxa básica de juros por sucessivas vezes em 2015, chegando ao patamar de 14,15%. Tal atuação prejudicou sobremaneira o controle da dívida pública, pois o governo passou a ter que pagar juros maiores, sendo que se mostrou pouco efetiva para o controle da inflação, já que os preços administrados independem de condições de oferta e demanda. Conforme afirma Lacerda, a inflação brasileira atual não decorre de pressões de demanda, mas, sobretudo de correção de preços administrados e desvalorização da moeda, o que faz com que as taxas de juros tenham um poder muito pequeno de influenciar o nível de preços (LACERDA; 2016).

Todavia, a partir de 2016 já começou a ocorrer o fim do efeito da dissipação do aumento dos preços administrados, assim como uma queda na inflação de serviços e aumento do desemprego, resultando na queda da taxa de inflação agregada, a qual, em 2017, apresentou resultado ainda menor (2,95%). A nova valorização do real também ajudou a diminuir a inflação.

Já o período de 2017 a 2019 caracterizou-se pela tentativa de retomada do crescimento econômico após a passagem de forte queda nos indicadores macroeconômicos do país desde 2014.

Em 2017, há ausência de choques de preços, taxa de câmbio, preços administrados ou outros elementos que pudessem afetar o custo dos produtores, tudo isso aliado ao maior desemprego e menor crescimento dos salários, o que resultou na queda da inflação, o

Índice Nacional de Preços ao Consumidor-Amplo (IPCA)<sup>3</sup> passou de 6,29%, em 2016, para 2,95%, em 2017 (CARVALHO; 2018).

A formação bruta de capital fixo, embora ainda tenha apresentado queda no ano de 2017, passou a apresentar uma diminuição do ritmo de decréscimo já neste ano.

**Tabela 1: Variáveis Macroeconômicas - variação em volume (%) - Brasil, 2014 a 2019, quartos trimestres**

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PIB	0,10	-3,80	-3,50	1,10	1,30	1,10
Consumo das Famílias	0,90	-3,90	-4,30	1,40	2,10	1,80
Consumo do Governo	1,30	-1,10	-0,10	-0,90	0,40	-0,40
Formação Bruta de Capital Fixo	-4,40	-13,90	-10,30	-2,50	3,90	2,20
Exportações de Bens e Serviços	-1,10	6,30	1,90	5,20	4,00	-2,50
Importação de Bens e Serviços	-1,00	-14,10	-10,20	5,00	8,30	1,10
Taxa de inflação anual (IPCA)	6,40	10,67	6,29	2,95	3,75	4,31
Taxa básica de juros (Selic)	11,75	14,25	13,75	7,00	6,50	4,50

Fonte: Elaboração própria com base em dados das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE e no Histórico das Taxas de Juros do Banco Central

**Tabela 2: Taxa de variação anual em volume dos setores de atividade (%) - Brasil, 2014 a 2019, quartos trimestres**

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Extrativa Mineral	8,70	4,90	-2,90	4,30	1,00	-1,10
Informação e Comunicação	4,60	-0,30	-3,00	-1,10	0,30	4,10
Atividades imobiliárias	3,30	0,30	0,20	1,10	3,10	2,30
Transporte, armazenagem e correio	2,00	-6,50	-7,10	0,90	2,20	0,20
Adm. Saúde e educação públicas	0,50	0,00	-0,10	-0,60	0,20	0,00
Agropecuária	0,40	1,80	-6,60	13,00	0,10	1,30
Atividades financeiras, seguros	0,40	0,20	-2,80	-1,30	0,40	1,00
Outros serviços	0,10	-2,80	-3,10	0,40	1,00	1,30
Comércio	-1,80	-8,90	-6,30	1,80	2,30	1,80
Construção civil	-2,60	-7,60	-5,20	-5,00	-2,50	1,60
Eletricidade, gás e água	-2,60	-1,40	4,70	0,90	2,30	1,90
Indústria de transformação	-3,80	-9,70	-5,20	1,70	1,30	0,10

Fonte: Elaboração própria com base em dados das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE e no Histórico das Taxas de Juros do Banco Central

**Tabela 3: Variação em volume da FBCF e dos seus componentes (%) - Brasil, 2014 a 2019, quartos trimestres**

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Formação bruta de capital fixo	-4,40	-13,90	-10,30	-2,50	3,90	2,20
Construção	-3,20	-10,10	-10,80	-8,70	-4,40	1,90
Máquinas e equipamentos	-7,00	-22,30	-17,30	5,20	15,20	0,90
Outros	0,50	-4,70	-3,80	3,00	4,40	7,10

Fonte: Elaboração própria com base em dados das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE e no Histórico das Taxas de Juros do Banco Central

<sup>3</sup> O IPCA aponta a variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 e 40 salários mínimos.

## **2. MERCADO DE TRABALHO**

### **2.1. Condição de atividade e indicadores de Mercado de Trabalho**

A história recente do Brasil, como destacada acima, teria passado por um breve período de crescimento econômico, redução de desigualdades e melhoria nas condições de emprego. No entanto, esse cenário chegou a um abrupto fim na virada de 2014 para 2015, quando a economia brasileira entra de forma definitiva em um período de queda e posterior estagnação e, apesar de as taxas de emprego terem alcançado níveis históricos no país, houve uma significativa e rápida reversão dessa situação e a economia brasileira logo mostrou sua incapacidade de geração de postos para absorção da força de trabalho disponível (LÚCIO e DUCA; 2016).

Foram avaliadas a variação da População em Idade Ativa (PIA)<sup>4</sup>, da População Economicamente Ativa (PEA)<sup>5</sup>, dos Ocupados<sup>6</sup> e dos Desocupados<sup>7</sup> por sexo, sendo possível perceber que, de 2014 a 2016, houve queda do número de ocupados tanto para os homens quanto para as mulheres, porém com um pouco mais de intensidade entre os homens (queda de 1,45% entre os homens contra queda de 1,28% entre as mulheres). O grande destaque desse período, por sua vez, foi o notável aumento de pessoas desocupadas para ambos os sexos, porém, uma vez mais, com maior intensidade entre o sexo masculino (aumento de 40,54% entre os homens e de 36,40% entre as mulheres).

---

<sup>4</sup> **População em Idade Ativa:** compreende a população economicamente ativa e a população não economicamente ativa, IBGE.

<sup>5</sup> **População Economicamente Ativa:** soma da população ocupada e desocupada.

<sup>6</sup> **População ocupada** - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho e não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias), IBGE.

<sup>7</sup> **População Desocupada** - aquelas pessoas que não tinham trabalho em um determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc), IBGE.

**Tabela 4: Variação da PIA, PEA, Ocupados e Desocupados por sexo (%) - Brasil, 2014 a 2016 e 2016 a 2019, quartos trimestres**

	2014 a 2016		2016 a 2019	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
PIA	1,63	1,24	0,81	1,31
PEA	1,34	2,12	0,56	2,22
Ocupados	-1,45	-1,28	1,10	2,50
Desocupados	40,54	36,40	-4,16	0,45

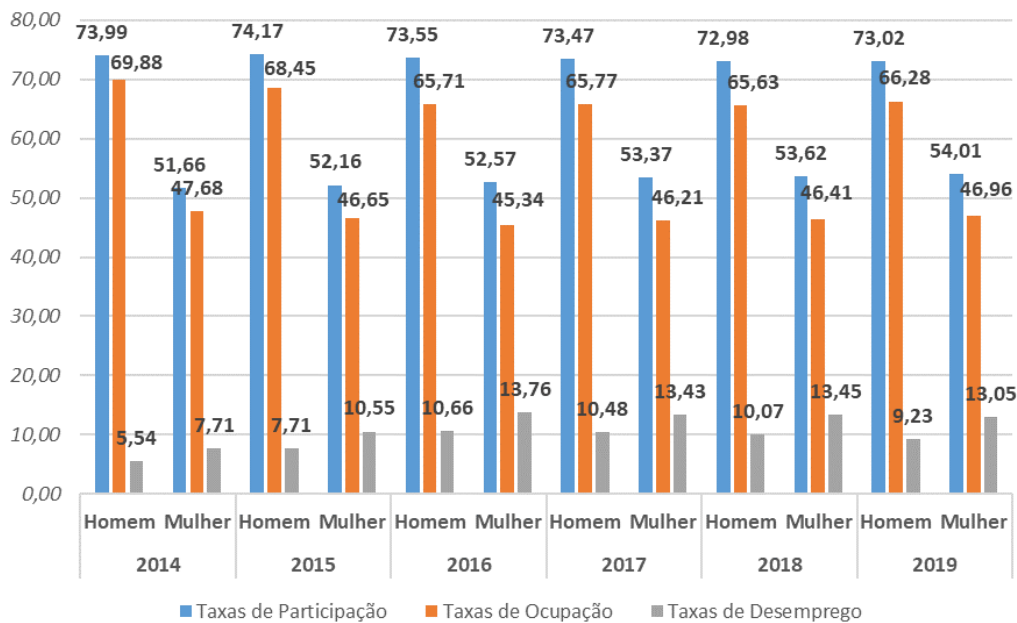
**Fonte: Elaboração própria com base nos microdados das PNADs Contínuas Trimestrais de 18/ jun. 2020**

Muito embora as mulheres tenham apresentado crescimento na PEA maior do que os homens, a sua taxa de participação (PEA/PIA) manteve-se praticamente estável ao longo dos seis anos, assim também se comportou a taxa de participação dos homens no período, porém, cabe lembrar que o crescimento da PEA dos homens foi menor do que o das mulheres.

Os homens apresentaram queda mais expressiva na taxa de ocupação (Ocupados/PIA) entre 2014 a 2019 (de 69,8% para 66,2%) do que as mulheres. Muito embora tenha havido queda na taxa de ocupação das mulheres de 2014 até 2016, a partir de 2017, começou a apresentar ligeiro aumento, chegando a 46,7% em 2019.

Para ambos os sexos, a taxa de desemprego apresentou crescimento ao longo dos seis anos: no período de queda da atividade econômica (2014 a 2016), o desemprego entre os homens cresceu 5,12 pontos percentuais, seguido por uma queda de 1,43 pontos percentuais até o ano de 2019. Já as mulheres apresentaram no primeiro período (2014 a 2016) aumento em 6,05 pontos percentuais no desemprego, com ligeira queda de 0,7 ponto percentual, comparando o ano de 2016 com o ano de 2019:

**Gráfico 1: Indicadores de Mercado de Trabalho por sexo (%) - Brasil, 2014 a 2019, quartos trimestres**



**Fonte: Elaboração própria com base nos microdados das PNADs Contínuas Trimestrais de 18/ jun. 2020**

A análise do comportamento da participação das mulheres por categorias de ocupação mostrou que a posição de ocupação com maior participação feminina (mais de 90%) tem sido a ‘Trabalhador doméstico sem carteira’, no entanto, vem apresentando tendência de queda ao longo dos anos. A categoria ‘Empregador’, todavia, é a de menor participação feminina, mas vem apresentando crescimento de participação no período analisado. Cabe destaque o aumento da participação feminina na categoria ‘Conta-própria’ que passou de 32,34%, em 2014 para 35,50%, em 2019.

**Tabela 5: Participação das mulheres nas categorias de ocupação (%) -  
Brasil, 2014 a 2019, quartos trimestres**

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Empregado no setor privado com carteira de trabalho	39,31	39,86	40,19	40,39	40,60	40,95
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho	32,76	30,67	30,75	31,54	32,42	32,82
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho	89,46	88,58	89,81	88,96	89,23	88,77
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho	95,20	94,12	94,38	93,71	93,70	93,83
Empregado no setor público com carteira de trabalho	56,09	54,86	54,12	55,29	56,89	55,26
Empregado no setor público sem carteira de trabalho	64,29	62,94	63,30	61,83	62,55	62,39
Militar e servidor estatutário	55,82	55,69	55,89	56,48	56,42	56,65
Empregador	28,61	29,92	29,26	29,87	31,17	30,96
Conta-própria	32,34	32,00	32,94	34,64	35,15	35,50
Trabalhador familiar auxiliar	65,06	63,83	64,21	64,30	62,96	63,63
Total	42,96	42,77	43,04	43,67	43,89	44,06

**Fonte: Elaboração própria com base nos microdados das PNADs Contínuas Trimestrais de 18/ jun. 2020**

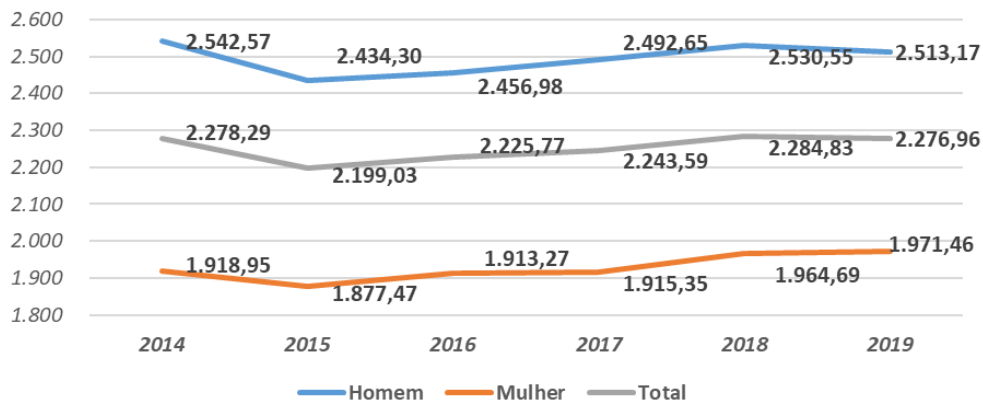
## 2.2. Avaliação dos Rendimentos

A avaliação dos rendimentos médios habituais reais<sup>8</sup> de homens e mulheres ocupados no período de 2014 a 2019 mostra-nos a notável queda dos rendimentos no ano de 2015 para ambos os sexos, no entanto, com maior impacto negativo no rendimento dos homens

É interessante notar que mesmo com a tendência de recuperação entre 2016 a 2017, os rendimentos médios habituais dos homens, no final dos seis anos avaliados, não voltaram aos patamares do início de 2014, enquanto que os das mulheres apresentaram valor um pouco mais elevado que no início do período avaliado

<sup>8</sup> Utilizou-se a variável VD4016 (rendimentos habituais) para o cálculo do rendimento médio por sexo. Para deflacionar essa variável, o IBGE recomenda usar como referência o **mês intermediário de cada trimestre**. Como trabalhamos com os últimos trimestres de cada ano, utilizamos os deflatores do mês de novembro de cada ano disponibilizado pelo IBGE nos valores do primeiro trimestre de 2020 (Vide tabelas de deflatores em Apêndice) e com base nos rendimentos médios reais, criamos uma variável nova representando os rendimentos/hora de homens e mulheres.

**Gráfico 2:** Rendimento médio real habitual do trabalho principal de homens e mulheres, poder de compra do 1º trimestre de 2020 - Brasil, 2014 a 2019, quartos trimestres



**Fonte:** Elaboração própria com base nos microdados das PNADs Contínuas Trimestrais de 18/ jun. 2020

Ressalva-se que os valores dos rendimentos médios sofrem alterações na medida em que o número dos ocupados varia. Dessa forma, o seu aumento pode sim significar valorização dos salários, mas também, pode significar aumento da desocupação de pessoas que recebem baixos salários, por exemplo.

Ademais, a avaliação exclusiva dos rendimentos médios por sexo não leva em consideração as diferenças de jornada de trabalho entre homens e mulheres, o que pode levar à superestimação dos rendimentos médios habituais femininos, pois as mulheres costumam exercer atividades com jornadas de trabalho menores que as dos homens, devido à necessidade de conciliar o trabalho com os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos e de outras pessoas da família.

Por conta disso, julgou-se relevante avaliar o comportamento, para efeito de comparação entre os sexos, dos rendimentos/hora que, contudo, correspondem à relação do rendimento médio habitual mensal real pelo número médio de horas trabalhadas no mês (jornada de trabalho mensal). Fizemos também o desdobramento dos rendimentos/hora por categorias de ocupação e setores, sendo possível, portanto, observar as variações de rendimentos por categorias de posições de ocupação e setores de atividade principal entre os sexos.

Ao compararmos as variações de rendimentos médios habituais e rendimentos/hora de homens e mulheres, percebe-se que, de 2014 a 2016, houve queda tanto dos rendimentos médios quanto dos rendimentos/hora, mas o rendimento/hora das mulheres sofre uma variação negativa mais acentuada do que a variação do rendimento



médio habitual feminino. Em relação aos homens, ambos os rendimentos (rendimento médio e rendimento/hora) sofreram variação negativa e de forma mais acentuada do que as mulheres nesses anos.

Já entre os anos de 2016 e 2019, nota-se uma melhora nas variações de rendimentos para ambos os sexos, mas mais uma vez com resultado um pouco mais favorável para as mulheres, tanto para rendimento médio como para rendimento/hora, do que para os homens.

**Tabela 7: Variação dos rendimentos médios habituais e dos rendimentos hora por sexo e total - Brasil, 2014 a 2016 e 2016 a 2019, quartos trimestres**

	2014 a 2016			2016 a 2019		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Rendimento Médio	-1,70	-0,15	-1,16	0,76	1,00	0,76
Rendimento Hora	-1,16	-0,81	-1,03	0,74	1,41	0,96

**Fonte: Elaboração própria com base nos microdados das PNADs Contínuas Trimestrais de 18/ iun. 2020**

Comparando os rendimentos/hora das mulheres com os dos homens no período de 2014 a 2019 (renda mulheres/ renda homens) por categoria de ocupação, é possível perceber que para a maioria das categorias, os rendimentos/hora femininos são menores do que o dos homens, sendo que a categoria que mais aponta essa característica é a ‘Empregado no setor público com carteira de trabalho.

No entanto, na categoria ‘Empregado no setor privado sem carteira de trabalho’, as mulheres apresentaram rendimentos/hora superiores aos dos homens, com destaque para o ano de 2016 em que a relação rendimento/hora entre os sexos (mulher/homem) foi de 111,26%.

Há tendência de aumento dos rendimentos/hora feminino em comparação ao masculino nas categorias ‘Trabalhador doméstico com carteira’ e ‘Trabalhador doméstico sem carteira’, sendo mais notável nesta última categoria, a qual as mulheres começam a apresentar maiores rendimentos que os homens a partir de 2015.

**Tabela 8: Rendimento hora relativo (mulher/homem) por categoria de ocupação (%) - Brasil, 2014 a 2019, quartos**

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Empregado no setor privado com carteira de trabalho	84,19	86,36	87,71	85,23	86,53	88,78
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho	102,28	106,78	111,26	109,97	106,61	103,30
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho	94,92	94,29	93,54	93,30	88,04	101,76
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho	96,83	101,51	100,01	103,64	104,59	108,05
Empregado no setor público com carteira de trabalho	67,03	72,84	68,33	68,58	69,55	66,59
Empregado no setor público sem carteira de trabalho	79,43	79,18	81,68	77,17	87,08	81,16
Militar e servidor estatutário	81,40	80,05	77,25	81,21	76,46	79,77
Empregador	94,21	91,27	78,44	77,55	84,73	85,30
Conta-própria	96,55	97,64	100,32	100,36	104,43	103,46
Total	86,66	87,80	87,28	87,32	88,49	89,02

**Fonte: Elaboração própria com base nos microdados das PNADs Contínuas Trimestrais de 18/ jun. 2020**

A variação dos rendimentos/hora para os sexos por posição de ocupação mostra que no período de 2014 a 2016, os homens sofreram queda de rendimentos/hora para a maioria das posições (6 de 9), com exceção das posições ‘Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho’, ‘Empregador’ e ‘Militar e servidor estatutário’. As mulheres também apresentaram quedas em muitas das posições de ocupação (5 de 9), com destaque para a acentuada queda de 7,13% na categoria ‘Empregador’, enquanto os homens, contrariamente, tiveram um leve aumento de rendimento de 1,77% para essa mesma posição. A posição de ocupação ‘Conta-própria’ foi a de maior queda de rendimento/hora masculino nesses anos (queda de 3,81%) e as mulheres tiveram queda de 1,94%

Já a avaliação dos anos de 2016 a 2019 mostrou-se mais favorável para ambos os sexos, no entanto os homens tiveram uma queda de 2,25% no rendimento/hora da posição de ocupação ‘Trabalhador doméstico com carteira de trabalho’, seguido de queda de 1,36% para a categoria ‘Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho’ e de 0,25% para ‘Empregado no setor privado sem carteira de trabalho’. Por outro lado, ressalta-se o

aumento de rendimento/hora masculino de 4,61% na categoria ‘Empregado no setor público com carteira de trabalho’, seguido de crescimento de 4,23% na posição ‘Empregado no setor privado sem carteira de trabalho’.

As mulheres, no período de 2016 a 2019, apresentaram aumento de rendimento/hora em quase todas as posições de ocupação, com exceção somente da posição ‘Empregado no setor público sem carteira de trabalho’ que apresentou uma pequena queda de 0,05%. Houve aumento de 3,72% no rendimento/hora para a posição de ‘Empregado no setor público com carteira de trabalho’, seguido de crescimento de 3,59% na posição ‘Empregador’, porém cabe lembrar que no período anterior as mulheres tinham sofrido acentuada queda nessa categoria (7,13%).

Com a análise dos rendimentos/hora por posição de ocupação, podemos perceber que no período de 2014 a 2016, os homens apresentaram quedas em mais posições do que as mulheres, sendo que essas quedas foram um pouco mais acentuadas. As mulheres, muito embora tenham apresentado quedas menos expressivas de rendimentos/hora, obtiveram uma queda acentuada na posição ‘Empregador’.

De 2016 a 2019, os homens apresentaram queda em três das nove posições de ocupação, sendo a maior delas de 2,25% para ‘Trabalhador doméstico com carteira de trabalho’, enquanto as mulheres apresentaram queda somente em uma posição e ainda assim, uma queda irrisória. No entanto, apesar de os homens ocupados terem apresentado queda de rendimento/hora em mais posições que as mulheres, eles obtiveram aumentos de rendimentos/hora mais expressivos que as mulheres nos empregos do setor público com carteira assinada e no emprego no setor privado sem carteira assinada, respectivamente.

**Tabela 9: Variação dos rendimentos/hora reais de homens e mulheres por posição de ocupação (%) - Brasil, 2014 a 2016 e 2016 a 2019, quartos trimestres**

	2014 a 2016			2016 a 2019		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Empregado no setor privado com carteira	-0,94	1,11	-0,23	-0,25	0,15	0,21
Empregado no setor privado sem carteira	-3,27	0,89	-1,40	4,23	1,68	3,57
Trabalhador doméstico com carteira	1,28	0,54	0,58	-2,25	0,53	0,86
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho	-2,96	-1,38	-1,22	-1,36	1,22	0,32
Empregado no setor público com carteira	-0,04	0,92	0,82	4,61	3,72	5,79
Empregado no setor público sem carteira	-3,14	-1,77	2,43	0,16	-0,05	0,75
Militar e servidor estatutário	0,22	-2,37	0,00	1,34	2,43	1,85
Empregador	1,77	-7,13	-2,22	0,73	3,59	1,33
Conta-própria	-3,81	-1,94	-4,52	1,36	2,41	0,76

**Fonte: Elaboração própria com base nos microdados das PNADs Contínuas Trimestrais de 18/ jun. 2020**

### 3. CONCLUSÃO

A realização deste trabalho nos permitiu verificar alguns pontos importantes relacionados ao contexto macroeconômico recente brasileiro e seus principais impactos no mercado de trabalho em relação às ocupações e rendimentos de homens e mulheres.

A revisão bibliográfica inicial abrangendo de forma sintetizada um período antecessor a 2014, assim como os cinco anos posteriores, nos permitiu relacionar a desaceleração do crescimento da atividade econômica iniciada em 2011 e a sua queda nos anos de 2015 e 2016 com a tentativa de implantação de uma política sem sucesso por parte do governo de estímulo ao investimento privado por meio de queda da taxa de juros e exonerações da carga tributária. Sendo que a tentativa de reversão de recessão a partir de 2017 não foi de fato efetiva e resultou em um período de estagnação econômica que perdurou até 2019.

A avaliação inicial das variáveis macroeconômicas mostrou fortes recuos nas variações em volume da formação bruta de capital fixo por quatro anos seguidos (2014 a 2017), denotando queda de investimentos para a ampliação da capacidade produtiva futura. Já a avaliação dos indicadores de mercado de trabalho, assim como dos rendimentos médios habituais e rendimentos/hora de mulheres e homens ocupados nos levou à tentativa de dimensionar os impactos advindos dos dois períodos analisados: o primeiro, de 2014 a 2016, com queda de atividade econômica e o segundo, de 2016 a 2019, caracterizado por estagnação.

Dessa forma, foi possível verificar que no primeiro período houve queda do número de pessoas ocupadas acompanhada de expressivo aumento de desocupados, principalmente entre os homens (aumento de 40,5% contra 36,4% entre as mulheres) e que, mesmo com valores mais favoráveis dos indicadores no período de 2016 a 2019, com queda no número de desocupados entre os homens, o aumento na ocupação para ambos os sexos se mostrou bem pouco expressiva frente à queda do período anterior.

Os rendimentos médios habituais mostraram notável queda no ano de 2015 para ambos os sexos, mas com mais intensidade entre os homens, sendo que a partir desse ano passou a oscilar com tendência de crescimento e de queda, mas, em relação à ocupação masculina, não chegou a alcançar os patamares de início de 2014. As variações dos rendimentos médios habituais e dos rendimentos/hora mostraram no primeiro período quedas mais acentuadas entre os homens do que as mulheres e no período de 2016 a 2019, com a ligeira melhora desses indicadores, os homens apresentaram resultados mais desfavoráveis que as mulheres, aumento de cerca de irrisórios 0,7% da renda.

Os dados referentes aos homens ocupados mostraram um maior declínio de rendimentos e ocupação de empregos nos anos de 2014 a 2016 do que as mulheres, sendo que, de 2016 a 2019, período este de tentativa de retomada de crescimento, a população ocupada masculina mostrou maior latência de recuperação dos indicadores analisados quando comparada com a população ocupada feminina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTAR, P.; Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. In: CALISTRE, A.B.; BIANCARELLI, A.M.; CINTRA, M.A.M. (Ed.). Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro. Brasília: IPEA, 2014. p.423-468;

BALTAR, P.; LEONE, E. Perspectivas para o mercado de trabalho no Brasil após crescimento com inclusão social. *USP Estudos Avançados* 85. Volume 29. Número 85. Setembro/dezembro, 2015;

BANCO CENTRAL. Histórico de Taxas de Juros. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 30 jul. 2020 para extração de taxas básicas de juros de 2014 a 2019;

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO - BNDES. Relatórios anuais. Disponível em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/publicacoes/relatorios>. Acesso em: 15 set. 2020 para extração de dados de desembolsos efetuados em infraestrutura nos anos de 2014 a 2019;

CARNEIRO, R. Navegando a contravento: uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff. In: CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. (Orgs.). Para além da política econômica. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018. p.11-55;

CARVALHO, L. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. Rio de Janeiro: Editora Todavia, 2018;

GADELHA, C.A.G. Política industrial, desenvolvimento e os grandes desafios nacionais. In: LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E.; LAPLANE, G.; SARTI, F. (Orgs.). O futuro do desenvolvimento. Campinas, SP: UNICAMP, 2016. p. 231-270;

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral, 2019. Disponível em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Microdados/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/). Acesso em: 18 jun. 2020 para extração de microdados de 2014 a 2019;

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas Nacionais Trimestrais, 2014 a 2019. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72121>. Acesso em: 30 jul. 2020 para extração de dados macroeconômicos de 2014 a 2019;

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, 2014 a 2019. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?edicao=26998&t=resultados>. Acesso em: 30 nov. 2020 para extração de dados da indústria de transformação de 2014 a 2019;

IPCA – ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR-AMPLO. Histórico do IPCA, 2014 a 2019. Disponível em <https://www.indiceseindicadores.com.br/ipca/>. Acesso em: 30 jul. 2020 para extração de taxas de inflação de 2014 a 2019;

IPEADATA – BASE DE DADOS MACROECONÔMICOS DO IPEA. Contas Nacionais, 2020. Disponível em [http://ipeadata.gov.br/beta3/#/dados-serie?anomapa=&ascOrder=&base=macro&busca=&columnOrdering=&end=2019&fonte=&serid=SCN10\\_VAITP10&skip=0&start=2013&tema=Contas%20nacionais&territoriality=](http://ipeadata.gov.br/beta3/#/dados-serie?anomapa=&ascOrder=&base=macro&busca=&columnOrdering=&end=2019&fonte=&serid=SCN10_VAITP10&skip=0&start=2013&tema=Contas%20nacionais&territoriality=). Acesso em: 20 jan. 2021 para extração do PIB da indústria de transformação a preços de 2010 de 2014 a 2019;

LACERDA, A.C. Políticas macroeconômicas para o desenvolvimento brasileiro. In: LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E.; LAPLANE, G.; SARTI, F. (Orgs.). O futuro do desenvolvimento. Campinas, SP: UNICAMP, 2016. p.89-112;

LÚCIO, C. G; DUCA, F. M. F. Crise econômica e mercado de trabalho no Brasil. *Carta Social e do Trabalho* 33. Campinas, SP: UNICAMP. Número 33. Janeiro/Junho, 2016;

MARQUES, R.M. Em defesa do emprego e da renda. In: BELLUZZO, L.G.; BASTOS, P.P. (Orgs). Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff. São Paulo: Carta Maior; Friedrich Ebert Stiftung, 2015. p. 89-92;

SOUEN, J.A.; Evolução da composição das categorias ocupacionais do emprego formal no Brasil, conforme os setores de atividade, 2003, 2008, 2013. In: XXVI ENCONTRO NACIONAL DA ABET; 2019, Salvador BA. 03 a 06 de setembro de 2019. Disponível em: [https://www.abet2019.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID\\_SIMPOSIO=18](https://www.abet2019.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=18). Acesso em: 27 jun. 2019.

**Capítulo 91 - DOI:10.55232/1083002.91**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE SOBRE AS ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS NA COMPRA DE VEÍCULOS**

**Isis Santos Pinto**

Este trabalho desenvolveu-se na fase inicial de elaboração de uma dissertação, visando elaborar uma análise sobre as políticas públicas para pessoas com deficiência (PCD) através das isenções tributárias na compra de veículos automotores. Os diversos entendimentos sobre deficiência se modificaram com o passar do tempo. Estas isenções fazem parte de políticas públicas que visam a acessibilidade e inclusão social, porém não abrangem a totalidade das PCD. Para uma política pública atingir seus objetivos é fundamental a compreensão dos instrumentos de ação governamental, neste caso, a isenção tributária. A dificuldade em se criar critérios legais dentro do princípio da igualdade, diante da complexidade e diferenças entre as PCD, sempre traz à tona um grupo de excluídos que reclama seu direito. Historicamente as isenções tributárias de IPI (imposto sobre produtos industrializados) e ICMS (imposto sobre a circulação de mercadorias) para a compra de veículos por PCD possuem pontos de divergência. Ambas possuem o mesmo objetivo e fazem parte da política pública de acessibilidade e inclusão, sendo diferentes, ao menos em teoria, apenas nos entes federativos (federal e estadual) e respectivos tributos. Apesar de perpassar diversas áreas de ciência (direito, medicina, psicologia e outras), este tema precisa ser compreendido dentro do ciclo de políticas públicas, para que todas as dimensões e atores envolvidos sejam considerados e reconhecidos, permitindo dar clareza aos objetivos das referidas isenções. Diante do exposto, o problema a ser investigado é “Por que grupos de PCD são incluídos/excluídos dos requisitos para a fruição do benefício fiscal da isenção tributária na compra de veículos? A solução desta questão possibilita o entendimento da dinâmica da inclusão/exclusão de PCD, trazendo um benefício a todos os cidadãos, em especial no Brasil, onde historicamente diversos grupos foram marginalizados, e são até hoje, sem que a sociedade tenha uma real percepção de como ocorrem os processos de exclusão. Além disto, contribui para o estudo dos instrumentos governamentais, que apesar de descritos em literatura, ainda são pouco estudados em casos práticos. Pesquisando-se sobre o tema isenções tributárias para PCD é possível visualizar diversos trabalhos sobre o tema em revistas científicas da área do direito. Em procura, nas principais revistas de administração brasileiras, fica evidente a escassez de artigos sobre o tema, incluindo artigos que tragam situações práticas, o que gera uma lacuna teórica. A observação desta temática sob o viés da Administração Pública, permite a compreensão da isenção enquanto instrumento de política pública, o que permite, através de uma visão holística do ciclo das políticas públicas, avaliar e realinhar o instrumento de acordo com os objetivos governamentais. Destarte, este instrumento de ação pública perpassa todo o processo de formulação e implementação de políticas públicas. A relevância do tema vai além das definições de PCD, das políticas públicas e legislações, envolvendo a percepção da



sociedade sobre as PCD, os estigmas criados e a identidade das PCD (Goffmann, 1988) juntamente com a construção social da realidade (Berger e Luckmann, 2014) enquanto formadora dos núcleos sociais, observados sob o viés dos setores dominantes, que são responsáveis pela tomada de decisões governamentais. Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada, utilizou-se a pesquisa qualitativa e exploratória. A coleta de dados foi documental e bibliográfica. A análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo. Uma análise preliminar dos resultados, constatou ser comum diferenças entre os requisitos de isenção entre os entes, existindo PCD com pedido deferido apenas para o imposto federal. A avaliação dos dados governamentais demonstra a dificuldade em se determinar quem são as PCD no Brasil. A partir deste enfoque, conclui-se a existência de gargalos na criação destas políticas públicas, ratificando a complexidade do tema.

**Palavras-chave:** pessoas com deficiência, políticas públicas, isenções tributárias

**Referências Bibliográficas:**

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*. Garden City, NY: Doubleday, 1966. No Brasil: *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

**Capítulo 92 - DOI:10.55232/1083002.92**

**ASPECTOS CAMBIAIS QUE INFLUENCIAM AS  
IMPORTAÇÕES DE VINHOS E SUAS OPORTUNIDADES DE  
CRESCIMENTO**

**Douglas Nascimento Dos Santos**

O propósito do artigo é abordar os aspectos do câmbio e a importação de vinhos voltados ao comércio exterior no Brasil, através dos mecanismos da importação e exportação. A importação do vinho, encontra-se em ascensão, embora o câmbio e suas diversas políticas, pouco creditam essa interferência no produto. O objetivo do artigo é mostrar os aspectos relevantes da importação de vinhos, dando a importância do produto para o crescimento econômico e social, com foco no comércio exterior. O estudo teve como base, métodos bibliográficos de caráter descritivo qualitativo, através de informações secundárias, sem revisões bibliográficas para o estudo, usando dados mais recentes, pois o estudo é pouco aperfeiçoado em métodos acadêmicos. Os resultados permitiram mostrar que o consumidor, embora não importe com o preço e tributos, dita as regras e o consumo de vinhos importados, que são mais baratos e possuem qualidade superior em relação ao vinho nacional. O tema justifica-se a sua importância, pela a importação de vinhos ser mais abrangente e segmentada do que exportar o produto, pois o mesmo conquistara mercados e rumos que só eram acessíveis por importadoras de alto nível, mas os novos consumidores e distribuidores, através das informações e fontes do mercado cambial e outros negócios, puderam observar e adquirir esses produtos pela disposição e alcance do mesmo, através dos mercados importadores e pela sua viabilidade com acordos comerciais e seus parceiros. O desenvolvimento da pesquisa teve por aplicação conceitos bibliográficos, de forma descritiva e informativa no âmbito explicativo, através de fontes secundárias de publicações cotidianas e recorrentes do mercado cambial, e da importação vinhos, que possibilitaram a compreensão e atualização do mesmo para o estudo. A importação de vinhos está em ascensão, embora os tributos inerentes não correspondam aos anseios do consumidor, a carência e o ensejo de novidades por parte dele, impulsiona esse mercado atrativo com tendências relevantes para o consumo, ainda que as importadoras, não demonstrem o interesse de partilhar as informações do crescimento desse mercado de forma pública e verídica. Assim, essa pesquisa mostrou que o câmbio tem um aspecto importante na formação de preços para a importação do vinho, mesmo sendo barato o consumo, o consumidor enseja qualidade, e demonstra dar mais importância ao produto de fora do que o nacional que tem pouca visibilidade, não se importando com os tributos inerentes, onde o mesmo, dita as regras dos preços para o consumo final. Os resultados mostraram que a importação de vinhos está em ascensão, embora os tributos inerentes não correspondam aos anseios do consumidor, mas, a carência e o ensejo de novidades por parte dele, impulsionando esse mercado atrativo com tendências relevantes para o consumo, ainda que as importadoras, não demonstrem o interesse de partilhar as informações do crescimento desse mercado de forma pública e verídica, onde a pesquisa, mostrou que o câmbio tem um aspecto importante na formação de

preços para a importação do vinho, mesmo sendo barato o consumo, o consumidor almeja qualidade, e demonstra dar mais importância ao produto de fora do que o nacional que tem pouca visibilidade, não se importando com os tributos inerentes, onde o mesmo, dita as regras dos preços para o consumo final. Como também, pela pesquisa ser limitada aos meios eletrônicos de informação, a grande maioria das importadoras de vinhos, não divulga os dados em meios locais e midiáticos, pois o assunto é tratado de forma restrita, a um seleto grupo de pessoas, não sendo disponibilizado dados para as pesquisas acadêmicas, ficando assim, disponível a parte em meios secundários.

**Palavras-chave:** Exportação, Importação, Vinho.

**Referências Bibliográficas:**

BORTOTO, A. et al. Comércio exterior: Teoria e gestão. São Paulo: 3º Ed. Atlas, 2012.

FRAGA, Marcelo Loyola. Metodologia para elaboração de trabalhos científicos. Curitiba: Editora CRV, 2017.

INTERSEAS. Saiba mais sobre importação de vinhos. 2019. Disponível em: . Acesso em: 07 de abril de 2020.

LILLA, Ciro. Introdução ao mundo do vinho. São Paulo: 2ª Ed. Martins Fontes, 2005.

MEU VINHO. Mercado de vinhos no Brasil apresenta crescimento. 2019. Disponível em: . Acesso em: 09 de março de 2020.

MIRANDA, Bia. Quais são as regras de importação para vinhos? 2016. Disponível em: . Acesso em: 07 de abril de 2020.

RATTI, Bruno. Comércio internacional e câmbio. São Paulo: 10ª Ed. Aduaneiras, 2001.

VIEIRA, Aquiles. Teoria e prática cambial – exportação e importação. São Paulo: Ed. Aduaneiras, 2005.

WINE. Série uvas - Carbernet Sauvignon. 2017. Disponível em: . Acesso em: 10 de abril de 2020.

**Capítulo 93 - DOI:10.55232/1083002.93**

**PROJETO OXIGÊNIO: REVITALIZAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM GESTÃO E NEGÓCIOS DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA**

**Geizyellen Oliveira Domingos, Alysson André Régis Oliveira, Allisson Silva Dos Santos e Aline Araújo Feitosa De Oliveira**

Desde seu surgimento, em 2017, o Núcleo de Estudos em Gestão e Negócios (NEGN), do Instituto Federal da Paraíba, perpassa por uma rotatividade de atores, principalmente de alunos. Com o intuito de contribuir com a tríade ensino-pesquisa-extensão, estudantes e docentes uniram-se para criar o NEGN. Desde então, projetos de relevância social, acadêmica e pessoal têm sido incorporados na rotina dos integrantes do núcleo e de seus parceiros sociais. A indissociabilidade da tríade ensino-pesquisa-extensão é enfatizada nos princípios da extensão universitária, considerando a interação dialógica, a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, o impacto na formação do estudante e a transformação social. Cada um dos elementos da tríade possui estruturas e práticas próprias, que podem estar interligadas entre si (GONÇALVES, 2015). Os projetos de extensão possuem maior representatividade do total de projetos executados pelo NEGN e estão ligados principalmente a ambientes pertencentes à economia solidária. Com a rotatividade de atores, percebeu-se a necessidade de estimular a consolidação da identidade do NEGN por parte dos membros envolvidos. As estratégias de acompanhamento e avaliação durante a execução da proposta foram ligadas aos indicadores de resultados, tendo como propósito a identificação de problemas potenciais antes que ocorram, sendo balizados a partir de: a) consolidação da equipe de atuação do núcleo; b) números de reuniões realizadas para a validação de propostas elaboradas do constructo do projeto; c) reuniões de avaliações para possíveis ajustes ao longo da execução das atividades; d) acompanhamento das metas/atividades por meio de registros fotográficos, listas de frequência dos bolsistas e voluntários, bem como listas de presença das reuniões realizadas. Ressalta-se que estes possuem características diferentes, como: idade, tempo de participação no núcleo e formação. Nesse sentido, este estudo tem o intuito de fortalecer a identidade do NEGN da Rede Rizoma, potencializando as práticas extensionistas. A metodologia do trabalho obedeceu a cinco etapas, sendo elas: a) levantamento e atualização dos membros do NEGN; b) reunião de apresentação do núcleo para os novos membros; c) atuação junto à comunidade local; d) planejamento do NEGN e e) atuação de algumas frentes de trabalho nas vertentes das práticas extensionistas. Com as etapas de planejamento sendo executadas, o NEGN tem amadurecido a sua identidade, diante da contribuição de partes interessadas (alunos, professores, parceiros sociais, sociedade etc.). Melhorias no NEGN podem ser denotadas diante do planejamento estratégico executado: maior número de treinamentos executados para os integrantes, empreendimentos e a sociedade em geral; papéis bem definidos para cada membro do núcleo; comunicação próxima e ativa no instagram do núcleo; definição de priorização de necessidades do núcleo; aumento no número de projetos executados com o apoio de órgãos de fomentos à

extensão e pesquisa; aumento no número de atendimento de comunidades locais de trabalho e seus problemas sociais etc. Vale ressaltar que houve um maior equilíbrio em relação à quantidade de membros, na composição do núcleo, considerando estudantes, professores e parceiros sociais. Esse equilíbrio é crucial, pois cada pessoa possui vivências diferentes, diante da educação formal e não formal que cada um adquire ao longo do tempo. Além disso, esses atores possuem o papel de fomentar a cultura local e as relações de parcerias sociais. Em suma, foi perceptível uma mudança nos eixos da vida profissional e acadêmica dos seus participantes, trazendo a prática administrativa para a realidade dos integrantes do NEGN.

**Palavras-chave:** Revitalização. Núcleo de Estudos. Gestão e Negócios.

**Referências Bibliográficas:**

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. *Perspectiva*, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, 1 abr. 2016. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795x.2015v33n3p1229>

**Capítulo 94 - DOI:10.55232/1083002.94**

**SENTIDOS PRODUZIDOS PELOS CÍRCULOS DE  
MULHERES DE ELEMENTOS DAS RELIGIÕES DE MATRIZ  
AFRICANA: ENCONTROS E DESENCONTROS NA LUTA  
CONTRA O RACISMO RELIGIOSO**

**Thainá Soares Ribeiro**

Pesquisei no doutorado o movimento denominado como Círculos de Mulheres. Estes Círculos são difíceis de ser definidos, devido seu possível enquadramento em diversos movimentos como Nova Era, Ecofeminismo e Espiritualidades Femininas. Mas, ainda que sem uma definição estanque, podem ser compreendidos como grupos organizados por mulheres e para mulheres, que se encontram em espaços alternativos às religiões institucionais, articulando-se a partir de referências que emergiram na contracultura, bem como as que emergem vinculadas ao território, com bricolagem de religiões e saberes. Neste trabalho, trago algumas percepções iniciais sobre os sentidos produzidos pelos Círculos de Mulheres de elementos das religiões de matriz africana, especialmente a apropriação de um orixá feminino – Yemanjá, em dois Círculos, um na cidade Salvador, outro na região metropolitana. Refletindo sobre os limites e lógicas de apropriação do movimento a partir da literatura, que diferencia o movimento das práticas de sincretismo presente na América Latina, e com base nas observações iniciais do campo, percebo como os Círculos de Mulheres vão ganhando forma fundamentados em referências da cidade onde eles surgem, no caso de Salvador, as religiões de matriz africana. Para isso, construí um formulário com 10 perguntas e compartilhei nos grupos do WhatsApp dos Círculos, com perguntas referentes ao racismo religioso, diversidade das participantes, conexões com orixás etc. Após as respostas, bem como com as reflexões sobre os limites e lógicas de apropriação do movimento a partir da literatura (ver PADILLA, 2017; MORALES, 2018; MACHADO, 2017), que diferencia o movimento das práticas de sincretismo presente na América Latina, e com base nas observações iniciais do campo, percebo como os Círculos de Mulheres vão ganhando forma fundamentados em referências da cidade onde eles surgem, no caso de Salvador, as religiões de matriz africana. Embora se trate de um movimento que emerge na classe média, no encontro com religiões de matriz africana, as discussões nos Círculos se politizam na luta contra o racismo religioso.

**Palavras-chave:** círculos de mulheres; religiões de matriz africana; racismo religioso

**Referências Bibliográficas:**

MACHADO, Patrícia Santos. Processos Comunicacionais nos Círculos de Mulheres e suas relações com a Teologia Ecofeminista. Mandrágora, v.23. n. 1, p. 33-48, 2017.

MORALES, Maria del Rosario Ramírez. Espiritualidades Femeninas: el caso de los Círculosde Mujeres. Encartes, v. 3, n. 1. p. 144-162, 2018.

PADILLA, Gisela Valdes. Mujeres em círculos ecofeministas em Guadalajara: cuerpo, experiencia y sanación. 2017. Tese. Doutorado. Colegio de San Luis. COLSAN. 2017.

**Capítulo 95 - DOI:10.55232/1083002.95**

**A CONTEMPORANEIDADE DO AMOR: PERCEPÇÕES DA  
JUVENTUDE QUANTO A RELACIONAMENTOS.**

**Maria Carolina Cezar Barreto e Clara Da Braga Cunha**

A compreensão das percepções de jovens sobre o atual quadro amoroso, isto é, como eles veem, sentem, imaginam e entendem as relações afetivo-sexuais constituem o principal objetivo deste trabalho. Para tanto, utilizaremos entrevistas em profundidade realizadas com jovens entre 20 e 30 anos, pertencentes aos setores médios e médios-altos de diferentes regiões brasileiras, tendo em vista que os fenômenos estudados estão em sintonia com o recente processo de alargamento da faixa compreendida como “juventude”, convertida contemporaneamente em estilo de vida (Le Breton, 2003). A pesquisa foi realizada no âmbito do projeto “Juventudes e contemporaneidade: novas gramáticas amorosas, afetivas e sexuais”, coordenada por Maria Isabel Mendes de Almeida (in memoriam) no Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Cândido Mendes - CESAP/UCAM. De início, é de suma importância lembrar que a noção de amor varia em relação ao contexto social, cultural, religioso, político, econômico etc. Logo, o significado do amor não é único, as práticas amorosas são diversas e expressam diferentes compreensões do que é o amor. Dessa maneira, na comunicação proposta apresentaremos reflexões sobre a juventude contemporânea em relação às suas experiências amorosas. A partir da análise de entrevistas, pretendemos destacar diferenças de vivência, ideias e privilegiamento de outros aspectos da vida, como a formação e o trabalho, em detrimento da vida amorosa.

**Palavras-chave:** Relacionamentos, Juventude, Contemporaneidade.

**Referências Bibliográficas:**

LE BRETON, David. Adeus ao corpo. Antropologia e sociedade. Campinas: Papyrus, 2003.

ILLOUZ, Eva. Românticas. In: ILLOUZ, Eva. Amor nos Tempos do Capitalismo. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2011.

BAUMAN, Z. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. AN



**Capítulo 96 - DOI:10.55232/1083002.96**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL DE ADOÇÃO TARDIA NUMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO DE ADOLESCENTES EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS**

**Vanessa Silva Ribeiro Dias, Sonia Francisca Da Cruz e Ana Carolina Vidigal**

O objetivo central deste trabalho é analisar as expressões da Questão social, vinculadas a adoção tardia de adolescentes numa instituição de acolhimento de São José dos Pinhais (PR), e como objetivos específicos: estudar a questão social e suas expressões vinculadas à adoção tardia no Brasil; averiguar a atuação do assistente social frente as expressões da questão social de adoção tardia. Para atingir os objetivos estabelecidos nesta pesquisa, será usada a metodologia através de pesquisa bibliográfica, e de campo, na qual foi utilizado o questionário semiestruturado com duas Assistentes Sociais que atuam na instituição de acolhimento de São José dos Pinhais. Este trabalho apresenta como resultados as dificuldades de adaptação dos adotados e adotantes, no início deste processo mostrando a importância de um trabalho multiprofissional para atender as complexas expressões da questão social neste processo. Dentre os profissionais, foi apresentada a atuação do Assistente Social, que atua na perspectiva do fortalecimento de vínculos familiares, trabalho em rede, um processo de adoção consciente, e apresentaram um posicionamento e atuação comprometidos com o código de ética e lei que regulamenta a atuação

**Palavras-chave:** Questão Social, Adoção Tardia, Fortalecimento de Vínculos familiares, Assistente Social.

**Referências Bibliográficas:**

BRASIL, Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, 05 de out. 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 23 julho 2021.

CASSAB, Latif Antonia- Ética Profissional no Serviço Social. INTERSABERES, 2018. (Série Formação Profissional em Serviço Social).

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social/Antônio Carlos Gil. -6. Ed.-São Paulo:Atlas,2008. \_\_\_1946. Como Elaborar Projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil-4. Ed. - São Paulo: Atlas, 2002

NETTO, José Paulo – TEMPORALIS, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Ano II, N°3 – janeiro a junho de 2001

SOUZA, Hália Pauliv - ADOÇÃO TARDIA, Devolução ou Desistência de um Filho? A Necessária Preparação para Adoção, Curitiba: Editora Juruá, 2012

**Capítulo 97 - DOI:10.55232/1083002.97**

**UMA ANÁLISE DO EFEITO DO PROGRAMA MINHA CASA  
MINHA VIDA SOBRE O DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL  
NO PERÍODO 2009 A 2019**

**Thaís Oliveira Guimarães e Felipe Santos Tostes**

**Introdução/Problematização:** O desenvolvimento das cidades brasileiras se deu de forma muito acelerada, resultando em um crescimento desordenado. Esse fato trouxe alguns problemas que são enfrentados pelo estado brasileiro até os dias atuais, principalmente no que diz respeito ao bem-estar econômico e segurança social. Entendendo este último conceito como a garantia de alimentação, saúde, educação, e também, habitação para a sociedade. Uma das principais complicações trazidas pelo processo de urbanização, foi a falta de controle e fiscalização por parte dos órgãos públicos com relação a quantidade e a qualidade das habitações, trazendo a necessidade de construção de novas moradias para a solução dos problemas sociais, configurando o déficit habitacional. **Objetivo/proposta:** Para tanto, será necessário entender o que é, e qual o principal determinante do déficit habitacional. Procurou-se investigar, através de estudos científicos e publicações acadêmicas, a trajetória do déficit habitacional no Brasil e a evolução do Programa Minha Casa Minha Vida, a fim de analisar as políticas públicas e elucidar se estas têm sido efetivas em seu propósito. Além disso, são objetivos específicos deste estudo: (i) discorrer sobre as origens do problema habitacional no Brasil; (ii) apresentar dados concretos das regiões sobre o déficit habitacional urbano a partir das pesquisas feitas pela PNADC e os estudos da FJP; (iv) comentar sobre como tem se dado o processo de oferta de crédito para o financiamento de imóveis; (v) analisar o mercado imobiliário no período de crise devido à pandemia do Coronavírus. **Procedimentos Metodológicos:** foram utilizados os dados referentes ao PMCMV, a partir do estudo feito pelo IBGE por meio da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNADC), o cálculo do déficit habitacional feito através da Fundação João Pinheiro (FJP), e por fim, uma análise sobre a oferta de crédito imobiliário frente à crise econômica causada pela pandemia da COVID-19. **Principais Resultados:** nos últimos anos, os recursos foram diminuindo gradativamente, fazendo com que as faixas 2 e 3 do PMCMV têm tido mais destaque do que as faixas que visam atender classes mais pobres. Logo, o valor total de 5.157.347 unidades habitacionais entregues nestes últimos 10 anos está abaixo até mesmo do valor estimado para o déficit habitacional em 2019, de 5.876.699 no total, constatando que o programa não foi efetivo em diminuir o déficit habitacional. **Considerações Finais/Conclusão:** ainda que as faixas de renda do PMCMV sejam divididas a fim de concentrar os subsídios para as rendas mais baixas, as disparidades entre as regiões brasileiras são enormes. Sendo assim, uma política tão homogênea como a do PMCMV pode ter sido o motivo das dificuldades enfrentadas em atender as regiões como Norte e Nordeste, que foram as que apresentaram maior razão entre o déficit e as unidades habitacionais contratadas. **Contribuições do Trabalho:** este trabalho contribuiu com a análise das questões habitacionais no Brasil. A

análise aqui apresentada mostra de maneira preliminar a necessidade de expansão e de mudança qualitativa nos programas de habitação do governo federal.

**Palavras-chave:** habitação; política pública; crédito direcionado

**Referências Bibliográficas:**

ANDRADE, G. V. M. Políticas Habitacionais Brasileiras: Uma Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em Suas Duas Edições, 2012. Monografia de Conclusão de Curso – UFRJ. Disponível em: <http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10004918.pdf>. Acesso em: 02/05/2021.

AZEVEDO, S. ARAÚJO, B. M. Questões metodológicas sobre o “déficit habitacional”: o perigo de abordagens corporativas, *Cadernos metrópole*, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8773#:~:text=Apartirdametodologi+apara,corporativodametodologiaelaboradapelo>. Acesso em: 02/05/2021.

BARAVELLI, J. E. Subsídio e déficit habitacional no Programa MCMV, *Revista de Ciências Humanas*, 2015. Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:x54E-\\_LNEz4J:www.anpur.org.br/ojs/index.php/anaisenapur/article/download/2349/2328/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:x54E-_LNEz4J:www.anpur.org.br/ojs/index.php/anaisenapur/article/download/2349/2328/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br). Acesso em: 02/05/2021.

BONDUKI, N. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida. *Revista Teoria e Debate*, ed. 183, abr. 2009. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2009/05/01/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 02/05/2021.

BOTEGA, da R. L. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil, *Espaço Plural*, 2007. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1619/1308>. Acesso em: 02/05/2021.

BRASIL. LEI Nº 14.118, DE 12 DE JANEIRO DE 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.118-de-12-de-janeiro-de-2021-298832993>. Acesso em: 02/05/2021.

CAIXA, Breve Histórico do FGTS, 2001. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/canalfgts/pdf/HistoricoFGTS.pdf>. Acesso em: 21/04/2021.

EDUCAÇÃO, Secretaria de. Sistema Financeiro Habitacional e Imobiliário, 2012. Disponível em: [https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2012/06/transacoes\\_imobiliarias\\_sistema\\_financeiro\\_habitacional\\_e\\_imobiliario.pdf](https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2012/06/transacoes_imobiliarias_sistema_financeiro_habitacional_e_imobiliario.pdf). Acesso em: 02/05/2021.

FURTADO, B. A.; FIORAVANTE, D. Panorama do Crédito Imobiliário no Brasil, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2017. Disponível em:

[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8221/1/Radar\\_n54\\_panorama.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8221/1/Radar_n54_panorama.pdf). Acesso em: 16/04/2021.

FURTADO, B. A.; NETO, V. C. L.; KRAUSE, C. Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) 2013. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5809/1/NT\\_n01\\_Estimativas-deficit-brasileiro-2007-2011-municipios-2010\\_Dirur\\_2013-maio.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5809/1/NT_n01_Estimativas-deficit-brasileiro-2007-2011-municipios-2010_Dirur_2013-maio.pdf). Acesso em: 02/05/2021.

GARCÊS, V. F. Estudo sobre o Déficit Habitacional e Políticas Habitacionais no Brasil. São Luís, Monografia de Conclusão de Curso – UFMA, 2017. <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/1580>. Acesso em: 02/05/2021.

HABITAÇÃO Social - Projetos de um Brasil. Direção de André Manfrim. São Paulo, et al: Pique-Bandeira Filmes, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ByN9DTDXDvE&t=2s>.

IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>

## **CIEP: UM PROJETO DE REVERSÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS**

**João Victor Pereira Leão**

Esse trabalho aborda problemas da educação brasileira e possíveis soluções. Parte da noção geral de educação como reprodutora das desigualdades sociais, como revelada por Pierre Bourdieu e procura pensar na solução dessa questão a partir da experiência dos CIEPs (Centro Integrado de Educação Pública), criados nos anos 1980 por Darcy Ribeiro. Na década de 1950 entra em crise a perspectiva de que a escolarização seria capaz de promover a superação do atraso econômico, do autoritarismo e dos privilégios (NOGUEIRA, 2002, p. 16). A ampliação do acesso ao ensino revelou que a escola não era solução mágica para problemas sociais, e estudos críticos surgiram propondo novas interpretações críticas e realistas do papel da escola. Em *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*, Pierre Bourdieu demonstra como a escola é um espaço de reprodução social que perpetua a dominação e legitima desigualdades (CASTEJON, 2017, p. 28). Sua sociologia estrutura-se nas noções de campo e capital. Campo diz respeito ao espaço onde correlações de forças, lutas e conflitos se relacionam, e agentes se movimentam com vistas a fins determinados pela sua posição nos campos. A noção de capital se subdivide em: capital econômico, cultural, social e simbólico. O capital econômico é a riqueza material, bens de valor econômico. O capital cultural compreende a interação de elementos culturais diversos, como o hábito de frequentar museus, posse de aprendizados formais e informais, domínio da língua, hábitos de leitura, etc. Esse capital determina como os agentes aprendem na escola e seu sentimento de acomodação ou exclusão do sistema. (CASTEJON, 2017, p. 29-30). Para Bourdieu, o capital cultural é a herança familiar de maior impacto no destino escolar. As referências culturais, os conhecimentos considerados legítimos e o domínio da língua culta, facilitam o aprendizado escolar, sendo ponte entre o mundo familiar e a cultura escolar. (NOGUEIRA, p. 20-21) O habitus, o conjunto de disposições para a ação incorporado pelo indivíduo, desenvolve-se em função das condições objetivas que caracterizam a posição dos grupos na estrutura social. Esse sistema de disposições para a ação determina, por exemplo, como a criança se adapta ou não ao ambiente escolar e às avaliações, como lida com as tarefas escolares fora do ambiente escolar, a perspectiva em relação aos estudos, qual investimento de tempo e esforço deve ser feito no desempenho das atividades escolares, etc. Assim, em famílias com herança restrita de capital cultural, as crianças tendem a enfrentar mais dificuldades escolares. O ambiente escolar parece estranho e descontextualizado, dificultando à criança ter um pensamento prospectivo positivo em relação à trajetória escolar e planejar e realizar os investimentos necessários no sistema de ensino. Os CIEPs foram instituições que idealizaram a experiência de escolarização em tempo integral, objetivando atender crianças de classes populares com a integração de educação, esportes, assistência médica, alimentos e atividades culturais variadas (MENEZES, 2001). Esse projeto foi um dos mais ambiciosos da educação brasileira, tinha turno regular das 8:00 às 17:00, contemplando atividades como aulas, períodos de leitura na biblioteca, educação

artística e estudo dirigido. Esse tipo de modelo ataca desigualdades fundamentais no desempenho educacional, possibilitando às crianças acesso ao capital cultural que não foi herdado através da família, favorecendo o aprendizado e o pensamento prospectivo. A ausência de contato familiar com a leitura pode ser suprida pela escola, assim como o auxílio nos períodos de estudo dirigidos podem suprir a dificuldade dos pais que não podem acompanhar os filhos nas tarefas escolares. Outras atividades como cultivo de hortas e programações artísticas auxiliam na compreensão da escola e do conteúdo escolar como algo presente no dia a dia, possibilitando interesse renovado pelo saber escolar.

**Palavras-chave:** Bourdieu, Educação, CIEPs.

**Referências Bibliográficas:**

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes 2009. 266 p.

CASTEJON, Mariângela. SANTOS, Welson Barbosa. DIAS, Antônio Alberto de Sousa. Resenha: *A Reprodução: elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. In.: *Boletim Técnico IFTM, Uberaba-MG*, ano 3, n.1, p. 30, Maio./Ago., 2017  
CASTEJON, Mariângela. SANTOS, Welson Barbosa. DIAS, Antônio Alberto de Sousa. Resenha: *A Reprodução: elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. In.: *Boletim Técnico IFTM, Uberaba-MG*, ano 3, n.1, p. -30, Maio./Ago., 2017

MENEZES, Ebenezer Takuno de. *Verbete CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública)*. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em . Acesso em 28 ago 2021.

NOGUEIRA, Cláudio M. M.. NOGUEIRA, Maria Alice. *A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições*. In.: *Educação & Sociedade*, ano XXIII, no 78, Abril/2002.



**Capítulo 99 - DOI:10.55232/1083002.99**

**A URBANIZAÇÃO E O PROCESSO INDUSTRIAL: ANÁLISE  
DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E PERSPECTIVAS  
FUTURAS**

**Yannka Penha Moreira**

O presente estudo disserta acerca do processo de urbanização e industrialização em suas perspectivas históricas, geográficas e conseqüentemente socioambientais. Para isso, foca-se nas transformações do espaço como palco da organização e manipulação dos seres humanos. Na perspectiva histórico-geográfica pretende-se expor um recorte espacial que permita acompanhar os prenúncios da Revolução Industrial e suas reverberações até a modernidade. Ao fim, o trabalho evidenciou que os problemas socioambientais projeta desafios urbanos futuros e procura formas de conscientizar a população com base na educação ambiental, aqui vista como Ecopedagogia, sendo essas as alternativas para tratar essas problemáticas catastróficas atuais e esclarecer que é possível evitar a cultura do consumo capitalista realizando pesquisas e análises sobre o modo de vida social e como essa organização afeta o meio ambiente. Assiste-se às mais diversas intervenções humanas sobre o planeta Terra, principalmente a partir da Revolução Industrial, quando o processo de intensificação da degradação ambiental iniciou, sendo essa a consequência advinda do modo de produção e consumo capitalista que se estabelece até hoje. A crise que o modelo de desenvolvimento urbano-industrial contemporâneo trouxe consigo é uma irreversível trajetória para a humanidade e ocorre de forma desigual e excludente. A perspectiva socioambiental da geografia inicia-se com a tomada de consciência da população mundial sobre o impacto das ações humanas no meio ambiente e dessa forma, a sociedade começa a conhecer problemas sérios como precarização e favelização pelo aglomerado de pessoas nas cidades, enchentes e deslizamentos pelo uso e ocupação incorreta do solo, além do manuseio incorreto do lixo e suas consequências severas, esgotamento de recursos naturais e pelo exagerado consumismo, como por exemplo, a crise da água, além de outros fatores que prejudicam a comunidade em geral por razão da urbanização desenfreada. Desde a Revolução Industrial seus efeitos foram devastadores e despreocupados e dessa forma, pode-se questionar: é possível compatibilizar crescimento econômico, equidade social e qualidade de vida para as pessoas e, ainda, garantir a conservação do meio ambiente? Sim, a pedagogia voltada para o meio ambiente, é o primeiro passo para mudança cultural da humanidade, dos seus hábitos de consumo e sobrevivência, pois através dela é possível promover a educação pela forma como as pessoas observam o meio ambiente e interagem com ele, buscando a formação do homem como integrado ao ecossistema, assim transformando suas atitudes exploratórias em redução de danos e impactos ambientais. É possível formar a consciência de que todos pertencem a uma grande e única comunidade e assim alcançar desenvolvimento com solidariedade, proporcionando uma sociedade global, modificando as relações humanas e socioambientais, promovendo educação ambiental, com objetivo de formar o pensamento crítico e a atitude sustentável desde a infância.



Portanto, o papel da Ecopedagogia é relacionar os estudos e métodos com as práticas pedagógicas em favor da educação sustentável. O trabalho do professor, desde a alfabetização e em sua continuidade, é papel fundamental nessa modificação cultural, não é tarefa fácil devido as raízes humanas serem destrutivas e lucrativas. Sendo o ser humano um indivíduo inovador, é possível modificar seu modo de vida, tornando-o sustentável, onde possa adequar-se o crescimento populacional e suas necessidades ao uso sustentável do meio ambiente. O sucesso do mundo moderno está no equilíbrio, mesmo sendo um futuro incerto, é preciso enfrentar os desafios mundiais não como nações individuais, mas sim como uma sociedade global. Portanto, para existir uma cultura, é necessário existir uma sociedade consciente e para isso, professor, escola, Estado e Família, são os responsáveis e os vetores capazes de educar para a sustentabilidade, educar para um futuro de equilíbrio entre homem e natureza.

**Palavras-chave:** Problemas socioambientais, Sustentável, Socioambientais.

**Referências Bibliográficas:**

BALDIM, Renato. BOMBARDI, Larissa. A miséria da alimentação tóxica. Le Monde diplomatique Brasil. [S.l.] 15 ou. 2019. Disponível em: . Acesso em: 30, Ago, 2021.

FOGAÇA, T. K.; CUBAS, M. G.; TAVEIRA, B. D. A. Conservação dos recursos naturais e sustentabilidade: um enfoque geográfico. Curitiba: InterSaber, 2017.

GARBOSSA, R. A.; SILVA, R. S. O processo de produção do espaço urbano: impactos e desafios de uma nova urbanização. Curitiba: InterSaber, 2016.

LEITE, M. E. Geoprocessamento aplicado ao estudo do espaço urbano: o caso da cidade de Montes Claros-MG. 2006. 219 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16265/1/MELeiteDIS01020304PRT.pdf>> Acesso em: 18 set. 2019

MENDONÇA, F.; DIAS, M.A. Meio Ambiente e Sustentabilidade. Editora Intersaber, 2019.

MENDONÇA, F. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. Paraná, n. 10, p. 139-148, jul./dez. 2004. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/index.php/made/article/viewFile/3102/2483>> Acesso em: 18 set. 2019

ROMERIO, Ademar Ribeiro. DOSSIÊ SUSTENTABILIDADE. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. São Paulo. Estud. av. vol.26 no.74, 2012

Rolnik, Raquel e Klink, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? Novos estudos CEBRAP [online]. 2011, n. 89

[Acessado 30 Agosto 2021] , pp. 89-109. Disponível em: . Epub 27 Abr 2011. ISSN 1980-5403. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000100006>.

TUCCI, C. E. M. Águas urbanas. Estudos Avançados, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 1-16, 2008.

ZOUVI, C. L.; ALBANUS, L. L. F. Ecopedagogia: educação e meio ambiente. Curitiba: InterSaberes, 2013.

**Capítulo 100 - DOI:10.55232/1083002.100**

**POLÍTICA DE TRANSIÇÃO OU INSTITUCIONALIZAÇÃO DO  
REGIME MILITAR? UMA ANÁLISE NEOINSTITUCIONAL DO  
PROGRAMA PARA EDUCAÇÃO BÁSICA NO GOVERNO DE  
JOSÉ SARNEY (1986-1987)**

**Bianca Pinheiro Da Costa**

O processo de democratização pós-Regime militar no Brasil foi feito de maneira compassada e gradual. O objetivo deste estudo é compreender o período conhecido como “transição do regime ditatorial para o liberal-democrático”, identificando os elementos conservadores acerca das realizações do programa de educação básica do ex-presidente José Sarney, para constatar se houve ou não prosseguimento do autoritarismo característico do Regime Militar em sua governança. A metodologia escolhida para análise é o neoinstitucionalismo, mais especificamente, o Institucionalismo Histórico, devido sua ampla capacidade de observação, que desfruta de recursos históricos, além de utilizar outros campos do neoinstitucionalismo para desenvolver sua análise (HALL, 2003; IMMERGUT, 1998 Apud CÉSARIS, 2009, p. 18.) “Convencionalmente, caracteriza-se o Institucionalismo Histórico como uma abordagem eclética que utiliza seletivamente os princípios de outros institucionalismos: o modo de explicação por ideais do Institucionalismo Sociológico, e o cálculo de custos e benefícios sob restrições do Institucionalismo Escolha Racional”. A partir da perspectiva histórica que nossa metodologia proporciona, averiguamos o contexto do Regime Militar, o período de política de abertura e o início do governo Sarney, especialmente entre 1986 e 1987, avaliando fatores políticos, econômicos e sociais. A regência de José Sarney foi a gestão que mais conteve a transição política no país. No plano burocrático, o Regime Militar havia finalmente encerrado, dando lugar ao sistema democrático. Em sua governança, as manifestações do movimento operário e social e de grupos pertencentes à burguesia (que exerceram papel importante tanto na constituição da Ditadura como em sua ruína), foram refreados pelo bordão da Aliança Democrática: “conciliação” e “pacto social”. A resposta desse método, foi o prosseguimento da estratégia que os governos Geisel e Figueiredo sonhavam alcançar: um governo aparentemente mais aberto e democrático, que na prática fosse antipopulista e antipopular. Essa estratégia política, segundo Florestan Fernandes, pode ser chamado de “democracia forte”. No ano de 1985, a conjuntura política se encontrava em colapso: tensão social, alta na inflação, transição política e a morte de Tancredo Neves. Diante deste cenário caótico, Sarney assume o poder, o que o leva a se unir à esfera conservadora da Aliança Democrática e ainda se aliar ao ministro do Exército, além de estruturar suas principais bases políticas aos militares. Em 1986, as reformas ministeriais manifestaram os impulsos conservadores da gestão Sarney, uma vez que em sua liderança, Sarney mudou dezessete ministros de tendências moderadas ou de grupos da esquerda (tanto do PMDB como do PFL), por políticos da ala conservadora ou representantes de sua confiança da Aliança Democrática, constituindo um governo de acordo com seus interesses e inclinações. Investigar o âmbito institucional requer uma análise em

torno dos documentos e declarações oficiais, para identificar os elementos que manifestam de maneira evidente o plano institucional proposto pela presidência. Diante disso, realizamos um levantamento acerca de documentos oficiais, como as Realizações do Ministério da Educação, por exemplo. A partir da análise acerca das Realizações do Ministério da Educação no ano de 1986 e 1987, observamos a priorização em torno da preparação dos estudantes das redes públicas para o mercado de trabalho através do programa “Educação e Trabalho”, que tornou-se prioridade na gestão Sarney juntamente com o projeto "Educação Para todos". Neste documento, identificamos o enorme interesse acerca do ensino técnico a partir da ampliação do Programa Pronatec, como um reflexo da política educacional do governo vigente e do favoritismo pela formação rápida, que leva os filhos da classe trabalhadora direto ao mercado de trabalho. Esse tipo de política tira desses estudantes a oportunidade de ocupar uma vaga no ensino superior ao lado dos filhos da classe que não depende da rede pública de ensino básico para ter acesso à educação.

**Palavras-chave:** Institucionalização do autoritarismo, Educação Básica, Governo Sarney.

**Referências Bibliográficas:**

CÉSARIS, L.E.U. Reconceitualizando o Institucionalismo Histórico: path dependence, agência e mudança institucional. [Tese], São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

CODATO, A. N. A burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe e os rumos da transição. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 4-5, jun.-nov, 1995.

JUNIOR, A. P. A problemática da democracia brasileira no pensamento de Florestan Fernandes, Editora UFPE, Recife, 2015.

MACIEL, D. De Sarney a Collor: Reformas políticas, democratização e Crise (1985-1990). [Tese], Goiânia: Universidade Federal de Goiás; 2008.

Realizações do Ministério da Educação Período: 85/90 Governo José Sarney. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002550.pdf> Acesso em: 03 Jun. 2021.

**Capítulo 101 - DOI:10.55232/1083002.101**

**POTENCIALIDADES E LIMITES DO USO DA HISTÓRIA LOCAL DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS EM SALA DE AULA**

**Cristiana Romão Da Silva**

O presente trabalho faz parte da Dissertação de Mestrado “ Eu sujeito, Ele sujeito, Nós sujeitos históricos: História Local, Narrativas Vivência e Ensino de História”. A pesquisa se debruçou sobre a perspectiva da história local do município de Duque de Caxias-RJ, servir como aporte para o ensino de história da educação pública estadual. Os estudos sobre história local são robustos e apontam para as potencialidades e limites para fins pedagógicos. O município de Duque de Caxias é permeado de estratos de tempo, e trabalhos historiográficos que podem ser apropriados pelos docentes em suas salas de aula. Aliados a isso, existe uma rede de instituições que promovem formação sobre a questão local. A compreensão do local, à luz da redução de escala de observação, fomentado por novas abordagens historiográficas, levou-se a propor a temática como estratégia/recurso pedagógico. O escopo da pesquisa se estrutura a partir de autores e perspectivas do campo do ensino de história, historiografia e educação. A interlocução com o conceito de Micro-História (Carlos Ginzburg e Giovane Levi), Jogo de Escalas (Jacques Revel), Consciência Histórica (Jörn Rüsen) para pensar a história local enquanto abordagem pedagógica, são premissas do trabalho. Professores participaram da pesquisa através de questionário online, cujo objetivo era perceber a inserção ou não da história local em suas práticas pedagógicas, quais dificuldades e/ou impedimentos para tais ações. Os dados analisados em correlação com o referencial teórico, apontam para o reconhecimento da importância da história local para os docentes, mas a falta de formação na temática, ou conhecimento dá questão local, assim como material didático pedagógico, são barreiras impostas. Porém, a luz dos debates, entendem-se que os professores são fundamentais nessa inserção. Pois, suas escolhas podem dar sentido ao aprendizado histórico dos discentes, promovendo a ampliação da consciência histórica, alteridade, identidade e pertencimento.

**Palavras-chave:** História Local – Ensino de História – Município de Duque de Caxias

**Referências Bibliográficas:**

ABREU, Marcelo. História Local e Ensino de História: Interrogação da Memória e Pesquisa como Princípio Educativo. In: GABRIEL, C.T, MONTEIRO, A.N, BOMFIM, M.L. (Org.) Narrativas do Rio de Janeiro nas Aulas de História. 1. ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

CERRI, Luís Fernando. Ensino de História e Consciência Histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. Entre o Local e o Nacional: Uma Reflexão sobre Éticas de Pertencimento e Identidades Sociais. 2001.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. Revista Brasileira de História da Educação. n°1. jan./jun. 2001. p. 09-43.

MATTOS, Ilmar R. de. “Mas não Somente Assim!” Leitores, Autores, Aulas como Texto e o Ensino-Aprendizagem de História. 2006.

REVEL, Jacques. (Org.) Jogos de Escala: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

OUZA, Marlúcia Santos de. Escavando o Passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.

**Capítulo 102 - DOI:10.55232/1083002.102**

**TRAJETÓRIAS NA VILA DE IGUASSÚ POR MEIO DOS  
REGISTROS CARTORIAIS (NOVA IGUAÇU, RJ, 1850-1920)**

**Ana Clara Prazeres De Oliveira e Álvaro Pereira Do Nascimento**

Formada por negras e negros em diferentes segmentos, a Baixada Fluminense, região outrora conhecida como Vila de Iguassú, apresenta uma historiografia escassa, principalmente no que se refere a este grupo no século XIX, a qual ratifica a carência na preocupação da formação de sua história, bem como na relação destas pessoas com os eventos que intercorrem no país e no mundo. Fazendo uso de registros cartoriais de improvável alcance ao público, este trabalho tem por objetivo apresentar parte da pesquisa desenvolvida a partir do projeto “Formas costumeiras de acesso à terra nos registros cartoriais de Nova Iguaçu (1850 – 1920)” cuja finalidade é reconstruir a história deste grupo social pouco reconhecido e citado na formação da Baixada Fluminense, principalmente de famílias, homens, mulheres e crianças, apagados durante o período de escravização, possibilitando reaver laços familiares, econômicos e políticos, mas, principalmente, das relações de trabalho da população desta localidade. Para a realização de tais finalidades, analisamos a única fonte de pesquisa digitalizada sobre cartórios de Nova Iguaçu da segunda metade do século XIX, os livros de Escrituras e Procurações presentes no 2º Ofício de Registro de Pessoas de Nova Iguaçu. Datados de 1850 a 1893, os livros associados à antiga “Vila de Iguassú” retratam as formas de acesso à terra por intermédio dos contratos de compra e venda, assim como as relações trabalhistas presentes nas procurações e laços familiares contidos nas perfilhações. Além disso, por meio das atas de eleições para deputados provinciais, é possível ter acesso ao funcionamento dessas votações e aos seus participantes e expoentes vencedores. Isso foi viabilizado através da digitalização desses documentos e compilação em PDF, por conseguinte, informações como outorgante, outorgado, profissão, tamanho da terra, valor, tipo de documento, posse, local e outras cuja pertinência varia de acordo com o documento, foram passadas para uma planilha a qual possibilitou a criação de uma listagem nominal com esses dados, permitindo o cruzamento de nomes e suas possíveis relações. Dessa forma, acreditamos ter obtido incomensurável amparo na compreensão da dinâmica social, política, administrativa, econômica e até mesmo religiosa desta região que fora una, mas encontra-se atualmente fragmentada em numerosos municípios. Os resultados se mostraram muito satisfatórios, pois os dados nos revelam uma rica diversidade de trajetórias envolvendo a família Soares de Melo, Barão e Baronesa de Mesquita, Comendador Francisco José Soares, ou seja, grandes destaques da História de Iguassú, mas, para além disso, pudemos assimilar as relações dos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil, bem como das obras do Abastecimento d’água, professores... Isto posto, ambicionamos a produção de uma história vista de baixo (THOMPSON, 1998), ou seja, que oportunize incitar o interesse pela narrativa de pessoas comuns que contribuíram para o crescimento desta região, mas, principalmente, que desperte na comunidade acadêmica local o sentido de pertencimento concernentes à sua história, bem como incrementar a formação de novos quadros de

conhecimento acadêmico e a melhoria das atividades docentes, os quais, conseqüentemente, irão propiciar a mudança na carestia da historiografia pertinente à Baixada Fluminense.

**Palavras-chave:** Pós-Abolição, Cartório, Nova Iguaçu

**Referências Bibliográficas:**

THOMPSON, Edward P. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.



**Capítulo 103 - DOI:10.55232/1083002.103**

**EDUCAÇÃO E CULTURA QUILOMBOLAS: A (IN) VISIBILIDADE ÉTNICO-RACIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS EM ESCOLAS DO CAMPO NA REGIÃO DA PA 140 EM TOMÉ AÇU**

**Kleber Denis Melo Da Silva e Maria Michelle Lima Da Silva De Oliveira**

**INTRODUÇÃO:** Esta pesquisa visa apresentar diálogos entre a teoria e a prática da abordagem metodológica relacionadas à temática “cultura afro-brasileira” nas escolas do campo, no município de Tomé Açu, tendo um foco maior nas escolas quilombolas que são submetidas à modalidade de ensino modular. Nesta perspectiva, as abordagens sobre Cultura afro e indígena ganham visibilidade nas Escolas do Campo, todavia, permanecem ainda como tema transversal a ser trabalhado com interdisciplinaridade. Porém esbarramos na problemática da resistência cultural resultante de séculos de repressões ao longo da história brasileira o que configura um embranquecimento cultural, uma vez que “na ideologia do branqueamento existe um imaginário negativo sobre a pessoa negra, que [...] interfere na construção da identidade do sujeito negro, causa sofrimento e se materializa em práticas de exclusão tanto na sociedade quanto no ambiente escolar.” (AZEVEDO; OLIVEIRA, 2017, p.627-628). Com a identificação desta problemática este estudo busca refletir sobre a resposta social de ressignificação que a educação pode proporcionar, através de abordagens metodológicas e ou ações no ensino aprendizagem do componente cultura afro e indígena, principalmente ao considerarmos as reflexões trazidas por Candau (2008) ao considerar a necessidade de reinventar a educação escolar, a fim de proporcionar um atendimento humanizado com tempo e espaços de ensino e aprendizagem significativos nos contextos sociopolíticos e culturais, uma vez que educação e cultura estão intrinsecamente relacionadas (CANDAU, 2008). **METODOLOGIA:** A presente pesquisa terá uma abordagem reflexiva pautada na compreensão da realidade social dos povos e comunidades tradicionais, propondo uma subjetividade como fundamento do sentido da vida social; constitutiva e inerente à construção da objetividade nas ciências sociais (MINAYO, 2009), nessa proposta nos asseguraremos no método dialético, uma vez que este método nos fornece base para interpretar a realidade social ao considerar vários aspectos pertinentes (GIL, 2008). Como técnica de coleta de dados, utilizou-se o questionário, o que segundo Gil (2002) corresponde a um conjunto de questões que os participantes, respondentes, irão responder por escrito e se diferencia de entrevistas, visto que por sua vez estas correspondem a interação face a face entre pesquisador e participante. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em resposta a questão problematizadora que a pesquisa levantou, constatou-se que a invisibilidade está centrada nos próprios indivíduos que não se enxergam negros, mas adotam em muitas das vezes a nomenclatura “pardos” e ou “morenos”, por não aceitar uma origem subalternizadas, estigmatizada, de rebelde, servil, demonizada, pela qual os fragmentos históricos eurocêntricos pintavam e que ainda subsiste em nossa sociedade, quanto as estratégia pedagógica para combater o preconceito, o destaque se dá no trabalho coletivo, principalmente os apoiados

pelos movimentos sociais visto que uma das respostas positivas nesta luta pela ressignificação da identidade cultural, dos vários territórios campestres, foi a integração do componente “Educação do Campo e Agroecologia” e o componente “ Cultura Afro e Indígena” na matriz curricular municipal.

**Palavras-chave:** invisibilidade, embranquecimento, objetividade.

**Referências Bibliográficas:**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CALDART, Roseli Salette. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: Moreira, Antonio F. B.; Candau, Vera M. (Org.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Ed. Vozes, p. 13-37, 2008.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p.22.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, V. M. F. DE. A Construção do Conceito de Identidade Urbanística como Contribuição ao Campo do Desenho Urbano. Cadernos do LINCC, v. 3, n. 3, p. 160-182, 2009.

MALCHER, Maria Albenize Farias. Identidade Quilombola e Território. 2009.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. 2009.

RIBEIRO, Simone; SOUZA, Dileno Dustan Lucas de. A escola e a (des)construção de subalternidades. In: SOUZA, Dileno Dustan Lucas de; RIBEIRO, Simone (org.). Vozes da subalternidade. Juiz de Fora: Templos, 2016.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Resenha de: [BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.] São Carlos, SP: UFSCar, v.6, no. 1, p.383-387, mai. 2012. (Revista Eletrônica de Educação).

TOMÉ-AÇU (Município). Resolução COMED nº 166, de 20 de novembro de 2019. Dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema Organizacional Modular do Ensino Fundamental-SOMEF. 2019. CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

**Capítulo 104 - DOI:10.55232/1083002.104**

**PATRIMÔNIO CULTURAL: FRONTEIRAS CULTURAIS E IDENTIDADE**

**Roselaine De Oliveira Bisognin e Maria Medianeira Padoin**

**PATRIMÔNIO CULTURAL: FRONTEIRAS CULTURAIS E IDENTIDADE**

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre os vínculos de pertença construídos através do tempo e em um espaço geográfico, no qual as noções de cultura, identidade, memória, história e fronteira se apresentam como parte de uma cultura registradora, por meio de narrativas construídas na Quarta Colônia, mais precisamente, na cidade de São João do Polêsine, localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul. Comunidade fundamentada, principalmente, pela tradição de influência da imigração italiana, que valoriza a religiosidade e o trabalho como princípios identitários. Assim sendo, a forte ligação com a imigração traz consigo elementos culturais essenciais para a formação do patrimônio cultural local e regional e, que, também por meio dos saberes e fazeres, se observa o quanto da diversidade cultural está presente. Nesse sentido, perceber que o território do hoje município em tempos passados se constituíram em espaços diferenciados política e culturalmente, demonstra o quanto as fronteiras culturais estão presentes e que aproximam sentidos e semelhanças que reconhecidamente são partilhados, apesar do tempo, por meio das tradições locais e regionais que foram historicamente construídas. Cabe ainda mencionar, que as práticas que ocorrem no âmbito social, implicam um processo seletivo reforçando os saberes e fazeres populares, percebidos nos documentos históricos, nos monumentos e nas construções que representam no presente o passado, por meio do imaginário local, de modo peculiar. Nesse sentido, há uma coexistência das fronteiras culturais no qual o vivido, o transmitido e o experimentado, quando articulado as representações sociais, são capazes de construir simbolicamente significados e sentimentos de pertença no imaginário da comunidade, reforçando assim, a construção da identidade local e regional.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural. Fronteiras Culturais. Identidade. Quarta Colônia

**Referências Bibliográficas:**

PASAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. Ensaios FEE, Porto Alegre.(14)2 383-396, 1993.

PASAVENTO, Sandra Jatahy.Fronteiras Culturais em um mundo planetário-paradoxos da(s) Identidade(s) sul-latino-american(s), UFRGS, 2006, Revista del CESLA International Latin American Studies Review.

**Capítulo 105 - DOI:10.55232/1083002.105**

**MAQUINÁRIO MORTÍFERO: A PROPAGAÇÃO  
NEOFASCISTA E O ADOECIMENTO MENTAL**

**Waldenilson Teixeira Ramos e Matheus Da Conceição Mondego**

Em 19 de maio, o Brasil assistiu a uma cena teatral política que poderia se chamar: ‘O julgamento de Eichmann 2º parte (versão brasileira)’, o pronunciamento do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello na Comissão Parlamentar de Inquérito. Para além do descaso e da irresponsabilidade com milhares de vidas, “o Eichmann brasileiro” expressou qual foi o principal motivo de sua saída: “Missão cumprida!”. Nesse dia, atingimos a marca de mais de 450 mil mortos pela COVID-19. Defronte a iminente máquina mortífera em vigor na política, nos questionamos: como realizar a promoção da saúde mental, sendo esta constantemente atravessada por uma política doentia? Nossa participação em iniciação científica de psicologia social nos instrumentalizou à uma perspectiva crítica de nosso tempo e possibilitou este trabalho que visa tecer reflexões acerca dos modos de subjetivação concomitantes ao campo molar e molecular, trazendo à luz os efeitos de adoecimento psíquicos que são produtos dos processos microfísicos do Poder. Se fez de suma importância a este trabalho a não dissociação do campo político-social e da saúde mental, sendo assim, afirmamos que a saúde é necessariamente fruto político. O atual chefe do executivo se utiliza de diversas tecnologias políticas para disseminar paixões tristes — propagando o repúdio às minorias, o ódio às mulheres e reafirmar a repressão da diversidade sexual como valor de superioridade. O seu discurso se moleculariza no tecido social brasileiro e produz nos corpos um estado reduzido de fazer e estar no mundo; uma baixa ao estado de potência. Frente ao quadro pandêmico da atualidade, cabe a todas que estão compromissadas com os direitos humanos pensar como combater o contágio viral e o contágio adoecedor do maquinário neofascista.

**Palavras-chave:** Micropolítica; Macropolítica; Saúde Mental; Neofascismo

**Referências Bibliográficas:**

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. Mil platôs - vol. 1: Capitalismo e esquizofrenia 2. Editora 34; 2ª edição, 2011.

**Capítulo 106 - DOI:10.55232/1083002.106**

**ATIVIDADE FÍSICA NO COMBATE À DEPRESSÃO**

**Caio Lucas Pinheiro Coelho, Edna Rosa Correia Neves, Ilson Gabriel Silva  
Do Prado e Victor José Toledo Da Silva**

A Depressão é uma doença psiquiátrica que produz uma alteração do humor caracterizada por uma tristeza profunda, associada a sentimentos de dor, amargura, desesperança, baixa autoestima. Classificada como epidemia global, atinge mais de 4,4% da população mundial. Entretanto, os medicamentos e psicoterapias evoluíram consideravelmente, tendo uma melhor resposta e uma intervenção precoce aumenta a eficácia do tratamento. Cinco profissionais de educação física, que trabalham com pessoas depressivas, foram entrevistados após assinarem um termo de consentimento de sigilo. A entrevista continha vários tópicos, havendo diversas questões nas quais o profissional respondeu de acordo com suas experiências. Os entrevistados foram nomeados, respectivamente: A- Mulher com 24 anos de idade, atuando há 5 anos na profissão; B- Mulher com 37 anos de idade, atuando há 17 anos na profissão; C- Homem com 27 anos de idade, atuando há 8 anos na profissão; D- Homem com 42 anos de idade, atuando há 19 anos na profissão; E- Mulher com 37 anos de idade, atuando há 17 anos na profissão. As perguntas foram elaboradas de maneira com que se conectassem, para simplificar o impacto da atividade física na vida de um indivíduo depressivo. - Os itens selecionados foram os seguintes: 1) Dificuldades na interação com o aluno, com base no início e na última sessão de treino; No começo os alunos tendem a ser mais introvertidos e inseguros, comportamento comum em depressivos. Entretanto, afirma-se que ao criar um vínculo com o aluno, ele tende a perder a timidez, facilitando a interação. 2) Como era a comunicação entre o profissional e o aluno, com base no início e na última sessão de treino; Conforme as sessões, vai se criando um vínculo maior ao profissional, agregando na comunicação. “[...]a maioria se abria mais, pois eles acabam enxergando o professor como uma referência. Em alguns momentos eu até acabava virando uma espécie psicólogo durante as sessões” relata o sujeito D. Ao criar intimidade, os alunos sentem-se mais confortáveis para desabafar com os profissionais. 3) A frequência de treino; O sujeito A relata: “No começo a maioria falta bastante, entretanto, quando fui colocando metas e objetivos para ele dentro do planejamento, suas frequências aumentavam, pois servia de motivação.”. Observa-se que quando o aluno tem um vínculo maior com o professor, sua frequência às sessões aumenta. - Metodologias de treinamento mais funcionais, com bases nas respostas dos entrevistados. As metodologias variam, busque aquela que o aluno se adequa mais. Notou-se que muitos alunos costumam desabafar durante as sessões. Um equilíbrio entre um bom diálogo e uma boa sessão de treinamento é um excelente caminho para uma aproximação. Foi observado que a utilização de metas pode ser um método interessante, pois acaba gerando motivação. O sujeito C diz: “Sempre fazia o uso de métodos, perguntava para eles quais eram seus objetivos e traçava metas de acordo com os objetivos.” 5) As melhorias em geral do aluno, com base no início e na última sessão de treino; Chegamos à conclusão de que a atividade física impacta diretamente na qualidade de vida, o que acarreta

numa melhora na perspectiva psicológica e conseqüentemente na interação social. Em todos os casos, o indivíduo depressivo inicia as sessões com timidez e insegurança, entretanto, ao ganhar confiança no profissional, ele se sente mais confortável e sua frequência às aulas tende a aumentar. Dessa forma os resultados tendem a ser otimizados e gera-se uma motivação maior. Portanto, conclui-se que, a atividade física contribui positivamente no combate à depressão, sendo um complemento interessante para se adicionar no tratamento. Porém, a atividade física não é um substituto para a terapia.

**Palavras-chave:** Depressão, Atividade Física, Educação Física

**Referências Bibliográficas:**

Rev. Bras. Psiquiatr. vol.21 s.1 São Paulo May 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44461999000500003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000500003)

MORAIS.G. EFEITOS DA ATIVIDADE FÍSICA NO TRATAMENTO DA DEPRESSÃO. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.ibmr.br/files/tcc/efeitos-da-atividade-fisica-no-tratamento-da-depressao-guilherme-moraes-rodriques.pdf>

Rev. Dep. Psicol. UFF vol.19 no.1 Niterói 2007. BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA E DO EXERCÍCIO FÍSICO NA DDEPRESSÃO. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-80232007000100022>

Maia, B. R., & Dias, P. C. (2020). Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. Estudos de Psicologia (Campinas), 37, e200067. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200067>

VARELLA, Drauzio. Doenças e Sintomas: Depressão. [S. l.]: Uol, 10 abr. 2020. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/depressao/>.

OMS considera depressão uma epidemia global. Campinas: Hurso, 2 jan. 2020. Disponível em: <http://hursosantahelena.org.br/noticias/oms-considera-depressao-epidemia-global/>.

RÔ, Renata. Depressão será a doença mais incapacitante do mundo até 2020. Rio Grande do Sul: Federação rs, 10 out. 2018. Disponível em: <https://federacaors.org.br/depressao-sera-a-doenca-mental-mais-incapacitante-do-mundo-ate-2020/>.

SANTA MÔNICA, Hospital. Ansiedade e depressão na pandemia: entenda o crescimento nos casos e como pedir ajuda. São paulo: Hospital Santa Mônica, 20 jul. 2020.

CANNEL, C. F.; KAHN, R. L. (1974). Coleta de dados por entrevista. In: FESTINGER, L.; KATZ, D. A pesquisa da psicologia social. Rio de Janeiro, EFGV.

TENORIO GORET, Depressão: Sintomas, Diagnóstico, prevenção e tratamento. São Paulo. Publicado em 29 abril 2017. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/depressao-sintomas-diagnostico-prevencao-e-tratamento/>

Milena Fernandes. Prática de atividade física traz bem-estar emocional, orienta especialista. Hospital de Saúde Mental. Ceará Fortaleza, 7 de agos 2020. Disponível em: <https://www.saude.ce.gov.br/2020/08/07/pratica-de-atividade-fisica-traz-bem-estar-emocional-orienta-especialista/>

Maurício Brum, Como evitar ou tratar a depressão? Com exercício físico, oras. São Paulo. Publicado em 10 dez 2018. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/fitness/como-evitar-ou-tratar-a-depressao-com-exercicio/>

GORDON, Brett. Association of Efficacy of Resistance Exercise Training With Depressive Symptoms. *Jama Psychiatry*, Irlanda, doi: 10.1001/jamapsychiatry.2018.0572. Junho de 2018



**Capítulo 107 - DOI:10.55232/1083002.107**

## **DIÁLOGOS SOBRE ASTRONOMIA**

**Hellen Andrade Nunes e Militão Vieira Figueredo**

O projeto Diálogos sobre Astronomia surgiu da necessidade de continuarmos a divulgação científica sobre o tema, junto à equipe do EACC durante a pandemia. Nosso projeto se estabeleceu no formato podcast e assim surgiu o “SpaceCast”. Nessa fase, já com o SpaceCast sendo publicado, o projeto focou em divulgar as produções de podcast no twitter. O objetivo geral é dar continuidade às atividades do núcleo de astronomia do EACC, envolvendo estudantes e astrônomos. Os nossos objetivos específicos são: Criar canais de comunicação sobre astronomia, com a utilização de redes sociais; Ampliar a produção de conteúdo, através de entrevistas e pesquisa sobre assuntos acessíveis; Disponibilizar os conteúdos em agregadores de podcast (Deezer, Google Podcast, Spotify e Spreaker) e integrar a divulgação entre Twitter e Podcast. As metas foram: Ampliar a base de candidatos às entrevistas. Para isso foi necessário entrar em contato com estudantes e astrônomos, o que ampliou a rede de interação; Criar um perfil no Twitter para divulgar o podcast e criar engajamento nessa rede social. Foi através dessas metas que conseguimos alcançar os seguintes objetivos: Criação do perfil do twitter; Divulgação do Podcast no twitter; Inclusão dos estudantes do Mestrado Profissional em Ensino de Física. Engajamento nas redes sociais do Espaço Arte, Ciência e Cultura; Ampliação da agenda de entrevistados, estabelecendo uma rede de contatos com a Associação de Astrônomos Amadores da Bahia; 12 podcasts publicados que resultaram em 941 ouvintes do SpaceCast até dezembro. Produzimos aproximadamente 7hrs e 16 minutos de conteúdo permanente sobre astronomia. Embora seja trabalhoso, não nos resta dúvidas que o “SpaceCast” veio para ficar, mesmo após a normalização das atividades presenciais. O podcast conseguiu integrar o nome do Espaço, Arte, Ciência e Cultura a outros divulgadores científicos sobre astronomia. A prova disso é que conseguimos gravar com astrônomos de diferentes partes do país. Embora tenhamos que crescer muito na divulgação nas redes sociais, o twitter vem se mostrando promissor e com certeza conquistaremos mais espaço nessa rede. O SpaceCast foi e continuará sendo uma grandiosa fonte de divulgação científica e de conhecimento acessível sobre astronomia para a comunidade na qual está inserido.

**Palavras-chave:** Cultura, Podcast, Divulgação científica;

### **Referências Bibliográficas:**

NUNES, Hellen Andrade; FIGUEREDO, Militão Vieira. DIÁLOGOS SOBRE ASTRONOMIA.. In: SCIENTEX/UNIVASF - Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Anais...Petrolina(PE) UNIVASF, 2021. Disponível em: .

**Capítulo 108 - DOI:10.55232/1083002.108**

## **MÉTODOS DE AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO NO CENÁRIO PANDÊMICO**

**Mildred Campos Da Cruz, Vanessa Moretti Freitas, Lilian Oliveira Santos e Antenor Aguiar Santos**

**Introdução:** O primeiro caso de covid19 no Brasil, ocorreu em fevereiro de 2020. Apartir de então, os governos estaduais entraram com medidas sanitárias obrigando o fechamento do comércio, empresas e escolas. **Objetivo:** Relatar os métodos de avaliação e aprovação utilizados em uma escola pública de São Paulo. **Metodologia:** Este estudo observacional foi realizado com os alunos do ensino médio de uma escola estadual da zona sul de São Paulo, entre os meses de setembro de 2020 e dezembro de 2020. A aprovação dos alunos nessa modalidade de ensino remota foi baseada no desempenho deles nas avaliações, com média mínima de 5,0 pontos. As avaliações foram elaboradas com base nas aulas, roteiros de estudos e aulas preparatórias para o ENEM. **Resultados e Discussão:** Ao final de cada bimestre os alunos realizaram as avaliações na plataforma Class Room. As provas foram disponibilizadas pelo SEDUC (Secretaria da Educação do Estado de São Paulo) e as atividades diagnósticas e provas online realizadas no CAED (Centro de Apoio à Educação Distância). Ao final do ano reunia-se o conselho final e pontua-se a situação de cada aluno. Para os alunos que não alcançaram a média mínima para ser aprovado foi proposto uma atividade de uma lista de exercícios e um trabalho de pesquisa relacionados as habilidades e competências essenciais estabelecidas pela Secretaria de Educação. As atividades de recuperação foram disponibilizadas aos alunos tanto nas plataformas digitais quanto de forma física/impressa. **Conclusão:** Sob decreto governamental os alunos deveriam ser matriculados como ciclo único nas séries seguintes em regime de progressão contínua, devido a pandemia de Covid19.

**Palavras-chave:** Covid 19, online , rede estadual

### **Referências Bibliográficas:**

DIRETORIA DE ENSINO. Resolução Seduc-89, de novembro de 2020. Os critérios de aprovação e retenção no ano letivo na rede estadual, Art. 1º. Disponível em: <https://deguaratingueta.educacao.sp.gov.br/resolucao-seduc-82-de-10-11-2020-dispoe-sobre-os-criterios-de-aprovacao-e-retencao-no-ano-letivo-de-2020-na-rede-estadual-de-ensino/#:~:text=Artigo%20Excepcionalmente%20devido,dos%20bimestres%20correspondentes>

GOTTI Alessandra. Como Avaliar em tempos de Pandemia?, junho de 2020, São Paulo. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19435/como-avaliar-em-tempos-de-pandemia>

**Capítulo 109 - DOI:10.55232/1083002.109**

**PODCAST ‘S-TOWN’: UM ESTUDO DO JORNALISMO INVESTIGATIVO COMO FORMA DE ENTRETENIMENTO**

**Ana Clara Silveira Do Carmo**

O artigo busca discutir a relação entre jornalismo investigativo e entretenimento no podcast “S-Town”. Para tanto, analisa a narrativa a partir dos seis movimentos propostos por Luiz Gonzaga Motta, destacando características do produto no âmbito da apuração e investigação, bem como elementos vinculados ao aspecto diversional. A análise contempla a extensão dos fatos, identificação de clímax, construção dos personagens, estratégias e relações comunicativas, assim como o desfecho. A partir da revisão bibliográfica e análise qualitativa dos dados apreendidos durante a pesquisa, se compreende de que maneira um alimenta o outro na construção de uma narrativa de sucesso.

O produto conduzido pelo host Brian Reed conta em sete episódios as excentricidades de um relojoeiro, Jhon McLemore. A narrativa, a princípio, parte da investigação do repórter e host Brian Reed sobre um suposto assassinato no interior do Alabama, Estados Unidos. A denúncia sobre o crime chega à produção por meio de um e-mail enviado por John B. McLemore e, após o convite deste, o apresentador se desloca até Woodstock e inicia sua busca por respostas.

Enquanto o enredo se atenta ao crime – que McLemore afirma ter sido cometido por um jovem de família rica que nunca foi punido pelo ato, embora o tenha confessado a alguém –, a personalidade do morador e restaurador de relógios se mostra curiosa. A excentricidade não passa despercebida entre os ouvintes, que, a partir do terceiro dos sete episódios, começam a compreender o passado de John, que comete suicídio no período das gravações.

Os elementos utilizados na trama são discutidos com base em autores como Hunter, Motta, Santos, Peixinho e Assis. Hunter (2013), em sua contribuição sobre o jornalismo investigativo, tabela em três aspectos a sua compreensão do ideal de partida para uma investigação jornalística eficiente: a pesquisa, a relação com as fontes e os resultados. De acordo com ele, o jornalismo investigativo funcionaria como um lead que responde as questões “o que, quem, quando, onde e por que” com maior profundidade.

Além disso, é possível trazer a luz as características da narratologia com base nos estudos de Motta (2005). Segundo seu método, as histórias recorrem aos seguintes processos: recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico; identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios; construção de personagens jornalísticas (discursivas); estratégias comunicativas de objetivação e subjetivação; relação comunicativa e o “contrato cognitivo”; e, metanarrativas – significados de fundo moral ou fábula da história. Para fortalecer o pensamento utilizado pelo autor, o artigo retoma as ideias de Santos e Peixinho que pontuam o interesse pela história do outro como um novo movimento das narrativas.

Assis (2016), em seus estudos sobre jornalismo diversional, faz um apanhado dos aspectos vistos anteriormente. Para ele, na união do jornalismo com o diverso ou entretenimento, “o que se busca não é ignorar as perguntas do lead, mas, sim, trabalhá-las de maneira mais atraente,

adicionando-lhes elementos capazes de respondê-las e, de quebra, transformar o que se está contando em peça jornalística interessante, atraente, com estilo” (ASSIS, 2016, p. 151). O autor defende que a diversão não necessariamente está aliada ao riso, senão a provocar interesse em quem acompanha determinado conteúdo. O podcast “S-Town” exemplifica esse esforço ao apresentar a informação sem perder de vista o intuito de entreter. Ele reúne características do jornalismo investigativo com relação à apuração, desdobramentos e respostas. No entanto, não está restrito a isso. A construção da narrativa

**Palavras-chave:** podcast, jornalismo investigativo, entretenimento.

**Referências Bibliográficas:**

ASSIS, F. – Jornalismo diversional: a diversão pela forma, São Paulo – v. 19, n. 37, p. 143-152, jan./jun. de 2016

HUNTER, Mark Lee. A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos. UNESCO, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga, A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. In: Congresso Brasileiro de Ciências Da Comunicação, 2005. São Paulo: Intercom, 2005,online.

SANTOS, S.; PEIXINHO, A. A redescoberta do storytelling: o sucesso dos podcasts não ficcionais como reflexo da viragem. Universidade de Coimbra, 2019. DOI: 0.25768/fal.ec.n29.a09

S-TOWN. Produção: Brian Reed e Julie Snyder. Serial e This American Life, 2017. Disponível em: <https://stownpodcast.org/>

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman

**Capítulo 110 - DOI:10.55232/1083002.110**

**O USO DO MOODLE NA OPERAÇÃO COVID-19 DAS  
FORÇAS ARMADAS**

**Helen Cristina Minardi Baumgratz e Ivo José Both**

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia pelo novo coronavírus, chamado de Sars-Cov-2. No Brasil, as autoridades federais tomaram medidas ativas para conter a propagação desse vírus e amenizar as decorrências negativas à população brasileira, monitorando a situação da infecção em tempo real. Para isso, o Ministério da Defesa deu início a Operação COVID-19, mobilizando efetivos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica em ações de suporte aos órgãos públicos e à sociedade, conforme a Diretriz Ministerial e Planejamento nº 6/GM/MD (BRASIL, 2020). Foram ativados o Centro de Operações Conjuntas no Ministério da Defesa e dez Comandos Conjuntos formados por grupos especializados comprometidos com o planejamento e coordenação de suporte logístico e operacional. Desde o início da pandemia, através dessa Operação foi prestada significativa assistência humanitária, com apoio à ações como o envio e distribuição de alimentos, equipamentos de proteção individual, treinamento de equipes de descontaminação; doação de sangue; implementação de hospitais de campanha; além da disponibilização de médicos para atuar em todas as regiões do país. As tropas mobilizadas também estiveram envolvidas na logística do processo de imunização da população brasileira com o transporte de vacinas para locais de difícil acesso. Cada comando conjunto funcionou continuamente vinte e quatro horas por dia devido às demandas da operação. Em cada seção havia um responsável pela relatoria dos assuntos pertinentes a sua área para a composição de um relatório único denominado Sumário Diário de Situação (SDS). Nesse documento eram abordados diversos indicadores inter-relacionados que caracterizavam a dinâmica do desenvolvimento da operação. Eles precisavam ser validados antes de serem encaminhados aos gestores imediatos que consolidavam as informações oriundas dos SDS de cada organização militar (OM). Entretanto, a elaboração dos SDS por diversas seções e a gestão do fluxo desses documentos consumia muito tempo e dificultava o envio dessas informações relevantes para o subsídio à tomada de decisão e o planejamento das ações futuras dos diversos órgãos setoriais nos horários prescritos. Sendo assim, vislumbrou-se a possibilidade da utilização do Learning Management System (LMS) Moodle para apoiar a comunicação, o compartilhamento de informações e o monitoramento dos avanços da operação das OM do Comando Conjunto Planalto, sediado na cidade de Brasília. O Moodle é um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), usado como ferramenta didática, mas que se adapta facilmente às especificidades de negócio de uma organização, em razão de suas funcionalidades e capacidade de integração a outros programas e serviços. Ele possui ferramentas de interface que possibilitam o desenvolvimento de novos plugins e ferramentas de comunicação que oportunizam a interação em rede. Ferramentas de gerenciamento de informação tornaram-se essenciais para o sucesso dos negócios. Davenport e Prusak (1998, p.148) apontam essa propensão ao uso da tecnologia para o sucesso da gestão do conhecimento. Uma operação bem-sucedida requer o gerenciamento da informação de

forma eficaz para responder de forma rápida e adequada à tomada de decisão, assim como soluções procedimentais orientadas ao conhecimento distribuído. Nesse contexto, tornou-se evidente que o Moodle possui um enorme potencial para sistemas de gestão do conhecimento que são parte integrante dos sistemas de apoio à decisão. Segundo Drucker (1990, p.112), “a gestão do conhecimento estuda a capacidade de gerenciar, descobrir, mapear, classificar, distribuir, criar, multiplicar e reter conhecimento com eficiência, eficácia e efetividade para que uma organização se coloque em posição de vantagem competitiva em relação às outras para gerar lucro e garantir sua sobrevivência e expansão de mercado.” Nesse sentido, o uso dessa plataforma na Operação COVID-19 buscou otimizar os processos associados ao recebimento, troca, uso coletivo e proteção da informação entre as equipes de trabalho das Organizações Militares geograficamente dispersas.

**Palavras-chave:** Pandemia, Militar, Moodle

**Referências Bibliográficas:**

BRASIL. Diretriz Ministerial e Planejamento nº 6/GM/MD, de 18 de março de 2020. Disponível em: [https://operacaocovid19.defesa.gov.br/images/portarias-e-diretrizes/Portaria\\_n\\_1232\\_GM\\_MD.PDF](https://operacaocovid19.defesa.gov.br/images/portarias-e-diretrizes/Portaria_n_1232_GM_MD.PDF)

DAVENPORT, T.H. e PRUSAK, L.. Conhecimento Empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, p.148, 1998.

DRUCKER, Peter. Managing the Non-Profit Organization: Practices and Principles, p. 112, 1990.

**Capítulo 111 - DOI:10.55232/1083002.111**

**O WHATSAPP E SUA FUNÇÃO DIDÁTICA**

**Luiz Gustavo Pereira Santos, Eline Mendes Costa Muniz, Maria Inês Alves De Souza e Leila Maria Costa Silva**

No ano de 2020, devido à impossibilidade instaurada pela pandemia de COVID-19 sobre a continuação das aulas presenciais, as escolas brasileiras tiveram que adotar o modelo remoto de ensino como alternativa para amenizar os impactos na educação. Acerca desse novo formato, muitas ferramentas tecnológicas ganharam ainda mais espaço na vida de professores e alunos, uma vez que elas se tornaram o meio de comunicação mais eficaz e seguro para o desenvolvimento das atividades escolares à distância. Aliadas a essas ferramentas, destacam-se como importantes recursos de interação as mídias sociais, a exemplo do famoso WhatsApp, que exerce um papel de extrema viabilidade quanto à troca de mensagens e informações pelos usuários. Nesse sentido, este relato abordará sobre a utilização desse aplicativo como recurso didático nas aulas das turmas do sétimo ano do ensino fundamental, da Escola Municipal Jair de Oliveira, situada no município de Montes Claros - MG. Sabe-se que o uso de recursos tecnológicos se tornou uma grande necessidade aos profissionais da área da educação, de forma que até os mais resistentes têm buscado a melhor forma de adaptar-se. Com isso, foi possível observar que a tecnologia, quando aplicada como ferramenta educacional, apresenta novas possibilidades de aprendizagem, incentiva a criação e aproxima a escola à realidade de boa parte dos estudantes. A tecnologia educacional não é uma ciência, mas uma disciplina orientada à prática controlável e ao método científico, tendo como referência o uso de recursos tecnológicos, com maior enfoque nas tecnologias digitais (TAJRA, 2000). Assim, o acesso às ferramentas eletrônicas possibilita o uso de mídias sociais que no contexto pandêmico fizeram-se extremamente necessárias para manter o processo educacional em ação. Um bom exemplo disso é o WhatsApp, um aplicativo de mensagens instantâneas que permite aos usuários diversas formas de interação, como o envio e recebimento de conteúdos e informações, inclusive aqueles de teor educativo. Além de o aplicativo estar gratuitamente disponível para acesso em várias ferramentas digitais, ele também proporciona interatividade privada e coletiva entre as pessoas que o utilizam. Para que os professores e alunos das turmas observadas tivessem acesso comum aos assuntos das aulas, foi criado um único grupo de bate-papo para todas as classes do sétimo ano, de modo que cada professor organizasse e desenvolvesse suas disciplinas e matérias nos dias e horários estabelecidos pela escola. Com isso, áudios, textos, vídeos e diversos outros conteúdos eram compartilhados entre os participantes. Ainda pelo aplicativo, puderam ser realizados envios e recebimentos de atividades bem como suas correções. Desse modo, os alunos, professores, pais e responsáveis tinham acesso aos conteúdos a qualquer hora do dia, além do horário de aula, visto que as mensagens compartilhadas ficavam salvas, facilitando, assim, o desenvolvimento dos estudos escolares. De acordo com Honorato e Reis (2014, p. 3) “para os alunos as vantagens do aplicativo WhatsApp são de passar informações sobre as matérias, tirar dúvidas sobre conteúdos, tarefas ou trabalhos”. Especialmente em tempos de pandemia, em que o isolamento social se faz

obrigatório, mídias sociais são excelentes alternativas para que a distância seja encurtada. Mais que isso, aplicativos como o WhatsApp, quando bem utilizados, podem contribuir significativamente para os estudos em todas as etapas escolares. No caso das turmas analisadas, a proposta de ensino pelo aplicativo em questão se tornou o recurso mais eficiente, posto que, além do que foi possível observar, a Professora de Português Leila Maria afirma que dentre todas as plataformas digitais disponíveis, a que apresenta melhor resultado de ensino-aprendizagem é o WhatsApp, o que permite considerar e valorizar o uso dessa ferramenta em favor de uma educação cada vez mais conectada e interativa.

**Palavras-chave:** WhatsApp, ferramentas, digitais.

**Referências Bibliográficas:**

HONORATO, W. A. M.; Reis, R. S. F. (2014) "WhatsApp – uma nova ferramenta para o ensino." In: Anais do IV Simpósio de Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na educação: novas ferramentas para o professor da atualidade. 2. ed. São Paulo: Érica, 2000.



**Capítulo 112 - DOI:10.55232/1083002.112**

**UMA CAIXA PARA APRENDIZAGEM DE FÍSICA POR  
PROJETOS DENTRO E FORA DE SALA DE AULA**

**Mateus Henrique Rufini Zanitti**

Este trabalho é uma continuação do trabalho de conclusão de curso “UMA CAIXA PARA REALIZAÇÃO DE EXPERIMENTOS AUTOMATIZADOS EM AULAS DE FÍSICA”. Seu objetivo é melhorar e implementar a construção de uma caixa em MDF que permita, ao mesmo tempo, a realização de experimentos didáticos em sala de aula, a aprendizagem de ciências, eletrônica e robótica por meio de projetos e o fácil armazenamento e transporte da caixa. Para isso, foi elaborada uma caixa, com dimensões similares às de uma caixa de sapatos, com três partições. Na parte inferior da caixa, foi construída uma gaveta, na qual estão uma protoboard e uma placa de prototipagem Arduino nano, que permitem a elaboração de circuitos elétricos e eletrônicos. Na maior das partições, foi inserido um sistema de iluminação com LEDs, nas cores vermelha, verde, azul e ultravioleta, que permitem a iluminação da partição. Foi inserida também nessa partição uma segunda protoboard e uma câmera com interface USB, que permite a reprodução dos experimentos em um projetor ou a gravação dos experimentos, quando conectada à um computador ou notebook. Na terceira partição, foram fixados os fios e circuitos que permitem a ligação da iluminação ao Arduino ou à um carregador de celular, sem a necessidade de elaboração de circuitos elétricos e espaço para armazenamento e transporte dos cabos e materiais para a montagem dos experimentos. A caixa foi concebida como parte de um projeto. Além da caixa, foram elaborados 10 projetos didáticos que, em ordem crescente de dificuldade e complexidade, permitem a estudantes, professores e demais interessados investigarem fenômenos como a reflexão e refração da luz, a fluorescência e o movimento dos corpos, enquanto aprendem a montar circuitos elétricos utilizando LEDs, resistores e transistores e utilizam a placa Arduino para automatizar a coleta de dados, a intensidade de iluminação ou a cor no interior da caixa. O material tem, entre seus objetivos, ensinar os conceitos de eletrônica e programação que permitam ao usuário desenvolver seus próprios projetos, utilizando seus próprios componentes eletrônicos e criatividade para escrever, apresentar ou gravar suas montagens e experimentos, abrindo a possibilidade para a aprendizagem criativa e o trabalho em grupo.

**Palavras-chave:** aprendizagem, prototipagem, aprendizagem por projetos

**Referências Bibliográficas:**

ZANITTI, Mateus Henrique Rufini UMA CAIXA PARA REALIZAÇÃO DE EXPERIMENTOS AUTOMATIZADOS EM AULAS DE FÍSICA. Orientador: Maycon Adriano Silva TCC (pós graduação) - Curso de especialização em metodologia do ensino de física, Centro Universitário UNINTER, Curitiba, 2018.

ANDRADE, T. Y. I.; COSTA, M. B. O Laboratório de Ciências e a Realidade dos Docentes das Escolas Estaduais de São Carlos-SP. *Química Nova na Escola*, v. 38, p. 208–214, 2016. BARROSO, M. F.; RUBINI, G.; SILVA, T. DA. Dificuldades na aprendizagem de Física sob a ótica dos resultados do Enem. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, v. 40, n. 4, 18 jun. 2018.

MARTINAZZO, C. A. et al. Arduino: Uma Tecnologia No Ensino De Física. *PERSPECTIVA*, Erechim, v. 38, n. 143, p. 21–30, 2014.

BRASIL. PCN + Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ministério da Educação e Cultura, p. 1–40, 2002. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Secretaria de Educação Fundamental: MEC/SEMTEC, p. 1–58, 2004. CARVALHO, C. et al. Areté (Manaus). [s.l.] Universidade do Estado do Amazonas, Escola Normal Superior, Programa de Pós Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia, 2017. v. 9

**Capítulo 113 - DOI:10.55232/1083002.113**

**A APLICAÇÃO DE STORYTELLING NO  
DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS DE LIDERANÇA**

**Kamilla Scremim Figueiredo Fanini e Valério Brusamolin**

As constantes transformações têm exigido das organizações, mas também de seus líderes, uma capacidade maior de adaptação, bem como, a necessidade de novas aprendizagens e novas formas de gestão. Neste contexto cresce a importância da liderança, porque somente um líder é capaz de fazer com que integrantes de uma organização sintam-se os protagonistas do processo de mudança. E, é diante deste cenário diverso que as histórias surgem. Contar histórias nas organizações tornou-se uma habilidade necessária que os líderes nas empresas devem possuir, podendo ser considerada uma estratégia de aprendizagem eficaz e com resultados promissores para a organização. O Storytelling consiste na capacidade de contar histórias e se destaca por ser uma ferramenta tradicional e poderosa de comunicação entre as pessoas, e a importância da narrativa na literatura sobre liderança mostrou que os líderes podem usar a narrativa para uma variedade de propósitos de liderança nas organizações, como compartilhar conhecimento e experiências, estimular a colaboração, motivar a equipe, gerenciar mudanças e etc. O objetivo geral desta pesquisa é investigar, no âmbito de uma empresa do ramo portuário, se o Storytelling favorece o desenvolvimento das práticas de liderança. Os potenciais participantes que foram identificados são 9 líderes formais, distribuídos nas seguintes áreas: administrativa, operacional, manutenção, segurança do trabalho e patrimonial. Também 3 potenciais líderes da área administrativa serão convidados, totalizando-se 12 participantes. De acordo com a metodologia proposta serão realizados 12 encontros. No encontro 1 (integração), será feita a apresentação da proposta, a aplicação do LPI (Inventário de Práticas de Liderança) como pré-teste (autoavaliação) para identificar as práticas de liderança atuais e do questionário A, para identificação da amostra - perfil sociodemográfico, após, será realizado uma reunião com a Direção para levantamento das práticas esperadas pela direção da empresa, posteriormente, ocorrerá a comparação dos resultados entre as práticas atuais x práticas esperadas, e em seguida serão definidas as práticas de liderança que deverão ser desenvolvidas pelos líderes nos encontros seguintes. Na sequência serão realizados 10 encontros para a prática do Storytelling considerando as histórias disseminadas (previamente definidas pelo pesquisador) e histórias construídas (elaboradas pelos participantes) e no encontro 12, haverá a reaplicação do LPI (pós-teste) para verificar se houve o desenvolvimento esperado, também será aplicado o questionário B para investigação sobre a experiência da prática do Storytelling obtida pelos líderes e a finalização do grupo. Considerando que não se encontrou nenhum estudo empírico sobre o tema em empresas do ramo portuário, com esta pesquisa pretende-se apresentar a relevância do Storytelling para a liderança, demonstrar como sua aplicação pode influenciar no desenvolvimento dos líderes e contribuir holisticamente nas organizações visando ações de liderança bem-sucedidas, pois aproveitar as histórias para a prática de liderança traz impactos positivos e benefícios significativos, para o líder e a organização.

**Palavras-chave:** Storytelling. Liderança. Narrativas. Práticas de Liderança.

**Referências Bibliográficas:**

ARMSTRONG, J. P. Guest Editor's Introduction: Storytelling and Leadership. *Journal Of Leadership Studies*, Volume 14, Number 4, 2021.

BRUSAMOLIN V.; MORESI, E. Narrativas de histórias: um estudo preliminar na gestão de projetos de tecnologia da informação. *Ciência da Informação*. Brasília. v. 37, n. 1, p. 37-52, jan./abr. 2008.

DENNING. S. Effective storytelling: strategic business narrative techniques. Emerald Group Publishing Limited. *Strategy & Leadership*. VOL. 34. Nº. 1, p. 42-48, 2006.

KHDOUR, N.; MASA'DEH, R.; AL-RAOUSH, A. The impact of organizational storytelling on organizational performance within Jordanian telecommunication sector. Emerald Group Publishing Limited. *Journal of Workplace Learning*. Vol. 32. Nº. 5, p. 335-361, 2020.

KOUZES J. M.; POSNER B. Z. *LPI: Leadership Practices Inventory Self*. 5th ed. San Francisco, CA: Wiley, 2017.

KOWALEWSKI J.S. Storytelling: An Integral Facet in Organizations. *International Journal of Business and Social Research (IJBSR)*, Volume 3, No. 3, março de 2013.

MLÁDKOVÁ, L. Leadership and Storytelling. 2nd International Conference on Leadership, Technology and Innovation Management. *Procedia - Social and Behavioral Sciences* 75, p. 83 – 90, 2013.

THOMPSON, S. C. Teaching Storytelling as a Leadership Practice. *Journal of Leadership Education*. Janeiro, 2018.

UNDERKOFLE, M.; ROSSI, S.; KORBA, E. Using Storytelling to Teach Effective Followership. *New Directions for Student Leadership*, no. 167, 2020.

**Capítulo 114 - DOI:10.55232/1083002.114**

**PSICOLOGIA DO TRABALHO: CONTEXTO E DESAFIOS**

**Naiara Naves Barboza Dos Santos e Zionel Santana**

O texto objetiva aproximar discussões sobre o trabalho do psicólogo nas organizações, compreendendo a história e o contexto de desenvolvimento dessa área e os rumos que precisa seguir. Malvezzi (2014) apresenta a evolução e desafios enfrentados pela Psicologia do Trabalho e Organizações, POT, bem como a pesquisa bibliográfica de Dalbosco, Rosa e Pisone sobre a Evolução Histórica da Psicologia Organizacional e do Trabalho (2016), datam acontecimentos que corroboraram para essa evolução. Todos os fatos do contexto social e cultural influenciaram a transformação das organizações, assim como se buscou o suporte do psicólogo para adequar pessoa ao trabalho, e vice-versa.

A metodologia deste trabalho corresponde à análise de textos bibliográficos que abordam a psicologia do trabalho com intuito de discutir evolução, contexto e possibilidades futuras.

Apesar da dificuldade em datar o início da psicologia do trabalho, Psychology and Industrial Efficiency, em 1913, de Münsterberg, é o trabalho reconhecido como psicologia industrial. Considerando os contextos históricos, de guerras, depressões e duas revoluções industriais, o foco era ajuste homem-máquina objetivando produtividade. Psicologia organizacional começa a sobrepor a industrial, de 1945 a 1960, com a reconstrução da economia e os problemas organizacionais iniciando, necessitando de atuação do psicólogo. De 1960 a 1970, iniciam as discussões sobre qualidade de vida no trabalho, o desafio de ir além do individual pelos testes psicométricos e discussões sobre questões éticas. Nos últimos anos a preocupação pela qualidade de vida, estresse, assédio moral, violência psicológica e saúde do trabalhador têm sido temas de estudos de autores da área. No Brasil, a POT surge também da demanda crescente do processo de industrialização, iniciando como psicologia geral, até porque a psicologia foi regulamentada como profissão apenas na década de 1960. Menções a POT iniciam em pesquisas universitárias, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco com experiências psicométricas em psicologia organizacional, pois profissionais da área se distanciavam acreditando ser uma ideologia conservadora. As tecnologias avançando, o contexto cultural e social mudando, as empresas apresentando a necessidade pudessem auxílio de psicólogos no desenvolvimento, impulsionam as pesquisas e surgem associações como SBPOT e ANPEPP.

Como a evolução natural, a POT também necessita de adaptações constantes pois sempre haverá mudanças na forma como o homem se relaciona com o trabalho e se realiza existencialmente. A POT vem se modificando para atender diferentes demandas que vão surgindo, ampliando seu objeto, sua produção de conhecimentos, seguindo os padrões sociais de cada era. Isso estimulou pesquisadores, a partir do século XX, estudarem e compreenderem essa nova relação de trabalho, se deparando com várias questões não consideradas anteriormente. As discussões sobre o assunto são infundáveis e importantes para atualização da forma como os psicólogos devem e podem trabalhar dentro do grupo organizacional melhorando a eficácia na intervenção desta relação homem trabalho, conforme o trabalho

Demandas e ofertas da psicologia do trabalho hoje, de Ziliotto (2008). A Psicologia Organizacional é vista como traidora do objetivo de liberdade da psicologia já que busca selecionar e encaixar o melhor sujeito à vaga existente e deixando de ver o sujeito como indivíduo, apenas como recurso. Sugere-se mudanças nos programas acadêmicos, com referências mais críticas e coerentes para a formação profissional pretendida; melhor posicionamento de diretrizes e abertura de canal de comunicação permanente com instituições credenciadas para estágios, pelo CFP e regionais; estímulo à pesquisa e publicação de trabalhos e promoção de eventos interdisciplinares que prezem pelas discussões do tema.

**Palavras-chave:** Psicologia, Trabalho, POT

**Referências Bibliográficas:**

DALBOSCO, Thayla. ROSA, Amanda Martinello da. PISONE, Kelly Zanon De Bortoli. Evolução histórica da psicologia organizacional e do trabalho. In: IMPACTO CIENTÍFICO E SOCIAL NA PESQUISA IX Mostra de Iniciação Científica e Extensão Comunitária e VIII Mostra de Pesquisa de Pós-Graduação da IMED. Passo Fundo. Editora IMED. 2016.p.52-58.

FERNANDES, Rhuann. Sociologia e trabalho: clássicas concepções. Revista Textos Graduados. 2021. V.7(1), p.122–141. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/tg/article/view/36212>. Acesso em 20 jun. 2021.

MALVEZZI, Sigmar. Prefácio. in: ZANELLI, BORGES-ANDRADE, BASTOS, org. Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2014.

ZANELLI, José Carlos. BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. RODRIGUES, Ana Carolina de Aguiar. Campo Profissional do psicólogo em organizações e no Trabalho. Considerações Finais: Nosso percurso e para onde devemos caminhar. in: ZANELLI, BORGES-ANDRADE, BASTOS, org. Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. 2ªed.Porto Alegre: Artes Médicas, 2014. p.576-578.

ZILIOOTTO, Denise Macedo. Psicologia, saúde e trabalho: Demandas e ofertas da psicologia do trabalho hoje. In: PLONER, KS., et al., org. Ética e paradigmas na psicologia social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 207-215. ISBN: 978-85-99662-85-4. Available from SciELO Books .

**Capítulo 115 - DOI:10.55232/1083002.115**

**“GAME DE TABULEIRO PARA O ENSINO DE FÍSICA NUCLEAR”**

**Eduardo Toniolo Campos e Prof. Dr. Marcelo Augusto Leigui De Oliveira**

**INTRODUÇÃO:** O assunto físico nuclear, assim como a física das radiações, desperta certa preocupação no inconsciente coletivo, em virtude de grandes acontecimentos, como os acidentes em usinas nucleares, e até a utilização de bombas. É necessário, porém, quebrar o paradigma de que as radiações trazem malefícios somente. A BNCC contempla essa necessidade ao implantar a habilidade (EM13CNT106). (BNCC Brasil, 2017) Criamos o jogo de tabuleiro “Chernothrill”, onde o aluno assume o papel de um operário de usina nuclear, com o desafio de desligar um reator defeituoso, sofrendo a menor dose equivalente possível.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O jogo Chernothrill consiste de um tabuleiro inspirado no jogo Super Ludo onde os jogadores devem percorrer pelos corredores da usina, por meio do lançamento de dados, tendo como objetivo chegar primeiro no reator central. Em todas as casas estão distribuídos elementos radioativos, oriundos da cadeia de decaimentos sucessivos do urânio 235. Dados específicos de cada elemento como tempo de meia vida, tipo de decaimento, quantidade inicial de núclídeos, energia de decaimento em eV e fator de qualidade radiológica estão distribuídos pelo tabuleiro. Quando o aluno cai em determinada casa ele deve comparar o número obtido pelo dado com o número probabilístico do elemento, número esse devidamente pensado em conformidade com o tempo de meia vida do elemento referido, caso o número do dado seja maior que o número do elemento, o aluno deverá calcular o coeficiente de desintegração, a atividade radioativa e a dose equivalente sofrida em um intervalo de 10 minutos. Se o aluno acertar o cálculo da dose final ele recebe uma blindagem, e a dose equivalente calculada não é computada ao seu diário de bordo, caso o cálculo esteja errado, ao contrário, a dose é computada. Diário de bordo dos cálculos e doses equivalentes. O jogo deve ter um tempo mínimo de 40 minutos, e ao término do tempo, vence quem tiver chegado ao reator central sofrendo a menor dose equivalente, caso ninguém chegue ao reator, vence quem tiver sofrido a menor dose. **CONCLUSÕES:** O jogo foi testado com êxito em uma turma de terceiro ano do ensino médio, onde o material atingiu o potencial de permitir que o aluno aprendesse de forma significativa a natureza probabilística e exponencial dos decaimentos radioativos. O aluno pode também compreender como se dá a interação entre as radiações e o corpo humano de acordo com a habilidade EM13CNT103 da nova BNCC.

**Palavras-chave:** Jogo didático, física nuclear

**Referências Bibliográficas:**

OKUNO, Emico – Radiação: Efeitos, Riscos e Benefícios – São Paulo: Harbra, 1988.

CHUNG, K.C. – Introdução à física nuclear – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001

**Capítulo 116 - DOI:10.55232/1083002.116**

**A MÚSICA “VOCÊ NÃO MANDA EM MIM” E A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER NO ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR: TRATAMENTO NORMATIVO-PENAL E ANÁLISE DO NÚMERO DE VÍTIMAS NO BRASIL**

**Ingrid Harmony Cabral Da Silva e José Iran Lima Da Costa Filho**

A violência contra a mulher tem origem em precedentes profundos e enraizados, sendo um reflexo da misoginia, do machismo estrutural, da cultura patriarcal e da desigualdade de gênero que cerca a sociedade desde os primórdios da humanidade. Intimamente ligada aos mais diversos tipos de violações dos Direitos Humanos, é manifestada por meio das mais variadas formas, estando cinco delas previstas na Lei nº 11.340/06, quais sejam: física, psicológica, moral, patrimonial e sexual. Dentre elas, destaque-se a violência psicológica, representada com excelência na canção “Você não manda em mim”, de autoria das Patroas, trio composto pela dupla sertaneja Maiara e Maraísa, bem como pela falecida Marília Mendonça. A letra da música narra um relacionamento marcado por ameaças, manipulação, dano à autodeterminação, limitação do direito de ir e vir, além do controle das ações, comportamentos e decisões da mulher. Sobretudo, emerge a necessidade de dar ênfase a esta temática, pois ainda que possua consequências inaparentes à olho nu, dificultando sua identificação e consequente responsabilização do agressor, causa danos desastrosos à saúde mental da vítima, ao passo em que diminui sua autoestima e autoconfiança, manipulando-a e a fazendo duvidar de si mesma, até sentir-se anulada como pessoa. Deste modo, em virtude da pertinência deste tema, o presente resumo possui como objetivo analisar, de forma comparativa, o número de vítimas nesta categoria, no Brasil, no período de 2017 a 2021. Ademais, objetiva apresentar o tratamento normativo-penal dado à este tipo de violência no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, a partir da inserção do art. 147-B, no Código Penal Brasileiro, através da Lei 14.188/2021, visto que esta alteração legislativa promove a tipificação do crime de Violência Psicológica, o qual perpassa o âmbito conceitual, com o pressuposto de tutelar a saúde psicológica da mulher, a fim de evitar perturbação, além do pleno desenvolvimento psicológico da vítima, que é prejudicado pelas condutas ilícitas praticadas pelo autor. Destarte, para a aplicabilidade da pena, cabe-se considerar não apenas a afetação da liberdade individual da vítima, como também da autodeterminação da mesma, uma vez que a provocação do dano emocional interfere na cognição e no exercício das atividades desempenhadas por ela, principalmente, no contexto doméstico. Para isso, realizou-se um estudo comparativo através de dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisa DataSenado, com base em pesquisa intitulada “Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”, publicadas nos anos de 2017 e 2021, em sua 7ª e 9ª Edição, respectivamente. Além disso, utilizou-se o estudo de natureza exploratória, realizado através de pesquisas documentais para embasamento teórico e por meio da revisão bibliográfica em periódicos, relacionados ao tema. Portanto, constatou-se que no Brasil, em 2017, 47% das mulheres entrevistadas declararam já ter sofrido violência psicológica, enquanto



que este percentual atingiu 61%, no ano de 2021, admitindo o posto de 2ª agressão mais praticada, perdendo apenas para a física. Entre os anos de 2017 e 2021, houve um aumento significativo de 14% na prática desta hostilidade contra mulheres, no âmbito doméstico e familiar. Embora o Brasil possua uma das três leis mais avançadas do mundo, considerada pela ONU, no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, a agressão psicológica continua a crescer desenfreadamente. Sendo assim, conclui-se que: além de o ordenamento jurídico brasileiro carecer de instrumentos normativos mais adequados e eficazes à comprovação e consequente controle deste tipo silencioso de violência, é imprescindível a instauração de políticas públicas voltadas à construção de um sistema preventivo. A problemática denota, portanto, a carência de interdisciplinaridade entre as esferas sociais, políticas e jurídicas para a sua resolução.

**Palavras-chave:** Direito Penal e Música, Violência contra a mulher, Interdisciplinaridade.

#### **Referências Bibliográficas:**

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro RJ., dez., 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Brasília DF., ago., 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 26 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021. Brasília DF., jul., 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14188.htm). Acesso em: 26 abr. 2022.

BRASIL, Senado Federal. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. 9ª Ed. Instituto de Pesquisa DataSenado: 2021.

DIAS, J.G. et. al. Você não manda em mim. Patroas 35%. Som Livre, 2021. Disponível em: . Acesso em: 25 abr. 2022.

## **APLICAÇÃO DA SELIC NAS CONDENAÇÕES DA FAZENDA PÚBLICA E A EC 113/2021**

**Paulo César De Souza**

Um tema bastante polêmico que sempre suscitou divergências à litigância que envolve a Fazenda Pública são os juros e correção monetária. Inúmeras eram os argumentos tais como o lapso temporal em que incide um ou o outro, em que ambos incidem. O cerne da questão é a taxa de juros aplicável ou de correção monetária. Nessa senda, veio a Emenda Constitucional nº 113/2021 que, na redação do artigo 3º previu [...] Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente. Para o Poder Público, o procedimento administrativo indenizatório é igualmente vantajoso porque, além de inibir o desgaste e os custos da demanda judicial, evita anos de incidência dos juros e correção monetária devidos pelo atraso entre o evento lesivo e o levantamento do precatório. Alexandre Mazza (2021,p. 750). O texto contido na redação do art. 3º da Emenda Constitucional 113/2021, determinou que a Selic passasse a ser utilizada como taxa substitutiva da correção monetária e juros moratórios dos processos atrelados à Fazenda Pública. Consoante estabelecido pelo STJ no tema 905, "não obstante os índices estabelecidos para atualização monetária e compensação da mora, de acordo com a natureza da condenação imposta à Fazenda Pública, cumpre ressaltar eventual coisa julgada que tenha determinado a aplicação de índices diversos, cuja constitucionalidade/legalidade há de ser aferida no caso concreto". Conforme Bernardo Gonçalves Fernandes (2022, p. 1225) outro ponto interessante é que considerado inconstitucional pelo Supremo, a permissão para que a Fazenda de cada governo fizesse a compensação do precatório a pagar com débitos do credor, inclusive aqueles objeto de parcelamento. Noutra giro, chama atenção da literatura a questão do direito intertemporal. Alguns pontos devem ser observados. Como é sabido, a Constituição da República de 1988 estabelece na redação do artigo 5º, XXXVI, que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. As emendas constitucionais não são diferentes, pois seguem a mesma regra. Assim sendo, a taxa Selic não pode ter eficácia retroativa, incidindo em período anterior a 09 de dezembro de 2021. É compreensível que, com as diferentes alterações da norma, juros e correção incidem mês a mês, com a contínua mora e a demora para o adimplemento do crédito. Nesse sentido, a Taxa Selic incide nas condenações judiciais que envolvem a Fazenda Pública somente a partir de 9 de dezembro de 2021, data de entrada em vigor da EC nº 113/2021, incluindo os requisitórios já expedidos, a teor do art. 5º da Emenda Constitucional. Os créditos que envolvam a fazenda pública, até o dia 08 de dezembro de 2021, terão a taxa alterada para incidência da Selic. A aplicabilidade da taxa Selic não pode ocorrer para períodos anteriores a 09 de dezembro de 2021.

**Palavras-chave:** Juros, Precatório, Selic

**Referências Bibliográficas:**

BRASIL. Emenda Constitucional nº 113, de 7 de dezembro de 2021. Disponível em: acesso em: 17 de julho de 2022

**Capítulo 118 - DOI:10.55232/1083002.118**

**JUSTIÇA ELEITORAL CASSA MANDATO DE PREFEITO E  
VICE DE IBIRITÉ/MG**

**Paulo Cesar De Souza**

Em 12 de Julho de 2022, o Egrégio Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais julgou o recurso (litispendência) e, por maioria, cassou o mandato do Prefeito e Vice-Prefeito de Ibirité. Em pronunciamento no canal oficial da prefeitura, William Parreira Duarte disse continuar no cargo como prefeito pela vontade de Deus e o clamor da população. Alegou tranquilidade após a cassação, demonstrando contradição, uma vez que tinha afirmado publicamente que a decisão “aquilo” prolatada em julho/2021 seria revertida "ad quem" em segunda instância. Juridicamente, a declaração foi irrelevante, considerando que a vontade individual do agente não se sobrepõe às leis. O cargo não é absoluto, possui lapso temporal e regras para ingressar e desligar do serviço público eletivo. As ressalvas para desvinculamento no cargo estão previstas em lei e os agentes públicos (prefeito e vice) foram condenados em duas instâncias. As reclamações e descontentamento do senhor prefeito e vice devem ser confrontadas juridicamente dentro do processo com provas claras e robustas. No dia 16 de julho de 2021, a M.M. Daniela Cunha Pereira, no bojo dos autos Pje nº 0600002-31.2021.6.13.0351, julgou procedente a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, Noticiou o impugnante nos autos ter havido no período eleitoral 2020, doações vultosas realizadas por secretários municipais em favor da campanha dos impugnados, que em muitos casos têm valores idênticos e excedem o valor da remuneração individual do secretário. Aduz que as doações representam contrapartida pela nomeação e manutenção dos agentes públicos nos respectivos cargos em comissão. Distribuição, às vésperas do pleito eleitoral, de kits escolares “incrementados”, contendo uniforme escolar, tênis e mochila, para alunos que estavam afastados das aulas presenciais, a caracterizar abuso de poder econômico entrelaçado com abuso de poder político. Ressalta a magistrada que os impugnados tropeçaram de forma muito semelhante em alguns pontos, entregar os kits escolares, somente no mês anterior ao pleito e concentrar de forma clara obras urbanas também com a proximidade do pleito não parecem, se observadas em conjunto, simples coincidências, refletindo condutas de abuso de poder político com viés econômico, diante do uso da máquina pública em prol da própria candidatura. Conforme Bruno Gaspar (2020, p. 141) a ação de impugnação de mandato eletivo é uma ação de natureza constitucional, cujo objetivo é a invalidação do diploma conferido ao candidato. A magistrada após, fundamentar todos os pontos, julgou procedente a ação os fins de impugnar os mandatos eletivos da chapa vencedora nas Eleições Municipais de 2020, por abuso de poder político e econômico e fraude nos termos do art. 14, §10 da CR/88, tornando-os inelegíveis pelo prazo de 08 (oito) anos. Determinou, por consequência, a realização de novas eleições no município de Ibirité/MG, nos termos do art. 224, §3º do Código Eleitoral Brasileiro. Para Paulo César de Souza (2022) o Estado Democrático de Direito, caracterizador do Estado Constitucional pressupõe que o Estado se organiza por regras democráticas eleições periódicas, livres e pelo povo, bem como, respeito das autoridades aos direitos e garantias fundamentais.

**Palavras-chave:** Cassação, Eleições, Ibirité

**Referências Bibliográficas:**

BRASIL. Justiça Eleitoral. Sentença processo nº 0600002-31.2021.6.13.0351. Juíza Eleitoral Daniela Cunha Pereira em 16/07/2021

**Capítulo 119 - DOI:10.55232/1083002.119**

**A INDÚSTRIA DA SECA E A MÚSICA “ASA BRANCA”:  
VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS A PARTIR DA  
ALCUNHA “NORDESTINIDADE”**

**José Iran Lima Da Costa Filho**

O Direito é considerado um ramo das ciências sociais fundamentado por meio das normas e dos princípios que orientam e regulam as interações sociais, com o pressuposto de garantir a ordem e o bem-estar das pessoas. Todavia, a aplicação do Direito não se limita apenas a um arcabouço de regras, visto que recebe a influência de mecanismos essenciais para um desenvolvimento interpretativo mais célere e eficiente, como a música. Em “Asa Branca”, o nobre e saudoso Luiz Gonzaga evidencia as consequências sofridas pelo nordestino em período de seca, em face de a terra ardente ser comparada à fogueira de São João, na qual não há como cultivar plantações e criar gado, por causa da escassez hídrica. O nordestino sai, das suas terras de origem, em busca de melhorar a vida dele e seus familiares, tendo em vista que o nordestino tem a esperança de retornar ao sertão sem estar em condições de pobreza, além da presença de chuvas. Metaforicamente, a rolinha asa branca – pássaro encontrado comumente na região nordeste do Brasil – foi embora do sertão, por não suportar as dores que a seca traz à região. Ademais, também é possível destacar a ideia da indústria da seca – construção terminológica que atribui uma perspectiva distorcida da característica climática da seca, no nordeste brasileiro, sendo objeto de discursos políticos demagógicos e produções midiáticas, que se utilizam de tal ensejo para representar a desigualdade social daqueles que vivem em regiões de semiárido. Contudo, essa temática política encontrava-se, implicitamente, desde a época do coronelismo, em que governantes contribuíam o mínimo para a existência das pessoas, para garantir mais uma eleição. Esta pesquisa apresenta o emprego da metodologia bibliográfica e analítica, direcionada pelo método indutivo, a fim de promover um dinamismo entre o Direito Constitucional e a música. Outrossim, as vertentes de lutas e resistências, atribuídas à figura do nordestino, passam a ser revistas como uma espécie de metonímia atrelada à extrema pobreza, cujo resultado é o termo “nordestinidade”, isto é, uma mistificação criada para resumir a figura da pessoa oriunda do nordeste como símbolo de pobreza, com atribuições preconceituosas. Destarte, ocorre uma explícita violação aos direitos fundamentais os quais norteiam o ordenamento jurídico brasileiro, por fundamento na Constituição Federal de 1988, a tal ponto de a dignidade da pessoa humana ser ferida, além da afronta à preservação dos valores humanitários e dos objetivos fundamentais da República do Brasil. Nessa diapasão, faz-se necessária a atribuição efetiva da igualdade material para constituir uma sociedade livre de preconceitos e estereótipos, justa e solidária ao próximo, a exemplo do repasse de verbas arrecadadas pela União para amenizar os impactos climáticos da seca nas áreas do semiárido nordestino (cf. art. 159, I, “a”, da CF/88). Infere-se, portanto, que a preservação dessa região é preponderante para a proteção da vida das pessoas, da fauna e flora que lá existem, a exemplo da asa branca que poderá retornar ao seu local de origem.

**Palavras-chave:** Nordeste brasileiro, Valores humanitários, Constituição Federal.

**Referências Bibliográficas:**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília DF., out., 1988.  
Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 21  
jun. 2022.

**Capítulo 120 - DOI:10.55232/1083002.120**

**“PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES” E A LEI DE ANISTIA NO BRASIL**

**Ingrid Harmony Cabral Da Silva**

A canção “Pra não dizer que não falei das flores”, lançada no ano de 1979, escrita e interpretada por Geraldo Pedrosa de Araújo Dias, mais conhecido como Geraldo Vandré, advogado, cantor e compositor paraibano, representa a incessante pressão popular na luta pela redemocratização do Brasil, durante o período da Ditadura Militar. Nela, narra-se o cenário frequente da época: soldados armados em todos os lugares, a opressão, a violência, e parcela da população unida para pôr fim ao regime militar, sobretudo, ao exílio. Deste cenário, nasce a Lei de Anistia, promulgada em 28 de agosto de 1979, a qual será o tema central do presente resumo. Deste modo, têm-se como objetivo analisar o status normativo deste dispositivo legal no ordenamento jurídico pátrio, tendo como pilares a jurisprudência e o entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), bem como seu impacto e consequências na efetividade de direitos e garantias fundamentais. Para isso, realizou-se um estudo de natureza exploratória, realizado através de pesquisas documentais e revisão bibliográfica em periódicos, relacionados ao tema, bem como a obra em apreço. A Lei nº 6.683/79 beneficiou não apenas a sociedade civil da época (exilados), mas também os repressores: autores de crimes, cometidos no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, sob o argumento de fazê-los em nome do Estado (crimes políticos ou conexos com estes). Consideram-se conexos os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política. Neste ínterim, não se pode esquecer da Guerrilha do Araguaia, ocasião na qual, ao menos, setenta pessoas perderam suas vidas, tendo sido localizados os restos mortais de apenas dois guerrilheiros até então. Deste modo, não há que se falar em conexão entre fatos praticados pelo delinquente e pelas ações de sua vítima. A anistia perdoou a estas e não àqueles; perdoou às vítimas e não aos que delinquiram em nome do Estado. Daí adveio o caso “Gomes Lund e outros vs. Brasil”, no qual o Brasil foi condenado, em decisão proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que dispôs acerca da incompatibilidade deste dispositivo e de sua grave violação aos fundamentos que regem o Direito Internacional dos Direitos Humanos. Além disto, a Corte considera uma transgressão às disposições presentes no Pacto de San José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário. Aqui, foram inúmeras as obrigações impostas ao Estado brasileiro, jamais cumpridas. Em contrapartida, o Supremo Tribunal Federal (STF), na ADPF nº 153, reitera a constitucionalidade desta lei no ordenamento jurídico brasileiro. Têm-se, pois, um obstáculo acerca da execução da decisão proferida pela CIDH, no âmbito interno do Estado Brasileiro. Conclui-se, portanto, que há a urgência de cumprimento dos efeitos da condenação, a fim de garantir o direito à democracia e a prevalência do princípio da dignidade da pessoa humana, de modo a pôr fim à impunidade dos agentes públicos que violaram até mesmo a própria lei que vigorava durante a ditadura militar, torturando, matando e desaparecendo com os restos mortais das suas vítimas.



**Palavras-chave:** Música, Direitos Humanos, Lei de Anistia.

**Referências Bibliográficas:**

BERNARDI, Bruno Boti. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o caso da guerrilha do Araguaia: impactos no Brasil. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* N°. 22. Brasília: Abril, 2017.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília DF, dez., 1995. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6683.htm). Acesso em: 10 jun. 2022.

CIDH, Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, sentença de 24 de novembro de 2010, Série C, nº 219. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/decisao-lund.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2022.

PIOVESAN, Flávia. Direito internacional dos direitos humanos e lei de anistia: o caso brasileiro. *Revista da Faculdade de Direito da FMP*, n.º 4, Porto Alegre: FMP, 2009.

RIBEIRO, D. A Anistia Brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia. 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

## **MULHERES NEGRAS NO ESPAÇO CORPORATIVO NA CIDADE DE SÃO PAULO**

**Juliana Lima Costa, Thainá Gonçalves Assoni, Andressa Beatriz Leite Santos e Raphael De Taranto**

**RESUMO:** Este artigo trata da execução do projeto “Mulheres negras no espaço corporativo na cidade de São Paulo”, esquematizado e realizado em 2019. O presente trabalho voltou-se às mulheres negras em cargos executivos de liderança dentro das mais diversas empresas. O processo de inserção da mulher no mercado de trabalho ocorreu a partir da Primeira Revolução Industrial e, no Brasil, por volta de 1920. Em 1932, o decreto de lei nº 21.417-A impactou diretamente ao exigir salários sem distinção de sexo para a mesma função e ao regulamentar a jornada de trabalho feminina. Em conta das forças sindicais e feministas, desde a década de 70, a mulher brasileira viu seu poder aquisitivo e seu nível de escolaridade crescerem, o que permitiu que sua atuação no mercado de trabalho aumentasse cada vez mais. Apesar de, em 2016, mulheres ocuparem 44% das vagas do mercado de trabalho, quando se observa somente mulheres negras esse número é inferior. Essas mulheres representam 23,4% da população brasileira e cerca de metade da população negra do Brasil. Sobre isso, o IPEA afirma que a discriminação racial é frequentemente marcada pelo gênero e conclui que mulheres negras tendem a experimentar isso de forma diferente dos homens. Ao entender o mercado de trabalho enquanto espaço de privilégio permeado pelas desigualdades reproduzidas na sociedade, a mulher negra encontra-se na intersecção entre gênero e raça na hierarquia social trabalhista, portanto é duplamente desfavorecida e sofre com o apagamento de sua trajetória e identidade.

**Palavras-chave:** raça; gênero; identidade; mercado de trabalho

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho teve como objeto de estudo as mulheres negras que ocupam cargos executivos de liderança dentro de empresas de diversos setores na cidade de São Paulo. De acordo com Hunter (2004), a Liderança é a habilidade de influenciar pessoas a trabalharem com fervor para atingir objetivos comuns e inspirar confiança pelo caráter. Já se sabe que que homens ocupam majoritariamente os postos de trabalho, mas a presença das mulheres nesse espaço cresceu e, segundo o Ministério do Trabalho no Brasil, em 2007 as mulheres eram 40,8% do mercado formal de trabalho; em 2016, representavam 44% das vagas.

A inserção da mulher no mercado de trabalho iniciou-se logo após a Primeira Revolução Industrial, por conta da necessidade de mão de obra e de complemento da renda familiar, porém já recebiam menos que os homens pelas horas trabalhadas e em condições precárias (GIRÃO, 2001). No século XX, ocorreram várias mudanças na dinâmica do trabalho feminino, como nas duas guerras mundiais, uma vez que os homens foram para as batalhas e as mulheres assumiram cargos masculinos e negócios familiares, o que consolidou sua posição.

No Brasil, a inserção de mulheres no mercado formal ocorreu tardiamente, já que eram apenas responsáveis pelo serviço doméstico e cuidado com os filhos. Mas, na indústria, a participação das mulheres também era significativa, sobretudo em regiões que sofriam maior influência do processo de modernização como São Paulo, onde em 1920 representavam 29% do total de trabalhadores da indústria e, especificamente no ramo têxtil, 58%.

Em 1932, o decreto de lei nº 21.417-A<sup>1</sup> determinou: salários iguais independentemente do sexo para trabalhos de mesmo valor, proibição do trabalho da mulher em determinados estabelecimentos das 22:00 às 05:00 e medidas de segurança do trabalho para mulheres (BRASIL, 1932). A partir desta lei e dos processos de industrialização que ocorreram no Brasil na década de 40, podemos tentar associar tais fatores ao aumento de mulheres nos postos de trabalho no período.

No final da década de 70, surgiram atividades sindicais e movimentos feministas no Brasil que trouxeram mudanças de valores culturais e sociais em relação à mulher e suas

---

<sup>1</sup> Essa lei tem origem logo depois da Revolução de 1930, quando o Presidente Getúlio Vargas organizou os direitos trabalhistas, trazendo iniciativas de extrema importância na reestruturação do mercado de trabalho e contribuiu na ampliação de postos de trabalhos formais, com a finalidade de diminuir a informalidade e a reduzir as taxas de desemprego.

ocupações (BRUSCHINI, 1996). Já a década de 90 foi marcada pelo fortalecimento de sua participação no mercado de trabalho e no comando das famílias. A mulher, então, viu aumentar seu poder aquisitivo e sua escolaridade, conseguindo assim reduzir em alguns casos a defasagem salarial (BESSA, 1996).

Até hoje, é recorrente a concentração de ocupações das mulheres no mercado de trabalho, com maioria como professoras, cabelereiras, manicures, funcionárias públicas ou em serviços de saúde (CAMARGO, 2008). Apesar da liberdade e independência adquirida pela entrada no mercado de trabalho, muitas realizam jornadas duplas ao também cuidar da casa e dos filhos.

O uso de métodos contraceptivos possibilitou a estabilidade das mulheres no mercado de trabalho, alterando a situação das famílias brasileiras: a taxa de fecundidade caiu de 5,8 filhos na década de 1970 para 2,3 filhos nos anos 2000<sup>2</sup>. Portanto, com o passar do tempo, a mulher está cada vez mais voltada para o espaço produtivo, o que se observa também com o aumento da participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA).

Por outro lado, mulheres que possuem estabilidade financeira, brancas em sua maioria, optam por colocar outras mulheres que formam o contingente de trabalhadoras, geralmente negras com baixo nível de escolaridade e com os menores rendimentos na sociedade brasileira, para trabalhar em suas casas com tarefas domésticas remuneradas. Exemplo disso é o relato de Ana Paula Lisboa sobre as três gerações de mulheres negras empregadas domésticas da sua família e como esse ciclo se rompeu quando foi a primeira a ingressar no ensino superior.

Da população negra, aproximadamente a metade é composta de mulheres. As mulheres negras são mais de 41 milhões de pessoas, o que representa 23,4% do total da população brasileira. [...]. As discriminações de gênero e raça não são fenômenos mutuamente exclusivos, mas, ao contrário, são fenômenos que interagem, sendo a discriminação racial frequentemente marcada pelo gênero, o que significa, portanto, que as mulheres tendem a experimentar discriminações e outros abusos de direitos humanos de forma diferente dos homens (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, S/A, p. 5).

Assim, constata-se que a relação entre mulher e trabalho é cercada por fatores políticos, econômicos, culturais e sociais que influenciam diretamente na posição social e profissional dessas mulheres, de modo que o mercado de trabalho pode ser entendido como

---

<sup>2</sup> Em relação à taxa de fecundidade por grupos de idade das mulheres ao longo do período fértil (de 15 a 49 anos de idade), os dados preliminares mostram reduções das taxas em todas as faixas etárias, exceto entre as jovens de 15 a 19 anos, as quais registraram aumento da fecundidade. Esse processo, de crescimento da fecundidade nas idades inferiores a 20 anos e de reduções acentuadas entre as mulheres com 20 anos ou mais, vem ocorrendo desde 1980.

um espaço privilegiado, pois nele percebe-se as desigualdades que são reproduzidas na sociedade.

Por se tratar de um espaço de privilégio e competição, a hierarquia social baseada na raça e igualmente no gênero estabelece que existe uma posição inferior na relação ampla entre brancos/negros e homem/mulher que corresponde a uma posição inferior no trabalho, portanto as mulheres negras que se encontram na intersecção dessas determinantes são duplamente desfavorecidas (BENTO, 1995).

Diante disso, a execução dessa pesquisa se deu pela inquietação que se teve ao analisar o apagamento da trajetória da mulher negra no mercado de trabalho e de como ela é vista apenas pelos serviços braçais que exerce. Apesar da ideia de que sua presença em empresas se resume a serviços auxiliares, o espaço da mulher negra também é em cargos executivos.

Elas ocupam minimamente esses cargos por possuírem menor capacidade? Seria em conta da sociedade machista e racista em que vivemos e que diminuiu as mulheres, principalmente as negras? Por isso, observamos onde estão essas mulheres, uma vez que se percebeu que a desigualdade causada por gênero e raça se expressa e reflete no dia a dia das mulheres, principalmente das negras.

### **1.1. Dados e Conceitos**

A questão de gênero (PINTO; SENA et al., 2015) está presente em todas as estruturas sociais nas quais estamos inseridos e serve de instrumento para a organização social a partir da diferenciação de papéis, atributos, valores, deveres e obrigações entre os sexos. Assim, a desigualdade de gênero é construída socialmente, como uma espécie de classificação e hierarquia, de modo a levar a crer que há um sexo superior, geralmente o masculino.

Em 2016, um estudo indicou que as mulheres estão mais presentes no ensino superior do que homens<sup>3</sup>, mas quando o recorte racial entra em cena, os números apontam quase uma ausência da participação das mulheres negras com ensino superior completo no mercado de trabalho (IBGE, 2016). Tal estudo apontou que mulheres brancas com ensino superior completo representam 23,5% do total analisado e mulheres negras apenas 10,4%.

Raça, por sua vez, denomina um grupo a partir de características morfológica que seus membros compartilham (PALOMARES; SANTOS et al., 2010). Quando se trata de mulheres negras, cujo homicídio aumentou em 15,4% em dez anos (FBSP, 2018), olha-se

---

<sup>3</sup> Pesquisa “Estatísticas de Gênero”, 2016 realizada pelo IBGE com pessoas entre 25 e 44 anos. O estudo aponta que homens de 25 anos ou mais e com ensino superior completo representam 27,7% do total, já a quantidade de mulheres representa 33,9%.

para um grupo que passa pelas violências contra a mulher e o negro. Por isso, a partir da participação da mulher no ambiente de trabalho no Brasil e no mundo, esta pesquisa utilizou o recorte racial a fim de explorar a participação da mulher negra no mundo corporativo.

Outro estudo aponta que apenas 6,3% das pessoas negras no Brasil ocupam cargos de gerência em empresas e 4,7% fazem parte de cargos executivos (ETHOS, 2016). Quando se trata de mulheres negras, a desigualdade fica ainda mais evidente: 1,6% estão como gerentes e 0,4% estão na área executiva. Os dados apontados demonstram as dificuldades que mulheres negras têm de se inserir e avançar dentro de estruturas organizacionais da sociedade. O chamado racismo institucional (TURE; HAMILTON, 1992) é a atitude racista que acontece de forma velada no meio institucional, assim como em níveis individuais.

Silva (2000) explica a identidade enquanto simplesmente aquilo que se é: uma característica independente, que só tem como referência si própria e, assim, leva o indivíduo a se reconhecer com base em características específicas. Desse modo, é preciso entender o processo da população negra de assumir no Brasil sua identidade racial (OLIVEIRA, 2004), que é o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social, cultural e política.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1. Da pesquisa e metodologia**

Com o objetivo de analisar como as mulheres negras ocupam os cargos executivos de liderança em empresas na cidade de São Paulo e os desafios principalmente identitários envolvidos nisso, os pesquisadores realizaram cinco entrevistas, número que foi considerável razoável devido ao escasso público estudado disponível e à dificuldade de acesso a ele.

**Quadro 1 - Perfil das entrevistadas**

<b>Perfil das entrevistadas</b>	
<b>Nº da entrevistada</b>	<b>Cargo em que atua</b>
1	Coordenadora de Biblioteca
2	CEO
3	Administradora
4	Gerente de Criação de Conteúdo
5	Arquiteta e Digital Influencer

**Fonte: Elaboração própria.**

## **2.2. Da entrevista**

A experiência profissional pode potencializar o indivíduo, mas isso nem sempre é verdade. Em alguns casos, chefes incentivaram e até mesmo subsidiaram estudos e a intelectualidade da entrevistada, mas por vezes o rompimento com outros que se apresentavam como obstáculos a isso permitiu a perseguição de ambições, como a formação. Como dito previamente, a liderança pode inspirar e criar identificação, mas também pode gerar repulsa e se tornar um mau-exemplo. Com essas experiências em mente, diversas entrevistadas afirmaram que se tornaram melhores profissionais, apesar de evidenciar a reprodução de problemas sociais dentro do ambiente de trabalho: o grau de exigência é maior para mulheres negras, o que também é internalizado por elas em uma autocobrança, tal qual as provocações e tentativas de rebaixamento psicológico.

Ao olhar para todas essas questões, é possível afirmar que as experiências da pessoa negra em conta do racismo e, no caso da mulher negra, da discriminação de gênero não são apenas diferentes agressões, mas são definidores também no tipo de funcionário que aquela pessoa é, tornando-a muito diferente do não-negro. Essa questão supera a responsabilidade e o profissionalismo, se tornando uma situação de sobrevivência em meio a um espaço que às vezes é a síntese intensificada de agressões constantes à pessoa que se é e isso é vivenciado muito mais por mulheres negras do que por homens brancos.

Sobre a experiência pessoal, a maternidade se apresentou para algumas das entrevistadas como um fator que podia ser gerenciado junto ao trabalho e que trouxe sentimentos de vitória. A religião, por sua vez, se apresenta de forma dupla: evidencia a discussão de gênero e raça e pode ou contribuir para a conscientização e fortalecimento psicológico em cima disso ou se tornar mais um ambiente de julgamento e desconforto. Ainda, a história pessoal de algumas entrevistadas envolveu uma migração geográfica ou de classe e por isso algumas enfrentaram desafios particulares, mas de forma geral pode-se afirmar que o apoio ou falta dele no que diz respeito à aceitação da identidade negra e à perseguição de ambições desde a infância é um fator fundamental e diferencial entre algumas das entrevistadas.

Essas mulheres também buscam, além de sucesso profissional naquilo que escolheram, a independência, seja em relação aos pais, ao esposo ou até mesmo para si, pois não há nada mais libertador do que ser dona de você mesma, e essa vontade de crescer e ter sua independência financeira motivou, principalmente a entrevistada 1 e a entrevistada 2 a saírem muito jovens de casa e a trabalhar cedo.

Por estarem na intersecção entre gênero e raça, para algumas entrevistas ser mulher era um aspecto mais importante sobre si do que negras. Para outras, era o inverso. De acordo com a entrevistada 2: "Dentro das questões de gênero, eu sou a pessoa que lembra que GÊNERO é uma coisa e mulher NEGRA, é outra completamente diferente que não dá pra você falar sobre gênero e colocar todas as mulheres como iguais, porque não é uma massa homogênea".

Apesar de lutar todos os dias com o racismo, essas mulheres ainda precisam lidar com o machismo, pois o espaço corporativo é em sua grande maioria ocupado por homens brancos, e por isso existe um jogo de tensão em que a mulher, ainda mais sendo negra, frequentemente precisa provar que sabe o que está fazendo ou falando ao ter suas capacidades questionadas, ainda mais ao ocupar um cargo de liderança ou de gestão. Aqui, o feminismo se mostrou para algumas das entrevistadas como um apoio nesse enfrentamento constante.

A identidade é processo de desenvolvimento humano mais importante de nossa trajetória como indivíduo, que desenvolve o amadurecimento pessoal e assim nos transforma, social e culturalmente. Esse processo está diretamente ligado às trajetórias profissional e pessoal supracitadas e se concretiza em exemplos que envolvem vontades de afinar o nariz ou alisar o cabelo a partir de comerciais de televisão ou pressão de grupo. Compreender e afirmar-se mulher negra é um processo que, de acordo com as entrevistadas, hoje é mais fácil para as crianças do que em suas épocas, pois há mais informação sobre isso. Ao transmitirem seu poder de liderança, conhecimento e experiências, as entrevistadas afirmaram valorizarem-se.

Apesar disso, uma entrevistada que se reconhece como mulher negra de pele clara, afirmou viver em um não-lugar e possuir uma "passabilidade": sabe onde pertence, mas também sabe que não terá as mesmas dores das pessoas que sofrem um preconceito mais forte por conta da tonalidade da pele um pouco mais negra, e fazer o reconhecimento disso também é importante no espaço de negro retinto. Assim, a aceitação de suas próprias características, que são particulares até mesmo entre mulheres negras, não é um processo fácil, mas essencial, dificultado por diversas razões, uma delas sendo o enfrentamento das entrevistadas às tentativas de outros as colocarem em lugares que julgavam que deveriam estar. Deste modo, observou-se também que até mesmo os fatores estéticos, como arrumar o cabelo, se vestir ou maquiar eram mais importantes para algumas entrevistadas do que para outras.

O racismo, o qual comumente não é percebido nem discutido, é colocado em pautas e evidenciado em geral por pessoas negras, as quais o experimentam sem escolher isso – é



importante chamar a atenção e tomar cuidado com parte do estereótipo que se faz do negro: de que ele está ou passou por vulnerabilidade social. A voz dada a essas pessoas nem sempre é escutada, mas algumas entrevistadas chamaram a atenção para a necessidade de se aliarem a pessoas que podem e devem desempenhar papéis essenciais para combater as mais distintas violências, como no caso de comitês sobre o tema dentro da empresa Google que incluem não somente mulheres nem apenas negros.

Isso significa que além de empreender para sobreviver enquanto tenta-se deixar passar as mais diversas agressões diárias, a pessoa negra acaba por lidar também com a responsabilidade de evidenciar o racismo que a atinge. Mais do que isso, por romper mais ainda com a sociedade hierarquicamente dominada por homens brancos, que fingem abraçar a diversidade, em busca da legitimação de voz e poder de decisão para todos.

As questões sociais, ligadas diretamente à falta de representatividade e que impactam os indivíduos desde sua infância, incutem pensamentos que levam inclusive mulheres negras a olharem para si mesma através dos estereótipos criados sobre elas. A sensação de aceitação da diversidade é um mal que reforça isso e a falta de discussão contribui diretamente para o questionamento da capacidade de muitas mulheres negras ao ponto de dificultar um olhar de várias delas sobre si enquanto seres humanos capazes também de assumir cargos executivos de liderança.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao nascer em uma sociedade imbuída do racismo e que tem dificuldade em reconhecê-lo, a criança passa a formar sua identidade a partir da falta de modelos e de representatividade, condicionando si mesma a mudanças e a acreditar em estereótipos que vão desde o alisamento do cabelo até o sentimento de incapacidade ou inferioridade perante outros colegas de trabalho não-negros.

Essa crise de representatividade, ainda, é reforçada pela pouca discussão sobre questões sociais tais quais o racismo e a discriminação de gênero. Quando o debate ocorre, ainda, ele está fadado a ser mais um espaço de reprodução das violências cotidianas pela falsa empatia, ou sensação de que se é empático ao outro, a partir de estereótipos como da relação direta entre negritude e vulnerabilidade social ou, de maneira mais simplificada, pela não compreensão do lugar de fala, que nada mais é do que a legitimação verdadeira da voz do outro por meio da criação de empatia para com ele.

A mulher negra, por sua vez, está na intersecção da discriminação racial e de gênero, no mínimo, e por isso é duplamente prejudicada. A dificuldade de capacitação se dá não na

busca por conhecimento, mas na legitimação da mulher negra que o possui. De forma similar, o preconceito dentro do ambiente de trabalho ocorre ao questionar a mulher negra de modo a afirmar que ela não sabe o que diz. Sobre isso, ainda, a falta de chefes motivadores e a impressão passada por diversos espaços de que abraçam a diversidade enquanto que, na realidade, não a suportam, contribuem para o racismo institucional acontecer e ser internalizado.

Enquanto a população negra empreende para sobreviver, se afirmar para os outros e para si mesma, ela acaba por ser grande responsável por evidenciar o racismo e promover sua discussão, o que se soma à uma lista bastante distinta de afazeres e preocupações de uma pessoa branca, que não precisa se preocupar tanto quanto uma mulher negra, por exemplo, sobre cometer algum deslize em seu ambiente de trabalho.

Desse modo, a partir de entrevistadas de perfis bastantes distintos que se diferenciam por questões como a militância e a sensação de experimentação do racismo, essa pesquisa teve sucesso ao analisar de forma crítica como as mulheres negras ocupam cargos executivos em empresas: a partir de suas experiências pessoais e profissionais, em que superam obstáculos que as potencializam quando não encontram líderes que as auxiliem nessa escalada. Ainda, mesmo quando ascendem, essas mulheres são antes vistas como originadas na vulnerabilidade social do que por seus méritos e caráter.

Apesar das dificuldades encontradas, uma vez que o público a ser entrevistado era escasso e de acesso não tão fácil, os pesquisadores se surpreenderam por uma experimentação de racismo que não foi unânime entre todas as que contribuíram com a pesquisa. Pelo visto, para algumas antes pesam questões sociais diferentes do racismo e do gênero como origem, família, fatores econômicos e trajetória acadêmica. Além disso, não se pode deixar de mencionar que a normalização do racismo e da discriminação de gênero é de difícil percepção, uma vez que é experimentado por uma população que não domina a hierarquia do mercado de trabalho ainda e cujos possíveis aliados, ou seja, pessoas que não passam por isso, muitas vezes não estão dispostos a reconhecer e discutir tais temáticas.

Por fim, a sensação dos pesquisadores é a de que a pesquisa foi um sucesso com ressalvas, uma vez que, para apontar minimamente uma de algumas questões, poucas entrevistas foram realizadas, entretanto não se esperava tamanha dificuldade para tal. Dessa forma, espera-se que essa pesquisa contribua de alguma maneira para as Ciências Sociais e quiçá para a comunidade também de fora da academia no sentido de alertar, em algum sentido, para as múltiplas questões abordadas aqui sobre a ascensão das mulheres negras no mercado de trabalho.

#### **4. REFERÊNCIAS**

AMARAL, Grazielle Alves. OS DESAFIOS DA INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO. *Itinerarius Reflectionis*, v. 8, n. 2, 1 fev. 2013.

BARROSO, Carmen & MELLO, Guiomar. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. Comunicação. XXVII SBPC. Belo Horizonte, 1975.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Mulher negra no mercado de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 479, 1995.

BESSA, Karla Adriana Martins. Papel da mulher na sociedade ao longo da história. São Paulo: companhia das letras, 1996

BRASIL. Decreto n.º 21.417-A, de 17 de maio de 1932. Regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. Coleção de Leis do Brasil - 1932, p. 260, vol. 2.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996. 9ª edição.

BRUSCHINI, Maria Cristina. Trabalho das mulheres e mudanças no período 1985 – 1995. São Paulo: FCC/DPE, 1998.

CAMARGO, Orson. "A mulher e o mercado de trabalho". Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/a-mulher-mercado-trabalho.htm>>. Acesso em 22 de maio de 2019.

FBSP. Atlas da Violência 2018. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP\\_Atlas\\_da\\_Violencia\\_2018\\_Relatorio.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf)>. Acesso em: 02 de setembro de 2019.

FRASER, Marcia; GONDIM, Sonia. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*. v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

GIRÃO, I. C. C. Representações sociais de gênero: Suporte para as novas formas de organização do trabalho. 2001. 130f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

GOFFMAN, Erving. Estigma. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 4ª edição.

GOVERNO DO BRASIL. Mulheres ganham espaço no mercado de trabalho, 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/mulheres-ganham-espaco-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 21 de maio de 2019.

HUNTER, James C. O monge e o executivo: Uma história sobre a essência da liderança. 18. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

IBGE. Censo Demográfico 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e Resultados Preliminares do Censo Demográfico 2000. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/08052002fecundidade.shtm>> Acesso em 22 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais da mulher no Brasil, 2018. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf)> Acesso em: 27 de abril de 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. O retrato das desigualdades – Gênero e raça. S/A. Disponível em: Acesso em: 21 de maio de 2019.

INSTITUTO ETHOS. Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas, 2016 - Instituto Ethos e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/cedoc/perfil-social-racial-e-de-genero-das-500-maiores-empresas-do-brasil-e-suas-aco-es-afirmativas/#.XMYh4LdKjX4>>. Acesso em: 27 de abril de 2019.

LIDERANÇA. In: Dicionário de ciências sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

LISBOA, Ana Paula. Mulheres negras se formam e rompem ciclo do trabalho doméstico. 2019. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/azmina/2019/02/27/mulheres-negras-rompem-se-forma-e-rompem-ciclo-do-trabalho-domestico.htm>>. Acesso em: 01 de setembro de 2019.

MAY, Tim. Pesquisa social: questões, métodos e processo. Porto Alegre: Artmed, 2004, p.145-172

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. Estudos Avançados, v. 18, n. 50, p. 57-60, 2004.

PALOMARES, Nathália Barbosa; SANTOS, Diego Junior da Silva; et al. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar, v. 15, n. 3, p. 121-124, 2010.

PEREIRA, Edilene Machado. A vivência de mulheres em cargos executivos em grandes empresas: uma análise interseccional das desigualdades de gênero e de Raça. 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/134120>>. Acesso em: 24 de maio de 2019.

PINTO, Ludiane Dinair; SENA, Maria Leidiane; et al. A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: reflexões teóricas a partir das desigualdades de gênero, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/a-insercao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-reflexoes-teoricas-a-partir-das-desigualdades-de-genero.pdf>>. Acesso em 24 de maio de 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TURE, Kwame; HAMILTON, Charles, V. – Black Power: the politics of liberation in America. Vintage Books. New York, 1992.

WINANT, H. The World is a Ghetto. Race and democracy since World War II. New York, Basic Books, 2001.

**Capítulo 122 - DOI:10.55232/1083002.122**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, AS RELAÇÕES DE  
EMPODERAMENTO FEMININO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**Raira Cristina Santos Silva, Rodolfo Dos Santos Silva e Gabriela Martins  
Fonseca Reimão**

**INTRODUÇÃO:** O pioneirismo das lutas feministas do século XVIII, potencializada pelo anseio ao rompimento do ciclo vicioso de ordem patriarcal, remontam a caminhada pelo alcance de direitos que foram conquistados a largos passos, cujos entraves se tornam ainda maiores frente a situação de pobreza. Segundo dados da PNUD (2017), no Brasil as mulheres têm menos chances de emprego, recebem menos do que homens trabalhando nas mesmas funções e ocupam os piores postos de trabalho. Desse modo ao priorizar a mulher como responsável familiar, o Programa Bolsa Família incentiva o empoderamento no sentido na perspectiva de tomada de poder, ao mesmo tempo, que reitera os papéis de gênero construídos socialmente. **OBJETIVOS:** Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo compreender como o Programa Bolsa Família (PBF) tem contribuído no empoderamento das agentes beneficiárias, bem como, analisar a ampliação da autonomia econômica destas, tomando o sujeito mulher como centro da investigação. Além, de observar como essas mulheres através da Economia Solidária buscam superar suas dificuldades, visualizando como oportunidade a criação de organizações ou associações produtivas comuns. **METODOLOGIA:** O percurso metodológico manifesta-se com aprofundamento teórico bibliográfico acerca dos conceitos de gênero, empoderamento e políticas sociais, aliado a métodos e técnicas de pesquisa, capazes de possibilitar subsídios suficientes sobre o fenômeno social estudado, em conformidade com o que se propõe analisar o processo de empoderamento e seus desdobramentos das beneficiárias do Programa Bolsa Família. Através de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, associada a análise documental, que revelou possíveis caminhos para processo de empoderamento de mulheres, através da redução das desigualdades de gênero existentes no meio em que se inserem as beneficiárias do PBF e as possibilidades apresentadas pela Economia Solidária. **RESULTADOS:** O fato de as beneficiárias receberem uma renda mensal fixa foi considerado como um ganho porque possibilitou a escolha da aplicação deste recurso na família. Pode-se afirmar, portanto, que, do ponto de vista do benefício financeiro, a política vem sendo eficiente em prover renda mínima às famílias vulneráveis. Ao mesmo tempo, em que a Economia Solidária surge como uma socioeconomia abrindo espaços para a participação da mulher em projetos alternativos comunitários. Malhotra, Schuler e Boender (2002) complementam esta afirmativa, indicando que na perspectiva familiar/interpessoal, o processo de empoderamento pode ser potencializado com a participação das mulheres na tomada de decisões, no controle sobre as relações sexuais e até mesmo no poder de decidirem sobre gravidez. De acordo com Malhotra, Schuler e Boender (2002), os sentimentos de autoestima, independência e bem-estar psicológico são indicativos de empoderamento que o PBF gerou nas responsáveis familiares. O ciclo de empoderamento está presente em formas de organização como a Economia Solidária, que envolve novas relações econômicas, sociais,

culturais e política, para as quais as mulheres são convidadas a darem a sua contribuição para o debate sobre o que produzir, como produzir e para quem produzir? De acordo com Singer (2002), Souza, Cunha e Dakuzaku (2003) e Arruda (2006) nessa organização solidária e partilhada, são as mulheres que passam a exercer o poder sobre o território em que vivem e trabalham, dando um norte para a direção em que se encaminharão os processos de organização da produção, distribuição e consumo e de, como serão partilhados conjuntamente os resultados desses diferentes processos. **CONCLUSÃO:** As rendas obtidas pelas mulheres, através do Bolsa Família, dão a elas a possibilidade de alcançarem os primeiros passos na direção da autonomia e do processo autogestionário. A Economia Solidária surge como um instrumento para que essas mulheres possam atuar de forma consistente na construção de uma vida emancipada e digna, com impactos sobre a renda, sobre a sociedade com sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Economia Solidária; Empoderamento feminino; Programa Bolsa Família.

#### **Referências Bibliográficas:**

ARRUDA, Marcos. Tornar real o possível: a formação do ser humano integral, economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

CARLOTO, Cássia Maria. (2012), “Condicionalidades nos Programas de Transferência de Renda e Autonomia das Mulheres”. *Sociedade em Debate*, Pelotas, 18(2): 121-130, jul-dez.

MALHOTRA, A; SCHULER, R. S; BOENDER, C. Measuring women’s empowerment as a variable in international development. Norwegian: International Center for Research on Women/ The Gender and Development Group of the World Bank, 2002.

FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. Desenvolvimento Humano para além das médias. Brasília: PNUD/IPA/FJP, 2017. Disponível em: Acesso em: 20 jul. 2022.

SINGER, Paul. Aprender economia. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, André Ricardo de Souza. CUNHA, Gabriela Cavalcanti. DAKUZAKU, Regina Yoneko (org.). Uma outra economia é possível. São Paulo: Contexto, 2003.

YUNUS, Mohammad. O banqueiro dos pobres. São Paulo: Ática, 2008.



WILLIAMS, Priscila. O empoderamento feminino e as mulheres do Programa Bolsa Família. Três Pontos, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p.18-31, jun. 2014. Disponível em: Acesso em: 30 jul. 2021.

**Capítulo 123 - DOI:10.55232/1083002.123**

**UM DESIGN NOSSO E A SUBVERSÃO DE UMA ESTÉTICA  
EUROCENTRADA NO BRASIL**

**Nilmar Figueireido de Souza**

**Resumo:** O design através de sua manifestação em objetos e imagens, contribui para que os indivíduos se afirmem dentro de grupos sociais e culturais. Nesse contexto, faz-se necessário o melhor entendimento das possibilidades de associações entre aspectos físicos (artefatos), culturais simbólicos, a sua entrada no processo de resgate de valores e construção de identidade. A Presente proposta de pesquisa busca investigar a função do design e da estética do objeto, como ferramenta de comunicação junto ao movimento negro na retomada da diáspora africana e construção da identidade do indivíduo negro na sociedade contemporânea brasileira. O conceito de identidade e diáspora africana tornam-se o fio condutor desta análise, onde além do cabelo, signo de negritude, outros adornos de origem africana deixam de ser elementos negativos e se ressignificam na diáspora como impulsor do enfrentamento ao racismo na busca pela equidade no Brasil. Atráves desse conceito a presente proposta de artigo busca encontrar no campo da moda, fatores de comunicação dessa identidade que resultam na subversão da estética eurocentrada.

**Palavras-chave:** Design e políticas públicas. Design e Antropologia. Identidade. Negritude. Diáspora.

## **O Conceito De Diáspora E Identidade**

De acordo com Hall (2003), ao refletir sobre identidade cultural, fica estabelecido uma compreensão em que os valores culturais são preservados como elementos suscetíveis a alterações investidas pelas migrações territoriais. Ainda segundo o autor há um entendimento de que as culturas são abertas e constituem-se através das diásporas, comunicando-se como um tributo que reinventa as tradições e costumes de determinado povo:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2003, p. 13)

Essa afirmação expõe que as culturas não são puras. Isso fornece para as tradições um conteúdo global, onde se torna possível perceber a entrada de outros valores culturais e a manutenção de fatores vinculados a origens étnicas-raciais.

Ainda em relação ao autor supracitado, compreende-se que um dos legados da fase imperial é a migração da população colonizada para os grandes centros e capitais. Segundo Hall (2003), é esse movimento em direção as metrópoles que promovem transformações nas culturas dos povos colonizados e de seus respectivos colonizadores. O fluxo desse movimento ocasiona uma transformação promovida pela metrópole em diferentes frentes: política, cultural e econômica. Ainda de acordo com o autor, a cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar, e reforça isso pelo conceito hibridista:

Há aqueles que presumem que a identidade cultural é fixada no nascimento e de que ela não se altera diante da mudança temporária do local de resistência. Ou seja, mesmo que as pessoas migrem por razões relacionados à pobreza, ao subdesenvolvimento e à falta de oportunidades, cada pessoa que migra “carrega consigo a promessa do retorno redentor”. Será? Segundo o autor, esse pensamento é muito comum, especialmente entre os discursos libertadores negros do Novo Mundo, pois trazem a ideia reparadora de retorno à África ou, novamente, a noção de Terra Prometida. (HALL, 2003, p. 28)

A partir deste ponto torna-se ainda mais complexo compreender a construção da diáspora e é possível pensar que não se trata de um processo construído em uma única direção. Munanga (2004), aponta que o eurocentrismo dominou a construção de uma identidade nacional, inferiorizando e mitigando a relevância civilizatória negra e indígena na formação da nação brasileira. Os reflexos dessa dominação reforçam a ideia de que o civilizado está inserido na Europa, trata-se do que tem lá, vem de lá ou o outro lado do Atlântico propriamente dito. Nos

sobrando apenas – Na condição de povo colonizado – a cópia, por fim, Munanga (2009) afirma:

A negritude não se refere somente à cultura dos povos portadores da pele negra, pois, de fato, são todos culturalmente diferentes. Na realidade, o que esses grupos humanos têm fundamentalmente em comum não é, como parece indicar o termo negritude, a cor da pele, mas sim o fato de terem sido ao longo da história vítimas das piores tentativas de desumanização, e de terem sido as suas culturas objeto de políticas sistemáticas de destruição. Mais do que isso, tentou-se negar a existência dessas culturas, tal como, nos primórdios da colonização, a África negra foi considerada como um deserto cultural, e seus habitantes, o elo entre o Homem e o macaco.

Em um processo de compreensão da identidade coletiva negra, é necessário recuperar sua história de forma autêntica, com desconstrução de uma memória histórica negativa, baseada no momento colonial, ainda presente no imaginário coletivo atual. E, a partir daí, reconstruir a verdadeira história, que resgate a autoestima e o prazer, destruídos pela ideologia racista da colonialidade.

É importante ensinar a história da África e a história do negro no Brasil a partir de novas abordagens e posturas epistemológicas, rompendo com a visão depreciativa do negro, para que se possam oferecer subsídios para a construção de uma verdadeira identidade negra, na qual seja visto não apenas como objeto de história, mas sim como sujeito participativo de todo o processo de construção da cultura e do povo brasileiro, apesar das desigualdades raciais resultantes do processo discriminatório. (MUNANGA, 2012)

Seguindo de acordo com Munanga (2004), essa construção de caminho, que é impulsionado pelas diásporas e migrações, faz uso de avaliações que não comportam maniqueísmos. Por isso, possibilidades emancipadoras e coercitivas se contrapõem, fazendo-se necessário entender a importância das culturas, das diásporas e dos movimentos para a solidificação da liberdade.

Segundo o autor supracitado, outro fator relevante para a constituição da identidade negra, passa pela cultura (artes, medicina, educação, tecnologias, visões de mundo, ciências, religiões, etc.). Normalmente, ao falar dos povos que formaram o Brasil, inicialmente pensam nos colonizadores portugueses e nos imigrantes, espanhóis, árabes, sírios, orientais, italianos, etc. no imaginário coletivo os africanos são ferramentas trazidas somente como primitivos para mão de obra, sem qualquer percepção de contribuição pra cultura, como se não tivessem trazido nada para o Brasil. Entretanto, as contribuições culturais africanas fazem parte da rotina de todo povo brasileiro: arte, música, visual, religiões, estão presentes na maneira de ser, de agir, exceto algumas práticas como a normalização de comer com a mão (Figura 1), ato fundamental para o povo africano e suprimado pela prática eurocêntrica de se alimentar “corretamente”.



Figura 1: O Ato de Comer com a mão do povo preto africano

Fonte: Ideiafixa.com, 2017.

Como forma de exemplificar essas condiderações, é possível utilizar a língua portuguesa falada no Brasil. Trata-se de uma construção formada por diferentes pontos linguísticos relacionado aos diferentes povos que vivem no Brasil. Se a língua retrata uma identidade cultural, é possível compreender que aqui não há um idioma completamente português. Há influências indígenas, e africanas nas expressões utilizadas, nos vocábulos e nas palavras, tudo comunicado pelas nossas expressões enquanto povo, no entanto com baixo valor consitutivo se analisarmos isoladamente os idiomas africanos.

As línguas são também consideradas outro fator constitutivo da identidade. No caso dos afrodescendentes, as línguas se perderam no contexto escravista. Porém, não devemos considerar que a crise foi total, porque nos terreiros “religiosos” de candomblé, resistiu uma linguagem esotérica africana enriquecida pela língua portuguesa, que serve de comunicação entre os humanos e os deuses, constitutiva de identidades no plano da religiosidade negra. Daí a necessidade de ensinar algumas línguas africanas de onde são oriundos os falares e cantigas religiosas resistentes nos espaços dos cultos religiosos de matrizes africanas. A demanda existe, mas dificilmente se encontrará uma universidade brasileira que se preocupa com isso. (MUNANGA, 2012).

Munanga (2004) afirma ainda que a percepção de ancestralidade do brasileiro é incorporada

nos candomblés, reencarna uma matriz religiosa, que compartilhamos como tradição africana. Para o autor, as religiões denominadas afro-brasileiras entrega ao povo a idéia de uma origem, uma identidade cultural e a pratica religiosa multicultural, feita em meio ao passar do tempo. Isso confere a esse mesmo povo a possibilidade de tornar-se negro (Figura 2).



Figura 2: O povo de santo, não necessariamente, tem a pele preta.

Fonte: própria, desenvolvida pelo autor.

Ao mesmo tempo, essa mesma possibilidade se torna antagônica ao discurso separatista aplicado por aqueles que não tem fé nas religiões afro-brasileiras. A partir daí, se fortalecem os processos de exclusão que praticam o ato de fé por religiões de raízes africanas, o candomblé por exemplo. Isso revela o que aponta Bauman (2003): vivemos numa modernidade líquida cuja opressão efetiva-se através de um discurso banal que demonstra nossa peculiar brutalidade. Esse olhar estigmatizante, quase sempre, se apresenta como pretensamente superior, belo, civilizado, ordeiro e cordial:

Não [há] mais grandes líderes para lhe dizer o que fazer e para aliviá-lo da responsabilidade pela conseqüência de seus atos; no mundo dos indivíduos há apenas outros indivíduos cujo exemplo seguir na condução das tarefas da própria vida, assumindo toda a responsabilidade pelas conseqüências de ter investido a confiança nesse e não em qualquer outro exemplo. (p. 39)[...] Essa obra de arte que queremos moldar a partir do estofado quebradiço da vida chama-se “identidade”. Quando falamos de identidade há, no fundo de nossas mentes, uma tênue imagem de harmonia, lógica, consistência: todas as coisas que parecem – para nosso desespero eterno – faltar tanto e tão abominavelmente ao fluxo de nossa

experiência. A busca da identidade é a busca incessante de deter ou tornar mais lento o fluxo, de solidificar o fluido, de dar forma ao disforme. Lutamos para negar, ou pelo menos encontrar, a terrível fluidez logo abaixo do fino envoltório da forma; tentamos desviar os olhos de vistas que eles não podem penetrar ou absorver. (BAUMAN, 2001, p. 97)

Ainda que visualmente identifiquemos a negritude pela sua origem na cor da pele negra, as características do povo preto, da identidade negra não passa somente por ordem biológica. A identidade negra não surge isoladamente pelo reconhecimento da pigmentação entre brancos, amarelos e negros. Esta identidade, a negritude, está diretamente relacionada a história comum que a análise ocidental simplificou sob o termo “negro. Isso demonstra que a negritude não se refere a cultura imbuída nos indivíduos de pele retinta, há uma compreensão que todos somos culturalmente diferentes. É possível perceber que a similaridade entre os grupos humanos não está tangibilizada e comunicado na cor, mas no que ela traduz de significado, de história, de origem, de sofrimento, desumanização, de perda de culturas, de negação da raça e finalmente da negação cultural de um povo fundamental na construção do Brasil.

## **Tornar-se Negro: Reconhecimento do corpo**

Esta sessão propõe-se a investigar o processo de construção, desenvolvimento e consolidação da estética da negritude, passando por uma compreensão histórica, entendendo os contornos discursivos de construção Identitária na esfera social, cultural e política e toda a necessidade de reconfiguração e ressignificação da negritude nos dias atuais. Inicialmente será apresentado a formação do conceito de identidade, considerando a violência do racismo e como isso contribuiu para a negação da diáspora africana na formação do indivíduo preto. A importância de se reconhecer como indivíduo preto, o estereótipo da beleza e o apagamento da negritude e outros fatores de fortalecimento da branquidade na lógica colonial nacional. Passando pela compreensão do preconceito, explicitando o quanto está interligado ao racismo, a etnia e raça, se dando em diferentes níveis de violência. Torna-se fundamental entender também o conceito de mestiçagem, outra definição que faz parte de um panorama étnico no país. Usada como um dispositivo que vai contra a construção da identidade negra no Brasil, e simultaneamente se torna um mecanismo de contribuição, no crescimento de pessoas pretas na preconceituosa sociedade brasileira. Orquestrada a partir do final do século XIX e vigorando até a metade do século XX, o conceito de mestiçagem, como pensamento nacional, seja pelo meio biológico (miscigenação, fenótipos, etc), ou por vias culturais (através da compreensão do sincretismo desses valores), sempre teve como premissa a continuidade de uma sociedade monocultural e monoétnica. Sob um olhar mais holístico, existe um debate na contemporaneidade acerca de outro viés, o de

hibridismo. Debate-se o limite em que as culturas e identidades mantem-se com as mesmas características da origem. Hall (2003) defende que o povo negro teve uma transformação em sua cultura básica no decorrer da história da colonização. De alguma forma, todas as tradições culturais afro-brasileiras mantêm os sinais de trocas culturais, oriundas de deslocamentos migratórios da diáspora negra. Isso se torna possível pela interlocução entre Brasil e África, que além de muito difundida no âmbito espiritual e religioso através do Candomblé, também é política, cultural e social. É nesta lógica do caminho cultural que se constrói outro caminho de veracidade também produzido das condições de indivíduo migrante. O processo transcultural provoca na base original um princípio de mudança. Este princípio sobrepõe a lógica de cultura fixa original, articulando a base tradicional aos efeitos da diáspora. É a partir dessa mutação da originalidade que se propicia ao grupo étnico um marco para a modelagem de sua identidade racial, denominado por Hall como Zona de Contato. Ou seja, um termo que provoca a presença mútua de agentes anteriormente isolados por condições geográficas ou históricas que passam a se cruzar. Para dissertar sobre a relação da tradição sincrética, da identidade cultural híbrida e da autenticidade reinventada que compõe uma análise mais profunda no campo da diáspora, Hall propõe a reflexão em termos de uma *difference* da mesma forma proposta por Jacques Derrida. Conforme aponta o autor, *difference* não significa diretamente diferença. Trata-se de ir além da compreensão das nossas diferenças e propor a extinção de qualquer análise binar que provoquem exclusão ou rivalidade ao outro. O supracitado autor nos possibilita cogitar que todas essas transformações são estratégicas para superar uma versão purista de cultura, ao buscar uma perspectiva de diáspora mais transformadora. A diáspora possibilita entender que colonizadores e colonizados possuem papéis distintos e complementares, tornando possível o resgate de um modelo puro e absoluto de tradição. É nesse caminho que o artigo procura investigar diferentes formas de construções estéticas que subvertam o padrão eurocêntrico consolidado no Brasil, que apaga, renega e desvaloriza qualquer visualidade humana que parta de uma cultura africana, a ponto de serem compreendidas com uma análise de desvalor, de esvaziamento do ser. Essa estética já está posta na sociedade, nos eventos públicos, tem ganhado força nos movimentos populares, nos coletivos raciais, nas manifestações de resistência, possibilitando, cada vez mais, que o povo preto brasileiro se aproprie do que tem como história e cultura, como forma de comunicação a partir do corpo, da expressão de sua identidade de base, a negra. Por isso, esse tema se torna ponto central dessa pesquisa, com considerável relevância, por acreditarmos que a afirmação de uma estética afrodiáspórica está inserida no debate das relações étnico-raciais e nas lutas políticas deste povo.





**Figura 01** – Foto do coletivo Afrocriadores – Enegrecendo o mercado da moda

**Fonte:** Movimento black Money

Trata-se de uma estética inviabilizada por séculos, que conta uma história negada, suprimida e oprimida. História essa que se torna matriz de um povo enorme, que ao tomar conhecimento de si mesmo, se conecta de forma potente com toda a luta existente antes de si mesmo. História que reafirma saberes, que é sim, base de si mesmo. Por décadas toda riqueza do povo preto, foi apenas base para a negação da pessoa branca, o que (KILOMBA, 1968) chama de “outridade”, onde o corpo negro personificava todos os aspectos então reprimidos pelo branquitude. Toni Morrison (1992) usa a expressão “dessemelhança” para descrever a branquitude como uma identidade dependente, que existe através da exploração da/o “outra/o”, uma identidade relacional construída por brancas/os, que define a elas/es mesmas/os como racionalmente diferentes das/os “outras/os”. (KILOMBA, 1968). Para essa compreensão estética o artigo apresentará uma fundamentação a partir da construção de vestimentas e balangandãs desde a escravidão, passando pela reprodução em indumentárias no culto a religiões de matriz africanas, para que então, ganhe as ruas, e traduza poder na sociedade. A pesquisa passa por entender a partir de uma pesquisa bibliográfica e exploratória a contribuição do design através de sua manifestação em objetos e imagens, para que os indivíduos se afirmem dentro de grupos sociais e culturais. Nesse contexto, faz-se necessário o melhor entendimento das possibilidades de associações entre aspectos físicos (artefatos), culturais simbólicos, a sua entrada no processo de resgate de valores e construção de identidade. O artigo investigará a função do design e da estética do objeto, como ferramenta de comunicação junto ao movimento negro na retomada da diáspora africana e construção da identidade do indivíduo negro na sociedade contemporânea brasileira a partir do design como forma de descolonização da estética Identitária do afro-brasileiro. Apoiado nesse pensamento a pesquisa passa a investigar outras formas de fazer design,

sustentado em uma prática não colonial, com outras possibilidades de criação, sob uma estética conectada a ancestralidade, a uma relação diaspórica com a origem, a África. Considerando o objetivo de criar para um coletivo, para um grupo, com significado para estes, resgatando valores culturais silenciados pela colonização. É um processo que antagoniza com o que (QUIJANO, 2005) aponta como pensamento estabelecido, onde o entendimento de evolução pressupõe que a sociedade europeia se coloca como o ponto mais alto de uma trajetória civilizatória, e traz consigo a ideia de modernidade e humanidade. Criar e comunicar apoiado numa estética que questiona essa visão, traz a luz um importante debate sobre hibridismo cultural na formação dos negros brasileiros. Até onde a ideia de pluralidade cultural suprime os valores estéticos afrodiaspóricos? Isso se agrava por perceber silenciosamente a ideia de apagamento da cultura, religião e identidade de matrizes africanas. Trazer a partir desses outros designs, possibilidades de retomar o debate, torna-se fundamental para um processo de resolução deste problema social conforme defende (MANZINI, 2008), ao dizer que o design, a partir da capacidade de inter-relacionar diferentes conhecimentos, possibilita à liberdade das pessoas, o uso da criatividade que possuem para inovar em escala local, onde estas encontrem suas próprias soluções as questões sociais em seus respectivos contextos. O conceito de identidade e diáspora africana tornam-se o fio condutor desta análise, aliado ao desenvolvimento de formas decoloniais do design para a estética afrodiáspórica no Brasil, onde além do cabelo, signo de negritude, outros adornos de origem africana deixam de ser elementos negativos e se ressignificam na diáspora como impulsor do enfrentamento ao racismo na busca pela equidade no Brasil. Através desse conceito a presente proposta de artigo busca encontrar no campo da moda, fatores de comunicação dessa identidade.

## **O Caminho Cultural da Diáspora e o Design de Moda no Brasil**

Hall (2003) defende que o povo negro teve uma transformação em sua cultura básica no decorrer da história da colonização. De alguma forma, todas as tradições culturais afro-brasileiras mantêm os sinais de trocas culturais, oriundas de deslocamentos migratórios da diáspora negra. Isso se torna possível pela interlocução entre Brasil e África, que além de muito difundida no âmbito espiritual e religioso através do Candomblé, também é política, cultural e social.

É nesta lógica do caminho cultural que se constrói outro caminho de veracidade também produzido das condições de indivíduo imigrante. O processo transcultural provoca na base original um princípio de mudança. Este princípio sobrepõe a lógica de cultura fixa original, articulando a base tradicional aos efeitos da diáspora. É a partir dessa mutação da originalidade que se propicia ao grupo étnico um marco para a modelagem de sua identidade racial, denominado por Hall como Zona de Contato. Ou seja, um termo que provoca a presença mútua de agentes anteriormente isolados por condições geográficas ou históricas que passam a se cruzar.

Para dissetar sobre a relação da tradição sincrética, da identidade cultural híbrida e da autenticidade reinventada que compõe uma análise mais profunda no campo da diáspora, Hall propõe a reflexão em termos de uma *difference* da mesma forma proposta por Jacques Derrida. Conforme aponta o autor, *difference* não significa diretamente diferença. Trata-se de ir além da compreensão das nossas diferenças e propor a extinção de qualquer análise binar que provoquem exclusão ou rivalidade ao outro.

O supracitado autor nos possibilita cogitar que todas essas transformações são estratégicas para superar uma versão purista de cultura, ao buscar uma perspectiva de diáspora mais transformadora. A diáspora possibilita entender que colonizadores e colonizados possuem papéis distintos e complementares, tornando possível o resgate de um modelo puro e absoluto de tradição.

De acordo com Munanga (2012), Muitas de nossas identidades coletivas que se processam pelo discurso têm conteúdo e finalidades políticas, visando às mudanças na sociedade. Neste sentido, a identidade negra que reuniria todos os negros e todas as negras é a identidade política. Nela se encontram negros e negras de todas as classes sociais, de todas as religiões, de todos os sexos, porque juntos todos são vítimas da discriminação e exclusão raciais.

A diáspora Africana se constitui a partir de interesse colonial, de resistência e inovação cultural. Deste modo, é possível pensar que o design de moda no Brasil, assim como outras frentes de comunicação e design não trabalhadas no presente artigo, usa a a idéia de dupla inscrição, ou seja, da condição de ser africano e brasileiro na continuidade de nossa história. Isso se torna possível através da produção material que se conceitua no resgate africano, e utiliza-o como retórica para produção de novos bens de consumo no mercado da moda que provoquem a comunicação da resistência, do afrotombamento, e afrontamento.

Neste sentido, é possível perceber uma mudança de consumo de moda no Brasil na última década, que impulsiona a venda e percepção positiva de produtos que tenham narrativa de construção embasadas na resignificação do negro, no resgate da ancestralidade e no entendimento da manifestação cultural que transita pela diáspora Africana. Objetos como colares, turbantes, transição capilar (ainda que não seja objeto), brincos, estampas vibrantes de referencia africana conforme figura 3, etc., receberam uma nova percepção no mercado da moda nacional e da relação socio-cultural dos brasileiros ao compreenderem que há na materialização destes objetos, significados além da estética, que passam pela expressão da resistência de seus ancestrais e do fortalecimento da identidade.

No Brasil, arte afro-descendente, teve um processo cultural dinâmico que se integrasse à ancestralidade, buscando no tempo histórico um caminho para a compreensão e o entendimento de tantas formas de se manifestar artisticamente e culturalmente. A estética

afro expressa formas de resistência, de manutenção de identidades, criação de outras identidades não exclusivamente africanas, mas afro-brasileira (LODY, 2005, p.22).



Figura 3: Acessórios de moda contemporânea que expressam formas de resistência e manutenção da identidade de diáspora africana. Fonte: própria, desenvolvida pelo autor.

A indústria da moda está diretamente integrada aos movimentos culturais que buscam transformações políticas. Cada tempo, cada coleção, cada tema e conseqüentemente cada narrativa da moda, traz novas compreensões de códigos de elementos culturais que são reposicionados de seu contexto original e recontextualizados de outras maneiras, em outros cenários. (CASTILHO, 2004). Os turbantes africanos por exemplo, conforme figura 3, não significam somente aspectos religiosos, no Brasil exercem uma função de discurso de liberdade, em relação aos padrões eurocêntricos de beleza que não permitem cabelos crespos. Países do continente africano produzem tecidos com forte conteúdo simbólico, estampas de imagens representacionais de fábulas, provérbios, desenhos, datas comemorativas, religiosidade, etc. Nas nações africanas, as cores também carregam grandes significados filosóficos, tem representatividade e status social, etc. Nas décadas de 60 e 70, por exemplo, as estampas desenvolvidas em Gana tinham carga conceitual baseadas em crenças e práticas culturais, figura 4.



Figura 4: Mulher negra veste um conjunto de cropped e saias estampadas com Wax Hollandals, considerado uma referência à cultura tradicional africana. Fonte: Elle . Crédito: Figura 4Afropunk 2016

Atualmente, no Brasil, essas estampas e muitas outras são utilizadas como forma de comunicar a luta por direitos, por retomadas de força, de respeito, de poder.

Por se tratar de tentativas iniciais de construção teórica baseada em diferentes teorias absorvidas ao longo da disciplina, o presente autor propõe como sugestão e estudos futuros o desenvolvimento da conceitual a partir do Design como elemento de mediação deste tempo, para comunicação e construção de narrativas que potencializem a diáspora africana e toda a ressignificação da raça como propõe Hall, até mesmo no combate ao racismo atual.

Hall (2006) aponta que raça é uma categoria cultural que organiza sistemas de fala, de representação e de práticas sociais para diferenciar socialmente os indivíduos.

## **Referências Bibliográficas**

- ALBARRAN, Diana. **Investigar, Entretejer y descolonizar**. Spotfy, podcast. 2020
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- \_\_\_\_\_. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- CASTILHO, Kathia. **Moda e linguagem**. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2004.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983. 190p.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pensando a diáspora. Reflexões sobre a terra no exterior**. In: HALL, S. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. (p. 25-50)

Ideia Fixa: <http://www.ideafixa.com/oldbutgold/as-diferentes-regras-de-etiqueta-na-mesa-pelo-mundo>

HOOKS, Bell. **Alisando o nosso cabelo**. *Revista Gazeta de Cuba–Unión de Escritores y Artista de Cuba*, 2005.

JOE, Tyler. **The Best street style from Brooklyn's 2016 Afropunk Music Festival**. *Fotografia*.

Disponível em: <<http://www.elle.com/fashion/street-style/news/g28696/afropunk-brooklyn-2016-street-style/?slide=22&thumbnails=>>>. Acesso em: 05 jan. 2017

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro; Ed. Cobogó, 2019.

MANZINI, Ezio. **Design, When Everybody Designs**. An Introduction to Design for Social Innovation. Cambridge, MIT Press, 2015.

LODY, Raul. **Por uma história da arte afro-descendente**. In: FALCÃO, Andréa. **Seminário Arte e Etnia afro-brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2005. P.17-23.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e sentidos**. Série Princípios: Editora Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Editora Vozes, 1999.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina** Título. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117–142.

**Capítulo 124 - DOI:10.55232/1083002.124**

**PROJETOS INTERDISCIPLINARES COMO RECURSOS  
PARA O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM**

**Rafaela Pereira de Souza**

O presente estudo foi desenvolvido com o propósito de discorrer sobre uma temática bastante pertinente, os projetos interdisciplinares como recurso na aprendizagem, compreender o que são projetos interdisciplinares e apontar a sua importância no contexto escolar, enquanto metodologia ativa, a sua elaboração, implementação e os benefícios que essa prática propicia para a aprendizagem dos alunos. Trata-se de um assunto que nos últimos tempos, tem sido alvo de estudos no campo da educação e que tem ganhado força com a implementação da Base Nacional Comum Curricular, pela proposta de trabalhar com práticas cada vez mais dinâmicas em sala de aula, que integrem os saberes e contribua para que o aluno seja cada vez mais autônomo dinâmico e centro da prática pedagógica. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do tema, com documentos oficiais que regulamentam e norteiam a educação nacional, tais como os PCNs a BNCC, além de obras de estudiosos da área educacional. Sabe-se que a Aprendizagem Baseada em Projetos é uma metodologia que está presente há algum tempo no âmbito educacional, porém a sua aplicação tem ganhado força nos últimos tempos, pela transformação que a educação tem sofrido para distanciar-se cada vez mais do tradicionalismo e buscar abordagens inovadoras e dinâmicas de aprendizagem. Acredita-se que o trato com projetos interdisciplinares no ambiente escolar é de grande relevância, por contribuir para aprendizagem dos alunos, pois ser uma prática dinâmica, inovadora, que coloca o aluno como peça central da aprendizagem. Ou seja, o envolvimento do aluno em projetos interdisciplinares, oportuniza que ele faça uso dos seus conhecimentos prévios, formule hipóteses, resolva problemas, elabore soluções a partir do direcionamento dado pelo professor, dentro da proposta apresentada, realize pesquisas acerca do assunto, e aos poucos ir construindo o seu próprio conhecimento. A aprendizagem baseada em projetos propõe aos alunos atividades que os desafiem a fim de alcançar um objetivo. Tem o poder de integrar várias áreas do conhecimento, promove o trabalho em equipe, o espírito de cooperação, o protagonismo, o desenvolvimento de competências e o pensamento crítico. Nasce de uma problemática, que pode ser identificada pelos próprios alunos, e ele mesmo vai encontrar uma possível solução, através de pesquisa, análise, investigação, sendo um sujeito ativo do processo. Nesse sentido, é notório como essa metodologia pode ser de grande valia para a aprendizagem dos alunos. Ainda mais no contexto atual, em que as crianças têm acesso a uma infinidade de informações, estímulos, faz-se cada vez mais necessário que a escola encontre maneiras para dinamizar o aprendizado, para que este não seja visto como monótono. Portanto, é uma proposta que tem muito a contribuir para a vida do discente, não só do ponto de vista educacional, mas também preparando para ser um cidadão consciente e crítico, para lidar com situações reais e não só com a teoria. A realização do presente estudo foi uma oportunidade de adquirir e aprofundar os conhecimentos pertinentes à temática de projetos interdisciplinares, como ela deve se fazer cada vez mais presente na sala de aula.

**Palavras-chave:** Projetos, Interdisciplinaridade, Ensino-Aprendizagem, Recurso, Metodologias Ativas

**Referências Bibliográficas:**

BRASIL, Ministério da Educação. Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Proposta de práticas de implementação. Brasília, 2019. Disponível em: [guia\\_pratico\\_temas\\_contemporaneos.pdf \(mec.gov.br\)](#)

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Curricular Comum: documento preliminar. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf) Acesso em: 10/2021

FAZENDA, I. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. Campinas/SP: Papirus, 1994.

FAZENDA, I. A interdisciplinaridade na construção de um projeto de universidade: a paixão pela prática. 1996. Tese (Doutorado em Educação – Currículo) – Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, São Paulo, 1996.

FAZENDA, I. Prática. In: FAZENDA, Ivani. Dicionário em construção: interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2002

FAZENDA, I. Interdisciplinaridade: qual o sentido? São Paulo: Paulus, 2003.

HAAS, C M.. A interdisciplinaridade na construção de um projeto de universidade: a paixão pela prática. 1996. Tese (Doutorado em Educação – Currículo) – Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, São Paulo, 1996.

HAAS, C. M. Retire-se o muro da escola...: uma experiência interdisciplinar com menores carentes. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, São Paulo, 1989.

HAAS, Celia Maria. A Interdisciplinaridade Na Construção Dos Projetos Pedagógicos: Práticas Experimentadas. Disponível em: Acesso em: 08/2021

HERNANDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

JAPIASSU, Hilton. Interdisciplinaridade e Patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais no primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC - Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

NÓBREGA, Luis Felipe da Silva. Como construir e implementar projetos interdisciplinares de maneira colaborativa? Disponível em:



<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2315/comoconstruir-e-implementar-projetos-interdisciplinaresde-maneira-colaborativa>. Acesso em: 23/08/2021

SAMPAIO, Clauton Fonseca. Projetos interdisciplinares: concepções e práticas de docentes do Ensino Médio. Lajeado: Univates, 2015.

SANTOMÉ, J. T. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

**Capítulo 125 - DOI:10.55232/1083002.125**

**LEI LUCAS E A SUA IMPLEMENTAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS, DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS**

**Daniela Vogel de Souza, Moabe da Silva Santos, Rodrigo Furtado de Souza, Pedro Arcanjo Soares, Rafael Duarte, Rodrigo Neves, Jéssica Silva Fernandes e Niquélen Bianca Miller França**

**INTRODUÇÃO:** A Lei Lucas é uma lei federal N° 13.722, de 4 de outubro de 2018, que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros dos professores e funcionários de estabelecimentos de ensino público e privados de educação básica e de recreação infantil. Neste contexto, compreende os primeiros socorros como o atendimento imediato prestados rapidamente a uma vítima de mal súbito ou acidente, cujo estado físico coloca em risco a sua vida, com a finalidade de manter as funções vitais do corpo até a chegada de uma assistência qualificada. Este trabalho se justifica pela importância da qualificação dos profissionais de ensino e de apoio que atuam nas escolas públicas de educação básica no município de Petrópolis-RJ. Assim como, a experiência exitosa dos acadêmicos de Enfermagem em capacitar esses servidores na prestação do socorro imediato às vítimas de acidentes e mal súbito. **OBJETIVO GERAL:** Ampliar o conhecimento dos professores e funcionários de apoio dos estabelecimentos de ensino PÚBLICOS de educação básica no município de Petrópolis, na prestação de primeiros socorros imediatos. **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** Desenvolver as habilidades e competências dos professores e funcionários de apoio na prestação de socorro imediato as vítimas de acidente e mal súbito por meio de aprendizado teórico-prático. Discutir e analisar as produções científicas sobre primeiros socorros que correspondem a Lei Lucas. **METODOLOGIA:** Reuniões semanais entre discentes e docente responsável pelo projeto, para elaboração das atividades teóricas, treinamentos no laboratório de enfermagem das práticas de primeiros socorros e relatórios. A capacitação será realizada de forma presencial nas instituições de ensino com palestras e simulação realística com a utilização de manequins e no final será realizada atividade avaliativa sobre a efetividade e eficácia da capacitação. **RESULTADOS ESPERADOS:** Atingir 5% das escolas públicas da educação básica do município de Petrópolis, segundo o Senso de 2020 com um número previsto de 12 escolas da rede pública. **CONCLUSÃO:** O presente relato visa mostrar a relevância da implantação da Lei Lucas nas instituições de ensino como forma de promoção de saúde e prevenção de agravos em casos de acidentes.

**Palavras-chave:** Lei Lucas, Acadêmicos de Enfermagem, Primeiros Socorros.

**Referências Bibliográficas:**

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113722.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113722.htm)Lei Lucas. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113722.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113722.htm)

Guia prático de Primeiro Socorros. 2020. Disponível em:  
<https://enfermagemndi.paginas.ufsc.br/files/2020/09/Guia-prtico-Primeiros-Socorros.pdf>

Noções Básicas de Primeiros Socorros. 2020. Disponível em: <https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/12/Cartilha-Noco-es-de-Primeiros-Socorros-e-Principais-Emergencias.pdf7>

Manual de Primeiros Socorros. 2003. Disponível em:  
<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/biosseguranca/manualdeprimeirossocorros.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Passo a Passo Programa Saúde na Escola. 2011. Disponível em: . Acesso em: 23 de julho de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Glossário temático: gestão do trabalho e da educação na saúde. 2013. Disponível em: . Acesso em: 02 de agosto de 2021.

BRITO. A Singularidade Pedagógica do Ensino Híbrido. Revista Científica em Educação em Distância. EaD em Foco, V.10, e.948. 2020. Disponível em:  
<https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/948>. Acesso em: 02 de agosto de 2021.

HODGES et al. Diferenças entre o Aprendizado online e o Ensino Remoto de Emergência. Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia. v.2. 2020.

SANTOMÉ, J. T. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

**Capítulo 126 - DOI:10.55232/1083002.126**

**AS CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO DO  
ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL E O PRINCÍPIO DA  
SEGURANÇA JURÍDICA**

**Acácia Regina Soares de Sá**

**Resumo:** A proposição deste artigo é analisar as consequências para o agente em razão do descumprimento do acordo de não persecução penal firmado no que se refere à confissão da prática de ato de improbidade administrativa trazida como condição para a celebração do referido acordo, especialmente em relação ao princípio constitucional da segurança jurídica, tendo em vista a inexistência de legislação específica que defina as normas para sua celebração e consequências em caso de descumprimento. Nesse sentido, como ainda não há legislação específica, os defensores da possibilidade celebração imediata do acordo de não persecução cível, independentemente da existência de legislação própria para sua celebração, sustentam a utilização de outros diplomas legais integrantes do microsistema de combate à corrupção como forma de suprir a referida lacuna, a exemplo da Lei n.º 12.846/13 (Lei anticorrupção), a qual traz descrição detalhada acerca do acordo de leniência. Dessa forma, o presente artigo, após realizar um breve histórico acerca das soluções consensuais de conflitos no âmbito da ação civil por ato de improbidade administrativa, descreve as características principais e os requisitos para sua celebração trazidos por autores que trataram do assunto e, após enfatizar as eventuais consequências pelo seu descumprimento, aborda, especialmente, a observância do princípio constitucional da segurança jurídica. Ao final, o artigo conclui acerca de da inobservância do referido princípio, em casos de seu descumprimento, ante a inexistência de legislação específica que enumere as respectivas consequências.

**Palavras-chave:** Improbidade. Acordo de não persecução civil. Segurança jurídica. Descumprimento. Consequências.

## 1. INTRODUÇÃO

A possibilidade de ressarcimento ao erário, em caso de desvios pela prática de atos ímprobos, já é prevista na legislação brasileira desde a Constituição Federal de 1824; no entanto, foi a Constituição Federal de 1946 que trouxe maiores avanços acerca do tema, isso porque previu a possibilidade de sequestro e perdimento de bens em razão do enriquecimento ilícito por influência ou abuso de cargo ou função pública, medidas regulamentadas através da Lei nº 3.164/572 (previu a tutela extrapenal repressiva da improbidade administrativa), da Lei nº 3.502/583 (tratou do sequestro e perdimento de bens) e da Lei nº 4.717/654 (Ação Popular), sanções que se tornaram mais severas com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 01/695.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a improbidade administrativa surgiu como um modelo vinculado ao direito administrativo possuindo como centro o princípio da moralidade, tendo o art. 37, § 4º elencado as sanções em caso da prática de atos enumerados como ímprobos, no intuito de atender aos anseios da sociedade como forma de combate à corrupção, bem como aos eventuais abusos praticados pelos agentes públicos e preservar a probidade administrativa<sup>6</sup>, sendo sancionada em 02 de junho de 1992 a Lei n.º 8.429/927.

---

<sup>1</sup> BRASIL. [Constituição (1946)] **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, decretada pela Assembleia Constituinte**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/9/1946, Página 13059, Rio de Janeiro, DF, 19 de setembro de 1946.

<sup>2</sup> BRASIL. Lei 3.164 de 01 de julho de 1957. Lei Pitombo-Godói Ilha. Provê quanto ao disposto no parágrafo 31, 2ª parte, do art. 141, da Constituição Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 4/6/1957, Página 13802. Rio de Janeiro, DF, 1957.

<sup>3</sup> BRASIL. Lei nº 3.502 de 21 de dezembro de 1958. Lei Bilac Pinto; Lei do Enriquecimento Ilícito. Regula o seqüestro [sic] e o perdimento de bens nos casos de enriquecimento ilícito, por influência ou abuso de cargo ou função. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 22/12/1958, Página 26947. Rio de Janeiro, DF, 1958.

<sup>4</sup> BRASIL. Lei nº 4.717 de 29 de junho de 1965. Lei da ação Popular. Regula a ação popular. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 5/7/1965, Página 6241 (Publicação Original). Brasília, DF, 1965

<sup>5</sup> BRASIL. [Constituição (1967)] Emenda Constitucional 01 de 19 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 20/10/1969, Página 8865. Brasília, DF, 1969.

<sup>6</sup> BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

<sup>7</sup> BRASIL. Lei 8.429 de 02 de junho de 1992. Lei da Improbidade Administrativa; Lei do Enriquecimento Ilícito (1992); Lei do Colarinho Branco (1992). Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 3/6/1992, Página 6993. Brasília, DF,

No entanto, o art. 17 da Lei n.º 8.429/92 vedava a celebração de acordos no âmbito da ação civil pública por ato de improbidade administrativa, razão pela qual, apesar de diversas opiniões contrárias, o dispositivo legal acima mencionado continuava sendo aplicado.

Com a evolução das soluções alternativas de conflitos no direito brasileiro, especialmente com a edição da Lei n.º 9.099/92 e mais recentemente a Lei n.º 12.846/13 (LAC)<sup>9</sup>, houve uma construção doutrinária de modo a permitir a celebração de acordos nas ações civis públicas por ato de improbidade administrativa sendo editada a Resolução n.º 179/19 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)<sup>10</sup>.

Nessa direção, em 24 de dezembro de 2019 foi sancionada a Lei n.º 13.964/19 (Lei Anticrime)<sup>11</sup>, a qual trouxe permissão para a celebração de acordos de não persecução civil, no âmbito da ação civil pública por ato de improbidade administrativa.

Superada a celeuma quanto à possibilidade de celebração de acordos de não persecução civil no âmbito da ação civil pública por ato de improbidade administrativa, surgiram outras questões relacionadas à análise da necessidade de edição de lei específica para sua celebração e, ainda, quantos aos efeitos relacionados à segurança jurídica em caso de seu descumprimento, pontos ainda nebulosos ante o pouco tempo de vigência da Lei n.º 13.964/19.

---

1992.

<sup>8</sup> BRASIL. Lei 9.099 de 26 de 1992. Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais; Lei dos Juizados Especiais. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 27/9/1995, Página 15033. Brasília, FDF, 1992.

<sup>9</sup> BRASIL Lei. 12.846 de 01 de agosto de 2013. Lei Anticorrupção. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 2/8/2013, Página 1, Brasília, DF, 2013.

<sup>10</sup> BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Resolução n.º 179 de 16 de julho de 2017. Regulamenta o § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347/1985, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta. **Diário Eletrônico do CNMP**, Caderno Processual, edição de 08/09/2017. Brasília, DF, 2017.

<sup>11</sup> BRASIL. Lei 13.964 de 24 de dezembro de 2019. Lei Anticrime. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - Edição Extra - A - 24/12/2019, Página 1, Brasília, DF, 2019.

## **2. AS SOLUÇÕES CONSENSUAIS DE CONFLITO NO ÂMBITO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

A utilização dos meios de solução alternativas de conflitos descritos no presente item, no âmbito da ação de improbidade administrativa, possui, prioritariamente, efeitos vinculados à reparação do dano, já que não estamos tratando aqui do acordo de colaboração premiada mediante o qual é permitida a diminuição de outras penas a serem aplicadas ou até afastar a sua aplicação.

O acordo de leniência tem seu fundamento em tratados internacionais, em especial a Convenção da OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico, a qual foi ratificada no Brasil pelo Decreto Legislativo n.º 152/2002 e promulgada pelo Decreto n.º 4.410/2002<sup>12</sup>, passando a fazer parte do microsistema jurídico nacional de combate à corrupção.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 12.846/13, doutrinariamente o acordo de leniência passou a ser considerado como instrumento de direito administrativo sancionador.

Já o Termo de Ajustamento de Conduta no contexto da ação de improbidade foi previsto pela Resolução n.º 179/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP que regulamentou o § 6º do art. 5º da Lei n.º 7.347/1985, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta com os réus na referida modalidade de ação.

A Medida Provisória n.º 703/15<sup>13</sup> alterou o art. 11, da Lei n.º 12.846/13 a fim de determinar que “[...]o acordo de leniência celebrado com a participação das respectivas Advocacias Públicas impede que os entes celebrantes ajuízem ou prossigam com as ações de que tratam o art. 19 desta lei e o art. 17 da Lei n.º 8.429/92 [...]”, no entanto, a referida

---

<sup>12</sup> BRASIL. Decreto n.º 4.410 de 07 de outubro de 2002. Promulga a Convenção Interamericana contra a Corrupção, de 29 de março de 1996, com reserva para o art. XI, parágrafo 1º, inciso "c". **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 8/10/2000, Página 1. Brasília, DF, 2002.

<sup>13</sup> BRASIL. **Medida Provisória 703/2015**. Altera a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor sobre acordos de leniência. Perdeu a eficácia.

norma perdeu a vigência 120 dias após publicação, tendo em vista que não foi convertida em lei. A Medida Provisória acima mencionada tinha por finalidade adequar as disposições da lei de improbidade administrativa ao microsistema de combate à corrupção, do qual faz parte, juntamente com a Lei n.º 4.717/65 (Ação Popular), Lei n.º 7.347/85 (Ação Civil Pública), a Lei n.º 12.846/13 (Anticorrupção), entre outras.

O acordo de leniência e o termo de ajustamento de conduta no contexto da ação de improbidade administrativa buscam, conforme já afirmado, prioritariamente, a reparação do dano causado ao erário público, sendo que o primeiro é celebrado na fase pré-processual e interrompe o prazo prescricional, nos termos do art. 16, § 9º, da Lei n.º 12.846/13, e o segundo (termo de ajustamento de conduta) pode ser celebrado antes ou após a propositura da ação de improbidade administrativa, sendo que nesse último caso, deve ser homologado pelo juiz da causa.

Apesar de os defensores da aplicação desses meios alternativos de solução de conflitos nas hipóteses da prática de atos tipificados como de improbidade administrativa sustentarem que tais soluções possuem entre seus objetivos a proteção da moralidade administrativa, em razão da sua função de combate à corrupção, verifica-se que apresentam uma feição eminentemente patrimonial; para tanto, basta analisar o Projeto de Lei n.º 10.887/1814 em trâmite no Congresso Nacional, que visa a alterar alguns dispositivos da Lei n.º 8.429/92, entre eles seu art. 17, com a inclusão do art. 17-A, que possibilita ao Ministério Público a celebração de acordo de não persecução civil nas ações de improbidade administrativa, desde que resulte no ressarcimento integral do dano ou na reversão, à pessoa jurídica lesada, da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados ou também no pagamento de multa.

Outros argumentos dos que defendem a possibilidade de celebração de acordo de colaboração na ação de improbidade administrativa sustentam que na época de sua edição não havia legislação que permitia a celebração de acordos no âmbito penal, o que somente teve início em 1995, com a vigência da Lei n.º 9.099/95, que permitiu a transação penal no casos de crimes de menor potencial ofensivo, seguido por outras leis, chegando até a Lei n.º 12.846/13 que dispôs sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e

---

<sup>14</sup> BRASIL. **Projeto de Lei 10.887** de 2018, do Sr. Roberto de Lucena. Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa. Em tramitação.



ainda que a Lei n.º 13.140/15 (Lei de Mediação)<sup>15</sup> prevê expressamente a possibilidade de autocomposição nas ações de improbidade administrativa.

Havia ainda a possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta em Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa decorrente da previsão contida no artigo 5º, §6º, da Lei n.º 7.347/85 foi prevista na Resolução n.º 179/17 do CNMP.

No entanto, pela análise das possíveis sanções a serem aplicadas no caso da celebração de acordo de leniência ou termo de ajustamento de conduta observa-se seu cunho puramente patrimonial, tendo em vista que afasta a aplicação das demais sanções previstas na Lei n.º 8.429/92 no que diz respeito à perda do cargo público e da suspensão dos direitos políticos, já que não traz nenhuma previsão a respeito.

Assim, no âmbito da ação de improbidade administrativa, o acordo de colaboração premiada adota uma feição de negócio jurídico bilateral atípico nas palavras de Fredie Didier Júnior e Daniela Bonfim<sup>16</sup>, possuindo natureza processual e material; isso porque, além de servir como instrumento probatório, também põe fim ao conflito, através, por exemplo, do perdão judicial. Revela-se, assim, um aspecto material.

A celebração do acordo de leniência e do termo de ajustamento de conduta no contexto da ação de improbidade administrativa deve observar alguns requisitos, previstos, inclusive, no projeto de lei que propõe a alteração da Lei de Improbidade Administrativa, a exemplo da enumeração das sanções aplicadas, necessidade de aprovação do órgão superior do Ministério Público e homologação judicial. Além desses requisitos gerais, autores como Waldo Fazzio Júnior<sup>17</sup>, defendem que o réu também se

---

<sup>15</sup> BRASIL. Lei 13.140 de 26 de junho de 2015. Lei da Mediação. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 29/6/2015, Página 4. Brasília, DF, 2015.

<sup>16</sup> DIDIER JÚNIOR, Fredie; BONFIM, Daniela Santos. A colaboração premiada como negócio jurídico processual atípico nas demandas de improbidade administrativa. **A&C – Revista de Direito Administrativo e Constitucional**. Belo Horizonte ano 17 - n. 67 janeiro/março – 2017. p. 1-334 ISSN 1516-3210 DOI: 10.21056/aec.v17i67.

<sup>17</sup> FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Improbidade administrativa: doutrina, legislação e jurisprudência**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

submeta, embora de forma atenuada, às demais sanções previstas na Lei n.º 8.429/92.

### **3. O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL PREVISTO NA LEI N.º 13.964/19**

Com a entrada em vigor da Lei n.º 13.964/19 (Lei Anticrime), a celeuma em torno da possibilidade de celebração de acordos no âmbito da ação civil pública por ato de improbidade administrativa teve fim, uma vez que passou a ser possível a celebração de acordo de não-persecução civil na referida modalidade de ação, nos termos de lei específica.

O acordo de não persecução civil tem por finalidade impedir o início de uma ação civil por ato de improbidade administrativa mediante a aceitação de algumas condições pelos agentes responsáveis pela prática dos supostos atos de improbidade administrativa, como forma de tornar mais célebre e efetiva a reparação do dano eventual causado ao erário.

Originalmente, o projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional trazia toda regulamentação para a celebração do referido acordo, o qual foi vetado pelo presidente da República, permanecendo apenas a disposição acerca da possibilidade de sua celebração.

Nesse sentido, diferentemente do que ocorre em relação a outras espécies de acordos, para a celebração do acordo de não persecução civil não é necessário que o réu contribua para as investigações, sendo legitimados para propô-lo tanto o Ministério Público como a pessoa jurídica lesada, tendo em vista que o dispositivo da Lei n.º 13.964/19, que previa a legitimidade exclusiva do Ministério Público, foi vetado.

O acordo de não persecução civil tem natureza de negócio jurídico e pode ser celebrado extrajudicialmente ou após a propositura da ação civil pública por ato de improbidade administrativa.

Ainda que não haja legislação específica que traga os requisitos para sua

celebração, alguns autores, a exemplo de Landolfo Andrade<sup>18</sup>, entendem que devem ser utilizados como requisitos os mesmos constantes na Lei n.º 12.846/13 (Lei Anticorrupção) e na Lei n.º 12.529/11 (Lei do CADE)<sup>19</sup>, utilizando o diálogo das fontes, tendo em vista que ambas, juntamente com a Lei n.º 8.429/92 e outros diplomas correlatos fazem parte do microsistema jurídico de combate à corrupção e à confissão da prática do ato de improbidade administrativa pelo réu.

Nessa direção, o autor acima mencionado elenca como requisitos para a celebração do acordo de não persecução civil o compromisso de reparação integral do dano, caso presente, a devolução dos valores à entidade pública lesada e a aplicação de uma das sanções previstas no art. 12 da Lei n.º 8.429/92.

A fim de possibilitar a operacionalização do acordo de não persecução civil, o Ministério Público do estado de Pernambuco, que, por meio do seu Conselho Superior, editou a Resolução n.º 01/20, datada de 10/2/2020, que regulamentou a celebração de acordo de não persuasão civil no âmbito da improbidade administrativa, e o Ministério Público Federal no Estado de Goiás, que celebrou o primeiro acordo de não persecução criminal e civil utilizando como norma procedimental a Resolução n.º 179/17 do CNMP, em janeiro de 2020, o qual foi encaminhado para homologação da Justiça Federal no estado de Goiás.

Os defensores da possibilidade de celebração de acordos de não persecução civil

---

<sup>18</sup> ANDRADE, Landolfo. Acordo de não persecução civil: primeiras reflexões. *In*: **GENJURÍDICO.com.br** . (05 de março de 2020). Disponível em [www.genjuridico.com.br](http://www.genjuridico.com.br). Acesso em 07 out.2020.

<sup>19</sup> BRASIL. Lei 12.529 de 30 de novembro de 2011. Lei de Defesa da Concorrência (2011); Lei Antitruste (2011); Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. **Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe** sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei n.º 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei n.º 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 1/12/2011, Página 1. Brasília, DF, 2011.

<sup>20</sup> PERNAMBUCO. Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco. Regulamenta o §2º do art. 39 da Resolução CSMP n.º 003/2019, que dispõe sobre a possibilidade de realizar Acordo de Não Persecução Cível nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa e estabelece parâmetros procedimentais e materiais a serem observados para a celebração, nos termos das Leis n.º 7.347/1985, 8.429/1992, 12.850/2013 e 13.964/2019, no âmbito do Ministério Público do Estado de Pernambuco. Disponível em: <http://www.mppe.mp.br/mppe/institucional/conselho-superior/conselho-instrumentos-juridicos/category/192-resolucoes?download=8482:resolucao-csmp-001-2020-acordo-de-nao-persecucao-civel>. Acesso em: 12 out. 2020.

sem a edição de lei específica sustentam, primeiramente, que, nos termos decididos na Ação Direta de Constitucionalidade n.º 12, foi definido que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) possuía poder normativo logo, igual poder também competiria ao Conselho Nacional do Ministério Público e, em segundo lugar, pelo fato de não se tratar de norma que afeta apenas o Direito Penal, mas também o Direito Processual Penal, sim, de política criminal<sup>21</sup>.

Com relação às normas meramente procedimentais, não há maiores celeumas na sua implementação por meio de resolução. Entretanto, quando se analisa do ponto de vista da assunção de responsabilidades, devem ser observados alguns pontos. Primeiramente porque o próprio texto faz expressa menção à lei, tanto que sua regulamentação estava prevista no mesmo texto, e um segundo ponto refere-se ao fato de que a imputação da responsabilidade importará em restrição temporária de direitos fundamentais, a exemplo da suspensão dos direitos políticos.

De igual modo, os limites da resolução para a regulamentação do acordo de não persecução civil também esbarram na questão da prescrição, isso porque as causas de suspensão e interrupção da prescrição somente podem ser previstas por meio de lei e, tendo em vista que o acordo de não persecução civil é uma condição suspensiva, há necessidade de estabelecer como ficará a prescrição nesses casos, tanto que o Projeto de Lei n.º 3.359/2019<sup>22</sup>, em trâmite no Senado Federal, o qual propõe alterações na Lei n.º 8.429/92, prevê entre suas disposições hipóteses de suspensão e interrupção da prescrição.

Nesse sentido, é importante resgatar que o texto original, aprovado pelo Congresso Nacional previa critérios para o ressarcimento integral do dano e o pagamento da multa, bem como outras normas referentes à celebração do acordo.

---

<sup>21</sup> CABRAL. Rodrigo Leite Ferreira. Um Panorama sobre o acordo de não persecução penal (art. 18 da Resolução n.º 181/17 – CNMP, com as alterações da Resolução n.º 183/18 – CNMP) – versão ampliada e revisada. *In*: BIZZOTO, Alexandre; SILVA, Dernival. **Acordo de não Persecução Penal**. 3ª ed. Salvador. Ed. Juspodium. 2020.

<sup>22</sup> BRASIL. **Projeto de Lei n.º 3359**, de 2019. Iniciativa Senador Flávio Alves. Altera a Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa) para conferir maior celeridade, eficiência e efetividade ao processo de improbidade administrativa. Em tramitação no Senado Federal.

Por outro lado, é de se observar que outros instrumentos prevendo medidas similares, a exemplo da Lei n.º 9.099/95, que trata dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, da Lei n.º 12.850/13, que dispõe sobre as organizações criminosas, em que o julgador pode deixar de aplicar a pena caso seja celebrado acordo de colaboração premiada que atenda aos requisitos previstos na referida lei, e ainda a Lei n.º 12.846/13, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, mais conhecida como Lei Anticorrupção, foram regulamentadas mediante lei.

#### **4. O DESCUMPRIMENTO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA**

Descritas as principais características do acordo de não persecução civil, faz-se necessário analisar as consequências em razão de seu descumprimento, especialmente no que se refere ao princípio da segurança jurídica, isso porque, conforme trazido no item anterior, um dos requisitos para a celebração do acordo de não persecução civil é a confissão da prática do ato de improbidade administrativa.

A legislação não traz regramento nesse sentido, razão pela qual segue o questionamento acerca da possibilidade ou não da utilização da confissão realizada pelo réu em sede de acordo de não persecução civil, uma vez que a ausência de norma que elenque as consequências em caso de descumprimento do referido acordo, de modo claro, como ocorre em relação ao acordo de leniência que traz no art. 16, §8º da Lei n.º 12.846/13, gera incerteza e insegurança à parte, no momento da celebração do referido acordo. De igual modo, o art.16, §7º da Lei n.º 12.846/13 prevê, ainda, que a confissão realizada em sede de acordo de leniência rejeitado não gera efeitos em relação ao réu, o que uma maior segurança jurídica no momento de sua celebração.

Corroborando com a afirmação trazida acima, observa-se a discussão de questão similar no Supremo Tribunal Federal por meio do Tema de Repercussão Geral

n.º 104323 que trata dos efeitos da colaboração premiada para os réus em relação à ação civil pública por ato de improbidade administrativa.

Dessa forma, em razão dos motivos acima elencados, mostra-se necessário analisar as consequências do descumprimento do acordo de não persecução civil em relação ao princípio da segurança jurídica.

O princípio da segurança jurídica busca trazer estabilidade para as relações jurídicas, de modo que, dentro de uma visão sistêmica do Direito, os institutos jurídicos devem estabelecer parâmetros para sua aplicação a fim de proporcionar às partes envolvidas condições de agir de forma segura, garantido, desse modo, a estabilidade das relações jurídicas.

Nessa direção, o princípio da segurança jurídica é considerado garantia fundamental e está previsto no art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, nos seguintes termos “[...]a lei não prejudicará o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito”<sup>24</sup>, sendo considerado como expressão da não surpresa e da previsibilidade no mundo jurídico, que devem as relações jurídicas.

Para Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o princípio da segurança jurídica possui duas vertentes, uma objetiva, relacionada à estabilidade das relações jurídicas, e outra subjetiva, que corresponde à boa fé e à confiança que deve nortear as ações humanas, especialmente no mundo jurídico.<sup>25</sup>

De igual modo, José dos Santos Carvalho Filho<sup>26</sup> sustenta que as duas faces do princípio da segurança jurídica são a estabilidade, em termos similares aos trazidos por Maria Sylvia Zanella de Pietro, e a certeza, equivalente ao conhecimento prévio e seguro das normas, o que abrange sua interpretação – a qual deve variar em um limite conhecido –; o que justifica a utilização da jurisprudência dos tribunais superiores de forma

---

<sup>23</sup>BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Tema 1043 STF**: “A utilização da colaboração premiada no âmbito da ação civil por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público em face do princípio da legalidade, imprescritibilidade do ressarcimento do dano ao erário e da legitimidade concorrente para a propositura da ação.” (BRASIL, 2020)

<sup>24</sup>BRASIL. [Constituição (1988)], *op. cit.*

<sup>25</sup>PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**, 8. ed., São Paulo: Atlas, 1997.

<sup>26</sup>CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 34. ed., São Paulo: Gene Jurídico, 2020

vinculante e o sistema de precedentes.

No mesmo sentido, Geraldo Ataliba<sup>27</sup> afirma que a certeza é fundamento para a segurança jurídica, razão pela qual deve nortear as relações jurídicas em seus diversos campos de atuação.

Já Celso Antônio Bandeira de Mello<sup>28</sup> assegura que, em razão da sua importância para a manutenção da ordem jurídica, o princípio da segurança jurídica é um dos princípios mais importantes entre os princípios gerais do Direito, chegando a asseverar, ainda, que seria o mais importante entre os referidos princípios, tendo em vista que serve como norteador dos demais, uma vez que garante certeza para a prática dos atos administrativos.<sup>29</sup>

Já no campo processual civil, Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Arenhart e Daniel Mittidiero<sup>30</sup> afirmam que, apesar de a Constituição Federal não prever expressamente o princípio da segurança jurídica no processo, o referido princípio é um dos fundamentos do Estado Constitucional, sendo considerado um valor supremo, tendo em vista que se refere a um direito fundamental, e consideram que a segurança jurídica está presente no art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, o qual aborda a coisa julgada como garantia fundamental e traz como um dos argumentos da sua conclusão o exemplo da coisa julgada.

Pelas afirmações retro, é possível observar que a segurança jurídica é sinônimo de certeza e estabilidade nas relações jurídicas, considerando que a multiplicidade de interpretações possíveis de determinado dispositivo legal e demais institutos jurídicos, especialmente os princípios, afronta o referido princípio, alçado ao patamar

---

<sup>27</sup> ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de incidência tributária**. 6. ed. 17. tiragem. São Paulo: Malheiros, 2018.

<sup>28</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

<sup>29</sup> “Ora bem, é sabido e ressabido que a ordem jurídica corresponde a um quadro normativo proposto precisamente para que as pessoas possam se orientar, sabendo, pois de antemão, o que devem o que podem fazer, tendo em vista as ulteriores consequências imputáveis a seus atos. O Direito propõe-se a ensejar uma certa estabilidade, de um mínimo de certeza na regência da vida social. Daí o chamado princípio da segurança jurídica, o qual, bem por isto, se não é o mais importante de todos os princípios gerais do Direito, é indisputavelmente, um dos mais importantes entre eles.” (MELLO, 2009, p. 124.)

<sup>30</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito processual civil**. Volume 1, Teoria do Processo Civil. 3. ed. São Paulo: RT, 2017.

constitucional.

Nesse sentido, ainda que seja possível a existência de decisões diversas acerca de um mesmo tema, dentro da dinâmica do próprio Direito, sem que ocorra a violação do princípio da segurança jurídica, a ausência de previsibilidade pode vir a configurar a sua violação.

Pela análise do conceito e conteúdo do princípio da segurança jurídica, é possível verificar que, destinando-se a assegurar estabilidade às relações jurídicas, deve ser observado em todas as áreas do Direito, inclusive no direito administrativo, razão pela qual no momento da celebração do acordo de não persecução cível também deve ser levado em consideração.

Dessa forma, faz-se necessário que sejam estabelecidas as consequências em razão do seu descumprimento, especialmente no que se refere à confissão da prática do ato de improbidade administrativa realizada pela parte que o celebrou.

Nesse sentido, deve ser estabelecido se a confissão da prática do ato de improbidade administrativa realizada pelo agente poderá ou não ser utilizada, em caso de descumprimento do acordo de não persecução cível, na posterior ação civil pública por ato de improbidade administrativa, tendo em vista que a resposta da referida questão será imprescindível para a decisão do agente quanto a celebrar ou não o acordo.

Sem que haja uma norma que estabeleça as consequências em caso de descumprimento do acordo de não persecução civil, o agente não terá segurança quanto à sua celebração, isso porque, ainda que a intenção no momento da sua celebração seja efetivar seu cumprimento, podem ocorrer circunstâncias alheias à vontade do agente que impossibilitem seu integral cumprimento e, nesse caso, poderão ser imputadas graves consequências ao agente no caso de propositura de uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa.

Assim, a regulamentação das condições de celebração e consequências do descumprimento do acordo de não persecução cível mostra-se imprescindível a fim de garantir sua efetividade, tendo em vista que diante de regras claras, os agentes terão segurança jurídica para celebrá-lo.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a utilização da Resolução n.º 179/19 do



Conselho Nacional do Ministério Público(CNMP), que trata da celebração de termos de ajustamento de conduta no âmbito da ação civil pública, a qual traz em seu art. 1º, §2º a regulamentação para celebração de termos de ajustamento de conduta nos casos da ação civil pública por ato de improbidade administrativa não se mostra suficiente a suprir a necessidades acima expostos, primeiramente porque não traz, na hipótese da ação civil pública por ato de improbidade administrativa, as consequências no caso de seu descumprimento e, em segundo lugar, uma resolução, ainda que dotada de força normativa, não tem poder de definir as consequências em razão do descumprimento de um acordo no qual, para sua celebração, o agente confessou a prática de um ato de improbidade administrativa, sob pena de ofender o princípio que veda a produção de provas contra si mesmo, o qual, ainda que de natureza penal, é aplicável no âmbito da ação civil pública por ato de improbidade administrativa, tendo em vista que se encontra na seara do direito administrativo sancionador, o qual permite a aplicação de princípios previstos no âmbito penal.

De igual modo, verifica-se que outros meios de solução consensual de conflitos utilizados no âmbito do direito penal e do direito administrativo, a exemplo do acordo de colaboração premiada (Lei 12.850/13)<sup>31</sup> e o acordo de leniência (Lei n.º 12.846/13), tem as consequências em razão do seu descumprimento dispostos em leis em sentido estrito, o que traz maior segurança jurídica aos agentes envolvidos na sua celebração e, em consequência, uma maior efetividade.

A inexistência de regulamentação das consequências em razão do descumprimento do acordo de não persecução civil abala o princípio constitucional da segurança jurídica, tendo em vista que retira do referido negócio jurídico a previsibilidade, condição que garante estabilidade às relações jurídicas.

Ainda nesse sentido, sem segurança jurídica não se mostra possível a efetivação dos direitos fundamentais, entre eles, o direito a um devido processo legal, quer seja dentro do processo, quer seja por meio de uma solução extrajudicial, a exemplo do acordo

---

<sup>31</sup> BRASIL. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Lei de Combate ao Crime Organizado (2013); Lei do Crime Organizado (2013); Lei de Organização Criminosa (2013). Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - Edição Extra - 5/8/2013, Página 3. Brasília, DF, 2013.

de não persecução civil.

Dessa forma, vislumbra-se a necessidade de se estabelecer, por meio de lei, as consequências em caso de descumprimento do acordo de não persecução civil, conclusão que é corroborada pela discussão travada no Tema de Repercussão Geral n.º 1043, que trata dos efeitos da colaboração premiada para os réus em relação à ação civil pública por ato de improbidade administrativa.

## **5. CONCLUSÃO**

Após a exposição acima, é possível verificar que a ausência de regulamentação acerca das consequências em razão do descumprimento do acordo de não persecução civil traz implicações de forma direta na sua celebração, tendo em vista que gera uma situação de instabilidade para seus agentes, isso porque a ausência de previsibilidade trazida quanto às referidas consequências pode vir a inibir os agentes no momento de sua celebração.

Nessa direção, a possibilidade de utilização da confissão do ato de improbidade administrativa praticado ser utilizado em eventual ação civil pública por ato de improbidade administrativa traz incertezas para os agentes envolvidas e gera instabilidade nas relações jurídicas e, por conseguinte, ofende o princípio da segurança jurídica, o qual se ocupa de garantir estabilidade nas relações interpessoais e, em consequência, a todo o ordenamento jurídico.

De igual modo, a utilização da Resolução n.º 179/17 do CNMP também não supre a lacuna legislativa quanto à inexistência de regulamentação acerca das consequências em razão do descumprimento do acordo de não persecução civil; isso porque, além de não tratar especificamente do tema, também não tem força para tanto.

Pelo que foi exposto, é possível concluir acerca da necessidade de edição de norma que estabeleça as sanções nos casos de descumprimento do acordo de não persecução civil em razão da necessidade da observância do princípio da segurança jurídica, este previsto constitucionalmente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Landolfo. Acordo de não persecução civil: primeiras reflexões. Disponível em <www.genjuridico.com.br>. Acesso em 07 out.2020.

ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de incidência tributária**. 6. ed. 17. tiragem. São Paulo: Malheiros, 2018.

BRASIL. Lei 3.164 de 01 de julho de 1957. Lei Pitombo-Godói Ilha. Provê quanto ao disposto no parágrafo 31, 2ª parte, do art. 141, da Constituição Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 4/6/1957, Página 13802. Rio de Janeiro, DF, 1957.

BRASIL. Lei nº 3.502 de 21 de dezembro de 1958. Lei Bilac Pinto; Lei do Enriquecimento Ilícito. Regula o seqüestro [sic] e o perdimento de bens nos casos de enriquecimento ilícito, por influência ou abuso de cargo ou função. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 22/12/1958, Página 26947. Rio de Janeiro, DF, 1958.

BRASIL. Lei nº 4.717 de 29 de junho de 1965. Lei da ação Popular. Regula a ação popular. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 5/7/1965, Página 6241. Brasília, DF, 1965.

BRASIL. [Constituição (1967)] Emenda Constitucional 01 de 19 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 20/10/1969, Página 8865. Brasília, DF, 1969.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 8.429 de 02 de junho de 1992. Lei da Improbidade Administrativa. Lei do Enriquecimento Ilícito. Lei do Colarinho Branco. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 3/6/1992, Página 6993, Brasília, DF, 1992.

BRASIL. Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Lei Geral do Processo Administrativo; Lei do Processo Administrativo Federal. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 1/2/1999, Página 1. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Lei 12.529 de 30 de novembro de 2011. Lei de Defesa da Concorrência (2011); Lei Antitruste (2011); Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras

providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 1/12/2011, Página 1. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.846 de 13 de agosto de 2013. Lei Anticorrupção. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 2/8/2013, Página 1. Brasília, DF, 2013.

BRASIL Supremo Tribunal Federal. **Tema 1034/STF**. ARE 1175650. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Repercussão Geral. Processo em andamento. Disponível em:  
<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=5587841&numeroProcesso=1175650&classeProcesso=ARE&numeroTema=1043>. Acesso em: 20 ago. 2020.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**, 8. ed., São Paulo: Atlas, 1997.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Improbidade administrativa: doutrina, legislação e jurisprudência**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

**Capítulo 127 - DOI:10.55232/1083002.127**

**A IDEOLOGIA E A RAÇA SOB O VIÉS DE UM SISTEMA  
ESCRAVISTA PRESENTE NA OBRA O NAVIO NEGREIRO  
QUE SE APROXIMAM DA UMA VISÃO PÓS COLÔNIA  
SEGUNDO ACHILLE MBEMBE**

**Antônia Eduarda Trindade da Silva e Lia de Sousa Pereira**

O Presente trabalho tem por objetivo analisar e expor resultados de estudos a cerca de uma parte da história brasileira que trata da escravidão Negra denunciada no Poema o Navio Negreiro de Castro Alves. Diante das dificuldades de encontrar interpretações mais assertivas a respeito da concepção do Negro na sociedade brasileira buscou-se a partir das obras “A Crítica da Razão Negra” e “Sair da Grande noite”, de Achille Mbembe, fontes basilares para esta empreitada. Tendo como suporte o período colonial e a dominação da raça que constituem um momento de intensas denúncias e exposições ideológicas. Dessa forma, essa libertação evidencia entraves na história onde a questão da raça, agora, além de ser pensada como um jogo não só de dominação, passa a ser também de auto afirmação. Diante dessa problemática foram encontradas, também novos conceitos a ser considerados e foi observado o quão importante tem sido essas discussões, a partir disso e com a modernidade os caminhos interpretativos nos é clarificados por várias diretrizes, sendo a questão da raça e de denúncias algumas delas. Na obra a Crítica da Razão Negra, Mbembe põe, a parte da experiência negra, em reflexão a vida e as distinções pegando o mundo do Contemporâneo como o pilar dessas análises, pois a então visão negra de hoje foi reconstruída a partir do sistema escravista no período colonial. E, na obra Sair da Grande noite o autor nos convida a reflexão de uma África descolonizada.

**Palavras-chave:** Navio Negreiro; Sistema Escravista; Ideologias; Raça

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho é resultado de um estudo final a partir da disciplina: Apagamentos e Genocídios e sobre análises feitas a partir da experiência negra através do Poema *O Navio Negreiro* de Castro Alves no contexto de aplicação de dominação a partir do sistema Colonial. Aqui se faz presente, também, um trabalho feito a partir de observações a partir do proposto por Memembe e do contemporâneo em um olhar da experiência negra em uma sociedade antes escravocrata.

O objetivo destas análises, e claro dessas intercessões, é investigar o que há de mais sólido sobre o viés basilar do período Colonial visto como um sistema de dominação, a raça é enxergada como uma classificação do ser, como um estigma dessa ideia de dominação. O contexto de *O Navio Negreiro* poesia de Castro Alves é de denunciar, em uma época onde a escravidão era crucial a colônia Brasil, se faz necessário e importante um grito vindo dos confins de um Navio Negreiro pronto para depositar no Brasil a mão de obra da colônia.

Na atualidade, anos após a abolição da escravidão e da implantação do Regime Republicano que dura até hoje, ainda é possível perceber resquícios de uma parte da história tão massacrante do país. E, em termos de construção da escrita literária é possível se perceber que a poesia de Castro Alves não seria a única que trataria dessa questão, mas mesmo se passando séculos após sua publicação ela ainda é crucial em análises como esta que tratam da colônia e da dominação, o opressor e o oprimido.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Em análise epistolar, o objeto de aprofundamento do presente trabalho visa especificamente um ponto de interseção entre o período Colonial como um sistema de domínio escravocrata que ainda persiste, a partir da poesia "*O Navio Negreiro*" tendo como aporte teórico as obras a *Crítica da Razão Negra* e o *Sair da Grande Noite* de Mbembe. É inegável, que a colônia Brasil foi durante muito tempo um sistema de dominação entre o branco, dominador, e o negro, o dominado.

O poema *O Navio Negreiro*, *Tragédia no Mar*, de Castro Alves é um dos mais conhecidos poemas da literatura brasileira, no período do Romantismo. A obra descreve e relata com imagens e com histórias horríveis a situação dos africanos que eram

arrancados de suas terras na África e trazidos como escravos para o Brasil, separados de suas tribos, familiares e parentes e eram tratados como animais nos navios tumbeiros para serem propriedades e objetos dos senhores no período Colonial e trabalhar em regime animalesco sob as ordens dos feitores em fazendas por todo o continente.

Com isso, dentro desse sistema a figura do negro era vista muitas vezes como uma mercadoria, estando alí o dominador, o branco, que se impunha frente ao dominado na figura do escravo africano e que atualmente perdura através da diferença e do racismo, os movimentos africanizado que segundo Mbembe em a Crítica da Razão Negra:

A proclamação da diferença é apenas um momento de um projeto mais vasto- de um mundo que virá, de um mundo antes de nós, e no qual o destino é universal um mundo livre do peso da raça do destino e do desejo de vingança que qualquer situação de racismo convoca (p.306)

Em “Sair da Grande Noite” Mbembe nos é mostrado uma África descolonizada e que isso não foi por a caso, algo turbulento. Neste ensaio crítico, Achille Mbembe nos clarifica que, além das inúmeras crises e da destruição que afetou o Continente Africano após sua independência, novos arranjos sociais se criam, tendo como bases de sua síntese o modo reconstrução e claro, a exposição das diferenças entre as culturas, o conceito de raça que tanto vigora entre os homens. Esse meio do crioulo que tanto possui uma superfície impermeada e muito menos que seja passível de variação oscila em várias formas e constituiu o pilar moderno chamado pelo autor de “afropolitana” em um contexto de racismo latente.

## **O NAVIO NEGREIRO**

*O Navio Negreiro* é um poema de autoria de Castro Alves escrito em 1870, dividido em seis partes e integra o poema épico, o livro chamado Os escravos, a metrificação do poema é variada e acompanha o tema proposto no texto. E, essa estrutura dá um efeito de unidade entre o conteúdo textual e a forma que faz o poema ser único. *O navio Negreiro* relatava a situação e os maus tratos sofridos por africanos vindos para o Brasil em navios para serem escravizados.

Na primeira parte do poema é descrito o céu e o mar que se aproximam tanto pela sua cor azul, como pela imensidão e é no meio dessa imensidão que o barco se encontra, na segunda parte o poeta se questiona de que nação é aquele barco, mas isso não faz

diferença todo no Navio no mar traz poesia. Consequente a terceira parte de *O Navio Negro* relata segundo os olhos de Albatroz o poeta se aproxima do Navio e enxerga o que acontece lá, na verdade não se trata de uma situação de poesia e saudade e sim de um lugar fúnebre, sombrio.

Na quarta parte do poema o poeta descreve o que acontece no convés do Navio, uma multidão de negros, velhos, crianças e mulheres, todos amarrados por correntes, presos uns aos outros. Na quinta parte o poeta mostra toda a sua indignação e fúria e pede a Deus que tal atrocidade de por fim, e nessa parte que há uma intercalação dos negros livres na África e dos negros presos no Navio, aqui é feita a denuncia de tais atos desumanos e repugnantes.

Por fim, na sexta parte do poema é questionado pelo poeta qual a bandeira do Navio que é responsável por tal barbárie, nesse momento é retomado a segunda parte do poema, se antes a bandeira não importava agora ela é crucial diante do peso do sofrimento carregado pelo Navio e Bandeira identificada é a do Brasil, nação de origem do poeta, aqui se presente todo um desapontamento onde se faz presente a luta pela liberdade e a esperança que reside na nação.

O poema de Castro Alves, um dos grandes escritores da terceira geração do romantismo no Brasil, geração Condor, é uma espécie de narrativa da situação do tráfico de escravos entre a África e o Brasil, situação essa que revolta o autor, principalmente quando o autor descreve na quarta parte os maus tratos aos escravos pois ele ama a pátria e enxerga nela uma nação de liberdade.

## **O SISTEMA ESCRAVISTA**

Antes da escravidão Negra, houve no Brasil, no entanto a escravidão indígena, abolida por Marques de Pombal que os considerava fracos para o trabalho. No Brasil o sistema Escravista durou por muito tempo, sistema esse também conhecido como escravismo ou escravatura, assim chamada de relação social de produção adotada no período colonial que durou até depois do fim do Império.

Essa parte sanguinária da história do país, retratada por muitos escritores e poetas como Castro Alves, é marcada intensamente por abusos de muitas formas, como castigos desumanos e pela exploração da mão de obra de muitos negros trazidos do Continente Africano e transformados em escravos aqui pelos europeus, brancos, colonizadores do



país, e que infelizmente, muito tempo após a abolição da escravidão ainda persiste no país como resquícios desse passado na forma de diversos racismos.

Vendidos como mercadoria por comerciantes de escravos os negros vinham de todas as partes da África, principalmente Moçambique e Angola, os menos valorosos eram os negros Mina ou da Guiné. Assim por serem mercadorias, ou vistos como animais os Africanos eram avaliados a “Olho Nu” e os que eram vistos como melhor porte fisicamente recebiam melhores preços, pois demonstravam melhor força de trabalho. Pensar num Brasil colônia, a partir desse sistema requer um olhar atento no sentido de não reviver o passado, mas sim entender quanta injúria da modernidade recaí na forma de racismo, por questões, infelizmente que ainda perdura enquanto a cor de pele.

O repúdio a esse sistema não surge no Brasil e nem na África, mas sim na Europa, com o iluminismo e com as suas ideias de igualdade entre os homens e a liberdade de todos e foram muitos os europeus, principalmente religiosos, que aderiram as ideias abolicionistas, que incluíam desde os boicotes de açúcar produzidos por escravos até a ação de espalhar os horrores que esse vil sistema fazia com seres humanos. Isso veio como uma forma de forçar os líderes britânicos a realizarem a abolição.

A abolição da escravatura se deu mediante muitas lutas e revoltas e embora muitos países já tivessem extinguido a escravidão, no Brasil ela continuou como uma imposição ainda dá Colônia, porém após muitas pressões inglesa e o risco de uma guerra entre Brasil e Inglaterra fez ser instaurado a lei Eusébio de Queiroz que decretava a proibição do tráfico de escravos, mas somente com a lei Áurea em 1888 que a escravidão realmente acabou no país.

## **IDEOLOGIA**

Acabava-se a escravidão e começava outras lutas tão intensas e severas quanto aquelas supracitadas acima dentro desse contexto vem a tona a ideologia que mais especificamente se refere a um conceito de ideias. Dessa maneira, a partir de um senso comum a Ideologia é um conjunto, podendo ser de ideias de algo ou de ideologias, mas de forma crítica a ideologia pode ser uma visão clássica ou crítica de algo.

Assim, após muitas lutas para o fim de um sistema Escravista surge as diversas ideologias podendo ser entre outras a ideologia de cor. Essa é um termo inventado por

peças que julgam de maneira biltre e maquiada a cor como uma classificação das raças, mais especificamente, das peças.

Muita das dificuldades de se definir o racismo existente na sociedade brasileira vem em sua maior parte através da ideologia que serve de máscara para os racistas em geral. Um país de gigantescas dimensões, intocáveis miscigenação de povos e de uma cultura rica em diversidade, o racismo por ideologia é visto de forma obscura, sem que se saiba de fato a real intenção dessa vertente preconceituosa. Com isso, o preconceito, a cor e o racismo vai muito além de uma rejeição aos negros e afrodescendentes e traspassa barreiras cabíveis do aceitável para uma sociedade do século XXI como o Brasil.

Dessa forma, ideologia de cor é não cor por ideologia, em terras tuponakim, é muito além de uma discussão acirrada na intenção de clarificar o racismo é algo que vem por muitos séculos intrinsecamente ligado a sociedade brasileira. E, isso é tão transitório que mesmo visto pelo viés poético, tomando por base da poesia aqui analisada, é a Ideologia de cor assim inserida na sociedade comum. Inúmeros são os escritores, os historiadores que apontam essa máxima, mas está aí, anos após a abolição de um sistema desumano permanecendo e sendo executado pelas mais diversas figuras não só dá população em sim, mas também, por aquele que detém o poder público em mãos.

## **RAÇA**

Essa grande divisão dos grupos humanos determinada por um conjunto de características entre elas a cor da pele é uma construção social, muitas vezes arbitrária e equivocada usado para distinguir as peças. Segundo Mbembe a raça não passa de uma ficção útil, uma construção fantasiosa ou de uma projeção ideológica, e isso, ainda, segundo a visão de Mbembe tem como função desviar a atenção, olhar, de outros conflitos mais verossímeis.

O racismo, dessa forma, é preconceito, discriminação, com base nessas divisões biológicas de raça, mais associado aos negros, embora ele possa acontecer a qualquer povo, “raça”, etnia. O racismo se manifesta de diferentes maneiras e está dentro do céu conjunto do preconceito e da discriminação, isso devido a pensamento ainda mesquinho e enraizado das Colônias e dos escravos e que agora se aflora por meio do capitalismo.

As origens Contemporâneas da “raça”, do racismo vem dos séculos XVI e XVII, época das grandes expansões marítimas em que homens eram tratados como mercadoria,

eram tratados feito bichos e recebiam tratamentos animais, isso tudo por questões de cor da pele, ou seja, a raça. Afim de justificar tais ações e crimes inúmeros a pessoas inocentes, os europeus começaram então a formular inúmeras teses e teorias que se baseiam na imaginativa suposição contraditória de que existiam uma hierarquia de raças. Tais explicações e teorias apontam que os brancos estariam no topo dessa hierarquia, dessa pirâmide de raças e os outros povos vinham depois.

Com a abolição da escravidão e chegada do iluminismo e do século XIX na maioria dos Grandes Continentes que se utilizaram desse modo de estrutura de trabalho escravo, o racismo não acabou, pelo contrário com nova roupagem ele impera não mais nos moldes coloniais e sim num capitalismo camuflado de origens perversas das Colônias. O ponto crucial dessas análises é a colonização enraizada no seio social como uma espécie de heranças de séculos passados.

Na poesia de Castro Alves, *O Navio Negreiro* já se podia perceber uma denúncia que almejava o fim daquele sistema escravocrata, assim como na obra *A Crítica da Razão Negra* o autor urgentemente faz perceber que é preciso uma descolonização mental da Europa, do sistema colônia, dessas ideias equivocadas de raça que faz distinguir as pessoas por sua cor é preciso isso para se combater o fenômeno do racismo global tecido pelo capitalismo, contemporaneamente.

## **METODOLOGIA**

Os termos raça, ideologia estão inseridos na sociedade e atuam de forma camuflada na divisão dos grupos, em especial, na divisão dos povos por sua cor entre negros, brancos, mestiços e em suas etnias. Esta é uma análise bibliográfica, crítica e descritiva, conforme Mbembe (2014), na qual primeiramente buscou um aprofundamento do significado de ideologias e raça e como essas concepções explicam ações da sociedade brasileira da atualidade. Por isso foi feito, primeiramente um estudo conceitual desses termos.

Em seguida e tendo por base uma das poesias mais entradas no Brasil Colônia, *O Navio Negreiro*, objetivou-se demonstrar de que forma a escravidão Negra de Africanos trazidos ao Brasil como mercadoria era retratada dentro da própria colônia por autores como Castro Alves. Dessa forma, tendo por fonte basilar as Obras de Achille Mbembe “Crítica da Razão Negra” e “Sair da Grande Noite, buscou-se um ponto de intercessão

para melhor clarificar o que houve é concebido como uma herança colonial, racismo e preconceito, e que se sobressai através do capitalismo.

Em posse desses aprofundamentos e dando continuidade a essa empreitada, foi buscado a partir da ideia de que segundo Mbembe o conceito de Raça é algo criado pelo imaginário para burlar e destorcer outras formas de conflitos vigentes e inseridos na sociedade e que se apoiam no capitalismo, um ponto de crucial na análise conceitual da poesia *O Navio Negreiro* tendo por fontes as obras de Mbembe.

Com isso, verificou-se que os termos raça, ideologia, além de serem advindos da Era Capitalista ainda está vivo na sociedade, principalmente a Brasileira, mas o carro esses conceitos são negados, existem, mas negados, pois, é tentado inibir o racismo, que inclusive não é só contra negros e afrodescendentes, ele pode acontecer de diversas formas e atacar diversas pessoas de várias etnias.

Por fim, verificou-se o quanto a articulação de que existe uma hierarquia que se baseia na cor da pele, no qual os brancos estariam no topo, embora sendo uma maneira errada de se entender a diferença e diversidade de pessoas pelo mundo, ainda é vivo e infelizmente, ainda impera, mesmo tendo a sociedade evoluído em termos de conhecimento e ciência, a questão da cor ainda está como um estigma de herança colonial e que ainda, segundo Mbembe precisa ser combatido. Ao nos aprofundarmos desse conceito vimos que o caminho ainda é longo, mas jamais impossível.

## **ANÁLISES E DISCUSSÕES**

No início das análises do trabalho foi possível verificar se poderia haver um ponto de intercessão entre os conceitos escritos na poesia *O Navio Negreiro* e os conceitos de raça e ideologias segundo as Obras *Critica da Razão Negra e O cair da Grande Noite* de Acher Mbembe. A partir daí, foi possível perceber que, embora os conceitos de Raça e ideologias sejam defendidos por muitos e diante de vários contextos como é a sociedade atual fruto de resquícios do passado colonial onde o homem era definido, enquanto grupo, por sua cor.

Castro Alves, conhecido como o poeta dos escravos, integrava no Brasil a terceira geração do romantismo, também conhecida como Condonheira. E, em sua poesia *O Navio Negreiro* aborda a escravidão no Brasil, os maus tratos a homens vindo da África como

mercadorias e as ideias abolicionistas daquela época, o sentimento de liberdade e a busca por identidade Nacional, mas éramos Colônia.

Da colônia até a contemporaneidade, muito tem sido as lutas para que o sentimento de igualdade seja realmente incorporado. Dessa maneira, em meios a tantos caminhos tortuosos e turbulentos passaram muitos anos desse vil pedaço da história do Brasil e do mundo, o sistema Escravista, que impera em sua maior força sobre os negros e afrodescendentes, de tal maneira que o racismo é nivelado e convive lado a lado com ideias de lutas igualitárias, de maneira que o capitalismo achou de burlar as mazelas da sociedade, em que muitos problemas estão escancarados, mas o sentido desses problemas é dessa forma desviado ao olhar do povo.

Ao aproximarmos obras como *O Navio Negreiro* de discussões mediadas pela contemporaneidade com base nas Obras de Mbembe é perceptível que as questões como ideologia, raça, racismo ainda é um divisor de estigmas sociais que perpassam o tempo. A isso, observemos que o capitalismo, com seu forte poder de indução, lembra as mazelas do domínio Colonial que via na figura do negro, o sistema Escravista, o poder exercer domínio, um poder que distinguia o homem por associação de raça baseado na cor da pele que clarificava o dominador e o dominado, mesmo em meio a tanta crueldade, o instinto de liberdade insistia no Brasil Colônia, as lutas abolicionistas como o ideal de liberdade e de que todos os homens são iguais sobrevivia e renascia na colônia.

Agora, contemporaneamente, as lutas por respeito e igualdade ganham uma nova dimensão, mas segundo Mbembe é preciso desfazer a visão advinda do colonialismo, o Africano Negro na visão do Europeu e que após o declínio da Europa passa-se a uma visão Contemporânea de Subalterno.

## **CONCLUSÃO**

No que se refere à questão do ressignificado perante a tanta impunidade é importante perceber que o colonialismo demarca um período árduo na história do Brasil e do mundo. O Sistema Escravista via o negro Africano como escravo, como mercadoria, uma população inferior, devido a um sistema de classificação humana que se baseia no conceito de distinção por cor, etnias.

O colonialismo marca na humanidade a figura do dominador e do dominado, é preciso que se combata essa concepção pós colonialista que agora impera na concepção

de racismo que ainda vive na humanidade e que se dissemina com o capitalismo. Mediante as análises e discussões feitas até o momento é possível perceber que a referência entre a poesia *O Navio Negreiro* dentro da Crítica feita da Crítica feita por Mbembe é pertinente a uma aproximação e uma análise aprofundada de conceitos.

Com isso, na medida que o conceito de ideologia e de raça, cor e racismo são discussões em que aproximam obras de grandes escritores da Literatura como Castro Alves das discussões críticas contemporâneas como as obras de Mbembe é possível perceber que as lutas por uma igualdade que não considerem o homem atreves de sua cor far-se-á parte de um processo de resignificação que ultrapassa séculos de história.

É possível que embora ainda seja causa de estranhamentos, o termo raça como uma concepção apenas ideológica é pouco difundido pela sociedade, podendo ser confundido como uma fonte não fidelíssima de embasamento.

É inegável que o conceito Europeu de distinção por cor faz dos africanos e afrodescendentes vítimas que contemporaneamente são talhados como “subalternos” a presença desses conceitos são instruídos pelo capitalismo numa tentativa fugaz de contorcer os problemas sociais, mas a sociedade por si só traz intrinsecamente a herança colonial que põe uma África como na cor negra e isso contempla todas as atividades veiculadas em meio humano que aumenta a interação dos que se dizem não preconceituoso e faz parte de toda uma trajetória de resignificação na tentativa de que acabe tais injúrias.

Por fim, este trabalho tornou-se um grande revelador, pois foi possível aproximar conceitos de ideologias e raça colocados em *O Navio Negreiro* dos conceitos de estudos atuais de raça e ideologias posto em *A Crítica da Razão Negra* e *O cair da Grande Noite* de Achille Mbembe. a tecnologia em seus diferentes meios de aquisição, muitas não sabem os diversos conceitos dessas tecnologias.

Com isso, contemporaneamente pode ser observado o racismo em diversos vieses dos meios sociais, como também em seus sentidos, significados e interpretações, dentro dos diversos processos que a sociedade passa a fazer parte.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Castro. O Navio Negreiro. Panda Books: São Paulo, 2011.

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. Antígona Editores Refratários: Lisboa, 2014.

MBEMBE, Achille. Sair da Grande Noite: Ensaio sobre a África descolonizada. Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto: Portugal, 2014.